



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3548

Sexta-feira - 02 de Julho de 2021

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abelardo Luz.....	3	Chapecó.....	369	Itapema.....	721
Agrolândia.....	8	Cocal do Sul.....	413	Itapiranga.....	723
Agronômica.....	12	Concórdia.....	420	Itapoá.....	733
Água Doce.....	14	Cordilheira Alta.....	425	Ituporanga.....	737
Águas de Chapecó.....	18	Coronel Freitas.....	433	Jacinto Machado.....	742
Águas Frias.....	21	Coronel Martins.....	435	Jaguaruna.....	756
Águas Mornas.....	25	Corupá.....	436	Jaraguá do Sul.....	757
Alto Bela Vista.....	27	Cunha Porã.....	437	Jardinópolis.....	830
Anchieta.....	28	Curitibanos.....	440	Joaçaba.....	834
Angelina.....	37	Descanso.....	463	José Boiteux.....	854
Anitápolis.....	40	Dona Emma.....	464	Jupia.....	855
Antônio Carlos.....	41	Ermo.....	465	Lages.....	856
Apiuna.....	45	Faxinal dos Guedes.....	466	Lajeado Grande.....	859
Arabutã.....	59	Flor do Sertão.....	467	Lauro Muller.....	863
Araranguá.....	62	Formosa do Sul.....	478	Lebon Regis.....	879
Arroio Trinta.....	67	Forquilha.....	479	Lindóia do Sul.....	880
Atalanta.....	82	Fraiburgo.....	482	Lontras.....	882
Aurora.....	84	Frei Rogério.....	494	Luiz Alves.....	893
Balneário Arroio do Silva.....	125	Galvão.....	498	Macieira.....	895
Balneário Camboriú.....	127	Garopaba.....	522	Mafra.....	896
Balneário Gaivota.....	142	Garuva.....	533	Major Gercino.....	901
Balneário Piçarras.....	143	Gaspar.....	543	Maracajá.....	906
Bandeirante.....	148	Governador Celso Ramos.....	545	Maravilha.....	907
Barra Bonita.....	149	Grão Pará.....	549	Marema.....	908
Barra Velha.....	152	Gravatal.....	556	Massaranduba.....	909
Benedito Novo.....	166	Guabiruba.....	558	Matos Costa.....	913
Biguaçu.....	188	Guaraciaba.....	564	Meleiro.....	917
Blumenau.....	196	Guaramirim.....	576	Modelo.....	920
Bocaina do Sul.....	226	Guarujá do Sul.....	581	Mondaí.....	924
Bom Jardim da Serra.....	229	Guatambú.....	583	Monte Carlo.....	927
Bom Jesus.....	232	Herval d'Oeste.....	584	Monte Castelo.....	932
Bom Jesus do Oeste.....	233	Ibiam.....	587	Morro da Fumaca.....	933
Bom Retiro.....	234	Ibicaré.....	588	Morro Grande.....	937
Braço do Trombudo.....	235	Ibirama.....	590	Navegantes.....	940
Brunópolis.....	244	Içara.....	599	Nova Erechim.....	993
Brusque.....	261	Ilhota.....	601	Nova Itaberaba.....	1001
Caçador.....	274	Imarui.....	604	Nova Trento.....	1003
Caibi.....	292	Imbituba.....	606	Nova Veneza.....	1010
Calmon.....	295	Imbuia.....	611	Novo Horizonte.....	1016
Camboriú.....	297	Indaial.....	612	Orleans.....	1017
Campo Alegre.....	298	Iomerê.....	640	Otaclio Costa.....	1018
Campo Erê.....	303	Iporã do Oeste.....	642	Ouro.....	1022
Campos Novos.....	304	Ipuacú.....	643	Ouro Verde.....	1023
Canelinha.....	356	Ipumirim.....	649	Paial.....	1024
Capinzal.....	358	Iraceminha.....	651	Palhoça.....	1025
Catanduvas.....	360	Irani.....	652	Palma Sola.....	1035
Caxambu do Sul.....	363	Irineópolis.....	653	Palmitos.....	1040
Celso Ramos.....	365	Itá.....	714	Papanduva.....	1041
Chapadão do Lageado.....	367	Itaiópolis.....	720	Passo de Torres.....	1042

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

ASSINATURA DIGITAL



DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DE
SANTA CATARINA





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3548

Sexta-feira - 02 de Julho de 2021

Florianópolis/SC

Sumário

Passos Maia	1044	Romelândia	1217	Sombrio	1374
Penha	1053	Salto Veloso	1219	Sul Brasil	1375
Peritiba	1059	Santa Cecília	1221	Taió	1377
Pescaria Brava	1063	Santa Rosa de Lima	1222	Tangará	1380
Petrolândia	1065	Santa Rosa do Sul	1223	Tigrinhos	1387
Pinhalzinho	1066	Santa Terezinha do Progresso	1231	Tijucas	1389
Pinheiro Preto	1068	Santo Amaro da Imperatriz	1233	Timbó	1393
Piratuba	1080	São Bento do Sul	1236	Timbó Grande	1407
Planalto Alegre	1081	São Bernardino	1250	Três Barras	1408
Pomerode	1082	São Carlos	1252	Treviso	1409
Ponte Alta do Norte	1086	São Domingos	1254	Treze Tilias	1414
Ponte Serrada	1087	São Francisco do Sul	1255	Trombudo Central	1416
Porto Belo	1088	São João Batista	1263	Tunápolis	1418
Porto União	1089	São João do Itaperiú	1268	Turvo	1436
Pouso Redondo	1130	São João do Oeste	1270	União do Oeste	1438
Praia Grande	1136	São João do Sul	1271	Urupema	1439
Presidente Castello Branco	1137	São Joaquim	1277	Urussanga	1440
Presidente Getúlio	1139	São José	1283	Vargeão	1451
Presidente Nereu	1141	São José do Cedro	1290	Vargem	1453
Princesa	1156	São José do Cerrito	1295	Vargem Bonita	1454
Quilombo	1158	São Lourenço do Oeste	1297	Vidal Ramos	1455
Rio das Antas	1164	São Ludgero	1303	Videira	1461
Rio do Campo	1165	São Martinho	1304	Vitor Meireles	1470
Rio dos Cedros	1171	São Miguel da Boa Vista	1305	Witmarsum	1474
Rio do Sul	1166	São Miguel do Oeste	1307	Xanxerê	1475
Rio Fortuna	1173	São Pedro de Alcântara	1308	Xavantina	1480
Rio Negrinho	1174	Saudades	1319	Xaxim	1487
Rio Rufino	1175	Schroeder	1330	Zortéa	1488
Riqueza	1183	Seara	1335		
Rodeio	1214	Serra Alta	1373		

Associações

AMAVI	1489
-------------	------

Consórcios

AGIR	1490
CIGA	1493
CIMVI	1497
CINCATARINA	1505
CIS/AMOSOC	1655
CIS/AMURES	1685
CISAM	1693
CITMAR	1694
Quiriri	1697



Abelardo Luz

PREFEITURA

DECRETO Nº 247, DE 29 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130872

DECRETO Nº. 247/2021

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2020 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Nerci Santin, Prefeito Municipal do Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Artigo 12º da Lei Municipal nº. 2.601 de 26 de Novembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor total de R\$ 65.206,18 (Sessenta e cinco mil e duzentos e seis reais e dezoito centavos), com a seguinte classificação orçamentária e fonte de recurso, demonstrado nos quadros a seguir:

13.000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
13.001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
8.244.804 – Educação para Todos		
30000000 – DESPESAS CORRENTES		
33000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
33900000 – APLICAÇÕES DIRETAS	R\$	13.700,00
Fonte de Recurso: 2365 - Superávit - Transf. do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado – despesa 229		
Ação 2.56 – Manutenção das Atividades do Fdo M. de Assistência Social		
TOTAL GERAL	R\$	13.700,00

13.000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
13.001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
8.244.804 – Educação para Todos		
40000000 – DESPESAS DE CAPITAL		
44000000 – INVESTIMENTOS		
44900000 – APLICAÇÕES DIRETAS	R\$	256,18
Fonte de Recurso: 20163 - Superávit - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social – despesa 232		
Ação 2.56 – Manutenção das Atividades do Fdo M. de Assistência Social		
TOTAL GERAL	R\$	256,18

13.000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
13.001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
8.244.804 – Educação para Todos		
40000000 – DESPESAS DE CAPITAL		
44000000 – INVESTIMENTOS		
44900000 – APLICAÇÕES DIRETAS	R\$	1.250,00
Fonte de Recurso: 2365 - Superávit - Transf. do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado – despesa 233		
Ação 2.56 – Manutenção das Atividades do Fdo M. de Assistência Social		
TOTAL GERAL	R\$	1.250,00

13.000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
13.001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
8.244.804 – Educação para Todos		
30000000 – DESPESAS CORRENTES		
33000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
33900000 – APLICAÇÕES DIRETAS	R\$	50.000,00
Fonte de Recurso: 9200 - Superávit Recursos Próprios – despesa 234		
Ação 2.56 – Manutenção das Atividades do Fdo M. de Assistência Social		
TOTAL GERAL	R\$	50.000,00

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto ocorrerá por conta de recursos vinculados ao Superávit Financeiro do Exercício de 2020, da Fonte de Recurso Superávit - Transf. do Sistema Único de Assistência Social especificação TCE 65, da Fonte de Recursos 20163 - Superávit - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social especificação TCE 65 e da Fonte de Recursos 9200 - Superávit Recursos Próprios, Especificação TCE – 0

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Abelardo Luz (SC), em 29 de junho de 2021.

Nerci Santin

Prefeito Municipal

Registrado e publicada em data supra.

DECRETO N° 248, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação N° 3130892

DECRETO N°. 248/2021

Nomeia servidor cargo em comissão de Secretário Municipal de Agricultura.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o Sr. CARLOS DE SENNES PINTO, RG nº 1.590.082 SSP/SC e CPF nº 486.541.839-34 para exercer a partir desta data o Cargo em comissão de Secretário Municipal de Agricultura, padrão CC, nível 01, de acordo com anexo III, da Lei Complementar n.º 033, de 28 de novembro de 2003, junto a Secretaria Municipal de Agricultura, por prazo indeterminado.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz-SC, em 01 de julho de 2021.

NERCI SANTIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

DECRETO N° 249, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação N° 3130952

DECRETO N°. 249/2021

Nomeia Servidor para cargo em comissão de Diretor de Indústria Comércio e Serviço.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art.1º. – Fica nomeado o Sr. GENOIR ANDRE CAZZAROTTO, RG 5.097.795 SSP/SC, CPF 066.144.559-31, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Indústria Comércio e Serviço, conforme Lei Complementar n°. 033 de 28 de novembro de 2003, junto a Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Serviço, por prazo Indeterminado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz – SC, em 01 de julho de 2021

NERCI SANTIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

DECRETO N° 250, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação N° 3130975

DECRETO N°. 250/2021

ALTERA CARGO EM COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o cargo em comissão do servidor Sr. CRISTIAN RODRIGO DE SOUZA, RG nº 4.310.463 SSP/SC e CPF nº 045.625.309-28 de Diretor de Compras e Licitações, para exercer a partir desta data o cargo em Comissão de Diretor de Desenvolvimento Social, conforme Lei Complementar n.º 033, de 28 de novembro de 2003, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz – SC, em 01 de julho de 2021.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

DECRETO N° 251, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação N° 3130997

DECRETO N°. 251/2021

Nomeia servidora cargo em comissão de Diretor de Compras e Licitações.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Sra. RAQUEL ALCANTARA PIMENTEL FERREIRA HADDAD, RG nº 7.869.230 SSP/SC e CPF nº 119.129.597-47 para exercer a partir desta data o Cargo em Comissão de Diretor de Compras e Licitações, de acordo com anexo III, da Lei Complementar n.º 033, de 28 de novembro de 2003, junto a Secretaria Municipal de Administração, por prazo indeterminado.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz-SC, em 01 de julho de 2021.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

DECRETO N° 252, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação N° 3131001

DECRETO N°. 252/2021

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARGO COMISSIONADO.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado o servidor Sr. ESEQUIEL BRUCHEZ, contratado no Cargo Comissionado de Diretor de Meio Ambiente - 40 horas de acordo com o Anexo Único, da Lei Complementar nº. 033 de 28 de novembro de 2003, junto a Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz – SC, em 01 de julho de 2021.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

DECRETO Nº 253, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131003

DECRETO Nº. 253/2021
RETORNA AO CARGO DE ORIGEM CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada do Cargo em Comissão de Diretor de Desenvolvimento Social a servidora Público Municipal a Sra. ROSELAINE TERE-SINHA COSTA BARELA, ocupante de Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Controle Interno – 40 horas, a qual retorna ao seu Cargo de Origem a partir da data de 01 de julho de 2021.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz – SC, em 01 de julho de 2021.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

DECRETO Nº 254, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131005

DECRETO Nº. 254/2021
Nomeia Servidor para cargo em comissão de Diretor de Meio Ambiente.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art.1º. – Fica nomeado o Sr. NATANAEL COELHO, RG 1.077.173 SSP/SC, CPF 434.418.079-87, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Meio Ambiente, conforme Lei Complementar nº. 033 de 28 de novembro de 2003, junto a Secretaria Municipal de Agricultura, por prazo Indeterminado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz – SC, em 01 de julho de 2021.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

DECRETO Nº 255, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131006

DECRETO Nº. 255/2021
“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO”.

CONSIDERANDO, a necessidade da prestação dos serviços públicos, sob pena de grave prejuízo nas mais diversas áreas de atuação da Administração Municipal;

CONSIDERANDO, o disposto na Lei Complementar Municipal n. 036/2003;

CONSIDERANDO, que foi realizado o Teste Seletivo n.º 001/2019, para preenchimento de vagas em Caráter Temporário para atendimento a Programas Instituídos ou Conveniados com o Município, bem como para atendimento da demanda de outros serviços necessários à municipalidade;

CONSIDERANDO, que o contrato de trabalho a ser firmado com fundamento no teste seletivo n.º 001/2019 terá validade de até 01 (um) ano, prorrogável, a critério da Administração Municipal, uma vez por igual período, cujo qual poderá ser rescindido acaso haja o retorno ao

cargo de servidor efetivo afastado ou licenciado, e, ainda por decisão judicial ou administrativa.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art.1º. – Fica contratada em caráter temporário a servidora Sra. ALINE TEIXEIRA portadora do RG nº 6.028.297 SSP/SC e CPF nº 093.426.229-25 para exercer o Cargo Temporário de Psicólogo NASF – ACT - 40 horas, de acordo com o anexo único da Lei Complementar nº 036 de 28 de novembro de 2003, e nº 064 de 11 de junho de 2008, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2.º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Abelardo Luz – SC, em 01 de julho de 2021.

NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

PREGÃO 076/2021

Publicação Nº 3131044

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABELARDO LUZ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0102/2021
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2021

O Município de Abelardo Luz - SC, TORNA PÚBLICO que fará realizar, com base nas Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do Tipo Menor Preço por item e Presencial, no dia 14 de julho de 2021, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, para aquisição de armários para cozinha da Casa da Cultura. Os envelopes deverão ser entregues até às 09:00 horas do mesmo dia. Demais informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 3445-4322, Ramal 212 ou através do e-mail licita@abelardoluz.sc.gov.br e site www.abelardoluz.sc.gov.br.

Abelardo Luz (SC), 01 de julho de 2021.

NERCI SANTIN – Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS 009-2021

Publicação Nº 3131032

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABELARDO LUZ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 098/2021
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2021

O Município de Abelardo Luz - SC, TORNA PÚBLICO que no dia 19 de julho de 2021 fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços, para execução, pelo sistema de empreitada global, de obra de pavimentação com pedras irregulares, drenagem pluvial e meio fio, nas ruas Vitorio Pagliosa, 24 de Setembro, São Roque, Severiano de Souza Maciel, Av. Padre João Smedt e Omar Bento da Silva, perímetro urbano do município, tudo de conformidade com os Projetos, Planilhas, Memorial Descritivo e especificações contidas no Edital. Os envelopes deverão ser entregues até o dia 19/07/2021, às 09:00 horas, no Setor de Licitações. A íntegra do edital poderá ser obtida via e-mail licita@abelardoluz.sc.gov.br ou junto à Prefeitura Municipal de Abelardo Luz, sita na Av. Pe. João Smedt, n. 1.605, Centro. Demais informações fone (49) 3445-4322, Ramal 212.

Abelardo Luz - SC, 01 de julho de 2021.

NERCI SANTIN – Prefeito Municipal

Agrolândia

PREFEITURA

DECRETO Nº 086, DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3131263

DECRETO Nº 086, DE 30 DE JUNHO DE 2021.

Altera e acrescenta dispositivos no Decreto nº 040, de 07 de abril de 2020, que nomeia os membros da Comissão Intersetorial de Alimentação Escolar (CIAE) do Município de Agrolândia, em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

O Prefeito Municipal de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições que lhe confere o art. 79, inciso VI da Lei Orgânica:

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 040, de 07 de abril de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

- I – Grasiella da Silva Krieger, representante da Secretaria Municipal de Educação;
 - II – Joceli Pockszewnicki Savitski, representante da Secretaria Municipal Assistência Social;
 - III – Daniela Nazário, representante do Serviço de Nutrição Escolar;
 - IV – Mônica Denzer, representante do Conselho Municipal de Educação;
 - V – Eriete Karsten, representante do Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
 - VI – Zeize Graciela Retke Neuhaus, representante do Conselho Municipal de Assistência Social;
 - VII – Adriana Aparecida Gonçalves, representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.” (NR)
- Art. 2º Acrescenta os §§ 1º, 2º, 3º e 4º ao art. 1º do Decreto nº 040, de 07 de abril de 2020, com as seguintes redações:

“Art. 1º

§ 1º É responsabilidade da CIAE a destinação e operacionalização da distribuição de gêneros alimentícios durante o período de suspensão das aulas no Município de Agrolândia, em razão da situação de emergência decorrente da crise do coronavírus - COVID-19, bem como quando retomadas as aulas presenciais e houver alunos em atividades de ensino e aprendizagem na modalidade remota.

§ 2º A CIAE deve observar as normas vigentes para a elaboração dos kits e seguir as recomendações da Cartilha de Orientações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

§ 3º A CIAE deve dialogar com o Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE de Agrolândia e seguir suas orientações.

§ 4º As reuniões da CIAE serão estruturadas em atas e/ou resoluções específicas, devendo ser encaminhado uma cópia ao Conselho Municipal de Alimentação – CAE.” (NR)

Art. 3º Acrescenta o art. 1º-A ao Decreto nº 040, de 07 de abril de 2020, com a seguinte redação:

“Art. 1º-A O mandato dos membros da CIAE extingue-se em 31 de dezembro de 2022.” (NR)

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Agrolândia/SC, 30 de junho de 2021.

José Constante
Prefeito Municipal

Valmir Batista
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

EXTRATO CONTRATO Nº 35/2021 - PATUSSI – SOLUÇÕES EM GEOGRAFIA, TOPOGRAFIA E ENGENHARIA LTDA

Publicação Nº 3130974

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2021
PREGÃO Nº 37/2021
CONTRATO Nº 35/2021

CONTRATADA: PATUSSI – SOLUÇÕES EM GEOGRAFIA, TOPOGRAFIA E ENGENHARIA LTDA

CNPJ DO CONTRATADO: 34.663.042/0001-24

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO, PLANIMÉTRICO, SEGUIDO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DOS IMÓVEIS CORTADOS PELA AVENIDA 25 DE JULHO, SITUADOS A PARTIR DA RUA OTTO GRIM ATÉ ENCONTRAR A RUA DOS PIONEIROS, NO IMÓVEL DE DOMÍCIO E JOSÉ ZEFERINO, COM A FINALIDADE DE REGULARIZAR PROJEÇÃO EXISTENTE DA AVENIDA 25 DE JULHO NESTE TRECHO.

VALOR: R\$ 22.000,00 (VINTE E DOIS MIL REAIS).

VIGÊNCIA: 26 DE DEZEMBRO DE 2021.

Agrolândia, 30 de Junho de 2021.

JOSÉ CONSTANCE
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 36/2021 - BLUFORRO DIVISÓRIAS LTDA

Publicação Nº 3130980

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2021

PREGÃO Nº 3/2021

CONTRATO Nº 36/2021/FMS

CONTRATADA: BLUFORRO DIVISÓRIAS LTDA

CNPJ DO CONTRATADO: 05.425.925/0001-06

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVISÓRIAS EUCATEX (COM INSTALAÇÃO E DEMAIS ITENS INCLUSOS) A SEREM INSTALADAS EM SALA COMERCIAL DO CIR - CENTRO INTEGRADO DE REABILITAÇÃO COVID-19 E EQUIPE MULTIPROFISSIONAL, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME MEDIDAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTA EDITAL.

VALOR: R\$ 38.000,00 (TRINTA E OITO MIL REAIS).

VIGÊNCIA: 29 DE JULHO DE 2021.

Agrolândia, 30 de Junho de 2021.

JOSÉ CONSTANCE
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 37/2021 - BRUNO LEANDRO FRANZ 08059833928

Publicação Nº 3130990

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2021

CONTRATO Nº 37/2021

CONTRATADA: BRUNO LEANDRO FRANZ 08059833928

CNPJ DO CONTRATADO: 41.218.237/0001-20

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPULSIONAMENTO DE CONTEÚDO EM REDES SOCIAIS, QUE TENHAM SUA BASE EM "SITE", "FANPAGES" E OUTRAS MÍDIAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO.

VALOR: R\$ 36.000,00 (TRINTA E SEIS MIL REAIS).

VIGÊNCIA: 29 DE JUNHO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

Agrolândia, 01 de Julho de 2021.

JOSÉ CONSTANCE
Prefeito Municipal

EXTRATO Nº 38/2021 - ABS CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA ME

Publicação Nº 3131000

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2021

CONTRATO Nº 38/2021

CONTRATADA: ABS CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA ME

CNPJ DO CONTRATADO: 11.210.469/0001-71

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS

DO MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA/SC, ATRAVÉS DO PROGRAMA MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO COMUNITÁRIA, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N.º 2.689, DE 26 DE JUNHO DE 2019 E ALTERAÇÕES.

VALOR: R\$ 363.500,00 (TREZENTOS E SESENTA E TRÊS MIL E QUINHENTOS REAIS).

VIGÊNCIA: 29 DE JUNHO DE 2021 A 28 DE JUNHO DE 2022.

Agrolândia, 01 de Julho de 2021.

JOSÉ CONSTANTE
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 190, DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3131269

LEI COMPLEMENTAR Nº 190, DE 30 DE JUNHO DE 2021.

Acrescenta § 3º ao art. 82 da Lei Complementar nº 002, de 27 de agosto de 1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico e Estatuto dos Servidores Públicos do Município, das Autarquias e Fundações Municipais.

O Prefeito Municipal de Agrolândia, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 82 da Lei Complementar nº 02, de 27 de agosto de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 82
.....

§ 3º O servidor aposentado que reingressar no quadro de servidores públicos do município de Agrolândia, decorrente de novo concurso público, não poderá cumular vantagens adicionais por tempo de serviço concedidas no exercício de cargo público anterior.” (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Agrolândia/SC, 30 de junho de 2021.

José Constante
Prefeito Municipal

Valmir Batista
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

LEI Nº 2.814, DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3131270

LEI Nº 2.814, DE 30 DE JUNHO DE 2021.

Altera a composição dos membros do Conselho Municipal de Saúde, instituídos pela Lei nº 2.561, de 21 de dezembro de 2016.

O Prefeito Municipal de Agrolândia, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 2.561, de 21 de dezembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º
.....

II – dos trabalhadores da Saúde:

Um representante dos profissionais prestadores de serviços do SUS, com formação em curso de nível superior;

Um representante dos profissionais prestadores de serviços do SUS, com formação em curso de nível médio;

Um representante da associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE;

III – dos usuários do sistema:

Um representante dos Clubes de Mães;

Um representante do Grupo Escoteiro;

Um representante do Clube de Idosos;

Um representante da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL;

Um representante Centro de Recuperação Reintegrando Vidas - CERRVI;

Um representante da Fundação Hospitalar Alex Krieser.

IV – dos usuários do Sistema:

Um representante dos Sindicatos;

Um representante da Associação Empresarial;

Um representante dos Clubes de Mães;

Um representante das Entidades;

Um representante da OASE - Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas.

..... ” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Agrolândia/SC, 30 de junho de 2021.

José Constante
Prefeito Municipal

Valmir Batista
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

LEI Nº 2.815, DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3131275

LEI Nº 2.815, DE 30 DE JUNHO DE 2021.

Altera dispositivo da Lei nº 2.688, de 24 de junho de 2019, que “institui no Município de Agrolândia a Regularização Fundiária Urbana (Reurb) de que trata a Lei Federal nº 13.465/2017 e dá Outras Providências”.

O Prefeito Municipal de Agrolândia, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso V do § 1º do art. 3º da Lei nº 2.688, de 24 de junho de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

§ 1º

V – renda familiar limitada a 4,6 salários mínimos;
..... ” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Agrolândia/SC, 30 de junho de 2021.

José Constante
Prefeito Municipal

Valmir Batista
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Agrônômica

PREFEITURA

349/2021

Publicação Nº 3131817

PORTARIA Nº 349/2021 DE 02 DE JULHO DE 2021.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores,

Considerando, que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando, que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores se encontram amparados e submetidos ao que dispõe e determina o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, que se traduz na Lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, e com supedâneo 38, II e III, da Constituição Federal. Considerando, o estabelecido no Art. 40 da Lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/2003 e suas alterações posteriores,

RESOLVE:

1-) Fica convocada a partir de 12/07/2021 (doze de julho de dois mil e vinte um), a servidora municipal Sra. DEBORA MAZZI matrícula n.º 828, ocupante do cargo de provimento efetivo de GERENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO, com lotação no departamento de saúde, que encontra-se em licença sem vencimentos, para na data descrita acima retornar ao trabalho.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 02 DE JULHO DE 2021.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

6ª ATA TP 04/2021

Publicação Nº 3130828

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4ACA988CEE5E17F37CAA93562F3503B5AB3AE82C

Processo Administrativo: 30/2021
Tomada de Preço: TP 04/2021
EMIÇÃO: 30/03/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO, DE FORMA CONTÍNUA, DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E ASSEIO DIÁRIO DE COPA E COZINHA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, OBRAS E AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE AGRÔNOMICA E JARDINEIRO E SERVIÇOS GERAIS PARA LIMPEZA DE RUAS E CONSERVAÇÃO DAS ÁREAS COMUNS DO MUNICÍPIO.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO

No dia 01/07/2021, às 10:30 horas, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Agrônômica na Rua 7 de Setembro, 215, Centro., reuniram-se o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designada pela(o) Decreto nº 141/2020, para dar continuidade no Processo Administrativo nº 30/2021, Licitação nº. TP 04/2021, na modalidade de Tomada de Preço.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

—Em atenção ao Parecer Jurídico 056/2021 – JK, a comissão de licitação entende por acatar o parecer e não desclassificar a empresa ACR ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS. Sendo assim, esta licitação será homologada na data de 05/07/2021 (segunda-feira).

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Agrônômica-Santa Catarina, 01/07/2021.

Gabriela Carolina da Silva
Presidente da Comissão

Jaqueline Terezinha Jethe
Membro da Comissão

Volnice Regina Flausino
Membro da Comissão

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 24/2017

Publicação Nº 3131520

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FB66389EDCCD0F77208FD81F0C413D70D826CCCB

06º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 24/2017 de 31/05/2017

Pelo presente instrumento Administrativo de Aditivo, a PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede a Rua 7 de setembro, 215, centro em Agrônômica / SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.590/0001-90, neste ato representada pelo Sr Prefeito Municipal Sr CESAR LUIZ CUNHA, adiante denominado CONTRATANTE, e a empresa ROGÉRIO AMÉRICO ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20.856.482/0001-93, com Sede na Rua 23 de Julho, 40 – sala 3, Centro, Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor Rogério Américo, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 064.810.039-11, residente e domiciliado na Rua 23 de Julho, s/n, Centro, Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, a seguir denominada CONTRATADA, tem justo e acertado o seguinte.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E CAUSAS

Considerando-se possível realizar a alteração do respectivo Contrato, com base na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, em seu Artigo 65, Inciso I, letra "b", e inciso II, letra "d" parágrafo 1º., E alterações ao Artigo 57, Inciso II, previstos no Processo Licitatório n.º 24/2017, na Modalidade Pregão Presencial 21/2017, do dia 11/04/2017, e homologado no dia 31/05/2017.

Conforme Art 57, Inciso II, da Lei 8.666 de 21/06/1993, § 1 – II.

FICA PRORROGADA A VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 24/2017, POR UM PERIODO DE 90 DIAS, SENDO DO DIA 31/05/2020 A 01/10/2021.

O valor do aditivo permanece o mesmo do contrato original. Sendo, R\$ 31.319,23 (TRINTA E UM MIL, TREZENTOS E DEZENOVE REAIS E VINTE E TRÊS CENTAVOS) mensais, correspondendo a quantia de R\$ 375.830,76 (trezentos e setenta e cinco mil oitocentos e trinta reais e setenta e seis centavos).

CLAUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato terá vigência ate 1º de outubro de 2021.

As demais cláusulas e disposições do contrato original nº 24/2017, de 31 de Maio de 2017, permanecem em vigor.

CLAUSULA QUARTA: - DO FORO

O presente instrumento sujeita os Contratantes as normas das Leis Federais n.º 8.666/93 e 8.883/94, ficando o foro da Comarca da Contratante, para dirimir duvidas oriundas do presente TERMO ADITIVO.

E, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos assinam-se o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma de direito, na presença de duas testemunhas.

Agrônômica, SC 01º de julho de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA
Contratante

ROGÉRIO AMÉRICO ME
Contratada
Testemunhas

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO
CPF : 595.245.459-34

GABRIELA CAROLINA DA SILVA
CPF: 098.778.479-06

Visto: _____
Advogado: JOEL KORB
OAB/SC Nº 32561

AVISO DE LICITAÇÃO PR 01/2021 FMAS

Publicação Nº 3130911

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9C2AC5B8A383BEE8BDEEAF72B562CC017F210C50

Fundo Municipal de Assistência Social de Agrônômica – Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2021

PREGAO PRESENCIAL Nº PR 01/2021

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE KITS COM GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA CESTA BÁSICA PARA ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA ATENDIDAS PELA COORDENADORIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Abertura dos envelopes e sessão do pregão: 14/07/2021 às 08:30h.

Local: Setor de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Agrônômica na Rua 7 de Setembro, 215, Centro.

Local para a obtenção do edital: na Prefeitura, pelo e-mail: licitacao@agronomica.sc.gov.br ou pelo site www.agronomica.sc.gov.br.

Maiores informações: (47) 3542-0143.

Agrônômica-Santa Catarina, 2 de julho de 2021.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito

Água Doce

PREFEITURA

DECRETO Nº 095/2021

Publicação Nº 3130661

DECRETO Nº 095/2021 - DE 30 DE JUNHO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA METRAGEM TOTAL DO LOTEAMENTO QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, DECRETA:

Art. 1º - O Art. 1º. do Decreto 195/2020 de 21 de dezembro de 2020 passa vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o "LOTEAMENTO QUINTAS DOS IPÊS" de propriedade de Adriani Telmo Mendes, Arsênio Tarcisio Mendes, Miriam Ferretti Mendes, Afrânio Teófilo Mendes, Leila Grando Amorim Mendes, Aluisio Tarso Mendes, Leodete Comunello Mendes, localizado no prolongamento da Rua Marechal Floriano Peixoto, Água Doce, SC, com a área total de 104.946,79m², devidamente analisado pelo Departamento de Engenharia da AMMOC – Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense, sob Parecer nº 0082/2020.

Art. 2º - Os demais artigos do Decreto 195/2020 de 21 de dezembro de 2020 permanecem inalterados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 30 de junho de 2021.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 096/2021

Publicação Nº 3130665

DECRETO Nº 096/2021 - DE 30 DE JUNHO DE 2021

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA METRAGEM TOTAL DO LOTEAMENTO QUINTA DOS IPÊS, INFORMADA NO DECRETO 204/2020 QUE REFERE-SE AO CAUÇÃO DE LOTES PARA GARANTIA DA EXECUÇÃO DAS OBRAS DO LOTEAMENTO QUINTA DOS IPÊS, CONFORME DISPÕE A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 123/2017 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica

DECRETA

Art. 1º - O Art. 1º. do Decreto 204/2020 de 29 de dezembro de 2020 passa vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Fica oferecido em caução, os seguintes lotes das respectivas quadras, como garantia para execução das obras de infraestrutura necessária a implantação do parcelamento do solo denominado "LOTEAMENTO QUINTA DOS IPÊS", prolongamento da Rua Marechal Floriano Peixoto, Água Doce, SC imóvel com matrícula 15.384 do C.R.I. do 2º Ofício da Comarca de Joaçaba, SC, com área total de 104.946,79m², aprovado pelo DECRETO N. 195/2020 que está sendo promovido por Adriani Telmo Mendes, Arsênio Tarcisio Mendes, Miriam Ferretti Mendes, Afrânio Teófilo Mendes, Leila Grando Amorim Mendes, Aluisio Tarso Mendes, Leodete Comunello Mendes, conforme segue:

I - Quadra 1 = 14 e 15;

II - Quadra 3 = 4, 9, 10, 11 e 12;

III - Quadra 4 = 6, 14, 15 e 16;

IV - Quadra 5 = 7 e 12;

V - Quadra 6 = 3, 6, 13, 14 e 15;

VI - Quadra 7 = 3, 4, 15 e 16;

VII - Quadra 9 = 7, 8, 9 e 10;

Art. 2º - Os demais artigos do Decreto 204/2020 de 29 de dezembro de 2020 permanecem inalterados.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 30 de junho de 2021.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita Municipal

LEI Nº 2.914/2021

Publicação Nº 3130670

LEI Nº 2.914/2021 – DE 30 DE JUNHO DE 2021

DENOMINA-SE DE DIA MUNICIPAL DA CAVALGADA, A DATA DE 18 DO MÊS DE SETEMBRO DE CADA ANO E O INSERE NO CALENDÁRIO MUNICIPAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei de origem parlamentar,

Art. 1.º Fica denominado de Dia Municipal da Cavalgada, a data de 18 do mês de setembro de cada ano, dedicado.

Parágrafo único. O dia de que trata o caput do artigo 1.º, passa a integrar o calendário oficial de eventos do município.

Art. 2.º O Poder Público providenciará todos os atos necessários para que essa data passe a constar no calendário das festividades do Município de Água Doce, Santa Catarina, SC.

Art. 3.º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Água Doce, 30 de junho de 2021.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

PORTARIA 339/2021

Publicação Nº 3130902

PORTARIA Nº 339/2021 – DE 01 DE JULHO DE 2021

“APLICA PENALIDADE DISCIPLINAR DE ADVERTÊNCIA A SERVIDORA QUE MENCIONA”

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com disposto no art. 97 da Lei Complementar Municipal nº 015/99

Considerando Relatório Final apresentado pela Comissão Processante de Processo Administrativo Disciplinar instaurada pela Portaria nº 245/2021, através do PAD nº 003/2021

RESOLVE:

Art. 1º. Aplicar a servidora CAMILA JOHANN SIMÃO, matrícula nº 21374, a penalidade de ADVERTÊNCIA, com fundamento no art. 97, da Lei Complementar Municipal nº 015/99, pelo descumprimento do art. 86, inciso VI da Lei Complementar nº 15/99.

Art. 2º. Fazer constar na ficha funcional a presente punição, comunicando-se a servidora, por escrito.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 01 de julho de 2021.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

PORTARIA 340/2021

Publicação Nº 3130903

PORTARIA Nº 340/2021 – DE 01 DE JULHO DE 2021

“EXONERA A PEDIDO DO CARGO DE FONOAUDIÓLOGA A SERVIDORA QUE MENCIONA”

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Artigo 1º Exonerar a pedido, a servidora AMANDA LARA BRESSANELLI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 088.295.329-08, ocupante do cargo efetivo de Fonoaudióloga, a partir de 01/07/2021, conforme requerimento anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 01 de julho de 2021.

Nelci Fátima Trento Bortolini

Prefeita de Água Doce

Camila Luiza Lucian Bedin

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 341/2021

Publicação Nº 3130905

PORTARIA Nº 341/2021 – DE 01 DE JULHO DE 2021

"NOMEIA PARA O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear para o cargo de Conselheiro Tutelar, o senhor ILVO LUIZ PATUSSI, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 386.948.089-00, a partir de 01/07/2021, conforme Eleição realizada no dia 06 de outubro de 2019.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 01 de julho de 2021.

Nelci Fátima Trento Bortolini
Prefeita de Água Doce

Camila Luiza Lucian Bedin
Diretora Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 342/2021

Publicação Nº 3131173

PORTARIA Nº 342/2021 – DE 01 DE JULHO DE 2021

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao servidor BELMIR DOTTA, inscrito no CPF nº 294.882.229-72, efetivo no cargo de Técnico em Vigilância Sanitária no período de 01/07/2021 até 30/07/2021, período 20/21.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 01 de julho de 2021.

Nelci Fátima Trento Bortolini
Prefeita de Água Doce

Camila Luiza Lucian Bedin
Diretora Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 343/2021

Publicação Nº 3131175

PORTARIA Nº 343/2021 – DE 01 DE JULHO DE 2021

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a servidora MARILIA LINS DA SILVA, inscrita no CPF nº 046.084.809-79 efetiva no cargo de Assistente Administrativa no período de 01/07/2021 até 30/07/2021, período 20/21.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 01 de julho de 2021.

Nelci Fátima Trento Bortolini
Prefeita de Água Doce

Camila Luiza Lucian Bedin
Diretora Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 344/2021

Publicação N° 3131176

PORTARIA N° 344/2021 – DE 01 DE JULHO DE 2021
“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a servidora JUSSARA APARECIDA DA SILVA, inscrita no CPF nº 732.315.339-53 efetiva no cargo de Auxiliar Administrativa no período de 01/07/2021 até 30/07/2021, período 19/20.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 01 de julho de 2021.

Nelci Fátima Trento Bortolini
Prefeita de Água Doce

Camila Luiza Lucian Bedin
Diretora Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 345/2021

Publicação N° 3131177

PORTARIA N° 345/2021 – DE 01 DE JULHO DE 2021
“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a servidora ELAINE DE MORAES, inscrita no CPF nº 010.410.249-75 efetiva no cargo de Enfermeira no período de 01/07/2021 até 20/07/2021, período 19/20.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 01 de julho de 2021.

Nelci Fátima Trento Bortolini
Prefeita de Água Doce

Camila Luiza Lucian Bedin
Diretora Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 346/2021

Publicação N° 3131180

PORTARIA N° 346/2021 – DE 01 DE JULHO DE 2021
“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA”

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao servidor PEDRO VALDECIR MOREIRA, inscrito no CPF nº 022.596.019-28, efetivo no cargo de Operador de Máquinas Pesadas no período de 01/07/2021 até 30/07/2021, período 19/20.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 01 de julho de 2021.

Nelci Fátima Trento Bortolini
Prefeita de Água Doce

Camila Luiza Lucian Bedin
Diretora Dpto de Recursos Humanos

Águas de Chapecó

PREFEITURA

EDITAL DE 01º CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N ° 004/2021

Publicação N° 3130656

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
Rua Porto União, 968 – Fone/Fax: (49) 3339.0855
CEP: 89883-000 – Águas de Chapecó - SC

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 004/2021
EDITAL DE 01º CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, Sr Leonir Antonio Hentges, no uso de suas atribuições, torna público para o conhecimento dos interessados a 01º CONVOCAÇÃO para o provimento da vaga de: Contador, conforme abaixo especificado.

1. Da data e endereço:

DATA: 05 de Julho de 2021

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
Rua Porto União, 968, Centro, Águas de Chapecó-SC.

2. Dos candidatos convocados:

CARGO: CONTADOR – 40 HRS

HORÁRIO: 10:00 hs

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
1	GENOR ANTONIO MOTERLE	01º

Águas de Chapecó- SC, 01 de Julho de 2021.

LEONIR ANTONIO HENTGES

Prefeito Municipal

EDITAL DE 40º CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N ° 003/2020

Publicação N° 3130642

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
Rua Porto União, 968 – Fone/Fax: (49) 3339.0855
CEP: 89883-000 – Águas de Chapecó - SC

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 003/2020
EDITAL DE 40º CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, Sr. Leonir Antonio Hentges, no uso de suas atribuições, torna público para o conhecimento dos interessados a 40º CONVOCAÇÃO para o provimento da vaga de: Enfermeiro, conforme abaixo especificado.

1. Da data e endereço:

DATA: 05 de Julho de 2021

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
Rua Porto União, 968, Centro, Águas de Chapecó-SC.

2. Dos candidatos convocados:

CARGO: ENFERMEIRO

HORÁRIO: 09:30 hs

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
422	DINÉIA CRISTIANE DE AGUIAR	06º

Águas de Chapecó- SC, 01 de Julho de 2021.

LEONIR ANTONIO HENTGES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 266, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131483

PORTARIA Nº 266/2021 De 01 de julho de 2021	DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO DE SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTONIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o inciso I, do Art. 37 da Constituição Federal combinado com o Art. 18, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, inciso II do Art. 4 da Lei Municipal nº 1.586/2007 e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado até 02 de Dezembro de 2021, o prazo de vigência do Contrato Administrativo de que trata a Portaria nº 194/2021; conforme Termo Aditivo de Contrato Administrativo de Trabalho por Prazo Determinado nº 1, da Sra. VANIA CARLA SEITENFUS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 01 de Julho de 2021.

LEONIR ANTONIO HENTGES

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

Dispõe sobre prorrogação do Contrato de Servidora para atender atividades de interesse público

Em cumprimento ao Inciso II do Art. 4º da Lei Municipal nº 1.586/2007 (Dispõe sobre Contratação por Prazo Determinado) e justificativa da Secretaria, a Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó, representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES, adiante assinado, simplesmente denominado CONTRATANTE e VANIA CARLA SEITENFUS, adiante assinado, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, já qualificada no Contrato principal firmado em 03 de Maio de 2021, resolvem de comum acordo prorrogar o prazo do Contrato, obedecendo as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Conforme previsto na Cláusula Sexta do Contrato, celebrado entre as partes em 03/05/2021; resolvem firmar o presente 1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Trabalho, visando atender as atividades de interesse público e ajustando o prazo de vigência do contrato de trabalho, ficando prorrogado até 02 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – As demais cláusulas ajustadas no Contrato principal, não atingidas neste Termo de Prorrogação de Contrato, permanecem em vigor, sendo ratificadas entre as partes contratadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – E, por estarem justas e acertadas, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo a tudo presentes, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Águas de Chapecó – SC, em 01 de Julho de 2021

VANIA CARLA SEITENFUS
Servidora

LEONIR ANTONIO HENTGES
Prefeito Municipal

Testemunhas:

PORTARIA Nº 267, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131493

PORTARIA Nº 267/2021 De 01 de julho de 2021	DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO DE SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTONIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o inciso I, do Art. 37 da Constituição Federal combinado com o Art. 18, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, inciso II do Art. 4 da Lei Municipal nº 1.586/2007 e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado até 02 de Dezembro de 2021, o prazo de vigência do Contrato Administrativo de que trata a Portaria nº 194/2021; conforme Termo Aditivo de Contrato Administrativo de Trabalho por Prazo Determinado nº 1, da Sra. TALIA FOLLMANN.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 01 de Julho de 2021.

LEONIR ANTONIO HENTGES

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

Dispõe sobre prorrogação do Contrato de Servidora para atender atividades de interesse público

Em cumprimento ao Inciso II do Art. 4º da Lei Municipal nº 1.586/2007 (Dispõe sobre Contratação por Prazo Determinado) e justificativa da Secretaria, a Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó, representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. LEONIR ANTONIO HENTGES, adiante assinado, simplesmente denominado CONTRATANTE e TALIA FOLLMANN, adiante assinado, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, já qualificada no Contrato principal firmado em 03 de Maio de 2021, resolvem de comum acordo prorrogar o prazo do Contrato, obedecendo as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Conforme previsto na Cláusula Sexta do Contrato, celebrado entre as partes em 03/05/2021; resolvem firmar o presente 1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo de Trabalho, visando atender as atividades de interesse público e ajustando o prazo de vigência do contrato de trabalho, ficando prorrogado até 02 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – As demais cláusulas ajustadas no Contrato principal, não atingidas neste Termo de Prorrogação de Contrato, permanecem em vigor, sendo ratificadas entre as partes contratadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – E, por estarem justas e acertadas, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo a tudo presentes, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Águas de Chapecó – SC, em 01 de Julho de 2021

TALIA FOLLMANN
Servidora

LEONIR ANTONIO HENTGES
Prefeito Municipal

Testemunhas:

Águas Frias

PREFEITURA

DECRETO Nº145/2021

Publicação Nº 3131259

DECRETO Nº145/2021

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2021, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ JOSÉ DAGA, Prefeito de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado do julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio de Pregão deste Município, do Processo Licitatório nº 31/2021, na modalidade de "Pregão Presencial para Registro de Preços" nº 16/2021, na sua exata ordem e classificação.

Art. 2º - Fica adjudicado o objeto Aquisição de Uniformes, Materiais de Proteção, Camisetas e Coletes, no valor global de R\$ 21.763,15 (vinte e um mil setecentos e sessenta e três reais e quinze centavos), a proposta apresentada em favor da empresa proponente: Top Brazil Textil Eireli no valor de R\$ 20.853,15 (vinte mil oitocentos e cinquenta e três reais e quinze centavos), Weikki Confecções Ltda no valor de R\$ 910,00 (novecentos e dez reais) para o cumprimento do objeto desta licitação.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente Decreto serão por conta do orçamento Municipal vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias - SC, em 01 de julho de 2021.

LUIZ JOSÉ DAGA

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e Publicado no DOM/SC.

OLDAIR NATAL CITADELLA

Sec. Adm. Finanças e Planejamento

DECRETO Nº146/2021

Publicação Nº 3131370

DECRETO Nº 146/2021

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2021, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ JOSÉ DAGA, Prefeito de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado do julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio de Pregão deste Município, do Processo Licitatório nº 13/2021, na modalidade de "Pregão Eletrônico" nº 5/2021, na sua exata ordem e classificação.

Art. 2º - Fica adjudicado o objeto Aquisição de Patrulha Agrícola no valor global de R\$ 43.960,00 (quarenta e três mil novecentos e sessenta reais), a proposta apresentada em favor da empresa proponente: Roberto Cesar Schmitz Ltda no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), Terramaq Insumos Agrícolas Eireli no valor de R\$ 34.960,00 (trinta e quatro mil novecentos e sessenta centavos), para o cumprimento do objeto desta licitação.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente Decreto serão por conta do orçamento Municipal vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias - SC, em 01 de julho de 2021.

LUIZ JOSÉ DAGA

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e Publicado no DOM/SC.

OLDAIR NATAL CITADELLA

Sec. Adm. Finanças e Planejamento

EXTRATO CONTRATUAL Nº59/2021

Publicação Nº 3132346

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 36A3244A71F37357B7BDAE006E9CD99C19820FE5

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Estado de Santa Catarina

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 59/2021

Contratante : MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS

Contratada : ANESTESIOLOGIA MARAVILHA LTDA

Objeto : Serviços de Consulta e Procedimentos de Anestesia, para suprir as necessidades do Fundo Municipal de Saúde para atendimento aos Municípios que realizarão procedimentos cirúrgicos

Valor : R\$ 1.880,00(mil oitocentos e oitenta reais)

Vigência : Início :02/07/2021 Término : 30/07/2021

Licitação : Dispensa por Justificativa Nº.: 18/2021

Processo : 47/2021

Aguas Frias, 01 de julho de 2021

LUIZ JOSÉ DAGA
PREFEITO

EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA POR LIMITE Nº19/2021

Publicação Nº 3132358

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F9E41DA6473EA10A93C290386D781E4B1068EEAD

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 48/2021

Edital: Dispensa por Limite Nº.: 19/2021

Objeto : Prestação de serviços de telefonia móvel

LUIZ JOSÉ DAGA, Prefeito de Águas Frias, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que foi realizado Processo Licitatório nº48 /2021 de DISPENSA DE LICITAÇÃO POR LIMITE Nº19 /2021, para Prestação de serviços de telefonia móvel,

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Sete de Setembro nº 512, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3332-0019.

Águas Frias -SC, 01 de julho de 2021

LUIZ JOSÉ DAGA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO EDITAL DISPENSA POR LIMITE Nº20/2021

Publicação Nº 3132364

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C1973703101F29120CE6B1FCDDEBB5ED747D52A1

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 49/2021

Edital: Dispensa por Limite Nº.: 20/2021

Objeto : Prestação de serviços para capacitação dos profissionais da secretária de assistência social.

LUIZ JOSÉ DAGA, Prefeito de Águas Frias, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que foi realizado Processo Licitatório nº49 /2021 de DISPENSA DE LICITAÇÃO POR LIMITE Nº20 /2021, para Prestação de serviços para capacitação dos profissionais da secretária de assistência social,

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Sete de Setembro nº 512, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3332-0019.

Águas Frias -SC, 01 de julho de 2021

LUIZ JOSÉ DAGA
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº5/2021

Publicação Nº 3131367

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Processo Administrativo: 13/2021

Licitação: Pregão Eletrônico Nº. 5/2021

Objeto: Aquisição de Patrulha Agrícola , em conformidade com o Convênio MAPA - Plataforma+Brasil nº902923/2020

Homologo o resultado do julgamento, proferido pelo PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, na sua exata ordem de classificação à(s) seguinte(s) empresa(s):

Empresa	Itens	Objeto	Descrição	Qtde	Valor unitário	Valor Homologado
ROBERTO CESAR SCHMITZ LTDA	1	Roçadeira a Trator	acoplada ao hidráulico e traseira com largura mínima de corte de 1,8 metros, fixação central e lateral, com no mínimo 2 navalhas, protegida por embreagem e sistema de giro livre, roda de apoio com regulagem de altura, velocidade de trabalho da tomada de força de 540RPM. Garantia de 01 (um) ano	1,00	9.000,0000	9.000,0000
TerraMq Insumos Agrícolas Eireli	2	Pulverizador	a trator com comando hidráulico e elétrico de 3 vias para a barra, tanque com capacidade mínima de 600L em polietileno, com mínimo de 16 metros de barra e no mínimo 3 dobras, Porta bico antigotejo, bomba com no mínimo 75 litros por minuto, com reservatório de água limpa. Dotado de Bomba hidráulica acoplada e pintura epóxi.. Garantia mínima de 1 (um) ano.	1,00	34.960,0000	34.960,0000

Sendo os totais por fornecedor:

Fornecedor	Valor Total Homologado
ROBERTO CESAR SCHMITZ LTDA	9.000,0000
TerraMq Insumos Agrícolas Eireli	34.960,0000

Intime-se

Águas Frias - SC, 01 de julho de 2021

LUIZ JOSÉ DAGA

Prefeito

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº16/2021

Publicação Nº 3131366

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Processo Administrativo: 31/2021

Licitação: Pregão Presencial para registro de Preços Nº. 16/2021

Objeto: Aquisição de Uniformes, Materiais de Proteção, Camisetas e Coletes,

Homologo o resultado do julgamento, proferido pelo PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, na sua exata ordem de classificação à(s) seguinte(s) empresa(s):

Empresa	Itens	Objeto	Descrição	Qtde	Valor unitário	Valor Homologado
TOP BRAZIL TEX-TEIL EIRELI	1	Jalecos	Feminino Básico manga longa, cor branco, no tecido de Brim composição: 100% algodão, gramatura: 190g/m², com corte acinturado, manga longa, punho de malha, sem bolsos, jaleco aberto na parte frontal contendo 05 botões, gola no formato Blazer, podendo ser solicitado todos os tamanhos: PP; P; M; G; GG e EG. Conforme IMAGEM ILUSTRATIVA	14,00	53,3000	746,2000
TOP BRAZIL TEX-TEIL EIRELI	2	Jaleco sem manga	Jaleco Feminino Básico sem manga, cor branco, no tecido de Brim composição: 100% algodão, gramatura: 190g/m², com corte acinturado, sem manga, sem bolsos, jaleco aberto na parte frontal contendo 05 botões, gola no formato Blazer, podendo ser solicitado todos os tamanhos: PP; P; M; G; GG EG. Conforme IMAGEM ILUSTRATIVA	14,00	51,6000	722,4000
TOP BRAZIL TEX-TEIL EIRELI	3	Camiseta Feminina	Camiseta manga curta feminina, malha 100% algodão, fio 30,1 penteada, gramatura mínima de 0,160g/m², na cor branca ou azul conforme solicitado, gola careca ou gola V conforme solicitado, com reforço. podendo ser solicitado todos os tamanhos. PP; P; M; G; GG e EG.	26,00	33,0000	858,0000
TOP BRAZIL TEX-TEIL EIRELI	5	CALÇA	feminina, com 2 bolsos na frente, na cor branca ou azul marinho conforme solicitado, no tecido brim Leve, 100% algodão, cintura média com elástico e cordão permitindo ajustes, podendo ser solicitado todos os tamanhos: PP; P; M; G; GG e EG	26,00	49,4000	1.284,4000
TOP BRAZIL TEX-TEIL EIRELI	6	Colete Aberto com Fechamento em Elástico	na lateral, tecido em oxford com 2 bolso frontais, acabamento com barra nos dois lados laterais e na gola de 1 cm de largura, modelo unissex, tamanho único. Nas cores verde, azul claro e azul forte, conforme solicitado. Medindo aproximadamente 75 cm de altura e 50cm de largura.	124,00	53,5000	6.634,0000

TOP BRAZIL TEXTEIL EIRELI	7	Sapato ocupacional		15,00	95,5300	1.432,9500
TOP BRAZIL TEXTEIL EIRELI	1	Camiseta para Treino	com gola redonda , com três listras em fita no ombro. Camiseta com manga curta com punho na manga para melhor ajuste no braço. Estampa em sublimação total. Tecido Ultramicro Dry, composição 100% poliéster, gramatura de 142g/m. Nos tamanhos P, M, G, GG, EXG. Conforme imagem ilustrativa.	120,00	60,7900	7.294,8000
TOP BRAZIL TEXTEIL EIRELI	2	Coletes treinos	para prática esportiva modelo regata, com gola redonda, com debrum, estampa em sublimação total digital, Tecido Ultramicro Dry, composição 100% poliéster, gramatura de 142g/m, com elástico na parte inferior . Nos tamanhos de adulto e infantil. Conforme imagem ilustrativa	60,00	31,3400	1.880,4000
WEIKKI CONFECÇÕES LTDA	4	Camiseta manga longa	feminina, malha 100% algodão, fio 30,1 penteada, gramatura mínima de 0,160g/m ² , na cor branca ou azul conforme solicitado, gola careca ou gola V conforme solicitado, com reforço. podendo ser solicitado todos os tamanhos. PP; P; M; G; T GG e EG.	26,00	35,0000	910,0000

Sendo os totais por fornecedor:

Fornecedor	Valor Total Homologado
TOP BRAZIL TEXTEIL EIRELI	20.853,1500
WEIKKI CONFECÇÕES LTDA	910,0000

Intime-se

Águas Frias - SC, 01 de julho de 2021

LUIZ JOSÉ DAGA
Prefeito

Águas Mornas

PREFEITURA

CONTRATO Nº 70/2021

Publicação Nº 3130907

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0ED4F97716C0DDE86FABEF9257831B99A60859E9

Publicação Resumida do Contrato nº 70/2021. Contratado: Vilmar Luiz Danielski 4168682900. Objeto: Prestação de serviço de limpeza, conservação e manutenções diversas junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos. Valor: R\$ 10.440,00. Prazo: até 31/12/2021. Águas Mornas, 01 de julho de 2021. Omero Prim – Prefeito Municipal. Código de Registro TCE: 0ED4F97716C0DDE86FABEF9257831B99A60859E9.

PORTARIA N° 115/2021 DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação N° 3131018

PORTARIA N°. 115/2021**CONCEDE LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE**

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1°. – CONCEDER LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal Senhora Nivia Cristina Garcia Vieira, matrícula n° 1061, ocupante do cargo de Coordenador Educacional, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 23.06.2021, conforme resultado de perícia médica oficial e o disposto no artigo 200 da Lei Complementar n°. 17/2015, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Mornas.

Art. 2°. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23.06.2021.

Águas Mornas, 01 de julho de 2021.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente portaria, no primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um.

Denise Diniz Cordeiro
RESPONSÁVEL

Alto Bela Vista

PREFEITURA

PREGÃO ELETRONICO PR46/2021

Publicação Nº 3123672

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 92399061E64BD576C55B3AD9DE1016D583804BF5

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Alto Bela Vista torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão PE45/2021, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Objeto da licitação: Registro de preços para possível aquisição de equipamentos de proteção individual.
As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br.

DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: até o dia 19/07/2021, exclusivamente por meio eletrônico.

HORÁRIO LIMITE: até às 08:00 horas, exclusivamente por meio eletrônico.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: dia 19/07/2021.

HORÁRIO: a partir das 09:00 - horário de Brasília – DF.

OBS: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF. Edital na íntegra e demais informações, poderão ser consultadas no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, www.portaldecompraspublicas.com.br ou solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Alto Bela Vista, fone (49) 3455-9022 ou e-mail prefeitura@altobelavista.sc.gov.br.

Alto Bela Vista-SC, 18 de junho de 2021

ELTON MATTES
Prefeito

Anchieta

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 087/2017-PM

Publicação Nº 3131058

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PERMISSÃO Nº. 087/2017 DE 01/12/2017 FIRMADO ENTRE ANUAR MANTELLI E O MUNICÍPIO DE ANCHIETA/SC.

O MUNICÍPIO DE ANCHIETA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Anchieta, 838, Centro, inscrito no CNPJ de nº 83.024.687/0001-22, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IVAN JOSÉ CANCI, brasileiro, casado, portador do CPF sob nº 625.835.909-44, residente nesta cidade, doravante denominada PERMITENTE e, de outro lado o Sr. ANUAR MANTELLI, brasileiro, casado, portador do CPF sob nº 346.079.199-34, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado de PERMISSSIONÁRIO, têm entre si ajustado o presente termo de PERMISSÃO, fundamentado pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, Lei nº 8.987/95 e suas alterações posteriores, Lei Municipal nº 1.898/2011 e Decreto Municipal nº 101/2017, Cláusula Primeira, demais normas relativas a matéria e será regido pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO PONTO

O presente Termo Aditivo ao Contrato nº 087/2017, objetiva a alteração do Ponto de Permissão de TAXI para o denominado Ponto nº 03C localizado na Rua Mato Grosso esquina com a Avenida Anchieta ao lado Banco do Brasil, em conformidade com Ata nº 03/2021 do Conselho Municipal de Trânsito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

Anchieta – SC, 01 de Julho de 2021.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal
CPF: 625.835.909-44

ANUAR MANTELLI
PERMISSSIONÁRIO
CPF: 346.079.199-34

CONVOCAÇÃO CONCURSO PUBLICO

Publicação Nº 3132380

CONVOCAÇÃO

Com o presente, comunicamos que de acordo com o Concurso Público Edital nº 002/2019, Vossa Senhoria foi aprovada e consequentemente classificada para a vaga na qual concorreu, onde a respectiva nomeação se deu na data de 02/07/2021, ficando assim Convocada para comparecer junto à Prefeitura Municipal de Anchieta (SC) no Setor de Recursos Humanos.

Para assinatura do Termo de Posse é necessário apresentar a relação de documentos abaixo descrita:

- Fotocópia da Certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia do RG;
- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da Carteira Profissional de Trabalho com o número do PIS/PASEP;
- Fotocópia do Título de Eleitor;
- Comprovante de residência;
- Possuir bons antecedentes Judiciais (folha corrida);
- Uma fotografia 3x4 atual;
- CPF e Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando for o caso;
- Conta corrente no Banco do Brasil, que será realizado o depósito dos pagamentos;
- Comprovante de Escolaridade de acordo com a exigência do Cargo descrito no Edital, com Registro no órgão competente;
- Certidão Negativa de Débito Municipal;
- Gozo dos direitos políticos (certidão retirada pela internet);
- Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
- Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
- Comprovação relativa à habilitação exigida;
- Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo servidor;
- No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
- Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
- Declaração de bens;
- Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, comprovando estar em gozo de saúde física e mental- ASO.
- Efetuar a Qualificação cadastral para o eSocial junto a Receita Federal no portal <http://portal.esocial.gov.br/institucional/consulta-qualificacao-cadastral>

Dúvidas e esclarecimentos contatar no telefone (49) 3653 3200.

Atenciosamente,
Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Ilma. Senhora
Carine Bruneto

DECRETO Nº 147/2021

Publicação Nº 3130835

DECRETO Nº. 147/2021, de 30 de junho de 2021

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) e contém outras providências.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.517, de 20 de novembro de 2020 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:
TÍTULO I

CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.517, de 20 de novembro de 2020, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), destinados a reforçar a dotação orçamentária abaixo especificada e constante do Orçamento Geral do Município, na seguinte conta, a saber:

13 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

01 – DESENVOLVIMENTO LOCAL

04.122.0002.2.012- ADM. GERAL BENS E SERV. SECRETARIA DESENVOLVIMENTO LOCAL

(150) 3.3.90.00.00.00.00.0131-Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Total R\$ 25.000,00

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante neste ato, fica autorizado à redução da dotação na importância de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), em conformidade com a seguinte conta, a saber:

13 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

01 – DESENVOLVIMENTO LOCAL

04.122.0002.2.012- ADM. GERAL BENS E SERV. SECRETARIA DESENVOLVIMENTO LOCAL

(149) 3.1.90.00.00.00.00.0131-Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Total R\$ 25.000,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.515, de 20 de novembro de 2020, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores dessa lei, relativamente ao Crédito e Redução introduzidos no presente Decreto.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Anchieta (SC), 30 de junho de 2021.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br
Jackline Appio - Secretária de Administração e Gestão

DECRETO Nº 148/2021

Publicação Nº 3131982

DECRETO Nº. 148/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO HORÁRIO DE REALIZAÇÃO PARA OUVIR SUGESTÕES DA COMUNIDADE COM O OBJETIVO DE SUBSIDIAR A ELABORAÇÃO DAS LEGISLAÇÕES CONSTANTES DA REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA, PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022, DESTE ENTE FEDERADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o Decreto n. 131/2021, de 21 de junho de 2021, que fixa as datas, horários e locais das reuniões com a finalidade de ouvir sugestões da comunidade visando qualificar a oferta dos serviços públicos e subsidiar a elaboração das legislações constantes da revisão do Plano Plurianual, bem como elaboração da LDO e LOA para o ano financeiro de 2022, conforme determina o artigo 48 e seu parágrafo, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, a saber;

CONSIDERANDO a necessidade de alteração do horário de realização;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso IV do Art. 1º do Decreto nº 131/2021, com novo horário para a realização da Reunião com os Conselhos Municipais de Agricultura, Defesa Civil e Meio Ambiente. que será realizada no dia 07 de julho de 2021, às 13:30h na Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Anchieta (SC), 01 de julho de 2021.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br

Jackline Appio – Secretária de Administração e Gestão

PORTARIA Nº 270/2021

Publicação Nº 3131409

PORTARIA nº. 270/2021

De, 30 de junho de 2021.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar,

Art. 1º - Fica exonerado o senhor Giovanni Amorim Giglioli, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo ACT, matrícula 2751, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),

Em 30 de junho de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 271/2021

Publicação Nº 3131412

PORTARIA nº. 271/2021

De, 01 de julho de 2021.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o servidor Público Municipal Laércio Ferreira Macedo, ocupante do cargo de Gari, matrícula 2630, lotada na Secretaria Municipal da Infraestrutura, relativas ao período de 2019/2020, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 01/07/2021 a 16/07/2021, perfazendo um total de 16 (dezesesseis) dias de férias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),

Em 01 de julho de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 272/2021

Publicação Nº 3131419

PORTARIA nº. 272/2021

De, 01 de julho de 2021.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar a Pedido,

Art. 1º - Fica exonerada a pedido a senhora Daniely Lunardi, matrícula 2717, ocupante do cargo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),

Em 01 de julho de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 273/2021

Publicação Nº 3131421

PORTARIA nº. 273/2021

De, 01 de julho de 2021.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 77 da Lei Complementar nº. 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e,

Considerando o Atestado Médico apresentado, atestando problemas de saúde em pessoa da família;

Considerando que a servidora é a única filha responsável;

Considerando o direito do gozo da Licença Prêmio;

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio pelo período de 90 (noventa) dias,

Art. 1º - Fica concedida Licença Prêmio pelo período de 90 (noventa) dias, para a servidora Pública Senhora Arieli Pulga Dal Castel, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, matrícula 1977, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e matrícula 2269, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, perfazendo um total de 40 (quarenta)

horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com todos os direitos e vantagens que a lei lhe assegura, a serem gozadas no período de 01/07/2021 a 28/09/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta, SC.
Em, 01 de julho de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 274/2021

Publicação Nº 3131422

PORTARIA n. 274/2021
De, 01 de julho de 2021.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar n. 038/2012 e,

Considerando a Comunicação Interna n. 033/2021 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes;
Considerando a Portaria n. 273/2021 a qual concede Licença Prêmio para servidora pública municipal efetiva, senhora Arieli Pulga Dal Castel, matrícula 1977, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil;
Considerando a necessidade de substituição para dar continuidade aos trabalhos com os alunos;
Considerando o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado com o Ministério Público – SIG/MP n. 06.2019.00000682-4;
Considerando o Processo Seletivo nº 01/2020;

RESOLVE:

Nomear Professora de Educação Infantil ACT em Substituição a titular que se encontra em gozo de Licença Prêmio,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Cleusa Perondi Hanauer, para exercer o cargo de Professora de Educação Infantil ACT – Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com exercício na Creche Pró Infância, Maternal I, turno vespertino, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º. inciso VIII, no período de 01/07/2021 a 28/09/2021.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta, SC.
Em, 01 de julho de 2021.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 275/2021

Publicação Nº 3131423

PORTARIA n. 275/2021
De, 01 de julho de 2021.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar n. 038/2012 e,

Considerando a Comunicação Interna n. 034/2021 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes;
Considerando a Portaria n. 273/2021 a qual concede Licença Prêmio para servidora pública municipal efetiva, senhora Arieli Pulga Dal Castel, matrícula 2269, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil;
Considerando a necessidade de substituição para dar continuidade aos trabalhos com os alunos;

Considerando o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado com o Ministério Público – SIG/MP n. 06.2019.00000682-4;
Considerando o Processo Seletivo nº 01/2020;

RESOLVE:

Nomear Professora de Educação Infantil ACT em Substituição a titular que se encontra em gozo de Licença Prêmio,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Clarisse Bohrer, para exercer o cargo de Professora de Educação Infantil ACT – Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com exercício na Creche Pró Infância, Maternal I, turno matutino, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º. inciso VIII, no período de 01/07/2021 a 28/09/2021.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta, SC.

Em, 01 de julho de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 276/2021

Publicação Nº 3131425

PORTARIA nº 276/2021

De, 01 de julho de 2021.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que eventualmente há servidores, das mais diversas secretarias, que mesmo não exercendo o cargo/função de Motoristas dirigem veículos públicos;

Considerando que, para a condução dos veículos é necessário autorização do Executivo;

Considerando que o Servidor Público tem Direitos, Deveres e Responsabilidades;

RESOLVE:

Autorizar Servidora para Conduzir veículos da Municipalidade,

Art. 1º - Fica autorizada a servidora pública municipal Juliana Maria Draszewski, ocupante do cargo em comissão de Assessora de Planejamento, para eventualmente conduzir os veículos da municipalidade, ou seja, quando se fizer necessário.

Art. 2º - De posse da direção do veículo solicitado, é de inteira responsabilidade da servidora e a mesmo não poderá: Ceder à direção do veículo a terceiros; utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão; conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado; gerar multa de trânsito, sendo de sua inteira responsabilidade o pagamento da mesma.

Art. 3º - Quando do retorno, findando o deslocamento, o veículo oficial deverá ser guardado no órgão detentor, com o devido preenchimento do Diário de Bordo.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),

Em 01 de julho de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 277/2021

Publicação Nº 3132375

PORTARIA n. 277/2021
De, 02 de julho de 2021.

Nomeia em caráter efetivo, servidora pública municipal aprovada em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 002/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada em caráter efetivo a senhora Carine Bruneto portadora do CPF nº. 065.201.399-63 e CI nº. 4.910.942, aprovada no Concurso Público nº. 002/2019 para o cargo de Psicóloga, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação junto à Secretaria Municipal da Saúde Pública, com horários de trabalho definidos pela Secretaria, com todos os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 02 de julho de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PREGÃO PRESENCIAL 006/2021-FMS

Publicação Nº 3131157

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D89DDACFCC8C41103BBB58AB5C0FFCB8FE388708

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 006/2021

O Gestor do FMS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, Menor Preço Por Item, para: Registro de preço visando aquisição de persianas, a fim de serem instaladas nas edificações da Unidade Básica de Saúde do Centro, Linha João Café Filho e Unidade de Pronto Atendimento do Município, pelo período de até 12 meses após a data da Homologação do Processo Licitatório. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 15/07/2021. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30hrs às 11:30hrs e das 13:00hrs às 17:00hrs, de Segunda à Sexta – Feira, ou pelo site: www.anchieta.sc.gov.br

Anchieta, 01 de julho de 2021.
MARTINHOS SCANTAMBURLO
Gestor do FMS

PROGRAMA PID

Publicação Nº 3131903

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Anchieta

PROGRAMA DE INCENTIVO DIRETO – PID
Comunicado nº 005, junho de 2021.

A Comissão Especial nomeada pelos Decretos Municipal nº 117/2020 de 15 de julho de 2020 e nº 091/2021 de 03 de maio de 2021, torna público, a relação dos agricultores contemplados no Programa de Incentivo Direto – PID, instituído pela Lei Municipal nº 2.350 de 28 de dezembro de 2017, que protocolaram pedido junto a Secretaria de Agricultura, entre o dia 01 de junho a 30 de junho de 2021:

Nº	NOME	ENDEREÇO	VALOR
01	ELIAN SUFFREDINI DE FREITAS	LINHA PRATELEIRA	R\$ 872,59
02	LOACIR CHENET	LINHA SÃO ROQUE	R\$ 581,73

03	ROSANE PINHEIRO	LINHA PRIMAVERA	R\$ 290,86
04	CLAUDIOMIR DA SILVA	LINHA APARECIDA	R\$ 799,90
05	LUCIO LEONIR MILAN	LINHA TAQUARUÇU	R\$ 337,59
06	LEO CELITO CHENET	LINHA SÃO DOMINGOS	R\$ 155,82
07	MOACIR BRUGNARA	LINHA PRATELEIRA	R\$ 1.163,46
08	CASEMIRO ROSSATO	LINHA SÃO JOSÉ	R\$ 581,73
09	GILBERTO ROSSATO	LINHA SÃO PAULO	R\$ 519,40
10	LEONY ANTÔNIO LANGER	LINHA SÃO LUIZ	R\$ 1.163,46
11	VALDECIR JOSÉ BULIGON	LINHA SÃO ROQUE	R\$ 227,49
12	PAULINO DEROSSI	LINHA SÃO DOMINGOS	R\$ 872,59
13	GERALDO ANTÔNIO KOERICH	LINHA PRATELEIRA	R\$ 758,32
14	CLARICE DA SILVA MARTINS	LINHA CORDILHEIRA	R\$ 116,35
15	ELSO LUIZ KRAEMER	LINHA SANTO INÁCIO	R\$ 581,73
16	FABIO JUNIOR MEZZAROBA	LINHA SALETE	R\$ 581,73
17	NEVTON LUIZ PORTO ALBRING	LINHA UNIÃO DA VITORIA	R\$ 405,13
18	ANAZIRA PERREIRA	LINHA PRATELEIRA	R\$ 72,71
19	VALDIR LUIZ GAVINESCKI	LINHA SALETE	R\$ 405,13
20	GIAN CARLOS FRARE	LINHA SÃO ROQUE	R\$ 872,59
21	LEONIR VIDORI	LINHA SÃO ROQUE	R\$ 227,49
22	SERGIO FONTANIVA	LINHA CAMARGO	R\$ 1.163,46
23	HENDSON PAULO BERVANGER	LINHA CORDILHEIRA	R\$ 290,86
24	ALENCAR CHENET	LINHA SÃO DOMINGOS	R\$ 135,02
25	ALCIR CARLOS RIBEIRO	LINHA SÃO ROQUE	R\$ 476,13
26	ALCIDIO OLIVIO WILLE	LINHA APARECIDA	R\$ 174,52
27	JANDIR BARONIO	LINHA SÃO DOMINGOS	R\$ 302,96
28	IDILSO ALBRING	LINHA JOÃO CAFÉ FILHO	R\$ 290,86
29	SELVINO FONTANIVA	LINHA CAMARGO	R\$ 1.163,46
30	JACIR ANTÔNIO NERVIS	LINHA PRATELEIRA	R\$ 405,13
31	VILMAR DE OLIVEIRA MACHADO	LINHA 25 DE MAIO	R\$ 371,38
32	ANTONIO ZATTERA	LINHA TAQUARUÇU	R\$ 405,13
33	EDEVANDRO ROQUE BRESOLIN	LINHA GAIOLA	R\$ 290,86
34	SILVINO BUFFON	LINHA SAÚDE	R\$ 872,59
35	DORNELI SCANTAMBURLO	LINHA SÃO PAULO	R\$ 290,86
36	ELOIR DONADELO	LINHA JOÃO CAFÉ FILHO	R\$ 727,12
37	JOSÉ PAULO SOMERA	LINHA PRATELEIRA	R\$ 96,94
38	UBIRATAN CARLOS PEREIRA	LINHA SÃO JOSÉ	R\$ 174,52
39	ROSENEI JOSÉ STEFANELLO	LINHA PRATELEIRA	R\$ 519,40
40	RUBIEL LEONARDO DE CEZARE	LINHA VARGEM BONITA	R\$ 302,96
41	WALDOMIRO DE CEZARE	LINHA VARGEM BONITA	R\$ 986,86
42	ISABEL BAESSO	LINHA JOÃO CAFÉ FILHO	R\$ 986,86
43	FIORAVANTE MENEGHINI	LINHA PRATELEIRA	R\$ 116,35
44	DULCE MILIONI DE LARA	LINHA GAIOLA	R\$ 116,35
45	LEONEL FACCO	LINHA GAUCHA	R\$ 405,13
46	LUIZ DRASZEWSKI	LINHA SÃO CRISTOVÃO	R\$ 1.173,19
47	ALCIR BIONDO	LINHA NOVA SEARA	R\$ 1.279,80
48	RAUL CRESTANI	LINHA SÃO MARCOS	R\$ 758,32
49	ROSELEI APARECIDA RONSONI WILLE	LINHA APARECIDA	R\$ 482,79
50	JOÃO PEDRO PERIN	LINHA SÃO JOSÉ	R\$ 1.085,54
51	IRNO PEDRO GHENO	LINHA CORDILHEIRA	R\$ 1.163,46
VALOR TOTAL: R\$ 28.596,61			

O(a) agricultor que discordar do valor do subsídio poderá solicitar revisão à Comissão Municipal em até 48 horas desta publicação, por meio

de documento, justificando as razões para a revisão.

A comissão municipal analisará a solicitação e publicará o resultado dos recursos apresentados em até 48 (quarenta e oito horas) no mural da Secretaria Municipal de Agricultura e na página na internet da Prefeitura Municipal.

Qualquer pessoa poderá impugnar a concessão do subsídio junto à Secretaria Municipal de Agricultura, mediante apresentação de documento por escrito, justificando as razões e os elementos comprobatórios.

Anchieta – SC, 05 de julho de 2021.

George Luiz Teixeira

Vanira Suzana Moresco

Rafael Ferreira da Silva

PROGRAMA PROINFRA

Publicação Nº 3131908

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

PROGRAMA INFRAESTRUTURA PRODUTIVA

Comunicado nº 005, junho de 2021.

A Comissão Especial nomeada pelos Decretos Municipal nº 117/2020 de 15 de julho de 2020 e nº 091/2021 de 03 de maio de 2021, torna público, a relação dos agricultores contemplados no Programa Infraestrutura Produtiva - PROINFRA, instituído pela Lei Municipal nº 2.350 de 28 de dezembro de 2017, que protocolaram pedido junto a Secretaria de Agricultura, entre o dia 01 de junho a 30 de junho de 2021:

Nº	NOME	ENDEREÇO	VALOR
01	LOACIR CHENET	LINHA SÃO DOMINGOS	R\$ 251,39
02	ROSANE PINHEIRO	LINHA PRIMAVERA	R\$ 232,69
03	NEVIO ALCEU FORGIARINI	LINHA SÃO ROQUE	R\$ 232,69
04	CLAUDIOMIR DA SILVA	LINHA APARECIDA	R\$ 245,68
05	LEO CELITO CHENET	LINHA SÃO DOMINGOS	R\$ 251,39
06	GILBERTO ROSSATO	LINHA SÃO PAULO	R\$ 251,39
07	CASEMIRO ROSSATO	LINHA SÃO JOSE	R\$ 251,39
08	NADIR LUIZ OTTO	LINHA JOÃO CAFÉ FILHO	R\$ 230,00
09	ALCIR BIONDO	LINHA NOVA SEARA	R\$ 349,04
10	DEORGES ANTONIO DALMORO	LINHA SÃO PAULO	R\$ 300,00
11	FABIO JÚNIOR MEZZAROBIA	LINHA SALETE	R\$ 251,39
12	ALENCAR CHENET	LINHA SÃO DOMINGOS	R\$ 77,55
13	JANDIR BARONIO	LINHA SÃO DOMINGOS	R\$ 146,63
14	MARCIO GIONGO	LINHA UNIDA	R\$ 232,69
15	SELVINO FONTANIVA	LINHA CAMARGO	R\$ 349,04
16	SERGIO FONTANIVA	LINHA CAMARGO	R\$ 349,04
17	CLAUDINO PERIN	LINHA SÃO PAULO	R\$ 268,01
18	JOÃO CARLOS DELAI	LINHA JOÃO CAFÉ FILHO	R\$ 230,44
19	FABIANO FRARE	LINHA SALETE	R\$ 245,68
20	ASSUNTA FRARE	LINHA SALETE	R\$ 193,90
21	ISABEL BAISSO	LINHA JOÃO CAFÉ FILHO	R\$ 268,01
22	LUIZ DRASZEWSKI	LINHA SÃO CRISTOVÃO	R\$ 319,96
23	WALDOMIRO DE CEZARE	LINHA VARGEM BONITA	R\$ 268,01
24	RUBIEL LEONARDO DE CEZARE	LINHA VARGEM BONITA	R\$ 146,63
25	VALDIR GAVINESCKI	LINHA SALETE	R\$ 232,69
26	VILMAR CELLA	LINHA APARECIDA	R\$ 232,69
27	IRNO PEDRO GHENO	LINHA CORDILHEIRA	R\$ 349,04
28	LEONEL FACCO	LINHA GAUCHA	R\$ 232,69
29	NELSI WIESLOSKI	LINHA SÃO ROQUE	R\$ 232,69
30	MARCIO JOSÉ DE VARGAS	LINHA SAÚDE	R\$ 232,69
VALOR TOTAL: R\$ 7.455,13			

O(a) agricultor que discordar do valor do subsídio poderá solicitar revisão à Comissão Municipal em até 48 horas desta publicação, por meio de documento, justificando as razões para a revisão.

A comissão municipal analisará a solicitação e publicará o resultado dos recursos apresentados em até 48 (quarenta e oito horas) no mural da Secretaria Municipal de Agricultura e na página na internet da Prefeitura Municipal.

Qualquer pessoa poderá impugnar a concessão do subsídio junto à Secretaria Municipal de Agricultura, mediante apresentação de documento por escrito, justificando as razões e os elementos comprobatórios.

Anchieta – SC, 05 de julho de 2021.

George Luiz Teixeira

Vanira Suzana Moresco

Rafael Ferreira da Silva

Angelina

PREFEITURA

DECRETO 69/2021

Publicação Nº 3132147

DECRETO nº 069, de 30 de junho de 2021.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal c/c art. 36, inciso II da EC nº 103/2019 e do art. 27, inciso III, da Lei Municipal nº 818/2000, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida na Lei federal nº 10887/2004, declara a vacância do cargo público do servidor JOSÉ HECK, a partir de 30/06/2021, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Angelina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Conceder aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal c/c art. 36, inciso II da EC nº 103/2019 e do art. 27, inciso III, da Lei Municipal nº 818/2000, ao servidor JOSÉ HECK, detentor da matrícula funcional nº 1063, inscrito no CPF nº 398.853.809-49 e no PASEP nº 1701839129-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação – 40 horas, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Transporte e Obras.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, correspondente a 47,15% (quarenta e sete vírgula quinze por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a aplicação da metodologia de cálculo definida na Lei federal nº 10.887/2004, perfazendo a importância de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais), que será paga mensalmente pelo ANGEPREV.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 100, IV da Lei Complementar nº 21/2013 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis Municipais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos iniciam-se a partir de 30/06/2021, revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 30 de junho de 2021.

Roseli Anderle

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 072/2021

Publicação Nº 3132341

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

DECRETO Nº 072/21

"DISPOE SOBRE: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR"

Roseli Anderle, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Angelina e autorização contida na Lei Municipal nº 001279 de 21 de Dezembro de 2020.

DECRETA

Art. 1º -	Fica aberto no exercício corrente crédito adicional suplementar na importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada.
-----------	---

04 SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E DESPORTO		
04.03 - ENSINO INFANTIL - PRÉ ESCOLAS		
1230642.013 - Merenda Escolar - Ensino Infantil - (Pré-Escolas)		
(182) 3.3.90.00.00.00.00.0.3.00.0000 – Aplicação Direta	R\$	5.000,00

Art. 2º -	Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior, são oriundos do superávit financeiro, na importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na fonte de recursos abaixo discriminada.
-----------	--

0.3.00.0000 – Recursos Ordinários - Sem detalhamento das destinações de recursos	R\$	5.000,00
Total	R\$	5.000,00

Art. 3º -	Fica aberto no exercício corrente crédito adicional suplementar na importância de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada.
-----------	--

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10301142.030 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
(11) 3.3.90.00.00.00.00.0.1.02.0000 – Aplicação Direta	R\$	80.000,00

Art. 4º -	Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior, são oriundos da anulação de saldo, na importância de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) na dotação orçamentária e fonte de recursos abaixo discriminada.	
09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10301142.030 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
(5) 3.1.90.00.00.00.00.0.1.02.0000 – Aplicação Direta	R\$	80.000,00
0.1.02.0000 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde - Sem detalhamento das destinações de recursos	R\$	80.000,00
Total	R\$	80.000,00
Art. 5º -	Fica aberto no exercício corrente crédito adicional suplementar na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada.	
11 - INST. PREV. SOC. SERV. PUB. DO MUN. DE ANGELINA		
11.04 - INST. PREV. SOC. SERV. PUB. DO MUN. DE ANGELINA		
04122162.056 - Manut. e Func. das Ativ Administrativas - ANGEPREV		
(12) 3.1.90.00.00.00.00.0.3.00.0000 – Aplicação Direta	R\$	20.000,00
Art. 6º -	Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior, são oriundos do superávit financeiro, na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) na fonte de recursos abaixo discriminada.	
0.3.75.0000 – Taxa de Administração RPPS - Sem detalhamento das destinações de recursos	R\$	20.000,00
Total	R\$	20.000,00
Art. 7º -	Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.	

Angelina, 02 de julho de 2021.
ROSELI ANDERLE
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 70/2021

Publicação Nº 3132153

DECRETO Nº 070, DE 01 DE JULHO DE 2021

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c e art. 36, inciso II da Emenda Constitucional nº 103/2019, declara a vacância do cargo público do servidor FRANCISCO SEBASTIÃO FERREIRA, a partir de 01/07/2021, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Angelina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Aposentadoria Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c art. 36, inciso II da Emenda Constitucional nº 103/2019, ao servidor FRANCISCO SEBASTIÃO FERREIRA, detentor da matrícula funcional nº 62, inscrito no CPF nº 573.357.539-53 e no PASEP nº 1701839134-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina – 40 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Transporte e Obras.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% de sua última remuneração, perfazendo a importância de R\$ 3.760,56 (três mil setecentos e sessenta reais e cinquenta e seis centavos) que será pago mensalmente pelo ANGEPREV.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 100, IV da Lei Complementar nº 21/2013 - Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis Municipais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos iniciam-se a partir de 01/07/2021, revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 01 de julho de 2021.
Roseli Anderle
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 71/2021

Publicação Nº 3132155

DECRETO Nº 071, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c art. 36, inciso II da Emenda Constitucional nº 103/2019, declara a vacância do cargo público, da servidora VILMA GORETE EGER, a partir de 01/07/2021, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Angelina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c art. 36, inciso II da Emenda Constitucional nº 103/2019, à servidora VILMA GORETE EGER, detentora da matrícula funcional nº 141, portadora do CPF nº 833.815.899-20, inscrita no PASEP nº 1704490973-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Saúde Pública - 40 hs, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 2.406,80 (dois mil quatrocentos e seis reais e oitenta centavos), que será pago mensalmente pelo ANGEPREV.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 100, IV da Lei Complementar Municipal nº 21/2013 - Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis Municipais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, operando seus efeitos a partir de 01/07/2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de julho de 2021.

Roseli Anderle

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 145/2021

Publicação Nº 3130675

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

PORTARIA Nº 145/2021

CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO

ROSELI ANDERLE, Prefeita Municipal de Angelina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 021/2013 art. 221;

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio à servidora Maria Eleonor Hames, matrícula funcional nº 171, ocupante do cargo de provimento efetivo de Telefonista do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Angelina no período de 01/07/2021 à 30/09/2021, referente ao período aquisitivo de 01/06/2002 à 27/01/2008.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Angelina, 01 de julho de 2021.

Roseli Anderle

Prefeita Municipal

TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 019/2021

Publicação Nº 3130919

TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 019/2021

Este Aditivo refere-se ao Contrato de locação firmado em 27 de janeiro de 2021, assinado entre Eliane Andrade Antunes, CPF nº 518.286.779-49, e o Município de Angelina, através da Senhora. Prefeita Municipal.

DAS PARTES

Aos 30 (trinta) dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um (2021), compareceram de um lado, Eliane Andrade Antunes, CPF nº 518.286.779-49, denominada LOCADORA e de outro lado, o MUNICÍPIO DE ANGELINA, representado pela Exma. Sra. Roseli Anderle, Prefeita Municipal, adiante LOCATÁRIA, para firmar o presente ADITIVO, mediante Cláusulas que aceitam, ratificam e outorgam, na forma abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - PRAZO

O presente ADITIVO ampliará o prazo de locação da sala comercial – SALA FRONTAL, com metragem de 59,08 m², localizada à Rua Manoel Lino Koerich, nº 128, Centro, Angelina – SC, situada no imóvel de matrícula nº 30.019 do Cartório de Registro de Imóveis de Santo Amaro da Imperatriz, em 30 (trinta) dias, a partir de 01 de agosto de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALIDADE

As demais Cláusulas do Contrato continuam em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA - DISPOSIÇÃO FINAL

E, por estarem acordes, as partes nomeadas assinam o presente ADITIVO, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Angelina, 30 de junho de 2021.

Locadora: Locatária:

Eliane Andrade Antunes
CPF nº 518.286.779-49

Roseli Anderle
Prefeita Municipal

Anitápolis

PREFEITURA

AVISO DE LEILÃO PÚBLICO ON-LINE 001/2021

Publicação Nº 3130884

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº001/2021 - A Prefeitura Municipal de Anitápolis torna público aos interessados em participar do Leilão on-line, sua nova data, dia 16/07/2021, às 09:30 horas, através do site: www.catarinaleiloes.com.br. Objeto: do presente Edital de Leilão consiste na alienação dos bens constantes do ANEXO I ao final deste Edital. O Edital, impresso, contendo as instruções, especificações e condições para participação, estarão à disposição dos interessados, no dia 02/07/2021, no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Anitápolis, Rua Gonçalves Junior, nº 260 – CEP: 88475-000 - Centro – Anitápolis. FONE: (48) 3256-0188. site: www.anitapolis.sc.gov.br. Email: licita@anitapolis.sc.gov.br Anitápolis, 01/07/2021. Solange Back – Prefeita Municipal.

RESULTADO DE LICITAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA 019-2021 E EXTR. CONTR. 017,018 E 019/2021

Publicação Nº 3130659

MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS – RESULTADO DO PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA COM DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2021. EXTRATO DO CONTRATO Nº. 017/2021. CONTRATANTE: Município de Anitápolis. CONTRATADO: Geraldo Soares. Valor: R\$ 11.475,70. EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2021. CONTRATANTE: Município de Anitápolis. CONTRATADO: Renato Heinzen. Valor: R\$ 10.833,80. EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2021. CONTRATANTE: Município de Anitápolis. CONTRATADA: Cooperativa dos Agricultores Familiares de Rio Fortuna e Toda SC – COOPER-FAMILIAR. Valor: R\$ 5.880,00. OBJETO: Credenciamento e registro de preços de Grupos Formais e Informais da Agricultura Familiar e Empreendedores Familiares Rurais e suas organizações, interessados em apresentar proposta para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à elaboração de merenda para os alunos da rede municipal de ensino deste Município de Anitápolis/SC, com verba FNDE/PNAE, durante o ano letivo de 2021. Data da Assinatura: 01/07/2021. Prazo de vigência: 31/12/2021. Anitápolis, 01/07/2021. Rogério Meyer – Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 020/2021 E EXTR, ATAS 010 E 011/2021

Publicação Nº 3130770

MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS – RESULTADO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2021. OBJETO: registro de preços para aquisição futura, eventual e parcelada de gêneros alimentícios e gás (GLP), para as diversas secretarias da Prefeitura de Anitápolis e Fundo Municipal de Saúde. EXTRATO ATA Nº 010/2021. CONTRATANTE: Município de Anitápolis. CONTRATADA: SUPERMERCADO VAN DE SAND EIRELI. Valor: R\$ 9.661,70. EXTRATO ATA Nº 011/2021. CONTRATANTE: Município de Anitápolis. CONTRATADA: TIAGO VANDRESSEN ME. Valor: R\$ 16.240,00 Data da Assinatura: 01/07/2021. Prazo de vigência: Até 09/04/2022. Anitápolis, 01/07/2021. Solange Back – Prefeita Municipal.

Antônio Carlos**PREFEITURA****2ª CONVOCAÇÃO – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 17/2021**

Publicação Nº 3131299

2ª CONVOCAÇÃO – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 17/2021

O PREFEITO MUNICIPAL, Geraldo Pauli, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 37 de Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, CONVOCA aprovados do Chamamento Público nº 17/2021, para comparecerem na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir do dia 02/07/2021, nos termos da Lei Municipal n. 1.544/2017, conforme ROL abaixo:

MONITOR ESCOLAR	
Class.	Candidato
03º	JAQUELINE GRAZIELI DIAS
04º	ELISANGELA ALFREDO DA SILVA

Antônio Carlos, 01 de julho de 2021.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

AVISO DE ERRATA - PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 128/2021 - TOMADA DE PREÇOS N. 11/2021

Publicação Nº 3131869

AVISO DE ERRATA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 128/2021
TOMADA DE PREÇOS 11/2021

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, com fornecimento de material e mão de obra especializada para pavimentação com CBUQ, drenagem pluvial e sinalização viária da Rua Antônio Pedro Scherer, do bairro Santa Maria do município de Antônio Carlos/SC de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no anexo i e nas condições previstas neste edital.

Onde LÊ-SE :

3 - DO PREÇO MÁXIMO

3.1 - O valor máximo para contratação será de R\$ 581.357,87 (quinhentos e oitenta e um mil, trezentos e cinquenta e sete reais com oitenta e sete centavos).

LEIA-SE:

3 - DO PREÇO MÁXIMO

3.1 - O valor máximo para contratação será de R\$ 399.912,18 (trezentos e noventa e nove mil, novecentos e doze reais com dezoito centavos).

Em virtude de a mudança alterar a proposta de preços, a data da sessão será alterada para dia 21 de julho de 2021, às 09 horas.

Antônio Carlos/SC, 07 de julho de 2021.

Mirlene Manes
Presidente da Comissão de Licitações

DECRETO Nº 088/2021

Publicação Nº 3131676

DECRETO Nº 000088/21 de 30 de Junho de 2021

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001677/20 de 15 de Dezembro de 2020.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 2.340,04 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.03 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.03.08.244.0008.1.006-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 2.340,04

Art 2º -

ara atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 2.340,04

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 30 de Junho de 2021

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA N 454/2021

Publicação N° 3130572

PORTARIA nº 454, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c art. 36, inciso II da Emenda Constitucional nº 103/2019, declara a vacância do cargo público do servidor FLAVIO BRAZ GLASENAPP, a partir de 01/07/2021, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c art. 36, inciso II da Emenda Constitucional nº 103/2019, ao servidor FLAVIO BRAZ GLASENAPP, detentor da matrícula funcional nº 138, portador do CPF nº 397.862.500-87, inscrito no PASEP nº 1703312010-7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Veterinário – 40hs, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, com lotação na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 10.102,39 (dez mil cento e dois reais e trinta e nove centavos), que será pago mensalmente pelo IPREANCARLOS.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 15, inciso VII da Lei Municipal nº 558/1992 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, estabelecendo seus efeitos a partir de 01/07/2021, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 01 de julho de 2021.

Geraldo Pauli
Prefeito Municipal

QUINTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 22/2020

Publicação N° 3131158

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Quinto aditivo ao Contrato nº 22/2020; Origem: Processo de Licitação nº 01/2020, Tomada de Preço nº 01/2020. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada AVILA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI; Objeto: O termo aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo e aditar o valor do contrato, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, com fornecimento de material e mão de obra especializada, para a construção do centro de convivência do município de Antônio Carlos/SC, com recursos do contrato de repasse OGU ministério da cidadania 873974/2018 - operação 1060650-73. Valor Original: R\$ 551.972,04. Aditamento: R\$ 11.855,04. Novo Valor: R\$ 563.827,08. Prorrogação de Prazo: 60 dias. Novo vencimento: 20 de setembro de 2021.

Geraldo Pauli
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 009/2021 EXONERAÇÃO DO SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO**

Publicação N° 3131400

PORTARIA N° 09 DE 30 DE JUNHO DE 2021.

Dispõe sobre a exoneração de cargo comissionado a funcionário e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, resolve:

Art. 1º Exonerar MAURI BERTOLDO ELIAS, ocupante do Cargo de SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO, com matrícula nº 380, do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 30 de junho de 2021.

EMERSON ROBERTO SCHAPPO

PRESIDENTE

PORTARIA 010/2021 EXONERAÇÃO DO DIRETOR GERAL

Publicação N° 3131450

PORTARIA N° 10 DE 30 DE JUNHO DE 2021.

Dispõe sobre a exoneração de cargo comissionado a funcionário e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, resolve:

Art. 1º Exonerar ARIEL PITZ, ocupante do Cargo de DIRETOR GERAL, com matrícula nº 382, do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 30 de junho de 2021.

EMERSON ROBERTO SCHAPPO

PRESIDENTE

PORTARIA 011/2021 EXONERAÇÃO DO ASSESSOR JURÍDICO

Publicação N° 3131453

PORTARIA N° 11 DE 30 DE JUNHO DE 2021.

Dispõe sobre a exoneração de cargo comissionado a funcionário e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, resolve:

Art. 1º Exonerar MARILENE PETRI, ocupante do Cargo de ASSESSOR JURIDICO, com matrícula nº 381, do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 30 de junho de 2021.

EMERSON ROBERTO SCHAPPO

PRESIDENTE

PORTARIA 012/2021 CONTRATAÇÃO SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO

Publicação N° 3131455

PORTARIA N° 12 DE 04 DE JULHO DE 2021

O Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, RESOLVE NOMEAR:

ARIEL PITZ, brasileiro, casado, inscrito no CPF 088.065.619-01, e RG 5507127, residente e domiciliado na Rua Antonio José Zimmermann, nº5525, Usina, Antônio Carlos/SC, para o cargo de "SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO" da Câmara de Vereadores do Município de Antônio Carlos, com efeitos a partir do dia 01 de julho 2021.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Antônio Carlos, 01 de julho de 2021.

EMERSON ROBERTO SCHAPPO
Presidente

PORTARIA 013/2021 CONTRATAÇÃO DIRETOR GERAL

Publicação N° 3131461

PORTARIA N° 13 DE 01 DE JULHO DE 2021

O Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, RESOLVE NOMEAR:

MARILENE PETRI, brasileira, convive em união estável, inscrita no CPF 005025199-67, e RG 3391306, residente e domiciliado na Rua José Edmundo Petri, 135, Rachadel, Antônio Carlos/SC, para o cargo comissionado de "DIRETOR GERAL" da Câmara de Vereadores do Município de Antônio Carlos, com efeitos a partir do dia 01 de julho 2021.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Antônio Carlos, 01 de julho de 2021.

EMERSON ROBERTO SCHAPPO
Presidente

PORTARIA 014/2021 ASSESSOR JURÍDICO

Publicação N° 3131464

PORTARIA N° 14 DE 01 DE JULHO DE 2021

O Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, RESOLVE NOMEAR:

FLÁVIO MÜNICH, brasileiro, divorciado, inscrita no CPF 023.753.609-90, e RG 3391312, residente e domiciliado na Rua José Luiz Hoffmann – nº 100 – centro, Antônio Carlos/SC, para o cargo comissionado de "ASSESSOR JURÍDICO" da Câmara de Vereadores do Município de Antônio Carlos, com efeitos a partir do dia 01 de julho 2021.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Antônio Carlos, 01 de julho de 2021.

EMERSON ROBERTO SCHAPPO
Presidente

Apiuna

PREFEITURA

DECRETO 3863/2021

Publicação Nº 3131913

DECRETO Nº 3863/2021
De 30/06/2021

ALTERA DECRETO Nº 3803/2021 DE 30/04/2021 QUE NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE APIÚNA - SC.

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Altera o Decreto nº 3803/2021, de 30 de abril de 2021, que nomeia membros do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE APIÚNA, em conformidade com a Lei nº 282/1996 de 13/11/1996, passando a ter a seguinte composição:

I - REPRESENTANTES DO GOVERNO

- Representantes da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social

Titular : Renann Marcel Sandri
Suplente: Marlene Krucynski da Silva

- Representantes da Assistência Social

Titular : Andressa Blauth
Suplente : Nadir Inês Werner Fusinato

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Prefeitura municipal de Apiúna, 30 de junho de 2021.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3857

Publicação Nº 3130412

DECRETO Nº 3857/2021
de 25/06/2021

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA UTILIZANDO O EXCESSO OU PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCELO DOUTEL DA SILVA, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 945/2020 de 01/12/2020:

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento vigente da unidade do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna o valor de R\$ 13.000,00 (Treze mil Reais) da seguinte classificação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
3000000000000000	Despesas Correntes	
3300000000000000	Outras Despesas Correntes	
3393000000000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	
13.854	Portaria GM/MS nº 894 05/2021	13.000,00
	TOTAL	13.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 25 de Junho de 2021

MARCELO DOUTEL DA SILVA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3858

Publicação Nº 3130415

DECRETO Nº3858/2021

De 25/06/2021

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETA

MARCELO DOUTEL DA SILVA, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 945/2020 de 01/12/2020:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna, o valor de até R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais), da seguinte dotação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras Despesas Correntes	
339300000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	
37.801	Emendas Parlamentares Individuais - nº 90550001 - MACEA	100.000,00
	TOTAL	100.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação constante no Art. 1º, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado suplementar no orçamento vigente no Fundo Municipal de Saúde de Apiúna, até o valor de até R\$ 100.000,00(Cem Mil Reais), na seguinte dotação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras Despesas Correntes	
339000000000	Aplicações Diretas	
37.801	Emendas Parlamentares Individuais - nº 90550001 - MACEA	100.000,00
	TOTAL	100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna em, 25 de Junho de 2021.

MARCELO DOUTEL DA SILVA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3859

Publicação Nº 3130445

DECRETO Nº 3859/2021

de 25/06/2021

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA UTILIZANDO O EXCESSO OU PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCELO DOUTEL DA SILVA, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 945/2020 de 01/12/2020:

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento vigente da unidade do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna o valor de R\$ 228.090,00 (Duzentos e vinte e oito mil e noventa Reais) da seguinte classificação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
40000000000000	Despesas de Capital	
44000000000000	Investimentos	
44900000000000	Aplicações Diretas	
17.906	Emendas Parlamentares Impositivas - AQUISIÇÃO MOBILIÁRIO SAÚDE emenda 314	16.300,00
	Subtotal	16.300,00
0010.0301.0501.1051	Aquisição de Veículos	
40000000000000	Despesas de Capital	
44000000000000	Investimentos	
44900000000000	Aplicações Diretas	
17.906	Emendas Parlamentares Impositivas - AQUISIÇÃO MOBILIÁRIO SAÚDE emenda 314	211.790,00
	Subtotal	211.790,00
	TOTAL	228.090,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 25 de Junho de 2021

MARCELO DOUTEL DA SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATOS CONTRATOS, APOSTILAMENTOS, ADITIVOS DE 01 DE JUNHO A 31 DE JUNHO - FMS

Publicação Nº 3130956

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA

Contrato Nº: 03/2020

Aditivo Nº: 04/2021

Tipo Aditivo: Prazo

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APIUNA

Contratada: CONSTRUTORA F & F EIRELI

Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 15/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada de engenharia, para CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA DA SAÚDE INTERMEDIÁRIA, MODELO FNS/MS, conforme proposta aprovada nº11195.9050001/18-004, no Sistema de Monitoramento de Obras (SISMOB) do Fundo Nacional de Saúde (FNS)/MS

Vigência: Início: 12/06/2021 Término: 26/07/2021

Assinatura: 11/06/2021

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 56 - 05.001.2050.34490519900000000000.01020000

FISCAL: LETICIA LUIZA LANGE

MARCELO DOUTEL DA SILVA

PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 08/2021

Aditivo Nº: 01/2021

Tipo Aditivo: Normal

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APIUNA

Contratada: SANDRA MARCIA DOS SANTOS

Licitação: Inexigibilidade 9/2021

Objeto: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FISIOTERAPIA DOMICILIAR PARA OS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE APIÚNA

Vigência: Início: 25/06/2021 Término: 31/12/2021

Assinatura: 25/06/2021

Valor R\$: 4.712,00 (Quatro Mil e Setecentos e Doze Reais)

Dotação : 23 - 05.001.2050.33390363000000000000.01020000

Dotação : 23 - 05.001.2050.33390395000000000000.01020000

Dotação : 28 - 05.001.2050.33390363000000000000.01670100

Dotação : 28 - 05.001.2050.33390395000000000000.01670100

Dotação : 24 - 05.001.2050.33390395000000000000.01380700

Dotação : 24 - 05.001.2050.33390340100000000000.01380700

Dotação : 450 - 05.001.2050.33390395000000000000.01790700

Dotação : 450 - 05.001.2050.33390363000000000000.01790700

Dotação : 457 - 05.001.2050.33390395000000000000.03780100

FISCAL: LUZIA MARTINS ROEDEL
MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 11/2021

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APIUNA

Contratada: CINTIA MARA JONER - MEI

Licitação: Dispensa de Licitação 13/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PALESTRA "SHOW MOTIVACIONAL PARA OS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Vigência: Início: 16/06/2021 Término: 31/12/2021

Assinatura: 16/06/2021

Valor R\$: 6.900,00 (Seis Mil e Novecentos Reais)

Dotação : 321 - 05.001.2050.33390399900000000000.03380600

FISCAL: LAIS DANIEL
MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 22/2019

Aditivo Nº: 03/2021

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APIUNA

Contratada : AIRTON JOAO CUSTODIO

Licitação: Dispensa de Licitação 7/2019

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AGENTE DE ENDEMIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Vigência: Início: 18/06/2021 Término: 01/06/2022

Assinatura: 18/06/2021

Valor R\$: 10.546,20 (Dez Mil, Quinhentos e Quarenta e Seis Reais e Vinte Centavos)

Dotação : 23 - 05.001.2050.33390391000000000000.01020000

Dotação : 31 - 05.001.2055.33390391000000000000.01380800

FISCAL: ANA PAULA NAHRING
MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA

EXTRATOS CONTRATOS, APOSTILAMENTOS, ADITIVOS DE 01 DE JUNHO A 31 DE JUNHO - PREFEITURA

Publicação Nº 3130954

PREFEITURA DE APIÚNA

Contrato Nº: 11/2021

Aditivo Nº: 5/2021

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada: AUTO ELETRICA ASCURRA LTDA ME

Licitação: Dispensa de Licitação 12/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO ELETRICA PREVENTIVA E CORRETIVA DOS CAMINHÕES, MAQUINAS E ÔNIBUS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Vigência: Início: 25/06/2021 Término: 23/07/2021

Assinatura: 25/06/2021

Valor R\$: 13.760,00 (Treze Mil e Setecentos e Sessenta Reais)

Dotação : 154 - 04.001.2049.33390391700000000000.01010000

Dotação : 154 - 04.001.2049.33390391900000000000.01010000

Dotação : 169 - 06.001.2060.33390391700000000000.01000000

Dotação : 169 - 06.001.2060.33390391900000000000.01000000

Dotação : 174 - 06.001.2060.33390391700000000000.01390300

Dotação : 174 - 06.001.2060.33390391900000000000.01390300

Dotação : 191 - 07.001.2070.33390391700000000000.01000000

FISCAL: JEFERSON GADIEL DUBIELLA PEREIRA
MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 17/2021

Aditivo Nº: 3/2021

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada: CARLOS CAPRARI 05856330960

Licitação: Dispensa de Licitação 20/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA PARA VEÍCULOS DE PASSE UTILITÁRIOS DE PEQUENO PORTE E MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA VEÍCULOS DE PASSEIO E UTILITÁRIOS DE PEQUENO PORTE PARA CONsertos EM GERAL DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Vigência: Início: 01/06/2021 Término: 23/07/2021

Assinatura: 01/06/2021

Valor R\$: 24.237,50 (Vinte e Quatro Mil, Duzentos e Trinta e Sete Reais e Cinquenta Centavos)

Dotação : 23 - 05.001.2050.33390391900000000000.01020000

Dotação : 112 - 02.001.2006.33390391900000000000.01000000

Dotação : 114 - 02.001.2020.33390391900000000000.01000000

Dotação : 118 - 03.001.2030.33390391900000000000.01000000

Dotação : 129 - 03.001.2032.33390391900000000000.03000000

Dotação : 130 - 03.001.2032.33390391900000000000.03100000

Dotação : 146 - 04.001.2047.33390391900000000000.01010000

Dotação : 169 - 06.001.2060.33390391900000000000.01000000

Dotação : 174 - 06.001.2060.33390391900000000000.01390300

Dotação : 191 - 07.001.2070.33390391900000000000.01000000

Dotação : 211 - 09.001.2091.33390391900000000000.01000000

FISCAL: CARLOS ALBERTO DA SILVA

MARCELO DOUTEL DA SILVA

PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 22/2021

Aditivo Nº: 2/2021

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada: VALDIR TAMBANI

Licitação: Pregão Eletrônico 3/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Vigência: Início: 28/06/2021 Término: 31/12/2021

Assinatura: 28/06/2021

Valor R\$: 72.697,00 (Setenta e Dois Mil e Seiscentos e Noventa e Sete Reais)

Dotação : 151 - 04.001.2048.33390392600000000000.01010000

Dotação : 154 - 04.001.2049.33390392600000000000.01010000

Dotação : 155 - 04.001.2049.33390392600000000000.01190000

Dotação : 156 - 04.001.2049.33390392600000000000.01360000

Dotação : 157 - 04.001.2049.33390392600000000000.01440100

Dotação : 158 - 04.001.2049.33390392600000000000.01620200

Dotação : 160 - 04.001.2147.33390392600000000000.01010000

Dotação : 161 - 04.001.2147.33390392600000000000.01620200

Dotação : 414 - 04.001.2049.33390392600000000000.03620200

Dotação : 415 - 04.001.2147.33390392600000000000.03620200

FISCAL: JULIANA VANELLI

MARCELO DOUTEL DA SILVA

PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 22/2021

Aditivo Nº: 3/2021

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada: VALDIR TAMBANI

Licitação: Pregão Eletrônico 3/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Vigência: Início: 29/06/2021 Término: 31/12/2021

Assinatura: 29/06/2021

Valor R\$: 72.697,00 (Setenta e Dois Mil e Seiscentos e Noventa e Sete Reais)

Dotação : 151 - 04.001.2048.33390392600000000000.01010000

Dotação : 154 - 04.001.2049.33390392600000000000.01010000

Dotação : 155 - 04.001.2049.33390392600000000000.01190000

Dotação : 156 - 04.001.2049.33390392600000000000.01360000

Dotação : 157 - 04.001.2049.33390392600000000000.01440100

Dotação : 158 - 04.001.2049.33390392600000000000.01620200

Dotação : 160 - 04.001.2147.33390392600000000000.01010000

Dotação : 161 - 04.001.2147.33390392600000000000.01620200

Dotação : 414 - 04.001.2049.33390392600000000000.03620200

Dotação : 415 - 04.001.2147.33390392600000000000.03620200

FISCAL: JULIANA VANELLI

MARCELO DOUTEL DA SILVA

PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 24/2021
Aditivo Nº: 2/2021
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA
Contratada: AGIO TUR LTDA
Licitação: Pregão Eletrônico 3/2021
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Vigência: Início: 28/06/2021 Término: 31/12/2021
Assinatura: 28/06/2021
Valor R\$: 306.998,70 (Trezentos e Seis Mil, Novecentos e Noventa e Oito Reais e Setenta Centavos)
Dotação : 151 - 04.001.2048.33390392600000000000.01010000
Dotação : 154 - 04.001.2049.33390392600000000000.01010000
Dotação : 155 - 04.001.2049.33390392600000000000.01190000
Dotação : 156 - 04.001.2049.33390392600000000000.01360000
Dotação : 157 - 04.001.2049.33390392600000000000.01440100
Dotação : 158 - 04.001.2049.33390392600000000000.01620200
Dotação : 160 - 04.001.2147.33390392600000000000.01010000
Dotação : 161 - 04.001.2147.33390392600000000000.01620200
Dotação : 414 - 04.001.2049.33390392600000000000.03620200
Dotação : 415 - 04.001.2147.33390392600000000000.03620200
FISCAL: JULIANA VANELLI
MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 26/2020
Aditivo Nº: 02/2021
Tipo Aditivo: Prazo
Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA
Contratada: PERCENTUAL ENGENHARIA LTDA
Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 3/2020
Objeto: Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para Pavimentação Asfáltica, Denagem Pluvial e Sinalização Viária da Rua Recife, com extensão de 1026,90m e área de 7167,30m²
Vigência: Início: 26/06/2021 Término: 23/09/2021
Assinatura: 16/06/2021
Valor R\$: 0,00 (Zero)
FISCAL: LETICIA LUIZA LANGE
MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 27/2021
Aditivo Nº: 2/2021
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA
Contratada: ALVOSTUR AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA ME
Licitação: Pregão Eletrônico 3/2021
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Vigência: Início: 28/06/2021 Término: 31/12/2021
Assinatura: 28/06/2021
Valor R\$: 184.036,00 (Cento e Oitenta e Quatro Mil e Trinta e Seis Reais)
Dotação : 151 - 04.001.2048.33390392600000000000.01010000
Dotação : 154 - 04.001.2049.33390392600000000000.01010000
Dotação : 155 - 04.001.2049.33390392600000000000.01190000
Dotação : 156 - 04.001.2049.33390392600000000000.01360000
Dotação : 157 - 04.001.2049.33390392600000000000.01440100
Dotação : 158 - 04.001.2049.33390392600000000000.01620200
Dotação : 160 - 04.001.2147.33390392600000000000.01010000
Dotação : 161 - 04.001.2147.33390392600000000000.01620200
Dotação : 414 - 04.001.2049.33390392600000000000.03620200
Dotação : 415 - 04.001.2147.33390392600000000000.03620200
FISCAL: JULIANA VANELLI
MARCELO DOUTEL DA SIVA
PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 33/2021
Aditivo Nº: 01/2021
Tipo Aditivo: Normal
Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA
Contratada: MARCOS LUCIANO BRENZINGER
Licitação: Inexigibilidade 28/2021

Objeto: CHAMADA PÚBLICA PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Vigência: Início: 14/06/2021 Término: 31/12/2021

Assinatura: 14/06/2021

Valor R\$: 3.707,38 (Três Mil, Setecentos e Sete Reais e Trinta e Oito Centavos)

Dotação : 135 - 04.001.2040.33390300700000000000.01000000

Dotação : 136 - 04.001.2040.33390300700000000000.01430100

Dotação : 137 - 04.001.2040.33390300700000000000.01430400

Dotação : 138 - 04.001.2044.33390300700000000000.01000000

Dotação : 139 - 04.001.2044.33390300700000000000.01430200

Dotação : 140 - 04.001.2044.33390300700000000000.01430300

Dotação : 384 - 04.001.2040.33390300700000000000.03430100

Dotação : 385 - 04.001.2040.33390300700000000000.03430400

Dotação : 386 - 04.001.2044.33390300700000000000.03430200

Dotação : 387 - 04.001.2044.33390300700000000000.03440300

Dotação : 400 - 04.001.2044.33390300700000000000.03430300

FISCAL: GISELE DE OLIVEIRA BARBOSA

MARCELO DOUTEL DA SILVA

PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 36/2020

Aditivo Nº: 02/2021

Tipo Aditivo: Prazo

Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada: CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA

Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 44/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial e Sinalização Viária do Beco Dallabrida com extensão de 380,00m e área de 2.100,00m²

Vigência: Início: 26/06/2021 Término: 23/09/2021

Assinatura: 11/06/2021

Valor R\$: 0,00 (Zero)

FISCAL: LETICIA LUIZA LANGE

MARCELO DOUTEL DA SILVA

PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 36/2021

Aditivo Nº: 01/2021

Tipo Aditivo: Normal

Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada: COOPERATIVA DE PEQUENOS PRODUTORES DE TAIÓ - COOPERTAIO

Licitação: Inexigibilidade 28/2021

Objeto: CHAMADA PÚBLICA PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Vigência: Início: 14/06/2021 Término: 31/12/2021

Assinatura: 14/06/2021

Valor R\$: 4.293,90 (Quatro Mil, Duzentos e Noventa e Três Reais e Noventa Centavos)

Dotação : 135 - 04.001.2040.33390300700000000000.01000000

Dotação : 136 - 04.001.2040.33390300700000000000.01430100

Dotação : 137 - 04.001.2040.33390300700000000000.01430400

Dotação : 138 - 04.001.2044.33390300700000000000.01000000

Dotação : 139 - 04.001.2044.33390300700000000000.01430200

Dotação : 140 - 04.001.2044.33390300700000000000.01430300

Dotação : 384 - 04.001.2040.33390300700000000000.03430100

Dotação : 385 - 04.001.2040.33390300700000000000.03430400

Dotação : 386 - 04.001.2044.33390300700000000000.03430200

Dotação : 387 - 04.001.2044.33390300700000000000.03440300

Dotação : 400 - 04.001.2044.33390300700000000000.03430300

FISCAL: GISELE DE OLIVEIRA BARBOSA

MARCELO DOUTEL DA SILVA

PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 37/2020

Aditivo Nº: 2/2021

Tipo Aditivo: Prazo

Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada: CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA

Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 43/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial e Sinalização Viária da Rua BOTUVERÁ, com extensão de 110m e área de 600m²

Vigência: Início: 26/06/2021 Término: 23/09/2021

Assinatura: 11/06/2021

Valor R\$: 0,00 (Zero)

FISCAL: LETICIA LUIZA LANGE

MARCELO DOUTEL DA SILVA

PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 39/2019

Aditivo Nº: 004/2021

Tipo Aditivo: Normal

Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada: GENTE SEGURADORA SA

Licitação: Pregão Presencial 72/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM SEGURO DE VEÍCULOS DA FROTA APP, SEGURO RCF, RCO E COMPREENSIVA TOTAL DA FROTA DA PREFEITURA E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME DESCRITAS NO ANEXO NO EDITAL.

Vigência: Início: 11/06/2021 Término: 31/05/2022

Assinatura : 11/06/2021

Valor R\$: 12.995,67 (Doze Mil, Novecentos e Noventa e Cinco Reais e Sessenta e Sete Centavos)

Dotação : 23 - 05.001.2050.33390396900000000000.01020000

Dotação : 30 - 05.001.2055.33390396900000000000.01020000

Dotação : 32 - 05.001.2056.33390396900000000000.01020000

Dotação : 112 - 02.001.2006.33390396900000000000.01000000

Dotação : 114 - 02.001.2020.33390396900000000000.01000000

Dotação : 118 - 03.001.2030.33390396900000000000.01000000

Dotação : 129 - 03.001.2032.33390396900000000000.03000000

Dotação : 133 - 03.001.2058.33390396900000000000.03000001

Dotação : 154 - 04.001.2049.33390396900000000000.01010000

Dotação : 169 - 06.001.2060.33390396900000000000.01000000

Dotação : 177 - 06.001.2060.33390396900000000000.03000000

Dotação : 191 - 07.001.2070.33390396900000000000.01000000

Dotação : 211 - 09.001.2091.33390396900000000000.01000000

Dotação : 364 - 09.001.2091.33390396900000000000.03000000

FISCAL: JEFERSON GADIEL DUBIELLA PEREIRA

MARCELO DOUTEL DA SILVA

PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 39/2019

Aditivo Nº: 005/2021

Tipo Aditivo: Normal

Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada: GENTE SEGURADORA SA

Licitação: Pregão Presencial 72/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM SEGURO DE VEÍCULOS DA FROTA APP, SEGURO RCF, RCO E COMPREENSIVA TOTAL DA FROTA DA PREFEITURA E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME DESCRITAS NO ANEXO NO EDITAL.

Vigência: Início: 25/06/2021 Término: 31/05/2022

Assinatura: 25/06/2021

Valor R\$: 1.090,00 (Um Mil e Noventa Reais)

Dotação : 23 - 05.001.2050.33390396900000000000.01020000

Dotação : 30 - 05.001.2055.33390396900000000000.01020000

Dotação : 32 - 05.001.2056.33390396900000000000.01020000

Dotação : 112 - 02.001.2006.33390396900000000000.01000000

Dotação : 114 - 02.001.2020.33390396900000000000.01000000

Dotação : 118 - 03.001.2030.33390396900000000000.01000000

Dotação : 129 - 03.001.2032.33390396900000000000.03000000

Dotação : 133 - 03.001.2058.33390396900000000000.03000001

Dotação : 154 - 04.001.2049.33390396900000000000.01010000

Dotação : 169 - 06.001.2060.33390396900000000000.01000000

Dotação : 177 - 06.001.2060.33390396900000000000.03000000

Dotação : 191 - 07.001.2070.33390396900000000000.01000000

Dotação : 211 - 09.001.2091.33390396900000000000.01000000

Dotação : 364 - 09.001.2091.33390396900000000000.03000000

FISCAL: JEFERSON GADIEL DUBIELLA PEREIRA

MARCELO DOUTEL DA SILVA

PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 44/2020

Aditivo Nº: 06/2021

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada: STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME

Licitação: Pregão Presencial 10/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS E MULTIFUNCIONAIS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO, MANUTENÇÃO DE USO, FORNECIMENTO DE TONER OU CARTUCHOS E EQUIPAMENTOS AUXILIARES

Vigência: Início: 18/06/2021 Término: 19/07/2021

Assinatura: 18/06/2021

Valor R\$: 14.521,95 (Quatorze Mil, Quinhentos e Vinte e Um Reais e Noventa e Cinco Centavos)

Dotação : 23 - 05.001.2050.3339039120000000000.01020000

Dotação : 118 - 03.001.2030.3339039120000000000.01000000

Dotação : 146 - 04.001.2047.3339039120000000000.01010000

Dotação : 147 - 04.001.2047.3339039120000000000.01190000

Dotação : 149 - 04.001.2047.3339039120000000000.01360000

Dotação : 151 - 04.001.2048.3339039120000000000.01010000

Dotação : 152 - 04.001.2048.3339039120000000000.01190000

Dotação : 153 - 04.001.2048.3339039120000000000.01360000

FISCAL: ROSANA DE FATIMA ANTUNES VOLTOLINI

MARCELO DOUTEL DA SILVA

PREFEITO DE APIUNA

Contrato Nº: 44/2020

Aditivo Nº: 07/2021

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada: STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME

Licitação: Pregão Presencial 10/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS E MULTIFUNCIONAIS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO, MANUTENÇÃO DE USO, FORNECIMENTO DE TONER OU CARTUCHOS E EQUIPAMENTOS AUXILIARES

Vigência: Início: 19/07/2021 Término: 19/07/2022

Assinatura: 24/06/2021

Valor R\$: 117.384,00 (Cento e Dezessete Mil e Trezentos e Oitenta e Quatro Reais)

Dotação : 23 - 05.001.2050.3339039120000000000.01020000

Dotação : 118 - 03.001.2030.3339039120000000000.01000000

Dotação : 146 - 04.001.2047.3339039120000000000.01010000

Dotação : 147 - 04.001.2047.3339039120000000000.01190000

Dotação : 149 - 04.001.2047.3339039120000000000.01360000

Dotação : 151 - 04.001.2048.3339039120000000000.01010000

Dotação : 152 - 04.001.2048.3339039120000000000.01190000

Dotação : 153 - 04.001.2048.3339039120000000000.01360000

FISCAL: ROSANA DE FATIMA ANTUNES VOLTOLINI

MARCELO DOUTEL DA SILVA

PREFEITO DE APIUNA

Contrato Nº: 56/2017

Aditivo Nº: 0002/2021

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada: JORGE FRANCISCO TORRES

Licitação: Dispensa de Licitação 85/2017

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL EM ALVENARIA COM ÁREA DE 300 M² LOCALIZADO NA ESTRADA GERAL RIBEIRÃO VINTE, S/N, BAIRRO SÃO PEDRO, MUNICÍPIO DE APIUNA, COM OBJETIVO INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CEI DOCE INFÂNCIA

Vigência: Início: 05/07/2021 Término: 04/07/2022

Assinatura : 16/06/2021

Valor R\$: 23.952,00 (Vinte e Três Mil e Novecentos e Cinquenta e Dois Reais)

Dotação : 151 - 04.001.2048.3339036150000000000.01010000

FISCAL: JULIANA VANELLI

MARCELO DOUTEL DA SILVA

PREFEITO DE APIUNA

Contrato Nº: 56/2017

Aditivo Nº: 0003/2021

Tipo Aditivo: Rerratificação

Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada: JORGE FRANCISCO TORRES

Licitação: Dispensa de Licitação 85/2017

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL EM ALVENARIA COM ÁREA DE 300 M² LOCALIZADO NA ESTRADA GERAL RIBEIRÃO VINTE, S/N, BAIRRO SÃO PEDRO, MUNICÍPIO DE APIUNA, COM OBJETIVO INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CEI DOCE INFÂNCIA

Vigência: Início: 05/07/2021 Término: 04/07/2022

Assinatura: 25/06/2021
Valor R\$: 0,00 (Zero)
Dotação : 151 - 04.001.2048.33390361500000000000.01010000
FISCAL: JULIANA VANELLI
MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 57/2021
Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA
Contratada: PRO ENG ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA
Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 47/2021
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E RECUPERAÇÃO DE CALHAS, PORTAS E COBERTURA METÁLICA DO GALPÃO/QUADRA NA COMUNIDADE DE SANTA ROSA.
Vigência: Início: 14/06/2021 Término: 31/12/2021
Assinatura: 14/06/2021
Valor R\$: 25.375,81 (Vinte e Cinco Mil, Trezentos e Setenta e Cinco Reais e Oitenta e Um Centavos)
Dotação : 263 - 04.001.2047.34490519900000000000.01010000
Dotação : 390 - 04.001.2047.34490519900000000000.01190000
FISCAL: NICANOR NUNES JUNIOR
MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 57/2021
Aditivo Nº: 1/2021
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA
Contratada: PRO ENG ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA
Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 47/2021
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E RECUPERAÇÃO DE CALHAS, PORTAS E COBERTURA METÁLICA DO GALPÃO/QUADRA NA COMUNIDADE DE SANTA ROSA.
Vigência: Início: 22/06/2021 Término: 31/12/2021
Assinatura: 22/06/2021
Valor R\$: 25.375,81 (Vinte e Cinco Mil, Trezentos e Setenta e Cinco Reais e Oitenta e Um Centavos)
Dotação : 263 - 04.001.2047.34490519900000000000.01010000
Dotação : 390 - 04.001.2047.34490519900000000000.01190000
FISCAL: NICANOR NUNES JUNIOR
MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 58/2021
Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA
Contratada: ASSOCIAÇÃO FUTEBOL CLUBE AZA BRANCA
Licitação: Dispensa de Licitação 62/2021
Objeto: LOCAÇÃO DE ESPAÇO PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES ESPORTIVAS ORGANIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
Vigência: Início: 17/06/2021 Término: 30/06/2022
Assinatura: 17/06/2021
Valor R\$: 9.600,00 (Nove Mil e Seiscentos Reais)
Dotação : 229 - 13.001.2131.33390391000000000000.01000000
Dotação : 232 - 13.001.2132.33390391000000000000.01000000
FISCAL: RODRIGO BUSSI
MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 58/2021
Aditivo Nº: 01/2021
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA
Contratada: ASSOCIAÇÃO FUTEBOL CLUBE AZA BRANCA
Licitação: Dispensa de Licitação 62/2021
Objeto: LOCAÇÃO DE ESPAÇO PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES ESPORTIVAS ORGANIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
Vigência : Início: 18/06/2021 Término: 30/06/2022
Assinatura: 18/06/2021
Valor R\$: 9.600,00 (Nove Mil e Seiscentos Reais)
Dotação : 229 - 13.001.2131.33390391000000000000.01000000
Dotação : 232 - 13.001.2132.33390391000000000000.01000000
FISCAL: RODRIGO BUSSI
MARCELO DOUTEL DA SILVA

PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 59/2021

Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada: NILZANE MABEL FORNARI 03738925945

Licitação: Inexigibilidade 63/2021

Objeto: REFERENTE PALESTRA E AQUISIÇÃO DE LIVROS COM TEMA "O MUNDO É NOSSO" PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Vigência: Início: 24/06/2021 Término: 31/12/2021

Assinatura: 24/06/2021

Valor R\$: 10.000,00 (Dez Mil Reais)

Dotação : 144 - 04.001.2046.33390394800000000000.01010000

FISCAL: JULIANA VANELLI

MARCELO DOUTEL DA SILVA

PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 60/2021

Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada: FABIO MARLON MACHADO

Licitação: Inexigibilidade 46/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO(A) PÚBLICO OFICIAL, EXCLUSIVAMENTE PESSOAS FÍSICAS, INSCRITOS NA JUCESC (JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA), COM NOTÓRIA CAPACIDADE TÉCNICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASSESSORIA E ELABORAÇÃO DE LAUDO DE AVALIAÇÃO E PARA EXECUTAR LEILÃO PARA ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE FORMA PRESENCIAL E / OU ELETRÔNICA, ATRAVÉS DE PLATAFORMAS DE LEILÃO

Vigência: Início: 28/06/2021 Término: 31/12/2021

Assinatura: 28/06/2021

Valor R\$: 0,01 (Um Centavo)

Dotação : 118 - 03.001.2030.33390369900000000000.01000000

FISCAL: CARLOS ALBERTO DA SILVA

MARCELO DOUTEL DA SILVA

PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 61/2021

Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada: PRO ENG ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA

Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 50/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA COBERTURA DA ESCOLA BÁSICA PROFESSOR WADISLAU SCHMIDT

Vigência: Início: 30/06/2021 Término: 31/12/2021

Assinatura: 30/06/2021

Valor R\$: 204.981,03 (Duzentos e Quatro Mil, Novecentos e Oitenta e Um Reais e Três Centavos)

Dotação : 255 - 04.001.1041.34490519900000000000.01010000

Dotação : 256 - 04.001.1041.34490519900000000000.01360000

Dotação : 263 - 04.001.2047.34490519900000000000.01010000

Dotação : 264 - 04.001.2047.34490519900000000000.01360000

Dotação : 265 - 04.001.2048.34490519900000000000.01010000

Dotação : 390 - 04.001.2047.34490519900000000000.01190000

Dotação : 391 - 04.001.2048.34490519900000000000.01190000

Dotação : 402 - 04.001.2047.34490519900000000000.03190000

FISCAL: NICANOR NUNES JUNIOR

MARCELO DOUTEL DA SILVA

PREFEITO DE APIÚNA

Contrato Nº: 61/2021

Aditivo Nº: 01/2021

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: MUNICIPIO DE APIUNA

Contratada: PRO ENG ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA

Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 50/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA COBERTURA DA ESCOLA BÁSICA PROFESSOR WADISLAU SCHMIDT

Vigência: Início: 30/06/2021 Término: 31/12/2021

Assinatura: 30/06/2021

Valor R\$: 204.981,03 (Duzentos e Quatro Mil, Novecentos e Oitenta e Um Reais e Três Centavos)

Dotação : 255 - 04.001.1041.34490519900000000000.01010000

Dotação : 256 - 04.001.1041.34490519900000000000.01360000

Dotação : 263 - 04.001.2047.34490519900000000000.01010000

Dotação : 264 - 04.001.2047.34490519900000000000.01360000

Dotação : 265 - 04.001.2048.34490519900000000000.01010000

Dotação : 390 - 04.001.2047.34490519900000000000.01190000

Dotação : 391 - 04.001.2048.3449051990000000000.01190000
Dotação : 402 - 04.001.2047.3449051990000000000.03190000
FISCAL: NICANOR NUNES JUNIOR
MARCELO DOUTEL DA SILVA
PREFEITO DE APIÚNA

PORTARIA 0543/2021

Publicação Nº 3131833

PORTARIA Nº 0543/2021
De 01 de julho de 2021

DESIGNA JOÃO MABA COMO FISCAL DO CONTRATO 12/2021 FMS

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidor JOAO MABA, matrícula n. 15172, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, para desempenhar a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

CONTRATO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
12/2021FMS	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO GERENCIAMENTO DA MANUTENÇÃO PREDITIVA, PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E EQUIPAMENTOS, INCLUINDO PNEUS, ÓLEOS LUBRIFICANTES E LAVAÇÃO, NO MODELO DE AUTO-GESTÃO, ATRAVÉS DO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO, COM FORNECIMENTO PARCELADO, PARA USO DOS ENTES DA FEDERAÇÃO CONSORCIADOS OU REFERENDADOS AO CINCATARINA, SEUS ÓRGÃOS E ENTIDADES, EM UMA AMPLA REDE CREDENCIADA DE OFICINAS, AUTOPEÇAS OU CONCESSIONÁRIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA QUE COMPÕE O ANEXO I, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL E DESTE CONTRATO.	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização da ata acima mencionada os servidores a seguir:
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Servidor: VALDIR MARTINS

Cargo: MOTORISTA

Matricula: 104531

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o Servidor VALDIR MARTINS, matrícula 104531 pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 01 de julho de 2021.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0544/2021

Publicação Nº 3131838

PORTARIA Nº 0544/2021
De 01 de julho de 2021
EXONERAR SERVIDOR EFETIVO MARIO MORETTI

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 64 da Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar em 01 de julho de 2021, MARIO MORETTI JUNIOR, servidor efetivo ocupante do cargo de VIGILANTE SANITARISTA, sem justa causa, por iniciativa do servidor.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 01 de julho de 2021.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0545/2021

Publicação N° 3131843

PORTARIA N° 0545/2021

De 01 de julho de 2021

EXONERAR SERVIDORA EFETIVA JULIANE ULMANN KRUTSCH

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 64 da Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar em 30 de junho de 2021, JULIANE ULMANN KRUTSCH, servidora efetiva ocupante do cargo de AUXILIAR DESENVOLVIMENTO EDUCAÇÃO INFANTIL, sem justa causa, por iniciativa do servidor.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 01 de julho de 2021.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0546/2021

Publicação N° 3131844

PORTARIA N° 0546/2021

De 01 de julho de 2021

DESIGNA CAROLAINE DE LIMA BOHMANN COMO FISCAL DE CONTRATO

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora CAROLAINE DE LIMA BOHMANN, matrícula n.141119, ocupante do cargo de Auxiliar de Escritório, para desempenhar a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

CONTRATO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
62/2021	LOCAÇÃO DE TRES SALAS COMERCIAIS EM ALVENARIA , LOCALIZADAS NA RUA QUINTINO BOCAIUVA 250, CENTRO, APIUNA/SC, JUNTO A GALERIA CENTER , COM ÁREA DE 137,10M2, SEGUNDO PISO, SALAS 10, 11, 12, PROXIMAS A SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIUNA PARA INSTALAÇÃO DO ARQUIVO MORTO E SETOR JURÍDICO	CENTER SERVIÇOS LTDA

Art. 2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado os servidores a seguir:

Servidor: PEDRO HENRIQUE SCHRAMM

Cargo: Assessor Jurídico

Matrícula: 211826

Art. 3º - O auxiliar designado com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designada a servidora Pedro Henrique Schramm matrícula 211826, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 01 de julho de 2021.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 0547/2021

Publicação N° 3131846

PORTARIA N° 0547/2021

De 01 de julho de 2021

CONCEDE FERIAS AO SERVIDOR IRINEU JUNIOR TOMBINI

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, art. 117.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder 30 dias de férias para o servidor IRINEU JUNIOR TOMBINI, referente ao período aquisitivo de 15/10/2019 a 14/10/2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 01 de julho de 2021.

Marcelo Doutel da Silva

Prefeito Municipal

PORTARIA 0548/2021

Publicação N° 3131849

PORTARIA N° 0548/2021

De 01 de julho de 2021

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SILVIA FILISBERTO DE OLIVEIRA

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 78/2005 de 08/12/2005,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Função Gratificada III no valor de R\$ 655,67 para a servidora SILVIA APARECIDA FILISBERTO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, por ser coordenadora das Campanhas de Vacinação no Município de Apiúna.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de maio de 2021.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 01 de julho de 2021.

Marcelo Doutel da Silva

Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

CONTRATO ACT 39/2021

Publicação Nº 3131567

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 039/2021

Por este instrumento particular, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Lauro Muller nº. 210, centro, Arabutã/SC, inscrito no CGC/MF sob o nº. 95.995.221/0001-53, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e RICARDO POLIDORO inscrito no CPF/MF sob o nº 001.211.750-14, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente Contrato de Trabalho Temporário mediante as seguintes condições:

- 1) OBJETO: A presente contratação objetiva o preenchimento do cargo de Professor, para substituir a servidora Sandra Zulian que está afastada para tratamento de saúde, e para atender as necessidades temporárias do excepcional interesse público conforme Edital de Chamada pública nº. 005/20219, em conformidade com a LC nº 210, de 28 de junho de 2018;
 - 2) VIGÊNCIA: de 02 de julho até o retorno da titular;
 - 3) REGIME JURIDICO: Administrativo, previsto no inc. IX, do art. 37 da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 159/2014, cujo conteúdo o contratado declara conhecer e anuir;
 - 4) VENCIMENTO: 1.738,91 (mil setecentos e trinta e oito reais e noventa e um centavos) conforme Lei Complementar nº. 155, de 29 de dezembro de 2014, anexo IV;
 - 5) CARGO/FUNÇÃO: Professor;
 - 6) UNIDADE ADMINISTRATIVA: Secretaria Municipal de Educação – E.E.I.C.M.A;
 - 7) CARGA HORÁRIA SEMANAL: Será de 20h, pelo turno matutino e vespertino;
 - 8) SEGURIDADE SOCIAL: Regime Geral da Previdência Social;
 - 9) OBRIGAÇÕES: Durante a vigência do contrato, o contratado fica sujeito ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Municipais (LC 159/2014);
- Arabutã/SC, 01 de julho de 2021.

Ricardo Polidoro
Contratado

Leani Kapp Schmitt
Prefeita

Testemunhas:

Dulci Driemeier Lösch
CPF/MF nº. 009.112.609-60

Jordana Tibolla
CPF/MF nº. 093.466.499-41

CONTRATO ACT 40/2021

Publicação Nº 3131569

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 040/2021

Por este instrumento particular, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Lauro Muller nº. 210, centro, Arabutã/SC, inscrito no CGC/MF sob o nº. 95.995.221/0001-53, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e MARCIANO LAZZAROTTI inscrito no CPF/MF sob o nº 001.151.369-16, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente Contrato de Trabalho Temporário mediante as seguintes condições:

- 1) OBJETO: A presente contratação objetiva o preenchimento do cargo de Professor, para substituir a servidora Sandra Zulian que está afastada para tratamento de saúde, e para atender as necessidades temporárias do excepcional interesse público conforme Edital de Chamada pública nº. 005/20219, em conformidade com a LC nº 210, de 28 de junho de 2018;
 - 2) VIGÊNCIA: de 02 de julho até o retorno da titular;
 - 3) REGIME JURIDICO: Administrativo, previsto no inc. IX, do art. 37 da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 159/2014, cujo conteúdo o contratado declara conhecer e anuir;
 - 4) VENCIMENTO: 1.738,91 (mil setecentos e trinta e oito reais e noventa e um centavos) conforme Lei Complementar nº. 155, de 29 de dezembro de 2014, anexo IV;
 - 5) CARGO/FUNÇÃO: Professor;
 - 6) UNIDADE ADMINISTRATIVA: Secretaria Municipal de Educação – E.E.I.C.M.A e N.E.M.N.E;
 - 7) CARGA HORÁRIA SEMANAL: Será de 20h, pelo turno matutino e vespertino;
 - 8) SEGURIDADE SOCIAL: Regime Geral da Previdência Social;
 - 9) OBRIGAÇÕES: Durante a vigência do contrato, o contratado fica sujeito ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Municipais (LC 159/2014);
- Arabutã/SC, 01 de julho de 2021.

Marciaono Lazzarotti
Contratado

Leani Kapp Schmitt
Prefeita

Testemunhas:

Dulci Driemeier Lösch
CPF/MF nº. 009.112.609-60

Jordana Tibolla
CPF/MF nº. 093.466.499-41

PORTARIA 212/2021

Publicação N° 3131574

PORTARIA N°. 212/2021
CONCEDE LICENÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a partir de 01 de julho de 2021 à servidora IVONE IVANEIDE AREND, inscrita no CPF sob nº. 019.602.019-05, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, licença para acompanhamento de portador de necessidades especiais, na forma prevista no artigo 125 da Lei Complementar nº 159/2014.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã, 01 de julho 2021

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PP 38.2021

Publicação N° 3132152

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC
PROCESSO DE LICITAÇÃO N°. 052/2021
PREGÃO PRESENCIAL N°. 038/2021

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 49C3144EBD16118CD0CD5B1A218F41DCE6768C16

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de Mobiliário Diversos.

Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das Propostas: até 08h45 do dia 15/07/2021.

Abertura: às 09h00 do dia 15/07/2021.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.arabuta.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas na Diretoria de Administração deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

ARABUTÃ, SC, 01 de Julho de 2021.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

TERMO ADITIVO CONTRATO ACT 11/2021

Publicação N° 3130596

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO N°. 11/2021

Primeiro termo aditivo ao contrato de trabalho temporário que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ e de outro lado, DENISE REGINA LUTZ KRUETZMANN, celebrado em 03 de fevereiro de 2021.

Pelo presente termo aditivo, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Lauro Muller, 210, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. LEANI KAPP SCHMITT, brasileira, casada, professora, inscrita no CPF sob o nº. 492.348.549-34, residente e domiciliada em Linha Unidos, neste Município, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO e de outra parte a Senhora DENISE REGINA LUTZ KRUETZMANN, inscrita no CPF/MF sob o nº. 066.074.939-47, doravante denominado CONTRATADO tem justos e contratados as seguintes alterações do contrato primitivamente celebrado:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Na Cláusula Segunda: Da Vigência, fica rescindida a vigência do contrato no dia 01 de julho de 2021.

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas e condições do contrato permanecem inalteradas.

Por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Arabutã/SC, 01 de julho de 2021.

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ
LEANI KAPP SCHMITT

CONTRATADA
DENISE REGINA LUTZ KRUETZMANN

Testemunhas:

Dulci Driemeier Losch
CPF/MFnº. 009.112.609-60

Jordana Tibolla
CPF/MFnº. 093.466.499-41

Araranguá

PREFEITURA

DECRETO Nº 9991/2021

Publicação Nº 3130717

Decreto nº 9.991 de 30 de junho de 2021.

Nomeia Membros Do Conselho Municipal De Cultura.

O Prefeito Cesar Antonio Cesa no exercício das atribuições emanadas da Lei Orgânica do Município, especificamente o Artigo 83, VII, combinado com o artigo 7º da Lei Municipal nº3.494 de 26 de abril de 2017:

Decreta

Art.1º Ficam nomeados os membros componentes do Conselho Municipal de Cultura, nos seguintes setores e quantitativos:

- Representantes das áreas de Artes Visuais e Artes Cênicas do município:

Juarez Nardi da Silva (titular)

Marcos Leandro de Castilhos (suplente)

- Representantes das áreas de Música e Dança do município:

Juliano Alves dos Santos (titular)

Luiz Maurício Pereira (suplente)

- Representantes da área de Literatura do município:

Camila de Jesus Souza (titular)

Rodrigo Antônio Mattos (suplente)

- Representantes dos Artesãos e da área de Trabalhos Manuais do município:

Reginaldo Castro (titular)

Abrão Scotti (suplente)

- Representantes de Grupos Folclóricos e de Manifestações Culturais Populares do município:

Gisele Fortunato Martins (titular)

William Teixeira da Silva (suplente)

- Representantes das Entidades Filantrópicas e Associações do município:

Cátia Sirlene Gonçalves Hahn (titular)

Jaqueline Kamphorst Leal (suplente)

- Representantes da União das Associações de Moradores de Araranguá- UAMA:

Sergio Antônio Hipólito da Silva (titular)

Thaís Gomes Fraga (suplente)

- Representantes das Universidades instaladas no município:

Otávio Nunes Neto (titular)

João Matheus Acosta Dallmann (suplente)

- Membros representantes do Poder Público, através dos seguintes órgãos e quantitativos:

- Representantes do Departamento Municipal de Cultura:

Fabiana Daniel (titular)

Lindomar Nunes Garcia (suplente)

- Representantes do Departamento Municipal de Esportes:

Aurelio Ferreira Espindula (titular)

Ana Carla da Silva Jaques (suplente)

- Representantes do Departamento Municipal de Turismo:

Antenor da Silva (titular)

Karen Suyan Clezar Borges (suplente)

- Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Valquiria M. Fenali dos Passos (titular)

Neiva de Fátima Cardoso (suplente)

- Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:

Claúdia Lima Pastorini Andrade (titular)

Hanna Arns Raupp (suplente)

- Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento, Indústria e Comércio:

Edgar Horacio de A. Nunes (titular)

Guilherme Boera (suplente)

- Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

Alfredo Afranio Ronconi (titular)

Thainá Fernandes Marques (suplente)

- Representantes da Fundação Ambiental do Município de Araranguá:

Patricia Tambosi Reque (titular)

Karine Ferreira Neves (suplente)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Araranguá, em 30 de junho de 2021.

CESAR ANTONIO CESA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 30 de junho de 2021.

VOLNEI RONIEL BIANCHIN DA SILVA

Secretário de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA N°26/2021 - SAÚDE

Publicação N° 3131576

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D19BA6EB140E2A8016A56D93040E4F19F1BBF6B9

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ**AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA
PREGÃO PRESENCIAL N°26/2021 - SAÚDE**

O Municipal de Araranguá, comunica aos interessados que na licitação nº 26/2021 – Saúde, modalidade Pregão Presencial, que tem como objeto **Aquisição de uma ambulância com suporte básico tipo b objetivando o transporte de pacientes atendidos pela secretaria municipal de saúde de Araranguá, tudo em conformidade com termo de referência anexo ao edital de licitação**, foi declarada **FRACASSADA**, pela desclassificação das propostas apresentadas pelas empresas participantes.

Araranguá, SC, 01 de Julho de 2021.

Liliane Silva de Souza
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 | www.ararangua.sc.gov.br

AVISO DE SRP Nº 16/2021 - PR 27/2021

Publicação Nº 3131487

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ**AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº16/2021****SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

O Prefeito Municipal de Araranguá, Cesar Antônio Cesa, torna público os preços registrados da Ata de Registro de Preços nº16/2021, cujo objeto consiste **aquisição, sob demanda, de gêneros alimentícios objetivando a manutenção das atividades a serem realizadas pelo CAPS - Centro de Atenção Psicossocial de Araranguá, tudo em conformidade com termo de referencia anexo ao edital de licitação.**

Os preços registrados e as especificações estão a disposição para consulta no site www.ararangua.sc.gov.br, juntamente com o **edital de licitação nº 27/2021 – Saúde.**

Vigência: 12 meses (01/07/2021 à 01/07/2022).

Fornecedores: Marcelo Gomes Variedades EPP – R\$ 27.128,85 (Vinte e sete mil cento e vinte e oito reais e oitenta e cinco centavos).

Araranguá, 01 de Julho de 2021.

Cesar Antonio Cesa

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 | www.ararangua.sc.gov.br

HOMOLOGAÇÃO EDITAL N° 27/2021 - SAÚDE

Publicação N° 3131467

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3B45DAA5A748C8998CB061863232DFD266EAE80

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARARANGUA CNPJ: 11.151.460/0001-37 RUA: CORONEL APOLINÁRIO PEREIRA, 254 C.E.P.: 88900-000 - Araranguá - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 27/2021 - PR Processo Administrativo: 30/2021 Processo de Licitação: 27/2021 Data do Processo: 18/06/2021
---	--

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, CESAR ANTÔNIO CESA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 27/2021
b) Licitação Nr.: 27/2021-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 01/07/2021
e) Objeto da Licitação REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO, SOB DEMANDA, DE GENEROS ALIMENTICIOS OBJETIVANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS PELO CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DE ARARANGUÁ, TUDO EM CONFORMIDADE COM TERMO DE REFERENCIA ANEXO AO EDITAL DE LICITAÇÃO.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 007218 - MARCELO GOMES VARIEDADES EPP	69	0,0000	27.128,85
	69		27.128,85

Araranguá, 1 de Julho de 2021.

CESAR ANTÔNIO CESA
PREFEITO MUNICIPAL

Arroio Trinta

PREFEITURA

CONTRATO N° 0045/2021

Publicação N° 3130399

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7638907157394DFA68950E3208B3102F84B62744

CONTRATO N° 0045/2021 PROCESSO LICITATÓRIO N° 0079/2021, PREGÃO PRESENCIAL N°0032/2021, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR TRANSPORTE ESCOLAR, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA MELLO TRANSPORTES E SERVIÇOS GERAIS

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o n° 82.826.462/0001-27, com sede a Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada **CONTRATANTE**, neste ato representado Prefeito Municipal **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor, **ALCIDIR FELCHILCHER**, inscrito no CPF sob o n° 518.040.009-06, e portador da Carteira de Identidade n° 1.518.8051, Residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro de Arroio Trinta- Santa Catarina, doravante considerada **CONTRATANTE** e a empresa, **MELLO TRANSPORTES E SERVIÇOS GERAIS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n° 29.208.323/0001-57, com sede na Rua Florianópolis, N° 138, Bairro, Centro, na cidade de Salto Veloso– SC, neste ato representada pelo, Senhor **ADRIANO JOSE DE MELLO**, brasileiro, portador do CPF n° 049.593.549-25 e CI sob n° 4.978.720, residente e domiciliado no Município de Salto Veloso – SC, doravante denominada **CONTRATADA** cuja celebração foi autorizada no **Processo Licitatório n° 0079/2021, PREGÃO PRESENCIAL 0032/2021**, Doravante denominado o processo, , e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Contrato, doravante denominado processo, e que se regerá pela Lei n° 10.520/02 atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. CONSTITUI OBJETO DESTES CONTRATO A Contratação de empresa especializada no ramo de transporte de passageiros por fretamento, para realizar o transporte escolar dos alunos da zona rural (Linha Gramado) que frequentam as escolas na zona urbana do Município de Arroio Trinta, conforme exigências estabelecidas pelo Edital e seus anexos, CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:**

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtde	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	<p>35796 - ITINERÁRIO 01 - TRANSPORTE ESCOLAR LINHA GRAMADO.</p> <p>Trajetos: No período diurno inicia na Linha Aparecida, vai até a propriedade do Sr Faleti, volta para estrada principal e segue para Linha Gramado, propriedade do Sr Josemar Nordio, desce até a casa do Nelzinho Nordio, retornando à estrada principal e entrando na propriedade de André Terci, retornando novamente para estrada principal, passando pela propriedade da Sra Roseli Sônego, retornando sentido SC 355 e entrando na Linha Val Verde, passando na propriedade do Sr Gilson Barbacovi, segue para Linha Santo Antonio, propriedade Roberto Canônica, retornando e descendo na propriedade do Sr. Denizar Serighelli, retornando a principal e seguindo até a granja de Alairton Serighelli, seguindo em frente até a propriedade do Sr. Fausto Biava, em seguida vai até a casa do Sr. Alairton Serighelli, retornando à SC 355 seguindo até Arroio Trinta na EBBGB, PROJAF e PROFABI. No horário do meio dia faz o mesmo trajeto. Final de tarde não precisa ir até a propriedade do Sr. Roberto Canônica e do André Terci. HORÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Manhã: 6:30/8:00; • Meio dia: 11:30/13:15; • Tarde: 17:00/18:30. <p>MANHÃ: 35 Km MEIO DIA: 35 Km TARDE: 29 Km TOTAL: 99 Km/dia</p>	Km	10.989	3,74	41.098,86

	<p>Veículo com capacidade mínima de 18 lugares, com autorização para transportes escolar expedida pelo DETRAN/SC.</p> <p>O veículo utilizado deverá ser de fabricação 2008 ou superior.</p> <p>Este itinerário inclui em sua contratação, os serviços de <u>01 Monitor de Transporte Escolar</u>, com a seguinte finalidade:</p> <p>a) Ter idade superior a 18 anos;</p> <p>B) Escolaridade: Nível médio Incompleto;</p> <p>C) Apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal, relativa aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores;</p> <p>D) Apresentar se devidamente identificado com crachá e colete contendo a identificação MONITOR, e com aparência pessoal adequada;</p> <p>E) Prestar esclarecimento, sempre que solicitado de quaisquer problemas relacionados à execução do transporte escolar. ATRIBUIÇÕES:</p> <p>A) Ordenar as entradas e saídas dos passageiros de forma que, no embarque os passageiros ocupem inicialmente as partes traseiras dos veículos, e que o desembarque inicie pelos passageiros dos bancos da parte dianteira;</p> <p>B) Permitir que entre no transporte somente estudantes com uso de máscara; C) Manter janelas e basculantes abertos para priorizar a ventilação;</p> <p>D) Higienizar bancos, assentos, braços, maçanetas, pegadores, janelas e portas antes e depois de cada finalização de viagem, utilizando solução sanitizante com hipoclorito de sódio e álcool 70%;</p>				
--	--	--	--	--	--

	<p>E) Dispor de solução sanitizante álcool em gel 70% para higienização de mãos;</p> <p>F) Realizar aferição de temperatura corporal de estudantes, antes de adentrar no transporte escolar;</p> <p>G) Dar prioridade a crianças de educação infantil e crianças com necessidades especiais, no embarque e desembarque e na ocupação dos bancos dianteiros;</p> <p>H) Comunicar imediatamente a equipe gestora no caso de algum aluno aferir temperatura superior à 37,5°C;</p>				
Valor Total					41.098,86

1.2. Os serviços deverão ser realizados conforme descritivo do itinerário informado pela Secretaria Municipal de Educação.

1.2. Os serviços deverão ser prestados no período de julho a dezembro de 2021, sendo estimados 111 dias letivos no período informado, de acordo com o descritivo do itinerário informado pela Secretaria Municipal de Educação, a qual fará a fiscalização dos mesmos.

1.4. Conforme prevê o artigo 57, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, a prestação de serviços a serem executadas de forma contínua, poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas a Administração Pública, limitada a sessenta meses, desde que haja interesse de ambas as partes.

1.5. Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta da proponente vencedora

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

2.1. O presente instrumento, independentemente de sua transcrição, encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0079/2021 - PR, Pregão Presencial nº 0032/2021 - PR

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de

2021, conforme segue:

49 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.27 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E VALOR

4.1. O pagamento será efetuado até o 10º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, com o devido adimplemento contratual, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal, de acordo com os termos do art. 40, XIV, “a” da Lei nº 8.666/93.

4.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

4.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4. A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

4.5. Só haverá reajuste na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

5.1. As obrigações da contratada são as descritas no edital.

5.2 – São atribuições e condições da contratante aquelas descritas no edital.

5.3 - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666 de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002 a Contratada que:

6.1.2. Não assinar o contrato quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

6.1.3. Apresentar documentação falsa;

6.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

6.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

6.1.6. Não mantiver a proposta;

6.1.7. Cometer fraude fiscal;

6.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.

6.2. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

6.3. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

6.3.1. Advertência;

6.3.2. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, ao recusar-se ou deixar de executar quaisquer dos itens empenhados.

6.3.3. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no atraso da execução dos serviços solicitados, por prazo superior a 30 dias ou em casos de rescisão contratual.

6.3.4. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

6.4. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, à esta será aplicada multa de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) sobre o total devido, por dia de atraso, limitado ao valor máximo de 10% do valor da parcela inadimplida (considera-se parcela inadimplida a parte não executada do objeto contratado).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos serviços, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

7.2. A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou

remotas.

7.3. Fica designada para a fiscalização da execução contratual a Sra. Eroni Shuller Biava, Secretária Municipal de Educação, e-mail educa@arroioetrinta.sc.gov.br e telefone (49) 3535 6019.

7.3.1 – O Fiscal será assessorado tecnicamente, sempre que necessário, pelos profissionais do Município em suas respectivas áreas de atuação.

7.3.2 – Caberá ao Fiscal verificar se o objeto do presente certame, atende à todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

7.3.3 O fiscal do contrato deverá, por ocasião do recebimento:

- a) Verificar o cumprimento das características e especificações constantes no edital e seus anexos, com relação aos serviços que estarão sendo prestados pelo Licitante vencedor.
- b) Anotar e documentar em registro próprio e circunstanciado todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização e correção das faltas ou defeitos observados.
- c) Cobrar, junto à licitante vencedora, o cumprimento dos prazos bem como todas as demais condições do edital e contrato.

CLAUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.2. Este contrato vige da data de 01/07/2021 assinatura até 31/12/2021, podendo ser prorrogado através de termo aditivo.

8.2.1. Conforme prevê o artigo 57, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, a prestação de serviços a serem executadas de forma contínua, poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas a Administração Pública, limitada a sessenta meses, desde que haja interesse de ambas as partes.

CLÁUSULA NONA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

9.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES

10.1. As Contratadas assumem, como exclusivamente seus, as despesas decorrentes do transporte do objeto assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos seguros de Lei.

10.2. Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

10.3. O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

10.4. O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

10.5. A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

10.6. A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, sem ônus adicional à Prefeitura.

10.7. Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 30 de junho de 2021.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
CONTRATANTE

MELLO TRANSPORTES E SERVIÇOS GERAIS
CNPJ Nº 29.208.323/0001-57
ADRIANO JOSE DE MELLO
CPF Nº 049.593.549-25
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ERONI AP. SCGULLER BIAVA
CPF: 715.611.539-15

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
CPF: 789.542.589-72

SANTO POSSATO
ADVOGADO OAB.SC 19045

CONTRATO N° 0045/2021

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0079/2021

PREGÃO PRESENCIAL N° 0032/2021

OBJETO: TRANSPORTE ESCOLAR

CONTRATADA: MELLO TRANSPORTES E SERVIÇOS GERAIS

VALOR: R\$41.098,86

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA PPA 2022-2025

Publicação Nº 3130807

CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA VISANDO A ELABORAÇÃO DO PPA PARA O QUADRIÊNIO 2022 / 2025.

A prefeitura municipal de Arroio Trinta, convida toda a população para a audiência pública visando a elaboração do PPA 2022/2025, Plano Plurianual, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas para administração pública para os próximos quatro anos.

O Plano Plurianual (PPA), no Brasil, previsto no artigo 165 da Constituição Federal e regulamentado pelo Decreto 2.829, de 29 de outubro de 1998 é um plano de médio prazo, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo Governo Federal, Estadual e Municipal ao longo de um período de quatro anos.

A realização será conforme segue:

Data: 08/07/2021

Horário: 14:00h

Local: Auditório do Prédio da Prefeitura.

Arroio Trinta, SC, 01 de Julho de 2021.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2160

Publicação Nº 3130796

DECRETO Nº 2160, de 30 de junho de 2021.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item I e III da Lei nº 1957 de 16/12/2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 316.808,60 (trezentos e dezesseis mil, oitocentos e oito reais e sessenta centavos), nas dotações orçamentárias a seguir discriminadas:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1.2000.2004.12.365.12.2.32.1 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

31900000-0118 Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 300.000,00

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA

1.2000.2009.10.306.10.2.25.1 PROGRAMA SUPLEM. DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

33900000-0343 Aplicações Diretas R\$ 16.808,60

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 16.808,60

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

§1º. R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), por conta do excesso de arrecadação na fonte 0118 – Transferência FUNDEB (Profissionais do Magistério).

§2º. R\$ 16.808,60 (dezesseis mil, oitocentos e oito reais e sessenta centavos), por conta do superávit financeiro na fonte 0343 – Superávit Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Arroio Trinta – SC, 30 de junho de 2021.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 30 de junho de 2021.

Valcir Afonso Serighelli

Supervisor de Finanças

DECRETO Nº 2161

Publicação Nº 3130794

DECRETO Nº 2161, de 01 de julho de 2021.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c parágrafo 5º do art. 40 da Constituição Federal c/c art. 36, inciso II da Emenda Constitucional nº 103/2019, declara a vacância do cargo público da servidora CLECI APARECIDA DE OLIVEIRA MORAIS, a partir de 01/07/2021, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c parágrafo 5º do art. 40 da Constituição Federal c/c art. 36, inciso II da Emenda Constitucional nº 103/2019, à servidora CLECI APARECIDA DE OLIVEIRA MORAIS, detentora da matrícula funcional nº 60, portadora do CPF nº 665.189.979-15, inscrita no PASEP nº 1704313104-7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I (Pós-Graduado) – 20 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 2.833,15 (dois mil oitocentos e trinta e três reais e quinze centavos), que será pago mensalmente pelo IPREARROIO.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 45, V, da Lei Complementar nº 1.713/2014 – Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, das Fundações Públicas do Município de Arroio Trinta - SC.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos operam-se a partir de 01/07/2021, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 01 de julho de 2021.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 0037/2021 - PR

Publicação Nº 3131318

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 77109E740DA0AA1DE23F454143BCA9C0F42D1529

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

MODALIDADE: Pregão PRESENCIAL Nº 0037/2021 - PR.

Tipo: Menor preço.

Forma de Julgamento: Por item.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de Playground (parquinho infantil) e grama sintética, e promovendo a aquisição de brinquedos diversos, em atendimento das necessidades da Escola Municipal Projaf e do Centro de Educação CMEI PROFABI, conforme exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00 do dia 14/07/2021.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30 do dia 14/07/2021.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras1@arroiotrinta.sc.gov.br compras2@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 30 de junho de 2021.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

LEI Nº 1980

Publicação Nº 3130799

LEI Nº 1980, DE 01/07/2021.

Institui a Semana Municipal da Saúde Mental Coletiva em Arroio Trinta, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, faço saber a todos, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Semana Municipal da Saúde Mental Coletiva em Arroio Trinta.

§1º. A Semana Municipal da Saúde Mental Coletiva de Arroio Trinta será promovida a cada ano entre os dias 12 à 18 de maio.

§2º. O dia 18 de maio, fica instituído como o Dia Municipal da Saúde Mental Coletiva.

Art. 2º O Poder Público Municipal promoverá, durante a Semana Municipal da Saúde Mental Coletiva, diversos eventos comunitários de caráter educativo, preventivo e terapêutico de agravos que geram sofrimento mental e adoecimento psíquico aos cidadãos Arroiotrintenses.

§1º. Os eventos comunitários deverão ser coordenados pela Comissão Organizadora, que os planejará e organizará conforme o tema da semana.

§2º. Os eventos deverão envolver especialmente as escolas, a unidade de saúde, a creche no âmbito do município, bem como clubes de serviços e outras organizações públicas e privadas nas áreas da saúde, educação e assistência social.

Art. 3º A Semana Municipal da Saúde Mental Coletiva em Arroio Trinta, será coordenada por uma Comissão Organizadora.

§1º. A Comissão citada no caput do art. 3º será composta por:

- I - um representante da Secretaria Municipal de Saúde, Núcleo de Apoio da Saúde da Família (NASF);
- II - um representante da Associação dos Usuários, Familiares e Militantes da Saúde Mental de Arroio trinta;
- III - um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- IV - um representante da Secretaria Municipal de Esporte e Cultura;
- V - um representante do Conselho Municipal de Saúde;
- VI - um representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- VII - um representante do Conselho Municipal de Assistência Social;
- VIII - um representante do Conselho Tutelar;
- IX - um representante Conselho Municipal da Educação;
- X - um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- XI - um representante da Câmara Municipal de Arroio Trinta;

§2º. Os temas a serem abordados durante a semana, serão escolhidas pela Comissão Organizadora.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Arroio Trinta - SC, 01 de julho de 2021.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 01 de julho de 2021.

Valcir Afonso Serighelli
Supervisor de Finanças

PORTARIA Nº 248

Publicação Nº 3131935

PORTARIA Nº 248, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Conceder Férias ao Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, senhor FERNANDO CLAUBER MANETI, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, relativas ao período aquisitivo de 02/05/2020 a 01/05/2021, sendo que gozo será nos dias 01/07/2021 a 15/07/2021, ou seja, 15 (quinze) dias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 01 de julho de 2021.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 249

Publicação Nº 3131936

PORTARIA Nº 249, DE 02 DE JULHO DE 2021.
Conceder Férias à Servidora que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias à servidora municipal, JOICE LIANE NAVA, brasileira, solteira, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA (PÓS-GRADUADA), relativas ao período aquisitivo de 15/02/2020 a 14/02/2021, sendo que gozo será nos dias 13/07/2021 a 30/07/2021, ou seja, 18 (dezoito) dias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 02 de julho de 2021.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 250

Publicação Nº 3131937

PORTARIA Nº 250, DE 02 DE JULHO DE 2021.

Exonera Servidora que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1.º - EXONERAR a senhora JOSIANE ALVES DOS SANTOS, brasileira, solteira, mantendo união estável, inscrita no CPF nº 085.151.929-69 e Identidade nº 5.614.060, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta – SC, ocupante da função de CONSELHEIRA TUTELAR, a partir de 30 de junho de 2021.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30/06/2021.

Arroio Trinta – SC, 02 de julho de 2021.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇO Nº 0002 2021

Publicação Nº 3130492

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F87C825EC6037FE0D12A0CF3856CE64845002153

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

Processo Administrativo nº: 0069/2021 - TP
Tomada de Preço Presencial nº: 0002/2021 - TP

Termo de Homologação

O Prefeito Municipal de Arroio Trinta, senhor Alcidir Felchilcher, considerando a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitações, nomeada através do Decreto nº 2125 bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93 e no art. 4º, XXII da Lei

10.520/2002, resolve:

HOMOLOGAR o procedimento licitatório em epígrafe, do tipo Menor preço Global, tendo como objeto a Escolha da proposta mais vantajosa objetivando a contratação de empresa especializada visando a execução de obra, com o devido fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, necessários para realizar pavimentação em calçamento de via rural - Linha São Roque, conforme quantitativos e especificações listadas pelo Edital, tudo de acordo com os projetos, memoriais descritivos e demais documentos em anexos, com recursos oriundos de repasse pelo estado de Santa Catarina a título de emendas parlamentares impositivas, nestes termos:

Licitante vencedor e seu respectivo item:

4352 - CONSTRUTORA FIEL EIRELI (17.497.061/0001-09)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtde	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	36276 - Pavimentação de via rural através de pedras irregulares, totalizando 7.883,70 m² - Linha São Roque.	Un	1	406.154,90	406.154,90
Valor Total				406.154,90	

Arroio Trinta – SC, 30 de junho de 2021.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 0011/2021 (FMS)

Publicação Nº 3131288

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 35A6E92188A46372AE73E61C26DF14C492B934EE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Administrativo Nº 0017/2021 - DL
Dispensa por Justificativa Nº 0011/2021 - DL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretária de Saúde de Arroio Trinta, srª Juliana Serighelli, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº 2151, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

RATIFICAR a presente Dispensa por Justificativa, do tipo Menor preço Por item, embasada no Art. 24, inc. XVII da Lei 8.666/93 e tendo como objeto Pagamento da décima revisão de garantia técnica junto ao fornecedor original do veículo Chevrolet SPIN de placas QJO9975 (km 107200), pertencente à Secretaria Municipal de Saúde, nestes termos:

Proponentes que apresentaram o menor preço e seus respectivos itens:

248 - AUTO MECANICA GERAL LTDA (86.548.054/0001-01)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	36388 - FILTRO DE OLEO (24588463)	Un	1	21,52	21,52
2	36390 - ELEMENTO FILTRANTE AC (52102242)	Un	1	76,52	76,52
3	36391 - LUB ACD SINT.SAE 0W-20 (98550812)	Un	7	30,00	210,00
4	36392 - FILTRO DE COMBUSTIVEL (93316245)	Un	1	37,34	37,34
5	36394 - LIMPA PA (88906763)	Un	1	8,00	8,00
6	36395 - VEDADOR DE BORRACHA (90528145)	Un	1	10,73	10,73
7	36396 - FLUIDO PARA FREIO HI (93205290)	Un	4	16,54	66,16
8	36397 - JOGO DE PASTILHAS DE (52131193)	Un	1	55,00	55,00
9	36398 - DESCARBONIZANTE (1017546)	Un	1	466,74	466,74
10	36399 - DECIMA REVISAO GM M0131 - referente a 2,60 horas.	Un	1	387,40	387,40
Total Geral					1.339,41

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta - SC, 30/06/2021.

Juliana Serighelli
Secretária de Saúde de Arroio Trinta.

Atalanta

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06 DE 09 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 3131647

PUBLICAÇÃO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06 DE 09 DE JULHO DE 2020

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ATALANTA (CNPJ Nº 18.070.826/0001-92).

CONTRATADA: INFO – VR TECNOLOGIA E CONSULTORIA PUBLICA EIRELI (CNPJ Nº 08.662.246/0001-30).

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO E MANUTENÇÃO DO VALOR DO CONTRATO Nº 06 DE 09 DE JULHO DE 2020, QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, BEM COMO EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÕES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

DO VALOR: FICAM MANTIDOS (SEM REAJUSTE OU REEQUILÍBRIO) OS VALORES PAGOS PELA CONTRATANTE À CONTRATADA PELA LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, BEM COMO EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE MANUTENÇÃO, CONFORME VALORES PAGOS NO CONTRATO 06/2020, SENDO O VALOR MENSAL DE R\$ 163,28 (CENTO E SESSENTA TRÊS REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS), CONFORME DETALHAMENTO:

SISTEMA DE CONSELHOS MUNICIPAIS 163,28 (CENTO E SESSENTA E TRÊS REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS), COM VENCIMENTO ATÉ O DÉCIMO DIA ÚTIL DE CADA MÊS SUBSEQUENTE, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL.

VIGÊNCIA: O PRAZO CONTRATUAL FICA PRORROGADO POR MAIS 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 09 DE JULHO DE 2021 A 09 DE JULHO DE 2022.

DATA DE ASSINATURA: 01 DE JULHO DE 2021.

ATALANTA, 01 DE JULHO DE 2021.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

PREFEITO MUNICIPAL

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11 DE 09 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 3131683

PUBLICAÇÃO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11 DE 09 DE JULHO DE 2020

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ATALANTA (CNPJ Nº 11.211.260/0001-22).

CONTRATADA: INFO – VR TECNOLOGIA E CONSULTORIA PUBLICA EIRELI (CNPJ Nº 08.662.246/0001-30).

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO E MANUTENÇÃO DO VALOR DO CONTRATO Nº 11 DE 09 DE JULHO DE 2020, QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, BEM COMO EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÕES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

DO VALOR: FICAM MANTIDOS (SEM REAJUSTE OU REEQUILÍBRIO) OS VALORES PAGOS PELA CONTRATANTE À CONTRATADA PELA LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, BEM COMO EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE MANUTENÇÃO, CONFORME VALORES PAGOS NO CONTRATO 11/2020, SENDO O VALOR MENSAL DE R\$ 163,28 (CENTO E SESSENTA TRÊS REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS), CONFORME DETALHAMENTO:

SISTEMA DE CONSELHOS MUNICIPAIS 163,28 (CENTO E SESSENTA E TRÊS REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS), COM VENCIMENTO ATÉ O DÉCIMO DIA ÚTIL DE CADA MÊS SUBSEQUENTE, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL.

VIGÊNCIA: O PRAZO CONTRATUAL FICA PRORROGADO POR MAIS 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 09 DE JULHO DE 2021 A 09 DE JULHO DE 2022.

DATA DE ASSINATURA: 01 DE JULHO DE 2021.

ATALANTA, 01 DE JULHO DE 2021.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

PREFEITO MUNICIPAL

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 21 DE 06 DE JULHO DE 2020

Publicação Nº 3130925

PUBLICAÇÃO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 21 DE 09 DE JULHO DE 2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ATALANTA (CNPJ Nº 83.102.616/0001-09).

CONTRATADA: INFO – VR TECNOLOGIA E CONSULTORIA PUBLICA EIRELI (CNPJ Nº 08.662.246/0001-30).

OBJETO: A PRORROGAÇÃO DE PRAZO E MANUTENÇÃO DO VALOR DO CONTRATO Nº 21 DE 09 DE JULHO DE 2020, QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, BEM COMO EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÕES E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

DO VALOR: FICAM MANTIDOS (SEM REAJUSTE OU REEQUILÍBRIO) OS VALORES PAGOS PELA CONTRATANTE À CONTRATADA PELA LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, BEM COMO EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE MANUTENÇÃO, CONFORME VALORES PAGOS NO CONTRATO Nº 21/2020, SENDO O VALOR MENSAL DE R\$ 577,58 (QUINHENTOS E SETENTA E SETE E CINQUENTA OITO), DISTRIBUÍDOS CONFORME SEGUE:

- SISTEMA DE CONTAS PÚBLICAS: R\$ 302,05 (TREZENTOS E DOIS REAIS E CINCO CENTAVOS), COM VENCIMENTO ATÉ O DÉCIMO DIA ÚTIL DE CADA MÊS SUBSEQUENTE, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL.

• SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO R\$ 275,53 (DUZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA E TRÊS CENTAVOS), COM VENCIMENTO ATÉ O DÉCIMO DIA ÚTIL DE CADA MÊS SUBSEQUENTE, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE NOTA FISCAL.
DA VIGÊNCIA: O PRAZO CONTRATUAL FICA PRORROGADO POR MAIS 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 09 DE JULHO DE 2021 A 09 DE JULHO DE 2022.
DATA DE ASSINATURA: 01 DE JULHO DE 2021.
ATALANTA, 01 DE JULHO DE 2021.
JUAREZ MIGUEL RODERMEL
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO Nº 54/2021

Publicação Nº 3130597

EXTRATO

PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 54 DE 30 DE JUNHO DE 2021

OBJETO: Concessão de DIREIRO REAL DE uso para exploração econômica do BAR, lanchonete e demais dependências que integram o Ginásio Municipal de Esportes manuel inácio antunes, localizado na rua cristiano schlisting, s/n, centro, município de atalanta - sc.

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE ATALANTA (CNPJ 83.102.616/0001-09).

CONCESSIONÁRIA: AMANDA JAQUELINE DOS SANTOS 08316637901 (CNPJ Nº 39.313.442/0001-23).

VIGÊNCIA: DE 01 DE AGOSTO DE 2021 A 01 DE AGOSTO DE 2022.

DA RETRIBUIÇÃO: PELA CONCESSÃO DE USO PARA EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DO BAR, LANCHONETE E DEMAIS DEPENDÊNCIAS QUE INTEGRAM O GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES MANUEL INÁCIO ANTUNES, A CONCESSIONÁRIA PAGARÁ O VALOR MENSAL DE R\$ 1.011,00 (UM MIL E ONZE REAIS).

DATA DE ASSINATURA: 30 DE JUNHO DE 2021.

ATALANTA, 30 DE JUNHO DE 2021.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

PREFEITO MUNICIPAL

Aurora

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 023/2021

Publicação N° 3130569

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto N°. 001 de 02 de janeiro de 2021, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que foi assinado nesta data a Ata de Registro de Preços n° 023/2021 que visa a AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETOR PARA UTILIZAÇÃO NOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, SECRETARIAS MUNICIPAIS E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, vinculado ao Pregão Eletrônico N°. 028/2021, Processo licitatório n° 028/2021. A empresa contratada: EDERSON SCHEIDT 06087001930 CNPJ: 31.025.111/0001-86 item 14 com o valor total de R\$ 42.544,20 (Quarenta e dois mil quinhentos e quarenta e quatro reais e vinte centavos).
Aurora, 28 de junho de 2021.

Alexsandro Kohl
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PE 002/2021 - FMS (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE)

Publicação Nº 3130560

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA

AVISO DE LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto Nº. 001/2021 e 002/2021 de 02 de janeiro de 2021, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia **14 de julho de 2021, às 09:00:00** horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA SETOR DE LICITAÇÕES ROD. SC 350 - KM 364 - Nº 408 - CENTRO - AURORA - SC, o recebimento e abertura das propostas eletrônicas no site de BLL, conforme determina o Edital de Licitações nº. 002/2021 - FMS (Fundo Municipal de saúde), na modalidade de **Pregão Eletrônico**.

Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93 e 10.024/2019.

Finalidade:

“AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE DE SAÚDE JOSÉ MATIAS NECKEL DO MUNICÍPIO DE AURORA - SC”.

Aurora, 01 de julho de 2021.

ALEXSANDRO KOHL
Prefeito Municipal

EDITAL RETIFICADO - CONCURSO 001 2021

Publicação Nº 3130522

**MUNICÍPIO DE AURORA
ESTADO DE SANTA CATARINA****EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2021 (Alterado pela Retificação nº 01/2021)**

O MUNICÍPIO DE AURORA, faz saber a quem possa interessar que realizará CONCURSO PÚBLICO, para preenchimento de vagas efetivas, do quadro de pessoal permanente e para a formação de cadastro de reserva. Este edital reger-se-á pela, pelas instruções especiais contidas neste Edital e demais disposições legais vigentes.

1. DO CRONOGRAMA DESTE CERTAME

DATA	ATO
21/06/2021	Publicação do Edital
21/06/2021 até às 23h59min do dia 30/07/2021	PERÍODO DE INSCRIÇÕES
21/06/2021 a 27/07/2021	Período para solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição
29/07/2021	Divulgação da lista de isentos do pagamento da taxa de inscrição
02/08/2021	Prazo para envio de laudo médico para candidatos com deficiência e para pedido de condições especiais para a realização das provas objetivas, conforme itens 3.9 e 4.2 deste edital.
21/06/2021 a 02/08/2021	Prazo para impressão do boleto e para pagamento da taxa de inscrição
04/08/2021	Publicação da relação de inscritos e divulgação do local de provas
05/08/2021 e 06/08/2021	Prazo para recurso contra o indeferimento de inscrição
10/08/2021	Julgamento dos recursos contra o indeferimento de inscrição
10/08/2021	Homologação das Inscrições (listagem oficial)
15/08/2021	Data provável para realização das Provas Objetivas
15/08/2021	Publicação do gabarito provisório (após as 20 horas) no site da banca
16/08/2021 e 17/08/2021	Prazo para recurso contra questões e gabarito
23/08/2021	Julgamento dos Recursos contra questões e gabarito
23/08/2021	Publicação do Gabarito Oficial e Publicação das Notas da Prova Objetiva
24/08/2021 e 25/08/2021	Prazo para recurso contra Notas da Prova Objetiva
26/08/2021	Julgamento dos Recursos contra Notas da Prova Objetiva
26/08/2021	Convocação dos Candidatos para entrega dos documentos para a Prova de Títulos e convocação dos candidatos para realização das Provas Práticas
29/08/2021	Data provável para realização das Provas Práticas e para entrega dos documentos para a Prova de Títulos

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

31/08/2021	Publicação das Notas da Prova Prática, de Títulos e da Classificação Provisória
01/09/2021 02/09/2021	e Prazo para recurso contra Notas e contra a Classificação Provisória
03/09/2021	Julgamento dos Recursos contra Notas contra a Classificação Provisória
A partir de 03/09/2021	Homologação do Resultado Final

1.1. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos e de recursos, intempéries e por decisão da Comissão de Coordenação e Fiscalização do Concurso Público e/ou da Comissão Executiva, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.2. Este Concurso Público será executado sob a responsabilidade da Empresa SC Treinamentos.

1.3. A fiscalização e a supervisão deste Concurso Público estarão a cargo da Prefeitura Municipal através da Comissão de Coordenação e Fiscalização do Concurso Público.

1.4. As publicações serão realizadas geralmente após às 17 horas da data prevista, cabendo ao candidato a responsabilidade de acompanhar as publicações.

1.5. O Edital do Concurso Público, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações para provas e todos os demais atos do Concurso Público, serão publicados no site oficial do Concurso Público na Internet: www.sconcursos.com.br.

1.6. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações, comunicados, mensagens eletrônicas (e-mails) e demais documentos divulgados e/ou enviados referentes ao presente Concurso Público.

1.7. A escolaridade e requisitos exigidos, conforme item 2.1 e legislação em vigor, deverão ser comprovados no ato da posse após a convocação.

1.8. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações, relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivesse transcrito e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

2. DOS CARGOS E DAS VAGAS

2.1. Quadros de cargos/regime de contratação, vagas, carga horária semanal, regime de contratação, habilitação mínima, vencimento, valor das inscrições e tipo de prova:

Cargo	Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento Inicial R\$	Habilitação/Escolaridade Exigida	Tipo de Prova	Valor da Taxa de Inscrição
Assistente Social	01 + CR	40h	3.702,97	Graduação em Serviço Social, com o respectivo diploma e inscrição/registro no Conselho fiscalizador da profissão.	Objetiva	R\$ 150,00

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

Assistente Social	01 + CR	20h	1.851,48	Graduação em Serviço Social, com o respectivo diploma e inscrição/registro no Conselho fiscalizador da profissão.	Objetiva	R\$ 150,00
Fiscal de Tributos	01 + CR	40h	3.004,43	Com certificado de conclusão do Ensino Médio.	Objetiva	R\$ 120,00
Médico	CR	40h	11.873,23	Graduação em Medicina, com o respectivo diploma e inscrição no Conselho fiscalizador da profissão.	Objetiva	R\$ 150,00
Motorista CNH categoria "D"	03 + CR	40h	1.763,69	Alfabetizado e portador de CNH categoria "D" ou categoria superior.	Objetiva e Prática	R\$ 80,00
Operador de Máquinas CNH categoria "C"	02 + CR	40h	1.763,77	Alfabetizado e portador de CNH categoria "C" ou categoria superior.	Objetiva e Prática	R\$ 80,00
Operário	CR	40h	1.453,32	Alfabetizado.	Objetiva e Prática	R\$ 80,00
Professor II – Ciências	01 + CR	20h	1.889,31	Habilitação obtida em curso de nível superior, de licenciatura plena, na área de atuação, com registro no MEC.	Objetiva e Títulos	R\$ 150,00
Professor II – Ensino Religioso	01 + CR	10h	944,65	Habilitação obtida em curso de nível superior, de licenciatura plena, na área de atuação, com registro no MEC.	Objetiva e Títulos	R\$ 150,00
Professor II – Inglês	01 + CR	20h	1.889,31	Habilitação obtida em curso de nível superior, de licenciatura plena, na área de atuação, com registro no MEC.	Objetiva e Títulos	R\$ 150,00
Professor II – Matemática	01 + CR	20h	1.889,31	Habilitação obtida em curso de nível superior, de licenciatura plena, na área de atuação, com registro no MEC.	Objetiva e Títulos	R\$ 150,00
Psicólogo	01 + CR	20h	1.837,22	Graduação em Psicologia, com o respectivo diploma e inscrição no Conselho regulamentador e fiscalizador da profissão.	Objetiva	R\$ 150,00
Técnico de Enfermagem	CR	40h	2.480,86	Com certificado de conclusão do Ensino Médio e curso técnico na área.	Objetiva	R\$ 120,00

CR = Cadastro de Reserva

2.2. As vagas serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação.

2.3. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar, pela internet, através dos sites www.sconcursos.com.br e www.aurora.sc.gov.br, as publicações de todos os atos e editais relativos ao Concurso Público, inclusive alterações que porventura ocorram durante a realização do mesmo e até sua homologação final.

2.4. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir e apresentar os seguintes documentos:

- 2.4.1 - Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;
- 2.4.2 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- 2.4.3 - Ter aptidão física e mental, demonstrada por atestado médico e dos demais documentos de que trata este Edital, os quais são de responsabilidade do candidato;
- 2.4.4 - Comprovar habilitação legal para o cargo exigida pelo Edital;
- 2.4.5 - Carteira de Identidade;
- 2.4.6 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- 2.4.7 - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
- 2.4.8 - Comprovante de quitação militar (somente para os candidatos do sexo masculino);
- 2.4.9 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- 2.4.10 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- 2.4.11 - Certidão de nascimento, casamento ou união estável;
- 2.4.12 - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda;

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

- 2.4.13 - Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei;
- 2.4.14 - Comprovante de endereço atualizado;
- 2.4.15 - Cópia autenticada do Registro no Conselho de Classe, quando for o caso;
- 2.4.16 - Demais documentos que o município vier a exigir.

2.5. A admissão dos candidatos aprovados no Concurso Público dar-se-á conforme a legislação vigente no Município de Aurora na data da admissão.

2.6. A comprovação da escolaridade e o preenchimento dos demais requisitos legais indispensáveis à nomeação no cargo público será exigida unicamente quando da posse no cargo público. A não apresentação, naquela ocasião, de todos os documentos exigidos implicará na realocação do aprovado para o fim da fila dos aprovados e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 A participação neste Concurso Público iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e condições estabelecidas neste edital.

3.2. A inscrição será efetuada exclusivamente via internet, sendo que o candidato deverá acessar o site www.scconcursos.com.br, onde terá acesso ao Edital e seus anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição.

3.2.1. Para efetivar a sua inscrição o candidato deverá acessar o endereço eletrônico www.scconcursos.com.br em “Concursos e seletivos”, “inscrições abertas”, selecionar o município de Aurora Edital 001/2021;

3.2.2. Baixar e Ler atentamente o edital completo, inteirando-se das condições do certame e certificando-se de seu conteúdo e que preenche todas as condições exigidas.

3.2.3. Cadastrar-se, criando uma senha de acesso para a área do candidato (guarde bem essa senha pois será útil em todos os acessos futuros)

3.2.4. Preencher o Requerimento de Inscrição, conferindo os dados informados e enviá-lo pela internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;

3.2.5. Imprimir e efetivar o pagamento do boleto bancário, referente à taxa de inscrição, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.

3.2.6. Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

3.2.7. É de responsabilidade do candidato manter atualizados os endereços, e-mails e números de telefones informados. Eventual mudança de endereço, até a data de publicação do resultado final do Concurso Público, deverá ser atualizada no cadastro online do candidato, através da sua área restrita, e deverá ser comunicado a empresa SC Treinamentos por correspondência eletrônica (e-mail) enviada para: contato@scconcursos.com.br. Após a data de publicação do resultado do Concurso Público, deverão ser comunicadas diretamente à Prefeitura de Aurora.

3.2.8. Não será aceita inscrição via postal, por telex ou via fax, e-mail, extemporânea e/ou condicional ou, ainda, fora do prazo estabelecido.

3.3. O candidato deverá imprimir e pagar o boleto no valor determinado até a data limite, constante no respectivo documento.

3.3.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

3.3.2. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

3.3.3. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital, acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

3.3.4. A inscrição só será aceita quando o banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

3.3.5. Não serão aceitas as inscrições pagas fora do prazo de vencimento ou com cheques sem provisão de fundos.

3.3.6. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição, não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida, uma vez que o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação do Concurso Público.

3.3.7. A empresa SC Treinamentos e a Prefeitura Municipal não se responsabilizarão por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato.

3.3.8. No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

3.4. O candidato deverá acompanhar a publicação da relação de candidatos inscritos para confirmar o processamento de sua inscrição. Caso sua inscrição não tenha sido processada, o mesmo não poderá prestar provas, podendo impetrar recurso, conforme prazo determinado neste edital.

3.5. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.5.1. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, de seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Concurso Público.

3.6. O Município de Aurora e a Empresa SC TREINAMENTOS não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via *internet*, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado neste edital.

3.7. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas, incompletas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e/ou que o fato seja constatado posteriormente.

3.7.1. Será nula a inscrição de candidato que, por qualquer meio, faça uso de informação ou documento falso ou oculte informação ou fato a ela relevante, sem prejuízo das sanções judiciais cabíveis.

3.7.2. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

3.7.3. Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexatidão relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.

3.7.4. Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações.

3.8. Os candidatos poderão inscrever-se somente em um cargo.

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

3.8.1. Para o candidato que efetivar mais de uma inscrição, será considerada válida somente a última inscrição efetivada, desde que devidamente paga.

3.8.2. No caso de dupla inscrição não será admitida a utilização do pagamento da primeira para a segunda, devendo o candidato realizar a inscrição completa (inscrição + pagamento) para o cargo que pretende concorrer.

3.9. O candidato que necessitar de **condição especial (local de fácil acessibilidade, tempo adicional, uso de aparelhos de audição, ledor (não haverá prova em braille), prova com fonte ampliada e etc.)** para a realização das provas deverá solicitá-lo encaminhando requerimento preenchido (Anexo II), via postal por SEDEX com AR, até o último dia de inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

3.9.1. No exterior do envelope deverão constar as seguintes informações:

Destinatário: SC Treinamentos Rua Barão do Rio Branco, 471, Bairro Imigrantes. Timbó – SC CEP 89120-000
Requerimento de condições especiais para realização de prova Remetente/Nome: _____ Município e nº do Edital: _____ Cargo: _____ Nº de Inscrição: _____

3.9.2. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais, serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade e de acordo com o laudo médico específico ao candidato a ser apresentado. No caso de uso de equipamentos especiais, estes deverão ser obtidos pelo candidato e apresentados antecipadamente ao fiscal de sala e ou coordenador local da empresa SC Treinamentos para que verifique e autorize seu uso.

3.9.2.1. Caso o candidato não envie o pedido exigido no item anterior acompanhado de laudo médico específico que ateste a necessidade de condição especial para realização da prova objetiva, o candidato não terá preparado o tratamento diferenciado para realização de provas.

3.9.2.2. O candidato que necessitar de **cadeira adaptada para canhoto** deverá apenas encaminhar o Anexo II preenchido e assinado, conforme item 3.9, não sendo necessário encaminhar laudo médico para tal condição.

3.9.3. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito conforme o item 3.9, durante o período da inscrição, e levar acompanhante que permanecerá em sala reservada para essa finalidade.

3.9.3.1. O acompanhante e a criança devem permanecer na sala reservada para amamentação desde o horário de início das provas.

3.9.3.2. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.

3.9.3.3. A candidata lactante, o acompanhante e a criança devem chegar ao local da prova com a antecedência mínima de trinta minutos.

3.9.3.4. Para a amamentação o lactente deverá permanecer no ambiente a ser determinado pela Coordenação do Concurso Público.

3.9.3.5. A candidata, durante o período de amamentação, será acompanhada por fiscal volante, e neste momento não poderá dialogar com o responsável pela guarda da criança.

3.9.3.6. A candidata nesta condição que não levar acompanhante, não poderá realizar as provas.

3.9.3.7. A candidata é responsável pelos atos do adulto acompanhante, caso esse venha causar algum transtorno durante a realização das provas, a candidata será automaticamente eliminada do certame.

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

4. DAS VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição no presente Concurso Público, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a sua deficiência, num percentual de 5% (cinco por cento) das vagas, por cargo, então existentes e das futuras, até a validade do Concurso Público, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição da República Federativa do Brasil.

4.2. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção “Pessoas com Deficiência”, bem como deverá encaminhar, via postal por SEDEX com AR, **até o dia designado no cronograma deste edital**, o original ou cópia autenticada em cartório do laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da necessidade especial e a caracterização das anomalias impeditivas ao exercício regular dos cargos, emitido nos últimos 06 meses.

4.2.1. No exterior do envelope deverão constar as seguintes informações:

Destinatário: SC Treinamentos Rua Barão do Rio Branco, 471, Bairro Imigrantes. Timbó – SC CEP 89120-000
Documentação para concorrer às vagas reservadas para pessoas com deficiência Remetente/Nome: _____ Município e nº do Edital: _____ Cargo: _____ Nº de Inscrição: _____

4.3. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na ficha de inscrição.

4.4. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.

4.5. Os candidatos aprovados no Concurso Público serão submetidos a exames médicos e complementares que irão avaliar a sua condição física e mental, a qual terá a decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não e o grau de deficiência, capacitante (aptidão) ou incapacitante (inaptidão), para o exercício do cargo.

4.6. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

4.7. Considera-se pessoa com deficiência, nos termos da Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas e que se enquadre nas categorias descritas no Decreto Federal nº 9.508/2018.

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

4.8. Caso a aplicação do percentual de 5% resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

4.9. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.

4.10. Será excluído do Concurso Público o candidato aprovado para uma das vagas aos candidatos com deficiência que:

4.10.1. Não comparecer, chegar atrasado ou não apresentar a documentação e ou exames solicitados para a avaliação da Perícia Médica Oficial do Município.

4.10.2. Cuja deficiência informada no requerimento de Inscrição não seja constatada pela Perícia Médica Oficial do Município ou não seja compatível com o exercício do cargo.

4.10.3. Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

5. DAS ETAPAS DESTE CONCURSO PÚBLICO E DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1. Este Concurso Público constará de duas etapas:

5.1.1. Primeira etapa, de caráter eliminatório e classificatório: Prova Objetiva para todos os cargos.

5.1.2. Segunda etapa constando de:

a) Prova Prática de caráter eliminatório e classificatório para os cargos Motorista, Operador de Máquinas e Operário, para todos os candidatos aprovados na Prova Objetiva.

b) Prova de Títulos de caráter exclusivamente classificatório para os cargos Professor, para todos os candidatos aprovados na Prova Objetiva.

5.2. São isentos da taxa de inscrição neste Concurso Público os candidatos doadores de Sangue fidelizado e Doadores de Medula Óssea;

5.2.1. Para os candidatos que solicitarem isenção da taxa de inscrição por serem doadores de Sangue fidelizado e os Doadores de Medula Óssea:

5.2.1.1. Considera-se para enquadramento ao benefício previsto somente a doação de sangue promovida a órgão oficial, ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

5.2.1.2. A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora. O documento previsto por este item deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais, considerando-se os 12 (doze) meses que antecederam a abertura do presente edital.

5.2.1.3. A comprovação da pessoa doador de Medula Óssea se dará através da apresentação de sua inscrição no REDOME – Registro Brasileiro de Doadores de Medula Óssea ou ainda declaração expedida por órgão oficial ou entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município, hemocentros e nos bancos de sangue dos hospitais, devidamente atualizado.

5.2.1.4. Os candidatos deverão no momento da inscrição on-line, encaminhar eletronicamente a documentação acima através da “Área do Candidato” em campo específico para tal.

5.2.1.5. A constatação de falsidade dos documentos exigidos, além das sanções penais cabíveis importará na exclusão da inscrição do candidato neste Concurso Público.

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

5.2.3. Sendo indeferido o pedido de isenção da taxa de inscrição, restará ao candidato pagamento da respectiva taxa de inscrição até a data limite constante no boleto.

5.2.4. Não haverá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição.

5.2.5. O candidato que efetivar mais de uma inscrição com pedido de isenção de pagamento, para o mesmo cargo, terá analisada e confirmada apenas a última inscrição, sendo as demais canceladas.

5.2.6. Não será permitida, após a entrega do requerimento de isenção, acompanhado dos documentos comprobatórios, a complementação da documentação.

5.2.7. Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de valor de inscrição via fax, via requerimento administrativo, via correio eletrônico ou, ainda fora do prazo.

6. DA PRIMEIRA ETAPA DO CONCURSO PÚBLICO: PROVA OBJETIVA

6.1. **PROVA OBJETIVA (PO)** de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas e 01 (uma) única alternativa correta, de caráter eliminatório e classificatório, visa avaliar os conhecimentos indispensáveis ao exercício das atribuições dos cargos oferecidos pelo presente edital e versará sobre os conteúdos programáticos indicados no Anexo I, **a ser aplicada para todos os candidatos.**

6.1.1. Serão considerados aprovados neste Concurso Públicos candidatos que atingirem nota igual ou superior a 50% na nota da prova objetiva.

6.1.1.1. Especificamente para os cargos de Motorista, Operador de Máquinas e Operário serão considerados aprovados neste Concurso Público os candidatos que atingirem nota igual ou superior a 50% na nota da prova objetiva e na nota da Prova Prática.

6.1.2. A prova objetiva terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,0 (dez), utilizando-se 02 (duas) casas decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos, tendo em vista que cada questão valerá o disposto no item 6.3.

6.2. **A prova objetiva para todos os cargos será na data provável de 15 de agosto de 2021 considerando os seguintes horários:**

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões dos locais de prova: entrada dos candidatos.	7h e 00min
Fechamento dos portões dos locais de prova: proibido o ingresso sob qualquer alegação a partir deste horário	8h e 30min
Início da prova	8h e 45min
Período mínimo de permanência no local de provas. Até às	9h e 45min
Final da prova. Entrega obrigatória do cartão resposta.	11h e 45min

6.2.1. Será vedado o acesso ao local de prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após às 8h e 30 minutos, sob qualquer alegação.

6.2.2. O tempo total de realização das provas já compreende o tempo necessário para preenchimento do cartão-resposta.

6.2.3. A empresa SC Treinamentos, por motivos técnicos ou de força maior, poderá retardar o início da prova escrita ou transferir suas datas e ou horários. Eventuais alterações serão comunicadas no site do Concurso Público na Internet, por mensagens enviadas para o e-mail informado, ou por aviso fixado na entrada principal ou mural do local anteriormente determinado, caso o evento determinante da alteração seja de natureza imprevisível.

6.2.4. Em virtude da pandemia de Covid-19 e das medidas preventivas necessárias à contenção da disseminação do Coronavírus, todos os candidatos deverão seguir as recomendações abaixo:

- Fazer uso de máscara facial, desde o ingresso no local das provas até a respectiva saída.

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

- Fazer uso, sempre que necessário, de álcool em gel 70% disponibilizados na entrada do local de provas, na sala destinada a aplicação da prova objetiva e banheiros.
- Manter o afastamento de pelo menos 1,5m (um metro e meio) dos demais candidatos, enquanto adentra aos locais de prova ou aguarda o ingresso em sala de prova.
- Os candidatos que, assim desejarem, poderão adentrar ao local da prova com vasilhame de álcool em gel, desde que em recipientes plásticos transparentes, que não contenham rótulos, impressões ou quaisquer outras identificações.
- Após a realização das provas o candidato deve deixar o local de sua prova imediatamente, não sendo permitidas aglomerações no local de prova, nem mesmo para espera de outros participantes.
- Na entrada do local de realização da prova, a temperatura dos candidatos será aferida através de termômetros infravermelho ou outro instrumento correlato. Caso a temperatura aferida seja igual ou maior que 37,8°C, o candidato será encaminhado para realizar a prova em sala separada dos demais candidatos e orientado a procurar assistência médica.(PORTARIA SES Nº 714 de 18 de setembro de 2020)
- Fica proibida a utilização de bebedouros com jato inclinado. Caso existam no local, devem ser utilizados somente para a retirada de água em copos descartáveis ou recipientes de uso individual. (PORTARIA SES Nº 714 de 18 de setembro de 2020).

6.3. A Prova Objetiva será composta do seguinte programa de provas:

a) Para os cargos de nível Alfabetizado:

DISCIPLINAS	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO	TOTAL POR TIPO DE PROVA
Língua Portuguesa	10	0,40	4,00
Matemática	10	0,40	4,00
Legislação Básica	5	0,40	2,00
TOTAL	25		10,00

a) Para os cargos de nível Médio/Técnico e Superior:

DISCIPLINAS	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO	TOTAL POR TIPO DE PROVA
Língua Portuguesa	10	0,20	2,00
Matemática	5	0,20	1,00
Informática	5	0,20	1,00
Legislação Básica	5	0,30	1,50
Conhecimentos Específicos	15	0,30	4,50
TOTAL	40		10,00

6.4. Normas para ingresso no local de provas e prestação da prova objetiva

6.4.1. **O candidato deverá comparecer no local da prova portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével e de material transparente.**

6.4.1.1. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997).

10

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

6.4.1.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

6.4.1.3. Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, (30) trinta dias. Neste caso será realizada a identificação especial através da coleta de impressão digital para posterior averiguação.

6.4.1.4. A não apresentação do documento de identidade, nos termos desse edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

6.4.1.5. Em face de eventual divergência a empresa SC Treinamentos poderá exigir a apresentação do original do Comprovante de pagamento da taxa de inscrição, com a devida autenticação bancária, não sendo válida cópia mesmo que autenticada.

6.5. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de ser excluído do Concurso Público:

6.5.1. Comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Concurso Público, bem como consultar livros ou apontamentos.

6.5.2. É vedado ao candidato, durante a realização da provas, ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal, ausentar-se da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização, comunicação com outro candidato, bem como se utilizando de quaisquer dos recursos não permitidos, tratar incorretamente ou agir com descortesia a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como os Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes.

6.5.3. Não será permitido ao candidato realizar as provas portando arma(s) de qualquer espécie; óculos escuros e artigos de chapelaria, tais como boné, chapéu, viseira, gorro ou similares; aparelhos eletrônicos (máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, relógio com calculadora, smartphones, tablets, ipods, pen drives, câmera fotográfica, aparelho para surdez, tocadores MP3 ou similares, gravadores, alarmes de qualquer espécie, fones de ouvido ou qualquer transmissor, gravador ou receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens, dentre outros); dicionário; apostila; material didático; livros; manuais; impressos; anotações; bebidas com rótulos, dentre outros. Todos estes materiais e/ou equipamentos deverão ser entregues voluntariamente, no momento do ingresso na sala de prova, ao fiscal de sala, que os orientará sobre o correto acondicionamento de seus pertences na sala de provas.

6.5.4. A simples posse, mesmo que desligado de aparelhos eletrônicos, ou de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicará na exclusão do candidato do Concurso Público, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

6.5.5. Ter comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

6.5.6. O candidato que tumultuar, interromper ou prejudicar de alguma forma a aplicação da prova, será desclassificado do Concurso Público.

6.6. A empresa SC Treinamentos, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Concurso Público poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), submeter os candidatos à revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação datiloscópica ou dele fazer imagem fotográfica ou vídeo.

6.7. A empresa SC Treinamentos e a Prefeitura Municipal não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e ou avaria, perda ou desaparecimento dos materiais, objetos, equipamentos,

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala, veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.

6.8. Todas as despesas decorrentes da obtenção ou entrega de documentos, bem como as de transporte e ou alimentação são de inteira responsabilidade dos candidatos, mesmo que a prova venha a ser transferida por qualquer motivo.

6.9. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

6.10. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, a empresa SC Treinamentos poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

6.10.1. A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pela empresa SC Treinamentos e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

6.10.2. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

6.11. Em hipótese alguma haverá segunda chamada, após o horário de início da prova nem a realização de prova fora do horário e local marcado para todos os candidatos.

6.12. Os envelopes contendo as provas serão abertos por 3 (três) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos.

6.13. O candidato receberá, para realizar a prova, um caderno de questões e um cartão-resposta para o cargo inscrito, sendo responsável pela conferência dos dados e pela verificação se o caderno de questões está completo, sem falhas de impressão e se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu.

6.13.1. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO-RESPOSTA.

6.13.2. A ocorrência de qualquer divergência deve ser comunicada imediatamente ao fiscal de sala.

6.13.3. Não serão substituídos os cartões por erro do candidato, tendo em vista sua codificação, nem atribuídos pontos às questões não assinaladas ou marcadas com mais de uma alternativa, emendadas ou rasuradas, a lápis ou com caneta esferográfica de tinta com cor diversa das estabelecidas ou em desacordo com as instruções contidas no caderno de provas e ou cartão resposta.

6.13.4. A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura ótica, sendo o CARTÃO-RESPOSTA o único documento válido e utilizado para esta correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção. O candidato é o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado. A não entrega do cartão de respostas implicará na automática eliminação do candidato do certame.

6.13.5. Serão considerados sem efeito, os cartões-resposta entregues sem a assinatura do candidato.

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

6.14. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.

6.14.1. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se imediatamente do local sob pena de desclassificação. O candidato que concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que ainda não a efetuaram, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da entidade, ou ligar o celular antes de se retirar do local de aplicação da prova.

6.14.2. Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, o candidato que precisar utilizar o banheiro deve, antes de entregar o cartão resposta e sair de sala com seus pertences, solicita ao fiscal o acompanhamento até os sanitários.

6.15. No local da prova, os 03 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais, e efetuarão a conferência dos cartões-resposta, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo.

6.15.2. Os envelopes contendo os cartões-resposta serão entregues, pelos fiscais, ao representante da comissão executora do Concurso Público.

6.16. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos.

6.17. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, a resposta será corrigida no gabarito final.

6.18. Será atribuída nota 0,00 (zero) à resposta de questões objetivas:

6.18.1. Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;

6.18.2. Que contenha emenda (s) e/ou rasura (s), ainda que legível (eis);

6.18.3. Contendo mais de uma opção de resposta assinalada;

6.18.4. Que não estiver assinalada no cartão de respostas;

6.18.5. Preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

6.19. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

6.20. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

7. DA SEGUNDA ETAPA DO CONCURSO PÚBLICO: PROVA DE TÍTULOS E PRÁTICA

DA PROVA DE TÍTULOS

7.1. O envio dos documentos da PROVA DE TÍTULOS para os cargos de Professor, a ser computada somente aos candidatos aprovados na Prova Objetiva, deverão ser entregues no dia **29 de agosto de 2021** em local e horário a ser divulgado juntamente com a convocação dos candidatos conforme cronograma deste edital.

7.1.1. Os candidatos deverão efetuar os seguintes procedimentos para a entrega dos documentos para a prova de títulos:

a) Preencher devidamente o Anexo III numerando e ordenando corretamente os títulos a serem apresentados.

b) Todas as folhas (**cópias originais ou reprográficas autenticadas em cartório ou cópias simples para os documentos que possuírem código para verificação de**

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

autenticidade pela internet) deverão ser paginadas, de acordo com a ordem do título preenchido no formulário de avaliação de títulos.

c) Os títulos devem ser grampeados na ordem de paginação com o Anexo III como primeira folha e ser entregues em envelope fechado e opaco com as seguintes informações no exterior do envelope:

Documentação para Prova de Títulos
Remetente/Nome: _____
Município e nº do Edital: _____
Cargo: _____
Nº de Inscrição: _____

d) Não serão considerados títulos apresentados, por qualquer outra forma, ou sem o devido preenchimento e assinatura do formulário de avaliação de títulos (Anexo III) ou ainda fora da data e horários determinados.

7.2. Para os cargos de **PROFESSOR** a Segunda Etapa deste Concurso Público consistirá de **Prova de Títulos** de caráter exclusivamente classificatório a ser contabilizado para todos os candidatos aprovados na prova objetiva podendo totalizar no máximo 10 (dez) pontos, conforme a seguir:

a) Professor Habilitado:

Títulos (concluídos) Descrição Pontuação	Descrição	Pontuação por Título	Pontuação Máxima
Certificado de pós-graduação na área de educação	Doutorado	10,00	10,00
	Mestrado	7,00	7,00
	Especialização (mínimo 360 h/a)	4,00	4,00

A pontuação dos títulos da tabela não é cumulativa, será validada apenas a pontuação do maior título apresentada pelo (a) candidato (a).

- I. Os documentos apresentados não serão devolvidos, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.
- II. Não serão pontuados os títulos que constituírem requisito básico para o exercício do cargo.
- III. Não haverá em hipótese alguma, outro prazo, data e horário para a entrega de títulos.
- IV. A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos para o cálculo da pontuação final.
- V. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.
- VI. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, bem como encaminhamento de um mesmo título em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Concurso Público.
- VII. Uma vez efetuada a entrega dos títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de novos documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.
- VIII. A Comissão responsável pelas análises dos títulos poderá solicitar ao candidato outro(s) documento(s) que achar conveniente para confirmar as informações prestadas.

7.3. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas de títulos.

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

DA PROVA PRÁTICA

7.4. A prova prática para os cargos de Motorista, Operador de Máquinas e Operário será realizada na **data provável de 29 de agosto de 2021** em local e horário a ser divulgado juntamente com a convocação dos candidatos conforme cronograma deste edital.

7.5. A **PROVA PRÁTICA (PP)**, para os cargos de Motorista, Operador de Máquinas e Operário será realizada com todos os candidatos aprovados na prova objetiva

7.5.1. Para os cargos de MOTORISTA e OPERADOR DE MÁQUINAS os candidatos deverão apresentar Carteira Nacional de Habilitação conforme a habilitação mínima do cargo para ter direito a realizar a prova prática.

7.6. Será vedado o acesso ao local de prova prática ao candidato que se apresentar após o horário estipulado no ato de convocação e comparecer sem documento oficial de identificação (com foto) sob qualquer alegação.

7.6.1. Após a identificação dos candidatos, estes receberão as instruções quanto às provas práticas e o local de movimentação e permanecerão à espera do fiscal que vai lhes acompanhar até o local de realização da prova.

7.6.2. Os candidatos ao serem chamados assinarão a lista de presença e em hipótese alguma haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

7.6.3. O candidato não poderá alegar qualquer desconhecimento sobre a realização da prova prática como justificativa de sua ausência ou atraso.

7.6.4. Não será aplicada prova fora do dia, horário e local diferente daquele informado na convocação para realização da prova prática.

7.6.5. Os equipamentos, veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais que deverão ser utilizados na prova prática serão fornecidos pelo Município, no estado em que se encontrarem.

7.6.6. Será considerado desistente e eliminado do certame o candidato que não comparecer, chegar atrasado ou que se ausentar do recinto sem autorização da comissão executora do Concurso Público antes de realizar seu teste.

7.6.7. Durante a realização da prova prática é proibido utilizar telefones celulares e ou qualquer outro equipamento de comunicação, usar equipamento de som de qualquer natureza ou fumar.

7.6.8. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir, ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou repetir a prova e nem lhe conferem o direito de realizar a prova em outra oportunidade.

7.6.9. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local sem comunicar-se com os demais candidatos.

7.6.10. Por razões de ordem técnica ou meteorológica a prova poderá ser adequada ou transferida a data, local e horário de sua realização. Os candidatos serão avisados por comunicado no sítio do Concurso Público www.sconcursos.com.br e do município www.aurora.sc.gov.br e ou por aviso fixado no mural e ou porta de entrada principal do local anteriormente marcado para a sua realização, quando o evento determinante da alteração for de natureza imprevisível.

7.7. Da especificação da Prova Prática para o cargo de **MOTORISTA**:

7.7.1. O candidato deve operar o veículo de forma adequada, partindo do local em que se encontra sem cometer erros ou demonstrar insegurança que ofereça risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, atendendo as orientações de execução definidas pelo avaliador, de forma adequada, atendendo aos critérios indicados. Ao final do teste o veículo deverá ser conduzido, se for o caso, ao seu local de origem.

7.7.2. O exame de direção veicular será realizado em percurso comum a todos os candidatos, a ser determinado no dia da prova, com duração máxima de até 15 (quinze minutos), onde será avaliado

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

o comportamento do candidato com relação aos procedimentos a serem observados durante o trajeto, as regras gerais de trânsito e o desempenho na condução do veículo, tais como: rotação do motor, uso do câmbio, freios, localização do veículo na pista, velocidade desenvolvida, obediência à sinalização de trânsito (vertical e horizontal), como também outras situações durante a realização do exame.

7.7.3. Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Concurso Público, inclusive se não conseguir ligar ou arrancar com o veículo em até três tentativas.

7.7.4. Para realizar a prova prática os candidatos ao cargo de motorista deverão apresentar carteira de habilitação, no mínimo categoria descrita na habilitação mínima do cargo, a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da prova prática sem a qual não poderá realizar a prova.

7.7.5. O candidato que deixar de apresentar a Carteira Nacional de Habilitação na categoria indicada na habilitação mínima do cargo será automaticamente eliminado.

7.7.6. Não serão aceitos certificados de autoescola, comprovantes de encaminhamento, boletins de extravio ou furto, ou outro documento que não seja a carteira de habilitação, pois a prova poderá ser realizada em via pública.

7.7.7. No caso de eventual pane mecânica não causada pelo candidato, que implique na troca do veículo, a prova será retomada a partir do momento em que foi interrompida, permanecendo válida a pontuação até o momento da interrupção.

7.7.8. Para a prova prática do cargo de Motorista serão utilizados veículos compatíveis com a vaga e a habilitação mínima do cargo pretendido, sendo esses de propriedade da Prefeitura Municipal, no estado em que se encontrarem. No caso de comprovada necessidade poderá haver alteração do veículo.

7.7.8.1. Para o cargo de Motorista Categoria D será utilizado um veículo do tipo Caçamba Basculante e um veículo do tipo Ônibus Escolar.

7.7.8.2. A Nota Final da Prova Prática será a Média Aritmética das duas avaliações.

7.7.9. A obtenção da nota mínima para que o candidato seja declarado apto ao cargo, dar-se-á da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos e, no decorrer do trajeto, serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

Categoria da Falta	Pontos a serem descontados	Quantidade de Faltas avaliadas em cada categoria
Faltas Graves	1,00	12
Faltas Médias	0,50	12
Faltas Leves	0,25	04

b) As categorias de faltas previstas no item anterior constarão do formulário de avaliação com a seguinte descrição:

Faltas Graves:

- descontrolar-se no plano, no aclave ou declive.
- entrar na via preferencial sem o devido cuidado.
- utilizar a contramão de direção.
- subir na calçada destinada ao trânsito do pedestre.
- deixar de observar a sinalização da via ou sinais de regulamentação.
- deixar de observar as regras de ultrapassagem de preferência da via ou mudança de direção.
- trafegar em velocidade inadequada para as condições da via ou exceder a velocidade permitida.

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

- deixar de observar a preferência do pedestre quando estiver ele atravessando a via transversal na qual o veículo vai entrar ou ainda quando o pedestre não tiver cuidado na travessia.
- deixar a porta do veículo aberta ou semiaberta durante o percurso da prova ou parte dela.
- fazer incorretamente a sinalização devida ou deixar de fazê-la no percurso da prova ou parte dela.
- deixar de usar o cinto de segurança.
- executar o percurso da prova ou parte dela, sem estar o freio de mão inteiramente livre.

Faltas Médias:

- interromper o funcionamento do motor sem justa razão, após o início da prova.
- usar buzina sem necessidade ou em local proibido.
- desengrenar o veículo nos declives.
- colocar o veículo em movimento sem observar as cautelas necessárias.
- avançar sobre o balizamento demarcado quando na colocação do veículo na vaga.
- usar o pedal da embreagem antes de usar o pedal do freio nas frenagens.
- frear bruscamente.
- não colocar o veículo na área balizada com o máximo de 3 (três) tentativas.
- engrenar as marchas de maneira incorreta.
- não apresentar calma e serenidade na prática de direção.
- não ligar sinal de alerta na parada para embarque e desembarque.
- não acionar o freio estacionário ao terminar o balizamento ou na parada para embarque e desembarque.

Faltas Leves:

- não ajustar devidamente os espelhos e retrovisores ou ajustar incorretamente o banco do veículo.
- apoiar o pé no pedal de embreagem com o veículo engrenado e em movimento.
- interpretar com insegurança as condições dos instrumentos do painel ou deixar de observar as informações do painel antes da partida do motor.
- não usar roupas e/ou calçados adequados para a prática de direção.

7.7.9. As faltas podem ser assinaladas cumulativamente, conforme a repetição dos erros pelo candidato.

7.7.10. Dependendo do número de candidatos as provas poderão ser realizadas em mais de um veículo/equipamento do mesmo tipo (Exemplo: veículo1, veículo2, veículo3).

7.8. Da especificação da Prova Prática para o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS:

7.8.1. A prova prática constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas individualmente pelo candidato, designados pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo de 15 (quinze) minutos para a execução da prova.

7.8.2. A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento/máquina utilizada, avaliando sua habilidade ao operar o(a) mesmo(a), seu aproveitamento, técnica e produtividade.

7.8.3. Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Concurso Público inclusive se não conseguir ligar, arrancar ou executar uma manobra em até cinco tentativas.

7.8.4. Para realizar a prova prática os candidatos ao cargo de Operador de Máquinas deverão apresentar carteira de habilitação na categoria já indicada, a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática sem a qual não poderá realizar a prova.

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

7.8.5. O candidato que deixar de apresentar a Carteira Nacional de Habilitação na categoria indicada no item 2.1 será automaticamente eliminado.

7.8.6. Não serão aceitos certificados de autoescola, comprovantes de encaminhamento, boletins de extravio ou furto, ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

7.8.7. No caso de eventual pane mecânica não causada pelo candidato, que implique na troca do veículo, a prova será retomada a partir do momento em que foi interrompida, permanecendo válida a pontuação até o momento da interrupção.

7.8.8. Para a prova prática do cargo de Operador de Máquinas serão utilizados equipamentos compatíveis com a vaga e a habilitação mínima do cargo pretendido, sendo esses de propriedade da Prefeitura Municipal, no estado em que se encontrarem. No caso de comprovada necessidade poderá haver alteração do equipamento.

7.8.8.1. Para o cargo de Operador de Máquinas Categoria C será utilizado um tipo de equipamento do tipo de Retroescavadeira e um equipamento do tipo Motoniveladora.

7.8.8.2. A Nota Final da Prova Prática será a Média Aritmética das duas avaliações.

7.8.9. Para a obtenção da nota mínima para que o candidato seja declarado apto ao cargo, dar-se-á da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

Categoria da Falta	Pontos a serem descontados	Quantidade de Faltas avaliadas em cada categoria
Faltas Graves	1,00	04
Faltas Médias	0,50	07
Faltas Leves	0,25	06

b) As categorias de faltas previstas no item anterior constarão do formulário de avaliação com a seguinte descrição:

Faltas Graves: Aproveitamento do Equipamento, Produtividade, técnica, aptidão e eficiência

- NÃO Liberou equipamentos de segurança dos comandos.
- NÃO utilizou da melhor forma possível a máquina para o serviço com eficácia e qualidade.
- NÃO concluiu por completo a tarefa proposta.
- NÃO estacionou a máquina baixando acessórios ao solo e/ou não engatou o freio para parar a máquina, ao estacionar após o término da tarefa.

Faltas Médias: Habilidades do Operador

- NÃO executou com eficiência o início da operação, partida e arrancada.
- NÃO executou com eficiência movimentos de marcha à frente e à ré.
- NÃO respeitou a velocidade durante a avaliação, promovendo manobra não autorizada, como demonstração desnecessária de habilidade.
- NÃO controlou o veículo provocando nele movimento irregular (com a máquina, lança, concha ou lâmina)
- NÃO respeitou a capacidade operacional e técnica da máquina.
- NÃO desligou a máquina ao estacionar após término da tarefa.
- NÃO apresentou calma e serenidade nas operações.

Faltas Leves: Verificação do Equipamento

- NÃO usou roupas e calçados adequados
- NÃO usou equipamento de proteção auricular ou não usou cinto de segurança

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

- NÃO subiu corretamente no equipamento usando os três pontos de apoio
- NÃO fez os ajustes necessários antes da movimentação da máquina como, bancos e espelhos retrovisores.
- NÃO esperou a leitura e/ou não conferiu os instrumentos do painel como medidores de pressão, luzes indicadoras, horímetro.
- NÃO conferiu nível de combustíveis, água e nível de óleo.

7.8.10. As faltas podem ser assinaladas cumulativamente, conforme a repetição dos erros pelo candidato.

7.8.11. Dependendo do número de candidatos as provas poderão ser realizadas em mais de um veículo/equipamento do mesmo tipo (Exemplo: equipamento1, equipamento2, equipamento3).

7.9. Da especificação da Prova Prática para o cargo de **OPERÁRIO**:

7.9.1. A prova prática consiste em executar atividades inerentes ao cargo.

7.9.1.1. A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento/materiais utilizados e economicidade dos materiais.

7.9.2. O uso de calçados e roupas adequados à realização da prova prática é de responsabilidade exclusiva do candidato.

7.9.3. O candidato partirá da nota 10 (dez) e serão descontados pontos de 0,25 a 1,00 por cada falta cometida, conforme os seguintes fatores a serem avaliados:

I–Apresentação (asseio, higiene pessoal e uso de EPI's)

Cabelos Presos e/ou curtos (-0,25)
Unhas curtas e aparadas (-0,25)
Roupas e Calçados adequados (-0,25)
Usou Equipamentos proteção. (-0,25)

II–Organização do trabalho

Aguardou a ordem de início e fim, percebendo a tarefa a ser executada (-0,50)
Organizou o local antes de iniciar a tarefa (-0,50)
Soube trabalhar em equipe – quando for o caso (-0,50)
Organizou o local e guardou os equipamentos/materiais/ferramentas após terminar a tarefa (-1,00)

III–Uso correto dos equipamentos e materiais de trabalho

Correto manuseio dos equipamentos/materiais/ferramentas (-1,00)
Cuidados com os equipamentos e outras pessoas (-0,50)

IV–Execução da tarefa proposta

Identificou corretamente os equipamentos/ferramentas/peças (-1,00)
Possui conhecimento correto no uso e manuseio dos equipamentos/ferramentas/peças (-1,00)
Possui agilidade e cuidado na execução da tarefa (-1,00)
Executou a tarefa adequadamente/A instalação funcionou corretamente (-1,00)
Terminou a tarefa no tempo estipulado. (-1,00)

7.10. Para os demais cargos não haverá a segunda etapa neste Concurso Público, sendo a nota final correspondente apenas à da prova objetiva.

7.11. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas práticas.

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

8. DAS NOTAS, DO CRITÉRIO DE DESEMPATE E DA CLASSIFICAÇÃO

8.1. Para os cargos de **PROFESSOR** a nota final será:

$PO = 70\% + PT = 30\%$, onde a fórmula final será $PO \times 0,7 + PT \times 0,3$.

8.2. Para os cargos de **MOTORISTA, OPERADOR DE MÁQUINAS E OPERÁRIO** a nota final será:

$PO = 50\% + PP = 50\%$, onde a fórmula final será $PO \times 0,5 + PP \times 0,5$.

8.3. Para os demais cargos a nota final será:

$PO = 100\% = NF$.

Entenda-se:

PO = Prova Objetiva

PP = Prova Prática

PT = Prova de Títulos

NF = Nota Final

8.4. São critérios para a Classificação neste Concurso Público:

a) Ter sido aprovado na Prova Objetiva;

b) Para os cargos de Motorista, Operador de Máquinas e Operário ter sido aprovado na Prova Objetiva e na Prova Prática.

8.5. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

8.5.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Concurso Público, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso;

Para os demais casos, será:

8.5.2. Que obtiver maior nota na Prova Prática (quando houver);

8.5.3. Que obtiver maior nota na prova de Conhecimentos Específicos (quando houver);

8.5.4. Que obtiver maior nota na prova de Língua Portuguesa;

8.5.5. Que obtiver maior nota na prova de Legislação;

8.5.6. Que obtiver maior nota na prova de Matemática;

8.5.7. Que tiver maior idade;

8.5.8. Os candidatos que pretenderem, em caso de empate na classificação final, o benefício da Lei 11.689/2008, deverão, até o dia útil subsequente ao último dia de inscrições, encaminhar eletronicamente, através da “Área do Candidato” em campo específico para tal, certidão e ou declaração e ou atestado ou outros documentos públicos emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do art. 440 do CPP, emitidos a partir de 10 de agosto de 2008.

8.5.9. Sorteio Público.

8.5.9.1. O sorteio público, a ser divulgado em data, horário e local em edital próprio, será realizado com a presença de representantes da comissão do Concurso Público e da presença dos candidatos em questão que serão comunicados da sessão. Se os candidatos não se fizerem presentes no local, dia e horário marcado para a realização do sorteio público, o mesmo acontecerá sem maiores prejuízos, sendo que ao final será lavrada ata pela comissão com os resultados do sorteio público.

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

9. DOS RECURSOS

9.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

- 9.1.1. Impugnação do presente edital;
- 9.1.2. Do indeferimento do pedido de inscrição;
- 9.1.3. Da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;
- 9.1.4. Da nota da prova objetiva;
- 9.1.5. Da nota da prova prática e da prova de títulos;
- 9.1.6. Da classificação provisória.

9.2. A impugnação a este edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 03 (três) dias úteis, após a sua publicação, mediante requerimento junto ao Setor de Recursos Humanos do Município de Aurora.

9.3. Os demais recursos deverão ser feitos exclusivamente através do sítio da empresa SC TREINAMENTOS – www.sconconcursos.com.br, da seguinte maneira:

- 9.3.1. Acessar a área do candidato no site www.sconconcursos.com.br, e realizar login identificando-se.
- 9.3.2. Na área do candidato em “minhas inscrições” localizar o Concurso Público Edital 001/2021 de Aurora;
- 9.3.3. Na coluna “opções” (à direita) deslize o mouse sobre o botão e clique em "Solicitar Recurso".
- 9.3.4. Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.
- 9.3.5. No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).
- 9.3.6. Para cada questão deverá ser enviado um único formulário de recurso.
- 9.3.7. Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compacta-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg, png, gif, jpeg, bmp, doc, docx, xls, xlsx, pdf, txt, zip e rar.
- 9.3.8 Clicar em “enviar”.

9.4. Somente serão aceitos, analisados e julgados recursos fundamentados, com argumentação lógica e consistente.

- 9.4.1. No caso de recursos contra questões ou gabarito, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão e conter cópia da bibliografia mencionada. **Simples pedidos de revisão de questões não serão analisados.**

9.5. A banca examinadora da entidade executora do presente Concurso Público constitui-se em última instância para recurso na esfera administrativa, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

9.6. A empresa SC Treinamentos não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

9.7. Recursos com teor ofensivo que desrespeite a banca examinadora serão preliminarmente indeferidos.

9.8. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site www.sconconcursos.com.br, não serão enviadas respostas individuais aos candidatos.

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

9.9. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

9.10. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site www.sconcursos.com.br, não serão enviadas respostas individuais aos candidatos.

9.11. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

10. DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Este Concurso Público terá validade de 2 (dois) anos, a contar de sua homologação final, podendo ser prorrogar uma vez por igual período a critério da Administração Municipal.

10.2. Os candidatos aprovados serão admitidos obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida e as vagas existentes.

10.3. A aprovação e classificação neste Concurso Público não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro de servidores, sendo que a admissão é de competência do Município, dentro da validade do Concurso Público ou de sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das demais condições estabelecidas neste edital.

10.4. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contato.

10.5. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município.

10.6. Caso o candidato convocado possua outro cargo/emprego, cargo ou função pública, acumulável na forma do artigo 37, inciso XVI, alíneas “a”, “b” e “c”, da Constituição Federal, deverá apresentar declaração firmada pelo órgão ou entidade pública contratante contemplando o horário em que exerce suas funções, para fins de averiguação de compatibilidade de horários.

10.7. Por ocasião da convocação que antecede a nomeação, os candidatos classificados deverão apresentar documentos originais, acompanhados de uma cópia que comprovem os requisitos para provimento e que deram condições de inscrição, estabelecidas no Edital.

10.9. A convocação que trata o item anterior será realizada através de Edital de Chamamento publicado no site Prefeitura Municipal de Aurora, o candidato deverá apresentar-se à Prefeitura do Município de Aurora na data estabelecida no mesmo.

10.10. Caso haja necessidade, a Prefeitura do Município de Aurora poderá solicitar documentos complementares aos candidatos.

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

10.11. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades de documentos, mesmo que verificadas posteriormente, acarretarão a nulidade da inscrição, desqualificação e desclassificação do candidato, com todas as decorrências, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

10.12. Por ocasião da admissão, o candidato aprovado no Concurso Público fica sujeito ao regime empregatício adotado pela Prefeitura do Município de Aurora e às normas regulamentadoras atinentes aos servidores municipais, condicionando-se a investidura à aprovação em exame médico admissional a ser realizado por médico do trabalho, o qual servirá de avaliação de aptidão para o desempenho do cargo/emprego, nos termos deste documento.

10.13. O candidato cuja deficiência for considerada incompatível com o desempenho das funções será desclassificado.

10.14. Caso o candidato admitido para assumir o cargo não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, ou ainda não compareça para a escolha de vaga, será convocado o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo e o candidato será automaticamente colocado no final da fila dos aprovados da vaga em que se classificou.

10.15. O candidato classificado se obriga a manter atualizado seu endereço para correspondência perante a Prefeitura do Município de Aurora, após o resultado final.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova objetiva, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste edital de Concurso Público serão publicados no quadro de publicações oficiais do Município de Aurora e nos sítios www.sconcursos.com.br e www.aurora.sc.gov.br.

11.2. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site www.sconcursos.com.br.

11.3. Não serão prestadas informações por telefone relativas a número de inscritos por cargo ao resultado do Concurso Público e respostas de recursos. Informações que constam no edital não serão dadas via telefone, o candidato antes de inscrever-se deve ler atentamente o edital.

11.4. Não serão dadas por telefone informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados na forma descrita neste edital.

11.5. O Município de Aurora e a empresa SC Treinamentos não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Concurso Público sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos.

11.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Concurso Público, sendo a Comissão Executora competente também para julgar, em decisão irrecorrível e soberana, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

11.7. Todas as despesas referentes aos deslocamentos, hospedagem e alimentação dos candidatos correrão por sua própria conta, eximindo-se a empresa SCHEILA APARECIDA WEISS – ME (SC TREINAMENTOS) e o Município de Aurora da responsabilidade por essas despesas e outras decorrentes, inclusive no caso de eventual reaplicação de provas.

11.8. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Conteúdo Programático da Prova Objetiva.
- b) Anexo II - Requerimento de Condições Especiais para Realização de Prova.
- c) Anexo III – Formulário de Avaliação de Títulos.
- d) Anexo IV - Atribuições dos Cargos.

Aurora (SC), 21 de junho de 2021.

ALEXSANDRO KOHL
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA

OBSERVAÇÃO: As questões de informática poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares indicados do ano de 2007 em diante. O programa de provas menciona apenas os temas/assuntos que podem ser abordados ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir material para estudo.

CONTEÚDO DE CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA OS CARGOS DE NÍVEL ALFABETIZADO

LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão de textos – O verbo – Estrutura do período, da oração e da frase – Ortografia, acentuação e pontuação – Fonologia – Classes Gramaticais – Formação de Palavras.

MATEMÁTICA:

Conjuntos numéricos (números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos) e suas operações; Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade volumétrica, massa, ângulo e tempo.

LEGISLAÇÃO BÁSICA:

Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Lei Orgânica do Município de Aurora. Estatuto dos servidores público municipais.

CONTEÚDO DE CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO OU TÉCNICO

LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão de textos – Textos não literários de diversos tipos, textos literários de autores brasileiros: crônica, conto, novela, romance, poema, teatro. Literatura – A literatura brasileira: das origens aos nossos dias. Conhecimento linguístico – Morfossintaxe: o nome e seus determinantes. O verbo. As palavras de relação – Estrutura do período, da oração e da frase – Concordância nominal e verbal – Regência nominal e verbal – Colocação pronominal – Estrutura do parágrafo – Ortografia, acentuação e pontuação. Estilística: Denotação e conotação. Figuras de linguagem: figuras de palavras, figuras de sintaxe e figuras de pensamento.

MATEMÁTICA:

Conjuntos numéricos (números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos) e suas operações; Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade volumétrica, massa, ângulo e tempo; Regra de Três (simples, composta, diretamente proporcional e inversamente proporcional), razões e proporções; Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação e Interpretação

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; Cálculos algébricos, produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas, simplificação de expressões algébricas; Equações, Inequações, sistemas polinomiais de 1º e 2º grau; Sequências e Progressões; Matrizes, Determinantes e Sistemas Lineares; Análise Combinatória; - Probabilidade; Matemática Financeira: Juros simples e compostos; Estudo de funções: 1º grau, 2º grau, exponencial, logarítmica e trigonométrica; Geometria Plana e Espacial, trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer; Geometria Analítica: ponto, reta, circunferência e cônicas; Polinômios e equações polinomiais.

INFORMÁTICA:

Conceitos e modos de utilização de aplicativos MS-Office para criação e edição de textos, planilhas e apresentações; Noções de Sistema operacional ambiente LINUX e Microsoft Windows; Conceitos e modos de utilização de navegadores, ferramentas e procedimentos de internet, intranet e correio eletrônico (MS-Outlook); Conceitos de organização e de gerenciamento de informações; arquivos; pastas e programas.

LEGISLAÇÃO BÁSICA:

Constituição da República Federativa do Brasil. Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização Político Administrativa – Art. 18 a 19. Da União, dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios- Art. 20 a 33. Da administração Pública. Art. 37 a 41. Lei Orgânica do Município de Aurora. Estatuto dos servidores público municipais.

Especificamente para os cargos de Professor: Constituição Federal, na parte referente à Educação (artigos 205 a 214). Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 LDB - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

CONTEÚDO DE CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão de textos – Textos não literários de diversos tipos, textos literários de autores brasileiros: crônica, conto, novela, romance, poema, teatro. Literatura – A literatura brasileira: das origens aos nossos dias. Conhecimento linguístico – Morfossintaxe: o nome e seus determinantes. O verbo. As palavras de relação – Estrutura do período, da oração e da frase – Concordância nominal e verbal – Regência nominal e verbal – Colocação pronominal – Estrutura do parágrafo – Ortografia, acentuação e pontuação. Estilística: Denotação e conotação. Figuras de linguagem: figuras de palavras, figuras de sintaxe e figuras de pensamento.

MATEMÁTICA:

Conjuntos numéricos (números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos) e suas operações; Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade volumétrica, massa, ângulo e tempo; Regra de Três (simples, composta, diretamente proporcional e inversamente proporcional), razões e proporções; Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação e Interpretação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; Cálculos algébricos, produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas, simplificação de expressões algébricas; Equações, Inequações, sistemas polinomiais de 1º e 2º grau; Sequências e Progressões; Matrizes, Determinantes e Sistemas Lineares; Análise Combinatória; - Probabilidade; Matemática Financeira: Juros simples e compostos; Estudo de funções: 1º grau, 2º grau, exponencial, logarítmica

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

e trigonométrica; Geometria Plana e Espacial, trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer; Geometria Analítica: ponto, reta, circunferência e cônicas; Polinômios e equações polinomiais.

INFORMÁTICA:

Conceitos e modos de utilização de aplicativos MS-Office para criação e edição de textos, planilhas e apresentações; Noções de Sistema operacional ambiente LINUX e Microsoft Windows; Conceitos e modos de utilização de navegadores, ferramentas e procedimentos de internet, intranet e correio eletrônico (MS-Outlook); Conceitos de organização e de gerenciamento de informações; arquivos; pastas e programas; Conceitos de tecnologia de informação; sistemas de informações e conceitos básicos de Redes de Computadores e Segurança da Informação; Cópias de segurança backup; Conceitos e técnicas de digitalização de documentos Conceito e organização de arquivos (pastas/diretórios).

LEGISLAÇÃO BÁSICA:

Constituição da República Federativa do Brasil. Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização Político Administrativa – Art. 18 a 19. Da União, dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios- Art. 20 a 33. Da administração Pública. Art. 37 a 41. Lei Orgânica do Município de Aurora. Estatuto dos servidores público municipais.

CONTEÚDOS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR CARGO:

ASSISTENTE SOCIAL

Políticas Sociais Públicas no Brasil. A evolução histórica do Serviço Social no Brasil. As influências europeia e norte-americana. O movimento de reconceitualização do Serviço Social no Brasil e na América Latina. Construção do conhecimento na trajetória histórica da profissão. As questões teorimetodológicas do Serviço Social: métodos, instrumentais técnicos-operativos. A pesquisa social e sua relação com a prática do Serviço Social. Serviço Social e Assistência Social: trajetória, história e debate contemporâneo. Planejamento e administração no Serviço Social: tendências, os aspectos da prática profissional e a prática institucional. O processo de trabalho no Serviço Social. Interdisciplinaridade. Movimentos sociais. Terceiro Setor. Fundamentos Legais: Lei Orgânica da Assistência Social. Código de Ética do Assistente Social. Seguridade Social. Sistema Único de Saúde. Sistema Único de Assistência Social. Sistema único de Assistência Social - SUAS, Programas, serviços e metodologia do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Programas, serviços e metodologia do centro de referência especializado de Assistência Social - CREAS. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia. Lei Federal Nº 8.662/93 (regulamenta a profissão do Assistente Social).

FISCAL DE TRIBUTOS

Princípios de Direito Administrativo. Poderes Administrativos: poder vinculado e poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia. Atos Administrativos: conceito e requisitos; classificação; espécies; extinção, revogação, invalidação e convalidação do ato administrativo. Mérito do ato administrativo. Discricionariedade. Teoria dos motivos determinantes. Contratos Administrativos: aspectos gerais e especiais, abrangendo a formalização, execução, inexecução, revisão e rescisão; Controle da Administração: controle administrativo, legislativo e judiciário da administração; Técnicas de redação oficial conforme Manual de Redação Oficial da Presidência da República. Constituição Federal - Tributação e Orçamento, Da Ordem Econômica e Financeira - Art. 145 a 181). Lei Complementar nº 101, de 4 de

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

maio de 2000 e alterações. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 e alterações. Código Tributário Nacional. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e alterações. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966. Código Tributário Nacional. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Dos Crimes contra a Administração Pública. Artigos 312 a 359-H. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 e alterações. Lei de Improbidade Administrativa. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Código Tributário Municipal. Código de Posturas do Município.

MÉDICO

Epidemiologia, fisiopatologia, diagnóstico, clínica, tratamento e prevenção das doenças cardiovasculares: insuficiência cardíaca, insuficiência coronária, arritmias cardíacas, doença reumática, trombozes venosas, hipertensão arterial, insuficiência respiratória aguda e crônica, asma, doença pulmonar obstrutiva crônica, pneumonia, tuberculose, tromboembolismo pulmonar, pneumopatia intersticial, neoplasias, gastrite e úlcera péptica, colicistopatias, diarreia aguda e crônica, pancreatites, insuficiência hepática, parasitoses intestinais, doenças intestinais inflamatórias, doença diverticular de cólon, insuficiência renal aguda e crônica, glomerulonefrites, distúrbios hidroeletrólíticos e do sistema ácido base, nefroletíase, infecções urinárias, hipovitaminoses, desnutrição, diabetes mellitus, hipotireoidismo, hipertireoidismo, doenças da hipófise e da adrenal, anemias hipocrômicas, macrocíticas e homolíticas, anemia aplástica, leucopenia, púrpuras, distúrbios da coagulação, leucemias e linfomas, acidentes de transfusão: osteoartrose, doença reumatóide juvenil, gota, tufos eritematosos sistêmicos, artrite infecciosa, doença do colágeno; neurológicas: coma, cefaléias, epilepsia, acidente vascular cerebral, meningites, neuropatias periféricas, encefalopatias, alcoolismo, abstinência alcoólica, surtos psicóticos, pânico, depressão; infecciosas e transmissíveis: sarampo, varicela, rubéola, poliomielite, difteria, tétano, coqueluche, raiva, febre tifóide, hanseníase, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, doença de Chagas, esquistossomose, leishmaniose, leishmaniose, leishmaniose, malária, tracoma, estreptococciais, estafilococciais, doença meningocócica, infecções por anaeróbicos, toxoplasmose, viroses; escabiose. Atualidades relativas à profissão.

PROFESSOR II – CIÊNCIAS

A Vida no Nível da Célula: Organização básica de células procarióticas e eucarióticas: estrutura e função das substâncias orgânicas e inorgânicas que compõem os seres vivos; Metabolismo celular; Reprodução sexuada e Embriologia. A Continuidade da Vida: Hereditariedade e a natureza do material hereditário: As bases moleculares da hereditariedade. Fundamentos da Genética. Processos de evolução: Teorias da evolução; Causas genéticas da variabilidade; Seleção e Adaptação; Isolamento reprodutivo e formação de novas espécies; Genética de Populações; Origem e evolução da espécie humana. A Diversidade da Vida. Vírus: Estruturas, ciclo de vida e patologias relacionadas. Monera, Protista e Fungi: Características gerais e aspectos básicos da reprodução; Importância ecológica e econômica; Prevenção das principais doenças humanas. Plantas: Características gerais dos principais grupos de plantas; Evolução das plantas e adaptações morfológicas e reprodutivas ao ambiente; Organização morfológica básica, crescimento, desenvolvimento e reprodução das Angiospermas. Animais: Características gerais e habitat dos principais grupos de animais; Evolução dos animais e comparação dos principais grupos quanto à alimentação, locomoção, respiração,

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

circulação, excreção, osmorregulação e reprodução; Animais parasitas do ser humano: ciclos de vida e medidas profiláticas; Animais urbanos e suas relações com os humanos; Estrutura básica e fisiologia dos sistemas do corpo humano; Nutrição e desnutrição; Reprodução Humana e regulação neuro-endócrina; Doenças sexualmente transmissíveis; Constituição do pensamento humano. Os Seres Vivos e o Ambiente: Populações, comunidades e ecossistemas; O fluxo energético e os ciclos da matéria nos ecossistemas; Dinâmica das populações; Ecossistemas aquáticos; Ecossistemas terrestres; Características gerais dos principais tipos de ecossistemas brasileiros. Ecologia humana: O crescimento da população humana como fenômeno histórico; As atividades humanas e as alterações provocadas nos ecossistemas; A utilização dos recursos naturais; O problema da geração de resíduos sólidos em excesso: a reciclagem e o tratamento adequado dos resíduos e seus efluentes; O problema do esgoto e o tratamento da água; A genética e clonagem: aspectos éticos, ecológicos e econômicos; Saúde: indicadores; determinantes sociais; a importância do controle ambiental, do saneamento básico, da vigilância sanitária e epidemiológica e dos serviços de assistência à saúde. Metodologias no Ensino das Ciências e a organização da prática educativa. Educação Ambiental: Abordagens contextualizadas com enfoque interdisciplinar de questões polêmicas contemporâneas relacionadas às discussões de desequilíbrios ambientais e ecológicos, de qualidade de vida, de saúde pública, das relações entre tecnologia e sociedade e de outras questões recorrentes às ciências, amplamente veiculadas pelos meios de divulgação científica e comunicação social. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Currículo.

PROFESSOR II – ENSINO RELIGIOSO

Ensino Religioso nos ciclos. O Ensino Religioso nas leis de ensino a partir da concepção religiosa; currículo: pressupostos; objetivos; interdisciplinaridade; concepção; correlação da disciplina na área de conhecimento da educação religiosa; metodologia e didática; avaliação. Ética. Respeito mútuo. Justiça. Solidariedade. Diálogo. Desenvolvimento moral. Caracterização histórica das tradições das grandes religiões (hinduísmo, budismo, judaísmo, cristianismo e islamismo) nos seguintes registros: crenças, livros sagrados, lugares sagrados e de oração, gestos e ritos, festas religiosas, fundadores, organização institucional, valores éticos, símbolos sagrados. Bíblia Sagrada. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Currículo.

PROFESSOR II – INGLÊS

A metodologia da Língua Estrangeira; - Proposta Curricular de Língua Estrangeira Moderna; - O ensino de língua para a comunicação; - Dimensões comunicativas do inglês; - Construção da leitura e da escrita da Língua Estrangeira; - A escrita e a linguagem oral do inglês; - A natureza sociointernacional da linguagem; - O processo ensino e aprendizagem da Língua Estrangeira; - Interpretação de texto; - Gramática; - Ortografia; VerbForms (affirmative/interrogative/negative): The presentsimple; thepresentcontinuous; thepastsimple; thepastcontinuous; thepresentperfect; thepresentperfectcontinuous ; thepastperfect; the future; thenear future; the future continuous .Modalsandauxiliaryverbs.PhrasalVerbs. Used to/get used to/be used to. If clauses and other conditionals. The Infinitive and the "-ing" form. Reported Speech. Articles: indefinite and definite articles. Nouns: singular and plural; countable and uncountable nouns. Quantifiers: much, many, a lot, little, few etc. Pronouns: subjective and objective pronouns; demonstratives; reflexive and emphatic pronouns: indefinite pronouns; possessive pronouns. Adjectives: the use and position of adjectives; comparatives and superlatives; adjectives ending in "-ed" and "-ing"; possessive adjectives. Adverbs: of manner, of frequency, time and place; adverbs of degree; "too" and "enough". Prepositions and Preposition Phrases. Prepositions/Link words. Relative clauses: with "who, which, that"; "where, whose, what"; defining and non-defining relative clauses; clauses with "-ing" or a past participle; "with" in identifying phases. Word order. Vocabulary, antonyms, synonyms, false cognates, meanings, idioms, collocations, ambiguity. Pronunciation: vowel sounds, consonant

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

sounds, "-ed sounds", plural sounds. Reading Comprehension. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Currículo.

PROFESSOR II – MATEMÁTICA

Número e suas operações (Número, álgebra, geometria, medidas e estatística); Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções; Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; Equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. Estudo de Funções: 1º e 2º Graus, logarítmica, exponencial, trigonométricas; Geometria Plana e espacial. Sequências e progressões; Matrizes e Determinantes; Sistemas Lineares. Análise Combinatória; Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções; Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer; Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas; Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; Polinômios e Equações Algébricas; e Noções de limites, derivadas e integral. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Currículo.

PSICÓLOGO

Desenvolvimento psicólogo da Criança (infância e Adolescência), considerando os pressupostos básicos dados pelas diferenças abordagens psicoterápicas utilizadas na atualidade – Psicanálise, Ludoterapia, Lacania e outros; Direitos fundamentais da criança e do adolescente; O Psicólogo inserido no serviço Público – Atendimento Ambulatorial, Terapias ambulatoriais em saúde mental. Doenças e deficiências mentais. Diagnostico Psicológico: conceito e objetivo, teoria psicodinâmica, processo diagnóstico, testes e laudos. Abordagens terapêuticas. Psicopatológica: natureza e causa dos distúrbios mentais. Neurose, psicose e perversão: diagnóstico. Função e adequação às necessidades da Comunidade Assistida; O Psicólogo na atuação Clínica; psicologia clínica – O normal e o Patológico; Norma e Média, Doença, Cura e Saúde. Determinantes sócio-culturais; Psicopatologia Clínica: conceito de neurose; Conceito básico em psicologia clínica; dinâmica do funcionamento psíquico, história individual, motivo inconscientes, o papel do desejo, o papel do outro; transferência, repressão, resistência; mecanismo de defesa; Psicoterapia com Grupos; conflitos intragrupais, sua dinâmica e importância; a Psicologia Humanística: diretividade e não – diretividade; coordenadores e facilitadores: vantagens e desvantagens; grupos operativos e suas aplicações; Estudos sobre a família: cenário familiar, regras e metaregras. O psicólogo na escola, Acompanhamento Escolar, dificuldade na aprendizagem, a escola e a criança/adolescente; processo de psicodiagnóstico, entrevistas com os pais e as crianças, avaliação e atendimento da criança e do adolescente; Aprendizagem – fatores determinantes do processo ensino aprendizagem: família, comunidade, escola, companheiros. A aprendizagem: sua vicissitudes e modelos. O processo ensino-aprendizagem como uma construção e constituição de cidadania. A educação inclusiva: os portadores de necessidades especiais, as altas habilidades (superlotados). Psicologia social e organizacional – Comportamento social: atitudes, estereótipos, preconceitos, conformismo. Levantamento de Dados sobre suas Relações com Objetos e suas Representações, Conflitos, Formas de Vivenciar suas dificuldades, perdas e outros; O desenvolvimento humano – Determinantes bio-psico-sócio-culturais de comportamento: síndromes genéticas, gestação, parto, puerpério, interação mãe-bebê; Características comportamentais esperadas ao longo do desenvolvimento: constituição do EU. Conceito de sujeito. Desenvolvimento cognitivo. Adolescência normal e patológica: identidade, sexualidade, socialização intrafamiliar, o trabalho, passado e futuro. Vida adulta: as relações afetivas e produtivas (criatividade). Aposentadoria, Velhice: perdas e ganhos, sua inserção social. Motivação humana: valores e ação humana. Os grupos: processos grupais, papéis, liderança, leis da dinâmica grupal. O indivíduo e a organização: análise e intervenção, mudança e resistência à mudança. Neuroses profissionais. Gestão de conflitos. Psicologia jurídica. Relações Humanas e Recursos

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

Humanos; Noções de Recrutamentos e seleção e desenvolvimento de Pessoal. Lei nº 8.080/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2.003 Estatuto do Idoso. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2.010. (Estatuto da Igualdade Racial).

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Procedimentos básicos da enfermagem. Técnicas, tipos de curativos. Administração de medicamentos (diluição, dosagem, vias e efeitos colaterais). Medidas de controle das doenças transmissíveis. Doenças transmissíveis não imunizáveis e parasitárias. Doenças sexualmente transmissíveis. Doenças transmissíveis imunizáveis. Imunização: conceito, tipos, principais vacinas e soros utilizados (indicação, contraindicações, doses, vias de administração, efeitos colaterais). Conservação de vacinas e soros (cadeia de frio). Esterilização: conceito, método de esterilização. Assistência de enfermagem à mulher no pré-natal. Assistência de enfermagem à criança: no controle das doenças diarreicas, no controle das infecções respiratórias agudas, no controle das verminoses. Assistência de enfermagem ao adulto. Conceito, causas, sinais e sintomas, tratamento e assistência de enfermagem das patologias: hipertensão arterial, pneumonias, hemorragia digestiva, diabetes mellitus, acidente vascular cerebral, traumatismos (distensão, entorses e fraturas). Primeiros socorros. A inserção dos serviços de enfermagem no Sistema Único de Saúde (SUS). Código de Ética e Lei do Exercício Profissional. Funcionamento dos sistemas: locomotor, pele e anexos, cardiovascular, linfático, respiratório, nervoso, sensorial, endócrino, urinário e órgãos genitais. Agentes infecciosos e ectoparasitos (vírus, bactérias, fungos, protozoários e artrópodes). Doenças transmissíveis pelos agentes infecciosos e ectoparasitos. Saneamento básico. Promoção da saúde e modelos de vigilância. Estratégia de Saúde da Família. Atuação nos programas do Ministério da Saúde. Educação em saúde. Doenças de notificação compulsória. Assistência ao indivíduo, família e comunidade com transtornos: agudos, crônicos degenerativos, mentais, infecciosos e contagiosos. Assistência de enfermagem no pré, trans e pós-operatório. Assistência de enfermagem em urgência e emergência. Atualidades relativas à profissão.

**MUNICÍPIO DE AURORA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

ANEXO II

REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Concurso Público nº _____ da Prefeitura Municipal _____, inscrição número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria:

I – () Prova com ampliação do tamanho da fonte:

Fonte _____ N° da Fonte _____

II – () Sala de Amamentação:

Nome do acompanhante: _____

III – () Intérprete de Libras.

IV – () Outra necessidade:

Especificar:

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Data: ____/____/____.

(assinatura do candidato)

**MUNICÍPIO DE AURORA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

ANEXO III

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

Nome do Candidato: _____
Nº do CPF: _____ Nº da Inscrição: _____
Cargo: _____

() Doutorado ou () Mestrado ou () Pós Graduação

Página	Título/Instituição	Cidade/UF

Obs.: A página 1 refere-se a este anexo, as demais páginas devem ser assinaladas nas tabelas deste anexo em ordem crescente, todos os documentos enviados devem ser listados.

*** Numere os títulos anexados com o número de ordem informado neste formulário.**

Declaro que entreguei na data abaixo, os títulos acima especificados, ciente de que os mesmos serão objetos de análise da Comissão Especial do Concurso Público. Declaro ainda que os documentos apresentados são cópias fiéis dos originais e que quando solicitado deverei apresentar os originais, ciente de que a constatação de qualquer irregularidade implicará em minha exclusão do certame, sem prejuízo das sanções legais, bem como de que não serão aceitos títulos em desconformidade ao descrito no edital.

Data: ____/____/____.

(assinatura do candidato)

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO IV

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

ASSISTENTE SOCIAL

Planeja e executa atividades que visam assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida, bem como busca garantir o atendimento das necessidades básicas das classes populares e dos Segmentos sociais mais vulneráveis às crises socioeconômicas, e outras atividades correlatas. Tem como norte de suas atividades a política criada por lei federal no SUAS – Sistema Único de Assistência Social e suas normas regulamentadoras.

FISCAL DE TRIBUTOS

Atividade relacionada ao cumprimento do Código tributário Municipal e legislação e posturas municipais, inclusive fiscalização, e outras atividades correlatas.

MÉDICO

Atividade de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva, e outras atividades correlatas. Examinar pacientes, fazer diagnóstico, prescrever e realizar tratamentos clínicos, cirúrgicos e de natureza profilática relativos às diversas especializações médicas; requisitar, realizar e interpretar exames de laboratórios e Raios-X; orientar e controlar o trabalho de enfermagem; atuar no controle de moléstias transmissíveis, na realização de inquéritos epidemiológicos e em trabalhos de educação sanitária; estudar, orientar, implantar, coordenar e executar projetos e programas especiais de saúde pública; orientar e controlar atividades desenvolvidas em pequenas unidades médicas; realizar exames clínicos individuais, fazer diagnósticos, prescrever tratamentos a pacientes, bem como realizar pequenas cirurgias; emitir guias de internação e fazer triagens de pacientes, encaminhando-os as clínicas especializadas, se assim de fizer necessário; exercer medicina preventiva: incentivar vacinação, controle de puericultura mensal; controle de pré-natal mensal, controle de pacientes com patologias mais comuns e estimular e participar de debates sobre saúde com grupos de pacientes e grupos organizados, pela Secretaria Municipal de saúde ou pela comunidade geral; participar do Planejamento de Assistência à Saúde, articulando-se com outras instituições para implementação de ações integradas; integrar a equipe multiprofissional para assegurar o efetivo atendimento às necessidades da população; realizar outras tarefas de acordo com as atribuições próprias da Unidade Administrativa e de natureza do seu trabalho; notificar doenças consideradas para "notificação compulsória" pelos órgãos institucionais de saúde pública; notificar doenças ou outras situações bem definidas pela política de saúde do município; participar ativamente de inquéritos epidemiológicos quando definidos pela política municipal de saúde; desempenhar tarefas afins com propiciar a recuperação dos pacientes para que alcancem o melhor estado de saúde física, mental e emocional possível, e de conservar o sentimento de bem-estar espiritual e social dos mesmos, sempre envolvendo e capacitando-os para o auto cuidado juntamente com os seus familiares, prevenindo doenças e danos, visando a recuperação dentro do menor tempo possível ou proporcionar apoio e conforto aos pacientes em processo terminal e aos seus familiares, respeitando as suas crenças e valores. Realizar também todos os cuidados pertinentes aos profissionais da área médica.

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

MOTORISTA CNH CATEGORIA “D”

Atividade de execução específica, de natureza operacional, abrangendo condução, manutenção e conservação de veículos motorizados no transporte oficial de passageiros e carga, e outras atividades correlatas.

OPERADOR DE MÁQUINAS CNH CATEGORIA “C”

Atividade qualificada de menor grau de complexidade, de natureza repetitiva, abrangendo operação, manutenção e conservação de máquinas e equipamentos, e outras atividades correlatas.

OPERÁRIO

Atividade de nível auxiliar, de natureza operacional e de menor grau de complexidade efetuando o serviço de limpeza e conservação, além de trabalhos braçais e outras atividades correlatas determinadas pelos superiores hierárquicos.

PROFESSOR II

- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;
- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;
- Estabelecer formas alternativas de recuperação para os que apresentarem menor rendimento;
- Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Zelar pela aprendizagem do aluno;
- Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;
- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;
- Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);
- Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;
- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
- Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;
- Zelar pela disciplina e pelo material docente;
- Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

PSICÓLOGO

Atividade de natureza especializada, envolvendo o estudo dos processos mentais, sentimentos, pensamentos, razão, inconsciente, e o comportamento humano, visando assegurar uma melhor qualidade de vida aos munícipes, e outras atividades correlatas, incluindo as que em decorrência de aplicação da política de assistência social e cumprimento dos ditames do Sistema Único de Assistência Social.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Atividade técnica, na área de enfermagem, desenvolvidas junto ao indivíduo, família a comunidade visando a prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde, e outras atividades correlatas.

RETIFICAÇÃO CONCURSO 001 2021

Publicação N° 3130517

**MUNICÍPIO DE AURORA
ESTADO DE SANTA CATARINA****RETIFICAÇÃO N° 01/2021****EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 001/2021**

O MUNICÍPIO DE AURORA, faz saber a quem possa interessar a publicação da RETIFICAÇÃO N° 01/2021 para acrescentar o cargo de Psicólogo 20h ao EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 001/2021:

I- Altera-se o cronograma do edital, que passa a vigorar com a seguinte redação:

DATA	ATO
21/06/2021	Publicação do Edital
21/06/2021 até às 23h59min do dia 30/07/2021	PERÍODO DE INSCRIÇÕES
21/06/2021 a 27/07/2021	Período para solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição
29/07/2021	Divulgação da lista de isentos do pagamento da taxa de inscrição
02/08/2021	Prazo para envio de laudo médico para candidatos com deficiência e para pedido de condições especiais para a realização das provas objetivas, conforme itens 3.9 e 4.2 deste edital.
21/06/2021 a 02/08/2021	Prazo para impressão do boleto e para pagamento da taxa de inscrição
04/08/2021	Publicação da relação de inscritos e divulgação do local de provas
05/08/2021 e 06/08/2021	Prazo para recurso contra o indeferimento de inscrição
10/08/2021	Julgamento dos recursos contra o indeferimento de inscrição
10/08/2021	Homologação das Inscrições (listagem oficial)
15/08/2021	Data provável para realização das Provas Objetivas
15/08/2021	Publicação do gabarito provisório (após as 20 horas) no site da banca
16/08/2021 e 17/08/2021	Prazo para recurso contra questões e gabarito
23/08/2021	Julgamento dos Recursos contra questões e gabarito
23/08/2021	Publicação do Gabarito Oficial e Publicação das Notas da Prova Objetiva
24/08/2021 e 25/08/2021	Prazo para recurso contra Notas da Prova Objetiva
26/08/2021	Julgamento dos Recursos contra Notas da Prova Objetiva
26/08/2021	Convocação dos Candidatos para entrega dos documentos para a Prova de Títulos e convocação dos candidatos para realização das Provas Práticas

1

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

29/08/2021	Data provável para realização das Provas Práticas e para entrega dos documentos para a Prova de Títulos
31/08/2021	Publicação das Notas da Prova Prática, de Títulos e da Classificação Provisória
01/09/2021 02/09/2021 ^e	Prazo para recurso contra Notas e contra a Classificação Provisória
03/09/2021	Julgamento dos Recursos contra Notas contra a Classificação Provisória
A partir de 03/09/2021	Homologação do Resultado Final

II- Acrescenta-se o cargo de Psicólogo 20h ao quadro do item 2.1 do edital:

Cargo	Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento Inicial R\$	Habilitação/Escolaridade Exigida	Tipo de Prova	Valor da Taxa de Inscrição
Psicólogo	01 + CR	20h	1.837,22	Graduação em Psicologia, com o respectivo diploma e inscrição no Conselho regulamentador e fiscalizador da profissão.	Objetiva	R\$ 150,00

III- Altera-se parte do item 6.2 do edital:

6.2. A prova objetiva para todos os cargos será na data provável de **15 de agosto de 2021** considerando os seguintes horários:

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões dos locais de prova: entrada dos candidatos.	7h e 00min
Fechamento dos portões dos locais de prova: proibido o ingresso sob qualquer alegação a partir deste horário	8h e 30min
Início da prova	8h e 45min
Período mínimo de permanência no local de provas. Até às	9h e 45min
Final da prova. Entrega obrigatória do cartão resposta.	11h e 45min

IV- Altera-se parte do item 7.1 do edital:

7.1. O envio dos documentos da PROVA DE TÍTULOS para os cargos de Professor, a ser computada somente aos candidatos aprovados na Prova Objetiva, deverão ser entregues no dia **29 de agosto de 2021** em local e horário a ser divulgado juntamente com a convocação dos candidatos conforme cronograma deste edital.

V- Altera-se parte do item 7.4 do edital:

7.4. A prova prática para os cargos de Motorista, Operador de Máquinas e Operário será realizada na data provável de **29 de agosto de 2021** em local e horário a ser divulgado juntamente com a convocação dos candidatos conforme cronograma deste edital.

MUNICÍPIO DE AURORA ESTADO DE SANTA CATARINA

VI- Acrescenta-se o conteúdo programático de conhecimentos específicos do cargo de Psicólogo ao Anexo I do edital:

PSICÓLOGO

Desenvolvimento psicológico da Criança (infância e Adolescência), considerando os pressupostos básicos dados pelas diferenças abordagens psicoterápicas utilizadas na atualidade – Psicanálise, Ludoterapia, Lacania e outros; Direitos fundamentais da criança e do adolescente; O Psicólogo inserido no serviço Público – Atendimento Ambulatorial, Terapias ambulatoriais em saúde mental. Doenças e deficiências mentais. Diagnóstico Psicológico: conceito e objetivo, teoria psicodinâmica, processo diagnóstico, testes e laudos. Abordagens terapêuticas. Psicopatológica: natureza e causa dos distúrbios mentais. Neurose, psicose e perversão: diagnóstico. Função e adequação às necessidades da Comunidade Assistida; O Psicólogo na atuação Clínica; psicologia clínica – O normal e o Patológico; Norma e Média, Doença, Cura e Saúde. Determinantes sócio-culturais; Psicopatologia Clínica: conceito de neurose; Conceito básico em psicologia clínica; dinâmica do funcionamento psíquico, história individual, motivo inconscientes, o papel do desejo, o papel do outro; transferência, repressão, resistência; mecanismo de defesa; Psicoterapia com Grupos; conflitos intragrupais, sua dinâmica e importância; a Psicologia Humanística: diretividade e não – diretividade; coordenadores e facilitadores: vantagens e desvantagens; grupos operativos e suas aplicações; Estudos sobre a família: cenário familiar, regras e metaregras. O psicólogo na escola, Acompanhamento Escolar, dificuldade na aprendizagem, a escola e a criança/adolescente; processo de psicodiagnóstico, entrevistas com os pais e as crianças, avaliação e atendimento da criança e do adolescente; Aprendizagem – fatores determinantes do processo ensino aprendizagem: família, comunidade, escola, companheiros. A aprendizagem: sua vicissitudes e modelos. O processo ensino-aprendizagem como uma construção e constituição de cidadania. A educação inclusiva: os portadores de necessidades especiais, as altas habilidades (superlotados). Psicologia social e organizacional – Comportamento social: atitudes, estereótipos, preconceitos, conformismo. Levantamento de Dados sobre suas Relações com Objetos e suas Representações, Conflitos, Formas de Vivenciar suas dificuldades, perdas e outros; O desenvolvimento humano – Determinantes bio-psico-sócio-culturais de comportamento: síndromes genéticas, gestação, parto, puerpério, interação mãe-bebê; Características comportamentais esperadas ao longo do desenvolvimento: constituição do EU. Conceito de sujeito. Desenvolvimento cognitivo. Adolescência normal e patológica: identidade, sexualidade, socialização intrafamiliar, o trabalho, passado e futuro. Vida adulta: as relações afetivas e produtivas (criatividade). Aposentadoria, Velhice: perdas e ganhos, sua inserção social. Motivação humana: valores e ação humana. Os grupos: processos grupais, papéis, liderança, leis da dinâmica grupal. O indivíduo e a organização: análise e intervenção, mudança e resistência à mudança. Neuroses profissionais. Gestão de conflitos. Psicologia jurídica. Relações Humanas e Recursos Humanos; Noções de Recrutamentos e seleção e desenvolvimento de Pessoal. Lei nº 8.080/1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2.003 Estatuto do Idoso. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2.010. (Estatuto da Igualdade Racial).

VII- Acrescenta-se as atribuições do cargo de Psicólogo ao Anexo IV do edital:

PSICÓLOGO

Atividade de natureza especializada, envolvendo o estudo dos processos mentais, sentimentos, pensamentos, razão, inconsciente, e o comportamento humano, visando assegurar uma melhor

**MUNICÍPIO DE AURORA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

qualidade de vida aos munícipes, e outras atividades correlatas, incluindo as que em decorrência de aplicação da política de assistência social e cumprimento dos ditames do Sistema Único de Assistência Social.

VIII- Os demais itens do edital permanecem inalterados.

Aurora (SC), 30 de junho de 2021.

**ALEXSANDRO KOHL
Prefeito Municipal**

Balneário Arroio do Silva

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17 E 18

Publicação Nº 3131019

ESTADO DE SANTA CATARINA – SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE
BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2021 – MERENDA E LIMPEZA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2021

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 37/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA /SC.

DETENTOR DA ATA: GOLD COMPUTADORES LTDA – EPP 02.537.692/0001-37;

MARCELO GOMES & CIA LTDA – ME 05.850.947/0001-05; MDA ARMARINHOS LTDA 06.541.303/0001-06.

Valor total: 58.916,50

Assinado em: 27/05/2021

Vigente até: 26/05/2022

Objeto: registro de preços para a possível e futura “Aquisição parcelada de Gêneros Alimentícios e Produtos de Higiene e Limpeza, durante a vigência da ata de registro de preços, para a Secretaria de Educação do Município de Balneário Arroio do Silva/SC, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital em conformidade com as especificações constantes no Edital”.

Valor dos Itens: Íntegra da ata disponível no site da prefeitura de Balneário Arroio do Silva/SC.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2021– FILTRO E ÓLEO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2021

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 38/2021

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA /SC.

DETENTOR DA ATA: CENTRAL MOTORES PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI 12.286.603/0001-80; JULIO SILVESTRI FILHO – ME 15.608.150/0001-50;

Valor total: 81.450,00

Assinado em: 09/06/2021

Vigente até: 08/06/2021

Objeto: registro de preços para a possível e futura “Aquisição parcelada de Filtros, Óleos e demais Produtos para serem utilizados nos veículos da frota do Município de Balneário Arroio do Silva. Conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital”.

Valor dos Itens: Íntegra da ata disponível no site da prefeitura de Balneário Arroio do Silva/SC.

CONTRATO Nº 18 - FMS

Publicação Nº 3131020

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 194A2348A9C448E924D14FC1E4CFC2FD258F3403

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BALN. ARROIO DO SILVA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 18/2021

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BALN. ARROIO DO SILVA

Contratada.: CELK SISTEMAS LTDA - ME

Valor.: 246.159,00 (duzentos e quarenta e seis mil cento e cinquenta e nove reais)

Vigência.: Início: 04/06/2021 Término: 31/12/2021

Licitação.: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2021

Recursos.: Dotação: 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (8)

Objeto.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ALUGUEL DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DA SAÚDE, CONTEMPLANDO ATENÇÃO BÁSICA, ATENÇÃO ESPECIALIZADA, VIGILÂNCIAS EM SAÚDE, GESTÃO DE METAS DO PROGRAMA PREVINE BRASIL e BUSCA ATIVA DE PACIENTE, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO, CONFIGURAÇÃO, TREINAMENTO, INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

Balneário Arroio do Silva, 1 de Julho de 2021

Balneário Camboriú

PREFEITURA

10º ADT CT 040/2020 - FMS

Publicação Nº 3131207

DÉCIMO TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
TERMO Nº 040/2020 – FMS

CONTRATADA: VIVER SERVIÇOS MÉDICOS LTDA,

OBJETO: prestação de serviços médicos (com especialidade em terapia intensiva e clínica médica), para atender a demanda do HMRC devido à situação de emergência no Município de Balneário Camboriú, em função do risco de surto do Novo Corona-vírus - COVID- 19.

I – DA ALTERAÇÃO DO PRAZO – Ao prazo de execução do objeto contratual, acrescentará o prazo 30 (trinta) dias, ficando alterada a vigência do contrato para 330 (trezentos e trinta) dias, alterando a cláusula 5.2 do contrato originário.

II – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO GLOBAL – Diante da proposta apresentada e do acréscimo supracitado fica acrescido o valor de R\$ 309.504,00 (trezentos e nove mil, quinhentos e quatro reais), passando a importar o presente contrato, o valor global de R\$ 5.057.712,00 (cinco milhões, cinquenta e sete mil e setecentos e doze reais), alterando a cláusula 4.1 do contrato originário.

III – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 01 de abril de 2021.

SAMARONI BENEDET

11º ADT CT 115/2018 - PMBC

Publicação Nº 3132227

DÉCIMO PRIMEIRO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO - TERMO Nº 115/2018 – PMBC

CONTRATADA: AZIMUTE ENGENHEIROS CONSULTORES SC LTDA

OBJETO: contratação de empresa especializada para Elaboração de projeto para ruas e avenidas do município, na forma do termo de referência em anexo ao Edital.

I – DA ALTERAÇÃO DO PRAZO: Ao prazo de execução do objeto contratual, acrescentará o prazo 4 (quatro) meses, ficando alterada a vigência do contrato para 40 (quarenta) meses, alterando a cláusula nona do contrato.

II - Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 18 de junho de 2021.

SAMARONI BENEDET

2º ADT CT 004/2019 - BCPREVI

Publicação Nº 3132142

SEGUNDO TERMO DE ADITIVO DE RENOVAÇÃO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

TERMO Nº 004/2019 - BCPREVI

CONTRATADA: VALMIR JOSÉ CUNHA TICO

OBJETO: locação de imóvel situado na Rua Dinamarca, nº 175, Centro, Balneário Camboriú, SC, objeto da matrícula nº 68647, do 1º Registro de Imóveis de Balneário Camboriú, para abrigar as instalações do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Balneário Camboriú – BCPREVI.

I – DA ALTERAÇÃO DO PRAZO: Ao prazo de execução das obras do objeto contratual, acrescentará o prazo 12 (doze) meses, ficando alterada a vigência do contrato para 36 (trinta e seis) meses, alterando a cláusula 8.1 do contrato originário.

II – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO GLOBAL – Diante da proposta apresentada e do acréscimo supracitado fica acrescido o valor de R\$ 73.364,64 (setenta e três mil, trezentos e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), passando a importar o presente contrato, o valor global de R\$ 220.093,92 (duzentos e vinte mil, noventa e três reais e noventa e dois centavos), alterando a cláusula 6.1 do contrato originário.

III – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 01 de julho de 2021.

SAMARONI BENEDET

2º ADT CT 083/2020 - FMS

Publicação Nº 3131171

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

TERMO Nº 083/2020 – FMS

CONTRATADA: VIVER SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

OBJETO: prestação de Prestação de serviços médicos para atender na triagem do Centro Municipal de Acolhimento e Tratamento do COVID-19, no Hospital Municipal Ruth Cardoso.

I – DA ALTERAÇÃO DE PRAZO – Fica acrescido 03 (três) meses, passando o prazo contratual para 09 (nove) meses, alterando a cláusula 5.2 do contrato originário.

II – DA SUPRESSÃO – Conforme formalizado através do ofício HMRC/PMBC/ADM 326/2021, ficará suprimido ao item 4.1, do contrato, a cifra de R\$ 251.100,00 (duzentos e cinquenta e um mil e cem reais).

II - DA ALTERAÇÃO DO PREÇO GLOBAL - Diante da proposta apresentada, do acréscimo de prazo e supressão supracitado, conforme valores firmados, agregar-se-á ao valor global do original do contrato a cifra de R\$ 753.300,00 (setecentos e cinquenta e três mil e trezentos reais), passando o presente contrato a totalizar o valor global de R\$ 2.762.100,00 (dois milhões e setecentos e sessenta e dois mil e cem reais), alterando o subitem 4.1 do contrato originário.

III – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 22 de junho de 2021.

SAMARONI BENEDET

4º ADT CT 011/2020 - FMAS

Publicação N° 3132059

QUARTO TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

TERMO N° 011/2020 – FMAS

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO LUZ DA VIDA

OBJETO: contratação de 30 (trinta) vagas masculinas para serviço de Acolhimento Institucional em Casa de Passagem para indivíduos em situação de rua com vínculos familiares rompidos ou fragilizados.

I – DA ALTERAÇÃO DO PRAZO: Ao prazo de execução do objeto contratual, acrescentará o prazo 3 (três) meses, ficando alterada a vigência do contrato para 12 (doze) meses, alterando a cláusula 10.1 do contrato.

III – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO GLOBAL – Diante da proposta apresentada e do acréscimo supracitado fica acrescido o valor de R\$ 166.500,00 (cento e sessenta e seis mil e quinhentos reais), passando a importar o presente contrato, o valor global de R\$ 532.800,00 (quinhentos e trinta e dois mil e oitocentos reais), alterando a cláusula 7.1 do contrato.

III – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 24 de junho de 2021.

SAMARONI BENEDET

8º ADT CT 078/2020 - FMS

Publicação N° 3131132

OITAVO TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO AO CONTRATO SERVIÇOS ESPECIALIZADO PARA EXECUÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS – TERMO 078/2020 – FMS

CONTRATADA: CENTRAL DE EXAMES LABORATÓRIO CLÍNICO EIRELI

OBJETO: Contratação EMERGENCIAL/ COVID de empresa com capacidade Técnica para execução MENSAL DE 35.000 exames laboratoriais para pacientes internos do Hospital Municipal Ruth Cardoso e exames laboratoriais ocupacionais de funcionários do Hospital Municipal Ruth Cardoso.

I – DA ALTERAÇÃO DE PRAZO – Fica acrescido 01 (um) mês ao prazo de execução dos serviços, passando o prazo contratual para 07 (sete) meses, alterando a cláusula 3.1 do contrato originário.

II – DO ACRÉSCIMO: Conforme justificativa fica acrescido ao valor global original à cifra de R\$ 273.350,00 (duzentos e setenta e três mil e trezentos e cinquenta reais), totalizando o presente contrato a cifra R\$ 2.255.137,00 (dois milhões e duzentos e cinquenta e cinco mil e cento e trinta e sete reais), alterando cláusula 4.1 do contrato originário.

II – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 25 de junho de 2021.

SAMARONI BENEDET

ATA 206, PREGÃO 117/2020

Publicação N° 3131427

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 117/2020- PREGÃO ELETRÔNICO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 206/2021

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para execução da substituição da iluminação convencional para iluminação em LED.

Detentor da Ata: CONSORCIO I. P. BALNEÁRIO (42.158.957/0001-00)

Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.

Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.

Valor: R\$ 10.177.978,84.

Balneário Camboriú – SC, 09 de junho de 2021.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras.

ATA 213, PREGÃO 056/2021

Publicação Nº 3131489

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2021- PREGÃO ELETRÔNICO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 213/2021

Objeto: Registro de preços para aquisição por sistema de consignação de órteses, próteses e materiais especiais (OPMEs).

Detentor da Ata: CARDIOTRONIC IMPORT. COM. DE PROD.MÉDICOS LTDA

Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.

Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.

Valor: R\$ 14.800,00.

Balneário Camboriú – SC, 24 de junho de 2021.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras.

ATA 214, PREGÃO 056/2021

Publicação Nº 3131492

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2021- PREGÃO ELETRÔNICO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 214/2021

Objeto: Registro de preços para aquisição por sistema de consignação de órteses, próteses e materiais especiais (OPMEs).

Detentor da Ata: BML HOSPITALAR LTDA

Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.

Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.

Valor: R\$ 78.113,92.

Balneário Camboriú – SC, 24 de junho de 2021.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras.

ATA 215, PREGÃO 056/2021

Publicação Nº 3131494

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2021- PREGÃO ELETRÔNICO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 215/2021

Objeto: Registro de preços para aquisição por sistema de consignação de órteses, próteses e materiais especiais (OPMEs).

Detentor da Ata: BR MEDICAL LTDA

Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.

Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.

Valor: R\$ 40.754,00.

Balneário Camboriú – SC, 24 de junho de 2021.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras.

ATA 216, PREGÃO 056/2021

Publicação Nº 3131495

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2021- PREGÃO ELETRÔNICO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 216/2021

Objeto: Registro de preços para aquisição por sistema de consignação de órteses, próteses e materiais especiais (OPMEs).

Detentor da Ata: ELITE ORTOPEDIA LTDA

Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.

Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.

Valor: R\$ 402.246,42.

Balneário Camboriú – SC, 24 de junho de 2021.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras.

ATA 217, PREGÃO 056/2021

Publicação Nº 3131496

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2021- PREGÃO ELETRÔNICO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 217/2021

Objeto: Registro de preços para aquisição por sistema de consignação de órteses, próteses e materiais especiais (OPMEs).

Detentor da Ata: M.J.A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS, MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.

Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.

Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.

Valor: R\$ 4.200,00.

Balneário Camboriú – SC, 24 de junho de 2021.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras.

ATA 218, PREGÃO 056/2021

Publicação Nº 3131498

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2021- PREGÃO ELETRÔNICO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 218/2021

Objeto: Registro de preços para aquisição por sistema de consignação de órteses, próteses e materiais especiais (OPMEs).

Detentor da Ata: ORTHOFACE IMPLANTES ESPECIAIS LTDA.

Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.

Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.

Valor: R\$ 115.134,96.

Balneário Camboriú – SC, 24 de junho de 2021.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras.

ATA 219, PREGÃO 056/2021

Publicação Nº 3131499

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2021- PREGÃO ELETRÔNICO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 219/2021

Objeto: Registro de preços para aquisição por sistema de consignação de órteses, próteses e materiais especiais (OPMEs).

Detentor da Ata: ENGEMED COM DE IMPLANTES ORTP LTDA.

Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.

Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.

Valor: R\$ 305.160,24.

Balneário Camboriú – SC, 24 de junho de 2021.
SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

ATA 220, PREGÃO 061/2021

Publicação Nº 3131581

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2021- PREGÃO ELETRÔNICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 220/2021
Objeto: Registro de Preços de Aquisição de Insumos agrícolas
Detentor da Ata: FLORICULTURA PEGORINI LTDA.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.
Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.
Valor: R\$ 92.837,50.
Balneário Camboriú – SC, 24 de junho de 2021.
SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

ATA 221, PREGÃO 061/2021

Publicação Nº 3131583

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2021- PREGÃO ELETRÔNICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 221/2021
Objeto: Registro de Preços de Aquisição de Insumos agrícolas
Detentor da Ata: JB COMERCIO DE INSUMOS E SUBSTRATOS LTDA.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.
Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.
Valor: R\$ 97.560,00.
Balneário Camboriú – SC, 24 de junho de 2021.
SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

ATA 222, PREGÃO 061/2021

Publicação Nº 3131584

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2021- PREGÃO ELETRÔNICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 222/2021
Objeto: Registro de Preços de Aquisição de Insumos agrícolas
Detentor da Ata: KUNZLER & KUNZLER COMERCIO DE PLANTAS LTDA.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.
Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.
Valor: R\$ 308.430,00.
Balneário Camboriú – SC, 24 de junho de 2021.
SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

ATA 223, PREGÃO 061/2021

Publicação Nº 3131586

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2021- PREGÃO ELETRÔNICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 223/2021

Objeto: Registro de Preços de Aquisição de Insumos agrícolas
Detentor da Ata: BC AGRO COMERCIO DE SEMENTES EIRELI.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.
Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.
Valor: R\$ 13.420,00.
Balneário Camboriú – SC, 24 de junho de 2021.
SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

ATA 224, PREGÃO 061/2021

Publicação Nº 3131587

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2021- PREGÃO ELETRÔNICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 224/2021
Objeto: Registro de Preços de Aquisição de Insumos agrícolas
Detentor da Ata: AGH CONSTRUTORA E SERVICOS EIRELI.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.
Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.
Valor: R\$ 239.825,00.
Balneário Camboriú – SC, 24 de junho de 2021.
SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

ATA 225, PREGÃO 061/2021

Publicação Nº 3131589

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2021- PREGÃO ELETRÔNICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 225/2021
Objeto: Registro de Preços de Aquisição de Insumos agrícolas
Detentor da Ata: CHÁCARA VERDE PROD. AGROPEC. LTDA ME.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.
Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.
Valor: R\$ 158.900,00.
Balneário Camboriú – SC, 24 de junho de 2021.
SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

ATA 226, PREGÃO 025/2021

Publicação Nº 3131829

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2021- PREGÃO ELETRÔNICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 226/2021
Objeto: Registro de Preços de materiais de expediente.
Detentor da Ata: TURN-O-MATIC DO BRASIL COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.
Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.
Valor: R\$ 16.992,50.
Balneário Camboriú – SC, 28 de junho de 2021.
SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

ATA 227, PREGÃO 025/2021

Publicação Nº 3131840

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2021- PREGÃO ELETRÔNICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 227/2021
Objeto: Registro de Preços de materiais de expediente.
Detentor da Ata: REGENSY COMÉRCIO LTDA ME.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.
Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.
Valor: R\$ 326.654,34.
Balneário Camboriú – SC, 28 de junho de 2021.
SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

ATA 228, PREGÃO 025/2021

Publicação Nº 3131853

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2021- PREGÃO ELETRÔNICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 228/2021
Objeto: Registro de Preços de materiais de expediente.
Detentor da Ata: ECOPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE RECICLADOS EIRELI.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.
Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.
Valor: R\$ 108.302,50.
Balneário Camboriú – SC, 28 de junho de 2021.
SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

ATA 229, PREGÃO 025/2021

Publicação Nº 3131854

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2021- PREGÃO ELETRÔNICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 229/2021
Objeto: Registro de Preços de materiais de expediente.
Detentor da Ata: KLEBER DE MOURA DALABONA EIRELI.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.
Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.
Valor: R\$ 17.086,96.
Balneário Camboriú – SC, 28 de junho de 2021.
SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

ATA 230, PREGÃO 025/2021

Publicação Nº 3131857

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2021- PREGÃO ELETRÔNICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 230/2021
Objeto: Registro de Preços de materiais de expediente.
Detentor da Ata: RSUL EIRELI.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.
Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.
Valor: R\$ 60.783,59.
Balneário Camboriú – SC, 28 de junho de 2021.

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

ATA 231, PREGÃO 025/2021

Publicação Nº 3131860

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2021- PREGÃO ELETRÔNICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 231/2021
Objeto: Registro de Preços de materiais de expediente.
Detentor da Ata: BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.
Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.
Valor: R\$ 48.706,70.
Balneário Camboriú – SC, 28 de junho de 2021.
SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

ATA 232, PREGÃO 025/2021

Publicação Nº 3131862

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2021- PREGÃO ELETRÔNICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 232/2021
Objeto: Registro de Preços de materiais de expediente.
Detentor da Ata: MÁXIMA ATACADISTA EIRELI.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.
Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.
Valor: R\$ 23.098,64.
Balneário Camboriú – SC, 28 de junho de 2021.
SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

ATA 233, PREGÃO 025/2021

Publicação Nº 3131865

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2021- PREGÃO ELETRÔNICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 233/2021
Objeto: Registro de Preços de materiais de expediente.
Detentor da Ata: JS SIMOES EIRELI.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.
Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.
Valor: R\$ 439.134,37.
Balneário Camboriú – SC, 28 de junho de 2021.
SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

ATA 234, PREGÃO 025/2021

Publicação Nº 3131871

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2021- PREGÃO ELETRÔNICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 234/2021
Objeto: Registro de Preços de materiais de expediente.

Detentor da Ata: DOUGLAS CORDEIRO EIRELI.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.
Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.
Valor: R\$ 3.679,39.
Balneário Camboriú – SC, 28 de junho de 2021.
SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

ATA 235, PREGÃO 025/2021

Publicação Nº 3131874

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2021- PREGÃO ELETRÔNICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 235/2021
Objeto: Registro de Preços de materiais de expediente.
Detentor da Ata: WFL COMÉRCIO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.
Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.
Valor: R\$ 32.498,73.
Balneário Camboriú – SC, 28 de junho de 2021.
SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

ATA 236, PREGÃO 025/2021

Publicação Nº 3131879

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2021- PREGÃO ELETRÔNICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 236/2021
Objeto: Registro de Preços de materiais de expediente.
Detentor da Ata: L&S COMERCIAL EIRELI.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.
Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.
Valor: R\$ 41.298,73.
Balneário Camboriú – SC, 28 de junho de 2021.
SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

ATA 237, PREGÃO 025/2021

Publicação Nº 3131881

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2021- PREGÃO ELETRÔNICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 237/2021
Objeto: Registro de Preços de materiais de expediente.
Detentor da Ata: EVL COMERCIO DE PRODUTOS MANUFATURADOS EIRELI.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.
Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.
Valor: R\$ 987.035,59.
Balneário Camboriú – SC, 28 de junho de 2021.
SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

ATA 238, PREGÃO 025/2021

Publicação Nº 3131896

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2021- PREGÃO ELETRÔNICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 238/2021
Objeto: Registro de Preços de materiais de expediente.
Detentor da Ata: RAFAELA OLIMPIO MACHADO.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.
Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.
Valor: R\$ 356.579,22.
Balneário Camboriú – SC, 28 de junho de 2021.
SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

ATA 239, PREGÃO 025/2021

Publicação Nº 3131884

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2021- PREGÃO ELETRÔNICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 239/2021
Objeto: Registro de Preços de materiais de expediente.
Detentor da Ata: RS DISTR. E COMÉRCIO ATAC. DE ARTIGOS DE PAPELARIA, PROD. DE HIGIENE E EMBALAGENS LTDA.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.
Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.
Valor: R\$ 31.395,06.
Balneário Camboriú – SC, 28 de junho de 2021.
SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

ATA 240, PREGÃO 025/2021

Publicação Nº 3131899

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2021- PREGÃO ELETRÔNICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 240/2021
Objeto: Registro de Preços de materiais de expediente.
Detentor da Ata: N. T. LUIZE EIRELI.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.
Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.
Valor: R\$ 66.220,25.
Balneário Camboriú – SC, 28 de junho de 2021.
SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

ATA 241, PREGÃO 055/2021

Publicação Nº 3132012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2021- PREGÃO ELETRÔNICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 241/2021
Objeto: Registro de Preços de Materiais para atendimento pré-hospitalar - APH.
Detentor da Ata: CSE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA EPP.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.
Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.
Valor: R\$ 12.300,00.
Balneário Camboriú – SC, 29 de junho de 2021.

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

ATA 242, PREGÃO 055/2021

Publicação Nº 3132017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2021- PREGÃO ELETRÔNICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 242/2021
Objeto: Registro de Preços de Materiais para atendimento pré-hospitalar - APH.
Detentor da Ata: DIMAVE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.
Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.
Valor: R\$ 30.599,70.
Balneário Camboriú – SC, 29 de junho de 2021.
SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

ATA 243, PREGÃO 055/2021

Publicação Nº 3132019

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2021- PREGÃO ELETRÔNICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 243/2021
Objeto: Registro de Preços de Materiais para atendimento pré-hospitalar - APH.
Detentor da Ata: SILVIO VIGIDO.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.
Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.
Valor: R\$ 24.516,35.
Balneário Camboriú – SC, 29 de junho de 2021.
SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

ATA 244, PREGÃO 055/2021

Publicação Nº 3132020

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2021- PREGÃO ELETRÔNICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 244/2021
Objeto: Registro de Preços de Materiais para atendimento pré-hospitalar - APH.
Detentor da Ata: TECSUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.
Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.
Valor: R\$ 5.708,20.
Balneário Camboriú – SC, 29 de junho de 2021.
SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

ATA 245, PREGÃO 055/2021

Publicação Nº 3132062

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2021- PREGÃO ELETRÔNICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 245/2021
Objeto: Registro de Preços de Materiais para atendimento pré-hospitalar - APH.

Detentor da Ata: SANIMED IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.
Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.
Valor: R\$ 452,00.
Balneário Camboriú – SC, 29 de junho de 2021.
SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

ATA 246, PREGÃO 055/2021

Publicação N° 3132063

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 055/2021- PREGÃO ELETRÔNICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 246/2021
Objeto: Registro de Preços de Materiais para atendimento pré-hospitalar - APH.
Detentor da Ata: HERA MEDICAL REPRESENTAÇÕES, COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.
Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.
Valor: R\$ 2.663,45.
Balneário Camboriú – SC, 29 de junho de 2021.
SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

ATA 247, PREGÃO 055/2021

Publicação N° 3132064

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 055/2021- PREGÃO ELETRÔNICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 247/2021
Objeto: Registro de Preços de Materiais para atendimento pré-hospitalar - APH.
Detentor da Ata: MIRAZAB COMERCIO E SERVICOS TECNICOS EIRELI.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.
Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.
Valor: R\$ 549,50.
Balneário Camboriú – SC, 29 de junho de 2021.
SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

ATA 248, PREGÃO 055/2021

Publicação N° 3132065

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 055/2021- PREGÃO ELETRÔNICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 248/2021
Objeto: Registro de Preços de Materiais para atendimento pré-hospitalar - APH.
Detentor da Ata: R.C.DIEGO DE SOUZA & DE PAULA LTDA.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.
Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.
Valor: R\$ 8.100,00.
Balneário Camboriú – SC, 29 de junho de 2021.
SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

ATA 249, PREGÃO 055/2021

Publicação Nº 3132066

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2021- PREGÃO ELETRÔNICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 249/2021
Objeto: Registro de Preços de Materiais para atendimento pré-hospitalar - APH.
Detentor da Ata: MAPLE HOSPITALAR COMERCIO E SERVICOS EIRELI.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.
Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.
Valor: R\$ 50.500,00.
Balneário Camboriú – SC, 29 de junho de 2021.
SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

ATA 250, PREGÃO 055/2021

Publicação Nº 3132067

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2021- PREGÃO ELETRÔNICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 250/2021
Objeto: Registro de Preços de Materiais para atendimento pré-hospitalar - APH.
Detentor da Ata: MASTERMEDIC DISTRIBUIDORA LTDA.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.
Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.
Valor: R\$ 20.939,00.
Balneário Camboriú – SC, 29 de junho de 2021.
SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

ATA 251, PREGÃO 055/2021

Publicação Nº 3132070

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2021- PREGÃO ELETRÔNICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 251/2021
Objeto: Registro de Preços de Materiais para atendimento pré-hospitalar - APH.
Detentor da Ata: SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS DE RESGATE SEGURANÇA EIRELI EPP.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.
Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.
Valor: R\$ 21.570,00.
Balneário Camboriú – SC, 29 de junho de 2021.
SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

ATA 252, PREGÃO 063/2021

Publicação Nº 3132071

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2021- PREGÃO ELETRÔNICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 252/2021
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CAPACITADA NA MANUTENÇÃO DE MOTOCICLETAS E QUADRICÍCLOS.
Detentor da Ata: BIG MOTOS LTDA EPP.
Órgão Gerenciador: Secretaria de Compras.
Vigência 12 meses (doze meses) a partir da assinatura.
Valor: R\$ 282.160,00.
Balneário Camboriú – SC, 29 de junho de 2021.

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras.

INEXIGIBILIDADE N. 11/2021

Publicação Nº 3131260

EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ – EMASA

AVISO DE LICITAÇÃO – INEXIGIBILIDADE LICITATÓRIA Nº. 11/2021

OBJETO: MANUTENÇÃO DA LICENÇA DE USO DO SOFTWARE DELAB PARA GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES E CONSUMOS OPERACIONAIS DA ETA

FORNECEDOR: SANEGRAPH SERVICOS DE INFORMATICA SS LTDA

CNPJ: 01.903.128/0001-28

VALOR GLOBAL: R\$12.360,00 (doze mil e trezentos e sessenta reais)

EMBASAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso I – Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e demais alterações posteriores.

Balneário Camboriú, 01 de julho de 2021.

DOUGLAS COSTA BEBER ROCHA

DIRETOR GERAL

Diretor Geral

EMASA - Quarta Avenida, 250, Centro - Balneário Camboriú/SC

PORTARIA 045/2021

Publicação Nº 3131919

PORTARIA SGA/GSGA nº 045/2021

EDUARDO HUMBERTO OLIVEIRA KREWINKEL, Secretário de Gestão Administrativa do Município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 30, inc. VII, alínea "b", da Lei Municipal nº 1.068/91.

Considerando que constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à administração;

Considerando que esta Secretaria Municipal, tomou conhecimento por meio do Protocolo 22.149/2021 no qual foi solicitado a apuração de eventual responsabilidade dos agentes públicos.

Resolve instaurar SINDICÂNCIA, com fulcro no artigo 225 da Lei 1.069/1991, a ser conduzida com respeito ao devido processo legal, ao contraditório e ampla defesa pela COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO, instituída pelo Decreto Municipal nº 9.298/2019, constituída pelos Funcionários Públicos: Ordenante Alves Neto (Presidente), Adriana Vieira Crescêncio (Secretária), Francisco Wellington Melo Viana (Membro), Luiz Carlos Soares (Membro), Patricia Hamerski Madeira (Membro) e Vanessa Monteiro de Carvalho Day (Membro),

Balneário Camboriú, 30 de junho de 2021.

Eduardo Krewinkel

Secretário de Gestão Administrativa

PORTARIA 046/2021

Publicação Nº 3132156

PORTARIA SGA/GSGA nº 046/2021

EDUARDO HUMBERTO OLIVEIRA KREWINKEL, Secretário de Gestão Administrativa do Município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 30, inc. VII, alínea "b", da Lei Municipal nº 1.068/91.

Considerando que constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à administração;

Considerando que esta Secretaria Municipal, tomou conhecimento por meio do Atendimento nº 3.587/2021 indicando a existência de irregularidades praticadas pelo servidor G. T. matrícula 18279, ocupante do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO.

Visto que a conduta do servidor pode estar tipificada no artigo 195 I, V e VI, da Lei Municipal 1.069/91;

Resolve instaurar PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, com fulcro no artigo 225 da Lei 1.069/1991, a ser conduzida com respeito ao devido processo legal, ao contraditório e ampla defesa pela COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO, instituída pelo Decreto Municipal nº 9.298/2019, constituída pelos Funcionários Públicos: Ordenante Alves Neto (Presidente); Adriana Vieira

Crescêncio (Secretária); Francisco Wellington Melo Viana (Membro); Luiz Carlos Soares (Membro); Patricia Hamerski Madeira (Membro) e Vanessa Monteiro de Carvalho Day (Membro), bem como determinar o afastamento preventivo do servidor por 30 (trinta) dias, como medida cautelar, a fim de evitar influência na apuração relativa ao Processo Administrativo ora instaurado, na forma do que preconiza o artigo 229, da Lei Municipal nº 1.069/91, sem prejuízo da remuneração.

Balneário Camboriú, 01 de julho de 2021.
Eduardo Krewinkel
Secretário de Gestão Administrativa

PORTARIA 27.873/2021

Publicação Nº 3132077

PORTARIA Nº 27.873/2021

FABRICIO JOSE SATIRO DE OLIVEIRA, prefeito de Balneário Camboriú, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso VII e IX, combinado com o artigo 90, inciso II, letra "a", ambos da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 42 da lei municipal 3428/2012,

RESOLVE:

- 1º – MANTER, pelo período de 6 (seis) meses, a carga horária semanal da servidora KATIA MARQUES CALDEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de médica otorrinolaringologista, lotado na Secretaria de Saúde e Saneamento, que por este ato passa a exercer a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.
- 2º – Este ato retroage seus efeitos ao dia 25 de junho de 2021.

Balneário Camboriú, 30 de junho de 2021.
FABRICIO JOSE SATIRO DE OLIVEIRA
Prefeito

PORTARIA 27.874/2021

Publicação Nº 3132085

PORTARIA Nº 27.874/2021

FABRICIO JOSE SATIRO DE OLIVEIRA, prefeito de Balneário Camboriú, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso VII e IX, combinado com o artigo 90, inciso II, letra "a", ambos da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 42 da lei municipal 3428/2012,

RESOLVE:

- 1º – MANTER, pelo período de 6 (seis) meses, a carga horária semanal da servidora ALEXANDRE BECKER DE BARROS, ocupante do cargo de provimento efetivo de MÉDICO, lotado na Secretaria de Saúde e Saneamento, que por este ato passa a exercer a carga horária de 20 (vinte) horas semanais.
- 2º – Este ato retroage seus efeitos ao dia 22 de junho de 2021.

Balneário Camboriú, 30 de junho de 2021.
FABRICIO JOSE SATIRO DE OLIVEIRA
Prefeito

PORTARIA 27.875/2021

Publicação Nº 3132087

PORTARIA Nº 27.875/2021

FABRICIO JOSE SATIRO DE OLIVEIRA, prefeito de Balneário Camboriú, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso VII e IX, combinado com o artigo 90, inciso II, letra "a", ambos da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 42 da lei municipal 3428/2012,

RESOLVE:

- 1º – MANTER, pelo período de 6 (seis) meses, a carga horária semanal da servidora FELIPE SPARREBERGER, ocupante do cargo de provimento efetivo de MÉDICO, lotado na Secretaria de Saúde e Saneamento, que por este ato passa a exercer a carga horária de 20 (vinte) horas semanais.
- 2º – Este ato retroage seus efeitos ao dia 22 de junho de 2021.

Balneário Camboriú, 30 de junho de 2021.
FABRICIO JOSE SATIRO DE OLIVEIRA
Prefeito

Balneário Gaivota

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO

Publicação N° 3130707

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 158/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado(a): Denise Sueli Tomasson da Cunha

Objeto: Desempenho das funções de Auxiliar de Ensino, com a Secretaria de Educação, conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010.

Valor do vencimento mensal: 1.285,44

Vigência: 24/05/2021 a 22/12/2021

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 159/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado(a): Guilherme Teixeira de Oliveira

Objeto: Desempenho das funções de Auxiliar de Ensino, com a Secretaria de Educação, conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010.

Valor do vencimento mensal: 1.285,44

Vigência: 15/06/2021 a 22/12/2021

Balneário Piçarras

PREFEITURA

LEI ORDINARIA 810/2021

Publicação Nº 3131638

LEI ORDINÁRIA Nº 810/2021

Tiago Maciel Baltt, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes desde município que o Plenário da Câmara de Vereadores Aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei:

AUTORIZA A PERMISSÃO DE USO, DE BEM PÚBLICO MUNICIPAL A TÍTULO PRECÁRIO, BEM COMO A FIRMAR RESPECTIVO TERMO COM A "ASSOCIAÇÃO NASCENDO - CHEGUE E ABRACE", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar permissão de uso, a título precário, o uso das dependências da Fundação Municipal de Cultura de Balneário Piçarras, em favor da "ASSOCIAÇÃO NASCENDO - CHEGUE E ABRACE", devidamente inscrita no CNPJ nº. 37.128.738/0001-49, para utilização de uma sala em referido bem público, com a finalidade de angariar doações e direcioná-las às gestantes, residentes em Balneário Piçarras e em situação de vulnerabilidade, por meio de "kit maternidade", com materiais necessários para suprir a necessidade inicial no mês de nascimento do(s) bebê(s).

Parágrafo Único. A presente permissão de uso de bem público, tem respaldo legal na Lei Orgânica do Município de Balneário Piçarras, no seu artigo 26.

ART. 2º- Fica a permissionária responsável por todo e qualquer dano que porventura ocorrer em virtude de eventos realizados no referido recinto, bem como devolver a sala do equipamento municipal limpo e conservado nas mesmas condições que o receber.

ART. 3º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar Termo de Permissão com a "ASSOCIAÇÃO NASCENDO - CHEGUE E ABRACE", para fins de realizar os objetivos desta entidade em uma sala nas dependências da Fundação Municipal de Cultura de Balneário Piçarras, nos termos da presente Lei.

ART. 4º- O Termo de Permissão a ser firmado, não envolverá recursos financeiros diretamente entre a Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras e a respectiva Entidade.

Parágrafo Único. A permissão de uso será gratuita, face os valiosos serviços que a "ASSOCIAÇÃO NASCENDO - CHEGUE E ABRACE" presta à população de nosso Município, demonstrando o interesse público devidamente justificado.

ART. 5º- Competirá à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável, a fiscalização do presente Termo de Permissão, bem como, receber a sala quando de sua desocupação.

ART. 6º- As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações próprias consignadas na Lei Orçamentária para o exercício de 2021, suplementadas se necessário.

ART. 7º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2021.

Balneário Piçarras (SC), 01 de julho de 2021.

Tiago Maciel Baltt

Prefeito Municipal

LEI ORDINARIA 811/2021

Publicação Nº 3131748

LEI ORDINÁRIA Nº 811/2021

O Prefeito do Município de Balneário Piçarras, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faço saber a todos os cidadãos deste Município que a Câmara dos Vereadores APROVOU e eu SANCIONO a seguinte Lei:

Autoriza o Poder Executivo a alterar o art. 2º na Lei Municipal nº 312 de 12 de junho de 2013, e dá outras providências.

Art. 1º Acrescenta o parágrafo único no artigo 2º da Lei Municipal nº 312 de 12 de junho de 2013.

Art. 2º (...)

Parágrafo único. Os recursos poderão ser utilizados para reforma, melhoria, ampliação e/ou nova construção da Sede da Corporação do

Corpo de Bombeiros Militar de Balneário Piçarras, dentro do limite dos recursos disponíveis por meio do convenio". (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Piçarras (SC), 21 de junho de 2021

Tiago Maciel Baltt - Prefeito Municipal

Tiago Maciel Baltt
Prefeito Municipal

LEI ORDINARIA N.809/2021

Publicação Nº 3131542

LEI ORDINÁRIA Nº 809 /2021

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a ceder em comodato à União Sul Brasileira da Igreja Adventista do 7º Dia imóvel que especifica, e dá outras providências

O Prefeito TIAGO MACIEL BALTT, Municipal de Balneário Piçarras, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder em comodato, nos termos do Contrato em anexo, o qual passa a fazer parte integrante da presente Lei (Anexo I), para a União Sul Brasileira da Igreja Adventista do 7º Dia, pessoa jurídica de direito privado, de fins eclesiásticos e religiosos, sendo seus primitivos Estatutos registrados sob o nº de ordem 10.747, no Livro-A, do 1º Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Curitiba, PR, e as posteriores alterações averbadas à margem do mesmo registro, inscrita no CNPJ sob o nº 79.080.602/0001-56, de acordo com Estatuto e Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, partes integrantes da presente Lei, o imóvel composto por um terreno e um prédio denominado Escola Isolada de Medeirinhos, localizado na Estrada Geral de Medeirinhos - Zona Rural, plantas s, todos em anexo e também parte integrante desta Lei.

§ 1º A União Sul Brasileira da Igreja Adventista do 7º Dia, por seu representante, obriga-se, às atividades previstas no seu Estatuto, sob pena de rompimento da cessão ora autorizada, devendo restituir o imóvel ao Município nas condições em que o recebeu

Art. 2º A presente cessão terá duração de 05 (cinco) anos, prorrogáveis por igual período, contados a partir da data de assinatura do contrato.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Balneário Piçarras, 01 de julho 2021.

TIAGO MACIEL BALTT
Prefeito Municipal

CONTRATO

DAS PARTES CONTRATANTES

COMODANTE: O MUNICIPIO DE BALNERIO PIÇARRAS, pessoa jurídica de direito público, sediado na Avenida Emmanuel Pinto, centro, inscrito no CNPJ n. 83.02.335/0001-48, representado pelo seu Prefeito Municipal Tiago Maciel Baltt, empossado em 01 de janeiro de 2021, doravante denominado simplesmente MUNICIPIO.

COMODATÁRIO: A UNIÃO SUL BRASILEIRA DA IGREJA ADVENTISTA DO 7ª DIA, pessoa jurídica de direito privado de fins eclesiásticos e religiosos, sendo seus primitivos Estatutos registrados sob o n. 10.747, no Livro –A Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Curitiba, PR, e as posteriores alterações averbadas a margem do mesmo registro, inscrita no CNPJ sob o n. 79.080.602/0001-56, com objetivo disposto no estatuto anexo ao presente Contrato Administrativo, neste ato representado pelo Sr. Edson Erico Hauenstein, brasileiro, pastor religioso, inscrito no CPF sob o n. 622.119.430-04, domiciliado e residente na rua Jose Alfredo Moraes Gonzaga n. 180, Penha SC, consoante substabelecimento de procuração, que passa a fazer parte deste contrato, doravante denominada simplesmente UNIÃO ADVENTISTA. As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Comodato de um Imóvel de Prazo determinado, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

DO OBJETO DO CONTRATO

I-O presente, tem como objeto um terreno de propriedade do COMODANTE, situado na estrada Geral de Medeirinhos, medindo 34,00(trinta e quatro) metros de frente com 20,40 (vinte virgula quarenta) de fundo conforme planta em anexo.

II- um prédio de natureza térrea, em alvenaria de tijolos cerâmicos, coberta com chapas onduladas de fibrocimento, medindo 98,52 (noventa virgula cinquenta e dois) metros quadrados, conforme Laudo técnico de Vistoria das Instalações e planta em anexo.

Por este instrumento, as partes supra qualificadas resolvem, de comum acordo e de livre e espontânea vontade firmar cessão em como dato sobre o objeto declinado no preambulo, a reger-se pelas seguintes clausulas e condições:

DO USO DO IMÓVEL

Cláusula 1. O imóvel entregue na data da assinatura deste contrato, pelo COMODANTE ao COMODATÁRIO deverá ser utilizado para o fim específico das atividades da UNIÃO ADVENTISTA, descritas no seu Estatuto, vedada a sua utilização e outras operações estranhas a que se propõe.

Cláusula 2ª. Todas as despesas de manutenção e conservação do bem emprestado, de qualquer natureza, serão de responsabilidade da UNIÃO ADVENTISTA.

Parágrafo primeiro – A manutenção e conservação, quando necessárias, poderão ser fiscalizadas por preposto do MUNICIPIO.

Parágrafo segundo – Sob quaisquer circunstâncias, a UNIÃO ADVENTISTA terá direito a ressarcimento de eventuais despesas com manutenção e conservação do bem emprestado.

Cláusula 3ª. É vedado ao COMODATÁRIO fazer qualquer tipo de modificação no imóvel, bem como locá-lo ou repassá-lo a outrem a qualquer título.

DA RESCISÃO

Cláusula 4ª O presente instrumento poderá ser rescindo nas seguintes hipóteses:

Parágrafo primeiro: Infringida pela UNIÃO ADVENTISTA qualquer cláusula deste instrumento ou tendo esta cedido os imóveis, no todo ou em parte, para terceiros.

Parágrafo segundo: Ocorrendo a hipótese de encerramento de atividades da UNIÃO ADVENTISTA, na vigência do presente instrumento, deverá esta restituir o bem ao MUNICIPIO, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data de sua paralização, nas mesmas condições em que o recebe.

DOS RISCOS

Clausula 5ª As condições de risco do bem ora emprestado são de inteira responsabilidade da UNIÃO ADVENTISTA, mesmo que em situações de caso fortuito ou força maior, devendo esta diligenciar para que o bem estado seja preservado em qualquer circunstância, sob pena de responder por danos causados

DO PRAZO

Cláusula 6ª. O presente contrato tem o prazo de 05 (cinco) anos, vigorando a partir da assinatura deste, devendo, expirado tal prazo, podendo ser prorrogável por igual período, sendo que a UNIÃO ADVENTISTA se compromete a restituir os bens findo o prazo supramencionado.

DO FORO

Cláusula 7ª. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO, as partes elegem o foro da comarca de Balneário Piçarras.

Clausula 8ª. Os casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes, de comum acordo, ou pelas disposições á espécie. E, Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Balneário Piçarras, 01 julho de 2021

Tiago Maciel Baltt p/p Edson Erico Hauenstein

PREFEITO MUNICIPAL PASTOR RELIGIOSO

Testemunhas:

1-----

2-----

Balneário Piçarras (SC), 01 de julho de 2021.

Tiago Maciel Baltt

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 035/2021 PMBP

Publicação N° 3131878

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1EC9CD36CA8965729D7A1EE817A6AFC6A44B887E

PROCESSO LICITATÓRIO N° 056/2021 – PMBP

PREGÃO PRESENCIAL N° 035/2021 – PMBP

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO POR LOTE visando a futura contratação de empresa especializada para serviços de borracharia e recapagens de pneus, para manutenção dos veículos pertencentes a frota municipal, conforme condições e especificações estabelecidas neste edital e seus anexos. Valor total estimado R\$ 653.820,00 (Seiscentos e cinquenta e três mil, oitocentos e vinte reais). Recebimento dos Envelopes até: 15/07/2021 às 14h. Data da Sessão Pública: 15/07/2021 às 14h, na Secretaria de Administração, situada na Avenida Emanoel Pinto, nº 1655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras (SC), 30 de junho de 2021. Tiago Maciel Baltt - Prefeito Municipal.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2021 PROCESSO SIMPLIFICADO OBRAS 002/2021

Publicação Nº 3130852



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Rurais

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 002/2021

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E RURAIS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, ORLI CARLOS FERREIRA JUNIOR, TORNA PÚBLICA A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS, descrito abaixo para o provimento de cargos temporários do quadro da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais:

Ordem de Classificação	Nome do Candidato	Cargo
1º	OSMAR DA SILVA	Auxiliar de Manutenção e Conservação
1º	CELIO DE ALMEIDA	Operador de Máquinas

A entrega dos documentos deverá ocorrer junto ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais de Balneário Piçarras, situada na Rua Antônio João Batista, 169, Santo Antônio, Balneário Piçarras/SC, **ATÉ O DIA 08/07/2021**, no horário das 8:00 às 12:00h e das 13:30 às 17:00 min. O candidato que não comparecer será eliminado do processo.

Balneário Piçarras (SC), 01 de julho de 2021.

ORLI CARLOS FERREIRA
JUNIOR:09114872986

Orli Carlos Ferreira Junior
Secretário Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais

Assinado digitalmente por ORLI CARLOS FERREIRA JUNIOR:09114872986
DN: CN=ORLI, C=BR, OU=Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Rurais, O=PM de Balneário Piçarras, SC, OU=Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Rurais, CN=ORLI CARLOS FERREIRA JUNIOR:09114872986
Razão: Eu revisei este documento
Localização: SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E RURAIS
Data: 2021.07.01 10:21:59
PDF Reader Versão: 9.7.2

ERRATA I PREGÃO PRESENCIAL 09/2021 FMS

Publicação Nº 3130981



PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Secretaria de Administração e Fazenda
Departamento de Licitações e Contratos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2021 – FMSPREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2021 – FMSSISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**ERRATA I****TERMO DE REFERÊNCIA****ONDE SE LÊ**

Serão disponibilizadas amostras nos prazos estabelecidos no item 2 do edital, dos seguintes itens:

Máscaras: Itens 123, 124, 125, 242, 243 e 283.

Seringa: Itens 162, 163, 164, 165, 166 e 255.

Sondas: 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 214, 256, 257, 285, 286, 287 e 288.

Solicita-se apresentação de Catálogo de Registro da ANVISA para os seguintes itens: **18, 19, 20, 29, 31, 32, 33, 44, 45, 46, 105, 106, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273 e 292**

LEIA SE:

Serão disponibilizadas amostras nos prazos estabelecidos no item 2 do edital, dos seguintes itens:

Máscaras: Itens 123, 124, 125, 242, 243 e 282.

Seringa: Itens 162, 163, 164, 165, 166 e 213.

Sondas: 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 214, 255, 256, 284, 285, 286, 287.

Solicita-se apresentação de Catálogo de Registro da ANVISA para os seguintes itens: **18, 19, 20, 29, 31, 32, 33, 44, 45, 46, 105, 106, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 274, 275, 276 e 291.**

Balneário Piçarras, 01 de julho de 2021.

Assinado de forma digital por
FABIANE ALBINA TOMELIN
CAMP/PAO:00910807973
Fabiane Albina Tomelin Campão
2021.07.01 11:46:47 -03'00'

Pregoeira

Bandeirante

PREFEITURA

CONTRATO 52/2021 PREFEITURA

Publicação Nº 3130396

EXTRATO DO CONTRATO Nº 52/2021
TERMO ADITIVO Nº 2/2021 AO CONTRATO ORIGINAL Nº 36/2021
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE/SC.
CONTRATADA: WEBER SEGURANÇA LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA DESARMADA, PARA AS ESCOLAS E CRECHE MUNICIPAIS, VISANDO GARANTIR A SEGURANÇA DOS ESTUDANTES E PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO QUE TRABALHAM NESSES LOCAIS, CONSIDERANDO A URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO DO OBJETO DEVIDO OS EVENTOS RECENTES NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA.

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA: de 10/06/2021 a 16/06/2021.

DO VALOR de R\$ 3.360,00 (três mil trezentos e sessenta reais).
DO FUNDAMENTO: Inciso II, art. 57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Bandeirante, SC, 02 de julho de 2021.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

LICITAÇÃO FMAS Nº 01/2021

Publicação Nº 3131445

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8E5497A7C95347E58A44975E04393A462CF159B8

SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2021

O Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina através do Fundo Municipal de Assistência Social, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial com Registro de Preços às 08h00m do dia 20 de JULHO de 2021, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Santo Antônio, nº 1069, Centro, Bandeirante, SC, com o seguinte objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS SOB MEDIDA, NA SEDE DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS E NA SEDE DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV, DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE – SC, DE ACORDO COM PROJETO E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO MEMORIAL DESCRITIVO.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus Anexos no Setor de Licitações, pelo telefone (49) 3626.0012, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente.

O Edital e seus Anexos estarão disponíveis no site do município, <<https://www.bandeirante.sc.gov.br/>>.

Bandeirante, SC, 02 de julho de 2021.

MIRTES SALETE PAGLIARINI ZARPELON
Secretária Municipal de Assistência Social

Barra Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº 1387/2021 COVID

Publicação Nº 3131708

DECRETO Nº 1.387, DE 01 DE JULHO DE 2021

Adota medidas preventivas e restritivas no âmbito do Município de Barra Bonita para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19).

AGNALDO DERESZ, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI, do artigo 73 da Lei Orgânica Municipal, de 11 de Dezembro de 1997;

CONSIDERANDO o estado de emergência em saúde pública de importância internacional declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO o artigo 23, inciso II, da Constituição Federal, que determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o artigo 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO os Decretos emitidos pelo Estado de Santa Catarina declarando estado de calamidade pública em todo o território catarinense, estabelecendo medidas de combate e enfrentamento à pandemia da COVID-19 e atribuiu às autoridades sanitárias municipais a competência para estabelecer medidas específicas que suspendam ou restrinjam as atividades a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios;

CONSIDERANDO a Portaria Estadual nº 464 de 03 de julho de 2020 que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate ao COVID-19 prevendo que os municípios de uma mesma Região de Saúde possam tomar decisões no sentido de restringir atividades sociais e econômicas embasados em critérios e dados epidemiológicos locais pertinentes a curva de contaminação e disseminação do novo Coronavírus – COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.027 de 18 de dezembro de 2020 que institui regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a situação epidemiológica local, o crescente número de pessoas contaminadas, a falta de vagas de leitos de UTI nos hospitais da região do extremo oeste e oeste catarinense, e;

CONSIDERANDO a Portaria Conjunta da SES/FESPORTE nº 441 de 27 de abril de 2021 que define critérios para retomada das competições, treinamentos esportivos e práticas esportivas;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.276 de 17 de maio de 2021 que dispõe sobre as novas medidas de enfrentamento da COVID-19 em todo o território catarinense;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam estabelecidas até 14 de julho de 2021, em todo o território municipal, as seguintes medidas de enfrentamento da COVID-19:

I- proibição do fornecimento de bebidas alcoólicas com consumo no próprio estabelecimento entre 23h00 e 06h00;

II- para o transporte coletivo urbano municipal, transporte coletivo intermunicipal e transporte coletivo interestadual, limite de ocupação de 50% (cinquenta por cento) por veículo;

III- para eventos sociais (casamentos, aniversários, jantares, confraternizações, bodas, formaturas, batizados, festas infantis e afins), permissão para funcionamento das 6h00 às 23h00, observados os regramentos definidos na Portaria SES nº 455, de 2021, ou outra que a substitua;

IV- para atividades religiosas em templos e igrejas, permissão de funcionamento entre 06h00 e 22h00;

V- para atividades de restaurantes, lanchonetes, bares e afins, permissão de funcionamento das 6h00 às 23h00;

VI- funcionamento de agências bancárias, correspondentes bancários, lotéricas e cooperativas de crédito, observados os regramentos definidos na Portaria SES nº 86 de 29 de janeiro de 2021.

VII- utilização de parques, praças e demais espaços públicos somente sem aglomeração e concentração; e

VIII – funcionamento de supermercados e afins, com limite de acesso de até 2 (duas) pessoas por família e ocupação simultânea de até 50% (cinquenta por cento) da capacidade do estabelecimento, das 6h00 às 23h00.

§ 1º Além das medidas de enfrentamento previstas neste artigo, fica proibida a aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja interno ou externo, em cumprimento às regras sanitárias emitidas pela SES.

§ 2º Todas as atividades/ estabelecimentos mencionadas deverão atender rigorosamente às determinações emitidas pela SES, pelas autoridades sanitárias e de saúde relativas ao COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel, distanciamento

de 1,5 m (um metro e meio) medidores de temperatura na entrada do estabelecimento e todas as demais medidas de segurança preconizadas pelos protocolos vigentes.

Art. 2º Ficam estabelecidos os critérios para liberação/ retomada das atividades esportivas de acordo com a Matriz de Risco Potencial Regional, bem como as medidas gerais de prevenção da disseminação do COVID-19, conforme a Portaria Conjunta da SES/FESPORTE nº 441 de 27 de abril de 2021.

Art. 3º - As pessoas diagnosticadas infectadas com o coronavírus (Covid-19), devem manter-se em isolamento pelo tempo recomendado pelo profissional de saúde, sob pena de aplicação da sanção prevista no artigo 268 do Código Penal por infração a determinação do poder público destinada a impedir a propagação de doença contagiosa.

Art. 4º - Caberá à Vigilância Sanitária Municipal, compartilhada com Vigilância Sanitária Regional, à Defesa Civil Municipal e à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, a fiscalização das medidas constantes neste Decreto e demais normas sanitárias vigentes, as quais terão autonomia para interditar e/ou adotar qualquer outra medida necessária para garantia da saúde pública, nas situações em que os estabelecimentos estejam descumprindo as normas estabelecidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19.

Art. 5º - As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município e da Região de Saúde.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Barra Bonita, SC, 01 de julho de 2021.

AGNALDO DERESZ

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º341 DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3130775

PORTARIA N.º341 de 01 de julho de 2021

Exonera servidor e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município

Resolve,

Art.1º. Exonerar a pedido a servidora, Eliane Streais Vier, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, sob regime estatutário e regime geral da Previdência Social, com carga horária de 40h semanais, partir desta data.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a conta do Orçamento Municipal.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 01 de julho de 2021.

Agnaldo Deresz

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 342, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3130823

PORTARIA Nº 342, de 01 de julho de 2021.

Concede Licença-Prêmio ao servidor e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Art.nº108, da Lei Complementar Nº037, de 07 de novembro de 2011.

Resolve,

Art. 1º Conceder conversão em Pecúnia em 50%(cinquenta por cento) da Licença-Prêmio ao servidor Fabio Moacir Martinelli, matrícula

nº111205, ocupante do cargo de Professor, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, indenizando o mês de julho, usufruindo o restante da licença prêmio no período de 01 de agosto a 30 de agosto de 2021.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 01 de julho de 2021.

Agnaldo Deresz
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Barra Velha

PREFEITURA

001/002/2021

Publicação Nº 3131290

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021

Extrato de Aditivo ao Contrato nº 002/2021

Contratada: MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVICOS LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada para serviço de limpeza urbana e limpeza de praias do Município de Barra Velha/SC, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência.

Alteração do Valor

Valor do Aditivo: R\$ 89.064,82

Data da assinatura: 01/07/2021

Data do vencimento: 08/02/2022

Barra Velha, 01 de julho de 2021

EDUARDO ANTÔNIO SAUSEN

Pela Empresa Contratada

DOUGLAS ELIAS DA COSTA

Prefeito

003/2021 ADITIVO

Publicação Nº 3131283

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2021

PREGÃO ELETRONICO Nº 013/2021

ADITIVO DE 25%

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2021

Contratada: AUTO MECANICA LLEV LTDA

Objeto: Serviço de mão de obra mecânica para veículos leves incluindo fornecimento de peças, indispensáveis ao bom desempenho das atividades de execução e de gestão de recursos públicos conforme memorial descritivo e especificações constantes do anexo I – Termo de Referência

Valor do Aditivo: R\$34.000,00

Barra Velha, 01 de julho de 2021.

SILVIO FERNANDO BASTOS ALVES

Pela Empresa Contratada

DOUGLAS ELIAS DA COSTA

Prefeito

059/2021

Publicação Nº 3130392

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2021

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2021

Contratada: HIBISCUS ORNAMENTAÇÕES LTDA

Objeto: Aquisição de flores, plantas e insumos para manutenção dos jardins municipais. Conforme memorial descritivo e especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência

Valor do Contrato: R\$ 29.012,50

Data de Assinatura: 30/06/2021

Data de Vencimento: 30/06/2022

Barra Velha, 30 de Junho de 2021.

ADEMIR ELIAS BARNI

Pela Empresa Contratada

DOUGLAS ELIAS DA COSTA

Prefeito

060/2021

Publicação Nº 3130393

PREFEITURA DE BARRA VELHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2021
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2021

Contratada: JB COMERCIO DE INSUMOS E SUBSTRATOS LTDA

Objeto: Aquisição de flores, plantas e insumos para manutenção dos jardins municipais. Conforme memorial descritivo e especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência

Valor do Contrato: R\$ 4.001,75

Data de Assinatura: 30/06/2021

Data de Vencimento: 30/06/2022

Barra Velha, 30 de Junho de 2021.

JULCIMAR ANDRE BORDIGNON

Pela Empresa Contratada

DOUGLAS ELIAS DA COSTA

Prefeito

061/2021

Publicação Nº 3130395

PREFEITURA DE BARRA VELHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2021
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2021

Contratada: ALMIR NICANOR RAMOS 60710187904

Objeto: Aquisição de flores, plantas e insumos para manutenção dos jardins municipais. Conforme memorial descritivo e especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência

Valor do Contrato: R\$ 54.849,25

Data de Assinatura: 30/06/2021

Data de Vencimento: 30/06/2022

Barra Velha, 30 de Junho de 2021.

ALMIR NICANOR RAMOS

Pela Empresa Contratada

DOUGLAS ELIAS DA COSTA

Prefeito

D E C R E T O Nº 1547 - DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131565

D E C R E T O Nº 1547 - DE 1º DE JULHO DE 2021

Estabelece autorização a título precário por tempo determinado o uso de Bem Público Municipal ao lado do Ginásio de Esportes

O Prefeito Municipal de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, de conformidade com e devidamente autorizado pelo art. 102, § 3º da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a solicitação apresentada por Franco Adriano Passos Rosa, referente à autorização de uso de espaço público para a instalação do evento "Teatro do Biribinha";

CONSIDERANDO o interesse da população por eventos desta natureza;

CONSIDERANDO que a realização do evento não causará danos ao local de sua instalação;

CONSIDERANDO a precariedade do uso solicitado; e

CONSIDERANDO, ainda, que tal ato público é de caráter discricionário do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO, todos os cuidados e aplicações das regras conforme estipulado nos Decretos do Estado e do Município para enfrentamento à Pandemia;

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado, a título precário, o uso oneroso do espaço situado na Rua Paraná, s/nº, ao lado do Ginásio de Esportes, para instalação do evento "Teatro do Biribinha", em nome de Franco Adriano Passos Rosa, inscrito no CNPJ nº 00.492.213/0001-88.

Parágrafo Único – A autorização de que trata o caput deste Artigo será no período de 20/07/2021 a 20/09/2021.

Art. 2º. A autorização objeto deste decreto é específica para o fim nele preceituado, obrigando-se o organizador a cumprir rigorosamente

todos os seus dispositivos, sob pena de nulidade deste ato.

Art. 3º. Em se tratando de promoção particular, fica o organizador obrigado a comunicar a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros sobre a realização do mencionado evento, bem como ao cumprimento de todos os encargos tributários e fiscais decorrentes do mesmo, não cabendo ao Município qualquer responsabilidade proveniente do mesmo, inclusive com relação a terceiros.

Art. 4º. Fica o organizador obrigado a retirar os competentes alvarás para a realização do mencionado evento, não lhe sendo deferido nenhum privilégio neste particular.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 1º de julho de 2021.

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 1543 - DE 23 DE JUNHO DE 2.021

Publicação Nº 3130914

DECRETO Nº 1543 - DE 23 DE JUNHO DE 2.021.

Regulamenta a forma de pagamento dos tributos e preços públicos municipais por meio de cartão de débito ou crédito, na forma estabelecida em lei.

O Prefeito Municipal de Barra Velha, no uso de suas atribuições legais, e com base nos preceitos definidos na Lei Tributária local, decreta:

Art. 1º Nos termos do art. 81 do Código Tributário Municipal de Barra Velha, Lei Complementar Municipal n. 160/2013, fica autorizado o recebimento dos tributos e preços públicos municipais por meio de cartão de débito ou crédito.

§1º O pagamento por meio de cartão de crédito ou débito é facultativo, sendo que o contribuinte que desejar utilizar este mecanismo ficará sujeito as regras e determinações deste Regulamento.

§2º Em nenhuma hipótese o contribuinte será obrigado a realizar o pagamento por meio de cartão de crédito ou débito e nem ter limitado o seu acesso ao pagamento por meio de guia municipal de arrecadação (boleto bancário).

§3º O pagamento por meio de guia de arrecadação municipal continua a ser o meio ordinário de recebimento, sendo o recebimento por cartão uma opção destinada a facilitar o recolhimento.

§4º O pagamento do tributo por meio de cartão de crédito ou débito tem o mesmo valor legal que os demais meios e o recibo da operação, regularmente emitido, servirá como comprovante de pagamento.

§5º Em razão dos mecanismos de confirmação e recebimento, a baixa definitiva dos tributos e preços públicos ocorrerá somente com o ingresso dos valores pagos nos cofres públicos.

Art. 2º Poderão ser pagos por meio de cartão de crédito ou débito:

- I – os impostos municipais (IPTU, ITBI e ISSQN);
- II – as taxas tributárias previstas na lei tributária municipal;
- III – os preços públicos municipais e as tarifas de uso de espaços públicos e outros;
- IV – as multas tributárias aplicadas sobre o descumprimento de obrigações acessórias;
- V – as multas não tributárias, como de posturas, ambientais, da vigilância sanitária e outras;
- VI – demais débitos lançados, gerados ou cobrados pelo Município.

Art. 3º O pagamento por meio de cartão de crédito ou débito se dará através de terminal físico disponível no Departamento de Tributação.

Parágrafo único. Os responsáveis pelos terminais serão definidos pelo Prefeito Municipal por meio de Portaria.

Art. 4º Os terminais estarão vinculados a uma ou mais operadoras, que tenham contrato com o Município para ofertar este tipo de pagamento, nos termos do edital de credenciamento n.º 001/2019 realizado pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA.

§1º Considera-se operadora, neste Regulamento, a empresa responsável pelo terminal ou plataforma de pagamento e, consequentemente, pelo recebimento dos dados do titular do cartão, pela validação das informações do titular e pelo depósito do valor do tributo ou preço público na conta bancária do Município.

§2º Os trâmites estabelecidos no §1º deste artigo envolvem operadoras, bandeiras, credenciadoras e instituições financeiras, sendo que a empresa credenciada que responderá integralmente pelo fluxo de pagamento e deverá assegurar o ingresso do valor na conta bancária do município.

§3º O credenciamento da operadora seguirá os trâmites estabelecidos nas normas legais que regulam a contratação pelo Poder Público.

Art. 5º O valor devido ao Município e que será pago pelo contribuinte por meio de cartão de crédito ou débito corresponderá ao montante atualizado do tributo ou preço público no dia em que se realizar a operação, considerando-se:

- I – os juros, multas e acréscimos legais incidentes, nas situações de pagamento após a data de vencimento original;
- II – os descontos ou reduções, previstos na legislação local, para o pagamento antecipado ou em cota única.

§1º O valor do tributo ou preço público indicado no caput deve ser repassado integralmente ao Município pela operadora, sem qualquer redução, nos prazos estipulados no contrato ou edital de credenciamento.

§2º Mesmo nas situações de parcelamento pelo contribuinte via cartão, o recebimento do valor pelo Município será integral, em um único depósito, nos prazos estipulados no contrato ou edital de credenciamento.

Art. 6º Além do valor estabelecido no art. 5º, serão acrescidos no montante a ser pago pelo contribuinte as tarifas e/ou juros cobrados diretamente pela operadora, com base nas seguintes regras:

- I – Nos pagamentos a débito, será cobrada a tarifa pela operação, em valor fixo ou percentual;
- II – Nos pagamentos a crédito, à vista ou de forma parcelada, poderão ser cobradas tarifas pela operação, em valor fixo ou percentual, além de juros.

§1º As tarifas e juros previstas neste artigo devem ser informadas, obrigatoriamente, ao contribuinte no ato de pagamento.

§2º Os valores das tarifas e juros devem ficar expostos, de forma visível a todos, nos locais em que se encontram os terminais para pagamento.

§3º Os recursos arrecadados por meio de tarifas e juros mencionados neste artigo não pertencem ao Município, por isso não devem ser transferidos para a conta bancária do Poder Público e nem consideradas como receita orçamentária, já que são cobradas diretamente pela operadora.

Art. 7º Quando optar pelo pagamento por meio de cartão de crédito ou débito o contribuinte deverá escolher o formato, se débito ou crédito, e no caso de crédito se à vista ou em parcelas.

Art. 8º Nos tributos ou preços públicos com possibilidade de pagamento com desconto em cota única e/ou com parcelamento por meio de guia de arrecadação municipal, conforme estabelecido pela legislação municipal, o contribuinte deve se atentar que:

- I – Ao optar pelo pagamento por cartão da cota única com desconto sofrerá os acréscimos de tarifas e ou juros cobrados pela operadora, especialmente nos casos de parcelamento da cota única via cartão de crédito, em que incidirão tarifas e juros explicitados neste Decreto;
- II – Se não efetuar o pagamento em cota única e/ou se o tributo ou preço público permitir o parcelamento, poderá pagar as parcelas com o uso do cartão de crédito ou débito, incidindo normalmente as tarifas e juros descritos neste Decreto, conforme o método de pagamento escolhido. Parágrafo único. Conforme estabelecido no caput, A possibilidade de parcelamento estabelecida na lei municipal para os tributos ou preços públicos, especialmente para o IPTU e taxa de coleta de lixo, não deve ser confundida com o parcelamento por meio de cartão crédito, já que o parcelamento previsto na lei municipal divide o valor do tributo em parcelas menores, que deverão ser pagas, por guia de arrecadação municipal (boleto bancário) ou pelo pagamento via cartão.

Art. 9º Nos pagamentos via cartão de crédito ou débito deverá ser impresso e entregue para o contribuinte comprovante da transação, que obrigatoriamente deve mencionar:

- I – o nome de cada tributo ou preço público pago e o respectivo valor dos mesmos;
- II – o valor das tarifas e dos juros cobrados pela operadora do contribuinte;
- III – a quantidade de parcelas, quando for o caso.

Art. 10. Nas questões relativas as tarifas e juros cobrados pelas operadoras, o contribuinte deverá entrar em contato diretamente com a empresa.

Parágrafo único. As operadoras credenciadas deverão deixar a disposição, em local visível nos órgãos municipais, os dados de contato, como site, e-mail e telefone, para questionamentos, dúvidas e impugnações.

Art. 11. Quando o contribuinte discordar dos valores ou cálculo dos tributos ou preços públicos pagos pelo cartão, deverá requerer a revisão ou análise diretamente ao Município, com o uso dos procedimentos estabelecidos em lei.

Art. 12. Nas situações em que o contribuinte efetue o estorno sem motivo do pagamento ou utilize meios fraudulentos que impeçam o recebimento do valor, o tributo ou preço público será lançado normalmente em nome do devedor, que ficará sujeito a cobrança judicial e extrajudicial, e poderá sua conduta, depois de instaurado o processo administrativo concernente, ser enquadrada como crime contra a ordem tributária, sujeita as penalidades da lei.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito de Barra Velha

DECRETO Nº 1545, DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130921

DECRETO Nº 1545, DE 30 DE JUNHO DE 2021.

Revoga o Decreto n. 1542, de 23 de junho de 2021, que declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação total o imóvel situado na Avenida Governador Celso Ramos, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto n. 1542, de 23 de junho de 2021 que declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação total o imóvel situado na Avenida Governador Celso Ramos, e dá outras providências.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 30 de junho de 2.021.

DOUGLAS ELIAS DA COSTA

Prefeito Municipal

ERRATA 001/2021 CONCORRENCIA 002/2021

Publicação Nº 3130819

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 49D8A79D56B4EE512DD8CDA821FD86891908CC35

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 060/2021 - Concorrência Pública nº 002/2021

49D8A79D56B4EE512DD8CDA821FD86891908CC35

AVISO DE ERRATA 001

O Prefeito de Barra Velha/SC, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Concorrência Pública para Prestação de serviços MULTIFUNCIONAIS: de limpeza, conservação e higienização; zeladoria; portaria; cozinha; controle de vetores/pragas; limpeza de reservatório de água; de fossas e caixas de gordura, com fornecimento de mão de obra, materiais, utensílios e equipamentos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Barra Velha, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, em estrita observância aos anexos, partes integrantes deste Processo. Data/horário recebimento envelopes: 12/07/2021 até 08:45 horas. Data/horário abertura envelopes: 12/07/2021 às 09:00 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 01 de julho de 2021. DOUGLAS ELIAS DA COSTA – Prefeito

SESSÃO DO DIA: 21/05/2021

Publicação Nº 3131234

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 21/05/2021

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSO Nº: 3633/2021

CONTRIBUINTE: ELISABET SCHOROEDER

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO –ITBI

RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE ITBI. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO NÃO EXECUTADO. PEDIDO DEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição do lançamento tributário de ITBI nº 204551/2015. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária.

ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do Requerente para que seja declarado prescrito do lançamento tributário de ITBI nº 204551/2015 constante em nome do Contribuinte, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 21/05/2021

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSO Nº: 6305/2021

CONTRIBUINTE: JOAO JOSE BARBARA

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – IPTU

RELATOR: MOISÉS CAMILO DIAS GONÇALVES

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE ISS, AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO.

DÉBITO TRIBUTÁRIO NÃO EXECUTADO.PEDIDODEFERIDO.O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de IPTU dos anos de 2000 A 2003 . Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do contribuinte, devendo ser considerado prescrito os créditos tributários de IPTU dos anos de 2000 A 2003, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 21/05/2021

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSO Nº: 6531/2021

CONTRIBUINTE: ALOA EMPREENDIMENTOS E NEGÓCIOS LTDA

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – IPTU E CME

RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE IPTU. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO NÃO EXECUTADO. PEDIDO DEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de Contribuição de Melhoria de 2003 e IPTU 1997 a 2006. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária.

PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE IPTU. EXISTÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDEU E INTERROMPEU A PRESCRIÇÃO. PEDIDO INDEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de IPTU de 2007 a 2014. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município foi feito no tempo correto.

ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do Requerente para que seja declarado prescrito tão somente o débito tributário referente à Contribuição de Melhoria de 2003 e IPTU de 1997 a 2006 constante no cadastro imobiliário nº 175099; JULGAR IMPROCEDENTE o pedido do Requerente para prescrição dos débitos de IPTU de 2007 até 2014, uma vez que as referidas dívidas não estão prescritas, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 21/05/2021

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSO Nº: 6890/2021

CONTRIBUINTE: JOSE FRANCISCO FAGUNDES

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO –IPTU

RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE IPTU. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO NÃO EXECUTADO. PEDIDO DEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de IPTU de 2003 a 2011. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária.

ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do Requerente para que seja declarado prescrito tão somente o débito tributário referente à IPTU de 2003 a 2011 constante em nome do Contribuinte, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 21/05/2021

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSO Nº: 6914/2021

CONTRIBUINTE: GERSON SILVEIRA

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – IPTU

RELATOR: MOISÉS CAMILO DIAS GONÇALVES

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE ISS, AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO NÃO EXECUTADO.PEDIDODEFERIDO.O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de IPTU dos anos de 2009 e 2015. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária.

ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do contribuinte, devendo ser considerado prescrito os créditos tributários de IPTU dos anos de 2009 e 2015, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 21/05/2021

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSO Nº: 6937/2021

CONTRIBUINTE: MARIA AUREA CABRAL DE ALBUQUERQUE

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO –IPTU

RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE IPTU. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO NÃO EXECUTADO. PEDIDO DEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de IPTU de 2009 e 2011. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária.

ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do Requerente para que seja declarado prescrito tão somente o débito tributário referente à IPTU de 2009 e 2011 constante em nome da Contribuinte, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 21/05/2021

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSO Nº: 6940/2021

CONTRIBUINTE: AUDENEIDE BATISTA DE ALBUQUERQUE

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – IPTU

RELATOR: MOISÉS CAMILO DIAS GONÇALVES

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE ISS, AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO NÃO EXECUTADO. PEDIDO DEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de IPTU dos anos de 2012 e 2013. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária.

ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do contribuinte, devendo ser considerado prescrito os créditos tributários de IPTU do ano de 2012, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Entretanto, JULGAR IMPROCEDENTE o pedido do contribuinte referente ao IPTU de 2013, uma vez que a dívida existente em seu nome não está prescrita, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 21/05/2021

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSO Nº: 6962/2021

CONTRIBUINTE: MARIA ODALIA OSSOLINSKI MENDES DA ROCHA

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – CME

RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE CME. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO NÃO EXECUTADO. PEDIDO DEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de Contribuição de Melhoria de 2010. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária.

ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do Requerente para que seja declarado prescrito tão somente o débito tributário referente à Contribuição de Melhoria do ano de 2010 constante em nome da Contribuinte, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 21/05/2021

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSO Nº: 9198/2021

CONTRIBUINTE: MARCELO HACK

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – ISS

RELATOR: MOISÉS CAMILO DIAS GONÇALVES

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE ISS, AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO NÃO EXECUTADO. PEDIDO DEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de ISS do ano de 2003 e 2004. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária.

ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do contribuinte, devendo ser considerado prescrito os créditos tributários de ISS referentes aos anos 2003 e 2004, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

SESSÃO DO DIA: 22/06/2021

Publicação Nº 3131237

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 22/06/2021

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSO Nº: 3133/20220

CONTRIBUINTE: MARCOS ANTONIO DA CUNHA ME

ASSUNTO: PEDIDO DE RESSARCIMENTO D E ISS - DUPLICIDADE

RELATOR(A): MOISES CAMILO DIAS GONÇALVES

EMENTA: PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE ISS. EMPRESA OPTANTE DO SIMPLES NACIONAL. NOTA FISCAL ELABORADA ERRONEAMENTE. UTILIZAÇÃO DE CÓDIGO DIVERSO. RETENÇÃO NA FONTE. NOVO RECOLHIMENTO DE ISS POR MEIO DA GUIA DO SIMPLES. DUPLICIDADE VERIFICAR. PROCEDÊNCIA RECONHECIDA. Tratando-se de pedido de repetição de indébito, possui a parte o prazo de 5 (cinco) anos a contar do prazo da extinção do crédito tributário para realizar o pedido administrativo e/ou judicial para requerer a devolução do valor pago indevidamente. Sustenta o contribuinte que realizou o pagamento em duplicidade do valor de R\$ 746,44 (setecentos e quarenta e seis reais e quarenta e quatro centavos). Analisando os autos do processo é possível identificar que, de fato, houve o pagamento em duplicidade. Analisando a documentação anexa é possível verificar que, de fato, houve o recolhimento em duplicidade dos valores a título de ISS incidentes sobre as notas fiscais 953 e 951. A conclusão é possível obter por meio do memorando assinado pela Contadora do município, Sra. Luciana Erbs e por meio do extrato do recolhimento unificado (período de referência 06/2017). Assim, devida a restituição. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido de restituição do valor de R\$ 746,44 (setecentos e quarenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 22/06/2021

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSO Nº: 9610/2021

CONTRIBUINTE: OTIVIO WEIDGENANT

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – CME

RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE CME. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO NÃO EXECUTADO. PEDIDO DEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de Contribuição de Melhoria de 2011. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária. ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do Requerente para que seja declarado prescrito tão somente o débito tributário referente à Contribuição de Melhoria de 2011 constante em nome da Requerente, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 22/06/2021

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSO Nº: 9683/2021

CONTRIBUINTE: ESPÓLIO DE MARCONDES FERREIRA DA COSTA

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – IPTU E CME

RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE IPTU E CME. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO NÃO EXECUTADO. PEDIDO DEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de IPTU de 2008 a 2013 e Contribuição de Melhoria de 2003. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária.

PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE IPTU. EXISTÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDEU E INTERROMPEU A PRESCRIÇÃO. PEDIDO INDEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de IPTU de 2014 a 2015. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município foi feito no tempo correto. ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do Requerente para que seja declarado prescrito tão somente o débito tributário referente ao IPTU de 2008 a 2013 e Contribuição de Melhoria de 2003 constante em nome da Requerente; JULGAR IMPROCEDENTE o pedido do Requerente para prescrição dos débitos de IPTU de 2014 a 2015, uma vez que as referidas dívidas não estão prescritas, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 22/06/2021

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSO Nº: 9694/2021

CONTRIBUINTE: HELENA COSTIN ZALESKI

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – IPTU

RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE IPTU. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO NÃO EXECUTADO. PEDIDO DEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de IPTU de 2012 e 2013. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária. ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do Requerente para que seja declarado prescrito tão somente o débito tributário referente ao IPTU de 2012 e 2013 constante em nome da Requerente, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 22/06/2021

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSO Nº: 9741/2021

CONTRIBUINTE: VANDERLI ROGERIA NERVIS

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – IPTU

RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE IPTU. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO NÃO EXECUTADO. PEDIDO DEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de IPTU de 1997 a 2008. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária. ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do Requerente para que seja declarado prescrito tão somente o débito tributário referente ao PTU de 1997 a 2008 constante em nome da Requerente, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 22/06/2021

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSO Nº: 9755/2021

CONTRIBUINTE: ANGELA MARIA DIAS RODRIGUES

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – IPTU

RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE IPTU. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO NÃO EXECUTADO. PEDIDO DEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de IPTU de 1997 a 2009. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária. ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do Requerente para que seja declarado prescrito tão somente o débito tributário referente ao PTU de 1997 a 2009 constante em nome da Requerente, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 22/06/2021

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSO Nº: 9842/2021

CONTRIBUINTE: PAULO SERGIO CAPEL

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – CME

RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE CME. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO NÃO EXECUTADO. PEDIDO DEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de Contribuição de Melhoria de 1994. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária. ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do Requerente para que seja declarado prescrito tão somente o débito tributário referente à Contribuição de Melhoria de 1994 constante em nome da Requerente, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

SESSÃO DO DIA: 25/06/2021

Publicação Nº 3131242

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 25/06/2021

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSO Nº: 2344/2021

CONTRIBUINTE: MANOEL ELISIO LINHARES

ASSUNTO: PEDIDO DE CANCELAMENTO DE IPTU SUPOSTAMENTE PAGO EM DUPLICIDADE. METRAGEM DO CADASTRO IMOBILIÁRIO DIVIDA EM DUAS PARTES.

RELATOR(A): RONIVAN PICHARKI

EMENTA: CANCELAMENTO TRIBUTO. PAGAMENTO EM DUPLICIDADE. OCORRÊNCIA. ANÁLISE DA BAIXA MAGNÉTICA DEMONSTROU TER SIDO COBRADO EM DUPLICIDADE. BIS IN IDEM. OCORRÊNCIA. Razão assiste ao Requerente, porquanto ao analisar o relatório de débito e o cadastro imobiliário nº 185280 percebe-se que o contribuinte sempre pagou os IPTU's dos lotes 6 e 8 por meio desse cadastro. Até o dia 05/10/2020 o 185280 abarcava os ambos os referidos lotes, possuindo como base de cálculo para o imposto o tamanho de 600 metros quadrados. Após a data mencionada, o referido cadastro imobiliário passou a ter 300 metros quadrados, representando única e exclusivamente o lote 8, já o cadastro imobiliário 185272 passou a ter também 300 metros quadrados e representar somente o lote 6.

O Município não pode cobrar duas vezes o mesmo fato gerador, sob pena de incidir em bis in idem. ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do contribuinte, a fim de que os lançamentos dos IPTU's de 2016 a 2020 da inscrição imobiliária nº 01.05.174.0120, cadastro imobiliário nº 185272, sejam cancelados/baixados, nos termos da fundamentação acima.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 25/06/2021

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSO Nº: 7190/2021

CONTRIBUINTE: KUSTLER & ANDRADE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.

ASSUNTO: PEDIDO DE CANCELAMENTO DE DÉBITO – TAFO

RELATOR: MOISÉS CAMILO DIAS GONÇALVES

EMENTA: PEDIDO CANCELAMENTO DE DÉBITO. LANÇAMENTO E TAFO EM DUPLICIDADE. ERRO CERTIFICADO PELA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. Em 23/04/2021 a contribuinte supracitada, inscrita no CNPJ 33.156.029/0001-16, protocolou no setor de Protocolo Geral do Município de Barra Velha pedido de cancelamento do lançamento tributário nº 118980/2020 no valor originário de R\$ 398,33 (trezentos e noventa e oito reais e trinta e três centavos) sob o argumento de que já realizou o pagamento do tributo por meio do lançamento 115940/2020. Analisando a ficha financeira é possível concluir que merece procedência o pedido da parte, tendo em vista que os lançamentos tributários 118980/2020 e 115940/2020 referem-se ao mesmo fato gerador (análise de projeto da mesma obra). Além disso, o próprio servidor do Setor de Planejamento Lucas Zanghelini certificou que há duplicidade e que não houve a análise de projeto que justificasse a cobrança de uma das taxas. A procedência é a medida de direito, portanto. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em dar provimento ao pedido da contribuinte, devendo ser cancelado o débito materializado no lançamento 118980/2020, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 25/06/2021

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSO Nº: 8794/2021

CONTRIBUINTE: VALMOR HEINZ STRICKER

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – IPTU

RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE IPTU. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO NÃO EXECUTADO. PEDIDO DEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de IPTU de 2010 a 2014. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária. ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do Requerente para que seja declarado prescrito tão somente o débito tributário referente ao PTU de 2010 a 2014 constante em nome da Requerente, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 25/06/2021

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSO Nº: 8826/2021

CONTRIBUINTE: MUNDIAL TRADING INC LTDA

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – IPTU

RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE IPTU. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO NÃO EXECUTADO. PEDIDO DEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de IPTU de 2010 a 2011. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária. ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do Requerente para que seja declarado prescrito tão somente o débito tributário referente ao PTU de 2010 a 2011 constante em nome da Requerente, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 25/06/2021

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSO Nº: 11069/2021

CONTRIBUINTE: RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA.

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – ISS HOMOLOGADO

RELATOR: MOISÉS CAMILO DIAS GONÇALVES

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE ISS HOMOLOGADO. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO NÃO EXECUTADO. PEDIDO DEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de Multa aplicada no ano de 2014. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Assim, inevitável concluir que os débitos estão prescritos. ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do Requerente para que sejam declarados prescritos os débitos tributários materializados nos lançamentos 34849/2006 (parcelas 2 a 10), 34756/2007 (parcelas 1 a 12), 24230/2008 (parcelas 1 a 12), 35054/2009 (parcelas 1 a 12), 35617/2010 (parcelas 1 a 12) e 36003/2011 (parcelas 13 a 24), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 25/06/2021

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSO Nº: 11382/2021

CONTRIBUINTE: IRIA FERNANDES DA SILVA

ASSUNTO: PEDIDO DE NÃO INCIDÊNCIA DE ITBI – CESSÃO CONTRATUAL

RELATOR(A): MOISÉS CAMILO DIAS GONÇALVES

EMENTA: PEDIDO DE NÃO INCIDÊNCIA DE ITBI. EXISTÊNCIA DE CONTRATOS DE CESSÃO DE DIREITOS BEM COMO COMPRA E VENDA DO ART. 1º DA LEI MUNICIPAL 1328 DE 2013. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E DA RESERVA DE JURISDIÇÃO. RECONHECIDA A NÃO INCIDÊNCIA DE ITBI. SÚMULA ADMINISTRATIVA 01/2020- COMAT. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. A própria Constituição Federal estabeleceu no inciso II do art. 156 que o fato gerador do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI ocorre com a transmissão da propriedade do imóvel quando da transferência junto a serventia registral. O compromisso de compra e venda e a promessa de cessão de direitos aquisitivos, dada a sua natureza de contratos preliminares no direito privado brasileiro, não constituem meios idôneos à transmissão, pelo registro, do domínio sobre o imóvel. Ao analisar o artigo 1º da Lei Municipal 1328/2013 juntamente com os artigos 1.227 e 1.245 do Código Civil, torna-se inegável que o ITBI não incide sobre as negociações realizadas por meio de contratos de compra e venda, contratos de promessa de compra e venda, termos particulares de cessões de posse/propriedade, porquanto não existe uma transferência de direito real. Só incidirá o imposto sobre essas negociações quando o vendedor for, de fato, transferir a propriedade para o adquirente no registro de imóveis, a qual ocorrerá na maior parte das vezes por meio do registro da escritura pública ou por meio do registro da sentença proferida nos autos de uma ação de adjudicação compulsória. SÚMULA 01/2020 – COMAT - Não incide o Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI na cessão, por ato oneroso, de direitos relativos à aquisição de bens imóveis, realizadas por meio de contratos de compra venda, contratos de promessas de compra e venda, termos de cessão de propriedade/posse, e sob nenhuma outra forma que não a transferência da propriedade junto ao Cartório de Registro de Imóveis, conforme entendimento pacificado pelo Supremo Tribunal Federal, a despeito do inciso III do art. 1º da Lei 1328 de 2013, bem como outras previsões em sentido contrário. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE o pedido do Requerente a fim de que: i) SEJA RECONHECIDA a não incidência do ITBI na cessão de direito mencionado no item 1 da carta de exigências, notadamente quanto a cessão contratual celebrado entre Antonio Jorge Desidério e Iria Fernandes da Silva (imóvel de matrícula 181); ii) SEJA EXPEDIDA a respectiva guia de dispensa de recolhimento do imposto, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 25/06/2021

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSO Nº: 14430/2020

CONTRIBUINTE: RAINOLDO BOING

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – ISS

RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE ISS. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO NÃO EXECUTADO. PEDIDO DEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de ISS de 2009 a 2013. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária. ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do Requerente para que seja declarado prescrito tão somente o débito tributário referente ao ISS de 2009 a 2013 constante em nome da Requerente, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 25/06/2021

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSOS Nº: 7883/2021 – 7785/2021

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO

RELATOR: MOISÉS CAMILO DIAS GONÇALVES

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS. EXISTÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE INTERROMPEU A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO EXECUTADO. PEDIDO INDEFERIDO. Os contribuintes qualificados nos processos acima destacados protocolaram pedidos de reconhecimento da prescrição de débitos tributários. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município foi feito, motivo pelo qual deve ser indeferido. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR IMPROCEDENTES os pedidos dos Requerentes constantes nos protocolos 7883/2021 – 7785/2021, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 25/06/2021

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSOS Nº: 7844/2021 – 7882/2021 – 7812/2021 – 7830/2021 – 7797/2021 – 8414/2021 – 8351/2021 – 8380/2021 – 8277/2021 – 8334/2021 – 8330/2021 – 8548/2021 – 8542/2021 – 8399/2021 – 8521/2021 – 11171/2021

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO

RELATOR: MOISÉS CAMILO DIAS GONÇALVES

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS. INEXISTÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO NÃO EXECUTADO DENTRO DO PRAZO QUINQUENAL. PEDIDO INDEFERIDO. Os contribuintes qualificados nos processos acima destacados protocolaram pedidos de reconhecimento da prescrição de débitos tributários. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito, motivo pelo qual deve ser deferido. ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTES os pedidos

dos Requerentes constantes nos protocolos 7844/2021 – 7882/2021 – 7812/2021 – 7830/2021 – 7797/2021 – 8414/2021 – 8351/2021 – 8380/2021 – 8277/2021 – 8334/2021 – 8330/2021 – 8548/2021 – 8542/2021 – 8399/2021 – 8521/2021 – 11171/2021, reconhecendo a prescrição dos débitos tão somente quanto aqueles constantes na tabela do voto, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

SESSÃO DO DIA: 29/06/2021

Publicação Nº 3131249

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 29/06/2021

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSO Nº: 5215/2021

CONTRIBUINTE: ALOA EMPREENDIMENTOS E NEGOCIOS LTDA

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – IPTU

RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE IPTU. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO NÃO EXECUTADO. PEDIDO DEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de IPTU de 2010 a 2013. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária. PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE IPTU. EXISTÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDEU E INTERROMPEU A PRESCRIÇÃO. PEDIDO INDEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de IPTU de 2014 a 2015. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município foi feito no tempo correto.

ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do Requerente para que seja declarado prescrito tão somente o débito tributário referente ao IPTU de 2010 a 2013 incidentes sobre o cadastro imobiliário 176311; JULGAR IMPROCEDENTE o pedido do Requerente para prescrição dos débitos de IPTU de 2014 a 2015, uma vez que as referidas dívidas não estão prescritas, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 29/06/2021

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSO Nº: 7078/2021

CONTRIBUINTE: UDEMAR GEBHARDT

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – IPTU E CME

RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE IPTU E CME. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO NÃO EXECUTADO. PEDIDO DEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de IPTU de 2008 a 2011 e Contribuição de Melhoria de 2003. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária.

ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do Requerente para que seja declarado prescrito tão somente o débito tributário referente ao IPTU de 2008 a 2011 e Contribuição de Melhoria de 2003 constante em nome da Requerente, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 29/06/2021

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSO Nº: 8301/2019

CONTRIBUINTE: RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – ISS

RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DOS DÉBITOS DE ISS DE 2006 A 2012. PEDIDO JÁ JULGADO NOS AUTOS DE OUTRO PROCESSO ADMINISTRATIVO. SUPERVENIENTE PERDA DE OBJETO. FALTA DE INTERESSE. REQUERIMENTO PREJUDICADO. Considerando que os pedidos já foram julgados e outro processo administrativo antes do julgamento do presente processo, é inegável que o pedido não tem mais razão de existir, pois o objetivo já foi obtido. ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PREJUDICADO o pedido do contribuinte para prescrição dos débitos de ISS dos anos de 2006 a 2012, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 29/06/2021

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSO Nº: 11794/2021

CONTRIBUINTE: ESPÓLIO DE JOÃO LUZIA DUARTE RIBEIRO

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – IPTU

RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE IPTU. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO NÃO EXECUTADO. PEDIDO DEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de IPTU de 1997 a 2011. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária. PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE IPTU. EXISTÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDEU E INTERROMPEU A PRESCRIÇÃO. PEDIDO INDEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de IPTU de 2012 a 2016. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município foi feito no tempo correto.

ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do Requerente para que seja declarado prescrito tão somente o débito tributário referente ao IPTU de 1997 a 2011 constante em nome da Requerente; JULGAR IMPROCEDENTE o pedido do Requerente para prescrição dos débitos de IPTU de 2012 a 2016, uma vez que as referidas dívidas não estão prescritas, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 29/06/2021

PRESIDÊNCIA: RONIVAN PICHARKI

PROCESSOS Nº: 14124/2020 - 6640/2020 - 1505/2020 - 63/2020 - 7179/2020 - 5582/2020 - 7159/2020 - 4276/2020 - 1762/2020 - 2550/2020 - 2602/2020 - 4947/2020

RELATOR (A): MOISÉS CAMILO DIAS GONÇALVES

EMENTA: EXTINÇÃO. PEDIDO TRIBUTÁRIO. INTIMAÇÃO FISCAL EXPEDIDA. NÃO CUMPRIMENTO NO PRAZO. EXTINÇÃO SEM MÉRITO. Para que os Requerentes fizessem jus à análise do pedido e o conseq-ente deferimento das pretensões postuladas deveriam ter instruído satisfatoriamente seus pedidos. Foi por conta disso que a COMAT determinou por meio das intimações fiscais expedidas nos processos 14124/2020 - 6640/2020 - 1505/2020 - 63/2020 - 7179/2020 - 5582/2020 - 7159/2020 - 4276/2020 - 1762/2020 - 2550/2020 - 2602/2020 - 4947/2020 a entrega de documentos. No entanto, os Requerentes deste então mantiveram-se inertes. Sendo assim, não apresentaram os documentos indispensáveis para análise do mérito. A extinção dos feitos, portanto, é a medida que se impõe. ACORDAM os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR EXTINTOS os processos administrativos nº 14124/2020 - 6640/2020 - 1505/2020 - 63/2020 - 7179/2020 - 5582/2020 - 7159/2020 - 4276/2020 - 1762/2020 - 2550/2020 - 2602/2020 - 4947/2020, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 37/2021

Publicação Nº 3131378

PORTARIA Nº 037/2021

Fixa valor de contribuição para AVEVI - Associação de Câmaras e Vereadores do Vale do Itapocú, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Velha, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Resolução nº 41/2017, em seu artigo 48, inciso XXIII,

RESOLVE:

Art. 1º Fica fixado, nos termos do art. 1º, § 2º da Lei nº 970/2010, o valor de R\$ 741,76 (setecentos e quarenta e um reais e setenta e seis centavos), a título de contribuição mensal da Câmara de Vereadores de Barra Velha à AVEVI - Associação de Câmaras e Vereadores do Vale do Itapocú.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 30 de junho de 2021.

Claudionir Arbegaus

Presidente

PORTARIA Nº 38/2021

Publicação Nº 3131373

PORTARIA Nº 038/2021

Exonera servidor público de cargo de provimento em comissão.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Velha, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Resolução nº 41/2017, em seu artigo 48, inciso XXIII,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido João Henrique Rosa, matrícula nº 626082, do cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar da Presidência da Câmara de Vereadores de Barra Velha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Barra Velha, 30 de junho de 2021.

Claudionir Arbegaus

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 56/2021

Publicação Nº 3132300

RESOLUÇÃO Nº 056 DE 01 DE JULHO DE 2021.

Autoriza a concessão de férias proporcionais no período de pandemia, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 57, parágrafo único da Lei Orgânica, promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º Fica autorizada, em caráter excepcional durante o período de pandemia ocasionada pelo vírus COVID-19, a concessão de férias proporcionais ao período laborado aos servidores públicos do Poder Legislativo Municipal de Barra Velha.

Parágrafo único. Para fruir férias proporcionais, o servidor deverá ter cumprido ao menos 06 (seis) meses de jornada de trabalho, sem licenças.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 30 de junho de 2021.

Nivaldo José Ramos

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO - DP 102/2021

Publicação Nº 3131613

ATA DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2021
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 102/2021
DATA: 01/07/2021 - HORA DE INÍCIO: 11 horas.

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeados pela Portaria nº 235/2021 para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação acima citado, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE BATERIA E ELETRODOS PARA DESFIBRILADOR AUTOMÁTICO MARCA LIFEPAK 1000 UTILIZADO PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR. Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de dispensa. Da análise destes documentos, observa-se que a empresa DIVAVE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.316.353/0001-81 se encontra com a documentação de habilitação regular. Cabe ressaltar que esta Comissão de Licitações não analisa o mérito e a motivação da contratação, limita-se apenas a analisar os documentos acostados ao processo licitatório. Nada mais havendo, a Presidente da Comissão encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI
Presidente
JOICE APARECIDA COSTA
Membro
MARLI KLITZKE SCHMIDT
Membro

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO - PP 79/2021

Publicação Nº 3131657

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 28/06/2021 - HORÁRIO DE INÍCIO: 9:05 horas
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 79/2021
LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 79/2021
FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA OS DIVERSOS EVENTOS ESPORTIVOS.

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para a abertura e julgamento do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial, com a presença do Pregoeiro SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e da Equipe de Apoio MARCIO GURSKE e JOICE APARECIDA COSTA todos nomeados através da Portaria nº 003/2021. Aberta a sessão, verificou-se que protocolou os envelopes até o horário estipulado somente a empresa MULTI ESPORTES LTDA. Foram conferidos com os presentes todos os envelopes protocolados para certificar-se de que os mesmos permanecem lacrados, sem nenhum tipo de violação. Em seguida, iniciou-se a fase de credenciamento, tendo a empresa apresentado os respectivos documentos. Após a análise e rubrica da documentação do credenciamento por parte do Pregoeiro, assim como pela Equipe de Apoio, a mesma foi disponibilizada aos demais presentes para análise e rubrica. Encerrada a análise por parte do representante, o Pregoeiro abriu espaço para manifestação. Não houve qualquer questionamento sobre a referida documentação. No entender do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, a documentação do Credenciamento foi apresentada conforme exigido no edital, estando o representante presente credenciado e podendo manifestar-se durante a sessão, conforme a seguir:

Empresa	Representante
MULTI ESPORTES LTDA	EOZEMAR DE SOUZA

A empresa apresentou a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de ME ou EPP e poderá fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006 com a redação dada pela LC nº 147/2014. Nos termos do item 3.9, alínea a do edital, efetuou-se consulta ao site: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> afim de verificar se a empresa acima, encontra-se declarada inidônea, suspensa, ou impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública de qualquer natureza e esfera governamental. Da consulta efetuada, nada foi constatado, estando a mesma está apta a participar do certame. A empresa apresentou a Declaração de Habilitação conforme exigido no Edital, podendo ser acessados seus envelopes. Encerrou-se a fase de Credenciamento, sendo iniciada a fase de abertura das Propostas de Preços. Procedida à abertura do envelope identificado como de Proposta de Preços, o Pregoeiro analisou e rubricou os seus conteúdos e em seguida disponibilizou a proposta para que o representante presente fizesse o mesmo. O Pregoeiro abriu espaço para manifestação. Não houve manifestações. A proposta foi considerada aceita e classificada. Dando continuidade à sessão,

iniciou-se a fase de Lances e negociação, passando-se à fase competitiva, tendo a empresa efetuado lance e melhorado sua proposta. Finalizada a fase competitiva da sessão, foi impresso o relatório Anexo da ATA onde constam todos os lances ofertados e o respectivo vencedor. A seguir, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio procederam à abertura do envelope de Habilitação da empresa classificada como primeira colocada. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio analisaram e rubricaram todos os documentos de Habilitação, submetendo os mesmos à análise e rubrica do representante presente. Após análise de todos o Pregoeiro abriu espaço para manifestação referente aos documentos de Habilitação. No entender do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, a documentação de habilitação apresentada pela empresa vencedora encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim a empresa está HABILITADA e, portanto, DECLARADA VENCEDORA do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O Pregoeiro questionou aos interessados se há à intenção de interpor recurso contra algum ato praticado durante a sessão. Não havendo manifestação, o Pregoeiro declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. Após os fatos, o Pregoeiro ADJUDICOU o lote do certame a empresa vencedora. O Pregoeiro solicita a empresa vencedora que apresente nova proposta de preços readequando o valor dos itens ao valor global vencido. Em seguida lavrou-se a presente ATA. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Pregoeiro	MARCIO GURSKE Equipe de Apoio	JOICE APARECIDA COSTA Equipe de Apoio
------------------------------------	----------------------------------	--

REPRESENTANTE PRESENTE:
MULTI ESPORTES LTDA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO - PP 86/2021

Publicação Nº 3131548

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 01/07/2021 - HORÁRIO DE INÍCIO: 14:05 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 86/2021

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 86/2021

FINALIDADE: AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES.

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para a abertura e julgamento do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial, com a presença do Pregoeiro SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e da Equipe de Apoio JOICE APARECIDA COSTA e MARLI KLITZKE SCHMIDT todos nomeados através da Portaria nº 236/2021. Aberta a sessão, verificou-se que protocolou os envelopes até o horário estipulado somente a empresa PEKA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. Foram conferidos com os presentes todos os envelopes protocolados para certificar-se de que os mesmos permanecem lacrados, sem nenhum tipo de violação. Em seguida, iniciou-se a fase de credenciamento, tendo a empresa apresentado os respectivos documentos. Após a análise e rubrica da documentação do credenciamento por parte do Pregoeiro, assim como pela Equipe de Apoio, a mesma foi disponibilizada aos demais presentes para análise e rubrica. Encerrada a análise por parte do representante, o Pregoeiro abriu espaço para manifestação. Não houve qualquer questionamento sobre a referida documentação. No entender do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, a documentação do Credenciamento foi apresentada conforme exigido no edital, estando o representante presente credenciado e podendo manifestar-se durante a sessão, conforme a seguir:

Empresa	Representante
PEKA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	ALEXANDRE SANTOS DOS SANTOS

A empresa apresentou a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de ME ou EPP e poderá fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006 com a redação dada pela LC nº 147/2014. Nos termos do item 3.9, alínea a do edital, efetuou-se consulta ao site: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> afim de verificar se a empresa acima, encontra-se declarada inidônea, suspensa, ou impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública de qualquer natureza e esfera governamental. Da consulta efetuada, nada foi constatado, estando a mesma apta a participar do certame. A empresa apresentou a Declaração de Habilitação conforme exigido no Edital, podendo ser acessados seus envelopes. Encerrou-se a fase de Credenciamento, sendo iniciada a fase de abertura das Propostas de Preços. Procedida à abertura do envelope identificado como de Proposta de Preços, o Pregoeiro analisou e rubricou os seus conteúdos e em seguida disponibilizou a proposta para que o representante presente fizesse o mesmo. O Pregoeiro abriu espaço para manifestação. Não houve manifestações. A proposta foi considerada aceita e classificada. Na sequência foram inseridos os valores das propostas no sistema e impresso o relatório Anexo da ATA. Dando continuidade à sessão, iniciou-se a fase de Lances e negociação direta. Consultado, o representante da empresa absteve-se de dar lances e de melhorar sua proposta, ficando considerado o valor inicial proposto. O Pregoeiro, considerando que o valor global proposto pela empresa ficou acima do valor global de referência fixado pela Administração, decide não aceitar o valor proposto, ficando, portanto, o certame fracassado. O Pregoeiro questionou aos interessados se há à intenção de interpor recurso contra algum ato praticado durante a sessão. Não havendo manifestação, o Pregoeiro declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. Em seguida lavrou-se a presente ATA. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Pregoeiro	JOICE APARECIDA COSTA Equipe de Apoio	MARLI KLITZKE SCHMIDT Equipe de Apoio
------------------------------------	--	--

REPRESENTANTE PRESENTE:
PEKA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

CONVOCAÇÃO - BIANCA CRISTINA PRESTAUSKI

Publicação Nº 3131096

CONVOCAÇÃO

Prezado (a) Sr. (a):

BIANCA CRISTINA PRESTAUSKI

Pelo presente, estamos convocando Vossa Senhoria para comparecer junto à Prefeitura Municipal de Benedito Novo, para tratar do ESTÁGIO – SUPERIOR PSICOLOGIA, aprovado (a) em 1º lugar, de acordo com a Classificação no Processo Seletivo 001/2021.

Comunicamos que o prazo para firmar o Termo de Interesse pela vaga é até 30 (trinta) dias a partir da publicação desta convocação.

O não comparecimento na data aprazada, ou, o comparecimento intempestivo, implicará na renúncia ao cargo.

Certos de seu atendimento quanto ao acima exposto desde já agradecemos.

Benedito Novo, em 30 de JUNHO de 2021.

MARILIA PANOCH GIRARDI

Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Ciente:

(Candidato)

Data:/ /.....

CONVOCAÇÃO - BRAYAN GUNTHER SCHIFFNER

Publicação Nº 3131098

CONVOCAÇÃO

Prezado (a) Sr. (a):

BRAYAN GUNTHER SCHIFFNER

Pelo presente, estamos convocando Vossa Senhoria para comparecer junto à Prefeitura Municipal de Benedito Novo, para tratar do ESTÁGIO – ENSINO MÉDIO, aprovado (a) em 4º lugar, de acordo com a Classificação no Processo Seletivo 001/2021.

Comunicamos que o prazo para firmar o Termo de Interesse pela vaga é até 30 (trinta) dias a partir da publicação desta convocação.

O não comparecimento na data aprazada, ou, o comparecimento intempestivo, implicará na renúncia ao cargo.

Certos de seu atendimento quanto ao acima exposto desde já agradecemos.

Benedito Novo, em 30 de JUNHO de 2021.

MARILIA PANOCH GIRARDI

Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Ciente:

(Candidato)

Data:/ /.....

CONVOCAÇÃO - EMILLY CRISTINA RUTZ

Publicação Nº 3131100

CONVOCAÇÃO

Prezado (a) Sr. (a):

EMILLY CRISTINA RUTZ

Pelo presente, estamos convocando Vossa Senhoria para comparecer junto à Prefeitura Municipal de Benedito Novo, para tratar do ESTÁGIO – ENSINO MÉDIO, aprovado (a) em 2º lugar, de acordo com a Classificação no Processo Seletivo 001/2021.

Comunicamos que o prazo para firmar o Termo de Interesse pela vaga é até 30 (trinta) dias a partir da publicação desta convocação.

O não comparecimento na data aprazada, ou, o comparecimento intempestivo, implicará na renúncia ao cargo.

Certos de seu atendimento quanto ao acima exposto desde já agradecemos.

Benedito Novo, em 30 de JUNHO de 2021.

MARILIA PANOCH GIRARDI

Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Ciente:
(Candidato)
Data:/ /

CONVOCAÇÃO - GABRIELA THAÍS MAIOCHI

Publicação N° 3131101

CONVOCAÇÃO

Prezado (a) Sr. (a):
GABRIELA THAÍS MAIOCHI

Pelo presente, estamos convocando Vossa Senhoria para comparecer junto à Prefeitura Municipal de Benedito Novo, para tratar do ESTÁGIO – ENSINO MÉDIO, aprovado (a) em 1º lugar, de acordo com a Classificação no Processo Seletivo 001/2021.

Comunicamos que o prazo para firmar o Termo de Interesse pela vaga é até 30 (trinta) dias a partir da publicação desta convocação.

O não comparecimento na data aprazada, ou, o comparecimento intempestivo, implicará na renúncia ao cargo.

Certos de seu atendimento quanto ao acima exposto desde já agradecemos.

Benedito Novo, em 30 de JUNHO de 2021.
MARILIA PANOCH GIRARDI
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Ciente:
(Candidato)
Data:/ /

CONVOCAÇÃO - JOAO VITOR RODRIGUES LIRA

Publicação N° 3131103

CONVOCAÇÃO

Prezado (a) Sr. (a):
JOAO VITOR RODRIGUES LIRA

Pelo presente, estamos convocando Vossa Senhoria para comparecer junto à Prefeitura Municipal de Benedito Novo, para tratar do ESTÁGIO – SUPERIOR VETERINÁRIA, aprovado (a) em 1º lugar, de acordo com a Classificação no Processo Seletivo 001/2021.

Comunicamos que o prazo para firmar o Termo de Interesse pela vaga é até 30 (trinta) dias a partir da publicação desta convocação.

O não comparecimento na data aprazada, ou, o comparecimento intempestivo, implicará na renúncia ao cargo.

Certos de seu atendimento quanto ao acima exposto desde já agradecemos.

Benedito Novo, em 30 de JUNHO de 2021.
MARILIA PANOCH GIRARDI
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Ciente:
(Candidato)
Data:/ /

CONVOCAÇÃO - LUCIANA KOSLOWSKI

Publicação N° 3131105

CONVOCAÇÃO

Prezado (a) Sr. (a):
LUCIANA KOSLOWSKI

Pelo presente, estamos convocando Vossa Senhoria para comparecer junto à Prefeitura Municipal de Benedito Novo, para tratar do ESTÁGIO – SUPERIOR PEDAGOGIA, aprovado (a) em 2º lugar, de acordo com a Classificação no Processo Seletivo 001/2021.

Comunicamos que o prazo para firmar o Termo de Interesse pela vaga é até 30 (trinta) dias a partir da publicação desta convocação.

O não comparecimento na data aprazada, ou, o comparecimento intempestivo, implicará na renúncia ao cargo.

Certos de seu atendimento quanto ao acima exposto desde já agradecemos.

Benedito Novo, em 30 de JUNHO de 2021.
MARILIA PANOCH GIRARDI
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Ciente:
(Candidato)

Data: / /

CONVOCAÇÃO - MARIA EDUARDA BORNHAUSEN

Publicação Nº 3131106

CONVOCAÇÃO
Prezado (a) Sr. (a):
MARIA EDUARDA BORNHAUSEN

Pelo presente, estamos convocando Vossa Senhoria para comparecer junto à Prefeitura Municipal de Benedito Novo, para tratar do ESTÁGIO – ENSINO MÉDIO, aprovado (a) em 5º lugar, de acordo com a Classificação no Processo Seletivo 001/2021.

Comunicamos que o prazo para firmar o Termo de Interesse pela vaga é até 30 (trinta) dias a partir da publicação desta convocação.

O não comparecimento na data aprazada, ou, o comparecimento intempestivo, implicará na renúncia ao cargo.

Certos de seu atendimento quanto ao acima exposto desde já agradecemos.

Benedito Novo, em 30 de JUNHO de 2021.
MARILIA PANOCH GIRARDI
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Ciente:
(Candidato)
Data: / /

CONVOCAÇÃO - NATAN STEUCK

Publicação Nº 3131108

CONVOCAÇÃO
Prezado (a) Sr. (a):
NATAN STEUCK

Pelo presente, estamos convocando Vossa Senhoria para comparecer junto à Prefeitura Municipal de Benedito Novo, para tratar do ESTÁGIO – ENSINO MÉDIO, aprovado (a) em 3º lugar, de acordo com a Classificação no Processo Seletivo 001/2021.

Comunicamos que o prazo para firmar o Termo de Interesse pela vaga é até 30 (trinta) dias a partir da publicação desta convocação.

O não comparecimento na data aprazada, ou, o comparecimento intempestivo, implicará na renúncia ao cargo.

Certos de seu atendimento quanto ao acima exposto desde já agradecemos.

Benedito Novo, em 30 de JUNHO de 2021.
MARILIA PANOCH GIRARDI
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Ciente:
(Candidato)
Data: / /

CONVOCAÇÃO - PATRICIA LUANA MAYER WETZEL

Publicação Nº 3131109

CONVOCAÇÃO
Prezado (a) Sr. (a):
PATRICIA LUANA MAYER WETZEL

Pelo presente, estamos convocando Vossa Senhoria para comparecer junto à Prefeitura Municipal de Benedito Novo, para tratar do ESTÁGIO – SUPERIOR PEDAGOGIA, aprovado (a) em 3º lugar, de acordo com a Classificação no Processo Seletivo 001/2021.

Comunicamos que o prazo para firmar o Termo de Interesse pela vaga é até 30 (trinta) dias a partir da publicação desta convocação.

O não comparecimento na data aprazada, ou, o comparecimento intempestivo, implicará na renúncia ao cargo.

Certos de seu atendimento quanto ao acima exposto desde já agradecemos.

Benedito Novo, em 30 de JUNHO de 2021.

MARILIA PANOCH GIRARDI

Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Ciente:

(Candidato)

Data:/ /

CONVOCAÇÃO - SANDRA MENEGUINI

Publicação Nº 3131110

CONVOCAÇÃO

Prezado (a) Sr. (a):

SANDRA MENEGUINI

Pelo presente, estamos convocando Vossa Senhoria para comparecer junto à Prefeitura Municipal de Benedito Novo, para tratar do ESTÁGIO – SUPERIOR PEDAGOGIA, aprovado (a) em 1º lugar, de acordo com a Classificação no Processo Seletivo 001/2021.

Comunicamos que o prazo para firmar o Termo de Interesse pela vaga é até 30 (trinta) dias a partir da publicação desta convocação.

O não comparecimento na data aprazada, ou, o comparecimento intempestivo, implicará na renúncia ao cargo.

Certos de seu atendimento quanto ao acima exposto desde já agradecemos.

Benedito Novo, em 30 de JUNHO de 2021.

MARILIA PANOCH GIRARDI

Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Ciente:

(Candidato)

Data:/ /

CONVOCAÇÃO - STEFANY SABRINA HANSEN NAUMANN

Publicação Nº 3131111

CONVOCAÇÃO

Prezado (a) Sr. (a):

STEFANY SABRINA HANSEN NAUMANN

Pelo presente, estamos convocando Vossa Senhoria para comparecer junto à Prefeitura Municipal de Benedito Novo, para tratar do ESTÁGIO – ENSINO MÉDIO, aprovado (a) em 6º lugar, de acordo com a Classificação no Processo Seletivo 001/2021.

Comunicamos que o prazo para firmar o Termo de Interesse pela vaga é até 30 (trinta) dias a partir da publicação desta convocação.

O não comparecimento na data aprazada, ou, o comparecimento intempestivo, implicará na renúncia ao cargo.

Certos de seu atendimento quanto ao acima exposto desde já agradecemos.

Benedito Novo, em 30 de JUNHO de 2021.

MARILIA PANOCH GIRARDI

Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Ciente:

(Candidato)

Data:/ /

CONVÊNIO 003/2021 - CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO E A ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E EDUCACIONAL DE POMERODE, PARA CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL PARA AMPLIAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Publicação Nº 3131609

CONVÊNIO Nº 003/2021

CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO E A ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E EDUCACIONAL DE POMERODE, PARA CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL PARA AMPLIAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE.

Aos vinte e três dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, o MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 83.102.780/0001-08, com sede na Rua Celso Ramos, nº. 5.070, nesta cidade, representado pela Prefeita, Senhora ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA, abaixo denominado simplesmente MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E EDUCACIONAL DE POMERODE, instituição de atendimento hospitalar, inscrito no CNPJ nº. 85.461.093/0005-38, com sede na Rua Hermann Weege, nº. 2.727, cidade de Pomerode - SC, representada por sua Presidente, Senhora CATIA CILENE KRAFT MANSKE, inscrita no CPF sob n. 864.370.549-72, portadora da Cédula de identidade n. 2.171.175-5 - SESP SC, domiciliada na Rua 15 de Novembro, Texto Central, abaixo denominado simplesmente BENEFICIÁRIO, e com fundamento no que dispõe a Constituição Federal (em especial os seus artigos 196 a 199); Lei nº. 8.080/90; normas constantes da Lei nº. 8.666/93; Lei Municipal nº 2.024/2021 e nos demais dispositivos legais e regulamentares aplicáveis à espécie, em especial a Lei Municipal n. 1.695, de 05 de dezembro de 2012, resolvem, de comum acordo, firmar o presente CONVÊNIO, o qual se regerá pelas condições seguintes:

DO OBJETO E FINALIDADE

Art. 1º - O presente Convênio tem por objeto o repasse financeiro para ampliação de serviços de média complexidade pelo MUNICÍPIO, com a finalidade de atender relevantes serviços de interesse público na área da saúde, através de consultas médicas ambulatoriais e cirurgias nas especialidades de Ortopedia, Urologia, Otorrinolaringologia, Cirurgia Vascular, Cirurgia Ginecológica, Cirurgia Geral Adulto e Cirurgia Geral Pediatria com serviços de Anestesiologia, Gesso e Radiografia, dispondo de equipe técnica especializada para realização dos serviços e condições de resolatividade e acompanhamento médico especializado nas áreas citadas, garantindo a assistência à saúde e oferecer mais uma opção aos pacientes além das Unidades de Saúde da Família, PPI existentes no Município, conforme Plano de Aplicação de Recursos que é parte integrante deste Instrumento.

JUSTIFICATIVA DO OBJETO

Art. 2º - Considerando que a Municipalidade possui interesse de congregar as atividades relacionadas ao sistema de saúde, prezando por melhores e mais vantajosas condições, principalmente quanto a custos, pagamento, execuções de atendimento de atividades e atendimento a população.

Art. 3º - Considerando que o Hospital e Maternidade Rio do Testo possuem mão de obra habilitada e ociosidade, sendo para executar consultas e cirurgias em Ortopedia, Urologia, Otorrinolaringologia, Cirurgia Vascular, Cirurgia Ginecológica e Cirurgia Geral com serviços de Anestesiologia para atender a demanda encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 4º - Considerando o fato que o Hospital Rio do Testo preza pela total execução de suas atividades.

Art. 5º - Considerando que as consultas e cirurgias nas especialidades são realmente necessárias e imprescindíveis ao pleno e integral desempenho, funcionamento e manutenção das atividades de atendimento à saúde, ou seja, sua interrupção acarretará ônus, encargos e prejuízos de ordem pública e administrativa ao Município de Benedito Novo no que se refere ao atendimento de saúde da comunidade, haja vista que a demanda a ser atendida não pode aguardar.

DO VALOR E DOS RECURSOS

Art. 6º - Para a execução do objeto do presente Convênio, o MUNICÍPIO transferirá ao BENEFICIÁRIO a importância de R\$ 135.443,00 (cento e trinta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e três reais) a serem pagos em quatro parcelas no valor de R\$ 33.860,75 (trinta e três mil, oitocentos e sessenta reais e setenta e cinco centavos), nos meses de julho, setembro, novembro e dezembro de 2021.

Art. 7º - O repasse será efetuado por depósito em conta bancária, a qual será movimentada exclusivamente para atender o objeto do presente convênio.

Art. 8º - As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

04 – Secretaria da Saúde e Assistência Social

04.01 Fundo Municipal de Saúde

0010.0302.0400.2410 – Apoiar e Manter Hospitais

335000.00 - Transf. à Instituições Privadas S/ Fins Lucrativos R\$ 135.443,00

Art. 9º - A importância empenhada e repassada pelo MUNICÍPIO, será pela Nota de Empenho nº , consignada no Plano Plurianual e prevista em lei.

Art. 10 – Os recursos enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados pelo BENEFICIÁRIO, conforme o Art. 29 da Lei nº 1.695/2012.

DA AQUISIÇÃO

Art. 11 – O presente CONVÊNIO, tem por objeto a execução, pelo BENEFICIÁRIO, de consultas e cirurgias, com profissionais habilitados para atendimento da demanda encaminhada pelo MUNICÍPIO, no que segue:

Quant.	Unid.de medida	Custeio - (Despesas Correntes) - Especificação (tipo, modelo, etc.).	Valor Unitário	Valor Total R\$
110	CONSULTAS	Consultas em atenção especializada em Ortopedia (Dr. Luciano / Dr. Luiz)	R\$ 100,00	R\$ 11.000,00
484	CONSULTAS	Consultas em atenção especializada em Urologia, Anestesiologia, Cirurgia Vascular e Cirurgia Geral Adulto	R\$ 60,00	R\$ 29.040,00
121	CONSULTAS	Consultas em atenção especializada em Otorrinolaringologia e Cirurgia Ginecológica	R\$ 70,00	R\$ 8.470,00
121	CONSULTAS	Consultas em atenção especializada em Ortopedia Ombro, Ortopedia Pé, Cirurgia Geral Pediátrica	R\$ 50,00	R\$ 6.050,00
110	CIRURGIAS	Procedimentos Ortopedia (Dr. Luciano / Dr. Luiz, Pé), Urologia, Otorrinolaringologia, Cirurgia Vascular, Cirurgia Ginecológica, Cirurgia Geral Adulto e Cirurgia Geral Pediátrica	R\$ 500,00	R\$ 55.000,00
11	CIRURGIAS	Procedimentos Ortopedia Ombro	R\$ 2.252,00	R\$ 24.772,00
11	UNIDADE	Sala de Gesso	R\$ 50,00	R\$ 550,00
33	UNIDADE	Radiografia - geral	R\$ 17,00	R\$ 561,00
		Soma R\$		R\$ 135.443,00

Art. 12 – O objeto será executado no Hospital e Maternidade Rio do Teste, localizado na Rua Hermann Weege, nº. 2.727, cidade de Pomerode – SC.

Art. 13 – O objeto deverá estar obrigatoriamente à disposição sempre que necessário (horário normal de atendimento) e no momento em que for solicitado, cumprindo obrigatoriamente com todas as formas, condições, observações, descrições, horários, especificações, preços/valores para atendimento e demais disposições estabelecidas neste instrumento e aquelas apresentadas pelo MUNICÍPIO, sem quais restrições.

Art. 14 – O objetivo abrange a execução, pelo BENEFICIÁRIO, de todos os serviços/atos/procedimentos que se fizerem necessários.

Art. 15 – O BENEFICIÁRIO, para execução do objeto, fica obrigado a disponibilizar profissionais devidamente habilitados, capacitados, treinados, equipados (inclusive no que tange aos itens de proteção) e regularmente inscritos junto aos órgãos competentes, responsabilizando-se de forma integral e exclusiva por todo e qualquer dano e/ou prejuízo, seja ele a que título ou natureza, causado ao MUNICÍPIO, e a qualquer terceiro, independente de culpa ou dolo.

Art. 16 – Todos os exames complementares necessários para a realização das cirurgias serão autorizados previamente e custeados pelo MUNICÍPIO, sendo exclusivamente para os pacientes encaminhados através da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Art. 17 – Compete ao MUNICÍPIO:

- I. Repassar o auxílio financeiro previsto no art. 6º, nas formas e condições estabelecidas neste instrumento;
- II. Exigir a Prestação de Contas ao final do Convênio, sendo necessária a apresentação mensal de relatório de pacientes atendidos no mês;
- III. Acompanhar, controlar e fiscalizar o cumprimento e a execução do objeto pelo parecer do Conselho Fiscal da entidade;
- IV. Instaurar Tomada de Contas Especial visando a apuração de fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, no caso de irregularidade na aplicação dos recursos e prestação de contas do presente convênio;
- V. Não efetuar o repasse da parcela seguinte, sem a apresentação mensal do relatório de pacientes atendidos no período.

Art. 18 – Compete ao BENEFICIÁRIO:

- I – Aplicar os recursos transferidos pelo MUNICÍPIO de acordo com o objeto do presente Convênio e o Plano de Aplicação;
- II – Manter os recursos concedidos em conta bancária específica e vinculados, identificados com o nome da entidade beneficiada, acrescida da expressão "Subvenção" e o nome do "Município de Benedito Novo";
- III – Executar integralmente todas as atividades, atribuições, obrigações e responsabilidades constantes deste instrumento, durante a vigência do Convênio;
- IV – Comunicar formalmente ao MUNICÍPIO, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir o cumprimento deste Convênio;
- V - Enviar ao MUNICÍPIO a prestação de contas pormenorizada que demonstre a efetiva aplicação dos recursos recebidos e demais documentos a serem eventualmente solicitados pelo Município, em até 60 (sessenta) dias após o Término do Convênio;
- VI - Utilizar as técnicas adequadas na execução das atividades, respondendo pelos prejuízos causados;
- VII – A responsabilidade acerca da quantidade e qualidade dos serviços, produtos, materiais e equipamentos oferecidos, respondendo civil e penalmente por quaisquer acontecimentos que porventura ocorrerem;
- VIII – Disponibilizar profissionais devidamente habilitados, capacitados e regularmente inscritos junto aos órgãos competentes (quando necessário);

IX – Promover e articular serviços e programas de saúde em geral;
X - Deverá respeitar a integralidade da prestação do serviço, mantendo as suas atividades estatutárias;
XI – Arcar com a responsabilidade civil, criminal e indenização, seja de que natureza for, que surgir em virtude de qualquer dano causado aos pacientes, ou a quaisquer terceiros, decorrentes de ação ou omissão, culpa ou dolo praticado por seus empregados ou prepostos;
XII – Restituir eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos de aplicação financeira, se houver, conforme o parágrafo único, do Art. 29 da Lei nº 1.695/2012;
XIII – Não repassar os recursos previstos neste Convênio para outras entidades de direito público ou privado, devendo obrigatoriamente utilizá-lo para o estabelecido no objeto;
XIV – Fornecer sem falta, até o 5º dia útil do mês subsequente a prestação do serviço um relatório de atendimento no mês, à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Benedito Novo, contendo as informações necessárias ao pleno convencimento e conhecimento de que o objeto foi atendido e o serviço foi prestado conforme estipulado no Plano de Trabalho;
XV – O BENEFICIÁRIO fica obrigado a comunicar ao MUNICÍPIO, com antecedência mínima de 48 horas, acerca do cancelamento da agenda dos médicos;
XVI – É vedada qualquer cobrança por serviços médicos, hospitalares e outros complementares da assistência devida aos pacientes, a qualquer título.

DA VIGÊNCIA

Art. 19 - O prazo de vigência do presente instrumento conta a partir de 1º de julho de 2021 e término em 30 de junho de 2022, podendo ser alterado ou prorrogado, no todo ou em parte, mediante acordo entre as partes e através de Termo Aditivo.

DA EVENTUALIDADE E NÃO SUBORDINAÇÃO

Art. 20 - O presente convênio compreende apenas a execução do objeto, não havendo qualquer tipo de subordinação ou vínculo empregatício entre as partes ou entre elas e os profissionais/prepostos.

DA RESCISÃO

Art. 21 - O convênio em questão poderá ser rescindido:

- I. Pelo descumprimento total ou parcial de qualquer de suas cláusulas, condições ou prazos;
- II. Pela paralisação, seja total ou parcial, da execução do objeto e demais atividades, atribuições, responsabilidades e condições constantes deste instrumento;
- III. Pelo ato de autoridade, lei superveniente ou evento que torne execução deste termo formal ou materialmente impraticável;
- IV. Por qualquer das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, sem prejuízo do cumprimento, em especial pelo BENEFICIÁRIO, de todas as atribuições, condições e responsabilidades assumidas através deste instrumento.

§ 1º - Em caso de rescisão antes do término do prazo estabelecido no art. 19 e a pleno critério do presente, fica o BENEFICIÁRIO obrigado a promover a devolução dos valores recebidos por força deste convênio, calculado proporcionalmente ao tempo de execução das atividades.

§ 2º - A rescisão na hipótese de inadimplemento de quaisquer itens deste Convênio, em especial, no caso de utilização dos recursos em desacordo com o objeto do presente Convênio e do Plano de Aplicação, e na falta de apresentação da prestação de contas nos prazos previstos, implica na instauração de tomada de contas especial, de acordo com o Parágrafo Único do Art. 45 da Lei nº 1.695 e posteriores alterações.

DO FORO

Art. 22 - As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Convênio, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o Convênio, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Benedito Novo, 23 de junho de 2021.

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA
Prefeita

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E
EDUCACIONAL DE POMERODE
CATIA CILENE KRAFT MANSKE
Presidente

ALEXANDRA GUIDARINI STORTTI
Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

TESTEMUNHA
NOME :
CPF nº.

TESTEMUNHA
NOME:
CPF °.

CONVÊNIO Nº 004/2021 - CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A E, DE OUTRO LADO, O MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

Publicação Nº 3131592

DocuSign Envelope ID: A5AA2483-E58F-4F48-AAF4-BC1980A10472



Convênio nº 004/2021

CONVÊNIO DE ARRECADAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A E, DE OUTRO LADO, O MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO.

Pelo presente Convênio de Arrecadação da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, firmado entre a CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A, subsidiária integral de economia mista estadual, concessionária de distribuição de energia elétrica, com sede na Avenida Itamarati, nº 160, - Blocos A1, B1 e B2, Bairro Itacorubi, CEP. 88034-900, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.336.783/0001-90, inscrição estadual nº 255.266.626, neste ato representada por dois de seus Diretores infra-assinados, adiante denominada CELESC, e o Município de Benedito Novo, com sede a Rua Celso Ramos, n. 5070, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 83.102.780/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Arrabel Antonieta Lenzi Murara, doravante designado somente MUNICÍPIO, fica firmado o presente Convênio, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio atribuir à CELESC o encargo de arrecadar a COSIP incidente sobre proprietários, titulares de domínio útil, possuidores e ocupantes de unidade de imóveis servidos, efetiva ou potencialmente, com tal serviço e que estejam ligados como consumidores à rede de energia elétrica da CELESC, no MUNICÍPIO, estabelecida pela Lei Complementar Municipal n. 35, de 17 de dezembro de 2003 e Lei Complementar Municipal n. 37, de 27 de fevereiro de 2004.


CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DA ARRECADAÇÃO

A arrecadação de que trata a Cláusula Primeira será incluída mensalmente na fatura de consumo de energia elétrica, por Unidade Consumidora, ficando a CELESC desobrigada da arrecadação das contribuições dos consumidores que por qualquer razão deixem de pagar as suas faturas de energia elétrica, bem como para os consumidores que estiverem desobrigados do pagamento do consumo de energia elétrica, ou ainda quando não houver necessidade de emissão regular da nota fiscal, conta de energia elétrica ou fatura pela distribuidora.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE DO LANÇAMENTO

Competirá exclusivamente ao MUNICÍPIO a solução junto aos consumidores/contribuintes de pendências administrativas ou judiciais, de divergências decorrentes do lançamento da cobrança da COSIP nas faturas de energia elétrica, assim como a devolução das importâncias cobradas em duplicidade ou indevidamente.

Parágrafo Primeiro: Na ocorrência de eventuais inadequações dos valores lançados da COSIP, verificados nas revisões de faturamentos ou a pedido do MUNICÍPIO, a


Aprovado
DPNN/DVCA


Aprovado
Advogado

1 / 8

DocuSign Envelope ID: A5AA2483-E58F-4F48-AAF4-BC1980A10472



CELESC efetuará a correção devida, compensando as diferenças pagas “a maior” ou “a menor” nos faturamentos subsequentes dos consumidores/contribuintes.

Parágrafo Segundo: Os procedimentos de compensação de que trata o Parágrafo Primeiro, desta Cláusula Terceira, serão incluídos no demonstrativo mensal que se refere o Parágrafo Terceiro da Cláusula Sexta.

Parágrafo Terceiro: A correção dos lançamentos da COSIP nas faturas dos consumidores/contribuintes que trata o Parágrafo Primeiro, desta Cláusula Terceira, incorrerá na cobrança dos custos da operação quando o MUNICÍPIO for o autor da causa.

CLÁUSULA QUARTA – DOS CONTRIBUINTES ISENTOS

Compete ao MUNICÍPIO definir, mediante lei, os contribuintes que terão direito à isenção da COSIP.

Parágrafo Primeiro: Não será lançada a COSIP nas faturas dos consumidores/contribuintes que atenderem aos requisitos de isenção discriminados abaixo, estabelecidos pela legislação municipal:

- a) Os consumidores da classe Poder Público Municipal.

Parágrafo Segundo: Eventuais isenções do lançamento da cobrança da COSIP nas faturas de energia elétrica deverão ser objeto de solicitação por escrito do MUNICÍPIO, através de ofício subscrito por autoridade competente, justificativa legal e identificação individualizada de cada beneficiário por Unidade Consumidora.

CLÁUSULA QUINTA – DA COBRANÇA DA COSIP

Para efeito da cobrança ou isenção da COSIP a classificação dos consumidores/contribuintes expressa na legislação municipal estará correlacionada com a classificação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, adotada pela CELESC, conforme tabela abaixo:

Item	Classificação Lei Municipal	Classificação ANEEL
1	Residencial	Classe Residencial
2	Não residencial	Classe Industrial
3	Não residencial	Classe Comercial, Serviços e Outras Atividades
4	Classe Rural	Classe Rural
5	Não residencial	Classe Poder Público Estadual e Federal
6	Poder Público Municipal	Classe Poder Público Municipal
7	Não residencial	Classe Serviço Público
8	Não residencial	Grupo A

DS

Aprovado
DPNN/DVCA

DS

Aprovado
Advogado

2 / 8

DocuSign Envelope ID: A5AA2483-E58F-4F48-AAF4-BC1980A10472



Parágrafo Primeiro: O lançamento da cobrança da COSIP nas faturas de energia elétrica das Unidades Consumidoras será calculado mensalmente por classe e faixa de consumo como segue:

1 – Classe Residencial 4 – Classe Rural			
Faixa de Consumo Em KWh/Mês	Lei N. 35/2003 COSIP 2003 Em R\$	Percentual da Tarifa B4a/2003 Em %	Valor Mensal COSIP 2021 Em R\$
0 a 30	1,00	0,71	1,97
31 a 50	1,50	1,06	2,96
51 a 100	3,00	2,13	5,92
101 a 200	5,00	3,55	9,87
201 a 300	7,00	4,97	13,82
301 a 400	9,00	6,38	17,77
401 a 500	13,00	9,22	25,66
501 a 600	18,00	12,77	35,53
601 a 700	22,00	15,61	43,43
701 a 800	25,00	17,73	49,35
801 a 1000	34,00	24,12	67,12
1001 a 2000	42,00	29,79	82,91
2001 a 3000	45,00	31,92	88,83
3001 a 5000	55,00	39,02	108,58
Acima de 5001	70,00	49,66	138,19

2 – Classe Industrial 3 – Classe Comercial, Serviços e Outras Atividades 5 – Classe Poder Público Estadual e Federal 7 – Classe Serviço Público 8 – Grupo A			
Faixa de Consumo Em KWh/Mês	Lei N. 35/2003 COSIP 2003 Em R\$	Percentual da Tarifa B4a/2003 Em %	Valor Mensal COSIP 2021 Em R\$
0 a 30	2,00	1,42	3,95
31 a 50	4,00	2,84	7,90
51 a 100	7,00	4,97	13,82
101 a 200	13,00	9,22	25,66
201 a 300	17,00	12,06	33,56
301 a 400	19,00	13,48	37,51
401 a 500	21,00	14,90	41,46
501 a 600	25,00	17,73	49,35
601 a 700	30,00	21,28	59,22
701 a 800	35,00	24,83	69,09
801 a 1000	40,00	28,37	78,96
1001 a 2000	45,00	31,92	88,83

DS

Aprovado
DPNN/DVCA

DS

Aprovado
Advogado

3 / 8

DocuSign Envelope ID: A5AA2483-E58F-4F48-AAF4-BC1980A10472



2001 a 3000	60,00	42,56	118,45
3001 a 5000	120,00	85,12	236,89
Acima de 5001	150,00	106,41	296,12

6 – Classe Poder Público Municipal			
Faixa de Consumo Em KWh/Mês	Lei N. 35/2003 COSIP 2003 Em R\$	Percentual da Tarifa B4a/2003 Em %	Valor Mensal COSIP 2021 Em R\$
Todas	0,00	0,00	0,00

Parágrafo Segundo: Para implementar a cobrança da COSIP no sistema de faturamento da CELESC os valores em reais são convertidos e informados como um percentual da Tarifa de Iluminação Pública B4a, conforme tabelas acima. Por ocasião do reajuste da tarifa B4a e sua atualização no sistema de faturamento o valor da COSIP lançado na fatura do consumidor será reajustado, em atendimento ao previsto no Art. 3º Lei Complementar Municipal n. 35, de 17 de dezembro de 2003.

Parágrafo Terceiro: O valor base da Tarifa de Iluminação Pública B4a, adotado neste instrumento para o cálculo do valor percentual da COSIP é de 140,97 R\$/MWh, vigente na data de publicação da Lei Municipal n. 35/2003, conforme Resolução Homologatória n. 457/2003, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Parágrafo Quarto: O valor atual da Tarifa de Iluminação Pública B4a é de 278,29 R\$/MWh, disposto na Resolução Homologatória n. 2.756, vigente a partir de 22 de Agosto de 2020, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Parágrafo Quinto: É responsabilidade do MUNICÍPIO informar para a CELESC os valores atualizados da COSIP para alteração deste Convênio através de Termo Aditivo. Não havendo informação sobre mudança dos valores, a cobrança será feita com base no último valor informado.

CLÁUSULA SEXTA – DO REPASSE

A totalidade da receita resultante da arrecadação da COSIP, descontados os encargos fiscais e bancários que incidirem sobre o repasse e as eventuais devoluções de valores aos consumidores/contribuintes de que trata a Cláusula Segunda do presente Convênio, será repassada mensalmente ao MUNICÍPIO.

Parágrafo Primeiro: O controle da arrecadação repassada ao MUNICÍPIO será de inteira responsabilidade deste, devendo o mesmo contabilizá-los nos termos do art. 73 da Lei Federal nº 4.320/64 e da Legislação Municipal.

Parágrafo Segundo: O saldo da arrecadação da COSIP será transferido para a conta do MUNICÍPIO, junto ao Banco do Brasil, agência 28584, conta n. 912492 até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao de arrecadação, salvo disposição diversa

DS

Aprovado
DPNN/DVCA

DS

Aprovado
Advogado

4 / 8

DocuSign Envelope ID: A5AA2483-E58F-4F48-AAF4-BC1980A10472



na legislação e demais atos normativos do poder municipal, cabendo, neste caso, avaliação da viabilidade de atendimento do prazo de transferência.

Parágrafo Terceiro: A CELESC fornecerá ao MUNICÍPIO, ou a entidade por ele designada, demonstrativo mensal com os valores arrecadados, débitos lançados e o saldo apurado no período, até o 12º (décimo segundo) dia útil do mês subsequente ao de arrecadação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DESCONTOS

O MUNICÍPIO autoriza à CELESC deduzir, mensalmente, dos valores arrecadados com a COSIP, o valor do consumo da energia elétrica e outras despesas relacionadas à iluminação pública do MUNICÍPIO, bem como o percentual a que se refere a Cláusula Nona.

Parágrafo Único: A manutenção da aplicabilidade desta cláusula fica condicionada ao julgamento da Apelação n. 1003013-87.2021.4.01.0000, bem como à decisão final do processo (processo referência n. 1052154-94.2020.4.01.3400) em caso de recurso às instâncias superiores.

CLÁUSULA OITAVA – DA COBERTURA FINANCEIRA

Quando o produto da arrecadação mensal da COSIP for inferior às despesas previstas na Cláusula Sétima, o MUNICÍPIO se obriga a efetuar a devida cobertura financeira de tal valor, mediante pagamento de boleto bancário emitido pela CELESC, até o décimo dia útil do mês subsequente ao da arrecadação.

Parágrafo Único: A manutenção da aplicabilidade desta cláusula fica condicionada ao julgamento da Apelação n. 1003013-87.2021.4.01.0000, bem como à decisão final do processo (processo referência n. 1052154-94.2020.4.01.3400) em caso de recurso às instâncias superiores.

CLÁUSULA NONA – DA REMUNERAÇÃO DO SERVIÇO PRESTADO

A CELESC receberá, a título de remuneração pelo serviço de arrecadação prestado ao MUNICÍPIO, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) da arrecadação mensal da COSIP, nos termos deste Convênio.

Parágrafo Único: A manutenção da aplicabilidade desta cláusula fica condicionada ao julgamento da Apelação n. 1003013-87.2021.4.01.0000, bem como à decisão final do processo (processo referência n. 1052154-94.2020.4.01.3400) em caso de recurso às instâncias superiores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ENVIO DE INFORMAÇÕES ADICIONAIS

O envio de outras informações a respeito da execução deste Convênio deverá ser solicitado através de ofício subscrito por autoridade competente, com indicação das informações desejadas e a motivação do pedido, para resposta em até 30 dias.


Aprovado
DPNN/DVCA


Aprovado
Advogado

5 / 8

DocuSign Envelope ID: A5AA2483-E58F-4F48-AAF4-BC1980A10472



Parágrafo Primeiro: O envio de informações poderá incorrer em custos do levantamento dos dados, cabendo ao MUNICÍPIO sinalizar previamente a concordância do reembolso dos valores orçados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

O valor da COSIP será definido e/ou reajustado conforme Lei Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO, além dos demais encargos previstos neste Convênio, obriga-se:

- I. A não prestar declarações e/ou informações sem prévia autorização por escrito da CELESC a respeito do presente Convênio;
- II. A notificar à CELESC quaisquer informações que possam impactar na arrecadação da COSIP estabelecida neste Convênio;
- III. Não utilizar as informações compartilhadas pela CELESC para outro fim se não o de atividades relacionadas à arrecadação da COSIP;
- IV. Responsabilizar-se pela correta guarda dos dados pessoais dos consumidores compartilhados pela CELESC e por qualquer dano decorrente do uso indevido das informações obtidas por intermédio deste Convênio;
- V. Não disponibilizar, ceder ou comercializar a terceiros quaisquer, as informações recebidas através deste Convênio;
- VI. Tomar todas as medidas necessárias à proteção dos dados pessoais dos consumidores da CELESC nos termos da Lei nº 13.709/2018;
- VII. Cumprir, a todo momento, as leis de proteção de dados, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, a CELESC em situação de violação das leis de proteção de dados;
- VIII. A certificar que seus empregados, representantes, e prepostos agirão de acordo com o Convênio, as leis de proteção de dados e as instruções transmitidas pela CELESC, certificando-se, ainda, que as pessoas autorizadas a tratar os Dados Pessoais assumam um compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- IX. Assinar e devolver as vias deste Termo de Convênio, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de recebimento do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DAS OBRIGAÇÕES DACELESC:

Constituem obrigações da CELESC, além das estabelecidas referente à arrecadação da COSIP:

DS

Aprovado
DPNN/DVCA

DS

Aprovado
Advogado

6 / 8

DocuSign Envelope ID: A5AA2483-E58F-4F48-AAF4-BC1980A10472



- I. Esclarecer ao MUNICÍPIO toda e qualquer dúvida com referência à execução do objeto do presente Convênio, desde que solicitada por escrito à área responsável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA–DA ALTERAÇÃO

Este Convênio poderá ser alterado mediante termo aditivo, em comum acordo entre as partes.

Parágrafo Único: É obrigação do MUNICÍPIO informar e encaminhar a CELESC qualquer mudança na legislação que implique alteração ou atualização no presente Convênio.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA–DA APLICABILIDADE

O presente Convênio tem aplicabilidade imediata a partir de sua assinatura, vinculado às partes, revogando Convênios anteriores e ou Termos Aditivos firmados nas disposições que lhe forem contrárias.

Parágrafo Único: Ficam convalidados os atos praticados desde 02/08/2020, com base no Convênio anterior e aditivos que tratam da cobrança da COSIP do MUNICÍPIO, realizados sob a égide da Lei Complementar Municipal n. 35, de 17 de dezembro de 2003 e demais legislações.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VIGÊNCIA E RESCISÃO

O presente Convênio terá vigência de até 5 (cinco) anos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser rescindido, sem ônus, a qualquer tempo, a critério de qualquer das partes, mediante prévio aviso por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data pretendida para o seu encerramento.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO


Fica a cargo do MUNICÍPIO promover, às suas expensas, publicação deste Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PENALIDADES

A CELESC poderá reter os valores previstos na Cláusula Sexta deste Convênio, em caso de descumprimento ao disposto na Cláusula Décima Segunda, até que regularizada a situação.

CLAUSULA DÉCIMA NONA- DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para qualquer ação decorrente do presente Convênio.

DS

Aprovado
DPNN/DVCA

DS

Aprovado
Advogado

7 / 8

DocuSign Envelope ID: A5AA2483-E58F-4F48-AAF4-BC1980A10472



E, por assim estarem de acordo, a CELESC e o MUNICÍPIO assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias físicas de igual teor ou única quando documento digital, com as testemunhas abaixo.

30 junho 2021.
Florianópolis, de de

DocuSigned by:
Arrabel Antonieta Lenzi Murara
A355B47352CD405
Arrabel Antonieta Lenzi Murara
MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

DocuSigned by:
Cleicio Poletto Martins
27E83838E86A4C3
DIRETOR PRESIDENTE
CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A

DocuSigned by:
Pablo Lupani Carina
F97A913B38404E6
DIRETOR RESPONSÁVEL
CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A

TESTEMUNHAS
1) *Fabian Cristian Kinder*
F784D373A2654D8
NOME: Fabian Cristian Kinder
CPF: 04165696927

DocuSigned by:
Laura Sanson de Menezes
8E0DA30452FF499
2) NOME: Laura Sanson de Menezes
CPF: 076.425.109-00

DS
mcmj
Aprovado
DPNN/DVCA

DS
AG
Aprovado
Advogado

8 / 8

DISPENSA DE LICITAÇÃO - DP 102/2021

Publicação N° 3131612

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4D9F240EA90E2EA32FD34A6667122A97AC47D4A6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC
PROCESSO LICITATÓRIO N° 102/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO (83.102.780/0001-08).

CONTRATADA: DIVAVE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA (06.316.353/0001-81).

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BATERIA E ELETRODOS PARA DESFIBRILADOR AUTOMÁTICO MARCA LIFEPAK 1000 UTILIZADO PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR.

VALOR TOTAL: R\$ 6.410,00 (Seis mil quatrocentos e dez reais).

FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 24, INCISOS II DA LEI 8666/93.

Benedito Novo, 02 de julho de 2021.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA – Prefeita

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO N° 22/2021

Publicação N° 3131617

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5BFEE34F44800D6E264CABE82A046175008679DC

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
Processo Licitatório N° 156/2020

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO N° 22/2021

Contratada: MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE ALIMENTOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS)

Finalidade do Aditivo: Equilíbrio de Valor

Descrição	Valor Ant.	Valor Atual
AÇÚCAR	2,99	3,25
ARROZ INTEGRAL	5,00	5,50
OLEO DE SOJA	7,89	8,75

Valor:

Vigência: 01/07/2021 a 31/08/2021

Data Assinatura: 01/07/2021

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA – Prefeita de Benedito Novo

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO N° 80/2020

Publicação N° 3131573

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 48D3F3A1F02761AC4381BD4B951959CB910C4D5C

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
Processo Licitatório N° 98/2020

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO N° 80/2020

Contratada: VILSON DALMIR ENGEL REGULAGENS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUTOELÉTRICA, LATOARIA, PINTURA E DEMAIS SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES

Finalidade do Aditivo: Prorrogação

Valor: R\$ 75.000,00

Vigência: 10/07/2021 a 09/09/2021

Data Assinatura: 01/07/2021

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA – Prefeita de Benedito Novo

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 101/2019

Publicação Nº 3131561

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9937A3E0B35CEDDB0688AB08FC0D70AD32EED162

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 94/2019

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 101/2019

Contratada: VILSON DALMIR ENGEL REGULAGENS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICA, AUTOELÉTRICA, LATOARIA, PINTURA, LAVAÇÕES, ENGRAXADAS E DEMAIS SERVIÇOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES

Finalidade do Aditivo: Prorrogação

Valor: R\$ 184.000,00

Vigência: 10/07/2021 a 09/09/2021

Data Assinatura: 01/07/2021

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA – Prefeita de Benedito Novo

PORTARIA Nº 161/2021 - CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA

Publicação Nº 3130968

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 161/2021, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA, Prefeita de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; e, de conformidade com o art. 15 da Lei Complementar nº 08/97, alterada pela Lei Complementar nº 10/1997;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Função Gratificada – FG-I, a contar de março de 2021, a servidora GABRIELA KNIPERS, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos e Meio Ambiente, símbolo FTA, anexo I, subanexo III, do Quadro dos Servidores Públicos Municipais de Benedito Novo, por desempenhar atividades de rotina administrativa, tais como: Protocolo, atendimento, emissão de alvarás de localização, certidões diversas, emissão de taxas, emissão de relatórios, atendimento ao Micro empreendedor Individual que caberia à sala do empreendedor, arquivamento, digitalização, auxílio a Secretaria de Saúde na emissão dos Alvarás de Vigilância Sanitária, dentre diversas outras atividades diárias sem correlação a sua função e tipicamente administrativas.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 26 de abril de 2021.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA
Prefeita de Benedito Novo

PORTARIA Nº 245/2021 - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 3131757

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 245/2021, DE 22 DE JUNHO DE 2021.

CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA, Prefeita de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; e, art. 108 e seguintes da Lei Complementar nº 4, de 22-12-95,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença-prêmio ao servidor BRUNO KUSTER, que ocupava o cargo de Operador de Máquinas, símbolo OM, Anexo I, Sub anexo IV, do Quadro dos Servidores Públicos Municipais de Benedito Novo, referente ao quinquênio de 04/05/2012 a 03/05/2017, com recebimento em Pecúnia, em maio/2021, no recibo de pagamento de rescisão, no ato da exoneração pela Portaria nº 188/2021, de 03 de maio de 2021.

Art. 2º - Conceder licença-prêmio a servidora RENILDA SCHULZ, que ocupava o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II, símbolo ASG-II, Anexo II, Sub anexo I, do Quadro dos Servidores Públicos Municipais de Benedito Novo, referente ao quinquênio de 01/06/2011 a 31/05/2016, com recebimento em Pecúnia, em junho/2021, no recibo de pagamento de rescisão, no ato de exoneração pela Portaria nº 218/2021, de 09 de junho de 2021.

Art. 3º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 22 de junho de 2021.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA

Prefeita de Benedito Novo

PORTARIA Nº 246/2021 - HOMOLOGA A AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO REALIZADA EM MAIO DE 2021

Publicação Nº 3131761

PORTARIA Nº 246/2021, DE 25 DE JUNHO DE 2021.

HOMOLOGA A AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO REALIZADA EM MAIO DE 2021.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA, Prefeita de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "g", da Lei Orgânica do Município, art. 28 da Lei Complementar nº 004, de 22 de dezembro de 1995 e art. nº 41 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 19/98.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar os resultados da Avaliação do Estágio Probatório, realizadas em MAIO de 2021, da Secretaria de Administração e Finanças, de acordo com o parecer da Comissão para Avaliação de Estágio Probatório, designada através da Portaria nº 056/2021, de 05 de fevereiro de 2021, conforme relação a baixo:

RELAÇÃO DE SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO			
NOME	DATA DE ADMISSÃO	PONTUAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
AMANDA LUANA GIRARDI	11/11/2019	05/21=87	PONTUAÇÃO MÍNIMA ATINGIDA

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 25 de junho de 2021.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA

Prefeita de Benedito Novo

PORTARIA Nº 247/2021 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 205/2021

Publicação Nº 3131767

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 247/2021, 25 DE JUNHO DE 2021.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 205/2021

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA, Prefeita de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; e art. 227 da Lei Complementar nº 04, de 22-12-95;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, até 18 de julho de 2021, o prazo da Portaria nº 205/2021, de 04 de junho 2021, que concedeu licença para tratamento de saúde a servidora SANY MANTINI SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, símbolo ADEI, anexo XVI, do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, conforme a Comunicação de Decisão, Requerimento nº 208356330, Benefício nº 6349718120, de 18-06-2021 do INSS.

Art.2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 25 de junho de 2021.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA

Prefeita de Benedito Novo

PORTARIA Nº 248/2021 - NOMEIA COMISSÃO PARA ESTUDO E IMPLANTAÇÃO DO ESOCIAL

Publicação Nº 3131774

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 248/2021, DE 25 DE JUNHO DE 2021.
NOMEIA COMISSÃO PARA ESTUDO E IMPLANTAÇÃO DO ESOCIAL

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA, Prefeita de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Comissão para estudo e implantação do eSocial, ficando assim constituída:

I – MARILIA PANOCH GIRARDI – representante do Departamento Pessoal;

II – AMANDA LUANA GIRARDI – representante do Departamento Pessoal;

III – FABIAN CRISTIAN KINDER – representante do Controle Interno;

IV – ROSE CARLA LIESKOW MENGARDA – representante do Departamento de Contabilidade;

V – RONALF SCHMIDT – representante da Secretaria de Administração e Finanças;

VI – MIGUEL ANGELO SOAR – representante do Departamento Jurídico.

Art. 2º - Compete a comissão garantir a aplicação de todas as diretrizes e regras para a implantação do eSocial na Prefeitura Municipal de Benedito Novo.

Art. 3º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 25 de junho de 2021.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA

Prefeita de Benedito Novo

PORTARIA Nº 249/2021 - HOMOLOGA A AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO REALIZADA EM FEVEREIRO, ABRIL E MAIO DE 2021

Publicação Nº 3131780

PORTARIA Nº 249/2021, DE 25 DE JUNHO DE 2021.

HOMOLOGA A AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO REALIZADA EM FEVEREIRO, ABRIL E MAIO DE 2021.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA, Prefeita de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "g", da Lei Orgânica do Município, art. 28 da Lei Complementar nº 004, de 22 de dezembro de 1995 e art. nº 41 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 19/98.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar os resultados da Avaliação do Estágio Probatório, realizadas em Fevereiro, Abril e Maio de 2021, da Secretaria de Saúde e Assistência Social, de acordo com o parecer da Comissão para Avaliação de Estágio Probatório, designada através da Portaria nº 056/2021, de 05 de fevereiro de 2021, conforme relação a baixo:

RELAÇÃO DE SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO			
NOME	DATA DE ADMISSÃO	PONTUAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
ERIKE ALLAN HENNICH	05/02/2020	02/21=78	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
MARCEU FLORES PINTO	01/10/2019	04/21=90	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
BRUNA RAFAELA HOCHSPRUNG BUZZI	15/10/2019	04/21=98	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
LETICIA DA CUNHA	14/10/2019	04/21=80	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
JAQUELINE FERRAREIS MENEGASSO	20/10/2020	04/21=70	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
MARCIA HENNICH	01/11/2019	05/21=66	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 25 de junho de 2021.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA

Prefeita de Benedito Novo

PORTARIA Nº 250/2021 - APLICA MEDIDA DISCIPLINAR

Publicação Nº 3131920

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 250/2021, DE 25 DE JUNHO DE 2021.

APLICA MEDIDA DISCIPLINAR.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA, Prefeita de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Aplicar medida disciplinar, com Desconto na Folha de Pagamento das horas não trabalhadas e faltas ao serviço público não justificadas, conforme a Lei 1.334 de 28-09-2005, não registradas no Cartão Ponto do período de dia 08-05-2021 a 07-06-2021, dos Servidores em anexo.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 25 de junho de 2021.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA
Prefeita de Benedito Novo

TERMO DE REVOGAÇÃO - PP 86/2021

Publicação Nº 3131551

TERMO DE REVOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2021

FINALIDADE: AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES.

O MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público para conhecimento dos interessados que fica totalmente REVOGADO o Processo Licitatório nº 86/2021.

A presente revogação se dá devido ao certame ter sido considerado fracassado, pois a única empresa participante cotou valores acima dos estimados pela Administração.

Determino ao Setor de Licitações a contratação por dispensa de licitação com base no parágrafo V do artigo 24 da Lei nº 8666/93, pois ainda persiste o interesse da Administração Pública na referida aquisição.

Publique-se e encaminhe-se os autos ao Setor de Licitações para as providências de estilo.

Prefeitura de Benedito Novo, 01 de julho de 2021.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA
Prefeita

Biguaçu

PREFEITURA

ATA Nº 01/2021 - EDITAL Nº 01/2021

Publicação Nº 3131434

ATA Nº1 – EDITAL 01/2021 - CONVOCAÇÃO PÚBLICA PARA QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC, PARA FUTURA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE GESTÃO A SER DEFINIDO OPORTUNAMENTE

Às quatorze horas do primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte um, no setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Biguaçu, situada a Praça Nereu Ramos, 90, Bairro Centro, reuniram-se para atender o disposto no Edital nº 01/2021 de convocação pública para qualificação de organização social na área da saúde no âmbito do município de Biguaçu, para futura celebração de contrato de gestão a ser definido, os secretários de Administração Vinicius Hamilton do Amaral e de Saúde, Bruno Célio da Silva. Registrou-se a ausência do secretário de Educação, Oscar da Silva Neto, tendo em vista que o mesmo estava em atividades relacionados à Pasta em que responde. Conforme o cronograma do edital já citado, no horário previsto, foram abertos os envelopes com os requerimentos de qualificação de organizações sociais neste município. Todos os documentos apresentados foram enumerados e rubricados pelos secretários presentes. Não se fizeram presentes nenhum representante das entidades interessadas. Foram recebidos os documentos dos seguintes requerentes: Associação Mahatma Gandhi, com cento e quarenta e duas folhas; S3 Estratégias e Soluções em Saúde com trinta e uma folhas; Instituto Beneficente de Habitação, de Assistência Social, de Educação e Saúde (IBHASES) com cento e quatorze folhas; Instituto Maria Schmitt de Desenvolvimento de Ensino, Assistência Social e Saúde do Cidadão (IMAS) com oitenta e seis folhas; Fundação de Apoio ao Hemosc/Cepom (Fahece) com cento e três folhas; e Instituto de Desenvolvimento, Ensino e Assistência à Saúde (Ideas) com duzentos e noventa e seis folhas. Considerando o volume de documentos a serem analisados, a sessão foi suspensa e deverá ser retomada às dez horas do dia cinco de julho de dois mil e vinte e um, na presença dos membros da Comissão de Qualificação de Organizações Sociais, conforme preconizado no artigo segundo da Lei nº 3846/2018. Eu, Vinicius Hamilton do Amaral, secretário municipal de Administração e membro da comissão, lavrei esta ata que após aprovada é assinada pelos demais membros. Biguaçu, um de julho de dois mil e vinte e um.

PORTARIA Nº 2417/2021

Publicação Nº 3132210

PORTARIA nº 2417 de 01 de julho de 2021

Nomeia servidor (a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, ALAX ELISARDO, brasileiro (a) para exercer o cargo de ASSISTENTE TÉCNICO DA FAMABI – nível CC5, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, a partir de 01/07/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 01/07/2021.

Biguaçu, 01 de julho de 2021.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2418/2021

Publicação Nº 3132212

PORTARIA nº 2418 de 01 de julho de 2021

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JANETE DILMA DE OLIVEIRA MARTINS, aprovada no Processo Seletivo nº 005/2019, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de TÉCNICO EM MAGISTÉRIO AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, para prestar serviços no Centro de Educação Infantil Municipal São Tomaz de Aquino, da Secretaria de Educação, no período de 10/06/2021 a 30/06/2021, em substituição a servidora efetiva Cristiany Decker, matrícula nº 17243, que encontra-se afastada em licença para tratamento de saúde, no período de 07/06/2021 a 24/08/2021, conforme Portaria nº 2257/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/06/2021.

Biguaçu, 01 de julho de 2021.

Oscar Silva Neto

Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2419/2021

Publicação Nº 3132214

PORTARIA nº 2419 de 01 de julho de 2021

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ADRIANA DA SILVA ISIDRO, aprovada no Processo Seletivo nº 005/2019, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, com jornada de 30 horas semanais, para prestar serviços no Centro de Educação Infantil Municipal Professora Lindóia Maria Souza de Faria, da Secretaria de Educação, no período de 21/06/2021 a 30/06/2021, em substituição a servidora efetiva Rosemari do Nascimento, matrícula nº 15137, que encontra-se afastada por pertencer ao grupo de risco Covid-19, no período de 05/06/2020 a 30/06/2021, conforme Portaria nº 1448/2020, com renovação automática de acordo com o Decreto nº 80/2020. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/06/2021.

Biguaçu, 01 de julho de 2021.

Oscar Silva Neto
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2420/2021

Publicação Nº 3132215

PORTARIA nº 2420 de 01 de julho de 2021

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ALESSANDRA ETELVINA ESTANISLAU, aprovada no Processo Seletivo nº 005/2019, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 40 horas semanais, para prestar serviços no Centro de Educação Infantil Municipal Professora Lindóia Maria Souza de Faria, da Secretaria de Educação, no período de 31/05/2021 a 30/06/2021, em substituição a servidora efetiva Michele Alves Ploencio, matrícula nº 7066, que encontra-se afastada por pertencer ao grupo de risco Covid-19, no período de 16/02/2021 a 31/05/2021, através do Processo nº 1236/2021, com renovação automática conforme Decreto nº 80/2020. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/05/2021.

Biguaçu, 01 de julho de 2021.

Oscar Silva Neto
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2421/2021

Publicação Nº 3132216

PORTARIA nº 2421 de 01 de julho de 2021

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DAGMAR PEREIRA, aprovada no Processo Seletivo nº 005/2019, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 30 horas semanais, para prestar serviços no Centro de Educação Infantil Municipal Professora Lindóia Maria Souza de Faria, da Secretaria de Educação, no período de 31/05/2021 a 22/07/2021, em substituição a servidora efetiva Teresinha Aparecida Dal Pra Fagundes, matrícula nº 8689, que encontra-se afastada em licença para tratamento de saúde, pelo período de 25/03/2021 a 22/07/2021, conforme Portaria nº 1602/2021. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/05/2021.

Biguaçu, 01 de julho de 2021.

Oscar Silva Neto
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2422/2021

Publicação Nº 3132217

PORTARIA nº 2422 de 01 de julho de 2021

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ARIANA MARTINS, aprovada no Processo Seletivo nº 005/2019, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de TÉCNICO EM MAGISTÉRIO AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, para prestar serviços no Centro de Educação Infantil Municipal Dona Virgínia, da Secretaria de Educação, no período de 26/05/2021 a 18/10/2021, em substituição a servidora efetiva Mayara Cristina da Costa, matrícula nº 15504, que encontra-se afastada em licença maternidade, pelo período de 22/04/2021 a 18/10/2021, conforme Portaria nº 1717/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 26/05/2021.

Biguaçu, 01 de julho de 2021.

Oscar Silva Neto
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2423/2021

Publicação Nº 3132218

PORTARIA nº 2423 de 01 de julho de 2021

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ALEXANDRA VITORINO DA SILVA, aprovada no Processo Seletivo nº 005/2019, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 40 horas semanais, para prestar serviços no Centro de Educação Infantil Municipal Dona Virgínia, da Secretaria de Educação, no período de 24/05/2021 a 31/10/2021, em substituição a servidora efetiva Thais Alexandra de Souza, matrícula nº 16835, que encontra-se afastada em licença maternidade, pelo período de 05/05/2021 a 31/10/2021, conforme Portaria nº 1918/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/05/2021.

Biguaçu, 01 de julho de 2021.

Oscar Silva Neto
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2424/2021

Publicação Nº 3132219

PORTARIA nº 2424 de 01 de julho de 2021

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RITCHELLY MORAES COELHO, aprovada no Processo Seletivo nº 005/2019, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 30 horas semanais, para prestar serviços no Centro de Educação Infantil Municipal Recanto Feliz, da Secretaria de Educação, no período de 31/05/2021 a 29/06/2021, em substituição a servidora efetiva Marineuza Maria dos Santos, matrícula nº 337, que encontra-se readaptada, pelo período de 31/05/2021 a 29/06/2021, conforme Portaria nº 2273/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/05/2021.

Biguaçu, 01 de julho de 2021.

Oscar Silva Neto
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2425/2021

Publicação Nº 3132220

PORTARIA nº 2425 de 01 de julho de 2021

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JÉSSICA HELLEN ECKSTEIN, aprovada no Processo Seletivo nº 005/2019, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 30 horas semanais, para prestar serviços no Centro de Educação Infantil Municipal Lar Feliz, da Secretaria de Educação, no período de 02/06/2021 a 30/06/2021, em substituição a servidora efetiva Fátima Maria da Costa, matrícula nº 15220, que encontra-se afastada por pertencer ao grupo de risco Covid-19, no período de 19/04/2021 a 31/05/2021, através do Processo nº 527/2021, com renovação automática conforme Decreto nº 80/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/06/2021.

Biguaçu, 01 de julho de 2021.

Oscar Silva Neto
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2426/2021

Publicação Nº 3132221

PORTARIA nº 2426 de 01 de julho de 2021

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) IZABELA JULIANA DOS SANTOS, aprovada no Processo Seletivo nº 005/2019, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 30 horas semanais, para prestar serviços no Centro de Educação Infantil Municipal Dona Lili, da Secretaria de Educação, no período de 09/06/2021 a 30/06/2021, em substituição a servidora efetiva Nadir Isidoro Feiber, matrícula nº 13542, que encontra-se afastada por pertencer ao grupo de risco Covid-19, no período de 14/02/2021 a 30/04/2021, através do Processo nº 924/2021, com renovação automática conforme Decreto nº 80/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/06/2021.

Biguaçu, 01 de julho de 2021.

Oscar Silva Neto
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2427/2021

Publicação Nº 3132223

PORTARIA nº 2427 de 01 de julho de 2021

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MERI NATALINA MACIEL BAGESTON, aprovada no Processo Seletivo nº 005/2019, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 30 horas semanais, para prestar serviços no Centro de Educação Infantil Municipal Dona Lili, da Secretaria de Educação, no período de 28/05/2021 a 10/11/2021, em substituição a servidora efetiva Elisa Maria Guedes Rosa, matrícula nº 15218, que encontra-se afastada em licença para tratamento de saúde, pelo período de 04/05/2021 a 10/11/2021, conforme Portaria nº 1848/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/05/2021.

Biguaçu, 01 de julho de 2021.

Oscar Silva Neto
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2428/2021

Publicação Nº 3132226

PORTARIA nº 2428 de 01 de julho de 2021

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ADRIELLI LUIZA PRESTES LOPEZ, aprovada no Processo Seletivo nº 005/2021, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de AUXILIAR DE ENSINO, com jornada de 30 horas semanais, para prestar serviços no Centro de Educação Infantil Municipal Dona Dorvalina, da Secretaria de Educação, no período de 08/06/2021 a 30/06/2021, em substituição a servidora efetiva Karina Pereira Noceti, matrícula nº 17637, que encontra-se afastada por pertencer ao grupo de risco Covid-19, no período de 14/02/2021 a 31/05/2021, através do Processo nº 1355/2021, com renovação automática conforme Decreto nº 80/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/06/2021.

Biguaçu, 01 de julho de 2021.

Oscar Silva Neto
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2429/2021

Publicação Nº 3132228

PORTARIA nº 2429 de 01 de julho de 2021

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CLEONICE CLARICE DA SILVA, aprovada no Processo Seletivo nº 005/2019, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 30 horas semanais, para prestar serviços no Centro de Educação Infantil Municipal Algodão Doce, da Secretaria de Educação, no período de 08/06/2021 a 30/06/2021, em substituição a servidora efetiva Joice Muller, matrícula nº 15211, que encontra-se afastada por pertencer ao grupo de risco Covid-19, no período de 05/02/2021 a 30/04/2021, através do Processo nº 966/2021, com renovação automática conforme Decreto nº 80/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/06/2021.

Biguaçu, 01 de julho de 2021.

Oscar Silva Neto
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2430/2021

Publicação Nº 3132230

PORTARIA nº 2430 de 01 de julho de 2021

Prorroga o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a) CRISTIANE FELISBERTO DE AZEVEDO, aprovada no Processo Seletivo nº 005/2019, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 40 horas semanais, para prestar serviços na Escola Básica Municipal Fernando Brugemann Viegas de Amorim, da Secretaria Municipal de Educação, no período de 01/06/2021 a 31/08/2021, em vaga vinculada a servidora Katia Milene Wiese Pires, matrícula nº 1739, que se aposentou a partir de 01/06/2021, conforme Portaria nº 2227/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2021.

Biguaçu, 01 de julho de 2021.

Oscar Silva Neto
Secretário Municipal de Educação

PORTARIA Nº 2431/2021

Publicação Nº 3132281

PORTARIA nº 2431 de 01 de julho de 2021

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao (a) servidor (a) MANOEL NASCIMENTO VARGAS, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito (a) na matrícula funcional nº 7999, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA III (D - ÔNIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA) com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O (a) Servidor (a) desenvolverá suas atividades na Secretaria Municipal de Educação, junto ao Setor de Transporte Escolar, na Garagem, desempenhando as seguintes funções:

I – Controle do ponto manual;

II – Entrega de materiais diário aos veículos;

III – Controle e manutenção da frota;

IV – Controle das guias de abastecimento;

V – Fazer a comunicação entre os motoristas e monitores com o setor de transporte escolar.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 02/06/2021 a 24/11/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/06/2021.

Biguaçu, 01 de julho de 2021.

SALMIR DA SILVA

Prefeito Municipal

COMUNICADO ABERTURA PROPOSTA DE PREÇOS TP71/2021-PMB

Publicação Nº 3131600

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS**

COMUNICADO ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇOS TP71/2021-PMB

A Comissão de Licitação, através de sua Presidente, vem por meio dessa comunicar às empresas participantes no Processo Licitatório TP71/2021-PMB, que tem como objeto “contratação de empresa especializada com serviços de mão de obra e fornecimento de material para a reforma do CEIM Dona Virgínia, localizada na Rua Treze de Maio, s/nº, Bairro Prado, Município de Biguaçu, de acordo com termo de referência, planilha orçamentária, memorial descritivo, cronograma físico financeiro e projetos, partes integrantes desse processo”, o seguinte exposto:

Conforme descrito na ata de abertura de documentação, as empresas inabilitadas foram: ESTRUTURAR CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, FC CONSTRUÇÕES LTDA e MM EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA, por não atender integralmente o exigido no edital. No entanto a empresa MM EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA, apresentou a certidão negativa federal vencida, e por se tratar de empresa de pequeno porte foi concedido o prazo para a regularização do documento. A certidão foi recebida pela Comissão Permanente de Licitação dentro do prazo estabelecido.

Sendo assim a empresa fica habilitada no certame. Transcorrido o prazo recursal a empresa ESTRUTURAR CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, não manifestou intenção de recurso dentro do prazo de 05(cinco) dias úteis, ficando a mesma inabilitada no certame.

A empresa FC CONSTRUÇÕES LTDA, enviou email no dia 30/06/2021, às 18:03hs, manifestando intenção de recurso, mas o mesmo não foi aceito pela Comissão Permanente de Licitação, tendo em vista que o referido recurso tem que ser protocolado no setor do pró cidadão do Município de Biguaçu, conforme descrito no edital item 22.8.

Diante do exposto, informamos as empresas habilitadas: A2L GESTÃO DE NEGÓCIOS E CONSTRUÇÕES EIRELI, CONCREFORT CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI, ÁVILA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI, INSTALADORA SANTA CRUZ EIRELI e MM EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA, que a abertura das propostas, **dar-se-á no dia 06/07/2021, às 14:00horas na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Biguaçu.**

Biguaçu, 01 de julho de 2021.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO:

**NABEL ANA M. DE CAMPOS
PRESIDENTE MEMBRO**

**ANA CLÁUDIA SAGAS
MEMBRO**

**MARISTELA L. B. DE ÁVILA
MEMBRO**

**SINCLER BILCK
MEMBRO**

IL94/2021-PMB

Publicação Nº 3131888

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C450EF1BC8418F2633926404F7A851BE6E26B756

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº94/2021-PMB

OBJETO: Aquisição de livros didáticos para os alunos do EJA (Ensino de Jovens e Adultos) de Biguaçu.

EMPRESA CONTRATADA: Editora Moderna Ltda

VALOR: R\$61.479,00 (sessenta e um mil, quatrocentos e setenta e nove reais).

VIGÊNCIA: Até 31/12/2021, conforme termo de referência, parte integrante deste processo.

JUSTIFICATIVA: Conforme Termo de Referência, parte integrante deste processo, a aquisição se faz necessária para aprimorar a Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino de Biguaçu. Trata-se porém, da única editora que dispõe de uma coleção específica, voltada a esta modalidade de ensino. A ação trará grandes benefícios para a qualidade do ensino e para a excelência da aprendizagem dos alunos desta faixa etária.

FUNDAMENTO LEGAL:

Deste modo, optou-se por processo de Inexigibilidade, com fundamento no art. 25, I: “para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes”. A empresa contratada apresentou todos os documentos de regularidade fiscal dentro de seu prazo de validade.

Biguaçu, 29 de junho de 2021.

**SALMIR DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL**

VINICIUS
HAMILTON DO
AMARAL:09340773
985

VINICIUS HAMILTON DO
AMARAL:09340773985
2021.06.29 13:18:57
-03'00'
2021.005.20048

Por delegação – Vinicius Hamilton do Amaral
Secretário de Administração

Blumenau

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.346/2021

Publicação Nº 3132103

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.346, DE 30 DE JUNHO DE 2021.

ACRESCENTA ARTIGO AO CÓDIGO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Capítulo V, da Lei Complementar nº 84 de 1995, que "INSTITUI O CÓDIGO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU", passa a vigorar acrescido do Art. 106-A, com a seguinte redação:

"Art. 106 - A. Fica estabelecido, no âmbito do município de Blumenau, que laudos e perícias médicas que atestem o Transtorno do Espectro Autista (TEA) terão validade de cinco anos, com termo inicial na data de sua expedição.

§1º Os laudos e perícias médicas que atestem o Transtorno do Espectro Autista (TEA) deverão ser emitidos por médicos especialistas na área, independentemente de sua vinculação ao setor público ou privado.

§2º Os documentos que atestam o Transtorno do Espectro Autista (TEA) terão validade para escolas públicas e privadas, Administração Pública e empresas privadas.

§3º Os documentos que atestem o Transtorno do Espectro Autista (TEA) deverão conter:

- I – nome completo;
- II – filiação;
- III – local e data do nascimento;
- IV – número da carteira de identidade civil;
- V - número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- VI - endereço residencial completo.

§4º A instituição de ensino poderá solicitar novo laudo, havendo avaliação pedagógica escrita justificando os motivos da solicitação" (NR).

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de junho de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 13.274/2021

Publicação Nº 3132107

DECRETO Nº 13.274, DE 23 DE JUNHO DE 2021.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.958, de 16 de dezembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 6.964,30 (seis mil, novecentos e sessenta e quatro reais e trinta centavos), na seguinte dotação orçamentária:

37 – SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

3704 – Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira

Atividade 37.04.18.122.0039.2513 – Manut. Ativ. Gestão Administrativa Financeira Meio Ambiente

Modalidade 4.4.90 (1112) Aplicações Diretas R\$ 6.964,30

Fonte de Recursos 0364.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

37 – SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

3704 – Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira

Atividade 37.04.18.122.0039.2513 – Manut. Ativ. Gestão Administrativa Financeira Meio Ambiente

Modalidade 4.4.90 (1052) Aplicações Diretas R\$ 6.964,30

Fonte de Recursos 0364.00080

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de junho de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 13.284/2021

Publicação Nº 3132109

DECRETO Nº 13.284, DE 29 DE JUNHO DE 2021.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.958, de 16 de dezembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 24.073,20 (vinte e quatro mil, setenta e três reais e vinte centavos), na seguinte dotação orçamentária:

17 – INTENDÊNCIA DISTRITAL DE VILA ITROUPAVA

1702 – Fundo Municipal de Desenvolvimento da Vila Itoupava

Atividade 17.02.04.122.0034.2123 – Manut. Ativ. do Fundo Desenv. da Vila Itoupava

Modalidade 4.4.90 (731) Aplicações Diretas R\$ 24.073,20

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

17 – INTENDÊNCIA DISTRITAL DE VILA ITROUPAVA

1702 – Fundo Municipal de Desenvolvimento da Vila Itoupava

Atividade 17.02.04.122.0034.2123 – Manut. Ativ. do Fundo Desenv. da Vila Itoupava Modalidade 3.3.90 (730) Aplicações Diretas R\$ 24.073,20

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de junho de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 25.521/2021

Publicação Nº 3132111

PORTARIA Nº 25.521, DE 29 DE JUNHO DE 2021.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 102 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e alterações posteriores, regulamentado pelo Decreto nº 8.616, de 1º de fevereiro de 2008, resolve:

CONCEDER gratificação de condução calculada sobre o valor do padrão de vencimento "A", da faixa de vencimento "I", da categoria 7, carga horária de 40 horas semanais, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, previsto na Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, os servidores públicos municipais:

ADRIANO CLAYTON BOEHME, exercendo a função de Motorista – categoria "C", sob o regime jurídico Especial Administrativo (Lei nº 7.564/2010), lotado na Intendência Distrital de Vila Itoupava - IDIVI, GC de 30% (trinta por cento), a contar de 02 de junho 2021, conforme Memorando SEDEAD nº 00180/21.04, de 28 de junho de 2021;

FABIANO PASSOLD, exercendo a função de Motorista – categoria "B", sob o regime jurídico Especial Administrativo (Lei nº 7.564/2010), lotado na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, GC de 10% (dez por cento), a contar de 31 de maio de 2021, conforme Memorando SEDEAD nº 00180/21.04, de 28 de junho de 2021;

ORLANDO CRESPI, exercendo a função de Motorista – categoria "B", sob o regime jurídico Especial Administrativo (Lei nº 7.564/2010),

lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, GC de 10% (dez por cento), a contar de 24 de maio de 2021, conforme Memorando SEDEAD nº 00180/21.04, de 28 de junho de 2021;

RAFAEL DOS SANTOS DE MELLO, exercendo a função de Motorista – categoria “D”, sob o regime jurídico Especial Administrativo (Lei nº 7.564/2010), lotado na Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção - SEURB, GC de 30% (trinta por cento), a contar de 02 de junho de 2021, conforme Memorando SEDEAD nº 00180/21.04, de 28 de junho de 2021;

DANIEL BROCHIER DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista - categoria “C”, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, GC de 30% (trinta por cento), a contar de 21 de junho de 2021, conforme Memorando SEDEAD nº 00181/21.04, de 28 de junho de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de junho de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 25.527/2021

Publicação Nº 3132114

PORTARIA Nº 25.527, DE 30 DE JUNHO DE 2021.

EXONERA EDILAINE KALESKI DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE IMPRENSA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, “a”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, de conformidade com o art. 46, “II” da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, resolve:

EXONERAR, no dia 30 de junho de 2021, EDILAINE KALESKI, do cargo de provimento em comissão de Assessor de Imprensa, símbolo CC-4, na Secretaria Municipal de Comunicação Social - SECOM, nomeada pela Portaria nº 24.810, de 07 de janeiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de junho de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 25.528/2021

Publicação Nº 3132116

PORTARIA Nº 25.528, DE 30 DE JUNHO DE 2021.

NOMEIA EDILAINE KALESKI PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE ADMINISTRATIVO, NO GABINETE DO PREFEITO - GAPREF.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, “a”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR, no dia 1º de julho de 2021,

EDILAINE KALESKI, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente Administrativo, símbolo CC-3, no Gabinete do Prefeito - GAPREF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de junho de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 25.529/2021

Publicação Nº 3132118

PORTARIA Nº 25.529, DE 30 DE JUNHO DE 2021.

CONCEDE EXONERAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MICHELLE ADRIANA MULLER.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “a” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO a servidora pública municipal MICHELLE ADRIANA MULLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Zeladoria, lotada na Intendência Distrital de Vila Itoupava - IDIVI, a contar de 28 de junho de 2021, conforme Processo Administrativo nº 2021/06/3569.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de junho de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

EXTRATO – 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 74/2018

Publicação Nº 3132119

EXTRATO – 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 74/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A SÊNIOR SISTEMAS S/A

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LICENÇA DE USO, ATUALIZAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DE SOFTWARE ESPECIALIZADO EM GESTÃO E ELABORAÇÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS - ISSBLU.

PROCESSO: Pregão Presencial 06-014/2018.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 11 de maio de 2021 até 10 de maio de 2022.

VALOR: Renova-se também o valor total pago à contratada em R\$ 118.111,60 (cento e dezoito mil, cento e onze reais e sessenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 11 de maio de 2021

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 148/2019

Publicação Nº 3132121

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 148/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A CLÍNICA UROLÓGICA BLUMENAU LTDA.

OBJETO: Realização de procedimentos de Litotripsia Extracorpórea, conforme códigos constantes na tabela SIGTAP, aos usuários do Sistema Único de Saúde no Município de Blumenau – SEMUS.

PROCESSO: Inexigibilidade nº 09-49/2019.

PRAZO: Prorroga-se o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de julho de 2021 até 30 de junho de 2022.

VALOR: Renova-se o valor dos serviços que se mantém em R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) mensais, a contar de 01 de julho de 2020, totalizando o valor do contrato em R\$ 90.000,00.

DATA DE ASSINATURA: 10 de junho de 2021

EXTRATO – 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 02/2017

Publicação Nº 3132123

EXTRATO – 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 02/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A ORCALI SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços de vigilância patrimonial desarmada.

PROCESSO: Pregão Presencial nº 122/2016

VALOR: Acrescenta a quantia de R\$ 12.542,03 (doze mil, quinhentos e quarenta e dois reais e três centavos) em decorrência do REAJUSTE do valor do contrato, totalizando R\$ 225.317,92 (duzentos e vinte e cinco mil, trezentos e dezessete reais e noventa e dois centavos).

DATA DE ASSINATURA: 14 de junho de 2021

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 115/2021

Publicação Nº 3132125

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 115/2021

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A DBM COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI.

OBJETO: Locação de imóvel situado no Município de Blumenau, bairro Progresso, Rua Ernestine Ehrhardt, destinado ao funcionamento do C.E.I. Bruno Schreiber.

PROCESSO: Dispensa nº 08-057/2021

VALOR: Reajusta o valor da locação para R\$ 3.267,80 (três mil, duzentos e sessenta e sete reais e oitenta centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 39.213,60 (trinta e nove mil, duzentos e treze reais e sessenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 28 de junho de 2021.

EXTRATO – TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 30.01.003.2020 – TC 05/2020

Publicação Nº 3132127

EXTRATO – TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 30.01.003.2020 – TC 05/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU (SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE)

E A

CRUZ AZUL NO BRASIL

OBJETO: Execução do Projeto “Bate Papo”

PRAZO: 08 (oito) meses, contados de 01 de julho de 2021.

VALOR: R\$74.482,54 (setenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e dois reais e cinquenta e quatro reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Chamamento Público nº 001/2018, Lei Complementar Municipal nº 411/2003, nas correspondentes Leis de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei Complementar nº 101/2000, Lei nº 13.019/2014 com regulamentação no Decreto nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 11.235/2017, Lei Federal nº 8.069/1990, Instrução Normativa TCE/SC nº14/2012, Resolução nº 137/2010 do Conanda, Lei Municipal Autorizativa nº 8.946/2020, art. 1º. LIV e Resoluções CMDCA nº 46/2018, nº 56/2018, nº 001/2019 e nº 26/2021.

SECRETARIA GESTORA: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES

DATA DE ASSINATURA: 23 de junho de 2021

EXTRATO – TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 30.01.005.2020 – TC 004/2020

Publicação Nº 3132130

EXTRATO – TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 30.01.005.2020 – TC 004/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU (SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE)

E A

ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE AMIGOS DOS DEFICIENTES AUDITIVOS - ABADA

OBJETO: Execução do Projeto “Saúde Auditiva”

PRAZO: 13 (treze) meses, contados de 01 de agosto de 2021.

VALOR: R\$ 85.024,19 (oitenta e cinco mil vinte e quatro reais e dezenove centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Chamamento Público nº 001/2018, Lei Complementar Municipal nº 411/2003, nas correspondentes Leis de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei Complementar nº 101/2000, Lei nº 13.019/2014 com regulamentação no Decreto nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 11.235/2017, Lei Federal nº 8.069/1990, Instrução Normativa TCE/SC nº14/2012, Resolução nº 137/2010 do Conanda, Lei Municipal Autorizativa nº 8.946/2020, art. 1º. LX, e Resoluções CMDCA nº 46/2018, nº 56/2018, nº 001/2019 e nº 26/2021.

SECRETARIA GESTORA: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES

DATA DE ASSINATURA: 23 de junho de 2021

EXTRATO – TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 30.01.007.2020 – TC 14/2020

Publicação Nº 3132133

EXTRATO – TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 30.01.007.2020 – TC 14/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU (SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE)

E A

CRUZ AZUL NO BRASIL

OBJETO: Execução do Projeto “Habita Teens”

PRAZO: 10 (dez) meses, contados de 01 de julho de 2021.

VALOR: R\$49.502,28 (quarenta e nove mil quinhentos e dois reais e vinte e oito centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Chamamento Público nº 001/2018, Lei Complementar Municipal nº 411/2003, nas correspondentes Leis de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei Complementar nº 101/2000, Lei nº 13.019/2014 com regulamentação no Decreto nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 11.235/2017, Lei Federal nº 8.069/1990, Instrução Normativa TCE/SC nº14/2012, Resolução nº 137/2010 do Conanda, Lei Municipal Autorizativa nº 8.946/2020, art. 1º. LVII e Resoluções CMDCA nº 46/2018, nº 56/2018, nº 001/2019 e nº 26/2021.

SECRETARIA GESTORA: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES

DATA DE ASSINATURA: 23 de junho de 2021

EXTRATO – TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 30.01.008.2020 – TC 15/2020

Publicação Nº 3132135

EXTRATO – TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 30.01.008.2020 – TC 15/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU (SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE)

E A

CRUZ AZUL NO BRASIL

OBJETO: Execução do Projeto “O Melhor de Mim”

PRAZO: 13 (treze) meses, contados de 01 de julho de 2021.

VALOR: R\$49.921,71 (quarenta e nove mil novecentos e vinte e um reais e setenta e um centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Chamamento Público nº 001/2018, Lei Complementar Municipal nº 411/2003, nas correspondentes Leis de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei Complementar nº 101/2000, Lei nº 13.019/2014 com regulamentação no Decreto nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 11.235/2017, Lei Federal nº 8.069/1990, Instrução Normativa TCE/SC nº14/2012, Resolução nº 137/2010 do Conanda, Lei Municipal Autorizativa nº 8.946/2020, art. 1º. LVI e Resoluções CMDCA nº 46/2018, nº 56/2018, nº 001/2019 e nº 26/2021.

SECRETARIA GESTORA: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES

DATA DE ASSINATURA: 23 de junho de 2021

EXTRATO – TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 30.01.013.2020 – TC 012/2020

Publicação Nº 3132136

EXTRATO – TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 30.01.013.2020 – TC 012/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU (SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE)

E A

ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIOS DE SÃO ROQUE

OBJETO: Execução do Projeto “Corpo em Movimento”

PRAZO: 12 (doze) meses, contados de 01 de julho de 2021.

VALOR: R\$34.429,00 (trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e nove reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Chamamento Público nº 001/2018, Lei Complementar Municipal nº 411/2003, nas correspondentes Leis de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei Complementar nº 101/2000, Lei nº 13.019/2014 com regulamentação no Decreto nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 11.235/2017, Lei Federal nº 8.069/1990, Instrução Normativa TCE/SC nº14/2012, Resolução nº 137/2010 do Conanda, Lei Municipal Autorizativa nº 8.946/2020, art. 1º. LXXI e Resoluções CMDCA nº 46/2018, nº 56/2018, nº 001/2019 e nº 26/2021.

SECRETARIA GESTORA: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES

DATA DE ASSINATURA: 23 de junho de 2021

EXTRATO – TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 30.01.016.2020 – TC 17/2020

Publicação Nº 3132137

EXTRATO – TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 30.01.016.2020 – TC 17/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU (SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE)

E A

ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL LAR BETÂNIA

OBJETO: Execução do Projeto “Futuro Sustentável – Ano II”

PRAZO: 08 (oito) meses, contados de 01 de julho de 2021.

VALOR: R\$39.443,97 (trinta e nove mil quatrocentos e quarenta e três reais e noventa e sete centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Chamamento Público nº 001/2018, Lei Complementar Municipal nº 411/2003, nas correspondentes Leis de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei Complementar nº 101/2000, Lei nº 13.019/2014 com regulamentação no Decreto nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 11.235/2017, Lei Federal nº 8.069/1990, Instrução Normativa TCE/SC nº14/2012, Resolução nº 137/2010 do Conanda, Lei Municipal Autorizativa nº 8.946/2020, art. 1º. LXXVIII e Resoluções CMDCA nº 46/2018, nº 56/2018, nº 001/2019 e nº 26/2021.

SECRETARIA GESTORA: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES

DATA DE ASSINATURA: 23 de junho de 2021

EXTRATO – TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 30.01.015.2020 – TC 016/2020

Publicação Nº 3132138

EXTRATO – TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 30.01.015.2020 – TC 016/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU (SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE)

E A

ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL LAR BETÂNIA

OBJETO: Execução do Projeto “Fazendo Arte”

PRAZO: 10 (dez) meses, contados de 01 de julho de 2021.

VALOR: R\$39.500,25 (trinta e nove mil, quinhentos reais e vinte e cinco centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: Edital de Chamamento Público nº 001/2018, Lei Complementar Municipal nº 411/2003, nas correspondentes Leis de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei Complementar nº 101/2000, Lei nº 13.019/2014 com regulamentação no Decreto nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 11.235/2017, Lei Federal nº 8.069/1990, Instrução Normativa TCE/SC nº14/2012, Resolução nº 137/2010 do Conanda, Lei Municipal Autorizativa nº 8.946/2020, art. 1º. LXXVII e Resoluções CMDCA nº 46/2018, nº 56/2018, nº 001/2019 e nº 26/2021.

SECRETARIA GESTORA: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES

DATA DE ASSINATURA: 23 de junho de 2021

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA Nº 001/2017

Publicação Nº 3132144

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA Nº 001/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O

POLO TECNOLÓGICO DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DA REGIÃO DE BLUMENAU (BLUSOFT)

OBJETO: Desenvolvimento da cogestão da etapa de 2018 do Programa Entra-21-Blusoft, para formar mais de 300 jovens, domiciliados e residentes em Blumenau, dando preferência aos jovens com baixa renda familiar e pessoa com deficiência, ministrando cursos de até 400 horas aulas e duração de até 06 meses, com competências em tecnologias da informação, oferecendo treinamento totalmente gratuito ao aluno, incluindo material didático e transporte, visando a absorção deste no mercado de trabalho pelas empresas de TI.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n. 9.790/1999 e alterações; Decreto Federal n. 3.100/1999; e Instrução Normativa TC/SC n. 14/2012; Processo GRP 69/2017.

SECRETARIA GESTORA: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Empreendedorismo.

ALTERAÇÃO: Alteram-se as cláusulas segunda, quarta e quinta do termo de parceria.

VALOR: Acrescenta a quantia de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 01 de julho de 2021.

PORTARIA SEMOB Nº 040/2021

Publicação Nº 3132146

PORTARIA SEMOB Nº 040, DE 29 DE JUNHO DE 2021.

DESIGNA O SERVIDOR JONATHAN RAFAEL OTTO, ENGENHEIRO CIVIL, PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 2021/163, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI

MICHAEL MAIOCHI, Secretário Municipal de Obras do Município de Blumenau, no uso das atribuições, e com fundamento no art. 58, III c/ cart. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como no § 3º, do art. 7º do Decreto Municipal nº 9.365, de 05 de abril de 2011, resolve:

DESIGNAR o servidor público municipal Jonathan Rafael Otto, Engenheiro Civil, matrícula nº. 23162-5, CREA/SC nº. 129.486-9, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 2021/163, firmado entre o Município de Blumenau, por meio da Secretaria Municipal de Obras e a empresa Lajetubos Artefatos e Serviços Eireli, CNPJ nº. 02.267.742/0001-03, que tem por objeto a execução da obra de obra de infraestrutura com pavimentação em piso intertravado da Rua Marconi, bairro Itoupavazinha, Blumenau/SC, conforme planilhas, cronograma físico financeiro e demais especificações constantes no edital de licitação na modalidade Concorrência nº 03-022/2021. Fonte de Recurso: Contrato de Repasse nº. 896653/2019 – Ministério do Desenvolvimento Regional e contrapartida com recursos próprios.

Blumenau, 29 de Junho de 2021.

MICHAEL MAIOCHI
Secretário Municipal de Obras

Ciência do Fiscal: _____

Nome: _____

Data da Ciência: ____/____/____

Declaro ter ciência dos termos editalícios e contratuais na sua totalidade.

PORTARIA SEMUS Nº 638/2021

Publicação Nº 3132148

PORTARIA SEMUS Nº 638, DE 21 DE MAIO DE 2021.

CRIA E DENOMINA DE HEINZ SCHRADER O AMBULATÓRIO GERAL LOCALIZADO NA RUA REPÚBLICA ARGENTINA - PONTA AGUDA

WINNETOU MICHEL KRAMBECK, no uso de suas atribuições de Gestor Municipal de Saúde estabelecidas no artigo 18 da Lei nº 8.080/90 e com base no artigo 14 da Lei Complementar nº 1.234, de 06 de junho de 2019, e art. 1º do Decreto nº 10.038 de 15 de junho de 2013; RESOLVE:

Art.1º Criar o Ambulatório Geral, localizado na Rua República Argentina, 2.077 – Bairro Ponta Aguda

Art.2º Nomear a unidade criada nesta portaria de Ambulatório Geral "Heinz Schrader".

Art.3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua data de publicação.

Blumenau (SC), em 21 de maio de 2021.

WINNETOU MICHEL KRAMBECK
Secretário Municipal de Promoção da Saúde
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

PORTARIA SEMUS Nº 639/2021

Publicação Nº 3132149

PORTARIA SEMUS Nº 639, DE 21 DE MAIO DE 2021.

CRIA E DENOMINA AFONSO BALSINI A UNIDADE DE SAÚDE ESF - ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA LOCALIZADA NA RUA JOSÉ REUTER

WINNETOU MICHEL KRAMBECK, no uso de suas atribuições de Gestor Municipal de Saúde estabelecidas no artigo 18 da Lei nº 8.080/90 e com base no artigo 14 da Lei Complementar nº 1.234, de 06 de junho de 2019, e art. 1º do Decreto nº 10.038 de 15 de junho de 2013; RESOLVE:

Art.1º Criar a Unidade de Saúde ESF - Estratégia de Saúde da Família, localizada na rua José Reuter, 2412 – Bairro Velha Central.

Art.2º Nomear a unidade criada nesta portaria de ESF "Afonso Balsini".

Art.3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua data de publicação.

Blumenau (SC), em 21 de maio de 2021.

WINNETOU MICHEL KRAMBECK
Secretário Municipal de Promoção da Saúde
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

PORTARIA SEMUS Nº 640/2021

Publicação Nº 3132150

PORTARIA SEMUS Nº 640, DE 21 DE MAIO DE 2021.

CRIA E DENOMINA AFONSO RABE A UNIDADE DE SAÚDE ESF - ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA LOCALIZADA NA RUA URUGUAIANA

WINNETOU MICHEL KRAMBECK, no uso de suas atribuições de Gestor Municipal de Saúde estabelecidas no artigo 18 da Lei nº 8.080/90 e com base no artigo 14 da Lei Complementar nº 1.234, de 06 de junho de 2019, e art. 1º do Decreto nº 10.038 de 15 de junho de 2013; RESOLVE:

Art.1º Criar a Unidade de Saúde ESF - Estratégia de Saúde da Família, localizada na Rua Uruguaiana, 411 – Bairro República Argentina.

Art.2º Nomear a unidade criada nesta portaria de ESF "Afonso Rabe".

Art.3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua data de publicação.

Blumenau (SC), em 21 de maio de 2021.

WINNETOU MICHEL KRAMBECK
Secretário Municipal de Promoção da Saúde
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

PORTARIA SEMUS Nº 641/2021

Publicação Nº 3132151

PORTARIA SEMUS Nº 641, DE 21 DE MAIO DE 2021.

CRIA E DENOMINA ÂNGELO DE CAETANO A UNIDADE DE SAÚDE ESF - ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA LOCALIZADA NA RUA GODO-FREDO RANGEL

WINNETOU MICHEL KRAMBECK, no uso de suas atribuições de Gestor Municipal de Saúde estabelecidas no artigo 18 da Lei nº 8.080/90 e com base no artigo 14 da Lei Complementar nº 1.234, de 06 de junho de 2019, e art. 1º do Decreto nº 10.038 de 15 de junho de 2013; RESOLVE:

Art.1º Criar a Unidade de Saúde ESF - Estratégia de Saúde da Família, localizada na Rua Godofredo Rangel, 100 – Bairro Fidélis.

Art.2º Nomear a unidade criada nesta portaria de ESF "Ângelo de Caetano".

Art.3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua data de publicação.

Blumenau (SC), em 21 de maio de 2021.

WINNETOU MICHEL KRAMBECK
Secretário Municipal de Promoção da Saúde
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

PORTARIA SEMUS Nº 642/2021

Publicação Nº 3132154

PORTARIA SEMUS Nº 642, DE 21 DE MAIO DE 2021.

CRIA E DENOMINA ARÃO REBELO A UNIDADE DE SAÚDE ESF - ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA LOCALIZADA NA RUA FRANZ MULLER

WINNETOU MICHEL KRAMBECK, no uso de suas atribuições de Gestor Municipal de Saúde estabelecidas no artigo 18 da Lei nº 8.080/90 e com base no artigo 14 da Lei Complementar nº 1.234, de 06 de junho de 2019, e art. 1º do Decreto nº 10.038 de 15 de junho de 2013;
RESOLVE:

Art.1º Criar a Unidade de Saúde ESF - Estratégia de Saúde da Família, localizada na rua Franz Muller, 1950 – Bairro Velha Central.

Art.2º Nomear a unidade criada nesta portaria de ESF "Arão Rebelo".

Art.3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua data de publicação.

Blumenau (SC), em 21 de maio de 2021.

WINNETOU MICHEL KRAMBECK
Secretário Municipal de Promoção da Saúde
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

PORTARIA SEMUS Nº 643/2021

Publicação Nº 3132157

PORTARIA SEMUS Nº 643, DE 21 DE MAIO DE 2021.

CRIA E DENOMINA ARTHUR HELLMUTH GUILHERME RIEDEL A UNIDADE DE SAÚDE ESF - ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA LOCALIZADA NA RUA BRUNO SCHREIBER

WINNETOU MICHEL KRAMBECK, no uso de suas atribuições de Gestor Municipal de Saúde estabelecidas no artigo 18 da Lei nº 8.080/90 e com base no artigo 14 da Lei Complementar nº 1.234, de 06 de junho de 2019, e art. 1º do Decreto nº 10.038 de 15 de junho de 2013;
RESOLVE:

Art.1º Criar a Unidade de Saúde ESF - Estratégia de Saúde da Família, localizada na Rua Bruno Schreiber, 2315 – Bairro Progresso.

Art.2º Nomear a unidade criada nesta portaria de ESF "Arthur Hellmuth Guilherme Riedel".

Art.3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua data de publicação.

Blumenau (SC), em 21 de maio de 2021.

WINNETOU MICHEL KRAMBECK
Secretário Municipal de Promoção da Saúde
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

PORTARIA SEMUS Nº 644/2021

Publicação Nº 3132160

PORTARIA SEMUS Nº 644, DE 21 DE MAIO DE 2021.

CRIA E DENOMINA BENEDITO CAMARGO ROCHA A UNIDADE DE SAÚDE ESF - ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA LOCALIZADA NA RUA SANTA TEREZINHA

WINNETOU MICHEL KRAMBECK, no uso de suas atribuições de Gestor Municipal de Saúde estabelecidas no artigo 18 da Lei nº 8.080/90 e com base no artigo 14 da Lei Complementar nº 1.234, de 06 de junho de 2019, e art. 1º do Decreto nº 10.038 de 15 de junho de 2013;
RESOLVE:

Art.1º Criar a Unidade de Saúde ESF - Estratégia de Saúde da Família, localizada na rua Santa Terezinha, 295 – Bairro Progresso.

Art.2º Nomear a unidade criada nesta portaria de ESF "Benedito Camargo Rocha".

Art.3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua data de publicação.

Blumenau (SC), em 21 de maio de 2021.

WINNETOU MICHEL KRAMBECK
Secretário Municipal de Promoção da Saúde
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

PORTARIA SEMUS Nº 645/2021

Publicação Nº 3132163

PORTARIA SEMUS Nº 645, DE 21 DE MAIO DE 2021.

CRIA E DENOMINA DR. WILSON SANTHIAGO A UNIDADE DE SAÚDE ESF - ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA LOCALIZADA NA RUA ANTÔNIO ZENDRON

WINNETOU MICHEL KRAMBECK, no uso de suas atribuições de Gestor Municipal de Saúde estabelecidas no artigo 18 da Lei nº 8.080/90 e com base no artigo 14 da Lei Complementar nº 1.234, de 06 de junho de 2019, e art. 1º do Decreto nº 10.038 de 15 de junho de 2013; RESOLVE:

Art.1º Criar a Unidade de Saúde ESF - Estratégia de Saúde da Família, localizada na Rua Antônio Zendron, 1625 – Bairro Valparaíso.

Art.2º Nomear a unidade criada nesta portaria de ESF "Dr. Wilson Santhiago".

Art.3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua data de publicação.

Blumenau (SC), em 21 de maio de 2021.

WINNETOU MICHEL KRAMBECK
Secretário Municipal de Promoção da Saúde
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

PORTARIA SEMUS Nº 646/2021

Publicação Nº 3132164

PORTARIA SEMUS Nº 646, DE 21 DE MAIO DE 2021.

cria e denomina ENFERMEIRA TÂNIA LEITE a unidade de saúde ESF - Estratégia de Saúde da Família localizada na Rua Francisco Benigno

WINNETOU MICHEL KRAMBECK, no uso de suas atribuições de Gestor Municipal de Saúde estabelecidas no artigo 18 da Lei nº 8.080/90 e com base no artigo 14 da Lei Complementar nº 1.234, de 06 de junho de 2019, e art. 1º do Decreto nº 10.038 de 15 de junho de 2013; RESOLVE:

Art.1º Criar a Unidade de Saúde ESF - Estratégia de Saúde da Família, localizada na Rua Francisco Benigno, 55 – Bairro: Jordão.

Art.2º Nomear a unidade criada nesta portaria de ESF "Enfermeira Tânia Leite".

Art.3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua data de publicação.

Blumenau (SC), em 21 de maio de 2021.

WINNETOU MICHEL KRAMBECK
Secretário Municipal de Promoção da Saúde
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

PORTARIA SEMUS Nº 647/2021

Publicação Nº 3132170

PORTARIA SEMUS Nº 647, DE 21 DE MAIO DE 2021.

cria e denomina FRANZ ZIMDARS a unidade de saúde ESF - Estratégia de Saúde da Família localizada na Rua Erwin Manske

WINNETOU MICHEL KRAMBECK, no uso de suas atribuições de Gestor Municipal de Saúde estabelecidas no artigo 18 da Lei nº 8.080/90 e com base no artigo 14 da Lei Complementar nº 1.234, de 06 de junho de 2019, e art. 1º do Decreto nº 10.038 de 15 de junho de 2013; RESOLVE:

Art.1º Criar a Unidade de Saúde ESF - Estratégia de Saúde da Família, localizada na rua Erwin Manzke, próximo ao nº 5607 - Vila Itoupava.

Art.2º Nomear a unidade criada nesta portaria de ESF "Franz Zimdars".

Art.3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua data de publicação.

Blumenau (SC), em 24 de maio de 2021.

WINNETOU MICHEL KRAMBECK
Secretário Municipal de Promoção da Saúde
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

PORTARIA SEMUS Nº 648/2021

Publicação Nº 3132171

PORTARIA SEMUS Nº 648, DE 21 DE MAIO DE 2021.

cria e denomina FREDERICO JENSEN a unidade de saúde ESF - Estratégia de Saúde da Família localizada na Rua Frederico Jensen

WINNETOU MICHEL KRAMBECK, no uso de suas atribuições de Gestor Municipal de Saúde estabelecidas no artigo 18 da Lei nº 8.080/90 e com base no artigo 14 da Lei Complementar nº 1.234, de 06 de junho de 2019, e art. 1º do Decreto nº 10.038 de 15 de junho de 2013; RESOLVE:

Art.1º Criar a Unidade de Saúde ESF - Estratégia de Saúde da Família, localizada na rua Frederico Jensen, 988 – Bairro: Itoupavazinha.

Art.2º Nomear a unidade criada nesta portaria de ESF "Frederico Jensen".
Art.3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua data de publicação.

Blumenau (SC), em 21 de maio de 2021.

WINNETOU MICHEL KRAMBECK
Secretário Municipal de Promoção da Saúde
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

PORTARIA SEMUS Nº 649/2021

Publicação Nº 3132172

PORTARIA SEMUS Nº 649, DE 21 DE MAIO DE 2021.

CRIA E DENOMINA GERMANO PUFF A UNIDADE DE SAÚDE ESF - ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA LOCALIZADA NA RUA 1º DE JANEIRO

WINNETOU MICHEL KRAMBECK, no uso de suas atribuições de Gestor Municipal de Saúde estabelecidas no artigo 18 da Lei nº 8.080/90 e com base no artigo 14 da Lei Complementar nº 1.234, de 06 de junho de 2019, e art. 1º do Decreto nº 10.038 de 15 de junho de 2013; RESOLVE:

Art.1º Criar a Unidade de Saúde ESF - Estratégia de Saúde da Família, localizada na Rua 1º de Janeiro, 74 – Bairro: Itoupava Norte.

Art.2º Nomear a unidade criada nesta portaria de ESF "Germano Puff".

Art.3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua data de publicação.

Blumenau (SC), em 21 de maio de 2021.

WINNETOU MICHEL KRAMBECK
Secretário Municipal de Promoção da Saúde
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

PORTARIA SEMUS Nº 650/2021

Publicação Nº 3132173

PORTARIA SEMUS Nº 650, DE 21 DE MAIO DE 2021.

CRIA E DENOMINA GILSON PIVA A UNIDADE DE SAÚDE ESF - ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA LOCALIZADA NA RUA JARDIM GERMÂNICO

WINNETOU MICHEL KRAMBECK, no uso de suas atribuições de Gestor Municipal de Saúde estabelecidas no artigo 18 da Lei nº 8.080/90 e com base no artigo 14 da Lei Complementar nº 1.234, de 06 de junho de 2019, e art. 1º do Decreto nº 10.038 de 15 de junho de 2013; RESOLVE:

Art.1º Criar a Unidade de Saúde ESF - Estratégia de Saúde da Família, localizada na rua Jardim Germânico, S/N – Bairro: Itoupavazinha.

Art.2º Nomear a unidade criada nesta portaria de ESF "Gilson Piva".

Art.3º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua data de publicação.

Blumenau (SC), em 21 de maio de 2021.

WINNETOU MICHEL KRAMBECK
Secretário Municipal de Promoção da Saúde
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 006/2021

Publicação Nº 3132176

EDITAL DE CONVOCAÇÃO no 006/2021

MARIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso XXIV, do artigo 59, da Lei Orgânica do Município e da Lei Complementar no 1181 de 02 de abril de 2018, e Decreto Municipal no 12.717 08 de julho de 2020, torna público e CONVOCA todos os cidadãos interessados para participarem da

AUDIÊNCIA PÚBLICA

a realizar-se no dia 15 de Julho de 2021, das 19h00 às 22h00 horas, destinada à apresentação do ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA – EIV no 013/2020, Autos do Processo Administrativo no 2020/22.777, referente a Implantação de Condomínio de Uso Misto (Residencial Unifamiliar e Comercial).

A duração da Audiência é de 03 (três) horas (180 minutos). Estima-se que a abertura e conclusão da sessão tenha duração de 15 minutos, a apresentação 60 minutos, a resposta aos questionamentos 90 minutos e o encerramento 15 minutos totalizando 180 (cento e oitenta)

minutos.
O link com o conteúdo da Audiência Pública e o formulário de inscrições podem ser acessados pelo QRcode e através da página eletrônica do Município de Blumenau, no endereço abaixo:
<https://www.blumenau.sc.gov.br/governo/secretaria-de-desenvolvimento-urbano/pagina/eivs-seplan>

Aponte a câmera ou leitor para acessar o formulário de inscrição e o conteúdo da audiência:

SOBRE A REALIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS EM FORMATO HÍBRIDO:

A audiência Pública em formato híbrido será realizada virtualmente em sala de reuniões virtual na plataforma Google Meet, cujo acesso será dado por ordem de entrada na (s) sala (s) virtual(is), O endereço para participação será encaminhado aos inscritos até 30 minutos antes da realização da audiência.

A audiência Pública em formato presencial ocorrerá no Restaurante anexo a AABB (Associação Atlética Banco do Brasil), localizado na Rua Paraguai no 90 – bairro Ponta Aguda – Blumenau/SC, limitado a 100 participantes presenciais e o acesso será dado por ordem de inscrição através do formulário: <https://bit.ly/35VP4fn>. O Número de participantes pode ser alterado para mais ou para menos consoante às regras sanitárias em vigor.

A audiência também será transmitida ao vivo através da plataforma "Youtube" e os inscritos poderão interagir via chat no endereço: <https://youtu.be/MtrCDyYjm9Y>

Os (as) interessados (as) em participar da Audiência Pública no formato virtual ou presencial deverão realizar inscrição prévia. A inscrição poderá ser feita pessoalmente, na Secretaria de Planejamento Urbano, Sala 45, na Prefeitura de Blumenau, Praça Victor Konder, 2 - Centro - CEP 89010-904 - Blumenau - SC, pelo WhatsApp (47) 99272-5553 ou e-mail pontadavilaparque@gmail.com, informando nome completo, endereço completo, profissão, data de nascimento, CPF e telefone, ou ainda através do formulário <https://bit.ly/35VP4fn>. As inscrições presenciais podem ser feitas de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30.

Obs.: Serão aceitas inscrições para as salas virtuais efetuadas até 3 horas antes da realização da audiência. As inscrições presenciais serão aceitas até o atingimento do limite de vagas disponíveis. Eventuais inscrições após esses períodos dependerão da capacidade de disponibilização do link de acesso à sala virtual ou de vagas disponíveis no local físico da realização da audiência.

IMPORTANTE:

1. A participação em audiência é condicionada à prévia inscrição dos participantes e ao preenchimento da inscrição com dados válidos, para controle regimental e das regras sanitárias.
2. Perguntas e comentários via chat do Youtube, do Google Meet ou presencialmente estão condicionados à prévia inscrição conforme regimento interno e à pertinência em relação ao tema.
3. Caso pretenda se manifestar antecipadamente o inscrito poderá enviar seus questionamentos via e-mail pelo endereço pontadavilaparque@gmail.com, ou fazê-los presencialmente. Serão registrados questionamentos e manifestações de pessoas previamente inscritas, para controle e identificação dos manifestantes.
4. Para as pessoas com dificuldade pessoal de acesso a computador ou internet, que não conseguirem participar presencialmente devido à lotação máxima do recinto, será facultado um espaço com computador para participação na sala virtual ou acompanhar a transmissão do evento via youtube, garantindo a eventual manifestação. Haverá computador disponível no prédio da Prefeitura Municipal, Sala 45.
5. Para as pessoas inscritas no formato presencial será exigida a utilização correta de máscara facial e o cumprimento das medidas de distanciamento para o cumprimento das regras sanitárias.

Blumenau, 01 de julho de 2021.

MARIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMI Nº 09/2021

Publicação Nº 3132177

RESOLUÇÃO CMI Nº 09/2021

APROVA A RENOVAÇÃO DA INSCRIÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS - ILPI "CASA SANTA ANA", NO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO - CMI.

O Conselho Municipal do Idoso – CMI, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003; pela Lei Complementar nº 906, de 12 de setembro de 2013 e de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária, em 29 de junho de 2021 e,

CONSIDERANDO:

- a Resolução nº. 001/2008, do Conselho Municipal do Idoso de Blumenau, que dispõe sobre o registro de Instituições Governamentais e Não-Governamentais de atendimento ao idoso na modalidade: Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI;
- a Resolução nº. 002/2009, do Conselho Municipal do Idoso de Blumenau que aprova a inscrição da ILPI "Casa Santa Ana";
- o Parecer Favorável da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação – CPNR, para a renovação da inscrição da ILPI "Casa Santa Ana", em reunião realizada no dia 17 de junho de 2021, conforme consta no Relatório CPNR nº. 06/2021;
- a aprovação em Plenária Ordinária do CMI, datada de 29 de junho de 2021, da renovação da referida inscrição, conforme consta na Ata

nº. 05/2021.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a renovação da inscrição da ILPI – “Casa Santa Ana”, CNPJ nº. 00.059.954/0003-31, situada à Rua Grevsmuehl, 315, Bairro Glória, Blumenau, SC, CEP: 89025-200, no Conselho Municipal do Idoso – CMI, sob nº. 01/2009, com validade até 29 de junho de 2024;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 29 de junho de 2021.

Lorita Jeny Neitzke

Coordenadora do Conselho Municipal do Idoso

Gestão 2019 –2021

RESOLUÇÃO CMI Nº 10/2021

Publicação Nº 3132190

RESOLUÇÃO CMI Nº 10/2021

APROVA A INSCRIÇÃO DO PROGRAMA “ASILAR” DA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANENCIA PARA IDOSOS- ILPI “CASA PARA IDOSOS LUZ DIVINA EIRELI”, NO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO.

O Conselho Municipal do Idoso – CMI, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar nº 906, de 12 de setembro de 2013 e de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária, em 29 de junho de 2021 e,

CONSIDERANDO:

- a Resolução CMI nº 12/2018, 24 de abril de 2018, que dispõe sobre a inscrição no Conselho Municipal do Idoso, das organizações governamentais e não governamentais, com ou sem fins lucrativos, dos seus respectivos programas de atendimento;
- o requerimento da Instituição de Longa Permanência para Idosos “Casa para idosos Luz Divina Eireli” para a inscrição do seu Programa;
- o Relatório de visita técnica de monitoramento na Instituição de Longa Permanência para Idosos “Casa para idosos Luz Divina Eireli”, em 17 de março de 2021;
- o Parecer favorável da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação – CPNR em seu Relatório nº 06/2021, datado 17 de junho de 2021, para Inscrição do Programa “Asilar” da Instituição de Longa Permanência para Idosos “Casa para idosos Luz Divina Eireli”;
- deliberação do Conselho Municipal do Idoso – CMI, que aprovou a referida inscrição, em Plenária Ordinária, realizada em 29 de junho de 2021, conforme consta na Ata nº05/2021,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a inscrição do Programa “Asilar” da Instituição de Longa Permanência para Idosos “Casa para idosos Luz Divina Eireli”, CNPJ nº 17.273.076/0001-93, situada à Rua Professor Joaquim de Salles, nº 111, Bairro Itoupava Seca, Blumenau SC, CEP: 89030-430, no Conselho Municipal do Idoso – CMI, sob nº 01/2021, com validade até 29 de junho de 2024.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 29 de junho de 2021.

Lorita Jeny Neitzke

Coordenadora do Conselho Municipal do Idoso

Gestão 2019 –2021

RESOLUÇÃO CMI Nº 11/2021

Publicação Nº 3132192

RESOLUÇÃO CMI Nº 11/2021

APROVA A INSCRIÇÃO DO PROGRAMA “ASILAR” DA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANENCIA PARA IDOSOS - ILPI “LAR de IDOSOS NOVO AMANHECER”, NO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO.

O Conselho Municipal do Idoso – CMI, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar nº 906, de 12 de setembro de 2013 e de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária, em 29 de junho de 2021 e,

CONSIDERANDO:

- a Resolução CMI nº 12/2018, 24 de abril de 2018, que dispõe sobre a inscrição no Conselho Municipal do Idoso, das organizações governamentais e não governamentais, com ou sem fins lucrativos, dos seus respectivos programas de atendimento;
- a Resolução nº. 017/2018, do Conselho Municipal do Idoso de Blumenau que cancela a inscrição da ILPI “Lar de idosos Novo Amanhecer”;
- o requerimento da Instituição de Longa Permanência para Idosos “Lar de idosos Novo Amanhecer” para a inscrição do seu Programa;
- o Relatório de visita técnica de monitoramento na Instituição de Longa Permanência para Idosos “Lar de idosos Novo Amanhecer”, em 17 de março de 2021;
- o Parecer favorável da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação – CPNR em seu Relatório nº 06/2021, datado 17 de junho de

2021, para Inscrição do Programa "Asilar" da Instituição de Longa Permanência para Idosos "Lar de idosos Novo Amanhecer";
- deliberação do Conselho Municipal do Idoso – CMI, que aprovou a referida inscrição, em Plenária Ordinária, realizada em 29 de junho de 2021, conforme consta na Ata nº05/2021,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a inscrição do Programa "Asilar" da Instituição de Longa Permanência para Idosos "Lar de idosos Novo Amanhecer", CNPJ nº 21.481.625/0001-92, situada à Rua Hermann Tribess, nº 81, Bairro Tribess, Blumenau SC, CEP: 89057-300, no Conselho Municipal do Idoso – CMI, sob nº 02/2021, com validade até 29 de junho de 2024.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 29 de junho de 2021.

Lorita Jeny Neitzke
Coordenadora do Conselho Municipal do Idoso
Gestão 2019 –2021

RESOLUÇÃO CMI Nº 12/2021

Publicação Nº 3132194

RESOLUÇÃO CMI Nº 12/2021

APROVA A RENOVAÇÃO DA INSCRIÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS - ILPI "LAR SANTA CLARA LTDA", NO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO - CMI.

O Conselho Municipal do Idoso – CMI, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003; pela Lei Complementar nº 906, de 12 de setembro de 2013 e de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária, em 29 de junho 2021 e,

CONSIDERANDO:

- a Resolução nº. 001/2008, do Conselho Municipal do Idoso de Blumenau, que dispõe sobre o registro de Instituições Governamentais e Não-Governamentais de atendimento ao idoso na modalidade: Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI;
- a Resolução nº. 004/2015, do Conselho Municipal do Idoso de Blumenau que aprova a inscrição da ILPI "Lar Santa Clara Ltda";
- o Parecer Favorável da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação – CPNR, para a renovação da inscrição da ILPI "Lar Santa Clara Ltda", em reunião realizada no dia 17 de junho de 2021, conforme consta no Relatório CPNR nº. 06/2021;
- a aprovação em Plenária Ordinária do CMI, datada de 29 de junho de 2021, da renovação da referida inscrição, conforme consta na Ata nº. 05/2021.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a renovação da inscrição da ILPI – "Lar Santa Clara Ltda", CNPJ nº. 03.294.598/0001-67, situada à Rua Benjamin Constant, 2300, Bairro Vila Nova, Blumenau, SC, CEP: 89037-500, no Conselho Municipal do Idoso – CMI, sob nº01/2015, com validade até 29 de junho de 2024;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 29 de junho de 2021.

Lorita Jeny Neitzke
Coordenadora do Conselho Municipal do Idoso
Gestão 2019 –2021

RESOLUÇÃO CMI Nº 13/2021

Publicação Nº 3132195

RESOLUÇÃO CMI Nº 13/2021

APROVA A INSCRIÇÃO DO PROGRAMA "ASILAR" DA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANENCIA PARA IDOSOS - ILPI "CASA DE REPOUSO SAGRADO CORAÇÃO", NO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO.

O Conselho Municipal do Idoso – CMI, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar nº 906, de 12 de setembro de 2013 e de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária, em 29 de junho de 2021 e,

CONSIDERANDO:

- a Resolução CMI nº 12/2018, 24 de abril de 2018, que dispõe sobre a inscrição no Conselho Municipal do Idoso, das organizações governamentais e não governamentais, com ou sem fins lucrativos, dos seus respectivos programas de atendimento;
- o requerimento da Instituição de Longa Permanência para Idosos "Casa de Repouso Sagrado Coração" para a inscrição do seu Programa;
- o Relatório de visita técnica de monitoramento na Instituição de Longa Permanência para Idosos "Casa de Repouso Sagrado Coração", em 17 de março de 2021;
- o Parecer favorável da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação – CPNR em seu Relatório nº 06/2021, datado 17 de junho de

2021, para Inscrição do Programa "Asilar" da Instituição de Longa Permanência para Idosos "Casa de Repouso Sagrado Coração";
- deliberação do Conselho Municipal do Idoso – CMI, que aprovou a referida inscrição, em Plenária Ordinária, realizada em 29 de junho de 2021, conforme consta na Ata nº05/2021,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a inscrição da ILPI – "Casa de Repouso Sagrado Coração", CNPJ nº. 34.218.566/0001-06, situada à Rua Professor Max Humpl, 955, Bairro Salto do Norte, Blumenau, SC, CEP: 89065-500, no Conselho Municipal do Idoso – CMI, sob nº. 03/2021, com validade até 29 de junho de 2024;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 29 de junho de 2021.

Lorita Jery Neitzke
Coordenadora do Conselho Municipal do Idoso
Gestão 2019 –2021

RESOLUÇÃO CMI Nº 14/ 2021

Publicação Nº 3132196

RESOLUÇÃO CMI Nº 14/2021

APROVA AS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS DOS MESES, MARÇO, ABRIL E MAIO 2021 DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO – FMI.

O Conselho Municipal do Idoso – CMI, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar nº 906, de 12 de setembro de 2013 e de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária, em 29 de junho de 2021.

CONSIDERANDO:

- Decreto nº 11.808, de 25 de junho de 2018 que institui o novo Regulamento do Fundo Municipal do Idoso – FMI;
- o parecer favorável da Comissão Permanente de Finanças e Captação - CPFC, que analisou as Movimentações Financeiras de março, abril e maio de 2021 em reunião realizada no dia 16 de junho de 2021, conforme consta no Relatório CPFC nº 06/2021;
- a deliberação do Conselho Municipal do Idoso – CMI, que aprovou as referidas Movimentações Financeiras em Plenária Ordinária, realizada em 29 de junho de 2021, conforme consta na Ata nº05/2021,

RESOLVE:

Art.1º Aprovar as Movimentações Financeiras do Fundo Municipal do Idoso – FMI, dos meses de março, abril e maio de 2021, com os seguintes valores:

I – Mês de março de 2021, receita com o valor de R\$ 409,64 (quatrocentos e nove reais e sessenta e quatro centavos), de acordo com a aplicação financeira. Sendo o saldo final, somadas a doação e aplicação financeira, no valor de R\$ 1.083.116,08 (um milhão, oitenta e três mil, cento e dezesseis reais e oito centavos).

II – Mês de abril de 2021, receitas no valor de R\$ 736,51 (setecentos e trinta e seis reais e cinq-enta e um centavos), de acordo com aplicação financeira. Sendo o saldo final, somadas a doação e aplicação financeira, no valor de R\$ 1.127.953,48 (um milhão, cento e vinte e sete mil, novecentos e cinq-enta e três reais e quarenta e oito centavos).

III – Mês de maio de 2021, receitas no valor de R\$ 1.358,85 (um mil, trezentos e cinq-enta e oito reais e oitenta e cinco centavos), de acordo com a aplicação financeira. Sendo o saldo final, somadas a doação e aplicação financeira, no valor de R\$ 1.135.376,34 (um milhão, cento e trinta e cinco mil, trezentos e setenta e seis reais e trinta e quatro centavos).

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 29 de junho de 2021.

LORITA JERY NEITZKE
Coordenadora do Conselho Municipal do Idoso
Gestão 2019 – 2021

RESOLUÇÃO CMI Nº 15/2021

Publicação Nº 3132198

RESOLUÇÃO CMI Nº. 15/2021

APROVA O EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.01/2021 COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROJETOS INOVADORES E/OU COMPLEMENTARES QUE TENHAM COMO OBJETO A EXECUÇÃO DE AÇÕES VOLTADAS À PROMOÇÃO, PROTEÇÃO, DEFESA E ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA, RESIDENTE E DOMICILIADA NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU - SC NAS MODALIDADES : a) CHANCELA AUTORIZATIVA PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS/FORMAÇÃO DE BANCO DE PROJETOS e b) FINANCIAMENTO.

O Conselho Municipal do Idoso – CMI, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 10.741, de 01 de outubro de 2003; pela Lei Complementar nº. 906, de 12 de setembro de 2013 e de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária, em 29 de junho de 2021.

CONSIDERANDO:

- o Decreto n. 11.381, de 14 de julho de 2017 que homologa as alterações do Regimento Interno do Conselho Municipal do Idoso;
- a Portaria Municipal nº 21.663 de 09 de dezembro de 2019 que nomeia os Conselheiros governamentais e não governamentais do Conselho Municipal do Idoso – CMI, Biênio 2019/2021;
- conforme Decreto Municipal nº8358 que aprova o Regimento interno do Conselho Municipal do Idoso em Secção III, art.16 do mandato da Mesa Coordenadora.
- portaria SEMUDES nº 17 De 12 de maio de 2021 que em seu Artigo primeiro resolve: designar membros para formação de Comissão de Elaboração de Edital de Chamamento Público, para financiamento de projetos através do Fundo Municipal do Idoso, a ser construído nos termos da Lei Federal nº 13.019 de 31 de Julho de 2014 e alterações;
- a reunião da Comissão Especial Edital FMI que ocorreu em 10 de junho de 2021, conforme relatório nº 02/2021;
- a deliberação do Conselho Municipal do Idoso – CMI em Plenária Ordinária realizada em 29 de junho de 2021, de aprovação da proposta do Edital nº 01/2021, de Projetos de Chamamento Público do Fundo Municipal do Idoso – FMI, conforme consta na Ata nº05/2021,

RESOLVE: Aprovar o Edital de Chamamento Público Nº 01/2021 com a finalidade de selecionar projetos inovadores e/ou complementares que tenham como objeto a execução de ações voltadas à promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da pessoa idosa, residente e domiciliada no município de Blumenau/SC nas modalidades: a) chancela autorizativa para captação de recursos/formação de banco de projetos e b) financiamento.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 29 de junho de 2021.

Lorita Jeny Neitzke
Coordenadora do Conselho Municipal do Idoso
Gestão 2019/2021

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 36/2021

Publicação Nº 3132200

RESOLUÇÃO Nº. 36/2021

APROVA O EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 001/2021, QUE TEM COMO OBJETO A SELEÇÃO DE PROJETOS DE CUNHO SOCIAL, COMPLEMENTARES E/OU INOVADORES, VOLTADOS À POLÍTICA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, PARA COMPOSIÇÃO DE BANCO DE PROJETOS, COMPOSTO POR PROPOSTAS DE TRABALHO APRESENTADAS PELAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, A SEREM FINANCIADOS ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº. 411, de 01 de agosto de 2003, e com base no seu Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº. 7.556 de 24 de novembro de 2003, a Deliberação da Plenária Extraordinária do CMDCA realizada em 01/07/2021 conforme consta na Ata 14/2021,

Considerando:

- a Lei 8.069/1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;
- as Leis Federais 13.019/2014 e 13.204/2015, o Decreto Federal 8.726/2016 e o Decreto Municipal 11.235/2017, que regem sobre o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil em regime de mútua cooperação;
- a Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;
- a competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;
- o diagnóstico denominado “Levantamento de Indicadores Sociais, de Saúde, de Educação, Habitação, Conselho Tutelar e Segurança Pública da Política da Criança e do Adolescente – Ano 2015” realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Social;
- o Planejamento do CMDCA, realizado em 27 de janeiro de 2021;
- as propostas aprovadas na X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada no ano de 2018.
- Correspondência eletrônica de 26 de junho de 2021, proveniente da Comissão de Elaboração do Edital para Banco de Projetos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES, solicitando pauta para a apresentação e análise dos principais pontos do referido

Edital, considerando a prioridade na sua publicação;

- a decisão da Mesa Coordenadora do CMDCA, em reunião realizada em 29/06/2021, de convocar Plenária Extraordinária em 01 de julho de 2021 das 9h às 11h para apresentação e análise dos principais pontos da minuta de Edital de Chamamento Público nº. 001/2021, conforme relatório n.º 16/2021;

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Edital de Chamamento Público nº. 001/2021, que tem como objeto a Seleção de Projetos de Cunho Social, complementares e/ou inovadores, voltados à Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, para Composição de Banco de Projetos, composto por Propostas de Trabalho apresentadas pelas Organizações da Sociedade Civil, a serem financiados através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Blumenau.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 01 de julho de 2021.

Jean Ricardo Sasse
Coordenador Geral do Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

PORTARIA Nº 8202/2021 - SAMAE

Publicação Nº 3132202

PORTARIA Nº 8202/21
DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR RESPONSABILIDADE.

SAIONARA TOSE TABORDA, Diretora Administrativo- Financeira do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Nº 13.242, de 02 de junho de 2021, RESOLVE:

DETERMINAR

a instauração de processo administrativo de sindicância, a ser conduzido pela Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, para apurar eventual responsabilidade pela ausência de cobrança de débitos referente Taxa de Coleta de Lixo e Tarifas de Água, conforme Processo nº 108/2003, 513/2007, 258/2104, 262/2104.

Samae, 01 de julho de 2021.

SAIONARA TOSE TABORDA Diretora Administrativo- Financeira

PORTARIA Nº 8203/2021 - SAMAE

Publicação Nº 3132204

PORTARIA N.º 8203/21
DESIGNA SEVIDORES PARA FISCALIZAREM O CONTRATO Nº 2211/2020 FIRMADO COM SAMIL TERRAPLANAGENS E TRANSPORTES EIRELI - EPP.

SAIONARA TOSE TABORDA, Diretora Administrativo- Financeira do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Nº 13.242, de 02 de junho de 2021, RESOLVE:

DESIGNAR

Os servidores listados para fiscalizarem a locação de máquinas e equipamentos para prestação de serviços de terraplanagem em geral, transporte e carregamento de materiais diversos para reaterro e bota-fora, conforme necessidades do SAMAE, de acordo com as especificações, quantitativos e condições estabelecidas:

Gerência de Manutenção:

HENRIQUE LARROYED DE OLIVEIRA, cadastro 2199-7, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Manutenção, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

BIANCA DESCHAMPS, cadastro 2170-9, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

VILSON CORREA, cadastro 1269-6, ocupante de cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Gerência de Resíduos Sólidos:

FELIPE LEITE, cadastro 2196-2, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Resíduos Sólidos, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

CARLOS ROBERTO DA CRUZ, cadastro 2005-2, ocupante de cargo de provimento em efetivo de Técnico em Saneamento, lotado na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

BIANCA DESCHAMPS, cadastro 2170-9, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato.

Gerência de Obras:

WILSON LIGMANOSKI, cadastro 2185-7, ocupante de cargo de provimento em comissão de Gerente de Obras, lotado na Diretoria de Operações, atuando como GESTOR do contrato;

FRANCIANE SOUZA DE ALBUQUERQUE, cadastro 1950-0, ocupante de cargo de provimento em efetivo de Agente de Logística, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

CESAR EDUARDO SINHOKA, cadastro 1135-5, ocupante de cargo de provimento em efetivo de Agente de Logística, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

BIANCA DESCHAMPS, cadastro 2170-9, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Diretoria de Operações, atuando como FISCAL do contrato;

Revoga Portaria 8102/21, de 04 de fevereiro de 2021.

Samae, 01 de julho de 2021.

SAIONARA TOSE TABORDA Diretora Administrativo- Financeira

EXTRATO DE CONTRATOS - SAMAE 3

Publicação Nº 3132205

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2224/2019

PARTES: SAMAE e L'ART ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: prestação de serviço de perícia técnica, laudos e diagnósticos do Sistema de Esgotamento Sanitário do município de Blumenau.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade 09-2227/2019

VALOR: inalterado.

PRAZO: prorrogado por mais 06 (seis) meses, permanecendo vigente de 01/05/2021 a 31/10/2021.

DATA DA ASSINATURA: 28 de abril de 2021.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2211/2020

PARTES: SAMAE e SAMIL TERRAPLANAGENS E TRANSPORTES EIRELI

OBJETO: prestação de serviços de terraplanagem em geral, transporte e carregamento de materiais diversos para reaterro e bota-fora.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-2208/2019.

VALOR: no valor total de R\$ 424.612,00 (quatrocentos e vinte e quatro mil, seiscentos e doze reais) a título de reequilíbrio econômico-financeiro.

PRAZO: inalterado.

DATA DA ASSINATURA: 28 de junho de 2021.

13º TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 2208/2016

PARTES: SAMAE e RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA.

OBJETO: prestação de serviços de transbordo, transporte, destinação e disposição final de resíduos sólidos.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-2207/2015

VALOR: retificação valor do reajuste informado no 12º T. A., sendo o correto R\$ 56.700,00 (cinquenta e seis mil e setecentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 25 de junho de 2021.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 2214/2020

PARTES: SAMAE e HEXIS CIENTIFICA LTDA.

OBJETO: prestação de serviços de manutenção e calibração dos equipamentos de laboratório, com reposição de peças.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-2205/2020

VALOR: R\$ 152.780,08 (cento e cinquenta e dois mil, setecentos e oitenta reais e oito centavos), reajustado em 7,31%, com base no IPCA acumulado (abril/2020-maio/2021),

PRAZO: prorrogado por 12 (doze) meses, passando a vigor de 29/06/2021 a 28/06/2022

DATA DA ASSINATURA: 28 de junho de 2021.

EXTRATO Nº 211/2021 - FURB

Publicação Nº 3132207

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 211/2021

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e
TECHNE ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO e ALTERAÇÕES
CONTRATO Nº. 119/2020 - TERMO ADITIVO Nº. 001

OBJETO: Contratação de solução de software de gestão acadêmica para a FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 128/2020 e Contrato nº. 119/2020, firmado em 1º de julho de 2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO:

O prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta, item 4.1.2 do Contrato nº 119/2020, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2021, totalizando 24 (vinte e quatro) meses contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUPLEMENTAÇÃO:

Fica o contrato suplementado em R\$ 49.100,00 (quarenta e nove mil e cem reais), equivalente a 2,688147847737437% a maior, em relação ao valor global inicial.

Item/equivalente	Código FURB	Qtde. de horas acrescentadas	Descrição do Item – Item Pontual	Valor Unitário em R\$	Valor Global em R\$
3/ (1.1.3)	40052	491	Serviços de implantação de plugins opcionais do software LYCEUM	100,00	49.100,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO DA PRORROGAÇÃO:

Para a vigência do presente aditivo, a Contratante pagará à contratada o valor total de R\$ 666.534,14 (seiscentos e sessenta e seis mil, quinhentos e trinta e quatro reais e catorze centavos), relativos a:

Item/equivalente	Código FURB	Qtde. Estimada	Und.	Descrição do Item – Itens Pontuais	Valor Unitário:	Valor total:
2/ (1.1.2)	40049	12	Mensalidade por volume de uso	Licenciamento de uso do software LYCEUM para gestão de instituições de ensino e serviços de suporte em garantia, modalidade "on premises"	29.327,67	351.932,04
Item	Código FURB	Qtde. Estimada	Und.	Descrição do Item – Itens sob demanda		
4 / (1.1.4)	40053	12	Mensalidade sob volume de uso	Mensalidade sobre o uso de plugins opcionais do software LYCEUM	26.212,75	314.553,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUPRESSAO:

Registra-se a supressão no valor total de R\$ 257.800,80 (duzentos e cinquenta e sete mil, oitocentos reais e oitenta centavos), valor este não utilizado na vigência inicial do contrato.

Item	Código FURB	Qtde. Estimada	Und.	Descrição do Item – Itens sob demanda
4 / (1.1.4)	40053	12	Mensalidade sob volume de uso	Mensalidade sobre o uso de plugins opcionais do software LYCEUM

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 119/2020, que não colidirem com o presente Termo.

Blumenau (SC), 30 de junho de 2021.

EXTRATO Nº 212/2021 - FURB

Publicação Nº 3132208

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 212/2021

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
E
RSUL EIRELI

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de material de expediente para Universidade

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência (SRP) nº 105/2020 e Ata de Registro de Preços nº 073/2021, firmado em 28 de junho de 2021.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
5	1212	25	Caixa	Alfinete para mural com cabeça plástica colorida / tratamento niquelado / caixa com 50 peças	Lyke	1,50	37,50
6	1124	60	Peça	Apagador para quadro de lousa e de fórmica branco / com corpo plástico de alta resistência / base com feltro de no mínimo 2mm / tamanho aproximado 18x7x5cm (CxLxA).	Lyke	2,95	177,00
10	36677	40	Peças	Apontador para lápis em material metálico / com 1 furo	Goller	0,12	6,00
11	1806	20	Rolos	Barbante 8 fios / 100% algodão / com 300 metros	Lyke	0,50	20,00
21	1793	80	Pacote	Bloco de recados autocolante / tamanho 38mm x 50mm / pacote com 4 blocos / papel resistente e que não rasga ao destacar	Neomundi	2,00	160,00
22	1788	300	Bloco	Bloco de recados autocolante / tamanho 76mm x 102mm	Neomundi	2,00	600,00
25	20349	150	Bobina	Bobina térmica / tamanho 57mm x 40m	Mega Paper	2,90	435,00
26	1197	100	Peça	Borracha para lápis / comum / macia / número 40 / cor branca	Zapp	0,17	17,00
27	1199	100	Peça	Borracha para lápis em vinil com capa plástica protetora / capaz de apagar totalmente a escrita sem borrar, manchar ou rasgar o papel / tamanho 42mm x 21mm x 11mm	Delete	0,64	64,00
28	1782	10	Peça	Caderno universitário de 96 folhas / com espiral e capa dura	Neomundi	4,68	46,80
41	1069	1.500	Peça	Caneta esferográfica azul / corpo cilíndrico transparente / tampa ventilada / ponta média de latão de 1.0mm / com esfera de tungstênio / escrita acima de 1800 metros.	Cis	0,49	735,00
42	1070	1.000	Peça	Caneta esferográfica preta / corpo cilíndrico transparente / tampa ventilada / ponta média de latão de 1.0mm / com esfera de tungstênio / escrita acima de 1800 metros.	Cis	0,49	490,00
43	1071	500	Peça	Caneta esferográfica vermelha / corpo cilíndrico transparente / tampa ventilada / ponta média de latão de 1.0mm / com esfera de tungstênio / escrita acima de 1800 metros.	Cis	0,49	245,00
45	1076	500	Peça	Caneta fluorescente marca texto amarela / com ponta facetada para traços de até 5mm / ponta de posliéster para maior durabilidade / com fixação sobre tinta esferográfica, hidrográfica, lápis e textos impressos	Neomundi	0,85	425,00
46	1079	100	Peça	Caneta fluorescente marca texto azul / com ponta facetada para traços de até 5mm / ponta de posliéster para maior durabilidade / com fixação sobre tinta esferográfica, hidrográfica, lápis e textos impressos	Neomundi	0,85	85,00
47	1077	100	Peça	Caneta fluorescente marca texto laranja / com ponta facetada para traços de até 5mm / ponta de posliéster para maior durabilidade / com fixação sobre tinta esferográfica, hidrográfica, lápis e textos impressos	Neomundi	0,85	85,00
48	1078	150	Peça	Caneta fluorescente marca texto rosa / com ponta facetada para traços de até 5mm / ponta de posliéster para maior durabilidade / com fixação sobre tinta esferográfica, hidrográfica, lápis e textos impressos	Neomundi	0,85	127,50
49	1080	200	Peça	Caneta fluorescente marca texto verde / com ponta facetada para traços de até 5mm / ponta de posliéster para maior durabilidade / com fixação sobre tinta esferográfica, hidrográfica, lápis e textos impressos	Neomundi	0,85	170,00
50	219	25	Jogo	Caneta hidrocor / jogo com 24 cores	Lyke	6,30	157,50
52	218	50	Peça	Caneta para retroprojeto / ponta de 2.0 mm / ponta de poliacetal para maior durabilidade / poderá ser pedido nas cores: vermelha, azul, preta e verde	Neomundi	1,40	70,00
53	150	100	Peça	Caneta para retroprojeto e cd-dvd / escrita para plásticos e vidros / ponta EXTRA FINA de espessura entre 0.5 e 1.0mm / ponta de poliacetal para maior durabilidade / poderá ser pedido nas cores: preta, azul, vermelha e verde. (referência: Pilot).	Neomundi	1,40	140,00

65	1214	100	Caixa	Clips para papéis / tratamento superficial niquelado / número 2/0 (pequeno) / caixa com 500g	Top	10,50	1.050,00
66	1215	50	Caixa	Clips para papéis / tratamento superficial niquelado / número 6/0 (grande) / caixa com 500g	Top	10,50	525,00
67	1240	20	Caixa	Clips para papéis / tratamento superficial niquelado / número 8/0 (extra grande) / caixa com 500g	Top	10,50	210,00
70	1322	50	Tubos	Cola líquida branca de boa qualidade / embalagem de plástico resistente com 1Kg / à base de PVA / atóxica / lavável / forte adesividade / áreas de aplicação: papel; cartolina; EVA; tecido; feltro; fotos; poliestireno; isopor; cortiça; vidro; madeira; couro; metal; plástico; e espuma.	Piratinunga	7,45	372,50
71	1321	150	Peças	Cola líquida branca de boa qualidade / embalagem de plástico resistente com 40g / à base de PVA / atóxica / lavável / forte adesividade / áreas de aplicação: papel; cartolina; EVA; tecido; feltro; fotos; poliestireno; isopor; cortiça; vidro; madeira; couro; metal; plástico; e espuma.	Palhacinho	0,83	124,50
72	1323	200	Peças	Cola líquida branca de boa qualidade / embalagem de plástico resistente com 90g / à base de PVA / atóxica / lavável / forte adesividade / áreas de aplicação: papel; cartolina; EVA; tecido; feltro; fotos; poliestireno; isopor; cortiça; vidro; madeira; couro; metal; plástico; e espuma.	Palhacinho	1,45	290,00
74	1221	15	Caixa	Colchete latonado / resistente / número 14 / caixa com aproximadamente 72 unidades.	XR	9,68	145,20
75	1239	15	Caixa	Colchete latonado / resistente / número 15 / caixa com aproximadamente 72 unidades.	XR	11,62	174,30
76	1224	15	Caixa	Colchete latonado / resistente / número 8 / caixa com aproximadamente 72 unidades.	XR	4,29	64,35
77	25453	60	Peça	Corretivo em fita / composição: pigmentos e polímeros / atóxico / tamanho mínimo de 4mm x 6m	XR	2,46	147,60
78	1202	50	Peça	Corretivo líquido para qualquer tipo de escrita / à base d'água / inodoro / atóxico / com boa cobertura / embalagem de 18ml	Neomundi	1,08	54,00
80	1216	100	Pacote	Elástico para dinheiro número 18 / pacote com 100g	Mamuth	2,25	225,00
96	1422	60	Peça	Extrator de grampos tipo espátula / material em aço inoxidável	Cavia	1,20	72,00
99	1370	80	Rolo	Fita adesiva incolor / permite escrita sobre a fita / tipo mágica / tamanho 25mm x 65m	Neomundi	59,90	4.792,00
100	1325	150	Peça	Fita adesiva transparente / material plástico / tamanho 12mm x 30m (rolo pequeno)	Neomundi	0,89	133,50
101	1326	230	Peça	Fita adesiva transparente / material plástico / tamanho 12mm x 50m	Neomundi	1,24	285,20
102	1356	150	Rolo	Fita dupla face / material papel / tamanho 18mm x 30m	Neomundi	4,46	669,00
103	1328	200	Rolos	Fita para empacotamento / base de papel liso marrom / forte adesividade / tamanho 24mm x 50m / suporta até 60 quilos.	Neomundi	6,11	1.222,00
104	1330	200	Rolos	Fita para empacotamento / base de papel liso marrom / forte adesividade / tamanho 48mm x 50m	Neomundi	11,13	2.226,00
105	1383	300	Peça	Fita para empacotamento / material plástico transparente / tamanho 48mm x 40m	Neomundi	2,85	855,00
110	1121	1200	Caixas	Giz escolar plastificado branco, produzido com gesso ortopédico / Envolvido em uma fina camada plastificante / Antialérgico, não tóxico e macio / Que não espalha pó, não suja as mãos e não quebra facilmente / Dimensões: 81mm de comprimento X 10mm de diâmetro / Caixa com 50 unidades / Marca de referência: Calac.	Delta	2,78	3.336,00
111	1122	1000	Caixas	Giz escolar plastificado colorido (cores mistas), produzido com gesso ortopédico / Envolvido em uma fina camada plastificante / Antialérgico, não tóxico e macio / Que não espalha pó, não suja as mãos e não quebra facilmente / Dimensões: 81mm de comprimento X 10mm de diâmetro / Caixa com 50 unidades / Marca de referência: Calac.	Delta	3,53	3.530,00
112	1115	15	Tubo	Grafite 0,5mm / 2B / tubo com 12 unidades	Vision	0,29	4,35
114	1420	30	Peça	Grampeador grande / tratamento superficial pintado / material metal e plástico / tamanho aproximado de 20cm / para grampos 26/6 / capacidade 30 folhas	Neomundi	24,50	735,00
115	7561	20	Peças	Grampeador manual para madeira, profissional, para grampos 106/8 mm.	Lyke	19,60	392,00

116	28418	30	Peça	Grampeador médio / tratamento superficial pintado / material metal e plástico / tamanho aproximado de 16cm / para grampos 26/6 / capacidade 25 folhas	Lyke	18,75	562,50
117	1419	60	Peça	Grampeador pequeno / tratamento superficial pintado / material metal e plástico / tamanho aproximado de 12cm / para grampos 26/6 / capacidade 20 folhas	Neomundi	7,25	435,00
121	1217	200	Caixa	Grampo para grampeador / material metal / tratamento galvanizado / tamanho 26/6 / caixa com 5.000 grampos	Lyke	3,99	798,00
133	183	50	Caixa	Lápis de cor / caixa com 12 cores / inteiro, tamanho padrão	Pirilampo	2,42	121,00
134	37350	30	Peças	Lápis grafite nº 2 redondo com borracha / inteiro, tamanho padrão	Fokinho	0,39	11,70
141	215	600	Peça	Marcador para quadro branco / cor azul / corpo anatômico / confeccionado em material plástico rígido / ponta indeformável de fibra sintética apropriada, com extremidade arredondada / firmeza e uniformidade na espessura do traçado / tinta atóxica de secagem rápida quando da aplicação e de fácil remoção a seco, sem deixar manchas.	Neomundi	1,36	816,00
142	214	650	Peça	Marcador para quadro branco / cor preto / corpo anatômico / confeccionado em material plástico rígido / ponta indeformável de fibra sintética apropriada, com extremidade arredondada / firmeza e uniformidade na espessura do traçado / tinta atóxica de secagem rápida quando da aplicação e de fácil remoção a seco, sem deixar manchas.	Neomundi	1,36	884,00
143	216	400	Peça	Marcador para quadro branco / cor verde / corpo anatômico / confeccionado em material plástico rígido / ponta indeformável de fibra sintética apropriada, com extremidade arredondada / firmeza e uniformidade na espessura do traçado / tinta atóxica de secagem rápida quando da aplicação e de fácil remoção a seco, sem deixar manchas.	Neomundi	1,36	544,00
144	217	500	Peça	Marcador para quadro branco / cor vermelho / corpo anatômico / confeccionado em material plástico rígido / ponta indeformável de fibra sintética apropriada, com extremidade arredondada / firmeza e uniformidade na espessura do traçado / tinta atóxica de secagem rápida quando da aplicação e de fácil remoção a seco, sem deixar manchas.	Neomundi	1,36	680,00
145	33205	30	Peça	Marcador recarregável para quadro branco / cor preta / recarga mínima de 5,5ml / escrita mínima de 800 metros.	Neomundi	1,84	55,20
146	33207	30	Peças	Marcador recarregável para quadro branco / cor vermelha / recarga mínima de 5,5ml / escrita mínima de 800 metros.	Neomundi	1,84	55,20
147	1230	60	Caixa	Massa para modelar (massinha) / caixa com 12 cores	Splash Color	2,99	179,40
148	40332	175	Pacote	Papel almaço / pautado / pacote com 400 folhas	Máxima	25,79	4.513,25
152	1652	500	Folha	Papel canson / cor branca / tamanho A4 (210x297mm) / gramatura 180g/m²	Neomundi	5,12	256,00
167	39444	25	Pacotes	Papel sulfite / tamanho A4 (210x297mm) / cor amarelo / gramatura 75g/m² / PACOTE COM 100 FOLHAS	Seninha	5,39	134,75
168	39445	25	Pacotes	Papel sulfite / tamanho A4 (210x297mm) / cor azul / gramatura 75g/m² / PACOTE COM 100 FOLHAS	Seninha	5,39	134,75
169	39446	25	Pacotes	Papel sulfite / tamanho A4 (210x297mm) / cor rosa / gramatura 75g/m² / PACOTE COM 100 FOLHAS	Seninha	5,39	134,75
170	39447	25	Pacotes	Papel sulfite / tamanho A4 (210x297mm) / cor verde / gramatura 75g/m² / PACOTE COM 100 FOLHAS	Seninha	5,39	134,75
177	1248	30	Peça	Pasta AZ / lombo estreito (lombada 5,5cm) / compressor niquelado / visor plástico na lombada	Polycart	11,54	346,20
178	1249	15	Peça	Pasta AZ / lombo largo (lombada 8cm) / compressor niquelado / visor plástico na lombada	Polycart	11,54	173,10
183	29563	30	Peça	Pasta plástica com abas e elástico / tamanho ofício	DAC	2,28	68,40
188	1213	15	Caixa	Percevejos latonados / caixa com 100 percevejos	Lyke	1,57	23,55
189	1421	20	Peça	Perfurador manual de papel / material em metal pintado / capacidade para 12 folhas	Vision	7,64	152,80
190	1423	10	Peça	Perfurador manual de papel / material em metal pintado / com capacidade até 60 folhas	Lyke	87,00	870,00
204	34662	30	Peça	Pincel chato com pelo de cerda / cabo longo na cor amarela / todas as técnicas / marca de referência: Tigre 815 S 02.	Fokinho	0,68	20,40

206	35650	60	Peça	Pincel chato número 08 / para uso artístico e escolar (guache, aquarela)	Fokinho	0,82	49,20
207	35651	30	Peça	Pincel chato número 18/ para uso artístico e escolar (guache, aquarela)	Fokinho	1,56	46,80
208	17768	50	Peça	Pincel redondo número 00 / para uso artístico e escolar (guache, aquarela)	Fokinho	0,52	26,00
209	17770	60	Peça	Pincel redondo número 02 / para uso artístico e escolar (guache, aquarela)	Fokinho	0,52	31,20
210	255	75	Peça	Pincel redondo número 10 / para uso artístico e escolar (guache, aquarela)	Fokinho	0,60	45,00
211	257	20	Peça	Pincel redondo número 14 / para uso artístico e escolar (guache, aquarela)	Fokinho	0,75	15,00
214	1403	10	Peça	Porta fita adesiva / tamanho grande	Lyke	16,75	167,50
215	1402	10	Peça	Porta fita adesiva / tamanho pequeno	Lyke	9,50	95,00
221	28047	25	Pacote	Refil para cola quente / pacote de 1kg / 11,2mm x 30cm (bastão grosso)	Rendicolla	29,75	743,75
222	18324	10	Pacote	Refil para cola quente / pacote de 1kg / 7,5mm x 30cm (bastão fino)	Rendicolla	29,75	297,50
223	33206	40	Peças	Refil preto para marcador recarregável de quadro branco / contendo 5,5ml.	Neomundi	1,64	65,60
224	33208	20	Peças	Refil vermelho para marcador recarregável de quadro branco / contendo 5,5ml.	Neomundi	1,64	32,80
226	1304	50	Peça	Régua plástica transparente / tamanho 30cm	Waleu	0,62	31,00
236	1385	80	Peça	Tesoura bolso/escolar em aço inox / sem ponta / com cabo plástico e rebite reforçado em aço inox / tamanho aproximado 13cm	Fokinho	1,19	95,20
237	1384	200	Peça	Tesoura de uso geral / com lâmina em aço inox / cabo plástico / medida mínima 216 x 73 x 13mm (CxLxA)	Neomundi	3,69	738,00
238	116	25	Jogo	Tinta guache / cores diversas / caixa com 6 cores	ABC do Saber	2,54	63,50
242	12819	10	Peça	Grampeador profissional / tratamento superficial pintado / material metal e plástico / para grampos 23/6 até 23/24 / capacidade 240 folhas	Lyke	113,30	1.133,00

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. DATA: 02/07/2021.

EXTRATO Nº 213/2021 - FURB

Publicação Nº 3132209

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 213/2021

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
E
MÁXIMA ATACADISTA EIRELI

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de material de expediente para Universidade

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência (SRP) nº 105/2020 e Ata de Registro de Preços nº 074/2021, firmado em 28 de junho de 2021.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
3	1767	10	Peça	Agenda para telefone/endereço/e-mail / dimensão aproximada de 15cm x 21cm	Kit	22,23	222,30
4	1229	15	Caixa	Alfinete comum / caixa com 50g	ACC	6,37	95,55

13	3596	275	Peça	<p>Bateria 9V alcalina (6LR61) / Blister com uma unidade / Validade de no mínimo 05 (cinco) anos em condições ambientais de armazenamento. Embalagem com dados de identificação do produto e marca de fabricante / Aprovada no INMETRO / Em conformidade com a RESOLUÇÃO CONAMA 401/2008 / De acordo com a IEC 60086-1 e IEC 60086-2. (marcas de referência: Duracell, Rayovac, Panasonic, Philips, Sony, Energizer, Eveready).</p> <p>Descrição complementar</p> <p>As baterias devem, obrigatoriamente, ter validade de, no mínimo, 05 (cinco) anos a partir da data de fabricação, e manter-se carregadas pelo mesmo período. O período entre a data de fabricação das baterias e o ato da entrega por parte da licitada, não poderá ser superior a 12 (doze) meses. As baterias deverão atender totalmente os requisitos de durabilidade constantes na IEC 60086-2 (carga, tensão final e tempo mínimo de duração das baterias), sob o risco de devolução do lote caso não atendam estes requisitos. A licitante poderá, a qualquer momento e a seu critério, realizar, com as baterias, ensaios e testes técnicos, custeados pela universidade, a fim de comprovar o atendimento ou o não atendimento às especificações requisitadas. As baterias deverão ter o selo INMETRO e serem produzidas e comercializadas em conformidade com a resolução CONAMA número 401, de 4 de novembro de 2008. Enquanto não forem usadas, estando armazenadas em local adequado, não podem apresentar vazamentos e devem manter a sua capacidade. Caso, em condições normais de armazenagem e uso, as baterias venham apresentar problemas de vazamento em lote (quantidade superiores a 20% de cada pedido) e este vazamento venha a danificar algum equipamento, a empresa licitada ou o fabricante deverá, a critério da licitante, providenciar o devido reparo do equipamento ou a sua reposição por outro de mesmas características. A licitada se obriga a receber as baterias por ela fornecidas após a sua utilização e encaminhá-las ao fabricante para o devido destino conforme estabelece os artigos 4º e 6º da resolução acima citada.</p>	Elgin	11,96	3.289,00
14	29114	50	Peças	Bateria alcalina LR-41 / tipo botão	Elgin	0,52	26,00
15	17075	150	Peças	Bateria alcalina LR-44 / tipo botão / 1,5 V / para calculadoras, relógios, etc. (A-76, AG-13)	Elgin	0,52	78,00
16	22803	200	Peças	Bateria CR2032 (Lithium Cell); tipo disco/moeda; voltagem 3,6V.	Elgin	1,69	338,00
17	28598	30	Peças	Bateria Lithium CR-2016 / 3V.	Elgin	1,69	50,70
18	31991	40	Peças	Bateria Lithium CR-2025 / 3V.	Elgin	1,69	67,60
19	34966	50	Peças	Bateria LR-1130 / tipo botão / 1,5V / para calculadoras, relógios, etc.	Elgin	0,52	26,00
39	12858	15	Peças	Caneta corretiva (marca de referência: BIC)	Jocar	3,35	50,25
44	15319	20	Peça	Caneta fixa para balcão / em alumínio polido / com corrente e suporte	Fixa	18,39	367,80
54	1108	15	Peça	Caneta para tecido / ponta de poliéster / fixação a frio / cores diversas	Radex	3,79	15,00
58	1577	100	Folha	Cartolina colorida escolar / cores claras / gramatura 140g/m² / tamanho 50cm x 66cm	Jan-daia	0,53	53,00
59	1815	100	Peça	Chapa de isopor / espessura 10mm / tamanho 100cm x 50cm	Plac-term	2,54	254,00
60	1856	50	Peça	Chapa de isopor / espessura 20mm / tamanho 100cm x 50cm	Plac-term	5,33	266,50
62	1859	25	Peça	Chapa de isopor / espessura 40mm / tamanho 100cm x 50cm	Plac-term	10,53	263,25
63	24935	25	Peça	Chapa de isopor / espessura 5mm / tamanho 100cm x 50cm	Plac-term	1,30	32,50
64	21755	500	Folha	Chapa EVA / espessura 2mm / tamanho aproximado 45cm x 60cm / poderá ser pedido em CORES DIVERSAS	BS	1,43	715,00
68	1332	400	Peças	Cola em bastão / composta de glicerina, resinas e água / forte adesividade / embalagem 10g	Leonora	0,87	348,00
69	32919	250	Frascos	Cola instantânea de uso geral / cura rápida / frasco 20g.	Rend Bond	7,13	1.782,50
81	14265	500	Peça	Envelope branco / gramatura 90g/m² / tamanho aproximado 240mm x 340mm	En-vopel	0,30	150,00
82	27208	250	Peça	Envelope kraft / gramatura 80g/m² / tamanho aproximado 240mm x 340mm	En-vopel	0,19	47,50

84	1387	50	Peça	Estilete tamanho grande / corpo plástico / tipo retrátil com lâmina larga de aproximadamente 18mm / com trava	Jocar	2,16	108,00
85	1386	30	Peça	Estilete tamanho pequeno / corpo plástico / tipo retrátil / com lâmina estreita de aproximadamente 9mm / com trava	Jocar	1,34	40,20
87	1379	200	Folha	Etiqueta A4349 / tamanho de 15,0mm x 26,0mm / quantidade de 126 etiquetas por folha	Radex	0,47	94,00
94	1369	2.000	Folha	Etiqueta carta 6182 / tamanho 33,9mm x 101,6mm / quantidade de 14 etiquetas por folha	Radex	0,47	940,00
109	184	20	Caixa	Giz de cera tipo curto / caixa com 15 cores	Piratinha	2,92	58,40
113	1119	20	Tubo	Grafite 0,7mm / 2B / tubo com 12 unidades	Jocar	0,59	11,80
118	27840	45	Caixas	Grampo para grampeador / material metal / tratamento galvanizado / tamanho 23/10 / caixa com 1.000 grampos	Jocar	4,29	193,05
131	167	500	Peça	Lápis 2B / corpo em madeira / inteiro, tamanho padrão	Leonora	0,46	230,00
135	1111	20	Peça	Lapiseira 0,5mm com ponteira de metal / prendedor de metal e protetor da borracha de metal	Lyke	4,30	86,00
136	1110	30	Peça	Lapiseira 0,7mm com ponteira de metal / prendedor de metal e protetor da borracha de metal	Lyke	4,30	129,00
154	1513	50	Folhas	Papel carbono para escrita manual / tamanho A4 / cor preta	Radex	0,35	17,50
156	1372	50	Metro	Papel contact colorido (descrever cor) / largura de 45cm	VMP	5,25	262,50
157	23167	300	Folha	Papel couché / modelo casca de ovo / formato A4 / gramatura 180g/m²	Usapel	0,25	75,00
158	1676	100	Folha	Papel crepom / cores diversas / tamanho aproximado 48cm x 2m (DEFINIR COR)	VMP	0,94	94,00
174	1558	50	Folha	Papel vergê / cor branca / tamanho A4 (210x297mm) / gramatura 120g/m²	Usapel	0,23	11,50
180	1251	250	Peça	Pasta de papelão com abas, elásticos e ilhós (pasta Brasil)	LCL	1,43	357,50
181	1252	50	Peça	Pasta de papelão com grampo trilho plástico	LCL	1,50	75,00
185	1284	75	Peça	Pasta plástica sanfonada / com elástico e 12 divisórias / transparente	Poli-brás	20,84	1.563,00
191	39781	50	Peças	Pilha / bateria alcalina de 12V tipo A27	Elgin	3,97	198,50
197	18430	50	Peças	Pilha lithium / CR-2450 / 3V	Elgin	3,81	190,50
212	246	20	Peça	Pincel redondo número 16 / para uso artístico e escolar (guache, aquarela)	Leonora	1,66	33,20
217	1273	50	Peça	Prancheta portátil / material Eucatex / com prendedor metálico / tamanho ofício	Souza	4,29	214,50
225	1309	20	Peças	Régua de aço / tamanho 30cm	Jocar	4,08	81,60
233	410	2.000	Peça	Saco plástico sem furos / medidas 24cm x 33cm / grosso com 0,15mm	DAC	0,37	740,00
240	1812	30	Peça	Umedecedor de dedos em pasta / que não manche / embalagem com 12g	Radex	1,80	54,00
241	39427	15	Caixa	Visor para pasta suspensa / conjunto com etiqueta de papel e capa plástica / caixa com 50 unidades.	Goodie	5,98	89,70

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
DATA: 02/07/2021.

EXTRATO Nº 214/2021 - FURB

Publicação Nº 3132211

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 214/2021

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
E
BILLIG COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de material de expediente para Universidade

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência (SRP) nº 105/2020 e Ata de Registro de Preços nº 075/2021, firmado em 28 de junho de 2021.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	1361	30	Peça	Adesivo instantâneo / tipo super bonder / tubo de 5g	Classe	6,90	207,00
7	40	15	Peça	Aplicador para cola quente / para uso com bastão fino.	Kaz	14,00	210,00
8	32089	20	Peça	Aplicador para cola quente / para uso com bastão grosso.	Kaz	18,00	360,00
35	28496	10	Peças	Caixa tripla para correspondência / em acrílico / articulável	Bela Arte	48,00	480,00
36	18031	20	Peça	Calculadora básica de bolso / com 8 dígitos / tamanho aproximado de 12,5cm x 7cm / alimentação bateria	Classe	9,60	192,00
38	12815	20	Peça	Calculadora grande de mesa / com 12 dígitos e visor grande / tamanho aproximado de 17,5cm x 12,5cm / alimentação bateria tipo botão e energia solar / garantia de 01 ano.	Classe	19,77	395,40
55	1829	500	Peça	Carteirinha plástica para documento / tamanho 7cm x 10cm	ACP	0,38	190,00
89	1380	2.000	Folha	Etiqueta A4361 / tamanho 46,5mm x 63,5mm / quantidade de 18 etiquetas por folha	Impri	0,54	1.080,00
92	1382	200	Folha	Etiqueta carta 6180 / tamanho 25,4mm x 66,7mm / quantidade de 30 etiquetas por folha	Impri	0,45	90,00
93	1375	1.000	Folha	Etiqueta carta 6181 / tamanho 25,4mm x 101,6mm / quantidade de 20 etiquetas por folha	Impri	0,45	450,00
122	1222	20	Caixas	Grampo para grampeador profissional de madeira; com ponta; tamanho 106/8mm; caixa com 2500 unidades.	BRW	8,50	170,00
124	1264	800	Peça	Grampo trilho para pasta suspensa / material plástico flexível	Helomax	0,16	128,00
140	1765	40	Peça	Livro protocolo pequeno com 100 folhas / capa dura / tamanho aproximado 148mm x 202mm	SD	11,05	442,00
155	1751	150	Folhas	Papel cartão colorido / para maquete / gramatura 240g / tamanho aproximado 50x70cm	VMP	1,40	210,00
165	1704	100	Resma	Papel sulfite (resma) / tamanho A3 (297mm x 420mm) / gramatura 75g/m²	Perfect Paper	39,00	3.900,00
172	15849	300	Bobina	Papel sulfite para plotter / gramatura 75g/m² / bobina tamanho 914mm x 50m / cilindro interno medindo 5cm (2 polegadas)	Trento	44,00	13.200,00
179	1245	50	Peça	Pasta catálogo / cor preta com visor / com 50 envelopes plásticos grossos (0,15mm)	ACP	18,42	921,00
194	27673	75	Peças	Pilha alcalina (bateria) / 23A / 12V	UD Mais	3,32	249,00
200	221	100	Peça	Pincel atômico marcador multiuso / cor azul / espessuras de escrita: 8.0mm, 4.5 mm e 2.0mm / tinta de secagem rápida / para uso em: papel, vidro, metal, papelão, madeira e plástico / resistente à água, luz e umidade.	Jocar	1,90	190,00
201	222	125	Peça	Pincel atômico marcador multiuso / cor preto / espessuras de escrita: 8.0mm, 4.5 mm e 2.0mm / tinta de secagem rápida / para uso em: papel, vidro, metal, papelão, madeira e plástico / resistente à água, luz e umidade.	Jocar	1,90	237,50
202	223	75	Peça	Pincel atômico marcador multiuso / cor verde / espessuras de escrita: 8.0mm, 4.5 mm e 2.0mm / tinta de secagem rápida / para uso em: papel, vidro, metal, papelão, madeira e plástico / resistente à água, luz e umidade.	Jocar	2,32	174,00
203	224	75	Peça	Pincel atômico marcador multiuso / cor vermelho / espessuras de escrita: 8.0mm, 4.5 mm e 2.0mm / tinta de secagem rápida / para uso em: papel, vidro, metal, papelão, madeira e plástico / resistente à água, luz e umidade.	Jocar	1,90	142,50
216	1282	50	Peça	Prancheta portátil / material acrílico / com prendedor niquelado / tamanho ofício	ACP	12,36	618,00
220	32174	5	Peça	Quadro magnético para recados / fundo branco / moldura de alumínio / 60x90cm	Bela Arte	140,00	700,00
232	12091	2.500	Peça	Saco plástico com 4 furos / medidas 24cm x 33cm / grosso com 0,15mm	ACP	0,22	550,00
234	39953	20	Rolos	Tecido TNT (BRANCO) / largura 1,40m / gramatura 40g/m² / Rolo com 50 metros	Dub	116,13	2.322,60
235	21037	200	Metros	Tecido TNT (COLORIDO) / largura 1,40m / gramatura 40g/m² [DEFINIR COR]	Dub	2,43	486,00
239	17251	50	Pote	Tinta guache / cores diversas / pote com 250ml (DEFINIR COR)	Piratininga	3,40	170,00

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários

da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 02/07/2021.

EXTRATO Nº 215/2021 - FURB

Publicação Nº 3132213

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 215/2021

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

L&S COMERCIAL EIRELI

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de material de expediente para Universidade

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência (SRP) nº 105/2020 e Ata de Registro de Preços nº 076/2021, firmado em 28 de junho de 2021.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
30	29562	10	Peça	Caixa dupla para correspondência / em acrílico / articulável	Vambel	30,20	302,00
32	10330	30	Peça	Caixa plástica organizadora com tampa / volume aproximado de 15 litros / dimensões aproximadas 45cm x 35cm x 15cm (CxLxA)	Rischiotto	38,20	1.146,00
33	4599	30	Peça	Caixa plástica organizadora com tampa / volume aproximado de 30 litros / dimensões aproximadas 45cm x 35cm x 30cm (CxLxA)	Rischiotto	53,96	1.616,80
34	10613	30	Peça	Caixa plástica organizadora com tampa / volume aproximado de 60 litros / dimensões aproximadas 60cm x 40cm x 40cm (CxLxA)	Rischiotto	71,39	2.141,70
73	1231	20	Caixas	Colchete latonado / resistente / número 09 / caixa com aproximadamente 72 unidades.	Raffa	5,09	101,80
107	38293	10000	Folhas	Folha de cartolina triplex branca; gramatura 300g/m²; tamanho A3 (297x420mm)	Grafica Adriano	1,39	13.900,00
163	20859	100	Folhas	Papel Paraná / espessura 1mm / dimensões aproximadas 80cm x 100cm	VMP	4,01	401,00
164	20858	250	Folhas	Papel Paraná / espessura 2mm / dimensões aproximadas 80cm x 100cm	VMP	5,42	1.355,00
166	1568	500	Resma	Papel sulfite / cor branca / tamanho A4 (210mm x 297mm) / gramatura 90g/m²	Chamex	26,95	13.475,00

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 02/07/2021.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 513

Publicação Nº 3132297

RESOLUÇÃO Nº 513

CONSTITUI COMISSÃO LEGISLATIVA TEMPORÁRIA DE REPRESENTAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL NOS EVENTOS E ATIVIDADES DO BICENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE FRITZ MÜLLER.

EGÍDIO DA ROSA BECKHAUSER, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Legislativa Temporária de Representação da Câmara Municipal, nos termos dos artigos 66 e 70 do

Regimento Interno, formada por 5 (cinco) Vereadores com assento na Câmara Municipal, com a finalidade de propor iniciativas e representar a Câmara Municipal nos eventos e atividades do bicentenário de nascimento do naturalista Johann Friedrich Theodor M-ller, conforme Requerimento nº 399, de 4 de março de 2021.

Art. 2º A Comissão será composta pela Vereadora Cristiane Loureiro (Autora do Requerimento) e mais 4 (quatro) Vereadores indicados pelas Lideranças.

Art. 3º Os membros da Comissão elegerão, entre si, o Presidente e o Relator, sendo fixado o prazo de 120 (cento e vinte dias) – contado a partir da data de sua instalação - para a conclusão dos seus trabalhos.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Blumenau, 1º de julho de 2021.

EGÍDIO DA ROSA BECKHAUSER
Presidente

SILMARA SILVA MIGUEL
Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA
1º Secretário

AILTON DE SOUZA - ITO
2º Secretário

MD 3644

Publicação Nº 3132298

RESOLUÇÃO MD Nº 3644

DEFINE MEDIDAS PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19).

EGÍDIO DA ROSA BECKHAUSER, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Ficam suspensas, até 15 de julho de 2021, no âmbito da Câmara Municipal de Blumenau:

I – A presença de público externo nas reuniões das sessões plenárias;

II – As sessões solenes e especiais;

III – Eventos e cursos realizados pela Escola do Legislativo, exceto os realizados na modalidade de Ensino a Distância (EaD).

§ 1º Ficam permitidos os pronunciamentos de oradores regularmente inscritos na Tribuna Livre nas reuniões ordinárias da Câmara Municipal.

§ 2º É permitida a presença de até 4 (quatro) pessoas do público externo, previamente convidadas, nas comissões legislativas permanentes e temporárias.

Art. 2º É permitido o atendimento ao público externo nos gabinetes dos Vereadores, limitada a presença a apenas duas pessoas em cada atendimento, simultaneamente, por gabinete, sem exceção quanto ao limite máximo de pessoas estabelecido no presente ato.

Art. 3º É permitido o encontro dos vereadores mirins, uma vez a cada 14 (catorze) dias, nas dependências da Câmara Municipal, para realização das atividades pertinentes ao programa.

Art. 4º Fica mantido o horário normal de funcionamento da Câmara Municipal, das 07:00 às 19:00 horas.

Art. 5º Ficam mantidos os arts. 2º a 6º da Resolução da Mesa Diretora n.º 3.583, de 26 de fevereiro de 2021, também prorrogada neste ato e vigente até 15 de julho de 2021.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de julho de 2021.

Câmara Municipal de Blumenau, 1º de julho de 2021.

EGÍDIO DA ROSA BECKHAUSER
Presidente

SILMARA SILVA MIGUEL
Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA
1º Secretário

AILTON DE SOUZA (ITO)
2º Secretário

MD 3645

Publicação Nº 3132299

RESOLUÇÃO MD Nº 3645

CONSTITUI COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR ASPECTOS RELACIONADOS AO CONTRATO Nº. 42/2017, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A BLUMOB.

EGÍDIO DA ROSA BECKHAUSER, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica constituída Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, nos termos do Requerimento nº 973/2021, os seguintes fatos relacionados ao Contrato nº. 42/2017, firmado entre o Município de Blumenau e a BLUMOB: a) descumprimento das medidas sanitárias de enfrentamento à pandemia, notadamente em relação ao distanciamento social nos ônibus do transporte coletivo; b) subsídios financeiros realizados pela prefeitura à Blumob, os quais, segundo o Portal da Transparência, totalizam R\$ 16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais) e inconsistências no percentual de operação do serviço, uma vez que foi indicado que o sistema opera com 69,76% da capacidade, ao passo que cálculos aritméticos simples apontam para o percentual de 57,19%; e c) violação aos §§3º e 8º da cláusula sétima do Contrato nº. 042/2017, em relação ao cumprimento da obrigação de construção da garagem, e retardamento e/ou demora injustificada na expedição de alvarás ambientais para cumprimento da referida obrigação que aguarda mais cerca de um ano e meio.

Art. 2º A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) será composta de 3 (três) membros, assim definida:

I – Carlos Wagner (Alemão), do PSL (1º signatário do Requerimento nº 973/2021 e pelos partidos que possuem 1 (um) vereador na bancada);

II – um membro do PSDB;

III – um membro do PODEMOS.

§ 1º Os membros previstos nos incisos II e III deste artigo serão indicados até a Reunião Ordinária do dia 06 de julho de 2021.

§ 2º Os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito elegerão, entre si, o Presidente e o Relator e comunicarão imediatamente a instalação da CPI ao Presidente da Câmara Municipal.

Art. 3º A CPI terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data de sua instalação, para a conclusão de seus trabalhos.

Art. 4º Ficam designados 5 (cinco) servidores públicos efetivos, a serem indicados pelo Diretor-Geral, para o assessoramento dos trabalhos da CPI.

Art. 5º As despesas com a execução desta Resolução correrão por conta de verbas próprias, consignadas no Orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 6º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Blumenau, 1º de julho de 2021.

EGÍDIO DA ROSA BECKHAUSER
Presidente

SILMARA SILVA MIGUEL
Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA
1º Secretário

AILTON DE SOUZA (ITO)
2º Secretário

Bocaina do Sul

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO DE INTERESSADOS NA LICITAÇÃO/ PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2021

Publicação Nº 3131512

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL**

**CONVOCAÇÃO DE INTERESSADOS NA LICITAÇÃO/ PREGÃO
PRESENCIAL Nº 23/2021**

Processo Administrativo 30/2021

O MUNICÍPIO DE BOCAINA DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.606.852/0001-90, com sede a Rua João Assink, nº 322, Centro, nesse município de Bocaina do Sul, estado de Santa Catarina, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. João Eduardo Della Justina, e o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOCAINA DO SUL – SC, inscrito no CNPJ sob nº 11.679.183/0001-30, com sede na Rua João Assink, 456, Centro, nesse município de Bocaina do Sul, estado de Santa Catarina, , neste ato representado por sua Gestora, Sra. Adriany Luciano, por meio do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, comunicam aos interessados que farão realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL que tem por objeto a **Aquisição de materiais de construção, materiais elétricos e correlatos, para utilização das diversas secretarias municipais, para o exercício de 2021.** Os envelopes de "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rua João Assink, 322, Centro. **O Credenciamento será feito a partir das 08h 30min do dia 15.07.2021. Abertura da sessão será às 09h e 00min do mesmo dia.** A presente licitação será do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** consoante as condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, bem como pela Lei Federal nº 8.666/93, nos casos omissos. Os interessados na aquisição do Edital e seus anexos em via impressa deverão apresentar comprovante de depósito bancário no valor de R\$ 10,00 (dez reais), em nome da Prefeitura Municipal de Bocaina do Sul, conta-corrente nº 545.746-7, agência 5215-9, do Banco do Brasil, ou poderão adquirir gratuitamente, em via digital, junto ao sítio <http://www.bocaina.sc.gov.br>. Impugnações ou questionamentos acerca do edital, inclusive os de ordem técnica, serão respondidos pelo Pregoeiro exclusivamente por meio eletrônico por meio do endereço licitacao@bocaina.sc.gov.br, desde que enviados a este e-mail no prazo de até 02 (dois) dias úteis da data designada para a abertura da sessão, sendo de responsabilidade dos interessados a consulta ao sítio <http://www.bocaina.sc.gov.br> para obter informações sobre esta licitação.

Bocaina do Sul, 30 de junho de 2021.

Cidnei José Góss – Pregoeiro

EXTRATO DE MAIO 2021 FUNDO DE SAUDE

Publicação Nº 3131556

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DO
EXTRATO MÊS DE MAIO 2021 PREFEITURA

O Fundo Municipal de Saúde de Bocaina do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.679.183/0001-30,, representados pelo Prefeito Municipal, Sr. Joao Eduardo Della Justina , em cumprimento ao art. 68 da Lei Orgânica do Município de Bocaina do Sul, ao parágrafo único do art. 61 da lei 8.666/93, e ao princípio da publicidade (art. 37 da CF/1988), torna público o extrato da contratação ABAIXO, conforme segue:

Processo:17/2021, Pregão presencial nº 10/2021 , Objeto: "aquisição de material de expediente, de material de artesanato, material esportivo, pen drive, CD-R e outros para uso das secretarias municipais para exercício financeiro de 2021. Contrato nº 39/2021, Contratado: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ sob nº 11.679.183/0001-30 Valor do Contrato: R\$11.907,58 Contrato nº40 /2021 Contratado :JS SIMOES EIRELI ME, CNPJ sob nº 26.981059/0001-00 Valor do contrato R\$ 3.614,43 Contrato nº 41/2021 Contratada JONAS SCHUTZ CNPJ sob nº 31.551.960/0001-73 valor do contrato R\$ R\$ 23.951,51 Contrato nº 42/2021 contratada EONIX COMERCIAL EIRELLI CNPJ sob nº 05.937.672/0001-41, valor do contrato R\$ 529,40 Vigência do Contrato 03/05/2021 a 31/12/2021

Processo 15/2021 Pregão Presencial 09/2021, Objeto "" contratação de empresa (oficina e afins) para serviços de manutenção/concerto/ reparação, da frota municipal, por hora técnica de serviços, abrangendo lanternagem, latoaria, pintura, parte elétrica, mecânica em geral, retífica de motor, suspensão, válvulas, caixa de câmbio, injeção eletrônica, ar condicionado, geometria, balanceamento, amortecedores, molas, freios, soldas em geral, bem como todos os demais serviços para veículos leves, médios, pesados, equipamento rodoviários, compreendendo retroescavadeira, escavadeira hidráulica, motoniveladora, rolos compactadores, tratores, para exercício financeiro de 2021, Contrato nº 43/2021 Contratada TORTELLI AUTO PEÇAS LTDA-EPP CNPJ sob nº 83.216.770/0001-01, valor do contrato R\$ 15.100,00 Contrato nº 44/2021 Contratada KLEITON DIAS SCHUMER- ME, CNPJ sob nº 20.966.763/0001-07, valor do contrato R\$ 8.900,00 Contrato nº 45/2021 contratada TOP CENTER AUTOMOTIVE LTDA CNPJ sob nº 28.201.435/0001-13 valor do contrato 2.760,00 Contrato nº 46/2021 JULIANO DA SILVA AMARANTE AUTOMECANICA inscrita no CNPJ sob nº 40.564.772/0001-70, valor do contrato R\$ 14.602,00 Vigência do contrato 05/05/2021 a 31/12/2021.

Processo 18/2021 Pregão Presencial 11/2021 Objeto "objeto aquisição de alimentos para manutenção das secretarias, CRAS, Casa Lar e escolas municipais para o exercício financeiro de 2021, Contrato nº 47/2021 Contratada TIA FA PADARIA E CONFEITARIA LTDA- ME inscrita no CNPJ sob nº 72.375.819/0001-44, valor do Contrato R\$ 9.077,10 Contrato nº 48/2021 contratada CLEITON DE SOUZA COMERCIAL CNPJ sob nº 18.531.205/0001-69 valor do contrato Contrato nº 49/2021 contratada CS COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTIVIOS LTDA ME inscrita no CNPJ sob nº 17.582.972/0001-34, valor do contrato R\$ 4.840,00 Contrato nº 50/2021 contratado MAURONEI FABIANO ALLEIN ME CNPJ sob nº 12.114.637/0001-98 valor do contrato R\$ 4.426,80 vigência do contrato 10/05/2021 a 31/12/2021

Processo 20/2021 Pregão presencial 13/2021 Objeto "" contratação de empresa para prestação de serviços de troca, conserto, montagem de pneus, vulcarizo, para veículos leves e veículos pesados aquisição de bicos e tip top para a frota municipal para o ano de 2021. Contrato nº 51/2021

Contratado Borracharia Bocaina inscrita no CNPJ sob nº 08.453.829/0001-51 valor do contrato R\$ 1.361,60 Contrato nº 52/2021 Contratado AUTO LAVAÇÃO BORRACHARIA ASSINK inscrita no CNPJ sob nº 28.367.684/0001-83 valor do contrato R\$ 5.181,25 Vigência do contrato 24/05/2021 a 31/12/2021

Processo 10/2021 Pregão Presencial 05/2021 Objeto Aquisição de tenda piramidal 5mt largura x 5mt de profundidade x 2mt de Altura de vão, acrescido ainda a altura da pirâmide da cobertura

Estrutura das Laterais e Cobertura: fabricada em aço estrutural galvanizado, nas chapas 13 e 14 e bitolas de 11/4 a 3 polegadas, soldado no sistema mig.

material do fechamento e cobertura: sobre a estrutura (laterais e cobertura) conterà cobertura em lona pvc tdb 03 com blackout, anti-fogo alto extingüível, anti-mofo, anti-fungos. Contrato nº 53/2021; Contratado LC Tendas inscrito sob CNPJ nº 35.067.125/0001-13; Valor do Contrato R\$ 7.300,00; Vigência do Contrato 28/05/2021 a 31/12/2021

JOÃO EDUARDO DELLA JUSTINA – Prefeito Municipal.

EXTRATOS DE CONTRATOS MAIO 2021

Publicação Nº 3131546

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DO SUL
EXTRATO MÊS DE MAIO 2021 PREFEITURA

O Município de Bocaina do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.606.852/0001-90, representados pelo Prefeito Municipal, Sr. João Eduardo Della Justina, em cumprimento ao art. 68 da Lei Orgânica do Município de Bocaina do Sul, ao parágrafo único do art. 61 da lei 8.666/93, e ao princípio da publicidade (art. 37 da CF/1988), torna público o extrato da contratação ABAIXO, conforme segue:

Processo:17/2021, Pregão Presencial nº 10/2021, Objeto: "aquisição de material de expediente, de material de artesanato, material esportivo, pen drive, CD-R e outros para uso das secretarias municipais para exercício financeiro de 2021.. Contrato nº55/2021 Contratada JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ sob nº 25.267.561/0001-82 Valor Contratado R\$ 164.825,28 Contrato nº 56/2021 JS SIMOES

EIRELI ME CNPJ sob nº 26.981059/0001-00; Contrato nº57/2021 JONAS SCHUTZ CNPJ sob nº 31.551.960/0001-73 valor do contrato R\$ R\$ 236.055,73; Contrato nº 58/2021 Contratado EONIX COMERCIAL EIRELLI CNPJ sob nº 05.937.672/0001-41 valor do contrato R\$ 89.043,06 Contrato nº 59/2021 Contratado REAL RC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA no CNPJ sob nº 27.236.708/0001-00 valor do Contrato R\$ 72.645,31 Vigência:03/05/ 2021 a 31/12/2021.

Processo:15/2021, Pregão presencial nº 09/2021 , Objeto: contratação de empresa (oficina e afins) para serviços de manutenção/concerto/ reparação, da frota municipal, por hora técnica de serviços, abrangendo lanternagem, latoaria, pintura, parte elétrica, mecânica em geral, retífica de motor, suspensão, válvulas, caixa de câmbio, injeção eletrônica, ar condicionado, geometria, balanceamento, amortecedores, molas, freios, soldas em geral, bem como todos os demais serviços para veículos leves, médios, pesados, equipamento rodoviários, compreendendo retroescavadeira, escavadeira hidráulica, motoniveladora, rolos compactadores, tratores, para exercício financeiro de 2021 . Contrato nº 60/2021 Contratado

TORTELLI AUTO PEÇAS LTDA-EPP CNPJ sob nº 83.216.770/0001-01 Valor do Contrato R\$ 66.430,00; Contrato nº 61/2021 Contratado KLEITON DIAS SCHUMER- ME CNPJ sob nº 20.966.763/0001-07 valor do contrato R\$ 54.320,00 ;Contrato nº 62/2021 Contratado TOP CENTER AUTOMOTIVE LTDA CNPJ sob nº 28.201.435/0001-13 valor do contrato R\$ 87.085,00; Contrato nº63/2021 JULIANO DA SILVA AMARANTE AUTOMECANICA CNPJ sob nº 40.564.772/0001-70 valor do contrato R\$ 41.610,00 Vigência:05/05/ 2021 a 31/12/2021.

Processo:19/2021 , Pregão presencial nº 12/2021 , Objeto: aquisição de material de construção, dentre esses tubos de concreto, cimento, areia, brita dentre outros para uso da secretaria municipal de obras em infraestrutura de ruas na sede do município, conforme especificações” Contrato nº 64/2021 Contratado PR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA CNPJ sob nº 24.878.609/0001-26 valor do contrato R\$ 6.771,35 ; Contrato nº 65/2021 Contratado HC OLIVEIRA TRANSPORTES E INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA CNPJ sob nº 01.932.721/0001-00 valor do contrato R\$ 37.617,50 ; Vigência: 07/05/2021 a 31/12/2021.

Processo:18/2021 , Pregão presencial nº 11/2021 , Objeto: aquisição de alimentos para manutenção das secretarias, CRAS, Casa Lar e escolas municipais para o exercício financeiro de 2021” Contrato nº 67/2021 Contratado TIA FA PADARIA E CONFEITARIA LTDA- ME CNPJ sob nº 72.375.819/0001-44 valor do

contrato R\$ 94.677,02 ;Contrato nº 68/2021 Contratado CLEITON DE SOUZA COMERIAL, sob n CNPJ sob nº 18.531.205/0001-69, valor do contrato R\$ 18.392,57 Contrato nº 69/2021 Contratada CS COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTIVIOS LTDA ME CNPJ sob nº 17.582.972/0001-34 valor do contrato R\$ 30.508,00 Contrato nº 70/2021 Contratada MAURONEI FABIANO ALLEIN ME CNPJ sob nº 12.114.637/0001-98 Valor do Contrato R\$ 38.517,70 Vigência:10/05/2021 a 31/12/2021.

Processo:21/2021 Dispensa de Licitação nº 14/2021 , Objeto: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresa especializada para cobertura de seguro Total, dos veículos no ano de 2021” Contrato nº 71/2021 Contratado MAPFRE SEGURO GERAL S/A, sob o Nº. 61.074.175/0001-38 valor do contrato: R\$ 3.316,58 Vigência:21/05/2021 a 31/12/2021.

Processo:22/2021 Dispensa de Licitação nº 15/2021 , Objeto: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresa especializada para cobertura de seguro Total, dos veículos no ano de 2021” Contrato nº 72/2021 Contratado GENTE SEGURADORA S.A, sob o Nº. 61.074.175/0001-38 valor do contrato: R\$ 749,86 Vigência:21/05/2021 a 31/12/2021.

Processo:23/2021 , Dispensa de Licitação nº 16/2021 , Objeto: PEDIDO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA DA EMPRESA INTELLIBR SISTEMAS LTDA PARA CONTRATAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR ONLINE VISTO A NECESSIDADE DE GERENCIAMENTO DAS UNIDADES ESCOLARES, HISTÓRICO DOS ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO Contrato nº 73/2021 Contratado INTELLIBR SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 08.982.125/0001-76 valor do contrato R\$ 4.100,00; Vigência:24/05/2021 a 31/12/2021.

Processo:20/2021 , Pregão presencial nº 13/2021 , Objeto Contratação de empresa para prestação de serviços de troca, conserto, montagem de pneus, vulcarizo, para veículos leves e veículos pesados aquisição de bicos e tip top para a frota municipal para o ano de 2021 Contrato nº 74/2021 Contratado Borracharia Bocaina CNPJ sob nº 08.453.829/0001-51 valor do contrato R\$ 1.021,60; Contrato nº 75/2021 Contratado , AUTO LAVAÇÃO E BORRACHARIA ASSINK CNPJ sob nº28.367.648/0001-8 , valor do contrato R\$ 48.406,08 ; Vigência:24/05/2021 a 31/12/2021.

Contrato 76/2021 Objeto Empresa especializada na execução de serviços em rede de iluminação, visando atender a escola João Walter que passa por reforma; Contratada Celesc- Centrais Elétricas de Santa Catarina Valor do Contrato R\$9.971,21 Vigência do Contrato 24/05/2021 a 31/12/2021

JOÃO EDUARDO DELLA JUSTINA – Prefeito Municipal.

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

DECRETO Nº 79/2021 DETERMINA O RETORNO AO TRABALHO PRESENCIAL DOS SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS EFETIVOS, COMISSIONADOS E CONTRATADOS TEMPORÁRIOS DE PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 3131357

DECRETO Nº 79/2021

DETERMINA O RETORNO AO TRABALHO PRESENCIAL DOS SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS EFETIVOS, COMISSIONADOS E CONTRATADOS TEMPORÁRIOS DE PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO LUIZ OSTETTO, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso da atribuição que lhe confere o art. 75, incisos VII da Lei Orgânica Municipal, e ainda:

DECRETA:

Art. 1º Determinar o retorno ao trabalho presencial dos servidores de cargos efetivos, comissionados e contratados temporários, afastados por pertencerem ao Grupo de Risco para a infecção do vírus SARS-COV-2 (COVID-19), com o objetivo de atender ao interesse da Administração Pública e às necessidades institucionais do Município.

§ 1º O retorno ao trabalho presencial deverá ocorrer de acordo com a data de administração da segunda dose da vacina anti-covid de cada servidor, conforme os períodos especificados a seguir:

- a) no caso da Vacina COVISHIELD (Oxford/AstraZeneca), duas semanas após a aplicação da segunda dose;
- b) no caso Vacina CORONAVAC (Sinovac), 3 (três) semanas da aplicação da segunda dose da vacina.
- c) no caso de outras vacinas, de outros laboratórios, que por ventura sejam distribuídas ao município, o retorno ao trabalho respeitará as recomendações futuras.

§ 2º. Os servidores que entendam que não estão aptos ao retorno das suas atividades, mesmo após a imunização, deverão formular requerimento, devendo passar por avaliação da Junta Médica Municipal.

§ 3º Permanecem dispensados do trabalho presencial, devendo executar suas atividades remotamente, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), apenas os servidores de cargos efetivos, comissionados e contratados temporários que se enquadrarem nas situações abaixo:

- a) idade igual ou superior a sessenta anos que estejam portadores de doenças crônicas ou graves descompensadas ou em tratamento sistemático;
 - b) cardiopatias graves ou descompensadas (insuficiência cardíaca, infartados, revascularizados, portadores de arritmias, hipertensão arterial sistêmica descompensada) e miocardiopatias de diferentes etiologias (insuficiência cardíaca, miocardiopatia isquêmica);
 - c) pneumopatias graves ou descompensadas (dependentes de oxigênio, asma moderada/grave, DPOC);
 - d) imunodepressão e imunossupressão;
 - e) doenças renais crônicas em estágio avançado (graus 3, 4 e 5);
 - f) doenças cromossômicas com estado de fragilidade imunológica;
 - g) neoplasia maligna (exceto câncer não melanótico de pele);
 - h) doenças hematológicas (incluindo anemia falciforme e talassemia).
- I) gestantes

Art. 2º. Deverão ser priorizados para a execução de trabalho remoto, mediante laudo da Junta Médica Municipal, servidores que apresentem as condições ou fatores de risco mencionados nas alíneas do § 3º, do art. 1º.

Parágrafo único. Para fins do disposto nesta Decreto, entende-se por trabalho remoto a execução das atividades fora das dependências físicas do órgão ou entidade pelos servidores públicos impossibilitados de comparecimento presencial ao trabalho, cujas características permitam a mensuração da produtividade e dos resultados e do desempenho do participante em suas entregas.

Art. 3º. Fica vedado aos servidores públicos que executam suas atividades remotamente ou que estejam afastados de suas atividades presenciais pela aplicação do disposto nesta Portaria o pagamento de:

- I - adicional noturno;
- II - de horas-extras;
- III - adicional de insalubridade;
- IV - adicional de periculosidade.

Art. 4º. Durante a emergência de saúde pública decorrente de coronavírus, em conformidade com a lei federal 14.151/2021, a servidora gestante ficará afastada das atividades presenciais sem prejuízo de sua remuneração. A servidora afastada nos termos do caput deste artigo ficará a disposição para exercer as atividades em seu domicílio por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância se assim for possível.

Art. 5º. Fica vedado aos servidores afastados de suas atividades e que não tenham sido designados para o exercício de trabalho remoto o pagamento de GRATIFICAÇÕES

Art. 6º- Este decreto também se aplica aos servidores designados como substitutos eventuais e que estejam no exercício do encargo devido ao afastamento, impedimento legal ou regulamentar do titular ou por vacância do cargo.

Art. 7º - No retorno ao trabalho presencial, os servidores deverão observar os Protocolos do Plano de Ação do Ministério da Saúde, divulgado pela Secretaria da Administração e da Secretaria de Saúde do Município.

Art. 8º- Serão continuamente aplicados às medidas de controle e de segurança no trabalho no combate a infecção por COVID-19, bem como os protocolos de tratamento já intitulados com sucesso.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jardim da Serra, 01 de julho de 2021

PEDRO LUIZ OSTETTO
PREFEITO MUNICIPAL

NT 2 IPSUM/2021

Publicação N° 3131257

2º NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICADA: Ipsum Serviços Especializados Eireli

Publicado em: 01/07/2021

NOTIFICANTE: O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68, Centro, CEP 88.640-000, telefone 49 – 3232-0197, Bom Jardim da Serra - SC, inscrito no CNPJ 82.844.754/0001-92, neste ato representado pelo Secretário de Administração Sra. Talita Zandonadi de Carvahlo.

NOTIFICADA Ipsum Serviços Especializados Eireli, inscrita no CNPJ sob nº. 24.377.026/0001-11, com endereço na Rua RUA LAURO FRONZA Nº 222, Bairro, TABOÃO, CEP: 89160-648, cidade de RIO DO SUL Estado SANTA CATARINA, empresa representada por SÉRGIO DOS SANTOS inscrito no CPF 027.743.439-41.

PROCESSO LICITATÓRIO: TOMADA DE PREÇOS nº 15/2020

OBJETO DA NOTIFICAÇÃO: A empresa cujo objeto do contrato é a execução de mão de obra e material, para drenagem e pavimentação em lajota sextavada de concreto da Rua Emiliano Cassetari, deste município, está infringindo o contrato através da má execução do seu objeto. Senhor Representante:

A empresa foi alertada verbalmente pela Secretária de Planejamento Sra. Márcia R.R. Smaniotto, em diversas ocasiões, onde foi solicitado que a execução decorresse de acordo com o que está em projeto, embora em alguns trechos fora autorizado pelo corpo técnico que se mantivesse o solo existente já compactado, extinguindo-se a necessidade de compactação. Porém nos demais segmentos de rua deveriam obrigatoriamente proceder conforme planilha e projeto.

Obra: PAVIMENTAÇÃO DA RUA EMILIANO CASSETARI.

Neste sentido, Edital de Tomada de Preços 15/2020, nas cláusulas abaixo estabelecem:

22. DAS SANÇÕES PARA O INADIMPLEMENTO

22.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações decorrentes da execução do objeto contratado, a Contratante, garantida a prévia e ampla defesa, poderá aplicar à Contratada, segundo a extensão da falta ensejada, as seguintes sanções, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

a) Advertência, por escrito;

b) Multa;

c) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Local, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

22.1.1. Será aplicada multa de 0,1 % (zero vírgula um por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, incidentes sobre o valor do serviço a que se referir a infração, aplicada em dobro a partir do décimo dia de atraso até o trigésimo dia, quando a PREFEITURA poderá decidir pela continuidade da multa ou rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

22.1.2. Será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução total do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, quando a entrega for inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado ou quando o atraso ultrapassar o prazo limite de trinta dias.

22.2. O valor correspondente a qualquer multa aplicada à empresa licitante vencedora, respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da notificação, na forma definida pela legislação, em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA/SC, ficando a empresa obrigada a comprovar o pagamento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

22.2.1. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de juros de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, após o qual, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

22.3. No caso de a licitante vencedora ser credora de valor suficiente ao abatimento da dívida, a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA/SC poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

22.4. Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a empresa licitante vencedora responderá pela sua diferença, podendo esta ser cobrada judicialmente.

22.5. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a empresa licitante de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA/SC, decorrentes das infrações cometidas.

22.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual, e Municipal enquanto perdurarem

os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

Dessa forma, por haver descumprimento injustificado das obrigações assumidas pela Empresa Contratada e ora Notificada, o Município Contratante, poderá aplicar as penalidades previstas na Lei 8666/93, no Edital e no Contrato firmado.

O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nestes termos sujeitará às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93, e demais legislação pertinente.

Além das penalidades, poderá ter a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jardim da Serra - SC, bem como, o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município por prazo não superior a 02 (dois) anos;

Nessa medida, atentando-se às cláusulas do contrato em discussão e, de igual modo, aos dispositivos legais aplicáveis ao caso, o Município Contratante vem, pela presente, notificar pela 2ª vez Vossa Senhoria – Representante da Empresa Ipsum Serviços Especializados Eireli, para que sane as irregularidades apontadas, no prazo improrrogável de 7 (sete) dias, a contar do recebimento desta notificação.

Ressaltamos, outrossim, que, caso a Empresa Empresa Ipsum Serviços Especializados Eireli, não atenda ao quantum referendado nesta notificação, no prazo acima assinalado, o Gestor Municipal, atento aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública e, bem assim, aplicando o conteúdo normativo das cláusulas contratuais adotará todas as medidas Administrativamente cabíveis.

A presente NOTIFICAÇÃO será publicada na forma da Lei, nesta data, dando cumprimento o princípio da publicidade, assegurada a ampla defesa e o contraditório à empresa NOTIFICADA, para que não restem dúvidas quanto à legitimidade e validade deste ato.

O Município contratante aguarda manifestação da empresa notificada, no prazo acima assinalado, sendo o silêncio entendido como confissão dos fatos anotados.

Bom Jardim da Serra, 01 de Julho de 2021.

Secretário de Administração e Finanças
Talita Zandonadi de Carvalho

PORTARIA Nº 449/2021

Publicação Nº 3132242

PORTARIA Nº 449/2021
De 01 de julho de 2021

PEDRO LUIZ OSTETTO, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR prazo por mais 60 (sessenta dias), para que a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar que apura possíveis responsabilidades e desídia da Servidora Aline Gasperin Velho, instaurado através da Portaria nº 223/2021, possa concluir as apurações.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor com efeitos da data 27 de junho 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 01 de julho de 2021.

PEDRO LUIZ OSTETTO
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

Bom Jesus

PREFEITURA

LEI RC Nº 784/2021

Publicação Nº 3130813

Lei RC 784/2021

Origem do Projeto de Lei RC n. 008/2021

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DESAFETAR IMÓVEL DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL CALZA, Prefeito Municipal de Bom Jesus, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a legislação em vigor em especial o Art. 69º I da Lei Orgânica Municipal FAZ SABER aos habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar de utilidade pública o Lote 03, da Quadra 61, com área de 4.265,66 m², localizado no lado ímpar da Rua Pedro Winckler, esquina com o lado ímpar da Rua "B", e esquina com o lado par da Rua Paralela a SC 467, constante na Matrícula nº 20.574, do Registro de Imóveis da Comarca de Xanxerê – SC.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus, Estado de Santa Catarina,
aos 01 de julho de 2021.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal.

LEI RC Nº 785/2021

Publicação Nº 3130820

Lei RC n.785/2021

Origem do Projeto de Lei RC n.09/2021

"AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS NO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODO-VIÁRIA ENTRE OS RIOS – CIDIRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

RAFAEL CALZA, Prefeito Municipal de Bom Jesus, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, FAZ SABER aos habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o ingresso do Município de Bom Jesus, no Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Infraestrutura Rodoviária Entre os Rios – CIDIRIOS, ratificando todos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jesus – SC, 01 de Julho de 2021.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5625/2021

Publicação Nº 3131137

DECRETO Nº 5625/21 DE 01 DE JULHO DE 2021.
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 1.216/20 de 30.10.2020 (LDO), 1.217/20 de 30.10.2020 (LOA) e Lei Municipal nº 1.246/21 de 25 de junho de 2021.

DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar nos projetos abaixo, modalidades de despesa na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e Secretaria Municipal da Agricultura no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais).

Órgão: 03 – Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.

Proj/Ativ.: 041220032.003 – Manutenção das Atividades de Adm Geral Municipal.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (127).

Valor R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 09 – Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade Orçamentária: 09.01 – Departamento da Agricultura.

Proj/Ativ.: 2060600352.038 – Manutenção das Atividades do Depto de Agricultura.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1587).

Valor R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado pelo artigo primeiro do presente Decreto, serão utilizados recursos da anulação do seguinte projeto abaixo modalidade de despesas respectiva Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais).

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade Orçamentária: 05.03 – Departamento de Esportes.

Proj/Ativ.: 2781200191.013 – Apoio a Const. e Ref. E Infra Estrutura de Centros Esportivos.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (704).

Valor R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/conta do orçamento municipal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,
aos 01 de julho de 2021.

AIRTON ANTONIO REINHER
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 30/2021

Publicação Nº 3130972

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7AEC5D14F3CEDE68288ABB1F9646B05774DC1AC9

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 30/2021

Objeto: Licenciamento de software com fornecimento do serviço de gestão e guarda eletrônica de documentos oriundos da Assistência Social, por meio da utilização de ferramentas web. Contratado: PITFALL SISTEMAS LTDA, sob o CNPJ nº 24.897.642/0001-01. Valor: R\$ 12.000,00 (doze mil reais). Base Legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 01 de julho de 2021.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

ERRATA ATA REGISTRO DE PREÇOS 08/2021

Publicação Nº 3130719

Errata ao Extrato Primeiro Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços 08/2021

ONDE SE LÊ - Do Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo o reequilíbrio econômico-financeiro no percentual de 25%, dos itens conforme segue.

LEIA-SE - Do Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo o reequilíbrio econômico-financeiro no percentual de 6,05%, dos itens conforme segue.

Bom Retiro, 01 de julho de 2021.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito

EXTRATO TA ATA REGISTRO DE PREÇOS 08/2021

Publicação Nº 3130716

Extrato Segundo Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços 08/2021

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratada: Alfredo Comércio Varejista Ltda ME

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo o reequilíbrio econômico-financeiro no percentual de 18,95%, conforme segue:

Item 4 - Açúcar refinado - pacotes de 5 kg de R\$ 13,70 para R\$ 16,30;

Item 9 - Amido de milho - pacotes de 1 kg de R\$ 4,32 para R\$ 5,14;

Item 21 - Canjica - pacotes de 500g de R\$ 2,81 para R\$ 3,34;

Item 27 - Cereal de Milho - pacotes de 500g de R\$ 6,32 para R\$ 7,52;

Item 35 - Doce de Leite - pote de 1 kg de R\$ 7,76 para R\$ 9,23;

Item 41 - Farinha de Milho - pacotes de 1 kg de R\$ 2,40 para R\$ 2,85;

Item 42 - Farinha de trigo integral - pacotes de 1 kg de R\$ 3,49 para R\$ 4,15;

Item 51 - Leite integral longa vida - Embalagem 1 litro de R\$ 3,49 para R\$ 4,15;

Item 54 - Macarrão tipo espaguete - pacotes de 1 kg de R\$ 4,02 para R\$ 4,78;

Item 55 - Macarrão tipo parafuso - pacotes de 1 kg de R\$ 3,39 para R\$ 4,03;

Item 57 - Margarina com sal - pote de 500g de R\$ 4,36 para R\$ 5,19, conforme faculta legislação vigente. Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços 08/2021, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 01 de julho de 2021.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EXTRATO COMPRA DIRETA Nº 4341/2021

Publicação Nº 3130373

EXTRATO COMPRA DIRETA Nº 4341/2021

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: FC Serviços Gráficos Ltda

Cidade: Trombudo Central- SC

CNPJ: 27.728.449/0001-27

Objeto: Despesa referente a aquisição de adesivos de identificação e serviço de colocação para o veículo Sprinter novo da Secretaria de Educação do Município de Braço do Trombudo/SC

Valor: R\$ 2.756,00 (dois mil e setecentos e cinquenta e seis reais)

Data da autorização de fornecimento: 29/06/2021

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

EXTRATO COMPRA DIRETA Nº 4342/2021

Publicação Nº 3130375

EXTRATO COMPRA DIRETA Nº 4342/2021

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: FC Serviços Gráficos Ltda

Cidade: Trombudo Central- SC

CNPJ: 27.728.449/0001-27

Objeto: Despesa referente a aquisição de adesivos de identificação e serviço de colocação para o veículo Spin da Secretaria de Educação do Município de Braço do Trombudo/SC

Valor: R\$ 890,00 (oitocentos e noventa reais)

Data da autorização de fornecimento: 29/06/2021

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 77/2021

Publicação Nº 3130879

EXTRATO DE CONTRATO 77/2021

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67

Sito a Praça da Independência, 25

Braço do Trombudo – SC.

Contratada: OFICINA MECÂNICA BIBI LTDA

CNPJ nº 73.379.794/0001-10

Rua José Valente de Campos, nº 750

Bairro Aterrado

Pouso Redondo/SC

Objeto: Constitui objeto da presente dispensa de licitação, aquisição de material para conserto da caçamba VW/26220 placa MEH-2227 ano 2007 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo/SC.

Valor: R\$3.935,90

Vigência até 01/08/2021

Data da assinatura: 01/07/2021

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº12/2021 FMAS

Publicação Nº 3130768

EXTRATO DE CONTRATO 09/2021

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Marlise Prochnow

CPF nº970.120.259-72

Rua dos Pioneiros, nº 875

Cidade Braço do Trombudo/SC

Objeto: Despesa referente a aluguel social (Zeni Maria Fermينو) através do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Braço do Trombudo/SC.

Valor: R\$1.800,00

Vigência: de 01/07/2021 a 31/12/2021

Data da assinatura: 01/07/2021

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2020 FMS

Publicação Nº 3128980

Página: 1/7

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2020

Número do Registro de Preços: 4/2020 Data do Registro: 03/07/2020 Válido até: 03/07/2021

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventuais trocas de óleo e filtros dos veículos da Secretaria de Saúde do município de Braco do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Óleo lubrificante multiviscoso mineral para motores movidos a diesel de alta potência, classificação API CI - 4 SAE 15W40 (23258)	LTS	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (6976)	VORAX	0	18,6698	1
2	Óleo lubrificante multiviscoso sintético para motores movidos a diesel rápido de alto desempenho, classificação API SM SAE 5W30 (23259)	LTS	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (6976)	VORAX	0	31,2226	1
3	Filtro óleo WO 421 (22600)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (6976)	TURBO	0	34,8287	1
4	Filtro ar WR 316 (22601)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (6976)	TURBO	0	61,2584	1
5	Filtro de Combustível FCD 0771 (22602)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (6976)	TURBO	0	68,0142	1
6	Filtro Cabine AKX 3548 (22603)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (6976)	TURBO	0	28,3468	1
7	Filtro ar FAP 9112 - ARL 5310 (22604)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (6976)	TURBO	0	76,3219	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2020

Página: 2/7

Número do Registro de Preços: 4/2020		Data do Registro: 03/07/2020		Válido até: 03/07/2021			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventuais trocas de óleo e filtros dos veículos da Secretaria de Saúde do município de Brago do Trombudo, SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

8	Filtro óleo WOE 455 (22605)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	76,1645	2
			MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (6976)	TURBO	0	35,5134	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	35,2403	2
9	Filtro combustível FCD 2181 (22606)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (6976)	TURBO	0	250,2374	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	249,5690	2
10	Filtro Cabine AKX 3565/C (22607)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (6976)	TURBO	0	58,6109	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	59,4104	2
11	Filtro ar FAP 3271/4 (22608)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (6976)	TURBO	0	68,0142	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	67,8010	2
12	Filtro óleo WOE 505 (22609)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (6976)	TURBO	0	42,1779	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	42,2234	2
13	Filtro Combustível FCD 0816/2 (22610)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (6976)	TURBO	0	35,6960	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	35,5019	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2020

Página: 3/7

Número do Registro de Preços: 4/2020 **Data do Registro: 03/07/2020** **Válido até: 03/07/2021**

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventuais trocas de óleo e filtros dos veículos da Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Filtro cabine AXX 1201 (22611)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (6976)	TURBO	0	38,4349	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	38,3168	2
15	Óleo lubrificante multigrado sintético para motores movidos a gasolina e álcool, classificação API SM SAE 5W30 (23260)	LTS	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (6976)	VORAX	0	24,4528	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	ENERGIS 8	0	24,6742	2
16	Óleo lubrificante sintético para motores movidos a gasolina e álcool, classificação API SM SAE 5W40 (23261)	LTS	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (6976)	VORAX	0	25,1642	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	ENERGIS 8	0	25,2479	2
17	Filtro ar FAP 9121 (22614)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (6976)	TURBO	0	33,0780	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	33,3079	2
18	Filtro óleo WOE 912 (22615)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (6976)	TURBO	0	26,8537	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	26,8370	2
19	Filtro Combustível 1660 (22616)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (6976)	TURBO	0	14,8495	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	14,7956	2
20	Filtro Cabine 35293 (22617)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (6976)	TURBO	0	26,0534	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2020

Página: 4/7

Número do Registro de Preços: 4/2020 Data do Registro: 03/07/2020 Válido até: 03/07/2021

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventuais trocas de óleo e filtros dos veículos da Secretaria de Saúde do município de Braco do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	Filtro óleo WOE 120 (22619)		SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	26,2720	2
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (6976)	TURBO	0	25,0753	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	25,4686	2
22	Filtro ar FAP 3269 (22622)		MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (6976)	TURBO	0	34,5896	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	35,1088	2
23	Filtro óleo WOE 130 (22623)		MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (6976)	TURBO	0	54,1519	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	54,6627	2
24	Filtro Cabine AKX 35723-C (22624)		MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (6976)	TURBO	0	30,3215	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	30,3063	2
25	Filtro ar FAP 3288 (22625)		MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (6976)	TURBO	0	35,7456	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	36,0004	2
26	Filtro óleo WO 346 (22626)		MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (6976)	TURBO	0	20,9850	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	21,0723	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2020

Página: 5/7

Número do Registro de Preços: 4/2020		Data do Registro: 03/07/2020		Válido até: 03/07/2021		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventuais trocas de óleo e filtros dos veículos da Secretaria de Saúde do município de Braco do Trombudo, SC				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
27	Filtro combustível FCI 1630 (22627)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (6976)	TURBO	0	17,1614	1			
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	17,1527	2			
28	Filtro cabine AXK 35280 (22628)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (6976)	TURBO	0	33,3448	1			
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	33,4756	2			
29	Filtro ar FAP 2827 (22629)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (6976)	TURBO	0	14,4049	1			
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	14,3454	2			
30	Filtro cabine AXK 3536 (22630)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (6976)	TURBO	0	20,5404	1			
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	20,5426	2			
31	Filtro ar FAP 9054 (22631)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (6976)	TURBO	0	29,4323	1			
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	29,3971	2			
32	Filtro cabine AXK 35323 (22632)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (6976)	TURBO	0	20,8961	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2020

Página: 6/7

Número do Registro de Preços: 4/2020		Data do Registro: 03/07/2020		Válido até: 03/07/2021			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventuais trocas de óleo e filtros dos veículos da Secretaria de Saúde do município de Braco do Trombudo, SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (6812)	TECFIL	0	20.8604	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2020

Número do Registro de Preços: 4/2020 Data do Registro: 03/07/2020 Válido até: 03/07/2021
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventuais trocas de óleo e filtros dos veículos da Secretaria de Saúde do município de Braço do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2020
PROCESSO Nº 9/2020

(6812) - SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
(6976) - MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME

Braço do Trombudo, 3 de Julho de 2020.

Brunópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 073/2021, DE 30 DE JUNHO DE 2021 APROVA O PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO NÚCLEO URBANO CONSOLIDADO DENOMINADO REGULARIZA BRUNÓPOLIS - ETAPA 1 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 3130509

DECRETO Nº 073/2021, DE 30 DE JUNHO DE 2021

APROVA O PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO NÚCLEO URBANO CONSOLIDADO DENOMINADO REGULARIZA BRUNÓPOLIS - ETAPA 1 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VOLCIR CANUTO, Prefeito Municipal de Brunópolis, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, com fundamento na Lei nº 13.465/2016, na Lei Complementar Municipal nº 74 de 2021, e no Decreto Municipal nº 43/2021,

CONSIDERANDO a documentação apresentada no Processo de Regularização Fundiária de autos nº 001/2021, referente ao núcleo urbano consolidado denominado Regulariza Brunópolis – Etapa 1;

CONSIDERANDO, ainda, a aprovação do Projeto de Regularização Fundiária nº 001/2021, pela Comissão de Regularização Fundiária do Município de Brunópolis;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Projeto de Regularização Fundiária do núcleo urbano consolidado denominado Regulariza Brunópolis- Etapa 1, assentado sobre imóvel privado, inscrito no Registro de Imóveis de Campos Novos sob a matrícula nº 17.378, localizado na quadra nº 04 do Distrito de Marombas, entre a Avenida Marombas e as ruas Campos Novos, São Sebastião e Inês Zanella, no perímetro urbano de Brunópolis – SC, nos termos dos mapas, memoriais descritivos e demais documentos anexados ao Processo Administrativo pertinente.

Art. 2º. A área total regularizada, com 10.956,96 m² (dez mil novecentos e cinquenta e seis metros e noventa e seis decímetros quadrados), conforme Memoriais Descritivos e Planta constantes dos Anexos I e II do presente Decreto, é composta por:

- (a) 23 (vinte e três) lotes, com abertura de matrícula em favor dos legitimados beneficiários particulares, com área total de 10.535,85m²;
- (b) 2 (duas) ruas com área total de 421,11 m².

Art. 3º. A área regularizada possui parte da infraestrutura essencial exigida pela Lei nº 13.465/17, como sistema de abastecimento de água potável, coletivo ou individual em toda área regularizada; sistema de coleta e tratamento do esgotamento sanitário, coletivo ou

individual em toda área regularizada; drenagem pluvial em parte do núcleo regularizado; rede de energia elétrica residencial em parte do núcleo regularizado.

Art. 4º. O Município de Brunópolis firmou compromisso de execução das obras de drenagem pluvial e de rede de energia elétrica residencial na Rua Luiza Ferreira no prazo de até 31 de maio de 2022, conforme cronograma constante nos autos do procedimento de regularização.

Art. 5º. Ficam identificados, declarados e classificados os ocupantes de cada unidade imobiliária com destinação urbana regularizada, conforme quadro constante no Anexo I deste Decreto.

Art. 6º. Integram o presente Decreto os Memoriais Descritivos - Anexo I e a Planta de Regularização - Anexo II.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brunópolis, 30 de junho de 2021.

VOLCIR CANUTO
Prefeito Municipal

ELAINE NOVACKI DOS SANTOS
Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e Publicado no DOM

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO

Terreno urbano, com área superficial de **10.956,96 m²**, (Dez mil novecentos e cinquenta e seis metros e noventa e seis decímetros quadrados) sendo a **Área Total**, da **Quadra nº 04**, do terreno registrado no Cartório de Registro de Imóveis das Comarca de Campos Novos-SC, com matrícula sob o **nº 17.378**, situado no lado ímpar da Rua Campos Novos, na esquina com a Rua São Sebastião, no Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC e possui as seguintes confrontações: AO NORTE em 176,62 metros com a Rua São Sebastião e em 50,52 metros com Londres Schopchaki mat. nº 10038; AO SUL em 16,85 metros com a Avenida Marombas; A LESTE em 16,73 metros com Londres Schopchaki mat. nº 10038 em 45,62 metros com a Rua São Sebastião, em 51,23 metros com a Mitra Diocesana de Joaçaba Transcrição nº 33014, em 21,01 metros com Sezimundo Emilio Casa mat nº 15629, em 94,75 metros com a Rua Luiza Ferreira, em 47,45 metros com Luiz Felipe Prandi mat nº 12170 e A OESTE em 72,56 metros e 16,87 metros com a Rua Campos Novos, em 65,12 metros com João Hamilton de Lima Junior mat nº 25654/25655, em 7,97 metros e 22,04 metros com a Rua Luiza Ferreira e em 44,00 metros com o Município de Brunópolis mat nº 20755.

QUADRO DE BENEFICIARIOS

Lote	Quadra	Área do lote	Qualificação do beneficiário	CPF	MODALIDADE DE REURB
01	05	687,37	Ademir José Kriger e Rosana Aparecida M. Kriger.	052.757.209-90	REURB-S
02	05	539,14	Rosane Kriger.	061.129.469-98	REURB-S
03	05	315,55	João Weber Filho e Margarette Longhi Weber.	653.062.449-04	REURB-E
04	05	802,90	Lalete Aparecida Brollo e Generino Brollo.	863.127.749-53	REURB-E
05	05	994,98	Jonas Leffer França e Marli Bueno B. França.	541.601.209-97	REURB-S
06	05	491,26	Margarete da Silva.	052.879.029-30	REURB-S
07	05	499,77	Luiz Geremias de Almeida.	031.707.999-91	REURB-S
08	05	349,50	João Valdecir Eleodoro Alves.	022.561.259-39	REURB-S
09	05	710,04	Loreni das Graças Alves e Luiz Borba da Luz.	796.446.009-91	REURB-S
10	05	176,24	Nerci Aparecida Dias e Davi de Deus Batista.	070.235.729-45	REURB-S
11	05	316,20	Adair Ramos e Vera Lucia B. dos Santos Ramos.	612.707.099-68	REURB-S
12	05	256,61	Vilmar Luiz Simon e Lorizete Ricardo da Rosa.	018.155.229-92	REURB-S
13	05	669,48	Fernanda Baldo Rossi e Sergio Rossi.	039.269.839-06	REURB-S
14	05	656,09	Júlio Cesar May e Elizabeth Aparecida W.N May.	944.945.500-78	REURB-S
15	05	480,00	Sergio Rossi e Fernanda Baldo Rossi.	027.954.339-58	REURB-E
16	05	300,00	Eliane Flemming Almeida	844.979.479-04	REURB-S
17	05	140,00	Ivone Aparecida A. Veloso.	045.638.639-47	REURB-S
18	05	332,07	Alvino Luiz May e Terezinha A. Francisca May.	814.199.109-49	REURB-E
19	05	200,31	Maria Niva Leodoro e Antônio Miranda da Silva.	036.881.319-32	REURB-S
20	05	503,55	Marciano José A. Ferreira e Cleonice Alessandra Machado Ferreira	073.953.909-46	REURB-S
21	05	350,74	Elaine Novacki dos Santos e Dejandir dos Santos.	021.371.429-96	REURB-E
22	05	307,10	Dilce Felistrowisk e Sebastião A. Ferreira.	033.170.899-03	REURB-S
23	05	456,95	Nerci Domingos da F. Simon e Luis Carlos Simon.	093.743.574-49	REURB-S

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se se no marco denominado '**0=PP**', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523105.78 m e N= 6977022.42 m dividindo-o com o Rua São Sebastião; Daí segue confrontando com Rua São Sebastião com o azimute de 111°52'23" e a distância de 10.00 m até o marco '**1**' (E=523115.06 m e N=6977018.70 m); Daí segue com o azimute de 121°02'51" e a distância de 27.90 m até o marco '**2**' (E=523138.97 m e N=6977004.31 m); Daí segue com o azimute de 121°02'51" e a distância de 22.50 m até o marco '**3**' (E=523158.24 m e N=6976992.70 m); Daí segue com o azimute de 121°39'16" e a distância de 11.73 m até o marco '**4**' (E=523168.23 m e N=6976986.55 m); Daí segue com o azimute de 122°16'27" e a distância de 20.00 m até o marco '**5**' (E=523185.14 m e N=6976975.87 m); Daí segue com o azimute de 122°17'38" e a distância de 30.00 m até o marco '**6**' (E=523210.50 m e N=6976959.84 m); Daí segue com o azimute de 123°54'29" e a distância de 15.00 m até o marco '**7**' (E=523222.95 m e N=6976951.47 m); Daí segue com o azimute de 126°01'30" e a distância de 15.00 m até o marco '**8**' (E=523235.08 m e N=6976942.65 m); Daí segue com o azimute de 125°51'25" e a distância de 11.00 m até o marco '**9**' (E=523243.99 m e N=6976936.21 m); Daí segue com o azimute de 84°30'09" e a distância de 13.49 m até o marco '**10**' (E=523257.42 m e N=6976937.50 m); Daí segue confrontando com Londres Schopchaki mat nº 10038 com o azimute de 88°35'06" e a distância de 34.42 m até o marco '**11**' (E=523291.84 m e N=6976938.35 m); Daí segue com o azimute de 72°31'45" e a distância de 16.10 m até o marco '**12**' (E=523307.20 m e N=6976943.18 m); Daí segue com o azimute de 166°50'25" e a distância de 16.73 m até o marco '**13**' (E=523311.01 m e N=6976926.89 m); Daí segue confrontando com Rua São Sebastião com o azimute de 261°18'23" e a distância de 17.20 m até o marco '**14**' (E=523294.00 m e N=6976924.29 m); Daí segue com o azimute de 269°40'49" e a distância de 10.93 m até o marco '**15**' (E=523283.07 m e N=6976924.23 m); Daí segue com o azimute de 257°53'59" e a distância de 17.49 m até o marco '**16**' (E=523265.97 m e N=6976920.56 m); Daí segue confrontando com Mitra Diocesana de Joaçaba Transcrição nº 33014 com o azimute de 198°41'06" e a distância de 27.78 m até o marco '**17**' (E=523257.07 m e N=6976894.25 m); Daí segue com o azimute de 198°45'44" e a distância de 23.45 m até o marco '**18**' (E=523249.52 m e N=6976872.04 m); Daí segue confrontando com Sezimundo Emilio Casa mat nº 15629 com o azimute de 291°35'28" e a distância de 21.01 m até o marco '**19**' (E=523229.99 m e N=6976879.77 m); Daí segue confrontando com Rua Luiza Ferreira com o azimute de 16°58'48" e a distância de 11.02 m até o marco '**20**' (E=523233.21 m e N=6976890.31 m); Daí segue com o azimute de 336°05'42" e a distância de 6.87 m até o marco '**21**' (E=523230.42 m e N=6976896.60 m); Daí segue com o azimute de 288°49'38" e a distância de 6.88 m até o marco '**22**' (E=523223.91 m e N=6976898.82 m); Daí segue com o azimute de 238°53'39" e a distância de 5.45 m até o marco '**23**' (E=523219.24 m e N=6976896.00 m); Daí segue com o azimute de 238°53'39" e a distância de 5.20 m até o marco '**24**' (E=523214.79 m e N=6976893.31 m); Daí segue com o azimute de 291°35'18" e a distância de 14.75 m até o marco '**25**' (E=523201.07 m e N=6976898.74 m); Daí segue com o azimute de 291°35'18" e a distância de 6.00 m até o marco '**26**' (E=523195.49 m e N=6976900.95 m); Daí segue com o azimute de 291°35'18" e a distância de 14.00 m até o marco '**27**' (E=523182.47 m e N=6976906.10 m); Daí segue com o azimute de 291°35'18" e a distância de 17.47 m até o marco '**28**' (E=523166.22 m e N=6976912.53 m); Daí segue com o azimute de 191°13'32" e a distância de 7.11 m até o marco '**29**' (E=523164.84 m e N=6976905.55 m); Daí segue confrontando com Luiz Felipe Prandi mat nº 12170 com o azimute de 202°15'05" e a distância de 16.82 m até o marco '**30**' (E=523158.47 m e N=6976889.99 m); Daí segue com o azimute de 291°16'16" e a distância de 4.00 m até o marco '**31**' (E=523154.74 m e N=6976891.44 m); Daí segue com o azimute de 199°59'36" e a distância de 26.63 m até o marco '**32**' (E=523145.64 m e N=6976866.42 m); Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 288°15'19" e a distância de 16.85 m até o marco '**33**' (E=523129.64 m e N=6976871.70 m); Daí segue confrontando com Municipio de Brunópolis mat nº 20755 com o azimute de 19°36'21" e a distância de 27.33 m até o marco '**34**' (E=523138.81 m e N=6976897.44 m); Daí segue com o azimute de 292°54'42" e a distância de 16.67 m até o marco '**35**' (E=523123.45 m e N=6976903.93 m); Daí segue confrontando com Rua Campos Novos com o azimute de 14°23'31" e a distância de 16.87 m até o marco '**36**' (E=523127.65 m e N=6976920.27 m); Daí segue confrontando com Rua Luiza Ferreira com o azimute de 111°35'28" e a distância de 22.04 m até o marco '**37**' (E=523148.14 m e N=6976912.16 m); Daí segue com o azimute de 352°57'48" e a distância de 7.97 m até o marco '**38**' (E=523147.16 m e N=6976920.07 m); Daí segue confrontando com João Hamilton de Lima Junior mat nº 25654 com o azimute de 36°42'48" e a distância de 18.31 m até o marco '**39**' (E=523158.11 m e N=6976934.75 m); Daí segue confrontando com João Hamilton de Lima Junior mat nº 25654 com o azimute de 36°42'48" e a distância de 9.70 m até o marco '**40**' (E=523163.91 m e N=6976942.53 m); Daí segue com o azimute de 287°11'06" e a distância de 15.75 m até o marco '**41**' (E=523148.86 m e N=6976947.18 m); Daí segue com o azimute de 287°11'06" e a distância de 21.36 m até o marco '**42**' (E=523128.45 m e N=6976953.49 m); Daí segue confrontando com Rua Campos Novos com o azimute de 341°02'38" e a distância

de 34.15 m até o marco '43' (E=523117.35 m e N=6976985.80 m); Daí segue com o azimuth de 342°28'05" e a distância de 38.41 m até o marco '0=PP' (E=523105.78 m e N=6977022.42 m); início de descrição, fechando assim o perímetro 749.35 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DO LOTE 01

Terreno urbano, com área superficial de **687,37 m²**, (Seiscentos e oitenta e sete metros e trinta e sete decímetros quadrados) sendo o **LOTE 01**, da **Quadra nº 04** do terreno registrado no Cartório de Registro de Imóveis das Comarca de Campos Novos-SC, com matrícula sob o **nº 17.378**, situado no lado ímpar da Rua Campos Novos, na esquina com a Rua São Sebastião, no Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, de propriedade de **Ademir José Krieger** e possui as seguintes confrontações: AO NORTE em 37,90 metros com a Rua São Sebastião; AO SUL em 12,09 metros com Fernanda Baldo Rossi; A LESTE em 26,97 metros com Rosane Krieger e A OESTE em 38,41 metros com a Rua Campos Novos.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se se no marco denominado '0=PP', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523105.78 m e N= 6977022.42 m dividindo-o com o Rua São Sebastião; Daí segue confrontando com Rua São Sebastião com o azimuth de 111°52'23" e a distância de 10.00 m até o marco '1' (E=523115.06 m e N=6977018.70 m); Daí segue com o azimuth de 121°02'51" e a distância de 27.90 m até o marco '2' (E=523138.97 m e N=6977004.31 m); Daí segue confrontando com Rosane Krieger com o azimuth de 204°23'57" e a distância de 26.97 m até o marco '3' (E=523127.83 m e N=6976979.75 m); Daí segue confrontando com Fernanda Baldo Rossi com o azimuth de 299°59'57" e a distância de 12.09 m até o marco '4' (E=523117.35 m e N=6976985.80 m); Daí segue confrontando com Rua Campos Novos com o azimuth de 342°28'05" e a distância de 38.41 m até o marco '0=PP' (E=523105.78 m e N=6977022.42 m); início de descrição, fechando assim o perímetro 115.37 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DO LOTE 02

Terreno urbano, com área superficial de **539,14 m²**, (Quinhentos e trinta e nove metros e quatorze decímetros quadrados) sendo o **LOTE 02**, da **Quadra nº 04** do terreno registrado no Cartório de Registro de Imóveis das Comarca de Campos Novos-SC, com matrícula sob o **nº 17.378**, situado no lado par da Rua São Sebastião, distante 37,90 metros da esquina com a Rua Campos Novos, no Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, de propriedade de **Rosane Krieger** e possui as seguintes confrontações: AO NORTE em 22,50 metros com a Rua São Sebastião; AO SUL em 18,00 metros com Fernanda Baldo Rossi; A LESTE em 26,49 metros com João Weber Filho e A OESTE em 26,97 metros com Ademir José Krieger.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se se no marco denominado '0=PP', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523138.97 m e N= 6977004.31 m dividindo-o com o Rua São Sebastião; Daí segue confrontando com Rua São Sebastião com o azimuth de 121°02'51" e a distância de 22.50 m até o marco '1' (E=523158.24 m e N=6976992.70 m); Daí segue confrontando com João Weber Filho com o azimuth de 214°02'10" e a distância de 26.49 m até o marco '2' (E=523143.41 m e N=6976970.75 m); Daí segue confrontando com Fernanda Baldo Rossi com o azimuth de 299°59'57" e a distância de 18.00 m até o marco '3' (E=523127.83 m e N=6976979.75 m); Daí segue confrontando com Ademir José Krieger com o azimuth de 24°23'57" e a distância de 26.97 m até o marco '0=PP' (E=523138.97 m e N=6977004.31 m); início de descrição, fechando assim o perímetro 93.96 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DO LOTE 03

Terreno urbano, com área superficial de **315,55 m²**, (Trezentos e quinze metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados) sendo o **LOTE 03**, da **Quadra nº 04** do terreno registrado no Cartório de Registro de Imóveis das Comarca de Campos Novos-SC, com matrícula sob o nº **17.378**, situado no lado par da Rua São Sebastião, distante 60,40 metros da esquina com a Rua Campos Novos, no Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, de propriedade de **João Weber Filho** e possui as seguintes confrontações: AO NORTE em 11,73 metros com a Rua São Sebastião; AO SUL em 12,29 metros com Fernanda Baldo Rossi; A LESTE em 26,12 metros com Arlete Aparecida Brollo e A OESTE em 26,49 metros com Rosane Krieger.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se se no marco denominado '**0=PP**', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523158.24 m e N= 6976992.70 m dividindo-o com o Rua São Sebastião; Daí segue confrontando com Rua São Sebastião com o azimuth de 121°39'16" e a distância de 11.73 m até o marco '**1**' (E=523168.23 m e N=6976986.55 m); Daí segue confrontando com Arlete Aparecida Brollo com o azimuth de 212°51'24" e a distância de 26.12 m até o marco '**2**' (E=523154.06 m e N=6976964.61 m); Daí segue confrontando com Fernanda Baldo Rossi com o azimuth de 299°59'57" e a distância de 12.29 m até o marco '**3**' (E=523143.41 m e N=6976970.75 m); Daí segue confrontando com Rosane Krieger com o azimuth de 34°02'10" e a distância de 26.49 m até o marco '**0=PP**' (E=523158.24 m e N=6976992.70 m); início de descrição, fechando assim o perímetro 76.63 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DO LOTE 04

Terreno urbano, com área superficial de **802,90 m²**, (Oitocentos e dois metros e noventa decímetros quadrados) sendo o **LOTE 04**, da **Quadra nº 04** do terreno registrado no Cartório de Registro de Imóveis das Comarca de Campos Novos-SC, com matrícula sob o nº **17.378**, situado no lado par da Rua São Sebastião, distante 72,13 metros da esquina com a Rua Campos Novos, no Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, de propriedade de **Arlete Aparecida Brollo** e possui as seguintes confrontações: AO NORTE em 20,00 metros com a Rua São Sebastião; AO SUL em 15,75 metros com João Hamilton de Lima Junior mat nº 25655; A LESTE em 28,25 metros com Jonas Leffer França e em 11,27 metros com Julio Cesar May e A OESTE em 26,12 metros com João Weber Filho e em 18,18 metros com Fernanda Baldo Rossi.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se se no marco denominado '**0=PP**', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523168.23 m e N= 6976986.55 m dividindo-o com o Rua São Sebastião; Daí segue confrontando com Rua São Sebastião com o azimuth de 122°16'27" e a distância de 20.00 m até o marco '**1**' (E=523185.14 m e N=6976975.87 m); Daí segue confrontando com Jonas Leffer França com o azimuth de 212°29'29" e a distância de 28.25 m até o marco '**2**' (E=523169.96 m e N=6976952.04 m); Daí segue confrontando com Julio Cesar May com o azimuth de 212°29'29" e a distância de 11.27 m até o marco '**3**' (E=523163.91 m e N=6976942.53 m); Daí segue confrontando com Joao Hamilton de Lima Junior mat nº 25655 com o azimuth de 287°11'06" e a distância de 15.75 m até o marco '**4**' (E=523148.86 m e N=6976947.18 m); Daí segue confrontando com Fernanda Baldo Rossi com o azimuth de 16°37'03" e a distância de 18.18 m até o marco '**5**' (E=523154.06 m e N=6976964.61 m); Daí segue confrontando com Joao Weber Filho com o azimuth de 32°51'24" e a distância de 26.12 m até o marco '**0=PP**' (E=523168.23 m e N=6976986.55 m); início de descrição, fechando assim o perímetro 119.57 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DO LOTE 05

Terreno urbano, com área superficial de **994,98 m²**, (Novecentos e noventa e quatro metros e noventa e oito decímetros quadrados) sendo o **LOTE 05**, da **Quadra nº 04** do terreno registrado no Cartório de Registro

de Imóveis das Comarca de Campos Novos-SC, com matrícula sob o nº **17.378**, situado no lado par da Rua São Sebastião, distante 92,13 metros da esquina com a Rua Campos Novos, no Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, de propriedade de **Jonas Leffer França** e possui as seguintes confrontações: AO NORTE em 30,00 metros com a Rua São Sebastião; AO SUL em 17,85 metros com Julio Cesar May e em 16,17 metros com Sergio Rossi; A LESTE em 34,48 metros com Margarete da Silva e A OESTE em 28,25 metros com Arlete Aparecida Brollo.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se se no marco denominado '**0=PP**', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523185.14 m e N= 6976975.87 m dividindo-o com o Rua Sao Sebastiao; Daí segue confrontando com Rua Sao Sebastiao com o azimute de 122°17'38" e a distância de 30.00 m até o marco '**1**' (E=523210.50 m e N=6976959.84 m); Daí segue confrontando com Margarete da Silva com o azimute de 206°41'29" e a distância de 34.48 m até o marco '**2**' (E=523195.01 m e N=6976929.03 m); Daí segue confrontando com Sergio Rossi com o azimute de 311°03'56" e a distância de 16.17 m até o marco '**3**' (E=523182.82 m e N=6976939.65 m); Daí segue confrontando com Julio Cesar May com o azimute de 313°56'16" e a distância de 17.85 m até o marco '**4**' (E=523169.96 m e N=6976952.04 m); Daí segue confrontando com Arlete Aparecida Brollo com o azimute de 32°29'29" e a distância de 28.25 m até o marco '**0=PP**' (E=523185.14 m e N=6976975.87 m); início de descrição, fechando assim o perímetro 126.75 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DO LOTE 06

Terreno urbano, com área superficial de **994,98 m²**, (Novecentos e noventa e quatro metros e noventa e oito decímetros quadrados) sendo o **LOTE 06**, da **Quadra nº 04** do terreno registrado no Cartório de Registro de Imóveis das Comarca de Campos Novos-SC, com matrícula sob o nº **17.378**, situado no lado par da Rua São Sebastião, distante 122,13 metros da esquina com a Rua Campos Novos, no Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, de propriedade de **Margarete da Silva** e possui as seguintes confrontações: AO NORTE em 15,00 metros com a Rua São Sebastião; AO SUL em 13,84 metros com Eliane Flemming de Almeida; A LESTE em 33,98 metros com Luiz Geremias de Almeida e a OESTE em 34,48 metros com Jonas Leffer França.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se se no marco denominado '**0=PP**', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523210.50 m e N= 6976959.84 m dividindo-o com o Rua Sao Sebastiao; Daí segue confrontando com Rua Sao Sebastiao com o azimute de 123°54'29" e a distância de 15.00 m até o marco '**1**' (E=523222.95 m e N=6976951.47 m); Daí segue confrontando com Luiz Geremias de Almeida com o azimute de 208°33'18" e a distância de 33.98 m até o marco '**2**' (E=523206.70 m e N=6976921.62 m); Daí segue confrontando com Eliane Flemming de Almeida com o azimute de 302°20'44" e a distância de 13.84 m até o marco '**3**' (E=523195.01 m e N=6976929.03 m); Daí segue confrontando com Jonas Leffer França com o azimute de 26°41'29" e a distância de 34.48 m até o marco '**0=PP**' (E=523210.50 m e N=6976959.84 m); início de descrição, fechando assim o perímetro 97.30 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DO LOTE 07

Terreno urbano, com área superficial de **499,77 m²**, (Quatrocentos e noventa e nove metros e setenta e sete decímetros quadrados) sendo o **LOTE 07**, da **Quadra nº 04** do terreno registrado no Cartório de Registro de Imóveis das Comarca de Campos Novos-SC, com matrícula sob o nº **17.378**, situado no lado par da Rua São Sebastião, distante 137,13 metros da esquina com a Rua Campos Novos, no Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, de propriedade de **Luiz Geremias de Almeida** e possui as seguintes confrontações: AO NORTE em 15,00 metros com a Rua São Sebastião; AO SUL em 2,33 metros com Eliane Flemming de Almeida e

em 12,67 metros com Alvino Luiz May; A LESTE em 33,02 metros com Joao Valdecir Eleodoro Alves e a OESTE em 33,98 metros com Margarete da Silva.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se se no marco denominado '**0=PP**', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523222.95 m e N= 6976951.47 m dividindo-o com o Rua Sao Sebastiao; Daí segue confrontando com Rua Sao Sebastiao com o azimute de 126°01'30" e a distância de 15.00 m até o marco '**1**' (E=523235.08 m e N=6976942.65 m); Daí segue confrontando com Joao Valdevir Eleodoro Alves com o azimute de 208°23'28" e a distância de 33.02 m até o marco '**2**' (E=523219.38 m e N=6976913.60 m); Daí segue confrontando com Alvino Luiz May com o azimute de 302°20'44" e a distância de 12.67 m até o marco '**3**' (E=523208.68 m e N=6976920.38 m); Daí segue confrontando com Eliane Flemning de Almeida com o azimute de 302°20'44" e a distância de 2.33 m até o marco '**4**' (E=523206.70 m e N=6976921.62 m); Daí segue confrontando com Margarete da Silva com o azimute de 28°33'18" e a distância de 33.98 m até o marco '**0=PP**' (E=523222.95 m e N=6976951.47 m); início de descrição, fechando assim o perímetro 97.00 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DO LOTE 08

Terreno urbano, com área superficial de **349,50 m²**, (Trezentos e quarenta e nove metros e cinquenta décimos quadrados) sendo o **LOTE 08**, da **Quadra nº 04** do terreno registrado no Cartório de Registro de Imóveis das Comarca de Campos Novos-SC, com matrícula sob o nº **17.378**, situado no lado par da Rua São Sebastião, distante 152,13 metros da esquina com a Rua Campos Novos, no Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, de propriedade de **Joao Valdecir Eleodoro Alves** e possui as seguintes confrontações: AO NORTE em 11,00 metros com a Rua São Sebastião; AO SUL em 10,50 metros com Maria Niva Leodoro; A LESTE em 32,32 metros com Loreni das Graças Alves e A OESTE em 33,02 metros com Luiz Geremias de Almeida.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se se no marco denominado '**0=PP**', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523235.08 m e N= 6976942.65 m dividindo-o com o Rua Sal Sebastiao; Daí segue confrontando com Rua Sal Sebastiao com o azimute de 125°51'25" e a distância de 11.00 m até o marco '**1**' (E=523243.99 m e N=6976936.21 m); Daí segue confrontando com Loreni das Graças Alves com o azimute de 209°09'23" e a distância de 32.32 m até o marco '**2**' (E=523228.25 m e N=6976907.98 m); Daí segue confrontando com Maria Niva Leodoro com o azimute de 302°20'44" e a distância de 10.50 m até o marco '**3**' (E=523219.38 m e N=6976913.60 m); Daí segue confrontando com Luiz Geremias de Almeida com o azimute de 28°23'28" e a distância de 33.02 m até o marco '**0=PP**' (E=523235.08 m e N=6976942.65 m); início de descrição, fechando assim o perímetro 86.84 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DO LOTE 09

Terreno urbano, com área superficial de **710,04 m²**, (Setecentos e dez metros e quatro décimos quadrados) sendo o **LOTE 09**, da **Quadra nº 04** do terreno registrado no Cartório de Registro de Imóveis das Comarca de Campos Novos-SC, com matrícula sob o nº **17.378**, situado no lado par da Rua São Sebastião, distante 163,13 metros da esquina com a Rua Campos Novos, no Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, de propriedade de **Loreni das Graças Alves** e possui as seguintes confrontações: AO NORTE em 20,36 metros com a Rua São Sebastião; AO SUL em 10,25 metros com Maria Niva Leodoro e em 15,78 metros com Marciano José Alves Ferreira; A LESTE em 28,83 metros com Nerci Aparecida Dias e A OESTE em 32,32 metros com Joao Valdecir Eleodoro Alves.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se se no marco denominado '**0=PP**' , georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523243.99 m e N= 6976936.21 m dividindo-o com o Rua Sao Sebastiao; Daí segue confrontando com Rua Sao Sebastiao com o azimute de 126°52'30" e a distância de 20.36 m até o marco '**1**' (E=523260.28 m e N=6976923.99 m); Daí segue confrontando com Nerci Aparecida Dias com o azimute de 197°42'25" e a distância de 28.83 m até o marco '**2**' (E=523251.51 m e N=6976896.52 m); Daí segue confrontando com Marciano José Alves Ferreira com o azimute de 292°15'27" e a distância de 15.78 m até o marco '**3**' (E=523236.91 m e N=6976902.50 m); Daí segue confrontando com Maria Niva Leodoro com o azimute de 302°20'44" e a distância de 10.25 m até o marco '**4**' (E=523228.25 m e N=6976907.98 m); Daí segue confrontando com Joao Valdecir Eleodoro Alves com o azimute de 29°09'23" e a distância de 32.32 m até o marco '**0=PP**' (E=523243.99 m e N=6976936.21 m); início de descrição, fechando assim o perímetro 107.54 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DO LOTE 10

Terreno urbano, com área superficial de **176,24 m²**, (Cento e setenta e seis metros e vinte e quatro decímetros quadrados) sendo o **LOTE 10**, da **Quadra nº 04** do terreno registrado no Cartório de Registro de Imóveis das Comarca de Campos Novos-SC, com matrícula sob o nº **17.378**, situado no lado par da Rua São Sebastião, distante 183,49 metros da esquina com a Rua Campos Novos, no Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, de propriedade de **Nerci Aparecida Dias** e possui as seguintes confrontações: AO NORTE em 6,63 metros com a Rua São Sebastião; AO SUL em 6,00 metros com Marciano José Alves Ferreira; A LESTE em 27,78 metros com a Mitra Diocesana de Joaçaba Transcrição nº 33014 e A OESTE em 28,83 metros com Loreni das Graças Alves.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se se no marco denominado '**0=PP**' , georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523260.28 m e N= 6976923.99 m dividindo-o com o Rua Sao Sebastiao; Daí segue confrontando com Rua Sao Sebastiao com o azimute de 121°04'08" e a distância de 6.63 m até o marco '**1**' (E=523265.97 m e N=6976920.56 m); Daí segue confrontando com Mitra Diocesana de Joaçaba Transcrição nº 33014 com o azimute de 198°41'06" e a distância de 27.78 m até o marco '**2**' (E=523257.07 m e N=6976894.25 m); Daí segue confrontando com Marciano Jose Alves Ferreira com o azimute de 292°15'27" e a distância de 6.00 m até o marco '**3**' (E=523251.51 m e N=6976896.52 m); Daí segue confrontando com Loreni das Graças Alves com o azimute de 17°42'25" e a distância de 28.83 m até o marco '**0=PP**' (E=523260.28 m e N=6976923.99 m); início de descrição, fechando assim o perímetro 69.24 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DE TRECHO DA RUA SÃO SEBASTIÃO

Terreno urbano, com área superficial de **286,55 m²**, (Duzentos e oitenta e seis metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados) sendo a **Rua São Sebastião**, do terreno registrado no Cartório de Registro de Imóveis das Comarca de Campos Novos-SC, com matrícula sob o nº **17.378**, situado no lado par da Rua São Sebastião, distante 163,13 metros da esquina com a Rua Campos Novos, no Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, de propriedade do **Município de Brunópolis** e possui as seguintes confrontações: AO NORTE em 28,87 metros com Adair Ramos; AO SUL em 20,36 metros com Loreni das Graças Alves e em 6,63 metros com Nerci Aparecida Alves; A LESTE em 17,49 metros com a Rua São Sebastiao e A OESTE em 13,49 metros com a Rua São Sebastiao.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se se no marco denominado '**0=PP**' , georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523257.42 m e N= 6976937.50 m dividindo-o com o Adair Ramos; Daí segue confrontando com Adair Ramos

com o azimute de 117°21'40" e a distância de 28.87 m até o marco '1' (E=523283.07 m e N=6976924.23 m); Daí segue confrontando com Rua São Sebastião com o azimute de 257°53'59" e a distância de 17.49 m até o marco '2' (E=523265.97 m e N=6976920.56 m); Daí segue confrontando com Nerci Aparecida Dias com o azimute de 301°04'08" e a distância de 6.63 m até o marco '3' (E=523260.28 m e N=6976923.99 m); Daí segue confrontando com Loreni das Graças Alves com o azimute de 306°52'30" e a distância de 20.36 m até o marco '4' (E=523243.99 m e N=6976936.21 m); Daí segue confrontando com Rua São Sebastião com o azimute de 84°30'09" e a distância de 13.49 m até o marco '0=PP' (E=523257.42 m e N=6976937.50 m); início de descrição, fechando assim o perímetro 86.84 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DO LOTE 11

Terreno urbano, com área superficial de **316,20 m²**, (Trezentos e dezesseis metros e vinte decímetros quadrados) sendo o **LOTE 11**, da **Quadra nº 04** do terreno registrado no Cartório de Registro de Imóveis das Comarca de Campos Novos-SC, com matrícula sob o nº **17.378**, situado no lado ímpar da Rua São Sebastião, distante 193,13 metros da esquina com a Rua Campos Novos, no Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, de propriedade de **Adair Ramos** e possui as seguintes confrontações: AO NORTE em 34,42 metros com Londres Schopchaki mat nº 10038; AO SUL em 10,93 metros com a Rua São Sebastião; A LESTE em 14,22 metros com Vilmar Luiz Simon e A OESTE em 28,87 metros com a Rua São Sebastião.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se se no marco denominado '0=PP', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523291.84 m e N= 6976938.35 m dividindo-o com o Vilmar Luiz Simon; Daí segue confrontando com Vilmar Luiz Simon com o azimute de 171°16'32" e a distância de 14.22 m até o marco '1' (E=523294.00 m e N=6976924.29 m); Daí segue confrontando com Rua São Sebastião com o azimute de 269°40'49" e a distância de 10.93 m até o marco '2' (E=523283.07 m e N=6976924.23 m); Daí segue com o azimute de 297°21'40" e a distância de 28.87 m até o marco '3' (E=523257.42 m e N=6976937.50 m); Daí segue confrontando com Londres Schopchaki mat nº 10038 com o azimute de 88°35'06" e a distância de 34.42 m até o marco '0=PP' (E=523291.84 m e N=6976938.35 m); início de descrição, fechando assim o perímetro 88.45 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DO LOTE 12

Terreno urbano, com área superficial de **256,61 m²**, (Duzentos e cinquenta e seis metros e sessenta e um decímetros quadrados) sendo o **LOTE 12**, da **Quadra nº 04** do terreno registrado no Cartório de Registro de Imóveis das Comarca de Campos Novos-SC, com matrícula sob o nº **17.378**, situado no lado ímpar da Rua São Sebastião, distante 232,93 metros da esquina com a Rua Campos Novos, no Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, de propriedade de **Vilmar Luiz Simon** e possui as seguintes confrontações: AO NORTE em 16,10 metros com Londres Schopchaki mat nº 10038; AO SUL em 17,20 metros com a Rua São Sebastião; A LESTE em 16,73 metros com Londres Schopchaki mat nº 10038 e A OESTE em 14,22 metros com Adair Ramos.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se se no marco denominado '0=PP', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523307.20 m e N= 6976943.18 m dividindo-o com o Londres Schopchaki mat nº 10038; Daí segue confrontando com Londres Schopchaki mat nº 10038 com o azimute de 166°50'25" e a distância de 16.73 m até o marco '1' (E=523311.01 m e N=6976926.89 m); Daí segue confrontando com Rua São Sebastião com o azimute de 261°18'23" e a distância de 17.20 m até o marco '2' (E=523294.00 m e N=6976924.29 m); Daí segue confrontando com Adair Ramos com o azimute de 351°16'32" e a distância de 14.22 m até o marco '3' (E=523291.84 m e N=6976938.35 m); Daí segue confrontando com Londres Schopchaki mat nº 10038 com o azimute de 72°31'45" e a distância de 16.10 m até o marco '0=PP' (E=523307.20 m e N=6976943.18 m); início de descrição, fechando assim o perímetro 64.25 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DO LOTE 13

Terreno urbano, com área superficial de **669,48 m²**, (Seiscentos e sessenta e nove metros e quarenta e oito décimos quadrados) sendo o **LOTE 13**, da **Quadra nº 04** do terreno registrado no Cartório de Registro de Imóveis das Comarca de Campos Novos-SC, com matrícula sob o **nº 17.378**, situado no lado ímpar da Rua Campos Novos, distante 38,41 metros da esquina com a Rua São Sebastião, no Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, de propriedade de **Fernanda Baldo Rossi** e possui as seguintes confrontações: AO NORTE em 12,09 metros com Ademir José Krieger em 18,00 metros com Rosane Krieger e em 12,29 metros com Joao Weber Filho; AO SUL em 21,36 metros com Joao Hamilton de Lima Junior mat nº 25655; A LESTE em 18,18 metros com Arlete Aparecida Brollo e A OESTE em 34,15 metros com a Rua Campos Novos.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se se no marco denominado '**0=PP**', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523117.35 m e N= 6976985.80 m dividindo-o com o Ademir Jose Krieger; Daí segue confrontando com Ademir Jose Krieger com o azimute de 119°59'57" e a distância de 12.09 m até o marco '**1**' (E=523127.83 m e N=6976979.75 m); Daí segue confrontando com Rosane Krieger com o azimute de 119°59'57" e a distância de 18.00 m até o marco '**2**' (E=523143.41 m e N=6976970.75 m); Daí segue confrontando com Joao Weber Filho com o azimute de 119°59'57" e a distância de 12.29 m até o marco '**3**' (E=523154.06 m e N=6976964.61 m); Daí segue confrontando com Arlete Aparecida Brollo com o azimute de 196°37'03" e a distância de 18.18 m até o marco '**4**' (E=523148.86 m e N=6976947.18 m); Daí segue confrontando com Joao Hamilton de Lima Junior mat nº 25655 com o azimute de 287°11'06" e a distância de 21.36 m até o marco '**5**' (E=523128.45 m e N=6976953.49 m); Daí segue confrontando com Rua Campos Novos com o azimute de 341°02'38" e a distância de 34.15 m até o marco '**0=PP**' (E=523117.35 m e N=6976985.80 m); início de descrição, fechando assim o perímetro 116.07 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DO LOTE 14

Terreno urbano, com área superficial de **656,09 m²**, (Seiscentos e cinquenta e seis metros e nove décimos quadrados) sendo o **LOTE 14**, da **Quadra nº 04** do terreno registrado no Cartório de Registro de Imóveis das Comarca de Campos Novos-SC, com matrícula sob o **nº 17.378**, situado no lado ímpar da Rua Luiza Ferreira, distante 19,37 metros da esquina com a Rua Campos Novos, no Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, de propriedade de **Julio Cezar May** e possui as seguintes confrontações: AO NORTE em 17,85 metros com Jonas Leffer França; AO SUL em 20,50 metros com a Rua Luiza Ferreira; A LESTE em 31,80 metros com Sergio Rossi e A OESTE em 11,27 metros com Arlete Aparecida Brollo, em 9,70 e em 18,31 metros com João Hamilton de Lima Junior mat nº 25655/25654.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se se no marco denominado '**0=PP**', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523169.96 m e N= 6976952.04 m dividindo-o com o Jonas Leffer França; Daí segue confrontando com Jonas Leffer França com o azimute de 133°56'16" e a distância de 17.85 m até o marco '**1**' (E=523182.82 m e N=6976939.65 m); Daí segue confrontando com Sergio Rossi com o azimute de 211°27'33" e a distância de 31.80 m até o marco '**2**' (E=523166.22 m e N=6976912.53 m); Daí segue confrontando com Rua Luiza Ferreira com o azimute de 291°35'18" e a distância de 20.50 m até o marco '**3**' (E=523147.16 m e N=6976920.07 m); Daí segue confrontando com João Hamilton de Lima Junior mat nº 25654/25655 com o azimute de 36°42'48" e a distância de 18.31 m até o marco '**4**' (E=523158.11 m e N=6976934.75 m); Daí segue com o azimute de 36°42'48" e a distância de 9.70 m até o marco '**5**' (E=523163.91 m e N=6976942.53 m); Daí segue confrontando com Arlete Aparecida Brollo com o azimute de 32°29'29" e a distância de 11.27 m até o marco '**0=PP**' (E=523169.96 m e N=6976952.04 m); início de descrição, fechando assim o perímetro 109.43 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DO LOTE 15

Terreno urbano, com área superficial de **480,00 m²**, (Quatrocentos e oitenta metros quadrados) sendo o **LOTE 15**, da **Quadra nº 04** do terreno registrado no Cartório de Registro de Imóveis das Comarca de Campos Novos-SC, com matrícula sob o nº **17.378**, situado no lado ímpar da Rua Luiza Ferreira, distante 39,87 metros da esquina com a Rua Campos Novos, no Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, de propriedade de **Sergio Rossi** e possui as seguintes confrontações: AO NORTE em 16,17 metros com Jonas Leffer França; AO SUL em 17,47 metros com a Rua Luiza Ferreira; A LESTE em 15,63 metros com Eliane Flemming de Almeida e em 10,50 metros com Ivone Aparecida Alves Veloso e A OESTE em 31,80 metros com Julio Cezar May.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se se no marco denominado '**0=PP**', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523182.82 m e N= 6976939.65 m dividindo-o com o Jonas Leffer França; Daí segue confrontando com Jonas Leffer França com o azimute de 131°03'56" e a distância de 16.17 m até o marco '**1**' (E=523195.01 m e N=6976929.03 m); Daí segue confrontando com Eliane Flemming de Almeida com o azimute de 208°40'07" e a distância de 15.63 m até o marco '**2**' (E=523187.51 m e N=6976915.31 m); Daí segue confrontando com Ivone Aparecida Alves Veloso com o azimute de 208°40'07" e a distância de 10.50 m até o marco '**3**' (E=523182.47 m e N=6976906.10 m); Daí segue confrontando com Rua Luiza Ferreira com o azimute de 291°35'18" e a distância de 17.47 m até o marco '**4**' (E=523166.22 m e N=6976912.53 m); Daí segue confrontando com Julio Cezar May com o azimute de 31°27'33" e a distância de 31.80 m até o marco '**0=PP**' (E=523182.82 m e N=6976939.65 m); início de descrição, fechando assim o perímetro 91.57 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DO LOTE 16

Terreno urbano, com área superficial de **300,00 m²**, (Trezentos metros quadrados) sendo o **LOTE 16**, da **Quadra nº 04** do terreno registrado no Cartório de Registro de Imóveis das Comarca de Campos Novos-SC, com matrícula sob o nº **17.378**, situado no lado ímpar da Rua Luiza Ferreira, distante 53,87 metros da esquina com a Rua Campos Novos, no Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, de propriedade de **Eliane Flemming de Almeida** e possui as seguintes confrontações: AO NORTE em 13,84 metros com Margarete da Silva e em 2,33 metros com Luiz Geremias de Almeida; AO SUL em 6,00 metros com a Rua Luiza Ferreira; A LESTE em 22,93 metros com Alvino Luiz May e A OESTE em 15,63 metros com Sergio Rossi e 13,92 metros e 9,66 metros com Ivone Aparecida Alves Veloso.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se se no marco denominado '**0=PP**', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523195.01 m e N= 6976929.03 m dividindo-o com o Margarete da Silva; Daí segue confrontando com Margarete da Silva com o azimute de 122°20'44" e a distância de 13.84 m até o marco '**1**' (E=523206.70 m e N=6976921.62 m); Daí segue confrontando com Luiz Geremias de Almeida com o azimute de 122°20'44" e a distância de 2.33 m até o marco '**2**' (E=523208.68 m e N=6976920.38 m); Daí segue confrontando com Alvino Luiz May com o azimute de 199°22'18" e a distância de 22.93 m até o marco '**3**' (E=523201.07 m e N=6976898.74 m); Daí segue confrontando com Rua Luiza Ferreira com o azimute de 291°35'18" e a distância de 6.00 m até o marco '**4**' (E=523195.49 m e N=6976900.95 m); Daí segue confrontando com Ivone Aparecida Alves Veloso com o azimute de 28°40'07" e a distância de 9.66 m até o marco '**5**' (E=523200.12 m e N=6976909.42 m); Daí segue com o azimute de 295°02'03" e a distância de 13.92 m até o marco '**6**' (E=523187.51 m e N=6976915.31 m); Daí segue confrontando com Sergio Rossi com o azimute de 28°40'07" e a distância de 15.63 m até o marco '**0=PP**' (E=523195.01 m e N=6976929.03 m); início de descrição, fechando assim o perímetro 84.31 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DO LOTE 17

Terreno urbano, com área superficial de **140,00 m²**, (Cento e quarenta metros quadrados) sendo o **LOTE 17**, da **Quadra nº 04** do terreno registrado no Cartório de Registro de Imóveis das Comarca de Campos Novos-SC, com matrícula sob o nº **17.378**, situado no lado ímpar da Rua Luiza Ferreira, distante 57,34 metros da esquina com a Rua Campos Novos, no Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, de propriedade de **Ivone Aparecida Alves Veloso** e possui as seguintes confrontações: AO NORTE em 13,92 metros com Eliane Flemning de Almeida; AO SUL em 14,00 metros com a Rua Luiza Ferreira; A LESTE em 9,66 metros com Eliane Flemning de Almeida e A OESTE em 10,50 metros com Sergio Rossi.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se se no marco denominado '**0=PP**', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523187.51 m e N= 6976915.31 m dividindo-o com o Willi Fleming; Daí segue confrontando com Eliane Flemning de Almeida com o azimute de 115°02'03" e a distância de 13.92 m até o marco '**1**' (E=523200.12 m e N=6976909.42 m); Daí segue com o azimute de 208°40'07" e a distância de 9.66 m até o marco '**2**' (E=523195.49 m e N=6976900.95 m); Daí segue confrontando com Rua Luiza Ferreira com o azimute de 291°35'18" e a distância de 14.00 m até o marco '**3**' (E=523182.47 m e N=6976906.10 m); Daí segue confrontando com Sergio Rossi com o azimute de 28°40'07" e a distância de 10.50 m até o marco '**0=PP**' (E=523187.51 m e N=6976915.31 m); início de descrição, fechando assim o perímetro 48.08 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DO LOTE 18

Terreno urbano, com área superficial de **332,07 m²**, (Trezentos e trinta e dois metros e sete décimos quadrados) sendo o **LOTE 18**, da **Quadra nº 04** do terreno registrado no Cartório de Registro de Imóveis das Comarca de Campos Novos-SC, com matrícula sob o nº **17.378**, situado no lado ímpar da Rua Luiza Ferreira, distante 77,34 metros da esquina com a Rua Campos Novos, no Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, de propriedade de **Alvino Luiz May** e possui as seguintes confrontações: AO NORTE em 12,67 metros com Luiz Geremias de Almeida; AO SUL em 19,95 metros com a Rua Luiza Ferreira; A LESTE em 17,60 metros com Maria Niva Leodoro e A OESTE em 22,93 metros com Eliane Flemning de Almeida.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se se no marco denominado '**0=PP**', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523208.68 m e N= 6976920.38 m dividindo-o com o Luiz Geremias de Almeida; Daí segue confrontando com Luiz Geremias de Almeida com o azimute de 122°20'44" e a distância de 12.67 m até o marco '**1**' (E=523219.38 m e N=6976913.60 m); Daí segue confrontando com Maria Niva Leodoro com o azimute de 180°27'17" e a distância de 17.60 m até o marco '**2**' (E=523219.24 m e N=6976896.00 m); Daí segue confrontando com Rua Luiza Ferreira com o azimute de 238°53'39" e a distância de 5.20 m até o marco '**3**' (E=523214.79 m e N=6976893.31 m); Daí segue com o azimute de 291°35'18" e a distância de 14.75 m até o marco '**4**' (E=523201.07 m e N=6976898.74 m); Daí segue confrontando com Eliane Flemning de Almeida com o azimute de 19°22'18" e a distância de 22.93 m até o marco '**0=PP**' (E=523208.68 m e N=6976920.38 m); início de descrição, fechando assim o perímetro 73.15 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DO LOTE 19

Terreno urbano, com área superficial de **200,31 m²**, (Duzentos metros e trinta e um décimos quadrados) sendo o **LOTE 19**, da **Quadra nº 04** do terreno registrado no Cartório de Registro de Imóveis das Comarca de Campos Novos-SC, com matrícula sob o nº **17.378**, situado no lado ímpar da Rua Luiza Ferreira, distante 97,29 metros da esquina com a Rua Campos Novos, no Distrito de Marombas, neste Município de

Brunópolis-SC, de propriedade de **Maria Niva Leodoro** e possui as seguintes confrontações: AO NORTE em 10,50 metros com Joao Valdecir Eleodoro Alves e em 10,25 metros com Loreni das Graças Alves; AO SUL em 19,20 metros com a Rua Luiza Ferreira; A LESTE em 12,73 metros com Marciano José Alves Ferreira e A OESTE em 17,60 metros com Alvino Luiz May.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se se no marco denominado '**0=PP**', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523219.38 m e N= 6976913.60 m dividindo-o com o Joao Valdecir Eleodoro Alves; Daí segue confrontando com Joao Valdecir Eleodoro Alves com o azimute de 122°20'44" e a distância de 10.50 m até o marco '**1**' (E=523228.25 m e N=6976907.98 m); Daí segue confrontando com Loreni das Graças Alves com o azimute de 122°20'44" e a distância de 10.25 m até o marco '**2**' (E=523236.91 m e N=6976902.50 m); Daí segue confrontando com Marciano José Alves Ferreira com o azimute de 196°53'27" e a distância de 12.73 m até o marco '**3**' (E=523233.21 m e N=6976890.31 m); Daí segue confrontando com Rua Luiza Ferreira com o azimute de 336°05'42" e a distância de 6.87 m até o marco '**4**' (E=523230.42 m e N=6976896.60 m); Daí segue com o azimute de 288°49'38" e a distância de 6.88 m até o marco '**5**' (E=523223.91 m e N=6976898.82 m); Daí segue com o azimute de 238°53'39" e a distância de 5.45 m até o marco '**6**' (E=523219.24 m e N=6976896.00 m); Daí segue confrontando com Alvino Luiz May com o azimute de 0°27'17" e a distância de 17.60 m até o marco '**0=PP**' (E=523219.38 m e N=6976913.60 m); início de descrição, fechando assim o perímetro 70.28 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DO LOTE 20

Terreno urbano, com área superficial de **503,55 m²**, (quinhentos e três metros e cinquenta e cinco décimos quadrados) sendo o **LOTE 20**, da **Quadra nº 04** do terreno registrado no Cartório de Registro de Imóveis das Comarca de Campos Novos-SC, com matrícula sob o nº **17.378**, situado no lado ímpar da Rua Luiza Ferreira, distante 123,36 metros da esquina com a Rua Campos Novos, no Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, de propriedade de **Marciano José Alves Ferreira** e possui as seguintes confrontações: AO NORTE em 15,78 metros com Loreni das Graças Alves e em 6,00 metros com Nerci Aparecida Dias; AO SUL em 21,01 metros com Sezimundo Emilio Casa mat nº 15629; A LESTE em 23,45 metros com a Mitra Diocesana de Joaçaba Transcrição nº 33014 e A OESTE em 12,73 metros com Maria Niva Leodoro e 11,02 metros com a Rua Luiza Ferreira.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se se no marco denominado '**0=PP**', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523236.91 m e N= 6976902.50 m dividindo-o com o Larine das Graças Alves; Daí segue confrontando com Loreni das Graças Alves com o azimute de 112°15'27" e a distância de 15.78 m até o marco '**1**' (E=523251.51 m e N=6976896.52 m); Daí segue confrontando com Nerci Aparecida Dias com o azimute de 112°15'27" e a distância de 6.00 m até o marco '**2**' (E=523257.07 m e N=6976894.25 m); Daí segue confrontando com Mitra Diocesana de Joaçaba Transcrição nº 33014 com o azimute de 198°45'44" e a distância de 23.45 m até o marco '**3**' (E=523249.52 m e N=6976872.04 m); Daí segue confrontando com Sezimundo Emilio Casa mat nº 15629 com o azimute de 291°35'28" e a distância de 21.01 m até o marco '**4**' (E=523229.99 m e N=6976879.77 m); Daí segue confrontando com Rua Luiza Ferreira com o azimute de 16°58'48" e a distância de 11.02 m até o marco '**5**' (E=523233.21 m e N=6976890.31 m); Daí segue confrontando com Maria Niva Leodoro com o azimute de 16°53'27" e a distância de 12.73 m até o marco '**0=PP**' (E=523236.91 m e N=6976902.50 m); início de descrição, fechando assim o perímetro 89.99 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DO LOTE 21

Terreno urbano, com área superficial de **350,74 m²** (Trezentos e cinquenta metros e setenta e quatro décimos quadrados) sendo o **LOTE 21**, da **Quadra nº 04** do terreno registrado no Cartório de Registro de

Imóveis das Comarca de Campos Novos-SC, com matrícula sob o nº **17.378**, situado no lado ímpar da Rua Campos Novos, na esquina com a Rua Luiza Ferreira, no Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, de propriedade de **Elaine Novacki dos Santos** e possui as seguintes confrontações: AO NORTE em 22,04 metros com a Rua Luiza Ferreira; AO SUL em 16,67 metros com o Município de Brunópolis mat nº 20755 e em 2,70 metros com Nerci Domingos da Fonseca Simon; A LESTE em 17,09 metros com Dilce Felistrowisk e A OESTE em 16,87 metros com a Rua Campos Novos.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se se no marco denominado '**0=PP**', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523127.65 m e N= 6976920.27 m dividindo-o com o Rua Luiza Ferreira; Daí segue confrontando com Rua Luiza Ferreira com o azimute de 111°35'28" e a distância de 22.04 m até o marco '**1**' (E=523148.14 m e N=6976912.16 m); Daí segue confrontando com Dilce Felistrowisk com o azimute de 203°28'23" e a distância de 17.09 m até o marco '**2**' (E=523141.33 m e N=6976896.49 m); Daí segue confrontando com Nerci Domingos da Fonseca Simon com o azimute de 290°37'53" e a distância de 2.70 m até o marco '**3**' (E=523138.81 m e N=6976897.44 m); Daí segue confrontando com Município de Brunópolis mat nº 20755 com o azimute de 292°54'42" e a distância de 16.67 m até o marco '**4**' (E=523123.45 m e N=6976903.93 m); Daí segue confrontando com Rua Campos Novos com o azimute de 14°23'31" e a distância de 16.87 m até o marco '**0=PP**' (E=523127.65 m e N=6976920.27 m); início de descrição, fechando assim o perímetro 75.37 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DO LOTE 22

Terreno urbano, com área superficial de **307,10 m²** (Trezentos e sete metros e dez décimos quadrados) sendo o **LOTE 22**, da **Quadra nº 04** do terreno registrado no Cartório de Registro de Imóveis das Comarca de Campos Novos-SC, com matrícula sob o nº **17.378**, situado no lado par da Rua Luiza Ferreira, distante 17,96 metros da esquina com a Rua Campos Novos, no Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, de propriedade de **Dilce Felistrowisk** e possui as seguintes confrontações: AO NORTE em 17,96 metros com a Rua Luiza Ferreira; AO SUL em 14,33 metros com Nerci Domingos da Fonseca Simon e em 4,00 metros com Luiz Felipe Prandi mat nº 12170; A LESTE em 16,82 metros com Luiz Felipe Prandi mat nº 12170 e A OESTE em 17,09 metros com Elaine Novacki dos Santos.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se se no marco denominado '**0=PP**', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523148.14 m e N= 6976912.16 m dividindo-o com o Rua Luiza Ferreira; Daí segue confrontando com Rua Luiza Ferreira com o azimute de 111°35'28" e a distância de 17.96 m até o marco '**1**' (E=523164.84 m e N=6976905.55 m); Daí segue confrontando com Luiz Felipe Prandi mat nº 12170 com o azimute de 202°15'05" e a distância de 16.82 m até o marco '**2**' (E=523158.47 m e N=6976889.99 m); Daí segue com o azimute de 291°16'16" e a distância de 4.00 m até o marco '**3**' (E=523154.74 m e N=6976891.44 m); Daí segue confrontando com Nerci Domingos da Fonseca Simon com o azimute de 290°37'53" e a distância de 14.33 m até o marco '**4**' (E=523141.33 m e N=6976896.49 m); Daí segue confrontando com Elaine Novacki dos Santos com o azimute de 23°28'23" e a distância de 17.09 m até o marco '**0=PP**' (E=523148.14 m e N=6976912.16 m); início de descrição, fechando assim o perímetro 70.20 m.

MEMORIAL DESCRITIVO DO LOTE 23

Terreno urbano, com área superficial de **456,95 m²** (Quatrocentos e cinquenta e seis metros e noventa e cinco décimos quadrados) sendo o **LOTE 23**, da **Quadra nº 04** do terreno registrado no Cartório de Registro de Imóveis das Comarca de Campos Novos-SC, com matrícula sob o nº **17.378**, situado no lado ímpar da Avenida Marombas, distante 17,00 metros da esquina com a Rua Campos Novos, no Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, de propriedade de **Nerci Domingos da Fonseca Simon** e possui as seguintes confrontações: AO NORTE em 2,70 metros com Elaine Novacki dos Santos e em 14,33 metros com Dilce

Felistrowisk; AO SUL em 16,85 metros com a Avenida Marombas; A LESTE em 26,63 metros com Luiz Felipe Prandi mat nº 12170 e A OESTE em 27,33 metros com o Município de Brunópolis mat nº 20755.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se se no marco denominado '**0=PP**', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523138.81 m e N= 6976897.44 m dividindo-o com o Elaine Novack dos Santos; Daí segue confrontando com Elaine Novack dos Santos com o azimute de 110°37'53" e a distância de 2.70 m até o marco '**1**' (E=523141.33 m e N=6976896.49 m); Daí segue confrontando com Dilce Felistrowisk com o azimute de 110°37'53" e a distância de 14.33 m até o marco '**2**' (E=523154.74 m e N=6976891.44 m); Daí segue confrontando com Luiz Felipe Prandi mat nº 12170 com o azimute de 199°59'36" e a distância de 26.63 m até o marco '**3**' (E=523145.64 m e N=6976866.42 m); Daí segue confrontando com Avenida Marombas com o azimute de 288°15'19" e a distância de 16.85 m até o marco '**4**' (E=523129.64 m e N=6976871.70 m); Daí segue confrontando com Município de Brunópolis mat nº 20755 com o azimute de 19°36'21" e a distância de 27.33 m até o marco '**0=PP**' (E=523138.81 m e N=6976897.44 m); início de descrição, fechando assim o perímetro 87.84 m.

MEMORIAL DESCRITIVO TRECHO DA RUA LUIZA FERREIRA

Terreno urbano, com área superficial de **134,56 m²** (Cento e trinta e quatro metros e cinquenta e seis decímetros quadrados) sendo a **Rua Luiza Ferreira**, do terreno registrado no Cartório de Registro de Imóveis das Comarca de Campos Novos-SC, com matrícula sob o nº **17.378**, situado no lado ímpar da Rua Luiza Ferreira, distante 19,37 metros da esquina com a Rua Campos Novos, no Distrito de Marombas, neste Município de Brunópolis-SC, de propriedade do **Município de Brunópolis** e possui as seguintes confrontações: AO NORTE em 20,50 metros com Julio Cezar May; AO SUL em 17,96 metros com Dilce Felistrowisk; A LESTE em 7,11 metros com a Rua Luiza Ferreira e A OESTE em 7,97 metros com a Rua Luiza Ferreira.

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se se no marco denominado '**0=PP**', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS 2000, MC-51°W, Fuso 22, Elipsóide GRS 1980, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 523147.16 m e N= 6976920.07 m dividindo-o com o Julio Cezar May; Daí segue confrontando com Julio Cezar May com o azimute de 111°35'18" e a distância de 20.50 m até o marco '**1**' (E=523166.22 m e N=6976912.53 m); Daí segue confrontando com Rua Luiza Ferreira com o azimute de 191°13'32" e a distância de 7.11 m até o marco '**2**' (E=523164.84 m e N=6976905.55 m); Daí segue confrontando com Dilce Felistrowisk com o azimute de 291°35'28" e a distância de 17.96 m até o marco '**3**' (E=523148.14 m e N=6976912.16 m); Daí segue confrontando com Rua Luiza Ferreira com o azimute de 352°57'48" e a distância de 7.97 m até o marco '**0=PP**' (E=523147.16 m e N=6976920.07 m); início de descrição, fechando assim o perímetro 53.54 m.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 8953, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131999

DECRETO Nº 8953, DE 01 DE JULHO DE 2021.
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR"

O PREFEITO DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 21º da Lei nº 4.333 de 27/11/2020, Lei 4.343 de 22/12/2020 e a Lei nº 4.311 de 01/09/2020, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 329.756,30 (trezentos e vinte nove mil setecentos e cinquenta e seis reais e trinta centavos) para atender as programações abaixo especificadas:

09.00 Secretaria Municipal de Educação
09.001 Secretaria Municipal de Educação
0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolvimento do Ensino Fund. Valor. Magistério
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.01.00 Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos – educação
VALOR R\$ 110.000,00
0012.0122.0005.2022 Manutenção Administrativa da Secretaria de Educação
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.01.00 Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos – educação
VALOR R\$ 105.845,64
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.01.00 Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos – educação
VALOR R\$ 14.154,36
13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
0018.0451.0320.1002 Macro Drenagem, Saneamento e Obras de Contenção de Cheias
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.3.34.54 Transferência Convênios União Outros
VALOR R\$ 99.756,30

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I– Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

09.00 Secretaria Municipal de Educação
09.001 Secretaria Municipal de Educação
0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolvimento do Ensino Fund. Valor. Magistério
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.01.00 Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos – educação
VALOR R\$ 110.000,00
0012.0122.0005.2022 Manutenção Administrativa da Secretaria de Educação.
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.01.00 Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos – educação
VALOR R\$ 120.000,00

II – Superavit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2020
60.837-8	B.B. Pmb/defesa civil Reconstrução – 60.837-8	0.1.34.54 0.3.34.54	0,00 1.051,05
82.025-3	B.B Pmb/defesa civil- Sinpdec/Siaf – 82.025-3	0.1.34.54 0.3.34.54	0,00 30.954,26
647.009-1	C.e.f Pmb C/c 647.009-1 Obras Pac Ogu	0.1.34.54 0.3.34.54	26.417,06 8.224.358,70
647.053-9	C.e.f Pmb/Cont. Nº 869927/1018 Rua José Rudolf	0.1.34.54 0.3.34.54	0,00 171.929,58
TOTAL GERAL			8.454.710,65

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.34.54/0.3.34.54	0,00

DDO à Pagar	0.1.34.54/0.3.34.54	26.417,06
Restos à Pagar	0.1.34.54/0.3.34.54	0,00
TOTAL	0.1.34.54/0.3.34.54	26.417,06

Superávit Financeiro	0.3.34.54	8.428.293,59
Valor Utilizado Decreto nº 8834/2020	0.3.34.54	24.885,08
Valor Utilizado Decreto nº 8853/2020	0.3.34.54	171.866,81
Valor Utilizado Decreto nº 8865/2020	0.3.34.54	143.764,24
Valor Utilizado Decreto nº 8865/2020	0.3.34.54	149.344,67
Saldo a Utilizar	0.3.34.54	7.938.432,79

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 01 de Julho de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI Dr. EDSON RISTOW

Prefeito de Brusque Procurador-Geral do Município

EDENA BEATRIS CENSI

Secretária de Orçamento, Finanças e Patrimônio

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 038-2021

Publicação Nº 3131715

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 038-2021

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 038-2021 em 31/06/2021 – OBJETO: Materiais de construção, ferragens e ferramentas R\$254.369,50
- ORIGEM: Pregão nº 049/2021 SIGNATÁRIO: Ricardo José de Souza.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 003-2021-FMS

Publicação Nº 3131746

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 003-2021-FMS

ESPÉCIE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2021 – OBJETO: Credenciamento de pessoas física e ou jurídica na área de saúde para prestação de serviços de exames laboratoriais. VALOR: R\$ 1.063.000,00. FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 25, caput, DA LEI 8666/93. EMPRESAS CONTRATADAS: Citolabor Lab. Clínico LTDA-ME, CNPJ:02.599.206/0001-50 e Karla Patrícia Casemiro EIRELI, CNPJ: 02.993.348/0001-52.

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2021

Publicação Nº 3132007

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO nº 008/2021

TOMADA DE PREÇO nº 002/2021

PROPOSTA COMERCIAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA COBERTURA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ELSA BODENMULLER DE MARCHI II, LOCALIZADA CIDADE DE BRUSQUE.

Considerando que a única empresa licitante apresentou tempestivamente a correção da documentação solicitada em sessão no dia 24/06/2021.

Assim, realizada a análise da aceitabilidade da proposta comercial nos termos do edital e análise dos preços individualmente, tanto para fins de cumprimento do disposto no item 7.5 do edital, concluiu-se pela:

a) Aceitabilidade e classificação da proposta da única licitante interessada no presente certame licitatório, sendo:

AL CERTA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, com o valor de R\$ 177.210,10 (cento e setenta e sete mil duzentos e dez reais e dez centavos).

Isto posto e, procedida a publicação do resultado desta sessão, encaminhe-se para homologação e adjudicação.

Nada mais havendo a tratar-se, o Presidente da Comissão de Licitação encerrou os trabalhos, sendo lavrada a presente ata. JONATHAN ODAIR MARTINS. Presidente da Comissão de Licitação. 01/07/2021.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064-2021-PE Nº 041-2021-HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Publicação Nº 3131735

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E31BE7189B69E30C4A8CC8B506C74192146BE83C

EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Processo Licitatório nº 064/2021
Pregão Eletrônico nº 041/2021
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE REDE E DE MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES.
Código: 3508 chave TCE: E31BE7189B69E30C4A8CC8B506C74192146BE83C
O Secretário da Fazenda e Gestão Estratégica no uso de suas atribuições legais, conforme Lei 10.520/2002, DECIDE: HOMOLOGAR E ADJUDICAR o processo licitatório supracitado, onde sagrou-se vencedora a(s) Empresa(s) que apresentou(aram) a(s) proposta(s) mais vantajosa(s), nos termos da Ata de Licitação.
DETERMINAR a adoção de medidas cabíveis para a contratação da(s) Empresa(s): FRANCIELE CRISTINE LAMIN ME, FT PETTIRINI LTDA ME, JAVIER BERNARDI, JS SIMÕES EIRELI ME, KLEBER MACHADO & CIA LTDA, LS SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E ELETRÔNICA LTDA-EPP, MARIA CONSUELO SOARES DA MATA -ME, RF PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, TJC IMPORTADORA LTDA, WEIKAN TECNOLOGIA EIRELI EPP. Brusque, 30 de junho de 2021. WILLIAM FERNANDES MOLINA. Secretário da Fazenda e Gestão Estratégica.

PORTARIA N. 14.008 -2021

Publicação Nº 3131792

PORTARIA N. 14.008, DE 29 DE JUNHO DE 2021.
Exonera servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar n. 143/2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ADAMO YURI ZIMMERMANN do cargo de provimento em comissão de Chefe Administrativo-Financeiro de Obras, Símbolo CC-V, lotado na Secretaria Municipal de Obras, a partir de 24 de junho de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de junho de 2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de junho de 2021.
JOSÉ ARI VEQUI
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 038/2021-IBPREV

Publicação Nº 3132345

Portaria nº 038/2021
Concede benefício de Aposentadoria Voluntária a
JOSEANE FLORIANI DAY

O Diretor-presidente do Instituto Brusquense de Previdência, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 8.436/2019, e art. 31, §2º; VI, da Lei Complementar Municipal nº. 174 de 20/09/11, e com fundamento no art. 6º da EC 41/2003, art. 2º da EC 47/2005, ainda vigentes por força do art. 36, II da EC 103/2019, e art. art. 38 e art. 61 da Lei Complementar Municipal nº 174/2011,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº 68/2021, benefício de Aposentadoria Voluntária Especial de Professora a Joseane Floriani Day, CPF: 712.156.389-49, matrícula nº 495200.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Art. 3º – A aposentadoria terá início a partir de 01/07/2021, quinta-feira.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/07/2021, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, em 30 de junho de 2021.

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Diretor-Presidente
IBPREV

PORTARIA Nº 1579-2021

Publicação Nº 3131818

Portaria nº 1579/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar as férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
707031	2	ROBERTO DE BRITO	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	29/06/2021	08/07/2021	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 29/06/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 01 de Julho de 2021.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

WILLIAM FERNANDES MOLINA
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1580-2021

Publicação Nº 3131823

PORTARIA Nº 1580/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III e c/c com o Decreto 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do art. 5º da Lei Complementar 313/2020 de 29/04/2020, por meio da Instrução Normativa 001/2020, requerido pela servidora DELFINA DA SILVA BELTRAME, matrícula nº 413127-09, ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Educação entre os dias 04/06/2021 a 03/08/2021.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 5º da LC 313/2020 está em conformidade com o art. 1º, da Normativa 001/2020 .

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. com efeitos a contar de 04/06/2021 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 julho de 2021

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

WILLIAM FERNANDES MOLINA
Secretário Municipal de Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1581-2021

Publicação Nº 3131827

Portaria nº 1581/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) KATIA CILENE MENDES JULIANI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Especialista, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 07/07/2021 a 05/08/2021, referente ao período aquisitivo iniciado em 06/08/2012.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 01 de Julho de 2021.

WILLIAM FERNANDES MOLINA

Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1583-2021

Publicação Nº 3131831

PORTARIA Nº 1583/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III e c/c com o Decreto 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do art. 5º da Lei Complementar 313/2020 de 29/04/2020, por meio da Instrução Normativa 001/2020, requerido pelo servidor IVANDEL BACK, matrícula nº 189863-03, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE SERVIÇOS ESPECIAIS, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo entre os dias 30/06/2021 a 28/09/2021.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 5º da LC 313/2020 está em conformidade com o art. 1º, da Normativa 001/2020 .

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. com efeitos a contar de 30/06/2021 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de julho de 2021

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

WILLIAM FERNANDES MOLINA

Secretário Municipal de Gestão Estratégica

PORTARIA Nº 1585-2021

Publicação Nº 3131839

PORTARIA Nº 1585/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III e c/c com o Decreto 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do art. 5º da Lei Complementar 313/2020 de 29/04/2020, por meio da Instrução Normativa 001/2020, requerido pelo servidor ANGELA APARECIDA MARTINS BROGNI, matrícula nº 1059807-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITARIO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde entre os dias 30/06/2021 a 29/07/2021.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 5º da LC 313/2020 está em conformidade com o art. 1º, da Normativa 001/2020 .

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. com efeitos a contar de 29/06/2021 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de julho de 2021

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

WILLIAM FERNANDES MOLINA
Secretário Municipal de Gestão Estratégica

PORTARIA N° 1592-2021

Publicação N° 3131845

Portaria nº 1592/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
834904	0	ANDREIA BIHUNA	Secretaria Municipal de Saúde	05/07/2021	14/07/2021	10
539511	1	ROSANGELA MARIA DA SILVA MASTRANDREAS	Secretaria Municipal de Saúde	05/07/2021	14/07/2021	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 01 de Julho de 2021.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

WILLIAM FERNANDES MOLINA
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA N° 1593-2021

Publicação N° 3131850

Portaria nº 1593/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
684295	3	FERNANDA BACKES	Secretaria Municipal de Saúde	07/07/2021	16/07/2021	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 01 de Julho de 2021.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

WILLIAM FERNANDES MOLINA
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA N° 185-2021-SAMAE

Publicação N° 3131803

PORTARIA N° 185/2021

O DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no art. 102, inc. X, da Lei Orgânica Municipal, e:

Considerando que o SAMAE é uma autarquia municipal criada pela Lei 183/1965 alterada pela Lei nº 1970/1994, sendo responsável pelo

serviço essencial de captação, tratamento e distribuição de água potável aos municípios,

Considerando que o tratamento e distribuição de água é considerado serviço essencial nos termos do art. 10, inciso I da Lei Federal 7.783/1989, e assim sendo, não podendo ter suas atividades comprometidas ou paralisadas pela falta de profissionais;

Considerando que as contratações temporárias nos moldes do art. 37, inc. IX, da Constituição Federal estão incluídas na ressalva do art. 8º inciso IV da Lei Complementar 173/2020, que versa sobre as contratações em situações de calamidade pública, a qual estamos vivendo no presente momento;

Considerando que as contratações se dão para assegurar a prestação de serviços essenciais, em razão de afastamento, dispensa, demissão, aposentadoria ou falecimento, bem como da inexistência de pessoal concursado, cuja ausência possa prejudicar os serviços devidos à população de acordo com a Lei nº 2.174/97, art. 1º, inciso V;

RESOLVE

Art. 1º. Admitir pelo período de 05/07/2021 a 04/07/2022, a contratação temporária oriunda do Processo Seletivo Simplificado SAMAE 003/2021, conforme classificação:

Em 1º lugar, para a função de Agente de Cadastro Técnico: PEDRO VASSILIADES PADUA;

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 05/07/2021, revogadas as disposições em contrário.

Brusque/SC, 01 de julho de 2021.

LUCIANO CAMARGO

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 186-2021-SAMAE

Publicação Nº 3131806

PORTARIA Nº 186/2021

O DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no art. 102, inc. X, da Lei Orgânica Municipal, e:

Considerando que o SAMAE é uma autarquia municipal criada pela Lei 183/1965 alterada pela Lei nº 1970/1994, sendo responsável pelo serviço essencial de captação, tratamento e distribuição de água potável aos municípios,

Considerando que o tratamento e distribuição de água é considerado serviço essencial nos termos do art. 10, inciso I da Lei Federal 7.783/1989, e assim sendo, não podendo ter suas atividades comprometidas ou paralisadas pela falta de profissionais;

Considerando a necessidade mão de obra para executar serviços de consertos e colocação de redes de água e ligações de água, bem como para andamento das obras que estão sendo executadas pelo SAMAE sendo que não há aprovados em concurso público que possam ser aproveitados, as vagas necessitaram ser completadas através do Processo Seletivo Simplificado SAMAE 001/2021 de 26/03/2021;

Considerando que as contratações temporárias nos moldes do art. 37, inc. IX, da Constituição Federal estão incluídas na ressalva do art. 8º inciso IV da Lei Complementar 173/2020, que versa sobre as contratações em situações de calamidade pública, a qual estamos vivendo no presente momento;

Considerando que as contratações temporárias do presente processo seletivo se dão para assegurar a prestação de serviços essenciais, em razão de afastamento, dispensa, demissão, aposentadoria ou falecimento, bem como da inexistência de pessoal concursado, cuja ausência possa prejudicar os serviços devidos à população de acordo com a Lei nº 2.174/97, art. 1º, inciso V;

RESOLVE

Art. 1º Admitir pelo período de 05/07/2021 à 04/07/2022, a contratação temporária oriunda do Processo Seletivo Simplificado SAMAE 001/2021, conforme classificação:

Em 17º lugar, para a função de Agente Hidráulico: WUILLIAN MARQUES GODOY;

Art. 2º Esta Portaria, entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 05/07/2021, revogadas as disposições em contrário.

Brusque/SC, 01 de julho de 2021.

LUCIANO CAMARGO

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 187-2021-SAMAE

Publicação Nº 3131815

PORTARIA Nº 187/2021

O DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no art. 102, inc. X, da Lei Orgânica Municipal, e:

Considerando que o SAMAE é uma autarquia municipal criada pela Lei 183/1965 alterada pela Lei nº 1970/1994, sendo responsável pelo serviço essencial de captação, tratamento e distribuição de água potável aos munícipes,

Considerando que o tratamento e distribuição de água é considerado serviço essencial nos termos do art. 10, inciso I da Lei Federal 7.783/1989, e assim sendo, não podendo ter suas atividades comprometidas ou paralisadas pela falta de profissionais;

Considerando a necessidade mão de obra para executar serviços de consertos e colocação de redes de água e ligações de água, bem como para andamento das obras que estão sendo executadas pelo SAMAE sendo que não há aprovados em concurso público que possam ser aproveitados, as vagas necessitaram ser completadas através do Processo Seletivo Simplificado SAMAE 001/2021 de 26/03/2021;

Considerando que as contratações temporárias nos moldes do art. 37, inc. IX, da Constituição Federal estão incluídas na ressalva do art. 8º inciso IV da Lei Complementar 173/2020, que versa sobre as contratações em situações de calamidade pública, a qual estamos vivendo no presente momento;

Considerando que as contratações temporárias do presente processo seletivo se dão para assegurar a prestação de serviços essenciais, em razão de afastamento, dispensa, demissão, aposentadoria ou falecimento, bem como da inexistência de pessoal concursado, cuja ausência possa prejudicar os serviços devidos à população de acordo com a Lei nº 2.174/97, art. 1º, inciso V;

RESOLVE

Art. 1.º Admitir pelo período de 05/07/2021 à 04/07/2022, a contratação temporária oriunda do Processo Seletivo Simplificado SAMAE 001/2021, conforme classificação:

Em 19º lugar, para a função de Agente Hidráulico: LUCAS ANTONIO VENDRUSCOLO;

Art. 2.º Esta Portaria, entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 05/07/2021, revogadas as disposições em contrário.

Brusque/SC, 01 de julho de 2021.

LUCIANO CAMARGO
Diretor Presidente

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087-2021-PREGAO Nº 060-2021

Publicação Nº 3131758

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 460B133A3533E76BEFE378BCB3483BB95A2C31B7
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL nº 060/2021. Processo Licitatório nº 087/2021
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES PARA O FORNECIMENTO DE LINKS DE INTERNET VIA FIBRA ÓPTICA.

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através Secretaria da Fazenda e Gestão Estratégica, torna público a todos os interessados, que o Pregão Presencial n. 060/2021 com data designada para recebimento dos envelopes de habilitação e de propostas e abertura da sessão para o dia 07/07/2021, às 09h00min, não mais se realizará, ficando PRORROGADA para o dia 16/07/2021, às 14h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br. 30/06/2021. WILLIAM FERNANDES MOLINA. Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Estratégica
Cód.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 090-2021-PREGAO 063-2021

Publicação Nº 3131772

PREGÃO ELETRÔNICO nº 063/2021
Processo Licitatório nº 090/2021

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através Secretária de Infraestrutura Estratégica, situado na Praça das Bandeiras, n. 45, Centro, cidade de Brusque/SC, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, destinada ao recebimento de propostas para AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE BANCADAS DE COZINHA, BANHEIRO, SOLEIRAS, DIVISÓRIA PARA BANHEIRO, PEITORAL, SOLEIRA E TAMPO EM GRANITO.

Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: das 08h30 do dia 07/07/2021 às 08h:30min do dia 19/07/2021. Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09h00min do dia 19/07/2021, no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

Retirada do Edital diretamente no endereço eletrônico portal compras públicas e no site da prefeitura de Brusque: <https://brusque.atende.net/>. 01/07/2021. ANDREA PATRÍCIA VOLKMANN. Secretária de Infraestrutura Estratégia
Cód. 3530

PROCESSO LICITATÓRIO N° 097-2021-CONCORRÊNCIA N° 004- 2021

Publicação N° 3131785

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 991D4BBABBEFD6276B92A2E38CDED646E97BC21F

CONCORRÊNCIA n° 004/2021

Processo Licitatório n° 097/2021

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através da Diretoria de Trânsito da Secretaria de Infraestrutura Estratégica, torna público que realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, destinada ao recebimento de propostas para CONCESSÃO PÚBLICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS GUINCHO, DEPÓSITO E GUARDA DE VEÍCULOS, DECORRENTES DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO; SINISTROS PROVENIENTES DE ACIDENTES DE TRÂNSITO; CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL, NAS ESFERAS ESTADUAL E FEDERAL, EM JURISDIÇÃO E OU CIRCUNSCRIÇÃO NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE/SC E OUTROS FATOS E / OU ATOS ORIUNDOS DE NECESSIDADE IMPOSTA ÀS AÇÕES DA GUARDA DE TRÂNSITO MUNICIPAL, DO 18º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR; DA 17ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA- CIRETRAN; DO 01º DP DELEGACIA POLÍCIA CIVIL, DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE (SC).

Os envelopes com a documentação para habilitação e proposta comercial, deverão ser entregues e protocolados até às 9h00min do dia 06/08/2021, na Diretoria de Licitação. Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 06/08/2021, às 09h30min. Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br. 01/07/2021. Renato Bianchi. Diretor de Trânsito da Secretária de Infraestrutura Estratégia.

Cód. 3531

PORTARIA Nº 14.009-2021

Publicação Nº 3131796

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE****PORTARIA N. 14.009, DE 29 DE JUNHO DE 2021.**

Concede gratificação de assistência e assessoramento na forma que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea *a* do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a notória situação crítica provocada no país e no mundo pelo coronavírus (COVID – 19), com impactos que transcendem a saúde pública e atingem, essencialmente, a estrutura da sociedade, como um todo, em decorrência do distanciamento social e de medidas protetivas necessárias e obrigatórias ao enfrentamento da pandemia;

Considerando as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde para controle da proliferação do vírus no município: Centro de Triagem para pacientes sintomáticos respiratórios, coleta de amostra e monitoramento de pacientes suspeitos para realização de exames, transporte de pacientes infectados e visitas domiciliares aos pacientes COVID;

CONSIDERANDO que o artigo 100, da Lei Complementar n. 147, de 25 de setembro de 2009, que dispõe sobre a concessão de gratificação de assistência e assessoramento aos servidores públicos efetivos, na forma que especifica, a ser concedida pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO as razões explicitadas no Ofício n 529/2021 da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, no mês de junho de 2021, a gratificação de assistência e assessoramento, prevista no artigo 100 da Lei Complementar n. 147, de 25 de setembro de 2009, para os servidores da Secretaria Municipal de Saúde, nominados no anexo desta Portaria, no valor equivalente a R\$ 300,00 (trezentos reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de junho de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (47) 3251-1833 - Centro - 88350-050 - Brusque - SC
www.brusque.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

ANEXO – Portaria 14.009, de 29 de junho de 2021.

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (47) 3251-1833 - Centro - 88350-050 - Brusque - SC
www.brusque.sc.gov.br

AÇÕES COVID - PARA ASSESSORAMENTO EXCLUSIVO AO ENFRENTAMENTO PANDEMIA COVID-19 JUNHO 2021

Funcionário	Descrição Funcionário	Descrição Centro Custo	Cargo - Descrição	Gratificação
380156	ADELANTA SCUISSATTO	CAPSI	PSICOLOGO	COLETA PCR/ANTIGENO
553131	ADRIANA CLAUDIO NUNES	CAPS	TECNICO EM ENFERMAGEM	CENTRO DE TRIAGEM
937231	ALINE FAGUNDES DA CUNHA	SAMU	ENFERMEIRO	ATENDIMENTO PACIENTE COVID
481459	ANA PAULA REDONDO DE MENEZES	LABORATORIO	FARMACEUTICO BIOQUIMICO	COLETA PCR/ANTIGENO
741485	ANDRE LUIZ DA SILVA CAMARGO	SAMU	MOTORISTA VEIC. PESADOS	ATENDIMENTO PACIENTE COVID
100003326688	ANDREZA OLIVEIRA SANTANA PERES	UBS STEFFEN	MEDICO	CENTRO DE TRIAGEM
850918	ANGELA MALISSESKI	LABORATORIO	TECNICO EM ENFERMAGEM	COLETA PCR/ANTIGENO
1022350	ANGELA MARIA GONCALVES DA SILVA	UBS LIMEIRA 02	AGENTE COMUNIT. DE SAUDE	CENTRO DE TRIAGEM
677124	CAROLINE MACANEIRO	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	TECNICO EM ENFERMAGEM	COLETA PCR/ANTIGENO
890634	CELIA DA CONCEICAO	UBS BATEAS	AGENTE COMUNIT. DE SAUDE	CENTRO DE TRIAGEM
1000062985	CLAUDETE SCARSANELLA	CAPS	TECNICO EM ENFERMAGEM	CENTRO DE TRIAGEM
1000142918	CLEONICE APARECIDA PEREIRA	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	SERVENTE SERVIÇOS GERAIS	CENTRO DE TRIAGEM
100003346502	CRISTIANE PEREIRA DE HARO	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	TECNICO EM ENFERMAGEM	COLETA PCR/ANTIGENO
10000103891	DAIANE DE OLIVEIRA LIMA	PRONTO ATENDIMENTO NOTURNO	TECNICO EM ENFERMAGEM	CENTRO DE TRIAGEM
1058339	DAISY JACQUES DOS SANTOS HASSMANN	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	TECNICO EM ENFERMAGEM	COLETA PCR/ANTIGENO
10000151220	DANIELE SILVANO DE SOUZA	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	TECNICO EM ENFERMAGEM	CENTRO DE TRIAGEM
10000079343	DENISE TUNES LISCANO	UBS NOVA BRASILIA	AGENTE COMUNIT. DE SAUDE	CENTRO DE TRIAGEM
749770	DIEGO IOP BORTOLUZZI	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	TECNICO EM ENFERMAGEM	CENTRO DE TRIAGEM
672335	EDIONAINE FATIMA BELMIRO DOS SANTOS PAZIO	UBS PAQUETA	AGENTE COMUNIT. DE SAUDE	CENTRO DE TRIAGEM
723673	ELAINE WEIRICH	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	ENFERMEIRO	CENTRO DE TRIAGEM
723975	ELI MARIA MENEGASSO	UBS PAQUETA	TECNICO EM ENFERMAGEM	CENTRO DE TRIAGEM
904171	ELUANE OLIVEIRA DOS SANTOS	UBS SANTA RITA	TECNICO EM ENFERMAGEM	CENTRO DE TRIAGEM
665592	ELISANDRA APARECIDA ZIMMERMANN	UBS SANTA RITA	AGENTE COMUNIT. DE SAUDE	CENTRO DE TRIAGEM
10000260755	FABIANA DIAS MIRON	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	TECNICO EM ENFERMAGEM	CENTRO DE TRIAGEM
4299752	FABIO KOVALSKI	SAMU	MOTORISTA DE AMBULANCIA	ATENDIMENTO PACIENTE COVID
724475	FABRÍCIO SECO	TRANSPORTE	MOTORISTA VEIC. PESADOS	CENTRO DE TRIAGEM
933600	FERNANDA OLIVEIRA BARBOSA	UBS CEDRINHO	TECNICO EM ENFERMAGEM	CENTRO DE TRIAGEM
679291	FRANCIELE ANDRADE LOPES	UBS PONTA RUSSA	TECNICO EM ENFERMAGEM	CENTRO DE TRIAGEM
724882	IRACELI TILL OTTO	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	TECNICO EM ENFERMAGEM	COLETA PCR/ANTIGENO
942413	IRACILDA DE OLIVEIRA SILVA	UBS EMMA	ENFERMEIRO	CENTRO DE TRIAGEM
4124723	IRIS CARLA TORRES	UBS BATEAS	MEDICO	CENTRO DE TRIAGEM
1006835	JANDIR AUGUSTO SANTI	UBS RIO BRANCO	TECNICO EM ENFERMAGEM	CENTRO DE TRIAGEM
10000187841	JESSICA RIBEIRO MOREIRA SAVIGNON CARDOSO	UBS SANTA LUZIA	MEDICO	CENTRO DE TRIAGEM
4124766	JOAO PAULO PRATES	SAMU	TECNICO EM ENFERMAGEM	ATENDIMENTO PACIENTE COVID
782076	JOAO PEDRO TECHY	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	MEDICO	CENTRO DE TRIAGEM
724793	JOEL TOMELIN MACHADO	SAMU	TECNICO EM ENFERMAGEM	ATENDIMENTO PACIENTE COVID
4306481	JOELMA COSTA PRATES	UBS AZAMBUJA 1 DE MAIO	TECNICO EM ENFERMAGEM	CENTRO DE TRIAGEM
9431	JOSE LEONARDO WILLAMOSKY	TRANSPORTE	MOTORISTA	CENTRO DE TRIAGEM
402869	JOSIANE DOS SANTOS JACINTO	LABORATORIO	TECNICO EM ENFERMAGEM	COLETA PCR/ANTIGENO
1000033845	JOSIANE SILVEIRA DA CRUZ	UBS RIO BRANCO	TECNICO EM ENFERMAGEM	CENTRO DE TRIAGEM
10000094674	JOZIANE HEIL	SAMU	TECNICO EM ENFERMAGEM	ATENDIMENTO PACIENTE COVID
1093835	JULIANA CORREA RIBEIRO	UBS RIO BRANCO	TECNICO EM ENFERMAGEM	CENTRO DE TRIAGEM
4154843	JULIANA RODRIGUES DE CHAVES	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	SERVENTE SERVIÇOS GERAIS	CENTRO DE TRIAGEM
374253	LARINETE DE FATIMA CHAGAS DOS SANTOS	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	TECNICO ENFERMAGEM	COLETA PCR/ANTIGENO
100003355541	LEONARDO DE ASSIS GOBETTI	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	MEDICO	CENTRO DE TRIAGEM
10000175271	LETICIA TESTONI	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	ENFERMEIRO	CENTRO DE TRIAGEM
412836	LIELLI CARINE FISCHER POLLHEIM	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	MEDICO	CENTRO DE TRIAGEM
10000245031	LISSELI PRADA MACANEIRO MARTINS	SAMU	TECNICO EM ENFERMAGEM	ATENDIMENTO PACIENTE COVID
10000076666	LUZIA MARA ALVES DE MATOS	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	TECNICO EM ENFERMAGEM	CENTRO DE TRIAGEM
601152	MARCIO DE SOUZA POUSA	UBS AGUAS CLARAS 02	ENFERMEIRO	CENTRO DE TRIAGEM
793566	MARIA EDILEUZA CUNHA PORTELA LUBKE	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	TECNICO EM ENFERMAGEM	CENTRO DE TRIAGEM

889946	MARIA ELISABETE DO NASCIMENTO BELOTTO	UBS SÃO PEDRO	AGENTE COMUNIT. DE SAÚDE	CENTRO DE TRIAGEM
451630	MARIO CORREA DA SILVA JUNIOR	CAPS	FARMACEUTICO BIOQUIMICO	CENTRO DE TRIAGEM
100003346352	MARTA FAGUNDES CORREA DA SILVA	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	TECNICO EM ENFERMAGEM	CENTRO DE TRIAGEM
1002236	MIRIAM DE LIMA MARTINS	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	SERVENTE SERVIÇOS GERAIS	CENTRO DE TRIAGEM
100003353905	MONICKE GONCALVES	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	TECNICO EM ENFERMAGEM	CENTRO DE TRIAGEM
10000307625	INARA DO SOCORRO LEITE OLIVEIRA	UBS PONTA RUSSA	TECNICO EM ENFERMAGEM	CENTRO DE TRIAGEM
10000194501	PATRICIA DE FATIMA JOSE	UBS SÃO PEDRO	ENFERMEIRO	CENTRO DE TRIAGEM
10000286751	POLLIANNA GONCALVES SILVA	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	TECNICO EM ENFERMAGEM	CENTRO DE TRIAGEM
1016660	RAFAEL DA SILVA	SAMU	MOTORISTA DE AMBULANCIA	ATENDIMENTO PACIENTE COVID
1042009	RAFAELA MACIEL DE SOUZA SANTOS	UBS RIO BRANCO	SERVENTE SERVIÇOS GERAIS	CENTRO DE TRIAGEM
100003379749	RAFAELA RAMOS SILVA	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	MEDICO	CENTRO DE TRIAGEM
8370	RAINOLDO NASCIMENTO	TRANSPORTE	OPERADOR DE MAQUINAS	CENTRO DE TRIAGEM
10000250827	RENATA LEAL	UBS SÃO LUIZ II	TECNICO EM ENFERMAGEM	CENTRO DE TESTAGEM
672548	RENATA MARIA DA COSTA	UBS SÃO LUIZ I	ENFERMEIRO	CENTRO DE TRIAGEM
10000192547	RICARDO SABEL	UBS CEDRINHO	MEDICO	CENTRO DE TRIAGEM
1000054974	ROBSON CESAR DE ANDRADE ALMEIDA	SAMU	MOTORISTA DE AMBULANCIA	ATENDIMENTO PACIENTE COVID
17701	ROSA CREPPAS	UBS POÇO FUNDO	MEDICO	CENTRO DE TRIAGEM
10000283700	ROSANE APARECIDA PADILHA DE SOUZA	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	TECNICO EM ENFERMAGEM	COLETA PCR/ANTIGENO
10000209281	ROSANE VIEIRA DE AQUINO VIEIRA	UBS CENTRO	MONITOR	CENTRO DE TESTAGEM
437972	ROSI RAISER ZEN	UBS BATEAS	AGENTE COMUNIT. DE SAÚDE	CENTRO DE TRIAGEM
684325	ROSANE VANDRESEN	CLINICA DA MULHER	TECNICO EM ENFERMAGEM	CENTRO DE TRIAGEM
100003323513	RUTH PIRES DE ARAUJO	UBS LIMEIRA 01	TECNICO EM ENFERMAGEM	CENTRO DE TRIAGEM
4317106	SAMUEL OLIVEIRA DA SILVA	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	TECNICO EM ENFERMAGEM	CENTRO DE TRIAGEM
10000318304	SARAH LYANE VENZON	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	MEDICO	CENTRO DE TRIAGEM
4159403	SIMONE DA SILVA PEDROSO CABRAL	UBS SANTA TEREZINHA	TECNICO EM ENFERMAGEM	CENTRO DE TRIAGEM
10000302482	SOLANGE PICCINALLI	CAPS	TECNICO EM ENFERMAGEM	CENTRO DE TRIAGEM
10000307665	STEPHANIE COUTO MENEZES	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	TECNICO EM ENFERMAGEM	CENTRO DE TRIAGEM
472441	THAIS ANGELITA DA SILVA DE MELLO	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	ENFERMEIRO	CENTRO DE TRIAGEM
358118	THAIS DE OLIVEIRA FORMENTO	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	TECNICO EM ENFERMAGEM	COLETA PCR/ANTIGENO
10000186363	THAISE LYRA	UBS CEDRINHO	MEDICO	CENTRO DE TRIAGEM

WAGNER DANTAS DE SOUZA
DIRETOR GERAL
ADMINISTRATIVO
FINANCEIRO DA SAÚDE
RESPONSÁVEL DESIGNADO
PORTARIA Nº 13.953/2021

SANDRA DA CONCEIÇÃO BOSSA
CHEFE DE RECURSOS HUMANOS DA SAÚDE

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2021 – DISPENSA Nº 12/2021

Publicação Nº 3132032

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 80/2021 – DISPENSA Nº 12/2021 – PREFEITURA

EDITAL: DISPENSA Nº 12/2021
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (AUTORIZADA PELA ANAC) PARA REALIZAR A GESTÃO COMERCIAL DO AEROPORTO MUNICIPAL DR. CARLOS ALBERTO DA COSTA NEVES.

CONTRATADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
VALOR PREVISTO: R\$ 591.936,00 (Quinhentos e noventa e um mil e novecentos e trinta e seis reais).

Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195 e no site caca-dor.sc.gov.br no ícone licitações – Inexigibilidade, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 01 de julho de 2021.

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 9.508

Publicação Nº 3132008

DECRETO Nº 9.508, de 28 de junho de 2021.
Dispõe sobre a Política de Governança Pública, Risco e Compliance no âmbito do Poder Executivo do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica, mais o previsto

RESOLVE:
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Instituir a Política de Governança Pública, Risco e Compliance baseada em custos no âmbito do Poder Executivo, em atendimento ao § 3º do artigo 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2002 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, consideram-se:

I - governança pública: conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle voltadas para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução e geração de resultados nas políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;

II - compliance público: alinhamento e adesão a valores, princípios e normas para sustentar e priorizar as entregas de valor e interesse público em relação ao interesse privado no setor público;

III - valor público: produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelo órgão ou entidade que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou às demandas de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços;

IV - alta administração: ocupantes de cargos de natureza política (CNP), Secretários, Secretários Executivos, Subsecretários e cargos equivalentes na Administração Autárquica e Fundacional;

V - gestão de riscos: processo de natureza permanente, estabelecido, direcionado e monitorado pela alta administração, que contempla as atividades de identificar, avaliar e gerenciar potenciais eventos que possam afetar o órgão ou a entidade, destinado a fornecer segurança razoável quanto à realização de seus objetivos;

VI - medida geral de avaliação: valor baseado em metodologia desenvolvida pela pesquisa acadêmica que não envolva critério de rateio e seja baseado em evidências auditáveis de custos, permitindo a avaliação e comparação das atividades da estrutura da entidade internamente e possibilitando a comparação entre entidades;

VII - nível de serviço comparado: medida geral de avaliação baseado em metodologia desenvolvida pela pesquisa da Universidade de Brasília voltada a subsidiar o processo decisório baseado em evidências auditáveis de custos, permitindo a avaliação e comparação das atividades da estrutura da entidade internamente e possibilitando a comparação entre entidades;

VIII - evidência auditável de custos: elemento estrutural para a realização de auditoria da gestão e governança baseada em custos, caracterizada como uma informação que comunica e pactua por meio dos atributos de avaliação e comparação advindos da contabilidade financeira pública.

IX - custos: sacrifício de recurso decorrente do processo produtivo do setor público.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 3º São princípios da governança pública:

- I - capacidade de resposta;
- II - integridade;
- III - confiabilidade;
- IV - melhoria regulatória;
- V - transparência;
- VI - prestação de contas e responsabilidade.

Art. 4º São diretrizes da governança pública:

- I - direcionar ações para a busca de resultados para a sociedade, propondo soluções tempestivas e inovadoras para lidar com a limitação de recursos e com as mudanças de prioridades;
- II - promover a desburocratização, a racionalização administrativa, a modernização da gestão pública e a integração dos serviços públicos, especialmente aqueles prestados por meio eletrônico, conforme orientações do órgão central de planejamento;
- III - monitorar o desempenho e avaliar a concepção, a implementação e os resultados das políticas públicas e das ações prioritárias para assegurar que as diretrizes estratégicas sejam observadas;
- IV - promover a integração entre os diferentes níveis e esferas do setor público, com vistas a gerar, preservar e entregar valor público;
- V - fazer incorporar padrões elevados de conduta pela alta administração para orientar o comportamento dos agentes públicos, em consonância com as funções e as competências dos órgãos e entidades;
- VI - implementar controles internos fundamentados em evidência auditáveis baseadas em custos, e também na gestão de risco, que privilegiará ações estratégicas de prevenção e correção antes de processos sancionadores;
- VII - avaliar as propostas de criação, expansão ou aperfeiçoamento de políticas públicas e aferir os custos e benefícios;
- VIII - avaliar a conformidade da execução das políticas públicas com as diretrizes de planejamento estratégico;
- IX - manter processo decisório orientado pelas evidências auditáveis baseado na medida de nível de serviço comparado, pela conformidade legal, pela qualidade regulatória, pela desburocratização e pelo apoio à participação da sociedade;
- IX - manter processo decisório orientado pelas evidências auditáveis focado em custos baseado no nível de serviço comparado, pela conformidade legal, pela qualidade regulatória, pela desburocratização e pelo apoio à participação da sociedade;
- X - editar e revisar atos normativos, pautando-se pelas boas práticas regulatórias e pela legitimidade, estabilidade e coerência do ordenamento jurídico, realizando consultas públicas sempre que conveniente;
- XI - promover a participação social por meio de comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e dos resultados do órgão ou entidade, de maneira a fortalecer e garantir o direito de acesso à informação que será franqueada mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- XII - promover a auditoria interna governamental buscando adicionar valor, aperfeiçoar as operações das organizações e alcançar seus objetivos, mediante a abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gestão de riscos e de controle;
- XIII - promover a tomada de decisão levando em consideração a avaliação dos ambientes interno e externo do órgão ou entidade e dos diferentes interesses da sociedade.

CAPÍTULO III DA GOVERNANÇA PÚBLICA

Seção I Dos Mecanismos de Governança Pública

Art. 5º São mecanismos para o exercício da governança pública:

- I - liderança: conjunto de práticas de natureza humana ou comportamental, tais como integridade, competência, responsabilidade e motivação, exercido nos principais cargos de órgãos ou entidades para assegurar a existência das condições mínimas da boa governança;
- II - estratégia: definição de diretrizes, objetivos, planos e ações, além de critérios de priorização e alinhamento entre os órgãos e entidades e as partes interessadas, de maneira que os serviços e produtos de responsabilidade do órgão ou entidade alcancem o resultado pretendido;
- III controle: processos estruturados para mitigar os possíveis riscos com vistas ao alcance dos objetivos institucionais e para garantir a execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das atividades do órgão ou entidade, com preservação da legalidade e da economicidade no dispêndio de recursos públicos.

Art. 6º Compete à alta administração implementar e manter mecanismos, instâncias e práticas de governança compreendendo, no mínimo:

- I - formas de acompanhamento de resultados por meio do nível de serviço comparado e outros índices;
- II - soluções para melhoria do desempenho do órgão ou entidade;
- III - mecanismos institucionais para mapeamento de processos;
- IV - instrumentos de promoção do processo decisório com base em evidências;
- V - elaboração e implementação de planejamento estratégico do órgão ou entidade.

Seção II

Conselho de Governança Pública, Risco e Compliance - Cgov

Art. 7º O Conselho de Governança Pública, Risco e Compliance - CGov tem a finalidade de assessorar o dirigente máximo do Poder na condução da Política de Governança Pública, Risco e Compliance, composto pelos seguintes membros titulares permanentes:

- I - Secretário de Educação ou chefe de órgão equivalente que incorpore esta atribuição;
- II - Secretário de Gestão/Administração ou chefe de órgão equivalente que incorpore esta atribuição;
- III - Chefe da Auditoria/Controladoria interna ou chefe de órgão equivalente que incorpore esta atribuição;
- IV - Secretário de Planejamento, Orçamento e Recursos Humanos ou chefe de órgão equivalente que incorpore esta atribuição;
- V - Secretário de Saúde ou chefe de órgão equivalente que incorpore esta atribuição.

§ 1º Para cada membro titular deverá ser designado um suplente para substituí-lo nas ausências e impedimentos.

§ 2º Na primeira reunião do CGov será definido o Coordenador.

§ 3º O CGov deliberará em reunião, mediante convocação do Coordenador.

§ 3º A critério do CGov, representantes de outros órgãos e entidades do Poder e de outras entidades, poderão ser convocados a participar das reuniões de trabalho do Conselho, sem direito a voto.

Art. 8º Compete ao CGov:

- I - propor medidas, mecanismos e práticas organizacionais para o atendimento aos princípios e às diretrizes de governança pública, risco e compliance;
- II - aprovar manuais e guias com medidas, mecanismos e práticas organizacionais que contribuam para a implementação dos princípios e das diretrizes de governança pública, risco e compliance;
- III - aprovar recomendações aos colegiados temáticos para garantir a coerência e aprimorar a coordenação de programas e da Política de Governança Pública, Risco e Compliance;
- IV - incentivar e monitorar a aplicação das melhores práticas de governança pública, risco e compliance;
- V - expedir resoluções necessárias ao exercício de suas competências;
- VI - publicar as atas e relatórios em sítio eletrônico oficial;
- VII - contribuir com a formulação de diretrizes para ações no âmbito dos órgãos e das entidades sobre:

- a) transparência, governo aberto e acesso à informação pública;
- b) integridade e responsabilidade corporativa;
- c) prevenção e enfrentamento da corrupção;
- d) estímulo ao controle social no acompanhamento da aplicação de recursos públicos;
- e) orientação e comunicação quanto aos temas relacionados as suas atividades.

VIII - apresentar medidas para aperfeiçoamento e integração de ações com vistas a potencializar a efetividade de políticas e estratégias prioritizadas;

IX - sugerir medidas e procedimentos destinados a valorizar a articulação intragovernamental na execução, monitoramento e avaliação de ações conjuntas, intercâmbio de experiências, transferência de tecnologia e capacitação quanto às políticas e às estratégias estabelecidas;

X - monitorar os projetos prioritários do Poder;

XI - constituir, se necessário, colegiado temático para implementar, promover, executar e avaliar políticas ou programas de governança relativos a temas específicos;

XII - acompanhar o cumprimento da Política de Governança Pública, Risco e Compliance.

Art. 9º O CGov poderá constituir grupos de trabalho específicos para subsidiar o cumprimento de suas competências.

§ 1º Representantes de órgãos e entidades públicas e privadas poderão ser convidados a participar dos grupos referidos no caput.

§ 2º No ato de criação deverão ser estabelecidos os objetivos específicos, composição e o prazo para conclusão dos trabalhos.

Art. 10. Compete ao Gabinete do dirigente máximo do poder prestar o apoio técnico e administrativo ao CGov, devendo:

- I - receber, instruir e encaminhar aos membros as propostas destinadas ao Conselho;
- II - encaminhar a pauta, a documentação, os materiais de discussão e os registros das reuniões aos membros;
- III - comunicar a data, hora e local das reuniões ordinárias e extraordinárias, realizadas de forma presenciais ou por meio eletrônico;
- IV - disponibilizar as atas e as resoluções do CGov em sítio eletrônico;
- V - apoiar o CGov no monitoramento das políticas públicas e metas prioritárias estabelecidas pelo dirigente máximo do Poder;
- VI - estabelecer rotinas de fornecimento regular de informações sobre o desempenho de órgãos e entidades do Poder em relação às prioridades definidas pelo CGov e promover a análise com vistas a:

- a) identificar necessidade de ajustes quando os resultados previstos não forem atingidos;

b) propor ao CGov a realização de reuniões de acompanhamento dos problemas não solucionados.

Seção III

Dos Comitês Internos de Governança Pública

Art. 11. Os órgãos e as entidades, por ato do dirigente máximo do Poder, poderão instituir Comitê Interno de Governança Pública - CIG.

Parágrafo primeiro. O objetivo dos Comitês é garantir o desenvolvimento e a apropriação das melhores práticas de governança de forma contínua e progressiva, nos termos estabelecidos pelo CGov.

Art. 12. São competências dos CIG's:

- I - implementar e manter processos e mecanismos adequados à incorporação dos princípios e das diretrizes da governança;
- II - incentivar e promover iniciativas voltadas para:

- a) implementação do acompanhamento de resultados no órgão ou na entidade, valendo-se inclusive de indicadores e medidas;
- b) promoção de soluções para melhoria do desempenho institucional;
- c) implementação de mecanismo para mapeamento de processos e a adoção de instrumentos para o aprimoramento do processo decisório.

III - acompanhar e promover a implementação de medidas, mecanismos e práticas organizacionais de governança pública, risco e compliance definidos pelo CGov;

IV - apoiar e incentivar políticas transversais;

V - promover a implantação de metodologia de gestão de riscos, auditoria interna e compliance.

Art. 13. Os CIG's serão constituídos, no mínimo, por:

- I - Secretário ou chefe de órgão equivalente que incorpore esta atribuição na qualidade de coordenador;
- II - Secretários Adjuntos ou chefe de órgão equivalente que incorpore esta atribuição;
- III - outros servidores, se designados.

Art. 14. Os CIG'S divulgarão as atas, relatórios e resoluções em sítio eletrônico oficial do órgão ou entidade.

Seção IV

Da Governança Pública em Órgãos e Entidades

Art. 15. Compete aos órgãos e às entidades:

- I - executar a Política de Governança Pública, Risco e Compliance de maneira a incorporar os princípios e as diretrizes, e as recomendações oriundas de manuais, guias e resoluções do CGov;
- II - encaminhar ao CGov propostas relacionadas às competências previstas no artigo 10, com a justificativa da proposição e a minuta da resolução pertinente, se for o caso.

CAPÍTULO IV

DO SISTEMA DE GESTÃO DE RISCOS

Art. 16. Cabe à alta administração instituir, manter, monitorar e aprimorar sistema de gestão de riscos e controles internos com vistas à identificação, à avaliação, ao tratamento, ao monitoramento e à análise crítica de riscos que possam impactar a implementação da estratégia e a consecução dos objetivos do órgão ou entidade no cumprimento da sua missão institucional, observados os seguintes princípios:

- I - implementação e aplicação de forma sistemática, estruturada, oportuna e documentada, subordinada ao interesse público;
- II - integração da gestão de riscos ao processo de planejamento estratégico e aos seus desdobramentos, às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos em todos os níveis do órgão ou entidade, relevantes para a execução da estratégia e o alcance dos objetivos institucionais;
- III - estabelecimento de controles internos proporcionais aos riscos, de maneira a considerar suas causas, fontes, consequências e impactos, observada a relação custo-benefício;
- IV - utilização dos resultados da gestão de riscos para apoio à melhoria contínua do desempenho e dos processos governança, de gerenciamento de risco, controle e auditoria interna.

CAPÍTULO V

DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Art. 17. Os órgãos e entidades da administração direta e indireta estão autorizados, observadas as restrições legais de acesso à informação, a conceder acesso às bases de dados e informações para utilização no trabalho do Cgov.

CAPÍTULO VI

DO COMPLIANCE PÚBLICO

Art. 18. Os órgãos e entidades devem atuar alinhados aos padrões de compliance e probidade da gestão pública, estruturando controles internos baseados em evidências auditáveis, na gestão de riscos e garantindo a prestação de serviços públicos de qualidade.

Art. 19. O CGov deve auxiliar os órgãos e entidades no aperfeiçoamento de políticas e procedimentos de prevenção à corrupção, aumento da eficiência e promoção da integridade, podendo:

- I - formular, incentivar e implementar políticas e programas para o incremento de processos decisórios governamentais, de auditoria interna e para o desenvolvimento de mecanismos de integridade e prevenção à corrupção;
- II - treinar periodicamente a alta administração em temas afetos à ética e integridade, auxiliando-os na coordenação e monitoramento de ações de prevenção à corrupção;
- III - apoiar a avaliação de riscos à integridade institucional, observando padrões nacionais e internacionais;
- IV - propor inovações em gestão pública e cultura organizacional para o planejamento, execução e monitoramento de atividades e para a definição de escopo, natureza, período e extensão dos procedimentos de prevenção à corrupção e promoção da integridade;
- V - promover o reconhecimento público de pessoas que tenham se destacado em iniciativas relacionadas a ética e boas práticas de gestão;
- VI - fomentar a realização de estudos e pesquisas de prevenção à corrupção, promoção da integridade e conduta ética;
- VII - articular-se com órgãos, entidades e organismos nacionais e internacionais que atuem no campo da prevenção à corrupção e promoção da integridade;
- VIII - apoiar e orientar as secretarias de demais órgãos na implementação de procedimentos de prevenção à corrupção, promoção da integridade, da ética e da transparência ativa;
- IX - promover parcerias com empresas fornecedoras de órgãos e entidades do para fomentar a construção e efetiva implementação de programas de prevenção à corrupção;
- X - apoiar as empresas públicas, caso exista, na implantação de programas de integridade.

Art. 20. Os órgãos e as entidades devem instituir programa de integridade com o objetivo de adotar medidas destinadas à prevenção, à detecção e à punição de fraudes e atos de corrupção e aumento da eficiência, estruturado nos seguintes eixos:

- I - comprometimento e apoio permanente da alta administração;
- II - definição de unidade responsável pela implementação e acompanhamento do programa no órgão ou entidade, sem prejuízo das demais atividades nela exercidas;
- III - identificação, análise, avaliação e tratamento de riscos de integridade sob orientação da Auditoria/Controladoria Geral ou órgão equivalente;
- IV - promoção de treinamentos e eventos que disseminem, incentivem e reconheçam boas práticas na gestão pública;
- V - monitoramento contínuo do programa de integridade.

Parágrafo único. A instituição de programas de integridade de que trata o caput deve ser realizada sob coordenação da Auditoria/Controladoria ou órgão equivalente.

Art. 21. A Alta Administração, podendo consultar ao CGov, poderá estabelecer prazos e procedimentos necessários a conformação, execução e monitoramento de programas de integridade dos órgãos e entidades do Poder.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. O CGov poderá editar atos complementares e estabelecer procedimentos para conformação, execução e monitoramento de processos de governança pública, risco e compliance

Art. 23. A participação no CGov, CIG's e grupos de trabalho constituídos é considerada prestação de serviço público relevante e não remunerada.

Art. 24. As empresas estatais, caso existam, podem adotar princípios e diretrizes de governança pública, risco e compliance estabelecidas nesta política, respeitadas as atribuições legais e estatutárias.

Art. 25. Na consolidação da Política de Governança Pública, Risco e Compliance e no cumprimento do § 3º do art. 50 da Lei complementar 101, de 2000 o Poder Executivo utilizará os mecanismos definidos nos incisos VI e VII do art. 2º para avaliação, além de outras informações que entender pertinentes.

Art. 26. Para implementação da Política de Governança Pública, Risco e Compliance, os órgãos e entidades podem buscar apoio, nos termos da lei, por intermédio de convênios ou outros instrumentos com órgãos e entidades, públicas ou privadas, em âmbito federal ou estadual, notadamente com Instituições de Pesquisa, Tribunais de Contas e outros.

Art. 27. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de junho de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 9.509

Publicação Nº 3132010

DECRETO Nº 9.509, de 28 de junho de 2021.

Designar o Conselho de Governança Pública, Risco e Compliance – Cgov.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, usando da competência que lhe confere o artigo 79, inciso VIII da Lei Orgânica, mais o previsto no art. 7º do Decreto nº 9.508, de 28 de junho de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os Servidores abaixo relacionados para comporem o Conselho de Governança Pública, Risco e Compliance – Cgov, na forma que segue:

I - Secretário de Educação ou chefe de órgão equivalente que incorpore a atribuição:

Titular: Lenira de Cacia Carneiro Ruppel

Suplente: Eliane Scotti Alvarenga

II - Secretário de Gestão/Administração ou chefe de órgão equivalente que incorpore a atribuição:

Titular: Airton Carlos Leite

Suplente: Helton Calisto

III - Chefe da Auditoria/Controladoria interna ou chefe de órgão equivalente que incorpore a atribuição:

Titular: Daniel Pereira Rafaeli Filho

Suplente: Sergio Inhaia

IV - Secretário de Planejamento, Orçamento e Recursos Humanos ou chefe de órgão equivalente que incorpore a atribuição:

Titular: Cleyton Lopes de Albuquerque

Suplente: Marcia Alves de Oliveira Hahn

V - Secretário de Saúde ou chefe de órgão equivalente que incorpore a atribuição:

Titular: Diego Braz de Camargo

Suplente: Beatriz Aparecida Pereira

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de junho de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 9.511

Publicação Nº 3132234

DECRETO Nº 9.511, de 30 de junho de 2021.

Retifica o inciso I do art. 1º do Decreto nº 9.338, de 12 de abril de 2021, que aprova remembramento de terrenos urbanos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o inciso I do art. 1º do Decreto nº 9.338, de 12 de abril de 2021, passando a vigorar com a seguinte redação:

I - área com 470,00m² (quatrocentos e setenta metros quadrados), objeto da matrícula nº 1.276 do Registro de Imóveis desta Comarca, confrontando na frente com a rua Santa Cecília, medindo 16,00 metros; nos fundos com o lote nº 62, medindo 3,50 metros e com o lote nº 64, em dois planos, medindo 5,00 metros e 7,00 metros; no lado direito com o lote nº 61, medindo 30,00 metros e no lado esquerdo, com o lote nº 65, medindo 28,00 metros;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de junho de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 9.512

Publicação Nº 3132232

DECRETO Nº 9.512, de 30 de junho de 2021.

Retifica o inciso I do art. 1º do Decreto nº 9.339, de 12 de abril de 2021, que aprova remembramento de terrenos urbanos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o inciso I do art. 1º do Decreto nº 9.339, de 12 de abril de 2021, passando a vigorar com a seguinte redação:

I - área com 575,30m² (quinhentos e setenta e cinco metros e trinta decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 2.556 do Registro de Imóveis desta Comarca, sem benfeitorias, localizada na rua Itália, distante 19,50 metros da esquina com a rua Holanda, iniciando a descrição do perímetro no vértice 1; segue confrontando com a rua Itália, com os azimutes e distâncias de 223º01' 20" e 16,00 metros até o vértice 2; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 11.477, com os azimutes e distâncias de 303º54' 39" e 36,27 metros até o vértice 3; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 1081, com os azimutes e distâncias: 42º14' 02" e 16,00 metros até o vértice 4; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 17.370, com os azimutes e distâncias 123º57' 47" e 36,48 metros até o vértice 1, ponto inicial da descrição;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de junho de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 9.513

Publicação Nº 3131064

DECRETO Nº 9.513, de 30 de junho de 2021.

Decreta Luto Oficial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município,

Considerando o passamento do Senhor RENATO TIMM MARINS, ocorrido em 30 de junho de 2021,

Considerando ter sido Vereador deste Município, Presidente da Associação Empresarial de Caçador – ACIC, Vice-Presidente Estadual da Federação do Comércio, subgerente geral no Banco do Estado de Santa Catarina – Agência de Caçador, além da atuação em diversas entidades civis e na área esportiva,

Considerando os preciosos trabalhos dedicados ao empreendedorismo e à comunidade caçadoreense, através de investimentos e iniciativas que ajudaram a cidade a se desenvolver e prosperar, gerando emprego e renda, entre eles: Marins Corretora de Seguros Ltda., Eletro Lar Ltda., Thomagran Agropecuária Ltda., Brasenerg Geradora de Energia Ltda., MeioOeste Ambiental, FEARP, Banco do Pequeno Empreendedor (BAPEM), Câmara de Dirigentes Logistas (CDL), Serviços de Proteção ao Crédito (SPC), entre outros,

Considerando a instituição em 2001 de um assentamento particular com a doação de terras através da aquisição da Fazenda Salto Timbó, em Timbó Grande, contemplando 52 famílias com terrenos de 7 alqueires, sendo o único Brasileiro a ter promovido tal ato, tendo sido homenageado com uma comenda da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina em seção histórica solene,

Considerando a fundação em 2004 e presidência por muitos anos da Câmara de Comércio Santa Catarina Itália, Assocamerestero, trabalho condecorado pelo Presidente da Itália com a Comenda Ordine Della Stella D'Itália em 2014,

Considerando a consternação dos munícipes e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda de um cidadão respeitável, líder político e de elevado espírito público,

Considerando que é dever do Poder Público render justas homenagens àqueles que com o seu trabalho, seu exemplo e dedicação contribuíram para o bem-estar da coletividade,

RESOLVE:

Art. 1º Decretar luto oficial por 3 (três) dias no território do Município em sinal de pesar pelo falecimento do Senhor RENATO TIMM MARINS, ocorrido em 30 de junho de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de junho de 2021.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE PAUTA DE JULGAMENTO - CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE CAÇADOR

Publicação Nº 3132286

MUNICÍPIO DE CAÇADOR – SC

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE CAÇADOR

EDITAL DE PAUTA DE JULGAMENTO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Caçador, instituído pela Lei Complementar nº 376, de 26 de fevereiro de 2020, torna público, que na Sessão Ordinária a ser realizada em 05 de agosto de 2021, às 16:00 horas, no Auditório da Prefeitura Municipal, localizado na Av. Santa Catarina, nº 195, Centro, Caçador/SC, serão julgados os seguintes Processos Administrativos Tributários:

PAUTA DE JULGAMENTO			
Data: 05/08/2021			
Hora: 16h00			
Local: Auditório da Prefeitura Municipal – Av. Santa Catarina, nº 195 – Centro – Caçador - SC			
Nº de Ordem	Contribuinte	Nº Processo (Protocolo)	Conselheiro Relator
01	Michelle da Silva	14.598/2019	Gustavo Spuldaro Tanno
02	Rubens Menger	5.504/2020	Gustavo Spuldaro Tanno
03	Salete Aparecida Moura Advogada: Priscila Leidens (OAB/SC 26.151)	9.713/2020	Gustavo Spuldaro Tanno
04	Odair Rodrigues Lopes	18.447/2020	Gustavo Spuldaro Tanno

Caçador, SC, 30 de junho de 2021.

Evandro Carlos Fritsch

Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Caçador

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO 76-2021 INEXIGIBILIDADE Nº 09 - 2021

Publicação Nº 3131856

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44/2021 – “CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS PARA FINS DE REALIZAÇÃO DA FESTA JUNINA” visando a contratação de atrações artísticas locais para participação na Festa Junina, nos moldes de live, com transmissão ao vivo, que se realizou nos dias 25 e 26 de junho, no Município de Caçador/SC. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2021 – INEXIGIBILIDADE Nº 09/2021. CONTRATAÇÃO: JOSÉ FERNANDO GARIPUNA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 33.002.975/0001-08, com sede em Caçador-SC, neste ato representada por JOSÉ FERNANDO GARIPUNA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 069.862.529-35, residente e domiciliado em Caçador-SC. Nos termos do Processo Licitatório nº 76/2021, na modalidade de Inexigibilidade de Licitação nº 09/2021, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo. O presente contrato foi firmado mediante Inexigibilidade de licitação, fundamentada no artigo 25, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993, que a autoriza a hipótese de “contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública”. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 11.000,00 (onze mil reais). § 1º. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais; § 2º. Estão inclusos nesse valor, além das apresentações, as despesas de deslocamento da banda, transporte de equipamentos, estadia, alimentação e abastecimento de camarins, sendo que não incorrerá em nenhum custo adicional para a administração a contratação de tais serviços. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do(a) servidor(a): RAFAEL RENATO SEIDEL.

Item	Material/Serviço	Unidmed	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	73532 - Contratação de artista Anderson de Moraes	UN	1	2.000,00	2.000,00
2	73534 - Contratação de artista Bruna Manenti	UN	1	2.000,00	2.000,00
9	73545- Contratação de artista Leandro do N. Alves	UN	1	2.000,00	2.000,00
11	73548- Contratação de artista Willian Rangel Galvão	UN	1	3.000,00	3.000,00
15	73554- Contratação de artista Quarteto Campeiro	UN	1	2.000,00	2.000,00
R\$11.000,00					

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 45/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO 76-2021 INEXIGIBILIDADE Nº 09 - 2021

Publicação Nº 3131906

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 45/2021 – “CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS PARA FINS DE REALIZAÇÃO DA FESTA JUNINA” visando a contratação de atrações artísticas locais para participação na Festa Junina, nos moldes de live, com transmissão ao vivo, que se realizou nos dias 25 e 26 de junho, no Município de Caçador/SC. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2021 – INEXIGIBILIDADE Nº 09/2021. CONTRATADA: RAFAELA DE OLIVEIRA VENTZ, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 22.712.626/0001-63, com sede em Caçador-SC, neste ato representada por RAFAELA DE OLIVEIRA VENTZ, brasileiro, solteira, inscrito no CPF sob o nº 005.457.149-90, residente e domiciliado em Caçador-SC. Nos termos do Processo Licitatório nº 76/2021, na modalidade de Inexigibilidade de Licitação nº 09/2021, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo. O presente contrato foi firmado mediante Inexigibilidade de licitação, fundamentada no artigo 25, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993, que a autoriza a hipótese de “contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública”. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). § 1º. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais; § 2º. Estão inclusos nesse valor, além das apresentações, as despesas de deslocamento da banda, transporte de equipamentos, estadia, alimentação e abastecimento de camarins, sendo que não incorrerá em nenhum custo adicional para a administração a contratação de tais serviços. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do(a) servidor(a): RAFAEL RENATO SEIDEL.

Item	Material/Serviço	Unidmed	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
14	73552 - Contratação de artista Rafaela Ventz	UN	1	2.000,00	2.000,00

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 46/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO 76-2021 INEXIGIBILIDADE Nº 09 - 2021

Publicação Nº 3131928

Item	Material/Serviço	Unidmed	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
12	73550 - Contratação de artista Vanusa Oliver	UN	1	2.000,00	2.000,00
R\$ 2.000,00					

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 46/2021 – “CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS PARA FINS DE REALIZAÇÃO DA FESTA JUNINA” visando a contratação de atrações artísticas locais para participação na Festa Junina, nos moldes de live, com transmissão ao vivo, que se realizou nos dias 25 e 26 de junho, no Município de Caçador/SC. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2021 – INEXIGIBILIDADE Nº 09/2021. CONTRATADA: RAFAEL PIRES DE MORAES, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 17.474.696/0001-90, com sede em Caçador-SC, neste ato representada por RAFAEL PIRES DE MORAES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 039.486.309-76, residente e domiciliado em Caçador-SC. Nos termos do Processo Licitatório nº 76/2021, na modalidade de Inexigibilidade de Licitação nº 09/2021, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo. O presente contrato foi firmado mediante Inexigibilidade de licitação, fundamentada no artigo 25, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993, que a autoriza a hipótese de “contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública”. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ R\$ 2.000,00 (dois mil reais). § 1º. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais; § 2º. Estão inclusos nesse valor, além das apresentações, as despesas de deslocamento da banda, transporte de equipamentos, estadia, alimentação e abastecimento de camarins, sendo que não incorrerá em nenhum custo adicional para a administração a contratação de tais serviços. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do(a) servidor(a): RAFAEL RENATO SEIDEL.

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 47/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO 76-2021 INEXIGIBILIDADE Nº 09 - 2021

Publicação Nº 3131941

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 47/2021 – “CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS PARA FINS DE REALIZAÇÃO DA FESTA JUNINA” visando a contratação de atrações artísticas locais para participação na Festa Junina, nos moldes de live, com transmissão ao vivo, que se realizou nos dias 25 e 26 de junho, no Município de Caçador/SC. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2021 – INEXIGIBILIDADE Nº 09/2021. CONTRATADA: CENTRO DE TRADIÇÕES GAUCHAS PORTEIRA DO CONTESTADO, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 78.501.905/0001-32, com sede em Caçador-SC, neste ato representada por LUIZ ORESTES DALMAZ, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 031.967.839-36, residente e domiciliado em Caçador-SC. Nos termos do Processo Licitatório nº 76/2021, na modalidade de Inexigibilidade de Licitação nº 09/2021, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo. O presente contrato foi firmado mediante Inexigibilidade de licitação, fundamentada no artigo 25, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993, que a autoriza a hipótese de “contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública”. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 1.000,00 (mil reais). § 1º. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais; § 2º. Estão inclusos nesse valor, além das apresentações, as despesas de deslocamento da banda, transporte de equipamentos, estadia, alimentação e abastecimento de camarins, sendo que não incorrerá em nenhum custo adicional para a administração a contratação de tais serviços. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do(a) servidor(a): RAFAEL RENATO SEIDEL.

Item	Material/Serviço	Unidmed	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
7	73541 - Contratação de artista Luiz Orestes Dalmaz	UN	1	1.000,00	1.000,00
R\$ 1.000,00					

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 48/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO 76-2021 INEXIGIBILIDADE Nº 09 - 2021

Publicação Nº 3131948

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 48/2021 – “CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS PARA FINS DE REALIZAÇÃO DA FESTA JUNINA” visando a contratação de atrações artísticas locais para participação na Festa Junina, nos moldes de live, com transmissão ao vivo, que se realizou nos dias 25 e 26 de junho, no Município de Caçador/SC. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2021 – INEXIGIBILIDADE Nº 09/2021. CONTRATADA: LUCAS MARTINS DOS SANTOS, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 37.635.101/0001-49, com sede em Caçador-SC, neste ato representada por LUCAS MARTINS DOS SANTOS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 100.509.199-46, residente e domiciliado em Caçador-SC. Nos termos do Processo Licitatório nº 76/2021, na modalidade de Inexigibilidade de Licitação nº 09/2021, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo. O presente contrato foi firmado mediante Inexigibilidade de licitação, fundamentada no artigo 25, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993, que a autoriza a hipótese de “contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública”. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 6.000,00 (seis mil reais). § 1º. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais; § 2º. Estão inclusos nesse valor, além das apresentações, as despesas de deslocamento da banda, transporte de equipamentos, estadia, alimentação e abastecimento de camarins, sendo que não incorrerá em nenhum custo adicional para a administração a contratação de tais serviços. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do(a) servidor(a): RAFAEL RENATO SEIDEL.

Item	Material/Serviço	Unidmed	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
8	73453 - Contratação de artista Lucca e Mauricio	UN	1	3.000,00	3.000,00
5	73538 - Contratação de artista Chico Martins	UN	1	2.000,00	2.000,00
4	73537 - Contratação de artista Cleiton Heusser	UN	1	1.000,00	1.000,00
R\$ 6.000,00					

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 49/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO 76-2021 INEXIGIBILIDADE Nº 09 - 2021

Publicação Nº 3131961

Item	Material/Serviço	Unidmed	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
23	73562 - Contratação do artista Gustavo Loeff Zardo	UN	1	1.000,00	1.000,00
24	73563 - Contratação do artista Gustavo Loeff Zardo	UN	1	1.000,00	1.000,00
25	73564 - Contratação do artista Gustavo Loeff Zardo	UN	1	1.000,00	1.000,00
26	73565 - Contratação do artista Gustavo Loeff Zardo	UN	1	1.000,00	1.000,00
27	73567 - Contratação do artista Gustavo Loeff Zardo	UN	1	1.000,00	1.000,00
28	73569 - Contratação do artista Gustavo Loeff Zardo	UN	1	1.000,00	1.000,00
29	73570 - Contratação do artista Gustavo Loeff Zardo	UN	1	1.000,00	1.000,00
30	73571 - Contratação do artista Gustavo Loeff Zardo	UN	1	1.000,00	1.000,00
31	73572 - Contratação do artista Gustavo Loeff Zardo	UN	1	1.000,00	1.000,00
32	73573 - Contratação do artista Gustavo Loeff Zardo	UN	1	1.000,00	1.000,00
33	73574 - Contratação do artista Gustavo Loeff Zardo	UN	1	1.000,00	1.000,00
R\$ 11.000,00					

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 49/2021 – “CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS PARA FINS DE REALIZAÇÃO DA FESTA JUNINA” visando a contratação de atrações artísticas locais para participação na Festa Junina, nos moldes de live, com transmissão ao vivo, que se realizou nos dias 25 e 26 de junho, no Município de Caçador/SC. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2021 – INEXIGIBILIDADE Nº 09/2021. CONTRATADA: GUSTAVO LOEFF ZARDO, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 37.899.103/0001-45, com sede em Caçador-SC, neste ato representada por GUSTAVO LOEFF ZARDO brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 074.421.609-56, residente e domiciliado em Caçador-SC. Nos termos do Processo Licitatório nº 76/2021, na modalidade de Inexigibilidade de Licitação nº 09/2021, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo. O presente contrato foi firmado mediante Inexigibilidade de licitação, fundamentada no artigo 25, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993, que a autoriza a hipótese de “contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública”. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ R\$ 11.000,00 (onze mil reais). § 1º. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais; § 2º. Estão inclusos nesse valor, além das apresentações, as despesas de deslocamento da banda, transporte de equipamentos, estadia, alimentação e abastecimento de camarins, sendo que não incorrerá em nenhum custo adicional para a administração a contratação de tais serviços. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do(a) servidor(a): RAFAEL RENATO SEIDEL.

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 50/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO 76-2021 INEXIGIBILIDADE Nº 09 - 2021

Publicação Nº 3131972

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 50/2021 – “CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS PARA FINS DE REALIZAÇÃO DA FESTA JUNINA” visando a contratação de atrações artísticas locais para participação na Festa Junina, nos moldes de live, com transmissão ao vivo, que se realizou nos dias 25 e 26 de junho, no Município de Caçador/SC. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2021 – INEXIGIBILIDADE Nº 09/2021. CONTRATADA: FRANCIS LEE FIGUEIREDO DA SILVA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 36.332.433/0001-91, com sede em Caçador-SC, neste ato representada por FRANCIS LEE FIGUEIREDO DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 059.853.989-19, residente e domiciliado em Caçador-SC. Nos termos do Processo Licitatório nº 76/2021, na modalidade de Inexigibilidade de Licitação nº 09/2021, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo. O presente contrato foi firmado mediante Inexigibilidade de licitação, fundamentada no artigo 25, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993, que a autoriza a hipótese de “contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública”. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). § 1º. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais; § 2º. Estão inclusos nesse valor, além das apresentações, as despesas de deslocamento da banda, transporte de equipamentos, estadia, alimentação e abastecimento de camarins, sendo que não incorrerá em nenhum custo adicional para a administração a contratação de tais serviços. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do(a) servidor(a): RAFAEL RENATO SEIDEL.

Item	Material/Serviço	Unidmed	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
6	73539 - Contratação do artista Francis Lee	UN	1	2.000,00	2.000,00
R\$ 2.000,00					

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 51/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO 76-2021 INEXIGIBILIDADE Nº 09 - 2021

Publicação Nº 3131977

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 51/2021 – “CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS PARA FINS DE REALIZAÇÃO DA FESTA JUNINA” visando a contratação de atrações artísticas locais para participação na Festa Junina, nos moldes de live, com transmissão ao vivo, que se realizou nos dias 25 e 26 de junho, no Município de Caçador/SC. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2021 – INEXIGIBILIDADE Nº 09/2021. CONTRATADA: CULTURARTE PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 11.138.143/0001-80, com sede em Caçador-SC, neste ato representada por PATRICK ALMEIDA CAVALHEIRO brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 006.314.059-41, residente e domiciliado em Caçador-SC. Nos termos do Processo Licitatório nº 76/2021, na modalidade de Inexigibilidade de Licitação nº 09/2021, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo. O presente contrato foi firmado mediante Inexigibilidade de licitação, fundamentada no artigo 25, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993, que a autoriza a hipótese de “contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública”. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 3.000,00 (três mil reais). § 1º. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais; § 2º. Estão inclusos nesse valor, além das apresentações, as despesas de deslocamento da banda, transporte de equipamentos, estadia, alimentação e abastecimento de camarins, sendo que não incorrerá em nenhum custo adicional para a administração a contratação de tais serviços. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do(a) servidor(a): RAFAEL RENATO SEIDEL.

Item	Material/Serviço	Unidmed	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
13	73551 - Contratação de artista Raízes do Contestado	UN	1	3.000,00	3.000,00
R\$ 3.000,00					

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 52/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO 76-2021 INEXIGIBILIDADE Nº 09 - 2021

Publicação Nº 3131980

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 52/2021 – “CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS PARA FINS DE REALIZAÇÃO DA FESTA JUNINA” visando a contratação de atrações artísticas locais para participação na Festa Junina, nos moldes de live, com transmissão ao vivo, que se realizou nos dias 25 e 26 de junho, no Município de Caçador/SC. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2021 – INEXIGIBILIDADE Nº 09/2021. CONTRATADA: CRISTIAN MARCELO DE PAULA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 33.093.333/0001-61, com sede em Caçador-SC, neste ato representada por CRISTIAN MARCELO DE PAULA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 089.297.169-16 residente e domiciliado em Caçador-SC. Nos termos do Processo Licitatório nº 76/2021, na modalidade de Inexigibilidade de Licitação nº 09/2021, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo. O presente contrato foi firmado mediante Inexigibilidade de licitação, fundamentada no artigo 25, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993, que a autoriza a hipótese de “contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública”. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). § 1º. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais; § 2º. Estão inclusos nesse valor, além das apresentações, as despesas de deslocamento da banda, transporte de equipamentos, estadia, alimentação e abastecimento de camarins, sendo que não incorrerá em nenhum custo adicional para a administração a contratação de tais serviços. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do(a) servidor(a): RAFAEL RENATO SEIDEL.

Item	Material/Serviço	Unidmed	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
16	73555 - Contratação do artista Marcelo e Alexandre	UN	1	3.000,00	3.000,00
10	73546 - Contratação do artista Joel, o lobo da estrada	UN	1	1.000,00	1.000,00
R\$4.000,00					

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 53/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO 76-2021 INEXIGIBILIDADE Nº 09 - 2021

Publicação Nº 3131983

Item	Material/Serviço	Unidmed	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
17	73556 - Contratação de artista João Paulo de Almeida	UN	1	1.000,00	1.000,00
18	73557- Contratação de artista João Paulo de Almeida	UN	1	1.000,00	1.000,00
19	73558- Contratação de artista João Paulo de Almeida	UN	1	1.000,00	1.000,00
20	73559- Contratação de artista João Paulo de Almeida	UN	1	1.000,00	1.000,00
21	73560- Contratação de artista João Paulo de Almeida	UN	1	1.000,00	1.000,00
22	73561- Contratação de artista João Paulo de Almeida	UN	1	1.000,00	1.000,00
34	73575- Contratação de artista Janaina Raquel dos Reis	UN	1	1.000,00	1.000,00
35	73576- Contratação de artista Janaina Raquel dos Reis	UN	1	1.000,00	1.000,00
36	73577- Contratação de artista Janaina Raquel dos Reis	UN	1	1.000,00	1.000,00
37	73578- Contratação de artista Janaina Raquel dos Reis	UN	1	1.000,00	1.000,00
38	73579- Contratação de artista Janaina Raquel dos Reis	UN	1	1.000,00	1.000,00
R\$ 11.000,00					

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 53/2021 – “CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS PARA FINS DE REALIZAÇÃO DA FESTA JUNINA” visando a contratação de atrações artísticas locais para participação na Festa Junina, nos moldes de live, com transmissão ao vivo, que se realizou nos dias 25 e 26 de junho, no Município de Caçador/SC. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2021 – INEXIGIBILIDADE Nº 09/2021. CONTRATADA: CIA DE ARTES VENTO NEGRO, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 05.765.272/0001-04, com sede em Caçador-SC, neste ato representada por JOÃO PAULO ALMEIDA brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 006.405.449-75, residente e domiciliado em Caçador-SC. Nos termos do Processo Licitatório nº 76/2021, na modalidade de Inexigibilidade de Licitação nº 09/2021, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo. O presente contrato foi firmado mediante Inexigibilidade de licitação, fundamentada no artigo 25, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993, que a autoriza a hipótese de “contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública”. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ R\$ 11.000,00 (onze mil reais). § 1º. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais; § 2º. Estão inclusos nesse valor, além das apresentações, as despesas de deslocamento da banda, transporte de equipamentos, estadia, alimentação e abastecimento de camarins, sendo que não incorrerá em nenhum custo adicional para a administração a contratação de tais serviços. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do(a) servidor(a): RAFAEL RENATO SEIDEL.

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 54/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO 76-2021 INEXIGIBILIDADE Nº 09 - 2021

Publicação Nº 3131990

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 54/2021 – “CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS LOCAIS PARA FINS DE REALIZAÇÃO DA FESTA JUNINA” visando a contratação de atrações artísticas locais para participação na Festa Junina, nos moldes de live, com transmissão ao vivo, que se realizou nos dias 25 e 26 de junho, no Município de Caçador/SC. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2021 – INEXIGIBILIDADE Nº 09/2021. CONTRATADA: CAMILA DUTRA MIRANDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 27.446.958/0001-67, com sede em Caçador-SC, neste ato representada por CAMILA DUTRA MIRANDA, brasileiro, solteira, inscrito no CPF sob o nº 065.970.389-06, residente e domiciliado em Caçador-SC. Nos termos do Processo Licitatório nº 76/2021, na modalidade de Inexigibilidade de Licitação nº 09/2021, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo. O presente contrato foi firmado mediante Inexigibilidade de licitação, fundamentada no artigo 25, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993, que a autoriza a hipótese de “contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública”. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 1.000,00 (mil reais). § 1º. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais; § 2º. Estão inclusos nesse valor, além das apresentações, as despesas de deslocamento da banda, transporte de equipamentos, estadia, alimentação e abastecimento de camarins, sendo que não incorrerá em nenhum custo adicional para a administração a contratação de tais serviços. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do(a) servidor(a): RAFAEL RENATO SEIDEL.

Item	Material/Serviço	Unidmed	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
3	73535 - Contratação de artista Camila Dutra Miranda	UN	1	1.000,00	1.000,00
R\$ 1.000,00					

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 55/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO 62-2021 DISPENSA Nº 09 - 2021

Publicação Nº 3131994

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 55/2021 – “CAPACITAÇÃO DA NOVA TURMA DE EMPREENDEDORES DO PROGRAMA COCREATION”, visando a contratação do serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas (Sebrae) para ministrar capacitação da nova turma de empreendedores do programa Cocreation. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2021 - DISPENSA Nº 09/2021 CONTRATADA: SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.515.859/0001-06, com sede na cidade de Florianópolis, SC, neste ato representado pela Sra. SUELI VIEIRA SARMENTO BERNARDI brasileira, casada, gerente regional, inscrita no CPF sob o 471.687.579-20, residente e domiciliado em Joaçaba, SC. Nos termos do Processo Licitatório nº 62/2021, na modalidade de Dispensa de Licitação nº 09/2021, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo. O presente contrato foi firmado mediante Dispensa de licitação, fundamentada no artigo 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666, de 1993, que a autoriza a hipótese de dispensa de licitação “na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos”. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 28.500,00 (Vinte e oito mil e quinhentos reais), a ser pago parceladamente, de acordo com a Cláusula Quarta do presente instrumento. Parágrafo Único: No preço cotado e contratado já estão incluídos: impostos, contribuições, taxas, fornecimento de todo o material didático, material de apoio para a capacitação, e qualquer despesa relacionada ao objeto da presente contratação. O pagamento será efetuado em 8 (oito) parcelas, no valor de R\$ 3.562,50 (Três mil e quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). § 1º O pagamento das parcelas será efetuado no dia 20 (Vinte) de cada mês, sendo o primeiro vencimento em até 30 (dias) após apresentação da Nota Fiscal/Recibo na Diretoria de Compras do Município devidamente assinada pelo servidor responsável. § 2º. O número do CPF - Cadastro de Pessoa Física/ CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante das Notas Fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação; § 3º. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente constar assinatura do servidor responsável pelo recebimento dos serviços e número do processo licitatório que a originou; § 4º. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo do(a) servidor(a): ANDREI FRITZCH.

LEI Nº 3.677

Publicação Nº 3132102

LEI Nº 3.677, de 1º de julho de 2021.

Estabelece reserva de vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar nos editais de licitação e habilitação que visem à contratação de empresas para a prestação de serviços continuados, terceirizados e concessões/ permissões de serviços públicos municipais no âmbito da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica estabelecido no âmbito da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, que os editais de licitação e habilitação que visem à contratação de empresas para a prestação de serviços continuados, terceirizados e concessões/permissões de serviços públicos municipais conterão cláusula estipulando a reserva de vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar, nos seguintes termos:

I - em atendimento ao disposto no caput, os contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados da Prefeitura Municipal de Caçador reservarão o percentual mínimo de cinco por cento das vagas, desde que o contrato envolva vinte ou mais trabalhadores, atendida à qualificação profissional necessária;

II - as empresas prestadoras de serviços continuados e terceirizados realizarão processo seletivo para a contratação das trabalhadoras mediante acesso a cadastro mantido por instituições públicas parceiras e encaminhamento da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

III - a identidade das trabalhadoras contratadas em atendimento a esta Lei será mantida em sigilo pela empresa, sendo vedado qualquer tipo de discriminação no exercício das suas funções;

IV - a obrigatoriedade do percentual disposto nesta Lei não é cumulativa com outros percentuais previstos em lei;

V - o disposto no caput aplica-se também às hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação, para o mesmo objeto.

Parágrafo único. A cláusula de que trata o caput será exigida para os processos de contratações que tenham início após a publicação desta Lei.

Art. 2º Realizada a contratação, o Município através de seu órgão competente, fiscalizará o cumprimento desta Lei e emitirá declaração de que a empresa cumpre sua obrigação contratual.

Parágrafo único. Na ocorrência de impossibilidade de contratação de mulheres de acordo com o quantitativo previsto, os órgãos mencionados no caput formalizarão em documento, considerando-se cumprida a obrigação.

Art. 3º Compete ao Poder Executivo municipal estabelecer normas complementares a esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 1º de julho de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 34.935

Publicação Nº 3131754

Memorando 126PORTARIA Nº 34.935, de 21 de junho de 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 90 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional aos Servidores abaixo relacionados, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Cód.	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
14596	Adriana Bento Grobe	06/05/2018 a 05/05/2019 06/05/2019 a 05/05/2020	03/05/2021 a 12/05/2021 13/05/2021 a 01/06/2021
10131	Adriana Marielouise Van Passel	08/03/2016 a 07/03/2017 08/03/2017 a 07/03/2018	03/05/2021 a 07/05/2021 08/05/2021 a 01/06/2021
11940	Classir Terezinha Fenili	18/06/2019 a 17/06/2020	17/05/2021 a 31/05/2021
10773	Danielle Thaizi Zimini	01/03/2019 a 29/02/2020	17/05/2021 a 31/05/2021
14015	Elaine Aparecida Chaves	17/08/2019 a 16/08/2020	31/05/2021 a 14/06/2021
11855	Elaine de Fatima Voitach	21/05/2019 a 20/05/2020	24/05/2021 a 13/06/2021
1140	Luiz Fernando dos Santos	01/02/2019 a 31/01/2020 01/02/2020 a 31/01/2021	20/05/2021 a 29/05/2021 30/05/2021 a 03/06/2021
11955	Sandra Regina Jarschel	18/06/2019 a 17/06/2020	17/05/2021 a 15/06/2021
10234	Sheila Regina Mandelli	07/07/2019 a 06/07/2020	24/05/2021 a 12/06/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 21 de junho de 2021.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 34.936

Publicação Nº 3131759

PORTARIA Nº 34.936, de 21 de junho de 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com os arts. 124 e 128, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença prêmio à Servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, especificando código, nome, cargo, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de aquisição	Período de gozo
2609	Marcia Elaine Bonfanti	Odontólogo	10/05/2011 a 09/05/2016	07/06/2021 a 06/07/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 21 de junho de 2021.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA N° 34.940

Publicação N° 3131750

PORTARIA N° 34.940, de 22 de junho de 2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO DE CAÇADOR, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 73, inciso IV, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a Servidora a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, afastamento do serviço pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de dias	Período do Afastamento
16564	Karla Vanessa Velasquez	Diretora de Turismo	05 dias	17/06/2021 a 21/06/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Turismo de Caçador, em 22 de junho de 2021.

Jonatas Maia de Lima – SECRETÁRIO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO.

PORTARIA N° 34.957

Publicação N° 3131371

PORTARIA N° 34.957, de 25 de junho de 2021.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018 e em conformidade com o art. 73, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER às Servidoras a seguir relacionadas, lotadas na Secretaria Municipal da Educação, afastamento do serviço pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Total de dias	Período do Afastamento
14528	Jocilene Lucia Coldebella Correa	Professor Educação Infantil	05 dias	09/06/2021 a 13/06/2021
6946	Silmara Adamczeski	Auxiliar de Creche Nível Médio	08 dias	06/06/2021 a 13/06/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal da Educação, em 25 de junho de 2021.

Lenira de Cácia Carneiro Ruppel – SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA N° 34.959

Publicação N° 3132241

PORTARIA N° 34.959, de 28 de junho de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 178, inciso V da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Decreto nº 8.100, de 11 de abril de 2019, que designa comissão permanente de processos administrativos de licitações, compras e contratos, e estabelece em seu art. 5º os valores a serem pagos aos membros no final de cada processo,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à Servidora JULIANA NURILLES GARBOZZA, matrícula 14529, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo e lotada na Secretaria Municipal da Administração, o pagamento de gratificação, nos termos estabelecidos no art. 5º do Decreto nº 8.100/19, em

decorrência da finalização do processo administrativo abaixo relacionado, especificando número do processo, portaria de instauração, função desempenhada e data do encerramento, conforme segue:

Nº Processo	Portaria de instauração	Função	Data encerramento
03/2021	Portaria nº 34.371, de 25 de março de 2021	Presidente	15/06/2021

Art. 2º CONCEDER à Servidora ANA PAULA CARDOSO DE LIMA, matrícula 14064, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo e lotada na Secretaria Municipal da Administração, o pagamento de gratificação, nos termos estabelecidos no art. 5º do Decreto nº 8.100/19, em decorrência da finalização do processo administrativo abaixo relacionado, especificando número do processo, portaria de instauração, função desempenhada e data do encerramento, conforme segue:

Nº Processo	Portaria de instauração	Função	Data encerramento
03/2021	Portaria nº 34.371, de 25 de março de 2021	Membro	15/06/2021

Art. 3º CONCEDER à Servidora SILVANA SCHMIDT, matrícula 16199, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo e lotada na Secretaria Municipal da Administração, o pagamento de gratificação, nos termos estabelecidos no art. 5º do Decreto nº 8.100/19, em decorrência da finalização do processo administrativo abaixo relacionado, especificando número do processo, portaria de instauração, função desempenhada e data do encerramento, conforme segue:

Nº Processo	Portaria de instauração	Função	Data encerramento
03/2021	Portaria nº 34.371, de 25 de março de 2021	Membro	15/06/2021

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de junho de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 34.972

Publicação Nº 3131372

PORTARIA Nº 34.972, de 30 de junho de 2021.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 40, § 19 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,

CONSIDERANDO o Memorando nº 12.583/2021 e o Parecer Jurídico nº 090/2021 emitido pela Procuradoria-Geral do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à Servidora JANE MARISTELA DOS SANTOS, matrícula 815, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e lotada na Secretaria da Educação, o abono de permanência por ter implementado os requisitos para aposentadoria e permanecer no desempenho de suas funções.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de junho de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal da Educação de Caçador, em 30 de junho de 2021.

Lenira de Cácia Carneiro Ruppel – SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 34.974

Publicação Nº 3131375

PORTARIA Nº 34.974, de 30 de junho de 2021.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o relatório de prestação de serviço extraordinário apresentado,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o pagamento pela prestação de serviço extraordinário realizado no mês de junho, na razão de 50% (cinquenta por cento) à do normal, aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, especificando código, nome, cargo

e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
14516	Alcir Pires dos Santos	Motorista	31h
15171	Alessandro Pascale Martins	Motorista	25h12min
15106	Cristiano Szyndrowski	Motorista	51h16min
15200	Genilson de Onegreiros	Motorista	59h06min
14077	Henrique Lenardt Junior	Motorista	60h
912	Laurindo Rodrigues	Motorista	60h
1993	Parcival Antonio Pinzigher	Motorista de Caminhão	59h
902	Pedro Cesar Locatelli	Motorista	12h

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Educação de Caçador, em 30 de junho de 2021.

Lenira de Cácia Carneiro Ruppel – SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 34.976

Publicação Nº 3131377

PORTARIA Nº 34.976, de 30 de junho de 2021.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 124 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença prêmio às Servidoras abaixo relacionadas, lotadas na Secretaria Municipal da Educação, especificando código, nome, cargo, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de aquisição	Período de gozo
1062	Angelica Moscheta Schneider	Professor Educação Infantil	02/02/2008 a 01/02/2013	08/06/2021 a 07/07/2021
2946	Cleci Faganello	Especialista em Assuntos Educacionais	01/02/2007 a 31/01/2012 01/02/2012 a 31/01/2017	17/06/2021 a 15/08/2021 16/08/2021 a 13/11/2021
5022	Rosi Maria Fonseca	Merendeira Escolar	01/09/2009 a 31/08/2014	10/06/2021 a 09/07/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal da Educação de Caçador, em 30 de junho de 2021.

Lenira de Cácia Carneiro Ruppel – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS - CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE CAÇADOR

Publicação Nº 3132285

MUNICÍPIO DE CAÇADOR – SC

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE CAÇADOR

RELATÓRIO DE PROCESSOS SORTEADOS E DISTRIBUÍDOS

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Caçador, instituído pela Lei Complementar nº 376, de 26 de fevereiro de 2020, torna público, que foram sorteados e distribuídos aos Conselheiros Relatores na Sessão Ordinária realizada em 30/06/2021, os seguintes Processos Administrativos Tributários:

REQUERENTE (Contribuinte)	Nº PROCESSO (Protocolo)	CONSELHEIRO(A) RELATOR(A)
Rosane Aparecida Gomes	626/2019	Luciana Marta Debarba Cereza
Elsa Felipi	3.914/2020	Leandro Bello
Clube Sete de Setembro	4.409/2020	Gustavo Spuldaro Tanno
Rosana Inês Loch	5.720/2020	Ademir Scapinelli
Fernanda Canalle Gatti e Wagner Gatti	6.066/2020	Sergio Inhaia
Associação Empresarial de Caçador - ACIC	7.474/2020	Allan Melotti
Ass. Caç. de Ed. Infantil e Ass. Social - ACEIAS	8.900/2020	Luciana Marta Debarba Cereza
Eduardo Seleme e Marcelo Seleme	8.944/2020	Leandro Bello

Clube Caçadoreense de Bochas	8.992/2020	Gustavo Spuldaro Tanno
Ass. dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Caçador - APAE	9.222/2020	Ademir Scapinelli
Esporte Clube Juventude	9.645/2020	Sergio Inhaia
Jorge Manoel Duarte	9.705/2020	Leandro Bello
Geraldo Antonio de Almeida	9.753/2020	Luciana Marta Debarba Cereza
Rancho Fundo Clube de Campo e Tiro Esportivo	10.236/2020	Leandro Bello
Mario Mandelli	10.586/2020	Gustavo Spuldaro Tanno
Luci Hinkeldei Roseli Hinkeldei Cristiano Roberto Hinkeldei	10.908/2020	Ademir Scapinelli
Igreja do Evangelho Quadrangular	11.274/2020	Sergio Inhaia
Centro Espírita Jesus de Nazaré	11.332/2020	Allan Melotti
Sociedade Esportiva e Recreativa Sincol - SERSI	12.433/2020	Allan Melotti
Farmácia e Drogaria Somensi Ltda	12.957/2020	Luciana Marta Debarba Cereza
Osório Elias Timmermann	14.671/2020	Allan Melotti
Espólio de Waldomiro Skiba	14.980/2020	Gustavo Spuldaro Tanno
Celesc Distribuição S.A.	16.324/2020	Sergio Inhaia
Espólio de Ervino Albino Figur	19.976/2020	Ademir Scapinelli
Salete Terezinha dos Santos	20.705/2020	Allan Melotti
Evandro Colla	23.065/2020	Luciana Marta Debarba Cereza
Roberto João Collato	1.793/2021	Leandro Bello
Rosalino Bertotto	4.833/2021	Gustavo Spuldaro Tanno
Instituto Geral de Perícias (IGP) Fundo de Melhoria da Perícia Oficial (FUMPOF)	5.952/2021	Ademir Scapinelli

Caçador, SC, 30 de junho de 2021.

Evandro Carlos Fritsch

Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Caçador

Caibi**PREFEITURA****360/21**

Publicação Nº 3131640

PORTARIA Nº 360/21

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

NOMEAR, por prazo indeterminado, a Sra. EDEVANE ELENA SCOPEL GUERINI, em conformidade com o art. 9º, inc. II, da Lei n. 027/2013, para o cargo de CHEFE DE SETOR – CC-06, com lotação no Departamento Municipal de Administração, e carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

Nesta mesma data a nomeada tomou posse, bem como entrou em exercício.

E, para que produza seus efeitos reais e legais, foi expedido o presente ato.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 01 de julho de 2021.

EDER PICOLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

MIGUEL PICCOLI
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 136/2021 DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131950

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 89C54838533FC45293F30E291B91BE5FD8E764ED

DECRETO Nº 136/2021, de 01 de julho de 2021.

Dispõe sobre a Homologação da decisão da Pregoeira designada pelo Decreto Nº 018/2021 do objeto do Processo Licitatório de Nº 56/2021 na Modalidade Pregão Presencial Nº 37/2021 da Prefeitura Municipal de Caibi – SC.

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com da Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06/04/2001, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Pregoeira DANDARA JEANE GALLON designada pelo Decreto Nº 018/2021, sobre o Processo Licitatório Nº 56/2021, na Modalidade Pregão Nº 37/2021 que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PLANTAS E INSUMOS DIVERSOS (FLORES, PALMEIRAS, PLANTAS ORNAMENTAIS, GRAMA, ADUBO, VASOS, BRITA BRANCA) PARA USO EM ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAIBI-SC

Art. 2º. Fica homologado o objeto desta licitação em favor dos proponentes abaixo relacionado, tudo conforme consta no Mapa Comparativo de Preços em sua exata ordem de classificação a seguir:

Proponente	Item	Und	Qtd	Produto	VI Unit.	VI Total Item
SILVESTRIN & SILVESTRIN EPP	1	Und	50	ARRANJO DE FLORES OFICIAL PARA EVENTOS, COM ROSAS, ASTROMELIAS, ENTRE OUTRAS FLORES NOBRES	116,67	5.833,50
SILVESTRIN & SILVESTRIN EPP	2	Und	60	ARRANJOS DE FLORES DO CAMPO, TAMANHO GRANDE	76,67	4.600,20
SILVESTRIN & SILVESTRIN EPP	3	Und	60	ARRANJOS DE FLORES DO CAMPO, TAMANHO MÉDIO	60,00	3.600,00
SILVESTRIN & SILVESTRIN EPP	4	Und	60	ARRANJOS DE FLORES DO CAMPO, TAMANHO PEQUENO	41,67	2.500,20
SILVESTRIN & SILVESTRIN EPP	5	Und	300	ROSAS DIVERSAS CORES, EMBALADAS INDIVIDUAIS	11,63	3.489,00
SILVESTRIN & SILVESTRIN EPP	6	Und	50	KALANCHOE PEQUENOS EMBALADOS	6,97	348,50
SILVESTRIN & SILVESTRIN EPP	7	Und	50	KALANCHOE MÉDIO EMBALADOS	11,63	581,50
SILVESTRIN & SILVESTRIN EPP	8	Und	50	Vaso de Fibra 34 cm x 55 cm	99,97	4.998,50
SILVESTRIN & SILVESTRIN EPP	9	Und	30	VASO DE CERÂMICA OU CONCRETO DE 70CM ALTURA X 50CM DE LARGURA	103,00	3.090,00

VIVEIRO GURKE EIRELI ME	1	CX	200	MUDAS DE FLOR VINCA, COM 15 CM DE COMPRIMENTO, CX C/ 15 MUDAS COM FLOR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE PLANTIO	10,50	2.100,00
VIVEIRO GURKE EIRELI ME	2	CX	100	MUDAS DE FLOR MOREIA BRANCA, COM 30 CM DE COMPRIMENTO, CAIXA COM 15 UNIDADES	45,00	4.500,00
VIVEIRO GURKE EIRELI ME	3	CX	100	MUDAS DE FLOR LIRIOPE VERDE/BRANCA, COM 15 CENTIMETROS DE COMPRIMENTO, CAIXA COM 15 UNIDADES	20,00	2.000,00
VIVEIRO GURKE EIRELI ME	4	Und	100	MUDAS DE FLOR AGAPANTO AZUL/BRANCO, COM 30 CM DE COMPRIMENTO	7,25	725,00
VIVEIRO GURKE EIRELI ME	5	CX	50	MUDAS DE FLOR LIRIOPE ROXO CAIXA COM 15 UNIDADES	20,00	1.000,00
VIVEIRO GURKE EIRELI ME	6	CX	400	MUDAS DE FLORES DA ESTAÇÃO INVERNO, COMPREENDENDO: PETÚNIA, BOCA DE LEÃO, MINI AMOR PERFEITO, AMOR PERFEITO GRANDE, CRAVINA CORONA E DIANA, ENTRE OUTROS - CAIXA COM 15 MUDAS CADA. MUDA COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 15 CENTÍMETROS.	10,50	4.200,00
VIVEIRO GURKE EIRELI ME	7	CX	400	MUDAS DE FLORES DA ESTAÇÃO VERÃO, COMPREENDENDO: ASTER, TAGETE, TAGETÃO, VINCA, ONZE HORAS, BEGÔNIA BRONZE E VERDE, BEIJINHO, CRAVINA COMUM, DAHLIA, FLOR DE MEL BRANCA E ROXA, GAZÂNIA, SALVIA VERMELHA E COLORIDA, VERBENA, VIOLA, ENTRE OUTRAS - CAIXAS COM 15 MUDAS CADA. MUDA COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 15 CENTÍMETROS	10,50	4.200,00
VIVEIRO GURKE EIRELI ME	8	CX	30	MUDAS DE FLOR MINI IXORA - CAIXA COM 15 UNIDADES	45,00	1.350,00
VIVEIRO GURKE EIRELI ME	9	Und	1.000	MUDAS DE FLOR TRÊS MARIAS - PRIMAVERA, COM 40 CM DE COMPRIMENTO	20,00	20.000,00
VIVEIRO GURKE EIRELI ME	10	Und	2.000	MUDAS DE FLOR HORTÊNCIA, COM 40 CM DE COMPRIMENTO	5,00	10.000,00
VIVEIRO GURKE EIRELI ME	11	Und	100	MUDAS FLOR DE PAPAGAIO/FLOR DE NATAL, COM 30 CM DE COMPRIMENTO	18,00	1.800,00
VIVEIRO GURKE EIRELI ME	12	Und	200	MUDAS DE FLOR LIRIO DA PAZ, COM 30 CM DE COMPRIMENTO	18,00	3.600,00
VIVEIRO GURKE EIRELI ME	13	Und	200	MUDAS DE FLOR ASPARGO, COM 30 CM DE COMPRIMENTO	25,00	5.000,00
VIVEIRO GURKE EIRELI ME	14	CX	50	MUDAS DE FLOR CRISTA DE GALO, COM 15 CM DE COMPRIMENTO CAIXAS COM 15 UNIDADES	10,50	525,00
VIVEIRO GURKE EIRELI ME	1	Und	50	BUCHINHO PEQUENO COM 30 CENTIMETROS	12,00	600,00
VIVEIRO GURKE EIRELI ME	2	Und	50	BUCHINHO MÉDIO COM 45 CENTIMETROS	30,00	1.500,00
VIVEIRO GURKE EIRELI ME	3	Und	50	BUCHINHO GRANDE COM 60 CENTIMETROS	60,00	3.000,00
VIVEIRO GURKE EIRELI ME	4	Und	50	CIPRESTE PARA CERCA VIVA, COM 30 CM COMPRIMENTO	5,20	260,00
VIVEIRO GURKE EIRELI ME	5	m²	500	GRAMA ESMERALDA EM LEIVA	10,00	5.000,00
VIVEIRO GURKE EIRELI ME	6	m²	500	GRAMA EM LEIVA SEMPRE VERDE	10,00	5.000,00
VIVEIRO GURKE EIRELI ME	7	Und	40	PALMEIRA RÁPHIS GRANDE 60 CM	60,00	2.400,00
VIVEIRO GURKE EIRELI ME	8	Und	40	PALMEIRA ARECA 60 CM	50,00	2.000,00
VIVEIRO GURKE EIRELI ME	9	Und	300	PALMEIRA FÊNIX DE APROXIMADAMENTE 30CM	20,00	6.000,00
VIVEIRO GURKE EIRELI ME	10	CX	100	FORRAÇÕES DO ANO INTEIRO: CLORÓFITO, LANTANA, PERIQUITO, HEMI-GRAFIS, ERICA. CAIXA COM 15 MUDAS	15,00	1.500,00
VIVEIRO GURKE EIRELI ME	11	M	400	LIMITADOR DE GRAMA COM BORDA 11CM VERDE	3,10	1.240,00
VIVEIRO GURKE EIRELI ME	1	SCO	50	CASCAS - ADUBO DE PINUS GRANDE SACO COM 40KG	80,00	4.000,00
VIVEIRO GURKE EIRELI ME	2	SCO	50	TERRA ADUBADA SACO DE 20KG	20,00	1.000,00
VIVEIRO GURKE EIRELI ME	3	Und	50	ADUBO FERTILIZANTE NPK, EMBALAGEM DE 10 KG	50,00	2.500,00
VIVEIRO GURKE EIRELI ME	4	Und	100	ADUBO FERTILIZANTE PARA FLORAÇÃO, EMBALAGENS 3 KG	20,00	2.000,00
VIVEIRO GURKE EIRELI ME	5	Und	50	BRITA BRANCA SACO C/ 40 KG	35,00	1.750,00

VIVEIRO GURKE EIRELI ME	6	Und	100	ARENITO DIVERSAS CORES SACO 20KG	27,50	2.750,00
MAURO ROMANO RIGON EPP	1	Und	50	MUDAS DE IPÊ 1 METRO DE TRONCO VARIAS CORES	10,00	500,00
MAURO ROMANO RIGON EPP	2	Und	100	MUDAS MANACÁ DA SERRA NO MÍNIMO 1 METRO DE TRONCO	16,75	1.675,00
MAURO ROMANO RIGON EPP	3	Und	50	MUDAS DE CANAFÍSTULA (Peltophorum dubium), 60 CM DE TRONCO	10,00	500,00
MAURO ROMANO RIGON EPP	4	Und	20	MUDAS DE ANGICO VERMELHO/BRANCO, COM 60 CM DE TRONCO	10,00	200,00
MAURO ROMANO RIGON EPP	5	Und	80	MUDAS INGÁ QUATRO QUINAS/INGÁ VERA, COM 60 CM DE TRONCO	10,00	800,00
MAURO ROMANO RIGON EPP	6	Und	20	MUDAS DE JACARANDÁ, COM 60 CM DE TRONCO	10,00	200,00
MAURO ROMANO RIGON EPP	7	Und	20	MUDAS DE CHAL CHAL, COM NO MINIMO 40 CM DE TRONCO	10,00	200,00
MAURO ROMANO RIGON EPP	8	Und	100	MUDAS DE CANELA DE SOMBRA, COM 60 CM DE TRONCO.	10,00	1.000,00
MAURO ROMANO RIGON EPP	9	Und	20	MUDAS DE GUABIROBA, COM NO MINIMO 40 CM DE TRONCO	10,00	200,00
MAURO ROMANO RIGON EPP	10	Und	20	MUDAS DE PITANGA, COM NO MINIMO 40 CM DE TRONCO	10,00	200,00
MAURO ROMANO RIGON EPP	11	Und	20	MUDAS DE ANONA, COM NO MINIMO 70 CM DE ALTURA	15,00	300,00
MAURO ROMANO RIGON EPP	12	Und	10	MUDAS DE MANGA, COM NO MINIMO 80 CM DE ALTURA	22,50	225,00

Totais dos proponentes vencedores:

Proponente	Valor Total
SILVESTRIN & SILVESTRIN EPP	29.041,40
VIVEIRO GURKE EIRELI ME	103.500,00
MAURO ROMANO RIGON EPP	6.000,00

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi – SC, em 01 de julho de 2021.

Eder Picoli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios

Miguel Piccoli
Secretário de Administração e Planejamento

Calmon

PREFEITURA

190/2021

Publicação N° 3130384

PORTARIA N.º 190 DE 01 DE JULHO DE 2021
"DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR CONFORME ESPECIFICA."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CALMON, no uso das atribuições previstas no Art. 37 da Constituição da Republica Federativa do Brasil, Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 35 de 29 de junho de 2010 e demais legislações pertinentes a matéria.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR O SERVIDOR MARCO ANTONIO SANTIEL, OCUPANTE DO CARGO COMISSIONADO DE CONTROLADOR GERAL, COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS, CONFORME PORTARIA Nº 123/2021, PARA DESEMPENHAR A FUNÇÃO DE AGENTE DE CONTROLE INTERNO NA SUBSTITUIÇÃO DO SERVIDOR JOAO MARIO PARTIKA EFETIVO, POR MOTIVO DE FÉRIAS COM EFEITOS A CONTAR DESTA DATA, CONFORME LEI ESPECÍFICA.

Art. 2º Esta Portaria passa a vigor na data de sua publicação.
Publique-se e Registre-se.
Prefeitura Municipal de Calmon, 01 de Julho de 2021.

HELIO MARCELO OLENKA
Prefeito Municipal de Calmon

191/2021

Publicação N° 3130386

PORTARIA N.º 191 DE 01 DE JULHO DE 2021
"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS DE SERVIDOR CONFORME LEI ESPECIFICA."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CALMON, no uso das atribuições previstas no Art. 37 da Constituição da Republica Federativa do Brasil, no Art. 87 da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 33 de 31 de maio de 2010 e demais alteração de legislação pertinente a matéria.
RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS aos servidores abaixo, referentes aos períodos aquisitivos de 01/08/2019 Á 31/07/2020; 05/11/2017 Á 04/11/2018; 01/02/2017 Á 31/01/2018; 01/05/2003 Á 30/04/2004; 05/12/2015 Á 04/12/2016; 11/02/2019 Á 10/02/2020; 01/04/2018 Á 31/03/2019; 11/02/2020 HÁ 10/02/2021; 01/07/2018 Á 30/06/2019; 01/11/2019 Á 31/10/2020 respectivamente sendo 30 dias de fruição, com efeitos a contar do dia 01/07/2021 Á 30/07/2021, com retorno ao trabalho em 02/08/2021.

JAIR PARAES PROFESSOR
JOAO MARIO PARTIKA AGENTE DE CONTROLE INTERNO
ROSIVANA GREGOLAO PROFESSOR
MARINEZ TEREZINHA PETRY AGENTE COPA E LIMPEZA
TEREZINHA BERNARDI PROFESSOR
VERA L F DOS SANTOS AGENTE COPA E LIMPEZA
SANTA C BANDEIRA PROFESSOR
SIMONE D PIASSOLI PROFESSOR 20H
GILBERTO M CORREA OPERADOR DE TRATOR DE PNEUS
VERENILCE T DE CASTRO AGENTE ADMINISTRATIVO

ART. 2º Esta portaria passa vigor na data de sua publicação.
Publique-se e Registre-se.
Prefeitura Municipal de Calmon, 01 de julho de 2021.

HELIO MARCELO OLENKA
Prefeito Municipal de Calmon

192/2021

Publicação N° 3130388

PORTARIA N.º 192 DE 01 DE JULHO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO DE SERVIDOR CONFORME ESPECIFICA."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CALMON, no uso das atribuições previstas no Art. 37 da Constituição da Republica Federativa do Brasil, Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 33 de 31 de maio de 2010 e demais alteração de legislação pertinente a matéria.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao servidor ANTONIO SERGIO CURIONE, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL com carga horária de 30 horas semanais, referentes aos períodos aquisitivos de 01/06/2008 À 31/05/2013 conforme foi designado, com fruição a contar da data de 01/07/2021 À 28/09/2021 , com retorno ao trabalho em 29/09/2021 com efeitos a contar a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria passa a vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Prefeitura Municipal de Calmon, 01 de Julho de 2021.

HELIO MARCELO OLENKA

Prefeito Municipal de Calmon

193/2021

Publicação N° 3130390

PORTARIA N.º 193 DE 01 DE JULHO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR CONFORME ESPECIFICA."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CALMON, no uso das atribuições previstas no Art. 37 da Constituição da Republica Federativa do Brasil, no Art. 87 da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 33 de 31 de maio de 2010 e demais alteração de legislação pertinente a matéria.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR a servidora SOLANGE VIEIRA DE OLIVEIRA para exercer o cargo de PROFESSOR , bem como para desempenhar as funções inerentes ao cargo, com carga horária de 40 horas semanais com efeitos a contar desta data.

ART. 2º esta portaria passa vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Prefeitura Municipal de Calmon, 01 de Julho de 2021.

HELIO MARCELO OLENKA

Prefeito Municipal de Calmon

194/2021

Publicação N° 3130413

PORTARIA N.º194 DE 01 DE JULHO DE 2021

"DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR CONFORME LEI ESPECÍFICA."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CALMON, no uso das atribuições previstas no Art. 37 da Constituição da Republica Federativa do Brasil, no Art. 87 da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 33 de 31 de maio de 2010 e demais alteração de legislação pertinente a matéria.

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho a pedido dos servidores abaixo relacionados com seus respectivos cargos. Com efeitos a contar desta data .

MARCELA AP DE SOUZA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

ZELI GREGORIO AGENTE COPA E LIMPEZA

ART. 2º Esta portaria passa a vigor na data de sua publicação.

Publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Calmon, 01 de Julho de 2021.

HELIO MARCELO OLENKA

Prefeito Municipal de Calmon

Camboriú

PREFEITURA

PR 003/2021 - FUCAM

Publicação Nº 3131943

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D63ED64AC37F51EEF205E5A2A4A3F8370BAC567F

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021 – FUCAM - EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ESTERILIZAÇÕES CIRÚRGICAS (CASTRAÇÕES) EM ANIMAIS DOMÉSTICOS - CÃES E GATOS (MACHOS E FÊMEAS), COM ATENDIMENTO PÓS-OPERATÓRIO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 26 (Vinte e Seis) de Julho de 2021, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 01 de julho de 2021.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PR 055/2021 - PMC

Publicação Nº 3132014

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F67FD2A18FD289EC5EB0E09DBF0B35C37C644851

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2021 - MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA TÉCNICA PARA ANÁLISE, REVISÃO, ELABORAÇÃO E CONDUÇÃO DE PROJETO DE LEI, PARA ADEQUAÇÃO DA LEI ORGÂNICA E DEMAIS LEGISLAÇÃO PERTINENTE NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ A FIM DE ATENDER OS EFEITOS LEGAIS DA EMENDA CONSTITUCIONAL 103, DE NOVEMBRO DE 2019, QUE TRATA DA LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA, CONFORME DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 15:00 horas do dia 15 (Quinze) de julho de 2021, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 01 de julho de 2021.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA PREGÃO ELETRÔNICO 47/2021

Publicação Nº 3130941

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº 47/2021)

Às 9h do dia 01/07/2021, reuniu-se a Pregoeira deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de baterias para utilização nos veículos de diversas entidades do Município de Campo Alegre/SC.

A ata completa está disponível no site Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico:

<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/Processos/SC/Prefeitura-Municipal-de-Campo-Alegre-56/RPE-47-2021-2021-146499/>

Pregoeira e Equipe de Apoio

CONVOCAÇÃO Nº 140/2021

Publicação Nº 3131965

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2019

CONVOCAÇÃO Nº 140/2021

ALICE BAYERL GROSSKOPF, Prefeita Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ADRIANA RUJANOWSKI, inscrita no CPF/MF sob nº 041.910.609-02, aprovada em 12º lugar no Processo Seletivo nº 02/2019, para o Cargo Público de PROFESSOR I, na Função de PROFESSOR Da EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS (não habilitado), para assumir o respectivo Cargo Público. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até às 17hs do dia 07 de julho de 2021, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 01 de julho de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

CARLA LUCIANE FUCKNER KOTOVICZ
Secretária Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO Nº 141/2021

Publicação Nº 3131975

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2019

CONVOCAÇÃO Nº 141/2021

ALICE BAYERL GROSSKOPF, Prefeita Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. DANIELE MICKUS, inscrita no CPF/MF sob nº 109.728.369-00, aprovada em 13º lugar no Processo Seletivo nº 02/2019, para o Cargo Público de PROFESSOR I, na Função de PROFESSOR Da EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS (não habilitado), para assumir o respectivo Cargo Público. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até às 17hs do dia 07 de julho de 2021, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 01 de julho de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

CARLA LUCIANE FUCKNER KOTOVICZ
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 13.921 DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3132018

DECRETO Nº 13.921 DE 01 DE JULHO DE 2021

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 13.599 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

Considerando que houve erro material, quanto ao número do registro no sistema, mencionado no Decreto Municipal nº 13.599 de 02 de fevereiro de 2021, o qual Dispõe sobre Exoneração do Coordenador da Defesa Civil Sr. Antonio Zauri Correa Vilmiz;

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o disposto no inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de abril de 1990; Decreta:

Art. 1º Alterar a redação do Artigo 1º do Decreto nº 13.599 de 02 de fevereiro de 2021, o qual passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Exonerar a pedido o Sr. ANTONIO ZAURI CORREA VILMIZ, registro no sistema sob nº 956072, do Cargo de Coordenador da Defesa Civil, Código 15, do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 006/02, a partir de 02 de fevereiro de 2021”.

[...]

Art. 2º As demais disposições previstas no Decreto nº 13.599 de 02 de fevereiro de 2021, permanecem vigentes na íntegra.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2021.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 01 de julho de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF

Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 02/07/2021.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI

Chefe de Gabinete da Prefeita

EXTRATO DE CONTRATO 94/2021

Publicação Nº 3130825

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6EB95AC409454E5A6D8637FEBFB9DA5D880E544A

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 94/2021

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO DE TRECHO DA RM 020, consoante Processo Licitatório nº 58/2021, Dispensa de Licitação, fundamentado no inciso I do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93.

Dotação orçamentária:

As despesas oriundas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício 2021, na seguinte classificação:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	08.00	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras
Unidade	08.03	Serviço de Obras e Serviços Públicos
Função	15	Urbanismo
Subfunção	452	Serviço Urbano
Programa	45	Manutenção de Vias Públicas e Conservação de Logradouros
Projeto	2.023	Vias Públicas e Logradouros
Elemento de Despesa	33.90.39	Outros serviços de Pessoa Jurídica
Recurso	0117	Conta Trânsito

Vigência: 30/06/2021 a 14/08/2021.

Do valor total: R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais)

Contratado: GAP ENGENHARIA E FINANÇAS LTDA – CNPJ: 21.140.440/0001-14

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY

Secretaria Municipal de Administração

Contratante

RATIFICAÇÃO DISPENSA 58/2021

Publicação N° 3130727

A Ilustríssima Senhora,
JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY

Em atenção ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), informamos Vossa Senhoria o resultado final do Processo de Dispensa de Licitação, inciso I, nº 58/2021, contratação da empresa GAP ENGENHARIA E FINANÇAS LTDA – CNPJ: 21.140.440/0001-14, com o valor total de R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais) para elaboração de projeto executivo de engenharia para pavimentação de trecho da RM 020.

Solicito a ratificação da presente decisão para posterior publicação.

Atenciosamente,

IRINEU WOITSKOVSKI JÚNIOR
Comissão Permanente de Licitações

RATIFICAÇÃO

Na qualidade de Secretária Municipal de Administração, e, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a decisão acima emanada pela Comissão Permanente de Licitações, no Processo de Dispensa de Licitação, inciso I, nº 58/2021, para contratação de da empresa GAP ENGENHARIA E FINANÇAS LTDA – CNPJ: 21.140.440/0001-14 para elaboração de projeto executivo de engenharia para pavimentação de trecho da RM 020.


Publique-se,

Campo Alegre, 30 de junho de 2021.

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA 58/2021

Publicação Nº 3130759

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE CNPJ: 83.102.749/0001-77 RUA CORONEL BUENO FRANCO, 292 C.E.P.: 89294-000 - Campo Alegre - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 58/2021 - DL
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 58/2021 Data do Processo: 30/06/2021
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A Secretária Municipal de Administração, Srª. JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 13.747 de 16 de Abril de 2021, a vista da Ata de Julgamento da Sessão exarada pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 58/2021
b) Licitação Nr.: 58/2021-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 30/06/2021
e) Data da Adjudicação: 30/06/2021 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto executivo de engenharia para pavimentação de trecho da RM 020.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	Qtde de Itens	Média Descto (%)	Total dos Itens
- 003642 - GAP - ENGENHARIA E FINANÇAS LTDA	1	0,0000	1.400,00
	1		1.400,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).


Dotação(ões): 2.023.3.3.90.39.00.00.00.00 (252) Saldo: 17.424,00

Campo Alegre, 30 de Junho de 2021.

Joceli de Souza Cothovisky - Sec. de Administração

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 41/2021

Publicação Nº 3130774

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 41/2021 - PE
	CNPJ: 83.102.749/0001-77 RUA CORONEL BUENO FRANCO, 292 C.E.P.: 89294-000 - Campo Alegre - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 41/2021 Data do Processo: 18/05/2021
		Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A Secretária Municipal de Administração, Srª. JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 13.747 de 16 de Abril de 2021, a vista da Ata de Julgamento da Sessão exarada pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 41/2021
- b) Licitação Nr.: 41/2021-PE
- c) Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
- d) Data Homologação: 16/06/2021
- e) Objeto da Licitação REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de pneus e câmaras de ar para os veículos da frota municipal.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	(em Reais R\$)		
	Qtde de Itens	Média Descto (%)	Total dos Itens
- 003496 - AUTOLUK - COMERCIO DE PNEUMATICOS E PECAS	2	0,0000	18.754,00
- 004772 - COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA	1	0,0000	33.040,00
- 005296 - GABRIEL ANDRES FLACH	6	0,0000	155.188,68
- 003780 - PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI	2	0,0000	239.460,00
	11		446.442,68

Campo Alegre, 16 de Junho de 2021.

Joceli de Souza Cothovisky - Sec. de Administração

Campo Erê

PREFEITURA

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE PRAZO PP 22/2021

Publicação Nº 3131636

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 645/2021
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2021
EXTRATO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ABERTURA

O Município de Campo Erê - SC, através de sua Prefeita Sra. Rozane Bortoncello Moreira, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO para o conhecimento dos interessados que RETIFICA O EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2021, em seu Modelo de proposta de preços (Anexo III), nos itens 19, 21, 23, 31 e 39, cujo objeto do Edital é a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PBF, CRAS, SCFV, CREAS E GESTÃO SUAS), COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO Nº 895898/2019 – PROPOSTA Nº 054252/2019, PROCESSO 71000.081767/2019-98 do MINISTÉRIO DA CIDADANIA, conforme especificado neste Edital, e, DETERMINA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E HABILITAÇÃO para o dia 19 de julho de 2021 às 08:30 horas, onde os proponentes interessados deverão protocolar seus envelopes de Proposta de Preços e Habilitação junto ao Pregoeiro Oficial do Município no Departamento de Licitações localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina. Informações pelo site: www.campoere.sc.gov.br, ou e-mail: licitacao@campoere.sc.gov.br ou pelo fone: (49) 3655 3035. Campo Erê - SC, 01/07/2021. Gilmar Fior de Medeiros – Pregoeiro Oficial // ROZANE BORTONCELLO MOREIRA - Prefeita Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL 26/2021

Publicação Nº 3131624

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 67BB46E4763CBEF3D250C268DB2619ED30C25513

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 714/2021
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2021
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pela sua Prefeita Sra. ROZANE BORTONCELLO MOREIRA, TORNA PÚBLICO que até às 08:30 horas do dia 14 de julho de 2021, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 714/2021 na modalidade de Pregão Presencial Nº 26/2021 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, para AQUISIÇÃO DE DIVISÓRIAS E PORTA DE VIDRO TEMPERADO, PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ/SC, conforme especificado neste Edital. Fundamentado na Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 7h30 às 11h30 e das 13h15 às 17h15 e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 01 de julho de 2021. Gilmar Fior de Medeiros – Pregoeiro Oficial // ROZANE BORTONCELLO MOREIRA - Prefeita Municipal.

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 52/21

Publicação Nº 3131071

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CBD025BA717CAF2E8C0FC10F6DE29DFA9E4DEC28

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE COMPRA Nº 99/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2021

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 14 de julho de 2021 às 14h30min Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PAINÉIS DE DIVISÓRIA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente.

Campos Novos, 02 de julho de 2021.

PORTARIA Nº 1362/2021

Publicação Nº 3131967

PORTARIA Nº 1362 DE 21/06/2021
EXONERA O (A) SERVIDOR (A) LUCILA FOSCARINI RIBEIRO POR APOSENTADORIA POR IDADE

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 200.076.147-4 emitido pelo Instituto Nacional de Seguridade Social,

RESOLVE :

Art. 1º - Exonerar o (a) servidor (a) LUCILA FOSCARINI RIBEIRO do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em decorrência de Aposentadoria por idade, com fundamento na alínea "b", inciso III, § 1º do art. 40 da Constituição da República Federativa do Brasil e no art. 54 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 03/2000 de 04/12/2000.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 21 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1363/2021

Publicação Nº 3131969

PORTARIA Nº 1363 de 21/06/2021
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) TAILA SAVARIS

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, por término de contrato, o (a) servidor (a) TAILA SAVARIS do cargo de CONSELHEIRA TUTELAR.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos na data de 09/04/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 21 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1364/2021

Publicação N° 3131960

PORTARIA N° 1364 DE 21/06/2021

EXONERA POR FALECIMENTO O SERVIDOR NELSON RODRIGUES DE SOUZA

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar por falecimento o servidor NELSON RODRIGUES DE SOUZA, conforme matrícula da certidão de óbito n. 106583015852 0214000622369001554602.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos na data de 01/06/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 21 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO DL 01/2021 - SOCIAL

Publicação N° 3131386

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 02CE8181146AFF3356A5DEB0B869BBDAB9CB4354

PROCESSO LICITATÓRIO N° 06/2021**DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 01/2021**

A **SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** do Município de Campos Novos-SC, Sra. **MARTA RAMOS**, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o inciso abaixo citado do art. 24 da Lei Federal n. 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório n. 06/2021, Dispensa de Licitação n. 01/2021 conforme segue:

I. DO OBJETO.

O objeto do presente processo de dispensa licitatória, consiste na contratação de empresa, para prestação de serviços de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de vale cidadania, na forma de cartão magnético, para famílias atendidas pela Assistência Social do município de Campos Novos/SC, com o fim de aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais credenciados neste Município.

II. DA JUSTIFICATIVA.

A presente solicitação tem como justificativa a necessidade superveniente da Secretaria Municipal de Habitação e Assistência Social em promover a utilização do benefício de cesta básica em formato de cartão alimentação em caráter emergencial, conforme considerações a seguir expostas.

CONSIDERANDO a Lei n. 4.650 de 17/09/2020 que define e regulamenta os benefícios eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social do município de Campos Novos;

CONSIDERANDO que a concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido pelo artigo 22 da Lei Federal nº 8.742 de 07/12/1993, denominada Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, pela Lei nº 12.435 de 06/07/2011 que complementa a Lei Orgânica da Assistência Social e pela Lei Municipal nº 4.584/2019 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social no Município;

CONSIDERANDO que o art. 14 da Lei Municipal n. 4.650, de 17 de setembro de 2020, que define e regulamenta os Benefícios Eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social do Município de Campos Novos-SC, dispõe que “*A concessão dos benefícios eventuais de que trata a*

presente lei poderá ser realizada mediante fornecimento de materiais em espécie ou por meio de cartão magnético, a critério da Secretaria Municipal de Assistência Social.”

CONSIDERANDO que benefícios eventuais são as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em situação de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade e calamidade pública;

CONSIDERANDO que o benefício eventual se destina aos cidadãos e as famílias com impossibilidade de arcar por conta própria da manutenção de seus indivíduos;

CONSIDERANDO que os produtos que compõe a cesta básica, apesar de não serem perecíveis, possuem uma data de validade estabelecida;

CONSIDERANDO que por conta da situação adversa causada pelo agravamento da pandemia do coronavírus no corrente ano, ocorrem atrasos nos fornecimentos dos alimentos que compõem a cesta básica, fazendo com que o cidadão que requereu o benefício seja prejudicado pela indisponibilidade das cestas básicas;

CONSIDERANDO o aumento significativo de aproximadamente 150% da demanda atendida relacionada ao benefício de cesta básica em meio à pandemia;

CONSIDERANDO que, no momento, a Secretaria Municipal de Assistência Social não disponibiliza de local próprio e adequado para realizar o armazenamento deste percentual elevado da demanda de alimentos que compõem as cestas básicas;

CONSIDERANDO que por conta da vulnerabilidade, os requerentes não possuem meios de fazer o transporte da cesta básica, que pesa aproximadamente 20 kg e não possuem uma rede de apoio para auxiliarem neste transporte;

CONSIDERANDO que uma parcela dos usuários é composta por idosos, pessoas com deficiência e mulheres chefes de família;

CONSIDERANDO que diante deste cenário a Secretaria Municipal de Assistência Social visa dar maior eficiência na concessão do benefício eventual de cesta básica, passando a inserir créditos em cartão magnético, conforme previu a Lei Municipal n. 4.650/2020.

CONSIDERANDO que o trabalho da Política de Assistência Social está relacionado à autonomia do cidadão, para que o mesmo possa compreender-se como um sujeito de direitos e deveres;

CONSIDERANDO a necessidade de respeito à dignidade humana, sobretudo, em um momento de risco, perdas e danos à integridade pessoal e familiar;

CONSIDERANDO que as famílias que solicitam o benefício eventual de cesta básica, possuem dentre os seus membros, cidadãos com restrições alimentares como: alergia ao glúten, crianças e adultos intolerantes à lactose, diabéticos, hipertensos, etc.

CONSIDERANDO que no caso em tela a presente dispensa de licitação pauta-se na “emergência”, pois encontra-se respaldada no seu custo temporal, uma vez que a demora no atendimento da situação pode acarretar prejuízo irreversíveis para o Município e munícipes, estando presente o interesse público que o caso reclama.

CONSIDERANDO a urgência para a prestação do referido serviço público a fim de não prejudicar os munícipes no tocante à concessão do benefício de cesta básica em forma de pecúnia.

CONSIDERANDO que o prazo da contratação emergencial será estabelecido até que seja realizado um novo certame, sendo que a emergência no caso em tela reclama solução imediata, de modo que a realização de licitação, com os prazos e formalidades que exige, pode causar prejuízo ao Município, provocando a paralisação e prejudicando a regularidade de suas atividades específicas, notadamente quanto à manutenção do fornecimento da cesta básica aos munícipes beneficiários.

CONSIDERANDO que o Vale Alimentação dos servidores do Município de Campos Novos já vem sendo operacionalizado pela empresa PERSONAL NET, através de cartão magnético denominado “Personal Card”;

CONSIDERANDO que a maioria dos estabelecimentos comerciais do Município no ramo de gêneros alimentícios estão credenciados e para receber os cartões da “Personal Card”;

CONSIDERANDO a economicidade para o Município em dar continuidade no repasse dos valores à empresa que já presta serviço análogo, através da Dispensa de Licitação e que não haverá nenhum CUSTO e/ou desembolso pelo Município e seus usuários;

Diante das considerações realizadas, justifica-se a utilização do benefício de cesta básica em formato de cartão alimentação, conforme permite o art. 14 da Lei Municipal n. 4.650/2020, considerando que o benefício visa atender com urgência as pessoas em estado de vulnerabilidade advindas da situação anormal da pandemia pelo COVID-19, e que a necessidade do Município é de interesses público e social, que devem prevalecer sobre qualquer espécie de burocracia, por isso, a necessidade de se contratar

empresa para a administração, gerenciamento, emissão e fornecimento do Vale Cidadania às famílias necessitadas.

III. RAZÃO DA ESCOLHA DO EXECUTANTE.

A escolha recaiu sobre a empresa **PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n. 09.687.900/0002-04, por ser do ramo de atividade de fornecimento dos serviços e ser a empresa que já possui relação contratual com o Poder Executivo Municipal de Campos Novos em prestação de serviço análogo, operação com o cartão alimentação aos servidores municipais, portanto, desta forma, comprova dispor de equipamentos, ampla rede credenciada e pessoal disponível para atendimento das necessidades do Município na presente situação emergencial, tendo em vista que a prestação dos serviços, ora a serem executados, apresentam dinâmica complexa, apresentando lapso temporal grande entre o ato a ser executado e a formalização do ato administrativo.

A solicitação de contratação da empresa que atualmente presta o serviço junto ao Município dá-se em razão da urgência acima explicitada e da disponibilização imediata do serviço, o que não seria possível em relação a novas empresas, da impessoalidade e isonomia dispensada à empresa que atualmente atua no Município, diante da situação emergencial e provisória instalada, a ser resolvida em breve por um novo certame, sendo a solução mais eficaz no momento.

Desta feita, considerando que o benefício emergência e/ou calamidade, visa atender com urgência às pessoas em estado de vulnerabilidade advindas da situação anormal da pandemia pelo COVID-19, e que a necessidade do Município é de interesses público e social, que devem prevalecer sobre qualquer espécie de burocracia, por isso, a necessidade de se contratar a Personal Card para a administração, gerenciamento, emissão e fornecimento do cartão do cidadão emergencial as famílias necessitadas intitulado como **“Comida na Mesa”**.

IV. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO.

No que se refere à justificativa do preço para contratação da **PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n. 09.687.900/0002-04, tem-se a economicidade para o Município em efetuar repasse de valores do Vale Cidadania por cartão

magnético, e que não haverá nenhum custo ou desembolso por parte do Município e/ou usuários pela operacionalização do repasse de valores pela executante, a qual praticará taxa zero.

E, considerando a impessoalidade da Administração, a mesma não pode esquivar-se do seu dever de ordenar a situação e dar continuidade ao atendimento à população que passa por um momento difícil e crítico, causado pelos efeitos devastadores da pandemia do CORONAVÍRUS – COVID-19 sob pena de omissão se assim não o fizer e, desta forma, restabelecer a ordem, mediante a contratação emergencial, típica e faticamente e caracterizada. Consignamos, por fim, que esta Secretaria atuou com diligência na busca por Atas de Registro de Preços com objeto da mesma natureza, contudo, nenhuma foi encontrada, restando, portanto, como alternativa à adesão, a adoção da modalidade de Dispensa de Licitação, dada a situação emergencial da contratação.

Considerando, por fim, que o Município tem a obrigação de agir, não podendo, de forma alguma, deixar de amparar e proteger as famílias em estado de necessidade, tampouco, aguardar a conclusão de um certame licitatório para tal, visto que a Lei Federal n. 8.666/93 citada inicialmente, autoriza a contratação de forma emergencial para distribuição de gêneros alimentícios, como medida para enfrentamento da referida emergência decorrentes do coronavírus.

V. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.

A presente contratação encontra respaldo no inciso IV, do art. 24, da Lei n. 8.666/93, e alterações posteriores, que dispõe o seguinte:

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

[...]

Ainda, cita-se a Portaria m. 58, de 15 de abril de 2020, que aprova a Nota Técnica nº 20/2020, que traz orientações gerais acerca da regulamentação, gestão e oferta de benefícios eventuais no contexto de enfrentamento aos impactos da pandemia da COVID-19, causada pelo novo coronavírus, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Também a Resolução CEAS/SC Nº 04 de 22 de abril de 2020, que dispõe sobre a regulamentação, concessão e cofinanciamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política Pública Estadual de Assistência Social, ressaltando o seguinte:

*Art. 13. **Para o atendimento em virtude de situação de emergência e estado de calamidade pública, o Benefício Eventual** deve assegurar, complementarmente e de forma intersetorial com as demais políticas públicas, a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia, nos termos do art. 22 da Lei 8.742, de 1993, alterada pela Lei 12.435 de 2011.*

§1º - A situação de emergência é caracterizada por alteração intensa e grave das condições em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo, parcialmente sua capacidade de resposta.

*§2º - **O estado de calamidade pública é caracterizado pela alteração intensa e grave das condições de um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo substancialmente sua capacidade de resposta.***

*Art. 18. **O CEAS/SC orienta da importância das gestões municipais priorizarem para a operacionalização da concessão dos benefícios, a utilização do cartão,** considerando a mobilidade, segurança e autonomia dos beneficiários, ou por meio do depósito identificado, cujo saque é possível mesmo sem conta bancária apresentando maior facilidade para comprovar o valor de oferta ao beneficiário.*

VI. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO.

O prazo de execução e vigência será de 180 (cento e oitenta) dias, respeitadas as disposições do inciso IV do art. 24 da Lei n. 8.666/93, ou até a conclusão e efetiva homologação de novo procedimento licitatório com este objeto.

Por fim, em atenção ao que disciplina o *caput* do art. 26 da Lei n. 8.666/93, submeto os presentes autos ao Excelentíssimo Prefeito de Campos Novos, para análise e posterior ratificação e publicação, com a consequente contratação, para que produza todos seus efeitos legais.

Campos Novos-SC 09 de junho de 2021.

MARTA RAMOS

Secretária Municipal de Assistência Social

Município de Campos Novos

PORTARIA N° 1369/2021

Publicação N° 3131958

PORTARIA N° 1369 DE 21/06/2021

**CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO
MATERNIDADE À SERVIDORA DANIELA
BALDISSERA**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora DANIELA BALDISSERA no período de 16/06/2021 A 13/10/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos a 16/06/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 21 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1374/2021

Publicação N° 3131956

PORTARIA N° 1374 DE 23/06/2021**CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO
MATERNIDADE À SERVIDORA ELIANE FATIMA DA
SILVA**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora ELIANE FATIMA DA SILVA no período de 23/06/2021 até 20/10/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 23 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1376/2021

Publicação N° 3131953

PORTARIA N° 1376 DE 25/06/2021**CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO
MATERNIDADE À SERVIDORA ALINE SOCOLOVSKI**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora ALINE SOCOLOVSKI no período de 25/06/2021 até 22/10/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1377/2021

Publicação N° 3131952

PORTARIA N° 1377 DE 25/06/2021**CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO
MATERNIDADE À SERVIDORA ANA LAURA BECKER**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora ANA LAURA BECKER no período de 25/06/2021 a 22/10/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1378/2021

Publicação N° 3131932

PORTARIA N° 1378 DE 25/06/2021**CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO (À) SERVIDOR (A)
JUAREZ TONIELLO**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao (à) servidor (a) JUAREZ TONIELLO referente ao período aquisitivo de 01/06/2016 a 30/03/2021, a serem gozadas no período de 01/06/2021 a 29/08/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos em 01/06/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1379/2021

Publicação N° 3131914

PORTARIA N° 1379 DE 25/06/2021**CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS AO (À)
SERVIDOR (A) SOLANGE APARECIDA NOHATTO**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença sem vencimentos ao (à) servidor (a) SOLANGE APARECIDA NOHATTO no período de 22/06/2021 até 21/06/2023.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos a 22/06/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1380/2021

Publicação Nº 3131709

PORTARIA Nº 1380 DE 25/06/2021**CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO (À) SERVIDOR (A)
OTACIR MARCIANO**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao (à) servidor (a) OTACIR MARCIANO referente ao período aquisitivo de 01/01/2011 a 30/12/2015, a serem gozadas no período de 01/06/2021 a 29/08/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos em 01/06/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1381/2021

Publicação N° 3131726

PORTARIA N° 1381 DE 25/06/2021**CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO (À) SERVIDOR (A)
ITAESE DE FATIMA DEON**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao (à) servidor (a) ITAESE DE FATIMA DEON referente ao período aquisitivo de 01/01/2016 a 30/12/2021, a serem gozadas no período de 01/06/2021 a 29/08/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos a 01/06/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1382/2021

Publicação N° 3131765

PORTARIA N° 1382 DE 25/06/2021**CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO (À) SERVIDOR (A)
MARLEN ANGELA FORGIARINI**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao (à) servidor (a) MARLEN ANGELA FORGIARINI referente ao período aquisitivo de 01/01/2011 a 31/12/2015, a serem gozadas no período de 01/06/2021 a 29/08/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos a 01/06/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1383/2021

Publicação N° 3131717

PORTARIA N° 1383 DE 25/06/2021**CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO (À) SERVIDOR (A)
MERCEDES APARECIDA TESKE DUARTE**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao (à) servidor (a) MERCEDES APARECIDA TESKE DUARTE referente ao período aquisitivo de 28/03/2011 a 28/03/2016, a serem gozadas no período de 07/06/2021 a 04/09/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos a 07/06/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1384/2021

Publicação N° 3131723

PORTARIA N° 1384 DE 25/06/2021**CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO (À) SERVIDOR (A)
VILMA PADILHA MECABO**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao (à) servidor (a) VILMA PADILHA MECABO referente ao período aquisitivo de 01/01/2016 a 30/12/2020, a serem gozadas no período de 07/06/2021 a 04/09/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos a 07/06/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1385/2021

Publicação N° 3131632

PORTARIA N° 1385 DE 25/06/2021**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) MARCIA ELIZA CANALI KAIPER**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 15 (quinze) dias ao (à) servidor (a) MARCIA ELIZA CANALI KAIPER referente ao período aquisitivo de 10/06/2019 a 09/06/2020 a serem gozadas no período de 03/05/2021 a 17/05/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos em 03/05/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1386/2021

Publicação Nº 3131645

PORTARIA Nº 1386 DE 25/06/2021**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) MARILEI DE FATIMA MACHADO**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 15 (quinze) dias ao (à) servidor (a) MARILEI DE FATIMA MACHADO referente ao período aquisitivo de 20/05/2020 a 19/05/2021 a serem gozadas no período de 20/04/2021 a 04/05/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos em 20/04/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1387/2021

Publicação N° 3131641

PORTARIA N° 1387 DE 25/06/2021**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) DANIELA BELLI**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 15 (quinze) dias ao (à) servidor (a) DANIELA BELLI referente ao período aquisitivo de 01/04/2019 a 31/03/2020 a serem gozadas no período de 05/07/2021 a 04/08/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, postergando seus efeitos em 05/07/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1388/2021

Publicação Nº 3131649

PORTARIA Nº 1388 DE 25/06/2021**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) MARCIA TOLOMEOTTI**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 15 (quinze) dias ao (à) servidor (a) MARCIA TOLOMEOTTI referente ao período aquisitivo de 13/02/2020 a 12/02/2021 a serem gozadas no período de 01/07/2021 a 15/07/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, postergando seus efeitos em 01/07/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1389/2021

Publicação N° 3131652

PORTARIA N° 1389 DE 25/06/2021**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) LENIR ALVES PINTO**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 15 (quinze) dias ao (à) servidor (a) LENIR ALVES PINTO referente ao período aquisitivo de 21/03/2018 a 20/03/2019 a serem gozadas no período de 01/07/2021 a 15/07/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, postergando seus efeitos em 01/07/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1391/2021

Publicação N° 3131625

PORTARIA N° 1391 DE 25/06/2021

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) JUCIMAR FERREIRA

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares ao (à) servidor (a) JUCIMAR FERREIRA referente ao período aquisitivo de 01/04/2017 a 31/03/2018 a serem gozadas no período de 05/07/2021 a 05/08/2021 convertendo 1/3 (um terço) em dinheiro, conforme art. 100 § 5º da Lei Complementar nº 03/2000.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, postergando seus efeitos em 05/07/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1392/2021

Publicação N° 3131620

PORTARIA N° 1392 DE 25/06/2021**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) RENATO COLLET METZ**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares ao (à) servidor (a) RENATO COLLET METZ referente ao período aquisitivo de 01/03/2019 a 29/02/2020 a serem gozadas no período de 01/07/2021 a 20/07/2021 convertendo 1/3 (um terço) em dinheiro, conforme art. 100 § 5º da Lei Complementar nº 03/2000.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, postergando seus efeitos em 01/07/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1393/2021

Publicação N° 3131626

PORTARIA N° 1393 DE 25/06/2021**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) ANTONIO JESUS VIATER**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares ao (à) servidor (a) ANTONIO JESUS VIATER referente ao período aquisitivo de 01/03/2018 a 28/02/2019 a serem gozadas no período de 01/07/2021 a 20/07/2021 convertendo 1/3 (um terço) em dinheiro, conforme art. 100 § 5º da Lei Complementar nº 03/2000.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, postergando seus efeitos em 01/07/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1394/2021

Publicação N° 3131630

PORTARIA N° 1394 DE 25/06/2021**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) EDENILSON PATRICK MORESCO**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares ao (à) servidor (a) EDENILSON PATRICK MORESCO referente ao período aquisitivo de 01/03/2017 a 28/02/2018 a serem gozadas no período de 01/06/2021 a 30/06/2021 convertendo 1/3 (um terço) em dinheiro, conforme art. 100 § 5º da Lei Complementar nº 03/2000.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos em 01/06/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1395/2021

Publicação N° 3131894

PORTARIA N° 1395 DE 25/06/2021

**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) EDMILSON ANTONIO MARTINS DE
SOUZA**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) EDMILSON ANTONIO MARTINS DE SOUZA referente ao período aquisitivo de 01/12/2019 a 30/11/2020 a serem gozadas no período de 05/07/2021 a 04/08/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, postergando seus efeitos em 05/07/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1396/2021

Publicação N° 3131702

PORTARIA N° 1396 DE 25/06/2021**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) DARCY ANTUNES DE GODOY**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) DARCY ANTUNES DE GODOY referente ao período aquisitivo de 12/06/2014 a 11/06/2015 a serem gozadas no período de 01/07/2021 a 30/07/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, postergando seus efeitos em 01/07/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1397/2021

Publicação Nº 3131699

PORTARIA Nº 1397 DE 25/06/2021**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) JOAO PEDRO KEMER**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) JOAO PEDRO KEMER referente ao período aquisitivo de 01/06/2020 A 31/05/2021 a serem gozadas no período de 01/06/2021 A 30/06/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos em 01/06/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1398/2021

Publicação N° 3131694

PORTARIA N° 1398 DE 25/06/2021**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) MARIA JORDETE VARELA PEIXOTO**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) MARIA JORDETE VARELA PEIXOTO referente ao período aquisitivo de 11/03/2018 a 10/03/2019 a serem gozadas no período de 07/06/2021 a 06/07/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos em 07/06/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1399/2021

Publicação N° 3131687

PORTARIA N° 1399 DE 25/06/2021**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) JUCEMAR RAMOS FERREIRA**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) JUCEMAR RAMOS FERREIRA referente ao período aquisitivo de 13/09/2019 a 12/09/2020 a serem gozadas no período de 01/07/2021 a 30/07/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, postergando seus efeitos em 01/07/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1400/2021

Publicação N° 3131678

PORTARIA N° 1400 DE 25/06/2021**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) THEMIS APARECIDA DE ALMEIDA
PEDROSO ROSSI**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) THEMIS APARECIDA DE ALMEIDA PEDROSO ROSSI referente ao período aquisitivo de 01/05/2020 a 30/04/2021 a serem gozadas no período de 05/07/2021 a 03/08/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, postergando seus efeitos em 05/07/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1401/2021

Publicação N° 3131685

PORTARIA N° 1401 DE 25/06/2021**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) LOURDES ANTUNES LINS**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) LOURDES ANTUNES LINS referente ao período aquisitivo de 01/01/2020 a 31/12/2020 a serem gozadas no período de 19/07/2021 a 17/08/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, postergando seus efeitos em 19/07/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1402/2021

Publicação N° 3131901

PORTARIA N° 1402 DE 25/06/2021**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) SUSANA APARECIDA DE OLIVEIRA**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) SUSANA APARECIDA DE OLIVEIRA referente ao período aquisitivo de 02/06/2019 a 01/06/2020 a serem gozadas no período de 09/06/2021 a 08/07/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos em 09/06/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1403/2021

Publicação Nº 3131904

PORTARIA Nº 1403 DE 25/06/2021**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) CARLA DENISE GARBIN**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) CARLA DENISE GARBIN referente ao período aquisitivo de 02/02/2018 a 01/02/2019 a serem gozadas no período de 01/07/2021 a 30/07/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, postergando seus efeitos em 01/07/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1404/2021

Publicação Nº 3131907

PORTARIA Nº 1404 DE 25/06/2021**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) MARCOS RODRIGUES**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) MARCOS RODRIGUES referente ao período aquisitivo de 01/03/2019 a 29/02/2020 a serem gozadas no período de 01/06/2021 a 30/06/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos em 01/06/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1405/2021

Publicação N° 3131909

PORTARIA N° 1405 DE 25/06/2021

**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) MARIA EDUARDA SCHEIDT
FERNANDES**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) MARIA EDUARDA SCHEIDT FERNANDES referente ao período aquisitivo de 02/04/2020 a 01/04/2021 a serem gozadas no período de 01/07/2021 a 30/07/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, postergando seus efeitos em 01/07/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1406/2021

Publicação N° 3131912

PORTARIA N° 1406 DE 25/06/2021**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) MIRIAN MACHADO DIAS**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) MIRIAN MACHADO DIAS referente ao período aquisitivo de 01/04/2020 a 31/03/2021 a serem gozadas no período de 19/07/2021 a 17/08/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, postergando seus efeitos em 19/07/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1407/2021

Publicação N° 3131773

PORTARIA N° 1407 DE 25/06/2021**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) CATIANE STEFANES SANTOS**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) CATIANE STEFANES SANTOS referente ao período aquisitivo de 01/03/2020 a 28/02/2021 a serem gozadas no período de 25/05/2021 a 23/06/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos em 25/05/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1408/2021

Publicação N° 3131781

PORTARIA N° 1408 DE 25/06/2021**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) VANESSA APARECIDA TORRES**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) VANESSA APARECIDA TORRES referente ao período aquisitivo de 01/03/2019 a 29/02/2020 a serem gozadas no período de 28/06/2021 a 13/07/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, postergando seus efeitos em 28/06/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1409/2021

Publicação N° 3131786

PORTARIA N° 1409 DE 25/06/2021**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) CLARICE RODRIGUES ARRUDA**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) CLARICE RODRIGUES ARRUDA referente ao período aquisitivo de 01/02/2019 a 31/01/2020 a serem gozadas no período de 01/07/2021 a 30/07/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, postergando seus efeitos em 01/07/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1410/2021

Publicação N° 3131770

PORTARIA N° 1410 DE 25/06/2021**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) JURANDIR RODRIGUES DE OLIVEIRA**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) JURANDIR RODRIGUES DE OLIVEIRA referente ao período aquisitivo de 16/06/2020 a 15/06/2021 a serem gozadas no período de 01/07/2021 a 30/07/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, postergando seus efeitos em 01/07/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1411/2021

Publicação N° 3131789

PORTARIA N° 1411 DE 25/06/2021**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) JOAO CELSO LOURENCO**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) JOAO CELSO LOURENCO referente ao período aquisitivo de 02/04/2020 a 01/04/2021 a serem gozadas no período de 01/06/2021 a 30/06/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos em 01/06/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1412/2021

Publicação N° 3131671

PORTARIA N° 1412 DE 25/06/2021**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) CLARICE APARECIDA FAGUNDES**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) CLARICE APARECIDA FAGUNDES referente ao período aquisitivo de 21/02/2018 a 20/02/2019 a serem gozadas no período de 28/06/2021 a 27/07/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, postergando seus efeitos em 28/06/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1414/2021

Publicação N° 3131713

PORTARIA N° 1414 DE 25/06/2021**CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
AO (À) SERVIDOR (A) CLAUDIA MARIA SCHALY**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para Tratamento de Saúde, a partir do dia 28/06/2021, ao (à) servidor (a) CLAUDIA MARIA SCHALY.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, postergando seus efeitos em 28/06/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N°1390/2021

Publicação N° 3131606

PORTARIA N° 1390 DE 25/06/2021**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A)
SERVIDOR (A) DIONEI MACHADO**

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias Regulamentares ao (à) servidor (a) DIONEI MACHADO referente ao período aquisitivo de 01/06/2020 a 28/02/2021 a serem gozadas no período de 01/06/2021 a 30/06/2021 convertendo 1/3 (um terço) em dinheiro, conforme art. 100 § 5º da Lei Complementar nº 03/2000.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos em 01/06/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 25 de junho de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 07/2021**

Publicação Nº 3131540

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS**

Rua Coronel Lucidoro, 1301
Fone: (49) 3541-0599
89620-000 - Campos Novos - Santa Catarina

RESOLUÇÃO Nº 7/2021

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

CLASSIFICAÇÃO INICIAL DA CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021 DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS/SC.

Classificação inicial do Edital de Chamada Pública, **Nº 01/2021 - Classificados:**

Ordem classificação	Nome	Ensino Médio	3º Grau	Tempo Serviço	Cursos	Total	Tempo Total	Serviço
1	Lucimar Teske França	2	2	3	3	10	19 anos 1 mês	
2	Andreia Becker	2	2	3	3	10	14 anos 1 mês	
3	Franciele Won Muller	2	2	3	3	10	12 anos e 9 meses	
4	Mariza Aparecida Camargo Dores	2	2	3	3	10	4 anos	
5	Marília Fagundes	2	2	3	3	10	3 anos 10 meses	
6	Caroline Angela de Almeida	2	2	3	3	10	3 anos e 2 meses	
7	Cinthia Regina Bittencourt	2	2	2	3	9	2 anos 7 meses	
8	Antonio de Oliveira	2	0	3	3	8	19 anos 10 meses	
9	Emanuelle Bosi	2	2	3	1	8	19 anos 9 meses	
10	Geovane Belli Castilho Pereira	2	2	3	1	8	16 anos 10 meses	
11	Jeferson Carvalho da Silva	2	0	3	3	8	9 anos 8 meses	
12	Elizete da Silva Lessi Pinheiro	2	0	3	3	8	6 anos 11 meses	
13	Marlene Cruz da Silva	2	2	3	1	8	6 anos 2 meses	
14	Rafaela Aparecida Zangalette	2	2	3	1	8	5 anos 7 meses	
15	Fernanda Adriela Bauer	2	0	3	3	8	4 anos 3 meses	
16	Jheniffer Ferreira da Silva	2	2	3	1	8	3 anos 6 meses	
17	Ana Kelly Pielak	2	0	3	3	8	3 anos	
18	Elizandra Vitoria Bleichwel	2	2	1	3	8	1 ano e 10 meses	
19	Junior Cesar Alves de Goes	2	2	1	3	8	1 ano 5 meses	
20	Juliane Silva Radel	2	2	1	3	8	1 ano	
21	Jhane Paganini de Mattos	2	2	3	0	7	12 anos e 5 meses	
22	Vanessa Aparecida da Silva	2	0	3	2	7	9 anos 5 meses	
23	Ana Paula Camargo	2	0	3	1	6	7 anos e 11 meses	
24	Marina Boeira Thibes de Campos	2	0	3	2	7	4 anos 1 mês	
25	Luiz Carlos Gomes Ferreira	2	2	3	0	7	3 anos 8 meses	
26	Daiely Somoní das Chagas Damasio	2	2	3	0	7	3 anos 1 mês	
27	Cristiane de Souza Neto da Silva	2	2	1	2	7	1 ano 6 meses	
28	Amanda Vitoria Demetrio	2	2	0	3	7	0	
29	Karina da Almeida Bruse Bresola	2	0	3	1	6	19 anos 9 meses	
30	Leticia Grassmann Dallacosta	2	0	3	1	6	3 anos	

e-mail: administrativo@camaracampsnovos.sc.gov.br
 www.camaracampsnovos.sc.gov.br



Este documento é cópia do original assinado digitalmente. Para conferir o original, acesse o site www.legislaor.com.br/verifica, informe o código: 241#36#2#4#7#2021#1#0#0#1



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS

Rua Coronel Lucidoro, 1301

Fone: (49) 3541-0599

89620-000 - Campos Novos - Santa Catarina

31	Maiara Vezaro de Oliveira	2	2	2	0	6	2 anos e 9 meses
32	Leticia Thibes Carniel	2	0	2	2	6	2 anos 2 meses
33	Nadine Doná Marchi	2	2	2	0	6	2 anos
34	Brenda da Silva	2	0	1	3	6	1 ano 11 meses
35	Tatiana Aparecida Padilha Bilck	2	0	1	3	6	1 ano 1 mês
36	Simone Raquel Dias	2	2	0	2	6	0
37	Gisele de Lima	2	0	3	0	5	8 anos
38	Mariana Aparecida do Prado	2	0	3	0	5	3 anos 2 meses
39	Leticia Lourenço Weber	2	0	0	3	5	11 meses
40	Noemi Bernadete Moreira de Melo Oliveira	2	0	0	3	5	0
41	Felipe Sebastião de Souza	2	0	0	3	5	0
42	Selena Aparecida Leffer Gomes Pinto	2	0	0	3	5	0
43	Camile Savaris	2	0	0	3	5	0

Classificação inicial do Edital de Chamada Pública, N° 01/2021 - Não Classificados:

Nome	Ensino Médio	3º Grau	Tempo Serviço	Curso s	Total	Tempo Serviço Total
Rosana de Souza Thibes Amorin	2	2	0	0	4	0
João Batista dos Santos Varela	2	0	0	2	4	0
Iulli Fatima Esteves Pereira	2	2	0	0	4	0
Gabriel Antunes Zoldan	0	0	1	2	3	1 ano 1 mês
Ana Iva Silveira	0	0	0	3	3	0
Cristiane Regina Ferreira dos Santos	2	0	0	1	3	0
Cintia Maiara de Carvalho	2	0	0	1	3	0
Mirelle Arruda de Souza	2	0	0	0	2	11 meses
Leonardo Henrique Pires	2	0	0	0	2	0
Marcia Aparecida Zambon	2	0	0	0	2	0
Tabata Cristina Ribeiro	2	0	0	0	2	0
Aristilene da Costa do Amaral	2	0	0	0	2	0
Larissa da Silva	2	0	0	0	2	0
Luana Moraes de Campos	2	0	0	0	2	0

Classificação inicial do Edital de Chamada Pública, N° 01/2021 - Inscrições Indeferidas:

Nome
Alice Calegari
Phaola Garcia dos Santos

Campos Novos, 01 de julho de 2021.

Marciano Dalmolin
Presidente da Mesa

e-mail: administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br
www.camaracamposnovos.sc.gov.br



Este documento é cópia do original assinado digitalmente. Para conferir o original, acesse o site www.legislador.com.br/verifica, informe o código: 2#1#36#2#4#7#2021#1#0#0#1

SAMAE - CAMPOS NOVOS**PORTARIA 101/2021**

Publicação Nº 3131692

PORTARIA SAMAE CNO 101/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Conceder férias ao servidor JAIR DA SILVA LESSE, Encanador, Padrão 5.1.H, 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 04/04/20 a 03/01/21, para serem gozadas de 21/06/2021 a 20/07/2021.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE**PORTARIA 102/2021**

Publicação Nº 3131697

PORTARIA SAMAE CNO 102/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Conceder férias ao servidor FLÁVIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA, Encanador, Padrão 5.1, 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02/09/19 a 01/09/20, para serem gozadas de 01/07/2021 a 30/07/2021.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE**PORTARIA 103/2021**

Publicação Nº 3131705

PORTARIA SAMAE CNO 103/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Conceder férias ao servidor ALTAMIR BOFF, Operador de E.T.A./E.T.E., Padrão 7.3.L, 20 (vinte) dias, referente ao período aquisitivo de 01/06/20 a 31/05/21, para serem gozadas de 05/07/2021 a 24/07/2021.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE**PORTARIA 104/2021**

Publicação Nº 3131711

PORTARIA SAMAE CNO 104/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Conceder férias ao servidor MÁRIO LUIZ PEGORARO, Engenheiro, Padrão 10.1, 20 (vinte) dias, referente ao período aquisitivo de 02/09/19 a 01/09/20, para serem gozadas de 05/07/2021 a 24/07/2021.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE

PORTARIA 105/2021

Publicação Nº 3131718

PORTARIA SAMAE CNO 105/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Conceder férias ao servidor ALTAMIR BOFF, Operador de E.T.A./E.T.E., Padrão 7.3.L, 20 (vinte) dias, referente ao período aquisitivo de 01/06/20 a 31/05/21, para serem gozadas de 05/07/2021 a 24/07/2021.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE

PORTARIA 106/2021

Publicação Nº 3131721

PORTARIA SAMAE CNO 106/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Conceder férias ao servidor DANIANI ELVES COLOMBO, Auxiliar de Operações, Padrão 3.1.E, 20 (vinte) dias, referente ao período aquisitivo de 02/07/19 a 01/07/20, para serem gozadas de 05/07/2021 a 24/07/2021.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

2845/2021

Publicação Nº 3130504

DECRETO Nº 2.845, DE 25 de JUNHO DE 2021.

Altera os artigos 1º e 5º do Decreto nº 2.829, de 09 de junho de 2021, que declarou em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência no Município de Canelinha, afetado por enxurradas, deslizamentos e inundações bruscas, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de CANELINHA, DIOGO FRANCISCO ALVES MACIEL, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 70, XVIII, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, na Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, no Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e demais disposições legais, e ainda;

CONSIDERANDO a constância das fortes chuvas, deslizamentos e a inundação brusca ocorrida no dia 8 de junho de 2021, atingindo a área urbana e rural do Município;

CONSIDERANDO o parecer da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil do Município de Canelinha – COMDEC, relatando que a ocorrência deste desastre é propícia a declaração de situação de emergência;

CONSIDERANDO que existem diversas pessoas desabrigadas e ruas intransitáveis;

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à incolumidade pública;

CONSIDERANDO que resultaram danos humanos e materiais; assim como prejuízos econômicos públicos e privados, DECRETA:

Art. 1º Altera os artigos 1º e 5º do Decreto nº 2.829, de 09 de junho de 2021, suprimindo o parágrafo único destes dispositivos, e acrescenta o art. 6º, passando a vigorarem da seguinte forma:

“Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal e caracterizada como Situação de Emergência no Município de Canelinha, nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Tempestade Local/Convectiva - chuvas intensas – COBRADE 1.3.2.1.4, conforme IN/MDR nº 36 de 12/2020.

Art. 5º Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canelinha/SC, 25 de junho de 2021.

Diogo Francisco Alves Maciel
Prefeito Municipal

PL 078/PMC/2021 - DISP 014/PMC/2021

Publicação Nº 3130994

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO 078/PMC/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/PMC/2021

OBJETO: A Dispensa de Licitação tem por objeto, a aquisição de materiais de proteção e segurança para instalação em creches e escolas da rede municipal de ensino de Canelinha, de acordo com especificações e quantidades descritas no Edital.

CONTRATADA: NATALICIO SABINO

VALOR DO CONTRATO: R\$ 16.373,20,00 (dezesesseis mil trezentos e setenta e três reais e vinte centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa a licitação, com fundamento no inciso XIII do artigo 24, da Lei nº. 8.666/93. Canelinha, 26 de maio de 2021. Fernanda Dias Jacintho - Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Juventude.

PL 079/PMC/2021 - DISP 015/PMC/2021

Publicação Nº 3131924

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO 079/PMC/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/PMC/2021

OBJETO: A Dispensa de Licitação tem por objeto, a contratação de Seguro Patrimonial para escolas, creches e Polo UAB da rede municipal de ensino de Canelinha, de acordo com especificações e quantidades descritas no Edital.

CONTRATADA: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A

VALOR DO CONTRATO: R\$ 8.330,00 (oito mil trezentos e trinta reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa a licitação, com fundamento no inciso XIII do artigo 24, da Lei nº. 8.666/93. Canelinha, 26 de maio de 2021. Fernanda Dias Jacintho - Secretária de Educação, Cultura, Esportes e Juventude.

Capinzal

PREFEITURA

DECRETO Nº 060/2021

Publicação Nº 3131236

DECRETO No 060, DE 28 DE JUNHO DE 2021.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 14 da Lei Municipal no 3.388, de 3 de dezembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificadas:

0701.17.511.0165.2087	PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DEPOÇOS ARTESIANOS	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-290	Aplicações Diretas	1024	55	R\$	50.000,00
	Total	1024	55	R\$	50.000,00

Art. 2º Servirá de recursos para abertura do crédito de que trata o art. 1º do presente Decreto, na forma do disposto no inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei federal no 4.320, de 1964, o excesso de arrecadação apurado nos meses de janeiro e junho do corrente exercício, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na fonte de recursos 1.024 "Transferências de Convênios - Outros", na destinação 55 "Transferências de Convênios do Estado" da unidade gestora Prefeitura Municipal de Capinzal, na forma do demonstrativo em anexo e quadro a seguir.

Demonstrativo do Excesso de Arrecadação

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Excesso de Arrecadação – Transferências de Convênios – Outros	1024	55	R\$	50.000,00
Total	1024	55	R\$	50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 28 de junho de 2021

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 025/2021 - ASSISTENTE SOCIAL

Publicação Nº 3131094

EDITAL Nº 025, DE 01 DE JULHO DE 2021

Estabelece normas para a chamada pública de Assistente Social destinada a prover vaga temporária de excepcional interesse público na Secretaria da Assistência Social, durante o ano de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de setembro de 1999 e 3.149, de 30 de outubro de 2014,

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da Secretaria Municipal da Assistência Social, e;

Considerando o esgotamento das listas de aprovados no processo seletivo originado pelo Edital 039/2018;

Torna público os procedimentos para a chamada pública para o cargo de Assistente Social, para trabalhar na Secretaria da Assistência Social, no ano de 2021, em substituição a titular da vaga, que está em Licença Maternidade.

1. DAS VAGAS

1.

Assistente Social	01 vaga	30 horas	R\$ 3.051,14
-------------------	---------	----------	--------------

2. DOS PROCEDIMENTOS

2.1 Os candidatos interessados poderão encaminhar os documentos abaixo relacionados à Diretoria de Recursos Humanos, na Prefeitura

Municipal de Capinzal, sito à Rua Carmelo Zocoli, 155, Centro, ou pelo seguinte e-mail: rh@capinzal.sc.gov.br, no período de 05 a 15 de julho de 2021, no horário das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h:

- a) RG, CPF;
- b) diploma de conclusão de Ensino Superior na área de Assistente Social e registro no órgão fiscalizador;
- c) especialização em nível de Pós Graduação na área, se possuir;
- d) tempo de serviço, se possuir, devidamente comprovado em Carteira de Trabalho ou por meio de certidão de tempo de serviço emitida pelo órgão empregador, com a discriminação do tempo de serviço em anos, meses e dias;
- e) cursos na área de Serviço Social, dos últimos cinco anos, se possuir.

1.2 A Diretoria de Recursos Humanos divulgará o resultado no dia 19 de julho de 2021, às 9h, no site da Prefeitura Municipal de Capinzal.

1.3 Os candidatos terão o seguinte prazo para ingressar com recurso quanto ao resultado: das 9h do dia 19 de julho até às 9h do dia 20 de julho, podendo ser feito de maneira presencial, no endereço da Prefeitura de Capinzal, na Rua Carmelo Zocoli, 155, Centro; ou pelo e-mail rh@capinzal.sc.gov.br.

1.4 A escolha de vagas será realizada no dia 21 de julho de 2021, às 9h, nas dependências da Diretoria de Recursos Humanos - os candidatos que forem classificados e convocados para a vaga e não estiverem presentes neste horário ou não forem representados por um procurador, serão automaticamente desclassificados.

3. CLASSIFICAÇÃO

3.1 Serão obedecidos os seguintes critérios de classificação:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
Especialização em nível de Pós Graduação	5,0
Cursos na área de Serviço Social	0,5
Tempo de serviço na função – a cada mês	1,0

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

FMS CONTRATO 0043/2021 - CONGREGAÇÃO DAS SERVAS DE MARIA REPARADORAS – HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES DE CAPINZAL/SC

Publicação Nº 3131418

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

<p>Contrato Nº.: 0043/2021 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL Contratada...: CONGREGACAO DAS SERVAS DE MARIA REPARADORAS Valor : 240.000,00 (duzentos e quarenta mil e reais) Vigência : Início: 25/06/2021 Término: 31/12/2021 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 24/2021 Processo_Licitatório....: 00035 / 2021 Objeto : Contratação da Instituição Hospital Nossa Senhora das Dores, inscrita no CNPJ 33.789.850/0007-65, com sede na Rua Wilson Bordin, nº 48, centro, em Capinzal/SC, conforme Lei nº 3.403, de 27 de maio de 2021, para atendimento/triagem de pacientes com sintomas de COVID-19, no horário das 20:00 h até as 08:00h. Com Recursos Próprios</p>	
Capinzal, 25 de Junho de 2021	

Catanduvas

PREFEITURA

PORTARIA 10325/2021

Publicação Nº 3130420

PORTARIA P/10325/2021 de 01/07/2021.

"Nomeia temporariamente,
LUCAS RAMON SARTORI"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e com amparo no artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 9º, I e seguintes, da lei Complementar Municipal nº 19/02, Edital 002/2019 e Homologação de resultado final, de 13 de setembro de 2019.
RESOLVE

NOMEAR, temporariamente LUCAS RAMON SARTORI para o Cargo de Engenheiro Civil, Nível CE- 811-A, 20 horas semanais, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 01 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

Catanduvas, 01 de julho de 2021.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: NÍHIL

PORTARIA 10326/2021

Publicação Nº 3130436

PORTARIA P/10326/2021, de 01.07.2021

"Exonera, antes do termo final de contratação temporária, DIONETE FERRARI"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal em exercício, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 38, I, da Lei Complementar Municipal nº 19/02, de 04.01.2002,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido do (a) Servidor (a) DIONETE FERRARI, ocupante do Cargo AGENTE DE SAÚDE E COMBATE A ENDEMIAS, Nível CE21-A, 40 horas semanais, contratado (a) em caráter excepcional, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde.

Este ato tem seus efeitos a partir da data de 01 de julho de 2021, quando o (a) Servidor (a) deixa de exercer suas funções.

Catanduvas, 01 de julho de 2021.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/10095/2020

PORTARIA 10327-2021

Publicação Nº 3132389

PORTARIA P/10327/2021 de 01.07.20201

Prorroga licença para tratar de interesses particulares à CELSO RIBEIRO DE FREITAS.

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e na forma do art. 102, da Lei Complementar nº 19/02,

RESOLVE

PRORROGAR, atendendo pedido do(a) interessado(a), Licença para tratar de Interesses Particulares ao Funcionário(a) CELSO RIBEIRO DE FREITAS, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Maquinas Agrícolas e Rodoviárias, Nível CE-56A, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura, pelo prazo de mais 02 (dois) anos.

Início da licença:
01 de julho de 2021

Término da licença:
30 de junho de 2023

Catanduvas, 01 de julho de 2021.

Dorival Ribeiro Dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/7922/19

PORTARIA 10328-2021

Publicação Nº 3132398

PORTARIA P/10328/2021, de 01.07.2021
"Nomeia para Cargo em Comissão,
ADRIANO DE OLIVEIRA"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do inciso II, do artigo 9º da Lei Complementar 19/02, combinado com a Lei Complementar 16/01, de 17 de dezembro de 2001 e Lei Complementar 130/16 de 23 de agosto de 2016.
RESOLVE

NOMEAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, ADRIANO DE OLIVEIRA, para as funções do Cargo em Comissão de Responsável Clínico, Nível CC-06A, com (20:00 horas semanais, do Hospital Municipal Nossa Senhora do Perpetuo Socorro no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde, com os vencimentos de lei.

Este ato tem efeitos a partir da presente data, quando o nominado Servidor passa a exercer essas funções.

Catanduvas, 01 de julho de 2021.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior: P/10312/2021.

PORTARIA 10329-2021

Publicação Nº 3132399

Portaria nº 10329/2021, 05 de junho de 2021.
"Autoriza os servidores relacionados a guiar veículos oficiais do Município e da outras providências."

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe confere os incisos II e; VIII do artigo 103 da lei Orgânica do Município de Catanduvas,

RESOLVE :

Art. 1º Autorizar LUIZ FERNANDO DE DEUS E SILVA, a guiar veículos oficiais do Município, devendo os servidores observar o que dispõe o Decreto nº 2366/2018 de 07 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revigora-se as disposição em contrário.

Catanduvas, 01 de julho de 2021.
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito de Catanduvas

PORTARIA10330/2021

Publicação N° 3132384

PORTARIA P/10330/2021 de 01.07.2021.

"Prorroga por prazo determinado, contratação de Servidores Temporários que especifica".

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Art. 2º, VII, da Lei nº 2.255/10, de 28 abril de 2010;

RESOLVE

PRORROGAR, por imperativa necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, a contratação do servidor VANDERLEI ROZA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível CE21A, 40 horas semanais, em caráter excepcional e por prazo determinado, na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Este ato prorroga o período de contratação constante na Portaria anterior nº P/ 10238/2021, de 01.03.2021, elevando-a até 20.12.2021.

Catanduvas, 01 de julho de 2021.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Ato Anterior P/ 10238/2021

Caxambu do Sul

PREFEITURA

CONTRATO Nº 045-2021 PCS - LIZITEC TELECOMUNICAÇÕES

Publicação Nº 3130871

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 81E0F8CE8BAF32332F8DE3E5DCD2F570DAC9CF7D

CONTRATO Nº 045/2021 PCS

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL E A EMPRESA LIZITEC TELECOMUNICAÇÕES EIRELI OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE INTERNET VIA FIBRA ÓTICA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

O Município de Caxambu do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, com sede administrativa na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, representado pela Sra. Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Sra. Saiane Burtet do Amaral, por meio do Decreto Municipal n. 064/2021 o qual delegou competências e atribuições, conforme parágrafo II, do art. 2º, para autorizar abertura de procedimentos licitatórios, assinatura de editais de licitação, ratificação de justificativa de contratação por inexigibilidade ou dispensa de licitação e decisão de recursos administrativos previstos no artigo 109 da Lei nº 8.666/93, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado a empresa LIZITEC TELECOMUNICAÇÕES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.801.871/0001-28, com sede na Rua Condá, 1825-D, Bairro Universitário, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, CEP 89.812-201, neste ato representada pelo seu Administrador, Sra ELIETE MARCHIORO, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.260.904, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer internet via fibra ótica para o Município de Caxambu do Sul, contemplando link IP 100 MB, com garantia mínima de 99% da banda contratada, com entrega do link em tecnologia de fibra ótica Banda IP 100/50 MB.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE FORNECIMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se fornecer internet via fibra ótica para o Município de Caxambu do Sul da seguinte forma:

2.1.2. Supervisionar, através de monitoramento permanente, bem como a identificação e correção de falhas.

2.1.3. Os equipamentos de acesso deverão ser instalados e configurados nos endereços, pré-estabelecidos.

2.1.4. O acesso físico, do ponto de presença da proponente até os locais indicados pelo Município de Caxambu do Sul deverá ser efetuado por meio de fibra ótica.

2.1.5. A Contratada não poderá implementar nenhum tipo de filtro de pacotes que possa incidir sobre o tráfego originado ou destinado ao Município de Caxambu do Sul, nem implementar nenhum tipo de cachê transparente, a menos que tenha concordância da contratante através de documento.

2.1.6. A disponibilidade do serviço deve ser de 60,00% (sessenta por cento).

2.1.8. O tempo de indisponibilidade deverá ser cronometrado a partir da comunicação do problema à central de suporte da Contratada. As paradas para manutenção preventiva deverão ser previamente agendadas com 12 (doze) horas de antecedência.

2.1.9. A contratada disponibilizará uma Central de Serviço para o registro de reclamações. Para tanto a central de Serviço da Contratada deverá operar 24 horas por dia, todos os dias do ano.

2.1.10. O atraso de pacotes admitido no acesso, isto é, entre o roteador nas instalações da contratante até o backbone da contratada, não poderá ser maior que 80ms, considerando uma taxa de ocupação maior que 90%. Este atraso é o tempo de ida e volta de um pacote ao longo de todo o circuito. Isto também indica se a qualidade do circuito é boa ou não, pois representa o retardo sofrido pelo pacote nos diversos elementos de rede no caminho.

2.1.11. A taxa de erros de pacotes admitida é de 1%, sendo índice de pacotes transmitidos com erro em termos percentuais ao total de pacotes transmitidos.

2.1.12. A contratada deverá garantir, no mínimo 99,90% dos pacotes, um tempo de resposta de, no máximo, 100ms (cem milissegundos) entre dois roteadores de borda quaisquer do seu backbone no Brasil. Entende-se por tempo de resposta o tempo necessário para um pacote de 64 (sessenta e quatro) bytes irem de um ponto a outro da rede e retornar.

2.1.13. A Contratada deverá dispor de infraestrutura para aumentar, caso necessário e mediante solicitação formal, a largura de banda do link de acesso à internet.

2.1.14. A Contratada deverá efetuar a instalação e configuração dos equipamentos, dispondo de acesso à internet com as seguintes larguras de banda e respectivos locais, conforme abaixo:

a) Sede administrativa Municipal de Caxambu do Sul, situada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, Centro – 100 MB;

2.1.15. O Município de Caxambu do Sul reserva-se no direito de distribuir o link de internet à quantia de computadores que julgar necessário.

2.2. Caso uma das unidades não esteja usando todo o link destinado a mesma, a sobra do link deve ser direcionada para a Sede Administrativa Municipal, ou outra Unidade que o Município de Caxambu do Sul desejar, sem custos adicionais a CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1. O presente Contrato terá vigência de 01 de julho de 2021 à 31 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

4.1. Pelo fornecimento do veículo descrito na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), sendo o valor mensal de R\$ 300,00 (trezentos reais).

4.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto deste Contrato correrão às dotações previstas na Lei Orçamentária dos Exercícios de 2021.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O Município de Caxambu do Sul efetuará o pagamento do objeto deste contrato no prazo de até 30 (trinta) dias úteis após a prestação do serviço e apresentação da nota fiscal, atestadas por servidor responsável, em conta corrente de titularidade da empresa.

5.2. As notas fiscais eletrônicas deverão ser encaminhadas para o e-mail: compras@caxambudosul.sc.gov.br, nos arquivos com extensão XML e PDF.

5.3. Por força do contido no Decreto Federal nº 7.507/2011, para pagamento dos valores devidos, as empresas preferencialmente deverão manter conta corrente no Banco do Brasil, ou em caso da conta ser em outro banco, as tarifas bancárias decorrentes da transferência serão descontadas dos valores devidos ao fornecedor.

CLÁUSULA SEXTA – DOS REAJUSTES

6.1. Aos preços contratados não serão concedidos reajustes.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

8.2. A rescisão contratual poderá ser:

8.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93.

8.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. Pelo atraso injustificado na entrega do bem, objeto deste Contrato, sujeita-se a CONTRATADA às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

9.1.1. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

9.2. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei 8.666/93, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do(s) bem(ns) não entregue(s).

9.3. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

10.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

12.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº. 8.666/93, e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Caxambu do Sul - SC, em 30 de junho de 2021.

ELIETE MARCHIORO Lizitec Telecomunicações Eireli CONTRATADA	SAIANE BURTET DO AMARAL, Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE
---	--

Testemunhas:

01. _____ Nome: Alaone Sichelero CPF: 012.118.449-86	02. _____ Nome: Edivaldo Luiz Moreira CPF: 069.676.909-30
--	---

Celso Ramos**PREFEITURA****58/2021**

Publicação N° 3131946

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC
DISPENSA LICITAÇÃO: N° 10/2021
PROCESSO: 58/2021

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 57559E492564A38D1880275877C81DDBB4B90671

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se PUBLICADO o Edital de DISPENSA DE LICITAÇÃO , objetivando CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA JURIDICO-ADMINISTRATIVA PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA URBANA REURB EM 70 (SETENTA) IMOVEIS NO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – Setor de Licitações.
Celso Ramos, 01 DE JULHO DE 2021.
LUIZANGELO GRASSI – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRTATO 99/2021

Publicação Nº 3128599

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS
Relação dos Contratos

Sequ. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
1326	99/2021	02/07/2021	31/12/2021	49/2021	Não	35.970,00		PERFURAÇÃO POÇOS	ATLANTICA POCOS ARTESIANOS LTDA
Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE DOIS POÇOS TUBULARES NA COMUNIDADE DE SANTA LUCIA INTERIOR DO MUNICIPIO DE CELSO RAMOS, EM CONFORMIDADE COM PROJETOS E ANEXOS DESTE EDITAL".									
Total: 1									

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

7 ADITIVO TERMO DE COLABORAÇÃO APAE - VALOR

Publicação Nº 3130866

7º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2017

SETIMO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO/SC E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE ITUPORANGA.

I – CONTRATANTES: O Município de Chapadão do Lageado, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.613.120/0001-27, de ora em diante simplesmente denominado CONCEDENTE e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Ituporanga, doravante denominada ENTIDADE, Associação Civil Beneficente, inscrita no CNPJ sob nº 83.781.575/0001-16, localizado na rua Naide Guimarães de Melo, 50, centro de Ituporanga/SC, ao lado do Hospital Bom Jesus.

II – REPRESENTANTES: Representa a CONCEDENTE, o Prefeito Municipal Sr. ABEL DA SILVA, casado, brasileiro, inscrito no RG sob o nº 1.428.840 e no CPF sob nº 511.590.319-91, residente e domiciliado na Estrada Geral Alto Figueredo - Município de Chapadão do Lageado e a ENTIDADE, representada pela seu Presidente TATIANE LUCHTENBERG, brasileira, divorciada, inscrita no RG sob o nº 3164999 – SSP e no CPF sob o nº 007.529.956-84, residente e domiciliado na Avenida Paraguai, Nº 347- Jardim América- Ituporanga- SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da CLÁUSULA SEXTA – DO REPASSE, do Termo de Colaboração nº 002/2017, para alterar o valor mensal, passando para R\$ 500,00 (quinhentos reais) por aluno atendido, a partir do mês de julho de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, site www.diariomunicipal.sc.gov.br e no Mural Público do Município de Chapadão do Lageado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento original e Termo Aditivo celebrado.

Por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em juízo e fora dele.

Chapadão do Lageado-SC, 01 de julho de 2021.

ABEL DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

TATIANE LUCHTENBERG
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO

Testemunhas:

Nome: Neusa Francisco Luckmann
CPF:001.275.019-08

Nome:
CPF:

PORTARIA Nº 357/2021

Publicação Nº 3130998

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 357/2021

- CONSIDERANDO o requerimento apresentado pela Assessoria Jurídica deste Município, no qual solicita abertura de sindicância para identificar os Motoristas dos veículos de propriedade deste município, que receberam multas de trânsito, e não se tem identificação até o momento;
- CONSIDERANDO a alínea “f”, inciso II, do art.70 da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado, que dispõe sobre abertura de sindicância e processos administrativos e aplicação de suas penalidades;
- CONSIDERANDO o regime disciplinar, disposto no Título VI – Capítulos I a IV, da Lei Complementar nº 008 de 23.12.98, que dispõe sobre

o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

- CONSIDERANDO o disposto no art.82 do Estatuto, que trata sobre a responsabilidade civil do servidor, decorrente de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou terceiros;
- CONSIDERANDO os arts. 92 a 95 da Lei Complementar nº 008/98, que trata da apuração de responsabilidade por irregularidades cometidas no serviço público;
- CONSIDERANDO o Prejulgado nº 1678, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal e, nos termos das disposições do art. 92 e seguintes, da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a realização de SINDICÂNCIA com a finalidade de identificar os condutores dos veículos abaixo citados, tendo em vista o recebimento de multas de trânsito, sem identificação.

VEICULO	PLACA	DATA DA OCORRÊNCIA	AUTO DE INFRAÇÃO
COROLLA	QJH-7370	13.09.2020	T211564605
ONIX	QJW-3845	19.11.2020	0087798779C36516
SPIN	QJF - 5381	25.09.2020	8779C09758
PEUGEOT/BOXER	OKF- 6996	25.10.2018	000300S011414803
ONIX	QJD - 7436	27.01.2020	00856654454059N

Art.2º Para dar cumprimento ao disposto no art. anterior ficam designados os membros da Portaria nº 036/2020, de 28.01.2020, que "Nomeia membros da Comissão Permanente de Sindicância e/ou Inquérito de Processo Administrativo Disciplinar dá outras providências."

Art.3º Para dar cumprimento as suas atribuições a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como, poderá colher quaisquer declarações, depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art.4º A comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada, a partir da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, dando ciência à administração superior desta entidade na forma da Lei.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.6º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 01 de julho de 2021.

ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 358/2021

Publicação Nº 3130764

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 358/2021

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 05 (cinco) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º Conceder em favor da servidora Pública MARILÉIA MICHELS KEMPNER, licença para tratamento de Saúde, pelo período de 05 (cinco) dias, a contar de 28.06.2021 a 02.07.2021, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 01 de julho de 2021.

ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal

Chapecó

PREFEITURA

DECRETO 40.891

Publicação Nº 3130920

DECRETO Nº. 40.891, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Abre Crédito Orçamentário pela movimentação de dotações no Orçamento Programa de 2021.

O Prefeito Municipal de Chapecó no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de Chapecó, autorização contida na Lei Municipal nº 7.446/20 de 08 de dezembro de 2020.

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Suplementar pela movimentação de dotações, para as seguintes programações orçamentárias:

42000 - Fundo Mun. Assistência Social - FMAS	
42042 - Fundo Mun. Assistência Social - FMAS	
Despesa 364 - 3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos	
1000 - Recursos Ordinários - 0.1.00	550.000,00
Despesa 367 - 3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos	
1000 - Recursos Ordinários - 0.1.00	150.000,00

Art. 2º Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

42000 - Fundo Mun. Assistência Social - FMAS	
42042 - Fundo Mun. Assistência Social - FMAS	
Despesa 365 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
1000 - Recursos Ordinários - 0.1.00	550.000,00
Despesa 368 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas	
1000 - Recursos Ordinários - 0.1.00	150.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de 01 de julho de 2021.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 01 de julho de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

DECRETO 40.892

Publicação Nº 3130922

DECRETO Nº 40.892, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Dispõe sobre a fixação de quantidade de vagas para concessão de Funções de Confiança constante do Anexo XII da Lei Complementar nº. 132, de 05 de dezembro de 2001 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV, do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Fica fixada a quantidade de vagas para concessão de função de confiança aos servidores públicos municipais abrangidos pelo Anexo XII da Lei Complementar nº. 132, de 05 de dezembro de 2001, conforme quadro abaixo:

FUNÇÃO	Quantidade de Vagas	Percentual sobre o Vencimento do Cargo de Professor com Magistério 40 horas
Secretário(a) de Escola	45	30%
Gestor(a) de Centro de Educação Infantil	45	Até 400 alunos 60%
		De 401 a 700 alunos 80%
		Acima de 700 alunos 100%

Vice-gestor(a) de Escola	40	Até 400 alunos 30%
		De 401 a 700 alunos 40%
		Acima de 700 alunos 50%
Assessor(a) de Gerência	80	50%
Coordenador de Setor		50%
Gestor(a) de Escola	45	Até 400 alunos 60%
		De 401 a 700 alunos 80%
		Acima de 700 alunos 100%

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 40.259, de 12 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 01 de julho de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

DECRETO 40.893

Publicação Nº 3130929

DECRETO Nº. 40.893, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Dispõe sobre exoneração de servidor(a) público(a) municipal ocupante de cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º Fica exonerado(a), a partir de 01 de julho de 2021, a pedido, o(a) servidor(a) público(a) municipal JESSICA LAIS LORENSSATO, matrícula 83650, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Prestação de Contas de Convênios.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 01 de julho de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

DECRETO 40.894

Publicação Nº 3130932

DECRETO Nº. 40.894, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Dispõe sobre nomeação de servidor público municipal para ocupar cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado(a), a partir de 01 de julho de 2021, o(a) servidor(a) público(a) municipal JESSICA LAIS LORENSSATO, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Gerência de Contratos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 01 de julho de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

DECRETO 40.895

Publicação Nº 3130937

DECRETO Nº. 40.895, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição ao(à) servidor(a) público(a) municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, conforme o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e artigo 10, §7º da Emenda Constitucional 103, de 12 de novembro de 2019 e art. 21-B e 21-J da Lei Complementar nº 131/2001, e CONSIDERANDO o Memorando nº 46.411/2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, ao(à) servidor(a) público(a) municipal VERA LUCIA PEDROSO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, matrícula nº 14987, lotada junto a Secretaria da Saúde, CPF nº 566.105.569-20, RG nº 1.610.517, a partir de 01 de julho de 2021, com proventos integrais, ou seja, 100% da totalidade da remuneração do cargo efetivo. Parágrafo único. O reajustamento do benefício será na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade (com paridade).

Art. 2º Fica declarado vago e sem lotação na Administração Municipal, 01 (um) cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, em face da aposentadoria de sua titular VERA LUCIA PEDROSO.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 01 de julho de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

DECRETO 40.896

Publicação Nº 3130939

DECRETO Nº. 40.896, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição ao(à) servidor(a) público(a) municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, conforme o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e artigo 10, §7º da Emenda Constitucional 103, de 12 de novembro de 2019 e art. 21-B e 21-J da Lei Complementar nº 131/2001, e CONSIDERANDO o Memorando nº 46.403/2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, ao(à) servidor(a) público(a) municipal TEREZINHA JULIETA ZANDEVALI LIMA, ocupante do cargo efetivo de Monitor Social IV – 8 horas, matrícula nº 16808, lotada junto a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, CPF nº 385.652.269-72, RG nº 261.423, a partir de 01 de julho de 2021, com proventos integrais, ou seja, 100% da totalidade da remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. O reajustamento do benefício será na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade (com paridade).

Art. 2º Fica declarado vago e sem lotação na Administração Municipal, 01 (um) cargo de provimento efetivo de Monitor Social IV – 8 horas, em face da aposentadoria de sua titular TEREZINHA JULIETA ZANDEVALI LIMA.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 01 de julho de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

DECRETO 40.897

Publicação Nº 3130940

DECRETO Nº. 40.897, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição ao(à) servidor(a) público(a) municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, conforme o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e §5º do artigo 40 da Constituição Federal e artigo 10, §7º da Emenda Constitucional 103, de 12 de novembro de 2019 e art. 21-B e 21-J da Lei Complementar nº 131/2001,

e CONSIDERANDO o Memorando nº 46.399/2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição - Magistério, ao(à) servidor(a) público(a) municipal NELI MARIA FRACASSO BONADIMANN, ocupante do cargo efetivo de Professor com Estudos Adicionais, matrícula nº 3154, lotada junto a Secretaria de Educação, CPF nº 653.470.309-25, RG nº 2.076.395, a partir de 01 de julho de 2021, com proventos integrais, ou seja, 100% da totalidade da remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. O reajustamento do benefício será na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade (com paridade).

Art. 2º Fica declarado vago e sem lotação na Administração Municipal, 01 (um) cargo de provimento efetivo de Professor com Estudos Adicionais, em face da aposentadoria de sua titular NELI MARIA FRACASSO BONADIMANN.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 01 de julho de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

DECRETO 40.898

Publicação Nº 3130944

DECRETO Nº. 40.898, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição ao(à) servidor(a) público(a) municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, conforme o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e artigo 10, §7º da Emenda Constitucional 103, de 12 de novembro de 2019 e art. 21-B e 21-J da Lei Complementar nº 131/2001, e CONSIDERANDO o Memorando nº 46.401/2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, ao(à) servidor(a) público(a) municipal SALETE TERESINHA WESNER FERREIRA, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, matrícula nº 25628, lotada junto a Secretaria de Assistência Social, CPF nº 637.233.289-20, RG nº 1.830.818, a partir de 01 de julho de 2021, com proventos integrais, ou seja, 100% da totalidade da remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. O reajustamento do benefício será na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade (com paridade).

Art. 2º Fica declarado vago e sem lotação na Administração Municipal, 01 (um) cargo de provimento efetivo de Assistente Social, em face da aposentadoria de sua titular SALETE TERESINHA WESNER FERREIRA.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 01 de julho de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

DECRETO 40.899

Publicação Nº 3130947

DECRETO Nº. 40.900, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição ao(à) servidor(a) público(a) municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, conforme o disposto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e artigo 10, §7º da Emenda Constitucional 103, de 12 de novembro de 2019 e o artigo 21-C e 21-J da Lei Complementar nº 131/2001 e CONSIDERANDO o Memorando nº 46.398/2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, ao(à) servidor(a) público(a) municipal MARIJANE DAL PRÁ AGNE, ocupante do cargo efetivo de Professor Licenciatura Plena, matrícula nº 13978, lotada junto a Secretaria de Educação, CPF nº 618.859.249-68, RG nº 1.833.072, a partir de 01 de julho de 2021, com proventos integrais.

Parágrafo único. O reajustamento do benefício será na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos

servidores em atividade (com paridade).

Art. 2º Fica declarado vago e sem lotação na Administração Municipal, 01 (um) cargo de provimento efetivo de Professor Licenciatura Plena, em face da aposentadoria de sua titular MARIJANE DAL PRÁ AGNE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 01 de julho de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

DECRETO 40.900

Publicação Nº 3130949

DECRETO Nº. 40.900, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição ao(a) servidor(a) público(a) municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, conforme o disposto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e artigo 10, §7º da Emenda Constitucional 103, de 12 de novembro de 2019 e o artigo 21-C e 21-J da Lei Complementar nº 131/2001 e CONSIDERANDO o Memorando nº 46.398/2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, ao(a) servidor(a) público(a) municipal MARIJANE DAL PRÁ AGNE, ocupante do cargo efetivo de Professor Licenciatura Plena, matrícula nº 13978, lotada junto a Secretaria de Educação, CPF nº 618.859.249-68, RG nº 1.833.072, a partir de 01 de julho de 2021, com proventos integrais.

Parágrafo único. O reajustamento do benefício será na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade (com paridade).

Art. 2º Fica declarado vago e sem lotação na Administração Municipal, 01 (um) cargo de provimento efetivo de Professor Licenciatura Plena, em face da aposentadoria de sua titular MARIJANE DAL PRÁ AGNE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 01 de julho de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

DECRETO 40.901

Publicação Nº 3130910

DECRETO Nº. 40.901, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição ao(a) servidor(a) público(a) municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, conforme o disposto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e artigo 10, §7º da Emenda Constitucional 103, de 12 de novembro de 2019 e o artigo 21-C e 21-J da Lei Complementar nº 131/2001 e CONSIDERANDO o Memorando nº 46.394/2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, ao(a) servidor(a) público(a) municipal MARGARIDA KNIEST DORNELLES PICCOLI, ocupante do cargo efetivo de Professor Licenciatura Plena, matrícula nº 12928, lotada junto a Secretaria de Educação, CPF nº 561.777.710-68, RG nº 5.104.582, a partir de 01 de julho de 2021, com proventos integrais.

Parágrafo único. O reajustamento do benefício será na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade (com paridade).

Art. 2º Fica declarado vago e sem lotação na Administração Municipal, 01 (um) cargo de provimento efetivo de Professor Licenciatura Plena, em face da aposentadoria de sua titular MARGARIDA KNIEST DORNELLES PICCOLI.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 01 de julho de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

DECRETO 40.902

Publicação Nº 3130951

DECRETO Nº. 40.902, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Concede Aposentadoria Voluntária ao(à) servidor(a) público(a) municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, conforme o disposto no art. 40, §4º, III da Constituição Federal, Súmula Vinculante STF nº 33 de 09/04/2014, Instrução Normativa MPS/SPPS Nº 3, de 23 de maio de 2014, art. 57, parágrafo 8º, da Lei 8.213 de 24 de julho de 1991 e CONSIDERANDO o Memorando nº 46.391/2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Aposentadoria Voluntária, cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física ao(à) servidor(a) público(a) municipal MARCELO FIORINI, ocupante do cargo efetivo de Cirurgião Dentista – 2 horas, matrícula nº 11116, lotado junto a Secretaria da Saúde, CPF nº 594.419.849-49, RG nº 2.032.058, a partir de 01 de julho de 2021, com proventos integrais, ou seja, 100% da última remuneração de contribuição.

Parágrafo único. O reajustamento do benefício será para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real do benefício (sem paridade).
Art. 2º Fica declarado vago e sem lotação na Administração Municipal, 01 (um) cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista – 2 horas, em face da aposentadoria de seu titular MARCELO FIORINI.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 01 de julho de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

DECRETO 40.903

Publicação Nº 3131690

DECRETO Nº. 40.903, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição ao(à) servidor(a) público(a) municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, conforme o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e artigo 10, §7º da Emenda Constitucional 103, de 12 de novembro de 2019 e art. 21-B e 21-J da Lei Complementar nº 131/2001 e CONSIDERANDO o Memorando nº 46.382/2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, ao(à) servidor(a) público(a) municipal IVANA TERESINHA ALBERGUINI NIEWINSKI, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, matrícula nº 25125, lotada junto a Secretaria de Assistência Social, CPF nº 557.763.029-00, RG nº 1.700.256, a partir de 01 de julho de 2021, com proventos integrais, ou seja, 100% da totalidade da remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. O reajustamento do benefício será na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade (com paridade).

Art. 2º Fica declarado vago e sem lotação na Administração Municipal, 01 (um) cargo de provimento efetivo de Assistente Social, em face da aposentadoria de sua titular IVANA TERESINHA ALBERGUINI NIEWINSKI.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 01 de julho de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

DECRETO 40.904

Publicação Nº 3131698

DECRETO Nº. 40.904, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição ao(à) servidor(a) público(a) municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, conforme o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e §5º do artigo 40 da Constituição Federal e artigo 10, §7º da Emenda Constitucional 103, de 12 de novembro de 2019 e art. 21-B e 21-J da Lei Complementar nº 131/2001,

e CONSIDERANDO o Memorando nº 46.372/2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição - Magistério, ao(à) servidor(a) público(a) municipal INÊS CARMEM SCHNEIDER LOPES, ocupante do cargo efetivo de Professor com Estudos Adicionais, matrícula nº 22084, lotada junto a Secretaria de Educação, CPF nº 704.787.839-49, RG nº 2.032.762, a partir de 01 de julho de 2021, com proventos integrais, ou seja, 100% da totalidade da remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. O reajustamento do benefício será na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade (com paridade).

Art. 2º Fica declarado vago e sem lotação na Administração Municipal, 01 (um) cargo de provimento efetivo de Professor com Estudos Adicionais, em face da aposentadoria de sua titular INÊS CARMEM SCHNEIDER LOPES.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 01 de julho de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

DECRETO 40.905

Publicação Nº 3131703

DECRETO Nº. 40.905, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Concede Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição ao(à) servidor(a) público(a) municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, conforme o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e §5º do artigo 40 da Constituição Federal e artigo 10, §7º da Emenda Constitucional 103, de 12 de novembro de 2019 e art. 21-B e 21-J da Lei Complementar nº 131/2001, e CONSIDERANDO o Memorando nº 46.378/2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição - Magistério, ao(à) servidor(a) público(a) municipal INÊS CARMEM SCHNEIDER LOPES, ocupante do cargo efetivo de Professor com Estudos Adicionais, matrícula nº 22083, lotada junto a Secretaria de Educação, CPF nº 704.787.839-49, RG nº 2.032.762, a partir de 01 de julho de 2021, com proventos integrais, ou seja, 100% da totalidade da remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. O reajustamento do benefício será na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade (com paridade).

Art. 2º Fica declarado vago e sem lotação na Administração Municipal, 01 (um) cargo de provimento efetivo de Professor com Estudos Adicionais, em face da aposentadoria de sua titular INÊS CARMEM SCHNEIDER LOPES.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 01 de julho de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

DECRETO 40.906

Publicação Nº 3132169

DECRETO Nº 40.906, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Regulamenta a Lei nº 7.495, de 01 de julho de 2021, que dispõe sobre a remoção de veículos abandonados, sucatas, desmanche e consertos de veículos em logradouros públicos do Município de Chapecó e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV, do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º O recolhimento do veículo, sucata, peça de desmanche, abandonado nas vias públicas do Município de Chapecó será precedido de uma inspeção no local pelos Agentes da Autoridade de Trânsito, na qual deverá constar as seguintes informações, sem prejuízo de outras consideradas relevantes:

I - marca, modelo e cor;

II - número das placas, se possível identificação;

III - número do chassi, se possível identificação;

IV - fotografias do veículo e/ou da carcaça;

V - outras informações consideradas relevantes, tais como, período de tempo que se encontra abandonado e aparência atual.

Art. 2º Nos casos em que ficar caracterizado o abandono ou depósito de veículo, sucata ou peça de desmanche e for possível identificar o proprietário, este será notificado pelos Agentes da Autoridade de Trânsito para que retire o bem do logradouro público, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de remoção.

Parágrafo único. Caso o veículo, sucata ou peça de desmanche não possua placa de identificação e/ou outro meio que possibilite atestar sua propriedade para viabilizar a devida notificação ou apresentar restrição judicial de busca e apreensão vinculada a sua documentação de registro, a remoção será imediata.

Art. 3º O veículo, sucata, peça de desmanche com identificação da propriedade serão removidos para o depósito público municipal de veículos, cabendo ao Departamento de Trânsito a liberação ao proprietário ou procurador formalmente constituído, por meio de instrumento autenticado em cartório, após o pagamento dos valores referentes aos custos de recolhimento, depósito e guarda, conforme definido em regulamento próprio.

Art. 4º Compete ao Departamento de Trânsito ou a empresa concessionária, a manutenção da área e da estrutura utilizada como depósito, incluindo funcionários e a regulamentação do horário de funcionamento.

Art. 5º O veículo, sucata ou peça de desmanche, recolhido e não reclamado pelo proprietário, dentro do prazo de sessenta dias, será avaliado e levado a leilão.

§ 1º Publicado o edital do leilão, a preparação poderá ser iniciada após trinta dias, contados da data de recolhimento do veículo, o qual será classificado em duas categorias

I – conservado, quando apresenta condições de segurança para trafegar; e

II – sucata, quando não está apto a trafegar.

§ 2º Se não houver oferta igual ou superior ao valor da avaliação, o lote será incluído no leilão seguinte, quando será arrematado pelo maior lance, desde que por valor não inferior a cinquenta por cento do avaliado.

§ 3º Mesmo classificado como conservado, o veículo que for levado a leilão por duas vezes e não for arrematado será leiloado como sucata.

§ 4º É vedado o retorno do veículo leiloado como sucata à circulação.

Art. 6º A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade poderá regulamentar o disposto neste Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 01 de julho de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

DECRETO 40.907

Publicação Nº 3131998

DECRETO Nº. 40.907, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Dispõe sobre a Taxa de Utilização do Terminal Intermunicipal de Passageiros Raul Ires Pigatto Bartolamei de Chapecó e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, e mais o que estabelece o artigo 20 do artigo 73 do Decreto nº 2.616/92; CONSIDERANDO a necessidade de atualização do valor fixado para a Taxa de Utilização - TU do Terminal Intermunicipal de Passageiros de Chapecó e CONSIDERANDO o Memorando nº 43.485/2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixada a Taxa de Utilização - TU do Terminal Intermunicipal de Passageiros de Chapecó, para seções cuja extensão for igual ou inferior a 25Km (vinte e cinco quilômetros) no valor de 0,3000 UFRM.

Art. 2º Fica fixada a Taxa de Utilização - TU do Terminal Intermunicipal de Passageiros de Chapecó para as seções cuja extensão for superior a 25Km (vinte e cinco quilômetros) a no valor de 1,2000 UFRM.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da 0h00min do dia 01 de julho de 2021.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 33942/17.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 01 de julho de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

DECRETO 40.908

Publicação Nº 3132000

DECRETO Nº. 40.908, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Torna sem efeitos ato de nomeação de servidor público municipal pela não posse dentro do prazo legal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e,

CONSIDERANDO que o prazo para posse dos servidores públicos municipais está determinado em 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de convocação, nos termos do § 1º do artigo 13 da Lei Complementar nº. 130, de 5 de dezembro de 2001.

CONSIDERANDO o disposto no § 6º do artigo 13 da Lei Complementar nº. 130, de 5 de dezembro de 2001, com redação dada pela Lei Complementar nº. 140, de 22 de abril de 2002 que em sua redação dispõe: "§ 6º. Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo."

CONSIDERANDO que o Edital nº.021/2021, ato convocatório para posse foi publicado no Órgão de Publicação Oficial do Município de Chapecó, na data de 28 de maio de 2021, e CONSIDERANDO o Memorando de nº 46.467/2021,

DECRETA:

Art. 1º. Fica sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 40.760, de 31 de maio de 2021, que nomeou LISANETE BISOGNIN DE MELLO, para ocupar o cargo de auxiliar de administração, em virtude da não posse dentro do prazo legal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 01 de julho de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

DECRETO 40.909

Publicação Nº 3132001

DECRETO Nº. 40.909, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Dispõe sobre nomeação de servidor público municipal para ocupar cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado(a), a partir de 01 de julho de 2021, o(a) servidor(a) público(a) municipal PAULA IZCAK, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Consultora Administrativa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 01 de julho de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

DECRETO 40.910

Publicação Nº 3132003

DECRETO Nº. 40.910, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Dispõe sobre nomeação de servidor público municipal para ocupar cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado(a), a partir de 01 de julho de 2021, o(a) servidor(a) público(a) municipal ADELAR BILHA, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Consultor Administrativo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 01 de julho de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2021 - CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - COMSEA

Publicação Nº 3132115

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - COMSEA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2021

A Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o DECRETO Nº 34.859, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017,

CONVOCA:

Art. 1º Ficam convocadas todas as entidades não-governamentais devidamente constituídas no município de Chapecó-SC, para participarem do FÓRUM DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS para o processo de Eleição dos Conselheiros Titulares e Suplentes para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA de Chapecó-SC, na gestão 2021/2023.

Art. 2º. Ficam convocadas as entidades que atendem os requisitos, conforme previsto no Art. 3º, § 2º do Decreto Nº 34.859, De 16 de Novembro de 2017:

§ 2º Os 10 (dez) representantes da Sociedade Civil deverão atender no mínimo um dos seguintes critérios:

12. a) Desenvolver ações voltadas à segurança alimentar e nutricional nos termos do artigo 4º da Lei Federal nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN;
13. b) Atuar no município de Chapecó, na mobilização, organização, promoção, defesa e/ou na garantia do direito humano à alimentação adequada há, pelo menos, 02 (dois) anos;
14. c) Atuar na área de segurança alimentar e nutricional em toda a sua diversidade ou um segmento específico (urbano, rural, negros, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e outros povos e comunidades tradicionais), bem como, organizações de caráter associativo, profissional ou de classe;
15. d) Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;
16. e) Promover o abastecimento e estruturação de sistemas descentralizados de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos;
17. f) Desenvolver processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;
18. g) Coordenar ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas, povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais;
19. h) Buscar o fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional;
20. i) Promover o acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para produção de alimentos da agricultura familiar, pesca e aquicultura. (Redação dada pelo Decreto nº 37.552/2019)

Art. 3º O Fórum será realizado na forma virtual na data de 20 de agosto de 2021, em primeira convocação às 14h00min, com 50% (cinquenta por cento) mais uma das entidades inscritas, e em segunda convocação às 14h15min, com qualquer número. O link para participação será enviado via e-mail.

Parágrafo primeiro: as inscrições deverão ser feitas junto a Secretaria Executiva dos Conselhos, sita a Av. Nereu Ramos, nº 75 D, Centro, Chapecó/SC até o dia 13 de agosto de 2021, das 13h até às 19h, em dias úteis.

Parágrafo segundo: as inscrições somente serão recebidas pessoalmente junto a Secretaria Executiva dos Conselhos, acompanhada da documentação constante no Art. 4º. e deverá ser encaminhada cópia digital via e-mail que segue: conselhos@chapeco.sc.gov.br.

Art. 4º Para concorrer a uma das vagas, as novas entidades não governamentais deverão apresentar no ato da inscrição os seguintes documentos:

- I – Requerimento assinado pelo representante legal da entidade, indicando nome do delegado que representará a entidade no processo eleitoral, conforme anexo I deste edital;
- II – Alvará de localização e funcionamento, ou atestado de funcionamento fornecido por autoridade pública;
- III – CNPJ atualizado;
- IV – Cópia do Estatuto Social para entidades não cadastradas junto ao COMSEA;
- V – Ata da eleição da última diretoria.

Entidades que já participam do COMSEA deverão apresentar no ato da inscrição os seguintes documentos:

- I – Requerimento assinado pelo representante legal da entidade, indicando nome do delegado que representará a entidade no processo eleitoral, conforme anexo I deste edital;
- V – Ata da eleição da última diretoria.

Art. 6º Após a realização do Fórum, as entidades eleitas, deverão indicar seus titulares e suplentes oficialmente a presidente do COMSEA até a data de 27/08/2021, com o nome, endereço eletrônico, número de telefone preferencialmente com whatsapp, junto à Secretaria Executiva dos Conselhos via e-mail: conselhos@chapeco.sc.gov.br.

Art. 7º Será publicado no dia 23/08/2021, junto a Secretaria Executiva dos Conselhos, a listagem das entidades aptas ao processo eleitoral.

Art. 8º. Fica composta a comissão eleitoral indicada em reunião ordinária do COMSEA, realizada em 28/06/2021.

Parágrafo Único: É vedada a participação dos membros da comissão eleitoral no processo de votação, como delegados das entidades.

Art. 9º. Os casos omissos serão resolvidos pela comissão eleitoral.

Chapecó/SC, 28 de junho de 2021

Sra. SANDRA NESPOLO BERGAM
Presidente do COMSEA

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - COMSEA

ANEXO I
REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Senhora Presidente,

Conforme edital nº 001/2021 do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional/COMSEA, a entidade abaixo qualificada vem requerer a inscrição para concorrer a eleição das entidades Não-Governamentais do COMSEA.

Nome da Entidade:

SIGLA:

CNPJ:

Endereço: Rua: Nº

Complemento: Bairro:

Cidade: Estado:

CEP: Fone:

E-mail:

Quais itens a entidade atende conforme previsto no Art. 3º, § 2º do Decreto Nº 34.859, De 16 de Novembro de 2017? (Alíneas de "a" até "i")

Nome do Representante legal (presidente(a) da entidade:

RG: CPF:

Assinatura do Representante Legal (presidente(a))

Nome do Delegado para o processo eleitoral:

RG: CPF:

Assinatura do Delegado para o Processo Eleitoral

Chapecó, SC, 28 de junho de 2021.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 027/2021

Publicação Nº 3131331

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 027/2021

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS para tomar posse, no respectivo cargo, junto a Diretoria de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, o candidato abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2019			
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO			
Nº CLASSIFICAÇÃO		Nº INSCRIÇÃO	NOME
100º		11473	JANAINA FERREIRA
101º		6429	BERNARDO ELIAS BIANCHIN
102º		2315	LOURIVAL ZOCATELLI
CARGO: ENFERMEIRO			
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME	
32º	7066	DEONILDA BALENA	
CARGO: FARMACÊUTICO			
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME	



16º	11399	TAMIRES DUDA DE AZEVEDO	
CARGO: INSTRUTOR DESPORTIVO- FUTSAL-20h			
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME	
08º	5755	EDUARDO REZER	
CARGO: MÉDICO-ENDOCRINOLOGISTA- 20h			
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO		
02º	6881	CARLA FERNANDA NAVA	
CARGO: MÉDICO- ESF-40h			
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME	
88º	1720	VITOR BASTOS BRANDALISE	
CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM			
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME	
30º	10363	DAIANE RODRIGUES DE MORAIS	

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a posse;

III. A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), 01 de julho de 2021

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO UNIVERSAL N° 001/2021-SECUL

Publicação N° 3132369



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

EDITAL DE CREDENCIAMENTO UNIVERSAL N° 001/2021-SECUL

O Município de Chapecó, estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Cultura, torna público que abrirá inscrições para o Credenciamento visando à seleção de costureiras para confecção de figurinos, desde que atendidas as exigências do presente Edital e seus anexos:

1. Do Objeto:

Tem por objeto o presente Credenciamento a SELEÇÃO DE COSTUREIRAS PARA CONFEÇÃO DE FIGURINOS DE EVENTO ORGANIZADO PELA ESCOLA DE ARTES DE CHAPECÓ DURANTE O ANO DE 2021, de acordo com o Item 02 e demais cláusulas do presente Edital.

Justificativa:

A Secretaria Municipal de Cultura, por meio da Escola de Artes de Chapecó, dentro das atividades artísticas e culturais que realiza nas áreas de Música, Artes Cênicas e Artes Visuais, promoverá no final do ano um espetáculo de Dança.

Em Dezembro haverá a realização do Espetáculo que envolverá os cursos de Ballet Clássico, Ballet Baby Class, Dança Contemporânea, Danças Urbanas e Jazz Dance.

O espetáculo deve envolver a participação de aproximadamente 400 (quatrocentos) alunos e possuem apresentação prevista para os dias 10 e 11 de Dezembro de 2021.

O evento tem figurinos específicos desenvolvidos para as apresentações e visam funcionar como um elemento de integração entre cenário, música e bailarinos.

A Escola de Artes não possui corpo de profissionais capazes de realizar a confecção dos figurinos para fornecimento aos bailarinos e, deixar a confecção a cargo de cada bailarino, mesmo seguindo o padrão criado pela Escola (desenho, material e cores dos tecidos empregados) poderia criar divergências de peça para peça (tais como, cor do tecido, tamanho e tipo de acessórios, formato da costura, entre outros...) influenciando diretamente na apresentação (visual do palco e dos bailarinos) impactando negativamente.

Por essa razão, objetiva-se credenciar profissionais para que realizem a confecção dos figurinos, seguindo os desenhos e descritivos técnicos elaborados pela Escola de Artes de Chapecó e respeitando o valor máximo estipulado que pode ser cobrado dos alunos.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

2. Dos figurinos, das quantidades estimadas e do valor máximo:

Item	Figurino	Quantidade estimada	Tamanhos	Valor máximo
1.	SOLDADOS DO LORD	09	entre 12 e 16 anos (Base de tamanho dos collants)	190,00
2.	FADAS	29	entre 8 e 9 anos (Base de tamanho dos collants)	200,00
3.	BRUXAS	25	entre 10 a 14 anos (Base de tamanho dos collants)	220,00
4.	RATINHAS	30	entre 5 e 8 anos (Base de tamanho dos collants)	185,00
5.	BISCOITOS	36	entre 5 e 6 anos (Base de tamanho dos collants)	195,00
6.	AMOR	12	entre 12 e 16 anos (Base de tamanho dos collants)	210,00
7.	GATAS	22	entre 9 e 10 anos (Base de tamanho dos collants)	195,00
8.	PORQUINHOS	40	Entre 3 e 4 anos (Base de tamanho dos collants)	185,00
9.	PÁSSAROS	15	entre 8 e 14 anos (Base de tamanho dos collants)	195,00
10.	DRONKEYS (FILHOTES DO DRAGÃO E DO BURRO) (JAZZ)	12	entre 8 e 13 anos (Base de tamanho dos collants)	160,00
11.	DRAGÕES JAZZ	02	16 anos (Base de tamanho dos collants)	150,00
12.	CONTEMPORÂNEO	08	entre 13 e 32 anos (Base de tamanho dos collants)	150,00
13.	FELIZES PARA SEMPRE	18	entre 13 e 19 anos (Base de tamanho dos collants)	240,00
14.	DRONKEYS - FILHOTES DO DRAGÃO E DO BURRO) (DANÇA URBANA)	21	P, M, G, GG	140,00
15.	BISCOITO (PERSONAGEM PRINCIPAL)	01	M	125,00
16.	GATO DE BOTAS (PERSONAGEM PRINCIPAL)	01	M	175,00
17.	BURRO (PERSONAGEM PRINCIPAL)	01	M	185,00
18.	SHREK (PERSONAGEM PRINCIPAL)	01	GG	140,00
19.	PINÓQUIO	30	P, M, G, GG	145,00
20.	ALDEÕES	44	P, M, G, GG	135,00
21.	RESGATE DA PRINCESA FIONA	23	P, M, G, GG	140,00
22.	FIONA E PRINCESAS	20	P, M, G, GG	140,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

OBS: O croqui de cada figurino e as especificações detalhadas de cada um encontra-se disposto no Anexo II deste Edital.

2.1. Nos valores unitários previstos estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a prestação dos serviços, configurando a única remuneração devida, incluindo: o material, tecido, acessórios e adereços;

2.1.1. Estão incluídos ainda no valor: as medidas e provas necessárias para o perfeito ajuste do figurino no bailarino;

2.2. Os figurinos deverão ser confeccionados seguindo rigorosamente o modelo desenvolvido e o descritivo elaborado;

2.3. Fica proibida a realização de qualquer modificação nos figurinos sem prévia e expressa autorização da Escola de Artes de Chapecó.

3. Dos Prestadores dos Serviços:

3.1. Poderão buscar credenciamento pessoas físicas e jurídicas, privadas ou públicas, lucrativas ou não, com sede no Município de Chapecó.

4. Dos Pagamentos:

4.1 A remuneração devida as costureiras credenciadas será o estabelecido no item 02 do presente Edital;

4.2. Os valores estabelecidos são máximos não podendo, em hipótese alguma, serem cobrados valores superiores aos estabelecidos;

4.2. Os alunos e/ou seus responsáveis poderão negociar diretamente descontos com as costureiras credenciadas;

4.3. As costureiras credenciadas deverão possibilitar o parcelamento no pagamento dos figurinos aos que desejarem, devendo ser possibilitado o pagamento em até 04 (quatro) prestações;

4.4. Os pagamentos deverão ser realizados diretamente às costureiras não havendo, em hipótese alguma, intermediação do Município;

4.5. O Município não se responsabilizará por possíveis inadimplências ou atrasos nos pagamentos dos figurinos, devendo, caso queiram, as costureiras credenciadas, realizarem seus próprios contratos particulares com os alunos e/ou pais e responsáveis;

4.5.1. Juros e multas também deverão ser estabelecidos entre os alunos e/ou pais e responsáveis e costureiras.

5. Do Credenciamento dos Prestadores e da Divisão dos Serviços:

5.1 As condições do Credenciamento são universais e, portanto, idênticas a todos.

5.2 O credenciamento acontecerá após a aprovação da inscrição, que se dará com base na



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

avaliação da regularidade da documentação solicitada **no Item 06.**

5.3 Depois de verificada a regularidade documental será efetuada a divisão dos serviços.

5.4 Os serviços serão divididos entre todos os credenciados por figurino e não por peças;

5.4 Da divisão dos serviços caberá representação, observadas as disposições dos itens 9.4 e 9.5 deste Edital.

6. Da Documentação necessária ao Credenciamento:

6.1 Os interessados em buscar Credenciamento deverão apresentar a seguinte documentação:

6.1.1. Sendo Pessoa Jurídica:

- a) Relação do número de profissionais para a prestação dos serviços;
- b) Certidão negativa do FGTS;
- c) Certidão negativa da Fazenda Municipal;
- d) Certidão negativa de Tributos Federais;
- e) Cópia do Contrato Social ou declaração de firma individual ou Estatuto Social devidamente registrado no Órgão competente, bem como da última alteração (se houver), onde conste, dentro de seus objetivos, a prestação dos serviços compatíveis com o objeto do presente Edital;
- e.1) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- f) Declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, em cumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999 (modelo Anexo I);
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- h) Atestado de Capacidade Técnica (Declaração) fornecida por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, comprovando que os profissionais relacionados na letra "a" já confeccionaram figurinos para espetáculos de danças.

6.1.2. Sendo Pessoa Física:

- a) Fotocópia da Carteira de Identidade;
- b) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- c) Certidão negativa do FGTS;
- d) Certidão negativa da Fazenda Municipal;
- e) Certidão negativa de Tributos Federais;
- f) Declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, em cumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999 (modelo Anexo I);
- g) Atestado de Capacidade Técnica (Declaração) fornecida por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, comprovando que já confeccionaram figurinos para espetáculos de danças.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

6.2 Toda a Documentação exigida para o credenciamento deverá ser apresentada no Original, ou em fotocópia autenticada por cartório competente ou servidor da administração, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial, salvo as Certidões emitidas pela Internet, que terão sua autenticidade verificada no *site* correspondente.

6.3 Os documentos poderão ser autenticados por servidor da Administração, neste caso os interessados deverão dirigir-se à Escola de Artes de Chapecó, Av. Nereu Ramos, 729 E, Centro, Chapecó-SC, com os documentos originais e as fotocópias relativas.

6.4 A falta de quaisquer dos documentos acima mencionados é razão para a inabilitação do interessado;

6.5 A documentação deverá ser apresentada na Secretaria da Escola de Artes de Chapecó (Av. Nereu Ramos, 729 E, Centro), de segunda a sexta-feira, no horário das 13h às 18h30.

6.6 Deverá constar na parte externa do invólucro os seguintes dizeres:

EDITAL DE CREDENCIAMENTO UNIVERSAL N° 001/2021-SECUL

DA (O):

SELEÇÃO DE COSTUREIRAS PARA CONFECÇÃO DE FIGURINOS DE EVENTOS ORGANIZADOS PELA ESCOLA DE ARTES DE CHAPECÓ DURANTE O ANO DE 2021

6.7 A documentação será recebida a partir do dia **05 (cinco) de julho de 2021 até o dia 12 (doze) de julho de 2021 às 18h30.**

7. Do Local da Realização dos Serviços:

7.1 As confecções deverão ser realizadas nas dependências das costureiras credenciadas.

7.2 A Escola não disponibilizará sala em suas dependências para promover os encontros com pais ou responsáveis, devido às questões sanitárias que envolvem os protocolos de segurança da Covid-19.

7.3 As provas dos figurinos, podem acontecer nas dependências da Escola de Artes, nas salas de dança, seguindo criteriosamente o escalonamento das turmas, respeitando todos os critérios sanitários exigidos para o momento.

8. Das Obrigações das Costureiras credenciadas:

8.1. Confeccionar os figurinos seguindo os padrões estabelecidos;

8.2. Entregar os figurinos com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência a data marcada para a realização do espetáculo.

9. Da Impugnação e do Prazo Recursal do Credenciamento:

9.1 Qualquer cidadão ou pessoa jurídica interessada no Credenciamento é parte legítima para oferecer impugnação ao presente instrumento, desde que o faça até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes.

9.2 O inabilitado terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para apresentar recurso, contados a partir da data da notificação do resultado.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

9.3 Tanto o recurso quanto a impugnação deverão ser dirigidos a Gestão da Escola de Artes de Chapecó, sendo que o julgamento será efetuado pela Secretaria Municipal de Cultura.

9.4 Da divisão dos serviços caberá representação, no prazo de 02 (dois) dias úteis após o conhecimento.

9.5 A representação deverá ser dirigida a Gestão da Escola de Artes de Chapecó, e o seu julgamento será efetuado pela Secretaria Municipal de Cultura. A representação poderá postular apenas aumento ou diminuição de quantitativos e deverá estar devidamente fundamentada.

10. Dos Impedimentos:

Não poderá participar do processo de credenciamento o interessado que:

10.1 Estiver em processo de insolvência ou dissolução;

10.2 Estiver cumprindo penalidade de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração Municipal;

10.3. Tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração, por qualquer órgão da Administração Direta e Indireta Federal, Estadual ou Municipal;

10.3 Ser ou possuir servidor(es) público(s) do Município de Chapecó na qualidade de proprietário ou diretor.

11. Das Disposições Gerais:

11.1. Dúvidas decorrentes do presente Edital serão esclarecidas mediante consulta, formulada por escrito e enviada para o e-mail: ped.escoladeartes@chapeco.sc.gov.br, ou entregue pessoalmente na Secretaria da Escola de Artes de Chapecó, Av. Nereu Ramos, 729 E, Centro, de segunda a sexta-feira, das 13h às 18h30, para o mesmo endereço (eletrônico e físico) deverão ser dirigidas as impugnações, representações e/ou recursos.

11.2. O presente Edital tem prazo indeterminado de vigência, no entanto, o Município reserva-se o direito de anular ou revogar o presente Edital de Credenciamento Universal, por ilegalidade ou razões de interesse público.

11.3. A entrega da documentação de habilitação demonstra concordância com todas as condições expressas no presente Edital de Credenciamento.

11.4. Para conferência da documentação será realizada sessão pública no dia 14 (quatorze) de julho de 2021, às 17h40min, na sala Pitágoras anexa à Escola de Artes de Chapecó, na Av. Nereu Ramos, 729 E, Centro, Chapecó – SC.

11.4.1. Da sessão de conferência será lavrada Ata circunstanciada e da mesma será dada ciência aos interessados por e-mail. Para esse fim, os interessados deverão indicar na documentação de habilitação ou no próprio envelope o e-mail pelo qual pretendem receber as informações.

11.5. É vedada a subcontratação do objeto do presente credenciamento.

11.6. O descumprimento das cláusulas e condições do presente Edital, sujeitará o credenciado às sanções previstas no art. 87, da lei nº 8.666/93.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

11.7. Aplica-se ao presente credenciamento as disposições do Código de Defesa do Consumidor;

11.8. Fazem parte do presente Edital:

11.8.1. Modelo de Declaração de cumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93
(anexo I)

11.8.2. Modelo (na forma de desenho) e descritivo técnico dos figurinos. (anexo II)

Chapecó – SC, 01 de julho de 2021.

Roselaine Barboza Vinhas

Gerente de Cultura



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

ANEXO I
MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO

_____, inscrito no CNPJ/CPF n.º _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(data)

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

ANEXO II
FIGURINOS

Personagem: Biscoitos de gengibre.
Collant em cotton ou suplex marrom.
Saia com armação em tule, curta, com sobreposição
em oxford marrom e borda listrada vermelha e branca.





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Personagens: Pássaros.

Ballant em suplex ou cotton azul.
Saia em tule colorido em tons de azul e verde e
roxo. Brega só parte de trás e na frente quase nada.



→ Breglia com penas
para o cabelo.



→ Penas, tufinhos delicados.

→ Ballant em suplex
ou cotton azul

→ Saia de tule
cortada em
pontas variadas
tons de azul, verde e
roxo.
saíndo da lateral,
e alongando
atrás.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

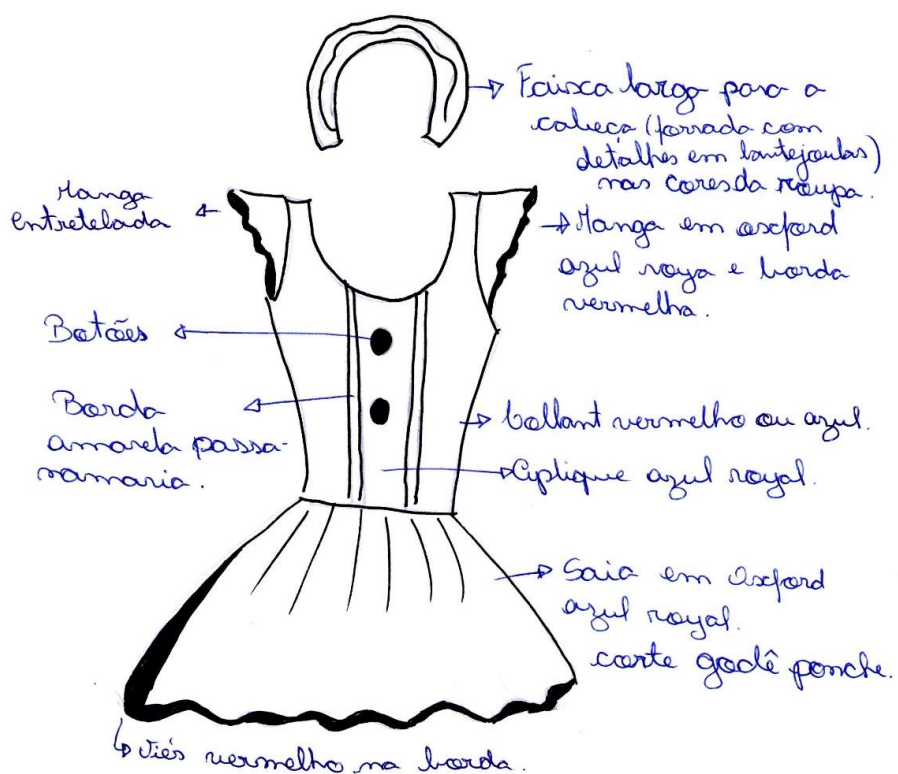
Personagem: Soldados do Lord.

collant em suplex ou cotton

Saia bem franzida com armacão em fito (ou sem)

Manga em Oxford.

mas com corte godê duplo.



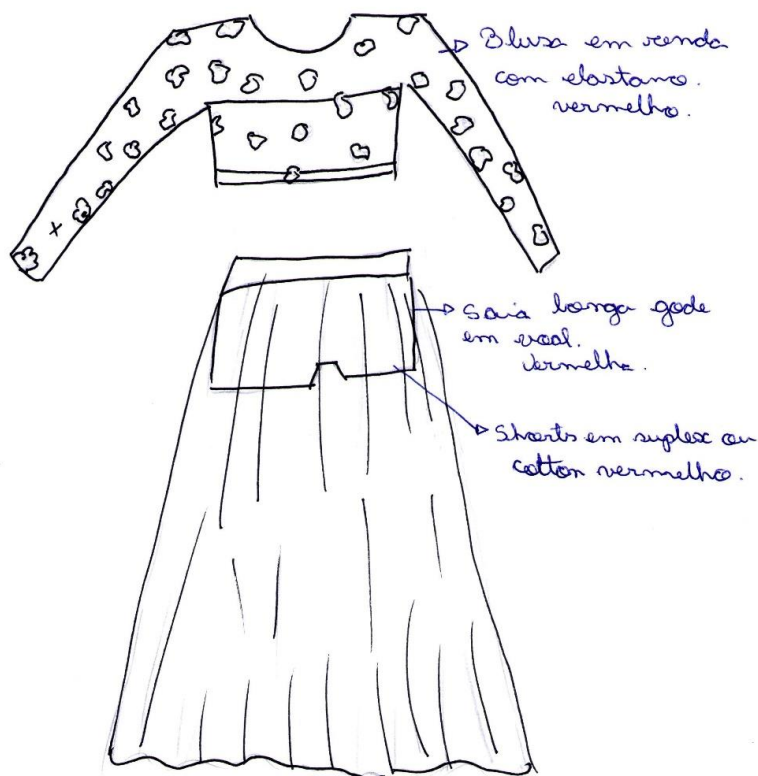


ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Personagem: Jamer.

Blusa justa em renda com elastano e top por baixo
em suplex ou cotton.

Saia em voal vermelho, longa.
Shorts em cotton ou suplex.





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Personagem: Fadas

Corpete em suplex ou cottem.

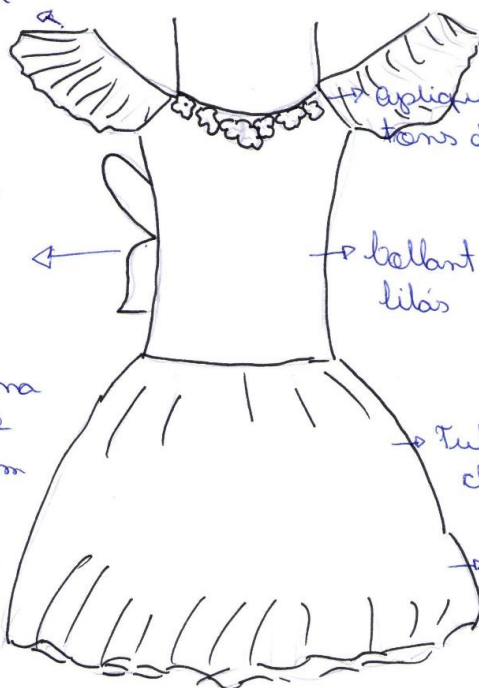
Saia até joelho em tule, bem franzida.

→ Círculo de flores na cabeça.

Manga em
tule.



→ Bóia pequena
em tule e
armação em
arame.
Costurada
nos costos
do corpete.



→ Aplique em flores nos
costos da saia.

→ Corpete em suplex
lilás

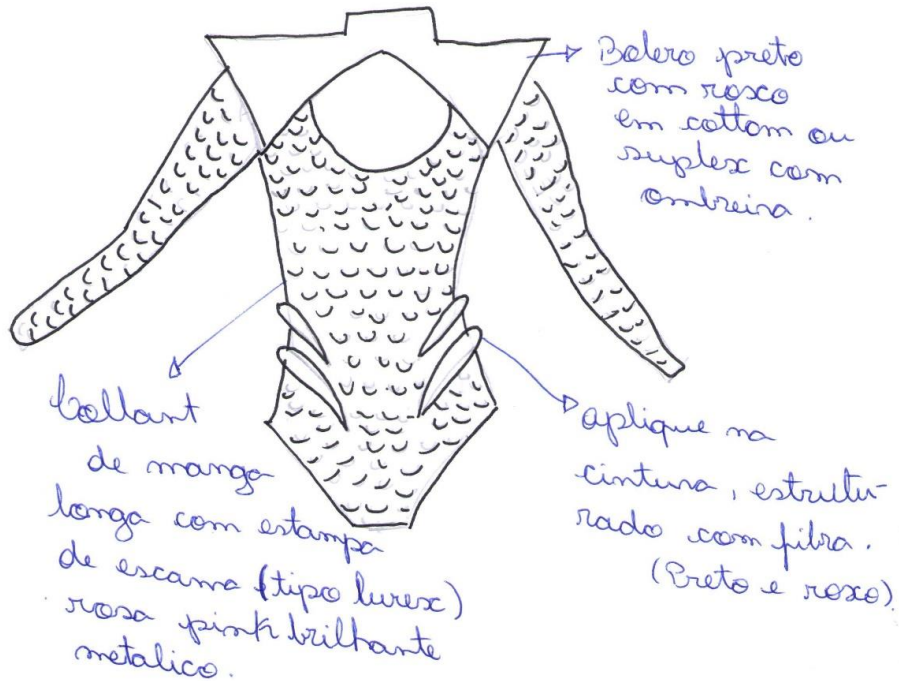
→ Tule lilás, azul
claro e rosa claro.

→ Comprimento
acima do
joelho.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPECÓ

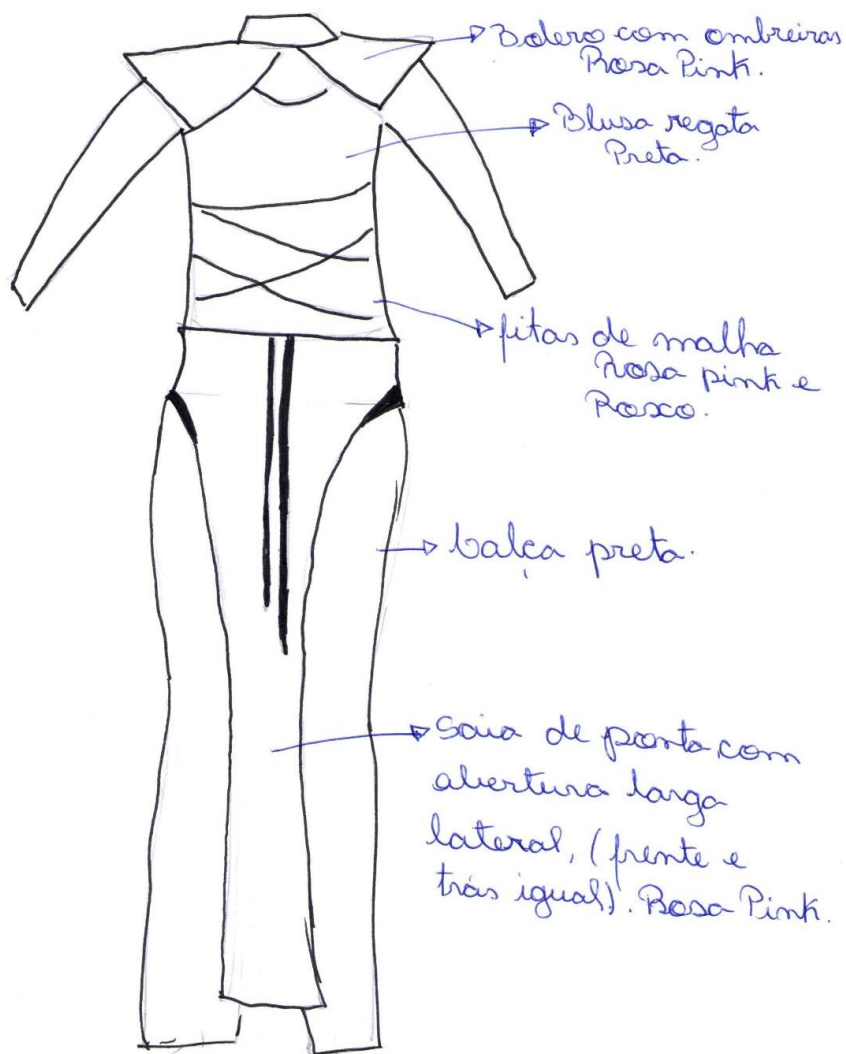
Personagem: Dragões (yagz).
Bellant em lycra com estampa de escamas.
meia arrastão preta e rosa pink.
Baleiro preto com ombreiras.





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Personagem: Dragões (contemporâneos).
Calça legging de malha haki.
Saia Sobreposta malha haki.
Blusa e Bolero com abas.





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Personagem: Bruxas.

Corpete em tecido elástico: suplex ou cotton

Saia bem armada de tule e cetim até joelho.

Aplique no peito.

Manga 7/8 ampla em voal preto.



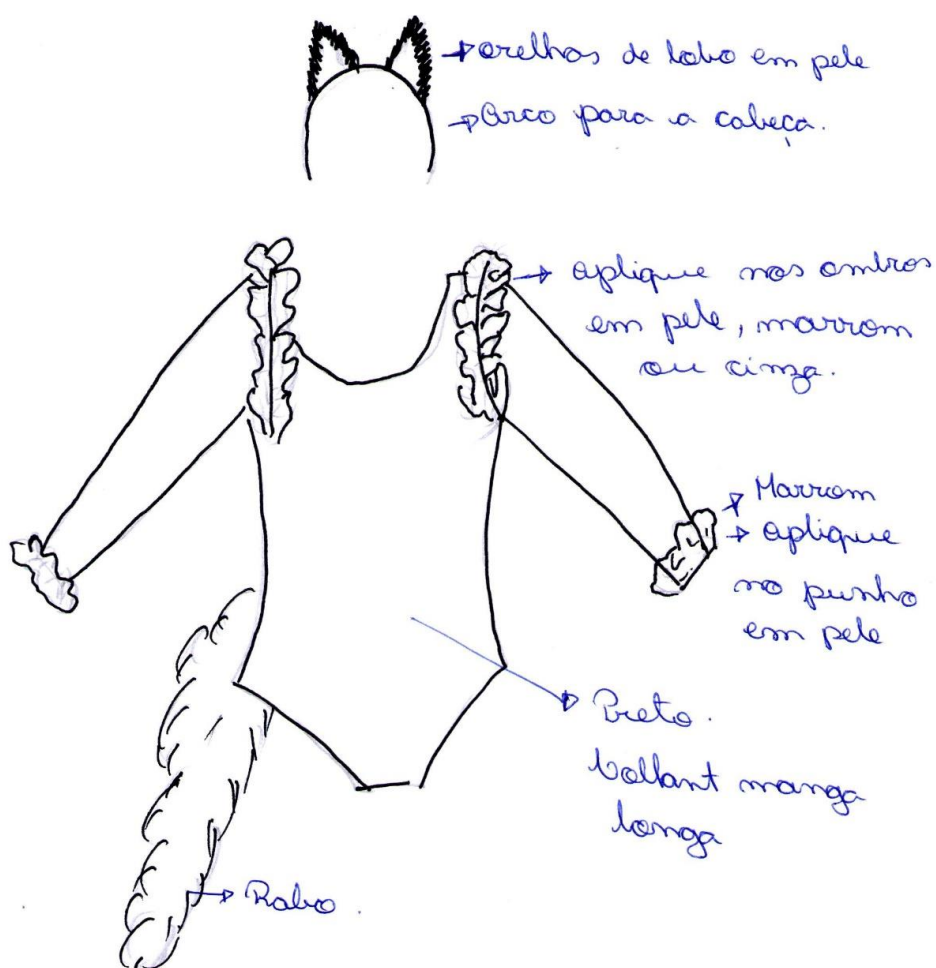


ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Personagem: Lobinhos (jazz).

Ballant em tecido elástico: Suplex ou cotton.

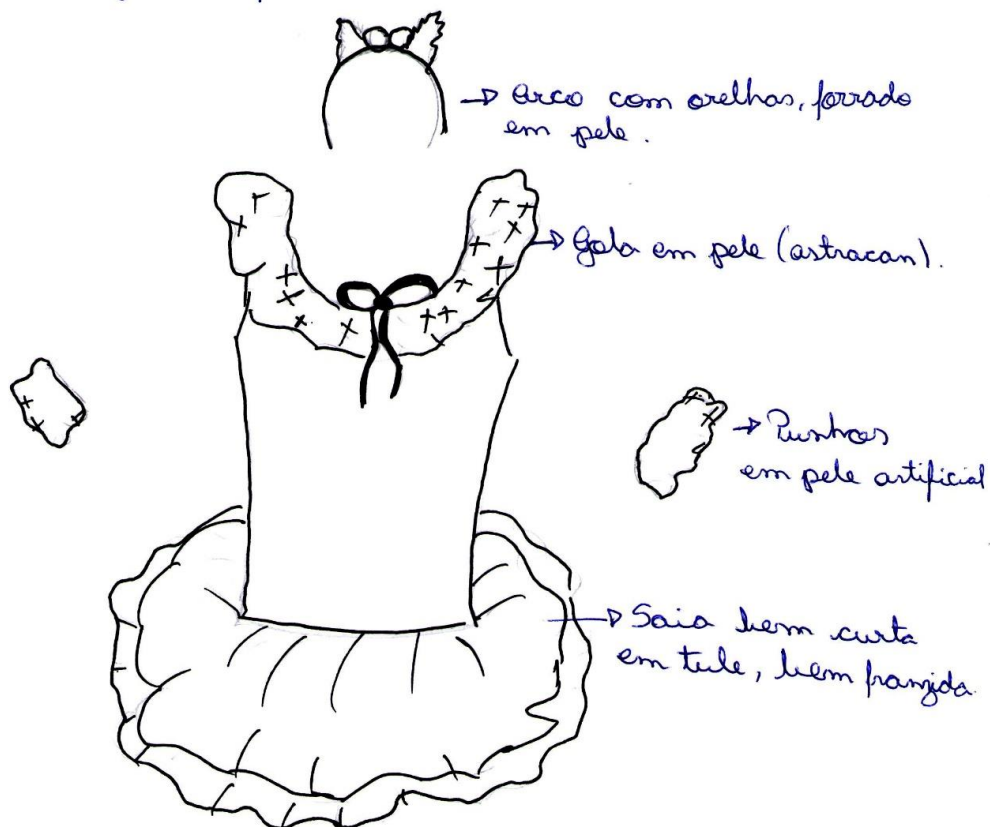
Apliques em pele falsa (pelúcia).





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Personagem: Gatas
ballant em suplex ou cotton
Saia em tule bem armada e curta.
Gola em pele artificial.



cores diversas para cada aluna: Branco, marrom, bege, preto...
(a escolha das professoras).



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Personagem: Os 3 porquinhos.

Saia curta armada em tule, sobressaia em
atêrd azul claro com suspensório.

Camisa em tricoline xadrez rosa.



→ tiara com orelhas, rosa
claro



→ camisa com manga
beponte.

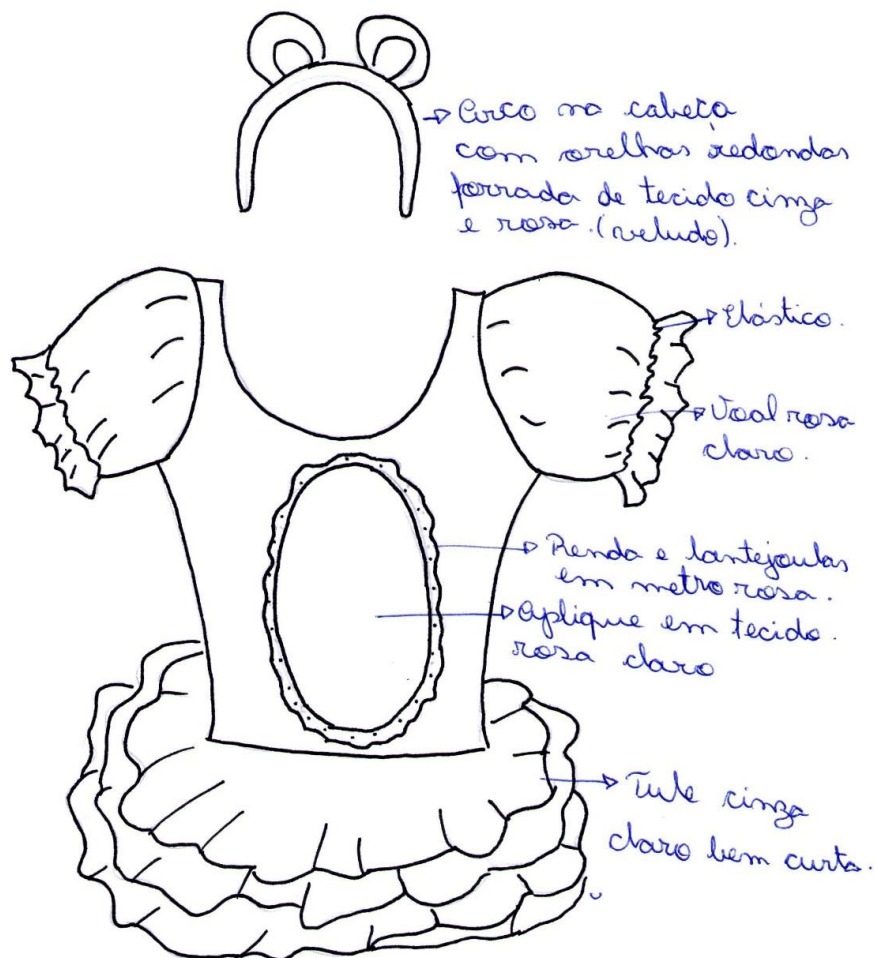
→ saia azul

→ tule rosa.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Personagem: Ratinhas
balant em suplex ou colton.
Saia bem curta modelo tutu repolho em tule.



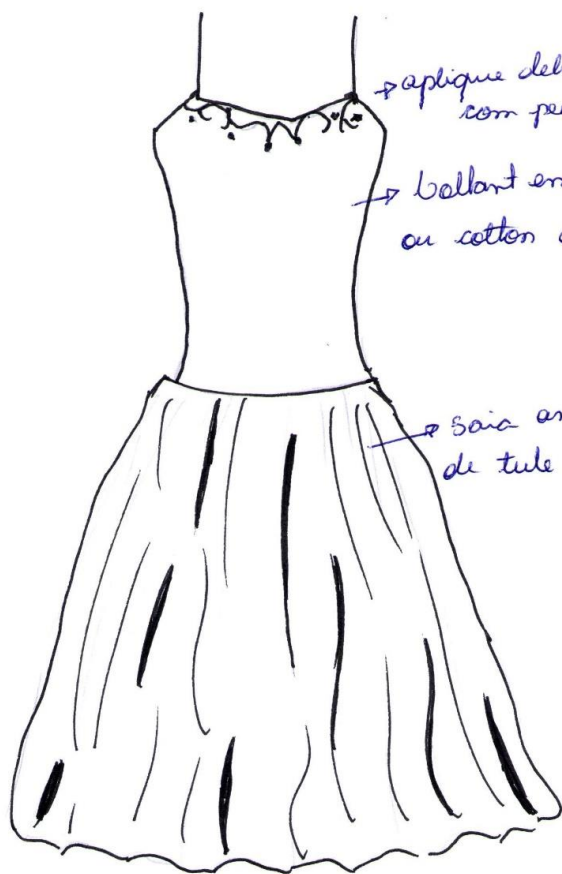


ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Personagem : Felizes para sempre.
Ballet em suplex ou cotton azul claro.
Saia longa em tule azul claro.



→ adereço em centas
e brilhos



→ aplique delicado
com pedrinhas.

→ Ballet em suplex
ou cotton azul

→ Saia ampla e longa
de tule (+-6 camadas).



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ



Aldeões Turma Adulta e Base 1 Iniciante

- Meninos: calça de Celetel marron
- Blusa de malha Pv e capuz em celetel ou malha
- Máscara
- Meninas: Vestido até o joelho de malha bali e celetel
- Avental branco
- Máscara

Valor de cada conjunto:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPECÓ



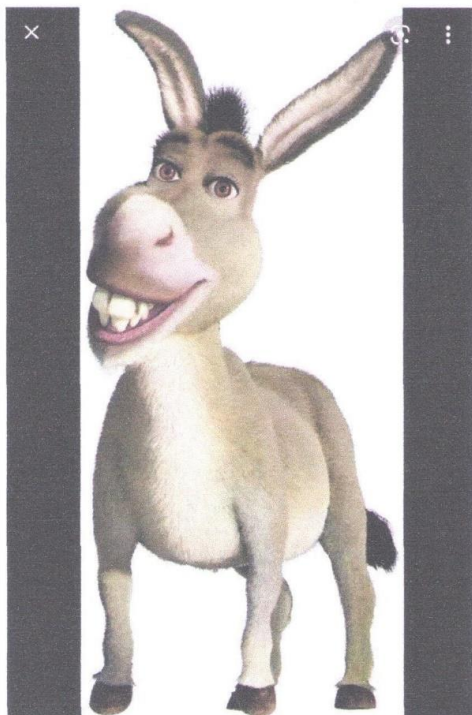
BISCOITO- PERSOBAGEM PRINCIPAL

- Macacão de soft com detalhes em branco e roxo
- Máscara

Valor total:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ



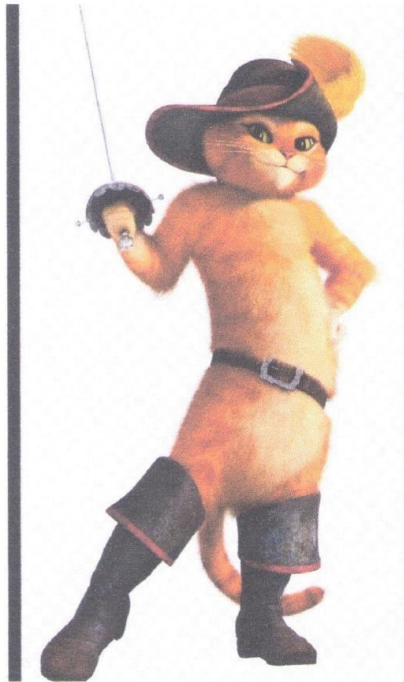
Burro: PERSONAGEM PRINCIPAL

- Macacão de pelo cinza com detalhes em branco com rabo
- Máscara

Valor:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPECÓ



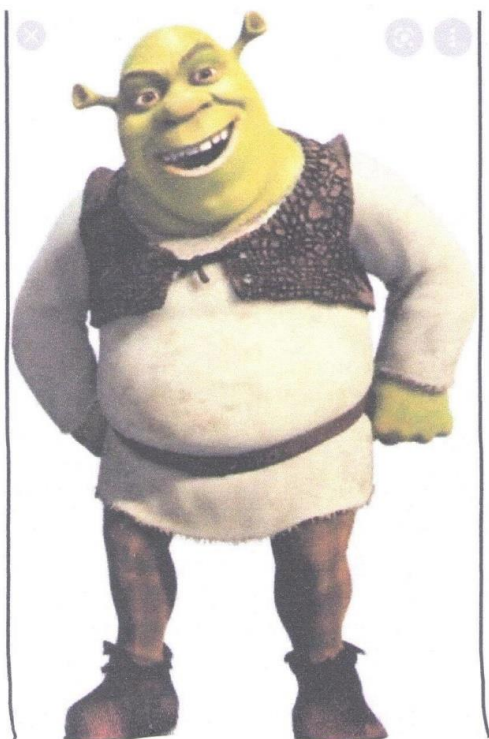
Gato de Botas- PERSONAGEM PRINCIPAL

- Macacão de pelo marrom claro ou laranja claro com rabo
- Máscara

Valor total:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPECÓ



SHREK – PERSONAGEM PRINCIPAL

- Calça leggin marron ou xadrez escura
- Blusa de manga longa de Matelace ou malha Pv
- Colete marrom de coro sintético ou camurça
- Barriga feita com fibra e revestida com malha
- Cinto

Valor total:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Figurinos para o espetáculo 2021- SHREK



Turma Infantil manhã e tarde: Filhos do Dragão e Burro

- Macacão de Celetel cinza com detalhes em rosa (meninas) e preto (meninos)
- Máscara

Valor total:





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ



Turma Junior – Pinóquio

- Calção com bolsos com suspensório de tafetá azul
- Blusa branca malha Bali branca com detalhes em amarelo
- Máscara
- Chapéu de Celetel e fibra

Valor total:





ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ



Turma Inter: Resgate da Princesa Fiona (Fionas)

- Vestido verde de malha e Plush com detalhes em dourado.
- Máscara

Valor Total:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ



Turma Avançada: Fiona e as princesas

- Vestido até no joelho de cetim e malha bali com detalhes de acordo com cada princesa.
- Máscara

Valor total:



EXTRATO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE MUNICÍPIO DE CHAPECÓ E O BANCO DO BRASIL S.A

Publicação Nº 3132141

EXTRATO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE MUNICÍPIO DE CHAPECÓ E O BANCO DO BRASIL S.A

TOMADOR – Município de Chapecó.

AGENTE FINANCEIRO – Banco do Brasil S.A.

OBJETO – O presente PROTOCOLO tem por objeto manifestar o interesse das PARTES em empregar ações conjuntas para a contratação de Operação de Crédito, no valor de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para viabilizar Projetos e Programas de Investimentos no Município e liquidar o valor principal de operações de crédito anteriormente contratadas pelo Município com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – Fonplata e com a Caixa Econômica Federal.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente PROTOCOLO entra em vigor a partir da data de sua assinatura, com vigência até 01/10/2021

VALOR: R\$ 300.000.000,00 (Trezentos milhões de reais)

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 01 de Julho de 2021 – Banco do Brasil S.A - Agente Financeiro, Flávio J. Garlet; Prefeitura Municipal de Chapecó - Tomador, João Rodrigues.

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 019/2021

Publicação Nº 3131549

EXTRATO DO TERMO DO TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 019/2021

CEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CESSIONÁRIO – Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta

OBJETO – O presente termo de convênio tem por finalidade estabelecer a parceria entre o MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA e o MUNICIPIO DE CHAPECÓ, mediante a cessão do(a) servidor(a) público municipal Ana Eliza Tauchert, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Licenciatura Plena, portador da carteira de identidade nº 8.279.548 SSP/SC, CPF nº: 982.606.269-34, matrícula 77369, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Educação do Município de Cordilheira Alta-SC, com ônus de remuneração, encargos trabalhistas e previdenciários ao Cessionário.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA – O presente convênio tem início de vigência no dia 01 de Janeiro de 2021 e término previsto para o dia 31 de Dezembro de 2024, podendo ser alterado ou complementado através de termo aditivo a ser formalizado entre as partes.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 24 de Junho de 2021 – João Rodrigues, Prefeito Municipal de Chapecó, Clodoaldo Briancini, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta.

LEI 7.495

Publicação Nº 3131211

LEI Nº 7.495 DE 01 DE JULHO DE 2021

Dispõe sobre a remoção de veículos abandonados, sucatas, desmanche e consertos de veículos em logradouros públicos do Município de Chapecó e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibido o uso do logradouro público para depósito de veículos de desmanche, retirada de peças, sucatas ou consertos mecânicos, exceto os emergenciais que não possam ser removidos, ou a remoção irá demorar mais que o conserto no local.

Parágrafo único. A remoção de veículos, sucatas, peças de desmanche abandonados e consertos de veículos em logradouros públicos do Município de Chapecó/SC fica regida por esta Lei.

Art. 2º Para os fins desta Lei, consideram-se abandonados os veículos, sucatas ou peças de desmanche que:

I - se encontrarem estacionados em logradouro público por prazo superior a 30 (trinta) dias; e,

II - estiverem em visível mau estado de conservação, com a carroceria apresentando evidentes sinais de colisão ou ferrugem, ou for objeto de vandalismo, ou depreciação voluntária.

Parágrafo único. O tempo de abandono do veículo, sucata ou peça de desmanche será contado a partir de constatação pela autoridade competente, através de termo próprio, que pode ser motivado por denúncia feita por qualquer cidadão, ou por iniciativa da própria autoridade competente.

Art. 3º Nos casos em que ficar caracterizado o abandono ou depósito, o veículo, sucata ou peça de desmanche, quando possível, será identificado, e o proprietário será notificado pelo órgão municipal competente para que retire o veículo, sucata ou peça de desmanche do logradouro público, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de remoção.

§ 1º Caso o veículo, sucata ou peça de desmanche não possua placas de identificação para a devida notificação, a remoção será imediata.

§ 2º O veículo, sucata ou peça de desmanche removido será levado pelo órgão Municipal competente para o depósito público do Município de Chapecó/SC.

Art. 4º O veículo, sucata ou peça de desmanche removido em conformidade com esta Lei, e não reclamado por seu proprietário dentro do prazo de sessenta dias, contado da data de recolhimento, será avaliado e levado a leilão ou a reciclagem e recuperação de resíduos.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 01 de julho de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO 001 DE 28 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3132124

RESOLUÇÃO Nº 001 DE 28 DE JUNHO DE 2021.

CRIA A COMISSÃO ELEITORAL PARA O FÓRUM DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS 2021.

A Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 34.859, de 16 de novembro de 2017, considerando a reunião ordinária virtual do dia 28 de junho de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Fica criada a Comissão Eleitoral para o Fórum de Entidades Não Governamentais 2021 com a seguinte composição:

- 1- SANDRA NESPOLO BERGAMAN;
- 2- GABRIELA CELLA STOFFEL; e
- 3- FERNANDA TORMEM.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó/SC, 28 de junho de 2021.

SANDRA NESPOLO BERGAM
Presidente do COMSEA

RESOLUÇÃO 002 DE 28 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3132134

RESOLUÇÃO Nº 002 DE 28 DE JUNHO DE 2021.

CRIA A COMISSÃO PARA ORGANIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA.

A Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 34.859, de 16 de novembro de 2017, considerando a reunião ordinária virtual do dia 28 de junho de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Fica criada a Comissão para organização da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA com a seguinte composição:

- 1- SANDRA NESPOLO BERGAMAN;
- 2- GABRIELA CELLA STOFFEL; e
- 3- CLEONICE MARIA MARCOLAN.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó/SC, 28 de junho de 2021.

SANDRA NESPOLO BERGAM
Presidente do COMSEA

Cocal do Sul

PREFEITURA

2ª CONVOCAÇÃO - TP 02/PMCS/2021

Publicação Nº 3130686

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO

Cocal do Sul, 01 de julho de 2021
CONVOCAÇÃO

ASSUNTO: TOMADA DE PREÇO Nº 02/PMCS/2021

OBJETO: Contratação de agência de propaganda e/ou publicidade para prestação de serviços de publicidade e propaganda, correspondentes ao estudo, ao planejamento, à conceituação, à concepção, à criação, à execução interna, à intermediação e supervisão da execução externa e à distribuição de campanhas de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação; à criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias; e demais serviços inerentes à atividade publicitária, destinados ao atendimento das necessidades de comunicação da Administração Municipal de Cocal do Sul.

Prezados Licitantes:

ARILTON AMADOR PROPAGANDA
BLUE PUBLICIDADE E PROPAGANDA
FLB PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA
ÔMEGA COMUNICAÇÃO
INTEGRAL ASSESSORIA E PROPAGANDA

Nos termos dos dispositivos contidos na TOMADA DE PREÇO Nº 02/PMCS/2021, comunicamos a realização da 4ª (quarta) sessão e convocamos a participar dela os representantes das empresas elencadas acima, que terá por finalidade a abertura dos Documentos de Habilitação (envelope nº 5), em continuidade aos trabalhos do processo administrativo Nº 29/PMCS/2021 correspondente ao Edital acima epigrafado.

A sessão de que trata a presente convocação será realizada às 14h do dia 06/07/2021 – horário de Brasília, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na Avenida Polidoro Santiago, 519 – Cocal do Sul – SC.

LUIS CARLOS DE MELO
Presidente da Comissão de Licitação

AVISO CONCORRÊNCIA Nº 03/PMCS/2021

Publicação Nº 3131863

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4E24E7820951047550C83537EE4194E298490A5F

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/PMCS/2021
CONCORRÊNCIA Nº 03/PMCS/2021

Objeto: Concessão de uso gratuito de 04 (quatro) terrenos urbanos, de propriedade da municipalidade descritos no item 1.2, pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado conforme condições fixadas neste Edital e no contrato de concessão que vier a ser firmado, cujas regras os interessados deverão submeter-se sem quaisquer restrições.

Tipo: Maior Pontuação.

Recebimento dos envelopes: Até às 09h00min do dia 03/08/2021.

Abertura: Dia 03/08/2021, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitação", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 01 de julho de 2021.
FERNANDO DE FAVERI MARCELINO
Prefeito Municipal

DECRETO SAF/N. 427/21

Publicação N° 3132365

DECRETO SAF/Nº. 427/21, de 29 de junho de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

MARCOS FELIPE DOS SANTOS, portador do CPF nº. 083.914.429-69, do cargo em comissão de Assessor Administrativo III, nomeado pelo Decreto SAF/N. 62/21, de 19 de janeiro de 2021, a partir de 29 de junho de 2021.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 29 de junho de 2021.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO
Prefeito Municipal

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 428/21

Publicação N° 3132367

DECRETO SAF/Nº. 428/21, de 29 de junho de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve

EXTINGUIR

Contrato de Trabalho por Morte de RITA LORENA DE BONA SARTOR, Terapeuta Holística, nomeada pelo Decreto SAF/N. 181/03, de 12 de março de 2003, a partir de 23 de junho de 2021.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 29 de junho de 2021.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO
Prefeito Municipal

JUAREZ ED SOUZA MEDEIROS
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 429/21

Publicação N° 3132370

DECRETO SAF/Nº. 429/21, de 29 de junho de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

VITOR RODRIGUES DE SOUZA, portador do CPF nº. 115.997.779-83, para o cargo em comissão de Assessor Administrativo III, 40 horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de julho de 2021.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 29 de junho de 2021.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO
Prefeito Municipal

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 431.21

Publicação Nº 3130960

DECRETO SAF/Nº. 431/21, de 01 de julho de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei 1.514, de 20 de novembro de 2019, resolve:

NOMEAR:

ALISSON DA SILVA, brasileiro, maior, portador do CPF nº. 039.596.109-20, para responder pelo cargo de DIRETOR DO SAMAE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto) de Cocal do Sul, a partir de 01 de julho de 2021.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de julho de 2021.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO
Prefeito MunicipalJUAREZ DE SOUZA MEDEIROS
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento**DECRETO SAF/Nº. 432/21**

Publicação Nº 3132360

DECRETO SAF/N. 432/21, de 01 de julho de 2021.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.615, de 01 de julho de 2021,

RESOLVE,

Art. 1º Fica aberto crédito especial no orçamento da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, no valor de R\$ 20.897,32(vinte mil oitocentos e noventa e sete reais e trinta e dois centavos) para o exercício de 2021, com a seguinte discriminação:

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADM., FAZENDÁRIA E PLANEJAMENTO		
ÓRGÃO	05	
Manutenção Convênio Secretaria Segurança Pública - SSP	2.041	
Elemento	Descrição	Valor
4.4.30.00.00.00.00.00.03.00.0000	Transferências ao Estado e ao Distrito Federal	20.897,32
TOTAL		20.897,32

Art. 2º A abertura de crédito especial ao orçamento da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, se dá para aquisição de equipamentos, destinados ao 3º/2º/2ª/GEIC – Grupo PM de Cocal do Sul, com base no Convênio 131/2016, de 15 de dezembro de 2016 – Radiopatrulha.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de julho de 2021.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO
Prefeito MunicipalJUAREZ DE SOUZA MEDEIROS
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento**EXTRATO CONTRATO 15/PMCS/2021**

Publicação Nº 3130495

CONTRATO Nº: 15/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: MICHELE PACHECO DA ROSA SANDOR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 156/PMCS/2019.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/PMCS/2019

CREDENCIAMENTO Nº 05/PMCS/2019

Objeto: Realização, pelo CONTRATADO, de leilão para venda de bens móveis patrimoniais diversos (veículos e outros), listados em anexo, de propriedade do CONTRATANTE

Assinatura: 23/02/2021

Vigência: Início: 24/02/2021

Valor: A remuneração do CONTRATADO para realizar o leilão será constituída, exclusivamente, da comissão de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor de venda de cada bem, ou lote, negociado em leilão, cobrada, sem a interveniência do Município, pelo próprio leiloeiro, diretamente dos respectivos arrematantes dos bens, conforme prescreve o § 2º do art. 42 do Decreto nº 21.981/32, combinado com o parágrafo único do art. 24 do mesmo decreto

EXTRATO TERMO ADITIVO 01/FUNDAC/2021

Publicação Nº 3130458

ADITIVO Nº: 01/2021.

CONTRATO Nº: 01/2019.

TIPO DE ADITIVO: SEGUNDO T.A. – PRORROGAÇÃO E ACRÉSCIMO

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE COCAL DO SUL - FUNDAC.

CONTRATADA: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 01/FUNDAC/2019.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 01/FUNDAC/2019.

Objeto do Contrato: FEBAVE, através do Curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE e o Hospital Veterinário UNIBAVE, realizar procedimentos médicos veterinários no que diz respeito à castração, em especial cães e gatos, implantação de microchip, atendimentos clínicos e cirúrgicos e realização de palestras e oficinas nas escolas do município de Cocal do Sul.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO e ACRÉSCIMO de 25% (vinte e cinco por cento) do contrato firmado entre as partes em 02/10/2019.

Assinatura: 12/05/2021

Vigência: Início: 16/05/2021 Término: 15/05/2022

Valor: R\$: 60.000,00 (sessenta mil reais).

EXTRATO TERMO ADITIVO 08/FMS/2021

Publicação Nº 3130480

ADITIVO Nº: 08/2021.

CONTRATO Nº: 23/2017.

TIPO DE ADITIVO: QUINTO T.A. – PRORROGAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: ROLBR CLÍNICA MÉDICA LTDA - ME

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 09/FMS/2017

PREGÃO PRESENCIAL: 08/FMS/2017

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos de urgência e emergência (plantões), para atender os pacientes na unidade de referência em saúde de Cocal do Sul/SC.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato e REAJUSTE de 8,34% (oito vírgula trinta e quatro por cento) do valor do contrato firmado entre as partes em 24/07/2017.

Assinatura: 25/06/2021

Vigência: Início: 01/07/2021 Término: 30/06/2022

Valor: R\$: 455.000,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil reais)

EXTRATO TERMO ADITIVO 17/PMCS/2021

Publicação Nº 3130469

ADITIVO Nº: 17/2021.

CONTRATO Nº: 52/2020.

TIPO DE ADITIVO: QUARTO T.A. – PRORROGAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: ZALUZ TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES LTDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 54/PMCS/2020

PREGÃO PRESENCIAL: 06/PMCS/2020

Objeto do Contrato: Contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviço com fornecimento de materiais para Implantação de um Canal de Drenagem de Desvio de Descarga do Rio Tigre, por meio do Contrato nº 531.383 – DV 71 que entre si, fazem a Caixa Econômica Federal e o Município de Cocal do Sul destinado ao apoio financeiro para o financiamento de despesas do capital, conforme plano Finisa: Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO do contrato firmado entre as partes em 17/07/2020.

Assinatura: 17/05/2021

Vigência: Início: 22/05/2021 Término: 31/07/2021

EXTRATO TERMO ADITIVO 18/PMCS/2021

Publicação Nº 3130466

ADITIVO Nº: 18/2021
CONTRATO Nº: 42/2020
TIPO DE ADITIVO: PRIMEIRO T.A. – PRORROGAÇÃO E REAJUSTE
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: VIVIANE NICHELE MENDES
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 50/PMCS/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO: 12/PMCS/2020

Objeto do Contrato: Locação de um terreno de propriedade do LOCADOR, localizada no Lote nº 38, bairro Belvedere, Urussanga/SC, para nele serem instalados serviços públicos de interesse do município (Repetidora do Sistema de Radiocomunicação)

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto PRORROGAÇÃO e REAJUSTE de 32,03% (trinta e dois vírgula zero três por cento) ao valor do contrato firmado entre as partes em 29/05/2020.

Assinatura: 18/05/2021

Vigência: Início: 30/05/2021 Término: 29/05/2022

Valor: R\$: 3.960,90 (três mil e novecentos e sessenta reais com noventa centavos).

EXTRATO TERMO ADITIVO 22/PMCS/2021

Publicação Nº 3130472

ADITIVO Nº: 22/2021.
CONTRATO Nº: 50/2020.
TIPO DE ADITIVO: SEGUNDO T.A. – PRORROGAÇÃO E ACRÉSCIMO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: NEGRO MATERIAIS ELÉTRICOS E ENGENHARIA LTDA
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 49/PMCS/2020
TOMADA DE PREÇO: 05/PMCS/2020

Objeto do Contrato: Contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviço com fornecimento de materiais para construção do acesso à Quadra Coberta Poliesportiva da Escola José Perucchi, no Bairro Vila Nova, em Cocal do Sul.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO do contrato e o ACRÉSCIMO de 23,99% (vinte e três vírgula noventa e nove por cento) ao valor do contrato firmado entre as partes em 24/06/2020.

Assinatura: 22/06/2021

Vigência: Início: 01/07/2021 Término: 31/08/2021

Valor: R\$ 11.755,43 (onze mil e setecentos e cinquenta e cinco reais com quarenta e três centavos).

EXTRATO TERMO ADITIVO 23/PMCS/2021

Publicação Nº 3130476

ADITIVO Nº: 23/2021
CONTRATO Nº: 76/2020.
TIPO DE ADITIVO: SEGUNDO T.A. – PRORROGAÇÃO E ACRÉSCIMO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: NEGRO MATERIAIS ELÉTRICOS E ENGENHARIA LTDA
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 114/PMCS/2020.
TOMADA DE PREÇO: 15/PMCS/2020

Objeto do Contrato: Contratação de empresa do ramo pertinente de prestação de serviços com fornecimento de material para construção da Capela "Memorial dos Padres", no município de Cocal do Sul-SC.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO do contrato e o ACRÉSCIMO de 21,02% (vinte e um vírgula zero dois por cento) ao valor do contrato firmado entre as partes em 30/11/2020

Assinatura: 22/06/2021

Vigência: Início: 01/07/2021 Término: 31/09/2021

Valor: R\$ 13.233,45 (treze mil e duzentos e trinta e três reais com quarenta e cinco centavos).

EXTRATO TERMO ADITIVO 24/PMCS/2021

Publicação Nº 3130479

ADITIVO Nº: 24/2021
CONTRATO Nº: 03/2021.
TIPO DE ADITIVO: SEGUNDO T.A. – ACRÉSCIMO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: NEGRO MATERIAIS ELÉTRICOS E ENGENHARIA LTDA
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 114/PMCS/2020.
TOMADA DE PREÇO: 15/PMCS/2020

Objeto do Contrato: Contratação de empresa do ramo pertinente de prestação de serviços com fornecimento de material para Revitalização da Rua Raul Pompéia, em frente ao centro de eventos, no município de Cocal do Sul-SC, transferência de recursos financeiros do Governo do Estado através dos repasses das Emendas Parlamentares Impositivas Especiais – Emenda Constitucional nº 78 de 01 de julho de 2020, nº do processo SCC 4193/2020 – Emenda nº 362.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto o ACRÉSCIMO de 20,79% (vinte vírgula setenta e nove por cento) do contrato firmado entre as partes em 07/01/2021

Assinatura: 22/06/2021

Valor: R\$ 24.988,95 (vinte e quatro mil e novecentos e oitenta e oito reais com noventa e cinco centavos)

LEI Nº. 1.615

Publicação Nº 3131099

LEI Nº. 1.615, de 01 de julho de 2021.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A TRANSFERIR RECURSOS PARA CONTA DO FUNDO DE MELHORIA DA PMSC – FUMPOM, VISANDO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O 3º/2º/2ª/GEIC – GRUPAMENTO PM DE COCAL DO SUL, CONFORME CONVÊNIO N. 131/2016, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016(RÁDIO PATRULHA), E AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, FERNANDO DE FAVERI MARCELINO, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica autorizado o chefe do Poder Executivo a transferir recursos do Convênio de Radiopatrulha para conta do Fundo de Melhoria da PMSC – FUMPOM, com o objetivo de adquirir equipamentos, destinados ao 3º/2º/2ª/GEIC – Grupamento PM de Cocal do Sul, com base no inciso I, alínea "b", Cláusula Segunda, do Convênio n. 131/2016, de 15 de dezembro de 2016 – Radiopatrulha:

- a) 02(dois) Espargidores de Pimenta GI 108/ADV MAX I-REF;
- b) 2.000(duas mil) munições CBC 5,56X45 COMUM M193 (TREINA) A;
- c) 1.000(um mil) munições CBC 40SW TREINA CHPP 160GR A e
- d) 01(uma) Mira Holográfica Horus GM5.

Parágrafo único. Os recursos repassados serão os arrecadados do Convênio supra mencionado, disponíveis em c/c 12067-7, Agência 3072-4 Banco do Brasil.

Art. 2º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado abrir crédito especial ao orçamento da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, no valor de R\$ 20.897,32(vinte mil oitocentos e noventa e sete reais e trinta e dois centavos), para o exercício de 2021, no projeto/atividade a seguir descrito:

05 – Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, Fazendária e Planejamento.

2.041 – Manutenção Convênio Secretaria Segurança Pública – SSP

4.4.30.00.00.00.00.00.03.00.0000 – Transferências ao estado e ao Distrito Federal
..... R\$ 20.897,32.

Art. 3º A prestação de contas dos valores recebidos dar-se-á na forma da Legislação vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de julho de 2021.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO

Prefeito Municipal

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS

Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/FMS/2021

Publicação Nº 3131346

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/FMS/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/FMS/2021

O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.778.056/0001-88, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. FERNANDO DE FÁVERI MARCELINO, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o inciso I, do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, torna público o processo de Dispensa de Licitação conforme segue:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SONDAÇÃO DE SOLO A PERCUSSÃO TIPO STP.

Fornecedor: GEOTEC SONDAGEM E TRANSPORTE EIRELI

Razão da Escolha do Fornecedor: A escolha do fornecedor baseou-se na cotação de preços, e a empresa que apresentou o menor valor foi selecionada para o fornecimento do objeto.

Justificativa do Preço: No caso em questão, verifica-se que os valores estão compatíveis com as tabelas de preços praticadas no mercado em se tratando de serviço similar.

Previsão Legal: Inciso I, do Artigo 24, da Lei nº 8.666/93.

Dotação Orçamentária:

Manutenção da Rede Municipal de Saúde - 11.001.10.301.1400.2019.3.3.90.00.00

Cocal do Sul, 01 de julho de 2021.

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO

PREFEITO MUNICIPAL

RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/PMCS/2021

Publicação Nº 3131340

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 51/PMCS/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/PMCS/2021

O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.778.056/0001-88, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. FERNANDO DE FÁVERI MARCELINO, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o inciso I, do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, torna público o processo de Dispensa de Licitação conforme segue:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SONDAGEM DE SOLO A PERCUSSÃO TIPO STP.

Fornecedor: GEOTEC SONDAGEM E TRANSPORTE EIRELI

Razão da Escolha do Fornecedor: A escolha do fornecedor baseou-se na cotação de preços, e a empresa que apresentou o menor valor foi selecionada para o fornecimento do objeto.

Justificativa do Preço: No caso em questão, verifica-se que os valores estão compatíveis com as tabelas de preços praticadas no mercado em se tratando de serviço similar.

Previsão Legal: Inciso I, do Artigo 24, da Lei nº 8.666/93.

Dotação Orçamentária:

Manutenção dos Serviços Administrativos da Educação – 15.001.12.361.1200.2015.3.3.90.00.00

Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Rural - 16.001.15.452.1600.2069.3.3.90.00.00

Cocal do Sul, 01 julho de 2021.

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO

PREFEITO MUNICIPAL

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO 15/2021

Publicação Nº 3131514

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3FD3EEC6279EC1BB392F28604545DA2123CAB1D5

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 15/2021 – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 12/2020

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: ADITIVO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE DE COCAL DO SUL - SC E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA, NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, MANUTENÇÃO CORRETIVA, LEGAL E TECNOLÓGICA, IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO, PROVIMENTO DE DATACENTER E SUPORTE TÉCNICO, CONFORME PADRÕES DE DESEMPENHO E QUALIDADE OBJETIVAMENTE DESCRITOS NO ANEXO I DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2020.

VALOR: R\$ 84.404,20 (OITENTA E QUATRO MIL E QUATROCENTOS E QUATRO REAIS E VINTE CENTAVOS) ANUAL.

PRAZO DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES, DO DIA 02.07.2021 À 01.07.2022.

DATA DE ASSINATURA: 01 DE JULHO DE 2021.

ALISSON DA SILVA

DIRETOR DO SAMAE

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA N° 5/2021 – PMC

Publicação N° 3131749

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C601A1A37E7E6BFD868E798B75BD036CC7FB42C3

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

Concorrência N° 5/2021 - PMC

Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa, em regime de empreitada por preço unitário, para execução da rede de água, serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, obras complementares e obras de contenção do acesso, visando à implantação do Loteamento Industrial, Etapa 2, localizado neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 06/08/2021.

Abertura: dia 06/08/2021 as 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link

☐ Licitações ☐. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2160.

Registrado no TCE com a chave: C601A1A37E7E6BFD868E798B75BD036CC7FB42C3

Concórdia, SC, 1 de julho de 2021.

DANIEL FAGANELLO

Secretário Municipal de Planejamento

DECRETO N° 531/2021, DE 25 DE JUNHO DE 2021

Publicação N° 3131256

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 531/2021, DE 25 DE JUNHO DE 2021.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor FABRICIO NESI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2021, ao servidor FABRICIO NESI, ocupante do cargo de Odontólogo, matrícula 34509-01, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de fevereiro de 2013 a 2 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

LEIDE MARA BENDER

Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de junho de 2021.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

EXTRATO DO CONTRATO N° 69/2021 - PMC

Publicação N° 3131809

Contrato N° : 69/2021

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL SABOR DO SUL

Licitação :

Objeto : Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação fundamental e infantil, verba FNDE/PNAE/PNAC, durante o segundo semestre de 2021, descritos nos itens nº 11, 15, 17, 18, 19, 28, 30, 32, 34 e 35, todos de acordo com a Chamada Pública nº 1/2021, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Vigência : Início: 01/07/2021 Término: 31/12/2021

Assinatura : 23/06/2021

Valor R\$: 113.214,21 (Cento e Treze Mil, Duzentos e Quatorze Reais e Vinte e Um Centavos)

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: SAMARA LUANA DAVI BEVILAQUA BURNIER

Fiscal Técnico-Administrativo: JEAN PAULO DA SILVA

EXTRATO DO CONTRATO N° 70/2021 - PMC

Publicação N° 3131895

Contrato N° : 70/2021

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CECAFES - COOPERATIVA CENTRAL DE COMERCIALIZACAO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE ECONOMIA SOLIDARIA

Licitação :

Objeto : Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação fundamental e infantil, verba FNDE/PNAE/PNAC, durante o segundo semestre de 2021, descritos no item nº 5, de acordo com a Chamada Pública nº 1/2021, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Vigência : Início: 01/07/2021 Término: 31/12/2021

Assinatura : 23/06/2021

Valor R\$: 48.773,40 (Quarenta e Oito Mil, Setecentos e Setenta e Três Reais e Quarenta Centavos)

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: SAMARA LUANA DAVI BEVILAQUA BURNIER

Fiscal Técnico-Administrativo: JEAN PAULO DA SILVA

EXTRATO DO CONTRATO N° 71/2021 - PMC

Publicação N° 3131931

Contrato N° : 71/2021

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL

Licitação :

Objeto : Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação fundamental e infantil, verba FNDE/PNAE/PNAC, durante o segundo semestre de 2021, descritos nos itens nº 16 e 24, todos de acordo com a Chamada Pública nº 1/2021, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Vigência : Início: 01/07/2021 Término: 31/12/2021

Assinatura : 23/06/2021

Valor R\$: 90.949,00 (Noventa Mil e Novecentos e Quarenta e Nove Reais)

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: SAMARA LUANA DAVI BEVILAQUA BURNIER

Fiscal Técnico-Administrativo: JEAN PAULO DA SILVA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 72/2021 - PMC

Publicação Nº 3131934

Contrato Nº : 72/2021

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : COOPERATIVA DE PROD. AGRO. FAMILIAR DE CONCÓRDIA

Licitação :

Objeto : Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação fundamental e infantil, verba FNDE/PNAE/PNAC, durante o segundo semestre de 2021, descritos nos itens nº 01, 02, 03, 04, 07, 08, 09, 10, 13, 14, 23, 25, 27, 29, 31, 33, 37, 39 e 40, todos de acordo com a Chamada Pública nº 1/2021, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Vigência : Início: 01/07/2021 Término: 31/12/2021

Assinatura : 23/06/2021

Valor R\$: 306.552,17 (Trezentos e Seis Mil, Quinhentos e Cinquenta e Dois Reais e Dezessete Centavos)

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: SAMARA LUANA DAVI BEVILAQUA BURNIER

Fiscal Técnico-Administrativo: JEAN PAULO DA SILVA

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 8/2021 – PMC

Publicação Nº 3131762

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 8/2021 – PMC

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra de reforma e ampliação, em regime de empreitada por preço máximo unitário, da edificação que abriga o Terminal Rodoviário Municipal Neudy Primo Massolini.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Foi apurada a seguinte classificação: a licitante: ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA – EPP sagrou-se vencedora com o menor preço global de R\$ 1.371.243,56 (um milhão e trezentos e setenta e um mil e duzentos e quarenta e três reais e cinquenta e seis centavos); a licitante KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP ficou classificada em segundo lugar com o preço global de R\$ 1.419.797,81 (um milhão e quatrocentos e dezenove mil e setecentos e noventa e sete reais e oitenta e um centavos); a licitante CONTRUTORA FOSCARINI EIRELI ficou classificada em terceiro lugar com o preço global de R\$ 1.419.972,74 (um milhão e quatrocentos e dezenove mil e novecentos e setenta e dois reais e setenta e quatro centavos); a licitante CONSTRUTORA SOLO LTDA ficou classificada em quarto lugar com o preço global de R\$ 1.483.901,03 (um milhão e quatrocentos e oitenta e três mil e novecentos e um reais e três centavos). Ressalva-se que os preços cotados pela licitante vencedora ficaram abaixo dos preços máximos estipulado no item 9.1 do Edital. Importante reforçar que será verificada a conformidade da planilha apresentada pela licitante vencedora. O resultado da presente licitação será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, através do site www.diariomunicipal.sc.gov.br, em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, contando-se o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, previsto no artigo 109, inciso I, alínea "b", do citado diploma legal, da data de veiculação da publicação. Caso não haja o encaminhamento de recursos, o processo seguirá seu curso, procedendo-se a adjudicação e posterior homologação. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão com a presente ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações

Concórdia, SC, 1º de julho de 2021.

CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA

Presidente da CPL

PORTARIA Nº 118/2021, DE 29 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3131252

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 118/2021, DE 29 DE JUNHO DE 2021.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alterações e considerando o Ofício-CPAR nº 5/2021, emitido pela Presidente da Comissão.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, por 60 (sessenta) dias, a partir de 14 de julho de 2021, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial, constituída pela Portaria nº 72/2021, de 8 de abril de 2021, a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo empresa contratada para prestação dos serviços de transporte escolar, pelo Contrato nº 18/2021 – Pregão Eletrônico nº 64/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 119/2021, DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3131254

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 119/2021, DE 30 DE JUNHO DE 2021.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alterações, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes, e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- o processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 4072/2021, em 26 de fevereiro de 2021, do qual se extrai que os servidores C. D., matrícula 109476-00, R. da C., matrícula 105007-00, S. L. S., matrícula 103446-00, R. da C., matrícula 105856-00, ocupantes do cargo de Servente Braçal, C. A. de O., ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, matrícula 953482-00 e S. D., ocupante do cargo de Agente de Obras, matrícula 88242-00, em tese, teriam realizado o uso indevido do vale-transporte, cedendo-o para uso de terceiros, sendo que este deve ser utilizado exclusivamente para o deslocamento residência-trabalho e vice-versa do servidor, conforme Decreto nº 4.686, de 24 de setembro de 2003 e alteração;
- que tais fatos, se comprovados, configuram transgressão de conduta proibida, nos termos dos arts. 151, III e 152, VIII, ambos da Lei Complementar nº 90, de 1994 e alterações;
- o Parecer nº 793/2021, da Procuradoria Geral do Município, no sentido de instauração de Processo Administrativo Disciplinar;
- que, se comprovada a culpabilidade dos servidores, os mesmos poderão sujeitar-se à penalidade máxima de demissão nos termos do art. 168, XIV, da Lei Complementar nº 90, de 1994 e alterações, sem prejuízo de ressarcimento de valores ao erário municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo os servidores C. D., matrícula 109476-00, R. da C., matrícula 105007-00, S. L. S., matrícula 103446-00, R. da C., matrícula 105856-00, ocupantes do cargo de Servente Braçal, Grupo Ocupacional Base – GB, C. A. de O., ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Operacional – GO, matrícula 953482-00 e S. D., ocupante do cargo de Agente de Obras, matrícula 88242-00, Grupo Ocupacional Operacional – GO.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados, para efetuar todos os procedimentos necessários, em face da instauração do presente Processo Administrativo Disciplinar:

I – presidente: MICHELE GALEAZZI, servidora estável, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, Grupo Ocupacional Especialista – GE;
II – membros:

- a) MARIANA ZOLET RIGO, servidora estável, ocupante do cargo de Agente Administrativo;
- b) ANDERSON DAL PRA DAL VESCO, servidor estável, ocupante do cargo de Técnico Legislativo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PROCESSO ADMINISTRATIVO 49/2021-8 - PMC

Publicação Nº 3131745

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
NOTIFICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 49/2021-8

Processo Licitatório nº 247/2020 PMC
Concorrência nº 11/2020 PMC
Contrato nº 49/2021 PMC
Contratada: PANAMBI AMBIENTAL EIRELI - CNPJ: 37.765.619/0001-05.

Fica NOTIFICADA a PANAMBI AMBIENTAL EIRELI – CNPJ 37.765.619/0001-05, diante do descumprimento das obrigações previstas no Contrato 49/2021, devido a não apresentação de sistema rastreamento (GPS) em todos os veículos utilizados na prestação dos serviços, para que preste os esclarecimentos necessários, no prazo máximo de 5(cinco) dias úteis.

No caso de não acolhimento das razões defensivas poderão ser aplicadas as seguintes penalidades contratuais, sem prejuízo da rescisão contratual:

- PAGAMENTO DE MULTA DE 0,50% (cinquenta centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 5% (cinco por cento), conforme cláusula 12.1.1.2;
- SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, por prazo não superior a dois anos, conforme cláusula 12.1.1.4;
- DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 12.1.2.3. anterior, conforme Cláusula 12.1.2.4;

Os autos do Processo Administrativo, assim como a Notificação, encontram-se a disposição na Diretoria de Meio Ambiente.

Concórdia-SC, 01 de julho de 2021

ANIBAL FONTANELLA DE SOUZA
Fiscal Técnico

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 263/2021

Publicação Nº 3130407

DECRETO Nº 263/2021, de 01 DE JULHO DE 2021

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE MÉDICO CLÍNICO GERAL, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial descritas no Art.70º da Lei Orgânica Municipal e parágrafo único do Art. 3º da Lei 468/2001,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o contrato, a partir do dia 01 de julho de 2021, em caráter temporário por excepcional interesse público, para atendimento da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, para atender na linha de frente ao combate à propagação da COVID-19, o servidor MARCELO LUAN GUARAGNI, no cargo de Médico Clínico Geral, com carga horária de 20 horas semanais.

Parágrafo Único: O presente contrato de trabalho vigorará até 31/10/2021, podendo ser antecipado o seu término ou prorrogado no interesse público, conforme parecer da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º O servidor se sujeitará ao disposto na Lei Municipal n. 468/2001 e, subsidiariamente, nas Leis Complementares n. 18/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cordilheira Alta) e n. 93/2013 (Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais de Cordilheira Alta).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 01 de julho de 2021.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 264/2021

Publicação Nº 3130409

DECRETO Nº 264/2021, de 01 DE JULHO DE 2021

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE ENFERMEIRO, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial descritas no Art.70º da Lei Orgânica Municipal e parágrafo único do Art. 3º da Lei 468/2001,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o contrato, a partir do dia 01 de julho de 2021, em caráter temporário por excepcional interesse público, para atendimento da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, para atender na linha de frente ao combate à propagação da COVID-19, a servidora ANA RAQUEL BRITES DE OLIVEIRA, no cargo de Enfermeira, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: O presente contrato de trabalho vigorará até 31/10/2021, podendo ser antecipado o seu término ou prorrogado no interesse público, conforme parecer da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º A servidora se sujeitará ao disposto na Lei Municipal n. 468/2001 e, subsidiariamente, nas Leis Complementares n. 18/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cordilheira Alta) e n. 93/2013 (Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais de Cordilheira Alta).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 01 de julho de 2021.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 265/2021

Publicação Nº 3131050

DECRETO Nº 265, DE 01 DE JULHO DE 2021

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 70, inc. XXV, da Lei Orgânica do Município de Cordilheira Alta e art. 9º, inc. II, da Lei Complementar n. 018/2001,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 01/07/2021, a servidora VANIA MARIA BEZERRA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador Pedagógico, com carga de 40 horas semanais, ficando lotada na Secretaria de Educação.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 01 de julho de 2021.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 266/2021

Publicação Nº 3131052

DECRETO Nº 266/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial descritas na Lei Orgânica Municipal, considerando o Edital de Processo Seletivo 002/2021, com resultado final homologado em 18 de maio de 2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica contratado, a partir do dia 01 de julho de 2021, em caráter temporário por excepcional interesse público, para atendimento da Secretaria Municipal de Água e Saneamento Básico, RODRIGO KOLING, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O servidor se sujeitará ao disposto na Lei Municipal n. 468/2001 e, subsidiariamente, nas Leis Complementares n. 18/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cordilheira Alta) e n. 93/2013 (Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos servidores de Cordilheira Alta).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 01 de julho de 2021.

Registrado e publicado em data supra.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 267, DE 01 DE JULHO DE 2021 "DECLARA IMÓVEL DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Publicação Nº 3131751

DECRETO Nº 267, DE 01 DE JULHO DE 2021

"DECLARA IMÓVEL DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXVIII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 6º do Decreto-Lei Federal n. 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável, o imóvel registrado no CRI de Chapecó sob a matrícula n.

109.687, com 20.344,57m² de área, de propriedade de Tozzo Futebol Clube, inscrito no CNPJ sob o n. 75.433.805/0001-28.

Parágrafo único. O imóvel descrito no caput é avaliado no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), conforme laudo de avaliação emitido pela Comissão Especial de Avaliação do Município de Cordilheira Alta.

Art. 2º A desapropriação de que trata este Decreto destina-se à construção de uma creche municipal e de um centro de atividades esportivas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 01 de julho de 2021.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL DO CONTRATO 55/2021

Publicação Nº 3131365

Extrato DO CONTRATO ADM N. 55/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 116/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 60/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: GEOVIAS ENGENHARIA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E LICENCIAMENTO AMBIENTAL EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até a data de 31/12/2021.

VALOR: O Município pagará pelo Objeto contratado, o valor global estimado de R\$ 16.200,00 (Dezesseis mil e duzentos reais), sendo R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais mensais), pelo período de 6 (seis) meses

DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do presente correrão por conta do Orçamento vigente, cuja fonte de recurso tem a seguinte classificação: (Projeto Atividade 2.020 Elemento 3.3.90), prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2021.

Signatários: Clodoaldo Briancini e Geovias Engenharia Ltda

Cordilheira Alta/SC, 01/07/2021.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 117/2021 DISPENSA 61/2021

Publicação Nº 3132376

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público a dispensa de licitação conforme abaixo:

PROCESSO: 117/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 61/2021

SOLICITANTE: SECRETARIA DE AGRICULTURA, IND. E COMÉRCIO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PLACAS GALVANIZADAS E PLACA EM PVC ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IND. E COMÉRCIO DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC.

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.

VALOR TOTAL DO PROCESSO R\$: 4.037,00 (Quatro mil e trinta e sete reais)

CONTRATADO: ASHTAR INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME

Cordilheira Alta, SC, em 01 de julho de 2021.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 205/2021 "CRIA PROGRAMA PORTEIRA ADENTRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 3130874

LEI COMPLEMENTAR Nº 205/2021

"CRIA PROGRAMA PORTEIRA ADENTRO, e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E FICA SANCIONADA A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica criado no Município de Cordilheira Alta o programa PORTEIRA ADENTRO, que consiste em prestar serviços – em propriedades particulares sediadas no território municipal – com máquinas, veículos e/ou equipamentos de propriedade da municipalidade.

§ 1º Os valores individualizados da prestação de serviço de máquinas, veículos e/ou equipamentos, a título de preço público, são os constantes no anexo único desta Lei Complementar - fixados com base nos custos operacionais dos bens utilizados por hora de efetivo serviço executado.

§ 2º Os valores constantes no anexo único desta Lei Complementar serão corrigidos anualmente pelo IPCA/IBGE;

Art. 2º A adesão ao programa ocorrerá mediante solicitação do proprietário/possuidor do imóvel, pessoa física ou jurídica, em formulário próprio disponibilizado pelo Município de Cordilheira Alta.

Art. 3º A execução dos serviços ocorrerá de acordo com a ordem das solicitações.

§ 1º Os serviços de interesse públicos terão prioridade sobre os particulares.

§ 2º Excepcionalmente, nos casos de urgência, emergência e calamidade ou, no interesse público, para facilitar o itinerário das máquinas, veículos e/ou equipamentos, a execução dos serviços poderá seguir outra ordem de execução que não a disposta no caput deste artigo.

§ 3º Na execução de serviços em que a legislação específica exigir a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), ficará a cargo do tomador do serviço a Contratação do Profissional Responsável, bem como o pagamento da respectiva taxa.

Art. 4º Será de 60 (sessenta) dias, contados da data execução dos serviços, o prazo para pagamento das horas efetivamente trabalhadas, cujo preço será aquele que estiver em vigor na data do recolhimento aos cofres municipais.

Parágrafo Único. A inadimplência junto ao Município de quaisquer valores (tributáveis ou não) importará no imediato cancelamento do incentivo, restabelecendo-se os valores de origem com acréscimo de juros e multas, na forma do Código Tributário Municipal, além de impedimento para formalizar novos pedidos de prestação de serviço, até que quite seu débito.

Art. 5º Os benefícios do programa, a título de incentivo, constituem-se na concessão de percentuais de desconto sobre os valores constantes no anexo único desta Lei Complementar, de acordo com o que segue:

I - Para os proprietários/possuidores de imóveis rurais: desconto de até 60% (sessenta por cento), desde que atendidos os seguintes requisitos, sendo que cada requisito corresponde a 20% (vinte por cento):

- a) apresentar notas de produtor rural que contemplem todas as transações agropecuárias da sua propriedade e estar em dia com as obrigações fiscais impostas pelas normas tributárias do município;
- b) cumprir integralmente com as normas de proteção ambiental em sua propriedade;
- c) Possuir sistema de armazenamento de água da chuva ou realizar a limpeza/roçada nas margens das estradas que cortam a sua propriedade.

Parágrafo único. A título de incentivo pela permanência no campo, os proprietários/possuidores de imóveis rurais com filho(a) de 16 a 29 anos de idade que atua exclusivamente nas atividades da propriedade rural receberão subsídio de mais 10% de desconto, desde que mantenham atualizado o cadastro do grupo familiar junto à Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio.

II - Para os proprietários/possuidores de imóveis urbanos: descontos de até 60% (sessenta por cento), desde que atendidos os seguintes requisitos, sendo que cada requisito corresponde a 20% (vinte por cento):

- a) possuir passeio público edificado em toda a extensão do imóvel, respeitadas as normas de acessibilidade, no caso de existir rua pavimentada, ou estar em dia com as obrigações fiscais impostas pelas normas tributárias do município;
- b) possuir no imóvel cisterna ou outra forma similar para captação e armazenamento da água da chuva;
- c) realizar a separação seletiva e destinação correta do lixo ou ter tratamento correto de esgoto no imóvel.

Art. 6º A comprovação do cumprimento dos requisitos será feita por servidor público, no mínimo uma vez ao ano, mediante registro em documento próprio, podendo ser revisado/atualizado a qualquer tempo a pedido do contribuinte.

Art. 7º Além dos benefícios constantes do Artigo 5º desta Lei Complementar, têm-se, ainda, os seguintes incentivos especiais:

I - Serviços de abertura e manutenção de estradas de acesso a empresas, a propriedades rurais e a locais de atividades produtivas existentes no interior das propriedades rurais: desconto de 100% (cem por cento) sobre os valores constantes do anexo único desta Lei Complementar, pois considerados de interesse público.

II - Serviços de terraplenagem para construção de aviários: a cada 4.000m² (quatro mil metros quadrados) terá até 30 (trinta) horas de incentivo com desconto de 100% (cem por cento) sobre os valores constantes do anexo único desta Lei Complementar, benefício incidente sobre o total do preço dos serviços prestados, objetivando evitar a evasão dos agricultores.

III - Serviços de terraplenagem para construção de pocilgas e/ou estábulos: a cada 3.000m² (três mil metros quadrados) terá até 30 (trinta) horas de incentivo com desconto de 100% (cem por cento) sobre os valores constantes do anexo único desta Lei Complementar, benefício incidente sobre o total do preço dos serviços prestados, objetivando evitar a evasão dos agricultores.

IV - Serviços de destoque: o grupo familiar do agricultor familiar ou produtor rural, desde que possua no mínimo dois anos de histórico de atividade rural no município (como titular ou dependente), poderá receber, anualmente, até 10 (dez) horas de serviços de destoque ou nivelamento e ampliação de área de terra para plantio com desconto de 100% (cem por cento) sobre os valores constantes do anexo único

desta Lei Complementar.

§ 1º Como requisito para aprovação do pedido de serviços de destoque, o requerente deverá apresentar projeto simplificado constando as seguintes informações:

- a) Indicar o que pretende realizar na propriedade;
- b) Indicar qual atividade produtiva pretende desenvolver;
- c) Indicar a quantidade aproximada de área a ser destocada;
- d) Indicar se já possui outra atividade produtiva na propriedade.
- e) Indicar por imagem de satélite o local onde serão realizados os serviços.

§ 2º Caso não execute o projeto simplificado no prazo de 6 meses a contar da conclusão dos serviços de destoque, o requerente perderá o incentivo concedido, devendo arcar com o pagamento integral dos serviços realizados.

V - Serviços para construção de fontes de água protegidas ou outro sistema de proteção de nascentes de água: o grupo familiar do agricultor familiar ou produtor rural poderá receber, anualmente, até 5 (cinco) horas de serviços para construção de fontes de água protegidas ou outro sistema de proteção de nascentes de água com desconto de 100% (cem por cento) sobre os valores constantes do anexo único desta Lei Complementar.

VI - Serviços para implantação de cisternas de armazenamento de água: o grupo familiar do agricultor familiar ou produtor rural poderá receber, anualmente, até 25 (vinte e cinco) horas de serviços para implantação de cisternas de armazenamento de água com desconto de 100% (cem por cento) sobre os valores constantes do anexo único desta Lei Complementar.

VII - Serviços de instalação de rede para distribuição de água na área rural: desconto de até 100% (cem por cento) sobre os valores constantes do anexo único desta Lei Complementar, após apreciação e parecer conjunto dos Conselhos Municipal de Assistência Social e de Agricultura.

VIII - Serviços de terraplenagem para construção de agroindústrias familiares, estufas, hortaliças e pomares: a cada 4.000m² (quatro mil metros quadrados) terá até 20 (vinte) horas de incentivo com desconto de 100% (cem por cento) sobre os valores constantes do anexo único desta Lei Complementar, benefício incidente sobre o total do preço dos serviços prestados, objetivando evitar a evasão dos agricultores;

IX - Serviços com equipamentos agrícolas: a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio poderá ceder aos produtores rurais, mediante registro em termo próprio, sem custos, pelo período de dois dias, os equipamentos agrícolas pertencentes ao município, para agilizar o atendimento às famílias;

Art. 8º Os períodos de serviços que excederem os limites previstos nos incisos II, III, IV, V, VI, VII e VIII do artigo 7º serão cobradas conforme disposto no artigo 5º desta Lei Complementar.

Art. 9º Quando se tratar de imóvel que pertence parte em nosso município e parte em município limítrofe, eventualmente, no interesse público, o município poderá realizar serviços nos termos desta Lei Complementar, desde que o proprietário possua cadastro e seja contribuinte no Município de Cordilheira Alta.

Art. 10. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas com recursos próprios do orçamento municipal vigente.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 131/2017 e suas alterações.

Cordilheira Alta/SC, 01 de julho de 2021.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

Preço público pela prestação de serviços diversos com máquinas, veículos e equipamentos da municipalidade:

Tabela I:

Item	Máquina/Veículo/Equipamento	Valor por hora
01	Escavadeira hidráulica	R\$ 397,62
02	Motoniveladora	R\$ 305,31
03	Pá carregadeira	R\$ 234,32
04	Retroescavadeira	R\$ 231,02
05	Rolo compactador	R\$ 177,50
06	Trator sobre esteiras	R\$ 355,03
07	Trator sobre pneus	R\$ 142,00

Tabela II:

Item	Máquina/Veículo/Equipamento	Valor por dia
08	Implemento agrícola (sem uso do trator)	R\$ 100,00

Tabela III:

Item	Máquina/Veículo/Equipamento	Valor por hora
09	Caminhão simples (carga de silagem ou cascalho/terra)	R\$ 120,71
10	Caminhão truck (carga de silagem ou cascalho/terra)	R\$ 177,50

Tabela IV:

Item	Máquina/Veículo/Equipamento	Valor por carga
11	Caminhão simples (carga de terra para jardinagem)	R\$ 110,00
12	Caminhão truck (carga de terra para jardinagem)	R\$ 140,00

Obs.: Os percentuais de desconto previstos nesta Lei Complementar não incidirão sobre os valores constantes na tabela IV.

PORTARIA Nº 405/2021

Publicação Nº 3131055

PORTARIA Nº 405/2021

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, XXIV da Lei Orgânica Municipal,

- Considerando a nova tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo V da Lei Complementar Nº 93/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade ao servidor RODRIGO COLING matrícula nº 1377901, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Água e Saneamento Básico, na ordem de 40 %.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 01 de julho de 2021.

Registrada e publicada em data supra.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 406/2021

Publicação Nº 3131045

PORTARIA Nº 406/2021

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, XXIV da Lei Orgânica Municipal,

- Considerando a nova tabela de insalubridade/periculosidade constante do anexo V da Lei Complementar Nº 93/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade ao servidor CLAUDEMIR VILANI, matrícula nº 1342008, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, na ordem de 40 %.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/06/2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 361/2021.

Cordilheira Alta, SC, 01 de julho de 2021.

Registrada e publicada em data supra.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 407/2021

Publicação N° 3130857

PORTARIA N° 407/2021

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A CONSELHEIRO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, inciso II, da Lei n. 895/2010,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ÉRICA SOARES VARIANI, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 10/01/2020 a 09/01/2021, que serão gozadas a partir de 02/08/2021.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga na competência de julho de 2021.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 01 de julho de 2021.

Registrada e publicada em data supra.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 408/2021

Publicação N° 3130869

PORTARIA N° 408/2021

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidos ao servidor municipal FELIPE DA SILVA, matrícula nº1348901, ocupante do cargo de Odontólogo, 15 (quinze) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 08.03.2020 a 07.03.2021, que serão gozadas a partir do dia 20/08/2021.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga na competência de julho de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 01 de julho de 2021.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO 117/2021 DISPENSA 61/2021

Publicação N° 3132381

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Pelo presente Termo de Ratificação de Dispensa de Licitação, Eu, Clodoaldo Briancini, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta/SC, à vista o Termo de Dispensa de Licitação nº 61/2021, no processo administrativo de nº. 117/2021, reconhecendo a hipótese Dispensa de licitação, amparado legalmente no artigo 24, inciso II, da Lei n. ° 8.666/93, ficando assim dispensado do procedimento licitatório, tendo em vista a

adequação das funções e finalidade de Contratação, venho RATIFICAR a presente dispensa.

Ficando assim adjudicado a favor da ASHTAR – INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob nº CNPJ: 05.802.430/0001-40. Com o objetivo de: AQUISIÇÃO DE PLACAS GALVANIZADAS E PLACA EM PVC ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, IND. E COMÉRCIO DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC, perfazendo um valor global de R\$ 4.037,00 (Quatro mil e trinta e sete reais), tudo em conformidade com a legislação vigente.

Publique-se o presente.

Cordilheira Alta/SC, 01 de julho de 2021.

CLODOALDO BRIANCI
Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 17/2021

Publicação Nº 3132030

PUBLICAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 17/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

Estado de Santa Catarina

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 17/2021

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Validade: 12 meses

Ata registro de preço Nº 17/2021

Empresa com preços registrados: SUPERMERCADO E PADARIA PÃO D'MEL LTDA CNPJ: 30.902.759/0001-20

Item: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15.

Total: R\$ 302.336,30 (trezentos e dois e mil trezentos e trinta e seis reais e trinta centavos)

Coronel Freitas (SC), 23 de junho de 2021.

Delir Cassaro

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO 04/2021 PROGRESSÃO POR MÉRITO

Publicação Nº 3130867

DECRETO Nº. 04, 01 de Junho de 2021.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDORES MUNICIPAIS.

O Excelentíssimo Presidente Legislativo de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Ederson Boiani, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no art. 74 e seus incisos da Lei Municipal nº 2.078/15, de 18/06/15;

DECRETA

Art. 1º. Fica concedida Progressão por mérito dos cursos de aperfeiçoamento realizados pelos servidores municipais de cargo efetivo e estável, previsto em Lei Municipal, relativo ao período aquisitivo de 2020.

Parágrafo Único – Conforme relatório da Comissão de Avaliações de servidores efetivos, os servidores legislativos abaixo relacionados obsequiados pelo artigo 1º. passarão a receber o percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento):

Gabriela Lidia da Luz, matrícula de número 39 e Evanilde Gollo Cordazzo, matrícula de número 44.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Legislativo, 01 de Julho de 2021.

EDERSON BOIANI

Presidente Legislativo

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo

Sediane Lunardi Marafon

Secretária Geral

PORTARIA 7/2021 CONTRATAÇÃO CONTADOR

Publicação Nº 3130734

Portaria Nº. 07/2021, 30 de junho de 2021.
CONTRATA CONTADOR.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Ederson Boiani, usando das atribuições que lhe são conferidas por Regimento,

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar de acordo com a Lei Municipal Nº. 1.964/2013, e Edital de Processo Seletivo nº. 01/2021, Contrato Administrativo de Trabalho por Prazo Determinado nº. 01/2021, Vanderlei Gollo, para em caráter temporário desempenhar as atribuições do cargo de Contador, com carga horária de 12 (doze) horas semanais, na Câmara de Vereadores de Coronel Freitas/SC, recebendo vencimentos previstos em lei, a partir de 01 de julho de 2021, em virtude de licença-maternidade da servidora Evanilde Cordazzo, podendo ser aditado em virtude de férias da referida servidora.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente resolução, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores, 01 de julho de 2021

Ederson Boiani
Presidente

Registrada nesta secretaria em data supra e publicado no mural da Câmara de Vereadores de Coronel Freitas/SC.

Coronel Martins

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 029/2021

Publicação Nº 3131444

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1802FFE163A16AD8ED010901AB658E1E13603178

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS CNPJ: 95.993.093/0001-09 Telefone: (49) 3459-0011 Endereço: Rua Porto Alegre, 47 - Centro CEP: 89837-000 - Coronel Martins	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 17/2021
	Processo Adm.: 29/2021 Data do Processo: 01/07/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 29/2021
b) **Nr. Licitação:** 17/2021 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Homologação:** 01/07/2021
e) **Objeto da Licitação:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO, ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO, ESTRUTURAL, GLP, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PLANILHA BDI REFERENTE A REFORMA DA COBERTURA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO.

Participante: BRATTI ENGENHARIA,CONSULTORIA E OBRAS LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO, ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO, ESTRUTURAL, GLP, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO DISCRIMINATIVO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PLANILHA BDI REFERENTE A REFORMA DA COBERTURA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO.	1,000	UN	15.650,00	15.650,00
Total do Participante:					15.650,00
Total Geral:					15.650,00

Coronel Martins, 01/07/2021

MOACIR BRESOLIN
Prefeito Municipal

Assinatura do Responsável

Corupá

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N°026/2021

Publicação N° 3130442

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B8FDA4701E5ADC2E82D3E56D32D4D82D99948C8A

MUNICÍPIO DE CORUPÁ ESTADO
DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO –
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 026/2021
**REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO PARCELADA
DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA REPAROS DE LAJOTAS,
PAVERS E PARALELEPÍPEDOS NAS RUAS DO MUNICÍPIO DE
CORUPÁ, nas quantidades e especificações constantes do Termo
de Referência e Anexo I - Quantitativo.**
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:
DAS 15h00min do dia 02/07/2021 até às 09h00min do dia 14/07/2021.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:
09h30min do dia 14/07/2021.
TIPO: **MENOR PREÇO POR ITEM**
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO
LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá –
Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site corupa.atende.net.
HORARIO: das 08h às 12hs e das 13h30minh às 16h30min
Telefone (47) 3375-6500
Corupá, 02 de Julho de 2021
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 0021/2021 CREDENCIAMENTO 013/2021

Publicação N° 3130918

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 91121892C236F0BDB5EB208C20249410076DAA3A

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORUPÁ
CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ
CREDENCIAMENTO N°003/2021
PROCESSO LICITATÓRIO N°013/2021
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°003/2021
CONTRATO 021/2021

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.539.684/0001-21, com sede na rua Padre Vicente Schmitz, 45 - Centro, Corupá-SC CONTRATADA: JORNAL O CORREIO DO POVO LTDA, com sede na Rua Bernardo Dornbusch, nº. 1106, sala 4, pavimento superior, Bairro Vila Lalau, Cep 89.256-184 Jaraguá do Sul/SC inscrita no CNPJ sob o nº 08.945.050/0001-53, neste ato representada por seu representante legal, Sr. MARCELO JANSSEN, portador do RG sob nº 5.134.259 inscrito no CPF sob o nº 052.777.709-92.
OBJETO: Credenciamento de empresas de comunicação digital (internet) para atividades de divulgação e publicidade dos atos e atividades da Câmara Municipal de Corupá, através de publicação diária de banner em portal de internet medindo 7cm de altura x 12,5 cm de largura.
FUNDAMENTO LEGAL: Caput do art. 25, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
VALOR: R\$1.666,66 (Hum mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos)
Celebrado em 28 de junho de 2021
Data da Assinatura: 28/06/2021
Data da Vigência: 28/06/2021 à 31/12/2021.
DATA: 02/07/2021

BERNADETE CORREA HILLBRECHT
Presidente

Cunha Porã

PREFEITURA

PORTARIA N° 379, DE 29 DE JUNHO DE 2021

Publicação N° 3131452

PORTARIAN° 379 , de 29 de Junho de 2021.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA MUNICIPAL KATYANE KOCH.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar n° 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 20 (vinte dias) a partir de 05 de Julho de 2021 até de 24 Julho de 2021 a servidora Municipal KATYANE KOCH, matrícula N° 2002-8 , Assistente Social de Programas, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 01.08.2019 a 31.07.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita, 29 de Junho de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA N° 380, DE 29 DE JUNHO DE 2021

Publicação N° 3131633

PORTARIAN° 380 , de 29 de Junho de 2021.

EXONERA A PEDIDO LUCIMARA PIACENTINI CONTRATADA EM CARATER TEMPORÁRIO PARA AS FUNÇÕES DE PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, e as Leis Complementares n° 001/90, 002/90, 058/2015, e Leis Ordinárias N° 2.719/2016, 2.885/2020.

CONSIDERANDO o pedido de exoneração apresentado pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, em 29 de junho de 2021, LUCIMARA PIACENTINI, contratada em caráter temporário para as funções do cargo de Professor de Ensino Fundamental, matrícula 3960-8 , com lotação na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita, 29 de Junho de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA N° 381, DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação N° 3131653

PORTARIANº 381, de 30 de junho de 2021.

NOMEIA POR CONCURSO LUCIANE REGINA SEBBEN PARA O CARGO EFETIVO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90, 077/2020.

CONSIDERANDO o Concurso Público instituído pelo Edital 001/2020 e homologado pelo Decreto N° 059, de 30 de Abril de 2020.

CONSIDERANDO a Convocação na data do dia 25 de junho de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, em 01 de julho de 2021, LUCIANE REGINA SEBBEN para o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo 2,50 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, constantes no Anexo III e IV da Lei Complementar 077/2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita, 30 de junho de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA N° 382, DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação N° 3131665

PORTARIANº 382, de 30 de Junho de 2021.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EDINA ADRIANA WONZ PARA AS FUNÇÕES DO CARGO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90, 077/2020.

CONSIDERANDO o Processo Seletivo 005/2019, homologado pelo Decreto nº 114, de 27 de dezembro de 2019.

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção dos atendimentos das unidades de Saúde ESFs;

CONSIDERANDO as medidas de enfrentamento decorrentes do Coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a partir de 01 de julho de 2021, EDINA ADRIANA WONZ para as funções do Cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo 5,00 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) constantes nos Anexos III e IV, da Lei Complementar 077/2020.

Art. 2º. A Contratação de que trata o artigo 1º será até perdurar a vigência do Processo Seletivo ou antes por conveniência administrativa.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita, 30 de junho de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA Nº 383, DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3131714

PORTARIA Nº 383, de 30 de Junho de 2021.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA MUNICIPAL JANETE T P BENDER.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 10 (dez dias) a partir de 05 de Julho de 2021 até 14 de Julho de 2021 a servidora Municipal JANETE T P BENDER matrícula Nº 1987-9, Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 01.07.2020 a 30.06.2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita, 30 de Junho de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 384, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131740

PORTARIA Nº 384, de 01 de julho de 2021.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ODETE DA COSTA PARA AS FUNÇÕES DO CARGO DE PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, e as Leis Complementares nº 001/90, 002/90, 058/2015, e Leis Ordinárias Nº 2.719/2016, 2.885/2020.

CONSIDERANDO o Processo Seletivo Simplificado de Títulos, homologado pelo Decreto Municipal Nº 045, de 11 de março de 2021;

CONSIDERANDO o Processo Seletivo Simplificado de títulos Nº 002/2021;

CONSIDERANDO a publicação para escolha de aulas no sítio do Município, disponível em [HTTP://www.cunhapora.sc.gov.br](http://www.cunhapora.sc.gov.br);

CONSIDERANDO a Escolha de aulas na data do dia 01 de julho de 2021;

CONSIDERANDO a desistência da titular da vaga.

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a partir de 01 de Julho de 2021, ODETE DA COSTA, para as funções do cargo de Professora de Ensino Fundamental, com lotação na Secretaria da Educação e Cultura, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo 3,00 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, constantes no Anexo III e IV da Lei Complementar 58/2015;

Art. 2º. A prestação dos serviços da servidora será de forma itinerante sendo alocado conforme a necessidade na rede Municipal de Educação;

Art. 3º. Fica a Secretaria Municipal de Educação responsável pelo controle, organização e encaminhamento da servidora aos educandários conforme necessidade;

Art. 4º. A Contratação de que trata o artigo 1º será até o dia 17 de dezembro de 2021, podendo ser encerrada antes, por extinção ou desativação do estabelecimento de ensino, por redução de turma, por conveniência administrativa ou preenchimento da vaga por servidor efetivo.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita, 01 de julho de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 141/2021

Publicação Nº 3132089

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 141/2021

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D7E3163258941D6E03B929EF428A683FBB7AA214

Tipo de Licitação: Menor Preço por item.

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, Estado de Santa Catarina, torna público, para quem interessar possa, que fará realizar licitação na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônico, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, do tipo Menor Preço por item, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02, Decreto Federal 10.024/19, Lei Complementar nº 123/06, Decreto Municipal 5338/2020 com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, e suas respectivas alterações e legislação aplicável, pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 426/2020, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS DE PROTEÇÃO REUTILIZÁVEIS, PARA USO DO EFETIVO QUE REALIZA TRABALHO EXTERNO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS E SECRETARIA DE AGRICULTURA. CONFORME ANEXO I DESTES EDITAIS, sendo que a proposta deve ser apresentada até o dia e hora abaixo especificados.

DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: ATÉ DIA 14/07/2021

HORÁRIO LIMITE: até 13h15 min.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: DIA 14/07/2021

HORÁRIO: às 13h16min.

Curitibanos, 25 de junho de 2021.

Kleberson Luciano Lima

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2021

Publicação Nº 3132083

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2021

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A4D7D2B8F4DC029F8E985D4A6A3E8297D2692CD1

Tipo de Licitação: Menor Preço Por Item

O FUNDO DE SAÚDE DE CURITIBANOS, Estado de Santa Catarina, torna público, para quem interessar possa, que fará realizar licitação na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônico, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, do tipo Menor Preço Por Item, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02, Decreto Federal 10.024/19, Lei Complementar nº 123/06, Decreto Municipal 5338/2020 com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, e suas respectivas alterações e legislação aplicável, pelo (a) Pregoeiro (a) e sua Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 426/2020, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TESTE DE ANTIGENO RÁPIDO QUALITATIVO, PARA DIAGNÓSTICO DO COVID-19 EM PACIENTES DURANTE TRIAGEM REALIZADA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I., sendo que a proposta deve ser apresentada até o dia e hora abaixo especificados.

DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: ATÉ DIA 14/07/2021

HORÁRIO LIMITE: até 14h15min.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: DIA 14/07/2021

HORÁRIO: às 14h16min.

Curitibanos, 28 de junho de 2021

Roque Stangerlin

Presidente do Fundo

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2021

Publicação Nº 3132243

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2021

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 701F4617705A5DF74B4E698BCF0BBF3A77C15047

O Fundo de Educação de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93,

entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE ACESSO A INTERNET PARA UTILIZAÇÃO DE ALUNOS DOS NÚCLEOS MUNICIPAIS EM DECORRÊNCIA DO ENSINO HÍBRIDO DEVIDO A PANDEMIA E DIFICULDADES DE ACESSO AS AULAS ON-LINE NESTE PERÍODO. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 15/07/2021, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 15/07/2021, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na página da Prefeitura www.curitiba.gov.br.

Curitiba, 30 de junho de 2021.

Patrícia Maciel Bastos

Presidente do Fundo

ATA FINAL - PREGÃO ELETRÔNICO 1/2021

Publicação Nº 3132090

ATA FINAL

Prefeitura Municipal de Curitiba
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL
Pregão Eletrônico - 1/2021

Datas Relevantes

Publicado	Início de Propostas	Limite de Impugnação	Final de Propostas	Início da Sessão
17/06/2021 17:19	18/06/2021 08:00	25/06/2021 19:00	30/06/2021 13:15	30/06/2021 13:16

Itens Licitados

Código	Produto	V. Referência	Qtde	Qtde Mín.	Unidade	Situação
0001	POSTE DE FIBRA COM 1 MEDIDOR PADRÃO CELESC, MONOFÁSICO COM 7M DE ALTURA.	1.690,00	5	-	UN	Homologado

Documentos Anexados ao Processo

Data	Documento
17/06/2021	Edital 1 - Postes de fibra.doc
17/06/2021	ANEXO I - PE 1.2021.pdf

Mensagens Enviadas pelo Pregoeiro

Data	Assunto	Frase
30/06/2021 - 13:42	Negociação aberta para o processo 1/2021	Você recebeu um novo pedido de negociação no item 1 do processo 1/2021. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
30/06/2021 - 13:42	Agendamento da data limite da fase de negociação	A data limite para negociação foi definida pelo pregoeiro para 30/06/2021 às 15:42.

Vencedores

Código	Produto	Fornecedor	Modelo	Marca/ Fabricante	Melhor Lance	Quantidade	Valor Total
0001	POSTE DE FIBRA COM 1 MEDIDOR PADRÃO CELESC, MONOFÁSICO COM 7M DE ALTURA.	NILES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	MONOF1CX	SAO GOTARDO	1.457,00	5	7.285,00

Declarações Obrigatórias

Título	Declaração
Declaração de Conhecimento do Edital	Declaro para os devidos fins legais que conheço todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que minha proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
Declaração de Inexistência de Impedimentos	Declaro para os devidos fins legais, em cumprimento ao exigido no edital, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
Declaração de Não-Emprego de Menores	Declaro para os devidos fins legais, conforme o disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9654, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Declaração de Veracidade	Declaro cumprir os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme parágrafos 4º e 5º do art. 26 do decreto 10.024/2019.

* As declarações supracitadas foram aceitas por todos os participantes.

Propostas Enviadas**0001 - POSTE DE FIBRA COM 1 MEDIDOR PADRÃO CELESC, MONOFÁSICO COM 7M DE ALTURA.**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
------------	----------	------	--------	-------------------	------------	----------------	-------------	-------------



Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 01/07/2021 às 13:54:30.

Página 1 de 4

ESQUINAO DA OBRA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	24.192.149/0001-88	28/06/2021 - 10:33:10	POSTE DE FIBRA PADRAO 7MT	VITRA	5	2.469,00	12.345,00	Sim
NILES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	31.772.092/0001-51	30/06/2021 - 13:15:40	MONOF1CX	SAO GOTARDO	5	1.640,00	8.200,00	Não
Comercial Difermaq Ltda	13.745.092/0001-80	30/06/2021 - 09:15:20	poste fibra 7 mt	poste fibra	5	2.500,00	12.500,00	Sim
SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULICOS EIRELE	07.038.642/0001-29	30/06/2021 - 11:28:37	vitra	vitra	5	1.690,00	8.450,00	Sim
JV comercio de materiais elétricos e decorações LTDA	01.276.119/0001-54	30/06/2021 - 11:29:20	vitra	vitra	5	1.650,00	8.250,00	Sim

Validade das Propostas

Fornecedor	CPF/CNPJ	Validade (conforme edital)
Comercial Difermaq Ltda	13.745.092/0001-80	60 dias
JV comercio de materiais elétricos e decorações LTDA	01.276.119/0001-54	060 dias
SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULICOS EIRELE	07.038.642/0001-29	60 dias
ESQUINAO DA OBRA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	24.192.149/0001-88	60 dias
NILES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	31.772.092/0001-51	60 dias

Lances Enviados

0001 - POSTE DE FIBRA COM 1 MEDIDOR PADRAO CELESC, MONOFÁSICO COM 7M DE ALTURA.

Data	Valor	CNPJ	Situação
28/06/2021 - 10:33:10	2.469,00 (proposta)	24.192.149/0001-88 - ESQUINAO DA OBRA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	Válido
30/06/2021 - 09:15:20	2.500,00 (proposta)	13.745.092/0001-80 - Comercial Difermaq Ltda	Válido
30/06/2021 - 11:28:37	1.690,00 (proposta)	07.038.642/0001-29 - SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULICOS EIRELE	Válido
30/06/2021 - 11:29:20	1.650,00 (proposta)	01.276.119/0001-54 - JV comercio de materiais elétricos e decorações LTDA	Válido
30/06/2021 - 13:15:40	1.640,00 (proposta)	31.772.092/0001-51 - NILES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	Válido
30/06/2021 - 13:21:34	1.620,00	01.276.119/0001-54 - JV comercio de materiais elétricos e decorações LTDA	Válido
30/06/2021 - 13:22:11	1.603,00	31.772.092/0001-51 - NILES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	Válido
30/06/2021 - 13:23:29	1.580,00	01.276.119/0001-54 - JV comercio de materiais elétricos e decorações LTDA	Válido
30/06/2021 - 13:26:28	2.468,00	13.745.092/0001-80 - Comercial Difermaq Ltda	Válido
30/06/2021 - 13:26:43	1.562,00	31.772.092/0001-51 - NILES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	Válido
30/06/2021 - 13:27:30	1.545,00	01.276.119/0001-54 - JV comercio de materiais elétricos e decorações LTDA	Válido
30/06/2021 - 13:28:43	1.525,00	31.772.092/0001-51 - NILES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	Válido
30/06/2021 - 13:29:18	1.505,00	01.276.119/0001-54 - JV comercio de materiais elétricos e decorações LTDA	Válido
30/06/2021 - 13:30:48	1.488,00	31.772.092/0001-51 - NILES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	Válido
30/06/2021 - 13:32:23	1.473,12	01.276.119/0001-54 - JV comercio de materiais elétricos e decorações LTDA	Válido
30/06/2021 - 13:32:55	1.458,00	31.772.092/0001-51 - NILES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	Válido
30/06/2021 - 13:44:16	1.457,00	31.772.092/0001-51 - NILES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	Válido

Documentos dos Fornecedores

Fornecedor	Data/Hora	Enviado por	Número	Órgão de Expedição	Data de Expedição	Data de Validade	Arquivo
------------	-----------	-------------	--------	--------------------	-------------------	------------------	---------



Documento gerado eletronicamente no Portal de Compras Públicas em 01/07/2021 às 13:54:30.

Página 2 de 4



NILES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	29/06/2021 - 09:10	BRUNA LARISSA NILES	31772092000151	rfb	18/10/2018	-	CNPJ
NILES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	29/06/2021 - 09:11	BRUNA LARISSA NILES	11255085	tribunal de justica	29/06/2021	-	Certidão Negativa de Falência ou Concordata
NILES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	29/06/2021 - 09:13	BRUNA LARISSA NILES	210140075133188	secretaria de estado da fazenda	29/06/2021	06/08/2021	Certidão Negativa de Débitos Estaduais
NILES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	29/06/2021 - 09:14	BRUNA LARISSA NILES	2021041603282352913872	cef	29/06/2021	13/08/2021	Certificado de Regularidade junto ao FGTS
NILES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	29/06/2021 - 09:15	BRUNA LARISSA NILES	20125035/2021	justica do trabalho	29/06/2021	25/12/2021	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
NILES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	29/06/2021 - 09:16	BRUNA LARISSA NILES	-	-	25/02/2021	-	Contrato Social
NILES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	29/06/2021 - 09:17	BRUNA LARISSA NILES	-	prefeitura municipal de curitibanos	29/06/2021	28/08/2021	Certidão Negativa de Débitos Municipais
NILES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	29/06/2021 - 09:18	BRUNA LARISSA NILES	-	sec da receita federal do Brasil	09/03/2021	05/09/2021	Certidão Negativa de Dívida Ativa da União

Intenções de Recurso, Recursos e Contrarrazões Prazos

Intenção de Recurso	Recurso	Contrarrazão
30/06/2021 - 19:36	--	--

0001 - POSTE DE FIBRA COM 1 MEDIDOR PADRÃO CELESC, MONOFÁSICO COM 7M DE ALTURA.

Chat

Data	Apelido	Frase
30/06/2021 - 13:18:43	Sistema	O processo está em fase de análise das propostas
30/06/2021 - 13:19:45	Sistema	As propostas foram analisadas e o processo foi aberto
30/06/2021 - 13:19:45	Sistema	Conforme Art. 32 do Decreto 10.024/2019. No modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do caput do art. 31, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
30/06/2021 - 13:19:45	Sistema	O processo utiliza o intervalo de lances de 1,00%. Se o lance for inferior ao limite mínimo, o intervalo será desconsiderado.
30/06/2021 - 13:19:45	Sistema	Conforme o artigo 2º da instrução normativa nº 3 de 4 de outubro de 2013, o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 segundos e o intervalo entre os lances dos participantes não poderá ser inferior a 3 segundos.
30/06/2021 - 13:20:05	Sistema	O item 0001 foi aberto pelo pregoeiro.
30/06/2021 - 13:20:05	Sistema	O item 0001 tem empresas beneficiadas pela LC 123/2006 em sua disputa.
30/06/2021 - 13:34:56	Sistema	O item 0001 foi encerrado e foram identificadas MEs/EPPs na situação de desempate conforme a LC 123/2006.
30/06/2021 - 13:34:56	Sistema	O Fornecedor que ofertou o lance no valor de R\$ 1.473,12 pode dar um lance de desempate pela LC 123/2006 para o item 0001 até 30/06/2021 às 13:39:55.
30/06/2021 - 13:39:56	Sistema	O item 0001 não recebeu lances de desempate da LC 123/2006.
30/06/2021 - 13:39:56	Sistema	O item 0001 foi encerrado.
30/06/2021 - 13:42:33	Sistema	O item 0001 teve como arrematante NILES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - Ltda/Eireli com valor unitário de R\$ 1.458,00.
30/06/2021 - 13:42:33	Sistema	Iniciada a fase de negociação conforme decreto 10.024/2019, art. 38.
30/06/2021 - 13:42:44	Sistema	A data limite para negociação foi definida pelo pregoeiro para 30/06/2021 às 15:42.
30/06/2021 - 13:44:16	Sistema	O Item 0001 recebeu um lance negociado no valor de R\$ 1.457,00.
30/06/2021 - 17:36:10	Sistema	Para o item 0001 foi habilitado e declarado vencedor o fornecedor NILES MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.

30/06/2021 - 17:36:30	Sistema	A data limite de intenção de recursos foi definida pelo pregoeiro para 30/06/2021 às 19:36.
01/07/2021 - 13:19:39	Sistema	A sessão foi finalizada e o processo foi encaminhado para adjudicação.
01/07/2021 - 13:19:44	Sistema	O item 0001 foi adjudicado por ORLANDO KANTOVISCK JUNIOR.
01/07/2021 - 13:53:52	Sistema	O item 0001 foi homologado por ANGÉLICA DA SILVA.

Esta ata foi gerada em 01/07/2021 às 13:54.

ORLANDO KANTOVISCK JUNIOR

Pregoeiro(a)

CRISTIANE JAQUELINE PEREIRA SANDRI

Apoio

SILVIA MARIA DE OLIVEIRA CORREA

Apoio

ATA FINAL - PREGÃO ELETRÔNICO 124/2021

Publicação Nº 3132284

ATA FINAL

Prefeitura Municipal de Curitiba
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
 Pregão Eletrônico - 124/2021

Datas Relevantes

Publicado	Início de Propostas	Limite de Impugnação	Final de Propostas	Início da Sessão
14/06/2021 17:17	15/06/2021 08:00	22/06/2021 19:00	25/06/2021 13:15	25/06/2021 13:16

Lotes Licitados

Lote	Item	Descrição	V. Referência	Qtde	Unidade	Situação
0001						
	0001	SERVIÇO DE DESINFECÇÃO COM APLICAÇÃO DE TERMONEBULIZADORES COM PRODUTO COMBATER 800. DESINFETANTE A BASE DE AMÔNIA QUARTENÁRIA DE ÚLTIMA GERAÇÃO, INDICADO PARA HIGIENIZAÇÃO DE PAREDES, PISOS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.	1,00	113.101	M²	Homologado
		VALOR TOTAL ESTIMADO	113.101,00			
0002						
	0001	SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO COM APLICAÇÃO DE INSETICIDA EM PULVERIZAÇÃO NO COMBATE A FORMIGAS, BARATAS, ARACNÍDEOS, ESCORPIÕES E DESRATIZAÇÃO COM CONTROLE, MEDIANTE APLICAÇÃO DE ISCAS RATICIDAS.	1,00	60.252	M²	Homologado
		VALOR TOTAL ESTIMADO	60.252,00			
0003						
	0001	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 10.000 L DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	350,00	18	SVÇ	Homologado
	0002	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 20.000 LITROS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	450,00	4	SVÇ	Homologado
	0003	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 5.000 LITROS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	280,00	22	SVÇ	Homologado
	0004	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 750 L DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	150,00	2	SVÇ	Homologado
	0005	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 500 LITROS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	150,00	31	SVÇ	Homologado
	0006	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 15.000 LITROS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	380,00	6	SVÇ	Homologado
	0007	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 1.000 LITROS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	150,00	45	SVÇ	Homologado
	0008	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 3.000 LITROS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	200,00	2	SVÇ	Homologado
	0009	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 40.000 L	600,00	2	SVÇ	Homologado
	0010	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 30.000 LITROS	500,00	2	SVÇ	Homologado
	0011	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 300 L DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	150,00	4	UN	Homologado

0012	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 2000 L DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	150,00	14 SVÇ	Homologado
------	---	--------	--------	------------

VALOR TOTAL ESTIMADO	33.540,00
----------------------	-----------

Documentos Anexados ao Processo

Data	Documento
14/06/2021	Edital 124 - Desinsetização, Desinfecção e limpeza de caixa d
14/06/2021	ANEXO I - PE 124.2021.pdf
18/06/2021	Retificação 124.2021.doc
22/06/2021	ANEXO I - PE 124.2021.pdf

Mensagens Enviadas pelo Pregoeiro

Data	Assunto	Frase
25/06/2021 - 13:34	Negociação aberta para o processo 124/2021	Você recebeu um novo pedido de negociação nos lotes 1,2 do processo 124/2021. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
25/06/2021 - 13:34	Negociação aberta para o processo 124/2021	Você recebeu um novo pedido de negociação no lote 3 do processo 124/2021. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
25/06/2021 - 13:35	Agendamento da data limite da fase de negociação	A data limite para negociação foi definida pelo pregoeiro para 25/06/2021 às 15:35.
25/06/2021 - 17:30	Envio de Propostas Readequadas 124/2021	A data limite de envio de proposta readequada para o lote 0002 foi definida pelo pregoeiro para 25/06/2021 às 18:00.
25/06/2021 - 18:04	Envio de Propostas Readequadas 124/2021	A data limite de envio de proposta readequada para o lote 0002 foi definida pelo pregoeiro para 28/06/2021 às 10:30.
25/06/2021 - 18:04	Envio de Propostas Readequadas 124/2021	A data limite de envio de proposta readequada para o lote 0002 foi definida pelo pregoeiro para 28/06/2021 às 10:30.
28/06/2021 - 13:50	Envio de Propostas Readequadas 124/2021	A data limite de envio de proposta readequada para o lote 0002 foi definida pelo pregoeiro para 28/06/2021 às 16:00.
28/06/2021 - 13:50	Envio de Propostas Readequadas 124/2021	A data limite de envio de proposta readequada para o lote 0002 foi definida pelo pregoeiro para 28/06/2021 às 16:00.
29/06/2021 - 13:41	Envio de Propostas Readequadas 124/2021	A data limite de envio de proposta readequada para o lote 0002 foi definida pelo pregoeiro para 29/06/2021 às 16:00.
30/06/2021 - 13:20	Envio de Propostas Readequadas 124/2021	A data limite de envio de proposta readequada para o lote 0002 foi definida pelo pregoeiro para 30/06/2021 às 16:00.

Vencedores

Lote	Item	Produto	Fornecedor	Modelo	Marca/ Fabricante	Qtd.	Melhor Lance	Valor Total
0001		LOTE 01						
	0001	SERVIÇO DE DESINFECÇÃO COM APLICAÇÃO DE TERMONEBULIZADORES COM PRODUTO COMBATER 800. DESINFETANTE A BASE DE AMÔNIA QUATERNÁRIA DE ÚLTIMA GERAÇÃO, INDICADO PARA HIGIENIZAÇÃO DE PAREDES, PISOS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.		AMÔNIA QUATERNÁRIA	COMBACTER 800/DOMINUS QUIMICA LTDA	113.101	0,19	21.489,19
		VENCEDOR	PREVINE DEDETIZADORA					21.489,19
0002		LOTE 02						
	0001	SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO COM APLICAÇÃO DE INSETICIDA EM PULVERIZAÇÃO NO COMBATE A FORMIGAS, BARATAS, ARACNÍDEOS, ESCORPIÕES E DESRATIZAÇÃO COM CONTROLE, MEDIANTE APLICAÇÃO DE ISCAS RATICIDAS.		SERVIÇO	SERVIÇO	60.252	0,50	30.126,00

VENCEDOR		DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	30.126,00				
0003	LOTE 03						
0001	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 10.000 L DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	SERVIÇO	PROPRIA	18	135,00	2.430,00	
0002	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 20.000 LITROS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	SERVIÇO	PROPRIA	4	210,00	840,00	
0003	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 5.000 LITROS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	SERVIÇO	PROPRIA	22	125,00	2.750,00	
0004	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 750 L DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	SERVIÇO	PROPRIA	2	77,00	154,00	
0005	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 500 LITROS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	SERVIÇO	PROPRIA	31	76,00	2.356,00	
0006	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 15.000 LITROS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	SERVIÇO	PROPRIA	6	150,00	900,00	
0007	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 1.000 LITROS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	SERVIÇO	PROPRIA	45	96,00	4.320,00	
0008	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 3.000 LITROS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	SERVIÇO	PROPRIA	2	101,00	202,00	
0009	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 40.000 L	SERVIÇO	PROPRIA	2	270,00	540,00	

0010	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 30.000 LITROS	SERVIÇO	PRÓPRIA	2	250,00	500,00
0011	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 300 L DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	SERVIÇO	PRÓPRIA	4	78,00	312,00
0012	SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 2000 L DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	SERVIÇO	PRÓPRIA	14	78,00	1.092,00
VENCEDOR		OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	0,00			

Declarações Obrigatórias

Título	Declaração
Declaração de Conhecimento do Edital	Declaro para os devidos fins legais que conheço todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que minha proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
Declaração de Inexistência de Impeditivos	Declaro para os devidos fins legais, em cumprimento ao exigido no edital, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
Declaração de Não-Emprego de Menores	Declaro para os devidos fins legais, conforme o disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Declaração de Veracidade	Declaro cumprir os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme parágrafos 4º e 5º do art. 26 do decreto 10.024/2019.

* As declarações supracitadas foram aceitas por todos os participantes.

Propostas Enviadas

LOTE 0001 - ITEM 0001 - SERVIÇO DE DESINFECÇÃO COM APLICAÇÃO DE TERMONEBULIZADORES COM PRODUTO COMBATER 800. DESINFETANTE A BASE DE AMÔNIA QUARTENÁRIA DE ÚLTIMA GERAÇÃO, INDICADO PARA HIGIENIZAÇÃO DE PAREDES, PISOS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
Eco Ambiental Consultoria LTDA	07.125.516/0001-01	23/06/2021 - 08:41:38	ICON 5CE	SINGENTA	113.101	1,00	113.101,00	Sim
DEDETIZADORA E IMUNIZADORA CARACOL LTDA	79.511.879/0001-96	24/06/2021 - 10:22:13	SERVIÇO	SERVIÇO	113.101	1,00	113.101,00	Sim
JULIANA DA SILVA REICHERT EIRELI	34.061.163/0001-04	24/06/2021 - 14:45:48	serviços	Marca Própria	113.101	3,00	339.303,00	Sim
Dedetizadora Barros Ltda	86.838.547/0001-86	24/06/2021 - 18:04:15	PRÓPRIA	PRÓPRIA	113.101	1,00	113.101,00	Sim
PREVINE DEDETIZADORA	09.271.261/0001-10	25/06/2021 - 09:56:09	AMÔNIA QUATERNÁRIA	COMBACTER 800/DOMINUS QUIMICA LTDA	113.101	0,75	84.825,75	Sim
OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	14.011.718/0001-98	24/06/2021 - 20:52:03	SERVIÇO	PRÓPRIA	113.101	1,00	113.101,00	Sim
HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	36.929.401/0001-78	24/06/2021 - 17:47:36	SERVIÇO	COMBACTER 800 - DOMINUS QUIMICA	113.101	1,00	113.101,00	Sim
Laurence Rodrigues Lopes e Vargas - ME	26.918.777/0001-23	24/06/2021 - 19:54:57	Ratinset	Combacter	113.101	0,37	41.847,37	Sim
DOUGLAS COSTA PENA EIRELI	27.895.458/0001-02	24/06/2021 - 20:22:34	Serviço	Serviço	113.101	2,00	226.202,00	Sim
IMUNIZADORA BELLI LTDA	11.490.790/0001-57	25/06/2021 - 11:07:37	MARCA PROPRIA	MARCA PROPRIA	113.101	0,99	111.969,99	Sim
KEVIN BUGS VAZ	21.207.079/0001-04	25/06/2021 - 12:16:12	Não Aplica	Não Aplica	113.101	1,00	113.101,00	Sim

LOTE 0002 - ITEM 0001 - SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO COM APLICAÇÃO DE INSETICIDA EM PULVERIZAÇÃO NO COMBATE A FORMIGAS, BARATAS, ARACNÍDEOS, ESCORPIÕES E DESRATIZAÇÃO COM CONTROLE, MEDIANTE APLICAÇÃO DE ISCAS RATICIDAS.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
Eco Ambiental Consultoria LTDA	07.125.516/0001-01	23/06/2021 - 08:44:22	FENDONA	BASF	60.252	1,00	60.252,00	Sim
DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	79.511.879/0001-96	24/06/2021 - 10:21:59	SERVIÇO	SERVIÇO	60.252	1,00	60.252,00	Sim
JULIANA DA SILVA REICHERT EIRELI	34.061.163/0001-04	24/06/2021 - 14:45:27	serviços	Marca Própria	60.252	3,00	180.756,00	Sim
Dedetizadora Barros Ltda	86.838.547/0001-86	24/06/2021 - 16:21:41	PRÓPRIA	PRÓPRIA	60.252	1,00	60.252,00	Sim
PREVINE DEDETIZADORA	09.271.261/0001-10	25/06/2021 - 09:26:35	BIFENTRINA/BRODIFENOTOL/BENZOATODENATONIO	BRENTOL/CHAMONE RIGON/ROGAMA	60.252	0,60	36.151,20	Sim
OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	14.011.718/0001-98	24/06/2021 - 20:52:17	SERVIÇO	PROPRIA	60.252	1,00	60.252,00	Sim
HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	36.929.401/0001-78	24/06/2021 - 17:49:18	SERVIÇO	SYNGENTA	60.252	1,00	60.252,00	Sim
Laurence Rodrigues Lopes e Vargas - ME	26.918.777/0001-23	24/06/2021 - 19:56:00	Ratinsset	Syngenta	60.252	0,37	22.293,24	Sim
DOUGLAS COSTA PENA EIRELI	27.895.458/0001-02	24/06/2021 - 20:22:54	Serviço	Serviço	60.252	2,00	120.504,00	Sim
IMUNIZADORA BELLI LTDA	11.490.790/0001-57	25/06/2021 - 11:09:31	MARCA PROPRIA	MARCA PROPRIA	60.252	0,99	59.649,48	Sim
KEVIN BUGS VAZ	21.207.079/0001-04	25/06/2021 - 12:16:49	Não Aplica	Não Aplica	60.252	1,00	60.252,00	Sim

LOTE 0003 - ITEM 0001 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 10.000 L DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
Eco Ambiental Consultoria LTDA	07.125.516/0001-01	23/06/2021 - 08:47:51	CLORIN	ACUA PURA	18	320,00	5.760,00	Sim
DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	79.511.879/0001-96	24/06/2021 - 10:23:18	SERVIÇO	SERVIÇO	18	350,00	6.300,00	Sim
JULIANA DA SILVA REICHERT EIRELI	34.061.163/0001-04	24/06/2021 - 14:47:37	serviços	marca propria	18	1.200,00	21.600,00	Sim
Dedetizadora Barros Ltda	86.838.547/0001-86	24/06/2021 - 16:10:20	PRÓPRIA	PRÓPRIA	18	350,00	6.300,00	Sim
OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	14.011.718/0001-98	24/06/2021 - 20:52:27	SERVIÇO	PROPRIA	18	350,00	6.300,00	Sim
HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	36.929.401/0001-78	24/06/2021 - 17:50:31	SERVIÇO	hiper plus	18	350,00	6.300,00	Sim
IMUNIZADORA BELLI LTDA	11.490.790/0001-57	25/06/2021 - 11:10:38	MARCA PROPRIA	MARCA PROPRIA	18	350,00	6.300,00	Sim
KEVIN BUGS VAZ	21.207.079/0001-04	25/06/2021 - 12:18:34	Não Aplica	Não Aplica	18	350,00	6.300,00	Sim

LOTE 0003 - ITEM 0002 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 20.000 LITROS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
Eco Ambiental Consultoria LTDA	07.125.516/0001-01	23/06/2021 - 08:48:24	CLORIN	ACUA PURA	4	350,00	1.400,00	Sim
DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	79.511.879/0001-96	24/06/2021 - 10:23:55	SERVIÇO	SERVIÇO	4	450,00	1.800,00	Sim
JULIANA DA SILVA REICHERT EIRELI	34.061.163/0001-04	24/06/2021 - 14:48:16	serviços	marca própria	4	1.400,00	5.600,00	Sim
Dedetizadora Barros Ltda	86.838.547/0001-86	24/06/2021 - 16:11:02	PRÓPRIA	PRÓPRIA	4	450,00	1.800,00	Sim
OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	14.011.718/0001-98	24/06/2021 - 20:52:54	SERVIÇO	PROPRIA	4	450,00	1.800,00	Sim

HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	36.929.401/0001-78	24/06/2021 - 17:51:33	SERVIÇO	HIPER PLUS	4	450,00	1.800,00	Sim
IMUNIZADORA BELLI LTDA	11.490.790/0001-57	25/06/2021 - 11:11:20	MARCA PROPRIA	MARCA PROPRIA	4	450,00	1.800,00	Sim
KEVIN BUGS VAZ	21.207.079/0001-04	25/06/2021 - 12:18:39	Não Aplica	Não Aplica	4	450,00	1.800,00	Sim

LOTE 0003 - ITEM 0003 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 5.000 LITROS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
Eco Ambiental Consultoria LTDA	07.125.516/0001-01	23/06/2021 - 08:48:51	CLORIN	ACUA PURA	22	290,00	6.380,00	Sim
DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	79.511.879/0001-96	24/06/2021 - 10:24:42	SERVIÇO	SERVIÇO	22	280,00	6.160,00	Sim
JULIANA DA SILVA REICHERT EIRELI	34.061.163/0001-04	24/06/2021 - 14:49:03	serviços	marca propria	22	800,00	17.600,00	Sim
Dedetizadora Barros Ltda	86.838.547/0001-86	24/06/2021 - 16:11:56	PRÓPRIA	PRÓPRIA	22	280,00	6.160,00	Sim
OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DETETIZACAO LTDA	14.011.718/0001-98	24/06/2021 - 20:52:34	SERVIÇO	PROPRIA	22	280,00	6.160,00	Sim
HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	36.929.401/0001-78	24/06/2021 - 17:52:23	SERVIÇO	HIPER PLUS	22	280,00	6.160,00	Sim
IMUNIZADORA BELLI LTDA	11.490.790/0001-57	25/06/2021 - 11:12:04	MARCA PROPRIA	MARCA PROPRIA	22	280,00	6.160,00	Sim
KEVIN BUGS VAZ	21.207.079/0001-04	25/06/2021 - 12:19:05	Não Aplica	Não Aplica	22	280,00	6.160,00	Sim

LOTE 0003 - ITEM 0004 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 750 L DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
Eco Ambiental Consultoria LTDA	07.125.516/0001-01	23/06/2021 - 08:49:23	CLORIN	ACUA PURA	2	220,00	440,00	Sim
DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	79.511.879/0001-96	24/06/2021 - 10:25:22	SERVIÇO	SERVIÇO	2	150,00	300,00	Sim
JULIANA DA SILVA REICHERT EIRELI	34.061.163/0001-04	24/06/2021 - 14:50:01	serviços	marca própria	2	400,00	800,00	Sim
Dedetizadora Barros Ltda	86.838.547/0001-86	24/06/2021 - 16:12:31	PRÓPRIA	PRÓPRIA	2	150,00	300,00	Sim
OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DETETIZACAO LTDA	14.011.718/0001-98	24/06/2021 - 20:52:43	SERVIÇO	PROPRIA	2	150,00	300,00	Sim
HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	36.929.401/0001-78	24/06/2021 - 17:53:05	SERVIÇO	HIPER PLUS	2	150,00	300,00	Sim
IMUNIZADORA BELLI LTDA	11.490.790/0001-57	25/06/2021 - 11:12:40	MARCA PROPRIA	MARCA PROPRIA	2	150,00	300,00	Sim
KEVIN BUGS VAZ	21.207.079/0001-04	25/06/2021 - 12:19:35	Não Aplica	Não Aplica	2	150,00	300,00	Sim

LOTE 0003 - ITEM 0005 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 500 LITROS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
Eco Ambiental Consultoria LTDA	07.125.516/0001-01	23/06/2021 - 08:49:52	CLORIN	ACUA PURA	31	200,00	6.200,00	Sim
DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	79.511.879/0001-96	24/06/2021 - 10:29:45	SERVIÇO	SERVIÇO	31	150,00	4.650,00	Sim
JULIANA DA SILVA REICHERT EIRELI	34.061.163/0001-04	24/06/2021 - 14:50:37	serviços	marca propria	31	400,00	12.400,00	Sim
Dedetizadora Barros Ltda	86.838.547/0001-86	24/06/2021 - 16:13:13	PRÓPRIA	PRÓPRIA	31	150,00	4.650,00	Sim
OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DETETIZACAO LTDA	14.011.718/0001-98	24/06/2021 - 20:53:00	SERVIÇO	PROPRIA	31	150,00	4.650,00	Sim

HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	36.929.401/0001-78	24/06/2021 - 17:54:03	SERVIÇO	HIPER PLUS	31	150,00	4.650,00	Sim
IMUNIZADORA BELLI LTDA	11.490.790/0001-57	25/06/2021 - 11:13:16	MARCA PROPRIA	MARCA PROPRIA	31	150,00	4.650,00	Sim
KEVIN BUGS VAZ	21.207.079/0001-04	25/06/2021 - 12:20:03	Não Aplica	Não Aplica	31	150,00	4.650,00	Sim

LOTE 0003 - ITEM 0006 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 15.000 LITROS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marcas/ Fabricante	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
Eco Ambiental Consultoria LTDA	07.125.516/0001-01	23/06/2021 - 08:50:17	CLORIN	ACUA PURA	6	330,00	1.980,00	Sim
DEDETIZADORA E IMUNIZADORA CARACOL LTDA	79.511.879/0001-96	24/06/2021 - 10:29:57	SERVIÇO	SERVIÇO	6	380,00	2.280,00	Sim
JULIANA DA SILVA REICHERT EIRELI	34.061.163/0001-04	24/06/2021 - 14:51:42	serviços	marca própria	6	1.300,00	7.800,00	Sim
Dedetizadora Barros Ltda	86.838.547/0001-86	24/06/2021 - 16:13:53	PRÓPRIA	PRÓPRIA	6	380,00	2.280,00	Sim
OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DETETIZACAO LTDA	14.011.718/0001-98	24/06/2021 - 20:53:07	SERVIÇO	PRÓPRIA	6	380,00	2.280,00	Sim
HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	36.929.401/0001-78	24/06/2021 - 17:54:34	SERVIÇO	HIPER PLUS	6	380,00	2.280,00	Sim
IMUNIZADORA BELLI LTDA	11.490.790/0001-57	25/06/2021 - 11:13:43	MARCA PROPRIA	MARCA PROPRIA	6	380,00	2.280,00	Sim
KEVIN BUGS VAZ	21.207.079/0001-04	25/06/2021 - 12:20:26	Não Aplica	Não Aplica	6	380,00	2.280,00	Sim

LOTE 0003 - ITEM 0007 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 1.000 LITROS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marcas/ Fabricante	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
Eco Ambiental Consultoria LTDA	07.125.516/0001-01	23/06/2021 - 08:50:41	CLORIN	ACUA PURA	45	240,00	10.800,00	Sim
DEDETIZADORA E IMUNIZADORA CARACOL LTDA	79.511.879/0001-96	24/06/2021 - 10:30:46	SERVIÇO	SERVIÇO	45	150,00	6.750,00	Sim
JULIANA DA SILVA REICHERT EIRELI	34.061.163/0001-04	24/06/2021 - 14:52:20	serviços	marca própria	45	500,00	22.500,00	Sim
Dedetizadora Barros Ltda	86.838.547/0001-86	24/06/2021 - 16:14:32	PRÓPRIA	PRÓPRIA	45	150,00	6.750,00	Sim
OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DETETIZACAO LTDA	14.011.718/0001-98	24/06/2021 - 20:53:11	SERVIÇO	PRÓPRIA	45	150,00	6.750,00	Sim
HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	36.929.401/0001-78	24/06/2021 - 17:55:07	SERVIÇO	HIPER PLUS	45	150,00	6.750,00	Sim
IMUNIZADORA BELLI LTDA	11.490.790/0001-57	25/06/2021 - 11:14:19	MARCA PROPRIA	MARCA PROPRIA	45	150,00	6.750,00	Sim
KEVIN BUGS VAZ	21.207.079/0001-04	25/06/2021 - 12:20:52	Não Aplica	Não Aplica	45	150,00	6.750,00	Sim

LOTE 0003 - ITEM 0008 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 3.000 LITROS DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marcas/ Fabricante	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
Eco Ambiental Consultoria LTDA	07.125.516/0001-01	23/06/2021 - 08:51:01	CLORIN	ACUA PURA	2	280,00	560,00	Sim
DEDETIZADORA E IMUNIZADORA CARACOL LTDA	79.511.879/0001-96	24/06/2021 - 10:31:24	SERVIÇO	SERVIÇO	2	200,00	400,00	Sim
JULIANA DA SILVA REICHERT EIRELI	34.061.163/0001-04	24/06/2021 - 14:53:03	serviços	marca própria	2	550,00	1.100,00	Sim
Dedetizadora Barros Ltda	86.838.547/0001-86	24/06/2021 - 16:16:06	PRÓPRIA	PRÓPRIA	2	200,00	400,00	Sim
OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DETETIZACAO LTDA	14.011.718/0001-98	24/06/2021 - 20:53:16	SERVIÇO	PRÓPRIA	2	200,00	400,00	Sim

HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	36.929.401/0001-78	24/06/2021 - 17:55:49	SERVIÇO	HIPER PLUS	2	200,00	400,00	Sim
IMUNIZADORA BELLI LTDA	11.490.790/0001-57	25/06/2021 - 11:14:55	MARCA PROPRIA	MARCA PROPRIA	2	200,00	400,00	Sim
KEVIN BUGS VAZ	21.207.079/0001-04	25/06/2021 - 12:21:19	Não Aplica	Não Aplica	2	200,00	400,00	Sim

LOTE 0003 - ITEM 0009 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 40.000 L

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
Eco Ambiental Consultoria LTDA	07.125.516/0001-01	23/06/2021 - 08:51:22	CLORIN	ACUA PURA	2	460,00	920,00	Sim
DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	79.511.879/0001-96	24/06/2021 - 10:32:01	SERVIÇO	SERVIÇO	2	600,00	1.200,00	Sim
JULIANA DA SILVA REICHERT EIRELI	34.061.163/0001-04	24/06/2021 - 14:53:36	serviços	marca propria	2	2.500,00	5.000,00	Sim
Detetizadora Barros Ltda	86.838.547/0001-86	24/06/2021 - 16:17:28	PRÓPRIA	PRÓPRIA	2	600,00	1.200,00	Sim
OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	14.011.718/0001-98	24/06/2021 - 20:53:21	SERVIÇO	PROPRIA	2	600,00	1.200,00	Sim
HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	36.929.401/0001-78	24/06/2021 - 17:56:25	SERVIÇO	HIPER PLUS	2	600,00	1.200,00	Sim
IMUNIZADORA BELLI LTDA	11.490.790/0001-57	25/06/2021 - 11:15:40	MARCA PROPRIA	MARCA PROPRIA	2	600,00	1.200,00	Sim
KEVIN BUGS VAZ	21.207.079/0001-04	25/06/2021 - 12:21:40	Não Aplica	Não Aplica	2	600,00	1.200,00	Sim

LOTE 0003 - ITEM 0010 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 30.000 LITROS

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
Eco Ambiental Consultoria LTDA	07.125.516/0001-01	23/06/2021 - 08:51:59	CLORIN	ACUA PURA	2	410,00	820,00	Sim
DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	79.511.879/0001-96	24/06/2021 - 10:32:32	SERVIÇO	SERVIÇO	2	500,00	1.000,00	Sim
JULIANA DA SILVA REICHERT EIRELI	34.061.163/0001-04	24/06/2021 - 14:54:43	serviços	marca propria	2	2.000,00	4.000,00	Sim
Detetizadora Barros Ltda	86.838.547/0001-86	24/06/2021 - 16:18:26	PRÓPRIA	PRÓPRIA	2	500,00	1.000,00	Sim
OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	14.011.718/0001-98	24/06/2021 - 20:53:27	SERVIÇO	PROPRIA	2	500,00	1.000,00	Sim
HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	36.929.401/0001-78	24/06/2021 - 17:56:59	SERVIÇO	HIPER PLUS	2	500,00	1.000,00	Sim
IMUNIZADORA BELLI LTDA	11.490.790/0001-57	25/06/2021 - 11:16:07	MARCA PROPRIA	MARCA PROPRIA	2	500,00	1.000,00	Sim
KEVIN BUGS VAZ	21.207.079/0001-04	25/06/2021 - 12:22:01	Não Aplica	Não Aplica	2	500,00	1.000,00	Sim

LOTE 0003 - ITEM 0011 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA DE 300 L DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
Eco Ambiental Consultoria LTDA	07.125.516/0001-01	23/06/2021 - 08:52:19	CLORIN	ACUA PURA	4	200,00	800,00	Sim
DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	79.511.879/0001-96	24/06/2021 - 10:33:25	SERVIÇO	SERVIÇO	4	150,00	600,00	Sim
JULIANA DA SILVA REICHERT EIRELI	34.061.163/0001-04	24/06/2021 - 14:55:34	serviços	marca propria	4	400,00	1.600,00	Sim
Detetizadora Barros Ltda	86.838.547/0001-86	24/06/2021 - 16:18:54	PRÓPRIA	PRÓPRIA	4	150,00	600,00	Sim
OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	14.011.718/0001-98	24/06/2021 - 20:53:32	SERVIÇO	PROPRIA	4	150,00	600,00	Sim
HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	36.929.401/0001-78	24/06/2021 - 17:57:27	SERVIÇO	HIPER PLUS	4	150,00	600,00	Sim

IMUNIZADORA BELLI LTDA	11.490.790/0001-57	25/06/2021 - 11:16:36	MARCA PROPRIA	MARCA PROPRIA	4	150,00	600,00	Sim
KEVIN BUGS VAZ	21.207.079/0001-04	25/06/2021 - 12:22:26	Não Aplica	Não Aplica	4	150,00	600,00	Sim

LOTE 0003 - ITEM 0012 - SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXA D'AGUA DE 2000 L DENTRO DAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
Eco Ambiental Consultoria LTDA	07.125.516/0001-01	23/06/2021 - 08:58:16	CLORIN	ACUA PURA	14	230,00	3.220,00	Sim
DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	79.511.879/0001-96	24/06/2021 - 10:21:36	SERVIÇO	SERVIÇO	14	150,00	2.100,00	Sim
JULIANA DA SILVA REICHERT EIRELI	34.061.163/0001-04	24/06/2021 - 14:56:36	serviços	marca propria	14	700,00	9.800,00	Sim
Dedetizadora Barros Ltda	86.838.547/0001-86	24/06/2021 - 16:19:31	PRÓPRIA	PRÓPRIA	14	150,00	2.100,00	Sim
OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	14.011.718/0001-98	24/06/2021 - 20:53:35	SERVIÇO	PROPRIA	14	150,00	2.100,00	Sim
HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	36.929.401/0001-78	24/06/2021 - 17:58:28	SERVIÇO	HIPER PLUS	14	350,00	4.900,00	Sim
IMUNIZADORA BELLI LTDA	11.490.790/0001-57	25/06/2021 - 11:17:06	MARCA PROPRIA	MARCA PROPRIA	14	150,00	2.100,00	Sim
KEVIN BUGS VAZ	21.207.079/0001-04	25/06/2021 - 12:22:51	Não Aplica	Não Aplica	14	150,00	2.100,00	Sim

Validade das Propostas

Fornecedor	CPF/CNPJ	Validade (conforme edital)
Dedetizadora Barros Ltda	86.838.547/0001-86	60 dias
KEVIN BUGS VAZ	21.207.079/0001-04	60 dias
Eco Ambiental Consultoria LTDA	07.125.516/0001-01	60 dias
JULIANA DA SILVA REICHERT EIRELI	34.061.163/0001-04	60 dias
PREVINE DEDETIZADORA	09.271.261/0001-10	60 dias
Laurence Rodrigues Lopes e Vargas - ME	26.918.777/0001-23	90 dias
OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	14.011.718/0001-98	60 dias
HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	36.929.401/0001-78	60 dias
DOUGLAS COSTA PENA EIRELI	27.895.458/0001-02	360 dias
IMUNIZADORA BELLI LTDA	11.490.790/0001-57	60 dias
DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	79.511.879/0001-96	60 dias

Lances Enviados

0001 - LOTE 01

Data	Valor	CNPJ	Situação
23/06/2021 - 08:41:38	113.101,00 (proposta)	07.125.516/0001-01 - Eco Ambiental Consultoria LTDA	Válido
24/06/2021 - 10:22:13	113.101,00 (proposta)	79.511.879/0001-96 - DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	Válido
24/06/2021 - 14:45:48	339.303,00 (proposta)	34.061.163/0001-04 - JULIANA DA SILVA REICHERT EIRELI	Válido
24/06/2021 - 17:47:36	113.101,00 (proposta)	36.929.401/0001-78 - HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	Válido
24/06/2021 - 18:04:15	113.101,00 (proposta)	86.838.547/0001-86 - Detetizadora Barros Ltda	Válido
24/06/2021 - 19:54:57	41.847,37 (proposta)	26.918.777/0001-23 - Laurence Rodrigues Lopes e Vargas - ME	Válido
24/06/2021 - 20:22:34	226.202,00 (proposta)	27.895.458/0001-02 - DOUGLAS COSTA PENA EIRELI	Válido
24/06/2021 - 20:52:03	113.101,00 (proposta)	14.011.718/0001-98 - OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	Válido
25/06/2021 - 09:56:09	84.825,75 (proposta)	09.271.261/0001-10 - PREVINE DEDETIZADORA	Válido

25/06/2021 - 11:07:37	111.969,99 (proposta)	11.490.790/0001-57 - IMUNIZADORA BELLI LTDA	Válido
25/06/2021 - 12:16:12	113.101,00 (proposta)	21.207.079/0001-04 - KEVIN BUGS VAZ	Válido
25/06/2021 - 13:20:20	40.000,00	07.125.516/0001-01 - Eco Ambiental Consultoria LTDA	Válido
25/06/2021 - 13:21:03	41.000,00	21.207.079/0001-04 - KEVIN BUGS VAZ	Válido
25/06/2021 - 13:21:25	56.550,25	79.511.879/0001-96 - DEDETIZADORA E IMUNIZADORA CARACOL LTDA	Válido
25/06/2021 - 13:24:44	39.600,00	09.271.261/0001-10 - PREVINE DEDETIZADORA	Válido
25/06/2021 - 13:26:07	35.000,00	07.125.516/0001-01 - Eco Ambiental Consultoria LTDA	Válido
25/06/2021 - 13:26:42	34.600,00	09.271.261/0001-10 - PREVINE DEDETIZADORA	Válido
25/06/2021 - 13:26:47	55.000,00	36.929.401/0001-78 - HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	Válido
25/06/2021 - 13:27:29	34.243,00	21.207.079/0001-04 - KEVIN BUGS VAZ	Válido
25/06/2021 - 13:27:35	30.000,00	07.125.516/0001-01 - Eco Ambiental Consultoria LTDA	Válido
25/06/2021 - 13:27:56	29.670,00	09.271.261/0001-10 - PREVINE DEDETIZADORA	Válido
25/06/2021 - 13:28:36	110.000,00	86.838.547/0001-86 - Dedetizadora Barros Ltda	Válido
25/06/2021 - 13:29:39	25.000,00	07.125.516/0001-01 - Eco Ambiental Consultoria LTDA	Válido
25/06/2021 - 13:30:11	22.620,00	21.207.079/0001-04 - KEVIN BUGS VAZ	Válido
25/06/2021 - 13:30:51	22.390,00	09.271.261/0001-10 - PREVINE DEDETIZADORA	Válido
25/06/2021 - 13:31:17	22.165,00	21.207.079/0001-04 - KEVIN BUGS VAZ	Válido
25/06/2021 - 13:31:52	21.900,00	09.271.261/0001-10 - PREVINE DEDETIZADORA	Válido
25/06/2021 - 13:36:13	21.899,00	09.271.261/0001-10 - PREVINE DEDETIZADORA	Válido
25/06/2021 - 13:44:23	21.489,19	09.271.261/0001-10 - PREVINE DEDETIZADORA	Válido

0002 - LOTE 02

Data	Valor	CNPJ	Situação
23/06/2021 - 08:44:22	60.252,00 (proposta)	07.125.516/0001-01 - Eco Ambiental Consultoria LTDA	Cancelado
24/06/2021 - 10:21:59	60.252,00 (proposta)	79.511.879/0001-96 - DEDETIZADORA E IMUNIZADORA CARACOL LTDA	Válido
24/06/2021 - 14:45:27	180.756,00 (proposta)	34.061.163/0001-04 - JULIANA DA SILVA REICHERT EIRELI	Válido
24/06/2021 - 16:21:41	60.252,00 (proposta)	86.838.547/0001-86 - Dedetizadora Barros Ltda	Válido
24/06/2021 - 17:49:18	60.252,00 (proposta)	36.929.401/0001-78 - HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	Válido
24/06/2021 - 19:56:00	22.293,24 (proposta)	26.918.777/0001-23 - Laurence Rodrigues Lopes e Vargas - ME	Cancelado
24/06/2021 - 20:22:54	120.504,00 (proposta)	27.895.458/0001-02 - DOUGLAS COSTA PENA EIRELI	Válido
24/06/2021 - 20:52:17	60.252,00 (proposta)	14.011.718/0001-98 - OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	Válido
25/06/2021 - 09:26:35	36.151,20 (proposta)	09.271.261/0001-10 - PREVINE DEDETIZADORA	Cancelado
25/06/2021 - 11:09:31	59.649,48 (proposta)	11.490.790/0001-57 - IMUNIZADORA BELLI LTDA	Válido
25/06/2021 - 12:16:49	60.252,00 (proposta)	21.207.079/0001-04 - KEVIN BUGS VAZ	Cancelado
25/06/2021 - 13:20:36	20.000,00	07.125.516/0001-01 - Eco Ambiental Consultoria LTDA	Cancelado
25/06/2021 - 13:21:23	21.000,00	21.207.079/0001-04 - KEVIN BUGS VAZ	Cancelado
25/06/2021 - 13:21:32	48.950,00	11.490.790/0001-57 - IMUNIZADORA BELLI LTDA	Válido

25/06/2021 - 13:21:42	30.126,24	79.511.879/0001-96 - DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	Válido
25/06/2021 - 13:25:12	19.700,00	09.271.261/0001-10 - PREVINE DEDETIZADORA	Cancelado
25/06/2021 - 13:25:51	15.000,00	07.125.516/0001-01 - Eco Ambiental Consultoria LTDA	Cancelado
25/06/2021 - 13:26:31	14.700,00	09.271.261/0001-10 - PREVINE DEDETIZADORA	Cancelado
25/06/2021 - 13:27:29	13.000,00	07.125.516/0001-01 - Eco Ambiental Consultoria LTDA	Cancelado
25/06/2021 - 13:27:39	39.900,00	36.929.401/0001-78 - HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	Válido
25/06/2021 - 13:28:51	11.900,00	09.271.261/0001-10 - PREVINE DEDETIZADORA	Cancelado
25/06/2021 - 13:29:49	48.900,00	86.838.547/0001-86 - Dedetizadora Barros Ltda	Válido
25/06/2021 - 13:30:51	11.620,00	21.207.079/0001-04 - KEVIN BUGS VAZ	Cancelado
25/06/2021 - 13:31:39	11.500,00	09.271.261/0001-10 - PREVINE DEDETIZADORA	Cancelado
25/06/2021 - 13:38:37	11.499,00	09.271.261/0001-10 - PREVINE DEDETIZADORA	Cancelado
25/06/2021 - 13:45:18	11.447,88	09.271.261/0001-10 - PREVINE DEDETIZADORA	Cancelado
30/06/2021 - 14:18:22	30.126,00	79.511.879/0001-96 - DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	Válido

0003 - LOTE 03

Data	Valor	CNPJ	Situação
23/06/2021 - 08:47:51	39.280,00 (proposta)	07.125.516/0001-01 - Eco Ambiental Consultoria LTDA	Válido
24/06/2021 - 10:23:18	33.540,00 (proposta)	79.511.879/0001-96 - DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	Válido
24/06/2021 - 14:47:37	109.800,00 (proposta)	34.061.163/0001-04 - JULIANA DA SILVA REICHERT EIRELI	Válido
24/06/2021 - 16:10:20	33.540,00 (proposta)	86.838.547/0001-86 - Dedetizadora Barros Ltda	Válido
24/06/2021 - 17:50:31	36.340,00 (proposta)	36.929.401/0001-78 - HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	Válido
24/06/2021 - 20:52:27	33.540,00 (proposta)	14.011.718/0001-98 - OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	Válido
25/06/2021 - 11:10:38	33.540,00 (proposta)	11.490.790/0001-57 - IMUNIZADORA BELLÍ LTDA	Válido
25/06/2021 - 12:18:34	33.540,00 (proposta)	21.207.079/0001-04 - KEVIN BUGS VAZ	Válido
25/06/2021 - 13:20:47	33.000,00	14.011.718/0001-98 - OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	Válido
25/06/2021 - 13:22:14	32.000,00	07.125.516/0001-01 - Eco Ambiental Consultoria LTDA	Válido
25/06/2021 - 13:22:39	31.000,00	14.011.718/0001-98 - OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	Válido
25/06/2021 - 13:22:54	30.000,00	79.511.879/0001-96 - DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	Válido
25/06/2021 - 13:23:29	29.000,00	14.011.718/0001-98 - OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	Válido
25/06/2021 - 13:23:54	28.000,00	79.511.879/0001-96 - DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	Válido
25/06/2021 - 13:24:31	27.000,00	14.011.718/0001-98 - OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	Válido
25/06/2021 - 13:24:57	26.000,00	79.511.879/0001-96 - DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	Válido
25/06/2021 - 13:25:26	23.500,00	07.125.516/0001-01 - Eco Ambiental Consultoria LTDA	Válido
25/06/2021 - 13:26:02	22.399,00	14.011.718/0001-98 - OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	Válido
25/06/2021 - 13:26:09	23.496,00	11.490.790/0001-57 - IMUNIZADORA BELLÍ LTDA	Válido

25/06/2021 - 13:26:17	21.000,00	79.511.879/0001-96 - DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	Válido
25/06/2021 - 13:26:55	20.300,00	14.011.718/0001-98 - OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	Válido
25/06/2021 - 13:27:11	19.800,00	21.207.079/0001-04 - KEVIN BUGS VAZ	Válido
25/06/2021 - 13:27:20	19.900,00	11.490.790/0001-57 - IMUNIZADORA BELLI LTDA	Válido
25/06/2021 - 13:27:31	19.000,00	79.511.879/0001-96 - DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	Válido
25/06/2021 - 13:27:37	19.600,00	11.490.790/0001-57 - IMUNIZADORA BELLI LTDA	Válido
25/06/2021 - 13:28:12	18.750,00	11.490.790/0001-57 - IMUNIZADORA BELLI LTDA	Válido
25/06/2021 - 13:28:58	18.500,00	79.511.879/0001-96 - DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	Válido
25/06/2021 - 13:29:39	18.200,00	14.011.718/0001-98 - OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	Válido
25/06/2021 - 13:30:31	16.580,00	21.207.079/0001-04 - KEVIN BUGS VAZ	Válido
25/06/2021 - 13:31:28	16.400,00	14.011.718/0001-98 - OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	Válido
25/06/2021 - 13:39:58	16.396,00	14.011.718/0001-98 - OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	Válido

Documentos dos Fornecedores

Fornecedor	Data/Hora	Enviado por	Número	Órgão de Expedição	Data de Expedição	Data de Validade	Arquivo
Laurence Rodrigues Lopes e Vargas - ME	15/06/2021 - 16:50	Laurence Rodrigues Lopes e Vargas - ME	26.918.777/0001-23	Receita Federal	10/06/2021	-	CNPJ
Laurence Rodrigues Lopes e Vargas - ME	15/06/2021 - 16:54	Laurence Rodrigues Lopes e Vargas - ME	83ce55c5b2638557b242bb6ea956c	Poder Judiciário RS	15/06/2021	-	Certidão Negativa de Falência ou Concordata
Laurence Rodrigues Lopes e Vargas - ME	15/06/2021 - 16:57	Laurence Rodrigues Lopes e Vargas - ME	0016981670	Receita Estadual RS	15/06/2021	08/08/2021	Certidão Negativa de Débitos Estaduais
Laurence Rodrigues Lopes e Vargas - ME	15/06/2021 - 17:00	Laurence Rodrigues Lopes e Vargas - ME	2021042504004899633905	Receita Federal	25/04/2021	22/08/2021	Certificado de Regularidade junto ao FGTS
Laurence Rodrigues Lopes e Vargas - ME	15/06/2021 - 17:01	Laurence Rodrigues Lopes e Vargas - ME	18383381/2021	Poder Judiciário RS	10/06/2021	06/12/2021	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	18/06/2021 - 08:33	HILTON JACOBSEN	79511879000196	REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	18/06/2021	-	CNPJ
DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	18/06/2021 - 08:35	HILTON JACOBSEN	79511879000196	PODER JUDICIARIO	07/06/2021	-	Certidão Negativa de Falência ou Concordata
DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	18/06/2021 - 08:37	HILTON JACOBSEN	210140064882710	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	18/05/2021	17/07/2021	Certidão Negativa de Débitos Estaduais
DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	18/06/2021 - 08:38	HILTON JACOBSEN	2021041902091026058533	FGTS	19/04/2021	16/08/2021	Certificado de Regularidade junto ao FGTS
DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	18/06/2021 - 08:40	HILTON JACOBSEN	6240469/2021	PODER JUDICIARIO	18/02/2021	16/08/2021	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	18/06/2021 - 08:40	HILTON JACOBSEN	-	-	18/11/2019	-	Contrato Social
DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	18/06/2021 - 08:42	HILTON JACOBSEN	-	PREFEITURA DE LAGES	07/06/2021	07/07/2021	Certidão Negativa de Débitos Municipais
DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	18/06/2021 - 08:43	HILTON JACOBSEN	-	MINISTERIO DA FAZENDA	11/06/2021	08/12/2021	Certidão Negativa de Dívida Ativa da União
Laurence Rodrigues Lopes e Vargas - ME	22/06/2021 - 08:50	Laurence Rodrigues Lopes e Vargas - ME	-	-	17/01/2017	-	Contrato Social
Laurence Rodrigues Lopes e Vargas - ME	22/06/2021 - 08:52	Laurence Rodrigues Lopes e Vargas - ME	-	Prefeitura Municipal de São Borja	07/06/2021	07/07/2021	Certidão Negativa de Débitos Municipais

Eco Ambiental Consultoria LTDA	23/06/2021 - 08:33	Luciano Nassiff Semensato	07125516000101	RECEITA FEDERAL DO BRASIL	30/11/2004	-	CNPJ
Eco Ambiental Consultoria LTDA	23/06/2021 - 08:36	Luciano Nassiff Semensato	2021042200383167615905	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	22/04/2021	19/08/2021	Certificado de Regularidade junto ao FGTS
PREVINE DEDETIZADORA	23/06/2021 - 09:21	PREVINE DEDETIZADORA	09271261000110	REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	21/06/2021	-	CNPJ
PREVINE DEDETIZADORA	23/06/2021 - 09:24	PREVINE DEDETIZADORA	8532514/926424	TJ SC	19/06/2021	-	Certidão Negativa de Falência ou Concordata
Eco Ambiental Consultoria LTDA	23/06/2021 - 09:26	Luciano Nassiff Semensato	0016982335	RECEITA ESTADUAL	08/06/2021	08/08/2021	Certidão Negativa de Débitos Estaduais
PREVINE DEDETIZADORA	23/06/2021 - 09:27	PREVINE DEDETIZADORA	210140061434369	SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA	11/05/2021	10/07/2021	Certidão Negativa de Débitos Estaduais
PREVINE DEDETIZADORA	23/06/2021 - 09:28	PREVINE DEDETIZADORA	2021041301331208418800	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	19/06/2021	10/08/2021	Certificado de Regularidade junto ao FGTS
Eco Ambiental Consultoria LTDA	23/06/2021 - 09:28	Luciano Nassiff Semensato	9689762021	RECEITA FEDERAL DO BRASIL	15/01/2021	13/07/2021	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
PREVINE DEDETIZADORA	23/06/2021 - 09:29	PREVINE DEDETIZADORA	19164525/2021	PODER JUDICIARIO JUSTIÇA DO TRABALHO	19/06/2021	15/12/2021	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
Eco Ambiental Consultoria LTDA	23/06/2021 - 09:30	Luciano Nassiff Semensato	-	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTEIO	28/05/2021	28/06/2021	Certidão Negativa de Débitos Municipais
PREVINE DEDETIZADORA	23/06/2021 - 09:31	PREVINE DEDETIZADORA	-	PREFEITURA DE CURITIBANOS	19/06/2021	18/08/2021	Certidão Negativa de Débitos Municipais
PREVINE DEDETIZADORA	23/06/2021 - 09:32	PREVINE DEDETIZADORA	-	MINISTERIO DA FAZENDA	25/06/2021	22/12/2021	Certidão Negativa de Dívida Ativa da União
Eco Ambiental Consultoria LTDA	23/06/2021 - 09:35	Luciano Nassiff Semensato	-	-	18/08/2020	-	Contrato Social
Eco Ambiental Consultoria LTDA	23/06/2021 - 09:36	Luciano Nassiff Semensato	-	RECEITA FEDERAL DO BRASIL	04/02/2021	03/08/2021	Certidão Negativa de Dívida Ativa da União
Eco Ambiental Consultoria LTDA	23/06/2021 - 09:39	Luciano Nassiff Semensato	B8A34387A58F2A5B15AEE2DAD4B1D	PROCURADORIA DO JURIDICO RS	13/01/2021	-	Certidão Negativa de Falência ou Concordata
Eco Ambiental Consultoria LTDA	23/06/2021 - 09:39	Luciano Nassiff Semensato	-	-	-	-	Documentos Adicionais
PREVINE DEDETIZADORA	23/06/2021 - 10:04	PREVINE DEDETIZADORA	-	-	25/06/2015	-	Contrato Social
PREVINE DEDETIZADORA	23/06/2021 - 10:18	PREVINE DEDETIZADORA	-	-	-	-	Documentos Adicionais
OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	24/06/2021 - 15:20	Osman Dias de Araujo	14.011.718/0001-98	RECEITA FEDERAL	19/05/2021	-	CNPJ
OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	24/06/2021 - 15:21	Osman Dias de Araujo	8448698	Poder Judiciário de Santa Catarina	19/05/2021	-	Certidão Negativa de Falência ou Concordata
OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	24/06/2021 - 15:23	Osman Dias de Araujo	210140071808318	ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA F	29/05/2021	28/07/2021	Certidão Negativa de Débitos Estaduais
OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	24/06/2021 - 15:23	Osman Dias de Araujo	2021042201465680380161	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	22/04/2021	19/08/2021	Certificado de Regularidade junto ao FGTS
OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	24/06/2021 - 15:24	Osman Dias de Araujo	18557847/2021	PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO	11/06/2021	07/12/2021	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	24/06/2021 - 15:25	Osman Dias de Araujo	-	-	11/03/2020	-	Contrato Social
OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	24/06/2021 - 15:27	Osman Dias de Araujo	-	MUNICIPIO DE IMBITUBA	09/06/2021	08/08/2021	Certidão Negativa de Débitos Municipais

OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	24/06/2021 - 15:28	Osman Dias de Araujo	-	RECEITA FEDERAL	12/01/2021	11/07/2021	Certidão Negativa de Dívida Ativa da União
Laurence Rodrigues Lopes e Vargas - ME	24/06/2021 - 19:50	Laurence Rodrigues Lopes e Vargas - ME	-	-	-	-	Documentos Adicionais
Laurence Rodrigues Lopes e Vargas - ME	24/06/2021 - 19:51	Laurence Rodrigues Lopes e Vargas - ME	-	Receita Federal	27/05/2021	23/11/2021	Certidão Negativa de Dívida Ativa da União
OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	24/06/2021 - 20:51	Osman Dias de Araujo	-	-	-	-	Documentos Adicionais
DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	25/06/2021 - 11:19	HILTON JACOBSEN	-	-	-	-	Documentos Adicionais
KEVIN BUGS VAZ	25/06/2021 - 12:09	Júlio Cesar Albino Pinto Bustos	01	SRF	25/06/2021	-	CNPJ
KEVIN BUGS VAZ	25/06/2021 - 12:09	Júlio Cesar Albino Pinto Bustos	02	TJSC	25/06/2021	-	Certidão Negativa de Falência ou Concordata
KEVIN BUGS VAZ	25/06/2021 - 12:10	Júlio Cesar Albino Pinto Bustos	03	SRE	01/06/2021	01/07/2021	Certidão Negativa de Débitos Estaduais
KEVIN BUGS VAZ	25/06/2021 - 12:10	Júlio Cesar Albino Pinto Bustos	04	FTGS	01/06/2021	07/08/2021	Certificado de Regularidade junto ao FGTS
KEVIN BUGS VAZ	25/06/2021 - 12:10	Júlio Cesar Albino Pinto Bustos	05	TST	01/04/2021	14/07/2021	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
KEVIN BUGS VAZ	25/06/2021 - 12:11	Júlio Cesar Albino Pinto Bustos	-	-	01/01/2014	-	Contrato Social
KEVIN BUGS VAZ	25/06/2021 - 12:12	Júlio Cesar Albino Pinto Bustos	-	SRM	01/04/2021	01/07/2021	Certidão Negativa de Débitos Municipais
KEVIN BUGS VAZ	25/06/2021 - 12:12	Júlio Cesar Albino Pinto Bustos	-	SRF	01/01/2021	01/09/2021	Certidão Negativa de Dívida Ativa da União
KEVIN BUGS VAZ	25/06/2021 - 12:15	Júlio Cesar Albino Pinto Bustos	-	-	-	-	Documentos Adicionais

Inabilitados

Data	Fornecedor	CNPJ	Detalhe
25/06/2021 - 17:11:35	PREVINE DEDETIZADORA	09.271.261/0001-10	Item 0002 - LOTE 02
Desclassificação: Licitante não apresentou os documentos contantes no item 7.2.2 do edital (documentos adicionais necessários somente para o lote 02), sendo considerado desclassificado.			
28/06/2021 - 13:36:11	KEVIN BUGS VAZ	21.207.079/0001-04	Item 0002 - LOTE 02
Desclassificação: Licitante não apresentou proposta readequada no aprazado.			
29/06/2021 - 13:40:55	Eco Ambiental Consultoria LTDA	07.125.516/0001-01	Item 0002 - LOTE 02
Desclassificação: O Licitante não apresentou a proposta readequada para o lote 02.			
30/06/2021 - 13:16:14	Laurence Rodrigues Lopes e Vargas - ME	26.918.777/0001-23	Item 0002 - LOTE 02
Desclassificação: O Licitante não apresentou a proposta readequada para o lote 02.			

Intenções de Recurso, Recursos e Contrarrazões Prazos

Intenção de Recurso	Recurso	Contrarrazão
01/07/2021 - 15:20	--	--

0001 - LOTE 01

0002 - LOTE 02

0003 - LOTE 03

Classificação Parcial

LOTE 0001 - LOTE 01

Classif.	Fornecedor	CPF/CNPJ	Situação ¹	Valor Global
1º	PREVINE DEDETIZADORA	09.271.261/0001-10	Arrematante	21.489,19
2º	KEVIN BUGS VAZ	21.207.079/0001-04	Classificado	22.165,00
3º	Eco Ambiental Consultoria LTDA	07.125.516/0001-01	Classificado	25.000,00
4º	Laurence Rodrigues Lopes e Vargas - ME	26.918.777/0001-23	Classificado	41.847,37
5º	HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	36.929.401/0001-78	Classificado	55.000,00
6º	DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	79.511.879/0001-96	Classificado	56.550,25
7º	Dedetizadora Barros Ltda	86.838.547/0001-86	Classificado	110.000,00
8º	IMUNIZADORA BELLI LTDA	11.490.790/0001-57	Classificado	111.969,99
9º	OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	14.011.718/0001-98	Classificado	113.101,00
10º	DOUGLAS COSTA PENA EIRELI	27.895.458/0001-02	Classificado	226.202,00
11º	JULIANA DA SILVA REICHERT EIRELI	34.061.163/0001-04	Classificado	339.303,00

¹ Arrematante; Desclassificado; Inabilitado, Classificado e Rejeitado.

LOTE 0002 - LOTE 02

Classif.	Fornecedor	CPF/CNPJ	Situação ¹	Valor Global
1º	PREVINE DEDETIZADORA	09.271.261/0001-10	Desclassificado	11.447,88
2º	KEVIN BUGS VAZ	21.207.079/0001-04	Desclassificado	11.620,00
3º	Eco Ambiental Consultoria LTDA	07.125.516/0001-01	Desclassificado	13.000,00
4º	Laurence Rodrigues Lopes e Vargas - ME	26.918.777/0001-23	Desclassificado	22.293,24
5º	DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	79.511.879/0001-96	Arrematante	30.126,00
6º	HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	36.929.401/0001-78	Classificado	39.900,00
7º	Dedetizadora Barros Ltda	86.838.547/0001-86	Classificado	48.900,00
8º	IMUNIZADORA BELLI LTDA	11.490.790/0001-57	Classificado	48.950,00
9º	OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	14.011.718/0001-98	Classificado	60.252,00
10º	DOUGLAS COSTA PENA EIRELI	27.895.458/0001-02	Classificado	120.504,00
11º	JULIANA DA SILVA REICHERT EIRELI	34.061.163/0001-04	Classificado	180.756,00

¹ Arrematante; Desclassificado; Inabilitado, Classificado e Rejeitado.

LOTE 0003 - LOTE 03

Classif.	Fornecedor	CPF/CNPJ	Situação ¹	Valor Global
1º	OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA	14.011.718/0001-98	Arrematante	16.396,00
2º	KEVIN BUGS VAZ	21.207.079/0001-04	Classificado	16.580,00
3º	DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA	79.511.879/0001-96	Classificado	18.500,00
4º	IMUNIZADORA BELLI LTDA	11.490.790/0001-57	Classificado	18.750,00
5º	Eco Ambiental Consultoria LTDA	07.125.516/0001-01	Classificado	23.500,00
6º	Dedetizadora Barros Ltda	86.838.547/0001-86	Classificado	33.540,00
7º	HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	36.929.401/0001-78	Classificado	36.340,00
8º	JULIANA DA SILVA REICHERT EIRELI	34.061.163/0001-04	Classificado	109.800,00

¹ Arrematante; Desclassificado; Inabilitado, Classificado e Rejeitado.

Chat

Data	Apelido	Frase
25/06/2021 - 13:18:03	Sistema	O processo está em fase de análise das propostas
25/06/2021 - 13:18:43	Sistema	As propostas foram analisadas e o processo foi aberto

25/06/2021 - 13:18:43	Sistema	Conforme Art. 32 do Decreto 10.024/2019. No modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do caput do art. 31, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
25/06/2021 - 13:18:43	Sistema	O processo utiliza o intervalo de lances de 1,00%. Se o lance for inferior ao limite mínimo, o intervalo será desconsiderado.
25/06/2021 - 13:18:43	Sistema	Conforme o artigo 2º da instrução normativa nº 3 de 4 de outubro de 2013, o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 segundos e o intervalo entre os lances dos participantes não poderá ser inferior a 3 segundos.
25/06/2021 - 13:19:57	Sistema	O lote 0001 foi aberto pelo pregoeiro.
25/06/2021 - 13:19:57	Sistema	O lote 0001 tem empresas beneficiadas pela LC 123/2006 em sua disputa.
25/06/2021 - 13:19:58	Sistema	O lote 0002 foi aberto pelo pregoeiro.
25/06/2021 - 13:19:58	Sistema	O lote 0002 tem empresas beneficiadas pela LC 123/2006 em sua disputa.
25/06/2021 - 13:19:59	Sistema	O lote 0003 foi aberto pelo pregoeiro.
25/06/2021 - 13:19:59	Sistema	O lote 0003 tem empresas beneficiadas pela LC 123/2006 em sua disputa.
25/06/2021 - 13:33:29	Sistema	O lote 0003 foi encerrado.
25/06/2021 - 13:33:41	Sistema	O lote 0002 foi encerrado.
25/06/2021 - 13:33:54	Sistema	O lote 0001 foi encerrado.
25/06/2021 - 13:34:49	Sistema	O lote 0001 teve como arrematante PREVINE DEDETIZADORA - ME com valor de R\$ 21.900,00.
25/06/2021 - 13:34:49	Sistema	O lote 0002 teve como arrematante PREVINE DEDETIZADORA - ME com valor de R\$ 11.500,00.
25/06/2021 - 13:34:49	Sistema	O lote 0003 teve como arrematante OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA - ME com valor de R\$ 16.400,00.
25/06/2021 - 13:34:49	Sistema	Iniciada a fase de negociação conforme decreto 10.024/2019, art. 38.
25/06/2021 - 13:35:40	Sistema	A data limite para negociação foi definida pelo pregoeiro para 25/06/2021 às 15:35.
25/06/2021 - 13:36:13	Sistema	O Lote 0001 recebeu um lance negociado no valor de R\$ 21.899,00.
25/06/2021 - 13:38:37	Sistema	O Lote 0002 recebeu um lance negociado no valor de R\$ 11.499,00.
25/06/2021 - 13:39:58	Sistema	O Lote 0003 recebeu um lance negociado no valor de R\$ 16.396,00.
25/06/2021 - 13:41:40	Sistema	O lote 0003 recebeu uma nova proposta readequada.
25/06/2021 - 13:44:23	Sistema	O lote 0001 recebeu uma nova proposta readequada.
25/06/2021 - 13:45:18	Sistema	O lote 0002 recebeu uma nova proposta readequada.
25/06/2021 - 16:02:52	Pregoeiro	Senhores licitantes, os documentos de habilitação serão analisados até as 17:30 horas de hoje.
25/06/2021 - 16:48:11	Sistema	A proposta readequada enviada para o lote 0003 foi aprovada pelo Pregoeiro.
25/06/2021 - 16:48:34	Sistema	A proposta readequada enviada para o lote 0001 foi aprovada pelo Pregoeiro.
25/06/2021 - 16:48:34	Sistema	O valor vencedor para o lote 0001 foi alterado para R\$ 21.489,19 para corresponder a proposta readequada.
25/06/2021 - 16:48:47	Sistema	A proposta readequada enviada para o lote 0002 foi aprovada pelo Pregoeiro.
25/06/2021 - 16:48:47	Sistema	O valor vencedor para o lote 0002 foi alterado para R\$ 11.447,88 para corresponder a proposta readequada.
25/06/2021 - 17:09:45	Sistema	Para o lote 0003 foi habilitado e declarado vencedor o fornecedor OCEG ASSESSORIA E SERVICOS DE DEDETIZACAO LTDA.
25/06/2021 - 17:10:00	Sistema	Para o lote 0001 foi habilitado e declarado vencedor o fornecedor PREVINE DEDETIZADORA.
25/06/2021 - 17:11:35	Sistema	O fornecedor PREVINE DEDETIZADORA foi inabilitado para o lote 0002 pelo pregoeiro.
25/06/2021 - 17:11:35	Sistema	Motivo: Licitante não apresentou os documentos contantes no item 7.2.2 do edital (documentos adicionais necessários somente para o lote 02), sendo considerado desclassificado.
25/06/2021 - 17:11:35	Sistema	O lote 0002 tem como novo arrematante KEVIN BUGS VAZ com valor de R\$ 11.620,00.
25/06/2021 - 17:30:49	Sistema	A data limite de envio de proposta readequada para o lote 0002 foi definida pelo pregoeiro para 25/06/2021 às 18:00.
25/06/2021 - 18:04:12	Sistema	A data limite de envio de proposta readequada para o lote 0002 foi definida pelo pregoeiro para 28/06/2021 às 10:30.
25/06/2021 - 18:04:14	Sistema	A data limite de envio de proposta readequada para o lote 0002 foi definida pelo pregoeiro para 28/06/2021 às 10:30.
25/06/2021 - 18:05:35	Pregoeiro	Senhores Licitantes, a sessão será suspensa neste momento e retomada as 13 horas do dia 28/06/2021.
28/06/2021 - 13:36:11	Sistema	O fornecedor KEVIN BUGS VAZ foi desclassificado para o lote 0002 pelo pregoeiro.
28/06/2021 - 13:36:11	Sistema	Motivo: Licitante não apresentou proposta readequada no aprazado.
28/06/2021 - 13:36:11	Sistema	O lote 0002 tem como novo arrematante Eco Ambiental Consultoria LTDA com valor de R\$ 13.000,00.
28/06/2021 - 13:50:14	Sistema	A data limite de envio de proposta readequada para o lote 0002 foi definida pelo pregoeiro para 28/06/2021 às 16:00.
28/06/2021 - 13:50:15	Sistema	A data limite de envio de proposta readequada para o lote 0002 foi definida pelo pregoeiro para 28/06/2021 às 16:00.
29/06/2021 - 13:40:55	Sistema	O fornecedor Eco Ambiental Consultoria LTDA foi desclassificado para o lote 0002 pelo pregoeiro.
29/06/2021 - 13:40:55	Sistema	Motivo: O Licitante não apresentou a proposta readequada para o lote 02.
29/06/2021 - 13:40:55	Sistema	O lote 0002 tem como novo arrematante Laurence Rodrigues Lopes e Vargas - ME com valor de R\$ 22.293,24.
29/06/2021 - 13:41:21	Sistema	A data limite de envio de proposta readequada para o lote 0002 foi definida pelo pregoeiro para 29/06/2021 às 16:00.
30/06/2021 - 13:16:14	Sistema	O fornecedor Laurence Rodrigues Lopes e Vargas - ME foi desclassificado para o lote 0002 pelo pregoeiro.

30/06/2021 - 13:16:14	Sistema	Motivo: O Licitante não apresentou a proposta readequada para o lote 02.
30/06/2021 - 13:16:14	Sistema	O lote 0002 tem como novo arrematante DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA com valor de R\$ 30.126,24.
30/06/2021 - 13:20:37	Sistema	A data limite de envio de proposta readequada para o lote 0002 foi definida pelo pregoeiro para 30/06/2021 às 16:00.
30/06/2021 - 14:18:22	Sistema	O lote 0002 recebeu uma nova proposta readequada.
30/06/2021 - 17:48:29	Sistema	A proposta readequada enviada para o lote 0002 foi aprovada pelo Pregoeiro.
30/06/2021 - 17:48:29	Sistema	O valor vencedor para o lote 0002 foi alterado para R\$ 30.126,00 para corresponder a proposta readequada.
30/06/2021 - 18:05:45	Pregoeiro	Senhores Licitantes, a sessão será suspensa neste momento para análise da documentação referente a habilitação do lote 02 e retomada as 13 horas do dia 01/07/2021.
01/07/2021 - 13:19:18	Sistema	Para o lote 0002 foi habilitado e declarado vencedor o fornecedor DEDETIZADORA E IMUNIZAFORA CARACOL LTDA.
01/07/2021 - 13:19:27	Sistema	A data limite de intenção de recursos foi definida pelo pregoeiro para 01/07/2021 às 15:20.
01/07/2021 - 15:47:36	Sistema	A sessão foi finalizada e o processo foi encaminhado para adjudicação.
01/07/2021 - 15:47:45	Sistema	O Lote 0001 foi adjudicado por ORLANDO KANTOVISCK JUNIOR.
01/07/2021 - 15:47:45	Sistema	O Lote 0002 foi adjudicado por ORLANDO KANTOVISCK JUNIOR.
01/07/2021 - 15:47:45	Sistema	O Lote 0003 foi adjudicado por ORLANDO KANTOVISCK JUNIOR.
01/07/2021 - 18:17:23	Sistema	O Lote 0001 foi homologado por KLEBERSON LUCIANO LIMA.
01/07/2021 - 18:17:23	Sistema	O Lote 0002 foi homologado por KLEBERSON LUCIANO LIMA.
01/07/2021 - 18:17:23	Sistema	O Lote 0003 foi homologado por KLEBERSON LUCIANO LIMA.

Esta ata foi gerada em 01/07/2021 às 18:17.

ORLANDO KANTOVISCK JUNIOR

Pregoeiro(a)

CRISTIANE JAQUELINE PEREIRA SANDRI

Apoio

SILVIA MARIA DE OLIVEIRA CORREA

Apoio

Descanso

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 65/2021 AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 6/2021

Publicação N° 3132400

MUNICÍPIO DE DESCANSO/SC
PROCESSO LICITATÓRIO N° 65/2021
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 6/2021

O Município de Descanso torna público para conhecimento dos interessados que realizará Pregão Eletrônico, Tipo Menor Preço Global por Lote, no dia 16 de julho de 2021, com fundamento na Lei 10.520/02, no Decreto 10.024/2019 e na Lei 8.666/93.

Objeto: licitação tem por objeto a aquisição, pelo sistema de registro de preços, de peças e serviços para a substituição e recuperação do caminhão FORD CARGO 1723, placa QHC 8236, ano 2014/2015, lotado na Secretaria Da Agricultura N° 88, patrimônio 6320, CHASSIS 9BSYEAHDOSBS80197.

Cadastro das Propostas: das 07h30min do dia 05 de julho de 2021 até as 07h30min do dia 14 de julho de 2021.

Abertura da Sessão Pública: às 08h00min do dia 14 de julho de 2021.

A íntegra do edital encontra-se no site www.portaldecompraspublicas.com.br, no qual os fornecedores deverão cadastrar as propostas e acompanhar a sessão pública, e no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br, Portal de Transparência. Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 02 de julho de 2021.

SADI INACIO BONAMIGO
Prefeito Municipal

Dona Emma

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N. 03/2021 - FMS

Publicação N° 3132306

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DONA EMMA – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N°. 07/2021 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL N°. 03/2021 - FMS

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C41784A9EEF1E5431EC1EF04E68A05ECD34B96B2

O Fundo Municipal de Saúde de Dona Emma, Estado de Santa Catarina, de conformidade com a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993; torna público que, às 09:00 horas do dia 14 de julho de 2021, em sua sede à Rua Alberto Koglin nº. 3493, realizará processo licitatório para a "Contratação de serviços de assessoria para contribuir para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, por meio de projetos de prevenção com orientação sobre os malefícios das drogas lícitas e ilícitas no meio familiar e social, bem como, atendimento, encaminhamento e acompanhamento de dependentes químicos para tratamento, inclusive, acompanhamento e orientação do dependente químico pós tratamento e de seus familiares durante todo o tratamento; cujas especificações detalhadas encontram-se na relação dos itens da licitação, que faz parte integrante do Edital como Anexo I.". O edital completo encontra-se disponível no site: www.donaemma.sc.gov.br. Quaisquer informações a respeito serão prestadas pelo Setor de Compras e Licitações da Administração Municipal de Dona Emma, em dias úteis, no horário de expediente das 8 às 12 e das 13:30 às 16:30 horas, através do telefone (47) 3364-2828, ou pelo e-mail compras@donaemma.sc.gov.br.

Dona Emma, em 1º de julho de 2021.

Nerci Barp
Prefeito Municipal

Ermo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 257,DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131317

PORTARIA Nº 257, de 01 de julho de 2021.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor para Cargo em Comissão, que especifica.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º, § 1º da Lei Complementar nº. 036/2017 de 15 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear VALDEMAR PRIEBE ALBINO, CPF nº 732.444.659-00 para exercer o Cargo em Comissão de CHEFE DIVISÃO DE PESSOAL, Nível DASU-1, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de julho de 2021.

PAULO DELLA VECCHIA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO
Secretário de Administração e Finanças

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO N. 0061/2021

Publicação Nº 3130776

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BDFD1AD632CC35F6C1AADF77956AE43B8E94E08B

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0061/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
CONTRATADO: ENERGIZA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato: é o serviço para EXECUÇÃO DA AMPLIAÇÃO DE REDE DE ALTA TENSÃO NO BAIRRO ERVATAL, CONFORME PROJETOS TÉCNICO CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços, o preço proposto que é da ordem de R\$ 79.405,01 (setenta e nove mil, quatrocentos e cinco reais e um centavos), sendo R\$ 45.980,13 (quarenta e cinco mil, novecentos e oitenta reais e treze centavos) de material e R\$ 33.424,88 (trinta e três mil quatrocentos e vinte e quatro reais e oitenta e oito centavos) de serviços de mão de obra.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O prazo de execução da obra será de 60 dias contados a partir da data de assinatura do contrato, e sua vigência dar-se-á da data da assinatura do presente instrumento contratual, até 31 de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 10 dias antes do término do contrato, e de conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93, suas posteriores alterações.

p

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de XANXERÊ - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo em quatro (4) vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Faxinal dos Guedes/SC, 01 de julho de 2021.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

Código registro TCE: BDFD1AD632CC35F6C1AADF77956AE43B8E94E08B

Flor do Sertão

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 27/2021

Publicação Nº 3130677

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 27/2021

Processo Licitatório nº. 1072/2021

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 18/2021

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 01/07/2021

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa A.R. PNEUS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 09.243.567/0001-63, estabelecida na Rua Waldemar Rangrab, Esquina com a Rua Willi Barth, nº. 4101, na cidade de São Miguel do Oeste - SC, neste ato representada pelo Sr. Andrei Borsatto, inscrito no CPF sob nº. 006.005.239-26 e Identidade nº. 3.546.657, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 1072/2021 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 18/2021, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE PNEUS DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

LOTE	ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	VALOR UNIT.
6	1	20	SVÇ	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 18.4/30	R\$ 2.210,00
6	2	20	SVÇ	VULCANIZAÇÃO EM PNEU 18.4/30	R\$ 340,00
8	1	15	SVÇ	RECAPAGEM DE PNEU 215/75 ARO 17,5	R\$ 412,00
8	2	6	SVÇ	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 215/75 ARO 17,5	R\$ 90,00
10	1	30	SVÇ	RECAUCHUTAGEM DE PNEU COMUM AGRICOLA 750/16	R\$ 400,00
10	2	20	SVÇ	VULCANIZAÇÃO EM PNEU COMUM AGRICOLA 750/2016	R\$ 90,00
11	1	20	SVÇ	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12.4/24	R\$ 1.034,00
11	2	18	SVÇ	VULCANIZAÇÃO EM PNEU 12.4/24	R\$ 290,00
12	1	10	SVÇ	RECAPAGEM DE PNEU 275/80 22.5.	R\$ 668,00
12	2	5	SVÇ	VULCANIZAÇÃO EM PNEU 275/80 ARO 22.5	R\$ 190,00

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 1072/2021.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - Os Pneus para recuperação deverão ser retirados (carga, descarga, desmontagem e montagem na roda) na sede do Município, e devolvidos após a recuperação do mesmo no prazo Máximo de 05 dias sem custo algum ao município.

VII - No caso dos Pneus apresentarem defeito ou problema de funcionamento durante o prazo de garantia, a empresa vencedora deverá substituir o Recapagem/Recauchutagem/vulcanização por um novo no prazo Máximo de 2 dias.

VIII – Os pneus deverão ser entregues na parte da manhã das 07:30 até 11:00 horas e na parte da tarde das 13:00 até 16:30 horas de Segunda – Feira a Sexta – Feira. Os produtos entregues fora dos horários estipulados não serão aceitos na hora da entrega.

IX - Todos os Matérias e serviços necessários para realização completa dos serviços, será de responsabilidade da empresa vencedora sem custo adicional ao município.

X - Os serviços Relacionados acima deverão ter garantia Mínima de 6 Meses contados após a realização dos Serviços.

XI - A montagem e desmontagem dos pneus em suas respectivas rodas antes e após a recuperação será de responsabilidade da empresa vencedora sem custo adicional ao município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável pela fiscalização dos produtos a serem entregues, o Funcionário descrito abaixo:

Funcionário – Sinandro José de Barba

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos Serviços será efetuado com prazo Máximo de 15 dias após a emissão da Ordem de Compra, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - O preço do objeto apresentado na Ata não será reajustado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2021 e 2022.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto lícitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de junho de 2021.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER		ANDREI BORSATTO
CPF: 503.319.819-04		CPF: 006.005.239-26
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 28/2021

Publicação Nº 3130674

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 28/2021

Processo Licitatório nº. 1072/2021

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 18/2021

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 01/07/2021

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa R.M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 04.223.949/0001-01, estabelecida na Rua Valdemar Pianta, nº. 224, na cidade de São Lourenço do Oeste – SC, neste ato representada pelo Sr. Gilmei Pedro Klein, inscrito no CPF sob nº. 771.895.409-97 e Identidade nº. 2.640.974, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 1072/2021 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 18/2021, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE PNEUS DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

LOTE	ITENS	QUANT	UNID.	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	VALOR UNIT.
1	1	15	SVÇ	RECAPAGEM DE PNEU 1000x20 16 LONAS COMUM COM SULCO DE NO MINIMO 15,5mm	607,02
1	2	70	SVÇ	RECAPAGEM DE PNEU 1000x20 16 LONAS RADIAL SULCO DE 18mm	646,10
1	3	30	SVÇ	VULCANIZAÇÃO EM PNEU 1.000/20 16 LONAS	198,92

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

- I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;
- II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;
- III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.
- IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 1072/2021.
- V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.
- VI - Os Pneus para recuperação deverão ser retirados (carga, descarga, desmontagem e montagem na roda) na sede do Município, e devolvidos após a recuperação do mesmo no prazo Máximo de 05 dias sem custo algum ao município.
- VII - No caso dos Pneus apresentarem defeito ou problema de funcionamento durante o prazo de garantia, a empresa vencedora deverá substituir o Recapagem/Recauchutagem/vulcanização por um novo no prazo Máximo de 2 dias.
- VIII - Os pneus deverão ser entregues na parte da manhã das 07:30 até 11:00 horas e na parte da tarde das 13:00 até 16:30 horas de Segunda – Feira a Sexta – Feira. Os produtos entregues fora dos horários estipulados não serão aceitos na hora da entrega.
- IX - Todos os Matérias e serviços necessários para realização completa dos serviços, será de responsabilidade da empresa vencedora sem custo adicional ao município.
- X - Os serviços Relacionados acima deverão ter garantia Mínima de 6 Meses contados após a realização dos Serviços.
- XI - A montagem e desmontagem dos pneus em suas respectivas rodas antes e após a recuperação será de responsabilidade da empresa vencedora sem custo adicional ao município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável pela fiscalização dos produtos a serem entregues, o Funcionário descrito abaixo:

Funcionário – Sinandro José de Barba

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos Serviços será efetuado com prazo Máximo de 15 dias após a emissão da Ordem de Compra, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - O preço do objeto apresentado na Ata não será reajustado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2021 e 2022.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de junho de 2021.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER		GILMEI PEDRO KLEIN
CPF: 503.319.819-04		CPF: 771.895.409-97
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 29/2021

Publicação Nº 3130678

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 29/2021

Processo Licitatório nº. 1072/2021

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 18/2021

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 01/07/2021

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa NG PNEUS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 29.667.841/0001-39, estabelecida na Rua Prefeito Albino Cerruti Cella, nº. 834, na cidade de Maravilha – SC, neste ato representada pelo Sr. Renato Sadi Bauermann, inscrito no CPF sob nº. 249.543.8919-91 e Identidade nº. 945.881, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 1072/2021 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 18/2021, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE PNEUS DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

LOTE	ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	VALOR UNIT.
2	1	8	SVÇ	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 19.5/24	2.139,00
2	2	12	SVÇ	VULCANIZAÇÃO EM PNEU 19.5/24	389,00
4	1	8	SVÇ	RECAUCHUTAGEM EM PNEU 12.5/18	935,00
4	2	10	SVÇ	VULCANIZAÇÃO EM PNEU 12.5/18	205,00
5	1	10	SVÇ	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 1.400/24 24 LONAS	1.798,00
5	2	10	SVÇ	VULCANIZAÇÃO EM PNEU 1.400/24 24 LONAS	371,00
9	1	10	SVÇ	RECAPAGEM DE PNEU COMUN AGRICOLA 900/20	546,00
9	2	8	SVÇ	VULCANIZAÇÃO EM PNEU COMUN AGRICOLA 900/20	180,00

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 1072/2021.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - Os Pneus para recuperação deverão ser retirados (carga, descarga, desmontagem e montagem na roda) na sede do Município, e devolvidos após a recuperação do mesmo no prazo Máximo de 05 dias sem custo algum ao município.

VII - No caso dos Pneus apresentarem defeito ou problema de funcionamento durante o prazo de garantia, a empresa vencedora deverá substituir o Recapagem/Recauchutagem/vulcanização por um novo no prazo Máximo de 2 dias.

VIII – Os pneus deverão ser entregues na parte da manhã das 07:30 até 11:00 horas e na parte da tarde das 13:00 até 16:30 horas de Segunda – Feira a Sexta – Feira. Os produtos entregues fora dos horários estipulados não serão aceitos na hora da entrega.

IX - Todos os Matérias e serviços necessários para realização completa dos serviços, será de responsabilidade da empresa vencedora sem custo adicional ao município.

X - Os serviços Relacionados acima deverão ter garantia Mínima de 6 Meses contados após a realização dos Serviços.

XI - A montagem e desmontagem dos pneus em suas respectivas rodas antes e após a recuperação será de responsabilidade da empresa vencedora sem custo adicional ao município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável pela fiscalização dos produtos a serem entregues, o Funcionário descrito abaixo:

Funcionário – Sinandro José de Barba

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos Serviços será efetuado com prazo Máximo de 15 dias após a emissão da Ordem de Compra, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - O preço do objeto apresentado na Ata não será reajustado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2021 e 2022.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item “I” será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea “b”;

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a

contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de junho de 2021.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER	RENATO SADI BAUERMANN
CPF: 503.319.819-04	CPF: 249.543.8919-91
CONTRATANTE	CONTRATADA
DIOGO DE BEM	LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32	CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 30/2021

Publicação Nº 3130679

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 30/2021

Processo Licitatório nº. 1072/2021

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 18/2021

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 01/07/2021

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa INDÚSTRIA E COMERCIO MUT PNEUS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 58.619.644/0001-42, estabelecida na Avenida Dr. Pedro Bentivoglio Filho, nº. 30, na cidade de Andradina - SP, neste ato representada pelo Sr. Odair Moretti de Oliveira, inscrito no CPF sob nº. 250.850.658-32 e Identidade nº. 30.800.598, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 1072/2021 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 18/2021, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE PNEUS DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

LOTE	ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	VALOR UNIT.
3	1	6	SVÇ	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12/16.5	886,67
3	2	6	SVÇ	VULCANIZAÇÃO EM PNEU 12/16.5	233,33
7	1	8	SVÇ	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 17.5/25	2.128,38
7	2	10	SVÇ	VULCANIZAÇÃO EM PNEU 17.5/25	397,30

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 1072/2021.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - Os Pneus para recuperação deverão ser retirados (carga, descarga, desmontagem e montagem na roda) na sede do Município, e devolvidos após a recuperação do mesmo no prazo Máximo de 05 dias sem custo algum ao município.

VII - No caso dos Pneus apresentarem defeito ou problema de funcionamento durante o prazo de garantia, a empresa vencedora deverá substituir o Recapagem/Recauchutagem/vulcanização por um novo no prazo Máximo de 2 dias.

VIII - Os pneus deverão ser entregues na parte da manhã das 07:30 até 11:00 horas e na parte da tarde das 13:00 até 16:30 horas de Segunda – Feira a Sexta – Feira. Os produtos entregues fora dos horários estipulados não serão aceitos na hora da entrega.

IX - Todos os Matérias e serviços necessários para realização completa dos serviços, será de responsabilidade da empresa vencedora sem custo adicional ao município.

X - Os serviços Relacionados acima deverão ter garantia Mínima de 6 Meses contados após a realização dos Serviços.

XI - A montagem e desmontagem dos pneus em suas respectivas rodas antes e após a recuperação será de responsabilidade da empresa vencedora sem custo adicional ao município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável pela fiscalização dos produtos a serem entregues, o Funcionário descrito abaixo:

Funcionário – Sinandro José de Barba

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos Serviços será efetuado com prazo Máximo de 15 dias após a emissão da Ordem de Compra, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - O preço do objeto apresentado na Ata não será reajustado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2021 e 2022.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de junho de 2021.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER		ODAIR MORETTI DE OLIVEIRA
CPF: 503.319.819-04		CPF: 250.850.658-32
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

DECRETO Nº. 62/2021

Publicação Nº 3130666

DECRETO nº. 62/2021

Homologa Julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo licitatório nº. 1072/2021, e dá outras providências.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro, nomeada pela portaria nº. 32/2021/2021, sobre o processo de licitação nº.

1072/2021, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE PNEUS DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor das empresas abaixo relacionadas, tudo conforme constatação na Adjudicação do referido processo.

AR PNEUS LTDA	R\$ 105.050,00
R.M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME	R\$ 60.300,00
NG PNEUS LTDA - ME	R\$ 59.900,00
INDÚSTRIA E COMERCIO MUT PNEUS LTDA - EPP	R\$ 27.720,00

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 30 dias do mês de junho de 2021.

SIDINEI JOSE WILLINGHOFFER	
PREFEITO MUNICIPAL	

PORTARIA Nº 211/2021

Publicação Nº 3130528

PORTARIA Nº 211/2021
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal ISETE HELENA GIACOMELLI BASSANI, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 01/07/2021 a 30/07/2021, relativo ao período aquisitivo 08/19 a 08/20.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 01 dia do mês de Julho de 2021.
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER Prefeito Municipal

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 212/2021

Publicação Nº 3130534

PORTARIA Nº 212/2021
EXONERA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria EXONERADA a Servidora Municipal KATIANE QUINOT ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - A exoneração de que trata esta portaria dar-se-á pelo motivo de ser requerida pela própria servidora municipal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 01 dia do mês de Julho de 2021.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER Prefeito Municipal
DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Formosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N.º 5331, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131313

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 5331, DE 01 DE JULHO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS DE DIREITO A SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JORGE ANTONIO COMUNELLO Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 17, de 22 de dezembro de 2006, e Lei Complementar N.º 19, de 08 de março de 2007 e posteriores,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal SUZIELI PAVÃO, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a serem gozadas no período de 05/07/2021 à 03/08/2021, relativas ao período aquisitivo de 01/11/2019 à 31/10/2020.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 01 de julho de 2021.

JORGE ANTONIO COMUNELLO
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 07/FMS/2021 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/FMS/2021

Publicação Nº 3130812

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 13/FMS/2021 - Ata do Sistema de Registro de Preços 07/FMS/2021;

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO REGISTRAR PREÇO para aquisição de leites especiais, necessários e imprescindíveis para o atendimento a pacientes com deficiências nutricionais do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 31/03/2022
2ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 11/PMF/2021 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/PMF/2021

Publicação Nº 3130826

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo nº 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 31/2021 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços nº 11/2021 – PMF:

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI), necessários para o atendimento aos colaboradores do Município de Forquilha/SC, por meio das diversas secretarias, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 06/04/2022
2ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 12/PMF/2021 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/PMF/2021

Publicação Nº 3130831

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo nº 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 38/2021 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços nº 12/2021 – PMF:

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de ASFALTO FRIO para uso na manutenção das vias públicas do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 08/04/2022
2ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 13/PMF/2021 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/PMF/2021

Publicação Nº 3130836

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo nº 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 30/2021 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços nº 13/2021 – PMF:

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 09/04/2022
2ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 59/PMF/2020 – REFERENTE AO PREGÃO ELETRONICO Nº 120/PMF/2020

Publicação Nº 3130847

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo nº 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Eletrônico nº 120/2020 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços nº 59/2020 – PMF:

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de fardamentos para atender as necessidades da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 01/10/2021
4ª Publicação

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 75/PMF/2021

Publicação Nº 3131354

	Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	---

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 75/PMF/2021

TERCEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 75/PMF/2021, QUE TEM COMO OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RODOVIA FRANCISCO RICKEN, LOCALIDADE DE SANGA DO COQUEIRO, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, COM EXTENSÃO DE 660METROS LINEARES, PARA ATENDIMENTO AO CONTRATO DE REPASSE Nº 907670/2020, OPERAÇÃO 1074085-40, FIRMADO JUNTO AO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MDR)/CAIXA.

Às quatorze horas do dia primeiro de julho de dois mil e vinte e um, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, processamento e julgamento do EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 75/PMF/2021. Abertos os trabalhos pela Presidente, Sra. Neli Sehnem dos Santos, a mesma iniciou a abertura do envelope nº. 02 da Proposta de Preço das empresas BCL EMPREENDIMENTOS LTDA., PAVIMENTADORA ALFA LTDA., JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA. e SETEP CONSTRUÇÕES S.A. Os preços globais apresentados foram:

Classificação	Licitante	Valor Global Proposto
1º classificado	SETEP CONSTRUÇÕES S.A.	R\$ 1.043.323,15
Desclassificado	PAVIMENTADORA ALFA LTDA.	R\$ 1.106.808,41
Desclassificado	BCL EMPREENDIMENTOS LTDA.	R\$ 1.278.521,90
Desclassificado	JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA.	R\$ 1.804.362,12

Isto posto, a Presidente da Comissão conferiu detalhadamente a proposta de menor valor global e certificou-se que a mesma está de acordo com as exigências do edital, sendo então, a menor proposta válida para este processo licitatório. Constatou-se também que as demais propostas apresentadas restaram desclassificadas por estar acima do valores máximo do edital. Assim, decide esta comissão, por unanimidade,

declarar vencedora do certame a empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A. Fica estabelecido o prazo recursal de cinco dias úteis para interposição de recursos, ou renúncia expressa do mesmo. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem. Forquilha, 01 de julho de 2021.

NELI SEHNEM DOS SANTOS
Presidente da Comissão de Licitação

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Membro da Comissão

ARMANDO SARTOR
Membro da Comissão

ELESIANE DA ROSA
Membro da Comissão

HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS
Membro da Comissão

SETEP CONSTRUÇÕES S.A.
André Zanatta Locks

JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA.
Julio Remor

AVISO DE LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇO Nº. 100/PMF/2021

Publicação Nº 3132002

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DDFB9BAA8491863FED3155CFF8F75A78244EE670

MODALIDADE: Edital Tomada de Preço Nº. 100/PMF/2021.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para execução da pavimentação asfáltica com extensão de 703,53 metros em vias públicas urbanas do Bairro Santa Clara, Município de Forquilha/SC, por meio do Contrato de Repasse nº. 9000458/2020/MDR/CAIXA, Operação nº. 1070638-40/2020, firmado junto ao Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR).

DATA DE ABERTURA: Dia 20 de julho de 2021 às 14:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 17:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>.

Forquilha, 01 de julho de 2021.

NELI SEHNEM DOS SANTOS
Presidente da Comissão de Licitação

Fraiburgo

PREFEITURA

10 - PAL 0037 - 2021 - ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Publicação Nº 3132402

DECISÃO

Referente ao

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0037/20210 – PMF
PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0014/2021
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0014/2021
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0020/2021 (AT21PMF20)

OBJETO – AQUISIÇÃO DE TERMÔMETROS DIGITAIS INFRAVERMELHOS PORTÁTEIS, destinados ao atendimento das necessidades do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo), conforme descrição e quantitativos.

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.947.979/0001-74, NOTIFICA a empresa ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Marechal Deodoro, nº 177, na cidade de Pato Branco-PR (85.507-520), inscrita no CNPJ sob o nº 12.014.370/0001-67, a tomar ciência acerca de Decisão no Processo Administrativo n.º 1964/2021.

Intime-se a empresa da decisão, o teor desta será encaminhado para a Empresa Notificada, sendo franqueada vista dos autos no Setor de Compras da Prefeitura de Fraiburgo – Santa Catarina.

Fraiburgo(SC), 01 de julho de 2021.

Felipe Krieguer
Fiscal de Contratos

17 - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PAL 0030-2021 - COMÉRCIO DE LINHAS E LÃS SANTA ROSA

Publicação Nº 3131992

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

.PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0030/2021 – PMF
.PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICO Nº 0010/2021
.REGISTRO DE PREÇOS Nº 00011/2021
.ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0022/2021 (AT21PMF22)

.OBJETO – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS de uma unidade de cada item multiplicada pelas quantidades expressas na estimativa de consumo para eventual e futura contratação, visando aquisição de roupas, calçados, roupas de cama, mesa e banho, para crianças e adolescentes abrigados na Casa Lar Célio Thibes dos Santos, idosos e pessoas com deficiência que são acolhidos em instituições de longa permanência, conforme especificações e quantitativos.

NOTIFICADA – COMÉRCIO DE LINHAS E LÃS SANTA ROSA LTDA EPP.

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.947.979/0001-74, NOTIFICA a empresa COMÉRCIO DE LINHAS E LÃS SANTA ROSA LTDA EPP pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Santa Cruz, nº 1054, na cidade de Santa Rosa-RS (98.780-001), inscrita no CNPJ sob o nº 08.574.064/0001-08, a tomar ciência acerca da Notificação constante dos autos do Processo Administrativo Licitatório em epígrafe. O inteiro teor da Notificação foi encaminhado via e-mail fornecido nos autos. Será assegurada ainda, caso entenda necessário, a vista dos autos.

O prazo para resposta da Notificação é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste Edital.

Eventual manifestação deve ser protocolada dentro do prazo estabelecido e em horário de expediente, no Protocolo Central da Prefeitura, junto à Secretaria-Executiva, localizado na sede deste Município: Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, CEP 89.580-000, ou então remetida via postal com aviso de recebimento, mediante comprovação do seu envio com o código rastreador para o e-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br

Não serão consideradas manifestações através de fac-símile (FAX).
Caso a correspondência seja enviada fora do prazo acima estipulado, ela será considerada intempestiva.

Fraiburgo(SC), 01 de julho de 2021.

FELIPE KRIEQUER
Fiscal de Contrato

ANGELICA PATRICIA VIZOLLI DE ALMEIDA

Publicação Nº 3131661

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Sr (a) ANGELICA PATRICIA VIZOLLI DE ALMEIDA

Cargo: Agente Comunitário de Saúde
Classificação: 2º lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº 009 de 04 de novembro de 2020 e seu resultado homologado pelo Decreto nº 006/2021, convocamos-lhe a comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de Monitor Social na vaga onde o município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 3 dias do Recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de Monitor Social ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação.
Entrega da cópia dos mesmos no setor RH:

a) 01 foto ¾ recente;	k) Atestado de Saúde Ocupacional;
b) Carteira Profissional;	l) Diploma de Formação Escolar;
c) Cartão PIS/PASEP;	m) Conta Bancária (BRADESCO);
d) CPF;	n) Endereço Completo (fatura de água, luz ou telefone)
e) Identidade;	o) Comprovante de Imunização
f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;	
g) Certificado de Reservista (somente para Homens)	
h) Registro Civil de Nascimento ou Casamento;	
i) Registro dos Filhos menores de 14 anos;	
j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;	

Fraiburgo, SC, 01/02/2021

Declaro que recebi e estou ciente da presente convocação.

Em ____/____/____

ANGELICA PATRICIA VIZOLLI DE ALMEIDA

AVISO DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0020_2021 RP 0010 - SF

Publicação Nº 3131731

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0020/2021 – SF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0010/2021 - SF

Processo Administrativo Licitatório nº 0025/2021 -SF

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa para o fornecimento de lixeiras para a coleta de materiais recicláveis e convencionais em pontos previamente definidos pela Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, conforme especificações do Termo de Referência ANEXO I deste Edital. Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO; Recursos: Próprios. Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:00 horas do dia 05/07/2021 até as 09:00 horas do dia: 16/07/2021. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 horas até as 09:30 horas do dia 16/07/2021. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 16/07/2021. REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília (DF). LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br . Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3001 e-mail: licita@fraiburgo.sc.gov.br . Site: www.fraiburgo.sc.gov.br link “LICITAÇÕES”.

Fraiburgo(SC), 01 de julho de 2021.

CÓDIGO DE REGISTRO TCE: 505FAAFEDA7A37E1FDDE4ED42F8448888A269040

Ricardo Rehnolt Meyer – Presidente da SANEFRAI

DECRETO 173 - 2021

Publicação Nº 3132401

DECRETO Nº 173, DE 01 DE JULHO DE 2021.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

Wilson Ribeiro Cardoso Junior, Prefeito de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei 2509 de 15 de Dezembro de 2020:

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo, para o exercício de 2021, no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

14.00 – Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo		
14.01 – Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo SANEFRAI		
17.512.0035.2.077 – Gerenciamento de Resíduos Sólidos		
3.3.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0900 (11)	R\$	100.000,00
07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Secretaria de Educação		
12.361.0004.2.016 – Manutenção do Ensino Fundamental		
4.4.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0300 (55)	R\$	30.000,00
TOTAL	R\$	130.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

14.00 – Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo		
14.01 – Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo SANEFRAI		
17.512.0035.2.077 – Gerenciamento de Resíduos Sólidos		
4.4.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0900 (13)	R\$	100.000,00
07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Secretaria de Educação		
12.361.0004.2.016 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.1.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0300 (47)	R\$	30.000,00
TOTAL	R\$	130.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 01 DE JULHO DE 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR
Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3548 de 02/07/2021, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

EXTRATO DE CONTRATO N° CT21PMF40_DOM

Publicação N° 3131662

EXTRATO DO CONTRATO N° CT21PMF40

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADO: CIDIMAR DA ROSA ME. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DE ADEQUAÇÕES AO PROJETO PREVENTIVO DE COMBATE A INCÊNDIO – P.P.C.I DO GINÁSIO DA ESCOLA JOSÉ DE ANCHIETA LOCALIZADO NA RUA EMÍLIO VESCOVI, S/N, BAIRRO JARDIM AMÉRICA. LOTE 1, QUADRA 314, NESTE MUNICÍPIO CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVOS (ANEXOS AO PAL) E PARTE DELE INTEGRANTE. VALOR TOTAL DO CONTRATO: 86.263,72 (OITENTA E SEIS MIL DUZENTOS E SESENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS). DATA DO CONTRATO: 23.06.2021. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: DE 23.06.2021 A 22.09.2021. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: N° 0053/2021 – PMF. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N° 0004/2021. RECURSOS: 1.300 RECURSOS ORDINÁRIOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

FRAIBURGO (SC), 01 DE JULHO DE 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR – PREFEITO DE FRAIBURGO

EXTRATO_DOM_01.07.2021 11999

Publicação N° 3130973

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CFF2733D4654FA681C805A3EA969914ECE0EBEFD

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: AT21PMF53

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: GELVAN COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI

Valor : R\$35.345,60 (trinta e cinco mil trezentos e quarenta e cinco reais e sessenta centavos)

Vigência : Início: 30/06/2021 Término: 29/06/2022

Licitação : Pregão eletrônico N°.: 33/2021

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL aquisição de materiais de higiene e produção de higienização para utilização na Casa Lar Célio Thibes dos Santos e Lar dos Meninos João Alves dos Santos, durante o período de 12 (doze) meses.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-10-4,06-40,60; 2-300-4,83-1.449,00; 3-300-5,00-1.500,00; 4-10-17,50-175,00; 5-200-10,00-2.000,00; 6-100-10,00-1.000,00; 7-50-10,00-500,00; 8-100-15,00-1.500,00; 9-100-15,00-1.500,00; 10-200-6,00-1.200,00; 11-500-5,99-2.995,00; 12-20-30,00-600,00; 13-200-3,00-600,00; 14-100-8,66-866,00; 15-20-10,00-200,00; 16-50-7,82-391,00; 17-500-9,82-4.910,00; 18-10-20,00-200,00; 19-100-3,00-300,00; 20-300-2,83-849,00; 21-10-16,65-166,50; 22-300-13,30-3.990,00; 23-300-7,00-2.100,00; 24-200-11,30-2.260,00; 25-200-6,00-1.200,00; 26-5-40,00-200,00; 27-20-9,80-196,00; 28-20-19,00-380,00; 29-20-20,00-400,00; 30-10-20,00-200,00; 31-50-11,65-582,50; 32-50-11,30-565,00; 33-10-5,50-55,00; 34-20-5,50-110,00; 35-10-5,50-55,00; 36-20-5,50-110,00;

Código de Registro TCE: CFF2733D4654FA681C805A3EA969914ECE0EBEFD

Fraiburgo, 1 de julho de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO_DOM_01.07.2021 12000

Publicação N° 3130977

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 16132A170B8177778715F7E3316F48A7F06B173A

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N° : TA.AT21PMF24 - Contrato N°: AT20PMF84 - Ata N.º: Para suportar o remanejamento, a Ata de Registro de Preços n° AT20PMF45 terá INCLUSÃO nos itens e quantitativos expressos na tabela abaixo:

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: CIDIMAR DA ROSA - ME

Valor : R\$4.180,00 (quatro mil cento e oitenta reais)

Vigência : Início: 30/06/2021 Término: 13/08/2021

Licitação : Pregão presencial N°.: 43/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO E CARPINTEIRO PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMS, FME E SANEFRAI), PARA UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-200-20,90-4.180,00;

Código de Registro TCE: 16132A170B8177778715F7E3316F48A7F06B173A

Fraiburgo, 1 de julho de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO_DOM_01.07.2021 12001

Publicação Nº 3130979

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DF2EF18EF091C755D2A609839D7F24E5BE8330AF

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT21PMF25 - Contrato Nº: AT20PMF84 - Ata N.º: Para suportar o remanejamento, a Ata de Registro de Preços nº AT20PMF45 terá INCLUSÃO nos itens e quantitativos expressos na tabela abaixo:

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: CIDIMAR DA ROSA - ME

Valor : R\$1.045,00 (um mil quarenta e cinco reais)

Vigência : Início: 30/06/2021 Término: 13/08/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 43/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO E CARPINTEIRO PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMS, FME E SANEFRAI), PARA UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-50-20,90-1.045,00;

Código de Registro TCE: DF2EF18EF091C755D2A609839D7F24E5BE8330AF

Fraiburgo, 1 de julho de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO_DOM_01.07.2021 12002

Publicação Nº 3130982

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 21DDBD35B354F80814890424EBE7083C241FB857

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA21PMF61 - Contrato Nº: CT18PMF135 - Ata N.º: As partes acima epigrafadas ajustam e contratam a prorrogação do prazo de vigência do contrato para até o dia 29 de agosto de 2021.

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: VIGA - PAVIMENTACAO E OBRAS LTDA.

Vigência : Início: 30/06/2021 Término: 29/08/2021

Licitação : Concorrência p/ obras e serv. Engenharia Nº.: 8/2018

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ, COM PASSEIOS ACESSÍVEIS, DRENAGEM, TERRAPLANAGEM, LIGAÇÃO PREDIAL DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, CONTENÇÕES, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E MEIOS FIOS, DE DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO,

Código de Registro TCE: 21DDBD35B354F80814890424EBE7083C241FB857

Fraiburgo, 1 de julho de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO_DOM_01.07.2021 12003

Publicação Nº 3130984

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E7ADAFB462815346A905C53704C3D07E450C34CD

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT21PMF54

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: IMPERIO INDUSTRIA E COMERCIO DE BANDEIRAS EIRELI

Valor : R\$15.780,00 (quinze mil setecentos e oitenta reais)

Vigência : Início: 30/06/2021 Término: 29/06/2022

Licitação : Pregão eletrônico Nº.: 23/2021

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS AQUISIÇÕES DE BANDEIRA OFICIAL DO BRASIL, ESTADO DE SANTA CATARINA, DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, ESTANDARTE DO CONTESTATO E PEDESTAIS PARA REPOSIÇÃO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO ESPORTE E LAZER).

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-30-110,00-3.300,00; 2-30-110,00-3.300,00; 3-30-130,00-3.900,00; 4-15-100,00-1.500,00; 5-10-119,00-1.190,00; 6-10-119,00-1.190,00; 7-10-140,00-1.400,00;

Código de Registro TCE: E7ADAFB462815346A905C53704C3D07E450C34CD

Fraiburgo, 1 de julho de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO_DOM_01.07.2021 12004

Publicação Nº 3130985

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 52DB90CA7D15591634CC50398825F93932AA5093

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT21PMF55

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: KAENG INFRAESTRUTURA EIRELI

Valor : R\$7.320.000,00 (sete milhões trezentos e vinte mil reais)

Vigência : Início: 30/06/2021 Término: 29/11/2021

Licitação : Pregão eletrônico Nº.: 21/2021

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DESTINADOS A EXECUÇÃO DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM ESTRADAS VICINAIS, MANUTENÇÃO DE VIAS DE ACESSO A PROPRIEDADES RURAIS, DE ACORDO O DESCRITIVO, QUANTITATIVOS ESTIMADOS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E OPERACIONAIS PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) E DEMAIS CONDIÇÕES DO EDITAL.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-1500000-3,74-5.610.000,00; 2-45000-38,00-1.710.000,00;

Código de Registro TCE: 52DB90CA7D15591634CC50398825F93932AA5093

Fraiburgo, 1 de julho de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO_DOM_01.07.2021 12005

Publicação Nº 3130987

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FECC6272E5C3174654BAE790DD4D46705A581913

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA21PMF62 - Contrato Nº: CT18PMF19

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATA

Vigência : Início: 30/06/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Dispensa de licitação p/ compras e serviços Nº.: 9/2018

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE HORAS TÉCNICAS POR PROFISSIONAL DO CIMCATARINA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR E ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA, NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018.

Código de Registro TCE: FECC6272E5C3174654BAE790DD4D46705A581913

Fraiburgo, 1 de julho de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO_DOM_01.07.2021 12006

Publicação Nº 3130989

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3E88BD1300960EDE838D44BC55BAAEBF19718C7B

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA21PMF63 - Contrato Nº: CT18PMF60 - Ata N.º: As partes acima epigrafadas ajustam e contratam a prorrogação do prazo de vigência do contrato para até o dia 30 de junho de 2022.

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: LACEDIR THIBES ESTREME- ME

Vigência : Início: 30/06/2021 Término: 30/06/2022

Licitação : Pregão presencial Nº.: 60/2018

Objeto : CONTRATAÇÃO DE LIMPEZA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL, DORVALINA SANTOS ANDRADE, LOCALIZADO NA AVENIDA ANITA GARIBALDI, Nº 185, NESTE MUNICÍPIO, BEM COMO ZELADORIA E ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS.

Código de Registro TCE: 3E88BD1300960EDE838D44BC55BAAEBF19718C7B

Fraiburgo, 1 de julho de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO_DOM_01.07.2021 12007

Publicação Nº 3130991

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2FCD0D38BBBE48DD60D48506A34368069AE2E750

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA21PMF63/63A - Contrato Nº: CT18PMF60 - Ata N.º: Fica renovado o valor do contrato para R\$ 111.992,40 (cento e onze mil novecentos e noventa e dois reais e quarenta centavos), conforme dotações específicas

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada....: LACEDIR THIBES ESTREME- ME

Valor : R\$111.992,40 (cento e onze mil novecentos e noventa e dois reais e quarenta centavos)

Vigência : Início: 30/06/2021 Término: 30/06/2022

Licitação : Pregão presencial Nº.: 60/2018

Objeto : CONTRATAÇÃO DE LIMPEZA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL, DORVALINA SANTOS ANDRADE, LOCALIZADO NA AVENIDA ANITA GARIBALDI, Nº 185, NESTE MUNICÍPIO, BEM COMO ZELADORIA E ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-12-9.332,70-111.992,40;

Código de Registro TCE: 2FCD0D38BBBE48DD60D48506A34368069AE2E750

Fraiburgo, 1 de julho de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO_DOM_01.07.2021 2015

Publicação Nº 3130966

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8F0A53BBF66AFF6BEEBB339600C280F37A43F18F

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT21FMS17 - Contrato Nº: AT20FMS48 - Ata N.º: Para suportar o remanejamento, a Ata de Registro de Preços nº AT20FMS48 terá redução nos itens e quantitativos expressos na tabela abaixo:

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada....: CIDIMAR DA ROSA - ME

Valor : R\$1.045,00 (um mil quarenta e cinco reais)

Vigência : Início: 30/06/2021 Término: 13/08/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 43/2020

Entid.Gestora: MUNICIPIO DE FRAIBURGO

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO E CARPINTEIRO PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMS, FME E SANEFRAI), PARA UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-50-20,90-1.045,00;

Código de Registro TCE: 8F0A53BBF66AFF6BEEBB339600C280F37A43F18F

Fraiburgo, 1 de julho de 2021.

EDSON LUIZ MEDEIROS - SECRETÁRIO DE SAÚDE

EXTRATO_DOM_01.07.2021 2016

Publicação Nº 3130965

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A47EBBA7C41D8F339838C0D5CC3749896DF7849F

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT21FMS35

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada....: IMPERIO INDUSTRIA E COMERCIO DE BANDEIRAS EIRELI

Valor : R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 30/06/2021 Término: 29/06/2022

Licitação : Pregão eletrônico Nº.: 23/2021

Entid.Gestora: MUNICIPIO DE FRAIBURGO

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS AQUISIÇÕES DE BANDEIRA OFICIAL DO BRASIL, ESTADO DE SANTA CATARINA, DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, ESTANDARTE DO CONTESTATO E PEDESTAIS PARA REPOSIÇÃO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO00) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO ESPORTE E LAZER).

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-1-110,00-110,00; 2-1-110,00-110,00; 3-1-130,00-130,00;

Código de Registro TCE: A47EBBA7C41D8F339838C0D5CC3749896DF7849F

Fraiburgo, 1 de julho de 2021.
EDSON LUIZ MEDEIROS - SECRETÁRIO DE SAÚDE

EXTRATO_DOM_01.07.2021 2017

Publicação Nº 3130963

EXTRATO CONTRATUAL

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A115F0F862A1AB4CD54465A4B199811C9C661F8F

Contrato Nº.: CT21FMS14
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO
Contratada.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ALTO VALE DO
Valor : R\$630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais)
Vigência : Início: 30/06/2021 Término: 31/12/2021
Licitação : Dispensa de licitação p/ compras e serviços Nº.: 9/2021
Objeto : CONTRATAÇÃO DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE (CISAMARP), PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM CARÁTER SUPLEMENTAR E COMPLEMENTAR À POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO/SC.
Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-1-630.000,00-630.000,00;
Código de Registro TCE: A115F0F862A1AB4CD54465A4B199811C9C661F8F

Fraiburgo, 1 de julho de 2021.
EDSON LUIZ MEDEIROS - SECRETÁRIO DE SAÚDE

EXTRATO_DOM_01.07.2021 2064

Publicação Nº 3130967

EXTRATO CONTRATUAL

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 515DE635DB5E6C01AC68CC800F931A2F9388C326

Contrato Nº.: AT21SF50
Contratante.: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI
Contratada.: IMPERIO INDUSTRIA E COMERCIO DE BANDEIRAS EIRELI
Valor : R\$700,00 (setecentos reais)
Vigência : Início: 30/06/2021 Término: 29/06/2022
Licitação : Pregão eletrônico Nº.: 23/2021
Entid.Gestora: MUNICIPIO DE FRAIBURGO
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS AQUISIÇÕES DE BANDEIRA OFICIAL DO BRASIL, ESTADO DE SANTA CATARINA, DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, ESTANDARTE DO CONTESTATO E PEDESTAIS PARA REPOSIÇÃO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO ESPORTE E LAZER).
Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-2-110,00-220,00; 2-2-110,00-220,00; 3-2-130,00-260,00;
Código de Registro TCE: 515DE635DB5E6C01AC68CC800F931A2F9388C326

Fraiburgo, 1 de julho de 2021.
RICARDO REHNOLT MEYER - PRESIDENTE

EXTRATO_DOM_01.07.2021 884

Publicação Nº 3130969

EXTRATO CONTRATUAL

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7B15F6A87EF95B6197ABC44E80816239754F180A

Aditivo Nº : TA.AT21FME07 - Contrato Nº: AT20FME34 - Ata N.º: Para suportar o remanejamento, a Ata de Registro de Preços nº AT20FME34 terá redução nos itens e quantitativos expressos na tabela abaixo:
Contratante.: FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME
Contratada.: CIDIMAR DA ROSA - ME
Valor : R\$4.180,00 (quatro mil cento e oitenta reais)
Vigência : Início: 30/06/2021 Término: 13/08/2021
Licitação : Pregão presencial Nº.: 43/2020
Entid.Gestora: MUNICIPIO DE FRAIBURGO
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO

E CARPINTEIRO PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMS, FME E SANEFRAI), PARA UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-200-20,90-4.180,00;

Código de Registro TCE: 7B15F6A87EF95B6197ABC44E80816239754F180A

Fraiburgo, 1 de julho de 2021.

DENILSON DALANHOL - SUPERINTENDENTE INTERINO

EXTRATO_DOM_01.07.2021 885

Publicação Nº 3130971

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2234F9CF831897CC72A51CB5D74E49B07258D418

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT21FME17

Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Contratada.: IMPERIO INDUSTRIA E COMERCIO DE BANDEIRAS EIRELI

Valor : R\$828,00 (oitocentos e vinte e oito reais)

Vigência : Início: 30/06/2021 Término: 29/06/2022

Licitação : Pregão eletrônico Nº.: 23/2021

Entid.Gestora: MUNICIPIO DE FRAIBURGO

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS AQUISIÇÕES DE BANDEIRA OFICIAL DO BRASIL, ESTADO DE SANTA CATARINA, DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, ESTANDARTE DO CONTESTATO E PEDESTAIS PARA REPOSIÇÃO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO ESPORTE E LAZER).

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-1-110,00-110,00; 2-1-110,00-110,00; 3-1-130,00-130,00; 4-1-100,00-100,00; 5-1-119,00-119,00; 6-1-119,00-119,00; 7-1-140,00-140,00;

Código de Registro TCE: 2234F9CF831897CC72A51CB5D74E49B07258D418

Fraiburgo, 1 de julho de 2021.

DENILSON DALANHOL - SUPERINTENDENTE INTERINO

MARIA ELIZETE WALTER

Publicação Nº 3131664

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Sr (a) MARIA ELIZETE WALTER

Cargo: Agente Comunitário de Saúde

Classificação: 1º lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº 009 de 04 de novembro de 2020 e seu resultado homologado pelo Decreto nº 006/2021, convocamos-lhe a comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de Monitor Social na vaga onde o município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 3 dias do Recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de Monitor Social ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação.

Entrega da cópia dos mesmos no setor RH:

a) 01 foto ¾ recente;	k) Atestado de Saúde Ocupacional;
b) Carteira Profissional;	l) Diploma de Formação Escolar;
c) Cartão PIS/PASEP;	m) Conta Bancária (BRADESCO);
d) CPF;	n) Endereço Completo (fatura de água, luz ou telefone)
e) Identidade;	o) Comprovante de Imunização
f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;	
g) Certificado de Reservista (somente para Homens)	
h) Registro Civil de Nascimento ou Casamento;	
i) Registro dos Filhos menores de 14 anos;	
j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;	



Fraiburgo, SC, 01/02/2021

Declaro que recebi e estou ciente da presente convocação.

Em ____ / ____ / ____

MARIA ELIZETE WALTER

TERMO DE CONVOCAÇÃO CIDINEI MARCONDES

Publicação Nº 3131666

TERMO DE CONVOCAÇÃO
(Edital de Concurso Público n. 001/2017)

Senhor(a): CIDINEI MARCONDES
Endereço: Rua Zona Rural, Bairro Faxinal dos Carvalhos
Fraiburgo/SC - 89580-000
(49) 99167-5796 (49) 99201-0730

CARGO: OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA
Classificação: 7º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 001/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelos Decretos n. 180/2017 e 192/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Carteira de Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
- o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);
- p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
 - I – Hemograma Completo;
 - II – Glicemia;
 - III – Creatinina,
 - IV – Parcial de Urina;
 - V – TGO e TGP;
 - VI – Triglicerídio;
 - VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);
 - VIII – TSH (acima de 45 anos);
 - IX – PSA (homens acima de 45 anos);
 - X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
 - XI – Secreção Orofaringe (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
 - XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
 - XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);
 - XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;
 - XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);

XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo
XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;
XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);
XIX- Audiometria (Grupo Operacional);
XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.

u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;

v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);

x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens “a” a “u” supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 29 de Junho 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR
Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN
Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: _____ de _____ de _____.

CIDINEI MARCONDES

TERMO DE CONVOCAÇÃO ELIZANDRO COSTA

Publicação Nº 3131668

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Sr (a) ELIZANDRO COSTA

Cargo: Operador de Máquinas Rolo Compactador
Classificação: 2

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº 0004//2021, convocamos-lhe a comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de Operador de Máquinas Retroescavadeira na vaga onde o município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 3 dias do Recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de Operador de Máquinas Retroescavadeira ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação.

Entrega da cópia dos mesmos no setor RH:

a) 01 foto ¾ recente;	k) Atestado de Saúde Ocupacional;
b) Carteira Profissional;	l) Diploma de Formação Escolar;
c) Cartão PIS/PASEP;	m) Conta Bancária (BRADESCO);
d) CPF;	n) Endereço Completo (fatura de água, luz ou telefone)
e) Identidade;	o) Comprovante de Imunização
f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;	
g) Certificado de Reservista (somente para Homens)	
h) Registro Civil de Nascimento ou Casamento;	
i) Registro dos Filhos menores de 14 anos;	
j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;	

Fraiburgo, SC, 01/07/2021

Declaro que recebi e estou ciente da presente convocação.

Em ____ / ____ / ____

ELIZANDRO COSTA

TERMO DE RENÚNCIA FABIOLA FRAZÃO LIRA

Publicação N° 3130962

TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de ODONTÓLOGO para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital nº 009 de 04 de novembro de 2020. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: FABÍOLA FRAZÃO LIRA

Cargo: Odontólogo

Classificação: 12º Lugar

Data da Convocação: 28/06/2021

Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 01/07/2021

Fraiburgo (SC), 01 de julho de 2021.

FABÍOLA FRAZÃO LIRA

Frei Rogério**PREFEITURA****DECRETO Nº 1209/2021 PRORROGA EFEITOS DO DECRETO Nº 1195/2021, COM SUAS ALTERAÇÕES EFETUADAS PELOS DECRETOS Nº 1196/2021 E 1202/2021, COMO MEDIDA PARA O ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 3130682

DECRETO Nº 1209/2021 DE 1º de julho DE 2021

PRORROGA EFEITOS DO DECRETO Nº 1195/2021, com suas ALTERAÇÕES EFETUADAS PELOS DECRETOS Nº 1196/2021 E 1202/2021, COMO MEDIDA PARA O ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 87, incisos VI e VII, "a" da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Prorroga até dia 15 de julho de 2021, os efeitos do Decreto n. 1195/2021 e suas alterações, como medida para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor em 1º/07/2021.

Frei Rogério, 1º de julho de 2021.

JAIR DA SILVA RIBEIRO
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 70-2021-SOLANGE VAZ

Publicação Nº 3129144

EXTRATO

CONTRATO Nº 70/2021

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC
Contratante: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC
CNPJ: 01.616.039/0001-09
Contratada: SOLANGE VAZ PIT
CPF: 008.001.309-01

Processo Administrativo nº 03/2021 – F.M.S.
Credenciamento nº 03/2021

Objeto: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de Orientador Físico para execução do projeto "CAMINHADA DE ORIENTAÇÃO PARA UMA VIDA ATIVA" tendo como público alvo, pacientes hipertensos, diabéticos, obesos, e participantes dos grupos saúde mental e idosos.

Valor unitário R\$: 35,00 por hora/aula

Vigência: 01/07/2021 à 31/12/2021.

Jair da Silva Ribeiro
Prefeito Municipal

EXTRATO PORTARIAS MÊS DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130548

EXTRATO PORTARIAS MÊS DE JUNHO DE 2021

Número	Assunto	Resumo	Data
103/2021	Licença Prêmio	Concede Licença Prêmio no período de 15/06/2021 a 29/06/2021, 15 (quinze) dias, ao servidor ALMIR ALMEIDA RIBEIRO, servidor efetivo no cargo de Zelador, referente ao período aquisitivo de 2015 a 2020.	15/06/2021

104/2021	Progressão Funcional	Incorpora ao vencimento do servidor Edson Ribeiro à expressão monetária da Progressão Funcional, consistindo na movimentação do Nível C onde está situado para o nível D, dentro da amplitude do vencimento do respectivo cargo.	23/06/2021
105/2021	Nomeia Comissão, Conselho, etc	Ficam nomeados os servidores para comporem a Comissão do Processo Seletivo edital 01/2021, Presidente: Eliane Maximiano Mazzuco, Vice-Presidente: Elaine Melo Silveira, Secretário: Luzia Seimi Takizawa e Suplente: Magna Adriane Ribeiro com a função de receber e examinar os documentos e procedimentos para a realização do mesmo.	25/06/2021
106/2021	Férias Normais e Coletivas	Concede férias aos servidores Fabiano Finger Santos, Vera Lucia Galon Scheffer, Bernardo Ortlieb Fontana e Andrio Zager Alves de 01/07/2021 a 30/07/2021 - 30 dias de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	25/06/2021
107/2021	Férias Normais e Coletivas	Concede férias a servidora TATIANE DE JESUS ALMEIDA, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, lotada no Fundo Municipal da Criança e do Adolescente no período de 02/07/2021 a 31/07/2021 - 30 dias de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	25/06/2021
108/2021	Férias Normais e Coletivas	Concede férias a servidora SANDRA PIRES DE ALMEIDA SCHENA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria de Administração e Finanças no período de 05/07/2021 a 19/07/2021 - 15 dias de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	25/06/2021
109/2021	Licença Prêmio	Concede Licença Prêmio no período de 01/07/2021 a 10/07/2021, 10 (dez) dias, ao servidor ANDERSON XAVIER DE LIS, servidor efetivo no cargo de Fiscal de Postura/ Tributos/Obras, referente ao período aquisitivo de 2012 a 2017.	29/06/2021

Frei Rogério, 1º de julho de 2021.

MAGNA ADRIANE RIBEIRO
Analista de Recursos Humanos

JAIR DA SILVA RIBEIRO
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMAS/FR Nº 03/2021

Publicação Nº 3131188

RESOLUÇÃO CMAS/FR Nº 03/2021

Dispõe sobre a convocação da IX Conferência Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, sra. Elisane Lunkes, em conjunto com o Prefeito Municipal de Frei Rogério, sr. Jair da Silva Ribeiro, no uso de suas atribuições legais, considerando:

Considerando que o processo de Conferências de Assistência Social são espaços amplos e democráticos de discussão e articulação coletivas em torno de propostas e estratégias de organização, cuja principal característica é reunir governo e sociedade civil organizada para debater e decidir as prioridades na Política de Assistência Social para os próximos anos;

Considerando o objetivo da Conferência Municipal de Assistência Social, que é avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do Sistema Único da Assistência Social, conforme previsto na Lei Municipal de criação do CMAS, Lei nº 30, de 24 de abril de 1997;

Considerando a Convocação da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social, pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS que será nos dias 7 a 10 de dezembro de 2021, com o tema "Assistência Social: Direito do povo e Dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social". RESOLVEM:

Art. 1º Convocar a IX Conferência Municipal de Assistência Social com o fim de avaliar a situação atual da Assistência Social e propor novas diretrizes para o seu aperfeiçoamento, em especial os avanços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, reafirmando o debate do tema nacional.

Art. 2º A IX Conferência Municipal de Assistência Social realizar-se-á no dia 10 de agosto de 2021.

Art. 3º A IX Conferência Municipal de Assistência Social terá como tema "Assistência Social: Direito do povo e Dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social".

Art. 4º As despesas decorrentes da realização da IX Conferência Municipal, será de responsabilidade do Departamento de Assistência Social, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 5º A Conferência Municipal de Assistência Social, será organizada pela Comissão da Conferência, instituída através de Resolução pelo

CMAS.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente(a) do CMAS

Prefeito(a) de Frei Rogério

RESOLUÇÃO CMAS/FR Nº 04/2021

Publicação Nº 3131189

RESOLUÇÃO CMAS/FR Nº 04/2021

Cria a Comissão Organizadora da 12ª Conferência Municipal de Assistência Social.

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais e regimentais e em conformidade com deliberação do CMAS em reunião ordinária realizada em 30 de junho de 2021,

Considerando as atribuições do CMAS definidas na Lei Municipal nº 30, de 24 de abril de 1997, de convocar a Conferência Municipal de Assistência Social, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), bem como de aprovar suas normas de funcionamento, constituir a Comissão Organizadora e o respectivo regimento interno;

Considerando a Resolução CNAS/MC 30, de 12 de março de 2021, que estabelece normas gerais para a realização das conferências de assistência social em âmbito nacional, estadual, do Distrito Federal e municipal, define que as Conferências Municipais de Assistência Social sejam realizadas no período de 3 de maio a 31 de agosto de 2021. RESOLVE:

Art. 1º Criar a Comissão Organizadora da IX Conferência Municipal de Assistência Social composta da seguinte maneira:

I - Conselheiros do CMAS representantes da Sociedade Civil: Marlene Mello Ferreira e Maria Silveira;

II - Conselheiros do CMAS representantes do governo: Dircéia Lucia Franz e Elisane Lunkes;

III – Técnicos da área da assistência social convidados: Adeilson Carlos Pires e Anny Kelly dos Reis de Souza.

Art. 2º A Comissão será coordenada pelo sr. Adeilson Carlos Pires e terá como competência:

I. preparar e acompanhar a operacionalização da IX Conferência Municipal;

II. propor e encaminhar para aprovação do Colegiado: critérios de definição do número de delegados, regulamento, regimento interno, metodologia, divulgação, organização, composição, bem como materiais a serem utilizados durante a IX Conferência Municipal;

III. organizar e coordenar a IX Conferência Municipal;

IV. promover a integração com os setores da Secretaria Municipal de Assistência Social que tenham interface com o evento, para tratar de assuntos referentes à realização da IX Conferência Municipal;

V. dar suporte técnico-operacional durante o evento;

VI. acompanhar e fiscalizar as ações desenvolvidas por pessoas e/ou empresas contratadas para prestar serviços ou fornecer produtos para a IX Conferência Municipal;

VII. subsidiar as pessoas para prestar serviços ou fornecer produtos para a IX Conferência Municipal, por meio de orientações em estrita consonância com as deliberações do CMAS;

VIII. manter o Colegiado informado sobre o andamento das providências operacionais, programáticas e de sistematização da IX Conferência Municipal;

Art. 3º Para a operacionalização da IX Conferência Municipal de Assistência Social, a Comissão Organizadora contará com apoio dos seguintes órgãos:

I. Prefeitura de Frei Rogério.

II. Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 4º A Comissão Organizadora poderá contar ainda com colaboradores eventuais para auxiliar na realização da IX Conferência Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único. Consideram-se colaboradores eventuais conselheiros, instituições e organizações governamentais ou da sociedade civil, da administração pública ou da iniciativa privada, prestadoras de serviços da assistência social, bem como consultores e convidados.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Frei Rogério, 30 de junho de 2021

Elisane Lunkes

Presidente(a) do CMAS

RESOLUÇÃO CMAS/FR N° 05/2021

Publicação N° 3131880

RESOLUÇÃO CMAS/FR N° 05/2021

Altera a data da IX Conferência Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, sra. Elisane Lunkes, em conjunto com o Prefeito Municipal de Frei Rogério, sr. Jair da Silva Ribeiro, no uso de suas atribuições legais e em consonância com deliberação emanada pela plenária do CMAS,

Considerando a indisponibilidade de local para realização da IX Conferência Municipal de Assistência Social na data do dia 10 de agosto de 2021. RESOLVEM:

Art. 1º alterar a data de realização da IX Conferência Municipal de Assistência Social para o dia 09 de agosto de 2021.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Elisane Lunkes
Presidente(a) do CMAS

Jair da Silva Ribeiro
Prefeito(a) de Frei Rogério

Galvão

PREFEITURA

DECRETOS 2021 - 197 A 203

Publicação Nº 3131393

DECRETO Nº 197/2021

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 942/2020 de 04/11/2020, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto, no orçamento do exercício de 2021 do Município de Galvão-SC, crédito suplementar no valor de R\$ 56,10 (cinquenta e seis reais e dez centavos), na seguinte programação de despesa:

10.001 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.1001 – 2.024 – 3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

R\$ 56,10

Fonte 01.63.00

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação, fonte de recursos 01.6300, no valor de R\$ 56,10 (cinquenta e seis reais e dez centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 23 de junho de 2021.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 198/2021

DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER A FUNÇÃO DE COORDENAÇÃO MUNICIPAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Juliane Baldissera, ocupante do cargo em comissão de gerente, designada para desempenhar a função de Coordenadora Municipal do Programa Bolsa Família na Educação, com a finalidade de acompanhar a frequência escolar do Programa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 23 de junho de 2021.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 199/2021

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, DESEMPENHO E EFICIÊNCIA, PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005;

Considerando o requerimento formulado pelo servidor, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida licença prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência, para o servidor Amarildo Antonio Padilha, ocupante do

cargo de técnico em agropecuária, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, pelo período de 20 (vinte) dias, com início no dia 05 de julho de 2021 e término previsto para o dia 24 de julho de 2021, referente o período aquisitivo compreendido entre 07/03/2011 a 15/01/2018, restando assim 70 (setenta) dias para serem usufruídos futuramente.

Parágrafo Único. O período aquisitivo do caput excede a 05 (cinco) anos, em razão de o servidor ter exercido cargo em comissão, nomeado através do Decreto nº 098/2013.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 24 de junho de 2021.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 200/2021
DISPÕE SOBRE O REENQUADRAMENTO DE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 947/2020 de 02/12/2020;

Considerando que no referido reenquadramento não está ocorrendo aumento de despesa, uma vez que o valor da "FG Nível III" constante na Lei Municipal nº 518/2005 é maior que o valor da "FG Nível IV" fixado através da Lei Municipal nº 947/2020;

Considerando que o servidor abaixo está desempenhando função de direção, chefia e/ou assessoramento em seu local de trabalho, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica reenquadrada a Função Gratificada concedida para o servidor público municipal abaixo informado, ocupante de cargo de provimento efetivo, com efeitos a partir da competência Junho/2021, conforme segue:

Servidor: Fabricio Pelisson Cossa

Conforme Lei 518/2005:
Nível: III;
Atribuição: Assessoramento em Assuntos Pedagógicos.

Conforme Lei 947/2020:
Nível: IV;
Atribuição: Direção de Programas Municipais ou Execução de Projetos de Governo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 24 de junho de 2021.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 201/2021
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES - SEM REMUNERAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 100, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005;

Considerando o pedido formulado pela servidora, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida licença para tratar de assuntos particulares – sem remuneração, para a servidora Elisangela Zacarias, ocupante do cargo de Agente de Copa e Limpeza, atualmente lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, com efeitos a partir do dia 01 de julho de 2021 e término previsto para o dia 30 de junho de 2023.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 28 de junho de 2021.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 202/2021
CONCEDE ADICIONAL POR CONCLUSÃO DE PÓS GRADUAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 519/2005, Artigo 17, Inciso III, b;

Considerando o requerimento formulado pelo servidor, juntamente com a apresentação do diploma de conclusão de especialização, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido adicional de 15% (quinze por cento), para o servidor Alan Paulo Dierings, ocupante do cargo de provimento efetivo de fiscal de tributação, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Gestão, por conclusão de pós-graduação, incidente sobre o seu vencimento mensal, com efeitos a partir do mês de julho de 2021.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 28 de junho de 2021.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 203/2021
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, DESEMPENHO E EFICIÊNCIA, PROPORCIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida licença prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência, para o servidor Alan Paulo Dierings, ocupante do cargo de fiscal de tributos, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Gestão, proporcional ao período de 10 (dez) dias, referente o período aquisitivo compreendido entre 15/08/2014 a 14/08/2019.

Parágrafo Único. A referida licença prêmio será abatida das faltas constantes no ponto eletrônico, decorrentes de ausências devido à pandemia do Covid-19, onde foram realizadas escalas de revezamento no trabalho.

Art. 2º. Fica ainda, informado que restará para o servidor 50 dias, para serem usufruídas futuramente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 28 de junho de 2021.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

PROCESSO LICITATÓRIO 058/2021 ERRATA

Publicação Nº 3131491

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GALVÃO****PROCESSO LICITATÓRIO nº 058/2021
PREGÃO PRESENCIAL nº 040/2021
SISTEMA REGISTRO DE PREÇO****01. PREÂMBULO**

O Prefeito Municipal de Galvão, Estado de Santa Catarina, Senhor **ADMIR EDI DALLA CORT**, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na **MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇO (SRP)** do **TIPO MENOR PREÇO POR ~~ITEM~~ LOTE**, para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS PARA O MUNICIPIO DE GALVÃO - SC**, conforme descrição ANEXO I e que estará recebendo os documentos pertinentes à habilitação e proposta, que deverão ser protocolados ao **PREGOEIRO OFICIAL DO MUNICÍPIO** junto a Secretaria de Fazenda e Administração do Município de Galvão - SC, sita à Avenida Sete de Setembro n. 548, Galvão, Estado de Santa Catarina, conforme segue, regendo-se este Processo Licitatório pela Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93, Lei nº 10.520 de 17/07/2002, suas alterações e por este Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**Até 14 de julho de 2021, as 09h:00min.****ABERTURA DAS PROPOSTAS****14 de julho de 2021, as 09h15min.****LOCAL DA ABERTURA**

Os envelopes nº 01 – contendo as propostas de preços e de nº 02 – contendo a documentação de habilitação serão recebidos pelo Pregoeiro, no Centro Administrativo Municipal, situado na Avenida Sete de Setembro, 548 – Centro, 89838-000 Galvão – SC.

2. OBJETO

2.1. Registro de preços para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS PARA O MUNICIPIO DE GALVÃO - SC.**, conforme quantitativos e especificações estabelecidas no Anexo I, que são partes integrantes deste ato convocatório.

O recebimento dos itens e fiscalização dos serviços será de responsabilidade da Secretaria de Agricultura/Infraestrutura na pessoa de João Valmir Maciel, **Secretario**.

Paragrafo 1º - Em primeira chamada, o presente processo licitatório é destinado à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), de acordo com o art. 48, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 147, de 07 de agosto de 2014 e LEI Municipal Nº 658/2009. (conforme item 04.8).

Paragrafo 2º - Em segunda chamada, caso não acudirem três microempresas e/ou empresas de pequeno porte, em conformidade com o Artigo 49, inciso II, da Lei 123/2006 não será aplica os critérios de exclusividade, podendo todas as empresas do ramo, participarem do certame, respeitando-se os demais direitos que a lei concede as microempresas e empresas de pequeno porte.

Município de Galvão – SC. CNPJ n. 83.009.902/0001-16
Avenida Sete de Setembro n. 548, Centro. Galvão – SC. CEP 89.838-000.
Site: www.galvao.sc.gov.br

Página 1 de 21



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GALVÃO

2.2. O objeto deste Pregão será destinado a atender as necessidades do município de Galvão.

2.3 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- * Anexo I – Descritivo dos Itens;
- * Anexo II – Modelo de Credenciamento;
- * Anexo III – Modelo de Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação;
- * Anexo IV – Declaração de Situação de Regularidade.
- * Anexo V – Modelo de declaração de cumprimento da lei complementar 123/2006.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste edital.

3.2 – Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- a) Em recuperação judicial ou extrajudicial (nova denominação de concordata, determinada pela nova Lei de Falências) em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.
- b) Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.
- c) Que estejam reunidas em consórcio, ou sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição.
- d) Estrangeiros que não funcionem no País.

4. CREDENCIAMENTO

4.1. Fica a critério do Licitante se fazer representar ou não na sessão;

4.2 O titular se investido de poderes, se fará representar, apresentado, cópia do ato constitutivo/contrato social ou estatuto social acompanhado de cópia da cédula de identidade;

4.3 O licitante se desejar, poderá também ser representado por preposto, devidamente credenciado, através de credenciamento (**Anexo II**), autorização ou instrumento procuratório, com **firma reconhecida em cartório**, conferindo poderes para formulações de lances e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, acompanhado de cópia do ato constitutivo/contrato social e estatuto social acompanhado de cópia da cédula de identidade.

4.4 Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um licitante;

4.5 O não comparecimento do titular e/ou do representante não enseja a INABILITAÇÃO, nem a DESCLASSIFICAÇÃO do licitante;

4.6 O Licitante que não se fizer representar, fica automaticamente impedido de participar da fase de competição com lances verbais e de se manifestar motivadamente sobre os atos da administração, decaindo, em consequência do direito de interpor recurso.

4.7 Far-se-á o credenciamento, devendo a documentação pertinente, estar separado dos demais documentos.

4.8 O proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, que optarem pelos benefícios da Lei Complementar nº 123/06, deverá comprovar esta condição mediante documento hábil no ato do credenciamento, apresentando Certidão Simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado de



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE GALVÃO

domicílio da licitante. Data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura. Não feita esta comprovação no momento oportuno, a proposta será desclassificada (conforme parágrafo 1º e parágrafo 2º do item 2)

(DOCUMENTO A SER APRESENTADO FORA DO ENVELOPE, juntamente com a DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE).

4.9 Os interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, apresentarão **declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação** (Anexo III) e entregarão os envelopes conforme item 05 do edital.

4.10 Os proponentes deverão apresentar toda sua documentação, inclusive a proposta de preços, por intermédio de seu representante legal (administrador) ou procurador.

4.11 Os documentos deverão ser apresentados em original, ou qualquer processo de cópia, desde que estas estejam autenticadas por cartório competente ou por servidor público do Município de Galvão ou ainda por publicação em órgão oficial. (esta autenticação poderá ser feito no dia do certame até 15 minutos antes do horário previsto para o início).

4.12 As licitantes que decidirem pelo **envio dos envelopes** por correio ou até mesmo pessoalmente, deverá entregar os documentos relativos a participação do certame:

- Item 4.8 para ter benefícios da Lei Complementar nº 123/06;
- Item 4.9 declaração **(Anexo III)**;

Sendo que estes documentos deverão ser entregues fora dos envelopes nº 01 e 02.

4.13 A participação na licitação com a MATRIZ ou FILIAL:

Se o licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;

Se o licitante for a filial, todos os documentos devem estar em nome da filial; com exceção do:

- Contrato Social (que deverá indicar o endereço da filial e CNPJ);
- Certidão negativa do INSS (validade para a matriz e filial);
- Certidão conjunta negativa da Receita Federal (validade para a matriz e filial);
- Certidão negativa de Débitos Trabalhistas (validade para a matriz e filial);
- Certidão de Contribuinte Estadual ou Municipal, irá depender das normas do Estado ou Município;

Sendo que, a proposta de preço deve estar com o mesmo CNPJ da empresa credenciada e habilitada para a entrega do objeto.

5. RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

5.1. No dia, hora e local, designados neste edital, na presença dos representantes das licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o Pregoeiro e a equipe de apoio receberão os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo, na parte externa, a seguinte identificação:

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS

Município de Galvão – SC. CNPJ n. 83.009.902/0001-16
Avenida Sete de Setembro n. 548, Centro. Galvão – SC. CEP 89.838-000.
Site: www.galvao.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GALVÃO**

MUNICÍPIO DE GALVÃO

AO PREGOEIRO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº ____/____.

PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/____.

NOME/RAZÃO SOCIAL

ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

MUNICÍPIO DE GALVÃO

AO PREGOEIRO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº ____/____.

PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/____.

NOME/RAZÃO SOCIAL

5.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste edital.

6. PROPOSTA (ENVELOPE Nº 01).

6.1 A Proposta de Preços contida no Envelope nº 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

6.1.1 A proposta de preço deverá ser apresentada preferencialmente em arquivo magnético (através de CD ou Pen Drive), de acordo com o modelo fornecido pelo setor de licitação (via arquivo magnético), bem como deve ser apresentada de forma impressa ou manual, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e **assinada pelo responsável pela empresa, em todas as paginas e anexos.**

6.1.2 No caso de divergência de dados entre a proposta escrita e a contida no arquivo magnético, prevalecerá a escrita.

6.1.3 Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este ultimo, obrigatoriamente o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

6.1.4 Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações do Anexo I, constando **marca**, o valor unitário e total em algarismos e total da proposta por extenso, em moeda corrente nacional. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e, no caso de divergência **entre os valores expressos em algarismo e por extenso**, serão considerados estes últimos. **No preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamento e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.** Na cotação dos preços para a presente licitação, os participantes deverão observar o uso de somente **duas casas após a vírgula**, nos valores unitários e totais propostos, caso contrario a Comissão de Licitações desconsiderará as casas cotadas a mais, para fins de julgamento e calculo.

6.1.5 Conter prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data limite para a entrega dos envelopes. **Se o prazo for omitido, a proposta será considerada por 60 (sessenta) dias, contados na data da apresentação.**

6.2 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

Município de Galvão – SC. CNPJ n. 83.009.902/0001-16
Avenida Sete de Setembro n. 548, Centro. Galvão – SC. CEP 89.838-000.
Site: www.galvao.sc.gov.br

Página 4 de 21



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GALVÃO**

6.3 A Pregoeira considerará como formal erros de somatórios e outros que possam ser sanados na própria sessão, por representante capaz e outros aspectos que beneficiem o Município de Galvão e não implique nulidade do procedimento, devendo tais atos serem registrados em ata.

OBS: A apresentação de proposta através do software "Betha Auto Cotação" não é obrigatório, caracterizando-se em recurso para **facilitar** o preenchimento das propostas. Não será desclassificado o proponente que não enviar CD/PEN DRIVE contendo a planilha eletrônica.

7. HABILITAÇÃO (ENVELOPE N.º 02).

7.1. As proponentes deverão entregar à Comissão Permanente de Pregão no local indicado acima, até a data e horário fixado neste edital, envelope devidamente fechado contendo:

7.1.1. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL - (Art. 29 - Lei n.º 8.666/93)

- a) Pessoa jurídica: prova de inscrição junto a Receita Federal (**CNPJ**);); (Sendo que a descrição das atividades da empresa, devem estar de acordo com o objeto licitado).
- b) Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da **União**, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e da Seguridade Social;
- c) Certidão de Regularidade Fiscal expedida pela Secretaria de **Estado** da Fazenda;
- d) Certidão de Regularidade Fiscal expedida pela Secretaria **Municipal** da Fazenda;
- e) Prova de regularidade relativa Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- f) Certidão Negativa de **Débitos Trabalhistas**;

7.1.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA (Art. 31 - Lei n.º 8.666/93).

- a) Certidão Negativa de **Falência, Concordata** e Recuperação judicial/extrajudicial, conforme Lei n.º 11.101/2005.

OBS: obrigatório cumprir com as orientações do endereço a seguir, sob pena de inabilitação caso a confirmação não seja possível em seção pela comissão: **ATENÇÃO:** A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema ePROC, disponível através do endereço <https://certeproc1q.tjsc.jus.br>

- b) Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor público do município de Galvão, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial. O Pregoeiro e a equipe de apoio farão consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-las. Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

- c) Declaração de situação de regularidade (**Anexo IV**).

- d) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 43 § 1º da Lei 123/2006 Após análise da documentação apresentada, o Pregoeiro e os membros da equipe de apoio rubricarão todas as folhas e demais documentos que integram o dossiê apresentado.

Município de Galvão – SC. CNPJ n. 83.009.902/0001-16
Avenida Sete de Setembro n. 548, Centro. Galvão – SC. CEP 89.838-000.
Site: www.galvao.sc.gov.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GALVÃO**

e) O (a) Pregoeiro (a) considerará como formal erros de somatórios e outros que possam ser sanados na própria sessão, por representante capaz e outros aspectos que beneficiem o Município de Galvão e não implique nulidade do procedimento, devendo tais atos serem registrados em ata.

7.1.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA – (Art. 28 – Lei n.º 8.666/93).

- a) Cópia de Cédula de identidade e C.P.F dos proprietários
- b) Registro Comercial no caso de empresa individual.
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade exigir.

OBS: fica os itens acima dispensados caso já tenham sido apresentado no credenciamento.

7.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Art. 30 - Lei n.º 8.666/93).

- a) Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666, de 21 de junho de 1993. **(Anexo IV)**
- b) Declaração de inexistência de fato superveniente, impeditivo da habilitação **(Anexo IV)**
- c) **Declaração** atualizada de Conta Corrente para fins de recebimento.
- d) **Declaração** que cumpre com o prazo de entrega do objeto estabelecido no edital, específico no item 10.9 e 15.02.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS LANCES

8.1 Para fins de julgamento, o critério adotado para a adjudicação do objeto deste PREGÃO PRESENCIAL será o **MENOR PREÇO POR ITEM LOTE**. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste edital.

8.2 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas de Preços, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará as 3 (três) proposta de menor preço do item e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, se não houver 3 (três) propostas já classificadas.

8.2.1 Caso existam empates dentro da faixa dos 10% (dez por cento), subitem anterior, serão classificadas todas as empatadas para lances verbais;

8.2.2 Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item 8.2, serão classificadas as propostas sucessivas, até o máximo de 3 (três), a oferecer lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.3 Em seguida, será iniciada a fase de apresentação de lances verbais a serem propostos pelos credenciados das licitantes classificadas. Os lances deverão ser formulados partindo-se do licitante credenciado com proposta classificada com o maior preço, sendo que o valor do primeiro lance verbal deverá ser inferior ao valor da menor proposta ofertada, prosseguindo sequencialmente, em ordem decrescente de valor.

8.4 Caso ocorra empate entre as propostas inicialmente ordenadas para oferecer lances verbais, será realizado previamente sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GALVÃO**

8.5 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo vedada à oferta de lance com vista ao empate, ou o uso de mais de duas casas após a vírgula. Dos lances ofertados não caberá retratação. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas. Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.6 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.7 Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, de acordo com as especificações do Anexo I, a este edital, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.8 Verificada a condição de empate entre duas ou mais propostas, será assegurada preferência de contratação para os microempreendedores individuais, microempresas ou empresas de pequeno porte.

8.9 Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelos microempreendedores individuais, microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

8.9.1 - Para efeito do disposto no item 8.9, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) o microempreendedor individual, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar, dentro do prazo de 05 (cinco) minutos (sob pena de preclusão), proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) não ocorrendo a contratação do microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, no prazo previsto na alínea anterior;

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

d) Na hipótese da não contratação nos termos previstos nas alíneas anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

e) O disposto somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.9.2 Na hipótese de empate entre duas ou mais propostas proferidas por empresas não enquadradas na condição de preferência, será utilizado como critério de desempate o sorteio público.

8.10 No caso de haver somente um licitante na sessão pública ou interessado em um determinado item do objeto, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o mesmo, com vistas a obtenção do menor preço possível.

8.11 Sendo considerada aceitável a proposta de preços do licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 7 deste Edital. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora.

8.12 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal do microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte, a Comissão de Licitações suspenderá a decisão de



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GALVÃO

habilitação, e concederá **prazo de 05 (cinco) dias úteis** (prorrogáveis, por igual prazo, por uma única vez, a critério da Comissão), para regularização da documentação, ocasião em que a Comissão designará data para nova Sessão, a fim de anunciar a decisão de habilitação do vencedor e conceder prazo para a interposição de recursos.

8.13 Em constatando a Comissão de Licitações, que a restrição na comprovação da regularidade fiscal, de que trata o item anterior, trata-se de falsidade, deve inabilitar o licitante, oficiar o Ministério Público e propor processo administrativo visando a declaração de inidoneidade da empresa. (Tal disposição aplica-se em qualquer hipótese de falsidade documental).

8.14 A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 8.9.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 21 deste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação (conforme o § 2º do art. 43 da LC 123/2006).

8.15 Em caso do licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

8.16 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão Pública a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em Secretaria. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

8.17 Da Sessão Pública do Pregão Presencial será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.

9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 Tendo o licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão Presencial, terá ele o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso **o qual obrigatoriamente deverá ser subscrito por representante, procurador ou preposto com poderes para tal junto ao setor de licitação,** em horário de atendimento. Não serão conhecidos recursos encaminhados exclusivamente por e-mail, sendo que no caso de envio via postal, se considerará o dia e horário de protocolo junto ao setor de licitação do Município. As demais licitantes, quando for o caso, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

OBS: Estas regras estendem-se subsidiariamente a todas as espécies de recursos e impugnações que tenham como objeto este edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GALVÃO

9.2 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

9.3 A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

9.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

9.5 O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6 Os recursos deverão ser protocolados no Setor de Licitação e dirigido no Setor de Recursos Humanos na pessoa de Roberval Dalla Cort, junto ao Centro Administrativo Municipal, no endereço constante no preâmbulo deste edital, para apreciação e decisão.

10. CONDIÇÕES DE ENTREGA E PRAZOS

10.1 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato;

10.2 Entregar os produtos na conformidade do estabelecido no Edital em referencia, livres de qualquer ônus, como despesas de fretes, impostos, seguros e todas as demais despesas necessárias;

10.3 Nesse período, o fornecedor estará obrigado a substituir os objetos defeituosas, as suas expensas, responsabilizando-se por todos os custos decorrentes, assegurando assistência técnica de boa qualidade durante o período de garantia oferecido em sua proposta;

10.4 No ato da entrega a empresa vencedora poderá ter um preposto que responda pela mesma, para acompanhar a conferência e recebimento dos itens.

10.5 Arcar pelos danos que possam afetar o município ou terceiros em qualquer caso, durante a entrega do item, bem como a recuperação ou indenização sem ônus ao Município;

10.6 Cumprir com responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, e ainda todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato;

10.7 Cumprir rigorosamente todas as especificações contidas no Edital e na Proposta apresentada.

10.8 Sendo de sua responsabilidade pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

10.9 A partir do recebimento da Autorização de Fornecimento a empresa terá 15 (quinze) dias uteis para a entrega dos itens solicitados.

10.11 A nota fiscal de venda deverá ser emitida de acordo com cada pedido e deverá impreterivelmente apresentar o número da autorização de fornecimento que a originou e encaminhada previamente para o e-mail: compras@galvao.sc.gov.br

11 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 - Da Forma de Pagamento

Município de Galvão – SC. CNPJ n. 83.009.902/0001-16
Avenida Sete de Setembro n. 548, Centro. Galvão – SC. CEP 89.838-000.
Site: www.galvao.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GALVÃO

11.1.1 - Os pagamentos serão realizados, conforme cronograma de pagamento do ano vigente, acompanhada da respectiva nota fiscal e a liquidação do setor competente, cujo documento deverá conter todas as especificações, no prazo máximo de 30 dias da apresentação da Nota fiscal.

11.1.2 - O Município se reserva no direito de efetuar o pagamento, tão somente da quantidade dos produtos efetivamente executados e atestados pela fiscalização desta Municipalidade.

11.1.3 - Nos pagamentos serão retidos os valores devidos ao Município, conforme a legislação vigente.

11.1.4 - Eventuais atrasos nos pagamentos a serem efetuados pelo Município serão remunerados a título de atualização monetária, aplicando-se o INPC.

12 - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

12.1 Será admitido o reequilíbrio econômico e financeiro, na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

12.2 O registro de preço ainda poderá sofrer acréscimos ou supressões, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, a critério do Município, conforme o art. 65, § 1º, da Lei 8.666/1993.

12.2.1 - Nos termos do art. 65, § 2º, inciso II, nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

13 - RECURSOS FINANCEIROS E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1 As despesas decorrentes desta licitação serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2021.

14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 - Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor e, não havendo a interposição de recursos, o Pregoeiro adjudicará a proposta de menor preço, seguindo o processo para homologação do resultado pela Autoridade Superior.

14.2 Havendo interposição de recurso o processo será encaminhado, após o julgamento, ao Setor de Recursos Humanos **Roberval Dalla Cort** que, após apreciação do recurso encaminhará ao Prefeito para adjudicar o objeto e homologar o procedimento.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GALVÃO**

15. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

15.1 - A VENCEDORA, por seus responsáveis e prepostos, obrigar-se-á em:

- a) Realizar a entrega dos itens, dentro do prazo estabelecido no edital e pela Administração do Município;
- b) Entregar o objeto na conformidade do estabelecido no Edital em referencia, livres de qualquer ônus, como despesas de fretes, impostos, seguros e todas as demais despesas necessárias;
- b) Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena a aplicação das penalidades previstas no presente contrato;**
- c) Arcar pelos danos que possam afetar o município ou terceiros em qualquer caso, durante a entrega do item, bem como a recuperação ou indenização sem ônus ao Município;
- d) Cumprir com responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, e ainda todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato;
- e) Dar plena garantia sobre a qualidade dos objetos;
- f) Cumprir rigorosamente todas as especificações contidas no Edital e na Proposta apresentada.

g) No ato da entrega a empresa vencedora poderá ter um preposto que responda pela mesma, para acompanhar a conferencia e recebimento dos itens adquiridos sendo a entrega na sede do Município, sem custo adicionais.

h) Por ocasião do recebimento do objeto, o setor requisitante reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o proponente vencedor a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

i) Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas, insumos, mão-de-obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias a perfeita entrega do objeto.

j) Na execução do objeto caberá a proponente vencedora retirar as carcaças para recapagens/vulcanização, bem como, proceder a entrega das mesmas, após a execução dos serviços, no Parque de Máquinas do Município de Galvão, sem custos adicionais.

l) A recapagem/vulcanização é completa e não deverá ser cobrado qualquer tipo de consertos pré-existentes na hora do serviço.

k) Por ocasião do recebimento dos itens, o setor requisitante reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o proponente vencedor a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

m) O aceite dos itens não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste edital, verificadas posteriormente.

n) Caso o (s) itens sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento. Sendo de sua responsabilidade pelo transporte apropriado do objeto, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GALVÃO

o) Os serviços deverão atender aos padrões mínimos de qualidade exigidos no objeto, em conformidade com o INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, sendo que os aqueles considerados inadequados, serão devolvidos e o pagamento da parcela correspondente ficará suspenso, até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do Contratante, poderá ser renovado, sem prejuízo na aplicação das penalidades pelo atraso inicial.

15.02 Proceder a entrega do objeto num prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho;

15.03 A nota fiscal de venda deverá ser emitida de acordo com cada pedido e deverá impreterivelmente apresentar o que a originou e encaminhada previamente para o e-mail: **compras@galvao.sc.gov.br**

16. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

16.1 - O Município ficará obrigado a:

- a) promover, por seu responsável, o acompanhamento e a fiscalização da entrega do produto, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.
- b) efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste edital.
- c) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo representante da LICITANTE, em tempo hábil, de quaisquer dúvidas relacionadas à execução do contrato.

17. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

17.1 - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste edital, por parte do licitante VENCEDOR, assegurará ao Município o direito de rescindir este certame, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto no item 20, deste edital.

17.2 - O Certame poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

17.2.1 **Unilateralmente**, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) o atraso injustificado, a juízo da Administração, no cumprimento do prazo previsto no item 10 deste edital;
- b) o cumprimento do objeto do edital, fora das especificações constantes no anexo I deste edital;
- c) a subcontratação total ou parcial do objeto deste edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- d) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do objeto licitado;
- e) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- f) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- g) a dissolução da empresa;
- h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique o cumprimento do objeto deste edital;

Município de Galvão – SC. CNPJ n. 83.009.902/0001-16
Avenida Sete de Setembro n. 548, Centro. Galvão – SC. CEP 89.838-000.
Site: www.galvao.sc.gov.br

Página **12** de **21**



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GALVÃO**

i) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere este certame.

j) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do objeto.

17.2.2 - **Amigavelmente**, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

17.2.3 - **Judicialmente**, nos termos da legislação vigente.

17.3 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

18. DO REGISTRO DOS PREÇOS

18.1 - Após a adjudicação do resultado da licitação e homologação do objeto pela autoridade competente, será efetuado o registro dos preços e dos fornecedores correspondentes mediante a assinatura da Ata de Registro de Preços pelo responsável pelo Órgão Gerenciador e pelas licitantes vencedoras do certame, **ficando vedada à transferência ou cessão da Ata de Registro de Preços a terceiros.**

18.1.1 - É facultado à Administração, quando a(s) proponente(s) vencedora(s) não atender(em) à convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, a ser realizada até 5 (cinco) dias após a homologação da licitação, nos termos supra referidos, convocar outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para após aprovado o respectivo laudo, comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a ata de registro de preços, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

18.1.2 - A convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços se fará através de intimação pessoal, correio (AR) ou publicação em imprensa oficial. Os representantes legais das empresas que tiverem os preços registrados terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis para comparecerem ao Setor de Licitação do Município de Galvão, para assinarem a Ata, sob pena das sanções previstas no **item 21 deste edital.**

18.2 - Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, será considerado o simples fato da empresa vencedora participar do certame licitatório e ter apresentado sua proposta final, tendo sido declarada vencedora. Em caso de não atendimento ou recusa em fazê-lo, da primeira colocada, fica facultado ao Pregoeiro convocar a segunda colocada para, ao mesmo preço e condições da primeira colocada, estar em condições de fornecer os objetos, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

18.3 - A efetivação da contratação de fornecimento se caracterizará pela assinatura da Ata de Registro de Preços, que terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da assinatura da Ata.

18.4 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando descumprir as condições da Ata de Registro de Preços ou não reduzir o preço registrado quando esse se tornar superior aqueles praticados no mercado.

18.5 - Os preços relacionados na ata de registro de preços poderão sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei 8.666/93, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos produtos.

18.6 - Durante o prazo de validade do Registro de Preços, a Administração Municipal poderá ou não contratar todo ou quantidades parciais do objeto deste Pregão.

18.7 - A Ata de Registro de Preços, proveniente do presente certame, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GALVÃO

18.7.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

18.7.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

19. DO CONTRATO E DOS PREÇOS

19.1 A contratação do objeto licitado será efetivada mediante Empenho e assinatura da Ata de Registro de Preços.

19.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar a totalidade das contratações que deles poderão advir, ou seja, a Municipalidade realizará a contratação dos itens que forem de aquisição necessária.

19.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

19.4 - O presente edital e seus anexos, bem como a proposta do licitante vencedor deste certame, farão parte integrante da Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

19.5 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

20. DO CANCELAMENTO DO CONTRATO/ATA

20.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

20.1.1 - **automaticamente:**

20.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

20.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

20.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

20.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

20.2.1 - **A pedido, quando:**

20.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

20.2.2 - **Por iniciativa da Administração Municipal, quando:**

20.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 10, do edital;

20.2.2.2 - por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

20.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

20.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GALVÃO

20.2.2.5 caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

20.2.2.6 não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

20.3 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente, por meio de documento oficial ou através de publicação no Diário Oficial dos Municípios ou Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.

21. PENALIDADES

21.1 - Às empresas vencedoras deste certame, que não cumprirem com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor do contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à contratada.

21.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.

22 - DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 - A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, conforme dispõe o artigo 49, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

22.2 - As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento de sua abertura, respectivamente, no final de cada Sessão Pública, quando serão registradas em ata, sendo vedada a qualquer licitante observações ou reclamações posteriores, a este respeito.

22.3 A apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.4 Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, e em fase recursal pelo Setor de Recursos Humanos Roberval Dalla Cort em primeira instância, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e suas alterações.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GALVÃO

22.5 No interesse da Administração Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) adiada a abertura da licitação;

b) alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/1993.

22.6 Informações fornecidas verbalmente por servidores Públicos Municipais, estagiários, prestadores de serviços diretos e indiretos, não serão consideradas como motivos para impugnações.

22.7 Qualquer licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, até o 2º (segundo) dia útil anterior à data da sessão de licitação, informada no preâmbulo deste edital.

22.8 Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

22.9 É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

22.10 Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

22.11 As empresas que não tiveram nenhum item vencedor, os envelopes das documentações **NÃO** serão devolvidos, permanecerão fechados ao processo Licitatório.

22.12 A Ata de registro de Preço tem vigência programada por 12 meses, a partir de sua assinatura.

22.13 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente edital, deverão ser dirigidas à Administração Municipal no endereço anteriormente citado, ou pelo telefone (49) 3342 1111, e-mail: licitacao@galvao.sc.gov.br.

Galvão – SC, 30 de junho de 2021.

ADMIR EDI DALLA CORT

Prefeito Municipal

JOÃO VALMIR MACIEL

Secretario/fiscal

Visto e Aprovado. Assessoria Jurídica.

Evandro Fernandes Andre OAB/SC n. 29.159 _____



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GALVÃO

ANEXO I – DESCRIÇÃO DO ~~ITEM~~ LOTE
(em anexo no site do município de Galvão – item licitação)
(<http://www.galvao.sc.gov.br>)

Município de Galvão – SC. CNPJ n. 83.009.902/0001-16
Avenida Sete de Setembro n. 548, Centro. Galvão – SC. CEP 89.838-000.
Site: www.galvao.sc.gov.br

Página **17** de **21**



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GALVÃO

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO II – MODELO DE CREDENCIAMENTO

(Local/Município), ____ de ____ de 2021.

Ao

Pregoeiro Oficial do Município

Município de Galvão - SC

Credenciamento para participar no:

Processo Licitatório nº ____/2021

Pregão Presencial nº ____/2021

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____ vem pela presente, informar a V.S^{as}, que o(a) Sr^o.(a) _____, portador da Carteira(s) de identidade nº(s) _____ (apresentar o original) é pessoa autorizada a representar, em todos os atos, a pessoa jurídica acima citada durante a realização do Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial em epígrafe, podendo para tanto, assinar propostas de preços, oferecer novos lances verbais, transigir, renunciar a recursos, requerer, assinar, enfim, praticar todos os atos referentes ao certame.

Assinatura Identificável

(nome do representante da empresa com firma reconhecida)

Obs.: esta declaração deverá vir acompanhado de cópia do **Contrato Social ou Estatuto** (original ou fotocópia autenticada).



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GALVÃO**

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Nome da empresa

Papel Timbrado

O representante legal da empresa....., na qualidade de Licitante do procedimento licitatório, sob a modalidade de Pregão Presencial nº ____/2021, instaurado pelo município de Galvão, declara que a referida empresa cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no respectivo edital de licitação. de de 2021.

(assinatura do representante legal da Licitante)

**OBSERVAÇÃO: A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO
IMPLICARÁ NA EXCLUSÃO DO INTERESSADO NESTA LICITAÇÃO.**



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GALVÃO**

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE REGULARIDADE

Nome da empresa

Papel Timbrado

Declaramos, para fins de participação no **Pregão Presencial n.º ____/2021**:

- A inexistência de fato impeditivo à habilitação nos termos do Art. 32 § 2.º da Lei n.º 8.666/93 e que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público em qualquer de suas esferas. Comprometemo-nos, sob as penas da Lei, a levar ao conhecimento do Município de Galvão qualquer fato superveniente que venha a impossibilitar a habilitação;
- Aceitar expressamente todas as condições fixadas nos documentos de licitação, e, eventualmente, em seus anexos e suplementos, no que não conflitam com a legislação em vigor;
- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de menor aprendiz a partir dos quatorze anos.
- Nos submetemos a qualquer decisão que o município de Galvão venha a tomar na escolha da proposta vencedora, obedecidos os critérios estabelecidos na licitação em curso, reconhecendo ainda que não teremos direitos a nenhuma indenização em virtude de anulação ou cancelamento do presente Pregão;

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

....., de de 2021.

(assinatura do representante legal da Licitante)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GALVÃO**

**ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO
DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006**

À município de Galvão

At. Comissão de Licitação

PROPONENTE:

ENDEREÇO:

CIDADE: ESTADO:

C.N.P.J.: FONE/FAX:

Declara que conhece os benefícios dos artigos 42 a 45, da Lei Complementar n.º 123/2006 (Estatuto da Micro e Pequena Empresa), preenchendo os requisitos para concessão dos mesmos. **(A ser declarado apenas pelo participante que se enquadra no referido estatuto e pretende usufruir dos benefícios).**

Galvão, ____ ____ 2021.

(nome e assinatura do representante legal)

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO IL015/2021

Publicação Nº 3131311

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 015/2021
PROCESSO Nº 093/2021

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o CAPUT do artigo 25 da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº 093/2021; IL nº 015/2021; Contratada: FUNERÁRIA SÃO JOÃO LTDA; CNPJ: 79.871.901/0001-09; Objeto: Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços funerários com o fornecimento de urna, para atender os interesses da municipalidade no auxílio a pessoas em estado de vulnerabilidade social no município; Valor: conforme edital de credenciamento disponível no site www.garopaba.sc.gov.br; Data da Homologação: 01/07/2021.

Garopaba - SC, 01 de julho de 2021.

Junior de Abreu Bento
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 163/2021

Publicação Nº 3132248

DECRETO N.º 163, DE 01 DE JULHO DE 2021.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$59.344,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 49 da Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.269 de 03/12/2020 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$59.344,00 (cinq-enta e nove mil trezentos e quarenta e quatro reais) no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	59.344,00
1545100312.052 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	59.344,00
3.3.30.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	9.344,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$59.344,00 (cinq-enta e nove mil trezentos e quarenta e quatro reais) correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	59.344,00
1545100312.052 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	59.344,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	59.344,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de julho de 2021.

JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 02/07/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LUIZ HENRIQUE CASTRO DE SOUZA
Secretário de Administração

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE IPTU 08/2021

Publicação Nº 3131244

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 08/2021
 EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE IPTU

A Secretaria Municipal da Fazenda, por meio da Fiscalização Tributária, em conformidade com o que dispõe o artigo 112, §2º, da Lei nº 471/1993 (Código Tributário Municipal – CTM), após esgotadas as tentativas de ciência por outros meios, NOTIFICA, pelo presente edital, os contribuintes abaixo relacionados, do lançamento em seu desfavor do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, nos termos artigos 3º ao 19º, todos do CTM.

Os créditos lançados estão acrescidos:

Atualização monetária prevista nos arts.125 do CTM.

I – O principal será atualizado mediante a aplicação do coeficiente obtido pela divisão do valor nominal reajustado de uma Unidade Fiscal de Referência Municipal (UFIR) no mês em que se efetivar o pagamento, pelo valor da mesma unidade no mês fixado para o pagamento; (Redação dada pela Lei n.º 521/1994) (Expressão dada pela Lei Complementar nº 1.685, de 28/12/2012)

II – Sobre o valor principal atualizado serão aplicados:

- a) multa a razão de 2% (dois por cento), devida a partir do mês seguinte ao vencimento. (Redação dada pela Lei n.º 785/2003)
- b) Multa a razão de 2% (dois por cento), devida a partir do mês seguinte ao vencimento. (Redação dada pela Lei n.º 788/2003)
- c) Juros de mora a razão de 1% (um por cento) ao mês, devidos a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração.

Ficam também os contribuintes cientes de que dispõem de 20 (vinte) dias, a contar da publicação deste edital, para recolher à Secretaria da Fazenda a quantia descrita ou, no mesmo prazo, apresentar Reclamação, perante o Secretário Municipal da Fazenda, conforme dispõem os arts. 09º ao 23 da LC 1.688/2012. Nada sendo alegado e não paga a citada quantia, dentro do prazo assinalado, será feita a inscrição do débito tributário em dívida ativa para efeito de cobrança amigável ou judicial, nos termos da lei em vigor.

Os contribuintes poderão comparecer ao Setor de Tributos deste Poder Público, localizado no Paço Municipal, sito à Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000, para receber o documento de arrecadação, ou acessando o sítio da Prefeitura Municipal: "https://e-gov.betha.com.br/cdweb/03112-014/contribuinte/rel_guiainificada.faces".

Notificação: 466/2021

Contribuinte: JOÃO BATISTA GONÇALVES MARQUES

CPF/CNPJ: 507.245.259-04

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 21322

Endereço Imóvel: Rua Jose Venancio, s/nº, Ressacada, Garopaba - SC

Receita	Valor Devido	Correção	Juros	Multa	Total
I.T.	2.730,57	634,97	1.760,31	54,61	5.180,46
COSIP	110,97	25,81	71,54	2,22	210,54
IPTU/2016					5.391,00

Notificação: 468/2021

Contribuinte: MARIA ANTONIETA TANCREDO GALLOTTI

CPF/CNPJ: 984.123.531-53

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 21297

Endereço Imóvel: Rua das Taboas, s/nº, Capão, Garopaba - SC

Receita	Valor Devido	Correção	Juros	Multa	Total
I.T.	426,05	99,07	274,66	8,52	808,30
COSIP	39,95	9,29	25,75	0,80	75,79
IPTU/2016					884,09

Notificação: 2021

Contribuinte: ESP. DE GASTÃO AVELINO WELANG

CPF/CNPJ: 001.638.130-00

Domicílio Tributário: Garopaba/SC

Imovel: nº 21325

Endereço Imóvel: Rodovia SC 434, s/nº, Encantada, Garopaba - SC

Receita	Valor Devido	Correção	Juros	Multa	Total
I.T.	3.164,51	735,88	2.040,05	63,29	6.003,73
COSIP	110,97	25,81	71,54	2,22	210,54
IPTU/2016					6.214,27

Garopaba, 01 de Julho de 2021.

LUÍZ PAULO KNISS JUNIOR
 AUDITOR FISCAL DA FAZENDA
 MAT. Nº 5055

CARLOS RAFAEL MACANHO DUTRA
 AUDITOR FISCAL DA FAZENDA
 MAT. Nº 7186

SUELEN BARICALLA DE OLIVEIRA
 AUDITORA FISCAL DA FAZENDA
 MAT. Nº 7445

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 048/2021 - RECURSOS RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL

Publicação Nº 3132275

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 048/2021

NOTIFICA RECURSOS RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL.

O MUNICÍPIO DE GAROPABA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997 e Decreto Municipal nº 227, de 29 de outubro de 2018, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Garopaba, da liberação de recursos financeiros provenientes do Governo Federal, a seguir especificados:

ÓRGÃO PROVENIENTE	DATA DO CRÉDITO	PROGRAMA E/OU AÇÃO À QUE SE DESTINA	VALOR R\$
TRANSFERÊNCIA DIRETA	29/06/2021	FUNDEB - FNDO MANUT DES EDUC BASICA E VLRIZ PROF EDUC	R\$ 9.118,62
TRANSFERÊNCIA DIRETA	30/06/2021	FPM - FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS	R\$ 402.547,53
TRANSFERÊNCIA DIRETA	30/06/2021	FUNDEB - FNDO MANUT DES EDUC BASICA E VLRIZ PROF EDUC	R\$ 80.289,88
TRANSFERÊNCIA DIRETA	30/06/2021	ADO - LC 176/2020 (ADO25)	R\$ 3.543,06
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	30/06/2021	PNATE - Transporte Escolar	R\$ 6.254,73

Garopaba - SC, 01 de julho de 2021.

JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Edital no DOM/SC em 02/07/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LUIZ HENRIQUE CASTRO DE SOUZA
Secretário de Administração

EXTRATO DE CONTRATO Nº 045/2021

Publicação Nº 3132283

EXTRATO DE CONTRATO Nº 045/2021
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2021
PMG

PROCESSO Nº: 061/2021; MODALIDADE: TP005/2021 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GAROPABA/PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: QUALIDADE MINERAÇÃO LTDA; CNPJ Nº: 00.820.854/0001-14; OBJETO: Contratação de empresa para executar obra de drenagem e pavimentação asfáltica da Rua Pedro Manoel de Lima - Etapa 01, no bairro Macacu, com fornecimento de material e mão-de-obra, conforme especificações constantes do projeto básico (Ministério do Desenvolvimento Regional - Convênio nº 894407/2019 - Contrato de Repasse nº 1068760-85/2019). VALOR MENSAL: R\$ 1.367.090,19; DATA DA ASSINATURA: 30/06/2021. FISCAL DO CONTRATO: João Manoel do Nascimento - Matrícula nº 3718.

LEI Nº 2.325, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3132251

LEI Nº 2.325, DE 01 DE JULHO DE 2021
ALTERA O ANEXO DE METAS DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito Municipal Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica incluído o Anexo II – 08, no PPA 2018/2021, aprovado pela Lei nº 2.060/2017, programa 0056 – Assistência Social e Habitação, ação nº 84 – Manutenção do Fundo Municipal do Idoso, no valor de R\$ 59.305,64 (cinquenta e nove mil, trezentos e cinco reais e sessenta e quatro centavos), referente Recursos, conforme anexo I desta Lei.

Art. 2º. O novo anexo, ações e alterações, incluídas no PPA 2018/2021, correrá por conta de recursos próprios e através de emenda parlamentar, fonte 0.1.00.

Art. 3º. Esta Lei tem seus efeitos retroativos a 01/01/2021.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de julho de 2021.

JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 02/07/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009

LUIZ HENRIQUE CASTRO DE SOUZA
Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA				ANEXO II – 08	
PLANO PLURIANUAL 2018 / 2021					
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO.					
PROGRAMA:					
0056 - ASSISTÊNCIA SOCIAL e HABITAÇÃO					
DIAGNÓSTICO:					
<p>O município de Garopaba, apesar de ser um balneário turístico, enfrenta problemas de ordem econômica e social.</p> <p>A população nativa, que por muitos anos viveu através de atividades de pesca e agricultura de subsistência, hoje praticamente não consegue mais sobreviver destas atividades. Além disso, maioria da população possui baixo nível de escolaridade, e, portanto, grande parte da mão-de-obra é absorvida em empregos de baixa qualificação, temporários e informais.</p> <p>Após o término do verão, observa-se que aumenta significativamente o número de famílias em situação de risco e vulnerabilidade social. Além disso, o município de Garopaba possui um grande déficit habitacional, seja por construção, ampliação ou reforma de moradias. Há, portanto, uma grande demanda por unidades habitacionais estruturadas, bem como, por pavimentação de ruas, boa iluminação noturna, linha viária adequada, dentre outras necessidades referentes à habitação de interesse social.</p>					
DIRETRIZES:					
<ul style="list-style-type: none">· Ampliar o número de atendimento às famílias, levando em conta o aumento da população e o agravamento das questões sociais;· Conjunto de recursos públicos voltados para atender direitos específicos do publico alvo da assistência social conforme a LOAS· Fortalecer a rede sócio-assistencial local, através do apoio dos conselhos e do órgão gestor, levando em conta as diretrizes do SUAS;· Aprimorar a estrutura de gestão e do Fundo de Assistência Social em consonância com o Plano de Assistência;· Construir Unidades de Assistência Social; <p>Acompanhamento familiar e comunitário da população usuária da política habitacional.</p>					
Por níveis de Proteção					
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA					
<ul style="list-style-type: none">- Acompanhamento familiar pelo PAIF- Acompanhamento pelo PAIF das famílias com membros beneficiários do BPC- Cadastramento das famílias com beneficiários do BPC no CadÚnico- Reordenamento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos- Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida;- Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas;- Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades;- Promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social;- Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos;- Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares.					
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL					
<ul style="list-style-type: none">-Acompanhamento pelo PAEFI das famílias com violação de direitos em decorrência do uso de substâncias psicoativas;- Identificação e cadastramento de crianças e adolescentes em situação de Trabalho Infantil,-Ampliar os serviços de alta-complexidade (abrigo de idosos, crianças e adolescentes), realizar convênios com instituições desta natureza;- Contribuir para o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva;- Processar a inclusão das famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos, conforme necessidades;- Contribuir para restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia dos usuários;- Contribuir para romper com padrões violadores de direitos no interior da família;- Contribuir para a reparação de danos e da incidência de violação de direitos;- Prevenir a reincidência de violações de direitos.					
OBJETIVOS: Garantir os direitos sociais e a cidadania aos usuários da assistência social, através do reordenamento da política de assistência social, e dar continuidade, implementação e implantação de programas, projetos, serviços e benefícios, nos eixos de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, aprimoramento da gestão e da rede Sócio-Assistencial, conforme diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).					
Assistência social, direito do cidadão dever do Estado; Trabalho social com família; Matricialidade sociofamiliar; Territorialização da proteção social; Seguranças socioassistenciais;					
Prestar um serviço qualificado à comunidade, realizando as ações necessárias para que o direito à habitação seja respeitado.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
31 – Aquisição de veículo (FMAS)	Veículo	Un	01	4.374,62	0.1.00.000000
32 – Construção de Unidade de Assistência Social -CRAS-CREAS (FMAS)	Obra	Un	01	4.374,62 43.746,16	0.1.00.000000 0.1.24.001029

33 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)	Manutenção	Manutenção	01	3.627.431,59 317.159,66 26.247,70 284.350,04 157.486,18 437,46 34.996,93 43.746,16 196.857,72 42.661,26 48.203,89 43.746,16	0.1.00.000000 0.1.29.000004 0.1.29.000005 0.1.29.000007 0.1.29.001001 0.1.29.001024 0.1.29.001044 0.1.29.001055 0.1.29.001056 0.1.29.001057 0.1.29.001058 0.1.29.001068
34 – Projeto Juventude Cidadã (FMAS)	Manutenção	Manutenção	01	4.374,62 43.746,16	0.1.00.000000 0.1.24.001008
35 – Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Habitacionais (FMHIS)	Obra	Un	20	66.056,70 3.937,15	0.1.00.000000 0.1.24.001025
36 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS)	Manutenção	Manutenção	01	43.746,16 437,46	0.1.00.000000 0.1.24.001025
84 – Fundo Municipal do Idoso	Manutenção	Manutenção	01	59.305,64	0.1.00.000000
TOTAL				5.097.424,04	

LEI Nº 2.326, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3132256

LEI Nº 2.326, DE 01 DE JULHO DE 2021

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO LIMITE DE R\$ 400.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no limite de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) no orçamento vigente:

05.02 - SECRETARIA DE FAZENDA	400.000,00
FUNDO MUNICIPAL PARA ESTÍMULO ECONÔMICO DE GAROPABA-FEEG	400.000,00
0412300122.090 - Func. e Manut. do Fundo para Estímulo Econômico de Garopaba - FEEG	400.000,00
3.3.60.0.1.00.000000 - Transferência a Instituições Privadas com fins lucrativos	400.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de julho de 2021.

JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 02/07/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009

LUIZ HENRIQUE CASTRO DE SOUZA
Secretário de Administração

LEI Nº 2.327, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3132258

LEI Nº 2.327, DE 01 DE JULHO DE 2021

ALTERA O ANEXO DE METAS DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021 E ANEXO DE PRIORIDADES E METAS DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO PARA 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito Municipal Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica incluído no Anexo II – 05, no PPA 2018/2021, aprovado pela Lei n.º 2.060 de 18 Agosto de 2017, programa 0012 – Administração Financeira e Tributária, ação n.º 90 – Funcionamento e Manutenção do Fundo para Estímulo Econômico de Garopaba - FEEG, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), referente Recursos DR. 0.1.00.000000, conforme anexo I desta Lei.

Art. 2º - O Demonstrativo IX - 05 de Prioridades e Metas da LDO para 2021, aprovado pela Lei Municipal nº 2.275 de 15 de Dezembro de 2020, referente ao Programa 0012 – Administração Financeira e Tributária, fica acrescido da Ação n.º 90 – Funcionamento e Manutenção do Fundo para Estímulo Econômico de Garopaba - FEEG, no Valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), referente Recursos DR. 0.1.00.000000, conforme anexo II, desta Lei.

Art. 3º. As Novas ações e alterações, incluídas no PPA 2018/2021 e na LDO para 2021 correrão por conta de recursos do excesso de arrecadação, fonte 0.1.00.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de julho de 2021.

JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 02/07/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009

LUIZ HENRIQUE CASTRO DE SOUZA
Secretário de Administração

Anexo I

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA			ANEXO II – 05		
PLANO PLURIANUAL 2018 / 2021					
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
PROGRAMA:					
0012 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E TRIBUTÁRIA					
DIAGNÓSTICO:					
Este programa será executado pela estrutura da Secretaria de Fazenda e seus departamentos.					
DIRETRIZES:					
Gerenciamento e controle da movimentação econômica das empresas, quanto a entradas e saídas de mercadorias, para apuração do coeficiente de distribuição do ICMS (valor adicionado); Gerenciar e controlar os sistemas de emissão da nota fiscal eletrônica (e-nota); livro eletrônico para fins de apuração de ISS; Regin – registro mercantil integrado e cidadão web; cadastro e identificação de Imóveis; controle dos processos administrativos relativos as questões tributárias e financeiras; atualização dos cadastros imobiliário e econômico; lançamento e baixa de tributos, controle da dívida ativa, fiscalização tributária, arrecadação de tributos e outras receitas, etc.					
OBJETIVOS:					
Manter o controle dos atos de gestão fiscal e dos serviços gerais da administração tributária, produzindo informações gerenciais para tomada de decisões, responde pela previsão, lançamento, cobrança, controle, arrecadação e fiscalização dos tributos municipais, garantir as fontes próprias de financiamento dos serviços de competência municipal, produzir relatórios gerenciais.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE ME- DIDA	META	VALOR	DR
12 – Funcionamento e Manut. da Secretaria de Fazenda	Manutenção	Manutenção	01	5.175.936,29	0.1.00.000000
13 – Desenvolvimento do PMAT	Manutenção	Manutenção	01	4.812,08	0.1.90.001100
90 – Funcionamento e Manutenção do Fundo para Estímulo Econômico de Garopaba - FEEG	Manutenção	Manutenção	01	400.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				5.580.748,37	

Anexo II

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA	DEMONSTRATIVO IX – 05
PRIORIDADES E METAS PARA 2021	
DAS DESPESAS POR PROGRAMA	
PROGRAMA:	
0012 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E TRIBUTÁRIA	
DIAGNÓSTICO:	
Este programa será executado pela estrutura da Secretaria da Fazenda e seus departamentos.	
DIRETRIZES:	
Gerenciamento e controle da movimentação econômica das empresas, quanto a entradas e saídas de mercadorias, para apuração do coeficiente de distribuição do ICMS, Gerenciar e controlar os sistemas de emissão da nota fiscal eletrônica e-nota, livro eletrônico para fins de apuração de do issqn, Regin – registro mercantil integrado e cidadão web; cadastro e identificação de Imóveis; controle dos processos administrativos relativos as questões tributárias e financeiras; atualização dos cadastros imobiliário e econômico; lançamento e baixa de tributos, controle da dívida ativa, fiscalização tributária, arrecadação de tributos e outras receitas, etc.	

OBJETIVOS:

Manter o controle dos atos de gestão fiscal e dos serviços gerais da administração tributária e fiscal, produzindo informações gerenciais para tomada de decisões, responde pela previsão, lançamento, cobrança, controle, arrecadação e fiscalização dos tributos municipais, garantir as fontes próprias de financiamento dos serviços de competência municipal, produzir relatórios gerenciais.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
12 – Funcionamento da Secretaria da Fazenda	Manutenção	Manutenção	01	2.061.845,44	0.1.00.000000
13 – Desenvolvimento do PMAT	Manutenção	Manutenção	01	1.100,00	0.1.90.001100
90 – Funcionamento e Manutenção do Fundo para Estímulo Econômico de Garopaba - FEEG	Manutenção	Manutenção	01	400.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				2.462.945,44	

LEI Nº 2.328, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3132261

LEI Nº 2.328, DE 01 DE JULHO DE 2021

ALTERA E ACRESCENTAM DISPOSITIVOS DA LEI 576/96 QUE CRIA O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - O inciso IV do artigo 2º, da Lei Municipal nº 576/96 passa a vigorar com a seguinte redação:

IV – Promoção, apoio, participação e/ou realização de eventos pela Secretaria de Turismo, Esportes e Desenvolvimento.

Art. 2º - Os incisos I e II do artigo 4º, da Lei Municipal nº 576/96 passam a vigorar com a seguinte redação:

I – O Secretário Municipal de Turismo, Esportes e Desenvolvimento, que será o seu presidente.

II – O Secretário Municipal da Fazenda.

Art. 3º - O caput do artigo 7º da Lei Municipal nº 576/96 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º - São atribuições do Secretário Municipal de Turismo, Esportes e Desenvolvimento, como gestor do Fundo e Presidente do Conselho Deliberativo:

Art. 4º - O §1º do artigo 8º da Lei Municipal nº 576/96 passa a vigorar a seguinte redação:

Art. 8º [...]

§1º São atribuições do Secretário Municipal de Turismo, Esportes e Desenvolvimento, como gestor do Fundo e Presidente do Conselho Deliberativo.

Art. 5º - O Inciso II do artigo 9º da Lei Municipal nº 576/96 passa a vigorar a seguinte redação:

II – Taxa de Alvarás de Temporada, regulamentados pela Lei 1107/2006.

Art. 6º - O artigo 19º da Lei Municipal nº 576/96 passa a vigorar a seguinte redação:

Art. 19º – Fica a Secretaria Municipal de Turismo, Esportes e Desenvolvimento autorizada a utilizar 20% (vinte por cento) das receitas mensais auferidas pelo FUNDETUR, em sua manutenção, a título de taxa de administração.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de julho de 2021.

JUNIOR DE ABREU BENTO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 02/07/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009

LUIZ HENRIQUE CASTRO DE SOUZA

Secretário de Administração

LEI Nº 2.329, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3132265

LEI Nº 2.329, DE 01 DE JULHO DE 2021

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 476.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 476.000,00 (quatrocentos e setenta e seis mil) no orçamento vigente:

13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	476.000,00
27812511.064 - Construção, Reforma e Apar. de Equipamentos Esportivos	476.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	476.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$476.000,00 (quatrocentos e setenta e seis mil) correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente:

13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	476.000,00
23695512.065 - Funcionamento e Manutenção do Setor Turístico	476.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	476.000,00

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de julho de 2021.

JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 02/07/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009

LUIZ HENRIQUE CASTRO DE SOUZA
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1168/2021

Publicação Nº 3132274

PORTARIA N.º 1168, DE 29 DE JUNHO DE 2021.

ALTERA PREGOEIRO DESIGNADO ATRÁVES DA PORTARIA N.º 715, DE 16 DE ABRIL DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ALTERAR PREGOEIRO, designado através da Portaria nº 715 de 16 de Abril de 2021 a partir de 29/06/2021, que DESIGNA PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO em licitações na modalidade pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de GAROPABA/SC, passando a ser composta pelos os servidores ANA CAROLINA PEREIRA e LUCAS VERAS SPILLERE DA SILVA.

Art. 2º. Esta portaria tem efeitos retroativos a 29/06/2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de Junho de 2021.

JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 02/07/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO TP005/2021

Publicação Nº 3130983

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA CNPJ: 82.836.057/0001-90 Praça Governador Ivo Silveira, 296 C.E.P.: 88495-000 - Garopaba - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 5/2021 - TP Processo Administrativo: 61/2021 Processo de Licitação: 61/2021 Data do Processo: 29/04/2021
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, JUNIOR DE ABREU BENTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 61/2021
b) Licitação Nr.: 5/2021-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 29/06/2021
e) Data da Adjudicação: 29/06/2021 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Contratação de empresa para executar obra de drenagem e pavimentação asfáltica da rua Pedro Manoel de Lima no bairro Macacu Etapa 01 com fornecimento de material e mão de obra conforme projeto básico.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>(em Reais R\$)</u> <u>Total dos Itens</u>
- 014306 - QUALIDADE MINERACAO LTDA	1 1	0,0000	1.367.090,19 1.367.090,19

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.043.4.4.90.00.00.00.00.00 (219), 1.043.4.4.90.00.00.00.00.00 (304), 1.043.4.4.90.00.00.00.00.00 (306)

Garopaba, 29 de Junho de 2021.

JUNIOR DE ABREU BENTO
PREFEITO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PE053/2021

Publicação N° 3130943

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA CNPJ: 82.836.057/0001-90 Praça Governador Ivo Silveira, 296 C.E.P.: 88495-000 - Garopaba - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 53/2021 - PE
	Processo Administrativo: 89/2021 Processo de Licitação: 89/2021 Data do Processo: 31/05/2021

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, JUNIOR DE ABREU BENTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 89/2021
b) Licitação Nr.: 53/2021-PE
c) Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
d) Data Homologação: 01/07/2021
e) Data da Adjudicação: 21/06/2021 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Registro de preço para aquisição parcelada de combustível de acordo com as necessidades da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtd de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 009630 - GAROPABA COMBUSTIVEIS LTDA	2	0,0000	1.576.900,00
- 011925 - POSTO PALHOCCINHA COM TRANSP. DE COMBUS LTDA	1	0,0000	1.982.400,00
	3		3.559.300,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Garopaba, 21 de Junho de 2021.

JUNIOR DE ABREU BENTO
PREFEITO MUNICIPAL

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GAROPABA - IPREGOBA**RESOLUÇÃO 007/2021 - CONSELHO ADM. DO IPREGOBA**

Publicação Nº 3132224

RESOLUÇÃO Nº. 007/2021

ALTERARA O REGIMENTO INTERNO, RESOLUÇÃO 001/2009 DO CONSELHO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Conselho Administrativo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Garopaba – IPREGOBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 9º do art. 72 da Lei Municipal nº. 677, de 06 de abril de 2000 e pelo art. 13 da Resolução nº. 001, de 20 de maio de 2009, torna público que o Conselho Administrativo do IPREGOBA em reunião realizada no dia 09/06/2021, aprovou e promulgou as seguintes alterações na Resolução 001/2009 – Regimento Interno,

Art. 1º - Fica alterado os § 1º, 2º e acrescido § 4º do Art. 2º do Regimento Interno, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

§ 1º As sessões ordinárias serão realizadas na 4ª feira da 3ª (terceira) semana de cada mês; caso o dia estipulado para realização da sessão for feriado, a sessão deverá acontecer na 4ª feira da semana subsequente.

§ 2º As reuniões do Conselho Administrativo apenas poderão ser promovidas com a presença mínima de 04 (quatro) de seus membros.

§ 4º As reuniões/deliberações do Conselho Administrativo, poderão ocorrer por meios eletrônicos de comunicação, de forma virtual, presencial ou mista, visando a continuidade das ações do Conselho.

Art. 2º - Fica alterado o Art. 11º do referido regimento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11º Os Conselheiros que desejam incluir itens na pauta as sessões ordinárias deverão enviar à Diretoria do Conselho suas sugestões, por escrito ou por meios eletrônicos de comunicação, com antecedência mínima de 04 (quatro) dias.

Art. 3º - Fica alterado o Art. 13º do regimento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13º As decisões do Conselho Administrativo serão proclamadas pelo Presidente, com base nos votos da maioria vencedora, sendo tais decisões publicadas no veículo de publicação oficial e/ou no site do Município.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de julho de 2021.

João Luiz Gregório

Presidente do Conselho Administrativo – IPREGOBA

Publicada a presente Resolução, no DOM/SC em 02/07/2021, de acordo com a Lei Municipal nº 1.326 de 10/08/2009.

Lorena Bernardo de Abreu

Diretora Executiva – IPREGOBA

Garuva

PREFEITURA

CONTRATO Nº 071/2021

Publicação Nº 3131193



CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

**LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 117/2019
CONTRATO 71 / 2021**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº 117/2019, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Garuva à AVENIDA CELSO RAMOS - 1614, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, o(a) Sr.(a) FLAVIO RENATO DE FREITAS JUNIOR, Brasileiro(a), Solteiro, RG nº 6283846, CPF nº 023.293.418-57, residente e domiciliado no (a) RUA MAX COLIN, nº 941, apartamento: 1103, AMERICA, Joinville, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NIVEL I do Município de Garuva, junto à Secretaria de Educação e Cultura.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 170 (cento e setenta) dias, com carga horária de 044:00 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 01/07/2021, terminando no dia 17/12/2021, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 117/2019.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 2.597,27 (dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 117/2019, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da Secretaria de Educação e Cultura.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria de Educação e Cultura, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria de Educação e Cultura. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.



PREFEITURA DE
GARUVA
SANTA CATARINA COMEÇA **AQUI**

Garuva, 01/07/2021

Município de Garuva
Rodrigo Adriany David - Prefeito

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças
Marcio Ricardo Herpich

FLAVIO RENATO DE FREITAS JUNIOR

CPF 023.293.418-57

Testemunha 1

Testemunha 2

CONTRATO Nº 072/2021

Publicação Nº 3131190

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO****LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 117/2019
CONTRATO 72 / 2021**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº 117/2019, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Garuva à AVENIDA CELSO RAMOS - 1614, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, o(a) Sr.(a) KLEBER AUGUSTO PISKE, Brasileiro(a), Solteiro, RG nº 4285591, CPF nº 044.624.189-05, residente e domiciliada no (a) AVENIDA PARANA, nº 420, , CENTRO, Garuva, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de MOT VEIC PESADOS do Município de Garuva, junto à Secretaria de Educação e Cultura.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, com carga horária de 044:00 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 01/07/2021, terminando no dia 30/06/2022, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 117/2019.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 1.772,72 (um mil, setecentos e setenta e dois reais e setenta e dois centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 117/2019, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da Secretaria de Educação e Cultura.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria de Educação e Cultura, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria de Educação e Cultura. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 01/07/2021



PREFEITURA DE
GARUVA
SANTA CATARINA COMEÇA **AQUI**

Município de Garuva
Rodrigo Adriany David - Prefeito

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças
Marcio Ricardo Herpich

KLEBER AUGUSTO PISKE

CPF 044.624.189-05

Testemunha 1

Testemunha 2

CONTRATO Nº 073/2021

Publicação Nº 3131194

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO****LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 117/2019
CONTRATO 73 / 2021**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº 117/2019, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Garuva à AVENIDA CELSO RAMOS - 1614, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, o(a) Sr.(a) ROBERVANE DE CARVALHO, Brasileiro(a), Solteiro, RG nº 89866316, CPF nº 061.958.539-09, residente e domiciliada no (a) ESTRADA OTTO ROEDER, nº 04, , GARUVA ACIMA, Garuva, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de MOT VEIC PESADOS do Município de Garuva, junto à Secretaria de Educação e Cultura.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, com carga horária de 044:00 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 01/07/2021, terminando no dia 30/06/2022, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 117/2019.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 1.772,72 (um mil, setecentos e setenta e dois reais e setenta e dois centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 117/2019, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da Secretaria de Educação e Cultura.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria de Educação e Cultura, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria de Educação e Cultura. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.



PREFEITURA DE
GARUVA
SANTA CATARINA COMEÇA **AQUI**

Garuva, 01/07/2021

Município de Garuva
Rodrigo Adriany David - Prefeito

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças
Marcio Ricardo Herpich

ROBERVANE DE CARVALHO

CPF 061.958.539-09

Testemunha 1

Testemunha 2

DECRETO Nº 167/2021

Publicação Nº 3131174

DECRETO Nº 167 DE 30 DE JUNHO DE 2021

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente a Lei nº 2282 de 30/06/2021,

DECRETA:

Art. 1º A abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.350.000,00 (um milhão e trezentos e cinquenta mil reais), para a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade 11.004. Secr. de Estratégias Rurais e Infraestrutura/Depto. de Man. de Vias Públ.

Função/ Sub-função 15.451. Urbanismo/ Infra-Estrutura Urbana

Programa 1022. Urbanização, humanização e infraestrutura urbana

Ação 1013 Abertura/retificação/ampliação de vias urbanas

• 4490 Despesas de Capital	03.00.00 Recursos Ordinários do Tesouro	R\$	1.350.000,00	

Art. 2º A abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), para a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade 11.001. Secr. de Estratégias Rurais e Infraestrutura/Depto. de Est. Rurais

Função/ Sub-função 20.608. Agricultura/ Promoção da Prod. Agropecuária

Programa 1030. Man. da Secretaria de Est. Rurais

Ação 2060 Man. da Secretaria de Est. Rurais

• 4490 Despesas de Capital	03.00.00 Recursos Ordinários do Tesouro	R\$	250.000,00	

Art. 3º A abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade 14.001. Fundo Municipal de Saúde

Função/ Sub-função 10.301. Saúde/ Atenção Básica

Programa 1034. Nova Garuva Saudável

Ação 2068 Man. do Fundo M de Saúde

• 4490 Despesas de Capital	03.02.00 Recursos Ordinários do Tesouro	R\$	500.000,00	

Art. 4º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º, 2º e 3º serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do exercício de 2020 nos recursos ordinários do tesouro.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adriany David

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 170/2021

Publicação Nº 3131187

DECRETO Nº 170, de 30 de junho de 2021.

“Altera o parágrafo único do artigo 50 do Decreto Municipal 71/2021.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com base na Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 206, DE 18 DE OUTUBRO DE 2019 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão;

CONSIDERANDO a publicação da Lei Federal 14.133/2021,

DECRETA:

Art. 1º – Fica alterada a redação do parágrafo único do artigo 50 do Decreto Municipal 71/2021, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art.50 (...)

Parágrafo único – Os processos de licitação, quando executarem recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, abertos após 60 (sessenta) dias da data de vigência deste Decreto serão obrigatoriamente ajustados aos seus termos e quanto aos demais, os prazos serão os da vigência da Lei

Federal 14.133/2021.”

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adrian David
Prefeito Municipal

EDITAL DE REMOÇÃO 02/2021

Publicação Nº 3132359

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura torna público o Concurso de Remoção para os servidores efetivos do quadro do magistério ocupantes do cargo de Professor, de uma unidade para outra, respeitando a lotação de cada unidade escolar, regido pelas normas contidas na Legislação pertinente em vigor e pelas normas estabelecidas neste Edital.

1 – DO OBJETO

O objeto do presente edital consiste no processo de remoção de servidores efetivos ocupantes dos cargos de Professor, de uma unidade escolar para outra, respeitada a sua formação e dentro de sua área de habilitação, para ajustamento e reorganização do quadro de pessoal.

2 - DOS PRÉ REQUISITOS

Poderá candidatar-se ao Processo de Remoção o servidor que estiver em efetivo exercício e não estiver respondendo medidas disciplinares.

3 – QUADRO DE VAGA EXISTENTE:

Nº	Instituição	Segmento	Carga Horária	Turno
01 vaga	E.M. Içá Mirim	Anos Iniciais	40	Integral
01 vaga	E.M. Içá Mirim	Educação Infantil	40	Integral
01 vaga	E.M. Duque de Caxias	Anos Iniciais	40	Integral
01 vaga	E.M. Içá Mirim	Artes – Anos Iniciais	10	Mat./Vesp.
01 vaga	E.M. Içá Mirim	Ética e Cidadania – Anos Iniciais	10	Mat./Vesp.
01 vaga	E.M. Tancredo de Almeida Neves	Ética e Cidadania	10	Mat./Vesp.

4 – DAS INSCRIÇÕES

I – As inscrições estarão abertas de 05 a 06 de julho de 2021, das 08h às 14h, na sede da Prefeitura de Garuva, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situada à Avenida Celso Ramos, 1614 – Centro - Garuva/SC.

II – O servidor deverá preencher a ficha de inscrição (anexo ao edital) fornecida no ato do cadastro e anexar os documentos abaixo relacionados, sem quaisquer rasuras ou emendas, em cópia simples legível:

- a) Cópia da Carteira de Identidade ou Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
- b) Cópia da Portaria de nomeação do último cargo efetivo na Rede Municipal de Ensino;
- c) Cópia da Última Portaria de acesso que comprove o nível de habilitação;
- d) Cópia do Comprovante de Residência.

III – A adulteração ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado pelo servidor, verificado a qualquer tempo, o eliminará do presente processo.

IV – Cada servidor terá direito a apenas uma inscrição.

V – É requisito para a inscrição neste processo, ser servidor efetivo do quadro de pessoal do magistério, lotado em uma das instituições de ensino da Rede Municipal de Ensino de Garuva e estar habilitado para o cargo.

VI – Será permitida a inscrição por procuração pública ou por instrumento particular com firma reconhecida, com poderes específicos para este processo de remoção. O procurador deverá entregar a fotocópia legível de sua cédula de identidade ou CNH, bem como o referido instrumento de procuração.

VII – Após o encerramento das inscrições, os pedidos serão encaminhados à Comissão Organizadora do Processo de Remoção para fins de análise e classificação.

VIII – As inscrições admitidas e classificação preliminar serão homologadas e publicadas no mural da Prefeitura de Garuva no dia 07 de julho de 2021 a partir das 15h.

IX – A classificação e a homologação final serão publicadas no dia 08 de julho de 2021 a partir das 14h.

5 – DA CLASSIFICAÇÃO

I – Para a classificação final serão observados os seguintes critérios:

- a) Nível de carreira no cargo efetivo;
- b) Tempo de serviço no magistério público municipal de Garuva (professor efetivo), considerando em anos, meses e dias.
- c) Tempo de serviço no nível de habilitação no cargo efetivo, considerando a data da Portaria de acesso.

II – Para contagem do tempo de serviço será considerado como data limite 30 de maio de 2021.

III – Em caso de empate na classificação, terá preferência o candidato com maior idade que precederá o mais novo e, caso o empate continue, terá preferência o candidato com residência mais próxima à escola.

6 – DAS ESCOLHAS DE VAGAS

I – A escolha de vagas se dará na sede da Prefeitura de Garuva, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, na seguinte forma, dia e horários:

- a) Em primeira chamada, escolherão as vagas os classificados obedecendo a ordem de classificação definida no item 5 do presente Edital, no dia 09 de julho de 2021 às 10h;
- b) Em segunda chamada, escolherão as vagas os professores classificados obedecendo a ordem de classificação, definida no item 5 do presente Edital, no mesmo dia;

II – O quadro de vagas para a primeira chamada será único e descrito no presente Edital.

III – O quadro de vagas para a segunda chamada será saldo de vagas não escolhidas na primeira chamada, acrescidas das vagas abertas em unidades escolares pela escolha de nova lotação dos servidores em primeira chamada.

- IV – Os servidores que não comparecerem nos dias e horários marcados perderão o direito de concorrer à remoção prevista neste Edital.
- V – Só poderá participar da segunda chamada o servidor que não escolher vaga na primeira chamada.
- VI – Em seguida da escolha de vaga, o servidor será lotado na unidade escolar de acordo com a vaga escolhida, sendo que as vagas remanescentes serão preenchidas por servidor efetivo convocado através do concurso público vigente.
- 7 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**
- I – O candidato, ao preencher e assinar a sua ficha de inscrição declara-se ciente e de acordo com as normas do presente Edital.
- II – O resultado final será publicado até o dia 09 de julho de 2021, a partir das 15h, com divulgação no mural da Prefeitura de Garuva e no Diário Oficial do município.
- III – Caberá recurso no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após cada ato publicado.
- IV – Os recursos deverão ser por escrito e estar fundamentados, devendo ser devidamente protocolados junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
- V – Os recursos interpostos fora do prazo não serão considerados, sendo para tanto, validada a data do respectivo protocolo.
- VI – O presente processo será realizado e coordenado sob a responsabilidade da Comissão Organizadora do Processo de Remoção.
- VII – Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo de Remoção.

Garuva, 01 de julho de 2021.
LUCILEIDE DE FÁTIMA BUENO FELDHAUS
Presidente da Comissão
Portaria nº 137/2021

Ficha de Inscrição

CARGO:

- ☐ PROFESSOR ANOS INICIAIS
☐ PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL
☐ PROFESSOR ÉTICA E CIDADANIA
☐ PROFESSOR ARTES

Nº Inscrição: _____

Nome do Servidor: _____

Sexo: ☐ M ☐ F

Data de Nascimento: ____/____/____

RG: _____

Habilitação: _____

Unidade Escolar – Opção para remoção:

Opção: _____

Data: ____/____/____

Assinatura do Inscrito: _____

Responsável pela inscrição: _____

Protocolo da Inscrição

Nº Inscrição: _____

Nome do Servidor: _____

Data: ____/____/____

Responsável pela inscrição: _____

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 007/2019 - 2

Publicação Nº 3130865

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0CB0A85D8C71E5F2AE84151E0BEBB5BBB3FFF266

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATO FMS Nº 007/2019 - Aditivo 02

MODALIDADE: Dispensa de Licitação- Processo FMS nº 013/2019

LOCATÁRIO: Prefeitura Municipal/Fundo Municipal de Saúde

LOCADOR: Salvio Venturi e Marlene Costa Venturi

OBJETO DO CONTRATO: Locação de um imóvel de 161m², situado nesta cidade, á Rua Carijós, S/N, Centro, para a instalação da Farmácia Básica Municipal

Valor: R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais) mensais, perfazendo o total de R\$ 34.800,00 (trinta e quatro mil e oitocentos reais)

VIGÊNCIA: 25/07/2021 a 24/07/2022

DATA DE ASSINATURA: 01/07/2021

RODERIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 145/2021

Publicação Nº 3131186

PORTARIA Nº 145 de 30 de junho de 2021

“DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DE SERVIDOR HOMOLOGADO ATRAVÉS DO CONCURSO DE REMOÇÃO 001/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 044/2009 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009, 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

CONSIDERANDO, a classificação final do Concurso de Remoção nº 001/2021 – Processo 645/2021;

RESOLVE:

Art. 10. – Remover a servidora conforme segue:

Servidor	Origem	Destino	Carga horária
Sheyla Fernandes da Silva Lima	Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves	Escola Municipal Duque de Caxias	20 horas

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor em 01 de Julho de 2021.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 146/2021

Publicação Nº 3131183

PORTARIA Nº. 146 de 30 de junho de 2021

“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

CONSIDERANDO, memorando nº 1.874/2021;

CONSIDERANDO, processo administrativo nº 645/2021;

CONSIDERANDO, processo administrativo nº 2928/2021;

RESOLVE:

Art. 1o. – Alterar a carga horária semanal da servidora SHEYLA FERNANDES DA SILVA LIMA, de 20 horas para 40 horas, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de Julho de 2021.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 147/2021

Publicação Nº 3131178

PORTARIA Nº 147 de 30 de junho de 2021.

“DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DO SERVIDOR VALDIR ALVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 001/1998;

CONSIDERANDO, o processo nº. 2943/2021

CONSIDERANDO, o memorando nº. 2.606/2021

RESOLVE:

Art. 10. – Remover o servidor VALDIR ALVES, Matrícula Funcional 209759, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para a Secretaria Municipal de Saúde, mantida a carga horária de 220 horas mensais.

Art. 20. – Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de julho de 2021.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO "SINE DIE" DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2021

Publicação Nº 3131118

PREFEITURA DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 034/2021

AVISO DE SUSPENSÃO "SINE DIE" DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2021

A Prefeitura de Gaspar, torna público e para conhecimento dos interessados a SUSPENSÃO "SINE DIE" do Processo Administrativo nº 034/2021 | Pregão Presencial nº 018/2021, a qual tem por objeto a Contratação de Empresa(s) Especializada(s) em Locação de Veículo(s) Automotor(es) Para Transporte de Pessoas e Materiais, em atendimento a Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo da Prefeitura Municipal de Gaspar.

Gaspar (SC), 01 de julho de 2021.

ALAN VIEIRA - Pregoeiro | Decreto nº 9.182/2020.

EXTRATO DO ADITIVO DA ATA Nº 087/2020

Publicação Nº 3132337

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO DA ATA Nº 087/2020

Processo Administrativo nº: 216/2020 | Pregão Presencial nº: 103/2020. Ata de Registro de Preços nº: 087/2020. OBJETO: Reequilíbrio Econômico-Financeiro referente ao item 36 – Copo plástico descartável - 180 ml. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: KLEIN & FILHOS PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (33.280.316/0001-33). Gaspar/SC, 28 de Junho de 2021. CARLOS ROBERTO PEREIRA - Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 275/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 156/2019 EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO SAF Nº 176/2019

Publicação Nº 3132385

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 275/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 156/2019

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO SAF Nº 176/2019

Início da vigência: 07/07/2021. Vencimento: 03/01/2022. Objeto: Regulamenta a prorrogação, por mais 180 (cento e oitenta) dias, dos prazos de vigência e execução do presente contrato de prestação de serviços de Consultoria e Assessoria em Engenharia Sanitária para a elaboração de estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos e para apoio ao processo licitatório de concessão de serviços, no município de Gaspar/SC. Contratado: SANEVILLE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (CNPJ Nº 13.475.225/0001-46).

Gaspar/SC, 30 de junho de 2021.

CLEVERTON JOÃO BATISTA

Diretor-Presidente do SAMAE

PORTARIA Nº 6.863, DE 29 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3131314

PORTARIA Nº 6.863, DE 29 DE JUNHO DE 2021.

DESIGNA LUANA LARISSA PAES STORCH PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 10117/2020.

CLEVERTON JOÃO BATISTA, Diretor-Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e no Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 13 de novembro de 2020, a servidora LUANA LARISSA PAES STORCH, inscrita no CPF sob o nº 070.521.429-02, ocupante do cargo de Diretora de Faturamento, para atuar como Fiscal do Contrato nº 10117/2020, firmado entre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE e a empresa REGISPEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BOBINAS S/A.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 13 de novembro de 2020.

Gaspar, 29 de junho de 2021.

CLEVERTON JOÃO BATISTA

Diretor-Presidente do SAMAE

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO CONTRATO CM - 014/2021**

Publicação Nº 3132180

EXTRATO CONTRATO CM - 014/2021

Pelo presente instrumento, a CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR e PACA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, representados pelos signatários abaixo, resolvem celebrar o CONTRATO CM 014/2021, nos seguintes termos:

Cláusula 1ª – Constitui objeto do presente contrato a locação do imóvel sede da CONTRATANTE, cujo detalhamento consta do Processo de Dispensa de Licitação nº 005/2021.

Cláusula 2ª – O preço para execução do objeto é de R\$ 270.480,00 [duzentos e setenta mil quatrocentos e oitenta reais], divididos entre doze meses, acrescidos de condomínio e IPTU.

Cláusula 3ª – A vigência do contrato estende-se até 30/06/2022.

E por acharem assim compromissadas, as partes assinam este instrumento em três vias de igual teor e forma.

Gaspar (SC), em 1º de julho de 2021.

CÂMARA DE VEREADORES

Francisco Solano Anhaia

Presidente

PACA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

Ivana Carla Correa Schneider

Representante

RESOLUÇÃO Nº 72/2021

Publicação Nº 3131915

RESOLUÇÃO Nº 72/2021

ALTERA DISPOSITIVOS DA RESOLUÇÃO Nº 65/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO a verificação de que a responsável pela supervisão dos futuros estagiários(as) é credenciada para as mudanças decorrentes desta Resolução;

CONSIDERANDO melhor análise acerca da conveniência e oportunidade das cargas horárias;

RESOLVE:

Art. 1º O artigo 3º da Resolução nº 65/2021 passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 3º Para participar do programa, o estudante deverá estar regularmente matriculado e com frequência adequada no ensino regular em instituições de educação superior, especificamente nos cursos de Direito e Administração, no mínimo no terceiro semestre dos referidos cursos”.

Art. 2º O artigo 14 da Resolução nº 65/2021 passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 14 A jornada de atividade do estágio será compatível com as atividades escolares, sendo de seis horas diárias e trinta semanais ou de quatro horas diárias e vinte semanais, a critério do vereador em cujo gabinete o estagiário for lotado”.

Art. 3º Todas as demais previsões da Resolução nº 65/2021 continuam hígidas e sem alterações.

Art. 21 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Gaspar (SC), em 30 de junho de 2021.

Mesa Diretora	
FRANCISCO SOLANHO ANHAIA	FRANCIELE DAIANE BACK
Presidente	Vice-Presidente
AMAURI BORNHAUSEN	CLEVERSON FERREIRA DOS SANTOS
1º Secretário	2º Secretário

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA IGP 01/2021

Publicação Nº 3131454

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº "DEFINIDO AO FINAL DO PROCESSO"

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DO INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS, VISANDO DESCENTRALIZAR A ATIVIDADE DE INSERÇÃO DE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL, PRELIMINAR À EMISSÃO DA CÉDULA INDIVIDUAL DE IDENTIFICAÇÃO.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS inscrito no CNPJ nº 82.892.373/0001-89, estabelecido na Praça 06 de Novembro, Centro, CEP 88190-000, doravante denominado MUNICÍPIO, representado, neste ato por seu prefeito, MARCOS HENRIQUE DA SILVA, portador da cédula de identidade nº 2585092, SSP/SC, inscrito no CPF nº 932.694.559-68, residente e domiciliado em Governador Celso Ramos, tendo entre si, justo e contratado, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, por meio do INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS, com sede na Avenida Governador Ivo Silveira, 1521, Capoeiras, Florianópolis/SC, doravante denominada IGP, representada, neste ato, por seu Perito Geral, GIOVANI EDUARDO ADRIANO, portador da cédula de identidade nº 1.760.699, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 548.452.119-04, residente e domiciliado em Palhoça/SC, celebram o presente Acordo de Cooperação Técnica, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 aplicáveis e de acordo com a legislação de regência, no que couberem, às quais os participantes desde já se sujeitam, resolvem, de comum acordo, pactuar obrigações recíprocas, mediante as cláusulas e condições adiante estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto o atendimento ao cidadão, a realização do serviço de inserção de dados no sistema de identificação civil, previamente à emissão da Cédula Individual de Identificação, nas dependências da Prefeitura do Município, ou outro móvel onde sejam oferecidos serviços da Prefeitura, de acordo com o padrão, as normas e instruções do Instituto Geral de Perícias reguladas por este termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Este termo tem por fundamento o art. 241 da Constituição da República Federativa do Brasil; o inciso IX do art. 8º e o § 3º do art. 37, ambos da Constituição do Estado de Santa Catarina; o art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; o inciso V do art. 10 do Decreto nº 348, de 13 de Novembro de 2019 e a Lei Municipal nº 1355/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes da execução do presente Acordo de Cooperação Técnica correrão à conta do orçamento do IGP/SC e do Município de Governador Celso Ramos, vigente em cada exercício financeiro, não havendo repasse de recursos financeiros entre ambos, de forma que cada um contribuirá conforme prescrito nas cláusulas Quarta, Quinta e Sexta.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES

Os partícipes responderão individualmente pelos seus serviços prestados, observados os parágrafos seguintes.

§ 1º- O Município deverá responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária de seus servidores, inexistindo qualquer tipo de vínculo entre estes servidores e o IGP/SC.

§ 2º - No tocante aos danos, financeiros ou de qualquer natureza, causados a terceiros, em virtude dos serviços decorrentes do presente Acordo de Cooperação Técnica, estes, assumidos singularmente por uma das partes, são de sua exclusiva responsabilidade, não se comunicando a título de solidariedade ou subsidiariamente ao outro partícipe, em juízo ou fora dele, exceto, se há manifestação expressa da outra parte em sentido contrário.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Em razão do presente Acordo de Cooperação Técnica, o Município se compromete a:

- Determinar o horário de funcionamento dos serviços de atendimento, para emissão de Cédula Individual de Identificação, sendo obrigatório sempre manter estes dados atualizados junto ao IGP, informando previamente (em tempo hábil – mínimo 15 dias – para veiculação da nova informação ao público usuário dos serviços) sobre qualquer alteração que se pretende fazer;
- Usar somente o site e sistema de agendamento do IGP/SC para disponibilizar ao usuário, horários de atendimento previamente marcados;
- Fornecer toda a estrutura física, rede de dados (internet), telefone, material de expediente, móveis e recursos humanos necessários à execução dos serviços;
- Adquirir licença específica para uso do software de confronto biométrico que esteja em conformidade com os padrões adotados pelo IGP/SC, bem como os equipamentos de biometria (kits biométricos) necessários à prestação de serviços, nos mesmos modelos usados pelo IGP/SC em suas unidades. Caberá ao Município a aquisição das licenças, equipamentos e afins necessários à criação de um ecossistema digital que esteja de acordo com os padrões adotados pelo IGP/SC, ficando este isento de qualquer responsabilidade relativa a esta obrigação;
- Fornecer os demais equipamentos de informática necessários à prestação dos serviços, tais como, computador, impressora e scanner, tudo em acordo com as especificações mínimas definidas pelo IGP/SC (Anexo I), de modo a garantir o perfeito funcionamento em conjunto com o kit biométrico e a efetiva prestação dos serviços objeto deste Acordo;
- Adequar as características do espaço de atendimento às especificações mínimas definidas pelo Manual de Identidade Visual do Instituto de Identificação do IGP/SC (que será disponibilizado após a formalização do presente convênio).
- Proceder ao upload dos prontuários de identificação oriundos do atendimento à requisição da carteira de identidade nos casos em que o atendimento ocorrer de forma offline;

- h) Encaminhar os prontuários físicos à unidade pericial à qual é subordinada, de forma organizada para o devido armazenamento pelo IGP/SC;
- i) Proceder à Conferência dos processos de identificação de sua unidade sempre que o IGP/SC fornecer senha de acesso com este poder ao Responsável pelo Posto de Identificação conveniado;
- j) Determinar o comparecimento e participação em treinamento, seminários e outras convocações por parte do IGP, aos funcionários designados pela Prefeitura para a prestação dos serviços;
- k) Remeter ao IGP/SC, especificamente à unidade pericial responsável pela região, relatório mensal de execução, nos moldes a serem estabelecidos pelo mesmo, para fins de controle e estatística;
- l) Indicar ao IGP/SC responsável pela região os servidores da Prefeitura que atenderão aos serviços decorrentes do presente Acordo de Cooperação Técnica, que após investigação social/criminal e credenciamento, receberão treinamento obrigatório pela equipe da unidade pericial responsável, bem como, as orientações obrigatórias ao cumprimento das tarefas e a finalização da confecção, que será realizada nas dependências do IGP regional, ou outro local apontado pelo IGP/SC;
- m) Sempre comunicar previamente, com antecedência mínima de 90 dias, ao IGP regional quando da substituição eventual dos (s) servidor (es) e ou responsável que trabalham no setor de identificação do Município, para que seja cancelada a senha anterior e obrigatoriamente refeito o procedimento indicado no item "I" acima para o novo servidor contratado/designado;
- n) Atender aos requerentes da carteira de identidade que procurarem o Posto de Identificação conveniado para emissão do documento, independentemente do município em que estiverem domiciliados;
- o) Obedecer às Leis Federais e Estaduais acerca dos procedimentos de Identificação Civil, além das Portarias e ordens de Serviço emitidas pelo IGP/SC sobre o mesmo tema, sob pena de ter o Convênio suspenso ou rescindindo unilateralmente, a critério do IGP/SC.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO IGP

- a) Fornecer os equipamentos, específicos como tinta especial para coleta de impressões digitais e o rolo.
- b) Interagir com o CIASC para que os usuários do Posto de Identificação conveniado possam utilizar o serviço de agendamento disponibilizado no site do IGP/SC;
- c) Realizar treinamento específico aos servidores do Município, ou indicados por ele, visando capacitá-los para desenvolver as atividades relacionadas com a identificação civil, que será realizado em local definido pelo IGP/SC;
- d) Repassar ao Município, toda orientação oficial, e eventuais mudanças, que tenha reflexo na emissão da Cédula Individual de Identificação, bem como dar suporte aos questionamentos relacionados a estas orientações;
- e) Auxiliar no suporte técnico necessário ao Posto de Identificação para execução dos serviços diários inerentes ao cadastramento dos requerentes da carteira de identidade no Sistema Integrado da Segurança Pública (SISP);
- f) Cabe ao IGP, por meio da unidade pericial responsável pela região, fiscalizar a execução do serviço objeto deste Acordo de Cooperação Técnica, apontando erros e melhoria que se fizerem necessárias para assegurar a eficiência, inclusive com a fixação de prazos para que tais melhorias e adequações sejam implementadas;
- g) O IGP responsável pela região será o elo de comunicação entre a Prefeitura conveniada e a Direção do Instituto de Identificação Civil e Criminal do IGP/SC, possuindo autoridade e competência para tratar de situações específicas, ocorridas no setor de identificação civil do Município conveniado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA COBRANÇA DE TAXAS

Quanto à prestação dos serviços, serão cobradas as taxas ou emolumentos do requerente da Cédula Individual de Identidade nos termos da Lei Estadual nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988 e suas alterações posteriores.

PARÁGRAFO ÚNICO - A referida taxa será recolhida mediante guia DARE ou outra que vier substituí-la, a ser paga na rede bancária credenciada.

CLÁUSULA OITAVA – DA ISENÇÃO DAS TAXAS

São isentos da cobrança de taxas:

- 1- Todos, quando da emissão da primeira via da Cédula de Identidade Civil.
- 2- No caso da segunda via da Cédula de Identidade Civil, ficam isentos os reconhecidamente pobres, nos termos da Lei Estadual nº 13.671, de 28 de dezembro de 2005, mediante assinatura da declaração de hipossuficiência ou a rogo, quando se tratar de analfabeto, sendo neste caso acompanhado da assinatura de duas testemunhas. Conforme legislação acima, os casos de falsa declaração ensejarão responsabilidade civil e penal ao interessado. Menores de 18 anos, por não serem imputáveis criminalmente, não poderão assinar esta declaração, devendo este direito ser requerido por seu responsável legal.
- 3- Os idosos (60 anos ou mais), que tenham tido sua Cédula Individual de Identidade furtada ou roubada, com fundamento a Lei Estadual nº 11.402, de 10 de maio de 2000, mediante apresentação do Boletim de Ocorrência no prazo máximo de sessenta dias do registro do fato.
- 4- Nos casos de retificação da Cédula Individual de Identidade, para aquele que tiver seu documento emitido com erro evidente e comprovado, desde que a emissão do documento tenha ocorrido em até um ano da data efetiva da solicitação de retificação (Art. 15 da Portaria nº 13/IGP/SSP/2019).

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente termo é de 5 (cinco) anos, a contar da sua publicação, podendo ser renovado mediante Termo Aditivo por acordo entre as partes, devendo ser publicado no Diário Oficial do Estado, como condição de eficácia. O descumprimento deste Acordo importará na sua rescisão imediata.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

O IGP/SC providenciará a publicação no Diário Oficial do Estado, do extrato do presente Acordo de Cooperação Técnica, no prazo e na forma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DENÚNCIA

O IGP/SC e o Município poderão propor, a qualquer tempo, a denúncia do presente Acordo de Cooperação Técnica, devendo o interessado notificar o outro, por escrito, com antecedência de no mínimo 120 (cento e vinte) dias. Dessa forma, ficarão os participantes responsáveis pelas obrigações pactuadas, bem como fazer jus aos benefícios inerentes ao presente Acordo de Cooperação Técnica. Destaca-se que as responsabilidades, obrigações e benefícios somente persistirão enquanto o Acordo estiver vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Os partícipes, neste ato, elegem o Foro da Justiça Estadual de Santa Catarina da Comarca de Florianópolis/SC, para dirimir qualquer dúvida em litígio, que por ventura possa surgir da execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.

E por estarem justos e acordes, assinam o presente Acordo de Cooperação Técnica com os representantes abaixo.

Florianópolis/SC, 01 de março de 2021.

GIOVANI EDUARDO ADRIANO

Perito-Geral do Instituto Geral de Perícias

MARCOS HENRIQUE DA SILVA

Prefeito Municipal

ANEXO I

Equipamentos padrão para funcionamento do Posto de Identificação Conveniado

1 – Licenças de software de captura de imagens e análise biométrica:

0.1 – Após a autorização do II/IGP/SC, para obter acesso aos valores e fazer a contratação o Município deve entrar em contato com a empresa indicada, definida e contratada por processo licitatório pelo IGP.

Empresa Atual: Griaule Ltda. Endereço: Av. Romeu Tortima, 1448, CEP 13083-897, Campinas, SP.

Contatos: info@griaule.com

+55 (19) 3289-2108/ +55 (19) 99769-1055

CNPJ 05.248.770/0001-71

1 – Equipamentos para estação de captura de imagens:

1.1 – Câmeras:

- Webcam full high definition (1080p) autofocus. O II/IGP/SC usa a Logitech c920, porém, outras marcas podem ser utilizadas se possuírem as mesmas características. Estas câmeras não possuem flash integrado, portanto necessitam de um ambiente de boa luminosidade artificial para gerarem fotografias com luminosidade adequada;

Ou

- Kit Akiyama com cenário, banco, flash externo e câmera Canon sx520hs. O flash externo serve para suprir eventuais problemas com luminosidade, gerando fotografias melhores e com menor possibilidade de serem rejeitadas por serem escuras.

Obs.: É preciso verificar com a empresa fornecedora do software quais equipamentos estão homologadas para o sistema utilizado, sob risco dos equipamentos não funcionarem.

1.2 – Orienta-se que sejam utilizados leitores biométricos dos modelos adotados pelo IGP:

- Integrated Biometrics Watson mini:

ou

- Suprema realscanD.

Um dos fornecedores destes sensores é a Akiyama (www.akiyama.com.br) que forneceu ao II/IGP/SC.

Obs.: É preciso verificar com a empresa fornecedora do software quais equipamentos estão homologadas para o sistema utilizado, sob risco dos equipamentos não funcionarem.

2 – Scanner:

Qualquer scanner de mesa pode ser utilizado. No II/IGP/SC, temos os modelos HP 200, HP 300 Epson V19 e Epson V370.

3 – Computadores:

As estações devem contar com sistema operacional Microsoft Windows (recomenda-se Windows 10 ou posterior). Para garantir o bom funcionamento das estações, a empresa recomenda o mínimo de 8GB de RAM.

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 28/2021 PROCESSO 28/2021**

Publicação Nº 3131350

AVISO DE LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL RP 28/2021
PROCESSO 28/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO – COMPLEMENTAR - PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 15/07/2021 até as 14h00.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 15/07/2021 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site do SAMAE de Governador Celso Ramos – www.samaegcr.com.br, ou excepcionalmente de forma presencial na sede do SAMAE de segunda a sexta feira, das 13:30 às 17:00hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando - o pelo e-mail: compraslicitacoes@samaegcr.com.br.

Governador Celso Ramos, 01 de julho de 2021.

NEDISON NILDO MARTINS
Diretor Geral

Grão Pará

PREFEITURA

PORTARIAS 290 A 297 2021

Publicação Nº 3131262

PORTARIA Nº. 0290 / 2021 DE 25 de JUNHO de 2021

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 75, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE: Conceder 3 (três) anos de LICENÇA SEM VENCIMENTOS PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, a funcionária ANDREIA OENNING MORGAN, ocupante do cargo efetivo de Professor Nível III, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas - Pré-escolar, a partir desta data, conforme requerimento e parecer jurídico no 1doc 419/PORTARIA Nº. 0291 / 2021 DE 28 de JUNHO de 2021

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições.

RESOLVE: Designar a funcionária ROSINETE MEURER BONINI KEMPER, ocupante do cargo de Professor, nível I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas, vinculado a Secretaria da Educação e Cultura, a partir desta data, conforme memorando 1DOC 425/PORTARIA Nº. 0292 / 2021 DE 28 de JUNHO de 2021

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições.

RESOLVE: Designar a funcionária ELENIR SALVALÁGIO ROVEDA, ocupante do cargo de Professor, Nível I, na Secretaria da Educação e Cultura, para desempenhar suas funções na Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, a partir de 01/07/2021, conforme memorando 1DOC 424/PORTARIA Nº. 0293 / 2021 DE 28 de JUNHO de 2021

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso das atribuições, e de acordo com o artigo 32º, da Lei Municipal nº 990, de 04/04/2000

RESOLVE: Alterar a carga horária da funcionária CAMILA BUSSOLO DELLA GIUSTINA, ocupante do cargo de Professor, nível I, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, passando para a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sendo, 20 (vinte) horas semanais no Centro de Educação

Infantil Aconchego I e 20 (vinte) horas semanais no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas, partir desta data, conforme memorando 1DOC 3PORTARIA Nº. 0294 / 2021 DE 29 de JUNHO de 2021

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000

RESOLVE: Conceder férias regulamentares aos funcionários, abaixo relacionados, vinculados à Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, conforme memorando 1doc 414/2021, nos períodos correspondentes:

SERVIDOR PERÍODO DE FERIAS

JOSE ALFREDO ALVES JUNIOR 01/07/2021 A 30/07/2021

RUT HONORATO KIRCHNER 12/07/2021 A 21/07/2021

RONALDO ANDRE SILVEIRA 12/07/2021 A 10/08/2021

ROSILANE LOCH SCHACKOW DACOREGIO 10/07/2021 A 08/08/2021

YARA JUREMA SAN ROMAN CARDOSO 21/07/2021 A 09/08/2021

DANIELLE VERONEZ NANDI 22/07/2021 A 31/07/2021

DJULIE FIGUEIREDO MULLER 27/07/2021 A 25/08/20PORTARIA Nº. 0295 / 2021 DE 30 de JUNHO de 2021

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000

RESOLVE: Conceder, a partir de 01/07/2021, 60 (sessenta) dias de férias regulamentares a MARZOÉ DIOVANE DA TRINDADE, ocupante do cargo efetivo de psicóloga, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, conforme memorando 1DOC Nº 46PORTARIA Nº. 0296 / 2021 DE 30 de JUNHO de 2021

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000

RESOLVE: Designar MÁRCIA LEAL WEBER para exercer o cargo de Psicólogo, código 1.01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para ter exercício na Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, a partir de 05/07/2021, em substituição a titular MARZOÉ DIOVANE DA TRINDADE, em gozo de férias regulamentares, conforme portaria 295/2021, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS, enquanto perdurar o período das férias.

PORTARIA Nº. 0297 / 2021 DE 30 de JUNHO de 2021

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso das atribuições, e de acordo com o artigo 32º, da Lei Municipal nº 990, de 04/04/2000

RESOLVE: Alterar a carga horária da funcionária VANESSA BEZA ROSA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, passando de 40 (quarenta) horas

semanais, para a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com exercício na Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, a partir de 01/07/2021, conforme memorando via 1DOC Nº 471.

SAMAE - GRÃO PARÁ**CONTRATO 11/2021**

Publicação N° 3130419

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B6EE1F2B0AB6BE45B41BB82C67DC5C835A2A7D0D

CONTRATO N° 11/2021
PROCESSO N° 07/2021

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE, O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GRÃO-PARÁ, SC, E O SR. CELIO DE SOUZA PARA LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO A RUA: ÁLVARO DE OLIVEIRA SOUZA, N. 227, GRÃO-PARÁ, SANTA CATARINA; COMPOSTO DE TERRENO E CASA.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DA CIDADE DE GRÃO-PARÁ – SC. AUTARQUIA MUNICIPAL, inscrito no CNPJ N.º 80.489.222/0001-59, sito a Rua: Álvaro de Oliveira Souza, 227, em Grão-Pará, SC, e CELIO DE SOUZA, residente a rua Álvaro de Oliveira Souza, 227, Ap-01 em Grão-Pará, SC, inscrito no CPF 341.486.639-00, doravante neste ato denominados SAMAE e CONTRATADO, respectivamente representado pelo Diretor do SAMAE, ENIO JOÃO ZANELATTO BAGIO, inscrito no CPF N° 534.246.629/68 e CONTRATADO Sr. CELIO DE SOUZA, portador da carteira de identidade n.º 5/R-770.578, resolvem celebrar o presente contrato com fundamento no art. 24, inc. X, da Lei n.º 8.666/93 e mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:”

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo a locação do imóvel composto de um terreno e casa, situado à rua Álvaro de Oliveira Souza, 227, Grão-Pará, SC.

Subcláusula Única: Este contrato subordina-se às normas constantes na Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e da Lei n.º 8.883 de 08 de junho de 1994. Atualizadas pela Lei n.º 9.648/98.

CLÁUSULA II

O imóvel ora locado destina-se a depósito de peças, garagem e escritório para atendimento aos usuários.

CLÁUSULA III - DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

Pela execução do objeto deste Contrato, O SAMAE pagará ao CONTRATADO a importância de R\$ 2.178,00 (Dois mil cento e setenta e oito reais) mensais.

Sub-cláusula Primeira: O pagamento ocorrerá até o dia 15 (quinze) de cada mês, mediante apresentação de recibo.

Sub-cláusula Segunda: Além do aluguel, incumbirá ao LOCATÁRIO, o pagamento de todos os impostos e taxas ora incidentes ou que venham a incidir sobre o imóvel ora locado, bem como outros encargos legalmente exigíveis ao LOCATÁRIO.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE EXECUÇÃO.

O prazo de execução do objeto do presente Contrato é de 1 (um) ano, podendo a qualquer tempo ser alterado ou renovado até o prazo máximo total de 60 meses, conforme art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93, desde que mediante assinatura de competente termo aditivo.

Sub-cláusula Primeira: O Contrato somente poderá ser renovado mediante a assinatura prévia de termo aditivo por período igual ao inicialmente estipulado, se não houver manifestação por qualquer das partes com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do seu término.

Sub-cláusula Segunda: Diante do disposto no art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC n.º 101/2000, fica ressalvado que o SAMAE poderá rescindir unilateralmente o contrato a partir de 1º de janeiro de 2021, independente de qualquer notificação prévia e sem qualquer direito à indenização à contratada.

Sub-cláusula Terceira: O valor inicialmente contratada será mantido na vigência do contrato, podendo ser atualizado monetariamente quando da prorrogação do mesmo, pela variação do índice Nacional de preços ao consumidor (INPC), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que vier a substituí-lo, ou de acordo com a legislação em vigor.

CLÁUSULA V – DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS.

As despesas decorrentes do presente Contrato de Julho a Dezembro/2021 correrão por conta do Orçamento de 2021 e as de Janeiro a Junho/2022 correrão por conta do Orçamento de 2022, cuja fonte de recursos tem a seguinte classificação:

Programa: 40

Função: 17

Sub-função: 512

Projeto/Atividade: 2.004

Natureza da Despesa: 3.3.90.36

Sub-cláusula Única: Diante do disposto no art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC n.º 101/2000, fica ressalvado que a prestação

dos serviços para o ano de 2022 dependerá da existência de prévia e suficiente dotação orçamentária na Lei Orçamentária Anual para esse exercício e do respectivo empenho a partir de 1º de janeiro de 2021.

CLÁUSULA VI

O LOCATÁRIO fica desde já autorizado a efetuar no imóvel ora locado, as modificações e adaptações que julgar necessárias a sua adequada instalação, sem que os materiais que forem empregados passem integrar o patrimônio do LOCADOR.

CLÁUSULA VII

O LOCATÁRIO se compromete a manter o imóvel ora locado em perfeito estado de conservação e assim se obriga a entregá-lo ao LOCADOR, finda a locação ou rescindido o presente contrato, independente de qualquer modificação judicial ou extra judicial.

CLÁUSULA VIII

O LOCATÁRIO não poderá ceder transferir ou sublocar no todo ou parte, o imóvel ora locado sem expresso consentimento por escrito do LOCADOR.

CLÁUSULA IX – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:

I – pelo SAMAE, quando houver modificação ou adequação do objeto;

II – Por acordo das partes:

a) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento;

Subcláusula Primeira: quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais quando ocorrida após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste para mais ou para menos, conforme o caso;

Subcláusula Segunda: havendo alteração unilateral deste Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o SAMAE deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial;

Subcláusula Terceira: os valores da Cláusula II serão atualizados monetariamente, quando houver modificação na legislação ou na política econômica, por ato do Governo Federal, visando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

CLÁUSULA X – DA RESCISÃO

O presente Contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial por qualquer um dos motivos previstos no inciso I do Artigo 79, e nas demais situações previstas nos incisos XIII A XVI do Artigo 78, ambos da Lei n.º 8.666/93, de 21 de Junho de 1.998.

Subcláusula Única - O Contratado reconhece os direitos do SAMAE na eventual ocorrência das hipóteses de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei n.º 8.666/93

CLÁUSULA XI – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

ÀO CONTRATADO cabe:

I – Recurso ao Diretor do SAMAE no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação nos casos de rescisão do Contrato pelo SAMAE, pelo não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.

II – Representação do Diretor do SAMAE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto deste Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

Subcláusula Primeira: - A intimação na hipótese do item I, será feita mediante publicação na imprensa oficial, nos demais casos, pessoalmente, através de ofício.

Subcláusula Segunda - O Diretor do SAMAE, justificadamente e presentes razões de interesse público poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso.

Subcláusula Terceira - O recurso será dirigido ao Diretor do SAMAE que proferirá a decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Subcláusula Quarta - Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada.

CLÁUSULA XII – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Subcláusula Primeira: - Aplicam-se à execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e Lei nº 8.883 de 08 de junho de 1994, com a nova redação da Lei nº 9.648/98, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Subcláusula Segunda:- Sem prejuízo do previsto no art. 87 da Lei nº 8.666/93, a contratada ficará sujeita à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de descumprimento do presente contrato.

Parágrafo único. As multas legais e a prevista neste contrato não eximem a contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

CLÁUSULA XIII

Se o imóvel for vendido, o LOCADOR se obriga a fazer constar da respectiva escritura a existência deste contrato e que o mesmo deverá ser respeitado por quem os adquirir, mantendo a LOCAÇÃO até o término do prazo nele estipulado.

CLÁUSULA XIV – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Braço do Norte – SC, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir quaisquer questões fundadas neste Contrato.

E, por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes na presença das testemunhas abaixo.

Grão-Pará-SC., 01 de Julho de 2021.

Pelo SAMAE: Pelo CONTRATADO:

ENIO JOÃO ZANELATTO BAGIO
Diretor do SAMAE

CELIO DE SOUZA
Locador

Testemunhas:

Gilson Muller Bratti
CPF: 613.424.409-00

Adriana Ghizoni Kafka
CPF: 950.935.169-53

CONTRATO 12/2021

Publicação Nº 3130425

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7DB3C1E1B60477BAE6FF37DE99213ED873C3CBFD

CONTRATO 12/2021
Processo Administrativo 01/2021
Pregão Eletrônico 01/2021-PE

Termo de Contrato que entre si celebram O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, inscrito no CNPJ nº 80.489.222/0001-59, ora em diante denominada CONTRATANTE e a empresa GREEN CARD S/A REFEIÇÕES E SERVIÇOS, inscrita no CNPJ nº 92.559.830/0001-71, doravante denominada CONTRATADA, para Fornecimento de Tíquetes Alimentação, na forma do Pregão nº 01/2021, para utilização no exercício 2021/2022.

Contrato que entre si celebram o SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO, com endereço Rua Álvaro de Oliveira Souza, 227, Grão-Pará – SC, inscrito no CNPJ sob o nº 80.489.222/0001-59, neste ato, representada por seu Diretor, Senhor Enio João Zanelatto Bagio, portador da Carteira de Identidade n.º 5/R-1.736.886 e inscrito no CPF nº 534.246.629-68, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa GREEN CARD S/A REFEIÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS, com endereço na Rua Largo Visconde do Cairú, nº 12, Centro, Porto Alegre/RS, inscrita sob CNPJ nº 92.559.830/0001-71, neste ato representado por seu representante legal, Senhor Carlos Alex D'ávila de Ávila, portador da Carteira de Identidade nº 4046493245 e inscrito no CPF nº 785.355.570-91, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA em decorrência do Pregão Eletrônico 01/2021, homologado em 22/06/2021, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:.

CLÁUSULA I - OBJETO

1.1 Fornecimentos de Tíquetes Alimentação para entrega parcelada, em Cartão Magnético, para auxiliar a alimentação dos servidores do SAMAE, conforme especificações contidas na proposta da contratada e no edital de Pregão Presencial nº 01/2021 partes integrantes deste contrato como se nele transcritas fossem.

CLÁUSULA II – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2.1 Fazem parte deste Contrato independentemente de transcrição, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes: Proposta da Contratada, Ata dos lances e Edital do Pregão nº 01/2021.

2.2 A Contratada se compromete a manter as Certidões Negativas de INSS e FGTS atualizadas, à medida que as mesmas forem vencendo, enquanto vigorar o Contrato.

CLÁUSULA III - DO PRAZO

3.1 O prazo para início da entrega periódica será a partir do dia 01 de julho de 2021.

3.2 O contrato terá duração de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite total de 60 (sessenta) meses, em conformidade com o art.57, II, da Lei nº 8.666/93 e com art.12, § 2º, do Decreto nº 7.892/2013.

CLÁUSULA IV - DOS PREÇOS E REAJUSTAMENTO

4.1 A CONTRATADA fornecerá os tíquetes alimentação pelo prazo estabelecido na Cláusula III deste Contrato, de acordo com o objeto da Licitação, sendo o valor de cada tíquete R\$ 43,20 (quarenta e três reais e vinte centavos), com taxa de administração de -1,86 % (um vírgula oitenta e seis por cento negativo).

4.2 Pela taxa de reemissão para o cartão magnético, no caso de perda, roubo, furto, no seguinte valor unitário R\$ 6,00 (seis reais);

4.3 O pagamento dos tíquetes alimentação fornecido será efetuado pelo SAMAE mensalmente em até 5(cinco) dias úteis após entrega a contento, após apresentação de Nota Fiscal, sendo os Percentuais da Taxa de Administração apresentados fixos durante o período do Contrato, ressalvada eventual alteração para a manutenção do equilíbrio econômico financeiro, com fundamento no art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93.

4.4 O valor inicialmente contratada será mantido na vigência do contrato, podendo ser atualizado monetariamente quando da prorrogação do mesmo, pela variação do índice Nacional de preços ao consumidor (INPC), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que vier a substituí-lo, ou de acordo com a legislação em vigor.

CLÁUSULA V - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

5.1 Os recursos necessários à realização dos serviços correrão à conta das dotações orçamentárias:

Orçamento:	Projeto/Atividade:	Elemento de despesa:
2021 e condicionado a existência de dotação em 2022.	2.039	3.3.90.39.00.00.00.00

CLÁUSULA VI – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Os serviços deverão ser iniciados no prazo de até 10(dez) dias úteis, a contar da data de assinatura do Contrato;

6.2 Os tíquetes alimentação, objeto desta licitação, deverão ser entregues de forma parcelada mensalmente, de acordo com a solicitação do Recursos Humanos do SAMAE;

6.3 Os créditos deverão ser disponibilizados em até 02 (dois) dias, contados da data da solicitação formal do SAMAE, através do Recursos Humanos do SAMAE.

6.4 O primeiro cartão, se for o caso, de cada servidor será sempre gratuito e, somente poderá ser cobrado do mesmo o valor proposto para reemissão de cartão com nova senha, em caso de perda, furto ou extravio;

6.5 Enviar os cartões magnéticos dispondo de senha para operação de bloqueio, devidamente identificado, ao responsável pela distribuição no Recursos Humanos do SAMAE.

6.6 Atualizar os valores para crédito, conforme indicação do Setor de Compras, Licitações e Contratos do SAMAE;

6.7 A proponente vencedora deverá enviar relatório ao Recursos Humanos comprovando crédito nos referidos cartões dos servidores do SAMAE, no prazo de até 02 (dois) dias após solicitações;

6.8 Fornecer a segunda via de cartão magnético e reemissão de senha, se for o caso, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento do pedido;

6.9 Garantir a aceitação dos Tíquetes alimentação, nos Mercados e Supermercados do Município de Grão Pará em um número mínimo de 03 (três) e, no município de Braço do Norte no mínimo de 02 (dois) Comércio Atacadistas, informando, imediatamente, inclusões e/ou exclusões dos mesmos;

6.10 Manter nos estabelecimentos comerciais filiados à sua rede, em local bem visível e de fácil identificação sua adesão aos sistemas objetos deste contrato.

6.11 Providenciar imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto da execução dos serviços contratados;

6.12 Apresentar descrição de metodologia operacional adotada para desempenho das atividades necessárias ao cumprimento do objeto deste contrato, através de:

a) Tecnologia: Utilização de recursos tecnológicos que propiciem agilidade, segurança e confiabilidade no funcionamento do sistema, assegurando inclusive a identificação de possíveis falsificações de cartões, ou tíquetes;

b) Método de administração e gerência: Relatórios gerenciais em nível de informações disponíveis, garantindo o bom funcionamento do sistema;

c) Meios de comunicação utilizados pela CONTRATADA para atingir o usuário final, visando esclarecimento e dúvidas e ainda a divulgação dos serviços, bem como do conhecimento dos estabelecimentos credenciados e descredenciados mensalmente.

6.13 Responsabilizar-se pelo recolhimento de todos os tributos Federais, Estaduais e Municipais, presentes ou futuros que, direta ou indiretamente incidam ou venham a incidir sobre o serviço relacionado com o objeto contratual;

6.14 Comunicar, imediatamente ao SAMAE, tão logo sejam do seu conhecimento os procedimentos fiscais, ainda que de caráter interpretativo, os quais possam ter reflexos financeiros sobre o contrato;

6.15 Manter sempre à frente dos serviços, profissional devidamente habilitado na entidade profissional competente e pessoal adequado disponível na quantidade necessária para a execução dos serviços;

6.16 Manter serviços de atendimento ao cliente no mínimo no horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais, sem qualquer custo adicional, inclusive quanto ao fornecimento de saldos, extratos e alteração de senha.

6.17 Responder pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do Pregão nº 01/2021;

6.19 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao SAMAE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

6.20 Caberá a Contratada obedecer ao objeto do edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

6.21 Fica estabelecido neste instrumento, que o fornecimento dos tíquetes somente poderá ser efetuado pela proponente Contratada.

CLÁUSULA VII - DAS PENALIDADES

7.1 - As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Licitante/Contratada são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho

de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, neste Pregão e no Contrato.

7.2 - Penalidades que poderão ser cominadas às licitantes:

I – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrada administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) O atraso injustificado no fornecimento, sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por dia de atraso, limitados a 20%(vinte por cento) do valor da parcela em atraso.

b) Multa de 10% do valor total do contrato em caso de rescisão unilateral;

II – Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, a Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

a. recusar-se a retirar o recebimento da Autorização de Fornecimento ou empenho,

b. quando enviado por fax dentro do prazo de validade da proposta;

c. não manter a proposta após a adjudicação;

d. cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

e. fraudar a execução do contrato;

f. descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

7.3 – Na aplicação das penalidades previstas neste Contrato, o SAMAE considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

7.4 – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da Contratada.

7.5 – Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

7.6 – O eventual atraso de pagamento por parte do SAMAE, implicará em atualização monetária do valor, cujo índice para órgãos públicos é o –IBGE.

CLÁUSULA VIII - DAS CONDIÇÕES GERAIS

8.1 O SAMAE, através dos Recursos Humanos comunicará a Contratada à quantidade de créditos ou saldos disponibilizados no Cartão Magnético individual dos servidores.

8.2 A disponibilização do crédito no Cartão Magnético deverá ser realizado no prazo máximo de 02 (dois) de acordo com a necessidade do SAMAE.

8.4 A mão-de-obra empregada pela CONTRATADA, na execução dos serviços, objeto deste contrato, não terá nenhuma vinculação empregatícia com a CONTRATANTE, descabendo, portanto, imputação de qualquer obrigação social a esta;

8.5 Todas as obrigações tributárias, fiscais, previdenciárias e/ou sociais decorrentes da execução dos serviços, objeto do presente contrato, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao CONTRATANTE e/ou a terceiros em decorrência da execução do contrato resultante desta licitação, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

8.6 As quantidades dos cartões magnéticos poderão variar para mais ou menos de acordo com as necessidades da CONTRATANTE dentro dos limites legais permitidos;

8.7 O valor do crédito do cartão magnético será cumulativo pelo período máximo de 06(seis) meses;

8.8 A estimativa dos tíquetes alimentação é de 8 (oito) cartões magnéticos.

8.9 A taxa de administração do tíquete alimentação será fixo, expresso em percentual, sem reajuste dentro do prazo de validade do contrato.

8.10 O primeiro cartão de cada servidor será sempre gratuito e, somente poderá ser cobrado do mesmo o valor proposto para reemissão de cartão com nova senha, em caso de perda, furto ou extravio;

8.11 A CONTRATADA deverá garantir o bloqueio do cartão magnético, em casos de perda, furto quebra ou extravio, imediatamente após a comunicação efetuada pelo próprio servidor, preservando o valor monetário existente no cartão até o instante da comunicação;

8.12 A taxa de reemissão de cartão magnético não será cobrada pela CONTRATADA quando houver problemas com a tarja magnética, com exceção daqueles decorridos de má utilização do cartão;

8.13 Em casos de cartões magnéticos que apresentarem defeitos no momento da entrega aos usuários, deverão ser substituídos no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis;

8.14 No caso da exclusão de servidor, por afastamento do SAMAE, ou, por qualquer motivo, o Recursos Humanos do SAMAE informará a CONTRATADA, no prazo de 03(três) dias úteis, ficando a partir da data da comunicação isenta de qualquer responsabilidade pelo uso indevido dos serviços prestados.

8.15 No caso de inclusão de servidor, a CONTRATADA fornecer-lhe-á o cartão magnético, sem custo, salvo no caso de perda ou extravio pelo usuário quando do fornecimento da segunda via a ser suportada pelo servidor.

8.16 Juntamente com o tíquete alimentação a CONTRATADA deverá fornecer relação completa dos estabelecimentos comerciais (mercados e supermercados) credenciados no Município de Grão-Pará, em número não inferior a 03(três), abrangendo toda área urbana, e no município de Braço do Norte no mínimo de 02 (dois) Comércio Atacadistas, devendo esta relação ser atualizada sempre que houver inclusões e/ou exclusões de estabelecimentos.

8.17 O SAMAE poderá sugerir a inclusão de estabelecimentos na relação de credenciados da CONTRATADA.

8.18 O SAMAE, informará, mensalmente, relações nominais dos servidores para inserção dos valores dos créditos do cartão magnético/tíquete alimentação.

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

9.1 O presente Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por qualquer das partes, sem que tenham direitos a quaisquer indenizações ou compensações, mediante denúncia escrita com (30) trinta dias de antecedência, contados a partir da data de recebimento da referida comunicação pela outra parte.

CLÁUSULA X - DA SUBORDINAÇÃO

10.1 O presente Contrato fica subordinado às condições estabelecidas na proposta da Contratada, Ata de Lances, às normas estabelecidas na Lei Federal nº 10520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes e Pregão nº 01/2021 e a Legislação aplicável à execução dos

Contratos, obrigando-se a CONTRATADA, ainda, durante a execução contratual, a manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de Licitação.

CLÁUSULA XI - DO FORO

11.1 Todas as questões derivadas do presente CONTRATO serão processadas no Foro da cidade de Braço do Norte - SC, expressamente eleito pelos contratantes para o mesmo fim.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 3 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Grão-Pará/SC, 01 de Julho de 2021.

Pelo SAMAE: PELA CONTRATADA:

Diretor do SAMAE
Enio João Zanelatto Bagio

Sócio Administrador da Empresa
Carlos Alex D'avila de Ávila

TESTEMUNHAS

Gravatal

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO PROCESSO 28-2021 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DE PRIMEIRA LINHA (LÂMPADAS)

Publicação N° 3130688



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 14/2021

PROCESSO LICITATÓRIO N° 28/2021
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N° 19/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DE PRIMEIRA LINHA (LÂMPADAS), COM VISTAS A APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM DIVERSOS LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL..

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CENTER LUZ COMERCIO MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME - CNPJ N° 10.844.977/0001-49						
Item	Especificação	Und.	Qtde.	Marca	Preço Unit.	Total
1	LAMPADA OVOIDE SON-E, VAPOR SÓDIO DE ALTA PRESSÃO, POTÊNCIA DE 70W, E27, COM FLUXO LUMINOSO DE NO MÍNIMO 6.020 LUMENS, COM EFICIÊNCIA DE NO MÍNIMO 86 (LM/W), COM VIDA DE NO MÍNIMO 22.000H, COM SELO PROCEL.	UN	1.500	OSRAM	R\$ 38,90	R\$ 58.350,00
TOTAL:					R\$ 58.350,00	
LUZON DISTRIBUIDORA DE MATERIAL ELÉTRICO LTDA - CNPJ N° 40.211.794/0001-57						
Item	Especificação	Und.	Qtde.	Marca	Preço Unit.	Total
2	LAMPADA OVOIDE SON-E, VAPOR SÓDIO DE ALTA PRESSÃO, POTÊNCIA DE 150W, E40, COM FLUXO LUMINOSO DE NO MÍNIMO 15.000 LUMENS, COM EFICIÊNCIA LUMINOSA DE NO MÍNIMO 100 (LM/W), COM VIDA DE NO MÍNIMO 22.000H, COM SELO PROCEL	UN	600	OUROLUX	R\$ 50,00	R\$ 30.000,00
TOTAL:					R\$ 30.000,00	

Total Geral: R\$ 88.350,00

Gravatal (SC), 30 de junho de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2021 - PREGÃO PRESENCIAL 19/2021 - PMG

Publicação Nº 3130640



Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AFB3F3DCCC19AD4E486EE8CE1CA9E08492F4ED40
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL
 Compras e Contratos
 Termo Homologação

Pág 1 / 1

Termo de Homologação

O Prefeito Municipal, **CLEINILS RODRIGUES DA SILVA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 10.520/2002 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Processo nº: 28/2021

Licitação nº: 19/2021

Modalidade: Pregão Presencial

Data da homologação: 30/06/2021

Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DE PRIMEIRA LINHA (LÂMPADAS), COM VISTAS A APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM DIVERSOS LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL..**

VENCEDORES						
141720 - CENTER LUZ COMERCIO MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME						
Item	Descrição	Qtde.	UN	Marca	Preço Unitário	Total do Item
1	LAMPADA OVOIDE SON-E, VAPOR SÓDIO DE ALTA PRESSÃO, POTÊNCIA DE 70W, E27, COM FLUXO LUMINOSO DE NO MÍNIMO 6.020 LUMENS, COM EFICIÊNCIA DE NO MÍNIMO 86 (LM/W), COM VIDA DE NO MÍNIMO 22.000H, COM SELO PROCEL.	1.500	UNIDADE	OSRAM	R\$38,90	R\$58.350,00
620211 - LUZON DISTRIBUIDORA DE MATERIAL ELÉTRICO LTDA						
Item	Descrição	Qtde.	UN	Marca	Preço Unitário	Total do Item
2	LAMPADA OVOIDE SON-E, VAPOR SÓDIO DE ALTA PRESSÃO, POTÊNCIA DE 150W, E40, COM FLUXO LUMINOSO DE NO MÍNIMO 15.000 LUMENS, COM EFICIÊNCIA LUMINOSA DE NO MÍNIMO 100 (LM/W), COM VIDA DE NO MÍNIMO 22.000H, COM SELO PROCEL	600	UNIDADE	OUROLUX	R\$50,00	R\$30.000,00
Total Geral:						R\$88.350,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 30/06/2021 14:16 -03:00 -03
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://ic.atenda.net/p60dca6a61046>



Gravatal/SC, 30 de junho de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
 Prefeito Municipal



Assinado Eletronicamente por:
 CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
 PREFEITO MUNICIPAL DE
 GRAVATAL

30/06/2021 14:16:09 -03:00

Guabiruba

PREFEITURA

DECRETO N° 1.263 DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação N° 3131162



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUABIRUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DECRETO N° 1.263 de 01 de julho de 2021.**“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUABIRUBA, usando da competência que lhe confere o art. 08º da Lei nº 1.732/2020 de 03 de dezembro de 2020, a Lei nº 1.728/2020 de 23 de outubro de 2020, o inc. IV do art. 69 da LOM, e a Lei Federal nº 4320/1964.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município, Crédito Adicional Suplementar no valor total de R\$ 1.024.463,86 (um milhão, vinte e quatro mil, quatrocentos e sessenta e três reais e oitenta e seis centavos), para atender as programações abaixo especificadas:

6	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
6.1	
15.451.45.1003	REURBANIZAÇÃO DE VIAS E PRAÇAS PÚBLICAS
34490000000000000000	Aplicações Diretas
03000000	
03340000	
Valor	1.024.463,86

Art. 2º - Os recursos necessários para atender o crédito especificado no art. 1º deste Decreto, decorreram do Superávit, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº 4.320/64, conforme abaixo especificados:

Fonte de Recursos	Valor R\$
03340000	24.463,86
03000000	1.000.000,00
1.024.463,86	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guabiruba, 2 de julho de 2021.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUABIRUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, do dia 2 de julho de 2021.

VALMIR ZIRKE
Prefeito

ALINE ZEM
Secretária de Administração e
Finanças

VANESSA DE BORBA
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1.264 DE 1 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131165

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUABIRUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS****DECRETO Nº 1.264 de 1 de julho de 2021.****“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUABIRUBA, usando da competência que lhe confere o art. 08º da Lei nº 1.732/2020 de 03 de dezembro de 2020, a Lei nº 1.728/2020 de 23 de outubro de 2020, a Lei nº 1.744/2021 de 09 de abril de 2021, o inc. IV do art. 69 da LOM, e a Lei Federal nº 4320/1964.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município, Crédito Adicional Especial no valor total de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

4	Secretaria da Educação	Valor
4.1	Secretaria da Educação	200.000,00
12.361.15.1002	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
34490000000000000000	Aplicações Diretas - Investimento	
01010000		

Art. 2º - Os recursos para atender os créditos especificados no art. 1º. deste Decreto, decorrerá da anulação das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

4	Secretaria da Educação	Valor
4.1	Secretaria da Educação	200.000,00
12.361.15.2005	MANUT. E DESENV. DO ENSINO FUNDAMENTAL	
33190000000000000000	Aplicações diretas - Folha	
01010000	1010000	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guabiruba, 2 de julho de 2021.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUABIRUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, do dia 2 de julho de 2021.

VALMIR ZIRKE
Prefeito

ALINE ZEM
Secretária de Administração e
Finanças

VANESSA DE BORBA
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 1.265, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131166

DECRETO Nº. 1.265, DE 01 DE JULHO DE 2021.

ALTERA O DECRETO N. 1.174, DE 01 DE OUTUBRO DE 2020, QUE REGULAMENTA, EM ÂMBITO MUNICIPAL, A DESTINAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA LEI FEDERAL Nº 14.017, DE 29 DE JUNHO DE 2020.

VALMIR ZIRKE, Prefeito Municipal de Guabiruba, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº. 1.174, de 01 de outubro de 2020, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 1º Fica regulamentado pelo presente instrumento, os meios e os critérios para a destinação dos recursos a este Município, provenientes da Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da Covid-19.

..... "

"Art. 8º

- I – 1 (um) representante da Fundação Cultural de Guabiruba, que o presidirá;
- II - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
- III - 2 (dois) representantes da Procuradoria Geral do Município;
- IV – 1 (um) representante da Coordenadoria Municipal de Convênios;
- V - 3 (três) representantes da sociedade civil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guabiruba/SC, 01 de julho de 2021.

VALMIR ZIRKE
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

VANESSA DE BORBA
Chefe de Gabinete

PORTARIA N. 484/2021

Publicação Nº 3130405

PORTARIA N. 484/2021

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GUABIRUBA.

VALMIR ZIRKE, Prefeito Municipal de Guabiruba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 92, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica de Guabiruba/SC, bem como pela Lei Municipal n. 408, de 22 de setembro de 1992 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR para compor o Conselho Municipal de Educação, com mandato de 01 de julho de 2021 até 30 de junho de 2023, os membros a seguir relacionados:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Raquel Regina Boos
Suplente: Sonia Zabel Hoefelmann

II - Representantes da Associação de Pais e Professores:

Titular: Daniela Wust Amandio
Suplente: Iara Alves Paganelli

III - Representantes do Magistério Municipal que compõem o quadro da Educação Infantil:

Titular: Enedina de Oliveira Waldrigues
Suplente: Kelli Iara Kurtz

IV - Representantes do Magistério Municipal que compõem o quadro do Ensino Fundamental:

Titular: Alex Lennon de Souza
Suplente: Silmara Suelen Schlindwein Habitzreuter

V - Representantes da Educação Estadual que exerce cargo de direção, chefia e assessoramento:

Titular: Rosinei Ana Cugik dos Reis
Suplente: Lindomar de Mello Desplanches

VI - Representantes do Magistério Estadual:

Titular: Armilda Gervasi
Suplente: Maria Aparecida Voss Petroski

VII - Representantes da Educação Especial (APAE):

Titular: Raquel Hoffmann
Suplente: Leidi Daiani Comper Habitzreuter

VIII - Representantes dos Diretores de Escola da Rede Municipal:

Titular: Cristiano Pollheim
Suplente: Willian Soares da Silva Junior

Art. 2º. Os membros do Conselho Municipal de Educação não serão remunerados, sendo os serviços prestados considerados de interesse público relevante.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guabiruba/SC, 30 de junho de 2021.

VALMIR ZIRKE
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

VANESSA DE BORBA
Chefe de Gabinete

PREGÃO PRESENCIAL N° 032/2021

Publicação N° 3131523

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9CDE213C1FA8935181278D227D8949B5A9C508B5
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE GUABIRUBA
PROCESSO LICITATÓRIO N°. 045/2021
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 032/2021
REGISTRO TCE: 9CDE213C1FA8935181278D227D8949B5A9C508B5

O MUNICÍPIO DE GUABIRUBA torna público que se encontra aberto o Processo Licitatório na Modalidade Pregão Eletrônico nº 032/2021. Objeto: contratação de empresa para aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI) para utilização da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: das 09:00h do dia 02/07/2021, às 08:25h do dia 26/07/2021. Abertura da sessão: dia 26/07/2021 às 08:30 horas, no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

Edital e informações no mesmo endereço eletrônico, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura de Guabiruba, fone fax (47) 3308-3100, e-mail licitacao@guabiruba.sc.gov.br, e site www.guabiruba.sc.gov.br

VALMIR ZIRKE
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO N. 01 AO CONTRATO N. 031C/2020

Publicação N° 3131527

MUNICIPIO DE GUABIRUBA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO 01 - CONTRATO N° 031C/2021

DATA CONTRATO: 30 de junho de 2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUABIRUBA.

CONTRATADO: IPM SISTEMAS LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO (LOCAÇÃO) DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM AMBIENTE WEB, INCLUINDO AINDA SERVIÇOS NECESSÁRIOS A SUA IMPLANTAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

VALOR: R\$ 757.305,48 (setecentos e cinquenta e sete mil, trezentos e cinco reais e quarenta e oito centavos),

VIGÊNCIA: DE 01 de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

VALMIR ZIRKE
PREFEITO MUNICIPAL

Guaraciaba

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 20.2021 FMS

Publicação Nº 3131088

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 89EDBDA73017A9137802E69F7A6D1CB5A6E2E625

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2021

PROCESSO Nº 20/2021 HOMOLOGAÇÃO: 01/07/2021

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para FUTURA E EVENTUAL
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA/INSTITUIÇÃO PARA REALIZAÇÃO
DE CIRURGIAS E CONSULTAS NA ESPECIALIDADE DE
OTORRINOLARINGOLOGIA, E AINDA CONSULTA EM
ANESTESIOLOGIA E APALICAÇÃO DE ANESTESIA PARA
PROCEDIMENTO CIRURGICO DESTINADOS AOS PACIENTES DA
SECRETARIA DE SAÚDE DE GUARACIABA SC, CONFORME
PRESCRIÇÃO MÉDICA.

CONTRATADO: ASSOCIACAO BENEFICENTE HOSPITALAR DE
CEDROVALOR DA DESPESA: R\$ 247.938,60 (duzentos e quarenta e sete
mil novecentos e trinta e oito reais e sessenta centavos)

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO 06/2021

Publicação Nº 3132016

JUSTIFICATIVA

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2021
Processo Administrativo 06/2021

REFERENTE: A finalidade da presente Inexigibilidade de Chamamento Público é a celebração de parceria com o SPORT CLUB HARMONIA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 01.977.242/0001-00, situada na Rua 1º de Maio, s/n, GUARACIABA/SC, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que por meio da formalização de termo de fomento, que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), para a realização do Projeto Sport Club Harmonia Categorias de Base conforme condições estabelecidas no Plano de Trabalho.

RESUMO: Termo de Fomento com o SPORT CLUB HARMONIA .

DA JUSTIFICATIVA:

Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, "resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada." Presente este pensamento verificamos que para proporcionar tal fim, necessário se faz que a Administração Municipal possa através de seus departamentos e secretarias, atender ao cidadão, proporcionando o bem-estar coletivo. Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o "bem comum", estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

De acordo com Ribeiro, (2015), no que tange às parcerias:

"O Estado busca por meio de parcerias consensuais, fazê-lo junto com entidades do Terceiro Setor que tenham sido criadas enfocando certo propósito de interesse público buscado em concreto, e possam, assim, se encarregar de sua execução de uma forma mais participativa e próxima da sociedade civil, melhor refletindo seus anseios. Neste cenário é que se situam os ajustes celebrados entre o Estado e as entidades da sociedade civil integrantes do Terceiro Setor, também conhecido como o espaço público não estatal".

O projeto Sport Club Harmonia Categorias de Base vem atuando desde o ano de 2017, criado devido à demanda da comunidade em geral, organizado inicialmente pelos pais das crianças e adolescentes com o objetivo de dar continuidade a promoção da prática esportiva de futebol de campo no município, para crianças e adolescentes, com idade de 9 a 18 anos. Já atendeu a mais de 100 crianças e adolescentes, disseminando essa importante pratica esportiva que é o futebol de campo.

As principais ações deste Plano de Trabalho consistem em aulas/treinos semanais com o objetivo de aumentar o volume da prática esportiva dos participantes, evolução das capacidades motoras, técnicas, táticas e psicológicas dos participantes. As competições de categorias de base são disputadas com intuito de oportunizar uma experiência em competição, a interação com outros centros esportivos, escolas, clubes associativos e projetos esportivos, bem como oportunizar aos atletas de categorias iniciantes além do treinamento já realizado em seus clubes que possam estar competindo e colocando em prática o aprendizado repassado nos dias de treino, além disso faz com que possam interagir com trocas de experiências formando assim bons atletas e pessoas melhores. Outra prerrogativa é a de proporcionar a oportunidade de continuação da formação futebolística para os jovens com potencial para alcançarem o profissionalismo.

O Plano de Trabalho contemplará o desenvolvimento de aulas e treinos de acordo com a faixa etária e os respectivos objetivos de cada uma. Para as categorias envolvidas em competições, jovens de 14 a 18 anos serão oferecidas de duas a três sessões de treinamento semanais. Já para as categorias iniciais, crianças e 09 a 13 anos serão oferecidas duas aulas semanais. O tempo de cada aula e de cada sessão de treinamento continua a variar de acordo com o nível de exigência e necessidade de cada grupo, ficando entre 60 e 90 minutos. Tanto as aulas quanto os treinamentos se iniciarão com uma conversa onde se retomará o que foi trabalhado na última sessão bem como se explanará o que será trabalhado na sessão corrente. Após isto serão desenvolvidos atividades e exercícios de aquecimento para desenvolver o conteúdo principal do dia.

O espaço para os treinos será o Estádio Municipal doado ao município pelo Sport Clube Harmonia pela Lei Municipal Nº 2613/2013. Esse espaço possui as características necessárias ao desenvolvimento das atividades supracitadas, necessitando de poucas adequações.

Observado o estatuto da entidade, visualiza-se que é uma associação civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade incentivar e desenvolver a prática desportiva e através do Projeto a sociedade como um todo será beneficiada, tendo em vista que as crianças e adolescentes desenvolverão suas habilidades físicas por meio da prática esportiva; habilidades de comunicação, liderança, trabalho em equipe, consciência do "ganhar e perder", disciplina, pontualidade e demais atributos que servem para melhorar sua integração à família e a sociedade.

O presente Plano de Trabalho é de total interesse público, pois o desenvolvimento do esporte no Município de Guaraciaba/SC com as prerrogativas de oferecer uma metodologia de ensino específica e atualizada à modalidade futebol de campo, desenvolverá as habilidades das crianças e adolescentes e fomentará por meio da participação de competições a visibilidade do Município de forma regional, estadual e nacional, num futuro.

Com isso se observa, que resta demonstrado que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização em questão ora avaliados são plenamente compatíveis com o objeto proposto no Plano de Trabalho. O plano de trabalho cumpre todos os requisitos legais exigidos para o mesmo, bem como no mérito da proposta contida neste, está tudo em conformidade com a modalidade de parceria adotada.

A comissão de Monitoramento irá utilizar dos meios disponíveis, com auxílio de profissionais das áreas do Município, para fiscalizarem a execução da parceria, assim como deverá estabelecer os demais procedimentos que serão adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos.

O presente pedido fundamenta-se na Lei Federal n. 13.019/2014, caput do artigo 30, VI o qual prevê:

Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público.

I - no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até cento e oitenta dias;

II - nos casos de guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social;

III - quando se tratar da realização de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança;

IV - (VETADO).

V - (VETADO);

VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

O pedido também se baseia no inciso II do art. 31 e art. 32 da Lei nº 13019/2014 que prevê:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

I - o objeto de a parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de quatro de maio de 2000.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Fomento com o SPORT CLUB HARMONIA, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores, na Lei Municipal 3.340/2021 e no decreto municipal nº 125/2021, art. 3º, o que no caso está presente todos os requisitos para o Termo de Fomento com Inexigibilidade do Chamamento Público. Assim, diante do exposto: Conforme o que foi apresentada a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 29 da Lei 13.019/2014, e suas alterações, e decreto municipal 125/2021, art. 3º, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo o referido Termo de Fomento com Inexigibilidade do Chamamento Público e assinatura do mesmo.

Guaraciaba/SC, 01 de julho de 2021.

SILVIO LUIZ DONDONI
ÓRGÃO TÉCNICO DA PARCERIA

Aprovado pela comissão de seleção de propostas em

FRANCIELE VESENTIN TALITA GUERINI DEISE MARA RECH

COMISSÃO TÉCNICA DO MUNICÍPIO

Deferido pelo Prefeito em exercício em

VANDECIR DORIGON
PREFEITO MUNICIPAL

ANÁLISE DA ASSESSORIA JURÍDICA

O presente Termo de Fomento com Inexigibilidade do Chamamento Público se fundamenta no art. 31 da Lei 13.019/2014, com suas alterações e no Decreto nº 125/2021, art. 3º.

Trata de Parceria com o Sport Club Harmonia, que atende no Município desde sua fundação, sendo entidade sólida e certificada para atuação nesse ramo.

Por tratar de ato administrativo vinculado, evidente que deverá ser justificada a razão da decisão. O chamamento e todos os seus atos deverão sempre ser justificados e fundamentados. A lei apresenta de forma clara que em certos momentos não há necessidade do chamamento público bem como de este ser inexigível ou dispensável, constante na Lei 13.019/14, entre os quais destaca-se no presente caso o art. 31, in verbis:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

I - o objeto de a parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de quatro de maio de 2000.

Analisando o parecer técnico, verifica que o Termo de Fomento com a Inexigibilidade do chamamento público para Sport Club Harmonia, é plenamente legal, pois tal situação está prevista na Legislação vigente, além de possuir razões de ordem e interesse público.

A lei prevê nessas situações onde não há necessidade do chamamento público, um rito de impugnação à justificativa após a publicação do seu extrato, o que deve ser observado pela Administração.

Assim a contratação através do Termo de Fomento sem chamamento público se faz necessário para levar a efeito a parceria com o Sport Club Harmonia. A escolha da referida Organização da Sociedade Civil se justifica por fomentar a promoção da prática esportiva de futebol de campo para crianças e adolescentes no território municipal.

Diante do exposto, entendemos que a presente justificativa do Termo de Fomento com a Inexigibilidade do Chamamento Público, cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei nº 13.019/2014 com suas alterações, recomendando a parceria por meio de Termo De Fomento.

Guaraciaba/SC, em 01 de julho de 2021.

Marina Guerini
OAB/SC nº 28067
AUTORIZAÇÃO

Autorizo a contratação e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Publique-se um extrato da Justificativa, e após cinco dias ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Fomento.

Guaraciaba/SC, 01 de julho de 2021.

VANDECIR DORIGON
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO 07/2021

Publicação Nº 3132013

JUSTIFICATIVA**INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2021**

Processo Administrativo 07/2021

REFERENTE: A finalidade da presente Inexigibilidade de Chamamento Público é a celebração de parceria com a Associação Desportiva Guaraciaba, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 01.671.902/0001-12, situada na Rua 1º de Maio, nº 49, GUARACIABA/SC, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que por meio da formalização de termo de fomento, que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), para a realização do Projeto Viva Vôlei 2021 e 2022 conforme condições estabelecidas no Plano de Trabalho.

RESUMO: Termo de Fomento com a Associação Desportiva Guaraciaba - ADG .

DA JUSTIFICATIVA:

Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, "resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada." Presente este pensamento verificamos que para proporcionar tal fim, necessário se faz que a Administração Municipal possa através de seus departamentos e secretarias, atender ao cidadão, proporcionando o bem-estar coletivo. Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o "bem comum", estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

De acordo com Ribeiro, (2015), no que tange às parcerias:

"O Estado busca por meio de parcerias consensuais, fazê-lo junto com entidades do Terceiro Setor que tenham sido criadas enfocando certo

propósito de interesse público buscado em concreto, e possam, assim, se encarregar de sua execução de uma forma mais participativa e próxima da sociedade civil, melhor refletindo seus anseios. Neste cenário é que se situam os ajustes celebrados entre o Estado e as entidades da sociedade civil integrantes do Terceiro Setor, também conhecido como o espaço público não estatal”.

A Associação Desportiva Guaraciaba visa proporcionar a vivência e prática da modalidade de Voleibol Feminino, a crianças e adolescentes de 10 a 18 anos, no contra turno escolar. O projeto contempla em torno de 100 atletas regularmente matriculadas na rede pública escolar. Através do projeto, é ofertado as alunas/atletas diversas experiências que visam a formação integral das mesmas. Essas vivências/experiências permeiam o âmbito educacional, cultural e social, promovendo valores tais como: respeito, disciplina, respeito as regras, controle emocional, dentre diversos outros. Além de capacidades e habilidades físicas, como: Agilidade, força, velocidade, coordenação motora, resistência cardiorrespiratória, equilíbrio e lateralidade, essenciais para a manutenção e promoção da saúde física e emocional das alunas/atletas.

Com a existência deste projeto, inúmeras meninas/adolescentes tem a oportunidade de vivenciar o Voleibol, estando assim, visível no cenário brasileiro. Possuem a oportunidade de se destacar e demonstrar seus talentos no esporte e consequentemente atingindo objetivos profissionais na modalidade. E não somente no âmbito profissional, a pratica esportiva proporciona aos praticantes um estilo de vida ativo, contribuindo para a promoção da saúde, bem-estar e qualidade de vida.

Além disso, através das competições, o nome do Município de Guaraciaba é levado a todos os cenários (Regional, Estadual, Brasileiro e Internacional), possibilitando uma visibilidade ímpar ao Município.

Deste modo, faz-se necessário a continuação deste projeto vencedor, contando com a parceria entre o Poder Público Municipal e a Associação.

Observado o estatuto da entidade, visualiza-se que é uma associação civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade incentivar e desenvolver a prática desportiva e através do Projeto a sociedade como um todo será beneficiada, tendo em vista que as crianças e adolescentes desenvolverão suas habilidades físicas por meio da pratica esportiva; habilidades de comunicação, liderança, trabalho em equipe, consciência do “ganhar e perder”, disciplina, pontualidade e demais atributos que servem para melhorar sua integração à família e a sociedade.

A parceria com o poder público municipal vem de encontro a esse projeto, com o intuito de corroborar para o bom desempenho da modalidade e o desenvolvimento social, a fim de manter nossas crianças e adolescente fora das ruas, dando a elas uma oportunidade ímpar no aprendizado da pratica do voleibol, haja vista, os resultados alcançados nos últimos anos pelo nosso município em competições regionais, estaduais, nacionais e internacionais.

Observa-se que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização em questão ora avaliados são plenamente compatíveis com o objeto proposto no Plano de Trabalho. O plano de trabalho cumpre todos os requisitos legais exigidos para o mesmo, bem como no mérito da proposta contida neste, está tudo em conformidade com a modalidade de parceria adotada.

A comissão de Monitoramento irá utilizar dos meios disponíveis, com auxílio de profissionais das áreas do Município, para fiscalizarem a execução da parceria, assim como deverá estabelecer os demais procedimentos que serão adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos.

O presente pedido fundamenta-se na Lei Federal n. 13.019/2014, caput do artigo 30, VI o qual prevê:

Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público.

I - no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até cento e oitenta dias;

II - nos casos de guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social;

III - quando se tratar da realização de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança;

IV - (VETADO).

V - (VETADO);

VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

O pedido também se baseia no inciso II do art. 31 e art. 32 da Lei nº 13019/2014 que prevê:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

I - o objeto de a parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de quatro de maio de 2000.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Fomento com a Associação Desportiva Guaraciaba - ADG, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores, na Lei Municipal 3.341/2021 e no decreto municipal nº 126/2021, art. 3º, o que no caso está presente todos os requisitos para o Termo de Fomento com Inexigibilidade do Chamamento Público.

Assim, diante do exposto: Conforme o que foi apresentada a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 29 da Lei 13.019/2014, e suas alterações, e decreto municipal 126/2021, atr. 3º, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo o referido Termo de Fomento com Inexigibilidade do Chamamento Público e assinatura do mesmo.

Guaraciaba/SC, 01 de julho de 2021.

SÍLVIO LUIZ DONDONI

ÓRGÃO TÉCNICO DA PARCERIA

Aprovado pela comissão de seleção de propostas em

FRANCIELE VESENTIN

TALITA GUERINI DEISE MARA RECH

COMISSÃO TÉCNICA DO MUNICÍPIO

Deferido pelo Prefeito em exercício em

VANDECIR DORIGON

PREFEITO MUNICIPAL

ANÁLISE DA ASSESSORIA JURÍDICA

O presente Termo de Fomento com Inexigibilidade do Chamamento Público se fundamenta no art. 31 da Lei 13.019/2014, com suas alterações e no Decreto nº 126/2021, art. 3º.

Trata de Parceria com a Associação Desportiva Guaraciaba - ADG, que atende no Município desde sua fundação, sendo entidade sólida e certificada para atuação nesse ramo.

Por tratar de ato administrativo vinculado, evidente que deverá ser justificada a razão da decisão. O chamamento e todos os seus atos deverão sempre ser justificados e fundamentados. A lei apresenta de forma clara que em certos momentos não há necessidade do chamamento público bem como de este ser inexigível ou dispensável, constante na Lei 13.019/14, entre os quais destaca-se no presente caso o art. 31, in verbis:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

I - o objeto de a parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar no 101, de quatro de maio de 2000.

Analisando o parecer técnico, verifica que o Termo de Fomento com a Inexigibilidade do chamamento público para a Associação Desportiva Guaraciaba - ADG, é plenamente legal, pois tal situação está prevista na Legislação vigente, além de possuir razões de ordem e interesse público.

A lei prevê nessas situações onde não há necessidade do chamamento público, um rito de impugnação à justificativa após a publicação do seu extrato, o que deve ser observado pela Administração.

Assim a contratação através do Termo de Fomento sem chamamento público se faz necessário para levar a efeito a parceria com a Associação Desportiva Guaraciaba - ADG. A escolha da referida Organização da Sociedade Civil se justifica por fomentar a promoção da prática esportiva de voleibol para crianças e adolescentes no território municipal.

Diante do exposto, entendemos que a presente justificativa do Termo de Fomento com a Inexigibilidade do Chamamento Público, cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei nº 13.019/2014 com suas alterações, recomendando a parceria por meio de Termo De Fomento.

Guaraciaba/SC, em 01 de julho de 2021.

Marina Guerini

OAB/SC nº 28067

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a contratação e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Publique-se um extrato da Justificativa, e após cinco dias ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Fomento.

Guaraciaba/SC, 01 de julho de 2021.

VANDECIR DORIGON

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO 08/2021

Publicação Nº 3131971

JUSTIFICATIVA

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2021

Processo Administrativo 08/2021

REFERENTE: A finalidade da presente Inexigibilidade de Chamamento Público é a celebração de parceria com a Associação de Pais e Amigos do Futsal de Guaraciaba, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 26.840.383/0001-08, situada na Rua Nereu Ramos, nº 47, GUARACIABA/SC, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que por meio da formalização de termo de fomento, que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), para a realização do Projeto Educando pelo Futsal conforme condições estabelecidas no Plano de Trabalho.

RESUMO: Termo de Fomento com a Associação de Pais e Amigos do Futsal de Guaraciaba - APAF .

DA JUSTIFICATIVA:

Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, "resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada." Presente este pensamento verificamos que para proporcionar tal fim, necessário se faz que a Administração Municipal possa através de seus departamentos e secretarias, atender ao cidadão, proporcionando o bem-estar coletivo. Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o "bem comum", estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

De acordo com Ribeiro, (2015), no que tange às parcerias:

"O Estado busca por meio de parcerias consensuais, fazê-lo junto com entidades do Terceiro Setor que tenham sido criadas enfocando certo propósito de interesse público buscado em concreto, e possam, assim, se encarregar de sua execução de uma forma mais participativa e próxima da sociedade civil, melhor refletindo seus anseios. Neste cenário é que se situam os ajustes celebrados entre o Estado e as entidades da sociedade civil integrantes do Terceiro Setor, também conhecido como o espaço público não estatal".

A Associação tem por finalidade oferecer ao aluno/atleta a oportunidade de vivenciar experiências importantes na formação como ser humano, um sujeito disciplinado, respeitoso, com responsabilidade, obediência às regras, autoestima, desempenho, comunicação, consciência, sensibilidade, autoconhecimento, autocríticas, autodesenvolvimento, capacidade mental e emocional, esforço, foco, organização, ética e bem-estar, melhorando a qualidade de vida deles. Atualmente a entidade atende várias turmas divididas nos turnos matutino, vespertino e noturno, e conta com mais de 190 alunos.

A entidade recebe alunos que pertencem a todas as classes sociais com idade desde o ano em que completa 06 até os 16 anos, e esses participam de treinos de futsal de 02 a 03 vezes por semana, e conforme a disponibilidade disputam competições durante o ano corrente. A permanência dos alunos no projeto é de acordo com o interesse e desempenho dos mesmos. Os alunos são oriundos preferencialmente das escolas da rede pública.

O presente Plano de Trabalho é de total interesse público, pois continuará proporcionando o desenvolvimento do esporte no município de Guaraciaba, com as prerrogativas de oferecer uma metodologia de ensino específica e atualizada na modalidade de Futsal tanto masculino quanto o feminino que desenvolverá as habilidades das crianças e adolescentes e fomentará por meio da participação em competições regionais, estaduais e nacionais.

Observado o estatuto da entidade, visualiza-se que é uma associação civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade incentivar e desenvolver a prática desportiva e através do Projeto a sociedade como um todo será beneficiada, tendo em vista que as crianças e adolescentes desenvolverão suas habilidades físicas por meio da prática esportiva; habilidades de comunicação, liderança, trabalho em equipe, consciência do "ganhar e perder", disciplina, pontualidade e demais atributos que servem para melhorar sua integração à família e a sociedade.

A parceria com o poder público municipal vem de encontro a esse projeto, com o intuito de corroborar para o bom desempenho da modalidade e o desenvolvimento social, a fim de manter nossas crianças e adolescente fora das ruas, dando a elas uma oportunidade ímpar no aprendizado da prática do voleibol, haja vista, os resultados alcançados nos últimos anos pelo nosso município em competições regionais, estaduais, nacionais e internacionais.

Observa-se que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização em questão ora avaliados são plenamente compatíveis com o objeto proposto no Plano de Trabalho. O plano de trabalho cumpre todos os requisitos legais exigidos para o mesmo, bem como no mérito da proposta contida neste, está tudo em conformidade com a modalidade de parceria adotada.

A comissão de Monitoramento irá utilizar dos meios disponíveis, com auxílio de profissionais das áreas do Município, para fiscalizarem a execução da parceria, assim como deverá estabelecer os demais procedimentos que serão adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos.

O presente pedido fundamenta-se na Lei Federal n. 13.019/2014, caput do artigo 30, VI o qual prevê:

Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público.

I - no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até cento e oitenta dias;

II - nos casos de guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social;

III - quando se tratar da realização de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança;

IV - (VETADO).

V - (VETADO);

VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

O pedido também se baseia no inciso II do art. 31 e art. 32 da Lei nº 13019/2014 que prevê:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

I - o objeto de a parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3o do art. 12 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar no 101, de quatro de maio de 2000.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Fomento com a Associação de Pais e

Amigos do Futsal de Guaraciaba - APAF, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores, na Lei Municipal 3.343/2021 e no decreto municipal nº 127/2021, art. 3º, o que no caso está presente todos os requisitos para o Termo de Fomento com Inexigibilidade do Chamamento Público.

Assim, diante do exposto: Conforme o que foi apresentada a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 29 da Lei 13.019/2014, e suas alterações, e decreto municipal 127/2021, art. 3º, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo o referido Termo de Fomento com Inexigibilidade do Chamamento Público e assinatura do mesmo.

Guaraciaba/SC, 01 de julho de 2021.

SILVIO LUIZ DONDONI
ÓRGÃO TÉCNICO DA PARCERIA

Aprovado pela comissão de seleção de propostas em

FRANCIELE VESENTIN TALITA GUERINI DEISE MARA RECH

COMISSÃO TÉCNICA DO MUNICÍPIO

Deferido pelo Prefeito em exercício em

VANDECIR DORIGON
PREFEITO MUNICIPAL

ANÁLISE DA ASSESSORIA JURÍDICA

O presente Termo de Fomento com Inexigibilidade do Chamamento Público se fundamenta no art. 31 da Lei 13.019/2014, com suas alterações e no Decreto nº 127/2021, art. 3º.

Trata de Parceria com a Associação de Pais e Amigos do Futsal de Guaraciaba - APAF, que atende no Município desde sua fundação, sendo entidade sólida e certificada para atuação nesse ramo.

Por tratar de ato administrativo vinculado, evidente que deverá ser justificada a razão da decisão. O chamamento e todos os seus atos deverão sempre ser justificados e fundamentados. A lei apresenta de forma clara que em certos momentos não há necessidade do chamamento público bem como de este ser inexigível ou dispensável, constante na Lei 13.019/14, entre os quais destaca-se no presente caso o art. 31, in verbis:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

I - o objeto de a parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional, no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar no 101, de quatro de maio de 2000.

Analisando o parecer técnico, verifica que o Termo de Fomento com a Inexigibilidade do chamamento público para a Associação de Pais e Amigos do Futsal de Guaraciaba - APAF, é plenamente legal, pois tal situação está prevista na Legislação vigente, além de possuir razões de ordem e interesse público.

A lei prevê nessas situações onde não há necessidade do chamamento público, um rito de impugnação à justificativa após a publicação do seu extrato, o que deve ser observado pela Administração.

Assim a contratação através do Termo de Fomento sem chamamento público se faz necessário para levar a efeito a parceria com a Associação de Pais e Amigos do Futsal de Guaraciaba - APAF. A escolha da referida Organização da Sociedade Civil se justifica por fomentar a promoção da prática esportiva de futsal para crianças e adolescentes no território municipal.

Diante do exposto, entendemos que a presente justificativa do Termo de Fomento com a Inexigibilidade do Chamamento Público, cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei nº 13.019/2014 com suas alterações, recomendando a parceria por meio de Termo De Fomento.

Guaraciaba/SC, em 01 de julho de 2021.

Marina Guerini
OAB/SC nº 28067
AUTORIZAÇÃO

Autorizo a contratação e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Publique-se um extrato da Justificativa, e após cinco dias ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Fomento.

Guaraciaba/SC, 01 de julho de 2021.

VANDECIR DORIGON
PREFEITO MUNICIPAL

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 58.21 AQUISIÇÃO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Publicação N° 3131161

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CC66FDA64558C126B218D98ACBAC810BF3BDE4E7
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº58/2021.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 80/21, Edital de Pregão Presencial Nº 58/21, Tipo Menor Preço. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO A SEREM UTILIZADOS NA ADAPTAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DO GALPÃO UTILIZADO PELA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, COMO FORMA DE ADEQUAR O ESPAÇO DE USO COMUM, PARA REALIZAÇÃO DA SEPARAÇÃO E ESTOCAGEM DOS MATERIAIS RECICLÁVEIS RECOLHIDOS NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC; recebimento de propostas até às 08:00 horas do dia 14/07/21; a abertura do Edital será às 08:00 horas do dia 14/07/21, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br Guaraciaba em 01 de julho de 2021.

Vandecir Dorigon,
Prefeito Municipal

EDITAL NOTIFICAÇÃO REURB LUDWIG Nº 01/21

Publicação Nº 3130875

**Estado de Santa Catarina
Município de Guaraciaba**

O Município de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.821.216/0001-82 com sede Rua Ademar de Barros, 85, Centro, CEP: 89.920-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o Sr. Vandecir Dorigon, vem através do edital Notificar a todos os moradores, ocupantes internos, lindeiros e confrontantes externos e a quem interessar que será regularizado o Lote Urbano nº 01 e nº 02, da matrícula de propriedade de Loni Ludwig que passará a ser denominado **REURB LUDWIG**, em formato de Reurb-E, através da **Legitimação Fundiária**, conforme Artigo 23 da Lei Federal 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018. Foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), afim de emissão de Matrícula Individualizada aos detentores do lote objeto de regularização.

Descrição Sucinta da área: Refere-se a Regularização Fundiária do Lote Urbano nº 01 e 02, pertencentes a **Matrícula Imobiliária nº 44.350**, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste/SC, de propriedade de **Loni Ludwig**, lote atendida pela Rua Carlos Fernando Ludwig, que passará ao Domínio Público Municipal, conforme planta em anexo, do Lote e Confrontações, com as seguintes configurações:

Área da Matrícula Nº 244.350	9.100,00 m²
Área Medida/ Existente	9.145,90 m²
Área à regularizar da Rua Carlos Fernando Ludwig	697,03 m²
Área do Lote nº 01 a regularizar	1.949,40m2
Área total a regularizar	2.646,43m2

Dos equipamentos Urbanos Comunitários presentes na referida área. A área de intervenção, e atendida possui os seguintes equipamentos comunitários presentes e constituídas na área tais quais:

- Arruamento;
- Energia Elétrica atendidas pela CELESC;
- Água potável Fornecida pela CASAN;
- Coleta seletiva de resíduos sólidos,
- Telefonia fixa pela concessionária OI/Brasil Telecom;
- Sinal de telefonia móvel OI e TIM;
- Atendimento de 100 % das Agentes Comunitárias de Saúde;

Os confinantes internos serão notificados por ato próprio denominado de Notificação e Declaração de Reconhecimento de Divisa e Reconhecimento e Aceitação de Divisa de Lote salvo os ocupantes que por motivos desconhecidos não foram encontrados.

Os confrontantes externos e titulares de Domínio, terão 30 dias para a manifestação conforme artigo 13 § 1º do Decreto 9.310/2018 e Artigo 20 § 1º. da Lei 13.465/2017.

Confrontantes externos:

Matrícula nº 50.247 – proprietária Iria Irma Kist, Lote Urbano nº 02, do Loteamento Vera Cruz (REURB)

Matrícula nº 13.110 – proprietários Arlindo Fockinck e sua esposa Janete Ines Cossul Fockinck,

Matrícula nº 36.849 - proprietária Solange Elizandra Schuster;

Matrícula nº 33.663 - proprietária José A Spardelotti e sua esposa Rosalina Spardelotti;

Matrícula nº 34.115 - proprietária Janei Rodrigues;

Matrícula nº 34.337 - proprietário Rogério Benedito;



Estado de Santa Catarina Município de Guaraciaba

Matrícula nº 45.014 - proprietário Elio Jaco Stumm;

Matrícula nº 50.247 – proprietário Cerâmica Crismar LTDA;

Matrícula nº 2/44.350 – proprietário Jaime Luiz Dequigiovani e esposa Neila Maria Dequigiovani;

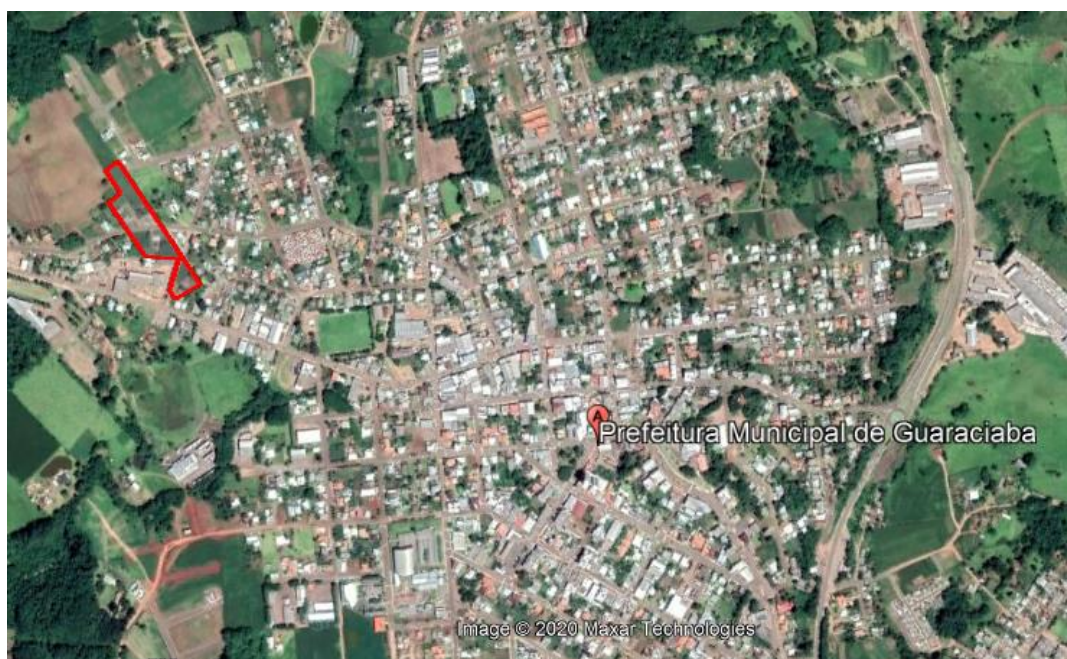
Matrícula nº 50.246 – proprietário Evandro Luiz Diehl;

Matrícula nº 4/44.350 – proprietário Pedro Ludwig e Ortenila Italia Ludwig;

As impugnações cabíveis ou contrárias ou Adversas ao objeto deste ato deverão ser apresentadas no prazo de (30) Trinta dias, a contar da data da última publicação, do presente edital, em jornal da região, ou por meio eletrônico no **DOM** (Diário Oficial Municipal) sendo que as impugnações poderão ser protocoladas no **Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Guaraciaba**, endereçada ao Prefeito Municipal com as devidas justificativas plausíveis que serão analisadas pelos setores responsáveis, bem como pela comissão municipal de Regularização Fundiária, ficando a critério da Comissão Municipal, acatar ou não as devidas impugnações de acordo com as suas razões.

Não havendo manifestação em contrário no período de 30 dias considerar-se-á como aceite os elementos dos anexos e teor desse edital inclusive pelos lindeiros internos e confrontantes externos ao loteamento conforme prevê lei Federal 13.465/2017 artigo 20 § 1º. Decorrido o prazo legal, será efetivado o ato, na forma do art., 31 § 5º e §6º da Lei 13.465/2017.

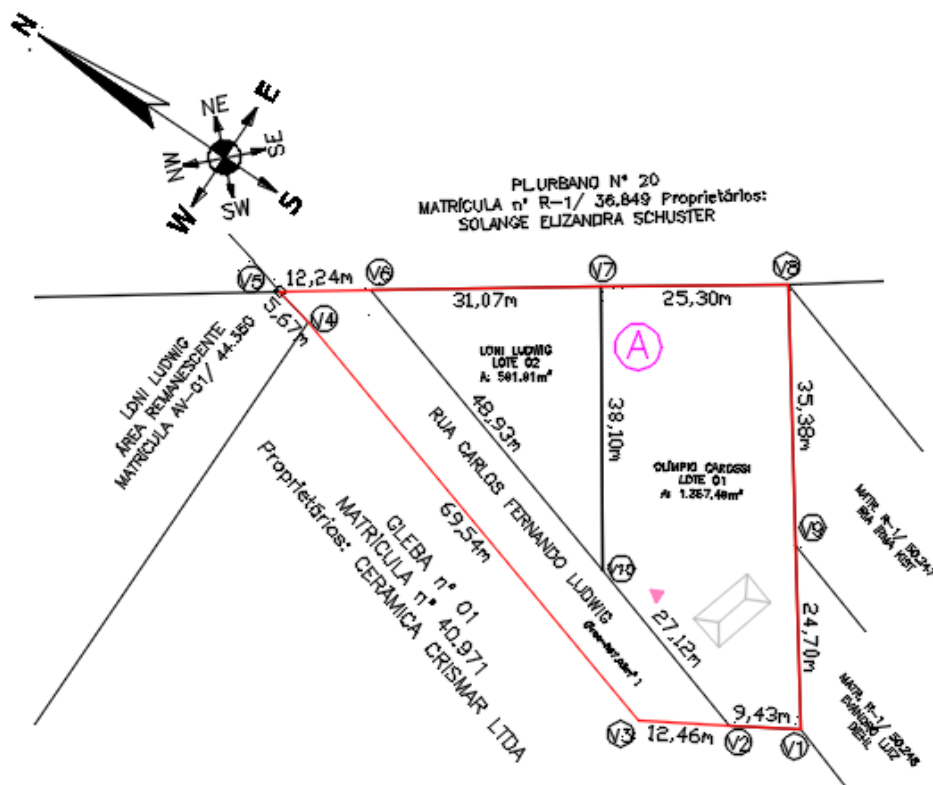
Guaraciaba -SC, 1 de julho de 2021.





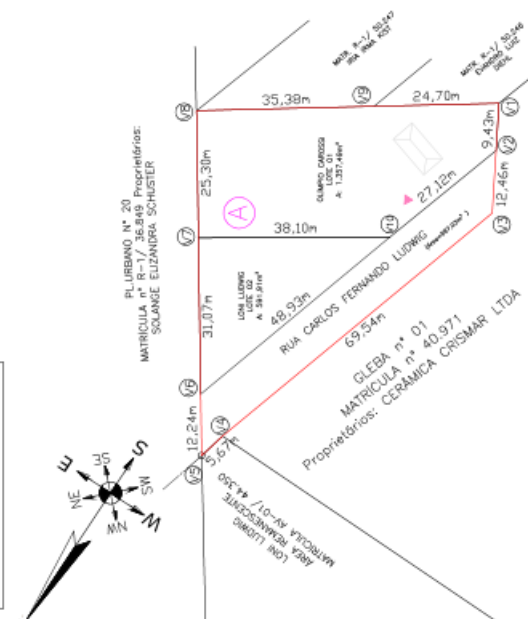
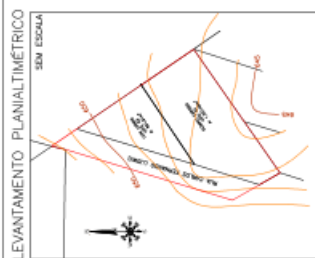
Estado de Santa Catarina Município de Guaraciaba

ANEXO I





Estado de Santa Catarina
Município de Guaraciaba



RELACÃO DE AZIMUTES, COORDENADAS E DISTÂNCIAS									
APEA A SER REGULARIZADA									
Ordem	Coord. N	Coord. E	Coord. N	Coord. E	Coord. N	Coord. E	Coord. N	Coord. E	Distância
1	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
2	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
3	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
4	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
5	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
6	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
7	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
8	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
9	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
Área: 2.648,43 m²									
Rua Carlos Fernando Ludwig									
Ordem	Coord. N	Coord. E	Coord. N	Coord. E	Coord. N	Coord. E	Coord. N	Coord. E	Distância
1	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
2	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
3	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
4	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
5	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
6	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
7	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
8	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
9	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
Área: 679,63 m²									
Lote 01									
Ordem	Coord. N	Coord. E	Coord. N	Coord. E	Coord. N	Coord. E	Coord. N	Coord. E	Distância
1	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
2	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
3	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
4	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
5	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
6	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
7	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
8	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
9	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
Área: 1.357,49 m²									
Lote 02									
Ordem	Coord. N	Coord. E	Coord. N	Coord. E	Coord. N	Coord. E	Coord. N	Coord. E	Distância
1	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
2	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
3	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
4	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
5	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
6	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
7	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
8	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
9	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00
10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	7 235 884,10	15 735 110,10	0,00



REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA
Lei nº 13.465/2017

LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO DA ÁREA E LOTES

REURB LUDWIG

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA

PROPRIETÁRIO: LONI LUDWIG

MUNICÍPIO: GUARACIABA - SC

COMARCA: SÃO MIGUEL DO OESTE - SC

MATRÍCULA Nº 44.350

IMÓVEL: PERÍMETRO URBANO DE GUARACIABA

NÚMERO DE LOTE: 02 LOTES


QUADRO DE ÁREAS	
ÁREA DE LOTES	1 940,40 m²
ÁREA DA RUA CARLOS FERNANDO LUDWIG	607,03 m²
ÁREA A REGULARIZAR	2 648,43 m²


QUADRO DE ÁREAS MATRICULA


ÁREA DE MATRICULA nº	AV-01/44 350	9 100,00 m²
ÁREA A SER REGULARIZADA		2 646,43 m²


[illegible]


CONVENÇÕES


 POLÍGONO INTERIORE AO LOTE A SER RESSALMEADO

 BASE

 EXTINÇÃO

 0,1

 Curva de nível máxima

 Curva de nível auxiliar



Guaramirim

PREFEITURA

DECRETO N°. 1461/2021

Publicação N° 3131141

DECRETO N°. 1461/2021

Aprova o Loteamento Residencial Bela Vista.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Loteamento Residencial Bela Vista, situado no Bairro Ilha da Figueira, neste município, empreendido no imóvel com área loteada de 148.721,27 m², na Rua 47 - Izidio Carlos Peixer, objeto das matrículas nº. 31.639 e 30.795, de propriedade de Protenge Urbanismo Ltda., inscrita no CNPJ sob nº. 01.524.136/0001-63.

§ 1º Fica instituído sobre as matrículas área de AUPE de 9.968,64 m² e Área Verde de 59.255,36 m².

§ 2º O município de Guaramirim passa a incorporar no seu sistema viário as Ruas, sem denominação:

- I – RUA A, com área de 1.431,19 m²;
- II – RUA B, com área de 1.020,85 m²;
- III – RUA C, com área de 1.128,62 m²;
- IV – RUA “491” – com área de 1.155,71 m²;
- V – RUA D, com área de 3.152,76 m²;
- VI – RUA E, com área de 1.364,82 m²;
- VII – RUA F, com área de 601,22 m²;
- VIII – RUA G, com área de 593,09 m²;
- IX – RUA H, com área de 595,45 m²;
- X – RUA I, com área de 1.168,01 m²;
- XI – RUA “492” – com área de 964,08 m².

Art. 2º. Para conclusão do referido loteamento, ficam autorizados os seguintes lotes integrantes do mesmo:

- I – 16 (dezesseis) lotes numerados do 02 ao 17;
- II – 15 (quinze) lotes numerados do 21 ao 35;
- III – 11 (onze) lotes numerados do 40 ao 50;
- IV – 08 (oito) lotes numerados do 51 ao 53 e 141 ao 145;
- V – 46 (quarenta e seis) lotes numerados do 51 ao 53, 64 ao 67, 74 ao 77, 84 ao 85 e 117 ao 140;
- VI – 14 (catorze) lotes numerados do 96 ao 109;
- VII – 06 (seis) lotes numerados do 58 ao 63;
- VIII – 06 (seis) lotes numerados do 68 ao 73;
- IX – 03 (três) lotes numerados do 78 ao 80;
- X – 06 (seis) lotes numerados do 91 ao 93 e 110 ao 112;
- XI – 06 (seis) lotes numerados do 81 ao 83 e 88 ao 90;
- XII – 08 (oito) lotes numerados do 01, 18 ao 20 e 36 ao 39.

Parágrafo único. É condição para a eficácia do presente decreto que a caução seja averbada no registro imobiliário competente, sendo as custas necessárias por conta da proprietária do empreendimento, devendo a mesma encaminhar à Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano cópia da matrícula atualizada com a averbação mencionada.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de junho de 2021.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Romeu Butschardt Junior
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

DECRETO Nº. 1463/2021

Publicação Nº 3130653

DECRETO Nº. 1463/2021

Dispõe sobre a suspensão da aplicação da revisão geral anual concedida no ano de 2021, através da Lei municipal nº 4770/2021, de 26 de fevereiro de 2021.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a Decisão nº 417/2021 proferida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nos autos do Processo @CON 21/00195659, no sentido de que "A revisão geral anual eventualmente concedida durante a vigência da Lei Complementar Federal nº. 173/2020 deverá ser tornada sem efeito a partir da publicação desta decisão, retornando à remuneração ao mesmo valor anteriormente vigente, exceto quando derivada de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior.";

CONSIDERANDO, ainda, que na mesma Decisão nº 417/2021 ficou estabelecido que "Valores resultantes de eventual concessão de revisão geral anual, recebidos de boa-fé por servidores públicos, não precisam ser devolvidos dada a natureza alimentar da verba. Além disso, a não devolução também encontra amparo na jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça (Tema 531 do STJ), corroborada pela Súmula nº. 249 do TCU e pelo Prejulgado nº. 63 deste Tribunal.";

CONSIDERANDO que a Decisão nº 417/2021 foi publicada no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nº 3.165, de 30 de junho de 2021;

CONSIDERANDO que a Lei municipal nº 4770/2021, de 26 de fevereiro de 2021, autorizou a concessão da revisão geral anual no Município de Guaramirim;

CONSIDERANDO que a Decisão nº 417/2021 proferida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina encontra amparo nas Decisões prolatadas pelo Supremo Tribunal Federal nos autos das ADI's nº. 6.450, 6.447 e 6.525;

CONSIDERANDO o dever de autotutela da Administração Pública, em obediência ao princípio constitucional da legalidade (art. 37, caput da CF/88), consoante estabelecido na Súmula nº. 473 do Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO a competência atribuída ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina pelo art. 59 da Constituição Estadual, em sintonia com os arts. 71 e 75 da Constituição Federal, assim como o dever da Administração Pública em dar cumprimento às determinações advindas dos Tribunais de Contas no exercício da competência constitucional;

CONSIDERANDO o dever de a Administração Pública primar pela segurança jurídica na aplicação das normas, consoante previsto no art. 30 do Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942;

CONSIDERANDO que foi encaminhado ao Poder Legislativo municipal o Projeto de Lei nº 77, de 1º de julho de 2021, revogando a Lei municipal nº 4770/2021, de 26 de fevereiro de 2021;

CONSIDERANDO a NOTA TÉCNICA nº 28/2021 expedida pela Federação Catarinense de Municípios (FECAM), no sentido da necessidade de dar-se efetivo cumprimento à Decisão nº 417/2021 proferida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nos autos do Processo @CON 21/00195659;

DECRETA;

Art. 1º. Fica suspensa, a partir de 30 de junho de 2021, a aplicação da revisão geral anual concedida pela Lei municipal nº 4770/2021, de 26 de fevereiro de 2021, em obediência às decisões proferidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (Processo @CON 21/00195659) e pelo Supremo Tribunal Federal (ADI's nº. 6.450, 6.447 e 6.525).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de julho de 2021.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jiuvani Assis Assing

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2021 – PMG

Publicação Nº 3131435

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2021 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2021 – PMG

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial

Base Legal: Lei nº 10.520/02

Objeto: Contratação de manutenção corretiva e preventiva de ar condicionado veicular da frota leve e pesada do município de Guaramirim (SC).

Órgão Gestor: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, CEP 89.270-000, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: CENTRO AUTOMOTIVO CMW LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.594.010/0001-04, com sede na Rua Alfredo Zimmermann, nº 33, bairro Centro, CEP 89.270-000, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: 229288 - CENTRO AUTOMOTIVO CMW LTDA ME					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	1200	HR	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE AR-CONDICIONADO (CAMINHÕES , MÁQUINAS , MICROÔNIBUS , ÔNIBUS E VANS)	23,0000	27.600,00
2	1200	HR	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE AR-CONDICIONADO (VEÍCULOS DE PASSEIO E UTILITÁRIOS)	18,0000	21.600,00
Total				R\$49.200,00	

Vigência: Início: 30/06/2021 Término: 29/06/2022

Guaramirim (SC), 1º de julho de 2021.

LUIS ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal de Guaramirim

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2021 – FCG

Publicação Nº 3130505

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES**EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2021 – FCG**

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA MANUTENÇÃO, CONCERTO E LIMPEZA DOS INSTRUMENTOS MUSICAIS DA BANDA MUNICIPAL DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, através da sua FUNDAÇÃO CULTURAL DE GUARAMIRIM, inscrito no CNPJ sob o nº 79.363.206/0001-36, com sede na Rua Irineu Vilela Veiga, nº 222, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000

Contratada: LUIS CARLOS GROSSI 75772582968, sob o CNPJ nº 31.540.984/0001-27, estabelecida na Rua Frederico Rank, nº 537, Bairro Rio Negro, município de São Bento do Sul, estado de Santa Catarina, CEP: 89.287-430.

Valor: R\$ 1.599,97 (um mil quinhentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos).

Guaramirim (SC), 01 de julho de 2021.

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 327/2021

Publicação Nº 3131143

PORTARIA Nº. 327/2021

Altera a Portaria nº. 449/2017, que nomeia os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Guaramirim - COMDEG.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. A Portaria nº. 449/2017 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º.

I – Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação:

a) Titular: Rafaela da Silva Ferreira;

b) Suplente: Rubia Cristina Valentim Henning;

.....

IV – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano:

- a) Titular: Catiane de Sousa
b) Suplente: Gladecir José Falcão;
.....

VI – Secretaria de Infraestrutura:

- a) Titular: Mário Luiz Tomaselli;
b) Suplente: Alceo Murara;
.....

X – SESI:

- a) Titular: Danielli Soares Souza Gaviolli;
..... ” (NR)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de junho de 2021.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 329/2021

Publicação Nº 3131144

PORTARIA Nº. 329/2021

Altera a Portaria nº. 178/2018, que nomeia membros para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. A Portaria nº. 178/2018 passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º.
.....

III – Secretaria de Esporte e Lazer:

- a) Titular: Ronaldo Miron da Silva Junior;
b) Suplente: Agnaldo Luiz Dias;

IV – Secretaria de Educação:

-
b) Suplente: Cenira Telma Weber Hohl
..... ” (NR)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de junho de 2021.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 330/2021

Publicação Nº 3131145

PORTARIA Nº. 330/2021

Altera a Portaria nº. 023/2019, que nomeia membros para comporem o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Guaramirim – COMDIG.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. A Portaria nº. 023/2019 passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º.

.....

IV – Representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano:

a) Titular: Catiane de Sousa;

b) Suplente: Emilly Veiss;

.....

VI – Representante da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

.....

b) Suplente: Agnaldo Luiz Dias;

..... ” (NR)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 30 de junho de 2021.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jiuvani Assis Assing

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 331/2021

Publicação Nº 3131149

PORTARIA Nº. 331/2021

Altera a Portaria nº. 461/2019, que nomeia membros para comporem o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Guaramirim - CMHISG.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. A Portaria nº. 461/2019 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º.

I - Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação:

.....

c) Titular: Patrícia Varela da Silva;

d) Suplente: Janaina Regina Ferreira.

II - Representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano:

a) Titular: Lucas Vargas Pereira Viginoski;

b) Suplente: Emilly Veiss.

III - Representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura:

a) Titular: Antônio Marcos de Melo;

b) Suplente: Alceo Murara.

.....

V - Representante da Fundação do Meio Ambiente:

a) Titular: Alcibaldo Pereira Germann;

b) Suplente: Jamil El Khaitib.

VIII - Representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA:

a) Titular: Renato Zanandrea;

b) Suplente: Rogerio Souza Zim.

..... ” (NR)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 30 de junho de 2021.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jiuvani Assis Assing

Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - 01.07.2021

Publicação Nº 3132079

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEXTO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 32/2020

PROCESSO LICITATORIO Nº. 32/2020 – TOMADA DE PREÇO Nº. 07/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: E.J.F EMPREENDIMENTOS LTDA

OBJETO: O valor constante na Clausula Terceira do presente Contrato, fica com manutenção do Equilíbrio Econômico-Financeiro, conforme demonstrativo abaixo exposto:

Valor atual	EEF – Valor	Valor com EEF
149.621,60	18.764,82	168.386,42

(Contratação de empresa para execução de reperfilagem asfáltica em trecho da Rua Bruno Taube, município de Guarujá do Sul Lote 01 - Reperfilagem e Sinalização)

Guarujá do Sul, SC, 01 de julho de 2021.

Claudio Junior Weschenfelder,
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 37/2020

PROCESSO LICITATORIO Nº. 38/2020 – TOMADA DE PREÇO Nº. 11/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: E.J.F EMPREENDIMENTOS LTDA

OBJETO: O valor constante na Clausula Terceira do presente Contrato, fica com manutenção do Equilíbrio Econômico-Financeiro, conforme demonstrativo abaixo exposto:

Valor atual	EEF – Valor	Valor com EEF
225.694,24	30.092,53	255.786,77

(Contratação de empresa para execução de recapeamento e reperfilagem em C.B.Q.U. sobre piso de calçamento com pedras irregulares na Rua Otavio Diehl do município de Guarujá do Sul.)

Guarujá do Sul, SC, 01 de julho de 2021.

Claudio Junior Weschenfelder,
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO DE CONCESSÃO - 01/2021

Publicação Nº 3132139

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS Nº. 01/2021

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS Nº 001/2021

USUÁRIA: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO DE LINHA BAIXO ARARA

OBJETO: concessão de uso, pelo Município de Guarujá do Sul, à Usuária, dos seguintes equipamentos agrícolas, os quais deverão ser utilizados em favor dos agricultores:

I – TRATOR AGRÍCOLA DE PNEU MARCA JOHN DEERE, COR VERDE, MODELO 6100J, 100CV, 4X4, ANO DE FABRICAÇÃO 2020, DIESEL, CHASSI 1BM6100JKLA003022, com registro no patrimônio municipal sob nº 7810; Valor: R\$ 219.845,10

II – GRADE ARADORA MEC. 18 DISCOS DE 26 POL. ESPAÇAMENTO ENTRE EIXOS DE 230MM com registro no patrimônio municipal sob nº 2631; Valor: R\$ 7.000,00

III – ENSILADEIRA JF M PLA JF 1C com registro no patrimônio municipal sob nº 7728; Valor: R\$ 20.000,00

IV – CARRETA FORRAGEIRO HIFDRÁULICO METÁLICO COM CAPACIDADE DE 6 TON COM RODADO DUPLO com registro no patrimônio municipal sob nº 3625; Valor: R\$ 9.000,00

V – DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO, COM BOMBA À VACUO, CAPACIDADE DE 6000LTS, COM CARDAN E MANGUEIRA DE SUÇÃO 4 POL E RODADO REFORÇADO com registro no patrimônio municipal sob nº 2629; Valor: R\$ 12.000,00

VI - GRADE DE LIMPEZA PARA TRATOR, COM ENGATE NO TERCEIRO PONTO, MODELO 2,40 MTS, 19 DENTES COM CHASSIS 4" COM REFORÇO, COM PÉS EM FERRO 1 X 4" DE 60 CM DE ALTURA COM PONTAS EM AÇO. MARCA: BALBINOT com registro no patrimônio municipal

sob nº 5745 Valor: R\$ 2.333,84
VIGENCIA: 04 anos
Guarujá do Sul, SC, 02 de julho de 2020.
Claudio Junior Weschenfelder,
Prefeito Municipal

Guatambú

PREFEITURA

DECRETO 297 / 2021

Publicação Nº 3131200

DECRETO N. 297/2021

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, e, de conformidade com o disposto nos incisos XXIV e XXV do artigo 72, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o servidor Eleandro de Abreu Dias, ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guatambu, SC,
01 de julho de 2021.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

DECRETO 298 / 2021

Publicação Nº 3131221

DECRETO Nº. 298/2021 DO MÊS DE JULHO DE 2021

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal do Município de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 72, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº. 113/2018, e, Considerando o resultado do processo Seletivo Público nº.001/2021, de 29 de janeiro de 2021;

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada temporariamente a senhora, Tatiani da Rosa Kosvoski, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade sob n. 6.320.456, inscrita no CPF sob n. 093.553.829-10, residente e domiciliada junto a LN Gramado dos Rosas, Guatambu- SC, para ocupar o cargo de Professor, 20 horas semanais, na Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo, com vencimento de acordo com o Plano Municipal de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu/SC, 01 de julho de 2021.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

PORTARIA 112 / 2021

Publicação Nº 3130671

PORTARIA 112 / 2021

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu - SC, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições de seu cargo, em conformidade com o artigo 72, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- Concede férias a servidora Vera Justina Mari Fratin, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 15 dias referente ao período aquisitivo de 05/02/2020 a 04/02/2021.

Art. 2º- O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 30/06/2021 a 14/07/2021, com retorno em 15/07/2021.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário

Guatambu - SC, 30 de junho de 2021.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 786/2021

Publicação Nº 3132383

PORTARIA Nº 786/2021

JAIR DA ROSA, Prefeito em Exercício do Município de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 784/2021, onde se lê; "à Servidora TATIANA SCHUH"; leia-se: "à servidora TATIANA SCHUH DANIOTTI"; E, onde se lê: "CONCEDER 48 (DOZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, nos termos do art. 103 da Lei Complementar nº 281/2011", leia-se: "CONCEDER 48 (QUARENTA E OITO) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, nos termos do art. 103 da Lei Complementar nº 281/2011".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25 de junho de 2021.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 02 de julho de 2021.

Jair da Rosa

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 787/2021

Publicação Nº 3132386

PORTARIA Nº 787/2021

JAIR DA ROSA, Prefeito em Exercício do Município de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, ao Servidor MARCELO JOSÉ VASCONCELOS (MATRÍCULA 2799), ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, Nível – 7, Referência "E", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de julho de 2019 e 01 de julho de 2020, para serem usufruídas de 28 de junho de 2021 a 27 de julho de 2021, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de junho de 2021.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 02 de julho de 2021.

Jair da Rosa

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 788/2021

Publicação Nº 3132387

PORTARIA Nº 788/2021

JAIR DA ROSA, Prefeito em Exercício do Município de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE FÉRIAS NÃO USUFRUÍDAS, conforme Portaria nº 247/2021, à Servidora CATARINA GONÇALVES VIEIRA (MATRÍCULA 5077), ocupante do cargo em provimento efetivo de PSICÓLOGO, Nível – 12/1, Referência "A", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03 julho de 2019 e 02 de julho de 2020, para serem gozadas a contar de 28 de junho de 2021 a 12 de julho de 2021, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de junho de 2021.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 02 de julho de 2021.

Jair da Rosa

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 789/2021

Publicação Nº 3132390

PORTARIA Nº 789/2021

JAIR DA ROSA, Prefeito em Exercício do Município de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar por Término de Contrato Temporário, a Servidora VANESSA FERNANDA DAVID ROSSAROLA (Matr. 4850), a partir de 28 de junho de 2021, a qual exercia a função de Enfermeiro - Nível – 12 - Referência "A", Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, em conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de junho de 2021.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 02 de julho de 2021.

Jair da Rosa

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 790/2021

Publicação Nº 3132391

PORTARIA Nº 790/2021

JAIR DA ROSA, Prefeito em Exercício do Município de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE, pelo período de 120 (CENTO E VINTE) dias, a contar de 28 de junho de 2021 até 25 de outubro de 2021, conforme preceitua o artigo 107, §6º da Lei Complementar nº 281/2011, à servidora ALESSANDRA PASINATO TEIXEIRA (MATRÍCULA 5300), a qual exerce a função de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência - A, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de junho de 2021.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 02 de julho de 2021.

Jair da Rosa

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 791/2021

Publicação Nº 3132392

PORTARIA Nº 791/2021

JAIR DA ROSA, Prefeito em Exercício do Município de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CEDER, a Servidora SUZANI GREGÓRIO RIBEIRO (Matr. 5500), a qual exerce a função de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível/Referência – 8/A, 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, para exercer suas atividades laborais junto ao Hospital Universitário Santa Terezinha - HUST, no horário de expediente do referido órgão, de conformidade com o disposto no Termo de Cooperação Nº 001/2021, e aditivos, firmado com o Hospital Universitário Santa Terezinha - HUST.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de abril de 2021.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 02 de julho de 2021.

Jair da Rosa

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 792/2021

Publicação Nº 3132393

PORTARIA Nº 792/2021

JAIR DA ROSA, Prefeito em Exercício do Município de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora FRANCINE BULH LORASCHI (MATRÍCULA 2676), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível – 12/1, Referência "D", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a conduzir veículo público do município de Herval d'Oeste, responsabilizando-se a mesma pelo veículo na sua totalidade, inclusive por multas de trânsito e danos que possa dar causa em virtude da condução do veículo, a contar de 01 de julho de 2021.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de julho de 2021.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 02 de julho de 2021.

Jair da Rosa
Prefeito em Exercício

IPREVI/HO

RESOLUÇÃO Nº 011/2021

Publicação Nº 3131042

RESOLUÇÃO Nº 011/2021

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA CEDIDA BRUNNA KARLA COSTENARO PROVENCY, DIRETORA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE HERVAL D'OESTE/SC – IPREVI -HO."

LÊNI APARECIDA SABEI, Presidente do Conselho de Administração do IPREVI-HO, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a Lei Complementar nº 281/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos de Herval d'Oeste e Lei Complementar nº 179/2005 e suas alterações posteriores;

Considerando o período aquisitivo entre 01.12.2018 a 30.11.2019;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares à servidora Brunna Karla Costenaro Provenci, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, Nível 9, Classe "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, cedida ao IPREVI-HO pela Portaria nº 288/2019 de 11 de fevereiro de 2019, para exercer as funções de Diretora de Gestão Administrativa; referente ao período aquisitivo supracitado, com abono pecuniário de 10 (dez) dias;

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste/SC, 01 de julho de 2021.

LÊNI APARECIDA SABEI
Presidente do Conselho
de Administração

Ibiam

PREFEITURA

PORTARIA Nº 197/2021

Publicação Nº 3130757

PORTARIA Nº 197, DE 30 DE JUNHO DE 2021

"CONCEDE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, considerando o § 5º, do art. 87, da Lei Municipal nº 255, de 07 de eiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 450, de 20 de setembro de 2010, bem como o Atestado Médico apresentado em 02 de março de 2021, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder prorrogação da Licença Maternidade a servidora VERONISE ROSSATO DE MORAES, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais – Nível 1– Referência A – Subanexo 2 – Serviços Gerais, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03 de março de 2011.

Art. 2º. A prorrogação da licença maternidade de 60 (sessenta) dias será usufruída no período de 30 de junho de 2021 a 28 de agosto de 2021.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 30 DE JUNHO DE 2021.

JOARES TREVISOL
Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

Ibicaré

PREFEITURA

EXTRATO 1 TA TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2020

Publicação Nº 3131832

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Primeiro Termo Aditivo - Termo de Convênio nº 002/2020.

OBJETO: O presente convênio compreende o atendimento da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) e do conjunto de serviços de urgência 24 (vinte e quatro) horas não hospitalares da Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE), em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências. A UPA 24h do município de Herval d' Oeste compõe uma redeorganizada de atenção às urgências, em conjunto com a Atenção Básica à Saúde e com a Rede Hospitalar

VALOR MENSAL: R\$ 5.950,00 (Cinco mil novecentos e cinquenta reais).

CONVENIANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.

CONVENIADA: MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE.

VIGÊNCIA: Por 12 meses.

Ibicaré, SC, aos 01 de julho de 2021.

Gianfranco Volpato

Prefeito

REVOGAÇÃO 7 - 2021 SENAI

Publicação Nº 3131877

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2021 PMI

DISPENSA Nº 7/2021 PMI

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Ibicaré - SC, através do Prefeito Municipal Sr. GIANFRANCO VOLPATO, torna público para conhecimento, que a licitação na modalidade Dispensa nº. 7/2021, que previa a Prestação de Serviços Educacionais para o desenvolvimento do Programa de Iniciação Profissional a ser realizado no SENAI Luzerna. No uso de suas atribuições legais e considerando razões de interesse público a seguir aduzidas, resolve REVOGAR a presente Dispensa. Inicialmente, registra-se, a revogação da licitação encontra fundamentação legal no artigo 9º da Lei nº 10.520/2002 c/c artigo 49 da Lei 8.666/93, na Súmula do Superior Tribunal Federal nº 473.

Ibicaré, 01 de julho de 2021.

Gianfranco Volpato

Prefeito

REVOGAÇÃO 8 - 2021 SESI

Publicação Nº 3131887

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2021 PMI

DISPENSA Nº 8/2021 PMI

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Ibicaré - SC, através do Prefeito Municipal Sr. GIANFRANCO VOLPATO, torna público para conhecimento, que a licitação na modalidade Dispensa nº. 8/2021, que previa a Prestação de Serviços Educacionais no desenvolvimento das oficinas denominadas Maker Start Teens, com no máximo 15 (quinze) alunos por turma, a ser ministrado pelo SESI em Joaçaba/SC. No uso de suas atribuições legais e considerando razões de interesse público a seguir aduzidas, resolve REVOGAR a presente Dispensa. Inicialmente, registra-se, a revogação da licitação encontra fundamentação legal no artigo 9º da Lei nº 10.520/2002 c/c artigo 49 da Lei 8.666/93, na Súmula do Superior Tribunal Federal nº 473.

Ibicaré, 01 de julho de 2021.

Gianfranco Volpato

Prefeito

TP 1 - 2021 TROCA TELHADO UBS

Publicação Nº 3131616

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4ED73D635A57F21A0F98764E8F104AE2322D50EA

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ
EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2021 FMS
EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 1/2021 FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ (SC), por intermédio do Gestora Municipal Sra. MARLENE ALBERGUINI, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006, Instrução Normativa nº 08/2014, demais legislações aplicáveis e condições constantes neste ato convocatório, fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, no dia 19 de julho de 2021, dando-se a abertura dos envelopes as 09:30 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, na Rua Dom Pedro II, 133, centro, objetivando a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para troca do telhado da Unidade Básica de Saúde. (Conforme projeto, memorial descritivo em anexo).

Os envelopes contendo os Documentos de Habilitação (01), e a Proposta de Preços (02), deverão ser entregues no Protocolo da Prefeitura de Ibicaré, na Rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC, até as 09:00 horas do dia 19 de julho de 2021.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para troca do telhado da Unidade Básica de Saúde. (Conforme projeto, memorial descritivo em anexo).

Código TCE: 4ED73D635A57F21A0F98764E8F104AE2322D50EA

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: licitacao@ibicare.sc.gov.br, site: www.ibicare.sc.gov.br, FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 01 de julho de 2021

Marlene Alberguini

Gestora

Ibirama

PREFEITURA

CONTRATO Nº: 96/2021 CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IBIRAMA

Publicação Nº 3131142

MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contrato Nº: 96/2021

Contratante: MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contratada: BOMMOTOR COMERCIO DE BOMBAS E MOTORES LTDA – número de inscrição 85.155.703/0001-41

Licitação: Dispensa de Licitação 89/2021

Objeto: Contratação de empresa (s) para fornecimento de motobomba para manutenção das ações do Departamento de Obras desta municipalidade.

Vigência: Início: 01/07/2021 Término: 31/12/2021

Assinatura: 01/07/2021

Valor R\$ 5.423,00 (cinco mil quatrocentos e vinte e três reais)

Dotação: 05.001.2018.34490000000000000000.130.01000000 - Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos.

FISCAL: RUBENS FUSINATO

DL - PROCESSO LICITATÓRIO 89/2021

Publicação Nº 3131135

MUNICÍPIO DE IBIRAMA.

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E78C8B70A5979CA10523E3BD94B4734791142C61

DL - Processo Licitatório 89/2021.

Base legal: (II art.24 da Lei 8.666/93).

Objeto: Contratação de empresa (s) para fornecimento de motobomba para manutenção das ações do Departamento de Obras desta municipalidade.

Contratada: BOMMOTOR COMERCIO DE BOMBAS E MOTORES LTDA - número inscrição 85.155.703/0001-41. Ibirama, 01 de julho de 2021.

Adriano Poffo – Prefeito.

Registrado no TCE com a chave: E78C8B70A5979CA10523E3BD94B4734791142C61

LEI COMPLEMENTAR Nº 189, DE 1º DE JULHO DE 2021 - DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DA LEI COMPLEMENTAR N. 186, DE 19 DE JANEIRO DE 2021 QUE CONCEDEU REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DELIMITANDO OS SEUS EFEITOS DE 1º/07/2021 A 31/12/2021

Publicação Nº 3131229

LEI COMPLEMENTAR Nº 189, DE 1º DE JULHO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DA LEI COMPLEMENTAR N. 186, DE 19 DE JANEIRO DE 2021 QUE CONCEDEU REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DELIMITANDO OS SEUS EFEITOS DE 1º/07/2021 A 31/12/2021."

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam suspensos os efeitos da Lei Complementar Municipal n. 186, de 19 de janeiro de 2021 que concedeu revisão geral anual aos Servidores Públicos Municipais e dos subsídios dos Agentes Políticos do Poder Executivo e do Poder Legislativo, o percentual de 4,23 (quatro vírgula vinte e três) por cento, até o dia 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Os efeitos produzidos por esta lei complementar têm eficácia a partir do dia 1º de julho de 2021.

Art. 3º Os valores percebidos de boa-fé pelos servidores, até o dia 30 de junho de 2021, por força do disposto na Lei Complementar n. 186, de 19 de janeiro de 2021, são considerados plenamente válidos.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 1º de julho de 2021.

ADRIANO POFFO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei Complementar na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO
Secretário de Administração e Finanças

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PROCESSO NR.:73 / 2021 LICITAÇÃO NR.:73 / 2021

Publicação Nº 3131756

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IBIRAMA**

RUA DR GETULIO VARGAS - 70 | Ibirama - SC | Cep 89.140-000

Fone: (47) 3357-8500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37

e-mail: adm@ibirama.sc.gov.br

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O(a) Prefeito Municipal de Ibirama, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.:73 / 2021

b) Licitação Nr.:73 / 2021

c) Modalidade: Pregão

d) Data Homologação: 01/07/2021

e) Data da Adjudicação: 01/07/2021

f) Objeto da Licitação: AQUISICAO DE COMPUTADORES, MONITORES, NOBREAK, DESTINADOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E, SAÚDE DO MUNICIPIO DE IBIRAMA.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IBIRAMA**

RUA DR GETULIO VARGAS - 70 | Ibirama - SC | Cep 89.140-000

Fone: (47) 3357-8500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37

e-mail: adm@ibirama.sc.gov.br

647934 - CHRISTIAN PIMENTEL DE CAMARGO 07728126911

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
3	Nobreak 700VA com as seguintes características: Dados de Entrada e Saída, Potência: 700VA; Forma de onda Senoidal por aproximação (retangular PWM); Tensão nominal de ENTRADA: Bivolt automático 115 / 127 / 220V; Frequência de rede de ENTRADA: 60 Hz. Dados de Saída 2.1. Tensão nominal de SAÍDA: 115V; 2.2. Regulação: +/- 6 % (em modo bateria) +/- 10 % (em modo rede); 2.3. Frequência de SAÍDA: 60hz ± 1% (para operação bateria); Mínimo 4 tomadas reguladas em modo bateria e modo rede, padrão NBR 14136. Características Gerais: Microprocessado; Filtro de linha; Estabilizador interno com 3 estágios de regulação; Função que possibilite ligar o nobreak mesmo na ausência de rede elétrica; Autodiagnóstico de bateria; Recarga automática das baterias mesmo com o nobreak desligado; Função que possibilita a recarga das baterias mesmo com níveis muito baixos de carga; Função True RMS; Autoteste: ao ser ligado, o nobreak testa os circuitos internos; Inversor sincronizado com a rede (sistema PLL); Circuito desmagnetizador; Leds indicativo no painel frontal; Alarme audiovisual sinalizando eventos; Botão liga/desliga temporizado ou embutido com função Mute; Rendimento 90% (para operação rede) e 80% (para operação bateria); Bateria Interna: Mínimo 1 bateria 12Vdc / 7Ah. Proteções Elétricas; Curto-circuito no inversor; Surtos de tensão entre fase e neutro; Sub/sobre tensão da rede elétrica; Sobre aquecimento no inversor e no transformador; Potência excedida com alarme e posterior desligamento; Descarga total das baterias.	Unidade	TS SHARA	4	R\$420,00	R\$1.680,00
Total do Fornecedor:						R\$1.680,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IBIRAMA

RUA DR GETULIO VARGAS - 70 | Ibirama - SC | Cep 89.140-000

Fone: (47) 3357-8500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37

e-mail: adm@ibirama.sc.gov.br

647950 - FT PETTIRINI LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	<p>COMPUTADOR:</p> <p>1. MICROCOMPUTADOR BASEADO EM PROCESSADOR OPERANDO A 3.10 GHZ;</p> <p>2. PROCESSADOR INTEL I3 NONA GERAÇÃO (4 NÚCLEOS) OU EQUIVALENTE DA AMD COM MESMO DESEMPENHO;</p> <p>3. BIOS PLUG & PLAY DESENVOLVIDA PELO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO OU COM DIREITOS (COPYRIGHT) SOBRE ESSA BIOS COM IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUALIZADA DO EQUIPAMENTO E ACESSO VIA SENHA;</p> <p>4. DDR4 SDRAM 8 GBYTES 2.400 GHZ;</p> <p>5. UNIDADE DE DISCO RÍGIDO COM CAPACIDADE DE 500 GBYTES, SATA 6,0 GBIT/S, 7200 RPM;</p> <p>6. TECLADO 101 TECLAS, PADRÃO ABNT2, CONECTOR NATIVO MINI-DIN OU USB;</p> <p>7. MOUSE 400 DPI, DOIS BOTÕES, ÓTICO, INTERFACE USB OU PS/2;</p> <p>8. MONITOR DE VÍDEO COM TECNOLOGIA LED, WIDE, 18,5" SVGA, REFRESH DE 5 MS, CONTRASTE ESTÁTICO DE 800:1, BRILHO DE 250 CD/M2, POLICROMÁTICO, VISUALIZAÇÃO DE AJUSTES NA TELA, "PLUG & PLAY", RESOLUÇÃO DE 1366X768 A 60 HZ EM 16 MILHÕES DE CORES, ENTRADA DIGITAL, ÂNGULO DE VISÃO DE 160 GRAUS, BASE COM AJUSTE DE INCLINAÇÃO E ALTURA, COM 3 ANOS DE GARANTIA;</p> <p>9. INTERFACE CONTROLADORA GRÁFICA DE VÍDEO, ENDEREÇANDO NO MÍNIMO 256MB DE MEMÓRIA, RESOLUÇÃO 1366X768 A 60 HZ EM 16 MILHÕES DE CORES, DUAS SAÍDAS DIGITAIS E CABO COMPATÍVEL COM O ITEM 8;</p> <p>10. INTERFACE DE ÁUDIO ESTÉREO, SAÍDA FRONTAL CONECTOR P2 E ENTRADA FRONTAL PARA MICROFONE CONECTOR P2;</p> <p>11. 4 INTERFACES USB 2.0 E 1 INTERFACE USB 3.0, CONECTOR A, SENDO 2 FRONTAIS;</p> <p>12. INTERFACE DE REDE PADRÃO IEEE 802.3, 10/100/1000BASE-TX/T, 32 BITS, INTEGRADA A PLACA MÃE;</p> <p>13. CONTROLADORA DE PERIFÉRICOS INTEGRADA À PLACA MÃE;</p> <p>14. MONITOR DE VÍDEO, GABINETE, TECLADO E MOUSE NO MESMO PADRÃO DE COR DO EQUIPAMENTO;</p> <p>15. FONTE DE ALIMENTAÇÃO UNIVERSAL COM CORREÇÃO DE FATOR DE POTÊNCIA ATIVO, OPERANDO DE 100 A 240 VAC DE ENTRADA, FASE/NEUTRO/TERRA,</p>	Unidade	ADR	8	R\$2.980,00	R\$23.840,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IBIRAMA

RUA DR GETULIO VARGAS - 70 | Ibirama - SC | Cep 89.140-000

Fone: (47) 3357-8500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37

e-mail: adm@ibirama.sc.gov.br

647950 - FT PETTIRINI LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
	60HZ; 16. SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 PRO 64 BITS EM PORTUGUÊS (BRASIL) OEM PARA O FABRICANTE DO EQUIPAMENTO E LICENÇA DE USO E RESPECTIVOS DRIVERS. 17. DISCO RECOVERY (DVD DE RECUPERAÇÃO DO SISTEMA OPERACIONAL E DRIVERS) PARA ESTADO ORIGINAL DE FÁBRICA, OU POSSIBILIDADE DE DOWNLOAD DA IMAGEM DE RECUPERAÇÃO PARA SER UTILIZADA EM UM PEN DRIVE PARA PODER ENTÃO RESTAURAR OS PADRÕES DE FÁBRICA. 18. ENQUADRAR-SE NO PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO (PPB), LEI N.º 10.176, DE 11 DE JANEIRO DE 2001; 19. GARANTIA DE HARDWARE DO TIPO ON-SITE DE 3 ANOS DISPONIBILIZADA PELO FABRICANTE (COMPUTADOR E MONITOR).					
2	Monitor de mínimo 21,5" (vinte e um e meio polegadas), widescreen, com as seguintes características: Tela tipo antirreflexo com suporte à resolução de 1920x1080 ou superior, 16 milhões de cores e espaçamento de pixel (pixel pitch) máximo de 0.277 mm (horizontal) x 0.277 mm (vertical); Painel: IPS; Contraste dinâmico igual ou superior a 50.000.000:1 ou contraste estático de no mínimo 1000:1; Ângulo de visão horizontal de no mínimo 160° (cento e sessenta) graus; Ângulo de visão vertical de no mínimo 160° (cento e sessenta) graus; Área visível tipo widescreen; Formato da tela, ou relação de aspecto (Aspect ratio): 16:9; Necessário possuir, no mínimo, 2 (duas) entradas de vídeo entre DVI, DisplayPort, HDMI e; VGA, sendo uma delas obrigatoriamente do tipo HDMI; Iluminação traseira do tipo LED (Light-emitting diodes) com brilho igual ou superior a 250 cd/m2; Tempo de resposta igual ou inferior a 5 (cinco) milissegundos G2G; Taxa de atualização (refresh) de 60Hz, na resolução máxima, em pelo menos uma das entradas de vídeo disponíveis; Fonte de alimentação automática 100~240 VAC; O Monitor deverá ser fornecido com cabo de conexão de dados e com cabo de energia de no mínimo 1.8 metros cada; Não serão aceitos equipamentos do tipo TV-Monitor; Plug & Play no Windows 7 e 10; Base com ajustes de inclinação frente/trás (tilt) de -5° para +15°, rotação esquerda/direita (swive) de -45° para +45°, ajuste de altura com variação de 110mm e posição Pivot ("Portrait view", 90°	Unidade	LG	4	R\$910,00	R\$3.640,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IBIRAMA

RUA DR GETULIO VARGAS - 70 | Ibirama - SC | Cep 89.140-000

Fone: (47) 3357-8500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37

e-mail: adm@ibirama.sc.gov.br

647950 - FT PETTIRINI LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
4	<p>MICROCOMPUTADOR:</p> <p>1. Microcomputador baseado em processador operando a no mínimo 3.6 GHz;</p> <p>2. Processador Intel i7 (no mínimo oitava geração) de 6 núcleos ou equivalente da AMD com mesmo desempenho no mínimo;</p> <p>3. BIOS Plug & Play desenvolvida pelo fabricante do equipamento ou com direitos (copyright) sobre essa BIOS com identificação individualizada do equipamento e acesso via senha;</p> <p>4. Memória RAM DDR4 16 GBytes 2.400GHz;</p> <p>5. Unidade de disco rígido com 1000GB (1TB), SSHD - Solid State Hybrid Disc;</p> <p>6. Teclado 101 teclas, padrão ABNT2, conector nativo mini-din ou USB;</p> <p>7. Mouse 400 dpi, dois botões, ótico, interface USB ou PS/2;</p> <p>8. Interface Controladora Gráfica de Vídeo, GPU 4 GB com 106 GB/s de largura de banda e compatível com DirectX 11, saídas digitais, e cabo compatível com o descritivo do monitor do item 8;</p> <p>9. Interface de áudio estéreo, saída frontal conector P2 e entrada frontal para microfone conector P2;</p> <p>10. 4 interfaces USB 3.0 , sendo 2 frontais;</p> <p>11. Interface de rede padrão IEEE 802.3, 10/100/1000BaseT/Tx/T, 32 bits, integrada a placa mãe;</p> <p>12. Controladora de periféricos integrada à placa mãe;</p> <p>13. Gabinete, teclado e mouse no mesmo padrão de cor do equipamento;</p> <p>14. Fonte de alimentação 500W reais, universal com correção de fator de potência ativo, operando de 100 a 240 VAC de entrada, fase/neutro/terra, 60Hz;</p> <p>15. Sistema Operacional Windows 10 PRO 64 bits em português (Brasil) OEM para o fabricante do equipamento e licença de uso e respectivos drivers.</p> <p>16. Disco recovery (DVD de recuperação do Sistema Operacional e Drivers) para estado original de fábrica, ou possibilidade de download da imagem para uso em pen drive para realizar a recuperação do estado original de fábrica.</p> <p>17. Garantia de hardware do tipo on-site de 2 anos disponibilizada pelo fabricante (computador)</p>	Unidade	ADR	2	R\$5.500,00	R\$11.000,00
Total do Fornecedor:						R\$38.480,00

Total da Homologação:						40.160,00
-----------------------	--	--	--	--	--	-----------

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICIPIO DE IBIRAMA**

RUA DR GETULIO VARGAS - 70 | Ibirama - SC | Cep 89.140-000

Fone: (47) 3357-8500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37

e-mail: adm@ibirama.sc.gov.br

Ibirama, 1 de julho de 2021.

Adriano Poffo
PREFEITO MUNICIPAL
CPF: 056.499.899-07

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PROCESSO NR.:89 / 2021 LICITAÇÃO NR.:89 / 2021

Publicação Nº 3131139

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICIPIO DE IBIRAMA**

RUA DR GETULIO VARGAS - 70 | Ibirama - SC | Cep 89.140-000

Fone: (47) 3357-8500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37

e-mail: adm@ibirama.sc.gov.br

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O(a) Prefeito Municipal de Ibirama, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) **Processo Nr.:**89 / 2021

b) **Licitação Nr.:**89 / 2021

c) **Modalidade:** Dispensa de Licitação

d) **Data Homologação:** 01/07/2021

e) **Data da Adjudicação:** 01/07/2021

f) **Objeto da Licitação:** Contratação de empresa (s) para fornecimento de motobomba para manutenção das ações do Departamento de Obras desta municipalidade.

g) **Fornecedores e Itens Vencedores:**

53678 - BOMMOTOR COMÉRCIO DE BOMBAS E MOTORES LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	Motobomba centrífuga horizontal monobloco, trifásico, 7,5 CV, II Polos, 3.500 RPM, 220/380/440/760 Volts, 60Hz, IP-55.	CONJUNT		1	R\$5.423,00	R\$5.423,00
Total do Fornecedor:						R\$5.423,00

Total da Homologação:	5.423,00
-----------------------	----------

Ibirama, 1 de julho de 2021.

Adriano Poffo
PREFEITO MUNICIPAL
CPF: 056.499.899-07

Içara

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/FMS/2021

Publicação Nº 3131192

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0E6975D3B878DDA7A2019E204DF836F6EE22AFCF

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IÇARA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/FMS/2021

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Data e horário da sessão de abertura: 15/07/2021 às 09:00 horas.

Local: Setor de Licitações, Praça Pres. João Goulart, 120 - Paço Municipal Ângelo Lodetti - Içara - SC.

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de matéria prima para confecção de fraldas, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Informações: Fone/Fax: (48) 3431-3539 e 3431-3500. Retirada do edital: através do endereço eletrônico: <http://icara.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes> ou pelo site <https://www.icara.sc.gov.br/> no link Licitações/Editais.

Içara - SC, 01 de julho de 2021.

Tamara Scarpari Magagnin
Pregoeira

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/PMI/2021

Publicação Nº 3130862

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B953FEF2EE009E50881F13FBFD0FAC09F8832029

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IÇARA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 064/PMI/2021

Tipo: MENOR PREÇO

Data e horário da sessão de abertura: 14/07/2021 às 09:00 horas.

Local: Setor de Licitações, Praça Pres. João Goulart, 120 - Paço Municipal Ângelo Lodetti - Içara - SC.

Objeto: Registro de Preço para contratação de empresa do ramo pertinente para fabricação e instalação de móveis em MDF, para mobiliar as dependências da EMEF São Rafael.

Informações: Fone/Fax: (48) 3431-3539 e 3431-3500. Retirada do edital: através do endereço eletrônico: <http://icara.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes> ou pelo site <https://www.icara.sc.gov.br/> no link Licitações/Editais.

Içara - SC, 01 de julho de 2021.

Tamara Scarpari Magagnin
Pregoeira

RECURSOS FEDERAIS RECEBIDOS EM JUNHO/2021 DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

Publicação Nº 3131395

Recursos Federais recebidos em Junho/2021 do Fundo Nacional de Saúde:

DATA DA ORDEM BANCARIA	BLOCO INVESTIMENTO	AÇÃO/SERVIÇO/ESTRATEGIA	VALOR
01/06/2021	VIGILANCIA EM SAÚDE	INCENTIVO FINANCEIRO ÀS AÇÕES DE VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DST/AIDS E HEPATITES VIRAIS	6.583,33
01/06/2021	VIGILANCIA EM SAÚDE	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	7.750,00
02/06/2021	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	27.740,33
02/06/2021	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC	141.291,40
02/06/2021	MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	SAMU	21.919,00

02/06/2021	VIGILANCIA EM SAÚDE	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍ- PIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2.862,35
07/06/2021	ATENÇÃO BASICA	AGENTES COMUNITARIOS DE SAÚDE	103.850,00
07/06/2021	ATENCAO BASICA	PROGRAMA DE INFORMATIZAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	28.900,00
07/06/2021	ATENCAO BASICA	INCENTIVO PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS	7.500,00
07/06/2021	ATENCAO BASICA	INCENTIVO PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS	18.135,62
07/06/2021	ATENCAO BASICA	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - DESEMPENHO	61.275,00
07/06/2021	ATENCAO BASICA	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - CAPITAÇÃO PONDERADA	288.531,59
07/05/2021	ATENCAO BASICA	APOIO À MANUTENÇÃO DOS POLOS DE ACADEMIA DA SAÚDE	3.000,00
07/06/2021	VIGILANCIA EM SAÚDE	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍ- PIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE - DESPESAS DIVERSAS	9.731,99
11/06/2021	ATENÇÃO BÁSICA	INCENTIVO PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS	16.268,00
TOTAL			745.338,61

--

Secretaria Municipal de Saúde de Içara

Ilhota

PREFEITURA

CONTRATO 2021-020 - ADITIVO 001 - TP 002-2021 - REFORMAS DAS UNIDADES DE SAÚDE CENTRAL E MINAS - VB CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

Publicação Nº 3130827

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 87813D1589D2047D566376B335EE83A4E178BE23
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 020/2021 – FMS, firmado em 29 de abril de 2021, com vigência a partir de 05 de maio de 2021 da data da ordem de serviço.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, do Estado de Santa Catarina, situada na Rua Leoberto Leal nº 160 – CEP 88.320-000, DORAVANTE DENOMINADA CONTRATANTE e de outro lado a VB CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.628.996/0001-96 com sede Rua Canoinhas, nº 260, Bairro 7 de Setembro – CEP: 89.110-000 na cidade de Gaspar, estado de Santa Catarina, DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA, RESOLVEM com fundamento no artigo 65, II, "d", da Lei Nº 8.666/93 PROMOVER ADITIVO CONTRATUAL:

Processo de Licitação: 129/2021
Tomada de Preço 002/2021 FMS
Contrato: 020/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMAS DAS UNIDADES DE SAÚDE CENTRAL E MINAS, conforme memorial descritivo e especificações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Em decorrência da Justificativa Técnica apresentada pelo Setor Municipal de Planejamento a senhora engenheira fiscal Daisy Christiane Pereira, acrescenta-se o valor de R\$ 20.410,70 (vinte mil e quatrocentos e dez reais e setenta centavos), equivalente à 10,246784% (porcentagem). No qual o valor do contrato que era R\$ 199.191,26 (cento e noventa e nove mil e cento e noventa e um reais e vinte e seis centavos) passa a ser R\$ 219.601,96 (duzentos e dezenove mil e seiscentos e um reais e noventa e seis centavos), com as documentações comprobatórias em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – Para as despesas previstas neste termo aditivo, serão utilizados recursos do seguinte crédito orçamentário:

Cód.	Órgão	Unidade	Funcional	Proj. /Ativ.	Categoria	Recurso	Descrição do Proj. /Ativ.
21315	12	12001	10.0014.0301	1.025	339039160000	303868	Manutenção e Conservação de bens imóveis

CLÁUSULA QUARTA – As demais condições do processo administrativo permanecem inalteradas com seus efeitos até o final de sua execução.

CLÁUSULA QUINTA - E, por estarem em pleno acordo com as cláusulas e condições deste termo, firmam o mesmo diante das testemunhas abaixo listadas.

CLÁUSULA SEXTA - As partes elegem um FORÚM da Comarca de Gaspar para dirimirem quaisquer dúvidas que possam surgir durante a execução deste termo.

Ilhota, 01 de julho de 2021.

ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante
Testemunhas:

VB CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
CNPJ: 08.628.996/0001-96
Contratada

Assinatura:
Nome: Daisy Christiane Pereira
Engenheira Civil
CPF: 026.546.389-01

Assinatura:
Nome: Lavino Miguel Nunes
Secretário de Saúde – Fiscal do Contrato
CPF: 437.957.229-34

CONTRATO 2021-022 - ADITIVO 001 - INEX 005-2021 - CREDENCIAMENTO DE EXAMES - M.B. EXAMES EIRELI

Publicação Nº 3131359

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 086E80B9C9F8B2D4BBE5CFC6EC49831A2C85FF0B
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 022/2021 – FMS.

ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 022/2021 QUE FAZEM ENTRE SI DE UM LADO MUNICIPIO DE ILHOTA/SC E DE OUTRO LADO M.B. EXAMES EIRELI.

O MUNICÍPIO DE ILHOTA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.301/0001-53, com sede na Rua Dr. Leoberto Leal, 160, Centro, Ilhota, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Erico de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado M.B. EXAMES EIRELI, com sede na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na Rua Av Coronel Marcos

Konder, 1313, Bairro Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 28.248.971/0001-74, neste ato representado pelo senhor Marone Brazil, portador do CPF nº 801.825.690 -04, doravante denominado CONTRATADO, resolvem de comum acordo, firmar o presente ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 022/2021 (Processo licitatório nº 157/2021 na Modalidade de Inexigibilidade Nº 005/2021 – FMS), mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – As partes em verificação após prestação de serviço mensal notou-se o lançamento equivocado na listagem dos exames e suas quantidades, por parte da administração pública municipal, eis que na inserção de códigos ao sistema inseriu-se um incorretamente, e, automaticamente, as quantidades dos exames seguintes acabaram sendo alteradas, inserindo um exame e retirando outro. Assim, por intermédio do presente aditivo, promove-se a retificação da listagem dos exames e suas quantidades:

Item	Especificações	Qtde.	Unid.	Valor Unit	Valor Total
1	ULTRASSONOGRRAFIA DOPPLER COLORIDO DE VASOS UNILATERAL	35,00	Un	160,00	5.600,00
2	ULTRASSONOGRRAFIA DOPPLER COLORIDO DE VASOS BILATERAL	45,00	Un	320,00	14.400,00
3	ULTRASSONOGRRAFIA DE ABDÔMEN SUPERIOR	40,00	Un	55,00	2.200,00
4	ULTRASSONOGRRAFIA DE ABDÔMEN TOTAL	67,00	Un	55,00	3.685,00
5	ULTRASSONOGRRAFIA DE APARELHO URINÁRIO	50,00	Un	55,00	2.750,00
6	ULTRASSONOGRRAFIA DE ARTICULAÇÃO	83,00	Un	55,00	4.565,00
7	ULTRASSONOGRRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	10,00	Un	55,00	550,00
8	ULTRASSONOGRRAFIA MAMÁRIA BILATERAL	40,00	Un	55,00	2.200,00
9	ULTRASSONOGRRAFIA DE PRÓSTATA POR VIA ABDOMINAL	16,00	Un	55,00	880,00
10	ULTRASSONOGRRAFIA DE PRÓSTATA (VIA TRANSRETAL	4,00	Un	55,00	220,00
11	ULTRASSONOGRRAFIA DE TIREÓIDE	23,00	Un	55,00	1.265,00
12	ULTRASSONOGRRAFIA DE TÓRAX (EXTRACARDÍACA)	2,00	Un	55,00	110,00
13	ULTRASSONOGRRAFIA OBSTÉTRICA (MORFOLÓGICO)	13,00	Un	100,00	1.300,00
14	ULTRASSONOGRRAFIA OBSTÉTRICA	60,00	Un	55,00	3.300,00
15	ULTRASSONOGRRAFIA PÉLVICA (GINECOLÓGICA)	17,00	Un	55,00	935,00
16	ULTRASSONOGRRAFIA OBSTÉTRICA COM DOPPLER COLORIDO	5,00	Un	110,00	550,00
17	ULTRASSONOGRRAFIA TRANSVAGINAL	116,00	Un	55,00	6.380,00
Valor Total 50.890,00					

CLÁUSULA SEGUNDA – As demais condições do processo administrativo permanecem com seus efeitos até o final de sua execução.

CLÁUSULA TERCEIRA - E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições deste termo, firmam o mesmo diante das testemunhas abaixo listadas.

CLÁUSULA QUARTA - As partes elegem o FORUM da Comarca de Gaspar para dirimirem quais dúvidas que possam surgir na execução deste termo.

Ilhota (SC), 01 de julho de 2021.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito

CONTRATANTE

M.B. EXAMES EIRELI.

CNPJ sob o nº 28.248.971/0001-74

CONTRATADA

Testemunhas:

Lucas Assini Elias

CPF: 105.334.489-99

Diretor de Departamento-Saúde

Lavino Miguel Nunes

CPF: 437.957.229-34

Secretário de Saúde

DECRETO 744

Publicação Nº 3131328

DECRETO Nº 744, DE 1º DE JULHO DE 2021.

"ALTERA membros da coMISSÃO municipal DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – cmde".

ERICO DE OLIVEIRA, Prefeito de Ilhota/SC, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso IV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e no artigo 20 da Lei Ordinária Municipal 1.466/2008;

DECRETA:

Art. 1º O artigo 2º do Decreto 330/2018, na parte que trata dos Representantes do Setor Governamental, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º [...]

1 – Representantes do Setor Governamental
Titular – Carlos Eduardo Schmitt
Suplente – Frederico Almeida

Titular – Daisy Christiane Pereira
Suplente – Alyne Debrassi Silva

Titular – Camila de Jorge
Suplente – Leticia Regina Ferreira

[...].

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 1º de julho de 2021.

ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito

PORTARIA 103/2021

Publicação Nº 3131153

PORTARIA Nº 103/2021

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

“INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR”

Art. 1º Para constituir a Comissão, ficam nomeados os integrantes abaixo relacionados:

Presidente: Roberto Carlos Merlini - matrícula 1544-0

Membro: Nézio José de Freitas – matrícula 5778-9

Membro: Anderson Kniess – matrícula 3901-2

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 01 de julho de 2021.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 30 de junho de 2021.

ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 104/2021

Publicação Nº 3131159

PORTARIA Nº 104/2021

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º DESIGNAR, sem prejuízo de suas atribuições, para a composição da Comissão de Avaliação e Desempenho, os servidores abaixo relacionados:

Presidente: Délcio Dario Custodio – matrícula 5491-7

Membro: Mirian de Oliveira – matrícula 3313-8

Membro: Adriana Cordeiro Dalcastagne - matrícula 1406-0

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 01 de junho de 2021.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 30 de junho de 2021.

ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Imarui

PREFEITURA

DECRETO Nº. 046, DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3131028

DECRETO Nº. 046, DE 30 DE JUNHO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO NAS MODALIDADES DE PREGÃO ELETRÔNICO E PREGÃO PRESENCIAL DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PATRICK CORRÊA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 61, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para atuarem nas Licitações – modalidade Pregão Eletrônico e modalidade Pregão Presencial, os seguintes membros:

I – Lucas de Bittencourt, Pregoeiro Oficial;

II – Ana Patrícia da Silva, Equipe de Apoio;

III – Marco Antonio Inez, Equipe de Apoio.

Parágrafo único – Na ausência de um dos indicados nos incisos anteriores, assumirá o cargo ou função Darlan dos Passos, Viviane Vilmar Nunes Laurentino e/ou Adelson Silvana.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 031, de 03 de maio de 2021.

Imaruí, SC, 30 de junho de 2021.

PATRICK CORRÊA
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº. 047, DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3131029

DECRETO Nº. 047, DE 30 DE JUNHO DE 2021.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PATRICK CORRÊA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 61, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a Comissão Permanente de Licitação, os seguintes membros:

I – Lucas de Bittencourt – Presidente;

II – Ana Patrícia da Silva – Membro;

III – Marco Antonio Inez – Membro.

Parágrafo único – Na ausência de um dos indicados nos incisos anteriores, assumirá o cargo ou função Darlan dos Passos, Viviane Vilmar Nunes Laurentino e/ou Adelson Silvana.

Art. 2º A Comissão de Licitação poderá processar e julgar licitações de outros Órgãos quando estes não dispuserem de Comissão de Licitação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 032, 03 de maio de 2021.

Imaruí, SC, 30 de junho de 2021.

PATRICK CORRÊA
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMI Nº 006/2021

Publicação Nº 3130462

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMI Nº 006/2021

Data do Registro de preços: 30/06/2021.

Objeto: Registro de preço para eventual Contratação de empresa para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial corretiva, preventiva e periódica com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da contratação civil-SINAPI- em edificação do município de Imaruí administradas pela Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social, distribuídos em toda a extensão do município de Imaruí.

Validade: 12 meses

NOME DA EMPRESA: COMERCIAL THAJOK LTDA- CNPJ Nº 40.357.607/0001-48

Item	Descrição	% desconto sobre a Tabela SINAPI
01	Contratação de empresa para, sob demanda, prestar serviços de manutenção predial corretiva, preventiva e periódica com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da contratação civil-SINAPI- em edificação do município de Imaruí administradas pela Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social, distribuídos em toda a extensão do município de Imaruí	32,05%

VALOR TOTAL DO DESCONTO DO FORNECEDOR: 32,05%(trinta e dois vírgulas zero cinco por cento).

TOTAL GERAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R\$ 870.000,00 (oitocentos e setenta mil reais).

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos objetos, obedecidas à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVO 2019/41 - A/04 - PROCESSO 57/2019

Publicação Nº 3131611

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F4DE6CD955443A00767E985C884A351386ED890D

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

Aditivo : 04
Contrato : 41/2019
Processo : 57/2019
Modalidade : Tomada de Preço 03/2019
Contratante : Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Contratada : SAVE ENGENHARIA E SOLUÇÕES EM OBRAS TERRAPLANAGEM LTDA ME
Vigência : É objeto deste Termo Aditivo é a prorrogação de prazo ao contrato, até o dia 30/09/2021 e para conclusão da obra fica estabelecido um novo cronograma físico até o dia 30/07/2021.
Objeto : "CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA DE OBRAS CIVIS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL JOSÉ VANDERLEI MAY (EDIFICAÇÃO "PROJETO PETI" DO CAIC) BAIRRO VILA NOVA ALVORADA – IMBITUBA/SC".

Imbituba, 29 de junho de 2021.

RAFAELA PEREIRA DE MELLO
Secretária Municipal de Educação Cultura e Esportes

EXTRATO DE ATA 230/2021 - PREGÃO 47/2020

Publicação Nº 3131810

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

Ata de registro de preço...: 230/2021
Pregão Presencial : 47/2021
Contratante : Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento
Contratada : SAVE ENGENHARIA E SOLUÇÕES EM CONSTRUÇÕES EIRELI
Vigência : 12 meses
Valor : R\$ 769.190,00
Objeto : "AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA O PROGRAMA MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO EM PARCERIA COM A COMUNIDADE INTITULADO "RUA BONITA É A GENTE QUE FAZ"

Imbituba, 29 de junho de 2021.

Edilson Misael Antunes da Silva

EXTRATO DE CONTRATO 2021/14 - A00 - PROCESSO 17/2021

Publicação Nº 3132097

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6265EF3C0A5232515D348F738A8DF67FCABBDDF7

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

Contrato : 14/2021
Processo : 17/2021
Modalidade : Dispensa 06/2021 DL
Contratante : Fundo Municipal de Saúde
Contratada : DAVID DA SILVEIRA SABINO
Vigência : 12 meses
Valor : R\$ 37.713,60
Objeto : LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL MEDINDO NO TOTAL 110,00M, ² SITUADA Á RUA: HIGINO JOSÉ MARTINS,

S/N, BAIRRO CAMPESTRE- IMBITUBA, PARA A INSTALAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE CAMPESTRE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA.

Imbituba, 26 de maio de 2021.
Graciela Wiemes Ribeiro

EXTRATO DE CONTRATO 2021/17 - A00 - PROCESSO 18/2021

Publicação Nº 3132081

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6F194091AEE720255798CE4BF79B9FF7502AE1A1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

Contrato : 17/2021
Processo : 18/2021
Modalidade : Dispensa 07/2021 DL
Contratante : Fundo Municipal de Saúde
Contratada : JULIANA PEREIRA SOARES
Vigência : 12 meses
Valor : R\$ 18.240,24
Objeto : LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL, PARA INSTALAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA GUAIUBA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA.

Imbituba, 09 de junho de 2021.
Graciela Wiemes Ribeiro

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO 17-2021

Publicação Nº 3132106

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 62756699795313944ECA2321258C903AE423FF28

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo 17/2021
Licitação 06/2021 DL
Modalidade Dispensa de Licitação p/ compras e serviços
Data homologação 26/05/2021
Fornecedores DAVID DA SILVEIRA SABINO
Objeto LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL MEDINDO NO TOTAL 110,00M, ² SITUADA Á RUA: HIGINO JOSÉ MARTINS, S/N, BAIRRO CAMPESTRE- IMBITUBA, PARA A INSTALAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE CAMPESTRE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA.

Imbituba, 26 de maio de 2021.
GRACIELA WIEMES RIBEIRO
Secretaria da Saude

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO 18-2021

Publicação Nº 3132092

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E5FCBF47973AE3324407B2AD6511E3AAB127F8ED

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo 18/2021
Licitação 07/2021 DL
Modalidade Dispensa de Licitação p/ compras e serviços
Data homologação 09/06/2021
Fornecedores JULIANA PEREIRA SOARES
Objeto LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL, PARA INSTALAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA GUAIUBA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA.

Imbituba, 09 de junho de 2021.
GRACIELA WIEMES RIBEIRO
Secretaria da Saúde

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 07/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2021 - SEASH

Publicação Nº 3132269

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6A1ED8E48218707994B4267DA782404D16CF7789

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEASH

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2021

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 06/2021

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI (LC – 147/2014)

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEASH – Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 15 de JULHO de 2021, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por ITEM, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para a possível "AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV". O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrim, 601, centro, das 13:00 às 19:00 horas, de segunda à sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link portal da transparência.

Imbituba, 02 de julho de 2021.

Stela Lane Napoleão

Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação.

PORTARIA PMI/SEAD Nº 753/2021

Publicação Nº 3131148

PORTARIA PMI/SEAD Nº 753, de 01 de julho de 2021.

Dispõe sobre a Revogação da PORTARIA PMI/SEAD Nº 664, de 15 de junho de 2021, referente ao Retorno por Convocação de Licença Sem Vencimentos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei nº 2.140, de 30 de abril de 2001, considerando ainda o disposto no Memorando nº 6.566/2021;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a PORTARIA PMI/SEAD Nº 664, de 15 de junho de 2021, referente ao retorno por convocação, do servidor, Sr. FERNANDO SOUZA COELHO, Fiscal de Obras e Posturas, matrícula n.º 5859, inscrito no CPF sob o n.º 841.249.629-91, afastado por LICENÇA SEM VENCIMENTOS através da PORTARIA PMI/GGP Nº 167/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 01 de julho de 2021.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Paulo Márcio de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEDUCE Nº. 003

Publicação Nº 3132094

PORTARIA PMI/SEDUCE N. 003, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Dispõe sobre a instauração de processo administrativo disciplinar/sindicância, designação dos membros da comissão e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais,

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR, processo administrativo disciplinar/sindicância destinada a apurar conduta de servidores relacionada a supostas irregularidades referente a acúmulo de vínculos empregatícios.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os servidores descritos na PORTARIA PMI/UCSCI N. 002, DE 03 DE MARÇO DE 2021, para compor a Comissão de Permanente de Processo Administrativo Disciplinar/Sindicância.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 01 de julho de 2021.

Rafaela Pereira de Mello

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEFIC N. 001/2021

Publicação Nº 3132267

PORTARIA PMI/SEFIC N. 001, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Dispõe sobre a instauração de processo administrativo disciplinar, designação dos membros da comissão e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MOBILIDADE, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE URBANO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais,

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o exposto no Memorando nº 15.235/2021, processo administrativo disciplinar destinado a apurar conduta de servidores relacionada suposta prática de corrupção passiva.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os servidores descritos na PORTARIA PMI/UCSCI N. 002, DE 03 DE MARÇO DE 2021, para compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de julho de 2021.

Douglas Silva de Melo

Secretário Municipal de Mobilidade, Fiscalização e Controle Urbano

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 045/2021**

Publicação Nº 3132197

Ato da Presidência nº 045/2021

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a Ordem do Dia da 21ª Sessão Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, a realizar-se no dia 05 de julho de 2021, segunda-feira, às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba, sem a presença de público, de acordo com Ato da Presidência nº 041, de 10 de junho de 2021.

PROPOSIÇÃO						
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação
-	Requerimento nº 35/2021 Discussão e Votação do Requerimento nº 35/2021	25/06/2021	Poder Legislativo	Gilberto Pereira	Requer a convocação do Senhor Moacir Nássario Alves (Moká), presidente em exercício da CERPALO – Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes, para pessoalmente e em Plenário nesta Casa Legislativa, prestar esclarecimentos e trazer as informações conforme segue, sobre a Cooperativa que é responsável pelo serviço público de distribuição de energia elétrica aos bairros da Região Norte do município de Imbituba.	Ordinário

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 1º de julho de 2021.

Humberto Carlos dos Santos	Thiago Rosa
Presidente	Vice-Presidente
Michell Nunes	Deivid Rafael Aquino
Primeiro-Secretário	Segundo-Secretário

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N° 006/2021

Publicação N° 3132280

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N° 006/2021

O Presidente da Câmara Municipal de Imbituba, Vereador Humberto Carlos dos Santos, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, juntamente com Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação, Transportes, Obras, Urbanismo, Agricultura, Pesca e Fiscalização, Vereador Thiago da Rosa, comunicam que, no dia 07 de julho de 2021, quarta-feira, às 18h00min, será realizada Audiência Pública por videoconferência, com a finalidade de discutir junto à sociedade civil e comunidade em geral o Projeto de Lei nº 5.350/2021 que Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Imbituba para o Quadriênio 2022-2025 e dá outras providências.

A audiência pública será transmitida ao vivo pelo Portal da Câmara de Imbituba, através da "TV Legislativa" (<https://www.imbituba.sc.leg.br>), e pelos Canais da Câmara de Imbituba no Youtube (<https://www.youtube.com/channel/UCi48vGd8cOFXuEG6x-ipHhg/videos>) e Facebook (<https://www.facebook.com/CamaraDeImbituba/>).

Durante a transmissão da Audiência, a Câmara disponibilizará um número de telefone WhatsApp para que os interessados possam encaminhar seus questionamentos e contribuições acerca do assunto tratado, não podendo as perguntas saírem do tema da reunião.

A apresentação do Projeto de Lei 5.350/2021 será realizada pelo Executivo Municipal e o material da apresentação, bem como a gravação da Audiência ficarão disponíveis no site oficial da Câmara de Vereadores de Imbituba.

Imbituba/SC, 01 de julho de 2021.

Humberto Carlos dos Santos
Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Thiago da Rosa
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Imbuia

PREFEITURA

EDITAL N° 01-2021 AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO SOCIOAMBIENTAL

Publicação N° 3131239

Edital de convocação para audiência pública DE Apresentação do estudo técnico socioambiental de Imbuia - SC

Deny Scheidt, Prefeito Municipal de Imbuia, no uso de suas atribuições, visando assegurar a participação da população, CONVOCA a população em geral, bem como as associações representativas interessadas e demais segmentos da comunidade para participarem da Audiência Pública de apresentação do Estudo Técnico Socioambiental do Município de Imbuia - SC, a ser realizada no dia 21 de julho de 2021, às 9:00hs, no CENTRO SOCIAL DONA EMÍLIA E SEU LULU.

Considerando que o momento atual demanda o emprego de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da COVID19, a administração municipal informa que adotará as medidas sanitárias determinadas pelos órgãos competentes, em especial as Portarias da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, estando a participação condicionada ao cumprimento das obrigações previstas na referida legislação.

Todos os documentos relativos ao objeto da audiência estarão disponíveis para consulta dos interessados na página eletrônica do Município, no endereço: <https://www.imbuia.sc.gov.br>. Mais informações referentes à Audiência Pública poderão ser obtidas junto à Secretaria da Administração, Fazenda e Planejamento, ou pelo telefone (47) 3557-2400 das 8:00hs às 12:00hs e das 14:00hs às 17:00hs.

Imbuia, 1 de julho de 2021
DENY SCHEIDT
Prefeito Municipal

Indaial

PREFEITURA

ATO DE POSSE 6

Publicação Nº 3132276

ATO DE POSSE Nº 006/2021
De 28 de junho de 2021

Termo de Posse e Compromisso

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA na data de hoje, com início de efetivo exercício em 01 de julho de 2021, RAFAEL ISOLANI FEREZIN nomeado através da Portaria nº 1638/21 para o cargo de Bioquímico II -20h/s, do quadro de pessoal desta Prefeitura, habilitado pelo Concurso Público nº 001/2020.

O servidor apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O servidor apresentou Declaração de Bens, atestando não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial em 28 de junho de 2021.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

RAFAEL ISOLANI FEREZIN
Empossado

ATO DE POSSE 7

Publicação Nº 3132277

ATO DE POSSE Nº 007/2021
De 29 de junho de 2021

Termo de Posse e Compromisso/
CRISTIANO PEREIRA DUTRA

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA na data de hoje, com início de efetivo exercício em 01 de julho de 2021, CRISTIANO PEREIRA DUTRA, nomeado através da Portaria nº 1661/21 para o cargo de Psicólogo -20h/s, do quadro de pessoal do Município de Indaial, habilitado pelo Concurso Público nº 001/2020.

O servidor apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O servidor apresentou Declaração de Bens, atestando não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial em 29 de junho de 2021.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

CRISTIANO PEREIRA DUTRA
Empossado

ATO DE POSSE 8

Publicação Nº 3132278

ATO DE POSSE Nº 008/2021
De 30 de junho de 2021

Termo de Posse e Compromisso/
FLÁVIA AGUILAR PEREIRA

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA na data de hoje, com início de efetivo exercício em 19 de julho de 2021, FLÁVIA AGUILAR PEREIRA, nomeada através da Portaria nº 1648/21 para o cargo de Técnico de Enfermagem II, 40 h/s do quadro de pessoal do Município de Indaial, habilitado pelo Concurso Público nº 001/2020.

O servidor apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo,

nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O servidor apresentou Declaração de Bens, atestando não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial em 30 de junho de 2021.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

FLÁVIA AGUILAR PEREIRA

Empossada

ATO DE POSSE 9

Publicação Nº 3132279

ATO DE POSSE Nº 009/2021

De 02 de julho de 2021

Termo de Posse e Compromisso/

GESSIANE KEILA IGNATOWICZ PASQUALI

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA na data de hoje, com início de efetivo exercício em 02 de julho de 2021, GESSIANE KEILA IGNATOWICZ PASQUALI, nomeada através da Portaria nº 1659/21 para o cargo de Psicólogo -20h/s, do quadro de pessoal do Município de Indaial, habilitado pelo Concurso Público nº 001/2020.

O servidor apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O servidor apresentou Declaração de Bens, atestando não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial em 02 de julho de 2021.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

GESSIANE KEILA IGNATOWICZ PASQUALI

Empossado

CONTRATO Nº 123/2021

Publicação Nº 3131369

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F860FE9F38388A2E0D244493FCD54A9C80F6B4E8

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 123/2021

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITAL BEATRIZ RAMOS

CPF: 84.231.281/0001-83

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a prestação de serviços de assistência à saúde, para atendimento eletivos, aos pacientes do SUS, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde e o contido nos anexos (Serviços Hospitalares e Ambulatoriais), partes integrantes deste Contrato.

VALOR ESTIMADO: R\$ 2.498.836,20

PRAZO: 02 de julho de 2021 até 02 de julho de 2022.

DATA DA ASSINATURA: 1/07/2021.

F860FE9F38388A2E0D244493FCD54A9C80F6B4E8

CONTRATO Nº 124/2021

Publicação Nº 3131397

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1532A341960D2A4B1985D6ECFA8F3209366FE702

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 124/2021

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITAL BEATRIZ RAMOS

CPF: 84.231.281/0001-83

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a prestação de serviços de assistência à saúde, para atendimento de Urgência e Emergência, aos pacientes do SUS, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde e o contido nos anexos (Serviço ambulatorial e hospitalar nos níveis de Média e Alta Complexidade em caráter de Urgência e Emergência) partes integrantes deste Contrato.

VALOR ESTIMADO: R\$ 16.150.679,63

PRAZO: 02 de julho de 2021 até 02 de julho de 2022.

DATA DA ASSINATURA: 1/07/2021.
1532A341960D2A4B1985D6ECFA8F3209366FE702

DECRETO Nº 3748/2021

Publicação Nº 3130732

. DECRETO Nº 3748/21
. De 30 de junho de 2021
EXONERA GERENTE DE ATENDIMENTO / GABRIELLY TILLMANN

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, em 01 de julho de 2021, do Cargo em Comissão de Gerente de Atendimento – Secretaria de Planejamento (CC-5), previsto no Anexo III, Lei Complementar nº 227/19, Gabrielly Tillmann, nomeada nos termos do Decreto nº 2955 de 2021.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 30 de junho de 2021.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 3749/2021

Publicação Nº 3130735

. DECRETO Nº 3749/21
. De 30 de junho de 2021
EXONERA CARGO/FUNÇÃO DE AUXILIAR DE DIREÇÃO / GABRIELA BERTOLDI.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei 3390/09, Lei Complementar nº 113/11, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, em 01 de julho 2021, do Cargo/Função de Auxiliar de Direção, nomeado nos termos do Decreto 3300/2021.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 30 de junho de 2021.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 3750/2021

Publicação Nº 3130737

. DECRETO Nº 3750/21
. De 30 de junho de 2021
DISPENSA AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS / FERNANDO DE SANTANA FERREIRA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado, a pedido, pelo Regime do Emprego Público, em 30 de junho de 2021, para o cargo Agente de Combate às Endemias, Fernando de Santana Ferreira, nomeado nos termos do Decreto 1908/2019.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 30 de junho de 2021.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 3751/2021

Publicação Nº 3130739

. DECRETO Nº 3751/21

. De 30 de junho de 2021

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2021 NO MUNICIPIO DE INDAIAL, PROVENIENTES DE PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.837/20,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS) destinado a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Valor
06.001 - Secretaria de Agricultura	
0020.0122.0006.1250 - Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos em geral	
3449000000000000000 - Aplicações Diretas	
01790009 - Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado - Emenda 2078 - Nilson Berlanda - Outros	100.000,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de provável Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2021.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 30 de junho de 2021.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 3752/2021

Publicação Nº 3130491

. DECRETO Nº 3752/21

. De 01 de julho de 2021

NOMEIA GERENTE DE PROJETOS / NOELI VOGEL PATRÍCIO.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada em 01 de julho de 2021, para exercer o Cargo em Comissão de Gerente de Projetos (CC-5), previsto no Anexo III, Lei Complementar nº 227/19, com vencimento pertinente ao respectivo cargo, Noeli Vogel Patrício.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto 3270.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2021.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 3753/2021

Publicação Nº 3130702

. DECRETO Nº 3753/21
 . De 01 de julho de 2021
 AUTORIZA ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO ANUAL DO MUNICÍPIO DE INDAIAL.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 2.150.000,00 (DOIS MILHÕES E CENTO E CINQUENTA MIL REAIS) das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Dotação	Valor
10.002 - Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente	
0017.0451.0010.1410 - Pavimentação e Recuperação de Vias Atingidas pelas Obras de Esgoto e Água e Tapa-Buraco	
34490000000000000000 - Aplicações Diretas	
01645502 - Estado - Casan	350.000,00
10.003 - Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente	
0018.0451.0010.1420 - Implantação e Execução de Projetos Ambientais e Saneamento	
33390000000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	500.000,00
34490000000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	300.000,00
10.002 - Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente	
0017.0512.0010.2410 - Manutenção e Recuperação do Sistema de Esgoto e Águas Pluviais	
33390000000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	200.000,00
34490000000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	200.000,00
10.003 - Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente	
0018.0451.0010.2420 - Manutenção do Departamento de Meio-Ambiente e do Horto	
33390000000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	600.000,00

Artigo 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICÍPIO DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotação	Valor
10.002 - Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente	
0017.0451.0010.1410 - Pavimentação e Recuperação de Vias Atingidas pelas Obras de Esgoto e Água e Tapa-Buraco	
33390000000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	800.000,00
10.003 - Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente	
0018.0541.0010.1420 - Implantação e Execução de Projetos Ambientais e Saneamento	
34490000000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	350.000,00
10.002 - Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente	
0017.0452.0010.2411 - Manutenção das Atividades do Gerenciamento do Lixo, Reciclagem e Limpeza Urbana	
33390000000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	1.000.000,00

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2021.

André Luiz Moser
 Prefeito
 Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 3754/2021

Publicação Nº 3130703

. DECRETO Nº 3754/21
 . De 01 de julho de 2021
 AUTORIZA ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO ANUAL DO MUNICÍPIO DE INDIAIAL.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 70.000,00 (SETENTA MIL REAIS) da dotação orçamentária abaixo discriminada:

Dotação	Valor
06.001 – Secretaria de Agricultura	
0020.0122.0006.1251 – Ampliação e Instalações – Secretaria de Agricultura e Abastecimento	
34490000000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	70.000,00

Artigo 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICÍPIO DE INDIAIAL a seguinte dotação:

Dotação	Valor
06.001 – Secretaria de Agricultura	
0020.0122.0006.1250 – Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos em Geral	
34490000000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	70.000,00

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2021.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 3755/2021

Publicação Nº 3130704

. DECRETO Nº 3755/21
 . De 01 de julho de 2021
 AUTORIZA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO ANUAL DO MUNICÍPIO DE INDIAIAL.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Orçamento Anual do MUNICÍPIO DE INDIAIAL, o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) das dotações orçamentárias em conformidade dos quadros abaixo discriminados:

Dotação	Valor de ANULAÇÃO do Crédito Orçamentário
05.001 – Secretaria Municipal de Educação / Ensino Fundamental	
0012.0361.0005.2202 – Manutenção do Programa - Informática Pedagógica	
3.3.3.90000000000000000000 – Despesas Correntes / Outras Despesas Correntes / Aplicações Diretas	
01360000 – Salário Educação	18.425,00

Dotação	Valor de ANULAÇÃO do Crédito Orçamentário
05.001 – Secretaria Municipal de Educação / Ensino Fundamental	
0012.0361.0005.2204 – Manutenção do Programa - Transporte Escolar	
3.3.3.90000000000000000000 – Despesas Correntes / Outras Despesas Correntes / Aplicações Diretas	
01360000 – Salário Educação	150.000,00

Dotação	Valor de ANULAÇÃO do Crédito Orçamentário
---------	---

05.001 – Secretaria Municipal de Educação / Ensino Fundamental	
0012.0361.0005.2205 – - Manutenção das Edificações e Valorização do Magistério - Ensino Fundamental	
3.3.3.9000000000000000 – Despesas Correntes / Outras Despesas Correntes / Aplicações Diretas	
01360000 – Salário Educação	131.575,00

Artigo 2º - Por conta das anulações previstas no artigo 1º, fica suplementado no Orçamento Anual do MUNICÍPIO DE INDIAIAL, o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) nas dotações orçamentárias em conformidade dos quadros abaixo discriminados:

Dotação	Valor a SUPLEMENTAR em Crédito Orçamentário
05.001 – Secretaria Municipal de Educação / Ensino Fundamental	
0012.0361.0005.2206 – Manutenção do Programa - Alimentação Escolar - Ensino Fundamental	
3.3.3.9000000000000000 – Despesas Correntes / Outras Despesas Correntes / Aplicações Diretas	
01360000 – Salário Educação	150.000,00

Dotação	Valor a SUPLEMENTAR em Crédito Orçamentário
05.002 – Secretaria Municipal de Educação / Educação Infantil	
0012.0365.0005.2226 – Manutenção do Programa - Alimentação Escolar - Educação Infantil	
3.3.3.9000000000000000 – Despesas Correntes / Outras Despesas Correntes / Aplicações Diretas	
01360000 – Salário Educação	150.000,00

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Orçamento Anual do MUNICÍPIO DE INDIAIAL, o valor de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) da dotação orçamentária em conformidade do quadro abaixo discriminado:

Dotação	Valor de ANULAÇÃO do Crédito Orçamentário
05.001 – Secretaria Municipal de Educação / Ensino Fundamental	
0012.0361.0005.2205 – Manutenção da Edificações e Valorização do Magistério - Ensino Fundamental	
3.3.3.9000000000000000 – Despesas Correntes / Outras Despesas Correntes / Aplicações Diretas	
01190000 – FUNDEB – Outras Despesas	360.000,00

Artigo 4º - Por conta das anulações previstas no artigo 3º, fica suplementado no Orçamento Anual do MUNICÍPIO DE INDIAIAL, o valor de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) nas dotações orçamentárias em conformidade dos quadros abaixo discriminados:

Dotação	Valor a SUPLEMENTAR em Crédito Orçamentário
05.001 – Secretaria Municipal de Educação / Ensino Fundamental	
0012.0361.0005.1202 – - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - Ensino Fundamental	
3.4.4.9000000000000000 – Despesas de Capital / Investimentos / Aplicações Diretas	
01190000 – FUNDEB – Outras Despesas	156.000,00

Dotação	Valor a SUPLEMENTAR em Crédito Orçamentário
05.002 – Secretaria Municipal de Educação / Educação Infantil	
0012.0365.0005.1222 – - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - Educação Infantil	
3.4.4.9000000000000000 – Despesas de Capital / Investimentos / Aplicações Diretas	
01190000 – FUNDEB – Outras Despesas	204.000,00

Artigo 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Orçamento Anual do MUNICÍPIO DE INDIAIAL, o valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) das dotações orçamentárias em conformidade dos quadros abaixo discriminados:

Dotação	Valor de ANULAÇÃO do Crédito Orçamentário
03.001 – Procuradoria Geral / Procuradoria Geral	
0002.0062.0003.2101 – Pagamento de Sentenças Judiciais	
3.3.3.9000000000000000 – Despesas Correntes / Outras Despesas Correntes / Aplicações Diretas	
01000000 – Recursos ordinários	2.500.000,00

Dotação	Valor de ANULAÇÃO do Crédito Orçamentário
02.005 – Gabinete do Prefeito / Turismo	
0023.0695.0002.1072 – Realização de Festas e Eventos	
3.3.3.9000000000000000 – Despesas Correntes / Outras Despesas Correntes / Aplicações Diretas	
01000000 – Recursos ordinários	250.000,00

Dotação	Valor de ANULAÇÃO do Crédito Orçamentário
02.005 – Gabinete do Prefeito / Turismo	
0023.0695.0002.2070 – Manutenção das Ações de Turismo	
3.3.3.9000000000000000 – Despesas Correntes / Outras Despesas Correntes / Aplicações Diretas	
01000000 – Recursos ordinários	300.000,00

Dotação	Valor de ANULAÇÃO do Crédito Orçamentário
02.006 – Gabinete do Prefeito / Desenvolvimento Econômico	
0022.0661.0002.1081 – Incentivos Fiscais	
3.4.4.9000000000000000 – Despesas de Capital / Investimentos / Aplicações Diretas	
01000000 – Recursos ordinários	200.000,00

Dotação	Valor de ANULAÇÃO do Crédito Orçamentário
02.005 – Gabinete do Prefeito / Turismo	
0027.0813.0002.1070 – Investimentos em Infra-estrutura Turística	
3.4.4.9000000000000000 – Despesas de Capital / Investimentos / Aplicações Diretas	
01000000 – Recursos ordinários	750.000,00

Artigo 6º - Por conta das anulações previstas no artigo 5º, fica suplementado no Orçamento Anual do MUNICÍPIO DE INDIAIAL, o valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) na dotação orçamentária em conformidade do quadro abaixo discriminado:

Dotação	Valor a SUPLEMENTAR em Crédito Orçamentário
05.001 – Secretaria Municipal de Educação / Ensino Fundamental	
0012.0361.0005.1203 – Construção de Quadras Esportivas e Coberturas - Rede Municipal de Ensino	
3.4.4.9000000000000000 – Despesas de Capital / Investimentos / Aplicações Diretas	
01010000 – Educação	4.000.000,00

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2021.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO 098/2021

Publicação Nº 3131215

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 23AC6BBBA8A2EBEF1A5B274427EBDC4BF7314F59

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE INDIAIAL

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 098/2021

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2021-19208

REGISTRO DE PREÇOS

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 01/07/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL LABORATORIAL

CONTRATANTE : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDIAIAL

CONTRATADAS E VALOR:

Nome	Itens
BLUMEDICA PROD. MED. E CIRURGICOS LTDA	2, 19, 23
R\$16.784,00 (dezesesseis mil e setecentos e oitenta e quatro reais)	
SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI	25, 26, 27
R\$8.595,00 (oito mil e quinhentos e noventa e cinco reais)	
MATLAB REPRESENTAÇÃO COMERCIAL EIRELI	1, 5, 14, 17, 18, 20, 21, 28, 50, 52, 53, 55, 56, 57, 58
R\$88.710,76 (oitenta e oito mil, setecentos e dez reais e setenta e seis centavos)	

DATA: 01/07/2021 – PAULO ROBERTO MOSCHETTA - Secretário de Saúde

LEI 5907/2021

Publicação N° 3130697

. LEI N° 5907

. de 01 de julho de 2021

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A EXECUTAR SERVIÇOS MACADAMIZAÇÃO DO ACESSO DA EMPRESA INDACOMEX COMERCIAL LTDA.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial no uso de suas atribuições legais, faço saber, a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município autorizado a promover, à título de estímulo econômico, a execução da macadamização (fornecimento de material e mão de obra/patrolamento) do acesso da Empresa INDACOMEX COMERCIAL LTDA. CNPJ nº 34.645.059/0001-53.

§ 1º A Prefeitura Municipal executará o serviço obedecendo o cronograma normal da Secretaria Municipal de Obras, durante o horário normal de expediente.

§ 2º A execução dos serviços não poderá exceder o valor de R\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais), ou de 04:00 horas máquina, e ainda cinco cargas de macadame.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de junho de 2021.

André Luiz Moser

Prefeito

LEI 5908/2021

Publicação N° 3130699

. LEI N° 5908

. de 01 de julho de 2021

AUTORIZA ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO ANUAL DO MUNICIPIO DE INDAIAL.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial no uso de suas atribuições legais, faço saber, a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 2.150.000,00 (DOIS MILHÕES E CENTO E CINQUENTA MIL REAIS) das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Dotação	Valor
10.002 - Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente	
0017.0451.0010.1410 - Pavimentação e Recuperação de Vias Atingidas pelas Obras de Esgoto e Água e Tapa-Buraco	
34490000000000000000 - Aplicações Diretas	
01645502 - Estado - Casan	350.000,00
10.003 - Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente	
0018.0451.0010.1420 - Implantação e Execução de Projetos Ambientais e Saneamento	
33390000000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	500.000,00
34490000000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	300.000,00

10.002 - Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente	
0017.0512.0010.2410 - Manutenção e Recuperação do Sistema de Esgoto e Águas Pluviais	
33390000000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	200.000,00
34490000000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	200.000,00
10.003 - Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente	
0018.0451.0010.2420 - Manutenção do Departamento de Meio-Ambiente e do Horto	
33390000000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	600.000,00

Artigo 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICIPIO DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotação	Valor
10.002 - Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente	
0017.0451.0010.1410 - Pavimentação e Recuperação de Vias Atingidas pelas Obras de Esgoto e Água e Tapa-Buraco	
33390000000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	800.000,00
10.003 - Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente	
0018.0541.0010.1420 - Implantação e Execução de Projetos Ambientais e Saneamento	
34490000000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	350.000,00
10.002 - Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente	
0017.0452.0010.2411 - Manutenção das Atividades do Gerenciamento do Lixo, Reciclagem e Limpeza Urbana	
33390000000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	1.000.000,00

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2021.
 André Luiz Moser
 Prefeito

LEI 5909/2021

Publicação Nº 3130700

. LEI Nº 5909

. de 01 de julho de 2021

AUTORIZA ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO ANUAL DO MUNICIPIO DE INDAIAL.

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 70.000,00 (SETENTA MIL REAIS) da dotação orçamentária abaixo discriminada:

Dotação	Valor
06.001 – Secretaria de Agricultura	
0020.0122.0006.1251 – Ampliação e Instalações – Secretaria de Agricultura e Abastecimento	
34490000000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	70.000,00

Artigo 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICIPIO DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotação	Valor
06.001 – Secretaria de Agricultura	
0020.0122.0006.1250 – Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos em Geral	
34490000000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	70.000,00

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2021.

André Luiz Moser

Prefeito

LEI 5910/2021

Publicação Nº 3130701

. LEI Nº 5910

. de 01 de julho de 2021

AUTORIZA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO ANUAL DO MUNICÍPIO DE INDAIAL.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial no uso de suas atribuições legais, faço saber, a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Orçamento Anual do MUNICÍPIO DE INDAIAL, o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) das dotações orçamentárias em conformidade dos quadros abaixo discriminados:

Dotação	Valor de ANULAÇÃO do Crédito Orçamentário
05.001 – Secretaria Municipal de Educação / Ensino Fundamental	
0012.0361.0005.2202 – Manutenção do Programa - Informática Pedagógica	
3.3.3.9000000000000000 – Despesas Correntes / Outras Despesas Correntes / Aplicações Diretas	
01360000 – Salário Educação	18.425,00

Dotação	Valor de ANULAÇÃO do Crédito Orçamentário
05.001 – Secretaria Municipal de Educação / Ensino Fundamental	
0012.0361.0005.2204 – Manutenção do Programa - Transporte Escolar	
3.3.3.9000000000000000 – Despesas Correntes / Outras Despesas Correntes / Aplicações Diretas	
01360000 – Salário Educação	150.000,00

Dotação	Valor de ANULAÇÃO do Crédito Orçamentário
05.001 – Secretaria Municipal de Educação / Ensino Fundamental	
0012.0361.0005.2205 – - Manutenção das Edificações e Valorização do Magistério - Ensino Fundamental	
3.3.3.9000000000000000 – Despesas Correntes / Outras Despesas Correntes / Aplicações Diretas	
01360000 – Salário Educação	131.575,00

Artigo 2º - Por conta das anulações previstas no artigo 1º, fica suplementado no Orçamento Anual do MUNICÍPIO DE INDAIAL, o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) nas dotações orçamentárias em conformidade dos quadros abaixo discriminados:

Dotação	Valor a SUPLEMENTAR em Crédito Orçamentário
05.001 – Secretaria Municipal de Educação / Ensino Fundamental	
0012.0361.0005.2206 – Manutenção do Programa - Alimentação Escolar - Ensino Fundamental	
3.3.3.9000000000000000 – Despesas Correntes / Outras Despesas Correntes / Aplicações Diretas	
01360000 – Salário Educação	150.000,00

Dotação	Valor a SUPLEMENTAR em Crédito Orçamentário
05.002 – Secretaria Municipal de Educação / Educação Infantil	
0012.0365.0005.2226 – Manutenção do Programa - Alimentação Escolar - Educação Infantil	
3.3.3.9000000000000000 – Despesas Correntes / Outras Despesas Correntes / Aplicações Diretas	
01360000 – Salário Educação	150.000,00

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Orçamento Anual do MUNICÍPIO DE INDAIAL, o valor de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) da dotação orçamentária em conformidade do quadro abaixo discriminado:

Dotação	Valor de ANULAÇÃO do Crédito Orçamentário
05.001 – Secretaria Municipal de Educação / Ensino Fundamental	

0012.0361.0005.2205 – Manutenção da Edificações e Valorização do Magistério - Ensino Fundamental	
3.3.3.9000000000000000 – Despesas Correntes / Outras Despesas Correntes / Aplicações Diretas	
01190000 – FUNDEB – Outras Despesas	360.000,00

Artigo 4º - Por conta das anulações previstas no artigo 3º, fica suplementado no Orçamento Anual do MUNICÍPIO DE INDAIAL, o valor de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) nas dotações orçamentárias em conformidade dos quadros abaixo discriminados:

Dotação	Valor a SUPLEMENTAR em Crédito Orçamentário
05.001 – Secretaria Municipal de Educação / Ensino Fundamental	
0012.0361.0005.1202 – Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - Ensino Fundamental	
3.4.4.9000000000000000 – Despesas de Capital / Investimentos / Aplicações Diretas	
01190000 – FUNDEB – Outras Despesas	156.000,00

Dotação	Valor a SUPLEMENTAR em Crédito Orçamentário
05.002 – Secretaria Municipal de Educação / Educação Infantil	
0012.0365.0005.1222 – Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - Educação Infantil	
3.4.4.9000000000000000 – Despesas de Capital / Investimentos / Aplicações Diretas	
01190000 – FUNDEB – Outras Despesas	204.000,00

Artigo 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Orçamento Anual do MUNICÍPIO DE INDAIAL, o valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) das dotações orçamentárias em conformidade dos quadros abaixo discriminados:

Dotação	Valor de ANULAÇÃO do Crédito Orçamentário
03.001 – Procuradoria Geral / Procuradoria Geral	
0002.0062.0003.2101 – Pagamento de Sentenças Judiciais	
3.3.3.9000000000000000 – Despesas Correntes / Outras Despesas Correntes / Aplicações Diretas	
01000000 – Recursos ordinários	2.500.000,00

Dotação	Valor de ANULAÇÃO do Crédito Orçamentário
02.005 – Gabinete do Prefeito / Turismo	
0023.0695.0002.1072 – Realização de Festas e Eventos	
3.3.3.9000000000000000 – Despesas Correntes / Outras Despesas Correntes / Aplicações Diretas	
01000000 – Recursos ordinários	250.000,00

Dotação	Valor de ANULAÇÃO do Crédito Orçamentário
02.005 – Gabinete do Prefeito / Turismo	
0023.0695.0002.2070 – Manutenção das Ações de Turismo	
3.3.3.9000000000000000 – Despesas Correntes / Outras Despesas Correntes / Aplicações Diretas	
01000000 – Recursos ordinários	300.000,00

Dotação	Valor de ANULAÇÃO do Crédito Orçamentário
02.006 – Gabinete do Prefeito / Desenvolvimento Econômico	
0022.0661.0002.1081 – Incentivos Fiscais	
3.4.4.9000000000000000 – Despesas de Capital / Investimentos / Aplicações Diretas	
01000000 – Recursos ordinários	200.000,00

Dotação	Valor de ANULAÇÃO do Crédito Orçamentário
02.005 – Gabinete do Prefeito / Turismo	
0027.0813.0002.1070 – Investimentos em Infra-estrutura Turística	
3.4.4.9000000000000000 – Despesas de Capital / Investimentos / Aplicações Diretas	
01000000 – Recursos ordinários	750.000,00

Artigo 6º - Por conta das anulações previstas no artigo 5º, fica suplementado no Orçamento Anual do MUNICÍPIO DE INDAIAL, o valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) na dotação orçamentária em conformidade do quadro abaixo discriminado:

Dotação	Valor a SUPLEMENTAR em Crédito Orçamentário
05.001 – Secretaria Municipal de Educação / Ensino Fundamental	
0012.0361.0005.1203 – Construção de Quadras Esportivas e Coberturas -Rede Municipal de Ensino	
3.4.4.9000000000000000 – Despesas de Capital / Investimentos / Aplicações Diretas	
01010000 – Educação	4.000.000,00

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2021.

André Luiz Moser

Prefeito

LEI Nº 5905

Publicação Nº 3130695

. LEI Nº 5905

. de 01 de julho de 2021

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE INDAIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Capítulo I

DAS DEFINIÇÕES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º A Política de Assistência Social do Município de Indaial tem por objetivos:

I – a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

II – a vigilância socioassistencial, que visa analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III – a defesa de direitos, que visa garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais;

IV – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle de ações em todos os níveis;

V – primazia da responsabilidade do ente político na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;

VI – centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos, tendo como base o território.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais visando universalizar a proteção social e atender às contingências sociais.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Seção I

Dos Princípios

Art. 3º A política pública de assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

I – universalidade: todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;

II – gratuidade: a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida;

III – integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV – intersectorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais de defesa de direitos e Sistema de Justiça;

V – equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

VI – supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

VII – universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

VIII – respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IX – igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

X – divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Seção II Das Diretrizes

Art. 4º A organização da assistência social no Município observará as seguintes diretrizes:

I – primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social;

II – descentralização político-administrativa e comando único em cada esfera de gestão;

III – Financiamento partilhado entre União, Estados, DF e Municípios;

IV – matricialidade sociofamiliar;

V – territorialização;

VI – fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;

VII – participação popular e controle social, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

CAPÍTULO III DA GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Seção I Da Gestão

Art. 5º A gestão das ações na área de assistência social é organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social –SUAS, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, cujas normas gerais e coordenação são de competência da União.

Parágrafo único. O Suas é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangida pela Lei Federal nº 8.742, de 1993.

Art.6º O Município de Indaial atuará de forma articulada com as esferas federal e estadual, observadas as normas gerais do SUAS, cabendo-lhe coordenar e executar os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em seu âmbito.

Art. 7º O órgão gestor da política de assistência social no Município de Indaial é a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Parágrafo único. São áreas ligadas ao órgão gestor: Gabinete do Secretário de Desenvolvimento Social, gestão do Cadastro Único e Bolsa Família, gestão de Benefícios, gestão do SUAS, Assessoria Técnica e Assessoria aos Conselhos, vigilância socioassistencial, coordenação da Proteção Social Básica, Especial e Abrigo, gestão financeira e ouvidoria.

Seção II DA ORGANIZAÇÃO

Art. 8º O Sistema Único de Assistência Social no âmbito do Município de Indaial organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I – proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio de aquisições e do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

II – proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Art. 9º A proteção social básica compõem-se precipuamente dos seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:

I – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF;

II – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV;

III – Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas;

§1º O PAIF deve ser ofertado exclusivamente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

§2º Os serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica poderão ser executados pelas Equipes Volantes.

Art. 10 A proteção social especial ofertará precipuamente os seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:

I – proteção social especial de média complexidade:

a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI;

b) Serviço Especializado de Abordagem Social;

c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade;

d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;

e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua;

II – proteção social especial de alta complexidade:

a) Serviço de Acolhimento Institucional;

b) Serviço de Acolhimento em República;

c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Parágrafo único. O PAEFI deve ser ofertado exclusivamente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

Art. 11 As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos ou pelas entidades ou organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada serviço, programa ou projeto socioassistencial observando a capacidade de execução e legislação de cada serviço.

§1º Considera-se rede socioassistencial o conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social mediante a articulação entre todas as unidades do SUAS.

Art. 12 As unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS integram a estrutura administrativa do Município de Indaial, quais sejam:

I – Sede Administrativa/Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social

II – CRAS;

III – CREAS;

IV – Abrigo Institucional Dr. Ademar Keunecke.

Parágrafo único. As instalações das unidades públicas estatais devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, observadas as normas gerais.

Art. 13 As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, respectivamente, e pelas entidades e organizações de assistência social, de forma complementar.

§1º Sede Administrativa/Gestão – Executa o Programa de Cadastro Único e Bolsa Família, Vigilância Socioassistencial, Assessoria Técnica e Assessoria aos Conselhos, Gestão de Benefícios, Coordenação da Proteção Social Básica, Especial e ao Abrigo, Ouvidoria e Gestão Financeira.

§ 2º O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação e execução de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias no seu território de abrangência.

§ 3º O CREAS é a unidade pública de abrangência municipal ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da Assistência Social.

§ 4º O Abrigo Institucional Dr. Ademar Keunecke é a unidade pública municipal destinado a prestação de serviços de acolhimento à crianças e adolescentes afastados temporariamente do seu núcleo familiar e/ ou comunitário e se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos;

§5º Os CRAS, o CREAS e o Abrigo Institucional Dr. Ademar Keunecke são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.

Art. 14 A implantação das unidades de CRAS e CREAS deve observar as diretrizes da:

I – territorialização – oferta capilarizada de serviços com áreas de abrangência definidas baseada na lógica da proximidade do cotidiano de vida dos cidadãos; respeitando as identidades dos territórios locais, e considerando as questões relativas às dinâmicas sociais, distâncias percorridas e fluxos de transportes, com o intuito de potencializar o caráter preventivo, educativo e protetivo das ações em todo o município, mantendo simultaneamente a ênfase e prioridade nos territórios de maior vulnerabilidade e risco social.

II – universalização – a fim de que a proteção social básica e a proteção social especial sejam asseguradas na totalidade dos territórios dos municípios e com capacidade de atendimento compatível com o volume de necessidades da população;

III – regionalização – participação, quando for o caso, em arranjos institucionais que envolvam municípios circunvizinhos e o governo estadual, visando assegurar a prestação de serviços socioassistenciais de proteção social especial cujos custos ou baixa demanda municipal justifiquem rede regional e desconcentrada de serviços no âmbito do Estado.

Art. 15 As ofertas socioassistenciais nas unidades públicas pressupõem a constituição de equipe de referência na forma das Resoluções nº 269, de 13 de dezembro de 2006; nº 17, de 20 de junho de 2011; e nº 9, de 25 de abril de 2014, do CNAS.

Parágrafo único. O diagnóstico sócio territorial e os dados da Vigilância Socioassistencial são fundamentais para a definição da forma de oferta da proteção social básica e especial.

Art. 16 O SUAS afiança as seguintes seguranças, observado as normas gerais:

- I – acolhida;
- II – renda;
- III – convívio ou vivência familiar, comunitária e social;
- IV – desenvolvimento de autonomia;
- V – apoio e auxílio.

Seção III DAS RESPONSABILIDADES

Art. 17 Compete ao Município de Indaial, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

I – destinar recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, da Lei Federal nº 8742, de 1993, mediante critérios estabelecidos pelos conselhos municipais de assistência Social;

II – efetuar o pagamento do auxílio-natalidade e o auxílio-funeral;

III – executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;

IV – atender às ações socioassistenciais de caráter de emergência;

V – prestar os serviços socioassistenciais de que trata o art. 23, da Lei Federal nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993, e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

VI – implantar a vigilância socioassistencial no âmbito municipal, visando ao planejamento e à oferta qualificada de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais;

VII – implantar sistema de informação, acompanhamento, monitoramento e avaliação para promover o aprimoramento, qualificação e

integração contínuos dos serviços da rede socioassistencial, conforme Pacto de Aprimoramento do SUAS e Plano de Assistência Social;

VIII – regulamentar e coordenar a formulação e a implementação da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social e com a Política Estadual de assistência social e as deliberações de competência do Conselho Municipal de Assistência Social, observando as deliberações das conferências nacional, estadual e municipal.

IX – cofinanciar o aprimoramento da gestão e dos serviços, programas, projetos e benefícios eventuais de assistência social, em âmbito local;

X – cofinanciar com a esfera federal e estadual, a Política Nacional de Educação Permanente, com base nos princípios da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS, coordenando-a e executando-a em seu âmbito.

XI – realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito;

XII – Garantir aos usuários do BPC e suas famílias o acesso aos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial;

XIII – realizar em conjunto com o Conselho de Assistência Social, as conferências de assistência social;

XIV – gerir de forma integrada, os serviços, benefícios e programas de transferência de renda de sua competência;

XV – gerir o Fundo Municipal de Assistência Social;

XVI – gerir no âmbito municipal, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e o Programa Bolsa Família, nos termos do §1º do art. 8º da Lei nº 10.836, de 2004;

XVII – organizar a oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com o diagnóstico sócio territorial;

XVIII – organizar e monitorar a rede de serviços da proteção social básica e especial, articulando as ofertas;

XIX – organizar e coordenar o SUAS em seu âmbito, observando as deliberações e pactuações de suas respectivas instâncias, normatizando e regulando a política de assistência social em seu âmbito em consonância com as normas gerais da União.

XX – elaborar a proposta orçamentária da assistência social no Município assegurando recursos do tesouro municipal;

XXI – elaborar e submeter ao Conselho Municipal de Assistência Social, anualmente, a proposta orçamentária dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

XXII – elaborar e executar a política de recursos humanos, de acordo com a NOB/ RH - SUAS;

XXIII – elaborar o Plano Municipal de Assistência Social, a partir das responsabilidades e de seu respectivo estágio no aprimoramento da gestão do SUAS e na qualificação dos serviços, conforme patamares e diretrizes pactuadas nas instâncias de pactuação e negociação do SUAS;

XXIV – elaborar e expedir os atos normativos necessários à gestão do FMAS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo conselho municipal de assistência social;

XXV – elaborar e aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados;

XXVI – Manter atualizado o Censo SUAS;

XXVII – Manter atualizado Sistema de Cadastro Nacional de Entidade de Assistência Social – SCNEAS de que trata o inciso XI do art. 19 da Lei Federal nº 8.742, de 1993;

XXVIII – Manter atualizado o conjunto de aplicativos do Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social – Rede SUAS;

XXIX – garantir a infraestrutura necessária ao funcionamento do respectivo conselho municipal de assistência social, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens, traslados e diárias de conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições;

XXX – garantir que a elaboração da peça orçamentária esteja de acordo com o Plano Plurianual, o Plano de Assistência Social e dos compromissos assumidos no Pacto de Aprimoramento do SUAS;

XXXI – garantir a integralidade da proteção socioassistencial à população, primando pela qualificação dos serviços do SUAS, exercendo essa responsabilidade de forma compartilhada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

XXXII – garantir a capacitação para gestores, trabalhadores, dirigentes de entidades e organizações, usuários e conselheiros de assistência social, além de desenvolver, participar e apoiar a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos relacionados à política de assistência social,

em especial para fundamentar a análise de situações de vulnerabilidade e risco dos territórios e o equacionamento da oferta de serviços em conformidade com a tipificação nacional;

XXXIII – garantir o comando único das ações do SUAS pelo órgão gestor da política de assistência social, conforme preconiza a LOAS;

XXXIV – definir os fluxos de referência e contrarreferência do atendimento nos serviços socioassistenciais, com respeito às diversidades em todas as suas formas;

XXXV – definir os indicadores necessários ao processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação, observado a suas competências;

XXXVI – implementar os protocolos pactuados na CIT (Comissão Intergestora Tripartite);

XXXVII – implementar a gestão do trabalho e a educação permanente;

XXXVIII – promover a integração da política municipal de assistência social com outros sistemas públicos que fazem interface com o SUAS;

XXXIX – promover a articulação intersetorial do SUAS com as demais políticas públicas e Sistema de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça;

XL – promover a participação da sociedade, especialmente dos usuários, na elaboração da política de assistência social;

XLI – assumir as atribuições, no que lhe couber, no processo de municipalização dos serviços de proteção social básica;

XLII – participar dos mecanismos formais de cooperação intergovernamental que viabilizem técnica e financeiramente os serviços de referência regional, definindo as competências na gestão e no cofinanciamento, a serem pactuadas na CIB (Comissão Intergestora Bipartite);

XLIII – prestar informações que subsidiem o acompanhamento estadual e federal da gestão municipal;

XLIV – zelar pela execução direta ou indireta dos recursos transferidos pela União e pelos estados ao Município, inclusive no que tange a prestação de contas;

XLV – assessorar as entidades e organizações de assistência social visando à adequação dos seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais às normas do SUAS, orientando sobre a organização para aferir o pertencimento à rede socioassistencial, em âmbito local, de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados pelas entidades e organizações de assistência social de acordo com as normativas federais.

XLVI – acompanhar a execução de parcerias firmadas entre o município e as entidades e organizações de assistência social;

XLVII – aferir os padrões de qualidade de atendimento, a partir dos indicadores de acompanhamento definidos pelo respectivo conselho municipal de assistência social para a qualificação dos serviços e benefícios em consonância com as normas gerais;

XLVIII – encaminhar para apreciação do conselho municipal de assistência social os relatórios anuais, ou quando solicitados, de atividades e de execução físico-financeira a título de prestação de contas;

XLIX – compor as instâncias de pactuação e negociação do SUAS;

L – estimular a mobilização e organização dos usuários e trabalhadores do SUAS para a participação nas instâncias de controle social da política de assistência social;

LI – instituir o planejamento contínuo e participativo no âmbito da política de assistência social;

LII – dar publicidade ao dispêndio dos recursos públicos destinados à assistência social;

LIII – Manter a ouvidoria do SUAS;

LIV – submeter, conforme solicitação de forma sintética, e anualmente, de forma analítica, os relatórios de execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Assistência Social à apreciação do CMAS.

Seção IV DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 18 O Plano Municipal de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que contempla propostas para execução e o monitoramento da política de assistência social no âmbito do Município de Indaial.

§1º A elaboração do Plano Municipal de Assistência Social dar-se-á cada 4 (quatro) anos, coincidindo com a elaboração do Plano Plurianual e contemplará:

I – diagnóstico sócio territorial;

- II – objetivos gerais e específicos;
- III – diretrizes e prioridades deliberadas;
- IV – ações estratégicas para sua implementação;
- V – metas estabelecidas;
- VI – resultados e impactos esperados;
- VII – recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;
- VIII – mecanismos e fontes de financiamento;
- IX – indicadores de monitoramento e avaliação; e
- X – cronograma de execução.

§2º O Plano Municipal de Assistência Social, além do estabelecido no parágrafo anterior, deverá observar:

- I – as deliberações das conferências de assistência social;
- II – metas nacionais e estaduais pactuadas que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS;
- III – ações articuladas e intersetoriais;
- IV – ações de apoio técnico e financeiro à gestão descentralizada do SUAS.

CAPÍTULO IV

Das Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação do SUAS

Seção I

DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 19 O conselho Municipal de Assistência Social, instância do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, de caráter permanente e deliberativo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, responsável pelo controle social no segmento, encontra-se devidamente constituído e regulamentado nos termos da Lei Municipal nº 4.660, de 15 de junho de 2012.

CAPÍTULO V

DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS, DOS SERVIÇOS, DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS PROJETOS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA.

Seção I

DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 20 A regulamentação da concessão de Benefícios Eventuais e de Transferência Municipal de renda no âmbito da Política de Assistência Social, encontra-se regulamentado pela Lei Municipal nº 5.296, de 14 de junho 2016.

Seção II

DOS SERVIÇOS

Art. 21 Serviços socioassistenciais são atividades continuadas que visam a melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 8.742, de 1993, e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Seção III

DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 22 Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

§ 1º Os programas serão definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, obedecidas a Lei Federal nº 8.742, de 1993, e as demais normas gerais do SUAS, com prioridade para a inserção profissional e social.

§ 2º Os programas voltados para o idoso e a integração da pessoa com deficiência serão devidamente articulados com o benefício de prestação continuada estabelecido no art. 20 da Lei Federal nº 8.742, de 1993.

Seção IV

DOS PROJETOS DE ENFRENTAMENTO A POBREZA

Art. 23 Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social à grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

CAPÍTULO VI**DO FINANCIAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Art. 24 O financiamento da Política Municipal de Assistência Social é previsto e executado através dos instrumentos de planejamento orçamentário municipal, que se desdobram no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. O orçamento da assistência social deverá ser inserido na Lei Orçamentária Anual, devendo os recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social serem voltados à operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 25 Caberá ao órgão gestor da assistência social responsável pela utilização dos recursos do respectivo Fundo Municipal de Assistência Social o controle e o acompanhamento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, por meio dos respectivos órgãos de controle, independentemente de ações do órgão repassador dos recursos.

Parágrafo único. Os entes transferidores poderão requisitar informações referentes à aplicação dos recursos oriundos do seu fundo de assistência social, para fins de análise e acompanhamento de sua boa e regular utilização.

Seção I**DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Art. 26 O Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, instrumento de captação e aplicação de recursos, cujo objetivo consiste em proporcionar recursos e meios para o financiamento das ações na área de assistência social, encontra-se devidamente instituído e regulamentado através da Lei Municipal nº 2.563, de 10 de dezembro de 1996.

Art. 27 Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2021.

André Luiz Moser
Prefeito

LEI Nº 5906/2021

Publicação Nº 3130696

. LEI Nº 5906

. de 01 de julho de 2021

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A EXECUTAR SERVIÇOS DE PATROAMENTO NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA TEKA – TECELAGEM KUEHNRIK S.A. (ASTEKA)

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial no uso de suas atribuições legais, faço saber, a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município autorizado a promover, à título de estímulo econômico, a execução do patrolamento do acesso da ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA TEKA – TECELAGEM KUEHNRIK S.A. CNPJ 83.127.688/0001-00.

§ 1º A Prefeitura Municipal executará o serviço obedecendo o cronograma normal da Secretaria Municipal de Obras, durante o horário normal de expediente.

§ 2º A execução dos serviços não poderá exceder o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), ou duas horas-máquina.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de junho de 2021.

André Luiz Moser
Prefeito

PORTARIAS RH 2040/21

Publicação Nº 3132246

. PORTARIA Nº 2040/21
. De 01 de julho de 2021

Nomeia para provimento de cargo efetivo
Adrieli dos Santos Quaresma

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 001/2020, homologado pelo Decreto nº 3580/21, de 07 de maio de 2021, e, considerando desistência da vaga do candidato classificado em 2º lugar, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Enfermeiro IV, 40h/s do quadro de pessoal do Município de Indaial, Adrieli dos Santos Quaresma, aprovada em 3º lugar no Concurso Público 001/2020, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2021.
ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

PORTARIAS RH 2041/21

Publicação Nº 3132247

. PORTARIA Nº 2041/21
. De 01 de julho de 2021

Nomeia para provimento de cargo efetivo
Moises Levi Araujo de Moraes

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 001/2020, homologado pelo Decreto nº 3580/21, de 07 de maio de 2021, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Enfermeiro IV, 40h/s do quadro de pessoal do Município de Indaial, Moises Levi Araújo de Moraes, aprovado em 4º lugar no Concurso Público 001/2020, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2021.
ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

PORTARIAS RH 2042/21

Publicação Nº 3132249

. PORTARIA Nº 2042/21
. De 01 de julho de 2021

Nomeia para provimento de cargo efetivo
HERMES FERREIRA GUEDES

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 001/2020, homologado pelo Decreto nº 3580/21, de 07 de maio de 2021, e, considerando o inciso I, do parágrafo 1º do artigo 14 da LC 105/10, com relação ao 1º colocado do dito certame, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Médico Clínico Geral II, 40h/s do quadro de pessoal do Município de Indaial, HERMES FERREIRA GUEDES, aprovado em 5º lugar no Concurso Público 001/2020, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2021.
ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

PORTARIAS RH 2043/21

Publicação Nº 3132250

- . PORTARIA Nº 2043/21
- . De 01 de julho de 2021

Nomeia para provimento de cargo efetivo
THIAGO BAUER BANNACH

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 001/2020, homologado pelo Decreto nº 3580/21, de 07 de maio de 2021, e, considerando o inciso III, do parágrafo 1º do artigo 14 da LC 105/10, com relação ao 2º colocado do dito certame, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Médico Clínico Geral II, 40h/s do quadro de pessoal do Município de Indaial, THIAGO BAUER BANNACH, aprovado em 6º lugar no Concurso Público 001/2020, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2021.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

PORTARIAS RH 2044/21

Publicação Nº 3132252

- . PORTARIA Nº 2044/21
- . De 01 de julho de 2021

Nomeia para provimento de cargo efetivo
PEDRO SARMENTO SOMMER

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 001/2020, homologado pelo Decreto nº 3580/21, de 07 de maio de 2021, e, considerando o inciso I, do parágrafo 1º do artigo 14 da LC 105/10, com relação ao 3º colocado do dito certame, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Médico Clínico Geral II, 40h/s do quadro de pessoal do Município de Indaial, PEDRO SARMENTO SOMMER, aprovado em 7º lugar no Concurso Público 001/2020, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2021.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

PORTARIAS RH 2045/21

Publicação Nº 3132253

- . PORTARIA Nº 2045/21
- . De 01 de julho de 2021

Nomeia para provimento de cargo efetivo
VINICIUS RIGONI

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 001/2020, homologado pelo Decreto nº 3580/21, de 07 de maio de 2021, e, considerando o inciso I, do parágrafo 1º do artigo 14 da LC 105/10, com relação ao 4º colocado do dito certame, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Médico Clínico Geral II, 40h/s do quadro de pessoal do Município de Indaial, VINICIUS RIGONI, aprovado em 8º lugar no Concurso Público 001/2020, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2021.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

PORTARIAS RH 2046/21

Publicação Nº 3132254

- . PORTARIA Nº 2046/21
- . De 01 de julho de PORTARIA Nº 2042/21
- . De 01 de julho de 2021

Nomeia para provimento de cargo efetivo
HERMES FERREIRA GUEDES

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 001/2020, homologado pelo Decreto nº 3580/21, de 07 de maio de 2021, e, considerando o inciso I, do parágrafo 1º do artigo 14 da LC 105/10, com relação ao 1º colocado do dito certame, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Médico Clínico Geral II, 40h/s do quadro de pessoal do Município de Indaial, HERMES FERREIRA GUEDES, aprovado em 5º lugar no Concurso Público 001/2020, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2021.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

PORTARIAS RH 2047/21

Publicação Nº 3132255

- . PORTARIA Nº 2047/21
- . De 01 de julho de 2021

Nomeia para provimento de cargo efetivo
GEORGE NOBRE VIEIRA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 001/2020, homologado pelo Decreto nº 3580/21, de 07 de maio de 2021, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Médico Clínico Geral II, 40h/s do quadro de pessoal do Município de Indaial, GEORGE NOBRE VIEIRA, aprovado em 10º lugar no Concurso Público 001/2020, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2021.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

PORTARIAS RH 2048/21

Publicação Nº 3132257

- . PORTARIA Nº 2048/21
- . De 01 de julho de 2021

Nomeia para provimento de cargo efetivo
LUCAS SCHLOSSMACHER

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 001/2020, homologado pelo Decreto nº 3580/21, de 07 de maio de 2021, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Médico Clínico Geral II, 40h/s do quadro de pessoal do Município de Indaial, LUCAS SCHLOSSMACHER, aprovado em 11º lugar no Concurso Público 001/2020, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2021.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

PORTARIAS RH 2049/21

Publicação Nº 3132259

- . PORTARIA Nº 2049/21
- . De 01 de julho de 2021

Nomeia para provimento de cargo efetivo
ALICIA GONÇALVES TELES

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 001/2020, homologado pelo Decreto nº 3580/21, de 07 de maio de 2021, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Médico Clínico Geral II, 40h/s do quadro de pessoal do Município de Indaial, ALICIA GONÇALVES TELES, aprovada em 12º lugar no Concurso Público 001/2020, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2021.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

PORTARIAS RH 2050/21

Publicação Nº 3132260

- . PORTARIA Nº 2050/21
- . De 01 de julho de 2021

Nomeia para provimento de cargo efetivo
RAFAEL SCHLOSSMACHER

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 001/2020, homologado pelo Decreto nº 3580/21, de 07 de maio de 2021, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Médico Clínico Geral II, 40h/s do quadro de pessoal do Município de Indaial, RAFAEL SCHLOSSMACHER, aprovado em 13º lugar no Concurso Público 001/2020, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2021.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

PORTARIAS RH 2051/21

Publicação Nº 3132262

- . PORTARIA Nº 2051/21
- . De 01 de julho de 2021

Nomeia para provimento de cargo efetivo
FERNANDO HENRIQUE MOMM

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 001/2020, homologado pelo Decreto nº 3580/21, de 07 de maio de 2021, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Médico Clínico Geral II, 40h/s do quadro de pessoal do Município de Indaial, FERNANDO HENRIQUE MOMM, aprovado em 14º lugar no Concurso Público 001/2020, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2021.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

PORTARIAS RH 2052/21

Publicação N° 3132263

- . PORTARIA N° 2052/21
- . De 01 de julho de 2021

Nomeia para provimento de cargo efetivo
ROBERTO IGOR ARAUJO DE AZEVEDO

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar n° 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público n° 001/2020, homologado pelo Decreto n° 3580/21, de 07 de maio de 2021, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Médico Clínico Geral II, 40h/s do quadro de pessoal do Município de Indaial, ROBERTO IGOR ARAUJO DE AZEVEDO, aprovado em 15° lugar no Concurso Público 001/2020, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2021.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

PORTARIAS RH 2053/21

Publicação N° 3132266

- . PORTARIA N° 2053/21
- . De 01 de julho de 2021

Nomeia para provimento de cargo efetivo
LUCAS PECKER DE AZAMBUJA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar n° 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público n° 001/2020, homologado pelo Decreto n° 3580/21, de 07 de maio de 2021, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Médico Clínico Geral II, 40h/s do quadro de pessoal do Município de Indaial, LUCAS PECKER DE AZAMBUJA, aprovado em 16° lugar no Concurso Público 001/2020, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2021.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

PORTARIAS RH 2054/21

Publicação N° 3132268

- . PORTARIA N° 2054/21
- . De 01 de julho de 2021

Nomeia para provimento de cargo efetivo
FLAVIA ILSE MENDOZA RIVERA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar n° 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público n° 001/2020, homologado pelo Decreto n° 3580/21, de 07 de maio de 2021, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Médico Clínico Geral II, 40h/s do quadro de pessoal do Município de Indaial, FLAVIA ILSE MENDOZA RIVERA, aprovado em 17° lugar no Concurso Público 001/2020, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2021.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

PORTARIAS RH 2055/21

Publicação N° 3132270

- . PORTARIA N° 2055/21
- . De 01 de julho de 2021

Nomeia para provimento de cargo efetivo
LEE JAMES DE SOUZA RAMOS

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar n° 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público n° 001/2020, homologado pelo Decreto n° 3580/21, de 07 de maio de 2021, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Médico Clínico Geral II, 40h/s do quadro de pessoal do Município de Indaial, LEE JAMES DE SOUZA RAMOS, aprovado em 18° lugar no Concurso Público 001/2020, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2021.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

PORTARIAS RH 2056/21

Publicação N° 3132272

- . PORTARIA N° 2056/21
- . De 01 de julho de 2021

Nomeia para provimento de cargo efetivo
Lismari Pscheidt

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar n° 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público n° 001/2020, homologado pelo Decreto n° 3580/21, de 07 de maio de 2021, e, considerando o inciso I, do parágrafo 1º, do artigo 14 da LC 105, com relação ao 2º colocado do dito certame, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Psicólogo, 20h/s do quadro de pessoal do Município de Indaial, Lismari Pscheidt, aprovado em 4º lugar no Concurso Público 001/2020, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2021.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

PORTARIAS RH 2057/21

Publicação N° 3132271

- . PORTARIA N° 2057/21
- . De 01 de julho de 2021

Nomeia para provimento de cargo efetivo
Fernanda Fernandes Rodrigues

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar n° 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público n° 001/2020, homologado pelo Decreto n° 3580/21, de 07 de maio de 2021, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Psicólogo, 20h/s do quadro de pessoal do Município de Indaial, Fernanda Fernandes Rodrigues, aprovado em 5º lugar no Concurso Público 001/2020, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2021.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

PORTARIAS RH 2058/21

Publicação Nº 3132273

. PORTARIA Nº 2058/21
. De 01 de julho de 2021

Nomeia para provimento de cargo efetivo
Edenize Pimentel

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Artigo 13 da Lei Complementar nº 105/10, Lei Municipal 2.317/94 e alterações e tendo em vista resultado do Concurso Público nº 001/2020, homologado pelo Decreto nº 3580/21, de 07 de maio de 2021, e, considerando o Inciso III do parágrafo 1º do artigo 14 da LC 105/10, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem II, 40h/s do quadro de pessoal do Município de Indaial, Edenize Pimentel, aprovada em 3º lugar no Concurso Público 001/2020, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Município de Indaial, em 01 de julho de 2021.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

TERMO ADITIVO Nº 027 AO CONTRATO Nº 039/2018

Publicação Nº 3131768

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9AD4D667875B472C4346CD98DAE2E72CFA10CC97

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 027 AO CONTRATO Nº 039/2018

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A.

CNPJ: 90.180.605/0001-02

OBJETO DO ADITIVO: visa a correção/atualização dos itens dispostos na tabela constante no item 3.1, e ainda o acréscimo de itens, conforme justificativa técnica apresentada pela Secretaria de Administração e Finanças.

VALOR REAJUSTADO: R\$ 133.853,41

DATA DA ASSINATURA: 1º/07/2021.

9AD4D667875B472C4346CD98DAE2E72CFA10CC97

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2021 - TERMO DE DISPENSA Nº 13/2021**

Publicação Nº 3131066

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 18C9F16B2D7054EE5C874EC0E0C9D5AE3ABF54F5

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Câmara Municipal de Indaial torna público:

Dispensa de Licitação nº 13/2021

Objeto: Aquisição de bandeiras oficiais para a sede da Câmara de Vereadores de Indaial.

Contratada: Videband – Indústria e Comércio de Confecções Eireli.

Valor: R\$2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

Dotação Orçamentária: 01.01.001.031.0001.2001.339030500000.01000000 – Bandeiras, flâmulas e insígnias.

Data: 30/06/2021

Prazo de Entrega: Vinte dias úteis após o efetivo pedido dos produtos.

Vencimento: 31/12/2021.

Base legal: Artigo 24, II, da Lei nº 8.666/93 c/c Decreto nº 9.412/18.

Flávio Augusto Ferri Molinari

Presidente da Mesa Diretora

Câmara Municipal de Indaial

O documento original encontra-se disponível para consulta na unidade demandante desta publicação.

PORTARIA 35/2021

Publicação Nº 3131910

Portaria Nº 35/21

Concede Licença / Vereadora Fernanda dos Santos Cattoni.

Flávio Augusto Ferri Molinari, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 42, inciso III, artigo 43, da Lei Orgânica do Município, inciso II, parágrafo 2º da emenda à LOM nº 01/03, artigo 87, inciso III do Regimento Interno da Câmara, e, conforme requerimento nº 214 aprovado pelo Plenário na sessão remota do dia 29 de junho de 2021, e parecer da Comissão de Justiça e Redação,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença, sem remuneração, para tratar de interesses particulares, à vereadora Fernanda dos Santos Cattoni, pelo período de 31 (trinta e um) dias, de 05 de julho a 04 de agosto de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 01 de julho de 2021.

Flávio Augusto Ferri Molinari	
Presidente da Mesa	
Jonas Luiz de Lima	Diogo de Pinho
Vice-Presidente	1º Secretário
Remir José de Faveri	
2º Secretário	

PORTARIA 36/2021

Publicação Nº 3132287

Portaria Nº 36/21

Férias / Ivonei Marcos Pasqualini.

Flávio Augusto Ferri Molinari, Presidente em exercício da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições, de acordo com artigo 50, inciso VII da Lei Orgânica do Município, art. 93, §§ 3º e 4º da Lei Complementar nº 105/2010 (Estatuto Servidores Públicos do Município de Indaial), e demais disposições legais em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias ao servidor Ivonei Marcos Pasqualini, ocupante do cargo de Tesoureiro, do quadro de servidores da Câmara Municipal de Indaial, relativas ao período 2020/2021, a serem usufruídas a partir do dia 5 de julho de 2021.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento relativo a 1/3 (um terço) devido, conforme legislação vigente.

Art. 3º Conforme Portaria 51/2020, o servidor já usufruiu 20 (vinte) dias de férias, relativas ao período 2020/2021.

Art. 4º Com a presente Portaria o servidor zera o saldo de férias relativas ao 2020/2021.

Indaial, 01 de julho de 2021.

Flávio Augusto Ferri Molinari	
Presidente da Mesa	
Jonas Luiz de Lima	Diogo de Pinho
Vice-Presidente	1º Secretário
Remir José de Faveri	
2º Secretário	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 020/2021 - TERMO DE DISPENSA 13/2021

Publicação Nº 3131068

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6C29372AD8463543445823A893634AEE51808C20

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Nesta data, tendo em vista que estão preenchidos os requisitos legais e de mérito, homologo o Processo Licitatório nº 020/2021 – Termo de Dispensa nº 13/2021 e adjudico a Videband - Industria e Comercio de Confecções Eireli, inscrita no CNPJ sob o nº 03.574.4665/0001-44, o objeto do presente processo, no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

Publique-se.

Indaial (SC), 30 de junho de 2021.

Flávio Augusto Ferri Molinari

Presidente da Mesa Diretora

Câmara Municipal de Indaial

Iomerê

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.041 DE 28 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3131021

DECRETO Nº 2.041 DE 28 DE JUNHO DE 2021.

Atualiza valores dos serviços prestados a particulares.

A PREFEITA MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 3º da Lei nº 9/97, de 22 de janeiro de 1997, e suas alterações posteriores:

RESOLVE:

Art. 1. O valor dos serviços prestados a particulares, por máquinas de propriedade do Município de Iomerê, de conformidade com a Lei n. 9/97 e suas alterações posteriores, obedecerá à seguinte tabela:

TIPO DE MÁQUINA/SERVIÇO	VALOR (R\$ HORA)
Trator Esteira	280,00
Escavadeira Hidráulica – até 14.500T	235,00
Escavadeira Hidráulica – acima de 14.500T	250,00
Pá Carregadeira	150,00
Retro Escavadeira	150,00
Caminhão Basculante	150,00
Caminhão Tanque	150,00
Mini carregadeira	120,00
Rolo compactador	150,00
Moto niveladora	180,00

Art. 2. O pagamento dos valores se dará através de boleto bancário, a ser emitido pelo Município de Iomerê, após a execução dos serviços, conforme quantidade de horas prestadas a cada tomador do serviço, mediante Ordem de Serviço emitida e assinada pelo Tomador do Serviço e Operador de Máquina que Executou o Serviço.

Art.3. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade a sua publicação no DOM/SC, nos termos das Leis Ordinárias nº 523/2009 nº 853/2017 e 524/2009, ficando revogadas as disposições em contrário.

Iomerê, 28 de junho de 2021.

LUCI PERETTI

Prefeita Municipal

PORTARIA 3806/21

Publicação Nº 3130475

PORTARIA Nº 3806 DE 30 DE JUNHO DE 2021

Concede férias a servidora municipal

A PREFEITA MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias, a servidora Municipal REGIANE ELISANGELA PELIZZARI, pelo período de 30(TRINTA) dias, referente ao período aquisitivo de 01/06/2020 a 30/05/2021 a contar de 01/07/2021 a 30/07/2021

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

IOMERE, SC- 30 DE JUNHO DE 2021

LUCI PERETTI

Prefeita Municipal

PORTARIA 3807/21

Publicação N° 3130481

PORTARIA N° 3807 DE 30 DE JUNHO DE 2021
Concede férias a servidora municipal

A PREFEITA MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias, a servidora Municipal ELIZETE BUFFON BALBINOT, pelo período de 15(QUINZE) dias, referente ao período aquisitivo de 03/01/2019 a 02/01/2020 a contar de 01/07/2021 a 15/07/2021

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

IOMERE, SC- 30 DE JUNHO DE 2021

LUCI PERETTI
Prefeita Municipal

PORTARIA 3808/21

Publicação N° 3130484

PORTARIA N° 3808 DE 30 DE JUNHO DE 2021
Concede férias a servidora municipal

A PREFEITA MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias, a Conselheira Tutelar CLEIDE COLOMBO NAVA, pelo período de 15(QUINZE) dias, referente ao período aquisitivo de 09/01/2019 a 08/01/2020 a contar de 19/07/2021 a 02/08/2021

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

IOMERE, SC- 30 DE JUNHO DE 2021

LUCI PERETTI
Prefeita Municipal

PORTARIA 3809/21

Publicação N° 3130487

PORTARIA N° 3809 DE 30 DE JUNHO DE 2021
Concede férias a servidora municipal

A PREFEITA MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias, a servidora Municipal DAIANA AMALIA CHAVES, pelo período de 30(TRINTA) dias, referente ao período aquisitivo de 04/07/2019 a 03/07/2020 a contar de 30/06/2021 a 09/07/2021

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

IOMERE, SC- 30 DE JUNHO DE 2021

LUCI PERETTI
Prefeita Municipal

Iporã do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO 079/2021

Publicação Nº 3130742

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE - SC
EXTRATO CONTRATO Nº 079/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0103/2021
Pregão Presencial Nº 032/2021

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: "AQUISIÇÃO DE CAPINADEIRA HIDRÁULICA MODELO CHD250 OU SIMILAR E KIT DE ESCOVAS EM CABOS DE AÇO PARA CAPI-NADEIRA HIDRÁULICA MODELO CHD250 OU SIMILAR PARA CONFORME PROCESSO Nº SGPE SCC 9784/2020 - CONVÊNIO 2020TR001413 CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SC, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA E O MUNI-CÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC"

DO VALOR TOTAL: R\$ 38.210,00 (trinta e oito mil duzentos e dez reais)

DA CONTRATANTE: Município de Iporã do Oeste/SC – CNPJ 78.485.554/0001-13

DO CONTRATADO: D'COMAQ INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME - CNPJ sob nº 18.474.949/0001-99

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura.

DO FUNDAMENTO: Art. 24 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de Mondai/SC.

Iporã do Oeste/SC, 2 de Julho de 2021.

ADELIO MARX

Prefeito Municipal.

CONTRATO 080/2021

Publicação Nº 3131302

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE - SC
EXTRATO CONTRATO Nº 080/2021
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0108/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 048/2021

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: "AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DESPORTO, CULTURA E TURISMO DO MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC"

DO VALOR TOTAL: R\$ 15.701,00 (Quinze mil setecentos e um reais).

DA CONTRATANTE: Município de Iporã do Oeste/SC – CNPJ 78.485.554/0001-13

DO CONTRATADO: NELTO CARLOS BAGATINI & CIA LTDA, CNPJ nº 08.371.637/0001-04

DA VIGÊNCIA: Da data da assinatura até o dia 31/12/2021.

DO FUNDAMENTO: Art. 24 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de Mondai/SC.

Iporã do Oeste/SC, 2 de Julho de 2021.

ADELIO MARX

Prefeito Municipal.

Ipuacú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF N 67.2021

Publicação Nº 3131123

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF Nº. 67/2021

PROCESSO LICITATÓRIO PREF n. 36/2021

PREGÃO PRESENCIAL PREF n. 20/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPUAÇU

CONTRATADO: EDITORA FTD SA, inscrita no CNPJ sob nº. 61.186.490/0009-04.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto aquisição de sistema de ensino composto de livros didáticos educacionais com acompanhamentos e assessoramento pedagógico com material didático alinhado com a BNCC (base nacional comum curricular) para professores e alunos da educação de 1º ao 5º ano do ensino fundamental. O material pedagógico integrante do sistema estruturado de ensino a ser aplicado no município deverá estar em conformidade em sua integralidade com os parâmetros e requisitos pedagógicos da secretaria municipal de educação, e compreender o Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano, conforme as descrições contidas no anexo I- termo de referências do edital.

DA VALIDADE DA ATA: A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano a contar da data da assinatura da presente ata, ou seja, de 01 de julho de 2021 até a data de 01 de julho de 2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF N 68.2021

Publicação Nº 3131169

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF Nº. 68/2021

PROCESSO LICITATÓRIO PREF n. 53/2021

PREGÃO PRESENCIAL PREF n. 29/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPUAÇU

CONTRATADO: JV COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 01.276.119/0001-54.

OBJETO: Tem por objeto o presente edital a aquisição futura e parcelada de materiais de construção, elétricos, hidrossanitários, ferragens e ferramentas para uso das secretarias e fundos da municipalidade do município de Ipuacú/SC, de acordo com Anexo I- termo de referências.

DA VALIDADE DA ATA: A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano a contar da data de 01 de julho de 2021 até a data de 01 de julho de 2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF Nº. 69.2021

Publicação Nº 3131507

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF Nº. 69/2021

PROCESSO LICITATÓRIO PREF n. 53/2021

PREGÃO PRESENCIAL PREF n. 29/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPUAÇU.

CONTRATADO: FERNANDO ANTONIO TRENTIN, inscrita no CNPJ sob o nº 17.609.784/0001-52.

OBJETO: Tem por objeto o presente edital a aquisição futura e parcelada de materiais de construção, elétricos, hidrossanitários, ferragens e ferramentas para uso das secretarias e fundos da municipalidade do município de Ipuacú/SC, de acordo com Anexo I- termo de referências.

DA VALIDADE DA ATA: A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano a contar da data de 01 de julho de 2021 até a data de 01 de julho de 2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF Nº. 70.2021

Publicação Nº 3131659

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF Nº. 70/2021

PROCESSO LICITATÓRIO PREF n. 53/2021

PREGÃO PRESENCIAL PREF n. 29/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPUAÇU

CONTRATADO: JANUARIO JOSE GUARAGNI, inscrita no CNPJ sob o nº 15.593.875/0001-11

OBJETO: Objeto consiste na seleção de propostas para a locação/serviços de assistência técnica de copiadoras/impressoras para uso em diversas Secretarias e Fundos Municipais, com fornecimento de suprimentos sem limite de uso e com prestação de serviços de manutenção dos equipamentos sem qualquer ônus ao município, conforme as especificações do anexo I- Termo de Referência.

DA VALIDADE DA ATA: A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano a contar da data de 01 de julho de 2021 até a data de 01 de julho de 2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF Nº. 71.2021

Publicação Nº 3131905

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF Nº. 71/2021

PROCESSO LICITATÓRIO PREF n. 53/2021

PREGÃO PRESENCIAL PREF n. 29/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPUAÇU

CONTRATADO: ELISAN REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 28.595.398/0001-75.

OBJETO: Objeto consiste na seleção de propostas para a locação/serviços de assistência técnica de copiadoras/impressoras para uso em diversas Secretarias e Fundos Municipais, com fornecimento de suprimentos sem limite de uso e com prestação de serviços de manutenção dos equipamentos sem qualquer ônus ao município, conforme as especificações do anexo I- Termo de Referência.

DA VALIDADE DA ATA: A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano a contar da data de 01 de julho de 2021 até a data de 01 de julho de 2022.

CONTRATO FMS Nº. 64.2021

Publicação Nº 3131243

CONTRATO FMS Nº. 64 DE 01 DE JULHO DE 2021.

CONTRATA EMPRESA PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDROSSANITÁRIOS, FERRAGENS E FERRAMENTAS PARA USO DAS SECRETARIAS E FUNDOS DA MUNICIPALIDADE DO MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: JV COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 01.276.119/0001-54.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.53/2021, Pregão Presencial Pref. n.29/2021 e Ata de Registro de Preços Pref. n.68/2021 datada de 01/07/2021.

DO OBJETO: Tem por objeto o presente edital a aquisição futura e parcelada de materiais de construção, elétricos, hidrossanitários, ferragens e ferramentas para uso das secretarias e fundos da municipalidade do município de Ipuacu/SC, de acordo com Anexo I- termo de referências.

VALOR: O Município pagará ao Contratado em moeda corrente o valor de até R\$ 2.327,72 (dois mil, trezentos e vinte e sete reais e setenta e dois centavos).

PRAZO: O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato que é de 01 de julho de 2021 e perdurará até a data de 01 de julho de 2022.

CONTRATO FMS Nº. 65.2021

Publicação Nº 3131516

CONTRATO FMS Nº. 65 DE 01 DE JULHO DE 2021.

CONTRATA EMPRESA PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDROSSANITÁRIOS, FERRAGENS E FERRAMENTAS PARA USO DAS SECRETARIAS E FUNDOS DA MUNICIPALIDADE DO MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: FERNANDO ANTONIO TRENTIN, inscrita no CNPJ sob o nº 17.609.784/0001-52.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.53/2021, Pregão Presencial Pref. n.29/2021 e Ata de Registro de Preços Pref. n.69/2021 datada de 01/07/2021.

DO OBJETO: Tem por objeto o presente edital a aquisição futura e parcelada de materiais de construção, elétricos, hidrossanitários, ferragens e ferramentas para uso das secretarias e fundos da municipalidade do município de Ipuacu/SC, de acordo com Anexo I- termo de referências.

VALOR: O Município pagará ao Contratado em moeda corrente o valor de até R\$ 16.216,80 (dezesesseis mil, duzentos e dezesesseis reais e oitenta centavos).

PRAZO: O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato que é de 01 de julho de 2021 e perdurará até a data de 01 de julho de 2022.

CONTRATO FMS Nº. 66.2021

Publicação Nº 3131696

CONTRATO FMS Nº. 66 DE 01 DE JULHO DE 2021.

CONTRATA EMPRESA PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDROSSANITÁRIOS, FERRAGENS E FERRAMENTAS PARA USO DAS SECRETARIAS E FUNDOS DA MUNICIPALIDADE DO MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: JANUARIO JOSE GUARAGNI, inscrita no CNPJ sob o nº 15.593.875/0001-11.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.53/2021, Pregão Presencial Pref. n.29/2021 e Ata de Registro de Preços Pref. n.70/2021 datada de 01/07/2021.

DO OBJETO: Tem por objeto o presente edital a aquisição futura e parcelada de materiais de construção, elétricos, hidrossanitários, ferragens e ferramentas para uso das secretarias e fundos da municipalidade do município de Ipuacu/SC, de acordo com Anexo I- termo de referências.

VALOR: O Município pagará ao Contratado em moeda corrente o valor de até R\$ 325.739,98 (trezentos e vinte e cinco mil, setecentos e trinta e nove reais e noventa e oito centavos).

PRAZO: O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato que é de 01 de julho de 2021 e perdurará até a data de 01 de julho de 2022.

CONTRATO FMS Nº. 67.2021

Publicação Nº 3131929

CONTRATO FMS Nº. 67 DE 01 DE JULHO DE 2021.

CONTRATA EMPRESA PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDROSSANITÁRIOS, FERRAGENS E FERRAMENTAS PARA USO DAS SECRETARIAS E FUNDOS DA MUNICIPALIDADE DO MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: ELISAN REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 28.595.398/0001-75.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.53/2021, Pregão Presencial Pref. n.29/2021 e Ata de Registro de Preços Pref. n.71/2021 datada de 01/07/2021.

DO OBJETO: Tem por objeto o presente edital a aquisição futura e parcelada de materiais de construção, elétricos, hidrossanitários, ferragens e ferramentas para uso das secretarias e fundos da municipalidade do município de Ipuacu/SC, de acordo com Anexo I- termo de referências.

VALOR: O Município pagará ao Contratado em moeda corrente o valor de até R\$ 392.382,40 (trezentos e noventa e dois mil, trezentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos).

PRAZO: O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato que é de 01 de julho de 2021 e perdurará até a data de 01 de julho de 2022.

CONTRATO PREF Nº. 123.2021

Publicação Nº 3131310

CONTRATO PREF Nº. 123 DE 01 DE JULHO DE 2021.

CONTRATA EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE ENSINO COMPOSTO DE LIVROS DIDÁTICOS EDUCACIONAIS COM ACOMPANHAMENTOS E ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO COM MATERIAL DIDÁTICO ALINHADO COM A BNCC (BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR) PARA PROFESSORES E ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE 1º AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: EDITORA FTD SA, inscrita no CNPJ sob nº. 61.186.490/0009-04.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório PREF nº. 36/2021, Pregão Presencial PREF n.20/2021 e Ata de Registro de Preços PREF n.67/2021 datada de 01/07/2021.

DO OBJETO: A presente licitação tem por objeto aquisição de sistema de ensino composto de livros didáticos educacionais com acompanhamentos e assessoramento pedagógico com material didático alinhado com a BNCC (base nacional comum curricular) para professores e alunos da educação de 1º ao 5º ano do ensino fundamental. O material pedagógico integrante do sistema estruturado de ensino a ser aplicado no município deverá estar em conformidade em sua integralidade com os parâmetros e requisitos pedagógicos da secretaria municipal de educação, e compreender o Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano, conforme as descrições contidas no anexo I- termo de referências do edital.

VALOR: O Município pagará ao Contratado em moeda corrente o valor de até R\$ 121.992,00 (cento e vinte um mil, novecentos e noventa e dois reais).

PRAZO: O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato que é de 01 de julho de 2021 e perdurará até a data de 01 de julho de 2022.

CONTRATO PREF Nº. 124.2021

Publicação Nº 3131277

CONTRATO PREF Nº. 124 DE 01 DE JULHO DE 2021.

CONTRATA EMPRESA PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDROSSANITÁRIOS, FERRAGENS E FERRAMENTAS PARA USO DAS SECRETARIAS E FUNDOS DA MUNICIPALIDADE DO MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: JV COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 01.276.119/0001-54.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.53/2021, Pregão Presencial Pref. n.29/2021 e Ata de Registro de Preços Pref. n.68/2021 datada de 01/07/2021.

DO OBJETO: Tem por objeto o presente edital a aquisição futura e parcelada de materiais de construção, elétricos, hidrossanitários, ferragens e ferramentas para uso das secretarias e fundos da municipalidade do município de Ipuacu/SC, de acordo com Anexo I- termo de referências.

VALOR: O Município pagará ao Contratado em moeda corrente o valor de até R\$ 3.701,58 (três mil, setecentos e um reais e cinquenta e oito centavos).

PRAZO: O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato que é de 01 de julho de 2021 e perdurará até a data de 01 de julho de 2022.

CONTRATO PREF Nº. 125.2021

Publicação Nº 3131535

CONTRATO PREF Nº. 125 DE 01 DE JULHO DE 2021.

CONTRATA EMPRESA PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDROSSANITÁRIOS, FERRAGENS E FERRAMENTAS PARA USO DAS SECRETARIAS E FUNDOS DA MUNICIPALIDADE DO MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: FERNANDO ANTONIO TRENTIN, inscrita no CNPJ sob o nº 17.609.784/0001-52.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.53/2021, Pregão Presencial Pref. n.29/2021 e Ata de Registro de Preços Pref. n.69/2021 datada de 01/07/2021.

DO OBJETO: Tem por objeto o presente edital a aquisição futura e parcelada de materiais de construção, elétricos, hidrossanitários, ferragens e ferramentas para uso das secretarias e fundos da municipalidade do município de Ipuacu/SC, de acordo com Anexo I- termo de referências.

VALOR: O Município pagará ao Contratado em moeda corrente o valor de até R\$ 24.325,20 (vinte e quatro mil, trezentos e vinte e cinco reais e vinte centavos).

PRAZO: O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato que é de 01 de julho de 2021 e perdurará até a data de 01 de julho de 2022.

CONTRATO PREF Nº. 126.2021

Publicação Nº 3131559

CONTRATO PREF Nº. 126 DE 01 DE JULHO DE 2021.

CONTRATA EMPRESA PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDROSSANITÁRIOS, FERRAGENS E FERRAMENTAS PARA USO DAS SECRETARIAS E FUNDOS DA MUNICIPALIDADE DO MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: JANUARIO JOSE GUARAGNI, inscrita no CNPJ sob o nº 15.593.875/0001-11.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.53/2021, Pregão Presencial Pref. n.29/2021 e Ata de Registro de Preços Pref. n.70/2021 datada de 01/07/2021.

DO OBJETO: Tem por objeto o presente edital a aquisição futura e parcelada de materiais de construção, elétricos, hidrossanitários, ferragens e ferramentas para uso das secretarias e fundos da municipalidade do município de Ipuacu/SC, de acordo com Anexo I- termo de referências.

VALOR: O Município pagará ao Contratado em moeda corrente o valor de até R\$ 488.802,72 (quatrocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e dois reais e setenta e dois centavos).

PRAZO: O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato que é de 01 de julho de 2021 e perdurará até a data de 01 de julho de 2022.

CONTRATO PREF Nº. 127.2021

Publicação Nº 3131939

CONTRATO PREF Nº. 127 DE 01 DE JULHO DE 2021.

CONTRATA EMPRESA PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS, HIDROSSANITÁRIOS, FERRAGENS E FERRAMENTAS PARA USO DAS SECRETARIAS E FUNDOS DA MUNICIPALIDADE DO MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: ELISAN REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 28.595.398/0001-75.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.53/2021, Pregão Presencial Pref. n.29/2021 e Ata de Registro de Preços Pref. n.71/2021 datada de 01/07/2021.

DO OBJETO: Tem por objeto o presente edital a aquisição futura e parcelada de materiais de construção, elétricos, hidrossanitários, ferragens e ferramentas para uso das secretarias e fundos da municipalidade do município de Ipuacu/SC, de acordo com Anexo I- termo de referências.

VALOR: O Município pagará ao Contratado em moeda corrente o valor de até R\$ 588.573,60 (quinhentos e oitenta e oito mil, quinhentos e setenta e três reais e sessenta centavos).

PRAZO: O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato que é de 01 de julho de 2021 e perdurará até a data de 01 de julho de 2022.

DECRETO Nº 239 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019. NOMEIA MEMBROS PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

Publicação Nº 3131599

DECRETO Nº 239

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente Lei Municipal nº 196, de 02 de dezembro de 1998;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal de Turismo, com a finalidade de orientar, promover, auxiliar e emitir sugestões para o desenvolvimento do Turismo no Município, conforme previsto na legislação supra, os seguintes representantes:

- I- Secretaria de Industria, Comércio, Urbanismo e Turismo: Indiamara Aline Visoli;
- II- Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares: Cleusa Biasotto Brisola;
- III- Associação de Desenvolvimento Comunitário de Ipuacu: Marcos Vinicius Binotto;
- IV- Clube Recreativo e Esportivo Lageadense: Ildo Bevilaqua;
- V- Associação Grupo de Jovens Unidos - JUI: Claudiomiro Poggere;
- VI- Centro de Tradições Gaúchas – CTG Herança de Guapo: Vanessa Vogel Tamanho;
- VII- Comunidade Indígena Xapecó: Jonatas de Oliveira;
- VIII- Associação Comercial e Industrial de Ipuacu: Franciane Maria.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu- SC, em 31 de dezembro de 2019.

CLORI PEROZA

Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DÉCIMO SEGUNDO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2020

Publicação Nº 3130970

DÉCIMO SEGUNDO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2020.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, inciso IX do artigo 91 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com os artigos 14 a 21 da Lei Complementar Municipal nº 011, de 14 de junho de 2005, faz saber a todos, que ficam convocados a se apresentar junto ao setor de recursos humanos da Prefeitura Municipal, até o dia 30 de julho de 2021, para a posse e exercício de cargo de provimento temporário do Poder Executivo Municipal, os seguintes candidatos classificados no supramencionado processo seletivo:

Servidor:	C.H:	Função:	Disponibilidade:
MARIANA ORZEKOVSKI	40hs	Enfermeira	Matutino/Vespertino
CRISTIANE CARLA ALBRECHT	40hs	Enfermeira	Matutino/Vespertino

Os candidatos supra relacionados deverão se apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal com cópia dos seguintes documentos:

- I – Carteira de Identidade;
- II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- III – Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- IV – Certidão de Nascimento ou Casamento;
- V – Certidão de Nascimento de filhos menores (se houver);
- VI – Quitação com o Serviço Militar (sexo masculino);
- VII – 01 (uma) foto 3 x 4 recente;
- VIII – Número de Inscrição no PIS/PASEP;
- IX – Carteira de Trabalho – CTPS;
- X - Comprovante de escolaridade;
- XI – Registro do respectivo Conselho Regional (para cargos de profissão regulamentada);
- XII - Carteira Nacional de Habilitação (para cargos exigíveis);
- XIII - Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo expedida por médico do trabalho;
- XIV – Certidão Cível e Criminal disponível no site do TJSC e Justiça Federal da 4ª Região;
- XV – Declaração negativa de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em Lei;
- XVI – Conta Bancária (Bancos: Brasil ou Cresol);
- XVII - Declaração de bens e fontes de rendas;
- XVIII – Comprovante de residência.
- XIX – Declaração de disponibilidade de horários para atuar conforme carga horária aprovada;
- XX – Para os cargos de agente comunitário de saúde deve ser comprovado residência na área para qual se candidatou no processo seletivo conforme item 2.5.20 do edital e art. 6º, I da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006.

A não apresentação da documentação relacionada até o prazo estabelecido implicará na exclusão do (a) candidato (a) aprovado (a) e convocado (a).

Caso o (a) candidato (a), por qualquer motivo, não possa assumir o cargo desta convocação, poderá solicitar, desde que o faça por escrito manter a mesma posição da lista para novo chamamento ou a sua reclassificação para o último lugar dos classificados para o mesmo cargo.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu - SC, em 01 de julho de 2021.

CLORI PEROZA

Prefeita do Município.

HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREF Nº. 53.2021 PREGÃO PRESENCIAL PREF Nº. 29.2021

Publicação Nº 3132301

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 01/07/2021.

PROCESSO LICITATÓRIO PREF n. 53/2021

PREGÃO PRESENCIAL PREF n. 29/2021

OBJETO: Tem por objeto o presente edital a aquisição futura e parcelada de materiais de construção, elétricos, hidrossanitários, ferragens e ferramentas para uso das secretarias e fundos da municipalidade do município de Ipuacu/SC, de acordo com Anexo I- termo de referências.

VENCEDORAS DO PROCESSO LICITATÓRIO:

EMPRESA: JV COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 01.276.119/0001-54.

VALOR: R\$ 6.029,30 (seis mil, vinte nove reais e trinta centavos).

EMPRESA: FERNANDO ANTONIO TRENTIN, inscrita no CNPJ sob o nº 17.609.784/0001-52.

VALOR: R\$ 40.542,00 (quarenta mil, quinhentos e quarenta e dois reais).

EMPRESA: JANUARIO JOSE GUARAGNI, inscrita no CNPJ sob o nº 15.593.875/0001-11.

VALOR: R\$ 814.542,70 (oitocentos e quatorze mil, quinhentos e quarenta e dois reais e setenta centavos).

EMPRESA: ELISAN REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 28.595.398/0001-75.

VALOR: R\$ 980.956,00 (novecentos e oitenta mil, novecentos e cinquenta e seis reais).

Ipuacu/SC, 01 de julho de 2021.

CLORI PEROZA

PREFEITA MUNICIPAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF Nº. 94.2020

Publicação Nº 3131091

DATA DE ADITAMENTO: 01/07/2021.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF Nº. 94 DE 03 DE JULHO DE 2020.

CONTRATA EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE FILTROS E ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA AS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E OBRAS, AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E ASSUNTOS INDÍGENAS PARA OS FINS QUE ESPECIFICA- REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: C.C.L COMERCIO DE LUBRIFICANTES LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº 35.235.579/0001-56.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. nº. 37/2020, Pregão Presencial Pref n.º 17/2020 e Ata de Registro de Preços n.º 44/2020 datada de 03 de julho de 2020.

DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO: O objeto do presente termo aditivo consiste no reequilíbrio econômico financeiro dos itens 42, 50 e 51 do Contrato Pref. nº. 94 de 03 de julho de 2020.

Considerando a solicitação da empresa de reequilíbrio econômico financeiro e parecer jurídico favorável faz-se o reequilíbrio de 35% (trinta e cinco por cento) nos referidos itens.

Valor total do termo aditivo é do montante de até R\$ 15.600,30 (quinze mil, seiscentos reais e trinta centavos).

Ipumirim

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2021 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 14/2020/FMS

Publicação Nº 3130690

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D486CAEF3A84410299414286CF5B9A87C06886A4

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2021

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 14/2020

GUILHERME RENAN BENVENUTTI - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 15/07/2021, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 15/07/2021. Objeto da licitação: Contratação de serviço de médico especializado em Pediatria e Endocrinologia Pediátrica, para atuação na Unidade Básica de Saúde, com carga horária de 8 (oito) horas semanais, visando o atendimento de crianças do Município de Ipumirim-SC, conforme especificações anexo II e Termo de Referência anexo III do edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 01/07/2021

GUILHERME RENAN BENVENUTTI

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 9/2021 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 15/2021/FMS

Publicação Nº 3131674

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 02BC77A77657972B3231F8D1FF646125FFFE0B6

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 9/2021

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 15/2021

GUILHERME RENAN BENVENUTTI - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o ART.4º CAPUT, cujo objeto é: Contratação de empresa de comunicação, para prestação de serviço, através de rádio, que tenha alcance na área urbana e rural do Município, para repassar informações sobre o COVID-19 e sobre a campanha de vacinação, conforme justificativa anexo. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 01/07/2021

GUILHERME RENAN BENVENUTTI

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 365/2021 DE 01/07/2021

Publicação Nº 3131777

PORTARIA Nº 365/2021 DE 01/07/2021

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Hilário Reffatti, prefeito de Ipumirim, no uso de suas atribuições em com fulcro na Lei Complementar 178 de 24 de outubro de 2018, - RESOLVE

Art. 1º - Contratar temporariamente ANA PAULA HERTER, CPF nº 059.322.599-65, documento de identidade nº 5.336.358-2, para o cargo de Professor - não habilitado, com carga horária semanal de 20h, face a aprovação na Chamada Pública Edital nº 22/2021, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS), a partir de 13/02/2021 para atuar como Professora de Educação Infantil Pré-escola, em substituição a Tatiane Panissi, com lotação no NEM Isidoro Giacomo Savaris, pelo período de 01/07/2021 até 16/08/2021.

Art. 2º - A presente contratação fundamenta-se no a alínea "da" do inciso IV do art. 2º da Lei complementar 178 de 24 de outubro de 2018, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de Excepcional Interesse Público do Município de Ipumirim - SC.

Art. 3º - Os vencimentos serão aqueles constantes no Anexo I da Lei Complementar 03 de 27 de setembro de 2002.

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de 01/07/2021.

Ipumirim/SC, 01 de Julho de 2021.

HILARIO REFFATTI

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL N° 52, DL N° 21/2021/PM

Publicação N° 3130459

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E0FC9AAFE081D3CCC6B329A1431360646D462F24

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 21/2021 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 52/2021 Data do Processo: 30/06/2021
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, HILARIO REFFATTI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 52/2021
b) Licitação Nr.: 21/2021-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 01/07/2021
e) Objeto da Licitação: Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra e material, para montagem de divisórias e desmontagens na Administração Pública Municipal.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) (em Reais R\$)

Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	------------	----------------	---------------

AMPEZE DIVISÓRIAS E SERVIÇOS EIRELI (9751)

1	Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra e material, para montagem de divisórias e desmontagens na Administração Pública Municipal.	SER	1,00	0,0000	15.420,00	15.420,00
---	--	-----	------	--------	-----------	-----------

Total do Fornecedor: 15.420,00

Total Geral: 15.420,00

Ipumirim, 1 de Julho de 2021.

HILARIO REFFATTI
PREFEITO MUNICIPAL

Hilário Reffatti - Prefeito de Ipumirim

Iraceminha

PREFEITURA

DECRETO 60 2021

Publicação N° 3131209

DECRETO N° 000060/21 de 1 de Julho de 2021

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de IRACEMINHA e autorização contida na Lei Municipal n° 001492/21 de 30 de Junho de 2021.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 427.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA TRANSP E PLANEJAMENTO

06.01 - DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTES

06.01.26.782.1011.1.029-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 427.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRET MUN EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

04.06 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES

04.06.27.812.1005.1.015-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 212.000,00

05 - SECRET MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

05.01 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

05.01.20.606.1012.1.020-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 116.883,19

05.01.20.606.1012.1.019-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 8.100,00

06 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA TRANSP E PLANEJAMENTO

06.02 - DEPARTAMENTO DE URBANISMO

06.02.15.451.1009.1.042-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 90.016,81

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 1 de Julho de 2021

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Irani

PREFEITURA

DECRETO Nº 132/2021

Publicação Nº 3131947

DECRETO 0132/2021, de 30 de junho de 2021.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”.

VANDERLEI CANCI, Prefeito de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso VIII, do artigo 104, da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1939, de 15/10/2020, em seu artigo 27, §2º e pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1943 de 24/11/2020 em seu artigo 5º, inciso III:

DECRETA,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), no orçamento vigente para o exercício de 2021, do Município de Irani, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
02	PODER EXECUTIVO MUNICIPAL			
02.03	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE			
02.03.12	Educação			
02.03.12.364	Ensino Superior			
02.03.12.364.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL			
02.03.12.364.1201.2.042	APOIO AO ENSINO SUPERIOR			
3.3.90.00.00.00.00.0195	Aplicações Diretas	3.000,00		3.000,00
TOTAL		3.000,00		3.000,00

Art. 2º. Para cobertura dos Créditos Adicionais Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos do superávit financeiro verificado na fonte 195 – Superávit recursos Ordinários, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais);

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Irani - SC, em 30 de junho de 2021.

VANDERLEI CANCI

Prefeito

Registrado e publicado nesta Secretaria em 30/06/2021.

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO N° 4.053/2021

Publicação N° 3130728

Decreto nº 4.053 de 30 de junho de 2021
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, LADEMIR FERNANDO ARCARI, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 2.088 de 12 de novembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), conforme discriminação seguinte:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.077 – Manutenção de Ações de combate ao COVID-19		
4.4.90.00.00.00.00.00.0297	Aplicações Diretas	R\$ 3.000,00

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação nas fontes de recursos 297 – Ações Estratégicas de Apoio a Gestação Pré Natal e Puerpério.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 30 de Junho de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N° 32/2021 - PM

Publicação N° 3131063

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 23326F38031DA6C2F05B090029571BF1593F6D84

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 32/2021

TOMADA DE PREÇOS N° 08/2021

CÓDIGO TCE 23326F38031DA6C2F05B090029571BF1593F6D84

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 21 de julho de 2021, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços, com critério de adjudicação MENOR PREÇO GLOBAL, de acordo com a Lei nº 8.666/93, visando a "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO, DETONAÇÃO E BRITAGEM DE 15.000 M³ (QUINZE MIL METROS CÚBICOS) DE ROCHA TIPO PEDRA FERRO, SENDO 10.000 M³ COM NO MÁXIMO 02" (DUAS POLEGADAS), E 5.000M³ COM NO MÁXIMO 4" (QUATRO POLEGADAS) COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA". O edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, sita a Rua Paraná, nº 200, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 3625-1111, no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 01 de julho de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2021

Publicação Nº 3131655



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2021****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1/2021**

O *Município de Irineópolis*, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, com amparo nas Leis Federais nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e 13.204, de 15 de dezembro de 2015, torna público o presente Edital de Chamamento Público visando à seleção de organizações da sociedade civil interessadas em celebrar termo de fomento que tenha por objeto **A EXECUÇÃO DE PROJETO VOLTADO À CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO**.

O recebimento da documentação e das propostas/planos de trabalho se dará por protocolo junto a Secretaria de Administração de Irineópolis, a partir das **13:00 horas do dia 05 de julho de 2021, até às 17:00 horas do dia 06 de agosto de 2021**.

1. PROPÓSITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

1.1. A finalidade do presente Chamamento Público é a seleção de propostas para a celebração de parceria com o Município de Irineópolis, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e Finanças através da formalização de termo de fomento para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolva a transferência de recursos financeiros à organizações da sociedade civil (OSCs), conforme condições estabelecidas nas Leis Federais nº 13.019/2014 e 13.204/2015 e no presente Edital.

1.2. O presente edital atende à solicitação de parceria emitida por Organizações da Sociedade Civil do Município de Irineópolis e busca receber e avaliar propostas de Associações interessadas que apresentem demandas que atendam ao objeto deste edital.

1.3. O procedimento de seleção reger-se-á pelas Leis nº 13.019/2014 e 13.204/2015 e pelos eventuais normativos aplicáveis, além das condições previstas neste Edital.

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br

Página 1 de 60



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



1.4. A proposta selecionada terá delimitação de atuação na área territorial do programa de Estratégia de Saúde da Família conhecidos como **ESF Rio Branco, ESF Serrinha e ESF São Pascoal** em que situar-se a Organização da Sociedade Civil observada a disponibilidade orçamentária para a celebração do termo de parceria, sendo que:

Valor: até **R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais)** a ser usado na manutenção do equipamento da prefeitura a ser usado pela associação

Equipamento: 1 retroescavadeira

1.5 A ordem de classificação se dará mediante os requisitos de avaliação constantes na tabela 2, item 13.5.3, devendo ser observados, também, os itens 13.5.5 e 13.6 do presente edital. Em caso de empate será adotado o procedimento descrito no item 13.7.

1.6 Objetivos específicos:

1.6.1 Conservar as estradas do perímetro de ESF, seguindo roteiro pré-estabelecido pela Administração Municipal, através da Secretaria da Infraestrutura;

1.6.2 Realizar serviços aos associados da OSC credenciada e associados das demais associações existentes no perímetro do ESF respectivo, mediante ressarcimento de custos, nas mesmas regras do Programa Porteira Adentro e seguindo a ordem de inscrição efetuada na Secretaria de Agricultura, bem como observando os limites da legislação em vigor. Os serviços seguirão a ordem de pedidos, mas deverá ser efetuado roteiro para otimizar a utilização do equipamento (retroescavadeira) e evitar deslocamentos desnecessários e onerosos.

2. OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

2.1. O termo de fomento tem por objeto a seleção de entidade sem fins lucrativos para firmar parceria com a Administração Pública Municipal de Irineópolis com o objetivo de **EXECUÇÃO DE PROJETO VOLTADO À CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS**

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



RURAIIS DO MUNICÍPIO, NAS ÁREAS DELIMITADAS PELOS PROGRAMAS DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA, CONHECIDOS COMO ESF RIO BRANCO, ESF SERRINHA E ESF SÃO PASCOAL.

2.2. As Finalidades e Objetivos específicos da parceria estão voltados para promover melhores condições sociais ao público atendido pelas referidas Organizações que, através de suas sedes sociais, realizam projetos de interesse público com a comunidade e demais ações conforme suas necessidades.

2.3. Não é permitida a atuação em rede.

3 – JUSTIFICATIVA

3.1. As Organizações da Sociedade Civil, também conhecidas como entidades do Terceiro Setor, atuam, basicamente, nas seguintes esferas: saúde, assistência social, educação, pesquisa, meio ambiente, desenvolvimento e defesa de direitos, cultura e recreação. Logo, ressalta-se a importância de tais instituições para toda a população em geral, eis que se dedicam exclusivamente ao bem-estar social.

3.2. O município de Irineópolis conta com aproximadamente 2.000 quilômetros de estradas rurais de terra. A conservação destas vias acaba não sendo satisfatória devido a grande extensão destas. A celebração do termo de colaboração com OSC que tenha capacidade de realizar os serviços, mediante a cessão de equipamento (retroescavadeira) e recursos para pagamento de operador e combustível, permitirão melhorar a conservação das vias dentro do perímetro do ESF.

3.3. Neste íterim, a Lei Federal nº 13.019/2014, modificada pela Lei Federal nº 13.204/2015, regulamenta as parcerias entre o poder público e as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, conforme disposto no art. 1º: institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.

3.4. Deste modo, salvo melhor juízo, entendemos que contribuir para melhorias estruturais nas sedes das Associações possui finalidade de interesse público e beneficiam a sociedade, promovendo maior conforto à comunidade em suas práticas e ações grupais. E o termo de fomento, assim como o termo de colaboração e o acordo de cooperação instrumentalizam acordos que consagram parcerias com atendimento

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br

Página 3 de 60



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



integral dos pressupostos conceituais do contrato administrativo, estendendo-se a parcerias público-privado que tenham por finalidade executar projetos, atividades e afins, de interesse público e social em prol do bem estar coletivo.

4. SOBRE A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA O OBJETO.

4.1 As despesas decorrentes da execução do Termo de Colaboração correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Agricultura correspondente ao exercício financeiro de 2021 vigentes na data de Celebração do Termo de Colaboração, nos termos do art. 35, II da Lei 13.079/14:

Órgão: 02 PODER EXECUTIVO

**Unidade: 07 SECRETARIA DE AGRICULTURA,
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE**

Proj./At. 2.014

**Dot. 109 3.3.50.00.00.00.00.00 0100 Transferências a
Instituições Privadas sem fins lucrativos.**

4.2. O valor teto previsto para a realização das parcerias é de R\$ 78.000,00 (Setenta e oito mil reais). O exato valor a ser repassado será definido nos termos de fomento, observadas as propostas/planos de trabalhos aprovados pela Comissão de Seleção e Julgamento, sendo repassados para o plano de trabalho classificado o valor máximo de R\$ 78.000,00 (Setenta e oito mil reais).

4.3. O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitando o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas.

4.4. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

4.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, conforme art. 53 e § 1º e 2º da

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br

Página 4 de 60



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



Lei Federal nº 13.019/2014.

4.6. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos serão devolvidos à Administração Pública Municipal por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.

5. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO.

5.1. Poderão participar deste Edital as Organizações da Sociedade Civil – OSC's, assim consideradas aquelas definidas no art. 2º, inciso I, alíneas “a”, “b” ou “c”, da Lei nº. 13.019/2014, que possua, entre seus objetivos estatutários ou regimentais, compatibilidade com o objeto deste edital e possua sede no município de Irineópolis (SC).

5.1.1. OSCs que possuam como exclusivamente como objeto o benefício dos seus associados não se qualificam para este edital e, caso queiram participar deste certame deverão alterar seus estatutos para aumentar a abrangência de seu objeto.

5.2. Para participar deste Edital, a OSC deverá cumprir as seguintes exigências:

- a) estar devidamente constituída ou, se estrangeira, estar autorizada a funcionar no território nacional;
- b) estar devidamente credenciada junto ao órgão gestor da respectiva política de atuação até a data de abertura do presente edital e formalização do Termo de Colaboração;
- c) Declarar, conforme modelo constante no *Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância*, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como que se responsabilizam pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.
- d) Não será permitida a atuação em rede.

5.3. As OSCs interessadas em participar do presente Chamamento Público deverão apresentar em envelope lacrado, o projeto contendo o Plano de Trabalho constante do

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br

Página 5 de 60



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



anexo II, no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme cronograma constante da tabela 1.

5.3.1. O envelope deverá conter na parte externa a seguinte identificação:

- Nome da OSC;
- CNPJ;
- Edital de Chamamento Público nº 1/2021;
- Plano de Trabalho.

6. SOBRE O PLANO DE TRABALHO.

6.1 O Plano de Trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil deverá prever todas as ações e discriminar todos os itens necessários para o cumprimento do objeto, sendo que as liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso as metas da parceria, observado o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

6.2 As atividades ou ações previstas no Plano de Trabalho para a realização do objeto deverão ser previstas para realização na região de abrangência da Estratégia de Saúde da Família na qual a Associação tiver sede e com finalidades sociais e sem fins lucrativos do município de Irineópolis e estar em consonância com as finalidades e objetivos deste edital, conforme item 2.2; devendo, também, estar de acordo com as finalidades da Organização da Sociedade Civil responsável pelo Plano de Trabalho apresentado, conforme descrito no Estatuto Social da mesma.

6.3 No caso de obras, o plano de trabalho deverá conter, no mínimo, orçamento total e cronograma de execução física.

6.4. O Projeto contendo a Proposta/ Plano de Trabalho será entregue em uma única via impressa, devendo ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente, e ao final, ser assinada pelo representante legal da OSC proponente.

7. DAS DESPESAS VEDADAS E ADMITIDAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



7.1. As parcerias deverão ser executadas com estrita observância das cláusulas pactuadas, sendo VEDADO:

- I - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses legalmente admitidas;
- II - utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho;
- III - realizar despesa ou pagamento em data anterior ou posterior à vigência da parceria;

§ 1º É vedado à organização da sociedade civil remunerar com recursos da parceria cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau de agente político que exerça, na administração pública municipal, cargo de natureza especial de provimento em comissão ou função de direção, chefia ou assessoramento.

§ 2º A presente parceria não possibilita o pagamento de tarifas bancárias e a aquisição de bens móveis e/ou imóveis pela Organização celebrante do termo.

7.2. Em acordo com o Art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014, inciso I, É ADMITIDO serem pagas, entre outras despesas, com recursos vinculados à parceria:

I - remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas.

Parágrafo único: O pagamento de remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público

8. SOBRE A VIGÊNCIA DO TERMO DE FOMENTO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS (SC) E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL CELEBRANTE.

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br

Página 7 de 60



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



8.1. O termo de fomento firmado entre o Município de Irineópolis e a Organização da Sociedade Civil celebrante terá vigência de **6 (Seis)** meses após a assinatura do termo, devendo a OSC selecionada realizar o objeto proposto dentro deste prazo.

§ 1º A prestação de contas da realização do objeto e aplicação de recursos não está inclusa dentro do prazo previsto no caput.

8.2. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante termo aditivo com solicitação por parte da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na Unidade Gestora em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término do prazo inicialmente previsto, vedada a alteração do objeto aprovado.

Parágrafo único: É de responsabilidade da Administração Pública de Irineópolis, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração a decisão pela prorrogação do termo de colaboração firmado com a Organização da Sociedade Civil celebrante.

8.3. A não realização do objeto previsto dentro do prazo estipulado no item 8.1 implicará na dissolução da parceria, entendida como quebra de contrato por parte da Organização da Sociedade Civil celebrante, devendo ser tomada pela Administração Pública todas as medidas cabíveis; devendo a OSC celebrante devolver à Administração Pública todo o recurso recebido no prazo de 10 (dez) dias contados após a notificação emitida pelo Município à OSC responsável.

9. SOBRE AS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL CELEBRANTE, PERANTE O OBJETO DESTA EDITAL.

9.1. Oferecer acessibilidade em todas as ações previstas, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 13.146/2015, Decreto Federal nº 3.298/1999 e Lei Federal nº 7.853/1989.

9.2. Executar, nos termos da legislação pertinente, as atividades necessárias à consecução do objeto a que alude esta parceria, conforme previsto no Plano de Trabalho, observando sempre os critérios de qualidade técnica, custos e prazos previstos.

9.3. Cumprir com as metas/objetivos apresentados em seu Plano de Trabalho,

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440-000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



aprovado para a parceria.

9.4. Estar regular, durante a vigência deste Termo de Colaboração, perante as Fazendas Municipal, Estadual, Federal e Justiça do Trabalho, bem como junto ao INSS e FGTS.

9.5. Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e estabelecimentos em que exerça suas ações a parceria celebrada com o Município, contendo, no mínimo, as informações requeridas no § único do art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014;

9.6. Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo contendo, ao menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

9.7. Não praticar desvio de finalidade da aplicação dos recursos, atraso não justificado no cumprimento das etapas das metas estabelecidas no Plano de Trabalho, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria.

9.8. Movimentar os recursos financeiros liberados pelo Município, exclusivamente no cumprimento do objeto do Termo de Fomento e em conta bancária sem tarifas exclusiva para movimentação dos recursos desta parceria, a ser apresentada pela Organização da Sociedade Civil através de declaração de abertura de conta corrente no ato da assinatura do termo, não sendo permitido o ingresso de recursos entre contas de outro termo ou da própria Organização da Sociedade Civil.

9.9. Comunicar o Município sobre substituições dos responsáveis pela Organização da Sociedade Civil, assim como qualquer alteração no Estatuto e endereço de funcionamento.

9.10. Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, conforme planejamento da planilha orçamentária do Plano de Trabalho apresentado, inclusive encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Edital.

9.11. Coordenar as ações do projeto a fim da realização dos objetivos previstos.

9.12. Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros transferidos pelo Município, sem que seja efetuado depósitos na conta bancária exclusiva para a parceria.

9.13. Propiciar os meios e as condições necessárias para que os agentes da

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br

Página 9 de 60



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



Administração Pública e do Tribunal de Contas tenham livre acesso a todos os documentos e locais relativos à execução do objeto do presente edital, bem como prestar a estes todas e quaisquer informações solicitadas, a qualquer momento em que julgarem necessário.

9.14. Divulgar a parceria com o Município em todas as mídias e materiais utilizados para divulgar o projeto e suas ações.

9.15. Realizar a prestação de contas dos recursos recebidos.

9.16. No caso de obras, manter a documentação exigida para o pleito sempre atualizada e exposta para possíveis fiscalizações.

9.17. Cumprir e zelar pelo cumprimento do estabelecido na legislação vigente.

9.18. Comprovar experiência mínima de 1 ano de serviço como operador de equipamento a ser cedido, através de registro em carteira de trabalho ou declaração do empregador, para o colaborador que irá operacionalizar a retroescavadeira.

10. SOBRE AS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS FRENTE AO TERMO DE FOMENTO DO OBJETO DESTA EDITAL.

10.1. Transferir os recursos financeiros para a execução desta parceria, de acordo com o cronograma de repasses apresentado/aprovado no Plano de Trabalho.

10.2. Acompanhar, monitorar, supervisionar, fiscalizar e avaliar a execução das parcerias, inclusive por meio de visitas in loco, através do Gestor de Parcerias e da Comissão de Avaliação e Monitoramento das parcerias com as OSC de Irineópolis.

10.3. Analisar os relatórios de execução do objeto, a aplicação dos recursos em conformidade com o Plano de Trabalho e as prestações de contas, emitindo parecer conclusivo sobre a prestação de contas à Organização da Sociedade Civil a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

10.4. Dar conhecimento à Organização da Sociedade Civil das normas administrativas que regulam a execução do termo de colaboração com o Município, exigindo seu fiel cumprimento.

10.5. Aplicar as penalidades e proceder às sanções administrativas necessárias previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, no caso de constatação de irregularidades na

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440-000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br

Página 10 de 60



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



execução da parceria e na aplicação dos recursos.

10.6. Publicar o extrato do termo de colaboração no DOM e disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet, consulta ao extrato do Termo contendo os requisitos previstos na Lei Federal nº 13.019/2014.

11. DAS EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO.

11.1. Poderão participar deste Edital as organizações da sociedade civil (OSC), assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas “a”, “b” ou “c”, da Lei nº 13.019, de 2014 (com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015), a saber:

I - organização da sociedade civil: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015):

- a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015);
- b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999 ; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015);
- c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015).

11.2. Para participar deste Edital, a Organização da Sociedade Civil deverá cumprir os seguintes requisitos:

- a) Experiência efetiva em atividades na área do objeto, comprovado mediante

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil e portfólios de eventos / atividades; ou declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas pública ou por pessoa de direito público ou privado (Anexo I – Declaração de experiência na área do objeto) e portfólios de eventos / atividades);

b) Experiência em gestão de recursos, comprovado através de atestado ou declaração expedido por pessoa de direito público ou privado, ou cópia autenticada de convênios ou contratos (Anexo II – Declaração de experiência em gestão de recursos);

c) Ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, caput, inciso I, e art. 35, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014);

d) Possuir, no momento da apresentação do plano de trabalho, no mínimo 1 (um) ano de existência e atuação no Município de Irineópolis, com cadastro ativo comprovado por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, conforme Anexo III – Declaração de tempo de existência da OSC;

e) Possuir condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC, conforme Anexo IV – Declaração de Condições Materiais. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria;

f) Apresentar certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista (art. 34, caput, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014);

g) Apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial (art. 34, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014);

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



- h) Apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles, conforme modelo Anexo V – Relação dos dirigentes da entidade (art. 34, caput, incisos V e VI, da Lei nº 13.019, de 2014);
- i) Ter sede de funcionamento no município de Irineópolis/SC;
- j) Comprovar que funciona no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil, a exemplo de conta de consumo ou contrato de locação (art. 34, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014);
- k) Declarar, conforme modelo constante no Anexo VI – Declaração de Ciência e Concordância, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como que se responsabilizam pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção;
- l) Possuir alvará de funcionamento;
- m) Estar credenciada junto a Secretaria de Administração e Finanças de Irineópolis(SC) e possuir a Certidão de Credenciamento, conforme Decreto Municipal 336/2018 de 06 de fevereiro de 2020.

11.3. Ficará impedida de celebrar o termo de fomento a Organização da Sociedade Civil que:

- a) Não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, caput, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);
- b) Esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada (art. 39, caput, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014);
- c) Tenha em seu quadro de dirigentes membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (art. 39, caput, inciso III e §§ 5º e 6º, da Lei nº 13.019, de 2014);

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



d) Tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo (art. 39, caput, inciso IV, da Lei nº 13.019, de 2014);

e) Tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, ou com a sanção prevista no inciso III do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014 (art. 39, caput, inciso V, da Lei nº 13.019, de 2014);

f) Tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, caput, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014); ou

g) Tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (art. 39, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014).

12. COMISSÃO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO.

12.1. São atribuições da Comissão de Seleção e Julgamento: processar e julgar os chamamentos públicos realizados pelo regime da Lei Federal 13.019/2014, mediante Termo de Colaboração ou Termo de Fomento e emitir parecer técnico pronunciando-se, conforme Art. 35, inciso V da Lei nº 13.019/2014, de forma expressa a respeito:

a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;

b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei;

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



- c) da viabilidade de sua execução;
- d) da verificação do cronograma de desembolso;
- e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;
- g) da designação do gestor da parceria;
- h) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria.

12.3. Deverá se declarar impedido o membro da Comissão que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse (art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.019, de 2014).

12.4. A declaração de impedimento de membro da Comissão não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital ou Portaria (art. 27, §§ 1º a 3º, da Lei nº 13.019, de 2014).

12.5. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção e Julgamento poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado

12.6. A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

12.7. A Comissão de Seleção e Julgamento lavrará suas decisões por meio de parecer emitido na avaliação da proposta.

12.8. O julgamento deverá avaliar:

- I - demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto;

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440-000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



II - o Plano de Trabalho; e

III - emissão de parecer do órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

- a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;
- b) da viabilidade de sua execução;
- c) da verificação do cronograma de desembolso.

§ 1º Obrigatoriamente deverá constar o parecer da Procuradoria Geral do Município acerca da documentação, com observância das normas da legislação específica.

12.9. Caso o parecer técnico emitido pela Comissão ou o parecer jurídico concluam pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, deverá o responsável pela OSC sanar os aspectos ressalvados ou, mediante ato formal, justificar a preservação desses aspectos ou sua exclusão.

12.10 Após os trâmites, o procedimento será submetido à homologação da autoridade municipal competente, que deverá dar ampla publicidade do ato no Diário Oficial dos Municípios e no Portal Eletrônico do Município.

12.11. A homologação não gera direito para a organização da sociedade civil à celebração da parceria.

13. DA FASE DE SELEÇÃO.

13.1. A fase de seleção observará as seguintes etapas:

TABELA 1		
ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATAS
1ª	Publicação do Edital de Chamamento Público.	05 de julho de 2021.
2ª	Envio das propostas pelas Organizações da Sociedade Civil.	05 de julho de 2021, a partir das 13:00h, até às 17:00h do dia 06 de agosto de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br

Página 16 de 60



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



3ª	Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção	09 a 13 de agosto de 2021.
4ª	Análise documental	13 a 17 de setembro de 2021.
5ª	Divulgação do resultado preliminar	16 e 20 de agosto de 2021.
6ª	Interposição de recursos contra o resultado preliminar.	23 e 24 de agosto de 2021, até às 17h.
7ª	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção	25 a 27 de agosto de 2021.
8ª	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).	30 de agosto de 2021.

13.2. Conforme exposto adiante, a verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria (art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014) e a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria (art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014) é posterior à etapa competitiva de julgamento das propostas, sendo exigível apenas da OSC selecionada (mais bem classificada/s), seguindo os termos do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014.

13.3. ETAPA 1: PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

13.3.1. O presente Edital será divulgado no DOM e no site oficial do município de Irineópolis (<https://www.irineopolis.sc.gov.br/>), com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

13.3.2. Prazo para impugnação deste Edital:

a) Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data limite para envio das propostas e por meio de justificativa, de forma eletrônica pelo e-mail planejamento@irineopolis.sc.gov.br com o assunto descrito como “IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2021”

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



ou por petição dirigida e protocolada ao Gestor de Parcerias de Irineópolis, na Prefeitura Municipal de Irineópolis, endereço R. Paraná, 200, Centro CEP 89640-000, Irineópolis/SC. A petição poderá ser realizada através dos correios via A.R. A resposta às impugnações caberá ao Gestor de Parcerias e à Comissão de Seleção, nominados pela Portaria nº 229/2021.

b) Os pedidos de esclarecimentos decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data limite para envio da proposta, exclusivamente de forma eletrônica pelo e-mail planejamento@irineopolis.sc.gov.br, com o assunto descrito como "ESCLARECIMENTOS SOBRE O EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2021". Os esclarecimentos serão prestados pelo Gestor de Parcerias de Irineópolis, nominada pela Portaria nº 229/2021.

§ 1º As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

§ 2º Eventuais modificações no Edital decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

13.4. ETAPA 2: ENVIO DAS PROPOSTAS PELAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

13.4.1. As propostas deverão ser protocoladas no setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), a partir das 13:00h do dia 02 de agosto de 2021 até às 17:00h do dia 3 de setembro de 2020.

13.4.2. Todas as declarações deverão ser rubricadas e assinadas pelo representante legal da OSC proponente.

13.4.3. Após o prazo limite para apresentação das propostas o processo será encerrado para novas propostas, não sendo mais possível o envio de outras. Do mesmo modo, não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícitos e formalmente solicitados pela Administração Pública Municipal.

13.4.4. Cada Organização da Sociedade Civil poderá apresentar apenas uma

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



proposta.

13.5. ETAPA 3: ETAPA COMPETITIVA DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO.

13.5.1. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as propostas/planos de trabalhos apresentadas pelas Organizações da Sociedade Civil concorrentes, com total independência técnica para exercer seu julgamento.

13.5.2. A Comissão de Seleção terá o prazo estabelecido na Tabela 1 para conclusão do julgamento das propostas/planos de trabalhos e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, por até mais 30 (trinta) dias.

13.5.3. As propostas/planos de trabalhos serão avaliados a partir dos critérios de julgamento estabelecidos na Tabela 2 a seguir, observado o contido no Plano de Trabalho das propostas, com avaliação em conjunto pelos membros da comissão.

TABELA 2				
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	METODOLOGIA DE PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA POR ITEM	PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA POR ITEM	
(A) Informações sobre identificação do objeto; descrição da realidade objeto da parceria e do nexo entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto; público-alvo.	Grau pleno de atendimento (3,0 pontos) - Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos) - Grau mediano de atendimento (1,0 ponto) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0 pontos).	3,0 pontos		

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



	OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta.		
(B) Informações sobre ações a serem executadas;	<p>Grau pleno de atendimento (2,0 pontos)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau satisfatório de atendimento (1,5 pontos) - Grau mediano de atendimento (1,0 ponto) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0 pontos). <p>OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta.</p>	2,0 pontos	
(C) Informações sobre metodologia de execução; metas e etapas a serem atingidas e seus cronogramas.	<p>Grau satisfatório de atendimento (1,5 pontos)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau mediano de atendimento (1,0 ponto) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0 pontos). <p>OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta.</p>	1,5 pontos	
(D) Informações sobre	- Grau satisfatório de atendimento (1,5 ponto) -	1,5 pontos	

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br

Página 20 de 60



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



indicadores que aferirão o cumprimento das metas; prazos para a execução das ações.	<ul style="list-style-type: none"> - Grau mediano de atendimento (1,0 ponto) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0 pontos). <p>OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.</p>		
(E) Capacidade técnico-operacional da instituição proponente, por meio de experiência comprovada de gestão de recursos e de experiência comprovada na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante.	<p>Grau pleno de adequação (2,0 pontos)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Grau satisfatório de adequação (1,0 ponto) - Grau mediano de atendimento (0,5 ponto) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0 pontos). <p>OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta.</p>	2,0 pontos	
PONTUAÇÃO MÁXIMA GLOBAL		10,0 pontos	

13.5.4. A falsidade de informações nas propostas, sobretudo com relação ao critério de julgamento do item (E) da Tabela 2, acarretará na eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br

Página 21 de 60



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



13.5.5. Serão eliminadas as propostas:

- a) cuja pontuação total for inferior a 6,0 (seis) pontos;
- b) que recebam nota “zero” em qualquer critério de julgamento; ou ainda que não contenham, no mínimo, as seguintes informações: a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto; as ações a serem executadas e as metas a serem atingidas; os prazos para execução das ações e para o cumprimento das metas; e o valor global proposto;
- c) que estejam em desacordo com o Edital; ou
- d) cujo valor global estiver acima do teto previsto no item 4.2 deste Edital.

13.6. As propostas não eliminadas serão classificadas em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela 2.

13.7. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (A). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (B), (C), (D) e (E). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

13.8 ETAPA 4: ANÁLISE DOCUMENTAL

13.8.1. A verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria (art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014) e a não ocorrência de impedimento para sua celebração (art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014) é posterior à etapa competitiva de julgamento das propostas, sendo conferido apenas da OSC selecionada (mais bem classificada), seguindo os termos do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014.

13.8.2. A verificação do cumprimento dos requisitos/documentações para a celebração da parceria será realizada pela Comissão de Seleção frente ao atendimento à Organização da Sociedade Civil selecionada para celebração da parceria, a fim de comprovação de que a referida não incorre nos impedimentos (vedações) legais, que serão verificados por meio da apresentação dos documentos listados nas alíneas dos itens 10.2, 10.4 e 16.10 deste edital.

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



13.8.3. Serão consideradas regulares as certidões positivas com efeito de negativas, no caso das certidões citadas na alínea “g” do item 10.2, a saber: VI - certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (CND) Federal, da Secretaria da Receita Federal - SRF; VII - certidão Negativa de Débitos Estadual; VIII - certidão Negativa de Débitos Municipal; X - certidão ou certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); XI - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT);

13.8.4. Os documentos comprobatórios do cumprimento dos requisitos impostos nesta Etapa deverão ser apresentados na Secretaria de Administração de Irineópolis (SC) e, no caso da falta de documentação atestada pela Comissão de Seleção, será solicitada ao proponente a apresentação dos documentos faltantes, que terá o prazo de 10 dias corridos a contar a partir da notificação, para atender à solicitação.

13.8.5. Nos termos do §1º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, na hipótese de a Organização da Sociedade Civil selecionada não atender aos requisitos previstos nesta 1ª Etapa da Fase de Celebração, incluindo os exigidos nos artigos 33 e 34 da referida Lei e o atendimento ao item 12.8.4 deste edital, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

Parágrafo único: Em conformidade com o §2º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, caso a segunda Organização da Sociedade Civil melhor classificada na fase de julgamento convidada aceite celebrar a parceria, proceder-se-á a verificação dos documentos na forma desta Etapa. Esse procedimento poderá ser repetido, sucessivamente, obedecida a ordem de classificação.

13.9. ETAPA 5: DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR COM PARECER TÉCNICO

13.9.1. A Administração Pública Municipal divulgará o resultado preliminar com notas e parecer de cada proposta/plano de trabalho participante do processo de seleção e suas documentações, na sua página oficial na internet <https://www.irineopolis.sc.gov.br>, iniciando-se o prazo para recurso imediatamente após sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



12.10. ETAPA 6: INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR

13.10.1. Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo no prazo de 3 (três) dias úteis contados da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

13.10.2. Os recursos deverão ser apresentados por escrito e encaminhados via protocolo ou através dos correios via A.R. para o Gestor de Parcerias do Município, na Prefeitura Municipal de Irineópolis, endereço R. Paraná, 200, Centro, CEP 89640-000, Irineópolis/SC.

13.10.3. Interposto recurso encaminhado ao Gestor de Parcerias, o Gestor de Parcerias dará ciência dele à Comissão de Seleção e aos demais interessados por via eletrônica para que, no prazo de 1 (um) dia corrido, contado imediatamente após o encerramento do prazo recursal, apresentem as contrarrazões.

13.11. ETAPA 7: ANÁLISE DOS RECURSOS PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO.

13.11.1. Havendo recursos eles serão analisados pela Comissão de Seleção, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 1 (um) dia corrido contado do fim do prazo para recebimento das contrarrazões, ou, dentro desse mesmo prazo, encaminhar o recurso ao Gestor de Parcerias com as informações necessárias para a decisão final.

13.11.2. A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado do recebimento do recurso. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato decisório. Não caberá novo recurso contra esta decisão.

13.11.3. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro, CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



13.12. ETAPA 8: HOMOLOGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO DA FASE DE SELEÇÃO.

13.12.1. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, o órgão público municipal deverá homologar e divulgar, no seu sítio eletrônico oficial conforme citado no item 12.9.1, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

13.12.2. A divulgação do resultado não gera direito para a Organização da Sociedade Civil à celebração da parceria.

13.12.3. Após o recebimento e julgamento das propostas, havendo uma única entidade com proposta classificada (não eliminada), e desde que atendidas as exigências deste Edital, a administração pública poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-la para iniciar o processo de celebração.

14. DA FASE DE CELEBRAÇÃO.

14.1. A fase de celebração observará as etapas constantes na Tabela 3 até a assinatura do instrumento de parceria:

TABELA 3	
ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA
1ª	Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.
2ª	Parecer técnico definitivo (no caso de solicitação de complementação), parecer jurídico e assinatura do termo de fomento
3ª	Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial do Município.

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



--	--

14.2. 1ª ETAPA: AJUSTES NO PLANO DE TRABALHO E REGULARIZAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO, SE NECESSÁRIO

14.2.1. A Administração Pública poderá solicitar a realização de ajustes no plano de trabalho, caso seja constatada necessidade de adequação no Plano de Trabalho aprovado. Neste caso, a Organização da Sociedade Civil deverá fazê-lo em até 10 (dez) dias corridos, contados da data de recebimento da solicitação apresentada.

14.2.2. Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a Organização da Sociedade Civil será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da data de recebimento da solicitação apresentada, sob pena de não celebração da parceria.

14.3.3. 2ª ETAPA: PARECER TÉCNICO DEFINITIVO E ASSINATURA DO TERMO DE FOMENTO.

14.3.1. A celebração e a formalização do termo de fomento dependerá da emissão de parecer técnico e jurídico por parte da Administração Pública Municipal, conforme art. 35, caput, incisos V e VI e alíneas, da Lei Federal nº 13.019/2014, conforme segue:

V - emissão de parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

- a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;
- b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei;
- c) da viabilidade de sua execução;
- d) da verificação do cronograma de desembolso;
- e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;
- f) da designação do gestor da parceria;

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



g) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria;

VI - emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da administração pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

14.3.2. No período de assinatura do instrumento de parceria, a Organização da Sociedade Civil fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

Parágrafo único: A Organização da Sociedade Civil deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver.

14.4. 3ª ETAPA: PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO.

14.4.1. O termo de colaboração somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da Administração Pública Municipal, conforme art. 38 da Lei nº 13.019, de 2014.

15. DA CONTRAPARTIDA.

15.1. Não será exigida contrapartida financeira da Organização da Sociedade Civil selecionada, apenas a divulgação da parceria com o Município em todas as mídias e materiais utilizados para divulgar as ações do objeto do termo de fomento.

16. DAS SANÇÕES.

16.1. Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado e com as normas da Lei n. 13.019/2014 e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária da participação em Chamamento Público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera da

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

c) Declaração de inidoneidade para participar de Chamamento Público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes.

d) As sanções estabelecidas nos subitens “a” e “b” são de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo no prazo de 10 (dez) dias. A reabilitação poderá ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

e) Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

f) A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração de infração.

g) A aplicação de qualquer penalidade realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.

h) A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

i) As sanções previstas nesta cláusula não excluem as dispostas na Lei n.8.429, de 02 de junho de 1992.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS.

17.1. O presente Edital de Chamamento Público será divulgado no DOM, na página do sítio eletrônico oficial do Município de Irineópolis (<https://www.irineopolis.sc.gov.br/>), com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação deste.

17.2. É recomendável a leitura integral da Lei Federal n 13.019/2014, não podendo a Organização da Sociedade Civil celebrante ou seu dirigente alegar, futuramente, que

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



não conhece a legislação mínima, seja para deixar de cumpri-la ou para evitar as sanções cabíveis.

17.3. O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

17.4. A Administração Pública Municipal resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a Administração Pública Municipal.

17.5. A qualquer tempo o presente Edital poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, por interesse público, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

17.6. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções, administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014.

17.7. A Administração Pública Municipal não cobrará das entidades concorrentes taxa para participar deste Chamamento Público, e todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da Administração Pública Municipal.

17.8. Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Declaração de experiência na área do Objeto

Anexo II – Declaração de experiência em gestão de recursos;

Anexo III – Declaração de tempo de existência da Organização da Sociedade Civil;

Anexo IV – Declaração de Condições Materiais;

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



Anexo V – Relação dos dirigentes da entidade;

Anexo VI – Declaração de Ciência e Concordância;

Anexo VII - Declaração

Anexo VIII - Declaração da não ocorrência de impedimentos;

Anexo IX – Declaração de que a Organização da Sociedade Civil não emprega menores de 18 anos;

Anexo X – Declaração de escrituração contábil;

Anexo XI – Declaração de não pendência na prestação de contas;

Anexo XII – Minuta do Termo de Fomento.

Irineópolis/SC, 01 de julho de 2022.

LADEMIR FERNANDO
ARCARI:51396890904

Assinado de forma digital por
LADEMIR FERNANDO
ARCARI:51396890904
Dados: 2021.07.01 09:37:29
-03'00'

Ladermir Fernando Arcari

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro, CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br

Página 30 de 60



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



ANEXO I

EDITAL N° /2021

DECLARAÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA ÁREA DO OBJETO CONTEMPLADO PELO EDITAL N° 1/2021

EU, [nome do presidente da OSC], presidente/representante da [nome da entidade], declaro para os devidos fins e sob as penas da Lei que a Entidade possui experiência em atividades relacionadas à área do objeto contemplado neste edital, conforme solicitado na alínea “a” do item 10.2 deste edital. Esta declaração segue acompanhada de [declaração de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas pública].

Irineópolis/SC, ____/____ de 2021

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC; carimbo)

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE EXPERIÊNCIA EM GESTÃO DE RECURSOS

EDITAL N° 1/2021

EU, [nome do presidente da OSC], presidente/representante da [identificação da organização da sociedade civil – OSC] declaro para os devidos fins e sob as penas da Lei que a Entidade possui experiência em gestão de recursos, conforme solicitado na alínea “a” do item 11.2 deste edital.

Irineópolis/SC, ____/____ de 2021

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC; carimbo)

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br

Página 32 de 60



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE TEMPO DE EXISTÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Atesto, para os devidos fins, que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] com sede [colocar endereço completo, cidade/UF, inscrita no CNPJ sob o nº [XXXXXX]], está em pleno e regular funcionamento há XXX anos, conforme cartão de CNPJ que segue em anexo a esta declaração.

Irineópolis/SC, ____/____ de 2021

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC; carimbo)

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br

Página 33 de 60



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro, em conformidade com o art. 33, caput, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019 de 2014, que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] possui instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na sua área de atuação.

Irineópolis/SC, , ____/____ de 2021

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC; carimbo)

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro, CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br

Página 34 de 60



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



ANEXO V

RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Eu, [nome do presidente/representante da OSC] portador do CPF Nº XXXX presidente da [colocar nome da OSC], certifico que os dirigentes e conselheiros da referida entidade, cujo período de atuação é de ____/____/____ a ____/____/____, são:

Nome:

Cargo que ocupa na OSC:

Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF:

Endereço residencial:

Telefone:

E-mail:

Nome:

Cargo que ocupa na OSC:

Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF:

Endereço residencial:

Telefone:

E-mail:

Nome:

Cargo que ocupa na OSC:

Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF:

Endereço residencial:

Telefone:

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



E-mail:

Nome:

Cargo que ocupa na OSC:

Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF:

Endereço residencial:

Telefone:

E-mail:

Nome:

Cargo que ocupa na OSC:

Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF:

Endereço residencial:

Telefone:

E-mail:

Irineópolis/SC, ____/____ de 2021

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC; carimbo)

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br

Página 36 de 60



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaro que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº /2021 e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Irineópolis/SC, , ____/____ de 2021

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC; carimbo)

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br

Página 37 de 60



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



ANEXO VII

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, em nome da [identificação da organização da sociedade civil – OSC], que:

I - não há, no quadro de dirigentes:

- a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal; e
- b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea “a” deste inciso;

II - não contratará, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e

III - não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados:

- a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública celebrante;
- b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e
- c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Irineópolis/SC, ____/____ de 2021

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC; carimbo)

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

Declaro para os devidos fins, que a [identificação da organização da sociedade civil

– OSC] e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014. Nesse sentido, a citada entidade:

☐ Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;

☐ Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

☐ Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente

de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau. Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);

☐ Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas no art. 39, caput, inciso IV, alíneas “a” a “c”, da Lei nº 13.019, de 2014;

☐ Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;

☐ Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



últimos 8 (oito) anos; e

☐ Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Irineópolis/SC, ____/____ de 2021

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC; carimbo)

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br

Página 40 de 60



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

A [identificação da organização da sociedade civil – OSC], inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a), portador (a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº,

DECLARA, para os devidos fins do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição

Federal de 1988, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Irineópolis/SC, de de

Assinatura do Presidente ou Procurador

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



ANEXO X

DECLARAÇÃO

O CONSELHO.... declara para os devidos fins e efeitos, que a Associação..., os serviços de, que tem conhecimento que esta atua desde..., e que os serviços prestados

Irineópolis (SC), _____ de _____ de 2021.

CONSELHO MUNICIPAL

CNPJ

Presidente ou representante legal

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br

Página 42 de 60



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



ANEXO XI

DECLARAÇÃO

A [identificação da organização da sociedade civil – OSC] declara para os devidos fins e efeitos, que mantém escrituração contábil de suas atividades, conforme legislação vigente.

Pessoa Jurídica ou Pessoa Física responsável pela escrituração contábil:

-

Irineópolis/SC, de de

[identificação da organização da sociedade civil – OSC]

CNPJ

Presidente ou representante legal

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro, CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br

Página 43 de 60



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



ANEXO XII

DECLARAÇÃO

A Associação.... declara para os devidos fins e efeitos, que tanto ela, quanto seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas na Lei 13.019/2014.

Irineópolis/SC, de de

Associação

CNPJ

Presidente ou representante legal

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro, CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br

Página 44 de 60



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



ANEXO XIII

DECLARAÇÃO

A [identificação da organização da sociedade civil – OSC].... declara para os devidos fins e efeitos, que não possui pendências relativas a prestação de contas com qualquer entidade governamental em todas as esferas.

Irineópolis/SC, de de

[identificação da organização da sociedade civil – OSC]

CNPJ

Presidente ou representante legal

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro, CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br

Página 45 de 60



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



ANEXO XIV

MINUTA DO TERMO DE FOMENTO

Pelo presente Termo de Fomento que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público com sede na cidade de Irineópolis, sito à Rua Paraná, 200, Centro, CNPJ n.º 83.102.558/0001/05, representada por seu Prefeito Municipal Prefeito Sr. Lademir Fernando Arcari, portador do CPF 513.968.909-04 e do RG 1.512.461/SC, na forma do Artigo 26 da Lei Complementar nº 101/2000, e devidamente autorizado pela Lei Orgânica Municipal doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e a [identificação da OSC celebrante do termo], pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº, com sede a, representado pelo seu Presidente, residente e domiciliado em, doravante denominada simplesmente de [ORGANIZAÇÃO/ASSOCIAÇÃO], mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO DO TERMO DE FOMENTO

O presente Termo de Fomento, decorrente do Edital de Chamamento Público nº /2021 tem por objetivo firmar parceria entre o Município e a [Organização/Associação], destinada à transferência, por cessão de uso, de equipamento (retroescavadeira) e recursos financeiros para a manutenção da mesma, aquisição de combustível e pagamento do operador, para organizações da sociedade civil sem fins lucrativos que realizem trabalhos de conservação do solo, conservação de vias, entre outros, localizadas no município de Irineópolis e pertencentes ao perímetro do ESFs [São Pascoal, Serrinha e Rio Branco].

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este instrumento, independente de transcrição, o Plano de Trabalho proposto pela OSC e aprovado pela Comissão de Julgamento e Seleção, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os participantes acatam integralmente.

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

1. Caberá à Associação:

I. Oferecer acessibilidade em todas as ações previstas, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 13.146/2015, Decreto Federal nº 3.298/1999 e Lei Federal nº 7.853/1989;

II. Executar, nos termos da legislação pertinente, as atividades necessárias à consecução do objeto a que alude esta parceria, conforme previsto no Plano de Trabalho, observando sempre os critérios de qualidade técnica, custos e prazos previstos;

III. Cumprir com as metas/objetivos apresentados em seu Plano de Trabalho, aprovado para a parceria;

IV. Estar regular, durante a vigência deste Termo de Fomento, perante as Fazendas

Municipal, Estadual, Federal e Justiça do Trabalho, bem como junto ao INSS e FGTS;

V. Manter seus alvarás de funcionamento com prazo de validade vigente;

VI. Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e estabelecimentos em que exerça suas ações a parceria celebrada com o Município, conforme Decreto Municipal nº 8.089/2018, art. 63º, caput e § único, contendo, no mínimo, as informações requeridas no § único do art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014;

VII. Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo contendo, ao menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

VIII. Não praticar desvio de finalidade da aplicação dos recursos; aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Termo de Fomento;

IX. Não atrasar injustificadamente o cumprimento das etapas das metas estabelecidas no Plano de Trabalho;

XI. Não praticar atos atentatórios aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria.

XII. Movimentar os recursos financeiros liberados pelo Município, exclusivamente no cumprimento do objeto do Termo de Fomento e em conta bancária isenta de tarifas exclusiva para movimentação dos recursos desta parceria, a ser apresentada pela

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440-000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



Organização da Sociedade Civil através de declaração de abertura de conta corrente após a assinatura do termo, não sendo permitido o ingresso de recursos entre contas de outro termo ou da própria Organização da Sociedade Civil.

XIII. Comunicar o Município sobre substituições dos responsáveis pela Organização da Sociedade Civil, assim como qualquer alteração no Estatuto e endereço de funcionamento.

XIV. Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, conforme planejamento da planilha orçamentária do Plano de Trabalho apresentado, inclusive encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Edital.

XV. Coordenar as ações do plano de trabalho a fim da realização dos objetivos previstos.

XVI. Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros transferidos pelo Município, sem que seja efetuado depósitos na conta bancária exclusiva para a parceria.

XVII. Propiciar os meios e as condições necessárias para que os agentes da Administração Pública e do Tribunal de Contas tenham livre acesso a todos os documentos e locais relativos à execução do objeto do presente edital, bem como prestar a estes todas e quaisquer informações solicitadas, a qualquer momento em que julgarem necessário.

XVIII. Divulgar a parceria com o Município em todas as mídias e materiais utilizados para divulgar o objeto da parceria.

XIX. Realizar a prestação de contas dos recursos recebidos segundo as prescrições do Decreto Municipal nº 8.089/2018, art. 69 e 70.

XX. Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados em conformidade com as normas brasileiras, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela Administração Pública Municipal ou pelos órgãos de controle.

XXI. Submeter previamente à Gestora de Parcerias qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações à execução das despesas.

XXII. Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da LF nº 13.019/2014.

XXIII. Manter a Administração Pública Municipal informada sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do termo de fomento e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização.

XXIV. Cumprir e zelar pelo cumprimento do estabelecido na legislação vigente.

2. Caberá ao Município:

I. Transferir os recursos financeiros para a execução desta parceria de acordo com o cronograma de repasses apresentado/aprovado nos Planos de Trabalho.

II. Acompanhar, monitorar, supervisionar, fiscalizar e avaliar a execução desta parceria, inclusive por meio de visitas in loco, através do Gestor de Parcerias e da Comissão de Avaliação e Monitoramento de Irineópolis (SC).

III. Reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública Municipal ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à OSC e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48 da LF nº 13.019/2014.

IV. Prorrogar de “ofício” a vigência do Termo de Fomento, antes do seu término, quando der causa à atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da LF nº 13.019/2014.

V. Analisar os relatórios de execução do objeto, a aplicação dos recursos em conformidade com o Plano de Trabalho e as prestações de contas, emitindo parecer conclusivo sobre a prestação de contas à [Organização da Sociedade Civil] a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

VII. Dar conhecimento à [Organização da Sociedade Civil] das normas administrativas que regulam a execução do termo de fomento com o Município, exigindo seu fiel cumprimento.

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



VIII. Aplicar as penalidades e proceder às sanções administrativas necessárias previstas na Lei Federal nº 13.019/2014, no caso de constatação de irregularidades na execução da parceria e na aplicação dos recursos.

IX. Publicar o extrato do termo de fomento no DOM e disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet, consulta ao extrato do Termo contendo os requisitos previstos na Lei Federal nº 13.019/2014.

XI. Divulgar as parcerias com as [OSCs] atentando para a publicitação dos atos.

CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR DA PARCERIA, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA DE REPASSE

As despesas decorrentes da execução do Termo de Fomento no valor de R\$ XX.000,00

(xxxxxxxx mil reais) correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Agricultura correspondente ao exercício financeiro de 2021 vigentes na data de Celebração do Termo de Colaboração, nos termos do art. 35, II da Lei 13.079/14:

Órgão: 02 PODER EXECUTIVO

**Unidade: 07 SECRETARIA DE AGRICULTURA,
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTABILIDADE**

Proj./At. 2.014

**Dot. 109 3.3.50.00.00.00.00.00 0100 Transferências a
Instituições Privadas sem fins lucrativos.**

§ 1º Os valores serão transferidos pelo Município para conta específica da parceria, conforme os dados informados pela OSC parceira, anexado a este termo.

§ 2º O cronograma de repasse seguirá as datas e valores conforme apresentado no Plano de Trabalho do proponente e aprovado pela Comissão, descritas abaixo:

.....

§ 3º Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos serão devolvidos à Administração Pública Municipal por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br

Página 50 de 60



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



§' 4º O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitando o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas.

CLÁUSULA QUINTA: DA CONTRAPARTIDA

14.1 Não será exigida contrapartida financeira da [Organização da Sociedade Civil] selecionada, apenas a divulgação da parceria com o Município em todos as mídias e materiais utilizados para divulgar as ações do objeto do termo de fomento.

CLÁUSULA SEXTA: DAS DESPESAS VEDADAS

As parcerias deverão ser executadas com estrita observância das cláusulas pactuadas, sendo VEDADO:

- I - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses legalmente admitidas;
- II - utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho;
- III - realizar despesa ou pagamento em data anterior ou posterior à vigência da parceria;

§' 1º É vedado à organização da sociedade civil remunerar com recursos da parceria

cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau de agente político que exerça, na administração pública municipal, cargo de natureza especial, cargo de provimento em comissão ou função de direção, chefia ou assessoramento.

§' 2º A presente parceria não possibilita o pagamento de tarifas bancárias e a aquisição de bens móveis e/ou imóveis pela Organização celebrante do termo.

§' 3º O pagamento de remuneração da equipe contratada pela Associação com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



A [Organização/ Associação] adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela Administração Pública Municipal.

§' 1º A [Organização/ Associação] deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no Plano de Trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação.

§' 2º Para fins de comprovação das despesas, a [Organização/ Associação] deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor prestador de serviço.

CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA DO TERMO DE FOMENTO

O termo de fomento firmado entre o Município de Irineópolis e a [Organização/ Associação] celebrante terá vigência de 01 (um) ano após a assinatura do termo, devendo a [Organização/ Associação] selecionada realizar o objeto proposto dentro deste prazo.

§' 1º a prestação de contas da realização do objeto e aplicação de recursos não está inclusa dentro do prazo previsto no caput.

§' 2º A vigência da parceria poderá ser alterada mediante termo aditivo com solicitação por parte da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao Gestor de Parcerias em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término do prazo inicialmente previsto, vedada a alteração do objeto aprovado.

§' 3º É de responsabilidade da Administração Pública de Irineópolis, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, a decisão pela prorrogação do termo de fomento firmado com a [Organização/ Associação] celebrante.

§' 4º A não realização do objeto previsto dentro do prazo estipulado no caput da cláusula sétima implicará na dissolução da parceria, entendida como quebra de contrato por parte da [Organização/ Associação] celebrante, devendo ser tomada pela Administração Pública todas as medidas cabíveis; devendo a [Organização/ Associação] celebrante devolver à Administração Pública todo o recurso recebido no prazo de 10 (dez) dias contados após a notificação emitida pelo Município à [Organização/ Associação] responsável.

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



CLÁUSULA NONA: DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA PARCERIA

A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública Municipal por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria.

§' 1º É designada como Gestor da Parceria O SERVIDOR, assim nominada pela Portaria nº 229/2021, que terá como Comissão de Monitoramento e Avaliação a equipe nominada pela Portaria 229/2021.

§' 2º A equipe gestora desta parceria deverá acompanhar, monitorar, supervisionar, fiscalizar e avaliar a execução desta parceria, inclusive por meio de visitas in loco, seguindo o os parâmetros de aferição das metas aprovados no Plano de Trabalho da [Organização/ Associação] e os dispostos no Art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014.

§' 3º Sempre que houver visita técnica in loco, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica in loco, e enviado à [Organização/ Associação] para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do órgão ou da entidade da Administração Pública Municipal.

§' 4º As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O dever de prestar contas surge no momento da liberação do recurso envolvido na parceria. §' 1º A organização da sociedade civil deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos em até 60 (sessenta) dias após o recebimento do recurso.

§' 2 A utilização dos recursos não poderá ultrapassar os respectivos prazos, devendo ser devolvido o saldo restante, salvo se a Administração Pública, em caráter excepcional e motivadamente, acolher as justificativas das organizações da sociedade civil.

§' 3 O disposto no caput não impede que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, diante evidências de irregularidades na execução do objeto.

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



§' 4º A [Organização/ Associação] prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, para a Administração Pública Municipal, de forma parcial e com base no cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho, observando a regra de que não será repassado a terceira parcela sem a devida prestação de contas da primeira e assim sucessivamente.

§' 5º As prestações de contas apresentadas pela [Organização/ Associação] deverão conter elementos que permitam a Administração Pública Municipal avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas, sendo considerada a verdade real e os resultados alcançados. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

§' 6º Para fins de prestação de contas a [Organização/ Associação] deverá apresentar relatório (parcial ou final) de execução do objeto e relatório de execução financeira, que conterá no mínimo, as seguintes informações e documentos:

I - Relatório de Execução do Objeto:

- a) demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;
- b) descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- c) os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;
- d) os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver;
- e) informações sobre os impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- f) informações sobre o grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros;
- g) informações sobre a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto;
- h) justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas, quando for o caso e as medidas para ajustamento.

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



II - Relatório de Execução Financeira:

- a) balancete contendo a relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
- b) comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;
- c) extrato da conta bancária específica;
- d) memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;
- e) relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;
- f) cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da [Organização/ Associação] e do fornecedor e indicação do produto ou serviço;
- g) comprovante bancário dos pagamentos realizados.

§' 7º A análise do relatório de execução financeira será feita pela Administração Pública e contemplará:

I - o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho;

II - a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

§' 8º A análise da prestação de contas final pela Administração Pública Municipal será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no Plano de Trabalho e considerará:

I - os relatórios parciais e finais de execução do objeto;

II - os relatórios parciais e finais de execução financeira;

III - relatório de visita técnica in loco, quando houver;

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



IV - relatório técnico de monitoramento e avaliação.

§' 9º Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria.

§' 10º A [Organização/ Associação] deverá observar o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de pagamento da última parcela da parceria para encaminhar o relatório final de execução do objeto e de execução financeira.

§' 11º O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:

I - aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria;

II - aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, forem constatados impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou

III - rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

§' 12º A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

§' 13º A [Organização/ Associação] será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:

I - apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Prefeito Municipal, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias; ou

II - sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 30 (trinta) dias,

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



prorrogável, no máximo, por igual período.

§' 14º Exaurida a fase recursal, a Administração Pública Municipal deverá:

I - no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, notificar a [Organização/ Associação] as causas das ressalvas; e

II - no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a [Organização/ Associação] para que, no prazo de 30 (trinta) dias devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada.

§' 15º O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação das sanções.

§' 16º No caso de rejeição da prestação de contas, o não ressarcimento ao erário ensejará:

I - A instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da legislação vigente; e

II - o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

§' 17º O prazo de análise da prestação de contas final pela Administração Pública Municipal será de 90 (noventa) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser prorrogado, justificadamente, por igual período, desde que não exceda o limite de 300 (trezentos) dias.

§' 18º O transcurso do prazo definido na anterior, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e

II - não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Termo de Fomento poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, por qualquer dos partícipes, desde que comunicada esta intenção à outra parte

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

§' 1º O Termo de Fomento será rescindido unilateralmente pela Administração Pública Municipal nas seguintes hipóteses:

a) quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 120 (cento e vinte) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pela Administração Pública Municipal.

b) caso haja irregularidade ou inexecução parcial do objeto.

§' 2º O descumprimento, por qualquer das partes, das obrigações assumidas neste Termo de Fomento implicará na rescisão do mesmo, independente de outras cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento, a OSC deverá restituir ao MUNICÍPIO, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da rescisão, o saldo financeiro apurado dos recursos transferidos para consecução do pactuado, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, acrescidos de juros e correção monetária, na forma da lei, bem como, comprovar a sua regular aplicação através de prestação de contas.

§' 1º A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, conforme art. 52 da Lei nº 13.019/2014.

§' 2º Os débitos a serem restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros equivalentes à taxa Selic.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Nos termos do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

I - advertência;

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br

Página 58 de 60



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Administração Pública Municipal, que será concedida sempre que a [Organização/ Associação] ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

§' 1º A Administração Pública Municipal determinará a instauração da Tomada de Contas Especial nas seguintes hipóteses:

I - caso conclua pela rescisão unilateral da parceria e a [Organização/ Associação] não devolva os valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada no prazo determinado; e

II - no caso de rejeição da prestação de contas, caso a [Organização/ Associação] não devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do presente Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, no prazo de até 10 (dez) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Porto União - SC, para dirimir quaisquer litígios ou controvérsias que possam surgir da interpretação ou da execução das cláusulas deste Termo de Fomento.

E, por estarem assim ajustadas, as partes assinam o presente Termo de Fomento, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br



PREFEITURA DE
IRINEÓPOLIS
CNPJ 83.102.558/0001-05

www.irineopolis.sc.gov.br



Irineópolis(SC), ____ de ____ de 2021

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS (SC)

ORGANIZAÇÃO/ASSOCIAÇÃO

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF _____

Assinatura: _____

Nome: _____

CPF _____

Assinatura: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Rua Paraná, 200, centro. CEP 89440 000. Telefone 3625 1111
planejamento@irineopolis.sc.gov.br

Página 60 de 60

Itá**PREFEITURA****ATA DE ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2021, TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021**

Publicação Nº 3131078

ATA REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2021 EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2021, DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Às 08h30min do dia primeiro do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº 100, reuniram-se o presidente e a membros da comissão permanente de licitações designados pelo Decreto nº 005 de 04 de janeiro de 2021, sob a Presidência do Senhor Delso Minski, membros Silviane Carla Mertins e Marta Inês Bender Sartoretto, para o ato de recebimento dos envelopes documentação e proposta e abertura dos documentos de habilitação, referentes à Tomada de Preços nº 002/2021 Processo Licitatório nº 033/2021, destinada a contratação de empresa para execução de reforma e ampliação do Centro Comunitário de Linha Pindorama; Entregaram tempestivamente, os envelopes Documentação e Proposta, as empresas: ECGT CONSTRUÇÕES LTDA, SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA e ZELAR CONSTRUTORA LTDA; Esteve presente a cessão o Sr. Jorge Lino Barreto e Anderson Renato Suhre Baptista representantes das empresas ECGT CONSTRUÇÕES LTDA e ZELAR CONSTRUTORA LTDA, a empresa SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA não enviou representante; As empresas ECGT CONSTRUÇÕES LTDA e ZELAR CONSTRUTORA LTDA, comprovaram a condição de Micro empresa ou empresa de pequeno porte. O Senhor Presidente, em prosseguimento, verificou a inviolabilidade dos envelopes de documentação e proposta passando vistas aos licitantes presentes, passando à abertura dos envelopes de documentação, cujos documentos foram numerados e rubricados pela comissão e examinados pelos representantes presentes. Os envelopes "proposta" foram lacrados e rubricados pela comissão e participantes presentes. Aberto espaço para intenção de manifestação sobre a análise da documentação não houve manifestação; O presidente reserva-se o direito de análise posterior da documentação informando aos licitantes da decisão. Intima-se os licitantes da decisão. Em nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se esta ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo presidente, membros da Comissão e representante presente. Esta Ata será publicada nesta data no mural público do Município de Itá, na página do Município na internet www.ita.sc.gov.br, e entregue ao licitantes presentes.

Delso Minski
PresidenteSilviane Carla Mertins
MembroMarta Inês Bender Sartoretto
MembroECGT CONSTRUÇÕES LTDA
LicitanteZELAR CONSTRUTORA LTDA
Licitante**ATA DE ANALISE DA DOCUMENTAÇÃO PL 033/2021, TP Nº 002/2021**

Publicação Nº 3131080

ATA DE ANALISE DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2021 EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2021, DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Às 09h30min do dia primeiro do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº 100, reuniram-se o presidente e a membros da comissão permanente de licitações designados pelo Decreto nº 005 de 04 de janeiro de 2021, sob a Presidência do Senhor Delso Minski, membros Silviane Carla Mertins e Marta Bender Sartoretto para o ato de análise da documentação das empresas participantes do certame. Analisada a documentação pelo presidente e membros restou em: a) HABILITAR as empresas: ECGT CONSTRUÇÕES LTDA, SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA e ZELAR CONSTRUTORA LTDA. Diante do fato o presidente abre o prazo de cinco dias úteis para recurso da fase de habilitação; Intima-se os licitantes da decisão. Em nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se esta ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo presidente, membros da Comissão. Esta Ata será publicada nesta data no mural público do Município de Itá, na página do Município na internet www.ita.sc.gov.br.

Delso Minski
PresidenteSilviane Carla Mertins
MembroMarta Bender Sartoretto
Membro**AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2021, PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2021**

Publicação Nº 3131521

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C580B4E0593960B38DCD6C4253A0EADC932B0F58

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2021

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2021

O Prefeito Municipal de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 15 de julho de 2021, para prestação de consultoria técnica para apoio a manutenção do conselho de desenvolvimento econômico e das câmaras técnicas por meio de moderação e enfoque participativo em coletivos. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 15 de julho de 2021 e abertas



às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9510. Itá - SC, 01 de julho de 2021.

CLEMOR ANTONI BATTISTI
Prefeito Municipal

DECRETO 129/2021

Publicação Nº 3131826

DECRETO Nº 129 DE 01 DE JULHO DE 2021

"DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL PARA CONDUZIR PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR DESTINADO A APURAR RESPONSABILIDADE DE SERVIDORES NA AQUISIÇÃO DE UM ESTERILIZADOR TIPO AUTOCLAVE VERTICAL ANALÓGICA NA SECRETARIA DA SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o Inciso VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal, e demais legislação aplicável.

Considerando que foi adquirido um esterilizador tipo Autoclave vertical analógica pela Secretaria da Saúde, mediante compra direta o qual apresentou problemas de funcionamento desde seu recebimento;

Considerando que houve Sindicância Administrativa Nº 02/2021 a qual obteve em seu relatório final parecer pela abertura de Procedimento Administrativo para apurar responsabilidades;

DECRETA:

Art. 1º- Fica criada Comissão Especial, para conduzir Processo Disciplinar nos termos do Art. 122 e seguintes da Lei Complementar Nº 035/2006, destinada a apurar responsabilidade de servidores, que envolvem a aquisição de um esterilizador tipo Autoclave vertical analógica na Secretaria da Saúde, e de acordo

Art. 2º- Ficam nomeados para compor a comissão especial os seguintes servidores:

Presidente: JULIANA MARCIA SALVI JUNGES

Membro: ELAINE MIRIAM CORBARI BONDAN

Membro: KARINE FARINA ANDREOLLA

Membro: MARISA ADOLFINA SIMON GROLI

Parágrafo único: Os trabalhos deverão ser concluídos no prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação do presente decreto, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do Art. 126, da Lei Complementar Nº 035/2006.

Art. 3º- Para a realização dos trabalhos a comissão poderá requerer assessoria técnica e jurídica.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá (SC), 01 de Julho de 2021.

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

VILMARIZE FÁTIMA APPELT

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N.º 126/2021

Publicação Nº 3131201

DECRETO Nº 126, DE 23 DE JUNHO DE 2021

"DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o Inciso VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal, e demais legislação aplicável.

Considerando o feriado municipal do dia do Padroeiro São Pedro, em nosso município.

DECRETA:

Art. 1º- Fica decretado no território do Município de Itá, Ponto Facultativo no dia 28 de Junho de 2021, em virtude do feriado do "Dia do Padroeiro - São Pedro".

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se o Decreto Nº 125 de 21 de junho de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá (SC), em 23 de junho 2021.
CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

VILMARIZE FÁTIMA APPELT
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N.º 127/2021

Publicação Nº 3131206

DECRETO Nº 127 DE 30 DE JUNHO DE 2021
"REVOGA O DECRETO Nº 110 DE 01 DE JUNHO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 69, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º- Fica revogado o Decreto Nº 110 de 01 de Junho de 2021.

Art. 2º- A partir de 01 de Julho de 2021 a Secretaria Municipal de Transportes volta a ter expediente normal, ou seja, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h.

Art. 3º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de 01 de julho de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá (SC), 30 Junho de 2021.
CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI
Prefeito Municipal

Certifico que este decreto foi Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

VILMARIZE FÁTIMA APPELT
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N.º 128/2021

Publicação Nº 3131208

DECRETO Nº 128 DE 30 DE JUNHO DE 2021

"REVOGA O DECRETO Nº 111 DE 01 DE JUNHO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 69, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º- Fica revogado o Decreto Nº 111 de 01 de Junho de 2021.

Art. 2º- A partir de 01 de Julho de 2021 a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos volta a ter expediente normal, ou seja, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h.

Art. 3º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de 01 de julho de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá (SC), 30 Junho de 2021.
CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI
Prefeito Municipal

Certifico que este decreto foi Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

VILMARIZE FÁTIMA APPELT
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 610/2021

Publicação Nº 3131182

PORTARIA Nº 610/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Exonerar a pedido a Servidora ANDRESSA RHODEN, ocupante do cargo comissionado de Gerência de Assistência Social, Nível CC-060 da Lei Complementar Nº 066/2010, de 08 de Junho de 2010, a partir de 30/06/2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 30 DE JUNHO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

VILMARIZE FATIMA APPELT

Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 611/2021

Publicação Nº 3131179

PORTARIA Nº 611/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Inciso IX do art. 69 da Lei Orgânica do Município de Ita, Lei Complementar nº 34/2006, de 11 de Dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 66/2010, de 08 de Junho de 2010,

RESOLVE :

Nomear FRANCIELE MARA MOCELLIN VIOTT, portadora da Carteira de Identidade Nº 4.100.587-SSP/SC, para o cargo comissionado de Diretor de departamento Indústria e Comércio, Nível CC-030 da Lei Complementar Nº 066/2010, de 08 de Junho de 2010, a partir de 01/07/2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 30 DE JUNHO DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

VILMARIZE FATIMA APPELT

Secretária de Administração e Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL Nº 001/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021. ABRE INSCRIÇÃO PARA PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO - PQ**

Publicação Nº 3131604

EDITAL Nº 001/2021, de 01 de Julho de 2021.

Abre inscrição para Promoção por Qualificação - PQ.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Itá, Estado de Santa Catarina – SC, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 30 – A, da Lei Complementar nº119/2015, que dispõe sobre o Estruturação do Quadro de Pessoal e sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Câmara Municipal de Itá-SC e dá outras providências, torna público, pelo presente Edital as normas e procedimentos que nortearão a progressão dos servidores públicos do Poder Legislativo Municipal.

ABRE INSCRIÇÕES

Art. 1º - Ficam abertas às inscrições para o Promoção por Qualificação – PQ (Educação continuada) aos Servidores Públicos Municipais do Poder Legislativo, na forma da Lei Complementar nº119/2015, estáveis e concursados com estágio probatório concluído.

Art. 2º - Os servidores públicos municipais deverão apresentar comprovação de escolaridade na área específica de atuação até 30 de agosto do corrente ano, no setor RH, através de requerimento com os seguintes documentos:

a) Diploma de escolaridade ou certificado de curso de Graduação, Pós-Graduação em nível de especialização, Mestrado e Doutorado, ambos

na área de atuação;

b) Conteúdo programático relativo ao diploma ou certificado especificado no item anterior ou histórico escolar;

c) Requerimento devidamente preenchido.

Art. 3º - A documentação deverá ser apresentada uma cópia autenticada juntamente com a original.

Art. 4º - O presente edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Itá-SC, 01 de Julho de 2021.

EVERALDO ANTÔNIO SALVI

Presidente da Câmara

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITÁ-SC

Eu,, ocupante de cargo efetivo de, vem requerer lhe seja concedido Adicional de Promoção por Qualificação- PQ, previsto no nos termos do Art. 30 – A, da Lei Complementar nº119/2015, que dispõe sobre o Estruturação do Quadro de Pessoal e sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Câmara Municipal de Itá-SC, por ter concluído o curso de

Anexa: 1) Certificado de Conclusão;

2) Histórico Escolar.

N. Termos

P. Deferimento

Itá-SC, de de 2021.

Requerente

DESPACHO:

Deferido ()

Indeferido ()

Presidente

EDITAL Nº 002/2020, DE 01 DE JULHO DE 2021. ABRE INSCRIÇÃO PARA EVOLUÇÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO

Publicação Nº 3131607

EDITAL Nº 002/2020, de 01 de Julho de 2021.

Abre inscrição para Evolução por cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Itá, Estado de Santa Catarina – SC, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 30 da Lei Complementar nº119/2015, que dispõe sobre o Evolução por cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação da Câmara Municipal de Itá-SC e dá outras providências, torna público, pelo presente Edital as normas e procedimentos que nortearão a progressão dos servidores públicos do Poder Legislativo Municipal.

ABRE INSCRIÇÕES

Art. 1º - Ficam abertas às inscrições para Evolução por cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação aos servidores públicos municipais do Poder Legislativo, na forma da Lei Complementar nº119/2015, estáveis e concursados com estágio probatório concluído.

Art. 2º - Os Servidores Públicos Municipais do Poder Legislativo deverão apresentar comprovação através de Certificados relativos a participação de cursos de aperfeiçoamento, simpósios, congressos, seminários, treinamentos e eventos similares, devidamente autorizados, pelo Poder Legislativo Municipal, até dia 30 de agosto do corrente ano, no setor RH, através de requerimento com os seguintes documentos:

a) Cópias devidamente autenticadas de diplomas ou certificados de cursos de atualização na área de atuação;

b) Requerimento devidamente preenchido e assinado.

Art. 3º - O presente edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Itá-SC, 01 de Julho de 2021.

EVERALDO ANTÔNIO SALVI

Presidente da Câmara

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITÁ-SC

Eu,, ocupante de cargo efetivo de, vem requerer lhe seja concedido Adicional por Evolução por cursos de Aperfeiçoamento ou Capacitação aos servidores públicos municipais do Poder Legislativo, na forma da Lei Complementar nº119/2015, que dispõe sobre a Estruturação do Quadro de Pessoal e sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Câmara Municipal de Itá-SC, por ter concluído os seguintes:

Anexa: 1) Certificado de Conclusão;

N. Termos

P. Deferimento

Itá-SC, de de 2021.

Requerente

DESPACHO:

Deferido ()

Indeferido ()

Presidente

PORTARIA Nº 035/2021 DETERMINA REGIME DE EXPEDIENTE REMOTO PARA A DATA DE 02 DE JULHO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 3131537

PORTARIA Nº 035/2021

determina REGIME DE EXPEDIENTE REMOTO PARA A DATA DE 02 DE Julho DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVERALDO ANTONIO SALVI, Presidente da Câmara de Vereadores de Itá, Estado de Santa Catarina, com fulcro na legislação em vigor, e; Considerando a realização do 2º Encontro para a capacitação da REDE DE PROTEÇÃO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE na sede do Poder Legislativo durante todo o período do expediente conforme solicitado através do Ofício nº 043/2021 da Secretaria Municipal de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinado regime de trabalho remoto para a data de 02 de Julho de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itá, Santa Catarina, 02 de Julho de 2021.

EVERALDO ANTONIO SALVI

Presidente da Câmara de Vereadores de Itá-SC

Registrado e Publicado no DOM

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 12/2021

Publicação Nº 3131566

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 234D0D0CA85DB469F5F6654825C128E92B7BDE3B
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO. Pregão Eletrônico nº 12/2021. objeto: Registro de Preços para aquisição de Carga de oxigênio, oxigênio medicinal, ar comprimido medicinal e locação de cilindros (de modo parcelado) para utilização na Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio de Itaiópolis/SC. Data para recebimento das propostas até às 10:00horas do dia 09 de Julho de 2021. Exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico no site www.bllcompras.org.br. Data e hora para sessão dos lances: dia 09 de Julho de 2021 às 13:30horas. O Edital estará à disposição dos interessados no site da Prefeitura de Itaiópolis www.itaiopolis.sc.gov.br. Maiores informações no fone 047 3652 1893/1787. Itaiópolis, 01/07/2021. Paloma Pamfil – Administradora Hospitalar.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 3130746

Pregão Presencial nº 08/2021. Ata de Registro de Preços nº 36/2021. Objeto: Contratação de empresa para prestar serviços de mão de obra mecânica, elétrica, funilaria e pintura para os veículos pertencentes ao Fundo Municipal de Saúde. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Contratada: Auto Center Romano Ltda. Valor R\$ 207.300,00. Vigência 29/06/2022. Itaiópolis, 08/06/2021. Araci Gelbcke Wielewski – Secretária Municipal da Saúde

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 3130687

Pregão Presencial nº 08/2021. Ata de Registro de Preços nº 35/2021. Objeto: Contratação de empresa para prestar serviços de mão de obra mecânica, elétrica, funilaria e pintura para os veículos pertencentes Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. Contratante: Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. Contratada: Auto Peças Bauer Ltda. Valor R\$ 25.200,00. Vigência 29/06/2022. Itaiópolis, 08/06/2021. Paloma Pamfil – Administradora Hospitalar.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 3130711

Pregão Presencial nº 08/2021. Ata de Registro de Preços nº 36/2021. Objeto: Contratação de empresa para prestar serviços de mão de obra mecânica, elétrica, funilaria e pintura para os veículos pertencentes Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. Contratante: Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio. Contratada: Auto Center Romano Ltda. Valor R\$ 56.400,00. Vigência 29/06/2022. Itaiópolis, 08/06/2021. Paloma Pamfil – Administradora Hospitalar.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 3130644

Pregão Presencial nº 08/2021. Ata de Registro de Preços nº 35/2021. Objeto: Contratação de empresa para prestar serviços de mão de obra mecânica, elétrica, funilaria e pintura para os veículos pertencentes ao fundo Municipal de Saúde. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Contratada: Auto Peças Bauer Ltda. Valor R\$ 50.400,00. Vigência 29/06/2022. Itaiópolis, 08/06/2021. Araci Gelbcke Wielewski

Itapema

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04.051.2021

Publicação Nº 3131241

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:
Pregão Presencial nº. 04.051.2021.

Objeto: Registro de Preço - Aquisição de cestas básicas Padrão B, destinadas aos Municípios que se enquadram nos critérios da Lei Municipal 3304/2014, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.051.2021.

Entrega dos envelopes: Até às 14:00 (quatorze horas) do dia 16 (dezesesseis) de julho de 2021.

Abertura do Pregão: 16 (dezesesseis) de julho de 2021, às 14:01 (quatorze horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone "licitações – pregão – pasta 04.051.2021." ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3267-1495.

Itapema, 01 de julho de 2021.

Edith Gabriela Rosas Fernandes Nascimento
Secretária de Assistência Social e de Lazer

EXTRATO TOMADA DE PREÇOS Nº 02.003.2021

Publicação Nº 3131246

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Tomada de Preços – 02.003.2021

Tipo de licitação: Menor Preço por Lote;

Objeto: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para reforma dos muros das Unidade Escolares localizadas nos Bairros Centro, Alto São Bento, Morretes e Ilhota do Município de Itapema, discriminadas conforme LOTES a seguir, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

LOTE I: Unidade Escolar EMEB Luiz Francisco Vieira e EMEB Antigo Luiz Francisco Vieira.

LOTE II: Unidade Escolar CMEI Soldadinho de Chumbo; CMEI Alto São Bento e CMEI Maria Iracema.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 19/07/2021, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Itapema.

Abertura das Propostas: às 14:01 horas do dia 19/07/2021, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Itapema.

O Edital e seus anexos poderão ser baixados pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, ícone "licitações – tomada de preços – pasta 02.003.2021" ou pessoalmente na Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro, Itapema/SC. Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Itapema, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3267-1495 ou pelo e-mail licitacao@itapema.sc.gov.br

Itapema, 01 de julho de 2021.

Alessandra Simas Ghiotto
Secretária Municipal de Educação

EXTRATO TOMADA DE PREÇOS Nº 02.004.2021

Publicação Nº 3131247

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Tomada de Preços – 02.004.2021

Tipo de licitação: Menor Preço Global;

Objeto: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para ampliação e reforma da Unidade Escolar EMEB Francisco Vitor Alves localizada no Bairro Morretes do Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 21/07/2021, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Itapema.

Abertura das Propostas: às 14:01 horas do dia 21/07/2021, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Itapema.

O Edital e seus anexos poderão ser baixados pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, ícone "licitações – tomada de preços – pasta 02.004.2021" ou pessoalmente na Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro, Itapema/SC. Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Itapema, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3267-1495 ou pelo e-mail licitacao@itapema.sc.gov.br

Itapema, 01 de julho de 2021.
Alessandra Simas Ghiotto
Secretária Municipal de Educação

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131124

Decreto Legislativo nº 011, de 01 de julho de 2021.

Aprova a Mensagem de Veto nº 006/2021 ao Projeto de Lei Ordinária 022/2021 e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Itapema, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, após a aprovação do Plenário, DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a Mensagem de Veto nº 006/2021 ao Projeto de Lei Ordinária 022/2021.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapema, em 01 de junho de 2021.
Carlos Alexandre de Souza Ribeiro
Presidente

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE PREGAO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2021

Publicação Nº 3131203

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 65/2021

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0C5549C1F5A61948EB2616D1535E582769D17087

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das Propostas: até 08h 00min do dia 15 de julho de 2021.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município itapiranga.atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga, SC, 01 de julho de 2021.

ALEXANDRE GOMES RIBAS

PREFEITO

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2018 - FMS

Publicação Nº 3130635

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9CFAD1627D0DB637B3CC36D253ED3A6132A4367D

Contrato Nº: 007/2018

Aditivo Nº: 3 T.A 007/2018

Tipo Aditivo: Supressão

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA

Contratada: IPM SISTEMAS LTDA

Licitação: Pregão Presencial 141/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO E LOCAÇÃO DE SISTEMA(S) INFORMATIZADO(S) DE GESTÃO, INCLUINDO AINDA SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, TREINAMENTO, IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO, GARANTIA DE ATUALIZAÇÃO LEGAL, ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA E SUPORTE TÉCNICO.

Vigência: Início: 29/06/2021 Término: 22/08/2021

Assinatura: 29/06/2021

Valor R\$: 8.044,34 (Oito Mil, Quarenta e Quatro Reais e Trinta e Quatro Centavos)

Itapiranga, 01 de julho de 2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 122/2021/RH

Publicação Nº 3131457

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 122/2021/RH

PARTES: Município de Itapiranga e REGIANE SCHMIDT.

ORIGEM: Processo Seletivo Simplificado nº 01/2021.

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 87/2021 onde altera o prazo de vigência de 30/06/2021 para 30/07/2021, como FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO em 40 horas semanais.

Nível salarial: 531

Classe - Referência: A - 02

VIGÊNCIA: 30/06/2021 a 30/07/2021.

Itapiranga – SC, 30 de junho de 2021.

Alexandre Gomes Ribas - Prefeito

LEI COMPLEMENTAR Nº 157, DE 01 JULHO DE 2021

Publicação Nº 3130494

LEI COMPLEMENTAR Nº 157, DE 01 JULHO DE 2021.

ALTERA A REDAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 50, DE 16 DE AGOSTO DE 2012, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE POSTURAS PARA O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar nº 50, de 16 de agosto de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 118. O funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços somente será permitido após a concessão do Alvará de Funcionamento e Localização e do Alvará Sanitário, se for o caso, o qual somente será concedido se observadas as disposições deste Código e as demais normas legais e regulamentares pertinentes e, ainda, obedecidas às determinações de uso e ocupação do solo urbano, de acordo com a Lei do Plano Diretor.

§ 1º Aos estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviço, considerados de baixo risco, será necessário o cadastro junto ao Município e o pagamento das taxas devidas, nos termos da Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e leis, decretos e resoluções que a regulamentem.

§ 2º Os estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviço não enquadrados no § 1º, não poderão funcionar sem prévia licença do Município, a qual somente será concedida se observadas as disposições deste Código e as demais normas legais e regulamentares pertinentes, obedecido o zoneamento e uso, de acordo com a Lei do Plano Diretor.

Art. 119. Para os estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviço não considerados de baixo risco, para efeito de fiscalização, o Alvará de Funcionamento e Localização, bem como o Alvará Sanitário, quando for o caso, deverão ser conservados no estabelecimento em local visível ao público, os quais deverão ser renovados anualmente mediante pagamento das Taxas de licença, localização e funcionamento conforme o Código Tributário Municipal.

Art. 123. Mediante a Fiscalização do município o estabelecimento poderá ser interditado ou fechado:

I - quando se tratar de negócio diferente daquele requerido e liberado na licença;

II - se o licenciado usá-lo para fins ilícitos ou para atos ofensivos à moral e ao bom costume;

III - se o licenciado se opuser, de qualquer modo, à fiscalização;

IV - por solicitação de autoridades, fundamentada em motivos justificados;

V - para reprimir especulações de atravessadores de gêneros de primeira necessidade;

VI - como medida preventiva, de higiene, do sossego e segurança pública.

§ 1º Cassada a licença, o estabelecimento será imediatamente fechado.

§ 2º Será igualmente fechado todo estabelecimento que exercer atividades sem a necessária licença expedida em conformidade com o que preceitua este Capítulo.

Art. 2º Revoga-se o Art. 120 da Lei Complementar nº 50, de 16 de agosto de 2012, e disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga/SC, 01 de julho de 2021.

ALEXANDRE GOMES RIBAS

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Artêmio Antônio Scalon

Secretaria de Administração Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 158, DE 01 JULHO DE 2021

Publicação Nº 3130500

LEI COMPLEMENTAR Nº 158, DE 01 JULHO DE 2021

ALTERA A REDAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 25, DE 29 DE SETEMBRO DE 2009, QUE DISPÕE SOBRE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO E DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar nº 25, de 29 de setembro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 93. Os débitos tributários que não forem efetivamente liquidados nos prazos estabelecidos terão seus valores atualizados monetariamente, com base no IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) a partir do mês subsequente ao vencimento até a quitação ou parcelamento.

Art. 211. O recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN será efetuado nos seguintes prazos:

I - mensalmente no total de 12 (doze) parcelas, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente, nos casos do Imposto ser homologado ou por estimativa;

II - mensalmente, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente, no caso do valor do Imposto ser fixo;

III - anualmente, até o dia 20 (vinte) de fevereiro, quando do recolhimento do ISSQN fixo em uma única parcela, com desconto de até 10% (dez por cento).

Art. 243 A Taxa de Licença, Localização e Funcionamento e Taxa de Vistoria do Cumprimento de Posturas e Normas Urbanísticas é devida ao Município pela sua atividade de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora do uso e ocupação do solo urbano, da higiene, saúde, segurança, ordem e tranquilidade pública, a que se submete qualquer pessoa, física ou jurídica, em razão da localização, instalação e funcionamento de quaisquer atividades no Município.

....

§ 2º Os contribuintes sujeitos ao poder de polícia administrativa do Município pagarão a Taxa de Licença, Localização e Funcionamento, apenas uma vez, quando do início de suas atividades.

§ 3º A Licença de Localização e Funcionamento, somente será fornecida mediante verificação "in loco" do estabelecimento, exceto para atividades dispensadas pela Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e leis, decretos e resoluções que a regulamentem.

§ 4º No caso de profissionais autônomos, com estabelecimento fixo, só será concedida licença após verificação "in loco", exceto para atividades dispensadas pela Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e leis, decretos e resoluções que a regulamentem.

....

§ 6º Nos exercícios subsequentes ao início das atividades, os contribuintes pagarão anualmente a Taxa de Vistoria do Cumprimento de Posturas e Normas Urbanísticas do estabelecimento, a título específico do exercício do poder de polícia administrativa. A Taxa será devida pelo estabelecimento e a partir do primeiro dia do exercício seguinte aquele em que o contribuinte deu início as suas atividades.

Art. 245. Nenhum estabelecimento comercial, industrial ou de prestação de serviço que não for considerado de baixo risco, poderá instalar-se ou iniciar suas atividades no Município, em caráter permanente ou temporário, sem prévia licença de localização outorgada pela Prefeitura e sem que seus responsáveis tenham efetuado o pagamento da Taxa devida.

....

§ 3º Aos estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviço, considerados de baixo risco, conforme Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e leis, decretos e resoluções que a regulamentem, somente será necessário o cadastro junto ao município e o pagamento das taxas devidas.

Art. 247. O Alvará de Licença deve permanecer afixado no estabelecimento, em local visível e de fácil acesso ao fisco municipal, sempre que a legislação exigir para atividade desenvolvida.

Art. 249. O fornecimento de inscrição no cadastro fiscal não faz presumir e nem importa em autorização para funcionar sem a devida licença, sempre que a legislação exigir para atividade desenvolvida.

Art. 253. A Taxa será lançada em parcela única, com base nos dados existentes no cadastro e/ou apurados "in loco", quando da vistoria do estabelecimento.

§ 1º O lançamento da Taxa de Licença, Localização e Funcionamento será efetuado por ocasião do início das atividades.

Art. 258. As infrações à disposição desta seção serão punidas com as seguintes penalidades:

I - multa de importância igual a 01 (uma) Unidade Fiscal do Município UFM, nos casos de:

....

d) falta ou recusa de exibição do alvará de licença em local visível, sempre que a legislação exigir para atividade desenvolvida.

Art. 298

§ 1º A expressão monetária da Unidade Fiscal do Município - UFM deverá ser atualizada anualmente por decreto, com exigência em 02 (dois) de janeiro e com base na variação acumulada pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), apurada pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrida no período compreendido entre os meses de dezembro do exercício pré-anterior e novembro do exercício imediatamente anterior.

Art. 2º Revogam-se o Art. 241, Art. 242 e Art. 248 da Lei Complementar nº 25, de 29 de setembro de 2009, e disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga/SC, 01 de julho de 2021.

ALEXANDRE GOMES RIBAS

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Artêmio Antônio Scalón

Secretaria de Administração Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 3.439, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3130485

LEI MUNICIPAL Nº 3.439, DE 01 DE JULHO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL – CMDR, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o poder Executivo autorizado a instituir o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR, órgão gestor do desenvolvimento Rural do Município que terá função deliberativa e de assessoramento.

Art. 2º Ao CMDR compete:

I – participar da construção do processo de desenvolvimento rural do Município assegurando à efetiva e legítima participação das comunidades rurais da discussão e elaboração dos planos, programas e projetos de desenvolvimento rural, de forma que este, em relação às necessidades dos agricultores, seja economicamente viável, politicamente correto, socialmente justo e ambientalmente adequado;

II – propor ao Executivo e ao Legislativo Municipal, bem como aos órgãos e entidades públicas e privadas que atuam no Município, políticas públicas e ações que contribuam para o aumento da produção agropecuária e para a geração de ocupações produtivas e renda no meio rural;

III – promover a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a aplicação e os resultados estratégicos alcançados pelos programas desenvolvidos;

IV – deliberar sobre apoio a programas e projetos de desenvolvimento rural, bem como acompanhar e avaliar a execução dos mesmos no âmbito municipal;

V – articular para a inclusão dos objetivos e ações do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural no Plano Plurianual – PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA;

VI – propor políticas públicas municipais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável e da conquista da plena cidadania no espaço rural;

VII – exercer todas as competências e atribuições que lhe forem conferidas;

VIII – trabalhar com a comunidade para o seu desenvolvimento econômico, social e cultural, visando à preservação ambiental, por meio de um planejamento cooperativo e de responsabilidade mútuas;

IX – planejar, sugerir, consultar, opinar e assessorar sobre as atividades de desenvolvimento agropecuário e de preservação do meio ambiente no município;

X – zelar pelo cumprimento das leis municipais e das questões relativas ao meio ambiente, sugerindo, inclusive, mudanças visando ao seu aperfeiçoamento.

Art. 3º O CMDR, compor-se-á de forma paritária, com membros titulares e seus respectivos suplentes, designados por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, sendo:

I – Representantes do Poder Público:

a) 02 (dois) membros titulares e 02 (dois) membros suplentes da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;

b) 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Transportes e Obras;

c) 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Administração;

d) 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI;

e) 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC.

II – Representantes da Sociedade Civil:

a) 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

b) 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente do Sindicato dos Produtores Rurais;

c) 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente das Cooperativas de Produção Agrícolas;

d) 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente das Associações de Produtores.

e) 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente das comunidades rurais;

f) 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente das Instituições Financeiras.

Art. 4º O mandato dos conselheiros e seus respectivos suplentes, será de dois anos, sendo permitida a recondução, devendo cada instituição ou organismo integrante do Conselho indicar por escrito, os representantes titulares e suplentes.

Parágrafo único. O mandato dos membros do Conselho será exercido gratuitamente e suas funções consideradas como prestação de serviços relevantes ao Município.

Art. 5º A Diretoria Executiva do CMDR será constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

§ 1º A diretoria Executiva do CMDR, composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretário serão eleitos por seus membros na primeira reunião do Conselho, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

Art. 6º A Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente proporcionará ao Conselho, o apoio administrativo, inclusive ao pessoal necessário ao atendimento de suas finalidades e ao desempenho de suas atribuições.

Art. 7º O CMDR poderá criar comitês, comissões, grupos de trabalho ou designar Conselheiros para realizar estudos, resolver problemas específicos, promover eventos ou dar pareceres.

Art. 8º Sempre que houver necessidade o CMDR poderá convidar pessoas, técnicos, líderes ou dirigentes para participar de reuniões, com direito a voz.

Art. 9º Instituído o CMDR, comissão específica deverá ser designada em Assembleia Geral do Conselho para elaborar o projeto do Regimento Interno que, deverá ter a aprovação da maioria dos membros do Conselho, em Assembleia Geral e homologação do Poder Executivo.

Parágrafo único. Futuras emendas ou alterações ao Regimento Interno do Conselho terão o mesmo trâmite.

Art. 10. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações consignadas na Lei de Orçamento.

Art. 11. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 3.174 de 26 de setembro de 2018.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga/SC, 01 de julho de 2021.
ALEXANDRE GOMES RIBAS
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Artêmio Antônio Scalon
Secretaria de Administração Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 3.440, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3130488

LEI MUNICIPAL Nº 3.440, DE 01 DE JULHO DE 2021.
ALTERA A REDAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 3.006 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do §2º do Art. 31, da Lei Municipal nº 3.006, de 15 de dezembro de 2015, que passa a vigorar:
"§ 2º Os reajustes das tarifas previstas nesta Lei ocorrerão anualmente, em janeiro de cada ano, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado nos meses de janeiro a dezembro do ano anterior e aplicados 30 (trinta) dias após a publicação da aprovação do reajuste pela agência reguladora".
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Itapiranga/SC, 01 de julho de 2021.
ALEXANDRE GOMES RIBAS
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Artêmio Antônio Scalon
Secretaria de Administração Municipal

PORTARIA Nº 216/2021

Publicação Nº 3131637

Portaria nº 216, de 25 de junho de 2021

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar: Ivair Paulo Tavares, Nadir Teresinha Etges, Fabrícia Kroetz, Arlei Eidt e Adrissa Arnhold, servidores públicos municipais, residentes e domiciliados no município, para comporem a Comissão Organizadora Municipal de Concurso Público, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar e fiscalizar os atos do processo, instaurado através do Edital de Concurso Público nº 06/2021.

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto à publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 25 de junho de 2021.
Alexandre Gomes Ribas
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

PORTARIA Nº 217/2021

Publicação Nº 3131642

Portaria nº 217, de 25 de junho de 2021

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar: Elaine Kummer Mueller, Michele Reis Welter, Cíntia Taiza Klein, Ivair Paulo Tavares, Nadir Teresinha Etges, Fabrícia Kroetz, e Adrissa Arnhold, servidores públicos municipais, residentes e domiciliados no município, para comporem a Comissão Organizadora

Municipal do Processo Seletivo, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar e fiscalizar os atos do processo, instaurado através do Edital de Processo Seletivo nº 07/2021.

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto à publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 25 de junho de 2021.

Alexandre Gomes Ribas

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

PORTARIA Nº 223/2021

Publicação Nº 3130743

Portaria nº 223, de 28 de junho de 2021

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder complementação de auxílio doença ao servidor Querino João Mueller matrícula nº 1343/01, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, em conformidade com o Art. 179 da lei Complementar nº 39 de 12 de junho de 2011.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, com efeitos a partir do dia 22/03/2021.

Itapiranga SC, 28 de junho de 2021.

Alexandre Gomes Ribas

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 224/2021

Publicação Nº 3130745

Portaria nº 224, de 1º de julho de 2021

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 2/2006;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder acréscimo de cinco por cento incorporados no vencimento base de Daniela Schneider Fischer matrícula nº 15662/01, tendo em vista a conclusão do curso de Pós Graduação Lato Sensu em Políticas e Gestão em Serviço Social, em conformidade com o Art. 18 da Lei Complementar nº 2 de 20 de abril de 2006.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 1º de julho de 2021.

Alexandre Gomes Ribas

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 225/2021

Publicação Nº 3130747

Portaria nº 225, de 1º de julho de 2021

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; e Lei Complementar 39 de 12/07/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender a pedido a partir de dia 1º de julho de 2021, a Licença para Tratar de Interesses Particulares da servidora Andrea da Costa Gabriel matrícula nº 14640/01.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 1º de julho de 2021.

Alexandre Gomes Ribas

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 226/2021

Publicação Nº 3130748

Portaria nº 226, de 1º de julho de 2021

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 2/2006;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder acréscimo de cinco por cento incorporados no vencimento base de Moacir Royer matrícula nº 14968/01, tendo em vista a conclusão do curso de Pós Graduação Latu Sensu em Gestão e Normatização de Trânsito e Transporte, em conformidade com o Art. 18 da Lei Complementar nº 2 de 20 de abril de 2006.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 1º de julho de 2021.

Alexandre Gomes Ribas

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

QUADRO DE VENCEDORES PROCESSO LICITATORIO Nº 55/2021

Publicação Nº 3130465

Pág 1 / 3

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Compras e Contratos
Relatório de Vencedores do Pregão
usaCoeficienteLote: Não Processo: 55/2021 Licitação: 55/2021



Relatório de Vencedores do Pregão Eletrônico - 55 / 2021

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Desconto(%)	Índice Julgamento	Quantidade	Lance/Negociado	Total	Situação
1	JOGO DE LENÇOL CASAL 3 PEÇAS, TAMANHO 1,90 M X 1,40M X 0,20M, 100% ALGODÃO, 30/1 PENTEADA, COM ELÁSTICO, COR LISA, QUE NÃO DA BOLINHA, COM DUAS FRONHAS 100% ALGODÃO, 30/1 PENTEADA PARA TRAVESSEIRO MEDINDO 70X50, ESTAMPAS QUE COMBINEM COM O LENÇOL.	VIVALDI/SUL-BRASIL	UND	SNN COMERCIO DE CONFECÇOES E CALCADOS EIRELI		0.0000	250	75,00	18.750,00	Lance

IPM Sistemas Ltda
Atende Nat - WCO v.2015.04

Identificador: WCO041101-3434-BGTTMFUFUSXP-2 - Emitido por: LARISSA RODRIGUES DE LIMA

01/07/2021 08:07:34 -03:00



MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Compras e Contratos
Relatório de Vencedores do Pregão
usaCoeficienteLote: Não Processo: 55/2021 Licitação: 55/2021

Pág 2 / 3

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Desconto(%)	Índice Julgamento	Quantidade	Lance/Negociado	Total	Situação
2	COLCHÃO CASAL ORTOFLEX / GM DA PRO SAÚDE SILVA COLCHÕES STANDART, PLANO 100% POLIÉSTER COM DENSIDADE 33, FIBRA DE ALTA RESISTÊNCIA QUE AUMENTA A DURABILIDADE DO COLCHÃO, ESPUMA 100% POLIURETANO, ALTA PERFORMANCE DA ESPUMA APRESENTANDO EXCELENTE DESEMPENHO COM LATERAL A FITIM. COM SELO DO INMETRO, TRATAMENTO ACTGUARD QUE PROTEGE A ESPUMA CONTRA INFESTAÇÕES DE ÁCAROS, FUNGOS E BACTÉRIAS. MEDIDAS: 14CMX188CMX138C		UND	DISTRIBUIDORA FXO EIRELI		0.0000	250	595,00	148.750,00	Lance
3	TRAVESEIRO TRISOFT REVESTIMENTO MICROFIBRA 100% POLIÉSTER, ANTIALÉRGICO, ENCHIMENTO 100% POLIÉSTER. MEDIDAS: 50X70CM.		UND	B E A T R I Z SULZBACH CORNELIUS EIRELI		0.0000	500	22,00	11.000,00	Lance
4	EDREDOM CASAL, TECIDO 100% POLIÉSTER E ENCHIMENTO 100% POLIÉSTER COM GRAMATURA DE 120 GRAMAS. MEDIDAS: 2,20MX2,40M	SULZ	UND	B E A T R I Z SULZBACH CORNELIUS EIRELI		0.0000	250	80,00	20.000,00	Lance

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WCO v.2015.04

Identificador: WCO041101-3434-BGTTMTXUFUXP-2 - Emitido por: LARISSA RODRIGUES DE LIMA

01/07/2021 08:07:34 - 03:00

**MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA**

Compras e Contratos
Relatório de Vencedores do Pregão
usaCoeficienteLote: Não Processo: 55/2021 Licitação: 55/2021

Pag 3 / 3

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Desconto(%)	Índice Julgamento	Quantidade	Lance/Negociado	Total	Situação
Total Geral:									198.500,00	

Resumo dos Fornecedores

Fornecedor	Items Vencedores	Valor Total
758060 - DISTRIBUIDORA FXO EIRELI	2	148.750,00
636150 - BEATRIZ SULZBACH CORNELIUS EIRELI	3, 4	31.000,00
758086 - SNN COMERCIO DE CONFECCOES E CALCADOS EIRELI	1	18.750,00

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WCO v.2015.04

Identificador: WCO041101-3434-BGTTMTXFFUFSP-2 - Emitido por: LARISSA RODRIGUES DE LIMA

01/07/2021 08:07:34 -03:00

Itapoá

PREFEITURA

ATA SESSÃO PÚBLICA - CONCORRÊNCIA Nº 05/2021

Publicação Nº 3131082

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7941CE3E67C3C162DE55804B1BE117A85510BB67
ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO

Data	01/07/2021	Horário início: 09h00min
Licitação /Modalidade	CONCORRÊNCIA REGISTRO DE PREÇO PROCESSO	Nº 05/2021 Nº 16/2021 Nº 38/2021

OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS, PROJETOS COMPLEMENTARES, MEMORIAIS DESCRITIVOS, CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS, COM SUAS DEVIDAS, RESPONSABILIDADES TÉCNICAS, DESTINADOS À CONSTRUÇÃO, ADEQUAÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS, DE UNIDADES SOLICITADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal de Itapoá, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 4522/2020. Observando que a Licitação foi publicada em Site Oficial do Município no dia 28/05/2021, Diário Oficial dos Municípios e Jornal de Grande Circulação no dia 31/05/2021 a fim de ampla divulgação. Exatamente às 08h30min encerraram os prazos para protocolo de envelopes de habilitação e proposta. Protocolaram envelopes as empresas:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
23/06/2021	70	13:06	PLANOS ENGENHARIA LTDA	19.066.579/0001-13
25/06/2021	70-A	07:40	TRANS GABRIELLI LTDA	04.265.445/0001-54
29/06/2021	71	13:10	INDIANARA FOLLMANN	28.958.418/0001-25
29/06/2021	72	13:10	EL ARQUITETURA LTDA EPP	04.911.728/0001-26
30/06/2021	73	09:00	ENGEPLANTI CONSULTORIA LTDA	23.002.667/0001-29
30/06/2021	74	12:25	PAULO ZUAN BENEDETTI CHENSO ARQUITETURA	31.204.611/0001-85
01/07/2021	74-A	07:35	AZIMUTE ENGENHEIROS CONSULTORES SC LTDA	04.967.284/0001-40
01/07/2021	75	07:40	ESTEL ENGENHARIA LTDA	82.144.338/0001-81
01/07/2021	76	07:42	NORTON ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA ME	14.300.868/0001-11
01/07/2021	77	07:55	YURI VASCONCELOS SILVA – ME	15.444.660/0001-39
01/07/2021	78	08:10	FERNANDO STROISCH EMPREITEIRA	04.666.721/0001-96
01/07/2021	79	08:14	NOIVO ARQUITETURA LTDA	27.820.303/0001-07
01/07/2021	80	09:07	E-SANTIAGO ARQUITETURA	32.533.494/0001-66

Iniciada a sessão, os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Neste ato, a empresa E-SANTIAGO ARQUITETURA foi considerada desclassificada por protocolar os envelopes às 09:07, sendo após o horário de entrega. Em seguida foram abertos os envelopes de habilitação das empresas licitantes, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado pela CPL o disposto a seguir:

Considerações: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	
1	REF.: FERNANDO STROISCH EMPREITEIRA
1.1. Não apresentou a Certidão Simplificada. CONSIDERAÇÕES DA CPL: A empresa perdeu seu direito de ME/EPP conforme a Lei Complementar nº 123/2006, no entanto, a CPL não vislumbra motivo para sua inabilitação, tornando a empresa HABILITADA.	
Considerações: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	
2	REF.: PAULO ZUAN BENEDETTI CHENSO ARQUITETURA
2.1. Apresentou o item 7.6.1.1. documento de identificação com foto em cópia simples, descumprindo o item 7.1 do Edital; 2.2. Apresentou o item 7.6.2.1 Cartão CNPJ com data de emissão em 09/10/2020, sendo superior a 60 dias, descumprindo o item 6.2.1. do Edital. CONSIDERAÇÕES DA CPL: Quanto ao item 2.2, caso a empresa fosse declarada vencedora, teria o direito de apresentar o documento emitido nos últimos 60 dias no prazo de 5 dias úteis, tendo em vista se enquadrar na Lei Complementar nº 123/2006, conforme 11.1.1 do edital. Portanto, neste quesito a CPL não vislumbra motivo para inabilitação. Quanto ao item 2.1. a CPL considera a empresa INABILITADA.	
Considerações: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	
3	REF.: INDIANARA FOLLMANN
3.1. Apresentou a Certidão Simplificada emitida em 19/04/2021, sendo superior a 60 dias, descumprindo o item 6.2.1 do Edital; 3.2. Não apresentou atestado de capacidade técnica, apenas a Certidão de Acervo Técnico, descumprindo o item 7.6.4.4.1 do Edital. CONSIDERAÇÕES DA CPL: Quanto ao item 3.1 a CPL não vislumbra motivo para inabilitação, pois a empresa apenas perdeu seu direito de ME/EPP conforme a Lei Complementar nº 123/2006. Quanto ao item 3.2 a CPL considera a empresa INABILITADA.	
Considerações: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	

4	REF.: NOIVO ARQUITETURA LTDA
4.1. Apresentou o item 7.6.2.2 Certidão do FGTS contendo a razão social "Axion Eventos e Locações de Equipamentos", incompatível com a última alteração no contrato social;	
4.2. Apresentou o item 7.6.2.3 Certidão Municipal positiva;	
4.3. Apresentou o item 7.6.1.1 documento de identificação com foto em cópia simples, descumprindo o item 7.1 do Edital;	
4.4. Não apresentou atestado de capacidade técnica, apenas a Certidão de Acervo Técnico, descumprindo o item 7.6.4.4.1 do Edital.	
CONSIDERAÇÕES DA CPL: Quanto ao item 4.2 a CPL não vislumbra motivo para inabilitação, tendo em vista que caso a empresa fosse declarada vencedora, teria o direito de apresentar o documento, no prazo de 5 dias úteis, por se enquadrar na Lei Complementar nº 123/2006, conforme 11.1.1 do edital. Quanto aos itens 4.1, 4.3 e 4.4 a CPL considera a empresa INABILITADA.	
Considerações: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	
5	REF.: ENGEPLANTI CONSULTORIA LTDA
5.1. Apresentou o índice de Liquidez Geral ≤ 1 , sendo apresentado 0,87, descumprindo o item 7.6.3.7 do Edital.	
CONSIDERAÇÕES DA CPL: Neste quesito, a CPL considera a empresa INABILITADA.	
Considerações: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	
6	REF.: AZIMUTE ENGENHEIROS CONSULTORES SC LTDA
6.1. Márcia Bittencourt Vargas responsável técnica pelos projetos arquitetônicos não pertence ao quadro efetivo da empresa na data da licitação ou não apresentou documento que comprove o vínculo, descumprindo o item 7.6.4.4.1 do Edital.	
CONSIDERAÇÕES DA CPL: Neste quesito a CPL considera a empresa INABILITADA.	
Considerações: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	
7	REF.: ESTEL ENGENHARIA LTDA
7.1. Apresentou contrato de prestação de serviços com o responsável técnico Victor, com data de 21/10/2016, sendo superior a 4 anos, descumprindo o art. 598 do Código Civil.	
CONSIDERAÇÕES DA CPL: Neste quesito, foi verificado que os atestados apresentados em nome do Sr. Sérgio são suficientes para atender o disposto no item 7.6.4.4.1 do Edital, não sendo motivo para inabilitação, tornando a empresa HABILITADA.	
Considerações: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	
8	REF.: YURI VASCONCELOS SILVA – ME
8.1. Apresentou Certidão Simplificada emitida em 03/02/2021, sendo superior a 60 dias, descumprindo o item 6.2.1 do Edital.	
CONSIDERAÇÕES DA CPL: Quanto ao item 8.1 a CPL não vislumbra motivo para inabilitação, pois a empresa apenas perdeu seu direito de ME/EPP conforme a Lei Complementar nº 123/2006, tornando a empresa HABILITADA.	
Considerações: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	
9	REF.: TRANS GABRIELLI LTDA
9.1. Apresentou os índices financeiros assinados apenas pelo preposto da empresa, sem assinatura do contador, descumprindo o item 7.6.3.6 do Edital.	
CONSIDERAÇÕES DA CPL: Neste quesito, a CPL considera a empresa INABILITADA.	

Sendo assim, as empresas PAULO ZUAN BENEDETTI CHENSO ARQUITETURA, INDIANARA FOLLMANN LTDA, NOIVO ARQUITETURA LTDA, ENGEPLANTI CONSULTORIA LTDA, AZIMUTE ENGENHEIROS CONSULTORES SC LTDA e TRANS GABRIELLI LTDA foram consideradas INABILITADAS. As empresas PLANOS ENGENHARIA LTDA, EL ARQUITETURA LTDA EPP, NORTON ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA ME, FERNANDO STROISCH EMPREITEIRA, ESTEL ENGENHARIA LTDA e YURI VASCONCELOS SILVA – ME estavam de acordo com o edital, e, portanto consideradas HABILITADAS. Tendo em vista o Decreto Estadual nº 1351/2021, os documentos de habilitação serão escaneados e disponibilizados no Site Oficial do Município para acesso aos interessados. Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e no qual fica aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, até o dia 09/07/2021, em horário de expediente da Prefeitura, das 07:30 às 13:30. As empresas que quiserem postergar seu direito de recurso deverão fazer através de protocolo no site <https://itapoa.atende.net/> ou pelo e-mail licitacoes@itapoa.sc.gov.br. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

FERNANDA CRISTINA ROSA PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	
LAYRA DE OLIVEIRA VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	DÉCIO FURTADO DE SOUZA JUNIOR MEMBRO
RICARDO LASTRA VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA MEMBRO

NOTIFICAÇÃO Nº14-21-TP Nº06-21- ABERTURA PROPOSTA

Publicação Nº 3131488

NOTIFICAÇÃO Nº 14/2021

À

Empresa	CNPJ/MF
Avila Empreendimentos de mão de obra Eirelli	33.902.200/0001-99

O Município de Itapoá, através da Secretária de Educação e a Comissão Permanente de Licitação, vem se manifestar quanto à licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 06/2021– PROCESSO Nº36/2021, do objeto da Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para executar a construção e reforma do muro junto a EMEF Claiton Almir Hermes e escola de Educação Infantil Primeiro Passos, compreendendo uma área de 1.028,42 m², conforme projeto arquitetônico, memorial descritivo, e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital, tendo o prazo de recurso findo em 18/06/2021 às 13:30min, com a interposição de recurso sendo analisada, julgada, e considerada improcedente e improvida em todas as esferas administrativas. Fica, portanto

a sessão pública para abertura de envelopes de propostas marcada para a data de 06/07/2021 às 08h30min na sede do Município, sito à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, Setor de Licitações e Contratos - Sala de Reuniões, porém, em virtude da pandemia COVID-19, os interessados poderão acompanhar a sessão pública ao vivo pelo link: <https://www.youtube.com/channel/UCtdJ7at3UHmoh9nAN26bICA>. Tendo em vista o Decreto Estadual nº 1351/2021 e Decreto Municipal nº 5096/2021, as propostas serão escaneadas e disponibilizadas no Site Oficial do Município para acesso aos interessados, e posterior apresentação de recursos previsto na Lei Federal nº 8666/93.

Itapoá, 02 de julho de 2021.
FERNANDA CRISTINA ROSA
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LUÍZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO- CONVOCAÇÃO Nº 075/-2021 EDITAL 063//2019

Publicação Nº 3130958

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 075/2021

PROCESSO SELETIVO: Edital nº063/2019 – Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo o candidato convocado a comparecer na Secretaria de Educação no dia 02/07/2021, CONFORME O HORÁRIO ESTIPULADO.

10 horas

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
26	40H	Anos iniciais	Marines Golar N. de Fárias	07/07/2021	27/09/2021

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados, que descumprirem os itens 27, 27.3 e 28.1 do edital 063/2019:

Itapoá, 01 de julho de 2021.
Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo
Secretária de Educação

Vanilda de Souza
Coordenadora Pedagógica

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO- CONVOCAÇÃO Nº 076/-2021 EDITAL 063//2019

Publicação Nº 3131023

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 076/2021

PROCESSO SELETIVO: Edital nº063/2019 – Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo o candidato convocado a comparecer na Secretaria de Educação no dia 02/07/2021, CONFORME O HORÁRIO ESTIPULADO.

10 horas

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
27	40H	Anos iniciais	Mirian dos Santos P. Teixeira	07/07/2021	27/09/2021

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados, que descumprirem os itens 27, 27.3 e 28.1 do edital 063/2019:

Itapoá, 01 de julho de 2021.
Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo
Secretária de Educação

Vanilda de Souza
Coordenadora Pedagógica

SEXTA REUNIÃO CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE ITAPOÁ

Publicação N° 3131079

Itapoá, 01 de Julho de 2021.

Exmo(a). Sr(a). Conselheiro(a)
Do Conselho de Contribuintes do Município de Itapoá,

CONVOCAÇÃO P/ SEXTA REUNIÃO DO CONSELHO

Cumprimentando-o(a) cordialmente, vimos pelo presente, convocar os conselheiros e interessados, para participarem da Quarta Reunião do Ano de 2021 do Conselho de Contribuintes dia 22/07/2021 (quinta-feira), horário às 9h, local: Sala de Reunião na Prefeitura Municipal de Itapoá/SC, sito Rua: Mariana Michels Borges, 201 – Itapema do Norte.

PAUTA:

- Aprovação da 5ª Ata do Conselho;
- Julgamento do Protocolo nº 3860/2021 (ITBI) – Andreia Leão Cafarro;
- O Julgamento dos Protocolos abaixo serão em bloco por se tratar do mesmo assunto:
- Protocolo nº 10095/2019 (IPTU) – G. Laffitte Inc. Emp. Imob. Ltda.;
- Protocolo nº 10105/2019 (IPTU) – Gold Creek Investments S.A;
- Protocolo nº 10107/2019 (IPTU) – Gold Creek Investments S.A;
- Protocolo nº 10235/2019 (IPTU) – Centro Logístico Integrado Fastcargo S.A;
- Protocolo nº 10236/2019 (IPTU) – Centro Logístico Integrado Fastcargo S.A;
- Protocolo nº 10237/2019 (IPTU) – SBCM Participações Ltda;
- Protocolo nº 10515/2019 (IPTU) – Henrique Richetti Junior;

Atenciosamente,

Cristina Bastos Pequeno
Secretária Geral

Ituporanga

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO Nº 1795/2021/PMI – PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR Nº 53/2021/PMI

Publicação Nº 3131324

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0F6074231CC4F454B1749627D329260509013E7E

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC
EXTRATO

PROCESSO Nº 1795/2021/PMI – PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR Nº 53/2021/PMI

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

CONTRATADA: ZEUS DO BRASIL LTDA:82.699.588/0001-88. VALOR GLOBAL: R\$8.116,00 OBJETO: PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR PARA AQUISIÇÃO DE 30 SINALIZADORES COM SUPORTE DE BATERIA E 20 CONES EMBORRACHADOS PARA SEREM USADOS NAS VIAS DO BAIRRO JARDIM AMÉRICA EM FRENTE A CRECHE MATILDE SENS, CENTRO EM FRENTE AO SUPERMERCADO HINGHAUS E NO CRUZAMENTO DA RUA 14 DE FEVEREIRO COM A JORGE LACERDA, GABIROBA EM FRENTE A ESCOLA BERNARDINA, E SÃO LOCAIS DE EXTREMA PERICULOSIDADE E DE GRANDE TRAVESSIA DE PEDESTRE. GARANTINDO ASSIM A SEGURANÇAS DOS TRANSEUNTES.. Data da assinatura: 01 de julho de 2021 – Gervásio José Maciel – Prefeito.

PORTARIA Nº 1.186, DE 29 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130416

PORTARIA Nº 1.186, DE 29 DE JUNHO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito de Ituporanga/SC, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município.

Considerando o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 que institui as normas para licitações e contratos da Administração Pública; e

Considerando a determinação contida no artigo 67º da Lei nº 8.666/93, que submete à Administração Pública realizar o acompanhamento e a fiscalização dos objetos contratados nos processos de licitações e contratos administrativos da Administração Pública.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores relacionados abaixo como gestor e fiscal respectivamente do Processo Administrativo nº 52/2021 – Tomada de Preço nº 09/2021, cujo objeto é a contratação de empresa para obra de ampliação do Centro Educacional Professor Curt Hamm através de emenda impositiva nº 607 do Governo do Estado de Santa Catarina.

Sandra Regina Berns Clasen – Gestor

Morgana Casatti – Fiscal

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ituporanga, 29 de junho de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

GERSON WALTER KRAEMER

Secretário de Administração

Ciente: _____

Sandra Regina Berns Clasen

Ciente: _____

Morgana Casatti

TERMO DE COMPROMISSO E AJUSTAMENTO DE CONDUTA AMBIENTAL Nº 02/2021

Publicação Nº 3132333

TERMO DE COMPROMISSO E AJUSTAMENTO DE CONDUTA AMBIENTAL Nº 02/2021

Processo Administrativo nº 0005/2019

Auto de Infração nº 005/2019

Auto de Embargo nº 002/2019

Auto de Apreensão nº 001/2019

A Prefeitura Municipal de Ituporanga/SC, representada neste ato, pelo Exmo. Prefeito Municipal Sr. Gervásio José Maciel, com interveniência da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, doravante denominado COMPROMITENTE, firmam o presente TERMO DE COMPROMISSO E AJUSTAMENTO DE CONDUTA AMBIENTAL, em face de José Sebastião Eifler, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF sob o nº 034.245.099-90, residente e domiciliado na Estrada Geral, s/n, Localidade de Coqueiral, Município de Ituporanga/SC, CEP 88.400-000,

doravante denominado COMPROMISSÁRIO, tem-se entre si justo e acertado o seguinte:

Considerando que de acordo com a Constituição Federal Brasileira, em seu artigo 23: ☐ É de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; em seu artigo 30: "Compete aos municípios: Legislar sobre os assuntos de interesse local; [...] VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano"; em seu artigo 225: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

Considerando a Resolução CONAMA nº 237/97, que exige e regulamenta a necessidade de Licença Ambiental para atividades potencialmente poluidoras;

Considerando a Resolução CONSEMA Nº 003/2008, que aprova a listagem das atividades consideradas potencialmente causadoras de degradação ambiental, passíveis de licenciamento ambiental;

Considerando que, as áreas consideradas de preservação permanente (APP) são espaços especialmente protegidos e são definidos segundo o artigo 3º, inciso II da Lei nº 12.651/2012, como ☐ a área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas☐.

Considerando que, na forma do artigo 8º da Lei nº 12.651/2012, a intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Áreas de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental, prevista no artigo 3º da Lei nº 12.651/2012, o que em tese, não é o caso.

Considerando que na forma do artigo 14, §1º da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente nº 6.938/1981, ☐ é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente☐.

Considerando que o presente Termo é celebrado com a fundamentação legal disposta nos artigos 5º e 6º da Lei nº 7.347/85 e artigo 79-A, § 1º, usque § 8º da Lei Federal nº 9.605/98, e artigo 73 e seguintes do Decreto nº 019/2018, em vigor na data da assinatura deste instrumento e não ilide a adoção de medidas administrativas e criminais referentes ao mesmo fato.

Considerando a obrigatoriedade do Município de adequação dos procedimentos internos no que se refere à concessão do Alvará de Funcionamento e Localização frente aos instrumentos legais supracitados;

Considerando a expressa demonstração de interesse do Compromissário em pactuar o que adiante segue e que o Termo de Compromisso e Ajustamento de Condutas ☐ é garantia mínima e não limite máximo de responsabilidade☐.

Resolvem de acordo com os seguintes termos formalizar, neste instrumento, Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta, destinado a disciplinar as medidas a serem realizadas por VILMAR RAULINO ESSER, no sentido de corrigir a ocorrência de infrações às legislações decorrentes da:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1- O presente Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta tem por objetivo a reparação do dano da área apontada no Auto de Infração Ambiental nº 005/2019, Termo de Embargo 002/2019 e Auto de Apreensão nº 001/2019. A reparação do dano deve seguir o projeto apresentado e aprovado pelo órgão municipal do meio ambiente (fls. 72/81), ou seja, o a condução da regeneração natural juntamente com o plantio de novas mudas da e ocorrerá na mesma área da inicialmente embargada, conforme despacho de penalidade 004/2021, de fls. 55/70.

1.2- Caso observado em vistoria por este Departamento de Meio Ambiente que as medidas foram insuficientes para recuperação do dano, poderão ser requeridas outras implementações, caso se façam necessárias.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1- Para a comprovação da recuperação da área degradada à compromissada deverá a cada 12 (doze) meses, apresentar relatório (informação técnica) impresso, contendo o levantamento fotográfico e informações inerentes aos procedimentos adotados e desenvolvimento de vegetação no local, acostado de ART (quitada) do profissional habilitado responsável pela execução e/ou acompanhamento, devendo este ser encaminhado fisicamente na sede do Departamento de Meio Ambiente, junto a Secretaria de Agricultura do Município de Ituporanga, situado na Rua Emílio Altemburg, s/n, Bairro Centro, ou pelo e-mail: meioambiente@ituporanga.sc.gov.br.

2.2- O Departamento de Meio Ambiente também promoverá vistorias na área a ser recuperada a fim de certificar a efetiva recuperação total do objeto do presente Termo, ficando dispensada a comprovação da recuperação do dano nos termos do item 2.1, caso esta reste comprovada quando da realização da diligência.

2.3- Em caso de transferência de propriedade ou posse, onerosa ou gratuita, da área integral ou fracionada, o COMPROMISSÁRIO se obriga a dar ciência ao COMPROMITENTE, fazendo constar do contrato particular ou escritura pública as obrigações ora assumidas e as respectivas multas pelo descumprimento.

2.4- Torna-se sem efeito o embargo da área descrita no Termo de Embargo nº 002/2019. Novas intervenções dependerão de prévio licenciamento ambiental.

2.2- Se o COMPROMISSÁRIO transferir a propriedade sem cumprir a obrigação ora assumida, permanecerá como responsável solidário com o adquirente nas obrigações e nas multas por descumprimento. Se o COMPROMISSÁRIO transferir tão somente a posse, a qualquer título, permanecerá responsável solidário com o possuidor ou detentor nas obrigações e nas multas por descumprimento.

2.9- O COMPROMISSÁRIO assume ainda o compromisso de identificar a área em recuperação através da afixação de placa, no prazo de 30 (trinta) dias, devendo seguir rigorosamente os padrões estabelecidos, conforme modelo padrão constante deste termo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1- O presente Termo terá vigência pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses contados da data de sua assinatura, prorrogável, caso necessário, por igual período.

3.2- O encerramento e arquivamento do processo administrativo nº 0005/2019, que deu origem ao presente Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta Ambiental, está condicionado à conclusão e reparação da área apontada no projeto apresentado e aprovado pelo Departamento de Meio Ambiente.

CLÁUSULA QUARTA - DA MULTA

4.1- O descumprimento injustificado por parte do COMPROMISSÁRIO de qualquer das obrigações previstas neste Termo, acarretará imposição de multa no valor de R\$ 100,00 (cem reais) para cada dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação.

4.2- A multa prevista no presente Termo será aplicada sem prejuízo das demais sanções penais, civis e administrativas que forem cabíveis, devendo ainda ser atualizada monetariamente no momento de seu pagamento judicial ou extrajudicial e destinada ao Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA, instituído por Lei Municipal.

4.3- O início do compute da multa diária será o dia subsequente ao não atendimento dos prazos estabelecidos neste Termo, não dependendo de prévia notificação.

4.4- O descumprimento do Termo de Compromisso implica na esfera administrativa a imediata confecção de boleto bancário referente à multa diária, e não existindo a quitação do débito, este será inscrito em dívida ativa, não excluindo a obrigação de reparação integral dos danos causados.

4.5- Caso ocorra intervenção na área degradada que não vise à observância deste compromisso, sujeitar-se-á o COMPROMISSÁRIO à responsabilização por novas infrações administrativas previstas pelo Decreto Federal nº 6.514/08.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

5.1- A fiscalização do cumprimento das obrigações constantes na Cláusula Segunda deste Termo será realizada pelo Departamento de Meio Ambiente, de ofício ou em virtude de requisição.

5.2- O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental não inibe, limita ou veda quaisquer providências ou medidas de controle, fiscalização e sancionamento por parte dos órgãos competentes.

5.3- O COMPROMITENTE poderá fiscalizar a execução do presente acordo sempre que entender necessário, tomando as providências legais cabíveis, inclusive determinando vistorias no imóvel e requisitando providências pertinentes aos objetos das obrigações ora assumidas que deverão ser atendidas pelo COMPROMISSÁRIO no prazo fixado na notificação ou requisição.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICIDADE

6.1- O presente Termo deverá ser publicado em Diário Oficial do Município, no prazo de 30 (trinta) dias, como condição indispensável para sua eficácia, contendo:

“TERMO DE COMPROMISSO nº 002/2021, referente ao processo administrativo nº 005/2019, que fazem a Prefeitura Municipal por intermédio do Departamento de Meio Ambiente e José Sebastião Eifler, na data de 30.06.2021, referente à recuperação da área degradada, na forma do artigo 87 da Lei Estadual nº 14.675/09, e artigo 73 do Decreto Municipal nº 019/2018.”

CLÁUSULA SÉTIMA - DA COMUNICAÇÃO DE EVENTUALIDADES

7.1- O presente termo será impresso em 02 (duas) vias de igual teor e forma, das quais 01 (uma) deverá fazer parte dos arquivos do Departamento de Meio Ambiente nos autos do processo administrativo.

7.2- A Prefeitura Municipal ou o Departamento de Meio Ambiente não arcará com qualquer ônus financeiro decorrente da assinatura deste Termo de Compromisso, nem poderá ser responsabilizada na hipótese de inadimplência do compromisso.

7.3- Fica suspensa PARCIALMENTE a penalidade da sanção de multa simples aplicada na decisão de penalidades, no valor de R\$ R\$ 150,00 (cento e cinq-enta reais), sendo que o presente acordo tem como prazo de vigência 36 (trinta e seis) meses, contados da data da assinatura

deste.

7.4- A inexecução parcial ou integral do compromisso previsto na Cláusula Primeira facultará ao Poder Público, depois de decorrido o prazo pactuado, a imediata execução judicial do presente título.

7.5- Quaisquer eventualidades ocorridas, que possam comprometer o cumprimento integral de quaisquer cláusulas do presente Termo, deverão ser comunicadas por escrito a este Departamento de Meio Ambiente em até 48 (quarenta e oito) horas após a ocorrência do fato.

7.6- Por ser beneficiário do presente instrumento, fica o COMPROMISSÁRIO ciente que, em eventual reincidência em condutas lesivas ao meio ambiente, sujeitar-se-á a aplicação de pena de multa em dobro ou triplo, conforme determinação do artigo 11 do Decreto Federal nº 6.514/08, que regulamenta a Lei Federal nº 9.605/98 e os artigos 6º, incisos I, II e 14, incisos I e II do Decreto Municipal nº 019/2018.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE E FORO

8.1- O COMPROMISSÁRIO tem pleno conhecimento de que o presente Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta tem eficácia de título executivo extrajudicial, podendo ser executado imediatamente após o vencimento dos prazos avençados, independentemente de qualquer notificação, estando ciente de ter assinado o presente com a presença de um dos órgãos ambientais de fiscalização;

8.2- As obrigações e cominações previstas no presente Termo obrigam o COMPROMISSÁRIO, bem como, os seus sócios e eventuais sucessores a qualquer título e a qualquer tempo.

8.3- A assinatura do presente não impede de prosseguir com a apuração ou promover a responsabilidade sobre eventuais danos ambientais ocorridos em virtude da atuação do COMPROMISSÁRIO, especialmente no que se refere à definição de medidas compensatórias.

8.4- Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios que versem sobre a questão do objeto deste Termo.

Em conformidade com o artigo 74, § 5º, alíneas “4” e “5” do Decreto Municipal nº 019/2018, o presente TERMO DE COMPROMISSO deverá ser remetido a Procuradoria Jurídica do Município para homologação e posterior remessa ao Departamento de Meio Ambiente.

E, por estarem assim combinados, firmam o presente Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta em duas vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do artigo 5º, § 6º da Lei 7.347/85, bem como os artigos 783, 784, inc. XII e 786, do Código de Processo Civil.

Ituporanga/SC, 30 de junho de 2021.

José Sebastião Eifler
Compromissário

Sandra Bezerra Loffi Petry
Secretária de Agricultura e Meio Ambiente
Interveniente

Clésio Lopes
Agente Fiscalizador Ambiental

Testemunha:
CPF ou RG nº

Testemunha:
CPF ou RG nº

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 560, DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3131431

PORTARIA Nº 0560, DE 30 DE JUNHO DE 2021

Nomeia o agente de contratação e equipe de apoio para condução dos processos licitatórios realizados pela Câmara Municipal de Ituporanga.

LEANDRO MAY, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso II, do artigo 25 da Lei Orgânica do Município de Ituporanga e alínea “e”, do inciso III, do artigo 23 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Ituporanga e em conformidade com os artigos 7º e 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor Jardel Pandini Regueira, Contador, Matrícula nº 197 como Agente de Contratação/Pregoeiro dos processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades de licitação realizados pela Câmara Municipal de Ituporanga.

Art. 2º O servidor ora nomeado será auxiliado por equipe de apoio formada pelos servidores Diego Rodrigues Correia, Agente Legislativo,

Matrícula nº 209 e Érica Fernandes Vicente, Agente Legislativa, Matrícula nº 210.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga/SC, 30 de junho de 2021.

Leandro May
Presidente

PORTARIA Nº 561, DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3131615

PORTARIA Nº 0561, DE 30 DE JUNHO DE 2021

Designa servidores para compor a comissão de inventário patrimonial e estabelece procedimentos.

LEANDRO MAY, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno, na forma do art. 23, inc. I, alínea "i",

CONSIDERANDO a necessidade de se proceder ao inventário patrimonial, conforme disposições da Resolução nº 295/2020;

RESOLVE:

Art. 1º Designar servidores abaixo relacionados para compor comissão que procederá ao inventário patrimonial dos bens móveis e imóveis mantidos ou utilizados pela Câmara de Vereadores de Ituporanga, cedidos ou recebidos em cessão, em relação carga ou qualquer outra forma de posse ou propriedade:

- I – DIEGO CORREIA, matrícula nº 209, como presidente;
- II – ÉRICA FERNANDES VICENTE, matrícula nº 210, como membro; e
- III – VITOR KREUSCH, matrícula nº 227, como membro.

Art. 2º O prazo para a referida comissão concluir o inventário é de 60 (sessenta) dias, admitida prorrogação por igual período, justificadamente.

Art. 3º Compete à comissão de inventário:

- I – verificar a localização física de todos os bens patrimoniais, com respectivo número de identificação e descrição conferida, bem como sua condição de uso, de acordo com o inventário patrimonial;
- II - identificar bens fora do seu local de origem, conforme relatório expedido pelo servidor responsável pelo Patrimônio antes da execução do inventário;
- III - identificar bens permanentes eventualmente não tombados;
- IV - identificar bens patrimoniais que eventualmente não foram localizados;
- V – emitir o Termo de Conclusão de Inventário, no qual constam observações registradas ao longo do processo do inventário, com informações quanto aos procedimentos realizados, à situação geral do patrimônio e as recomendações para corrigir as irregularidades apontadas;
- VI – avaliar o estado de conservação destes bens, realizando o levantamento físico, alterando, quando necessário, os registros relativos ao estado de conservação dos mesmos, de acordo com os seguintes quesitos:
 - ótimo;
 - bom;
 - regular;
 - ruim;
 - péssimo; ou
 - inservível;
- VII - registrar os bens que, porventura, sejam encontrados sem a plaqueta de tombamento.

Art. 4º Após o recebimento do inventário, a Contabilidade procederá à análise e aos ajustamentos necessários, dentro do prazo estabelecido na legislação vigente.

Art. 5º Todos os atos da Comissão serão formalizados em atas, e ao término dos trabalhos será emitido Termo de Conclusão de Inventário.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga/SC, 30 de junho de 2021

Leandro May
Presidente

Jacinto Machado

PREFEITURA

1º TA AO CONTRATO 53/2021

Publicação Nº 3131679

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

Extrato do Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 53/2021

Contratante: Município de Jacinto Machado.

Contratado: Concape Engenharia e Construção Ltda.

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a adição de valor no Contrato nº 53/2021, conforme justificativa técnica do departamento de engenharia.

Valor: O valor total estimado previsto na Cláusula Quinta do Contrato original de R\$ 323.864,30 (Trezentos e vinte e três mil oitocentos e sessenta e quatro reais e trinta centavos), fica acrescido de R\$ 5.572,11 (cinco mil, quinhentos e setenta e dois reais e onze centavos), restando no valor global reprogramado de R\$ 329.436,41 (trezentos e vinte e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e quarenta e um centavos)

Jacinto Machado/SC, 01 de julho de 2021

3º TA AO CONTRATO Nº 09/2021

Publicação Nº 3131783

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

Extrato do Termo Aditivo

3º Termo Aditivo ao Contrato nº 09/2021

Contratante: Município de Jacinto Machado.

Contratado: Aclive Arquitetura e Engenharia Ltda.

Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a adição de valor no Contrato nº 09/2021, conforme justificativa técnica do departamento de engenharia.

Valor: O valor total estimado previsto na Cláusula Quinta do Contrato original acrescido pelo 1º Termo Aditivo, de R\$ 229.567,75 (duzentos e vinte e nove mil, quinhentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos), fica acrescido de R\$ 10.049,52 (dez mil, quarenta e nove reais e cinq-enta e dois centavos), restando no valor global reprogramado de R\$ 239.617,27 (duzentos e trinta e nove mil, seiscentos e dezessete reais e vinte e sete centavos).

Jacinto Machado/SC, 01 de julho de 2021

PORTARIA 306/2021

Publicação Nº 3130402

PORTARIA Nº. 306 DE 01 DE JUNHO DE 2021.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, VIVIANA MATIAS MARTIGNAGO no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 01/06/2021 até 17/12/2021 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar na CEI Ana Paula junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01/06/2021.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 01 de Junho de 2021.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 307/2021

Publicação Nº 3130406

PORTARIA Nº. 307 DE 01 DE JUNHO DE 2021.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, SUSIMARA FANTONI MEZZARI no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 01/06/2021 até 17/12/2021 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar na EMEB Albino Zanatta, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01/06/2021.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 01 de Junho de 2021.
JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 308/2021

Publicação Nº 3130408

PORTARIA Nº. 308 DE 01 DE JUNHO DE 2021.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, CAROLINA DOS SANTOS TALAUI no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no período de 01/06/2021 até 17/12/2021 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar na CEI Ana Paula, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01/06/2021.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 01 de Junho de 2021.
JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 309/2021

Publicação Nº 3130410

PORTARIA Nº. 309 DE 01 DE JUNHO DE 2021.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Auxiliar de Ensino e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, EDUARDA FERREIRA ZANATTA no cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período de 01/06/2021 até 17/12/2021 podendo ser prorrogado, nível MAG AT, para atuar na EMEB Albino Zanatta, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Auxiliar de Ensino acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01/06/2021.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 01 de Junho de 2021.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 310/2021

Publicação Nº 3130414

PORTARIA Nº. 310 DE 01 DE JUNHO DE 2021.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Professor de Ensino Fundamental habilitado e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, CARLOS ALEXANDRE SOUZA NAGILDO no cargo de Professor de Ensino Fundamental habilitado, com carga horária de 20 (vinte), nível MAG LP, substituição de Sirléia Recco Beterli, para atuar na EMEB Albino Zanatta, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - O Professor de Ensino Fundamental habilitado acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01/06/2021.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 01 de Junho de 2021.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 311/2021

Publicação Nº 3130433

PORTARIA Nº. 311 DE 01 DE JUNHO DE 2021.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Professora de Ensino Fundamental habilitada e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, ARCANGELA CIQUINEL LAZZARIN PAGANINI no cargo de Professora de Ensino Fundamental habilitada, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, nível MAG LP, substituição de Janice Valdemar Borges, para atuar na EMEB Arizona, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Professora de Ensino Fundamental habilitada acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01/06/2021.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 01 de Junho de 2021.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 312/2021

Publicação Nº 3130483

PORTARIA Nº. 312 DE 01 DE JUNHO DE 2021.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Professora de Ensino Fundamental habilitada e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, VALESCA TIMBONI CASAGRANDI no cargo de Professora de Ensino Fundamental habilitada, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, nível MAG LP, substituição de Janice Valdemar Borges para atuar na EMEB Arizona, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Professora de Ensino Fundamental habilitada acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01/06/2021.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 01 de Junho de 2021.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 313/2021

Publicação Nº 3130498

PORTARIA Nº. 313 DE 01 DE JUNHO DE 2021.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Professora de Ensino Fundamental e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, LUCIANI DE SOUZA POSSAMAI DELA DE OLIVEIRA no cargo de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, nível MAG LP, no período de 01/06/2021 até 17/12/2021 podendo ser prorrogado, para atuar na EMEB Albino Zanatta, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Professora de Ensino Fundamental acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01/06/2021.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 01 de Junho de 2021.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 314/2021

Publicação Nº 3130550

PORTARIA Nº. 314 DE 01 DE JUNHO DE 2021.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Professora de Português habilitada e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, MORGANA PATRICIO PIETSCH no cargo de Professora de Português habilitada, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, nível MAG LP, substituição de Fernanda Pokomaier da Rolt Picolo para atuar na EMEB Figueira, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Professora de Português habilitada acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01/06/2021.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 01 de Junho de 2021.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 315/2021

Publicação Nº 3130554

PORTARIA Nº. 315 DE 01 DE JUNHO DE 2021.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Professora de Inglês habilitada e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, JAQUELINE DA ROCHA DAMINELLI no cargo de Professora de Inglês habilitada, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, nível MAG LP, substituição de Rosiléia Ferreira, para atuar na EMEB Figueira, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Professora de Inglês habilitada acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01/06/2021.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 01 de Junho de 2021.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 316/2021

Publicação Nº 3130566

PORTARIA Nº. 316 DE 01 DE JUNHO DE 2021.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidora para o cargo de Professor de Matemática habilitado e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, JULIAN DA SILVA EUZEBIO no cargo de Professor de Matemática habilitado, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, nível MAG LP, substituição de Daniela Dagostin Recco, para atuar na EMEB Arizona, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - O Professor de Matemática habilitado acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01/06/2021.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 01 de Junho de 2021.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 317/2021

Publicação Nº 3130570

PORTARIA Nº. 317 DE 01 DE JUNHO DE 2021.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Professor de História não habilitado e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, GUILHERME DE OLIVEIRA BORGES no cargo de Professor de História não habilitado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, nível MAG ST, substituição de Rosangela Ferreira para atuar na EMEB Albino Zanatta, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - O Professor de História não habilitado acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01/06/2021.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 01 de Junho de 2021.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 318/2021

Publicação Nº 3130576

PORTARIA Nº. 318 DE 01 DE JUNHO DE 2021.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Professora de Educação Física habilitada e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, KAROLAINY BENEDET DOS SANTOS no cargo de Professora de Educação Física habilitada, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, no período de 01/06/2021 até 17/12/2021 podendo ser prorrogado, nível MAG LP, para atuar na EMEB Figueira, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Professora de Educação Física habilitada acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01/06/2021.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 01 de Junho de 2021.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 319/2021

Publicação Nº 3130592

PORTARIA Nº. 319 DE 01 DE JUNHO DE 2021.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Professor de Educação Física habilitado e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, MARLON SANTOS DE BITENCOURT no cargo de Professor de Educação Física habilitado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, nível MAG LP, no período de 01/06/2021 até 17/12/2021 podendo ser prorrogado, para atuar na EMEB Figueira, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - O Professor de Educação Física habilitado acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01/06/2021.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 01 de Junho de 2021.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 320/2021

Publicação Nº 3130612

PORTARIA Nº. 320 DE 01 DE JUNHO DE 2021.

Dispõe sobre a Admissão em Caráter Temporário de servidor para o cargo de Professora de Educação Física habilitada e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997, combinado com a Lei nº 834, de 05 de abril de 2017. RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, ELIGIANE RECCO BETERLI no cargo de Professora de Educação Física habilitada, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, nível MAG LP, no período de 01/06/2021 até 17/12/2021 podendo ser prorrogado, para atuar na EMEB Albino Zanatta, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, aprovada no Processo Seletivo no. 002/2021 de 19 de maio de 2021, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - A Professora de Educação Física habilitada acima, admitido nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01/06/2021.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 01 de Junho de 2021.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 321/2021

Publicação Nº 3130626

PORTARIA Nº. 321 DE 01 DE JUNHO DE 2021.

Aplica a penalidade disciplinar de suspensão a servidora pública municipal.

JOÃO BATISTA MEZZARI, PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o boletim de ocorrência nº 0189087/2021-BO-00219.2021.0000072;

CONSIDERANDO O PAD nº 001/2021 instaurado pela Portaria 181 de 25 de março de 2021;

CONSIDERANDO o que estabelece a Lei Municipal nº245/2000.

RESOLVE:

Art. 1º- APLICAR a penalidade SUSPENSÃO a servidora ROSILÉIA FERREIRA, matrícula nº 2335, ocupante do cargo de PROFESSORA MUNICIPAL lotado na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE pela violação constante no Art.119, II, e IX, da Lei Municipal nº245/2000, na forma devidamente apurada pela comissão de sindicância nomeada pela portaria 086/2021 e 184/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01/06/2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 01 de Junho de 2021.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 322/2021

Publicação Nº 3130630

PORTARIA Nº 322 DE 01 DE JUNHO DE 2021.

Concede Licença Prêmio à Servidora que especifica e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o art. 95, da Lei nº. 245, de 20.03.2000.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 03 (três) meses a Professora MERI TEREZINHA DE SOUZA a serem gozadas no período de 01/06/2021 a 29/08/2021, período aquisitivo 08/03/2012 A 07/03/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01/06/2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 01 de Junho de 2021.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 323/2021

Publicação Nº 3130636

PORTARIA Nº. 323 DE 01 DE JUNHO DE 2021.

Concede Férias aos Servidores e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e em conformidade com os artigos 76 e 81 da Lei Nº. 245, de 20.03.2000.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores Públicos Municipal, abaixo relacionados, com respectivo número de matrícula, período de gozo e período aquisitivo, com pagamento de 1/3 (Um terço) a mais do que a remuneração normal, a saber:

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	MATR.	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
NATHANA DA SILVA RAMOS	5176	01/06/2020 A 31/05/2021	01/06/2021 A 30/06/2021
JOSÉ ROBERTO DO NASCIMENTO JULIÃO	2597	31/03/2016 A 30/03/2017	09/06/2021 A 08/07/2021

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01/06/2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 01 de Junho de 2021.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 324/2021

Publicação Nº 3130639

PORTARIA Nº. 324 DE 01 JUNHO DE 2021.

Admite em Caráter temporário a Professora de Inglês habilitada e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a falta de servidores para a manutenção dos programas em execução e a urgência na demanda nos serviços públicos;

Considerando que não existe concurso público;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, em vaga vinculada MADALENA TOMMASI, no cargo de Professora de Inglês habilitada, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, MAG LP em substituição de Rosiléia Ferreira, para atender na EMEB Arizona, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - A Professora de Inglês habilitada acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01/06/2021.

Jacinto Machado – (SC), 01 de Junho de 2021.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 325/2021

Publicação Nº 3130648

PORTARIA Nº. 325 DE 01 DE JUNHO DE 2021.

Prorroga os efeitos da Portaria 162/2021 de 19 de Março de 2021 e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a falta de servidores para a manutenção dos programas em execução e a urgência na demanda nos serviços públicos;

Considerando que não há servidores a serem chamados do concurso público anterior.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar a Portaria 162/2021 de 19 de Março de 2021, nos termos da Lei n.º 143/97, JOSÉ DIEGO HIPOLITO PEDRO até 17/12/2021, para atender na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01/06/2021.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 01 de Junho de 2021.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 326/2021

Publicação Nº 3130669

PORTARIA Nº. 326 DE 01 JUNHO DE 2021.

Admite em Caráter temporário a Professora de Matemática habilitada e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a falta de servidores para a manutenção dos programas em execução e a urgência na demanda nos serviços públicos;

Considerando que não existe concurso público;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, em vaga vinculada FERNANDA BORTOLUZZI ROCHA AMERICO, no cargo de Professora de Matemática habilitada, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, MAG LP, substituição de Daniela Dagostin Recco, para atender na EMEB Arizona, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - A Professora de Matemática habilitada acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01/06/2021.

Jacinto Machado – (SC), 01 de Junho de 2021.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 327/2021

Publicação Nº 3130672

PORTARIA Nº. 327 DE 01 JUNHO DE 2021.

Admite em Caráter temporário a Professora de Espanhol não habilitada e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando a falta de servidores para a manutenção dos programas em execução e a urgência na demanda nos serviços públicos;

Considerando que não existe concurso público;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.º 143/97, em vaga vinculada LETIANE GOULART CRESTANI, no cargo de Professora de Espanhol não habilitada, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em substituição de Giseli Terezinha de Souza Verones, para atender na EMEB Figueira, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - A Professora de Espanhol não habilitada acima, admitida nos termos do artigo 1º, desta portaria, no que diz respeito ao recolhimento das contribuições previdenciárias aplica-se o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), sendo que o regime será Estatutário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01/06/2021.

Jacinto Machado – (SC), 01 de Junho de 2021.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

PORTARIA 328/2021

Publicação Nº 3130676

PORTARIA Nº. 328 DE 01 DE JUNHO DE 2021.

Prorroga os efeitos da Portaria 170/2021 de 19 de Março de 2021 e dá Outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que estabelece o Art. 1º, Item I da Lei nº 143, de 16 de maio de 1997.

Considerando a necessidade de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o prejulgado nº 1664, de 11/07/2005 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
Considerando a falta de servidores para a manutenção dos programas em execução e a urgência na demanda nos serviços públicos;
Considerando que não há servidores a serem chamados do concurso público anterior.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar a Portaria 170/2021 de 19 de Março de 2021, nos termos da Lei n.º 143/97, KATELYN LUZIA DOS SANTOS DABOIT em substituição de Daniela Dagostin Recco, para atender na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01/06/2021.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 01 de Junho de 2021.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

RESOLUÇÃO 008/2021-CMAS

Publicação Nº 3131477

RESOLUÇÃO 008/2021-CMAS

Define a convocação da 8ª Conferência Municipal de Assistência Social de Jacinto Machado e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Jacinto Machado/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993,

CONSIDERANDO a Lei nº 874 de 29 de junho de 2018, a qual dispõe sobre a organização da política e benefícios do sistema único de Assistência Social do município de Jacinto Machado e dá outras providências;

CONSIDERANDO, que a participação direta dos/as cidadão/ãs é um fundamento do Estado Brasileiro, conforme artigo 1º da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que as Conferência de Assistência Social estão previstas na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, com a atribuição de avaliar a Política de Assistência Social e definir diretrizes para a aprimoramento do SUAS, ocorrendo no âmbito dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS/MC 30, de 12 de março de 2021, que estabelece normas gerais para a realização das conferências de assistência social em âmbito nacional, estadual, do Distrito Federal e municipal, define que as Conferências Municipais de Assistência Social sejam realizadas no período de 3 de maio a 31 de agosto de 2021;

CONSIDERANDO a Plenária Ordinária do CMAS de Jacinto Machado realizada em 01 de julho de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a 8ª Conferência Municipal de Assistência Social com o objetivo de avaliar a Política de Assistência Social em âmbito municipal e elaborar diretrizes ao aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, em âmbito municipal, estadual e federal.

§ 1º A 8ª Conferência Municipal Extraordinária de Assistência Social se realizará no dia 04 de agosto de 2021, das 13:30h às 17:00h, no Centro de Convivência da Terceira Idade, localizado na Rua Oscar de Oliveira Lopes, sem número, Bairro Bela Vista, Jacinto Machado, SC.

§ 2º A 8ª Conferência Municipal Extraordinária de Assistência Social terá como tema "Assistência Social: direito do povo e dever do Estado, com financiamento público para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social".

Art. 2º O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e a Secretaria Municipal de Assistência Social se responsabilizam pela organização da Conferência, tomando as medidas necessárias para o cumprimento desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado, 01 de julho de 2021.

FABIANA DA SILVA

Presidente do CMAS de Jacinto Machado

RESOLUÇÃO 009/2021-CMAS

Publicação Nº 3131480

RESOLUÇÃO 009/2021-CMAS

Cria a Comissão Organizadora da 8ª Conferência Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Jacinto Machado/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993,

CONSIDERANDO as atribuições do CMAS definidas na Lei nº 874 de 29 de junho de 2018, de convocar a Conferência Municipal de Assistência Social, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), bem como de aprovar suas normas de funcionamento, constituir a Comissão Organizadora e o respectivo regimento interno;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS/MC 30, de 12 de março de 2021, que estabelece normas gerais para a realização das conferências de assistência social em âmbito nacional, estadual, do Distrito Federal e municipal, define que as Conferências Municipais de Assistência Social

sejam realizadas no período de 3 de maio a 31 de agosto de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º – Criar a Comissão Organizadora da 8ª Conferência Municipal de Assistência Social composta pelo(a) presidente e pelo(a) secretária do Conselho Municipal de Assistência Social, srs. FABIANA DA SILVA e CRISTIANI GOMES, e pelos(as) conselheiros(as): I – Representante da Sociedade Civil: 1. Viviane Tramontin De Nez - APAE. II – Representante do Governo: 1. Ieda Maria Machado – Secretária de Assistência Social.

Art. 2º – A Comissão será coordenada pelo(a) presidente e pelo(a) secretária do CMAS e terá como competência:

I. preparar e acompanhar a operacionalização da 8ª Conferência Municipal;

II. propor e encaminhar para aprovação do Colegiado, critérios de definição do número de delegados, regulamento, regimento interno, metodologia, divulgação, organização, composição, bem como materiais a serem utilizados durante a 12ª Conferência Municipal;

III. organizar e coordenar a 8ª Conferência Municipal;

IV. promover a integração com os setores da Secretaria Municipal de Assistência Social que tenham interface com o evento, para tratar de assuntos referentes à realização da 8ª Conferência Municipal;

V. dar suporte técnico-operacional durante o evento;

VI. acompanhar e fiscalizar as ações desenvolvidas por pessoas e/ou empresas contratadas para prestar serviços ou fornecer produtos para a 8ª Conferência Municipal;

VII. subsidiar as pessoas para prestar serviços ou fornecer produtos para a 8ª Conferência Municipal, por meio de orientações em estrita consonância com as deliberações do CMAS;

VIII. manter o Colegiado informado sobre o andamento das providências operacionais, programáticas e de sistematização da 8ª Conferência Municipal;

Art. 3º – Para a operacionalização da 8ª Conferência Municipal de Assistência Social, a Comissão Organizadora contará com apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social. Art. 4º – A Comissão Organizadora poderá contar ainda com colaboradores eventuais para auxiliar na realização da 8ª Conferência Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único. Consideram-se colaboradores eventuais conselheiros, instituições e organizações governamentais ou da sociedade civil, da administração pública ou da iniciativa privada, prestadoras de serviços da assistência social, bem como consultores e convidados. Art. 5º – Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Jacinto Machado, 01 de julho de 2021.

FABIANA DA SILVA

Presidente do CMAS de Jacinto Machado

RESOLUÇÃO 010/2021-CMAS

Publicação Nº 3131481

RESOLUÇÃO 010/2021-CMAS

Dispõe sobre a inclusão da compra de mobiliários no PLANO DE APLICAÇÃO - Programação da Execução dos recursos

Ano base – 2021.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Jacinto Machado/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993,

CONSIDERANDO a Lei nº 874 de 29 de junho de 2018, a qual dispõe sobre a organização da política e benefícios do sistema único de Assistência Social do município de Jacinto Machado e dá outras providências;

CONSIDERANDO a deliberação da Plenária na Reunião do CMAS, realizada em 01/07/2021;

RESOLVE:

Art. 1º. APROVAR a inclusão de compras de mobiliários no PLANO DE APLICAÇÃO - Programação da Execução dos recursos Ano base – 2021, dos Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, na conta destinada a modalidade investimento, que recebe recursos do Governo Estadual.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado, 01 de julho de 2021.

FABIANA DA SILVA

Presidente do CMAS de Jacinto Machado

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 53/2021

Publicação Nº 3131265

Estado de Santa Catarina

Município de Jacinto Machado

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2021 - DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de licenciamento, em caráter emergencial, de sistemas de gestão pública, bem como suporte técnico necessário a operacionalização destes sistemas, para a Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social do município de Jacinto Machado/SC.

Contratante: MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO, com sede na Rua Pool Jorge Zacca – Centro - município de Jacinto Machado, inscrito no CNPJ sob o nº 82.960.758/0001-36.

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, com sede Rua Júlio Gaidzinski , 320 – Bairro Pio Corrêa, Criciúma/SC – CEP 88.811-000.

Valor: O valor global estimado é de R\$ 58.216,71 (cinquenta e oito mil, duzentos e dezesseis reais e setenta e um centavos).

Base legal: Art. 24, Inciso IV da Lei 8666/93.

Justificativa: A presente contratação faz-se necessária em caráter emergencial tendo em vista a iminência do término dos Contratos nº: 79/2017, 42/2017 e 12/2017, oriundos do Processo Licitatório nº 45/2017 – Pregão Presencial; sendo que esta contratação com a empresa que atualmente possui os sistemas informatizados de gestão pública instalados é essencial e imprescindível para a continuidade dos serviços públicos até que a empresa IPM SISTEMAS LTDA, vencedora do Processo Licitatório nº 46/2021 – Pregão Presencial, conclua a implantação e o funcionamento dos sistemas junto ao Município, no qual o plano de trabalho prevê o prazo de até 90 (noventa) dias.

Verifica-se ainda que o prazo sugerido pelo Município e o valor praticado (mesmo valor anterior) está dentro dos princípios administrativos, bem como, na legislação vigente.

Jacinto Machado/SC, 01 de julho de 2021.

Ana Arleth Belletini Citadin

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças

TERMO DE PRORROGAÇÃO DA PROCESSO SELETIVO SAMAE 01/2019 2021

Publicação Nº 3131292

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PRORROGADO PROCESSO SELETIVO

CLASSIFICAÇÃO GERAL

PROCESSO SELETIVO SAMAE Nº 001/2019

O Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jacinto Machado – SAMAE, AMILTON GHELLERE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela legislação vigente, TORNA PÚBLICA a PRORROGADO a Homologação de Resultado do Processo Seletivo nº 001/2019, de 29 de agosto de 2019.

Considerando a classificação final dos candidatos, conforme lista de classificação definitiva publicada.

Faz saber que prorroga e homologa o resultado do Processo Seletivo nº 001/2019, para movimento de vaga temporária, conforme Edital nº 001/2019. O prazo de validade de prorrogação do Processo Seletivo será o constante do Edital.

A vaga existente será preenchida respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

Art. 1º Fica prorrogado até o dia 01/11/2021 de acordo com TAC 06.2020.00000745-6 o prazo de validade do Processo Seletivo Edital nº 001/2019/SAMAE, homologado em 01 de Novembro de 2020, conforme previsto no item I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES do referido edital, em todos os seus termos, a contar de 01 de Julho de 2021.

Art. 2º Em consonância Art. 73, V, 'd' Lei 9.504/97; Art. 10 Lei nº 7.783/89.

Art. 3º Este Termo entra em vigor na data 01 de Julho de 2021.

Jacinto Machado, 30 de Junho de 2021.

AMILTON GHELLERE Diretor Geral do SAMAE		ALICE APARECIDA DE JESUS Presidente da Comissão de Processo Seletivo
--	--	---

Jaguaruna

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 49/2021-PMJ, PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO N° 39/2021-PMJ

Publicação N° 3132343

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 18669ABDC165972E77C701440048A6841007B9D4

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 49/2021/PMJ, Pregão Presencial nº 39/2021/PMJ. Cujo critério de julgamento é o de MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 15 de Julho de 2021, às 08:30 horas, tendo como objeto: "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO, PARA AQUISIÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO, SENDO ESTES: LAJOTAS E MEIO FIO DE CONCRETO, PARA ATENDER AS DEMANDAS ADVINDAS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS, HABITAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUNA. A RELAÇÃO COM QUANTIDADES, DESCRIÇÃO E VALOR MÁXIMO ENCONTRA-SE ANEXO AO EDITAL". A sessão de abertura do(s) envelope(s) de Proposta e Habilitação, será realizada na data supra no Setor de Licitações no Paço Municipal. O Edital e seus anexos na íntegra encontram-se a disposição, para obter através do endereço eletrônico www.jaguaruna.sc.gov.br. Maiores informações podem ser obtidas no Paço Municipal, Av. Duque de Caxias, 290 Centro, Jaguaruna/SC, ou Telefone (48) 3624-8422, site ou no endereço eletrônico: licitacao@jaguaruna.sc.gov.br no horário de expediente das 07:00 às 13:00 horas. Jaguaruna/SC, 01 de Julho de 2021. LAERTE SILVA DOS SANTOS – Prefeito Municipal.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO 13/2021

Publicação Nº 3132330

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C4627234705E8DC5B2384F32D31F708BD52FA8D7

AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Código registro TCE: C4627234705E8DC5B2384F32D31F708BD52FA8D7

Diante da solicitação e exposições acima, declaro como inexigível o Processo n.º 13/2021-FMS, com fundamento no art. 25 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, AUTORIZANDO e HOMOLOGANDO o credenciamento da empresa CLINICA DE HEMATOLOGIA E INFECTOLOGIA SS LTDA, e autorizo empenhar a despesa conforme tabela mencionada acima e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de julho de 2021.

ANTIDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito Municipal

ALCEU GILMAR MORETTI

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2021-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25 caput da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Código registro TCE: C4627234705E8DC5B2384F32D31F708BD52FA8D7

ORIGEM: CREDENCIAMENTO 38/2019-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: CLINICA DE HEMATOLOGIA E INFECTOLOGIA SS LTDA

OBJETO: Prestação de serviços especializados de Hematologia, discriminado na Tabela Unificada de Procedimentos e Valores do Sistema Único de Saúde – SUS, nas condições e prazos estipulados no Edital de Credenciamento nº 38/2019-FMS.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado após o processamento e fechamento da produção no SIA/SUS em até trinta (30) dias, posterior da apresentação da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, por meio de ordem bancária/crédito em conta, condicionado à apresentação da relação de atendimentos e guias correspondentes que deverão ser atestadas pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo efetuado somente para os procedimentos discriminados no objeto do termo de credenciamento.

DO PRAZO: O prazo de execução do presente Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, a contar de 07/07/2021, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e suas alterações. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa decorrente desta contratação será coberta pela seguinte Dotação Orçamentária do Fundo Municipal de Saúde constante no exercício de 2021 e 2022, como segue:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.003.10.302.0753.2705.3.3.90	Prestar serviços de Média e Alta Complexidade Amb. e Hospitalar	3.3.90 – Aplicações Diretas	52	0.6.38.0093 SF Mac
15.003.10.302.0753.2705.3.3.90	Prestar serviços de Média e Alta Complexidade Amb. e Hospitalar	3.3.90 – Aplicações Diretas	52	0.1.02.0002 Rec.imp. e trasnf. De imposto

Jaraguá do Sul (SC), 01 de julho de 2021.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

Alceu Gilmar Moretti

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Elisabete Bertoli

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto nº 13.330/2019, Decreto nº 13.504/2020 e Decreto nº 14.837/2021

CONTRATO Nº 120/2021

Publicação Nº 3131070

EXTRATO DO CONTRATO 120/2021

Processo: Pregão Presencial nº 040/2021; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Danna Comercial Eireli EPP; Objeto: AQUISIÇÃO DE MEIO SUPORTE PLÁSTICO PARA SISTEMA DE BIOFILTRAÇÃO DE GASES; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 43.920,00 (quarenta e três mil, novecentos e vinte reais); O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; Item orçamentário: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas do objeto deste contrato correrão por conta do Orçamento de 2021, como segue:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.003.17.122.0300.4402	Manutenção patrimonial - Samae - Divisão Esgoto	3.3.90 – Aplicações Diretas	44	Próprios

Data da assinatura: 25/06/2021; Prazo de Fornecimento: Até 30 (trinta) dias após Autorização de Fornecimento; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ademir Izidoro e Albino Celso Danna.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

CONTRATO Nº 121/2021

Publicação Nº 3130464

EXTRATO DO CONTRATO 121/2021

Processo: Pregão Presencial nº 048/2021; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Tigre Materiais e Soluções para Construção Ltda.; Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA TUBULAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO, PASTA LUBRIFICANTE E VÁLVULAS; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 1.016.588,43 (um milhão, dezesseis mil, quinhentos e oitenta e oito reais e quarenta e três centavos); O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; Item orçamentário: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas do objeto deste contrato correrão por conta do Orçamento de 2021, como segue:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.002.17.122.0300.4.402	Manutenção Patrimonial - Divisão Água	3.3.90 - Aplicações Diretas	24	Próprios
25.003.17.122.0300.4402	Manutenção Patrimonial - Divisão Esgoto	3.3.90 - Aplicações Diretas	44	Próprios

Data da assinatura: 29/06/2021; Prazo de Fornecimento: Até 30 dias após Autorização de Fornecimento; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ademir Izidoro e Luiz Marques dos Santos.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

DECRETO Nº 15.116/2021

Publicação Nº 3131704

D E C R E T O Nº 15.116/2021 Acresce Dispositivos ao Decreto Municipal Nº 3.225/1995, de 27 de Julho de 1995, que Normatiza e Regulamenta o Sistema Tributário do Município de Jaraguá do Sul, Instituído Através da Lei Complementar Municipal Nº 001/1993, de 18 de Novembro de 1993.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 081/2021-Semfaz, de 25/06/2021, da Secretaria Municipal da Fazenda;

DECRETA :

Art.1º Fica acrescido ao Decreto Municipal Nº 3.225/1995, de 27/07/1995, o seguinte artigo 126-A:

“Art.126-A. Conforme previsto no inciso III, do artigo 115, o Valor Venal Total dos Imóveis será acrescido do Fator de Valorização (FV) decorrente de pavimentações (melhoramentos) quando esta ocorrer no período compreendido entre as revisões periódicas da Planta Genérica de Valores Territoriais.

§1º O Valor do Imóvel nos casos dos imóveis descritos neste artigo se dará pela fórmula: $V.I. = V.V.T. \times F.V.$, onde V.I. é o Valor do Imóvel (que servirá de base para o cálculo do IPTU); V.V.T. corresponde ao Valor Venal Total dos Imóveis; e F.V. corresponde ao Fator de Valorização. O Fator de Valorização será determinado conforme abaixo:

I - imóvel sem pavimento que tenha recebido melhoramento do tipo pavimento asfáltico (flexível), o Fator de Valorização será de 1,10;

II - imóvel sem pavimento que tenha recebido pavimento de concreto (rígido), todos os subtipos, o Fator de Valorização será de 1,07.

§2º Sempre que ocorrer obra de pavimentação em que incida o Fator de Valorização, a Secretaria Municipal da Fazenda, ou outra que a substituir, após publicação do termo de recebimento definitivo da obra, emitido pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, comunicará a Chefia de Cadastro Técnico Multifinalitário e Imobiliário, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, ou outros órgãos ou unidades que as substituírem, para que proceda com o lançamento.

§3º Caberá à Secretaria Municipal da Fazenda, ou outra que a substituir, informar os imóveis afetados pela valorização, assim como o fator que deverá ser aplicado.

§4º O Fator de Valorização produzirá efeitos no Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana do exercício seguinte da conclusão da obra, após a verificação da valorização.

§5º O Fator de Valorização será aplicado até nova revisão da Planta Genérica de Valores Territoriais, visto que os melhoramentos existentes são levados em consideração na elaboração das mesmas."

Art.2º Os imóveis que já receberam melhoramentos, onde incide o Fator de Valorização, antes da publicação deste Decreto e após a última revisão ocorrida da Planta Genérica de Valores Territoriais, terão seus valores ajustados para o IPTU do exercício seguinte.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 15.117/2021

Publicação Nº 3131712

D E C R E T O Nº 15.117/2021

Altera e Revoga Dispositivos do Decreto Municipal Nº 12.729/2019, de 1º de Abril de 2019, que Regulamenta Procedimentos de Lançamento e Arrecadação de Contribuição de Melhoria da Lei Complementar Municipal Nº 179/2016, de 02 de Dezembro de 2016, Alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 196/2017, de 26 de Junho de 2017, que Dispõem Sobre a Alteração de Dispositivos da Lei Complementar Municipal Nº 001/1993, de 18 de Novembro de 1993 - Código Tributário do Município de Jaraguá do Sul.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 081/2021-Semfaz, de 25/06/2021, da Secretaria Municipal da Fazenda;

DECRETA :

Art.1º O artigo 3º, do Decreto Municipal Nº 12.729/2019, de 1º/04/2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.3º Lançado o edital de licitação de obra de pavimentação de via pública, com exceção das obras de recapeamento, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, ou outra que a suceder, deverá oficialiar a Secretaria Municipal da Fazenda, ou outra que a suceder, encaminhando, por meio digital, os seguintes documentos necessários para instauração do processo administrativo de lançamento de contribuição de melhoria:

I - cópia do projeto identificando o trecho em que ocorrerá a obra;

II - cópia do memorial descritivo da obra;

III - cópia do orçamento do custo da obra, identificando o valor;

IV - identificação dos recursos financeiros e suas respectivas fontes."

Art.2º O artigo 4º, do Decreto Municipal Nº 12.729/2019, de 1º/04/2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.4º A Secretaria Municipal da Fazenda, ou outra que a suceder, verificará se a obra é suscetível à instituição da cobrança da contribuição de melhoria.

§1º Constatada a possibilidade de cobrança do tributo, a Secretaria Municipal da Fazenda, ou outra que a suceder, instaurará processo administrativo junto ao Setor de Protocolo Geral.

§2º Após abertura do processo administrativo, a Secretaria Municipal da Fazenda, ou outra que a suceder, formulará Projeto de Lei ordinária para instituição da cobrança de contribuição de melhoria, encaminhando ao Gabinete do Prefeito para que submeta à aprovação da Câmara de Vereadores.

§3º Concomitantemente a isso, a Secretaria Municipal da Fazenda, ou outra que a suceder, encaminhará o processo administrativo à Comissão Especial de Avaliação de Contribuição de Melhoria para que elabore avaliação prévia e individualizada dos imóveis afetados pela obra pública, antes da melhoria.

§4º Após aprovação da lei de instituição de contribuição de melhoria dos imóveis afetados diretamente pela obra e recebida a avaliação

prévia, a Secretaria Municipal da Fazenda encaminhará à Diretoria de Comunicação, ou outras que as sucederem, edital de notificação para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), por 03 (três) dias alternados, juntando o extrato das publicações ao processo.”

Art.3º O artigo 5º, do Decreto Municipal Nº 12.729/2019, de 1º/04/2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.5º A Secretaria Municipal da Fazenda, ou outra que a suceder, encaminhará o processo administrativo à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, ou outra que a substituir, que, após a conclusão da obra, juntará ao processo os seguintes documentos:

I - termo de recebimento definitivo da obra;

II - planilha de medição final da obra.”

Art.4º Fica revogado o artigo 6º, do Decreto Municipal Nº 12.729/2019, de 1º/04/2019.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 15.118/2021

Publicação Nº 3131716

D E C R E T O Nº 15.118/2021

Retifica Dispositivos do Decreto Municipal Nº 11.132/2016, de 29 de Novembro de 2016, Retificado pelo Decreto Municipal Nº 11.611/2017, de 19 de Outubro de 2017, que Dispõem Sobre Homologação de Tombamento.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município de Jaraguá do Sul; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 245/2021-Secel-DC, de 17/06/2021, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

CONSIDERANDO os termos da Resolução Nº 08/2021/Comphaan/JS, de 16/06/2021, do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural (Comphaan), favorável à Anulação do Tombamento, em conformidade com a Lei Municipal Nº 1.854/1994, artigo 24, inciso I - “Poderá haver cancelamento do Tombamento, quando: for por interesse público”;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal Nº 14.891/2021, de 12/04/2021, que “Declara de Utilidade Pública Áreas de GERHARD KRUGER E IRENE DUWE KRUGER, ROBERTO JOÃO DAL BELLO E LUZIA PAHL DAL BELLO, BETTINA GOSCH CARNEIRO DA CUNHA E ANTONIO CANDIDO CARNEIRO DA CUNHA e LUCIENNE GOSCH DOS SANTOS E ALMEIDA JOSÉ DOS SANTOS.”;

DECRETA :

Art.1º Fica anulado o tombamento constante do inciso VI, do artigo 1º, do Decreto Municipal Nº 11.132/2016, de 29/11/2016, retificado pelo Decreto Municipal Nº 11.611/2017, de 19/10/2017, qual seja:

“Art.1º ...

...

VI - uma edificação em alvenaria autoportante, com características da arquitetura teuto brasileira, construída em 1952, com área de 627,00m², situada à Rua 399 - Henrique Sohn, imóvel distante 8,80 metros da Rua 14 - Jorge Czerniewicz, pertencente à Bettina Gosch Carneiro da Cunha, Cadastro na PMJS Nº 36.801, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jaraguá do Sul sob o Nº 43.712, passando a integrar o Patrimônio Histórico e Cultural do Município, em Nível de Preservação 2;

...”

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 15.119/2021

Publicação Nº 3131720

D E C R E T O Nº 15.119/2021

Revoga o Decreto Municipal Nº 15.033/2021, de 26 de Maio de 2021, que Prorroga o Mandato dos Conselheiros do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural (Comphaan).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal Nº 15.043/2021, de 31/05/2021, que “Prorroga, em Caráter Extraordinário, os Mandatos

dos Conselheiros da Atual Gestão dos Conselhos Municipais de Jaraguá do Sul”;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 11/2021/Comphaan/JS, de 17/06/2021, do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural (Comphaan);

DECRETA :

Art.1º Fica revogado o Decreto Municipal Nº 15.033/2021, de 26/05/2021, que “Prorroga o Mandato dos Conselheiros do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural (Comphaan)”.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 15.120/2021

Publicação Nº 3131722

D E C R E T O Nº 15.120/2021

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.456/2020, de 21/10/2020, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 8.709/2021, de 1º de julho de 2021,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 6.589.200,00 (Seis milhões, quinhentos e oitenta e nove mil e duzentos reais), para reforço do programa e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.003 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

15.003.10.302.303.2.706 - Transferência de Recursos Financeiros a

Entidades - Teto MAC - Saúde

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

15.003.44 3.1.50 - Transferências a Instituições Privadas Sem

Fins Lucrativos

0.3.53.0642 - SF - COVID-19 - LC 173/2020 - Sem Destinação Específica R\$ 420.000,00

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.003.45 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas Sem

Fins Lucrativos

0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS R\$ 934.052,94

0.3.52.0641 - SF - COVID-19 - LC 173/2020 - Saúde e Assistência Social R\$ 1.264.988,49

0.3.53.0642 - SF - COVID-19 - LC 173/2020 - Sem Destinação Específica R\$ 3.970.158,57

TOTAL R\$ 6.589.200,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2020, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 934.052,94 (Novecentos e trinta e quatro mil, cinquenta e dois reais e noventa e quatro centavos); provenientes de recursos vinculados à COVID-19 - LC 173/2020 - Saúde e Assistência Social, no valor de R\$ 1.264.988,49 (Um milhão, duzentos e sessenta e quatro mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta e nove centavos); e à COVID-19 - LC 173/2020 - Sem Destinação Específica, no valor de R\$ 4.390.158,57 (Quatro milhões, trezentos e noventa mil, cento e cinquenta e oito reais e cinquenta e sete centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 15.121/2021

Publicação Nº 3131725

D E C R E T O Nº 15.121/2021

Abre Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.456/2020, de 21/10/2020, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 8.714/2021, de 1º de julho de 2021,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito especial, no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), para inclusão de dotação orçamentária no Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.002 - ENSINO FUNDAMENTAL

08.002.12.361.350.1.118 - Reformar EMEB Erich Blossfeld

4.4.00 - INVESTIMENTOS

08.002.768 4.4.90 - Aplicações Diretas

0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transferência de Impostos - Educação R\$ 250.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.003 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.003.12.122.301.2.128 - Pagamento dos Servidores da Educação Infantil

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

08.003.164 3.1.90 - Aplicações Diretas

0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transferência de Impostos - Educação R\$ 250.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 15.122/2021

Publicação Nº 3131729

D E C R E T O Nº 15.122/2021

Abre Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.456/2020, de 21/10/2020, e Alterações Posteriores, para Reforço do Crédito Especial Autorizado pela Lei Municipal Nº 8.574/2021, de 12/03/2021, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 8.715/2021, de 1º de julho de 2021,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito adicional, no valor de R\$ 95.747,21 (Noventa e cinco mil, setecentos e quarenta e sete reais e vinte e um centavos), para reforço de crédito especial do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.450.3.087 - Pavimentação Rua 411 - Erich Aben

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.740 4.4.90 - Aplicações Diretas

0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS R\$ 95.747,21

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2020, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 95.747,21 (Noventa e cinco mil, setecentos e quarenta e sete reais e vinte e um centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 15.123/2021

Publicação Nº 3131734

D E C R E T O Nº 15.123/2021

Abre Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.456/2020, de 21/10/2020, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 8.716/2021, de 1º de julho de 2021,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito especial, no valor de R\$ 96.000,00 (Noventa e seis mil reais), para inclusão de dotações orçamentárias no Orçamento vigente dos Encargos Gerais, a saber:

98 - ENCARGOS GERAIS
98.001 - ENCARGOS GERAIS
98.001.28.845.0000.0.074 - Transferência de Recursos Financeiros
à Amvali, Fecam e CNM
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
98.001.769 3.1.71 - Transferências a Consórcios Públicos
0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS R\$ 90.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
98.001.770 4.4.71 - Transferências a Consórcios Públicos
0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS R\$ 6.000,00
TOTAL R\$ 96.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2020, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos ordinários, no valor de R\$ 96.000,00 (Noventa e seis mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 15.124/2021

Publicação Nº 3131737

D E C R E T O Nº 15.124/2021

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.456/2020, de 21/10/2020, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 8.717/2021, de 1º de julho de 2021,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 1.268.000,00 (Um milhão, duzentos e sessenta e oito mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Secel), a saber:

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

39.004 - ESPORTE E LAZER

39.004.27.813.1000.5.600 - Implantação de Espaços nos Bairros para

Convivência, Atividades de Esporte e Lazer

4.4.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.004.607 4.4.90 - Aplicações Diretas

0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios R\$ 1.268.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2020, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos ordinários, no valor de R\$ 1.268.000,00 (Um milhão, duzentos e sessenta e oito mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 15.125/2021

Publicação Nº 3131741

D E C R E T O Nº 15.125/2021

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.456/2020, de 21/10/2020, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 8.718/2021, de 1º de julho de 2021,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), a saber:

19 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

19.001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

19.001.16.122.300.2.502 - Manutenção Patrimonial - Frohab

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
19.001.420 3.3.90 - Aplicações Diretas
0.2.93.0060 - Recursos de Amortização R\$ 20.000,00
19.001.16.482.601.2.505 - Implantação de Infraestrutura, Equipamentos Urbanos e Outros - Regularização Fundiária Urbana
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
19.001.427 3.3.90 - Aplicações Diretas
0.2.93.0060 - Recursos de Amortização R\$ 180.000,00
TOTAL R\$ 200.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da anulação total das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), a saber:

19 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
19.001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
19.001.16.131.300.2.515 - Publicação Legal, Educativa, Informativa e de Orientação Social - Frohab
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
19.001.424 3.3.90 - Aplicações Diretas
0.2.93.0060 - Recursos de Amortização R\$ 30.000,00
19.001.16.481.601.2.507 - Implantação de Infraestrutura, Equipamentos e Outros - Regularização Fundiária Rural
4.4.00 - INVESTIMENTOS
19.001.430 4.4.90 - Aplicações Diretas
0.2.93.0060 - Recursos de Amortização R\$ 30.000,00
19.001.16.481.601.2.519 - Contratação de Topografia e Projeto Urbanístico e Complementares - Rural
4.4.00 - INVESTIMENTOS
19.001.433 4.4.90 - Aplicações Diretas
0.2.93.0060 - Recursos de Amortização R\$ 10.000,00
19.001.16.481.601.2.520 - Contratação de Levantamentos e Estudos Geotécnicos e Ambientais - Rural
4.4.00 - INVESTIMENTOS
19.001.434 4.4.90 - Aplicações Diretas
0.2.93.0060 - Recursos de Amortização R\$ 30.000,00
19.001.16.482.602.2.508 - Implantação de Infraestrutura Urbana para Fins Habitacionais
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
19.001.437 3.3.90 - Aplicações Diretas
0.2.93.0060 - Recursos de Amortização R\$ 50.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
19.001.438 4.4.90 - Aplicações Diretas
0.2.93.0060 - Recursos de Amortização R\$ 30.000,00
19.001.16.482.602.2.517 - Realização de Trabalho Social para Fins Habitacionais - Frohab
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
19.001.441 3.3.90 - Aplicações Diretas
0.2.93.0060 - Recursos de Amortização R\$ 20.000,00
TOTAL R\$ 200.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO N° 15.126/2021

Publicação N° 3131744

D E C R E T O N° 15.126/2021

Abre Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal N° 8.456/2020, de 21/10/2020, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal N° 8.720/2021, de 1º de julho de 2021,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito especial, no valor de R\$ 1.525.166,14 (Um milhão, quinhentos e vinte e cinco mil, cento e sessenta e seis reais

e catorze centavos), para inclusão de dotação orçamentária no Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.450.3.099 - Implantação de Interseção Viária R Manoel

Francisco da Costa

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001. 4.4.90 - Aplicações Diretas

0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS R\$ 1.525.166,14

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2020, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 1.525.166,14 (Um milhão, quinhentos e vinte e cinco mil, cento e sessenta e seis reais e catorze centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 15.127/2021

Publicação Nº 3131747

D E C R E T O Nº 15.127/2021

Abre Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.456/2020, de 21/10/2020, e Alterações Posteriores, para Reforço do Crédito Especial Autorizado pela Lei Municipal Nº 8.685/2021, de 01/06/2021, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 8.721/2021, de 1º de julho de 2021,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito adicional, no valor de R\$ 10.755.116,63 (Dez milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, cento e dezesseis reais e sessenta e três centavos), para reforço de crédito especial do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.450.3.096 - Pavimentação e Recapeamento Vias /

Construção Pontes - FINISA

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001. 765 4.4.90 - Aplicações Diretas

0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS R\$ 10.755.116,63

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2020, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 10.755.116,63 (Dez milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, cento e dezesseis reais e sessenta e três centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 15.128/2021

Publicação Nº 3131753

D E C R E T O Nº 15.128/2021

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.456/2020, de 21/10/2020, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 8.722/2021, de 1º de julho de 2021,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 1.703.650,00 (Um milhão, setecentos e três mil, seiscentos e cinquenta reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Secel), a saber:

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

39.001 - CULTURA

39.001.13.391.1101.5.653 - Revitalização da Imagem Cultural da Soc.
Escolar Barra do Ribeirão Grande do Norte - Escola Ângelo Moretti
4.4.00 - INVESTIMENTOS
39.001.565 4.4.90 - Aplicações Diretas
0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios R\$ 1.703.650,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2020, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos ordinários, no valor de R\$ 1.703.650,00 (Um milhão, setecentos e três mil, seiscentos e cinquenta reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 15.129/2021

Publicação Nº 3131755

D E C R E T O Nº 15.129/2021

Abre Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.456/2020, de 21/10/2020, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 8.725/2021, de 1º de julho de 2021,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito especial, no valor de R\$ 370.000,00 (Trezentos e setenta mil reais), para inclusão de dotação orçamentária no Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.002 - ENSINO FUNDAMENTAL

08.002.12.361.350.1.184 - Ampliação EMEB Henrique Heise

4.4.00 - INVESTIMENTOS

08.002. 4.4.90 - Aplicações Diretas

0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transferência de Impostos - Educação R\$ 370.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.001.12.122.301.2.126 - Pagamento dos Servidores da Educação - Gestão

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

08.001.103 3.1.90 - Aplicações Diretas

0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transferência de Impostos - Educação R\$ 40.000,00

08.003 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.003.12.122.301.2.128 - Pagamento dos Servidores da Educação Infantil

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

08.003.165 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias

0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transferência de Impostos - Educação R\$ 40.000,00

08.004 - EDUCAÇÃO ESPECIAL

08.004.12.122.301.2.129 - Pagamento dos Servidores da Educação Especial

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

08.004.202 3.1.90 - Aplicações Diretas

0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transferência de Impostos - Educação R\$ 290.000,00

TOTAL R\$ 370.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2021/PMJS

Publicação Nº 3131125

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2021/PMJS

Abre inscrição para pessoa física e jurídica, executar obras de ajardinamento, conservação, manutenção de praças, rotatórias, trevos, canteiros e vasos, podendo, para tanto, celebrar Termo de Cooperação, com base na Lei Municipal nº 7.815/2018 de 06 de dezembro de 2018 que Institui no Município o Programa Adote o Verde e dá Outras Providências, regulamentada através do Decreto Municipal nº 12.754/2019.

CAPÍTULO I - DO OBJETIVO

Art.1º. Outorga de Adoção de Espaços e Áreas Públicas de domínio do município de Jaraguá do Sul/SC, com o objetivo de viabilizar e promover o ajardinamento, a conservação, a manutenção de praças, rotatórias, trevos, canteiros, e podendo, para tanto, celebrar Termo de Cooperação com empresas, entidades ou pessoas físicas, no período máximo 36 (trinta e seis) meses de acordo com as exigências e condições previstas neste Edital e seus anexos.

Art. 2º O procedimento de chamamento público e o contrato de cooperação que dele resultar, obedecerão integralmente as leis vigentes no país, especialmente a Lei Federal 8.666/93 e respectivas alterações, a Lei Orgânica do Município; a Lei Municipal n.º 7.815/2018 de 06 de dezembro de 2018; o Decreto Municipal nº 12.754/2019 e demais legislações aplicáveis a matéria.

CAPÍTULO II – DAS PROPOSTAS

Art.3º. O interessado deverá apresentar proposta de execução de serviços de conservação e manutenção do logradouro, de limpeza, de controle de ervas daninhas, de adubação, de irrigação, de recuperação da vegetação existente, de poda, de cobertura morta, de corte do gramado junto à guia, plantar flores de época, dentre outras possibilidades de ajardinamento de acordo com as normas técnicas, afim de obter a formalização de Termo de Cooperação.

CAPÍTULO III – DA HABILITAÇÃO

Art.4º. Para habilitar-se ao Programa Adote o Verde

§1º Tratando-se de pessoa física, o requerimento deverá ser instruído com:

- I - cópia do documento de identidade (RG)
- II - cópia da inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- III - cópia do comprovante de residência.

§2º Tratando-se de pessoa jurídica, o requerimento deverá ser instruído com:

- I - cópia da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (Cartão CNPJ/MF);
- II - certidão simplificada de atividade na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (Jucesc);
- III - cópia do Contrato Social e alterações.

Parágrafo Único: Não se aplicam os itens II e III, do §2º, aos Microempreendedores Individuais (MEIs).

Art. 5º Na proposta de habilitação "Adote o Verde" deverão constar:

- I - a completa identificação do participante (RG, CPF, estado civil, endereço) e, em se tratando de pessoa jurídica, o CNPJ/MF, contrato social ou estatuto, endereço, ramo de atividade e a qualificação completa dos seus dirigentes;
- II - denominação do local escolhido, sua localização e, detalhadamente, as obras e serviços que o interessado pretende nele executar;
- III - o prazo de vigência da adoção.

Parágrafo Único: Caso a área de interesse do proponente não conste do anexo III, esta deverá ser identificada através de foto e requerida através de ofício, endereçado à Comissão de Análise da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, ou outro órgão ou unidade que a substituir, que fará a avaliação quanto ao interesse da administração pública no Termo de Cooperação.

CAPÍTULO IV – DOS PRAZOS

Art.6º. A documentação exigida neste edital deverá ser protocolada através do site da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt, nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul – SC, no período de 01/07/2021 a 01/08/2021.

CAPÍTULO V – DA AVALIAÇÃO

Art.7º. As propostas serão analisadas pela comissão de análise da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, ou outro órgão ou unidade que a substituir, sendo composta por:

- I - Servidor responsável pela manutenção e ajardinamento municipal;
- II - Profissional com formação nas áreas de Engenharia, preferencialmente Engenharia Florestal;
- III - Profissional com formação em Arquitetura e Urbanismo.

Art. 8º Os documentos de habilitação serão analisados nos termos da legislação que rege este processo de chamamento público, obedecidas às exigências e condições deste Edital.

Art. 9º No caso de haver mais de um interessado no mesmo local, a Comissão deverá analisar as propostas com os seguintes critérios da tabela de pontuação:

- I - 50% (cinquenta por cento) pela melhor proposta.
- II - 30% (trinta por cento) pela ordem cronológica do ato de inscrição, de acordo com a data e hora do protocolo.
- III -20% (vinte por cento) pela localidade, conforme proximidade entre o adotante e a área a ser adotada.

"No caso de empate, será realizado sorteio na presença dos interessados."

Art. 10 Não serão admitidas propostas que resultem em restrição de acesso à área, objeto da cooperação, ou que impliquem alteração de seu uso.

CAPÍTULO VI – DA PUBLICIDADE

Art. 11 O participante do Programa ADOTE O VERDE terá o direito de colocar publicidade na área do local a que se refere o Termo de Cooperação.

§1º A publicidade a ser implantada no local, objeto da parceria, deverá obedecer ao modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, ou outro órgão ou unidade que a substituir, com referência às suas dimensões, cores e demais requisitos:

a) para os canteiros centrais e laterais de vias públicas com largura menor de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) será permitida a colocação de, no máximo, 01 (uma) placa indicativa para cada 100m (cem metros) lineares de extensão, com dimensões máximas de 0,60m (sessenta centímetros) de largura por 0,40m (quarenta centímetros) de altura, afixada à altura máxima de 0,50m (cinquenta centímetros) do solo;

b) para praças e áreas verdes, com ou sem denominação oficial, e canteiros centrais e laterais de vias públicas com largura igual ou maior que 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), será permitida a colocação de 01 (uma) placa com dimensões máximas de 0,60m (sessenta centímetros) de largura por 0,40m (quarenta centímetros) de altura, afixada à altura máxima de 0,50m (cinquenta centímetros) do solo, a cada 1.500m² (mil e quinhentos metros quadrados) ou fração.

§2º O Poder Executivo Municipal poderá autorizar a empresa, entidade ou pessoa física a instalar, com fins publicitários, relógios digitais ou eletrônicos, lixeiras, bancos, dentre outros equipamentos urbanos, desde que apresentado projeto assinado por profissional de engenharia e tramitado projeto junto ao setor urbanístico municipal e órgão de trânsito para verificação da compatibilidade com o ordenamento municipal vigente.

§3º É proibida a divulgação de textos publicitários que estimulem o consumo de bebidas alcoólicas, de cigarros ou da violência em todas as suas formas.

§4º Findo o prazo previsto no caput, deste artigo, ou havendo rescisão do Termo de Cooperação, as placas não retiradas serão consideradas anúncios irregularmente instalados, ficando sujeitas às penalidades previstas em lei específica.

§5º O abandono, a desistência ou o descumprimento do Termo de Cooperação não dispensa a obrigação de remover as respectivas placas indicativas.

CAPÍTULO VII – DA RESCISÃO

Art.12. O Termo de Cooperação poderá ser rescindido:

I - pelo interesse das partes;

II - no interesse da Administração Municipal;

III - no descumprimento, pela empresa, entidade ou pessoa física, das condições do Termo de Cooperação.

Parágrafo único. O Termo de Cooperação não poderá ser transferido a terceiros sem anuência da Administração Pública Municipal.

Art.14. Encerrada a cooperação, as melhorias dela decorrentes passarão a integrar o patrimônio público municipal, sem qualquer direito de retenção ou indenização, devendo as placas serem retiradas pelo conveniente no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

CAPÍTULO VIII – DOS ANEXOS

Art.15. Fazem parte integrante deste Edital de Chamamento Público, os seguintes anexos que podem ser baixados através do site www.jaraguadosul.sc.gov.br :

I - Anexo I - Proposta de Execução de Serviço.

II - Anexo II – Habilitação Apresentação de Documentos PESSOA FÍSICA e PESSOA JURÍDICA

III - Anexo III – Parecer Técnico Comissão de Análise.

IV - Anexo IV – Termo de Cooperação.

V - Anexo V – Foto do Canteiro Adotado.

Jaraguá do Sul, 01 de Julho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2021/PMJS - ANEXO I

Publicação Nº 3131127

Edital 01/2021/Adote o Verde

Anexo I – Proposta de Execução de Serviço.

Eu, _____, portador da carteira de identidade de nº _____
CPF: _____, Residente na Rua: _____ Nº _____ no CEP: _____

na cidade de Jaraguá do Sul/SC.

Ou

A Empresa _____,
inscrita no CNPJ sob o número: _____, Sediada na Rua: _____

Nº _____ no CEP: _____,
na cidade de Jaraguá do Sul/SC. Representada por _____, portador da carteira de identidade de nº _____
CPF: _____.

apresento proposta de execução de serviços de conservação e manutenção do logradouro, de limpeza, de controle de ervas daninhas, de adubação, de irrigação, de recuperação da vegetação existente, de poda, de cobertura morta, de corte do gramado junto à guia, plantação de flores de época, dentre outras possibilidades de ajardinamento de acordo com as normas técnicas, afim de obter a formalização de Termo de Cooperação constantes neste edital, na área pretendida de nº _____, no endereço: _____ e no período de _____ meses.

*Também com a proposta a ser executada de: _____

Assinatura do Proponente

* Caso o proponente tenha alguma proposta com fins publicitários, deve-se descrever, como por exemplo: a instalação de relógios digitais ou eletrônicos, lixeiras, bancos, dentre outros equipamentos urbanos, desde que apresentado projeto assinado por profissional de engenharia e tramitado projeto junto ao setor urbanístico municipal e órgão de trânsito para verificação da compatibilidade com o ordenamento municipal vigente.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2021/PMJS - ANEXO II - PESSOA FÍSICA

Publicação Nº 3131128

Edital 01/2021/Adote o Verde
Anexo II – Habilitação Apresentação de Documentos

PESSOA FÍSICA:

- Eu,
- RG nº:
- CPF nº:
- Estado Civil:
- Domiciliado à Rua:
- Telefone de Contato:
- E-mail:

Solicito habilitação para participar do edital 01/2021/PMJS, no programa Adote o Verde:

- Pretendendo a área de número:
- Localizado no endereço:
- Durante o período de meses.

I - cópia do documento de identidade (RG)

II - cópia da inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);

III - cópia do comprovante de residência.

Assinatura do Representante Legal - Proponente

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2021/PMJS - ANEXO II - PESSOA JURÍDICA

Publicação Nº 3131130

Edital 01/2021/Adote o Verde
Anexo II – Habilitação Apresentação de Documentos

PESSOA JURÍDICA

- Eu,
- RG nº:
- CPF nº:
- Estado Civil:
- Domiciliado à Rua:
- Representante legal da Empresa:
- CNPJ nº:
- Com Endereço à Rua:
- Com Ramo de Atividade:
- Telefone de Contato Empresa:
- E-mail Empresa:

Solicito habilitação para participar do edital 01/2021/PMJS, no programa Adote o Verde:

- Pretendendo a área de número:
- Localizado no endereço:
- Durante o período de meses.

I - cópia da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (Cartão CNPJ/MF); não se aplica aos MEIs.

II - certidão simplificada de atividade na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (Jucesc);
III - cópia do Contrato Social e alterações, não se aplica aos MEIs.

Assinatura do Representante Legal - Proponente

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2021/PMJS - ANEXO III

Publicação Nº 3131131

Edital 01/2021/Adote o Verde
Anexo III – Comissão de Análise – Parecer Técnico

A Comissão Técnica de Análise do Programa Adote o Verde, após conferir a documentação apresentada pelo proponente:

_____,
através do edital 01/2021/PMJS, julga procedente à solicitação de adoção e DEFERE o seu pedido de Termo de Cooperação para execução de Serviços de Ajardinamento, Conservação e Manutenção de Praças, Rotatórias, Trevos, Canteiros, Ciclovias, através do Programa Adote o Verde, da área de número: _____.

Jaraguá do Sul de de 2021.
Otoniel da Silva
Arquiteto Urbanista

Robin Henrique Pasold
Engenheiro Florestal

Viane José Schafer
Chefe de Jardinagem – Secretaria Municipal de Obras

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2021/PMJS - ANEXO IV

Publicação Nº 3131133

Anexo IV

TERMO DE COOPERAÇÃO PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE AJARDINAMENTO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, ROTATÓRIAS, TREVOS, CANTEIROS, CICLOVIAS – PROGRAMA ADOTE O VERDE.

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 01/2021

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 83.102.459/0001-23, com sede governamental na Rua Walter Marquardt, Nº 1.111, bairro Barra do Rio Molha, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor Antídio Aleixo Lunelli, inscrito no CPF sob o Nº438634429-20 e portador da Carteira de Identidade Nº 19R1.000.852, residente e domiciliado à Rua Piçarras nº 60 apto 1001, Centro, nesta cidade, de ora em diante denominado simplesmente de CONVENIENTE, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, ou outro órgão ou unidade que a substituir neste ato representada por seu (sua) Secretário (a), Senhor (a) Otoniel da Silva, de ora em diante denominada simplesmente de SECRETARIA, e, de outro lado, xxxxxxxxxxxx LTDA pessoa jurídica de direito privado com CNPJ xxxxxxxxxxxx, empresa localizada na Rua xxxxxxxxxxxx, nesta cidade de Jaraguá do Sul – SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Cooperação tem por objetivo a adesão da CONVENIADA na recuperação, manutenção e preservação do (a) da Área de nº xxxx, situada na Rua xxxxxxxxxxxx, no Bairro: xxxxxxxx, no município de Jaraguá do Sul – SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA

2.1 Para a execução do presente Termo de Cooperação, o CONVENIENTE, por intermédio da SECRETARIA, obriga-se a:

I - orientar e supervisionar a execução dos serviços, objeto do presente acordo;

II - permitir o livre acesso a Área nº xx de pessoas para a realização dos serviços, objeto do presente Termo;

III - analisar e aprovar o projeto assinado por profissional de engenharia para a instalação, com fins publicitários, de relógios digitais ou eletrônicos, lixeiras, bancos, dentre outros equipamentos urbanos no espaço público, objeto do Termo de Cooperação;

IV - fiscalizar o fiel cumprimento do presente Termo de Cooperação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA**3.1 A CONVENIADA compromete-se a:**

I - executar, sob sua total e inteira responsabilidade e às suas exclusivas expensas, os serviços executar quinzenalmente, serviço de manutenção, conservação, limpeza, controle de ervas daninhas, adubação irrigação quando necessário, corte de gramado e plantação de flores de época, zelando pelo patrimônio público, na Área nº xx.

II - utilizar-se de técnicas e práticas recomendadas pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, ou outro órgão ou unidade que a substituir.

III - providenciar a instalação dos bens ou equipamentos necessários à finalidade do Termo de Cooperação;

IV - responsabilizar-se por todos os ônus decorrentes de serviços que vier a contratar por força da execução de obras ou serviços objeto do presente Termo, inclusive os relativos aos seus associados, empregados, subordinados, prepostos ou contratados;

V - responsabilizar-se por todos os encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária decorrentes de seus recursos humanos utilizados nos serviços, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários oriundos de contratações pela CONVENIADA referente ao presente Termo;

VI - oportunizar a supervisão do trabalho ao CONVENIENTE, facultando-lhe, sempre que solicitado, o acesso a informações e documentos relacionados com a execução dos serviços, objeto deste instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONVENIADA não poderá realizar quaisquer serviços de adequação do espaço público sem aprovação prévia do CONVENIENTE, por intermédio da SECRETARIA, a ser formalizada mediante a expedição de ato específico.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

4.1 O CONVENIENTE não será responsável por quaisquer compromissos ou obrigações assumidos com terceiros pela CONVENIADA, ainda que vinculados ou decorrentes dos serviços, objeto do presente Termo, bem como não se responsabilizará por quaisquer danos ou indenizações decorrentes de atos da CONVENIADA ou de seus associados, empregados, subordinados, prepostos ou contratados.

4.2 O CONVENIENTE não se responsabilizará por qualquer construção, benfeitoria, ou preparação útil ou necessária.

4.3 O CONVENIENTE não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela CONVENIADA com terceiros, ainda que vinculados à execução deste Termo de Cooperação, nem por danos que vierem a ser causados em decorrência de atos executados por pessoas vinculadas à CONVENIADA.

4.4 As benfeitorias realizadas pela CONVENIADA, em qualquer tempo, sejam elas quais forem, não serão indenizadas pelo Município e passarão a integrar, desde logo, o Patrimônio Público Municipal.

4.5 É facultado às empresas, entidades ou pessoa física, durante a execução dos trabalhos, utilizarem uniformes padrão com a denominação Programa ADOTE O VERDE.

CLÁUSULA QUINTA - DO DIREITO DE PUBLICIDADE

5.1 As atividades do participante do Programa ADOTE O VERDE serão compensadas com o seu direito de colocar publicidade na área do local a que se refere o Termo de Cooperação, durante a sua vigência.

5.2 A publicidade a ser implantada no local, objeto da parceria, deverá obedecer ao modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, ou outro órgão ou unidade que a substituir, com referência às suas dimensões, cores e demais requisitos:

I - para os canteiros centrais e laterais de vias públicas com largura menor de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) será permitida a colocação de, no máximo, 01 (uma) placa indicativa para cada 100m (cem metros) lineares de extensão, com dimensões máximas de 0,60m (sessenta centímetros) de largura por 0,40m (quarenta centímetros) de altura, afixada à altura máxima de 0,50m (cinquenta centímetros) do solo;

II - para praças e áreas verdes, com ou sem denominação oficial, e canteiros centrais e laterais de vias públicas com largura igual ou maior que 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), será permitida a colocação de 01 (uma) placa com dimensões máximas de 0,60m (sessenta centímetros) de largura por 0,40m (quarenta centímetros) de altura, afixada à altura máxima de 0,50m (cinquenta centímetros) do solo, a cada 1.500m² (mil e quinhentos metros quadrados) ou fração.

5.3 O CONVENIENTE, por intermédio da SECRETARIA, poderá autorizar a empresa, entidade ou pessoa física a instalar, com fins publicitários, relógios digitais ou eletrônicos, lixeiras, bancos, dentre outros equipamentos urbanos, desde que apresentado projeto assinado por profissional de engenharia e tramitado projeto junto ao setor urbanístico municipal e órgão de trânsito para verificação da compatibilidade com o ordenamento municipal vigente.

5.4 É proibida a divulgação de textos publicitários que estimulem o consumo de bebidas alcoólicas, de cigarros ou da violência em todas as suas formas.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 O presente Termo de Cooperação terá vigência de 36 (trinta e seis) meses, podendo ser renovado pelo mesmo período, uma única vez, contada a partir da data de sua assinatura.

§1º O termo de Cooperação poderá ser prorrogado mediante assinatura de Termo Aditivo, sem modificação do objeto, autorizado pela SECRETARIA, com antecedência de 30 (trinta) dias da data do término de vigência do presente Termo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 O Termo de Cooperação poderá ser rescindido:

I - pelo interesse das partes;

II - no interesse da Administração Municipal;

III - no descumprimento, pela empresa, entidade ou pessoa física, das condições do Termo de Cooperação.

7.2 O Termo de Cooperação não poderá ser transferido a terceiros sem anuência da Administração Pública Municipal.

7.3 Encerrada a cooperação, as melhorias dela decorrentes passarão a integrar o patrimônio público municipal, sem qualquer direito de retenção ou indenização, devendo as placas serem retiradas pelo cooperante no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, da assinatura do fim da parceria.

7.4 Findo o prazo previsto no item 7.3, desta Cláusula, ou havendo rescisão do Termo de Cooperação, as placas não retiradas serão consideradas anúncios irregularmente instalados, ficando sujeitas às penalidades previstas em lei específica.

7.5 O abandono, a desistência ou o descumprimento do Termo de Cooperação não dispensa a obrigação de remover as respectivas placas indicativas.

7.6 Em caso de abandono ou descumprimento do Termo de Cooperação firmado entre as partes, sem formalização do pedido de desistência junto à municipalidade, a CONVENIADA ficará impossibilitada de firmar novos Termos de Cooperação do PROGRAMA ADOTE O VERDE, durante o período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

Será facultado ao CONVENIENTE, a qualquer tempo, fiscalizar a execução dos serviços e propor a adoção das medidas que julgar cabíveis.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

9.1 O presente Termo de Cooperação deverá ser publicado, na íntegra, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 A CONVENIADA, na execução deste Termo de Cooperação, deverá dirigir-se à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, ou outro órgão ou unidade que a substituir para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências durante a vigência deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Jaraguá do Sul - SC para dirimir questões oriundas do presente Termo de Cooperação.

E por estarem ambas as partes justas e conveniadas, firmam o presente Termo de Cooperação em 03 (três) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo identificadas e assinadas.

Jaraguá do Sul, ____ de _____ de ____.

Prefeito Secretário(a) Municipal de Obras e Serviços Públicos

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONVENIENTE

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONVENIENTE

Proponente

Testemunha

Testemunha

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2021/PMJS - ANEXO V

Publicação Nº 3131134

Anexo V

Edital 01/2021 – Programa Adote o Verde

Área Nº:

Endereço:

Foto:

EDITAL DE NECESSIDADE IMEDIATA Nº 020/2021/SAMAE INSCRIÇÕES PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

Publicação Nº 3130605

EDITAL DE NECESSIDADE IMEDIATA

Nº 020/2021/SAMAE

INSCRIÇÕES PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

A Comissão Especial de Seleção de Estagiários, no uso das atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o art. 3º, caput, da Lei Municipal nº 5.922 de 28 de março de 2011, alterada pela Lei Municipal nº 7.968 de 25 de junho de 2019, designada pela Portaria SAMAESU Nº 409/2019 de 13 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios Edição 2886, torna público que estarão abertas as inscrições para o Programa de Estágio para Estudantes do Ensino Superior, para atuarem no âmbito desta Autarquia:

1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.1 O procedimento de inscrição e classificação de estudantes de nível superior para atuarem no programa de estágio reger-se-á pelas disposições contidas neste edital, pela Lei Municipal nº 5.922/2011 de 28 de março de 2011 e suas alterações.
- 1.2 O estágio de Ensino Superior compreende o exercício transitório de funções auxiliares junto ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto e não cria vínculo empregatício de qualquer natureza com o Município de Jaraguá do Sul ou esta Autarquia.
- 1.3 A duração do estágio de Ensino Superior não poderá exceder a 2 (dois) anos, consecutivos ou alternados.
- 1.4 A jornada de atividades do estágio de Ensino Superior é de 20 (vinte) horas semanais, limitado a 4 (quatro) horas diárias, compatíveis com o horário escolar e de funcionamento da Instituição Concedente.
- 1.5 As atribuições básicas do estagiário de Ensino Superior estão previstas no anexo II da Lei Municipal nº 5.922/2011 de 28 de março de 2011 e suas alterações.
- 1.6 O valor da bolsa de estágio de Ensino Superior para o corrente ano é de R\$ 883,95 (oitocentos e oitenta e três reais e noventa e cinco centavos), equivalente a 4,45 (quatro vírgula quarenta e cinco) UPMs (Unidade Padrão Municipal).
- 1.7 O estagiário que comprovar a necessidade de transporte coletivo para deslocamento até o local de estágio fará jus ao auxílio-transporte, nos termos da Lei Municipal nº 2.113/1996.
- 1.8 A seleção de que trata o presente Edital terá validade até 31 de dezembro de 2021, ou até o término dos acadêmicos classificados, o que vier primeiro.
- 1.9 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.
- 1.10 Comprovada a falsidade das informações prestadas, a Administração Municipal reserva-se o direito de indeferir a inscrição do candidato ou mesmo rescindir o contrato a qualquer tempo.

2 DAS INSCRIÇÕES

- 2.1 As inscrições estarão abertas no período de 01 a 15 de julho de 2021, através do envio do Atestado de Matrícula e Histórico Escolar para o endereço eletrônico karina@samaejs.com.br;
- 2.2 Para confirmar sua inscrição, o estudante deverá apresentar os documentos no item 2.1 do presente edital.
- 2.2.1 Feita a inscrição, o candidato ficará inteiramente responsável pelas informações fornecidas.

3 DOS REQUISITOS

- 3.1 Estar regularmente matriculado entre o terceiro e o penúltimo semestre, ou equivalente, e com frequência efetiva em curso de Ensino Superior conveniada ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul.
- 3.1.1 Estar cursando o curso de Administração e/ou Ciências Contábeis.
- 3.2 Apresentar os seguintes documentos no ato da contratação:
 - a) Fotocópia da Carteira de Identidade (RG);
 - b) Fotocópia do CPF;
 - c) Fotocópia do Certificado de Reservista/Dispensa Militar (para homens);
 - d) Comprovante de residência atualizado em nome do estudante, dos pais ou responsáveis (caso o comprovante esteja em nome de outra pessoa que não seja os pais ou responsável, é obrigatório preenchimento da declaração de residência – disponibilizada pela Coordenadoria de Recursos humanos);
 - e) Fotocópia do boletim escolar do estudante do último semestre cursado e o apresentado no ato da inscrição, ou declaração do índice acadêmico;
 - f) Atestado/declaração de frequência escolar do estudante com data atualizada;
 - g) Cartão do PIS;
 - h) Cartão da empresa que presta Transporte Público se assim necessitar, conforme o item 1.7
- 3.3 A contratação será realizada através de agendamento com a Coordenadoria de Recursos Humanos.

4 DA CLASSIFICAÇÃO

- 4.1 A classificação dar-se-á de acordo com:
 - a) índice de desempenho acadêmico das disciplinas cursadas com aprovação, comprovado através da média de notas do histórico escolar ou através de declaração emitida pela faculdade;
 - b) percentual de frequência do último semestre cursado.
- 4.2 No caso de empate, terá preferência, o candidato com maior idade.
- 4.3 Serão desclassificados do processo seletivo os candidatos que se enquadrarem nas seguintes hipóteses:
 - a) obtiverem a média de notas do disposto no item 4.1, a, inferior a 60% (sessenta por cento);
 - b) obtiverem o percentual de frequência do disposto 4.1, c, inferior a 75% (setenta e cinco por cento).
- 4.4 A classificação final será divulgada no dia 20 de julho de 2021 após as 08 horas, por e-mail para todos os inscritos.

5 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 5.1 A classificação obtida pelo candidato não gerará direito de ingresso em vaga de estágio, mas tão somente de figurar na lista de classificados.
- 5.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Seleção de Estagiários.

Jaraguá do Sul, 01 de julho de 2021.
Ana Carolina Bornemann Silveira Figur
Presidente

Suzana Karina Tribess Stricker
Membro e Secretaria

Adriano de Brito Machado
Membro

EDITAL DE NECESSIDADE IMEDIATA Nº 021/2021/SAMAE INSCRIÇÕES PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

Publicação Nº 3130607

EDITAL DE NECESSIDADE IMEDIATA
Nº 021/2021/SAMAE
INSCRIÇÕES PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO
PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

A Comissão Especial de Seleção de Estagiários, no uso das atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o art. 3º, caput, da Lei Municipal nº 5.922 de 28 de março de 2011, alterada pela Lei Municipal nº 7.968 de 25 de junho de 2019, designada pela Portaria SAMAEJSU Nº 409/2019 de 13 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios Edição 2886, torna público que estarão abertas as inscrições para o Programa de Estágio para Estudantes do Ensino Superior, para atuarem no âmbito desta Autarquia:

1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.1 O procedimento de inscrição e classificação de estudantes de nível superior para atuarem no programa de estágio reger-se-á pelas disposições contidas neste edital, pela Lei Municipal nº 5.922/2011 de 28 de março de 2011 e suas alterações.
- 1.2 O estágio de Ensino Superior compreende o exercício transitório de funções auxiliares junto ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto e não cria vínculo empregatício de qualquer natureza com o Município de Jaraguá do Sul ou esta Autarquia.
- 1.3 A duração do estágio de Ensino Superior não poderá exceder a 2 (dois) anos, consecutivos ou alternados.
- 1.4 A jornada de atividades do estágio de Ensino Superior é de 20 (vinte) horas semanais, limitado a 4 (quatro) horas diárias, compatíveis com o horário escolar e de funcionamento da Instituição Concedente.
- 1.5 As atribuições básicas do estagiário de Ensino Superior estão previstas no anexo II da Lei Municipal nº 5.922/2011 de 28 de março de 2011 e suas alterações.
- 1.6 O valor da bolsa de estágio de Ensino Superior para o corrente ano é de R\$ 883,95 (oitocentos e oitenta e três reais e noventa e cinco centavos), equivalente a 4,45 (quatro vírgula quarenta e cinco) UPMs (Unidade Padrão Municipal).
- 1.7 O estagiário que comprovar a necessidade de transporte coletivo para deslocamento até o local de estágio fará jus ao auxílio-transporte, nos termos da Lei Municipal nº 2.113/1996.
- 1.8 A seleção de que trata o presente Edital terá validade até 31 de dezembro de 2021, ou até o término dos acadêmicos classificados, o que vier primeiro.
- 1.9 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.
- 1.10 Comprovada a falsidade das informações prestadas, a Administração Municipal reserva-se o direito de indeferir a inscrição do candidato ou mesmo rescindir o contrato a qualquer tempo.

2 DAS INSCRIÇÕES

- 2.1 As inscrições estarão abertas no período de 01 a 15 de julho de 2021, através do envio do Atestado de Matrícula e Histórico Escolar para o endereço eletrônico karina@samaejs.com.br;
- 2.2 Para confirmar sua inscrição, o estudante deverá apresentar os documentos no item 2.1 do presente edital.
- 2.2.1 Feita a inscrição, o candidato ficará inteiramente responsável pelas informações fornecidas.

3 DOS REQUISITOS

- 3.1 Estar regularmente matriculado entre o terceiro e o penúltimo semestre, ou equivalente, e com frequência efetiva em curso de Ensino Superior conveniada ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul.
 - 3.1.1 Estar cursando o curso Superior em Engenharia da Automação; Engenharia de Controle e Automação; Engenharia Elétrica; Técnico em Automação Industrial; Tecnologia em Mecatrônica e/ou Tecnologia Mecatrônica Industrial.
- 3.2 Apresentar os seguintes documentos no ato da contratação:
 - a) Fotocópia da Carteira de Identidade (RG);
 - b) Fotocópia do CPF;
 - c) Fotocópia do Certificado de Reservista/Dispensa Militar (para homens);
 - d) Comprovante de residência atualizado em nome do estudante, dos pais ou responsáveis (caso o comprovante esteja em nome de outra pessoa que não seja os pais ou responsável, é obrigatório preenchimento da declaração de residência – disponibilizada pela Coordenadoria de Recursos humanos);
 - e) Fotocópia do boletim escolar do estudante do último semestre cursado e o apresentado no ato da inscrição, ou declaração do índice acadêmico;
 - f) Atestado/declaração de frequência escolar do estudante com data atualizada;
 - g) Cartão do PIS;
 - h) Cartão da empresa que presta Transporte Público se assim necessitar, conforme o item 1.7
- 3.3 A contratação será realizada através de agendamento com a Coordenadoria de Recursos Humanos.

4 DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 A classificação dar-se-á de acordo com:

- a) índice de desempenho acadêmico das disciplinas cursadas com aprovação, comprovado através da média de notas do histórico escolar ou através de declaração emitida pela faculdade;
- b) percentual de frequência do último semestre cursado.

4.2 No caso de empate, terá preferência, o candidato com maior idade.

4.3 Serão desclassificados do processo seletivo os candidatos que se enquadrarem nas seguintes hipóteses:

- a) obtiverem a média de notas do disposto no item 4.1, a, inferior a 60% (sessenta por cento);
- b) obtiverem o percentual de frequência do disposto 4.1, c, inferior a 75% (setenta e cinco por cento).

4.4 A classificação final será divulgada no dia 20 de julho de 2021 após as 08 horas, por e-mail para os classificados.

5 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 A classificação obtida pelo candidato não gerará direito de ingresso em vaga de estágio, mas tão somente de figurar na lista de classificados.

5.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Seleção de Estagiários.

Jaraguá do Sul, 01 de julho de 2021.

Ana Carolina Bornemann Silveira Figur
Presidente

Suzana Karina Tribess Stricker Adriano de Brito Machado
Membro e Secretaria Membro

EDITAL DE NECESSIDADE IMEDIATA N° 022/2021/SAMAE INSCRIÇÕES PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

Publicação N° 3130608

EDITAL DE NECESSIDADE IMEDIATA

N° 022/2021/SAMAE

INSCRIÇÕES PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO

PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

A Comissão Especial de Seleção de Estagiários, no uso das atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o art. 3º, caput, da Lei Municipal nº 5.922 de 28 de março de 2011, alterada pela Lei Municipal nº 7.968 de 25 de junho de 2019, designada pela Portaria SAMAEJSU N° 409/2019 de 13 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios Edição 2886, torna público que estarão abertas as inscrições para o Programa de Estágio para Estudantes do Ensino Superior, para atuarem no âmbito desta Autarquia:

1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 O procedimento de inscrição e classificação de estudantes de nível superior para atuarem no programa de estágio reger-se-á pelas disposições contidas neste edital, pela Lei Municipal nº 5.922/2011 de 28 de março de 2011 e suas alterações.

1.2 O estágio de Ensino Superior compreende o exercício transitório de funções auxiliares junto ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto e não cria vínculo empregatício de qualquer natureza com o Município de Jaraguá do Sul ou esta Autarquia.

1.3 A duração do estágio de Ensino Superior não poderá exceder a 2 (dois) anos, consecutivos ou alternados.

1.4 A jornada de atividades do estágio de Ensino Superior é de 20 (vinte) horas semanais, limitado a 4 (quatro) horas diárias, compatíveis com o horário escolar e de funcionamento da Instituição Concedente.

1.5 As atribuições básicas do estagiário de Ensino Superior estão previstas no anexo II da Lei Municipal nº 5.922/2011 de 28 de março de 2011 e suas alterações.

1.6 O valor da bolsa de estágio de Ensino Superior para o corrente ano é de R\$ 883,95 (oitocentos e oitenta e três reais e noventa e cinco centavos), equivalente a 4,45 (quatro vírgula quarenta e cinco) UPMs (Unidade Padrão Municipal).

1.7 O estagiário que comprovar a necessidade de transporte coletivo para deslocamento até o local de estágio fará jus ao auxílio-transporte, nos termos da Lei Municipal nº 2.113/1996.

1.8 A seleção de que trata o presente Edital terá validade até 31 de dezembro de 2021, ou até o término dos acadêmicos classificados, o que vier primeiro.

1.9 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.

1.10 Comprovada a falsidade das informações prestadas, a Administração Municipal reserva-se o direito de indeferir a inscrição do candidato ou mesmo rescindir o contrato a qualquer tempo.

2 DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições estarão abertas no período de 01 a 15 de julho de 2021, através do envio do Atestado de Matrícula e Histórico Escolar para o endereço eletrônico karina@samaejs.com.br;

2.2 Para confirmar sua inscrição, o estudante deverá apresentar os documentos no item 2.1 do presente edital.

2.2.1 Feita a inscrição, o candidato ficará inteiramente responsável pelas informações fornecidas.

3 DOS REQUISITOS

3.1 Estar regularmente matriculado entre o terceiro e o penúltimo semestre, ou equivalente, e com frequência efetiva em curso de Ensino Superior conveniada ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul.

3.1.1 Estar cursando o curso Superior em Arquitetura e Urbanismo;

3.2 Apresentar os seguintes documentos no ato da contratação:

- a) Fotocópia da Carteira de Identidade (RG);
 - b) Fotocópia do CPF;
 - c) Fotocópia do Certificado de Reservista/Dispensa Militar (para homens);
 - d) Comprovante de residência atualizado em nome do estudante, dos pais ou responsáveis (caso o comprovante esteja em nome de outra pessoa que não seja os pais ou responsável, é obrigatório preenchimento da declaração de residência – disponibilizada pela Coordenadoria de Recursos humanos);
 - e) Fotocópia do boletim escolar do estudante do último semestre cursado e o apresentado no ato da inscrição, ou declaração do índice acadêmico;
 - f) Atestado/declaração de frequência escolar do estudante com data atualizada;
 - g) Cartão do PIS;
 - h) Cartão da empresa que presta Transporte Público se assim necessitar, conforme o item 1.7
- 3.3 A contratação será realizada através de agendamento com a Coordenadoria de Recursos Humanos.

4 DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 A classificação dar-se-á de acordo com:

- a) índice de desempenho acadêmico das disciplinas cursadas com aprovação, comprovado através da média de notas do histórico escolar ou através de declaração emitida pela faculdade;
- b) percentual de frequência do último semestre cursado.

4.2 No caso de empate, terá preferência, o candidato com maior idade.

4.3 Serão desclassificados do processo seletivo os candidatos que se enquadrarem nas seguintes hipóteses:

- a) obtiverem a média de notas do disposto no item 4.1, a, inferior a 60% (sessenta por cento);
- b) obtiverem o percentual de frequência do disposto 4.1, c, inferior a 75% (setenta e cinco por cento).

4.4 A classificação final será divulgada no dia 20 de julho de 2021 após as 08 horas, por e-mail para os classificados.

5 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 A classificação obtida pelo candidato não gerará direito de ingresso em vaga de estágio, mas tão somente de figurar na lista de classificados.

5.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Seleção de Estagiários.

Jaraguá do Sul, 01 de julho de 2021.

Ana Carolina Bornemann Silveira Figur
Presidente

Suzana Karina Tribess Stricker Adriano de Brito Machado
Membro e Secretaria Membro

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 20/2021

Publicação Nº 3131866

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 20/2021

O FISCAL TRIBUTARISTA Sérgio Paulo Stephani matrícula 7089-1, da Secretaria da Fazenda do Município de Jaraguá do Sul, atendendo ao disposto no inciso III, do artigo 55-A da Lei Complementar nº 35/2003 incluído pela Lei Complementar nº 153/2014 depois da(s) tentativa(s) de ciência por meio de remessa postal resultar(em) infrutífera(s), notifica o(s) contribuinte(s) abaixo citado(s), da emissão de Notificação Preliminar para fins de providenciar a regularização cadastral encaminhando através do Setor de Protocolo Geral, a solicitação de baixa ou suspensão no Cadastro Mobiliário Municipal, conforme previsto nos artigos 88 e 89 da Lei Complementar Municipal 001/1993 alterado pela Leis Complementares 26/2002, 242/2019 e 261/2020.

Para saber como proceder a regularização da situação o contribuinte deverá entrar em contato como setor de Fiscalização Tributária no fone (47) 2106-8192.

Considerar-se-á notificado o contribuinte, em 30 (trinta) dias corridos da data da publicação do edital, conforme o disposto no inciso III, do § 2º, do artigo 55-A da Lei Complementar nº 35/2003 incluído pela Lei Complementar nº 153/2014. O prazo para regularização cadastral será de 30 (trinta) dias corridos contados da data em que é considerado o contribuinte notificado deste Edital, conforme prevê o disposto Parágrafo 7º do Artigo 1º do Decreto 13622/2020 incluído através do Decreto 14535/2020.

Constatado o não cumprimento das medidas determinadas, no prazo estipulado, será lavrado contra o notificado o auto de infração, sujeitando-o à aplicação de multas e outras penalidades cabíveis, em conformidade com o Inciso I do Parágrafo 2º do Artigo 86 da Lei Complementar Municipal 001/93 (Código Tributário Municipal), sem prejuízo das demais obrigações e da ação das demais autoridades competentes. Valor da Multa: 10 UPM's (Unidade Padrão Municipal). Valor da UPM em 2021: R\$ 198,64 (Cento e Noventa e Oito Reais e Sessenta e Quatro Centavos)

Jaraguá do Sul, 01/07/2021.

SÉRGIO PAULO STEPHANI
Fiscal Tributarista
Matrícula 7089-1

Nº Notificação	Inscrição Municipal	Contribuinte	Data de Emissão
133/2021	18106-4	LANCHONETE RAQUEL FRANCIÉLE LTDA	18106-4

EDITAL N° 020/2021 - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

Publicação N° 3132348

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GABINETE DA SECRETÁRIA

EDITAL N° 020/2021 - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO
Retificação

A Secretária Municipal da Educação de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, com amparo legal na Lei Complementar No 102/2010, de 12 de novembro de 2010, alterada pela Lei Complementar no 190/2017, de 22 de março de 2017 e considerando o resultado do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL, UNICAMENTE COM BASE NO EXAME DE TÍTULOS, Edital nº 019/2021, resolve RETIFICAR, conforme abaixo.

RETIFICAÇÃO:

3.2 A inscrição deve ser efetuada no período de 23 de junho a 06 de julho de 2021, preenchendo a ficha de inscrição (anexo I) e anexar os documentos constantes do item 3.3, enviando única e exclusivamente através do endereço eletrônico edital020@edu.jaraguadosul.sc.gov.br

CLÁUSULA V – DA HOMOLOGAÇÃO

5.1 A classificação prévia das inscrições será divulgada no site www.jaraguadosul.sc.gov.br, "Concursos Públicos e Processos Seletivos", no dia 07 de julho de 2021, após às 16hs.

5.2 O candidato poderá impetrar recurso da classificação prévia até às 16 horas do dia 08 de julho de 2021, através do endereço eletrônico edital020@edu.jaraguadosul.sc.gov.br (anexo IV).

5.3 A classificação final será divulgada no site www.jaraguadosul.sc.gov.br, "Concursos Públicos e Processos Seletivos", no dia 09 de julho de 2021, após 11 horas.

CLÁUSULA VI – DO RECURSO

6.1 Até às 16 horas do dia 08 de julho de 2021, de conhecimento da divulgação da classificação prévia, o candidato poderá recorrer do resultado, preenchendo o Formulário de Recurso (anexo IV), fundamentado, através do endereço eletrônico edital020@edu.jaraguadosul.sc.gov.br. Documentos não enviados na inscrição, não serão aceitos no recurso.

Jaraguá do Sul, 01 de julho de 2021.
Ivana Atanásio Dias
Secretária de Educação

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 357/2021

Publicação N° 3132329

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C4627234705E8DC5B2384F32D31F708BD52FA8D7

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 357/2021

PROCESSO: Inexigibilidade 13/2021-FMS ao CREDENCIAMENTO 38/2019 – FMS.

Código registro TCE: C4627234705E8DC5B2384F32D31F708BD52FA8D7

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: CLINICA DE HEMATOLOGIA E INFECTOLOGIA SS LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços especializados de Hematologia, discriminado na Tabela Unificada de Procedimentos e Valores do Sistema Único de Saúde – SUS, nas condições e prazos estipulados no Edital de Credenciamento nº 38/2019.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado após o processamento e fechamento da produção no SIA/SUS em até trinta (30) dias, posterior da apresentação da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, por meio de ordem bancária/crédito em conta, condicionado à apresentação da relação de atendimentos e guias correspondentes que deverão ser atestadas pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo efetuado somente para os procedimentos discriminados no objeto do termo de credenciamento.

DO VALOR: O valor a ser pago está previsto no item 1.1 da cláusula primeira deste Termo de Credenciamento.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa decorrente desta contratação será coberta pela seguinte Dotação Orçamentária do Fundo Municipal de Saúde constante no exercício de 2021 e 2022, como segue:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.003.10.302.0753.2705.3.3.90	Prestar serviços de Média e Alta Complexidade Amb. e Hospitalar	3.3.90 – Aplicações Diretas	52	0.6.38.0093 Mac
15.003.10.302.0753.2705.3.3.90	Prestar serviços de Média e Alta Complexidade Amb. e Hospitalar	3.3.90 – Aplicações Diretas	52	0.1.02.0002 Rec.imp. e trasnf. De imposto

PRAZOS: O prazo de execução do presente Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, a contar de 07/07/2021, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e suas alterações. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 30/06/2021;

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Manoel Thomaz Silveira.

Alceu Gilmar Moretti

Gestor de Fundo Municipal de Saúde

LEI Nº 8.709/2021

Publicação Nº 3131766

LEI Nº 8.709/2021

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.456/2020, de 21/10/2020, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 6.589.200,00 (Seis milhões, quinhentos e oitenta e nove mil e duzentos reais), para reforço do programa e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.003 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

15.003.10.302.303.2.706 - Transferência de Recursos Financeiros a

Entidades - Teto MAC - Saúde

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

15.003.44 3.1.50 - Transferências a Instituições Privadas Sem

Fins Lucrativos

0.3.53.0642 - SF - COVID-19 - LC 173/2020 - Sem Destinação Específica R\$ 420.000,00

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.003.45 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas Sem

Fins Lucrativos

0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS R\$ 934.052,94

0.3.52.0641 - SF - COVID-19 - LC 173/2020 - Saúde e Assistência Social R\$ 1.264.988,49

0.3.53.0642 - SF - COVID-19 - LC 173/2020 - Sem Destinação Específica R\$ 3.970.158,57

TOTAL R\$ 6.589.200,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2020, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 934.052,94 (Novecentos e trinta e quatro mil, cinquenta e dois reais e noventa e quatro centavos); provenientes de recursos vinculados à COVID-19 - LC 173/2020 - Saúde e Assistência Social, no valor de R\$ 1.264.988,49 (Um milhão, duzentos e sessenta e quatro mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta e nove centavos); e à COVID-19 - LC 173/2020 - Sem Destinação Específica, no valor de R\$ 4.390.158,57 (Quatro milhões, trezentos e noventa mil, cento e cinquenta e oito reais e cinquenta e sete centavos).

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

LEI Nº 8.710/2021

Publicação Nº 3131771

LEI Nº 8.710/2021

Autoriza o Poder Executivo Municipal, Através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a Celebrar Convênio com a ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SÃO JOSÉ DE JARAGUÁ DO SUL, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), autorizado a celebrar Convênio, na forma estabelecida pelo artigo 116, da Lei Federal Nº 8.666/1993, e suas alterações, com a ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SÃO JOSÉ DE JARAGUÁ DO SUL, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 12.846.027/0001-89, com sede nesta cidade, no valor de R\$ 1.981.200,00 (Um milhão, novecentos e oitenta e um mil e duzentos reais), que será repassado em parcelas, no exercício de 2021, para auxílio e incentivo na manutenção dos

serviços de saúde da Associação Hospitalar São José de Jaraguá do Sul, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para enfrentamento à COVID-19, conforme Lei Federal Nº 13.979/2020, de 06/02/2020, e Portarias Nº 188/2020, de 03/02/2020, e Nº 356, de 11/03/2020.

§1º A integralidade do valor do auxílio financeiro recebido nos termos do Convênio deverá ser, obrigatoriamente, na disponibilidade e manutenção da Unidade de Apoio ao Pronto Socorro COVID-19 (UAPS), para atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), para a COVID-19.

§2º A disponibilidade e manutenção da Unidade de Apoio ao Pronto Socorro COVID-19 (UAPS), para atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), para a COVID-19, inicia-se a partir de 01 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

§3º O auxílio financeiro recebido nos termos do Convênio abrange aluguel do imóvel, folha de pagamento de salários, férias, 13º salário e rescisões dos colaboradores, honorários médicos de plantonistas, tributos municipais, estaduais e federais, serviços terceirizados de higienização, limpeza e lavanderia, licença de uso de software (Sistema Tasy/Philips), serviços públicos (energia e água), medicamentos e materiais hospitalares, materiais de higiene e limpeza, materiais de expediente e testes rápidos de COVID-19 (IgG/IgM/Antígeno).

§4º A aplicação dos recursos públicos dar-se-á conforme as especificações do Plano de Trabalho, integrante do Termo de Convênio.

Art.2º São obrigações da entidade beneficiada:

I - prestar contas dos recursos recebidos na forma da legislação municipal e do Convênio a ser firmado;

II - manter conta específica para recebimento e movimentação dos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Saúde (FMS);

III - promover a disponibilidade e manutenção da Unidade de Apoio ao Pronto Socorro COVID-19 (UAPS), para atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), para a COVID-19;

IV - não usar, a qualquer pretexto, nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades, servidores públicos ou de representantes da entidade beneficiada;

V - utilizar os recursos única e exclusivamente para os fins previstos nesta Lei e no Plano de Trabalho, sob pena de ressarcimento ao Município dos valores repassados, atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais, independentemente de procedimentos judiciais;

VI - afixar, em local visível ao público, placa de identificação da parceria existente entre o Poder Público Municipal e a ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SÃO JOSÉ DE JARAGUÁ DO SUL.

Art.3º Os recursos que suportarão as despesas provenientes desta Lei correrão, no exercício de 2021, à conta das seguintes Unidades Orçamentárias:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.003 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

15.003.10.302.303.2.706 - Transferência de Recursos Financeiros a Entidades - Teto MAC - Saúde

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

15.003.44 3.1.50 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

0.3.53.0642 - SF - COVID-19 - LC 173/2020 - Sem Destinação Específica

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.003.45 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS

0.3.52.0641 - SF - COVID-19 - LC 173/2020 - Saúde e Assistência Social

0.3.53.0642 - SF - COVID-19 - LC 173/2020 - Sem Destinação Específica

Art.4º O Termo de Convênio será elaborado pelo Poder Executivo Municipal, cabendo a fiscalização acerca de sua execução à Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública, juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde (FMS), admitida a reformulação do Plano de Trabalho, vedada a mudança de objeto e vigência, observando, no que couber, o disposto na Instrução Normativa Nº TC-14/2012 e suas alterações, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; e o Decreto Municipal Nº 7.306/2010, de 14 de julho de 2010.

Art.5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de julho de 2021.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

LEI Nº 8.711/2021

Publicação Nº 3131775

LEI Nº 8.711/2021

Autoriza o Poder Executivo Municipal, Através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a Celebrar Convênio com a ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SÃO JOSÉ DE JARAGUÁ DO SUL, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), autorizado a celebrar Convênio, na forma estabelecida pelo artigo 116, da Lei Federal Nº 8.666/1993, e suas alterações, com a ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SÃO JOSÉ DE JARAGUÁ DO SUL, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 12.846.027/0001-89, com sede nesta cidade, no valor de R\$ 2.880.000,00 (Dois milhões, oitocentos e oitenta mil reais), que será repassado em parcelas, no exercício de 2021, para auxílio e incentivo na manutenção dos serviços de saúde da

Associação Hospitalar São José de Jaraguá do Sul, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para enfrentamento à COVID-19, conforme Lei Federal Nº 13.979/2020, de 06/02/2020, e Portarias Nº 188/2020, de 03/02/2020, e Nº 356, de 11/03/2020.

§1º A integralidade do valor do auxílio financeiro recebido, nos termos do Convênio deverá ser, obrigatoriamente, na disponibilidade e manutenção de 10 (dez) leitos de UTI (Unidade de Tratamento Intensivo) ao Município de Jaraguá do Sul, para atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), para a COVID-19.

§2º A disponibilidade e manutenção dos 10 (dez) leitos de UTI ao tratamento de pacientes de COVID-19, ao Município de Jaraguá do Sul, inicia-se a partir de 01 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

§3º O auxílio financeiro recebido nos termos do Convênio abrange o custo com a equipe de pessoal necessária ao atendimento dos 10 (dez) leitos de UTI (Unidade de Tratamento Intensivo) para o tratamento da COVID-19.

§4º Havendo necessidade justificada pela ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SÃO JOSÉ DE JARAGUÁ DO SUL de falta de pessoal necessário ao atendimento dos 10 (dez) leitos de UTI (Unidade de Tratamento Intensivo) no tratamento da COVID-19, poderá o Município de Jaraguá do Sul realizar a cessão de servidores públicos municipais para atender exclusivamente o objeto do presente Convênio.

§5º A cessão de servidores somente poderá ser realizada mediante processo administrativo geral que deverá apurar o valor do custo dos servidores cedidos, a ser descontado do valor mensal repassado à ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SÃO JOSÉ DE JARAGUÁ DO SUL.

§6º A aplicação dos recursos públicos dar-se-á conforme as especificações do Plano de Trabalho, integrante do Termo de Convênio.

Art.2º São obrigações da entidade beneficiada:

- I - prestar contas dos recursos recebidos na forma da legislação municipal e do Convênio a ser firmado;
- II - manter conta específica para recebimento e movimentação dos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Saúde (FMS);
- III - promover a disponibilidade e manutenção dos 10 (dez) leitos de UTI ao tratamento de pacientes de COVID-19;
- IV - aceitar do Município a cessão de servidores públicos municipais para atender exclusivamente o objeto do Convênio, no caso de falta de pessoal justificada pela ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SÃO JOSÉ DE JARAGUÁ DO SUL;
- V - aceitar o desconto no valor do repasse mensal, referente aos custos dos servidores cedidos para o cumprimento do objeto;
- VI - não usar, a qualquer pretexto, nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades, servidores públicos ou de representantes da entidade beneficiada;
- VII - utilizar os recursos única e exclusivamente para os fins previstos nesta Lei e no Plano de Trabalho, sob pena de ressarcimento ao Município dos valores repassados, atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais, independentemente de procedimentos judiciais;
- VIII - afixar, em local visível ao público, placa de identificação da parceria existente entre o Poder Público Municipal e a ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SÃO JOSÉ DE JARAGUÁ DO SUL.

Art.3º Os recursos que suportarão as despesas provenientes desta Lei correrão, no exercício de 2021, à conta da seguinte Unidade Orçamentária:

- 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- 15.003 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
- 15.003.10.302.303.2.706 - Transferência de Recursos Financeiros a Entidades - Teto MAC - Saúde
- 3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
- 15.003.44 3.1.50 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos
- 0.3.53.0642 - SF - COVID-19 - LC 173/2020 - Sem Destinação Específica
- 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
- 15.003.45 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos
- 0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS
- 0.3.52.0641 - SF - COVID-19 - LC 173/2020 - Saúde e Assistência Social
- 0.3.53.0642 - SF - COVID-19 - LC 173/2020 - Sem Destinação Específica

Art.4º O Termo de Convênio será elaborado pelo Poder Executivo Municipal, cabendo a fiscalização acerca de sua execução à Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública, juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde (FMS), admitida a reformulação do Plano de Trabalho, vedada a mudança de objeto e vigência, observando, no que couber, o disposto na Instrução Normativa Nº TC-14/2012 e suas alterações, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; e o Decreto Municipal Nº 7.306/2010, de 14 de julho de 2010.

Art.5º Em virtude da situação de emergência declarada no Município devido a pandemia do Coronavírus, não se aplicam no objeto desta Lei e no respectivo Convênio as vedações da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, e alterações, especialmente aquelas do artigo 174, podendo ser destinados valores, inclusive, para pagamento dos profissionais da saúde com profissão regulamentada, diretamente envolvidos com a questão de saúde pública ora enfrentada pelo Município.

Art.6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de julho de 2021.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

LEI Nº 8.712/2021

Publicação Nº 3131779

LEI Nº 8.712/2021

Autoriza o Poder Executivo Municipal, por Intermédio do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a Conceder Repasse Financeiro à ASSOCIAÇÃO DO HOSPITAL JARAGUÁ, para o Custeio de 06 (Seis) Leitos de UTI Adulto para o Combate da COVID-19, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), autorizado a celebrar Convênio, na forma estabelecida pelo artigo 116, da Lei Federal Nº 8.666/1993, e suas alterações, com a ASSOCIAÇÃO DO HOSPITAL JARAGUÁ, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 39.913.479/0001-92, com sede nesta cidade, no valor de R\$ 1.728.000,00 (Hum milhão, setecentos e vinte e oito mil reais), para auxiliar no custeio de 06 (seis) leitos de UTI Adulto destinados ao combate da COVID-19, na Associação do Hospital Jaraguá, no exercício de 2021.

Art.2º Os valores serão repassados em 06 (seis) parcelas, conforme Convênio a ser firmado entre o Município, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde (FMS), e a ASSOCIAÇÃO DO HOSPITAL JARAGUÁ.

§1º Os valores deverão ser aplicados em despesas de custeio da entidade, conforme Convênio a ser firmado.

§2º A aplicação dos recursos públicos dar-se-á conforme as especificações do Plano de Trabalho, integrante do Termo de Convênio.

Art.3º São obrigações da entidade beneficiada:

- I - prestar contas, por destinação de recursos, dos valores recebidos, na forma da legislação municipal e do Convênio a ser firmado;
- II - manter conta específica para recebimento e movimentação dos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Saúde (FMS);
- III - executar a manutenção dos 06 (seis) leitos de UTI Adulto destinados ao combate da COVID-19, na Associação do Hospital Jaraguá;
- IV - não usar, a qualquer pretexto, nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades, servidores públicos ou de representantes da entidade beneficiada;
- V - utilizar os recursos única e exclusivamente para os fins previstos nesta Lei e no Plano de Trabalho, sob pena de ressarcimento ao Município dos valores repassados, atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais, independentemente de procedimentos judiciais.

Art.4º Os recursos que suportarão as despesas provenientes desta Lei correrão, neste exercício, à conta da seguinte Unidade Orçamentária:

- 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- 15.003 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
- 15.003.10.302.303.2.706 - Transferência de Recursos Financeiros a Entidades - Teto MAC - Saúde
- 3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
- 15.003.44 3.1.50 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos
- 0.3.53.0642 - SF - COVID-19 - LC 173/2020 - Sem Destinação Específica
- 3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
- 15.003.45 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos
- 0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS
- 0.3.52.0641 - SF - COVID-19 - LC 173/2020 - Saúde e Assistência Social
- 0.3.53.0642 - SF - COVID-19 - LC 173/2020 - Sem Destinação Específica

Art.5º O Termo de Convênio será elaborado pelo Poder Executivo Municipal, cabendo a fiscalização acerca de sua execução à Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública, juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde (FMS), admitida a reformulação do Plano de Trabalho, vedada a mudança de objeto e vigência, observando, no que couber, o disposto na Instrução Normativa Nº TC-14/2012 e suas alterações, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; e o Decreto Municipal Nº 7.306/2010, de 14 de julho de 2010.

Art.6º Em virtude da situação de emergência declarada no Município devido a pandemia do Coronavírus, não se aplicam no objeto desta Lei e no respectivo Convênio as vedações da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, e alterações, especialmente aquelas do artigo 174, podendo ser destinados valores, inclusive, para pagamento dos profissionais da saúde com profissão regulamentada, diretamente envolvidos com a questão de saúde pública ora enfrentada pelo Município.

Art.7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de julho de 2021.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

LEI Nº 8.713/2021

Publicação Nº 3131784

LEI Nº 8.713/2021

Autoriza o Poder Executivo Municipal, por Intermédio do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a Conceder Subvenção Social, Mediante a Celebração de Convênio, à ASSOCIAÇÃO DO HOSPITAL JARAGUÁ, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), autorizado a conceder subvenção social, e a celebrar Convênio, na forma estabelecida pelo artigo 116, da Lei Federal Nº 8.666/1993, e suas alterações, com a ASSOCIAÇÃO DO HOSPITAL JARAGUÁ, inscrito no CNPJ/MF sob o Nº 39.913.479/0001-92, com sede nesta cidade, no valor de R\$ 4.085.017,26 (Quatro milhões, oitenta e cinco mil, dezessete reais e vinte e seis centavos), sendo R\$ 175.200,00 para auxílio e incentivo na realização de cirurgias eletivas; R\$ 660.000,00 para incentivo e auxílio na realização de procedimentos ambulatoriais; R\$ 1.227.817,26 para manutenção de serviços de saúde; e R\$ 2.022.000,00 para auxílio no pagamento de salários dos profissionais dos setores administrativos e apoio ao atendimento dos serviços prestados, a serem repassados no exercício de 2021.

Art.2º Os valores serão repassados em 06 (seis) parcelas, através de Convênio a ser firmado entre o Município, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde (FMS), e a ASSOCIAÇÃO DO HOSPITAL JARAGUÁ, com vigência máxima até 31 de dezembro de 2021.

Art.3º São obrigações da entidade beneficiada:

I - prestar contas, por destinação de recursos, dos valores recebidos, na forma da legislação municipal e do Convênio a ser firmado;

II - manter conta específica para recebimento e movimentação dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Municipal de Saúde (FMS);

III - não usar, a qualquer pretexto, nomes, símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridades, servidores públicos ou de representantes da entidade beneficiada;

IV - utilizar os recursos única e exclusivamente para os fins previstos nesta Lei e no Plano de Trabalho, sob pena de ressarcimento ao Município dos valores repassados, atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais, independentemente de procedimentos judiciais;

V - afixar, em local visível ao público, placa de identificação da parceria existente entre o Poder Público Municipal e a ASSOCIAÇÃO DO HOSPITAL JARAGUÁ.

Art.4º Os recursos que suportarão as despesas provenientes desta Lei correrão, no exercício de 2021, à conta da seguinte Unidade Orçamentária:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.003 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

15.003.10.302.0303.2.706 - Transferência de Recursos Financeiros a Entidades - Teto MAC - Saúde

Dotação: 45

Recurso: 02

Art.5º O Termo de Convênio será elaborado pelo Poder Executivo Municipal, cabendo a fiscalização acerca de sua execução à Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública, juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde (FMS), admitida a reformulação do Plano de Trabalho, vedada a mudança de objeto, observando, no que couber, o disposto na Instrução Normativa Nº TC-14/2012 e suas alterações, e na Instrução Normativa Nº TC-20/2015, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; e o Decreto Municipal Nº 7.306/2010, de 14 de julho de 2010.

Art.6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de julho de 2021.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

LEI Nº 8.714/2021

Publicação Nº 3131787

LEI Nº 8.714/2021

Autoriza a Abertura e Reforço de Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.456/2020, de 21/10/2020, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial, mediante Decreto, no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), para inclusão de dotação orçamentária no Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.002 - ENSINO FUNDAMENTAL

08.002.12.361.350.1.118 - Reformar EMEB Erich Blosfeld

4.4.00 - INVESTIMENTOS

08.002.768 4.4.90 - Aplicações Diretas

0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transferência de Impostos - Educação R\$ 250.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.003 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.003.12.122.301.2.128 - Pagamento dos Servidores da Educação Infantil

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

08.003.164 3.1.90 - Aplicações Diretas

0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transferência de Impostos - Educação R\$ 250.000,00

Art.3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, mediante Decreto, crédito adicional destinado ao reforço do crédito especial de que trata a presente Lei, com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 8.456/2020, de 21/10/2020.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

LEI Nº 8.715/2021

Publicação Nº 3131790

LEI Nº 8.715/2021

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.456/2020, de 21/10/2020, e Alterações Posteriores, para Reforço do Crédito Especial Autorizado pela Lei Municipal Nº 8.574/2021, de 12/03/2021, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional, mediante Decreto, no valor de R\$ 95.747,21 (Noventa e cinco mil, setecentos e quarenta e sete reais e vinte e um centavos), para reforço de crédito especial do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.450.3.087 - Pavimentação Rua 411 - Erich Aben

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.740 4.4.90 - Aplicações Diretas

0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS R\$ 95.747,21

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2020, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 95.747,21 (Noventa e cinco mil, setecentos e quarenta e sete reais e vinte e um centavos).

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

LEI Nº 8.716/2021

Publicação Nº 3131791

LEI Nº 8.716/2021

Autoriza a Abertura e Reforço de Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.456/2020, de 21/10/2020, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial, mediante Decreto, no valor de R\$ 96.000,00 (Noventa e seis mil reais), para inclusão de dotações orçamentárias no Orçamento vigente dos Encargos Gerais, a saber:

98 - ENCARGOS GERAIS

98.001 - ENCARGOS GERAIS

98.001.28.845.0000.0.074 - Transferência de Recursos Financeiros

à Amvali, Fecam e CNM

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
98.001.769 3.1.71 - Transferências a Consórcios Públicos
0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS R\$ 90.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
98.001.770 4.4.71 - Transferências a Consórcios Públicos
0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS R\$ 6.000,00
TOTAL R\$ 96.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2020, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos ordinários, no valor de R\$ 96.000,00 (Noventa e seis mil reais).

Art.3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, mediante Decreto, crédito adicional destinado ao reforço do crédito especial de que trata a presente Lei, com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 8.456/2020, de 21/10/2020.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

LEI Nº 8.717/2021

Publicação Nº 3131794

LEI Nº 8.717/2021

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.456/2020, de 21/10/2020, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 1.268.000,00 (Um milhão, duzentos e sessenta e oito mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Secel), a saber:
39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER
39.004 - ESPORTE E LAZER
39.004.27.813.1000.5.600 - Implantação de Espaços nos Bairros para Convivência, Atividades de Esporte e Lazer
4.4.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
39.004.607 4.4.90 - Aplicações Diretas
0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios R\$ 1.268.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2020, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos ordinários, no valor de R\$ 1.268.000,00 (Um milhão, duzentos e sessenta e oito mil reais).

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

LEI Nº 8.718/2021

Publicação Nº 3131797

LEI Nº 8.718/2021

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.456/2020, de 21/10/2020, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), a saber:
19 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
19.001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
19.001.16.122.300.2.502 - Manutenção Patrimonial - Frohab

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
19.001.420 3.3.90 - Aplicações Diretas
0.2.93.0060 - Recursos de Amortização R\$ 20.000,00
19.001.16.482.601.2.505 - Implantação de Infraestrutura, Equipamentos Urbanos e Outros - Regularização Fundiária Urbana
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
19.001.427 3.3.90 - Aplicações Diretas
0.2.93.0060 - Recursos de Amortização R\$ 180.000,00
TOTAL R\$ 200.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm por conta da anulação total das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), a saber:

19 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
19.001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
19.001.16.131.300.2.515 - Publicação Legal, Educativa, Informativa e de Orientação Social - Frohab
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
19.001.424 3.3.90 - Aplicações Diretas
0.2.93.0060 - Recursos de Amortização R\$ 30.000,00
19.001.16.481.601.2.507 - Implantação de Infraestrutura, Equipamentos e Outros - Regularização Fundiária Rural
4.4.00 - INVESTIMENTOS
19.001.430 4.4.90 - Aplicações Diretas
0.2.93.0060 - Recursos de Amortização R\$ 30.000,00
19.001.16.481.601.2.519 - Contratação de Topografia e Projeto Urbanístico e Complementares - Rural
4.4.00 - INVESTIMENTOS
19.001.433 4.4.90 - Aplicações Diretas
0.2.93.0060 - Recursos de Amortização R\$ 10.000,00
19.001.16.481.601.2.520 - Contratação de Levantamentos e Estudos Geotécnicos e Ambientais - Rural
4.4.00 - INVESTIMENTOS
19.001.434 4.4.90 - Aplicações Diretas
0.2.93.0060 - Recursos de Amortização R\$ 30.000,00
19.001.16.482.602.2.508 - Implantação de Infraestrutura Urbana para Fins Habitacionais
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
19.001.437 3.3.90 - Aplicações Diretas
0.2.93.0060 - Recursos de Amortização R\$ 50.000,00
4.4.00 - INVESTIMENTOS
19.001.438 4.4.90 - Aplicações Diretas
0.2.93.0060 - Recursos de Amortização R\$ 30.000,00
19.001.16.482.602.2.517 - Realização de Trabalho Social para Fins Habitacionais - Frohab
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
19.001.441 3.3.90 - Aplicações Diretas
0.2.93.0060 - Recursos de Amortização R\$ 20.000,00
TOTAL R\$ 200.000,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

LEI Nº 8.719/2021

Publicação Nº 3131800

LEI Nº 8.719/2021

Aprova as Alterações do Anexo 1, do Plano Plurianual 2018/2021, Instituído pela Lei Municipal Nº 7.499/2017, de 17/11/2017, e alterações subsequentes.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica alterado, no Anexo 1 do Plano Plurianual 2018/2021, instituído pela Lei Municipal Nº 7.499/2017, de 17/11/2017, e alterações subsequentes, o valor total do Programa 450 - Infraestrutura, conforme descrito em anexo na presente Lei.

Art.2º Fica acrescida, ao Anexo 1 do Plano Plurianual 2018/2021, instituído pela Lei Municipal Nº 7.499/2017, de 17/11/2017, e alterações subsequentes, ação pertinente ao Programa 450 - Infraestrutura, conforme descrito em anexo na presente Lei.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

LEI Nº 8.719/2021 - ANEXO

Publicação Nº 3131802

LEI MUNICIPAL Nº 8.719/2021

ANEXO DA LEI MUNICIPAL Nº 8.719/2021

Devido a problemas técnicos com a disponibilização de imagens e planilhas no Diário Oficial do Município, o anexo da Lei Municipal Nº 8.719/2021 encontra-se disponível no link abaixo:

<https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=24095>

LEI Nº 8.720/2021

Publicação Nº 3131808

LEI Nº 8.720/2021

Autoriza a Abertura e Reforço de Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.456/2020, de 21/10/2020, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial, mediante Decreto, no valor de R\$ 1.525.166,14 (Um milhão, quinhentos e vinte e cinco mil, cento e sessenta e seis reais e catorze centavos), para inclusão de dotação orçamentária no Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.450.3.099 - Implantação de Interseção Viária R Manoel

Francisco da Costa

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001. 4.4.90 - Aplicações Diretas

0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS R\$ 1.525.166,14

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2020, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 1.525.166,14 (Um milhão, quinhentos e vinte e cinco mil, cento e sessenta e seis reais e catorze centavos).

Art.3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, mediante Decreto, crédito adicional destinado ao reforço do crédito especial de que trata a presente Lei, com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 8.456/2020, de 21/10/2020.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

LEI Nº 8.721/2021

Publicação Nº 3131814

LEI Nº 8.721/2021

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.456/2020, de 21/10/2020, e Alterações Posteriores, para Reforço do Crédito Especial Autorizado pela Lei Municipal Nº 8.685/2021 de 01/06/2021, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional, mediante Decreto, no valor de R\$ 10.755.116,63 (Dez milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, cento e dezesseis reais e sessenta e três centavos), para reforço de crédito especial do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.450.3.096 - Pavimentação e Recapeamento Vias /

Construção Pontes - FINISA

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001. 765 4.4.90 - Aplicações Diretas

0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS R\$ 10.755.116,63

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2020, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 10.755.116,63 (Dez milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, cento e dezesseis reais e sessenta e três centavos).

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

LEI Nº 8.722/2021

Publicação Nº 3131821

LEI Nº 8.722/2021

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.456/2020, de 21/10/2020, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 1.703.650,00 (Um milhão, setecentos e três mil, seiscentos e cinquenta reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Secel), a saber:

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

39.001 - CULTURA

39.001.13.391.1101.5.653 - Revitalização da Imagem Cultural da Soc.

Escolar Barra do Ribeirão Grande do Norte - Escola Ângelo Moretti

4.4.00 - INVESTIMENTOS

39.001.565 4.4.90 - Aplicações Diretas

0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios R\$ 1.703.650,00

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2020, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos ordinários, no valor de R\$ 1.703.650,00 (Um milhão, setecentos e três mil, seiscentos e cinquenta reais).

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

LEI Nº 8.723/2021

Publicação Nº 3131824

LEI Nº 8.723/2021

Reconhece de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva e Recreativa Guarany de Jaraguá do Sul.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica reconhecida de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva e Recreativa Guarany, com sede no Município de Jaraguá do Sul.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

LEI Nº 8.724/2021

Publicação Nº 3131830

LEI Nº 8.724/2021

Aprova as Alterações do Anexo 1, do Plano Plurianual 2018/2021, Instituído pela Lei Municipal Nº 7.499/2017, de 17/11/2017, e alterações subsequentes.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica alterado, no Anexo 1 do Plano Plurianual 2018/2021, instituído pela Lei Municipal Nº 7.499/2017, de 17/11/2017, o valor total do Programa 350 - Gestão do Ensino Fundamental, conforme descrito em anexo na presente Lei.

Art.2º Fica acrescida, ao Anexo 1 do Plano Plurianual 2018/2021, instituído pela Lei Municipal Nº 7.499/2017, de 17/11/2017, ação pertinente ao Programa 350 - Gestão do Ensino Fundamental, conforme descrito em anexo na presente Lei.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

LEI Nº 8.724/2021 - ANEXO

Publicação Nº 3131836

LEI MUNICIPAL Nº 8.724/2021

ANEXO DA LEI MUNICIPAL Nº 8.724/2021

Devido a problemas técnicos com a disponibilização de imagens e planilhas no Diário Oficial do Município, o anexo da Lei Municipal Nº 8.724/2021 encontra-se disponível no link abaixo:

<https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=24096>

LEI Nº 8.725/2021

Publicação Nº 3131841

LEI Nº 8.725/2021

Autoriza a Abertura e Reforço de Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.456/2020, de 21/10/2020, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial, mediante Decreto, no valor de R\$ 370.000,00 (Trezentos e setenta mil reais), para inclusão de dotação orçamentária no Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.002 - ENSINO FUNDAMENTAL

08.002.12.361.350.1.184 - Ampliação EMEB Henrique Heise

4.4.00 - INVESTIMENTOS

08.002. 4.4.90 - Aplicações Diretas

0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transferência de Impostos - Educação R\$ 370.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes no Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.001.12.122.301.2.126 - Pagamento dos Servidores da Educação - Gestão

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

08.001.103 3.1.90 - Aplicações Diretas

0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transferência de Impostos - Educação R\$ 40.000,00

08.003 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.003.12.122.301.2.128 - Pagamento dos Servidores da Educação Infantil

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

08.003.165 3.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-

Orçamentárias

0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transferência de Impostos - Educação R\$ 40.000,00

08.004 - EDUCAÇÃO ESPECIAL

08.004.12.122.301.2.129 - Pagamento dos Servidores da Educação Especial

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

08.004.202 3.1.90 - Aplicações Diretas

0.1.01.0001 - Receitas Impostos e Transferência de Impostos - Educação R\$ 290.000,00

TOTAL R\$ 370.000,00

Art.3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, mediante Decreto, crédito adicional destinado ao reforço do crédito especial de que trata a presente Lei, com base no artigo 5º, da Lei Municipal N° 8.456/2020, de 21/10/2020.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

LEI N° 8.726/2021

Publicação N° 3131847

LEI N° 8.726/2021

Altera e Acresce Dispositivos à Lei Municipal N° 7.820/2018, de 07 de Dezembro de 2018, que Estabelece Prioridade de Atendimento às Pessoas Idosas, às Pessoas Com Deficiência Física, às Gestantes, às Pessoas Portadoras de Transtorno do Espectro Autista (TEA), às Pessoas Ostomizadas e às Pessoas Acompanhadas de Crianças de Colo, no Âmbito do Município de Jaraguá do Sul, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º O caput do artigo 1º, da Lei Municipal N° 7.820/2018, de 07/12/2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º Terão atendimento prioritário em todas as repartições públicas municipais e nos estabelecimentos bancários e comerciais as pessoas idosas, as pessoas com deficiência física, as gestantes, as pessoas portadoras de Transtorno do Espectro Autista (TEA), as pessoas ostomizadas, as pessoas acompanhadas de crianças de colo e portadores de fibromialgia no âmbito do Município de Jaraguá do Sul."

Art.2º Fica acrescido ao artigo 1º, da Lei Municipal N° 7.820/2018, de 07/12/2018, o seguinte parágrafo:

"§7º A condição de pessoa com fibromialgia será comprovada por laudo médico e/ou carteirinha de identificação que poderá ser emitida pelo Município de Jaraguá do Sul mediante cadastro e apresentação de laudo médico."

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

OFÍCIO N° 004/2021/SEMED - DAF

Publicação N° 3130683

Ofício nº 004/2021/Semed - DAF

Jaraguá do Sul, 22 de junho de 2021.

Ao Senhor

Elcio Ricardo Alberton

Diretor Financeiro e Contábil

Assunto: Repasse Descentralização Financeira/2021

Encaminhamos para pagamento os valores referentes às 7ª e 8ª parcelas da subvenção social das Escolas de Ensino Fundamental e Centros de Educação Infantil.

Transferência de recursos para APP's dos Centros de Educação Infantil:

I Valor R\$ 329.481,16 (trezentos e vinte e nove mil, quatrocentos e oitenta e um reais, dezesseis centavos).

Transferência de recursos para APP's de Escolas de Ensino Fundamental:

I Valor R\$428.728,71 (quatrocentos e vinte e oito mil, setecentos e vinte e oito reais, setenta e um centavos).

Informamos que as contas para depósito da descentralização financeira das APP's dos Centros e Escolas permanecem inalteradas.

Solicitamos que o repasse seja efetuado até o dia 06/07/2021, conforme relação em anexo:

Unidades Escolar - CMEIs	Repasse 7ª e 8ª Parcelas Descentralização Financeira
CMEI Alexander de Borba	R\$ 8.966,00
CMEI Alexander Enke	R\$ 11.071,58
CMEI Almida Dalcanale Bertoli	R\$ 13.296,35
CMEI Anelia Enke Karsten	R\$ 12.819,62
CMEI Apolonia Stählin Junks	R\$ 9.005,73
CMEI Carlo Andrei Emmendöerfer	R\$ 10.992,13
CMEI Cecília Satler Karsten	R\$ 11.945,60
CMEI Daniel Carlos Pretti	R\$ 9.561,92
CMEI Elsa Behling Grossklags	R\$ 8.489,26
CMEI Estrada Nova	R\$ 10.992,13
CMEI Franciane Ramos	R\$ 9.840,02
CMEI Gertrudes Kanzler	R\$ 8.370,08
CMEI Guilherme Tribess	R\$ 10.237,30
CMEI Gustavo Mathedi	R\$ 9.800,29
CMEI Jader Marcolla	R\$ 10.197,57
CMEI Jones Chiodini	R\$ 9.164,64
CMEI Márcio Klinkoski	R\$ 9.720,83
CMEI Márcio Mauro Marcatto Filho	R\$ 12.382,61
CMEI Maria Mokwa Kiatkosky	R\$ 9.959,20
CMEI Mário Nicollini	R\$ 9.283,82
CMEI Onélia Muller Ersching	R\$ 15.004,66
CMEI Prof.ª Alvina Karsten Schwedler	R\$ 12.700,43
CMEI Prof.ª Ilse Dumke Giese	R\$ 7.496,06
CMEI Prof.ª Leonir Pessate Alves	R\$ 8.727,63
CMEI Robson da Silva Breis	R\$ 11.389,41
CMEI Rosa Maria Donini	R\$ 9.124,91
CMEI Rui Kroeger	R\$ 8.727,63
CMEI Sidnei Alexandre Berns	R\$ 13.336,08
CMEI Waldir Edson Theilacker	R\$ 8.886,54
CMEI Wolfgang Weege	R\$ 16.395,14
Pré-Escolar Eliane Welk Kreutzfeld	R\$ 11.595,99

Unidades Escolar - EMEBs	Repasse 7ª e 8ª Parcelas Descentralização Financeira
EMEB Adelino Francener	R\$ 7.675,45
EMEB Albano Kanzler	R\$ 17.734,58
EMEB Alberto Bauer	R\$ 13.920,69
EMEB Anna Töwe Nagel	R\$ 17.988,84
EMEB Antônio Estanislau Ayroso	R\$ 19.276,03
EMEB Atayde Machado	R\$ 9.169,22
EMEB Cristina Marcatto	R\$ 17.686,91
EMEB Erich Blosfeld	R\$ 11.537,01
EMEB Francisco de Paula	R\$ 7.580,10
EMEB Guilherme Hanemann	R\$ 15.064,86
EMEB Helmuth Guilherme Duwe	R\$ 14.238,52
EMEB Jonas Alves de Souza	R\$ 13.888,91
EMEB Loteamento Amizade	R\$ 9.105,66
EMEB Luiz Gonzaga Ayroso	R\$ 15.239,66
EMEB Machado de Assis	R\$ 22.009,31
EMEB Marcos Emílio Verbinnen	R\$ 20.086,48
EMEB Maria Nilda Salai Stähelin	R\$ 17.416,76
EMEB Max Schubert	R\$ 15.350,90
EMEB Padre Alberto Jacobs	R\$ 8.533,57
EMEB Prof. Gertrudes S. Milbratz	R\$ 17.988,84
EMEB Prof. Francisco Solamon	R\$ 13.459,85
EMEB Professor Henrique Heise	R\$ 7.691,34
EMEB Renato Pradi – CAIC	R\$ 18.163,64
EMEB Ribeirão Cavalo	R\$ 13.237,37
EMEB Ribeirão Molha	R\$ 10.933,15
EMEB Ricieri Marcatto	R\$ 11.187,40
EMEB Rodolpho Dornbusch	R\$ 19.355,48
EMEB Santo Estêvão	R\$ 12.331,57

EMEB Vitor Meirelles	R\$ 16.224,92
EMEB Waldemar Schmitz	R\$ 14.651,69

Atenciosamente,

Jacira Rozza Buzzarello
Diretora Administrativa e Financeira

ORDEM DE REINÍCIO – Nº 02/2021 CONTRATO Nº 313/2020

Publicação Nº 3132334

ORDEM DE REINÍCIO – nº 02/2021

Contrato nº 313/2020

Determinamos por meio desta, a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, o Reinício dos Serviços referentes a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica (capeamento), drenagem pluvial, sinalização viária, terraplenagem e serviços complementares das Rua Arthur Wittholf – Bairro Ilha da Figueira e Rua Carlos Eggert - Bairro Vila Lalau, em Jaraguá do Sul/SC, com extensão total de 993,00 m (novecentos e noventa e três metros), objeto do Edital de Concorrência nº 43/2019, e formalizada pelo Contrato nº 313/2020, justificada pela conclusão da revisão do projeto e trâmites necessários para adequação dos quantitativos.

Jaraguá do Sul, 25 de junho de 2021.

Ivan Andreias Wolter
Engenheiro Civil – Fiscal Designado

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA
CNPJ/MF 03.620.927/0001-12

OBS:- Será lavrada em 4 (quatro) vias: a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Licitações; d) Controladoria;

PORTARIA Nº 206/2021/SEMSA

Publicação Nº 3132326

PORTARIANº 206/2021/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo Nº 001/2020/Semsa;

RESOLVE :

Art.1º ADMITIR NAYARA SOUZA SANTOS, para em Caráter Temporário atuar como Enfermeira, a partir de 21 de junho de 2021 até 17 de dezembro de 2021, conforme quadro abaixo:

UNIDADE	CARGA HORÁRIA
Unidade Básica de Saúde Jaqueline Francener (Ilha da Figueira)	200 horas/mês

Art.2º A servidora poderá ser realocada, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21 de junho de 2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de junho de 2021.

ALCEU GILMAR MORETTI
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 207/2021/SEMSA

Publicação Nº 3132327

PORTARIANº 207/2021/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo Nº 002/2021/Semsa;

RESOLVE :

Art.1º ADMITIR ERIKA TAVARES FERREIRA, para em Caráter Temporário atuar como Médica Clínica Geral, a partir de 21 de junho de 2021 até 17 de dezembro de 2021, conforme quadro abaixo:

UNIDADE	CARGA HORÁRIA
Unidade Básica de Saúde Dr. José Abílio Machado Filho (Ribeirão Cavalos)	100 horas/mês

Art.2º A servidora poderá ser realocada, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21 de junho de 2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de junho de 2021.

ALCEU GILMAR MORETTI

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 359/2021/SEMAD/DGP

Publicação Nº 3132318

PORTARIANº 359/2021/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 154/2014, art. 125 que trata da licença por motivo de doença em pessoa da família;

CONSIDERANDO a avaliação da Junta Médica Oficial;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, com 70% da remuneração no período de 23/06/2021 à 25/06/2021, à servidora pública municipal MARILEIA VOELZ, matrícula 7315, ocupante do cargo efetivo de Atendente de Berçário, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23/06/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de junho de 2021.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS

Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 360/2021/SEMAD/DGP

Publicação Nº 3132314

PORTARIANº 360/2021/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 154/2014, art. 125 que trata da licença por motivo de doença em pessoa da família;

CONSIDERANDO a avaliação da Junta Médica Oficial;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 28/06/2021 à 27/07/2021, ao servidor público municipal RAFAEL DOS REIS, matrícula 9493, ocupante do cargo efetivo de Agente Tributário, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28/06/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de junho de 2021.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS

Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 361/2021/SEMAD/DGP

Publicação Nº 3132319

PORTARIANº 361/2021/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 154/2014, art. 125 que trata da licença por motivo de doença em pessoa da família;

CONSIDERANDO a avaliação da Junta Médica Oficial;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 28/06/2021 à 17/07/2021, ao servidor público municipal JEFFERSON ALBERTH KONELL, matrícula 7245, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Almoxarifado, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28/06/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de junho de 2021.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS

Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 362/2021/SEMAD/DGP

Publicação Nº 3132320

PORTARIANº 362/2021/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 154/2014, art. 125 que trata da licença por motivo de doença em pessoa da família;

CONSIDERANDO a avaliação da Junta Médica Oficial;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, com remuneração integral no período de 25/06/2021 à 17/07/2021, e com 70% da remuneração no período de 18/07/2021 a 24/07/2021, à servidora pública municipal ANA PAULA BESEN, matrícula 10538, ocupante do cargo efetivo de Secretário de Unidade Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25/06/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de junho de 2021.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS

Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 363/2021/SEMAD/DGP

Publicação Nº 3132316

PORTARIANº 363/2021/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 154/2014, art. 125 que trata da licença por motivo de doença em pessoa da família;

CONSIDERANDO a avaliação da Junta Médica Oficial;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, com 70% da remuneração no período de 23/06/2021 à 22/07/2021, ao servidor público municipal PABLO VARELA BRANCO, matrícula 10650, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23/06/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de junho de 2021.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS

Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 364/2021/SEMAD/DGP

Publicação Nº 3132322

PORTARIANº 364/2021/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 154/2014, art. 125 que trata da licença por motivo de doença em pessoa da família;

CONSIDERANDO a avaliação da Junta Médica Oficial;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 08/06/2021 à 09/06/2021, à servidora pública municipal MARIA ALICE SCHEUER KLABUNDE, matrícula 10959, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/06/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de junho de 2021.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS

Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 365/2021/SEMAD/DGP

Publicação Nº 3132317

PORTARIANº 365/2021/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº154/2014, art.78, que trata do Auxílio por Incapacidade Temporária para o Trabalho;

CONSIDERANDO a avaliação da Junta Médica Oficial, designada pela Portaria nº 198/2021, de 1º/02/2021, e com efeitos desde 18/01/2021;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER afastamento do exercício do cargo para tratamento da própria saúde aos servidores públicos municipais a seguir relacionados:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO DE AFASTAMENTO
Nadia Renate da Silva	8988	Enfermeiro	Secretaria Municipal de Saúde	28/06/2021 a 30/06/2021
Ivana Clarice Borges Todt	10370	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal de Educação	28/06/2021 a 30/06/2021
Marinei Deretti	7858	Professor de Ensino Fundamental	Secretaria Municipal de Educação	24/06/21 a 25/06/21 29/06/21 a 29/06/21
Eliane Luiza Duarte Evangelista	9679	Agente Comunitário de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	21/06/2021 a 30/06/2021
Bruna Jimenez Garcia Junkes	113641	Enfermeiro	Secretaria Municipal de Saúde	28/06/2021 a 30/06/2021

Luci Maria Rodrigues	10047	Professor de Ensino Fundamental	Secretaria Municipal de Educação	28/06/2021 a 25/07/2021
Vildi Luzzani de Oliveira	9377	Pedagogo	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação	26/06/2021 a 30/06/2021
Marceli Alves de Miranda	10418	Agente de Limpeza e Conservação	Secretaria Municipal de Educação	28/06/2021 a 02/07/2021
Maria Alice Scheuer Klabunde	10959	Professor de Educação Infantil	Secretaria Municipal de Educação	28/06/2021 a 29/06/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de junho de 2021.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS

Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 368/2021/SEMAD/DGP

Publicação Nº 3131147

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
--

PORTARIANº 368/2021/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 14.747/2021, de 25/02/2021; e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014;
CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 01/07/2021, a(o) servidor(a) público(a) municipal NADIA RENATE DA SILVA, matrícula Nº 8988-5, referente ao 1º período.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/07/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 01 de julho de 2021.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS

Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 369/2021/SEMAD/DGP

Publicação Nº 3131150

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
--

PORTARIANº 369/2021/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 14.747/2021, de 25/02/2021; e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014;

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 14/07/2021, a(o) servidor(a) público(a) municipal LUIZ CARLOS DE SOUZA ORTIZ PRIMO, matrícula Nº 7104, referente ao 4º período.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/07/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 01 de julho de 2021.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS

Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 370/2021/SEMAD/DGP

Publicação Nº 3131152

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
--	--

PORTARIANº 370/2021/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 14.747/2021, de 25/02/2021; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 133 e seguintes, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014;

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER 16 (dezesesseis) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 16/08/2021, a(o) servidor(a) público(a) municipal NELSON DIRCEU ROPELATO, matrícula Nº 7320, referente ao 3º período.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/08/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 01 de julho de 2021.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS

Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 722/2021

Publicação Nº 3131672

PORTARIANº 722/2021

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 49 a 52, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 252/2020, de 04/03/2020, e 253/2020, de 06/03/2020; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 273/2021/Semash, de 17/06/2021, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, no período de 21/06/2021 a 30/06/2021, GIRLEI CAMPESTRINI, matrícula 7684, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer, interinamente, o cargo de provimento em comissão de CHEFE ADMINISTRATIVO, da Gerência de Gestão do Trabalho, Administrativa e Financeira, da Diretoria Administrativa e Técnica de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município, em razão de férias do titular.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/06/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA N° 723/2021

Publicação N° 3131680

PORTARIAN° 723/2021

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 49 a 52, da Lei Complementar Municipal N° 240/2019, de 31/10/2019, alterada pelas Leis Complementares Municipais N°s 252/2020, de 04/03/2020, e 253/2020, de 06/03/2020; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício N° 272/2021/Semash, de 17/06/2021, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, no período de 05/07/2021 a 14/07/2021, DENISE ABELINO, matrícula 7288, ocupante do cargo efetivo de Atendente de Berçário, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer, interinamente, o cargo de provimento em comissão de CHEFE FINANCEIRA, da Gerência de Gestão do Trabalho, Administrativa e Financeira, da Diretoria Administrativa e Técnica de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município, em razão de férias da titular.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/07/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de junho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA N° 724/2021

Publicação N° 3131684

PORTARIAN° 724/2021

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício N° 065/2021/Semad-DGP/GAS, de 28/06/2021, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º REVOGAR, a partir de 21/06/2021, a Portaria N° 661/2020, de 16/09/2020, que remanejou o servidor público municipal JORGE JOSÉ PEIXER, matrícula 9529, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/06/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de junho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA N° 725/2021

Publicação N° 3131686

PORTARIA N° 725/2021 - DE 1º/07/2021

Instaura Processo Administrativo Disciplinar em Face da Ex-Servidora Pública Municipal ROSÁLIA PEREIRA COIMBRA.

Comissão Processante: PRIMEIRA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, composta pelos servidores públicos municipais RAFAEL BUSCH, matrícula 10850, lotado na Secretaria Municipal de Saúde; BEATRIZ DIAS DE ALMEIDA, matrícula 8186, lotada na Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública; e ADRIANO FRANCELINO DE SOUSA, matrícula 10984, lotado no Gabinete do Prefeito, para, sob a presidência do primeiro, apurar os indícios de descumprimento das responsabilidades funcionais da ex-servidora pública municipal Rosália Pereira Coimbra.

A presente publicação está de acordo com o Decreto Municipal N° 12.885/2019, de 24/05/2019.

A servidora acusada terá acesso aos autos completos a partir da citação, conforme artigo 1º, do Decreto Municipal N° 12.885/2019, de 24/05/2019, e Lei Complementar Municipal N° 154/2014, de 03/11/2014, e alterações, não tendo prejuízo aos direitos constitucionais do contraditório e ampla defesa.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 726/2021

Publicação Nº 3131689

PORTARIANº 726/2021

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso I, do artigo 148, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014 (Estatuto do Servidor), de 03/11/2014, e alterações; e no artigo 61, da Lei Complementar Municipal Nº 217/2018, de 20/09/2018, e alterações; e

CONSIDERANDO os termos do Ofício Nº 128/2021/Semad/DGP, de 21/06/2021, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORAIS PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL, sem remuneração, ao servidor público municipal FERNANDO ALFLEN, matrícula 10401, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotado na Secretaria Municipal de Educação, no período de 22 de junho de 2021 até 31 de dezembro de 2022.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/06/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 727/2021

Publicação Nº 3131691

PORTARIANº 727/2021

Instaura Processo Administrativo Geral a Fim de Viabilizar Pagamento à SOCIEDADE DE DESPORTOS ACARAÍ.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO o Ofício Nº 220/2021/Secel/DE, firmado em 07 de junho de 2021, pela Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, que solicita a abertura de processo administrativo a fim de promover o pagamento do período de 30 dias em que a Sociedade Desportiva Acaraí ficou sem contrato com a Secretaria, porém, mantendo as atividades executadas no espaço dentro da normalidade. Para fins de comprovação, foi enviado relatório de visitas efetuadas pelo Setor de Rendimento, através da servidora Verônica Regina Paul Paciello Matile, que está diariamente no espaço executando atividades relacionadas a modalidade de natação, comprovando que não houve a interrupção das atividades no local. Desta forma, a Sociedade de Desportos Acaraí emitiu o Recibo Nº 3619, no valor de R\$ 10.398,00 (dez mil, trezentos e noventa e oito reais), referente a utilização das dependências do sociedade durante o mês de maio de 2021;

CONSIDERANDO o Primeiro Termo Aditivo Nº 264/2019 ao Contrato Nº 205/2019 que celebram entre si o Município de Jaraguá do Sul/SC e a Sociedade de Desportos Acaraí, e conforme a Cláusula Segunda - Do Prazo, 2.1 [...] fica prorrogado por mais 12 (doze) meses compreendendo o período de 01/05/2020 com término em 30/04/2021; 2.2. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias;

CONSIDERANDO os e-mails entre a Sociedade de Desportos Acaraí e a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer referente a renovação de contrato entre as partes;

CONSIDERANDO o Ofício da Sociedade de Desportos Acaraí, firmado em 26/03/2021, que em resposta a solicitação de locação da piscina e do campo de futebol manifesta-se favorável a um novo contrato de locação junto a Secel nos termos acordados na reunião realizada em 18/03/2021 e justifica a majoração do valor da locação contratual entre a Sociedade de Desportos Acaraí e a Secel, oficializando o valor de R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais) mensais;

CONSIDERANDO o Ofício Nº 139/2021/Secel/DE, firmado em 05/04/2021, pela Secretária Natália Lúcia Petry, encaminhado ao Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo e ao Presidente da Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Imóveis, solicitando análise e parecer referente a proposta para um novo contrato;

CONSIDERANDO a Avaliação Nº 5185/2021, de 15/04/2021, onde a Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Imóveis avaliou o imóvel, atribuindo o valor de R\$ 14.562,27 (catorze mil, quinhentos e sessenta e dois reais e vinte e sete centavos) para o período de 01 (um) ano;

CONSIDERANDO a planilha de visita nos locais de treinamento, firmada por servidores do Setor de Rendimento da Secel, do período de março a maio de 2021;

CONSIDERANDO o Recibo Nº 3619, no valor de R\$ 10.398,00 (dez mil, trezentos e noventa e oito reais) referente a 12ª parcela, mês de maio de 2021;

CONSIDERANDO a minuta do Contrato Nº 262/202 firmado em 28/05/2021, tendo como objeto a Locação das Dependências Esportivas da Sociedade de Desportos Acaraí, no período de 12 (doze) meses, compreendendo o período de 01/06/2021 a 31/05/2022, no valor mensal de R\$ 14.562,27 (catorze mil, quinhentos e sessenta e dois reais e vinte e sete centavos);

CONSIDERANDO a existência de Comissões Permanentes de Processos Administrativos Gerais para a tutela dos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal;

RESOLVE :

Art.1º Instaurar o Processo Administrativo Geral sob Nº 006/2021, a fim de viabilizar o pagamento à SOCIEDADE DE DESPORTOS ACARAÍ, devendo os trabalhos serem conduzidos pela PRIMEIRA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO GERAL, composta pelos servidores públicos municipais LIANDRO PISKE, matrícula 8022, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo; ROSILENE LONGUI PEREIRA, matrícula 82133, lotada na Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública; e ALESSANDRA FABIOLA BALLO-CK GROSSKLAGS, matrícula 8612, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento, para, sob a presidência do primeiro, apurar a devida quantificação dos débitos da municipalidade com a Sociedade de Desportos Acaraí.

Parágrafo único. Quaisquer atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos, deverão ser devidamente apurados, comprovados e fundamentados pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral.

Art.2º Publicada a presente Portaria, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral deverá, imediatamente, encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação à Secretaria Municipal de Transparência e Integridade Pública e à Diretoria de Gestão de Pessoas, para tomada das providências cabíveis.

Art.3º Recebida e analisada a documentação concernente ao fato objeto do Processo, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral deverá observar o seguinte rito:

- I - lavratura do Termo de Abertura do Processo Administrativo Geral;
- II - indicação de membro para secretariar os trabalhos da Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral;
- III - juntada, aos autos do Processo, dos documentos, respeitada a ordem cronológica de apresentação;
- IV - notificação da parte indiciada, quando houver, para conhecimento do fato objeto do Processo, apresentação de Defesa Inicial, indicação de provas, inclusive rol de testemunhas e acompanhamento do feito, assegurada a ampla defesa e o contraditório;
- V - instrução do feito; e
- VI - apresentação do Relatório Final Conclusivo.

§1º A capa do Processo deverá conter referência ao número da Portaria de Instauração, seguido da data de publicação; indicação do número sequencial do Processo Administrativo Geral; dados da empresa, entidade ou associação envolvida, quando houver; e resumo do objeto do Processo.

§2º As folhas dos documentos a que se refere o inciso III, do presente artigo, deverão ser numeradas e rubricadas pelo(a) Secretário(a) da Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral, no canto superior direito, a partir da capa do Processo.

§3º A juntada de qualquer documento ao Processo deverá ser antecedida da indicação da data da juntada e da indicação do documento a que se refere.

§4º A notificação a que se refere o inciso IV, do presente artigo, deverá se dar de forma pessoal ou por edital, conforme legislação vigente.

§5º Na fase instrutória a que se refere o inciso V, do presente artigo, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral poderá promover a oitiva de testemunhas, solicitar documentos às unidades administrativas internas, solicitar documentos à quaisquer unidades externas envolvidas diretamente com o feito, desde que conste nas requisições referência expressa ao fim a que se destina, bem como promover a produção de outras provas que entender pertinentes ao esclarecimento dos fatos.

Art.4º As reuniões da Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral deverão ser registradas em ata, sequencialmente, e todos os termos afetos ao Processo deverão ser lavrados pelo(a) Secretário(a) da Comissão, observada a sua forma processual e resumida.

Art.5º Todos os atos, documentos e termos do Processo deverão ser mantidos em duas vias ou reproduzidas em cópia para a formação dos autos suplementares.

Art.6º A Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral deverá analisar, ainda, a existência da prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, nos termos da Lei Federal Nº 12.846/2013; bem como os atos de improbidade administrativa que importem em enriquecimento ilícito, que causem prejuízo ao erário ou que atentem contra os princípios da Administração Pública, nos termos da Lei Federal Nº 8.429/1992.

Art.7º O Relatório Final Conclusivo, emitido pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral, deverá ser apresentado de forma completa e objetiva, contendo a indicação dos seguintes itens:

- I - da instauração do Processo Administrativo Geral;
- II - da instalação dos Trabalhos;
- III - dos apontamentos constantes da Defesa Prévia;
- IV - do conteúdo constante da Instrução Processual;
- V - da Conclusão;
- VI - das Recomendações e Sugestões de Providências;
- VII - do apontamento das Referências Bibliográficas;
- VIII - do apontamento dos Anexos do Processo.

§1º A instauração do Processo Administrativo Geral, prevista no inciso I, do presente artigo, deverá indicar o histórico dos fatos e o objeto

da investigação de forma resumida.

§2º O conteúdo constante da Instrução Processual, previsto no inciso IV, do presente artigo, deverá indicar o resumo dos depoimentos, eventuais acareações, da compilação de provas, da promoção de perícia, do relatório de verificação 'in loco' e o resumo da juntada dos demais elementos considerados necessários e convenientes para a apuração dos fatos.

§3º A Conclusão, prevista no inciso V, do presente artigo, deverá mencionar expressamente as normas legais infringidas, bem como promover a indicação de responsabilização administrativa do Gestor do Contrato ou servidor público, conforme o caso.

§4º A Conclusão, prevista no inciso V, do presente artigo, deverá ainda, quando for o caso, indicar a responsabilização do(a) contratado(a).

§5º As Recomendações e Sugestões de Providências, previstas no inciso VI, do presente artigo, deverão sugerir novos procedimentos normativos ou a observância de conteúdo vigente para adequação de rotinas internas, indicando-se impreterivelmente a unidade administrativa a qual se destina a orientação.

Art.8º Ato contínuo, a Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública encaminhará o conteúdo diretamente à autoridade instauradora para a emissão da Decisão Administrativa.

Parágrafo único. Promovida a Decisão Administrativa a Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública deverá encaminhar às unidades administrativas envolvidas cópia da respectiva decisão e a indicação de providências para o caso, devendo o Controle Interno promover a guarda e o arquivamento do feito, inclusive em sua forma digitalizada.

Art.9º A Comissão terá prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, sem prejuízo dos trabalhos habituais.

Art.10. A Comissão de que trata o artigo 1º, da presente Portaria, será gratificada na forma da Lei Municipal Nº 3.826/2005, de 27/05/2005, e suas alterações, especialmente o artigo 4º, da Lei Municipal Nº 8.142/2019, de 31/10/2019.

Art.11. As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art.12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

RECEBIMENTO DEFINITIVO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

Publicação Nº 3132335

RECEBIMENTO DEFINITIVO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

De acordo com o que estabelece a Lei 8.666/93 – Art. 73 – Inciso I – letra “b” e suas alterações posteriores e o Contrato nº 111/2020, firmado em 05/02/2020, com a empresa INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA., referente a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária, terraplanagem e obras complementares na Rua Jorge Frederico Augusto Karsten, no Bairro Rau, com extensão total de 194,40 m, e estando a obra em perfeitas condições de funcionamento, DECLARAMOS ter recebido em caráter definitivo a referida obra, não eximindo a contratada das responsabilidades e obrigações previstas no Código Civil Brasileiro e de Defesa do Consumidor. Informamos ainda, que o montante investido nessa obra foi de R\$ 729.204,97.

Diante do exposto, DECLARAMOS ter recebido em caráter DEFINITIVO a referida obra.

E por estarem cientes e de acordo, assinamos o presente Termo de Recebimento Definitivo em 03 (três) vias de igual teor para que produza seus legítimos e legais efeitos.

Jaraguá do Sul (SC), 02 de junho de 2021.

Marcelo Gumboski

Engº. Civil – CREA/SC 110461-7

Fiscal Designado

Ciente:

Infrasul Infraestrutura e Empreendimentos Ltda.

Contratada

RESOLUÇÃO Nº 001/2021/CMH/JS

Publicação Nº 3132325

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL- CMHJS LEI MUNICIPAL Nº 7.084/2015

RESOLUÇÃO Nº 001/2021/CMH/JS

Dispõe sobre o Plano de Ações e aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS que estarão contidas no Plano Plurianual – PPA 2022-2025 e na Lei Orçamentária Anual – LOA 2022 referente a Política Habitacional do município de Jaraguá do Sul/SC

O Presidente do Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul - CMHJS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.084/2015, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Habitação e em conformidade com as deliberações da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 01 de julho de 2021.

CONSIDERANDO o Art. 2º da Lei Municipal Nº 7.084/2015 "O Conselho tem por finalidade participar da formulação de Políticas Públicas de Habitação, bem como no estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da Política Municipal de Habitação, visando o bom direcionamento da aplicação dos recursos do Fundo Rotativo Habitacional – Frohab, do município de Jaraguá do Sul";

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Municipal de Habitação participar da elaboração e fiscalizar a implementação dos planos e programas da política habitacional de interesse social, deliberando sobre suas diretrizes, estratégias e prioridades, bem como promover a sua implementação e a sua atualização quando necessário;

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Municipal de Habitação acompanhar e avaliar a gestão econômica, social e financeira dos recursos, bem como o desempenho dos programas e projetos habitacionais;

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Municipal de Habitação fiscalizar e avaliar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS;

CONSIDERANDO a apresentação do Plano de Ações e aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social _FMHIS, que estarão contidas no Plano Plurianual - PPA 2022-2025 e na Lei Orçamentária Anual – LOA 2022, realizada pela Diretoria de Habitação;

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar na íntegra o Plano de Ações e aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social _FMHIS, que estarão contidas no Plano Plurianual - PPA 2022-2025 e na Lei Orçamentária Anual – LOA 2022, com o entendimento de que as ações previstas com a aplicação de recursos próprios da administração (fonte 80) são indicações que podem ser alteradas.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 01 de julho de 2021.

Vanderlei Balsanelli

Presidente do Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul (CMHJS)

TERMO DE CONVÊNIO Nº 353/2021

Publicação Nº 3132331

TERMO DE CONVÊNIO Nº 353/2021

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS), E A ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SÃO JOSÉ DE JARAGUÁ DO SUL, PARA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19.

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 83.102.459/0001-23, com sede à Rua Walter Marquardt, Nº 1.111, bairro Barra do Rio Molha, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI, inscrito no CPF sob o Nº 438.634.429-20 e portador da Carteira de Identidade Nº 1.000.852, expedida pela SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Piçarras, Nº 60, Apto. 1001, Condomínio Residencial Vernon, Centro, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, de ora em diante denominado simplesmente de CONCEDENTE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS), inscrito no CNPJ/MF sob Nº 14.007.211/0001-60, com sede à Rua Isidoro Pedri, Nº 120, bairro Barra do Rio Molha, neste ato representado por seu Gestor, Senhor ALCEU GILMAR MORETTI, de ora em diante denominado simplesmente de FUNDO, e, de outro lado, a ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SÃO JOSÉ DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 12.846.027/0001-89, com sede à Rua Dr. Waldemiro Mazurechen, Nº 80, Centro, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, neste ato representada por seu Diretor Geral, Senhor MAURÍCIO JOSÉ SOUTO-MAIOR, inscrito no CPF Nº 520.640.779-87 e portador da Carteira de Identidade Nº 19674562 SSP/RS, domiciliado à Rua Dr. Waldemiro Mazurechen, Nº 80, Centro, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, de ora em diante denominada simplesmente de CONVENIENTE, celebram o presente Convênio, autorizado pela Lei Municipal Nº 8.710/2021, de 1º de julho de 2021, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros do CONCEDENTE, através do FUNDO, à CONVENENTE, para auxílio e incentivo na manutenção dos serviços de saúde da Associação Hospitalar São José de Jaraguá do Sul, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para enfrentamento à COVID-19, conforme Lei Federal Nº 13.979/2020, de 06/02/2020, e Portarias Nº 188/2020, de 03/02/2020, e Nº 356, de 11/03/2020, em conformidade com o Plano de Trabalho, que é parte integrante deste Convênio.

§1º A integralidade do valor do auxílio financeiro recebido nos termos deste Convênio deverá ser, obrigatoriamente, na disponibilidade e manutenção da Unidade de Apoio ao Pronto Socorro COVID-19 (UAPS), para atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), para a COVID-19.

§2º A disponibilidade e manutenção da Unidade de Apoio ao Pronto Socorro COVID-19 (UAPS), para atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), para a COVID-19, inicia-se em 01 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

§3º O auxílio financeiro recebido nos termos deste Convênio abrange aluguel do imóvel, folha de pagamento de salários, férias, 13º salário e rescisões dos colaboradores, honorários médicos de plantonistas, tributos municipais, estaduais e federais, serviços terceirizados de higienização, limpeza e lavanderia, licença de uso de software (Sistema Tasy/Philips), serviços públicos (energia e água), medicamentos e materiais hospitalares, materiais de higiene e limpeza, materiais de expediente e testes rápidos de COVID-19 (IgG/IgM/Antígeno).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA BASE LEGAL

Aplica-se a este instrumento com base na Lei Federal Nº 13.979/2020, de 06/02/2020, e Portarias Nº 188/2020, de 03/02/2020, e Nº 356, de 11/03/2020; Lei Complementar Federal Nº 101/2000; a Lei Federal Nº 4.320/1964; Lei Federal Nº 8.666/93; bem como as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias; da Lei Orçamentária Anual do Município de Jaraguá do Sul; a Instrução Normativa Nº TC-14/2012 e suas alterações, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; Decreto Municipal Nº 7.306/2010, de 14 de julho de 2010; e Lei Municipal Nº 8.710/2021, de 1º de julho de 2021, celebrando o presente Convênio com as seguintes considerações:

- a) A Lei Federal Nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;
- b) O Plano de Contingência do SC COVID -19, editado pela Secretaria Municipal de Saúde; o Decreto Municipal Nº 13.723/2020, de 18 de março de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus - COVID-19.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

Para a consecução do objeto expresso na Cláusula Primeira, competirá ao CONCEDENTE:

- a) Efetuar o repasse dos recursos financeiros na Conta Corrente Nº 323-9, junto à Agência Nº 8300-3, do Banco do Brasil S.A., mencionada no Plano de Trabalho apresentado pela CONVENENTE;
- b) Examinar e aprovar os relatórios de execução, assim como a prestação de contas dos recursos repassados;
- c) Prorrogar, "de ofício", a vigência do Convênio quando houver atraso na liberação de recursos, limitada a prorrogação ao exato período e valor do atraso verificado;
- d) Realizar o acompanhamento, a fiscalização, o controle, a supervisão e a avaliação do cumprimento do objeto deste convênio, por meio de análise de relatórios acerca do seu processamento, diligências e visitas in loco, comunicando à CONVENENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal;
- e) Analisar a prestação de contas da CONVENENTE relativo aos valores repassados por conta deste Convênio, informando eventuais irregularidades encontradas, para o devido saneamento e prestar contas aos órgãos fiscalizadores de acordo com a legislação pertinente a matéria;
- f) Notificar a CONVENENTE quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou quando constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar a Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE

Para a consecução do objeto expresso na Cláusula Primeira, competirá à CONVENENTE:

- a) Responsabilizar-se pela correta execução do Convênio e aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a fins diversos aos estabelecidos no respectivo Plano de Trabalho;
- b) Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, decorrentes de ações judiciais e de rescisões trabalhistas, eximindo-se o CONCEDENTE de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele, sendo permitido à instituição proponente a utilização de recursos do Convênio para o pagamento dos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária decorrentes da execução normal das ações estabelecidas com o objeto deste Convênio;
- c) Manter, em instituição financeira, conta bancária específica, vinculada a este Convênio, permitido o pagamento de despesas bancárias, a manutenção de conta ativa e outros encargos decorrentes da utilização normal da conta bancária específica, vedado o pagamento de juros e multas decorrentes de operações de crédito e financiamentos bancários, e pagamentos em atraso;

- d) Afixar, em local visível ao público, placa de identificação da parceria existente entre o Poder Público Municipal e a CONVENIENTE, comprovada por imagem fotográfica datada e impressa, na Prestação de Contas;
- e) Aplicar os recursos na manutenção e desenvolvimento do objeto do presente Convênio, de forma a possibilitar os meios logísticos, profissionais e de infraestrutura necessários;
- f) Submeter-se à Fiscalização do Sistema Municipal de Auditoria, Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde;
- g) Executar criteriosamente as ações propostas no respectivo Plano de Trabalho;
- h) O Plano de Trabalho poderá ser modificado por mútuo acordo entre as partes, e aprovado pelo Poder Público Municipal, desde que a natureza do objeto do Convênio e o prazo de vigência não sejam alterados;
- i) Permitir o livre acesso de servidores do órgão de Controle Interno ao qual esteja subordinado o CONCEDENTE, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados, direta ou indiretamente, com o objeto pactuado quando em missão de fiscalização ou auditoria;
- j) Em conformidade com o disposto no artigo 10, da Instrução Normativa Nº TC-14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE-SC, os recursos recebidos pela CONVENIENTE deverão ser movimentados, exclusivamente, através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário, vedada qualquer outra forma de movimentação.

§1º Na forma do artigo 116, da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21/06/93, a CONVENIENTE fica, também, obrigada a:

I - aplicar o saldo do Convênio não utilizado em caderneta de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;

II - devolver ao CONCEDENTE, quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Convênio, eventual saldo financeiro remanescente, inclusive os da contrapartida e provenientes de receitas obtidas da aplicação financeira realizada, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da ocorrência do evento, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial;

III - a CONVENIENTE compromete-se a recolher à conta do CONCEDENTE o valor correspondente aos rendimentos da aplicação em caderneta de poupança, referente ao período compreendido entre a liberação dos recursos e a sua utilização, quando não comprovar seu emprego na consecução do objeto deste Convênio, ainda que não tenha feito aplicação.

§2º As receitas financeiras auferidas na forma do inciso I do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

§3º A CONVENIENTE compromete-se a restituir ao CONCEDENTE o valor recebido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma aplicável aos débitos para com o Tesouro Municipal, quando:

I - não for executado o objeto do Convênio;

II - não for apresentada, no término do prazo estipulado, a respectiva Prestação de Contas;

III - os recursos forem utilizados em finalidade diversa do estabelecido neste Convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Sexta deste Convênio será elaborada de acordo com a Instrução Normativa Nº TC-14/2012 e suas alterações, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e com o Decreto Municipal Nº 7.306/2010, de 14 de julho de 2010.

A CONVENIENTE deverá encaminhar ao CONCEDENTE a prestação de contas dos recursos recebidos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data de término do período de vigência do Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO CONVÊNIO

O valor do Convênio é de R\$ 1.981.200,00 (Hum milhão, novecentos e oitenta e um mil e duzentos reais), que será repassado em 06 (seis) parcelas mensais, no valor de R\$ 330.200,00 (Trezentos e trinta mil e duzentos reais), conforme o Plano de Trabalho (etapas ou fases de execução; plano de aplicação dos recursos financeiros; cronograma de desembolso; previsão de início e fim da execução do objeto; bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas), que é parte integrante deste Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente Convênio correrão, no exercício de 2021, à conta das seguintes Unidades Orçamentárias:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.003 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

15.003.10.302.303.2.706 - Transferência de Recursos Financeiros a Entidades - Teto MAC - Saúde

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

15.003.44 3.1.50 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos
0.3.53.0642 - SF - COVID-19 - LC 173/2020 - Sem Destinação Específica
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
15.003.45 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos
0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS
0.3.52.0641 - SF - COVID-19 - LC 173/2020 - Saúde e Assistência Social
0.3.53.0642 - SF - COVID-19 - LC 173/2020 - Sem Destinação Específica

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

O CONCEDENTE exercerá função gerencial fiscalizadora durante o período regulamentar da Execução/Prestação de Contas do Convênio, ficando assegurado a seus agentes qualificados o poder discricionário de reorientar ações e de acatar ou não justificativas com relação às eventuais disfunções havidas na sua execução, sem prejuízo da ação dos órgãos de controle.

§1º Fica indicado o servidor público municipal MARCOS VENICIOS DIAS TABORDA, matrícula 8803, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, como fiscal do Convênio, para acompanhar e fiscalizar a execução deste convênio e dos recursos repassados.

§2º Fica indicada como referência deste Convênio, face ao objeto, a Diretoria de Gestão Técnica, da Secretaria Municipal de Saúde.

§3º As ações do fiscal junto ao Convênio ficarão sob a supervisão da Diretoria Administrativa e Financeira, da Secretaria Municipal de Saúde.

§4º Compete ao Fiscal do Convênio:

- a) Cuidar para que a documentação do Convênio esteja em conformidade com a legislação aplicada desde a sua proposta até aprovação da Prestação de Contas;
- b) Ensejar as ações para que a execução física e financeira do Convênio ocorra conforme previsto no Plano de Trabalho;
- c) Acompanhar a execução do Convênio responsabilizando-se pela sua eficácia, por meio de relatórios, inspeções, visitas e atestação da satisfatória realização do objeto do Convênio;
- d) Atuar como interlocutor do órgão responsável pela celebração do Convênio;
- e) Controlar os saldos dos empenhos dos Convênios ou instrumentos congêneres;
- f) Prestar, quando solicitado, informações sobre a execução do Convênio ou instrumentos congêneres sob sua responsabilidade.

§5º Compete ao Gestor do Convênio:

- a) Acompanhar a execução dos ajustes firmados, promovendo medidas necessárias à fiel execução das condições estabelecidas no Convênio, gerenciar, decidir sobre eventuais e possíveis alterações inicialmente estabelecidas, inclusive sobre a celebração de seus termos aditivos;
- b) O gestor do Convênio deve primar para que não haja alteração no objeto do ajuste, atentando-se para o cumprimento dos prazos convencionais e fazendo o gerenciamento necessário dos processos de modo eficiente, evitando prejuízos ao erário;
- c) Decidir sobre aceite de despesas executadas a maior nos elementos de despesas previstas no Plano de Aplicação e dentro do objeto do convênio quando verificado erro formal e sem dano ao erário;
- d) Decidir sobre a instauração de Tomada de Contas Especial;
- e) Garantir os recursos por meio da Declaração de Adequação Orçamentária da Despesa e de Regularidade do Pedido;
- f) Aprovar o Plano de Trabalho apresentado pelo proponente tanto na formalização quanto nas suas adequações;
- g) Decidir sobre a prorrogação de prazo além dos limites estabelecidos no termo de convênio, quando ocorrer fato excepcional ou imprescindível que altere fundamentalmente as condições de execução do Convênio, com justificativa fundamentada e com prévio parecer jurídico;
- h) Autorizar a indicação e substituição de fiscal de convênios, por meio de Resolução;
- i) Encaminhar por meio eletrônico a prestação de contas final, para o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC);
- j) Aplicar sanções à CONVENIENTE de acordo com a natureza e gravidade das infrações;
- k) Indicar servidores ocupantes de cargos de carreira para compor a Comissão de Tomadas de Contas Especial, por meio de Resolução.

CLÁUSULA NONA - DAS PROIBIÇÕES

Não poderão ser pagas com os recursos transferidos pelo CONCEDENTE as seguintes despesas:

- a) as contraídas antes da liberação dos recursos;
- b) as relativas a taxas de administração, gerência ou similar;
- c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio, ainda que em caráter de emergência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem em descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, independentemente de procedimentos judiciais, especialmente nos casos de:

- a) falta de prestação de contas no prazo estabelecido, sem justa causa;
- b) utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista no objeto do Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência a partir de 01 de julho de 2021 até o dia 31 de dezembro de 2021, observado o encerramento do exercício financeiro em 31/12/2021, conforme disposto no artigo 34, da Lei Federal Nº 4.320/1964, de 17/03/1964, e de mais 60 (sessenta) dias para prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

O Convênio será rescindido, quer pela inexecução das obrigações estipuladas, sujeitando a parte inadimplente a responder por perdas e danos, quer pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

Parágrafo único - Na hipótese de inadimplência por parte da CONVENIENTE, inclusive no tocante a prestação de contas, fica facultado ao CONCEDENTE a exigência da devolução dos recursos repassados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO

O Convênio poderá ser extinto, mediante denúncia consensual ou unilateral, sem prejuízo das obrigações assumidas até a data da extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação deste Convênio será providenciada pelo CONCEDENTE no prazo de 20 (vinte) dias, contados do quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Estadual - Seção Judiciária da Comarca de Jaraguá do Sul/SC, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir quaisquer dúvidas fundadas neste Convênio.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Convênio em 07 (sete) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONCEDENTE

CONCEDENTE

ALCEU GILMAR MORETTI

Secretário Municipal de Saúde

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS)

Gestor

MAURICIO JOSÉ SOUTO-MAIOR

Diretor Geral

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SÃO JOSÉ DE JARAGUÁ DO SUL

CONVENIENTE

TESTEMUNHAS:

1. _____

NOME: João Antônio Berti

CPF: 058.537.269-19

C.I.: 48752665

2. _____

NOME:

CPF:

C.I.:

TERMO DE CONVÊNIO Nº 354/2021

Publicação Nº 3132338

TERMO DE CONVÊNIO Nº 354/2021

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS), E A ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SÃO JOSÉ DE JARAGUÁ DO SUL, PARA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19.

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 83.102.459/0001-23, com sede à Rua Walter Marquardt, Nº 1.111, bairro Barra do Rio Molha, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI, inscrito no CPF sob o Nº 438.634.429-20 e portador da Carteira de Identidade Nº 1.000.852, expedida pela SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Piçarras, Nº 60, Apto. 1001, Condomínio Residencial Vernon, Centro, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, de ora em diante denominado simplesmente de CONCEDENTE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS), inscrito no CNPJ/MF sob Nº 14.007.211/0001-60, com sede à Rua Isidoro Pedri, Nº 120, bairro Barra do Rio Molha, neste ato representado por seu Gestor, Senhor ALCEU GILMAR MORETTI, de ora em diante denominado simplesmente de FUNDO, e, de outro lado, a ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SÃO JOSÉ DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 12.846.027/0001-89, com sede à Rua Dr. Waldemiro Mazurechen, Nº 80, Centro, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, neste ato representada por seu Diretor Geral, Senhor MAURICIO JOSÉ SOUTO-MAIOR, inscrito no CPF Nº 520.640.779-87 e portador da Carteira de Identidade Nº 19674562 SSP/RS, domiciliado à Rua Dr. Waldemiro Mazurechen, Nº 80, Centro, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, de ora em diante denominada simplesmente de CONVENIENTE, celebram o presente Convênio, autorizado pela Lei Municipal Nº 8.711/2021, de 1º de julho de 2021, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros do CONCEDENTE, através do FUNDO, à CONVENIENTE, para auxílio e incentivo na manutenção dos serviços de saúde da Associação Hospitalar São José de Jaraguá do Sul, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para enfrentamento à COVID-19, conforme Lei Federal Nº 13.979/2020, de 06/02/2020, e Portarias Nº 188/2020, de 03/02/2020, e Nº 356, de 11/03/2020, em conformidade com o Plano de Trabalho, que é parte integrante deste Convênio.

§1º A integralidade do valor do auxílio financeiro recebido nos termos deste Convênio deverá ser, obrigatoriamente, na disponibilidade e manutenção de 10 (dez) leitos de UTI (Unidade de Tratamento Intensivo) ao Município de Jaraguá do Sul, para atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), para a COVID-19.

§2º A disponibilidade e manutenção dos 10 (dez) leitos de UTI ao tratamento de pacientes de COVID-19, ao Município de Jaraguá do Sul, inicia-se a partir de 01 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

§3º O auxílio financeiro recebido nos termos deste Convênio abrange o custo com a equipe de pessoal necessária ao atendimento dos 10 (dez) leitos de UTI (Unidade de Tratamento Intensivo) para o tratamento da COVID-19.

§4º Havendo necessidade justificada pela CONVENIENTE de falta de pessoal necessário ao atendimento dos 10 (dez) leitos de UTI (Unidade de Tratamento Intensivo) no tratamento da COVID-19, poderá o CONCEDENTE realizar a cessão de servidores públicos municipais para atender exclusivamente o objeto do presente Convênio.

§5º A cessão de servidores somente poderá ser realizada mediante processo administrativo geral que deverá apurar o valor do custo dos servidores cedidos, a ser descontado do valor mensal repassado à CONVENIENTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA BASE LEGAL

Aplica-se a este instrumento com base na Lei Federal Nº 13.979/2020, de 06/02/2020, e Portarias Nº 188/2020, de 03/02/2020, e Nº 356, de 11/03/2020; Lei Complementar Federal Nº 101/2000; a Lei Federal Nº 4.320/1964; Lei Federal Nº 8.666/93; bem como as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias; da Lei Orçamentária Anual do Município de Jaraguá do Sul; a Instrução Normativa Nº TC-14/2012 e suas alterações, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; Decreto Municipal Nº 7.306/2010, de 14 de julho de 2010; e Lei Municipal Nº 8.711/2021, de 1º de julho de 2021, celebrando o presente Convênio com as seguintes considerações:

a) A Lei Federal Nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

b) O Plano de Contingência do SC COVID -19, editado pela Secretaria Municipal de Saúde; o Decreto Municipal Nº 13.723/2020, de 18 de março de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus - COVID-19.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

Para a consecução do objeto expresso na Cláusula Primeira, competirá ao CONCEDENTE:

a) Efetuar o repasse dos recursos financeiros na Conta Corrente Nº 324-7, junto à Agência Nº 8300-3, do Banco do Brasil S.A., mencionada no Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE;

b) Examinar e aprovar os relatórios de execução, assim como a prestação de contas dos recursos repassados;

- c) Prorrogar, "de ofício", a vigência do Convênio quando houver atraso na liberação de recursos, limitada a prorrogação ao exato período e valor do atraso verificado;
- d) Realizar o acompanhamento, a fiscalização, o controle, a supervisão e a avaliação do cumprimento do objeto deste convênio, por meio de análise de relatórios acerca do seu processamento, diligências e visitas in loco, comunicando à CONVENENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal;
- e) Analisar a prestação de contas da CONVENENTE relativo aos valores repassados por conta deste Convênio, informando eventuais irregularidades encontradas, para o devido saneamento e prestar contas aos órgãos fiscalizadores de acordo com a legislação pertinente a matéria;
- f) Notificar a CONVENENTE quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou quando constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar a Tomada de Contas Especial;
- g) Ceder mediante processo administrativo geral, havendo necessidade justificada pela CONVENENTE, servidores públicos municipais para atender exclusivamente o objeto do presente Convênio;
- h) Apurar, mediante processo administrativo geral, o valor do custo dos servidores cedidos, a ser descontado do valor mensal repassado à CONVENENTE.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE

Para a consecução do objeto expresso na Cláusula Primeira, competirá à CONVENENTE:

- a) Responsabilizar-se pela correta execução do Convênio e aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a fins diversos aos estabelecidos no respectivo Plano de Trabalho;
- b) Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, decorrentes de ações judiciais e de rescisões trabalhistas, eximindo-se o CONCEDENTE de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele, sendo permitido à instituição proponente a utilização de recursos do Convênio para o pagamento dos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária decorrentes da execução normal das ações estabelecidas com o objeto deste Convênio;
- c) Manter, em instituição financeira, conta bancária específica, vinculada a este Convênio, permitido o pagamento de despesas bancárias, a manutenção de conta ativa e outros encargos decorrentes da utilização normal da conta bancária específica, vedado o pagamento de juros e multas decorrentes de operações de crédito e financiamentos bancários, e pagamentos em atraso;
- d) Afixar, em local visível ao público, placa de identificação da parceria existente entre o Poder Público Municipal e a CONVENENTE, comprovada por imagem fotográfica datada e impressa, na Prestação de Contas;
- e) Aplicar os recursos na manutenção e desenvolvimento do objeto do presente Convênio, de forma a possibilitar os meios logísticos, profissionais e de infraestrutura necessários;
- f) Submeter-se à Fiscalização do Sistema Municipal de Auditoria, Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde;
- g) Executar criteriosamente as ações propostas no respectivo Plano de Trabalho;
- h) O Plano de Trabalho poderá ser modificado por mútuo acordo entre as partes, e aprovado pelo Poder Público Municipal, desde que a natureza do objeto do Convênio e o prazo de vigência não sejam alterados;
- i) Permitir o livre acesso de servidores do órgão de Controle Interno ao qual esteja subordinado o CONCEDENTE, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados, direta ou indiretamente, com o objeto pactuado quando em missão de fiscalização ou auditoria;
- j) Aceitar do CONCEDENTE a cessão de servidores públicos municipais para atender exclusivamente o objeto do presente Convênio, no caso de falta de pessoal justificada pela CONVENENTE;
- k) Aceitar o desconto no valor do repasse mensal, referente aos custos dos servidores cedidos para o cumprimento do objeto;
- l) Em conformidade com o disposto no artigo 10, da Instrução Normativa Nº TC-14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE-SC, os recursos recebidos pela CONVENENTE deverão ser movimentados, exclusivamente, através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário, vedada qualquer outra forma de movimentação.

§1º Na forma do artigo 116, da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21/06/93, a CONVENENTE fica, também, obrigada a:

- I - aplicar o saldo do Convênio não utilizado em caderneta de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;
- II - devolver ao CONCEDENTE, quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Convênio, eventual saldo financeiro remanescente, inclusive os da contrapartida e provenientes de receitas obtidas da aplicação financeira realizada, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da ocorrência do evento, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial;

III - a CONVENIENTE compromete-se a recolher à conta do CONCEDENTE o valor correspondente aos rendimentos da aplicação em caderneta de poupança, referente ao período compreendido entre a liberação dos recursos e a sua utilização, quando não comprovar seu emprego na consecução do objeto deste Convênio, ainda que não tenha feito aplicação.

§2º As receitas financeiras auferidas na forma do inciso I do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

§3º A CONVENIENTE compromete-se a restituir ao CONCEDENTE o valor recebido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma aplicável aos débitos para com o Tesouro Municipal, quando:

I - não for executado o objeto do Convênio;

II - não for apresentada, no término do prazo estipulado, a respectiva Prestação de Contas;

III - os recursos forem utilizados em finalidade diversa do estabelecido neste Convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Sexta deste Convênio será elaborada de acordo com a Instrução Normativa Nº TC-14/2012 e suas alterações, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e com o Decreto Municipal Nº 7.306/2010, de 14 de julho de 2010.

A CONVENIENTE deverá encaminhar ao CONCEDENTE a prestação de contas dos recursos recebidos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data de término do período de vigência do Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO CONVÊNIO

O valor do Convênio é de R\$ 2.880.000,00 (Dois milhões, oitocentos e oitenta mil reais), que será repassado em 06 (seis) parcelas mensais, no valor de R\$ 480.000,00 (Quatrocentos e oitenta mil reais), conforme o Plano de Trabalho (etapas ou fases de execução; plano de aplicação dos recursos financeiros; cronograma de desembolso; previsão de início e fim da execução do objeto; bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas), que é parte integrante deste Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente Convênio correrão, no exercício de 2021, à conta da seguinte Unidade Orçamentária:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.003 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

15.003.10.302.303.2.706 - Transferência de Recursos Financeiros a Entidades - Teto MAC - Saúde

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

15.003.44 3.1.50 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

0.3.53.0642 - SF - COVID-19 - LC 173/2020 - Sem Destinação Específica

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.003.45 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS

0.3.52.0641 - SF - COVID-19 - LC 173/2020 - Saúde e Assistência Social

0.3.53.0642 - SF - COVID-19 - LC 173/2020 - Sem Destinação Específica

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

O CONCEDENTE exercerá função gerencial fiscalizadora durante o período regulamentar da Execução/Prestação de Contas do Convênio, ficando assegurado a seus agentes qualificados o poder discricionário de reorientar ações e de acatar ou não justificativas com relação às eventuais disfunções havidas na sua execução, sem prejuízo da ação dos órgãos de controle.

§1º Fica indicado o servidor público municipal MARCOS VENICIOS DIAS TABORDA, matrícula 8803, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, como fiscal do Convênio, para acompanhar e fiscalizar a execução deste convênio e dos recursos repassados.

§2º Fica indicada como referência deste Convênio, face ao objeto, a Diretoria de Gestão Técnica, da Secretaria Municipal de Saúde.

§3º As ações do fiscal junto ao Convênio ficarão sob a supervisão da Diretoria Administrativa e Financeira, da Secretaria Municipal de Saúde.

§4º Compete ao Fiscal do Convênio:

a) Cuidar para que a documentação do Convênio esteja em conformidade com a legislação aplicada desde a sua proposta até aprovação da Prestação de Contas;

b) Ensejar as ações para que a execução física e financeira do Convênio ocorra conforme previsto no Plano de Trabalho;

c) Acompanhar a execução do Convênio responsabilizando-se pela sua eficácia, por meio de relatórios, inspeções, visitas e atestação da

satisfatória realização do objeto do Convênio;

d) Atuar como interlocutor do órgão responsável pela celebração do Convênio;

e) Controlar os saldos dos empenhos dos Convênios ou instrumentos congêneres;

f) Prestar, quando solicitado, informações sobre a execução do Convênio ou instrumentos congêneres sob sua responsabilidade.

§5º Compete ao Gestor do Convênio:

a) Acompanhar a execução dos ajustes firmados, promovendo medidas necessárias à fiel execução das condições estabelecidas no Convênio, gerenciar, decidir sobre eventuais e possíveis alterações inicialmente estabelecidas, inclusive sobre a celebração de seus termos aditivos;

b) O gestor do Convênio deve primar para que não haja alteração no objeto do ajuste, atentando-se para o cumprimento dos prazos convencionais e fazendo o gerenciamento necessário dos processos de modo eficiente, evitando prejuízos ao erário;

c) Decidir sobre aceite de despesas executadas a maior nos elementos de despesas previstas no Plano de Aplicação e dentro do objeto do convênio quando verificado erro formal e sem dano ao erário;

d) Decidir sobre a instauração de Tomada de Contas Especial;

e) Garantir os recursos por meio da Declaração de Adequação Orçamentária da Despesa e de Regularidade do Pedido;

f) Aprovar o Plano de Trabalho apresentado pelo proponente tanto na formalização quanto nas suas adequações;

g) Decidir sobre a prorrogação de prazo além dos limites estabelecidos no termo de convênio, quando ocorrer fato excepcional ou imprescindível que altere fundamentalmente as condições de execução do Convênio, com justificativa fundamentada e com prévio parecer jurídico;

h) Autorizar a indicação e substituição de fiscal de convênios, por meio de Resolução;

i) Encaminhar por meio eletrônico a prestação de contas final, para o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC);

j) Aplicar sanções à CONVENIENTE de acordo com a natureza e gravidade das infrações;

k) Indicar servidores ocupantes de cargos de carreira para compor a Comissão de Tomadas de Contas Especial, por meio de Resolução.

CLÁUSULA NONA - DAS PROIBIÇÕES

Não poderão ser pagas com os recursos transferidos pelo CONCEDENTE as seguintes despesas:

a) as contraídas antes da liberação dos recursos;

b) as relativas a taxas de administração, gerência ou similar;

c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio, ainda que em caráter de emergência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem em descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, independentemente de procedimentos judiciais, especialmente nos casos de:

a) falta de prestação de contas no prazo estabelecido, sem justa causa;

b) utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista no objeto do Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência a partir de 01 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, observado o encerramento do exercício financeiro em 31/12/2021, conforme disposto no artigo 34, da Lei Federal Nº 4.320/1964, de 17/03/1964, e de mais 60 (sessenta) dias para prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

O Convênio será rescindido, quer pela inexecução das obrigações estipuladas, sujeitando a parte inadimplente a responder por perdas e danos, quer pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

Parágrafo único - Na hipótese de inadimplência por parte da CONVENIENTE, inclusive no tocante a prestação de contas, fica facultado ao CONCEDENTE a exigência da devolução dos recursos repassados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO

O Convênio poderá ser extinto, mediante denúncia consensual ou unilateral, sem prejuízo das obrigações assumidas até a data da extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação deste Convênio será providenciada pelo CONCEDENTE no prazo de 20 (vinte) dias, contados do quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Estadual - Seção Judiciária da Comarca de Jaraguá do Sul/SC, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir quaisquer dúvidas fundadas neste Convênio.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Convênio em 07 (sete) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CONCEDENTE
CONCEDENTE

ALCEU GILMAR MORETTI
Secretário Municipal de Saúde
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS)
Gestor

MAURICIO JOSÉ SOUTO-MAIOR
Diretor Geral
ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SÃO JOSÉ DE JARAGUÁ DO SUL
CONVENIENTE

TESTEMUNHAS:

1. _____
NOME: João Antônio Berti
CPF: 058.537.269-19
C.I.: 48752665

2. _____
NOME: _____
CPF: _____
C.I.: _____

TERMO DE CONVÊNIO Nº 355/2021

Publicação Nº 3132340

TERMO DE CONVÊNIO Nº 355/2021

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS), E A ASSOCIAÇÃO DO HOSPITAL JARAGUÁ.

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 83.102.459/0001-23, com sede à Rua Walter Marquardt, Nº 1.111, bairro Barra do Rio Molha, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI, inscrito no CPF sob o Nº 438.634.429-20 e portador da Carteira de Identidade Nº 1.000.852, expedida pela SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Piçarras, Nº 60, Apto. 1001, Condomínio Residencial Vernon, Centro, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, de ora em diante denominado simplesmente de CONCEDENTE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS), inscrito no CNPJ/MF sob Nº 14.007.211/0001-60, com sede à Rua Isidoro Pedri, Nº 120, bairro Barra do Rio Molha, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, neste ato representado por seu Gestor, Senhor ALCEU GILMAR MORETTI, de ora em diante denominado simplesmente de FUNDO, e, de outro lado, a ASSOCIAÇÃO DO HOSPITAL JARAGUÁ, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 39.913.479/0001-92, com sede à Rua dos Motoristas de 1936, Nº 120, bairro Czerniewicz, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, neste ato representada por seu Diretor Executivo, Senhor SÉRGIO LUÍS ALVES, inscrito no CPF Nº 652.525.519-87 e portador da Carteira de Identidade Nº 2.196.272/SSP, domiciliado à Rua dos Motoristas de 1936, Nº 120, bairro Czerniewicz, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, de ora em diante denominada simplesmente de CONVENIENTE, celebram o presente Convênio, autorizado pela Lei Municipal Nº 8.712/2021, de 1º de julho de 2021, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros do CONCEDENTE, através do FUNDO, à CONVENIENTE, para o custeio de 06 (seis) leitos de UTI Adulto, destinados ao combate da COVID-19, ações estas previstas na Lei Federal Nº 13.979/2020, de 06/02/2020, e Portarias Nº 188/2020, de 03/02/2020, e Nº 356, de 11/03/2020, em conformidade com o Plano de Trabalho, parte integrante deste Convênio, apresentado pela Associação do Hospital Jaraguá.

§1º A integralidade do valor do auxílio financeiro recebido nos termos deste Convênio deverá ser obrigatoriamente investida na disponibilidade de 06 (seis) leitos de UTI (Unidade de Tratamento Intensivo) Adulto ao Município de Jaraguá do Sul, para atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), para a COVID-19.

§2º A disponibilidade dos 06 (seis) leitos de UTI Adulto ao tratamento de pacientes de COVID-19 ao Município de Jaraguá do Sul se dará no período de 01 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

§3º Havendo necessidade justificada pela CONVENIENTE de falta de pessoal necessário ao atendimento dos 06 (seis) leitos de UTI (Unidade de Tratamento Intensivo) Adulto no tratamento da COVID-19, poderá o CONCEDENTE realizar a cessão de servidores públicos municipais para atender exclusivamente o objeto do presente Convênio.

§4º A cessão de servidores somente poderá ser realizada mediante processo administrativo geral, que deverá apurar o valor do custo dos servidores cedidos, a ser descontado do valor mensal repassado à CONVENIENTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA BASE LEGAL

Aplica-se a este instrumento com base na Lei Federal Nº 13.979/2020, de 06/02/2020, e Portarias Nº 188/2020, de 03/02/2020, e Nº 356, de 11/03/2020; Lei Complementar Federal Nº 101/2000; a Lei Federal Nº 4.320/1964; Lei Federal Nº 8.666/93; bem como as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias; da Lei Orçamentária Anual do Município de Jaraguá do Sul; a Instrução Normativa Nº TC-14/2012 e suas alterações, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; Decreto Municipal Nº 7.306/2010, de 14 de julho de 2010; e Lei Municipal Nº 8.712/2021, de 1º de julho de 2021, celebrando o presente Convênio com as seguintes considerações:

a) A Lei Federal Nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

b) O Plano de Contingência do SC COVID-19, editado pela Secretaria Municipal de Saúde; o Decreto Municipal Nº 13.723/2020, de 18 de março de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus - COVID-19.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

Para a consecução do objeto expresso na Cláusula Primeira, competirá ao CONCEDENTE:

a) Efetuar o repasse dos recursos financeiros na Conta Corrente Nº 276-3, junto à Agência Nº 4271, da Caixa Econômica Federal (CEF), mencionada no Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE;

b) Examinar e aprovar os relatórios de execução, assim como a prestação de contas dos recursos repassados;

c) Realizar o acompanhamento, a fiscalização, o controle, a supervisão e a avaliação do cumprimento do objeto deste Convênio, por meio de análise de relatórios acerca do seu processamento, diligências e visitas in loco, comunicando à CONVENIENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal;

d) Analisar as prestações de contas da CONVENIENTE relativas aos valores repassados por conta deste Convênio, informando eventuais irregularidades encontradas, para o devido saneamento e prestar contas aos órgãos fiscalizadores de acordo com a legislação pertinente a matéria;

e) Notificar a CONVENIENTE quando não apresentadas as prestações de contas dos recursos aplicados ou quando constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar a Tomada de Contas Especial;

f) Ceder, mediante processo administrativo geral, havendo necessidade justificada pela CONVENIENTE, servidores públicos municipais para atender exclusivamente o objeto do presente Convênio;

g) Apurar, mediante processo administrativo geral, o valor do custo dos servidores cedidos, a ser descontado do valor mensal repassado à CONVENIENTE.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE

Para a consecução do objeto expresso na Cláusula Primeira, competirá à CONVENIENTE:

a) Responsabilizar-se pela correta execução do Convênio e aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a fins diversos aos estabelecidos no respectivo Plano de Trabalho;

b) Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, decorrentes de ações judiciais e de rescisões trabalhistas, eximindo-se o CONCEDENTE de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele, sendo permitido à instituição proponente a utilização de recursos do Convênio para o pagamento dos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, decorrentes da execução normal das ações estabelecidas com o objeto deste Convênio;

c) Manter, em instituição financeira, conta bancária específica, vinculada a este Convênio, permitido o pagamento de despesas bancárias, a manutenção de conta ativa e outros encargos decorrentes da utilização normal da conta bancária específica, vedado o pagamento de juros e multas decorrentes de operações de crédito e financiamentos bancários, e pagamentos em atraso;

d) Aplicar os recursos na manutenção e desenvolvimento do objeto do presente Convênio, de forma a possibilitar os meios logísticos, profissionais e de infraestrutura necessários;

e) Submeter-se à Fiscalização do Sistema Municipal de Auditoria, Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde;

f) Executar criteriosamente as ações propostas no respectivo Plano de Trabalho;

g) O Plano de Trabalho poderá ser modificado por mútuo acordo entre as partes, e aprovado pelo Poder Público Municipal, desde que a natureza do objeto do Convênio e o prazo de vigência não sejam alterados;

h) Permitir o livre acesso de servidores do órgão de Controle Interno ao qual esteja subordinado o CONCEDENTE, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados, direta ou indiretamente, com o objeto pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria;

i) Aceitar do CONCEDENTE a cessão de servidores públicos municipais para atender, exclusivamente, o objeto do presente Convênio, no caso de falta de pessoal justificada pela CONVENIENTE;

j) Aceitar o desconto no valor do repasse mensal referente aos custos dos servidores cedidos para o cumprimento do objeto;

k) Em conformidade com o disposto no artigo 10, da Instrução Normativa Nº TC-14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), os recursos recebidos pela CONVENIENTE deverão ser movimentados, exclusivamente, através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário, vedada qualquer outra forma de movimentação.

§1º Na forma do artigo 116, da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21/06/93, a CONVENIENTE fica, também, obrigada a:

I - aplicar o saldo do Convênio não utilizado em caderneta de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;

II - devolver ao CONCEDENTE, quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Convênio, eventual saldo financeiro remanescente, inclusive os da contrapartida e provenientes de receitas obtidas da aplicação financeira realizada, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da ocorrência do evento, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial;

III - a CONVENIENTE compromete-se a recolher à conta do CONCEDENTE o valor correspondente aos rendimentos da aplicação em caderneta de poupança, referente ao período compreendido entre a liberação dos recursos e a sua utilização, quando não comprovar seu emprego na consecução do objeto deste Convênio, ainda que não tenha feito aplicação.

§2º As receitas financeiras auferidas na forma do inciso I do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

§3º A CONVENIENTE compromete-se a restituir ao CONCEDENTE o valor recebido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma aplicável aos débitos para com o Tesouro Municipal, quando:

I - não for executado o objeto do Convênio;

II - não for apresentada, no término do prazo estipulado, a respectiva Prestação de Contas parcial ou final; e

III - os recursos forem utilizados em finalidade diversa do estabelecido neste Convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Sexta deste Convênio será elaborada de acordo com a Instrução Normativa Nº TC-14/2012 e suas alterações, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e com o Decreto Municipal Nº 7.306/2010, de 14 de julho de 2010.

A CONVENIENTE deverá encaminhar ao CONCEDENTE a prestação de contas dos recursos recebidos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a partir do recebimento da última parcela.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO CONVÊNIO

O valor total do Convênio é de R\$ 1.728.000,00 (Hum milhão, setecentos e vinte e oito mil reais), que será repassado em 06 (seis) parcelas, devendo ser executado conforme o Plano de Trabalho (etapas ou fases de execução; plano de aplicação dos recursos financeiros; cronograma de desembolso; previsão de início e fim da execução do objeto; bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas), que é parte integrante deste Convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente Convênio correrão, neste exercício, à conta da seguinte Unidade Orçamentária:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.003 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

15.003.10.302.303.2.706 - Transferência de Recursos Financeiros a Entidades - Teto MAC - Saúde

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

15.003.44 3.1.50 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

0.3.53.0642 - SF - COVID-19 - LC 173/2020 - Sem Destinação Específica

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.003.45 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

0.3.00.0080 - SF - Recursos Próprios - PMJS

0.3.52.0641 - SF - COVID-19 - LC 173/2020 - Saúde e Assistência Social

0.3.53.0642 - SF - COVID-19 - LC 173/2020 - Sem Destinação Específica

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

O CONCEDENTE exercerá função gerencial fiscalizadora durante o período regulamentar da Execução/Prestação de Contas do Convênio, ficando assegurado a seus agentes qualificados o poder discricionário de reorientar ações e de acatar ou não justificativas com relação às eventuais disfunções havidas na sua execução, sem prejuízo da ação dos órgãos de controle.

CLÁUSULA NONA - DAS PROIBIÇÕES

Não poderão ser pagas com os recursos transferidos pelo CONCEDENTE as seguintes despesas:

- a) as contraídas antes da liberação dos recursos;
- b) as relativas a taxas de administração, gerência ou similar;
- c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio, ainda que em caráter de emergência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem em descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasses de recursos financeiros, independentemente de procedimentos judiciais, especialmente nos casos de:

- a) falta de prestação de contas parcial e final no prazo estabelecido, sem justa causa;
- a) utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista no objeto do Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência a partir de 01 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, observado o encerramento do exercício financeiro em 31/12/2021, conforme disposto no artigo 34, da Lei Federal Nº 4.320/1964, de 17/03/1964, e de mais 60 (sessenta) dias para prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

O Convênio será rescindido, quer pela inexecução das obrigações estipuladas, sujeitando a parte inadimplente a responder por perdas e danos, quer pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexequível.

Parágrafo único - Na hipótese de inadimplência por parte da CONVENIENTE, fica facultado ao CONCEDENTE o bloqueio dos recursos transferidos, sem prejuízo de outras sanções de natureza cível, administrativa ou penal, nos limites da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO

O Convênio poderá ser extinto, mediante denúncia consensual ou unilateral, sem prejuízo das obrigações assumidas até a data da extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação deste Convênio será providenciada pelo CONCEDENTE no prazo de 20 (vinte) dias, contados do quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Estadual - Seção Judiciária da Comarca de Jaraguá do Sul/SC, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir quaisquer dúvidas fundadas neste Convênio.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Convênio em 07 (sete) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONCEDENTE

CONCEDENTE

ALCEU GILMAR MORETTI

Secretário Municipal de Saúde

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS)

Gestor

SÉRGIO LUÍS ALVES

Diretor Executivo

ASSOCIAÇÃO DO HOSPITAL JARAGUÁ

CONVENIENTE

TESTEMUNHAS:

1. _____
NOME: João Antônio Berti
CPF: 058.537.269-19
C.I.: 48752665

2. _____
NOME:
CPF:
C.I.:

TERMO DE CONVÊNIO Nº 356/2021

Publicação Nº 3132342

TERMO DE CONVÊNIO Nº 356/2021

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, E A ASSOCIAÇÃO DO HOSPITAL JARAGUÁ.

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 83.102.459/0001-23, com sede à Rua Walter Marquardt, Nº 1.111, bairro Barra do Rio Molha, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI, inscrito no CPF sob o Nº 438.634.429-20 e portador da Carteira de Identidade Nº 1000852 SSP-SC, residente e domiciliado à Rua Piçarras, Nº 60, Apto. 1001, Condomínio Residencial Vernon, Centro, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, de ora em diante denominado simplesmente de CONCEDENTE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS), inscrito no CNPJ/MF sob Nº 14.007.211/0001-60, com sede à Rua Isidoro Pedri, Nº 120, bairro Barra do Rio Molha, neste ato representado por seu Gestor, Senhor ALCEU GILMAR MORETTI, de ora em diante denominado simplesmente de FUNDO, e, de outro lado, a ASSOCIAÇÃO DO HOSPITAL JARAGUÁ, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 39.913.479/0001-92, com sede à Rua dos Motoristas de 1936, Nº 120, bairro Czerniewicz, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor SÉRGIO LUÍS ALVES, inscrito no CPF Nº 652.525.519-87 e portador da Carteira de Identidade Nº 2.196.272/SSP, domiciliado à Rua dos Motoristas de 1936, Nº 120, bairro Czerniewicz, nesta cidade de Jaraguá do Sul, de ora em diante denominado simplesmente de CONVENENTE, celebram o presente Convênio, autorizado pela Lei Municipal Nº 8.713/2021, de 1º de julho de 2021, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros do CONCEDENTE, através do FUNDO, ao CONVENENTE, para auxílio e incentivo nas ações desenvolvidas para os atendimentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), considerando todos os atendimentos ambulatoriais e cirúrgicos em caráter de urgência e eletivo, a serem repassados no exercício de 2021, em conformidade com o Plano de Trabalho que é parte integrante deste Convênio.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA BASE LEGAL

Aplica-se a este instrumento a Lei Complementar Nº 101/00; a Lei Federal Nº 4.320/64; Lei Federal Nº 8.666/93; bem como as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias; da Lei Orçamentária Anual do Município de Jaraguá do Sul; a Instrução Normativa Nº TC-14/2012 e suas alterações, e a Instrução Normativa Nº TC-20/2015, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; Decreto Municipal Nº 7.306/2010, de 14 de julho de 2010; e Lei Municipal Nº 8.713/2021, de 1º de julho de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

Para a consecução do objeto expresso na Cláusula Primeira, competirá ao CONCEDENTE, através do FUNDO:

- Efetuar o repasse dos recursos financeiros na Conta-Corrente Nº 277-1, junto à Agência Nº 4271, da Caixa Econômica Federal (CEF), mencionada no Plano de Trabalho apresentado pelo CONVENENTE;
- Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução do presente Convênio;
- Examinar e aprovar os relatórios de execução, assim como a prestação de contas dos recursos repassados.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE

Para a consecução do objeto expresso na Cláusula Primeira, competirá ao CONVENENTE:

- Responsabilizar-se pela correta execução do Convênio e aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a fins diversos aos estabelecidos no respectivo Plano de Trabalho;
- Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, decorrentes de ações judiciais e de rescisões trabalhistas, eximindo-se o CONCEDENTE, através do FUNDO, de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele, sendo permitido à instituição proponente a utilização de recursos do Convênio para o pagamento dos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária decorrentes da execução normal das ações estabelecidas com o objeto deste Convênio;
- Manter, em instituição financeira, conta bancária específica, vinculada a este Convênio, permitido o pagamento de despesas bancárias, a manutenção de conta ativa e outros encargos decorrentes da utilização normal da conta bancária específica, vedado o pagamento de juros e multas decorrentes de operações de crédito e financiamentos bancários, e pagamentos em atraso;

- d) Afixar, em local visível ao público, placa de identificação da parceria existente entre o Poder Público Municipal e o CONVENENTE, comprovada por imagem fotográfica datada e impressa, na Prestação de Contas da primeira parcela;
- e) Aplicar os recursos na manutenção e desenvolvimento do objeto do presente Convênio, de forma a possibilitar os meios logísticos, profissionais e de infraestrutura necessários;
- f) Submeter-se à Fiscalização do Sistema Municipal de Auditoria, Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde;
- g) Executar criteriosamente as ações propostas no respectivo Plano de Trabalho;
- h) O Plano de Trabalho poderá ser modificado por mútuo acordo entre as partes, e aprovado pelo Poder Público Municipal, desde que a natureza do objeto do Convênio não seja alterada;
- i) Permitir o livre acesso de servidores do órgão de Controle Interno ao qual esteja subordinado o CONCEDENTE, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados, direta ou indiretamente, com o objeto pactuado quando em missão de fiscalização ou auditoria;
- j) Em conformidade com o disposto no artigo 10, da Instrução Normativa Nº TC-14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE-SC, os recursos recebidos pelo CONVENENTE deverão ser movimentados, exclusivamente, através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário, vedada qualquer outra forma de movimentação;
- k) Garantir o acesso dos Conselhos de Saúde ao objeto deste Convênio, no exercício do seu poder de fiscalização.

§1º Na forma do artigo 116, da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21/06/93, o CONVENENTE fica, também, obrigado a:

I - aplicar o saldo do Convênio não utilizado em caderneta de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;

II - devolver ao CONCEDENTE, através do FUNDO, quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Convênio, eventual saldo financeiro remanescente, inclusive os da contrapartida e provenientes de receitas obtidas da aplicação financeira realizada, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da ocorrência do evento, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial;

III - o CONVENENTE compromete-se a recolher à conta do CONCEDENTE, através do FUNDO, o valor correspondente aos rendimentos da aplicação em caderneta de poupança, referente ao período compreendido entre a liberação dos recursos e a sua utilização, quando não comprovar seu emprego na consecução do objeto deste Convênio, ainda que não tenha feito aplicação.

§2º As receitas financeiras auferidas na forma do inciso I do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do Convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

§3º O CONVENENTE compromete-se a restituir ao CONCEDENTE, através do FUNDO, o valor recebido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma aplicável aos débitos para com o Tesouro Municipal, quando:

I - não for executado o objeto do Convênio;

II - não for apresentada, no término do prazo estipulado, a respectiva Prestação de Contas parcial ou final; e

III - os recursos forem utilizados em finalidade diversa do estabelecido neste Convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Sexta deste Convênio será elaborada de acordo com a Instrução Normativa Nº TC-14/2012 e suas alterações, e a Instrução Normativa Nº TC-20/2015, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e com o Decreto Municipal Nº 7.306/2010, de 14 de julho de 2010.

Apesar de os recursos serem liberados em parcelas com valor único, a prestação de contas deverá ser elaborada por destinação de recursos.

O CONVENENTE deverá encaminhar ao CONCEDENTE, através do FUNDO, a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data do recebimento dos mesmos, sendo que a liberação das parcelas está condicionada à apresentação e à aprovação das prestações de contas.

Devido ao fato da liberação dos recursos ocorrer em 03 (três) ou mais parcelas ou desembolsos financeiros, a liberação da terceira parcela ficará condicionada à apresentação e aprovação de prestação de contas parcial referente a primeira parcela e assim sucessivamente, sempre obedecendo o prazo máximo para apresentação já determinado.

Após a aplicação da última parcela, deverá o CONVENENTE apresentar a prestação de contas final, sendo que caso já tenham sido apresentadas as prestações de contas parciais, a comprovação final se referirá a parcela pendente.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO CONVÊNIO

O valor total do Convênio é de R\$ 4.085.017,26 (Quatro milhões, oitenta e cinco mil, dezessete reais e vinte e seis centavos), sendo R\$ 175.200,00 para auxílio e incentivo na realização de cirurgias eletivas; R\$ 660.000,00 para incentivo e auxílio na realização de procedimentos ambulatoriais; R\$ 1.227.817,26 para manutenção de serviços de saúde; e R\$ 2.022.000,00 para auxílio no pagamento de salários dos profissionais dos setores administrativos e apoio ao atendimento dos serviços prestados, a serem repassados no exercício de 2021, devendo ser executado conforme o Plano de Trabalho (etapas ou fases de execução; plano de aplicação dos recursos financeiros; cronograma de desembolso; previsão de início e fim da execução do objeto; bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas), que é parte integrante deste Convênio.

O valor acima será repassado em parcelas conforme abaixo:

Parcelas no valor de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais) para auxiliar nos procedimentos ambulatoriais realizados; R\$ 337.000,00 (Trezentos e trinta e sete mil reais) para auxílio no pagamento de salários dos profissionais dos setores administrativos e apoio ao atendimento dos serviços prestados; e R\$ 204.636,21 (Duzentos e quatro mil, seiscentos e trinta e seis reais e vinte e um centavos) para auxílio na manutenção de serviços de saúde; totalizando a parcela em R\$ 651.636,21 (Seiscentos e cinquenta e um mil, seiscentos e trinta e seis reais e vinte e um centavos), a serem repassados no exercício de 2021.

O valor de R\$ 175.200,00, correspondente ao auxílio e incentivo na realização de cirurgias e procedimentos eletivos, será repassado de acordo com a realização das mesmas e ao atendimento da fila do SUS, com indicação da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde (FMS), de conformidade com relatório de execução a ser apresentado mensalmente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente Convênio correrão por conta de dotação própria do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS, a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.003 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

15.003.10.302.0303.2.706 - Transferência de Recursos Financeiros a Entidades - Teto MAC - Saúde

Dotação: 45

Recurso: 02

Em decorrência da categoria econômica e do grupo de natureza de despesa da dotação orçamentária fica vedado ao CONVENIENTE a realização de gastos com a aquisição de bens de natureza permanente, através de recursos a serem recebidos na execução deste Convênio.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

O CONCEDENTE, através do FUNDO, exercerá função gerencial fiscalizadora durante o período regulamentar da Execução/Prestação de Contas do Convênio, ficando assegurado a seus agentes qualificados o poder discricionário de reorientar ações e de acatar ou não justificativas com relação às eventuais disfunções havidas na sua execução, sem prejuízo da ação dos órgãos de controle.

CLÁUSULA NONA - DAS PROIBIÇÕES

Não poderão ser pagas com os recursos transferidos pelo CONCEDENTE, através do FUNDO, as seguintes despesas:

- a) as contraídas antes da liberação dos recursos;
- b) pagamento a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrantes do quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da Administração Direta ou Indireta, por serviço de consultoria ou assistência técnica;
- c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio, ainda que em caráter de emergência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem em descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasses de recursos financeiros, independentemente de procedimentos judiciais, especialmente nos casos de:

- a) falta de prestação de contas parcial e final no prazo estabelecido, sem justa causa;
- b) utilização dos recursos em finalidade diversa daquela prevista no objeto do Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

O Convênio terá vigência a partir de 01 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

Parágrafo único - O Convênio poderá, a qualquer tempo, ser alterado mediante autorização prévia do CONCEDENTE, através do FUNDO, e assinatura de Termo Aditivo, desde que não seja modificado seu objeto, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de término do período de execução do objeto, na forma do caput desta Cláusula, acompanhada da Prestação de Contas parcial, quando implicar complementação de recursos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

O Convênio será rescindido, quer pela inexecução das obrigações estipuladas, sujeitando a parte inadimplente a responder por perdas e danos, quer pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

Parágrafo único - Na hipótese de inadimplência por parte do CONVENIENTE, fica facultado ao CONCEDENTE, através do FUNDO, o bloqueio dos recursos transferidos, sem prejuízo de outras sanções de natureza cível, administrativa ou penal, nos limites da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO

O Convênio poderá ser extinto, mediante denúncia consensual ou unilateral, sem prejuízo das obrigações assumidas até a data da extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação deste Convênio será providenciada pelo CONCEDENTE, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Estadual - Seção Judiciária da Comarca de Jaraguá do Sul/SC, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem para dirimir quaisquer dúvidas fundadas neste Convênio.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Convênio em 07 (sete) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Jaraguá do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CONCEDENTE
CONCEDENTE

ALCEU GILMAR MORETTI
Secretário Municipal de Saúde
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS)
Gestor

SÉRGIO LUÍS ALVES
Diretor Executivo
ASSOCIAÇÃO DO HOSPITAL JARAGUÁ
CONVENIENTE

TESTEMUNHAS:

1. _____
NOME: João Antônio Berti
CPF: 058.537.269-19
C.I.: 48752665

2. _____
NOME: _____
CPF: _____
C.I.: _____

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 67/2021

Publicação N° 3132332

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 67/2021**

Tendo analisado a Ata e Julgamento do Pregão n° 67/2021, efetuada pela Pregoeira, designada pelo Decreto n° 14.631/2021, constatei total regularidade no procedimento, tanto no que se refere ao julgamento como nas decisões apresentadas.

Item	Proponente vencedora	Quant. Jogos	Descrição do serviço	Valor unit. do item (R\$)
01	JARAGUÁ EVENTOS ESPORTIVOS LTDA ME	130	Arbitragem para a modalidade de Futebol de Campo na categoria ADULTO Equipe de Arbitragem: 01(um) árbitro, 02(dois) bandeirinhas e 01(um) anotador	580,00

ISTO POSTO, HOMOLOGO o procedimento licitatório realizado, por oportuno e conveniência, tipo menor preço por item à proponente. Autorizando a despesa e determinando ainda que seja dada ciência ao participante.

Jaraguá do Sul (SC), 28 de junho de 2021.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito Municipal

**RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL N° 67/2021**

A Pregoeira, designada pelo Decreto 14.631/2021, comunica aos interessados que o Processo Licitatório n° 67/2021, na modalidade de

PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos profissionais de arbitragem em eventos esportivos escolares e comunitários promovidos pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Quant. Jogos	Descrição do serviço	Valor unit. do item (R\$)
01	JARAGUÁ EVENTOS ESPORTIVOS LTDA ME	130	Arbitragem para a modalidade de Futebol de Campo na categoria ADULTO Equipe de Arbitragem: 01(um) árbitro, 02(dois) bandeirinhas e 01(um) anotador	580,00

Jaraguá do Sul, SC, 28 de junho de 2021.

Rosinei Ap.Gretter Dias

Pregoeira – Decreto 14.631/2021

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 1º BIMESTRE 2021

Publicação Nº 3131119

SIOPE

Page 1 of 5



Imprimir

Tabela 8.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - MUNICÍPIOS

JARAGUÁ DO SUL - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: 1º Bimestre/2021

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	133.968.437,00	22.796.580,23
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	48.437.080,00	6.192.351,01
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	12.621.033,00	2.656.445,74
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	46.410.324,00	8.710.459,21
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	26.500.000,00	5.237.324,27
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	257.535.220,00	51.974.428,10
2.1- Cota-Parte FPM	71.200.000,00	15.617.335,26
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	65.538.590,00	15.617.335,26
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	5.661.410,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	160.000.000,00	31.893.857,08
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	2.500.000,00	432.266,91
2.4- Cota-Parte ITR	35.220,00	541,90
2.5- Cota-Parte IPVA	23.800.000,00	4.030.426,95
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	391.503.657,00	74.771.008,33
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5))	50.374.762,00	10.394.885,62
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO EM MDE ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6) + (2.7))	47.501.152,25	8.297.866,46
FUNDEB		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	94.030.580,78	20.662.788,08
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	94.030.580,78	20.662.788,08
6.1.1- Principal	93.999.794,00	20.632.001,30
6.1.2- Rendimento de Aplicação Financeira	30.786,78	30.786,78
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimento de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimento de Aplicação Financeira	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)¹	43.625.032,00	10.237.115,68
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		3.895.485,44
8.1- Superávit do Exercício Imediatamente Anterior		2.556.489,07
8.2- Superávit Residual de Outros Exercícios		1.338.996,37

file:///C:/Users/Micro/AppData/Local/Temp/SIOPE_Mun_2021/TMP1065122772/RR... 01/07/2021



9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)					24.558.273,52
DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) ⁶	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	64.306.000,00	11.529.167,74	6.658.535,83	5.929.970,13	4.870.631,91
10.1- Educação Infantil	28.191.800,00	4.746.816,49	2.554.287,62	2.321.918,34	2.192.528,87
10.1.1- Creche	20.448.800,00	3.255.037,59	1.812.271,57	1.651.250,39	1.442.766,02
10.1.2- Pré-escola	7.743.000,00	1.491.778,90	742.016,05	670.667,95	749.762,85
10.2- Ensino Fundamental	36.114.200,00	6.782.351,25	4.104.248,21	3.608.051,79	2.678.103,04
11- OUTRAS DESPESAS	30.159.000,00	6.913.789,49	4.587.582,61	4.280.227,05	2.326.206,88
11.1- Educação Infantil	23.025.000,00	4.999.034,51	3.286.121,29	3.063.293,85	1.712.913,22
11.1.1- Creche	19.500.000,00	3.929.068,46	2.586.842,85	2.414.742,84	1.342.225,61
11.1.2- Pré-escola	3.525.000,00	1.069.966,05	699.278,44	648.551,01	370.687,61
11.2- Ensino Fundamental	7.134.000,00	1.914.754,98	1.301.461,32	1.216.933,20	613.293,66
12- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (10 + 11)	94.465.000,00	18.442.957,23	11.246.118,44	10.210.197,18	7.196.838,79
INDICADORES DO FUNDEB					
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h) ⁷
13- Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	11.529.167,74	6.658.535,83	5.929.970,13	0,00	0,00
14- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	18.442.957,23	11.246.118,44	10.210.197,18	198.554,51	0,00
15- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal²	VALOR EXIGIDO (i)	VALOR APLICADO (j)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (k)	% APLICADO (l)	
19- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	14.463.951,66	6.658.535,83	6.658.535,83	32,22	
20 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	
21- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
			VALOR NÃO	% NÃO APLICADO	

file:///C:/Users/Micro/AppData/Local/Temp/SIOPE_Mun_2021/TMP1065122772/RR... 01/07/2021

SIOPE

Page 3 of 5

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit) ³		VALOR PERMITIDO (m)	VALOR NÃO APLICADO (n)	APLICADO APÓS AJUSTE (o)	((p)	
22- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício		2.066.278,81	9.416.669,64	9.416.669,64	45,57	
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior) ³	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (q)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (r)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (s)	VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL (t)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR NÃO APLICADO (v)
23- Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	5.077.763,80	2.556.489,07	0,00	0,00	0,00	2.556.489,07
23.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.077.763,80	2.556.489,07	0,00	0,00	0,00	2.556.489,07
23.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<u>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)</u>						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Área de Atuação) ⁶	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	
24- EDUCAÇÃO INFANTIL	33.195.688,99	793.771,28	503.311,10	396.721,68	290.460,18	
24.1- Creche	25.412.688,99	497.046,59	347.502,09	271.079,90	149.544,50	
24.2- Pré-escola	7.783.000,00	296.724,69	155.809,01	125.641,78	140.915,68	
25- ENSINO FUNDAMENTAL	25.881.497,01	5.788.816,28	738.914,82	569.009,41	5.049.901,46	
26- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (24 + 25)	59.077.186,00	6.582.587,56	1.242.225,92	965.731,09	5.340.361,64	
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL				VALOR		
27- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS (FUNDEB E RECEITA DE IMPOSTOS) = (L14(d ou e) + L26(d ou e) + L23.1(t))				12.488.344,36		
28 (-) RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (L7)				10.237.115,68		
29 (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB IMPOSTOS ⁴ = (L14h)				0,00		
30 (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS ^{4 e 7}				0,00		
31 (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L34.1(ac) + L34.2(ac))				4.212,00		
32- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (27 – (28 + 29 + 30 + 31))				2.247.016,68		
<u>APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5</u>			VALOR EXIGIDO (x)	VALOR APLICADO (w)	% APLICADO (y)	
33- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS			18.692.752,08	2.247.016,68	3,01	
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS E DO FUNDEB	SALDO INICIAL (z)	RP LIQUIDADOS (aa)	RP PAGOS (ab)	RP CANCELADOS (ac)	SALDO FINAL (ad)= (z)-(ab)-(ac)	
34- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	15.870.418,60	1.659.371,72	2.017.356,10	4.212,00	13.848.850,50	
34.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	14.720.679,75	1.460.817,21	1.448.917,66	4.212,00	13.267.550,09	
34.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	1.149.738,85	198.554,51	568.438,44	0,00	581.300,41	
34.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<u>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</u>						

file:///C:/Users/Micro/AppData/Local/Temp/SIOPE_Mun_2021/TMP1065122772/RR... 01/07/2021

SIOPE

Page 4 of 5

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
35- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)				12.130.295,37	2.761.231,40
35.1- Salário-Educação				9.563.877,84	2.297.678,27
35.2- PDDE				0,00	0,00
35.3- PNAE				2.438.876,22	463.481,82
35.4 - PNATE				126.490,62	20,62
35.5- Outras Transferências do FNDE				1.050,69	50,69
36- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS				2.141.938,93	2.938,93
37- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO				0,00	0,00
38- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO				0,00	0,00
39- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				10.837,39	10.837,39
40-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO = (35 + 36 + 37 +38 + 39)				14.283.071,69	2.775.007,72
OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Área de Atuação) ⁶	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
41- EDUCAÇÃO INFANTIL	7.131.072,00	3.398.368,93	312.979,56	183.069,23	3.085.389,37
41.1- Creche	7.131.072,00	3.398.368,93	312.979,56	183.069,23	3.085.389,37
41.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- ENSINO FUNDAMENTAL	12.877.994,00	9.390.992,14	611.123,30	498.726,28	8.779.868,84
43- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (41 + 42 + 43 + 44 + 45)	20.009.066,00	12.789.361,07	924.102,86	681.795,51	11.865.258,21
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA Até o Bimestre (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
47- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (12 + 26 + 46)	173.551.252,00	37.814.905,86	13.412.447,22	11.857.723,78	24.402.458,64
47.1- Despesas Correntes	156.960.609,01	37.251.782,96	13.395.487,22	11.841.243,78	23.856.295,74
47.1.1- Pessoal Ativo	127.545.497,01	20.362.546,47	11.828.255,93	10.566.834,98	8.534.290,54
47.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	2.492.500,00	2.466.058,68	529.427,68	529.427,68	1.936.631,00
47.1.4- Outras Despesas Correntes	26.922.612,00	14.423.177,81	1.037.803,61	744.981,12	13.385.374,20
47.2- Despesas de Capital	16.590.642,99	563.122,90	16.960,00	16.480,00	546.162,90
47.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47.2.2- Outras Despesas Capital	16.590.642,99	563.122,90	16.960,00	16.480,00	546.162,90
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA		FUNDEB (ae)		SALÁRIO EDUCAÇÃO (af)	
48- Disponibilidade Financeira em 31 de Dezembro de 2020		5.045.224,29		10.441.019,34	
49- (+) Ingresso de Recursos até o Bimestre (orçamentário)		20.662.788,08		20.877,84	
50- (-) Pagamentos Efetuados até o Bimestre (orçamentário e restos a pagar)		568.438,44		262.135,56	
51- (=) Disponibilidade Financeira até o Bimestre		25.139.573,93		10.199.761,62	
52- (+) Ajustes Positivos (Retenções e Outros Valores Extraorçamentários)		1.424.206,92		0,00	
53- (-) Ajustes Negativos (Outros Valores Extraorçamentários)		0,00		2.163.956,71	
54- (=) Saldo Financeiro Conciliado (Saldo Bancário)		26.563.780,85		8.035.804,91	

FONTE: Sistema: SIOPE, Unidade Responsável: FNDE/MEC, Data da Emissão: 1/7/2021 Hora da Emissão: 11:25:52

file:///C:/Users/Micro/AppData/Local/Temp/SIOPE_Mun_2021/TMP1065122772/RR... 01/07/2021

¹SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (7) maior 0 = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB.
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (7) menor 0 = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB.

²Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

³Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no 1º quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

⁴Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

⁵Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁶As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

⁷Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não deve ser considerado na apuração dos indicadores e limites

⁸Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

ND

© 2021 Ministério da Educação - Todos os direitos reservados

file:///C:/Users/Micro/AppData/Local/Temp/SIOPE_Mun_2021/TMP1065122772/RR... 01/07/2021

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2º BIMESTRE 2021

Publicação Nº 3131121

SIOPE

Page 1 of 5

SISTEMA DE INFORMAÇÕES
SOBRE ORÇAMENTOS
PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO

Imprimir

Tabela 8.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - MUNICÍPIOS

JARAGUÁ DO SUL - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: 2º Bimestre/2021

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	133.968.437,00	78.423.215,24
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	48.437.080,00	42.799.605,19
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	12.621.033,00	7.153.575,12
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	46.410.324,00	18.512.016,52
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	26.500.000,00	9.958.018,41
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	257.635.220,00	101.309.901,38
2.1- Cota-Parte FPM	71.200.000,00	27.762.749,48
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	65.538.590,00	27.762.749,48
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	5.661.410,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	160.000.000,00	62.709.156,34
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	2.500.000,00	894.848,91
2.4- Cota-Parte ITR	35.220,00	1.416,86
2.5- Cota-Parte IPVA	23.900.000,00	9.941.729,79
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	391.603.657,00	179.733.116,62
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5))	50.394.762,00	20.261.980,28
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO EM MDE ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6) + (2.7))	47.506.152,25	24.671.298,88
FUNDEB		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	94.097.282,76	40.367.391,41
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	94.097.282,76	40.367.391,41
6.1.1- Principal	93.999.794,00	40.269.902,65
6.1.2- Rendimento de Aplicação Financeira	97.488,76	97.488,76
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimento de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimento de Aplicação Financeira	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)¹	43.605.032,00	20.007.922,37
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		3.895.485,44
8.1- Superávit do Exercício Imediatamente Anterior		2.556.489,07
8.2- Superávit Residual de Outros Exercícios		1.338.996,37

file:///C:/Users/Micro/AppData/Local/Temp/SIOPE_Mun_2021/TMP1362640021/RR... 01/07/2021



SIOPE

Page 2 of 5

9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)					44.262.876,85
DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) ⁶	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	66.862.489,07	24.346.575,41	19.475.943,50	18.857.509,55	4.870.631,91
10.1- Educação Infantil	28.191.800,00	9.092.701,13	6.900.172,26	6.719.979,15	2.192.528,87
10.1.1- Creche	20.448.800,00	6.367.647,27	4.924.881,25	4.773.104,64	1.442.766,02
10.1.2- Pré-escola	7.743.000,00	2.725.053,86	1.975.291,01	1.946.874,51	749.762,85
10.2- Ensino Fundamental	38.670.689,07	15.253.874,28	12.575.771,24	12.137.530,40	2.678.103,04
11- OUTRAS DESPESAS	30.159.000,00	12.494.492,53	10.168.285,65	9.985.350,83	2.326.206,88
11.1- Educação Infantil	23.025.000,00	8.895.821,29	7.182.908,07	7.046.724,82	1.712.913,22
11.1.1- Creche	19.500.000,00	6.838.658,68	5.496.433,07	5.399.421,54	1.342.225,61
11.1.2- Pré-escola	3.525.000,00	2.057.162,61	1.686.475,00	1.647.303,28	370.687,61
11.2- Ensino Fundamental	7.134.000,00	3.598.671,24	2.985.377,58	2.938.626,01	613.293,66
12- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (10 + 11)	97.021.489,07	36.841.067,94	29.644.229,15	28.842.860,38	7.196.838,79
INDICADORES DO FUNDEB					
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre(d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre(e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre(f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h) ⁷
13- Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	24.346.575,41	19.475.943,50	18.857.509,55	0,00	0,00
14- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	36.841.067,94	29.644.229,15	28.842.860,38	298.416,21	0,00
15- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT Aplicadas em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal²		VALOR EXIGIDO (i)	VALOR APLICADO (j)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (k)	% APLICADO (l)
19- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica		28.257.173,99	19.475.943,50	19.475.943,50	48,25
20 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil		0,00	0,00	0,00	0,00
21- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
				VALOR NÃO	% NÃO APLICADO

file:///C:/Users/Micro/AppData/Local/Temp/SIOPE_Mun_2021/TMP1362640021/RR... 01/07/2021

SIOPE

Page 3 of 5

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit) ³		VALOR PERMITIDO (m)	VALOR NÃO APLICADO (n)	APLICADO APÓS AJUSTE (o)	((p)	
22- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício		4.036.739,14	10.723.162,26	10.723.162,26	26,56	
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior) ³	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (q)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (r)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (s)	VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL (t)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR NÃO APLICADO (v)
23- Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	5.077.763,80	2.556.489,07	2.556.489,07	0,00	0,00	0,00
23.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.077.763,80	2.556.489,07	2.556.489,07	0,00	0,00	0,00
23.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<u>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)</u>						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Área de Atuação) ⁶	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	
24- EDUCAÇÃO INFANTIL	28.313.688,99	1.461.102,79	1.084.247,66	971.043,77	376.855,13	
24.1- Creche	20.530.688,99	987.083,75	751.144,30	670.009,24	235.939,45	
24.2- Pré-escola	7.783.000,00	474.019,04	333.103,36	301.034,53	140.915,68	
25- ENSINO FUNDAMENTAL	30.843.497,01	8.212.589,52	3.276.441,95	3.073.072,49	4.936.147,57	
26- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (24 + 25)	59.157.186,00	9.673.692,31	4.360.689,61	4.044.116,26	5.313.002,70	
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL				VALOR		
27- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS (FUNDEB E RECEITA DE IMPOSTOS) = (L14(d ou e) + L26(d ou e) + L23.1(t))				34.004.918,76		
28 (-) RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (L7)				20.007.922,37		
29 (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB IMPOSTOS ⁴ = (L14h)				0,00		
30 (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS ^{4 e 7}				0,00		
31 (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L34.1(ac) + L34.2(ac))				4.212,00		
32- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (27 – (28 + 29 + 30 + 31))				13.992.784,39		
<u>APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5</u>			VALOR EXIGIDO (x)	VALOR APLICADO (w)	% APLICADO (y)	
33- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS			44.933.279,16	13.992.784,39	7,79	
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS E DO FUNDEB	SALDO INICIAL (z)	RP LIQUIDADOS (aa)	RP PAGOS (ab)	RP CANCELADOS (ac)	SALDO FINAL (ad)= (z)-(ab)-(ac)	
34- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	15.870.418,60	3.484.845,94	3.903.446,81	4.212,00	11.962.759,79	
34.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	14.720.679,75	3.186.429,73	3.235.146,67	4.212,00	11.481.321,08	
34.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	1.149.738,85	298.416,21	668.300,14	0,00	481.438,71	
34.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<u>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</u>						

file:///C:/Users/Micro/AppData/Local/Temp/SIOPE_Mun_2021/TMP1362640021/RR... 01/07/2021

SIOPE

Page 4 of 5

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
35- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)				12.175.584,00	4.961.997,64
35.1- Salário-Educação				9.598.946,95	3.992.880,14
35.2- PDDE				0,00	0,00
35.3- PNAE				2.448.653,76	931.674,96
35.4 - PNATE				126.627,18	37.086,43
35.5- Outras Transferências do FNDE				1.356,11	356,11
36- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS				2.146.006,97	226.196,53
37- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO				0,00	0,00
38- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO				0,00	0,00
39- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				28.364,61	28.364,61
40-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO = (35 + 36 + 37 +38 + 39)				14.349.955,58	5.216.558,78
OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Área de Atuação) ⁶	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
41- EDUCAÇÃO INFANTIL	7.436.072,00	4.093.026,46	1.094.449,18	880.726,27	2.998.577,28
41.1- Creche	7.436.072,00	4.093.026,46	1.094.449,18	880.726,27	2.998.577,28
41.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- ENSINO FUNDAMENTAL	13.459.232,46	10.621.631,90	3.004.136,56	2.448.801,22	7.617.495,34
43- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (41 + 42 + 43 + 44 + 45)	20.895.304,46	14.714.658,36	4.098.585,74	3.329.527,49	10.616.072,62
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA Até o Bimestre (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
47- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (12 + 26 + 46)	177.073.979,53	61.229.418,61	38.103.504,50	36.216.504,13	23.125.914,11
47.1- Despesas Correntes	160.078.336,54	59.722.541,63	37.417.169,75	35.530.479,38	22.305.371,88
47.1.1- Pessoal Ativo	123.319.986,08	39.314.574,82	30.790.560,10	29.768.243,79	8.524.014,72
47.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	3.206.500,00	3.177.892,98	1.617.750,64	1.058.855,36	1.560.142,34
47.1.4- Outras Despesas Correntes	33.551.850,46	17.230.073,83	5.008.859,01	4.703.380,23	12.221.214,82
47.2- Despesas de Capital	16.995.642,99	1.506.876,98	686.334,75	686.024,75	820.542,23
47.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47.2.2- Outras Despesas Capital	16.995.642,99	1.506.876,98	686.334,75	686.024,75	820.542,23
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA		FUNDEB (ae)		SALÁRIO EDUCAÇÃO (af)	
48- Disponibilidade Financeira em 31 de Dezembro de 2020		5.045.224,29		10.441.019,34	
49- (+) Ingresso de Recursos até o Bimestre (orçamentário)		40.367.391,41		55.946,95	
50- (-) Pagamentos Efetuados até o Bimestre (orçamentário e restos a pagar)		668.300,14		375.838,34	
51- (=) Disponibilidade Financeira até o Bimestre		44.744.315,56		10.121.127,95	
52- (+) Ajustes Positivos (Retenções e Outros Valores Extraorçamentários)		960.697,92		0,00	
53- (-) Ajustes Negativos (Outros Valores Extraorçamentários)		0,00		2.166.538,60	
54- (=) Saldo Financeiro Conciliado (Saldo Bancário)		45.705.013,48		7.954.589,35	

FONTE: Sistema: SIOPE, Unidade Responsável: FNDE/MEC, Data da Emissão: 1/7/2021 Hora da Emissão: 11:35:37

file:///C:/Users/Micro/AppData/Local/Temp/SIOPE_Mun_2021/TMP1362640021/RR... 01/07/2021

¹SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (7) maior 0 = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB.
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (7) menor 0 = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB.

²Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

³Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no 1º quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

⁵Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁶ As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

⁷Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não deve ser considerado na apuração dos indicadores e limites

⁸Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

ND


© 2021 Ministério da Educação - Todos os direitos reservados

file:///C:/Users/Micro/AppData/Local/Temp/SIOPE_Mun_2021/TMP1362640021/RR... 01/07/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PR 40-2021

Publicação Nº 3130602

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA SAMAE - SERV. AUT. MUN. ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL CNPJ: 84.438.381/0001-85 Telefone: (47) 2106-9100 Endereço: Rua Erwino Menegotti, 478 - Água Verde CEP: 89254-000 - Jaraguá do Sul	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 40/2021
	Processo Adm.: 40/2021 Data do Processo: 27/05/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 40/2021
b) **Nr. Licitação:** 40/2021 - PR
c) **Modalidade:** Pregão presencial
d) **Data de Homologação:** 25/06/2021
e) **Objeto da Licitação:** AQUISIÇÃO DE MEIO SUPORTE PLÁSTICO PARA SISTEMA DE BIOFILTRAÇÃO DE GASES

Participante: DANNA COMERCIAL EIRELI EPP

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Meio suporte plástico para sistema de biofiltração de gases.	18,000	M3	2.440,00	43.920,00
Total do Participante:					43.920,00
Total Geral:					43.920,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção patrimonial - Samae	25.003.17.122.0300.4402.3.3.90.00.00	R\$ 44.010,00

Jaraguá do Sul, 25/06/2021

ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

Assinatura do Responsável

Jardinópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.883/21 DE 25 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130370

DECRETO Nº 5.883/21 DE 25 DE JUNHO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA LEI 1091/2021 – QUE DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO 2021 DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE JARDINOPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO, Prefeito Municipal do Município de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições de acordo com a legislação em vigor, especialmente a Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 71, IV:

DECRETA

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar abertura de Crédito Adicional Suplementar no orçamento da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Jardinópolis no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) nas dotações abaixo:

Órgão: 01.00 – Câmara de Vereadores

Unidade Orçamentária: 01.01 – Câmara de Vereadores de Jardinópolis

Função: 0001– Legislativa

Sub Função: 0031 – Ação Legislativa

Programa: 0001 – Processo Legislativo

Projeto/Atividade: 1.053 – Aquisição de Mobiliário e Equipamentos da Câmara de Vereadores

Modalidade de Aplicação: 3.4.4.90.00.00 – Aplicação Direta Vinculo 100.1000, com o Valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 2º As fontes de recursos utilizadas para a cobertura do crédito adicional de que trata o artigo 1º é remanejado de dotação a seguir:

Órgão: 01.00 – Câmara de Vereadores

Unidade Orçamentária: 01.01 – Câmara de Vereadores de Jardinópolis

Função: 0001– Legislativa

Sub Função: 0031 – Ação Legislativa

Programa: 0001 – Processo Legislativo

Projeto/Atividade: 2.001 – Manutenção das Atividades da Câmara de Vereadores

Modalidade de Aplicação: 3.3.3.90.00.00 – Aplicação Direta Vinculo 100.1000, com o Valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em Contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis-SC, em 25 de Junho de 2021.

MAURO FRANCISCO RISSO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

NILSON JOSÉ ZATTI

Chefe de Gabinete.

DECRETO Nº 5.884/21 DE 25 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130372

DECRETO Nº 5.884/21 DE 25 DE JUNHO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA LEI 1092/2021 – QUE DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO 2021 DO MUNICÍPIO DE JARDINOPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO, Prefeito Municipal do Município de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições de acordo com a legislação em vigor, especialmente a Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 71, IV:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar abertura de Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município de Jardinópolis no valor de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) nas dotações abaixo:

Órgão: 04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

Unidade Orçamentária: 04.02 – Departamento de Cultura

Função: 0013– Educação
Sub Função: 0392 – Difusão Cultural
Programa: 0007 – Valorização da Cultura
Projeto/Atividade: 2.040 – Manutenção da Biblioteca Pública
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00 – Aplicação Direta Vinculo 100.1000, com o Valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Órgão: 04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Educação
Função: 0012– Educação
Sub Função: 0365 – Educação Infantil
Programa: 0006 – Criança na Escola
Projeto/Atividade: 1.049 – Construção da Creche
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00 – Aplicação Direta Vinculo 101.1001, com o Valor de R\$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais).

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 08.02 – Obras e Serviços Urbanos
Função: 0027- Desporto e Lazer
Sub Função: 0813 – Lazer
Programa: 0015 – Urbanismo
Projeto/Atividade: 1.040 – Implantação de Praça Municipal
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Aplicação Direta Vinculo 100.1000, com o Valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 2º As fontes de recursos utilizadas para a cobertura do crédito adicional de que trata o artigo 1º é remanejado de dotação a seguir:

Órgão: 04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Educação
Função: 0012– Educação
Sub Função: 0365 – Educação Infantil
Programa: 0006 – Criança na Escola
Projeto/Atividade: 2.014 – Manutenção das Atividades de Ensino Infantil
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00 – Aplicação Direta Vinculo 101.1001, com o Valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Órgão: 04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Educação
Função: 0012– Educação
Sub Função: 0365 – Educação Infantil
Programa: 0006 – Criança na Escola
Projeto/Atividade: 2.015 – Manutenção da Creche Municipal
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00 – Aplicação Direta Vinculo 101.1001, com o Valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Órgão: 04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Educação
Função: 0012– Educação
Sub Função: 0364 – Ensino Superior
Programa: 0006 – Criança na Escola
Projeto/Atividade: 1.005 – Incentivo ao Ensino Superior
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Aplicação Direta Vinculo 100.1000, com o Valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

Órgão: 04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
Unidade Orçamentária: 04.02 – Departamento de Cultura
Função: 0013– Educação
Sub Função: 0392 – Difusão Cultural
Programa: 0007 – Valorização da Cultura
Projeto/Atividade: 1.007 – Resgate Histórico e Comemoração ao Aniversário do Município
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Aplicação Direta Vinculo 100.1000, com o Valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em Contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis-SC, em 25 de Junho de 2021.
MAURO FRANCISCO RISSO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

NILSON JOSÉ ZATTI
Chefe de Gabinete.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2021

Publicação Nº 3132396

Estado de Santa Catarina

Município de Jardinópolis – SC

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de registro de preço Nº 37/2021

Processo Adm. Nº 55/2021.

Edital: PREGÃO PRESENCIAL (Registro de Preços) Nº 39/2021.

Contratada: TOP BRAZIL TEXTIL EIRELI

Inscrita no CNPJ: sob Nº 13.304.528/0001-04

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA POSSÍVEL FORNECIMENTO DE CAMISETAS PERSONALIZADAS, COM TAMANHOS E ESTAMPAS DIVERSIFICADAS, CONFORME AÇÕES DURANTE O ANO, PARA O SETOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PRAZO: A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, sendo de 02 de julho de 2021, e perdurará até a data de 02 de julho de 2022.

Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: pelo SITE www.jardinopolis.sc.gov.br ou jardinopolis.atende.net ou Prefeitura de Jardinópolis localizada na Avenida Getúlio Vargas, 815, nos dias úteis, das Segundas às Sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo fone (49)3337-0004.

Jardinópolis - SC, 02 de julho de 2021

MAURO FRANCISCO RISSO

PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº55/2021

Publicação Nº 3132361

**MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS**

Compras e Contratos

Termo Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 2105 Ano - Minuta - Licitação: 2021 Número -
Minuta - Licitação: 55 códigoCliente: 2105 anoMinuta: 2021 cotaCredenciamento: 0

Pág 1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**Pregão**
Para Aquisição de Bens
39/2021
Processo Administrativo: 55/2021

Ao Sr(a). MAURO FRANCISCO RISSO tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Decreto nº 5755/2021.

Homologo

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 39/2021, o(s) participante(s):

49581 - TOP BRAZIL TEXTIL EIRELI						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	BABYLOOK DE TECIDO VISCOLYCRA: 96% VISCOSE E 4% ELASTANO, DE CORES E TAMANHOS DIVERSIFICADOS, COM ESTAMPAS DAS AÇÕES E CAMPANHAS QUE FOREM DESENVOLVIDAS DURANTE O ANO. TECIDO DE PRIMEIRA QUALIDADE. COM COSTURAS E ACABAMENTO PERFEITO. PODENDO SER GOLA EM V OU GOLA REDONDA.	UNIDADE		300	R\$40,00	R\$12.000,00
2	CAMISETA DE MALHA DE ALGODÃO DE QUALIDADE E DE CORES E TAMANHOS DIVERSIFICADOS, COM ESTAMPAS DAS AÇÕES E CAMPANHAS QUE FOREM DESENVOLVIDAS DURANTE O ANO. TECIDO DE PRIMEIRA QUALIDADE. COM COSTURAS E ACABAMENTO PERFEITO. PODENDO SER GOLA EM V OU GOLA REDONDA.	UNIDADE		300	R\$39,50	R\$11.850,00
Total do Fornecedor:						R\$23.850,00

Jardinópolis, 2 de julho de 2021.

MAURO FRANCISCO RISSO
Prefeito(a) Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

ATA 129/2020/PMJ - TA 01

Publicação Nº 3132101

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2020/PMJ – TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, SC, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Centro de Joaçaba/SC, CEP 89600-000, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, como órgão gerenciador, representada neste ato pela Secretária, TÂNIA APARECIDA DURIGON, e a empresa NC COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 38.240.441/0001-33, estabelecida na Rua Governador Jorge Lacerda, 1141, Município de Ouro/SC, doravante denominada DETENTORA, representada neste ato por EDILSON ANTONIO BOARETO, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO à Ata de Registro de Preços nº 129/2020/PMJ, firmada em 21 de dezembro de 2020, proveniente do Processo de Licitação nº 76/2020/PMJ - Pregão Eletrônico nº 40/2020/PMJ, para Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais, observando-se o disposto no inciso II, "d", do art. 65 da Lei 8.666/93.

Este instrumento tem por objeto alterar o preço dos itens 40, 45 e 49 do fornecedor registrado, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro entre as partes, passando a ter a seguinte redação, a contar do dia 02 de julho de 2021:

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO INICIAL R\$	VALOR UNITÁRIO REVISADO R\$
40	6.000	un	Queijo tipo mussarela fatiado - embalagem de 150 gr – a embalagem original deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade de produto, número do registro no Ministério da Agricultura / SIF / DIPOA, carimbo de inspeção do SIF e atender as especificações técnicas da ANVISA e INMETRO.	GARCIA	5,43	6,09
45	18.000	kg	Carne de frango - sobre coxa congelada. Firme e com odor agradável. Acondicionada em pacote de 01 quilo, rotulado. A embalagem deve estar intacta. A rotulagem deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: peso; data de processamento; data de validade; carimbo de inspeção estadual ou federal; procedência; nome e/ou marca; lote e informações nutricionais.	VIBRA	7,09	7,75
49	8.000	kg	Peito de frango sem osso e sem pele (não embalado a vácuo). Acondicionado em pacote de 01 quilo, rotulado. A embalagem deve estar intacta. A rotulagem deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: peso; data de processamento; data de validade; carimbo de inspeção estadual ou federal; procedência; nome e/ou marca; lote e informações nutricionais.	SUBLIME SUL	9,67	12,15

Joaçaba, 01 de julho de 2021
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TÂNIA APARECIDA DURIGON – Secretária

NC COMERCIAL LTDA
EDILSON ANTONIO BOARETO

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

CONTRATO 002/2021/PMJ - TA 02

Publicação Nº 3132093

CONTRATO Nº 002/2021/PMJ – TA 02

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3A46984C66AD2EE2213B8AD6C7E3CE0B0D32A81F

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, SC, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, por intermédio da SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA, representada neste ato pelo Secretário Sr. VILSON SARTORI, e a Empresa TRIÂNGULO ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.816.075/0001-24 estabelecida na Linha Triângulo, KM 47, Bairro Interior, no Município de Ibicaré SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Alexandre Caldeira, portador do documento de identidade nº 6.129.029-0 e inscrito no CPF/MF sob o nº 033.034.619-96, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 02/2021/PMJ, firmado em 26/01/2021, proveniente do Processo de Licitação nº 78/2020/PMJ – Edital TP nº 13/2020/PMJ, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação das ruas discriminadas na cláusula quarta deste instrumento., mediante os seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO**

Em face à dilação de prazo de trinta dias solicitada pela CONTRATADA, devidamente analisada pelo Fiscal do contrato e deferida pelo Secretário de Infraestrutura e Agricultura, o subitem 2.2 do instrumento contratual passa a ter a seguinte redação:

1.2. A CONTRATADA deverá entregar a obra, completamente executada, em até 06 (seis) meses contados do recebimento da Ordem de Serviço Inicial.

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

O subitem 3.1 do contrato, passa a ter a seguinte redação:

2.1. O presente contrato terá vigência de 06 (seis) meses, contados do recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial, podendo ser prorrogado, na forma da lei.

Diante disto, a vigência do contrato fica prorrogada para 31 de julho de 2021, em conformidade com o disposto no § 1º, II, do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 01 de julho de 2021.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

VILSON SARTORI – Secretário

TRIÂNGULO ENGENHARIA LTDA

ALEXANDRE CALDEIRA

Testemunhas:

1 _____

2 _____

CONTRATO 213/2020/PMJ - TA 03

Publicação Nº 3132096

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E6CCC57A52D16EE743E5DBE567484ECBF03ED728

CONTRATO Nº 213/2020/PMJ – TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, SC, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, representado neste ato pelo Prefeito, Sr. DIOCLÉSIO RAGNINI, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO, e a empresa MAXI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.402.398/0001-60 estabelecida na Av. Presidente Kennedy, Bairro Campinas, no Município de São José, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por Sr. Aldair Carlos Hepp, portador do documento de Identidade nº 2.039.424, inscrito no CPF/MF sob o nº 622.743.259-87, residente e domiciliado na Servidão Alexandre Berto da Silveira, nº 25, bairro Saco dos Limões na cidade de Florianópolis, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 213/2020/PMJ, firmado em 20/08/2020, proveniente do o Processo de Licitação nº 43/2020/PMJ – Edital TP nº 05/2020/PMJ, homologado em 20 de agosto de 2020, cujo objeto é a execução, pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a reforma, ampliação e regularização do Centro de Referência do Idoso, localizado na Rua Antônio Nunes Varela, nº 1374, bairro Vila Pedrini, neste Município, mediante os seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO**

Com vistas à melhor adequação do objetivo da contratação, os quantitativos de alguns itens das planilhas que serviram de base para o contrato original, em virtude dos acréscimos necessários solicitados pela CONTRATADA, revistos e devidamente acompanhados pela fiscalização da obra, devidamente avaliados pela procuradoria jurídica, passam a vigorar de acordo com o Parecer Técnico da fiscalização, em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO**

Em virtude da adequação nos quantitativos supramencionada na cláusula primeira deste Termo, o valor do contrato fica acrescido em R\$ 49.735,95 (quarenta e nove mil setecentos e trinta e cinco reais e noventa e cinco centavos), correspondentes a 4.695% do valor inicialmente contratado.

Diante do acréscimo, o valor global contratado para a execução do objeto passa a totalizar R\$ 1.051.006,19 (um milhão e cinquenta e um mil e seis reais e dezenove centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 01 de julho de 2021

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

DIOCLÉSIO RAGNINI – Prefeito

MAXI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

ALDAIR CARLOS HEPP

Testemunhas:

1 _____ 2 _____

DECRETO Nº 6.258 DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3132009

DECRETO Nº 6.258 DE 30 DE JUNHO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE ANULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA AO ORÇAMENTO VIGENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA/SC.”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.424/2021,

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Câmara de Vereadores de Joaçaba autorizada a anular a dotação orçamentária do orçamento vigente conforme abaixo descrito:

Entidade: 01 Câmara de Vereadores de Joaçaba

Unidade: 01 Câmara de Vereadores de Joaçaba

Proj/Ativ: 2.001 Manutenção do Poder Legislativo

1.3.1.90.00.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas 100.000,00

Total 100.000,00

Entidade: 01 Câmara de Vereadores de Joaçaba

Unidade: 01 Câmara de Vereadores de Joaçaba

Proj/Ativ: 2.001 Manutenção do Poder Legislativo

5.4.4.90.00.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas 100.000,00

Total 100.000,00

Art. 2º - O valor anulado de que trata o artigo 1º servirá para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Entidade: 01 Câmara de Vereadores de Joaçaba

Unidade: 01 Câmara de Vereadores de Joaçaba

Proj/Ativ: 2.001 Manutenção do Poder Legislativo

2.3.3.90.00.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas Oper. Intra. Orçam 200.000,00

Total 200.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 30 de junho de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

EXTRATO PE 22/2021/PMJ

Publicação Nº 3132132

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 560D0DC94497F5F1A192ABB10BB9900456712CFC

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2021/PMJ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2021/PMJ

Objeto: aquisição de software e equipamentos topográficos, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação da Prefeitura de Joaçaba. Forma de Julgamento: Menor preço por lote. Data e horário de abertura da sessão: 14/07/2021 às 13h30 através do site www.portaldecompraspublicas.com.br. Data de apresentação da proposta: até o dia 14/07/2021. Horário limite: 13h20. O edital está disponível no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Joaçaba, situado na Av. XV de Novembro, 378 - Centro - Joaçaba, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 13h às 19h, e nos sites www.joacaba.sc.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao endereço citado acima, pelo telefone (49) 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 01 de julho de 2021.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO
JORGE DRESCH - SECRETÁRIO

LEI Nº 5.421 DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3131945

LEI Nº 5.421 DE 30 DE JUNHO DE 2021.

"AUTORIZA A RECEBER POR DOAÇÃO IMÓVEIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,
LEI :

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber por doação, do Estado de Santa Catarina, um imóvel com área de 3.530,61 m² (três mil quinhentos e trinta vírgula sessenta e um metros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 30.223, no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba, e cadastrado sob o nº 02577 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA), ratificando os atos decorrentes da Lei Estadual nº 18.127 de 01 de junho de 2021.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber por doação do Estado de Santa Catarina um imóvel com área de 12.944,39 m² (doze mil novecentos e quarenta e quatro vírgula trinta e nove metros quadrados), com benfeitorias não averbadas, matriculado sob o nº 34.347, no 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba, e cadastrado sob o nº 02573 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA), ratificando os atos decorrentes da Lei Estadual nº 18.128 de 01 de junho de 2021, que alterou a Lei Estadual nº 16.644 de 24 de junho de 2015.

Art. 3º Os bens imóveis de que tratam os arts. 1º e 2º da presente Lei serão incorporados ao patrimônio público do Município de Joaçaba.

Art. 4º As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente do Município de Joaçaba.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei Municipal nº 4.338/2013.

Joaçaba(SC), em 30 de junho de 2021.
DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

LEI Nº 5.422 DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3131954

LEI Nº 5.422 DE 30 DE JUNHO DE 2021.

"OBRIGA OS CONDOMÍNIOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA/SC A COMUNICAREM A OCORRÊNCIA OU INDÍCIO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E/OU FAMILIAR, VERIFICADAS NAS RESPECTIVAS DEPENDÊNCIAS E/OU UNIDADE CONTRA MULHERES, CRIANÇAS, ADOLESCENTES, IDOSOS OU PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,
LEI :

Art. 1º - Os condomínios residenciais, comerciais ou mistos localizados no município de Joaçaba/SC, por meio de seus síndicos e/ou administradores devidamente constituídos, deverão encaminhar comunicação à Polícia Civil, Polícia Militar ou a outro órgão de Segurança Pública,

bem como ao CRAS, ao CREAS e ao Conselho Tutelar, quando houver, em suas unidades condominiais ou nas áreas comuns, a ocorrência ou indícios de episódios de violência doméstica e/ou familiar contra mulheres, crianças e adolescentes, idosos ou portadores de necessidades especiais.

§ 1º - Ficam os moradores do Município de Joaçaba, os quais suas residências fazem parte do programa Rede de Vizinhos da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, obrigados a realizar a comunicação que se refere o caput desse artigo.

§ 2º - A comunicação a que se refere o caput desse artigo deverá ser realizada de imediato, por ligação telefônica ou através de aplicativo móvel, nos casos de ocorrência em andamento e, por escrito, por via física ou digital, nas demais hipóteses, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após a ciência do fato, contendo informações que possam contribuir para a identificação da possível vítima e do possível agressor.

Art. 2º - Os condomínios deverão afixar, nas áreas de uso comum, cartazes, placas ou comunicados divulgando o disposto na presente lei, solicitando e incentivando condôminos a notificarem o síndico e/ou administrador quando tomarem conhecimento da ocorrência ou de indícios de episódios de violência doméstica e/ou familiar no interior do condomínio.

Art. 3º - O descumprimento do disposto nesta Lei poderá sujeitar o condômino infrator, garantidos a ampla defesa e o contraditório, às seguintes penalidades administrativas:

I – advertência, quando da primeira autuação da infração; e

II – multa, a partir da segunda autuação.

Parágrafo Único – A multa prevista no inciso II poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo, a depender das circunstâncias das infrações, devendo ainda os valores apurados serem revertidos em favor de fundos e programas de proteção aos direitos da mulher, da criança, do adolescente, do idoso ou do portador de necessidades especiais.

Art. 4º - Poderá o Poder Executivo regulamentar esta Lei em todos os aspectos necessários à sua efetiva aplicação.

Joaçaba(SC), em 30 de junho de 2021.
DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

LEI Nº 5.423 DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3131995

LEI Nº 5.423 DE 30 DE JUNHO DE 2021.

“DENOMINA E DELIMITA VIAS PÚBLICAS DOS LOTEAMENTOS SOLAR DO VALE E JARDIM EUROPA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI :

Art. 1º - As vias do Loteamento Solar do Vale passam a ter a seguinte denominação e delimitação:

I - Fica denominada como Rua Lombardia, a rua “A” do Loteamento Solar do Vale, com a seguinte delimitação:

Início: na praça de retorno, final da Rua Piemonte, junto ao lote 18 da quadra “A” do Loteamento Solar do Vale.

Fim: na praça de retorno entre o lote 01 da quadra “A” e lote 08 da quadra “D”.

II - Fica denominada como Rua Tancredo Neves, a rua “B” do Loteamento Solar do Vale, com a seguinte delimitação:

Início: na Rua Tancredo Neves, junto aos lotes, “11” da quadra “E” e “01” da quadra “D” do Loteamento Solar do Vale.

Fim: na Rua Vêneto do Loteamento Solar do Vale.

III - Fica denominada como Rua Sicília, a rua “C” do Loteamento Solar do Vale, com a seguinte delimitação:

Início: no entroncamento formado pelo final da Rua Laurindo da Luz e início da Rua Vêneto do Loteamento Solar do Vale.

Fim: Na praça de retorno, início da Rua Piemonte, junto aos lotes “34” da quadra “A” e “03” da quadra “B” do Loteamento Solar do Vale.

IV - Fica denominada como Rua Laurindo da Luz, a rua “D” do Loteamento Solar do Vale, com a seguinte delimitação:

Início: na Rua Laurindo da Luz, junto aos lotes, “01” da quadra “E” e “01” da quadra “F” do Loteamento Solar do Vale.

Fim: no lote 05 da quadra “E” e início das ruas Vêneto e Sicília do Loteamento Solar do Vale.

V - Fica denominada como Rua Piemonte, a rua “E” do Loteamento Solar do Vale, com a seguinte delimitação:

Início: na praça de retorno, final da Rua Sicília, junto aos lotes “33” da quadra “A” e “03” da quadra “B” do Loteamento Solar do Vale.

Fim: na praça de retorno, início da Rua Lombardia, junto ao lote 19 da quadra “A” e 13 da quadra “B” do Loteamento Solar do Vale.

VI - Fica denominada como Rua Toscana, a rua “F” do Loteamento Solar do Vale, com a seguinte delimitação:

Início: na Rua “Sicília”, na esquina com os lotes 01 da quadra “B” e 03 da quadra “C” do Loteamento Solar do Vale.

Fim: na Rua Lombardia.

VII - Fica denominada como Rua Vêneto, a rua "G" do Loteamento Solar do Vale, com a seguinte delimitação:

Início: no entroncamento formado pelo final da Rua Laurindo da Luz e início da Rua Sícilia junto ao lote 06 da quadra "E" do Loteamento Solar do Vale.

Fim: Na Rua Lombardia.

Art. 2º - As vias do Loteamento Jardim Europa passam a ter a seguinte denominação e delimitação:

I - Fica denominada como Rua Itália, a rua "A" do Loteamento Jardim Europa, com a seguinte delimitação:

Início: na Rua Dr. José Firmo Bernardi, na esquina formada pelas Áreas Institucionais 01 e 02.

Fim: na praça de retorno junto a Área Institucional 03.

II - A rua "B" do Loteamento Jardim Europa fica fazendo parte da Rua Dr. José Firmo Bernardi na seguinte delimitação:

Início: Rua Dr. José Firmo Bernardi junto aos lotes 06 da quadra "C" e 01 da quadra "F".

Fim: Rua Dr. José Firmo Bernardi junto aos lotes 01 da quadra "D" e Área Institucional 01 da quadra "A".

III - Fica denominada como Rua Espanha, a rua "C" do Loteamento Jardim Europa, com a seguinte delimitação:

Início: na Rua Bélgica, esquina formada pelos lotes 12 da quadra "E" e 06 da quadra "G".

Fim: na Rua Grécia.

IV - Fica denominada como Rua França, a rua "D" do Loteamento Jardim Europa, com a seguinte delimitação:

Início: na Rua Bélgica, esquina formada pelos lotes 12 da quadra "G" e 06 da quadra "H".

Fim: na Rua Grécia.

V - Fica denominada como Rua Alemanha, a rua "E" do Loteamento Jardim Europa, com a seguinte localização:

Início: no fim da Rua Grécia, junto aos lotes 14 da quadra "D" e 07 da quadra "H".

Fim: no fim da Rua Bélgica, junto ao lote 11 da quadra "H".

VI - Fica denominada como Rua Grécia, a rua "G" do Loteamento Jardim Europa, com a seguinte localização:

Início: na Rua Dr. José Firmo Bernardi junto aos lotes 01 da quadra "D" e 01 da quadra "E".

Fim: no início da Rua Alemanha, junto aos lotes 13 da quadra "D" e 01 da quadra "H".

VII - Fica denominada como Rua Suécia, a rua "H" do Loteamento Jardim Europa, com a seguinte delimitação:

Início: na Rua Dr. José Firmo Bernardi, esquina formada pelos lotes 04 da quadra "B" e 04 da quadra "C".

Fim: na Rua Itália.

VIII - Fica denominada como Rua Bélgica, a rua "I" do Loteamento Jardim Europa, com a seguinte delimitação:

Início: na Rua Dr. José Firmo Bernardi, esquina formada pelos lotes 06 da quadra "E" e 01 da quadra "F".

Fim: no fim da Rua Alemanha, junto aos lotes 14 da quadra "F" e 11 da quadra "H".

Art. 3º - Ficam revogadas a Lei nº 4.610 de 09 de junho de 2015, a Lei nº 5.080 de 20 de abril de 2017 e a Lei nº 5.155 de 28 de fevereiro de 2018.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 30 de junho de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

LEI Nº 5.424 DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3132005

LEI Nº 5.424 DE 30 DE JUNHO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE ANULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA AO ORÇAMENTO VIGENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA/SC."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º - Fica a Câmara de Vereadores de Joaçaba autorizada a anular a dotação orçamentária do orçamento vigente conforme abaixo descrito:

Entidade: 01 Câmara de Vereadores de Joaçaba

Unidade: 01 Câmara de Vereadores de Joaçaba

Proj/Ativ: 2.001 Manutenção do Poder Legislativo

1.3.1.90.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas 100.000,00

Total 100.000,00

Entidade: 01 Câmara de Vereadores de Joaçaba

Unidade: 01 Câmara de Vereadores de Joaçaba

Proj/Ativ: 2.001 Manutenção do Poder Legislativo

5.4.4.90.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas 100.000,00

Total 100.000,00

Art. 2º - O valor anulado de que trata o artigo 1º servirá para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Entidade: 01 Câmara de Vereadores de Joaçaba

Unidade: 01 Câmara de Vereadores de Joaçaba

Proj/Ativ: 2.001 Manutenção do Poder Legislativo

2.3.3.90.00.00.00.00.0000.0 – Aplicações Diretas Oper. Intra. Orçam 200.000,00

Total 200.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 30 de junho de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

PL 55/2021/PMJ TP 12/2021/PMJ

Publicação Nº 3131991

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 19BA024818212D5F37D7756E87E7EB997CFDD184

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2021/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 12/2021/PMJ

Objeto: contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para construção de rede de drenagem pluvial, interligando a Rua Minas Gerais e a Avenida Caetano Natal Branco, no perímetro urbano de Joaçaba, SC..Forma de julgamento: Menor Preço – Global. Forma de execução: Empreitada por preço Unitário. Data da abertura: Dia 19/07/2021, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h50min, do dia 19/07/2021 no Setor de Protocolo da Prefeitura. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, situada na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 30 de junho de 2021.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

VILSON SARTORI - Secretário

PORTARIA Nº 1.135

Publicação Nº 3132187

PORTARIA Nº 1.135 DE 29 DE JUNHO DE 2021

“NOMEIA COMISSÃO QUE ESPECÍFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Comissão para análise dos pedidos de Remoção/Lotação da rede municipal de ensino, Edital nº 01/2021, em conformidade com o art. 36 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011.

Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Daniela Borsoi Dalla Lasta

Luciana Reese Pereira Tesser

Sherlon Cristina de Bastiani

Representante da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira:

Rafael Martini Veiga

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Joaçaba:

Juliana Gasparini Mott

Sandra Schindler Zanella

Representantes do Conselho Municipal de Educação:
Ruth Specht

Art. 2º - Os serviços prestados pela Comissão ora nomeada, serão executados à título gratuito, sem ônus para o Município, tendo em vista o relevante interesse público.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 29 de junho de 2021.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.136

Publicação Nº 3132225

PORTARIA Nº 1.136 DE 29 DE JUNHO DE 2021
"DESIGNA SERVIDOR QUE ESPECÍFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o(a) Sr(a). TAIZE KEITI LOPES, Assistente Social, para atuar como Coordenadora Municipal do Programa Bolsa Família na Secretaria Municipal de Educação, em atendimento ao Decreto Federal nº 5.209 de 17 de setembro de 2004 e conforme memorando nº 224/2021 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 29 de junho de 2021.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.137

Publicação Nº 3132229

PORTARIA Nº 1.137 DE 30 DE JUNHO DE 2021
"PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 31 de dezembro de 2021, do(a) Senhor(a) SILVANA BESEN, Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, em virtude do aumento da demanda no Centro de Triagem, conforme memorando n.º 311/2021 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 30 de junho de 2021
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.138

Publicação Nº 3132231

PORTARIA Nº 1.138 DE 30 DE JUNHO DE 2021
"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir de 30 de junho de 2021, do(a) Sr.(a) IZADORA MACIEL DE SOUZA, Médico(a), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e alterações, conforme requerimento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 30 de junho de 2021.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.139

Publicação Nº 3132233

PORTARIA Nº 1.139 DE 30 DE JUNHO DE 2021
"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir de 30 de junho de 2021, do(a) Sr.(a) SOLANGE RIBEIRO, Enfermeiro, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e alterações, em virtude da troca de contrato.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 30 de junho de 2021.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.140

Publicação Nº 3132236

PORTARIA Nº 1.140 DE 30 DE JUNHO DE 2021
"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir de 30 de junho de 2021, do(a) Sr.(a) SIMONE APARECIDA MOSLINGER STEFANES BELLAN, Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, em virtude da troca de contrato.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 30 de junho de 2021.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.141

Publicação Nº 3132237

PORTARIA Nº 1.141 DE 01 DE JULHO DE 2021

"REVERTE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. – REVERTER, o(a) Sr.(a) MARCOS ANTONIO CALAI KRANZ, para exercer o cargo de Técnico de Administração, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Administração e Financeira, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011, com base nos artigos 25 e 26 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba e mediante parecer de junta médica oficial.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 01 de julho de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.142

Publicação Nº 3132238

PORTARIA Nº 1.142 DE 01 DE JULHO DE 2021

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de apurar eventual descumprimento das obrigações funcionais do servidor A.C.D.S., garantindo contraditório e ampla defesa, conforme Boletim de Ocorrência nº 00555.2021.0000425, memorando nº 227/2021 da Secretaria Municipal de Educação e Parecer nº 14/2021 da Secretaria de Transparência, Controle e Gestão Pública.

Art. 2º - DESIGNAR os servidores, HELLEN CHRISTIAN WIEST DABROWSKI, JULIANA KUSNIER E MATHEUS FELIPE SURDI para conduzirem a Comissão, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através da Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013, Decreto n.º 5.858 de 28 de janeiro de 2020, Decreto nº 6.042 de 18 de setembro de 2020 e Decreto nº 6.206 de 05 de abril de 2021.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 01 de julho de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.143

Publicação Nº 3132239

PORTARIA Nº 1.143 DE 01 DE JULHO DE 2021

"AFASTA PREVENTIVAMENTE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 142 da Lei Complementar 76/2003,

RESOLVE:

Art. 1º. – AFASTAR PREVENTIVAMENTE das atividades funcionais, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, o(a) servidor(a) A.C.D.S., conforme art. 142, parágrafo único da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003, art. 147 da Lei nº 8.112/1990 em virtude da instauração de Processo Administrativo Disciplinar através da Portaria nº 1.142/2021.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 01 de julho de 2021
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.144

Publicação Nº 3132240

PORTARIA Nº 1.144 DE 01 DE JULHO DE 2021
"PRORROGAR O AFASTAMENTO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 142 da Lei Complementar 76/2003,

RESOLVE:

Art. 1º. – PRORROGAR O AFASTAMENTO das atividades funcionais, pelo prazo de 30 (trinta) dias, o(a) servidor(a) E.L., conforme art. 142, parágrafo único da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003, art. 147 da Lei nº 8.112/1990 em virtude da instauração de Processo Administrativo Disciplinar e conforme memorando nº 337/2021 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 01 de julho de 2021
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO

Publicação Nº 3131323

TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO APÓS CONVOCAÇÃO

Tendo em vista contato por telefone do candidato(a) Sr(a) JUSSARA APARECIDA LOPES AMORA, Cargo de Auxiliar de Serviços Internos, classificado em 12º lugar, referente ao Edital de Chamada Publica n.º 02/2020 SMS, fica registrado a passagem para o final da lista de classificação, possibilitando a 2ª chamada conforme item 7 do referido edital.

Este termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 28 de junho de 2021.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 217/2021**

Publicação Nº 3131368

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 217/2021 DE 29.06.2021

Patrícia Callegari Warken, Diretora- Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Evandro Castanha (Matr. 186), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Obras, P-3, N-1, Ref. F-1, referente ao período aquisitivo compreendido entre 04.08.2019 à 03.08.2020, para serem fruídas no período de 14.07.2021 à 23.07.2021, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 14 de julho de 2021, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 29 de junho de 2021.
Patrícia Callegari Warken
Diretora- Presidente

PORTARIA JHL 218/2021

Publicação Nº 3131374

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 218/2021 DE 29.06.2021

Patrícia Callegari Warken, Diretora - Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Cassio Antônio de Sordi (Matr. 55), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, P-3, N-3, Ref. J-8, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.09.2019 à 31.08.2020, para serem fruídas no período de 12.07.2021 à 21.07.2021, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 12 de julho de 2021, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 29 de junho de 2021.
Patrícia Callegari Warken
Diretora- Presidente

PORTARIA JHL 219/2021

Publicação Nº 3131380

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 219/2021/2021 DE 29.06.2021

Patrícia Callegari Warken, Diretora -Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 11 (onze) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Arlindo Marques da Silva (Matr. 113), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Encanador, P-4, N-2, Ref. E-4, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03.10.2019 à 02.10.2020, para serem fruídas no período de 20.07.2021 à 30.07.2021 de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 20 de julho de 2021, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 29 de junho de 2021.
Patrícia Callegari Warken
Diretora -Presidente

PORTARIA JHL 220/2021

Publicação Nº 3131382

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 220/2021 DE 29.06.2021

Patrícia Callegari Warken, Diretora- Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 12 (doze) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Carina Daiana Recalcatti (Matr. 165), ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-1, Ref.G-1, referente ao período aquisitivo de 01.08.2019 a 31.07.2020, para serem fruídas no período de 19.07.2021 à 30.07.2021, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 19 de julho de 2021 obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 29 de junho de 2021.
Patrícia Callegari Warken
Diretora- Presidente

PORTARIA JHL 221/2021

Publicação Nº 3131385

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 221/2021 DE 29.06.2021

Patrícia Callegari Warken, Diretora- Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 12 (doze) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Alex Estival Datsch (Matr. 168), ocupante do Cargo de Agente de Obras, P-3, N-1, Ref. G-1, referente ao período aquisitivo de 01.10.2019 a 30.09.2020, para serem fruídas no período de 26.07.2021 à 06.08.2021, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 26 de julho de 2021, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 29 de junho de 2021.
Patrícia Callegari Warken
Diretora- Presidente

PORTARIA JHL 222/2021

Publicação Nº 3131390

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 222/2021 DE 29.06.2021

Patrícia Callegari Warken, Diretora- Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 12 (doze) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Wilian Sartor Sganzerla (Matr. 152), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Engenheiro, P-8, N-1, Ref.I-2, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.04.2020 à 31.03.2021, para serem fruídas no período de 19.07.2021 à 30.07.2021, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 19 de julho de 2021, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 29 de junho de 2021.

Patrícia Callegari Warken
Diretora- Presidente

PORTARIA JHL 223/2021

Publicação Nº 3131391

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 223/2021 DE 29.06.2021

Patrícia Callegari Warken, Diretora- Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 15 (quinze) dias de Férias Regulamentares, o Servidor Christiano Luiz Amancio Ferreira (Matr. 138), ocupante do Cargo de Agente de Obras, P-3, N-2, Ref.A-3, referente ao período aquisitivo de 01.02.2020 a 31.01.2021, para serem fruídas no período de 16.07.2021 à 30.07.2021, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 16 de julho de 2021, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 29 de junho de 2021.

Patrícia Callegari Warken
Diretora- Presidente

PORTARIA JHL 224/2021

Publicação Nº 3131394

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 224/2021 DE 29.06.2021

Patrícia Callegari Warken, Diretora -Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 15 (quinze) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Maurício Ricardo Dahmer (Matr. 174), ocupante do Cargo de Oficial de Informática, P-7, N-1, Ref.G-1, referente ao período aquisitivo de 01.10.2019 à 30.09.2020, para serem fruídas no período de 12.07.2021 à 26.07.2021, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 12 de julho de 2021, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 29 de junho de 2021.

Patrícia Callegari Warken
Diretora -Presidente

PORTARIA JHL 225/2021

Publicação Nº 3131403

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 225/2021 DE 29.06.2021

Patrícia Callegari Warken, Diretora- Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 15 (quinze) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Julio Cesar Trindade de Mattos (Matr. 193), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Advogado, P-8, N-1. Ref E-1, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06.07.2019 a 05.07.2020, para serem fruídas no período de 05.07.2021 à 19.07.2021, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 05 de julho de 2021, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 29 de junho de 2021.

Patrícia Callegari Warken
Diretora- Presidente

PORTARIA JHL 226/2021

Publicação Nº 3131407

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 226/2021 DE 29.06.2021

Patrícia Callegari Warken, Diretora- Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 18 (dezoito) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Washington Luiz Rui Provenssi Papini (Matr. 167), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Operador de ETA, P-6, N-1, Ref. G-1, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06.08.2019 à 05.08.2020, para serem fruídas no período de 12.07.2021 à 29.07.2021, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 12 de julho de 2021, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 29 de junho de 2021.
Patrícia Callegari Warken
Diretora- Presidente

PORTARIA JHL 227/2021

Publicação Nº 3131414

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 227/2021 DE 29.06.2021

Patrícia Callegari Warken, Diretora- Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 19 (dezenove) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Emerson Alves (Matr.120), ocupante do Cargo de Agente de Obras, P-3, N-2, Ref D-3, referente ao período aquisitivo de 02.06.2020 à 01.06.2021, para serem fruídas no período de 19.07.2021 à 06.08.2021, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 19 de julho de 2021, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 29 de junho de 2021.
Patrícia Callegari Warken
Diretora- Presidente

PORTARIA JHL 228/2021

Publicação Nº 3131433

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 228/2021 DE 29.06.2021

Patrícia Callegari Warken, Diretora- Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 19 (dezenove) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Silvana Maier (Matr.104), ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-3, Ref. I-5, referente ao período aquisitivo de 15.01.2020 à 14.01.2021, para serem fruídas no período de 19.07.2021 à 06.08.2021, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 19 de julho de 2021, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 29 de junho de 2021.
Patrícia Callegari Warken
Diretora- Presidente

PORTARIA JHL 229/2021

Publicação Nº 3131439

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 229/2021 DE 29.06.2021

Patrícia Callegari Warken, Diretora- Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Valdinei Antônio Gusatto (Matr. 106), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Mecânico de Manutenção, P-4, N-3, Ref. H-5, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.09.2019 a 31.08.2020, para serem fruídas no período de 05.07.2021 à 24.07.2021, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 05 de julho de 2021, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 29 de junho de 2021.
Patrícia Callegari Warken
Diretora- Presidente

PORTARIA JHL 230/2021

Publicação Nº 3131443

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 230/2021 DE 29.06.2021

Patrícia Callegari Warken, Diretora- Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Edson Rodrigo Besbati (Matr. 149), ocupante do Cargo de Mecânico de Manutenção, P-4, N-1, Ref.I-2, referente ao período aquisitivo de 04.02.2020 à 03.02.2021, para serem fruídas no período de 05.07.2021 à 03.08.2021, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 05 de julho de 2021, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 29 de junho de 2021.

Patrícia Callegari Warken
Diretora- Presidente

PORTARIA JHL 231/2021

Publicação Nº 3131447

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 231/2021 DE 29.06.2021

Patrícia Callegari Warken, Diretora- Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 30(trinta) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Jairo Camilo Alberti (Matr. 139), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Obras, P-3, N-2, Ref.A-3, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07.02.2020 à 06.02.2021, para serem fruídas no período de 01.07.2021 à 30.07.2021, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de julho 2021, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 29 de junho de 2021.

Patrícia Callegari Warken
Diretora- Presidente

PORTARIA JHL 232/2021

Publicação N° 3131449

PORTARIA SIMAE. JHL N° – 232/2021 DE 29.06.2021

Patrícia Callegari Warken, Diretora- Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Vilmar de Souza e Oliveira (Matr. 159), ocupante do Cargo de Agente de Obras, P-3, N-1, Ref. H-2, referente ao período aquisitivo de 15.01.2020 à 14.01.2021, para serem fruídas no período de 15.07.2021 à 13.08.2021, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 15 de julho de 2021, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 29 de junho de 2021.
Patrícia Callegari Warken
Diretora- Presidente

PORTARIA JHL 233/2021

Publicação N° 3131451

PORTARIA SIMAE. JHL N° – 233/2021 DE 29.06.2021

Patrícia Callegari Warken, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Hélio Pereira de Moraes (Matr. 154), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Agente de Obras, P-3, N-1, Ref.H-2, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.08.2019 à 31.07.2020, para serem fruídas no período de 12.07.2021 à 10.08.2021, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 12 de julho de 2021 obedecido o disposto do parágrafo único do Art.3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 29 de junho de 2021.
Patrícia Callegari Warken
Diretora- Presidente

PORTARIA JHL 234/2021

Publicação N° 3131456

PORTARIA SIMAE. JHL N° – 234/2021 DE 29.06.2021

Patrícia Callegari Warken, Diretora- Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Helton Lúcio da Cunha Mattos (Matr. 105), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Agente Administrativo, P-3, N-2. Ref I-5, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07.02.2020 à 06.02.2021, para serem fruídas no período de 05.07.2021 à 03.08.2021, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 05 de julho de 2021, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 29 de junho de 2021.
Patrícia Callegari Warken
Diretora- Presidente

PORTARIA JHL 235/2021

Publicação N° 3131463

PORTARIA SIMAE. JHL N° – 235/2021 DE 29.06.2021

Patrícia Callegari Warken, Diretora- Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Roberto da Camara (Matr. 191), ocupante do Cargo de Agente de Obras, P-3, N-1, Ref. F-1, referente ao período aquisitivo de 01.06.2020 à 31.05.2021, para serem fruídas no período de 05.07.2021 à 03.08.2021, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 05 de julho de 2021, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 29 de junho de 2021.
Patrícia Callegari Warken
Diretora- Presidente

PORTARIA JHL 236/2021

Publicação N° 3131466

PORTARIA SIMAE. JHL N° – 236/2021 DE 29.06.2021

Patrícia Callegari Warken, Diretora- Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Katieli Salete Dalavechia (Matr. 215), ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-1, Ref. B, referente ao período aquisitivo de 11.05.2020 à 10.05.2021, para serem fruídas no período de 21.07.2021 à 30.07.2021, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 21 de julho de 2021, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 29 de junho de 2021.
Patrícia Callegari Warken
Diretora- Presidente

PORTARIA JHL 237/2021

Publicação N° 3131478

PORTARIA SIMAE. JHL N° – 237/2021 DE 29.06.2021

Valdirene Aparecida Dorini, Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 12 (doze) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Patrícia Callegari Warken (Matr. 143), ocupante do Cargo de Contadora, P-8, N-1, Ref. J-3 referente ao período aquisitivo de 13.01.2020 à 12.01.2021, para serem fruídas no período de 12.07.2021 à 23.07.2021, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 12 de julho de 2021, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,
Joaçaba-SC, 29 de junho de 2021.
Valdirene Aparecida Dorini
Diretora Adjunta

PORTARIA JHL 238/2021

Publicação Nº 3131916

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 238/2021 DE 01.07/2021

Patrícia Callegari Warken, Diretora-presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º) PRORROGAR, por 60 (sessenta) dias, a validade da Portaria JHL nº 200/2021 de 26.05.2021, contados a partir de 01 de julho de 2021.

Art. 2º) Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de julho de 2021, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 01 de julho de 2021.

Patrícia Callegari Warken

Diretora- Presidente

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0026/2021 - SIMAE

Publicação Nº 3130398

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F9EABCC9B4966E615EFFB3E002C6E9224CE7507D

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0037/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0026/2021

PROTOCOLO JHL 0506/2021

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0026/2021 – Licitação 0037/2021, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, que trata de:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR MONTAGEM DE CONJUNTO MOTOBOMBA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA AS ELEVATÓRIAS DE ÁGUA TRATADA EAT 002, EAT 012 E EAT 019, DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: até as 08h 30min do dia 15/07/2021 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 15/07/2021 às 08h 30min, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 02/07/2021 a 15/07/2021.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: licitacao@simae.sc.gov.br.

Joaçaba - SC, 29 de junho de 2021.

Patrícia Callegari Warken – Diretora-Presidente.

RESUMO CONTRATO 65/2021

Publicação Nº 3131266

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0065/2021

PROCESSO LICITATÓRIO JHL 0038/2018

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0033/2018

PROTOCOLO Nº 1190/2018

Data: 10/06/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DE LINK DE INTERNET E INTERLIGAÇÃO LÓGICA DAS UNIDADES OPERACIONAIS DO SIMAE

O presente Contrato renova por 12 (doze) meses a vigência do Contrato nº JHL 0078/2018, lavrado entre as partes

Contratado: MHNET Telecomunicações Eireli

Valor: R\$ 32.097,00 (trinta e dois mil, noventa e sete reais)

Órgão/Unidade: 14.01

Projeto/Atividade: 1.051

Prazo de vigência: 11/06/2021 a 10/06/2022

Patrícia Callegari Warken- Diretora-Presidente

RESUMO CONTRATO 66/2021

Publicação N° 3131272

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL N° 0066/2021
TERMO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL N° 0079/2018
PROCESSO LICITATÓRIO JHL 0038/2018
PREGÃO PRESENCIAL JHL 0033/2018
PROTOCOLO N° 1190/2018

Data: 10/06/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DE LINK DE INTERNET E INTERLIGAÇÃO LÓGICA DAS UNIDADES OPERACIONAIS DO SIMAE

O presente Contrato renova por 12 (doze) meses a vigência do Contrato n° JHL 0078/2018, lavrado entre as partes

Contratado: Acessoline Telecomunicações Ltda

Valor: R\$ 13.899,12 (treze mil, oitocentos e noventa e nove reais, e doze centavos)

Órgão/Unidade: 14.01

Projeto/Atividade: 1.051

Prazo de vigência: 11/06/2021 a 10/06/2022

Patrícia Callegari Warken- Diretora-Presidente

RESUMO CONTRATO 77/2021

Publicação N° 3131278

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL N° 0077/2021
TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL N° 0073/2020
PROCESSO: 0030/2020
PREGÃO 24/2020
PROTOCOLO: 994/2020
Data: 30/06/2021

Objeto: Com fundamento no artigo 65, § 1º, inciso II da Lei 8666/93, e de acordo com a Cláusula Segunda, item 2.4 , do contrato aditado, as partes resolvem realizar aditivo no valor total de R\$ 174.992,66 (cento e setenta e quatro mil novecentos e noventa e dois reais e sessenta e seis centavos), equivalente a 1,23% do valor original do contrato, conforme planilha anexa ao Relatório de Análise Técnica. Este valor é resultando do aditivo no valor de R\$ 300.542,09 (Trezentos mil quinhentos e quarenta e dois Reais e nove centavos), correspondendo a um percentual de 2,11% do valor total do contrato, e da supressão no valor de R\$ 125.549,44 (Cento e vinte e cinco mil quinhentos e quarenta e nove Reais e quarenta e quatro centavos), correspondendo a um percentual de 0,88% do valor total do Contrato. Considerando os aditivos anteriores, foram aditados um percentual de 22,21% e suprimido um percentual de 8,77% do valor original do Contrato.

Contratado: Construtora Elevação Ltda

Prazo de vigência: 26/10/2021

Patrícia Callegari Warken- Diretora-Presidente

José Boiteux**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 009/2021**

Publicação Nº 3130618

Portaria nº 009 de 02 de julho de 2021
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES".

O Presidente da Câmara de Vereadores de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, e considerando o artigo 37, Inciso XXXV, alínea a, do Regimento Interno da Câmara Municipal de José Boiteux/SC;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) FRANCIS PATRICK KIETZER, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2020 a 31/01/2021, que serão usufruídas no período de 21/07/2021 a 30/07/2021 (10 dias), de acordo com o que estabelece a Seção I, Capítulo II do Título III da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Câmara de Vereadores de José Boiteux, 02 de julho de 2021.
Osmair da Silva
Presidente da Câmara de Vereadores

PORTARIA Nº 010/2021

Publicação Nº 3130619

Portaria nº 010 de 02 de julho de 2021
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES".

O Presidente da Câmara de Vereadores de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, e considerando o artigo 37, Inciso XXXV, alínea a, do Regimento Interno da Câmara Municipal de José Boiteux/SC;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) BRUNA MORETTO, relativas ao período aquisitivo de 04/02/2020 a 03/02/2021, que serão usufruídas no período de 21/07/2021 a 30/07/2021 (10 dias), de acordo com o que estabelece a Seção I, Capítulo II do Título III da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Câmara de Vereadores de José Boiteux, 02 de julho de 2021.
Osmair da Silva
Presidente da Câmara de Vereadores

Jupiá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 274/21 DE 01/07/2021

Publicação Nº 3131308

PORTARIA N.º 274/21 de 01/07/2021.

EXONERA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ, Prefeito Municipal de Jupiá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece o Art. 74, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando, requerimento em anexo.

RESOLVE:

Art.1.º - EXONERAR, a pedido, a partir de 01/07/2021, a servidora municipal RAQUEL DA COSTA MORAES, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, 40 horas, lotado na Secretaria de Administração e Fazenda.

Art.2.º - Para cobertura das despesas decorrentes da aplicação da presente portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupiá - SC, 01 de junho de 2021.

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 275/21 DE 01/07/2021

Publicação Nº 3131337

PORTARIA N.º 275/21 de 01/07/2021.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ, Prefeito Municipal de Jupiá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece o Art. 74, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, em especial a Lei Complementar nº 040/17 de 17/01/2017.

RESOLVE:

Art.1.º - NOMEAR, a partir desta data TAINARA APARECIDA DANIEL MENDES, para ocupar o cargo em comissão de Gerente De Departamento, lotado na Secretaria de Administração Fazenda, percebendo a remuneração fixada na Lei Municipal nº 040/17 de 01/01/2017.

Art.2.º - Para cobertura das despesas decorrentes da aplicação da presente portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupiá SC, 01 de junho de 2021.

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ

Prefeito Municipal

Lages

PREFEITURA

DECRETO N ° 19252/2021

Publicação N° 3131885

DECRETO N° 19.252, de 28 de junho de 2021.

Homologa a Classificação Final do Processo Seletivo Simplificado – Edital n° 6/2021/PML, destinado ao preenchimento de funções temporárias que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do Processo Seletivo Simplificado – Edital n° 6/2021/PML, destinado ao preenchimento de funções temporárias no Município, sendo consignado para a função respectiva, a classificação, nome do candidato, data de nascimento e pontuação, conforme segue:

FUNÇÃO: Encanador

CLASS.	NOME	DATA NASC.	PONTUAÇÃO
1	Renaldo da Fonseca	16/08/1968	1

FUNÇÃO: Pedreiro

CLASS.	NOME	DATA NASC.	PONTUAÇÃO
1	Eclair Alberto Lasch Souza	13/08/1978	1

FUNÇÃO: Motorista de Ônibus

CLASS.	NOME	DATA NASC.	PONTUAÇÃO
1	Eurico José Zambiazzi dos Santos	03/01/1974	3
2	Kleber Diovane de Sá	02/01/1978	3
3	Fernando de Lima Pinto	25/11/1984	1
4	Mychell da Silva Pereira	26/06/1993	1

FUNÇÃO: Assistente Social

CLASS.	NOME	DATA NASC.	PONTUAÇÃO
1	Adalci Salete Pereira	07/04/1965	6,5
2	Pâmela de Lins Sauer	27/04/1985	2

FUNÇÃO: Médico Perito

CLASS.	NOME	DATA NASC.	PONTUAÇÃO
1	Idelmo Manoel da Silva	05/08/1965	9
2	Carlos Augusto Matiotti Leite	28/12/1947	7,5

Parágrafo único. Para a função de Soldador, lançada no Edital n° 6/2021/PML, não houve inscrição de candidatos.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Lages, 28 de junho de 2021; 255º ano da Fundação e 161º da Emancipação.

Antonio Ceron
Prefeito

EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO 29/2021 - PML-CMDCA/ADEVIPS

Publicação N° 3131763

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

Termo de Colaboração n° 29/2021

Contratante: Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 82.777.301/0001-90, situado na Rua Benjamin Constant, n° 13, cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

Contratado: Associação de Deficientes Visuais do Planalto Serrano - ADEVIPS, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Frei Gabriel, n° 173, bairro Centro, CEP: 88500-000, nesta cidade de Lages/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n° 01.515.579/0001-98.

Processo Administrativo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 05/2021.

Objeto: estabelecer a concessão de apoio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA custeado pelo FIA para aplicação do Projeto de Integração Multissensorial.

Valor: R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais).

Prazo de vigência: 31/12/2021.

ANTONIO CERON
PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO ELETRÔNICO 108/2021 - PML

Publicação N° 3130762

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CE952FE923DA9EF7160DC3AE53883E12E956196B

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico 108/2021 PML

Objeto: Registro de Preços para aquisição de cargas de gás de cozinha, para atender a diversos órgãos da Prefeitura de Lages.

Abertura: 19/07/2021 às 09h

Valor Estimado: R\$ 1.164.066,92

Da retirada do Edital: www.lages.sc.gov.br

Lages, 01 de julho de 2021.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

EDITAL DE PUBLICACAO DE LANÇAMENTO TRIBUTARIO N 004 2021

Publicação N° 3130915

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO E
LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO N° 004/2021**

Pelo presente Edital, a Diretoria de Fiscalização Tributária da Prefeitura do Município de Lages, **NOTIFICA** os contribuintes abaixo relacionados dos seguintes documentos/lançamentos tributários:

CNPJ**Contribuinte****Processo****Documento****Fundamentação Legal****Valor**

32.598.794/0001-23

SOARES & ANACLETO LTDA - ME

Processo Administrativo Fiscal nº 1797.2021

Termo de Início de Fiscalização nº 10/2021

32.598.794/0001-23

SOARES & ANACLETO LTDA - ME

Processo Administrativo Fiscal nº 1797.2021

Intimação nº 07/2021

Encontram-se à disposição do contribuinte, na Diretoria de Fiscalização Tributária da Prefeitura do Município de Lages, na Rua Nereu Ramos, 73 Ed. Centenário, Centro, para o exercício do amplo direito de defesa, os documentos acima citados.

ALEXANDRE DOS SANTOS MARTINS

Diretor de Fiscalização

Matr. 17.477-01

Lajeado Grande

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO FMAS Nº 004/2021 - PREGÃO FMAS Nº 0021/2021

Publicação Nº 3130446

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 77EA5B245AF3193712C1D4FA72E67D1B6E0D7BF5

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMAS nº 004/2021

EDITAL: Pregão Presencial para Compras e Serviços FMAS nº 002/2021

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Contratação de profissional para desenvolvimento de oficina de artesanato com carga de 24 horas semanais junto a Secretaria de Assistência Social de Lajeado Grande.

Entrega dos Envelopes: até às 08h do dia 14 de julho de 2021

Abertura dos Envelopes: às 08h10min do dia 14 de julho de 2021

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Vitória, nº 503, centro, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, pelo fone (0**49) 3355.0009 ou na página eletrônica do município www.lajeadogrande.sc.gov.br.

Lajeado Grande (SC), 01 de julho de 2021. Anderson Elias Bianchi. Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 069/2021 DE 29/06/2021 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 3130371

DECRETO Nº 069/2021

DE 29/06/2021

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANDERSON ELIAS BIANCHI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº 790/2020, de 13/10/2020.

DECRETA

Art. 1º - Ficam abertos créditos suplementares no Orçamento Geral do Município no presente Exercício, no montante de R\$ 20.000,00 (Vinte mil), conforme segue:

Órgão 09 SEC. MUNIC. DE TRANSP. OBRAS, SERV. URBANOS

Unidade Orçamentária 0901 SEC. MUNIC. DE TRANSP. OBRAS, SERV. URBANOS

Função 26 TRANSPORTE

Sub-função 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Programa 2601 ESTRADAS VICINAIS

Projeto/Atividade 1060 AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E VEICULOS

Despesa 61

Elemento 4.4.00.00.00 INVESTIMENTO

Elemento 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte 0.3.00.1300 R\$ 20.000,00

TOTAL GERAL SUPLEMENTADO NESTE ARTIGO R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para cobertura dos créditos suplementares do Artigo anterior no montante de R\$ R\$ 20.000,00 (Vinte mil), será utilizado o superávit financeiro do exercício anterior nas respectivas fontes de Recurso

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Lajeado Grande, em 29 de junho de 2021

Anderson Elias Bianchi

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Nadia Inez Foresti

Servidora Designada

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2021

Publicação Nº 3131898

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 61283D8A283C5793DCFB11012605288810F98F6E

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DELAJEADO GRANDE

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LAJEADO GRANDE

CONTRATADO: PRIME ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada no gerenciamento da manutenção preditiva, preventiva e corretiva de veículos automotores e equipamentos, incluindo pneus, óleos lubrificantes e lavação, no modelo de AUTOGESTÃO, através do REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, para uso dos Entes da Federação Consorciados ou Referendados ao CINCATARINA, seus órgãos e entidades, em uma ampla rede credenciada de oficinas, autopeças ou concessionárias.

Valor estimado do Termo: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Vigência: 01/07/2021 até 01/07/2022.

Lajeado Grande/SC, 01 de julho de 2021. Anderson Elias Bianchi. Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 182/2021 DE 28/06/2021 "CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ACILIANE OLSZENSWSKI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 3130423

PORTARIA Nº 182/2021

DE 28/06/2021

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ACILIANE OLSZENSWSKI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANDERSON ELIAS BIANCHI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal ACILIANE OLSZENSWSKI, sendo 30 dias de gozo, de 01 de julho a 30 de julho de 2021, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de janeiro de 2020 a 01 de janeiro de 2021.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 28 de junho de 2021.

Anderson Elias Bianchi

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Nadia Inez Foresti

Servidora designada

PORTARIA Nº 183/2021 DE 28/06/2021 "CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CARINA PAULA CERATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 3130424

PORTARIA Nº 183/2021

DE 28/06/2021

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CARINA PAULA CERATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANDERSON ELIAS BIANCHI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal CARINA PAULA CERATTO, sendo 20 dias de gozo, de 12 de julho a 31 de julho de 2021, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de maio de 2020 a 01 de maio de 2021.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 28 de junho de 2021.

Anderson Elias Bianchi

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Nadia Inez Foresti

Servidora designada

PORTARIA Nº 184/2021 DE 28/06/2021 "CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PATRICIA BRIZZI FACCI ATAIDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 3130427

PORTARIA Nº 184/2021

DE 28/06/2021

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PATRICIA BRIZZI FACCI ATAIDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANDERSON ELIAS BIANCHI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal PATRICIA BRIZZI FACCI ATAIDE, sendo 10 dias de gozo, de 19 de julho a 28 de julho de 2021, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 29 de dezembro de 2019 a 28 de dezembro de 2020.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 28 de junho de 2021.

Anderson Elias Bianchi

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Nadia Inez Foresti


Servidora designada

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO FMS 006/2021

Publicação Nº 3130712

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 48D07309372C3F2FBEAB68C41EAD79660F9FCE63

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAÚDE LAJEADO GRANDE CNPJ: 10.460.008/0001-94 Endereço: Rua Vitória, 503 - Centro CEP: 89828-000 - Lajeado Grande Telefone: (49) 3355-0044	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 3/2021
	Processo Adm.: 6/2021 Data do Processo: 16/06/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 6/2021
b) **Nr. Licitação:** 3/2021 - PR
c) **Modalidade:** Pregão presencial
d) **Data de Homologação:** 01/07/2021
e) **Objeto da Licitação:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, PARA USO JUNTO A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE LAJEADO GRANDE.

Participante: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	OXIGÊNIO MEDICINAL ACONDICIONADO EM CILINDRO DE 3 A 3,5M³ - 220,000 OXIGÊNIO MEDICINAL ACONDICIONADO EM CILINDRO DE 3 A 3,5M³	220,000	M³	171,00	37.620,00
2	OXIGÊNIO MEDICINAL ACONDICIONADO EM CILINDROS DE 7 A 10M³ - 1.200,0 OXIGÊNIO MEDICINAL ACONDICIONADO EM CILINDROS DE 7 A 10M³	1.200,0	M³	105,00	126.000,00
Total do Participante:					163.620,00
Total Geral:					163.620,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manut. das Atividades da Saude	13.001.10.301.1001.2031.3.3.90.00.00	R\$ 1,00

Lajeado Grande, 01/07/2021

ANDERSON ELIAS BIANCHI
PREFEITO

Assinatura do Responsável

Lauro Muller**PREFEITURA****PORTARIA N° 280/2021**

Publicação N° 3130387

PORTARIA N° 280/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004 e Lei Complementar nº 005/2017

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA do servidor público LUCAS LUCIANO MEDEIROS, Professor II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro M-ller, cumprindo o regime de 20 (vinte) horas semanais, com lotação junto à E.M. Profº José Heleodoro Barreto Junior junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, pelo período de 01 de junho de 2021 à 30 de junho de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos a partir de 01/06/2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 31 DE MAIO DE 2021.
SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 281/2021

Publicação N° 3130391

PORTARIA N° 281/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004, Lei Complementar nº 05/2017 e Resultado Final do Processo Seletivo nº 003/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, até 16 de Dezembro de 2021, os efeitos da Portaria nº 237/2021, de 22/04/2021, que estabeleceu o contrato em Caráter Temporário de GEOVANA DE ABREU BRANDOLFI, para a função de Professor II.

Parágrafo Único – A partir de 01/06/2021 a funcionária cumprirá a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, devido ao retorno da professora efetiva que encontrava-se afastada.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 12/05/2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 21 DE MAIO DE 2021.
SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 282/2021

Publicação N° 3130403

PORTARIA N° 282/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004, Lei Complementar nº 05/2017 e Resultado Final do Processo Seletivo nº 003/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, JAQUELINE SIBIRINO, da função de Auxiliar de Classe, em Caráter Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro M-ller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2021.
SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 283/2021

Publicação N° 3130411

PORTARIA N° 283/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004, Lei Complementar nº 05/2017 e Resultado Final do Processo Seletivo nº 001/2021;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, JAQUELINE SIBERINO, para a função de Auxiliar de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 07 de Junho de 2021 a 16 de Dezembro de 2021, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no C.E.I. Irani Vargas, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 07 DE JUNHO DE 2021.
SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 284/2021

Publicação N° 3130418

PORTARIA N° 284/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 05/2017 e Resultado Final do Processo Seletivo nº 002/2021;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, LUCAS DE OLIVEIRA DOS SANTOS, para a função de Motorista, no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal junto a Secretaria Municipal de Obras, em Caráter Temporário, pelo período de 09 de Junho de 2021 a 09 de Junho de 2022, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 08 DE JUNHO DE 2021.
SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 285/2021

Publicação Nº 3130421

PORTARIA Nº 285/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004, Lei Complementar nº 05/2017 e Resultado Final do Processo Seletivo nº 003/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, JAQUELINE RIBEIRO DA SILVA, para a função de Professor Auxiliar de Classe – Ensino Fundamental, em Caráter Temporário, pelo período de 08 de Junho de 2021 a 16 de Dezembro de 2021, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Hilário Pescador, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 08 DE JUNHO DE 2021.
SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 286/2021

Publicação Nº 3130430

PORTARIA Nº 286/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004, Lei Complementar nº 05/2017 e Resultado Final do Processo Seletivo nº 003/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, até 10 de Setembro de 2021, os efeitos da Portaria nº 229/2021, de 13/04/2021, que estabeleceu o contrato em Caráter Temporário de DENISE APARECIDA DE OLIVEIRA, para a função de Professor II.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 10 DE JUNHO DE 2021.
SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 287/2021

Publicação N° 3130435

PORTARIA N° 287/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004, Lei Complementar nº 05/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, até 10 de Setembro de 2021, os efeitos da Portaria nº 230/2021, de 13/04/2021, que estabeleceu o contrato em Caráter Temporário de VALDIRENE ALVES ESPINDOLA NOWASCKI, para a função de Professor II.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 10 DE JUNHO DE 2021.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 288/2021

Publicação N° 3130437

PORTARIA N° 288/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004, Lei Complementar nº 05/2017 e Resultado Final do Processo Seletivo nº 003/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, SUELEN PEREIRA MONTEIRO, da função de Professor II de Ensino Fundamental II – Geografia, em Caráter Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, que desempenhava suas funções laborais na Escola Municipal Hilário Pescador e Escola Municipal Profª Lígia Chaves Cabral do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE JUNHO DE 2021.

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 289/2021

Publicação N° 3130441

PORTARIA N° 289/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004, Lei Complementar nº 05/2017;

RESOLVE:

1º - ALTERAR em Caráter Temporário, pelo período de 15 de Junho de 2021 a 27 de Novembro de 2021, a carga horária de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais da funcionária SARITA GONÇALVES SCHUCH, ocupante do cargo de Professor II Ensino Fundamental - Inglês, em Caráter Temporário, para desempenhar suas funções na Escola Municipal Hilario Pescador e Escola Municipal Lígia Chaves Cabral, em substituição a funcionária Danielly Spricigo Citadin que encontra - se em Licença Gestação.

Art. 2º - Ao findar-se o período acima citado a servidora deverá voltar a cumprir o regime de 30 (trinta) horas semanais na Escola Municipal Hilario Pescador e Escola Municipal Lígia Chaves Cabral até 16 de dezembro de 2021.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 15 DE JUNHO DE 2021.
SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 290/2021

Publicação N° 3130449

PORTARIA N° 290/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004, Lei Complementar nº 05/2017 e Resultado Final do Processo Seletivo nº 003/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, SAMARA MADEIRA TAVARES, para a função de Professor II Ensino Fundamental II – Língua Portuguesa, em Caráter Temporário, pelo período de 15 de Junho de 2021 a 27 de Novembro de 2021, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Ligia Chaves Cabral, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição a funcionária Danielly Spricigo Citadin que encontra - se em Licença Gestação.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 15 DE JUNHO DE 2021.
SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 291/2021

Publicação N° 3130455

PORTARIA N° 291/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, e Edital de Concurso Público 004/2016 – Resultado Final das Provas, Homologado em 07/06/2016;

Considerando que a admissão trata-se exclusivamente para substituição de servidor efetivo que foi desligado do Quadro de funcionários em 03/05/2021;

Considerando que a função desempenhada pelo servidor ora demitido é de suma importância para a população e que não existe profissional concursado para substituí-lo;

Considerando a necessidade de ofertar a população atendimento para confecção de Carteira de Identidade (RG);

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, JEFFERSON SILVERIO, aprovado em 3º lugar no Concurso Público – Edital nº 04/2016, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro M-ller, para exercer o Cargo de Auxiliar Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais junto a Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.

Parágrafo único – Fica o mesmo sujeito ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE JUNHO DE 2021.
SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

TERMO DE POSSE

No dia 16 do mês de Junho do ano de 2021, no Gabinete da Prefeita Municipal de Lauro M-ller, compareceu o senhor JEFFERSON SILVERIO, aprovado no Concurso Público – Edital nº 04/2016, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro M-ller, para o Cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratado pela Portaria nº 291/2021. Na oportunidade o mesmo foi empossado pela Senhora Prefeita Municipal Saionara Correa De Carvalho Bora, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes e pelo Senhor Secretário da Administração, Finanças e Planejamento.

Prefeitura Municipal de Lauro M-ller, 16 de Junho de 2021.
JEFFERSON SILVERIO
Servidor

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 292/2021

Publicação Nº 3130463

PORTARIA Nº 292/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004 e Lei Complementar nº 005/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 055/2021, de 09 de Fevereiro de 2021, que nomeou como Diretora Escolar e concedeu gratificação à servidora pública, MARIA LUIZA CORRÊA.

Parágrafo único – A funcionária citada acima passará a exercer o cargo de Professora com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE JUNHO DE 2021.
SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 293/2021

Publicação N° 3130473

PORTARIA N° 293/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal n° 1300/2004 e Lei Complementar n° 05/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Professora LUCIANE VICENTE FERNANDES, para que a mesma exerça a função de Diretora Escolar na Escola Municipal de Educação Infantil Tia Marli.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 40% (quarenta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 38 da Lei Municipal n° 1.300/2004.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos a partir de 17/06/2021.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria N° 066/2021.

LAURO MÜLLER, 16 DE JUNHO DE 2021.
SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 294/2021

Publicação N° 3130486

PORTARIA N° 294/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal n° 1300/2004 e Lei Complementar n° 05/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Auxiliar Ensino de Educação Infantil SCHIRLEI SCHMITZ DE OLIVEIRA PEREIRA, para que a mesma exerça a função de Secretária Escolar na Escola Municipal de Educação Infantil Tia Marli.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 30% (trinta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 39 da Lei Municipal n° 1.300/2004.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos a partir de 17/06/2021.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE JUNHO DE 2021.
SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 295/2021

Publicação N° 3130490

PORTARIA N° 295/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal n° 1.300/2004, Lei Complementar n° 05/2017 e Resultado Final do Processo Seletivo n° 003/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, FABIO JOSÉ DE SOUZA, para a função de Professor II Ensino Fundamental – Geografia e Religião, em Caráter Temporário, pelo período de 16 de Junho de 2021 a 16 de Dezembro de 2021, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para desempenhar

suas funções laborais na Escola Municipal Ligia Chaves Cabral e Escola Municipal Hilário Pescador, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE JUNHO DE 2021.
SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 296/2021

Publicação Nº 3130508

PORTARIA Nº 296/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004, Lei Complementar nº 05/2017 e Resultado Final do Processo Seletivo nº 003/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, DANIELA APARECIDA VELHO, para a função de Professor I Ensino Fundamental – Inglês, em Caráter Temporário, pelo período de 16 de Junho de 2021 a 27 de Novembro de 2021, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Ligia Chaves Cabral, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em substituição a funcionária Danielly Spricigo Citadin que encontra - se em Licença Gestação.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE JUNHO DE 2021.
SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 297/2021

Publicação Nº 3130510

PORTARIA Nº 297/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Complementar nº 005/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER 30% (trinta por cento) a título de gratificação de função, a servidora pública DENISE PANDINI HOFMANN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Recepcionista, que exerce atualmente na Unidade de Saúde João Nazário no Bairro Sumaré junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria Nº 213/2021.

LAURO MÜLLER, 21 DE JUNHO DE 2021.
SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fina. e Planej.

PORTARIA Nº 298/2021

Publicação Nº 3130516

PORTARIA Nº 298/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Complementar nº 005/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER 30% (trinta por cento) a título de gratificação de função, a servidora pública ROSANA ALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Recepcionista, que exerce atualmente na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria Nº 213/2021.

LAURO MÜLLER, 21 DE JUNHO DE 2021.
SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fina. e Planej.

PORTARIA Nº 299/2021

Publicação Nº 3130532

PORTARIA Nº 299/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001, Lei Complementar nº 005/2017 e Lei Municipal nº 1.506/2008, de 02/04/2008,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER 30% (trinta por cento) a título de gratificação de função, ao servidor público FELIPE DAROS TOMAZI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Ambiental, que exerce atualmente na Fundação Ambiental Municipal de Lauro M-ller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 21 DE JUNHO DE 2021.
SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fina. e Planej.

PORTARIA N° 300/2021

Publicação N° 3130541

PORTARIA N° 300/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004, Lei Complementar nº 05/2017 e Resultado Final do Processo Seletivo nº 003/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, JANAINA BECKER, da função de Auxiliar de Classe, em Caráter Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, que desempenhava suas funções laborais na Escola Municipal Profª Lígia Chaves Cabral do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 21 DE JUNHO DE 2021.
SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 301/2021

Publicação N° 3130549

PORTARIA N° 301/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004, Lei Complementar nº 05/2017 e Resultado Final do Processo Seletivo nº 003/2019;

RESOLVE:

1º - ALTERAR a carga horária de 30 (trinta) para 10 (dez) horas semanais a partir de 21 de Junho de 2021 a 16 de Dezembro de 2021 da funcionária pública KETOLLY SALVADOR RABELO, ocupante do cargo de Professor II – Inglês, para desempenhar suas funções na Escola Municipal Profº José Heleodoro Barreto Júnior, junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 21 DE JUNHO DE 2021.
SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 302/2021

Publicação N° 3130559

PORTARIA N° 302/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 05/2017 e Resultado Final do Processo Seletivo nº 002/2021;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, MANOEL LAUDELINO CELSO, para a função de Motorista, no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal junto a Secretaria Municipal de Obras, em Caráter Temporário, pelo período de 23 de Junho de 2021 a 23 de Junho de 2022, com carga horária de

40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 23/06/2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 21 DE JUNHO DE 2021.
SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 303/2021

Publicação N° 3130583

PORTARIA N° 303/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar n° 05/2017;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal no Art. 6º assevera que outros a educação é um direito social, sendo competência comum aos municípios proporcionar meios de acesso à educação.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal assegura que a Educação é direito de todos e que são de relevância pública as ações e serviços de educação e que as aulas não podem ser interrompidas;

CONSIDERANDO o Ofício N° 157/2021 da Secretaria Municipal de Educação solicitando a contratação do servidor para atuar no reforço escolar;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, por necessidade de ordem administrativa, a servidora efetiva SILVIA JOÃO MACCARI, para desempenhar a função de PROFESSORA EM AULAS DE REFORÇO, para alunos com dificuldades de aprendizagem, sem prejuízos de seus vencimentos e progressões funcionais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais até o término da necessidade do projeto de reforço escolar, junto à Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 21 DE JUNHO DE 2021.
SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 303/2021

Publicação N° 3130573

PORTARIA N° 303/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar n° 05/2017;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal no Art. 6º assevera que outros a educação é um direito social, sendo competência comum aos municípios proporcionar meios de acesso à educação.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal assegura que a Educação é direito de todos e que são de relevância pública as ações e serviços de educação e que as aulas não podem ser interrompidas;

CONSIDERANDO o Ofício N° 157/2021 da Secretaria Municipal de Educação solicitando a contratação do servidor para atuar no reforço escolar;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, por necessidade de ordem administrativa, a servidora efetiva SILVIA JOÃO MACCARI, para desempenhar a função de PROFESSORA EM AULAS DE REFORÇO, para alunos com dificuldades de aprendizagem, sem prejuízos de seus vencimentos e progressões funcionais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais até o término da necessidade do projeto de reforço escolar, junto à Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 21 DE JUNHO DE 2021.
SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 304/2021

Publicação N° 3130591

PORTARIA N° 304/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal n° 1.300/2004, Lei Complementar n° 05/2017;

RESOLVE:

1º - ALTERAR em Caráter Temporário, pelo período de 21 de Junho de 2021 a 16 de Dezembro de 2021, a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais da funcionária DEBORA CRISTINA BITTENCOURT, ocupante do cargo de Professor II Ensino Fundamental I, para desempenhar suas funções na Escola Municipal Lígia Chaves Cabral, em substituição a funcionária Silvia João Maccari.

Art. 2º - Ao findar-se o período acima citado a servidora deverá voltar a cumprir o regime de 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal Lígia Chaves Cabral.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 21 DE JUNHO DE 2021.
SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA N° 305/2021

Publicação N° 3130595

PORTARIA N° 305/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal n° 1.300/2004, Lei Complementar n° 05/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ZENIR FERREIRA DE OLIVEIRA, para a função de Professor II Ensino Fundamental I em Caráter Temporário, pelo período de 21 de Junho de 2021 a 16 de Dezembro de 2021, com carga horária de 20 (vinte) semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Lígia Chaves Cabral, em substituição a funcionária Silvia João Maccari, com lotação junto à Secretaria Municipal

da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 21 DE JUNHO DE 2021.
SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 306/2021

Publicação Nº 3130604

PORTARIA Nº 306/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004, Lei Complementar nº 05/2017 e Resultado Final do Processo Seletivo nº 001/2021;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, JANAINA BECKER, para a função de Auxiliar de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 23 de Junho de 2021 a 16 de Dezembro de 2021, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais no C.E.I. Criança Feliz, com lotação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE JUNHO DE 2021.
SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 307/2021

Publicação Nº 3130610

PORTARIA Nº 307/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Complementar nº 05/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa, a funcionária pública MARISTELA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, que exerce atualmente na Clínica de Fisioterapia, colocando a disposição da Secretaria Municipal de Saúde para exercer suas atividades junto ao Centro de Triagem.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 24 DE JUNHO DE 2021.
SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 308/2021

Publicação Nº 3130613

PORTARIA Nº 308/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Complementar nº 05/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa, a funcionária pública CRISTIANE MIRANDA NUNES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Combate as Endemias, para exercer suas atividades junto ao Setor de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 24 DE JUNHO DE 2021.
SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 309/2021

Publicação Nº 3130617

PORTARIA Nº 309/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Complementar nº 05/2017, Art. 29 e § 5º,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA da servidora pública ANA PAULA PANDINI, Técnica de Enfermagem, cumprindo o regime de 20 (vinte) horas semanais, com lotação junto à Fundação de Saúde de Lauro Muller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 02/06/2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 24 DE JUNHO DE 2021.
SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 310/2021

Publicação Nº 3130623

PORTARIA Nº 310/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Complementar nº 05/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER 30% (trinta por cento) a título de gratificação de função, ao servidor público JOSÉ DOS PASSOS CERON, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Vigilância Sanitária, que exerce atualmente na Secretaria Municipal de Saúde de Lauro M-ller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 28 DE JUNHO DE 2021.
SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fina. e Planej.

PORTARIA N° 311/2021

Publicação N° 3130628

PORTARIA N° 311/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Complementar nº 05/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER 20% (vinte por cento) a título de gratificação de função, a servidora pública CRISTIANE MIRANDA NUNES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Combate as Endemias, que exerce atualmente na Secretaria Municipal de Saúde de Lauro M-ller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 28 DE JUNHO DE 2021.
SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fina. e Planej.

PORTARIA N° 312/2021

Publicação N° 3130633

PORTARIA N° 312/2021

SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004, Lei Complementar nº 05/2017 e Resultado Final do Processo Seletivo nº 003/2021;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, EZEQUIEL JOSÉ BORGES, da função de Professor II – Educação Infantil e Ensino Fundamental – Educação Física, em Caráter Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, que desempenhava suas funções laborais na Escola Municipal Profª Emília Mamede Soares e Pré-escolar Pequeno Príncipe do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 29 DE JUNHO DE 2021.
SAIONARA CORREA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

PREGÃO PRESENCIAL N° 093/PMLM/2021

Publicação N° 3130856

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 19B65CB06F840BD39B2A6245ED532A1041DCC8F2

PREGÃO PRESENCIAL N° 093/PMLM/2021

Data e horário da sessão de abertura: 15/07/2021 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresa do ramo pertinente para execução de serviços diversos mecânicos (torno, bomba, comandos...) para suprir as demandas das Secretaria de Obras e Agricultura do Município de Lauro Muller/SC

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com edisponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller/SC, 01 de julho de 2021.

Diezom Silva da Luz

Pregoeiro

Lebon Regis**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N° 40/2021 PREGÃO ELETRÔNICO N° PE22/2021_RP16**

Publicação N° 3131424

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7AFA81EB4021D440648800F8D59F06AA1A356CC2

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 40/2021 Pregão Eletrônico N° PE22/2021_RP16

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, através do Pregoeiro conforme decreto nº033/2021, torna pública a instauração de procedimento licitatório na modalidade Pregão, do tipo maior desconto por Lote. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA AUTORIZADA PELA FABRICANTE, EM MÁQUINAS PESADAS DA MARCA CATERPILLAR E/OU CASE, COM A APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS GENUÍNOS DA MONTADORA. Maiores informações e Edital disponíveis no site www.lebonregis.sc.gov.br. Recebimento da documentação e das propostas até às 08:00h do dia 14/07/2021 no site <http://bllcompras.org.br>. Início da sessão de disputa a partir das 09:00h do dia 14/07/2021 na página eletrônica da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br). Lebon Régis, 01 de julho de 2021.

José Vanderlei de Campos – Pregoeiro Oficial

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO N° PE18/2021_RP14. PROCESSO N° 35/2021

Publicação N° 3131415

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO N° PE18/2021_RP14. PROCESSO N° 35/2021.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a elaboração de Ata de Registro de Preços para aquisição futura e eventual de materiais personalizados, para atendimento da Administração Municipal em seus diversos setores, Fundos e Secretarias, conforme descrito anexo I - Termo de Referência. DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 29/06/2021. LICITANTES HOMOLOGADOS: UNILIMA UNIFORMES E CONFECCOES LTDA - CNPJ: 18.250.413/0001-90, com o valor total de R\$ 13.900,00

POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA ME - CNPJ: 14.292.313/0001-75, com o valor total de R\$ 41.520,00

TEIXEIRA IMPRESSAO DIGITAL E SOLUCOES GRAFICAS LTDA - CNPJ: 17.615.848/0001-28, com o valor total de R\$ 11.800,00

EDU ART LTDA - SOLUCOES DIGITAIS - CNPJ: 12.031.762/0001-34, com o valor total de R\$ 2.000,00

ESTAMPLAC COM. DE PLACAS E BANDEIRAS - CNPJ: 86.719.663/0001-86, com o valor total de R\$ 48.728,40

MUNDI BOLSAS EIRELI - ME - CNPJ: 30.131.373/0001-62, com o valor total de R\$ 13.500,00

ANDREA C. SCHUCKES BOMM EIRELI - CNPJ: 11.593.690/0001-56, com o valor total de R\$ 4.500,00

KS IMPORT SOLUCOES PERSONALIZADAS LTDA - CNPJ: 26.892.211/0001-70, com o valor total de R\$ 9.493,80

ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA ME - CNPJ: 05.665.084/0001-04, com o valor total de R\$ 7.800,00

ENIO MOTA PEREIRA 04302947942 - CNPJ: 34.023.707/0001-35, com o valor total de R\$ 13.748,95

Lebon Regis, 30 de junho de 2021.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO - PREFEITO MUNICIPAL

Lindóia do Sul

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 29/2021

Publicação Nº 3131752

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº 29/2021 –

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: Conceito Comércio e Distribuidora EIRELI

PROCESSO: 25/2021 PREGÃO ELETRONICO SRP Nº 10/2021

Objeto: Objetivando a possível aquisição de óleo lubrificante.

Valor: R\$ 12.870,00

Vigência: 01 de julho de 2022.

Assinatura: 01 de julho de 2021.

Neudi Ângelo Bertol - Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 13/2021

Publicação Nº 3131396

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 257DAC8DB80B40C9AC90FCCC0BCFF8D3613A771F

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL-SC

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2021 PROCESSO LICITATÓRIO 33/2021

Código registro TCE: 257DAC8DB80B40C9AC90FCCC0BCFF8D3613A771F

Objeto: aquisição de reservatório de água em polietileno com capacidade de armazenamento mínima de 1.950 litros de água..

Modalidade: Pregão Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas até: as 08h30min do dia 15/07/2021, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br

Abertura: dia 15/07/2021 as 08h31min

Informações complementares: O edital na íntegra esta a disposição dos interessados nas home page www.lindoiadosul.sc.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br

Lindóia do Sul - SC, 01 de julho de 2021.

Neudi Angelo Bertol

Prefeito de Lindóia do Sul

EXTRATO DE CONTRATO 75/2021 PREFEITURA DE LINDOIA DO SUL SC

Publicação Nº 3130880

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 981036339365BABC9A5ED733DCB252FDE1858376

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO 75/2021

Código registro TCE: 981036339365BABC9A5ED733DCB252FDE1858376

O Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ANGONESE E PICININI CONTABILIDADE E ASSESSORIA

Objeto: Objetivando a prestação de serviço técnico especializado em, assessoria e consultoria nas áreas contábil, administrativa, orçamentária e financeira.

Vigência: Até 31 de dezembro de 2021.

Valor do Aditivo: R\$ 8.700,00

Assinatura: 01 de julho de 2021.

Neudi Pedro Bertol

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 165, DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3131988

PORTARIA Nº 165, DE 30 DE JUNHO DE 2021.

Exonera Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e,

RESOLVE

Art. 1º. Exonerar, o servidor Público Municipal, senhor Alexandre Alex Gasparetto, contratado em caráter temporário, o qual exercia as funções do cargo de Provimento Efetivo de Farmacêutico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, em virtude da realização e homologação do processo seletivo nº 01/2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 30 de Junho de 2021.

NEUDI ANGELO BERTOL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 166, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3132015

PORTARIA Nº 166, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Contrata Farmacêutico em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, Considerando o artigo 2º, Inciso XII, § 1º da Lei Complementar nº 226/2013, de 16 de dezembro de 2013, e ainda conforme o Resultado do Processo Seletivo Público nº 01/2021;

RESOLVE

Art. 1º. Contratar, em caráter temporário, o senhor Alexandre Alex Gasparetto, CRF/SC sob o nº 6876, para exercer as funções do cargo de Farmacêutico, 35 horas semanais, conforme manual de ocupações do quadro Permanente do Poder Executivo, com a remuneração constante no Anexo IV, nível 9 inicial, da Lei Complementar nº 178/2011, de 24 de outubro de 2011, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, a partir de 01 de Julho de 2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 01 de Julho de 2021.

NEUDI ANGELO BERTOL
Prefeito Municipal

Lontras

PREFEITURA

ATAS DE REGISTRO DE PREÇO 65/2021

Publicação Nº 3130936

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOº 65/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE OBRAS.

Contratado: LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA, inscrito no CNPJ 02.678.428/0001-13, valor R\$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais); COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA, inscrito no CNPJ 03.725.261/0001-67, valor R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil).

Lontras, 01 de julho de 2021. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

DECRETO Nº 122/2021

Publicação Nº 3130909

DECRETO Nº 122/2021

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em excesso de arrecadação no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais; Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em superávit financeiro no valor de R\$ 1.695,41 (um mil, seiscentos e noventa e cinco reais e quarenta e um centavos) e Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

O(A) PREFEITO(A) DE LONTRAS, Estado de Santa Catarina, com base nos Artigos 41, I, 42, 43, § 1º, II, § 3º e § 4º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na :

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2021 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Secretaria de Infraestrutura e Obras

Unidade Orçamentária: 07.001

Secretaria de Infraestrutura e Obras

Funcional Programática:

07.001.0026.0782.0011.2042

Atividade: Manutenção das Estradas Municipais

Elemento de Despesa

3390000000 - Aplicações diretas

Fonte de Recurso

01000000 - Recursos Ordinários

Valor

R\$ 200.000,00

VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 200.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do excesso de arrecadação da(s) receita(s): da fonte 1000000 - Recursos Ordinários nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em superávit financeiro, no valor de R\$ 1.695,41 (um mil, seiscentos e noventa e cinco reais e quarenta e um centavos), para reforço no exercício financeiro de 2021 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Secretaria de Infraestrutura e Obras

Unidade Orçamentária: 07.001

Secretaria de Infraestrutura e Obras

Funcional Programática:

07.001.0015.0451.0010.1014

Projeto:Pavimentação de Ruas e Passeios

Elemento de Despesa

4490000000 - Aplicacoes diretas

Fonte de Recurso

03000000 - Recursos Ordinários

Valor

R\$ 1.695,41

VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 1.695,41

Art. 4º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2020, nos termos do inciso I, do § 1º e § 2º, do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 5º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2021 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Secretaria de Saude

Unidade Orçamentária: 06.001

Fundo Municipal de Saude de Lontras

Funcional Programática:

06.001.0010.0301.0008.2027

Atividade:Manutenção da Atenção Básica em Saúde

Elemento de Despesa

3390000000 - Aplicações diretas

Fonte de Recurso

01020000 - Rec.de Impostos e de Transf.Imp-
-Saúde

Valor

R\$ 100.000,00

Art. 4º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2020, nos termos do inciso I, do § 1º e § 2º, do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 5º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2021 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 100.000,00

Art. 6º Para dar cobertura ao (s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO

Secretaria de Saúde

Unidade Orçamentária: 06.001

Fundo Municipal de Saúde de Lontras

Funcional Programática:

06.001.0010.0301.0008.2027

Atividade: Manutenção da Atenção Básica em Saúde

Elemento de Despesa

Fonte de Recurso

Valor

3190000000 - Aplicações diretas

01020000 - Rec.de Impostos e de Transf.Imp-
-Saúde

R\$ 100.000,00

VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R\$ 100.000,00

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras, 29 de junho de 2021.

MARCIONEI HILLESHEIM

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL 69/2021

Publicação Nº 3130839

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 69/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ARLA 32 (AGENTE REDUTOR LÍQUIDO DE NOX AUTOMOTIVO 32). RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 horas do dia 02/07/2021 às 08:00 horas do dia 14/07/2021. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:01 às 08:29 horas do dia 14/07/2021. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 14/07/2021. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL: www.bll.org.br. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações Fone: (47) 3523-9400 ou pelo site lontras.atende.net. Lontras, 01 de julho de 2021. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO 1131.2021

Publicação Nº 3130957

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO N.º 1131/2021

OBJETO: SERVIÇO DE ASSESSORIA PARA REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: ROBERTO FUCK DE ALMEIDA 76029611968

CNPJ: 24.986.096/0001-77

Valor: R\$ 3.800,00 (TRÊS MIL E OITOCENTOS REAIS))

Lontras, 29/ DE JUNHO DE 2021

PREFEITO,

MARCIONEI HILLESHEIM.

EXTRATO DE CONTRATO 1134.2021

Publicação Nº 3130959

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO N.º 1134/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CAMINHÃO COM PLATAFORMA E MOTORISTA PARA DESLOCAMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA EM 23 TONELADAS DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE LONTRAS. POR HORA TRABALHADA.

CONTRATADO: ANTONIO MIGUEL OBRAS E TERRAPLENAGEM LTDA ME

CNPJ: 18.712.797/0001-15

Valor: R\$ 15.300,00 (QUINZE MIL E TREZENTOS REAIS)

PRAZO: 365 DIAS

Lontras, 01 DE JULHO DE 2021

PREFEITO,

MARCIONEI HILLESHEIM.

EXTRATO DE CONTRATO 1135.2021

Publicação N° 3131530

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N.º 1135/2021
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO PARA A CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO DO CEI ERICK WEISS.
CONTRATADO: PRÉ-FABRICAR CONCRETOS LTDA
CNPJ: 05.042.342/0001-98
Valor: R\$ 3.600,00 (TRÊS MIL E SEISSENTOS REAIS)
PRAZO: 30 DIAS
Lontras, 01 DE JULHO DE 2021
PREFEITO,
MARCIONEI HILLESHEIM.

EXTRATO DE CONTRATO 1136.2021

Publicação N° 3131420

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N.º 1136/2021
OBJETO: LOCAÇÃO DE SOFTWARE RHID PARA O REGISTRO DE HORAS TRABALHADAS DOS FUNCIONÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
CONTRATADO: ESPOMAK COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO
CNPJ: 01.894.137/0001-08
Valor: R\$ 1.200,00 (HUM MIL E DUZENTOS REAIS)
PRAZO: 180 DIAS
Lontras, 01 DE JULHO DE 2021
PREFEITO,
MARCIONEI HILLESHEIM.

PORTARIA N° 386/2021

Publicação N° 3130426

PORTARIA N° 386/2021
EXONERA SERVIDOR

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido o (a) servidor (a) GILBERTO SANT'ANNA DOS SANTOS, ocupante do cargo de ODONTÓLOGO, na data de 09/06/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a data 09/06/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 15 de junho de 2021.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 387/2021

Publicação N° 3130429

PORTARIA N° 387/2021
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 94 da Lei Complementar nº 662/90 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lontras),

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de licença-prêmio em gozo para o (a) servidor (a) SILVIA D. K. POLINI, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, do dia 12/06/2021 á 11/07/2021, referente ao período aquisitivo 2014/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a data 12/06/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 16 de junho de 2021.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 388/2021

Publicação N° 3130432

PORTARIA N° 388/2021
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

marcionei hillesheim, Prefeito Municipal de Lontras, usando das atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando o Processo Seletivo previsto no Edital 02/2021, para contratação de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS em caráter temporário;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar o (a) servidor (a) LUCILENE FLORIANO CRESCENCIO, para ocupar o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, na Escola Municipal de Educação Básica " Leopoldo Sonntag", a partir do dia 15/06/2021.

Art. 2º - A contratação terá validade para um ano, a partir da data de homologação do Processo Seletivo nº 02/2021, podendo ser prorrogado a critério da administração.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a data 15/06/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 17 de junho de 2021.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal de Lontras

PORTARIA N° 389/2021

Publicação N° 3130439

PORTARIA N° 389/2021
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

marcionei hillesheim, Prefeito Municipal de Lontras, usando das atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando o Processo Seletivo previsto no Edital 02/2021, para contratação de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS em caráter temporário;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar o (a) servidor (a) NEIVA CATARINA RODRIGUES, para ocupar o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 15/06/2021.

Art. 2º - A contratação terá validade para um ano, a partir da data de homologação do Processo Seletivo nº 02/2021, podendo ser prorrogado a critério da administração.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a data 15/06/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 17 de junho de 2021.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal de Lontras

PORTARIA N° 390/2021

Publicação N° 3130440

PORTARIA N° 390/2021
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

marcionei hillesheim, Prefeito Municipal de Lontras, usando das atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando o Processo Seletivo previsto no Edital 03/2020, para contratação de PROFESSOR em caráter temporário;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar o (a) servidor (a) NEUSA MOJE, para ocupar o cargo de PROFESSORA na Escola Municipal de Educação Básica "Irmã

Maria Tambosi", para atuar em substituição da licença tratamento de saúde da professora Juliana N. Rosemann, a partir do dia 16/06/2021.

Art. 2º - A contratação terá validade para um ano, a partir da data de homologação do Processo Seletivo nº 03/2020, podendo ser prorrogado a critério da administração.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a data 16/06/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 17 de junho de 2021.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal de Lontras

PORTARIA Nº 391/2021

Publicação Nº 3130443

PORTARIA Nº 391/2021
NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, usando das atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II, letra "e" da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando-se o resultado final do edital de Concurso Público Nº 01/2020 de 09 de janeiro de 2020, cuja homologação ocorreu em 25 de maio de 2020 e,

Considerando-se a necessidade do preenchimento dos cargos vagos, através de nomeação dos respectivos concursados;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear nos termos do artigo 13 da Lei Complementar Nº 662/90 de 21/12/90 o (a) Sr. (a) JULIO CESAR PEREIRA SCHLINDWEIN para ocupar o cargo de MOTORISTA, de provimento efetivo.

Art. 2º - A nomeação a que se refere esta Portaria tornar-se-á definitiva, tão somente a lavratura e assinatura do nomeado do Termo de Posse.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 17 de junho de 2021.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal de Lontras

PORTARIA Nº 392/2021

Publicação Nº 3130444

PORTARIA Nº 392/2021
EXONERA SERVIDOR

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar em decorrência de aposentadoria o (a) servidor (a) VALTER VILLI VOGEL, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINA, a partir de 14/06/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a data 14/06/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 17 de junho de 2021.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 393/2021

Publicação Nº 3130448

PORTARIA Nº 393/2021
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

marcionei hillesheim, Prefeito Municipal de Lontras, usando das atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando o Processo Seletivo previsto no Edital 02/2021, para contratação de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS em caráter temporário;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar o (a) servidor (a) DÉBORA GIOVANELLA, para ocupar o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, no Centro de Educação Infantil "Sonho Feliz", a partir do dia 17/06/2021.

Art. 2º - A contratação terá validade para um ano, a partir da data de homologação do Processo Seletivo nº 02/2021, podendo ser prorrogado a critério da administração.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 17 de junho de 2021.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal de Lontras

PORTARIA Nº 394/2021

Publicação Nº 3130451

PORTARIA Nº 394/2021
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 94 da Lei Complementar nº 662/90 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lontras),

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de licença-prêmio em pecúnia para o (a) servidor (a) LÍRIO JORGE MENDES, ocupante do cargo de AGENTE FISCAL DE OBRAS E POSTURAS, referente ao período aquisitivo 2012/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 18 de junho de 2021.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 395/2021

Publicação Nº 3130452

PORTARIA Nº 395/2021
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 94 da Lei Complementar nº 662/90 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lontras),

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de licença-prêmio em pecúnia para o (a) servidor (a) SILVANI BAUER WEISS, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, referente ao período aquisitivo 2012/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 18 de junho de 2021.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 396/2021

Publicação N° 3130453

PORTARIA N° 396/2021
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 94 da Lei Complementar n° 662/90 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lontras),

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder 30 dias de licença-prêmio em pecúnia para o (a) servidor (a) CÁTIA SULAMITA MÜLLER, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, referente ao período aquisitivo 2013/2018.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 18 de junho de 2021.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 397/2021

Publicação N° 3130454

PORTARIA N° 397/2021
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 94 da Lei Complementar n° 662/90 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lontras),

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder 30 dias de licença-prêmio em pecúnia para o (a) servidor (a) IARA CATIANE STADNICK MALHEIROS, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, referente ao período aquisitivo 2011/2016.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 18 de junho de 2021.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 398/2021

Publicação N° 3130456

PORTARIA N° 398/2021
CONCEDE FÉRIAS EM PECÚNIA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 100 da Lei Complementar n° 662/90,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder 10 dias de férias em pecúnia para o (a) servidor (a) JOAREZ ANTONIO LAZARINI, ocupante do cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 18 de junho de 2021.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 399/2021

Publicação N° 3130457

PORTARIA N° 399/2021
NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, usando das atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II, letra "e" da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando-se o resultado final do edital de Concurso Público N° 01/2020 de 09 de janeiro de 2020, cuja homologação ocorreu em 25 de maio de 2020 e,

Considerando-se a necessidade do preenchimento dos cargos vagos, através de nomeação dos respectivos concursados;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear nos termos do artigo 13 da Lei Complementar Nº 662/90 de 21/12/90 o (a) Sr. (a) JEAN CARLO CIESIELSKI para ocupar o cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, de provimento efetivo.

Art. 2º - A nomeação a que se refere esta Portaria tornar-se-á definitiva, tão somente a lavratura e assinatura do nomeado do Termo de Posse.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Lontras, 21 de junho de 2021.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal de Lontras

PORTARIA Nº 400/2021

Publicação Nº 3130461

PORTARIA Nº 400/2021

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, os membros titulares do Conselho Municipal de Educação e seus respectivos suplentes assim definidos:

I - Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto:

Titular – Luciane Schmoeller Brandt

Suplente - Adrielle Maria Cambrussi

II - Representante da Rede Estadual de Ensino:

Titular – Ivani S. Hinsching

Suplente – Ivanio Carlos de Medeiros

Titular – Francielle C. Zucatelli

Suplente – Ariane Kuehl

III - Representante da Rede Municipal de Ensino

Titular- Giovana Terezinha Sandri

Suplente – Joice B. Suchara

Titular – Inacila Martins

Suplente – Rosemeri Fátima Silveira

IV – Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais:

Titular – Glademir Filagrana

Suplente – Mario Bini

V – Representante das APPs da Rede Estadual de Ensino:

Titular – Rosana M. Claudino

Suplente – Silvia R. Rocha

VI – Representante das APPs da Rede Municipal de Ensino:

Titular – Lucia Soares Junkes

Suplente – Daiane Nasato

VII – Representante da Educação Infantil de Ensino no município:

Titular – Andrea Cunha Carvalho

Suplente – Eliana Giovanela Mazera

VIII – Representante da Educação Especial no município:

Titular – Eliane Maria Werner Cziecelski

Suplente – Rozane Schulz

IX – Representante da Educação Religiosa no município:

Titular – Felix W. Koban

Suplente – Suzana H. Stuhler

X - Representante do CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas

Titular - Tiago Sardagna

Suplente – Caroline Cordeiro

Art. 2.º As atribuições e competências dos membros acima nomeados, esta regulamentado pela Lei Municipal nº 1.035 de 24 de novembro de 1997.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 303 de 15 de maio de 2020 e as demais disposições em contrário.

Lontras, 23 de junho de 2021.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal de Lontras

PORTARIA Nº 402/2021

Publicação Nº 3130467

PORTARIA Nº 402/2021

CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 120 dias de licença-maternidade para a servidora SCHIRLEI APARECIDA KREUSCH SCHLICKMANN, ocupante do cargo de PROFESSORA DE INGLÊS, a partir de 22/06/2021 á 19/10/2021, com retorno no dia 20/10/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a data 22/06/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 23 de junho de 2021.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 403/2021

Publicação Nº 3130470

PORTARIA Nº 403/2021

DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL PARA EXERCÍCIO NA SECRETARIA MUNICIPAL

marcionei hillesheim, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II letra "a" da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO que a Lei Municipal 746 de 13.05.1992 que dispõe sobre o plano de classificação de cargos do Poder Executivo a contratação por prazo determinado e estabelece outras providencias em seu art. 2º prevê que "os servidores tem lotação na administração central e exercício nas secretarias ou locais de trabalho para onde forem designados";

CONSIDERANDO a previsão legal contida no §1º do art. 2º da Lei Municipal 746/92 que estabelece que "os servidores poderão ter o exercício alterado a qualquer tempo";

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o (a) servidor (a) WILÇOMAR WAGNER, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS, passando a lotar na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, a partir da data 01/06/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a data 01/06/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 23 de junho de 2021.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 405/2021

Publicação Nº 3130795

PORTARIA Nº 405/2021
NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM PROCESSO SELETIVO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, usando das atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II, letra "e" da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando-se o resultado final do Edital de Processo Seletivo nº 03/2021 de 20 de abril de 2021, cuja homologação ocorreu em 09 de junho de 2021 e,

Considerando-se a necessidade do preenchimento dos cargos vagos, nos termos da Lei 1665/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o (a) Sr. (a) JOELMA PAUL para ocupar o emprego público AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, a partir de 01/07/2021, conforme o item 12.1 do Edital nº 03/2021.

Art. 2º - A nomeação a que se refere esta Portaria tornar-se-á definitiva, tão somente a lavratura e assinatura do nomeado do Termo de Posse.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 28 de junho de 2021.

MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal de Lontras

PORTARIA Nº 406/2021

Publicação Nº 3130800

PORTARIA Nº 406/2021
NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM PROCESSO SELETIVO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, usando das atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II, letra "e" da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando-se o resultado final do Edital de Processo Seletivo nº 03/2021 de 20 de abril de 2021, cuja homologação ocorreu em 09 de junho de 2021 e,

Considerando-se a necessidade do preenchimento dos cargos vagos, nos termos da Lei 1665/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o (a) Sr. (a) ISOLETE DE FÁTIMA SCHEFFER para ocupar o emprego público de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, a partir de 01/07/2021, conforme o item 12.1 do Edital nº 03/2021.

Art. 2º - A nomeação a que se refere esta Portaria tornar-se-á definitiva, tão somente a lavratura e assinatura do nomeado do Termo de Posse.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 28 de junho de 2021.

MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal de Lontras

PORTARIA Nº 407/2021

Publicação Nº 3130801

PORTARIA Nº 407/2021
NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM PROCESSO SELETIVO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, usando das atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II, letra "e" da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando-se o resultado final do Edital de Processo Seletivo nº 03/2021 de 20 de abril de 2021, cuja homologação ocorreu em 09 de junho de 2021 e,

Considerando-se a necessidade do preenchimento dos cargos vagos, nos termos da Lei 1665/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o (a) Sr. (a) LUANA OLIVEIRA DA SILVA para ocupar o emprego público de AUXILIAR DE GABINETE ODONTOLÓGICO, a partir de 01/07/2021, conforme o item 12.1 do Edital nº 03/2021.

Art. 2º - A nomeação a que se refere esta Portaria tornar-se-á definitiva, tão somente a lavratura e assinatura do nomeado do Termo de Posse.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Lontras, 28 de junho de 2021.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal de Lontras

PORTARIA Nº 408/2021

Publicação Nº 3130765

PORTARIA Nº 408/2021

PRORROGA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 311/2021 que instaura sindicância administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar para mais 30 (trinta) dias a Sindicância Administrativa.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 30 de junho de 2021.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

Luiz Alves**PREFEITURA****AVISO DE PUBLICAÇÃO DA DISPENSA N.º 07/2021 - PREFEITURA**

Publicação N° 3130692

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BB108DFE50524D66D18DDEBA5B386A7EE4026E21

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 45/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 07/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (CIASC) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFORMÁTICA ATRAVÉS DA CESSÃO DE DIREITO DE USO DO SISTEMA INTEGRADO DE MULTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, DESENVOLVIDO E INSTALADO NO AMBIENTE DATACENTER DO CIASC.

CONTRATADO: CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (CIASC) – CNPJ: 83.043.745/0001-65.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES – CNPJ: 83.102.319/0001-55.

Luiz Alves, 01 de julho de 2021.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA N.º 07/2021 - PREFEITURA

Publicação N° 3130693

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E1C3504A07FD56F26E68F60CA4A26CD555EA9B3D

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA N° 07/2021

Após a verificação dos fatos anteriormente registrados e da habilitação do CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIASC (83.043.745/0001-65), através da avaliação da Comissão Permanente de Licitação instituída para esta finalidade, o Senhor Prefeito Municipal Marcos Pedro Veber, adjudica e homologa, conforme a Lei nº 8.666/93, a DISPENSA N° 07/2021, objetivando a CONTRATAÇÃO DO CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (CIASC) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFORMÁTICA ATRAVÉS DA CESSÃO DE DIREITO DE USO DO SISTEMA INTEGRADO DE MULTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, DESENVOLVIDO E INSTALADO NO AMBIENTE DATACENTER DO CIASC. Dê-se ciência.

Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Art. 24, VIII.

Luiz Alves, 01 de julho de 2021.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 308/2021

Publicação N° 3131506

PORTARIA N.º 308/2021

Exonera Servidor Público Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que o servidor José Célio Junkes foi exonerado no ano de 2015;

CONSIDERANDO que o servidor José Célio Junkes ajuizou reclamação trabalhista em desfavor do Município de Luiz Alves para ser reintegrado ao cargo que anteriormente ocupava;

CONSIDERANDO que a sentença proferida nos autos n.º 0000527-27.2017.5.12.0056 pelo Juízo de primeiro grau determinou a reintegração do servidor ao cargo que ocupava;

CONSIDERANDO que o Acórdão proferido pelos membros da 4ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região reverteu a decisão de primeiro grau e decidiram por excluir da condenação do Município de Luiz Alves a determinação de reintegração de José Célio Junkes ao emprego;

CONSIDERANDO que a última decisão proferida nos autos transitou em julgado;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor efetivo Sr. JOSÉ CÉLIO JUNKES, do cargo de Auxiliar Administrativo, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 30 de junho de 2021.

MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva
Secretário Municipal de Administração

Macieira

PREFEITURA

DECRETO 2.024/2021

Publicação Nº 3132288

DECRETO Nº 2.024, DE 1º DE JULHO DE 2021

REVOGA A CONCESSÃO DA REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CONSIDERANDO que foi concedida revisão geral aos servidores municipais de Macieira, através do Decreto Municipal 1.995, de 1º de março de 2021, com autorização dada pela Lei Municipal 1.043/2021, e nos termos da orientação do Tribunal de Contas do Estado, que até então, havia entendimento pela possibilidade da concessão, inclusive com encaminhamento de Ofício-circular a todos os municípios catarinenses;

CONSIDERANDO, entretanto, a mudança no entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, com relação à concessão da revisão geral anual durante a vigência da Lei Federal 173/2020, conforme Prejulgado 2.274 daquela Corte;

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso das atribuições privativas que lhe conferem o artigo 58, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º. Fica REVOGADA a concessão de revisão geral anual aos servidores públicos municipais do Poder Executivo, inclusive aos inativos e pensionistas, bem como, às funções gratificadas, no percentual de 4.52% (quatro ponto cinquenta e dois por cento), concedida através do Decreto Municipal 1.995/2021.

Art. 2º. Aos que receberam a reposição, não haverá necessidade de devolução, já que não houve má-fé no recebimento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação, sendo que a revogação da revisão terá efeitos a partir do mês de julho, considerando que a folha de pagamento do mês de junho já foi empenhada em 30/06/2021.

Macieira, em 1º de julho de 2021

EDGARD FARINON

Prefeito Municipal

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA - REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2021

Publicação Nº 3131673

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2C089DB904B5982A5E887CA9CAED9335A0F2C52A

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA - REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2021 (NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza, lâmpadas e cargas de gás, destinados ao Corpo de Bombeiros Militar de Mafra, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. O recebimento dos documentos de habilitação e proposta, poderão ser feitos até as 08h: 00min, do dia 16/07/2021. Hora e data da abertura da sessão: 08h30min do dia 16/07/2021. Início da disputa 09h00min do dia 16/07/2021. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.378 de 10 de Março de 2011. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra, bem como nos links www.bll.org.br e www.mafra.sc.gov.br. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4009 ou 4060.

Mafra (SC), 01 de julho de 2021.

Emerson Maas
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2021

Publicação Nº 3131486

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2021

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: VALCENI SILVEIRA DE OLIVEIRA ME

CNPJ: 09.476.385/0001-32

Valor registrado: R\$ 6.142,00 (seis mil cento e quarenta e dois reais).

Objeto: aquisição de purificadores de água e elementos filtrantes para bebedouros da Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Agricultura e Interior e 9º Delegacia Regional de Polícia de Mafra.

Origem: Processo nº 051/2021, Pregão Eletrônico RP Nº 018/2021.

Data de assinatura: 07 de junho de 2021.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 07 de junho de 2022.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE 10º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 008/2018

Publicação Nº 3131497

EXTRATO DE 10º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 008/2018

Contrato nº: 008/2018

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/ FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Contratada: TRANS-GREBOS TURISMO LTDA

CNPJ nº 00.274.187/0001-11

Objeto: Contratação de empresas especializadas em realizar serviços de transporte escolar destinados aos alunos do ensino fundamental do Município de Mafra/SC, através da Secretaria Municipal de Educação.

Modalidade Processo Licitatório nº 016/2018. Pregão Presencial nº 004/2018.

O Termo Aditivo visa alterar a quantidade inicialmente contratada, SUPRIMINDO as quantidades conforme segue:

Lote	Linha	Descrição	Total/KM (dia)	Total/KM (dia) SUPRIMIDO	Total KM (dia) com Supressão
03	09	VILA GREIN AV. SÃO PEDRO AV. SÃO SEBASTIÃO KM 09 CENTRO VILA GREIN AV. SÃO SEBASTIÃO PERÍODO: MATUTINO E VESPERTINO VEÍCULO MÍNIMO: 32 LUGARES SENTADOS	100 Km	05 Km	95 Km

Data Assinatura do termo aditivo: 03 de maio de 2021.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO DE 11º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 008/2018

Publicação Nº 3131500

EXTRATO DE 11º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 008/2018

Contrato nº: 008/2018

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/ FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Contratada: TRANS-GREBOS TURISMO LTDA

CNPJ nº 00.274.187/0001-11

Objeto: Contratação de empresas especializadas em realizar serviços de transporte escolar destinados aos alunos do ensino fundamental do Município de Mafra/SC, através da Secretaria Municipal de Educação.

Modalidade Processo Licitatório n.º 016/2018. Pregão Presencial nº 004/2018.

O Termo Aditivo visa alterar a quantidade inicialmente contratada, Aditando as quantidades conforme segue:

Lote	Linha	Descrição	Total/KM (dia)	Total/KM (dia) ADITADO	Total KM (dia) com ADITIVO
03	08	CAÇADOR RIO DA AREIA DO MEIO LEONEL LINHA INTERNA PERÍODO: MATUTINO E VESPERTINO VEÍCULO MÍNIMO: 18 LUGARES SENTADOS	93 Km	01 Km	94 Km

Data Assinatura do termo aditivo: 03 de maio de 2021.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO DE 15º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 012/2018

Publicação Nº 3131508

EXTRATO DE 15º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 012/2018

Contrato nº: 012/2018

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Contratada: SOETUR TURISMO EIRELI

CNPJ: 01.111.753/0001-37

Modalidade Processo Licitatório 016/2018 Pregão Presencial n.º 004/2018.

O Termo Aditivo visa alterar a quantidade inicialmente contratada, SUPRIMINDO as quantidades conforme segue:

Lote	Linha	Descrição	Total/KM (dia)	Total/KM (dia) SUPRIMIDO	Total KM (dia) com Supressão
02	05	SERRINHA RIO DA AREIA DE BAIXO AV. SÃO SEBASTIÃO KM 09 CENTRO SERRINHA AV. SÃO SEBASTIÃO PERÍODO: MATUTINO E VESPERTINO VEÍCULO MÍNIMO: 32 LUGARES SENTADOS	78 Km	6 Km	72 Km
02	06	MATO PRETO AV. SÃO SEBASTIÃO KM 09 CENTRO AVENCAL DE CIMA AV. SÃO SEBASTIÃO PERÍODO: MATUTINO E VESPERTINO VEÍCULO MÍNIMO: 32 LUGARES SENTADOS	95 Km	28 Km	67 Km
04	10	BUTIÁ DOS TABORDAS SÃO LOURENÇO PORTÃO SÃO LOURENÇO IMBUIAL VILA NOVA CENTRO PERÍODO: MATUTINO VEÍCULO MÍNIMO: 32 LUGARES SENTADOS	80 Km	2 Km	78 Km
04	13	CORREDEIRA ESTAÇÃO CANIVETE SALTINHO DO CANIVETE PERÍODO: MATUTINO VEÍCULO MÍNIMO: 32 LUGARES SENTADOS	105 Km	10 Km	95 Km
06	19	AUGUSTA VITÓRIA CONTAGEM SCHADECK PERÍODO: MATUTINO VEÍCULO MÍNIMO: 18 LUGARES SENTADOS	53 Km	8 Km	45 Km
06	23	SALTINHO BELA VISTA PERÍODO: MATUTINO E VESPERTINO VEÍCULO MÍNIMO: 32 LUGARES SENTADOS	100 Km	20 Km	80 Km

Data Assinatura do termo aditivo: 03 de maio de 2021.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO DE 16º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 012/2018

Publicação Nº 3131504

EXTRATO DE 16º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 012/2018

Contrato nº: 012/2018

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Contratada: SOETUR TURISMO EIRELI

CNPJ: 01.111.753/0001-37

Modalidade Processo Licitatório 016/2018 Pregão Presencial n.º 004/2018.

O Termo Aditivo visa alterar a quantidade inicialmente contratada, aditando as quantidades conforme segue:

Lote	Linha	Descrição	Total/KM (dia)	Total/KM (dia) ADITADO	Total KM (dia) com ADITIVO
02	4	PAPUAN PERIZAL RIO DA AREIA DE BAIXO AV. SÃO SEBASTIÃO KM 09 CENTRO PERÍODO: MATUTINO VEÍCULO MÍNIMO: 32 LUGARES SENTADOS	101 Km	1 Km	102 Km
04	11	BUTIÁ DOS TABORDAS SÃO LOURENÇO PORTÃO SÃO LOURENÇO IMBUIAL VILA NOVA CENTRO PERÍODO: MATUTINO VEÍCULO MÍNIMO: 32 LUGARES SENTADOS	80 Km	8 Km	88 Km
04	12	GENERAL BRITO PASSO DA CRUZ IRARA SÃO LOURENÇO CENTRO PERÍODO: MATUTINO VEÍCULO MÍNIMO: 32 LUGARES SENTADOS	90 Km	9 Km	99 Km
06	18	PEDRA FINA AUGUSTA VITÓRIA PERÍODO: MATUTINO VEÍCULO MÍNIMO: 18 LUGARES SENTADOS	46 Km	4 Km	50 Km
06	21	LAGOA SECA GUARUPÚ AVENCAL DO SALTINHO PERÍODO: VESPERTINO VEÍCULO MÍNIMO: 18 LUGARES SENTADOS	42 Km	18 Km	60 Km
06	22	BUTIÁ DOS TABORDAS PORTÃO SÃO LOURENÇO PERÍODO: MATUTINO VEÍCULO MÍNIMO: 18 LUGARES SENTADOS	88 Km	6 Km	94 Km

Data Assinatura do termo aditivo: 03 de maio de 2021.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº036/2021

Publicação Nº 3131526

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº036/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2021

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA EPP

CNPJ nº 05.919.156/0001-94

Objeto: aquisição de Kits Alimentícios para os alunos das Unidades Escolares do Município, através da Secretaria Municipal de Educação

Modalidade Processo Licitatório n.º 069/2021. Pregão Eletrônico – RP Nº 022/2021.

Data Assinatura do termo aditivo: 23 de junho de 2021.

Valor do Termo Aditivo:

Item	Descrição	Valor Unitário Inicial R\$	Valor Unit. atual com Reequilíbrio Financeiro (revisão) R\$
3	92178 - Kit Alimentos 3 Kit de alimentos embalados em sacos plásticos transparentes e reforçados, contendo os seguintes alimentos: *1 pct canjica de milho branco, tipo 1, emb. 500g. *1 pct biscoito doce, tipo rosquinha, sabor leite, ou sabor côco, emb. Dupla 400g. *1 unid. Leite de vaca integral, emb. 1 lt UHT.	R\$ 8,77	R\$ 9,55
4	92179 - Kit Alimentos 4 Kit de alimentos embalados em sacos plásticos transparentes e reforçados, contendo os seguintes alimentos: *1 pct sagu, tipo 1, classe pérola, emb. 500g, derivado da raiz da mandioca. *1 pct de milho p/ pipoca, grupo duro, classe amarelo, tipo1, emb. 500g. *1 unid. Leite de vaca integral, emb. 1 lt UHT.	R\$ 8,87	R\$ 12,13

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 035/2021

Publicação Nº 3131509

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 035/2021

Contrato nº: 035/2021

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: SUSAN HATSCHBACH GRAUPMANN EIRELI ME

CNPJ nº 28.582.733/0001-09

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra para finalização de estrutura metálica e recolocação de telhas de aço zincado da EMEF Campo da Lança, através da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 002/2021. Tomada de Preço nº 001/2021.

Data de Assinatura do termo aditivo: 17 de junho de 2021.

Prazo: Fica alterada a cláusula terceira, item 3.1.1.1 do contrato, prorrogando o prazo de execução da obra em 30 (trinta) dias a contar da data de vencimento, conforme Contrato de Prestação de Serviços nº 035/2021.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 068/2020

Publicação Nº 3131515

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 068/2020

Contrato nº: 068/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: KEY CONSTRUCTION SOLUÇÕES RODOVIÁRIAS EIRELI

CNPJ nº 10.771.614/0001-20

Objeto: contratação de empresa especializada para construção de sede para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), conforme Contrato de Repasse OGU nº 874201/2018 Operação 1060619-22, conforme projeto, memorial descritivo, planilhas e demais documentos constantes no presente processo licitatório, através da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 318/2020. Tomada de Preço nº 012/2020.

Valor do aditivo: Fica alterada a cláusula quinta do contrato, aditando o valor de R\$ 56.189,39 (cinquenta e seis mil cento e oitenta e nove reais e trinta e nove centavos), referente aos Serviços iniciais e Infra-estrutura (fundações profundas).

Data de Assinatura do termo aditivo: 14 de junho de 2021.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 269/2020

Publicação Nº 3131517

EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 269/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: AUTO POSTO SAMPAIO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP

CNPJ nº 09.404.910/0001-04

Objeto: Aquisição de combustíveis para frota de veículos e máquinas das Secretarias Municipais

Modalidade Processo Licitatório n.º 411/2020. Pregão Eletrônico – RP Nº 088/2020.

Data Assinatura do termo aditivo: 21 de junho de 2021.

Valor do Termo Aditivo:

Item	Descrição	Valor Unitário Inicial R\$	Valor Unit. atual com Reequilíbrio Financeiro (revisão) R\$
01	48393 - Óleo Diesel S-10	R\$ 3,93	R\$ 4,18

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 068/2020

Publicação Nº 3131513

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 068/2020

Contrato nº: 068/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: KEY CONSTRUCTION SOLUÇÕES RODOVIÁRIAS EIRELI

CNPJ nº 10.771.614/0001-20

Objeto: contratação de empresa especializada para construção de sede para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), conforme Contrato de Repasse OGU nº 874201/2018 Operação 1060619-22, conforme projeto, memorial descritivo, planilhas e demais documentos constantes no presente processo licitatório, através da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 318/2020. Tomada de Preço nº 012/2020.

Valor do aditivo: Fica alterada a cláusula quinta do contrato, aditando o valor de R\$ 56.189,39 (cinquenta e seis mil cento e oitenta e nove reais e trinta e nove centavos), referente aos Serviços iniciais e Infra-estrutura (fundações profundas).

Data de Assinatura do termo aditivo: 14 de junho de 2021.

Foro: Comarca de Mafra.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MAFRA - IPMM**PORTARIA Nº 110, DE 18 DE JUNHO DE 2021**

Publicação Nº 3130810

PORTARIA N.º 110, DE 18 DE JUNHO DE 2021

Concede Pensão por Morte a AUDETE PEREIRA BARCZAK.

O Diretor Presidente Interino do Instituto de Previdência do Município de Mafra – IPMM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 56, item VII da Lei 2.571/01 e com fundamento no art. 22, inciso I, da Lei 2.571/2001,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder Pensão por Morte, a partir de 11 de junho de 2021, a AUDETE PEREIRA BARCZAK, portadora do RG nº 975.864 e CPF nº 382.975.829-49, cônjuge do servidor inativo da Prefeitura Municipal de Mafra PAULO BARCZAK, portador do RG nº 672.390 e CPF nº 218.841.709-78, ocupante do cargo de Profissional de Manutenção e Conservação, matrícula 2071001, falecido em 11 de junho de 2021.

Art. 2º. O valor total dos proventos iniciais de pensão por morte corresponde a R\$ 1.753,09 (um mil e setecentos e cinquenta e três reais e nove centavos), equivalente à totalidade dos proventos do servidor à data do óbito.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de junho de 2021.

Mafra, 18 de junho de 2021.

FRANCISCO JOSÉ GOMES DANTAS

Diretor Presidente Interino do Instituto de Previdência do Município de Mafra - IPMM

EMERSON MAAS

Prefeito Municipal

ADRIANO JOSÉ MARCINIAK

Secretário Municipal Interino de Administração

PORTARIA Nº 111, DE 21 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130821

PORTARIA N.º 111, DE 21 DE JUNHO DE 2021

Concede Aposentadoria por Idade à servidora SUELÍ MATILDE KUSS.

O Diretor Presidente Interino do Instituto de Previdência do Município de Mafra – IPMM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 56, item VII da Lei 2.571/01 e com fundamento no art. 40, § 1º, inciso III, alínea “b” da Constituição Federal, c/c art. 11, inciso IV, da Lei Municipal nº 2.571/2001 e art. 10, § 7, da Emenda Constitucional nº 103/2019,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder, a partir de 18 de junho de 2021, o benefício de aposentadoria voluntária por idade, em caráter proporcional, à servidora SUELÍ MATILDE KUSS, servidora pública do Município de Mafra/SC, portadora do RG nº 1.092.154, CPF nº 891.326.459-53, NIT nº 102.74467.11.6 e matrícula funcional nº 1677204, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR OPERACIONAL ESCOLAR.

Art. 2º - Os proventos iniciais de aposentadoria, em caráter proporcional, equivalem a 79,81% (setenta e nove vírgula oitenta e um por cento) da média das contribuições da servidora, nos termos da Lei Federal nº 10.887/2004, e correspondem a R\$ 1.064,52 (um mil e sessenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos).

Parágrafo único. A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de junho de 2021.

Mafra, 21 de junho de 2021.

FRANCISCO JOSÉ GOMES DANTAS

Presidente Interino do Instituto de Previdência do Município de Mafra - IPMM

EMERSON MAAS

Prefeito Municipal

ADRIANO JOSÉ MARCINIAK

Secretário Municipal Interino de Administração

Major Gercino

PREFEITURA

PORTARIA Nº 222, DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3131085

PORTARIA Nº 222/2021

"Exonera Secretária de Assistência e Bem Estar Social e dá outras providências"

VALMOR PEDRO KAMMERS, Prefeito Municipal de Major Gercino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - EXONERAR, a partir do dia 30 de junho de 2021, a Sra. FÁTIMA KONESKI BATISTI, das funções referentes ao Cargo de Provisão em Comissão de SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA E BEM ESTAR SOCIAL, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, matrícula nº 900929.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Major Gercino/SC, 30 de junho de 2021.

VALMOR PEDRO KAMMERS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 223, DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131126

PORTARIA Nº 223/2021

"Designa atualização de poderes ao Prefeito Municipal de de Major Gercino/SC e ao Diretor de Gestão Financeira do Fundo Municipal de Assistência Social de Major Gercino/SC e dá outras providências"

VALMOR PEDRO KAMMERS, Prefeito Municipal do Município de Major Gercino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Ficam designados, a movimentar as contas do Fundo Municipal de Assistência Social do município de Major Gercino/SC, o gestor do Fundo Municipal de Assistência Social, Sr. Diogo Maçaneiro portador do CPF nº 046.625.939 – 56 e o senhor Prefeito Municipal de Major Gercino/SC, portador do CPF nº 833.906.429 - 00, necessitando das duas assinaturas.

ARTIGO 2º - Segue abaixo a relação de poderes dos mesmos:

- EMITIR CHEQUES
- ABRIR CONTAS DE DEPÓSITO
- AUTORIZAR COBRANÇA
- UTILIZAR O CRÉDITO ABERTO NA F
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR Q
- SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS
- REQUISITAR TALIONÁRIOS DE CHEQUE
- AUTORIZAR DÉBITO EM CONTA PELA
- RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS
- ENDOSSAR CHEQUES
- REQUISITAR CARTÃO ELETRÔNICO
- MOVIMENTAR CONTA CORRENTE COM
- SUSTAR/CONTRA-ORDENADOR CHEQUES
- CANCELAR CHEQUES
- BAIXAR CHEQUES
- EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FI
- CADASTRAR. ALTERAR E DESBLOQUE
- EFETUAR SAQUES – CONTA CORRENT
- EFETUAR SAQUES – BB RURAL RAPI
- EFETUAR SAQUES – POUPANÇA
- EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO EL

- EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEI
- SOLICITAR MOVIMENTAÇÃO DE CONT
- EFETUAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIR
- CONSULTAR CONTAS/APLIC. PROGRAM
- LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE I
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE O
- EMITIR COMPROVANTES
- EFETUAR TRANSFERÊNCIAS P/ MESMA
- EFETUAR TRANSF. ELETRÔNICA P/
- FECHAR OPERAÇÕES DE DERIVATIVO
- ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO
- CONSULTAR OBRIGAÇÕES DO DÉBITO

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Major Gercino/SC, 1º de julho de 2021.

VALMOR PEDRO KAMMERS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 224, DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131138

PORTARIA Nº 224/2021

“Dispõe Sobre Concessão de Pagamento de Férias e dá outras providências”

VALMOR PEDRO KAMMERS, Prefeito Municipal de Major Gercino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - CONCEDER, pagamento de férias de 1/3 constitucional, no período de 1º/07/2021 à 30/07/2021, a funcionária efetiva JOSIANE LÍDIA CAETANO VENTURA, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO OPERACIONAL e matrícula nº 900848, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Major Gercino/SC, 1º de julho de 2021.

VALMOR PEDRO KAMMERS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 225, DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131160

PORTARIA Nº 225/2021

“Dispõe Sobre Concessão de Pagamento de Férias e dá outras providências”

VALMOR PEDRO KAMMERS, Prefeito Municipal de Major Gercino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - CONCEDER, pagamento de férias de 1/3 constitucional, no período de 1º/07/2021 à 30/07/2021, ao funcionário efetivo ESMAEL DELUVINO, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA I – SAÚDE e matrícula nº 900817, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Major Gercino/SC, 1º de julho de 2021.

VALMOR PEDRO KAMMERS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 226, DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131168

PORTARIA Nº 226/2021

"Dispõe Sobre Concessão de Pagamento de Férias e dá outras providências"

VALMOR PEDRO KAMMERS, Prefeito Municipal de Major Gercino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - CONCEDER, pagamento de férias de 1/3 constitucional, no período de 1º/07/2021 à 30/07/2021, ao funcionário efetivo VENÍCIO CARLOS RUBIK, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO e matrícula nº 628, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Major Gercino/SC, 1º de julho de 2021.

VALMOR PEDRO KAMMERS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 227, DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131184

PORTARIA Nº 227/2021

"Dispõe Sobre Concessão de Pagamento de Férias e dá outras providências"

VALMOR PEDRO KAMMERS, Prefeito Municipal de Major Gercino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - CONCEDER, pagamento de férias de 1/3 constitucional, no período de 1º/07/2021 à 30/07/2021, ao funcionário efetivo CARLINHO MARCELO RUBIK, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO e matrícula nº 900188, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Major Gercino/SC, 1º de julho de 2021.

VALMOR PEDRO KAMMERS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 228, DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131196

PORTARIA Nº 228/2021

"Dispõe Sobre Concessão de Pagamento de Férias e dá outras providências"

VALMOR PEDRO KAMMERS, Prefeito Municipal de Major Gercino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - CONCEDER, pagamento de férias de 1/3 constitucional, no período de 1º/07/2021 à 30/07/2021, a funcionária efetiva OSCARINA FUCK TILL, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS e matrícula nº 900896, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Major Gercino/SC, 1º de julho de 2021.

VALMOR PEDRO KAMMERS

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 229, DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação N° 3131202

PORTARIA N° 229/2021

"Dispõe Sobre Concessão de Pagamento de Férias e dá outras providências"

VALMOR PEDRO KAMMERS, Prefeito Municipal de Major Gercino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - CONCEDER, pagamento de férias de 1/3 constitucional, no período de 1º/07/2021 à 30/07/2021, ao funcionário efetivo NELCI MARCELINO, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO e matrícula nº 900896, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Major Gercino/SC, 1º de julho de 2021.

VALMOR PEDRO KAMMERS

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 230, DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação N° 3131205

PORTARIA N° 230/2021

"Dispõe Sobre Concessão de Pagamento de Férias e dá outras providências"

VALMOR PEDRO KAMMERS, Prefeito Municipal de Major Gercino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - CONCEDER, pagamento de férias de 1/3 constitucional, no período de 1º/07/2021 à 30/07/2021, ao funcionário efetivo LOURIVAL AGOSTINHO FAGUNDES, ocupante do cargo efetivo de VIGIA e matrícula nº 900761, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Major Gercino/SC, 1º de julho de 2021.

VALMOR PEDRO KAMMERS

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO 02/2021

Publicação N° 3130650

RETIFICAÇÃO 02

AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 02/2021

O Município de Major Gercino, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna pública a retificação ao Edital de Processo Seletivo nº 02/2021, publicado em dia 10 de junho de 2021, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido edital:

0.1. Com o intuito de promover a ampla participação no certame, uma vez que nem todos os cargos ofertados auferiram inscrições, promove-se a prorrogação do prazo de inscrições. Como reflexo, todos os demais prazos e eventos do certame também serão alterados.

0.2. A realização do certame seguirá as novas datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

DATA PREVISTA	ATO
(...)	
16/06/2021 - 08h00min à 15/07/2021 - 17h00min	PRAZO ESTABELECIDO PARA: • Realizar as Inscrições. • Protocolar os Requerimentos de: Vaga Especial, Condição Especial de Prova, Condição de Jurado e/ou Análise de Títulos.
15/07/2021	Prazo final para o pagamento da Taxa de Inscrição.
(...)	

16/07/2021 até as 23h59min	Publicação dos seguintes atos: • Relação Provisória de Candidatos Inscritos por Cargo (Ampla Concorrência, Vagas PcD e Condições Especiais de Prova).
19/07/2021 - 08h00min à 20/07/2021 - 17h00min	Prazo para recurso contra não homologação da inscrição, contra o indeferimento de condição especial de prova e contra o indeferimento de inscrição para vaga especial.
21/07/2021 até as 23h59min	Publicação dos seguintes atos: • Relação Final de Candidatos Inscritos por Cargo (Ampla Concorrência, Vagas PcD e Condições Especiais de Prova). • Convocação da Prova Objetiva e da Prova Prática. • Divulgação dos Locais e Horários de Prova com a listagem de Candidatos/Sala.
25/07/2021	Data Provável da Prova Escrita e da Prova Prática
26/07/2021 até as 07h30min	Publicação do gabarito provisório e caderno de provas.
26/07/2021 - 08h00min à 27/07/2021 - 17h00min	Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório.
Até 03/08/2021 as 23h59min	Publicação do extrato de recursos, publicação do gabarito oficial e publicação da classificação provisória com o resultado da prova prática e de títulos.
Dois dias úteis após a classificação provisória, iniciando as 8h do primeiro dia com término as 17h do segundo dia.	Prazo destinado para apresentação de recursos contra o resultado da: • Classificação Provisória. • Prova Prática. • Prova de Títulos.
Até dois dias úteis após o encerramento dos recursos.	Resultado final do Processo Seletivo n.º 02/2021.

0.3. Os demais itens do Edital seguem inalterados.

Major Gercino/SC, 1º de julho de 2021.
VALMOR PEDRO KAMMERS
Prefeito do Município de Major Gercino

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO Nº 124/2021

Publicação Nº 3131197

DECRETO Nº 124, DE 28 DE JUNHO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANIBAL BRAMBILA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do Artigo 75 da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o Artigo 7º, da Lei Municipal nº 1248 de 02 de dezembro de 2020 - LOA 2021 e nos termos do Inciso III, do § 1º do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse público e necessidade administrativa na questão,

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no Orçamento de 2021 do Município de Maracajá – Lei nº 1248/2020 – LOA, Crédito Adicional Suplementar de Recursos Proprios, no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município de Maracajá para o corrente exercício, como segue:

ÓRGÃO	02	Gabinete do Prefeito	
UNIDADE	01	Gabinete do Prefeito	
PROJETO/ATIVIDADE	2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
ELEMENTO	3.3.90	Aplicações Diretas	
CÓDIGO REDUZIDO	3	Recursos Ordinários	80
VALOR: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)			

ELEMENTO	4.4.90	Aplicações Diretas	
CÓDIGO REDUZIDO	4	Recursos Ordinários	80
VALOR: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)			

ÓRGÃO	07	Depto. De Obras, Habitação e Serv. Urbanos	
UNIDADE	01	Depto. De Obras, Habitação e Serv. Urbanos	
PROJETO/ATIVIDADE	2.038	Manutenção do Depto de Obras e Habit. Serviços Urbanos	
ELEMENTO	3.3.90	Aplicações Diretas	
CÓDIGO REDUZIDO	138	Recursos Ordinários	80
VALOR: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)			

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se anulação parcial da dotação do Orçamento do Município de Maracajá, no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, como segue:

ÓRGÃO	02	Gabinete do Prefeito	
UNIDADE	01	Gabinete do Prefeito	
PROJETO/ATIVIDADE	2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
ELEMENTO	3.1.90	Aplicação Diretas	
CÓDIGO REDUZIDO	2	Recursos Ordinários	80
VALOR: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)			

ÓRGÃO	07	Depto. De Obras, Habitação e Serv. Urbanos	
UNIDADE	01	Depto. De Obras, Habitação e Serv. Urbanos	
PROJETO/ATIVIDADE	2.038	Manutenção do Depto de Obras e Habit. Serviços Urbanos	
ELEMENTO	3.1.90	Aplicações Diretas	
CÓDIGO REDUZIDO	136	Recursos Ordinários	80
VALOR: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)			

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 28 de junho de 2021.

ANIBAL BRAMBILA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 28 de junho de 2021.

EDILANE ROCHA NICOLEITE

Secretária de Administração

Maravilha

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N. 123/2021

Publicação Nº 3130851

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 123/2021 – Modalidade Dispensa por Inexigibilidade n. 123/2021

Contratada: Clube Recreativo Maravilha - CRM.

O Diretor de Esporte, Juventude e Lazer de Maravilha - SC, EDINAR ZARDO, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Processo Licitatório na Modalidade de Dispensa por Inexigibilidade, para termo de parceria com o setor de esporte amador do Município de Maravilha - SC. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 7h e 30 min às 11h e 30 min e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 25 de junho de 2021. EDINAR ZARDO – Diretor de Esporte, Juventude e Lazer.

EXTRATO RETIFICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N. 113/2021

Publicação Nº 3130841

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA –

1ª Retificação Processo Licitatório n. 113/2021 - Modalidade Pregão Presencial n. 113/2021 – Sistema de Registro de Preços – SRP.

A Senhora Secretária de Educação e Cultura de Maravilha – SC, CLEUSAMAR PREUSS, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, a retificação n. 001/2021 ao Edital de Pregão Presencial n. 113/2021, a qual passa a alterar a data da sessão pública, devido a alteração do prazo de entrega e do descrito dos itens, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço - SRP, a aquisição de display interativos Multitouch, lousa digital interativa e acessórios, conforme a necessidade para o Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 14 de julho de 2021 até às 09h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital, poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 30 de junho de 2021. CLEUSAMAR PREUSS – Secretária de Educação e Cultura de Maravilha.

EXTRATO TERMO DE FOMENTO N.006/2021

Publicação Nº 3130858

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato do Termo de Fomento

Espécie: Termo de Fomento n. 006/2021. Partes: Município de Maravilha – SC e Clube Recreativo Maravilha - CRM. Objeto: Repasse financeiro para desenvolvimento de atividades no setor de esporte amador. Vigência: 31/12/2021. Valor R\$ 50.050,00. Data de assinatura do Termo de Fomento: 25/06/2021. Signatários: Sandro Donati pela Contratante e Luis Carlos Tremea pela Contratada.

Marema

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 0013/2021

Publicação Nº 3131479

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE MAREMA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0013/2020

Objeto: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de Kit de Alimentação Escolar para distribuição aos alunos que frequentam a rede de ensino municipal de Marema, visando reduzir o impacto e despesas familiares decorrente do retorno das aulas na modalidade híbrida, no Município de Marema:

EMPRESA REGISTRADA	ITENS REGISTRADOS
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA	1, 2

Valor Estimado da Ata: R\$ 21.108,00 (vinte e um mil cento e oito reais).

Vigência do Registro de Preço: 25/05/2021 a 26/05/2022.

Licitação: Processo de Licitação nº 032/2021 - Pregão Presencial para Registro de Preços 017/2021

Marema/SC, 25 de maio de 2021. Mauri Dal' Bello. Prefeito Municipal.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 0014/2021

Publicação Nº 3131484

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE MAREMA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0014/2020

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Óleos lubrificantes, Arla 32 e Graxas, para manutenção e conservação da frota de veículos e máquinas pertencentes ao Município de Marema:

EMPRESA REGISTRADA	ITENS REGISTRADOS
AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	3, 10
C.C.L COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA	2, 6
CONCEITO COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA EIRELI	1, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14 e 15

Valor Estimado da Ata: R\$ 179.582,00 (cento e setenta e nove mil quinhentos e oitenta e dois reais).

Vigência do Registro de Preço: 01/07/2021 a 01/07/2022.

Licitação: Processo de Licitação nº 040/2021 - Pregão Presencial para Registro de Preços 020/2021

Marema/SC, 01 de julho de 2021. Mauri Dal' Bello. Prefeito Municipal.

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4501 DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131296

DECRETO Nº 4501 DE 01 DE JULHO DE 2021

Abre crédito adicional especial no orçamento corrente

O PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 2177 de 30 de junho de 2021, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional especial no orçamento de 2021 (Lei Municipal nº 2149/2020), no valor de R\$ 522.507,34 (Quinhentos e vinte e dois mil, quinhentos e sete reais e trinta e quatro centavos) conforme classificação funcional programática abaixo:

07 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

07.003 – GERÊNCIA DE ESTRADAS

07.003.0026.00782.0017.1031 – Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos para Frota Rodoviária

07.003 – 4.4.00 – Investimentos

07.003 – 4.4.90 – Aplicações diretas

07.003 – 01341300 - Transf. Conv. União - Caminhão Basc. CV 897299/19 - Min. Desenv.Regional R\$ 283.757,34

12 – SECRETARIA DA AGRICULTURA

12.001 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA

12.001.0020.0606.0031.1074 – Aquisição de veículo para Secretaria de Agricultura

12.001 – 4.4.00 – Investimentos

12.001 – 4.4.90 – Aplicações diretas

12.001 – 01341200 - Transf. Conv. União - Caminhão Basc. CV 890015/19 - Min. Agric.R\$ 238.750,00

Art. 5º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais especiais de que trata o artigo 1º, são oriundos do excesso de Arrecadação referente ao convênio nº 897299/19 - firmado com Ministério do Desenvolvimento Regional no valor de R\$283.757,34, e do provável excesso de arrecadação referente ao convênio 890015/19 firmado com MAPA- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no valor de R\$ 238.750,00, conforme art. 43 § 1º, II da lei federal nº 4.320/64.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba/SC, 01 de julho de 2021.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito

Publicado no expediente na data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Secretária de Planejamento e Meio Ambiente

DECRETO Nº 4502 DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131300

DECRETO Nº 4502 DE 01 DE JULHO DE 2021

Abre crédito adicional suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 2178 de 30 de junho de 2021, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no Orçamento de 2021 (Lei Municipal nº 2149/2020), no valor de R\$ 883.000,00 (Oitocentos e oitenta e três mil reais) conforme classificação funcional programática abaixo:

02 – GABINETE DO PREFEITO

02.001 – GABINETE DO PREFEITO

02.001.0004.0122.0002.2005 – Manutenção Do Gabinete do Prefeito

02.001 – 3.1.00 - Pessoal e Encargos Sociais

02.001 – 3.1.90 – Aplicações diretas

02.001 – 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

03 – GABINETE DO VICE-PREFEITO

03.001 – GABINETE DO VICE-PREFEITO	
03.001.0004.0122.0002.2006 – Manutenção Do Gabinete do Vice-Prefeito	
03.001 – 3.1.00 - Pessoal e Encargos Sociais	
03.001 – 3.1.90 – Aplicações diretas	
03.001 – 01000000 – Recursos Ordinários	R\$ 10.000,00
04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
04.001 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	
04.001.0004.0122.0003.2008 – Manutenção da Procuradoria Jurídica	
04.001 – 3.1.00 - Pessoal e Encargos Sociais	
04.001 – 3.1.90 – Aplicações diretas	
04.001 – 01000000 – Recursos Ordinários	R\$ 70.000,00
04.001.0004.0122.0005.2007 – Manutenção do PROCON	
04.001 – 3.1.00 - Pessoal e Encargos Sociais	
04.001 – 3.1.90 – Aplicações diretas	
04.001 – 01000000 – Recursos Ordinários	R\$ 15.000,00
06 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
06.02 – GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO/TRIBUTAÇÃO	
06.002.0004.0129.0010.2013 – Manutenção da Administração/Tributação	
06.002 – 3.3.00 - Outras Despesas Correntes	
06.002 – 3.3.50 – Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos	
06.002 – 03000000 – Recursos Ordinários	R\$100.000,00
06.03 – GERÊNCIA DE CONTABILIDADE	
06.003.0028.0843.0008.0002 – Amortização da Dívida Pública	
06.003 – 3.2.00 - Juros e Encargos da Dívida	
06.003 – 3.2.90 – Aplicações Diretas	
06.003 – 03000000 – Recursos Ordinários	R\$600.000,00
07 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
07.001 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
07.001.0015.0452.0013.2025 – Manutenção e Conservação dos Serviços e Vias Urbanas	
07.001 – 3.1.00 - Pessoal e Encargos Sociais	
07.001 – 3.1.90 – Aplicações diretas	
07.001 – 01000000 – Recursos Ordinários	R\$ 55.000,00
12 – SECRETARIA DE AGRICULTURA	
12.001 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA	
12.001.0020.0609.0032.2076 – Apoio a Produção Agropecuária	
12.001 – 3.1.00 - Pessoal e Encargos Sociais	
12.001 – 3.1.90 – Aplicações diretas	
12.001 – 01000000 – Recursos Ordinários	R\$ 13.000,00
Art. 2º Os recursos para abertura dos créditos adicionais Suplementares de que trata o artigo 1º, são oriundos de: R\$ 700.000,00 (Setecentos mil reais) do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, conforme artigo 43, parágrafo 1º, I da lei federal nº 4.320/64 e R\$ 183.000,00 (Cento e oitenta e três mil reais) da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias conforme artigo 43, § 1º, III da lei federal nº 4.320/64, a saber:	
06 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
06.001 – GERÊNCIA DE PESSOAL	
06.001.0004.0122.0007.2011 – Manutenção dos Recursos Humanos	
06.001 – 3.1.00 - Pessoal e Encargos Sociais	
06.001 – 3.1.90 – Aplicações diretas	
06.001 – 01000000 – Recursos Ordinários	R\$ 35.000,00
06.02 – GERÊNCIA ADMINISTRAÇÃO/TRIBUTAÇÃO	
06.002.0004.0122.0033.2016 – Manutenção da UMC	
06.002 – 3.1.00 - Pessoal e Encargos Sociais	
06.002 – 3.1.90 – Aplicações diretas	
06.002 – 01000000 – Recursos Ordinários	R\$ 15.000,00
06.03 – GERÊNCIA DE CONTABILIDADE	
06.003.0004.0123.0009.2015 – Manutenção Da Contabilidade	
06.003 – 3.1.00 - Pessoal e Encargos Sociais	
06.003 – 3.1.90 – Aplicações diretas	
06.003 – 01000000 – Recursos Ordinários	R\$ 35.000,00
11 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE	
11.001 – GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE	
11.001.0004.0127.0018.2070 – Manutenção Da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente	
11.001 – 3.1.00 - Pessoal e Encargos Sociais	
11.001 – 3.1.90 – Aplicações diretas	
11.001 – 01000000 – Recursos Ordinários	R\$ 85.000,00

12 – SECRETARIA DE AGRICULTURA
12.001 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA
12.001.0020.0606.0031.2078 – Assistência ao Produtor Rural
12.001 – 3.1.00 - Pessoal e Encargos Sociais
12.001 – 3.1.90 – Aplicações diretas
12.001 – 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 13.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba/SC, 01 de julho de 2021.
ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito

Publicado no expediente na data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Secretária de Planejamento e Meio Ambiente

PORTARIA Nº 1354/2021-NOMEAR, CONTRATO TEMPORÁRIO, PARA O CARGO DE PROFESSOR ACT-20HS SEM

Publicação Nº 3132310

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal
de Massaranduba, usando das atribuições que lhe
são conferidas pela Legislação em vigor,
RESOLVE:
NOMEAR, contrato de trabalho por prazo determinado, de
acordo com a Lei Nº 1330/2011, Processo Seletivo Nº 011/2020, Processo
Seletivo Nº 011/2021, conforme Lei Complementar Nº 037/2010, os seguintes
servidores:

- JANAINÉ SPEZIA DE SOUZA, Professor c/habilitação, 20hs sem.;
- NILCA JANAINA FAES BRAMORSKI, Professor c/habilitação, 20hs sem.;
- VANESSA RANGHETTI, Professor c/habilitação, 20hs sem.;

COMUNIQUE-SE REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Massaranduba, 01 de julho de 2021
ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

ELTRIDA FRITZKE VOELZ
Gerente de Pessoal

PORTARIA Nº 1355/2021- NOMEAR IVAN LEANDRO KLEMZ-NO CARGO DE MOTORISTA-EFETIVO- 44HS SEM

Publicação Nº 3132311

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor,
RESOLVE:
NOMEAR, por Concurso Público- Edital Nº 001/2020,
IVAN LEANDRO KLEMZ, para exercer em caráter efetivo o cargo de
Motorista, MOTO-G-1, com carga horária de 44 horas semanais, sujeitando-
se ao estágio probatório de 03 (três) anos, Lei Nº 491/1993, conforme
preceitua a legislação pertinente, a contar de 01 de julho de 2021.

COMUNIQUE-SE REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Massaranduba, 01 de julho de 2021
ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

ELTRIDA FRITZKE VOELZ
Gerente de Pessoal

PORTARIA Nº 1356/2021-NOMEAR PEDRO LAURO MEURER PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS-EFETIVO-44HS SEM

Publicação Nº 3132313

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, RESOLVE:

NOMEAR, por Concurso Público- Edital Nº 001/2020, PEDRO LAURO MEURER, para exercer em caráter efetivo o cargo de Auxiliar de Serviços, com carga horária de 44 horas semanais, sujeitando-se ao estágio probatório de 03 (três) anos, Lei Complementar Nº 012/2005, conforme preceitua a legislação pertinente, a contar de 01 de julho de 2021.

COMUNIQUE-SE REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Massaranduba, 01 de julho de 2021

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

ELTRIDA FRITZKE VOELZ

Gerente de Pessoal

PORTARIA Nº 1357/2021-NOMER ELSON VITO MICHELUZZI-PARA O CARGO DE OPERADOR GERAL-EFETIVO-44HS SEM

Publicação Nº 3132315

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, RESOLVE:

NOMEAR, por Concurso Público- Edital Nº 001/2020, ELSON VITO MICHELUZZI, para exercer em caráter efetivo o cargo de OPERADOR GERAL, com carga horária de 44 horas semanais, sujeitando-se ao estágio probatório de 03 (três) anos, Lei Complementar Nº 012/2005, conforme preceitua a legislação pertinente, a contar de 01 de julho de 2021.

COMUNIQUE-SE REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Massaranduba, 01 de julho de 2021

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

ELTRIDA FRITZKE VOELZ

Gerente de Pessoal

Matos Costa

PREFEITURA

DECRETO 099/2021

Publicação Nº 3131406

DECRETO Nº 099/2021 - de 30 de junho de 2021.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar.

PAULO BUENO DE CAMARGO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 002.302/2021 de 29 de junho de 2021:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 666.000,00(seiscentos e sessenta e seis mil reais), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, do Município de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
UNIDADE	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
PROJ/ATIV	2011	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1119	Aplicações Diretas 47	226.000,00

ORGÃO	07.00	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
UNIDADE	07.01	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
PROJ/ATIV	2015	Manutenção da Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 94	120.000,00

ORGÃO	12.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
UNIDADE	12.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
PROJ/ATIV	2037	Amortização da Dívida e Encargos	
DOTAÇÃO	4.6.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 137	320.000,00

Art. 2º - Para o suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado à redução parcial, no valor de R\$ 666.000,00(seiscentos e sessenta e seis mil reais), de dotações orçamentárias, consignadas no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, que especifica:

ORGÃO	02.00	GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	
UNIDADE	02.01	GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	
PROJ/ATIV	2003	Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 1	10.000,00
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 3	5.000,00

ORGÃO	03.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
UNIDADE	03.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
PROJ/ATIV	2007	Manutenção das Atividades Administrativas	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 20	80.000,00

ORGÃO	05.00	SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
UNIDADE	05.01	SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
PROJ/ATIV	2009	Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Abastecimento	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 31	80.000,00

ORGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
UNIDADE	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
PROJ/ATIV	2014	Manutenção da Educação Infantil - Creche	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1119	Aplicações Diretas 58	20.000,00

PROJ/ATIV	2042	Manutenção da Educação Infantil - Pré Escolar	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1101	Aplicações Diretas 64	50.000,00
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1119	Aplicações Diretas 66	20.000,00

PROJ/ATIV	2044	Manutenção das Atividades do Transporte Escolar	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1119	Aplicações Diretas 72	186.000,00

ORGÃO	07.00	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
UNIDADE	07.01	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
PROJ/ATIV	2016	Manutenção da Iluminação e Limpeza Pública	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 104	116.000,00
ORGÃO	08.00	SECRETARIA DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO	
UNIDADE	08.01	SECRETARIA DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO	
PROJ/ATIV	2017	Manutenção das Atividades Culturais e Turísticas	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 111	69.000,00
ORGÃO	12.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
UNIDADE	12.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
PROJ/ATIV	2037	Amortização da Dívida e Encargos	
DOTAÇÃO	3.2.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 135	20.000,00
ORGÃO	18.00	IPMC-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	
UNIDADE	18.01	IPMC-INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	
PROJ/ATIV	2039	Manutenção do IPMC	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 139	10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 30 de junho de 2021.

Paulo Bueno de Camargo

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Gabriele Aparecida Bendlin Auxiliar Administrativo I	Oderlaine N S Moraes Assistente Administrativo II

DECRETO 100/2021

Publicação Nº 3131411

DECRETO Nº 100/2021 - de 30 de junho de 2021.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar.

PAULO BUENO DE CAMARGO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 002.303/2021 de 29 de junho de 2021.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, do Município de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	07.00	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
UNIDADE	07.01	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
PROJ/ATIV	2015	Manutenção da Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 95	77.000,00

Art. 2º - Para o suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado à redução parcial, no valor de R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais), de dotações orçamentárias, consignadas no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, que especifica:

ORGÃO	02.00	GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	
UNIDADE	02.01	GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	
PROJ/ATIV	2003	Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 2	30.000,00
ORGÃO	07.00	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
UNIDADE	07.01	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
PROJ/ATIV	1058	Aquisição de Máquinas e Veículos	
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 84	17.000,00
PROJ/ATIV	2016	Manutenção da Iluminação e Limpeza Pública	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 107	30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 30 de junho de 2021.

Paulo Bueno de Camargo

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Gabriele Aparecida Bendlin Auxiliar Administrativo I	Oderlaine N S Moraes Assistente Administrativo II

DECRETO 101/2021

Publicação Nº 3131417

DECRETO Nº 101/2021 – 1 de julho de 2021.

Dispõe sobre medidas excepcionais de prevenção e combate ao coronavírus (COVID-19) no Município de Matos Costa.

PAULO BUENO DE CAMARGO, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Orgânica do Município e Decreto Estadual:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em caráter extraordinário, em todo o território municipal, as seguintes medidas de enfrentamento da COVID-19, até a data de 1 de agosto de 2021 ou até a data da tomada de outras deliberações pelo Governo de Estado ou pelo Município:

I - FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS: No Município de Matos Costa todas as atividades da Administração Municipal continuam mantidas.

II – QUANTO A RESTRIÇÃO DE CIRCULAÇÃO: No horário das 23 horas até as 06 horas ficam liberadas apenas pessoas em trânsito para fins profissionais, saúde e educação.

III- Transporte Intermunicipal, Interestadual e Excursões: As linhas de ônibus intermunicipal e interestadual deverão atender capacidade de lotação de 50% até a vigência dessas deliberações. Os serviços de transportes essenciais através de ônibus e vans do município estão liberados para os setores de saúde e educação, com o limite de 50% da capacidade de passageiros sentados.

IV - Circos e Museus: O limite de ocupação de 25% (vinte e cinco por cento), horário de funcionamento das 06h00 às 22h00.

V - Igrejas e templos Religiosos: Os cultos e missas poderão ser realizados todos os dias da semana, bem como nos finais de semana com um percentual máximo de lotação de 30%, em todos os níveis de risco. Os horários das missas e cultos não poderão ultrapassar às 22 horas, bem como a animação por meio de bandas e corais, estão restringidos nesse momento. No caso das igrejas Católicas, no momento da Eucaristia "hóstia", deverá ser entregue nos bancos para não haver aglomerações.

VI - Eventos Sociais: Todos os Eventos Sociais, (casamentos, batizados, aniversários, jantares, formaturas e outros), de qualquer natureza, estão suspensos até o final de vigência desse decreto, ou enquanto estiver no nível gravíssimo. Ficam também suspensas as reuniões familiares em residências, sítios e áreas comuns de condomínios, em que se constate a presença de pessoas não pertencentes ao núcleo familiar residente no local.

VII - Congressos Palestras e Seminários: Fica proibido a realização desses eventos durante e vigência dessa deliberação.

VIII - Feiras, Exposições e Inaugurações: Fica proibido a realização desses eventos durante e vigência dessa deliberação.

IX - Restaurantes e Lanchonetes, Food-Truck, Lojas de Conveniências, Pizzarias, Casas de Chá, Casas de Suco, Confeitarias e afins: O funcionamento será com a limitação de 30% da capacidade do local de segunda a domingo com horário de funcionamento das 06 até as 22 horas, limitado o ingresso de novos clientes até as 21 horas com distanciamento entre as mesas de 2 metros.

X - Quanto aos Bares, Choperias e Petiscarias: O funcionamento será com a limitação de 25% da capacidade do local, de segunda a segunda com horário de funcionamento até as 20 horas, não sendo permitido nenhum tipo de jogo como baralho, cartas, sinuca e similares.

XI - Serviços de Delivery: As entregas através de delivery deverão ser para atendimento domiciliar e familiar e poderá funcionar até as 22 horas de segunda a domingo.

XII - Supermercados, Lojas de Departamentos, Mercados, Padarias, Açougues e Afins: Funcionamento de segunda a domingo até as 22 horas. Nos Supermercados e Lojas de departamentos deverá haver aferimento de temperatura e o controle do número de pessoas dentro dos estabelecimentos, também deverá ser realizado por cada estabelecimento o controle do limite da capacidade de cada local, não podendo ultrapassar o limite de 25%. Ainda fica proibida a entrada de crianças menores de 12 anos.

XIII - Funcionamento do Comércio: Funcionamento de segunda a sábado até as 19 horas, não sendo permitida a prova de roupas em vestiários. Aos domingos e feriados fechado.

XIV - Academias e Centros de Treinamento: Está liberado o atendimento individualizado, sendo proibida qualquer atividade coletiva pela vigência dessa deliberação, não podendo ter ocupação maior do que 30%, e o horário de funcionamento não poderá ultrapassar às 21 horas. Aos sábados e domingos fechado.

XV - Piscinas de uso Coletivo, Clubes Sociais e Esportivos e Quadras Esportivas, Academias ao Ar Livre e Centros de Treinamento: Fica proibido o funcionamento durante a vigência dessa deliberação.

XVI - Quanto à utilização de salões de festas e demais espaços de uso coletivo em condomínios e prédios privados: Fica proibido o funcionamento durante a vigência dessa deliberação.

XVII - Agências Bancárias: as Agências Bancárias, correspondentes bancários, lotéricas, e cooperativas de crédito, somente com atendimento individual, controle de entrada e monitoramento de distanciamento de 1,5 metros entre as pessoas conforme regramentos.

XVIII - Utilização de Parques, Praças, Balneários e demais espaços públicos: Fica proibido a utilização desses espaços durante a vigência dessa deliberação.

XIX - Execução de Música ao Vivo: Fica proibido a música ao vivo nos bares, restaurantes e similares, inclusive som mecânico o qual também está proibido.

XX - Salões de Beleza e Similares: Os salões de beleza deverão trabalhar apenas com agendamento, realizando atendimento de forma individual, seguindo o regramento sanitário do município, ficando também expressamente proibido o consumo de alimentos e bebidas nesses locais.

XXI- Quanto aos Postos de lavagem: Fica permitida a abertura de postos de lavagem de segunda a sábado até as 19 horas.

XXII – Realização de Velórios: Os velórios deverão obedecer às normas sanitárias estipuladas pelos órgãos competentes.

XIII- Atividades Esportivas: Fica suspensas o funcionamento e ou realizações de atividades esportivas ate o fim da vigência deste decreto.

XXIV - Ocupação de Hotéis e Similares:

De acordo com o Governo do Estado de Santa Catarina poderá ser utilizada a capacidade máxima em todos os níveis, cumprindo as deliberações e regramentos sanitários, sendo que, os restaurantes de hotéis servirão somente refeições aos seus hospedes com limite de 50% da capacidade do local.

XXV - Obrigatoriedade do Uso de Máscaras:

É obrigatório em todo o território do Município de Matos Costa, o uso de mascaras, inclusive pessoas a pé na rua, dentro de veículos públicos e particulares, sendo que o uso de máscaras é obrigatório aos cidadãos matoscostenses em todos os ambientes. Aos veículos particulares somente será liberado se todos os ocupantes forem do mesmo circulo familiar.

XXVI - Da Fiscalização: Os estabelecimentos fiscalizados pelos órgãos competentes que não estejam cumprindo com os horários e as deliberações propostas poderão ser fechados e interditados até o final da vigência dessa determinação.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições do decreto 091/2021 de 17 de junho de 2021.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua edição.

Matos Costa, 1 de julho de 2021.

Paulo Bueno de Camargo
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Gabriele Aparecida Bendlin
Auxiliar Administrativo I

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Oderlaine N S Moraes
Assistente Administrativo II

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO N° 057-2021

Publicação N° 3131531

DECRETO n.º 057/2021.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.837/2020, de 22 de outubro de 2020.

DECRETA

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais), nestes termos:

06 – SECRET. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
060115.452.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais/Desenvol. Urbano	
3.3.90.00.00.00.00.0080– Aplicações Diretas (125)	R\$ 300.000,00
11- FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
110120.606.2013 – Manutenção dos Serviços/Promoção e Extensão Rural	
3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas (196)	R\$ 100.000,00
Total	R\$ 400.000,00

Art. 2.º As suplementações das Dotações Orçamentárias de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de maio de 2021.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário Adm. e Finanças.

DECRETO N° 062-2021

Publicação N° 3131532

DECRETO n.º 062/2021.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.837/2020, de 22 de outubro de 2020.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 382.000,00 (Trezentos e oitenta e dois mil reais), nestes termos:

11- FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
110120.606.1011 – Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos	
4.4.90.00.00.00.00.0094 – Aplicações Diretas (182)	R\$ 382.000,00
Total	R\$ 382.000,00

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada do convênio/MAPA n° 908.918/2020, firmado entre o município de Meleiro e a União Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 11 de junho de 2021.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secret. Adm. e Finanças.

PORTARIA Nº 234-2021

Publicação Nº 3130537

PORTARIA n.º 234/2021
TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da licença saúde a servidora CLEIMAR MOTA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 01 de julho de 2021.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 235-2021

Publicação Nº 3130539

PORTARIA n.º 235/2021
TRATA DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE ENFERMEIRO.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei nº 910/2002 de 13 de março de 2002 e suas alterações e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

PRORROGAR

Art. 1.º Por um período de até 06 (seis) meses a contratação do Senhor DANIEL DOS SANTOS DE JESUS, para o cargo de Enfermeiro, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 01 de julho de 2021.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 236-2021

Publicação Nº 3131146

PORTARIA nº 236/2021
TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 de 01 de fevereiro de 2000 e suas alterações e Lei Complementar nº 034/2011 de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido a senhora JANIA CLEIDE ZANELATTO LODETE, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 01 de julho de 2021.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 02/2021. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2021 PROCESSO Nº. 01/2021 DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº. 01/2021

Publicação Nº 3130721

TERMO ADITIVO Nº 02/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2021

Processo nº. 01/2021 Dispensa por Justificativa nº. 01/2021

TERMO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO DE SAÚDE DE MODELO E BRENDA HERMANN BONIFACIO - MEDICINA OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS.

Termo Aditivo de Contrato que celebram, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. 11.511.812/0001-18, situado na Rua Presidente Vargas, nº 20, Centro, 89.872-000, Modelo/SC, por sua Gestora, senhora Giseli Elisa da Silva, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado; BRENDA HERMANN BONIFACIO – MEDICINA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 40.197.918/0001-97, com sede na Rua Otto Radtke, 861, na cidade de Santa Barbara do Sul (RS), representada por sua sócia BRENDA HERMANN BONIFACIO, brasileira, inscrita no CPF nº 027.636.780-41 e CRM 29834-SC residente na Rua Otto Radtke 861, Bairro morada do Sol, Santa Barbara do Sul-RS, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

O presente termo aditivo, cuja celebração foi autorizada de acordo decisão administrativa do Sr. Prefeito Municipal, nos autos do Processo Licitatório nº 01/2021 modalidade Dispensa de Licitação nº 01/2021 – FMS, e que se regerá pelo art. 24, inciso IV pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e Art. 4º da lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, dá-se conforme as cláusulas a seguir enunciadas:

CLAUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

Resta prorrogada a vigência do contrato originário, passando a ter validade entre 04/05/2021 e 02/07/2021, podendo ser prorrogado, conforme art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas permanecem inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA

Os casos omissos ao presente termo, serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações.

CLÁUSULA QUARTA

Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo, SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Modelo, SC, aos 03 de maio de 2021.

DIRCEU SILVEIRA BRENDA

Prefeito Municipal

HERMANN BONIFACIO – MEDICINA

CNPJ nº 40.197.918/0001-97

Gisele Elisa Da Silva

Diretora Municipal de Saúde

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

VISTO:

JEISSON IGOMAR KOLLN

Assessor Jurídico

OAB/SC 31392

TERMO ADITIVO Nº 03/2021. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2021 PROCESSO Nº. 01/2021 DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº. 01/2021

Publicação Nº 3130725

TERMO ADITIVO nº 03/2021
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2021

Processo nº. 01/2021 Dispensa por Justificativa nº. 01/2021

TERMO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO DE SAÚDE DE MODELO E CLÍNICA MÉDICA BASTOS LTDA OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS.

Termo Aditivo de Contrato que celebram, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. 11.511.812/0001-18, situado na Rua Presidente Vargas, nº 20, Centro, 89.872-000, Modelo/SC, por sua Gestora, senhora Giseli Elisa da Silva, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado CLÍNICA MÉDICA BASTOS LTDA. pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 40.841.614/0001-10, com sede na Rua Duque de Caxias, 134, sala 02B, centro, na cidade de Modelo (SC), doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

O presente termo aditivo, cuja celebração foi autorizada de acordo decisão administrativa do Sr. Prefeito Municipal, nos autos do Processo Licitatório nº 01/2021 modalidade Dispensa de Licitação nº 01/2021 – FMS, e que se regerá pelo art. 24, inciso IV pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e Art. 4º da lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, dá-se conforme as cláusulas a seguir enunciadas:

CLAUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

Resta prorrogada a vigência do contrato originário, passando a ter validade entre 04/05/2021 e 02/07/2021, podendo ser prorrogado, conforme art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas permanecem inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA

Os casos omissos ao presente termo, serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações.

CLÁUSULA QUARTA

Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo, SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Modelo, SC, aos 03 de maio de 2021.
DIRCEU SILVEIRA CLÍNICA MÉDICA BASTOS LTDA
Prefeito Municipal

Gisele Elisa Da Silva
Diretora Municipal de Saúde

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:

VISTO:

JEISSON IGOMAR KOLLN
Assessor Jurídico
OAB/SC 31392

EXTRATO DE CONTRATO 048/2021 PROCESSO 1193

Publicação N° 3130843

*Estado de Santa Catarina***PREFEITURA MUNICIPAL DE MODELO****EXTRATO DO CONTRATO N° 48 / 2021****PROCESSO:** 1193 / 2021**MODALIDADE N°:** DISPENSA POR LIMITE

OBJETO: CONTRATAÇÃO PROFISSIONAL FARMACÊUTICO PARA ATUAR NA UNIDADE BÁSEICA DE SAÚDE COM CARGA HORÁRIA DE 20H SEMANAIS, POR UM PERÍODO DE 4 MESES.

CONTRATADA: DALYNE VEIGA DARONCO**VALOR DO CONTRATO:** R\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais)**VIGÊNCIA:** 04 MESES**DATA ASSINATURA:** 30/06/2021

AS DESPESAS DO PRESENTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

TERMO ADITIVO 001/2021 NUTRI SC PROCESSO 123/2021

Publicação Nº 3130667

*Estado de Santa Catarina***MUNICÍPIO DE MODELO****TERMO ADITIVO Nº 001/2021**
Pregão Presencial nº 005/2021
Ata de Registro de Preços 010/2021

TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO O REEQUILÍBRIO FINANCEIRO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE MODELO**, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **DIRCEU SILVEIRA**, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e a Empresa **NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME**, inscrita no CNPJ nº 07.814.016/0001-87, com sede na BR 282, Acesso Plínio Arlindo de Nês, 6911, bairro Trevo, na cidade de Chapecó (SC), neste ato representada pelo Sr. **IVANOR DE LIMA PINTO**, vencedora do processo licitatório nº 123/2021, Pregão Presencial (SRP) nº 005/2021, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE DO PREÇO

Em vistas a manter o equilíbrio contratual financeiro, fica aditada a Ata de Registro de Preços nº 010/2020, com reajuste dos preços, a partir de 29.06.2021, nos seguintes termos:

Item	Unidade	Descrição	Valor atual (licitado)	Valor reajustado
48	Kg	Carne Bovina Moída	19,00	27,55
85	Kg	Farinho de trigo especial – tipo 1	3,10	3,75
103	Litro	Leite UHT Integral 1 Lt	2,99	3,64
125	Pct	Macarrão Parafuso 500gr	1,99	2,31

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), 29 de junho de 2021.

IVANOR DE LIMA
PINTO:01777639905

Assinado de forma digital por IVANOR
DE LIMA PINTO:01777639905
Dados: 2021.06.29 13:55:55 -03'00'

MUNICÍPIO DE MODELO
Dirceu Silveira
Prefeito - Contratante

NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS
LTDA ME - Contratada

Testemunhas:

Nome: _____

Nome: _____

Visto _____

Jeisson Igomar Kolln
OAB/SC Nº 31.392 - Assessor Jurídico

Rua do Comércio, 1304 – Centro – 89.872-000 – Modelo – SC – Fone: (49) 3365-3137 - Fls. 1/1
www.modelo.sc.gov.br

Mondaí

PREFEITURA

GILMAR BLANK - LAO -PROTOCOLO Nº 6482021

Publicação Nº 3130978

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC
SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO
PROTOCOLO Nº 648/2021

O Município de Mondaí/SC, em parceria técnica com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER, em resposta ao requerimento, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar Federal nº 140/2011, Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009, Lei Complementar Municipal nº 69, de 17 de Setembro de 2019, Decreto Municipal nº 5.264 e 5.265 de 30 de Outubro de 2019 e Resolução CONSEMA Nº 155, de 6 de Dezembro de 2019, com base no Protocolo nº 648/2021 do CONDER, concede a presente LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO à: EMPREENDEDOR:

NOME: GILMAR BLANK		
ENDEREÇO: LINHA SABIÁ, S/N BAIRRO: LINHA SABIÁ, S/N		
CEP: 89893-000	MUNICÍPIO: MONDAÍ	ESTADO: SC
CNPJ/CPF: 928.509.799-53		

PARA ATIVIDADE DE:

ATIVIDADE: GILMAR BLANK e GIOVANI BLANK		
EMPREENDIMENTO: 01.54.00 - Granja de Suínos – Terminação - capacidade 1.220 cabeças.		
CNPJ/CPF: 928.509.799-53 e 090.068.729-03		

LOCALIZADA EM:

ENDEREÇO: LINHA SABIÁ, S/N BAIRRO: ZONA RURAL		
CEP: 89893-000	MUNICÍPIO: MONDAÍ	ESTADO: SC
COORDENADAS GEOGRÁFICAS: LATITUDE 27°01'13.8"S E LONGITUDE 53°26'48.4"W		

DA VIABILIDADE:

Condições gerais:

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do Município.

II. O Município, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:

- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.

IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença deve ser encaminhada ao Município no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença. PRAZO DE VALIDADE:

48 (quarenta e oito) meses, a contar da presente data. DOCUMENTOS EM ANEXO:

Anexo à esta licença encontra-se o parecer da equipe técnica do CONDER, o qual apresenta demais informações bem como as condicionantes e deverá obrigatoriamente ser vinculado a esta. Parecer anexado no Despacho Nº 8 , do Protocolo nº 648/2021. LOCAL, DATA E ASSINATURA:

MONDAÍ/SC, 24 de JUNHO de 2021.

PAULO ROGÉRIO DE ANHAIA

Engenheiro Agrônomo/CREA/SC 092802-3

Município de Mondaí - SC

PORTARIA 281/2021

Publicação Nº 3130535

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 281 DE 28 DE JUNHO DE 2021.

Nomeia Comissão Permanente de Licitação e designa Pregoeiros e Equipe de Apoio.

O PREFEITO MUNICIPAL de Mondaí em Exercício, ALZIR SLAVIERO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; e Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º – INSTITUIR, de acordo com o § 4º do art. 51 da Lei n. 8.666/1993, a Comissão Permanente de Licitação do Município de Mondai/SC, com a seguinte composição:

I – Membros efetivos:

- a) FÁBIO JUNIOR BLANK – Presidente
- b) MARCOS FELIPE DA SILVA
- c) AFONSO HENRIQUE HENKEL
- d) ADRIEL DIOGO LUNKES – 1º Membro
- e) DÉCIO JOSÉ MACHRY – 2º Membro

II – Membros Suplentes:

- a) VANICE FETZNER BARBOSA
- b) RAQUEL KOLLING
- c) ERNESTO RUDI BACKENDORF
- d) VANIA SACKMANN MIOTTO
- e) REJANE ALBERTI MARKOSKI
- f) VANDERLIZE SCHMEIER
- g) EVANDRO CARLOS BACK
- h) MORENO SOL DREGER DE FARIA
- i) IVALINO DE OLIVEIRA

§º 1º – O presidente será substituído por um dos membros da comissão, na ordem em que figura no inciso I deste artigo, em seus afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares.

§º 2º – Nas ausências do 1º ou 2º membro, serão convocados suplentes, na ordem da suplência.

Art. 2º – DESIGNAR, de acordo com as disposições da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, do Decreto n. 3.555, de 08.08.2000, do Decreto n. 5.450, de 31.05.2005 e do Decreto n. 10.024, de 20.09.2019 os servidores abaixo para exercerem as atribuições de pregoeiro:

I – Pregoeiros Oficiais:

- a) FÁBIO JUNIOR BLANK
- b) MARCOS FELIPE DA SILVA
- c) AFONSO HENRIQUE HENKEL
- d) ADRIEL DIOGO LUNKES

II – Equipe de Apoio:

- a) FÁBIO JUNIOR BLANK
- b) ADRIEL DIOGO LUNKES
- c) DÉCIO JOSÉ MACHRY
- d) EVANDRO CARLOS BACK
- e) VANICE FETZNER BARBOSA
- f) RAQUEL KOLLING
- g) ERNESTO RUDI BACKENDORF
- h) VANIA SACKMANN MIOTTO
- i) REJANE ALBERTI MARKOSKI
- j) VANDERLIZE SCHMEIER
- k) MORENO SOL DREGER DE FARIA
- l) AFONSO HENRIQUE HENKEL
- m) IVALINO DE OLIVEIRA
- n) MARCOS FELIPE DA SILVA

Art. 3º. O pregoeiro que iniciar a condução do certame poderá ser substituído, em seus impedimentos legais ou eventuais, por um dos demais pregoeiros designados.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Mondai, 28 de junho de 2021.

ALZIR SLAVIERO

Prefeito Municipal de Mondai em Exercício

PORTARIA 282/2021

Publicação Nº 3130531

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 282 DE 28 DE JUNHO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; e Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, DANIMAR GOMES DE OLIVEIRA, matrícula nº 4210, servidor desta municipalidade, ocupante da função ACT de PROFESSOR ACT HABILITADO, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, a partir de 23/06/2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de junho de 2021.

Mondaí, SC, 28 de junho de 2021.

ALZIR SLAVIERO

Prefeito Municipal de Mondaí em Exercício.

SANDRA REGINA CALLAI SCHUH

Secretária Municipal de Educação e Cultura

PORTARIA 283/2021

Publicação Nº 3130529

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 283 DE 28 DE JUNHO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; e Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, DANIELI TRINDADE DA ROSA, matrícula nº 4181, servidora desta municipalidade, ocupante da função ACT de MONITOR DO ENSINO INFANTIL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 30/06/2021, sendo o último dia de trabalho o dia 30 de junho.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, SC, 28 de junho de 2021.

ALZIR SLAVIERO

Prefeito Municipal de Mondaí em Exercício.

SANDRA REGINA CALLAI SCHUH

Secretária Municipal de Educação e Cultura

PORTARIA 284/2021

Publicação Nº 3130526

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 284 DE 28 DE JUNHO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município; Lei Complementar nº 018 de 28 de novembro de 2006; e Lei Municipal nº 3.195 de 22 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º. EXONERAR, a servidora Sra. DENISE VIEIRA SOARES FIORINI, matrícula nº 3984, servidora desta municipalidade, ocupante do cargo de provimento comissionado de ASSESSOR DE GABINETE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 30/06/2021, sendo o último dia de trabalho o dia 30 de junho.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, SC, 28 de junho de 2021.

ALZIR SLAVIERO

Prefeito Municipal de Mondaí em Exercício.

ELISEU BOHN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Monte Carlo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITAÇÃO Nº 78/2021/PM

Publicação Nº 3130620

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITAÇÃO Nº 78/2021/PM

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeita Municipal Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS 09/2021 e tem como objeto a Contratação de empresa para pavimentação de pedras irregulares no bairro São José, conforme anexos e projetos, nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues das 08:00 horas do dia 01/julho/2021 até as 09:00 horas do dia 22/julho/2021. Abertura da sessão no dia 22/julho/2021 às 09:15 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR GLOBAL, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO 506/2021 EDITAL DE CREDENCIAMENTO UNIVERSAL Nº 01/2021

Publicação Nº 3131585

AVISO DE EDITAL 506/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO 506/2021

EDITAL DE CREDENCIAMENTO UNIVERSAL Nº 01/2021

1 – PREÂMBULO

0.1 – O Fundo Municipal de Saúde de MONTE CARLO, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados, que estão abertas, a partir de 01/julho DE 2021 até 15 de julho de 2021 início entrega dos envelopes das 08:00H dia 01/07/2021 às 08:00H do dia 15/07/2021 com abertura 15/07/2021 às 09:00H, as inscrições de Credenciamento para contratação de empresa Jurídica especialista em serviços laboratoriais para confecção e fornecimento de próteses dentárias, e próteses parciais removíveis (PPR) destinadas ao atendimento dos usuários do SUS do Município de MONTE CARLO /SC em consonância à Portaria nº 1.670/2019 do Ministério de Saúde, mediante as condições estabelecidas neste Edital e em conformidade com o artigo 25 da Lei 8.666/1993.

SONIA SALETE VEDOVATTO
PREFEITA MUNICIPAL

PROCESSO LICITAÇÃO 77/2021/PM EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2021/PM REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2021/PM

Publicação Nº 3130881

PROCESSO LICITAÇÃO 77/2021/PM
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2021/PM REGISTRO DE PREÇOS Nº xx/2021/PM

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104.0001.04, representado neste ato pela Prefeita Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação futura de pessoa jurídica para execução do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues a partir das 08:00 horas do dia 14/07/2021 até as 08:45 horas do dia 14/07/2021. Abertura da sessão no dia 14/07/2021 às 09:00 horas.

A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 119/2018 de 16/novembro/2018, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

O presente pregão tem como objeto para contratação futura e de forma parcelada de TRANSPORTE ESCOLAR INTERIOR DO MUNICÍPIO, nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital, para exercício de 2021.

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATO 02/2021**

Publicação Nº 3132312

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AF22EBACB48659AD5F55CF69CF855DBF8DF75FC1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO Nº: 02/2021

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Monte Carlo/SC.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.456.865/0001-67.

OBJETO: LICENCIAMENTO DE SISTEMAS DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E EDITAL, OBJETO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2021, REALIZADO EM CONJUNTO COM A PREFEITURA MUNICIPAL, QUE FICAM FAZENDO PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE INSTRUMENTO, INDEPENDENTE DE TRANSCRIÇÃO.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. Início: 10/05/2021 - Término: 10/05/2022

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 43.836,00 (quarenta e três mil, oitocentos e trinta e seis reais), referente ao item 1 e R\$ 8.836,20 (oito mil, oitocentos e trinta e seis reais e vinte centavos), referente ao item 2.

ASSINATURA: 10/05/2021

Monte Carlo/SC, 30 de junho de 2021.

DIRCEU DE SOUZA

Presidente

EXTRATO DE PUBLICAÇÕES DE PROPOSIÇÕES

Publicação Nº 3132309

EXTRATO DE PROPOSIÇÕES

Sessão do Plenário de 1º/07/2021

Mesa Diretora

Presidente: Dirceu de Souza / PSDB

Vice-Presidente: Emersson de Oliveira / PP

1º Secretário: Luizinho Cordeiro / MDB

2º Secretário: Oravio Cordeiro / PSDB

=====/
PROPOSIÇÕES RECEBIDAS

Proposição: Projeto de Lei do Poder Executivo nº. 26/2021

Assunto: AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO A INSTITUIR O CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS, DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Proposição: Projeto de Lei do Poder Executivo nº. 27/2021

Assunto: AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Tramitação: Pautada indicação, pelo Presidente da Câmara Municipal, de urgência para análise do Plenário e demais providências.

Proposição: Projeto de Lei Complementar do Poder Executivo nº. 05/2021

Assunto: CONCEDE ANISTIA, PARCELAMENTO E BENEFÍCIOS PARA O PAGAMENTO DE DÉBITOS DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO, CONCEDE REMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Proposição: Indicação nº. 34/2021

Assunto: QUE A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTAMENTE COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SUA EQUIPE, PROMOVAM COM A MAIOR BREVIDADE POSSÍVEL UM MUTIRÃO DE VACINAÇÃO DA VACINA DA COVID-19 NOS FINAIS DE SEMANA, COMO FORMA DE ENFRENTAMENTO A DISSEMINAÇÃO DO VÍRUS.

Proposição: Indicação nº. 35/2021

Assunto: QUE A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTAMENTE COM A SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E SUA

RESPECTIVA EQUIPE, PROMOVA A PINTURA DAS FAIXAS DE PEDESTRE E DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS NA RUA DO COMÉRCIO

=====/
REQUERIMENTOS/INCLUSÕES DE URGÊNCIA (ART. 145 DO RI)

Proposição: Projeto de Lei do Poder Executivo nº. 27/2021

Assunto: AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Súmula da votação em Plenário: Inclusão de tramitação em urgência, por unanimidade, acolhida. Designada tramitação do projeto na sessão do plenário de 1º de julho de 2021

=====/
PROPOSIÇÕES ANALISADAS

Proposição: Indicação nº. 30/2021

Assunto: QUE A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, PROMOVA COM A MÁXIMA URGÊNCIA A SUBSTITUIÇÃO DE LÂMPADAS INCANDESCENTES, POR LÂMPADAS DE LED NAS RUAS, CÂNDIDA CORREA BECKER E AVENIDA ÊNIO LOPES DE ALBUQUERQUE.

Vereadores presentes: Dirceu de Souza - PSDB (Presidente); Emersson de Oliveira – PP (Vice-Presidente); Luizinho Cordeiro – MDB (1º Secretário); Oravio Cordeiro – PSDB (2º Secretário); Adair Luiz Gonçalves - MDB; Anderson Rafael Sartor / PSDB; Carlos Alberto Correa de Almeida / PSDB; Cleiton Aparício Correa de Siqueira / MDB e Osni Leodoro / PSD.

Súmula da votação em Plenário: Aprovado, à unanimidade.

Encaminhamento: À publicação no Diário Oficial dos Municípios. Envio ao Poder Executivo para providências.

Proposição: Indicação nº. 31/2021

Assunto: QUE SEJAM ADOTADAS PROVIDÊNCIAS PARA CONTRATAÇÃO DE PSICÓLOGOS E ASSISTENTES SOCIAIS NOS SETORES DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL, RESPECTIVAMENTE, PARA ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ÀS VÍTIMAS DIRETAS E INDIRETAS DA COVID-19, COMO POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVIRUS.

Vereadores presentes: Dirceu de Souza - PSDB (Presidente); Emersson de Oliveira – PP (Vice-Presidente); Luizinho Cordeiro – MDB (1º Secretário); Oravio Cordeiro – PSDB (2º Secretário); Adair Luiz Gonçalves - MDB; Anderson Rafael Sartor / PSDB; Carlos Alberto Correa de Almeida / PSDB; Cleiton Aparício Correa de Siqueira / MDB e Osni Leodoro / PSD.

Súmula da votação em Plenário: Aprovado, à unanimidade.

Encaminhamento: À publicação no Diário Oficial dos Municípios. Envio ao Poder Executivo para providências.

Proposição: Indicação nº. 32/2021

Assunto: SEJA PROVIDENCIADA A ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA RUA MANOEL SCHUMACKER, INTERSECÇÃO COM A RODOVIA SC 452, UMA VEZ QUE A ILUMINAÇÃO NA CITADA RUA VAI ATÉ UM PONTO E DEPOIS CESSA. ASSEVERA-SE POR OPORTUNO, QUE CABE AO EXECUTIVO MUNICIPAL LEGISLAR SOBRE ASSUNTOS DE INTERESSE LOCAL CABENDO-LHE, EXECUTAR, LICENCIAR, FISCALIZAR, CONCEDER, PERMITIR OU AUTORIZAR, CONFORME O CASO, OS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Vereadores presentes: Dirceu de Souza - PSDB (Presidente); Emersson de Oliveira – PP (Vice-Presidente); Luizinho Cordeiro – MDB (1º Secretário); Oravio Cordeiro – PSDB (2º Secretário); Adair Luiz Gonçalves - MDB; Anderson Rafael Sartor / PSDB; Carlos Alberto Correa de Almeida / PSDB; Cleiton Aparício Correa de Siqueira / MDB e Osni Leodoro / PSD.

Súmula da votação em Plenário: Aprovado, à unanimidade.

Encaminhamento: À publicação no Diário Oficial dos Municípios. Envio ao Poder Executivo para providências.

Proposição: Indicação nº. 33/2021

Assunto: SEJAM ADOTADAS PROVIDÊNCIAS PERTINENTES A APLICAÇÃO DA REPERCUSSÃO DA ALTERAÇÃO DO PISO SALARIAL DOS PROFESSORES NO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO EM MONTE CARLO.

Vereadores presentes: Dirceu de Souza - PSDB (Presidente); Emersson de Oliveira – PP (Vice-Presidente); Luizinho Cordeiro – MDB (1º Secretário); Oravio Cordeiro – PSDB (2º Secretário); Adair Luiz Gonçalves - MDB; Anderson Rafael Sartor / PSDB; Carlos Alberto Correa de Almeida / PSDB; Cleiton Aparício Correa de Siqueira / MDB e Osni Leodoro / PSD.

Súmula da votação em Plenário: Aprovado, à unanimidade.

Encaminhamento: À publicação no Diário Oficial dos Municípios. Envio ao Poder Executivo para providências.

Proposição: Indicação nº. 34/2021

Assunto: QUE A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTAMENTE COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SUA EQUIPE, PROMOVAM COM A MAIOR BREVIDADE POSSÍVEL UM MUTIRÃO DE VACINAÇÃO DA VACINA DA COVID-19 NOS FINAIS DE SEMANA, COMO FORMA DE ENFRENTAMENTO A DISSEMINAÇÃO DO VÍRUS.

Vereadores presentes: Dirceu de Souza - PSDB (Presidente); Emersson de Oliveira – PP (Vice-Presidente); Luizinho Cordeiro – MDB (1º Secretário); Oravio Cordeiro – PSDB (2º Secretário); Adair Luiz Gonçalves - MDB; Anderson Rafael Sartor / PSDB; Carlos Alberto Correa de Almeida / PSDB; Cleiton Aparício Correa de Siqueira / MDB e Osni Leodoro / PSD.

Súmula da votação em Plenário: Aprovado, à unanimidade.

Encaminhamento: À publicação no Diário Oficial dos Municípios. Envio ao Poder Executivo para providências.

Proposição: Projeto de Lei do Poder Executivo nº. 27/2021

Assunto: AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer das Comissões: Pela aprovação.

Vereadores presentes: Dirceu de Souza - PSDB (Presidente); Emersson de Oliveira – PP (Vice-Presidente); Luizinho Cordeiro – MDB (1º Secretário); Oravio Cordeiro – PSDB (2º Secretário); Adair Luiz Gonçalves - MDB; Anderson Rafael Sartor / PSDB; Carlos Alberto Correa de Almeida / PSDB; Cleiton Aparício Correa de Siqueira / MDB e Osni Leodoro / PSD.

Súmula da votação em Plenário: Aprovado, à unanimidade.

Encaminhamento: À publicação no Diário Oficial dos Municípios. Envio ao Poder Executivo para providências.

PORTARIA 10/2021 - DESIGNA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO PODER LEGISLATIVO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 3132321

PORTARIA Nº 10/2021 DE 1º DE JULHO DE 2021

DESIGNA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO PODER LEGISLATIVO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 39, III e 58, VII, ambos da Lei Orgânica do Município e no artigo 21, XI, do Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1o. Designar os servidores HELTON JAX CORDEIRO DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de contador, ANGELITA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Secretária Executiva e DIRCEU DE SOUZA, ocupante do cargo de Vereador - Presidente, para, sob a Presidência do primeiro, compor comissão de avaliação especial de desempenho, para os fins do art. 41, §4º da CRFB c/c art. 28, §4º da Lei Orgânica e Leis Complementares Municipais n. 17/2006 c/c 109/2019, dos servidores públicos ADRIANA MARIA CONCHI CORDEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de agente de serviços gerais e VILMAR FRARÃO SCHRAMM, ocupante do cargo de provimento efetivo de advogado.

§1º Realizada a avaliação, a comissão dará ciência ao servidor, assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

§2º O servidor será notificado do conceito que lhe foi atribuído, podendo requerer reconsideração da avaliação, através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara.

§3º Contra a decisão relativa ao pedido de reconsideração caberá recurso hierárquico de ofício e voluntário, endereçado às autoridades previstas no Artigo 14 da Lei Complementar 17/2006, no prazo de 10 (dez) dias, na hipótese de confirmação do conceito de desempenho atribuído ao servidor.

§ 4º O recurso previsto no parágrafo anterior deverá ser decidido no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 2o. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Art. 3o. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo/SC, 1º de julho de 2021.

DIRCEU DE SOUZA Presidente	EMERSSON DE OLIVEIRA Vice-Presidente
LUIZINHO CORDEIRO 1º Secretário	ORAVIO CORDEIRO 2º Secretário

PORTARIA 11/2021 - CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 3132323

PORTARIA Nº 11/2021 DE 1º DE JULHO DE 2021

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Presidente da Câmara Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 39, III e 59, II, da Lei Orgânica do Município e no artigo 21, II, do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, pelo período de 20 (vinte) dias, à servidora ADRIANA MARIA CONCHI CORDEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de agente de serviços gerais, haja vista o interstício aquisitivo de 01/07/2020 até 30/06/2021.

Art. 2º DETERMINAR o usufruto das férias pelo período de 16/07/2021 até 04/08/2021.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, ficando revogadas disposições em contrário.

Monte Carlo/SC, 1º de julho de 2021.

DIRCEU DE SOUZA

Presidente

PORTARIA 12/2021 - CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 3132324

PORTARIA Nº 12/2021 DE 1º DE JULHO DE 2021

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Presidente da Câmara Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 39, III e 59, II, da Lei Orgânica do Município e no artigo 21, II, do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, pelo período de 20 (vinte) dias, ao servidor VILMAR FRARÃO SCHRAMM, ocupante do cargo de provimento efetivo de advogado, haja vista o interstício aquisitivo de 17/06/2020 até 16/06/2021.

Art. 2º DETERMINAR o usufruto das férias pelo período de 19/07/2021 até 23/07/2021 e de 06/12/2021 até 20/12/2021.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, ficando revogadas disposições em contrário.

Monte Carlo/SC, 1º de julho de 2021.

DIRCEU DE SOUZA

Presidente

Monte Castelo

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇO 012/2021

Publicação Nº 3130542

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F9CDCEF7A59A231667F01A2D88BA6326D3467E1F

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 037/2021

Modalidade Tomada de Preço nº 012/2021

OBJETO: O objeto do presente edital de licitação TOMADA DE PREÇOS é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE CABECEIRA DE PONTE EM CONCRETO ARMADO PARA KIT PRÉ MOLDADO PADRÃO DEFESA CIVIL NA LOCALIDADE DO RIO DA SERRA, em conformidade com os Projetos, Plantas e Memoriais Descritivos e nas condições fixadas neste Edital e seus Anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min horas do dia 02/07/2021 até às 09h00min horas do dia 19/07/2021.

INICIO DA SESSÃO ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO: 09h30min do dia 19/07/2021.

TIPO: Menor Preço por Global

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Monte Castelo – Rua Alfredo Becker, 385 e também no site [http:// www.montecastelo.sc.gov.br](http://www.montecastelo.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3654-0166

Monte Castelo, 01 de Julho de 2021

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

TOMADA DE PREÇO 013/2021

Publicação Nº 3130861

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C07C6E8B3284EF6B2C75F9582E35E6BB85902F2A

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 038/2021

Modalidade Tomada de Preço nº 013/2021

OBJETO: O objeto do presente edital de licitação TOMADA DE PREÇOS é a contratação de empresa para a execução de obras/serviços comuns de engenharia para CONSTRUÇÃO DE CABECEIRAS PARA BUEIROS NAS LOCALIDADES DE LAGEADINHO E PASSA QUATRO, em conformidade e nas condições fixadas neste Edital e seus Anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min horas do dia 02/07/2021 até às 14h00min horas do dia 19/07/2021.

INICIO DA SESSÃO ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO: 14h30min do dia 19/07/2021.

TIPO: Menor Preço por Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Monte Castelo – Rua Alfredo Becker, 385 e também no site [http:// www.montecastelo.sc.gov.br](http://www.montecastelo.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3654-0166

Monte Castelo, 01 de Julho de 2021

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Morro da Fumaça

PREFEITURA

CREDENCIAMENTO N° 016/2021

Publicação N° 3131216

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 53FCAEC260F7618DC800534BFB6001E24CABEC3F
Fundo Municipal de Saúde de Morro da Fumaça. Credenciamento N° 016/2021. OBJETO: CREDENCIAMENTO DE SESSÕES DE ACUPUNTURA, conforme anexo. Data: 03/08/2021. Hora: 13:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

ERRATA DA TOMADA DE PREÇO 007/2021

Publicação N° 3130577

SAMAE DE MORRO DA FUMAÇA. ERRATA da Tomada De Preço 007/2021. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA – ETA ESTAÇÃO COCAL E ETA RIO VARGEDO. Acrescenta-se o item 14.2.11 - Certificado de Registro Cadastral (CRC) da Prefeitura de Morro da Fumaça solicitado pelo email compras@morrodafumaca.sc.gov.br. Data 07/07/2021 as 08:30 Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

ERRATA DA TOMADA DE PREÇO 008/2021

Publicação N° 3130590

SAMAE DE MORRO DA FUMAÇA. ERRATA da Tomada De Preço 008/2021. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA COM COBERTURA METÁLICA E SISTEMA DE GUARDA-CORPO, COM CORRIMÃO, PARA A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA – ETA ESTAÇÃO COCAL. Acrescenta-se o item 14.2.11 - Certificado de Registro Cadastral (CRC) da Prefeitura de Morro da Fumaça solicitado pelo email compras@morrodafumaca.sc.gov.br. Data 07/07/2021 as 13:30 Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

REGISTRO DE PREÇO 079/2021

Publicação N° 3130877

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9DCD1A3EB9AFD0637668FFB5DB0001560B1C66DA
Morro da Fumaça. REGISTRO DE PREÇO 079/2021. AQUISIÇÃO DE PLACAS PARA DELEGACIA DE POLICIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIRO, conforme anexo. Data: 14/07/2021. Hora: 13:30. Local: Setor de Compras, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

ERRATA 001 – PREGÃO PRESENCIAL N° 009/2021

Publicação N° 3131719

**Morro da Fumaça/SC, em 01 de julho de 2021.****REF.: Errata 001 – Pregão Presencial N° 009/2021**

No Edital 009/2021 – SAMAe, referente ao Pregão Presencial para a aquisição e instalação de sistema fotovoltaico para a Estação de Tratamento de Água – ETA Rio Vargedo

Acrésceta-se como requisitos da qualificação técnica (item 7.1.6 do Edital):

d. Prova de registro da licitante no CFT, CAU ou CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Santa Catarina. As licitantes que forem sediadas em outra jurisdição e, consequentemente inscritas no CREA de origem, deverão apresentar, obrigatoriamente, visto junto ao CREA do Estado de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe a Lei N° 5.194 de 24/12/66, em consonância com o Art. 1º da Resolução N° 266 de 15/12/79 do CONFEA. A prova de registro dar-se-á através da CERTIDÃO DE PESSOA JURÍDICA DO CREA/CAU/CFT em vigor na data limite da entrega das propostas.

e. Capacitação técnico-operacional: Atestado(s) ou certidão(ões) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA/CAU/CFT, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT)/RRT/TRT, emitida pelo CREA/CAU/CFT, onde fique comprovado que a licitante (pessoa jurídica), tenha executado serviços com características semelhantes ou de complexidade operacional equivalente ou superior às indicadas nas especificações do objeto deste edital, no qual comprove que a licitante prestou/forneceu Sistema Fotovoltaico com no mínimo 8,5kWp.

f. Capacitação técnico-profissional: Comprovação de que a licitante possui em seu quadro de colaboradores, na data fixada para a entrega da proposta, os profissionais legalmente habilitados, com atribuição técnica para o referido sistema fotovoltaico, que obrigatoriamente serão os profissionais prepostos, detentores da Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA/CAU/CFT da região competente, relativa à execução de serviços com características similares ou equivalentes em complexidade operacional no que se refere a prestação/fornecimento de Sistema Fotovoltaico com no mínimo 8,5kWp.

f.1. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados e/ou CATs de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

☎ 0800 942 5570 🌐 www.samaemf.sc.gov.br ✉ comercial@samaemf.sc.gov.br 📱 @morrodafumaca
Rua Eugênio Pagnan, nº 237 - 88.830-000 - Centro - Morro da Fumaça/SC



f.2. Será considerado integrante do quadro de colaboradores da empresa licitante o profissional que for sócio, diretor, empregado de caráter permanente, contratado ou responsável técnico da empresa perante o CREA/CAU/CFT.

f.3. A comprovação de que integra o quadro de colaboradores da licitante será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- i. sócio: contrato social e sua última alteração;
- ii. diretor: estatuto social e ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- iii. empregado permanente da empresa: contrato de trabalho por tempo indeterminado ou qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação de regência da matéria;
- iv. contratado pela empresa: contrato de prestação de serviços vigente;
- v. responsável técnico: certidão de registro de pessoa jurídica no CREA/CAU/CFT.

g. Documentação que comprove que os projetos a que se referem os atestados fornecidos estão regulares junto à concessionária de energia e demais órgãos aplicáveis.

Sendo o que havíamos para apresentar.
Mantenha-se as demais disposições.

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2021**

Publicação Nº 3132307

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA. CNPJ: 97.475.446/0001-04.

CONTRATADO: ATEKY TECNOLOGIA LTDA.

CNPJ: 37.068.858/0001-06.

OBJETO: constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços especializados para fornecimento de Internet – PLANO EMPRESARIAL 400/180Mb (comunicação multimídia – SCM).

DATA DA VIGÊNCIA: 01/07/2021 até 01/07/2022, podendo ser prorrogado em comum acordo entre as partes, por igual período, na forma da lei.

VALOR GLOBAL: O valor total deste contrato é de R\$ 2.038,80 (dois mil, trinta e oito Reais e oitenta centavos), e o CONTRATADO receberá, pelos serviços prestados, mensalmente, do CONTRATANTE, a importância de R\$ 169,90 (cento e sessenta e nove Reais e noventa centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.00.00.00.00.00.

DATA DA ASSINATURA: 01 de julho de 2021.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 01 de julho de 2021.

LUCIANO FORMENTIN PEREIRA

Presidente da Câmara Municipal

Morro Grande

PREFEITURA

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2021 - PMMG

Publicação Nº 3130894

Ata de Registro de Preços nº	12/2021
Órgão Gerenciador	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal
Detentora da Ata	Britagem Bosa Ltda
Valor	R\$ 180.000,00
Data da Assinatura	27/05/2021
Vigência Inicial	27/05/2021
Vigência Final	26/05/2022
Licitação	Edital de Pregão Presencial nº 4/2021 - PMMG
Objeto Resumido	Aquisição de base de seixo rolado peneirado visando a manutenção de estradas vicinais e demais necessidades do município de Morro Grande.
Espécie	Fornecimento de bens de consumo
Observação	A íntegra da ata contendo todas as informações, encontra-se no site www.morrogrande.sc.gov.br

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2021 - PMMG

Publicação Nº 3130923

Ata de Registro de Preços nº	13/2021
Órgão Gerenciador	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal
Detentora da Ata	Vanderlei Turismo Eireli
Valor	R\$ 39.239,20
Data da Assinatura	18/06/2021
Vigência Inicial	18/06/2021
Vigência Final	17/06/2022
Licitação	Edital de Pregão Presencial nº 5/2021 - PMMG
Objeto Resumido	Contratação de serviços de transporte coletivo intermunicipal de trabalhadores residentes no município de Morro Grande, com empregos formais em unidades industriais estabelecidas no município de Criciúma.
Espécie	Prestação de Serviços
Observação	A íntegra da ata contendo todas as informações, encontra-se no site www.morrogrande.sc.gov.br

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2021 - PMMG

Publicação Nº 3130924

Ata de Registro de Preços nº	14/2021
Órgão Gerenciador	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal
Detentora da Ata	Apicebr Comercial Eireli
Valor	R\$ 85.263,77
Data da Assinatura	29/06/2021
Vigência Inicial	29/06/2021
Vigência Final	28/06/2022
Licitação	Edital de Pregão Presencial nº 6/2021 - PMMG
Objeto Resumido	Aquisição parcelada de material de limpeza e higiene visando atender as necessidades do município de Morro Grande.
Espécie	Fornecimento de bens de consumo
Observação	A íntegra da ata contendo todas as informações, encontra-se no site www.morrogrande.sc.gov.br

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2021 - PMMG

Publicação Nº 3130926

Ata de Registro de Preços nº	15/2021
Órgão Gerenciador	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal
Detentora da Ata	Klein Simionato e Santos Ltda
Valor	R\$ 45.871,10
Data da Assinatura	29/06/2021
Vigência Inicial	29/06/2021
Vigência Final	28/06/2022
Licitação	Edital de Pregão Presencial nº 6/2021 - PMMG
Objeto Resumido	Aquisição parcelada de material de limpeza e higiene visando atender as necessidades do município de Morro Grande.
Espécie	Fornecimento de bens de consumo
Observação	A íntegra da ata contendo todas as informações, encontra-se no site www.morrogrande.sc.gov.br

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2021 - PMMG

Publicação Nº 3130927

Ata de Registro de Preços nº	16/2021
Órgão Gerenciador	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal
Detentora da Ata	Maria Stela Bristot Brina
Valor	R\$ 33.944,21
Data da Assinatura	29/06/2021
Vigência Inicial	29/06/2021
Vigência Final	28/06/2022
Licitação	Edital de Pregão Presencial nº 6/2021 - PMMG
Objeto Resumido	Aquisição parcelada de material de limpeza e higiene visando atender as necessidades do município de Morro Grande.
Espécie	Fornecimento de bens de consumo
Observação	A íntegra da ata contendo todas as informações, encontra-se no site www.morrogrande.sc.gov.br

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2021 - PMMG

Publicação Nº 3130931

Ata de Registro de Preços nº	17/2021
Órgão Gerenciador	Município de Morro Grande – Prefeitura Municipal
Detentora da Ata	M.D.A. – Armarinhos Ltda
Valor	R\$ 44.817,61
Data da Assinatura	29/06/2021
Vigência Inicial	29/06/2021
Vigência Final	28/06/2022
Licitação	Edital de Pregão Presencial nº 6/2021 - PMMG
Objeto Resumido	Aquisição parcelada de material de limpeza e higiene visando atender as necessidades do município de Morro Grande.
Espécie	Fornecimento de bens de consumo
Observação	A íntegra da ata contendo todas as informações, encontra-se no site www.morrogrande.sc.gov.br

PORTARIA Nº 82/2021

Publicação Nº 3131776

PORTARIA Nº 82/2021
TRATA DA CONCESSÃO DE FÉRIAS

O Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o art. 52, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 97 da Lei Municipal 005/1993 e Lei Municipal 781/2013.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido férias na competência de julho de 2021, pelo período de 30 (trinta) dias, para os servidores, GERMANO MILANEZ, matrícula 789, ocupante do cargo de Técnico de Controle Interno e JEFERSON FABIANO FENALI, matrícula 1180, ocupante do cargo de

Motorista.

Parágrafo único. Fica concedido o parcelamento de férias, para GERMANO MILANEZ, no período de 05/07/2021 a 19/07/2021 e de 09/08/2021 a 23/08/2021. Para o servidor JEFERSON FABIANO FENALI: do dia 19/07/2021 a 02/08/2021 e os outros 15 dias de descanso em dezembro de 2021, no período de 20/12/2021 a 03/01/2022.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Morro Grande/SC, 01 de julho de 2021.

Clelio Daniel Olivo

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 83/2021

Publicação Nº 3131788

PORTARIA Nº 83/2021

TRATA DE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO

O Prefeito Municipal de Morro Grande em exercício, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a partir da presente data, EVA MEDEIROS CORREA, brasileira, portadora do CPF nº 546.799.829-34 e RG nº 3.745.815, para exercer o cargo da categoria funcional de "Auxiliar de Serviços Gerais II", do Grupo III - Grupo Funcional Básico - GFB, Nível GFB 4, do Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Morro Grande, aprovada em Concurso Público, Edital nº 02/2017, homologado em 14 de fevereiro 2018, com vencimentos e vantagens estabelecidos em Lei.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande-SC, 01 de julho de 2021.

CLELIO DANIEL OLIVO

Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO ELETRÔNICO 08/2021 FUMSCI

Publicação Nº 3132235

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B8A3EF3AFC19C2AE7D9FAC6CD83812D34D2E4ADB

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO ELETRÔNICO 08/2021 FUMSCI

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Pregão eletrônico para registro de preços visando a futura aquisição de equipamentos e materiais de combate a incêndio, resgate e salvamento para uso operacional das guarnições do Corpo de Bombeiros de Navegantes/SC. Disputa em meio eletrônico com uso da plataforma BNC. Interessados deverão cadastrar-se no site <http://bnc.org.br/cadastro/>. Entrega das propostas a partir do dia 02/07/2021 até as 13h30 do dia 21/07/2021. Início da sessão em meio eletrônico as 14h00 do dia 21/07/2021. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Libardoni Fronza – Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 68/2021 PMN

Publicação Nº 3132290

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7FCE293E19A7A4A8D6EDE24EA87B6087DF8F3952

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO ELETRÔNICO 68/2021 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Pregão eletrônico para registro de preços visando a aquisição de materiais para manutenção da rede de iluminação pública do município de Navegantes, através da Secretaria Municipal de Obras de Navegantes/SC. Disputa em meio eletrônico com uso da plataforma BNC. Interessados deverão cadastrar-se no site <http://bnc.org.br/cadastro/>. Entrega das propostas a partir do dia 02/07/2021 até as 13h30 do dia 22/07/2021. Início da sessão em meio eletrônico as 14h00 do dia 22/07/2021. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Libardoni Fronza – Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 69/2021 PMN

Publicação Nº 3132292

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 90C022C2ED15A4293ADE28626D4698FE8A76D2FC

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO ELETRÔNICO 69/2021 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Pregão eletrônico para registro de preços visando a futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção e recuperação da sinalização viária (com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra) para atender as necessidades das secretarias, fundos, fundações e autarquias, através da Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito de Navegantes/SC. Disputa em meio eletrônico com uso da plataforma BNC. Interessados deverão cadastrar-se no site <http://bnc.org.br/cadastro/>. Entrega das propostas a partir do dia 02/07/2021 até as 14h30 do dia 22/07/2021. Início da sessão em meio eletrônico as 15h00 do dia 22/07/2021. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Libardoni Fronza – Prefeito.

CLASSIFICAÇÃO FINAL PROCESSO SELETIVO 015/2021 SMS

Publicação Nº 3132069


PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 015/2021
**EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO FINAL I**

O Prefeito do Município de Navegantes/ SC, usando de suas atribuições legais nos termos da Constituição Federal, após o prazo recursal e a retificação das notas da prova objetiva para a função de Odontólogo ESF, torna público o EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO FINAL I (somente para as funções que não possuem prova prática) do Processo Seletivo Edital nº 015/2021, conforme segue:

ACS ESF - Machados				DESEMPATE								
CL	NOME DO CANDIDATO	INSC	NF	I	CE	LP	RL	CG	J	M	DN	DF
1	MARLETE DUARTE	10762	50,00	Sim	25,00	10,00	10,00	5,00	Não	Não	05/03/1960	Não

ACS ESF - Meia Praia				DESEMPATE								
CL	NOME DO CANDIDATO	INSC	NF	I	CE	LP	RL	CG	J	M	DN	DF
1	BARBARA MELISSA KVITSCHAL	13015	62,50	Não	35,00	15,00	10,00	2,50	Não	Não	18/03/1980	Não
2	BRUNA MIRANDA DE SOUZA	11512	60,00	Não	27,50	20,00	10,00	2,50	Não	Não	15/02/1996	Não
3	CARLA RAIMUNDO DA SILVA 529	12065	55,00	Não	27,50	12,50	10,00	5,00	Não	Não	23/12/1968	Não
4	ARIANE RODRIGUES MARINHO CAMPOS	10279	52,50	Não	22,50	15,00	10,00	5,00	Não	Não	25/03/2003	Não
5	ODINA NASCIMENTO REIS	10175	50,00	Não	27,50	10,00	7,50	5,00	Não	Não	30/12/1968	Não
6	ELIZANA ALVES PEREIRA	11908	50,00	Não	20,00	17,50	7,50	5,00	Não	Não	28/05/1988	Não

ACS ESF - Nossa Sra. das Graças		DESEMPATE		
Não houve candidato classificado				

ACS ESF - Porto das Balsas				DESEMPATE								
CL	NOME DO CANDIDATO	INSC	NF	I	CE	LP	RL	CG	J	M	DN	DF
1	LUCAS HENRIQUE DA ROSA MORETTO	13042	60,00	Não	30,00	17,50	10,00	2,50	Não	Não	15/02/2002	Não
2	KELSIANA CHARLY DE MOURA RAMOS	11316	55,00	Não	30,00	12,50	10,00	2,50	Não	Não	20/09/1978	Não

ACS ESF - Porto Escalvados				DESEMPATE								
CL	NOME DO CANDIDATO	INSC	NF	I	CE	LP	RL	CG	J	M	DN	DF
1	NICOLE COSTA DA SILVA DALUZ	12676	52,50	Não	32,50	7,50	7,50	5,00	Não	Não	21/06/1993	Não

ACS ESF – São Domingos II	DESEMPATE	
Não houve candidato classificado		

ACS ESF - São Paulo				DESEMPATE								
CL	NOME DO CANDIDATO	INSC	NF	I	CE	LP	RL	CG	J	M	DN	DF
1	GABRIEL MANOEL DE SOUZA	11448	50,00	Não	20,00	15,00	10,00	5,00	Não	Não	26/06/2000	Não

Agente de Combate a Endemias				DESEMPATE								
CL	NOME DO CANDIDATO	INSC	NF	I	CE	LP	RL	CG	J	M	DN	DF
1	ANDRE LUIZ COELHO RAMOS FILHO	12553	72,50	Não	30,00	20,00	12,50	10,00	Não	Não	26/07/1998	Não
2	JAIR LUCAS MARIANO JÚNIOR	11927	65,00	Não	37,50	12,50	7,50	7,50	Não	Não	21/10/1994	Não
3	MARCEL COLZANI	12686	60,00	Não	35,00	12,50	5,00	7,50	Não	Não	19/06/1982	Não
4	ANDREA ANDRADE GUIMARÃES	11160	60,00	Não	32,50	10,00	12,50	5,00	Não	Não	18/09/1991	Não
5	RENAN FELISBERTO DE ASSIS	12667	57,50	Não	30,00	7,50	10,00	10,00	Não	Não	04/01/1992	Não
6	MARIA DO CARMO CARVALHO FLORES	11291	57,50	Não	25,00	15,00	7,50	10,00	Não	Não	11/03/1964	Não
7	MATHEUS EFRAIM DOS SANTOS	12010	55,00	Não	35,00	10,00	5,00	5,00	Não	Não	17/04/2000	Não
8	JOSUÉ ASAFE DOS SANTOS	12577	55,00	Não	32,50	7,50	7,50	7,50	Não	Não	18/10/1994	Não
9	ALAN RODRIGUES DA ROSA	11376	55,00	Não	32,50	7,50	12,50	2,50	Não	Não	19/06/2000	Não
10	PEDRO HENRIQUE PACHECO CHAMUN	11788	55,00	Não	30,00	12,50	5,00	7,50	Não	Não	19/05/1987	Não
11	LENNON RODRIGUES DA SILVA	12078	55,00	Não	30,00	12,50	7,50	5,00	Não	Não	23/04/1997	Não
12	LEONARDO ROCHA CABRAL	12547	52,50	Não	37,50	2,50	7,50	5,00	Não	Não	23/09/1988	Não
13	ARTUR FIAD MENDES	11820	52,50	Não	35,00	10,00	2,50	5,00	Não	Não	18/06/2001	Não
14	ALEXANDRE HENRIQUE ALMEIDA	11899	52,50	Não	32,50	7,50	5,00	7,50	Não	Não	05/04/1993	Não
15	DANIELA DA MATTA SANTOS	11228	52,50	Não	30,00	15,00	5,00	2,50	Não	Não	09/02/1992	Não
16	MARIA ISABEL DA SILVA MAFRA	11639	52,50	Não	30,00	5,00	10,00	7,50	Não	Não	14/01/1970	Não
17	GIOVANNA RODRIGUES NOLLA	12401	52,50	Não	27,50	10,00	12,50	2,50	Não	Não	26/02/2018	Não
18	DANIELLE SILVA PINHEIRO FURTADO DE OLIVEIRA	12310	52,50	Não	25,00	10,00	10,00	7,50	Não	Não	29/09/1985	Não
19	NATALIA LOBO FROIO	10722	52,50	Não	25,00	10,00	10,00	7,50	Não	Não	26/05/1997	Não
20	EDIMARA PEREIRA GEJA	11600	50,00	Não	32,50	5,00	7,50	5,00	Não	Não	26/01/1987	Não
21	HAMESY HAYAN REIS DO NASCIMENTO	12873	50,00	Não	32,50	2,50	7,50	7,50	Não	Não	27/05/1997	Não
22	GEORGE AUGUSTO MONTEIRO BARBOSA	10549	50,00	Não	30,00	7,50	2,50	10,00	Não	Não	02/05/1972	Não
23	CLEVERSON CARDOSO DIAS	10277	50,00	Não	30,00	5,00	7,50	7,50	Não	Não	17/02/1979	Não



PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 015/2021



Agente de Combate a Endemias				DESEMPATE								
CL	NOME DO CANDIDATO	INSC	NF	I	CE	LP	RL	CG	J	M	DN	DF
24	JOSEMAR SOARES	10780	50,00	Não	30,00	2,50	12,50	5,00	Não	Não	15/09/1978	Não
25	KELLY TAFARELLO	12145	50,00	Não	30,00	2,50	10,00	7,50	Não	Não	23/03/1984	Não
26	KARINA APARECIDA RODRIGUES GONÇALVES	11596	50,00	Não	27,50	10,00	7,50	5,00	Não	Não	26/03/1987	Não
27	JOSÉ CARLOS DE LIMA	10597	50,00	Não	27,50	7,50	5,00	10,00	Não	Não	14/03/1965	Não
28	GRAZIELE CRISTINA ARDIGÓ	10721	50,00	Não	27,50	5,00	10,00	7,50	Não	Não	01/08/1982	Não
29	PAOLO DE TARSO ANDERSON SCHWARZ	10518	50,00	Não	25,00	10,00	7,50	7,50	Não	Não	02/02/1981	Não
30	ADELSON RODRIGES VIEIRA	11576	50,00	Não	25,00	7,50	10,00	7,50	Não	Não	04/03/1963	Não

Agente de Serviços Gerais				DESEMPATE								
CL	NOME DO CANDIDATO	INSC	NF	I	CE	LP	RL	J	M	DN	DF	
1	ISRAEL MENDES GONÇALVES	12241	86,67	Não	26,67	30,00	30,00	Não	Não	14/12/2000	Não	
2	CRISTIANE KATIA RIBEIRO	12732	83,33	Não	33,33	23,33	26,67	Não	Não	16/07/1980	Não	
3	VANIA APARECIDA CASAGRANDE	12810	73,33	Não	30,00	26,67	16,67	Não	Não	15/08/1969	Não	
4	CELSE APARECIDO TIVIROLI	11633	70,00	Não	30,00	26,67	13,33	Não	Não	04/06/1969	Não	
5	ERICA DE SOUZA VILHENA	12983	70,00	Não	30,00	26,67	13,33	Não	Não	18/03/1998	Não	
6	CARMEN SUANI CARVALHO DE MACÊDO	10889	70,00	Não	26,67	26,67	16,67	Não	Não	23/09/1961	Não	
7	LEIDIANE DOS SANTOS PAIVA	10712	70,00	Não	23,33	23,33	23,33	Não	Não	07/01/1984	Não	
8	SUELEN DE LIMA PEREIRA	11617	70,00	Não	23,33	20,00	26,67	Não	Não	04/04/1999	Não	
9	BIBIANA BERNARDO MARTINS DO NASCIMENTO	10492	66,67	Não	33,33	16,67	16,67	Não	Não	29/05/1973	Não	
10	EDINALDO PEREIRA BEZERRA	10073	66,67	Não	30,00	23,33	13,33	Não	Não	31/12/1990	Não	
11	ANTONIO CARLOS FERNANDES THEMOTHEO	11432	63,33	Sim	23,33	23,33	16,67	Não	Não	15/01/1961	Não	
12	ELIS FERNANDA FOGAÇA	10239	63,33	Não	30,00	23,33	10,00	Não	Não	22/12/1997	Não	
13	JOCILENE N MENDONÇA	10311	63,33	Não	26,67	16,67	20,00	Não	Não	19/09/1994	Não	
14	LUZIA APARECIDA DE OLIVEIRA LIMA	12700	63,33	Não	23,33	20,00	20,00	Não	Não	22/04/1973	Não	
15	IVONE NASCIMENTO	10291	60,00	Não	30,00	23,33	6,67	Não	Não	20/12/1991	Não	
16	DIENIFER GABRIELE KOWALSKI DA SILVA	10496	60,00	Não	30,00	16,67	13,33	Não	Não	14/11/1996	Não	
17	CHARLENE NEVES	10393	60,00	Não	30,00	10,00	20,00	Não	Não	28/11/1983	Não	
18	GISÉLI VANDELISE FELICIO SOUSA	10745	60,00	Não	26,67	16,67	16,67	Não	Não	28/09/1986	Não	
19	POLLYANNA WASCONCELOS BUARQUE	11514	56,67	Não	30,00	10,00	16,67	Não	Não	23/03/1979	Não	
20	ROSANGELA PALAKOVSKI NUNES	11506	56,67	Não	26,67	16,67	13,33	Não	Não	12/04/1981	Não	
21	MARISA KRAISS	13024	56,67	Não	23,33	16,67	16,67	Não	Não	28/02/1979	Não	
22	EMANOELA DE LOURDES VIEIRA NORDI	11625	56,67	Não	23,33	16,67	16,67	Não	Não	18/04/1992	Não	
23	ANA PAULA CORDEIRO	10012	56,67	Não	23,33	16,67	16,67	Não	Não	08/11/1992	Não	
24	SARA SANTOS ANTONELLO	10391	56,67	Não	20,00	26,67	10,00	Não	Não	05/04/1983	Não	
25	EDILANE DOS SANTOS DE SOUZA	12186	53,33	Não	26,67	16,67	10,00	Não	Não	09/04/1985	Não	
26	FRANCISCA MARCIANA BEZERRA PINHEIRO	10017	53,33	Não	26,67	10,00	16,67	Não	Não	17/09/1978	Não	
27	JOSELIA RODRIGUES	11406	53,33	Não	23,33	16,67	13,33	Não	Não	07/08/1970	Não	
28	DEUZA ESMERIA DOS SANTOS	12011	50,00	Não	26,67	20,00	3,33	Não	Não	15/12/1963	Não	
29	JAQUELINE VASSAO ALVES	10528	50,00	Não	26,67	10,00	13,33	Não	Não	19/10/2001	Não	
30	SILVANIA CRISTINA AMARAL AQUINO	11125	50,00	Não	23,33	16,67	10,00	Não	Não	21/04/1969	Não	
31	PAULA JANETE DOS SANTOS SEHN	11337	50,00	Não	23,33	13,33	13,33	Não	Não	27/11/1973	Não	
32	LIRIEL SOUZA	12455	50,00	Não	23,33	13,33	13,33	Não	Não	26/11/2001	Não	
33	LISTEYLLOR SOUZA ASSUNÇÃO	12607	50,00	Não	20,00	23,33	6,67	Não	Não	26/05/1969	Não	
34	REYCIELI DE AMORIN RODRIGUES	12478	50,00	Não	20,00	20,00	10,00	Não	Não	01/01/1997	Não	
35	JUCILENE MARIA DA SILVA	11119	50,00	Não	20,00	16,67	13,33	Não	Não	12/08/1980	Não	

Atendente de Posto de Saúde				DESEMPATE								
CL	NOME DO CANDIDATO	INSC	NF	I	CE	LP	RL	CG	J	M	DN	DF
1	CLAUDIA DE FREITAS RODRIGUES	12572	65,00	Não	32,50	15,00	10,00	7,50	Não	Não	22/07/1969	Não
2	DANIEL VICTOR SILVA DIAS	10158	65,00	Não	30,00	20,00	10,00	5,00	Não	Não	13/08/1997	Não
3	SOFIA MARTA STEINMETZ	12163	62,50	Não	25,00	22,50	12,50	2,50	Não	Não	11/08/1984	Não
4	MIRIAM DEL RIO VASCONCELOS DE MOURA	10446	60,00	Não	27,50	17,50	12,50	2,50	Não	Não	04/11/1998	Não
5	DANIELLE SILVA PINHEIRO FURTADO DE OLIVEIRA	12436	60,00	Não	25,00	20,00	12,50	2,50	Não	Não	29/09/1985	Não
6	JULIAN APARECIDA WEBER	10160	57,50	Não	27,50	17,50	7,50	5,00	Não	Não	11/10/1992	Não
7	LORETA SORRENTINO CORREA	13025	55,00	Não	30,00	15,00	7,50	2,50	Não	Não	22/07/1987	Não
8	FELIPE BOMPANI DE LIMA	10328	55,00	Não	27,50	15,00	7,50	5,00	Não	Não	08/03/1999	Não
9	ISABELA CRISTINA CABRAL DOMINGOS	12602	55,00	Não	25,00	15,00	12,50	2,50	Não	Não	12/04/1992	Não
10	KARLA CRISTINA CORDEIRO RABEL	12250	55,00	Não	22,50	17,50	12,50	2,50	Não	Não	05/05/1982	Não
11	KARINA APARECIDA RODRIGUES GONÇALVES	11598	55,00	Não	20,00	17,50	10,00	7,50	Não	Não	26/03/1987	Não
12	IVANDRA FERREIRA	12571	55,00	Não	20,00	15,00	12,50	7,50	Não	Não	12/02/1982	Não
13	NATÁLIA GELINSKI	11045	55,00	Não	17,50	17,50	12,50	7,50	Não	Não	21/02/2003	Não
14	MARIA DO CARMO CARVALHO FLORES	11293	55,00	Não	15,00	17,50	12,50	10,00	Não	Não	11/03/1964	Não
15	ISADORA MASCHIO GONÇALVES	10275	52,50	Não	25,00	17,50	5,00	5,00	Não	Não	04/05/1993	Não
16	JAIR JUAZAR PORTO JUNIOR	11766	52,50	Não	25,00	15,00	12,50	0,00	Não	Não	21/11/1996	Não
17	HELIZIELE FREITAS PEREIRA DE SOUSA	11265	52,50	Não	22,50	15,00	7,50	7,50	Não	Não	07/11/1985	Não
18	ANTONIO CESAR FROIO	11842	52,50	Não	17,50	17,50	10,00	7,50	Não	Não	14/01/1965	Não
19	RODRIGO OLIVEIRA SILVA SANTOS	12923	50,00	Não	27,50	10,00	10,00	2,50	Não	Não	20/05/1981	Não



PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 015/2021



Atendente de Posto de Saúde				DESEMPATE								
CL	NOME DO CANDIDATO	INSC	NF	I	CE	LP	RL	CG	J	M	DN	DF
20	LETICIA GARCIA DA SILVA	12160	50,00	Não	25,00	12,50	7,50	5,00	Não	Não	09/05/2000	Não
21	DENNER NUNES SAIJA	11335	50,00	Não	22,50	15,00	7,50	5,00	Não	Não	02/01/1998	Não
22	HELENA MEIRA BÉCO	12157	50,00	Não	22,50	12,50	12,50	2,50	Não	Não	17/02/2001	Não
23	IVANA DO NASCIMENTO ALBUQUERQUE	10248	50,00	Não	20,00	12,50	12,50	5,00	Não	Não	20/12/1996	Não
24	MARY JANE BARBOSA DE SOUZA	12231	50,00	Não	17,50	12,50	12,50	7,50	Não	Não	04/06/1972	Não

Aux. de Consultório Dentário ESF				DESEMPATE								
CL	NOME DO CANDIDATO	INSC	NF	I	CE	LP	RL	CG	J	M	DN	DF
1	NALDECI CARDOSO CAVALCANTE	11300	50,00	Não	30,00	12,50	2,50	5,00	Não	Não	07/12/1976	Não

Enfermeiro				DESEMPATE								
CL	NOME DO CANDIDATO	INSC	NF	I	CE	LP	RL	CG	J	M	DN	DF
1	MATHEUS DA CUNHA PARIS	10315	57,50	Não	27,50	12,50	7,50	10,00	Não	Não	02/12/1996	Não
2	CARLOS EDUARDO VASCONCELLOS RODRIGUES	12217	57,50	Não	25,00	12,50	10,00	10,00	Não	Não	30/04/1996	Não
3	AMANDA LEMOS DE MEDEIROS	12959	50,00	Não	27,50	7,50	10,00	5,00	Não	Não	16/10/1991	Não
4	GLORIA MARIA NUNES	12735	50,00	Não	20,00	7,50	12,50	10,00	Não	Não	08/07/1999	Não

Farmacêutico				DESEMPATE								
CL	NOME DO CANDIDATO	INSC	NF	I	CE	LP	RL	CG	J	M	DN	DF
1	ALANYSON MICHEL ALVES DE FREITAS	10245	77,50	Não	35,00	25,00	12,50	5,00	Não	Não	24/10/1985	Não
2	LEANDRO VINICIUS PASSARO BRUNIERI	11550	67,50	Não	35,00	22,50	10,00	0,00	Não	Não	08/06/1987	Não
3	LUZIANE PRISCILA GIASSON SINCAS	12785	67,50	Não	32,50	15,00	10,00	10,00	Não	Não	17/04/1991	Não
4	EVANDRO DE NADAI SILIA	11866	67,50	Não	25,00	22,50	12,50	7,50	Não	Não	17/01/1987	Não
5	DANIELE MELISSA BACKES	10916	65,00	Não	32,50	17,50	10,00	5,00	Não	Não	28/07/1980	Não
6	LUIZ GUSTAVO RODRIGUES DIAS CHAGAS	12579	65,00	Não	30,00	12,50	12,50	10,00	Não	Não	26/05/1993	Não
7	MARIA ELIZA BERNIERI	10882	62,50	Não	30,00	15,00	10,00	7,50	Não	Não	11/07/1985	Não
8	ADRIANO RICARDO DE ANDRADE	12747	60,00	Não	32,50	15,00	10,00	2,50	Não	Não	10/08/1966	Não
9	THAISE MARIANI ZIMATH COLZANI	12689	60,00	Não	30,00	15,00	12,50	2,50	Não	Não	15/05/1987	Não
10	VÂNIA FREITAS RODRIGUES LIMA	11574	57,50	Não	30,00	15,00	10,00	2,50	Não	Não	28/07/1981	Não
11	ANA GABRIELA ROSA	12255	57,50	Não	30,00	12,50	10,00	5,00	Não	Não	07/05/1997	Não
12	BRUNA ALBUQUERQUE GEOCZE	11162	57,50	Não	27,50	15,00	10,00	5,00	Não	Não	06/10/1994	Não
13	NATÁLIA BAGGIO ANDRADE	12088	57,50	Não	27,50	15,00	12,50	2,50	Não	Não	25/11/1997	Não
14	RODRIGO LUCIANO ARPINI	10219	57,50	Não	27,50	12,50	12,50	5,00	Não	Não	07/10/1979	Não
15	ANDREIA NAOMI MADOZ KAYA	12161	57,50	Não	25,00	20,00	10,00	2,50	Não	Não	26/03/1997	Não
16	ELOISE FRAGNANI MEDEIROS	10039	57,50	Não	25,00	17,50	12,50	2,50	Não	Não	17/08/1984	Não
17	IVANA DE FREITAS GUAREZI	10027	55,00	Não	30,00	15,00	7,50	2,50	Não	Não	19/02/1996	Não
18	GIOVANNA CAROLINE CORRÊA D DE FREITAS	10104	55,00	Não	27,50	10,00	10,00	7,50	Não	Não	17/01/1997	Não
19	JULIANA COELHO STAHELIN	12144	55,00	Não	25,00	17,50	10,00	2,50	Não	Não	28/03/1994	Não
20	ANDERSON CLEITON CORREA	11163	55,00	Não	25,00	12,50	10,00	7,50	Não	Não	13/03/1981	Não
21	TIAGO ZANELLA	10522	52,50	Não	27,50	17,50	7,50	0,00	Não	Não	08/09/1990	Não
22	ANTÔNIO SÉRGIO BOSCARATTO ROMANO	10318	52,50	Não	25,00	17,50	7,50	2,50	Não	Não	08/08/1977	Não
23	GRAZIELA JAHNERT VANDRESEN	12253	52,50	Não	22,50	15,00	10,00	5,00	Não	Não	30/05/1985	Não
24	JOSE LUCIANO DA SILVA LIMA	11519	52,50	Não	22,50	12,50	10,00	7,50	Não	Não	25/09/1995	Não
25	HELOISA CRISTINA DE ANDRADE	12497	52,50	Não	20,00	20,00	5,00	7,50	Não	Não	14/10/1989	Não
26	DANIELE FERREIRA BARBOSA DOS S BALTAZAR	10330	50,00	Não	25,00	12,50	10,00	2,50	Não	Não	30/07/1988	Não
27	PRISCILLA YUMI GONÇALVES IDO SILVA	12414	50,00	Não	22,50	10,00	12,50	5,00	Não	Não	06/08/1981	Não

Fisioterapeuta				DESEMPATE								
CL	NOME DO CANDIDATO	INSC	NF	I	CE	LP	RL	CG	J	M	DN	DF
1	ALINE CRISTINA HAMMES	12819	82,50	Não	45,00	22,50	12,50	2,50	Não	Não	19/03/1997	Não
2	GABRIEL MELO DE SOUZA	11374	72,50	Não	32,50	22,50	12,50	5,00	Não	Não	22/11/1998	Não
3	GUSTAVO CARNEIRO GOMES	12510	70,00	Não	30,00	22,50	12,50	5,00	Não	Não	24/09/1996	Não
4	NATÁLIA DE SOUZA CUNHA	10404	67,50	Não	27,50	25,00	10,00	5,00	Não	Não	08/04/1994	Não
5	SILVANA FERRACUTI	11240	65,00	Não	30,00	20,00	10,00	5,00	Não	Não	09/11/1963	Não
6	MILENA OLIVEIRA ALVES	11363	65,00	Não	30,00	20,00	12,50	2,50	Não	Não	27/01/1998	Não
7	LUCIANA DE OLIVEIRA GONÇALVES	10387	65,00	Não	30,00	17,50	10,00	7,50	Não	Não	28/10/1971	Não
8	ISABELA SANT ANNA PY DE SOUZA	11062	65,00	Não	30,00	17,50	12,50	5,00	Não	Não	08/05/1993	Não
9	JÉSSICA BARROSO DE MORAES	12240	65,00	Não	27,50	22,50	10,00	5,00	Não	Não	13/05/1994	Não
10	MARINA STENGER	12885	62,50	Não	27,50	17,50	12,50	5,00	Não	Não	15/09/1988	Não
11	NATÁLIA LAPA BARCELOS	12480	62,50	Não	27,50	17,50	12,50	5,00	Não	Não	15/04/1998	Não
12	NICOLAS ALEXSANDER M DE MELLO M PEREIRA	11502	60,00	Não	30,00	12,50	12,50	5,00	Não	Não	01/07/1995	Não
13	ANA PAULA SILVA	10300	60,00	Não	25,00	22,50	10,00	2,50	Não	Não	06/11/1993	Não
14	BEATRIZ SCHMIDT LUNARDELLI	11329	57,50	Não	30,00	15,00	7,50	5,00	Não	Não	07/10/1998	Não
15	DANIELLY BUENO CIGERZA	11646	57,50	Não	30,00	12,50	10,00	5,00	Não	Não	19/08/1998	Não
16	CAROLINE CERQUEIRA SANTOS ANDRADE	12319	57,50	Não	25,00	17,50	12,50	2,50	Não	Não	31/08/1992	Não
17	DALLYANE PEREIRA DANTAS	10699	57,50	Não	25,00	15,00	12,50	5,00	Não	Não	24/01/1985	Não



PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 015/2021



Fisioterapeuta				DESEMPATE								
CL	NOME DO CANDIDATO	INSC	NF	I	CE	LP	RL	CG	J	M	DN	DF
18	MARCIO GUERRA PINTO	11876	55,00	Não	27,50	15,00	12,50	0,00	Não	Não	19/03/1974	Não
19	MARINA WOLFF BRANCO	13038	55,00	Não	22,50	17,50	12,50	2,50	Não	Não	25/01/1993	Não
20	NEY SOUZA NETO	12236	55,00	Não	20,00	22,50	10,00	2,50	Não	Não	15/10/1993	Não
21	HELENA DE TOLEDO ALVES	12621	55,00	Não	20,00	20,00	10,00	5,00	Não	Não	16/02/1991	Não
22	BRUNO GEISS KOBER	12552	55,00	Não	20,00	20,00	10,00	5,00	Não	Não	31/01/1995	Não
23	CAMILLE YOLDI DOS REIS	11078	52,50	Não	30,00	12,50	7,50	2,50	Não	Não	09/10/1988	Não
24	JULIA MEDEIROS PAGANI	12410	52,50	Não	27,50	20,00	5,00	0,00	Não	Não	14/05/1998	Não
25	ANGELISE MOZERLE	11756	52,50	Não	27,50	12,50	10,00	2,50	Não	Não	12/06/1980	Não
26	JOICE MAYRA FERREIRA	13011	52,50	Não	27,50	12,50	12,50	0,00	Não	Não	02/09/1998	Não
27	CAMILA DIAS SAAD DE MORAIS	12823	52,50	Não	25,00	17,50	10,00	0,00	Não	Não	17/10/1983	Não
28	JESSICA DIAS CARDOSO LEÃO	11847	52,50	Não	22,50	17,50	10,00	2,50	Não	Não	09/10/1991	Não
29	LARISSA DE SOUZA	10302	52,50	Não	22,50	15,00	12,50	2,50	Não	Não	20/04/1995	Não
30	ARIANE CARDOSO MULLER	10213	52,50	Não	22,50	15,00	12,50	2,50	Não	Não	28/03/1996	Não
31	MARCEL COLZANI	12684	52,50	Não	22,50	7,50	10,00	12,50	Não	Não	19/06/1982	Não
32	TUANI SEVERINO DA ROSA	11252	52,50	Não	20,00	17,50	12,50	2,50	Não	Não	30/06/1994	Não
33	RAPHAEL GUIMARAES CANTO	10165	50,00	Não	25,00	12,50	10,00	2,50	Não	Não	07/01/1995	Não
34	JULIANA MARTINELLI	11349	50,00	Não	22,50	12,50	12,50	2,50	Não	Não	19/06/1982	Não
35	GABRIELA ESPINDOLA KRAUSS NAZARIO	12824	50,00	Não	20,00	17,50	12,50	0,00	Não	Não	16/06/1997	Não
36	ALISSON KONKOL	12389	50,00	Não	17,50	15,00	12,50	5,00	Não	Não	08/02/1988	Não

Médico Auditor				DESEMPATE							
CL	NOME DO CANDIDATO	INSC	NF	I	CE	LP	PS	J	M	DN	DF
1	FERNANDO RAYOL DE ARAUJO	10776	70,00	Não	40,00	15,00	15,00	Não	Não	14/12/1982	Não
2	TAINÁ DE ARRUDA E SILVA	10399	62,50	Não	35,00	15,00	12,50	Não	Não	14/04/1992	Não
3	ANA CAROLINA DE OLIVEIRA TEIXEIRA RAGAZZI	11479	60,00	Não	37,50	17,50	5,00	Não	Não	11/01/1985	Não
4	RAFAEL ROBERTO CARDOSO	12539	52,50	Não	32,50	10,00	10,00	Não	Não	27/11/1985	Não
5	ARACELLI TAVARES FREIRE	12469	52,50	Não	30,00	15,00	7,50	Não	Não	06/04/1982	Não

Médico Ginecologista				DESEMPATE							
CL	NOME DO CANDIDATO	INSC	NF	I	CE	LP	PS	J	M	DN	DF
1	FRANCINE WEINERT DA SILVA	10536	50 00	Não	27 50	5 00	17 50	Não	Não	03/06/1984	Não

Médico Psiquiatra – 20h				DESEMPATE								
Não houve candidato classificado												

Médico Psiquiatra – 40h				DESEMPATE								
Não houve candidato classificado												

Odontólogo Cir./ Traumat. Bucomaxilofacial				DESEMPATE								
CL	NOME DO CANDIDATO	INSC	NF	I	CE	LP	RL	CG	J	M	DN	DF
1	RENATA FLACH	10085	50,00	Não	22,50	10,00	10,00	7,50	Não	Não	20/10/1985	Não

Odontólogo Endodontista				DESEMPATE								
CL	NOME DO CANDIDATO	INSC	NF	I	CE	LP	RL	CG	J	M	DN	DF
1	BIANCA PAES DA SILVEIRA	12777	62,50	Não	30,00	12,50	12,50	7,50	Não	Não	22/01/1994	Não
2	RENATA LETÍCIA DE SOUZA PEREIRA	10972	57,50	Não	27,50	10,00	10,00	10,00	Não	Não	25/03/1991	Não
3	MARCELO CASTILHOS DETANICO	11664	55,00	Não	32,50	7,50	7,50	7,50	Não	Não	07/07/1986	Não
4	MAXIMILIANO MOREIRA GOULART	11442	52,50	Não	32,50	7,50	7,50	5,00	Não	Não	14/10/1985	Não
5	FLÁVIA MARIA TONET	12902	50,00	Não	27,50	12,50	7,50	2,50	Não	Não	03/01/2000	Não

Odontólogo ESF				DESEMPATE								
CL	NOME DO CANDIDATO	INSC	NF	I	CE	LP	RL	CG	J	M	DN	DF
1	NATÁLIA CRISTINA TRENTIN BORDIGNON	10581	85,00	Não	42,50	25,00	10,00	7,50	Não	Não	18/12/1989	Não
2	TATIANA FERNANDA NOVAIS	11135	82,50	Não	45,00	20,00	12,50	5,00	Não	Não	29/09/1995	Não
3	LEONARDO CAVALCANTI LAUREANO DOYLE	11223	80,00	Não	42,50	20,00	12,50	5,00	Não	Não	25/04/1975	Não
4	FERNANDA CARVALHO DE MENESES	12957	80,00	Não	40,00	22,50	12,50	5,00	Não	Não	16/12/1993	Não
5	CAROLINA DA SILVEIRA JACOB	10527	80,00	Não	40,00	22,50	12,50	5,00	Não	Não	15/05/1998	Não
6	DANIEL COSTA BARBOSA	12861	80,00	Não	37,50	22,50	12,50	7,50	Não	Não	30/09/1981	Não
7	ALEXIA SUEMI NAKASHIMA	11567	77,50	Não	42,50	20,00	12,50	2,50	Não	Não	15/05/1999	Não
8	SABRINA DE MATTOS MAURENTE	12943	77,50	Não	40,00	20,00	12,50	5,00	Não	Não	01/07/1973	Não
9	LUANA PORTUGAL VASOVICZ ADAD	11534	77,50	Não	37,50	22,50	10,00	7,50	Não	Não	09/10/1995	Não
10	VICTOR ALEXANDRE RAIMUNDO DA SILVA	11655	77,50	Não	37,50	20,00	12,50	7,50	Não	Não	04/03/1996	Não
11	FERNANDA SARTURI	12493	77,50	Não	37,50	17,50	10,00	12,50	Não	Não	13/03/1998	Não
12	CÉLIO AFONSO RIEG MAÇANEIRO	12593	77,50	Não	35,00	17,50	12,50	12,50	Não	Não	09/12/1993	Não
13	MARIA LUIZA SANTOS AUZANI	10050	75,00	Não	42,50	17,50	10,00	5,00	Não	Não	13/11/1996	Não



PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 015/2021



Odontólogo ESF				DESEMPATE								
CL	NOME DO CANDIDATO	INSC	NF	I	CE	LP	RL	CG	J	M	DN	DF
14	APOLIANA REIS DA SILVA	10715	75,00	Não	40,00	20,00	12,50	2,50	Não	Não	17/12/1993	Não
15	SUELY JACQUELINE RODRIGUES GALVÃO	12897	75,00	Não	40,00	20,00	12,50	2,50	Não	Não	27/04/1996	Não
16	VICTÓRIA HOFSTAETTER	12461	75,00	Não	40,00	20,00	12,50	2,50	Não	Não	23/05/1997	Não
17	LUANA BOLDORI BERNARDES	12358	75,00	Não	37,50	25,00	10,00	2,50	Não	Não	31/05/1992	Não
18	RICARDO DE OLIVEIRA	12696	75,00	Não	37,50	22,50	10,00	5,00	Não	Não	20/07/1976	Não
19	ALEXANDRE MAGALHÃES FERNANDES	11693	75,00	Não	37,50	20,00	12,50	5,00	Não	Não	09/08/1993	Não
20	LETÍCIA BACK	10131	75,00	Não	37,50	17,50	12,50	7,50	Não	Não	12/08/1997	Não
21	NATHALI MARTINS AMBRÓS	12565	75,00	Não	35,00	22,50	12,50	5,00	Não	Não	08/09/1994	Não
22	OTÍLIA ALBUQUERQUE BITTENCOURT	11716	72,50	Não	42,50	15,00	7,50	7,50	Não	Não	19/03/1984	Não
23	LETÍCIA WOUK	11957	72,50	Não	40,00	17,50	12,50	2,50	Não	Não	29/10/1998	Não
24	RÚBIA ALEXANDRA BARÃO	10485	72,50	Não	37,50	17,50	12,50	5,00	Não	Não	14/06/1992	Não
25	MARCOS PHELIPE ARAUJO ANDRADE ALVES	10560	72,50	Não	37,50	17,50	12,50	5,00	Não	Não	15/12/1996	Não
26	JOÃO DIAS SOBRINHO FILHO	11484	72,50	Não	35,00	22,50	12,50	2,50	Não	Não	21/09/1978	Não
27	MARCIO VON HOONHOLTZ PINTO	11102	72,50	Não	35,00	20,00	12,50	5,00	Não	Não	13/04/1979	Não
28	MARIANA MORENA ARGUS CASAS	11801	72,50	Não	35,00	20,00	12,50	5,00	Não	Não	04/01/1984	Não
29	MARIANA EICHENBERGER	11530	72,50	Não	35,00	20,00	12,50	5,00	Não	Não	19/02/1993	Não
30	CLEITON LUIZ KUHNEN	11018	72,50	Não	35,00	17,50	12,50	7,50	Não	Não	04/06/1989	Não
31	JÚLIA KAROLINE SILVA PEREIRA	12259	72,50	Não	35,00	17,50	12,50	7,50	Não	Não	06/01/1995	Não
32	SANY DA SILVA SOUZA	12176	72,50	Não	32,50	25,00	10,00	5,00	Não	Não	22/07/1990	Não
33	LETÍCIA CRISTINA BRIGANTINI	12919	72,50	Não	27,50	22,50	12,50	10,00	Não	Não	23/12/1979	Não
34	AMANDA FERREIRA CHAVES	11949	70,00	Não	40,00	17,50	12,50	0,00	Não	Não	01/08/1994	Não
35	DEISI KOCK	12295	70,00	Não	37,50	20,00	12,50	0,00	Não	Não	25/08/1998	Não
36	LIDIANE DE OLIVEIRA ALVES	12336	70,00	Não	37,50	17,50	12,50	2,50	Não	Não	19/01/1979	Não
37	IURI SALVADOR MARTINS	11649	70,00	Não	37,50	17,50	10,00	5,00	Não	Não	10/05/1995	Não
38	LETÍCIA CRETTELLA TEIXEIRA	11030	70,00	Não	35,00	20,00	12,50	2,50	Não	Não	08/11/1997	Não
39	GABRIELA BAMPI	12091	70,00	Não	35,00	17,50	12,50	5,00	Não	Não	04/04/1993	Não
40	ANNA CAROLINA VITTI	10333	70,00	Não	32,50	17,50	12,50	7,50	Não	Não	14/11/1992	Não
41	NEIVA DA SILVA COSTA	12109	67,50	Não	37,50	17,50	10,00	2,50	Não	Não	08/09/1987	Não
42	HEVERTON SIQUEIRA SILVA	10043	67,50	Não	37,50	17,50	10,00	2,50	Não	Não	05/10/1996	Não
43	EVELYN CRISTINI CORREIA	10604	67,50	Não	37,50	17,50	10,00	2,50	Não	Não	12/07/1997	Não
44	ANA ANGÉLICA DOS SANTOS	11559	67,50	Não	37,50	12,50	12,50	5,00	Não	Não	24/01/1998	Não
45	LUANA CERUTTI DAMBRÓS	11149	67,50	Não	35,00	17,50	10,00	5,00	Não	Não	26/01/1999	Não
46	NATÁLIA TUNES POLISELI	12188	67,50	Não	32,50	20,00	12,50	2,50	Não	Não	02/04/1995	Não
47	MARCIO SERAFIM PEREIRA	12930	67,50	Não	32,50	20,00	10,00	5,00	Não	Não	26/05/2021	Não
48	VANDA REGINA PEREIRA ANTONIO	11219	67,50	Não	32,50	17,50	12,50	5,00	Não	Não	07/09/1962	Não
49	ANNA PAULA COLOMBELLI	11490	67,50	Não	32,50	17,50	10,00	7,50	Não	Não	04/07/1991	Não
50	GABRIELY SILVEIRA LUEBKE HORT	12914	67,50	Não	32,50	17,50	10,00	7,50	Não	Não	09/02/1999	Não
51	NATALIA LOBO FROIO	10714	67,50	Não	30,00	25,00	10,00	2,50	Não	Não	26/05/1997	Não
52	DENISE TEIXEIRA TEODORO	12623	65,00	Não	37,50	15,00	10,00	2,50	Não	Não	21/03/1968	Não
53	GABRIELA WALTER DA LUZ	11118	65,00	Não	37,50	12,50	10,00	5,00	Não	Não	17/10/1987	Não
54	FABIO VINICIUS ESPINDULA GOULART	11221	65,00	Não	37,50	10,00	12,50	5,00	Não	Não	06/11/1997	Não
55	OTAVIO VIACELI	11453	65,00	Não	35,00	17,50	12,50	0,00	Não	Não	04/05/1992	Não
56	MATHEUS WESCHENFELDER MULLER	10793	65,00	Não	35,00	15,00	10,00	5,00	Não	Não	06/08/1984	Não
57	JOSE GUILHERME RIBEIRO ZIEMER	10405	65,00	Não	35,00	15,00	10,00	5,00	Não	Não	14/11/1987	Não
58	MILTON ROGÉRIO GRUTZMACHER	12651	65,00	Não	35,00	12,50	12,50	5,00	Não	Não	24/07/1968	Não
59	ELLEN OLIVEIRA DE SOUZA	10779	65,00	Não	35,00	12,50	10,00	7,50	Não	Não	24/08/1998	Não
60	IÉDA MENDES FERREIRA	10056	65,00	Não	32,50	20,00	10,00	2,50	Não	Não	17/06/1965	Não
61	NICOLE COSTA DE GOES	12637	65,00	Não	32,50	15,00	12,50	5,00	Não	Não	22/02/1997	Não
62	CAROLINE LARISSA TORTELLI	10007	65,00	Não	32,50	12,50	10,00	10,00	Não	Não	08/03/1995	Não
63	LENY TOMIE ONUKI	10069	65,00	Não	32,50	10,00	12,50	10,00	Não	Não	06/01/1990	Não
64	FRANCIELLE ROCHA	12237	65,00	Não	30,00	20,00	12,50	2,50	Não	Não	17/05/1984	Não
65	JOSIANE DONATO SANTOS	10947	65,00	Não	30,00	20,00	12,50	2,50	Não	Não	30/05/1988	Não
66	AYDÉE DUPRET LEITE MARTINS	11040	65,00	Não	30,00	20,00	10,00	5,00	Não	Não	01/06/1995	Não
67	TAUANE DE SOUZA PASSOS	11719	62,50	Não	40,00	10,00	10,00	2,50	Não	Não	25/03/1997	Não
68	NARY DANIELLE DA CRUZ MACIEL	11144	62,50	Não	37,50	15,00	7,50	2,50	Não	Não	14/03/1985	Não
69	JORDANA ZIMMER	10059	62,50	Não	37,50	12,50	10,00	2,50	Não	Não	01/01/1994	Não
70	YASMIN RAMOS FONSECA	12858	62,50	Não	35,00	17,50	7,50	2,50	Não	Não	30/04/1990	Não
71	BRUNA MACHADO COLOMBO DA SILVA	12817	62,50	Não	35,00	15,00	10,00	2,50	Não	Não	09/12/1998	Não
72	TALES SEVERIANO DA SILVA	11753	62,50	Não	32,50	20,00	7,50	2,50	Não	Não	04/07/1997	Não
73	KENDRIQUE ENDERLE	10150	62,50	Não	32,50	15,00	10,00	5,00	Não	Não	30/11/1995	Não
74	TAISA TORRES TEIXEIRA	10850	62,50	Não	30,00	20,00	7,50	5,00	Não	Não	11/09/1989	Não
75	MARIA EDUARDA DA SIVA	11398	60,00	Não	35,00	15,00	10,00	0,00	Não	Não	06/02/1999	Não
76	ANA JÚLIA TEIXEIRA	12353	60,00	Não	35,00	12,50	10,00	2,50	Não	Não	25/09/1989	Não
77	NAYLA REBELO SOUZA LIMA	12080	60,00	Não	35,00	12,50	10,00	2,50	Não	Não	19/09/1994	Não
78	TIRZA DE OLIVEIRA CRUZ	11862	60,00	Não	35,00	10,00	12,50	2,50	Não	Não	16/04/1992	Não
79	GRAZIELE KARINY BEL	10858	60,00	Não	32,50	20,00	7,50	0,00	Não	Não	15/02/1979	Não
80	YASMIN KRÜGER LOPES	12499	60,00	Não	32,50	15,00	10,00	2,50	Não	Não	28/06/1989	Não
81	BRUNA FERNANDA ALIÃO GONÇALVES	11403	60,00	Não	32,50	12,50	12,50	2,50	Não	Não	17/11/1996	Não



PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 015/2021



Odontólogo ESF				DESEMPATE								
CL	NOME DO CANDIDATO	INSC	NF	I	CE	LP	RL	CG	J	M	DN	DF
82	HENRIQUE DE SOUZA CHAVES	13014	60,00	Não	30,00	17,50	10,00	2,50	Não	Não	17/02/1994	Não
83	GABRIELA HESSEL DE LIMA	10578	60,00	Não	30,00	15,00	12,50	2,50	Não	Não	23/10/1984	Não
84	TACIANA HELENICE HOFFMANN	10856	60,00	Não	30,00	15,00	12,50	2,50	Não	Não	16/03/1991	Não
85	PEDRO HENRIQUE DOS SANTOS FARIA	10954	60,00	Não	30,00	15,00	12,50	2,50	Não	Não	09/03/1992	Não
86	PRISCIANE SILVA DOS SANTOS	12716	60,00	Não	30,00	12,50	10,00	7,50	Não	Não	18/06/1989	Não
87	CLAUDIR PELISSON	11486	60,00	Não	27,50	12,50	10,00	10,00	Não	Não	03/01/1968	Não
88	THAISE FERRARI	11747	60,00	Não	25,00	17,50	12,50	5,00	Não	Não	27/12/1993	Não
89	KAROLINE CANDIDO FERNÁNDEZ	10823	57,50	Não	40,00	12,50	5,00	0,00	Não	Não	27/02/1991	Não
90	THALYS BRASIL DOS SANTOS	12677	57,50	Não	30,00	15,00	10,00	2,50	Não	Não	06/02/1983	Não
91	MATHEUS DAMIAN MENEZES	12535	57,50	Não	30,00	15,00	10,00	2,50	Não	Não	07/08/1991	Não
92	NATÁLIA ANTUNES PORTO	11921	57,50	Não	30,00	15,00	10,00	2,50	Não	Não	02/01/1997	Não
93	IRAN CESAR PRAWUTZKI	10207	57,50	Não	30,00	10,00	10,00	7,50	Não	Não	01/06/1994	Não
94	FERNANDA DA ROSA SAVI SEISDEDOS	11731	57,50	Não	27,50	17,50	7,50	5,00	Não	Não	28/07/1990	Não
95	MARIANA KOCK	10876	57,50	Não	27,50	17,50	12,50	0,00	Não	Não	17/03/1998	Não
96	ÂNGELA LUISA SCHWARTZ	10607	57,50	Não	27,50	12,50	12,50	5,00	Não	Não	30/10/1971	Não
97	THAIS KELLY DA SILVA DIAS	12582	55,00	Não	35,00	10,00	10,00	0,00	Não	Não	16/08/1993	Não
98	WASHINGTON CLAYTON DOS SANTOS SILVA	12862	55,00	Não	32,50	10,00	7,50	5,00	Não	Não	03/12/1991	Não
99	LUCAS LEONARDO INACIO	10685	55,00	Não	27,50	17,50	7,50	2,50	Não	Não	01/12/1998	Não
100	ANA LIDIA DANIEL	11636	55,00	Não	27,50	17,50	7,50	2,50	Não	Não	26/04/1999	Não
101	SUSAN INGRID DE SOUZA LEAO	12575	55,00	Não	27,50	15,00	12,50	0,00	Não	Não	28/06/1988	Não
102	CAROL LOUREIRO RODRIGUES	12752	55,00	Não	27,50	15,00	7,50	5,00	Não	Não	28/09/1993	Não
103	TALITA SIQUEIRA LA COTES	11067	55,00	Não	27,50	15,00	12,50	0,00	Não	Não	25/02/1997	Não
104	REBECCA CARDOSO KRAEMER	12617	55,00	Não	22,50	17,50	12,50	2,50	Não	Não	25/05/2000	Não
105	GERILUCIA SILVA BATISTA MAGINA	10216	55,00	Não	22,50	15,00	10,00	7,50	Não	Não	29/04/1976	Não
106	WILLIAN DOS SANTOS BARRETO	10368	52,50	Não	37,50	10,00	5,00	0,00	Não	Não	25/01/1996	Não
107	ESTER DOS SANTOS DOMINGOS	11823	52,50	Não	32,50	15,00	5,00	0,00	Não	Não	15/08/1989	Não
108	MAYARA CRISTINA CASTELLAIN	10178	52,50	Não	32,50	10,00	7,50	2,50	Não	Não	15/07/1997	Não
109	LAIS CARDOSO PINTO	10526	52,50	Não	32,50	10,00	10,00	0,00	Não	Não	28/07/1998	Não
110	MARINA GAERTNER	11427	52,50	Não	30,00	15,00	7,50	0,00	Não	Não	16/03/1992	Não
111	ROSEMARY PEIXOTO DE OLIVEIRA	10648	52,50	Não	30,00	12,50	7,50	2,50	Não	Não	11/10/1968	Não
112	JULIANE DENISE KUMM KOGUCHI	11008	52,50	Não	30,00	12,50	7,50	2,50	Não	Não	16/10/1977	Não
113	ANA KAROLINA FERREIRA CAPELLA	12760	52,50	Não	27,50	17,50	7,50	0,00	Não	Não	05/02/1998	Não
114	HEITOR BOEWING	11148	52,50	Não	27,50	15,00	7,50	2,50	Não	Não	28/01/1998	Não
115	NADIESKA BARBOSA KANIA	11475	52,50	Não	27,50	15,00	7,50	2,50	Não	Não	13/08/1998	Não
116	RAFAELA MARIA REBELLO PEREIRA	10002	52,50	Não	27,50	12,50	7,50	5,00	Não	Não	14/01/1993	Não
117	PRISCILA PEDROSKI	11417	52,50	Não	27,50	12,50	7,50	5,00	Não	Não	17/08/1994	Não
118	RODRIGO APARECIDO TOCUNDUVA CELIN	10398	52,50	Não	27,50	10,00	10,00	5,00	Não	Não	19/11/1985	Não
119	EUNICE CAMILA DE LORENZI	12690	52,50	Não	27,50	10,00	10,00	5,00	Não	Não	20/05/1991	Não
120	LUANA CRISTINA SAMUEL PEREIRA SILVA	11755	52,50	Não	25,00	15,00	10,00	2,50	Não	Não	01/02/1998	Não
121	DIANA ESSER BLOEMER	12426	52,50	Não	25,00	10,00	12,50	5,00	Não	Não	26/10/1999	Não
122	ARIANE LISBOA DOS SANTOS	11610	52,50	Não	20,00	17,50	7,50	7,50	Não	Não	16/06/1981	Não
123	ALVARO CARBONI DALAZEM	10172	50,00	Não	32,50	12,50	5,00	0,00	Não	Não	29/07/1997	Não
124	ISABELA DOS SANTOS DA CRUZ	10234	50,00	Não	27,50	12,50	7,50	2,50	Não	Não	30/06/1993	Não
125	LELIANE CRISTINA CASAROTTO	12390	50,00	Não	27,50	12,50	7,50	2,50	Não	Não	26/06/1994	Não
126	SABRINA COMELLI PIVA	10524	50,00	Não	27,50	12,50	10,00	0,00	Não	Não	18/09/1996	Não
127	RONI FRANCISCO BATISTA RIBEIRO	11093	50,00	Não	25,00	12,50	10,00	2,50	Não	Não	19/06/1988	Não
128	CÁSSIO PABLO BRITO DOS SANTOS	10784	50,00	Não	22,50	15,00	7,50	5,00	Não	Não	01/06/1988	Não

Odontólogo Periodontista				DESEMPATE								
CL	NOME DO CANDIDATO	INSC	NF	I	CE	LP	RL	CG	J	M	DN	DF
1	MARCELO ADÃO AGNOLETTI	11230	52,50	Não	20,00	15,00	12,50	5,00	Não	Não	28/04/1984	Não
2	JOSE CARLOS FIAMENGHI JR	11841	50,00	Não	22,50	17,50	7,50	2,50	Não	Não	24/11/1976	Não

Psicólogo				DESEMPATE								
CL	NOME DO CANDIDATO	INSC	NF	I	CE	LP	RL	CG	J	M	DN	DF
1	MARIANA DE OLIVEIRA BORTOLATTO	11199	82,50	Não	40,00	17,50	12,50	12,50	Não	Não	11/04/1993	Não
2	BRUNA MELLO DA FONSECA	10764	75,00	Não	32,50	22,50	12,50	7,50	Não	Não	25/01/1992	Não
3	DANA GOULART MONTEIRO	12012	72,50	Não	37,50	20,00	10,00	5,00	Não	Não	11/03/1996	Não
4	JOSÉ AUGUSTO GUERREIRO PEREIRA	11424	70,00	Sim	30,00	20,00	12,50	7,50	Não	Não	07/05/1961	Não
5	TERRY KELLY LEITE TADOKORO	10986	70,00	Não	32,50	22,50	10,00	5,00	Não	Não	23/01/1987	Não
6	CLARA GOMES TESTA	11946	70,00	Não	32,50	22,50	7,50	7,50	Não	Não	12/03/1997	Não
7	GISLAINE CRISTINA MÜLLER	10837	70,00	Não	32,50	20,00	12,50	5,00	Não	Não	07/04/1997	Não
8	CAMILA BACH	12821	67,50	Não	32,50	17,50	12,50	5,00	Não	Não	14/07/1990	Não
9	PEDRO GABRIEL MICHELLI LINHARES	11259	67,50	Não	32,50	17,50	12,50	5,00	Não	Não	09/06/1992	Não
10	KARYNI CARDOSO TEIXEIRA	11778	65,00	Não	32,50	20,00	10,00	2,50	Não	Não	20/01/1977	Não
11	GABRIELA DUDEK	12581	65,00	Não	30,00	20,00	10,00	5,00	Não	Não	13/11/1999	Não
12	GRAZIELI BRANDÃO	12586	65,00	Não	30,00	15,00	12,50	7,50	Não	Não	25/06/1990	Não



PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 015/2021



Psicólogo				DESEMPATE								
CL	NOME DO CANDIDATO	INSC	NF	I	CE	LP	RL	CG	J	M	DN	DF
13	CLEITON ROBERTO DOS SANTOS	11272	65,00	Não	30,00	15,00	12,50	7,50	Não	Não	01/02/1997	Não
14	DANIELA GAVIRAGHI	11400	65,00	Não	27,50	17,50	12,50	7,50	Não	Não	05/06/1981	Não
15	NAYRA DE PAIVA OLIVEIRA	11912	62,50	Não	35,00	15,00	10,00	2,50	Não	Não	15/08/1988	Não
16	MATHEUS DELLA GUSTINA	12337	62,50	Não	35,00	12,50	12,50	2,50	Não	Não	15/04/1996	Não
17	LUANA MIRANDA GOULART	10904	62,50	Não	32,50	17,50	7,50	5,00	Não	Não	28/02/1996	Não
18	NATASHA BALARDIN	12403	62,50	Não	32,50	17,50	10,00	2,50	Não	Não	26/10/1996	Não
19	VALDINELE BATISTA SCHULZE	10360	62,50	Não	32,50	15,00	12,50	2,50	Não	Não	08/12/1993	Não
20	REBECA FELICIANO LUZ	10433	62,50	Não	32,50	15,00	12,50	2,50	Não	Não	23/09/1997	Não
21	PRISCILA ZIMMER BREZOLIN	10461	62,50	Não	30,00	15,00	10,00	7,50	Não	Não	13/09/1978	Não
22	ALANA BODANESE WOUTERS	10429	62,50	Não	27,50	17,50	7,50	10,00	Não	Não	04/12/1991	Não
23	SABRINA REGINA DOMECIANO	10553	62,50	Não	27,50	17,50	12,50	5,00	Não	Não	15/08/1995	Não
24	MILENA WEBBER MACUGLIA	11307	60,00	Não	35,00	15,00	5,00	5,00	Não	Não	10/07/1998	Não
25	MIRIAM SANMARTIN MARTINS	11903	60,00	Não	30,00	12,50	10,00	7,50	Não	Não	11/08/1963	Não
26	VALERIA CICHELA DE DEUS	10657	60,00	Não	27,50	20,00	10,00	2,50	Não	Não	15/11/1979	Não
27	VINÍCIOS FERREIRA CARAVIERI	12742	57,50	Não	32,50	15,00	7,50	2,50	Não	Não	24/11/1993	Não
28	SUELLEN DIAS DA SILVA	11315	57,50	Não	30,00	15,00	7,50	5,00	Não	Não	06/08/1988	Não
29	MIRIÃ RAQUEL PEDROSO	12849	57,50	Não	30,00	15,00	5,00	7,50	Não	Não	21/09/1991	Não
30	FABIO BORDINHON CACHOEIRA	11431	57,50	Não	30,00	12,50	12,50	2,50	Não	Não	15/07/1981	Não
31	JANISE CRISTIANE FREES	12789	57,50	Não	30,00	12,50	5,00	10,00	Não	Não	01/01/1985	Não
32	GABRIELA REBELO HAUER	11255	57,50	Não	27,50	17,50	10,00	2,50	Não	Não	18/11/1996	Não
33	MAIZA PRISCILA MENDES PEREIRA	10340	57,50	Não	25,00	15,00	10,00	7,50	Não	Não	29/07/1992	Não
34	NADIELLI CRISTINA ANDRETTI	11003	57,50	Não	25,00	15,00	12,50	5,00	Não	Não	06/06/1995	Não
35	MARIO ALEIXO MACHADO JUNIOR	12137	55,00	Não	35,00	7,50	7,50	5,00	Não	Não	24/11/1984	Não
36	LETICIA BRAGA GASTALDONI	11140	55,00	Não	32,50	12,50	10,00	0,00	Não	Não	22/08/1981	Não
37	PAULA ISIS SILVA OLIVEIRA	11145	55,00	Não	32,50	10,00	7,50	5,00	Não	Não	07/11/1995	Não
38	ERICA FRANCA VALDETARO	10546	55,00	Não	30,00	12,50	7,50	5,00	Não	Não	10/09/1976	Não
39	SABRINA CARVALHO CORREA	11794	55,00	Não	27,50	17,50	10,00	0,00	Não	Não	17/06/1989	Não
40	MÁRCIA FERNANDA DUVAL CUNHA	11322	55,00	Não	27,50	15,00	12,50	0,00	Não	Não	23/12/1970	Não
41	JHONATAN COSTA BACK	11759	55,00	Não	27,50	15,00	10,00	2,50	Não	Não	03/10/1998	Não
42	HELOISA GROSSL SOUZA	11586	55,00	Não	27,50	12,50	10,00	5,00	Não	Não	25/01/1993	Não
43	LUANA PATRÍCIA LOPES SANTANA	10869	52,50	Não	30,00	15,00	7,50	0,00	Não	Não	02/08/1996	Não
44	GIOVANE CHAGAS DA SILVA	10600	52,50	Não	30,00	12,50	5,00	5,00	Não	Não	28/03/1992	Não
45	VALÉRIA SARTORI	13002	52,50	Não	27,50	20,00	2,50	2,50	Não	Não	12/12/1997	Não
46	JOSÉ ROGÉRIO MATIAS PAULO	10663	52,50	Não	27,50	17,50	7,50	0,00	Não	Não	27/05/1997	Não
47	ANA CAROLINE COUTINHO	12922	52,50	Não	27,50	15,00	7,50	2,50	Não	Não	16/03/1990	Não
48	THAMIRES CAROLINA COSTA BUSCHMANN	10580	52,50	Não	27,50	15,00	5,00	5,00	Não	Não	12/05/1997	Não
49	ALDINEY RAMOS DE MELO	10396	52,50	Não	27,50	12,50	7,50	5,00	Não	Não	13/12/1997	Não
50	NADIA PAULA VIEIRA AMÂNCIO	12867	52,50	Não	27,50	10,00	12,50	2,50	Não	Não	10/04/1994	Não
51	FERNANDA GIORDANI	11332	52,50	Não	25,00	17,50	7,50	2,50	Não	Não	19/04/1980	Não
52	XANE LUIZA MAHOSKI GADELHA	12102	52,50	Não	25,00	15,00	10,00	2,50	Não	Não	07/11/1988	Não
53	ANA PAULA SILVEIRA PADILHA PACHECO	11929	52,50	Não	25,00	15,00	7,50	5,00	Não	Não	18/11/1993	Não
54	PAULA BRESSAN DONEDA	11122	52,50	Não	25,00	15,00	10,00	2,50	Não	Não	04/02/1996	Não
55	LUCAS ZIMMERMANN DE SOUZA	10768	52,50	Não	25,00	15,00	10,00	2,50	Não	Não	14/11/1997	Não
56	DIEGO AFONSO MORALES	11749	52,50	Não	25,00	12,50	12,50	2,50	Não	Não	05/06/1992	Não
57	AGNES DANIELE MENDER	10122	52,50	Não	22,50	20,00	2,50	7,50	Não	Não	23/07/1988	Não
58	JULIANA MARCELA BERTOLDO	10568	52,50	Não	22,50	17,50	10,00	2,50	Não	Não	29/06/1991	Não
59	DAVID WILLIAM PINHEIRO CECY	11410	50,00	Não	30,00	12,50	5,00	2,50	Não	Não	07/04/1997	Não
60	ALANE TAVARES DA SILVA	11645	50,00	Não	27,50	12,50	5,00	5,00	Não	Não	01/09/1996	Não
61	SIRRAH MARIA LIMA	12229	50,00	Não	25,00	15,00	7,50	2,50	Não	Não	05/09/1995	Não
62	TAINÁ HACK MEDEIROS ALVES	10394	50,00	Não	25,00	12,50	7,50	5,00	Não	Não	16/01/1990	Não
63	AMANDA DA SILVA GOMES	12271	50,00	Não	25,00	12,50	5,00	7,50	Não	Não	01/01/1996	Não
64	MARILENE DA SOLIDADE PEREIRA DA SILVA	10595	50,00	Não	25,00	10,00	10,00	5,00	Não	Não	29/08/1969	Não
65	TATIANE GARCEIS DOS SANTOS	12035	50,00	Não	22,50	17,50	10,00	0,00	Não	Não	12/11/1997	Não
66	PÂMELA CRISTINA SCHERER	10038	50,00	Não	22,50	15,00	10,00	2,50	Não	Não	27/05/1993	Não
67	LEONARDO PHILIPPE GARCEZ	10035	50,00	Não	22,50	15,00	7,50	5,00	Não	Não	25/04/1994	Não
68	MYLENA SOUZA PRETO	12094	50,00	Não	22,50	15,00	5,00	7,50	Não	Não	12/02/1999	Não
69	YANKA AGUIDA DE SOUZA	12985	50,00	Não	22,50	15,00	12,50	0,00	Não	Não	07/05/1999	Não
70	CLEUDILENE DOS SANTOS SILVA	10297	50,00	Não	22,50	12,50	12,50	2,50	Não	Não	17/05/1986	Não
71	EMERSON DAMAZIO	10151	50,00	Não	22,50	10,00	10,00	7,50	Não	Não	28/10/1979	Não
72	MEIRE DE ARAUJO LIMA DA SILVA	11573	50,00	Não	20,00	17,50	10,00	2,50	Não	Não	14/05/1973	Não
73	MONICA GIANESINI	11286	50,00	Não	20,00	17,50	10,00	2,50	Não	Não	25/03/1997	Não

Técnico de Enfermagem ESF				DESEMPATE								
CL	NOME DO CANDIDATO	INSC	NF	I	CE	LP	RL	CG	J	M	DN	DF
1	CAMILA MANSKE	12092	50,00	Não	30,00	12,50	5,00	2,50	Não	Não	08/02/1991	Não
2	LUCIA RAFAELA ZIMERMANN	12812	50,00	Não	20,00	17,50	12,50	0,00	Não	Não	26/08/1980	Não
3	CLARICE ALBUQUERQUE DA COSTA	10925	50,00	Não	17,50	17,50	10,00	5,00	Não	Não	27/06/1966	Não



PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC **PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 015/2021**



Técnico de Enfermagem SAMU	DESEMPATE
Não houve candidato classificado	

Técnico de Serv. Complementares				DESEMPATE								
CL	NOME DO CANDIDATO	INSC	NF	I	CE	LP	RL	CG	J	M	DN	DF
1	LILIAN CUNHA VASCONCELOS	12330	62,50	Não	37,50	7,50	12,50	5,00	Não	Não	03/10/1988	Não
2	DANIEL VICTOR SILVA DIAS	10155	52,50	Não	27,50	12,50	7,50	5,00	Não	Não	13/08/1997	Não
3	TATIANE DE ROSSO DE SOUZA CAMPOS DA SILVA	11620	50,00	Não	32,50	10,00	5,00	2,50	Não	Não	19/05/1972	Não
4	JEFERSON DE JESUS SANTOS	11052	50,00	Não	32,50	5,00	7,50	5,00	Não	Não	26/04/1994	Não
5	PEDRO LUCAS SILVA ALMEIDA	11869	50,00	Não	22,50	7,50	12,50	7,50	Não	Não	15/05/2001	Não
6	GABRIEL MANOEL DE SOUZA	11444	50,00	Não	20,00	7,50	10,00	12,50	Não	Não	26/06/2000	Não

Terapeuta Ocupacional				DESEMPATE								
CL	NOME DO CANDIDATO	INSC	NF	I	CE	LP	RL	CG	J	M	DN	DF
1	JÚLIA LAGO GEWEHR	12653	67,50	Não	30,00	17,50	12,50	7,50	Não	Não	21/06/1998	Não
2	RONISSON DANIEL FERNANDES	10487	65,00	Não	30,00	20,00	12,50	2,50	Não	Não	29/08/1980	Não
3	DEBORAH REDEL BATISTA	10414	50,00	Não	17,50	15,00	12,50	5,00	Não	Não	11/07/1990	Não

NT = Nota Total / I = Idoso / Ti = Pontuação de Títulos / CE = Nota de Conhecimentos Específicos / LP = Nota de Língua Portuguesa / RL = Nota de Raciocínio Lógico e Matemática / PS = Políticas de Saúde / CG = Nota de Conhecimentos Gerais / J = Jurado / M = Mesário / DN = Data de Nascimento / DF = Candidato (a) Deficiente

Não houve candidatos classificados nas vagas reservadas às pessoas com deficiência.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é expedido o presente Edital.

Navegantes, 2 de julho de 2021.

Libardoni Lauro Claudino Fronza
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC

DECRETO 143-2021

Publicação Nº 3131578

DECRETO Nº 143 DE 01 DE JULHO DE 2021

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2020 PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 1º do art. 15 e art. 19, da Lei nº 3503 de 16/11/2020. DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do superávit financeiro do exercício de 2020, até o valor de R\$ 1.080,00 (Hum mil e oitenta Reais) da fonte de recursos abaixo discriminada, para a seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 6064 – Sup. Financeiro/2020– C/C: 35.452-X – Recursos Transferências de Convênios - Estado

ÓRGÃO: 06 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

UNIDADE: 01 – Fundação Municipal de Cultura

Função: 13 – Cultura

Programa: 39 – Movimento Criativo

Subfunção: 392 – Difusão Cultural

2.054 – Manutenção das Ações da Fundação Municipal de Cultura

17 - 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 1.080,00

T O T A L R\$ 1.080,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

NAVEGANTES, 01 DE JULHO DE 2021.

Libardoni Lauro Claudino Fronza

PREFEITO MUNICIPAL



HOMOLOGAÇÃO PARCIAL PROCESSO SELETIVO 015/2021 SMS

Publicação Nº 3132075

EDITAL 024/2021 DE HOMOLOGAÇÃO PARCIAL

O Prefeito Municipal de Navegantes/ SC, usando de suas atribuições legais nos termos da Constituição Federal, torna público o EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO do Processo Seletivo Edital nº 015/2021, para as funções de Agente Comunitário de Saúde ESF – Machados, Agente Comunitário de Saúde ESF - Meia Praia, Agente Comunitário de Saúde ESF - Nossa Senhora das Graças, Agente Comunitário de Saúde ESF - Porto das Balsas, Agente Comunitário de Saúde ESF - Porto Escalvados, Agente Comunitário de Saúde ESF - São Domingos II, Agente Comunitário de Saúde ESF - São Paulo, Agente de Combate a Endemias, Agente de Serviços Gerais, Atendente de Posto de Saúde, Auxiliar de Consultório Dentário ESF, Enfermeiro, Farmacêutico, Fisioterapeuta, Médico Auditor, Médico Ginecologista, Médico Psiquiatra – 20h, Médico Psiquiatra – 40h, Odontólogo Cirurgião / Traumatologista Bucomaxilofacial, Odontólogo Endodontista, Odontólogo ESF, Odontólogo Periodontista, Psicólogo, Técnico de Enfermagem ESF, Técnico de Enfermagem SAMU, Técnico de Serviços Complementares e Terapeuta Ocupacional, com publicação oficial do edital de classificação (após recursos) nesta data, tendo em vista a conclusão dos trabalhos relativos às funções supracitadas do certame em tela, após cumprimento de todas as etapas previstas, prazos recursais e demais exigências constantes do Edital de Abertura.

O prazo de validade do Processo Seletivo será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por mais 1 (um) ano, a contar da data da homologação do certame, a critério da Prefeitura Municipal de NAVEGANTES/ SC.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é expedido o presente Edital.

Navegantes, 2 de julho de 2021.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA
Prefeito do Município de Navegantes/SC

PORTARIA 2910-COMEN

Publicação Nº 3131511

PORTARIA Nº 2910 DE 30 DE JUNHO DE 2021

NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES – COMEN, QUADRIÊNIO 2021/2025

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, e de acordo com o que determina a lei 1222 de 21 de novembro de 1997,

RESOLVE:

I - Fica nomeado o Conselho Municipal de Educação de Navegantes – COMEN, cujos integrantes passam a ser os seguintes:

a) Representantes da Secretaria Municipal da Educação:

Titular: Gilça Onélia de Jesus.

Suplente: Ana Lucia dos Santos Coelho.

b) Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Enayran dos Reis.

Suplente: Nilcinéia Scalvin Motta.

c) Representantes da Fundação Cultural de Navegantes:

Titular: Secundino Francisco da Costa Neto.

Suplente: Nivaldo José Kloppel.

d) Representantes do Conselho Tutelar:

Titular: Edson José dos Santos.

Suplente: Naiara Pivatto Fagundes Cardoso.

e) Representantes da APAE:

Titular: Ana Catarina Gonçalves;

Suplente: Ana Paula de Melo Pereira.

f) Representantes da Rede Estadual de Ensino:

Titular: Jaison Fernando Lotério.

Suplente: Gilnei Gomes Gonçalves.

Suplente: Juliano Antônio de Souza.

Suplente: Gabriela Santos.

g) Representantes da Rede Particular de Ensino:

Titular: Martinha Correa da Silva.

Suplente: Lioni Maria de Oliveira Ricardo.

Suplente: Juliane Berkenbroch Capella.

Suplente: Elenir Caviglia.

h) Representantes da Rede Municipal de Ensino:

Titular: Adriana Rodrigues Luz Macarini.

Suplente: Sonia Vieira da Costa.

Suplente: Jocimara Pereira Mezzon.

Suplente: Samantha Marina Mafra.

i) Representantes da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino:

Titular: Telma Beatriz de Souza Balança.

Suplente: Rosane Augusta Souza de Mendonça.

j) Representantes do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino:

Titular: Viviane Berkenbroch Ramos.

Suplente: Sueli Sobierai Antonio.

k) Representantes das APPs da Rede Municipal de Ensino:

Titular: Janaina Muniz Lima.

Suplente: Arilson Pereira.

l) Representantes dos Inativos da Educação de Navegantes:

Titular: Telma Susete Fernandes dos Santos.

Suplente: Idizamar Francisco Pacheco.

m) Representantes das Organizações Não Governamentais:

Titular: Liza Carolina Gomes Martins.

Suplente: Mary Christiane Simas.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação revogando, na íntegra, todas as portarias e decretos anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE JUNHO DE 2021.

LIBARDONI CLAUDINO FRONZA

PREFEITO

DITMAR ALFONSO ZIMATH

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2912 DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3132076

PORTARIA N 2912 DE 1º DE JULHO DE 2021.

NOMEIA PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a Lei Complementar nº 62/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, por este ato, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR TÉCNICO I, MARIA ROSA ANDRADE DRA-EGER.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE JULHO DE 2021.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA

PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2914 DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação N° 3132084

PORTARIA N° 2914 DE 01 DE JULHO DE 2021
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO n° 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes-

RESOLVE:

I – CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) SERGIO NEI CRUZ JUNIOR, matrícula 388601, ocupante do cargo de GUARDA MUNICIPAL DE TRANSITO, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 29.06.2021.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 29.06.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE JULHO DE 2021.

DITMAR ALFONSO ZIMATH
Secretario de Administração e Logística

PORTARIA 2915 DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação N° 3132098

PORTARIA N° 2915 DE 01 DE JULHO DE 2021
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO n° 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes-

RESOLVE:

I – CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) ILSON SOARES, matrícula 1974501, ocupante do cargo de PROFESSOR , pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 30.06.2021.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 30.06.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE JULHO DE 2021.

DITMAR ALFONSO ZIMATH
Secretario de Administração e Logística

PORTARIA 2916 DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação N° 3132088

PORTARIA N° 2916 DE 01 DE JULHO DE 2021
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO n° 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes-

RESOLVE:

I – CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) CLEUSA APARECIDA GOMES LOURENÇO, matrícula 63260502, ocupante do cargo de AGENTE DE EDUCACAO , pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 30.06.2021.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 30.06.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE JULHO DE 2021.

DITMAR ALFONSO ZIMATH
Secretario de Administração e Logística

PORTARIA 2917 DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3132105

PORTARIA Nº 2917 DE 01 DE JULHO DE 2021
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes-

RESOLVE:

I – CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) PATRICIA SALETE FELICIO, matricula 223906, ocupante do cargo de PROFESSORA , pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com inicio do afastamento em 01.07.2021.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01.07.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE JULHO DE 2021.

DITMAR ALFONSO ZIMATH
Secretario de Administração e Logística

PORTARIA 2918 DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3132100

PORTARIA Nº 2918 DE 01 DE JULHO DE 2021
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes-

RESOLVE:

I – CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) MAURO SERGIO NASCIMENTO, matricula 211003, ocupante do cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS , pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com inicio do afastamento em 01.07.2021.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01.07.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE JULHO DE 2021.

DITMAR ALFONSO ZIMATH
Secretario de Administração e Logística

PORTARIA 2919 DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3132104

PORTARIA Nº 2919 DE 01 DE JULHO DE 2021
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes-

RESOLVE:

I – CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) PATRICIA SALETE FELICIO, matricula 223905, ocupante do cargo de PROFESSORA , pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com inicio do afastamento em 01.07.2021.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01.07.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE JULHO DE 2021.

DITMAR ALFONSO ZIMATH
Secretario de Administração e Logística

PORTARIA 2920 DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3132108

PORTARIA N º 2920 DE 01 DE JULHO DE 2021
READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. READAPTAR BARBARA DOS SANTOS, matrícula 63310301, ocupante do cargo de RECEPCIONISTA com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 3 meses, conforme ofício nº 153/2021 da Junta Médica Oficial dos Municípios, e previsão do art. 34, §§ 1 a 3 da Lei Complementar 7 de 11 de novembro de 2003 - Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 30.06.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE JULHO DE 2021
DITMAR ALFONSO ZIMATH
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2921 DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3132110

PORTARIA N º 2921 DE 01 DE JULHO DE 2021.
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE QUE ESPECIFICA

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE a LAIS PERCILIANA DA SILVA OLIVEIRA, matrícula 63555601 ocupante do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL com carga horária de 30 horas semanais. Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, com início em 01.07.2021 e término em 27.12.2021, conforme art.82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Os 60 (sessenta) dias de prorrogação já incluídos no período de gozo de que trata o art.1º desta portaria estão amparados pela lei municipal 2088/2007

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01.07.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE JULHO DE 2021.
DITMAR ALFONSO ZIMATH
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2922 DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3132112

PORTARIA N º 2922 DE 01 DE JULHO DE 2021
CONCEDE AFASTAMENTO CONFORME DECRETO 23/2021

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 23 de 28 de janeiro de 2021, artº nº2,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORAIS a RAFAEL FUCKS PEDRO matrícula 63374901 ocupante do cargo de AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO com carga horária de 40 horas semanais, com início do afastamento em 01.07.2021 e retorno em 10.11.2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir 01.07.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE JULHO DE 2021
DITMAR ALFONSO ZIMATH
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2923 DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação N° 3132080

PORTARIA N º 2923 DE 1º DE JULHO 2021.
EXONERA SERVIDOR DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a Lei Complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por este ato, do cargo de provimento em comissão ASSESSOR TÉCNICO III, ANDERSON MULLER RODRIGUES.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE JULHO DE 2021.
LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA
PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2924 DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação N° 3132078

PORTARIA N º 2924 DE 1º DE JULHO 2021.
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a Lei Complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por este ato, da função de confiança de DIRETORA DE DEPARTAMENTO, FERNANDA HASSMANN CONSTANCIO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE JULHO DE 2021.
LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA
PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2925 DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação N° 3132086

PORTARIA N º 2925 DE 1º DE JULHO 2021.
EXONERA SERVIDOR DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a Lei Complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por este ato, do cargo de provimento em comissão EXECUTIVO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS I, FRANCIELLI APARECIDA NERLING.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE JULHO DE 2021.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA
PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2926 DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação N° 3132113

PORTARIA N° 2926 DE 01 DE JULHO DE 2021
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO n° 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO CLEUSA CRISTINA DA CRUZ BERKENBROCK, matrícula 321504 ocupante do cargo PROFESSORA, com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 1 (Um) dias consecutivos, com início em 29.06.2021 e término em 29.06.2021, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 29.06.2021

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE JULHO DE 2021.

DITMAR ALFONSO ZIMATH

Secretário de Administração e Logística

RETIFICAÇÃO GABARITO APÓS RECURSO PROCESSO SELETIVO 015/2021 SMS

Publicação N° 3132074

RETIFICAÇÃO DO GABARITO OFICIAL APÓS RECURSOS DAS PROVAS OBJETIVAS APLICADAS EM 12 e 13/06/2021

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF (TODAS AS ÁREAS DE ABRANGÊNCIA)																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	E	*	C	C	D	E	C	B	*	E	C	D	B	A	A	E	A	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	E	A	C	E	D	A	A	E	E	D	C	B	D	A	B	A	C	B
AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	E	C	D	A	A	B	D	B	C	A	D	C	E	C	B	D	B	A	E
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
E	B	B	A	C	C	B	B	E	A	D	D	B	D	D	C	C	E	A	E
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15					
E	D	B	B	A	C	D	E	B	E	A	C	B	E	D					
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30					
C	D	A	D	C	B	A	D	A	B	C	E	E	C	D					
ATENDENTE DE POSTO DE SAÚDE																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	E	*	C	C	D	E	C	B	*	E	C	D	B	A	A	E	A	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	E	A	C	D	E	B	D	D	E	B	C	D	C	A	C	E	D	A
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO ESF																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	E	*	C	C	D	E	C	B	*	E	C	D	B	A	A	E	A	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	E	A	C	D	C	A	E	B	D	C	A	E	E	B	A	E	C	C

ENFERMEIRO																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	E	C	D	A	A	B	D	B	C	A	D	C	E	C	B	D	B	A	E
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
E	B	B	A	C	E	C	A	B	C	C	D	B	C	E	A	C	E	D	D
FARMACÊUTICO																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	E	*	C	C	D	E	C	B	*	E	C	D	B	A	A	E	A	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	E	A	C	E	D	D	E	E	B	E	*	A	C	E	B	E	D	C
FISIOTERAPEUTA																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	E	*	C	C	D	E	C	B	*	E	C	D	B	A	A	E	A	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	E	A	C	A	B	E	B	D	C	C	A	C	A	B	B	E	A	D
MÉDICO AUDITOR																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	E	C	D	A	A	B	D	B	C	D	D	E	C	B	B	E	C	D	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	B	D	A	B	D	C	D	D	C	B	B	A	C	E	B	E	A	D
MÉDICO GINECOLOGISTA																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	E	C	D	A	A	B	D	B	C	D	D	E	C	B	B	E	C	D	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	B	D	A	B	D	C	D	D	D	A	C	E	C	C	B	B	D	A
MÉDICO PSIQUIATRA – 20H/ 40H																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	E	C	D	A	A	B	D	B	C	D	D	E	C	B	B	E	C	D	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	B	D	A	B	D	C	D	D	D	C	E	B	E	A	D	B	A	B
MOTORISTA SOCORRISTA SAMU																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	E	C	D	A	A	B	D	B	C	A	D	C	E	C	B	D	B	A	E
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	A	C	E	C	E	B	B	D	C	E	D	E	A	B	D	B	E	D	A
ODONTÓLOGO CIRURGIÃO / TRAUMATOLOGISTA BUCOMAXILOFACIAL																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	E	C	D	A	A	B	D	B	C	A	D	C	E	C	B	D	B	A	E
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
E	B	B	A	C	B	E	E	A	C	D	D	A	E	E	A	C	B	E	D

ODONTÓLOGO ENDODONTISTA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	E	C	D	A	A	B	D	B	C	A	D	C	E	C	B	D	B	A	E
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
E	B	B	A	C	B	E	E	A	C	B	D	C	B	D	E	A	E	C	D

ODONTÓLOGO ESF

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	E	*	C	C	D	E	C	B	*	E	C	D	B	A	A	E	A	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	E	A	C	C	E	C	D	C	A	B	B	A	C	*	B	*	C	D

ODONTÓLOGO PERIODONTISTA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	E	*	C	C	D	E	C	B	*	E	C	D	B	A	A	E	A	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	E	A	C	C	E	C	D	C	E	B	A	A	A	D	B	E	C	B

PSICÓLOGO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	E	*	C	C	D	E	C	B	*	E	C	D	B	A	A	E	A	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	E	A	C	A	B	A	E	C	B	E	E	A	C	D	C	D	D	C

TÉCNICO DE ENFERMAGEM ESF

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	E	*	C	C	D	E	C	B	*	E	C	D	B	A	A	E	A	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	E	A	C	A	C	E	A	E	D	B	A	E	C	B	A	C	D	E

TÉCNICO DE ENFERMAGEM SAMU

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	E	C	D	A	A	B	D	B	C	A	D	C	E	C	B	D	B	A	E
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
E	B	B	A	C	B	E	D	A	E	D	C	A	B	E	B	E	C	C	A

TÉCNICO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	E	C	D	A	A	B	D	B	C	A	D	C	E	C	B	D	B	A	E
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
E	B	B	A	C	A	C	B	C	D	A	D	C	D	E	B	A	A	D	E

TERAPEUTA OCUPACIONAL

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	E	*	C	C	D	E	C	B	*	E	C	D	B	A	A	E	A	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	E	A	C	A	D	A	C	E	C	B	C	B	E	A	E	A	D	C

* = questão anulada

Navegantes, 2 de julho de 2021.

RETIFICAÇÃO NOTAS PROCESSO SELETIVO 015/2021 SMS

Publicação Nº 3132072

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE NOTAS DAS PROVAS OBJETIVAS

O Prefeito do Município de Navegantes/ SC, usando de suas atribuições legais nos termos da Constituição Federal, considerando a anulação das questões 36 e 38 da função de Odontólogo ESF, retifica o EDITAL DE NOTAS DAS PROVAS OBJETIVAS do Processo Seletivo Edital nº 015/2021, conforme segue:

ACS ESF - Machados		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
AMANDA CRISTINA PEREIRA	10659	AUS
CARLA SACAVERM ALVES	10047	AUS
EMILY LIMA APOLI	11294	40,00
GERALDO GODERT BENDINI	11607	40,00
JENNIFER OLIVEIRA	10965	AUS
JOCILENE N MENDONCA	11928	47,50
MARLETE DUARTE	10762	50,00
VICTOR HUGO MOURA DOS SANTOS	10259	47,50

ACS ESF - Meia Praia		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
ANDERSON DE MORAIS LEITE	12085	32,50
ARIANE RODRIGUES MARINHO CAMPOS	10279	52,50
BARBARA MELISSA KVITSCHAL	13015	62,50
BRUNA MIRANDA DE SOUZA	11512	60,00
BRUNA MITTMANN DE CAMPOS ZEFERINO	12328	AUS
CARLA JULIANA RANGUET	12806	37,50
CARLA RAIMUNDO DA SILVA 529	12065	55,00
CLAUDIANE ARAUJO SANTOS	13016	47,50
CRISTIANE TIMÓTEO DE SOUSA	10256	AUS
CRISTINE FERNANDA XAVIER DA SILVA	11880	42,50
DAMILLY OLIVEIRA SILVA	10874	AUS
ELISABETE ANTONIA DOS SANTOS	12045	47,50
ELIZANA ALVES PEREIRA	11908	50,00
EVA MARIA ALVES DA SILVA	10244	32,50
FABIA CRISTIANE BLIESNER QUIRINO	10270	AUS
FABIANA LUIZA LEITE	10730	42,50
GESIEL DA SILVA ALMEIDA	12031	25,00
ISABEL CRISTINA SCARIOTTO	10898	25,00
JADEILSON DOS SANTOS NASCIMENTO	10377	AUS
JULIA LIMA DE ALMEIDA	10184	40,00
KARIELLY ALESSANDRA DA SILVA MARQUES	10746	42,50
LEOHANE TEREZA CALLAU	11910	37,50
LILIAN MIRANDA DE FIGUEIREDO	12406	40,00
MARCELO NUNES BERTOLINI	11641	AUS
MARCIA REGINA ARDIGÓ	11743	45,00
MARCIA REGINA LUCIANO SEVERINO	10471	30,00
MARIA ANTUNES	12367	45,00
MARIA EDUARDA PALUDO QUEVEDO	12174	22,50
MARIA MADALENA DOS SANTOS	10897	35,00
MAURICIO ARAUJO GONÇALVES	10416	AUS
MAURO FERNANDO DE LIMA FUCK	11915	AUS
NEUSA APARECIDA RODRIGUES DE SOUZA	11977	45,00
ODINA NASCIMENTO REIS	10175	50,00
RAFAELE FERNANDES DA CRUZ DA SILVA	10331	47,50
ROSÂNGELA DE SOUZA	10274	40,00
SALETE APARECIDA GALDINO BERTOLDI	10905	AUS
SIMONE CRISTINA GOMES GUIDOTTI	11508	AUS
SIMONE MORAES DE PAIVA OLIVEIRA	10384	20,00
SOLANGE FELIX DOS SANTOS BRAGA	12854	17,50
SOLIDETE DE FATIMA SILVA VIANA	11269	40,00
VITOR GONZALEZ BARCELOS	10658	AUS

ACS ESF - Nossa Sra. das Graças		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
ADEIJANE DA COSTA BRITO	12339	37,50
GISELE MACHADO CABRAL	12210	40,00

ACS ESF - Nossa Sra. das Graças		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
JOAO CAIO PEREIRA DO NASCIMENTO	11970	35,00
MARIA EDUARDA DA SILVA	11069	AUS
MAYELSON PEREIRA DE OLIVEIRA	11656	AUS
RUAN PABLO DOS SANTOS FERREIRA	12347	37,50

ACS ESF - Porto das Balsas		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
ALINE XAVIER DA ROSA	10407	AUS
ISTELA WANDREY CÂNDIDO	12847	35,00
JULIA ANGELO BORBA	10307	AUS
KAROLAINE GOMES CLEVEN	10561	AUS
KAROLINE PETRANSKI DOS SANTOS	11243	AUS
KELSIANA CHARLY DE MOURA RAMOS	11316	55,00
KETLIN DE JESUS RODRIGUES DA CUNHA	11682	AUS
LUANA APARECIDA DAS NEVES	11581	47,50
LUCAS HENRIQUE DA ROSA MORETTO	13042	60,00
MARTA CRISTINA DA SILVA	11687	27,50
RENATA CRISTINA VIEIRA GAZANIGA	10787	AUS
ROSELI DE FATIMA RIAS RODRIGUES	10817	AUS
SIRLENE SANTOS DE JESUS	10927	AUS
THABATA KAUANA DE CAMARGO	12692	45,00

ACS ESF - Porto Escalvados		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
ALINE NERYS SOUSA	10871	AUS
FERNANDA CRISTINA DA SILVA	10235	35,00
GRAYCI SCALVI KEMPNER	12387	40,00
JOELMA CRISTINA RIBEIRO	12320	37,50
JOSILENE ANDRESSA BERNARDES BORGES	10045	32,50
MARINEUSA WEGNER	12315	42,50
NEIVA ZINI DOS SANTOS LOPES	10766	35,00
NICOLE COSTA DA SILVA DALUZ	12676	52,50
OSVALDO QUEIROZ TEIXEIRA	10867	45,00
PAULA CAROLINE GOMES DA SILVA	11254	AUS
REGINA MAXIMILIANO ARAGÃO	10457	40,00
RENATA FERNANDES FIRMO	10608	AUS
SÔNIA DOS SANTOS	12740	27,50
THAIS SOUSA DE OLIVEIRA	10334	AUS
WALQUIRIA FERNANDES DA SILVA SOUZA	12435	AUS

ACS ESF - São Domingos II		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
ADRIELE LAIZA TOMAS TESCH	11525	47,50
ALEXANDRA BONI OLIVEIRA	10351	AUS
ARILENE PINHEIRO MORAES	12192	22,50
CARLEA APARECIDA DE CAMPOS DUARTE REBELO	10738	45,00
EDNA BERNARDINA DA COSTA	12432	45,00
LUCAS BIRCK	13034	AUS
LUCIANA SILVEIRA CÂMARA DA SILVA	11136	22,50
SUSANA TEIXEIRA DA SILVA RODRIGUES	12907	35,00

ACS ESF - São Paulo		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
CAROLINE KINAL	10211	AUS
DANIELE DA SILVA RIBEIRO	12770	25,00
DÉBORA CRISTINA DA SILVA VEIGA	10480	47,50
ELIANE DOS SANTOS	11887	AUS
ELISANGELA ELLER	11988	45,00
FERNANDA LEITE ZACARIAS	10016	AUS
GABRIEL MANOEL DE SOUZA	11448	50,00
JULIANA SILVA RODRIGUES	11724	AUS
LETICIA SOUZA	12448	30,00
MARIA ISABEL VANZUITA	10298	AUS

ACS ESF - São Paulo		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
MARINES LOUREIRA GRUK	12081	AUS
RONNY MARCOS LEITNER	10380	AUS
ROSIMERI SILVA MARIA	12620	42,50
SAYMON CORRÊA SILVEIRA DE ARAÚJO	12694	AUS
UISLAINE APARECIDA DE BONA	11940	AUS

Agente de Combate a Endemias		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
ADELINDA ALTMANN ARAÚJO	10803	32,50
ADELSON RODRIGES VIEIRA	11576	50,00
ADRIANA FERREIRA LIMA DOS SANTOS	12048	AUS
ADRIANO GONÇALVES DUARTE	12883	40,00
AFONSO RIBEIRO ALVES	12394	AUS
ALAN RODRIGUES DA ROSA	11376	55,00
ALCINEA MOREIRA DA SILVA	11312	AUS
ALESSANDRA FERNANDA CHINASSO	12591	42,50
ALESSANDRA PAULA DE OLIVEIRA	11955	27,50
ALEX SANDRO CORREA DE SOUZA	10797	40,00
ALEXANDRA BONI OLIVEIRA	10378	AUS
ALEXANDRE DAMIÃO COSTA	10825	AUS
ALEXANDRE HENRIQUE ALMEIDA	11899	52,50
ALEXANDRE MATSUHIRA DE ANDRADE	12104	30,00
ALICE MACHADO MANARIN	10838	40,00
ALINE APARECIDA PREVEDA	10230	AUS
ALYNE AGATHA BRAATZ RIBEIRO	11180	AUS
ALYNE FERNANDA PEREIRA SOUZA	10929	45,00
AMANDA ANDRADE DEBATIN	13010	AUS
AMANDA CRISTINA SANTOS	10504	25,00
AMANDA ORTIZ DE QUADRO	12331	30,00
AMANDA RODRIGUES DAS CHAGAS	10883	32,50
ANA CAROLINA DA SILVA DO NASCIMENTO	11990	35,00
ANA CAROLINE CESÁRIO	11886	25,00
ANA CLÁUDIA LOBATO DE MORAES	10168	AUS
ANA MARIA BETTONI QUEIROZ JASPER	10848	AUS
ANA PAULA GALDAMEZ VIANA TAVARES	11531	27,50
ANA PAULA NORMANDO	12082	AUS
ANA RAFAELA PEREIRA DE LIZ	10236	30,00
ANDERSON ALCIDES LEITE	12323	AUS
ANDRÉ GABRIEL LEITE	11784	AUS
ANDRE LUIZ COELHO RAMOS FILHO	12553	72,50
ANDREA ANDRADE GUIMARÃES	11160	60,00
ANDRÉA ELOISE DANIEL PINHO DE SOUZA	12498	25,00
ANDREIA BOBINSKI MONTEIRO	10847	27,50
ANDREIA GOMES RODRIGUES DE BRITO	13026	AUS
ANDRESSA CRISTIÊ ROMÃO	12173	35,00
ANDRESSA CRISTINA DA SILVA	10681	30,00
ANDRESSA DA SILVA	10987	30,00
ANDREZA DE OLIVEIRA SANTA BRÍGIDA	12422	30,00
ANGELITTA FATIMA SOARES VIANA	11439	37,50
ANNE CAROLINE ALVES DA GLÓRIA	10573	25,00
ANTONIO CARLOS ROCHA DUARTE	10840	35,00
ANTONIO CESAR FROIO	11839	47,50
ANTONIO RONALDO TEIXEIRA	11082	AUS
ARISTÓTELES FERNANDO SCANTUBRY REIS	12718	AUS
ARTUR FIAD MENDES	11820	52,50
AUREA DA SILVA FIGUEIREDO	12644	40,00
AVELITA MULLER CAMPESTRINI	10327	37,50
BARBARA MENDES CLARIANO DA SILVA	12034	40,00
BARBARA TOLENTINO BATISTA	10339	AUS
BEATRIZ ERCILIA APARECIDA DE SOUZA	10249	25,00
BIANCA BERTI DO AMARAL	11113	30,00
BIANCA SUÉLEN BARBOZA	11263	AUS

Agente de Combate a Endemias		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
BORBA JUNIOR DO NASCIMENTO	11150	AUS
BRENDA DA SILVA AMORIM	12126	37,50
BRENO SERAFIM DA SILVA ALCANTRA	10703	AUS
BRESSON V ANDREATTA	11798	AUS
BRUNA GALVÃO HAN	10946	AUS
BRUNA REGINA BATISTA	11261	22,50
BRUNO SÉRGIO DE SOUZA SOLIMÕES	12778	AUS
CAMILA FERREIRA DE MELO	10609	30,00
CAMILA MARIA RIBEIRO BENTO	11280	32,50
CARLA LUANA RODRIGUES GOMES	10589	AUS
CARLA RAIMUNDO DA SILVA 529	12066	37,50
CARLA REJANE MIRANDA COITINHO	10299	27,50
CARLOS EDUARDO NASCIMENTO	10177	37,50
CAROLINE DACOL	12413	45,00
CAROLINE GENOBIE ANTÔNIO BAPTISTA	11289	AUS
CAROLINE PEREIRA NETTO	11602	42,50
CECILIA MATCHULA	12783	AUS
CELSO REGIS TOMBINI	11468	AUS
CHAIANE DE MOURA ALENCAR	11325	AUS
CLAUDETE ALVES DE OLIVEIRA E SILVA	12837	AUS
CLAUDETE DOS PRASERES	12058	30,00
CLAUDIANE LAZARA DE OLIVEIRA	11074	45,00
CLEBSON DAS VIRGENS SANTOS	10382	22,50
CLEIDE BIANCHI	11812	AUS
CLEIRE ROSA E SILVA	12152	37,50
CLESIANE MACHADO DE JESUS	10693	AUS
CLEVERSON CARDOSO DIAS	10277	50,00
DAIANA DA SILVA PAULO	10185	AUS
DANIELA DA MATTA SANTOS	11228	52,50
DANIELLE SILVA PINHEIRO FURTADO DE OLIVEIRA	12310	52,50
DARIO CAVALCANTE DA SILVA	10569	30,00
DARLENE RESENDE DE SOUZA	11492	40,00
DÉBORA COSTA DA SILVA	11725	AUS
DÉBORA PELLENS FERNANDES DE CARVALHO	11215	30,00
DEISE APARECIDA DA COSTA	10741	AUS
DEISE GIORDANI	12180	35,00
DEISE TATIANE ANDRADE	10174	47,50
DENILSON FERREIRA SANTOS	12949	AUS
DENISE DOMINGA MUELLER	12942	AUS
DENISE DOS SANTOS	12411	35,00
DENISE ROCHA DOS SANTOS	10321	30,00
DENIZE FERREIRA VIANA RODRIGUES	12184	AUS
DIEGO DA SILVA BARRETO	11007	47,50
DIEGO STERCHELE BARCELLOS	10613	15,00
DIEGO VILÃO LEITE	12199	47,50
DINALVA VIEIRA SANTOS	11361	30,00
DOUGLAS GIOVANI ESPINDOLA TEIXEIRA	11911	AUS
EDECIO JOSE DOS SANTOS	11341	27,50
EDENILSON LOURENÇO	10287	AUS
EDENILSON ROGERIO SOARES	12195	AUS
EDENILZA MAYER	12797	37,50
EDGAR PEDRO DE LIMA	11091	40,00
EDICLECIA DE ANDRADE SOUSA	11898	27,50
EDILA SANTOS DE ALMEIDA	10419	AUS
EDILAINE FARIAS DA CONCEICAO	10761	32,50
EDILENE ARAÚJO DE SOUZA	12072	40,00
EDIMARA PEREIRA GEJA	11600	50,00
EDNA BERNARDINA DA COSTA	10977	37,50
EDNEY DA CRUZ ARAÚJO	11469	42,50
EDSON EDUARDO DA SILVA	11394	40,00
EDSON FERREIRA DE LIMA	12836	AUS

Agente de Combate a Endemias		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
EDUARDO KATSUJIRO SUZUKI OMI	12721	45,00
EDUARDO LUCAS SEVERO	12447	45,00
EDVANIA FERREIRA DE LIMA	12139	30,00
ELIANE MARIA LORENÇO DA ROCHA	11854	40,00
ELIAS KUSZKOVSKI JUNIOR	12904	AUS
ELIEFFERSON LEMES VIEIRA	11279	32,50
ELISABETE ANTONIA DOS SANTOS	11111	45,00
ELISANGELA BERNARDINA DA COSTA	10984	22,50
ELISANGELA SANTOS DA SILVA	11744	AUS
ELLEN ANDRADE DO AMARAL	11930	AUS
ELOIZA FERNANDES CARDOZO CHISTE	11945	35,00
ELUIZA LOBATO SARAIVA	10713	AUS
EMANUELA FERNANDES PEREIRA	10227	27,50
EMILLY DE MENDONÇA PEREIRA	10603	AUS
ERICA DAS CHAGAS VIEIRA	11287	22,50
ESTHER CAROLINA VALENTIM	12875	AUS
EVANDRO HADLICH VERISSIMO	12662	AUS
EVELYN TALITA DELFINO	11115	27,50
EVERTON TOREZAN	12616	45,00
EWELYN CECI DE LIMA	11309	AUS
FABIANE DARTORA	11733	47,50
FABIO JUNIOR DE OLIVEIRA	12282	AUS
FABÍOLA KEROLIM SOARES DOS SANTOS	10960	30,00
FERNANDA HEMMEL ROMUALDO	11785	20,00
FERNANDA LEITE ZACARIAS	10021	AUS
FERNANDA VASCONCELOS MARCELINO	12913	AUS
FERNANDO AUGUSTO BAPTISTA SZAMEITAT	12522	27,50
FERNANDO VOLTOLINI	11108	42,50
FLÁVIO ADRIANO ROSA	10951	25,00
FLÁVIO COSTA SERRA	11126	25,00
FRANCIELE FERNANDES FERREIRA	12359	27,50
FRANCIS OLIVEIRA SARAIVA DA SILVA	12688	25,00
FRANCISCO IGOR MARIANO CAVALCANTE	11735	37,50
FREDERICO MENEZES DA PORCIUNCULA	11717	AUS
GABRIEL SOARES SELL	12936	AUS
GABRIEL WILLIAN AGUIAR	10671	AUS
GABRIELA BALBINO DE SOUZA LIMA	10829	20,00
GABRIELA MOSA MARTINS	11635	AUS
GABRIELLI DE AQUINO SANTANA	10180	32,50
GEORGE AUGUSTO MONTEIRO BARBOSA	10549	50,00
GESIELLY AGUILAR DE SOUZA	12956	30,00
GIOVANNA RODRIGUES NOLLA	12401	52,50
GISELE CABRAL DE LIMA	10864	32,50
GISELLE PAIVA DE ARAÚJO	10666	32,50
GIULIO AUGUSTO KOVALSKI MABONI	11672	AUS
GLEICE PALOMA TRICHES	10619	AUS
GRACIELA MARIA AGUIAR SILVA	11467	AUS
GRAZIELE CRISTINA ARDIGÓ	10721	50,00
GRAZIELLE SILVA SANTOS	11044	45,00
GUSTAVO DA TRINDADE	11292	27,50
HAMESY HAYAN REIS DO NASCIMENTO	12873	50,00
HELEN DO SOCORRO COELHO ARAÚJO	11734	35,00
HELLEN CRISTINE DA SILVEIRA NUNES NASCIMENTO	10117	47,50
HELOISA NUNES DA ROSA	12201	27,50
HILDA SCHELTER STEIN	12087	AUS
HILMA CARMEM PARKER MENDONÇA DOS SANTOS	12695	22,50
IARA APARECIDA GODINHO	10263	40,00
INDIANI LENIR VELOSO	10063	AUS
IRIS AGUIAR DE OLIVEIRA	12004	32,50
ISABELLE RODRIGUES SILVA DOS SANTOS	10215	42,50

Agente de Combate a Endemias		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
IVAN HADLICH VERISSIMO	12656	AUS
IVANDER BENTES VALENTE DE OLIVEIRA	10357	AUS
IVONETE BORBA DE ARAÚJO	11934	35,00
IZABEL EVANGELISTA DOS SANTOS	13008	AUS
JACIRA RODRIGUES DE LIMA	12131	17,50
JADIELSON CARLOS DANTAS VASCONCELOS	10264	42,50
JADNA MACHADO PATRÍCIO	11920	AUS
JAIR LUCAS MARIANO JÚNIOR	11927	65,00
JANAINA HANSEN SALVADOR	11715	AUS
JANAINA MARIA FERNANDES	10958	27,50
JANE MARA BERNARDES DA CUNHA	12542	AUS
JEAN CARLOS NILSEN	12415	AUS
JEAN DE JESUS	10886	AUS
JECELIO ROCHA DOS SANTOS	11290	AUS
JEFERSON HENRIQUE DOS SANTOS	12372	AUS
JEFFERSON DE LIMA MARTINI	12609	AUS
JENYFFER DA ROSA DA COSTA	11878	30,00
JESICLEI GOMES FERREIRA	11917	AUS
JESSICA CASTELA DE SOUSA	11975	37,50
JESSICA NARCISO SANTOS LUÍZ	12445	37,50
JÉSSICA POPIOLEK DE MORAES	12671	25,00
JESSIKA DA SILVA RODRIGUES	10474	37,50
JHONATAN SOUZA DOS SANTOS	11351	AUS
JHOVANA NAYRA FERNANDES SANDI DE VILHENA	10989	30,00
JOÃO ASSI VELOSO	10381	AUS
JOÃO GONÇALVES BRITO JUNIOR	12844	32,50
JOÃO MARCOS SANTOS METZEKER	11666	AUS
JOÃO PAULO CAMPELLO LOPES CORREA	10820	AUS
JOÃO PAULO COSTA SILVESTRE	10326	AUS
JOÃO PEDRO ALVES DOS SANTOS	11718	AUS
JOBSON GOMES DE SOUZA	10170	AUS
JOICE CRISTIANE DECKER DOS SANTOS	12368	AUS
JORDANA CRISTINA DE LIMA	12312	AUS
JORGE DA SILVA	10123	30,00
JOSÉ CARLOS DE LIMA	10597	50,00
JOSÉ INÁCIO FERNANDES	10448	45,00
JOSÉ RAIMUNDO BATISTA DE OLIVEIRA	10335	AUS
JOSÉ ROBERTO PEREIRA	12417	42,50
JOSEANE ROCHA DA SILVA	12576	AUS
JOSEMAR SOARES	10780	50,00
JOSICLEIDE PINHEIRO FERREIRA	10640	37,50
JOSUÉ ASAFE DOS SANTOS	12577	55,00
JUAREZ DA SILVA JUNIOR	11284	37,50
JUÇARA TEIXEIRA	10587	47,50
JULIA DE ALMEIDA ALCANTARA	10675	22,50
KAOAN KANIA BARBOZA	13027	40,00
KARINA APARECIDA RODRIGUES GONÇALVES	11596	50,00
KAROLAYNE ALCANTARA DA SILVA	11776	AUS
KATHELYN KRISTHINA SCHOLZE VANDERLINDE	12877	30,00
KATHY CAROLINE STEIN	10979	30,00
KAUE ALEXANDRE OLSEN FERREIRA	12899	AUS
KELLY TAFARELLO	12145	50,00
KELSIANA CHARLY DE MOURA RAMOS	11311	47,50
KETTULE MAIANY PAULA DE SOUZA	10261	AUS
KHARIME MESSEHIEH DAKKACHE	11449	27,50
KHEILA OLIVEIRA DE SANTA BRIGIDA MAUES	12525	25,00
LARISSA CRISTINA JARA FERREIRA DE SOUZA	11989	37,50
LAYANNE DA SILVA DOS SANTOS	11852	AUS
LAYNARA PLABLINA RODRIGUES DA SILVA	11835	42,50
LÊDA DE MACÊDO BESERRA	12017	45,00
LENNON RODRIGUES DA SILVA	12078	55,00
LEONARDO ROCHA CABRAL	12547	52,50

Agente de Combate a Endemias		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
LEORNE OLIVEIRA DE VILHENA JUNIOR	12235	47,50
LETÍCIA CLAUDETE VARGAS	11858	40,00
LETICIA GARCIA DA SILVA	11998	32,50
LETÍCIA MOSA SEMA	11005	AUS
LETICIA SILVA CONCEICAO	10232	22,50
LINDOMAR MEURER	10252	AUS
LINDSEY FARIA PIRES	12863	35,00
LIZANDRA DA SILVA LOPES	10791	37,50
LOAN JUNG	10346	AUS
LOHAN ALMEIDA MOUSQUER	12558	32,50
LUCAS COTTORELLO FONSECA	12822	32,50
LUCAS PORTO PESSOA	11658	AUS
LUCIANA DO NASCIMENTO	10402	AUS
LUCIANA JÉSSICA ANDRÉA BEGNINI	12589	AUS
LUCIANA SILVEIRA CÂMARA DA SILVA	11138	27,50
LUCIANO ANTÔNIO ANACLETO	12933	AUS
LUIS FELIPE DA SILVA CAMARA	12657	37,50
LUIZ ANTÔNIO FONTANIVE LINCK JÚNIOR	12147	AUS
LUIZ CLAUDIO DE ALMEIDA MAFFIOLETTI	11659	35,00
LUIZ RICARDO RUSSI	12419	37,50
MAICON JOHN AMARAL DA SILVA	12118	AUS
MAIKE RODRIGUES SODRE	12233	AUS
MARCEL COLZANI	12686	60,00
MARCELA ADRIANA VIANA FROES	12005	37,50
MARCIA DE FATIMA DAMACENO	11611	32,50
MÁRCIA DIAS CORDEIRO	12805	AUS
MARCIA EMMANUELLE AMORIM DA SILVA	11561	AUS
MARCIA FARIAS AGUIAR	10723	32,50
MARCIANA APARECIDA DE OLIVEIRA	11872	27,50
MARCOS HENRIQUE SILVA DIAS	11836	AUS
MARCOS ROBERTO MANOZZO	11027	32,50
MARGARETE TRINDADE DA CUNHA	12238	30,00
MARI LÚCIA DA SILVA	10445	30,00
MARIA DA CONCEICAO BRITO DA SILVEIRA	12008	30,00
MARIA DE JESUS RODRIGUES FONTINELE	12334	AUS
MARIA DE LOURDES BAGISTON DE CAMARGO	12954	AUS
MARIA DE NAZARE PEREIRA DOS SANTOS	10724	35,00
MARIA DO CARMO CARVALHO FLORES	11291	57,50
MARIA ELISANGELA CORREA DA SILVA	12345	25,00
MARIA FRANCIDALVA OLIVEIRA DE SOUSA	12799	22,50
MARIA GABRIELA DA SILVA FAGUNDES	11157	35,00
MARIA ISABEL DA SILVA MAFRA	11639	52,50
MARIA QUITÉRIA PORTAL CARDOSO	13033	AUS
MÁRIO NÉLIO CAVALCANTE FERREIRA	12661	AUS
MARIS STELA HALLU	12640	27,50
MARIVANE TEREZINHA TONIOLLI DE MOURA PICCOLI	10812	35,00
MARLI DE FATIMA DA SILVA	12474	AUS
MATEUS DE SOUZA BOSSE	11428	35,00
MATHEUS EFRAIM DOS SANTOS	12010	55,00
MATHEUS LOPES COSENTINO	12895	37,50
MATHEUS PASSOS NOGUEIRA	10266	AUS
MATHEUS STAKOWSKI GONÇALVES	12693	32,50
MAURO JOSÉ DE CAMARGO	12619	40,00
MAYARA ANDRADE RIBEIRO	12041	AUS
MICHELE VOGADO JARA	11993	AUS
MILENA DA ROCHA CABRAL	12006	27,50
MILENE SALLES MAYER	11089	AUS
MIRIANE APARECIDA RIBEIRO NOGUEIRA	11271	35,00
MONIQUE FRANCI COUTO	10490	42,50
MYLENA FATIMA FABRICIO SVIERCOWSKI	10370	32,50
NATALIA LOBO FROIO	10722	52,50

Agente de Combate a Endemias		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
NATASHA DOS SANTOS MATOS	12059	15,00
NATASHA MARIANA FARIAS DA SILVA	10086	5,00
NELSON RODRIGUES DOS SANTOS	12316	40,00
NEWTON CARDOSO DOS SANTOS	10961	AUS
NILSON MANOEL DOS SANTOS	12632	35,00
OHANA DOS SANTOS SARAIVA	12164	45,00
OZADIR MARIA ELIAS FIDELIS	12845	AUS
PAOLA LIMA LEAL	11242	AUS
PAOLO DE TARSO ANDERSON SCHWARZ	10518	50,00
PATRICIA ARAUJO DE ALMEIDA	12900	AUS
PATRÍCIA CONCEIÇÃO DOS SANTOS	10653	20,00
PATRICK LARANJEIRA LACERDA	10354	AUS
PAULA CAROLINE GOMES DA SILVA	11075	32,50
PAULA PIERRE PACHELLI	12028	AUS
PAULO GERSON ALVES CAVALCANTE	12182	45,00
PAULO OTÁVIO PICOLLI	11804	AUS
PEDRO HENRIQUE PACHECO CHAMUN	11788	55,00
PETERSON ASSIS DA SILVA	12244	AUS
PETTERSON DOUGLAS PEREIRA	10827	42,50
PRECILA PEDROZO DO AMARAL	11347	25,00
PRISCILA DOS SANTOS SEHN	11318	20,00
QUERINO RAMOS VIEIRA	11106	37,50
RAFAEL FUSINATO	12955	AUS
RAFAEL GUILHERME AGUIAR	10719	AUS
RAFAEL MAFRA	10260	47,50
RANA RIBEIRO DA SILVA	12658	AUS
RAQUEL AMARAL	11151	25,00
REBECA DA SILVA DOS SANTOS	11843	27,50
REINALDO MANOEL DA SILVA	10638	30,00
RENAN FELISBERTO DE ASSIS	12667	57,50
RENAN LUIZ RAMOS	10881	AUS
RENATA DO NASCIMENTO FELAÇO	12227	35,00
RÊNIS MAURO COSTA	12248	30,00
RODRIGO ALVES BOMFIM	10689	25,00
ROMULO DANTAS DA SILVA	10664	37,50
RONALD KENNEDY DA SILVA RODRIGUES	12850	AUS
ROSANA ALVES	10774	30,00
ROSANA DE SOUZA	11164	40,00
ROSANE TERESINHA GONÇALVES	11010	25,00
ROSELI AQUINO	10649	AUS
ROSELI DE FATIMA RIAS RODRIGUES	10819	AUS
ROSELI RODRIGUES MACHADO	10488	AUS
ROSELI RUEDIGER	12643	32,50
ROSEMERI DA SILVA OLIVEIRA	13041	AUS
ROZAILMA MOTA DOS REIS	12852	AUS
SABRINA MATHIAS MESSA	12647	40,00
SABRINA STÉDILE	12984	25,00
SAMANTHA VIVIANE DOS PASSOS	10920	AUS
SANDROEL ROCHA DA SILVA	10375	37,50
SARAH GONÇALVES STENERT	12583	37,50
SEBASTIAO DIAS GONÇALVES	11319	AUS
SELMA MARIA RODRIGUES SILVA DOS SANTOS	10210	30,00
SILVANA APARECIDA DA SILVA	12568	AUS
SILVANA DE LOURDES FELIPE FLORENÇO	12168	35,00
SILVANA PRESTES DA SILVA	12333	37,50
SIMONE CARDOSO IGNACIO VELAC	10558	AUS
SOLIANA CORDEIRO	11159	30,00
STÉFANY BORBA DA SILVA	12046	47,50
SUELEN DA SILVA	12874	22,50
SUELEN DE SOUZA CORDEIRO ANDRADE	10201	37,50
SUELI MARIA TRIMMER SILVA DA CUNHA	12438	EXC
SUELLEN ESTEPHANE MONTEIRO DOS SANTOS	12536	35,00

Agente de Combate a Endemias		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
SUELY CORREA DINIZ TAVARES	10473	AUS
SUSANA MEDEIROS STEFEN	12212	40,00
TAISE ALBRECHT	11745	AUS
TAMIREZ VÂNIA DA SILVA	11527	45,00
TATIANA OLIVEIRA SANTA BRÍGIDA MOREIRA	12429	40,00
TATIANE APARECIDA DA LUZ THEREZIO	10918	40,00
TATIANE DOMINGUES BENITE	11959	32,50
THAIS FOSSILE ALVES	12516	35,00
THAÍS IVANA SOUZA ALVES	10493	AUS
THALITA BESSA	11680	25,00
THALITA RODRIGUES DE LIMA	12304	30,00
THIAGO FELIPE WACHHOLZ	12585	47,50
THIAGO GALVEZ	12484	35,00
TIAGO FRENZEL DA ROSA	10521	AUS
TIAGO HOFFMANN	12597	45,00
TICIANA MACQUELLE SOARES	12813	37,50
VALDEIR PADILHA FERREIRA	10673	AUS
VALDENIR JOSÉ FERREIRA	12154	32,50
VALDIANE MARIA MELO LIMA RODRIGUES	12727	40,00
VALÉRIA CRISTINA MACHADO DE CARVALHO	12111	37,50
VANESSA BRUNO AMARAL	12600	AUS
VICTOR HUGO RIBEIRO DA SILVA	10917	30,00
VITOR GONZALEZ BARCELOS	12712	AUS
VIVIANE CIPRIANO DOS SANTOS	10209	42,50
VOLMAR ANGELO DENICOL	11446	35,00
WASHINGTON OLIVEIRA SANTOS	10921	AUS
WEDENY DE CASTRO LOPES	12624	37,50
WELLITON ELIAS CARDOSO	11112	35,00
YAN NUNES DE SOUZA SANTANNA	12876	25,00
YASMIM OLIVEIRA FAGUNDES	11127	32,50
ZILMA ZANCANELA	12068	27,50

Agente de Serviços Gerais		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
ADRIELLI APARECIDA NUNES SOUZA	11686	AUS
ALINE GOMES DA COSTA CHAGAS	12342	AUS
AMANDA DA SILVA	10452	46,67
AMANDA DOS SANTOS SILVA	10531	43,33
ANA PAULA CORDEIRO	10012	56,67
ANA PAULA PEREIRA NUNES	10265	AUS
ANDRE EVANGELISTA DA SILVA	12354	AUS
ANGELA MARIA JASPER	10845	43,33
ANTONIO CARLOS FERNANDES THEMOTHEO	11432	63,33
BIBIANA BERNARDO MARTINS DO NASCIMENTO	10492	66,67
CARMEN SUANI CARVALHO DE MACÊDO	10889	70,00
CELSO APARECIDO TIVIROLI	11633	70,00
CERENI SOLANGE WERNER DOS SANTOS	10636	AUS
CHARLLENE NEVES	10393	60,00
CÍNTIA JEREMIAS LINHARES	11217	AUS
CINTIA TALITA MARTINS	10214	AUS
CRISTIANE KATIA RIBEIRO	12732	83,33
CRISTIANE MARIA DE SOUZA	11978	36,67
CRISTIANE VIEIRA DOS SANTOS	11216	AUS
CRISTINA MARIA DA SILVA	11056	43,33
DEUZA ESMERIA DOS SANTOS	12011	50,00
DEUZENIR DOS SANTOS SILVA	10395	AUS
DIENIFER GABRIELE KOWALSKI DA SILVA	10496	60,00
DOUGLAS SANTOS DE OLIVEIRA	10991	AUS
EDILANE DOS SANTOS DE SOUZA	12186	53,33
EDINALDO PEREIRA BEZERRA	10073	66,67
EDIVANIA APARECIDA DA SILVA	10282	AUS
ELIS FERNANDA FOGAÇA	10239	63,33

Agente de Serviços Gerais		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
EMANOELA DE LOURDES VIEIRA NORDI	11625	56,67
ERICA DE SOUZA VILHENA	12983	70,00
FABIANA RIBEIRO NASCIMENTO	12827	AUS
FRANCIELI CIBELI DA SILVA PEREIRA	10696	46,67
FRANCISCA MARCIANA BEZERRA PINHEIRO	10017	53,33
GENILTON BARROS ALVES	12890	33,33
GIOVANNA ROBERTA MAGALHÃES DA SILVA	12385	AUS
GISELE LUCIA JUSTINO MARTINS	10464	40,00
GISÉLI VANDELISE FELICIO SOUSA	10745	60,00
ISABEL CRISTINA SILVA	11657	AUS
ISRAEL MENDES GONÇALVES	12241	86,67
IVONE NASCIMENTO	10291	60,00
JAQUELINE APARECIDA DE OLIVEIRA	10272	AUS
JAQUELINE VASSAO ALVES	10528	50,00
JOCILENE N MENDONCA	10311	63,33
JOICE ANGELO BORBA	10087	AUS
JOSELIA RODRIGUES	11406	53,33
JUCILENE MARIA DA SILVA	11119	50,00
KARINA DE SOUZA DO NASCIMENTO	11896	26,67
KELLYN CARDOSO DA SILVA	11137	AUS
LEIDIANE DOS SANTOS PAIVA	10712	70,00
LEILIANE DOS SANTOS PAIVA	10744	23,33
LETICIA ALVES DE LIMA	10397	AUS
LIRIEL SOUZA	12455	50,00
LISTEYLLOR SOUZA ASSUNÇÃO	12607	50,00
LORECI ARRUDA	10450	AUS
LUCIENE BENATTI	10684	AUS
LUZIA APARECIDA DE OLIVEIRA LIMA	12700	63,33
MARCELO CONCEIÇÃO NASCIMENTO	10870	AUS
MÁRCIA REGINA SANTANA DE SOUZA	12704	AUS
MARCIANA QUINTINO RAMOS	10756	AUS
MARCO AURÉLIO XAVIER	12765	AUS
MARIA APARECIDA DE SOUZA	12325	AUS
MARIA VALCIRA VIEIRA	10836	AUS
MARISA KRAISS	13024	56,67
MARLI REIS	11526	36,67
MILLENA NUNES SOUZA	10789	AUS
NAIARA NASCIMENTO ANTUNES	11722	AUS
NAIR RODRIGUES DA ROSA	11156	46,67
PAULA JANETE DOS SANTOS SEHN	11337	50,00
POLLYANNA WASCONCELOS BUARQUE	11514	56,67
RAFAEL GUILHERME VIANA	11213	AUS
RÉGIS MANOELLA CLEMENTINO PEREIRA	10304	AUS
REYCIELI DE AMORIN RODRIGUES	12478	50,00
RITA DE CÁSSIA LOBO FERREIRA MACIEL	12135	AUS
RITA DE CASSIA SANTOS DE JESUS	10238	0,00
ROSANGELA PALAKOVSKI NUNES	11506	56,67
SANDRA RODRIGUES DE MORAES	11677	23,33
SARA SANTOS ANTONELLO	10391	56,67
SEFORA RAQUEL BELCHIOR LEÃO	11152	AUS
SHEILA APARECIDA DA SILVA FOLHA	11023	AUS
SILVANIA CRISTINA AMARAL AQUINO	11125	50,00
SUELEN DE LIMA PEREIRA	11617	70,00
SUELI APARECIDA DE SOUSA TRINDADE	11270	AUS
TANIA REGINA DE SOUZA	12519	43,33
THIANE PAULA DA SILVA	10688	AUS
VANDERLEI RODRIGUES DA SILVA	10534	43,33
VANIA APARECIDA CASAGRANDE	12810	73,33
VERA LUCIA DOS SANTOS	12580	43,33

Atendente de Posto de Saúde		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
ADEIJANE DA COSTA BRITO	12341	AUS
ADELINDA ALTMANN ARAÚJO	10796	40,00
ALAINÉ MAGALHÃES DE OLIVEIRA	11960	40,00
ALESANDRA PAZ DE CASTILHO	10955	37,50
ALESSANDRA FERNANDA CHINASSO	12590	AUS
ALINE GOMES GOMES VASCONCELLOS	12158	27,50
ALINE TATIANE ROSA	11948	35,00
AMANDA CRISTINA PEREIRA	10661	AUS
AMANDA CRISTINA SANTOS	10237	20,00
AMANDA FARIAS BARCELOS	11299	40,00
AMANDA MENDES PIERRE	11987	AUS
ANA ABGAIL DA SILVA FURTADO	13035	42,50
ANA LUCIA GONÇALVES DE LIMA	11019	AUS
ANA MURIELE DA SILVA OLIVEIRA	10941	30,00
ANA PAULA LOURENCO SANTANA	12383	27,50
ANA PAULA RIBEIRO DOS SANTOS	10938	47,50
ANDREIA DA CONCEIÇÃO DOMINGUES COSTA	10953	42,50
ANDRESA APARECIDA DE OLIVEIRA	12002	20,00
ANDRESSA ARRUDA	10344	17,50
ANDRESSA RODRIGUES ALMEIDA	10343	AUS
ANDSON NUNES MELO	10709	30,00
ANTONIO CESAR FROIO	11842	52,50
ARISTÓTELES FERNANDO SCANTUBRY REIS	12719	AUS
BIANCA SMIDERLE LEMOS	11811	AUS
BIANCA SUÉLEN BARBOZA	11274	AUS
BRUNA BOEMEKE HARTWIG VIEIRA	12944	35,00
BRUNA CLEMENTINO DOS SANTOS	11244	AUS
CAMILA DA CUNHA BRITES	12737	AUS
CAMILA MARIA RIBEIRO BENTO	11283	27,50
CARLA SACAEM ALVES	10369	35,00
CELIA APARECIDA CORREIA DE SOUZA SANTOS	12743	27,50
CIBELE MÜLLER THOMAS	11130	45,00
CIBELLY WYTNEY SILVA LIMA	11830	AUS
CLAUDIA DE FREITAS RODRIGUES	12572	65,00
DAHIARA FARIAS DOS SANTOS	11654	35,00
DANIEL SAMERSLA MERÇONI	12529	AUS
DANIEL VICTOR SILVA DIAS	10158	65,00
DANIELA WARMLING	11627	AUS
DANIELE BRUNA VANZUIT	12655	AUS
DANIELLA MEIRELES FERREIRA	12871	AUS
DANIELLE SILVA PINHEIRO FURTADO DE OLIVEIRA	12436	60,00
DÉBORA COSTA DA SILVA	11726	45,00
DENISE DOS SANTOS	12409	27,50
DENNER NUNES SAIJA	11335	50,00
DIANE DO SOCORRO SOUZA SANDOVAL	12204	30,00
DIEGO DAMASIO	12326	25,00
DINALVA VIEIRA SANTOS	11366	47,50
DYEGO CRUZ LIMA	12245	AUS
EDICLÉIA APARECIDA GOLL FERREIRA DE OLIVEIRA	12278	AUS
EDILENE ARAÚJO DE SOUZA	11863	37,50
EDILUCY DE NAZARÉ FERREIRA MOURA	11541	AUS
EDINILMA MARIA DE BARROS SILVA	10795	AUS
ELDILENE CORDOVIL COELHO GOMES	13009	AUS
ELIANE DOS SANTOS FERNANDES	11584	AUS
ELIZEU OLIVEIRA SANTA BRIGIDA	10544	AUS
ELOISA MACHADO EMILIO	11460	AUS
EMERSON SACCON	11367	AUS
ERICA DAS CHAGAS VIEIRA	11278	32,50
ERICELI DAS CHAGAS VIEIRA	11281	42,50
FABIANA GOMES VASCONCELLOS VIDOR	12024	32,50

Atendente de Posto de Saúde		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
FABIANA GONCALVES DOS SANTOS	11057	AUS
FELIPE BOMPANI DE LIMA	10328	55,00
FERNANDA AMARAL AQUINO	11129	40,00
FERNANDA RICARDO ROCHA	10014	32,50
FLAVIANA PEREIRA DA SILVA LOPES	12286	25,00
FRANCIANE SOARES	10701	30,00
GIOVANNA BELARMINO RÓMER	10325	30,00
GISELE DE FÁTIMA VESTERLON	12375	AUS
GLEDSON DA SILVA BARBOSA	11124	AUS
GLEICE PALOMA TRICHES	10615	AUS
GLEISY APARECIDA DOS SANTOS	12879	AUS
GRAZIELLE FERNANDES LAURENTINO	10884	AUS
HELEN CRISTINA KOHLER	12701	AUS
HELENA JULIA DOS SANTOS	12891	AUS
HELENA MEIRA BÉCO	12157	50,00
HELIZIELE FREITAS PEREIRA DE SOUSA	11265	52,50
HELLEN CRISTINE DA SILVEIRA NUNES NASCIMENTO	10143	42,50
HELOISA NICOLY DA SILVA PINHEIRO	11185	AUS
HILDA SCHELTER STEIN	12086	AUS
IANCA SILVEIRA BALTAZAR	12300	37,50
ISABELA CRISTINA CABRAL DOMINGOS	12602	55,00
ISADORA MASCHIO GONÇALVES	10275	52,50
ISETE APARECIDA FELIPONI	10785	27,50
IVANA DO NASCIMENTO ALBUQUERQUE	10248	50,00
IVANDRA FERREIRA	12571	55,00
JACIARIA PEREIRA DO NASCIMENTO	11971	22,50
JAIRO JUAREZ PORTO JUNIOR	11766	52,50
JAQUELINE ANTUNES DE MARQUES	10037	27,50
JEFFERSON DARODDA DE SOUZA	11028	42,50
JEICIANY RODRIGUES DA SILVA	10959	47,50
JENEFER JOEZER CONTENTE MOREIRA	12926	45,00
JENNYFER Malfatti	11476	35,00
JÉSSICA KARSTEN BARBOSA	12020	AUS
JÉSSICA RIBEIRO GONZAGA	10188	AUS
JOÃO VICTOR PILONI CARAGNATTO	12051	AUS
JOSELENE LIMA DE QUEIROZ GEMAQUE	12338	40,00
JOSI MARI DE OLIVEIRA DIAS	10906	AUS
JUCILENE PALUDO	10255	22,50
JÚLIA NUNES ELEUTÉRIO	12172	27,50
JULIAN APARECIDA WEBER	10160	57,50
JULIANA DE FÁTIMA DIAS SCHULLER	11088	30,00
JULIANE MACEDO	11761	AUS
JULIO CESAR FURNALETTI MEIRINHO	11480	40,00
JUSSARA DOS SANTOS MOTA	10782	AUS
JUSSARA MARIA GUIMARÃES DA SILVA	10030	AUS
KAILANY SCHNEIDER	11456	AUS
KARINA APARECIDA RODRIGUES GONÇALVES	11598	55,00
KARLA CRISTINA CORDEIRO RABEL	12250	55,00
KAROLINE FELIPE DA SILVA	11383	AUS
KASSIELE FRANCINE DA SILVA	12530	27,50
KATHY CAROLINE STEIN	10982	AUS
KATIUSCIA PINTO PERANSONI DA SILVA	13037	AUS
KAUANI GUIMARÃES SOUZA	12699	AUS
KEILA CRISTINA DA SILVA NASCIMENTO	12551	AUS
KELLY CRISTINA DE SOUZA ALVES	12247	45,00
KÉTY NANCY MACIEL GUIMARÃES	10830	AUS
KIMBERLY GALERANI	12906	AUS
LAIZA ELUIZA DOS SANTOS	10247	AUS
LAURIANE DA SILVA COSTA DOS SANTOS	10412	AUS
LEIDIANE SARMENTO SILVA COSTA	12112	AUS
LEILANE CRISTINA QUARESMA BORGES DA SILVA	10680	30,00

Atendente de Posto de Saúde		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
LETÍCIA CLAUDETE VARGAS	11861	45,00
LETICIA GARCIA DA SILVA	12160	50,00
LETICIA INÁCIO	10208	AUS
LETICIA SILVA CONCEICAO	10243	AUS
LIDIANE CRISTINA BERTI VILANOVA	12357	32,50
LORETA SORRENTINO CORREA	13025	55,00
LUCIANE CRISTINA KALINOSKI GUIMARÃES	10441	25,00
LUCINEI TRINDADE DO ROSÁRIO CAMANA	10910	AUS
LUIZ FELIPE OLIVEIRA DE JESUS CIDREIRA	11375	37,50
MARCELA PEREIRA TAVARES DA SILVA	12062	AUS
MARCELLA TEIXEIRA BOSI	10892	25,00
MARCIA REGINA PEREIRA	11515	AUS
MARCIANA APARECIDA DE OLIVEIRA	11873	25,00
MÁRCIO DAMASCENO DE CASTRO	11308	30,00
MARIA APARECIDA ALMEIDA MOUSQUER	12738	45,00
MARIA DO CARMO CARVALHO FLORES	11293	55,00
MARIA DOS SANTOS GUIMARÃES	11779	32,50
MARIA EDUARDA DE PAULA OLIVEIRA	12441	AUS
MARIA EDUARDA FORLIN DE OLIVEIRA	12730	40,00
MARIA ELISANGELA CORREA DA SILVA	12346	25,00
MARIA MARCELA MORAIS DE MESQUITA DA COSTA	10509	45,00
MARIANA DA SILVA SIMAO	11509	42,50
MARIANNA PAOLA VASCONCELOS ALVES	11247	27,50
MARINALVA DOS SANTOS CHAVES	12886	AUS
MARY JANE BARBOSA DE SOUZA	12231	50,00
MAYSE TOMAZ	12946	30,00
MEIBEL LUCIANA OLMES RODRIGUES	12515	40,00
MERIELEN DA SILVA PEREIRA	10678	47,50
MICAELI STINN	12128	AUS
MICHELE HELENIR MOURA	11463	47,50
MICHELLE DA GRAÇA SANTOS	10469	37,50
MIRIAM BERTOLDI DO ROSÁRIO MENDONÇA	11758	AUS
MIRIAM DEL RIO VASCONCELLOS DE MOURA	10446	60,00
MIRIAM TERESINHA MACHADO	12267	45,00
MIRIAN GÓES DOS SANTOS	11594	40,00
MIRIANE APARECIDA RIBEIRO NOGUEIRA	11282	30,00
MONIQUE FRANCI COUTO	10495	35,00
MYLENA FATIMA FABRICIO SVIERCOWSKI	10379	AUS
NAIANE ALVES DA SILVA SIQUEIRA	11638	32,50
NATÁLIA ALCÂNTARA DE OLIVEIRA	12921	AUS
NATÁLIA GELINSKI	11045	55,00
PATRICIA FELTRIM	10015	42,50
PATRYCIA CAMOLEZE SOUGUINI	11466	AUS
PAULA CAROLINE WIESE	11273	AUS
PAULO CÉZAR SOUGUINI DE SOUZA JUNIOR	11470	AUS
RAYANA FARIAS DA CONCEIÇÃO	11465	32,50
RAYSSA ALINE CALDEIRA	11090	37,50
REGIANE ANSELMO DOS SANTOS	12648	27,50
REGINA HELENA GAYA	10224	AUS
RENATO CARDOSO SACRAMENTO JUNIOR	10670	35,00
RISONETE SABINO DE SOUZA	11730	30,00
RODRIGO FAISTAUER DOS SANTOS	12142	37,50
RODRIGO OLIVEIRA SILVA SANTOS	12923	50,00
ROMULO DANTAS DA SILVA	12453	45,00
ROSANA DE JESUS	10740	35,00
ROSANE GABRIELA	12207	35,00
ROSELI DE FATIMA RIAS RODRIGUES	10811	AUS
ROSELI MARIA BURGONOV	10778	AUS
ROSIANE DOMINGUES BENITE	12481	47,50
ROSICLER LOPES	11992	AUS
RUTH TEIXEIRA MACHADO	12026	35,00

Atendente de Posto de Saúde		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
SABRINA NASCIMENTO COSTA	12365	AUS
SAIMON GABRIEL BAZANELLA CARVALHO	12790	AUS
SAMARA IZABELA JORDAN DA ROCHA	11441	25,00
SANDRA MARA DE OLIVEIRA ZIMATH	11700	AUS
SARA DOMINGOS VIEIRA	10348	AUS
SHEILA CRISTINA SIQUEIRA COLOMBI	10893	AUS
SILVANA DE ALMEIDA DE FREITAS	12089	AUS
SILVANA DE LOURDES FELIPE FLORENÇO	12170	47,50
SIMARA MARIA TEODORO VIEIRA GASPAR	12869	AUS
SOFIA MARTA STEINMETZ	12163	62,50
TAINARA DA CUNHA FREITAS	11897	45,00
TAINARA PREVEDA DA SILVA	10222	40,00
TALITA FROTA ROLDAO OLIVEIRA SANTOS	12918	42,50
TAMIRES BRITO DOS SANTOS ALMEIDA	12032	25,00
TAMIRES DA SILVA SCHLICHTING	10748	27,50
TATIANE DE ROSSO DE SOUZA CAMPOS DA SILVA	11621	42,50
TATIANE SALDANHA DE JESUS	10634	27,50
THAIS LATORRACA NUNES DA SILVA	10392	AUS
THAMIRES COSTA ALBUQUERQUE	12909	AUS
VALDILEA DOS SANTOS COIMBRA	11615	30,00
VALDINÉIA APARECIDA RICORDI	12625	AUS
VALENTINA ALBUQUERQUE DA COSTA	10990	47,50
VALÉRIO DALMOLIN FILHO	11781	AUS
VANDERLEIA PEREIRA DE GODOI	10136	42,50
VANDERLEIA PEREIRA DE GODOI	10138	AUS
VERA LUCIA DOS SANTOS	12925	40,00
VILMA REINALDO PEREIRA CELINO	10550	AUS
VITOR GONZALEZ BARCELOS	12713	AUS
VIVIANE CIPRIANO DOS SANTOS	12382	40,00
VIVIANE SOUZA CORDEIRO	10161	37,50
YASMIN FELIX RABELO	10890	AUS

Aux. de Consultório Dentário ESF		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
ADRIANA CAMPOS CAETANO	12675	47,50
ALESSANDRA PEREIRAJENSEN	11327	27,50
BRUNA APARECIDA DOS SANTOS	11382	37,50
CAROLINA ACOSTA MADRUGA	10598	AUS
CLÁUDIA HELENA DA COSTA	12569	30,00
DANIELA DIAS MONTEIRO	11787	37,50
DORIVAN LOPES MORENO	11980	32,50
FLÁVIA MARTINS DE CAMPOS	11257	AUS
GABRIELA TRIERWEILER	10190	45,00
GABRIELE DE PAULA DOS SANTOS	12120	AUS
JADH DE SIQUEIRA RANGEL	12587	AUS
JANAÍNA TATIANA DA SILVA MARTINS	10347	22,50
JANE DE CARVALHO JANUZZI	10285	AUS
JULIANA HARBS FERNANDES	11485	22,50
LICIA SANTOS SILVA	12934	AUS
LINDALVA APARECIDA DA SILVA SUÁREZ CHIL	12061	17,50
LUANA CAROLINA FLOR	10611	AUS
LUCIA DE SOUZA SANTOS	12468	25,00
MILLENE ADRIANE DA GRAÇA SANTOS	10456	37,50
NALDECI CARDOSO CAVALCANTE	11300	50,00
NAYARA SANTOS	11234	25,00
PAULA PAES	13021	40,00
RAQUEL LUIZA SANTOS DE OLIVEIRA	11186	AUS
RENATA FERREIRA GODOIS	10423	25,00
SILVANA NASCIMENTO DIAS	10621	22,50
SIMONE NASCIMENTO DIAS DA COSTA	10112	22,50
SMIRNA DE KÁSSIA GOMES DE OLIVEIRA ALBUQUERQUE	11194	AUS

Aux. de Consultório Dentário ESF		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
VÂNIA JORGE DE ALMEIDA	10365	AUS
WLAMIR MENDONÇA FERREIRA DA SILVA	10044	47,50

Enfermeiro		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
ADRIANA PEREIRA DE GUSMÃO	12815	35,00
ADRIANA RODRIGUES LINO ECKERT	11739	AUS
ALESSANDRA FREIRE DE LIMA	12133	27,50
ALEXSANDRO FERREIRA	10593	AUS
ALINE MATIOSKI JUNGLES	12528	AUS
AMANDA LEMOS DE MEDEIROS	12959	50,00
ANA CAROLINA GOMES MOTA	10145	42,50
ANA CRISTINA DOS SANTOS	12451	AUS
ANDRÉIA APARECIDA GUIMARÃES RIBEIRO	12898	AUS
ANDRISE OTILIA SANTOS DE OLIVEIRA	12635	AUS
APARECIDA BUENO DOS SANTOS RIBEIRO	11036	22,50
AUDREY TORMA CABRAL	11143	AUS
BEATRIZ DE MORAIS CALDEIRA	10736	AUS
BEATRIZ HUNING	12486	AUS
BIANCA DA SILVA	12793	32,50
BRUNA PORTO DOS SANTOS	10679	AUS
CAMILA WILLEMANN KRUEL	12524	AUS
CARLA HELOISA LEITE GOMES	11109	AUS
CARLOS EDUARDO VASCONCELLOS RODRIGUES	12217	57,50
CAROLINA RICARDO CARDOSO	10337	AUS
CLARISSA CAROLINA BRITO DE ANDRADE	11768	AUS
CLAUDIA ROSANE MARQUES ALVES	12014	AUS
CLAUDIMAR CARLOS DALPIAZ	10717	32,50
CRENILDA CANDIDO DA SILVA	10771	30,00
DAIANA VELHO DE MEDEIROS	12177	25,00
DAIANE DOS SANTOS	11277	AUS
DANIEL CHRISTIAN WAGNER	10571	AUS
DAYANE CRISTINE DA SILVA	12745	AUS
DORIELCIO AMARAL BARROS	12860	30,00
EDILEIA BARBOSA DA SILVA FARIAS FARIASS	12896	32,50
EDIMEIA DA CONCEIÇÃO CRUZ	11022	30,00
EDNEIDE GUEDES DE MORAIS	10430	17,50
EDUARDA DA SILVA PEREIRA	12454	37,50
ELAINE THAIS STAKOWSKI GONÇALVES	12687	20,00
ELIANE OLIVEIRA	11128	35,00
ELIENE DA SILVA SANTOS	11320	AUS
ELIS NAIANY DOS SANTOS AGUIAR	12853	AUS
ELISABETE DE MENDONÇA DIAS	12746	AUS
ELITON CRISTIAN BARDUCO	10376	12,50
ELLEN C. CORDOVA	11767	20,00
ELUZE LUZ OURIQUES NETA	11669	AUS
FABIAN ROPKE PEREIRA	11387	AUS
FABRICIA RONCONI DE ARRUDA	11419	32,50
FAUZER DELLA ROSA MENDEZ	11999	45,00
FERNANDA DE OLIVEIRA MAROFISKI	11831	35,00
FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA	12557	45,00
GABRIELA VILELA LEVIEN DE ALMEIDA	11871	27,50
GABRIELLA CRISTINA STAUT	12308	40,00
GENILBERLANDES PEREIRA DO VALE	10551	AUS
GEORGIA THAIS LEAL	12784	AUS
GIULIANA PINTO DE SOUZA	12270	AUS
GLORIA MARIA NUNES	12735	50,00
GRACIELA MACHADO	12097	5,00
GRAZIELE MELLO SATURNINO DE MATOS	12642	AUS
HEDJANE SÁ DA SILVA	11950	AUS
HERICK FERREIRA DE MEDEIROS	10625	20,00
IONETE DE LIZ E SILVA CAVALCANTE	11651	25,00

Enfermeiro		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
ISABELA SOARES GOMES	11947	37,50
ISABELLE CAROLYNE DA CUNHA PEREIRA	10669	10,00
ISMAEL CRISTIANO DA SILVA	12831	22,50
IZANIRA LIRA DE OLIVEIRA	11592	AUS
JACIRA NARUE ANTUNES DE CASTRO	11350	AUS
JEANE CRISTINA RAMOS	10833	AUS
JENIFER SOUZA GONZALES	10978	AUS
JOICE LEONI MACCARINI	10656	27,50
JORDANIA TORRES DE ALENCAR	12036	30,00
JOSÉ FLÁVIO SILVA MARTINS	11892	AUS
JOSIANE ALVES MOREIRA	11637	25,00
JOSILENE FERREIRA ARAÚJO E	12979	20,00
JUNIESON BRITO DA COSTA	12952	35,00
KARINA DAROLT DO NASCIMENTO	11404	AUS
KASSIA DUTRA PAUSE	10708	AUS
KATIA CRISTINA CANDIDO DE OLIVEIRA SANTOS	10425	AUS
KATIA GUSTMANN	12262	35,00
KEILA FERNANDA PAIVA FUZETA	11956	35,00
LAODICEIA FERREIRA DOS SANTOS MATIOLO	12588	AUS
LEANDRO FRANCO SANTANA	11679	10,00
LIARA FERNANDA HOEPERS	12724	25,00
LILIANE MENDES RINALDI DE OLIVEIRA	12306	37,50
LORECI TERESINHA WALTER	11729	17,50
LUCAS ANTUNES	12344	AUS
LUCAS GABRIEL CARDOSO	11343	37,50
LUCÉLIA PIRES DE LIMA LUIZ	11421	42,50
LUCIANA FONTELLES TERNES	12670	27,50
LUIS ANDRIEL POHLMANN MENDES	10258	47,50
LUIZA DELLAVECHIA DUARTE	10691	20,00
MAFIRA DE SOUZA FERRAZ	12916	AUS
MAIARA FERNANDA DO AMARAL	12608	AUS
MAILENA LUCIA REVERS	12222	42,50
MARCELO DA SILVA DE OLIVEIRA	10262	30,00
MÁRCIA ALVES CAETANO	10790	25,00
MARIA APARECIDA DA MOTA TEIXEIRA	11943	AUS
MARIA APARECIDA DA SILVA	10667	30,00
MARIA ELIZABETE NASCIMENTO ANACLETO	12456	AUS
MARIANA KOMMER	10993	30,00
MARINA BARBIER SANTOS	12149	15,00
MARIZA SALETE EGER BISCHOFF	10853	AUS
MATHEUS DA CUNHA PARIS	10315	57,50
MAURICÉIA DA LUZ	11518	17,50
MAYSA ARAUJO SILVA	12618	35,00
MÔNICA HELEN BARACY GAUTO BURGONNOVO	10731	25,00
NAIANA ROSSILÉIA GOMES MOREIRA	10888	17,50
NARA TOBIAS CAMARGO CORREA	12622	32,50
NICOLLE ROMANI SERAU	12301	AUS
NIVIA MARIA FERREIRA DO CARMO	10601	30,00
PÂMELA DOS REIS SOARES	13036	AUS
PAOLA DA SILVA DIAZ	12754	AUS
PASTOURIZA DA SILVA CUNHA	10563	32,50
PATRICIA DE FATIMA JOSE	10801	25,00
PATRÍCIA LOLATO	10926	32,50
PATRICIA MUNIZ DE SOUZA PARDINHO	12232	AUS
PAULA ADRIANA BRESSAN	12905	AUS
PAULO NADER	11503	AUS
PRISCÍLA FOCESATTO	12601	AUS
PRISCILA SILVA DOS SANTOS PANTOJA	10453	20,00
RAFAELA GOMES FONSECA	10590	27,50
RAMYLA DE ALMEIDA DAMASCENO VALCARENKI	12055	AUS
REJANY MENDES VIEIRA	10083	30,00
RICIELA KOLV	12433	27,50

Enfermeiro		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
ROBINSON VINICIUS TEIXEIRA	11683	AUS
ROSANE DE FATIMA NASCIMENTO	12373	AUS
ROSÂNGELA RITA BARBOSA	12398	27,50
SAIONARA PEREIRA	10799	AUS
SALETE DE FÁTIMA DOS SANTOS	10317	22,50
SAMANTHA PIECHARKI DOMIT	12361	25,00
SANDRA APARECIDA BRAGA SAMBRANO	11147	45,00
SARA MARTINS FERNANDES	10642	AUS
SARAH INGRID LIMA SOARES	13006	20,00
SCHEILA BAGGIO DA SILVA	10529	AUS
SEURA ELISABTHE DA SILVA	12266	AUS
SIBELE CARVALHO MUNIZ	11942	AUS
SILVANA FRANCELINA DOS SANTOS AUGENSTEIN	12970	AUS
SILVANIA CAMARGO DE MEIRA	12352	22,50
SIMONE FARIAS DOS SANTOS	12631	37,50
SIRLEI MARIADÉ BARROS	10341	27,50
STELA DA ROSA FERNANDES	12872	40,00
TAJANA BACK BIDINOTTO	11587	32,50
TALITA MORAIS PASCHOAL	12476	AUS
TATIANE DENISE ALBA	11068	20,00
THAYNA CRISTINA FRANÇA	11360	32,50
UÉSLEI VIEIRA CABRAL	11358	AUS
VANESSA A. SIEVERT	12773	25,00
VANESSA DA SILVA MOURA	11139	AUS
VANICE AMARAL KONTZE	12973	47,50
VIVIANE TAVARES FERREIRA	11542	25,00
VIVIANI SORAIA DE OLIVEIRA	11552	25,00

Farmacêutico		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
ADRIANO HENRIQUE PACHECO	12663	AUS
ADRIANO RICARDO DE ANDRADE	12747	60,00
ALANYSON MICHEL ALVES DE FREITAS	10245	77,50
ALEXANDRE WILLIAM FERREIRA DA SILVA	12884	40,00
ALINE FERNANDES DE OLIVEIRA	12234	45,00
AMARO FRANCISCO GONCALVES NETO	10537	AUS
ANA ELIZA DE BARROS	10540	45,00
ANA GABRIELA ROSA	12255	57,50
ANDERSON CLEITON CORREA	11163	55,00
ANDREIA NAOMI MADOZ KAYA	12161	57,50
ANGELA MARIA DE ANDRADE	10499	47,50
ANTÔNIO SÉRGIO BOSCARATTO ROMANO	10318	52,50
BRUNA ALBUQUERQUE GEOCZE	11162	57,50
CARINA DOMINGUES FRUDELLES	11931	45,00
CAROLINA DE JESUS DE CAMARGO	11560	AUS
DAIANE MARTELLO RAULLI	10950	AUS
DAIANE ROSA	10166	25,00
DANIELE FERREIRA BARBOSA DOS SANTOS BALTAZAR	10330	50,00
DANIELE MELISSA BACKES	10916	65,00
DILCE ANTÔNIA NASCIMENTO TAVEIRA	10844	47,50
ELOISE FRAGNANI MEDEIROS	10039	57,50
ÉRIKA ARRUDA RODRIGUÉS	12298	AUS
EVANDRO DE NADAI SILIA	11866	67,50
FERNANDA TAÍS FURHMANN PRAUCHNER	12275	47,50
FLAVIA TEIXEIRA MOLINA	11974	AUS
GABRIELA ALVES GRECCO	10674	AUS
GIOVANNA CAROLINE CORRÊA DAMIANI DE FREITAS	10104	55,00
GRAZIELA JAHNERT VANDRESEN	12253	52,50
HELOISA CRISTINA DE ANDRADE	12497	52,50
IVANA DE FREITAS GUAREZI	10027	55,00

Farmacêutico		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
JAQUELINE MAISA FRANZEN	10957	AUS
JOÃO PEDRO MALAKOVSKI	12698	AUS
JOSE LUCIANO DA SILVA LIMA	11519	52,50
JOSIANE DARTORA	11260	AUS
JULIANA COELHO STAHELIN	12144	55,00
KATHERINE KAZMIERCZAK	11457	AUS
LEANDRO VINICIUS PASSARO BRUNIERI	11550	67,50
LUIZ GUSTAVO RODRIGUES DIAS CHAGAS	12579	65,00
LUZIANE PRISCILA GIASSEN SINCAS	12785	67,50
MARCIA LIMA DOS SANTOS	10726	30,00
MARIA ELIZA BERNIERI	10882	62,50
MARIANA CLARINDO PAULINO	11415	AUS
MARICELIA DA SILVA CABRAL	11141	30,00
MARYÁ NUNES FUSINATO	11720	AUS
MAYARA ALESSANDRA SCHMITZ	12857	AUS
NATÁLIA BAGGIO ANDRADE	12088	57,50
NATALIA IMOSKI	12526	AUS
NAYARA BOGO	10610	AUS
PRISCILLA YUMI GONÇALVES IDO SILVA	12414	50,00
RENATA BAIOTTO PRAUCHNER	13012	AUS
RENÉ BERGANTIN SANTOS DE OLIVEIRA	10618	AUS
RODRIGO LUCIANO ARPINI	10219	57,50
RUBIANA PYTLOWANCIW	10479	42,50
SCHEILA SUZANA RUDOLFO MENEGATTI	10895	35,00
THAISE MARIANI ZIMATH COLZANI	12689	60,00
TIAGO ZANELLA	10522	52,50
VALDINEI DE OLIVEIRA ARAUJO	10948	32,50
VALESKA DIAS BIAGIOLLI MORETTE	10048	AUS
VÂNIA FREITAS RODRIGUES LIMA	11574	57,50
VIRIDIANA MIERZVA PACHECO	11815	35,00
VIVIANE HELENA FRANCA	10233	AUS
WILSON RIBEIRO FILHO	11232	47,50

Fisioterapeuta		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
ADEVANETE PEREIRA DOS SANTOS	11011	30,00
ADRIANA GOMES DINIZ	10505	32,50
ALINA NUNES NASCIMENTO	11288	AUS
ALINE CRISTINA HAMMES	12819	82,50
ALINE GISELE LANGA	11967	AUS
ALISSON KONKOL	12389	50,00
AMANDA ALBIERO REAL	12561	AUS
AMILIANA RINQUE DA SILVA	12892	AUS
ANA CAROLINA DE BORBA VIEIRA	10677	AUS
ANA PAULA SILVA	10300	60,00
ANGELISE MOZERLE	11756	52,50
ANGELITAPARECIDA AZEVEDO DE ARAUJO	10901	AUS
ANNE GOUVEA TOZZO	10246	AUS
ARELY DE MACEDO BONA	10018	45,00
ARIANE CARDOSO MULLER	10213	52,50
ARIANE VARELA DE AQUINO	12458	AUS
BEATRIZ SCHMIDT LUNARDELLI	11329	57,50
BERNARDO ROSADO SENSEVER	11373	AUS
BIANCA MARGARETH SCHULZ	10363	AUS
BRUNA KAROLYNE KARACHINSKI	11558	45,00
BRUNO GEISS KOBER	12552	55,00
CAIO HENRIQUE ALVES	10734	AUS
CAMILA DA SILVA IDO DA LUZ	10349	35,00
CAMILA DIAS SAAD DE MORAIS	12823	52,50
CAMILA FORNARI	11049	AUS
CAMILLE YOLDI DOS REIS	11078	52,50
CARLOS CASSIANO FIGUEIRÓ DA SILVA	12302	AUS

Fisioterapeuta		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
CAROLINE CERQUEIRA SANTOS ANDRADE	12319	57,50
CAROLINE DA SILVA	12520	AUS
CASSIO NORONHA MARTINS	12472	40,00
CÁTIA ZANATTA	12779	AUS
CLAIRE MARI DE SOUZA TOMÉ FELICIANO	12220	AUS
CLEBISON TUBIAS LOCH	12833	AUS
CYNARA ZANDONADI NUNES	10420	40,00
DAIELIN MAISA KILLING APOLUCENO	11314	47,50
DALLYANE PEREIRA DANTAS	10699	57,50
DANIELE WINCKLER LEMOS	11197	AUS
DANIELLY BUENO CIGERZA	11646	57,50
DANIELLY CRUZ DE PAULA	11205	35,00
DÉBORA SEHNEM GOMES	11711	27,50
DEIVID WILLIAM DE ANDRADE	11305	AUS
DENIS FONTOURA DE VARGAS	11099	AUS
EDMARA KAMILA SEVERINO	11965	40,00
ELAINA ISABEL BARRETO SCHÜLER	12273	47,50
ELAINE CRISTINA SOUZA WOLFF	10084	AUS
ELISÂNGELA MATHIAS RODRIGUES	10025	37,50
ELLEN DANIELA CABRAL	12224	42,50
ESTELA FERNANDA VILHEGAS RICCI	12598	AUS
EVERTHON DE SOUZA GONDIM	12545	45,00
FABIOLA BOLSONI	12318	AUS
FELIPE VERAS MESQUITA	12828	AUS
FRANCIANE RODRIGUES MACHADO	11667	32,50
FRANCIELI MORTARI DA SILVEIRA	10316	AUS
GABRIEL MELO DE SOUZA	11374	72,50
GABRIEL RAMOS CARVALHO	12437	AUS
GABRIELA ESPÍNDOLA KRAUSS NAZARIO	12824	50,00
GABRIELA MATEUS GUISSLOTE DUTRA	12563	30,00
GILVANA MENDES MOURÃO	12155	32,50
GISLAINE DE LIMA ROCHA MELO	10052	AUS
GUILHERME BOLZAN CALLEGARO	11566	AUS
GUILHERME DAPIEVE	12560	AUS
GUSTAVO CARNEIRO GOMES	12510	70,00
HELENA DE TOLEDO ALVES	12621	55,00
HELENA ESTEVES DA SILVA	11174	40,00
HELOIZA DOS SANTOS BALDANÇA	11009	AUS
ISABELA SANT ANNA PY DE SOUZA	11062	65,00
ISRAEL MANFREDINI DOS SANTOS	11703	AUS
JEFFERSON ROSA DE MENEZES	12108	45,00
JERÔNIMO COSTA BRANCO	11697	AUS
JÉSSICA BARROSO DE MORAES	12240	65,00
JESSICA DE OLIVEIRA	12870	AUS
JESSICA DIAS CARDOSO LEÃO	11847	52,50
JHONATA ALEX MOSER	10623	AUS
JOÃO GUILHERME DOS SANTOS FAGUNDES	12638	AUS
JOÃO PAULO GONÇALVES	11996	AUS
JOÃO RAMOS NETO	12464	AUS
JOICE MAYRA FERREIRA	13011	52,50
JULIA MEDEIROS PAGANI	12410	52,50
JULIANA MARTINELLI	11349	50,00
JULIANA NUNES BITENCOURT	12479	AUS
KARLA FANTINATI	11170	45,00
KAROLINE CONRADO DIAS	10054	47,50
KATIA REGINA BODER ZOCATELLI	12865	42,50
KAUE PERES RECH	13020	42,50
KELLEN SILVA MARTINS	11491	AUS
LAIS FERNANDA SUMOCOSKI	11824	AUS
LARISSA DE SOUZA	10302	52,50
LEANDRO SANTOS	11354	AUS
LETÍCIA SALOMÃO FERREIRA	12099	32,50

Fisioterapeuta		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
LISLEY ANTUNES DE ANDRADE	10142	40,00
LÚCIA RAQUEL HESS	10805	42,50
LUCIANA DE OLIVEIRA GONÇALVES	10387	65,00
LUIZA MARIA DA SILVA	12893	AUS
MANUELA ARCENO	11015	32,50
MARCEL COLZANI	12684	52,50
MÁRCIA GUIMARÃES DE SOUZA FERREIRA	11932	AUS
MARCIO GUERRA PINTO	11876	55,00
MARIA DINORAH HENRIQUE DOS SANTOS	12838	AUS
MARIA EDUARDA DE SOUZA	12753	AUS
MARINA STENGER	12885	62,50
MARINA WOLFF BRANCO	13038	55,00
MAUÊ CURI LEMOS	13007	AUS
MAYSA LISLE PETERMANN	11953	47,50
MICHELE MEDIANEIRA CHAVES MARQUES	12283	AUS
MILENA OLIVEIRA ALVES	11363	65,00
MORGANA BENINCA MARTINS	11418	AUS
NAIÁRA CASARIN	12165	AUS
NATÁLIA DE SOUZA CUNHA	10404	67,50
NATÁLIA LAPA BARCELOS	12480	62,50
NATALIA SALOMÃO FERREIRA SOUSA	12095	37,50
NATHÁLIA ZATORSKI	11443	AUS
NEY SOUZA NETO	12236	55,00
NICOLAS ALEXSANDER MILITÃO DE MELLO M PEREIRA	11502	60,00
NORMA VIDAL DE ALEMAR RODRIGUES	11072	AUS
PAMELLA TOLENTINO DE SOUZA	10564	AUS
RAFAELA FERREIRA DE AMORIM	12038	AUS
RAFAELE FERRAZZO BERTAN	10029	35,00
RAPHAEL GUIMARAES CANTO	10165	50,00
ROSALINE DE MELLO	10632	37,50
ROSANGELA APARECIDA BRENNEISEN FANTIN	11181	32,50
SILVANA FERRACUTI	11240	65,00
SMILLY WYLLY TELES FERREIRA	10355	AUS
SUANE DE ALMEIDA ARANHA	12527	45,00
SUELLEN PRISCILA HASKEL	12349	32,50
SUELLEN RODRIGUES BARROS	10683	37,50
TALITA BISPO DA SILVA	11856	AUS
THAÍS CARINE VELOSO BICALHO	11819	AUS
TUANI SEVERINO DA ROSA	11252	52,50
VALÉRIA GOBBI DE SOUZA	11331	35,00
VALÉRIA VEPPO GAIER	13013	AUS
VALQUIRIA EMILIA DOS SANTOS PEREIRA	12050	AUS
VILMA DE FATIMA MEIRELES	10042	40,00
VINÍCIUS RUFINO DE OLIVEIRA	12322	AUS
VITÓRIA ASSUNÇÃO MACHADO RANGEL	10662	AUS
VIVIANE APARECIDA LOPES	10449	AUS
VIVIANE TEREZINHA PORENSKI OLIVEIRA	10743	AUS
WALLESKA VALERIA VELOSO	10973	45,00
WEVERTON VITOR PRESTES DE LIMA	12517	AUS
WILLIAN FERNANDO LEMOS PASTORINI	10070	AUS

Médico Auditor		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
ANA CAROLINA DE OLIVEIRA TEIXEIRA RAGAZZI	11479	60,00
ARACELLI TAVARES FREIRE	12469	52,50
DANTE RANIERI JUNIOR	10682	AUS
EMERSON DE LIMA PEDROSO	11605	AUS
FERNANDO RAYOL DE ARAUJO	10776	70,00
KLIFER BRAUM DA SILVA SANTOS	11701	AUS
RAFAEL ROBERTO CARDOSO	12539	52,50
TAINÁ DE ARRUDA E SILVA	10399	62,50

Médico Ginecologista		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
CARLA BARRETO LORENZI	12975	35,00
CAROLINA SHIZUKO KAWAMOTO	11678	37,50
DAYSE ALBA CHIUMENTO	10588	45,00
FRANCINE FRAGOSO SALVADOR	12868	AUS
FRANCINE WEINERT DA SILVA	10536	50,00
GISELE DE FREITAS VAZ CANSIAN	12175	AUS
JOSE CANDIDO RIBEIRO JUNIOR	12800	AUS
JOSÉ LUIZ DE ALMEIDA MARTINS COSTA NETO	12911	AUS
NICOLAS KALBUSCH	10194	45,00
THAÍS ÉLLEN BARBERINI	12408	42,50
Médico Psiquiatra – 20h		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
FERNANDA FERREIRA MARQUES BITTENCOURT RODRIGUES	11883	AUS
GEORGE ALLAN MARROCOS ARISTIDES	12935	47,50
GUSTAVO RODIO BIZINELLA	11994	45,00
MANUELA SEGER NERVIS	11773	47,50
Médico Psiquiatra – 40h		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
ALEXANDRE ZATERA	12881	AUS
FERNANDA NAIRA ZAMBELLI RAMALHO	12534	AUS
MARIANA DE MEDEIROS MAGALHÃES	10885	45,00
Motorista Socorrista SAMU		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
ADRIANO CLAYTON BOEHME	12761	AUS
ALEN JORGE DO NASCIMENTO OLIVEIRA	11369	37,50
ALLAN ALEXANDRINO FLORISBELO	11411	AUS
ALMIR JOSE DE LIMA	11973	AUS
ANA PAULA MOROSSINO	11877	AUS
ANDERSON ADRIANO TORQUATO	12378	15,00
ANDRE RICARDO MALAQUIAS	10964	47,50
ANDREO DOS ANJOS SEVERINO	12548	AUS
ANTONIO REBELO SILVÉRIO	10106	25,00
CAIQUE NICOLAU	10036	25,00
CARLOS AUGUSTO DE OLIVEIRA KONELL	12047	35,00
CARLOS EDUARDO TABATINI	10206	37,50
CARLOS RICARDO SCHMITT	10439	50,00
CRISTIANO DA SILVA HULL	12966	62,50
DHEMYSSON BISPO MARQUES	10767	30,00
DIUEILLY DIOGO BUGINSKI	10095	AUS
DOUGLAS DA SILVA YULE MARQUES DOS SANTOS	10855	AUS
EDNEI ALEXANDRE BORBA	10860	40,00
FELIPE ALVARENGA DOS SANTOS	10090	52,50
GABRIEL DARDE HUBER	10094	50,00
GERALDO DE ALMEIDA	10133	AUS
GERALDO DE ALMEIDA	10137	52,50
GEYSA CARLA SILVA	12106	AUS
GIANCARLO FERCUNDINI	11268	AUS
HELENA BEATRIZ DE MARTINS MARTINES	12888	AUS
JAISSEON SCHOENAU CARDOSO	12007	37,50
JEFFERSON CRISTIANO DE MEDEIROS	11547	AUS
JHONATHAN RIBEIRO	10519	52,50
JOSE GESSER JUNIOR	12679	AUS
KLEBER DE MOURA	11751	AUS
LUCAS BARBOSA TAVARES	12113	AUS
LUIZ FELIPE PEREIRA MATOS	10033	AUS
MAGNUM LEITE AMARAL	11116	37,50
MARCELO DE CARVALHO ARANTES	10100	40,00
MARCOS AURELIO CORREIA	12986	30,00

Motorista Socorrista SAMU		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
PATRICIO DAVID BERMEJO	11096	27,50
PAULO CÉSAR DE MELLO REIS	12388	AUS
PAULO HENRIQUE DE LIMA GODINHO	12121	42,50
PEDRO TROINER JUNIOR	10981	AUS
RENATO ACACIO WESSLER	10276	25,00
RICARDO CONCEIÇÃO DA CUNHA	10552	37,50
ROGÉRIO SANTOS DA SILVA	11752	40,00
RUDINEI RAMOS PORTEL	11907	AUS
SANDY EVERS	10759	37,50
SOLANO ANDRE CUNHA	10914	35,00
TEODORO MARCELINO RIBEIRO FAGUNDES	10193	45,00
TIAGO POMPEO	11738	45,00
TIAGO SADOVSKI DE SOUZA	12209	AUS
VALDENIR DE FREITAS	10454	25,00
VANDERLEI RODRIGUES DA SILVA	10538	AUS
VICENTE LUIZ DA SILVA	12751	AUS
VINÍCIUS GUSE DE SOUZA	12604	AUS
WANDERLEIA NOGUEIRA BRANCO	11708	AUS
WELLINGTON CRISTOFER DA SILVA PEREIRA	12362	37,50

Odontólogo Cir./ Traumat. Bucomaxilofacial		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
ANA LAURA KETTERMANN BUSS	10718	AUS
BRUNA DA FONSECA WASTNER	11405	AUS
BRUNO DUTRA MARQUES	12537	AUS
EDEGEFERSON ERIVALDO MEISTER	12629	27,50
GIZELLE TOMAZINI OZELAME	12504	25,00
JAQUELINE EMANUELE WERNER	12340	47,50
RENATA FLACH	10085	50,00
RÔMULO FISCHER	12855	AUS

Odontólogo Endodontista		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
ALINE DE OLIVEIRA BARUTA CARVALHO	12380	AUS
AMANDA CRISTINA DE SOUZA	12467	42,50
ANA CRISTINA PAZINATO PINTO	12546	AUS
ANE CAROLINE COLOMBO FARIAS	11368	AUS
BETHANIA BARBOSA LOURENÇO	12562	AUS
BIANCA PAES DA SILVEIRA	12777	62,50
CLÁUDIA ALMEIDA DA SILVA	10191	45,00
EVELIN BIALESKI	11597	35,00
FLÁVIA MARIA TONET	12902	50,00
FRANCIELE TAMI TERAJIMA	12990	40,00
GABRIELLA ALICE FALEIRO	11653	AUS
GEOWANY KOTOVEY DE OLIVEIRA	11083	45,00
ISABELA DOS SANTOS DA CRUZ	10241	AUS
JARDEL DORIGON DOS SANTOS	11342	AUS
KARIN YURICA COLOMBO KULYK	10055	AUS
LAUREN FIOREZE TORRES FERNANDES	11810	AUS
LEONARDO BARUKI COSTA	12709	45,00
MARCELO CASTILHOS DETANICO	11664	55,00
MARIA HELENA PARIZOTTO	10908	30,00
MARIANGELA TEODORO FERREIRA	12470	AUS
MAXIMILIANO MOREIRA GOULART	11442	52,50
NATHALIA BROERING	12052	AUS
RAFAEL KNOBLAUCH	10091	AUS
RAFAELA MARIA REBELLO PEREIRA	10004	AUS
RENATA LETÍCIA DE SOUZA PEREIRA	10972	57,50

Odontólogo ESF		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
ADRIELLY CRISTINY SILVA	10596	AUS
ALEXANDRE MAGALHÃES FERNANDES	11693	75,00

Odontólogo ESF		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
ALEXIA SUEMI NAKASHIMA	11567	77,50
ALINE LATICHUKY	11364	AUS
ALINE LOUISE LEMES	13022	AUS
ÁLVARO CARBONI DALAZEM	10172	50,00
AMANDA CRISTINA DE SOUZA	12471	AUS
AMANDA DE AZEVEDO DE SOUZA	12377	42,50
AMANDA FERREIRA CHAVES	11949	70,00
AMANDA FREITAS DA ROSA	10758	AUS
AMANDA ORTIZ DA CUNHA	12787	AUS
ANA ANGÉLICA DOS SANTOS	11559	67,50
ANA JÚLIA TEIXEIRA	12353	60,00
ANA KAROLINA FERREIRA CAPELLA	12760	52,50
ANA LIDIA DANIEL	11636	55,00
ANA LUIZA TOMAZ COUTO	10431	AUS
ANDRESSA SIMIONI DE ÁVILA	11799	AUS
ÂNGELA LUÍSA SCHWARTZ	10607	57,50
ANIELLY CRISTINA SASSI	12825	AUS
ANNA CAROLINA VITTI	10333	70,00
ANNA PAULA COLOMBELLI	11490	67,50
ANNE ELISE RAMOS DOMINGOS MEDEIRO	11014	AUS
APARECIDA DE OLIVEIRA DORFELINO	13023	AUS
APOLIANA REIS DA SILVA	10715	75,00
ARIANE LISBOA DOS SANTOS	11610	52,50
ARIANE RODRIGUES DE LIMA	10226	AUS
ARIÉGINA LUCAS GOMES DOS SANTOS DA CONCEIÇÃO	11513	AUS
ARTHUR SORGATTO DA SILVA	12791	AUS
AYDÉE DUPRET LEITE MARTINS	11040	65,00
BÁRBARA MEDINGER	12439	AUS
BEATRIZ STECCA FELISBERTO	11874	AUS
BETHANIA BARBOSA LOURENÇO	12567	AUS
BIANCA QUEIRIZ	12391	AUS
BRUNA BRAGA DA CRUZ MELO	12427	AUS
BRUNA FERNANDA ALIONÇO GONÇALVES	11403	60,00
BRUNA MACHADO COLOMBO DA SILVA	12817	62,50
BRUNA THOBER PIRES	10818	AUS
BRUNO GLEIDSON CORDEIRO ARIAS	12818	AUS
BRUNO MEGLIATO BERTIPAGLIA	11241	AUS
BRUNO PAVEZI PORTELLA	12549	40,00
CAMILA MARTINS MORALES	12434	42,50
CAROL LOUREIRO RODRIGUES	12752	55,00
CAROLINA DA SILVEIRA JACOB	10527	80,00
CAROLINE LARISSA TORTELLI	10007	65,00
CÁSSIO PABLO BRITO DOS SANTOS	10784	50,00
CATARINE SA SILVA DOURADO	11340	AUS
CÉLIO AFONSO RIEG MAÇANEIRO	12593	77,50
CELIO VASCONCELOS MOURAO	10851	AUS
CLAUDIR PELISSON	11486	60,00
CLEITON LUIZ KUHNEN	11018	72,50
CRISTIANE ROSA FINGER	12731	47,50
CRISTIELE ROSA FINGER	12749	47,50
DANIEL COSTA BARBOSA	12861	80,00
DANIELE NASCIMENTO BORGES	12521	AUS
DAVID ANTONIO DA SILVA FILHO	10813	AUS
DAVID AVILA PEREIRA	10468	AUS
DEISI KOCK	12295	70,00
DENISE TEIXEIRA TEODORO	12623	65,00
DIANA ESSER BLOEMER	12426	52,50
DIEGO ANTUNES VIEIRA	12193	AUS
DIESNER DE OLIVEIRA USTRA DA SILVEIRA	11809	AUS
DIOVANA MACÊDO DA MATA	12015	47,50
EDUARDO DOS SANTOS OLIVEIRA	11378	AUS

Odontólogo ESF		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
ELISA DA CUNHA FUJII	11660	AUS
ELLEN OLIVEIRA DE SOUZA	10779	65,00
ESTELA KARINE DE MORAES MOREIRA	12457	AUS
ESTER DOS SANTOS DOMINGOS	11823	52,50
EUNICE CAMILA DE LORENZI	12690	52,50
EVELYN CRISTINI CORREIA	10604	67,50
EWANDRO CARLOS BERRETTA FILHO	12216	AUS
FABIO VINICIUS ESPINDULA GOULART	11221	65,00
FELIPE TEODORO MIRANDA	11251	AUS
FERNANDA CARVALHO DE MENESES	12957	80,00
FERNANDA DA ROSA SAVI SEISDEDOS	11731	57,50
FERNANDA SARTURI	12493	77,50
FLÁVIA KAROLINE RAMOS LENHARO	12179	47,50
FRANCIELLE ROCHA	12237	65,00
FREDERICO DA COSTA JALOTO DA SILVA	11095	AUS
GABRIELA BAMPI	12091	70,00
GABRIELA CALEGARI CANDATEN	11060	32,50
GABRIELA HESSEL DE LIMA	10578	60,00
GABRIELA WALTER DA LUZ	11118	65,00
GABRIELY SILVEIRA LUEBKE HORT	12914	67,50
GERILUCIA SILVA BATISTA MAGINA	10216	55,00
GILVANA HELENA CORDEIRO	11169	AUS
GIOVANA APARECIDA WOSNIAK	12129	AUS
GRAZIELE KARINY BEL	10858	60,00
GUSTAVO MARTINS DE OLIVEIRA	11504	AUS
HAYALA TATIANNE REZENDE IZIDIO	10081	AUS
HEITOR BOEWING	11148	52,50
HÉLEN AMÁLIA ARAGÃO DOURADO	11357	AUS
HENRIQUE DE SOUZA CHAVES	13014	60,00
HEVERTON SIQUEIRA SILVA	10043	67,50
HOSANA SANTOS CZEKAY	10292	AUS
HUGO GONÇALVES DUTRAA	13003	AUS
HUGO TOMAZ DE CARVALHO	10046	AUS
IAN BALDUINO TEIXEIRA	11553	AUS
IÊDA MENDES FERREIRA	10056	65,00
IGOR OLIVEIRA RAMOS	12000	AUS
INGRID TROSDOFF AKIYAMA CAMARGO	12070	AUS
INGRID VIDORI	10617	AUS
IONE MARIA MIOZZO	11326	47,50
IRAN CESAR PRAWUTZKI	10207	57,50
ISABELA DOS SANTOS DA CRUZ	10234	50,00
IURI SALVADOR MARTINS	11649	70,00
IZADORA KRUCZKEVICZ	11631	AUS
JAMYLLE CARDOSO DA SILVA	10065	AUS
JANAINA THAIS DOS SANTOS DE VILHENA	10411	AUS
JOÃO DIAS SOBRINHO FILHO	11484	72,50
JOHANNA KOCH SCHMITZ	12105	AUS
JORDANA ZIMMER	10059	62,50
JOSE GUILHERME RIBEIRO ZIEMER	10405	65,00
JOSIANE DONATO SANTOS	10947	65,00
JÚLIA KAROLINE SILVA PEREIRA	12259	72,50
JULIANA GIANFRANCESCO PALMER	12281	AUS
JULIANE DENISE KUMM KOGUCHI	11008	52,50
JULIANO GENARO PERFETTO	13030	AUS
KARINA DOS SANTOS PINHEIRO	10808	AUS
KARITHEA ANDREOLI CORRÊA	12673	AUS
KARLA PATTARO MACHADO	11644	42,50
KAROLINE CANDIDO FERNÁNDEZ	10823	57,50
KARYNE DE SOUSA RODRIGUES	12774	AUS
KEILA CRISTIANE RUIZ MAZZON	12615	AUS
KENDRIQUE ENDERLE	10150	62,50
LAIS CARDOSO PINTO	10526	52,50

Odontólogo ESF		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
LAÍS LOPES MACHADO DE MATOS	10913	AUS
LARISSA RUDOLF HAVERROTH	11430	47,50
LARISSA SILVEIRA PINTO	12544	AUS
LAUDICEIA RODRIGUES DA SILVA	12124	40,00
LAURA SAGÁS DE SOUZA	12178	AUS
LAUREN FIOREZE TORRES FERNANDES	11808	AUS
LELIANE CRISTINA CASAROTTO	12390	50,00
LENY TOMIE ONUKI	10069	65,00
LEONARDO CAVALCANTI LAUREANO DOYLE	11223	80,00
LEONARDO NUNES	10197	AUS
LETÍCIA BACK	10131	75,00
LETÍCIA CRETELLA TEIXEIRA	11030	70,00
LETÍCIA CRISTINA BRIGANTINI	12919	72,50
LETÍCIA SCHMICHECK	12407	AUS
LETÍCIA VENDRAMIN ALVES MANDOTTI	12972	42,50
LETICIA WOUK	11957	72,50
LIDIANE DE OLIVEIRA ALVES	12336	70,00
LILIAN FERRAZ PALERMO	12399	AUS
LOHANA SILVA SANTOS	11668	AUS
LUANA BOLDORI BERNARDES	12358	75,00
LUANA CERUTTI DAMBRÓS	11149	67,50
LUANA CRISTINA SAMUEL PEREIRA SILVA	11755	52,50
LUANA PORTUGAL VASOVICZ ADAD	11534	77,50
LUANE MORALES DE OLIVEIRA	12756	AUS
LUCAS LEONARDO INACIO	10685	55,00
LUCAS MACHADO DE OLIVEIRA	12153	AUS
LUCAS NUNES BASTOS CURTY SILVA	12496	AUS
LUCAS WILLIAM ROSA	11425	AUS
LUCIANA RULENSKI	10242	47,50
LUCIANE KRAEMER RIGON	12654	AUS
LUÍS PAULO WENG DOS SANTOS	11110	AUS
LUIZ FELIPE KUIAVSKI LOURENÇO	12681	AUS
MAIARA JEANE MENDES DOS SANTOS BARBOSA	11599	42,50
MÁRCIA CRISTINA DA SILVA	10690	AUS
MARCIO SERAFIM PEREIRA	12930	67,50
MARCIO VON HOONHOLTZ PINTO	11102	72,50
MARCOS PHELIPE ARAUJO ANDRADE ALVES	10560	72,50
MARIA AUGUSTA ANDRIGO PERIN	11857	AUS
MARIA EDUARDA DA SIVA	11398	60,00
MARIA EDUARDA MATTOS PAES	12071	AUS
MARIA LEIDIANE PEREIRA DE SOUSA	10403	AUS
MARIA LUIZA SANTOS AUZANI	10050	75,00
MARIANA EICHENBERGER	11530	72,50
MARIANA KOCK	10876	57,50
MARIANA MORENA ARGUS CASAS	11801	72,50
MARIANA SATI CANTALEJO TSUTSUMI	10966	AUS
MARIANGELA TEODORO FERREIRA	11239	AUS
MARINA GAERTNER	11427	52,50
MARTHA DA SILVA AMARAL	12859	AUS
MARTINA CAMPAGNA ALBA	10205	AUS
MATHEUS DAMIAN MENEZES	12535	57,50
MATHEUS WESCHENFELDER MULLER	10793	65,00
MAYARA CRISTINA CASTELLAIN	10178	52,50
MICHELLY HÉRIKA NUNES DOS SANTOS	10273	AUS
MILTON ROGÉRIO GRUTZMACHER	12651	65,00
MURILO GALDINO REIS DE SOUZA	12843	AUS
NADIESKA BARBOSA KANIA	11475	52,50
NARY DANIELLE DA CRUZ MACIEL	11144	62,50
NATÁLIA ANTUNES PORTO	11921	57,50
NATÁLIA CRISTINA TRENTIN BORDIGNON	10581	85,00
NATALIA LOBO FROIO	10714	67,50
NATÁLIA TUNES POLISELI	12188	67,50

Odontólogo ESF		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
NATALIE SANT ANNA MONTEIRO GRIEP	12151	42,50
NATHALI MARTINS AMBRÓS	12565	75,00
NATHALIA BROERING	12053	AUS
NAYLA REBELO SOUZA LIMA	12080	60,00
NEIVA DA SILVA COSTA	12109	67,50
NICOLE COSTA DE GOES	12637	65,00
NICOLE GIULIA GIANESINI FERNANDES	11707	AUS
OTÁVIO HENRIQUE KLEY VAZZI	10843	AUS
OTAVIO VIACELI	11453	65,00
OTÍLIA ALBUQUERQUE BITTENCOURT	11716	72,50
PAULA REBELLO MAFRA	10001	37,50
PEDRO HENRIQUE DOS SANTOS FARIA	10954	60,00
PIERRE AUGUSTO DOS SANTOS	10602	AUS
PRISCIANE SILVA DOS SANTOS	12716	60,00
PRISCILA FERREIRA PADILHA	12254	AUS
PRISCILA PEDROSKI	11417	52,50
RAFAEL GONÇALVES MOREIRA	12488	AUS
RAFAEL THIAGO LAURENTINO	11226	AUS
RAFAELA MARIA REBELLO PEREIRA	10002	52,50
REBECCA CARDOSO KRAEMER	12617	55,00
RENAN COPETTI SPERRY	10251	AUS
RENATA MARAN	10792	AUS
RICARDO DE OLIVEIRA	12696	75,00
RICARDO JOAO DALFOVO	12780	AUS
RODRIGO APARECIDO TOCUNDUVA CELIN	10398	52,50
RONI FRANCISCO BATISTA RIBEIRO	11093	50,00
ROSEMARY PEIXOTO DE OLIVEIRA	10648	52,50
RÚBIA ALEXANDRA BARÃO	10485	72,50
RÚBIA LUÍSA WIEST	10956	AUS
SABRINA COMELLI PIVA	10524	50,00
SABRINA DE MATTOS MAURENTE	12943	77,50
SANY DA SILVA SOUZA	12176	72,50
SÉRGIO PIMPÃO SILVA	12802	AUS
SUELY JACQUELINE RODRIGUES GALVÃO	12897	75,00
SUSAN INGRID DE SOUZA LEAO	12575	55,00
TACIANA HELENICE HOFFMANN	10856	60,00
TAÍS LOPES PEREIRA	12830	AUS
TAISA TORRES TEIXEIRA	10850	62,50
TALES SEVERIANO DA SILVA	11753	62,50
TALITA SIQUEIRA LA COTES	11067	55,00
TATIANA FERNANDA NOVAIS	11135	82,50
TATIARA PINHEIRO E PINHEIRO	10854	AUS
TAUANE DE SOUZA PASSOS	11719	62,50
THÁBITA ISIS MASCARELLO	11029	AUS
THAIS KELY DA SILVA DIAS	12582	55,00
THAISE FERRARI	11747	60,00
THALYS BRASIL DOS SANTOS	12677	57,50
TIANO IRIGARAY GONZALEZ	12252	AUS
TIRZA DE OLIVEIRA CRUZ	11862	60,00
VANDA REGINA PEREIRA ANTONIO	11219	67,50
VANESSA FERNANDES MEDEIROS	12841	AUS
VICTOR ALEXANDRE RAIMUNDO DA SILVA	11655	77,50
VICTOR LACERDA BARBOSA	10102	AUS
VICTÓRIA HOFSTAETTER	12461	75,00
VIRGILIO CESAR GALVÃO PIMENTEL	11583	AUS
VIVIANE COELHO DOS SANTOS MATOS	11754	AUS
WALDENEI DIAS	12998	AUS
WASHINGTON CLAYTON DOS SANTOS SILVA	12862	55,00
WILLIAN DOS SANTOS BARRETO	10368	52,50
WILLIAN SILVEIRA DA COSTA	10936	AUS
YASMIN KRÜGER LOPES	12499	60,00
YASMIN RAMOS FONSECA	12858	62,50

Odontólogo Periodontista		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
JOSE CARLOS FIAMENGHI JR	11841	50,00
JOSIELI DAIANE LEVA	11563	40,00
KARIN YURICA COLOMBO KULYK	10058	AUS
MARCELO ADÃO AGNOLETTI	11230	52,50
Psicólogo		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
AGNES DANIELE MENDER	10122	52,50
ALANA BODANESE WOUTERS	10429	62,50
ALANE TAVARES DA SILVA	11645	50,00
ALDINEY RAMOS DE MELO	10396	52,50
ALICE MARLI MORATELLI	11500	AUS
ALICIA KEYLLA PEDROSO SILVA	11435	42,50
ALINE GREGÓRIO DE OLIVEIRA	12723	AUS
ALINE NECKEL AMANCIO	11238	AUS
AMANDA DA SILVA GOMES	12271	50,00
AMANDA ÉVELYN BENETTI	12962	30,00
AMANDA INTHURN DE SOUZA	11838	AUS
AMANDA RAFAELA ANTUNES	12191	47,50
ANA CAROLINA GARCIA DE OLIVEIRA	12820	40,00
ANA CAROLINE COUTINHO	12922	52,50
ANA LARISSA PEREIRA	10765	35,00
ANA PAULA HAAKE	12351	47,50
ANA PAULA MENEGUELLO	11790	42,50
ANA PAULA SILVEIRA PADILHA PACHECO	11929	52,50
ANÁDIA LUCILA SCHMIDT	11933	AUS
ANAÍRA ESPÍNDOLA PEREIRA KIENEN	12166	AUS
ANDRÉ LUIZ DE CARVALHO DIAS	10465	AUS
ANDREA CARLA NUNES MAIA	11732	40,00
ANDRESSA BRANDÃO DOS SANTOS	12251	AUS
ANDRESSA MARIA DE SANTI PAHISSA	12285	40,00
ANDRESSA MÜLLER	13031	AUS
ANE CAROLINE PRACZ	12848	37,50
ANGELITA APARECIDA FORLIN	12887	AUS
BARBARA BERWANGER	12440	AUS
BÁRBARA CRISTINA DE SOUZA	11961	AUS
BÁRBARA GIOVANA BORTOLOCI SOARES	12807	42,50
BIANCA CORREA DOS ANJOS	10196	AUS
BIANCA FRAGA	10628	27,50
BRUNA FERNANDA KLEINE	11440	47,50
BRUNA MELLO DA FONSECA	10764	75,00
CAIO CÉSAR IENDRAS	12492	AUS
CAMILA BACH	12821	67,50
CAMILA DE OLIVEIRA	11916	AUS
CARLA REGINA TAVARES	11922	AUS
CARLOTE RUHRWIEM	12697	AUS
CASSY CAROLINA DESCHAMPS	11665	45,00
CINTHYA FERNANDA SPINATO	11330	AUS
CLARA GOMES TESTA	11946	70,00
CLEITON ROBERTO DOS SANTOS	11272	65,00
CLEMILSON LIMA RODRIGUES	11713	AUS
CLEUDILENE DOS SANTOS SILVA	10297	50,00
CRISTIANE MOREL DA SILVA	12758	AUS
CRISTIANE VALIN MACHADO	11359	27,50
CRISTIANO PEREIRA DUTRA	11471	AUS
DAFNE ALVES RODRIGUES DE OLIVEIRA	11681	20,00
DAIANE TOCHETTO MACHADO MURARO	12503	35,00
DAIELIN ANDRADES GOMES	10932	AUS
DANA GOULART MONTEIRO	12012	72,50
DANIELA GAVIRAGHI	11400	65,00
DANIELA LUCHTENBERG	12734	AUS
DANILO CERQUEIRA	11345	AUS

Psicólogo		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
DAVID WILLIAM PINHEIRO CECY	11410	50,00
DEBORA SKRABE GUTERRES	11317	AUS
DELCIANE RICAS CAMPOS	10753	37,50
DIANA GALVAN	11396	37,50
DIANA SCHMIDT	12650	AUS
DIEGO AFONSO MORALES	11749	52,50
DIMITRIA DAHMER SANTOS	10525	AUS
EDINALDO GARCIA	11813	AUS
ELAINE APARECIDA MARCONDES	12856	45,00
ELAINE CAVALCANTE DE LIMA	11202	AUS
ELIETE HILDEBRANDO DOS SANTOS CORRÊA	11774	42,50
EMANUEL RAFAEL CARVALHO MELO	10427	AUS
EMERSON DAMAZIO	10151	50,00
ERICA FRANCA VALDETARO	10546	55,00
ERIVAN DA SILVA JÚNIOR	12559	35,00
FABIO BORDINHON CACHOEIRA	11431	57,50
FERNANDA AMANDIO	12763	AUS
FERNANDA CASOLA	11952	AUS
FERNANDA DE CARVALHO RODRIGUES DA SILVA	12077	47,50
FERNANDA GIORDANI	11332	52,50
FERNANDA WOLFF DA SILVA	10303	AUS
FERNANDO IANCKIEVCZ	11017	AUS
FLAVIA ANDREIA PEREIRA UMPIERRE	11540	42,50
FRANCINE XAVIER FERREIRA	12463	40,00
FRANCYANE DE OLIVEIRA SOARES	11004	AUS
GABRIEL CAVALHEIRO	11623	AUS
GABRIELA DUDEK	12581	65,00
GABRIELA RAZINI	10606	AUS
GABRIELA REBELO HAUER	11255	57,50
GILMARA RODRIGUES DE JESUS	11452	25,00
GIOVANA COLABONE CELLIGOI	12989	42,50
GIOVANE CHAGAS DA SILVA	10600	52,50
GIOVANNI HENRIQUE BRUNKOW ARAÚJO	11348	AUS
GISLAINE CRISTINA MÜLLER	10837	70,00
GRAZIELI BRANDÃO	12586	65,00
HELOISA GROSSL SOUZA	11586	55,00
HIURY DIAS BELLO DE OLIVEIRA	10183	47,50
ISAC DA SILVA JUNIOR	11433	AUS
ISADORA POMPEO	11483	AUS
JANAINA JUNKO HAYASHI MONTEIRO GOMES	10483	AUS
JANISE CRISTIANE FREES	12789	57,50
JEMERSON CAETANO	12507	42,50
JENIFFER SANDY DIOGO DA ROCHA	12668	35,00
JESIANI MARIA CALDEIRA CUSTÓDIO	10915	45,00
JÉSSICA LAMARA RAMALHO PINHEIRO	12364	AUS
JESSICA LUANA CORREA	12003	47,50
JÉSSICA MARTINS	10798	35,00
JÉSSICA VIZENTAENER	11295	45,00
JHONATAN COSTA BACK	11759	55,00
JONATHAN JUNIOR ARAUJO	11065	AUS
JORDANA GROSZ	13004	AUS
JOSÉ ANASTÁCIO FURTADO	10203	37,50
JOSÉ AUGUSTO GUERREIRO PEREIRA	11424	70,00
JOSÉ ROGÉRIO MATIAS PAULO	10663	52,50
JULIANA EDUARDA DE SOUZA	10130	AUS
JULIANA MARCELA BERTOLDO	10568	52,50
JULIO CESAR GODOY	10541	AUS
JUSSARA PONTES	10654	35,00
KARINA GOES DE ASSIS	10629	AUS
KARINE FLORES DE CAMPOS	10305	AUS
KARLA OLIVEIRA DOS SANTOS	11972	AUS
KAROLICA SANTOS ALENCAR	11771	27,50

Psicólogo		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
KARYNI CARDOSO TEIXEIRA	11778	65,00
KASSIA RENATA BRITTO	12371	AUS
KEILLA GONÇALVES SALES SILVA	12652	AUS
KETILLYN CRISTINA KOHLER	12685	AUS
KEZIA BELCHIOR DE LIMA	12495	40,00
KRISCIA JAMILLE BAUMANN	10942	AUS
LAÍNE DOMINGUES DOS SANTOS	10967	AUS
LARISSA JANSSON	12864	AUS
LENISA MARIA VEIGA	10129	47,50
LEONARDO PHILIPPE GARCEZ	10035	50,00
LETICIA BRAGA GASTALDONI	11140	55,00
LILIANE FREITAS LOVATO	10711	AUS
LIVANA QUELLI FRANCO BARBOSA EMILIANO	11853	AUS
LORENA MARQUES BARBOSA	11496	AUS
LUANA MIRANDA GOULART	10904	62,50
LUANA PATRÍCIA LOPES SANTANA	10869	52,50
LUCAS ZAMBUJA	10283	AUS
LUCAS ZIMMERMANN DE SOUZA	10768	52,50
LUCINEI TRINDADE DO ROSÁRIO CAMANA	10907	42,50
LUIS GUSTAVO VARONI	12570	AUS
LYDIA SANTOS DA SILVA	11577	AUS
MAIRA BUDEK	11336	AUS
MAIZA PRISCILA MENDES PEREIRA	10340	57,50
MALUCI SOLANGE VIEIRA	12554	AUS
MÁRCIA FERNANDA DUVAL CUNHA	11322	55,00
MARGARETE PAVÃO LOPES	12641	AUS
MARIA APARECIDA MAIA LAURINDO	10426	AUS
MARIA EDUARDA LUCAS	10687	AUS
MARIA GABRIELA PERUSSOLO DE FREITAS	12574	AUS
MARIA VITÓRIA SCHIZZI TIEPO	12141	AUS
MARIANA DE OLIVEIRA BORTOLATTO	11199	82,50
MARILENE DA SOLIDADE PEREIRA DA SILVA	10595	50,00
MARÍLIA VILAS BOAS DANTÔNIO	11740	AUS
MARIO ALEIXO MACHADO JUNIOR	12137	55,00
MARITANA TERESINHA MACEDO BALANSIN	12767	AUS
MARRIETY CRISTINE BRAZ LOPES	12309	AUS
MATHEUS DELLA GUSTINA	12337	62,50
MEIRE DE ARAUJO LIMA DA SILVA	11573	50,00
MEYSNER CRISTIAN MEDEIROS TAVARES	12691	AUS
MILENA WEBBER MACUGLIA	11307	60,00
MIRIÃ RAQUEL PEDROSO	12849	57,50
MIRIAM SANMARTIN MARTINS	11903	60,00
MIRIAN LUIZA DOS SANTOS BORGES	10704	47,50
MISAEEL FERREIRA PINTO	12421	AUS
MOARA THAINAN BARBOSA SOARES DE OLIVEIRA	12846	AUS
MONICA GIANESINI	11286	50,00
MONIQUE CRISTINA HENARES BATISTA	11643	AUS
MYLENA SOUZA PRETO	12094	50,00
NADIA PAULA VIEIRA AMÂNCIO	12867	52,50
NADIELLI CRISTINA ANDRETTI	11003	57,50
NAJRA ALANE GONÇALVES DA COSTA	12792	47,50
NATALIA ADAMI	10705	AUS
NATÁLIA DE OLIVEIRA BRUNING	12321	47,50
NATANAEL JOTAR SANTOS	10364	AUS
NATASHA BALARDIN	12403	62,50
NATHALIA CABRERA DE AVILA	12606	37,50
NAYRA DE PAIVA OLIVEIRA	11912	62,50
PÂMELA CRISTINA SCHERER	10038	50,00
PARRAÊ MARIA RIBEIRO PEREIRA DE SOUZA	12708	AUS
PAULA BRESSAN DONEDA	11122	52,50
PAULA ÍSIS SILVA OLIVEIRA	11145	55,00

Psicólogo		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
PEDRO GABRIEL MICHELLI LINHARES	11259	67,50
POLLYANNA DA SILVA PEREIRA	10220	40,00
PRISCILA DE ARAGÃO	12297	AUS
PRISCILA REGINA SANTOS	12183	AUS
PRISCILA ZIMMER BREZOLIN	10461	62,50
RAFAEL TEICHMANN JACQUES	11737	AUS
RAFAELA MIANTI MORALES BURAN	11510	35,00
RAISSA TRANIN DAL-PRA	11334	AUS
RAPHAELA DE VASCONCELLOS	11412	45,00
RAQUEL REIF	11613	AUS
REBECA FELICIANO LUZ	10433	62,50
RENATA DE OLIVEIRA MIGUEL	11454	40,00
RENATA GALINARI	12967	37,50
RHAYANE KETLLYN FROGEL	10939	45,00
ROBERTA CONTERNO	12194	47,50
ROGER LEAL SOARES	12729	AUS
ROSELAINE SILVANA PEREIRA FAVARO	10930	AUS
SABRINA CARVALHO CORREA	11794	55,00
SABRINA REGINA DOMECIANO	10553	62,50
SAMANTHA KALKMANN RIBEIRO	11191	AUS
SAMARA SOUSA PEREIRA	11832	AUS
SARAH KATLYN WEINGARTNER	11797	42,50
SILAS AUGUSTO EUGENIO GARCIA	11495	AUS
SIRRAH MARIA LIMA	12229	50,00
SONIA MARIA MENIN BELOUS	11198	45,00
SUELLEN DIAS DA SILVA	11315	57,50
SUZANA DO SOCORRO DO CARMO OLIVEIRA	11250	47,50
TAIANE DA SILVA DE CESARE	12369	AUS
TAINÁ HACK MEDEIROS ALVES	10394	50,00
TATIANE GARCEIS DOS SANTOS	12035	50,00
TATIANE SANTOS SOUZA	12971	AUS
TAYS DA SILVA DE MORAIS	11505	AUS
TERRY KELLY LEITE TADOKORO	10986	70,00
THAÍS CAROLINE DE SOUZA	12211	45,00
THAÍS PINHEIRO DA CUNHA	12683	AUS
THAMARA PEREIRA BRAGA	12775	AUS
THAMIRES CAROLINA COSTA BUSCHMANN	10580	52,50
THAMIRES GONÇALVES	11333	AUS
VALDINELE BATISTA SCHULZE	10360	62,50
VALERIA CICHELA DE DEUS	10657	60,00
VALERIA GRACIELA BONOMO BAUDINO	10807	AUS
VALÉRIA SARTORI	13002	52,50
VALESKA MACARINI CELESTINO	12786	45,00
VANESSA PAIVA SCHIAVON	12977	AUS
VENERANDA SENES SIMMLER	12750	AUS
VICTOR GOMES GUARINO	12405	47,50
VINICIOS FERREIRA CARAVIERI	12742	57,50
VITORIA RIBEIRO ALVES	10630	30,00
VIVIANE ARAÚJO ALBERTO	12027	AUS
VIVIANE FERREIRA DA SILVA	10742	40,00
XANE LUIZA MAHOSKI GADELHA	12102	52,50
YANKA AGUIDA DE SOUZA	12985	50,00
YASMIM CARLA COELHO SARMANHO	11865	AUS

Técnico de Enfermagem ESF		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
ALESSANDRA DOS SANTOS SOUZA	10565	30,00
ALESSANDRA MAIARA ALMEIDA ARAUJO	11107	42,50
ALEX SANDRO CORREA DE SOUZA	10800	37,50
ALINE CARLOS PINTO	10229	AUS
ALINE SIMONE NUNES ARANDA	10173	37,50
ALYNE APARECIDA DURANTE	11165	AUS

Técnico de Enfermagem ESF		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
AMANDA BERTRAM GARCIA	10371	27,50
AMANDA OLIVEIRA DA SILVA	11844	AUS
ANA LÚCIA CAMILO TOMAZ	12950	AUS
ANA LÚCIA DOS SANTOS FERREIRA DO NASCIMENTO	11688	AUS
ANA LUIZA TENORIO ARRAES	10367	30,00
ANA MARIA DARTORA	10135	20,00
ANA PAULA CARVALHO DE ALMIRON	12958	40,00
ANA PAULA GALVÃO MADEIRA	11582	AUS
ANA PAULA THOBER PIRES	10912	AUS
ANATIELE SAMANTA COELHO DE FREITAS	10200	AUS
ANDERSON LUÍS DA SILVEIRA	12816	32,50
ANDREIA CRISTINA DAURELIO RODRIGUES	11818	37,50
ANDRÉIA PESSOA TATASCH	12798	AUS
ANGÉLICA DE FARIAS MACIEL	11429	37,50
ANNE PATRICIA EVANGELISTA RIBEIRO	10003	37,50
ANNELISE DOLORIS WEIRICH	11071	27,50
BERNARDETE MARIA VIEIRA	11642	32,50
BIANCA GONÇALVES MARTHA DA LUZ	11671	30,00
BRUNA FERNANDA TELLES	11868	35,00
CAMILA MANSKE	12092	50,00
CAROLINE DE SOUZA MACIEL	12049	37,50
CLARICE ALBUQUERQUE DA COSTA	10925	50,00
CLAUDIA MARIA TURCATTI	10757	32,50
CLAUDINEIRA RODRIGUES DA SILVA	10835	32,50
DAIANE BRANCALIONE	10626	AUS
DAMASIA MARIA PINTO	10313	37,50
DANIELLE CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA	12702	32,50
DANIELLE GRAÇA SAMPAIO	11080	AUS
DANILO JOSÉ SILVA DA SILVA	10040	40,00
DEBORA FRANCIELLE DOS SANTOS HERMES	11938	40,00
DOUGLAS FERNANDO PEREIRA DIAS	10852	40,00
EDITH FERNANDES BANDEIRA	12428	40,00
EDMARA APARECIDA DA SILVA DALMARCO	11114	45,00
EDNA REGINA PEREIRA	10579	37,50
ELAINE CRISTINA GOULART	10786	35,00
ELIANA ALVES DE SOUZA	10198	37,50
ELISANDRA MICHALIZEN CAMARGO	10535	AUS
ELISIANE DE FÁTIMA PAVÃO BRAGA	12335	20,00
ELISIANE KUCIACK	11904	42,50
ELIZETE MARIA DE SOUZA MACHADO	12423	35,00
ESTER SILVA DO NASCIMENTO	10952	AUS
EZENILDE DOS SANTOS GARGIA	12628	AUS
FABIANA GUASTUCI NUNES	11936	47,50
FABIANA REGINA RICARDO DE OLIVEIRA	10577	AUS
FERNANDA THALIA DIAS CORREA	11079	35,00
FRANCIELE MÁRA CAVICHON CASSIANO DE ALMEIDA	12630	35,00
GÉRFICA DE NAZARE SILVA NEVES	10491	AUS
GILIANE ARRAZAO	11829	42,50
GISELI JOANA MÜLLER CAMPOS	12098	30,00
GISELLE COSTA RIBEIRO	12280	27,50
GISELLE YAKIKO DA SILVA	10139	35,00
GLAUCIA IRACEMA BARRETO SANTOS	10267	AUS
GREICE PESSATTI	11195	AUS
HELOISA NUNES DA ROSA	12200	30,00
IARA PEREIRA DA SILVA	10289	AUS
IZABEL CRISTINA LEMOS FERNANDES	11246	AUS
JOANA QUERINO	10435	32,50
JOICE ANGELO BORBA	10163	AUS
JOSIANE INES DE AMORIM DE SOUZA	11450	22,50
JOYCE QUARESMA DOS SANTOS	12363	32,50
JULIMARA RODRIGUES FARIAS	11048	30,00
KAROLAYNE BARROS DE SOUZA	11951	AUS

Técnico de Enfermagem ESF		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
KELEN CRISTINA DE LIMA ROSA	10828	20,00
KELLEN CARVALHO DO CARMO	12064	37,50
LAILA DOS SANTOS BELINI RUIZ	10019	25,00
LAIS PEREIRA MUNIZ	10815	AUS
LARISSA HELENA HACKBARTH	10660	AUS
LETICIA RACANELLI LOPES	11579	AUS
LETICIA SOFIA KRAUEL	12268	AUS
LIDAIANE FELIX DOS SANTOS	10772	AUS
LÍDIA PAULA FERREIRA FELICIANO	10467	45,00
LIRIA NUNES CARDOSO	10148	37,50
LUANA ARIELA SEIBEL OLIARI	12988	AUS
LUCIA RAFAELA ZIMMERMANN	12812	50,00
LUCIANE RAMOS MELO	11346	27,50
LUCILENE LÉA DA SILVA CARNEIRO SCHMIDT	11397	37,50
LUIZA WOLFF BORGES	10968	AUS
LURIAN ICARO BORGES	12595	AUS
MÁRCIA REGINA MARTINS	10834	32,50
MARGARETE DA SILVA	11013	35,00
MARI APARECIDA VENTURA SILVERIO FELSKY	11401	42,50
MARIA JOSELIA JESUS DOS SANTOS	12030	27,50
MARIA LUIZA MONETA GONÇALVES	10899	AUS
MARIELE CRISTINA ESPLUGUES	12203	AUS
MARIELIA DE SOUZA	11097	AUS
MARLIZE MARIA MAIA	11267	40,00
MARLY RIBEIRO DOS SANTOS	10570	37,50
MAYRA NATALE SANTOS RODRIGUES	10572	AUS
MERI TERESINHA DA SILVA GASPAR DE OLIVEIRA	12506	25,00
MICHELE ALVES DOS SANTOS	11120	27,50
MICHELLE DAMAZIO	12917	AUS
MILENA NICOLAU	10181	35,00
NATALIA VILMA FIAMONCINI	12722	27,50
NIZIA DA SILVA NASCIMENTO	12880	AUS
OSEIAS LOURENÇO DA SILVA	12781	AUS
OZINETE DE SOUZA FARIAS	10373	AUS
PAMELA AMANDA DA SILVA ROSA	11511	25,00
PAMELA CRISTINE DO NASCIMENTO	12974	AUS
PATRICIA DA SILVA ROSA	10159	45,00
PATRÍCIA GRACIELETEIXEIRA SATTES	10974	AUS
PATRICIA RUZZA	10802	AUS
PAULO ANTONIO BANDEIRA DA ROSA	11006	42,50
PIETRA LETÍCIA DA SILVA	10187	35,00
RAILA CORDEIRO DOS SANTOS	11699	AUS
RAQUEL ALMEIDA DE JESUS SANTANA	10513	32,50
RAQUEL DE SOUZA	12482	AUS
RAY GONCALVES CARNEIRO	11557	30,00
RICARDO JOSÉ DE MELO PEREIRA	12665	37,50
RICARDO JOSÉ PEREIRA	10342	35,00
RITA DE CASSIA MARTINS	11236	AUS
RITA DE CASSIA PALHANO MEES	12466	20,00
ROBERTA TIBURCIO SANTOS	10406	AUS
ROBSON DE CASTRO SANTOS SILVA	10388	40,00
ROGERIA ALINE CALDEIRA	13028	35,00
ROSANE BODANESE	10293	25,00
ROSELI MARIA BURGONOV	10777	27,50
ROSIANI DOS SANTOS SEBASTIÃO	12343	35,00
RUTH DA SILVA GUIMARÃES	10269	35,00
SABRINA DA CONCEIÇÃO	11179	AUS
SALETE APARECIDA DA ROSA OLIVEIRA	10164	45,00
SÍLVIA REGINA STOCCO DA CRUZ	10284	AUS
SIMONE DOMINGOS RODRIGUES DE SOUZA	10567	27,50
SIMONE DOS SANTOS VALÉRIO	10988	27,50
SOANE DOS SANTOS BRITO	12287	42,50

Técnico de Enfermagem ESF		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
SONIA MARIA BITTENCOURT DA CONCEIÇÃO	10749	40,00
STELLA MARES DA SILVA SANTOS ARAÚJO	10436	45,00
TAFFAREL DA SILVA	11474	32,50
TAMÍLIS AMORIM BARBOSA	10516	25,00
TATIANE HEIMOSKI RIBEIRO	12022	37,50
THIAGO ANTUNES DE OLIVEIRA	12150	AUS
VALDECIR APARECIDO BRAGANTE	11379	AUS
VALDETE LUCIANO CORREA	10447	22,50
WILIAN DE SOUZA EHLERS	11365	AUS
ZILDA APARECIDA DE SOUZA	11982	AUS

Técnico de Enfermagem SAMU		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
ALEX SANDRO ALVES DOS SANTOS	11624	37,50
ALOÍSIO BOCK	12627	AUS
ANDRIELE TAMIRIS WILBERT	11741	32,50
ANTONIO ALBERTO DE SOUSA OLIVEIRA	10980	27,50
BIANCA JAQUELINE ROCHA	11094	AUS
BRENDA MACHADO	10996	AUS
BRUNA BRANCO MARCATTI ALHIER	10359	AUS
BRUNO DE SOUZA	10218	27,50
CAMILA ALMEIDA SOUSA	11436	25,00
CLAUDIA LUIZA DE OLIVEIRA DUARTE	11828	AUS
CLAUDINEIRA RODRIGUES DA SILVA	12311	20,00
CLEVERSON CARDOSO DIAS	10286	AUS
DANIEL DO REGO LIMA	11025	32,50
DGENIFER SANTOS CELESTINO	11070	22,50
ELAINE CRISTINA SOUZA WOLFF	10093	AUS
EMANOEL REGENOLD	11303	45,00
FABIO AUGUSTO ELICKER DE BRITO	11964	42,50
FABRICIA RONCONI DE ARRUDA	11420	AUS
GERSON LUIZ PEREIRA EMERIM DA SILVA	10769	AUS
HUGO TOMAZ DE CARVALHO	10041	AUS
JAIANO PEDRO OLIVEIRA	10747	AUS
JANAINA ANDRIETTI PINTO	10672	AUS
JANINE DIAS MOREIRA DA SILVA CORREA	11451	AUS
JESSICA SPIESS FAGUNDES	10186	30,00
JOCELMA BEZERRA SILVA	12636	AUS
JOSEILTON FREIRES DOS SANTOS	11875	AUS
JOSIMAR DE MORAIS PEREIRA	10278	AUS
JULIANA APARECIDA CORDEIRO DE LIMA	10903	27,50
JULIANA MARION DELATORRE	12566	AUS
KARINA KARLA DA SILVA	11981	AUS
KATIANE LIRIO DE ALMEIDA	10909	AUS
LENIELSON DOS SANTOS SANTANA	10517	32,50
LU BIANCA PAIM DE SÁ PEREIRA	11860	AUS
LUANA GALVÃO	12384	AUS
LUCAS VALTER PEREIRA	10998	47,50
LUCIANA VASCONCELOS TAVARES	12682	AUS
MARLINE MARCHON FERNANDES SPINOLA	12395	40,00
OSEIAS LOURENÇO DA SILVA	12772	20,00
PAULA ADRIANA BRESSAN	12910	35,00
PRISCILA ADADA KOLLET	10028	30,00
REGINALDO PEREIRA DOS SANTOS	10969	32,50
RODRIGO ANTÔNIO TRINDADE	12991	35,00
ROSELEI TERESINHA BATISTA	11517	AUS
SAMAELO SOUZA CONCEIÇÃO	12603	AUS
TALLES HENRIQUE PEREIRA LIMA	10806	AUS
VANESSA PAULA DOS SANTOS	10575	AUS
VINÍCIUS GUSE DE SOUZA	12605	AUS
VIVIANE KOWALCZUK	12257	42,50
WANDERLEIA GOMES DE SOUSA	11792	AUS

Técnico de Enfermagem SAMU		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
WESLEY DAUER ALVES	11229	25,00
YASMIN FRANCIELLY FERREIRA DA SILVA FOGAÇA	10167	35,00

Técnico de Serv. Complementares		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
ABNÉIA MOTTA NUNES	12705	22,50
ADRIAN DIAS	12710	AUS
ALANA CRISTIANE DOS SANTOS COSTA SANT' ANNA PYRRHO	12741	25,00
ALICE NAIR VELOSO	11161	35,00
ALYSON MOISES DE SOUSA VASCONCELOS	12396	AUS
ANA CLAUDIA FABRÍCIO	10816	27,50
ANA PAULA DE OLIVEIRA SANTOS	11775	AUS
ANA VICTÓRIA COELHO GOMES	12996	40,00
ANDRIELLE ALESSANDRA PAVÃO BRAGA	13040	20,00
ANTONIO ADAUTO FERRAZ DA CRUZ JUNIOR	11650	AUS
ARETUSA ISIS TOLENTINO FELISBERTO	11609	42,50
BRUNA FERRAZ MIRANDA	11123	AUS
CARLOS CIRICO	12443	47,50
CECÍLIA DA SILVA HARAMI	11211	37,50
CLAUDIANE ARAUJO SANTOS	13019	AUS
DAIANE EDITH ALVES DA COSTA	10962	32,50
DANIEL VICTOR SILVA DIAS	10155	52,50
DEYSI NASCIMENTO	10515	27,50
DIANE BAZANELLA CARDOSO	12992	AUS
DYEGO CRUZ LIMA	12242	AUS
EDILUCY DE NAZARÉ FERREIRA MOURA	11544	AUS
EDSON STRAPASSON	12839	30,00
ELIVÂNIA PEREIRA BENITES DA SILVA	11889	40,00
ELUIZA LOBATO SARAIVA	10716	AUS
FERNANDA ADA RIBAS DE BRUM	12578	32,50
FERNANDA CAMPOS STEINMETZ	12043	27,50
FERNANDA NUNES BOEIRA	12016	AUS
FRANCIELE MÁRA CAVICHON CASSIANO DE ALMEIDA	10548	20,00
FRANCIELE MARINE DOS SANTOS	12541	15,00
FRANCISCO RAFAEL RODRIGUES MENDES	10735	22,50
GABRIEL MANOEL DE SOUZA	11444	50,00
HENRIQUE PEREIRA PROSPERO	12666	AUS
IARA CRISTINE ROSA	11548	AUS
ILTON DA ANUNCIACAO CERQUEIRA	11546	AUS
INDIANI LENIR VELOSO	10066	30,00
JARDEL JESUS CRISTOVÃO	12674	40,00
JASON VIEIRA DOS REIS	12912	45,00
JEFERSON DE JESUS SANTOS	11052	50,00
JÉSSICA APARECIDA BLANES DE OLIVEIRA	11203	35,00
JÉSSICA REGINA ALBUQUERQUE VALENTE DE BARROS	12842	42,50
JOÃO ASSI VELOSO	10944	32,50
JOÃO VICTOR PILONI CARAGNATTO	11954	35,00
JODELMA COSTA SALOMAO	11324	AUS
JULIAN APARECIDA WEBER	10157	42,50
JÚLIO DORNELES FIQUEIRÓ	12360	45,00
KEVIN QUEIROZ DE FREITAS	12878	35,00
LARISSA PACHECO CORDEIRO	11478	27,50
LETÍCIA APARECIDA DA COSTA	12612	AUS
LILIAN CUNHA VASCONCELOS	12330	62,50
LUCAS ANDRÉ MACHADO	11710	AUS
LUCILENE BARBOSA RODRIGUES	12370	47,50
LUIS AUGUSTO TAKEKAWA	12832	AUS
MAGDA PARANHOS DA SILVA	10032	30,00
MAICON DOS SANTOS GONCALVES	11218	45,00
MARCELO CALCAGNO	10067	AUS
MARCIA EMMANUELLE AMORIM DA SILVA	11562	22,50
MARCOS ROBÉRIO DE FREITAS	11262	AUS

Técnico de Serv. Complementares		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
MAYARA ANDRADE RIBEIRO	12040	27,50
MELISSA MACIEL PARDAL	12146	AUS
MERI TERESINHA DA SILVA GASPAR DE OLIVEIRA	12511	30,00
NATÁLIA POSSAMAI DOS SANTOS	11459	42,50
PATRÍCIA MARIA DA SILVA	12475	37,50
PAULO DOS SANTOS MACIEL	10599	AUS
PAULO ROBERTO DE PAULI	11208	37,50
PEDRO LUCAS SILVA ALMEIDA	11869	50,00
RAFAELA PINHEIRO DE OLIVEIRA MACIEL	10011	25,00
RAILA CORDEIRO DOS SANTOS	10389	AUS
RAQUEL GALDINO ANDRE GARCIA	12645	35,00
RENAN VIEIRA DA SILVA CARVALHO	12937	37,50
RHAIANY DE CARVALHO DOMINGUES	11545	42,50
ROBERTO COSTA	12412	42,50
RODRIGO DE ROSSO DE SOUZA	11304	37,50
RODRIGO EVANGELISTA BORDINHÃO	11328	AUS
RONILDO MANOEL CAMILO	10652	35,00
ROSANE FECKE CARDOSO	12672	35,00
ROSIANE DOMINGUES BENITE	11963	37,50
ROSÍLEIDE OLIVEIRA DE SOUSA MENDES	10695	37,50
ROSINEIDE MIRANDA DE FREITAS	12136	AUS
SABRINA CANDIDO FARINA	12706	AUS
SANDRA NAIR BERCHENBROCK KRAUEL	12348	AUS
SANDRO MENDES DE SOUZA	12613	45,00
SILVANA CATARINA MARTINS	10842	32,50
SOFIA MARTA STEINMETZ	12162	47,50
SOLIDETE DE FATIMA SILVA VIANA	11276	27,50
STEPHEN EDWARD PARKER MENDONÇA DOS SANTOS	12715	30,00
SUZANIE NEVES CASTRO CARVALHO	10223	AUS
TATIANE DE ROSSO DE SOUZA CAMPOS DA SILVA	11620	50,00
THAISE GAWLETA LOPES	12826	32,50
THALLES ALEXANDRO PIZZOLATO DE ALMEIDA	10794	17,50
VANDERLENE S B LAMIM	10350	35,00
VANDREZA SANTOS CORDEIRO	11663	AUS
VITOR GONZALEZ BARCELOS	12714	AUS

Terapeuta Ocupacional		
NOME DO CANDIDATO	INSC	NP
DANIELE CRISTINA GARBIN GONÇALVES	11976	37,50
DEBORAH REDEL BATISTA	10414	50,00
EDIANE COELHO	12968	27,50
JÚLIA LAGO GEWEHR	12653	67,50
KÁTIA REGINA PERSIKE	12929	37,50
KIMBERLY CAMARGO DE OLIVEIRA	11472	42,50
LISETE MARIA BORBA	10306	AUS
LUCIANA DA CUNHA MENEZES	10383	27,50
MAIARA URBANETTO NOGUEIRA DE CARVALHO	12664	40,00
MARIANA KAREN RODRIGUES FERREIRA	11969	AUS
MARYELLE FERREIRA DOS SANTOS	12074	37,50
MONIC EVELYN BARROS DE ALMEIDA	11569	32,50
OSEIAS ROBERTO DE FREITAS FILHO	12759	42,50
RONISSON DANIEL FERNANDES	10487	65,00
SABRINA DOS SANTOS MACIEL 05	12452	35,00

NP = Nota da Prova / AUS = Candidato Ausente / EXC = Candidato Excluído

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é expedido o presente Edital.

Navegantes, 2 de julho de 2021.

Libardoni Lauro Claudino Fronza

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES/ SC

Nova Erechim

PREFEITURA

PORTARIA Nº 243/2021 DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA A SERVIDORA MIDIAN RACHELLE ZANCANARO DA SILVA

Publicação Nº 3132347

PORTARIA Nº 243, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Dispõe sobre a concessão de férias para servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, de acordo o artigo 59 da Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido 10 (dez) dias de Férias para a Servidora Municipal MIDIAN RACHELLE ZANCANARO DA SILVA, Matrícula 3816, ocupante do cargo de Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte, a ser usufruída no período de 21.07.2021 a 30.07.2021, referente ao período 01.03.2020 a 28.02.2021.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 01 de julho de 2021.

EDILSON FERLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 244/2021 DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA A SERVIDORA SILIANE APARECIDA STANKIEVICZ

Publicação Nº 3132349

PORTARIA Nº 244, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Dispõe sobre a concessão de férias para servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, de acordo o artigo 59 da Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido 10 (dez) dias de Férias para a Servidora Municipal SILIANE APARECIDA STANKIEVICZ, Matrícula 5567, ocupante do cargo de Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a ser usufruída no período de 19.07.2021 a 28.07.2021, referente ao período 05.08.2019 a 04.08.2020.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 01 de julho de 2021.

EDILSON FERLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 245/2021 DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA O SERVIDOR MAURICIO DAL BELLO

Publicação Nº 3132350

PORTARIA Nº 245, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Dispõe sobre a concessão de férias para servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, de acordo o artigo 59 da Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido 10 (dez) dias de Férias para o Servidor Municipal MAURICIO DAL BELLO, Matrícula 5398, ocupante do cargo de Farmacêutico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a ser usufruída nos períodos de 07.07.2021 a 16.07.2021, referente ao período

11.04.2020 a 10.04.2021.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 01 de julho de 2021.

EDILSON FERLA
Prefeito Municipal

PROCESSO 26-2021 - INEXIG. 03-2021 - SALA COM. - DESPACHO PREFEITO

Publicação Nº 3130401

DESPACHO

Despacho nº 002/2021 GAB

Para: Setor de Licitações

Assunto: Rescisão do Contrato nº 039/2021 e Cancelamento do Edital do Processo Licitatório n. 026/2021 – Inexigibilidade n. 003/2021.

Considerando que o Município lançou o Processo Licitatório n. 026/2021 – Inexigibilidade n. 003/2021, cujo objeto a locação de sala comercial sendo: Sala Comercial, com no mínimo 140 m² (cento e quarenta metros quadrados), com no mínimo dois banheiros, cumprindo as exigências de acessibilidade;

Considerando que do procedimento acima resultou o contrato administrativo nº 039/2021;

Considerando que a contratada Inês Cerizolli Polli é tia da Servidora Francieli Polli, e que esta desempenha função gratificada desde o dia 11/01/2021;

Considerando que o Município recebeu da Ouvidoria do Tribunal de Contas de Santa Catarina a comunicação nº 963/2021, pela qual o(a) comunicante refere haver vedação do art. 95 da Lei Orgânica do Ente Público na contratação da Sra. Inês Cerizolli Polli, por ser tia da servidora que desempenha Função de Confiança;

Considerando que após receber a comunicação supra, a Assessoria Jurídica manifestou-se no sentido de haver vedação na contratação da Sra. Inês Cerizolli Polli;

Considerando, finalmente, que até a presente data não foi efetuado pagamento referente ao contrato nº 039/2021;

Determino ao Setor de Licitações que providencie a imediata rescisão do contrato administrativo nº 039/2021, e o cancelamento do Processo Licitatório n. 026/2021 – Inexigibilidade n. 003/2021.

Nova Erechim, SC, 25 de junho de 2021.

Edilson Ferla
Prefeito Municipal

PROCESSO 26-2021 - INEXIG. 03-2021 - SALA COM. - PARECER COMISSÃO - ANULAÇÃO

Publicação Nº 3130404

DESPACHO

Despacho nº 002/2021 GAB

Para: Setor de Licitações

Assunto: Rescisão do Contrato nº 039/2021 e Cancelamento do Edital do Processo Licitatório n. 026/2021 – Inexigibilidade n. 003/2021.

Considerando que o Município lançou o Processo Licitatório n. 026/2021 – Inexigibilidade n. 003/2021, cujo objeto a locação de sala comercial sendo: Sala Comercial, com no mínimo 140 m² (cento e quarenta metros quadrados), com no mínimo dois banheiros, cumprindo as exigências de acessibilidade;

Considerando que do procedimento acima resultou o contrato administrativo nº 039/2021;

Considerando que a contratada Inês Cerizolli Polli é tia da Servidora Francieli Polli, e que esta desempenha função gratificada desde o dia 11/01/2021;

Considerando que o Município recebeu da Ouvidoria do Tribunal de Contas de Santa Catarina a comunicação nº 963/2021, pela qual o(a) comunicante refere haver vedação do art. 95 da Lei Orgânica do Ente Público na contratação da Sra. Inês Cerizolli Polli, por ser tia da servidora que desempenha Função de Confiança;

Considerando que após receber a comunicação supra, a Assessoria Jurídica manifestou-se no sentido de haver vedação na contratação da Sra. Inês Cerizolli Polli;

Considerando, finalmente, que até a presente data não foi efetuado pagamento referente ao contrato nº 039/2021;

Determino ao Setor de Licitações que providencie a imediata rescisão do contrato administrativo nº 039/2021, e o cancelamento do Processo Licitatório n. 026/2021 – Inexigibilidade n. 003/2021.

Nova Erechim, SC, 25 de junho de 2021.

Edilson Ferla

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**ATA ABERTURA PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2021**

Publicação Nº 3130374



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA ERECHIM
Rua São Pedro - 19 – Centro - Nova Erechim
Fone: (49) 3333-0010
E-mail: camara@camaranovaerechim.sc.gov.br

**ATA ABERTURA PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2021**

Às 08:15 horas do dia 29 de junho de 2021, na sala de reuniões da Câmara de Vereadores de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, reuniram-se o Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria 020/2020 de 02 de outubro de 2020, para abertura da Licitação na modalidade Pregão Presencial Tipo Menor Preço por Item nº. 02/2021, da Câmara de Vereadores de Nova Erechim, para Aquisição/ de SMART TV, TABLETS, IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER MONO, ESPELHOS PARA BANHEIROS, ROTEADOR E CADEIRAS TIPO DIRETOR GIRATÓRIA, incluindo materiais e instalações no local, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência Anexo I.

Reuniu-se, para o ato de recebimento dos envelopes contendo propostas e documentações referentes ao Pregão Presencial nº 002/2021, quando que iniciada a sessão Participou do presente Pregão a seguinte empresa:

Empresa GESUL COMERCIAL EIRELI - CNPJ 14.711.959/00001-40 – Representante ANDRE LUIZ LANSING SCHNORRENBERGER - CPF 029.962.159-66.

Empresa MB CATARINENSE EIRELI - CNPJ 16.961.181/0001-52 – Representante FELIPE MATHEUS HELFER CPF 087.339.579-40.

Empresa IDF INFORMATICA LTDA ME - CNPJ 08.770.473/0001-80 – Representante DIOGO WINCK CPF 037.086.769-63.

Empresa ATUAL INFORMATICA E ASSITENCIA TÉCNICA LTDA - CNPJ 04.326.894/0001-65 – Representante GIOVANI FRANKEN - CPF 004.822.049-31

Os representantes das Empresas acima nominadas entregaram os envelopes, e juntaram cópia do ato constitutivo/procurações estando habilitadas a ofertar lances verbais.

As empresas participantes apresentaram a declaração dos requisitos de habilitação.

Após a abertura dos envelopes com a proposta escrita conforme anexo I.

O pregoeiro oportunizou para que manifestasse a intenção de interpor recurso, não havendo intenção passou se os lances.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA ERECHIM
 Rua São Pedro - 19 – Centro - Nova Erechim
 Fone: (49) 3333-0010
 E-mail: camara@camaranovaerechim.sc.gov.br

Item 1

Empresa	Proposta	Lance 01	Lance 02	Lance 03	Lance 04
GESUL	R\$ 688,00				
MB	Não cotou				
IDF	R\$ 698,50				
ATUAL	Não cotou				

Para o Item 1 a empresa IDF não apresentou prospecto Letra "E" no Envelope da Proposta, ficando desclassificada para ofertar lances. **Consagrando-se vencedora empresa GESUL COMERCIAL EIRELI com valor de R\$ 688,00 (seiscentos e oitenta e oito reais).**

ITEM 2

Empresa	Proposta	Lance 01	Lance 02	Lance 03	Lance 04
GESUL	R\$ 3.400,00				
MB	R\$ 3.400,00				
IDF	R\$ 3.398,00				
ATUAL	R\$ 4.290,00				

Para o Item 2 a empresa ATUAL INFORMATICA não apresentou prospecto Letra "E" no Envelope da Proposta, ficando desclassificada para ofertar lances. **Consagrando-se vencedora empresa IDF INFORMATICA LTDA ME com valor de R\$ 3.398,00 (três mil trezentos e noventa e oito reais).**

ITEM 3

Empresa	Proposta	Lance 01	Lance 02	Lance 03	Lance 04
GESUL	Não cotou	Não cotou			
MB	R\$ 470,00	R\$ 400,00			
IDF	R\$ 330,00	Não cotou			
ATUAL	R\$ 490,00	Não cotou			

Para o Item 3 as empresas ATUAL e IDF não apresentaram prospecto Letra "E" no Envelope da Proposta, ficando desclassificadas para ofertar lances. **Consagrando-se vencedora empresa MB CATARINENSE EIRELI com valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).**

ITEM 4

Empresa	Proposta	Lance 01	Lance 02	Lance 03	Lance 04
GESUL	R\$ 1.732,00	R\$ 1.678,00			
MB	R\$ 1730,00	R\$ 1.658,00	R\$1.618,00	R\$ 1.578,00	R\$ 1.538,00
IDF	R\$ 1.698,00	R\$ 1.638,00	R\$1.598,00	R\$ 1.558,00	R\$ 1.518,00
ATUAL	R\$ 1730,00	Não cotou			



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA ERECHIM
 Rua São Pedro - 19 – Centro - Nova Erechim
 Fone: (49) 3333-0010
 E-mail: camara@camaranovaerechim.sc.gov.br

Para o Item 4 a empresa ATUAL não apresentou prospecto Letra "E" no Envelope da Proposta, ficando desclassificada para ofertar lances. **Consagrando-se vencedora empresa IDF com valor de R\$ 1.518,00 (um mil quinhentos e dezoito reais).**

ITEM 5

Empresa	Proposta	Lance 01	Lance 02	Lance 03	Lance 04
GESUL	R\$ 4.840,00	R\$ 4.750,00	R\$ 4.690,00	R\$ 4.600,00	R\$ 4.520,00
MB	R\$ 4.800,00	R\$ 4.730,00	R\$ 4.660,00	R\$ 4.580,00	R\$ 4.500,00
IDF	R\$ 4.798,00	R\$ 4.710,00	R\$ 4.640,00	R\$ 4.540,00	
ATUAL	R\$ 4.840,00				

Para o Item 5 a empresa ATUAL não apresentou prospecto Letra "E" no Envelope da Proposta, ficando desclassificada para ofertar lances. **Consagrando-se vencedora empresa MB CATARINENSE EIRELI com valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).**

ITEM 6

Empresa	Proposta	Lance 01	Lance 02	Lance 03	Lance 04
GESUL	Não cotou				
MB	Não cotou				
IDF	R\$ 480,00				
ATUAL	Não cotou				

Para o Item 6 a empresa ATUAL não apresentou prospecto Letra "E" no Envelope da Proposta, ficando desclassificada para ofertar lances. **Consagrando-se vencedora empresa IDF com valor de R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais).**

ITEM 7

Empresa	Proposta	Lance 01	Lance 02	Lance 03	Lance 04
GESUL	Não cotou				
MB	Não cotou				
IDF	R\$ 480,00				
ATUAL	Não cotou				

Para o Item 7 a empresa ATUAL não apresentou prospecto Letra "E" no Envelope da Proposta, ficando desclassificada para ofertar lances. **Consagrando-se vencedora empresa IDF com valor de R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais).**

O pregoeiro oportunizou para que manifestassem a intenção de interpor recurso, não havendo intenção.

A seguir passou-se à abertura do envelope da documentação das empresas vencedoras, estando as empresas habilitadas. O pregoeiro oportunizou para que manifestasse a intenção de interpor recurso, não havendo intenção.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA ERECHIM
Rua São Pedro - 19 – Centro - Nova Erechim
Fone: (49) 3333-0010
E-mail: camara@camaranovaerechim.sc.gov.br

Eu, Paulo Roberto Dallastra, Pregoeiro da Câmara de Vereadores de Nova Erechim, lavrei a presente Ata que será assinada pelo Pregoeiro e equipe de apoio. Nada mais havendo digno de registro deu-se por encerrada esta sessão pública.

PAULO ROBERTO DALLASTRA
Pregoeiro

LUCINEIA FATIMA MERIGO
Apoio

ALFREDO CARLOS MERIGO
Apoio

GESUL COMERCIAL EIRELI
ANDRE LUIZ LANSING SCHNORRENBGER - CPF 029.962.159-66.

MB CATARINENSE EIRELI
FELIPE MATHEUS HELFER - CPF 087.339.579-40.

IDF INFORMATICA LTDA ME
DIOGO WINCK CPF 037.086.769-63.

ATUAL INFORMATICA E ASSITENCIA TÉCNICA LTDA
GIOVANI FRANKEN - CPF 004.822.049-31



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA ERECHIM
Rua São Pedro - 19 – Centro - Nova Erechim
Fone: (49) 3333-0010
E-mail: camara@camaranovaerechim.sc.gov.br

HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO

Câmara de Vereadores de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.802.947/0001-89, situada à Rua São Pedro, 19, Centro, por sua representante legal, Sra. Rosimeri Aparecida Simoni Weschenfelder,

Diante da recomendação do Sr Pregoeiro descrita na ata de abertura do processo licitatório Pregão SRP Tipo Menor Preço por Item nº. 02/2021, da Câmara de Vereadores de Nova Erechim, para Aquisição/instalação de **SMART TV, TABLETS, IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER MONO, ESPELHOS PARA BANHEIROS, ROTEADOR E CADEIRAS TIPO DIRETOR GIRATÓRIA**, incluindo materiais e instalações no local, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência Anexo I., HOMOLOGO/ADJUDICO a decisão.

Nova Erechim, 29 de Junho de 2021

ROSIMERI APARECIDA SIMONI WESCHENFELDER

Presidente da Câmara de
Vereadores de Nova Erechim

Nova Itaberaba

PREFEITURA

DECRETO N° 234

Publicação N° 3132378

DECRETO N° 234/2021 DE 30 DE JUNHO DE 2021

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLAUDINEI CASTAGNA, Prefeito Municipal em Exercício de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.294/2020, de 25 de novembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município de Nova Itaberaba no exercício 2021, no valor de R\$ 12.700,00 (Dose mil e setecentos) no Projeto Atividade 2.026 – Manutenção das Atividades do Departamento de Transportes e Obras, na modalidade de aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta – criando a fonte 03.00 – Superávit – Recursos ordinários, conforme programação a seguir.

Órgão: 06 SECRETARIA MUN. URBANISMO E TRANSPORTES

Unidade Orçamentária: 03 Departamento de Transportes e Obras

Função: 26 Transporte

Sub-Função: 782 Transporte Rodoviário

Programa: 0010 TRANSPORTES E OBRAS

Projeto/Atividade: 2.026 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO DEPTO DE TRANSP. E OBRAS.

Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta

Fonte 03.00 – Superávit - Recursos Ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 12.700,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, decorrerá do disposto no art. 5º, inciso III da Lei Municipal nº 1.294/2020 – LOA, Superávit Financeiro do exercício de 2020, oriundos da Anulação de Restos a Pagar das Notas de Empenho 1444/2020, 2696/2020 e 2697/2020, no valor de R\$ 12.700,00 (Dose mil e setecentos reais)

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, 30 DE JUNHO DE 2021.

CLAUDINEI CASTAGNA

Prefeito Municipal Em Exercício

MELANIA M. G. MUSA

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

ERRATA AO EDITAL 097/2021 TOMADA DE PREÇOS 03

Publicação N° 3132382

ERRATA AO EDITAL 097/2021

TOMADA DE PREÇOS 03

O MUNICÍPIO de NOVA ITABERABA, com sede à Rua José Marocco, 2226, Centro, CEP: 89.818-000, inscrita no CNPJ sob o nº 95.990.131/001-70, neste ato representado por seu prefeito municipal em exercício– Sr. CLAUDINEI CASTAGNA, torna público para conhecimento dos interessados, que foi realizada Errata ao EDITAL 097/2021, Contratação de empresa para desenvolver a Regularização Fundiária do Loteamento Antunes localizado no Município de Nova Itaberaba de acordo com a Lei do Reurb nº Lei nº 13.465/2017, assim como segue:

Item	Qunati.	Und	Descrição	Complemento	Unitário	Total
1	30,00	un	SERVIÇO DE TOPOGRAFIA Conforme Anexo I	SERVIÇO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA de acordo com a lei do REURB nº Lei nº 13.465/2017 e decreto nº 9.310/2018, compreendendo todas as atividades necessárias ao processo de regularização, POR LOTE.	1.500,00	45.000,00

3 - HABILITAÇÃO

3.1 - A empresa deverá apresentar os seguintes documentos:

ATO CONSTITUTIVO OU CONTRATO SOCIAL EM VIGOR
DECLARAÇÃO DE CONTA BANCÁRIA AG. BANCO EM NOME DA EMPRESA (JURÍDICA)
CARTÃO CNPJ
CERTIDÃO NEGATIVA FGTS
CERTIDÃO NEGATIVA MUNICIPAL
CERTIDÃO NEGATIVA FAZENDA ESTADUAL
CERTIDÃO NEGATIVA FAZENDA FEDERAL
DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES LEI 9.854
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DA EMPRESA NO CREA/CAU
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO DA EMPRESA JUNTO AO CREA/CAU
ATESTADO DE CONCLUSÃO DE PROJETO SIMILAR COM MATRÍCULAS EMITIDAS COM ATESTADO DE ACERVO TÉCNICO EMITIDO PELO CREA ou CAU.
ATESTADO DE VISITA TÉCNICA FORNECIDO PELO MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA(agendar a visita, prazo limite 06/07/2021)

Data de abertura da licitação:

09/07/2021

08:30 horas

CLAUDINEI CASTAGNA

Prefeito Municipal em Exercício

Nova Trento

PREFEITURA

AVISO DE CANCELAMENTO DA PUBLICAÇÃO – CÓDIGO N° 3128066 - PROCESSO N° 099/2021 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 047/2021

Publicação N° 3132362

AVISO DE CANCELAMENTO DA PUBLICAÇÃO – CÓDIGO N° 3128066 – PROCESSO N° 099/2021 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 047/2021

A Comissão Permanente de Licitação, torna público o cancelamento da publicação – código n° 3128066, referente ao PROCESSO N° 099/2021 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 047/2021, publicada no dia 01 de julho de 2021.

O cancelamento foi definido ao erro de texto anexado, nova publicação retificada, será realizada..

Nova Trento, 02 de julho de 2021.
Fernando Sens
Presidente da Comissão de Licitações

PORTARIA 341/2021

Publicação N° 3130598

PORTARIA N° 341, DE 24 DE JUNHO DE 2021.

Autoriza a averbação da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o n° 08021010.1.00657/20-2, nos assentamentos funcionais do servidor JORGE BOTTAMEDI, detentor da matrícula funcional n° 943 e do cargo efetivo de Motorista II, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do servidor JORGE BOTTAMEDI, detentor da matrícula funcional n° 943 e do cargo efetivo de Motorista II, dos períodos de 16/10/1978 a 26/05/1983, 12/09/1983 a 01/02/1986, 03/03/1986 a 24/02/1989, 04/04/1994 a 30/06/1995, 02/06/1997 a 30/11/1998 e de 03/02/1999 a 31/12/1999, correspondentes a 13 anos, 07 meses e 17 dias (4.972 dias), constantes na Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o n° 08021010.1.00657/20-2, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 24 de junho de 2021.
Tiago Dalsasso
Prefeito Municipal

PORTARIA 351/2021

Publicação N° 3130600

PORTARIA 351/2021

Retificação

MARIA CRISTINA ADAMI, secretária municipal de Assistência Social e Habitação de Nova Trento, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

RETIFICAR, Portaria n° 238/2021 (C), de 07 de abril de 2021, publicada em 16 de abril de 2021 no DOM/SC – edição n° 3472, páginas 944-946.

Onde se lê: ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo n° 02/2020, de 23 de março de 2020, homologado em 12/02/2021, convocada conforme Decreto n° 050/2021, FERNANDA CASOLA, matrícula n° 8685, para exercer o cargo de Psicóloga, com 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 08 de abril de 2021 à 07 de abril de 2022.

Leia-sê: ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo n° 02/2020, de 23 de março de 2020, homologado em 12/02/2021, convocada conforme Decreto n° 050/2021, FERNANDA CASOLA, matrícula n° 8685, para exercer o cargo de Psicóloga, com 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, por motivo de vaga excedente e excepcional interesse público a contar de 08 de abril de 2021 à 04 de outubro de 2021.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 30 de Junho de 2021.

Maria Cristina Adami

Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Daniel Rongalio

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE CONTRATO

Pelo presente TERMO, fica RETIFICADO, o contrato nº 204/2021, celebrado entre o Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação, MARIA CRISTINA ADAMI, brasileira, divorciada, CPF nº 065.516.628-97, RG nº 17740835, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 646, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora FERNANDA CASOLA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na P.M. 026, nº 205, Bairro Primeiro de Maio, Município de Brusque, portadora do CPF nº 105.540.479-18, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

Onde se lê:

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 08 de abril de 2021 a 07 de abril de 2022 por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público.

Leia-sê:

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 08 de abril de 2021 a 04 de outubro de 2021, por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público.

Nova Trento, em 30 de junho de 2021.

Maria Cristina Adami

Secretária Mun. De Assistência Social

Fernanda Casola

Contratada

Daniel Rongalio

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHAS:

Francieli Sabrina Andrietti

Assistente Administrativo

CPF: 076.577.989-71

Rafael Diego Mathias

Assistente Administrativo

CPF: 076.479.369-13

PORTARIA 354/2021

Publicação Nº 3131041

PORTARIA Nº 354/2021

Concessão de Férias

Ricardo Bittencourt, Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30(trinta) dias, à Servidora Pública Municipal, LUCIA VILL SUMIK, matrícula nº 192, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 01/07/2021 a 30/07/2021, relativo ao período aquisitivo de 02/02/2019 a 01/02/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de julho de 2021.

Ricardo Bittencourt

Secretária Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Daniel Rongalio

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 355/2021

Publicação Nº 3131040

PORTARIA Nº 355/2021

Concessão de Férias

Marineidi Montibeller, Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017 e de acordo com o que determina o art. 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 20(vinte) dias, à Servidora Pública Municipal, JAQUELINE SEBASTIANA PEREIRA, matrícula nº 7898, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Unidade Básica de Saúde Santa Paulina, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 01/07/2021 a 20/07/2021, relativo ao período aquisitivo de 11/12/2018 a 10/12/2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de julho de 2021.

Marineidi Montibeller

Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Daniel Rongalio

Secretário Municipal Administração e Finanças

PORTARIA 356/2021

Publicação Nº 3131039

PORTARIA Nº 356/2021

Concessão de Férias

Marineidi Montibeller, Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30(trinta) dias, à Servidora Pública Municipal, DANIELLA CARINA SELLI RHODEN, matrícula nº 7170, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Unidade Básica de Saúde Trinta Reis, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 01/07/2021 a 30/07/2021, relativo ao período aquisitivo de 18/04/2020 a 17/04/2021.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de julho de 2021.

Marineidi Montibeller

Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Daniel Rongalio

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 357/2021

Publicação Nº 3131038

PORTARIA Nº 357/2021

Concessão de Férias

Marineidi Montibeller, Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal) e de acordo com a Lei Complementar 675 de 24/04/2020 e Decreto nº 060 de 27/04/2020,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30(trinta) dias, à Servidora Pública Municipal, PALMIRA CASAGRANDA BERNARDI, matrícula nº 6817, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Unidade de Saúde Básica Claraíba, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para

gozo entre 01/07/2021 a 30/07/2021, relativo ao período aquisitivo de 11/08/2019 a 10/08/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de julho de 2021.
Marineidi Montibeller
Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Daniel Rongalio
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 358/2021

Publicação N° 3131037

PORTARIA N° 358/2021

Concessão de Férias

Marineidi Montibeller, Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n° 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei n° 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30(trinta) dias, à Servidora Pública Municipal, TERESINHA MARIA DALRI, matrícula n° 7150, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Unidade Básica de Saúde Trinta Reis, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 01/07/2021 a 30/07/2021, relativo ao período aquisitivo de 11/04/2020 a 10/04/2021.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de julho de 2021.
Marineidi Montibeller
Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Daniel Rongalio
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 359/2021

Publicação N° 3131036

PORTARIA N° 359/2021

Concessão de Férias

Marineidi Montibeller, Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n° 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei n° 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30(trinta) dias, ao Servidor Público Municipal, JORGE BOTTAMEDI, matrícula n° 943, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista II, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 01/07/2021 a 30/07/2021, relativo ao período aquisitivo de 01/02/2020 a 31/01/2021.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de julho de 2021.
Marineidi Montibeller
Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Daniel Rongalio
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 360/2021

Publicação Nº 3131035

PORTARIA Nº 360/2021**Concessão de Férias**

Ricardo Bittencourt, Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal) e de acordo com a Lei Complementar 675 de 24/04/2020 e Decreto nº 060 de 27/04/2020,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30(trinta) dias, ao Servidor Público Municipal, JAMIR MARCHI, matrícula nº 6930, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 01/07/2021 a 30/07/2021, relativo ao período aquisitivo de 01/09/2019 a 31/08/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de julho de 2021.

Ricardo Bittencourt

Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Daniel Rongalio

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 361/2021

Publicação Nº 3131034

PORTARIA Nº 361/2021**Concessão de Férias**

Marineidi Montibeller, Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30(trinta) dias, à Servidora Pública Municipal, FRANCIELLI SABRINA ANDRIETTI, matrícula nº 7052, concursada, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor Administrativo, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 01/07/2021 a 30/07/2021, relativo ao período aquisitivo de 24/02/2020 a 23/02/2021.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de julho de 2021.

Marineidi Montibeller

Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Daniel Rongalio

Secretário Municipal de Administração e Finanças

QUINTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 098/2019

Publicação Nº 3131073

TERMO ADITIVO DE PRAZO**QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 098/2019**

O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica Direito Público Interno, inscrita no CNPJ Nº 82.925.025/0001-60, estabelecida na Rua Santo Inácio 126, Praça Del Comune – Centro – representado pelo Sr. Prefeito TIAGO DALSASSO, inscrito no CPF nº 069.433.949-08, doravante denominado de "CONTRATANTE" e, de outro, a empresa COOPERATIVA DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DE TRABALHO DE SANTA CATARINA – COOPEMESC, com sede à Rua 620, nº 336, Centro, cidade de Balneário Camboriú/SC, CNPJ nº 10.922.137/0001-57, neste ato representada pelo Sr. ERONI FORESTI, inscrito no CPF sob o nº 395.280.068-68,, doravante designada "CONTRATADA" firmam o presente CONTRATO para execução do objeto abaixo, sujeitando-se às normas da Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato de nº 098/2019, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo credenciar pessoas jurídicas especializadas para a prestação de serviços médicos nas Dependências do Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição e Ambulatorial na Secretaria de Saúde, conforme especificações contidas no Anexo I do presente edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Fica alterada a Cláusula Terceira do Contrato nº 098/2019, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 27 de junho de 2022 (Vigência: 28/06/2021 até 27/06/2022), podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 57, II da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 098/2019, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Estando as partes de comum acordo, aceitam e outorgam as Cláusulas do Presente Instrumento, assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com duas testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 25 de junho de 2021.

Tiago Dalsasso Prefeito Contratante	COOPERATIVA DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DE TRABALHO DE SANTA CATARINA – COOPEMESC Contratada
---	---

Marineidi Montibeller
Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Testemunhas: 1. _____ Fernando Sens	2. _____ Fábio de Freitas
---	------------------------------

QUINTO TERMO DE RETIFICAÇÃO DO PROCESSO Nº 092/2019 - CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2019

Publicação Nº 3130995

QUINTO TERMO DE RETIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2019 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2019 – EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços médicos nas Dependências do Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição e Ambulatorial na Secretaria de Saúde, conforme especificações contidas no Anexo I do presente edital.

O Pregoeiro da Prefeitura de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais, informa que, conforme ofício nº 278/2021/SAÚDE/PMNT, visando a ampliação de empresas credenciadas, ficam alterados os valores da planilha, item 3.1 do Anexo I, da seguinte forma:

Item 1, valor unitário:
Onde se lê: R\$ 110,00
Leia-se: R\$ 130,00

Item 2, valor unitário:
Onde se lê: R\$ 95,00
Leia-se: R\$ 110,00

Nova Trento, 01 de junho de 2021.
Fernando Sens
Presidente da Comissão de Licitações

RESULTADO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 016/2021

Publicação Nº 3130609

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
CNPJ nº 82.925.025/0001-60
Rua Santo Inácio, Praça del Comune, nº 126 – Centro CEP 88270-000 - Fone: (48) 3267-3200

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS PÚBLICO Nº 016/2021

"DIVULGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS PÚBLICO Nº 016/2021, PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER DE URGÊNCIA DE ENFERMEIRO PARA OCUPAR O CARGO NO QUADRO DE PESSOAL QUE COMPÕE A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO."

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO/SC, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Classificação Final do Processo Seletivo Simplificado de Títulos Público nº 016/2021, para contratação em caráter de urgência de profissionais é a seguinte:

CARGO: Enfermeiro

INSC.	NOME COMPLETO	DATA DE NASC.	PONTOS TEMPO SERVIÇO	PONTOS TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL	RESULTADO
002	Gisele Merolli Miranda	06/07/1973	4,00	3,00	7,00	Aprovado
001	Felismino Rocha Mendon- ça Júnior	20/08/1982	0,00	1,00	1,00	Aprovado

Nova Trento, 30 de Junho de 2021.

Tiago Dalssaso

PREFEITO MUNICIPAL

Nova Veneza

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO N.º 184/2021 - PMNV

Publicação Nº 3130886

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N.º.: 184/2021
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: INGÁ CAMINHÕES LTDA.
Valor : R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).
Vigência : Início: 29/06/2021 Término: 31/12/2021
Recursos.....: (169) 07.01.1.015.4.90.00.00.00.00.0753.
Licitação: Pregão Eletrônico n.º 77/2021.
Objeto : Aquisição de uma Van 0km teto alto tipo furgão para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e o transporte de merenda até as unidades escolares do Município de Nova Veneza, SC. (Emenda SED 2246/2021).

Nova Veneza/SC, 01 de julho de 2021.
Rogério José Frigo
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE CONTRATO N.º 187/2021 - PMNV

Publicação Nº 3130833

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DC2A938501D80677CF3CFAEC75DE77F968AA1DA2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N.º.: 187/2021
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: SANGALETTI AUTOCAR E GUINCHOS LTDA. ME
Valor : R\$ 12.500,00 (doze mil, quinhentos reais).
Vigência : Início: 30/06/2021 Término: 31/12/2021
Recursos.....: (80) 09.01.2.021.3.3.90.00.00.00.00.0700.
Licitação: Pregão Presencial n.º 91/2021
Objeto : Este instrumento tem como objeto a aquisição de peças e serviços de mão de obra para manutenção da ensiladeira de responsabilidade da Secretaria de Agricultura do Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 30 de junho de 2021.
Rogério José Frigo
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE CONTRATO N.º 74/2021 - FMS

Publicação Nº 3131379

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F892081ED99CF21203E9E7D03F13F0C1F197EE36

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N.º.: 74/2021
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA
Contratada...: DILAB COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E LABORATORIAIS LTDA. ME
Valor : R\$ 25.500,00 (vinte e cinco mil quinhentos reais).
Vigência : Início: 01/07/2021 Término: 31/12/2021
Licitação : Pregão Eletrônico n.º 32/2021.
Recursos : (45) 13.01.2.024.3.3.90.00.00.00.00.00.737.
Objeto : Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, médico, enfermagem e de fisioterapia, incluindo o fornecimento de peças, com execução mediante o regime

de execução indireta, para atender as necessidades das unidades de atenção primária em saúde do Município de Nova Veneza/SC.

Nova Veneza/SC, 01 de julho de 2021.

Rogério José Frigo

Prefeito Municipal de Nova Veneza

César Augusto Pasetto

Secretário Municipal de Saúde de Nova Veneza

LEI N.º 2.886, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131281

LEI N.º 2.886, DE 01 DE JULHO DE 2021.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROCEDER BAIXA NO PATRIMÔNIO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a baixa no patrimônio dos bens móveis inservíveis abaixo mencionados, em razão da exaustão total, furto ou por não apresentarem condições para os fins que se destinam:

TERMO DE BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS		
Item	Nº Patrimônio	Descrição do bem
1	5234	Balcão em fórmica
2	95	Mesa p/ impressora em fórmica cor branca
3	7735	ARQUIVO DE AÇO W3 CH 26 COD 60808
4	6354	Monitor samsung 18.5 lcd
5	8766	MONITOR PHILIPS 18,5 LED 193V5LSB23.
6	6023	Monitor AOC19" Widescreen.
7	11636	Nobreak Energy Lux 2500va
8	9981	RELÓGIO ELETRÔNICO DE PONTO BIOMÉTRICO CONTROL ID.
9	7463	ARMÁRIO VITRINE
10	3564	Fichário em fórmica texturizada c/04 gavetas cor bege
11	5327	Arquivo em madeira c/ 04 gavetas
12	10131	VENTILADOR DE PAREDE 60 CM MARCA VENTIDELTA
13	9840	LIQUIDIFICADOR ADVANCE TRITER MALLORY
14	9129	TV 32" PLEGADAS LED LG 32LY340C.
15	10597	Cadeira de alimentação Galzerano
16	10590	Cadeira de alimentação Galzerano
17	7997	CADEIRA ALTA DE ALIMENTAÇÃO PARA BEBÊ.
18	8743	CADEIRA INFANTIL REFEIÇÃO - GALZERANO
19	8742	CADEIRA INFANTIL REFEIÇÃO - GALZERANO
20	9130	TV 32" PLEGADAS LED LG 32LY340C.
21	9128	TV 32" PLEGADAS LED LG 32LY340C.
22	9778	BERÇO DENGÔ 60 CM BRANCO DALLABONA.
23	4431	Máquina de lavar Caixil 8 Kg.
24	8945	MAQUINA DE LAVAR ROUPAS 12 KG - ELETROLUX
25	10129	TORNEIRA ELÉTRICA CORONA 5700W ALTA DE BANCADA
26	11208	Torneira elétrica corona articulável
27	10133	Nobreak SMS 1400 VA NET 4 Bivolt

Art. 2º – Os bens de propriedade do Município estão devidamente cadastrados junto ao patrimônio público.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Veneza, SC, 01 de julho de 2021.
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 01 de julho de 2021.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI N.º 2.887, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131285

LEI N.º 2.887, DE 01 DE JULHO DE 2021.

“AUTORIZA, O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, A ABRIR, AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 350.000,00, POR CONTA DA TRANSPOSIÇÃO DE RECURSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica, o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir, ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 2.841, de 09 de outubro de 2020), em favor da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, crédito suplementar no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), para atender a programação abaixo discriminada:

Órgão 10: SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URB.

Unidade 01: Departamento de Estradas de Rodagem

Proj./Ativ. 1.040: Pavimentação de Vias, Rodovias e Logradouros

Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 0700 (117) – Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do art. 1º decorrem da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 11: SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Unidade 01: Departamento de Indústria e Comércio

Proj./Ativ. 1.050: Incentivos para Implantação e Ampliação de Indústrias

Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 0700 (133) – Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Veneza, SC, 01 de julho de 2021.
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 01 de julho de 2021.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI N.º 2.888, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131289

LEI N.º 2.888, DE 01 DE JULHO DE 2021.

“AUTORIZA, O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, A ABRIR, AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 90.000,00, POR CONTA DA TRANSPOSIÇÃO DE RECURSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica, o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir, ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 2.841, de 09 de outubro de 2020), em favor da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, crédito suplementar no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), para atender a programação abaixo discriminada:

Órgão 09: SECRETARIA DE CULTURA, EPOSRT E TUR.

Unidade 01: Depto. de Cultura/Esporte e Turismo

Proj./Ativ. 1.021: Construção e Ampliação de Equipamentos Esportivos

Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 0700 (86) – Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do art. 1º decorrem da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 09: SECRETARIA DE CULTURA, EPOSRT E TUR.

Unidade 01: Depto. de Cultura/Esport e Turismo

Proj./Ativ. 2.022: Apoio ao Esporte Amador

Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0700 (89) – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Órgão 09: SECRETARIA DE CULTURA, EPOSRT E TUR.

Unidade 01: Depto. de Cultura/Esport e Turismo

Proj./Ativ. 2.075: Infraestrutura, Manutenção e Incentivo a Eventos

Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0700 (83) – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Veneza, SC, 01 de julho de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 01 de julho de 2021.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI N.º 2.889, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131295

LEI N.º 2.889, DE 01 DE JULHO DE 2021.

“AUTORIZA, O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, A ABRIR, AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 135.000,00, POR CONTA DA TRANSPOSIÇÃO DE RECURSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica, o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir, ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 2.841, de 09 de outubro de 2020), em favor da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, crédito suplementar no valor de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), para atender a programação abaixo discriminada:

Órgão 09: SECRETARIA DE CULTURA, EPOSRT E TUR.

Unidade 01: Depto. de Cultura/Esport e Turismo

Proj./Ativ. 2.021: Manutenção da Secr. De Cultura, Esporte e Turismo

Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0700 (80) – Aplicações Diretas R\$ 135.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do art. 1º decorrem da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 09: SECRETARIA DE CULTURA, EPOSRT E TUR.

Unidade 01: Depto. de Cultura/Esport e Turismo

Proj./Ativ. 2.075: Infraestrutura, Manutenção e Incentivo a Eventos

Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0700 (83) – Aplicações Diretas R\$ 135.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Veneza, SC, 01 de julho de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 01 de julho de 2021.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI N.º 2.890, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131297

LEI N.º 2.890, DE 01 DE JULHO DE 2021.

“DENOMINA RUA BERTINO SCOTTI, NO DISTRITO DE NOSSA SENHORA DE CARAVAGGIO, MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada "RUA BERTINO SCOTTI", aquela que inicia na Rua Avenida José Ronchi e termina na Rua Irineu Bornhausen, conforme mapa em anexo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Veneza, SC, 01 de julho de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 01 de julho de 2021.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI N.º 2.891, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131304

LEI N.º 2.891, DE 01 DE JULHO DE 2021.

“DENOMINA RUA ZULMA MILANESI SCOTTI, NO DISTRITO DE NOSSA SENHORA DE CARAVAGGIO, MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada "RUA ZULMA MILANESI SCOTTI", aquela que inicia na Rua Avenida José Ronchi e termina na Rua Irineu Bornhausen, conforme mapa em anexo

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Veneza, SC, 01 de julho de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 01 de julho de 2021.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 32/2021 - FMS

Publicação Nº 3130885

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BE8E9FADA95D4C34F39146E14D54D028407AEF00

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA CNPJ: 10.485.444/0001-18 TRAVESSA OSVALDO BURIGO, 44 C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 32/2021 - PE Processo Administrativo: 32/2021 Processo de Licitação: 32/2021 Data do Processo: 24/05/2021
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Rogério José Frigo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 32/2021
b) Licitação Nr.: 32/2021-PE
c) Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
d) Data Homologação: 01/07/2021
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, médico, enfermagem e de fisioterapia com fornecimento de peças mediante o regime de execução indireta, para atender as necessidades das unidades de atenção primária em saúde do Município de Nova Veneza/SC.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Qtde de Itens	Média Descto (%)	(em Reais R\$) Total dos Itens
- 006991 - DILAB COM. MAN. DE EQUIP.MED.E.LABORAT.LTDA ME	1 1	0,0000	25.500,00 25.500,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (45) Saldo: 133.828,86

Prefeito Municipal

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 033/2021

Publicação Nº 3131579

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2021
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 01.07.2021
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

CONTRANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

CONTRATANTE: XAP COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI
VALOR DA DESPESA: R\$ 21.617,00 (vinte e um mil, seiscentos e dezessete reais)
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

CONTRATANTE: XAP COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI
VALOR DA DESPESA: R\$ 820,00 (oitocentos e vinte reais)
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

CONTRATANTE: XAP COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI
VALOR DA DESPESA: R\$ 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos reais)
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E OBRAS

DATA: 01.07.2021- VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito.

EXTRATO TA 010 AO CT Nº 027/2018 - PRORECURSOS

Publicação Nº 3131543

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 080A5C724C37E957B60EF8E8A4D27B124215F576

Termo Aditivo Nº : 010 Contrato Nº: 027/2018
Contratante...: MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE
Contratada...: PRORECURSOS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ME
Valor : ACRÉSCIMO de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais)
Vigência : Início: 01/07/2021 Término: 12/12/2021
Licitação : Tomada de Preços Nº.:004/2018
Recursos : Dotação: 010-30.01-04.122.0003-2.003-3.3.90.00 – 109 – Manutenção da Administração
Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA TERCEIRA- DA VIGÊNCIA, DA ENTREGA E DA EXECUÇÃO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ÁREA ADMINISTRATIVA, PROSPECÇÃO DE FONTES DE RECURSOS, ELABORAÇÃO DE PLANOS DE TRABALHO E PROJETOS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS NA ESFERA ESTADUAL E FEDERAL DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, oriundos do Contrato Administrativo Nº 027 de 23 de fevereiro de 2018, do Processo Licitatório nº 008/2018, Tomada de Preços p/Compras e Serviços nº 002/2018
CLÁUSULA TERCEIRA- DA VIGÊNCIA, DA ENTREGA E DA EXECUÇÃO
2.1 - O presente instrumento terá vigência de 01/07/2021 até 31/12/2021, podendo ser prorrogado por interesse da administração pública, com base no art. 57 da Lei n.º 8.666/93

Novo Horizonte/SC em 01 de julho de 2021 – Vanderlei Sanagiotto – Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

ENCERRAMENTO DO PROCESSO Nº 106/2021 PREFEITURA

Publicação Nº 3132068

ENCERRAMENTO DE PROCESSO

PROCESSO Nº 106/2021

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 41/2021

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO COM 25 MPA PARA CONSERVAÇÃO DE CALÇADAS E PONTES DO MUNICÍPIO DE ORLEANS.

MOTIVO: DESERTO. (NÃO HOUVE LICITANTES INTERESSADOS.)

Orleans - SC, 01 de Julho de 2021.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

ERRATA 1 DO PROCESSO Nº 126/2021 PREFEITURA

Publicação Nº 3131388

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 482EB82501964268FF39DAFDAD70CEFF9FC84624

ERRATA 1 DO PROCESSO Nº 126/2021

Motivo: Alteração no edital e necessidade de reabertura de prazo.

PROCESSO Nº 126/2021

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 43/2021

REGISTRO DE PREÇO

Tipo: Menor Preço por lote

Objeto: AQUISIÇÃO DE BANCOS, LIXEIRAS E FLOREIRAS, PARA USO DO MUNICÍPIO.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 15/07/2021 às 17h00min. Abertura dos Envelopes: dia 16/07/2021, às 10h00min.

ESTE PROCESSO LICITATÓRIO DESTINA-SE EXCLUSIVAMENTE AS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 01 de Julho de 2021

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

Código registro TCE: 482EB82501964268FF39DAFDAD70CEFF9FC84624

PROCESSO Nº137/2021 PREFEITURA

Publicação Nº 3131993

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 85DD7D5EE05CDEDBCC96660D6D3FA6E4815FBE46

PROCESSO Nº 137/2021

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 51/2021

REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS GLP ENVASADO DE 13KG

(GÁS DE COZINHA) E GÁS GLP ENVASADO DE 45KG (GÁS INDUSTRIAL) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS (PROCESSO MULTIENTIDADE).

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 15/07/2021 às 17h00min. Abertura dos Envelopes: dia 16/07/2021, às 08h30min.

ESTE PROCESSO LICITATÓRIO DESTINA-SE EXCLUSIVAMENTE AS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 01 de Julho de 2021

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

Código registro TCE: 85DD7D5EE05CDEDBCC96660D6D3FA6E4815FBE46

Otacílio Costa**PREFEITURA****LEI 2.844/2021**

Publicação Nº 3131834

LEI Nº 2.844/2021

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.640/2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 86, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

LEI:

Art. 1º. Altera o art. 1º da Lei nº 1.640 de 5 de dezembro de 2006, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Fica a Capela Mortuária Municipal Maria Cardoso Pires, destinada ao uso gratuito por toda a população de Otacílio Costa, sem distinção de classe social e orientação religiosa, para velar seus mortos.

Art. 2º. Revoga integralmente o §3º do art. 2º.

Art. 3º. Revoga o artigo 3º, em sua totalidade.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as mencionadas acima, constantes da Lei nº 1.640 de 5 de dezembro de 2006.

Otacílio Costa (SC), 22 de junho de 2021.

FABIANO BALDESSAR DE SOUZA

Prefeito

A presente Lei foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 22 de junho de 2021.

RODRIGO BARTH PEREIRA

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

LEI 2.845/2021

Publicação Nº 3131855

LEI Nº 2.845/2021

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE COLABORAÇÃO COM A SOCIEDADE CORAL MUNICIPAL SANTA CATARINA, PELO QUAL PODERÁ REPASSAR AUXÍLIO FINANCEIRO.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 86, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro, a título de subvenção social, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) à Sociedade Coral Municipal Santa Catarina, entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n. 03.928.183/0001-06, sediada na Rua Milton Pereira, SN, Bairro Poço Rico em Otacílio Costa/SC e declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 1.398, de 21.04.2003.

Parágrafo único. O auxílio financeiro de que trata esta lei será destinado para desenvolvimento de suas atividades artísticas, culturais e cívicas e será pago em 6 (seis) parcelas mensais iguais e sucessivas de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) cada, a partir de junho de 2020.

Art. 2º. Além do auxílio financeiro para cobertura de despesas correntes, fica autorizado o executivo a fornecer transporte à entidade para participação de competições e apresentação e eventos em veículo próprio do Município ou contratado, mediante escolha do menor de três orçamentos.

§ 1º. O pedido de agendamento do transporte deverá ser providenciado pelo representante da entidade com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência.

§ 2º O pedido deverá ser acompanhado de comprovação da inscrição na competição ou de convite para apresentação.

§ 3º. A entidade beneficiária terá prazo de 30 (trinta) dias para prestar contas, comprovado a participação do evento ou competição.

Art. 3º. Antes do recebimento do benefício, a entidade deverá atender às exigências da Lei 13.019/2014, sendo que após o recebimento, deverá prestar contas da aplicação do auxílio de que trata esta lei no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta lei, com previsão autorizativa na Lei 2.805/2020, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município para o exercício de 2021, serão cobertas com recursos constantes do orçamento municipal vigente, com as verbas vinculadas à Fundação Municipal de Cultura e Turismo.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Otacílio Costa (SC), 22 de junho de 2021.

FABIANO BALDESSAR DE SOUZA

Prefeito

A presente Lei foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 22 de junho de 2021.

RODRIGO BARTH PEREIRA

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

LEI 2.846/2021

Publicação Nº 3131859

LEI Nº 2.846/2021

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE COLABORAÇÃO COM A SOCIEDADE BENEFICENTE DOM DANIEL HOSTIN, PELO QUAL PODERÁ REPASSAR AUXÍLIO FINANCEIRO E DISPONIBILIZAR SERVIDORES PARA O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO HOSPITAL SANTA CLARA

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 86, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Colaboração com a Sociedade Beneficente Dom Daniel Hostin (sob intervenção), entidade civil sem fins lucrativos e econômicos inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.012.617/0001-54, sediada nesta cidade e mantenedora do Hospital Santa Clara, com vistas a viabilizar e aperfeiçoar o atendimento médico-hospitalar à comunidade otaciliense, de acordo com a Lei nº 13.019 de 2014, alterada pela Lei nº 13.204 de 2015.

Parágrafo único. Pelo termo de colaboração, o Município repassará recursos financeiros e poderá colocar servidores públicos municipais das áreas médica, ambulatorial, administrativa e de serviços gerais à disposição da Sociedade Beneficente Dom Daniel Hostin (sob intervenção), conforme indicado nos artigos 2º e 3º desta lei.

Art. 2º. O auxílio financeiro de que trata esta Lei será de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) a ser repassado durante o mês de julho de 2021.

§ 1º. O auxílio financeiro servirá para custeio do Hospital, podendo cobrir despesas com alimentação, energia elétrica, água, internet, monitoramento eletrônico, impostos em atraso ou não, pagamento dos médicos em atraso ou não, servidores e encargos sociais da folha de pagamento dos profissionais do Hospital Santa Clara, cujos procedimentos e obrigações para o atendimento à comunidade ficarão consignados no termo de convênio.

§ 2º. A entidade beneficiada fica obrigada a prestar contas sobre os recursos recebidos, indicando em relatório específico em que o auxílio foi aplicado, encaminhando cópia da prestação de contas mensal à Câmara de Vereadores e a disponibilizando para consulta pública, sob pena de cancelamento do convênio.

Art. 3º. Não haverá qualquer vinculação ou relação de subordinação entre o Município de Otacílio Costa e o pessoal, de qualquer nível técnico ou profissional, que a Sociedade Beneficente Dom Daniel Hostin venha a empregar para a prestação dos serviços à comunidade, ainda que, no todo ou em parte, custeados com o auxílio financeiro previsto nesta Lei, ficando assegurado ao Município o direito de regresso contra a entidade mantenedora do Hospital Santa Clara no caso de, por qualquer meio legal, vir a ser compelido a pagar quaisquer indenizações em decorrência da prestação dos serviços objeto do convênio.

Art. 4º. A cessão de servidores para a Sociedade Beneficente Dom Daniel Hostin (sob intervenção), indicada no parágrafo único do art. 1º, fica restrita ao quadro de pessoal efetivo da Prefeitura e limitada ao número máximo de dez funcionários, de acordo com necessidade demonstrada e justificada pela entidade beneficiada.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta lei serão cobertas com recursos consignados no orçamento municipal corrente, assegurados por suplementações, se necessário.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Otacílio Costa (SC), 29 de junho de 2021.
FABIANO BALDESSAR DE SOUZA
Prefeito

A presente Lei foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 29 de junho de 2021.
RODRIGO BARTH PEREIRA
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

LEI 2.847/2021

Publicação Nº 3131867

LEI Nº 2.847/2021

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE COLABORAÇÃO COM A SOCIEDADE BENEFICENTE DOM DANIEL HOSTIN, PELO QUAL PODERÁ REPASSAR AUXÍLIO EM MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES, MEDICAMENTOS E CEDER FUNCIONÁRIOS EFETIVOS PARA O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO HOSPITAL SANTA CLARA

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 86, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Colaboração com a Sociedade Beneficente Dom Daniel Hostin (sob intervenção), entidade civil sem fins lucrativos e econômicos inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.012.617/0001-54, sediada nesta cidade e mantenedora do Hospital Santa Clara, com vistas a viabilizar e aperfeiçoar o atendimento médico-hospitalar à comunidade, de acordo com a Lei nº 13.019 de 2014, alterada pela Lei nº 13.204 de 2015.

Parágrafo único. Pelo termo de colaboração, o Município repassará recursos da Secretaria de Saúde, materiais médico-hospitalares e medicamentos e poderá colocar servidores públicos municipais das áreas médica, ambulatorial, administrativa e de serviços gerais à disposição da Sociedade Beneficente Dom Daniel Hostin (sob intervenção), conforme indicado nos artigos 2º e 3º desta lei.

Art. 2º. O auxílio financeiro de que trata esta Lei será de no máximo ao equivalente a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a ser repassado durante o mês de julho de 2021 ou enquanto durar o saldo, caso ultrapasse o mês mencionado.

§ 1º. Os materiais e/ou medicamentos servirão para atender a população no Hospital Santa Clara (sob intervenção), cujos procedimentos e obrigações para o atendimento à comunidade ficarão consignados no termo de convênio.

§ 2º. A entidade beneficiada fica obrigada a prestar contas sobre os recursos recebidos, indicando em relatório específico a aplicação dos recursos, encaminhando cópia da prestação de contas mensal à Câmara de Vereadores e ao Controle Interno do Município e a disponibilizando para consulta pública, sob pena de cancelamento do convênio.

Art. 3º. Não haverá qualquer vinculação ou relação de subordinação entre o Município de Otacílio Costa e o pessoal, de qualquer nível técnico ou profissional, que a Sociedade Beneficente Dom Daniel Hostin (sob intervenção) venha a empregar para a prestação dos serviços à comunidade, ainda que, no todo ou em parte, custeados com o auxílio previsto nesta Lei, ficando assegurado ao Município o direito de regresso contra a entidade mantenedora do Hospital Santa Clara no caso de, por qualquer meio legal, vir a ser compelido a pagar quaisquer indenizações em decorrência da prestação dos serviços objeto do convênio.

Art. 4º. A cessão de servidores para a Sociedade Beneficente Dom Daniel Hostin (sob intervenção), indicada no parágrafo único do art. 1º, fica restrita ao quadro de pessoal efetivo da Prefeitura e limitada ao número máximo de 10 (dez) funcionários, de acordo com necessidade demonstrada e justificada pela entidade beneficiada.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta lei serão cobertas com recursos consignados no orçamento municipal corrente, assegurados por suplementações, se necessário.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Otacílio Costa (SC), 29 de junho de 2021.
FABIANO BALDESSAR DE SOUZA
Prefeito

A presente Lei foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 29 de junho de 2021.

RODRIGO BARTH PEREIRA

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

LEI 2.848/2021

Publicação Nº 3131873

LEI Nº 2.848/2021

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE COLABORAÇÃO COM A SOCIEDADE BENEFICENTE DOM DANIEL HOSTIN, PELO QUAL PODERÁ REPASSAR AUXÍLIO FINANCEIRO PARA APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO HOSPITAL SANTA CLARA

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 86, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Colaboração com a Sociedade Beneficente Dom Daniel Hostin (sob intervenção), entidade civil sem fins lucrativos e econômicos inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.012.617/0001-54, sediada nesta cidade e mantenedora do Hospital Santa Clara, com vistas a viabilizar e aperfeiçoar o atendimento médico-hospitalar à comunidade otaciliense, de acordo com a Lei nº 13.019 de 2014, alterada pela Lei nº 13.204 de 2015.

Parágrafo único. Pelo termo de colaboração, o Município repassará recursos financeiros à Sociedade Beneficente Dom Daniel Hostin (sob intervenção), conforme indicado no artigo 2º desta lei.

Art. 2º. O auxílio financeiro de que trata esta Lei será de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a ser repassado entre os meses de julho a dezembro de 2021.

§ 1º. O auxílio financeiro servirá para cobrir despesas específicas com custeio de forma geral, incluindo (mas não limitado a) aquisição de medicamentos e materiais médico-hospitalares, pagamento de folha e de fornecedores, aquisição ou manutenção contratual de fornecimento de oxigênio etc.

§ 2º. A entidade beneficiada fica obrigada a prestar contas sobre os recursos recebidos, indicando em relatório específico em que o auxílio foi aplicado, com as respectivas notas fiscais, encaminhando cópia da prestação de contas à Câmara de Vereadores, ao Controle Interno municipal e a disponibilizando para consulta pública.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta lei serão cobertas com recursos consignados no orçamento municipal corrente, assegurados por suplementações, se necessário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Otacílio Costa (SC), 29 de junho de 2021.

FABIANO BALDESSAR DE SOUZA

Prefeito

A presente Lei foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 29 de junho de 2021.

RODRIGO BARTH PEREIRA

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

Ouro

PREFEITURA

057/2021

Publicação Nº 3132295

Processo Licitatório n. 0062/2021

Pregão Presencial n. 0037/2021

CONTRATO N. 057/2021

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: DALLTOR ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de consultoria e assessoria para captação de recursos, elaboração de projetos, gestão de convênios firmados junto ao Governo Federal, Estadual e instituições financeiras públicas e privadas, bem como, a capacitação e treinamento de pessoal nos diversos sistemas governamentais e plataformas, com o objetivo de promover a realização de obras e serviços para a população do Município de Ouro e as devidas prestações de contas, sempre em conformidade com as sistemáticas estabelecidas pelos diversos órgãos dos entes convenientes.

Valor do contrato: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Vigência: De 01/07/2021 até 31/12/2021.

Data da assinatura: 01/07/2021.

058/2021

Publicação Nº 3132296

Processo Licitatório n. 0064/2021

Pregão Presencial n. 0038/2021

CONTRATO N. 058/2021

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: GMC ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA

Objeto: Contratação de serviços especializados para planejamento, organização de editais, avisos, regulamentos, conteúdos programáticos, aplicação e correção de provas objetivas e práticas, avaliação de recursos, elaboração de lista de resultado provisório e final, e demais atos pertinentes ao Processo Seletivo.

Valor do contrato: R\$ 3.950,00 (três mil novecentos e cinquenta reais).

Vigência: De 01/07/2021 até 30/11/2021.

Data da assinatura: 01/07/2021.

IN Nº 007/2021 - CALLAI

Publicação Nº 3130643

MUNICÍPIO DE OURO - SC

PROCESSO LICITATÓRIO N 0070/2021

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N 0007/2021

Contratante: MUNICÍPIO DE OURO

Contratado: CALLAI & CALLAI LTDA.

Objeto: Credenciamento de empresas especializadas para o fornecimento de óculos de forma fracionada (incluindo armação e lentes de grau) para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Ouro.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93. Vigência: 02/07/2021 até 31/12/2021. Ouro, 01/07/2021, Gabriela Minks Lopes Duarte, Secretária Municipal de Saúde.

TERMO ADITIVO N. 06/2021 AO CONTRATO N. 035/2020

Publicação Nº 3132304

TERMO ADITIVO N. 06/2021 AO CONTRATO N. 035/2020

Processo Licitatório n. 0036/2020

Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia n. 0005/2020

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: NIVELTER TERAPLENAGENS E OBRAS EIRELI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PARALELEPÍPEDOS (PROLONGAMENTO DA RUA ZITRO BRUM E TRAVESSA).

Alteração: Acréscimo.

Valor do aditivo: R\$ 2.372,86.

Vigência: até 30/06/2021.

Data da assinatura: 30/06/2021.

Ouro Verde

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO AO EDITAL Nº 028/2021

Publicação Nº 3131002

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 36AC4EE39D07C52DD9C3E40CBAC0A3B177AECEBD

ERRATA EDITAL

AVISO DE RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2021

PROCESSO LICITATÓRIO 046/2021

O Município de Ouro Verde inscrito no CNPJ sob. nº 80.913.031/0001-72 com sede na Rua João Maria Conrado nº 425 Centro, Cidade de Ouro Verde/SC, por intermédio do Prefeito Municipal, , vem por meio deste retificar o Pregão presencial 028/2021. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição eventual e futura de materiais de ferragem para todas as secretarias do município de Ouro Verde – SC. Alterando o anexo I do Edital. Nova Entrega dos Envelopes: Até as 08h20min dia 16 de julho de 2021. Credenciamento, sessão de lances e Hab.: Às 08h30min dia 16 de julho de 2021. Obt. informações e Edital: Secretaria Geral de Administração - Setor de licit. Da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 01 de julho de 2021. Moacir Mottin Prefeito Municipal.

Paial

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 025/2021 MECANICAS E OUTROS SERVIÇOS

Publicação N° 3131629

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato N°: 025/2021

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

CNPJ: 01.614.376/0001-59

Contratada....: DCMAQ MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS LTDA

CNPJ/CPF sob n° 26.016.066/0001-63

Itens Credenciados:

Item	Descrição	Unidade	Preço Unitário
1	Serviços de chapeação	H	R\$ 55,00
2	Serviços de alinhamento	UN	R\$ 38,00
6	Mecânica para máquinas/ equipamentos pesados	H	R\$ 140,00
7	Mecânica para tratores agrícolas	H	R\$ 85,00
8	Serviço de elétrica – linha leve e pesada	H	R\$ 85,00
			Total

Vigência apartir do dia 01/07/2021 Até 31/12/2021.

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 062/2021- INEXIGIBILIDADE N° 002/2021 – CREDENCIAMENTO N° 004/2021

O presente Contrato Administrativo objetiva a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAPEAÇÃO, ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO, MECÂNICA E ELÉTRICA PARA VEÍCULOS LEVES, CAMINHÕES, MÁQUINAS PESADAS E TRATORES com concomitante fornecimento de peças eventualmente necessárias.

NEVIO ANTONIO MORTARI

Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PG N° 178/2021

Publicação N° 3132024

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6770E554B04961496CC17EF29E7903DFAD446363

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial nº 178/2021

Objeto: Contratação de empresa para serviços de locação de veículos automotivos, do tipo Pick-up e Hatch/Sedan, sem motorista, sem combustível, com quilometragem livre, com seguro total sem franquia e com cobertura para danos pessoais e materiais de terceiros para atender a demanda do Município, através do sistema de Registro de Preços.

Abertura: 15/07/2021 às 14h.

Local da retirada do Edital e Anexos: www.palhoca.sc.gov.br

Palhoça, 01 de julho de 2021.

EDUARDO FRECCIA

Prefeito Municipal

DECRETO N° 2.853, DE 28 DE JUNHO DE 2021

Publicação N° 3132158

DECRETO N° 2.853, DE 28 DE JUNHO DE 2021.

UTILIDADE PÚBLICA. Declara para fins de indenização para servidão de passagem.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais resolve:

DECRETAR:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de indenização por faixa de passagem de servidão a área de terra situada neste Município, com a seguinte especificação:

I - uma área de 196,13m² (cento e noventa e seis metros e treze centímetros quadrados), com a seguinte descrição: Inicia-se no P1 com 6,46m confrontando com Rua Beatriz Lucia Alexandre definido pelas coordenadas N: 6935152.130m e E: 730615.720m, seguindo para o P2 com 3,11m, confrontando com Edio Eugenio Custódio definido pelas coordenadas N: 6935153.953m e E: 730609.258m, seguindo para o P3 com 9,51m confrontando com Tania Amancio Rodrigues definido pelas coordenadas N: 6935154.901m e E: 730606.290m, seguindo para o P4 com 8,21m ainda com Tania Amancio Rodrigues, definido pelas coordenadas N: 6935164.231m e E: 730608.156m, seguindo para o P5 com 3,47m confrontando com a Rua Lisboa, definido pelas coordenadas N: 6935172.293m e E: 730609.722m, seguindo para o P6 com 3,80m confrontando com a Rua Lisboa definido pelas coordenadas N: 6935173.054m e E: 730613.111m, seguindo para o P7 com 3,14m confrontando com a Rua Lisboa definido pelas coordenadas N: 6935173.478m e E: 730616.889m, seguindo para o P8 com 10,20m confrontando com Evandro Fornari e Ana Paula Soares Fornari, definido pelas coordenadas N: 6935172.894m e E: 730619.975 seguindo para P9 com 10,99m confrontando ainda com Evandro Fornari e Ana Paula Soares Fornari, definido pelas coordenadas N: 6935162.918m e E: 730617.818m.

Art. 2º Para fins de indenização fica fixado o valor do imóvel descrito no art. 1º deste Decreto no importe de R\$ 30.735,20 (trinta mil, setecentos e trinta e cinco reais e vinte centavos) conforme Laudo de Avaliação.

Art. 3º A área declarada de utilidade pública e a ser indenizada tem por finalidade a instituição de servidão de passagem de tubulação de drenagem pluvial em terreno no Bairro Aririú da Formiga.

Art. 4º As despesas com a execução deste Decreto, correrão a conta da dotação específica do orçamento vigente, suplementado se necessário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 28 de junho de 2021.

EDUARDO FRECCIA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.854, DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3132161

DECRETO Nº 2.854, DE 30 DE JUNHO DE 2021.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA E A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, NA ORDEM DE R\$9.920.000,00.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições que lhe confere o art. 17 da Lei Orçamentária nº 4.951, de 29 de dezembro de 2020, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 8.620.000,00 (oito milhões seiscentos e vinte mil reais), as Dotações Orçamentárias da Prefeitura Municipal de Palhoça, do exercício corrente, nas Dotações orçamentárias abaixo:

Órgão: 13:00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 13:01 - Secretaria Municipal de Educação

Projeto/Atividade: 2022 - 0 a 3 anos 58,40% Manutenção Educação Infantil

Red. 67 33.90.00.00.00.00.00.00.01.01.0143 - Aplicações Diretas R\$ 1.300.000,00

Projeto/Atividade: 1008 - 4 a 5 anos 41,53 % Const. Ampliação Ref Educ Infantil

Red. 59 33.90.00.00.00.00.00.00.01360150 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Projeto/Atividade: 1007 - 0 a 3 anos 58,41 % Const. Ampliação Ref Educ Infantil

Red. 57 33.90.00.00.00.00.00.00.01360150 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Órgão: 28:00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Unidade: Órgão: 28:00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Ação: 2147-segurança e Operacionalização do Trânsito

Red. 89 33.90.00.00.00.00.00.00.0112.0187 - Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

SOMA R\$ 1.950.000,00

Órgão: 09:00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Projeto/Atividade: Órgão: 09:01- SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

2064 - Func. e Manutenção da Secretaria da Fazenda

Red. 118 33.90.00.00.00.00.00.00.01000142 - Aplicações Diretas R\$ 625.000,00

Órgão: 16:00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Órgão: 16:00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Projeto/Atividade :0002 - Amortização e Encargos da Dívida

Red. 257 46.90.00.00.00.00.00.00.01000142 - Aplicações Diretas R\$ 5.340.000,00

Órgão: 27:00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: Órgão: 27:01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Ação: 2165 - Func. e Manut. da Secretaria de Administração

Red. 139 33.90.00.00.00.00.00.00.01000142 - Aplicações Diretas R\$ 480.000,00

Red. 253 - 44.90.00.00.00.00.00.00.01.000142 - Aplicações Diretas R\$ 85.000,00

Órgão: 12:00 - SECRETARIA MUN. DE MARICULTURA PESCA E AGRICULTURA

Unidade: 12:00-SECRETARIA MUN. DE MARICULTURA PESCA E AGRICULTURA

Projeto/Atividade :2033 - Aquisição de Equip e Mat. Permanente

Red. 181 44.90.00.00.00.00.00.00.01.000142 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Órgão: 33:00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

Unidade: 33:00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

Projeto/Atividade :2081 - Funcionamento e Manutenção do Turismo

Red. 252 44.90.00.00.00.00.00.00.01.000142 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Órgão: 31:00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. ECONÔMICO

Unidade: 31:00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. ECONÔMICO

Projeto/Atividade :2197 - Func. e Desenv. da Secret. Desenv. Econômico

Red. 213 44.90.00.00.00.00.00.00.01.000142 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

SOMA R\$ 6.670.000,00

Art. 2º A Suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação das dotações orçamentárias abaixo:

Órgão: 13:00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 13:01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Projeto/Atividade- 2023 - 4 a 5 anos 41,53% Func. e Manut. da Educação Infantil

Red. 73 33.90.00.00.00.00.00.00.01.01.0143 - Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

Projeto/Atividade 2021 -Func e Manut. Do Ensino Fundamental

Red. 60 33.90.00.00.00.00.00.00.01.01.0143 - Aplicações Diretas R\$ 700.000,00

Projeto/Atividade 2021 -Func e Manut. Do Ensino Fundamental
Red.62 33.90.00.00.00.00.00.00.01.01.1360150 – Aplicações R\$ 150.000,00

Órgão: 28:00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
Unidade: Órgão: 28:00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
Projeto/Atividade: 2147 – Segurança e Operacionalização do Trânsito
Red.9 31.90.00.00.00.00.00.00.0112.0187 – Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
SOMA R\$ 1.950.000,00

Órgão: 14:00 - SECRETARIA DE PLANEJ. INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO
Unidade: 14:01 - SECRETARIA DE PLANEJ. INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO
Projeto/Atividade – 2026 -Func. E Manut. Da Secretaria de Infraestrutura e Saneamento
Red. 20 -31.90.00.00.00.01000142 – Aplicações Diretas R\$ 1.600.000,00
Projeto/Atividade: 3137 – Pavimentação da Rua João Clemente Botelho -Guarda C.
Red. 559 44.9000.00.00.01000142 – Aplicações Diretas R\$ 65.000,00
Projeto/Atividade: 3143 – Drenagem Pav.Rua Orlando Marinho - Pontal
Red. 565 44.9000.00.00.01000142 – Aplicações Diretas R\$ 325.000,00
Projeto/Atividade: 3145 – Paviment. Rua. Manoel Antônio de Souza -Barra
Red. 567 44.9000.00.00.01000142 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
Projeto/Atividade: 3091– Rua João Modesto dos Santos -Enseada
Red. 514 44.9000.00.00.01000142 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Projeto/Atividade: 3092 – Rua José Vitorino – Guarda Cubatão
Red. 515 44.9000.00.00.01000142 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Projeto/Atividade: 3093 – Rua Hipólito da Silva – Guarda Cubatão
Red.516 44.9000.00.00.01000142 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
Projeto/Atividade: –3094 – Servidão Serafim Oliveira
Red. 517 44.9000.00.00.01000142 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
Projeto/Atividade: 3095 – Rua Manoel José Quintel – Enseada de Brito
Red. 518 44.9000.00.00.01000142 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Projeto/Atividade: 3096 – Rua Valdir Manoel Floriano
Red. 519 44.9000.00.00.01000142 – Aplicações Diretas R\$ 120.000,00
Projeto/Atividade: 3097 – Pavimentação Rua Marino Jorge dos Santos – Conc S.
Red. 520 44.9000.00.00.01000142 – Aplicações Diretas R\$ 130.000,00
Projeto/Atividade: 3098 – Pavimentação Rua Irmãs Silva – S. Sebastião
Red. 521 44.9000.00.00.01000142 – Aplicações Diretas R\$ 130.000,00
Projeto/Atividade: 3099 – Pavimentação Rua Irmãs Silva- S. Sebastião
Red. 522 44.9000.00.00.01000142 – Aplicações Diretas R\$ 130.000,00
Projeto/Atividade: 3100 – Pavimentação Rua Agostinho da Fonseca – S. Sebastião
Red. 524 44.9000.00.00.01000142 – Aplicações Diretas R\$ 130.000,00
Projeto/Atividade: 3101 – Pavimentação Rua Rosalino Prim Staimbac
Red. 523 44.9000.00.00.01000142 – Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

Órgão: 09:00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Órgão: 09:01- SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Projeto/Atividade: 2064 - Func. e Manutenção da Secretaria da Fazenda
Red. 42 31.90.00.00.00.00.00.00.01000142 – Aplicações Diretas R\$ 800.000,00

Órgão: 27:00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade: Órgão: 27:01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Ação: 2165 - Func. e Manut. da Secretaria de Administração
Red. 23 31.90.00.00.00.00.00.00.01000142 – Aplicações Diretas R\$ 2.500.000,00
SOMA R\$ 6.670.000,00

Art. 3º Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), as Dotações Orçamentárias da Fundação Municipal de Esportes, do exercício corrente, nas dotações orçamentárias abaixo:

Órgão: 34:00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA
Unidade :34:00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA
Projeto/Atividade : 2203 – Escola de Artesanato e Outras
Red. 291- 31.90.00.00.00.00.00.00.01000143 – Aplicações Diretas R\$ 199.000,00
Projeto/Atividade : 2283 – Funcionamento e Manutenção da Cultura
Red. 292- 31.90.00.00.00.00.00.00.01000143 – Aplicações Diretas R\$ 340.000,00
Projeto/Atividade : 2082 – Funcionamento. E Manutenção do Esporte
Red. 289- 31.90.00.00.00.00.00.00.01000143 – Aplicações Diretas R\$ 761.000,00
SOMA R\$ 1.300.000,00

Art. 4º A Suplementação que se refere o Artigo 3º deste Decreto correrá por conta da anulação das dotações orçamentárias do por conta do orçamento da Prefeitura Municipal de Palhoça, abaixo:

Órgão: 14:00 - SECRETARIA DE PLANEJ. INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO
Unidade: 14:01 - SECRETARIA DE PLANEJ. INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO
Projeto/Atividade: 3134 – Drenag e Pavim. Da Rua Arnaldo Schumann - Maciambu
Red. 556 44.9.000.00.00.01000142 – Aplicações Diretas R\$ 180.000,00
Projeto/Atividade: 3135-Pavim.Asf. Rua Padre José Anchieta- Brejaru
Red. 557 44.9.000.00.00.01000142 – Aplicações Diretas R\$ 350.000,00
Projeto/Atividade: 3136 – Revit. Rua Nossa Senhora Aparecida – Jardim Eldorado
Red. 558 44.9.000.00.00.01000142 – Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
Projeto/Atividade: 3142 – Desassoreamento Rio Aririú - Pacheco
Red. 564 44.9.000.00.00.01000142 – Aplicações Diretas R\$ 470.000,00
SOMA R\$ 1.300.000,00

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 30 de junho de 2021.
EDUARDO FRECCIA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.855, DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3132162

DECRETO Nº 2.855, DE 30 DE JUNHO DE 2021.
UTILIDADE PÚBLICA. Declara para fins de desapropriação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais resolve:

DECRETAR:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, amigável ou judicial, a área de terra situada neste Município, com a seguinte especificação:

I - uma área de 299,49m² (duzentos e noventa e nove metros e quarenta e nove centímetros quadrados), com perímetro 69,56m, com a seguinte descrição: VT-01, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, UTM - DATUM - SIRGAS 2000, MC 51W, coordenadas planas 6941140,3791 Norte e 730097,5695 Leste; Deste segue com a distância de 14,18 m até o VT-02 N=6.941.148,6465 m e E=730.109,0887 m ; Deste segue com a distância de 6,24 m até o VT-03 N=6.941.148,8602 m e E=730.115,3239 m ; Deste segue com a distância de 19,01 m até o VT-04 N=6.941.129,8897 m e E=730.114,0595 m ; Deste segue com a distância de 15,58 m até o VT-05 N=6.941.125,8994 m e E=730.098,9956 m ; Deste segue com a distância de 14,55 m até o VT-01 N=6.941.140,3791 m e E=730.097,5695 m; vértice inicial desta descrição, fechando assim o perímetro acima descrito, com área construída de 152,34 m² (cento e cinquenta e dois metros e trinta e quatro centímetros quadrados).

Art. 2º Para fins de desapropriação, o valor da justa indenização do imóvel descrito no art. 1º deste Decreto será de R\$ 328.000,00 (trezentos e vinte e oito mil reais), conforme Laudo de Avaliação.

Art. 3º A área declarada de utilidade pública e a ser desapropriada tem fundamento em razão da Avenida das Torres.

Art. 4º As despesas com a execução deste Decreto, correrão a conta da dotação específica do orçamento vigente, suplementado se necessário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogado o Decreto nº 2.708, de 11 de novembro de 2020 e demais disposições contrárias.

Palhoça, 30 de junho de 2021.
EDUARDO FRECCIA
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.988, DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3132165

LEI Nº 4.988, DE 30 DE JUNHO DE 2021.
AUTORIZA RECEBER POR DOAÇÃO BEM IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber, por doação, de Zilmar Roberto Klaumann, inscrito no CPF/MF nº 445.505.889-34 e Vera Lucia Herhardt Klaumann, inscrita no CPF/MF nº 512.459.909-00, a seguinte área:

I – Área de 507,35m², com perímetro de 188,01m, como os seguintes limites e confrontantes: inicia-se a descrição deste perímetro no ponto O, de coordenadas N 6.936.911,1119m e E 731.989,2601m; deste segue confrontando com SERVIDAO MILIANO, com azimutes de 279º53'45,50" por uma distância de 6,00m, até o ponto N, de coordenadas N 6.936.912,1431m e E 731.983,3492m ; deste segue confrontando com ZILMAR ROBERTO KLAUMANN e VERA LUCIA HERARDT KLAUMANN, com azimute de 26º02'53,14" por uma distância de

88,01m, até o ponto N1, de coordenadas N 6.936.991,2136m e E 732.021,9967m ; deste segue confrontando com MATRICULA 47.243 – LOTEAMENTO PRAIA DO THUME LTDA – CNPJ 11.380.768/0001-54, com azimuth de 100°02'03,58" por uma distancia de 6,00m, até o ponto 02, de coordenadas N 6.936.990,1682m e E 732.027,9049m ; deste segue confrontando com ZILMAR ROBERTO KLAUMANN e VERA LUCIA HERARDT KLAUMANN, com azimuth de 206°03'02,28" por uma distancia de 88,00m, até o ponto O, onde teve inicio essa descrição, constituindo fração da matrícula nº 94.911 junto ao registro de imóveis da comarca de Palhoça/SC.

Art. 2º As áreas descritas no art. 1º desta Lei ficam afetadas e destinadas ao sistema viário municipal (Rua Miliano – Barra do Aririú).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 30 de junho de 2021.

EDUARDO FRECCIA

Prefeito Municipal

PORTARIA 52/2021

Publicação Nº 3131458

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Palhoça

AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271

Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 52 DE 28 DE JUNHO DE 2021.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 31º, inciso IV, alínea K, da Lei Complementar n. 235/2016 combinado com o artigo 227 § 2º da Lei Complementar n. 96/2010.

Considerando memorando nº 26.403/2021 da Secretaria Municipal de Educação.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar ROSI MARIA VARELLA, matrícula nº 800786; MILENE THEODOROVICZ, secretária, matrícula nº 210687; e MAYKON ABE-NI RAULINO, vogal, matrícula nº 400734, para, sob presidência da primeira, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar visando à apuração de eventuais responsabilidades administrativas em desfavor do(a) servidor(a) G.M.M.G.

Art. 2º – Estabelecer, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Art. 3º - A não conclusão do Processo Administrativo Disciplinar no prazo, não determinará nulidade, salvo prejuízo ao servidor.

Cristina Schwinden Schmidt

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA 53/2021

Publicação Nº 3131462

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Palhoça

AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271

Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 53 DE 28 DE JUNHO DE 2021.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 31º, inciso IV, alínea K, da Lei Complementar n. 235/2016 combinado com o artigo 227 § 2º da Lei Complementar n. 96/2010.

Considerando memorando nº 34.967/2021 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a instauração de Processo Administrativo, figurando como arguido(a) o(a) servidor(a) público(a) D.B dos A. Respeitando o contraditório e a ampla defesa, princípios esses constitucionais, o procedimento se dará nos termos do art. 231 a 237 da Lei Complementar 096 de 15 de dezembro de 2010 haja vista que o(a) servidor(a) está em estágio probatório e supostamente, se encontra inapto(a) pra o exercício da função.

Art. 2º - Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, que vão a seguir individuados:

A) ROSI MARIA VARELLA– mat. 801097- Presidente

B) MILENE THEODOROVICZ – mat. 210687 – Secretária

C) KARLA DA SILVA DUTRA – mat. 401957 – Vogal

Art. 3º – Estabelecer, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Art. 4º - A não conclusão do Processo Administrativo Disciplinar no prazo, não determinará nulidade, salvo prejuízo ao servidor.

Cristina Schwinden Schmidt
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA 54/2021

Publicação Nº 3131465

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 54, DE 30 DE JUNHO DE 2021.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 31º, inciso IV, alínea K, da Lei Complementar n. 235/2016 combinado com o artigo 227 § 2º da Lei Complementar n. 96/2010. RESOLVE

Art. 1º - DESIGNAR a servidora MARIZA ADRIANA DO NASCIMENTO SCHOEFFER, matrícula: 128090 - OAB/SC 128090, como DEFENSORA DATIVA para Processo Administrativo Disciplinar nº 15639/2021.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cristina Schwinden Schmidt
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA 55/2021

Publicação Nº 3131470

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 55 DE 30 DE JUNHO DE 2021.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 31º, inciso IV, alínea K, da Lei Complementar n. 235/2016 combinado com o artigo 227 § 2º da Lei Complementar n. 96/2010.

Considerando o afastamento por Licença Prêmio da Defensora Dativa Mariza Adriana do Nascimento Schoeffler OAB/SC 53871,

RESOLVE:

Art. 1º - SUSPENDER os prazos do Processo Administrativo Disciplinar nº 15639/2021 até seu retorno às atividades.

Art. 2º – A portaria entra em vigor a partir da data de publicação.

Cristina Schwinden Schmidt
Secretária Municipal de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 177/2021

Publicação Nº 3131677

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial nº 177/2021

Objeto: Objeto a contratação de empresa para realizar o Transporte de Atletas do Município de Palhoça para competições esportivas no estado de Santa Catarina, realizado com ônibus de 42 lugares, com motorista e incluindo o combustível, através do Sistema de Registro de Preços,

Abertura: 15/07/2021 às 09:00h.

Local da retirada do Edital e Anexos:

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BA545AF1E58D2144FBD135B7EB9397FF98649626

www.palhoca.atende.net

Palhoça, 01 de julho de 2021.
JOANA SCHMIDT
Pregoeira

SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATORIO 167/2021

Publicação N° 3132339

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6DAADFC09B1937AFBC8D1CBD0690B0B55F702ADD

SUSPENSÃO DA LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial nº 167/2021

Objeto: aquisição de uniformes esportivos para utilização das equipes de competição e projetos sociais do Município de Palhoça - SC

Abertura: 01/07/2021 às 09:00h.

A ABERTURA DO PROCESSO ACIMA ESTA SUSPENSO PARA ANALISE DE QUESTIONAMENTOS REFERENTE A ITENS DO EDITAL

Local da retirada do Edital e Anexos: www.palhoca.sc.gov.br

Palhoça, 01 de julho de 2021.
EDUARDO FRECCIA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 25/2017**

Publicação Nº 3131471

**CÂMARA DE MUNICIPAL DE PALHOÇA***Estado de Santa Catarina**Setor de Licitações e Contratos**Contrato n.º 025/2017***8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº
25/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A
CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC E A
EMPRESA SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA-ME**

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, situada na Rua Joci José Martins, 101, Loteamento Pagani, Palhoça/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 75.813.675/0001-59, neste ato representado pelo Presidente, Senhor Joel Filipe Gaspar, portador do Cadastro de Pessoa Física (CPF) nº 056.840.759.83, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado **SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA-ME**, com sede na Rua Senador Raulino Horn, nº 543, bairro São Francisco de Assis – Braço do Norte/SC, CNPJ 24.092.271/0001-82, neste ato representado pelo(a) Senhor(a) Fabrício de Souza, portador (a) do CPF nº 005.160.539-22, doravante denominado CONTRATADA, resolvem, na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, celebrar o presente Termo Aditivo, decorrente do Contrato nº 25/2017, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação excepcional por 60 (sessenta) dias da vigência do contrato n.º 025/2017, ou quando da conclusão do novo procedimento licitatório, o que vier a ocorrer primeiro.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato n.º 025/2017, de 01/07/2021 até 01/09/2021, ou quando da conclusão do novo procedimento licitatório, o que vier a ocorrer primeiro.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. O valor estimado mensal é de R\$ 1.321,91 (um mil trezentos e vinte um reais e noventa e um centavos) para os serviços de adequação (customização) do software legislativo 20 hora/mês; o valor hora-mês de R\$ 267, 11 (duzentos e sessenta e sete reais e onze centavos) para os serviços técnicos de treinamentos presenciais; o valor mensal de R\$ 3.446,73 (três mil quatrocentos e quarenta e seis reais e setenta e três centavos) para os serviços de licença de uso de software legislativo, instalação de licença de uso de software legislativo, treinamento, migração e suporte técnico, conforme especificações estabelecidas no Anexo I, e nas condições previstas no Edital do Pregão Presencial n.º 014/2017.

Rua: Joci José Martins, 101 – Palhoça/SC - CEP 88.132-148
Fone: (48) 3288-2547 - Site – www.cmp.sc.gov.br
E-mail – licitacao@cmp.sc.gov.br

JOEL FILIPE Assinado de forma
digital por JOEL FILIPE
GASPAR:05 684075983
684075983 18:39:04-0300
Dados: 2021.06.29

**CÂMARA DE MUNICIPAL DE PALHOÇA***Estado de Santa Catarina**Setor de Licitações e Contratos**Contrato n.º 025/2017*

3.2. As despesas decorrentes deste termo aditivo estão programadas em dotação orçamentária própria para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

3.3.3.90.39.08.00.00.00 – Manutenção de Software

3.3.3.90.39.11.00.00.00 – Locação de Software

4. CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

4.1. O presente termo aditivo decorre de autorização da CONTRATANTE, que encontra amparo legal no §4º do art. 57, da Lei n.º 8.666/93.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1. O Contratante providenciará a publicação do extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial do Município, na forma do disposto no Art. 61, § único da Lei nº 8.666/93.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

6.1. Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do contrato principal não alcançadas pelo presente termo aditivo, sendo ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, e do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

6.2. E, por estarem juntos e contratados, assinam as partes do presente, 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, também signatárias do presente instrumento.

Palhoça, 01 de julho de 2021.

JOEL FILIPE
GASPAR:05
684075983

Assinado de forma
digital por JOEL FILIPE
GASPAR:05684075983
Dados: 2021.06.29
18:39:24 -03'00'

JOEL FILIPE GASPAR

Presidente

FABRICIO
DE SOUZA

Assinado de forma digital
por FABRICIO DE SOUZA
Dados: 2021.06.30
08:53:57 -03'00'

FABRÍCIO DE SOUZA
SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA-ME

TESTEMUNHAS:

1) _____
NOME:
CPF:

2) _____
NOME:
CPF:

Rua: Joci José Martins, 101 – Palhoça/SC - CEP 88.132-148
Fone: (48) 3288-2547 - Site – www.cmp.sc.gov.br
E-mail – licitacao@cmp.sc.gov.br

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE TA N.º 64-2021 - CONTRATO 001-2015 - JOÃO COSTA**

Publicação N° 3131795

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DC02BA2AD2A24FC8DB8BAA1ED99B55C69DC3A312

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º 64/2021, SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO N.º 001/2015 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica IMOBILIÁRIA JOÃO COSTA LTDA, CNPJ sob o nº 07.793.835/0001-95. OBJETO: – Fica prorrogado até 30/06/2021 o prazo contratual anunciado na Cláusula Terceira do Contrato de Locação n.º 001/2015, Processo 001/2015.

Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código:

DC02BA2AD2A24FC8DB8BAA1ED99B55C69DC3A312

DATA: 01/07/2021.

Palma Sola

PREFEITURA

DECRETO 198/2021

Publicação Nº 3131320

Decreto 198/2021, de 30 de junho de 2021.
Abre Crédito Suplementar e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei 2082/2020, de 12 de novembro de 2020

Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 14.200,00 (quatorze mil e duzentos reais) para fazer face às despesas em diversas Secretarias como segue:

03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

03.001 Secretaria de Administração

2036 Manutenção/Ampliação /Instalação Informática e Telefonia

01000100 Recursos Ordinários

3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 14.200,00

Art. 2º Para cobertura das despesas constantes do artigo anterior do presente decreto serão utilizados recursos provenientes do Excesso de arrecadação.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art.4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Palma Sola, 30 de junho de 2021.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal.

Publicado e registrado nesta data.

Elizete T. Vissoto.

Secretária de Planejamento.

LEI 2099/2021

Publicação Nº 3130649

Lei 2099/2021, de 01 de julho de 2021.

Dispõe sobre Contribuição Financeira Para a Associação Comercial e Empresarial de Palma Sola e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar, em forma de contribuição financeira, o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para a Associação Comercial e Empresarial de Palma Sola/SC - ACEPA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.804.276/0001-30, localizada na Avenida Crestani, nº 03, Centro, neste Município.

Parágrafo único. O repasse de que trata o presente artigo será realizado com o pagamento de 01 (uma) parcela no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) com vencimento no mês julho de 2021.

Art. 2º O valor a título de contribuição financeira tem por objetivo auxiliar a Entidade na realização do Show de Prêmios e o pagamento da anuidade de associado do Ente Público.

Art. 3º Fica determinado o repasse de 50.000,00 (cinquenta mil) cupons ao Poder Executivo Municipal, para serem trocados por notas fiscais emitidas por empresas não colaboradoras com o Show de Prêmios ou não associadas na Entidade beneficiária.

Parágrafo único: A distribuição dos cupons delineados no caput deste artigo, na forma de troca por nota fiscal emitida serão regulamentadas por decreto executivo.

Art. 4º O repasse dos valores será realizado nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 5º A Entidade deverá prestar contas dos recursos concedidos, conforme o Art. 43, § 4º, e demais disposições da Instrução Normativa N.TC-14/2012.

Art. 6º Fica a beneficiária proibida de repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado.

Art. 7º A não comprovação da aplicação dos recursos recebidos, conforme o objeto constante do plano de trabalho, e/ou caso a prestação de contas não for aprovada pelo órgão fiscalizador, a Entidade deverá obrigatoriamente efetuar a devolução dos recursos e dos rendimentos da aplicação ao Município de Palma Sola/SC.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei serão consignada no orçamento municipal vigente:

03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

03.001 Secretaria de Administração

0004.0122.0005.2003 Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Administração

3.3.3.90.00.00.00.00.00.0100 Aplicações Diretas

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola,
01 de julho de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Data

Elizete Terezinha Vissoto
Secretária de Planejamento

PORTARIA 310/2021

Publicação Nº 3130723

Portaria 310/2021, de 01 de julho de 2021.

Nomeia Servidor Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear o servidor ACT Giovani Amorim Giglioli, portador do CPF 023.255.424-24 e RG 45.084.10 SDS PE, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A, com 40 horas semanais, pelo Processo Seletivo 009/2020.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 01 de julho de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 311/2021

Publicação Nº 3131724

Portaria 311/2021, de 01 de julho de 2021

Altera Carga Horária de Servidora Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o Inciso IV, V E XXV do artigo 73, mais o constante na alínea A, inciso II, do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal, e conforme preceitua a Lei 975/93, e ainda o estatuído do artigo 31, § 4º da Lei 1.207/98,

Resolve:

Art. 1º. Alterar de 40 para 20 horas semanais a carga horária da Servidora ACT Angela Maria Hanzel, portadora do CPF 020.919.059-09 e RG 2.790.493 SSP SC SSP SC, exercente do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de julho de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal.

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 312/2021

Publicação N° 3131728

Portaria 312/2021, de 01 de julho de 2021.

Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva, Giana Carla Scaratti, portadora do CPF 079.226.899-77 e RG 5.729.739 SSP SC, Psicóloga, Nível A-002, referentes ao período aquisitivo de 16/08/2019 a 15/08/2020, que será usufruída de 01/07/2021 à 30/07/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de julho de 2021

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento

PORTARIA 313/2021

Publicação N° 3131730

Portaria 313/2021, de 01 de julho de 2021.

Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Fernanda Maria Binsfeld, portadora do CPF 072.171.949-03 e RG 5.114.571 SSP SC, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A, referentes ao período aquisitivo de 05/03/2020 à 04/03/2021 que serão usufruídas de 01/07/2021 à 30/07/2021

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de julho de 2021

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 314/2021

Publicação N° 3131733

Portaria 314/2021, de 01 de julho de 2021.

Exonera Servidor Público Admitido em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Exonerar Servidor ACT Valdemar Rodrigues do Prado, portador do CPF 646.257.709-63 e RG 1.613.597-0 SSP SC, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A, a partir de 01 de julho de 2021.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 01 de julho de 2021.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T Vissoto

Secretária de Planejamento.

TERMO DE CESSÃO DE USO COOPER PALMASOLA 001/2021

Publicação N° 3130802

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL N° 001/2021

TERMO DE CESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALMA SOLA E COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE PALMA SOLA - COOPER PALMASOLA.

O MUNICÍPIO DE PALMA SOLA, situado na Rua Francisco Zanotto, nº 600, inscrito no CNPJ nº 83.028.639/0001-02, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Cleomar José Mantelli, portador da Carteira de Identidade nº 2.941.379 / SSP/SC, CPF nº 760.741.889-04, e COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE PALMA SOLA - COOPER PALMASOLA, situado à Avenida Claudino Crestani, nº 140, Centro – Palma Sola, inscrito no CNPJ de nº 12.582.305/0001-38, doravante denominado CESSIONÁRIO, neste ato representado por seu presidente, Ademir Zanella, inscrito no CPF de nº 646.267.769-49, que resolvem, por mútuo acordo, de acordo com o inciso XXX, do artigo 73, combinado com os artigos 138 e 146, da Lei Orgânica do Município, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso de bem Móvel, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira – DO OBJETO: O objeto do presente termo é a cessão de uso pelo CEDENTE em favor do CESSIONÁRIO, a título gratuito, de bem móvel, firmado entre as partes, compreende: um automóvel caminhonete GM Montana, modelo LS, cor branca, placa MIR5644, ano/modelo 2012, chassi nº 9BGCA0X0CB126046.

Parágrafo Único. Na data da assinatura do termo e consequente entrega dos objetos, será realizada uma vistoria nos bens cedidos e elaborado laudo no qual constarão detalhadamente suas características atuais.

Cláusula Segunda – DA NATUREZA JURÍDICA: A outorga da presente cessão de uso é feita por tempo determinado, intransferível e não onerosa.

Cláusula Terceira – DA FINALIDADE: A Cessão do bem móvel especificado na Cláusula Primeira destina-se à utilização exclusiva para o auxílio e assessoramento da cooperativa na coleta de leite à granel dos cooperados, permanecendo o domínio e a posse indireta do bem com o CEDENTE.

Parágrafo Único. É vedado à CESSIONÁRIA transferir ou ceder este termo de cessão de uso, bem como emprestar ou ceder, a qualquer título, no todo ou em parte, ou, ainda, empregá-los em destinação diversa os Objetos, ficando automaticamente rescindido o presente termo em caso de inobservância desta cláusula.

Cláusula Quarta – DAS OBRIGAÇÕES:

I. O CEDENTE, pelo presente termo, obriga-se:

- a) Entregar o bem legalizado junto ao DETRAN-SC em perfeito estado de funcionamento;
- b) Assessorar a Cooperativa na organização e funcionamento;
- c) Manter os bens cadastrados no patrimônio público.

II. A CESSIONÁRIA, obrigar-se-á:

- a) Se comprometer a manter e recuperar o automóvel, ora cedidos, em todos os itens que se fizerem necessários, durante a vigência desta

cessão, bem como se responsabiliza pelas questões de litígio decorrente de sua utilização;

b) A CESSIONÁRIA, na qualidade de possuidora direta dos bens cedidos, deverá zelar pela manutenção dos equipamentos, realizando a manutenção permanente, conforme manual do fabricante, com recursos próprios.

c) Deverá o bem cedido ser operado por funcionários qualificados, de acordo com as normas do DETRAN, respeitando a categoria estabelecida para o manuseio e utilização do bem;

d) Deverá manter a documentação do objeto cedido atualizada, conforme determina a legislação de trânsito, e eventuais infrações administrativas serão de sua inteira responsabilidade, obrigando-se a arcar com a totalidade dos custos decorrentes destas transgressões;

e) Em caso de acidente com danos materiais e/ou pessoais, assumirá a responsabilidade integral pelos prejuízos causados, obrigando-se pelo ressarcimento dos danos causados ao objeto desta cessão, bem como os danos produzidos a terceiros, pessoas físicas ou jurídicas;

f) Não poderá, enquanto possuidora direta dos bens, a título de cessão, locar, permutar ou destinar a prestação de outros serviços, que não aquele determinado pela Cláusula Terceira (Finalidade) deste Termo, sem a prévia autorização do Cedente, durante a sua vigência;

g) É vedada a transferência dos bens, objeto deste termo de cessão de uso, para outros órgãos da administração indireta, pessoas físicas ou instituições constituídas sob qualquer forma admitida no direito civil.

h) A CESSIONÁRIA assume total e irrestrita responsabilidade pela conservação, guarda, bem como por quaisquer ocorrências que venham, eventualmente, acontecer com os bens, por danos causados a terceiros, apurados no ato ou posteriormente.

Cláusula Quinta – DAS PENALIDADES: Será de inteira responsabilidade da CESSIONÁRIA qualquer multa ou penalidade que venha a ser aplicada pelos poderes públicos por desrespeito a leis federais, estaduais ou municipais, referentes à utilização do veículo cedido. Será ainda de responsabilidade da CESSIONÁRIA qualquer exigência das autoridades públicas com referência a atos por ele praticados, podendo a CEDENTE, se assim o preferir, cumpri-la e cobrar as despesas.

Cláusula Sexta – DO PRAZO: A cessão de uso possui prazo determinado, com término da vigência em dezembro de 2024.

Parágrafo Primeiro. O prazo ora ajustado poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, desde que haja manifestação por escrito pelas partes, com antecedência de pelo menos 90 (noventa) dias antes do seu término.

Parágrafo Segundo. A CEDENTE poderá revogar este termo a qualquer tempo por razões de interesse público, sem gerar direito a indenização para a CESSIONÁRIA.

Parágrafo Terceiro. Se o veículo cedido não for utilizado pela CESSIONÁRIA, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data da assinatura, o presente termo fica automaticamente extinto.

Cláusula Sétima – DA RESCISÃO: A infração a qualquer cláusula, condição ou obrigação deste termo acarretará a sua imediata rescisão de pleno direito independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

Cláusula Oitava – DA EXTINÇÃO: A presente Cessão de uso extinguir-se-á:

a) No prazo final do presente instrumento, sem renovação mediante Termo Aditivo;

b) Por utilização, do bem ora concedido, diversa da estipulada neste instrumento;

c) Por interesse de uma das partes ou necessidade imperiosa, com notificação por escrito e antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

d) Pelo descumprimento de quaisquer das condições aqui arroladas ou dispostas na legislação pertinente.

Cláusula Nona – DO FORO: Fica eleito o foro da Justiça Estadual de Santa Catarina, Comarca de Dionísio Cerqueira, para dirimir quaisquer dúvidas do presente termo de cessão de uso com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e como prova de assim ajustados, lavra-se o presente Instrumento de Acordo de Cessão de Uso – a COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE PALMA SOLA - COOPER PALMASOLA, em 2 (duas) vias de igual teor, que passam a serem assinados por todos, na presença de testemunhas abaixo subscritas, para que passe a surtir seus efeitos jurídicos e legais.

Palma Sola, SC, 01 de julho de 2021.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI

Prefeito Municipal de Palma Sola/SC

ADEMIR ZANELLA

Cooperativa De Agricultores Familiares De Palma Sola

Cooper Palmasola.

Palmitos

PREFEITURA

CONTRATO 32/2021

Publicação Nº 3131330

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F4A02B8A3938BC0350E53AB651B7CE5F042B183E

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Contrato Administrativo: nº 032/2021. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR CURSO VOLTADO À A) CAPTAÇÃO DE RECURSOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS A FUNDO PERDIDO - EM EDITAIS PÚBLICOS, PRIVADOS, FUNDOS SOBERANOS, AGÊNCIAS BILATERAIS E MULTILATERAIS - E VIA LEIS DE INCENTIVOS FISCAIS FEDERAL; E, B) ELABORAÇÃO DE PROJETOS E CARTAS CONSULTAS PARA SUBMISSÃO ÀS FONTES DE RECURSOS. Contratada: SETE – Serviços de Feiras Treinamento Gerencial e Conteúdos de Internet Ltda. Valor Total R\$ 15.000,00. Vigência: 31/08/2021. Palmitos-SC, 01/07/2021. Dair Jocely Enge – Prefeito.

PROCESSO 42/2021

Publicação Nº 3130553

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DA98D419A37847B115B590E952BF50429EE99FCE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 42/2021. Modalidade: Pregão Presencial 19/2021. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REFORMA E MANUTENÇÃO DO TRATOR DE ESTEIRA KOMATSU D-51 E DO CAMINHÃO MERCEDEZ BENS 1313, ANO 86. Data da entrega dos envelopes: 14/07/2021 até as 08:30 horas. Data da abertura: 14/07/2021 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 01 de julho de 2021. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

PROCESSO 43/2021

Publicação Nº 3130555

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F0D8382D2C0A7B0010B4D43B2736416835631E3A

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 43/2021. Modalidade: Tomada de Preço 05/2021. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) DE ASSENTAMENTO EM PEDRAS IRREGULARES, BOCAS DE LOBO, ASSENTAMENTO DE MEIO FIO E COLOCAÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO NA RUA XV DE NOVEMBRO (TRECHO III), NO MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC. Data da entrega dos envelopes: 19/07/2021 até as 14:00 horas. Data da abertura: 19/07/2021 às 14:30 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 01 de Julho de 2021. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

PROCESSO 44/2021

Publicação Nº 3130557

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 98DE23C43BBF496C6F03BEEA554112D28666CA73

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 44/2021. Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO 13/2021. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA. Data limite para cadastramento da proposta: 15/07/2021 até as 08:30 horas. Data para o início da disputa: 15/07/2021 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 01 de Julho de 2021. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

PROCESSO 45/2021

Publicação Nº 3131326

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 247C4D529F0387BEB19CD7A2113C8852BA3BC734

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 007/2021

PROCESSO N.º 045/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR CURSO VOLTADO À A) CAPTAÇÃO DE RECURSOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS A FUNDO PERDIDO – EM EDITAIS PÚBLICOS, PRIVADOS, FUNDOS SOBERANOS, AGÊNCIAS BILATERAIS E MULTILATERAIS – E VIA LEIS DE INCENTIVOS FISCAIS FEDERAL; E, B) ELABORAÇÃO DE PROJETOS E CARTAS CONSULTAS PARA SUBMISSÃO ÀS FONTES DE RECURSOS. CONTRATADO: SETE – Serviços de Feiras Treinamento Gerencial e Conteúdos de Internet Ltda, inscrita no CNPJ nº 27.597.659/0001-23. VALOR TOTAL: R\$ 15.000,00.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 01/07/2021.

Palmitos, 01 de Julho de 2021. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

EDITAL CHAMADA PUBLICA 035/2021 - AGRICULTURA FAMILIAR 2º SEMESTRE

Publicação N° 3131120

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BB9AC39DAEA1C9251E9182237961F062E66962EB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA N° 035/2021.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, para alimentação escolar, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), durante o SEGUNDO SEMESTRE LETIVO DE 2021. Entrega dos envelopes: A partir de 01 de Julho de 2021 até o dia 22 de Julho de 2021. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, de 30 de Junho de 2021 - LUIZ HENRIQUE SALIBA - PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 036/2021 - BRITA E AREIA

Publicação N° 3131117

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B7FF6F437754E7707D30F2F08A10B44CB585E3C4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
PREGÃO PRESENCIAL N° 036/2021

Objeto: A presente licitação tem por objetivo o Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de PEDRA BRITADA E AREIA, a serem destinados à manutenção das vias públicas municipais, conforme descritos no anexo I do presente. O recebimento das propostas se dará das 08:00hs do dia 01 de Julho de 2021 até as 14:00hs do dia 14 de Julho de 2021, sendo que o início da sessão de disputa de lances se dará as 14:30hs do mesmo dia e local (horário referência: Brasília DF). Base legal: Lei n.º 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislações vigentes e pertinentes à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Portal da Transparência Municipal e na Sede da Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva/SC, 30 de Março de 2021 - Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO N° 002-2021 - PROSAN

Publicação N° 3131438

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 002/2021

Objeto: Extrato de termo de adesão referente ao credenciamento nº 028/2021, cujo objeto é o credenciamento de empresas para prestação de serviços de próteses dentárias para atender ao Fundo Municipal de Saúde. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: PROSAN PRÓTESES DENTÁRIAS LTDA. Papanduva, 01 de Julho de 2021. Luiz Henrique Saliba – Prefeito Municipal.

Passo de Torres

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 065/2021

Publicação Nº 3130946

Extrato do Contrato: 065/2021

Contratante: Prefeitura Municipal De Passo De Torres

Contratado: Libra Assessoria LTDA

Valor Global: R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais)

Vigência: Início: 01/07/2021 - Término: 31/12/2021

Modalidade da Licitação: Dispensa de Licitação

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EM LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, NA ELABORAÇÃO DE MINUTAS DE EDITAIS E TERMOS DE CONTRATOS, ACOMPANHAMENTO INTEGRAL DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, SISTEMAS, PLATAFORMAS DE COMPRAS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES/SC
Dotação: 03.012.007.3.3.90 – 100 – 09/2021 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Passo de Torres/SC, 30 de junho de 2021.

Valmir Augusto Rodrigues

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 0018/2021**

Publicação Nº 3131383

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES****Portaria nº 0018/2021****“DISPENSA DE SERVIDORES DA CÂMARA
MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES”.**

O cidadão Fabiano Ramos Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica dispensado os servidores deste Poder Legislativo, no dia 02 de Julho de 2021, às 16Hrs, em virtude da Sessão Solene, que ocorrerá as 18Hrs, em espaço adverso deste Poder.

Art. 2º - O servidor que não quiser se fazer presente na Sessão Solene, deverá cumprir seu horário normal neste Poder Legislativo.

Art. 3º - Os servidores deverão estar com o uniforme deste Poder, na Sessão Solene.

Art. 4º - Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, em 01 de Julho de 2021.

FABIANO RAMOS LOPES
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

RICIERI MARTINS MENGUE
1º Secretário

Rua José Hespanhol, nº 844 - CEP: 88980-000, Centro, Passo de Torres/SC
Fone: (48) 3548-0077 (48) 3548-0004 - E-mail: camarapassodetorres@gmail.com
Página 1 www.passodetorres.cloudsoftcam.com.br Protocolo: 0444 / 2021

Câmara Municipal de Passo de Torres/SC
Data: 01/07/2021 15:12:05
Protocolo: 0444/2021

Passos Maia**PREFEITURA****CONTRATO ADMINISTRATIVO 0036/2021**

Publicação Nº 3131172

CONTRATO n. 0036/2021

PROCESSO LICITATORIO n. 0056/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 0015/2021

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: D.D.S COMERCIO DE LIXEIRAS E PLACAS LTDA

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de lixeiras para serem instaladas no perímetro urbano do município de Passos Maia.

Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagará a R\$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais).

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até 31 de dezembro de 2021

Passos Maia, SC, 01 de julho de 2021.

Osmar Tozzo

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO 0037/2021

Publicação Nº 3131398

CONTRATO n. 0037/2021

PROCESSO LICITATORIO n. 0051/2021

PREGÃO PRESENCIAL nº 0030/2021

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: CLINICA MEDICA EMILIANO LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada em assessoria em segurança do trabalho com a realização dos programas PGR, PCMSO, LTCAT, PPP, laudo de insalubridade + periculosidade realização de consultas médicas periódicas incluindo exames de audiometria, espirometria e eletrocardiograma.

Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagará a R\$ 11.900,00 (onze mil e novecentos reais).

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até 31 de dezembro de 2021

Passos Maia, SC, 01 de julho de 2021.

Osmar Tozzo

Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS 128-2021

Publicação Nº 3130447

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Recurso Federal

Valor: R\$ 18.201,29

Destinação: Quota salário Educação

Data de liberação: 22/06/2021

Passos Maia – SC, 30 de Junho de 2021

OSMAR TOZZO

Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS 129-2021

Publicação Nº 3130450

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Recurso Federal

Valor: R\$ 5.605,00
Destinação: 6º PNAE merenda escolar
Data de liberação: JUNHO/2021

Passos Maia – SC, 30 de Junho de 2021
OSMAR TOZZO
Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS 130-2021

Publicação Nº 3130468

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Recurso Federal
Valor: R\$ 3.566,43
Destinação: SCFV
Data de liberação: 25/05/2021

Passos Maia – SC, 30 de Junho de 2021
OSMAR TOZZO
Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS 131-2021

Publicação Nº 3130471

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Recurso Federal
Valor: R\$ 2.452,30
Destinação: CRAS
Data de liberação: 22/06/2021

Passos Maia – SC, 30 de Junho de 2021
OSMAR TOZZO
Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS 132-2021

Publicação Nº 3130474

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Recurso Federal
Valor: R\$ 2.452,30
Destinação: CRAS
Data de liberação: 22/06/2021

Passos Maia – SC, 30 de Junho de 2021
OSMAR TOZZO
Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS 133-2021

Publicação Nº 3130478

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Recurso Federal
Valor: R\$ 2.438,59
Destinação: CRAS
Data de liberação: 22/06/2021

Passos Maia – SC, 30 de Junho de 2021
OSMAR TOZZO
Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS 134-2021

Publicação Nº 3130496

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Recurso Federal
Valor: R\$ 1.000,00
Destinação: RECURSOS VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Data de liberação: JUNHO/2021

Passos Maia – SC, 30 de Junho de 2021
OSMAR TOZZO
Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS 135-2021

Publicação Nº 3130499

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Recurso Federal
Valor: R\$ 6.771,57
Destinação: RECURSOS MAC/ÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Data de liberação: JUNHO/2021

Passos Maia – SC, 30 de Junho de 2021
OSMAR TOZZO
Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS 136-2021

Publicação Nº 3130502

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Recurso Federal
Valor: R\$ 2.258,52
Destinação: RECURSOS ASSISTENCIA FARMACEUTICA BÁSICA

Data de liberação: JUNHO/2021
Passos Maia – SC, 30 de Junho de 2021

OSMAR TOZZO
Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS 137-2021

Publicação Nº 3130503

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Recurso Federal
Valor: R\$ 2.258,52
Destinação: RECURSOS ASSISTENCIA FARMACEUTICA BÁSICA
Data de liberação: JUNHO/2021
Passos Maia – SC, 30 de Junho de 2021

OSMAR TOZZO
Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS 138-2021

Publicação Nº 3130897

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Recurso Federal
Valor: R\$ 7.500,00
Destinação: RECURSOS PAB/INCENTIVO PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS
Data de liberação: JUNHO/2021
Passos Maia – SC, 30 de Junho de 2021

OSMAR TOZZO
Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS 139-2021

Publicação Nº 3130898

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Recurso Federal
Valor: R\$ 4.000,00
Destinação: PAB INCENTIVO FINANCEIRO DE APS
Data de liberação: JUNHO/2021
Passos Maia – SC, 30 de Junho de 2021

OSMAR TOZZO
Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS 140-2021

Publicação Nº 3130901

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Recurso Federal

Valor: R\$ 753,13

Destinação: RECUSOS VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Data de liberação: JUNHO/2021

Passos Maia – SC, 30 de Junho de 2021

OSMAR TOZZO

Prefeito Municipal

TA AO CON 05/2019

Publicação Nº 3130771

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0005/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0076/2018

TOMADA DE PREÇO Nº 0001/2018

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, à Avenida Padre João Bottero, 485, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Osmar Tozzo, brasileiro, casado, R.G sob n. 1.594.812 CPF sob n. 559.969.069-53, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado à CRI - Coleta e industrialização de Lixo Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 00.239.339/0001-45, com sede na Rodovia SC 154 KM 90, no Município de Ipumirim (SC), neste ato representada por seu procurador, Sr. Macaulay Culkin Vanoli Gonçalves, brasileiro, solteiro, portadora do RG n. 57.530-10 e CPF n. 092.409.539-30, residente e domiciliado na cidade de Concordia (SC), ora denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem aditar o contrato originário, o que se fazem nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como na minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTICATIVA

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também pode prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a contratada está adaptada ao ambiente de trabalho, inclusive no que pertine aos funcionários municipais, que não apresentam qualquer tipo de reclamação;

Considerando que serão mantidos os parâmetros financeiros estabelecidos inicialmente, a ilustrar que em virtude da realização de nova licitação o custo financeiro da Administração poderia aumentar;

Conclui-se que o aditivo do contrato atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ADITIVO

Ficam alterados os itens abaixo descritos.

Item	Quat.	Descrição	R\$ Unit.	R\$ Total
01	7	Implantação, Higienização e manutenção de contentores para o município de Passos Maia.	1.200,00	8.400,00
Total:				R\$ 8.400,00

Implantação de 12 (doze) unidades de contentores para atender a demanda do município trazendo como principais benefícios o acondicionamento correto de resíduos, permitindo que a população descarte seus resíduos a qualquer momento, assim como impossibilitar a ação de animais e condições climáticas espalhando estes resíduos pelas vias públicas, trazendo aspecto de beleza e limpeza, melhorando assim a qualidade de vida dos munícipes e pessoas que transitam pelo município.

Os contentores devem ter capacidade mínima de 1.000 litros, aprox. 450KG, fabricados e PEAD, resistente ao contato com substâncias geradas pelo resíduo orgânico domiciliar resistente a impacto e a tração, com proteção contra raios ultra violeta. Devem ser dotados de Muñhões para possibilitar o carregamento mecanizado em caminhões compactadores, além de dreno com tampa rosqueável para escoamento de líquidos e quatro rodas com dispositivo de travamento.

Fica a contratada responsável por fazer a manutenção, reposição e lavagem dos equipamentos assim que achar necessário ou quando for solicitado por responsável dessa municipalidade.

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original, às quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia – SC, 29 de junho de 2021.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA
Osmar Tozzo
Contratante

CRI - Coleta e industrialização de Lixo Ltda
Macaulay Culkín Vanoli Gonçalves
Contratada

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 0051/2021

Publicação Nº 3131381

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA CNPJ: 95.993.085/0001-62 AV PADRE JOAO BOTERO, 485 C.E.P.: 89687-000 - Passos Maia - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 30/2021 - PR Processo Administrativo: 51/2021 Processo de Licitação: 51/2021 Data do Processo: 10/06/2021
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, OSMAR TOZZO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 51/2021
b) Licitação Nr.: 30/2021-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 01/07/2021
e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM A REALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS PGR, PCMSO, LTCAT, PPP, LAUDO DE INSALUBRIDADE + PERICULOSIDADE REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS PERIÓDICAS INCLUINDO EXAMES DE AUDIOMETRIA, ESPIROMETRIA E ELETROCARDIOGRAMA, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA E DESCRIÇÕES NO ANEXO "I" deste Edital.

			(em Reais R\$)
f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	<u>Qtd de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 004593 - CLINICA MEDICA EMILIANO LTDA	<u>4</u>	0,0000	<u>11.901,60</u>
	4		11.901,60

Passos Maia, 1 de Julho de 2021.

OSMAR TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 0056/2021

Publicação Nº 3130744

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA CNPJ: 95.993.085/0001-62 AV PADRE JOAO BOTERO, 485 C.E.P.: 89687-000 - Passos Maia - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 15/2021 - DL Processo Administrativo: 56/2021 Processo de Licitação: 56/2021 Data do Processo: 30/06/2021
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, OSMAR TOZZO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 56/2021
b) Licitação Nr.: 15/2021-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 01/07/2021
e) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS PARA SEREM INSTALADAS NO PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	(em Reais R\$)		
	<u>Qtd de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 002057 - D. D. S COMERCIO DE LIXEIRAS E PLACAS LTDA	1	0.0000	11.200,00
	1		11.200,00

Passos Maia, 1 de Julho de 2021.

OSMAR TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

LEI 869 - ALTERA A LEI COMPLEMENTAR 025-2007

Publicação Nº 3130912



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA
Secretaria Municipal de Administração

LEI Nº 869 DE 30 DE JUNHO DE 2021**“ALTERA A LEI COMPLEMENTAR 025/2007 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”.**

OSMAR TOZZO, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 62, V, da Lei Orgânica Municipal **FAZ SABER** a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 06º da Lei Complementar 025/2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º - As atribuições, carga horária, habilitação e vencimento dos empregos públicos são as constantes dos anexos I e II desta lei, respeitadas as condições estabelecidas nos convênios e termos de adesão firmados com os Governos Federal, Estadual e de outros Municípios.

§1º Poderá ser concedida a critério do Chefe do Poder Executivo gratificação a título de Adicional de Representação de até 50% (cinquenta por cento) do vencimento do respectivo cargo a todos os servidores que exercerem atividades além das previstas no seu cargo de origem.

§2º A gratificação constante no §1º será concedida através de portaria e em caráter precário enquanto durar a atividade de representação.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passos Maia – SC, 30 de junho de 2021.

Osmar Tozzo
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

LUCIANO DE GOIS CAVALHEIRO
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

Avenida Padre João Botero nº 485 Fone/Fax 0**49 3437-0010 - CEP 89687000 * Passos Maia * SC
CNPJ 95.993.085/0001-62 - E-mail administracao@passosmaia.scgov.br
Site www.passosmaia.sc.gov.br

Penha

PREFEITURA

ATA 064/2021 FMS

Publicação Nº 3131129

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2021 - FMS
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2021 - FMS
Sistema De Registro De Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2021 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA DE MEDICAMENTOS.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede nesta Cidade, Rua Domingos Manoel Corrêa, nº 311, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela Sra. CAMILA LUCHTENBERG, brasileira, inscrita no CPF sob nº 048.489.069-70, RG nº 4562427, residente e domiciliado à Rua Gerhard Schimdt, nº. 376, Gravatá, Penha/SC, nomeado por meio da portaria nº 282/2021, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, estabelecida à Rua João Amaral de Almeida, nº 100 na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 81170-520, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.706.251/0001-98, representada, neste ato pelo Sr. Sirlei Terezinha Zambrin, CPF sob o nº 457.063.879-15, Cargo/Função Representante Legal, email: licitacao1@promefarma.com.br ou telefone (42) 2101-5151, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 18/2021-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de medicamentos para serem utilizados no Pronto Atendimento atendendo solicitação 479/2021 do Fundo Municipal da Saúde, anexa ao processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e termo de referência, parte integrante do presente processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os produto(s) com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O(s) produto(s) deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

Item	MEDICAMENTO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR	VALOR TOTAL ITEM
5	ÁCIDO ACETILSALICILICO 100MG	MEDQUIMICA	COMPRIMIDO	3.000	R\$ 0,05	R\$ 150,00
17	CETOPROFENO 100MG EV	UNIÃO QUIMICA	AMPOLA	6.000	R\$ 4,00	R\$ 24.000,00
40	FLUMAZENIL 0,1MG/ML 5ML	UNIÃO QUIMICA	AMPOLA	1.000	R\$ 6,00	R\$ 6.000,00
43	HALOPERIDOL 5MG/ML	UNIÃO QUIMICA	AMPOLA	1.000	R\$ 2,30	R\$ 2.300,00
47	IBUPROFENO 50MG/ML FRASCO 30ML	NATULAB	FRASCO	1.000	R\$ 1,53	R\$ 1.530,00
62	OCITOCINA 5 U.I 1ML	UNIÃO QUIMICA	AMPOLA	1.000	R\$ 1,65	R\$ 1.650,00
				TOTAL :		R\$ 35.630,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (Doze) meses, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogados por períodos sucessivos.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. A prestação dos serviços deverá ser realizada pela Contratada, de forma parcelada, em local previamente informado pela Secretaria Solicitante, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade e cronograma de entrega da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As prestações dos serviços registrados neste instrumento serão executadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao contratado que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO.

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do contratado/prestador do serviço, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade;

III - Manter, durante o Contrato, todas as exigências contidas na Ordem de Compras bem como no Edital;

IV - Manter, durante todo o prazo do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (art. 55, XIII da lei 8.666/93);

V - Corrigir, reparar, remover e substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 03 (três) dias, todos os materiais recusados na fase de recebimento e em conformidade com o previsto no art. 69 da lei 8.666/93;

VI - Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os materiais fornecidos/entregues, bem como se responsabilizar pelo custo do frete e demais custos inerentes ao fornecimento/entrega dos materiais;

VII - Responder por todos os ônus e obrigações concernentes às Legislações Fiscais, previdenciárias, trabalhista e Comercial, inclusive os que forem decorrentes de acidente de trabalho;

VIII - Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, da infortunistica do trabalho, fiscais, comerciais e outros resultantes da execução do Contrato. A inadimplência da CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora, com referência a estes encargos, não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;

IX - Garantir a entrega dos materiais com pontualidade na forma estabelecida no instrumento contratual;

X - Responder financeiramente, sem prejuízo de quaisquer medidas que possa ser adotada por danos causados a União, Estado, Município ou a terceiros, em razão fornecimento/entrega dos materiais;

XI - Disponibilizar número de telefones, e-mails ou outro meio hábil para comunicação pela Prefeitura Municipal de Penha/SC e Secretaria Solicitante, para efetivação dos pedidos durante o período contratual;

XII - Os materiais deverão ser fornecidos/entregues em perfeitas condições de utilização;

XIII - Assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para cumprimento do objeto do Contrato, inclusive o frete para transporte dos materiais;

XIV - Executar o fornecimento e entrega parcial ou total do material (de acordo com a solicitação da CONTRATANTE), inclusive a garantia, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação não autorizada pela Prefeitura Municipal de Penha/SC;

XV - Cumprir rigorosamente o prazo de entrega e de vigência da garantia previsto no Contrato;

XVI - Responder por todo e qualquer prejuízo causado a CONTRATANTE, decorrentes de suas atividades e da desobediência nas cláusulas contratuais, legislação e atinente à entrega do material em questão;

XVII - Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XVIII - O proponente será responsável por qualquer dano ou perda, resultante de transporte inadequado ou feita sem os devidos cuidados;

XIX - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os Artigos 12,13, 17 e 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078 de 1990).

XX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

XXI - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XXII – Substituir, a suas expensas, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, todos os serviços, recusados na fase de recebimento;

XXIII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

XXIV – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO.

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

7.1 É de responsabilidade da CONTRATADA/FORNECEDORA o fornecimento adequado do material, conforme especificação, respeitando o previsto no Edital, assim como a entrega do material diretamente na Secretaria Solicitante ou em local oportunamente indicado pela mesma;

7.2 A CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora é responsável, direta e exclusivamente, pela execução do Contrato e, consequentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO;

7.3 A CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93;

7.4 As contribuições sociais e os eventuais danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora;

7.5 A CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e parafiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes do fornecimento/entrega dos materiais, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no contrato, eximindo o Município de Penha/SC de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do contrato;

7.6 Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter personalíssimo.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO.

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

a) fiscalizar e controlar a qualidade e quantidade dos materiais fornecidos;

b) efetuar o pagamento dos materiais fornecidos na época de sua exigibilidade;

8.1. Rejeitar os materiais que não satisfizerem aos padrões exigidos nas especificações;

8.2. Aplicar à CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora as sanções administrativas previstas na legislação vigente;

8.3. O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à CONTRATADA/FORNECEDORA vencedora.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO.

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria de Saúde.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecedor, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o CONTRATADO/PRESTADOR DO

SERVIÇO ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de paralisação dos serviços, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para execução dos serviços.

13.3. No caso de paralisação dos serviços por mais de 05 (cinco) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 06º (sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;
- c) se o CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de profissionais ou epi's não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao CONTRATADO/PRESTADOR DO SERVIÇO das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 17 de junho de 2021.

CAMILA LUCHTENBERG PROMEFARMA
REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Responsável pelo expediente do Sirlei Terezinha Zambrin
Fundo Municipal de Saúde CONTRATADO

TESTEMUNHAS

Nome: _____
C.P.F. nº _____

Nome: _____
C.P.F. _____

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

LUIZ EDUARDO BUENO
Controlador Geral

PORTARIA N° 1278/2021

Publicação N° 3131778

PORTARIA N.º 1.278/2021

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o Sr. WILSON MISTURA, como Conselheiro do CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, na condição de 2º SUPLENTE, para substituir as Conselheiras Marlene Pereira Siqueira e Larissa Correa Costa que estarão em férias, no período de 05/07/2021 a 01/09/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 01 de julho de 2021.
Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração no primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N° 1279/2021

Publicação N° 3131970

PORTARIA N.º 1.279/2021

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido, o Sr. ÉDPO CRISTIANO BENTO do cargo em comissão de DIRETOR DA DEFESA CIVIL, na SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 457/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 01 de julho de 2021.
Aquiles José Schneider Da Costa
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração no primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL**HOMOLOGAÇÃO DISPENSA N° 04/2021**

Publicação N° 3132120

PROCESSO 08/2021
DISPENSA 04/2021
OBJETO: LOCAÇÃO DE SOFTWARE PARA SISTEMA
CONTRATADA: LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA EPP

VALOR TOTAL: R\$ 2.536,80
HOMOLOGADO EM 02/06/21
PRAZO CONTRATUAL 12 MESES

HOMOLOGAÇÃO DISPENSA Nº 05/2021

Publicação Nº 3132131

PROCESSO 15/2021
DISPENSA 05/2021
OBJETO: LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 29.504,28
HOMOLOGADO EM 14/06/21
PRAZO CONTRATUAL 180 DIAS

HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 08/2021

Publicação Nº 3132126

PROCESSO 12/2021
INEXIGIBILIDADE 08/2021
OBJETO:
INSCRIÇÃO CURSO TECNICA LEGISLATIVA E PROCESSO LEGISLATIVO

CONTRATADA: IGAM –INSTITUTO GAMMA DEASSESSORIA A ÓRGÃOS PÚBLICOS

VALOR TOTAL: R\$ 2.976,00
HOMOLOGADO EM 07/06/21

HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 04/2021

Publicação Nº 3132117

PROCESSO 07/2021
INEXIGIBILIDADE 04/2021
OBJETO: INSCRIÇÃO NO CURSO SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL: ANÁLISE LDO 2022 PELO LEGISLATIVO NA PRÁTICA
CONTRATADA: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO PÚBLICO PLENUM BRASIL LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 2.760,00
HOMOLOGADO EM 17/05/21

HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 07/2021

Publicação Nº 3132122

PROCESSO 11/2021
INEXIGIBILIDADE 07/2021
OBJETO: INSCRIÇÃO CURSO NOVO e-SOCIAL – JULHO/21 PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS
CONTRATADA:
UNI GESTÃO PÚBLICA CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 1.790,00
HOMOLOGADO EM 01/06/21

HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 10/2021

Publicação Nº 3132128

PROCESSO 14/2021
INEXIGIBILIDADE 10/2021
OBJETO:
INSCRIÇÃO CURSO FISCALIZAÇÃO DOS ATOS DO EXECUTIVO NA PRÁTICA: COMO INVESTIGAR, DENUNCIAR E PUNIR

CONTRATADA: CENTRO DE ESTUDOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

VALOR TOTAL: R\$ 1.580,00
HOMOLOGADO EM 17/06/21

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 63/202, CREDENCIAMENTO UNIVERSAL Nº 03/2021

Publicação Nº 3131805

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que está efetuando Credenciamento para contratação de serviços conforme especificado abaixo, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Processo de Licitação nº 63/2021, Credenciamento nº 03/2021.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o credenciamento de leiloeiros oficiais que comprovem capacidade técnica para a realização de alienação de bens móveis inservíveis pertencentes ao Patrimônio do Município de Peritiba, conforme especificados no Anexo I deste Edital.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h30 do dia 21/07/2021.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do credenciamento será realizada a partir das 09h30 do dia 21/07/2021.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Edital na íntegra está disponível no site do município <http://www.peritiba.sc.gov.br/> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122, site do município ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba – SC., 01 de julho de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS

Prefeito Municipal

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 64/202, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2021

Publicação Nº 3131813

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
Resumo de Inexigibilidade de Licitação

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação nº 64/2021 – Inexigibilidade de Licitação nº 09/2021

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de emissora de rádio com difusão FM e com abrangência em todo o território do Município de Peritiba, para divulgação de publicidade de informativos, dos atos, programas, obras, serviços, avisos, notícias, matérias, roteiros e campanhas de interesse do Município de Peritiba.

Dados do Contrato: Contrato nº 107/2021 / Contratado: RÁDIO ALIANÇA LTDA EPP - CNPJ: 75.787.630/0001-57- Data do Contrato: 01/07/2021 - Valor do Contrato (Fins Contábeis): R\$ 20.105,00 (Vinte mil, cento e cinco reais).

– Vigência do contrato: 01/07/2021 até 30/06/2022 - Informações complementares: O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br>. Inexigibilidade de Licitação, Lei nº 8.666 Artigo 25.

Peritiba – SC., 01 de julho de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ADJUDICAÇÃO PL Nº 56/2021 PE Nº 05/2021

Publicação Nº 3131501

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO

OBJETO: A presente licitação tem por objeto aquisição de materiais elétricos destinados a adequações e instalações elétricas em um barracão do município para instalação de empresa, conforme especificações constantes no Anexo I do edital.

EREMASTER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA, CNPJ: 37.278.673/0001-18, VALOR: R\$ 1.723,00 (Um mil, setecentos e vinte e três reais).

F-COMMERCE COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, 27.991.401/0001-07, VALOR: R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

TENDÊNCIA MATERIAS PARA INFORMÁTICA E ESCRITÓRIO, CNPJ: 01.010.272/0001-35, VALOR: R\$ 1.971,30 (Um mil, novecentos e setenta e um reais e trinta centavos).

Paulo José Deitos, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhes são conferidas, resolve ADJUDICAR o objeto Processo Licitatório nº 56/2021, Pregão Eletrônico nº 05/2021.

Peritiba – SC., 01 de julho de 2021.
PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ADJUDICAÇÃO PL Nº 64/2021 IL Nº 09/2021

Publicação Nº 3131868

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de emissora de rádio com difusão FM e com abrangência em todo o território do Município de Peritiba, para divulgação de publicidade de informativos, dos atos, programas, obras, serviços, avisos, notícias, matérias, roteiros e campanhas de interesse do Município de Peritiba.

RÁDIO ALIANÇA LTDA EPP, CNPJ: 75.787.630/0001-57, VALOR PARA FINS CONTÁBEIS: R\$ 20.105,00 (Vinte mil, cento e cinco reais).

Paulo José Deitos, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhes são conferidas, resolve ADJUDICAR o objeto Processo Licitatório nº 64/2021, Inexigibilidade de Licitação nº 09/2021.

Peritiba – SC., 01 de julho de 2021.
PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA HOMOLOGAÇÃO PL Nº 56/2021 PE Nº 05/2021

Publicação Nº 3131503

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Paulo José Deitos, Prefeito Municipal, comunica a homologação do Processo Licitatório nº 56/2021, Pregão Eletrônico nº 05/2021.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de materiais elétricos destinados a adequações e instalações elétricas em um barracão do município para instalação de empresa, conforme especificações constantes no Anexo I do edital.

EREMASTER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA, CNPJ: 37.278.673/0001-18, VALOR: R\$ 1.723,00 (Um mil, setecentos e vinte e três reais).

F-COMMERCE COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, 27.991.401/0001-07, VALOR: R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

TENDÊNCIA MATERIAS PARA INFORMÁTICA E ESCRITÓRIO, CNPJ: 01.010.272/0001-35, VALOR: R\$ 1.971,30 (Um mil, novecentos e setenta e um reais e trinta centavos).

Peritiba – SC., 01 de julho de 2021.
PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA HOMOLOGAÇÃO PL Nº 64/2021 IL Nº 09/2021

Publicação Nº 3131872

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Paulo José Deitos, Prefeito Municipal, comunica a homologação do Processo Licitatório nº 64/2021, Inexigibilidade de Licitação nº 09/2021.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de emissora de rádio com difusão FM e com abrangência em todo o território do Município de Peritiba, para divulgação de publicidade de informativos, dos atos, programas, obras, serviços, avisos, notícias, matérias, roteiros e campanhas de interesse do Município de Peritiba.

RÁDIO ALIANÇA LTDA EPP, CNPJ: 75.787.630/0001-57, VALOR PARA FINS CONTÁBEIS: R\$ 20.105,00 (Vinte mil, cento e cinco reais).

Peritiba – SC., 01 de julho de 2021.
PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 105/2021

Publicação Nº 3131981

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 57/2021, Pregão Presencial nº 29/2021

Objeto: O objeto do presente contrato é a contratação de profissional para ministrar aulas de artes marciais junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS, com crianças e adolescentes do Município de Peritiba.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 105/2021

Contratado: DANIEL AUGUSTO ROOS 06520183946

CNPJ: 32.345.711/0001-94

Data de Vigência: 30/06/2021 a 29/12/2021.

Município de Peritiba – SC., em 30 de junho de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 106/2021

Publicação Nº 3131984

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo de Licitação 43/2019 modalidade Tomada de Preços nº 02/2019

Objeto: Prorrogar até 31/12/2021 o prazo de vigência do contrato Original nº 67/2019 que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 106/2021 - QUARTO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 67/2019

Contratado: ECON – ASSESSORIA EM GESTÃO LTDA

CNPJ: 14.731.523/0001-12

Data de Vigência: 30/06/2021 a 31/12/2021.

Município de Peritiba – SC., em 30 de junho de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 107/2021

Publicação Nº 3131985

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo de licitação nº 58/2021 Credenciamento Universal nº 02/2021 e o Processo de Licitação nº 64/2021 Inexigibilidade nº 09/2021

Objeto: O objeto do presente contrato é a contratação de emissora de rádio com difusão FM e com abrangência em todo o território do Município de Peritiba, para divulgação de publicidade de informativos, dos atos, programas, obras, serviços, avisos, notícias, matérias, roteiros e campanhas de interesse do Município de Peritiba.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 107/2021

Contratado: RÁDIO ALIANÇA LTDA EPP

CNPJ: 75.787.630/0001-57

Data de Vigência: 01/07/2021 a 30/06/2022.

Município de Peritiba – SC., em 01 de julho de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 108/2021

Publicação Nº 3131986

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 56/2021, Pregão Eletrônico nº 05/2021

Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de materiais elétricos destinados a adequações e instalações elétricas em um baracão do município para instalação de empresa.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 108/2021

Contratado: F-COMMERCE COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA

CNPJ: 27.991.401/0001-07

Data de Vigência: 01/07/2021 a 31/12/2021.

Município de Peritiba – SC., em 01 de julho de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 109/2021

Publicação Nº 3131987

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 56/2021, Pregão Eletrônico nº 05/2021

Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de materiais elétricos destinados a adequações e instalações elétricas em um baracão do município para instalação de empresa.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 109/2021

Contratado: TENDÊNCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ESCRITÓRIO LTDA

CNPJ: 01.010.272/0001-35

Data de Vigência: 01/07/2021 a 31/12/2021.

Município de Peritiba – SC., em 01 de julho de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 110/2021

Publicação Nº 3131989

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 56/2021, Pregão Eletrônico nº 05/2021

Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de materiais elétricos destinados a adequações e instalações elétricas em um baracão do município para instalação de empresa.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 110/2021

Contratado: EREMASTER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA

CNPJ: 37.278.673/0001-18

Data de Vigência: 01/07/2021 a 31/12/2021.

Município de Peritiba – SC., em 01 de julho de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Pescaria Brava

PREFEITURA

DECRETO Nº 633, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131140

DECRETO Nº 633, DE 01 DE JULHO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO ORDINÁRIA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de avaliação da situação atual e avanços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), disposto no inciso VI do artigo 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica de Assistência Social),

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada nos dias 03 e 04 de Agosto do ano de 2021, com a atribuição de avaliar a situação da Assistência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema.

Parágrafo Único - O órgão gestor municipal de assistência social, divulgará em sítio eletrônico de ampla divulgação o cronograma de atividades a serem desenvolvidas junto a Conferência Municipal de Assistência Social, discriminando o horário de cada atividade.

Art. 2º A Conferência Municipal de Assistência Social terá como tema "Assistência Social: Direito do povo e Dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social".

Art. 3º O órgão gestor municipal de assistência social ficará responsável pelo apoio técnico, logístico e custeio das despesas decorrentes da aplicação deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Pescaria Brava/SC, 01 de Julho de 2021.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

MIRIAM TEREZINHA MODESTO

Presidente de Conselho Municipal de Assistência Social

EXTRATO DA ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO NR. 28/2021 (SEQUÊNCIA 2) - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 21/2021 PMPB TOMADA DE PREÇOS Nº. 03/2021 PMPB

Publicação Nº 3130999

PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA

EXTRATO DA ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 28/2021 (Sequência: 2)

Processo Licitatório nº. 21/2021 PMPB

Tomada de Preços nº. 03/2021 PMPB

OBJETO DA LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA, DRENAGEM PLUVIAL, PASSEIO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, EXTENSÃO DE 295m E ÁREA TOTAL DE 1.797,64m², NA RUA LEANDRO TOMAZ FRANCISCO, KM 37, NO MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA.

PARECER DA COMISSÃO:

"... Aberta a sessão, a comissão restou surpreendida pela desistência das empresas NCC ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELLI, inscrita no CNPJ sob o nº 26.553.728/0001-34, INTEGRARE CONSULTORIA E SERVIÇOS IMOBILIÁRIOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 06.160.259/0001-86 e BRANCO PEDRAS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.834.318/0001-29, conforme mensagens direcionadas ao Departamento de Compras e Licitações e datadas, respectivamente de 11/06/2021, 14/06/2021 e 25/06/2021. Diante de tal situação, a Comissão Permanente de Licitações, por decisão unânime dos membros e presidente, recomenda a revogação do presente processo licitatório, haja vista que frustrada a competitividade e concorrência, em razão das repentinas desistências, fatos, no mínimo estranhos. Ademais, quanto a única empresa, ainda participante do certame, qual seja, TORRES E MEDEIROS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 80.735.780/0001-57, a Comissão deixa de habilitar, haja vista que a referida empresa descumpriu o que preconiza o artigo 31, I da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e o item 5.16 do Edital de Licitação, pois não apresentou o Balanço Patrimonial – BP e o Balanço de Resultado Econômico – BRE, na forma do artigo 1.179 do Código Civil..."

A ÍNTEGRA DESTA ATA FOI NOTIFICADA AOS INTERESSADOS PARA QUE, QUERENDO, APRESENTEM RECURSO NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS, BEM COMO, ENCONTRA-SE PUBLICADA NO SITE: www.pescariabrava.sc.gov.br.

Pescaria Brava, 01 de julho de 2021.

Comissão:

Fernanda de Oliveira Nobre -----Presidente da Comissão de Licitação

Mariane Ribeiro Cardoso-----Chefe de Setor

Hemily Vieira Martins-----Diretor de Departamento

Edson de Oliveira Souza-----Fiscal de Tributos

Alexandre Souza Lopes-----Procurador Jurídico

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 14/2021 PMPB - PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 41/2021 PMPB DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 05/2021 PMPB

Publicação Nº 3130684

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D714C4CB6916E16DF7E4915C97C178A0B2C14E71

MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 14/2021 PMPB

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA - CNPJ Nº. 16.780.795/0001-38

CONTRATADA: FELIPE CARDOZO FONTANA ME – CNPJ Nº. 09.112.300/0001-37

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 41/2021 PMPB

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 05/2021 PMPB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAR SERVIÇOS CONTÁBEIS ESPECIALIZADOS COMO O OBJETIVO DE ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES EXECUTORAS PRÓPRIAS DENOMINADAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E PROFESSORES (APPS), REPRESENTANTES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PESCARIA BRAVA, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL.

VALOR GLOBAL: R\$ 11.000,00 (ONZE MIL REAIS)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.00.00.5001, CÓDIGO REDUZIDO Nº 35/2021

VIGÊNCIA CONTRATUAL: 12 (DOZE) MESES

DATA DA ASSINATURA: 01 DE JULHO DE 2021

Petrolândia

PREFEITURA

DECRETO Nº. 073/2021

Publicação Nº 3131490

DECRETO Nº. 073, de 30 de Abril de 2021.

CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO.

ANGELA ADRIANA KRINDGES DA MOTA, Prefeita Municipal Interina do Município de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com amparo no Inciso VII, do Art. 85, da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº. 009 de 28/06/2011;

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída e nomeados os membros para compor a Comissão do Concurso Público nº. 001/2021, e supervisionar a execução do concurso destinado ao preenchimento de vagas funcionais, constantes no Quadro de Pessoal da Administração Pública Municipal.

Art. 2º. A comissão será constituída dos seguintes membros: Solange Schappo, Juliana Weber e Adriana Ruprest da Silva Henn, sendo presidida pelo primeiro.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão a conta de dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, em 30 de Junho de 2021.

ANGELA ADRIANA KRINDGES DA MOTA

PREFEITA MUNICIPAL INTERINA

Pinhalzinho

PREFEITURA

ATA DE PREGAO PRESENCIAL Nº 029-2021

Publicação Nº 3130624

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2021 - PMP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2021 – PMP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LICENCIAMENTO DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, DESENVOLVIDOS EM TECNOLOGIA DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM, INCLUINDO AINDA SERVIÇOS NECESSÁRIOS A SUA IMPLANTAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E CÂMARA DE VEREADORES, CONFORME ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL, de acordo com as especificações constantes do Anexo "A" deste Edital.

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, às oito horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, reuniu-se o reuniu-se a Pregoeira Sra. Valquiria Astrigi e sua Equipe de apoio, constituída pelo servidor Sr. Samuel Eckert, designados pelo Decreto nº 062/2021, com a finalidade de efetuar o recebimento dos envelopes e julgamento da Licitação em epígrafe registramos a presença da Srta. Gabriela Cuchi, membro do Observatório Social, e o representante do Depto. de TI o servidor Sr. Vanderlei Aniecevski.

DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:

O Pregoeiro declarou aberta a sessão recepcionando os Licitantes para protocolização dos envelopes de Proposta de Preços e Habilitação, em conformidade com o item 4.1 do Edital. Protocolou os envelopes de Proposta de Preços e Habilitação a empresa: IPM SISTEMAS LTDA, As empresas apresentaram por escrito, por fora do envelope, Declaração referente o disposto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (De acordo com item 8.1 do Edital).

DO CREDENCIAMENTO DE "ME" E "EPP": A Pregoeira declarou aberta a sessão recepcionando os Licitantes para o credenciamento "ME" e "EPP". Nenhuma empresa se credenciou.

DO CREDENCIAMENTO:

Ato contínuo passou-se ao credenciamento dos licitantes ou seus representantes legais (item 5 do Edital), os quais apresentaram documentos que comprovam possuir poderes para formulação de lances verbais e para prática de todos os demais atos inerentes ao pregão: IPM SISTEMAS LTDA, Sr. Marcos Folador.

DA CONSULTA AO PORTAL TRANSPARÊNCIA E CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA:

Foram consultados no Portal Transparência (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>) e Conselho Nacional de justiça (www.cnj.jus.br/improbidade) as empresas participantes da presente licitação e sócios majoritários, não tendo sido constatada nenhuma irregularidade.

DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Os envelopes de Habilitação e Propostas de Preços foram rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio e pelos representantes credenciados, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro do prazo fixado no subitem 1.2 deste Pregão Presencial. Ato contínuo foram abertos os Envelopes nº 01 – Proposta de Preços das licitantes, os quais foram rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes. Após análise. A Pregoeira declarou as propostas formais compatíveis com os requisitos mínimos fixados no Edital, classificando-se para a fase de lances. Por conseguinte, a Pregoeira deu início à fase dos lances verbais, iniciando pela licitante que ofertou maior valor na sua proposta inicial. Ressalte-se que os lances ofertados foram registrados e assinados pelos proponentes, cujos formulários integram a presente ata:

DA CLASSIFICAÇÃO: Assim, após a respectiva rodada de lances ofertados pelos representantes legais, foi apurada a classificação, conforme documento "Histórico do Pregão", Anexo, rubricado pelo Pregoeiro e pelas licitantes ofertantes dos lances para cada item.

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	QNT	Lance/Negociado	Total
IPM SISTEMAS LTDA						
1	LOTE I - SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	IPM	SR	01	439.669,16	439.669,16
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	QNT	Lance/Negociado	Total
2	LOTE II - SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL	IPM	SR	01	115.654,68	115.654,68

DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO: Ato contínuo, procedeu-se à abertura do Envelope nº 02 – Documentação de Habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos nele contido foram conferidos e rubricados pela Pregoeira, sua Equipe de Apoio e pelos representantes credenciados. As licitantes apresentaram sua documentação de habilitação em plena conformidade com os requisitos constantes no item 7 (e respectivos subitens) do Edital, desta forma, a Pregoeira declarou as mesmas habilitadas.

DOS RECURSOS: Encerrada a etapa de julgamento das propostas e de habilitação, a Pregoeira declarou o vencedor e oportunizou aos licitantes para, querendo, manifestassem motivadamente a intenção de recorrer. Os representantes presentes renunciaram expressamente o direito de recorrer.

DO ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, sobre o presente julgamento, a pregoeira encerra os trabalhos com a lavratura desta ata, que após lida e achada em conforme, vai assinada pela Pregoeira, Equipe de Apoio e licitantes presentes à sessão e, em seguida, submetida à apreciação da Autoridade Superior, para, se assim entender e concordar, promover sua homologação e adjudicação do objeto licitado à empresa vencedora.

Valquiria Astrigi Presidente da CPL	Samuel F. Eckert Membro CPL
IPM SISTEMAS LTDA	Gabriela Cuchi Observatório Social Municipal
	Vanderlei Aniecevski Depto. de TI

Pinheiro Preto

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 49/2021

Publicação Nº 3130729

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2021

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida marechal Costa e Silva, 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GILBERTO CHIARANI, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições, resolve, considerando o julgamento da licitação na modalidade de REGISTRO DE PREÇOS, PREGÃO ELETRÔNICO nº 45/2021, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2021, publicado no Diário oficial dos Municípios DOM, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por DO OBJETO E DO PREÇO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM DE PNEUS PARA VEÍCULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	UNIDADE MEDIDA	DESCRIÇÃO	MARCA	TÉCNICA USADA	VALOR UNIDADE (R\$)
7	Unid	Recapagem de pneu 18,4 x 30	VIPAL	QUENTE	R\$ 1.300,00
28	Unid	Vulcanização 18.4 x 30	VIPAL	QUENTE	R\$ 400,00

3. EMPRESA REGISTRADA NA PRESENTE ATA:

Empresa: BORILLI PNEUS LTDA
CNPJ: 88.644.877/0001-66
Endereço: ROD RS 463, S/N, KM 03
Bairro Industrial Tapejara - RS
Responsável: Bruna Borilli

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

4.1. O órgão gerenciador será O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.
4.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:
- Município de Pinheiro Preto

4.3. A gestão da presente Ata ficará a cargo do Secretário Municipal de Transporte e Obras Fabio Junior Gessi.

4.4. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo:

- a) Secretária de Educação, Cultura e Esportes, Karina Chiarani Faccin, tel: 3562 2003.
- b) Secretário Mun. de Transporte e Obras Fabio Junior Gessi, telefone (49) 3562 1168,
- c) Secretário Agricultura Agostinho Panceri, telefone (49) 3562 2023,
- d) Secretário de Turismo e Limpeza, Maurício Chelest, telefone (49) 3562 1414,

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

6. VIGÊNCIA / VALIDADE DA ATA

6.1. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

7. REVISÃO E CANCELAMENTO

- 7.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantagem dos preços registrados nesta Ata.
- 7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 7.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 7.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 7.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 7.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão

gerenciador poderá:

- 7.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 7.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 7.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.6. O registro do fornecedor será cancelado quando:
 - 7.6.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - 7.6.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - 7.6.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
 - 7.6.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 7.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 7.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
 - 7.8.1. por razão de interesse público; ou
 - 7.8.2. a pedido do fornecedor.

8. DAS PENALIDADES

- 8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 8.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).
- 8.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. CONDIÇÕES GERAIS

- 9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital.
 - 9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, § 1º do Decreto nº 7.892/13.
 - 9.3. ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, § 4º do Decreto nº 7.892, de 2014.
 - 9.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.
- Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Pinheiro Preto 29 de junho de 2021.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	BORILLI PNEUS LTDA
GILBERTO CHIARANI	
Prefeito Municipal	

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 51/2021

Publicação Nº 3130730

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2021

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida marechal Costa e Silva, 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GILBERTO CHIARANI, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições, resolve, considerando o julgamento da licitação na modalidade de REGISTRO DE PREÇOS, PREGÃO ELETRONICO nº 45/2021, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2021, publicado no Diário oficial dos Municípios DOM, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por DO OBJETO E DO PREÇO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM DE PNEUS PARA VEÍCULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	UNIDADE MEDIDA	DESCRIÇÃO	MARCA	TÉCNICA USADA	VALOR UNIDADE (R\$)
3	Unid	Conserto simples 19.5 x 24	RUZI	QUENTE	R\$ 173,00
4	Unid	Conserto simples 1000 R 20	RUZI	QUENTE	R\$ 123,00
6	Unid	Recapagem de pneu 14,9 x 24	RUZI	QUENTE	R\$ 830,00

3. EMPRESA REGISTRADA NA PRESENTE ATA:

Empresa: GRANDO PNEUS LTDA

CNPJ: 03.562.696/0001-38

Endereço: AV Juscelino K. de Oliveira, 8860

Bairro Santa Tereza – Vacaria RS

Responsável: José Antonio Grando Neto

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

4.1. O órgão gerenciador será O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

4.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

- Município de Pinheiro Preto

4.3. A gestão da presente Ata ficará a cargo do Secretário Municipal de Transporte e Obras Fabio Junior Gessi.

4.4. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo:

a) Secretária de Educação, Cultura e Esportes, Karina Chiarani Faccin, tel: 3562 2003.

b) Secretário Mun. de Transporte e Obras Fabio Junior Gessi, telefone (49) 3562 1168,

c) Secretário Agricultura Agostinho Panceri, telefone (49) 3562 2023,

d) Secretário de Turismo e Limpeza , Maurício Chelest, telefone (49) 3562 1414,

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

6. VIGÊNCIA / VALIDADE DA ATA

6.1. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

7. REVISÃO E CANCELAMENTO

7.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

7.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

7.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

7.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

7.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.6. O registro do fornecedor será cancelado quando:

7.6.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

7.6.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

7.6.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

7.6.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

7.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

7.8.1. por razão de interesse público; ou

7.8.2. a pedido do fornecedor.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

8.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro

de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

8.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital.

9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, § 1º do Decreto nº 7892/13.

9.3. ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, § 4º do Decreto nº 7.892, de 2014.

9.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Pinheiro Preto 29 de junho de 2021.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	GRANDO PNEUS LTDA
GILBERTO CHIARANI	
Prefeito Municipal	

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 52/2021

Publicação Nº 3130731

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2021

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida marechal Costa e Silva, 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GILBERTO CHIARANI, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições, resolve, considerando o julgamento da licitação na modalidade de REGISTRO DE PREÇOS, PREGÃO ELETRONICO nº 45/2021, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2021, publicado no Diário oficial dos Municípios DOM, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por DO OBJETO E DO PREÇO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM DE PNEUS PARA VEÍCULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	UNIDADE MEDIDA	DESCRIÇÃO	MARCA	TÉCNICA USADA	VALOR UNIDADE (R\$)
5	Unid	Recapagem de pneu 12,4 x 24	RUBBERNEW	A QUENTE	R\$ 640,00
8	Unid	Recapagem de pneu 18,4 x 34	RUBBERNEW	A QUENTE	R\$ 1.490,00
9	Unid	Recapagem de pneu 23,1 x 30	RUBBERNEW	A QUENTE	R\$ 2.699,00
10	Unid	Recapagem de pneu 275/80 R 22,5 borrachudo	RUBBERNEW	A FRIO	R\$ 417,00
11	Unid	Recapagem de pneu 1000 R 20 BORRACHUDO	RUBBERNEW	A FRIO	R\$ 400,00
12	Unid	Recapagem de pneu 1000 R 20 MISTO	RUBBERNEW	A FRIO	R\$ 414,00
13	Unid	Recapagem Pneus 215/75 R 17.5 MISTO	RUBBERNEW	A FRIO	R\$ 499,00
14	Unid	Recapagem Pneus 19.5 x 24	RUBBERNEW	A QUENTE	R\$ 1.230,00
15	Unid	Recapagem Pneus 12.5/80 x 18	RUBBERNEW	A QUENTE	R\$ 529,00
16	Unid	Recapagem Pneus 12 X 16.5	RUBBERNEW	A QUENTE	R\$ 499,00
17	Unid	Recapagem Pneus 10 X 16.5	RUBBERNEW	A QUENTE	R\$ 644,00
18	Unid	Recapagem Pneus 1400 X 24	RUBBERNEW	A QUENTE	R\$ 889,00
19	Unid	Recapagem de pneu 275/80 R 22.5 MISTO	RUBBERNEW	A FRIO	R\$ 449,00

20	Unid	Recapagem Pneus 295/80 R 22.5 BORRACHUDO	RUBBERNEW	A FRIO	R\$ 419,00
21	Unid	Vulcanização de pneu 12,4 x 24	RUBBERNEW	A QUENTE	R\$ 399,00
22	Unid	Vulcanização de pneu 14,9 x 24	RUBBERNEW	A QUENTE	R\$ 399,00
23	Unid	Vulcanização de pneu 18,4 x 30	RUBBERNEW	A QUENTE	R\$ 399,00
24	Unid	Vulcanização de pneu 18,4 x 34	RUBBERNEW	A QUENTE	R\$ 599,00
25	Unid	Vulcanização de pneu 23,1 x 30	RUBBERNEW	A QUENTE	R\$ 730,00
26	Unid	Vulcanização 1000 R 20	RUBBERNEW	A QUENTE	R\$ 244,00
27	Unid	Vulcanização 19.5 x 24	RUBBERNEW	A QUENTE	R\$ 578,00
29	Unid	Vulcanização 18.4 x 34	RUBBERNEW	A QUENTE	R\$ 599,00
30	Unid	Vulcanização Pneus 295/80 R 22.5	RUBBERNEW	A QUENTE	R\$ 254,00
31	Unid	Vulcanização Pneus 275/80 R 22.5	RUBBERNEW	A QUENTE	R\$ 250,00

3. EMPRESA REGISTRADA NA PRESENTE ATA:

Empresa: RECAPADORA FABRICA DOS PNEUS LTDA

CNPJ: 04.895.855/0001-89

Endereço: AL Alameda Virgilio Moreira, nº 483 –

Bairro Nhapiñazal – Irati PR

Responsável: Evandro Rebesco

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

4.1. O órgão gerenciador será O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

4.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

- Município de Pinheiro Preto

4.3. A gestão da presente Ata ficará a cargo do Secretário Municipal de Transporte e Obras Fabio Junior Gessi.

4.4. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo:

a) Secretária de Educação, Cultura e Esportes, Karina Chiarani Faccin, tel: 3562 2003.

b) Secretário Mun. de Transporte e Obras Fabio Junior Gessi, telefone (49) 3562 1168,

c) Secretário Agricultura Agostinho Panceri, telefone (49) 3562 2023,

d) Secretário de Turismo e Limpeza, Maurício Chelest, telefone (49) 3562 1414,

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

6. VIGÊNCIA / VALIDADE DA ATA

6.1. A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

7. REVISÃO E CANCELAMENTO

7.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

7.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

7.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

7.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

7.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.6. O registro do fornecedor será cancelado quando:

7.6.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

7.6.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

7.6.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

7.6.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

7.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- 7.8.1. por razão de interesse público; ou
7.8.2. a pedido do fornecedor.

8. DAS PENALIDADES

- 8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
8.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).
8.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. CONDIÇÕES GERAIS

- 9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital.
9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, § 1º do Decreto nº 7892/13.
9.3. ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, § 4º do Decreto nº 7.892, de 2014.
9.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.
Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Pinheiro Preto 29 de junho de 2021.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	RECAPADORA FABRICA DOS PNEUS LTDA
GILBERTO CHIARANI	
Prefeito Municipal	

TESTEMUNHAS:

1)
Nome:
CPF:

2)
Nome:
CPF:

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PREGAO ELETRONICO N. 49/2021

Publicação Nº 3131053

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4539B5E5F2525ED0A48EC2B1EEB64A4375B6ED2A

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2021

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, torna público, que realizará através da plataforma eletrônica www.bll.org.br (Bolsa de Licitações do Brasil-BLL) certame licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico Nº 49/2021, sendo CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR PARA AULAS EM OFICINA DE INFORMATICA E DANÇA (BALLET E CRIATIVA), PODENDO PARTICIPAR EMPRESA OU PESSOA FÍSICA PARA LECIONAR AULAS PROFISSIONALIZANTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS, conforme especificações junto ao Edital Convocatório e anexos. Declara aberta o acolhimento das propostas comerciais até às 08:15h do dia 14/07/2021, início da sessão na mesma data a partir das 08:30h.

Maiores informações e entrega de editais no endereço eletrônico: www.bll.org.br (Bolsa Licitações do Brasil) ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br com Sede Administrativa em Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000.

PINHEIRO PRETO-SC, 01 DE JULHO DE 2021
GILBERTO CHIARANI
PREFEITO

DECRETO Nº 5.501, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3132368

DECRETO Nº 5.501, DE 01 DE JULHO DE 2021

DISPÕE SOBRE MEDIDAS EXCEPCIONAIS DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

GILBERTO CHIARANI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Orgânica do Município e

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO a avaliação de risco de potencial gravíssimo e classificada na região da AMARP, conforme demonstra a matriz de risco

regional disponível em www.coronavirus.sc.gov.br/gestao-da-saude;

CONSIDERANDO a classificação pela OMS no dia 11 de março de 2020, como pandemia pelo novo coronavírus;
CONSIDERANDO a falta de consciência da população no cumprimento das regras sanitárias e isolamento para prevenção ao COVID-19;
CONSIDERANDO a atual situação local e regional de contaminação;

DECRETA:

Art. 1º Permanece decretado uso obrigatório de máscaras, inclusive nas vias públicas, em qualquer estabelecimento público ou privado, bem como nos locais públicos de uso comum

Art. 2º Ficam suspensos, no âmbito do Município de Pinheiro Preto, o uso, funcionamento e ou realização do que segue:

I - eventos comemorativos relativos a jantares, batizados, festas de aniversários e afins.

II – eventos integrativos empresariais, tais como reuniões, assembleias e palestras, com capacidade de 50% de lotação do local, sendo permitido no máximo 30 (trinta) pessoas, observadas o protocolo e regramento sanitário específico, em especial as regras estabelecidas na portaria SES nº 454 de 30 de abril de 2021 do Estado de Santa Catarina.

III – Atividades de treinamentos e eventos esportivos, tais como: campeonatos, torneios, competições e afins;

§ 1º casamentos e formaturas estão liberados com a capacidade de participação de até 30 (trinta) pessoas.

§ 2º Fica liberado o futebol de campo e suíço, futsal e voleibol de lazer, com a presença apenas das equipes que irão praticar a atividade esportiva, sem presença de público e sem confraternização antes e após o jogo, ficando determinado intervalo de 30 minutos entre cada jogo.

§ 3º as atividades educacionais esportivas quanto ao treinamento, está permitida somente para os alunos e professores que irão praticar o esporte.

§ 4º O jogo de boliche e bocha estão liberados sem presença de público e sem confraternização antes e após o jogo.

IV – reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluindo excursões e cursos presenciais, e ou confraternizações em locais de uso coletivo tais como: sedes sociais, churrasqueiras coletivas, salões de festas, sítios, chácaras, inclusive na modalidade drive-in que acarretam aglomeração;

V – academias ao ar livre e parques infantis;

VI - Jogos de mesa, tabuleiros e sinuca em qualquer estabelecimento, bem como residência ou local em que estejam jogando pessoas que não façam parte do grupo familiar

VII - Uso e compartilhamento de narguilé em qualquer estabelecimento ou local.

VIII – Reuniões familiares em residências, sítios e áreas comuns de condomínios em que se constate a presença de pessoas não pertencentes ao grupo familiar.

Art. 3º As provas de testes seletivos estão liberados, sendo obrigatório cumprir a portaria SES nº 714, de 18 de setembro de 2020, do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Os grupos de promoção e prevenção à saúde estão liberados desde que autorizados pela vigilância sanitária municipal.

Art. 5º As piscinas de uso coletivo, clubes sociais e esportivos, ginásios, quadras esportivas, fica liberado o limite de ocupação de 50% e com horário de funcionamento das 06h00 às 23h00, desde que as atividades físicas e competições sejam no máximo de duplas e sem contato físico

Art. 6º Fica restringido a circulação de pessoas no período compreendido entre as 23h00min e às 05h00min, ressalvadas unicamente a circulação de pessoas para fins de atendimento à saúde, emergência ou em deslocamento para atividades laborais permitidas.

Art. 7º Recomenda-se às empresas e atividades em geral, que sempre que possível, mantenham seus colaboradores em regime home office, primando pela redução de circulação de pessoas.

Art. 8º O transporte particular de passageiros, de qualquer espécie, fica limitado a 50% da capacidade de passageiros sentados

Art. 9º As atividades educacionais presenciais continuam limitadas a 50% das matrículas ativas por turno de atendimento do estabelecimento de ensino.

§ 1º os estabelecimentos de ensino devem ainda, além de respeitar todas as normas de saúde definidas nas portarias e decretos do Estado de Santa Catarina, garantir e efetivas matrículas para evitar fila e aglomeração de profissionais, pais e alunos na entrada e saída do estabelecimento.

§ 2º o transporte escolar deverá continuar operando com limite de 50% da capacidade de assentos de passageiros sentados.

Art. 10 para celebrações, cultos religiosos e missas devem ser efetivas medidas para se evitar fila e aglomeração nas entradas e saídas, bem como durante a celebração da eucaristia, devendo ainda respeitar o limite de 30% da capacidade do local e limitação do horário de funcionamento das 06h00 às 22h00min

Parágrafo único. Ficam autorizadas as atividades de corais e bandas para os atos de louvor, devendo respeitar o limite de até 05 (cinco) pessoas, o distanciamento social e uso individual de microfones e instrumentos.

Art. 11 durante a vigência deste decreto, fica determinado o encerramento do horário de funcionamento dos serviços de alimentação, nos seguintes dias e horários:

I - Lanchonetes, restaurantes, pizzarias e afins, de segunda a domingo das 05h00 até às 23h00 limitado o ingresso de novos clientes até às 22h00, ficando permitido a execução de música ao vivo com formação instrumental e vocal de até duas pessoas.

II – os bares de segunda a domingo, das 05h00 até as 20h00, com lotação de 25% da capacidade do local, ficando proibido a apresentação artística.

III – o comércio de rua, inclusive distribuidora de bebidas e alimentos, o horário de funcionamento das 08h00min às 18h30, de segunda a sábado, com exceção de serviços essenciais.

IV - não será permitido o fornecimento de bebidas alcóolicas para consumo próprio no estabelecimento entre as 23h00 às 05h00

V - Os serviços de Delivery ficam limitados ao atendimento domiciliar e familiar podendo funcionar diariamente até as 23h00min.

VI - As comunidades do interior, igrejas e templos religiosos poderão fazer entregas de balcão ou drive thru, desde que respeitem as normas da vigilância.

Parágrafo único. Os eventos mencionados no inciso VI deverão ser comunicados, através de ofício, à vigilância sanitária do município bem como a polícia militar com antecedência de 05 (cinco) dias.

VII - Em todos os estabelecimentos de serviço de alimentação fica proibido unir as mesas ou aumentar a capacidade, devendo manter apenas as cadeiras conforme a capacidade das mesas e com devido distanciamento.

VIII - Os restaurantes localizados em hotéis e pousadas somente poderão atender seus hóspedes, limitada a capacidade simultânea de 50%, ficando vedado a venda de bebidas alcóolicas a partir das 23h00.

Art. 12 Os Supermercados, Lojas de Departamentos, Mercados, Padarias, Açougues e Afins poderão funcionar de segunda a domingo, das 06h00 até as 22h00min.

Parágrafo único Os estabelecimentos mencionados no caput deverão limitar a capacidade simultânea de clientes no estabelecimento em 50% do total permitido pelo corpo de bombeiros.

Art. 13 As academias, clínicas de fisioterapia, pilates e afins deverão respeitar a lotação de 30% da capacidade, incluindo os colaboradores, não podendo o horário de funcionamento ultrapassar às 23h00.

Art. 14 O funcionamento das agências Bancárias, correspondentes bancários, lotéricas e cooperativas de crédito somente será permitida com atendimento individual, controle de entrada e monitoramento do distanciamento de 1,5metros entre as pessoas.

Art. 15 Fica vedada a aglomeração de pessoas em praças, parques, e espaços públicos abertos bem como o consumo de bebidas alcóolicas nestes locais.

Art. 16 Fica liberado o atendimento individual, com horário pré-agendado, sendo um profissional para cada cliente, em salões de beleza, clínicas de estética e afins, ficando proibido o consumo de alimentos e chimarrão nesses locais.

Art. 17. Nos postos de combustíveis, o horário de funcionamento será permitido das 06h00 até as 22h00, com limite de ocupação é de 25%, sendo proibido o consumo de produtos comercializados no próprio estabelecimento no horário a partir das 18h00.

Art. 18 Está proibido em todos os níveis, o atendimento ao público de qualquer estabelecimento, no horário entre 23h00 e 05h00, exceto:

- a) Farmácias e clínicas;
- b) Serviços funerários;
- c) Serviços agropecuários e veterinários;
- d) Assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;
- e) Estabelecimentos que realizem atendimentos exclusivamente na modalidade de tele- entrega;
- f) Postos de combustível;
- g) Estabelecimentos dedicados à alimentação ou à hospedagem de transportadores de cargas e de passageiros, situados em estradas e rodovias;
- h) Hotéis e similares.

Art. 19 Os estabelecimentos que descumprirem qualquer das determinações contidas neste decreto, serão imediatamente interditados pelo período da vigência deste, independentemente de prévia notificação ou procedimento administrativo, além da caracterização de infração

sanitária sujeita a aplicação das demais penalidades cabíveis

Art. 20 As pessoas que apresentarem sintomas gripários deverão procurar imediatamente atendimento médico bem como comunicar as autoridades sanitárias municipais, sob pena de serem penalizadas por descumprimento das medidas sanitárias. Aos particulares fica delegada a atribuição de fiscalizarem, denunciarem pessoas que estiverem nesse estado fora do isolamento social.

Art. 21 As medidas de restrição prevista neste decreto perdurarão até dia 14 de julho de 2021, podendo ser prorrogado conforme a classificação na matriz de risco da região e situação local, ou ainda, até a tomada de decisão de outras deliberações do Governo do Estado.

Art. 22 As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município.

Art. 23 Os pacientes suspeitos, positivados para covid 19 e que tenham contato familiar direto, que não cumprirem o isolamento determinado pela secretaria municipal de saúde, estão passíveis de multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) e responderão criminalmente de acordo com a lei federal nº 13.979/20, bem como o código sanitário municipal nº 2.051, de 19 de fevereiro de 2019.

Art. 24 Ficam nomeadas fiscais sanitárias "ad hoc" as pessoas de:

- a) HYOLANDA MHARYA GROSSKOPF, funcionária pública, ocupante do cargo efetivo de fiscal de obras, rendas e tributos;
- b) VANUZA PERIN, funcionária pública, ocupante do cargo em comissão de chefe de gabinete;
- c) CARLOS MARCELO BARONI, funcionário público, ocupante do cargo efetivo de agente de combate a endemias.
- d) SILVIA PERAZZOLI, funcionária pública, ocupante do cargo em comissão de diretora de habitação.

Art. 25 Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos, revogadas as disposições em contrário, em especial o decreto municipal nº 5.490, de 17 de junho de 2021.

PINHEIRO PRETO/SC, 01 DE JULHO DE 2021
GILBERTO CHIARANI
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 29/2021

Publicação Nº 3132372

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 29/2021
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2021

GILBERTO CHIARANI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em atendimento ao disposto no Edital Processo Seletivo n. 001/2021, CONVOCA, para exercer suas atividades em caráter temporário na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, obedecida a ordem final de classificação, o candidato aprovado, abaixo relacionado:

IDENTIFICAÇÃO RG	NOME DO CANDIDATO	CARGO (Regime Administrativo Especial)
7.604.403	Marcos Queiroz da Silva	Motorista

O candidato acima relacionado deverá no prazo máximo de 05 (CINCO) dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar o exame de Saúde Admissional, expedido por médico indicado pelo município e os seguintes documentos:

- a. Formulário de Dados Cadastrais; (anexo Modelo);
- b. Formulário de Declaração de Dependência; (anexo Modelo);
- c. Formulário de Declaração de Bens; (anexo Modelo);
- d. Formulário de Declaração de Não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções pública; (anexo Modelo);
- e. Carteira de Identidade;
- f. Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, declaração emitida pelo T.R.E. que comprove o pleno gozo dos direitos civis e políticos;
- g. Certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso);
- h. Documento com o nº do PIS/PASEP, ou extrato de inexistência de registro obtido, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal);
- i. CPF - Cartão do Cadastro de Pessoa Física;
- j. Carteira nacional do S.U.S;
- k. Certidão de Casamento;
- l. Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
- m. Laudo médico (obtido mediante perícia médica);
- n. Carteira de Trabalho (CTPS);
- o. Comprovante de conta corrente bancária Banco do Brasil;
- p. Comprovante de residência (conta de luz ou água ou telefone não superior a 90 dias);
- q.01 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual;
- r. Certificado de reservista.

A entrega da documentação dar-se a no Setor de Recursos Humanos, sito na Av. Arthur Costa e Silva, 111, Município de Pinheiro Preto –SC,

no horário das 07:30hs as 11:30hs e das 13:00hs as 17:00hs.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 01 de julho de 2021.

GILBERTO CHIARANI
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRENCIA N. 01/2021

Publicação Nº 3131801

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 80D4B7D7D3E91D3F65CA03134306ACACF4F49DA2

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2021

O Município de Pinheiro Preto torna público que realizará LICITAÇÃO DE CONCORRÊNCIA N. 001/2021, nos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações, e das condições fixadas no respectivo Edital e anexos. OBJETO: CONCESSÃO DE BEM PÚBLICO, DESTINADA PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE ESTRUTURA (SENDO: 04 TORRES + CENTRAL E EQUIPAMENTOS) DO PROGRAMA PILOTO COMUNIDADES RURAIS DIGITAIS, PARA FINS DE COMERCIALIZAÇÃO DE SINAL DE INTERNET E TELEFONIA RURAL, nos termos da Lei 8.666/1993 DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 03/08/2021, até às 08:15hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 08:30hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br

PINHEIRO PRETO-SC, 01 DE JULHO DE 2021.

GILBERTO CHIARANI
Prefeito Municipal

PORTARIA 346/2021

Publicação Nº 3130741

PORTARIA Nº 346 DE 29 DE JUNHO DE 2021

DESIGNA FUNCIONÁRIO PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO CHIARANI Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 67, da lei nº 8.666/93, que determina o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, Incisos I e II, da lei nº 8.666/93, que trata do recebimento, pela Administração Pública, do objeto ou da prestação de serviços;

CONSIDERANDO a importância de a administração pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público

RESOLVE:

Art. 1º Designar o funcionário Rodrigo Almeida Dresch, ocupante do cargo de Diretor Departamento de Ensino para atuar como Fiscal do contrato Administrativo decorrente do Pregão 45/2021;

Designar o funcionário Adilson Zucco, ocupante do cargo de Motorista para atuar como Fiscal do contrato Administrativo decorrente do Pregão 45/2021;

Designar o funcionário Jhony Douglas da Silva, ocupante do cargo de Operador de Trator Agrícola para atuar como Fiscal do contrato Administrativo decorrente do Pregão 45/2021;

Designar o funcionário Rodrigo Marcelo da Silva, ocupante do cargo de Operário Braçal para atuar como Fiscal do contrato Administrativo decorrente do Pregão 45/2021;

Designar o funcionário Helio Brocardo, ocupante do cargo de Motorista para atuar como Fiscal do contrato Administrativo decorrente do Pregão 45/2021;

Designar o funcionário Guilherme Antonio Flavio Mattana, ocupante do cargo de Motorista para atuar como Fiscal do contrato Administrativo decorrente do Pregão 45/2021;

Art. 2º Constituem atribuições do fiscal de contrato administrativo:

I – Conhecer o processo de contratação, bem como, o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis pela Administração e/ou com a Comissão Permanente de Licitações –CPL, para o fiel cumprimento do contrato, principalmente quanto:

- a) Ao objeto da contratação;
- b) A forma de execução;
- c) A forma de fornecimento de materiais, prazo de entrega, assistência técnica ou prestação de serviços;
- d) O cronograma de serviços;
- e) As obrigações da contratante e da contratada;
- f) As condições de pagamento;
- g) As atribuições da fiscalização;
- h) As sanções administrativas previstas no instrumento contratual.

II – Manter o processo de fiscalização em ordem cronológica, para arquivamento dos documentos relativos à execução, tais como: cópia do contrato e termos aditivos, se houver, relatórios de execução, cópias de correspondências enviadas e recebidas, inclusive e-mails, devendo-se juntar os documentos originais ao processo de contratação da empresa;

III – Conhecer a proposta comercial da contratada com todos os seus itens, condições e preços;

IV – Acompanhar, administrar e fiscalizar o contrato administrativo para o qual foi nomeado, proporcionando não só ao contratante como à contratada, todos os meios legais para o desempenho das atividades contratadas;

V – Acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização dos materiais, equipamentos, contingente em quantidades suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos;

VI – Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

VII – Zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;

VIII – Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;

IX – Notificar a contratada, com o auxílio do Gestor de Contratos, quanto à ocorrência de qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais, juntando o respectivo documento ao processo de contratação da empresa ou profissional;

X – Sugerir à autoridade competente, aplicação de penalidades à contratada em face do inadimplemento das obrigações, de documento instruído para esse fim;

XI – Comunicar, formalmente, ao Gestor de Contratos, quando houver a necessidade de acréscimo ou supressão contratual, quando assim o contrato permitir, com a devida justificativa, de forma a subsidiar o cálculo, a existência de saldo e dotação orçamentária e demais providências necessárias;

XII – Comunicar o Gestor de Contratos todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos atrasos, faltas ou defeitos eventualmente observados;

XIII – Solicitar, quando for o caso, a substituição dos serviços ou do bem adquirido, por inadequação ou vícios que apresentem;

Art. 4º Qualquer dúvida suscitada, com relação à contratação, deverá ser dirimida junto ao Gestor de Contratos e/ou Comissão Permanente de Licitações.

Art. 5º As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal de contrato deverão ser solicitadas ao Gestor de Contratos em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 6º Toda comunicação realizada pelo fiscal deve ser feita por escrito, com comprovação do recebimento;

§ 1º As anotações que não forem oficialmente formalizadas (por escrito) impedem a aplicação de qualquer penalidade a que está sujeita a contratada, mesmo se tratando de um contrato cuja execução esteja ineficiente;

§ 2º Para que a fiscalização não seja caracterizada como omissa, todas as tratativas junto à contratada, deverão ser registradas, principalmente para as providências e recomendações que o fiscal tenha formulado;

Art. 7º Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – Os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – Exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

- a) "As built", elaborado pelo responsável pela execução;
- b) Comprovação das ligações de energia e água;
- c) Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- d) Carta "habite-se", emitida pela Prefeitura local;
- e) Certidão Negativa de Débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.
- f) A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 8º O funcionário designado para fiscalização de contratos deverá ser capacitado e orientado para o desempenho de suas atribuições;

Art. 9º O fiscal deverá acumular suas tarefas normais do cargo que ocupa com as de fiscal de contrato.

Art. 10º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 29 DE JUNHO DE 2021

GILBERTO CHIARANI

Prefeito Municipal

Piratuba

PREFEITURA

PORTARIA Nº 326/2021

Publicação Nº 3131663

PORTARIA Nº326/2021
CONCEDE FÉRIAS.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE
FÉRIAS, aos servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	PERÍODO
Ariston Darlei de Souza Teixeira	Motorista	01/07/2021 a 15/07/2021 17/08/2021 a 31/08/2021
Fabiano Moreira Paz	Mecânico	01/07/2021 a 30/07/2021

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de julho de 2021.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 28 de junho de 2021.
Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 28 de junho de 2021.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 327/21

Publicação Nº 3131667

PORTARIA Nº327/2021
CONCEDE AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES DE TRABALHO PRESENCIAL DURANTE A EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE
ANDRÉIA DE CASSIA HIBNER BONADIMAN, brasileira, casada, residente e domiciliado na Rua Caetano Mattana, nº70, na cidade e Município de Ipira-SC, portadora da carteira de identidade nº 4.797.007, inscrito no CPF sob o nº 063.260.989-39, servidora em caráter temporário no cargo de PSICÓLOGO 20 HORAS, AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES DE TRABALHO PRESENCIAL, durante a emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus conforme Lei nº14.151, de 12 de maio de 2021, Art. 1º Parágrafo único, a servidora ficará à disposição para exercer as atividades em seu domicílio, por meio de trabalho home office, conforme atestado médico anexo.

Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 28 de junho de 2021.
Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº 1.388/2017
Em 28 de junho de 2021.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

Planalto Alegre

PREFEITURA

PORTARIA 173/2021

Publicação Nº 3132403

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 0173/2021
EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL SENHOR KELWYN GREZELE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

SADI DALLACORTTE, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 32 da Lei Municipal nº 279, de 29 de novembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido o (s) Servidor (es) Público (s) Municipal Senhor KELWYN GREZELE, Motorista, lotado (s) na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a partir do dia 01 de Julho de 2021 conforme requerimento apresentado.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 01 de Julho de 2021.

SADI DALLACORTTE
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.963 DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3132328

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.963

DE 1º DE JULHO DE 2021

ALTERA O CAPUT DO ART. 6º DO DECRETO Nº 3.956, DE 09 DE JUNHO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, usando das atribuições que lhe conferem o art. 62, III, e art. 74, inciso "I", alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e ainda considerando que remanescem vagas não preenchidas do processo de promoção vertical, estabelecidas pelo art. 4º do Decreto nº 3.956/2021;

DECRETA

Art. 1º Fica alterado o caput do art. 6º do Decreto nº 3.956, de 09 de junho de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º As inscrições deverão ser feitas com apresentação de cópia do diploma ou certificado da titulação acadêmica na Praça do Cidadão até às 17:00 (dezesete horas) do dia 16/07/2021.

Art. 2º O prazo estabelecido no art. 1º é destinado exclusivamente para servidores que não realizaram as inscrições na data anteriormente definida.

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais regras do Decreto nº 3.956, de 09 de junho de 2021.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode (SC), 1º de julho de 2021.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 055 / 2021

Publicação Nº 3132004

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE OBRAS - SEOB

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 055 / 2021

Processo Administrativo n.º 024 / 2021. Pregão Presencial n.º 011 / 2021 – Registro de Preços. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: ENGENFOX TERRAPLANAGENS E SERVIÇOS EIRELI. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS DE CONCRETO E PARALELEPÍPEDO (TAPA BURACO) NAS VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de Vigência - 12 meses – Prazo final: 30/06/2022. Valor Total registrado: R\$980.000,00 (novecentos e oitenta mil reais). Item 01 – Execução de serviços de recuperação estrutural do PAVIMENTO ASFÁLTICO.

Pomerode / SC, 01 de Julho de 2021.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 063 / 2021

Publicação Nº 3131732

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 063 / 2021

Processo Administrativo n.º 045 / 2021. Pregão Eletrônico n.º 021 / 2021. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: VALFÉRTIL MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA SOBRE RODAS, COM TRAÇÃO 4X4, NOVO, ZERO KM, ANO/MODELO 2021 OU SUPERIOR, PARA SUPORTE ÀS ATIVIDADES DE EXTENSÃO RURAL E PECUÁRIA EXECUTADAS PELO SETOR DE PATRULHA MECANIZADA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Marca / Modelo: VALTRA / A94S. Valor total Contratado: R\$247.000,00 (duzentos e quarenta e sete mil reais), sendo R\$150.000,00 de recursos da Emenda Parlamentar Impositiva n.º 2052/2021 e R\$97.000,00 de recursos próprios do Município de Pomerode. Prazo de entrega do equipamento: 90 (noventa) dias corridos, cujo prazo inicia em 01/07/2021 e com término em 28/09/2021, podendo ser prorrogado,

mediante termo Aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 10 dias antes do término do contrato. Ass. Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante / Ronaldo Luiz Schafhauser – Administrador Contábil e Fiscal e Pedro Acacio M-Idenberger – Administrador Comercial, Valfértil Máquinas Agrícolas Ltda, Contratada.

Pomerode / SC, 30 de Junho de 2021.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 064 / 2021

Publicação Nº 3131736

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 064 / 2021

Processo Administrativo n.º 046 / 2021. Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n.º 006 / 2021. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA SANTA MÔNICA EIRELI. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA ELÉTRICA DO GINÁSIO DE ESPORTES DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PROF. CURT BRANDES, LOCALIZADA NA RUA HERMANN WEEGE, Nº 1.222, CENTRO, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA, PROJETO ELÉTRICO E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO. Valor total Contratado: R\$13.041,96 (treze mil, quarenta e um reais e noventa e seis centavos). Prazo de execução e vigência: O prazo de execução da obra será de 60 (sessenta) dias consecutivos, iniciando em 01/07/2021 e com término em 29/08/2021, podendo ser prorrogado, mediante termo Aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 10 dias antes do término do contrato. Ass. Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante / Valdir Bento Falchetti, procurador, Empreiteira de Mão de Obra Santa Mônica Eireli, Contratada.

Pomerode / SC, 30 de Junho de 2021.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 065 / 2021

Publicação Nº 3131739

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 065 / 2021

Processo Administrativo n.º 048 / 2021. Pregão Presencial n.º 022 / 2021. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: CONECTA. COM TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA EIRELI. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA COMPLETA DE REDES DE COMPUTADORES, TELEFONIA, FIBRA ÓPTICA, CÂMERAS DE SEGURANÇA E CONECTIVIDADE EM GERAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Valor total Contratado: R\$265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil reais), nos valores unitários definidos na Tabela constante no item 1.1 deste contrato. Somente serão pagos serviços efetivamente executados, não sendo computados materiais em trânsito ou dispostos nos locais de serviços sem a efetiva execução. Prazo de execução e vigência contratual: 12 (doze) meses, iniciando em 01/07/2021 e com término para o dia 30/06/2022, podendo ser prorrogado posteriormente, por iguais e sucessivos períodos, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 10 dias antes do término do contrato, com base no Artigo 57, Inciso II da Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações. A execução dos serviços será parcelada conforme necessidade do Município de Pomerode, mediante solicitação, de acordo com as condições estabelecidas no instrumento convocatório, Termo de Referência e autorização de fornecimento (Ordem de Compra). O prazo máximo para o início dos serviços após a assinatura do contrato será de até 48 (quarenta e oito) horas. Durante a execução do contrato, a CONTRATADA deverá atender aos chamados para atendimento nos seguintes prazos: - No máximo 05 (cinco) dias úteis, para atendimento aos chamados considerados de rotina (não urgentes); - No máximo 06 (seis) horas, inclusive nos finais de semana e feriados, para atendimento aos chamados considerados urgentes, conforme definição constante no Anexo I do edital de licitação e parte integrante deste contrato. Ass. Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante / Mauricio Correa, sócio administrador, Conecta.com Telecomunicações e Informática Eireli, Contratada.

Pomerode / SC, 30 de Junho de 2021.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 066 / 2021

Publicação Nº 3131742

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 066 / 2021

Processo Administrativo n.º 050 / 2021. Pregão Presencial n.º 024 / 2021. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: PONTO-GOV SISTEMAS LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARES DE CONTROLE E GESTÃO PÚBLICA, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, CUSTOMIZAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Valor total Contratado: R\$68.180,00 (sessenta e oito mil e cento e oitenta reais), nos valores unitários definidos na Tabela constante no item 1.1 deste contrato. Prazo de execução e vigência contratual: 12 (doze) meses, iniciando em 01/07/2021 e com término para o dia 30/06/2022, podendo ser prorrogado posteriormente, por iguais e sucessivos períodos, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 10 dias antes do término do contrato, com base no Artigo 57, Inciso IV da Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações. Ass. Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante / Nilcelio Marcelino, sócio administrador, Pontogov Sistemas Ltda, Contratada.

Pomerode / SC, 30 de Junho de 2021.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

LEI ORDINÁRIA Nº 3.119, DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131927

LEI ORDINÁRIA Nº 3.119, DE 1º DE JULHO DE 2021

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2021, PROVENIENTES DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, PROVENIENTES DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º e Art. 9º da Lei nº 3.104 de 25/11/2020, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a ANULAR PARCIALMENTE A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, na seguinte Unidade Gestora, conforme especificado na tabela abaixo:

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Dotação	19.006. 0010.0122.0060.2109.3390 - Manutenção Gestão Saúde	
Vínculo	01020000 - Rec.de impostos e de transf.imp-saúde	Valor: 30.000,00

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, por conta da anulação discriminada no Art. 1º, autorizado a abrir CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, de acordo com o Art. 8º da Lei 3.104/2020, na Unidade Gestora especificada na tabela abaixo:

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Dotação	19.005.0010.0306.0060.2107.3393 - Manutenção Alimentação e Nutrição		
Vínculo	01020000 - Rec.de impostos e de transf.imp-saúde	Valor:	30.000,00

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a ANULAR PARCIALMENTE A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, nas seguintes Unidades Gestoras, conforme especificado na tabela abaixo:

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Dotação	19.006. 0010.0122.0060.2109.3390 - Manutenção Gestão Saúde	
Vínculo	01020000 - Rec.de impostos e de transf.imp-saúde	Valor: 30.000,00

UNIDADE GESTORA: MUNICÍPIO DE POMERODE

Dotação	07.001.0012.0306.0040.2009.33390 - Merenda Escolar Ensino Fundamental	
Vínculo	01000000 - Recursos ordinários	Valor: 259.000,00

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, por conta da anulação discriminada no Art. 3º, autorizado a abrir CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de acordo com o Art. 9º, Inciso II da Lei 3.104/2020, nas Unidades Gestoras especificadas na tabela abaixo:

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Dotação	19.005.0010.0306.0060.2107.3390 - Manutenção Alimentação e Nutrição	
Vínculo	01020000 - Rec.de impostos e de transf.imp-saúde	Valor: 30.000,00

UNIDADE GESTORA: MUNICÍPIO DE POMERODE

Dotação	07.001.0012.0361.0040.1003.34490 - Construção e Reforma de Unidades do Ensino Fundamental	
Vínculo	01010000 - Rec.de impostos e de transf.de imp-educ	Valor: 259.000,00

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 1º de julho de 2021.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL N.º 032 / 2021 – REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 3131760

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9EB5741A5BB6FF6F98E9057328C45BEB35E39808

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 032 / 2021 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 061 / 2021. Código TCE n.º 9EB5741A5BB6FF6F98E9057328C45BEB35E39808. Objeto: AQUISIÇÃO DE CALHAS, FILTROS, FOSSAS, GELO BAIANO, GRELHAS, MEIO FIO, MOURÃO, PISO PAVER, BLOCOS, PLACAS E TUBOS DE CONCRETO PARA AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 15/07/2021. Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC. Abertura dos envelopes: 08h00min. do dia 15/07/2021. Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode. O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229, e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br, ou site: www.pomerode.sc.gov.br – Portal do Cidadão.

Pomerode / SC, 01 de Julho de 2021.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

PREGÃO PRESENCIAL N.º 033 / 2021 – REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 3131764

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 232C06D3C0B0B867916013143EEA764E03206976

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 033 / 2021 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 062 / 2021. Código TCE n.º 232C06D3C0B0B867916013143EEA764E03206976. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FRETAMENTO RODOVIÁRIO MUNICIPAL, INTERMUNICIPALEINTERESTADUAL PARA TRANSPORTE EVENTUAL DE ESTUDANTES, ATLETAS, COMISSÃO TÉCNICA E SERVIDORES MUNICIPAIS PARA PARTICIPAÇÃO EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS E EVENTOS DE INTERESSE PÚBLICO EM GERAL, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Entrega dos envelopes: Até as 14h00min. do dia 15/07/2021. Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC. Abertura dos envelopes: 14h00min. do dia 15/07/2021. Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode. O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229, e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br, ou site: www.pomerode.sc.gov.br – Portal do Cidadão.

Pomerode / SC, 01 de Julho de 2021.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Alta do Norte

PREFEITURA

EXTRATO TP 02/2021

Publicação Nº 3130876

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 26B8EFB470AA9FEF233F145F03DBCBE6EA9872B0

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2021
Processo Licitatório 40/2021

O MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE-SC, através da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria Nº 134/2020 de 11 de Julho de 2020, com a Devida autorização expedida pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ARI ALVES WOLINGER, exarada em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, no dia 21/07/2021, às 09:30 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte, situada a Rua João da Silva Calomeno, Nº 243, se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente licitação será do tipo EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO e forma de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, consoante às condições estatuídas neste Edital e seus anexos.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PAVIMENTAÇÃO DOS PASSEIOS DA RUA RENATO GOETTEN DENTRE OUTROS SERVIÇOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA EM ANEXO.

Local obtenção do instrumento convocatório: Comissão Permanente de Licitação, sito a Rua João da Silva Calomeno, 243, das 08h30min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min - site www.pmpn.sc.gov.br ou através do e-mail: licitacoes@pmpn.sc.gov.br

Ponte Alta do Norte, 01 de julho de 2021
ARI ALVES WOLINGER
Prefeito Municipal

Código TCE/SC: 26B8EFB470AA9FEF233F145F03DBCBE6EA9872B0

Ponte Serrada


PREFEITURA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PROCESSO 70/2021 PONTE RIO BAIA

Publicação Nº 3130882

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4BD81FAFC447BAF651D2D28C7E851932836E1998

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA CNPJ: 82.777.236/0001-01 Telefone: (49) 3435-0600 Endereço: Rua Madre Maria Theodora, 264 - Centro CEP: 89683-000 - Ponte Serrada	TOMADA DE PREÇOS Nr.: 70/2021
	Processo Adm.: 70/2021 Data do Processo: 08/06/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 70/2021
b) **Nr. Licitação:** 70/2021 - TP
c) **Modalidade:** Tomada de preços
d) **Data de Homologação:** 01/07/2021
e) **Objeto da Licitação:** TOMADA DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PONTE EM CONCRETO ARMADO SOBRE O RIO BAÍA, LOCALIZADO NA RUA PARALELA A BR 282, SENTIDO PONTE SERRADA - CHAPECÓ - LD, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS.

Participante: SCALA PRE FABRICADOS E CONSTRUCOES EIRELI

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PONTE EM CONCRETO ARMADO SOBRE O RIO BAÍA, LOCALIZADO NA RUA PARALELA A BR 282, SENTIDO PONTE SERRADA - CHAPECÓ - LD - EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DE PONTE EM CONCRETO ARMADO SOBRE O RIO BAÍA, LOCALIZADO NA RUA PARALELA A BR 282, SENTIDO PONTE SERRADA - CHAPECÓ - LD	4,000	MES	16.222,83	64.891,32

Total do Participante: 64.891,32**Total Geral:** 64.891,32

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUT. DEPTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS	08.001.26.782.2601.2027.4.4.90.00.00	R\$ 64.891,32

Ponte Serrada, 01 de Julho de 2021

Assinatura do Responsável

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 052/2021 - PMPB

Publicação N° 3131291

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

MULTIENTIDADES

Modalidade de licitação: Pregão 060/2021 - Pregão Eletrônico N° 052/2021 - PMPB

Tipo de licitação: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS - Contratação de empresa para prestação de serviços de assentamento de lajotas sextavas, atendendo as necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital.

Data e local de entrega da sessão eletrônica: Até às 08h30min do dia 14/07/2021, no site www.portaldecompraspublicas.com.br

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações, no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, n° 265, Centro, Porto Belo/SC. Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 - ramal 237.

Porto Belo, 01 de julho de 2021

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Publicação N° 3131107

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 007/2021.

A Presidente da Comissão designada pelo Decreto n.º 2.818, de 02 de junho de 2021, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no caput do artigo 177 e seu parágrafo único, da Lei Municipal nº 718, de 31 de maio de 1993, INTIMA/CITA, pelo presente Edital, por se encontrar em local incerto e não sabido, o Servidor Público Municipal G. B. A., inscrito no CPF sob o nº 573.502.219-91, sobre sua condição de Processado nos autos do PAD nº 007/2021, para que no prazo de 05 (cinco) dias a partir da última publicação do Edital no jornal de circulação no Município de Porto Belo:

1. Caso tenha interesse se manifeste se vai acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de Procurador. Neste último caso, o representante deverá juntar Procuração com poderes específicos para representar o Processado em Processo Administrativo Disciplinar.
2. Que seja informado o endereço eletrônico válido para que esta Comissão cientifique o Processado de todos os próximos atos do Processo. Esclarece-se que a eventual inércia do Processado não tem o condão de obstaculizar o andamento do processo, que será impulsionado de ofício.

As respostas devem ser encaminhadas para os endereços eletrônicos: juridico3@portobelo.sc.gov.br e executivofiscal@portobelo.sc.gov.br

Sandra Mara Muller

Presidente da Comissão de PAD

Porto União

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 160/2021

Publicação Nº 3130706

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA de Registro de Preços 160/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO E DE OUTRO A EMPRESA KWS CONSTRUÇÕES EIRELI, NA FORMA ABAIXO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2021
Processo LICITATÓRIO nº 153/2021

Aos 24 dias do mês de junho de 2021, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.541/0001-58 situada na Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, município de Porto União, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach, em face da classificação das propostas de preços – no Pregão Presencial para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para contratação de empresa de mão de obra para o serviço de assentamento de paralelepípedos em vias e serviço de corte e carregamento de paralelepípedos constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa KWS Construções EIRELI, CNPJ/MF 23.417.886/0001-79, sediada na Rua Rodolfo Neumann Filho, nº 188, bairro Área Industrial, CEP 84.615-000, telefone (42) 99832-1037, e-mail vprnew@outlook.com, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha anexa. A Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura. Esta será utilizada pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, como ÓRGÃO GERENCIADOR, na forma prevista no Edital, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo I do Edital. Depois de cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. Eliseu Mibach, bem como, pelo representante da empresa com preços registrados, Sr. Rivaldo dos Santos (ou representante legal), para que opere seus efeitos jurídicos e legais.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 076/2021 e seus Anexos, Processo Licitatório nº 153/2021, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa de mão de obra para o serviço de assentamento de paralelepípedos em vias e serviço de corte e carregamento de paralelepípedos constantes da proposta comercial referente ao Edital de Pregão Presencial nº 076/2021 e dos anexos.

1.2. Itens Homologados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UN	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
LOTE 01						
01	Execução de serviço de assentamento de paralelepípedo e meio fio; Separação das pedras; Espalhamento do de areia ou pó de pedra.	KWS	5.340	m²	19,99	106.746,60
LOTE 02						
02	Serviço de corte e carregamento de paralelepípedo de basalto em pedreira do Município para pavimentação de vias.	KWS	50.000	m²	0,99	49.500,00

Valor total: R\$ 156.246,60 (cento e cinquenta e seis mil, duzentos e quarenta e seis reais e sessenta centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. A forma de fornecimento será de acordo com a NECESSIDADE da Secretaria responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Todas as condições de prestação do serviço são as constantes do Termo de Referência.

3.2 O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:

3.2.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;

3.2.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, conforme disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos determinados pelo Departamento de Compras.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. Pelo fornecimento do material o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços, mediante apresentação pelo FORNECEDOR REGISTRADO da nota fiscal, devidamente formalizadas e atestadas pelos responsáveis pelo recebimento dos materiais.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos ficarão condicionados às disponibilidades financeiras do Município de Porto União e serão liberados em até 10 (dez) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, nas condições exigidas no texto do Edital. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente conter o CNPJ/MF, correspondente ao CNPJ/MF do cadastramento no Município de Porto União e ser atestada pelos responsáveis pelo recebimento. A nota fiscal deverá ser entregue exatamente conforme o empenho encaminhado (Deverá ser observado o CNPJ do empenho).
6.2. Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome do FORNECEDOR, através de ordem bancária em conta indicada na nota fiscal de fornecimento, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, identificação da agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após as retenções devidas. As empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar cópia do termo de opção.

6.2.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, enquanto permaneçam na condição de ME e EPP, estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades (SESI, SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE, INCRA e Salário Educação), conforme disposto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.

6.3. O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de suspender o pagamento caso o fornecimento seja efetuado em desacordo com as especificações constantes da Nota de Empenho.

6.4. A nota fiscal a ser emitida por ocasião do fornecimento do objeto, deverá conter o mesmo número do CNPJ/MF com o qual o licitante tenha se habilitado na licitação, sob pena de suspensão do pagamento até a regularização da divergência.

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

6.6 Deverá vir acompanhada de relatório emitido por técnico da Secretaria Municipal de Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

8.1. Efetuar a entrega dos objetos desta licitação de acordo com os prazos e especificações constantes no Edital.

8.2. Efetuar a troca do material, no total ou em parte, o objeto do presente pregão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais ou técnicas empregadas.

8.3. Reconhecer todos os direitos do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, em caso de rescisão administrativa do compromisso assumido, com a finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.

8.4. Manter, durante o período de vigência até o pagamento dos materiais, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que lhe deu origem, sujeitando-se às penalidades decorrentes do desatendimento a tal obrigação.

8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 70 da Lei nº. 8.666/1993.

8.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 71 da Lei nº. 8.666/1993.

8.7. E outras obrigações constantes no do referido Edital.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma do que estabelece o art. 4º, § 3º do Decreto nº. 7892/13.

9.2. Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, na forma prevista no art. 67 da Lei nº. 8.666/1993.

9.3. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão Presencial 076/2021, deduzindo-se das faturas as eventuais glosas determinadas pelo Fiscal do Contrato, sendo assegurado ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à ampla defesa.

9.4. Não obstante o FORNECEDOR REGISTRADO seja o único responsável pelo fornecimento de todos os materiais, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla e completa sobre os produtos entregues e aceitos pela Administração.

9.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados.

9.6. E outras obrigações constantes no referido Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no artigo 7º, da Lei nº. 10.520/2002, e art. 28, do Decreto nº. 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Porto União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a CONTRATADA e a adjudicatária que:

- a) Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida nesta Ata;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;

i) Cometer fraude fiscal.

10.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor Registrado ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

Advertência;

Multa de 20%;

Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

Declaração de inidoneidade para licitar.

10.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

10.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O FORNECEDOR REGISTRADO poderá requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR o cancelamento do seu Registro na Ata, mediante solicitação, por escrito, na forma do que dispõe o art. 21, II, do Decreto nº. 7892/13.

11.2. O FORNECEDOR REGISTRADO terá seu registro cancelado, quando sobrevierem algumas das condições previstas nos art. 20 e 21, do Decreto nº. 7892/13.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL.

12.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços decorrente de Pregão Presencial 076/2021, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Decreto nº. 7892/13, e o Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO.

14.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

14.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Porto União (SC), 24 de junho de 2021.

Eliseu Mibach	KWS Construções EIRELI
PREFEITO MUNICIPAL	FORNECEDOR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 161/2021

Publicação Nº 3130513

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA de Registro de Preços 161/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO E DE OUTRO A EMPRESA CCK COMERCIAL EIRELI, NA FORMA ABAIXO.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2021

Processo LICITATÓRIO nº 122/2021

Aos 29 dias do mês de junho de 2021, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.541/0001-58 situada na Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, município de Porto União, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach, em face da classificação das propostas de preços - no Pregão Eletrônico para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para aquisição de materiais diversos para uso em obras e manutenção constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa CCK Comercial EIRELI, CNPJ/MF 22.065.938/0001-22, sediada na Rua Bahia, nº 1447, Sala 01, bairro Do

Salto, município de Blumenau, estado de Santa Catarina, CEP 89.031-001, telefone (47) 3057-3918, e-mail propostas@portaldasatas.com.br / atas@portaldasatas.com.br, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha anexa. A Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura. Esta será utilizada pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, como ÓRGÃO GERENCIADOR, na forma prevista no Edital, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo I do Edital. Depois de cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. Eliseu Mibach, bem como, pelo representante da empresa com preços registrados, Sr. Fábio Hauschild Mondardo (ou representante legal), para que opere seus efeitos jurídicos e legais.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 035/2021 e seus Anexos, Processo Licitatório nº 122/2021, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais diversos para uso em obras e manutenção constantes da proposta comercial referente ao Edital de Pregão Eletrônico nº 035/2021 e dos anexos.

1.2. Itens Homologados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UN	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
87	Assento para vaso sanitário, com tampa.	Alumasa	90	UN	19,17	1.725,30
89	Caixa de descarga plástica branca modelo de parede	Alumasa	110	UN	27,59	3.034,90
94	Joelho ¾	Plastilit	130	UN	2,30	299,00
95	Joelho 40mm.	Plastilit	180	UN	1,60	288,00
96	Joelho de PVC 45° 40mm	Plastilit	180	UN	1,90	342,00
97	Joelho de PVC 45° 50 mm	Plastilit	180	UN	3,90	702,00
98	Joelho de PVC 45° 100mm	Plastilit	180	UN	8,90	1.602,00
99	Joelho de PVC 90° 40mm	Plastilit	180	UN	1,60	288,00
100	Joelho de PVC 90° 50mm	Plastilit	180	UN	2,95	531,00
101	Joelho de PVC 90° 100mm	Plastilit	180	UN	7,00	1.260,00
103	Joelho de PVC Soldável 45° 25mm	Plastilit	180	UN	1,27	228,60
104	Joelho de PVC Soldável 90° 20mm	Plastilit	180	UN	0,53	95,40
105	Joelho de PVC Soldável 90° 25mm	Plastilit	180	UN	0,55	99,00
107	Adaptador PVC Soldável 25 x ¾	Plastilit	90	UN	2,09	188,10
108	Flange PVC 25 x ¾	Plastilit	60	UN	10,72	643,20
109	Flange PVC 50 x 1/2	Plastilit	60	UN	29,90	1.794,00
110	Sifão sanfonado simples universal	Valeplast	120	UN	5,18	621,60
111	Sifão sanfonado duplo universal	Valeplast	120	UN	12,87	1.544,40
112	Engate flexível PVD ½ x 40 cm	Alumasa	90	UN	3,17	285,30
113	Engate flexível PVD ½ x 50 cm.	Alumasa	90	UN	3,49	314,10
114	Engate flexível PVD ½ x 1 m	Alumasa	90	UN	14,50	1.305,00
117	Engate sanfonado para vaso sanitário.	Valeplast	90	UN	5,99	539,10
118	Luva PVC branca roscável ¾ -	Plastilit	110	UN	1,79	196,90
119	Luva PVC branca roscável ¾ x ½ -	Plastilit	110	UN	2,70	297,00
120	Luva PVC soldável 20mm	Plastilit	110	UN	0,55	60,50
121	Luva PVC soldável 25mm	Plastilit	110	UN	0,77	84,70
122	Luva PVC soldável 50mm	Plastilit	110	UN	3,95	434,50
123	Luva PVC soldável LR 25 x ½ -	Plastilit	110	UN	2,27	249,70
124	Luva PVC soldável LR 25 x ¾ -	Plastilit	110	UN	2,24	246,40
125	Plug PVC roscável ½ -	Plastilit	90	UN	0,56	50,40
127	Tampão CAP PVC soldável 25mm	Plastilit	80	UN	1,11	88,80
128	Tampão CAP PVC soldável 32MM.	Plastilit	75	UN	2,37	177,75
130	Tê 90° PVC marrom 50mm soldável	Plastilit	300	UN	8,70	2.610,00
131	Tê de redução PVC 25MM roscável.	Plastilit	300	UN	3,50	1.050,00
132	Tê de redução PVC 32X25MM roscável.	Krona	300	UN	10,11	3.033,00
134	Tê de redução PVC marrom 32X25MM soldável.	Plastilit	300	UN	7,99	2.397,00
135	Tê de redução PVC marrom 50X20MM soldável.	Plastilit	300	UN	11,50	3.450,00
137	Bucha de redução curta PVC 25MM roscável.	Plastilit	90	UN	1,00	90,00
139	Bucha de redução curta PVC 50X25MM roscável.	Plastilit	300	UN	5,00	1.500,00
141	Bucha de redução curta PVC 32X25MM soldável.	Plastilit	300	UN	1,09	327,00
143	Cano PVC marrom soldável 25mm para água barra de 6 metro.	Plastilit	350	UN	24,50	8.575,00
144	Cano PVC marrom soldável 32mm para água barra de 6 metro.	Plastilit	300	UN	47,40	14.220,00
145	Cano PVC marrom soldável 40mm para água barra de 6 metro.	Plastilit	300	UN	76,66	22.998,00
146	Cano PVC marrom soldável 50mm para água barra de 6 metro.	Plastilit	300	UN	85,20	25.560,00
147	Cano PVC para esgoto 150mm barra de 6 metro.	Plastilit	30	UN	224,60	6.738,00
148	Cano PVC para esgoto 40mm barra de 6 metro.	Plastilit	350	UN	37,39	13.086,50

153	Junção de redução PVC para esgoto 100x50mm.	Plastilit	150	UN	16,73	2.509,50
154	Junção PVC 100MM.	Plastilit	150	UN	25,31	3.796,50
156	Lavatório de parede com coluna	Fiori	20	UN	124,44	2.488,80
157	Porta papel higiênico em inox (para parafusar)	Imperatriz	90	UN	18,57	1.671,30
158	Chuveiro elétrico.	Zagonel	50	UN	31,50	1.575,00
159	Torneira boia para caixa d'água ½ haste metal	Alumasa	75	UN	9,90	742,50
160	Válvula para lavatório universal	Plastilit	160	UN	4,00	640,00
161	Anel de cera.	Pisafix	65	UN	4,64	301,60
200	Torneira de jardim em metal cromado	Imperatriz	90	UN	25,78	2.320,20
201	Torneira de jardim em plástico	Plastilit	80	UN	3,09	247,20
204	Torneira de parede metal cromado	Imperatriz	80	UN	48,20	3.856,00
205	Torneira para bancada articulada em metal cromado	Imperatriz	70	UN	62,39	4.367,30
217	Mecanismo de entrada para caixa acoplada.	Roco	90	UN	31,13	2.801,70
219	Reparo para válvula docol.	Censi	110	UN	35,81	3.939,10
220	Reparo para válvula hydra.	Censi	110	UN	35,79	3.936,90
221	Reparo para válvula hydra luxo	Censi	90	UN	21,57	1.941,30
250	Abraçadeira Tipo U 2" de Aço Zincado	RF	1.200	UN	1,45	1.740,00
251	Abraçadeira Tipo U 1/2" de Aço Zincado	RF	1.200	UN	0,67	804,00
264	Válvula de descarga para mictório 15 mm ou 1/2"	Imperatriz	60	UN	100,39	6.023,40
265	Válvula para pia de banheiro curta 1" material plástico	Plastilit	60	UN	4,00	240,00
266	Válvula para pia de banheiro longa 1" material plástico	Plastilit	60	UN	4,50	270,00
267	Válvula para pia de cozinha 3.1/2" material metal	Imperatriz	60	UN	15,63	937,80
271	Válvula para tanque plástico longa 1.1/4"	Plastilit	60	UN	7,00	420,00

Valor total: R\$ 172.821,25 (cento e setenta e dois mil, oitocentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. A forma de fornecimento será de acordo com a NECESSIDADE da Secretaria responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E FORMA DE ENTREGA DO OBJETO

A Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social ou a Secretaria Municipal da Educação efetuará os pedidos dos itens através da solicitação de fornecimento, conforme a necessidade, sendo que sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses.

Após o recebimento da solicitação de fornecimento, a empresa vencedora deverá efetuar a entrega no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, na Secretaria Municipal de Saúde – Departamento de Almoxarifado, situada na Rua Sete de Setembro, nº 528, Centro, Porto União/SC, CEP 89.400-000, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, situada na Rua Jorge Lacerda, nº 18, bairro Santa Rosa Porto União/SC, CEP 89.400-000 ou na Secretaria Municipal da Educação situada na Rua Frei Rogério, nº 367, Centro, Porto União/SC, CEP 89.400-000 de segunda a sexta-feira, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h (a combinar), sem custo adicional, sendo que a entrega é de total responsabilidade da empresa vencedora (É de total responsabilidade da empresa vencedora a verificação/confirmação do LOCAL DE ENTREGA).

Os itens que não atenderem as exigências do edital serão devolvidos para a empresa fornecedora, a qual deverá retirá-los no local em que se encontram armazenados e promover a substituição dos mesmos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:

3.4.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;

3.4.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, conforme disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos determinados pelo Departamento de Compras.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. Pelo fornecimento do material o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços, mediante apresentação pelo FORNECEDOR REGISTRADO da nota fiscal, devidamente formalizadas e atestadas pelos responsáveis pelo recebimento dos materiais.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos ficarão condicionados às disponibilidades financeiras do Município de Porto União e serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, nas condições exigidas no texto do Edital. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente conter o CNPJ/MF, correspondente ao CNPJ/MF do cadastramento no Município de Porto União e ser atestada pelos responsáveis pelo recebimento. A nota fiscal deverá ser entregue exatamente conforme o empenho encaminhado (Deverá ser observado o CNPJ do empenho).

6.2. Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome do FORNECEDOR, através de ordem bancária em conta

indicada na nota fiscal de fornecimento, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, identificação da agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após as retenções devidas. As empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar cópia do termo de opção.

6.2.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, enquanto permaneçam na condição de ME e EPP, estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades (SESI, SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE, INCRA e Salário Educação), conforme disposto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.

6.3. O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de suspender o pagamento caso o fornecimento seja efetuado em desacordo com as especificações constantes da Nota de Empenho.

6.4. A nota fiscal a ser emitida por ocasião do fornecimento do objeto, deverá conter o mesmo número do CNPJ/MF com o qual o licitante tenha se habilitado na licitação, sob pena de suspensão do pagamento até a regularização da divergência.

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

8.1. Efetuar a entrega dos objetos desta licitação de acordo com os prazos e especificações constantes no Edital.

8.2. Efetuar a troca do material, no total ou em parte, o objeto do presente pregão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais ou técnicas empregadas.

8.3. Reconhecer todos os direitos do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, em caso de rescisão administrativa do compromisso assumido, com a finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.

8.4. Manter, durante o período de vigência até o pagamento dos materiais, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que lhe deu origem, sujeitando-se às penalidades decorrentes do desatendimento a tal obrigação.

8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 70 da Lei nº. 8.666/1993.

8.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 71 da Lei nº. 8.666/1993.

8.7. E outras obrigações constantes no do referido Edital.

8.8 – É responsabilidade da contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte das embalagens referente as tintas, bem como das lâmpadas, originadas deste processo, recolhendo-as ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme art. 33, da Lei nº 12.305/2010.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma do que estabelece o art. 4º, § 3º do Decreto nº. 7892/13.

9.2. Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, na forma prevista no art. 67 da Lei nº. 8.666/1993.

9.3. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão Eletrônico 035/2021, deduzindo-se das faturas as eventuais glosas determinadas pelo Fiscal do Contrato, sendo assegurado ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à ampla defesa.

9.4. Não obstante o FORNECEDOR REGISTRADO seja o único responsável pelo fornecimento de todos os materiais, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla e completa sobre os produtos entregues e aceitos pela Administração.

9.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados.

9.6. E outras obrigações constantes no referido Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no artigo 7º, da Lei nº. 10.520/2002, e art. 28, do Decreto nº. 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Porto União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a CONTRATADA e a adjudicatária que:

- a) Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida nesta Ata;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal.

10.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor Registrado ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

Multa de 20%;

Advertência;

c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar.

10.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

10.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O FORNECEDOR REGISTRADO poderá requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR o cancelamento do seu Registro na Ata, mediante solicitação, por escrito, na forma do que dispõe o art. 21, II, do Decreto nº. 7892/13.

11.2. O FORNECEDOR REGISTRADO terá seu registro cancelado, quando sobrevierem algumas das condições previstas nos art. 20 e 21, do Decreto nº. 7892/13.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL.

12.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços decorrente de Pregão Eletrônico 035/2021, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Decreto nº. 7892/13, e o Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO.

14.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

14.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Porto União (SC), 29 de junho de 2021.

Eliseu Mibach	CCK Comercial EIRELI
PREFEITO MUNICIPAL	FORNECEDOR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 162/2021

Publicação Nº 3130515

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA de Registro de Preços 162/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO E DE OUTRO A EMPRESA CINCA COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE FERRAMENTAS EIRELI, NA FORMA ABAIXO.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2021
Processo LICITATÓRIO nº 122/2021

Aos 29 dias do mês de junho de 2021, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.541/0001-58 situada na Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, município de Porto União, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach, em face da classificação das propostas de preços - no Pregão Eletrônico para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para aquisição de materiais diversos para uso em obras e manutenção constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa Cinca Comércio Varejista e Atacadista de Ferramentas EIRELI, CNPJ/MF 19.434.150/0001-31, sediada na Avenida 1º de Maio, nº 2173, bairro Várzea Grande, município de Gramado, estado do Rio Grande do Sul, CEP 95.670-000, telefone (54) 3295-6432, e-mail licitacao@cinca.ind.br, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha anexa. A Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura. Esta será utilizada pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, como ÓRGÃO GERENCIADOR,

na forma prevista no Edital, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo I do Edital. Depois de cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. Eliseu Mibach, bem como, pelo representante da empresa com preços registrados, Sr. Jandira Wiltgen Tissot (ou representante legal), para que opere seus efeitos jurídicos e legais.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 035/2021 e seus Anexos, Processo Licitatório nº 122/2021, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais diversos para uso em obras e manutenção constantes da proposta comercial referente ao Edital de Pregão Eletrônico nº 035/2021 e dos anexos.

1.2. Itens Homologados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UN	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Parafuso Philips 3,5X35	Jomarca	2.200	UN	0,07	154,00
02	Parafuso Philips 4,0X22	Jomarca	2.200	UN	0,10	220,00
03	Parafuso Philips 4,0X30	Jomarca	2.200	UN	0,09	198,00
04	Parafuso Philips 4,0X35	Jomarca	2.200	UN	0,09	198,00
06	Parafuso Philips 4,5X30	Jomarca	2.200	UN	0,10	220,00
07	Parafuso Philips 4,5X35	Jomarca	2200	UN	0,11	242,00
08	Parafuso Philips 4,5x40	Jomarca	3200	UN	0,13	416,00
09	Parafuso Philips 4,5X50	Jomarca	2200	UN	0,15	330,00
11	Parafuso sextavado rosca soberba 1/4X60	Jomarca	2200	UN	0,49	1.078,00
19	Veda calha alumínio-frasco com 280g	Mundial Prime	60	FR	12,89	773,40
20	Aplicador de silicone	Sparta	06	UN	17,78	106,68
21	Silicone incolor – tubo com 280g	Killing	60	TUB	14,89	893,40
22	FITA ISOLANTE 19MMX20M	Brasfort	175	ROLO	6,10	1.067,50
25	Fita veda rosca 18 mm x 50 m	Seal Tape	80	ROLO	4,47	357,60
26	Adesivo plástico para PVC incolor (frasco com 175g)	Ferfatto	45	FR	14,50	652,50
27	Cola silicone: para vedação de tubos e conexões: acético, incolor, antifungo e mofo, tubo com 50g.	Baston	70	FRA	4,28	299,60
31	Veda trincas, 450g.	Mundial Prime	30	UN	16,49	494,70
32	Cola instantânea, alta resistência a impactos possui cura transparente. Frasco 20G	Pisafix	100	FRA	5,54	554,00
41	Selador acrílico – galão com 3,6 litros	Ferfatto	30	GL	22,63	678,90
42	Selador acrílico – galão com 18 litros	Ferfatto	20	GL	66,50	1.330,00
44	Thinner – frasco com 1 litro	Killing	100	FRA	10,49	1.049,00
47	Disjuntor bipolar 30A	Soprano	90	UN	30,57	2.751,30
48	Disjuntor 3 x 32 A	Soprano	90	UN	44,45	4.000,50
49	Disjuntor bifásico 2 x 50 NEMA	Soprano	90	UN	61,21	5.508,90
52	Quadro para 16 disjuntores (para fixar na parede)	Ilumi	21	UN	67,00	1.407,00
53	Disjuntor 16 mono amperes.	Soprano	90	UN	8,81	792,90
54	Disjuntor 25 mono amperes.	Soprano	90	UN	8,83	794,70
55	Disjuntor 32 mono amperes.	Soprano	90	UN	8,83	794,70
58	Massa Corrida – galão com 3,6 litros	Ferfatto	55	GL	18,48	1.016,40
59	Massa Corrida – galão com 18 litros	Ferfatto	25	GL	56,84	1.421,00
62	Massa de calafetar – caixa com 350g	Pulvitec	30	CX	11,99	359,70
67	Rejunte areia – pacote 1 KG	Colafix	150	PCT	3,90	585,00
68	Rejunte preto – pacote 1 KG	Colafix	150	PCT	3,90	585,00
70	Lixa d'água nº 100	Ferfatto	50	UN	1,58	79,00
71	Lixa d'água nº 150	Ferfatto	50	UN	1,59	79,50
72	Lixa d'água nº 180	Ferfatto	50	UN	1,59	79,50
73	Lixa d'água nº 220	Ferfatto	50	UN	1,59	79,50
74	Lixa para ferro nº 80	Ferfatto	50	UN	2,14	107,00
75	Lixa para ferro nº 150	Ferfatto	50	UN	2,74	137,00
76	Lona preta 100 micras.	Ferfatto	1.500	M2	1,25	1.875,00
83	Escada de alumínio 3 degraus	Alumasa	12	UN	100,00	1.200,00
84	Escada de alumínio 7 degraus	Alumasa	12	UN	199,90	2.398,80
86	Vaso sanitário.	Logasa	30	UN	118,50	3.555,00
90	Bóia para caixa d'água 1/2: material: polipropileno e latão.	Alumasa	60	UN	11,50	690,00
91	Bóia para caixa d'água 3/4: material: polipropileno e latão	Alumasa	60	UN	6,34	380,40

140	Bucha de redução curta PVC 25X20MM soldavel.	Krona	300	UN	0,50	150,00
166	Rolo lâ anti-gota 9cm com suporte	Atlas	30	UN	7,37	221,10
167	Rolo lâ anti-gota 15 cm com suporte	Atlas	30	UN	10,14	304,20
168	Rolo lâ anti-gota 23 cm com suporte	Roma	30	UN	11,96	358,80
169	Rolo de espuma 9 cm com suporte	Roma	30	UN	5,71	171,30
170	Rolo de espuma 15 cm com suporte	Roma	30	UN	8,27	248,10
171	Rolo de espuma 23 cm com suporte	Roma	30	UN	10,25	307,50
172	Pincel para pintura nº 1"	Roma	30	UN	3,99	119,70
173	Pincel para pintura nº 1.1/2"	Roma	30	UN	3,24	97,20
174	Pincel para pintura nº 2.1/2"	Roma	30	UN	4,42	132,60
175	Pincel para pintura nº ¾"	Roma	30	UN	2,94	88,20
176	Pincel para pintura nº 4"	Roma	30	UN	8,76	262,80
187	Tomada 2P+T10A sobrepor (conjunto) cor branca.	Ilumi	300	UN	12,43	3.729,00
191	Filtro de linha 4 tomadas	Ilumi	70	UN	34,79	2.435,30
192	Caixa de Luz 2x4	Bianplast	100	UN	0,84	84,00
193	Interruptor 1 tecla paralelo - Branco	Ilumi	100	UN	8,50	850,00
195	Interruptor simples cor branca	Ilumi	50	UN	6,26	313,00
196	Interruptor duplo cor branco	Ilumi	50	UN	11,00	550,00
197	Interruptor simples e com tomada padrão cor branco	Ilumi	50	UN	13,95	697,50
202	Torneira para lavatório em metal cromado	Estilo	80	UN	39,60	3.168,00
207	Plafon com soquete para 1lâmpada 100W	Ilumi	110	UN	4,65	511,50
208	Plafon com soquete para 2lâmpadas 100W	Ilumi	100	UN	11,85	1.185,00
209	Luminária 2x20 LED 120 cm	Taschibra	110	UN	39,19	4.310,90
213	Bucha plástica 10 mm	CDK	3.000	UN	0,10	300,00
218	Mecanismo de saída para caixa acoplada.	Blukit	90	UN	36,90	3.321,00
232	Cadeado 20mm	Stam	60	UN	10,12	607,20
233	Cadeado 25mm	Stam	60	UN	14,00	840,00
234	Cadeado 30mm	Stam	60	UN	14,98	898,80
235	Cadeado 40mm.	Stam	60	UN	19,26	1.155,60
236	Cadeado 50mm	Pado	60	UN	33,55	2.013,00
237	Cadeado 60 MM: Produzido em latão maciço, haste de aço cimentada e cromada, chaves de latão niqueladas. utilizações: acesso ao registro de luz e caixa de correio, portões e janelas.	Pado	32	UN	69,90	2.236,80
238	Canaletas sistema X com fita dupla face - 2 metros	Ilumi	1.000	UN	7,80	7.800,00
241	Fechadura interna.	Soprano	180	UN	28,33	5.099,40
242	Fechadura externa.	Soprano	180	UN	40,12	7.221,60
243	Fechadura com chave para armário: niquelada, 22 mm, curta.	Soprano	60	UN	5,74	344,40
245	Maçaneta para fechadura.	Soprano	120	UN	15,40	1.848,00
258	Enxada metálica: com cabo de madeira.	Ferfatto	06	UN	28,01	168,06
259	Espuma expansiva de poliuretano: tubo de 430 ml (280g), para fixação de portas e janelas (colocação de batentes junto à alvenaria), e outras aplicações. Características: espuma de expansão que aumenta 20 a 30 vezes mais seu volume, bico: direcional, secagem: 2 à 5 horas, aplicação: aerosol 430 ml.	Ferfatto	65	UN	22,42	1.457,30
260	Mangueira para botijão de gás: espessura parede: 4 mm, mangueira de pvc flexível reforçada com fios de poliéster. Com certificação INMETRO e validade maior que 24 meses. Comprimento: 1,2 m.	Plasbohn	40	UN	11,93	477,20
261	Registro de pressão 25 mm ou 3/4" material metal	Estilo	40	UN	40,95	1.638,00
262	Registro esfera soldável em pvc 25 mm: pressão máxima de serviço: 7,5 kgf/cm - 750 kpa, temperatura: 20°C, de acordo com a nbr 5648/99	Unifortte	60	UN	8,15	489,00
276	Sombrite - 50% - 3m largura	T. Roma	700	M	12,97	9.079,00
280	Talhadeira chata em aço forjado 10 pol	Ferfatto	12	UN	15,20	182,40

Valor total: R\$ 109.463,54 (cento e nove mil, quatrocentos e sessenta e três reais e cinquenta e quatro centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. A forma de fornecimento será de acordo com a NECESSIDADE da Secretaria responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E FORMA DE ENTREGA DO OBJETO

A Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social ou a Secretaria Municipal da Educação efetuará os pedidos dos itens através da solicitação de fornecimento, conforme a necessidade, sendo que sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses.

Após o recebimento da solicitação de fornecimento, a empresa vencedora deverá efetuar a entrega no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, na Secretaria Municipal de Saúde – Departamento de Almoxarifado, situada na Rua Sete de Setembro, nº 528, Centro, Porto União/SC, CEP 89.400-000, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, situada na Rua Jorge Lacerda, nº 18, bairro Santa Rosa Porto União/SC, CEP 89.400-000 ou na Secretaria Municipal da Educação situada na Rua Frei Rogério, nº 367, Centro, Porto União/SC, CEP 89.400-000 de segunda a sexta-feira, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h (a combinar), sem custo adicional, sendo que a entrega é de total responsabilidade da empresa vencedora (É de total responsabilidade da empresa vencedora a verificação/confirmação do LOCAL DE ENTREGA).

Os itens que não atenderem as exigências do edital serão devolvidos para a empresa fornecedora, a qual deverá retirá-los no local em que se encontram armazenados e promover a substituição dos mesmos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:

3.4.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;

3.4.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, conforme disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos determinados pelo Departamento de Compras.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. Pelo fornecimento do material o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços, mediante apresentação pelo FORNECEDOR REGISTRADO da nota fiscal, devidamente formalizadas e atestadas pelos responsáveis pelo recebimento dos materiais.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos ficarão condicionados às disponibilidades financeiras do Município de Porto União e serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, nas condições exigidas no texto do Edital. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente conter o CNPJ/MF, correspondente ao CNPJ/MF do cadastramento no Município de Porto União e ser atestada pelos responsáveis pelo recebimento. A nota fiscal deverá ser entregue exatamente conforme o empenho encaminhado (Deverá ser observado o CNPJ do empenho).

6.2. Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome do FORNECEDOR, através de ordem bancária em conta indicada na nota fiscal de fornecimento, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, identificação da agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após as retenções devidas. As empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar cópia do termo de opção.

6.2.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, enquanto permaneçam na condição de ME e EPP, estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades (SESI, SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE, INCRA e Salário Educação), conforme disposto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.

6.3. O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de suspender o pagamento caso o fornecimento seja efetuado em desacordo com as especificações constantes da Nota de Empenho.

6.4. A nota fiscal a ser emitida por ocasião do fornecimento do objeto, deverá conter o mesmo número do CNPJ/MF com o qual o licitante tenha se habilitado na licitação, sob pena de suspensão do pagamento até a regularização da divergência.

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

8.1. Efetuar a entrega dos objetos desta licitação de acordo com os prazos e especificações constantes no Edital.

8.2. Efetuar a troca do material, no total ou em parte, o objeto do presente pregão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais ou técnicas empregadas.

8.3. Reconhecer todos os direitos do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, em caso de rescisão administrativa do compromisso assumido, com a finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.

8.4. Manter, durante o período de vigência até o pagamento dos materiais, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que lhe deu origem, sujeitando-se às penalidades decorrentes do desatendimento a tal obrigação.

8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 70 da Lei nº. 8.666/1993.

8.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 71 da Lei nº. 8.666/1993.

8.7. E outras obrigações constantes no do referido Edital.

8.8. É responsabilidade da contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte das embalagens referente as tintas, bem como das lâmpadas, originadas deste processo, recolhendo-as ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme art. 33, da Lei nº 12.305/2010.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 9.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma do que estabelece o art. 4º, § 3º do Decreto nº. 7892/13.
- 9.2. Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, na forma prevista no art. 67 da Lei nº. 8.666/1993.
- 9.3. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão Eletrônico 035/2021, deduzindo-se das faturas as eventuais glosas determinadas pelo Fiscal do Contrato, sendo assegurado ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à ampla defesa.
- 9.4. Não obstante o FORNECEDOR REGISTRADO seja o único responsável pelo fornecimento de todos os materiais, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla e completa sobre os produtos entregues e aceitos pela Administração.
- 9.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados.
- 9.6. E outras obrigações constantes no referido Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no artigo 7º, da Lei nº. 10.520/2002, e art. 28, do Decreto nº. 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Porto União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a CONTRATADA e a adjudicatária que:

- a) Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida nesta Ata;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal.

10.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor Registrado ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

Multa de 20%;

Advertência;

c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar.

10.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

10.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O FORNECEDOR REGISTRADO poderá requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR o cancelamento do seu Registro na Ata, mediante solicitação, por escrito, na forma do que dispõe o art. 21, II, do Decreto nº. 7892/13.

11.2. O FORNECEDOR REGISTRADO terá seu registro cancelado, quando sobrevierem algumas das condições previstas nos art. 20 e 21, do Decreto nº. 7892/13.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL.

12.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços decorrente de Pregão Eletrônico 035/2021, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Decreto nº. 7892/13, e o Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO.

14.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

14.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Porto União (SC), 29 de junho de 2021.

Eliseu Mibach PREFEITO MUNICIPAL	Cinca Comércio Varejista e Atacadista de Ferramentas EIRELI FORNECEDOR
-------------------------------------	---

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 163/2021

Publicação N° 3130519

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA de Registro de Preços 163/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO E DE OUTRO A EMPRESA GIGA ATACADO EIRELI, NA FORMA ABAIXO.

PREGÃO ELETRÔNICO N° 035/2021

Processo LICITATÓRIO n° 122/2021

Aos 29 dias do mês de junho de 2021, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.541/0001-58 situada na Rua Padre Anchieta, n° 126, Centro, município de Porto União, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach, em face da classificação das propostas de preços - no Pregão Eletrônico para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para aquisição de materiais diversos para uso em obras e manutenção constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa Giga Atacado EIRELI, CNPJ/MF 30.399.473/0001-74, sediada na Avenida Centenário, n° 4975, bairro Próspera, município de Criciúma, estado de Santa Catarina, CEP 88.815-000, telefone (51) 9702-7477 / (48) 3045-1818, e-mail vendas@giga.ind.br, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha anexa. A Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura. Esta será utilizada pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, como ÓRGÃO GERENCIADOR, na forma prevista no Edital, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo I do Edital. Depois de cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. Eliseu Mibach, bem como, pelo representante da empresa com preços registrados, Sr. Augusto Henrique Werlang (ou representante legal), para que opere seus efeitos jurídicos e legais.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n° 035/2021 e seus Anexos, Processo Licitatório n° 122/2021, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais diversos para uso em obras e manutenção constantes da proposta comercial referente ao Edital de Pregão Eletrônico n° 035/2021 e dos anexos.

1.2. Itens Homologados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UN	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
162	Lâmpada LED bulbo branca 9W	OL	250	UN	4,40	1.100,00
163	Lâmpada LED bulbo branca 12W	OL	200	UN	5,99	1.198,00
184	Cabo PP 2 x 2,5 mm	RBL	4.000	M	3,40	13.600,00
206	Torneira elétrica.	Enerbrás	40	UN	86,40	3.456,00

Valor total: R\$ 19.354,00 (dezenove mil trezentos e cinquenta e quatro reais)

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. A forma de fornecimento será de acordo com a NECESSIDADE da Secretaria responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E FORMA DE ENTREGA DO OBJETO

A Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social ou a Secretaria Municipal da Educação efetuará os pedidos dos itens através da solicitação de fornecimento, conforme a necessidade, sendo que sua totalidade poderá ser retirada em até 12

(doze) meses.

Após o recebimento da solicitação de fornecimento, a empresa vencedora deverá efetuar a entrega no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, na Secretaria Municipal de Saúde – Departamento de Almoxarifado, situada na Rua Sete de Setembro, nº 528, Centro, Porto União/SC, CEP 89.400-000, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, situada na Rua Jorge Lacerda, nº 18, bairro Santa Rosa Porto União/SC, CEP 89.400-000 ou na Secretaria Municipal da Educação situada na Rua Frei Rogério, nº 367, Centro, Porto União/SC, CEP 89.400-000 de segunda a sexta-feira, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h (a combinar), sem custo adicional, sendo que a entrega é de total responsabilidade da empresa vencedora (É de total responsabilidade da empresa vencedora a verificação/confirmação do LOCAL DE ENTREGA).

Os itens que não atenderem as exigências do edital serão devolvidos para a empresa fornecedora, a qual deverá retirá-los no local em que se encontram armazenados e promover a substituição dos mesmos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:

3.4.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;

3.4.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, conforme disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos determinados pelo Departamento de Compras.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. Pelo fornecimento do material o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços, mediante apresentação pelo FORNECEDOR REGISTRADO da nota fiscal, devidamente formalizadas e atestadas pelos responsáveis pelo recebimento dos materiais.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos ficarão condicionados às disponibilidades financeiras do Município de Porto União e serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, nas condições exigidas no texto do Edital. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente conter o CNPJ/MF, correspondente ao CNPJ/MF do cadastramento no Município de Porto União e ser atestada pelos responsáveis pelo recebimento. A nota fiscal deverá ser entregue exatamente conforme o empenho encaminhado (Deverá ser observado o CNPJ do empenho).

6.2. Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome do FORNECEDOR, através de ordem bancária em conta indicada na nota fiscal de fornecimento, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, identificação da agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após as retenções devidas. As empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar cópia do termo de opção.

6.2.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, enquanto permaneçam na condição de ME e EPP, estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades (SESI, SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE, INCRA e Salário Educação), conforme disposto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.

6.3. O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de suspender o pagamento caso o fornecimento seja efetuado em desacordo com as especificações constantes da Nota de Empenho.

6.4. A nota fiscal a ser emitida por ocasião do fornecimento do objeto, deverá conter o mesmo número do CNPJ/MF com o qual o licitante tenha se habilitado na licitação, sob pena de suspensão do pagamento até a regularização da divergência.

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

8.1. Efetuar a entrega dos objetos desta licitação de acordo com os prazos e especificações constantes no Edital.

8.2. Efetuar a troca do material, no total ou em parte, o objeto do presente pregão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais ou técnicas empregadas.

8.3. Reconhecer todos os direitos do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, em caso de rescisão administrativa do compromisso assumido, com a finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.

8.4. Manter, durante o período de vigência até o pagamento dos materiais, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que lhe deu origem, sujeitando-se às penalidades decorrentes do desatendimento a tal obrigação.

8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 70 da Lei nº. 8.666/1993.

8.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 71 da Lei nº. 8.666/1993.

8.7. E outras obrigações constantes no do referido Edital.

8.8. É responsabilidade da contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte das embalagens referente as tintas, bem como das lâmpadas, originadas deste processo, recolhendo-as ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme art. 33, da Lei nº 12.305/2010.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 9.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma do que estabelece o art. 4º, § 3º do Decreto nº. 7892/13.
- 9.2. Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, na forma prevista no art. 67 da Lei nº. 8.666/1993.
- 9.3. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão Eletrônico 035/2021, deduzindo-se das faturas as eventuais glosas determinadas pelo Fiscal do Contrato, sendo assegurado ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à ampla defesa.
- 9.4. Não obstante o FORNECEDOR REGISTRADO seja o único responsável pelo fornecimento de todos os materiais, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla e completa sobre os produtos entregues e aceitos pela Administração.
- 9.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados.
- 9.6. E outras obrigações constantes no referido Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no artigo 7º, da Lei nº. 10.520/2002, e art. 28, do Decreto nº. 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Porto União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a CONTRATADA e a adjudicatária que:

- a) Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida nesta Ata;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal.

10.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor Registrado ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

Multa de 20%;

Advertência;

c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar.

10.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

10.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O FORNECEDOR REGISTRADO poderá requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR o cancelamento do seu Registro na Ata, mediante solicitação, por escrito, na forma do que dispõe o art. 21, II, do Decreto nº. 7892/13.

11.2. O FORNECEDOR REGISTRADO terá seu registro cancelado, quando sobrevierem algumas das condições previstas nos art. 20 e 21, do Decreto nº. 7892/13.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL.

12.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços decorrente de Pregão Eletrônico 035/2021, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Decreto nº. 7892/13, e o Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO.

14.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

14.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Porto União (SC), 29 de junho de 2021.

Eliseu Mibach	Giga Atacado EIRELI
PREFEITO MUNICIPAL	FORNECEDOR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 164/2021

Publicação Nº 3130521

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA de Registro de Preços 164/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO E DE OUTRO A EMPRESA JARDEL JACOBS PEREIRA DA SILVA – ME, NA FORMA ABAIXO.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2021
Processo LICITATÓRIO nº 122/2021

Aos 29 dias do mês de junho de 2021, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.541/0001-58 situada na Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, município de Porto União, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach, em face da classificação das propostas de preços - no Pregão Eletrônico para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para aquisição de materiais diversos para uso em obras e manutenção constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa Jardel Jacobs Pereira da Silva – ME, CNPJ/MF 26.979.673/0003-29, sediada na Rua Doutor Parobé, nº 612, bairro Centro, município de Colinas, estado do Rio Grande do Sul, CEP 95.895-000, telefone (51) 99513-7519, e-mail jjpslicitacoes@gmail.com, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha anexa. A Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura. Esta será utilizada pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, como ÓRGÃO GERENCIADOR, na forma prevista no Edital, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo I do Edital. Depois de cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. Eliseu Mibach, bem como, pelo representante da empresa com preços registrados, Sr. Jardel Jacobs Pereira da Silva (ou representante legal), para que opere seus efeitos jurídicos e legais.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 035/2021 e seus Anexos, Processo Licitatório nº 122/2021, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais diversos para uso em obras e manutenção constantes da proposta comercial referente ao Edital de Pregão Eletrônico nº 035/2021 e dos anexos.

1.2. Itens Homologados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UN	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
40	Verniz Incolor – galão com 3,6 litros	SANTA COR	20	GL	69,95	1.399,00

Valor total: R\$ 1.399,00 (hum mil trezentos e noventa e nove reais)

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. A forma de fornecimento será de acordo com a NECESSIDADE da Secretaria responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E FORMA DE ENTREGA DO OBJETO

A Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social ou a Secretaria Municipal da Educação efetuará os pedidos dos itens através da solicitação de fornecimento, conforme a necessidade, sendo que sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses.

Após o recebimento da solicitação de fornecimento, a empresa vencedora deverá efetuar a entrega no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, na Secretaria Municipal de Saúde – Departamento de Almoxarifado, situada na Rua Sete de Setembro, nº 528, Centro, Porto União/SC, CEP 89.400-000, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, situada na Rua Jorge Lacerda, nº 18, bairro Santa Rosa Porto União/SC, CEP 89.400-000 ou na Secretaria Municipal da Educação situada na Rua Frei Rogério, nº 367, Centro, Porto União/SC, CEP

89.400-000 de segunda a sexta-feira, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h (a combinar), sem custo adicional, sendo que a entrega é de total responsabilidade da empresa vencedora (É de total responsabilidade da empresa vencedora a verificação/confirmação do LOCAL DE ENTREGA).

Os itens que não atenderem as exigências do edital serão devolvidos para a empresa fornecedora, a qual deverá retirá-los no local em que se encontram armazenados e promover a substituição dos mesmos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:

3.4.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;

3.4.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, conforme disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos determinados pelo Departamento de Compras.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. Pelo fornecimento do material o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços, mediante apresentação pelo FORNECEDOR REGISTRADO da nota fiscal, devidamente formalizadas e atestadas pelos responsáveis pelo recebimento dos materiais.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos ficarão condicionados às disponibilidades financeiras do Município de Porto União e serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, nas condições exigidas no texto do Edital. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente conter o CNPJ/MF, correspondente ao CNPJ/MF do cadastramento no Município de Porto União e ser atestada pelos responsáveis pelo recebimento. A nota fiscal deverá ser entregue exatamente conforme o empenho encaminhado (Deverá ser observado o CNPJ do empenho).
6.2. Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome do FORNECEDOR, através de ordem bancária em conta indicada na nota fiscal de fornecimento, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, identificação da agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após as retenções devidas. As empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar cópia do termo de opção.

6.2.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, enquanto permaneçam na condição de ME e EPP, estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades (SESI, SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE, INCRA e Salário Educação), conforme disposto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.

6.3. O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de suspender o pagamento caso o fornecimento seja efetuado em desacordo com as especificações constantes da Nota de Empenho.

6.4. A nota fiscal a ser emitida por ocasião do fornecimento do objeto, deverá conter o mesmo número do CNPJ/MF com o qual o licitante tenha se habilitado na licitação, sob pena de suspensão do pagamento até a regularização da divergência.

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

8.1. Efetuar a entrega dos objetos desta licitação de acordo com os prazos e especificações constantes no Edital.

8.2. Efetuar a troca do material, no total ou em parte, o objeto do presente pregão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais ou técnicas empregadas.

8.3. Reconhecer todos os direitos do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, em caso de rescisão administrativa do compromisso assumido, com a finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.

8.4. Manter, durante o período de vigência até o pagamento dos materiais, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que lhe deu origem, sujeitando-se às penalidades decorrentes do desatendimento a tal obrigação.

8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 70 da Lei nº. 8.666/1993.

8.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 71 da Lei nº. 8.666/1993.

8.7. E outras obrigações constantes no do referido Edital.

8.8 – É responsabilidade da contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte das embalagens referente as tintas, bem como das lâmpadas, originadas deste processo, recolhendo-as ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme art. 33, da Lei nº 12.305/2010.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma do que estabelece o art. 4º, § 3º do Decreto nº. 7892/13.

9.2. Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, na forma prevista no art. 67 da Lei nº. 8.666/1993.

9.3. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão Eletrônico 035/2021, deduzindo-se das faturas as eventuais glosas determinadas pelo Fiscal do Contrato, sendo assegurado ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à ampla defesa.

9.4. Não obstante o FORNECEDOR REGISTRADO seja o único responsável pelo fornecimento de todos os materiais, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla e completa sobre os produtos entregues e aceitos pela Administração.

9.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados.

9.6. E outras obrigações constantes no referido Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no artigo 7º, da Lei nº. 10.520/2002, e art. 28, do Decreto nº. 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Porto União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a CONTRATADA e a adjudicatária que:

- a) Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida nesta Ata;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal.

10.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor Registrado ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

Multa de 20%;

Advertência;

c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar.

10.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

10.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O FORNECEDOR REGISTRADO poderá requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR o cancelamento do seu Registro na Ata, mediante solicitação, por escrito, na forma do que dispõe o art. 21, II, do Decreto nº. 7892/13.

11.2. O FORNECEDOR REGISTRADO terá seu registro cancelado, quando sobrevierem algumas das condições previstas nos art. 20 e 21, do Decreto nº. 7892/13.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL.

12.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços decorrente de Pregão Eletrônico 035/2021, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Decreto nº. 7892/13, e o Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO.

14.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

14.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Porto União (SC), 29 de junho de 2021.

Eliseu Mibach	Jardel Jacobs Pereira da Silva – ME
PREFEITO MUNICIPAL	FORNECEDOR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 165/2021

Publicação Nº 3130524

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA de Registro de Preços 165/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO E DE OUTRO A EMPRESA LICITAR COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS LTDA, NA FORMA ABAIXO.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2021
Processo LICITATÓRIO nº 122/2021

Aos 29 dias do mês de junho de 2021, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.541/0001-58 situada na Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, município de Porto União, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach, em face da classificação das propostas de preços - no Pregão Eletrônico para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para aquisição de materiais diversos para uso em obras e manutenção constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa Licitar Comércio e Distribuição de Materiais Elétricos, Hidráulicos LTDA, CNPJ/MF 36.986.531/0001-42, sediada na Rua Hermann Tribess, nº 2050, Sala 01, bairro Tribess, município de Blumenau, estado de Santa Catarina, CEP 89.057-301, telefone (47) 3232-8620, e-mail negocios@grupolicitar.com.br, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha anexa. A Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura. Esta será utilizada pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, como ÓRGÃO GERENCIADOR, na forma prevista no Edital, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo I do Edital. Depois de cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. Eliseu Mibach, bem como, pelo representante da empresa com preços registrados, Sr. Jardel Philippe Marquato (ou representante legal), para que opere seus efeitos jurídicos e legais.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 035/2021 e seus Anexos, Processo Licitatório nº 122/2021, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais diversos para uso em obras e manutenção constantes da proposta comercial referente ao Edital de Pregão Eletrônico nº 035/2021 e dos anexos.

1.2. Itens Homologados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UN	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
164	Lâmpada LED bulbo branca 9W 60cm	Empalux	300	UN	8,39	2.517,00
165	Lâmpada LED bulbo branca 20W 120cm	Empalux	300	UN	10,78	3.234,00

Valor total: R\$ 5.751,00 (cinco mil, setecentos e cinquenta e um reais)

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. A forma de fornecimento será de acordo com a NECESSIDADE da Secretaria responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E FORMA DE ENTREGA DO OBJETO

A Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social ou a Secretaria Municipal da Educação efetuará os pedidos dos itens através da solicitação de fornecimento, conforme a necessidade, sendo que sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses.

Após o recebimento da solicitação de fornecimento, a empresa vencedora deverá efetuar a entrega no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, na Secretaria Municipal de Saúde – Departamento de Almoxarifado, situada na Rua Sete de Setembro, nº 528, Centro, Porto União/SC, CEP 89.400-000, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, situada na Rua Jorge Lacerda, nº 18, bairro Santa Rosa Porto União/SC, CEP 89.400-000 ou na Secretaria Municipal da Educação situada na Rua Frei Rogério, nº 367, Centro, Porto União/SC, CEP 89.400-000 de segunda a sexta-feira, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h (a combinar), sem custo adicional, sendo que a entrega é de total responsabilidade da empresa vencedora (É de total responsabilidade da empresa vencedora a verificação/confirmação do LOCAL DE ENTREGA).

Os itens que não atenderem as exigências do edital serão devolvidos para a empresa fornecedora, a qual deverá retirá-los no local em que se encontram armazenados e promover a substituição dos mesmos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:

3.4.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;

3.4.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, conforme disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos determinados pelo Departamento de Compras.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. Pelo fornecimento do material o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços, mediante apresentação pelo FORNECEDOR REGISTRADO da nota fiscal, devidamente formalizadas e atestadas pelos responsáveis pelo recebimento dos materiais.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos ficarão condicionados às disponibilidades financeiras do Município de Porto União e serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, nas condições exigidas no texto do Edital. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente conter o CNPJ/MF, correspondente ao CNPJ/MF do cadastramento no Município de Porto União e ser atestada pelos responsáveis pelo recebimento. A nota fiscal deverá ser entregue exatamente conforme o empenho encaminhado (Deverá ser observado o CNPJ do empenho).
6.2. Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome do FORNECEDOR, através de ordem bancária em conta indicada na nota fiscal de fornecimento, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, identificação da agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após as retenções devidas. As empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar cópia do termo de opção.

6.2.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, enquanto permaneçam na condição de ME e EPP, estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades (SESI, SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE, INCRA e Salário Educação), conforme disposto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.

6.3. O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de suspender o pagamento caso o fornecimento seja efetuado em desacordo com as especificações constantes da Nota de Empenho.

6.4. A nota fiscal a ser emitida por ocasião do fornecimento do objeto, deverá conter o mesmo número do CNPJ/MF com o qual o licitante tenha se habilitado na licitação, sob pena de suspensão do pagamento até a regularização da divergência.

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

8.1. Efetuar a entrega dos objetos desta licitação de acordo com os prazos e especificações constantes no Edital.

8.2. Efetuar a troca do material, no total ou em parte, o objeto do presente pregão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais ou técnicas empregadas.

8.3. Reconhecer todos os direitos do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, em caso de rescisão administrativa do compromisso assumido, com a finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.

8.4. Manter, durante o período de vigência até o pagamento dos materiais, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que lhe deu origem, sujeitando-se às penalidades decorrentes do desatendimento a tal obrigação.

8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 70 da Lei nº. 8.666/1993.

8.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 71 da Lei nº. 8.666/1993.

8.7. E outras obrigações constantes no do referido Edital.

8.8 – É responsabilidade da contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte das embalagens referente as tintas, bem como das lâmpadas, originadas deste processo, recolhendo-as ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme art. 33, da Lei nº 12.305/2010.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma do que estabelece o art. 4º, § 3º do Decreto nº. 7892/13.

9.2. Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, na forma prevista no art. 67 da Lei nº. 8.666/1993.

9.3. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão Eletrônico 035/2021, deduzindo-se das faturas as eventuais glosas determinadas pelo Fiscal do Contrato, sendo assegurado ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à ampla defesa.

9.4. Não obstante o FORNECEDOR REGISTRADO seja o único responsável pelo fornecimento de todos os materiais, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla e completa sobre os produtos entregues e aceitos pela Administração.

9.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados.

9.6. E outras obrigações constantes no referido Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no artigo 7º, da Lei nº. 10.520/2002, e art. 28, do Decreto nº. 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Porto União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a CONTRATADA e a adjudicatária que:

- a) Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida nesta Ata;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal.

10.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor Registrado ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

Multa de 20%;

Advertência;

c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar.

10.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

10.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O FORNECEDOR REGISTRADO poderá requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR o cancelamento do seu Registro na Ata, mediante solicitação, por escrito, na forma do que dispõe o art. 21, II, do Decreto nº. 7892/13.

11.2. O FORNECEDOR REGISTRADO terá seu registro cancelado, quando sobrevierem algumas das condições previstas nos art. 20 e 21, do Decreto nº. 7892/13.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL.

12.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços decorrente de Pregão Eletrônico 035/2021, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Decreto nº. 7892/13, e o Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO.

14.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

14.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Porto União (SC), 29 de junho de 2021.

Eliseu Mibach PREFEITO MUNICIPAL	Licitar Comércio e Distribuição de Materiais Elétricos, Hidráulicos LTDA FORNECEDOR
-------------------------------------	--

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 166/2021

Publicação Nº 3130527

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA de Registro de Preços 166/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO E DE OUTRO A EMPRESA MÁRIO SERGIO CASLINI CONSTRUTORA – ME, NA FORMA ABAIXO.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2021
Processo LICITATÓRIO nº 122/2021

Aos 29 dias do mês de junho de 2021, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.541/0001-58 situada na Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, município de Porto União, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach, em face da classificação das propostas de preços - no Pregão Eletrônico para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para aquisição de materiais diversos para uso em obras e manutenção constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa Mário Sergio Caslini Construtora – ME, CNPJ/MF 19.099.184/0001-17, sediada na Rua João Rabelo Junqueira, nº 104, Vila Três Irmãos, município de Águas da Prata, estado de São Paulo, CEP 13.890-000, telefone (19) 3642-1544, e-mail marinho@mcsdistribuidora.com.br, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha anexa. A Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura. Esta será utilizada pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, como ÓRGÃO GERENCIADOR, na forma prevista no Edital, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo I do Edital. Depois de cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. Eliseu Mibach, bem como, pelo representante da empresa com preços registrados, Sr. Mário Sérgio Caslini (ou representante legal), para que opere seus efeitos jurídicos e legais.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 035/2021 e seus Anexos, Processo Licitatório nº 122/2021, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais diversos para uso em obras e manutenção constantes da proposta comercial referente ao Edital de Pregão Eletrônico nº 035/2021 e dos anexos.

1.2. Itens Homologados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UN	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
178	Fio elétrico flexível 1,5mm	Star Brazil / Star B	2.000	M	0,94	1.880,00
179	Fio elétrico flexível 2,5mm	Star Brazil / Star B	6.000	M	1,30	7.800,00
180	Fio elétrico flexível 4,0mm	Star Brazil / Star B	8.000	M	2,29	18.320,00
181	Fio elétrico flexível 6,0mm	Star Brazil / Star B	5.000	M	3,20	16.000,00
182	Fio elétrico flexível 10,0mm	Star Brazil / Star B	2.000	M	6,70	13.400,00
183	Fio elétrico paralelo 2 x 2,5mm	Star Brazil / Star B	4.000	M	2,69	10.760,00
185	Cabo PP 4 x 4 mm	Star Brazil / Star B	2.000	M	11,40	22.800,00
186	Cabo PP 4 x 6 mm	Star Brazil / Star B	2.000	M	17,50	35.000,00

Valor total: R\$ 125.960,00 (cento e vinte e cinco mil, novecentos e sessenta reais)

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. A forma de fornecimento será de acordo com a NECESSIDADE da Secretaria responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E FORMA DE ENTREGA DO OBJETO

A Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social ou a Secretaria Municipal da Educação efetuará os pedidos dos itens através da solicitação de fornecimento, conforme a necessidade, sendo que sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses.

Após o recebimento da solicitação de fornecimento, a empresa vencedora deverá efetuar a entrega no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, na Secretaria Municipal de Saúde – Departamento de Almoxarifado, situada na Rua Sete de Setembro, nº 528, Centro, Porto União/SC, CEP 89.400-000, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, situada na Rua Jorge Lacerda, nº 18, bairro Santa Rosa Porto União/SC, CEP 89.400-000 ou na Secretaria Municipal da Educação situada na Rua Frei Rogério, nº 367, Centro, Porto União/SC, CEP 89.400-000 de segunda a sexta-feira, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h (a combinar), sem custo adicional, sendo que a entrega é de total responsabilidade da empresa vencedora (É de total responsabilidade da empresa vencedora a verificação/confirmação do LOCAL DE ENTREGA).

Os itens que não atenderem as exigências do edital serão devolvidos para a empresa fornecedora, a qual deverá retirá-los no local em que se encontram armazenados e promover a substituição dos mesmos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:

- 3.4.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;
- 3.4.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, conforme disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos determinados pelo Departamento de Compras.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

- 5.1. Pelo fornecimento do material o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços, mediante apresentação pelo FORNECEDOR REGISTRADO da nota fiscal, devidamente formalizadas e atestadas pelos responsáveis pelo recebimento dos materiais.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

- 6.1. Os pagamentos ficarão condicionados às disponibilidades financeiras do Município de Porto União e serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, nas condições exigidas no texto do Edital. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente conter o CNPJ/MF, correspondente ao CNPJ/MF do cadastramento no Município de Porto União e ser atestada pelos responsáveis pelo recebimento. A nota fiscal deverá ser entregue exatamente conforme o empenho encaminhado (Deverá ser observado o CNPJ do empenho).
- 6.2. Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome do FORNECEDOR, através de ordem bancária em conta indicada na nota fiscal de fornecimento, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, identificação da agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após as retenções devidas. As empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar cópia do termo de opção.
- 6.2.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, enquanto permaneçam na condição de ME e EPP, estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades (SESI, SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE, INCRA e Salário Educação), conforme disposto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.
- 6.3. O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de suspender o pagamento caso o fornecimento seja efetuado em desacordo com as especificações constantes da Nota de Empenho.
- 6.4. A nota fiscal a ser emitida por ocasião do fornecimento do objeto, deverá conter o mesmo número do CNPJ/MF com o qual o licitante tenha se habilitado na licitação, sob pena de suspensão do pagamento até a regularização da divergência.
- 6.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

- 7.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

- 8.1. Efetuar a entrega dos objetos desta licitação de acordo com os prazos e especificações constantes no Edital.
- 8.2. Efetuar a troca do material, no total ou em parte, o objeto do presente pregão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais ou técnicas empregadas.
- 8.3. Reconhecer todos os direitos do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, em caso de rescisão administrativa do compromisso assumido, com a finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.
- 8.4. Manter, durante o período de vigência até o pagamento dos materiais, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que lhe deu origem, sujeitando-se às penalidades decorrentes do desatendimento a tal obrigação.
- 8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 70 da Lei nº. 8.666/1993.
- 8.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 71 da Lei nº. 8.666/1993.
- 8.7. E outras obrigações constantes no do referido Edital.
- 8.8. É responsabilidade da contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte das embalagens referente as tintas, bem como das lâmpadas, originadas deste processo, recolhendo-as ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme art. 33, da Lei nº 12.305/2010.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 9.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma do que estabelece o art. 4º, § 3º do Decreto nº. 7892/13.
- 9.2. Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, na forma prevista no art. 67 da Lei nº. 8.666/1993.
- 9.3. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão Eletrônico 035/2021, deduzindo-se das faturas as eventuais glosas determinadas pelo Fiscal do Contrato, sendo assegurado ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à ampla defesa.
- 9.4. Não obstante o FORNECEDOR REGISTRADO seja o único responsável pelo fornecimento de todos os materiais, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla

e completa sobre os produtos entregues e aceitos pela Administração.

9.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados.

9.6. E outras obrigações constantes no referido Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no artigo 7º, da Lei nº. 10.520/2002, e art. 28, do Decreto nº. 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Porto União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a CONTRATADA e a adjudicatária que:

- a) Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida nesta Ata;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal.

10.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor Registrado ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

Multa de 20%;

Advertência;

c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar.

10.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

10.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O FORNECEDOR REGISTRADO poderá requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR o cancelamento do seu Registro na Ata, mediante solicitação, por escrito, na forma do que dispõe o art. 21, II, do Decreto nº. 7892/13.

11.2. O FORNECEDOR REGISTRADO terá seu registro cancelado, quando sobrevierem algumas das condições previstas nos art. 20 e 21, do Decreto nº. 7892/13.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL.

12.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços decorrente de Pregão Eletrônico 035/2021, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Decreto nº. 7892/13, e o Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO.

14.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

14.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Porto União (SC), 29 de junho de 2021.

Eliseu Mibach	Mário Sergio Caslini Construtora – ME
PREFEITO MUNICIPAL	FORNECEDOR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 167/2021

Publicação Nº 3130530

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA de Registro de Preços 167/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO E DE OUTRO A EMPRESA PORTO UNIÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI, NA FORMA ABAIXO.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2021
Processo LICITATÓRIO nº 122/2021

Aos 29 dias do mês de junho de 2021, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.541/0001-58 situada na Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, município de Porto União, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach, em face da classificação das propostas de preços - no Pregão Eletrônico para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para aquisição de materiais diversos para uso em obras e manutenção constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa Porto União Comércio e Representação EIRELI, CNPJ/MF 33.159.931/0001-96, sediada na Avenida Getúlio Vargas, nº 734, bairro Centro, município de Porto União, estado de Santa Catarina, CEP 89.400-000, telefone (55) 3303-4757, e-mail licitacao.portouniao@gmail.com, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha anexa. A Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura. Esta será utilizada pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, como ÓRGÃO GERENCIADOR, na forma prevista no Edital, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo I do Edital. Depois de cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. Eliseu Mibach, bem como, pelo representante da empresa com preços registrados, Sr. Alex Eugênio Calikoski (ou representante legal), para que opere seus efeitos jurídicos e legais.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 035/2021 e seus Anexos, Processo Licitatório nº 122/2021, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais diversos para uso em obras e manutenção constantes da proposta comercial referente ao Edital de Pregão Eletrônico nº 035/2021 e dos anexos.

1.2. Itens Homologados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UN	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
33	Tinta acrílica semi-brilho, diversas cores, 1ª linha - galão 18 litros	Show/Madequímica	85	GL	175,00	14.875,00
34	Tinta acrílica semi-brilho, diversas cores, 1ª linha - galão 3,6 litros	Show/Madequímica	65	GL	38,00	2.470,00
35	Tinta acrílica fosca, diversas cores, 1ª linha - galão 18 litros	Show/Madequímica	30	GL	94,50	2.835,00
36	Tinta acrílica fosca, diversas cores, 1ª linha - galão 3,6 litros	Show/Madequímica	55	GL	28,00	1.540,00
37	Tinta óleo, diversas cores, 1ª linha - galão com 3,6L	Madequímica	55	GL	46,00	2.530,00
38	Tinta óleo, diversas cores, 1ª linha - galão com 18L	Madequímica	30	GL	212,00	6.360,00
39	Tinta esmalte sintético para metais - galão com 3,6 litros	Madequímica	30	GAL	50,00	1.500,00

Valor total: R\$ 32.110,00 (trinta e dois mil, cento e dez reais)

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. A forma de fornecimento será de acordo com a NECESSIDADE da Secretaria responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E FORMA DE ENTREGA DO OBJETO

A Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social ou a Secretaria Municipal da Educação efetuará os pedidos dos itens através da solicitação de fornecimento, conforme a necessidade, sendo que sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses.

Após o recebimento da solicitação de fornecimento, a empresa vencedora deverá efetuar a entrega no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, na Secretaria Municipal de Saúde – Departamento de Almoxarifado, situada na Rua Sete de Setembro, nº 528, Centro, Porto União/SC, CEP 89.400-000, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, situada na Rua Jorge Lacerda, nº 18, bairro Santa Rosa Porto União/SC, CEP 89.400-000 ou na Secretaria Municipal da Educação situada na Rua Frei Rogério, nº 367, Centro, Porto União/SC, CEP 89.400-000 de segunda a sexta-feira, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h (a combinar), sem custo adicional, sendo que a entrega é de total responsabilidade da empresa vencedora (É de total responsabilidade da empresa vencedora a verificação/confirmação do LOCAL DE ENTREGA).

Os itens que não atenderem as exigências do edital serão devolvidos para a empresa fornecedora, a qual deverá retirá-los no local em que se encontram armazenados e promover a substituição dos mesmos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:

3.4.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;

3.4.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, conforme disposto no Termo de

Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos determinados pelo Departamento de Compras.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. Pelo fornecimento do material o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços, mediante apresentação pelo FORNECEDOR REGISTRADO da nota fiscal, devidamente formalizadas e atestadas pelos responsáveis pelo recebimento dos materiais.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos ficarão condicionados às disponibilidades financeiras do Município de Porto União e serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, nas condições exigidas no texto do Edital. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente conter o CNPJ/MF, correspondente ao CNPJ/MF do cadastramento no Município de Porto União e ser atestada pelos responsáveis pelo recebimento. A nota fiscal deverá ser entregue exatamente conforme o empenho encaminhado (Deverá ser observado o CNPJ do empenho).
6.2. Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome do FORNECEDOR, através de ordem bancária em conta indicada na nota fiscal de fornecimento, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, identificação da agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após as retenções devidas. As empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar cópia do termo de opção.

6.2.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, enquanto permaneçam na condição de ME e EPP, estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades (SESI, SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE, INCRA e Salário Educação), conforme disposto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.

6.3. O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de suspender o pagamento caso o fornecimento seja efetuado em desacordo com as especificações constantes da Nota de Empenho.

6.4. A nota fiscal a ser emitida por ocasião do fornecimento do objeto, deverá conter o mesmo número do CNPJ/MF com o qual o licitante tenha se habilitado na licitação, sob pena de suspensão do pagamento até a regularização da divergência.

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

8.1. Efetuar a entrega dos objetos desta licitação de acordo com os prazos e especificações constantes no Edital.

8.2. Efetuar a troca do material, no total ou em parte, o objeto do presente pregão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais ou técnicas empregadas.

8.3. Reconhecer todos os direitos do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, em caso de rescisão administrativa do compromisso assumido, com a finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.

8.4. Manter, durante o período de vigência até o pagamento dos materiais, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que lhe deu origem, sujeitando-se às penalidades decorrentes do desatendimento a tal obrigação.

8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 70 da Lei nº. 8.666/1993.

8.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 71 da Lei nº. 8.666/1993.

8.7. E outras obrigações constantes no do referido Edital.

8.8 – É responsabilidade da contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte das embalagens referente as tintas, bem como das lâmpadas, originadas deste processo, recolhendo-as ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme art. 33, da Lei nº 12.305/2010.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma do que estabelece o art. 4º, § 3º do Decreto nº. 7892/13.

9.2. Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, na forma prevista no art. 67 da Lei nº. 8.666/1993.

9.3. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão Eletrônico 035/2021, deduzindo-se das faturas as eventuais glosas determinadas pelo Fiscal do Contrato, sendo assegurado ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à ampla defesa.

9.4. Não obstante o FORNECEDOR REGISTRADO seja o único responsável pelo fornecimento de todos os materiais, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla e completa sobre os produtos entregues e aceitos pela Administração.

9.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados.

9.6. E outras obrigações constantes no referido Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no artigo 7º, da Lei nº. 10.520/2002, e art. 28, do Decreto nº. 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Porto União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a CONTRATADA e a adjudicatária que:

- a) Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida nesta Ata;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal.

10.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor Registrado ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

Multa de 20%;

Advertência;

c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar.

10.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

10.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O FORNECEDOR REGISTRADO poderá requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR o cancelamento do seu Registro na Ata, mediante solicitação, por escrito, na forma do que dispõe o art. 21, II, do Decreto nº. 7892/13.

11.2. O FORNECEDOR REGISTRADO terá seu registro cancelado, quando sobrevierem algumas das condições previstas nos art. 20 e 21, do Decreto nº. 7892/13.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL.

12.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços decorrente de Pregão Eletrônico 035/2021, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Decreto nº. 7892/13, e o Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO.

14.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

14.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Porto União (SC), 29 de junho de 2021.

Eliseu Mibach PREFEITO MUNICIPAL	Porto União Comércio e Representação EIRELI FORNECEDOR
-------------------------------------	---

CHAMADA PÚBLICA 006 - ARTE

Publicação Nº 3131090

CHAMADA PÚBLICA 006/2021

A Secretaria Municipal da Educação, comunica que encontram-se abertas inscrições, para chamada pública, para cadastro de reserva, para Professor Docente, oriunda da chamada do Processo Seletivo ACT/2019. As inscrições acontecerão no dia 02 de julho de 2021, sexta-feira das 8 horas às 12 horas, no Departamento de RH da Secretaria Municipal da Educação e a chamada deverá obedecer aos seguintes critérios, e seguinte ordem de formação do profissional.

CADASTRO DE RESERVA, PARA O SEGUINTE CARGO:

- Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais – Arte.

CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DA VAGA:

- Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Licenciatura Plena em Arte; ou Curso de Licenciatura Plena em Artes Visuais; ou Curso de Licenciatura Plena em Artes Plásticas; ou Curso de Licenciatura Plena em Artes Cênicas ou Teatro; ou Curso de Licenciatura Plena em Música.

CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

- Maior Idade;
- Número de Filhos.

Obs. Os interessados deverão comparecer com os documentos originais e cópias que comprovem sua habilitação na área (diploma, declaração, histórico escolar, certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e/ou RG).

Porto União, 01 de julho de 2021.

ALDAIR WENGERKIEWICZ MUNCINELLI

Secretária Municipal da Educação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 134 - PSS - EDUCAÇÃO INFANTIL

Publicação Nº 3131081

Editais de Convocação 134/2021

Processo Seletivo nº. 001/2019

Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União, SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA os (as) candidatos (as) abaixo relacionado (as), APROVADOS (as) no Processo Seletivo nº. 001/2019 a comparecer na Secretaria Municipal da Educação, no setor de Recursos Humanos, sito a Rua Frei Rogério, n.º 367, Centro, Porto União - SC, no dia 2 de julho de 2021, às 8h, para a escolha de vagas, apresentando as fotocópias e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Item 2.4 (Edital 001/2019), para assinatura do contrato temporário para o ano letivo de 2021:

- ☐ Carteira de Identidade;
- ☐ Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- ☐ Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
- ☐ Comprovante de quitação militar (somente para os candidatos do sexo masculino);
- ☐ Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- ☐ Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e CPF dos mesmos;
- ☐ Certidão de nascimento, casamento ou união estável;
- ☐ Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda;
- ☐ Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei;
- ☐ Declaração de "Ficha Limpa" (Lei Municipal nº 4.094/2013);
- ☐ Declaração de dependentes para fins de Declaração de Imposto de Renda;
- ☐ Declaração de não ter sofrido penalidades no serviço público;
- ☐ Comprovante de endereço atualizado;
- ☐ Cópia do Registro ativo no Conselho de Classe de Santa Catarina, quando for o caso;
- ☐ Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos.

Todos os documentos deverão ser entregues na Secretaria Municipal da Educação no setor de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à contratação temporária ou qualquer outro direito inerente ao Processo Seletivo.

PROFESSOR DOCENTE EDUCAÇÃO INFANTIL

POS	NOME	ASSINATURA	Data
123	SCHEILA APARECIDA CORREA		
124	EVELISE BARBOSA VIANA		

Porto União (SC), 01 de julho de 2021.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal de Porto União

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 135 - PSS - ANOS INICIAIS

Publicação Nº 3131083

Edital de Convocação 135/2021
Processo Seletivo nº. 001/2019

Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União, SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA os (as) candidatos (as) abaixo relacionado (as), APROVADOS (as) no Processo Seletivo nº. 001/2019 a comparecer na Secretaria Municipal da Educação, no setor de Recursos Humanos, sito a Rua Frei Rogério, n.º 367, Centro, Porto União - SC, no dia 2 de julho de 2021, às 8h, para a escolha de vagas, apresentando as fotocópias e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Item 2.4 (Edital 001/2019), para assinatura do contrato temporário para o ano letivo de 2021:

- ☐ Carteira de Identidade;
- ☐ Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- ☐ Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
- ☐ Comprovante de quitação militar (somente para os candidatos do sexo masculino);
- ☐ Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- ☐ Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e CPF dos mesmos;
- ☐ Certidão de nascimento, casamento ou união estável;
- ☐ Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda;
- ☐ Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei;
- ☐ Declaração de "Ficha Limpa" (Lei Municipal nº 4.094/2013);
- ☐ Declaração de dependentes para fins de Declaração de Imposto de Renda;
- ☐ Declaração de não ter sofrido penalidades no serviço público;
- ☐ Comprovante de endereço atualizado;
- ☐ Cópia do Registro ativo no Conselho de Classe de Santa Catarina, quando for o caso;
- ☐ Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos.

Todos os documentos deverão ser entregues na Secretaria Municipal da Educação no setor de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à contratação temporária ou qualquer outro direito inerente ao Processo Seletivo.

PROFESSOR DOCENTE 1º AO 5º ANOS INICIAIS

POS	NOME	ASSINATURA	Data
74	DULCIMARA TOMKI DE LIMA		
75	PATRICIA CRISTIANE BINDER		
76	VEREDIANE WOLLINGER		
77	DIONEIA APARECIDA CORDEIRO PINTO SCHIER		
78	VANDA DE FATIMA DE CARVALHO FOROSTECKY		

Porto União (SC), 01 de julho de 2021.
Eliseu Mibach
Prefeito Municipal de Porto União

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 136 - PSS - EDUCAÇÃO FÍSICA

Publicação Nº 3131084

Edital de Convocação 136/2021
Processo Seletivo nº. 001/2019

Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União, SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA os (as) candidatos (as) abaixo relacionado (as), APROVADOS (as) no Processo Seletivo nº. 001/2019 a comparecer na Secretaria Municipal da Educação, no setor de Recursos Humanos, sito a Rua Frei Rogério, n.º 367, Centro, Porto União - SC, no dia 2 de julho de 2021, às 8h, para a escolha de vaga, apresentando as fotocópias e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Item 2.4 (Edital 001/2019), para assinatura do contrato temporário para o ano letivo de 2021:

- ☐ Carteira de Identidade;
- ☐ Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- ☐ Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
- ☐ Comprovante de quitação militar (somente para os candidatos do sexo masculino);
- ☐ Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- ☐ Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e CPF dos mesmos;
- ☐ Certidão de nascimento, casamento ou união estável;
- ☐ Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda;
- ☐ Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei;
- ☐ Declaração de "Ficha Limpa" (Lei Municipal nº 4.094/2013);
- ☐ Declaração de dependentes para fins de Declaração de Imposto de Renda;

- ☐ Declaração de não ter sofrido penalidades no serviço público;
- ☐ Comprovante de endereço atualizado;
- ☐ Cópia do Registro ativo no Conselho de Classe de Santa Catarina, quando for o caso;
- ☐ Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos.

Todos os documentos deverão ser entregues na Secretaria Municipal da Educação no setor de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à contratação temporária ou qualquer outro direito inerente ao Processo Seletivo.

PROFESSOR DOCENTE 6º AO 9º ANOS FINAIS – EDUCAÇÃO FÍSICA

POS	NOME	ASSINATURA	Data
12	ALINE APARECIDA DOELLE		

Porto União (SC), 01 de julho de 2021.
Eliseu Mibach
Prefeito Municipal de Porto União

EXTRATO DE CONTRATO 037/2021 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 3130551

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7B7CE21769C75E5DEEA2B33F73FA3F8C912E22E7

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 037/2021 – EDUCAÇÃO.
Partes: Município de Porto União e Alice Aparecida Chaikoski Olbertz.
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para manutenção do Programa de Alimentação Escolar – PNAE.
Valor: R\$ 18.900,00 (dezoito mil e novecentos reais).
Vigência: até DEZEMBRO/2021.
Base legal: Chamada Pública 001/2021 – EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.
Código registro TCE: 7B7CE21769C75E5DEEA2B33F73FA3F8C912E22E7.

Porto União SC, 25 de junho de 2021.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

Alice Aparecida Chaikoski Olbertz.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 038/2021 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 3130558

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 82F9B9A61D6FF191286E6CEA1F9EA603F9A4F236

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 038/2021 – EDUCAÇÃO.
Partes: Município de Porto União e Cooperativa de Organização, Produção e Comercialização Solidária do Planalto Norte – SC – COMSOL.
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para manutenção do Programa de Alimentação Escolar – PNAE.
Valor: 70.770,00 (setenta mil e setecentos e setenta reais)
Vigência: até DEZEMBRO/2021.
Base legal: Chamada Pública 001/2021 – EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.
Código registro TCE: 82F9B9A61D6FF191286E6CEA1F9EA603F9A4F236

Porto União SC, 25 de junho de 2021.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

Cooperativa de Organização, Produção e Comercialização Solidária do Planalto Norte – SC – COMSOL.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 039/2021 - EDUCAÇÃO

Publicação N° 3130561

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5D8F5DEC564D48D0C21AB623539CC4B830D93018

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 039/2021 – EDUCAÇÃO.

Partes: Município de Porto União e Eliane Ribeiro dos Santos Mitzko

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para manutenção do Programa de Alimentação Escolar – PNAE.

Valor: 10.000,00 (dez mil reais)

Vigência: até DEZEMBRO/2021.

Base legal: Chamada Pública 001/2021 – EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Código registro TCE: 5D8F5DEC564D48D0C21AB623539CC4B830D93018

Porto União SC, 25 de junho de 2021.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Eliane Ribeiro dos Santos Mitzko

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 040/2021 - EDUCAÇÃO

Publicação N° 3130565

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FBD05A815C0BDBFCBA9CA876923BCE5414B53D38

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 040/2021 – EDUCAÇÃO.

Partes: Município de Porto União e Giovanni Edevaldo Wiliam Bona.

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para manutenção do Programa de Alimentação Escolar – PNAE.

Valor: 10.407,50 (dez mil, quatrocentos e sete e cinquenta centavos).

Vigência: até DEZEMBRO/2021.

Base legal: Chamada Pública 001/2021 – EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Código registro TCE: FBD05A815C0BDBFCBA9CA876923BCE5414B53D38

Porto União SC, 25 de junho de 2021.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Giovanni Edevaldo Wiliam Bona

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 041/2021 - EDUCAÇÃO

Publicação N° 3130567

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BC3FF639C72F0DFD47DBDCC92923C4FF8B16FC10

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 041/2021 – EDUCAÇÃO.

Partes: Município de Porto União e Ivaldo José Bona.

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para manutenção do Programa de Alimentação Escolar – PNAE.

Valor: R\$7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

Vigência: até DEZEMBRO/2021.

Base legal: Chamada Pública 001/2021 – EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Código registro TCE: BC3FF639C72F0DFD47DBDCC92923C4FF8B16FC10

Porto União SC, 25 de junho de 2021.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Ivaldo José Bona

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 042/2021 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 3130571

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D038C8AAD586A1BF5392EA124EAFEB0D0139726D

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 042/2021 – EDUCAÇÃO.
Partes: Município de Porto União e Lindaura Castilho dos Santos
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para manutenção do Programa de Alimentação Escolar – PNAE.
Valor: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Vigência: até DEZEMBRO/2021.
Base legal: Chamada Pública 001/2021 – EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.
Código registro TCE: D038C8AAD586A1BF5392EA124EAFEB0D0139726D
Porto União SC, 25 de junho de 2021.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 043/2021 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 3130574

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D1137F52A0295818F4D2EDEC33025372DDCCA78

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 043/2021 – EDUCAÇÃO.
Partes: Município de Porto União e Luciane Ribeiro dos Santos Coguta.
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para manutenção do Programa de Alimentação Escolar – PNAE.
Valor: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).
Vigência: até DEZEMBRO/2021.
Base legal: Chamada Pública 001/2021 – EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.
Código registro TCE: D1137F52A0295818F4D2EDEC33025372DDCCA78
Porto União SC, 25 de junho de 2021.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Luciane Ribeiro dos Santos Coguta.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 044/2021 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 3130578

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 33EB0B50621B0D1FB0309846A52E6A60137ACEB5

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 044/2021 – EDUCAÇÃO.
Partes: Município de Porto União e Marcos Francisco Olbertz
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para manutenção do Programa de Alimentação Escolar – PNAE.
Valor: R\$ 1.092,50 (mil e noventa e dois reais e cinquenta centavos).
Vigência: até DEZEMBRO/2021.
Base legal: Chamada Pública 001/2021 – EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.
Código registro TCE: 33EB0B50621B0D1FB0309846A52E6A60137ACEB5
Porto União SC, 25 de junho de 2021.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Marcos Francisco Olbertz
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 045/2021 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 3130582

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0C221CFCF5BAA51BCD42ADB6F4516E4092DF65B8

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 045/2021 – EDUCAÇÃO.
Partes: Município de Porto União e Nilce Marli Lessenko Zimmermann
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para manutenção do Programa de Alimentação Escolar – PNAE.
Valor: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).
Vigência: até DEZEMBRO/2021.
Base legal: Chamada Pública 001/2021 – EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Código registro TCE: 0C221CFCF5BAA51BCD42ADB6F4516E4092DF65B8
Porto União SC, 25 de junho de 2021.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Nilce Marli Lessenko Zimermann
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 070/2021

Publicação Nº 3130809

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 72A55B3EEB62CCF777967B5A9B1CAB628F5CCA66

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 070/2021.
Partes: Município de Porto União e Asauva EIRELI – ME.
Objeto: contratação de serviços de arbitragem para eventos promovidos pelo DME.
Valor: R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).
Vigência: será de 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 069/2021, Lei 8.666/93.
Código registro TCE: 72A55B3EEB62CCF777967B5A9B1CAB628F5CCA66
Porto União SC, 18 de junho de 2021.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Asauva EIRELI – ME.
Contratada.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 059/2021

Publicação Nº 3131195

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 85E1699C96D6A9DD3AEAA3E0A8360A52CD5E3C2B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 188/2021 – Exclusivo ME-EPP-MEI
Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 059/2021
Código registro TCE: 85E1699C96D6A9DD3AEAA3E0A8360A52CD5E3C2B
O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por LOTE, do tipo Eletrônico, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE CÂMERAS DE SEGURANÇA NA UNIDADE DE SAÚDE CENTRAL DO MUNICÍPIO, somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 15h00min do dia 16 de julho de 2021, com início da mesma às 15h15min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.
Porto União - SC, 01 de julho de 2021.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 060/2021 - MULTIENTIDADE

Publicação Nº 3131933

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A4BDE08E7AACBFB53D207243FC702B88FE4F4D96

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 189/2021 – Registro de Preços
Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 060/2021 - Multientidade
Código registro TCE: A4BDE08E7AACBFB53D207243FC702B88FE4F4D96
O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por LOTE, do tipo Eletrônico, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA USO EM OBRAS, somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 08h15min do dia 19 de julho de 2021, com início da mesma às 08h30min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.
Porto União - SC, 01 de julho de 2021.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 061/2021

Publicação Nº 3131940

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CF4C35548421541FD0238F294881B9B04FDA60E8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 190/2021

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 061/2021

Código registro TCE: CF4C35548421541FD0238F294881B9B04FDA60E8

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por ITEM, do tipo Eletrônico, para AQUISIÇÃO DE JANELAS BASCULANTE, somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 13h15min do dia 19 de julho de 2021, com início da mesma às 13h30min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 01 de julho de 2021.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 056/2021

Publicação Nº 3130832

PORTARIA Nº 056, de 30 de junho de 2021.

Revoga a Portaria nº 094, de 09 de dezembro de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, "c" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 094, de 09 de dezembro de 2020, que instituiu a Comissão Especial de Fiscalização para fins de atuação durante a situação de emergência decorrente de infecção humana pelo COVID-19, e suas alterações.

Art. 2º Revogam-se a Portaria nº 043, de 27 de abril de 2021, e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 30 de junho de 2021.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 717/2021 - RH

Publicação Nº 3130647

PORTARIA Nº 717, de 23 de junho de 2021.

Dispõe sobre rescisão de contrato de trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de CLAUDINEI TRINDADE, matrícula 2224401, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 23 de junho de 2021.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 718/2021 - RH

Publicação Nº 3130651

PORTARIA Nº 718, de 23 de junho de 2021.
Dispõe sobre rescisão de contrato de trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de JOSE FERNANDES JUNIOR, matrícula 2224501, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 23 de junho de 2021.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 719/2021 - RH

Publicação Nº 3130652

PORTARIA Nº 719, de 23 de junho de 2021.
Dispõe sobre Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO a escala de férias do servidor efetivo Dionísio Pudla, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Pesados;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 23 de junho a 23 de setembro de 2021, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001 e alterações, EDISON CARLOS DE LIMA, para exercer as funções do cargo de Motorista de Veículos Pesados, com vencimentos na Classe "03", Referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e alterações, em substituição ao servidor efetivo Dionísio Pudla que se encontra em gozo de férias.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 23 de junho de 2021.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 720/2021 - RH

Publicação Nº 3130655

PORTARIA Nº 720, de 24 de junho de 2021.
Dispõe sobre rescisão de contrato de trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de FERNANDA RECH GOMES GREGOL DE ARAUJO, matrícula 1739614, das funções do cargo de Médico (Auditor), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 24 de junho de 2021.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 721/2021 - RH

Publicação Nº 3130657

PORTARIA Nº 721, de 25 de junho de 2021.
Dispõe sobre Prorrogação de Contrato nº 108/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

Considerando que a lista dos candidatos aprovados e convocados através do concurso Público Municipal 001/2018, para o cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02 se esgotou;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 108/2020, no período de 25 de junho de 2021 a 24 de junho de 2022, ou até a realização de concurso público municipal, de WESLEY BRIAN BORGES, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e alterações, para atender a demanda dos serviços junto ao Centro de Tratamento e Reabilitação de Animais Abandonado de Porto União, em razão da aposentadoria do servidor efetivo Neuton Castro e por de ter se esgotado a lista de candidatos aprovados e convocados em concurso público municipal para o cargo.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades, junto ao Centro de Tratamento e Reabilitação de Animais, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 25 de junho de 2021.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 722/2021 - RH

Publicação Nº 3130658

PORTARIA Nº 722, de 25 de junho de 2021.
Dispõe sobre rescisão de contrato de trabalho a pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho GABRIELLE GAN LEGAT, matrícula 2170304, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 25 de junho de 2021.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 724/2021 - RH

Publicação Nº 3130660

PORTARIA Nº 724, de 25 de junho de 2021.
Dispõe sobre Contrato de Trabalho por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 28 de junho de 2021 a 27 de junho de 2020, ou até a realização de concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001 e alterações, FERNANDA RECH GOMES GREGOL, para exercer as funções do cargo de Médico (Auditor), com carga horária de cinco (05) horas semanais, com vencimentos na Classe "11", Referência "A" previsto nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e alterações, para atender a demanda de autorização, conferência e controle da emissão de autorização de exames e internações hospitalares, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades, junto a Unidade de Saúde Central, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 28 de junho de 2021.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 725/2021 - RH

Publicação Nº 3130663

PORTARIA Nº 725, de 29 de junho de 2021.
Dispõe sobre Prorrogação de Contrato nº 109/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

Considerando que a lista dos candidatos aprovados e convocados através do concurso Público Municipal 001/2018, para o cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02 se esgotou;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 109/2020, no período de 29 de junho de 2021 a 28 de junho de 2022, ou até a realização de concurso público municipal, de FELIPE JULIANO TWARDOWSKI, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a demanda junto a Intendência de Santa Cruz do Timbó, em razão de ter se esgotado a lista de candidatos aprovados e convocados, em concurso público municipal para o cargo.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades, junto a Intendência de Santa Cruz do Timbó, vinculado à Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 29 de junho de 2021.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 726/2021 - RH

Publicação Nº 3130664

PORTARIA Nº 726, de 29 de junho de 2021.
Dispõe sobre prorrogação do contrato de trabalho nº 110/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a lista dos candidatos aprovados e convocados através do concurso Público Municipal 001/2018, para o cargo de Operador de Máquinas Pesadas se esgotou;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 110/2020, no período de 29 de junho de 2021 a 28 de junho de 2022, ou até a realização de concurso público municipal, de JOÃO ANTONIO DA SILVA, para exercer as funções do cargo de Operador de Máquinas Pesadas, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, para atender a demanda junto Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos e em razão de ter se esgotado a lista de candidatos aprovados e convocados em concurso público municipal para o cargo.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades, vinculado à Secretaria Municipal Transportes, Obras e Serviços Públicos.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 29 de junho de 2021.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 727 A 731/2021 - RH

Publicação Nº 3130668

PORTARIA Nº 727, de 30 de junho de 2021.
Dispõe sobre conversão pecuniária de 1/3 da Licença Prêmio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011, que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 003/2021, de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento de 01 a 31 de maio de 2021;

CONSIDERANDO o parecer favorável da Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de junho/2021, referente ao período aquisitivo 06/2015 a 06/2020, à servidora DELIDES RIBEIRO DO NASCIMENTO, matrícula 2063001, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Cirurgião Dentista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado a servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 30 de junho de 2021.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 728, de 30 de junho de 2021.

Dispõe sobre conversão pecuniária de 1/3 da Licença Prêmio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011, que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 003/2021, de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento de 01 a 31 de maio de 2021;

CONSIDERANDO o parecer favorável da Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de junho/2021, referente ao período aquisitivo 04/2016 a 04/2021, ao servidor MARCIO LUIS HERZOG, matrícula 837501, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico – Otorrinolaringologista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 30 de junho de 2021.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 729, de 30 de junho de 2021.

Dispõe sobre conversão pecuniária de 1/3 da Licença Prêmio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011, que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 003/2021, de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento de 01 a 31 de maio de 2021;

CONSIDERANDO o parecer favorável da Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de junho/2021, referente ao período aquisitivo 05/2013 a 05/2018, ao servidor WILSON DAVI NASYLOWSKI, matrícula 143303, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 30 de junho de 2021.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 730, de 30 de junho de 2021.

Dispõe sobre conversão pecuniária de 1/3 da Licença Prêmio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011, que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 003/2021, de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento de 01 a 31 de maio de 2021;

CONSIDERANDO o parecer favorável da Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de junho/2021, referente ao período aquisitivo 04/2016 a 04/2021, ao servidor ADEMIR FERREIRA, matrícula 1369103, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado ao servidor o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 30 de junho de 2021.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 731, de 30 de junho de 2021.

Dispõe sobre conversão pecuniária de 1/3 da Licença Prêmio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011, que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 003/2021, de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento de 01 a 31 de maio de 2021;

CONSIDERANDO o parecer favorável da Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade;

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de junho/2021, referente ao período aquisitivo 01/2016 a 01/2021, à servidora KELLY CORDEIRO RIBEIRO, matrícula 2054102, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado a servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 30 de junho de 2021.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 003/2021

Publicação Nº 3131043

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) EA6DC794DCF6CD874A9CED74EBF77B580331DD5C

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 15/2021 – EDUCAÇÃO - ALTERADO 1

Retificação de Edital de Pregão Eletrônico 003/2021

Código registro TCE: EA6DC794DCF6CD874A9CED74EBF77B580331DD5C

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que houve alterações no processo licitatório supracitado. Diante das alterações a data limite para recebimento das propostas passa a ser dia 16 de julho de 2021 às 13h15min, com início da sessão pública às 13h30min. O Edital encontra-se disponível no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 01 de julho de 2021.

Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO Nº01 DO CONTRATO 002/2018

Publicação Nº 3130654

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C22C8400E56B716B6372A4D1682315346957F499

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 002/2018.

Partes: Município de Porto União e W. Bahr Guincho.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO, DAS TARIFAS E DO REAJUSTE.

Altera-se a redação do § 3º – das tarifas, valores em reais, passando a vigorar da seguinte forma:

I – Remoção: a) Motocicleta, motoneta, ciclomoteres e triciclos R\$ 139,31; b) Automóvel, caminhonete, utilitário R\$ 157,86; c) Caminhão, reboque, ônibus, micro ônibus R\$ 241,44.

II – Guarda e Depósito: a) Motocicleta, motoneta, ciclomoteres e triciclos R\$ 33,44; b) Automóvel, caminhonete, utilitário R\$ 51,99; c) Caminhão, reboque, ônibus, micro ônibus R\$ 83,58.

III – Custódia Diária: a) Motocicleta, motoneta, ciclomotores e triciclos R\$ 14,85; b) Automóvel, caminhonete, utilitário R\$ 18,56; c) Caminhão, reboque, ônibus, micro ônibus R\$ 38,90.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Código registro TCE: C22C8400E56B716B6372A4D1682315346957F499.

Porto União SC, 21 de junho de 2021.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal

Contratante.

W. Bahr Guincho.

Contratada.

TERMO ADITIVO Nº03 DO CONTRATO 170/2018

Publicação Nº 3130627

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D98F79CED7BD392F875166FC4EED0CF85E150D47

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO DE ARRENDAMENTO Nº 170/2018.

Partes: Município de Porto União e ALFREDO STEIN.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZOS.

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior, a contar de 19 de junho de 2021.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Código registro TCE: D98F79CED7BD392F875166FC4EED0CF85E150D47

Porto União SC, 17 de junho de 2021.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal

Contratante.

ALFREDO STEIN.

Contratada.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRONICO 035/2021

Publicação Nº 3130546

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8AE5FCC7AC7383C269CCD947A1423F0CBAA85419

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 122/2021 – Registro de Preços

Pregão Eletrônico 035/2021 – MULTIENTIDADE

Termo de Adjudicação

Adjudico as empresas: CINCA COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE FERRAMENTAS EIRELI ME, CCK COMERCIAL EIRELI LTDA EPP, PORTO UNIÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI – ME, JARDEL JACOBS PEREIRA DA SILVA, GIGA ATACADO EIRELI, LICITAR COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS HIDRAULICOS LTDA e MARIO SERGIO CASLINI CONSTRUTORA .

Código de Registro TCE: 8AE5FCC7AC7383C269CCD947A1423F0CBAA85419

Porto União SC, 29 de junho de 2021.

Eliseu Mibach. Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO CHAMADA PÚBLICA 001/2021 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 3130589

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 637EE6783C5C8D7854EA1CA7652BBD7DB2CA08EF

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 013/2020 – EDUCAÇÃO.

Chamada Pública 001/2021.

Termo de Homologação e Adjudicação.

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas: ALICE APARECIDA CHAIKOSKI OLBERTZ, Cooperativa de Organização, Produção e Comercialização Solidária do Planalto Norte – SC – COMSOL, Eliane Ribeiro dos Santos Mitzko, Giovanni Edevaldo Wiliam Bona, Ivaldo José Bona, Lindaura Castilho dos Santos, Luciane Ribeiro dos Santos Coguta, Marcos Francisco Olbertz e Nilce Marli Lessenko Zimmermann.

Código registro TCE: 637EE6783C5C8D7854EA1CA7652BBD7DB2CA08EF

Porto União SC, 25 de junho de 2021.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 069/2021

Publicação Nº 3130811

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C0AD6B8D3C06E67799DBA8B6A9F635A1799AD04E

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 134/2021
Pregão Presencial 069/2021.
Termo de Homologação e Adjudicação.
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa: ASAUVA EIRELI – ME.
Código Registro TCE: C0AD6B8D3C06E67799DBA8B6A9F635A1799AD04E
Porto União SC, 18 de junho de 2021.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 076/2021

Publicação Nº 3130708

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3B3BED5DA0C7E5EA642B18C41B989CE134316471

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 153/2021 – Registro de Preços.
Pregão Presencial 076/2021.
Termo de Homologação e Adjudicação.
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa: KWS CONSTRUÇÕES EIRELI.
Código Registro TCE: 3B3BED5DA0C7E5EA642B18C41B989CE134316471.
Porto União SC, 24 de junho de 2021.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRONICO 035/2021

Publicação Nº 3130538

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8AE5FCC7AC7383C269CCD947A1423F0CBAA85419

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 122/2021 – Registro de Preços
Pregão Eletrônico 035/2021 – MULTIENTIDADE
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório com base da lei 8.666/93.
Código de Registro TCE: 8AE5FCC7AC7383C269CCD947A1423F0CBAA85419
Porto União SC, 29 de junho de 2021.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE RESCISÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 069/2021

Publicação Nº 3130808

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 134/2021.
Pregão Presencial 069/2021.
Termo de Revogação
Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da lei 8.666/93.
Porto União SC, 30 de junho de 2021.
Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

TERMO DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 069/2021

Publicação Nº 3130786

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 134/2021.
Pregão Presencial 069/2021.
Termo de Revogação
Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da lei 8.666/93.

Porto União SC, 30 de junho de 2021.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

TERMO DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 088/2021

Publicação N° 3130593

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 176/2021 – Com cota exclusiva ME-EPP-MEI

Pregão Presencial 088/2021

Termo de Revogação

Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da lei 8.666/93, tendo em vista a necessidade de readequação do edital.

Porto União SC, 30 de junho de 2021.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2021 - POSTERIOR A OBRA RUA AUGUSTO SIEWERDT

Publicação Nº 3131799

EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2021

O Município de Pouso Redondo, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 145, III, da Constituição Federal, combinado com os artigos 81 e 82 do Código Tributário Nacional, Decreto-Lei nº 195 de 24/2/1967 e Lei Complementar Municipal nº 003/2019, com nova redação dada em partes pela Lei Complementar Municipal nº 006/2020, leva ao conhecimento dos interessados que foi executado obras de que trata este edital, apresentando-se o custo da obra e avaliação dos imóveis anterior e posterior a obra (estes levados em consideração os elementos citados no art. 11 da Lei Complementar Municipal nº 003/2019), valorização individual (VI) e o percentual individual de valorização (PVI) e demais elementos para fins de lançamento e cobrança da contribuição de melhoria, conforme descrições que seguem.

1. Do fato gerador do tributo:

Valorização do imóvel decorrente da execução concluída de pavimentação asfáltica na Rua Augusto Siewerdt, no Bairro Boa Vista, com extensão de 289,46 metros, abrangendo área total da pista de 2.218,80 m², contendo ainda serviços de drenagem pluvial, meio-fio e sinalização viária.

2. Custo final da obra e determinação do custo a ser repassado aos contribuintes:

O custo, nele compreendido todos os materiais e serviços necessários, foi de R\$ 382.526,25 (trezentos e oitenta e dois mil, quinhentos e vinte e seis reais e vinte e cinco centavos), conforme Anexo I, sendo que houve um valor orçado de R\$ 380.963,32, destes houve uma redução para R\$ 375.353,37 com um aditivo de R\$ 7.172,88, no entanto, o custo a ser suportado pelos contribuintes foi o montante de R\$ 120.846,48 (cento e vinte mil, oitocentos e quarenta e seis reais e quarenta e oito centavos), conforme parágrafo único do artigo 1º da Lei Complementar Municipal nº 003, de 20/08/2019, com nova redação pela Lei Complementar Municipal nº 006/2020.

3. Avaliação dos imóveis delimitados pela zona de influência:

Anexo II demonstra a valorização individual dos imóveis, considerando a avaliação efetuada anterior a execução da obra e publicada no Edital de Contribuição de Melhoria nº 003/2019 retificado pelo Edital de Contribuição de Melhoria nº 006/2020 e a avaliação posterior a obra realizada pela Comissão nomeada para este fim e efetuada em 19/05/2021.

4. Valor da Contribuição de Melhoria:

Os contribuintes supracitados terão os seguintes valores de contribuição de melhoria lançados de acordo com o custo total da obra a ser rateado entre os moradores, conforme parágrafo único do artigo 1º da Lei Complementar Municipal nº 003, de 20/08/2019, com nova redação pela Lei Complementar Municipal nº 006/2020, combinado com o Anexo I, a saber, limitado a R\$ 120.846,48 e tendo como seu percentual individual de valorização o montante expresso no Anexo II, diante de tal, resta lançado para os seguintes contribuintes a contribuição de melhoria, todos limitados no valor de valorização individual:

Proprietário	CPF/CNPJ	Matrícula	Cadastro Imobiliário	Valor da Contribuição de Melhoria
Jonas Montanha	037.257.609-50	2.988	851	R\$ 4.500,00
Espolio De Julio Nunes Pereira	891.494.599-53	2.464	852	R\$ 4.293,00
Arlete Terezinha Sardo Kindlein	044.294.919-76	6.754	853	R\$ 3.904,92
Nilton Rogerio Zabel	636.683.789-91	5.096	854	R\$ 3.637,17
Erlene Aparecida Regis Da Silva	820.121.489-72	3.173	855	R\$ 3.339,00
Jurema Schmitz	437.430.809-15	3.737	856	R\$ 3.219,75
Ioiete Julinha Noveletto	382.742.139-04	2.907	857	R\$ 3.219,75
Nerli Conte Siewerdt	573.478.329-34	3.084	858	R\$ 3.219,75
Renildo Rodrigues Da Silva	249.312.259-34	5.192	859	R\$ 3.219,75
Ervino Vestewig	382.777.279-68	1.426	1015	R\$ 2.916,00
Enelita Montagna	686.565.309-25	3.931	1016	R\$ 2.821,23
Werner Klegin	292.849.459-68	4.448	1017	R\$ 2.821,23
Conrado Fredeico Klegin	399.350.609-00	4.449	1018	R\$ 2.821,23
Berli Maria Teles	379.803.949-68	6.994	1019	R\$ 3.060,00
Luciane Maria Machado	031.834.039-94	4.867	1020	R\$ 2.821,23
Ademir dos Santos	578.915.089-68	4.781	1021	R\$ 2.864,16
Natanael Sparremberger	106.070.589-35	5.073	1022	R\$ 2.821,23
Natanael Sparremberger	106.070.589-35	3.968	1023	R\$ 2.826,72
Leoni Andre	891.503.339-68	7.014	824	R\$ 3.742,20
Eduardo Cesar da Luz	081.345.869-29	4.611	822	R\$ 4.644,00
Ivone Kramel Elias	936.718.739-49	2.442	896	R\$ 2.862,00
Ademir De Souza	936.721.609-20	2.891	895	R\$ 2.843,82
Jaci De Liz	310.981.939-20	4.447	872	R\$ 2.862,00
Abelcor Agostinho Blau	379.339.149-34	3.060	871	R\$ 2.862,00

Liria Dalmarco	831.633.959-53	4.129	1054	R\$ 2.720,97
Onilda Comper	035.248.699-63	4.780	1053	R\$ 2.720,97
Espolio De Alreun Freundel	189.588.008-44	4.861	1034	R\$ 2.763,54
Thaize Andre	064.904.429-06	5.207	1033	R\$ 2.763,54
Mario Israel	628.628.809-06	4.770	826	R\$ 3.689,28
Jonas Adriani Silva	655.946.149-15	5.301	820	R\$ 2.709,00
Valor da contribuição de melhoria				R\$ 95.509,44

5. Condições de pagamento, parcelamento e impugnação:

O prazo para pagamento, parcelamento e impugnação é de 30 (trinta) dias da publicação deste edital, sendo que na condição a vista gozará de desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor do tributo, ou parcelado, de acordo com o disposto no Art. 408, do Código Tributário Municipal – Lei Complementar nº 005, de 08 de dezembro de 2009 que dispõe: os proprietários com imóveis de esquina que recebam melhorias nas duas ruas ao mesmo tempo ou no prazo de 12 (doze) meses, poderão ter seus débitos parcelados em até 24 (vinte e quatro) parcelas; os proprietários de dois ou mais imóveis que possuam apenas uma edificação e que esta sirva de moradia própria, na mesma rua que recebam melhorias ao mesmo tempo poderão ter seus débitos parcelados em até 24 (vinte e quatro) parcelas; e, os proprietários de imóveis que possuem testada principal com metragem superior a 30 (trinta) metros lineares poderão ter seus débitos parcelados em até 24 (vinte e quatro) parcelas. Possível impugnação deverá ser dirigida à Secretaria de Administração e Fazenda, através de petição protocolada, devidamente fundamentada, nos termos da legislação tributária municipal vigente. No curso deste prazo subsidiariamente os contribuintes serão notificados para ciência do débito, na forma do art. 16 da LC nº 003/2019.

6. Inadimplência:

A falta de pagamento da Contribuição de Melhoria, nos prazos regulamentares, implicará na cobrança de: na atualização monetária do principal, conforme Art. 56, I, da Lei Complementar nº 005, de 08 de dezembro de 2009; em juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, conforme Art. 56, II, da Lei Complementar nº 005, de 08 de dezembro de 2009; e, na cobrança de multa, sobre o valor atualizado, graduada em até 10% (dez por cento), na forma do Art. 56, III, da Lei Complementar nº 005, de 08 de dezembro de 2009.

10. Disposições finais:

As demais informações poderão ser obtidas no setor de Tributação da Prefeitura.

Diante de tal, fica intimado o contribuinte das condições estabelecidas neste edital e do lançamento da contribuição de melhoria.

Pouso Redondo, 29 de junho de 2021.

Oscar Gutz
Prefeito Municipal

Marcos Pereira
Fiscal de Tributos

EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2021 - POSTERIOR A OBRA RUA AUGUSTO SIEWERDT - ANEXO I

Publicação Nº 3131807

Anexo I – Custo total da obra:

Orçamento original: R\$ 380.963,32

Valor da obra efetivamente medido: R\$ 375.353,37

Aditivo na obra: R\$ 7.172,88

Total investido na obra: R\$ 382.526,25

Contrato nº 021/2020

Prestadora de serviços: LZK Construtora Ltda.

CNPJ: 07.455.659/0001-81

Nota Fiscal de Prestação de Serviços nº 911 - 1º medição – R\$ 176.883,72

Nota Fiscal de Prestação de Serviços nº 920 e 921 - 2º medição – R\$ 190.418,75

Nota Fiscal de Prestação de Serviços nº 956 - 3º medição – R\$ 8.050,90

Nota Fiscal de Prestação de Serviços nº 957 - Aditivo R\$ 7.172,88

Custo total da obra: R\$ 382.526,25

Valor a ser absorvido pelos moradores: R\$ 120.846,48 (valor inalterado em relação as LC nº 003/2019 com nova redação dada pela LC nº 006/2020)

THIAGO ESSER
ENGENHEIRO CIVIL

EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2021 - POSTERIOR A OBRA RUA AUGUSTO SIEWERDT - ANEXO II

Publicação Nº 3131811

Anexo II – Valorização individual decorrente da obra e o percentual individual de valorização:

Avaliação dos Imóveis após conclusão das obras da Rua Augusto Siewerdt – Reunião 19/05/2021:

Proprietário	CPF	Matrícula	Cadastro Imobiliário	Valor Venal do Imóvel antes da obra	Valor Venal do Imóvel após conclusão da obra	Percentual de absorção	Rateio do custo da obra
Jonas Montanha	037.257.609-50	2.988	851	R\$ 242.880,00	R\$ 247.380,00	4,71%	R\$ 5.693,77
Espolio De Julio Nunes Pereira	891.494.599-53	2.464	852	R\$ 99.900,00	R\$ 104.193,00	4,49%	R\$ 5.431,86

Arlete Terezinha Sardo Kindlein	044.294.919-76	6.754	853	R\$ 118.178,40	R\$ 122.083,32	4,09%	R\$ 4.940,83
Nilton Rogerio Zabel	636.683.789-91	5.096	854	R\$ 114.863,40	R\$ 118.500,57	3,81%	R\$ 4.602,05
Erlene Aparecida Regis Da Silva	820.121.489-72	3.173	855	R\$ 97.356,00	R\$ 100.695,00	3,50%	R\$ 4.224,78
Jurema Schmitz	437.430.809-15	3.737	856	R\$ 89.168,00	R\$ 92.387,75	3,37%	R\$ 4.073,90
Iolete Julinha Noveletto	382.742.139-04	2.907	857	R\$ 113.195,00	R\$ 116.414,75	3,37%	R\$ 4.073,90
Nerli Conte Siewerdt	573.478.329-34	3.084	858	R\$ 146.483,00	R\$ 149.702,75	3,37%	R\$ 4.073,90
Renildo Rodrigues Da Silva	249.312.259-34	5.192	859	R\$ 90.467,80	R\$ 93.687,55	3,37%	R\$ 4.073,90
Ervino Vestewig	382.777.279-68	1.426	1015	R\$ 58.320,00	R\$ 61.236,00	3,05%	R\$ 3.689,57
Enelita Montagna	686.565.309-25	3.931	1016	R\$ 79.075,80	R\$ 81.897,03	2,95%	R\$ 3.569,65
Werner Klegin	292.849.459-68	4.448	1017	R\$ 70.757,10	R\$ 73.578,33	2,95%	R\$ 3.569,65
Conrado Fredeico Klegin	399.350.609-00	4.449	1018	R\$ 77.582,10	R\$ 80.403,33	2,95%	R\$ 3.569,65
Berli Maria Teles	379.803.949-68	6.994	1019	R\$ 111.259,40	R\$ 114.319,40	3,20%	R\$ 3.871,77
Luciane Maria Machado	031.834.039-94	4.867	1020	R\$ 92.178,60	R\$ 94.999,83	2,95%	R\$ 3.569,65
Ademir dos Santos	578.915.089-68	4.781	1021	R\$ 79.501,70	R\$ 82.365,86	3,00%	R\$ 3.623,97
Natanael Sparremberger	106.070.589-35	5.073	1022	R\$ 269.604,60	R\$ 272.425,83	2,95%	R\$ 3.569,65
Natanael Sparremberger	106.070.589-35	3.968	1023	R\$ 124.006,40	R\$ 126.833,12	2,96%	R\$ 3.576,60
Leoni Andre	891.503.339-68	7.014	824	R\$ 74.844,00	R\$ 78.586,20	3,92%	R\$ 4.734,94
Eduardo Cesar da Luz	081.345.869-29	4.611	822	R\$ 153.984,00	R\$ 158.628,00	4,86%	R\$ 5.875,97
Ivone Kramel Elias	936.718.739-49	2.442	896	R\$ 141.540,00	R\$ 144.402,00	3,00%	R\$ 3.621,24
Ademir De Souza	936.721.609-20	2.891	895	R\$ 130.076,40	R\$ 132.920,22	2,98%	R\$ 3.598,24
Jaci De Liz	310.981.939-20	4.447	872	R\$ 64.920,00	R\$ 67.782,00	3,00%	R\$ 3.621,24
Abelcor Agustinho Blau	379.339.149-34	3.060	871	R\$ 82.440,00	R\$ 85.302,00	3,00%	R\$ 3.621,24
Liria Dalmarco	831.633.959-53	4.129	1054	R\$ 258.851,40	R\$ 261.572,37	2,85%	R\$ 3.442,80
Onilda Comper	035.248.699-63	4.780	1053	R\$ 85.535,40	R\$ 88.256,37	2,85%	R\$ 3.442,80
Espolio De Alreun Freundel	189.588.008-44	4.861	1034	R\$ 107.510,80	R\$ 110.274,34	2,89%	R\$ 3.496,66
Thaize Andre	064.904.429-06	5.207	1033	R\$ 94.770,80	R\$ 97.534,34	2,89%	R\$ 3.496,66
Mario Israel	628.628.809-06	4.770	826	R\$ 110.461,60	R\$ 114.150,88	3,86%	R\$ 4.667,98
Jonas Adriani Silva	655.946.149-15	5.301	820	R\$ 120.540,00	R\$ 123.249,00	2,84%	R\$ 3.427,65
Valor total dos imóveis da rua anterior as obras objeto da contribuição de melhoria				R\$ 3.500.251,70	R\$ 3.595.761,14	100,00%	R\$ 120.846,48

EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2021 - POSTERIOR A OBRA RUA JACÓ LAMIM

Publicação Nº 3131837

EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2021

O Município de Pouso Redondo, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 145, III, da Constituição Federal, combinado com os artigos 81 e 82 do Código Tributário Nacional, Decreto-Lei nº 195 de 24/2/1967 e Lei Complementar Municipal nº 002/2019, com nova redação dada em partes pela Lei Complementar Municipal nº 004/2020, leva ao conhecimento dos interessados que foi executado obras de que trata este edital, apresentando-se o custo da obra e avaliação dos imóveis anterior e posterior a obra (estes levados em consideração os elementos citados no art. 11 da Lei Complementar Municipal nº 002/2019), valorização individual (VI) e o percentual individual de valorização (PVI) e demais elementos para fins de lançamento e cobrança da contribuição de melhoria, conforme descrições que seguem.

1. Do fato gerador do tributo:

Valorização do imóvel decorrente da execução concluída de pavimentação asfáltica na Rua Jacó Lamim, no Bairro Boa Vista, com extensão de 135,36 metros, abrangendo área total da pista de 812,34 m², contendo ainda serviços de drenagem pluvial, meio-fio e sinalização viária.

2. Custo final da obra e determinação do custo a ser repassado aos contribuintes:

O custo, nele compreendido todos os materiais e serviços necessários, foi de 152.595,06 (cento e cinquenta e dois mil, quinhentos e noventa e cinco reais e seis centavos), conforme Anexo I, sendo que houve um valor orçado de R\$ 156.208,64 (cento e cinquenta e seis mil, duzentos e oito reais e sessenta e quatro centavos), destes houve uma redução para R\$ 149.361,63 com um aditivo de R\$ 3.233,43, no entanto, o custo a ser suportado pelos contribuintes seria de R\$ 44.284,69 (quarenta e quatro mil, duzentos e oitenta e quatro reais e sessenta e nove centavos), conforme parágrafo único do artigo 1º da Lei Complementar Municipal nº 002, de 06/08/2019, com nova redação pela Lei Complementar Municipal nº 004/2020, no entanto, com a redução total no custo da obra para 97,68% do valor orçado, aplica-se a mesma redução para o valor a ser suportado pelos sujeitos passivos, ficando o valor em R\$ 43.257,29 (quarenta e três mil, duzentos e cinquenta e sete reais e vinte e nove centavos).

3. Avaliação dos imóveis delimitados pela zona de influência:

Anexo II demonstra a valorização individual dos imóveis, considerando a avaliação efetuada anterior a execução da obra e publicada no Edital de Contribuição de Melhoria nº 002/2019 retificado pelo Edital de Contribuição de Melhoria nº 004/2020 e a avaliação posterior a obra realizada pela Comissão nomeada para este fim e efetuada em 19/05/2021.

4. Valor da Contribuição de Melhoria:

Os contribuintes supracitados terão os seguintes valores de contribuição de melhoria lançados de acordo com o custo total da obra a ser rateado entre os moradores, conforme parágrafo único do artigo 1º da Lei Complementar Municipal nº 002, de 06/08/2019, com nova redação pela Lei Complementar Municipal nº 004/2020, combinado com o Anexo I, a saber, limitado a R\$ 43.257,29 (quarenta e três mil, duzentos e cinquenta e sete reais e vinte e nove centavos) e tendo como seu percentual individual de valorização o montante expresso no

Anexo II, diante de tal, resta lançado para os seguintes contribuintes a contribuição de melhoria:

Proprietário	CPF	Matrícula	Cadastro Imobiliário	Valor da Contribuição de Melhoria
Espolio De Alreun Freundel	189.588.008-44	4861	1.034	R\$ 1.886,18
Ingard Klegin	400.305.719-87		1.035	R\$ 1.884,58
Ricardo Bini	076.088.279-71		1.036	R\$ 1.971,57
Edimar Custódio Da Luz	154.583.009-63	4109	1.037	R\$ 1.601,90
Eloa Gassen Caetano	399.707.369-49		1.038	R\$ 1.786,73
Afonso Niuehues	310.984.799-04		1.039	R\$ 1.601,90
Jose Andre Peixe	069.015.309-00	4480	1.040	R\$ 1.603,25
Jose Ernesto Raupp	212.505.709-30	4112	1.041	R\$ 1.884,58
Camila Cristie Paterno	625.188.529-72	4143	1.042	R\$ 1.799,05
Nadia Marisa Tinti	806.797.069-68	5237	1.044	R\$ 2.031,27
Onilda Comper	035.248.699-63	4780	1.053	R\$ 1.857,13
Sandra Mara Ferrari	936.177.719-04	4036	1.052	R\$ 1.680,65
Carlos Eigen	379.237.739-04		1.051	R\$ 1.890,73
Denilson Donizete Franzoi	828.319.479-87		1.049	R\$ 1.857,13
Lunara Andrião Cardoso	062.076.119-93		1.048	R\$ 1.857,13
Elvira Schusler	767.165.209-10	4032	1.047	R\$ 1.957,99
Zulmiro Comper	478.284.209-00		1.045	R\$ 1.820,09
Município De Pouso Redondo	83.102.681/0001-26		1.060	R\$ 0,00
Valor da contribuição de melhoria				R\$ 30.971,86

O valor referente ao Município De Pouso Redondo consta na planilha somente para efeito de cálculo e rateio para não prejuízo aos demais contribuintes, mas não será objeto de lançamento vez que o sujeito passivo e ativo são os mesmos.

5. Condições de pagamento, parcelamento e impugnação:

O prazo para pagamento, parcelamento e impugnação é de 30 (trinta) dias da publicação deste edital, sendo que na condição a vista gozará de desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor do tributo, ou parcelado, de acordo com o disposto no Art. 408, do Código Tributário Municipal – Lei Complementar nº 005, de 08 de dezembro de 2009 que dispõe: os proprietários com imóveis de esquina que recebam melhorias nas duas ruas ao mesmo tempo ou no prazo de 12 (doze) meses, poderão ter seus débitos parcelados em até 24 (vinte e quatro) parcelas; os proprietários de dois ou mais imóveis que possuam apenas uma edificação e que esta sirva de moradia própria, na mesma rua que recebam melhorias ao mesmo tempo poderão ter seus débitos parcelados em até 24 (vinte e quatro) parcelas; e, os proprietários de imóveis que possuem testada principal com metragem superior a 30 (trinta) metros lineares poderão ter seus débitos parcelados em até 24 (vinte e quatro) parcelas. Possível impugnação deverá ser dirigida à Secretaria de Administração e Fazenda, através de petição protocolada, devidamente fundamentada, nos termos da legislação tributária municipal vigente. No curso deste prazo subsidiariamente os contribuintes serão notificados para ciência do débito, na forma do art. 16 da LC nº 002/2019.

6. Inadimplência:

A falta de pagamento da Contribuição de Melhoria, nos prazos regulamentares, implicará na cobrança de: na atualização monetária do principal, conforme Art. 56, I, da Lei Complementar nº 005, de 08 de dezembro de 2009; em juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, conforme Art. 56, II, da Lei Complementar nº 005, de 08 de dezembro de 2009; e, na cobrança de multa, sobre o valor atualizado, graduada em até 10% (dez por cento), na forma do Art. 56, III, da Lei Complementar nº 005, de 08 de dezembro de 2009.

10. Disposições finais:

As demais informações poderão ser obtidas no setor de Tributação da Prefeitura.

Diante de tal, fica intimado o contribuinte das condições estabelecidas neste edital e do lançamento da contribuição de melhoria.

Pouso Redondo, 29 de junho de 2021.

Oscar Gutz
Prefeito Municipal

Marcos Pereira
Fiscal de Tributos

EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2021 - POSTERIOR A OBRA RUA JACÓ LAMIM - ANEXO I

Publicação Nº 3131848

Anexo I – Custo total da obra:

Orçamento original: R\$ 156.208,64

Valor da obra efetivamente medido: R\$ 149.764,77

Aditivo na obra: R\$ 3.233,43

Total investido na obra: R\$ 152.998,20

Contrato nº 021/2020

Prestadora de serviços: LZK Construtora Ltda.

CNPJ: 07.455.659/0001-81

Nota Fiscal de Prestação de Serviços nº 911 - 1º medição – R\$ 46.843,95

Nota Fiscal de Prestação de Serviços nº 956 - 2º medição – R\$ 99.920,82

Nota Fiscal de Prestação de Serviços nº 958 - Aditivo R\$ 3.233,43

Custo total da obra: R\$ 152.998,20

Valor a ser absorvido pelos moradores: R\$ 44.284,69 (valor inalterado em relação as LC nº 002/2019 com nova redação dada pela LC nº 004/2020)

THIAGO ESSER
ENGENHEIRO CIVIL

EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2021 - POSTERIOR A OBRA RUA JACÓ LAMIM - ANEXO II

Publicação Nº 3131852

Anexo II – Valorização individual decorrente da obra e o percentual individual de valorização:

Avaliação dos Imóveis após conclusão das obras da Rua Jaco Lamin – Reunião 19/05/2021:

Proprietário	CPF	Matrícula	Cadastro Imobiliário	Valor Venal do Imóvel antes da obra	Valor Venal do Imóvel após conclusão da obra	Valorização Individual	Percentual de absorção	Rateio do custo da obra a ser absorvido pelos contribuintes
Espolio De Alreun Freundel	189.588.008-44	4861	1.034	R\$ 107.510,80	R\$ 110.274,34	R\$ 2.763,54	4,36%	R\$ 1.886,18
Ingard Klegin	400.305.719-87		1.035	R\$ 91.672,00	R\$ 94.433,20	R\$ 2.761,20	4,36%	R\$ 1.884,58
Ricardo Bini	076.088.279-71		1.036	R\$ 137.709,80	R\$ 140.598,44	R\$ 2.888,64	4,56%	R\$ 1.971,57
Edimar Custódio Da Luz	154.583.009-63	4109	1.037	R\$ 68.900,40	R\$ 71.247,42	R\$ 2.347,02	3,70%	R\$ 1.601,90
Eloa Gassen Caetano	399.707.369-49		1.038	R\$ 80.406,60	R\$ 83.024,43	R\$ 2.617,83	4,13%	R\$ 1.786,73
Afonso Niuehues	310.984.799-04		1.039	R\$ 72.860,40	R\$ 75.207,42	R\$ 2.347,02	3,70%	R\$ 1.601,90
Jose Andre Peixe	069.015.309-00	4480	1.040	R\$ 67.924,18	R\$ 70.273,19	R\$ 2.349,01	3,71%	R\$ 1.603,25
Jose Ernesto Raupp	212.505.709-30	4112	1.041	R\$ 142.723,20	R\$ 145.484,40	R\$ 2.761,20	4,36%	R\$ 1.884,58
Camila Cristie Paterno	625.188.529-72	4143	1.042	R\$ 107.629,68	R\$ 110.265,56	R\$ 2.635,88	4,16%	R\$ 1.799,05
Nadia Marisa Tinti	806.797.069-68	5237	1.044	R\$ 117.352,80	R\$ 120.328,92	R\$ 2.976,12	4,70%	R\$ 2.031,27
Onilda Comper	035.248.699-63	4780	1.053	R\$ 85.535,40	R\$ 88.256,37	R\$ 2.720,97	4,29%	R\$ 1.857,13
Sandra Mara Ferrari	936.177.719-04	4036	1.052	R\$ 155.363,00	R\$ 157.825,40	R\$ 2.462,40	3,89%	R\$ 1.680,65
Carlos Eigen	379.237.739-04		1.051	R\$ 139.620,00	R\$ 142.390,20	R\$ 2.770,20	4,37%	R\$ 1.890,73
Denilson Donizete Franzoi	828.319.479-87		1.049	R\$ 111.371,40	R\$ 114.092,37	R\$ 2.720,97	4,29%	R\$ 1.857,13
Lunara Andrião Cardoso	062.076.119-93		1.048	R\$ 54.419,40	R\$ 57.140,37	R\$ 2.720,97	4,29%	R\$ 1.857,13
Elvira Schusler	767.165.209-10	4032	1.047	R\$ 131.303,00	R\$ 134.171,75	R\$ 2.868,75	4,53%	R\$ 1.957,99
Zulmiro Comper	478.284.209-00		1.045	R\$ 90.894,00	R\$ 93.560,70	R\$ 2.666,70	4,21%	R\$ 1.820,09
Município De Pouso Redondo (*1)	83.102.681/0001-26		1.060	R\$ 1.560.000,00	R\$ 1.578.000,00	R\$ 18.000,00	28,40%	R\$ 12.285,43
Valor total dos imóveis da rua anterior as obras objeto da contribuição de melhoria				R\$ 3.323.196,06	R\$ 3.386.574,48	R\$ 63.378,42		R\$ 43.257,29

*1 – o valor referente ao Município De Pouso Redondo consta na planilha somente para efeito de cálculo e rateio para não prejuízo aos demais contribuintes, mas não será objeto de lançamento vez que o sujeito passivo e ativo são os mesmos.

EDITAL Nº 28/2021 DE 01/07/2021 - CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR ACT - ENSINO FUNDAMENTAL/ EDUCAÇÃO INFANTIL

Publicação Nº 3131309

EDITAL Nº 28/2021 de 01/07/2021

Chamada Pública para contratação de professor ACT - Ensino Fundamental/ Educação Infantil

A Secretaria Municipal da Educação e Cultura torna público, pelo presente, as normas da CHAMADA PÚBLICA das vagas remanescentes do edital 01/2019 para a contratação de professores que irão atuar no ano de 2021.

1. Os candidatos interessados deverão dirigir-se à Secretaria Municipal de Educação e Cultura às 07horas30min do dia 05 de julho de 2021 (segunda-feira).

2. QUADRO DE VAGAS

2.1 – Unidade de Ensino: CE Máximo Nardelli

Carga Horária: 20 Matutino

Disciplina: Professor II (Quarto Ano)

2.2 – Unidade de Ensino: CE Máximo Nardelli

Carga Horária: 20 Matutino

Disciplina: Anos Iniciais (Terceiro Ano)

2. – Unidade de Ensino: CEI Carrocinha do Amor

Carga Horária: 20 Vespertino

Disciplina: Professor II (maternal)

3. CRITÉRIOS PARA ESCOLHA:

3.1- Professores habilitados: Licenciatura ESPECÍFICA NA DISCIPLINA

3.2- Professores não habilitados: Cursando a disciplina:

3.2.1 - Formado em outras disciplinas

3.2.2 - Cursando outras disciplinas

3.2.3 - O candidato terá direito a escolha de uma única vaga deste edital

3.3 - Havendo dois ou mais professores licenciados interessados na vaga com a mesma formação o primeiro critério de desempate será curso de especialização, persistindo o empate, ficará com a vaga o mais idoso.

3.4 - Havendo dois ou mais professores não habilitados interessados na vaga será dada à preferência ao que tiver cursando maior fase do curso de graduação na disciplina, persistindo o empate ficará com a vaga o mais idoso. Não havendo interessados que estejam cursando licenciatura na disciplina será levado em consideração os itens b.1, b2, deste edital.

3.5 - Somente poderão escolher a vaga quem tiver em mãos o certificado de conclusão da graduação de maior nível ou o atestado de frequência na fase atual.

3.6 - Os casos omissos nesse edital, serão julgados pela equipe da Secretaria da Educação e Cultura.

3.7 - Não será permitido troca de vagas.

Pouso Redondo, 01 de julho de 2021.

Jakqueline Aparecida Poleza

Secretária de Educação e Cultura

Praia Grande

PREFEITURA

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 18/2021 - PMPG

Publicação Nº 3131539

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2E76311C91D8D3F27B4012B2E0593E7CDCC3F689

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 64/2021

PREGÃO PRESENCIAL N.º 18/2021

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) – ASFALTO QUENTE, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: ATÉ ÀS 08:30 HORAS DO DIA 14/07/2021.

ABERTURA DOS ENVELOPES: ÀS 08:45 HORAS DO DIA 14/07/2021.

O EDITAL E ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER OBTIDOS NO SEGUINTE ENDEREÇO E HORÁRIO: RUA IRINEU BORNHAUSEN, 320, CENTRO, NOS DIAS ÚTEIS, DE SEGUNDA À SEXTA, DAS 07:30H ÀS 11:30H E DAS 13:00H ÀS 17:00H OU PELO TELEFONE 048 3532-0132.

PRAIA GRANDE-SC, 01 DE JULHO DE 2021.

ELISANDRO PEREIRA MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 67/2021

Publicação Nº 3130482

EXTRATO DE CONTRATO Nº 67/2021

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADA:	GEOLOGIA CRIPPA LTDA - ME
OBJETO:	O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para elaboração e fiscalização de projeto de poço tubular profundo para captação de água no sistema Aquífero Guarani, de acordo com as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) – Norma 12212 e 12244, incluindo também a licença (autorização prévia) para a perfuração do poço, ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e planilha orçamentária. Local do Estudo: Linha Imigra, interior do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR:	O preço total ajustado para a prestação dos serviços é a importância de R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais), sendo que o valor a ser pago será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal e atestado do Fiscal de Contrato nomeado pelo Município nesta nota que será feito através de crédito em conta na Instituição Financeira indicada pela empresa.
FISCAL DO CONTRATO:	O presente contrato será fiscalizado pelo servidor municipal Sr. Neucir José Giacomini, conforme Portaria nº P/0201/2021, de 01 de julho de 2021, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
VIGÊNCIA:	A vigência do contrato decorrente desta licitação será até 31 de dezembro de 2021

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 87/2019

Publicação Nº 3130680

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 87/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019
HOMOLOGAÇÃO 03/07/2019

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Alberto Ernesto Lang, nº 29, Centro, do Município de Presidente Castello Branco/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.777.244/0001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Tarcílio Secco, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 220.926.509-63, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa TOTAL LIFE ASSISTÊNCIA A VIDA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.079.572/0001-82, estabelecida na Avenida Prefeito Osmar Cunha, nº 260, sala 303, Condomínio Royal Bussiner Center, Centro do Município de Florianópolis/SC, CEP: 88015-100, neste ato representado por seu Sócio, Sr. Jeferson Valter Spessatto, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 029.070.059-01, doravante denominado CONTRATADO, resolvem de comum acordo aditar o Contrato Administrativo nº 87/2019, fundamentado no artigo 65, alínea II "d", nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada em prestação de serviços técnicos na área de Medicina do Trabalho e Saúde Ocupacional, sendo todos os serviços listados, inclusive exames dos servidores municipais, prestados na sede da contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, conforme especificações das funções constantes abaixo:

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	12	Meses / Serv	<p>Prestação de serviços técnicos na área de Medicina do Trabalho e Saúde Ocupacional, com a função de elaborar e manter os programas de segurança e medicina do trabalho, realização de exames médicos, com emissão do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, com parecer conclusivo de aptidão ou não à função que o empregado exercerá, estiver exercendo ou exerceu. Os exames prestados são os exames admissionais, demissionais, periódicos, de retorno ao trabalho e de mudança de função. Prestação de assessoria técnica no preenchimento do formulário PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário, com informações relativas ao empregado, contendo a atividade que exerce, o agente nocivo ao qual é exposto, a intensidade e a concentração do agente, exames médicos clínicos e dados referente ao empregador, com emissão de Atestados de Saúde Ocupacionais (ASO), elaboração do PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), LTCAT (Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho) e PCA (Programa de Controle Auditivo), promover a avaliação ergonômica do ambiente de trabalho e das condições de insalubridade e periculosidade, realizar atividades de conscientização, educação e orientação (treinamentos) visando a prevenção de acidentes no trabalho e doenças ocupacionais. A prestação de serviço na área de Medicina do Trabalho e Saúde Ocupacional estão previstos na Norma Regulamentadora NR nº 07 do Ministério do Trabalho e Emprego. Número de funcionários: 160.</p> <p>Parágrafo Primeiro: Os exames periódicos e treinamentos deverão ser prestados no município de Pres. Castello Branco (SC).</p> <p>Parágrafo Segundo: A Contratada deverá executar o objeto deste contrato com profissionais devidamente habilitados nos Órgãos Federais e Estaduais competentes.</p>	Total Life	R\$ 967,00	R\$ 11.604,00
Total						R\$ 11.604,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 Este Termo Aditivo prorroga a vigência do Contrato nº 87/2019, cláusula oitava deste contrato, nos termos do art. 57, da Lei nº 8.666/93, firmado em 05 de julho de 2019, prorrogando sua vigência até o dia 05 de julho de 2022.

Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditivado e não alterado pelo presente termo aditivo.

E, por estarem justas e acordadas, assinam o presente Termo Aditivo de prorrogação de prazo, em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas.

Presidente Castello Branco (SC), 01 de julho de 2021.

CONTRATANTE
TARCILIO SECCO
Prefeito Municipal

CONTRATADA
Total Life Assistência a Vida LTDA
JEFERSON VALTER SPESSATTO

FISCAL DO CONTRATO
ALEXANDRA SCHUMANN

Testemunhas:
VANESSA CERVILIN
CPF: 079.688.499-42

EDENILSON DOMINGOS ZENI
CPF: 021.252.659-66

Presidente Getúlio

PREFEITURA

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO / PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N. 1042/2020

Publicação Nº 3131628

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N. 1042/2020

MUNICÍPIO: Presidente Getúlio/SC

Setor: PROCURADORIA GERAL

PESSOA CIENTIFICADA: Michael Gonçalves Ribeiro

A quem possa interessar, pelo presente, fica cientificado do Julgamento, nos termos do art. 59, §1º, do Estatuto Jurídico Disciplinar (LCM n. 2.414/2019), cuja ementa segue. Cumpre informar, ainda, que conforme disposto nos arts. 65 e 71 do referido Estatuto: Art. 65. São cabíveis os seguintes recursos: I - pedido de reconsideração, quanto às decisões proferidas pelo Prefeito; e II - recurso hierárquico. Art. 71. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 15 (quinze) dias a contar da ciência da decisão recorrida pelo interessado ou defensor, o que ocorrer primeiro.

EXTRATO DA DECISÃO: Processo Administrativo Disciplinar. Prática de infrações disciplinares previstas no art. 126, incisos III e VII do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (LCM n. 2.287/2008). Infração confirmada. Aplicação de penalidade de advertência, nos termos do art. 138 da Lei retro mencionada e ressarcimento ao erário no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

Autoridade Julgadora: Nelson Virtuoso

Data: 1º/7/2021

PORTARIA Nº. 014/2021-SAATE

Publicação Nº 3131700

PORTARIA Nº 014/2021 - SAATE

CONCEDE GRATIFICAÇÃO PELA REALIZAÇÃO DE TRABALHO ESPECIAL.

EDSON JOSÉ STALLOCH, Superintendente do Serviço de Abastecimento de Água e Tratamento de Esgoto – SAATE de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 24, § 1º da Lei Complementar nº 2.286/2008 de 28 de fevereiro de 2008, resolve,

CONCEDER:

Ao servidor MARCIANO TAMBOSI, Agente de Serviços Especializados, Nível 37, do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, Gratificação pela Realização de Trabalho Especial, na razão de 30% (trinta por cento) do seu vencimento base, Responsável pelo coordenação de licitação, compras e faturamento, a partir do mês de julho de 2021.

Presidente Getúlio – SC, em 01 de julho de 2021.

EDSON JOSÉ STALLOCH

Superintendente

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA

PRES. GETÚLIO, 01 DE JULHO DE 2021.

PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 64/2021

Publicação Nº 3131502

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 64/2021

DO CREDENCIAMENTO/INEXIGIBILIDADE Nº 9/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, FUNDAMENTAL E CRECHES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, EM ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE.

EMPRESA: ROSNEI SCHMIDT

VIGÊNCIA: 31/12/2021

Presidente Getúlio, 01 de julho de 2021.

Nelson Virtuoso - Prefeito

PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 65/2021

Publicação Nº 3131446

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 65/2021

DO CREDENCIAMENTO/INEXIGIBILIDADE Nº 9/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, FUNDAMENTAL E CRECHES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, EM ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE.

EMPRESA: NILTON FORMAGI

VIGÊNCIA: 31/12/2021

Presidente Getúlio, 01 de julho de 2021.

Nelson Virtuoso - Prefeito

PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 68/2021

Publicação Nº 3131562

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 68/2021

DO CREDENCIAMENTO/INEXIGIBILIDADE Nº 9/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, FUNDAMENTAL E CRECHES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, EM ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE.

EMPRESA: ELENIR PEREIRA

VIGÊNCIA: 31/12/2021

Presidente Getúlio, 01 de julho de 2021.

Nelson Virtuoso - Prefeito

PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 72/2021

Publicação Nº 3131594

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 72/2021

DO CREDENCIAMENTO/INEXIGIBILIDADE Nº 9/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, FUNDAMENTAL E CRECHES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, EM ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE.

EMPRESA: MICHEL FORMAGI

VIGÊNCIA: 31/12/2021

Presidente Getúlio, 01 de julho de 2021.

Nelson Virtuoso - Prefeito

PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 73/2021

Publicação Nº 3131631

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 73/2021

DO CREDENCIAMENTO/INEXIGIBILIDADE Nº 9/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, FUNDAMENTAL E CRECHES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, EM ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE.

EMPRESA: TAILINE PEREIRA ROTTA

VIGÊNCIA: 31/12/2021

Presidente Getúlio, 01 de julho de 2021.

Nelson Virtuoso - Prefeito

Presidente Nereu

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 71/2021

Publicação Nº 3131608

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E18CB1FF1CC0C7142009795204BD703B5CCF9798

ESTADO DE SANTA CATARINA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 71/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU.

OBJETO: COMPRA DE TERMÔMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE DE ENSINO.

CNPJ: 80.609.654/0001-29

CONTRATADO: LIVRARIA IMAGINAR

VALOR: R\$ 1908,00 (MIL NOVESENTOS E OITO REAIS)

01 DE JUNHO DE 2021

PREFEITO,

CELSO AUGUSTO VIEIRA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 68/2021 MÍDIA COM COBERTURA NO ALTO VALE DO ITAJAÍ; EMPRESAS PARA DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS EM POSTAGEM NAS REDES SOCIAIS, EM INTERNET DE PUBLICAÇÕES DE ATOS MUNICIPAIS

Publicação Nº 3131198

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108

89.184-000 - PRESIDENTE NEREU

- SANTA CATARINA

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 68/2021
DE INEXIGIBILIDADE Nº 68/2021****1 - OBJETO**

1.1 - O presente Chamamento Público tem como Objetivo o credenciamento de pessoas Jurídicas que deverão prestar os serviços de CREDENCIAMENTO DE MÍDIA COM COBERTURA NO ALTO VALE DO ITAJAÍ; EMPRESAS PARA DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS EM POSTAGEM NAS REDES SOCIAIS, EM INTERNET DE PUBLICAÇÕES DE ATOS MUNICIPAIS.

2 - JUSTIFICATIVA

2.1 – A Secretaria Municipal de Administração de PRESIDENTE NEREU órgão responsável para gerir a sistemática administrativa da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU, na sua forma de atuação junto ao Executivo Municipal, visando à dinamicidade de seus processos e as resoluções práticas das possíveis problemáticas administrativas que venham a ser tramitada neste município, onde divulgará os trabalhos executados a toda municipalidade dando mais transparência nas atividades praticadas por esta entidade, vem por este **PROCESSO ADMINISTRATIVO** justificar a respectiva contratação, **com prazo de inscrição e abertura de 01/07/2021 até 31/12/2021.**

2.1.1 - Os interessados na prestação dos serviços descritos no objeto poderão requerer o credenciamento a qualquer tempo, durante a vigência deste edital.

2.2 - Ressaltamos que por se tratar da dificuldade de contratar os veículos de comunicação, devido a vários fatores: qualificação, estilo, reconhecimento no meio jornalístico, gosto do público ouvinte e valor que o município dispõe para custear, torna o processo de credenciamento/chamamento o mais eficiente, o qual proporcionará mais igualdade de condições aos credenciados para contratação do objeto desejado.

3 -DO CREDENCIAMENTO

3.1 – Os interessados que desejarem efetuar o credenciamento deverão obrigatoriamente apresentar os seguintes documentos, em original ou por cópia autenticada em tabelionato ou, por servidor municipal. As empresas deverão apresentar os seguintes documentos:

PESSOA JURIDICA

3.1.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;

3.1.2 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;

3.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;

3.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;

3.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

3.1.6 Prova de Regularidade da Justiça do Trabalho;

3.1.7 Declaração de Idoneidade.

3.1.13 Certidão de Falência e Concordata, junto com a comprovação do EPROC.

3.1.14 Cópia do Contrato Social da empresa com suas alterações. Comprovando que

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

presta atividades relacionadas aos serviços de Publicidade e ou Jornalismo.

3.1.15 Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

3.2 Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.

3.3 O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.

3.4 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.

3.5 Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pelo presidente, caso necessário.

3.6 Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

3.7 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;

3.8 No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante;

3.9 – Declaração de que se propõe a prestar os serviços, concordando com os valores constantes na tabela de preços em anexo I.

3.10 – Os interessados na prestação de serviços descrita no objeto poderão requerer o credenciamento a qualquer tempo, durante a vigência deste edital.

4 - FORMA DE PAGAMENTO:

4.1 – Os pagamentos somente serão realizados mediante:

a) - Apresentação das autorizações para realização da prestação dos serviços, emitida pela Secretária de Administração do Município de Presidente Nereu, ou por ele autorizado;

b) - Os valores serão postos à disposição da CREDENCIADA, junto à tesouraria do Município, pagos em transferência on-line até o quinto (5º) dia útil subsequente àquele em que os serviços forem prestados.

c) - Os valores a serem pagos, somente serão liberados mediante a apresentação da fatura e/ou nota fiscal, que deverá ser apresentado à Secretaria de Administração do Município de Presidente Nereu até o segundo (2º) dia útil, que deverá estar em conformidade com os serviços realizados e devidamente comprovados, e estarão sujeitos às retenções previdenciárias e tributárias;

d) - Os valores a serem pagos serão sempre os fixados em preço público a ser definido pelo Poder Público na forma da Lei.

5 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias município:

03 001

2003

33903988000000

01000000

6 – DA ASSINATURA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

Após o credenciamento a Administração, no prazo de até 05 (cinco) dias, convocará o representante com documentos comprobatórios para tal atribuição da empresa credenciada para assinar o termo de credenciamento.

7 - DA RESPONSABILIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

a) - A execução dos Serviços, Caberá a CREDENCIADA o fornecimento de todos os equipamentos e mão-de-obra, necessários à plena execução dos serviços indicados na cláusula primeira deste termo.

b) - Correrão por sua inteira conta e risco, as despesas de toda a mão-de-obra, instrumento, equipamento necessários, e, igualmente se responsabiliza por encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados à CONTRATANTE e ou a terceiros.

c) - Suportará, também, encargos decorrentes de manutenção e conservação dos equipamentos utilizados na execução dos serviços.

Parágrafo Único: Havendo mais de um credenciado por item, serão prestados os serviços de maneira alternada.

d) O presente credenciamento não obriga a Administração Municipal a adquirir a utilizar todos os serviços neste edital listado, nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do credenciamento terão preferência.

e) Havendo mais de um credenciado, os serviços serão prestados de maneira alternada entre os mesmos, de modo a existir igualdade de condições e quantidades entre os credenciados.

7.1 - Ao Prefeito fica assegurado o direito de preservando interesse do Município, revogar ou anular a presente edital de chamamento público, justificando a razão de tal ato, dando ciência aos partícipes.

7.2 – Fazem parte integrante deste Edital: -

Anexo I – Tabela de Valores dos serviços;

-Anexo II - Modelo de Declaração de Idoneidade;

-Anexo III - Declaração de que concorda na prestação dos serviços;

-Anexo IV - Declaração que não emprega menor;

-Anexo V - Declaração de habilitação;

-Anexo VI - Declaração de comprometimento;

-Anexo VII - Declaração de credenciamento;

-Anexo VIII - Minuta do Contrato.

7.3 - O processo, os termos do contrato e o Edital de Chamamento Público, contendo todas as informações encontra-se à disposição dos interessados de segunda a sexta-feira, das 13:30 às 17:00 hs, através do telefone (47) 3362-1108 ou fax 3362-115, ou pessoalmente (Praça Leão Dehon, 50) junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura de Presidente Nereu/SC.

Presidente Nereu, 21 de junho de 2021.

CELSO AUGUSTO VIEIRA
Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108

89.184-000 - PRESIDENTE NEREU

- SANTA CATARINA

**ANEXO I
TABELA DE VALORES**

1	100	minuto	Veiculação de material jornalístico em rede social pago por minuto.	R\$174,00
2	100	minuto	Veiculação de eventos públicos nas redes sociais.	R\$174,00
3	20	HORA	Veiculação ao vivo na internet dos eventos públicos, pagos por hora.	R\$2.660,00
4	50	HORA	Captação em vídeo com câmera profissional	R\$366,00
5	30	HORA	Captação em vídeo com drone Phantom 4 Pro	R\$550,00
6	100	UNIDADE	Fotografia sem edição	R\$12,00
7	100	UNIDADE	Fotografia com edição	R\$15,00

Data: _____

ASSINATURA

Obs:

A licitante interessada deverá preencher somente o item o qual pretende prestar serviço.

Os demais itens sem interesse deverão ficar em branco.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108

89.184-000 - PRESIDENTE NEREU

- SANTA CATARINA

ANEXO II MODELO

À Comissão de Licitações Declaração de Idoneidade (Razão Social da Credenciante), através de seu Diretor ou Responsável Legal, declara, sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública. Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

_____, em _____ de _____ de 2021.

Assinatura

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108

89.184-000 - PRESIDENTE NEREU

- SANTA CATARINA

ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO

Ao Município de Presidente Nereu Comissão de Licitação A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, declara que concorda em prestar os serviços, com os valores constantes na tabela de valores anexa ao edital de Credenciamento Público nº 68/2021 e que atenderemos a demanda exigida pela Secretaria de Administração.

.....de.....de 2021.

Assinatura

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108

89.184-000 - PRESIDENTE NEREU

- SANTA CATARINA

ANEXO IV DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----
-----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----
, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. -----
DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93,
acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor
de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega
menor de dezesseis anos. Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze
anos, na condição de aprendiz () (Observação: em caso afirmativo, assinalar
a ressalva acima).

DATA

.....

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108

89.184-000 - PRESIDENTE NEREU

- SANTA CATARINA

ANEXO V N°. .../20...

DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°./20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

_____, em ____ de ____ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ e Assinatura do Representante Legal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108

89.184-000 - PRESIDENTE NEREU

- SANTA CATARINA

**ANEXO VI Nº. .../20.....
DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO**

A empresa....., CNPJ n.º,
declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de
comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei
Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete
a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para
este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o
lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação
para o Inexigibilidade de Licitações nº. .../20.... Sem mais para o momento,
enviamos nossos protestos de estima e consideração. –
-----, ---- de ----- de 20.....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ e Assinatura do
Representante Legal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108

89.184-000 - PRESIDENTE NEREU

- SANTA CATARINA

**ANEXO VII Nº. .../20...
CREDENCIAMENTO**

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) _____,
portador (a) da Cédula de Identidade nº. _____, e CPF sob nº. ---
_____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura
Municipal de _____ (SC), na modalidade INEXIGIBILIDADE DE
LICITAÇÃO nº. .../20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL,
outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____
_____, bem como formular propostas verbais,
recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.
_____, em _____ de _____ 20.....

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

ANEXO VIII TERMO DE CREDENCIAMENTO

“REFERENTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 68/2021”
“OBJETIVANDO O CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS EM POSTAGEM NAS REDES SOCIAIS, EM RADIO E INTERNET DE PUBLICAÇÕES DE ATOS MUNICIPAIS.
....., NOS TERMOS E CONDIÇÕES A SEGUIR”: Pelo presente instrumento, de um lado, o Município de PRESIDENTE NEREU, pessoa jurídica de direito público interno, com centro administrativo na Praça Leão Dehon, 50, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.699/0001-28, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, doravante denominado simplesmente de CREDENCIANTE e, de outro,, (qualificação) inscrita no CPF/CNPJ sob nº....., estabelecida na Rua em ..., neste ato representada pelo(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade com RG nº ... e CPF nº....., residente e domiciliado na Rua em....., doravante denominada simplesmente CREDENCIADA, acordam celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA –OBJETO

A CREDENCIADA compromete-se a CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS EM POSTAGEM NAS REDES SOCIAIS, DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS EM POSTAGEM NAS REDES SOCIAIS, EM INTERNET DE PUBLICAÇÕES DE ATOS MUNICIPAIS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES A CREDENCIADA, responderá pela solidez, segurança e perfeição dos serviços executados, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante a execução dos serviços ou deles decorrentes. A CREDENCIADA durante a vigência do presente contrato, obriga-se a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no Edital de Credenciamento Público nº 68/2021. A CREDENCIADA durante a vigência do presente contrato deverá prestar os serviços com qualidade e responsabilidade.

CLAUSULA TERCEIRA - DO EQUIPAMENTO E MÃO-DE-OBRA a) - Caberá a CREDENCIADA o fornecimento de todos os instrumentos e mão-de-obra, necessários à plena execução dos serviços indicados na cláusula primeira deste termo. b) - Correrão por sua inteira conta e risco, as despesas de toda a mão-de-obra, instrumento, e, igualmente se responsabiliza por encargos sociais decorrentes de contrato. c) - Suportará, também, encargos decorrentes de manutenção e conservação dos seus equipamentos utilizados na execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA -VIGÊNCIA

O presente pacto tendo sua vigência a partir da assinatura do presente instrumento, e tendo como prazo final o dia 31.12.2021.

CLÁUSULA QUINTA -FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos somente serão realizados mediante:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

- a) - Apresentação das autorizações para realização dos serviços, emitida pelo Secretário de Administração do Município de Presidente Nereu, ou por ele autorizado; emitida por funcionário da Secretaria de Assistência Social do Município de Presidente Nereu;
- b) - Os valores serão postos à disposição da CREDENCIADA, junto à tesouraria do Município, realizados on-line, mensalmente, até o quinto (5º) dia útil subsequente àquele em que os serviços forem prestados.
- c) - Os valores a serem pagos, somente serão liberados mediante a apresentação da fatura e/ou nota fiscal, que deverá ser apresentado à Secretaria Administração do Município de Presidente Nereu até o segundo (2º) dia útil, que deverá estar em conformidade com os serviços realizados e devidamente comprovados, e estarão sujeitos às retenções previdenciárias e tributárias;
- d) - Os valores a serem pagos serão sempre os fixados em preço público a ser definido pelo Poder Público na forma da Lei, sendo que qualquer alteração do preço deve ser comunicada à CREDENCIADA, para manifestar o seu interesse na continuidade ou não do credenciamento; Parágrafo Único – Uma vez comunicada a CREDENCIADA sobre qualquer alteração, **INCLUSIVE QUANTO AO PREÇO PÚBLICO FIXADO** e, permanecendo ciente quanto à vigência do pacto, este permanecerá em vigor e com a alteração sofrida.

CLÁUSULA SEXTA –FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização sobre os serviços executados e em execução pela CREDENCIADA, podendo rejeitá-los quando estiverem fora das especificações, devendo ser refeito sem ônus à CONTRATANTE. A CONTRATANTE reserva-se o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, os seus equipamentos de trabalho, devendo esta fornecer todas as informações necessárias ao CONTRATANTE, bem como permitir a fiscalização de seus serviços e equipamentos, quando esta julgar pertinente. A fiscalização e responsabilidade do contrato dos serviços prestados ficará por conta da Secretária de municipal de Administração

CLAUSULA SÉTIMA -DAS PENALIDADES.

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, à CREDENCIADA, as penalidades previstas no Artigo 87, da Lei Nº 8666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo de descredenciamento.

CLÁUSULA OITAVA -DA MULTA.

A CONTRATANTE, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do artigo 58 e artigo 87, inciso II, da Lei focada, aplicará multa: a) – Pela recusa em executar os serviços ora contratados, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações. b) - Pelo atraso injustificado, será cobrada multa na razão de R\$ 50,00 (cinquenta reais), por dia de atraso.

CLÁUSULA NONA -DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS.

No caso de incidência de uma das situações previstas neste instrumento, o CREDENCIANTE notificará a CREDENCIADA, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar, por escrito, os motivos do

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

inadimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA -RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Credenciamento poderá ser rescindido:

- a) - Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.
- b) - Unilateralmente pela CREDENCIANTE, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a CREDENCIADA:
 - b1) - ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste contrato ou delegue a outrem as incumbências e/ou as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da CREDENCIANTE.
 - b2) - venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na execução dos serviços contratados.
 - b3) - quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade da credenciada para dar execução satisfatória ao contrato.
 - b4) - venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.
 - b5) - quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº 8.666/93 e alterações.
 - b6) - A CREDENCIADA durante a vigência do presente contrato deverá prestar os serviços com qualidade e responsabilidade - Havendo rescisão contratual, a CONTRATANTE pagará à CREDENCIADA, o numerário equivalente aos serviços efetivamente realizados, e aprovados pela Secretaria de Administração, no valor avençado.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA -DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas decorrentes da execução dos serviços ora contratados serão atendidos pela dotação orçamentária de Assistência Social:

03 001
2003
3390398800000
01000000

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - CASOS OMISSOS.

Qualquer litígio judicial oriunda da aplicação do presente termo, será dirimida com base na legislação específica, especialmente no EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO N. 68/2021 e na Lei 8.666/93 e posteriores alterações. A CREDENCIADA não poderá, sob qualquer hipótese, cobrar diferenças de valores aos beneficiários pelo atendimento, bem como, que este assine fatura ou guia de atendimento em branco.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO FORO.

As partes elegem o Foro da comarca de Rio do Sul para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108

89.184-000 - PRESIDENTE NEREU

- SANTA CATARINA

Presidente Nereu,

Prefeito Municipal

CONTRATADO

testemunhas:

Princesa

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL II - PL 65.2021

Publicação Nº 3131245

AVISO ALTERAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 65/2021- PM

TOMADA DE PREÇOS 05/2021 – PM

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para execução de melhorias e ampliação do ginásio de esportes da Escola Pública Municipal Renascer, no Município de Princesa/SC.

O Departamento de Compras e Licitações do Município de Princesa – SC, neste ato representada pela Comissão Permanente Cadastral Processante, nomeada pelo Decreto 565 de 18 de maio de 2020, torna público aos interessados as alterações do Edital de Licitação elencadas abaixo, referente ao processo em epígrafe.

a) APOS QUESTIONAMENTOS DE EMPRESAS INTERESSADAS, VERIFICOU-SE QUE NOS ARQUIVOS DISPONIBILIZADOS PELO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA PARA PUBLICAÇÃO NO SITE DO MUNICÍPIO, NÃO CONSTAVA O MEMORIAL DESCRITIVO. DESSA FORMA, NA DATA DE HOJE, 01 DE JULHO, O DOCUMENTO SERÁ PUBLICADO, ABRINDO-SE NOVAMENTE A CONTAGEM DE PRAZO PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA.

A sessão pública anteriormente marcada para o dia 05 de julho de 2021, às 08h00min, será transferida para o dia 19 de julho de 2021. A comissão informa ainda, que as demais normativas referentes ao Edital de Licitação permanecem inalteradas. No site do município, será disponibilizado o edital retificado. Mais informações pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou pelo telefone (49)36410059.

Princesa, 01 de julho de 2021.

PORTARIA Nº 169 DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131596

PORTARIA Nº 169 DE 1º DE JULHO DE 2021

CEDE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Convênio nº 017/2019 celebrado entre o Estado de Santa Catarina e o Município de Princesa.

CONSIDERANDO o disposto na Cláusula Segunda, item nº 2.1.7 do Convênio nº 017/2019, o qual prevê que o Município de Princesa colocará à disposição da Organização de Bombeiros Militar que atende o município, para composição do efetivo de prontidão, 01 (um) agente público municipal efetivo, que deseja trabalhar como auxiliar de defesa civil, em regime de plantão, assumindo os encargos administrativos, sociais, financeiros e trabalhistas decorrentes dessa disposição;

CONSIDERANDO, que o referido convênio terá validade pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da data da publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, ocorrida em 23 de abril de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º. CEDER o servidor público estável Valdecir M-Iler, inscrito no CPF nº 021.674.919-05 e com matrícula funcional nº 1422, ocupante do Cargo de Motorista de Veículos Pesados para trabalhar/atuar junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina-CBMSC, quartel localizado no Município de São José do Cedro.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigência na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC), em 1º de julho de 2021.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

PREFEITO MUNICIPAL

Esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.

Publicação no DOM/SC – Ato nº 3131596.

Data da Publicação: 02 de julho de 2021.

Edineia Inês Wille

PORTARIA Nº 170 DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131253

PORTARIA Nº 170 DE 1º DE JULHO DE 2021

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente as contidas no art. 9º, e incisos IX, X e XXIX do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal; combinado com o Capítulo V, Subseção VII, Artigos 130 a 135-A, da Lei Complementar nº 022, de 30 de Dezembro de 2014 e suas alterações, em especial a Emenda Modificativa nº 71/2019;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 130, § 2º e 3º, da Lei C. nº 22/2014 que dispõem sobre a contagem de tempo de serviço e interrupções entre cargos, com tempo de intervalos inferiores a 180 dias, em cargos anteriores ao atual;

CONSIDERANDO o tempo trabalhado pelo servidor em cargo anterior ao efetivo, no período de 11/01/2012 a 25/08/2013;

CONSIDERANDO que no cargo efetivo o servidor entrou em exercício na data de 02 de dezembro de 2013, com estabilidade funcional adquirida e homologada pelo Decreto Municipal nº 98 de 17 de abril de 2017;

CONSIDERANDO o tempo contínuo trabalhado pelo servidor, no cargo efetivo;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 130, da Lei C. nº 22/2014 que dispõem que após cada quinquênio de serviço público municipal, ininterrupto ou intercalado, o servidor público estável, faz jus a uma licença com remuneração integral, como Prêmio, pelo período de três meses;

CONSIDERANDO, que o servidor requereu a concessão de gozo integral de Licença Prêmio;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, a pedido, 90 (noventa) dias de LICENÇA PRÊMIO ao servidor público estável Gustavo Mantovani, inscrito no CPF nº 0 e com matrícula funcional nº 1, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, referente ao período aquisitivo do 1º Quinquênio, de 11 de janeiro de 2012 a 25 de agosto de 2013 e 02 de dezembro de 2013 a 18 de abril de 2017.

Parágrafo único. A licença será usufruída com data inicial em 05 de julho de 2021 e data final em 02 de outubro de 2021.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigência na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC), em 1º de julho de 2021.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
PREFEITO MUNICIPAL

Esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei. - Ato nº 3131253.
Publicação no DOM/SC em 02 de julho de 2021.
Edineia Inês Wille

TERMO DE ADESÃO - MATERIAL ODONTOLÓGICO PL 22.2021

Publicação Nº 3131593

TERMO DE ADESÃO

Município de Princesa/SC, 01 de julho de 2021.

Assunto: ADESÃO ÀS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 157/2021, 158/2021, 159/2021, 160/2021, 161/2021, 162/2021 e 163/2021, que tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, EM ATENDIMENTO A DEMANDA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONDER E QUE SÃO PARTICIPANTES DESTES CERTAME.

Prezado Senhor,

O município de Princesa/SC, através de seu Prefeito Municipal Edilson Miguel Volkweis, na condição de órgão participante do Processo Licitatório nº 22/2021, Pregão Eletrônico nº 20/2021 realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, em consonância com o disposto no Decreto nº 7.892/2013, vem a presença de Vossa Senhoria externar interesse em aderir ÀS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 157/2021, 158/2021, 159/2021, 160/2021, 161/2021, 162/2021 e 163/2021, que tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, EM ATENDIMENTO A DEMANDA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONDER E QUE SÃO PARTICIPANTES DESTES CERTAME, de acordo com as normas dispostas no edital do referido processo.

Edilson Miguel Volkweis
Prefeito Municipal de Princesa/SC.

Prezado Senhor
CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER
Presidente do Consórcio de Desenvolvimento Regional – CONDER

Quilombo

PREFEITURA

DECRETO Nº 202/2021 – DE 29 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3131293

DECRETO Nº 202/2021 – DE 29 DE JUNHO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX e XXIII, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 1090/93, de 09 de setembro de 1993, expõe que,

Considerando o processo licitatório na modalidade Concorrência n. 45/2020;

Considerando que em 10/09/2020 foi firmado Contrato Administrativo n. 177/2020 com a empresa PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA. (CNPJ 82.743.832/0001-62), acerca da parte do objeto homologado em 10/09/2020;

Considerando que no dia 13/05/2021 o CONTRATADO protocolou pedido para recebimento de parte da obra que foi executada a mais em Outubro/2020 (Protocolo n. 9153, de 13/05/2021 às 14h57min), a qual não dispõe de empenho prévio;

Considerando que em 17/06/2021 foi emitido Parecer Jurídico 108/2021-DMB, no mesmo sentido do Parecer Jurídico n. 069/2021-DMB de 04/05/2021, citando os Prejulgados 0698, 1366, 1393 e 1822 todos do TCE/SC, sugerindo a composição de Comissão Especial, mediante processo administrativo específico, afim de verificar a regularidade da constituição da despesa apresentada em relação ao que já está pronto e/ou em andamento;

Considerando que em 17/06/2021 foi expedido Despacho n. 079/2021 determinando a constituição de comissão especial para, mediante processo administrativo específico, verificar a regularidade da constituição de eventual despesa no valor de R\$ 43.077,96 – que não observou contemporaneamente as formalidades legais de assinatura de termo aditivo contratual – oriunda do que foi construído a mais no objeto do Contrato Administrativo n. 177/2020, devendo ainda a comissão apontar objetivamente qual o valor exato da despesa apurada;

Considerado o disposto no artigo 8º da Lei Municipal n. 1090/93, de 09/09/1993, que permite a criação de Comissão Especial para assuntos especiais;

DECRETA:

Art.1º Ficam nomeados os membros da Comissão Especial, nos termos da Lei Municipal n. 1.090/93, de 09/09/1993, com a seguinte composição:

Presidente: Rildo José Beber;

Secretária: Cátia Regina Backes Dezordi;

Membro: André Luis Berlanda;

Membro: Angélica Maria Andreolla;

Membro: Suelen Bigolin Barboza;

Parágrafo único – Fica a servidora pública municipal Diana Tibolla, ocupante do cargo de Procuradora Municipal designada para assessorar juridicamente esta Comissão Especial.

Art. 2º As atribuições da respectiva comissão são para, mediante procedimento administrativo específico, promover a verificação da constituição da despesa realizada sem o prévio mecanismo administrativo adequado, considerando os seguintes aspectos: interesse público atendido pela despesa; identificação da efetiva execução do objeto do contrato, em consonância com as quantidades e características estabelecidas no instrumento contratual, e se, divergentes, devidamente identificadas (discriminação do produto/serviço, quantidade e valor) e justificadas, para após substanciar a regular liquidação, bem como análise das planilhas emitidas, podendo elaborar outras ou requerer novas ao Setor de Engenharia, sem prejuízo de outros que a Comissão julgar pertinente.

Art. 3º Os serviços da Comissão serão considerados de caráter relevante, não sendo atribuído aos membros desta Comissão quaisquer espécies de remuneração.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigente até a conclusão dos trabalhos.

Gabinete do Executivo Municipal, em 29 de junho de 2021.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito

Registrado e Publicado

Em ____/____/ 2021.

Lei Municipal nº 1087/1993

Vanusa Maschio

Servidora Designada

DECRETO Nº 204/2021 - DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3131902

DECRETO Nº 204/2021 - DE 30 DE JUNHO DE 2021.

EXONERA, A PEDIDO, À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NEIVETE MEURER RODIGHERO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IV do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no Inciso I do Artigo 32 da Lei Complementar nº 32, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, de 05 de dezembro de 2001.

Considerando o Requerimento da Servidora Pública Municipal Neivete Meurer Rodighero, protocolado sob o nº 9437, datado de 30 de junho de 2021, requerendo sua exoneração, a partir de 01 de julho de 2021.

DECRETA:

Art.1º Fica exonerada do Serviço Público Municipal, a pedido, a partir de 01 de julho de 2021, à Servidora Pública Municipal Neivete Meurer Rodighero, ocupante do cargo de Chefe de Programas, nomeado pelo Decreto nº 140/2021 de 01 de junho de 2021.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 30 de junho de 2021.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Em ____/07/2021

Lei Municipal 1087/1993

Elis Regina Backes Grigol

Servidora Designada

DECRETO Nº 208/2021 – DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131305

DECRETO Nº 208/2021 – DE 01 DE JULHO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA Nº 06/2021, INSTITUÍDA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 174/2021, DE 01 DE JUNHO DE 2021.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 117, da Lei Complementar Municipal nº 032 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município, de 05 de dezembro de 2001,

Considerando o artigo 117 da Lei Complementar nº 032/2001, de 05 de dezembro de 2001 – Estatuto dos Servidores Públicos;

Considerando o Ofício nº 004/2021, protocolado em 30 de junho de 2021, pela Presidente da Comissão de Sindicância Administrativa;

Considerando o Despacho nº 085/2021, de 30 de junho de 2001, do Chefe do Executivo Municipal;

Considerando o Parecer Jurídico nº 023/2021, datado de 30 de junho de 2021, que é favorável ao requerimento de dilação de prazo mencionado no Ofício nº 004/2021.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para conclusão dos trabalhos da presente comissão de Sindicância Administrativa, para mais 30 (trinta) dias.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta da presente data.

Gabinete do Executivo Municipal, em 01 de julho de 2021.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito

Registrado e Publicado

Em ____/____/2021.

Lei Municipal nº 1087/1993

Vanusa Maschio

Servidora Designada

DECRETO Nº. 209/2021 - DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131553

DECRETO Nº. 209/2021 - DE 01 DE JULHO DE 2021.

DISPÕE SOBRE O CREDENCIAMENTO DE FARMÁCIAS E/OU DROGARIAS, QUE REALIZEM ENTREGA NO MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com o estabelecido na Lei Municipal 2.646/2017, de 04 de agosto de 2017 e o Edital de Chamamento Público nº 01/2021/FMS;

DECRETA

Art. 1º De acordo com o processo relativo ao Edital de Chamamento Público nº 01/2021/FMS, fica declarada credenciada a empresa CLOVIS BUSS & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 79.317.137/0002-05, com sede na Avenida Coronel Ernesto Bertaso, nº 905, sala 01, Centro, Quilombo/SC, para fornecimento de medicamentos destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade, graves ou de urgência, e ainda por ordem judicial, e de uso excepcional, os quais não estejam disponíveis na Secretaria Municipal de Saúde – Assistência Farmacêutica Básica – e/ou não estejam contemplados na REMUME, conforme Edital de Chamamento Público nº 01/2021/FMS.

Art. 2º Os termos da contratação e a vigência serão estabelecidos em contrato de credenciamento, de acordo com a minuta anexa ao Edital de Chamamento Público nº 01/2021/FMS.

Art. 3º As despesas do presente decreto correrão por conta do Fundo Municipal de Saúde da Secretaria de Saúde do município de Quilombo/SC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 01 de julho de 2021.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito

Registrada e Publicado

Em ____/____/2021.

Lei Municipal nº 1087/1993

Vanusa Maschio

Servidora Designada

DECRETO Nº 203/2021 - DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3132373

DECRETO Nº 203/2021 - DE 30 DE JUNHO DE 2021.**DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SUPLENTE
PARA COMPOR O CONSELHO TUTELAR DOS
DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
DE QUILOMBO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 51, da Lei Municipal 2506/2015, de 26 de março de 2015,

Considerando o Ofício 21/2021, datado em 23 de junho de 2021, da Secretaria Municipal de Assistência Social, protocolado sob nº 9395/2021;

Considerando o Edital de Convocação Nº 002/2021 – Conselho Tutelar, publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC – no dia 24 de junho de 2021;

Considerando o Ofício nº 039/2021, de 30 de junho de 2021, emitido pelo Setor de Recursos Humanos, comprovando a apresentação da documentação necessária para nomeação,

DECRETA:

Art.1º Fica nomeada **Claudete Renner Kettl**, para integrar como membro titular o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, no período de 1º de julho de 2021 a 30 de julho de 2021, para suprir ausência da conselheira Vandra Cozer Sete que estará de férias no período.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 30 de junho de 2021.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em __/07/2021
Lei Municipal 1087/1993

Elis Regina Backes Grigol
Servidora Designada

DECRETO Nº 204/2021 - DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3132357

DECRETO Nº 204/2021 - DE 30 DE JUNHO DE 2021.**EXONERA, A PEDIDO, À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NEIVETE MEURER RODIGHERO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IV do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no Inciso I do Artigo 32 da Lei Complementar nº 32, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, de 05 de dezembro de 2001.

Considerando o Requerimento da Servidora Pública Municipal **Neivete Meurer Rodighero**, protocolado sob o nº 9437, datado de 30 de junho de 2021, requerendo sua exoneração, a partir de 01 de julho de 2021.

DECRETA:

Art.1º Fica exonerada do Serviço Público Municipal, a pedido, a partir de 01 de julho de 2021, à Servidora Pública Municipal **Neivete Meurer Rodighero**, ocupante do cargo de Chefe de Programas, nomeado pelo Decreto nº 140/2021 de 01 de junho de 2021.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 30 de junho de 2021.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Em ____/07/2021
Lei Municipal 1087/1993

Elis Regina Backes Grigol
Servidora Designada

DECRETO Nº 205/2021 - DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3132363

DECRETO Nº 205/2021 - DE 30 DE JUNHO DE 2021.**EXONERA, A PEDIDO, O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANDRÉ VENDRUSCOLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IV do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no Inciso I do Artigo 32 da Lei Complementar nº 32, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, de 05 de dezembro de 2001.

Considerando o Requerimento da Servidora Pública Municipal **André Vendruscolo**, protocolado sob o nº 9436, datado de 30 de junho de 2021, requerendo sua exoneração, a partir de 01 de julho de 2021.

DECRETA:

Art.1º Fica exonerado do Serviço Público Municipal, a pedido, a partir de 01 de julho de 2021, ao Servidor Público Municipal **André Vendruscolo**, ocupante do cargo de Secretário Municipal da Administração e Planejamento, nomeado pelo Decreto nº 071/2021 de 08 de março de 2021.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 30 de junho de 2021.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Em ____/07/2021
Lei Municipal 1087/1993

Elis Regina Backes Grigol
Servidora Designada

Rio das Antas

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL (RP) 0015/2021 - AQUISIÇÃO DE APOSTILAS - ENS. FUNDAMENTAL

Publicação N° 3131534

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5F0AC0AB9BB4AC5BAE361CB3ECF8454A25CAD1D8

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 0015/2021 – PMRA

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório n° 0041/2021 - PMRA na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL - Registro de Preços n° 0015/2021 – PMRA, tendo como Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS DE 3.520 apostilas, conforme conteúdo didático estabelecido, entrega bimestral a ser utilizadas para alunos do Ensino Fundamental I do 1º ao 5º ano e Ensino Fundamental II do 6º ao 9º ano, tudo em conformidade com o Edital completo e ao Termo de Referência. Observar o item 6.11 do Termo de Referência no prazo para apresentação de amostras.

O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, Até o dia 16/07/2021, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas e Documentação, com início da sessão as 09h15min do mesmo dia.

TIPO: Menor Preço Global.

RETIRADA DO EDITAL: No site do Município ou no Setor de Licitações. Em caso de interesse em participar da presente licitação, favor enviar recibo de retirada do edital preenchido para o e-mail: licita@riodasantas.sc.gov.br.

BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, LC 123/06 e Decretos Municipais n°s 32/2007, 13/2012 e n° 44/2021.

DEMAIS INFORMAÇÕES: Setor de licitações, de Segunda a Sexta, em horário de expediente, ou pelo email licita@riodasantas.sc.gov.br ou Telefone (49) 3564-0125, Ramal 202.

Obs.: Para participação no presente processo, será obrigatório seguir as normas restritivas de combate e Prevenção ao Covid-19.

Rio das Antas (SC), 01 de Julho de 2021. João Carlos Munaretto - Prefeito Municipal

Rio do Campo

PREFEITURA

CONTRATO 24_2021 IPM SISTEMAS

Publicação Nº 3131536

Contrato Nº : 24/2021

Contratante : MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO

Contratada : IPM SISTEMAS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 21/2021

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS E PRÁTICAS PARA FORNECIMENTO DE MECANISMOS TECNOLÓGICOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM, NO MODO DE LICENÇAS DE USO, INCLUINDO PLATAFORMAS DE ATENDIMENTO TÉCNICO AOS USUÁRIOS, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO LEGAL, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, CÂMARA DE VEREADORES E INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE RIO DO CAMPO

Vigência : Início: 30/06/2021 Término: 29/06/2022

Assinatura : 29/06/2021

Valor R\$: 204.216,04 (Duzentos e Quatro Mil, Duzentos e Dezesesseis Reais e Quatro Centavos)

CONTRATO 25_2021 PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

Publicação Nº 3131519

Contrato Nº : 25/2021

Contratante : MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO

Contratada : PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

Objeto : Constitui Objeto do presente Contrato a contratação de empresa especializada no gerenciamento da manutenção preditiva, preventiva e corretiva de veículos automotores e equipamentos, incluindo pneus, óleos lubrificantes e lavação, no modelo de AUTOGESTÃO, através do REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, para uso dos Entes da Federação Consorciados ou Referendados ao CINCATARINA, seus órgãos e entidades, em uma ampla rede credenciada de oficinas, autopeças ou concessionárias, conforme especificações constantes do Termo de Referência que compõe o ANEXO I, parte integrante do Edital e deste Contrato

Vigência : Início: 30/06/2021 Término: 30/06/2022

Assinatura : 30/06/2021

Valor R\$: 400.000,00 (Quatrocentos Mil Reais)

CONTRATO 31_2020 ADITIVO 04 HETRIOS

Publicação Nº 3131525

Contrato Nº : 31/2020

Aditivo Nº : 04/2021

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO

Contratada : HETRIOS TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA - ME

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 5/2020

Objeto : O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação de prazo contratual por mais 30 (trinta) dias, a contar de 01/07/2021 a 30/07/2021

Vigência : Início: 01/07/2021 Término: 30/07/2021

Assinatura : 01/07/2021

PROCESSO LICITATORIO NR 53 REABERTURA DE PRAZO

Publicação Nº 3131930

PROCESSO LICITATORIO NR 53/2021

PREGÃO ELETRÔNICO NR 22/2021

REABERTURA DE PRAZO

O Município de Rio do Campo torna público, para conhecimento dos interessados, que fica prorrogado o prazo de abertura do Pregão Eletrônico nº 22/2021, cujo objeto trata de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR E ODONTOLÓGICOS QUE SERÃO DESTINADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, estabelecendo o prazo até dia 15 de julho de 2021, às 09:00h para recebimento das propostas e dos documentos de habilitação. Abertura da sessão: 15/07/2021 às 09:05 horas, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (47) 3564-8100, de segunda a sexta-feira, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h. Rio do Campo, 01 de julho de 2021. Adilson Deretti – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Rio do Sul

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 100/2021

Publicação Nº 3130916

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100/2021

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) KLEBER ALCIR AVI, portador(a) do CPF nº 071.695.879-12, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Floriano Possamai, 465, casa, Centro, Laurentino - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, bem como o inciso VIII, alínea 'b', do artigo 2º, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002 e alterações, prestará serviços de função Professor de Inglês, Nível II (90%), com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidos na Secretaria Municipal de Educação - Centro Educacional Sebastião Back, em substituição da servidora ANA PAULA BERRI KUROSKI, afastada em decorrência de licença maternidade, prorrogada conforme a Lei 11.770/2008.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 4.064,28 (quatro mil e sessenta e quatro reais e vinte e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 05/07/2021 e encerrando-se em 03/08/2021.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de junho de 2021.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	KLEBER ALCIR AVI
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

DECRETO Nº 10.032, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3130580

DECRETO Nº 10.032, de 01 de julho de 2021

“ALTERA O DECRETO Nº6834, DE 09 DE JANEIRO DE 2018, QUE NOMEIA MEMBROS DA JUNTA DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS - JURAD”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI, do Artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, na Lei Municipal nº 5.554, de 22 de dezembro de 2014, alterada pela Lei Municipal nº 5.899, de 19 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os incisos subsequentes, do Art. 1º do Decreto nº 6834, de 15 de janeiro de 2018, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

III - Representantes da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil:

- Bruno Peron (Suplente)

Art. 2º O mandato dos membros nomeados por este Decreto será de 02 (dois) anos, podendo ser o membro reconduzido por deliberação da entidade ou setor representativo, e o exercício da função não será remunerado, considerando como serviço público relevante.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o Decreto nº 6834, de 09 de janeiro de 2018.

GABINETE DO PREFEITO
01 de julho de 2021

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 023/2021

Publicação Nº 3131167

RIO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº
023/2021

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO
Gilvanete da Silva Justino	Xxx.462.799-xx	159571
Edelcio Mello	Xxx.343.049-xx	158025
Pablo José Depiné	Xxx.301.579-xx	137462
Cecilia da Rocha	Xxx.051.479-xx	136206
Art Vale Corretora de Seguros Ltda	xx.517.379/0001-xx	111541

Rio do Sul, 01 de Julho de 2021

LEONICE WITTE
Div de Gestão Documental

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

JOSÉ ALTAMIRO COSTA - 1º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 3130616

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 086/2021, firmado em 11/05/2021, com término previsto para 12/06/2021.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) JOSÉ ALTAMIRO COSTA, portador(a) do CPF nº 004.669.409-98, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 086/2021, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 086/2021, iniciando-se a prorrogação em 13/06/2021 e encerrando-se em 23/06/2021."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 01/06/2021.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	JOSÉ ALTAMIRO COSTA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

PORTARIA Nº 0642/DGP

Publicação Nº 3131069

PORTARIA Nº 0642/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6.070 de 06 de março de 2017,
RESOLVE:

Art. 1º. Convalidar a concessão do auxílio-natalidade ao servidor Frederico Machado Heissler, matrícula 117536-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, de acordo com o artigo 254, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, conforme certidão de nascimento n.º 105262 01 55 2020 1 00130 245 0053034 96 do cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de RAVI LUIZ HEISSLER.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Julho de 2021.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

PORTARIA Nº 0643/DGP

Publicação Nº 3131072

PORTARIA Nº 0643/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Convalidar a concessão do auxílio-natalidade ao servidor Leonilto Antônio Teixeira da Silva, matrícula 1031295-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, de acordo com o artigo 254, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, conforme certidão de nascimento n.º 107268 01 55 2020 1 00042 161 0012490 07 do cartório de registro civil do município de Ibirama, onde encontra-se o assento de Anthony Gabriel Felício da Silva.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Julho de 2021.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

PORTARIA Nº 0644/DGP

Publicação Nº 3131074

PORTARIA Nº 0644/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Convalidar a concessão do auxílio-natalidade à servidora Aline Giovana da Silva, matrícula 2637235-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar, de acordo com o artigo 254, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, conforme certidão de nascimento n.º 105262 01 55 2020 1 00131 051 0053129 12 do cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de Isis Rafaella de Andrade.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Julho de 2021.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

PORTARIA Nº 0645/DGP

Publicação Nº 3131067

PORTARIA Nº 0645/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Convalidar a concessão do auxílio-natalidade ao servidor Rafael Torquato Luiz, matrícula 167746-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Caminhão, de acordo com o artigo 254, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, conforme certidão de nascimento n.º 105262 01 55 2020 1 00130 094 0052897 53 do cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de Luíza Barato Torquato Luiz.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Julho de 2021.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

PORTARIA Nº 0646/DGP

Publicação Nº 3131075

PORTARIA Nº 0646/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Convalidar a concessão do auxílio-natalidade ao servidor Lucas Douglas Oliveira da Silva, matrícula 29929270-1, ocupante do cargo comissionado de Chefe de Divisão de Obras e Manutenção Patrimonial, de acordo com o artigo 254, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, conforme certidão de nascimento n.º 105262 01 55 2020 1 00130 091 0052894 59 do cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de Lucca Gramagol Nogueira da Silva.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Julho de 2021.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

DECRETO Nº 10.031, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3132022

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 971FCD8454455223EE6780AC13F33D7BCAC4CB6F

**DECRETO Nº 10.031**, de 01 de julho de 2021.**“HOMOLOGA PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÕES Nº 120/2021, de 01/07/2021”.**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições previstas na Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com fundamento no Artigo 26, Parágrafo Único, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado o processo de Inexigibilidade de Licitações Nº 120/2021 de 01.07.2021. Fundamento Legal: Art. 25, Inciso II, E Art. 13, Inciso VI, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Parágrafo Único – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CAPACITAR MEMBROS DA CÂMARA RECURSAL DO COMDEMA E SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE, NA ÁREA DO DIREITO AMBIENTAL, EM ESPECIAL O RITO PROCESSUAL DOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL.

CONTRATADA: EMA – ESCOLA DO MEIO AMBIENTE LTDA.

C.N.P.J.: 40.763.861/0001-46

VIGÊNCIA: 31.12.2021

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
01 de julho de 2021.

JOSE EDUARDO
ROTHBARTH
THOME:05421524957

Digitally signed by JOSE EDUARDO ROTHBARTH
THOME:05421524957
DN: c=BR, o=CP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal
do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=EM BRANCO,
ou=11825802000157, cn=JOSE EDUARDO ROTHBARTH
THOME:05421524957
Date: 2021.07.01 08:55:57 -03'00'

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

JAIRO
WEHMUTH
JUNIOR:85
110450900
Assinado de forma
digital por JAIRO
WEHMUTH
JUNIOR:85110450
900
Data: 2021.07.01
08:17:19 -03'00'



Praça 25 de julho, 1, Centro, Rio do Sul, SC, 89160-900 | CNPJ: 83.102.574/0001-06
Telefone/Fax: (47) 3531-1200 | www.riodosul.sc.gov.br



Rio dos Cedros

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATORIO Nº 65/2021 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS E PROTETORES (NOVOS) PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES

Publicação Nº 3132354

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS/SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº 65/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2021

O Município de Rio dos Cedros – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS E PROTETORES (NOVOS) PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 09h do dia 14 de Julho de 2021. ABERTURA DAS PROPOSTAS E DISPUTA: a partir das 09h05min do dia 14 de Julho de 2021. ENDEREÇO ELETRÔNICO: <http://www.comprasbr.com.br>. Licitação regida pela lei 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Nereu Ramos, 205, Centro, Rio dos Cedros/SC pelo Fone/Fax: (47)3386-1050 R: 2006, nos sites: www.riodoscedros.sc.gov.br, <https://riodoscedros.atende.net/autoatendimento> e <http://www.comprasbr.com.br> e no e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros (SC), 02 de Julho de 2021.

Jorge Luiz Stolf
Prefeito

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATORIO Nº 59/2021

Publicação Nº 3132344



MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL
CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2021
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
FINALIDADE: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MELHORIA E DESLOCAMENTO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PARA ADEQUAÇÃO DA POSIÇÃO DOS POSTES NAS RUAS OTTO UECKER E RUA BOA VISTA.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão de Licitações, designada através da Portaria nº 34/2021.

HOMOLOGO

Nesta data a referida decisão é constante das atas em anexo, considerando vencedor(es) da licitação, objeto do processo licitatório nº 59/2021, o(s) licitante(s):

Vencedores	
Fornecedor	Itens
ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA	1, 2
R\$ 36.835,00 (trinta e seis mil e oitocentos e trinta e cinco reais)	

Rio dos Cedros, 02 de julho de 2021.

Diego Ricardo Fernandes
Secretário de Infraestrutura

Rio Fortuna

PREFEITURA

EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 075/2013

Publicação Nº 3132371

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 075/2013

OBJETO: Fica rescindido o Contrato sob nº 075/2013, de 02 de agosto de 2013, cujo objeto é a Locação de parte do terreno rural com aproximadamente, um (01) hectare, localizado na Localidade de Rio Bravo Baixo, Município de Rio Fortuna/SC, de propriedade do Sr. Lindolfo Schueroff e s/m Celita Feldhaus Schueroff, visando à exploração e retirada do material proveniente das escavações do túnel de adução da PCH Barra do Rio Chapéu, a partir da presente data, conforme solicitação da Contratante. CONTRATADA: LINDOLFO SCHUEROFF e s/m CELITA FELDHAUS SCHUEROFF. DATA DA ASSINATURA: 01/07/2021. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93. Rio Fortuna/SC, 01 de julho de 2021. NERI VANDRESEN - Prefeito Municipal

Rio Negrinho

PREFEITURA

DECRETO Nº 14382 DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3132129

ALTERA O DECRETO Nº 14.338 DE 17 DE MAIO DE 2021, QUE ESTABELECE, EM CARÁTER EXTRAORDINÁRIO, MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À PROPAGAÇÃO DO CORONAVÍRUS NO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso IV, artigo 96, da Lei Orgânica do Município; e considerando o Decreto Estadual nº 1.351, de 30 de junho de 2021, que Altera o Decreto nº 562, de 2020, e o Decreto nº 1.276, de 2021, e estabelece outras providências;

DE C R E T A

Art. 1º - O art. 1º do Decreto nº 14338 de 17 de maio de 2021 passa a vigorar com a seguinte redação:

☐ Art. 1º Ficam estabelecidas, em todo o território municipal, até 14 de julho de 2021, as seguintes medidas de enfrentamento da COVID-19:

-----”

I – para casas noturnas, boates, casa de shows, pubs e afins:

a) Fica autorizada a utilização do espaço do salão para a realização de eventos sociais, observados os regramentos definidos na Portaria SES nº 576, de 29 de junho de 2021, ou outra que a substitua;

Art. 2º - Ficam recepcionadas as normas vigentes e que venham a vigorar, no período do art. 1º do presente decreto, emitidas pelo Governo Estadual em relação ao enfrentamento da pandemia de COVID-19.

Art. 3º - Expirada a vigência deste Decreto, retornam os efeitos das normas municipais anteriores.

Art. 4º - Permanecem vigentes todas as demais determinações já expedidas pelo Poder Executivo Municipal no ano de 2021 e pelo Estado de Santa Catarina, desde que não conflitantes com as determinações contidas neste Decreto.

Parágrafo único: Além das determinações acima mantêm-se todas as Diretrizes Sanitárias, notas técnicas e portarias vigentes orientadas pelo Estado de Santa Catarina.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de hoje, com prazo de vigência limitado ao disposto no art. 1º do presente Decreto.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO
Rio Negrinho, 01 de julho de 2021.

CAIO CESAR TREML - Prefeito Municipal

MARISTELA BRINIAC - Secretária de Administração e Recursos Humanos

RAFAEL SCHROEDER - Secretário de Saúde

Rio Rufino

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2021

Publicação Nº 3131974

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2021.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO a possibilidade de contratação de servidores para suprir necessidade temporária e excepcional de interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que a substituição de servidores efetivos em caráter temporário é admitida nas hipóteses de afastamentos do titular do cargo previstos em Lei ou por determinação judicial;

CONSIDERANDO a Recomendação nº 8021/2020, de 16 de outubro de 2020, do Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região -, cujo objeto consiste na orientação do afastamento do trabalho de servidoras gestantes, sob pena de ajuizamento de ação civil pública para cumprimento da recomendação;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020, que decretou estado de calamidade pública em todo o território catarinense em razão da pandemia de COVID-19, que determinou o afastamento das atividades presenciais os agentes públicos considerados do grupo de risco, quais sejam: os que apresentam doenças respiratórias crônicas, cardiopatias, diabetes, hipertensão ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico; com 60 (sessenta) anos ou mais; e gestantes;

CONSIDERANDO que a presente chamada pública também se destinará à substituição de servidores que integram grupo de risco, não se mostrando coerente a contratação de substitutos que integram tal grupo, sob pena de possível violação a princípios constitucionais, sobretudo os da moralidade e eficiência;

CONSIDERANDO que as contratações que vierem a ocorrer serão formalizadas na forma da Lei Municipal nº 509, de 10 de janeiro de 2013, e Lei Municipal nº 700, de 01 de agosto de 2018, e Lei Complementar Municipal nº 13, de 25 de maio de 2005,

CONVOCA

Interessados em se candidatar às vagas que porventura venham a surgir no Sistema Municipal de Educação em virtude dos afastamentos previstos em Lei, determinação judicial ou em razão do cumprimento de recomendações expedidas pelo Ministério Público ou outras autoridades sanitárias – durante a vigência do estado de calamidade pública por causa da COVID-19 -, bem como pela vacância de cargo de provimento efetivo, desde que preencham os seguintes requisitos:

1. DA PARTICIPAÇÃO NA CHAMADA PÚBLICA.

1.1. Qualquer cidadão que preencha os requisitos exigidos neste edital poderá concorrer às vagas que surgirem na vigência desta Chamada Pública;

1.1.1. Os candidatos considerados do grupo de risco não poderão participar desta e outras chamadas públicas ou processo seletivo, tampouco serem contratados, enquanto vigente o estado de calamidade pública por causa da pandemia de COVID-19;

1.1.2. São considerados do grupo de risco, nos termos do § 2º, do art. 13, do Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020, sendo impedidos de participar desta chamada pública ou de processo seletivo, nos termos do item anterior, os interessados:

- a) que apresentam doenças respiratórias crônicas, cardiopatias, diabetes, hipertensão ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico;
- b) com 60 anos ou mais;
- c) gestantes; e
- d) que coabitam com idosos que apresentam doenças crônicas.

1.2. Conforme a Lei Municipal nº 733, de 29 de maio de 2019, não poderão participar desta chamada pública os interessados que se encontrem aposentados nos termos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, exceto se a aposentadoria tenha se dado em cargo cuja acumulação seja permitida, nos termos da Constituição Federal de 1988.

1.3. Observado o disposto na parte final do item 1.1 e seus subitens e item 1.2, os candidatos que cumprirem o preenchimento dos requisitos mínimos de que trata a Lei Complementar Municipal nº 13, de 25 de maio de 2005, para ingresso no cargo pleiteado, estarão aptos a participarem desta chamada pública;

2. DA VIGÊNCIA DA CHAMADA PÚBLICA E DO CONTRATO.

2.1. A vigência desta chamada pública se encerra no último dia do ano letivo, previsto para 22/12/2021.

2.2. A participação e classificação nesta chamada pública não gera direito à contratação, a qual somente acontecerá quando da ocorrência de afastamento do titular do cargo ou sua vacância;

2.2.1. No caso de afastamento do titular do cargo, a substituição não ultrapassará o tempo do licenciamento; ou, no caso de o licenciamento for superior ao calendário do ano letivo de 2021, o término da vigência contratual se encerra no último dia deste, independentemente do retorno ou não do titular ao cargo;

2.2.2. No caso de vacância do cargo, a substituição por classificado nesta chamada pública terá como termo final do contrato o último dia do ano letivo de 2021.

2.3. A Sessão Pública desta Chamada Pública ocorrerá no dia 12 de Julho de 2021, na Secretaria Municipal de Educação às 09h30min.

3. DOS REQUISITOS

3.1. Para candidatar-se nesta chamada pública, serão exigidos apenas os documentos que comprovem o preenchimento dos requisitos previstos nos itens anteriores, além da documentação necessária à identificação do candidato e a que será considerada na contagem de pontos que definirá a classificação.

3.1.1 PROFESSOR: Ensino superior completo em curso de licenciatura de graduação plena.

3.2 Os documentos exigidos à contratação serão exigidos apenas no caso do candidato ser convocado para assunção do cargo.

4. DAS ATRIBUIÇÕES TÍPICAS:

4.1. Os classificados nesta chamada pública que forem convocados para assumirem vagas que venham a surgir durante a vigência desta chamada pública deverão:

4.1.1. Professor:

- participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar;
- cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar;
- elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica;
- ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos nos planos de aula;
- orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento;
- elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados;
- controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos;
- estabelecer estratégias de recuperação paralela para alunos de menor rendimento;
- elaborar e encaminhar os relatórios bimestrais das atividades desenvolvidas ao diretor da unidade escolar em que está lotado;
- colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino;
- participar de reuniões em programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado;
- participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional;
- participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de seus problemas junto aos alunos da rede municipal de ensino;
- participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e sequência escolar das crianças do Município;
- participar do censo, da chamada e efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino;
- realizar pesquisas na área de educação;
- executar outras atribuições afins.

4.2. Sem prejuízo do cumprimento das atribuições do cargo, o classificado nesta chamada pública deverá observar irrestritamente os deveres e proibições previstos nos artigos 101 e 102 da Lei Complementar Municipal nº 05, de 02 de fevereiro de 2004.

5. DA REMUNERAÇÃO.

Os classificados na chamada pública, quando da convocação para assunção do cargo, farão jus à percepção dos vencimentos do cargo para o qual se candidatou definido na Lei Complementar Municipal nº 13, de 25 de maio de 2005.

6. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO.

6.1. O critério de classificação será por meio de pontuação atribuída a títulos, bem como pela contagem de tempo de serviço;

6.2. Na contagem dos títulos, apenas o correspondente à maior titulação será computado; apenas a pontuação relativa ao maior tempo de serviço será computada. A soma da pontuação obtida do título mais graduado e do maior tempo de serviço será a nota final;

6.2. Na contagem de títulos, o grau de escolaridade mínimo exigido pela Lei para o cargo pretendido não será pontuado;

6.3. Havendo empate entre um ou mais candidatos, para fins de desempate, observar-se-á, em ordem, os seguintes critérios:

6.3.1. Maior idade;

6.3.2. Maior quantidade de filhos;

6.4. Cumpridos os requisitos mínimos para ingresso no cargo exigidos pela Lei Complementar Municipal nº 13, de 25 de maio de 2005, descritos no item 3, deste edital, a classificação dos interessados será a pontuação total obtida da soma dos seguintes títulos e tempo de serviço:

DA PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS		
Título/ documento	Nº máximo	Pontuação
Especialização em Educação (mínimo 360 horas)	01	2,0
Mestrado	01	3,0

6.4.4. Os títulos devem ser apresentados em original e cópia, ou cópia autenticada, e ser regularmente emitido por estabelecimento de ensino, reconhecido pelo MEC ou por órgãos públicos dos governos federal, estadual ou municipal.

6.5. Tempo de serviço no desempenho de cargo objeto desta chamada pública:

DA PROVA DE TEMPO DE SERVIÇO	
TEMPO DE SERVIÇO	Pontuação
Comprovação de tempo de serviço na área específica máximo de 30 anos.	A cada seis meses 0,1

6.5.1. Para a comprovação do tempo de serviço, o candidato deverá apresentar:

- o original ou cópia autenticada de documento(s) que comprovem o tempo de serviço;
- certidão e/ou atestado de tempo de serviço emitida por órgão público dos poderes Municipal, Estadual ou Federal, em que conste a identificação do candidato, bem como o exercício de função na área específica pelo tempo especificado em anos, meses e dias;
- declaração e/ou atestado emitida pela Direção e ou Setor de Recursos Humanos de estabelecimento de instituição particular, constando a identificação do candidato e o tempo de serviço em anos, meses e dias;

6.6. A soma do tempo de serviço deveser realizada na Secretaria de Educação, com no mínimo 48 horas de antecedência à chamada Pública.

6.7. A classificação final observará a ordem decrescente, sendo o melhor colocado àquele que obter a maior pontuação, sendo que a lista de classificados será repassada novamente após o termino da 1º chamada. (Reclassificação).

7. DA DOCUMENTAÇÃO.

7.1. Os candidatos convocados nesta chamada pública deverão apresentar na data definida para a convocação, a documentação constante deste item;

7.2. Cópia e original ou cópia autenticada da Carteira de Identidade;

7.3. Cópia e original ou cópia autenticada do Título de Eleitor e Certidão Negativa Eleitoral comprovando que o candidato se encontra no pleno exercício de seus direitos políticos, expedida pela Justiça Eleitoral onde o candidato for ou esteve domiciliado nos últimos 05(cinco) anos;

7.4. Cópia e original ou cópia autenticada do Certificado Militar que comprove estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;

7.5. Cópia e original ou cópia autenticada do Cadastro das Pessoas Físicas da Secretaria da Receita Federal (CPF);

7.6. Cópia e original ou cópia autenticada da Certidão de Nascimento e/ou Casamento;

7.7. Cópia e original ou cópia autenticada da Certidão de Nascimento dos filhos até 14 (quatorze) anos;

7.8. Número do comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

7.9. Cópia e original ou cópia autenticada do Diploma ou documento equivalente comprovando a escolaridade mínima exigida para o cargo devidamente registrado no MEC ou na Instituição que o expediu e, quando for o caso, registro no respectivo conselho de classe;

7.11. Atestado médico;

7.11.1. No caso de candidatas do sexo feminino, o atestado deve informar a negativa de gravidez, que deve vir acompanhado de exame laboratorial, realizado, no máximo, com 10 (dez) dias de antecedência da data de apresentação da documentação em sessão pública;

7.11.2. As candidatas que apresentarem estado gestacional, na forma do item anterior, poderão participar da chamada pública, mas sua contratação somente será possível depois de decorrido 120 (cento e vinte) dias do nascimento do filho;

7.11.3. Não apresentando estado gestacional na data da sessão desta chamada pública e restando classificada, havendo convocação da candidata para assunção de vaga a contratação dependerá da demonstração da negativa de gravidez, que deverá ser comprovada por meio de novo exame laboratorial;

7.12. Cópia do comprovante de residência (comprovante de residência em nome de outra pessoa deve ser acompanhado de declaração, com firma reconhecida em cartório);

7.13. Certidão Negativa Criminal, que pode ser obtida no seguinte endereço: <https://cert.tjsc.jus.br/> ou <https://certeproc2g.tjsc.jus.br/>

7.14. Certidão Negativa Cível, que pode ser obtida no seguinte endereço: <https://cert.tjsc.jus.br/> ou <https://certeproc2g.tjsc.jus.br/>;

7.15. Certidão de quitação Eleitoral, que pode ser obtida no seguinte endereço: <https://cert.tjsc.jus.br/> ou <https://certeproc2g.tjsc.jus.br/> ou <https://www.tre-sc.jus.br/>;

7.16. Declaração negativa de acumulação de cargo público e de vencimentos e proventos, ressalvados os casos admitidos na Constituição Federal (modelo anexo);

7.17. Declaração de Bens e Valores;

7.18. Declaração de dependentes para imposto de renda;

7.19. Comprovante de conta para recebimento no Banco Brasil ou Sicoob;

8. DOS DIREITOS.

8.1. Fica assegurado, o contratado classificado nesta chamada pública, os seguintes direitos:

8.1.1. De afastar-se do exercício de suas atividades, sem prejuízo da remuneração, observada a legislação previdenciária, nas seguintes hipóteses:

- por motivo de doença própria;
- licença-maternidade.
- afastamento por motivo de doença em si mesmo, por até 03 (três) dias por mês, atestado por médico;

8.1.1.1. A licença-maternidade de que trata este item será pelo prazo definido pela Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

8.1.2. Sem prejuízo da remuneração, fica assegurado ao contratado faltar ao serviço por até 8 (oito) dias consecutivos, em razão de:

- casamento próprio;
- falecimento de cônjuge ou companheiro, pais, filhos e irmãos; e,
- licença-paternidade;

9. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

9.1. A contratação derivada desta chamada pública é fundada no art. 37, IX, da Constituição Federal de 1988, e será regida exclusivamente pela Lei Municipal nº 509, de 10 de janeiro de 2013 e Lei Municipal nº 700, de 01 de agosto de 2018, com aplicação subsidiária, no que couber da Lei Complementar Municipal nº 05, de 02 de fevereiro de 2004, e Lei Complementar Municipal nº 13, de 25 de maio de 2005.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

10.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital, desde que o faça até o terceiro dia anterior à data designada para a realização da sessão pública;

10.2. A impugnação deverá ser protocolizada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes somente no horário de expediente;
10.3. A impugnação, obrigatoriamente, deverá ser escrita, na qual constarão os fundamentos de fato e direito ensejadores da controvérsia;
10.4. Não será conhecida a impugnação que não atender ao disposto nos itens 10.2 e 10.3.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS.

11.1. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, através do telefone (49)

32790000, ou por e-mail educacao@riorufino.sc.gov.br.

11.2. Esta chamada pública não gera direito à contratação imediata, apenas expectativa de direito quando do surgimento de vaga, observada a ordem de classificação;

11.3. O interessado que se candidatar ao preenchimento do cargo desta chamada pública fica ciente de que deverá comprovar a habilitação exigida, bem como de que não integra grupo considerado de risco, enquanto vigor o estado de calamidade pública por causa da COVID-19;

11.4. Fica eleito o foro da Comarca de Urubici/SC para dirimir as questões relativas a este edital.

Rio Rufino/SC, 29 de junho de 2021.

Encaminhado para publicação no DOM em
01/07/2021

Marceli Kuhn
Chefe de Gabinete
ERLON TANCREDO COSTA
Prefeito de Rio Rufino

DILVANA SOARES MACCARINE
Secretária de Educação, Cultura e Esporte

PORTARIA MUNICIPAL Nº 233/2021

Publicação Nº 3131261

PORTARIA Nº233,
De 01 de julho de 2021.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE, COM FUNDAMENTO NO ART. 66 E SEGUINTE, C/C ART. 65, I, DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 5, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2004, À SERVIDORA CLEUSA APARECIDA SOUZA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 82, II, “a”, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO a declaração apresentado pela previdência social na data do dia 28 de junho de 2021 por seu Presidente Leonardo José Rolim Guimarães, apresentado pelo(a) servidor(a) comprovando estar em tratamento da própria saúde;

CONSIDERANDO que o afastamento do trabalho e das atribuições do cargo, durante o tratamento de saúde, mostra-se fundamental ao êxito do tratamento a que está se submetendo o(a) servidor(a);

CONSIDERANDO que, devido à inexistência de regime próprio de previdência no âmbito do Município, o que acarreta a submissão dos servidores dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal ao Regime Geral de Previdência Social, nos termos da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, eles farão jus aos benefícios previdenciários de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 65, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 5, de 2 de fevereiro de 2004, apenas os 15 (quinze) primeiros dias de afastamento para tratamento da própria saúde serão custeados pelo Município;

CONSIDERANDO todo o exposto,

RESOLVE

Art.1º Conceder, com fundamento no art. 66 e seguintes, c/c art. 65, I, ambos da Lei Complementar Municipal nº 5, de 2 de fevereiro de 2004, licença para tratamento da própria saúde ao(a) servidor(a) CLEUSA APARECIDA SOUZA, Professora inscrita na matrícula nº 293, pelo prazo até o dia 30 de novembro de 2021.

Parágrafo único. Nos termos do art. 65, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 5, de 2 de fevereiro de 2004, apenas os 15 (quinze) primeiros dias de afastamento para tratamento da própria saúde serão custeados pelo Município

Art. 2º Não sendo possível substituir o(a) servidor(a) afastado para tratamento da própria saúde de que trata esta portaria por outro servidor(a) ocupante do mesmo cargo e em exercício, poderá haver a contratação de servidor(a) em caráter temporário.

§ 1º A substituição só será possível se o afastamento for superior a 30 (trinta) dias, conforme art. 2º, V, da Lei Municipal nº 509, de 10 de janeiro de 2009, e desde que haja requerimento fundamentado do titular da pasta quanto à imprescindibilidade da medida.

§ 2º O prazo de duração do contrato temporário de substituto observará o disposto no art. 4º, II e § 1º, II, da Lei Municipal nº 509, de 10 de janeiro de 2009, exceto se o afastamento para tratamento da própria saúde for com prazo certo, quando o termo final do contrato de substituição temporária coincidirá com aquele.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças adotará as medidas administrativas necessárias ao cumprimento do disposto nesta portaria.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino, 01 de julho de 2021.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em
01/07/2021

Marceli Kuhnen

Chefe de Gabinete

PORTARIA MUNICIPAL N° 234/2021

Publicação N° 3131264

PORTARIA N° 234

De 01 de julho de 2021.

“PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE PESSOA DA FAMÍLIA, COM FUNDAMENTO NO ART. 69, C/C ART. 65, II, DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 5, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2004, À SERVIDORA ROSÂNGELA MARIA DE OLIVEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 82, II, “a”, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO o atestado médico lavrado por MAITE DE LIZ VASSEN SCHURMANN, nº 11084 do CRM/SC e 16/06/2021 de lavratura, apresentado pelo servidor, no qual se demonstra estar o familiar em tratamento de saúde;

CONSIDERANDO a declaração escrita do servidor, de que sua assistência direta ao familiar, durante o tratamento de saúde é indispensável e que ela não pode ser prestada simultaneamente com o exercício das atribuições do cargo,

RESOLVE

Art. 1º Prorroga licença sem prejuízo da renumeração do cargo servidora por até 30 (trinta) dias, com fundamento no art. 69, c/c art. 65, II, da Lei Complementar Municipal nº 5, de 2 de fevereiro de 2004, licença por motivo de saúde em pessoa da família ao servidora ROSÂNGELA MARIA DE OLIVEIRA, pelo prazo de 30 (trinta) dias, havendo necessidade de prorrogação da licença, de tratamento e recuperação familiar de sua Mãe ELZIR PADILHA OLIVEIRA.

Art. 2º Não sendo possível substituir o(a) servidor(a) afastado por motivo de saúde em pessoa da família de que trata esta portaria por outro servidor(a) ocupante do mesmo cargo e em exercício, poderá haver a contratação de servidor(a) substituto em caráter temporário.

§ 1º A substituição só será possível se o afastamento for superior a 30 (trinta) dias, conforme art. 2º, V, da Lei Municipal nº 509, de 10 de janeiro de 2009, e desde que haja requerimento fundamentado do titular da pasta quanto à imprescindibilidade da medida.

§ 2º O prazo de duração do contrato temporário de substituto observará o disposto no art. 4º, II e § 1º, II, da Lei Municipal nº 509, de 10 de janeiro de 2009, exceto se o afastamento por motivo de doença em pessoa da família for com prazo certo, quando o termo final do contrato de substituição temporária coincidirá com aquele.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Saúde adotará as medidas administrativas necessárias ao cumprimento do disposto nesta portaria.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem ao dia 16 de junho de 2021.

Rio Rufino, 01 de julho de 2021.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em
01/07/2021

Marceli Kuhnen

Chefe de Gabinete

PORTARIA MUNICIPAL Nº 235/2021

Publicação Nº 3131267

PORTARIA Nº 235,
De 01 de julho de 2021.

"EXONERA SERVIDOR(A) OCUPANTE DE CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, PROVIMENTO EFETIVO POR MOTIVO DE APOSENTADORIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ERLON TANCREDO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 82, I, "a", da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que, pelo advento da concessão de aposentadoria, a exoneração de servidor impõe seu desligamento do serviço público municipal, nos termos do item 1, do Prejulgado do TCE/SC e jurisprudência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, cujos textos, respectivamente, prescrevem:

TCE/SC:

Prejulgado: 1921

1. O servidor estatutário que se aposenta voluntária ou compulsoriamente pelo Regime Geral da Previdência Social deve ser desligado do serviço público, pois a aposentadoria é uma situação que gera a vacância do cargo, independentemente do regime previdenciário em que se encontra o servidor.

(...)

TJSC:

SERVIDORA PÚBLICA. MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM. APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA PELO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS. HIPÓTESE DE VACÂNCIA DO CARGO SEGUNDO A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL. PLEITO DE REINTEGRAÇÃO, AO ARGUMENTO DE QUE É ADMISSÍVEL A PERCEPÇÃO SIMULTÂNEA DOS PROVENTOS PAGOS PELO INSS (ÓRGÃO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO) COM A REMUNERAÇÃO DO CARGO PÚBLICO. PRETENSÃO INDEVIDA. IMPOSSIBILIDADE DE RETORNO AO MESMO CARGO SEM APROVAÇÃO EM NOVO CONCURSO PÚBLICO. LEGALIDADE DA EXONERAÇÃO. "O servidor público que se aposenta pelo regime geral de previdência social com a utilização do tempo de serviço prestado junto ao município perde o seu vínculo com a Administração Pública e deve ser exonerado, somente podendo retornar mediante aprovação em novo concurso público para cargo acumulável, ou para ocupar cargo eletivo ou comissionado, na forma do § 10 do art. 37 da Constituição Federal" (Apelação Cível n. 0312847-68.2017.8.24.0018, de Chapecó, rel. Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, Primeira Câmara de Direito Público, j. 09-06-2020). PLEITO ALTERNATIVO DE COMPLEMENTAÇÃO DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA PELO MUNICÍPIO. NECESSIDADE DE EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA. TESE FIRMADA PELO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO NO IRDR N. 0001986-53.2013.8.24.0013/50001 (TEMA 14). No julgamento do IRDR n. 0001986-53.2013.8.24.0013/50001 (Tema 14), o Grupo de Câmaras de Direito Público firmou tese jurídica no sentido de que: "O servidor público aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social, após a Emenda Constitucional n. 41/2003, ressalvada a hipótese de ter adquirido o direito à aposentação antes da vigência da respectiva emenda, somente tem direito à complementação dos proventos de aposentadoria mediante a existência de legislação específica, respeitado o princípio da legalidade, o caráter contributivo e o equilíbrio atuarial e financeiro previdenciário. "RECURSO IMPROVIDO. (TJSC, Apelação n. 5002017-64.2019.8.24.0049, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Sérgio Roberto Baasch Luz, Segunda Câmara de Direito Público, j. 02-02-2021).

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 733, de 29 de maio de 2019, estabelece processo administrativo de exoneração de servidores aposentados e impede a contratação de pessoal que esteja aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social para comporem os quadros do funcionalismo municipal;

RESOLVE

Art.1º Exonerar, por motivo de aposentadoria, o(a) servidor(a) EMILIA TEREZINHA VAZ, matrícula nº 480 , inscrito pelo CPF nº 032.945.199-58 ocupante do cargo de Auxiliar de serviços gerais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino, 01 de julho de 2021.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em
01/07/2021

Marceli Kuhnen

Chefe de Gabinete

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 015/2021**

Publicação Nº 3131325

Portaria nº 015/2021.

Ementa: "EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE VAGA TEMPORÁRIA NO CARGO DE ADVOGADO CONFORME RESOLUÇÃO N.002/2013 E RESOLUÇÃO N. 004/2014".

O Presidente da Câmara Municipal de Rio Rufino, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 37, incisos II e XI, do Regimento Interno, e demais disposições vigentes:

RESOLVE:

Artigo 1º. EXONERAR EDSON EUGÊNIO CAPISTRANO DA CUNHA portador do RG nº 1759968 SSP/SC e inscrito no CPF nº 016.339.469-59, ocupante de vaga temporária no cargo de ADVOGADO, do quadro de pessoal da Câmara de Vereadores de Rio Rufino, constante da Resolução nº 002/2012, com suas alterações dadas pela resolução nº 002/2013 e 004/2014 e 001/2019.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Registre-se e publique-se no local de praxe.

Câmara Municipal de Rio Rufino 30 de junho de 2021.

João Paulo Oliveira
Presidente

Registrado e publicado no Mural Público da Câmara Municipal de Rio Rufino, na data supra.

Valdimira Marcelino Medeiros
Secretária Executiva

PORTARIA 016/2021

Publicação Nº 3131327

Portaria nº 016/2021.

Ementa: "EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE VAGA TEMPORÁRIA NO CARGO DE SECRETARIO EXECUTIVO CONFORME RESOLUÇÃO N.001/2005 E RESOLUÇÃO N. 002/2005".

O Presidente da Câmara Municipal de Rio Rufino, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 12, IV e artigo 29, II da Lei Orgânica Municipal e art. 37, XXVII, da Resolução nº 002/2004, de 18 de outubro de 2004:

RESOLVE:

Artigo 1º. EXONERAR BRUNO DOS SANTOS portador do RG nº 4.445.613 SSP/SC e inscrito no CPF nº 077.643.359-83, ocupante de vaga temporária no cargo de SECRETÁRIO EXECUTIVO, do quadro de pessoal da Câmara de Vereadores de Rio Rufino, constante da Resolução n. 001/2005 de 24 de janeiro de 2005 e Resolução n. 002/2005 de 07 de junho de 2005.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Registre-se e publique-se no local de praxe.

Câmara Municipal de Rio Rufino 30 de junho de 2021.

João Paulo Oliveira
Presidente

Registrado e publicado no Mural Público da Câmara Municipal de Rio Rufino, na data supra.

Valdimira Marcelino Medeiros
Assessora de Plenário

Riqueza

PREFEITURA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2021

Publicação Nº 3131979

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C275F67120C5FFC70D485BBAEE4CFCBA9DA25533



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1076/2021
PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇO Nº 27/2021
Exclusivo ME/EPP/ME

1 – PREÂMBULO

1.1 – O MUNICÍPIO DE RIQUEZA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 95.988.309/0001-48, com sede administrativa à Rua João Mari, 55, Centro do Município de Riqueza, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.895-000 e **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIQUEZA (SC)**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Presidente Castelo Branco, 59, Centro do Município de Riqueza, CEP: 89.895-000, inscrito no CNPJ nº 11.366.369/0001-39, por meio de seu gestor o Prefeito Municipal, Exmo. Sr. Renaldo Mueller, **TORNA PÚBLICO** que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, para a contratação do objeto indicado no **item 2** deste instrumento. A presente licitação será do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal 10.024/19, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações e legislação aplicável.

1.2 – O certame será realizado através da utilização do Portal Eletrônico <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, sendo os trabalhos conduzidos pelo Pregoeiro, com o suporte de sua Equipe de Apoio, os quais, juntamente com a autoridade competente do órgão promotor da licitação, formam o conjunto de operadores do sistema do Pregão Eletrônico;

1.3 – Data de apresentação das propostas: até as 08h00min do dia 15/07/2021;

1.4 – Data de abertura da sessão: 15/07/2021 às 08h10min;

1.5 – Início da sessão de disputa de preços: Imediatamente após aceitação das propostas;

1.6 – Tempo de disputa: 10 minutos, acrescido do tempo aleatório, determinado pelo sistema;

1.6.1 – Formalização de consultas: observando o prazo legal, a licitante poderá consultar por mensagem eletrônica (e-mail), informando o número do pregão eletrônico;

1.6.2 – Referência de tempo: para todas as referências de tempo será considerado o horário oficial de Brasília-DF;

OBS.: A licitante deverá observar a data e os horários limites previstos para a abertura das propostas, atentando também para a data e horário para início da disputa.

2 - DO OBJETO

2.1 – A presente licitação tem por objeto a **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO ESTIMADA E PARCELADA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE RIQUEZA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme especificações constantes no **Anexo “A”**.

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

2.2 O objeto social da empresa licitante deverá ser pertinente e compatível com o objeto disposto no item 2.1.

3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 – Poderão participar desta licitação exclusivamente as empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar 147/2014, que preencherem as condições de credenciamento, inclusive quanto à documentação constantes neste edital e anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, no site www.portaldecompraspublicas.com.br

3.2 – Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.3 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.4 Aplica-se a este Edital o disposto no art. 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, estabelecendo-se a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas em âmbito local, nos termos e limites do Decreto Municipal nº 4.066, de 26 de fevereiro de 2021.

3.5 Fundamenta-se a aplicação do instituto da prioridade de contratação, até o limite legal de 10 % do menor preço válido, de empresas sediadas no local, com base na no art. 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 4.066, de 26 de fevereiro de 2021, que estabelece o tratamento diferenciado, visando à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

3.6 Para fins da aplicação do art. 48, § 3º, da Lei nº 123/2006, será dada preferência de contratação às empresas LOCAIS, limite geográfico do município, e REGIONAIS, constituídas pela mesorregião e/ou microrregião do município, conforme definição do IBGE, Associação dos municípios a que pertence o próprio município (AMERIOS) e aqueles municípios, dentro do estado, existentes dentro de um raio de distância de até 100 km, superior aos limites geográficos do próprio município. Ressalta-se que a ordem de prioridade de contratação está disposta no art. 20 do Decreto Municipal 4.066/2021.

3.7 A definição dos limites geográficos foi estabelecida através do Decreto Municipal nº 4.066/2021, o qual determina que as micro e pequenas empresas de âmbito local são as que estão dentro do limite geográfico do Município de Riqueza/SC.

3.8 Justifica-se a utilização do instituto da prioridade de contratação de empresas sediadas no âmbito local em razão:

3.8.1 do fortalecimento do comércio local e consequente desenvolvimento proporcionado ao Município através dos impostos que são gerados e que, reinvestidos, convertem-se em novos bens e serviços oferecidos à população do Município;

3.8.2 da agilidade na entrega de produtos e execução de serviços, os quais têm seus custos barateados no que tange aos valores referentes ao frete e demais custos em razão da distância entre o Município e a empresa;

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

3.8.3 da expansão quantitativa e qualitativa no campo econômico, social e ambiental, com ativação do desenvolvimento socioeconômico local e aumento da prosperidade econômica, com aumento de empregos e melhor distribuição de renda.

3.9 – Não poderão participar da presente licitação, empresas que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 d Lei nº 8.666/93, bem como empresas nas seguintes condições:

3.9.1 – Com falência decretada;

3.9.2 – Em consórcio.

3.10 – Não poderão participar deste Processo Licitatório empresa que tenham em seu quadro, empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesseis) anos, efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

3.11 – Não poderá participar direta ou indiretamente da licitação, servidor, agente político ou responsável pela licitação, na forma do art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93.

3.12 – A simples participação na presente licitação implica na aceitação irretratável de todas as normas do Edital.

3.13 Em atendimento ao Art. 49, II, da Lei Complementar 123/2006, em virtude da inexistência de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte capazes de cumprir as exigências estabelecidas neste instrumento convocatório, justifica-se a ampla concorrência deste certame.

4 - DO CREDENCIAMENTO

4.1 – Para participar do Pregão, o licitante deverá se credenciar junto ao provedor do sistema de Pregão Eletrônico, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br;

4.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.2. O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.3. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao MUNICÍPIO DE RIQUEZA/SC, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 – Os licitantes encaminharão, **exclusivamente** por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, contendo marca, valor unitário, valor total de cada item e demais informações necessárias, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

5.1.2 – O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.1.3 - A proposta de preços, neste momento, não deverá conter dados que identifiquem a licitante, sob pena de desclassificação.

5.1.4 - Quando a marca identificar a empresa este campo deverá ser preenchido como “marca própria”.

5.2 – As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.2.1 – As Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte - EPP deverão declarar, sob as penas da Lei, que se enquadram nas hipóteses do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, clicando no campo próprio previsto na tela de envio das propostas.

5.3 – Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4 – Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.5 – Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.6 – Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.7 – Ocorrendo adendos, erratas e/ou republicações do edital, que acarretam na alteração de data de abertura do certame, cabe as licitantes interessadas a atualização da documentação de habilitação e proposta de preço já cadastrada, caso julgar necessário.

5.8 – Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos, que não correspondam às especificações contidas no Anexo “A” deste Edital, serão desconsiderados.

5.9 – Nas propostas serão considerados obrigatoriamente:

5.9.1. Preço unitário para o item, em moeda corrente nacional, em algarismos, e, com no máximo duas casas decimais após a vírgula;

5.9.2. Especificações detalhadas do objeto ofertado, consoante às exigências editalísticas;

5.9.3. Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais ou ainda fornecimento de peças, mão-de-obra, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação assim como as despesas eventuais com assistência técnica para prestação da garantia;

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC

CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

5.9.4. Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias consecutivos o prazo de validade das propostas, nos termos do artigo 48, §3º do Decreto Federal nº 10.024/2019 o qual será contado a partir da data da sessão de abertura do Pregão, estabelecida no item 01 deste Edital. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento;

5.9.5. A licitante contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta.

5.10 – Poderão ser admitidos pelo Pregoeiro erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

5.11 – Os licitantes poderão participar com uma única marca por item, sob pena de desclassificação.

5.12 – Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir, ou criar direitos, sem previsão expressa no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta que não for conflitante com o Edital.

6 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 – O acompanhamento da sessão se dará, única e exclusivamente, por meio eletrônico, no sítio informado no preâmbulo deste edital.

6.2 – A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.3 – O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.4 – A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5 – A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6 – O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7 – Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.8 – O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo.

6.9 – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.10 – O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

6.11 – Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.12 – A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13 – A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.14 – Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.15 – Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.16 – Após o encerramento de cada item, caso o vencedor não seja uma empresa beneficiada pela Lei Complementar nº 123/06, e existindo empate com empresas beneficiadas, será enviada uma mensagem para o *chat* informando a ordem de classificação para o desempate (o intervalo percentual considerado como empate, estabelecido na Lei, é de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço ofertado).

6.17 – Para cada empresa dentro do limite de empate, será concedido o tempo de 05 (cinco) minutos para ofertas de novos lances ou para a desistência, na ordem de classificação apresentada, sendo enviada mensagem sobre esta situação para o *chat*. Neste intervalo de tempo, as empresas interessadas em usufruir dos benefícios deverão dar seus lances.

6.18 – Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

6.19 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.20 – Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.21 – No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.22 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.23 – Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.24 – A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC

CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

6.25 – Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

6.25.1 – Produzidos no país;

6.25.2 – Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

6.25.3 – Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.25.4 – Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

6.26 – Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.27 – Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.28 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.29 – O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.30 – Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1 – Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

7.2 – Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.3 – Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.4 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.5 – O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC

CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

7.6 – O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.7 – Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.8 – Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos itens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 03 (três) dias úteis contados da solicitação.

7.9 – Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.10 – Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.11 – No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.12 – Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.13 – Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

7.14 – Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

7.15 – Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

7.16 – Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.17 – Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.18 – O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.19 – Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC

CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

7.20 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8 – DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 – Os licitantes encaminharão os documentos exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com a proposta, em formato digital, sob pena de inabilitação;

8.1.1 – Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.1.2 – Os documentos deverão ser apresentados autenticados por processo de cópia autenticada por cartório competente, ou outro sistema, ou ainda por via eletrônica (internet), desde que devidamente autorizado pelo órgão competente.

8.2 – Deverão ser encaminhados, via sistema, os seguintes documentos:

8.2.1 – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.

8.2.1.1 – Os documentos descritos no subitem “8.2.1” deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

8.2.2 – Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do § 2º do Art. 32 da Lei 8.666/93 e alterações conforme Anexo “B”.

8.2.3 – Declaração da empresa de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e art. 27 inciso V, da Lei 8.666/93 e alterações. (Conforme modelo do Anexo “C” do Edital).

8.2.4 – Declaração emitida pela empresa de que a mesma não se enquadra nas hipóteses de impedimentos do art. 89 e Parágrafo Único da Lei Orgânica Municipal. (conforme modelo do Anexo “D”).

8.2.5 – Alvará Municipal válido.

8.3 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

8.3.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

8.3.2 – Prova de Regularidade de Tributos e Contribuições Federais Administrados pela Secretaria de Receita Federal conjunta com a Prova de Regularidade quanto a Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional e Prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

8.3.3 – Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual.

8.3.4 – Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal.

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

8.3.5 – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (F.G.T.S.), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

8.3.6 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440 de 07/07/2011, **consulta através do site www.tst.jus.br/certidao.**

8.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.4.1 – Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

Observação: Considerando a implantação do sistema E-PROC no Poder Judiciário, quando a Certidão "Cível" e "Falência, Concordata e Recuperação Judicial" possuir a seguinte observação: “ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema EPROC...”, deverão ser apresentadas tanto no sistema EPROC quanto no SAJ, e apresentadas conjuntamente.

8.5 – Do Cadastro de Fornecedores

8.5.1 – Opcionalmente, a critério da Licitante, as documentações exigidas nos itens 8.2 (Habilitação Jurídica), 8.3 (Regularidade Fiscal) e 8.4 (Qualificação Econômica e Financeira) poderão ser substituídas pelo Certificado de Registro Cadastral de Fornecedor – CRC da Prefeitura Municipal de Riqueza, com todos os documentos válidos. A comprovação do cadastramento do licitante no Cadastro de Fornecedores do Município de Riqueza/SC, bem como a validade dos documentos, será confirmada por meio de consulta no programa de Cadastro de Fornecedores do Município de Riqueza/SC para fins de habilitação, assegurado ao cadastrado o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão ou na forma da LC 123/2006.

8.6 – As empresas que declarem Microempresa – ME ou Empresas de Pequeno Porte junto ao site www.portaldecompraspublicas.com.br, deverão encaminhar ainda a Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com o artigo 8º da Instrução Normativa DRNC nº 103/2007. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006. **Esta(s) certidão(ões) deve(m) ter sido emitida(s) no ano de 2021. Não serão aceitas declarações emitidas pela empresa e registradas na Junta Comercial.**

8.7 – As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, e, uma vez sendo declarada vencedora do certame, terá prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais.

8.7.1 – A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 8.6, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC

CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

8.8 – As certidões e documentos que não tenham seu prazo de validade consignado deverão ter sido emitidos no máximo 60 (sessenta) dias da data prevista para abertura dos invólucros.

8.9 – A critério do Pregoeiro poderão ser solicitados esclarecimentos, assim como serem efetuadas diligências, visando a conformar a capacidade técnica, gerencial e administrativa das empresas concorrentes.

8.10 – Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.11 – Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.12 – Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:

8.12.1 – Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

8.12.2 – Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

8.12.3 – Se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

8.12.4 – Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

9 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1 – A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1 – Ser redigida em língua portuguesa, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.1.2 – Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.2 – A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do Contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.3 – Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam à Contratada.

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC

CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

9.4 – Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

9.5 – Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros, e no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.6 – A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.7 – A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10 – DOS RECURSOS

10.1 – Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2 – Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.3 – Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.4 – A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.5 – Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.6 – O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.7 – Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1 – A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1 – Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

11.1.2 – Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2 – Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.3 – A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 – O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2 – Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13 – DOS VALORES ORÇADOS PELO MUNICÍPIO E PREÇOS MÁXIMOS

13.1 – Os valores totais por item orçados para a entrega dos produtos, objeto desta licitação, estão descritos no **Anexo “A”** deste edital e deverão ser considerados como **preços máximos por item admitidos no presente**.

14 - DO PRAZO E FORMA DE ENTREGA DOS SERVIÇOS/MATERIAIS

14.1 – Os itens, objetos deste edital, deverão ser entregues conforme solicitado pela Secretaria requisitante ou pelo setor de Licitações e Contratos do Município de Riqueza/SC.

14.2 O local de entrega será aquele estabelecido na ordem de compra.

14.3 – A contratada deverá observar os prazos, a forma e local de entrega do objeto licitado, de acordo com as especificações do Termo de Referência constante no anexo “A” deste edital.

14.4 – A comunicação da Secretaria solicitante do objeto desta licitação poderá ser feita através de forma eletrônica, valendo-se para tanto do e-mail da contratada indicado na proposta de preço.

15 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 – O Município de Riqueza efetuará o pagamento do objeto desta licitação, em até 30(trinta) dias após a entrega dos produtos, conforme Ordem Cronológica de Empenho por DR, acompanhado dos documentos fiscais devidamente atestados por servidor responsável.

15.2 – As notas fiscais eletrônicas deverão ser encaminhadas para o e-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br, nos arquivos com extensão XML e PDF.

15.3 – As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão pelas seguintes

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

dotações orçamentárias:

I - CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	04
Unidade Orçament.	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS	01
Função	ADMINISTRAÇÃO	4
Subfunção	ADMINISTRAÇÃO GERAL	122
Programa	ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS	0003
Atividade	Manutenção Atividades Administração Geral e Finanças.	1.003
Fonte	Recursos Ordinários	0100
Fonte	Recursos Ordinários	0102
II – CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE		
3.3.90.30.16.00.00 – Material de Expediente		

15.4 – Por força do contido no Decreto Federal nº 7.507/2011, para pagamento dos valores devidos, a empresa vencedora preferencialmente deverá manter conta corrente no Banco do Brasil, ou em caso da conta ser em outro banco, as tarifas bancárias decorrentes da transferência serão descontadas dos valores devidos ao fornecedor.

16 - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

16.1 – Não haverá reajustes.

17 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1 – Até 03(três) dias úteis que anteceder a data fixada para o recebimento das propostas, qualquer empresa interessada em participar da licitação poderá impugnar o ato convocatório do Pregão.

17.1.1 – A impugnação poderá ser protocolada no Departamento de Compras e Licitações desta Prefeitura, em via original, ou enviada(s) para o e-mail licitacao@riqueza.sc.gov.br que a encaminhará devidamente informada, à Autoridade Competente para apreciação e decisão.

17.1.2 – Serão aceitos impugnações e recursos encaminhados por e-mail, desde que sejam acompanhados do contrato social da empresa e procuração se for o caso.

17.2 – Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

17.3 – Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente pelo e-mail licitacao@riqueza.sc.gov.br.

17.4 – O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

17.5 – As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.6 – A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

17.7 – Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

18 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E RESPECTIVA VIGÊNCIA

18.1 – Após a homologação do resultado da licitação pela autoridade competente, será efetuado o registro dos preços e dos fornecedores correspondentes mediante a assinatura da Ata de Registro de Preços (**Anexo “E”**) pelo responsável pelo Órgão Gerenciador e pela licitante vencedora do certame, ficando vedada à transferência ou cessão da Ata de Registro de Preços a terceiros.

18.2 É facultado à Administração, quando a proponente vencedora não atender(em) à convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, a ser realizada até 5 (cinco) dias após a homologação da licitação, nos termos supra referidos, convocar outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para após aprovado o respectivo laudo, comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a ata de registro de preços, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

18.3 Os representantes legais das empresas que tiverem os preços registrados terão o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para comparecerem ao Departamento de Compras/Licitações da Prefeitura Municipal de Riqueza para assinarem a Ata, sob pena das sanções previstas no **item 20** deste Edital.

18.4 Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, será considerado o simples fato da empresa vencedora participar do certame licitatório e ter apresentado sua proposta final, por esta Comissão, como ato concreto, tendo em vista a realização de Pregão Eletrônico. Em caso de não atendimento ou recusa em fazê-lo, da primeira colocada, fica facultado ao Órgão Gerenciador convocar a segunda colocada para, ao mesmo preço e condições da primeira colocada, estar em condições de fornecer bens, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.5 A efetivação da contratação de fornecimento se caracterizará pela assinatura da Ata de Registro de Preços que terá validade de 12 (doze) meses consecutivos, contados a partir da sua data de assinatura.

18.6 O fornecedor terá seu registro cancelado quando descumprir as condições da Ata de Registro de Preços ou não reduzir o preço registrado quando esse se tornar superior aqueles praticados no mercado.

18.7 Os preços relacionados na Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei 8.666/93, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

18.8 Durante o prazo de validade do Registro de Preços (doze meses), a Administração Municipal poderá ou não contratar toda ou quantidades parciais do objeto deste Pregão.

19 – DA RESCISÃO CONTRATUAL

19.1 – Inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

19.2 – A rescisão contratual poderá ser:

19.2.1 – Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

19.2.2 – Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

20 – DAS PENALIDADES

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

20.1 – A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do mesmo, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que a empresa teria para assiná-la, nos termos do **item 18.1** do presente instrumento convocatório.

20.2 – Pelo atraso injustificado na entrega do bem, objeto deste Contrato, sujeita-se a CONTRATADA às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

20.2.1 – Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento);

20.2.2 – Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preço, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei 8.666/93, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

20.2.3 – Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preço o montante dos preços totais finais oferecidos pela(s) licitante(s) após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados;

20.3 – As penalidades de multa, previstas no **item 20** deste edital, poderão ser aplicadas, cumulativamente, com a penalidade disposta na Lei nº 10.520/02, conforme o artigo 7, do mesmo diploma legal.

20.4 – O Município de Riqueza/SC poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela(s) licitante(s) vencedora(s), nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, “caput”, da Lei nº 8.666/93.

21 – DA FISCALIZAÇÃO

21.1 – A fiscalização do cumprimento do contrato caberá ao responsável pela respectiva secretaria requisitante, ou quem venha substituí-lo no cargo.

22- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 – Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Departamento de Compras e Licitações do Município de Riqueza no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (49) 3675-3200, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

22.2 – Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

22.3 – No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) Adiada a abertura da licitação;

b) Alterados os termos do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

22.4 – O Município de Riqueza reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação,

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

22.5 – O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Mondai/SC, excluído qualquer outro.

23 - DOS ANEXOS DO EDITAL

23.1 – Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- a) Anexo “A” – TERMO DE REFERÊNCIA;
- b) Anexo “B” – MODELO DE DECLARAÇÃO;
- c) Anexo “C” – MODELO DE DECLARAÇÃO;
- d) Anexo “D” – MODELO DE DECLARAÇÃO;
- e) Anexo “E” – MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Riqueza – SC, 01 de julho de 2021.

Renaldo Mueller
Prefeito Municipal

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 1076/2021
PREGÃO ELETRÔNICO N° 27/2021****ANEXO “A”****TERMO DE REFERÊNCIA****DADOS DO SOLICITANTE:**

MUNICÍPIO DE RIQUEZA

RUA JOÃO MARI, 55, CENTRO – RIQUEZA/SC

TEL: 49 3675-3200

OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS:

Atendimento aos princípios da economicidade e eficiência na contratação dos materiais em questão, através da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado processo licitatório, cujo fator preponderante é o menor preço por Item.

JUSTIFICATIVA DA LICITAÇÃO:

A presente aquisição visa o fornecimento de materiais de expediente destinados a manutenção das atividades administrativas do Município de Riqueza e Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO ESTIMADA E PARCELADA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE RIQUEZA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

PROPOSTA

Serão desclassificadas as propostas que descumprirem o estabelecido no edital.

JULGAMENTO

O julgamento no processo será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

<i>Item</i>	<i>Unid.</i>	<i>Descrição do Objeto</i>	<i>Marca</i>	<i>Quant</i>	<i>Valor Unit.</i>	<i>Valor total</i>
01	Unid.	Agenda diária em espiral Capa em papelão 750g/m²		8,00	25,99	207,92
02	pct.	Bloco Adesivo com 4 blocos. Com 100 folhas cada.		30,00	7,70	231,00
03	Und	Apontador retangular simples	Faber Castell	30,00	1,57	47,10
04	Und	Borracha branca	mercur	30,00	0,86	25,80

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC

CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

05	Und	Caixa correspondência tripla articulável cristal, transparente, medidas: 355 x 253 x 120 mm		15,00	71,65	1.074,75
06	Und.	Caderno costurado capa dura -196mmX275mm 96 folhas	Credeal	5,00	7,70	38,50
07	unid	Calculadora eletrônica	Max print	8,00	27,45	219,60
08	Pct.	Capa encadernação, material pvc- cloreto de polivinila, tipo a4, cor incolor, formato 210 x 297 mm, espessura 0,30 mm pacote com 100 unid.		15,00	63,36	950,40
09	Pct.	Contracapa para Encadernação A4 Preta Go Office pct com 100 unid.		15,00	57,10	856,50
10	Cx	Caneta esferográfica escrita azul - cx com 50 unidades Escrita média e uniforme; tinta azul; corpo em resina termoplástica transparente com respiro a 9 cm da extremidade da caneta; formato sextavada; que possibilite a retirada da carga pela extremidade inferior; encaixe firme e perfeito da tampa antiasfixiante nas duas extremidades; parte visível da tinta no tubo de carga medindo no mínimo 9cm; ponta em latão 0.8 mm ponta fina.	Bic	15,00	61,93	928,95
11	Cx	Caneta esferográfica escrita preta- cx com 50 unidades Escrita média e uniforme; tinta azul; corpo em resina termoplástica transparente com respiro a 9 cm da extremidade da caneta; formato sextavada; que possibilite a retirada da carga pela extremidade inferior; encaixe firme e perfeito da tampa antiasfixiante nas duas extremidades; parte visível da tinta no tubo de carga medindo no mínimo 9cm; ponta em latão 1mm e esfera de tungstênio.	Bic	04,00	61,93	247,72
12	Cx	Caneta esferográfica escrita vermelha - cx com 50 unidades Escrita média e uniforme; tinta azul; corpo em resina termoplástica transparente com respiro a 9 cm da extremidade da caneta; formato sextavada; que possibilite a retirada da carga pela extremidade inferior; encaixe firme e perfeito da tampa antiasfixiante nas duas extremidades; parte visível da tinta no tubo de carga medindo no mínimo 9cm; ponta em latão 1mm e esfera de tungstênio.	Bic	02,00	61,93	123,86
13	cx	Clips nº 6/0 para papel fabricado em arame em aço galvanizado, resistente a oxidação, embalado com sachê plástico inviolável. Caixa 100		10,00	4,15	41,50
14	Cx	Clips nº 5/0 para papel fabricado em arame em aço galvanizado, resistente a oxidação, embalado com sachê plástico inviolável. Caixa 100		10,00	5,50	55,00
15	CX	Clips nº 3/0 para papel fabricado em arame em aço galvanizado, resistente a oxidação, embalado com sachê plástico inviolável. Caixa 100		10,00	4,65	46,50
16	CX	Clips nº 4/0 para papel fabricado em arame em aço galvanizado, resistente a oxidação, embalado com sachê plástico inviolável. Caixa 100		10,00	4,65	46,50
17	CX	Clips nº 2/0 para papel fabricado em arame em aço galvanizado, resistente a oxidação, embalado com sachê plástico inviolável. Caixa 100		20,00	4,65	93,00
18	CX	Colchetes nº 5, latonado - Bailarina.		5,00	52,70	263,50
19	CX	Colchetes nº 7, latonado - Bailarina.		5,00	81,43	407,15

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC

CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

20	CX	Colchetes nº 12, latonado - Bailarina.		5,00	147,90	739,50
21	Und.	Cola branca escolar não tóxica 35g	Cascorex	30,00	4,11	123,30
22	und	Estilete		5,00	5,38	26,90
23	Pct.	Espiral plástica para encadernação nº 12 cor preta pacote com 100 unidades		10,00	35,50	355,00
24	Pct.	Espiral plástica para encadernação nº 17 cor preta pacote com 100 unidades		10,00	42,92	429,20
25	Pct.	Espiral plástica para encadernação nº 07 cor preta pacote com 100 unidade		10,00	26,15	261,50
26	Pct.	Espiral plástica para encadernação nº 09 cor preta pacote com 100 unidade		10,00	28,70	287,00
27	Pct.	Espiral plástica para encadernação nº 23 cor preta pacote com 100 unidade		10,00	42,92	429,20
28	Und	Fita Adesiva Transparente 45 mm x 50 m.	Adelbras	60,00	5,78	346,80
29	Und	Fita crepe 18mmx50m	Adelbras	10,00	6,72	67,20
30	Und	Fita Kraft liso reforçado 780 24x50	Adelbras	10,00	17,26	172,60
31	Und	Fita corretiva	Max print	40,00	7,44	297,60
32	Cx.	Giz de cera super macio cx. c/ 6 cores	Acrilex	10,00	60,70	607,00
33	Cx	Grampos tipo cobreados 26/6 com 5.000 unidades cada caixa		20,00	9,19	183,80
34	und	Grampeador c-15 para grampo 26/6		10	80,56	805,60
35	Cx.	Lápis de cor hexagonal com 12 cores	Multicolor, Faber	7,00	13,31	93,17
36	Cx.	Lápis de cor 24 cores mais 6 tons de pele caras e bocas	Faber Castell	5,00	39,00	195,00
37	Cx.	Lápis preto 12 unidades	Faber Castell	04,00	13,98	55,92
38	Cx.	Lápis 2 B – formato triangular Cx com 12 unidades	Faber Castell	04,00	45,63	182,52
39	Und	Livro ata com capa dura, 100 folhas de papel com 75 g/m², numeradas, com pauta, medidas aproximadas 21,5 x 31,5cm.		5,00	19,52	97,60
40	cx	Marca texto ponta de 4,00 ml. Com 12 unidades	Pilot, maxprint	10,00	22,00	220,00
41	Und.	Molha dedos Umedecedor de dedo em pasta 12 gr produto atóxico não gorduroso, validade mínima de 2 anos.		15,00	3,99	59,85
42	Pct	Papel cartão cor Amarelo pacote com 20 unidades 48x66cm		10,00	26,48	264,80
43	Pct	Papel cartão cor Azul Bebê pacote com 20 unidades 48x66cm		10,00	26,48	264,80
44	Pct	Papel cartão cor Azul Escuro pacote com 20 unidades 48x66cm		10,00	26,48	264,80
45	Pct	Papel cartão cor Bege pacote com 20 unidades 48x66cm		10,00	26,48	264,80
46	Pct	Papel cartão cor Branco pacote com 20 unidades 48x66cm		10,00	26,48	264,80
47	Pct.	Papel carbono, material película poliéster, aplicação escrita manual, tipo dupla face, comprimento 297 mm, largura 210 mm, cor preta pct com 100 folhas		10,00	48,42	484,20

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC

CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

48	Cx	Pasta suspensa marmorizada c/25 unid.		5,00	57,67	288,35
49	Und	Pasta c/ elástico polipropileno 335x235mm transparente		30,00	3,76	112,80
50	Und	Pastas sanfonada com 12 divisórias		10,00	19,63	196,30
51	und	Pastas Registradora AZ frama		150,00	16,36	2.454,00
52	und	Caixa Arquivo morto papelão reciclado (350x135x240)		50,00	4,63	231,50
53	Und.	Pen drive 32G		8,00	60,36	482,88
54	Cx.	Percevejo Latonado cx. c/ 100 Und.		10,00	4,00	40,00
55	Und	Perfurador Preto. Corpo metálico na cor preta Acabamento de qualidade, perfura 10 folhas		06,00	19,35	116,10
56	Und.	Pincel atômico nas cores preto, azul, vermelho, verde		20,00	6,10	122,00
57	Und	Pistola de cola quente profissional - Tam. Grande		03,00	57,58	172,74
58	Und.	Porta lápis/canetas/clips, com duas repartições, em acrílico, medindo aproximadamente 15 x 8cm.		8,00	16,63	133,04
59	Und.	Prancheta em Duratex, tamanho officio, com prendedor metálico de mola cor transparente.		10,00	9,65	96,50
60	Und.	Sacola plástica, branca, leitosa, tamanho aprox. 30cm x 40cm fora a alça 1000 unid.		5,00	82,43	412,15
61	Pct.	- Sacola plástica, branca, leitosa, tamanho aprox. 15cm x 36 cm fora a alça 1000 unid.		5,00	49,28	246,40
62	Pct.	Pilha alcalina AAA c/ 2 unidades		200,00	7,53	1.506,00
63	Pct	Pilha alcalina AA c/ 2 unidades		100,00	7,25	725,00
64	Kg.	Refil cola quente grosso		2,00	54,44	108,88
65	Und	Régua de medidas transparente de plástico - 30 cm		30,00	1,89	56,70
66	Und	Tesoura escolar multiuso pequena pontas arredondadas	Tramontina	10,00	9,61	96,10
67	Und.	Tesoura p/ uso geral aço inox - grande	Tramontina	10,00	32,99	329,90
68	Pct.	Fita adesiva transparente 12x40 com 10 rolo.		10,00	14,33	143,30
69	Cx.	Grampo trilho com 50 unidades. 197mmx2mmx12mm		5,00	18,55	92,75
70	Cx.	Prendedores de papel 1-5/8 – 41mm, caixa com 12 unidades.		5,00	26,93	134,65
71	Cx.	Prendedores de papel 32mm, caixa com 12 unidades		10,00	19,60	196,00
72	Unid.	Mouse óptico sem fio /Bluetooth		12,00	53,60	643,20
73	Cx.	Papel sulfite 75gr/m² alcalino, A4 tamanho 210x297mm, branco, para uso profissional, superfície resistente, corte perfeito e absorção equilibrada que permite o melhor deslizamento na impressora evitando desperdício de tinta. Produzido a partir de florestas 100% plantadas e renováveis em conformidade com a legislação ambiental vigente, com fibras tratadas para obter o mais alto grau de brancura. Deverá conter na embalagem selo CERFLOR e INMETRO, o fabricante deve comprovar seguir o padrão normativo ABNT NBR ISO 14790, garantindo que o papel é proveniente de florestas 100% plantadas e renováveis. A caixa		80,00	204,63	16.370,40

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC

CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

		deverá conter 10 resmas de 500 folhas cada, em embalagem impermeável e resistente a umidade.				
74	Cx	Papel A4 180g caixa com 50 unidades cores variadas		35,00	20,49	717,15
75	Und	Cola bastão 40 g		50,00	7,65	382,50
TOTAL					R\$ 40.357,00	

DO PRAZO E FORMA DE ENTREGA

Os itens que compõe o objeto deste edital deverão ser fornecidos durante a vigência da Ata de Registro de Preço, conforme a necessidade da Secretaria requisitante.

Os produtos deverão ser de primeira qualidade e a entrega será de forma parcelada e continuada, de acordo com a solicitação prévia do município de Riqueza, através de requisições e ou solicitações.

A CONTRATADA terá o **prazo máximo** de 15 (quinze) dias após o recebimento da Nota de Empenho ou ordem de compra para entregar o objeto que se refere a presente licitação ao Município de Riqueza/SC.

O local de entrega será o estabelecido na ordem de compra.

PAGAMENTO

O Município de Riqueza efetuará o pagamento do objeto desta licitação, em até 30(trinta) dias após o fornecimento do objeto, conforme Ordem Cronológica de Empenho por DR, acompanhado dos documentos fiscais devidamente atestados por servidor responsável.

As notas fiscais eletrônicas deverão ser encaminhadas para o e-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br, nos arquivos com extensão XML e PDF.

As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão pelas seguintes dotações orçamentárias:

I - CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	04
Unidade Orçament.	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS	01
Função	ADMINISTRAÇÃO	4
Subfunção	ADMINISTRAÇÃO GERAL	122
Programa	ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS	0003
Atividade	Manutenção Atividades Administração Geral e Finanças.	1.003
Fonte	Recursos Ordinários	0100
Fonte	Recursos Ordinários	0102
II – CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE		
3.3.90.30.16.00.00 – Material de Expediente		

Por força do contido no Decreto Federal nº 7.507/2011, para pagamento dos valores devidos, a empresa vencedora preferencialmente deverá manter conta corrente no Banco do Brasil, ou em caso da conta ser em outro banco, as tarifas bancárias decorrentes da transferência serão descontadas dos valores devidos ao fornecedor.

GARANTIA

Os produtos deverão atender as normas vigentes relativa ao objeto do edital.

A contratada deverá prestar garantia conforme disposto no Art. 26 da Lei Federal nº 8.078 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

À Administração Pública Municipal é reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização pelos respectivos responsáveis da Secretaria ou quem venha substituí-lo no cargo.

ASSINATURAS

Ademar Antônio Pignat
Matrícula 483-9
Secretário de Administração e Finanças

Riqueza/SC, 01 de julho de 2021.

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 1076/2021
PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇO N° 27/2021****ANEXO “B”****DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE
IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO**

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu(ua) representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, **DECLARA**, sob as penalidades da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

A presente Declaração é válida até o final de todo o processo do Pregão Eletrônico nº 27/2021, inclusive entrega/fornecimento do objeto/execução total do contrato.

Local, _____ de _____ de 2021.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1076/2021
PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇO Nº 27/2021****ANEXO “C”****DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO
TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

Ao Município de Riqueza - SC

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu(ua) representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, DECLARA, para fins que em atendimento ao Inciso V do artigo 27 da Lei 8.666/93, de que a empresa não possui em seu quadro, menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem em qualquer tipo de trabalho menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().(Observação: **em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.**)

A presente Declaração é válida até o final de todo o processo do Pregão Eletrônico nº 27/2021 - ADM, inclusive entrega/fornecimento do objeto/execução total do contrato.

Local, ____ de _____ de 2021.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1076/2021
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇO Nº 27/2021****ANEXO “D”****DECLARAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO**

A empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº, com sede na, nº, bairro, Município de, Estado de, CEP, neste ato representada pelo Sr., (qualificação completa)....., residente e domiciliado na, nº, bairro, Município de, Estado de, CEP, **DECLARA**, sob as penas da Lei, **que não se enquadra nas hipóteses de impedimentos do art. 89 e Parágrafo Único da Lei Orgânica do Município de Riqueza.**

_____, em ____ de _____ 2021.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1076/2021
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇO Nº 27/2021****ANEXO “E”****MINUTA CONTRATO****MINUTA TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº _____/2021.**

O **MUNICÍPIO DE RIQUEZA**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 95.988.309/0001-48, com sede administrativa à Rua João Mari, 55, Centro do Município de Riqueza, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.895-000 e **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIQUEZA (SC)**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Presidente Castelo Branco, 59, Centro do Município de Riqueza, CEP: 89.895-000, inscrito no CNPJ nº 11.366.369/0001-39 por meio de seu gestor o Prefeito Municipal, Exmo. Sr. **RENALDO MUELLER**, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo(a) seu(ua) _____, Sr(a). _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____

_____ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório 1076/2021, modalidade Pregão Eletrônico – Registro de Preço nº 27/2021, e homologada pela autoridade competente, **RESOLVEM** registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PREÇOS E QUANTIDADES

1.1 – O presente Contrato tem por objeto a **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO ESTIMADA E PARCELADA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE RIQUEZA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, conforme especificações constantes no **Anexo “A”**.

1.1.1 – Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Processo Licitatório 1076/2021, modalidade Pregão Eletrônico – Registro de Preço nº 27/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Riqueza não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – Pelo fornecimento do objeto descrito na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ ().

Item	Unid	Descrição do Objeto	Marca	Quant	Valor Unitário	Valor Total

4.2 – As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão por conta da seguinte dotação:

I - CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	04
Unidade Orçament.	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS	01
Função	ADMINISTRAÇÃO	4
Subfunção	ADMINISTRAÇÃO GERAL	122
Programa	ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS	0003
Atividade	Manutenção Atividades Administração Geral e Finanças.	1.003
Fonte	Recursos Ordinários	0100
Fonte	Recursos Ordinários	0102
II – CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE		
3.3.90.30.16.00.00 – Material de Expediente		

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 – O Município de Riqueza efetuará o pagamento do objeto desta licitação, em até 30(trinta) dias após a entrega dos produtos, conforme Ordem Cronológica de Empenho por DR, acompanhado dos documentos fiscais devidamente atestados por servidor responsável.

5.2 – As notas fiscais eletrônicas deverão ser encaminhadas para o e-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br, nos arquivos com extensão XML e PDF.

5.3 – Por força do contido no Decreto Federal nº 7.507/2011, para pagamento dos valores devidos, a empresa vencedora preferencialmente deverá manter conta corrente no Banco do Brasil, ou em caso da conta ser em outro banco, as tarifas bancárias decorrentes da transferência serão descontadas dos valores devidos ao fornecedor.

CLÁUSULA QUINTA – DOS REAJUSTES

6.1 – Não haverá reajuste de valores.

CLÁUSULA SEXTA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

7.1 – O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA**8.1 – Compete à CONTRATANTE:**

8.1.1 – Realizar os atos relativos à cobrança do cumprimento pela CONTRATADA das obrigações contratualmente assumidas e aplicar sanções, garantida a ampla defesa e o contraditório, decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador.

8.1.2 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

8.1.3 – Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos produtos anotando em registro próprio as falhas detectadas;

8.1.4 – Comunicar prontamente à CONTRATADA qualquer anormalidade no objeto do instrumento contratual, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.5 – Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de sanções administrativas.

8.2 – Compete à CONTRATADA:

8.2.1 – Envidar todo o empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados;

8.2.2 – Assinar o instrumento contratual;

8.2.3 – Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, no edital e no Instrumento de Contrato;

8.2.4 – Fornecer os produtos, conforme descrito no edital, e demais condições descritas no Termo de Referência – Anexo “A”, do Edital;

8.2.5 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto do edital e seus Anexos, em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções resultantes dos produtos empregados ou da execução de serviços;

8.2.6 – Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade para outros, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

8.2.7 – Manter durante toda a execução do objeto da presente licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital e seus Anexos;

8.2.8 – Informar ao Órgão Gerenciador ou à CONTRATANTE, conforme o caso, a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1. – O Registro de Preços poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) Pelo Município de Riqueza/SC, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando;
- b) o FORNECEDOR não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, Edital ou da Ordem de Compra;

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC

CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

- c) o FORNECEDOR não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido, e o Município de Riqueza/SC não aceitar sua justificativa;
- d) o FORNECEDOR der causa a rescisão administrativa da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, a critério Município de Riqueza/SC;
- e) houver inexecução total ou parcial da ATA (ou instrumento equivalente) decorrente do Registro de Preços, se assim for decidido pelo Município de Riqueza/SC;
- f) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o FORNECEDOR não aceitar reduzi-lo;
- g) houver motivo de interesse público devidamente demonstrados e justificados pelo Município de Riqueza/SC; e
- h) houver solicitação por escrito, e o FORNECEDOR comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (caso fortuito ou de força maior) e desde que aceitas as justificativas pelo Município de Riqueza/SC.

9.2 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste edital e ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, será feita por correspondência com aviso de recebimento ou outro meio que comprove o recebimento, juntando-se comprovante ao processo que deu origem ao Registro de Preços;

9.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do FORNECEDOR, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial Eletrônico do Estado de Santa Catarina, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado;

9.4 A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do(s) preço(s) registrado(s) deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, da data do efetivo cancelamento, facultado ao Município de Riqueza/SC a aplicação das penalidades previstas nesta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, caso não aceite as razões do pedido de cancelamento.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

10.1 – A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a ARP no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do mesmo, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que a empresa teria para assiná-lo.

10.2 – Pelo atraso injustificado na entrega do bem, objeto deste Contrato, sujeita-se a CONTRATADA às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

10.2.1 – Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

10.2.2 – Pela inexecução total ou parcial desta ARP, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei 8.666/93, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

10.2.3 – Entende-se por valor total da ARP o montante dos preços totais finais oferecidos pela(s) licitante(s) após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

10.2.4 – **Suspensão** temporária de participação em licitação e **impedimento** de contratar com a Administração, por prazo definido no art. 87, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações;

10.2.5 – **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SCCNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

Município de Riqueza

Departamento de Licitações, Compras e Contratos

concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.3 – O Município de Riqueza poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela(s) licitante(s) vencedora(s), nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, “caput”, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

11.1 – Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, na imprensa local ou nos meios oficiais de divulgação, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1 – A fiscalização será exercida pela CONTRATANTE na pessoa do responsável da secretaria requisitante ou quem venha substituí-lo no cargo, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

13.1 – Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº. 8.666/93, e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

14.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Mondai - SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes.

Riqueza - SC, em ____ de _____ de 2021.

RENALDO MUELLER
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Rua João Mari, 55, Centro – CEP: 89.895-000 – Riqueza/SC
CNPJ: 95.988.309/0001-48 – Fone/Fax (49) 3675-3200 – E-mail: licitacao@riqueza.sc.gov.br

Rodeio

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO ELETRONICO 05/2021

Publicação Nº 3131474

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 464AA7BCF022281C15FF8C991A295B5DD243DC39
Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio - Aviso de licitação - pregão eletrônico nº 05/2021 - menor preço. Objeto: registro de preço para aquisição de fraldas geriátricas descartáveis para pacientes atendidos da rede do fundo municipal de saúde do município de Rodeio/SC. Fim da entrega de propostas: às 08h30min do dia 15/07/2021. Informações sobre o edital serão prestadas através do e-mail pmcomp@terra.com.br ou pelo fone 47 – 33840161, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min as 17h00min, em dias úteis. Rodeio 01 de julho de 2021. Valcir Ferrari - Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2184

Publicação Nº 3131812

LEI ORDINÁRIA Nº 2184 DE 17 DE JUNHO DE 2021.

RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES E AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE RODEIO NO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALCIR FERRARI, Prefeito Municipal de Rodeio, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Ordinária:

Art.1º- Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA (Segunda Alteração e Consolidação), em anexo, nos termos da Lei Federal n. 11.107/05 e Decreto Federal n. 6.017/07.

Art. 2º. Fica autorizado o ingresso do Município de Rodeio no Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, nos termos do Protocolo de Intenções.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Rodeio, 17 de junho de 2021.

VALCIR FERRARI
Prefeito Municipal de Rodeio/SC

A Lei Ordinária Nº 2184/21 foi publicada no quadro mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 17 de junho de 2021.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4
Secretaria Executiva

JUSTIFICATIVA

Justificativa ao Projeto de Lei Ordinária nº 012 de 26 de maio de 2021.

Senhor Presidente, distintos Vereadores e Vereadoras.

Tenho a honra de encaminhar para deliberação desta Egrégia Casa de Leis, Projeto de Lei que ratifica o Protocolo de Intenções do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA.

A base legal dos consórcios públicos iniciou com a Emenda Constitucional 19/98, que deu nova redação ao artigo 241 da Constituição Federal de 1988, estabelecendo que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinariam por meio de lei os consórcios públicos, e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

Já a regulamentação deste instituto se deu pela Lei Federal 11.107/2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e pelo Decreto Federal 6.017/2007.

Tais dispositivos legais autorizaram que dois ou mais entes federados podem criar um consórcio público para prestar um serviço público de interesse comum. Assim, o consórcio nasce, quando dois ou mais entes, detentores de recursos escassos, se unem com o objetivo de atender a algum interesse que lhes seja comum. Quando fazem isso diz-se que estão fazendo a gestão associada daquele interesse comum.

Dessa forma, com o reconhecimento pelos administradores públicos da necessidade de executar uma gestão associada, desde o ano de 2010, o CINCATARINA como entidade pública multifinalitária, vem atuando na união dos municípios de Santa Catarina para integração, fortalecimento de ações compartilhadas, eficiência, inovação e modernização da gestão pública, no desenvolvimento de programas, projetos e ações de atuação governamental.

O CINCATARINA possui como principais ações, que beneficiam todos os municípios consorciados: licitações compartilhadas, compras conjuntas, cartão para combustível, manutenção da iluminação pública, projetos elétricos, telefonia móvel, planos diretores, planos de mobilidade, estudo técnicos socioambientais (nome anterior: "diagnóstico socioambiental"), serviços ambientais, licenciamentos ambientais, regularização de cascalheiras, planos de saneamento básico, inserção dos objetivos de desenvolvimento sustentável e atuação no Projeto Recuperar do Governo do Estado de Santa Catarina, para manutenções e recuperações rotineiras das rodovias estaduais.

A evolução e expertise do CINCATARINA são latentes e residem no volume contratações e da economia do dinheiro público. Em 2020 (116 municípios consorciados) foram mais de 60.000 contratações e ultrapassou o montante de R\$ 145.000.000,00 (cento e quarenta e dois milhões de reais) em produtos contratados através de licitações compartilhadas, o que representou uma economia de mais de R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais) para os cofres públicos. O Consórcio mantém mais de 4.500 itens registrados nos processos licitatórios que ficam à disposição dos municípios.

Cabe destacar que com o aumento dos municípios consorciados as vantagens se ampliam, promovendo uma maior racionalidade administrativa, otimizando a mão de obra dos órgãos e entidades dos municípios, podemos ainda citar que e a escala nas compras vem garantindo uma diminuição dos preços contratados. Através do CINCATARINA as aquisições de bens e serviços estão sendo realizadas com mais qualidade e com preços menores, ou seja, os municípios compram mais por menos.

O CINCATARINA é o consórcio público que mais cresce no estado de Santa Catarina, e isso nos últimos anos vem ocorrendo de forma exponencial. Em 2016 eram 25 municípios consorciados, em 2017 eram 45, em 2018 eram 76, em 2019 eram 105, e 2020 finalizou com 116 municípios consorciados. Cabe aqui ressaltar que os 295 municípios catarinenses poderão no futuro fazer parte deste Consórcio.

O consórcio público é denominado CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA, justamente pela possibilidade de vários entes da federação, municípios de Santa Catarina ingressarem no consórcio público como consorciados.

Para atender tudo isso, o CINCATARINA se baseia nos princípios fundamentais da Administração Pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência) e ainda no respeito à autonomia dos entes da federação consorciados e na transparência, gerando ganho em escala, racionalização e otimização operacional da máquina pública. O CINCATARINA sempre primou pelo equilíbrio orçamentário e financeiro, atendendo todas as disposições legais e regulamentares, prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e aos municípios consorciados de maneira transparente, o que demonstra a atuação com responsabilidade, controle e ética dos agentes públicos do consórcio público.

Por todos esses motivos mostra-se imprescindível a participação dos municípios catarinenses no Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, a fim de garantir desenvolvimento estruturante dos municípios consorciados, e de satisfazer a necessidade da população envolvida, através de gestão pública eficiente e transparente.

Finalmente, ressaltamos que o ingresso do Município de Rodeio, no CINCATARINA, agilizará, e muito, os processos licitatórios da municipalidade, já que contamos com apenas um servidor laborando neste setor.

Assim, pela exposição dos motivos estampados acima, encaminhamos este Projeto de Lei para apreciação, contando com a compreensão de sempre dos nobres edis, e com sua aprovação, renovando protestos de grande estima e consideração.

Através do presente projeto de lei, atendendo determinação da Lei Orgânica do Município, o Poder Executivo pretende obter autorização, dos nobres edis, para conceder, a título oneroso, direito real de uso do Complexo Esportivo Rodeio 12.

O objetivo da concessão é de dar suporte para as atividades esportivas desenvolvidas no Complexo Esportivo Rodeio 12, por intermédio da oferta de alimentação nas melhores condições possíveis quanto ao preço e a qualidades, em suas instalações, onde haverá fluxo de pessoas, participantes de eventos, visitantes e colaboradores eventuais que carecem dessa comodidade, o que justifica a concessão de área a ser explorada por empresa especializada no ramo de alimentação, como a cobrança direta do preço ao consumidor. A presença de todas estas características atendimento à maior parte das pessoas, participantes dos eventos, visitantes e colaboradores eventuais, apresentação de serviços comuns e execução de serviços no interesse exclusivo da administração coloca o caráter mercantil da exploração desse espaço público como elemento acessório do Contrato de Concessão.

Justifica-se, portanto, a concessão administrativa de uso a preço módico, pois a utilidade geral e efetiva do serviço prestado no interesse exclusivo da Administração Pública prepondera sobre a exploração comercial a ser realizada pelo concessionário.

É importante registrar que o Município não dispõe de equipamentos, e mão de obra suficiente e especializada, para realizar a comercialização de gêneros alimentícios e bebidas no Complexo Esportivo Rodeio 12, e tampouco para sua manutenção e vigilância. Dessa forma, é necessária a terceirização desses serviços, realizando a cessão de uso de espaço público destinado a exploração de atividade comercial de praça de alimentação e venda de bebidas e do espaço esportivo. A cessão de uso de espaço público localizado nas dependências que ocorrerão os eventos presta-se a atender a necessidade de se colocar a disposição das pessoas, colaboradores, a população rodeense e visitantes, a opção e local adequado para a realização de alimentação e ter acesso a bebidas.

Com a realização da terceirização, ensinará aos frequentadores maior comodidade e facilidade no acesso a bebidas e alimentação, promovendo comodidade, ganho de tempo, com reflexos positivos na qualidade dos eventos. Para tanto se faz necessária a cessão de uso dos espaços para suprir as demandas, restando claro o atendimento do interesse público.

Destaque-se, ainda, que a concessão se dará por meio de processo licitatório, como exige a Lei Orgânica e a Lei 8666/93, e o vencedor precisará cumprir diversas determinações, além de realizar investimentos, conforme constará do edital do certame, para o qual a minuta já está praticamente concluída, e segue em anexo. O prazo de concessão, de até 20 anos, se deve a necessidade de avaliação dos investimentos

que o vencedor precisará fazer, além do aluguel que terá que pagar, motivos pelos quais é preciso prazo de concessão mais longo, sob pena de acudirem interessados.

Diante do exposto, e demonstrado o interesse público que motiva a concessão para qual se pede autorização desta Casa de Leis, solicitamos que o presente projeto de lei seja submetido a distinta apreciação de Vossas Excelências, conclamando a todos para a sua aprovação.

Rodeio, 25 de maio de 2021.

Atenciosamente,

VALCIR FERRARI
Prefeito de Rodeio/SC

Romelândia

PREFEITURA

PORTARIA 10448/2021

Publicação Nº 3131432

PORTARIA Nº 10448/2021

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUAREZ FURTADO, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS, a Servidora Pública Municipal, Sra VANIA MARA PANDOLFO DELLAZARI, cargo de carreira de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 02 de outubro de 2019 à 01 de outubro de 2020.

Art. 2º - O período de concessão será de 01 de julho de 2021 a 30 de julho de 2021.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia, 01 de julho de 2021.

Juarez Furtado

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA 10449/2021

Publicação Nº 3131437

PORTARIA Nº 10449/2021

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUAREZ FURTADO, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder FÉRIAS, a Servidora Pública Municipal, Sra ANGELICA TUANI SOZINHO, cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, referente ao período aquisitivo de 10 de janeiro de 2020 à 09 de janeiro de 2021.

Art. 2º - O período de concessão será de 01 de julho de 2021 a 30 de julho de 2021.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia, 01 de julho de 2021.

Juarez Furtado

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

PORTARIA Nº 10447 DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3131476

Município de Romelândia/SC

PORTARIA Nº 10447 DE 30 DE JUNHO DE 2021

Constitui e nomeia a Comissão Municipal responsável pelo processo de elaboração do Plano Municipal de Assistência Social de Romelândia/SC para o exercício de 2022 a 2025.

A Secretária Municipal de Assistência Social, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal, e a Portaria de nomeação Nº 10142 de 04 de janeiro de 2021.

CONSIDERANDO ser condição aos municípios para o repasse de recursos, a efetiva instituição do Plano Municipal de Assistência Social, conforme a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Art. 30;

CONSIDERANDO as orientações da Norma Operacional Básica – NOB/SUAS/2012, em seu capítulo III, que trata especificamente sobre o PMAS;

CONSIDERANDO o processo democrático e participativo, no qual deve ser elaborado o Plano Municipal de Assistência Social, por meio de reuniões com a equipe técnica da gestão municipal, representação do conselho municipal de assistência social, com usuários e trabalhadores;

Considerando que o Plano Municipal de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que organiza regula e norteia a execução da Política Municipal de Assistência Social na perspectiva do SUAS, com referência a PNAS, Plano Decenal (2016-2026), o qual deve ser elaborado a cada 4 anos;

Considerando que a elaboração do Plano é de responsabilidade do órgão gestor da Política que o submete à aprovação do Conselho de Assistência Social, reafirmando o princípio democrático e participativo;

RESOLVE

Art. 1º Instituir e nomear a Comissão responsável pela elaboração do Plano Municipal de Assistência Social - 2022 a 2025, conforme segue:

I - Gestor Municipal: Jurema Maria Isaias;

II - Técnico da Gestão: Daniela Fior Mamedes da Silva;

III - Representante da Proteção social Básica: Karine Zambiasi;

IV - Representante da Proteção Social Especial de média complexidade: Fabio F. Gava;

V-Representante do CMAS, governamental: Nilce Kohls e não-governamental: Lira Terezinha Hullen;

VI - outras representações: Sindicato dos Trabalhadores Rurais: Marcos Antonio Borghetti; Departamento de Cultura do município: Marlene Maria Scheibler.

Art. 2º A Comissão definirá um coordenador e um vice-coordenador entre os nomeados, os quais ficarão responsáveis pelo agendamento e registro das reuniões.

Coordenador: Jurema Maria Isaias e Vice-coordenador: Fabio F. Gava.

Art. 3º A Comissão definirá o Plano de Trabalho definindo o processo de elaboração do PMAS.

Art. 4º A Comissão terá o prazo de até 15/12, conforme pactuado na CIB, para finalizar a elaboração do Plano Municipal, agendando a Audiência Pública para sua socialização e apresentação a comunidade.

Art. 5º Após a finalização da elaboração do PMAS e aprovação pelo CMAS, a Comissão se extinguirá.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jurema Maria Isaias

Secretária Municipal de Assistência Social

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 80/2021

Publicação Nº 3131926

Estado de Santa Catarina
Prefeitura de Salto Veloso

DECRETO N.º 80/2021, DE 28 DE JUNHO DE 2021.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NEREU BORGHA, Prefeito de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.706/2020 de 07.12.2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 26.400,00 (Vinte e Seis Mil e Quatrocentos Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2014 – APOIO A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Modalidade de Aplicação: 3350.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 26.400,00

Fonte: 1300.0000

RED: 36

Art. 2º. O crédito adicional suplementar constante do art. 1º deste Decreto será aberto por conta da seguinte fonte de recurso:

Fonte Financiadora: SUPERÁVIT FINANCEIRO

Descrição da Fonte: 00.01.1100.00000 – RECURSOS ORDINARIOS

Superávit Financeiro: R\$ 26.400,00

Art. 3º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 28 de Junho de 2021.

NEREU BORGHA

Prefeito Municipal

Travessa das Flores, 58 • Salto Veloso – SC – 89.595-000 • Fone/Fax – 49 3536.0146 • CNPJ 82.827.353/0001-24 •

ERRATA - ATA Nº 02/2021 ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

Publicação Nº 3131918

Errata - ATA Nº 02/2021

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

ERRATA

Informamos que a "ATA Nº 02/2021 - ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO", foi publicada com erro na edição 3547, veiculada em 01 de julho de 2021, no Diário Oficial dos Municípios.

Sendo o Conteúdo Correto da Portaria conforme segue:

ATA Nº 02/2021

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

Aos vinte e dois dias do mês de junho de ano de dois mil e vinte um, às 17 horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Salto Veloso – SC, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Trânsito, designados pelo decreto nº 017/2021. Estiveram presente, João Paulo da Silva diretor do ORTSVEL, os conselheiros Ederson Antonio Barboza (Presidente), João Paulo Sauer (Vice-presidente), Amarildo Pedro Biscaro (Secretário), Marcos Fernando Ittchechen, Paulo Hoffelder, Paulo Cezar Ribeiro, Márcio Zanela (suplente de Cristiano Neris de Oliveira) e João Carneiro (suplente de Ramon Cesca). Não houve presença dos representantes da associação comercial, sem justificativa, e da associação dos motoristas, em razão de estar em viagem.

Inicialmente João Paulo da Silva apresentou três requerimentos de solicitação de vagas especiais de estacionamento, encaminhado por Ana Célia Biscaro, Cartório e Farmácia Central. Após análise e algumas contribuições ficou definido que a autorização ou não das vagas especiais pertinentes aos requerimentos e qualquer pedido futuro, estarão circunstanciadas ao estudo técnico, por empresa especializada, a qual está na eminência de ser contratada pela prefeitura, como meio de evitar a criação de vagas desnecessárias/excessivas, sem o devido estudo prévio, sendo esta a resposta que será encaminhada aos requerentes. Amarildo Biscaro comentou sobre a necessidade/possibilidade de se demarcar as vagas normais de estacionamento nos locais de maior fluxo de veículos, como meio de disciplinar a utilização das mesmas,

havendo concordância dos demais conselheiros.

João Paulo Sauer e Paulo Hoffelder informaram sobre o trâmite de contratação de empresa especializada para fazer o estudo técnico do trânsito nas principais vias urbanas, nesse primeiro momento. Sendo aprovado por unanimidade a contratação da empresa Arco Designer de Joaçaba, com valor pouco abaixo do mínimo de licitação. Paulo C. Ribeiro sugeriu que se consulte também a empresa Castran de Fraiburgo, se possível. João Paulo Sauer fará contato para ver se há algum interesse da empresa em apresentar orçamento.

Quanto ao levantamento das placas danificadas de sinalização da área urbana, João Paulo Sauer informou que estão sendo vistos os reparos nos pórticos/placas grandes em que pelos elevados custos, as mesmas serão recuperadas de forma gradativa, mas com certa brevidade.

Paulo Hoffelder, falando dos trabalhos de melhorias nas vias urbanas, aprovadas e informadas no encontro anterior, para o qual foi contratado o arquiteto Jean Ziero para agilizar os projetos técnicos, que os estudos estão praticamente concluídos. O Projeto de alargamento da Rua Egidio Cesca, trecho entre a Rua Saul Brandalise e Rua Carlos Gomes (SC 464) está pronto e terá custo de R\$ 125.788,38 (sendo um dos primeiros a ser executado). E ainda:

- Os projetos dos passeios (aproximadamente 4.500 metros) e sinalização de ruas do pacote aprovado, também está pronto, com custo total de R\$ 572.162,38;

- Faixas elevadas e lombadas também estão definidas, com custo de R\$ 90.000,00;

- Paulo e João Paulo informaram também sobre as melhorias no Sistema de Monitoramento por Câmeras modelo LPR (custo de R\$ 55.900,00), nas três entradas da cidade, com ajustes/reparos nas demais câmeras existentes e instalação de outras. Foi comentado sobre a necessidade de instalação de câmera na saída para Hercilópolis (no parque industrial), com posicionamento antes da entrada do CTG (para evitar desvio). Para isso será solicitado apoio de algumas empresas em que algumas já se posicionaram favoráveis em ajudar com os custos e inclusive com a melhoria dos equipamentos de monitoramento junto às Polícia Civil e Militar. Será oportuno fazer uma mobilização nesse sentido, como meio de angariar de forma efetiva tais contribuições. Conforme comentou Paulo Ribeiro, em reunião da ACISV houve manifestação de interesse de empresas prestarem tal auxílio na aquisição de equipamentos e nos custos de melhorias em determinados pontos do sistema de monitoramento.

- Foi comentado sobre a questão da caixa de brita/areia expandida na SC 464 (entrada da cidade), em razão do acidente com vítima (motorista do caminhão). Em relação a essa questão foram prestados certos esclarecimentos e repassado aos membros da Comissão de Trânsito, a ata do encontro organizado pelo DEL e Prefeitura, com o Deinfra e representações locais, na qual constam as deliberações/estratégias a serem implementadas para que essa importante obra de segurança no local possa ser efetivamente realizada.

Ainda em relação a essa questão foi comentado que seria oportuno, quando da vinda do Engenheiro do DEINFRA, para que se expresse a necessidade de uma faixa elevada nas proximidades da Lanchonete Portal (aprovada por todos da comissão), como meio de evitar que os veículos em geral e os caminhões desçam com velocidade excessiva. João Carneiro manifestou preocupação também, com a entrada da Rua Caçador (rua não oficial), logo após trevinho do Portal, onde houve muitos casos de caminhão de ração que acabam utilizando essa passagem, tendo inclusive faltado freio e causado danos em residências. Diante da complexa situação que envolve essa passagem em terreno de propriedade privada, fica difícil a solução sem que haja negociações inicialmente.

- Paulo Hoffelder concluiu dizendo que todas as melhorias urbanas que estão sendo providenciadas pela Prefeitura, as quais iniciam ainda este ano e serão concluídas até 2022, terão custo total de R\$ 864.495,61, sendo que irá entregar os projetos junto à Caixa Econômica Federal, para liberação do uso dos recursos.

Esgotado os assuntos da pauta, o Diretor do ORTSVEL agradeceu a disposição e presença de todos encerrou a reunião, cuja ata foi lavrada pelo secretário e segue assinada pelos presentes.

João Paulo da Silva Ederson Antonio Barboza
Diretor ORTSVEL / 2º Secretário Presidente

João Paulo Sauer Amarildo Pedro Biscaro
Vice-Presidente Secretário

Oseias Consorte Paulo Hoffelder
Membro do Conselho Membro do Conselho

Márcio Zanela Paulo Cezar Ribeiro
Membro do Conselho Membro do Conselho

João Carneiro
Membro do Conselho

Santa Cecília

PREFEITURA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 059/2021

Publicação Nº 3131550

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 65454673F03C981E6CA459E476C4A17B6D78B1BF
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 059/2021

Pelo presente instrumento de Termo Aditivo, que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.997.237/0001-41, com sede na Rua João Goetten Sobrinho, nº 555, Centro, na cidade de Santa Cecília-SC, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA, brasileira, fonoaudióloga, portadora da Carteira de Identidade nº 2.667.655 inscrita no CPF sob o nº 848.094.859-00, residente e domiciliada na Rua Alceu Allage, 140, Bairro Adolfo Correia da Silva, na cidade de Santa Cecília-SC, de ora em diante neste instrumento contratual simplesmente denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa CONSTRUTORA OESTE SUL EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.076.451/0001-04, com sede na Rua Machado de Assis, nº 275, Centro, na cidade de Palmitos-SC, neste ato por seu representante legal, Sr. ADAIR SOARES, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 3373169-3 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 907.866.299-91, com endereço profissional na Rua Machado de Assis, nº 275, Centro, na cidade de Palmitos-SC, de ora em diante simplesmente denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 059/2021, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

RESOLVEM firmar o presente TERMO ADITIVO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO TERMO ADITIVO – Fica prorrogado o prazo de entrega decorrente do Contrato Administrativo nº 059/2021, pelo período de 30 (trinta) dias, tendo em vista as justificativas apresentadas pela CONTRATADA e em observância ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DO TERMO ADITIVO – As demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 059/2021, não dispondo de forma contrária ao presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem as partes justas, entendidas, contratadas e de pleno acordo com as Cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento de Termo Aditivo, assinam o mesmo em 02 (duas) vias de igual conteúdo, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que dele possa gerar os jurídicos e legais efeitos.

Santa Cecília-SC, 01 de julho de 2021.

MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA CONSTRUTORA OESTE SUL EIRELI
Contratante Contratada

TESTEMUNHAS:

Santa Rosa de Lima

PREFEITURA

CHAMADA PUBLICA 01/2021

Publicação N° 3130976

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 26795FC86F9C9FF45DFA3AD6C44F08DB9C780064

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 30/2021

CHAMADA PUBLICA N° 01/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS, DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA.

Data, Horário e Local de Abertura: 03 de agosto de 2021, às 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 7:00 às 13:00 horas no Prédio Sede da Prefeitura Municipal. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3654-3000 ou pelo

e-mail licitacao@santarosadelima.sc.gov.br.

Santa Rosa de Lima, 01 de julho de 2021.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

ATA Nº 02 - CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS Nº 001/2021

Publicação Nº 3132302

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DO EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 002/2021

SEGUNDA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL PARA A REALIZAÇÃO DO SORTEIO DOS LEILOEIROS HABILITADOS NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 002/2021, QUE TEM POR OBJETIVO CREDENCIAMENTO E HABILITAÇÃO DE INTERESSADOS COM OBJETIVO DE PRESTAR SERVIÇOS DE LEILOEIRO, PARA ATUAR NAS LICITAÇÕES NA MODALIDADE LEILÃO OFICIAL, PROMOVIDAS PELO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL/SC.

Às treze horas e trinta minutos, do dia primeiro, do mês de julho do ano de dois mil e vinte um, na Sala de Licitações, no Prédio da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, na Rua Ferminio Pedro Raupp, 400, nesta cidade de Santa Rosa do Sul, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações do Município, para dar continuidade no processamento da Chamada Pública nº 02/2021. Não se encontrava presente nenhum dos leiloeiros participantes na sessão. O Presidente da Comissão de Licitação informou que foram classificados para a etapa de sorteio os seguintes leiloeiros: PAULO ALEXANDRE HEISLER, FÁBIO MARLON MACHADO, DIEGO WOLF, ULISSES DONIZETE RAMOS, MAGNUM LUIZ SERPA, GIANCARLO PETERLONGO LORENZINI MENEGOTTO, SIMONE WENNING, JOÃO PAULO SAMPAIO, RODOLFO MACARINI DE SOUZA, ALEX WILLIAN HOPPE, RODRIGO SCHMITZ, LUCIO UBIALLI, EDUARDO SCHMITZ, JULIO RAMOS, ANDERSON LUCHTENBERG, ROGER WENNING, MARCOS ROGERIO ARAUJO SAMOEL, MICHELE PACHECO DA ROSA SANDOR, OSMAR SERGIO COSTA, DIORGENES VALÉRIO JORGE, PAULO ROBERTO WORM, ARIDINA MARIA DO AMARAL, CESAR LUIS MORESCO e GIOVANO ÁVILA ALVES. Procedeu-se o sorteio com os nomes dos leiloeiros recortados em papel, dobrados, sorteados um a um, e transferidos para uma lista em ordem de classificação, conforme tabela abaixo:

CLASSIFICAÇÃO	LEILOEIRO (A)
1º	OSMAR SERGIO COSTA
2º	JULIO RAMOS
3º	CESAR LUIS MORESCO
4º	JOÃO PAULO SAMPAIO
5º	EDUARDO SCHMITZ
6º	ANDERSON LUCHTENBERG
7º	PAULO ROBERTO WORM
8º	DIORGENES VALERIO JORGE
9º	ROGER WENNING
10º	MICHELE PACHECO DA ROSA SANDOR
11º	MARCOS ROGERIO ARAUJO SAMOEL
12º	PAULO ALEXANDRE HEISLER
13º	FABIO MARLON MACHADO
14º	ARIDINA MARIA DO AMARAL
15º	DIEGO WOLF
16º	RODOLFO MACARINI DE SOUZA
17º	RODRIGO SCHMITZ
18º	ALEX WILLIAN HOPPE
19º	LUCIO UBIALLI
20º	GIOVANO AVILA ALVES
21º	ULISSES DONIZETE RAMOS
22º	MAGNUM LUIZ SERPA
23º	SIMONE WENNING
24º	GIANCARLO PETERLONGO LORENZINI MENEGOTTO

Vencida esta etapa do processo, a presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem. Santa Rosa do Sul/SC, 06 de maio de 2021.

JOELSON FARIAS PEREIRA	RENATO SOUZA DE MATOS	MONICA FARIAS DA SILVA	
Presidente da CPL	Membro	Membro	Membro TATIANE

LEI Nº 1189 DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130805

LEI Nº 1189 DE 30 DE JUNHO DE 2021.

Dá denominação a Rua que especifica e dá outras providências.

ALMIDES ROBERG SILVA DA ROSA, Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, SC, faz saber a todos habitantes do Município que o Plenário aprovou e, ele, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º A Rua que especifica, atual Rua "N", localizada no Loteamento Parque Rosita entre as quadras de nº 28 e 30, denominar-se-á doravante de "Doralina Rodrigues de Souza Cardoso".

Parágrafo único. A Rua mencionada neste artigo inicia no eixo da Avenida 4 de Janeiro, com declinação de 40º (quarenta graus) S/W (Sul/Oeste), e se estende até onde se prolongar futuramente.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm por conta de dotação própria do orçamento da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 30 de junho de 2021.

Almides Roberg Silva da Rosa
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Wilfried Hemmer
Diretor de Administração

LEI Nº 1190 DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130818

LEI Nº 1190 DE 30 DE JUNHO DE 2021.

Dá denominação a Rua que especifica e dá outras providências.

ALMIDES ROBERG SILVA DA ROSA, Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, SC, faz saber a todos habitantes do Município que o Plenário aprovou e, ele, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º A Rua que especifica, atual Rua "O", localizada no Loteamento Parque Rosita entre as quadras de nº 29 e 31, denominar-se-á doravante de "Carolina Santos da Silva".

Parágrafo único. A Rua mencionada neste artigo inicia no eixo da Avenida 4 de Janeiro, com declinação de 40º (quarenta graus) N/E (Norte/Leste), e se estende até a Rua Fermínio Pedro Raupp.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm por conta de dotação própria do orçamento da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 30 de junho de 2021.

Almides Roberg Silva da Rosa
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Wilfried Hemmer
Diretor de Administração

LEI Nº 1191 DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130824

LEI Nº 1191 DE 30 DE JUNHO DE 2021.

Dá denominação a Rua que especifica e dá outras providências.

ALMIDES ROBERG SILVA DA ROSA, Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, SC, faz saber a todos habitantes do Município que o Plenário aprovou e, ele, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º A Rua que especifica, atual Rua "P", localizada no Loteamento Parque Rosita entre as quadras de nº 32 e 34, denominar-se-á

doravante de "Valmor Gonçalves da Silva".

Parágrafo único. A Rua mencionada neste artigo inicia no eixo da Avenida 4 de Janeiro, com declinação de 40° (quarenta graus) S/W (Sul/Oeste), e se estende até onde se prolongar futuramente.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm por conta de dotação própria do orçamento da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 30 de junho de 2021.

Almides Roberg Silva da Rosa
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Wilfried Hemmer
Diretor de Administração

LEI Nº 1192 DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130829

LEI Nº 1192 DE 30 DE JUNHO DE 2021.

Dá denominação a Rua que especifica e dá outras providências.

ALMIDES ROBERG SILVA DA ROSA, Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, SC, faz saber a todos habitantes do Município que o Plenário aprovou e, ele, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º A Rua que especifica, atual Rua "P", localizada no Loteamento Parque Rosita entre as quadras de nº 33 e 31, denominar-se-á doravante de "Maria Frauzina da Silva".

Parágrafo único. A Rua mencionada neste artigo inicia no eixo da Avenida 4 de Janeiro, com declinação de 40° (quarenta graus) N/E (Norte/Leste), e se estende até a Rua Fermínio Pedro Raupp.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm por conta de dotação própria do orçamento da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 30 de junho de 2021.

Almides Roberg Silva da Rosa
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Wilfried Hemmer
Diretor de Administração

LEI Nº 1193 DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130834

LEI Nº 1193 DE 30 DE JUNHO DE 2021.

Dá denominação a Rua que especifica e dá outras providências.

ALMIDES ROBERG SILVA DA ROSA, Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, SC, faz saber a todos habitantes do Município que o Plenário aprovou e, ele, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º A Rua que especifica, atual Rua "Q", localizada no Loteamento Parque Rosita entre as quadras de nº 01, 03, 06 e 05, setor 04, denominar-se-á doravante de "Diego Ferreira Vieira".

Parágrafo único. A Rua mencionada neste artigo inicia no eixo da Avenida Jaguarari, com declinação de 50° (cinquenta graus) N/W (Norte/Oeste), e se estende até a Rua "C" no perímetro urbano desta cidade.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm por conta de dotação própria do orçamento da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 30 de junho de 2021.

Almides Roberg Silva da Rosa
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Wilfried Hemmer
Diretor de Administração

LEI Nº 1194 DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130842

LEI Nº 1194 DE 30 DE JUNHO DE 2021.

Dá denominação a Rua que especifica e dá outras providências.

ALMIDES ROBERG SILVA DA ROSA, Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, SC, faz saber a todos habitantes do Município que o Plenário aprovou e, ele, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º A Rua que especifica, atual Rua "B", localizada no Loteamento Parque Rosita entre as quadras de nº 03 e 06, setor 04, denominar-se-á doravante de "Aparício Abílio Abel".

Parágrafo único. A Rua mencionada neste artigo inicia no eixo da Avenida 4 de Janeiro, com declinação de 40º (quarenta graus) N/E (Norte/Leste), e se estende até a Rua "Q" no perímetro urbano desta cidade.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm por conta de dotação própria do orçamento da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 30 de junho de 2021.

Almides Roberg Silva da Rosa
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Wilfried Hemmer
Diretor de Administração

LEI Nº 1195 DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130845

LEI Nº 1195 DE 30 DE JUNHO DE 2021.

Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS-FUNDEB, em conformidade com o artigo 212-A da Constituição Federal, regulamentado na forma da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e da outra providência.

ALMIDES ROBERG SILVA DA ROSA, Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, SC, faz saber a todos habitantes do Município que o Plenário aprovou e, ele, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art.1º. Esta Lei dispõe sobre reestruturação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação no Município de Santa Rosa do Sul- CACS-FUNDEB, criado nos termos da Lei nº 703 de 09 de abril de 2007, em conformidade com o artigo 212-A da Constituição Federal, regulamentado na forma da Lei Federal nº 14.113, 25 de dezembro de 2020.

Art. 2º. O CACS-FUNDEB tem por finalidade proceder ao acompanhamento e ao controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo, com organização e ação independentes e em harmonia com os órgãos da Administração Pública Municipal, competindo-lhe:

- I - elaborar parecer sobre as prestações de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 31 da Lei Federal nº 14.113, de 2020;
- II - supervisionar o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, objetivando concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do Fundo;
- III - acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar- PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos - PEJA;
- IV- acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta dos programas nacionais do governo federal em andamento no Município;
- V - receber e analisar as prestações de contas referentes aos programas referidos nos incisos III e IV do "caput" deste artigo, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE;

VI - examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;

VII – criar ou atualizar o regimento interno, observado o disposto nesta lei.

Art. 3º. O CACS-FUNDEB poderá, sempre que julgar conveniente:

I - apresentar, ao Poder Legislativo e aos órgãos de controle interno e externo, manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, dando ampla transparência ao documento em sítio da internet;

II - convocar, por decisão da maioria de seus membros, o Secretário Municipal de Educação ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e da execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a 30 (trinta) dias;

III - requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos, com prazo para fornecimento não superior a 20 (vinte) dias, referentes à:

a) Licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e de serviços custeados com recursos do Fundo;

b) Folhas de pagamento dos profissionais da educação, com a discriminação dos servidores em efetivo exercício na educação básica e a indicação do o respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que se encontrarem vinculados;

c) Convênios/parcerias com as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos;

d) Outras informações necessárias ao desempenho de suas funções;

IV - realizar visitas para verificar, "in loco", entre outras questões pertinentes:

a) O desenvolvimento regular de obras e serviços realizados pelas instituições escolares com recursos do Fundo;

b) A adequação do serviço de transporte escolar;

c) A utilização, em benefício do sistema de ensino, de bens adquiridos com recursos do Fundo para esse fim.

Art. 4º. A fiscalização e o controle do cumprimento do disposto no art. 212-A da Constituição Federal e nesta lei, especialmente em relação à aplicação da totalidade dos recursos do Fundo, serão exercidos pelo CACS-FUNDEB.

Art. 5º. O CACS-FUNDEB deverá elaborar e apresentar ao Poder Executivo parecer referente à prestação de contas dos recursos do Fundo.

Parágrafo único. O parecer deve ser apresentado ao Poder Público Municipal em até 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo de apresentação da prestação de contas pelo Poder Executivo ao Tribunal de Contas do Estado.

Art. 6º. O CACS-FUNDEB será constituído por:

I - membros titulares, na seguinte conformidade:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo, sendo pelo menos 1 (um) deles da Secretaria Municipal de Educação;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública do Município;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas do Município;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas do Município;

e) 2 (dois) representantes dos pais/responsáveis de alunos da educação básica pública do Município;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública do Município, devendo 1 (um) deles ser indicado pela entidade de estudantes secundaristas;

g) 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação- CME;

h) 1 (um) representante do Conselho Tutelar, previsto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente-, indicado por seus pares;

i) 2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil;

II - membros suplentes: para cada membro titular, será nomeado um suplente, representante da mesma categoria ou segmento social com assento no Conselho, que substituirá o titular em seus impedimentos temporários, provisórios e em seus afastamentos definitivos, ocorridos antes do fim do mandato.

§ 1º Os conselheiros de que trata os incisos I e II deste artigo deverão guardar vínculo formal com os segmentos que representam, devendo esta condição constituir-se como pré-requisito à participação no processo eletivo do Presidente;

§ 2º Para fins da representação referida na alínea "i" do inciso I do "caput" deste artigo, as organizações da sociedade civil deverão atender as seguintes condições:

I - ser pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

II - desenvolver atividades direcionadas ao Município de Santa Rosa do Sul;

III - estar em funcionamento há, no mínimo, 1 (um) ano da data de publicação do edital;

IV- desenvolver atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos;

V - não figurar como beneficiária de recursos fiscalizados pelo CACS-FUNDEB ou como contratada pela Administração a título oneroso.

§ 3º Na hipótese de inexistência de estudantes emancipados, no caso da alínea "f" do inciso I do "caput" deste artigo, a representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do conselho, com direito a voz.

Art. 7º. Ficam impedidos de integrar o CACS-FUNDEB:

I - o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais, bem como seus cônjuges e parentes consangüíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - o tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou ao controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consangüíneos ou afins desses profissionais, até o terceiro grau;

III - estudantes que não sejam emancipados;

IV - responsáveis por alunos ou representantes da sociedade civil que:

a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo;

b) prestem serviços terceirizados no âmbito do Poder Executivo.

Art. 8º. O suplente substituirá o titular do Conselho do FUNDEB nos casos de afastamentos temporários ou eventuais deste, e assumirá sua vaga temporariamente (até que seja nomeado outro titular) nas hipóteses de afastamento definitivo decorrente de:

I – desligamento por motivos particulares;

II – rompimento do vínculo de que trata o § 1º do art. 6º; e

III – situação de impedimento previsto no art. 7º, incorrida pelo titular no decorrer de seu mandato.

Parágrafo único. Na hipótese em que o conselheiro titular e/ou suplente incorrerem na situação de afastamento definitivo descrito acima, a instituição ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novos representantes para o Conselho do FUNDEB.

Art. 9º. Compete ao Poder Executivo designar, por meio de portaria específica, os integrantes dos CACS-FUNDEB, no prazo de 20 dias antes do fim de seus mandatos da seguinte forma:

I- nos casos das representantes do Poder Público Municipal e das entidades de classes organizadas, pelos seus dirigentes;

II - nos casos dos representantes dos diretores, pais de alunos e estudantes, pelo conjunto dos estabelecimentos ou entidades de âmbito municipal, conforme o caso, em processo eletivo organizado para esse fim, pelos respectivos pares;

III - nos casos de representantes de professores e servidores, pelas entidades sindicais da respectiva categoria;

IV - nos casos de organizações da sociedade civil, em processo eletivo dotado de ampla publicidade, pela Secretaria de Educação, vedada a participação de entidades que figurem como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo conselho ou como contratadas da Administração da localidade a título oneroso.

Art. 10. O Presidente e o Vice-Presidente do CACS-FUNDEB serão eleitos por seus pares em reunião do colegiado, nos termos previstos no seu regimento interno.

§1º Ficam impedidos de ocupar as funções de Presidente e de Vice-Presidente qualquer representante do Poder Executivo no colegiado.

§2º Na hipótese em que o membro que ocupa a função de Presidente do Conselho do FUNDEB incorrer na situação de afastamento definitivo previsto no art. 8º, a Presidência será ocupada pelo Vice-Presidente.

Art. 11. A atuação dos membros do CACS-FUNDEB:

I - não será remunerada;

II - será considerada atividade de relevante interesse social;

III - assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;

IV - será considerado dia de efetivo exercício dos representantes de professores, diretores e servidores das escolas públicas em atividade no Conselho;

V - veda, no caso dos conselheiros representantes de professores, diretores ou servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) a exoneração de ofício, demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) o afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado;

VI - veda, no caso dos conselheiros representantes dos estudantes em atividade no Conselho, no curso do mandato, a atribuição de falta injustificada nas atividades escolares, sendo-lhes assegurados os direitos pedagógicos.

Art.12. O primeiro mandato dos Conselheiros do CACS-FUNDEB, nomeados nos termos desta lei terá vigência até 31 de dezembro de 2022.

Parágrafo único. Caberá aos atuais membros do CACS-FUNDEB exercer as funções acompanhamento e de controle previstas na legislação até a assunção dos novos membros do colegiado nomeados nos termos desta lei.

Art. 13. A partir de 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do Prefeito, o mandato dos membros do CACS-FUNDEB será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato.

§1º A indicação para os mandatos posteriores ao primeiro, deverá ocorrer em até vinte dias antes do término do mandato vigente, para a nomeação dos conselheiros que atuarão no mandato seguinte.

§2º Durante o prazo previsto no § 1º deste artigo e antes da posse, os representantes dos segmentos indicados para o mandato subsequente do Conselho deverão se reunir com os membros do Conselho do FUNDEB, cujo mandato está se encerrando, para transferência de documentos e informações de interesse do Conselho.

Art. 14. As reuniões do CACS-FUNDEB serão realizadas:

I - na periodicidade definida pelo regimento interno, respeitada a frequência mínima trimestral, para as reuniões ordinárias;

II - extraordinariamente, quando convocadas pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito de no mínimo, 2/3 (dois terços) dos integrantes do colegiado.

§ 1º As reuniões serão realizadas em primeira convocação, com a maioria simples dos membros do CACS-FUNDEB ou, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com os membros presentes.

§ 2º As deliberações serão aprovadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos em que o julgamento depender de desempate.

Art. 15. O sítio na internet contendo informações atualizadas sobre a composição e o funcionamento do CACS-FUNDEB terá continuidade com a inclusão:

I - dos nomes dos Conselheiros e das entidades ou segmentos que representam;

II - do correio eletrônico ou outro canal de contato direto com o Conselho;

III - das atas de reuniões;

IV - dos relatórios e pareceres;

V - outros documentos produzidos pelo Conselho.

Art. 16. Caberá ao Poder Executivo, com vistas à execução plena das competências do CACS- FUNDEB, assegurar:

I - infraestrutura, condições materiais e equipamentos adequados e local para realização de suas competências;

II- oferecer ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos a sua criação e composição.

Art. 17. O regimento interno do CACS-FUNDEB deverá ser criado ou atualizado e aprovado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a posse dos Conselheiros.

Art. 18. O conselho atuará com autonomia, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo local.

Art. 19. Os casos omissos na presente Lei obedecerão às disposições da Lei nº. 14.113/2020.

Art. 20. Fica revogada a Lei nº 703 de 09 de Abril de 2007.

Art. 21. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de Abril de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal, 30 de junho de 2021.

Almides Roberg Silva da Rosa
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Wilfried Hemmer
Diretor de Administração

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO 132/2021

Publicação Nº 3131820

DECRETO Nº 132/2021, DE 01 JULHO DE 2021

FIXA JORNADA DE TRABALHO EM TURNO ÚNICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCIA DETOFOL, Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso III, da Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes;

DECRETA

Art. 1º. Fica fixada a jornada de trabalho dos servidores públicos municipais, em turno único, no horário das 12h às 18h, para os servidores da Secretaria de Infraestrutura e operadores de máquinas da Secretaria de Agricultura.

Parágrafo Único: O turno único não se aplica para as demais Secretarias, cujo horário de atendimento será mantido em dois turnos, das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir do dia 05 de julho de 2021, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso/SC, 01 de julho de 2021.

MARCIA DETOFOL
Prefeita Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO 133/2021

Publicação Nº 3131851

DECRETO Nº133/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº12 e 27 de janeiro de 2010.

DECRETA

Art.1º. Fica nomeada no cargo de provimento em comissão, a seguinte servidora pública municipal:

NOME: LIDIA MAKOSKI DA SILVA

CARGO: CHEFE DE DIVISÃO

NÍVEL: CC-05

CODIGO: 1029

LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 01 de julho de 2021.

MARCIA DETOFOL
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EXTRATO DE CONTRATO 37/2021

Publicação Nº 3131472

Estado de Santa Catarina	
Município de Santa Terezinha do Progresso- SC	
EXTRATO DE CONTRATO	
CONTRATO nº	37/2021
Contratado	GAMBATTO VEICULOS SÃO MIGUEL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 79.294.419/0001-53, com sede administrativa na Rua Waldemar Rangrab, n. 1254, Bairro Jardim Peperi, na cidade de São Miguel do Oeste/SC, CEP: 89900-000, neste ato representado pelo sócio administrador Sr. LUIZ CARLOS CAPELI, brasileiro, casado, portador do CPF: 593.652.779-49, RG: 2.034.305, residente e domiciliado na Rua Independência, nº 130, Centro, Maravilha/SC, CEP: 89874-000
Objeto	AQUISIÇÃO DE UM VEICULO NOVO ZERO KM, PARA USO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DA PREFEITA DO MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO. .
Fundamento Legal	Lei 8.666/93 e alterações posteriores
Vigência do Contrato	O presente Contrato terá a vigência da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2021.
Valor	R\$ 93.000,00 (noventa e três mil reais').
Assinatura: MARCIA DETOFOL Prefeita Municipal do município de Santa Terezinha do Progresso - SC e GAMBATTO VEICULOS SÃO MIGUEL LTDA pela contratada.	
Santa Terezinha do Progresso/SC, 01 de julho de 2021.	
MARCIA DETOFOL PREFEITA MUNICIPAL.	

Santo Amaro da Imperatriz

PREFEITURA

EDITAL 15-2021- PROC SELETIVO

Publicação Nº 3131360

EDITAL Nº 15/2021 CHAMADA PÚBLICA PARA PROFESSOR ACT - SELEÇÃO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

RICARDO LAURO DA COSTA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente edital, que realizará CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR ACT – Seleção por Nível de Escolaridade, para Admissão em Caráter Temporário:

Considerando que, a municipalidade através do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2021 REALIZOU PROCESSO SELETIVO em janeiro do corrente ano, visando o preenchimento de vaga de caráter temporário no ano de 2021;

Considerando que, os professores de Educação Especial – Segundo professor de turma e da disciplina de Ensino Religioso foram convocados pelos Atos 10 e 12 e também por telefone, conforme Art. 12.4.8 do Edital 01/2021;

Considerando que o Artigo 12.4.10. estabelece que após o encerramento da listagem de professores classificados e aprovados (por disciplina) no Processo Seletivo 01/2021, e havendo vagas remanescentes, a Secretaria Municipal de Educação poderá contratar professores, com intuito de complementar o quadro de vagas do Magistério Público Municipal, mediante Chamada Pública, que será normatizada por edital próprio.

Considerando finalmente, que para professor de Educação Especial – Segundo professor de turma e da disciplina de Ensino Religioso entre os convocados não há mais candidatos aptos, tanto os habilitados como não habilitados, pelos motivos de abdicação, ausência e desistência para as respectivas vagas;

TORNA PÚBLICO aos interessados, respeitando os princípios Constitucionais, em especial o da Impessoalidade, Publicidade, Eficiência e Legalidade.

RESOLVE:

Art. 1º. A Secretaria Municipal de Educação procederá a Chamada Pública, para o cargo de Professor quando esgotadas as possibilidades de convocação de candidatos aptos a assumirem as vagas e quando não existirem classificados no Processo Seletivo 01/2021.

Art. 2º. Mediante Chamada Pública, a Secretaria Municipal de Educação contratará professores, com intuito de complementar o quadro de professores do Magistério Público Municipal para vagas de Professor de Educação Especial - Segundo professor de turma e da disciplina de Ensino Religioso, conforme Anexo I.

Art. 3º. A Chamada Pública será para convocação de profissionais de educação que tiverem interesse em assumir vaga disponível, dentro de suas habilitações, respeitando todos os critérios e pré-requisitos previstos no Edital 01/2021.

Art. 4º. A Secretaria Municipal de Educação divulgará o quadro de vagas no site da Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz <http://www.santoamaro.sc.gov.br/> e no Diário Oficial dos Municípios e a inscrição e escolha de vagas ocorrerá na data, horários e local especificados no Anexo I deste edital.

Art. 5º. Os interessados deverão dirigir-se a Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Santana, nº 5.037, Centro, Santo Amaro da Imperatriz, nas datas e horários indicados no Anexo I, obrigatoriamente munidos dos seguintes documentos pessoais, com cópias:

- I - RG;
- II - CPF;
- III - Certificado de conclusão de curso de graduação, com a referida habilitação (quando houver);
- IV - Certificado de Pós-graduação (quando houver);
- V - Atestado de frequência em curso de graduação (quando houver);
- VI - Certificados de horas de aperfeiçoamento na área de atuação (cursos de capacitação realizados nos anos de 2018 a 2020);

Art. 6º. Não será permitida inscrição por procuração.

Art. 7º - Havendo dois ou mais candidatos para as vagas, serão obedecidos os seguintes critérios:

- 1 - Professor habilitado;
- 2 - Professor não habilitado.

Art. 8º. Havendo dois ou mais professores habilitados, será dada a preferência ao que tiver:

- 1 - Maior titulação;
- 2 - Maior número de horas de aperfeiçoamento na área de atuação;
- 3 - Maior idade.

Art. 9º. Havendo dois ou mais professores não habilitados, será dada a preferência ao que tiver:

- 1- Maior número de horas de aperfeiçoamento na área de atuação;
- 2- Maior idade.

Art. 10. O presente edital terá validade para chamamento de vagas conforme anexo I.

Art. 11. Este edital entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Santo Amaro da Imperatriz, 02 de julho de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO I

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES, em suas atribuições legais, CONVOCA os candidatos interessados nas VAGAS ABAI-XO relacionadas, para comparecerem a CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR ACT (Seleção por Nível de Escolaridade), que acontecerá no dia 05 de julho de 2021, na Secretaria Municipal de Educação (que se encontra localizada na Rua Santana, nº 5.037, Centro, Santo Amaro da Imperatriz) para inscrição e escolha de vaga, conforme horários abaixo:

- Professor de Educação Especial – Segundo professor de turma: 05 de julho de 2021, às 8h30m:

UNIDADE ESCOLAR/LOCAL	TURMA/DISCIPLINA	TURNOS			C.H	TIPO DE VAGA	PERÍODO
		M	V	N			
EBM Profª Lourdes Garcia	Segundo Professor – 4º ano	X			30	Excedente	06/07 a 16/12

- Professor da disciplina de Ensino Religioso: 05 de julho de 2021, às 09h30m:

UNIDADE ESCOLAR/LOCAL	TURMA/DISCIPLINA	TURNOS			C.H	TIPO DE VAGA	PERÍODO
		M	V	N			
EBM Judite A. Schurhaus	Ensino Religioso	X	X		20	Vinculada	06/07 a 21/07

Lembramos que os candidatos precisam estar cientes e de acordo com o que dispõem os Editais nº 01/2021 e 15/2021.

Santo Amaro da Imperatriz, 02 de julho de 2021.

Sônia Maria de Macedo
Secretária de Educação e Esportes

EDITAL DE PREGÃO Nº 23/2021

Publicação Nº 3131459

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 792779F8A82661E9680A6A471210A6CFF3D3AA0D

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2021
Tipo: Menor Preço Por Lote

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para execução dos serviços de limpeza de sarjeta e meio fio, roçada mecanizada costal e poda de árvore, para atender às necessidades do município de Santo Amaro da Imperatriz. Entrega e Abertura dos Envelopes: 14:00 h do dia 19 de julho de 2021.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Praça Gov. Ivo Silveira, 306, Santo Amaro da Imperatriz, nos dias úteis de segunda-feira à sexta-feira, das 12h:00min às 18h00min, ou pelo site www.santoamaro.sc.gov.br

Santo Amaro da Imperatriz, em 01 de julho de 2021.

Ricardo Lauro da Costa
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 84-2021 -ALUGUEL POLICLINICA

Publicação Nº 3131923

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AF43AE432604F3E19CDFFC741EF431F2D1E8111A



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – Cep 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-4300

CONTRATO Nº 84, DE 01 DE JULHO DE 2021.**LOCAÇÃO DE IMÓVEL
- Policlínica -****1. Clausula Primeira: Das Partes**

a) O **Município de Santo Amaro da Imperatriz**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 82.892.324/0001-46, com endereço à Praça Governador Ivo Silveira, n.º 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz - SC, neste ato representado por sua gestora, Jaqueline Kraus, portador do RG n.º 50519522-SSP/SC e inscrita no CPF/MF sob o n.º 061.935.299-00, doravante denominado **LOCATÁRIO**,

b) na qualidade de **LOCADOR**, o Sr. Vilmar José de Souza, brasileiro, casado, cadastrado no CPF/MF sob o nº 155.592.039-04, residente e domiciliado na Rua Celestino José Duarte, Centro, Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu procurador a empresa Sorria Imóveis Ltda, pessoa jurídica, de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.941.160/000184, estabelecida à Rua Nelson Martins, 220, Centro, Palhoça - SC, por seu representante legal senhor João Paulo Broering Filho, brasileiro, casado, corretor de imóveis inscrito no CPF nº 591.908.179-15, residente e domiciliado a Pedro Bunn, 821, na cidade de São José-SC, têm justo e contratado o seguinte:

Cláusula Segunda – Do Prazo

O prazo a que se refere à **cláusula** segunda do contrato nº 57/2020 fica prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2021.

Cláusula Terceira – Do Reajuste

Conforme Cláusula Terceira, Parágrafo Primeiro do contrato 57/2020, fica reajustado em 8,90% (índice INPC).

Cláusula Quarta - Das demais cláusulas

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e disposições nelas contidas.

Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente aditivo de contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Santo Amaro da Imperatriz, em 01 de julho de 2021.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Jaqueline Kraus
Locatário

VILMAR JOSÉ DE SOUZA
P/P Sorria Imóveis Ltda
Locador

Testemunha:
CPF nº

Testemunha:
CPF nº

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE HABILITAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA Nº 23/2021 FMS

Publicação Nº 3132366

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AAE91249D521E29E82A05DA4D7064BF925448F0B

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL
AVISO DE HABILITAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA Nº 23/2021

A Secretaria Municipal de Saúde, torna público a habilitação do EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 023/2021, tendo como objeto: HABILITAR PESSOAS JURÍDICAS, COM OU SEM FINS LUCRATIVOS, PARA A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DO GRUPO:02 - PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA / SUB-GRUPO:04 - DIAGNÓSTICO POR RADIOLOGIA / FORMA DE ORGANIZAÇÃO:03 - EXAMES RADIOLÓGICOS DO TORAX E MEDIASTINO, PARA OS CÓDIGOS: 02.04.03.018-8 - MAMOGRAFIA BILATERAL PARA RASTREAMENTO E 02.04.03.003-0 - MAMOGRAFIA (UNILATERAL), ACOMPANHADOS DE IMAGENS E LAUDOS, A SER REALIZADO EM REGIME DENOMINADO MUTIRÃO, AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) RESIDENTES EM SÃO BENTO DO SUL, PARA O FORTALECIMENTO DO ACESSO ÀS AÇÕES INTEGRADAS PARA RASTREAMENTO, DETECÇÃO PRECOCE E CONTROLE DO CÂNCER NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. A empresa: MDI – MULTI IMAGEM DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA foi declarada habilitada NO PROCESSO. Conforme edital, os interessados tem o prazo de 02(dois) dias úteis para interpor recurso.

São Bento do Sul, 01 de JULHO de 2021.

CARMEN REGINA BINOTTO
Secretária Municipal de Saúde

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2021 - FMS

Publicação Nº 3131460

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 98BAB8BA27D2A771CEF6E4580F76558EFB5499D3

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2021 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde torna público a homologação do EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2021, tendo como objeto: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA DE SUPORTE BÁSICO TIPO "B", SEM MOTORISTA E SEM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, PELO PERÍODO DE 5(CINCO) MESES, para a empresa: Criativa Terceirização de Serviços Eireli EPP, totalizando R\$ 160.000,00. Para mais informações, acesse: saobentodosul.atende.net

São Bento do Sul, 01 de julho de 2021.

CARMEN REGINA BINOTTO
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/2021

Publicação Nº 3131538

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 50D3F4BBAF401E652B4C5BD8FAFECCFD33BD19CF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/2021

A Secretaria de Educação, torna público a homologação do EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/2021, tendo como objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA E RECUPERAÇÃO DAS QUADRAS POLIESPORTIVAS DAS UNIDADES ESCOLARES, CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO, para a empresa: CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA EPP, totalizando R\$ 558.836,01, vencedora do Lote 1. Para mais informações, acesse: saobentodosul.atende.net

São Bento do Sul, 01 de julho de 2021.

JOSIAS TERRES
Secretário de Educação

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 123/2021

Publicação Nº 3131570

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 123/2021

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9E32C4AA37695FB33CEFA1FDEF20042B3DB08F56

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA DIVERSAS SECRETARIAS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 14/07/2021

Início da sessão: dia 14/07/2021, às 09h00min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e saobentodosul.atende.net. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00min às 16h00min ou através do telefone (47)3631-6199.

São Bento do Sul, 16 de Junho de 2021.

HERACLIO STEINBACH
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

JAIRSON SABINO
SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

ANDREA MARISTELA BAUER TAMANINE
SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

ADRIANO DOMINGOS STENZOSKI
PROCURADOR

MARCOS RODRIGO SCHUHMACHER
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

VILMAR KRAVEC
SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CARMEN REGINA BINOTTO
PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ADEMIR WEISS
DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL

JOSÉ DORIVAL DUMS
CHEFE DE GABINETE

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

GILMAR LUIS POLLUM
SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANTONIO JAURI DA COSTA
DIRETOR PRESIDENTE DA FMD

JOSIAS TERRES
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

LEILA MARA DE OLIVEIRA JELLER
PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 135/2021

Publicação Nº 3131115

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 135/2021

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9AF355220543031727AA967264863CBE10DDD645

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MATERIAIS DIVERSOS PARA CAMINHÕES, MÁQUINAS E VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Forma do Pregão: ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE

Recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 15/07/2021

Início da sessão: dia 15/07/2021, às 09h00min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.saobentodosul.atende.net.
c/HYPERLINK "http://www.portaldecompraspublicas.com.br/"om.br e saobentodosul.HYPERLINK "http://www.saobentodosul.atende.net/"atende.net
Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00min às 16h00min ou através do telefone (47)3631-6170.

São Bento do Sul, 02 de julho de 2021.

THAMARA RESENDE FERRAZ
Pregoeira Municipal

JAIRSON SABINO
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

DECRETO Nº 522/2021

Publicação Nº 3131554

DECRETO Nº 0522, DE 1º DE JULHO DE 2021.
CONCEDE APOSENTADORIA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o artigo 36, inciso II da Emenda Constitucional nº 103/2019 e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 1º de julho de 2021, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada ZENILDA STIEGLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Berçário, Grupo Ocupacional em extinção, Nível I, Classe H, matrícula nº 14570, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas nos autos do procedimento administrativo nº 6855/2021, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2021.
São Bento do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

DECRETO Nº 523/2021

Publicação Nº 3131560

DECRETO Nº 0523, DE 1º DE JULHO DE 2021.
CONCEDE APOSENTADORIA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o artigo 36, inciso II da Emenda Constitucional nº 103/2019 e art. 65, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 1º de julho de 2021, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada LINDACIR DROSCZAKA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, Grupo Ocupacional 03 – Em extinção, Nível II, Classe F, matrícula nº 31621, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas nos autos do procedimento administrativo nº 10334/2021, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2021.
São Bento do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

DECRETO Nº 524/2021

Publicação Nº 3131564

DECRETO Nº 0524, DE 1º DE JULHO DE 2021.
CONCEDE APOSENTADORIA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal/88, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c art. 10, §7º da Emenda Constitucional nº 103/2019 e art. 35, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 1º de julho de 2021, aposentadoria voluntária por idade, proporcional ao tempo de contribuição à segurada REGINA MARIA DE SENA SANTANA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Finais, Nível I, Classe E, matrícula nº 34543, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no procedimento administrativo nº 8740/2021, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2021.
São Bento do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

DECRETO N° 525/2021

Publicação N° 3131568

DECRETO N° 0525, DE 1° DE JULHO DE 2021.
CONCEDE APOSENTADORIA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, §1º, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal/88, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c art. 10, §7º da Emenda Constitucional nº 103/2019 e art. 34, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 1º de julho de 2021, aposentadoria por idade e tempo de contribuição à segurada INÊS SCHIPIETZ STAL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, Grupo Ocupacional Assistência Educacional, Nível I, Classe D, matrícula nº 36340, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no procedimento administrativo nº 8729/2021, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2021.
São Bento do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

DECRETO N° 526/2021

Publicação N° 3131572

DECRETO N° 0526, DE 1° DE JULHO DE 2021.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º da Lei nº 4.320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização do Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal nº 4.330/2020 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no orçamento vigente da Fundação Cultural de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 18 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Unidade: 002 - Fundo Municipal de Incentivo à Cultura

Atividade: 2076 - Manutenção do Fundo Municipal da Cultura

3350410000 - Contribuições (01000100) R\$ 100.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 18 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Unidade: 002 - Fundo Municipal de Incentivo à Cultura

Atividade: 2076 - Manutenção do Fundo Municipal da Cultura

3390310000 - Premiações cult., art., cient., esportivas e outras (01000100) R\$ 100.000,00

Art. 3º. Este entrará em vigor na data de sua publicação.
São Bento do Sul, 1º de julho de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

ADEMIR WEISS
Diretor Presidente Fundação Cultural

DECRETO N° 527/2021

Publicação N° 3131580

DECRETO N° 0527, DE 1º DE JULHO DE 2021.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º da Lei nº 4.320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização do Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal nº 4.330/2020 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 297.300,00 (duzentos e noventa e sete mil e trezentos reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 001 - Gabinete do Prefeito

Atividade: 2002 - Gestão do Gabinete do Prefeito

3390460000 - Auxílio-alimentação (01000100) R\$ 1.300,00

3191130000 - Obrigações patronais (01000100) R\$ 17.600,00

3190940000 - Indenizações e restituições trabalhista (01000100) R\$ 9.200,00

Unidade: 003 - Defesa Civil

Atividade: 2003 - Departamento da Defesa Civil

3390390000 - Outros serviços terceiros - PJ (01000100) R\$ 3.000,00

3390300000 - Material de consumo (01000100) R\$ 7.000,00

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Administração

Unidade: 001 - Administração Geral

Atividade: 2008 - Gestão da Secretaria Municipal de Administração

3191130000 - Obrigações patronais (01000100) R\$ 1.000,00

3190940000 - Indenizações e restituições trabalhista (01000100) R\$ 54.100,00

3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil (01000100) R\$ 92.100,00

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 001 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2029 - Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

3190940000 - Indenizações e restituições trabalhista (01000100) R\$ 20.000,00

3190160000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil (01000100) R\$ 92.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Suplementares abertos, serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 001 - Gabinete do Prefeito

Atividade: 2002 - Gestão do Gabinete do Prefeito

3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil (01000100) R\$ 28.100,00

Unidade: 003 - Defesa Civil

Atividade: 2003 - Departamento da Defesa Civil

3390320000 - Material de distribuição gratuita (01000100) R\$ 10.000,00

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Administração

Unidade: 001 - Administração Geral

Atividade: 2008 - Gestão da Secretaria Municipal de Administração

3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil (01000100) R\$ 147.200,00

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 001 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2029 - Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil (01000100) R\$ 112.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 1 de julho de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

MARCOS RODRIGO SCHUHMACHER
Secretário Municipal de Finanças

EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2021 - F.M.D

Publicação Nº 3132351

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2021 - F.M.D.

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CE2A7714054F8EA9833381F1A11C87D751078DBF

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de Serviços de Fornecimento de Gás Natural canalizado, que faz-se necessário para aquecer a Água da Piscina e dos chuveiros a Gás da Piscina Pública Municipal do Município de São Bento do Sul, no período de Julho a Dezembro de 2021.

CONTRATADO: COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA

VALOR: R\$ 119.999,96 (cento e dezenove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos) - Valor Total.

SÃO BENTO DO SUL, 01 DE JULHO DE 2021.

ANTONIO JAURI DA COSTA
DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 095/2021

Publicação Nº 3131185

EXTRATO DO CONTRATO Nº 095/2021

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BAUER ENGENHARIA EIRELI.

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para elaboração e/ou revisão de estudos, projetos básicos e projetos executivos complementares, tendo como base o pré-projeto existente, para implantação e pavimentação do Contorno Norte no município de São Bento do Sul - SC, conforme Termo de Referência em anexo ao Edital de Pregão Eletrônico nº 106/2021, o qual fica fazendo parte integrante deste Contrato como se aqui estivesse integral e expressamente transcrito.

DO VALOR: R\$ 69.700,00 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 18 (dezoito) meses a contar de 18.06.2021.

São Bento do Sul, 18 de junho de 2021.

ASS: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

BAUER ENGENHARIA EIRELI, como Contratada.

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 120/2021

Publicação Nº 3131347

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5BA986DE6BDA9C25D3CBCBD9E1899FFC5E32FEB9

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 120/2021

A Secretaria de Obras e Serviços Urbanos torna público a homologação do EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 120/2021, tendo como objeto: AQUISIÇÃO DE UMA CENTRAL TELEFÔNICA PABX PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, para a Empresa COMPASS SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA, totalizando em R\$ 4.000,00, vencedora do item 1. Para mais informações, acesse: saobentodosul.atende.net

São Bento do Sul, 02 de julho de 2021

JAIRSON SABINO
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

JUSTIFICATIVA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2021 – F.M.D

Publicação Nº 3132353

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CE2A7714054F8EA9833381F1A11C87D751078DBF

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com Dispensa de Licitação.

I – Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL CANALIZADO, QUE FAZ-SE NECESSÁRIO, PARA AQUECER A ÁGUA DA PISCINA E DOS CHUVEIROS A GÁS DA PISCINA PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, NO PERÍODO DE JULHO A DEZEMBRO DE 2021.

II – Contratada: COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA – SC GÁS

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa de Licitação: A Dispensa de Licitação para o Fornecimento de Gás Natural Canalizado se funda no inciso XXII do art. 24, da Lei 8.666/93, e se justifica, pois a empresa contratada é Concessionária dos Serviços Públicos Locais de Gás Canalizado, com exclusividade de distribuição pelo prazo de 50 (cinquenta) anos, conforme Lei nº 8.999, de 19 de fevereiro de 1993, sendo, portanto, inviável a competição. A prestação de serviços para o fornecimento de Gás Natural Canalizado faz-se necessário, para aquecer a água da Piscina e dos chuveiros a gás da Piscina Pública Municipal da Fundação Municipal de Desportos do Município de São Bento do Sul.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Companhia de Gás de Santa Catarina – SC Gás é Concessionária dos Serviços Públicos Locais de Gás Canalizado, com exclusividade de distribuição pelo prazo de 50 (cinquenta) anos, conforme Lei nº 8.999, de 19 de fevereiro de 1993.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 119.999,96 (cento e dezenove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), é compatível com os preços praticados no mercado.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

ANTONIO JAURI DA COSTA
Diretor Presidente da Fundação Municipal de Desportos

PORTARIA Nº 1667/2021

Publicação Nº 3131588

PORTARIA Nº 1667, DE 30 DE JUNHO DE 2021.

ALTERA PORTARIA Nº 6591/2019 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e considerando o que dispõe a Lei nº 060, de 29 de maio de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 1º da Portaria nº 6591, de 12 de março de 2019, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Saúde, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rejane Michelli Pscheidt Foitte – Titular
Ildemara Wojakewicz dos Santos Cavalca Garcia – Suplente

HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA
Oscar José Fernandes Júnior – Titular
João Vitor Zwiefka – Suplente

(...)”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de junho de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

JOSÉ DORIVAL DUMS
Chefe de Gabinete

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 41 DE 30 DE JUNHO DE 2021**

Publicação Nº 3131358

PORTARIA Nº 041 DE 30 DE JUNHO DE 2021.

"Concede Auxílio por Incapacidade Temporária"

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, considerando a alteração do Art. 9º, §§ 2º e 3º, da EC 103/2019.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Auxílio por Incapacidade Temporária à servidora efetiva Rosemere Aparecida de Lima, ocupante do cargo de Zelador, nesta Casa de Leis.

Art. 2º. O que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 02-06-2021 a 30-07-2021.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, produzindo efeitos retroativos a 02 de junho de 2021.

São Bento do Sul, 30 de junho de 2021.

CARLA ODETE HOFMANN
Presidente

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL**RESOLUÇÃO 038/2021 - COMPAH**

Publicação Nº 3132394

RESOLUÇÃO nº 038/2021.

Dispõe sobre a deliberação do COMPAH de São Bento do Sul referente ao Processo nº 10.443/2021.

O Presidente do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico de São Bento do Sul (COMPAH), no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.865, de 14 de dezembro de 2017 que criou este Conselho, Decreto Municipal nº 1.002, de 16 de julho de 2018 que homologou o Regimento Interno do COMPAH, e

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.228, de 26 de agosto de 2013 que dispõe sobre o Sistema de Preservação Arquitetônico Municipal e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.865, de 14 de dezembro de 2017 que dispõe sobre o Tombamento e a Preservação do Patrimônio Natural e Cultural do Município de São Bento do Sul e dá outras disposições;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 1.492, de 27 de setembro de 2019 que dispõe sobre a regulamentação dos níveis de preservação para bens imóveis tombados;

CONSIDERANDO o Processo 10.443/2021, aberto pelo Requerente Eloir Grossl – CPF: 379.493.069-04, referente a consulta prévia de construção do imóvel localizado a Rodovia Deputado Genésio Tureck – Acesso Oeste, 4474 – bairro Lençol.

CONSIDERANDO o parecer dos membros do COMPAH que analisaram o processo 10.443/2021, onde após análise da documentação encaminhada pelos proprietários, devido os pedidos de diligências, os integrantes do COMPAH avaliaram as mudanças que o imóvel sofrerá e concluíram que o mesmo não será de interesse para preservação, porém deliberaram por providenciar o registro histórico do imóvel.

CONSIDERANDO a reunião ordinária do COMPAH realizada no dia 24/06/2021;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o parecer apresentado nesta reunião referente o Processo nº 10.443/2021, sobre a consulta prévia de construção do imóvel localizado a Rodovia Deputado Genésio Tureck – Acesso Oeste, 4474 – bairro Lençol, onde consta que:

"Após análise da documentação encaminhada pelos proprietários, devido os pedidos de diligências, os integrantes do COMPAH avaliaram as mudanças que o imóvel sofrerá e concluíram que o mesmo não será de interesse para preservação, porém deliberaram por providenciar o registro histórico do imóvel."

Parágrafo único: Será providenciado o Registro Histórico do Imóvel, solicitando ainda aos familiares o auxílio na construção do resgate histórico fotográfico do imóvel.

Art. 2º Encaminhar ao Departamento de Urbanismo da Prefeitura de São Bento do Sul para a comunicação ao requerente.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2021.

Ademir Weiss
Presidente do COMPAH de São Bento do Sul

RESOLUÇÃO 039/2021 - COMPAH

Publicação Nº 3132397

RESOLUÇÃO nº 039/2021.

Dispõe sobre a deliberação do COMPAH de São Bento do Sul referente ao Processo nº 8.810/2021.

O Presidente do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico de São Bento do Sul (COMPAH), no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.865, de 14 de dezembro de 2017 que criou este Conselho, Decreto Municipal nº 1.002, de 16 de julho de 2018 que homologou o Regimento Interno do COMPAH, e

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.228, de 26 de agosto de 2013 que dispõe sobre o Sistema de Preservação Arquitetônico Municipal e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.865, de 14 de dezembro de 2017 que dispõe sobre o Tombamento e a Preservação do Patrimônio Natural e Cultural do Município de São Bento do Sul e dá outras disposições;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 1.492, de 27 de setembro de 2019 que dispõe sobre a regulamentação dos níveis de preservação para bens imóveis tombados;

CONSIDERANDO o Processo 8.810/2021, aberto pelo Requerente Germano Braulio Hummelgen. CPF: 154.401.099-00, referente a consulta prévia para construção – Reforma do imóvel localizado a Rua Antônio Kaesemodel, Nº 585, bairro Rio Negro.

CONSIDERANDO o parecer dos membros do COMPAH que analisaram o processo 8.810/2021, onde após análise da documentação encaminhada pelos representantes do imóvel, os integrantes do COMPAH mantiveram e manifestaram interesse de preservação do imóvel com base no Nível de Tombamento/Preservação NP 2, no qual consta: "Nível de proteção em que o imóvel deve ser mantido em sua originalidade, admitindo apenas pequenas adequações, extremamente necessárias para que seu uso possa ocorrer ou ser mantido. As intervenções devem permitir a reversão sem danos à edificação. Novas edificações, inclusive aquelas que darão suporte ou ampliem o uso da edificação tombada, são admitidas, podendo ter ligação direta com a mesma, desde que não interfiram na visibilidade, salubridade e conservação, ou a descaracterizem, desde que aprovadas pelo COMPAH". O proprietário do imóvel deverá apresentar o projeto com as alterações a serem realizadas com base o nível de tombamento.

CONSIDERANDO a reunião ordinária do COMPAH realizada no dia 24/06/2021;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o parecer apresentado nesta reunião referente o Processo nº 8.810/2021, sobre a consulta prévia de construção – Reforma do imóvel localizado a Rua Antônio Kaesemodel, Nº 585, bairro Rio Negro, onde consta que:

"Após análise da documentação encaminhada pelos representantes do imóvel, os integrantes do COMPAH mantiveram e manifestaram interesse de preservação do imóvel com base no Nível de Tombamento/Preservação NP 2, no qual consta: 'Nível de proteção em que o imóvel deve ser mantido em sua originalidade, admitindo apenas pequenas adequações, extremamente necessárias para que seu uso possa ocorrer ou ser mantido. As intervenções devem permitir a reversão sem danos à edificação. Novas edificações, inclusive aquelas que darão suporte ou ampliem o uso da edificação tombada, são admitidas, podendo ter ligação direta com a mesma, desde que não interfiram na visibilidade, salubridade e conservação, ou a descaracterizem, desde que aprovadas pelo COMPAH'. O proprietário do imóvel deverá apresentar o projeto com as alterações a serem realizadas com base o nível de tombamento."

Paragrafo único: O COMPAH dará início ao processo de tombamento, por possuir características passíveis de interesse de preservação do bem.

Art. 2º Encaminhar ao Departamento de Urbanismo da Prefeitura de São Bento do Sul para a comunicação ao requerente.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de junho de 2021.

Ademir Weiss
Presidente do COMPAH de São Bento do Sul

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**CT 53/2021**

Publicação Nº 3131307

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22 /2021
CONTRATO Nº 53/2021
CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
CONTRATADA: SCL COMÉRCIO E SERVIÇOS DE AUTOMAÇÃO LTDA
VIGÊNCIA: INÍCIO: 01/07/2021 - TÉRMINO: 01/07/2022

DO OBJETO

CONSTITUI-SE OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELEMETRIA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, INSTALAÇÃO DE NOVOS PONTOS, PROJETOS, TREINAMENTOS, FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS GERENCIAIS E OPERACIONAIS PARA O SISTEMA DE AUTOMAÇÃO E TELEMETRIA DO SAMAE.

DO VALOR

O PREÇO TOTAL DO OBJETO ENUNCIADO NA CLÁUSULA PRIMEIRA DESTE AJUSTE, NOS TERMOS DA PROPOSTA COMERCIAL APRESENTADA, POSSUI VALOR GLOBAL DE R\$ 390.000,00 (TREZENTOS E NOVENTA MIL REAIS). A CONTRATANTE EFETUARÁ O PAGAMENTO À CONTRATADA, MENSALMENTE, DENTRO DOS CUSTOS CONSTANTES NA PROPOSTA, SEM QUALQUER ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA NESTE PERÍODO, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DA NOTA FISCAL/FATURA, QUE DEVERÁ SER EMITIDA EM NOME DA CONTRATANTE E ENVIADA JUNTAMENTE COM AS CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITO DO INSS, FGTS E CNDT ATUALIZADAS.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

AS DESPESAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DESTE CONTRATO CORRERÃO POR CONTA DAS SEGUINTE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: (46) 23.4.2066.3.3.3.90.39.16 – SETOR DE SANEAMENTO GERAL – EXERCÍCIO VIGENTE.

SÃO BENTO DO SUL, 22 DE JUNHO DE 2021.

OSVALCIR PETERS

DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 086, DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130562

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 86 de 30 de julho de 2021.

“NOMEIA FISCAL DE CONTRATO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pelo Decreto nº 013, de 1º de janeiro de 2021, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº. 702 de 03/12/1996; considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93, e com as posteriores alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o servidor Vinícius Luiz Sartori, matrícula 489, lotado nesta Autarquia, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Operações Técnicas, para proceder a fiscalização do contrato nº 49/2021, firmado com a Empresa RESTELO CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado estabelecida na Rua Victor Meirelles, 600 – Sala 114, Bairro Campinas, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 08.431.343/0001-12, tendo por objeto a elaboração do Projeto Executivo de Rede Coletora, Emissários e Estações Elevatórias do Sistema de Esgotos Sanitários da Sub-Bacia 10 da Bacia do Rio São Bento – Município de São Bento do Sul/SC, conforme detalhamento dos serviços atinentes ao objeto do presente Contrato, ficando vinculado às exigências constantes no Termo de Referência anexo ao Edital da Licitação nº 13/2021, Processo Administrativo nº 13/2021.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 27 de maio de 2021.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 087, DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130564

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 87 de 30 de junho de 2021.

“NOMEIA FISCAL DE CONTRATO”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pelo Decreto nº 013, de 1º

de janeiro de 2021, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996; considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93, e com as posteriores alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o servidor Vinícius Luiz Sartori, matrícula 489, lotado nesta Autarquia, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Operações Técnicas, para proceder a fiscalização do contrato nº 52/2021, firmado com a Empresa TERRABASE TERRAPLENAGEM EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Ruy Barbosa, Bairro das Capitais, na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 12.535.370/0001-02 tendo por objeto a execução da obra referente ao projeto executivo de ampliação do aterro sanitário do Município de São Bento do Sul – SC, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme detalhamento dos serviços atinentes ao objeto do presente Contrato, ficando vinculado às exigências constantes no Termo de Referência anexo Edital da Concorrência Pública nº 16/2021, Processo Administrativo nº 16/2021.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 30 de junho de 2021.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 088, DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3130585

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 88, de 1º de julho de 2021.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pelo Decreto nº 013, de 1º de janeiro de 2021, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER ao servidor JOSÉ VILMAR VARELA, matrícula 304, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Redes de Água e Esgoto, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2020/2021.

Art. 2º – As férias, a que se refere o Artigo 1º, contar-se-ão a partir de 05 de julho de 2021.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 089, DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3130594

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 89, de 1º de julho de 2021.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pelo Decreto nº 013, de 1º de janeiro de 2021, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER ao servidor LUIS SERGIO FERREIRA, matrícula 319, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Técnico, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2020/2021.

Art. 2º – As férias, a que se refere o Artigo 1º, contar-se-ão a partir de 05 de julho de 2021.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 090, DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3130599

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 90, de 1º de julho de 2021.

"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pelo Decreto nº 013, de 1º de janeiro de 2021, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER ao servidor MIGUEL BONETT, matrícula 322, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Operacionais, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2020/2021.

Art. 2º – As férias, a que se refere o Artigo 1º, contar-se-ão a partir de 05 de julho de 2021.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 091, DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3130603

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 91, de 1º de julho de 2021.

"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pelo Decreto nº 013, de 1º de janeiro de 2021, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER ao servidor GIOVANI KOBUS, matrícula 458, ocupante do cargo de provimento efetivo de Leiturista, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

Art. 2º – As férias, a que se refere o Artigo 1º, contar-se-ão a partir de 05 de julho de 2021.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 092, DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3130606

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 92, de 1º de julho de 2021.

"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pelo Decreto nº 013, de 1º de janeiro de 2021, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER à servidora VEREDIANE PEREIRA, matrícula 463, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento I, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2020/2021.

Art. 2º – As férias, a que se refere o Artigo 1º, contar-se-ão a partir de 05 de julho de 2021.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

São Bernardino

PREFEITURA

PORTARIA 321/2021

Publicação Nº 3131046

PORTARIA Nº 321/2021 DE 01/07/2021

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DALVIR LUIZ LUDWIG, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao Servidor Público Municipal, Sr. LACIR DOMINGOS PIAIA, ocupante do cargo de Motorista, carga horária de 40 horas semanais, matrícula 1215/01, no período de 07/07/2021 a 06/10/2021, referente ao período aquisitivo de 21/08/2009 a 19/08/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/07/2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina,
em 01 de julho de 2021.

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

TAIZA CARNIEL
Sec. Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 322/2021

Publicação Nº 3131047

PORTARIA Nº 322/2021 DE 01/07/2021

CONCEDE AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORATIVAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DALVIR LUIZ LUDWIG, Prefeito Municipal, de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal, Sra. CLARICE GARCIA GROSZ, ocupante do cargo de Técnico em Saúde Bucal, matrícula nº 1301/01 - 40hs semanais, afastamento das atividades laborativas presenciais no período de 30/06/2021 a 02/07/2021 (03 dias), conforme atestado médico do Dra. Liuvima Sanchez Ramirez (RSM/SC 4200943), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a partir de 30/06/2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino - SC,
em 01 de julho de 2021.

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

TAIZA CARNIEL
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA 323/2021

Publicação Nº 3131048

PORTARIA Nº 323/2021 DE 01/07/2021

	CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	DALVIR LUIZ LUDWIG, Prefeito Municipal, de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidor Público Municipal, Sr. IVANILDO WEIZMANN, matrícula nº 590/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, licença para tratamento de saúde no período de 30/06/2021 a 04/07/2021 (05 dias), conforme atestado médico do Dra. Liuvima Sanchez Ramirez (RMS/SC 28739), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/06/2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino-SC,
em 01 de julho de 2021.

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

TAIZA CARNIEL
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA 324/2021

Publicação Nº 3131051

PORTARIA Nº 324/2021 DE 01/07/2021

	CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	DALVIR LUIZ LUDWIG, Prefeito Municipal, de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe a Lei Orgânica Municipal e Art. 117 e 118 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidor Público Municipal, Sr. IVANILDO WEIZMANN, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 590/01- 40hs semanais, licença para tratamento de saúde no período de 05/07/2021 a 09/07/2021 (05 dias), para solicitação de benefício por incapacidade junto ao INSS, conforme atestado médico do Dra. Liuvima Sanchez Ramirez (RMS/SC 4200943), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/07/2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino - SC, em 01 de julho de 2021.

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

TAIZA CARNIEL
Sec. Adm. e Fazenda

São Carlos

PREFEITURA

DECRETO 095/2021

Publicação Nº 3131114

DECRETO N.º 095/2021 DE 01 DE JULHO DE 2021

“DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO/REDUÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 53º, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal, combinado com Artigo 5º, Parágrafo 1º, Inciso III Lei Municipal n.º 1893/2020 de 16 de Dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar, com base em anulação/redução parcial ou total, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2021 da seguinte referência de dotação orçamentária:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS		10
Unidade	Fundo Municipal de Saúde – FMS		1
Função	Saúde		10
Sub-função	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		302
Programa	SAÚDE - HUMANIZADA, AGIL E RESOLUTA		15
Atividade	MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		2.021
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor Total
(311)	Aplicações Diretas – 3.3.90	1138 - Atenção a Média e Alta Complexidade - Transferências do SUS – União	300.000,00
Valor Total R\$:			300.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para suplementação a que se refere o artigo anterior é de Redução Parcial/Total na seguinte referência de dotação orçamentária;

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS		10
Unidade	Fundo Municipal de Saúde – FMS		1
Função	Saúde		10
Sub-função	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		302
Programa	SAÚDE - HUMANIZADA, AGIL E RESOLUTA		15
Atividade	MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		2.021
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor Total
(315)	Aplicações Diretas – 3.3.93	1138 - Atenção a Média e Alta Complexidade - Transferências do SUS – União	300.000,00
Valor Total R\$:			300.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos SC, em 01 de Julho de 2021.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA 03/2021

Publicação Nº 3130493

EDITAL Nº 03/2021
AUDIÊNCIA PÚBLICA

RUDI MIGUEL SANDER Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo e, em especial o art. 48, I da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

RESOLVE:

I – Publicar Edital, que tem por objeto Audiência Pública, instrumento de transparência da gestão fiscal, para elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2022/2025 e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e Lei Orçamentária Anual – LOA, ambas para o exercício de 2022, que será realizada no dia 20 de julho de 2021, tendo início às 18:00horas, nas dependências do Auditório da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte sito a Avenida Santa Catarina, 672, – Centro, CEP: 89885-000 município de São Carlos/SC.

II – A Audiência Pública tem por finalidade, incentivar e possibilitar a participação popular na elaboração do Plano Plurianual – 2022-2025 e definição dos planos e investimento público municipal para o exercício de 2022.

III – Na Audiência Pública o Poder Executivo apresentará dados relativos à situação econômica e financeira do município, estimativa de receita, os custos de manutenção da administração e os valores estimados para investimentos.

IV – Poderão participar da Audiência Pública e apresentar propostas os cidadãos residentes no território do município e maiores de dezesesseis anos.

V – As propostas apresentadas serão votadas e definidas por ordem de prioridade.

Gabinete do Prefeito Município de São Carlos SC, em 01 de julho de 2021.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL N. 040/2021 - ADM

Publicação Nº 3130506

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 040/2021 - ADM	
Processo Adm. nº:	064/2021 - ADM
Licitação:	Pregão Presencial nº 027/2021 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	SULMACRO LIXEIRAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA
Objeto :	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO (TRICICLO) PARA USO NA APLICAÇÃO DE TINTA EM SINALIZAÇÃO VIÁRIA NAS RUAS DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC.
Valor :	R\$ 244.990,00 (duzentos e quarenta e quatro mil novecentos e noventa reais).
Vigência :	31/12/2021
Dotação :	2024 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DESENVOLVIMENTO URBANO;
SÃO CARLOS/SC, 01 DE JULHO DE 2021.	
RUDI MIGUEL SANDER	
Prefeito	

São Domingos

PREFEITURA

PORTARIA Nº 218 DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3130544

PORTARIA Nº 218 DE 01 DE JULHO DE 2021.

Concede férias a servidora pública municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal em São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0017, de 21 de dezembro de 2007; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

· Considerando requerimentos junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidora pública municipal, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Adriane Aparecida dos Santos	Técnico Enfermagem (Programas)	28/06/19 a 27/06/20	30	05/07/21 a 03/08/21

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 01 de julho de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Gilvane Silvério
Responsável Setor Pessoal e Publicações

São Francisco do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO 004/2021

Publicação Nº 3131024

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO 004/2021

A Secretária Municipal de Educação da Prefeitura de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna pública a HOMOLOGAÇÃO do Processo Seletivo nº 004/2021.

Função: PROFESSOR DE MATEMÁTICA - habilitados

Classificação	Nome	Inscrição	Pontuação
1º	LUIS VALBER RIOS ARCANJO	16588/2021	36
2º	LANDECIR ALVES DE ALBUQUERQUE	16932/2021	32,6
3º	THAIS CLARA DA COSTA HAVEROTH	16810/2021	32,2
4º	WAGNER OSINSKI	16584/2021	23,4
5º	LUIS CARLOS ROIKA	16882/2021	23
6º	ADRIAN VIEIRA DE FREITAS	16889/2021	22,8
7º	LUIZ MARTINHO LANNER MONTEIRO	16924/2021	17,4
8º	PATRÍCIA DE ALMEIDA PAULI	16842/2021	14,8
9º	ALEF RENAN DOS SANTOS	16820/2021	14,2
10º	NAJLA SAID PALERMO AIRES	16585/2021	14

Função: PROFESSOR DE MATEMÁTICA - não habilitados

Classificação	Nome	Inscrição	Pontuação
1º	RAFEL HENRIQUE MARTINS DE ALMEIDA	16686/2021	1
2º	BRUNO DA SILVA ESMERALDINO	16925/2021	1

Função: PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - habilitados

Classificação	Nome	Inscrição	Pontuação
1º	JESUANE DE LUCAS FREITAS	16829/2021	32,4
2º	RAIMUNDO BRAGA PEREIRA	16825/2021	24,6
3º	JUREMA ANDREIA DA SILVA	16443/2021	23,2
4º	ANA BORGES DOS SANTOS GONÇALVES	16668/2021	23
5º	ANDERSON SPIER GOMES	16581/2021	22,2
6º	VÂNIA GONÇALVES	16447/2021	14,4
7º	SANDRA APARECIDA DA SILVA MAXIMO ROSA	16445/2021	14,4
8º	DEBORA MAYUMI SASAKI	16836/2021	14

Função: PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - não habilitados

Classificação	Nome	Inscrição	Pontuação
1º	MARIA CECILIA FIGUEIREDO DE FAVARI SILVERIO	16847/2021	2
2º	SUSANA FÁTIMA STÄHELIN	16560/2021	1

Função: PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA - habilitados

Classificação	Nome	Inscrição	Pontuação
1º	EDUARDA MÜLLER	16435/2021	14,4
2º	ELTON CARLOS DE ARAÚJO ALVES	16837/2021	14
3º	VIVIAN DE SOUZA MONTEIRO	16818/2021	14

Função: PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA - não habilitados

Classificação	Nome	Inscrição	Pontuação
1º	NATALIA DE OLIVEIRA GONÇALVES	16834/2021	2
2º	NATALIA DE OLIVIERA GONÇALVES	16835/2021	2
3º	GIOVANA MARTOVICZ DOS SANTOS	16905/2021	1
4º	IZAURA FERREIRA DE MIRANDA	16587/2021	1

INSCRIÇÃO INDEFERIDA				
Nome	Inscrição			
LUIZ CARLOS GREBER	16931/2021			
LUIZ CARLOS GREBER	16930/2021			
EDSON PAMMER VIEIRA	16577/2021			

São Francisco do Sul – SC, 01 de Julho de 2021.

RODRIGO GRAF
Secretário Municipal
São Francisco do Sul, SC / Fone/Fax (47) 3471-2245

EDITAL Nº 09/2021 CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO 012/2019

Publicação Nº 3131022

EDITAL Nº 09/2021
CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO 012/2019

Candidato (s) classificado (s) dentro do número de vagas oferecidas e critérios estabelecidos pelo Processo Seletivo nº 012/2019, devem se apresentar no dia 05 de julho de 2021, conforme horário descrito no MULTIUSO sito a rua Barão do Rio Branco, 217 – Centro, munidos de identidade e dos títulos que comprovem sua graduação. O processo iniciará conforme o horário descrito abaixo, obedecendo a classificação numérica do processo seletivo. A desistência da vaga e a ausência do candidato no momento da chamada para a contratação acarretará sua reclassificação.

PROFESSOR (A) DE ENSINO RELIGIOSO (05/07/2021 as 10hrs)
Candidato classificado do nº 3 Habilitado

Candidatos

ISAIAS CALDEIRA DOS SANTOS	3
----------------------------	---

PROFESSOR (A) DE ENSINO RELIGIOSO (05/07/2021 as 10hrs)
Candidatos classificados do nº 1 a 2 dos Não Habilitados

Candidatos

ALINE LUISA FACHINI	1
FLÁVIA KAMINSKY DA MAIA	2

PROFESSOR (A) DE GEOGRAFIA (05/07/2021 as 10hrs)
Candidatos classificados do nº 4 a 7 Habilitado

Candidatos

PATRICK PICASKY DA COSTA	8
MARIA LUCELIA CORDEIRO DE OLIVEIRA	9
INARA ANAUHE REINERT	10

São Francisco do Sul, 01 de julho de 2021.

Rodrigo Graf
Secretário Municipal de Educação

PROCESSO SELETIVO – EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL 006/2021 – MÉDICO ESF - ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

Publicação Nº 3132145

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL 006/2021

A Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, através da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, torna público que fará realizar Processo Seletivo n.º 006/2021, para contratação de pessoal em caráter temporário, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal da Lei Municipal 1.298 de 22 de Dezembro 2011, e de acordo com o inciso IV, art. 8 LC nº 173 de 27 de maio de 2020.

O Processo Seletivo será regido pelas instruções especiais abaixo transcritas:

I – DAS FUNÇÕES:

1.1 – O Processo Seletivo Simplificado destina-se à contratação de pessoal, por tempo determinado, na quantidade prevista neste Edital, para atender as necessidades de INTERESSE PÚBLICO, conforme condições abaixo:

CÓDIGO	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	VAGAS	ESCOLARIDADE E EXIGÊNCIAS
61001	MÉDICO ESF – ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA	40 Horas Semanais	Vencimento: R\$ 10.070,77 Insalubridade: R\$ 220,00 Gratificação por Produção: até R\$ 3.500,00 (conf. LC nº 77, 23/10/2015) Vale-alimentação R\$ 390,00	04	Superior em Medicina, e Registro no respectivo Conselho.

Para os médicos de ESF que forem lotados ou exercerem, em tempo integral, suas funções nas unidades da Estratégia Saúde da Família - ESF da Vila da Glória, do Miranda, do Majorca e do Ervino será concedida uma gratificação de interiorização, não incorporável, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

II – DOS REQUISITOS:

- 2.1 – Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- 2.2 – Ter 18 (dezoito) anos completos na data da contratação;
- 2.3 – Estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
- 2.4 – Estar quite com obrigações civis, militares e eleitorais;
- 2.5 – Ter aptidão física e mental;
- 2.6 – Apresentar cópia do Diploma Registrado;
- 2.7 – Carteira de Identidade Profissional do Conselho Regional da Classe;
- 2.8. - Os candidatos não poderão fazer parte dos grupos considerados de risco para o COVID-19.

III – DAS INSCRIÇÕES:

- 3.3.3.1 – A apresentação de cópias devidamente autenticadas em cartório dispensa a apresentação dos originais.
- 3.1 – As inscrições estarão abertas de 02 de Julho de 2021 às 8h à 09 de Julho de 2021, até as 17h00.
- 3.2 – As inscrições serão realizadas via protocolo, através do Portal do Cidadão em Serviços, pelo link <https://saofranciscodosul.atende.net/#!/tipo/servico/valor/321/padrao/2>
- 3.2.1 – Não serão recebidas inscrições por via postal, fax ou similares, nem fora o período relacionado para o recebimento das inscrições.
- 3.3 – Para efetuar sua inscrição o candidato deverá:
- 3.3.1 – Preencher a ficha de inscrição, via protocolo através do Portal do Cidadão pelo link <https://saofranciscodosul.atende.net/#!/tipo/servico/valor/321/padrao/2>, com a documentação abaixo relacionada; quaisquer dúvidas ligar no telefone (47) 3471-2242.
- 3.3.2 – Serão considerados apenas uma inscrição por candidato;
- 3.3.3 – Anexar fotocópias digitalizadas em preto e branco, com baixa resolução, dos documentos abaixo relacionados à ficha de inscrição:
 - Cédula de Identidade e CPF ou Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
 - Apresentar cópia do Diploma Registrado;
 - Carteira de Identidade Profissional do Conselho Regional da Classe;
 - Documentos que comprovem a habilitação requisitada, conforme informados no item IV, deste edital.
- 3.3.3.1 – A apresentação de cópias dos títulos e de tempo de serviço para a avaliação, para a contagem de pontos (conforme constante no item IV). Apresentar documento original no momento da contratação.
- 3.3.4 - Caso a documentação do candidato não esteja de acordo, será automaticamente desclassificado.

IV – DA AVALIAÇÃO:

- 4.1 – O Processo Seletivo consistirá na avaliação de tempo de serviço e dos títulos apresentados, especificamente referentes à área que estiverem concorrendo;
- 4.2 – A classificação final dos candidatos será feita em ordem decrescente de pontos;
- 4.3 – Para efeitos de classificação, será atribuída a seguinte pontuação:
 - 4.3.1. - Doutorado – 11,0 pontos;
 - 4.3.2 - Mestrado – 10,0 pontos;
 - 4.3.3 - Pós-graduação/especialização – 9,0 pontos;

- 4.3.4 - Capacitação/aperfeiçoamento na área e atuação – 0,5 por cursos com no mínimo 20 horas de duração, realizadas a partir de Maio de 2016;
- 4.3.5 - Tempo de Serviço – a partir de 01 ano e 01 dia, 0,01 por dia trabalhado;
- 4.4 - No cálculo da pontuação para capacitação/aperfeiçoamento será considerado no máximo 05(cinco) pontos;
- 4.5 - No cálculo do tempo de serviço serão considerados no máximo 08 (oito) pontos;
- 4.5.1 - Para comprovação de tempo de serviço prestado a órgão público, deverá ser apresentada declaração (certidão) de tempo de serviço emitida em papel timbrado, constando o nome e assinatura do responsável legal;
- 4.5.2 - Para comprovação de tempo de serviço prestado a iniciativa privada, o candidato deverá apresentar fotocópia do contrato registrado na carteira de trabalho, ou do contrato de prestação de serviços profissionais;
- 4.6 – A avaliação será procedida pela Comissão Julgadora do Processo Seletivo Simplificado Emergencial.

V – DA CLASSIFICAÇÃO:

- 5.1 - Os candidatos habilitados serão classificados em ordem decrescente da nota para as especialidades ora em seleção.
- 5.2 - A classificação será publicada no site www.saofranciscodosul.sc.gov.br e no Diário Oficial do Município, no site <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>, a partir do dia 13 de Julho de 2021.
- 5.3 – Em caso de igualdade de classificação terá preferência sucessivamente para a contratação o candidato que, até o término do prazo para inscrição, comprovar ter:
- 5.3.1 – Maior idade;
- 5.3.2 – Maior número de titulação.
- 5.4 – A partir da publicação da classificação, o candidato terá 01 (um) dia útil para entrar com recurso junto à Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, dirigido à Comissão Julgadora.
- 5.4.1 – Serão desconsiderados pela Comissão Julgadora questionamentos não protocolados, protocolados fora do prazo e aqueles que não estiverem devidamente justificados e fundamentados.
- 5.5 – Uma vez julgados os recursos apresentados, será emitida classificação oficial definitiva, ao qual não caberão recursos administrativos adicionais.

VI – DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO:

- 6.1 – Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos.
- 6.2 – Estar quite com as obrigações do serviço militar, se do sexo masculino.
- 6.3 – Não registrar antecedentes criminais e estar em gozo dos direitos civis, políticos e eleitorais.
- 6.4 – Não ter sido demitido ou exonerado do serviço público por justa causa.
- 6.5 – Apresentar cópia dos documentos pessoais e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, incluindo laudo médico que ateste a aptidão física e mental para o exercício da função.
- 6.5.1 - Apresentar declaração de que não faz parte do grupo de risco, considerando a necessidade de assunção dos cargos durante o enfrentamento da COVID-19, não serão aceitas inscrições de candidatos que fazem parte do grupo de risco, ou seja, candidatos que: I – Idosos na acepção legal do termo, por contar com idade igual ou superior a 60(sessenta) anos e não imunizados por duas doses da vacina imunizante do COVID-19 (estando já vacinado CONTRA O COVID, somente poderá ser contratado, após parecer do médico do trabalho do SESMET, e no mínimo após 14 dias da imunização da 2ª dose do imunizante COVID-19) ; II – Estar Gestante; III – Cardiopatias graves ou descompensadas (insuficiência cardíaca, cardiopatia isquêmica); IV – Pneumopatias graves ou descompensadas (asma moderada/grave, DPOC); V – Imunodepressão; VI – Doenças renais crônicas em estágio avançado (graus 3, 4 e 5); VII – Diabetes mellitus, conforme juízo clínico; VIII – Doenças cromossômicas com estado de fragilidade imunológica; IX – Imunossupressoras; X – Doenças crônicas; XI – Tuberculose; XII – HIV;
- 6.6 – O candidato após a convocação deverá apresentar-se na Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal para entregar a documentação necessária a sua contratação, no prazo de 03 (três) dias úteis.

VII - DO RECURSO

- 7.1 - O candidato poderá interpor recurso contra o resultado da classificação do Processo Seletivo via protocolo, podendo ser visualizado no site oficial da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC, na data enunciada no edital. O recurso deverá ser enviado através do FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PROCESSO SELETIVO 006/2021, anexo III, deste edital, destinado à Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, no dia 14 de Julho de 2021.
- 7.2 - O recurso, para ser aceito, deverá descrever com clareza o ponto de sua irrisignação e assinado pelo candidato.
- 7.3 - Não será aceito recurso via postal, via fax ou via e-mail. Também não será aceito recurso fora do prazo citado. Todavia, será admitida a interposição de recurso por intermédio de procurador, munido de procuração com poderes específicos para esse ato.
- 7.4 - Não serão aceitos nenhum tipo de documento que deveria ser entregue no ato da inscrição, no período de recurso.
- 7.5 - O resultado final homologado será publicado no Site da Prefeitura e no Diário Oficial dos Municípios em 15 de Julho de 2021.

VIII - DA CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS.

- 8.1 Os candidatos serão imediatamente convocados, após a homologação, pela Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, de acordo com a necessidade de vagas, pelo afastamento dos titulares, obedecendo aos módulos pré-existentes, de acordo com o interesse público.
- 8.2 A convocação será anunciada no site Oficial da Prefeitura www.saofranciscodosul.sc.gov.br em editais, e no Diário Oficial dos Municípios, observando a ordem dos candidatos.
- 8.3 Para atender o disposto no Artigo 37 da Constituição Federal, serão reservadas 5% (cinco por cento) das vagas aos Portadores de Deficiências. Para participar na condição de PCD o candidato deverá requerer por escrito devendo ser avaliado pela perícia médica oficial no momento da contratação, na forma de condição suspensiva. Não sendo PCD será eliminado do processo seletivo. Importante o candidato

verificar que mesmo PCD não faz parte do grupo de risco.

8.4 Obedecendo a classificação por formação, para cada 20 (vinte) candidatos chamados da listagem geral, será chamado 01 (um) da classificação de Pessoas com Deficiências.

8.5 O candidato convocado pela Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas terá o prazo de 3 (três) dias para apresentar-se no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal. Caso o candidato não se apresente no prazo determinado, o mesmo será considerado desistente e eliminado do processo seletivo.

8.5.1 Os candidatos convocados deverão apresentar no ato da convocação, fotocópias acompanhados dos originais ou fotocópias autenticadas:

- a) - Comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- b) - Comprovação do nível de escolaridade exigido;
- c) - Declaração de bens;
- d) - Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela constituição;
- e) - Comprovação de aptidão de saúde física e mental de capacidade laboral, através de exames médicos particulares (custeados pelo candidato), necessários para o exercício do cargo;
- f) - Certidão negativa de não registrar antecedentes criminais - Estadual e Federal (atestado de antecedentes), achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
- g) - Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas na lei de improbidade administrativa, ou não ter sido condenado em processo disciplinar no exercício de função pública;
- h) Carteira de Identidade (RG);
- i) Certidão de comprovação de regularidade junto ao Conselho de Classe.
- j) PIS/PASEP – original e fotocópia;
- k) Título de Eleitor com o comprovante da última votação.
- l) Carteira Profissional – (parte onde consta nº. da carteira, qualificação civil).
- m) Certidão de Nascimento ou casamento;
- n) Certidão de nascimento dos filhos (menores de 18 (dezoito) anos);
- o) Carteira de Reservista (para o sexo masculino);
- p) Duas (02) fotografias recentes, tamanho 3 X 4;
- q) Comprovação nacionalidade Brasileira, para os naturalizados;
- r) Comprovação de quitação com as obrigações militares para o sexo masculino;
- s) Atestado de vacinação dos filhos menores de 14 anos;
- t) Exames médicos conforme edital e complementares solicitado na avaliação de admissão.
- u) Declaração de que não faz parte do grupo de risco para a COVID-19, e comprovante de vacinação de duas doses de imunizante do COVID-19 para maiores de 60 anos.

8.6 - A falta de comprovação de quaisquer dos pré-requisitos definidos para a função, mediante documentação específica, acarretará na desclassificação e consequente eliminação do candidato.

8.7 - A jornada de trabalho do candidato para atuar será de 40 horas semanais, conforme módulo disponível no ato da chamada do candidato.

8.8 - O candidato chamado para atuar não terá direito a reduzir a carga horária durante o período de contratação, a não ser que seja pelo excepcional interesse público.

IX – DOS EXAMES MÉDICOS PARA ADMISSÃO:

9.1 - O candidato deverá se apresentar à Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul no prazo de 03

(três) dias contados da data da publicação da convocação, para realizar a entrega dos documentos constantes no item 8.5.1, assim como realizar o agendamento do exame médico pré-admissional com o médico do trabalho da Prefeitura;

9.2 - Para a realização do exame médico pré-admissional o candidato deverá apresentar ao médico do trabalho as vias originais dos exames e laudos médicos especificados abaixo, sendo todos de responsabilidade do candidato e expedidos a no máximo 30 (trinta) dias:

9.2.1 - Para o cargo: Hemograma Completo, Acuidade Visual, Atestado de Boa Saúde Mental (emitido por Psicólogo ou Médico Psiquiatra), comprovante de vacinação de duas doses de imunizante do COVID-19 para maiores de 60 anos.

9.2.2 – Podem ser incluídos outros exames complementares a critério do médico do trabalho do SESMET.

9.4 – Os exames serão custeados pelos candidatos.

9.5 – Os exames serão eliminatórios, caso demonstre incapacidade para o exercício do cargo.

9.6 - Comprovação de aptidão de saúde física e mental de capacidade laboral, através de exames médicos particulares (custeados pelo candidato), necessários para o exercício do cargo;

9.7 – O exame médico pré-admissional será de caráter eliminatório, no qual será emitido parecer APTO ou NÃO APTO para o exercício do cargo, sendo eliminado do certame o candidato que obtiver o parecer NÃO APTO, caso demonstre incapacidade para o exercício do cargo.

X. DO FORO

10.1 - O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo disciplinado neste Edital, é o da cidade de São Francisco do Sul.

XI – DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1 - As contratações decorrentes do presente Processo Seletivo Simplificado Emergencial terão validade de 01 (um) ano, podendo por interesse da Administração, os contratos serem prorrogados por igual período ou rescindido a qualquer tempo.

11.2 – Os contratos serão por prazo determinado, vinculados ao Regime Geral da Previdência Social;

11.3 – Todo pessoal contratado temporariamente pela Administração Pública Municipal não poderá ser recontratado sem a observância do interstício de 06 (seis) meses, contados do contrato anterior a cada dois anos ininterruptos de contrato, salvo se o novo certame for deserto,

nos termos do art. 11 da Lei nº 1.298/2011;

11.3.1 – Caso o candidato esteja nessa condição, sua convocação ficará suspensa até o término do prazo de seis meses, não impedindo a convocação dos candidatos subsequentes aptos, reclassificando o candidato suspenso para a posição imediatamente posterior ao candidato convocado que ocupava posição inferior na classificação.

11.3.2 - Terminada a fase de suspensão e havendo a necessidade temporária de excepcional interesse público, o candidato será convocado.

11.4 – As irregularidades na documentação, mesmo que verificados posteriormente, acarretarão a nulidade da inscrição, da classificação e da contratação do candidato.

11.5 – O candidato classificado obriga-se a manter atualizado seu endereço perante a Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas.

11.6 – Caberá a Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas a homologação do Resultado Final;

11.7 – Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pela Comissão Julgadora e pela Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas.

11.8 – Na superveniência de concurso público, as vagas previstas para este Processo Seletivo serão preenchidas pelos candidatos aprovados em concurso público.

11.9 - O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas, inexatas ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos decorrentes.

11.10 - O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento deste Edital e valerá como aceitação tácita das normas estabelecidas para o presente Processo Seletivo.

11.11 - Pela necessidade do excepcional interesse público poderá o Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal retomar a chamada dos candidatos, que no ato da chamada inicial não puderam assumir suas funções.

11.12 - A classificação do presente Processo Seletivo Simplificado assegurará apenas a expectativa de direito à contratação, ficando a concretização da mesma condicionada à observância das disposições legais pertinentes e da exclusiva necessidade, interesse e conveniência da Administração.

11.13 - O presente processo seletivo tem vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

ANEXO I – EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 006/2021

DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

I - Das atribuições de todos os médicos:

1.1 - realizar atividades e procedimentos assistenciais em sua área de atuação, de caráter eletivo e de urgência e emergência, ambulatorial e hospitalar;

1.2 - diagnosticar, estadiar, prescrever, tratar e evoluir pacientes em regime ambulatorial e hospitalar;

1.3 - passar visita médica nos pacientes internados: anamnese, exame clínico geral, exames complementares, prescrição, indicar e realizar procedimentos e fazer o acompanhamento dos pacientes;

1.4 - responder às inter-consultas;

1.5 - realizar as anotações em prontuário médico de todos os procedimentos e observações pertinentes;

1.6 - realizar avaliação e adotar conduta médica em situações de urgência e emergência e eletiva;

1.7 - prestar orientações técnicas para a equipe multidisciplinar, esclarecendo dúvidas e fornecendo suporte para assistência integral ao paciente;

1.8 - cumprir com as determinações legais e administrativas referentes a prescrição médica, preenchimento de documentos, alta hospitalar, laudos, atestados, pareceres e outros;

1.9 - atuar como médico substituto quando solicitado;

1.10 - participar das escalas de plantão. Ser responsável pelo equipamento que utilizar no atendimento aos pacientes e utilizá-lo de forma adequada para garantir a sua durabilidade e eficiência;

1.11 - efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas, quando assim determinado pela autoridade competente;

1.12 - elaborar toda ação necessária para remoção ou transferência dos pacientes quando internados em estabelecimento municipal;

1.13 - acompanhar pacientes em transferências ou locomoções extra hospitalares;

1.14 - manter informado os pacientes e seus familiares;

1.15 - cumprir com as atividades descritas no rol de atribuições definidas pela Secretária Municipal de Saúde na sua área de atuação.

Parágrafo único. São responsabilidades de todos os MÉDICOS:

I - participar efetivamente na elaboração e na execução dos planos, programas, ações e serviços de saúde pública em que o Município seja participe ou que os desenvolva.

II - desenvolver ações em saúde que contribuam para o bem estar dos usuários, por meio da realização de consultas e atendimentos médicos:

- a) efetuando anamnese;
- b) realizando exame físico e solicitando exames complementares;
- c) realizando e/ou supervisionando propedêutica instrumental;
- d) interpretando dados de exames clínicos e exames complementares;
- e) diagnosticando o estado de saúde do paciente;
- f) planejando, indicando e prescrevendo tratamento;
- h) praticando intervenções clínicas e/ou cirúrgicas;
- i) estabelecendo prognóstico;
- j) monitorando o estado de saúde dos pacientes.

III - realizar atividades de demanda espontânea e programada em clínica médica, para fins diagnósticos.

IV - realizar consultas clínicas e procedimentos nas Unidades Básicas de Saúde e quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações, etc.).

V - encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referências e contra referências locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do planoterapêutico do usuário, proposto pela referência.

VI - promover a educação em saúde:

- a) promovendo atividades educativas, prestando informações e orientações à população, divulgando fatores de riscos e outros;
- b) divulgando informações em mídia;
- c) desenvolvendo estudos e pesquisas relacionados à sua área de atuação;
- d) realizando reuniões e/ou comissões com equipes multidisciplinares;
- e) organizando campanhas, palestras e outras atividades afins.

VII - executar serviços de consultoria, auditoria, controle, avaliação, regulação e emissão de parecer, sobre matéria de teor médico.

VIII - elaborar documentos médicos e manter o registro dos usuários atendidos.

IX - participar de equipe multidisciplinar na elaboração de diagnóstico de saúde, contribuindo com dados e informações na verificação dos serviços e da situação de saúde da comunidade, para estabelecimento de prioridades nas atividades a serem implantadas, integrando a equipe na elaboração e/ou adequação de normas e procedimentos operacionais, visando à melhoria da qualidade de ações prestadas nos serviços do município.

X - realizar o acompanhamento e orientação dos Agentes Comunitários de Saúde.

XI - implementar ações para promoção da saúde:

- a) estabelecendo planos de ação;
- b) ministrando tratamentos preventivos;
- c) promovendo ações de controle epidemiológico, de vetores e zoonoses;
- d) implementando medidas de segurança e proteção do trabalhador.

ANEXO II CRONOGRAMA DE EVENTOS	
Publicação do edital	01 de Julho de 2021.
Efetivação das inscrições	A partir das 8h00 do dia 02 de Julho de 2021 a 09 de Julho de 2021, às 17h00.
Período de análise	12 de Julho de 2021.
Divulgação da classificação	13 de Julho de 2021.
Entrada de Recurso contra classificação	14 de Julho de 2021.
Decisão da análise dos Recursos	15 de Julho de 2021.
Homologação final do processo seletivo	15 de Julho de 2021.

São Francisco do Sul, 01 de Julho de 2021.

CARLOS ROBERTO NUNES
Secretário Municipal de Administração e
Gestão de Pessoas

ANEXO III

FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PROCESSO SELETIVO 006/2021

Nome do Candidato:	Tipo de Recurso: 1 – Contra o edital 2 – Contra indeferimento de inscrição 3 – Contra Inscrição 4 – Contra a pontuação de títulos 5 - outros
	1 – Deferido 2 – Indeferido
N.º de Inscrição:	Cargo:
Fundamentação e Questionamento:	

Assinatura do Candidato

Local e data _____ de _____ de 2021.

ANEXO IV

Parecer da Comissão Julgadora:

Local e Data _____ de _____ de 2021.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO

Eu, (nome do candidato), declaro para os devidos fins de direitos, que não faço parte do Grupo de Risco para a COVID-19, declaro: I – Idosos na acepção legal do termo, por contar com idade igual ou superior a 60(sessenta) anos e não imunizados por duas doses da vacina imunizante do COVID-19 (estando já vacinado CONTRA O COVID, somente poderá ser contratado, após parecer do médico do trabalho do SESMET, e no mínimo após 14 dias da imunização da 2ª dose do imunizante COVID-19) II – não estar gestante; III – não ser portador de cardiopatias graves ou descompensados (insuficiência cardíaca, cardiopatia isquêmica); IV – não ser portador pneumopatias graves ou descompensadas (asma moderada/grave, DPOC); V – não ser portador Imunodepressão; VI – não ser portador de doenças renais crônicas em estágio avançado (graus 3, 4 e 5); VII – não ser portador diabetes mellitus; VIII – não ser portador de doenças cromossômicas com estado de fragilidade imunológica; IX – não ser portador de doenças imunossupressoras; X – não ser portador de doenças crônicas; XI – não ser portador de tuberculose; XII – não ser portador de HIV.

Declaro ter conhecimento que a presente declaração tem por finalidade preservar a saúde e a vida do presente declarante, a fim de que o Município de São Francisco do Sul não me exponha à risco, considerando a necessidade da contratação temporária ter por objetivo a realização do trabalho em regime presencial.

São Francisco do Sul, _____ de _____ de 2021.

Assinatura do candidato

São João Batista

PREFEITURA

DECRETO FUNCIONAL Nº 250/2021

Publicação Nº 3130718

DECRETO FUNCIONAL 250/2021

Exoneração a pedido

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 3.729/2017 decreta:

Art. 1º Fica exonerado LUIZ FELIPE REIS VARGAS, ocupante do cargo em comissão de SECRETÁRIO ADJUNTO DE INFRAESTRUTURA, a contar de 01 de julho de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 01 de julho de 2021.

Pedro Alfredo Ramos
Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 9912494195

Publicação Nº 3130838

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 91CB17D7A74B0E8D84BB6C7783050DA0857FD0C6

Extrato do segundo termo aditivo ao Contrato nº 9912494195

Contratante: Município de São João Batista, SC, inscrito no CNPJ n.º 82.925.652/0001-00;

Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, inscrita no CNPJ n.º 34.028.316/0028-23;

Processo Licitatório 73/PMSJB/2020 - Inexigibilidade nº 001/PMSJB/2020;

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses;

Dotação orçamentária: A despesa deste termo aditivo correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: (14) 3.3.90.39.99.00.00.00;

Data da assinatura: 1º/07/2021.

HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS 001/FMS/2021

Publicação Nº 3131875

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 89982F003474789DA8A934D2D818195E31DEC90E

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021

Processo Licitatório nº 021/FMS/2021

Empresa: Construtora WDD LTDA - CNPJ nº 07.256.305/0001-08

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UM ALMOXARIFADO CENTRAL DE MEDICAMENTOS, INSUMOS DE ENFERMAGEM, ODONTOLOGIA E OUTROS, COM 165,00 METROS QUADRADOS, JUNTO ÀS INSTALAÇÕES DO POSTO DE SAÚDE CENTRAL, COM SEDE NA RUA GILSON GERALDO SARTORI, Nº 413, CENTRO, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, RRT E DEMAIS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL.

Considerando tudo quanto relatado no Processo Licitatório 021/FMS/2021 da Tomada de Preços nº 001/2021 e considerando que esta licitação atendeu a todos os requisitos do instrumento convocatório e aos preceitos da Lei nº 8.666/93, decido HOMOLOGAR e ADJUDICAR o objeto desta licitação à empresa: CONSTRUTORA WDD LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.256.305/0001-08, no valor total de R\$ 418.916,35 (quatrocentos e dezoito mil novecentos e dezesseis reais e trinta e cinco centavos).

Fica convocado o adjudicatário desta licitação, a comparecer no Departamento de Licitações da Prefeitura de São João Batista, com sede na Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, para assinar o contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias consecutivos, sob pena de decair do direito à contratação.

São João Batista, 1º de julho de 2021.

Karin Cristine Geller Leopoldo
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 425/2021

Publicação Nº 3130781

PORTARIA Nº 425/2021

ACT

A Secretária de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 4130/2021, considerando o interesse da Administração, resolve:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário THIALA PACHECO, para prestar serviços de excepcional interesse público na função de ORIENTADORA EDUCACIONAL, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 24/06/2021 a 08/08/2021, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 28 de junho de 2021

Rosane Sartori Rosa
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 426/2021

Publicação Nº 3130782

PORTARIA Nº 426/2021

ACT

A Secretária de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 4130/2021, considerando o interesse da Administração, resolve:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário ALCIONE DOS SANTOS LIMA, para prestar serviços de excepcional interesse público na função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 23/06/2021 a 15/12/2021, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 28 de junho de 2021

Rosane Sartori Rosa
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 427/2021

Publicação Nº 3130783

PORTARIA Nº 427/2021

Resilição de contrato

A Secretária de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 4130/2021, considerando o interesse da Administração, resolve:

Art. 1º Fica resilido o contrato da servidora GILMAR DEJAIR ODELLI, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - PINTOR, com exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura, a contar de 02/06/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da resilição.

São João Batista, 28 de junho de 2021.

Rosane Sartori Rosa
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 428/2021

Publicação Nº 3130784

PORTARIA Nº 428/2021

Resilição de contrato

A Secretária de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 4130/2021, considerando o interesse da Administração, resolve:

Art. 1º Fica resiliado o contrato do servidor DANIEL MANDRYK MELLEK, ocupante do cargo de MÉDICO VETERINÁRIO, com exercício na Secretaria Municipal de Agricultura, a contar de 25/06/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da rescisão.

São João Batista, 28 de junho de 2021.

Rosane Sartori Rosa

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 429/2021

Publicação Nº 3130785

PORTARIA Nº 429/2021

ACT

A Secretária de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 4130/2021, considerando o interesse da Administração, resolve:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário GILSON PINHEIRO GONÇALVES, para prestar serviços de excepcional interesse público na função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura, pelo período de 17/06/2021 a 17/12/2021, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 28 de junho de 2021

Rosane Sartori Rosa

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 430/2021

Publicação Nº 3130788

PORTARIA Nº 430/2021

Resilição de contrato

A Secretária de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 4130/2021, considerando o interesse da Administração, resolve:

Art. 1º Fica resiliado o contrato da servidora ALESSANDRA GRAZIELE HOMEM, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 28/06/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 28 de junho de 2021.

Rosane Sartori Rosa

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 431/2021

Publicação Nº 3130789

PORTARIA Nº 431/2021

ACT

A Secretária de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 4130/2021, considerando o interesse da Administração, resolve:

Art. 1º Fica admitido em caráter temporário JUAREZ FIDELIS DA SILVA, para prestar serviços de excepcional interesse público na função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura, pelo período de 17/06/2021 a 17/12/2021, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 28 de junho de 2021

Rosane Sartori Rosa

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 432/2021

Publicação Nº 3130790

PORTARIA Nº 432/2021

Resilição de contrato

A Secretária de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 4130/2021, considerando o interesse da Administração, resolve:

Art. 1º Fica resiliado o contrato do servidor JOSÉ RAIMUNDO MELO DA SILVA, ocupante do cargo de ZELADOR VIGILANTE, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 09/06/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da resilição.

São João Batista, 28 de junho de 2021.

Rosane Sartori Rosa

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 433/2021

Publicação Nº 3130791

PORTARIA Nº 433/2021

Resilição de contrato

A Secretária de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 4130/2021, considerando o interesse da Administração, resolve:

Art. 1º Fica resiliado o contrato da servidora CELMA PECHEJOSVKI DE JESUS MOURA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 14/06/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da resilição.

São João Batista, 28 de junho de 2021.

Rosane Sartori Rosa

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 434/2021

Publicação Nº 3130792

PORTARIA Nº 434/2021

ACT

A Secretária de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 4130/2021, considerando o interesse da Administração, resolve:

Art. 1º Fica admitido em caráter temporário CLEIDENEIA DE SOUZA MARQUES, para prestar serviços de excepcional interesse público na função de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 18/06/2021 a 17/08/2021, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 29 de junho de 2021

Rosane Sartori Rosa

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 435/2021

Publicação Nº 3130917

PORTARIA Nº 435/2021

Concede Licença Especial por Assiduidade

A Secretária de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 4130/2021, considerando o interesse da Administração, resolve:

Art. 1º Fica concedido 90 (noventa) dias de Licença Especial por Assiduidade ao servidor ANTONIO CARLOS BECKER, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA - ETA, lotado junto ao SISAM, referente ao período aquisitivo de 02/02/2014 a 02/02/2019, a contar de 20 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 1º de julho de 2021

Rosane Sartori Rosa
Secretária Municipal de Administração

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/PMSJB/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO 047/PMSJB/2021

Publicação Nº 3130822

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2E88D08BF5E13A710FC949738E4CF8FD5EA13D81
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/PMSJB/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO 047/PMSJB/2021

O Município de São João Batista (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ nº 82.925.652/0001-00, com Prefeitura na Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93 e Decreto Federal 10.024/19, por determinação de Juliano Grime, Pregoeiro Municipal Suplente, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório nº 066/PMSJB/2021 - Pregão Eletrônico 047/PMSJB/2021, do tipo menor preço, modo de disputa: aberto, para aquisição de 01 (uma) escavadeira hidráulica, para atender as necessidades da secretaria de agricultura do município de São João Batista, SC, conforme convenio MAPA Nº 886989/2019. Recebimento das propostas: até às 8h15min do dia 16/06/2021; Início da sessão: dia 16/07/2021, às 8h30min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF. Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.sjbatista.sc.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitação do município de São João Batista, através do telefone (48) 3265-0195 ou e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br.

São João Batista, 01 de julho de 2021.

Juliano Grime
Pregoeiro Municipal Suplente

São João do Itaperiú

PREFEITURA

37/2021

Publicação Nº 3131341

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ

ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ/SC, através do Prefeito Clezio José Fortunato, torna público:

CONTRATO 37-2021 CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ. CONTRATADA: ITUARA LTDA CNPJ: 18.057.523/0001-30 - Objeto: AQUISIÇÃO DE UM TRATOR AGRÍCOLA DE PNEUS, MARCA LS TRACTOR, MODELO PLUS 90C, NOVO, ZERO KM, ANO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO 2020/2021, CABINADO COM SISTEMA DE AR CONDICIONADO, NO MINIMO MOTOR DE 90 CV, COM 04 CILINDROS COM NO MINIMO DE 03 VELOCIDADES, COM PNEUS TRASEIRO NO MINIMO 18.4-30 E 12.4-24, COM TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE NO MINIMO 95 LITROS, DIREÇÃO HIDROSTÁTICA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA APROVADO NO ÂMBITO DO CONVÊNIO Nº 898691/2020/MAPA. Valor Global: R\$ 210.333,00 (duzentos e dez mil, trezentos e trinta e três reais). Dotação Orçamentaria: Órgão: Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - Unidade: Setor de Agricultura – Elemento 4.4.90.52.40.00.00.00 Licitação: Pregão Presencial nº 17/2021/2020 – PL nº 22/2021.São João do Itaperiú (SC), 12 de maio de 2021. Clezio José Fortunato-Prefeito Municipal.

DL 5/2021

Publicação Nº 3132222

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ

ESTADO DE SANTA CATARINA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2021 PMSJI

Processo Licitatório Nº 36/2021 - Dispensa de Licitação Nº 05/2021. Em conformidade com art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações. Objeto: Dispensa de licitação para Locação de Trator de Esteiras para atender Secretaria de Obras e Vias Urbanas. LOCATARIO: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ/SC CNPJ: 95 954 442/0001-83. LOCADOR: JULIO SERGIO ESPÍNDULA FILHO EPP, CNPJ nº 72.108.129/0001-29 - Valor Total R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais). Integra do Edital: www.pmsji.sc.gov.br; São João do Itaperiú (SC), 30 de junho de 2021. Clezio José Fortunato – Prefeito

PL 34/2021 E 25/2021

Publicação N° 3130662

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 34/2021
PREGÃO PRESENCIAL N° 25/2021

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ/SC, torna público, nos termos da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei n° 10.520 de 17 de julho de 2002, e suas posteriores alterações, e Lei Complementar n° 123/2006, na modalidade PREGÃO, Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM para REGISTRO DE PREÇO, com abertura no dia **14 de julho de 2021 as 9h**, abertura e início de julgamento das propostas. **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO para prestação de serviço de mão de obra para reforma de ruas com pavimentação de lajotas em diversas ruas do Município de São João do Itaperiú/SC, conforme especificações estabelecidas em Edital. A entrega dos envelopes será até às **08h30 do mesmo dia**. A Íntegra do Edital e mais informações poderá ser obtida no Depto. de Licitações, sito à Rua Prefeito José Acácio Delmonego, 316, Centro, telefone: (047)3458-0010/e-mail: licitacao@pmsji.sc.gov.br. São João do Itaperiú/SC, 01 de julho de 2021. Jaime Antonio de Souza – Prefeito em exercício

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO 3ª TA A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 72.2021

Publicação Nº 3130754

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

3º TERMO DE ADITAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 72/2020

PARTES: Município de São João do Oeste e Mercado Halmenschlager LTDA ME

ORIGEM: Processo Licitatório nº 148/2020

OBJETO: O presente termo aditivo estabelece o reajuste a maior de valor no item Café Solúvel Granulado 200g passando de R\$ 10,80 para R\$ 13,72 e Açúcar branco refinado 1kg passando de R\$ 2,95 para R\$ 3,98, conforme faculta legislação vigente. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato Original, não expressamente alteradas por este Termo.

PRAZO: 02.07.2021 até 13.11.2021

São João do Oeste - 02 de julho de 2021.

Genésio Marino Anton - Prefeito Municipal

São João do Sul

PREFEITURA

LEI N.º 1.897 DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131258

LEI N.º 1.897 DE 01 DE JULHO DE 2021.

Institui o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS SÃO JOÃO 2021, no Município de São João do Sul e, dá outras providências.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído, no Município de São João do Sul, o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS SÃO JOÃO 2021, destinado a promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos de contribuintes pessoas jurídicas e físicas, relativos a tributos municipais definidos no Código Tributário Municipal (Lei n.º 629 de 17 de dezembro de 1990) e multas acessórias, e demais obrigações não tributárias de competência municipal, em razão de fatos geradores ocorridos até a data de 31 de dezembro de 2020, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos, podendo ser parcelados em até 16 (dezesesseis) prestações mensais e sucessivas.

Art. 2º - O ingresso no REFIS SÃO JOÃO 2021, dar-se-á por opção do contribuinte no período de 10 de julho de 2021 a 30 de dezembro de 2021, mediante formalização de Termo de Acordo de Parcelamento com Confissão de Dívida, diretamente no serviço de atendimento da Secretaria Municipal de Finanças, que fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais referidos no artigo anterior, nos termos e condições previstas nesta Lei, o qual deverá atender aos seguintes requisitos, vedado a cumulação com pedido de revisão:

I – Estar assinado pelo próprio contribuinte ou procurador devidamente constituído, devendo o instrumento de mandato conter poderes específicos;

II – estar instruído com cópias do documento de identidade e do CPF do contribuinte;

III – no caso de contribuinte pessoa jurídica, estar instruído com cópias do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

IV - comprovante de endereço.

§ 1º - O ingresso no REFIS SÃO JOÃO 2021, implica inclusão da totalidade dos débitos relativos aos tributos mencionados no Artigo 1º, de responsabilidade do optante, inclusive os não constituídos, que serão denunciados espontaneamente, mediante confissão.

§ 2º - O valor dos débitos a serem consolidados será determinado com os acréscimos relativos à multa de mora ou de ofício, encargo legal, aos juros de mora e a correção monetária, com base na legislação vigente.

§ 3º - Para fins desta Lei, os acréscimos a que se refere o parágrafo anterior serão deduzidos do seu valor, à exceção da correção monetária, conforme tabela abaixo:

Forma de pagamento	Redução de juros e multa
À vista	100%
Até 06 parcelas (sendo que a primeira parcela deve corresponder a no mínimo 30% do valor da dívida)	70%
De 07 a 16 parcelas (sendo que a primeira parcela deve corresponder a no mínimo 30% do valor da dívida)	50%

§ 4º - A adesão ao parcelamento proposto nesta Lei será condicionada a antecipação de no mínimo 30% (trinta por cento) do valor da dívida, que deve ser quitada no ato de formalização do parcelamento.

§ 5º - O contribuinte poderá fazer adesão para débitos em nome de outro devedor, quando deverá apresentar seus documentos pessoais, para conferência e atualização do cadastro tributário do Município.

Art. 3º - O débito consolidado na forma desta Lei, aplicados os benefícios de que trata o seu artigo 2º, sujeitar-se-á a correção monetária pela variação da UFM, da seguinte forma:

I - O valor de cada uma das parcelas com vencimento dentro do mesmo exercício da data da adesão ao REFIS SÃO JOÃO 2021, será acrescido da variação do índice da UFM, vigente na data daquela adesão.

II - O valor de cada uma das parcelas subsequentes será atualizado monetariamente pela variação do índice da UFM, vigente no mês de janeiro do exercício de seus respectivos vencimentos.

III - O contribuinte poderá incluir no REFIS SÃO JOÃO 2021 eventuais saldos de parcelamento em andamento, sendo que os benefícios a que faz jus, serão calculados sobre o saldo devedor original dos tributos, sem qualquer benefício concedido pelo anterior parcelamento, abatidos os valores pagos, aplicando-se ao resultado os dispositivos desta Lei.

IV – Poderão também ser incluídos no REFIS SÃO JOÃO 2021 os débitos não pagos referentes a parcelamentos anteriores, sem a incidência dos benefícios nela expressos, desde que o contribuinte não opte pela regularização constante do Artigo 9º da presente Lei.

Parágrafo Único - Não incidirá a variação da UFM, conforme previsto nos incisos I e II, aos contribuintes que aderirem ao REFIS SÃO JOÃO 2021 com opção de parcelamento em até 12 (doze) vezes, desde que pagas as parcelas dentro de seus respectivos vencimentos.

Art. 4º - O débito objeto do parcelamento será consolidado no mês do pedido e será dividido em até 16 (dezesesseis) prestações - adiantando-se 30% (trinta por cento) do valor da dívida na primeira parcela, sendo que o número de parcelas para cada parcelamento limitar-se-á ainda:

I - em relação às pessoas jurídicas inscritas no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Micro-empresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar n.º 123/2006, ao valor mínimo de R\$ 100,00

(cem reais) para cada parcela;

II - ao valor mínimo de R\$ 200,00 (duzentos reais), por parcela mensal, no caso de pessoas jurídicas que não se adequarem no inciso I supra;

III - ao valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), por parcela mensal, no caso de pessoas físicas.

Parágrafo Único - Aquele que paralisar e reiniciar suas atividades, sob a mesma ou outra razão social, assume a obrigação com base na nova atividade.

Art. 5º - A opção pelo REFIS SÃO JOÃO 2021 exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos impostos de que trata esta lei.

Art. 6º - A opção pelo Programa sujeita o optante a:

I - Confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos incluídos no programa por opção do contribuinte;

II - A aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no Programa;

III - Para obter os benefícios do REFIS SÃO JOÃO 2021, deve o contribuinte confessar o débito e desistir, renunciando expressa e irrevogavelmente, a toda e qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial, bem como desistência dos já interpostos, que tenham por objeto ou finalidade, mediata ou imediata, discutir ou impugnar lançamentos ou débitos incluídos no programa por opção do contribuinte, devendo, outrossim, renunciar expressamente ao direito sobre que se fundam os correspondentes pleitos;

IV - As execuções fiscais já ajuizadas serão suspensas após a adesão ao REFIS SÃO JOÃO 2021;

V - Ficam dispensados os pagamentos de honorários advocatícios quando cabíveis, desde que o contribuinte cumpra totalmente o compromisso assumido na adesão ao REFIS SÃO JOÃO 2021;

VI - Os valores decorrentes de custas judiciais correrão à conta do contribuinte, nos casos em que haja ação de cobrança ajuizada e deverão ser quitados junto ao Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

Art. 7º - A homologação da opção será efetuada pelo representante do Poder Executivo Municipal, nomeado por Decreto.

§ 1º - A homologação da opção pelo REFIS SÃO JOÃO 2021 será condicionada ao pagamento da primeira parcela, que corresponderá a antecipação de no mínimo 30% (trinta por cento) do valor total da dívida ou da parcela única, sob a condição resolutória de pagamento integral das demais parcelas, nos prazos fixados.

§ 2º - Não haverá outra condição para homologação da opção, não sendo exigida a apresentação de qualquer tipo de garantia ou arrolamento, salvo a prévia existência de penhora em processo de execução fiscal, a qual deverá permanecer até a integral quitação do débito consolidado.

§ 3º - A emissão de certidão positiva com efeito de negativa de débitos fica condicionada ao pagamento da primeira parcela, bem como se o contribuinte estiver adimplente com o pagamento do parcelamento, na forma pactuada.

§ 4º - A certidão negativa somente será emitida após a quitação integral dos débitos parcelados no REFIS SÃO JOÃO 2021.

Art. 8º - O contribuinte será excluído do Programa nas seguintes hipóteses:

I - Deixar de atender qualquer uma das exigências do Artigo 6º;

II - Ficar inadimplente por 03 (três) meses consecutivos ou 06 (seis) meses alternados, do parcelamento ou de débitos decorrentes de fatos geradores futuros.

§ 1º - A exclusão do Programa implicará na exigibilidade imediata da totalidade dos débitos ainda não pagos, restabelecendo-se a este montante seu valor originário, com os acréscimos legais na forma da legislação aplicável, com inscrição em dívida ativa para cobrança judicial.

§ 2º - A exclusão do Programa produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que o contribuinte for cientificado da decisão administrativa.

§ 3º - A exclusão do Programa implicará o imediato prosseguimento dos processos de execução fiscal suspensos por conta da adesão ao REFIS SÃO JOÃO 2021.

Art. 9º - O contribuinte que for excluído do Programa, conforme disposto no Artigo 8º, não poderá aderir novamente ao Programa.

Art. 10 - Os contribuintes que aderiram ao parcelamento previsto por leis anteriores, caso possuam prestações vencidas e não pagas poderão permanecer no programa e nas mesmas condições acordadas, desde que efetuem, obrigatoriamente, o pagamento dos valores referentes a débitos não incluídos no parcelamento e vencidos a partir da data da assinatura do termo de adesão ao REFIS SÃO JOÃO 2021.

§ 1º Além da obrigação prevista no caput deste artigo, os contribuintes optantes do parcelamento previsto em leis anteriores, que possuam parcelas em atraso deverão regularizar seus débitos, a fim de permanecerem no programa nas mesmas condições acordadas, desde que, alternativamente:

a) pagas as parcelas em atraso, à vista, com a incidência de cláusula penal no percentual de 1% (um por cento) sobre cada uma das parcelas, prosseguindo no pagamento das demais parcelas vincendas, nas mesmas condições do REFIS SÃO JOÃO 2021, ou

b) reparcular a totalidade do débito, nas mesmas condições do REFIS SÃO JOÃO 2020, com a incidência de cláusula penal no percentual de 1% (um por cento) para cada parcela em atraso, aplicando-se o somatório do percentual sobre o saldo devedor total.

Art. 11 - Os contribuintes terão até a data de 30 de dezembro de 2021 para aderirem ao Programa.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal n.º 1.876 de 25 de junho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 01 de julho de 2021.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte um.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

LEI N.º 1.898 DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131555

LEI N.º 1.898 DE 01 DE JULHO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A DESAFETAÇÃO DE USO PÚBLICO DO BEM IMÓVEL REGISTRADO NO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL SOB O N.º 12093, AUTORIZA SUA CESSÃO DE USO AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MAMPITUBA - CIMA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a desafetação da destinação original do imóvel rural matriculado sob o n.º 9.627 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Rosa do Sul, com a área de 10.000,00m², de propriedade do Município de São João do Sul/SC, a seguir discriminado:

Item	Descrição do Item	N.º Patrimônio
01	Uma área rural, situada no lugar Sertão do Piritú, distrito de Vila Conceição, no Município de São João do Sul/SC, com a área de 10.000,00m² (dez mil metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: "Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P01, de coordenadas N 6.765.201,978 m. e E 616.996,555 m.; situado no limite da Rua SJS 422 com Pedro Marinho de Quadros, matrícula R.1-41.625, deste segue com azimute de 198°16'13" e distância de 6,35 m., confrontando neste trecho com Rua SJS 422, até o vértice P02, de coordenadas N 6.765.195,951 m. e E 616.994,566 m.; deste, segue com azimute de 326°17'15" e distância de 42,94 m., confrontando Flávio Rosa da Silva, matrícula R.4-2.139, até o vértice P03, de coordenadas N 6.765.231,674 m. e E 616.970,730 m.; deste, segue com azimute de 287°11'11" e distância de 89,32 m., confrontando neste trecho com Flávio Rosa da Silva, matrícula R.4-2.139, até o vértice P04, de coordenadas N 6.765.258,068 m. e E 616.885,395 m.; deste, segue com azimute de 197°11'11" e distância de 65,00 m., confrontando neste trecho com Flávio Rosa da Silva, matrícula R.4-2.139, até o vértice P05, de coordenadas N 6.765.195,970 m. e E 616.866,189 m.; deste, segue com azimute de 287°11'11" e distância de 133,50 m., confrontando neste trecho com Flávio Rosa da Silva, matrícula R.4-2.139, até o vértice P06, de coordenadas N 6.765.235,415 m. e E 616.738,654 m.; deste, segue com azimute de 17°11'11" e distância de 70,00 m., confrontando neste trecho com Flávio Rosa da Silva, matrícula R.4-2.139, até o vértice P07, de coordenadas N 6.765.302,290 m. e E 616.759,338 m.; deste, segue com azimute de 107°11'11" e distância de 224,59 m., confrontando neste trecho com Pedro Marinho de Quadros, matrícula R.1-41.625, até o vértice P08, de coordenadas N 6.765.235,926 m. e E 616.973,904 m.; deste, segue com azimute de 146°17'15" e distância de 40,81 m., confrontando neste trecho com Pedro Marinho de Quadros, matrícula R.1-41.625, até o vértice P01, de coordenadas N 6.765.201,978 m. e E 616.996,555 m, ponto inicial da descrição deste perímetro, adquirida de Flávio Rosa da Silva e Terezinha Scandolar da Silva, através de Procedimento Extrajudicial de Desapropriação, conforme Matrícula n.º 9.627, Livro 02, de Registro Geral, fls. 01, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Rosa do Sul/SC, antes destinado a construção da Estação de Tratamento de Esgoto Municipal.	12093

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a outorgar, a título gratuito, mediante documento hábil e por prazo determinado, a CESSÃO DE USO do imóvel descrito no artigo anterior, em favor do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MAMPITUBA - CIMA, pessoa jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 41.542.250/0001-30, com sede na Rua Irineu Bornhausen, n.º 302, Centro, Município de Praia Grande/SC, CEP 88.990-000, neste ato representado pelo presidente do Conselho Diretor ELISANDRO PEREIRA MACHADO, brasileiro, casado, agente público municipal, inscrito no CPF/MF sob o n.º 966.356.119-34, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.453.750, expedida pela SESP/SC em 24/01/2019, residente e domiciliado na Estrada Geral Alvorada, s/n, Bairro Alvorada, Município de Praia Grande/SC, CEP 88.990-000.

Art. 3º - O prazo de vigência da cessão de uso será até o dia 31 de dezembro de 2030, iniciando-se a contar da assinatura do competente Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel.

Art. 4º - A Cessão de Uso de que trata o Art. 2º é feita a título gratuito, devendo o imóvel ser utilizado pelo Cessionário, para fins de instalação de uma usina de asfalto, a ser adquirida pelo Cessionário através de Convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º - Caberá ao Cessionário a conservação e manutenção, preventiva e corretiva do bem ora cedido, impostos, taxas e quaisquer despesas contratadas pelo cessionário sobre a posse e uso do imóvel, bem como a responsabilidade perante terceiros de quaisquer danos causados por acidentes, ainda que fortuitamente, bem como todas as verbas trabalhistas e impostos devidos na contratação de seus empregados.

Art. 6º - As benfeitorias realizadas no imóvel automaticamente serão incorporadas ao patrimônio público do Município de São João do Sul, sem que haja qualquer direito à indenização ou retenção.

Art. 7º - O Cessionário deverá comprometer-se a permitir o uso do bem pela Municipalidade, de forma compartilhada, sempre que assim for necessário ou conveniente para a Administração em decorrência de suas atividades.

Art. 8º - A Secretaria Municipal de Obras e Serviços será responsável pela fiscalização e acompanhamento do uso pelo Cessionário, quanto ao cumprimento das normas estabelecidas na presente Lei.

§ 1º - É vedado ao Cessionário desenvolver atividades estranhas ao objeto da cessão, bem como a transferência da cessão no todo ou em parte.

§ 2º - No caso de ocorrência de quaisquer destas situações, o termo deverá ser rescindido e determinada a devolução do bem no prazo estabelecido.

Art. 9º - O Cessionário restituirá o bem imóvel ao término do prazo estabelecido no Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel, ou antes disso, em caso de dissolução do Cessionário ou encerramento da atividade a que se propõe, em perfeitas condições, conforme constante do Termo de Recebimento, depois de realizada a devida conferência no imóvel.

Art. 10 - Fica estipulada a possibilidade da renovação da Cessão de Uso, mediante a celebração de Termo Aditivo.

Art. 11 - Constitui parte integrante desta Lei, na forma de Anexo Único, a Minuta de Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 01 de julho de 2021.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte um.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL Nº 0XX/2021

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MAMPITUBA - CIMAS.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 82.547.274/0001-60, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, brasileiro, solteiro, nascido em 26/12/1960, portador da cédula de identidade RG nº 01015609173 expedida pela SSP/RS e, inscrito no CPF/MF sob o nº 314.224.970-20, residente e domiciliado na Rua José Silveira Filho, nº 637, bairro Centro, na cidade de São João do Sul/SC, doravante denominado CEDENTE, e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MAMPITUBA - CIMA, pessoa jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.542.250/0001-30, com sede na Rua Irineu Bornhausen, nº 302, Centro, Município de Praia Grande/SC, CEP 88.990-000, neste ato representado pelo presidente do Conselho Diretor ELISANDRO PEREIRA MACHADO, brasileiro, casado, agente público municipal, inscrito no CPF/MF sob o nº 966.356.119-34, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.453.750, expedida pela SESP/SC em 24/01/2019, residente e domiciliado na Estrada Geral Alvorada, s/n, Bairro Alvorada, Município de Praia Grande/SC, doravante denominado CESSIONÁRIO, resolvem nos termos do Art. 8º, §3º da Lei Orgânica do Município de São João do Sul e da Lei Municipal nº 0XX de XX de XXXXX de 2021, firmar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL, que prometem cumprir na melhor forma de direito, por si e seus legais sucessores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a Cessão de Uso de terreno rural de propriedade do Município de São João do Sul/SC, situado em Sertão do Piritú, distrito de Vila Conceição, no Município de São João do Sul/SC, com a área de 10.000,00m² (dez mil metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P01, de coordenadas N 6.765.201,978 m. e E 616.996,555 m.; situado no limite da Rua SJS 422 com Pedro Marinho de Quadros, matrícula R.1-41.625, deste segue com azimuth de 198°16'13" e distância de 6,35 m., confrontando neste trecho com Rua SJS 422, até o vértice P02, de coordenadas N 6.765.195,951 m. e E 616.994,566 m.; deste, segue com azimuth de 326°17'15" e distância de 42,94 m., confrontando Flávio Rosa da Silva, matrícula R.4-2.139, até o vértice P03, de coordenadas N 6.765.231,674 m. e E 616.970,730 m.; deste, segue com azimuth de 287°11'11" e distância de 89,32 m., confrontando neste trecho com Flávio Rosa da Silva, matrícula R.4-2.139, até o vértice P04, de coordenadas N 6.765.258,068 m. e E 616.885,395 m.; deste, segue com azimuth de 197°11'11" e distância de 65,00 m., confrontando neste trecho com Flávio Rosa da Silva, matrícula R.4-2.139, até o vértice P05, de coordenadas N 6.765.195,970 m. e E 616.866,189 m.; deste, segue com azimuth de 287°11'11" e distância de 133,50 m., confrontando neste trecho com Flávio Rosa da Silva, matrícula R.4-2.139, até o vértice P06, de coordenadas N 6.765.235,415 m. e E 616.738,654 m.; deste, segue com azimuth de 17°11'11" e distância de 70,00 m., confrontando neste trecho com Flávio Rosa da Silva, matrícula R.4-2.139, até o vértice P07, de coordenadas N 6.765.302,290 m. e E 616.759,338 m.; deste, segue com azimuth de 107°11'11" e distância de 224,59 m., confrontando neste trecho com Pedro Marinho de Quadros, matrícula R.1-41.625, até o vértice P08, de coordenadas N 6.765.235,926 m. e E 616.973,904 m.; deste, segue com azimuth de 146°17'15" e distância de 40,81 m., confrontando neste trecho com Pedro Marinho de Quadros, matrícula R.1-41.625, até o vértice P01, de coordenadas N 6.765.201,978 m. e E 616.996,555 m, ponto inicial da descrição deste perímetro. Matriculado sob o nº 9.627, Livro 02, de Registro Geral, fls. 01, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Rosa do Sul/SC, Patrimônio nº 12093, para a finalidade de instalação de uma usina de asfalto, a ser adquirida pelo Cessionário, através de Convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina e, pelo mesmo administrada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da presente Cessão de Uso inicia na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2030, ou até eventual rescisão ou denúncia por qualquer das partes, sendo a posse do bem transferida imediatamente ao CEDENTE.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - Fica estipulada a possibilidade de prorrogação, mediante a assinatura de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO, DA CONSERVAÇÃO DO BEM E DOS FINS DO SEU USO

O CESSIONÁRIO deverá utilizar única e exclusivamente o bem objeto deste Termo para a instalação de uma USINA DE ASFALTO, a ser adquirida pelo CESSIONÁRIO, através de Convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – As benfeitorias realizadas no imóvel serão automaticamente incorporadas ao patrimônio público, sem que haja qualquer direito à indenização ou retenção.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – Fica estabelecido que todas as despesas concernentes a utilização do imóvel, inclusive aquelas referente às taxas e impostos, que venham a incidir na vigência deste termo, e demais outras indispensáveis à manutenção e conservação do bem, como pagamento de fornecimento de água e energia elétrica, correrão por conta do CESSIONÁRIO.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – Fica ainda atribuída ao CESSIONÁRIO a responsabilidade perante terceiros de quaisquer danos causados por acidentes, ainda que fortuitamente, bem como todas as verbas trabalhistas e impostos devidos na contratação de seus empregados.

SUBCLÁUSULA QUARTA – Ao CESSIONÁRIO é expressamente proibido ceder no todo ou em parte o imóvel, objeto da cessão de uso, bem como transferir a terceiros os direitos decorrentes do presente instrumento.

SUBCLÁUSULA QUINTA – É vedado ao CESSIONÁRIO realizar qualquer tipo de alteração nas características do imóvel, seja de ordem arquitetônica ou outras, salvo por expressa convenção entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DA MODALIDADE DA CESSÃO

A presente CESSÃO DE USO de bem imóvel público é feita em caráter gratuito e precário.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO

O presente Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado no interesse das partes, mediante atendimento na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Termo poderá ser rescindido nas seguintes situações:

- a) Mediante acordo expresso e firmado pelas partes;
- b) Pelo descumprimento de quaisquer obrigações ou condições pactuadas, mediante aviso prévio daquele a quem possa interessar, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, prazo durante o qual deverá ser restituído o imóvel, observadas as condições elencadas neste Termo;
- c) Caso o CESSIONÁRIO venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na execução da cessão contratada;
- d) Quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na legislação sobre o assunto
- e) Eventualmente, se o CESSIONÁRIO deixar de existir ou de exercer suas atividades no imóvel ora cedido.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – Fica facultada à Administração Pública, em decorrência do caráter precário do ato, a revogação do presente Termo, a qualquer tempo, não cabendo qualquer espécie de indenização, mediante decisão motivada do relevante interesse público.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

O CEDENTE exercerá, por meio da Secretaria Municipal de Obras e Serviços, amplo controle sobre a utilização do imóvel. A fiscalização ocorrerá a qualquer momento, conforme convier ao CEDENTE.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – À fiscalização é facultado, intervir, a qualquer momento, desde que constatada ilegalidade no cumprimento deste termo. A intervenção será no sentido de cessar a irregularidade que estiver ocorrendo.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - O desvio de finalidade na utilização do bem público ou de aproveitamento do imóvel importará na rescisão imediata da convenção.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESTITUIÇÃO

Terminado o prazo de vigência da cessão de uso, não havendo prorrogação mediante intenção formal e assinatura de termo aditivo, o bem cedido deverá ser devolvido ao CEDENTE, mediante Termo de Recebimento, depois de realizada a devida conferência no Imóvel e em seu estado de conservação, pelo CEDENTE.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Santa Rosa do Sul-SC, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas da execução ou interpretação deste Termo, podendo, os casos omissos, ser resolvidos de comum acordo pelas partes.

E, por assim estarem de pleno acordo, as partes subscritoras do presente Termo obrigam-se ao seu total e irrenunciável cumprimento, o qual lido e achado conforme, e lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, vão assinados pelos partícipes, e pelas 02 (duas) testemunhas abaixo relacionadas, para publicação e execução.

São João do Sul, em xx de xxxxxx de 2021.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal de São João do Sul
CEDENTE

ELISANDRO PEREIRA MACHADO
Presidente do CIMA
CESSIONÁRIO

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 017 DE 21 DE JUNHO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A DESAFETAÇÃO DE USO PÚBLICO DO BEM IMÓVEL REGISTRADO NO SISTEMA DE CONTROLE PATRIMONIAL SOB O N.º 12093, AUTORIZA SUA CESSÃO DE USO AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MAMPITUBA - CIMA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

O presente Projeto de Lei visa à autorização para o Município de São João do Sul/SC desafetar imóvel de sua propriedade, cujo título restou identificado no presente Projeto, bem como destiná-lo, através de Termo de Cessão de Uso, para o Consórcio Intermunicipal Mampituba – CIMA, por tempo determinado.

Referido imóvel havia sido adquirido como forma de atender à Legislação Federal e Municipal no que se refere a implantação do Saneamento Básico, pois o Município havia protocolado junto à FUNASA o processo n.º SC 0504137664 – Ação: Sistema de Esgotamento Sanitário no valor de R\$ 5.050.701,10 (cinco milhões, cinq-enta mil, setecentos e um reais e dez centavos) e precisa comprovar a propriedade do terreno para construção da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, cumprindo, desta forma, uma das etapas do processo.

O referido processo classificou-se nas duas primeiras fases, porém, os recursos disponíveis na FUNASA eram insuficientes para contemplar todos os municípios classificados. Sendo assim, foram priorizados os municípios que já possuíam uma primeira etapa de saneamento em execução e municípios prioritários como: indígenas, quilombolas e municípios que possuíam ações judiciais a serem resolvidas por ações do MP.

Deste o ano de 2013, não foram abertos novos processos de carta consulta para saneamento básico. Que o projeto feito na época, hoje não satisfaz mais a realidade de São João do Sul, e que, o terreno pode inclusive não ser mais apropriado para a finalidade a que foi adquirido. O Município é partícipe do Consórcio Intermunicipal Mampituba – CIMA, que tem por finalidade a implantação/implementação de políticas públicas comprometidas com o processo de infraestrutura e desenvolvimento de interesses comuns dos Municípios consorciados, de acordo com o Art. 6º de seu Estatuto Social, em anexo.

A Cessão de Uso da área de que trata este Projeto de Lei visa disponibilizar um local para o cessionário para fins de instalação e administração de uma usina de asfalto, a ser adquirida pelo mesmo, através de Convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Com relação à cessão de uso, ensina Hely Lopes Meirelles que ela se caracteriza, basicamente, por ser um ato de colaboração entre repartições públicas:

“Cessão de uso é a transferência gratuita da posse de um bem público de uma entidade ou órgão para outro, a fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado. É ato de colaboração entre repartições públicas, em que aquela que tem bens desnecessários aos seus serviços cede o uso a outra que deles está precisando. (...) A cessão de uso entre órgãos da mesma entidade não exige autorização legislativa e se faz por simples termo e anotação cadastral, pois é ato ordinário de administração através do qual o Executivo distribui seus bens entre suas repartições para melhor atendimento do serviço. (...) Em qualquer hipótese, a cessão de uso é ato de administração interna que não opera a transferência de propriedade e, por isso, dispensa registros externos.”

Como poderão os Senhores Vereadores depreender da exposição formulada, o Projeto de Lei contempla os aspectos essenciais pertinentes ao mérito. Os aspectos acessórios da Cessão de Uso serão determinados administrativamente através da celebração de Termo de Cessão de Uso, cuja Minuta segue em anexo, contemplando assim o procedimento legal para o feito.

Sendo assim, com o intuito de promover a desafetação e cumprindo o que determina a Lei Orgânica do Município, submetemos o respectivo Projeto de Lei à apreciação dos Senhores Vereadores.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 21 de junho de 2021.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 243/2021

Publicação Nº 3131102

DECRETO Nº 243/2021

“QUE CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDOR MUNICIPAL”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Conforme C.I. Nº 80/2021, de 28/06/2021 emitida pelo Secretário Municipal de Obras e Viação e de acordo com o art. 12, anexo VI da Lei Municipal Nº 4.324/15, de 15/05/15; fica concedido GRATIFICAÇÃO correspondente a 60% (sessenta por cento) do piso salarial do quadro de pessoal do Poder Executivo ao servidor ANTONIO ROGERIO CARVALHO DE LIMA, responsável pela Supervisão das Máquinas e Equipamentos da Secretaria de Obras, a contar do dia 01/06/2021.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de junho de 2021, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 30 de junho de 2021.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 46/2021 PMSJ

Publicação Nº 3131356

Página: 1 / 1

Página: 1 / 1

Data: 01/07/2021

Mês / Ano de Assinatura
7/2021

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM**

Praça João Ribeiro, 01 - Centro - São Joaquim - SC
CEP: 88600-000 CNPJ: 82.561.093/0001-98 Telefone: (49) 3233-6400

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS**Tipo de Instrumento:** Termo de Contrato**Nº Contrato:** 23/2021**Contratado:** BIANCO, KAMINSKI & PAVEI ADVOCACIA E ASSESSORIA**CNPJ/CPF:** 09.123.524/0001-44**Nº Licitação:** 3/2021 **Nº Processo:** 46/2021**Modalidade:** Inexigibilidade de licitação**Fundamento Legal:** 8666**Objeto:** Contratação da empresa BIANCO, KAMINSKI & PAVEI ADVOCACIA E ACESSORIA para desenvolvimento de plano de trabalho para atualização do Código Tributário do município de São Joaquim.**Data da Assinatura:** 01/07/2021**Entidade:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM**Valor:** 25.000,00**Vigência:** 01/07/2021 a 29/10/2021**Despesa(s):**

12 - 02.003.04.123.0001.2006.3.3.90.00.00

PORTARIA Nº 575/2021

Publicação Nº 3131087

PORTARIANº 575/2021

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública Nº 022/2021, de 21/06/2021, Lei Nº 4.183/2013, Lei Nº 4.323/2015, Lei Nº 4.324/2015, Lei Nº 4.398/2016, Lei Nº 4.844/2021 e Decreto Nº 390/2018; fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora SAMIRA MACHADO DA SILVA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, Profª. não habilitada na área de Anos Iniciais, período matutino, com 20 horas semanais, a contar do dia 28/06/2021, vaga vinculada a Patrícia da Silva, que se encontra em licença INSS.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 28 de junho de 2021, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 30 de junho de 2021.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 576/2021

Publicação Nº 3131089

PORTARIANº 576/2021

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública Nº 023/2021, de 28/06/2021, Lei Nº 4.183/2013, Lei Nº 4.323/2015, Lei Nº 4.324/2015, Lei Nº 4.398/2016, Lei Nº 4.844/2021 e Decreto Nº 390/2018; ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - EVANIR CEQUINEL DO AMARAL, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Attilia Cechinel Nesi, Localidade de Despraiado, não habilitada na área de segundo professor, período vespertino, com 20 horas semanais, a contar do dia 29/06/2021, vaga vinculada a Nalva Graziela Mattos, que se encontra em licença INSS. – JANAINA UIARA DE ANDRADE, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Izabel, não habilitada na área de segundo professor, período vespertino, com 20 horas semanais, a contar do dia 29/06/2021, vaga excedente. – JANAINA UIARA DE ANDRADE, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, bairro São José, Profª. Plena na Área de Língua Portuguesa, período matutino, com 20 horas semanais, a contar do dia 29/06/2021, vaga vinculada a readaptação de Maria Emilia Nunes da Silva.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 29 de junho de 2021, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 30 de junho de 2021.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 577/2021

Publicação Nº 3131092

PORTARIANº 577/2021

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas licenças para tratamentos de saúde, conforme apresentações de atestados médicos aos seguintes servidores: – FABRICIO HASCKEL, ocupante do cargo de Motorista, por 20 (vinte) dias, a contar do dia 07/06/2021. – INGRID NASCIMENTO LIMA, ocupante da função de Agente de Serviços Gerais, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 21/06/2021. – ESTELA D'ALVA HUGEN MACHADO,

ocupante do cargo de Museóloga, por 04 (quatro) dias, a contar do dia 22/06/2021. – GISLAINE POLLI FARIAS, ocupante do cargo de Educadora Social, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 23/06/2021. – ARIANE CORDOVA MENDES, ocupante do cargo de Enfermeira, por 07 (sete) dias, a contar do dia 23/06/2021, para tratamento de saúde de pessoa da família. – ANGELICA ANDRADE RIBEIRO, ocupante da função de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 23/06/2021. – LETICIA OLIVEIRA PEREIRA, ocupante da função de Educadora Social, por 14 (quatorze) dias, a contar do dia 24/06/2021. – CELITA PEREIRA ALVES NUNES, ocupante da função de Técnica em Enfermagem - ESF, por 02 (dois) dias, a contar do dia 24/06/2021. – MARLI GERARDI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 25/06/2021. – KARINI VELHO DA SILVA, ocupante da função de Auxiliar Odontológico - ESF, por ½ (meio) dia, período matutino do dia 25/06/2021. – CLEBER OTAVIO CASTELLO MEDEIROS, ocupante do cargo de Topógrafo, por 07 (sete) dias, a contar do dia 26/06/2021. – DANIELA MATOS SANTOS BECKHAUSER, ocupante da função de Enfermeira - ESF, a contar do dia 26/06/2021 e retorno de acordo com o INSS. – DANILO ROSA PADILHA, ocupante do cargo de Calceteiro, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 26/06/2021. – GRAZIELA RAIZER DA CRUZ, ocupante do cargo de Professora – 20 horas, por 03 (três) dias, a contar do dia 28/06/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 30 de junho de 2021.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 578/2021

Publicação Nº 3131093

PORTARIANº 578/2021

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por término de contrato a senhora ANDREIA RAMOS FLORES, ocupante da função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 418/2021, de 30/04/2021, a contar do dia 30/06/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 30 de junho de 2021.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 579/2021

Publicação Nº 3131095

PORTARIANº 579/2021

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por término de contrato a senhora ELAINE RODRIGUES DO AMARAL, ocupante da função de Professora Substituta, na E.M. Luiz Waltrick Matos, Localidade de São Francisco Xavier, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 410/2021, de 27/04/2021, a contar do dia 30/06/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 30 de junho de 2021.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 580/2021

Publicação Nº 3131097

PORTARIANº 580/2021

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas licenças para tratamentos de saúde, conforme apresentações de atestados médicos aos seguintes servidores: – JACKELINE SOUZA, ocupante do cargo de Professora – 30 horas, por 01 (um) dia, no dia 28/06/2021. – TATIANE APARECIDA DE ANDRADE, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde - ESF, por 01 (um) dia, no dia 28/06/2021, para tratamento de saúde de pessoa da família. – SABRYNA AGUIAR VIEIRA, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde - ESF, por 02 (dois) dias, a contar do dia 28/06/2021. – ROSILDA RAMOS NUNES, ocupante do cargo de Professora – 30 horas, por ½ (meio) dia, período vespertino do dia 28/06/2021. – CINTIA ANTUNES DO AMARAL, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 28/06/2021. – FLAVIANA SILVEIRA ESTEVES EHING, ocupante do cargo de Professora, por 02 (dois) dias, a contar do dia 28/06/2021, para tratamento de saúde de pessoa da família. – IVANDINA DE FATIMA PEREIRA, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde - ESF, por 01 (um) dia, no dia 28/06/2021. – ADRIANA PEREIRA DE SOUZA, ocupante do cargo de Professora – 40 horas, por 03 (três) dias, a contar do dia 28/06/2021. – JOZE CARLA DE SOUZA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 28/06/2021. – VANIA DA SILVA BORGES, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde - ESF, por 03 (três) dias, a contar do dia 28/06/2021. – OSMAR MOTA, ocupante do cargo comissionado de Chefe de Secretaria Particular – Manutenção de Rodovias (Secretaria de Obras e Viação), por 03 (três) dias, a contar do dia 29/06/2021. – DIONATHAN EDUARDO PADILHA MEDEIROS, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde - ESF, por 07 (sete) dias, a contar do dia 30/06/2021. – FABIANA DA SILVA PEREIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 30/06/2021. – LUZIA DE FATIMA MACEDO SILVA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 30/06/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 30 de junho de 2021.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 46/2021 PMSJ

Publicação N° 3131353

Página: 1 / 1

INEXIGIBILIDADE N° 3/2021

PROCESSO LICITATÓRIO N° 46/2021

HOMOLOGAÇÃO: 01/07/2021 14:21

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

OBJETO: Contratação da empresa BIANCO, KAMINSKI & PAVEI ADVOCACIA E ACESSORIA para desenvolvimento de plano de trabalho para atualização do Código Tributário do município de São Joaquim.

CONTRATADO: BIANCO, KAMINSKI & PAVEI ADVOCACIA E ASSESSORIA

VALOR DA DESPESA: R\$ 25.000,00

01/07/2021

Giovani Nunes - Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

CONTRATO CT Nº 047/2021

Publicação Nº 3131949

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 047/2021 – TP Nº 002/2021 – Processo n.º 072/2021 – Proc. Adm. 1002/2021 – Contratado: RCL INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EIRELI. Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PADRÃO DE ENTRADA DE ENERGIA EM MÉDIA TENSÃO NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL "SAN MARINO" - PROINFÂNCIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, NO BAIRRO FORQUILHAS, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC". Valor do Contrato: O valor do presente contrato é R\$ 50.653,72 (cinquenta mil seiscientos e cinquenta e três reais e setenta e dois centavos). Prazo de Vigência: 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da sua assinatura. Data da Assinatura: 16 de junho de 2021.

CONTRATO CT Nº 055/2021

Publicação Nº 3131743

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 055/2021 – CC Nº 027/2019 – Processo n.º 656/2019 – Proc. Adm. 11825/2019 e Processo Adm. 2191/2021 – Contratado: CDA ENGENHARIA EIRELI. Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DE 04 (QUATRO) BLOCOS COM 24 (VINTE E QUATRO) APARTAMENTOS COM O TOTAL DE 96 (NOVENTA E SEIS) UNIDADES HABITACIONAIS, SALÃO DE FESTA, CENTRAL DE GRL, LIXEIRA, PARQUE INFANTIL, CALÇADAS E PÁTIO INTERNO PAVIMENTADO COM LAJOTAS, CONFORME SE ENCONTRA DESCRITO NO QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS – PAC POLIGONAL II – VISTA ALEGRE, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC". Valor do Contrato: R\$7.693.475,83 (sete milhões, seiscientos e noventa e três mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e três centavos). Prazo de Vigência: 21 (vinte e um) meses, contados a partir da sua assinatura. Data da Assinatura: 17 de junho de 2021.

DECRETO Nº 15211/2021

Publicação Nº 3131707

DECRETO Nº 15211/2021

CESSAM OS EFEITOS DO DECRETO Nº 15031/2021.

OPREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Cessam os efeitos do Decreto nº 15031/2021 que concedeu à servidora ÉRICA VEIGA DE OLIVEIRA, matrícula 11924, a função gratificada nível FG-A2.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de junho de 2021.

ORVINO COELHO DE ÁVILA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 15212/2021

Publicação Nº 3131710

DECRETO Nº 15212/2021
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Concede à servidora ÉRICA VEIGA DE OLIVEIRA, matrícula 11924, a função gratificada nível FG-SU.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de junho de 2021.
ORVINO COELHO DE ÁVILA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 15213/2021

Publicação Nº 3131695

DECRETO Nº 15213/2021

CESSAM OS EFEITOS DO DECRETO Nº 15030/2021.

OPREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Cessam os efeitos do Decreto nº 15030/2021 que concedeu ao servidor NÉRITON VALÉRIO MARTINS, matrícula 138037, a função gratificada nível FG-A2.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de junho de 2021.
ORVINO COELHO DE ÁVILA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 15214/2021

Publicação Nº 3131701

DECRETO Nº 15214/2021
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Concede ao servidor NÉRITON VALÉRIO MARTINS, matrícula 138037, a função gratificada nível FG-SU.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de junho de 2021.
ORVINO COELHO DE ÁVILA
Prefeito Municipal

ERRATA A ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 005/2021

Publicação Nº 3131675

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 005/2021 - Processo nº 203/2021 – Proc. Adm. 2120/2021. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE operação integrada do sistema de iluminação pública do Município de São José/SC, incluindo manutenção preventiva e corretiva, EFicientizações, ampliações, telemonitoramento via internet e o fornecimento de materiais. RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: ATÉ "As 14h00min do dia 3 de Agosto de 2021. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 03 de Agosto de 2021 no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Mais informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100

P O R T A R I A – S A – Nº 0104/2021

Publicação Nº 3131639

PORTARIA- SA – Nº 0104/2021

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo de Licença Prêmio aos servidores abaixo relacionados lotados na Secretaria de Segurança;

Mat	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Duração	Início
19047-0	Felipe Toldo Spillere	Guarda Municipal	2011/2016	30 dias	17/07/2021
15696-5	Cristiano Machado Andrade de Souza	Guarda Municipal	2014/2019	30 dias	15/06/2021
23200-9	Marcelo Luiz de Souza	Guarda Municipal	2008/2014	30 dias	22/06/2021

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 15/06/2021.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São José (SC), 24 de junho de 2021.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

P O R T A R I A – S A – N° 0105/2021

Publicação N° 3131644

PORTARIA– SA – N° 0105/2021

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo de Licença Prêmio ao servidor abaixo relacionado lotado na Secretaria de Administração;

Mat	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Duração	Início
23144-4	Luiz Henrique Costa	Agente Operacional	2008/2013	30 dias	05/07/2021

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 05/07/2021.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São José (SC), 24 de junho de 2021.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

P O R T A R I A – S A – N° 0138/2021

Publicação N° 3131650

PORTARIA– SA – N° 0138/2021

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo de Licença Prêmio aos servidores abaixo relacionados lotados na Secretaria de Segurança;

Mat	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Duração	Início
15755-1	Cristian de Paulo	Guarda Municipal	2006/2011	30 dias	19/07/2021
19032-2	Hugo Sérgio Marques Júnior	Guarda Municipal	2011/2017	30 dias	01/07/2021

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/07/2021.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São José (SC), 01 de julho de 2021.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

P O R T A R I A – S A – N° 0139/2021

Publicação N° 3131654

PORTARIA– SA – N° 0139/2021

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Retifica-se a Portaria de número 0071/2021, publicada no DOM/, que concedeu o gozo de Licença Prêmio ao servidor Reinaldo Lerois da Costa, lotado na Secretaria de Segurança.

II – Conforme memorando 226/2021/GMSJ, o referido servidor solicitou o cancelamento de usufruto de Licença Prêmio.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de julho de 2021.

IV – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São José (SC), 01 de julho de 2021.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

PORTARIA 010/2021/DGC/SMA

Publicação N° 3131387

PORTARIA N° 010/2021/DGC/SMA

CREDENCIA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA REALIZAR EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, NOS TERMOS DO CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2021.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, Sr.^a Adriana Isolete de Souza e a PRESIDENTE DA AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA, Sr.^a Vera Suely de Andrade, no uso das atribuições que lhes confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVEM:

Art. 1º. Credenciar a instituição financeira COOPERATIVA DE CRÉDITO MAXI ALFA DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS – SICOOB MA-XICRÉDITO – CNPJ sob o n.º 78.825.270/0001-29, objetivando a disponibilização de empréstimos consignados em folha de pagamento, conforme exigências descritas no Edital de Chamamento Público 001/2021.

Parágrafo único. A presente portaria possui validade de 60 (sessenta) meses, devendo a credenciada manter-se em situação regular durante todo o prazo de validade do desta Portaria.

Art. 2º. O Município de São José, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e da Autarquia São José Previdência poderá notificar a credenciada – a qualquer tempo – para comprovar a sua regularidade fiscal, trabalhista e jurídica, devendo efetuar-la no prazo de 05 (cinco) dias.

Parágrafo único. O descumprimento do caput sujeita a credenciada ao bloqueio no sistema de inscrição de novos contratos.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São José (SC), 15 de junho de 2021.

Vera Suely de Andrade
Presidente da Autarquia São José Previdência

Adriana Isolete de Souza
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA SME/PMSJ Nº1018/2021

Publicação Nº 3131962

PORTARIA SME/PMSJ nº 1018, de 18 de JUNHO de 2021.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o Servidor Sr. FABIO DECARLI SAVI, matrícula nº 39696-6, para efetuar a fiscalização do Contrato nº 047/2021 decorrentes da Tomada de Preços nº 002/2021, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
 - II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
 - III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
 - IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
 - V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
 - VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
 - VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
 - VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
 - IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
 - X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
 - XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
 - XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
 - XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
 - XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
 - XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias
- Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designada a Servidor DIEGO VICENTE- matrícula n.º 39697-4, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedro Paulo Duarte da Silva
Secretário Municipal de Infraestrutura

Paulo Roberto Fróes Toniazzi
Secretário Adjunto de Educação

PORTARIA SMI/PMSJ Nº016/2021

Publicação Nº 3131769

PORTARIA SMI/PMSJ nº 016, de 17 de JUNHO de 2021.

DESIGNA FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVEM:

Art. 1º – Designar o Servidor Sr. Diego Vicente, matrícula n.º 39697-4, para efetuar a fiscalização do CONTRATO n.º 055/2021, decorrente da Concorrência n.º 027/2019, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente

executados

- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias.

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designado o Servidora, Crisley Taise de Souza matrícula.º 43.2280-0, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pedro Paulo Duarte da Silva
Secretário Municipal de Infraestrutura

RESOLUÇÃO Nº 24/2021/CMDCA

Publicação Nº 3131622

RESOLUÇÃO Nº 24/2021/CMDCA

APROVA O EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2021 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ/SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº 5.482/2015;

Considerando a Lei Municipal nº 5.482/2015, Art. 27- que cria o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/SJ e o Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA de São José;

Considerando as deliberações da Plenária Ordinária de 09 de Junho de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o Edital de Chamamento Público nº 01/2021 do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente do Município de São José/SC, que dispõe sobre a seleção de organizações da sociedade civil interessadas em formalizar parcerias para a execução de projetos destinados a crianças e adolescentes do Município, a partir da transferência de recursos financeiros do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação;

Art. 3º – Publique-se na forma da Lei.

São José, 14 de Junho de 2021.

OCLIDES RODRIGUES
Conselheiro Presidente do CMDCA/SJ

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2021

Publicação Nº 3131938

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5BDC67B81CEA4CE3F182EBFA77FF49C5B875F96C

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2021 – Processo nº 098/2021 – Proc. Adm. 840/2021. Fornecedor: C&S CONSULTORIA EM GESTÃO LTDA Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO EM CONVÊNIOS FEDERAIS, ESTADUAIS, CONSÓRCIOS PÚBLICOS, CAPTAÇÃO DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS, JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, EM TODAS AS SUAS EXTENSÕES. Valor Total: R\$ 18.480,00 (dezoito mil e quatrocentos e oitenta reais). Luiz Cesar dos Santos Vieira Filho – Diretor de Compras.

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 173/2020

Publicação N° 3131473

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO DE ADESÃO a Ata de Registro de Preços nº 173/2020. Contratado: CLEVERSON JEAN DARTORA EXTINSETO. Proc. Administrativo: 1727/2021. DO OBJETO DO TERMO DE ADESÃO: O presente termo tem como objeto a adesão da Fundação Municipal de Cultura e Turismo, na referida ata de registro de preços e alteração contratual. A Adesão à Ata de Registro de Preços nº 173/2020 dar-se-á nos itens abaixo relacionados:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO
2	1	DESRATIZAÇÃO
2	2	DESINSETIZAÇÃO

Data da assinatura: 20 de maio de 2021.

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE ABERTURA DE PREGÃO PRESENCIAL - 015/2021**

Publicação N° 3132021

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5A3C3459DF1CE93C6DACDF415C44310791004EAE

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°: 015/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 127/2021

A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE (COPA, COZINHA E LIMPEZA) PARA ATENDER A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ.

A Diretora de Administração da Câmara Municipal de São José comunica aos interessados a ABERTURA do presente Pregão com período do recebimento dos envelopes de proposta comercial e habilitação a partir da data de hoje até às 13h45 do dia 16/07/2021.

O Setor de Protocolo da Câmara Municipal de São José funciona de segunda a sexta-feira das 13h às 19h.

O credenciamento dos representantes das empresas licitantes e o início da sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação será realizada na mesma data, 16/07/2021, a partir das 14h, após o término do prazo para recebimento dos envelopes lacrados.

A íntegra do Edital estará disponível para acesso gratuito no Portal Eletrônico da Câmara Municipal de São José, no endereço: <https://www.cmsj.sc.gov.br/camara/conteudo/licitacoes/Pregao-Presencial/>.

Durante a sessão pública será respeitado o distanciamento de 01 (um) metro entre os presentes, conforme as orientações da OMS. Ademais, será permitido somente um representante para cada licitante e o uso de máscara será obrigatório para todos presentes.

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto à Diretoria de Administração, Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio, das 13h às 19h, ou através dos telefones: (48) 3029-1316, (48) 3029-1349 e (48) 3029-1331.

São José, SC, 02 de julho de 2021.

Marina Cristina de Souza Stadnick
Diretora de Administração

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATOS MES 06

Publicação Nº 3131541

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 113.2021 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: GENTE SEGURADORA SA Valor : 1.819,00 (um mil oitocentos e dezenove reais) Vigência : Início: 18/06/2021 Término: 17/06/2022 Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 49/2021 Recursos : Dotação: Objeto : CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. São José do Cedro, 1 de Julho de 2021

Contrato Nº.: 99.2021 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: AURORA TRANSPORTES E TURISMO LTDA Valor : 122.850,00 (cento e vinte e dois mil oitocentos e cinq-enta reais) Vigência : Início: 01/06/2021 Término: 31/05/2022 Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 43/2021 Recursos : Dotação: Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA A FIM DE REALIZAR O TRANSPORTE ESCOLAR (novo trajeto de Padre Réus), DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, EDUCAÇÃO INFANTIL, BEM COMO ENSINO MÉDIO JUNTO ÀS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO. São José do Cedro, 1 de Julho de 2021

Aditivo Nº : 103.2021 - Contrato Nº: 75.2020 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: GENTE SEGURADORA SA Valor : 42.754,00 (quarenta e dois mil setecentos e cinq-enta e quatro reais) Vigência : Início: 01/06/2021 Término: 31/05/2022 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 60/2020 Recursos : Dotação: 2.019.3.3.90.00.00.00.00.00 (55), 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (122), 2.099.3.3.90.00.00.00.00.00 (158), 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 (190) Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, prorrogar o prazo de vigência e fazer o aditamento do valor, para prestação do serviço contratado conforme objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA OS VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL. São José do Cedro, 1 de Julho de 2021

Aditivo Nº : 104.2021 - Contrato Nº: 76.2020 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. Valor : 1.490,00 (um mil quatrocentos e noventa reais) Vigência : Início: 01/06/2021 Término: 31/05/2022 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 60/2020 Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (122) Saldo: 280.973,78 Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, prorrogar o prazo de vigência e fazer o aditamento do valor, para prestação do serviço contratado conforme objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA OS VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL. São José do Cedro, 1 de Julho de 2021

Aditivo Nº : 105.2021 - Contrato Nº: 162.2020 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: GAIA RODOVIAS LTDA Valor : 7.605,06 (sete mil seiscentos e cinco reais e seis centavos) Vigência : Início: 07/06/2021 Término: 30/06/2021 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 126/2020 Recursos : Dotação: 1.039.4.4.90.00.00.00.00.00 (117) Saldo: 29.216,91 Objeto : O presente termo tem por finalidade, fazer o ACRÉSCIMO ao VALOR do contrato principal: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ, COM DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL, em RUAS DO PERÍMETRO URBANO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. São José do Cedro, 1 de Julho de 2021

Aditivo Nº : 106.2021 - Contrato Nº: 146.2020 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: GAIA RODOVIAS LTDA Valor : 3.995,33 (três mil novecentos e noventa e cinco reais e trinta e três centavos) Vigência : Início: 07/06/2021 Término: 30/06/2021 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 114/2020 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, fazer o ACRÉSCIMO ao VALOR do contrato principal, que tem como objetivo: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ, COM DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL, em RUAS DO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. Aditivo Nº : 107.2021 - Contrato Nº: 146.2020 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: GAIA RODOVIAS LTDA Valor : 36.485,62 (trinta e seis mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e sessenta e dois centavos) Vigência : Início: 07/06/2021 Término: 30/06/2021 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 114/2020 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo tem por finalidade, SUPRIMIR itens do orçamento que faz parte do projeto global da obra licitada conforme o objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A CONSTRUÇÃO DA "2ª Etapa" do Centro de Tradições Gaúchas "CTG", COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. São José do Cedro, 1 de Julho de 2021

Aditivo Nº : 108.2021 - Contrato Nº: 110.2019 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: IDIANA AMELIA DALSOLIO Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 11/06/2021 Término: 10/07/2021 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 98/2019 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, fazer um a prorrogação de prazo do contrato principal, que tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PAVER, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. Recurso proveniente do Programa PRÓ-TRANSPORTES, AÇÃO MOBILIDADE URBANA GRUPO-1 da Caixa Econômica Federal sob nº da operação 0506341-45. São José do Cedro, 1 de Julho de 2021

Aditivo Nº : 109.2021 - Contrato Nº: 162.2016 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: INVOLÁVEL CEDRO SISTEMA DE ALARMES LTDA - ME Valor : 2.004,00 (dois mil e quatro reais) Vigência : Início: 11/06/2021 Término: 31/12/2021 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 124/2016 Recursos : Dotação: 2.022.3.3.90.00.00.00.00.00 (74) Saldo: 106.939,27 Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, "alterar o item 03 e aditar o valor" para prestação dos serviços contratados conforme objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURANÇA ELETRÔNICA, PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MONITORAMENTO COM ARMAZENAMENTO DE IMAGENS 24 HORAS, E SISTEMA DE ALARME MONITORADO, A SER INSTALADO

E REALIZADO NO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, NA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, SEMAE, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, ESCOLAS, CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, POR São José do Cedro, 1 de Julho de 2021

Aditivo Nº : 110.2021 - Contrato Nº: 63.2020 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: GAIA RODOVIAS LTDA Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 16/06/2021 Término: 30/06/2021 Licitação :
Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 42/2020 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo tem por finalidade,
prorrogar o prazo para conclusão da obra contratada conforme o objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO
DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA "Rua João Busato", COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECU-
ÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. Recurso proveniente do Contrato OGU
nº889160/2019, programa Planejamento Urbano e Recursos Próprios do Município. São José do Cedro, 1 de Julho de 2021

Aditivo Nº : 111.2021 - Contrato Nº: 111.2019 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: GAIA RODOVIAS LTDA Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 16/06/2021 Término: 30/06/2021 Licitação :
Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 98/2019 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo tem por finalidade,
prorrogar o prazo para conclusão da obra contratada conforme o objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME
PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. Recurso proveniente do Programa PRÓ-TRANSPORTES, AÇÃO MOBILIDA-
DE URBANA GRUPO-1 da Caixa Econômica Federal sob nº da operação 0506341-45. São José do Cedro, 1 de Julho de 2021

Contrato Nº.: 112.2021 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: TRANS'GABRIELLI LTDA Valor : 39.900,00 (trinta e nove mil e novecentos reais) Vigência : Início: 22/06/2021
Término: 21/09/2021 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 41/2021 Recursos : Dotação: Objeto :
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAR PROJETO ARQUITETÔNICO DO GINÁSIO DE ESPORTES DA ESCOLA MU-
NICIPAL CEBEM SÃO CRISTÓVÃO. São José do Cedro, 1 de Julho de 2021

Aditivo Nº : 114.2021 - Contrato Nº: 71.2020 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: BRUNO HENRIQUE LANZARINI Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 18/06/2021 Término: 21/07/2021 Licitação :
Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 46/2020 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por
finalidade, fazer a prorrogação de prazo do contrato principal, que tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA
EXECUTAR REFORMA DE MUROS, CONSTRUÇÃO DE CALÇADA EM PAVER, COM EXECUÇÃO DE PEQUENOS ACABAMENTOS, NO CENTRO
DE CONVIVÊNCIA DA TERCEIRA IDADE "PE. ROMUALDO ZIMMER", COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS
À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO. São José do Cedro, 1 de Julho de 2021

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 16.2021 Contratante..: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO Contratada...: SEGUROS SURA S.A. Va-
lor : 2.949,90 (dois mil novecentos e quarenta e nove reais e noventa centavos) Vigência : Início: 18/06/2021 Término:
17/06/2022 Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 49/2021 Entid.Gestora: MUNICIPIO DE SAO JOSE DO CEDRO Recursos : Dota-
ção: Objeto : CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. São José
do Cedro, 1 de Julho de 2021

-----Aditivo Nº : 13.2021 - Contrato Nº: 16.2020 Contratante..: FUNDO
MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO Contratada...: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. Valor : 14.790,00 (quatorze mil
setecentos e noventa reais) Vigência : Início: 01/06/2021 Término: 31/05/2022 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 60/2020
Entid.Gestora: MUNICIPIO DE SAO JOSE DO CEDRO Recursos : Dotação: 2.056.3.3.90.00.00.00.00 (6) Saldo: 550.344,94 Objeto
..... : O presente termo aditivo tem por finalidade, prorrogar o prazo de vigência e fazer o aditamento do valor, para prestação do serviço
contratado conforme objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. São José do Cedro, 1
de Julho de 2021

-----Aditivo Nº : 14.2021 - Contrato Nº: 15.2020 Contratante..: FUNDO
MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO Contratada...: GENTE SEGURADORA SA Valor : 3.940,00 (três mil novecentos e
quarenta reais) Vigência : Início: 01/06/2021 Término: 31/05/2022 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 60/2020 Entid.Gestora:
MUNICIPIO DE SAO JOSE DO CEDRO Recursos : Dotação: 2.056.3.3.90.00.00.00.00 (6) Saldo: 550.344,94 Objeto : O pre-
sente termo aditivo tem por finalidade, prorrogar o prazo de vigência e fazer o aditamento do valor, para prestação do serviço contratado
conforme objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE. São José do Cedro, 1 de Julho de
2021

-----Contrato Nº.: 15.2021 Contratante..: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE
SAO JOSE DO CEDRO Contratada...: PORTO SEGUROS COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Valor : 700,00 (setecentos reais) Vigên-
cia : Início: 18/06/2021 Término: 17/06/2022 Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 49/2021 Entid.Gestora: MUNICIPIO DE SAO
JOSE DO CEDRO Recursos : Dotação: Objeto : CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEÍCULO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. São José do Cedro, 1 de Julho de 2021

-----ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICOS MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO SEMAE EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 08.2021 Contratante..: SERVICOS MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO SEMAE
Contratada...: L B ENGENHARIA LTDA Valor : 167.662,20 (cento e sessenta e sete mil seiscentos e sessenta e dois reais e vinte
centavos) Vigência : Início: 08/06/2021 Término: 08/08/2021 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:
8/2021 Recursos : Dotação: Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FAZER A CONSTRUÇÃO DE ESTRU-
TURA METÁLICA DO TIPO "PIPE RACK", PARA INSTALAÇÃO AS MARGENS DO RIO LAJEADO CEDRO, COM O FORNECIMENTO DE MÃO DE
OBRA, MATERIAIS E ART DE EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. São
José do Cedro, 1 de Julho de 2021

-----Aditivo Nº : 12.2021 - Contrato Nº: 05.2020 Contratante..: SERVICOS
MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO SEMAE
Contratada...: GENTE SEGURADORA SA Valor : 4.220,00 (quatro mil duzentos e vinte reais) Vigência : Início: 01/06/2021
Término: 31/05/2022 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 60/2020 Entid.Gestora: MUNICIPIO DE SAO JOSE DO CEDRO Recursos
..... : Dotação: 2.115.3.3.90.00.00.00.00 (2) Saldo: 579.093,79 Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, prorrogar o
prazo de vigência e fazer o aditamento do valor, para prestação do serviço contratado conforme objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA

OS VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL. São José do Cedro, 1 de Julho de 2021

EXTRATO HOMOLOGADOS MES 6

Publicação Nº 3131544

PREFEITURA MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/21 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/21 HOMOLOGAÇÃO: 01/06/21 CONTRATADO: RUI NIEDERMAIER -ME CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS e UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PARA USO NAS CRECHES E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO- SC. VALOR DA DESPESA: R\$ 9.821,00 (nove mil oitocentos e vinte e um reais) DATA: 01/07/21 - JOÃO LUIZ DE ANDRADE - Prefeito Municipal.-

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/21 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/21 HOMOLOGAÇÃO: 01/06/21 CONTRATADO: GESUL COMERCIAL LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS e UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PARA USO NAS CRECHES E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO- SC. VALOR DA DESPESA: R\$ 28.717,00 (vinte e oito mil setecentos e dezessete reais) DATA: 01/07/21 - JOÃO LUIZ DE ANDRADE - Prefeito Municipal.-

-PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/21 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/21 HOMOLOGAÇÃO: 01/06/21 CONTRATADO: NORMELIA LOTTERMANN - EPP CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS e UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PARA USO NAS CRECHES E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO- SC. VALOR DA DESPESA: R\$ 26.260,00 (vinte e seis mil duzentos e sessenta reais) DATA: 01/07/21 - JOÃO LUIZ DE ANDRADE - Prefeito Municipal.-

-PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/21 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/21 HOMOLOGAÇÃO: 01/06/21 CONTRATADO: CLELIA THIELE 89293576953 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS, ELETRODOMÉSTICOS e UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, PARA USO NAS CRECHES E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO- SC. VALOR DA DESPESA: R\$ 15.890,00 (quinze mil oitocentos e noventa reais) DATA: 01/07/21 - JOÃO LUIZ DE ANDRADE - Prefeito Municipal.-

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/21 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/21 HOMOLOGAÇÃO: 04/06/21 CONTRATADO: URBANE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA ME CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS EM LOCAIS PÚBLICOS NO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO. VALOR DA DESPESA: R\$ 96.900,00 (noventa e seis mil e novecentos reais) DATA: 01/07/21 - JOÃO LUIZ DE ANDRADE - Prefeito Municipal.-

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/21 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/21 HOMOLOGAÇÃO: 09/06/21 CONTRATADO: VICTOR MOVEIS PLANEJADOS LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA PARA A UBS PADRE RÉUS E UBS MARIFLOR, BEM COMO, PARA O SETOR DE TRANSPORTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. VALOR DA DESPESA: R\$ 13.565,00 (treze mil quinhentos e sessenta e cinco reais) DATA: 01/07/21 - JOÃO LUIZ DE ANDRADE-Prefeito Municipal.-

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/21 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/21 HOMOLOGAÇÃO: 10/06/21 CONTRATADO: ARTEFATOS DE CIMENTO GASPERIN LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL PAVER, LAJOTAS, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, TINTA, MADEIRAS, ENTRE OUTROS NECESSÁRIOS PARA USO EM CONSERTOS, REPAROS E OUTROS SERVIÇOS GERAIS. VALOR DA DESPESA: R\$ 664.948,00 (seiscentos e sessenta e quatro mil novecentos e quarenta e oito reais) DATA: 01/07/21 - JOÃO LUIZ DE ANDRADE - Prefeito Municipal.-

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/21 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/21 HOMOLOGAÇÃO: 10/06/21 CONTRATADO: MADEIREIRA SANTA TEREZINHA LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL PAVER, LAJOTAS, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, TINTA, MADEIRAS, ENTRE OUTROS NECESSÁRIOS PARA USO EM CONSERTOS, REPAROS E OUTROS SERVIÇOS GERAIS. VALOR DA DESPESA: R\$ 62.215,00 (sessenta e dois mil duzentos e quinze reais) DATA: 01/07/21 - JOÃO LUIZ DE ANDRADE - Prefeito Municipal.-

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/21 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/21 HOMOLOGAÇÃO: 10/06/21 CONTRATADO: AGROVETERINARIA PRINCESA LTDA - EPP CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL PAVER, LAJOTAS, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, TINTA, MADEIRAS, ENTRE OUTROS NECESSÁRIOS PARA USO EM CONSERTOS, REPAROS E OUTROS SERVIÇOS GERAIS. VALOR DA DESPESA: R\$ 4.080,00 (quatro mil e oitenta reais) DATA: 01/07/21 - JOÃO LUIZ DE ANDRADE - Prefeito Municipal.-

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/21 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/21 HOMOLOGAÇÃO: 10/06/21 CONTRATADO: QUIMICASOL EIRELI EPP - EPP CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL PAVER, LAJOTAS, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, TINTA, MADEIRAS, ENTRE OUTROS NECESSÁRIOS PARA USO EM CONSERTOS, REPAROS E OUTROS SERVIÇOS GERAIS. VALOR DA DESPESA: R\$ 21.489,60 (vinte e um mil quatrocentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos) DATA: 01/07/21 - JOÃO LUIZ DE ANDRADE - Prefeito Municipal.-

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/21 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/21 HOMOLOGAÇÃO: 10/06/21 CONTRATADO: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ZANARDI LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL PAVER, LAJOTAS, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, TINTA, MADEIRAS, ENTRE OUTROS NECESSÁRIOS PARA USO EM CONSERTOS, REPAROS E OUTROS SERVIÇOS GERAIS. VALOR DA DESPESA: R\$ 550,00 (quinhentos e cinq-enta reais) DATA: 01/07/21 - JOÃO LUIZ DE ANDRADE - Prefeito Municipal.-

TOMADA DE PREÇO Nº 41/21 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/21 HOMOLOGAÇÃO: 17/06/21 CONTRATADO: TRANS'GABRIELLI LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAR PROJETO ARQUITETÔNICO DO GINÁSIO DE ESPORTES DA ESCOLA MUNICIPAL CEBEM SÃO CRISTÓVÃO. VALOR DA DESPESA: R\$ 39.900,00 (trinta e nove mil e novecentos reais) DATA: 01/07/21 - JOÃO LUIZ DE ANDRADE - Prefeito Municipal.-

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/21 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/21 HOMOLOGAÇÃO: 18/06/21 CONTRATADO: PORTO SEGUROS COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS

PARA VEÍCULOS NOVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. VALOR DA DESPESA: R\$ 700,00 (setecentos reais) DATA: 01/07/21 - JOÃO LUIZ DE ANDRADE - Prefeito Municipal.-

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/21 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/21 HOMOLOGAÇÃO: 18/06/21 CONTRATADO: GENTE SEGURADORA SA CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA VEÍCULOS NOVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. VALOR DA DESPESA: R\$ 1.819,00 (um mil oitocentos e dezenove reais) DATA: 01/07/21 - JOÃO LUIZ DE ANDRADE - Prefeito Municipal.-

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/21 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/21 HOMOLOGAÇÃO: 18/06/21 CONTRATADO: SEGUROS SURA S.A. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA VEÍCULOS NOVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. VALOR DA DESPESA: R\$ 2.949,90 (dois mil novecentos e quarenta e nove reais e noventa centavos) DATA: 01/07/21 - JOÃO LUIZ DE ANDRADE - Prefeito Municipal.-

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/21 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/21 HOMOLOGAÇÃO: 25/06/21 CONTRATADO: MALHARIA BRITZ LTDA -ME-CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA USO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO e para USO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº3818/2011. VALOR DA DESPESA: R\$ 31.651,19 (trinta e um mil seiscentos e cinq-enta e um reais e dezenove centavos) DATA: 01/07/21 - JOÃO LUIZ DE ANDRADE - Prefeito Municipal.-

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/21 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/21 HOMOLOGAÇÃO: 25/06/21 CONTRATADO: K M B INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES EIRELI CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA USO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO e para USO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº3818/2011. VALOR DA DESPESA: R\$ 44.100,56 (quarenta e quatro mil e cem reais e cinq-enta e seis centavos) DATA: 01/07/21 - JOÃO LUIZ DE ANDRADE - Prefeito Municipal.-

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/21 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/21 HOMOLOGAÇÃO: 25/06/21 CONTRATADO: PONTOCOM BRINDES LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA USO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO e para USO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº3818/2011. VALOR DA DESPESA: R\$ 60.652,09 (sessenta mil seiscentos e cinq-enta e dois reais e nove centavos) DATA: 01/07/21 - JOÃO LUIZ DE ANDRADE - Prefeito Municipal.-

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/21 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/21 HOMOLOGAÇÃO: 25/06/21 CONTRATADO: FISUL CONFECÇÕES LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA USO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO e para USO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº3818/2011. VALOR DA DESPESA: R\$ 78.110,49 (setenta e oito mil cento e dez reais e quarenta e nove centavos) DATA: 01/07/21 - JOÃO LUIZ DE ANDRADE - Prefeito Municipal.-

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/21 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/21 HOMOLOGAÇÃO: 28/06/21 CONTRATADO: ELETRICA RAI DE LUZ LTDA-ME. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CALIBRAGEM E PROGRAMAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS DO TIPO SOFT STARTER E INVERSOR DE FREQUÊNCIA, CONTRATAÇÃO DE ELETRICISTA ESPECIALIZADO PARA SERVIÇOS DIVERSOS, bem como AQUISIÇÃO DE COMPONENTES e PEÇAS ELÉTRICAS. VALOR DA DESPESA: R\$ 88.550,00 (oitenta e oito mil quinhentos e cinq-enta reais) DATA: 01/07/21 - JOÃO LUIZ DE ANDRADE - Prefeito Municipal.-

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/21 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/21 HOMOLOGAÇÃO: 28/06/21 CONTRATADO: INSTALADORA ELÉTRICA BLD LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CALIBRAGEM E PROGRAMAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS DO TIPO SOFT STARTER E INVERSOR DE FREQUÊNCIA, CONTRATAÇÃO DE ELETRICISTA ESPECIALIZADO PARA SERVIÇOS DIVERSOS, bem como AQUISIÇÃO DE COMPONENTES e PEÇAS ELÉTRICAS. VALOR DA DESPESA: R\$ 57.052,00 (cinq-enta e sete mil e cinq-enta e dois reais) DATA: 01/07/21 - JOÃO LUIZ DE ANDRADE - Prefeito Municipal.-

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/21 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/21 HOMOLOGAÇÃO: 28/06/21 CONTRATADO: KELVY EDUARDO BECKER 02989906959 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CALIBRAGEM E PROGRAMAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS DO TIPO SOFT STARTER E INVERSOR DE FREQUÊNCIA, CONTRATAÇÃO DE ELETRICISTA ESPECIALIZADO PARA SERVIÇOS DIVERSOS, bem como AQUISIÇÃO DE COMPONENTES e PEÇAS ELÉTRICAS. VALOR DA DESPESA: R\$ 56.200,00 (cinq-enta e seis mil e duzentos reais) DATA: 01/07/21 - JOÃO LUIZ DE ANDRADE - Prefeito Municipal.-

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2021 PROCESSO Nº 14/2021 HOMOLOGAÇÃO: 09/06/2021 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA PARA A UBS PADRE RÉUS E UBS MARIFLOR, BEM COMO, PARA O SETOR DE TRANSPORTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.-----CONTRATADO: VICTOR MOVEIS PLANEJADOS LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 13.565,00 (treze mil quinhentos e sessenta e cinco reais) =====

São José do Cedro, 01/07/2021 JUCÉLI SOLDÁ FRANCO - Gestora Do Fms

SEMAE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2021 PROCESSO Nº 13/2021 HOMOLOGAÇÃO: 28/06/2021 CONTRATANTE: SERVICOS MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO SEMAE OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CALIBRAGEM E PROGRAMAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS DO TIPO SOFT STARTER E INVERSOR DE FREQUÊNCIA, CONTRATAÇÃO DE ELETRICISTA ESPECIALIZADO PARA SERVIÇOS DIVERSOS, bem como AQUISIÇÃO DE COMPONENTES e PEÇAS ELÉTRICAS.-----CONTRATADO: ELETRICA RAI DE LUZ LTDA-ME. VALOR DA DESPESA: R\$ 88.550,00 (oitenta e oito mil quinhentos e cinq-enta reais)-----CONTRATADO: INSTALADORA ELÉTRICA BLD LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 57.052,00 (cinq-enta e sete mil e cinq-enta e dois reais)-----CONTRATADO: KELVY EDUARDO BECKER 02989906959 VALOR DA DESPESA: R\$ 56.200,00 (cinq-enta e seis mil e duzentos reais) =====

São José do Cedro, 01/07/2021 OSVALDIR BOFF - Diretor Geral Do Sema

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO DISPENSA 56/2021

Publicação Nº 3131336

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 56/2021 PROCESSO Nº 56/2021 HOMOLOGAÇÃO: 01/07/2021 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO OBJETO: LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO COM ÁREA LIVRE DE 91M², LOCALIZADO NA RUA SALETE ULIANA, Nº 1166. LOTEAMENTO SANTOS. PARA O ATENDIMENTO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA O ANO DE 2017. CONTRATADO: CÂNDIDO CHRISTANI VALOR DA DESPESA: R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais) FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei de Licitações. São José do Cedro, 01/07/2021 JOÃO LUIZ DE ANDRADE - Prefeito Municipal

LEI 4983/2021

Publicação Nº 3130815

LEI Nº 4.983, DE 01 DE JUNHO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES COMEMORATIVAS AO SEXAGÉSIMO TERCEIRO ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar despesas no valor de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) com a aquisição de materiais, serviços, premiações e despesas gerais relativas a todos os eventos alusivos aos “63 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA” de São José do Cedro – SC.

Parágrafo único. A organização dos eventos ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e de Comissão especialmente designada pelo Chefe do Poder Executivo para esta finalidade.

Art. 2º. Fica autorizada a participação de empresas privadas, associações e entidades na organização e realização das festividades dos “63 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA” de São José do Cedro – SC.

Art. 3º. As despesas mencionadas no artigo anterior correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06 DEPTO. DE CULTURA

2.028 FEST.MUNIC.OFICIAIS/DE SJCEDRO.

“88” 3.3.90.00.00.0.1.0000 Aplicações Diretas R25.000,00

Art. 4º. A programação oficial dos eventos será regulamentada por Decreto Municipal e amplamente divulgada para a população do Município de São José do Cedro.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, sem prejuízo de programas executados ou em execução.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de junho de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,
Prefeito Municipal.

TANIA REGINA GASPERIN DOS SANTOS,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

EDIMILSON LUIZ DALMAGRO,
Secretário Municipal de Administração.

JAIR POSTAY,
Secretário Municipal de Transportes e Obras

KELLY LISTIANE FIGUEIRÓ,
Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

IRONI FEDRIZZI,
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

JUCÉLI SOLDÁ FRANCO,
Secretária Municipal de Saúde.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

São José do Cerrito

PREFEITURA

QUADRO DE VAGAS PROFESSORES

Publicação N° 3130948

PROCESSO DE ESCOLHA DE VAGA PARA PROFESSORES CONTRATADOS ANO LETIVO 2021

ÁREA 1 - EDITAL N° 05/2019

EDUCAÇÃO INFANTIL

VAGA: 1 (uma) de 25 horas/semanais						
UNIDADE ESCOLAR	LOCALIDADE	Nº DE VAGAS	TURNO HORÁRIO	TURMA IDADE	MATRÍCULA TOTAL	ORGANIZAÇÃO DA TURMA/PANDEMIA
CEIM Adão Rosa *Vaga vinculada a Profª Sonia Maria dos Santos de Oliveira	Bairro: Bela Vista	01	Vespertino 13h às 17h	Turma: Berçário (1 ano a 2 anos)	Matrícula: 07	100 % presencial: 05 100% remoto: 02

*A vaga é vinculada a professora que está realizando suas atribuições através do trabalho remoto. A data fim da vaga estará atrelada ao término da concessão do trabalho remoto.

ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

VAGA: 1 (uma) de 25 horas/semanais						
UNIDADE ESCOLAR	LOCALIDADE	Nº DE VAGAS	TURNO	TURMA	MATRÍCULA TOTAL	ORGANIZAÇÃO DA TURMA/PANDEMIA
EMEF. Rincão dos Muniz	Rincão dos Muniz	01	Matutino 8h às 12h	Multietapas (Educação Infantil e Anos Iniciais/Multis-seriada)	12 (Pré, 1º, 2º, 3º e 4º ano)	100 % presencial: 07 100% remoto: 05

A chamada será realizada através dos contatos dos inscritos (telefone, whatsapp, e-mail e outros) registrados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Matrícula atualizada em 30/06/2021.

São José do Cerrito, 30 de junho de 2021

ALCIONE DONISETE MOTA

Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto

PROCESSO DE ESCOLHA DE VAGA PARA PROFESSORES CONTRATADOS ANO LETIVO 2021

ÁREA 1 - EDITAL N° 05/2019

EDUCAÇÃO INFANTIL

VAGA: 1 (uma) de 25 horas/semanais						
UNIDADE ESCOLAR	LOCALIDADE	Nº DE VAGAS	TURNO HORÁRIO	TURMA IDADE	MATRÍCULA TOTAL	ORGANIZAÇÃO DA TURMA/PANDEMIA
CEIM Adão Rosa *Vaga vinculada a Profª Sonia Maria dos Santos de Oliveira	Bairro: Bela Vista	01	Vespertino 13h às 17h	Turma: Berçário (1 ano a 2 anos)	Matrícula: 07	100 % presencial: 05 100% remoto: 02
Assinatura por extenso:						Data:

*A vaga é vinculada a professora que está realizando suas atribuições através do trabalho remoto. A data fim da vaga estará atrelada ao término da concessão do trabalho remoto.

ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

VAGA: 1 (uma) de 25 horas/semanais						
UNIDADE ESCOLAR	LOCALIDADE	Nº DE VAGAS	TURNO	TURMA	MATRÍCULA TOTAL	ORGANIZAÇÃO DA TURMA/PANDEMIA

EMEF. Rincão dos Muniz	Rincão dos Muniz	01	Matutino 8h às 12h	Multietapas (Educação Infantil e Anos Iniciais/Multis-seriada)	12 (Pré, 1º, 2º, 3º e 4º ano)	100 % presencial: 07 100% remoto: 05
Assinatura por extenso:						Data:

A chamada será realizada através dos contatos dos inscritos (telefone, whatsapp, e-mail e outros) registrados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Matrícula atualizada em 30/06/2021.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO N° 7.159, DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação N° 3131219

DECRETO N° 7.159, DE 1º DE JULHO DE 2021.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2021, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.563, de 1º de outubro de 2020, e de acordo com o artigo 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional, por anulação de dotações no orçamento programa de 2021, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

20.00	SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - SRE		
20.01	SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - SRE		
20.01.04.122.4515.2.072 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	124	Aplicação Direta	R\$ 5.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o artigo 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.563, de 1º de outubro de 2020, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

20.00	SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - SRE		
20.01	SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - SRE		
20.01.04.122.4515.2.072 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000	123	Aplicação Direta	R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 1º de julho de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

DECRETO N° 7.160, DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação N° 3131287

DECRETO N° 7.160, DE 1º DE JULHO DE 2021.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2021, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.563, de 1º de outubro de 2020, e de acordo com o artigo 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional, por anulação de dotações no orçamento programa de 2021, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

10.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA - SAA		
10.01	SECRETARIA DE AGRICULTURA - SAA		
10.01.20.606.4507.2.025 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	96	Aplicação Direta	R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o artigo 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.563, de 1º de outubro de 2020, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

10.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA - SAA		
10.01	SECRETARIA DE AGRICULTURA - SAA		
10.01.20.606.4507.2.025 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000	94	Aplicação Direta	R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 1º de julho de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.161, DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131334

DECRETO Nº 7.161, DE 1º DE JULHO DE 2021.

Paralisa as atividades da atividades na garagem municipal e na oficina de máquinas, caminhões e automóveis do Município, em razão da COVID-19.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o elevado número de servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Agricultura e na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, positivados para a COVID-19.

CONSIDERANDO a orientação da Gerência de Vigilância Sanitária, a fim de que haja diminuição da circulação do vírus e descontaminação do ambiente de trabalho dos referidos servidores;

DECRETA:

Art. 1º Ficam paralisadas as atividades na garagem municipal e na oficina de máquinas, caminhões e automóveis, do perímetro urbano e nas Gerências de Infraestrutura de Presidente Juscelino, Frederico Wastner e São Roque, no período de 02 a 16 de julho de 2021.

Parágrafo único. Os serviços emergenciais, que eventualmente sejam necessários continuarão sendo prestados e os servidores não positivados para a COVID- 19, deverão ser mantidos em regime de sobreaviso.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 1º de julho de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.162, DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131893

DECRETO Nº 7.162, DE 1º DE JULHO DE 2021.

Abre crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento programa de 2021, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.563, de 1º de outubro de 2020, e de acordo com o artigo 43, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, por superávit financeiro no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de até R\$ 62.235,01 (sessenta e dois mil, duzentos e trinta e cinco reais e um centavo), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01.10.301.4506.2.054 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0067	24	Aplicação Direta	R\$ 62.235,01

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.563, de 1º de outubro de 2020 e o artigo 43, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 1º de julho de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 022, DE 1º DE JULHO DE 2021 - ICSL

Publicação Nº 3131505

PORTARIA Nº 022, DE 1º DE JULHO DE 2021.

Dispõe acerca da realização de Semana Pedagógica, recesso das atividades e horário de expediente do Instituto Cultural de São Lourenço, para a segunda quinzena do mês de julho de 2021.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO, do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 19, incisos I, VI e XX, da Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007, e suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a necessidade de realização de Semana Pedagógica, com o objetivo de pausar as atividades das oficinas do Instituto Cultural de São Lourenço para fins de estudos, discussão e formação dos docentes, priorizando a análise e a revisão das atividades realizadas no primeiro semestre, bem como o planejamento das futuras ações para o segundo semestre, garantindo o bom andamento e a qualidade das atividades artísticas e culturais realizadas no ICSL;

CONSIDERANDO que a determinação de recesso e realização de ajuste no horário de funcionamento do órgão, ainda que temporariamente, acarretará em economia aos cofres públicos municipais, diminuindo as despesas de custeio;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar, no período de 19 a 30 de julho de 2021, o recesso das oficinas artísticas e culturais, bem como a suspensão do expediente externo e do atendimento ao público do Instituto Cultural de São Lourenço.

Art. 2º Fixar, no período de 19 a 23 de julho de 2021, expediente interno no Instituto Cultural de São Lourenço, em Regime Especial de Trabalho, caracterizado por jornada única de seis horas ininterruptas, a ser cumprida no horário das 07 às 13 horas.

Parágrafo único. No período de que trata o caput será realizada a Semana Pedagógica do Instituto Cultural de São Lourenço.

Art. 3º Determinar recesso para todas as demais atividades do Instituto Cultural de São Lourenço, extensivo a equipe de servidores, suspendendo o expediente da autarquia no período de 27 a 30 de julho de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 1º de julho de 2021.

ALINI CRISTINA CADORIM BONETTI
Presidente do ICSL

PORTARIA Nº 1.008, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131651

PORTARIA Nº 1.008, DE 01 DE JULHO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal SIRINEI ANTONIO DIAS, matrícula nº 3248/01, ocupante do cargo de Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários, 40 (quarenta) horas semanais, no período de 12 de julho a 10 de agosto de 2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de julho de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2021.

PORTARIA Nº 1.009, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131669

PORTARIA Nº 1.009, DE 01 DE JULHO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, ao Servidor Público Municipal WALMIR SEGATTO, ocupante do cargo de Analista Administrativo, matrícula nº 506/02, de 24 de junho a 05 de julho de 2021.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a partir de 24 de junho de 2021.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de Julho de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2021.

PORTARIA Nº 1.010, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131670

PORTARIA Nº 1.010, DE 01 DE JULHO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º Alterar temporariamente, no período de 01 de julho a 20 de dezembro de 2021, a carga horária da servidora pública SIMONE MILAN PORN, matrícula 3737/01, ocupante do cargo de Facilitador de Oficina II, de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo único. O período de alteração previsto no caput é o prazo máximo de duração, podendo o Município, a bem do interesse público, revogá-la a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração da referida servidora sofrerá alterações proporcionais.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de Julho de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2021.

PORTARIA Nº 1.011, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131682

PORTARIA Nº 1.011, DE 01 DE JULHO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 13, I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com a Lei Complementar nº 090, de 26 de dezembro de 2007 e suas alterações e ainda de acordo com o Decreto nº 6.269, de 06 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Nomear a Senhora CAMILA VIERO, aprovada no Concurso Público nº 001/2019, para ocupar o cargo de PROFESSOR DE ANOS

INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, turno vespertino, com lotação na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único: A remuneração do respectivo cargo corresponderá ao nível 1-A, disposto no anexo III da Lei Complementar nº 090, de 26 de dezembro de 2007, acrescido de adicional, previsto no art. 23 da referida lei.

Art.2º A posse e a entrada em exercício serão efetuadas de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.3º As despesas decorrentes desta nomeação correrão por conta do Orçamento Municipal em execução.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de julho de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em:

____/____/2021. _____

PORTARIA Nº1.005, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131627

PORTARIA Nº1.005, DE 01 DE JULHO DE 2021.

--	--	--	--

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar a pedido a partir de 01 de julho de 2021, a servidora pública municipal BRUNNA PEREIRA PEDROSO, ocupante do cargo de Enfermeiro - ACT, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, matrícula nº 3825/01.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de Julho de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

____/____/2021.

PORTARIA Nº1.006, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131634

PORTARIA Nº1.006, DE 01 DE JULHO DE 2021.

--	--	--	--

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o Art. 50 da Lei Complementar nº118 de 23 de junho de 2010;

RESOLVE:

Art.1º Exonerar a pedido a partir de 01 de julho de 2021, a servidora pública municipal TATIANE PERIOLO BERNARDI AUGUSTO, ocupante do cargo efetivo de Odontólogo Especialista, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, matrícula nº 3371/01.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de Julho de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

____/____/2021.

PORTARIA Nº1.007, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131643

PORTARIA Nº1.007, DE 01 DE JULHO DE 2021.

--	--	--	--

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar a partir de 05 de julho de 2021, a servidora pública municipal ANA CAMILA GOMES CABEÇO, ocupante do cargo de Médico Especialista - ACT, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, matrícula nº 3823/01.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
São Lourenço do Oeste - SC, 01 de Julho de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2021.

São Ludgero

SAMAE - SÃO LUDGERO

HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 07/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2021

Publicação Nº 3131339

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE SÃO LUDGERO

HOMOLOGAÇÃO RESULTADO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 07/2021 - Pregão Presencial Nº 05/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada para levantamento e avaliação dos bens patrimoniais (móveis e imóveis) pertencentes e/ou sob a guarda e responsabilidade do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Ludgero, fornecendo etiquetas, leitor de dados e sistema de gestão de inventário na WEB, baseados na tecnologia RFID (Radio Frequency Identification).

Data Homologação: 30/06/2021

Empresa Vencedora: ATUALIZA SISTEMAS LTDA.

Valor Total: R\$ 79.800 (setenta e nove mil e oitocentos reais).

Maiores informações: Setor de Compras e Licitações do SAMAE de São Ludgero, telefone (48)3657-1444 das 8:30 às 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, e/ou e-mail:compras@samaesl.sc.gov.br.

São Ludgero (SC), 30 de junho de 2021.

Judite Peters Schurohff

Diretora do SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2021

Publicação Nº 3130434

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2AA46269713E5BBA7978AAB96BB94310A80A84E3

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2021

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2021

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE NOVA ADUTORA DE ÁGUA TRATADA NO BOM RETIRO BAIXO E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO SAMAE.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data de abertura: 15/07/2021. Horário: 14h30min.

A integra destes editais e demais informações poderão ser solicitadas através do site: <https://samaesl.sc.gov.br/licitacao>, telefone (48)3657-1444 das 8:30 às 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, e/ou e-mail:compras@samaesl.sc.gov.br.

São Ludgero (SC), 02 de julho de 2021.

Judite Peters Schurohff

Diretora do SAMAE

São Martinho

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DE VALIDADE Nº1/2021

Publicação Nº 3130514



EDITAL DE PRORROGAÇÃO DE VALIDADE Nº 1/2021

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MARTINHO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna público que de acordo com o disposto no Edital nº 001/2019 – item 1.9 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, consoante com o artigo 37, inciso III, da Constituição Federal, fica prorrogado, por mais 02 (dois) anos, a contar de 05 de julho de 2021, a validade do referido concurso público, homologado pelo Edital de Homologação do Resultado Final do Concurso Público, publicado no endereço eletrônico concursos.unibave.net e www.camarasaomartinho.sc.gov.br e no mural público da Câmara Municipal de São Martinho/SC, no dia 05 de julho de 2019.

São Martinho/SC, 01 de julho de 2021.

Vereadora Anelise Wiemes
Presidente

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

30-2021 CONTRATO ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 3130895

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) ED33D700BC5A492C786C41055BC3264EDBF5A1B5

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 30/2021
CONTRATO DE COMPRA DE CASCALHO.

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz n.º 210, inscrita no CNPJ n.º. 80.912.124/0001-82 nesse ato representado pelo Prefeito Municipal VANDERLEI BONALDO, brasileiro, casado, prefeito, inscrito no CPF sob n.º. 043.822.729-80 e Carteira de Identidade n.º. 4.188.341-SESPDC/SC, residente e domiciliado na Rua São Luis n.º 1422 nesta cidade de São Miguel da Boa Vista/SC e Comarca de Maravilha/SC, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado o Sr. ELEANDRO CHIESA, brasileiro, residente e domiciliada na Linha Barra Bonita, interior, no Município de São Miguel da Boa Vista/SC, inscrito no CPF n.º. 924.034.689-91, doravante denominado de CONTRATADO resolvem contratar objeto do presente pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Tem por objeto o presente contrato a aquisição de cascalho de uma área de 40X80M², a ser retirado do " Lote Colonial Rural n.º. 88, seção sargento, situado na linha Barra Bonita, interior do Município de São Miguel da Boa Vista – SC, sob matrícula no registro de imóveis 966 (Cartório da Comarca de Maravilha - SC), conforme documentos em anexo.

Parágrafo Único - O município poderá retirar e explorar o cascalho até a data de 01 de julho de 2022, sem custos adicionais, sendo que o cascalho será utilizado para os serviços de cascalhamento nas estradas vicinais do município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS - FINANCEIRAS.

DO PREÇO

O preço será de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais) para a compra da cascalheira conforme as especificações acima.

DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado após assinatura do contrato e emissão da nota fiscal ou documento equivalente, em moeda corrente nacional até o 10º dia útil após a liquidação, sendo atestada pelo fiscal do contrato.

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta da seguintes dotações orçamentarias:

Proj/Atividade	Modalidade de Aplicação	Descrição
2.033 – Manutenção das atividades da SMER	3390000000	Aplicações diretas

DO REAJUSTAMENTO

O valor estipulado não sofrerá nenhum tipo de reajuste ou reequilíbrio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I- Fornecer o cascalho a partir da data da assinatura do presente contrato, até a data fim.

II- O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a Constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a contratada colocar a serviços.

III- É do contratado a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre a compra da cascalheira, em qualquer esfera.

IV- Fica o contratado responsável por todas as questões de licenciamento ambiental junto aos órgãos competentes caso haja necessidade.

V- Permitir que os prepostos do Município inspecionem a qualquer tempo a retirada do cascalho.

VI- Fica o contratado responsável por eventuais modificações físicas no terreno e pela recuperação da área degradada caso houver necessidade, incluindo despesas que possam surgir.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I- Fiscalizar e controlar através do Secretário Municipal de Estradas de Rodagem, ora denominado fiscal do contrato, conforme Decreto n.º 31/2017, a retirada do cascalho.

II- Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações.

III- Esclarecer as dúvidas que lhe foram apresentadas.

IV- Cumprir as condições de pagamento, sendo que o pagamento será na data acima mencionada.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto, sem o consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais pertinentes.

Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este Contrato serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

A fiscalização e o controle aludidos na cláusula quarta, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do município nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumidas.

Os casos omissos a este Contrato reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria na Lei Federal N.º 8.666/93, e alterações posteriores.

Em caso de venda do imóvel fica assegurado o direito do Município em retirar o cascalho até o vencimento do presente contrato ou retirada do mesmo.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente Contrato é irrevogável e irretratável, não podendo ser rescindido pelas partes.

Caso a Contratada rescindir o Contrato, caberá aquela indenizar o Município, com o pagamento, a título de multa, do valor de 10 (dez) salários mínimos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato, em duas vias de igual forma e teor, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Miguel da Boa Vista (SC), 01 de julho de 2021.

VANDERLEI BONALDO
Prefeito Municipal

ELEANDRO CHIESA
CPF: 924.034.689-91
Proprietário/Vendedor

EXTRATO DE RESULTADO FINAL 05-2021 FMAS

Publicação Nº 3130740

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 05/2021 FMAS

Modalidade: Pregão Presencial

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório, foi considerado vencedor para LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL INDEPENDENTE PARA USO DO CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS), JANDIR ROSSA, inscrito no CPF sob o nº 816.434.469-91, no valor total de R\$ 11.460,00 para 12 meses (perfazendo um valor mensal de R\$ 955,00) para o item 1. São Miguel da Boa Vista/SC, em 01 de julho de 2021.

VANDERLEI BONALDO
Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

LEI_7_835_DOACAO_DE_BENS_CASEP

Publicação Nº 3130763

LEI Nº 7.835/2021

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DO MUNICÍPIO, REALIZAR DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS AO ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA USO DO CENTRO DE ATENDIMENTO SÓCIO EDUCATIVO PROVISÓRIO (CASEP) DE SÃO MIGUEL DO OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de São Miguel do Oeste, doar ao Estado de Santa Catarina– Secretaria de Estado da Administração Penitenciária, especificamente ao Centro de Atendimento Sócio Educativo Provisório (CASEP) de São Miguel do Oeste, com finalidades específicas, os seguintes bens móveis:

- I – Tela de Projeção tipo mapa branca – número de patrimônio PAT 20432;
- II – Suporte de teto para Projetor Multiprojeto Multivisão – número de patrimônio PAT 20431;
- III – Projeto Epson powerlite S31 lumiens – número de patrimônio PAT 20430;
- IV – Serra circular esquadre jadeira smartmaq SM – número de patrimônio PAT 20460.

Art. 2º Os bens móveis a serem doados, destinam-se exclusivamente para utilização do Centro de Atendimento Sócio Educativo Provisório (CASEP), unidade de São Miguel do Oeste, ficando vedada sua transferência para outras unidades, sob pena de imediata reversão dos bens ao patrimônio público municipal.

Art. 3º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, após processada a doação, realizar todos os registros contábeis e patrimoniais necessários ao cumprimento da presente Lei.

Art. 4º Em caso de reversão dos bens móveis ao patrimônio público municipal, esses serão revertidos, sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 5º Todas as despesas oriundas dos bens ora doados, a partir da sua transferência por parte do Município, correrão às custas do Centro de Atendimento Sócio Educativo Provisório (CASEP) - Estado de Santa Catarina.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.

Em, 24 de junho de 2021.

[assinado digitalmente]

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

[assinado digitalmente]

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

ATA DE REUNIAO CHAMADA PUBLICA Nº 013/2021 (MÉDICO 30HRS)

Publicação Nº 3131618

ATA DE REUNIAO CHAMADA PUBLICA Nº 013/2021 (MÉDICO 30HRS)

Ao 1º dia do mês de julho de 2021 às 14hs apresentaram-se à Secretaria de Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social os candidatos para preenchimento da vaga de MÉDICO 30HS, por ordem de chegada entregaram a documentação a Sra. Joselaine Cristina Stein para análise da documentação.

Apresentou-se a seguinte candidata:

1)	Alessandra Mandaloufas
----	------------------------

Após análise da documentação dos candidatos acima citados, verificou-se que a candidata apresentou a documentação exigida no edital de chamada pública nº 013/2021. Segue classificação de acordo com o Art. 4 do Edital:

1. Alessandra Mandaloufas

Nada mais havendo constar, lavra-se esta ata em uma via única, que vai assinada pela Srta. Manoela Eduarda Werlich e pela secretaria da saúde, Joselaine Cristina Stein que será encaminhada junto com a documentação dos candidatos classificados ao setor de recursos humanos.

Manoela Eduarda Werlich Joselaine Cristina Stein

São Pedro de Alcântara, 1 de julho de 2021.

CONTRATO N.º 093/2021

Publicação Nº 3131319

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 093/2021

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CHARLES DA CUNHA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 066.071.219-93, residente e domiciliado a Rua João Stahelin, nº 2249, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita FRANCIELLY SEIDLER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 089.375.729-23, residente a Rua Herculano Francisco Stahelin, nº. 68, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2018, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de ASSISTENTE SOCIAL, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 02/07/2021,

findando no dia 30/12/2021, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de julho de 2021.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC
CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

FRANCIELLY SEIDLER
CONTRATADA
Testemunhas:

DECRETO Nº 096/2021

Publicação Nº 3131031

DECRETO Nº096/2021

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA 12ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 45, inciso IV, da Lei Orgânica.

DECRETA:

Art. 1º Convocar a 12ª Conferência Municipal de Assistência Social no município de São Pedro de Alcântara com a atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema.

Art. 2º A 12ª Conferência Municipal de Assistência Social realizar-se-á no dia 27 de agosto de 2021, com início às 13:30 horas de forma presencial, com local a ser definido pela comissão.

Art. 3º A 12ª Conferência Municipal de Assistência Social terá como tema "Assistência Social: Direito do povo e Dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social" e Eixos:

- EIXO 1 – A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais no enfrentamento das desigualdades.
- EIXO 2 – Financiamento e orçamento como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais.
- EIXO 3 - Controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS e a importância da participação dos usuários.
- EIXO 4 - Gestão e acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais e proteção social.
- EIXO 5 - Atuação do SUAS em Situações de Calamidade Pública e Emergências.

Art. 4º As despesas decorrentes da realização da 12ª Conferência Municipal, será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de Julho de 2021.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 098/2021

Publicação Nº 3131552

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº098/2021

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro das Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - Coofinanciamento Estadual no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 5º da Lei nº 1.319 de 08 de dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal 38.430,23 (trinta e oito mil e quatrocentos e trinta reais e vinte e três centavos) por conta do Superávit Financeiro - Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - Coofinanciamento Estadual na dotação abaixo identificada:

05- SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.02.08.244.0007-2.038– Benefícios Eventuais R\$ 38.430,23

3.3.90.00.00.00.00.00.03.1217 – Aplicações Diretas R\$ 38.430,23

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 01 de julho de 2021.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 099/2021

Publicação Nº 3131558

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº099/2021

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro de Recursos Ordinários no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 5º da Lei nº 1.319 de 08 de dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por conta do Superávit Financeiro de Recursos Ordinários na dotação abaixo identificada:

07- SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.0010-2.077- Funcionamento e Manutenção de
Coordenadoria de Obras R\$ 30.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 01 de julho de 2021.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

EDITAL Nº14/2021 SAÚDE DE CHAMADA PÚBLICA EMERGENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE MÉDICO DA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF), 40HS

Publicação Nº 3131621

EDITAL Nº14/2021 SAÚDE DE CHAMADA PÚBLICA EMERGENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE MÉDICO DA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF), 40HS.

A Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais torna público que estão abertas as inscrições de Chamada Pública Emergencial para até dia 30/12/21, não podendo ser prorrogado em hipótese alguma, visando atender a falta de profissional para o cargo MÉDICO DA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA 40HS no quadro da Secretaria Municipal de Saúde. Ressaltando, que o referido edital está sendo realizado, pois não há tempo hábil para a realização de processo seletivo, o qual será realizado no prazo de vigor deste certame.

CRONOGRAMA

02/07/2021 – Publicação do Edital

09/07/2021 – Inscrição presencial na Secretaria Municipal de Saúde/ Homologação e publicação do resultado final

14/07/2021 - Apresentação do candidato para início das atividades

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 a Chamada Pública Emergencial destina-se à seleção de profissionais para o preenchimento de 01 vaga , para assumir o cargo de MÉDICO DA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA 40HS, em caráter temporário, para até dia 30/12/2021, não podendo ser prorrogado pelo

mesmo período.

1.2 São condições para se candidatar às vagas:

- a) Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Emenda Constitucional de 1988;
- b) Ter na data da inscrição idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
- c) Estar em dia com as obrigações eleitorais;
- d) Se for do sexo masculino, estar em dia com as obrigações militares;
- e) Estar em gozo dos direitos políticos e civis;
- f) Estar inscrito regularmente no CRM.

1.3 A seleção dos candidatos dar-se-á através de tempo de serviço.

1.4 São de exclusiva responsabilidade do candidato a apresentação e a entrega da documentação comprobatória exigida abaixo:

I - Xerox Identidade;

II - Xerox CPF;

III - Xerox PIS PASEP/ Carteira Trabalho;

IV - Xerox Título de Eleitor/ Quitação Eleitoral;

V - Xerox Certificado de Reservista;

VI - Xerox Títulos Escolares (Graduação);

VII - Xerox Certidão de Casamento;

VIII - Xerox Certidão Filhos menores de 14 anos e CPF;

IX - Atestado de Saúde (Médico do Trabalho);

X - 01 Foto 3 x 4 atual;

XI - Comprovante de Residência (atual);

XII - Folha Corrida Judicial.

XII – Cópia do registro fiscalizador do profissional

1.5 Os candidatos interessados deverão dirigir-se a Secretaria Municipal de Saúde, situada na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº01, Centro, munidos de documentos pessoais e comprovantes de habilitação, no dia 09 de julho de 2021, as 10 horas ou mediante procuração

1.6 Os documentos pessoais originais deverão ser apresentados juntamente com as cópias.

1.7 O presente edital de chamada pública emergencial nº014/2021/SAUDE, ficará disponível durante o prazo de inscrições no Mural da Prefeitura Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara.

1.8 O resultado será divulgado no mural da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

1.9 A classificação dos candidatos inscritos para a vaga de MÉDICO DA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA 40HS, obedecerá os seguintes critérios:

I. Títulos; Critério para apuração dos pontos:

- a) Doutorado – 4 Pontos
- b) Mestrado – 3 Pontos
- c) Pós-Graduação – 2 Pontos
- d) Conclusão Curso Superior – 1 Ponto

II. Maior tempo de experiência profissional na área, comprovado na seguinte maneira:

- a) Entidade Pública: Declaração/Certidão de tempo de serviço em papel timbrado e assinado por profissional competente.
- b) Entidade Privada: Registro na Carteira de Trabalho (CTPS), Contrato de Prestação de Serviço ou Contrato de Trabalho.
- c) Para cada mês de experiência profissional na área de atuação será acrescentado 0,2 pontos.

III. Idade;

IV. Sorteio.

2. DA VAGA

CARGO	REQUISITOS	CARGA HORÁRIA	VAGA	VENCIMENTO
MEDICO ESF – 40HS	DIPLOMA DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA E REGISTRO NO CRM/SC.	40 HORAS SEMANAIS	01	R\$ 9.850,17 (base) Gratificação: R\$ 2.839,95 Insalubridade : R\$ 220,00 Alimentação: R\$ 460,00

Este edital entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 01 de julho de 2021.

JOSELAINE CRISTINA STEIN

Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

LEI Nº 1.338 DE 28 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130767

LEI Nº 1.338 DE 28 DE JUNHO DE 2021

“Cria no Anexo do PPA do Programa Educação para Todos da Lei nº1115/2017, que Dispõe Sobre o PPA 2018/2021.”

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Criar no Anexo do PPA do Programa Educação para Todos da Lei nº1115/2017, a AÇÃO - Aquisição de Veículo - Minivan no valor de R\$100.290,00 (cem mil duzentos e noventa reais) conforme Plano Plurianual - Programas de Governo.

Parágrafo Único – É parte integrante desta Lei a Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 29 de junho de 2021.

Charles da Cunha
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.339 DE 28 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130769

LEI Nº 1.339 DE 28 DE JUNHO DE 2021

“Cria a Planilha de identificação dos Projetos, Atividades Especiais do Programa Educação para Todos da Lei nº1308/20.”

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar a Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais do Programa EDUCAÇÃO PARA TODOS da Lei nº1308/20 acrescentando a Ação – Aquisição de Veículo – Minivan.

Parágrafo Único – É parte integrante desta Lei a Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 29 de junho de 2021.

Charles da Cunha
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.340 DE 28 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130773

LEI Nº 1.340 DE 28 DE JUNHO DE 2021

“Abre Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.”

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial no total de R\$100.290,00 (cem mil duzentos e noventa reais) por conta do Superávit Financeiro Superávit – Outras transferências dos Estados – Emendas Parlamentares Impositivas na dotação abaixo identificada:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.02.12.361.0004.1.112 – Aquisição de veículo minivan R\$ 100.290,00

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.1224 – Aplicação Direta R\$ 100.290,00

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 29 de junho de 2021.

Charles da Cunha
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 319/2021

Publicação Nº 3130777

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 319/2021

Exonera FRANCIELE AMANDIO DE SOUZA do cargo de Assistente Social.

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar a pedido da servidora, FRANCIELE AMANDIO DE SOUZA do cargo de Assistente Social, contrato de trabalho nº. 057/2021.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de julho de 2021.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2021.

PORTARIA N.º 320/2021

Publicação Nº 3130778

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 320/2021

Concede licença para tratamento de saúde a servidora JESSICA GUERRILHA SVENSON, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde à servidora JESSICA GUERRILHA SVENSON, pelo período de 60 (sessenta) dias a contar da data de 15/06/2021, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15/06/2021.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de julho de 2021.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2021.

PORTARIA N.º 321/2021

Publicação N° 3130779

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 321/2021

Concede licença para tratamento de saúde a servidora MARIANA STAHELIN CANOSSA DE SOUZA, ocupante do cargo de Professora II, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora MARIANA STAHELIN CANOSSA DE SOUZA, pelo período de 30 (trinta) dias a contar da data de 23/06/2021, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23/06/2021.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de julho de 2021.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2021.

PORTARIA N.º 322/2021

Publicação N° 3131315

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 322/2021

Exonera FRANCIELLY SEIDLER da função de Conselheira Tutelar.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso XVI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar a pedido da servidora, FRANCIELLY SEIDLER da função de Conselheira Tutelar.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de julho de 2021.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2021.

PORTARIA N.º 323/2021

Publicação N° 3131316

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 323/2021

Admite em Caráter Temporário FRANCIELLY SEIDLER para o cargo de Assistente Social.

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, FRANCIELLY SEIDLER para o cargo de Assistente Social, contrato de trabalho n.º. 093/2021.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de julho de 2021.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2021.

PORTARIA N.º 324/2021

Publicação N° 3132377

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 324/2021

Concede licença para tratamento de saúde a servidora CAMILA ALBINO SIEGEL, ocupante do cargo de Enfermeira - ESF, lotada na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar n.º. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde à servidora CAMILA ALBINO SIEGEL, pelo período de 10 (dez) dias a contar da data de 28/06/2021, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28/06/2021.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de julho de 2021.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2021.

PORTARIA N.º 325/2021

Publicação N° 3132379

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222.
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 325/2021

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA ROSÂNGELA MARIA LAURENTINO.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97 e artigo 16 da Lei Complementar n.º. 08/98,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição e ter apresentado certificado de cursos de aperfeiçoamento na área da educação:

§ ROSÂNGELA MARIA LAURENTINO – ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO – LETRA L.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de julho de 2021.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2021.

RESOLUÇÃO CMAS/SPA/SC N. 05, DE 28 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3131033

RESOLUÇÃO CMAS/SPA/SC N. 05, DE 28 DE JUNHO DE 2021.

Cria Comissão Organizadora da 12ª Conferência Municipal de Assistência Social do município de São Pedro de Alcântara.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal N. 09/97

RESOLVE:

Art. 1º - estabelecer as normas gerais para a realização da 12ª Conferência Municipal de Assistência Social, tendo como tema central: "Assistência Social: Direito do povo e Dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social" e eixos:

- I. EIXO 1 – A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais no enfrentamento das desigualdades;
- II. EIXO 2 – Financiamento e orçamento como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais;
- III. EIXO 3 - Controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS e a importância da participação dos usuários;
- IV. EIXO 4 - Gestão e acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais e proteção social;
- V. EIXO 5 - Atuação do SUAS em Situações de Calamidade Pública e Emergências.

Art. 2º A 12ª Conferência Municipal de Assistência Social, será realizada no dia 27 de agosto de 2021, com início às 13:30 horas de forma presencial, com local a ser definido pela comissão.

Parágrafo único: Ato conjunto entre o CMAS e Gestão municipal será editado com o fim de convocação conjunta desta conferência.

Art. 3º - Cria a Comissão Organizadora da 12ª Conferência Municipal de Assistência Social composta paritariamente, por conselheiros municipais que representam a sociedade civil e o governo, assim composta:

Representantes da Sociedade Civil:

- 1) Rafael Kretzer
- 2) Edite Hack

Representantes Governamentais:

- 1) Eliane Mª Ribeiro Hoffmann
- 2) Mariana Lohn

Art. 4º - A Comissão será coordenada pelo presidente e vice-presidente do CMAS, e terá como competência:

- I - Orientar e acompanhar a realização e os resultados da conferência de Assistência Social;
- II - Preparar e acompanhar a operacionalização da 12ª Conferência Municipal;
- III - Propor e encaminhar para aprovação do CMAS o regimento interno, metodologia, divulgação, organização, composição, bem como materiais a serem utilizados durante 12ª Conferência Municipal;
- IV - Organizar e coordenar a 12ª Conferência Municipal;
- V - Dar suporte técnico-operacional durante o evento;
- VI - Manter o CMAS informado sobre o andamento das providências operacionais, programáticas e de sistematização da 12ª Conferência Municipal;
- VII - Elaborar relatório final.

Art. 5º - A Comissão Organizadora poderá contar, ainda, com colaboradores para auxiliar na realização da 12ª Conferência Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único. Consideram-se colaboradores eventuais conselheiros, instituições e organizações governamentais ou da sociedade civil, da Administração Pública ou da iniciativa privada, prestadoras de serviços da Assistência Social, bem como consultores e convidados.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Priscila Rosa Pacheco

Presidente do Conselho Municipal da Assistência Social.

Publicado em: ____/____/2021

Responsável publicação: _____

Saudades

PREFEITURA

DECRETO N. 60, DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3131057

DECRETO N. 60, DE 30 DE JUNHO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO – EDITAL N. 01/2021 – E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei,

CONSIDERANDO a regularidade formal dos procedimentos adotados na formalização do Processo Seletivo Edital n. 01/2021 e transcorrido o prazo para interposição de recursos em face dos resultados;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Final do Processo Seletivo Edital n. 01/2021 destinado à contratação temporária de pessoal do Poder Executivo Municipal de Saudades/SC, conforme anexo único.

Art. 2º. A contratação se dará de acordo com a presente homologação e a convocação se dará de acordo com a necessidade e conveniência do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Saudades/SC, 30 de junho de 2021.

MACIEL SCHNEIDER
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra

MÁRCIO OTAIR HART
Secretário de Fazenda e Administração

LEI ORDINÁRIA N. 2.382, DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131822

LEI ORDINÁRIA N. 2.382, DE 1º DE JULHO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA DESMEMBRAMENTO DE LOTES URBANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito do Município de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, considerando a aprovação do desmembramento pelo CONDEUS – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Urbano de Saudades na reunião ordinária realizada em 13 de Julho de 2017 nos termos da Resolução n. 03/2017, Faz Saber, a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desmembrar o Lote Urbano n. 86, da quadra 102, localizado na Avenida Brasil, n.120, centro, Saudades/SC, com área total de 1.621,00 m², em 02 (dois) lotes com áreas de 810,50 m² cada, sendo o Lote n. 01 com testada de 14 metros e o Lote n. 02, com testada de 11 metros, de acordo com o mapa anexo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Saudades/SC, 1º de julho de 2021.

MACIEL SCHNEIDER
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada em data supra.

MÁRCIO OTAIR HART
Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA N. 254, DE 01 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130518

PORTARIA N. 254, DE 01 DE JUNHO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE RELOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar 06, de 25 de outubro de 2002;

RESOLVE:

Art. 1º. Relota Servidora Pública, Auxiliar Administrativa, lotado na Secretaria de Saúde, ADRIANE INÊS KERKHOFF, para a Secretária Municipal da Fazenda e Administração a partir de junho de 2021.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário e, tem seus efeitos retroativos.

Saudades/SC, 01 de junho de 2021.

MACIEL SCHNEIDER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

MARCIO OTAIR HART
Secretário da Fazenda e Administração

PORTARIA N. 255, DE 01 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130520

PORTARIA N. 255, 01 DE JUNHO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL EM VIRTUDE DE APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que a Lei lhe confere e, na forma da alínea 'a', do inciso II, do artigo 54 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar n. 06/2012 e suas alterações, combinado com o disposto no inciso II do artigo 37 da Carta Federal de 1988, e,

CONSIDERANDO a realização do Concurso Público aberto pelo Edital 010/2018, cujo resultado final foi homologado pelo Decreto 55/2018,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, em virtude de aprovação em concurso público, JAQUELINE SOLIVO para exercer as funções do cargo de AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS, com vencimento e carga horária prevista pelo Edital de Concurso Público n. 010/2018, com lotação na Secretaria Municipal de Fazenda e Administração, a partir do dia 01 de Junho de 2021.

Art. 2º. O nomeado terá o prazo de 30 (trinta) dias contados da sua nomeação para entrar em exercício.

Art. 3º. O nomeado será regido pelo regime jurídico estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social, nos termos da Lei Complementar n. 05, de 25 de Outubro de 2002.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades/SC, em 01 de Junho de 2021.

MACIEL SCHNEIDER
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

MÁRCIO OTAIR HART
Secretário de Fazenda e Administração

O nomeado entrou em exercício em
_____de Junho de 2021

PORTARIA N. 256, DE 02 DE JUNHO 2021

Publicação Nº 3130525

PORTARIA N. 256, 02 DE JUNHO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL EM VIRTUDE DE APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que a Lei lhe confere e, na forma da alínea 'a', do inciso II, do artigo 54 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar n. 06/2012 e suas alterações, combinado com o disposto no inciso II do artigo 37 da Carta Federal de 1988, e,

CONSIDERANDO a realização do Concurso Público aberto pelo Edital 010/2018, cujo resultado final foi homologado pelo Decreto 55/2018,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, em virtude de aprovação em concurso público, CLADEMIR CORREA para exercer as funções do cargo de AGENTE EDUCATIVO – 40 HS, com vencimento e carga horária prevista pelo Edital de Concurso Público n. 010/2018, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia 02 de Junho de 2021.

Art. 2º. O nomeado terá o prazo de 30 (trinta) dias contados da sua nomeação para entrar em exercício.

Art. 3º. O nomeado será regido pelo regime jurídico estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social, nos termos da Lei Complementar n. 05, de 25 de Outubro de 2002.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades/SC, em 02 de Junho de 2021.

MACIEL SCHNEIDER
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

MÁRCIO OTAIR HART
Secretário de Fazenda e Administração

O nomeado entrou em exercício em
_____de Junho de 2021

PORTARIA N. 257, DE 02 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130533

PORTARIA N. 257, DE 02 DE JUNHO DE 2021.

“CONCEDE ADICIONAL DE ESCOLARIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal em Exercício de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, combinado com a Lei Complementar n. 46/2012 e suas alterações;

CONSIDERANDO o requerimento protocolado sob o nº 282/2021 junto com cópias dos certificados de conclusão do Curso de Graduação e Pós-Graduação;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o adicional de escolaridade a CLADEMIR CORREA, ocupante do cargo de Agente Educativo – 40h, correspondente a 25% sobre o vencimento inicial, pago em verba própria, em virtude da conclusão de Curso de Graduação e Pós-Graduação, a partir de Junho de 2021.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da presente portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades/SC, em 02 de junho de 2021.

MACIEL SCHNEIDER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

MARCIO OTAIR HART
Secretário de Fazenda e Administração

PORTARIA N. 258, DE 02 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130540

PORTARIA N. 258, DE 02 DE JUNHO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE DEMISSÃO DE SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que a Lei Orgânica Municipal lhe confere;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo servidor protocolado sob nº 300/2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica demitido das funções do Cargo ACT de Agente Educativo – 20 hs a Servidora BRUNA WENDT HANSEN, a partir de 02 de junho de 2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, estando às verbas rescisórias a disposição do servidor na Tesouraria Municipal.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 02 de junho de 2021.

MACIEL SCHNEIDER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

MARCIO OTAIR HART
Secretário de Fazenda e Administração

PORTARIA N. 259, DE 07 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130543

PORTARIA N. 259, 07 DE JUNHO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL EM VIRTUDE DE APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que a Lei lhe confere e, na forma da alínea 'a', do inciso II, do artigo 54 da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar n. 06/2012 e suas alterações, combinado com o disposto no inciso II do artigo 37 da Carta Federal de 1988, e,

CONSIDERANDO a realização do Concurso Público aberto pelo Edital 012/2019, cujo resultado final foi homologado pelo Decreto 13/2020,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, em virtude de aprovação em concurso público, VILMAR KOLLETT para exercer as funções do cargo de MOTORISTA, com vencimento e carga horária prevista pelo Edital de Concurso Público n. 012/2019, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 07 de Junho de 2021.

Art. 2º. O nomeado terá o prazo de 30 (trinta) dias contados da sua nomeação para entrar em exercício.

Art. 3º. O nomeado será regido pelo regime jurídico estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social, nos termos da Lei Complementar n. 05, de 25 de Outubro de 2002.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades/SC, em 07 de Junho de 2021.

MACIEL SCHNEIDER
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

MÁRCIO OTAIR HART
Secretário de Fazenda e Administração

O nomeado entrou em exercício em
_____de Junho de 2021

PORTARIA N. 260, DE 07 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130547

PORTARIA N. 260, DE 07 DE JUNHO DE 2021.

“CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a promulgação da Lei Complementar n. 47, de 19 de dezembro de 2012, que institui o adicional de insalubridade pela prestação de serviços em locais insalubres;

CONSIDERANDO a apresentação dos laudos de PPRA – Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais e da LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais, referente ao ano de 2019;

RESOLVE

Art. 1º. Concede Adicional de Insalubridade a servidor público abaixo identificado, em grau médio, no importe de 20% (vinte por cento), incidentes sobre o valor correspondente ao Menor Vencimento do Município, a partir do mês de 07 junho de 2021:

I – Secretaria de Infraestrutura:

SERVIDOR	CARGO
VILMAR KOLLETT	MOTORISTA

Art. 2º. O Adicional de Insalubridade será concedido ao funcionário ou servidor somente enquanto perdurar o exercício em unidades ou atividades insalubres, conforme dispõe o art. 5º da Lei Complementar n. 47/2012.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Saudades, SC, 07 de Junho de 2021.

MACIEL SCHNEIDER
Prefeito Municipal
Registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

MÁRCIO OTAIR HART
Secretário Fazenda e Administração

PORTARIA N. 261, DE 07 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130552

PORTARIA N. 261, 07 DE JUNHO DE 2021.

“CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, combinado com a Lei Complementar n. 05/2002, Lei Complementar n. 76/2015 e Decreto n. 24/2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder função gratificada pelo exercício de suas atividades no cargo em horário especial, definido pelo Secretário Municipal, na proporção de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento básico fixado para o cargo ocupado pelo servidor, aos servidores que especifica:

SERVIDOR	CARGO OCUPADO
VILMAR KOLLETT	Motorista

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da presente portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades/SC, em 07 de Junho de 2021.

MACIEL SCHNEIDER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

MÁRCIO OTAIR HART
Secretário de Fazenda e Administração

PORTARIA N. 262, DE 07 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130615

PORTARIA N. 262, DE 07 DE JUNHO DE 2021.

“CONCEDE ADICIONAL DE ESCOLARIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal em Exercício de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, combinado com a Lei Complementar n. 46/2012 e suas alterações;

CONSIDERANDO o requerimento protocolado sob o nº 296/2021 junto com cópias dos certificados de conclusão do Curso de Ensino Médio e Ensino Superior;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o adicional de escolaridade a VILMAR KOLLETT, ocupante do cargo de Motorista, correspondente a 15% sobre o vencimento inicial, pago em verba própria, em virtude da conclusão de Curso de Ensino Médio e Ensino Superior a partir de Junho de 2021.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da presente portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades/SC, em 07 de junho de 2021.

MACIEL SCHNEIDER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

MARCIO OTAIR HART
Secretário de Fazenda e Administração

PORTARIA N. 263, DE 07 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130622

PORTARIA N. 263, DE 07 DE JUNHO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que a Lei Orgânica Municipal lhe

confere;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo servidor e recebido pelo Responsável do Setor Pessoal.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado das funções do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, a servidora Marlene Maria Muller Agostini, a partir de 07 de junho de 2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, estando às verbas rescisórias a disposição do servidor na Tesouraria Municipal.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades/SC, em 07 de junho de 2021.

MACIEL SCHNEIDER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

MARCIO OTAIR HART
Secretário de Fazenda e Administração

PORTARIA N. 264, DE 07 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130625

PORTARIA N. 264, DE 07 DE JUNHO DE 2021.

“CONCEDE ADICIONAL DE ESCOLARIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal em Exercício de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, combinado com a Lei Complementar n. 46/2012 e suas alterações;

CONSIDERANDO o requerimento protocolado sob o nº 302/2021 junto com cópias dos certificados de conclusão do Ensino Superior;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o adicional de escolaridade a WALTER FRANÇOIS, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, correspondente a 10% sobre o vencimento inicial, pago em verba própria, em virtude da conclusão do Ensino Superior, a partir de Junho de 2021.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da presente portaria, serão utilizados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades/SC, em 07 de junho de 2021.

MACIEL SCHNEIDER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

MARCIO OTAIR HART
Secretário de Fazenda e Administração

PORTARIA N. 265, DE 08 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130631

PORTARIA N. 265, DE 08 DE JUNHO DE 2021.

“ADMITE AGENTE EDUCATIVO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinado com as disposições da Lei Complementar n. 07/2002 e Lei Complementar 46/2012;

CONSIDERANDO a homologação do resultado do Processo Seletivo aberto pelo Edital n. 08/2020, homologado pelo Decreto n. 16, de 03

de Fevereiro de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica admitido para atender necessidade temporária, conforme segue:

NOME: TAIANDA ALIZI BENEDETTI

FUNÇÃO: Agente Educativa.

CARGA HORÁRIA: 20 horas semanais.

LOTAÇÃO: Centro de Educação Infantil Cantinho Alegre

VENCIMENTO: Nível IV do Anexo III da Lei Complementar n. 46/2012.

PERÍODO: 08.06.2021 a 17.12.2021.

Art. 2º. O presente ato poderá ser revogado a qualquer momento por razões de interesse público devidamente justificado.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 08 de junho de 2021.

MACIEL SCHNEIDER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

MÁRCIO OTAIR HART

Secretário Municipal de Fazenda e Administração

PORTARIA N. 266, DE 09 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130632

PORTARIA N. 266, DE 09 DE JUNHO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que a Lei Orgânica Municipal lhe confere;

CONSIDERANDO o requerimento protocolado sob o n. 310/2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerado das funções do cargo efetivo de Odontologia, a servidora Mariana Ulsenheimer Mallmann, a partir de 11 de junho de 2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, estando às verbas rescisórias a disposição do servidor na Tesouraria Municipal.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades/SC, em 09 de junho de 2021.

MACIEL SCHNEIDER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

MARCIO OTAIR HART

Secretário de Fazenda e Administração

PORTARIA N. 267, DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130634

PORTARIA N. 267, 10 DE JUNHO DE 2021.

“AUTORIZA SERVIDOR SE AUSENTAR POR CINCO DIAS CONSECUTIVOS EM VIRTUDE DE CASAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, combinado com as disposições da Lei Complementar n. 05/2002, Lei Complementar 18/2005 de 29 de Novembro de 2005 e Lei Complementar 46/2012 de 23 de Novembro de 2012,

CONSIDERANDO o requerimento protocolado sob o n. 312/2021;

RESOLVE

Art. 1º. Conceder ao servidor ADRIANO VANDERLEI MICHELOTTI RODRIGUES, ocupante do cargo de Assistente de Educação, licença por cinco dias consecutivos em razão de casamento, a partir do dia 14 de junho de 2021.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Saudades/SC, 10 de junho de 2021.

MACIEL SCHNEIDER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

MÁRCIO OTAIR HART
Secretário da Fazenda e Administração

PORTARIA N. 268, DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130637

PORTARIA N. 268, 10 DE JUNHO DE 2021.

"AUTORIZA SERVIDOR SE AUSENTAR POR CINCO DIAS CONSECUTIVOS EM VIRTUDE DE CASAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, combinado com as disposições da Lei Complementar n. 05/2002, Lei Complementar 18/2005 de 29 de Novembro de 2005 e Lei Complementar 46/2012 de 23 de Novembro de 2012,

CONSIDERANDO o requerimento protocolado sob o n. 311/2021;

RESOLVE

Art. 1º. Conceder a servidora ISABEL ENGLER, ocupante do cargo de Agente Educativa, licença por cinco dias consecutivos em razão de casamento, a partir do dia 14 de junho de 2021.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Saudades/SC, 10 de junho de 2021.

MACIEL SCHNEIDER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

MÁRCIO OTAIR HART
Secretário da Fazenda e Administração

PORTARIA N. 269, DE 14 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130638

PORTARIA N. 269, DE 14 DE JUNHO DE 2021.

"ADMITE AGENTE EDUCATIVO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinado com as disposições da Lei Complementar n. 07/2002 e Lei Complementar 46/2012;

CONSIDERANDO a homologação do resultado do Processo Seletivo aberto pelo Edital n. 08/2020, homologado pelo Decreto n. 16, de 03 de Fevereiro de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica admitido para atender necessidade temporária, conforme segue:

NOME: DIRLEIA ROHR LAUXEN

FUNÇÃO: Agente Educativa.

CARGA HORÁRIA: 20 horas semanais.

LOTAÇÃO: Centro de Educação Infantil Pró-Infância Aquarela
VENCIMENTO: Nível IV do Anexo III da Lei Complementar n. 46/2012.
PERÍODO: 14.06.2021 a 17.12.2021.

Art. 2º. O presente ato poderá ser revogado a qualquer momento por razões de interesse público devidamente justificado.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 14 de junho de 2021.

MACIEL SCHNEIDER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em data supra.

MÁRCIO OTAIR HART
Secretário Municipal de Fazenda e Administração

PORTARIA N. 270, DE 18 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3131060

PORTARIA N. 270, DE 18 DE JUNHO DE 2021.

“CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 93, inciso XI, da Lei Complementar n. 06, de 25 de outubro de 2002;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença paternidade ao servidor público municipal Sr. CLAUDINEI AFONSO SCHUH pelo prazo de 5 (cinco) dias consecutivos, haja vista o nascimento de seu filho(a), conforme certidão de nascimento apresentada pra instruir o pedido, a contar do dia 18.06.2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 18 de junho de 2021.

MACIEL SCHNEIDER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na forma da lei nesta Secretaria em data supra.

MÁRCIO OTAIR HART
Secretário Municipal de Fazenda e Administração

PORTARIA N. 271, DE 28 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3131061

PORTARIA Nº 271, DE 28 DE JUNHO DE 2021.

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso X, do art. 93 da Lei Complementar n. 006, de 25 de outubro de 2002, alterada pela Lei Complementar n. 026, de 19 de Maio de 2009,

CONSIDERANDO a apresentação do Atestado médico, em que atesta o repouso por 180 (cento e oitenta) dias por motivo de parto,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade, a partir de 26 de JUNHO de 2021, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a servidora TAINARA KESSLER, ocupante do cargo de PROFESSORA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 28 de junho de 2021.

MACIEL SCHNEIDER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na forma da lei nesta Secretaria em data supra.

MÁRCIO OTAIR HART
Secretário Municipal de Fazenda e Administração

PORTARIA N. 272, DE 28 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3131077

PORTARIA Nº 272, DE 28 DE JUNHO DE 2021.

“SUSPENDE LICENÇA CONCEDIDA A SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado especialmente com o artigo 91, da Lei Complementar n. 05 de 25 de outubro de 2002;

CONSIDERANDO o pedido de suspensão da licença para tratar de interesses particulares, concedida pela Portaria n. 191/2021, protocolado sob n. 345/2021, em 28 de junho de 2021;

RESOLVE

Art. 1º. Suspender a licença sem remuneração para tratar de interesses particulares, concedida pela Portaria n. 191/2021, a servidora ROSELI SEHN NIEDERLE, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Saúde, a partir de 01 de julho de 2021.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Saudades/SC, em 28 de Junho de 2021.

MACIEL SCHNEIDER
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supra.

MÁRCIO OTAIR HART
Secretário de Fazenda e Administração

Schroeder

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO N°. 37/2021-PMS

Publicação N° 3130601

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato n°. 37/2021-PMS

Dispensa n°. 29/2021-PMS

Processo n°. 101/2021-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: POSTO AGRICOPEL LTDA., inscrita no CNPJ sob o no 83.488.882/0014-28, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco n°. 3490, Bairro Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de gasolina comum para suprir as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Gasolina Comum	3.000	Litros	5,28	15.840,00
TOTAL R\$					15.840,00

Valor do contrato: R\$ 15.840,00 (quinze mil oitocentos e quarenta reais)

Data da Assinatura: 01/07/2021 Vigência: 31/12/2021

Felipe Voigt

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.604/2021, DE 29 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3131056

DECRETO Nº 5.604/2021, DE 29 DE JUNHO DE 2021

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2021.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.510/2020 de 30 de novembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 149.820,00 (cento e quarenta e nove mil oitocentos e vinte reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA**05.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA**

05.02.12.122.0003.2.009 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Educação e Cultura
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.03.0036 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 19.820,00

06 - SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**06.02 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO**

06.02.15.451.0004.2.034 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 10.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 40.000,00

07 - SECRETARIA MUN DE AGRIC IND COMÉRCIO**07.02 - DIRETORIA DE AGRICULTURA**

07.02.20.606.0005.2.036 - Manutenção do Setor de Agricultura
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 80.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**06.02 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO**

06.02.15.451.0004.2.034 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
3.3.90.34.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outras Desp.de Pessoal Dec.de Contratos de Terc. R\$ 50.000,00

07 - SECRETARIA MUN DE AGRIC IND COMÉRCIO**07.02 - DIRETORIA DE AGRICULTURA**

07.02.20.606.0005.2.036 - Manutenção do Setor de Agricultura
3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 10.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 40.000,00

07 - SECRETARIA MUN DE AGRIC IND COMÉRCIO**07.02 - DIRETORIA DE AGRICULTURA**

07.02.20.606.0005.2.036 - Manutenção do Setor de Agricultura

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 30.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do
Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 29 de Junho de 2021.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

DENILSON WEISS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

SUZANA PEREIRA LOPES
Assessora Jurídica

DISPENSA 29/2021-PMS

Publicação Nº 3130512

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 29/2021 - DL****Processo Nr.:** 101/2021
Data: 01/07/2021

Folha: 1/2

Fornecedor: POSTO AGRICOPEL LTDA.**Código:** 9634**Endereço:** R MARECHAL CASTELO BRANCO,3490 - *******Cidade:** SCHROEDER - SC**CNPJ:** 83.488.882/0014-28**Inscrição Estadual:** 254.512.658**Objeto da Compra:** aquisição de gasolina comum para suprir as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	3.000,00	Gasolina Comum	LT	5,28	15.840,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

A contratação da gasolina comum para veículos do Município de Schroeder. Essa contratação vai suprir as necessidades de consumo até que sai a nova licitação que está com data marcada.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 1 de Julho de 2021

FELIPE VOIGT
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 29/2021 - DL**Processo Nr.:** 101/2021
Data: 01/07/2021

Folha: 2/2

29/06/2021

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 29 de Junho de 2021

Valor da Despesa: 15.840,00 (quinze mil oitocentos e quarenta reais)**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 2242

Publicação Nº 3131978

DECRETO Nº 2242, de 01 de julho de 2021

Anula Processo Licitatório nº 97/2021 – Pregão Presencial nº 039/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso X do art. 108, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o artigo 49, da Lei nº 8666/1993, e alterações posteriores, e considerando:

- a) Que a administração municipal pode anular a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;
- b) Que se constatou a ausência de documentos de qualificação técnica nas exigências do Edital;

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Processo Licitatório nº 97/2021 – Pregão Presencial nº 039/2021, que tem por objeto a Contratação de empresa para prestação de serviço de instalação de rede adutora em Linha Gramado, através de mão de obra especializada e fornecimento de material.

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 01 de julho de 2021.

EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 01 de julho de 2021

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

DECRETO Nº 2243

Publicação Nº 3131214

DECRETO Nº 2243, de 1º de julho de 2021

Prorroga o Termo de Credenciamento nº 017/2019 - Serviços Especializados em Academias e Atividades Esportivas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do inciso 7.2, do Processo Licitatório nº 095/2019, Chamamento Público nº 002/2019, de 26 de abril de 2019,
DECRETA

Art. 1º Fica prorrogado por mais 24 (vinte e quatro) meses, com efeitos a partir de 04 de julho de 2021, o Termo de Credenciamento nº 017/2019, oriundo do Processo Licitatório nº 144/2019, Inexigibilidade de Licitação nº 019/2019 de 04 de julho de 2019, formalizado através do decreto nº 1662, de 09 de julho de 2019, que credenciou a empresa Energia – Academia de Musculação e Ginástica Ltda, para prestar serviços especializados em academias e atividades esportivas.

Art. 2º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação..

Seara/SC, 1º de julho de 2021

Edemilson Canale
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 1º de julho de 2021

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária de Administração

EDITAL 02

Publicação Nº 3131610

EDITAL Nº 002/2021 - RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2021

ALTERA DISPOSITIVOS DO EDITAL Nº 001/2021 QUE ABRE INSCRIÇÕES PARA O CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE SEARA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

EDEMILSON CANALE, Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Edital de Concurso nº 001, de 25 de junho de 2021,

ALTERA

1. Fica alterado o conteúdo programático, para o cargo de Técnico de Controle Interno, constante no anexo IV do Edital de Concurso nº 001, de 25 de junho de 2021 que abre inscrições para o concurso público para preenchimento de vagas e formação de cadastro reserva para provimento de cargos do quadro de pessoal do município de Seara, estado de Santa Catarina.

.....

TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO: Contabilidade Pública. Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público. Objeto, objetivo, finalidade. Informações contábeis. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Procedimentos contábeis orçamentários. Princípios contábeis. Receita e despesa. Fonte/destinação de recursos. Registros contábeis. Procedimentos Contábeis Patrimoniais. Ativo, Passivo e Patrimônio líquido. Patrimônio Público. Aspectos Patrimoniais. Variações patrimoniais. Ativo imobilizado e intangível. Procedimentos Contábeis Específicos. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das mutações do patrimônio líquido. Demonstrativos fiscais. Lançamento e escrituração contábeis. Regimes Contábeis. Renúncia e Destinação da Receita. Dívida Ativa. Crédito orçamentário. Restos a Pagar. Despesas de Exercícios Anteriores. Auditoria. Conceitos e técnicas. Planejamento. Gerenciamento de Risco. Documentos de auditoria. Instrumentos de Fiscalização. Auditoria governamental. Procedimentos. Achados e evidências. Administração Financeira e Orçamentária. Orçamento Público. Conceitos e princípios orçamentários. Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA. Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Responsabilidade fiscal da administração. Transparência, controle e fiscalização. Ouvidoria. Acesso à informação. Direito Administrativo. Administração Pública. Princípios administrativos. Poderes administrativos. Atos administrativos. Responsabilidade Civil. Improbidade administrativa. Organização administrativa. Servidores públicos. Regimes jurídicos. Contratos administrativos. Serviços públicos. Convênios e Consórcios. Transferências voluntárias. Destinação de recursos para o setor privado. Licitações. Processo administrativo. Patrimônio público. Gestão pública. Regras Gerais e constitucionais de controle interno. Legislação Federal: Lei Federal nº 4.320/1964. Lei Federal nº 8.666/1993 e 14.133/2021. Lei Federal nº 10.520/2002. Lei Federal nº 8.429/1992. Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei Federal nº 12.527/2011. Lei Federal nº 13.019/2014. Decreto-Lei Federal nº 201/1967. Legislação Municipal: Lei Orgânica Municipal. Lei Complementar Municipal nº 18/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara/SC e posteriores alterações; Lei Complementar Municipal nº 027/2008 - Plano de Cargos e Salários do Município de Seara/SC e posteriores alterações; Lei Complementar Municipal nº 24/2006 - Organização Administrativa Municipal e posteriores alterações; Lei Complementar nº 25/2006 e suas alterações. Conhecimentos gerais acerca das responsabilidades, execução de atividades e características relacionadas com o exercício das atribuições do cargo.

.....

2. Ficam inalteradas as demais cláusulas/disposições e Anexos do Edital de Concurso nº 001, de 25 de junho de 2021.

3. O presente Edital entrará em vigor na data de sua publicação
Seara/SC, 01 de julho de 2021.

EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 105/2021

Publicação Nº 3131922

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 105/2021

Convoca aprovado para admissão imediata, em caráter temporário, nos termos do Edital de Processo Seletivo nº. 01/2021.

O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos incisos X e XIII do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, inciso I do art. 9º e art. 11º da lei complementar nº. 18/2003, combinadas com as disposições do item 14 – Do Preenchimento Das Vagas, do Edital nº 01/2021,

CONVOCA:

Art. 1º Fica convocada para admissão, em caráter temporário, considerando-se para tal o período de 3 (três) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a requerimento do interessado, respeitada a ordem de classificação, a candidata a seguir, aprovada no Processo Seletivo Público nº. 01/2021, para a vaga de trabalho a seguir mencionada:

I - Cargo: MÉDICO – 40H

Número de vagas: 01 vaga

Ordem de reclassificação: 5º lugar – Bruna Mocellin

Art. 2º A convocada por este Edital, deverá comparecer até o dia 06 de julho de 2021, no Departamento de Recursos Humanos, na Avenida Anita Garibaldi, nº 371, Seara/SC, nesta Cidade, para dar ciência no Termo de Convocação e retirar a relação de documentos necessários para a sua nomeação ao cargo, no horário das 08h00min às 11h30min horas e das 13h00min às 17h30min horas.

Art. 3º O não comparecimento do candidato para ciência do Termo de Convocação previsto no artigo anterior, dentro do prazo estabelecido, será entendido como renúncia tácita.

Parágrafo único. O candidato convocado, impossibilitado de comparecer no prazo previsto no artigo 2º do presente Edital, poderá requerer diretamente a Secretária Municipal da Administração a prorrogação do prazo até a data de início de suas atividades, podendo ser deferido ou indeferido o requerimento mediante interesse público.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 01 de julho de 2021.

EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 01 de julho de 2021.

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 104/2021

Publicação Nº 3131199

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 104/2021

Convoca aprovado para admissão imediata, em caráter temporário, nos termos do Edital de Processo Seletivo nº. 01/2021.

O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos incisos X e XIII do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, inciso I do art. 9º e art. 11º da lei complementar nº. 18/2003, combinadas com as disposições do item 14 – Do Preenchimento Das Vagas, do Edital nº 01/2021,

CONVOCA:

Art. 1º Fica convocado para admissão, em caráter temporário, considerando-se para tal o período de 3 (três) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a requerimento do interessado, respeitada a ordem de classificação, a candidata a seguir, aprovada no Processo Seletivo Público nº. 01/2021, para a vaga de trabalho a seguir mencionada:

I - Cargo: SERVENTE INTERNO

Número de vagas: 01 vaga

Reclassificação: 9º lugar – Fatima Chiossi Salvati

Art. 2º A convocada por este Edital, deverá comparecer até o dia 06 de julho de 2021, no Departamento de Recursos Humanos, na Avenida Anita Garibaldi, nº 371, Seara/SC, nesta Cidade, para dar ciência no Termo de Convocação e retirar a relação de documentos necessários para a sua nomeação ao cargo, no horário das 08h00min às 11h30min horas e das 13h00min às 17h30min horas.

Art. 3º O não comparecimento do candidato para ciência do Termo de Convocação previsto no artigo anterior, dentro do prazo estabelecido, será entendido como renúncia tácita.

Parágrafo único. O candidato convocado, impossibilitado de comparecer no prazo previsto no artigo 2º do presente Edital, poderá requerer diretamente a Secretária Municipal da Administração a prorrogação do prazo até a data de início de suas atividades, podendo ser deferido ou indeferido o requerimento mediante interesse público.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 01 de julho de 2021.

EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 01 de julho de 2021.

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

LEI 2092

Publicação Nº 3130431

LEI Nº 2092, DE 01 DE JULHO DE 2021

Altera dispositivos da Lei nº 1935, de 06 de setembro de 2017 que institui Programa Municipal de Concessão de Bolsa de Estudos para Estudantes de Ensino Técnico Agrícola de Nível Médio Profissionalizante do Município de Seara e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do subitem 11.6 do Anexo II – Metas Estratégicas do Plano Municipal de Educação, da Lei nº 1819, de 24 de junho de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Ficam alterados os §§ 1º e 4º do art. 7º da Lei nº 1935, de 06 de setembro de 2017 que Institui Programa Municipal de Concessão de Bolsa de Estudos para Estudantes de Ensino Técnico Agrícola de Nível Médio Profissionalizante do Município de Seara e dá outras providências, que passam a vigorar com a seguinte redação:

.....

Art. 7º

§ 1º O valor do repasse máximo por estudante, em cada exercício financeiro, será de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

§ 4º Para o exercício de 2021 as parcelas estabelecidas nos incisos I e II do caput do presente artigo serão efetuadas em parcela única a ser definida pelo Executivo Municipal.

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 01 de julho de 2021.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

LEI 2093

Publicação N° 3130438

LEI N° 2093, DE 01 DE JULHO DE 2021

Altera dispositivos da Lei nº 1981, de 17 de outubro de 2018, que consolida o Programa Operacional Agropecuário e Desenvolvimento Rural - PROADER e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado De Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 162 da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a denominação do Capítulo V – Execução de Serviços com Máquinas, Equipamento de Propriedade do Município e Terceirizados, alterada a redação do art. 16, art. 17 e sua “Tabela 02” e §§ 1º e 2º, e acrescentados o parágrafo único ao art. 16 e §§ 3º a 5º ao art. 17 da Lei 1981, de 17 de outubro de 2018, que passam a vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO V

EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COM MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO E TERCEIRIZADOS

Art. 16. Para atingir esses objetivos, o Município disponibilizará aos produtores rurais a viabilidade da execução de serviços com máquinas, equipamentos e veículos de propriedade do Município, e se necessário, com terceirizados a serem contratados, na forma do § 3º do art. 8º da presente Lei.

Parágrafo único. A contratação de serviços com máquinas, equipamentos e veículos terceirizados será precedida de processo licitatório, na modalidade Pregão Presencial ou Credenciamento.

Art. 17. Para a execução dos objetivos estabelecidos no art. 16, fica o Município autorizado a executar serviços com veículos próprios, máquinas e equipamentos da mesma categoria ou semelhantes, conforme valores por unidade constantes na Tabela 02 do art. 17 da presente Lei, aplicáveis igualmente aos terceirizados.

“Tabela 02”

Equipamento/Máquinas/Veículos	Unidade	Valor por Unidade (R\$)
Retro Escavadeira Traçada	Hora	118,68
Trator de Esteira (D-51)	Hora	203,45
Motoniveladora	Hora	169,54
Caminhão truque Basculante 12m ³	Km	4,41
Veículo Leve	Km	1,19
Pá Carregadeira	Hora	110,20
Trator de Pneus com Equipamento	Hora	87,46
Caminhão Tranque de Adubo Líquido	Hora	59,34
Caminhão Basculante Toco de 6m ³	Carga	25,43
Transporte de Água Potável com Caminhão Tanque	Carga	25,43
Escavadeira Hidráulica	Hora	203,45

§ 1º Os valores estabelecidos no presente artigo serão corrigidos anualmente por ato do Poder Executivo Municipal através da variação do

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA – IBGE), obtido pela variação ocorrida entre os meses de janeiro a dezembro do ano anterior ao reajuste.

§ 2º O primeiro reajuste previsto no § 1º do presente artigo será realizado de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA – IBGE), publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) de janeiro a dezembro de 2021.

§ 3º Em atendimento ao princípio da igualdade tributária estabelecido no inciso II do art. 150 da Constituição Federal os valores estabelecidos na Tabela constante deste artigo serão aplicados a todos os usuários, independentemente se utilizarem máquinas, equipamentos e veículos de propriedade do Município ou terceirizados.

§ 4º A aplicação do estabelecido no § 3º do caput do presente artigo independe do valor resultante do Processo de Licitação realizado na forma estabelecida no § 3º do art. 8º da presente Lei.

§ 5º A Tabela descrita neste artigo, será aplicada independente do valor obtido no processo de licitação previsto no § único do art. 16, e eventual diferença apurada correrá por conta do Orçamento Geral do Município.

.....

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 01 de julho de 2021.
Edemilson Canale
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 360/2021

Publicação Nº 3131890

Portaria nº. 360, de 01 de julho de 2021.
Aplica penalidade de demissão à servidora pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 468/2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Aplicar a penalidade de demissão à servidora S.D.A., matrícula nº 2118-1, contratada em caráter temporário para exercer a função de Técnico de Enfermagem da SAMU, com efeitos a partir de 01 de julho de 2021 e suporte no art. 170, IV da Lei Complementar nº 18/2003 em razão da prática de atos de improbidade administrativa, devidamente apurada em regular processo administrativo disciplinar.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 01 de julho de 2021.
EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 01 de julho de 2021.

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2021 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 3131963

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1ECE8A8074E03CF1B00F1B4B593A4402584A74BA

Processo Licitatório 112/2021.
Edital de Pregão Presencial nº 047/2021 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº 10.520/02 e lei nº 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 14/07/2021, “envelope de credenciamento, da proposta e da documentação” referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais gráficos. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.atende.net e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 1º de julho de 2021.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 043/2021 -- PL 104/2021 - FULLTECH

Publicação Nº 3131955



MUNICÍPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.59/2021**Pregão Presencial Nº 43/2021****Validade: 6 meses**

Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um o **MUNICÍPIO DE SEARA** por meio do(a) , pessoa jurídica de direito público, situado na Aníta Garibaldi Nº. 371, Centro, cidade de Seara, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.024.505/0001-13, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 43/2021, RESOLVE registrar os valores oferecidos para SELEÇÃO DE FORNECEDORES E PROPOSTAS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, VIDEO E FOTO PARA AS SECRETARIAS, FUNDOS E SUPERINTENDÊNCIAS DO MUNICIPIO DE SEARA., pelo período de 6 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - ME, neste ato representado por ROBSON LUIS GARBIN	19.554.960/0001-21
JIG SEARA INFORMATICA LTDA, neste ato representado por GEFERSON ADRIEL RUBERT	37.023.916/0001-77
ULTRA LICITAÇÕES LTDA, neste ato representado por JONATAN DEPARIS	36.524.917/0001-32

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: SELEÇÃO DE FORNECEDORES E PROPOSTAS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, VIDEO E FOTO PARA AS SECRETARIAS, FUNDOS E SUPERINTENDÊNCIAS DO MUNICIPIO DE SEARA., em um prazo que se estende 6 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:



MUNICÍPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

Fornecedor: 483842 - FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
3	WEBCAM HD, COM MICROFONE EMBUTIDO E 3 MP PARA CHAMADAS E GRAVAÇÕES EM VÍDEO WIDESCREEN RESOLUÇÃO DE VÍDEO: HD 720P - MÍNIMO COM MICROFONE INCORPORADO E REDUÇÃO DE RUÍDOS QUADROS POR SEGUNDO: 30 FPS	UN	CHIP	10,00000	R\$200,0000	R\$2.000,0000
6	NOBREAK - 1200VA COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS- POTENCIA 1200 VATTOMADAS 04 (NOVO PADRÃO)- TENSÃO ENTRADA 115/220 V- TENSÃO SAÍDA 115V	UN	RAGTECH/EASYWAY	10,00000	R\$637,0000	R\$6.370,0000
7	DATASHOW: LUMINOSIDADE PADRÃO 3.600 LUMENS; DURAÇÃO APROXIMA DATASHOW: LUMINOSIDADE PADRÃO 3.600 LUMENS; RESOLUÇÃO 800X600 DURAÇÃO APROXIMADA DA LÂMPADA 5.000 HORAS (NORMAL); CONECTIVIDADE VGA (RGB/D-SUB) X 1HDMI (VÍDEO, ÁUDIO, HDCP) X 1 PC ÁUDIO (ESTÉREO MINI JACK) X 1 USB (MINI-B) X 1; CONTROLE REMOTO; ALIMENTAÇÃO BIVOLT	UN	BPC-M18	10,00000	R\$2.800,0000	R\$28.000,0000
9	HD INTERNO, 1 TB SATA III 3,5 - 7.200 RPM	UN	WD	10,00000	R\$305,0000	R\$3.050,0000
14	FONTE ATX (350W REAL) 24 PINOS, SATA MAIS CABO DE FORÇA COM FONTE ATX (350W REAL) 20/24 PINOS, SATA MAIS CABO DE FORÇA COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:BIVOLT MANUAL COM CHAVE SELETORA: 110V-220V-1 X ALIMENTAÇÃO 20/24 PINOS- 1X CONECTOR AUXILIAR COM 4 PINOS- 2X CONECTOR SATA- 2X IDE ATA- 1X CABO DE ENERGIA	UN	BLUECASE	30,00000	R\$140,0000	R\$4.200,0000
21	CABO PARA HDMI 15M M FULL HD 1080P COM SUPORTE PARA 3D E 4K	UN	VINIK	10,00000	R\$135,0000	R\$1.350,0000
23	CABO PARA MONITOR VGA 15M X 15M COM FILTRO	UN	VINIK	10,00000	R\$110,0000	R\$1.100,0000
24	CABO PARA MONITOR VGA 2M (MÍNIMO)	UN	VINIK	10,00000	R\$35,0000	R\$350,0000
26	CABO HDMI 5 METROS FULL HD 1080P, COM SUPORTE PARA 3D E 4K	UN	VINIK	10,00000	R\$53,0000	R\$530,0000
27	TECLADO USB COM FIO EM PORTUGUÊS, PADÃO ABNT2, CARACTERES GRAVADOS A LASER, REDUTOR DE RUÍDOS, TECLAS BAIXAS - MÍNIMO 1,8 M	UN	VINIK	30,00000	R\$45,6000	R\$1.368,0000
46	LICENÇA DO SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 PRO DE 64 BITS EM PORTUGUÊS, JUNTAMENTE COM MÍDIA, LITERATURA E MANUAL ORIGINAIS EM CD OU DVD	UN	MICROSOFT	10,00000	R\$1.250,0000	R\$12.500,0000
Total do Fornecedor:						R\$60.818,0000
Total Geral dos Itens:						R\$60.818,0000

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 6 meses , contados a partir da sua assinatura, conforme o Edital da Licitação.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3. A presente Ata de Registro de Preços será usado pelo , que será o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no **Pregão Presencial Nº. 43/2021**

3.2. Em cada fornecimento de serviço(s) decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Presencial Nº. 43/2021** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA IV – DO PAGAMENTO



MUNICÍPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

4.

4.1. **Do Recurso Financeiro** - As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:



MUNICÍPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

Dotação Orçamentária					
Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
23	2	6	2276	3339030290000000000	1000121
34	2	7	2278	3339030290000000000	1000121
39	3	1	2216	3339030290000000000	1000121
68	6	1	2221	3339030290000000000	1010122
90	6	2	2223	3339030290000000000	1010122
106	6	3	2225	3339030290000000000	1010122
117	6	4	2224	3339030290000000000	1010122
125	7	1	2240	3339030290000000000	1000121
151	8	1	2251	3339030290000000000	1000121
175	9	1	2256	3339030290000000000	1000121
217	10	6	2269	3339030290000000000	1000121
234	17	1	2262	3339030290000000000	1000121
264	15	1	2294	3339030290000000000	1020207
272	15	1	2280	3339030290000000000	1381038
273	15	1	2280	3339030290000000000	1671067
289	15	1	2289	3339030290000000000	1020207
300	15	1	2293	3339030290000000000	1381138
303	15	1	2295	3339030290000000000	1020207
315	15	1	2288	3339030290000000000	1020207
2	2	1	2218	3339030170000000000	1000121
5	2	1	2203	3339030170000000000	1640786
23	2	6	2276	3339030170000000000	1000121
34	2	7	2278	3339030170000000000	1000121
39	3	1	2216	3339030170000000000	1000121
51	4	1	2220	3339030170000000000	1000121
68	6	1	2221	3339030170000000000	1010122
90	6	2	2223	3339030170000000000	1010122
106	6	3	2225	3339030170000000000	1010122
117	6	4	2224	3339030170000000000	1010122
125	7	1	2240	3339030170000000000	1000121
151	8	1	2251	3339030170000000000	1000121
175	9	1	2256	3339030170000000000	1000121
217	10	6	2269	3339030170000000000	1000121
234	17	1	2262	3339030170000000000	1000121
264	15	1	2294	3339030170000000000	1020207
272	15	1	2280	3339030170000000000	1381038
273	15	1	2280	3339030170000000000	1671067
289	15	1	2289	3339030170000000000	1020207
300	15	1	2293	3339030170000000000	1381138
303	15	1	2295	3339030170000000000	1020207
315	15	1	2288	3339030170000000000	1020207
2	2	1	2218	3339030260000000000	1000121
5	2	1	2203	3339030260000000000	1640786
23	2	6	2276	3339030260000000000	1000121
34	2	7	2278	3339030260000000000	1000121
39	3	1	2216	3339030260000000000	1000121
51	4	1	2220	3339030260000000000	1000121
68	6	1	2221	3339030260000000000	1010122
90	6	2	2223	3339030260000000000	1010122
106	6	3	2225	3339030260000000000	1010122
117	6	4	2224	3339030260000000000	1010122
125	7	1	2240	3339030260000000000	1000121
151	8	1	2251	3339030260000000000	1000121
175	9	1	2256	3339030260000000000	1000121
217	10	6	2269	3339030260000000000	1000121
234	17	1	2262	3339030260000000000	1000121



MUNICÍPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

Dotação Orçamentária					
Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
264	15	1	2294	3339030260000000000	1020207
272	15	1	2280	3339030260000000000	1381038
273	15	1	2280	3339030260000000000	1671067
289	15	1	2289	3339030260000000000	1020207
300	15	1	2293	3339030260000000000	1381138
303	15	1	2295	3339030260000000000	1020207
315	15	1	2288	3339030260000000000	1020207
3	2	1	2218	3449052350000000000	1000121
7	2	1	2203	3449052350000000000	1640786
10	2	1	2207	3449052350000000000	1000121
14	2	2	2208	3449052350000000000	1000121
17	2	5	2202	3449052350000000000	1000121
24	2	6	2276	3449052350000000000	1000121
35	2	7	2278	3449052350000000000	1000121
40	3	1	2216	3449052350000000000	1000121
53	4	1	2220	3449052350000000000	1000121
69	6	1	2221	3449052350000000000	1010122
87	6	2	1106	3449052350000000000	1010122
103	6	3	1112	3449052350000000000	1010122
114	6	4	1109	3449052350000000000	1010122
123	7	1	1114	3449052350000000000	1000121
148	8	1	1116	3449052350000000000	1000121
219	10	6	2269	3449052350000000000	1000121
231	17	1	1123	3449052350000000000	1000121
265	15	1	2294	3449052350000000000	1020207
274	15	1	2280	3449052350000000000	1020207
278	15	1	2283	3449052350000000000	1020207
280	15	1	2284	3449052350000000000	1020207
285	15	1	2292	3449052350000000000	1020207
296	15	1	2289	3449052350000000000	1020207
301	15	1	2293	3449052350000000000	1020207
304	15	1	2295	3449052350000000000	1020207
309	15	1	2281	3449052350000000000	1020207
317	15	1	2288	3449052350000000000	1381238
3	2	1	2218	3449052060000000000	1000121
7	2	1	2203	3449052060000000000	1640786
10	2	1	2207	3449052060000000000	1000121
14	2	2	2208	3449052060000000000	1000121
17	2	5	2202	3449052060000000000	1000121
24	2	6	2276	3449052060000000000	1000121
35	2	7	2278	3449052060000000000	1000121
40	3	1	2216	3449052060000000000	1000121
53	4	1	2220	3449052060000000000	1000121
69	6	1	2221	3449052060000000000	1010122
87	6	2	1106	3449052060000000000	1010122
103	6	3	1112	3449052060000000000	1010122
114	6	4	1109	3449052060000000000	1010122
123	7	1	1114	3449052060000000000	1000121
148	8	1	1116	3449052060000000000	1000121
219	10	6	2269	3449052060000000000	1000121
231	17	1	1123	3449052060000000000	1000121
265	15	1	2294	3449052060000000000	1020207
274	15	1	2280	3449052060000000000	1020207
278	15	1	2283	3449052060000000000	1020207
280	15	1	2284	3449052060000000000	1020207
285	15	1	2292	3449052060000000000	1020207



MUNICÍPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

Dotação Orçamentária					
Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
296	15	1	2289	3449052060000000000	1020207
301	15	1	2293	3449052060000000000	1020207
304	15	1	2295	3449052060000000000	1020207
309	15	1	2281	3449052060000000000	1020207
317	15	1	2288	3449052060000000000	1381238
3	2	1	2218	3449052330000000000	1000121
7	2	1	2203	3449052330000000000	1640786
10	2	1	2207	3449052330000000000	1000121
14	2	2	2208	3449052330000000000	1000121
17	2	5	2202	3449052330000000000	1000121
24	2	6	2276	3449052330000000000	1000121
35	2	7	2278	3449052330000000000	1000121
40	3	1	2216	3449052330000000000	1000121
53	4	1	2220	3449052330000000000	1000121
69	6	1	2221	3449052330000000000	1010122
87	6	2	1106	3449052330000000000	1010122
103	6	3	1112	3449052330000000000	1010122
114	6	4	1109	3449052330000000000	1010122
123	7	1	1114	3449052330000000000	1000121
148	8	1	1116	3449052330000000000	1000121
219	10	6	2269	3449052330000000000	1000121
231	17	1	1123	3449052330000000000	1000121
265	15	1	2294	3449052330000000000	1020207
274	15	1	2280	3449052330000000000	1020207
278	15	1	2283	3449052330000000000	1020207
280	15	1	2284	3449052330000000000	1020207
285	15	1	2292	3449052330000000000	1020207
296	15	1	2289	3449052330000000000	1020207
301	15	1	2293	3449052330000000000	1020207
304	15	1	2295	3449052330000000000	1020207
309	15	1	2281	3449052330000000000	1020207
317	15	1	2288	3449052330000000000	1381238
3	2	1	2218	3449052330000000000	1000121
7	2	1	2203	3449052330000000000	1640786
10	2	1	2207	3449052330000000000	1000121
14	2	2	2208	3449052330000000000	1000121
17	2	5	2202	3449052330000000000	1000121
24	2	6	2276	3449052330000000000	1000121
35	2	7	2278	3449052330000000000	1000121
40	3	1	2216	3449052330000000000	1000121
53	4	1	2220	3449052330000000000	1000121
87	6	2	1106	3449052330000000000	1010122
69	6	1	2221	3449052330000000000	1010122
103	6	3	1112	3449052330000000000	1010122
114	6	4	1109	3449052330000000000	1010122
123	7	1	1114	3449052330000000000	1000121
148	8	1	1116	3449052330000000000	1000121
219	10	6	2269	3449052330000000000	1000121
231	17	1	1123	3449052330000000000	1000121
265	15	1	2294	3449052330000000000	1020207
274	15	1	2280	3449052330000000000	1020207
278	15	1	2283	3449052330000000000	1020207
280	15	1	2284	3449052330000000000	1020207
285	15	1	2292	3449052330000000000	1020207
296	15	1	2289	3449052330000000000	1020207
301	15	1	2293	3449052330000000000	1020207



MUNICÍPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

Dotação Orçamentária					
Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
304	15	1	2295	3449052300000000000	1020207
309	15	1	2281	3449052300000000000	1020207
317	15	1	2288	3449052300000000000	1381238

CLÁUSULA V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5. Os itens licitados deverão ser entregues e dentro do mesmo período deverá estar apta a entregar o material assim que for assinado a ata de registro de preço, **independente das quantidades solicitadas.**

5.1. Local de entrega: Prefeitura Municipal de Seara, Avenida Anita Garibaldi, Nº 371, Centro - Seara/SC - CEP: 89.770-000

CLÁUSULA VI – DAS PENALIDADES

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações.

6.1 Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, sofrer as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores; Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.4 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;

6.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.4.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;

6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA VII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 2 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, artigo 28, da Lei Federal nº. 9.069, de 29 de junho de 1.995 e demais legislações aplicáveis, não serão concedidos reajustes aos preços cotados na presente licitação.

7.1 Caso ocorram oscilações imprevisíveis que venham a ocasionar o desequilíbrio econômico-financeiro dos preços praticados, os mesmos poderão ser revistos desde que devidamente comprovados.

7.1.1 Considera-se desequilíbrio econômico-financeiro apto a ensejar a revisão/re pactuação/reequilíbrio do percentual de contraprestação adimplido pela administração, a existência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da



MUNICÍPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, conforme disposto no art. 65, II, alínea "d" da Lei 8.666/93.

7.1.2 A comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro deve estar fundamentada em alterações extraordinárias nos custos dos serviços ou dos produtos. Alegações genéricas de aumento de preços e de exclusividade no fornecimento de um material são insuficientes para comprovar desequilíbrio econômico imprevisível, conforme jurisprudência conforme acórdão 7249/2016, da segunda Câmara do Tribunal de Contas da União, de relatoria de Ana Arraes.

7.1.3 A demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro deve estar fundamentado em planilhas de custos comparativas e documentos auxiliares que demonstrem efetivamente a disparidade dos preços praticados no contrato e os preços sugeridos e, que expressem a existência de fatos supervenientes a relação contratual que impactem de forma acentuada a relação contratual e causem onerosidade excessiva no equilíbrio econômico-financeiro original do contrato.

7.1.4 O reequilíbrio somente será concedido se considerados presentes os requisitos enunciados pela teoria da imprevisão, quais sejam: 1. A imprevisibilidade (ou previsibilidade de efeitos incalculáveis), o impacto acentuado na relação contratual, a inexecução ou impedimento da execução contratual; 2. Haja análise demonstrativa acerca do comportamento dos demais insumos do contrato, ao menos os mais importantes em aspecto de materialidade, com a finalidade de identificar outras oscilações de preços enquadráveis na teoria da imprevisão que possam, de igual maneira, impactar significativamente o valor ponderado do contrato.

7.2 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1 Pela Administração Municipal, quando:

8.2 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.3 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.4 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.5 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.6 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.7 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.8 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.9 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo(a) , que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente, quando da solicitação.

CLÁUSULA X – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10. Compete à Contratante:

10.1 Fazer o pedido no prazo de 05 (cinco) dias antecedente a sua necessidade.

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos itens.

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA XI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



MUNICÍPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

11. Fornecer a pronta entrega e material de qualidade conforme discriminado, juntamente com a nota Fiscal, sem custo de frete.
- 11.2 Oferecer garantia mínima conforme o edital.

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Integram esta Ata, o Edital de SELEÇÃO DE FORNECEDORES E PROPOSTAS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, VIDEO E FOTO PARA AS SECRETARIAS, FUNDOS E SUPERINTENDÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE SEARA. Nº. 43/2021, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12. Fica eleito o foro de Seara (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

13. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Seara (SC), 01 de Julho de 2021

EDEMILSON CANALE
Contratante

FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - ME
ROBSON LUIS GARBIN
CONTRATADA

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 043/2021 -- PL 104/2021 - JIG

Publicação Nº 3131957



MUNICÍPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.60/2021**Pregão Presencial Nº 43/2021****Validade: 6 meses**

Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um o **MUNICÍPIO DE SEARA** por meio do(a) , pessoa jurídica de direito público, situado na Aníta Garibaldi Nº. 371, Centro, cidade de Seara, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.024.505/0001-13, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 43/2021, RESOLVE registrar os valores oferecidos para SELEÇÃO DE FORNECEDORES E PROPOSTAS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, VIDEO E FOTO PARA AS SECRETARIAS, FUNDOS E SUPERINTENDÊNCIAS DO MUNICIPIO DE SEARA., pelo período de 6 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - ME, neste ato representado por ROBSON LUIS GARBIN	19.554.960/0001-21
JIG SEARA INFORMATICA LTDA, neste ato representado por GEFERSON ADRIEL RUBERT	37.023.916/0001-77
ULTRA LICITAÇÕES LTDA, neste ato representado por JONATAN DEPARIS	36.524.917/0001-32

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: SELEÇÃO DE FORNECEDORES E PROPOSTAS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, VIDEO E FOTO PARA AS SECRETARIAS, FUNDOS E SUPERINTENDÊNCIAS DO MUNICIPIO DE SEARA., em um prazo que se estende 6 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:



MUNICÍPIO DE SEARA

Compras e Contratos

Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

Fornecedor: 636959 - JIG SEARA INFORMATICA LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL COM BULK INK, OU ECO BOOK,- COM TANQUE DE TINTA; MULTIFUNCIONAL, COPIA, DIGITALIZA, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO AUTOMÁTICA; DIGITALIZAÇÃO EM PDF: SIM; WI-FI: SIM. COLORIDA; USB 2.0; WI-FI; ESPECIFICAÇÕES RENDIMENTO, MÉDIO ATÉ 6.000 PÁGINAS COLORIDAS E 7.500 PÁGINAS EM PRETO, COM UM BOOK, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO MÍNIMA EM PRETO ATÉ 33 PÁGINAS POR MINUTO, SEM CARTUCHOS	UN	EPSON	8,00000	R\$1.859,9900	R\$14.879,9200
2	ORGANIZADOR ESPIRAL FIOS E CABOS INFORMÁTICA ESCRITÓRIO SALA MÓVEIS TV PAREDE FORMATO DO ORGANIZADOR: ESPIRAL LARGURA X COMPRIMENTO: 18 MM X 5 M COR : PRETA -DIÂMETRO INTERNO: 16,00MM -DIÂMETRO EXTERNO: 18,00MM METRAGEM: 5 METROS POR PACOTE	UN	WURTH	10,00000	R\$45,0000	R\$450,0000
4	MIKROTIK - ROUTERBOARD RB 750GR3 HEX RB750 - TAMANHO DE RAM 256 MB 10/100/1000 PORTAS ETHERNET 5 NÚMERO DE PORTAS USB 1 POWERJACK 1 SISTEMA OPERACIONAL ROUTEROS USB POWER RESET SIM TIPO DE ARMAZENAMENTO FLASH 05TAMANHO DE ARMAZENAMENTO 16 MB	UN	Mikrotik	10,00000	R\$477,0000	R\$4.770,0000
5	ESTABILIZADOR ELETRÔNICO BI VOLTS COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:- POTENCIA 500W- TOMADAS 04 MÍNIMO (NOVO PADRÃO)- TENSÃO ENTRADA 115/220 V- TENSÃO SAÍDA 115V	UN	TS-Shara	20,00000	R\$160,0000	R\$3.200,0000
10	CONECTOR MACHO RJ45 CAT5E, FURUKAWA, VIAS DE CONTATO PRODUZIDAS EM BRONZE FOSFOROSO COM CAMADAS DE 2,54µM DE NÍQUEL E 1,27µM DE OURO	UN	FURUKAWA	300,00000	R\$3,0000	R\$900,0000
11	BATERIAS ZINCO CARBONO 9V	UN	ELGIN	5,00000	R\$20,0000	R\$100,0000
12	PLACA DE REDE PCI- EXPRESS REDE- 1.1; VELOCIDADE: 10/100/1000; APLICAÇÃO: COMPUTADOR; LEDS DE DIAGNOSTICO DE STATUS; CONEXÃO SLOP PCI- EXPRESS.	UN		10,00000	R\$69,6000	R\$696,0000
13	ROTEADOR - WI-FI C60 IEEE 802.11AC/N/A 5 GHZ IEEE 802.11N/B/G 2.4 GHZ 5 GHZ: 867 MBPS 2.4 GHZ: 450 MBPS 5x ANTENAS FIXAS ALTA PERFORMANCE : 3 ANTENAS DE 2.4GHZ 2 ANTENAS 5GHZ 1x GIGABIT WAN PORTA 4x GIGABIT LAN PORTAS 1x 5 GHZ REDE CONVIDADOS 1x 2.4 GHZ REDE CONVIDADOS	UN	TP-Link	10,00000	R\$308,9000	R\$3.089,0000
15	BATERIA SELADA P/ NOBREAK 12V 7AH COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:-VOLTAGEM 12V-AMPERAGEM 7AH-DIMENSÕES: 151 X 65 X 94	UN	ELGIN	20,00000	R\$90,0000	R\$1.800,0000
16	SWITCH 8 PORTAS - 10/100 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:8 PORTAS FAST ETHERNET 10100 MBPS.POSSIBILIDADE DE ALIMENTAÇÃO POR POE PASSIVO PELA PORTA LAN 1.LEDS INDICADORES NA PARTE SUPERIOR	UN	MERCUSYS	10,00000	R\$68,0000	R\$680,0000
17	SWITCH 16 PORTAS - 10/100 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:16 PORTAS FAST ETHERNET 10100 MBPS.POSSIBILIDADE DE ALIMENTAÇÃO POR POE PASSIVO PELA PORTA LAN 1.LEDS INDICADORES NA PARTE SUPERIOR	UN	TP LINK	10,00000	R\$195,0000	R\$1.950,0000
18	SWITCH 24 PORTAS - 10/100/ COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:8 PORTAS FAST ETHERNET 10100 MBPS.POSSIBILIDADE DE ALIMENTAÇÃO POR POE PASSIVO PELA PORTA LAN 1.LEDS INDICADORES NA PARTE SUPERIOR	UN	TP LINK	5,00000	R\$950,0000	R\$4.750,0000



MUNICÍPIO DE SEARA

Compras e Contratos

Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

Fornecedor: 636959 - JIG SEARA INFORMATICA LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
19	FONE DE OUVIDO C/ MIC HEADSET CABO MÍNIMO 2.5M -P2 COM 2 CONECTORES P2, SENDO UM DELES PARA O FONE E O OUTRO PARA O MICROFONE, (OU USB) AJUSTE DE VOLUME REGULÁVEL EM SEU CABEAMENTO ESPUMAS COM ACABAMENTO EM COSTURA REFORÇADA DIMENSÕES DOS PLUGS: 3.5MM STEREO DIMENSÃO DO CABEAMENTO: 2.5 METROS COM MICROFONE: SIM REGULÁVEL: SIM	UN	EVOLUT	15,00000	R\$107,0000	R\$1.605,0000
20	CABO DE FORÇA TRIPOLAR PADRÃO BRASILEIRO NOVO DE 3 PINOS - ABNT 3 / NBR 1436 COMPATÍVEL COM REDES DE 110 E 220 VOLTS CERTIFICADO ATÉ 250 VOLTS X 10 AMPERES 1.8 METROS MÍNIMO COMPATÍVEL COM: - VÁRIOS MODELOS DE MONITORES, PROJETORES E TVS IMPRESSORAS (LEXMARK LASER, HP J6X43A) -XBOX 360 - COMPUTADORES PC DESKTOP - DIVERSAS FONTES DE ALIMENTAÇÃO	UN	MEGATRON	30,00000	R\$16,0000	R\$480,0000
22	CABO PARA HDMI 2M (MÍNIMO) FULL HD 1080P COM SUPORTE PARA 3D E 4K	UN	MULTILASER	10,00000	R\$32,0000	R\$320,0000
25	CABO PARA MONITOR VGA 5M X 5 M COM FILTRO	UN		10,00000	R\$74,0000	R\$740,0000
28	74635 - HD SSD 240GB SATA 3; TECNOLOGIA INTERNA SSD; INTERFACES SATA; FORMATO 2,5; COMPATÍVEL COM VERSÕES ANTERIORES A SATA VER. 2.0.	UN	NTC	10,00000	R\$304,9000	R\$3.049,0000
30	BATERIA LITHIUM 3V PARA PLACA MAE CR2032, KIT COM PELO MENOS 5 (CINCO) PILHAS	KIT	ELGIN	5,00000	R\$30,0000	R\$150,0000
32	CAIXA DE SOM PORTÁTIL AMPLIFICADA NOVA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: MÍDIA DE REPRODUÇÃO MP3; CONEXÕES: USB, BLUETOOTH, CARTÃO SD/MMC, RCA-AUXILIAR, RÁDIO FM; SUBWOOFER DE NO MÍNIMO 15"; CORNETA/ TWEETER DE TITÂNIO, COM IMPEDÂNCIA MÍNIMA 8 OHMS; DIÂMETRO MÍNIMO DA BOBINA: 25MM T.I.DIAP.DRIVER,5.4OZ; POTÊNCIA MÍNIMA EM RMS: 300WRMS ; VOLTAGEM: 110V/220V; ALÇA PARA SUPORTE; ENCAIXE PARA PEDESTAL; EQUALIZADOR GRÁFICO DE FREQUÊNCIAS COM NO MÍNIMO 5 BANDAS; NO MÍNIMO 1 MICROFONE SEM FIO VHF OU UHF INTEGRADO OU NÃO; COM CABO DE ALIMENTAÇÃO; ENTRADA E SAÍDA LINE; CONTROLE REMOTO; CERTIFICADO DE GARANTIA; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES	UN	FRAHM	10,00000	R\$1.029,9000	R\$10.299,0000
33	CABO DE REDE CAT5 - COM 305 METROS - ABNT NBR 14703 - ABNT NBR 14705 - ISO9001/ISO14001	UN	ELGIN	10,00000	R\$610,0000	R\$6.100,0000
34	MOUSE ÓPTICO SEM FIO - 2.4 GHZ, COM NO MÍNIMO 1000DPI, COM RECEPTOR NANO, ECONOMIA DE ENERGIA DAS PILHAS - BOTÃO LIGA DESLIGA - OBS: PILHAS INCLUSA	UN	C3 TECH	15,00000	R\$59,9000	R\$898,5000
35	MOUSE USB ÓTICO COM FIO, MÍNIMO 1000 DPI, FORMATO ANATÔMICO, MÍNIMO 03 BOTÕES + SCROLL, CABO COM NO MÍNIMO DE 1,8 M	UN	C3 TECH	40,00000	R\$35,0000	R\$1.400,0000
36	ADAPTADOR WIRELESS USB, VELOCIDADE DE MÍNIMO 300 MBPS, FREQUÊNCIA MÍNIMA 2,4 GHZ COM ANTENA INTERNA	UN	INTELBRAS	5,00000	R\$120,0000	R\$600,0000
37	ALICATE PARA CRIMPAR, COMPATÍVEL COM RJ45/ RJ11/RJ12 COM CATRACA. POSSUIR MÍNIMO 02 CAVAS PARA CONECTORES DE 6 E 8 PINOS	UN		1,00000	R\$148,0000	R\$148,0000
39	TELA DE PROJEÇÃO C/ TRIPÉ 2,00X2,00 MÍNIMO; PROJETER FORMATO QUADRADO COM BORDAS. TRIPÉ COM AJUSTE DE ALTURA; CASE EM AÇO CARBONO E PELÍCULA MATTE-WHITE; ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR BRANCA.	UN	NARDELI	5,00000	R\$840,0000	R\$4.200,0000

**MUNICÍPIO DE SEARA**

Compras e Contratos

Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

Fornecedor: 636959 - JIG SEARA INFORMATICA LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
41	ESTANTE DE AÇO 30CM COM 6 PRATELEIRAS REGULÁVEIS, SUPORTA ATÉ 25KG DISTRIBUÍDOS POR PRATELEIRA. PINTURA ELETROSTÁTICA COM TINTA A PÓ. COLUNAS REFORÇADAS. ACOMPANHA 48 PARAFUSOS (OITO PARAFUSOS POR PRATELEIRA). MONTADA. DIMENSÕES APROXIMADAS DEPOIS DE MONTADO: 180CM DE ALTURA, 90CM DE LARGURA E 30CM DE PROFUNDIDADE. CINZA.	UN	LUNASA	10,00000	R\$245,0000	R\$2.450,0000
42	FONTE ATX (500W) 20+4 PS, SATA MAIS CABO DE FORÇA COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: BIVOLT MANUAL COM CHAVE SELETORA: 110V-220V -1 X ALIMENTAÇÃO 20+4P: - 1X CONECTOR AUXILIAR COM 4 PINOS- 2X CONECTOR SATA- 2X IDE ATA - 1X CABO DE ENERGIA.	UN	POWER X	10,00000	R\$179,9000	R\$1.799,0000
43	CAIXA DE SOM MULTIMÍDIA USB 2.0, ENTRADA PARA FONE DE OUVIDO, POTENCIA 1,5 RMS, CONECTOR P2, ALIMENTAÇÃO USB, BOTÃO LIGA E DESLIGA	UN		20,00000	R\$78,0000	R\$1.560,0000
44	TELEVISOR SMART TV 32 POLEGADAS COM CONVERSOR DIGITAL INTEGRADO, WI-FI INTEGRADO, SOM ESTÉREO; RESOLUÇÃO MÍNIMA: HD 1366X768 PIX; CONTROLE REMOTO COM PILHAS; MÍNIMO 02 ENTRADAS USB; ENTRADA RF/TV CABO; MÍNIMO 02 ENTRADAS HDMI; ENTRADA AV/VÍDEO COMPONENTE; SAÍDA ÓTICA; ENTRADA LAN RJ 45; GARANTIA 12 MESES; SUPORTE PARA FIXAÇÃO, COM PARAFUSOS E BUCHAS.	UN	SEMP TOCHIBA	6,00000	R\$1.499,0000	R\$8.994,0000
45	TELEVISOR SMART TV 42 POLEGADAS COM CONVERSOR DIGITAL INTEGRADO, WI-FI INTEGRADO, SOM ESTÉREO; RESOLUÇÃO MÍNIMA: HD 1366X768 PIX; CONTROLE REMOTO COM PILHAS; MÍNIMO 02 ENTRADAS USB; ENTRADA RF/TV CABO; MÍNIMO 02 ENTRADAS HDMI; ENTRADA AV/VÍDEO COMPONENTE; SAÍDA ÓTICA; ENTRADA LAN RJ 45; GARANTIA 12 MESES; SUPORTE PARA FIXAÇÃO, COM PARAFUSOS E BUCHAS.	UN	SEMP TOCHIBA	6,00000	R\$2.150,0000	R\$12.900,0000
50	78695 - NOTEBOOK, PROCESSADOR COM SOCKET 1151 PINOS E TECNOLOGIA DE LITOGRAFIA DE 14 NM; 2 NÚCLEOS E 4 THREADS, FREQUÊNCIA DE 2.1 GHZ A 4.1 GHZ, MEMÓRIA CACHE DE 4 MB, 4 GB MEMÓRIA RAM, SSD DE 240 GB, MÍNIMO 03 PORTAS USB, SENDO ELAS 2.0 E 3.0, PORTA HDMI, PORTA LAN (RJ45), TELA 15.6" OU SUPERIOR, MOUSE TOUCHPAD COM DOIS BOTÕES INTEGRADOS E TODOS OS CABOS, FONTE, MANUAIS E MÍDIAS NECESSÁRIAS PARA SEU PLENO FUNCIONAMENTO. GARANTIA DE 12 MESES.	UN	ACER	15,00000	R\$3.490,0000	R\$52.350,0000

**MUNICÍPIO DE SEARA**

Compras e Contratos

Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

Fornecedor: 636959 - JIG SEARA INFORMATICA LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
51	<p>ACCESS POINT - DIMENSÕES:</p> <p>196,7 X 196,7 X 35 MM (7,74 X 7,74 X 1,38 ")</p> <p>PESO:</p> <p>SEM KIT DE MONTAGEM - 350 G (12,35 OZ) COM KIT DE MONTAGEM - 450 G (15,87 OZ) INTERFACE DE REDE:</p> <p>(2) PORTAS ETHERNET 10/100/1000 BOTÕES: RESET</p> <p>MAX. CONSUMO DE ENERGIA:</p> <p>9W</p> <p>MÉTODO DE ENERGIA:</p> <p>POE 802.3AF / 802.3AT FONTE DE ENERGIA:</p> <p>48V, 0.5A GIGABIT POE ADAPTER * MAX. TX POWER: 2,4 GHZ - 22 DBM</p> <p>5 GHZ - 22 DBM ANTENAS:</p> <p>(3) ANTENAS DE BANDA DUPLA, 3 DBI CADA PADRÕES WI-FI:</p> <p>802.11 A / B / G / N / AC SEGURANÇA SEM FIO:</p> <p>WEP, WPA-PSK, WPA-ENTERPRISE (WPA / WPA2, TKIP / AES)</p> <p>MONTAGEM:</p> <p>PAREDE / TETO (KITS INCLUÍDOS) TEMPERATURA DE OPERAÇÃO:</p> <p>-10 A 70 ° C (14 A 158 ° F)</p> <p>UMIDADE DE OPERAÇÃO:</p> <p>5 A 95% SEM CONDENSAÇÃO CERTIFICAÇÕES: CE, FCC, IC</p>	UN	UBIQUITI	10,00000	R\$1.390,0000	R\$13.900,0000
53	<p>78991 - MONITOR TIPO LED, FULL HD 91080P), COM DIMENSÃO DIAGONAL DE NO MÍNIMO 21.5"; COM PAINEL TIPO: VA; COM RELAÇÃO DE ASPECTO: 16:9; COM RESOLUÇÃO NATIVA DE NO MÍNIMO FULL HD (1080P) 1920 X 1080 A 60 HZ; COM DISTÂNCIA ENTRE PIXELS DE NO MÁXIMO 0,25 MM; COM BRILHO DE NO MÍNIMO 250 CD/M²; COM RELAÇÃO DE CONTRASTE (DINÂMICO) DE NO MÍNIMO 3000:1 / 8000000:1; COM TEMPO DE RESPOSTA DE NO MÁXIMO 12 MS (CINZENTO - PARA - CINZENTO); COM SUPORTE DE COR DE NO MÍNIMO 16,7 MILHÕES DE CORES; COM CONECTORES DE ENTRADA: HDMI E VGA; COM SUPORTE AJUSTÁVEL ALTURA E ROTAÇÃO - PIVOT..</p>	UN	LG	30,00000	R\$926,0000	R\$27.780,0000
59	SUPORTE PARA MONITOR COM NO MINIMO DUAS GAVETAS - COR BLACK PIANO - EM PLASTICO ABS	UN	MENNO	30,00000	R\$90,0000	R\$2.700,0000
61	REFIL DE TINTA PARA IMPRESSORA EPSON L4160 - TINTA PRETA T504120-AL - 127ML	UN	EPSOM	30,00000	R\$60,0000	R\$1.800,0000
62	REFIL DE TINTA PARA IMPRESSORA EPSON L4160 - TINTA MAGENTA T504120-AL - 70ML	UN	EPSOM	30,00000	R\$60,0000	R\$1.800,0000
63	REFIL DE TINTA PARA IMPRESSORA EPSON L4160 - TINTA AMARELA T504120-AL 70ML	UN	EPSOM	30,00000	R\$60,0000	R\$1.800,0000
64	REFIL DE TINTA PARA IMPRESSORA EPSON L4160 - TINTA CIANO T504120-AL 70ML	UN	EPSOM	3,00000	R\$60,0000	R\$180,0000
65	REFIL DE TINTA EPSON L396-T664 PRETA - 70 ML	UN	EPSOM	30,00000	R\$60,0000	R\$1.800,0000
66	REFIL DE TINTA EPSON L396- T664 AMARELO - 70 ML	UN	EPSOM	30,00000	R\$60,0000	R\$1.800,0000
67	REFIL DE TINTA EPSON L396-T664 AZUL - 70 ML	UN	EPSOM	30,00000	R\$60,0000	R\$1.800,0000
68	REFIL DE TINTA EPSON L396- T664 MAGENTA - 70 ML	UN	EPSOM	30,00000	R\$60,0000	R\$1.800,0000



MUNICÍPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

Fornecedor: 636959 - JIG SEARA INFORMATICA LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
69	<p>ESET ANTIVIRUS NOD32:</p> <p>CARACTERÍSTICAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - MARCA: ESET - MODELO: NOD32 1 PC ESPECIFICAÇÕES: - LICENÇA VÁLIDA POR 1 ANO - QUANTIDADE DE LICENÇAS: PARA 1 PCI - COMPATIBILIDADE COM WINDOWS 10: TODOS OS PRODUTOS RECENTEMENTE LANÇADOS PARA WINDOWS SÃO COMPATÍVEIS COM WINDOWS 10. - ANTIVÍRUS E ANTISPYWARE: ELIMINA TODOS OS TIPOS DE AMEAÇAS, INCLUINDO VÍRUS, ROOTKITS E SPYWARE. - ANTI-PHISHING: IMPEDE TENTATIVAS DE SITES MAL-INTENCIONADOS DE OBTER SUAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, COMO NOMES DE USUÁRIO, SENHAS, INFORMAÇÃO BANCÁRIA OU CARTÃO DE CRÉDITO. - CONTROLE AVANÇADO DE MEIOS REMOVÍVEIS: IMPEDE A CÓPIA NÃO AUTORIZADA DE SEUS DADOS CONFIDENCIAIS EM DISPOSITIVOS EXTERNOS. - MODO DO JOGADOR: RECURSO QUE PERMITE AOS JOGADORES USAR O SOFTWARE DE FORMA ININTERRUPTA, SEM POP-UPS, MINIMIZANDO O USO DE CPU. - PROTEÇÃO BASEADA EM NUVEM: ANALISE ARQUIVOS UTILIZANDO UMA BASE QUE SE ENCONTRA DISPONÍVEL NA REDE. - BLOQUEIO DE EXPLOITS: BLOQUEIA ATAQUES DESENVOLVIDOS ESPECIFICAMENTE PARA INVADIR SEU EQUIPAMENTO, PROTEGENDO COM A DETECÇÃO ANTIVÍRUS. DETÉM AMEAÇAS DIRECIONADAS, PROTEGE DE ATAQUES EM NAVEGADORES WEB. - BAIXO IMPACTO NO SISTEMA: MENOR IMPACTO NO SISTEMA OPERACIONAL GARANTINDO UM ALTO RENDIMENTO E PROLONGANDO A VIDA ÚTIL DO HARDWARE. - ATUALIZAÇÕES AUTOMÁTICAS: OFERECE UM NÍVEL CONSTANTE DE PROTEÇÃO CONTRA AMEAÇAS CONHECIDAS E DESCONHECIDAS, 365 DIAS POR ANO. - SUPORTE GRATUITO EM SEU IDIOMA LOCAL: RECEBA EMAIL GRATUITO E SUPORTE, EM SEU IDIOMA LOCAL, ONDE QUER QUE ESTEJA. <p>REQUISITOS DO SISTEMA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - SEU SISTEMA DEVE ATENDER AOS SEGUINTE REQUISITOS DE HARDWARE E SOFTWARE PARA EXECUTAR O ESET NOD32 ANTIVIRUS DE FORMA OTIMIZADA: <p>PROCESSADORES COMPATÍVEIS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - INTEL OU AMD X86-X64 <p>SISTEMAS OPERACIONAIS COMPATÍVEIS</p> <ul style="list-style-type: none"> - MICROSOFT WINDOWS 10 - MICROSOFT WINDOWS 8.1 	UN	NOD32	50,00000	R\$50,0000	R\$2.500,0000



MUNICÍPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

Fornecedor: 636959 - JIG SEARA INFORMATICA LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
	- MICROSOFT WINDOWS 8 - MICROSOFT WINDOWS 7 SP1 COM AS ATUALIZAÇÕES DO WINDOWS MAIS RECENTES - MICROSOFT WINDOWS HOME SERVER 2011 64-BIT					
70	SMARTPHONE SAMSUNG GALAXY A31 128GB 4G WI-FI, TELA 6.4 DUAL CHIP 4GB RAM CAMERA QUÁDRUPLO + SELFIE 20MP - PRETO.	UN	SAMSUNG	4,00000	R\$1.890,0000	R\$7.560,0000
Total do Fornecedor:						R\$214.527,4200
Total Geral dos Itens:						R\$214.527,4200

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 6 meses , contados a partir da sua assinatura, conforme o Edital da Licitação.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3. A presente Ata de Registro de Preços será usado pelo , que será o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no **Pregão Presencial N°. 43/2021**

3.2. Em cada fornecimento de serviço(s) decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Presencial N°. 43/2021** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA IV – DO PAGAMENTO

4.

4.1. **Do Recurso Financeiro** - As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:



MUNICÍPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

Dotação Orçamentária					
Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
23	2	6	2276	3339030290000000000	1000121
34	2	7	2278	3339030290000000000	1000121
39	3	1	2216	3339030290000000000	1000121
68	6	1	2221	3339030290000000000	1010122
90	6	2	2223	3339030290000000000	1010122
106	6	3	2225	3339030290000000000	1010122
117	6	4	2224	3339030290000000000	1010122
125	7	1	2240	3339030290000000000	1000121
151	8	1	2251	3339030290000000000	1000121
175	9	1	2256	3339030290000000000	1000121
217	10	6	2269	3339030290000000000	1000121
234	17	1	2262	3339030290000000000	1000121
264	15	1	2294	3339030290000000000	1020207
272	15	1	2280	3339030290000000000	1381038
273	15	1	2280	3339030290000000000	1671067
289	15	1	2289	3339030290000000000	1020207
300	15	1	2293	3339030290000000000	1381138
303	15	1	2295	3339030290000000000	1020207
315	15	1	2288	3339030290000000000	1020207
2	2	1	2218	3339030170000000000	1000121
5	2	1	2203	3339030170000000000	1640786
23	2	6	2276	3339030170000000000	1000121
34	2	7	2278	3339030170000000000	1000121
39	3	1	2216	3339030170000000000	1000121
51	4	1	2220	3339030170000000000	1000121
68	6	1	2221	3339030170000000000	1010122
90	6	2	2223	3339030170000000000	1010122
106	6	3	2225	3339030170000000000	1010122
117	6	4	2224	3339030170000000000	1010122
125	7	1	2240	3339030170000000000	1000121
151	8	1	2251	3339030170000000000	1000121
175	9	1	2256	3339030170000000000	1000121
217	10	6	2269	3339030170000000000	1000121
234	17	1	2262	3339030170000000000	1000121
264	15	1	2294	3339030170000000000	1020207
272	15	1	2280	3339030170000000000	1381038
273	15	1	2280	3339030170000000000	1671067
289	15	1	2289	3339030170000000000	1020207
300	15	1	2293	3339030170000000000	1381138
303	15	1	2295	3339030170000000000	1020207
315	15	1	2288	3339030170000000000	1020207
2	2	1	2218	3339030260000000000	1000121
5	2	1	2203	3339030260000000000	1640786
23	2	6	2276	3339030260000000000	1000121
34	2	7	2278	3339030260000000000	1000121
39	3	1	2216	3339030260000000000	1000121
51	4	1	2220	3339030260000000000	1000121
68	6	1	2221	3339030260000000000	1010122
90	6	2	2223	3339030260000000000	1010122
106	6	3	2225	3339030260000000000	1010122
117	6	4	2224	3339030260000000000	1010122
125	7	1	2240	3339030260000000000	1000121
151	8	1	2251	3339030260000000000	1000121
175	9	1	2256	3339030260000000000	1000121
217	10	6	2269	3339030260000000000	1000121
234	17	1	2262	3339030260000000000	1000121



MUNICÍPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

Dotação Orçamentária					
Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
264	15	1	2294	3339030260000000000	1020207
272	15	1	2280	3339030260000000000	1381038
273	15	1	2280	3339030260000000000	1671067
289	15	1	2289	3339030260000000000	1020207
300	15	1	2293	3339030260000000000	1381138
303	15	1	2295	3339030260000000000	1020207
315	15	1	2288	3339030260000000000	1020207
3	2	1	2218	3449052350000000000	1000121
7	2	1	2203	3449052350000000000	1640786
10	2	1	2207	3449052350000000000	1000121
14	2	2	2208	3449052350000000000	1000121
17	2	5	2202	3449052350000000000	1000121
24	2	6	2276	3449052350000000000	1000121
35	2	7	2278	3449052350000000000	1000121
40	3	1	2216	3449052350000000000	1000121
53	4	1	2220	3449052350000000000	1000121
69	6	1	2221	3449052350000000000	1010122
87	6	2	1106	3449052350000000000	1010122
103	6	3	1112	3449052350000000000	1010122
114	6	4	1109	3449052350000000000	1010122
123	7	1	1114	3449052350000000000	1000121
148	8	1	1116	3449052350000000000	1000121
219	10	6	2269	3449052350000000000	1000121
231	17	1	1123	3449052350000000000	1000121
265	15	1	2294	3449052350000000000	1020207
274	15	1	2280	3449052350000000000	1020207
278	15	1	2283	3449052350000000000	1020207
280	15	1	2284	3449052350000000000	1020207
285	15	1	2292	3449052350000000000	1020207
296	15	1	2289	3449052350000000000	1020207
301	15	1	2293	3449052350000000000	1020207
304	15	1	2295	3449052350000000000	1020207
309	15	1	2281	3449052350000000000	1020207
317	15	1	2288	3449052350000000000	1381238
3	2	1	2218	3449052060000000000	1000121
7	2	1	2203	3449052060000000000	1640786
10	2	1	2207	3449052060000000000	1000121
14	2	2	2208	3449052060000000000	1000121
17	2	5	2202	3449052060000000000	1000121
24	2	6	2276	3449052060000000000	1000121
35	2	7	2278	3449052060000000000	1000121
40	3	1	2216	3449052060000000000	1000121
53	4	1	2220	3449052060000000000	1000121
69	6	1	2221	3449052060000000000	1010122
87	6	2	1106	3449052060000000000	1010122
103	6	3	1112	3449052060000000000	1010122
114	6	4	1109	3449052060000000000	1010122
123	7	1	1114	3449052060000000000	1000121
148	8	1	1116	3449052060000000000	1000121
219	10	6	2269	3449052060000000000	1000121
231	17	1	1123	3449052060000000000	1000121
265	15	1	2294	3449052060000000000	1020207
274	15	1	2280	3449052060000000000	1020207
278	15	1	2283	3449052060000000000	1020207
280	15	1	2284	3449052060000000000	1020207
285	15	1	2292	3449052060000000000	1020207



MUNICÍPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

Dotação Orçamentária					
Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
296	15	1	2289	3449052060000000000	1020207
301	15	1	2293	3449052060000000000	1020207
304	15	1	2295	3449052060000000000	1020207
309	15	1	2281	3449052060000000000	1020207
317	15	1	2288	3449052060000000000	1381238
3	2	1	2218	3449052330000000000	1000121
7	2	1	2203	3449052330000000000	1640786
10	2	1	2207	3449052330000000000	1000121
14	2	2	2208	3449052330000000000	1000121
17	2	5	2202	3449052330000000000	1000121
24	2	6	2276	3449052330000000000	1000121
35	2	7	2278	3449052330000000000	1000121
40	3	1	2216	3449052330000000000	1000121
53	4	1	2220	3449052330000000000	1000121
69	6	1	2221	3449052330000000000	1010122
87	6	2	1106	3449052330000000000	1010122
103	6	3	1112	3449052330000000000	1010122
114	6	4	1109	3449052330000000000	1010122
123	7	1	1114	3449052330000000000	1000121
148	8	1	1116	3449052330000000000	1000121
219	10	6	2269	3449052330000000000	1000121
231	17	1	1123	3449052330000000000	1000121
265	15	1	2294	3449052330000000000	1020207
274	15	1	2280	3449052330000000000	1020207
278	15	1	2283	3449052330000000000	1020207
280	15	1	2284	3449052330000000000	1020207
285	15	1	2292	3449052330000000000	1020207
296	15	1	2289	3449052330000000000	1020207
301	15	1	2293	3449052330000000000	1020207
304	15	1	2295	3449052330000000000	1020207
309	15	1	2281	3449052330000000000	1020207
317	15	1	2288	3449052330000000000	1381238
3	2	1	2218	3449052330000000000	1000121
7	2	1	2203	3449052330000000000	1640786
10	2	1	2207	3449052330000000000	1000121
14	2	2	2208	3449052330000000000	1000121
17	2	5	2202	3449052330000000000	1000121
24	2	6	2276	3449052330000000000	1000121
35	2	7	2278	3449052330000000000	1000121
40	3	1	2216	3449052330000000000	1000121
53	4	1	2220	3449052330000000000	1000121
87	6	2	1106	3449052330000000000	1010122
69	6	1	2221	3449052330000000000	1010122
103	6	3	1112	3449052330000000000	1010122
114	6	4	1109	3449052330000000000	1010122
123	7	1	1114	3449052330000000000	1000121
148	8	1	1116	3449052330000000000	1000121
219	10	6	2269	3449052330000000000	1000121
231	17	1	1123	3449052330000000000	1000121
265	15	1	2294	3449052330000000000	1020207
274	15	1	2280	3449052330000000000	1020207
278	15	1	2283	3449052330000000000	1020207
280	15	1	2284	3449052330000000000	1020207
285	15	1	2292	3449052330000000000	1020207
296	15	1	2289	3449052330000000000	1020207
301	15	1	2293	3449052330000000000	1020207



MUNICÍPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

Dotação Orçamentária					
Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
304	15	1	2295	3449052300000000000	1020207
309	15	1	2281	3449052300000000000	1020207
317	15	1	2288	3449052300000000000	1381238

CLÁUSULA V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5. Os itens licitados deverão ser entregues e dentro do mesmo período deverá estar apta a entregar o material assim que for assinado a ata de registro de preço, **independente das quantidades solicitadas.**

5.1. Local de entrega: Prefeitura Municipal de Seara, Avenida Anita Garibaldi, Nº 371, Centro - Seara/SC - CEP: 89.770-000

CLÁUSULA VI – DAS PENALIDADES

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações.

6.1 Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, sofrer as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores; Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.4 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;

6.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.4.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;

6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA VII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 2 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, artigo 28, da Lei Federal nº. 9.069, de 29 de junho de 1.995 e demais legislações aplicáveis, não serão concedidos reajustes aos preços cotados na presente licitação.

7.1 Caso ocorram oscilações imprevisíveis que venham a ocasionar o desequilíbrio econômico-financeiro dos preços praticados, os mesmos poderão ser revistos desde que devidamente comprovados.

7.1.1 Considera-se desequilíbrio econômico-financeiro apto a ensejar a revisão/reapactuação/re-equilíbrio do percentual de contraprestação adimplido pela administração, a existência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da



MUNICÍPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, conforme disposto no art. 65, II, alínea "d" da Lei 8.666/93.

7.1.2 A comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro deve estar fundamentada em alterações extraordinárias nos custos dos serviços ou dos produtos. Alegações genéricas de aumento de preços e de exclusividade no fornecimento de um material são insuficientes para comprovar desequilíbrio econômico imprevisível, conforme jurisprudência conforme acórdão 7249/2016, da segunda Câmara do Tribunal de Contas da União, de relatoria de Ana Arraes.

7.1.3 A demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro deve estar fundamentado em planilhas de custos comparativas e documentos auxiliares que demonstrem efetivamente a disparidade dos preços praticados no contrato e os preços sugeridos e, que expressem a existência de fatos supervenientes a relação contratual que impactem de forma acentuada a relação contratual e causem onerosidade excessiva no equilíbrio econômico-financeiro original do contrato.

7.1.4 O reequilíbrio somente será concedido se considerados presentes os requisitos enunciados pela teoria da imprevisão, quais sejam: 1. A imprevisibilidade (ou previsibilidade de efeitos incalculáveis), o impacto acentuado na relação contratual, a inexecução ou impedimento da execução contratual; 2. Haja análise demonstrativa acerca do comportamento dos demais insumos do contrato, ao menos os mais importantes em aspecto de materialidade, com a finalidade de identificar outras oscilações de preços enquadráveis na teoria da imprevisão que possam, de igual maneira, impactar significativamente o valor ponderado do contrato.

7.2 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1 Pela Administração Municipal, quando:

8.2 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.3 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.4 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.5 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.6 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.7 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.8 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.9 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo(a) , que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente, quando da solicitação.

CLÁUSULA X – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10. Compete à Contratante:

10.1 Fazer o pedido no prazo de 05 (cinco) dias antecedente a sua necessidade.

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos itens.

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA XI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



MUNICÍPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

11. Fornecer a pronta entrega e material de qualidade conforme discriminado, juntamente com a nota Fiscal, sem custo de frete.
- 11.2 Oferecer garantia mínima conforme o edital.

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Integram esta Ata, o Edital de SELEÇÃO DE FORNECEDORES E PROPOSTAS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, VIDEO E FOTO PARA AS SECRETARIAS, FUNDOS E SUPERINTENDÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE SEARA. Nº. 43/2021, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12. Fica eleito o foro de Seara (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

13. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Seara (SC), 01 de Julho de 2021

EDEMILSON CANALE
Contratante

JIG SEARA INFORMATICA LTDA
GEFERSON ADRIEL RUBERT
CONTRATADA

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 043/2021 -- PL 104/2021 - ULTRA

Publicação Nº 3131959



MUNICÍPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.61/2021**Pregão Presencial Nº 43/2021****Validade: 6 meses**

Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um o **MUNICÍPIO DE SEARA** por meio do(a) , pessoa jurídica de direito público, situado na Aníta Garibaldi Nº. 371, Centro, cidade de Seara, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.024.505/0001-13, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 43/2021, RESOLVE registrar os valores oferecidos para SELEÇÃO DE FORNECEDORES E PROPOSTAS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, VIDEO E FOTO PARA AS SECRETARIAS, FUNDOS E SUPERINTENDÊNCIAS DO MUNICIPIO DE SEARA., pelo período de 6 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - ME, neste ato representado por ROBSON LUIS GARBIN	19.554.960/0001-21
JIG SEARA INFORMATICA LTDA, neste ato representado por GEFERSON ADRIEL RUBERT	37.023.916/0001-77
ULTRA LICITAÇÕES LTDA, neste ato representado por JONATAN DEPARIS	36.524.917/0001-32

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. **CONTRATAÇÃO: SELEÇÃO DE FORNECEDORES E PROPOSTAS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, VIDEO E FOTO PARA AS SECRETARIAS, FUNDOS E SUPERINTENDÊNCIAS DO MUNICIPIO DE SEARA.**, em um prazo que se estende 6 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:



MUNICÍPIO DE SEARA

Compras e Contratos

Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

Fornecedor: 637467 - ULTRA LICITAÇÕES LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
8	MONITOR LED 23,6" WIDESCREEN FULL HD RESOLUÇÃO SUPOSTADA: 1920 X 1080 OU SUPERIOR ALIMENTAÇÃO: BIVOLT; CONEXÕES: D-SUB - (VGA) E HDMI - MÍNIMO MARCA SUGERIDAS: SAMSUNG/ LG/ INCLUSO NA CAIXA 1 CABO VGA, 1 CABO HDMI.	UN	MULTILASER	10,00000	R\$925,0000	R\$9.250,0000
29	74635 - HD SSD 480GB SATA 3; TECNOLOGIA INTERNA SSD; INTERFACES SATA; FORMATO 2,5; COMPATÍVEL COM VERSÕES ANTERIORES A SATA VER. 2.0.	UN	MULTILASER	5,00000	R\$400,0000	R\$2.000,0000
31	FONTE NOTEBOOK UNIVERSAL - 120W 12-24 -COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMA: 4,5 ESPECIFICAÇÕES MÍNIMA:- 10 MODELOS DE PLUGUE-TENSÃO DE ENTRADA 100-40V- TENSÃO SAÍDA : 15V;16V;18,5V;19V;19,5V;- PORTA USB 5V/1000MA - BIVOLT AUTOMATICO	UN	ELGIN	10,00000	R\$120,0000	R\$1.200,0000
38	74556 - KIT TECLADO E MOUSE SEM FIO - PADRÃO ABNT, TECLAS MACIAS, SILENCIOSAS, TECLAS BAIXAS E CONFORTÁVEIS, O MOUSE ÓPTICO DEVE POSSUIR RESOLUÇÃO DPI AJUSTÁVEL, FUNÇÃO SCROLL E DESIGN ERGONÔMICO. CONEXÃO DO RECEPTOR SEM FIO: USB.SISTEMA PLUG & PLAY (INSTALAÇÃO DE DRIVER AUTOMÁTICA);COMPATIBILIDADE: WINDOWS (XP, VISTA, 7, 8, 10), MAC, LINUX;ALCANCE: ATÉ 10 METROS DE DISTÂNCIA DO RECEPTOR USB;01 X TECLADO SEM FIO;01 X MOUSE ÓPTICO SEM FIO;01 X MINI RECEPTOR USB;PILHAS NECESSÁRIAS PARA O SEU FUNCIONAMENTO.	UN	LOGITECH	8,00000	R\$143,0000	R\$1.144,0000
40	PROJETOR HÍBRIDO FULL HD. FONTE DE LUZ HÍBRIDA A LASER - LED. VIDA OPERACIONAL ESTIMADA DE 20.000 HORAS. LIVRE DE MERCÚRIO. SEM SUBSTITUIÇÃO DA LÂMPADA. SEM TEMPO DE INATIVIDADE. RÁPIDO - BRILHO. RESOLUÇÃO NATIVA: 1024X768 (XGA), RESOLUÇÕES SUPOSTADAS: MÁXIMO: 1920 X 1080. BRILHO: 3.000 LUMENS. LENTE: FOCO: MANUAL, ZOOM ÓPTICO: MANUAL: 1.1X, POTÊNCIA DE ENTRADA AC: 120 A 240 VAC, 50/60 HZ. CONTER: PROJETOR, CABO RGB, CABO HDMI, CONTROLE REMOTO, CABO DE ALIMENTAÇÃO. CONECTORES DE ENTRADA/SAÍDA: ENTRADA SAÍDAS MÍNIMAS: 1 X VGA (DE-15) VÍDEO (ENTRADA), 1 X HDMI ÁUDIO/VÍDEO (ENTRADA), 1 X 1/8" (3,5MM) MINI-ÁUDIO (ENTRADA), 1 X 1/8" (3,5MM) MINI-ÁUDIO (SAÍDA).	UN	CASIO	3,00000	R\$7.600,0000	R\$22.800,0000
47	MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR COM SOCKET 1151 PINOS E TECNOLOGIA DE LITOGRAFIA DE 14 NM; 4 NÚCLEOS/THREADS, CLOCK REAL DE NO MÍNIMO 3,6 GHZ OU MAIS, MEMÓRIA CACHE DE 6 MB, PLACA MÃE COMPATÍVEL COM O PROCESSADOR, MEMÓRIA DE 08 GIGABYTES DDR4 2666MHZ, COM ARMAZENAMENTO DE 240GB SSD, FONTE ATX DE 350 W, ESTABILIZADOR MÍNIMO 500 W, GABINETE DUAS BAIAS. KIT TECLADO/MOUSE/CAIXA DE SOM DO MESMO FABRICANTE DO COMPUTADOR. GARANTIA DE 12 MESES.	UN	CONCORDIA	20,00000	R\$3.200,0000	R\$64.000,0000
48	MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR COM SOCKET 1151 PINOS E TECNOLOGIA DE LITOGRAFIA DE 14 NM; 6 NÚCLEOS/THREADS, CLOCK REAL DE NO MÍNIMO 2,8 GHZ OU MAIS, MEMÓRIA CACHE DE 9 MB, PLACA MÃE COMPATÍVEL COM O PROCESSADOR, MEMÓRIA DE 08 GIGABYTES DDR4 2666MHZ, COM ARMAZENAMENTO DE 240GB SSD, FONTE ATX DE 350 W, ESTABILIZADOR MÍNIMO 500 W, GABINETE DUAS BAIAS. KIT TECLADO/MOUSE/CAIXA DE SOM DO MESMO FABRICANTE DO COMPUTADOR. GARANTIA DE 12 MESES	UN	2980CONCOR	16,00000	R\$3.600,0000	R\$57.600,0000
49	NOTEBOOK, PROCESSADOR COM SOCKET 1151 PINOS E TECNOLOGIA DE LITOGRAFIA DE 14 NM; 4 NÚCLEOS E 8 THREADS, FREQUÊNCIA DE 1.8 GHZ A 4.6 GHZ, MEMÓRIA CACHE DE 8 MB, 8 GB MEMÓRIA RAM, SSD DE 240GB, MÍNIMO DE 03 PORTAS USB, SENDO ELAS 2.0 E 3.0, PORTA HDMI, PORTA LAN (RJ45), TELA 15.6" OU SUPERIOR, MOUSE TOUCHPAD COM DOIS BOTÕES INTEGRADOS, E TODOS OS CABOS, FONTE, MANUAIS E MÍDIAS NECESSÁRIAS PARA SEU PLENO FUNCIONAMENTO. GARANTIA DE 12 MESES	UN	ACER	13,00000	R\$4.650,0000	R\$60.450,0000

**MUNICÍPIO DE SEARA**

Compras e Contratos

Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

Fornecedor: 637467 - ULTRA LICITAÇÕES LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
54	CÂMERA DIGITAL COM SENSOR DE IMAGEM CMOS DE 16MP BSI - ZOOM ÓTICO 125X COM REDUÇÃO DE VIBRAÇÃO ÓTICA DE DETECÇÃO DUPLA - SISTEMAS DE VISUALIZAÇÃO DUPLA - ANEL DE CONTROLE E BOTÃO SNAPBACK - WI-FI E BLUETOOTH INTEGRADOS - MODOS DE DISPARO - VIDA DA BATERIA. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS: PIXELS: 16MP SENSOR: 1/2.3" CMOS FORMATOS DE ARQUIVOS: JPEG, RAW (FOTOS); MP4 (VÍDEOS); ACC (ÁUDIO) ZOOM: ÓTICO DE 125X E DINÂMICO DE 250X. DISTÂNCIA DE FOCO: WIDE 31 CM - INFINITO TELEFOTO 7 M - INFINITO ISO: 100-6400 OBTURADOR: 30 - 1/4000S MODO MANUAL / 1 - 1/4000S MODO AUTOMÁTICO / 1/30 - 1/8000S MODO DE VÍDEO FOTOS: 7 FPS 16MP NO FORMATO JPEG TIPO DE CARTÃO: SD / SDHC / 1SDXC RESOLUÇÃO DE GRAVAÇÃO: 3840 X 2160P: 30 FPS, 25 FPS 1920 X 1080P: 60 FPS, 50 FPS, 30 FPS, 25 FPS 1280 X 720P: 60 FPS, 50 FPS, 30 FPS, 25 FPS WIFI: SIM. CONECTORES: HDMI D (MICRO), MICROFONE P2 (TRS), PORTA USB ITENS INCLUSOS: 01 CÂMERA DIGITAL, 01 BATERIA RECARREGÁVEL DE ÍONS DE LÍTIO EN-EL20A (7.2V, 1110MAH); 01 ADAPTADOR CA DE CARREGAMENTO EH-73P; 01 CABO USB TIPO A MACHO PARA CABO TIPO B MACHO MICRO (PRETO) UC-E21; 01 ALÇA DE CÂMERA AN-DC3 (PRETO); 01 TAMPA DE LENTE SNAP-ON DE 77MM; 01 CAPA DE LENTE HB-CP1; 01 CARTÃO 16GB.	UN	NIKON	1,00000	R\$15.000,0000	R\$15.000,0000



MUNICÍPIO DE SEARA

Compras e Contratos

Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

Fornecedor: 637467 - ULTRA LICITAÇÕES LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
60	<p>ALL IN ONE - TELA 23,8 " LED; ESPESSURA MÁXIMA DO EQUIPAMENTO 5,8 CM; PROCESSADOR: NÚMERO DE NÚCLEOS 6; Nº DE THREADS 6; FREQUÊNCIA BASEADA EM PROCESSADOR: 2.80 GHZ; FREQUÊNCIA TURBO MAX 4.00 GHZ; CACHE 9 MB SMART CACHE; VELOCIDADE DO BARRAMENTO 8 GT/S; TDP 65 W; LITOGRAFIA</p> <p>14 NM; GRÁFICOS DO PROCESSADOR: GRÁFICOS UHD 630; FREQUÊNCIA DA BASE GRÁFICA 350 MHZ; MÁXIMA FREQUÊNCIA DINÂMICA DA PLACA GRÁFICA 1.05 GHZ; QUANTIDADE MÁXIMA DE MEMÓRIA GRÁFICA DE VÍDEO 64 GB; SUPORTE PARA 4K YES, AT 60HZ; RESOLUÇÃO MÁXIMA (HDMI 1.4) 4096X2304@24HZ; RESOLUÇÃO MÁXIMA (DP) 4096X2304@60HZ; RESOLUÇÃO MÁXIMA (EDP - TELA PLANA INTEGRADA) 4096X2304@60HZ; SUPORTE PARA DIRECTX* 12; SUPORTE PARA OPENGL* 4.5; QUICK SYNC VIDEO SIM; TECNOLOGIA INTRU 3D SIM; TECNOLOGIA DE ALTA DEFINIÇÃO CLEAR VIDEO SIM; CLEAR VIDEO TECHNOLOGY</p> <p>SIM; Nº DE MONITORES ACEITOS 3; PLACA MAE: CHIPSET: H310C; CPU SOCKET: 1151; 2×DDR4 SO-DIMM; 2 X SATA 3 6GB; 1 X M.2 SLOT; 4 X USB 3.0; 1 X RJ45(GIGABYTE LAN) ; 1 X COM; 2 X HDMI; AUDIO : AUDIO OUT JACK; WIRELESS: BLUETOOTH, WIFI; MEMORIA RAM: 8GB(2X4GB) DDR4-2400MHZ DUAL CHANNEL; ARMAZENAMENTO: SSD 240 GB; ESTRUTURAL E DESIGNER: BASE DE APOIO DO ALL IN ONE 23 CM X19 CM PEÇA FEITA COM AÇO INOX E ACABAMENTO EM PLÁSTICO DE ALTA QUALIDADE NA COR PRETA, HASTE DO SUPORTE COM UM FURO DE 2,20 CM X 4,70 CM TRANSPASSANDO A HASTE DE UM LADO AO OUTRO COM O OBJETIVO PARA ACOMODAR OS CABOS QUE SERÃO INTERLIGADO AO ALL IN ONE . SISTEMA DO SUPORTE PIVOTANTE COM ROTAÇÃO DE ATÉ 90° PARA AMBOS OS SENTIDOS. SISTEMA DE ROTAÇÃO ENTRE A BASE DE APOIO E A HASTE QUE INTERLIGA O ALL IN ONE COM ROTAÇÃO DE CAMPO DE VISÃO DE ATÉ 180°. AJUSTE DE INCLINAÇÃO DO ALL IN ONE. AJUSTE DE ALTURA ENTRE A BASE DE APOIO E A PARTE INFERIOR FRONTO DO ALL IN ONE: MIN. 6,35 CM, MAX 18,415 CM. SUPORTE DE CONEXÃO DO ALL IN ONE A SUA BASE DE SUSTENTAÇÃO(HASTE COM SISTEMA PIVOTANTE E DE INCLINAÇÃO COM AJUSTE DE ALTURA) DEVERÁ SER PARAFUSADO NA TAMPA TRASEIRA COM NO MIN. 2 X PARAFUSO E SISTEMA DE TRAVA DE FÁCIL REMOÇÃO OU 4 X PARAFUSO DE FÁCIL ACESSO E REMOÇÃO DISCRETAMENTE E SE ENVOLVENDO AO DESIGNER DA CARCAÇA. WEB CAM RETRÁTIL NA PARTE CENTRAL SUPERIOR DO ALL IN ONE. 2 X ENTRADA DE USB 2.0 OU SUPERIOR NA PARTE LATERAL DO ALL IN ONE; 2 X ALTO FALANTES EMBUTIDOS AO DESIGNER DO ALL IN ONE NA PARTE TRASEIRA. 1 X MINI-MICROFONE EMBUTIDO NA CARCAÇA PARA UTILIZAÇÃO COMO CAPTURA DA VOZ(PODENDO SER EMBUTIDO JUNTO AO SISTEMA RETRÁTIL DA WEB CAM). PARTE TRASEIRA DO EQUIPAMENTO: 4XUSB 3.0; 1 X HDMI(SAÍDA); 1 X PORTA RS-232; 1 X RJ45(GIGABYTE LAN); 2 X BACK PANEL AUDIO CONNECTORS; 1 ENTRADA DE FONTE; O BACK PANEL DEVERÁ TER SUA FACE VOLTADO PARA A BASE DO SUPORTE DO PÉ, EM DESIGNER EMBUTIDOS E DISCRETO COM FÁCIL ACESSO PARA CONEXÃO. TAMPA TRASEIRA ENVOLVENTE AO DESIGNER DO EQUIPAMENTO, COM FÁCIL ACESSO PARA REMOÇÃO E PODER FAZER MANUTENÇÃO OU UPGRADE DO HARDWARE. FONTE EXTERNA: COMPACTA E COM TENSÃO DE ENTRADA: BIVOLT OU FULLRANGER - 50/60 HZ.</p> <p>TODO O DESIGNER E MATERIAL A SER UTILIZADO DEVERÁ SE DISCRETO E DE ALTA QUALIDADE. O ALL IN ONE DEVERÁ VIR COM MOUSE E TECLADO E CABOS AC PARA LIGAR EM SUAS FONTES</p>	UN	CONCORDIA	10,00000	R\$5.590,0000	R\$55.900,0000
Total do Fornecedor:						R\$289.344,0000
Total Geral dos Itens:						R\$289.344,0000



MUNICÍPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 6 meses , contados a partir da sua assinatura, conforme o Edital da Licitação.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3. A presente Ata de Registro de Preços será usado pelo , que será o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no **Pregão Presencial N° 43/2021**

3.2. Em cada fornecimento de serviço(s) decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Presencial N° 43/2021** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA IV – DO PAGAMENTO

4.

4.1. **Do Recurso Financeiro** - As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:



MUNICÍPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

Dotação Orçamentária					
Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
23	2	6	2276	3339030290000000000	1000121
34	2	7	2278	3339030290000000000	1000121
39	3	1	2216	3339030290000000000	1000121
68	6	1	2221	3339030290000000000	1010122
90	6	2	2223	3339030290000000000	1010122
106	6	3	2225	3339030290000000000	1010122
117	6	4	2224	3339030290000000000	1010122
125	7	1	2240	3339030290000000000	1000121
151	8	1	2251	3339030290000000000	1000121
175	9	1	2256	3339030290000000000	1000121
217	10	6	2269	3339030290000000000	1000121
234	17	1	2262	3339030290000000000	1000121
264	15	1	2294	3339030290000000000	1020207
272	15	1	2280	3339030290000000000	1381038
273	15	1	2280	3339030290000000000	1671067
289	15	1	2289	3339030290000000000	1020207
300	15	1	2293	3339030290000000000	1381138
303	15	1	2295	3339030290000000000	1020207
315	15	1	2288	3339030290000000000	1020207
2	2	1	2218	3339030170000000000	1000121
5	2	1	2203	3339030170000000000	1640786
23	2	6	2276	3339030170000000000	1000121
34	2	7	2278	3339030170000000000	1000121
39	3	1	2216	3339030170000000000	1000121
51	4	1	2220	3339030170000000000	1000121
68	6	1	2221	3339030170000000000	1010122
90	6	2	2223	3339030170000000000	1010122
106	6	3	2225	3339030170000000000	1010122
117	6	4	2224	3339030170000000000	1010122
125	7	1	2240	3339030170000000000	1000121
151	8	1	2251	3339030170000000000	1000121
175	9	1	2256	3339030170000000000	1000121
217	10	6	2269	3339030170000000000	1000121
234	17	1	2262	3339030170000000000	1000121
264	15	1	2294	3339030170000000000	1020207
272	15	1	2280	3339030170000000000	1381038
273	15	1	2280	3339030170000000000	1671067
289	15	1	2289	3339030170000000000	1020207
300	15	1	2293	3339030170000000000	1381138
303	15	1	2295	3339030170000000000	1020207
315	15	1	2288	3339030170000000000	1020207
2	2	1	2218	3339030260000000000	1000121
5	2	1	2203	3339030260000000000	1640786
23	2	6	2276	3339030260000000000	1000121
34	2	7	2278	3339030260000000000	1000121
39	3	1	2216	3339030260000000000	1000121
51	4	1	2220	3339030260000000000	1000121
68	6	1	2221	3339030260000000000	1010122
90	6	2	2223	3339030260000000000	1010122
106	6	3	2225	3339030260000000000	1010122
117	6	4	2224	3339030260000000000	1010122
125	7	1	2240	3339030260000000000	1000121
151	8	1	2251	3339030260000000000	1000121
175	9	1	2256	3339030260000000000	1000121
217	10	6	2269	3339030260000000000	1000121
234	17	1	2262	3339030260000000000	1000121



MUNICÍPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

Dotação Orçamentária					
Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
264	15	1	2294	3339030260000000000	1020207
272	15	1	2280	3339030260000000000	1381038
273	15	1	2280	3339030260000000000	1671067
289	15	1	2289	3339030260000000000	1020207
300	15	1	2293	3339030260000000000	1381138
303	15	1	2295	3339030260000000000	1020207
315	15	1	2288	3339030260000000000	1020207
3	2	1	2218	3449052350000000000	1000121
7	2	1	2203	3449052350000000000	1640786
10	2	1	2207	3449052350000000000	1000121
14	2	2	2208	3449052350000000000	1000121
17	2	5	2202	3449052350000000000	1000121
24	2	6	2276	3449052350000000000	1000121
35	2	7	2278	3449052350000000000	1000121
40	3	1	2216	3449052350000000000	1000121
53	4	1	2220	3449052350000000000	1000121
69	6	1	2221	3449052350000000000	1010122
87	6	2	1106	3449052350000000000	1010122
103	6	3	1112	3449052350000000000	1010122
114	6	4	1109	3449052350000000000	1010122
123	7	1	1114	3449052350000000000	1000121
148	8	1	1116	3449052350000000000	1000121
219	10	6	2269	3449052350000000000	1000121
231	17	1	1123	3449052350000000000	1000121
265	15	1	2294	3449052350000000000	1020207
274	15	1	2280	3449052350000000000	1020207
278	15	1	2283	3449052350000000000	1020207
280	15	1	2284	3449052350000000000	1020207
285	15	1	2292	3449052350000000000	1020207
296	15	1	2289	3449052350000000000	1020207
301	15	1	2293	3449052350000000000	1020207
304	15	1	2295	3449052350000000000	1020207
309	15	1	2281	3449052350000000000	1020207
317	15	1	2288	3449052350000000000	1381238
3	2	1	2218	3449052060000000000	1000121
7	2	1	2203	3449052060000000000	1640786
10	2	1	2207	3449052060000000000	1000121
14	2	2	2208	3449052060000000000	1000121
17	2	5	2202	3449052060000000000	1000121
24	2	6	2276	3449052060000000000	1000121
35	2	7	2278	3449052060000000000	1000121
40	3	1	2216	3449052060000000000	1000121
53	4	1	2220	3449052060000000000	1000121
69	6	1	2221	3449052060000000000	1010122
87	6	2	1106	3449052060000000000	1010122
103	6	3	1112	3449052060000000000	1010122
114	6	4	1109	3449052060000000000	1010122
123	7	1	1114	3449052060000000000	1000121
148	8	1	1116	3449052060000000000	1000121
219	10	6	2269	3449052060000000000	1000121
231	17	1	1123	3449052060000000000	1000121
265	15	1	2294	3449052060000000000	1020207
274	15	1	2280	3449052060000000000	1020207
278	15	1	2283	3449052060000000000	1020207
280	15	1	2284	3449052060000000000	1020207
285	15	1	2292	3449052060000000000	1020207



MUNICÍPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

Dotação Orçamentária					
Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
296	15	1	2289	3449052060000000000	1020207
301	15	1	2293	3449052060000000000	1020207
304	15	1	2295	3449052060000000000	1020207
309	15	1	2281	3449052060000000000	1020207
317	15	1	2288	3449052060000000000	1381238
3	2	1	2218	3449052330000000000	1000121
7	2	1	2203	3449052330000000000	1640786
10	2	1	2207	3449052330000000000	1000121
14	2	2	2208	3449052330000000000	1000121
17	2	5	2202	3449052330000000000	1000121
24	2	6	2276	3449052330000000000	1000121
35	2	7	2278	3449052330000000000	1000121
40	3	1	2216	3449052330000000000	1000121
53	4	1	2220	3449052330000000000	1000121
69	6	1	2221	3449052330000000000	1010122
87	6	2	1106	3449052330000000000	1010122
103	6	3	1112	3449052330000000000	1010122
114	6	4	1109	3449052330000000000	1010122
123	7	1	1114	3449052330000000000	1000121
148	8	1	1116	3449052330000000000	1000121
219	10	6	2269	3449052330000000000	1000121
231	17	1	1123	3449052330000000000	1000121
265	15	1	2294	3449052330000000000	1020207
274	15	1	2280	3449052330000000000	1020207
278	15	1	2283	3449052330000000000	1020207
280	15	1	2284	3449052330000000000	1020207
285	15	1	2292	3449052330000000000	1020207
296	15	1	2289	3449052330000000000	1020207
301	15	1	2293	3449052330000000000	1020207
304	15	1	2295	3449052330000000000	1020207
309	15	1	2281	3449052330000000000	1020207
317	15	1	2288	3449052330000000000	1381238
3	2	1	2218	3449052330000000000	1000121
7	2	1	2203	3449052330000000000	1640786
10	2	1	2207	3449052330000000000	1000121
14	2	2	2208	3449052330000000000	1000121
17	2	5	2202	3449052330000000000	1000121
24	2	6	2276	3449052330000000000	1000121
35	2	7	2278	3449052330000000000	1000121
40	3	1	2216	3449052330000000000	1000121
53	4	1	2220	3449052330000000000	1000121
87	6	2	1106	3449052330000000000	1010122
69	6	1	2221	3449052330000000000	1010122
103	6	3	1112	3449052330000000000	1010122
114	6	4	1109	3449052330000000000	1010122
123	7	1	1114	3449052330000000000	1000121
148	8	1	1116	3449052330000000000	1000121
219	10	6	2269	3449052330000000000	1000121
231	17	1	1123	3449052330000000000	1000121
265	15	1	2294	3449052330000000000	1020207
274	15	1	2280	3449052330000000000	1020207
278	15	1	2283	3449052330000000000	1020207
280	15	1	2284	3449052330000000000	1020207
285	15	1	2292	3449052330000000000	1020207
296	15	1	2289	3449052330000000000	1020207
301	15	1	2293	3449052330000000000	1020207



MUNICÍPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

Dotação Orçamentária					
Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
304	15	1	2295	3449052300000000000	1020207
309	15	1	2281	3449052300000000000	1020207
317	15	1	2288	3449052300000000000	1381238

CLÁUSULA V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5. Os itens licitados deverão ser entregues e dentro do mesmo período deverá estar apta a entregar o material assim que for assinado a ata de registro de preço, **independente das quantidades solicitadas.**

5.1. Local de entrega: Prefeitura Municipal de Seara, Avenida Anita Garibaldi, N° 371, Centro - Seara/SC - CEP: 89.770-000

CLÁUSULA VI – DAS PENALIDADES

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações.

6.1 Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, sofrer as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores; Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.4 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;

6.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.4.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;

6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA VII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 2 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, artigo 28, da Lei Federal nº. 9.069, de 29 de junho de 1.995 e demais legislações aplicáveis, não serão concedidos reajustes aos preços cotados na presente licitação.

7.1 Caso ocorram oscilações imprevisíveis que venham a ocasionar o desequilíbrio econômico-financeiro dos preços praticados, os mesmos poderão ser revistos desde que devidamente comprovados.

7.1.1 Considera-se desequilíbrio econômico-financeiro apto a ensejar a revisão/reapactuação/re-equilíbrio do percentual de contraprestação adimplido pela administração, a existência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da



MUNICÍPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, conforme disposto no art. 65, II, alínea "d" da Lei 8.666/93.

7.1.2 A comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro deve estar fundamentada em alterações extraordinárias nos custos dos serviços ou dos produtos. Alegações genéricas de aumento de preços e de exclusividade no fornecimento de um material são insuficientes para comprovar desequilíbrio econômico imprevisível, conforme jurisprudência conforme acórdão 7249/2016, da segunda Câmara do Tribunal de Contas da União, de relatoria de Ana Arraes.

7.1.3 A demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro deve estar fundamentado em planilhas de custos comparativas e documentos auxiliares que demonstrem efetivamente a disparidade dos preços praticados no contrato e os preços sugeridos e, que expressem a existência de fatos supervenientes a relação contratual que impactem de forma acentuada a relação contratual e causem onerosidade excessiva no equilíbrio econômico-financeiro original do contrato.

7.1.4 O reequilíbrio somente será concedido se considerados presentes os requisitos enunciados pela teoria da imprevisão, quais sejam: 1. A imprevisibilidade (ou previsibilidade de efeitos incalculáveis), o impacto acentuado na relação contratual, a inexecução ou impedimento da execução contratual; 2. Haja análise demonstrativa acerca do comportamento dos demais insumos do contrato, ao menos os mais importantes em aspecto de materialidade, com a finalidade de identificar outras oscilações de preços enquadráveis na teoria da imprevisão que possam, de igual maneira, impactar significativamente o valor ponderado do contrato.

7.2 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1 Pela Administração Municipal, quando:

8.2 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.3 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.4 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.5 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.6 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.7 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.8 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.9 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo(a) , que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente, quando da solicitação.

CLÁUSULA X – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10. Compete à Contratante:

10.1 Fazer o pedido no prazo de 05 (cinco) dias antecedente a sua necessidade.

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos itens.

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA XI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



MUNICÍPIO DE SEARA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Ata do Registro de Preço - Seara

11. Fornecer a pronta entrega e material de qualidade conforme discriminado, juntamente com a nota Fiscal, sem custo de frete.
- 11.2 Oferecer garantia mínima conforme o edital.

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Integram esta Ata, o Edital de SELEÇÃO DE FORNECEDORES E PROPOSTAS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, VIDEO E FOTO PARA AS SECRETARIAS, FUNDOS E SUPERINTENDÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE SEARA. Nº. 43/2021, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12. Fica eleito o foro de Seara (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

13. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Seara (SC), 01 de Julho de 2021

EDEMILSON CANALE
Contratante

ULTRA LICITAÇÕES LTDA
JONATAN DEPARIS
CONTRATADA

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 191/2021 DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131235

DECRETO Nº 191/2021 DE 01 DE JULHO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE ELENIR KREMER SGARBI DO CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RAFAEL MARIN, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001, Lei Municipal nº. 684/2005, e alterações posteriores, e Lei nº. 961/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Sra. ELENIR KREMER SGARBI, portadora do CPF nº. 028.479.369-80, do Cargo de Conselheira Tutelar substituta, conforme decreto de nomeação 176/2021, de 31 de maio de 2021.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 01 de julho de 2021.

RAFAEL MARIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

MARCONDES LEONARDO MULLER
Secretário de Administração

Sombrio

PREFEITURA

EXTRATO DL 046/2021

Publicação Nº 3132091

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E5483F6A33B62E2BAFBBFB16C8515192CF17886F
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE SOMBRIO – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 046/2021 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2021 – CÓD. TCE/SC E5483F6A33B62E2BAFBBFB16C8515192CF17886F - OBJETO: Aquisição emergencial de aduelas de concreto pré-moldado para solucionar o desabamento da ponte que liga as comunidades de Morro do Cipó e Sanga Negra no interior do município de Sombrio/SC, visando garantir a trafegabilidade na região e a segurança dos munícipes e pessoas que trafegam por tal ponte. CONTRATADA: TSN PRÉ-MOLDADOS EIRELI - CNPJ nº 07.033.854/0001-13. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO/SC. VALOR GLOBAL: R\$ 55.800,00 (cinquenta e cinco mil e oitocentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 04.04 – 2.057 – 3.3.90.00.00.00.00.00 0080 (66). FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93. Gislane Dias da Cunha – Prefeita Municipal

Sul Brasil

PREFEITURA

ERRATA DO PROCESSO Nº 56-2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 36 AQUISIÇÃO DE GRADE ARRADORA

Publicação Nº 3131163

ESTADO DE SANTA CATARNA
MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

Aviso de Licitação
ERRATA

Processo N.º 056/2021 – Pregão Presencial nº 036/2021

O Município de SUL BRASIL – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto o PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2021 – decorrente do PROCESSO 056/2021, visando a AQUISIÇÃO DE GRADE ARADORA, de acordo com as especificações contidas no Edital.

OBJETO DA ERRATA

Alteração na quantidade do item (de 1 para 2 unidades).

Alteração na data de abertura.

Onde se lê: 02 de julho de 2021.

Leia-se: 15 de julho de 2021.

Horário: 08h da manhã.

Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3367 0030, ou diretamente no Setor Administrativo sito Rua Dr. José Leal Filho, 589, Sul Brasil - SC, 01 de julho de 2021. Maurilio Ostroski - Prefeito Municipal em Exercício.

PORTARIA Nº 114 DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3131240

PORTARIA Nº. 114 DE 30 DE JUNHO DE 2021

ALTERA A LOTAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAL ARI ARCENIO HILLESHEIM E VOLNEI KROTH E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MAURILIO OSTROSKI, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. – Fica alterada a Lotação do Servidor Público Municipal Ari Arcenio Hillesheim, ocupante do cargo Motorista, nomeado pelo Decreto nº 109 de 06.09.2011, da Secretaria Municipal de Agricultura, obras e Transportes para a Secretaria de Educação departamento de Transporte Escolar, retroativo ao dia 01.06.2021.

Art. 2º. – Fica alterada a Lotação do Servidor Público Municipal Volnei Kroth, ocupante do cargo Motorista, nomeado pelo Decreto nº 127 de 19.04.2021, da Secretaria Municipal de Agricultura, obras e Transportes para a Secretaria de Educação departamento de Transporte Escolar, retroativo ao dia 01.06.2021.

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º.-Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil (SC),
30 de junho de 2021.

MAURILIO OSTROSKI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

DIEGO GUSTAVO KIRCH

Diretor de Administração

PROCESSO Nº 62 PREGÃO PRESENCIAL Nº 41 TRANSPORTE COLETIVO

Publicação Nº 3130787

ESTADO DE SANTA CATARNA
MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3B2C66F134864A79505B113A05794C7C226FB842

Aviso de Licitação

Processo N.º 062/2021 – Pregão Presencial nº 041/2021

O Município de SUL BRASIL – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto o PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2021 – decorrente do PROCESSO 062/2021, visando a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TRANSPORTE COLETIVO PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA A CAMINHO DA CIDADE, de acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no Setor de Licitações. O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados e CREDENCIAMENTO dar-se-á até às 15H30MIN DO DIA 15 DE JULHO DE 2021, no Setor de Licitações deste Município, sito a Rua Dr. José Leal Filho, 589, SUL BRASIL - SC. A abertura dos Envelopes n. 01 – HABILITAÇÃO, dar-se-á a partir das 15H35MIN DO DIA 15 DE JULHO DE 2021, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Sul Brasil. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3367 0030, ou diretamente no Setor Administrativo sito Rua Dr. José Leal Filho, 589, Sul Brasil - SC, 01 de julho de 2021. Maurílio Ostroski - Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 63 PREGÃO PRESENCIAL Nº 42 LOCAÇÃO DE SOFTWARE

Publicação Nº 3130891

ESTADO DE SANTA CATARNA
MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2F099F106CCA623F4493E9699994BB7F300CD2EB

Aviso de Licitação

Processo N.º 063/2021 – Pregão Presencial nº 042/2021

O Município de SUL BRASIL – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto o PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2021 – decorrente do PROCESSO 042/2021, visando a CONTRATAÇÃO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE MONITORAMENTO DE VÍCULOS E MÁQUINAS, NA CIDADE DE SUL BRASIL, de acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no Setor de Licitações. O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados e CREDENCIAMENTO dar-se-á até às 14H00MIN DO DIA 16 DE JULHO DE 2021, no Setor de Licitações deste Município, sito a Rua Dr. José Leal Filho, 589, SUL BRASIL - SC. A abertura dos Envelopes n. 01 – HABILITAÇÃO, dar-se-á a partir das 14H05MIN DO DIA 16 DE JULHO DE 2021, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Sul Brasil. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3367 0030, ou diretamente no Setor Administrativo sito Rua Dr. José Leal Filho, 589, Sul Brasil - SC, 01 de julho de 2021. Maurílio ostroski - Prefeito Municipal

Taió

PREFEITURA

CONTRATO Nº RH/177/2021

Publicação Nº 3132011

CONTRATO No RH/177/2021

Termo de contrato individual de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre o MUNICÍPIO DE TAIÓ e JANETE PETERSEN MENDES.

O MUNICÍPIO DE TAIÓ, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Luiz Bértoli, no 44, Centro, inscrito no CNPJ sob no 82.765.488/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, doravante denominado EMPREGADOR, e JANETE PETERSEN MENDES, residente na Rua Faustino Piazero, 186, Seminário, Taió, Santa Catarina, portador(a) da Carteira de Identidade no 3.693.430-5 e do CPF no 031.684.369-50, doravante denominado(a) SERVIDOR(A), celebram o presente contrato individual de trabalho por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, combinado com o Art. 2º, da Lei Complementar no 203/2017, de 15/12/2017, considerando o resultado do Processo Seletivo Edital 004/2019, bem como o expediente emitido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em virtude do aumento do número de matrículas na rede municipal de ensino, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O(A) SERVIDOR(A) exercerá o cargo de provimento temporário de Professor, nível 2, com exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica o(a) servidor(a) ciente que será empossado(a) nesta data e o presente contrato vigorará a partir de 02 de julho de 2021 até o término do ano letivo, ficando cientes as partes que a continuidade da prestação dos serviços após o término do contrato importará em nulidade do ajuste, por violação ao citado dispositivo legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - O vencimento mensal a ser pago pelo EMPREGADOR ao SERVIDOR(A), incluído o repouso semanal remunerado, será de R\$ 1.903,28 (um mil novecentos e três reais e vinte e oito centavos) sobre o qual incidirão os reajustes pagos aos servidores do Município de Taió.

CLÁUSULA QUARTA - Fica ajustado que o EMPREGADOR poderá a qualquer tempo, conforme a necessidade do serviço público, transferir o(a) SERVIDOR(A) para prestar serviços em qualquer localidade do município de Taió.

CLÁUSULA QUINTA - A jornada de trabalho será de 20 (vinte) horas semanais.

CLÁUSULA SEXTA - O(A) SERVIDOR(A) sujeitar-se-á as normas gerais do EMPREGADOR, que em nenhum momento poderão ser ignoradas obrigando-se a executar com zelo, eficiência e lealdade todas as tarefas que lhe forem conferidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O EMPREGADOR fica autorizado a descontar da remuneração do(a) SERVIDOR(A) o valor dos danos e prejuízos por ele(a) causados, seja por dolo, negligência, imprudência ou imperícia.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária conforme Lei n.º 4.220, de 08 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA NONA - As partes poderão rescindir unilateralmente o presente contrato antes de expirado o seu prazo, sem qualquer ônus ou indenização advindo desta medida.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas acima, firmam o presente contrato de trabalho em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Taió (SC), em 02 de julho de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

JANETE PETERSEN MENDES

TESTEMUNHAS:

DECIMO TERMO ADITIVO N. 45/2017, DE 10 DE ABRIL DE 2017

Publicação Nº 3130705

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0873BDA6675747EAE3AA29F195D58C189BEE2EE5
DÉCIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N. 45/2017 DE 10 DE ABRIL DE 2017

Por este instrumento de Termo Aditivo de contrato celebram de um lado a Prefeitura Municipal de Taió, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. Luiz Bertoli, n. 44, em Taió/SC, inscrita no CNPJ sob o n. 82.765.488/0001-02, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o senhor HORST ALEXANDRE PURNHAGEN, de ora em diante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa

TAIONET INFORMÁTICA LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o n.13.253.858/0001-00 estabelecida na Rua Cel. Feddersen, n. 612, sala B, Bairro Centro, no Município de Taió, doravante denominada de CONTRATADA, estabelecem entre si o presente Termo Aditivo do Contrato n. 45/2017 DE 10 DE ABRIL DE 2017, e pelas cláusulas a seguir, expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente aditivo é firmado com fulcro no artigo 65, parágrafo I, e conformidade com o artigo 57, parágrafo II da Lei N. 8.666/93 e suas alterações, bem como as condições do Edital de Licitação N. 39/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO – Fica prorrogado o prazo de vigência do referido contrato até 31 de agosto de 2021, contados a partir do vencimento do nono termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO - O presente Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial Municipal, nos termos do Parágrafo único, do Art.61, da Lei n. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações.

CLÁUSULA QUARTA - As demais cláusulas não atingidas por este Termo Aditivo, permanecerão inalteradas.

CLÁUSULA QUINTA - As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta das dotações orçamentárias relativas ao exercício de 2021.

E, por estarem assim, Contratante e Contratado, certos e ajustados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas para que surta seus jurídicos e legais efeitos

Prefeitura de Taió SC, 30 de junho de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
PREFEITO

TAIONET INFORMÁTICA LTDA ME
CONTRATADA

Testemunhas:

Carlos Cava Elves
CPF: 033.743.249-08

Johny Schreiber
CPF: 824.726.379-341

De acordo:

Emerson de Figueredo
OAB/SC 47.288

DECRETO Nº 7.460/2021

Publicação Nº 3132027

DECRETO Nº 7.460, DE 1º DE JULHO DE 2021

Nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TAIÓ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no art. 70, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990, com fundamento no que estabelece a Lei Ordinária nº 2.840, de 21 de dezembro de 2001,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, de acordo com o que estabelece o art. 3º da Lei Ordinária nº 2.840 de 21 de dezembro de 2001, com redação dada pela Lei Ordinária nº 4.248, de 21 de junho de 2021, para compor o Conselho Municipal de Meio Ambiente - CMMA, para mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução por uma vez, as pessoas abaixo relacionadas:

I – 02 (dois) Representantes da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Florestas e Meio Ambiente:

- João Ricardo Mees - CPF nº 848.601.549-91

- Rafael Busarello - CPF nº 053.899.879-26

II – 01 (um) Representante da Secretaria de Planejamento, Habitação, Turismo, Indústria e Comércio:

- Marina do Nascimento - CPF nº 004.414.489-09

III – 01 (um) Representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes:

- Valesca Gomes de Azevedo Tambosi - CPF nº 031.771.439-27

IV – 01 (um) Representante da Secretaria de Administração e Finanças:

- Jonata Petrowski Retke - CPF nº 035.685.279-28

V – 01 (um) Representante do Poder Legislativo do município de Taió:

- Wanderlei Salvador - CPF nº 494.393.169-34

VI – 01 (um) Representante do Grupo de Escoteiros do município de Taió:

- Francisco Bernardo Stuepp - CPF nº 037.847.919-99

VII – 01 (um) Representante de Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Taió:

- Valmor Grosch - CPF nº 380.305.949-68

VIII – 01 (um) Representante do Sindicato dos Produtores Rurais de Taió:

- Dionísio Machado - CPF nº 615.039.839-00

IX – 01 (um) Representante da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Taió:

- Diego Fachini do Nascimento - CPF nº 077.999.209-12

X – 01 (um) Representante da Sociedade Civil não organizada:

- Luís Philipe Gonzaga Alves - CPF nº 055.994.759-30

Art. 2º O exercício dos cargos a que alude o art. 1º deste Decreto é considerado serviço público relevante, sem ônus para os cofres públicos, conforme estabelecido no § 4º do art. 3º da Lei Ordinária nº 2.840, de 21 de dezembro de 2001.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Taió, 1º de julho de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

Prefeito do Município de Taió

IVAN SERGIO CLAUDINO

Secretário de Agricultura, Pecuária, Florestas e Meio Ambiente

PORTARIA Nº 15459/2021

Publicação Nº 3131942

PORTARIA No 15.459, de 01/07/2021

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR REALIZAÇÃO DE TRABALHO ESPECIAL A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII, do Art. 70, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990 e com fulcro no Art. 1º, inciso V, da Lei Complementar nº 010/95, de 11 de julho de 1995 e suas alterações.

CONSIDERANDO o requerimento protocolado sob o nº 6324/2021.

RESOLVE:

conceder ao servidor público municipal NIVALDO BERRI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais I, com exercício na Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, gratificação mensal equivalente a 10% (dez por cento) sobre o vencimento base.

P.R.I.

Taió, 01 de julho de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

Prefeito

Tangará

PREFEITURA

DECRETO Nº 070, DE 29 DE JUNHO DE 2021. "FIXA HONORÁRIOS DOS ADVOGADOS DATIVOS EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINAR"

Publicação Nº 3131582

DECRETO Nº 070, DE 29 DE JUNHO DE 2021.

"FIXA HONORÁRIOS DOS ADVOGADOS DATIVOS EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINAR."

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e o contido no § 2º, do art. 184 da Lei Complementar Municipal n.º 057/2012, e

Considerando os valores estabelecidos pelo Conselho de Magistratura do Tribunal de Justiça de Santa Catarina para atuação do defensor dativo;

DECRETA:

Art. 1º. O advogado nomeado como Defensor Dativo para atuar em Processo Administrativo Disciplinar do Município de Tangará ou de sua autarquia Hospital Municipal Frei Rogério será remunerado da seguinte forma:

I – Atuação do início ao fim do processo: R\$ 500,00 (quinhentos reais);

II – Atuação em apenas parte do processo: R\$ 200,00 (duzentos reais).

Art. 2º. Os valores estabelecidos no art. 1º deste Decreto deverão ser depositados em conta informada pelo Defensor Dativo no respectivo Processo Administrativo Disciplinar, obedecida à ordem cronológica de pagamentos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 29 DE JUNHO DE 2021.

ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 368, DE 29 DE JUNHO DE 2021. "NOMEIA SERVIDOR PARA REALIZAR PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Publicação Nº 3131591

PORTARIA N.º 368, DE 29 DE JUNHO DE 2021.

"NOMEIA SERVIDOR PARA REALIZAR PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 8º da Lei n. 1.517/01,

Considerando o Ofício nº 024/2021 do Órgão de Controle Interno desta Administração;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada a servidora Patrícia Zanotto Fiorese para realizar processo administrativo de Tomada de Contas Especial do repasse à entidade Morro Agudo Moto Clube no ano de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 29 DE JUNHO DE 2021.

ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 369, DE 29 DE JUNHO DE 2021. "NOMEIA SERVIDOR PARA REALIZAR PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Publicação Nº 3131595

PORTARIA N.º 369, DE 29 DE JUNHO DE 2021.

"NOMEIA SERVIDOR PARA REALIZAR PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 8º da Lei n. 1.517/01,

Considerando o Ofício nº 024/2021 do Órgão de Controle Interno desta Administração;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada a servidora Patrícia Zanotto Fiorese para realizar processo administrativo de Tomada de Contas Especial dos repasses à entidade Associação Comercial e Industrial de Tangará – ACITA, nos anos de 2017 e 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 29 DE JUNHO DE 2021.

ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 370, DE 29 DE JUNHO DE 2021. "NOMEIA SERVIDOR PARA REALIZAR PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Publicação Nº 3131597

PORTARIA N.º 370, DE 29 DE JUNHO DE 2021.

"NOMEIA SERVIDOR PARA REALIZAR PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 8º da Lei n. 1.517/01,

Considerando o Ofício nº 024/2021 do Órgão de Controle Interno desta Administração;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada a servidora Patrícia Zanotto Fiorese para realizar processo administrativo de Tomada de Contas Especial dos repasses à entidade Moto Clube Tangará, nos anos de 2018 e 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 29 DE JUNHO DE 2021.

ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 371, DE 29 DE JUNHO DE 2021. "NOMEIA SERVIDOR PARA REALIZAR PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Publicação Nº 3131598

PORTARIA N.º 371, DE 29 DE JUNHO DE 2021.

"NOMEIA SERVIDOR PARA REALIZAR PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 8º da Lei n. 1.517/01,

Considerando o Ofício nº 024/2021 do Órgão de Controle Interno desta Administração;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada a servidora Patrícia Zanotto Fiorese para realizar processo administrativo de Tomada de Contas Especial do repasse à entidade CTG Tropeiros da Esperança, no ano de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 29 DE JUNHO DE 2021.

ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 372, DE 29 DE JUNHO DE 2021. "NOMEIA SERVIDOR PARA REALIZAR PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 3131601

PORTARIA N.º 372, DE 29 DE JUNHO DE 2021.

"NOMEIA SERVIDOR PARA REALIZAR PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 8º da Lei n. 1.517/01,

Considerando o Ofício nº 024/2021 do Órgão de Controle Interno desta Administração;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada a servidora Patrícia Zanotto Fioresi para realizar processo administrativo de Tomada de Contas Especial do repasse à entidade Sociedade de Cantores União do Lageado Grande, no ano de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 29 DE JUNHO DE 2021.

ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 373, DE 29 DE JUNHO DE 2021. "NOMEIA SERVIDOR PARA REALIZAR PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 3131602

PORTARIA N.º 373, DE 29 DE JUNHO DE 2021.

"NOMEIA SERVIDOR PARA REALIZAR PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 8º da Lei n. 1.517/01,

Considerando o Ofício nº 024/2021 do Órgão de Controle Interno desta Administração;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada a servidora Patrícia Zanotto Fioresi para realizar processo administrativo de Tomada de Contas Especial dos repasses à entidade Clube de Voo Livre Tangará, nos anos de 2018 e 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 29 DE JUNHO DE 2021.

ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 374, DE 29 DE JUNHO DE 2021. "NOMEIA SERVIDOR PARA REALIZAR PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 3131603

PORTARIA N.º 374, DE 29 DE JUNHO DE 2021.

"NOMEIA SERVIDOR PARA REALIZAR PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 8º da Lei n. 1.517/01,

Considerando o Ofício nº 024/2021 do Órgão de Controle Interno desta Administração;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada a servidora Patrícia Zanotto Fioresi para realizar processo administrativo de Tomada de Contas Especial do repasse à entidade Bike Clube Tangará, no ano de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 29 DE JUNHO DE 2021.

ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 375, DE 30 DE JUNHO DE 2021. "DECLARA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 3131605

PORTARIA Nº 375, DE 30 DE JUNHO DE 2021.

"DECLARA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALDAIR BIASIOLO, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 25, da Lei 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1.º Declara inexigível a licitação para a contratação da empresa MARINA MONETA DANTE ME, CNPJ nº 06.972.402/0001-34, para realizar 54 castrações de animais (cães e gatos) abandonados ou de famílias de baixa renda do Município de Tangará, no valor de R\$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais) cada, totalizando o valor de R\$ 9.990,00 (nove mil e novecentos e noventa reais), conforme determina o "caput", do art. 25 da Lei 8.666/93.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 30 DE JUNHO DE 2021.

ALDAIR BIASIOLO
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03.2021 FMAS

Publicação Nº 3131825

Página: 1 / 3

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL TANGARÁ CNPJ: 15.491.469/0001-48 Telefone: (49) 3532-1522 Endereço: Av. Irmãos Piccoli, 267 - Centro CEP: 89642-000 - Tangará	Pregão presencial 3/2021
	Número Processo: 7/2021 Data do Processo: 11/06/2021

OBJETO DO PROCESSO

AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER AS NECESSIDADES BÁSICAS DA ESCOLA ESPECIAL PADRE FRIEDMUNDO - APAE TANGARÁ.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nº 1/2021

No dia 01/07/2021 às 02:01 horas, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria/Decreto Nº 47/2021, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório Nº 7/2021 na modalidade de Pregão presencial. Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

PARECER DA COMISSÃO

Participam deste certame as seguintes empresas:

1. TATIELLE BUENO ALVES, representada neste ato por AIRTON SILVA DA MOTTA;
2. ROTA FRAY PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI, representada neste ato por EDGAR DE OLIVEIRA;
3. ENIO DELAZERI EIRELI, representada neste ato por MATEUS DELAZERI;
4. NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, representada neste ato por LUIZ CARLOS DOS SANTOS;
5. GELVAN COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI, representada neste ato por SERGIO DE BAIRROS;

Iniciado o certame, passa a vista e rubrica nos envelopes pelos representantes presentes, analisado o credenciamento das empresas que estavam de acordo com o edital, sendo habilitadas para o certame. Após passou-se para a abertura dos envelopes das propostas, constatou-se que as empresas participantes encontravam-se habilitadas para os lances. Passou-se então para fase dos lances, após sagrou-se vencedor dos itens 2, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 22, 25, 26, 31, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 56 e 58 a empresa TATIELLE BUENO ALVES, sagrou-se vencedor dos itens 1, 23, 29, 35, 36, 37, 38 e 43 a empresa ROTA FRAY PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI, sagrou-se vencedor dos itens 3, 9, 14, 18, 21, 24, 27, 30, 41, 44, 51, 55 e 57 a empresa ENIO DELAZERI EIRELI, sagrou-se vencedor dos itens 4 e 7 a empresa NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, sagrou-se vencedor dos itens 28, 32, 33, 34, 39 e 40 a empresa GELVAN COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI. Após abertos os envelopes das documentações das empresas vencedoras, constatou-se que a empresa TATIELLE BUENO ALVES não apresentou as certidões exigidas nos itens 6.3.2 e 6.3.6 do edital de convocação, sendo inabilitada, passando os itens vencidos para as empresas classificadas como segundas colocadas, conforme segue abaixo. As demais estavam de acordo com as exigências do edital, passando para vistas e rubricas dos presentes. Os representantes das empresas TATIELLE BUENO ALVES, ROTA FRAY PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI, ENIO DELAZERI EIRELI e NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME se retiraram antes do término do certame. Nenhuma empresa manifestou intenção de recurso. Sem mais encerrado o certame. Publique-se o presente resultado no site www.tangara.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 01/07/2021. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes.

Participante: ENIO DELAZERI EIRELI

Item	Especificação	Qtd.	Unidad	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	LINGUICINHA CONGELADA-LINGUICINHA CONGELADA	60,000	KG	FRIPRAND	12,20	732,00
				O		
3	FILÉ DE PEITO DE FRANGO SEM PELE E SEM OSSO-FILÉ DE PEITO DE FRANGO SEM PELE E SEM OSSO	120,000	KG	AVE	14,40	1.728,00
5	CARNE MUIDA DE GADO-CARNE MUIDA DE GADO	80,000	KG	SERRA CHULETP	17,20	1.376,00
6	CARNE SUINA QUARTO INSPECIONADA-CARNE SUINA QUARTO INSPECIONADA	60,000	KG	friprando	14,90	894,00
8	FRANGO COXA E SOBRE COXA-FRANGO COXA E SOBRE COXA	120,000	KG	valle	7,70	924,00
9	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL PC 05 K-FARINHA DE TRIGO INTEGRAL PC 05 K	30,000	UN	martelli	18,80	564,00
10	FARINHA PRÉ MISTURADA PARA PAES SANADUVA 5 KG-FARINHA PRÉ MISTURADA PARA PAES SANADUVA 5 KG	50,000	UND	sanaduva	14,00	700,00
11	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL 5 KG-FARINHA DE TRIGO ESPECIAL 5 KG	50,000	PCT	gardenia	10,50	525,00
12	FARINHA DE FUBA 5 KG-FARINHA DE FUBA 5KG	15,000	UN	beatriz	15,00	225,00
13	FERMENTO QUIMICO EM PÓ 100 GRS-FERMENTO	100,000	UN	apti	1,53	153,00

Página: 2 / 3

QUIMICO EM PÓ 100 GRS						
14	POLVILHO DOCE 500 GRS-POLVILHO DOCE 500 GRS	80,000	UND	prata	2,05	164,00
15	AZEITE DE SOJA-AZEITE DE SOJA	120,000	UN	coamo	6,79	814,80
16	AÇUCAR REFINADO 5 KG-AÇUCAR REFINADO 5 KG	20,000	UN	docesucar	14,14	282,80
17	ARROZ PARBOLIZADO 5KG--ARROZ PARBOLIZADO 5KG-	50,000	UN	safrá	16,00	800,00
18	FEIJÃO PRETO PACOTES 1 KG_-FEIJÃO PRETO PACOTES 1 KG	40,000	UN	boniella	5,98	239,20
19	AÇUCAR CRISTAL PACOTE DE 5KG-AÇUCAR CRISTAL PACOTE DE 5KG	30,000	UND	docesucar	13,99	419,70
20	EXTRATO DE TOMATE KG-EXTRATO DE TOMATE KG	25,000	UN	bbonare	4,50	112,50
21	LEITE SEMI DESNATADO-LEITE SEMI DESNATADO	360,000	LTS	terra viva	3,60	1.296,00
22	CAFE EM PO A VACUO PACOTE 500GR-CAFE EM PO A VACUO PACOTE 500GR	100,000	UN	bom prosa	5,14	514,00
24	POLVILHO AZEDO 500 GRS-POLVILHO AZEDO 500 GRS	80,000	KGS	prata	1,75	140,00
25	FARINHA DE AVEIA-FARINHA DE AVEIA	40,000	KGS	nutri	10,30	412,00
26	DOCE CREMOSO DE FRUTA POTE DE 1,900 KGS-DOCE CREMOSO DE FRUTA POTE DE 1,900 KGS	10,000	UN	nutri	11,99	119,90
27	SALAMONIACO-SALAMONIACO	80,000	UN	incas	1,68	134,40
30	GUARDANAPO PACOTE DE 50 UNIDADES (19,5CM X 19,5CM)-GUARDANAPO PACOTE DE 50 UNIDADES (19,5CM X 19,5CM)	240,000	PAC	bela vista	0,37	88,80
31	COCO RALADO-COCO RALADO	15,000	KGS	apti 100g	3,99	59,85
41	AVEIA INTEGRAL-AVEIA INTEGRAL	25,000	KG	nutri 100g	3,70	92,50
42	LENTILHA 500GR-LENTILHA 500GR	20,000	UN	boniella	4,60	92,00
44	MAZZAROLO-MAZZAROLO	20,000	LTS	mazarolo	11,49	229,80
45	SACO PARA LIXO 100 LTS ROLO COM 25 UNIDADES-SACO PARA LIXO 100 LTS ROLO COM 25 UNIDADES	60,000	UN	rool	6,29	377,40
46	SACO PARA LIXO 50 LTS ROLO COM 50 UNIDADES-SACO PARA LIXO 50 LTS ROLO COM 50 UNIDADES	60,000	UN	rool	6,99	419,40
47	COPO DESCARTÁVEL 180. ML (PACOTE COM 100 UNIDADES)-COPO DESCARTÁVEL 180. ML (PACOTE COM 100 UNIDADES)	300,000	EMB	rool	3,70	1.110,00
49	SABAO EM PO CAIXA 1KG.-SABAO EM PO CAIXA 1KG.	50,000	UN	klip	4,00	200,00
50	ÁLCOOL EM GEL 500GR-ÁLCOOL EM GEL 500GR	36,000	UN	flops	4,99	179,64
51	ALCOOL 1 LTS-ALCOOL 1 LTS	24,000	LTS	floprs 46	4,69	112,56
52	ALCOOL 70%.-ALCOOL 70%.	60,000	LTS	tupi	4,99	299,40
53	AGUA SANITARIA (5LTS)-AGUA SANITARIA (5LTS)	25,000	UN	mil flores	5,99	149,75
54	DETERGENTE LAVA LOUÇA NEUTRO GALÃO 5LTS-DETERGENTE LAVA LOUÇA NEUTRO GALÃO 5LTS	25,000	UN	mil flors	9,99	249,75
55	SHAMPOO-SHAMPOO	30,000	UN	suave	5,40	162,00
56	SABONETE 150GR-SABONETE 150GR	60,000	UN	motivus	1,70	102,00
57	CANJICA-CANJICA	30,000	KG	beatriz 500g cc	2,99	89,70
58	CARGA GÁS-CARGA GÁS	30,000	UN		117,00	3.510,00
Total do Participante:						20.794,85

Participante: GELVAN COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI

Item	Especificação	Qtd.	Unidad	Marca	Valor Unitário	Valor Total
28	BATATA INGLESA-BATATA INGLESA	80,000	KG		3,80	304,00
32	CEBOLA-CEBOLA	50,000	KG		3,00	150,00
33	BANANA-BANANA	50,000	KG		1,75	87,50
34	TOMATE-TOMATE	60,000	KG		3,80	228,00
39	BATATA DOCE-BATATA DOCE	30,000	KG		2,90	87,00
40	ABOBRINHA-ABOBRINHA	40,000	KG		3,65	146,00
Total do Participante:						1.002,50

Participante: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

Item	Especificação	Qtd.	Unidad	Marca	Valor Unitário	Valor Total
4	CARNE DE GADO EM PEDAÇO (QUARTO) PCT 1KG-CARNE DE GADO EM PEDAÇO (QUARTO) PCT 1KG	80,000	KG	rosa	30,00	2.400,00

Página: 3 / 3

7	FRANGO CAIPIRA PEDAÇO-FRANGO CAIPIRA PEDAÇO	80,000	KG	mais frango	9,00	720,00
Total do Participante:						3.120,00

Participante: ROTA FRAY PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

Item	Especificação	Qtd.	Unidad	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	OVOS BRANCOS-OVOS BRANCOS MEDIOS	340,000	DZ		6,49	2.206,60
23	INSPECIONADOS CHOCOLATE EM PÓ, PACOTE COM 01 KG-CHOCOLATE EM PÓ, PACOTE COM 01 KG	15,000	UN		7,40	111,00
29	MARGARINA 500 GRAMAS-MARGARINA 500 GRAMAS	60,000	UN		2,99	179,40
35	ABACAXI-ABACAXI	30,000	UN		5,50	165,00
36	MAMÃO UNI.-MAMÃO UNI.	40,000	UN		3,70	148,00
37	MAÇA-MAÇA	40,000	KGS		5,50	220,00
38	CENOURA-CENOURA	40,000	KG		2,80	112,00
43	FERMENTO DE PÃO 250G-FERMENTO DE PÃO 250G	50,000	UN		6,29	314,50
48	QUEROSENE 800ML-QUEROSENE 800ML	20,000	UN		9,00	180,00
Total do Participante:						3.636,50
Total Geral:						28.553,85

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Tangará, 01/07/2021

Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

CRISTIANE PICCININ

PREGOEIRO

DAIANE NEIS ALVES DOS SANTOS

MEMBRO

elisangela da silva stiehl

MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

MATEUS DELAZERI

(ENIO DELAZERI EIRELI)

SERGIO DE BAIRROS

(GELVAN COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI)

LUIZ CARLOS DOS SANTOS

(NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME)

EDGAR DE OLIVEIRA

(ROTA FRAY PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI)

AIRTON SILVA DA MOTTA

(TATIELLE BUENO ALVES)

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 045/2021

Publicação Nº 3131312

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C5D807EA9926634306C53F761E0E20522B8E741A

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 045/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 045/2021
LICITAÇÃO EXCLUSIVA MEI/ME/EPP
Sistema de Registro de Preços

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, a fim de REGISTRAR PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO PARCELADA E FUTURA DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇO HORAS MÁQUINAS COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL, pelo prazo de 12 (doze) meses. O recebimento dos envelopes de propostas e habilitação será até as 08h30min do dia 15/07/2021, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a sessão terá início às 08h45min no Auditório do Centro Administrativo Municipal de Tigrinhos, no mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito a Avenida Felipe Bacinski nº. 479, Centro, Tigrinhos/SC, fone: (49) 36580064, ou pelo site www.tigrinhos.sc.gov.br. Tigrinhos, 01 de julho de 2021.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2021

Publicação Nº 3130691

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS
Processo Licitatório nº. 048/2020
Ata de Registro de Preços nº. 001/2021

O MUNICÍPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado termo aditivo nº. 018 - Ata de Registro de Preços nº. 001/2021, para supressão do valor do combustível (Gasolina Comum e Óleo Diesel S10), cujo objeto é a aquisição de combustível para manutenção da frota municipal, durante o exercício de 2021.

TIGRINHOS/SC, em 01 de julho de 2021.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 235/2021

Publicação Nº 3130507

PORTARIA Nº. 235/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021.
CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA O PREFEITO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº. 928/2018 de 28 de Novembro de 2018 e Decreto Municipal nº 231 de 05 de fevereiro de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder para o Prefeito Municipal, Sr. DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, adiantamento do equivalente a 04 (quatro) diárias, no valor de R\$ 764,41 cada, totalizando o valor de R\$ 3.057,64 (três mil e cinquenta sete reais e sessenta quatro centavos), para sua viagem à Florianópolis/SC, no período de 05 a 08 de Julho de 2021, Com objetivo de viabilizar a liberação de recursos junto ao Governo de Estado, Deputados Estaduais e demais repartições Estaduais, para o Município de Tigrinhos/SC.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE JULHO DE 2021.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em primeiro de julho de dois mil e vinte um.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

Tijucas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/PMT/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/PMT/2021

Publicação Nº 3130803

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A6A6543D275854800A295D4C006FED04BD0FB1A5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/PMT/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/PMT/2021

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento e instalação de galeria em concreto armado pré-fabricado, para a Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Global;

Data de Abertura: 15 de julho de 2021, às 10h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DECISÃO DO RECURSO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/PMT/2021 - TOMADA DE PREÇO Nº 004/PMT/2021

Publicação Nº 3131004

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/PMT/2021
TOMADA DE PREÇO Nº 004/PMT/2021

EXTRATO DE DECISÃO DE RECURSO

Às 12h00 do dia 01 de julho de 2021, nas dependências da Prefeitura Municipal de Tijucas, reuniram-se a Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 180/2021 de 03/02/2021, para proferir julgamento dos recursos interpostos pelas empresas: NAJ EMPREITEIRA LTDA, CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA e LF EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI, no Processo Licitatório nº 061/PMT/2021–Tomada de Preço nº 004/PMT/2021, Contratação de Empresa Especializada para Nova Drenagem e Recomposição de Pavimentação da Rua Raul Bayer Laus, do Bairro Praça, do Município de Tijucas – SC. Após ouvidos e discutidos os assuntos relacionados com o recursos e com o recebimento do Parecer Jurídico nº 181/2021/PGM e Parecer Técnico nº 217/2021, a Comissão Permanente de Licitação, no poder geral e no poder decisório que lhe é conferido pela Lei 8.666/93, salvo melhor juízo, por unanimidade, decide pela procedência dos recursos interpostos pelas empresas supra citadas, habilitando as mesmas no processo licitatório em epígrafe, por entender que foram atendidos com os dispositivos legais em consonância com o edital em comento, atendendo com os Princípios da Administração Pública e a economia. Fica marcado para o dia 05/07/2021 às 08h00 a abertura das propostas da empresas habilitadas que são: FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI, DJP CONSTRUÇÕES LTDA, NAJ EMPREITEIRA LTDA e LF EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI. Nada mais havendo a declarar, a Presidente e a Comissão Permanente de Licitação encerram a sessão ficando desde já franqueada vista dos autos. Publique-se para os fins e efeitos legais.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO OITAVO TERMO ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO Nº 009/SAMAE/2017 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/SAMAE/2017 – PREGÃO PRESENCIAL DE LICITAÇÃO Nº 004/SAMAE/2017

Publicação Nº 3130793

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F3187BF8083E8C66B080F8C2934FC2CB62B27FED

EXTRATO OITAVO TERMO ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO Nº 009/SAMAE/2017 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/SAMAE/2017 – PREGÃO PRESENCIAL DE LICITAÇÃO Nº 004/SAMAE/2017

CONTRATANTE: SAMAE- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

CONTRATADA: VANDER INCORPORADORA E ARTEFETOS DE CIMENTO LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APOIO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO - ETE, DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR ADITIVADO:

(DO ACRESCIMO DO OBJETO – CLÁUSULA 2ª.) – O OBJETO PREVISTO NA CLÁUSULA 2ª DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 009/SAMAE/2017, FIRMADO EM 23 DE MARÇO DE 2017 FICA ACRESCIDO QUANTITATIVAMENTE EM 5,182% (CINCO VÍRGULA CENTO E OITENTA E DOIS POR CENTO).

(DO AUMENTO DO VALOR – CLÁUSULA 5ª.) – COM O ACRÉSCIMO QUANTITATIVO NO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 009/SAMAE/2017, FIRMADO EM 23 DE MARÇO DE 2017, FICA ACRESCIDO O VALOR TOTAL DE R\$45.743,31 (QUARENTA E CINCO MIL, SETECENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E TRINTA E UM CENTAVOS), DILUÍDOS EM 9 (NOVE) MESES SENDO ACRESCIDO NO VALOR MENSAL O VALOR DE R\$5.082,59 (CINCO MIL, OITENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA E NOVE CENTAVOS) MENSAIS, A CONTAR DE JULHO DE 2021 A MARÇO DE 2022, DATA ESTA QUE SE ENCERRA A VIGÊNCIA DO CONTRATO.

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 023/FMS/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/FMS/2020 – TOMADA DE PREÇO Nº 001/FMS/2020

Publicação Nº 3130698

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F9F6C8C96A24B06DF806D01DF46AA7CB6DA9FCE3

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 023/FMS/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/FMS/2020 – TOMADA DE PREÇO Nº 001/FMS/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: CLARAIZA LTDA - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REFORMA E MANUTENÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE ORLANDO BARRETO, NO BAIRRO CENTRO, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC. RECURSO DE EMENDA PARLAMENTAR ESTADUAL - NÚMERO DA TRANSFERÊNCIA/CONVÊNIO: 2020TR 000452.

PRAZO PRORROGADO: DE 06/07/2021 A 03/12/2021.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 59/2021**

Publicação Nº 3130422

PORTARIA N.º 059/2021/CMT, DE 1º DE JUNHO DE 2021

Ao Senhor
VILSON NATÁLIO SILVINO
Suplemente Vereador
Tijucas - SC

Assunto: Convocação para assumir como Vereador na Câmara Municipal de Tijucas

Senhor Suplente,

1. Com nossos respeitosos cumprimentos, vimos através do presente CONVOCAR o Senhor para assumir o cargo de vereador nesta Câmara Municipal, a partir do dia 01/07/2021, em virtude da licença concedida ao vereador Maickon Campos Sgrott (PP), por licença por interesse particular no período determinado de 30 dias.

2. Nos termos da Lei Orgânica e do Regimento Interno, informamos que o suplente convocado deverá tomar posse no prazo de quarenta e oito horas, contado a partir da data da convocação.

Atenciosamente,

RUDNEI DE AMORIM
Presidente

PORTARIA 60/2021

Publicação Nº 3130685

PORTARIA N.º 060/2021/CMT, DE 1º DE JUNHO DE 2021

Ao Senhor
JUAREZ SOARES
Suplemente Vereador
Tijucas - SC

Assunto: Convocação para assumir como Vereador na Câmara Municipal de Tijucas

Senhor Suplente,

1. Com nossos respeitosos cumprimentos, vimos através do presente CONVOCAR o Senhor para assumir o cargo de vereador nesta Câmara Municipal, a partir do dia 01/07/2021, em virtude da licença concedida ao vereador Maickon Campos Sgrott (PP), por licença por interesse particular no período determinado de 30 dias.
2. Nos termos da Lei Orgânica e do Regimento Interno, informamos que o suplente convocado deverá tomar posse no prazo de quarenta e oito horas, contado a partir da data da convocação.

Atenciosamente,

RUDNEI DE AMORIM
Presidente

PORTARIA 61/2021

Publicação Nº 3130689

PORTARIA N.º 061/2021/CMT, DE 1º DE JUNHO DE 2021

Ao Senhor
JULIO CÉSAR BUCOSKI
Suplemente Vereador
Tijucas - SC

Assunto: Convocação para assumir como Vereador na Câmara Municipal de Tijucas

Senhor Suplente,

1. Com nossos respeitosos cumprimentos, vimos através do presente CONVOCAR o Senhor para assumir o cargo de vereador nesta Câmara Municipal, a partir do dia 01/07/2021, em virtude da licença concedida ao vereador Maickon Campos Sgrott (PP), por licença por interesse particular no período determinado de 30 dias.
2. Nos termos da Lei Orgânica e do Regimento Interno, informamos que o suplente convocado deverá tomar posse no prazo de quarenta e oito horas, contado a partir da data da convocação.

Atenciosamente,

RUDNEI DE AMORIM
Presidente

PORTARIA 62/2021

Publicação Nº 3130724

PORTARIA N.º 62 /2021/CMT, DE 1º DE JULHO DE 2021.

"CONCEDE LICENÇA DO CARGO DE VEREADOR SENHOR MAICKON CAMPOS SGROTT, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RUDNEI DE AMORIM, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Tijucas, NADIR OLINDINA DE AMORIM, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tijucas, MAURÍCIO POLI, 1º Secretário da Câmara Municipal de Vereadores de Tijucas, MAICKON CAMPOS SGROTT, 2º Secretário da Câmara Municipal de Vereadores de Tijucas, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei:

CONSIDERANDO o pedido de licença por interesse particular

CONSIDERANDO o disposto no artigo 221, II do Regimento Interno desta Casa de Leis, que diz: "O Vereador poderá licenciar-se: II-Para tratar, sem percepimento dos subsídios, de interesse particular desde que o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão

legislativa.

RESOLVEM:

Art. 1º CONCEDE-SE ao Vereador Maickon Campos Sgrott, licença por interesse particular.

Art. 2º Nos termos do Regimento Interno, convoca-se por ofício, o primeiro suplente, o Sr. Vilson Natálio Silvino.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 1º de julho de 2021.

RUDNEI DE AMORIM
PRESIDENTE

NADIR OLINDINA DE AMORIM
VICE-PRESIDENTE

MAURÍCIO POLI
1º SECRETÁRIO

MAICKON CAMPOS SGROTT
2º SECRETÁRIO

PORTARIA 63/2021

Publicação N° 3130806

PORTARIA N.º 63 /2021/CMT, DE 1º DE JULHO DE 2021.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

NOMEAR, os vereadores: Erivelto Leal dos Santos, Ezequiel de Amorim, como membros temporários da Comissão de Constituição e Justiça. O prazo para participarem na Comissão será de 30 dias, pelo motivo de ter 2 membros afastados (por interesse particular e outro licença de saúde). Ainda, o vereador Claudemir Correia, se manterá Presidente pelo prazo de 30 dias.

Tal prerrogativa está no artigo 53 §1º do Regimento Interno desta Casa Legislativa

Art. 1º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RUDNEI DE AMORIM
Presidente

Timbó

PREFEITURA

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE CONTRARRAZÕES - TOMADA DE PREÇO Nº 15 2021 PMT

Publicação Nº 3132167

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 15/2021 PMT
AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE CONTRARRAZÕES

O Município de Timbó, leva ao conhecimento dos interessados, que no processo de Tomada de Preço nº 15/2021 PMT, que objetiva a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO A FIM DE ELABORAR O PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (PGR), PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO E SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO) E LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO (LTCAT), ATRAVÉS DE AVALIAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS DOS DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA, ATENDENDO TAMBÉM AS FUNDAÇÕES E SECRETARIAS VINCULADAS, FORNECIMENTO DE SISTEMA OPERACIONAL CAPAZ DE ATENDER AS DEMANDAS DO E-SOCIAL, BEM COMO PRESTAR CONSULTORIA EM MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO NAS DEMANDAS INTERNAS, recebeu contrarrazões da empresa Impacto Engenharia de Segurança e Meio Ambiente Ltda.

Considerando o teor das alegações apresentadas, após a publicação, contar-se-á 05 (cinco) dias úteis, igual período de recurso, para manifestação, caso haja interesse, consoante consta no art. 109, § 3º, da Lei nº 8666/93.

As contrarrazões serão encaminhadas via e-mail, conforme contatos cadastrados no processo licitatório, bem como disponibilizado em formato digital no link <https://www.timbo.sc.gov.br/licitacao/15-2021-pmt/>

Timbó, 01 de julho de 2021.

Angela Preuss
Diretora do Departamento de Compras,
Licitações e Contratos Administrativos

AVISO PREGAO PRESENCIAL SRP Nº 28.2021 PMT - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GUINCHOS

Publicação Nº 3132168

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 28/2021 PMT

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7B676124C0868B6D1E8B9BEF3B4A7D3512F8C7EC

OBJETO: Prestação de serviços de guinchos hidráulicos, munk, plataforma para caminhões e veículos leves, reboque e transporte de máquinas pesadas, incluindo combustível, motorista especializado e habilitado e demais equipamentos obrigatórios para atender as necessidades da Administração Direta e Indireta. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 19 de julho de 2021. ABERTURA: dia 19 de julho de 2021 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br, ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br ou telefone (47) 3380-7000, ramal 7035.

Timbó (SC), 01/07/2021
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

CONVOCAÇÃO ASSINATURA CONTRATO Nº 59.2021 FMDE

Publicação Nº 3132244

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 59/2021 FMDE
DISPENSA Nº 10/2021

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI, CNPJ nº. 03.774.688/0022-80, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 09/07/2021
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 01 de julho de 2021.
PATRICIA CONZATTI ARNDT
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DÉCIMO PRIMEIRO, DÉCIMO SEGUNDO, DÉCIMO TERCEIRO E DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 146.2019 PMT

Publicação Nº 3132206

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO DÉCIMO PRIMEIRO, DÉCIMO SEGUNDO, DÉCIMO TERCEIRO E DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 146/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2019 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa TIM S.A, CNPJ nº. 02.421.421/0001-11, a comparecer para assinatura dos respectivos termos aditivos ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 09/07/2021.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 01 de julho de 2021.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 45-01.2020 PMT - VPA PAVIMENTAÇÃO

Publicação Nº 3132203

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 45-01/2020 PMT
CREDENCIAMENTO Nº 45/2020 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, Empresa VPA PAVIMENTAÇÃO EIRELI ME, CNPJ nº. 07.516.335/0001-06, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 09/07/2021.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 01 de julho de 2021.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

DECISÃO DESISTÊNCIA DE ITENS E PEDIDO DE RESCISÃO - PP 34.2019 FMDE - ARP 34-05.2020 - ESCOLARES IND. E COM. DE MÓVEIS

Publicação Nº 3132178

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DECISÃO DE RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2019 FMDE (Fls. 731 - 739)

Assunto: Requerimento de cancelamento de Fornecimento - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 34/2019 FMDE - Item: 4.

RELATÓRIO:

Trata-se de requerimento apresentado pela empresa ESCOLARES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, através do qual solicita a rescisão do contrato e da Ordem de Compra nº 403/2021, relativa ao item nº 04, sem aplicação de penalidades.

A fim de justificar o pedido, alega a Contratada, em síntese, que resta impedida de cumprir com o fornecimento do referido item, tendo em vista o cenário ocasionado pela pandemia de Covid-19, e as altas de preços nas matérias primas, aduzindo ainda a ausência de produção por parte dos fornecedores.

Este, na síntese necessária, é o relatório, passo a fundamentar a decisão.

Vistos e examinados os autos, constata-se que a ESCOLARES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA restou vencedor do Procedimento de Licitação - Pregão Presencial 34/2019 FMDE em relação do item nº 04, comprometendo-se com a entrega no preço proposto.

Nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002 "quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais."

De acordo com a legislação, não cabe desistência de proposta após a etapa de habilitação, salvo se houver justo motivo decorrente de fato superveniente (§6º do art. 43 da Lei n. 8.666/93).

O Decreto Municipal nº 550/2006, no artigo 13, § 2º, regulamenta que: "O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados."

Por certo, as justificativas trazidas pela Contratada não passam de meras alegações destituídas de prova, não carreando ela qualquer comprovação do impedimento do cumprimento da Ata de Registro de Preços. Vale salientar que a alegação de dificuldades advindas pela pandemia de Covid-19, sem a juntada de outras informações que permitam concluir pela impossibilidade de cumprimento da avença contratual pela empresa, não se constitui em motivo apto a justificar a rescisão da ata de registro de preços sem a abertura de processo administrativo para verificação do cabimento de eventual penalidade.

Saliente-se ainda que a empresa noticiou a impossibilidade de cumprimento de fornecimento somente após o envio das ordens de compra por parte do Município, conduta com a qual não se pode concordar.

Acerca das obrigações da empresa Contratada, a Ata de Registro de Preços assim dispõe:

CLÁUSULA VI - OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

a) Cumprir todas as disposições constantes do Edital de Pregão Presencial nº 34/2019 e anexos;

b)

Já em relação às penalidades:

CLÁUSULA VIII - PENALIDADES

1 - A recusa injustificada quanto à execução, pelas empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços, das condições/obrigações impostas por força deste certame, ensejará a aplicação das penalidades do edital, anexos e enunciadas no art. 87 e demais da Lei nº 8.666/1993 e alterações, ao critério da Administração.

(...)

3 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste representado pela Ordem de Compra a Administração poderá aplicar à detentora da ata as seguintes penalidades (podendo ser aplicadas cumulativamente), sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Advertência por escrito;

b) Multa de mora no valor de 0,5% (meio por cento) do valor Ata de Registro de Preço por dia de atraso na entrega e/ou por dia de atraso na adequação do produto fornecido;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preço, devidamente atualizado, pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas desta Ata, do Edital e/ou de seus anexos, ou pela desistência imotivada da manutenção de sua proposta;

d) Suspensão do direito de licitar com a Administração Municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos, observadas as disposições legais;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição.

4 - A aplicação destas sanções será precedida de regular processo administrativo, com a expedição de notificação pelo poder público para apresentação de defesa no prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) dias úteis.

E ainda:

14.1.1 - Caso haja inexecução total ou parcial do objeto, a concessão do objeto poderá ser rescindida unilateralmente, a qualquer tempo, pela Secretaria de Educação.

14.2 - A aplicação destas sanções será precedida de regular processo administrativo, com a expedição de notificação pelo poder público para apresentação de defesa no prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) dias úteis.

Desta forma, configura-se a imprescindibilidade de instauração de processo administrativo visando à apuração dos fatos em virtude da

ausência de manutenção da proposta, visto que se trata de obrigação da Administração coibir tais práticas, realizando todas as medidas previstas em Lei para punir os licitantes faltosos.

DECISÃO:

Diante do exposto, considerando que a justificativa apresentada pela licitante não se trata de justo motivo, tampouco fato superveniente, determino:

- a) O cancelamento do item 04 à empresa desistente ESCOLARES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, conforme expressamente requerido;
- b) A convocação da empresa segunda colocada do item nº 04, para que manifeste interesse no fornecimento do referido item ao preço proposto pela empresa desistente;
- c) A abertura de Processo Administrativo para fins de apuração e aplicação das penalidades previstas em Edital à empresa ESCOLARES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.
- d) Registre-se, Publique-se e Intime-se acerca dos termos desta decisão para que surta os efeitos legais.

Timbó, 01 de julho de 2021.

ALFROH POSTAI
Secretário de Educação

ERRATA ATA JULGAMENTO HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 07.2021 FMDE II

Publicação Nº 3130428

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE ERRATA**ATA DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO**

TOMADA DE PREÇOS Nº. 07/2021 – FMDE

INTERESSADAS: DBM COM. SERVIÇOS LTDA
AUTENTIKA ENG. CONSTRUTORA LTDA
STOP FIRE – PROJETOS E SOLUÇÕES CONTRA INCÊNCIO EIRELLI
PRO ENG ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA
EMPREIT. MÃO DE OBRA VB LTDA

A Comissão de Licitações leva ao conhecimento dos interessados que na ata de Julgamento da Habilitação, publicada em 30/06/2021, no Diário Oficial dos Municípios/SC, edição n.º 3546, página n.º 1420, publicação n.º 3126615, houve erro de digitação passando a vigorar com o seguinte teor:

“Da análise dos documentos de regularidade jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, declarações obrigatórias, considerando o Parecer técnico emitido pelo Analista Contábil referente à qualificação econômica-financeira e o Parecer técnico do Setor de Engenharia, e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão de Licitações decide pela Inabilitação das empresas: STOP FIRE – PROJETOS E SOLUÇÕES CONTRA INCÊNCIO EIRELLI, por ter apresentado documento de contrato de prestação de serviços com Engenheiro com autenticação incompatível com documento (conforme documento em fotocópia, o mesmo teve reconhecimento de firma em tabelionato da cidade de Brusque/SC, mas a declaração de serviços de autenticação digital é de empresa diversa por tabelionato do Estado da Paraíba). Registra-se que a Procuração apresentada pela empresa STOP FIRE também possui comprovante de autenticação de Tabelionato incompatível com o documento, sendo inabilitada por descumprir o item 5.7 do Edital. Restaram habilitadas as empresas: PRO ENG ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA, AUTENTIKA ENG. CONSTRUTORA LTDA, DBM COM. SERVIÇOS LTDA e EMPREIT. MÃO DE OBRA VB LTDA.”

Registre-se, publique-se, intemem-se.

THOMAZ H. N. CAMPREGHER
Presidente

TAINARA H. FISTAROL
Membro

ANDERSON D. RADDATZ
Membro

--	--	--

EXTRATO CONTRATO 54.2021 FUMTUR

Publicação N° 3132175

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 54/2021

PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2021

AUTORIZANTE: Município de Timbó/SC, através do Fundo Municipal de Turismo.

AUTORIZADO: CIRICO ALUMÍNIOS LTDA

OBJETO: Aquisição de portas, espelhos, vidros e piso uretano, incluindo transporte, aplicação e instalação para loja de souvenirs, localizada no Jardim Botânico Franz Damm, de acordo com as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial n. 02/2021, demais anexos e o instrumento.

VALOR TOTAL: R\$ 9.785,00 (nove mil setecentos e oitenta e cinco reais).

DATA DA ASSINATURA: 18/06/2021

CAROLINE LAÍS REINICKE

Assessora Técnica Institucional de Turismo

EXTRATO DÉCIMO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 118.2017 PMT

Publicação N° 3132174

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

DÉCIMO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 118/2017

PREGÃO PRESENCIAL N° 50/2017

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Fazenda e Administração.

AUTORIZADO: Copy Line Comércio e Serviços Ltda Epp.

OBJETO: Acréscimo de 01 (um) Equipamentos do TIPO 02 ao item 2.2.1, do Anexo I, do contrato 118/2017, bem como do Edital de Pregão Presencial n° 50/2017 PMT, destinado ao departamento de Recursos Humanos.

DATA DA ASSINATURA: 11/06/2021.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária de Fazenda e Administração

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO N° 61-10.2020 PMT - RGP LIMPEZA

Publicação N° 3132179

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 61-10/2020 PMT

PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 61/2020

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Secretaria da Fazenda e Administração.

CONTRATADO: RGP LIMPEZA COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS DE LIMPEZA EIRELI ME.

OBJETO: Reequilíbrio financeiro do valor do item 52, (Papel Higiênico 30ml), que passa a ter o valor de R\$ 62,84.

DATA DA ASSINATURA: 22/06/2021.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 81.2020 PMT - CIDAMAQ

Publicação N° 3132181

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 81/2020

PREGÃO ELETRÔNICO N° 11/2020

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola.

AUTORIZADO: CIDAMAQ MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI

OBJETO: Prorrogação do prazo previsto na cláusula quarta do Contrato Administrativo n° 81/2020, até a data de 31/12/2021.

DATA DA ASSINATURA: 22/06/2021.

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 82.2020 PMT - DAIANA VOGEL

Publicação Nº 3132182

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 82/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020
AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola.
AUTORIZADO: DAIANA VOGEL ZIMMERMANN EIRELI
OBJETO: Prorrogação do prazo previsto na cláusula quarta do Contrato Administrativo nº 82/2020, até a data de 31/12/2021.
DATA DA ASSINATURA: 22/06/2021.

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR
Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 83.2020 PMT - KOHLER

Publicação Nº 3132184

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 83/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020
AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola.
AUTORIZADO: KOHLER IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI
OBJETO: Prorrogação do prazo previsto na cláusula quarta do Contrato Administrativo nº 83/2020, até a data de 31/12/2021.
DATA DA ASSINATURA: 22/06/2021.

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR
Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 84.2020 PMT - FRANCIS

Publicação Nº 3132185

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 84/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020
AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola.
AUTORIZADO: FRANCIS RICARDO ATUATI EIRELI
OBJETO: Prorrogação do prazo previsto na cláusula quarta do Contrato Administrativo nº 84/2020, até a data de 31/12/2021.
DATA DA ASSINATURA: 22/06/2021.

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR
Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 85.2020 PMT - CASA PICA PAU

Publicação Nº 3132186

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 85/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020
AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola.
AUTORIZADO: CASA DO PICA-PAU MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA
OBJETO: Prorrogação do prazo previsto na cláusula quarta do Contrato Administrativo nº 85/2020, até a data de 31/12/2021.
DATA DA ASSINATURA: 22/06/2021.

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR
Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 80.2020 PMT - ALGOR METALÚRGICA LTDA ME

Publicação Nº 3132201

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 80/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2020

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola.

AUTORIZADO: ALGOR METALÚRGICA LTDA ME

OBJETO: Prorrogação do prazo previsto na cláusula quarta do Contrato Administrativo nº 80/2020, até a data de 31/12/2021.

DATA DA ASSINATURA: 22/06/2021.

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

EXTRATO SEGUNDO TERMO DE RETIFICAÇÃO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 49-02.2020 - VIACREDI

Publicação Nº 3132199

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO, MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS.
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO DE RETIFICAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 49-02/2020

CREDENCIAMENTO Nº 49/2020

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços e da Secretaria da Fazenda e Administração.

CONTRATADO: COOPERATIVA DE CREDITO VALE DO ITAJAI VIACREDI.

OBJETO: Retificação do preâmbulo do contrato de Credenciamento nº 49-02/2020, especificamente quanto a alteração de um de seus representantes.

DATA DA ASSINATURA: 21/06/2021.

BRUNA DE ANDRADE

Secretária de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 212.2019 PMT

Publicação Nº 3132188

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 212/2019

INEXIGIBILIDADE Nº 77/2019

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola.

AUTORIZADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

OBJETO: Supressão de R\$ 51.911,43 (cinquenta e um mil e novecentos e onze reais e quarenta e três centavos), referente a parte dos moradores não aderentes e acréscimo no mesmo valor ao quantitativo de moradores aderentes ao programa.

DATA DA ASSINATURA: 23/06/2021.

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 84.2018 SAMAE

Publicação Nº 3132189

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 84/2018

CONCORRÊNCIA 19/2017

AUTORIZANTE: Município de Timbó através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

AUTORIZADO: FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA.

OBJETO: Prorrogação do prazo previsto na Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº. 84/2018 até 13/06/2022.

DATA DA ASSINATURA: 10/06/2021.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

EXTRATO VIGÉSIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 118.2017 PMT

Publicação Nº 3132191

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

VIGÉSIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 118/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2017

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Fazenda e Administração.

AUTORIZADO: Copy Line Comércio e Serviços Ltda Epp.

OBJETO: Acréscimo de 01 (um) Equipamentos do TIPO 03 (preto e branco) ao item 2.2.1, do Anexo I, do contrato 118/2017, bem como do Edital de Pregão Presencial nº 50/2017 PMT, destinado a infraestrutura do atendimento nos dois ambientes da nova Central de Atendimento "Simplifica Timbó".

DATA DA ASSINATURA: 11/06/2021.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária de Fazenda e Administração

LEI Nº 3228, DE 02 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131363

LEI Nº 3228, DE 02 DE JULHO DE 2021

Autoriza a Concessão Onerosa de Uso do imóvel público denominado "Mercado Público Cultural Leopoldo Kurtz".

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a promover Concessão Onerosa de Uso do imóvel público denominado "Mercado Público Cultural Leopoldo Kurtz", localizado na Rua Aracaju, s/nº, Centro, matriculado sob o nº 8.409, Livro 2, do 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó/SC.

§ 1º A Concessão poderá ser precedida ou não de obra pública, inclusive edificação sobre o imóvel descrito no art. 1º, conforme projeto e critérios a serem definidos pelo poder executivo.

§2º Toda e qualquer obra e/ou benfeitoria executada no imóvel objeto da concessão, será revertido e incorporará o patrimônio público municipal, inexistindo direito a qualquer indenização ao Concessionário por força deste ato.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a definir por instrumento próprio, todos os critérios técnicos, administrativos, jurídicos e demais condições necessárias à regular implantação e administração/controle/fiscalização desta Concessão, cumpridas as disposições (inclusive normativas) atinentes a espécie.

Art. 3º A Concessão será precedida de regular e prévio procedimento licitatório voltado à esta finalidade, assegurada a competitividade dos participantes.

Art. 4º A Concessão dar-se-á pelo período mínimo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogada a critério da Administração, e será revogada, dentre outros aspectos a serem definidos pelo ente municipal, no caso do concessionário dar destino diverso do estabelecido ou descumprir qualquer condição (em especial as constantes do termo e/ou contrato e/ou escritura e/ou lei).

Art. 5º A Concessão de que trata a presente Lei deverá, dentre outros aspectos, observar as condições estatuídas pela Lei nº 3064, de 10 de junho de 2019.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de julho de 2021; 151º ano de Fundação; 87º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

PRIMEIRO TERMO DE PRORROGAÇÃO DE EDITAL CREDENCIAMENTO 45.2020 PMT

Publicação Nº 3132193

PRIMEIRO TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 45/2020

CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO DAS VIAS DO MUNICÍPIO, EM REGIME DE COLABORAÇÃO PÚBLICO PRIVADA, SEM CRITÉRIOS DE EXCLUSIVIDADE, COMPREENDENDO TODAS AS ATIVIDADES, QUAIS SEJAM: SERVIÇOS, OBRAS (PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO) AO LONGO DO PERÍODO DO CREDENCIAMENTO.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n.º 83.102.764/0001-15, com sede na Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, nesta cidade, através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola (localizada na Rua Sibéria, n.º 75, Centro), representada pelo Secretário de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola, Sr. Moacyr Cristofolini Júnior, no uso de suas prerrogativas legais e com fundamento na Lei n.º 8.666/1993 e alterações, considerando que:

- o Município de Timbó, através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola, promoveu credenciamento de empresas para a execução de serviços de pavimentação em paralelepípedo das vias do município, em regime de colaboração público privada, sem critérios de exclusividade, compreendendo todas as atividades, quais sejam: serviços, obras (pavimentação em paralelepípedo) ao longo do período do credenciamento (Edital de Credenciamento nº 45/2020 PMT);

- sobreveio o Memorando nº 361 de 21/06/2021, de lavra da Sra. Tamires Smaniotto, Engenheira, com justificativas para a prorrogação do credenciamento, visto estes serviços serem necessários e imprescindíveis à manutenção das atividades e atribuições da municipalidade;

- serão mantidos todos os termos e condições do Edital, inclusive no que se refere aos pagamentos, objeto, finalidades, responsabilidades, obrigações e demais condições, ocorrendo apenas a prorrogação do prazo para credenciamento de empresas interessadas até a data de 07/07/2022, não acarretando assim nenhum prejuízo aos cofres da administração municipal;

- tratam-se de serviços de natureza contínua e, por tal motivo, passíveis de prorrogação contratual, conforme estabelece o art. 57, II da Lei n.º 8.666/1993 ("Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos: ... II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;");

- a "... identificação dos serviços de natureza contínua não se faz a partir do exame propriamente da atividade desenvolvida pelos particulares, como execução da prestação contratual. A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita. Ou seja, o dispositivo abrange os serviços destinados a atender necessidades públicas permanentes, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro. ... O que é fundamental é a necessidade pública permanente e contínua a ser satisfeita através de um serviço." (JUSTEN FILHO. Marçal. Comentário a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15ª Ed. Editora Dialética. Fls. 831);

- o "... TCU admitiu a possibilidade de os contratos de serviço a serem executados de forma contínua observarem a regra do exercício financeiro, promovendo-se as prorrogações por iguais e sucessivos períodos e o último período que integra os 60 meses, por prazo menor." Fonte: TCU. Processo n.º 003.100/95-2. Ata 26/2001-2ª Câmara (JACOBY FERNANDES. Jorge Ulisses. Vade-Mécum de Licitações e Contratos. 2ª Ed. Editora Fórum. Fls. 808).

- Continuam abertas as inscrições para as empresas que pretendem participar do credenciamento, nos termos de Edital de Credenciamento nº 45/2020 PMT;

- que a administração municipal sempre busca zelar e prezar pela manutenção de melhores e mais vantajosas condições, principalmente no que se refere aos pagamentos, custos e atendimento a população.

RESOLVE prorrogar o Edital de Credenciamento nº 45/2020, mediante as seguintes condições:

CLAUSULA PRIMEIRA - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

O prazo de vigência previsto no Edital Credenciamento nº 45/2020 fica por este Termo, prorrogado até a data de 07/07/2022.

As inscrições dos interessados a participar do credenciamento para futuro fornecimento ao Município de Timbó dos serviços constantes do objeto, poderão ser feitas a qualquer tempo, dentro do prazo de validade deste credenciamento, junto a Central de Atendimento da Prefeitura de Timbó/SC (Av. Getúlio Vargas, nº 700 - Centro, Timbó/SC), mediante apresentação dos documentos de habilitação, termo de aceitação dos preços e demais documentos, nas formas estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 45/2020.

CLAUSULA SEGUNDA - RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Edital de Credenciamento nº 45/2020, e todos os demais atos e procedimentos a ele vinculados.

Timbó/SC, 01 de julho de 2021.
MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR
Secretário de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola

RESOLUÇÃO Nº 05/2021

Publicação Nº 3130934

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIMBÓ
Avenida Sete de Setembro, 595 – Centro – CEP89120-000.
Timbó- Santa Catarina

RESOLUÇÃO Nº 05/2021

Cria a Comissão Organizadora da 12ª Conferência Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social de timbó/SC, em Reunião Plenária Ordinária realizada no dia 01 de julho de 2021, no uso da competência que lhe confere a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993- Lei Orgânica de Assistência Social- LOAS e a Lei Municipal nº 1713, de 19 de dezembro de 1994, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social.

Considerando o Art. 21 da Declaração Universal dos direitos Humanos, todo ser humano deve participar do governo de seu país;

Considerando a Constituição Federal de 1988;

Considerando a Lei Orgânica de Assistência Social- LOAS-1993;

Considerando a NOB SUAS 2012, no Art. 116. As conferências de assistência social são instancias que têm por atribuição a avaliação da política de assistência social e a definição de diretrizes para o aprimoramento do SUAS, ocorrendo no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Considerando a NOB SUAS 2012, no Art. 117. A convocação das conferências de assistência social pelos conselhos de assistência social se dará ordinariamente a cada 4 (quatro) anos, poderão ser convocadas Conferências de Assistência social extraordinárias cada 2 (dois) anos, conforme deliberação da maioria dos membros dos respectivos conselhos.

Considerando que a convocação ordinária da XII Conferência Nacional de Assistência Social, a realizar-se em Brasília, Distrito Federal, no período de 07 a 10 de dezembro de 2021.

Considerando que a responsabilidade da execução da Conferência Municipal é do CMAS e do órgão Gestor Municipal e que a data da realização das Conferências Municipais é de 3 de maio a 31 de agosto de 2021.

Considerando que o Tema para a Conferência de Assistência Social de 2021, já está definido, sendo:

“ Assistência Social: Direito do Povo e Dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir proteção social”.

Considerando que os eixos temáticos para os Grupos de Trabalho também já estão definidos, sendo:

EIXO 1 – A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais no enfrentamento das desigualdades.

EIXO 2 – Financiamento e orçamento como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais.

EIXO 3 – Controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS e a importância da participação dos usuários.

EIXO 4 – Gestão e acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais e proteção social.

EIXO 5 – Atuação do SUAS em Situações de Calamidade Pública e Emergências.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a constituição da comissão responsável pela organização da Conferência Municipal de Assistência Social-2021, conforme segue:

02 Representantes da Política de Assistência Social

Katia Regina Lazarini Vilvert

Carina Duarte Dal Cortivo

02 Representante do CMAS

Rubia Graziela Tomasoni- Assistente Social e Presidente do CMAS

Silvia Brandt Dalagnolo – suplente do Conselho Municipal de Assistência Social

02 Representante de usuário

Renaldo Schlei- Titular representante de usuário

Silvana Maria Silva Siedlarczyk- Suplente representante de usuário

Art. 2º A Comissão definirá um coordenador e um vice-coordenador entre os nomeados os quais ficarão responsável pelo agendamento e registro das reuniões;

Art. 3º A comissão se responsabiliza pelo encaminhamento de todas as atividades-definição de local, contrato da empresa capacitada para a realização da conferência, mobilização e preparação incluindo os diferentes segmentos, sobretudo os usuários, de modo a ampliar e qualificar a participação e o controle social, logística, e outras para o pleno sucesso da Conferência Municipal, com o objetivo de que será possível conferir a execução desta política no município;

Art. 4º Convocar a 12ª Conferência Municipal de Assistência Social para o dia 04 de 05 de agosto de 2021.

I- Elaborar as normas de funcionamento;

II- Registrar as Deliberações priorizadas pela Plenária Final da Conferência Municipal - dentre aquelas construídas pelos Grupos de Trabalho - respectivamente para o próprio Município, para o Estado e para a União, indicando a que Eixo cada uma delas está relacionada.

III- Desenvolver metodologia de acompanhamento e monitoramento das deliberações da conferência de assistência social;

IV- Adotar estratégias e mecanismos que favoreçam a mais ampla inserção dos usuários, por meio de linguagem acessível e do uso de metodologia e dinâmicas que permitam a sua participação e manifestação.

Art. 5º Para a realização da conferência o órgão Gestor de Assistência Social do Município deverá prever dotação orçamentária e realizar a execução financeira, garantindo os recursos e infraestrutura necessários;

Art. 6º Após a realização da Conferência Municipal, o CMAS ficará responsável pela revisão do Relatório Final, antes do seu encaminhamento ao CEAS – Conselho Estadual de Assistência Social;

Art. 7º Esta resolução entra em vigor após a data de sua publicação.

RUBIA GRAZIELA TOMASONI
Presidente do CMAS

CÂMARA MUNICIPAL

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 40/2021

Publicação Nº 3132073

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo: 40/2021

Parecer 34/2021

Matéria: PLO 40/2021

Autor: Ver. Flavio Germano Buzzi

Relator: Ver. Douglas Emanuel Marchetti

Conclusão: Favorável

Data: 30/06/2021

Ementa do Projeto: Dispõe sobre a constituição e estabelece normas gerais para funcionamento de Zonas de Desenvolvimento, Inovação e Tecnologia a serem organizadas na forma de ambiente regulatório experimental no Município de Timbó.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária de iniciativa do Vereador Flavio Germano Buzzi que Dispõe sobre a constituição e estabelece normas gerais para funcionamento de Zonas de Desenvolvimento, Inovação e Tecnologia a serem organizadas na forma de ambiente regulatório experimental no Município de Timbó.

Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em 18 de junho corrente. A Presidente da Mesa Diretora o despachou a esta Comissão no dia 22 de junho, em Sessão Ordinária, conforme determina o art. 126 do Regimento Interno para apreciação dos aspectos legais e constitucionais.

No dia 23 de junho, o Relator do projeto solicitou seu envio à Assessoria Jurídica para elaboração de orientação técnica.

No dia 30 de junho os autos do projeto retornaram da Assessoria Jurídica, cujo parecer não apontou erros quanto a seu conteúdo.

No dia 30 de junho, esta comissão analisou o respectivo projeto em sua reunião, exarando seu parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

No que tange aos aspectos redacionais, a proposição está de acordo com o que determina a Lei Complementar Federal n.º 95/1998.

Em um primeiro momento, verifica-se que a matéria objeto da presente proposição diz respeito a interesse local, tratando de regramento sobre normas gerais para funcionamento de Zonas de Desenvolvimento, Inovação e Tecnologia no Município, cuja competência para legislar é exclusiva do Município, nos termos do inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

Nesse sentido, compete à Câmara de Municipal, deliberar sobre assuntos de interesse local, nos termos do inciso I do art. 15 da Lei Orgânica Municipal.

De outra banda, a matéria em análise não está no rol daquelas cuja iniciativa é privativa do Prefeito Municipal, podendo ser apresentada por qualquer vereador, nos termos do caput do art. 30 da Lei Orgânica. Assim, infere-se constitucional e legítima a iniciativa de vereador para a proposição em análise, utilizando-se, para fins de argumentação técnica, orientação técnica da Assessoria Jurídica dessa Casa, juntada nas fls. 19-22 dos autos.

Analisando o mérito da proposição, constata-se que a mesma pretende dispôr sobre a constituição e estabelece normas gerais para funcionamento de Zonas de Desenvolvimento, Inovação e Tecnologia a serem organizadas na forma de ambiente regulatório experimental no Município de Timbó sem, contudo, criar qualquer tipo de despesa ou obrigação para a Administração Pública.

Assim, não havendo interferência na Administração Municipal, entende este Relator não haver óbices à tramitação do projeto nas demais comissões permanentes.

III – CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Ordinária nº 40/2021. Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Flavio Germano Buzzi

Vereador Haroldo Fiebes

Sala das Comissões, 30 de junho de 2021.

Haroldo Fiebes

Presidente

Douglas Emanuel Marchetti

Relator

Flávio Germano Buzzi

Membro

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 42/2021

Publicação Nº 3132374

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Processo: 45/2021

Parecer: 32/ 2021

Matéria: PLO 42/2021

Autor: Poder Executivo

Relator: Vereador Flávio Germano Buzzi

Conclusão: Favorável

Data: 30/06/2021

Ementa do Projeto: Altera a Lei nº 2.433 de 11 de setembro de 2009.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito Municipal, que pretende alterar a Lei nº 2.433, de 11 de setembro de 2009, a qual disciplina o horário de funcionamento e institui o serviço de plantão de atendimento das farmácias e drogarias no Município de Timbó.

Referido projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em 28 de junho corrente. O Presidente da Mesa Diretora o despachou a esta Comissão no dia 29 de junho, em Sessão Ordinária, conforme determina o art. 126 do Regimento Interno para apreciação dos aspectos legais e constitucionais.

No dia 30 de junho o Relator do projeto solicitou seu envio à Assessoria Jurídica para elaboração de orientação técnica, a qual foi apresentada na mesma data, durante a reunião, e não apontou erros quanto à forma e conteúdo da proposição.

No dia 30 de junho, esta Comissão analisou o respectivo projeto em sua reunião, exarando seu parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, quanto à técnica legislativa, a proposição atende as determinações expostas na Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Acerca da competência do ente federativo, ao Município foi reservada competência para legislar sobre assunto de interesse local, no qual se enquadra a presente proposição, tal como dispõe o art. 30, inciso I da Constituição Federal, e art. 10, inciso I da Lei Orgânica Municipal. No que diz respeito à iniciativa do Prefeito, correta a proposição, uma vez que o mesmo detém a competência para iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos na Lei Orgânica, conforme art. 50, inciso III do referido diploma legal.

No mérito, o tema vai ao encontro da Lei Federal nº 13.784, de 20 de setembro de 2019, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e estabelece garantias de livre mercado. Inclusive, para fins de argumentação técnica, faz-se uso da orientação e da jurisprudência mencionada pela Assessoria Jurídica dessa Casa, juntada nas fls. 11/13 dos autos.

Ressalta-se ainda que, a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas, conforme dispõe o artigo 196 da Constituição Federal e os artigos 108 e 109, inciso III da Lei Orgânica do Município.

Sendo assim, a presente proposição se respalda no princípio da supremacia do interesse público, haja vista que a referida medida irá garantir o atendimento ininterrupto e integral de farmácias e drogarias 24h por dia todos os dias do ano, restando, portanto, assistida a comunidade, enquanto consumidora, e detentora do direito social à saúde.

Sendo assim, a proposição ora analisada atende os requisitos constitucionais, inclusive quanto à sua materialidade, não havendo, no entendimento desse Relator, qualquer razão de ordem jurídica que impeça a tramitação do projeto nas demais Comissões Permanentes.

III – CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Ordinária nº 42/2021.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Douglas Emanuel Marchetti

Vereador Haroldo Fiebes

Sala das Comissões, 30 de junho de 2021.

Haroldo Fiebes

Presidente

Flavio Germano Buzzi

Relator

Douglas Emanuel Marchetti

Membro

PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 5/2021

Publicação Nº 3132099

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Processo: 42/2021

Parecer: 35/2021

Matéria: PLC 5/2021

Autor: Poder Executivo

Relator: Ver. Edson José Bona

Conclusão: Favorável

Data: 1º/07/2021

Ementa do Projeto: Institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do município de Timbó; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a adesão a plano de benefícios de previdência complementar e dá outras providências.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei Complementar de iniciativa do Poder Executivo que pretende Instituir o Regime de Previdência Complementar no âmbito do município de Timbó; fixar o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal e autorizar a adesão a plano de benefícios de previdência complementar. Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa em 14 de junho corrente. A Presidente da Mesa Diretora o despachou a esta Comissão no dia 1º de julho.

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em seu parecer nº 30/2021 se manifestou pela tramitação da matéria, por atender aos preceitos constitucionais e legais de competência e de conteúdo.

Ao tratar da reformulação do regime previdenciário dos servidores públicos municipais o projeto em análise pode gerar despesas ao erário, razão pela qual é colocado à apreciação desta Comissão, para verificação de sua compatibilidade com as leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA) e exame de seu impacto orçamentário e financeiro.

No dia 1º de julho esta Comissão analisou o respectivo projeto em sua reunião, exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Verifica-se que o projeto em análise nada mais faz do que atender a um comando constitucional, que através da Emenda Constitucional nº 103/2019 determinou aos Estados e Municípios fizessem adequações aos seus regimes próprios de aposentadoria de servidores públicos, em especial no que diz respeito a implementação de Regime de Previdência Complementar no âmbito do Município com regras sobre a fixação do limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Timbó, bem como a possibilidade de adoção pelos servidores públicos municipais ao plano de benefícios de previdência complementar.

Ademais, cumpre-se ressaltar que o aporte inicial mencionado na proposição no art.19., de valor até R\$ 30.000,00 visa tão somente cobrir a adesão ou adiantamento de contribuições.

Nesse sentido, não há óbices, no que tange a competência desta Comissão, a tramitação da proposição nesta Casa Legislativa.

III – CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 5/2021.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Ivonir José Schrer

Vereador Flavio Germano Buzzi

Sala das Comissões, 1º de julho de 2021.

Edson José Bona
Vice-Presidente/Relator

Ivonir José Schrer
Membro

Flavio Germano Buzzi
Membro/Suplente

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ

PORTARIA NO SAMAE -062 DE 29 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130804

PORTARIA No SAMAE -062 DE 29 DE JUNHO DE 2021

Designa Servidores Públicos Municipais para comporem a Comissão Especial de Fiscalização e Controle de bens móveis inservíveis, e reavaliação de bens móveis e imóveis, e dá outras providências.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e

CONSIDERANDO a necessidade de fiscalização e controle dos atos para inutilização definitiva e baixa de bens móveis inservíveis do Patrimônio Público Municipal;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 01, de 05 de novembro de 2013 que dispõe sobre as rotinas de incorporação de bens móveis e imóveis no Patrimônio Público da Administração Direta e Indireta, e,

CONSIDERANDO a necessidade de reavaliação dos bens móveis e imóveis na atualização dos valores,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR os Servidores abaixo relacionados para compor a COMISSÃO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS e REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS:

NOME DO SERVIDOR	CARGO
Anderson Sperber	Técnico em Saneamento
Antonio Marcelo Roza	Operador de ETA/ETE
Luís Eduardo Peixe	Auxiliar de Serviços Administrativos
Walter Mazzi	Chefe de Divisão

Art.2º Revogar as Portarias nº SAMAE-018, de 13 de fevereiro de 2017 e nº SAMAE-026, de 1º de março de 2018.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de junho de 2021; 151º ano de Fundação; 87º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Timbó Grande

PREFEITURA

PORTARIA Nº 174/2021, 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131469

PORTARIA Nº 174/2021, 01 DE JULHO DE 2021.

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, VALDIR CARDOSO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 103, Inciso, VIII e XI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO a Sra. EDIR TEREZINHA PEREIRA NUNES, inscrita no CPF sob n. 525.637.239-49, servidora do Município de Timbó Grande, ocupante do cargo de ESCRITURÁRIA, lotada na Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social, matriculada sob o nº 35801, com provento integral sobre a última remuneração, com paridade, com fulcro nos requisitos ensejadores da redação do art. 6º da EC 41/03 e no artigo 35 da Lei nº 0716/2008 que rege a Previdência Municipal, por força do permissivo do artigo 10, § 7º c/c art. 36, II, da Emenda Constitucional n. 103/2019.

Art. 2º - As despesas correrão por conta do Fundo Municipal de Previdência Social, nos termos do art. 45 da Lei Municipal n. 0716/2008.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/07/2021.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Timbó Grande, 01 de Julho de 2021.

valdir cardoso dos santos
Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA NESTA SECRETARIA E PUBLICADA NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA DE 01/07/2021.

Adilson wendt
Secretário de Administração e finanças

PORTARIA Nº DP 175/2021, 02 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131485

PORTARIA Nº DP 175/2021, 02 DE JULHO DE 2021

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, VALDIR CARDOSO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 103, Inciso, VIII e XI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AO Sr. ORIVAL DA LUZ HOFFMANN, inscrito no CPF sob n. 399.561.729-87, servidor do Município de Timbó Grande, ocupante do cargo de VIGIA, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, matriculado sob o nº 2160903, com provento integral, por força dos requisitos ensejadores da antiga redação do artigo 40, § 1º, I, da CF/88 e art. 14 da Lei Municipal 0716/2008, com fulcro no permissivo do artigo 10, § 7º da Emenda Constitucional n. 103/2019.

Art. 2º - As despesas correrão por conta do Fundo Municipal de Previdência Social, nos termos do art. 45 da Lei Municipal n. 0716/2008.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/07/2021.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Timbó Grande, 02 de Julho de 2021.

valdir cardoso dos santos
Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA NESTA SECRETARIA E PUBLICADA NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA DE 02/07/2021.

Adilson wendt
Secretário de Administração e finanças

Três Barras

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2021 - FMS

Publicação Nº 3130417

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AC222F69782F11B39741C567D81828D8B59737E6

EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2021 COMPRA E VENDA

Procedimento Licitatório nº 27/2021

Modalidade "Pregão Presencial nº 24/2021"

Contratante: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do MUNICÍPIO DE TRES BARRAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 11.491.075/0001-39, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras - SC, por seu representante o Sr. LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, brasileiro, residente e domiciliado em Três Barras - SC, doravante denominado CONTRATANTE. Contratado: CIRÚRGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.626.776/0001-60, com endereço na Rua Graça Aranha, nº 875 – Barracão 2, Sala C, Bairro Vargem Grande, cidade de PINHAIS - PR, CEP nº 83.321-020, Telefone (41) 3354-1001, e-mail comercial@cirurgicasaofelipe.com.br, por seu representante legal, doravante denominado CONTRATADA.

Base Legal: Este Instrumento Contratual encontra-se amparo legal no Decreto Municipal nº 2.851/2005, Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei 8.666/1993, alterada pela Lei 8.883/1994 e as condições dispostas no Processo Licitatório nº 27/2021, Pregão Presencial nº 24/2021.

Objeto: O objeto é a AQUISIÇÃO DE 04 (QUATRO) UNIDADES DE BOMBAS DE INFUSÃO, conforme descritivo completo disposto no Procedimento Licitatório nº 27/2021, a saber:

Item>	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Máximo
01	04	UNIDADE	BOMBA DE INFUSÃO PARENTERAL UNIVERSAL, CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: VOLUME DE INFUSÃO DE 0,1 ML A 9.999ML; TAXA DE INFUSÃO MODO ML/H DE 0,1 A 1.200 ML/H (INCREMENTO DE 0,01 ML/H); MODO GOTAS/MIN. DE 0,03 A 400 GOTAS/MIN (INCREMENTO DE 1 GOTA/MIN); TAXA DE BOLUS / PURGAR DE 0,1 A 1.200 ML/H (INCREMENTO DE 0,01 ML/H); TAXA DE KVO DE 0,1 A 5 ML/H (INCREMENTO DE 0,1 ML/H); OCLUSÃO DE 03 OU MAIS NÍVEIS AJUSTÁVEIS (DE 225 MMHG A 975 MMHG); BATERIA E ALIMENTAÇÃO DE 100-240V, 50/60HZ; BATERIA INTERNA DE LÍTIO RECARREGÁVEL, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1.500M/AH, TENSÃO DE 11.1V, TEMPO DE BACKUP MÍNIMO DE 5 HORAS NA TAXA DE 25ML/H PARA NOVA BATERIA CARREGADA POR 10 HORAS. ACESSÓRIOS QUE DEVERÃO ACOMPANHAR O EQUIPAMENTO: 01 CABO DE FORÇA, 01 FIXADOR DE SUPORTE DE SORO, 01 SUPORTE PARA CARREGAR A BOMBA, 01 MANUAL DE INSTRUÇÕES, 01 BATERIA 9 HORAS DE DURAÇÃO. AUTOTESTE AUTOMÁTICO AO LIGAR. O PRODUTO ENTREGUE DEVERÁ TER REGISTRO NA ANVISA.	R\$ 23.800,00

Vigência: O contrato entra em vigência a partir da data de sua assinatura com validade mínima de 01 (um) ano (até o término da garantia). Valor: O CONTRATADO deverá obedecer à ordem de entrega e fará à mesma pelo valor total R\$ 23.800,00 (vinte e três mil e oitocentos reais).

Previsão Orçamentária: Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 10 de junho de 2021.

Treviso

PREFEITURA

DECRETO Nº 349/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131921

DECRETO Nº 349/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021.

ALTERA O DECRETO Nº 328, DE 17 DE JUNHO DE 2021, QUE ESTABELECE NOVAS REGRAS DE ENFRENTAMENTO DA EPIDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19), E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o art. 45 da Lei Orgânica Municipal, com a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º. O art. 10º do Decreto nº 328, de 17 de junho de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 Este Decreto entra em vigor de 17 de junho de 2021, produzindo seus efeitos até 16 de julho de 2021”.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC
Em, 01 de julho de 2021.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de julho de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 341/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131842

PORTARIA Nº 341/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021.

DESIGNA O SERVIDOR GABRIEL DOMINGOS ADRIANO COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 12/2021, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a partir de 01 de julho de 2021 o servidor Gabriel Domingos Adriano, Assistente Administrativo, matrícula 3154, como fiscal da Ata de Registro de Preço nº 12/2021, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde e a Empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, cujo objeto é aquisições de material médico hospitalar para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Treviso/SC pelos próximos 12 meses.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubialli, em Treviso/SC, 01 de julho de 2021.

Valerio Moretti
Prefeito Municipal
Registrada e publicada em 02 de julho de 2021.

PORTARIA Nº 342/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131858

PORTARIA Nº 342/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021.

DESIGNA O SERVIDOR GABRIEL DOMINGOS ADRIANO COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 13/2021, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA DENTAL SHOW - COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES EIRELI.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a partir de 01 de julho de 2021 o servidor Gabriel Domingos Adriano, Assistente Administrativo, matrícula 3154, como fiscal da Ata de Registro de Preço nº 13/2021, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde e a Empresa Dental Show - Comércio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Eireli, cujo objeto é aquisições de material médico hospitalar para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Treviso/SC pelos próximos 12 meses.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 01 de julho de 2021.

Valerio Moretti

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 02 de julho de 2021.

PORTARIA Nº 343/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131861

PORTARIA Nº 343/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021.

DESIGNA O SERVIDOR GABRIEL DOMINGOS ADRIANO COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 14/2021, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA FUFA - SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a partir de 01 de julho de 2021 o servidor Gabriel Domingos Adriano, Assistente Administrativo, matrícula 3154, como fiscal da Ata de Registro de Preço nº 14/2021, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde e a Empresa Fufa - SC Comércio e Representação Ltda, cujo objeto é aquisições de material médico hospitalar para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Treviso/SC pelos próximos 12 meses.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 01 de julho de 2021.

Valerio Moretti

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 02 de julho de 2021.

PORTARIA Nº 344/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131864

PORTARIA Nº 344/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021.

DESIGNA O SERVIDOR GABRIEL DOMINGOS ADRIANO COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 15/2021, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA ISAMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES EIRELI.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a partir de 01 de julho de 2021 o servidor Gabriel Domingos Adriano, Assistente Administrativo, matrícula 3154, como fiscal da Ata de Registro de Preço nº 15/2021, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde e a Empresa Isamed Materiais Medico Hospitalares Eireli, cujo objeto é aquisições de material médico hospitalar para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Treviso/SC pelos próximos 12 meses.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 01 de julho de 2021.

Valerio Moretti

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 02 de julho de 2021.

PORTARIA Nº 345/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131870

PORTARIA Nº 345/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021.
DESIGNA O SERVIDOR GABRIEL DOMINGOS ADRIANO COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 16/2021, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA LA DALLA PORTA JUNIOR.
VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,
RESOLVE:
Art. 1º Designar a partir de 01 de julho de 2021 o servidor Gabriel Domingos Adriano, Assistente Administrativo, matrícula 3154, como fiscal da Ata de Registro de Preço nº 16/2021, celebrado entre o Fundo Municipal De Saúde e a Empresa La Dalla Porta Junior, cujo objeto é aquisições de material médico hospitalar para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Treviso/SC pelos próximos 12 meses.
Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 01 de julho de 2021.
Valerio Moretti
Prefeito Municipal
Registrada e publicada em 02 de julho de 2021.

PORTARIA Nº 346/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131876

PORTARIA Nº 346/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021.
DESIGNA O SERVIDOR GABRIEL DOMINGOS ADRIANO COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 17/2021, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA MAYCON WILL EIRELI.
VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,
RESOLVE:
Art. 1º Designar a partir de 01 de julho de 2021 o servidor Gabriel Domingos Adriano, Assistente Administrativo, matrícula 3154, como fiscal da Ata de Registro de Preço nº 17/2021, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde e a Empresa Maycon Will Eireli, cujo objeto é aquisições de material médico hospitalar para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Treviso/SC pelos próximos 12 meses.
Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 01 de julho de 2021.
Valerio Moretti
Prefeito Municipal
Registrada e publicada em 02 de julho de 2021.

PORTARIA Nº 347/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131883

PORTARIA Nº 347/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021.
DESIGNA O SERVIDOR GABRIEL DOMINGOS ADRIANO COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 18/2021, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A.
VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,
RESOLVE:
Art. 1º Designar a partir de 01 de julho de 2021 o servidor Gabriel Domingos Adriano, Assistente Administrativo, matrícula 3154, como fiscal da Ata de Registro de Preço nº 18/2021, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde e a Empresa Medilar Importação e Distribuição de Produtos Médico Hospitalares S/A, cujo objeto é aquisições de material médico hospitalar para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Treviso/SC pelos próximos 12 meses.
Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 01 de julho de 2021.
Valerio Moretti
Prefeito Municipal
Registrada e publicada em 02 de julho de 2021.

PORTARIA N° 348/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação N° 3131886

PORTARIA N° 348/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021.

DESIGNA O SERVIDOR GABRIEL DOMINGOS ADRIANO COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 19/2021, FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto n° 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1° Designar a partir de 01 de julho de 2021 o servidor Gabriel Domingos Adriano, Assistente Administrativo, matrícula 3154, como fiscal da Ata de Registro de Preço n° 19/2021, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde e a Empresa Metromed Com. De Material Médico Hospitalar Ltda, cujo objeto é aquisições de material médico hospitalar para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Treviso/SC pelos próximos 12 meses.

Art. 2° Em conformidade com o Art. 67 da Lei n° 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 01 de julho de 2021.

Valerio Moretti

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 02 de julho de 2021.

PORTARIA N° 339/2021, DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação N° 3131828

PORTARIA N° 339/2021, DE 30 DE JUNHO DE 2021.

CONCEDE FÉRIAS E PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA ANDREIA MENDONÇA RAMOS ANSELMO.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município; Art. 129 e 130 da CLT e Art. 19 da Lei Complementar Municipal n° 608/12 de 14 de março de 2012;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder férias pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 05 de julho de 2021, e pagamento de 1/3 de férias referente ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2020 a 01 de janeiro de 2021, a servidora ANDREIA MENDONÇA RAMOS ANSELMO, ocupante do emprego de NUTRICIONISTA.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 30 de junho de 2021.

VALERIO MORETTI

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de julho de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA N° 340/2021, DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação N° 3131835

PORTARIA N° 340/2021, DE 30 DE JUNHO DE 2021.

CONCEDE FÉRIAS E PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA SANDRA SPADA PÉRICO.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município; Art. 129 e 130 da CLT e Art. 19 da Lei Complementar Municipal n° 608/12 de 14 de março de 2012;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder férias pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 05 de julho de 2021, e pagamento de 1/3 de férias referente ao período aquisitivo de 01 de dezembro de 2019 a 30 de novembro de 2020, a servidora SANDRA SPADA PÉRICO, ocupante do emprego de AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 30 de junho de 2021.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de julho de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA Nº 349/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3131889

PORTARIA Nº 349/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021.

CONCEDE FÉRIAS E PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA ROSIMERI GHIZZI POSSOLI.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município; Art. 129 e 130 da CLT e Art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 608/12 de 14 de março de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 01 de julho de 2021, e pagamento de 1/3 de férias referente ao período aquisitivo de 02 de julho de 2020 a 01 de julho de 2021, a servidora ROSIMERI GHIZZI POSSOLI, ocupante do emprego de AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS INTERNOS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 01 de julho de 2021.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de julho de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças.

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 2731

Publicação N° 3132023

DECRETO N.º 2.731 de 01 de julho de 2021

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI OHLWEILER, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e autorizado conforme Lei Orçamentária Anual n.º 2.051/2020 de 28/10/2020,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto, no orçamento do Município de Treze Tílias, um crédito suplementar no valor de R\$ 279.202,00 (duzentos e setenta e nove mil, duzentos e dois reais), para as dotações abaixo:

05. SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

05.02.2.214. 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 (165) R\$ 40.000,00

05.03.2.006.3.3.30.00.00.00.00.00.01.0054 (38)R\$ 60.102,00

05.03.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (42) R\$ 2.100,00

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

06.01.2.201.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001(56) R\$ 30.000,00

06.01.2.424.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001(64) R\$ 30.000,00

07.SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES

07.01.1.027.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (103) R\$ 10.000,00

07.01.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (107) R\$ 107.000,00

Art. 2º. Para fazer frente ao crédito suplementado serão utilizados R\$ 40.000,00 do superávit dos recursos ordinários e anulados R\$ 239.202,00 das dotações abaixo relacionadas:

05. SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

05.03.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0054 (39) R\$ 60.102,00

05.03.2.006.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 (46) R\$ 2.100,00

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

06.01.2.201.3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001(55) R\$ 30.000,00

06.01.2.424.3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001(63) R\$ 30.000,00

07.SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES

07.01.1.027.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 (104) R\$ 10.000,00

07.01.2.015.3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 (106) R\$ 107.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias, ao 1º dia do mês de julho de 2.021

RUDI OHLWEILER

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Iara de Ross

Secretária de Administração e Finanças

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2019 – TOMADA DE PREÇOS 04/2021

Publicação Nº 3131255

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 49/2019 – TOMADA DE PREÇOS 04/2021

Objeto: A presente Tomada de Preços visa a escolha da melhor proposta para o seguinte objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para pavimentação asfáltica em C.A.U.Q, nas Ruas: 13 de Outubro, André Gwiggner, Petter Gwigger, Ernesto Klotz, Armando Vitor Torri, Hubert Felder, Rua Maria Hass, Rua Antonio Pattis, Rua Henrique Packer, Rua Francisco Lindner e Rua Lucia Klotz no município de Treze Tílias - SC, conforme planilhas contendo os valores máximos, memorial descritivo, projeto e cronograma, constantes no Anexo I, integrante deste edital.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 min do dia 09/07/2019, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

Treze Tílias/SC, 01 de junho de 2021.

RUDI OHLWEILER

Prefeito

Trombudo Central

PREFEITURA

DECRETO 083/21

Publicação Nº 3130385

DECRETO 083/21 DE 30 DE JUNHO DE 2021.

APROVA REMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o REMEMBRAMENTO de imóveis urbanos sem benfeitorias, localizados na Rua Maria Tereza Venturi, Loteamento Industrial Arnoldo Rinnert, Bairro Botafogo, neste Município e Comarca de Trombudo Central, de propriedade do MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, registrados no Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central sob matrícula nº 20.483, com área de 998,07 m² (novecentos e noventa e oito metros e sete decímetros quadrados) e matrícula nº 20.484, área de 1.000,00 m² (um mil metros quadrados), FICANDO ÁREA TOTAL UNIFICADA com 1.998,07 m² (um mil, novecentos e noventa e oito metros e sete decímetros quadrados), confrontando-se a FRENTE em duas linhas, sendo a primeira com 37,00 metros com a Rua Maria Tereza Venturi e a segunda em curva em 4,71 metros com a Rua Maria Tereza Venturi, nos FUNDOS em 40,00 metros com terras do Município de Trombudo Central, do LADO DIREITO em 47,00 metros com a Rua Tereza Venturi e do LADO ESQUERDO em 50,00 metros com terras do Município de Trombudo Central.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de junho de 2021.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 084/21

Publicação Nº 3131524

DECRETO 084/21 DE 30 DE JUNHO DE 2021.

APROVA REMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o REMEMBRAMENTO de imóveis urbanos sem benfeitorias, localizados na Rua Maria Tereza Venturi, Loteamento Industrial Arnoldo Rinnert, Bairro Botafogo, neste Município e Comarca de Trombudo Central, de propriedade do MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, registrados no Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central sob matrícula nº 20.485, com área de 1.000,00 m² (um mil metros quadrados) e matrícula nº 20.486, área de 1.000,00 m² (um mil metros quadrados), FICANDO ÁREA TOTAL UNIFICADA com 2.000,00 m² (dois mil metros quadrados), confrontando-se a FRENTE em 40,00 metros com a Rua Maria Tereza Venturi, nos FUNDOS em 40,00 metros com terras do Município de Trombudo Central, do LADO DIREITO em 50,00 metros com terras do Município de Trombudo Central, e do LADO ESQUERDO em 50,00 metros com terras do Município de Trombudo Central.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de junho de 2021.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER
Secretário de Administração e Finanças

TERMO ADITIVO 066/2021 - FMS

Publicação N° 3130568

Aditivo n° 066/2021
Contrato N° 021/2021
Contratante: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: LOCH & HASSE LTDA
Sequencial do Aditivo: 3
Término: 08/02/2022
Licitação: 33/2020
Objeto da Contratação: 3º TERMO ADITIVO NA AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES, FLÍDOS DE FREIO E GRAXA, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE TROCA DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS LINHA LEVE, VEÍCULOS LINHA PESADA, MÁQUINAS DE CONSTRUÇÃO E MÁQUINAS DE AGRICULTURA, DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL/SC, CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.
Trombudo Central, 01 de junho de 2021.

TERMO ADITIVO 129/2021 - PMTC

Publicação N° 3130563

Aditivo n° 129/2021
Contrato N° 043/2021
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: LOCH & HASSE LTDA
Sequencial do Aditivo: 3
Término: 08/02/2022
Licitação: 33/2020
Objeto da Contratação: 3º TERMO ADITIVO NA AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES, FLÍDOS DE FREIO E GRAXA, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE TROCA DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS LINHA LEVE, VEÍCULOS LINHA PESADA, MÁQUINAS DE CONSTRUÇÃO E MÁQUINAS DE AGRICULTURA, DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL/SC, CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.
Trombudo Central, 01 de junho de 2021.

TERMO ADITIVO 130/2021 - PMTC

Publicação N° 3131410

Aditivo n° 130/2021
Contrato N° 040/2020
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME
Sequencial do Aditivo: 6
Término: 31/12/2021
Licitação: 11/2020
Objeto da Contratação: 6º TERMO ADITIVO NA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL/SC
Trombudo Central, 01 de julho de 2021.

Tunápolis

PREFEITURA

107.2021 EFFA

Publicação Nº 3131944

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 11AB48270D703DA3AF537C7B9390E4D4BE818752

CONTRATO Nº 107/2021

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 506.483, e inscrito no CPF nº 345.967.559-49, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho nº 100, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa LEDIR AUTO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Av. Santa Terezinha, nº 1839 Bairro Menino de Deus município de Joaçaba-SC, inscrita no CNPJ sob nº 07.596.052/0001-11, doravante denominado CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 122/2021 e Pregão Presencial nº 67/2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato consiste na aquisição de 01(UM) VEÍCULO NOVO, ZERO QUILOMETRO, QUE SERÁ DESTINADO PARA O SETOR DO URBANISMO, com recurso próprios, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT	CUSTOS	
					Unitário R\$	Valor Total
1	Picape cabine simples, modelo V21, cor branca, ano/modelo 2021/2021. Garantia do fabricante de 12 meses a contar da emissão da nota fiscal de motor e caixa de câmbio, desde que observadas as revisões periódicas conforme orientação do fabricante.	UNID.	EFFA	1	65.000,00	65.000,00
VALOR TOTAL					65.000,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA DOS VEÍCULOS:

2.1 A entrega do VEÍCULO deverá ocorrer no prazo de 60 (sessenta) dias após solicitação formal do MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS. O VEÍCULO deverá ser entregue na Prefeitura Municipal de Tunápolis, estabelecido na Rua João Castilho nº 111, centro, deste município ou conforme determinação do CONTRATANTE, com prévio agendamento, a Secretário da Administração, sem custos adicionais, devendo ser firmado termo de recebimento.

2.2 O licitante deverá atentar para a qualidade do VEÍCULO a ser entregue, pois somente serão aceito aquele que estiver dentro dos parâmetros solicitados, atendam aos padrões exigidos pelo Mercado e que for entregue de acordo com o estabelecido no item anterior.

2.3 Não será aceito no momento da entrega, VEÍCULO de marca e/ou modelo diferente daquele constante na proposta vencedora.

2.4 A CONTRATADA deverá entregar o VEÍCULO acompanhado de seus manuais ou catálogos de operação/manutenção, editados pelo fabricante. Os documentos deverão estar em língua portuguesa ou traduzidos para este idioma.

2.5 Toda e qualquer entrega de VEÍCULO fora do estabelecido neste CONTRATO, será imediatamente notificado à licitante vencedora que ficará obrigada a substituí-lo, o que fará prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tal substituição, sendo aplicadas também as sanções previstas neste Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

3.1 O pagamento no valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) será realizado em até 8 (oito) dias após o recebimento definitivo do VEÍCULO pelo Município de Tunápolis mediante apresentação da Nota Fiscal.

A nota fiscal referente o veículo (item 01) Picape cabine simples modelo V21, deverá ser emitida em nome do da Prefeitura Municipal de Tunápolis, de acordo com emissão da autorização de fornecimento, que será emitida pelo Setor de compras e licitações. Na emissão da nota fiscal deverão conter o número do processo licitatório e do contrato administrativo e deverão constar os dados bancários da empresa. O preço não terá reajuste e será depositado na conta específica do contratado.

3.2 Os recursos somente serão liberados para pagamento após o SETOR DE OBRAS e terem realizado as devidas conferências/vistorias no VEÍCULO.

3.6 Não serão efetuados qualquer pagamento à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

3.4 O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS somente atestará e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

3.5 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará

pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE.

4.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer o VEÍCULO contratado com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitação nº 122/2021 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Fornecer o VEÍCULO, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.5 Ter GARANTIA do fabricante, que não poderá ser inferior a 12 meses contados a partir da data do recebimento definitivo do veículo.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS obriga-se adquirir o veículo acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (Dotação 160) do MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS do exercício financeiro do ano de 2021. Os recursos financeiros são próprios.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2021, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 01 de Julho de 2021.

MARINO FREY PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	LEDIR AUTO COM. DE VEÍCULOS LTDA Sócio Administrador LEDIR ANTONIO MASSIGNANI CPF nº 756.557.139-34. CONTRATADA
--	---

FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO.

Assessor Jurídico Município de Tunápolis

OAB/SC 31.520

JACKSON SCHERER

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259.60

CONTRATO 27.2021 FUNDO BREGOMAR

Publicação Nº 3131964

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A05C81FA92D55ABFCC49ABF6625273265CA539AE

CONTRATO Nº 27/2021

CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado pela gestora Sra. Roseli Gabriel Bonavigo, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 3.826.184 e inscrita no CPF sob nº 02.465.921.924, residente e domiciliada na Linha Felipe Schmidt, S/N, interior, do Município de Tunapolis/ SC, doravante denominada CONTRATADA, e de outro lado, a empresa BREGOMAR VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Willy Barth, nº 2777 no Município de São Miguel do Oeste, inscrito no CNPJ/ sob nº 75.838.979/0001-70, considerada doravante CONTRATADA

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 122/2021 e Pregão Presencial nº 67/2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato consiste na aquisição de 01(UM) VEÍCULO NOVO, ZERO QUILOMETRO, QUE SERÁ DESTINADO PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com recurso próprios, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT	CUSTOS	
					Unitário R\$	Valor Total
1	VEÍCULO NOVO, ZERO KM, TIPO MINI VAN, Marca Chevrolet, Modelo Spin Premier, ano de fabricação 2021 e ano modelo 2021, com motor 1.8, combustível flex (álcool e ou gasolina), na cor branca, com capacidade de para 07 passageiros com o motorista, com 4 portas laterais, e mais os seguintes itens: Airbag duplo / Alarme antifurto, maçanetas externas na cor do veículo / painel de instrumentos em preto / conjunto roda de aço pneu sobressalente aro 16" / trava elétrica da tampa de combustível / Ar condicionado / Chave tipo canivete dobrável / Coluna de direção com regulagem em altura / Limpador e lavador elétrico do vidro traseiro / Painel de instrumentos com conta-giros, hodômetro parcial, marcador de nível de combustível e demais funções / Transmissão automática de seis velocidades / Trava elétrica das portas com acionamento na chave / Vidro elétrico nas portas com acionamento po "um toque", anti esmagamento e abertura / fechamento automático pela chave / Banco do motorista com regulagem de altura / Banco da segunda fileira bipartido e rebatível / Banco da segunda fileira correção / encosto de cabeça laterais e central do banco da segunda fileira / Encosto de cabeça dos bancos dianteiros com ajuste de altura / Espelhos retrovisores externos elétricos na cor do veículo / rack de teto / Cobertura do porta-malas / Sensor de estacionamento traseiro / Controles de Rádio e do Celular no volante / Chevrolet MyLink, com tela LCD sensível ao toque de 7", integração com Smartphones** através do Android Auto e Apple CarPlay, Rádio AM/FM, entrada USB, Função Áudio Streaming, conexão Bluetooth para celular e configurações do veículo / Conjunto de alto falantes – 4 unidades / Luz de posição em LED / Faróis de neblina / Grade frontal com detalhes cromados / Maçanetas internas cromadas / Para choques pintados na cor do veículo com detalhes traseiros cromados / roda de alumínio aro 16" / Volante com revestimento premium e detalhes na cor prata / Computador de bordo com mostrador no painel de instrumentos com funções de consumo médio, velocidade média, autonomia, entre outras / Controlador de velocidade de cruzeiro e limite de velocidade com comandos no volante / Acendimento automático dos faróis através de sensor crepuscular / Sensor de chuva com ajuste automático de intensidade / Câmera de Ré / Terceira fileira de assentos com banco rebatível / Bancos com revestimento premium / tapete de borracha no assoalho.	UNID.	Chevrolet	1	108.600,00	108.600,00

VALOR TOTAL

108.600,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA DO VEÍCULO:

2.1 A entrega do VEÍCULO deverá ocorrer no prazo de 60 (sessenta) dias após solicitação formal do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE TUNÁPOLIS. O VEÍCULO deverá ser entregue na Prefeitura Municipal de Tunápolis, estabelecido na Rua João Castilho nº 111, centro, deste município ou conforme determinação do CONTRATANTE, com prévio agendamento, do Secretário da Administração, sem custos adicionais, devendo ser firmado termo de recebimento.

2.2 O licitante deverá atentar para a qualidade do VEÍCULO a ser entregue, pois somente serão aceito aquele que estiver dentro dos parâmetros solicitados, atendam aos padrões exigidos pelo Mercado e que for entregue de acordo com o estabelecido no item anterior.

2.3 Não será aceito no momento da entrega, VEÍCULO de marca e/ou modelo diferente daquele constante na proposta vencedora.

2.4 A CONTRATADA deverá entregar os VEÍCULOS acompanhado de seus manuais ou catálogos de operação/manutenção, editados pelo fabricante. Os documentos deverão estar em língua portuguesa ou traduzidos para este idioma.

2.5 Toda e qualquer entrega de VEÍCULO fora do estabelecido neste Edital, será imediatamente notificado à licitante vencedora que ficará obrigada a substituí-lo, o que fará prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tal substituição, sendo aplicadas também as sanções previstas neste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

3.1 O pagamento no valor de R\$ 108.600,00 (Cento e oito mil e seiscentos reais) será realizado em até 8 (oito) dias após o recebimento definitivo do VEÍCULO pelo FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, mediante apresentação da Nota Fiscal. A nota fiscal referente o veículo deverá ser emitida em nome do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, de acordo com emissão da autorização de fornecimento, que será emitida pelo Setor de compras e licitações. Na emissão da nota fiscal deverão conter o número do processo licitatório e do contrato administrativo e deverão constar os dados bancários da empresa. O preço não terá reajuste e será depositado na conta específica do contratado.

3.2 Os recursos somente serão liberados para pagamento após o Fundo Municipal de Saúde ter realizado as devidas conferências/vistorias no VEÍCULO.

3.6 Não serão efetuados qualquer pagamento à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

3.4 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE somente atestará e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

3.5 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE.

4.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer o VEÍCULO contratado com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 122/2021 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Fornecer o VEÍCULO, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.5 Ter GARANTIA do fabricante, que não poderá ser inferior a 12 meses contados a partir da data do recebimento definitivo do veículo.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE obriga-se adquirir o veículo acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (Dotação 01) do Fundo Municipal do exercício financeiro do ano de 2021. Os recursos financeiros são próprios .

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2021, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 01 de Julho de 2021.

ROSELI GABRIEL BONAVIDO GESTORA DO FUNDO CONTRATANTE /FISCAL DESTE CONTRATO	BREGOMAR VEÍCULOS LTDA CONTRATADA BOLESIAU KOVALSKI NETO Sócio Administrador CPF nº 503.191,329-00.
---	---

FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO.

Assessor Jurídico Município de Tunápolis

OAB/SC 31.520

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259.60

DECRETO Nº 2228/2021

Publicação Nº 3130394

DECRETO Nº 2228, DE 30 DE JUNHO DE 2021.

Dispõe sobre a desapropriação de Lotes Urbanos, conforme especifica na comunidade de Linha São Pedro deste Município de Tunápolis.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal, em especial o disposto em seu artigo 4º e 63, combinados com os artigos. 2º, 5º, alínea ☐ e 6º, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinada a desapropriação de parte do lote urbano nº 109, com área de 400,00 m², matrícula 16045, de propriedade do Sr. Odair Antonio Santin, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme cópia do laudo de avaliação da comissão específica para este fim em apenso.

Art. 2º O Imóvel de que trata este decreto será incorporado ao patrimônio público e destinados para futuras edificações e instalação de uma sede esportiva com campo de futebol e demais infraestruturas necessárias.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Tunápolis - SC, 30 de junho de 2021.

Marino José Frey

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff

Técnico de controladoria Interna

EDITAL CONSELHO TUTELAR 01/2021

Publicação Nº 3130575

EDITAL CMDCA Nº 001/2021

ABRE INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO DE ESCOLHA DE MANDATO EXTRAORDINÁRIO “TAMPÃO” DOS CONSELHEIROS TUTELARES DE TUNÁPOLIS, ESTABELECE O CALENDÁRIO ELEITORAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Tunápolis, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Conanda n. 170/2014 e na Lei Municipal n. 1387/2019 e Lei Municipal n. 1.471/2021, abre as inscrições para a escolha de mandato extraordinário “tampão” para

atuarem no Conselho Tutelar do Município de Tunápolis, e dá outras providências.

1. DO CARGO, DAS VAGAS E DA REMUNERAÇÃO

1.1. Ficam abertas 2 (duas) vagas para a função pública de Conselheiro Tutelar Titular e 5 (cinco) vagas para a função pública de Conselheiro Tutelar Suplente do Município de Tunápolis, para cumprimento de mandato "tampão", no período de 15 de agosto de 2021 a 09 de janeiro de 2024, em conformidade com o art. 139, §2º, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e art. 26 – A da Lei Municipal n. 1.387/2019, com redação dada pela Lei Municipal n. 1.471/2021.

1.2. O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar do Município de Tunápolis, constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral, não gerando vínculo empregatício com o Poder Executivo Municipal.

1.3. Os 2 (dois) candidatos que obtiverem maior número de votos, em conformidade com o disposto neste edital, assumirão o cargo de Conselheiro Tutelar Titular.

1.4. Todos os demais candidatos habilitados serão considerados suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

1.5. As vagas, o vencimento mensal e carga horária são apresentados na tabela a seguir:

Cargo	Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento
Conselheiro Tutelar	- 02 vagas (Conselheiro Tutelar Titular) - 05 vagas (Conselheiro Tutelar Suplente)	30h/sem	R\$ 1. 116,98

1.6. O horário de expediente do Conselheiro Tutelar é das 07h30min às 11h30min e das 13h15min às 17h15min, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população.

1.7. Todos os Conselheiros Tutelares ficam sujeitos a períodos de sobreaviso, inclusive nos finais de semana e feriados.

1.8. A jornada extraordinária do Conselheiro Tutelar, em sobreaviso, deverá ser remunerada ou compensada, conforme dispõe a Lei Municipal n. 1.387/2019, ou a que a suceder.

1.9. As especificações relacionadas ao vencimento, aos direitos sociais e aos deveres do cargo de Conselheiro Tutelar serão aplicadas de acordo com a Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Municipal n. 1.387/2019, ou a que a suceder.

1.10. Os servidores públicos, quando eleitos para o cargo de Conselheiro Tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta Lei Municipal n. 1.387/2019, sendo-lhes assegurados todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato, exceto para fins de promoção por merecimento.

2. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES

2.1. O processo de escolha dos Conselheiros Tutelares de Tunápolis ocorrerá em consonância com o disposto no art. 139, §1º, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e no art. 26 – A da Lei Municipal n. 1387/2019:

I. Inscrição para registro das candidaturas;

II. Apresentação dos candidatos habilitados, em sessão pública, aberta a toda a comunidade e amplamente divulgada;

III. Sufrágio universal, secreto, facultativo e direto, pelo voto dos Membros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e dos Adolescentes – CMDCA de Tunápolis.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições para o Processo de escolha dos Conselheiros Tutelares para mandato "Tampão" do município de Tunápolis poderão ser efetuadas pela Internet ou Presencial – on-line, no período das 08h00min do dia 30/06/2021 às 23h59min do dia 15/07/2021.

3.2. A inscrição será gratuita.

3.3. Das inscrições pela internet:

3.3.1. Para a inscrição pela internet o candidato deverá acessar o site www.tunapolis.sc.gov.br no período de inscrição, e seguir os seguintes procedimentos:

a) Acessar o endereço eletrônico: www.tunapolis.sc.gov.br ;

b) Fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição;

c) Preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções.

3.3.2. Das inscrições presenciais – on-line:

3.3.2.1. Os candidatos que não dispuserem de acesso à internet, poderão realizar a sua inscrição presencial - on-line sendo que para tanto deverão se dirigir à Secretaria Municipal de Educação (Casa da Cultura) de Tunápolis, no endereço Rua João Castilho, 298, centro, durante o período das inscrições, em horário de expediente da Prefeitura.

3.3.2.2. Para a efetivação das inscrições presencial - on-line o candidato deverá estar munido de todos os documentos e informações necessárias, sendo que o servidor municipal designado para realizar as inscrições presencial - on-line apenas transmitirá ao sistema de inscrição os dados e informações que lhe forem repassados pelo candidato que será o único responsável pela exatidão e correção das informações prestadas e demais atos relativos à sua inscrição.

3.4. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Tunápolis não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência de dados.

3.5. Nenhuma inscrição será admitida fora do período determinado neste Edital.

3.6. As candidaturas serão registradas individualmente e numeradas de acordo com a ordem de inscrição.

3.7. No ato da inscrição, os candidatos deverão apresentar, ficha de inscrição para registro da candidatura, além dos documentos previstos no item 4 (cinco) deste edital.

3.8. Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.9. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e na Lei Municipal n. 1.387/2019, bem como das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial Eleitoral e pelo CMDCA em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.10. O deferimento da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento da ficha de Inscrição e a apresentação da documentação exigida no item 4 (cinco) deste edital.

3.11. É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal o correto preenchimento do requerimento de inscrição e a entrega da documentação exigida.

4. DOS REQUISITOS A CANDIDATURA E DA DOCUMENTAÇÃO

4.1. Somente poderão concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar, os candidatos que preencherem os requisitos para candidatura fixados na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Municipal n.1.387/2019, a saber:

I. Reconhecida idoneidade moral;

II. Idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III. Residência no Município;

IV. Conclusão do ensino médio;

V. Não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;

VI. Não incidir nas hipóteses do art. 1o, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);

VII. Não ser membro, no momento da publicação deste Edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VIII. Não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

4.2. Deverão ser apresentados, por ocasião da inscrição, os seguintes documentos:

I. Certidão de Nascimento ou Casamento;

II. Comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital;

III. Certificado de quitação eleitoral;

IV. Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual;

V. Certidão negativa da Justiça Eleitoral;

VI. Certidão negativa da Justiça Federal;

VII. Certidão da Justiça Militar da União;

VIII. Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Médio;

4.3. O candidato servidor público municipal deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

5. DOS IMPEDIMENTOS PARA EXERCER O MANDATO

5.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homo afetiva, sogro e genro ou nora, cunhados, durante o cunhadio, padrasto ou madrastra e enteado ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.2. Estende-se o impedimento ao Conselheiro Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DAS CANDIDATURAS

6.1. As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu procurador.

6.2. O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos.

6.3 A Comissão Especial Eleitoral tem o direito de excluir do processo de escolha o candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

6.4 A Comissão Especial Eleitoral tem o direito de, em decisão fundamentada, indeferir as inscrições de candidatos que não cumpram os requisitos mínimos estabelecidos neste Edital, na Lei Municipal n. 1.387/2019 e na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

6.5 A relação de inscrições deferidas será publicada no dia 19 de julho de 2021, nos locais oficiais de publicação do Município e nos sites www.tunapolis.sc.gov.br.

6.6 O candidato cuja inscrição for indeferida poderá interpor recurso, de forma escrita e fundamentada, no período de 20 e 21 de julho de 2021, no horário de atendimento ao público, na Secretaria de Educação (casa da Cultura) de Tunápolis, não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail).

6.7 A Comissão Especial Eleitoral deverá deliberar e apresentar o resultado dos recursos até o dia 22 de julho de 2021.

6.8 Da decisão de indeferimento da Comissão Especial Eleitoral o candidato poderá interpor novo recurso, de forma escrita e fundamentada, dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no período de 23 a 26 de julho de 2021, no horário de atendimento ao público, na Secretaria Municipal de Educação, não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail).

6.9 A divulgação do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como da lista de todos os candidatos cujas inscrições foram deferidas deverá ocorrer até dia 28 de julho de 2021, nos locais oficiais de publicação do Município e no site www.tunapolis.sc.gov.br.

6.10 Publicada a relação de inscrições deferidas, qualquer pessoa poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de 28 e 29 de julho de 2021, no horário de atendimento ao público, na secretaria de Educação de Tunápolis, situada na Rua João Castilhos, n. 298, centro.

6.11 A publicação da lista dos candidatos impugnados pela população e avaliados pela Comissão Especial Eleitoral deverá se dar até dia 30 de julho de 2021.

6.12 Os candidatos impugnados poderão interpor recurso junto a Comissão Especial Eleitoral no dia 03 de agosto de 2021, a qual deverá se manifestar em 24 (vinte e quatro) horas.

6.13 No caso de manutenção da impugnação pela Comissão Especial Eleitoral, o candidato poderá interpor recurso dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no período de 05 a 06 de agosto de 2021.

6.14 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, após deliberação sobre os recursos interpostos, publicará a lista final dos candidatos aptos a participar das eleições indiretas promovida pelos membros titulares e suplentes do CMDCA, o que deve ocorrer até a data de 09 de agosto de 2021.

6.15 Ultrapassado o prazo de recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará edital na data de 11 de agosto de 2021, com o nome dos candidatos habilitados a participarem do processo eleitoral, o qual se realizará no dia 16 de agosto de 2021, nas dependências da Secretaria de Educação (casa da Cultura) de Tunápolis.

7. DA PROVA OBJETIVA

7.1. Tendo em vista a escolha indireta dos Conselheiros Tutelares por parte dos Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, para mandato "Tampão", sendo a mesma motivada pelo contexto mundial de saúde pública em face da pandemia do Coronavírus, fica dispensada a Prova Objetiva nos termos da Lei n. 1.471/2021.

8. DA PROPAGANDA ELEITORAL

8.1. Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

8.2. A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato e curriculum vitae.

8.3. A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente, da relação final e oficial dos candidatos considerados habilitados.

8.4. É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

8.5. Aplicam-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

I. Abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;

II. Doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III. Propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;

IV. A participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;

V. A vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;

VI. A vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;

VII. Favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;

VIII. Confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;

IX. Propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors ou carro de som;

X. Propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

a. Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

b. Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

c. Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

8.6. No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

I. Utilização de espaço na mídia;

II. Uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;

III. Distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade dos Membros do CMDCA;

IV. Propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;

V. Qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

8.7. Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

8.8. Os recursos interpostos contra decisões da Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

8.9. O candidato envolvido e o denunciante, bem como o Ministério Público, serão notificados das decisões da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

8.10. É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federais, estaduais ou Municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização dos candidatos.

8.11. É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

9. DA ELEIÇÃO

9.1. Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos Membros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Tunápolis, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

9.2. A eleição será realizada no dia 16 de agosto de 2021, no horário das 8h00min às 11h00min.

9.3. O local de votação será na Secretaria Municipal da Educação (Casa da Cultura) do município de Tunápolis, cito a Rua João Castilho n. 298, centro da cidade de Tunápolis.

9.4. Nos locais de votação, deverá ser afixada lista dos candidatos habilitados, com os seus respectivos números.

9.5. Poderão votar tão somente os Membros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Tunápolis – CMDCA da forma prescrita no art. 28 – A da Lei Municipal n. 1.387/2019.

9.6. O voto é sigiloso e o eleitor votará em cabina indevassável.

9.7. O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos a carteira de identidade ou outro documento equivalente a esta, com foto.

9.8. O eleitor votará uma única vez, em um único candidato, na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

9.9. A votação se dará por meio de cédula, devidamente assinada no verso pelos membros da Mesa Receptora de votação, qual constará a indicação do nome e do número de todos os candidatos que concorrem ao pleito.

9.10. Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, indicados pela Comissão Especial Eleitoral.

9.11. O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

9.12. O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando a impossibilidade de comparecimento ao Mesário e ao Secretário, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se a impossibilidade se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

9.13. Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Especial Eleitoral.

9.14. A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Especial Eleitoral.

9.15. Não podem ser nomeados Presidente, Mesário ou Secretário:

I. Os candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II. O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III. As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

9.15. Os candidatos poderão indicar até um fiscal para acompanhamento na seção eleitoral, que deverá estar identificado por meio de crachá padronizado, encaminhando o nome e a cópia do documento de identidade deste à Comissão Especial Eleitoral até o dia 13 de agosto de 2021.

10. DA APURAÇÃO

10.1. A apuração dar-se-á na Secretaria da Educação (casa da cultura), mesmo local da votação ou em local definido pela Comissão Especial Eleitoral, imediatamente após o encerramento do pleito eleitoral, contando com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Especial Eleitoral.

10.2. Após a apuração dos votos, poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.3. Após o término da votação, o Presidente, o Mesário e o Secretário da seção elaborarão a Ata da votação.

10.4. Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação.

10.5. Os dois candidatos mais votados assumirão o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.

10.6. Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

10.7. No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato com mais idade, utilizando-se a mesma regra para formação das suplências.

11. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

11.1. O resultado da eleição será publicado no dia 18 de agosto de 2021, em de Edital publicado nos espaços oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

11.2. Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

11.3. A posse dos dois primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 01 de setembro de 2021.

11.4. Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos.

11.5. Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob pena de não poderem assumir a função de membro do Conselho Tutelar, sendo os suplentes também convidados a participar.

11.6. Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos, e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As atribuições do cargo de membro do Conselho Tutelar são as constantes na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal n. 1387/2019, sem prejuízo das demais leis afetas.

12.2. O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste Edital.

12.3. A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

12.4. As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este Edital.

12.5. Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

12.6. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

12.7. É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

12.8. O membro do Conselho Tutelar eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

12.9. O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital e das demais deliberações da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

12.10. Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.11. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Cronograma;

ANEXO II – Atribuições dos Cargos;

ANEXO III – Resolução do CMDCA que nomeia a Comissão Organizadora Municipal;

12.12. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Tunápolis, 29 de junho de 2021.

LEILANI ELY GIORDANO
Presidente CMDCA

ANEXO I
EDITAL CMDCA Nº 001/2021
CRONOGRAMA

OBS: O presente cronograma é provisório, estando sujeito a alterações que, se ocorrerem, serão publicadas nos sites do município.

Data	Etapas
30/06/2021	Publicação do Edital.
30/06/2021 a 15/07/2021	Inscrições.
19/07/2021	Publicação da relação dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos, pela CEE.
20 e 21/07/2021	Prazo para interposição de recurso junto a CEE, ao candidato inabilitado.
22/07/2021	Publicação, pela CEE, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos.
23 a 26/07/2021	Prazo ao candidato indeferido proceder interposição de recurso junto ao CMDCA.
28/07/2021	Publicação, pelo CMDCA, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos, bem como, de edital informando o nome de todos os candidatos cuja inscrição foi deferida.
28 e 29/07/2021	Prazo para impugnação das candidaturas junto a CEE, pela população geral.
30/07/2021	Publicação da lista dos candidatos impugnados pela população e avaliados pela CEE.
03/08/2021	Prazo aos candidatos impugnados para interposição de recurso junto a CEE.
04/08/2021	Publicação, pela CEE, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos.
05 a 06/08/2021	Prazo aos candidatos impugnados pela CEE, para interposição de recurso junto a CMDCA.
11/08/2021	Publicação da lista dos candidatos aptos a participar do Processo eleitoral.
16/08/2021	Eleição
18/08/2021	Publicação da apuração
01/09/2021	Posse

ANEXO II
EDITAL CMDCA Nº 001/2021
ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS
Conforme Lei Municipal 1387/2019
SEÇÃO VII

Das Atribuições do Conselho Tutelar

Art. 57 Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes, em especial, no art. 136 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), obedecendo aos princípios da Administração Pública, conforme o disposto no art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º A aplicação de medidas deve favorecer o diálogo e o uso de mecanismos de autocomposição de conflitos, com prioridade a práticas ou medidas restaurativas, e que, sem prejuízo da busca da efetivação dos direitos da criança ou adolescente, atendam sempre que possível às necessidades de seus pais ou responsável.

§ 2º A escuta das crianças e adolescentes destinatárias das medidas a serem aplicadas, além de obrigatória sempre que estas tiverem condições de exprimir sua vontade, deverá ser realizada preferencialmente por meio de equipe técnica qualificada, devendo sua opinião informada ser sempre considerada e o quanto possível respeitada, observado o disposto no art. 100, parágrafo único, incisos I, XI e XII, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), artigos 4º, §1º, 5º e 7º da Lei Federal n. 13.431/2017 e art. 12 da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, de 1989.

§ 3º Cabe ao Conselho Tutelar, obrigatoriamente, estimular a implementação da sistemática prevista pelo art. 70-A, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para o diagnóstico e avaliação técnica, sob a ótica interdisciplinar, dos diversos casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes e das alternativas existentes para sua efetiva solução, bem como participar das reuniões respectivas.

§ 4º Compete também ao Conselho Tutelar fomentar e solicitar, quando necessário, a elaboração conjunta entre os órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos de plano individual e familiar de atendimento, valorizando a participação da criança e do adolescente e, sempre que possível, a preservação dos vínculos familiares, conforme determina o art. 19, inc. I, da Lei Federal n. 13.431/2017;

Art. 58 São atribuições do Conselho Tutelar:

I - Zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei e na Constituição Federal, recebendo petições, denúncias, declarações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido;

II - Atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII, do mesmo Diploma Legal;

III - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da

Criança e do Adolescente);

IV - Aplicar aos pais, aos integrantes da família extensa, aos responsáveis, aos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou a qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes que, a pretexto de tratá-los, educá-los ou protegê-los, utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outra alegação, as medidas previstas no art. 18-B, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

V - Acompanhar a execução das medidas aplicadas pelo próprio órgão, zelando pela qualidade e eficácia do atendimento prestado pelos órgãos e entidades corresponsáveis;

VI - Fiscalizar, sempre que possível em parceria com o Ministério Público e a autoridade judiciária, as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas e serviços de que trata o art. 90 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), adotando de pronto as medidas administrativas necessárias a remoção de irregularidades porventura verificadas;

VII - representar à Justiça da Infância e da Juventude visando à aplicação de penalidade por infrações cometidas contra as normas de proteção à infância e a juventude, previstas nos artigos 245 a 258-C, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VIII - assessorar o Poder Executivo local na elaboração do Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, zelando para que estas contemplem os recursos necessários aos planos e programas de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, de acordo com as necessidades específicas locais, observado o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente;

IX - Sugerir aos Poderes Legislativo e Executivo Municipais a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, bem como a adoção de medidas destinadas à prevenção e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias;

X - Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração penal contra os direitos da criança ou adolescente ou que constitua objeto de ação civil, indicando-lhe os elementos de convicção, sem prejuízo do respectivo registro da ocorrência na Delegacia de Polícia;

XI - representar, em nome da pessoa e da família, na esfera administrativa, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, §3º, inc. II, da Constituição Federal;

XII - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as tentativas de preservação dos vínculos familiares;

XIII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes;

XIV - participar das avaliações periódicas da implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo, nos moldes do previsto no art. 18, §2º, da Lei Federal nº 12.594/2012 (Lei do Sinase), além de outros planos que envolvam temas afetos à infância e adolescência.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar, no exercício de suas atribuições, terá livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio, conforme disposto no art. 5º, inc. XI, da Constituição Federal.

§ 2º Para o exercício da atribuição contida no inc. VIII deste artigo e no art. 136, inc. IX, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Conselho Tutelar deverá ser formalmente consultado por ocasião da elaboração das propostas de Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual do Município onde atua, participando de sua definição e apresentando sugestões para planos e programas de atendimento à criança e ao adolescente, a serem contemplados no orçamento público de forma prioritária, a teor do disposto no art. 4º, caput e parágrafo único, alíneas "c" e "d", da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e art. 227, caput, da Constituição Federal.

Art. 59 O Conselho Tutelar não possui atribuição para promover o afastamento de criança ou adolescente do convívio familiar, ainda que para colocação sob a guarda de família extensa, cuja competência é exclusiva da autoridade judiciária.

§ 1º Excepcionalmente e apenas para salvaguardar de risco atual ou iminente a vida, a saúde ou a dignidade sexual de crianças e adolescentes, o Conselho Tutelar poderá promover o acolhimento institucional, familiar ou em família extensa de crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de falta grave.

§ 2º O acolhimento emergencial a que alude o parágrafo anterior deverá ser decidido, nos dias úteis, pelo colegiado do Conselho Tutelar, precedido de contato com os serviços socioassistenciais do município e com o órgão gestor da política de proteção social especial, este último também para definição do local do acolhimento.

Art. 60 Não compete ao Conselho Tutelar o acompanhamento ou o traslado de adolescente apreendido em razão da prática de ato infracional em Delegacias de Polícia ou qualquer outro estabelecimento policial.

Parágrafo único. Excepcionalmente, é cabível o acionamento do Conselho Tutelar pela Polícia Civil somente quando, depois de realizada busca ativa domiciliar, a autoridade policial esgotar todos os meios de localização dos pais ou responsáveis do adolescente apreendido, bem como de pessoa maior por ele indicada, o que deve ser devidamente certificado nos autos da apuração do ato infracional.

Art. 61 Para o exercício de suas atribuições, poderá o Conselho Tutelar:

I - Colher as declarações do reclamante, mantendo, necessariamente, registro escrito ou informatizado acerca dos casos atendidos, e instaurando, se necessário, o competente procedimento administrativo de acompanhamento de medida de proteção;

II - Entender-se diretamente com a pessoa ou autoridade reclamada, em dia, local e horário previamente notificados ou acertados;

III - expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar o apoio da Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas funcionais previstas em lei;

IV - Promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

V - Requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal;

VI - Requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir os procedimentos administrativos instaurados;

VII - requisitar a expedição de cópias de certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

VIII - propor ações integradas com outros órgãos e autoridades, como as Polícias Civil e Militar, Secretarias e Departamentos municipais, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário;

IX - Estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem na área da infância e da juventude, para obtenção de subsídios técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;

X - Participar e estimular o funcionamento continuado dos espaços intersetoriais locais destinados à articulação de ações e à elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência a que se refere o art. 70-A, inc. VI, da Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

XI - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência, na forma prevista nesta Lei e na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 1º O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, nas hipóteses legais de sigilo, constituindo sua violação falta grave.

§ 2º É vedado o exercício das atribuições inerentes ao Conselho Tutelar por pessoas estranhas à instituição ou que não tenham sido escolhidas pela comunidade, na forma desta Lei, sob pena de nulidade do ato praticado.

§ 3º As requisições efetuadas pelo Conselho Tutelar às autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, dos Poderes Legislativo e Executivo Municipais serão cumpridas gratuitamente e com a mais absoluta prioridade, respeitando-se os princípios da razoabilidade e da legalidade.

§ 4º As requisições do Conselho Tutelar deverão ter prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para resposta, ressalvada situação de urgência devidamente motivada, e devem ser encaminhadas à direção ou chefia do órgão destinatário.

§ 5º A falta ao trabalho, em virtude de atendimento à notificação ou requisição do Conselho Tutelar, não autoriza desconto de vencimentos ou salário, considerando-se de efetivo exercício, para todos os efeitos, mediante comprovação escrita do membro do órgão.

Art. 62 É dever do Conselho Tutelar, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao tomar conhecimento de fatos que caracterizem ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, adotar os procedimentos legais cabíveis e, se necessário, aplicar as medidas previstas na legislação, que estejam em sua esfera de atribuições, conforme previsto no art. 136 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), sem prejuízo do encaminhamento do caso ao Ministério Público, ao Poder Judiciário ou à autoridade policial, quando houver efetiva necessidade da intervenção desses órgãos.

§ 1º A autoridade do Conselho Tutelar para aplicar medidas de proteção e destinadas aos pais ou responsável, dentre outras providências tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições, deve ser entendida como a função de decidir, em nome da sociedade e com fundamento no ordenamento jurídico, a forma mais rápida e adequada e menos traumática de fazer cessar a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º A autoridade para tomada de decisões, no âmbito da esfera de atribuições do Conselho Tutelar, é inerente ao Colegiado, somente sendo admissível a atuação individual dos membros do Conselho Tutelar em situações excepcionais e urgentes, conforme previsto nesta Lei.

Art. 63 As decisões do Conselho Tutelar tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições e obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata, observados os princípios da intervenção precoce e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, independentemente do acionamento do Poder Judiciário.

§ 1º Em caso de discordância com a decisão tomada, cabe a qualquer interessado e ao Ministério Público provocar a autoridade judiciária no sentido de sua revisão, na forma prevista pelo art. 137 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 2º Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão tomada pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pela pessoa ou autoridade pública à qual for aquela endereçada, sob pena da prática da infração administrativa prevista no art. 249 e do crime tipificado no art. 236 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 64 No desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar não se subordina aos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou outras autoridades públicas, gozando de autonomia funcional.

§ 1º O Conselho Tutelar deverá colaborar e manter relação de parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas, essencial ao trabalho em conjunto dessas instâncias de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

§ 2º Na hipótese de atentado à autonomia e ao caráter permanente do Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá ser comunicado para medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Art. 65 A autonomia no exercício de suas funções, de que trata o art. 131 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), não desonera o membro do Conselho Tutelar do cumprimento de seus deveres funcionais e nem desobriga o Conselho Tutelar de prestar contas de seus atos e despesas, assim como de fornecer informações relativas à natureza, espécie e quantidade de casos atendidos, sempre que solicitado, observado o disposto nesta Lei.

Art. 66 O Conselho Tutelar será notificado, com a antecedência devida, das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de outros conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, garantindo-se acesso às suas respectivas pautas.

Parágrafo único. O Conselho Tutelar pode encaminhar matérias a serem incluídas nas pautas de reunião dos conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, devendo, para tanto, ser observadas as disposições do Regimento Interno do órgão, inclusive quanto ao direito de manifestação na sessão respectiva.

Art. 67 É reconhecido ao Conselho Tutelar o direito de postular em Juízo, sempre mediante decisão colegiada, para defesa de suas prerrogativas institucionais, com intervenção obrigatória do Ministério Público nas fases do processo, sendo a ação respectiva isenta de custas e emolumentos, ressalvada a litigância de má-fé.

Parágrafo único. A ação não exclui a prerrogativa do Ministério Público para instaurar procedimento extrajudicial cabível e ajuizar de ação judicial pertinente.

Art. 68 Em qualquer caso, deverá ser preservada a identidade da criança ou do adolescente atendidos pelo Conselho Tutelar.

Parágrafo único. O membro do Conselho Tutelar abster-se-á de pronunciar-se publicamente acerca de casos específicos atendidos, sob pena do cometimento de falta grave.

Art. 69 É vedado ao Conselho Tutelar executar, diretamente, as medidas de proteção e as medidas socioeducativas, tarefa que incumbe aos programas e serviços de atendimento ou, na ausência destes, aos órgãos municipais e estaduais encarregados da execução das políticas sociais públicas, cuja intervenção deve ser para tanto solicitada ou requisitada junto ao respectivo gestor, sem prejuízo da comunicação da falha na estrutura de atendimento ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

Art. 70 Dentro de sua esfera de atribuições, a intervenção do Conselho Tutelar possui caráter resolutivo e deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e adolescentes, somente devendo acionar o Ministério Público ou a autoridade judiciária nas hipóteses expressamente previstas nesta Lei e no art. 136, incisos IV, V, X e XI e parágrafo único, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parágrafo único. Para atender à finalidade do caput deste artigo, antes de encaminhar representação ao Ministério Público ou à autoridade judiciária, o Conselho Tutelar deverá esgotar todas as medidas aplicáveis no âmbito de sua atribuição e demonstrar que estas se mostraram infrutíferas, exceto nos casos de reserva de jurisdição.

Art. 71 No atendimento de crianças e adolescentes indígenas, o Conselho Tutelar deverá submeter o caso à análise prévia de antropólogos,

representantes da Fundação Nacional do Índio - FUNAI ou outros órgãos federais ou da sociedade civil especializados, devendo, por ocasião da aplicação de medidas de proteção e voltadas aos pais ou responsável, levar em consideração e respeitar a identidade social de seu grupo, sua cultura, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que compatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos à criança e ao adolescente previstos na Constituição Federal.

Parágrafo único. Cautelas similares devem ser adotadas quando do atendimento de crianças, adolescentes e pais provenientes de comunidades remanescentes de quilombos, assim como ciganos e de outras etnias.

Art. 72 Para o exercício de suas atribuições o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

I - Nas salas de sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas;

II - Nas salas e dependências das delegacias de polícia e estabelecimentos de internação coletiva;

III - nas entidades de atendimento e em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

Parágrafo único. Em atos judiciais ou do Ministério Público em processos ou procedimentos que tramitem sob sigilo, o ingresso e trânsito livre fica condicionado à autorização da autoridade competente.

SÃO ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR: (SEGUNDO O ECA):

ART. 136.

I - Atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;

II - Atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - Representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009)

XII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes. (Incluído pela Lei nº 13.046, de 2014)

Parágrafo único. Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

LEILÃO Nº 01.2021

Publicação Nº 3131399

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4B424AC3FFCD04D9175E2B8FDAEF2D4F1EDE7DF6

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2021

MODALIDADE: SIMULTÂNEO, "PRESENCIAL E ON LINE 4B424AC3FFCD04D9175E2B8FDAEF2D4F1EDE7DF6

O município de TUNÁPOLIS, SC, com sede na Rua João Castilho, nº111, Tunápolis, SC, CEP 89.898 000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 78.486.198/0001 52, Telefone (49) 3632 1122, na forma que dispõe a lei 8.666/93 e suas alterações, através do Leiloeiro Público Oficial SR. Júlio Ramos Luz, matrícula AARC/162 comunica aos interessados, que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE de bens móveis inservíveis, que serão arrematados pelo maior lance oferecido, igual ou acima da avaliação. 4B424AC3FFCD04D9175E2B8FDAEF-2D4F1EDE7DF6

DATA, HORÁRIO E LOCAL:

DATA: 26 de julho de 2021. HORÁRIO: 09 HORAS

LOCAL: Câmara de Vereadores, Rua da Matriz, Centro.

Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49)332-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 01 de julho de 2021.

Marino José Frey
Prefeito Municipal

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 133/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 75/2021 REGISTRO DE PREÇO DATA EMISSÃO: 01/07/2021

Publicação Nº 3130859

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) EB8560577E5D29CF7508835417066040C3C06146

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS
RUA JOÃO CASTILHO Nº 111
89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

Secretaria de Administração/Departamento de Compras
Processo de Compra Nº.: 133/2021
Pregão Presencial nº: 75/2021
Registro de Preço
Data Emissão: 01/07/2021
Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário ITEM

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço unitário ITEM, sob regime de execução e entrega conforme a demanda existente, de acordo com que dispõe o Decreto Municipal nº 1.247, de 28 de outubro de 2009, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar Nº 147, de 07 de Agosto de 2014 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as "propostas de preços" e de nº 02, contendo a "documentação de habilitação" serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 14h30min do dia 14 de Julho de 2021 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

Constitui objeto do presente REGISTRO DE PREÇO através de Pregão Presencial a eventual de acordo com a demanda para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, RETIRADA E COLOCAÇÃO DE MOTO BOMBAS, LIMPEZA E DESINFECÇÃO, TESTE DE VAZÃO DE POÇOS PROFUNDOS, ALUGUEL DE MOTO BOMBA, PARA O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, BEM COMO AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRICO E DEMAIS INERENTES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO, conforme detalhado no Anexo I. EB8560577E5D29CF7508835417066040C3C06146.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até às 14h30min do dia 14 de Julho de 2021.
Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

TUNÁPOLIS/SC,.01 de julho de 2021.

Marino José Frey
Prefeito Municipal

119.2021 HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 3131475

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8F964CB7A6AF70D36BC3AC70E7B7D08718E9849A

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - PREFEITURA CNPJ: 78.486.198/0001-52 Rua João Castilho, 111 C.E.P.: 89898-000 - Tunápolis - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 66/2021 - PR Processo Administrativo: 6/2021 Processo de Licitação: 119/2021 Data do Processo: 10/06/2021
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Marino José Frey, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 119/2021
b) Licitação Nr.: 66/2021-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 01/07/2021
e) Objeto da Licitação

Constitui objeto da presente licitação através de REGISTRO DE PREÇO visando a seleção de propostas, para a "CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS FERREIRO(SOLDA E FERRO DE VÁRIAS BITOLAS E DEMAIS SERVIÇOS INERENTES), AQUISIÇÃO DE MATERIAIS QUE SERÃO UTILIZADOS NAS REFORMAS E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, REPARTIÇÕES E LOCAIS PÚBLICOS, E CARGA DE OXIGÊNIO INDUSTRIAL PARA GARAGEM DO DMER, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, os quais passam a fazer parte do

			(em Reais R\$)
f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	Qtde de Itens	Média Descto (%)	Total dos Itens
- 009169 - Mecânica Agrícola Nei Ltda - ME	9	0,0000	72.725,00
- 006240 - Nandis Ind. Com.de Gases Atmosfericos Ltd	2	0,0000	3.880,00
	11		76.605,00

Tunápolis, 1 de Julho de 2021.

.....
PREFEITO MUNICIPAL MARINO JOSÉ FREY

122.2021 HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 3131441

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 62226B2031714F6C31884855A785AE2FA3C3B7E5

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE TUNAPOLIS - PREFEITURA CNPJ: 78.486.198/0001-52 Rua João Castilho, 111 C.E.P.: 89898-000 - Tunápolis - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 67/2021 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 122/2021 Data do Processo: 15/06/2021
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Marino José Frey, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 122/2021
b) Licitação Nr.: 67/2021-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 01/07/2021
e) Objeto da Licitação A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE 02(DOIS) VEÍCULOS NOVOS, ZERO QUILOMETRO, QUE SERÃO DESTINADOS PARA O SETOR DO URBANISMO E FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, com recursos próprios, conforme quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 006325 - Bregomar Veiculos Ltda	1	0.0000	108.600,00
- 010552 - LEDIR AUTO COMERCIO DE VEICULOS LTDA	1	0.0000	65.000,00
	2		173.600,00

Tunápolis, 1 de Julho de 2021.

PREFEITO MUNICIPAL MARINO JOSÉ FREY

HOMOLOGAÇÃO 123.2021

Publicação Nº 3131547

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BD1D1A20B30A54C6E5121B87FA6F5094A4374F99

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - PREFEITURA CNPJ: 78.486.198/0001-52 Rua João Castilho, 111 C.E.P.: 89898-000 - Tunápolis - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 68/2021 - PR Processo Administrativo: 7/2021 Processo de Licitação: 123/2021 Data do Processo: 17/06/2021
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Marino José Frey, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 123/2021
b) Licitação Nr.: 68/2021-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 30/06/2021
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Constitui objeto da presente licitação, REGISTRO DE PREÇO a seleção de propostas, visando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (PORTAS E PAREDES) E SUA DEVIDA MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DAS MESMAS NOS IMÓVEIS PÚBLICOS DESTA MUNICIPALIDADE, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtd de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 010549 - SANTOS SOLUCOES CONSTRUTIVAS LTDA	3	0,0000	37.150,00
	3		37.150,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (7), 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 (19)

PREFEITO MUNICIPAL MARINO JOSÉ FREY

PROCESSO N° 26/2021

Publicação N° 3131646

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D1AC15CFE4F08C41E02C02E24CB537F63597E123

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUNAPOLIS CNPJ: 12.273.240/0001-49 Rua João Castilho, 111 C.E.P.: 89898-000 - Tunápolis - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2021 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 26/2021 Data do Processo: 15/06/2021

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Gestora Do Fundo Municipal De Saúde, Roseli Gabriel Bonavigo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 26/2021
b) Licitação Nr.: 10/2021-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 01/07/2021
e) Objeto da Licitação

A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE USO EXCLUSIVO NA PREVENÇÃO E COMBATE AO COVID-19 (AVENTAL IMPERMEÁVEL E KIT TESTE RÁPIDO), PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	(em Reais R\$)		
	Qtde de Itens	Média Descto (%)	Total dos Itens
- 006872 - AR FIORENTINO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	1	0,0000	7.000,00
- 007114 - CEPALAB LABORATORIOS LTDA	1	0,0000	21.400,00
	2		28.400,00

Tunápolis, 1 de Julho de 2021.

ROSELI G. BONAVIGO, GESTORA DO FUNDO

Turvo**PREFEITURA****3APOSTILAMENTOCONT34/2021-FMS**

Publicação Nº 3131448

3ª APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 034/2021 - FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO, com sede na Rua Nereu Ramos, 588, no centro do município de Turvo/SC, inscrita no CNPJ sob nº 80.991.094/0001-47, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. JOSÉ TADEU ARCENO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 341.605.319-20, nos termos das Cláusulas contratuais e em especial na Clausula Primeira do Contrato nº 034/2021 - FMS, celebrado com a Empresa ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEL LTDA, em 18 de Abril de 2021, REAJUSTE aos preços do fornecimento de combustível, de acordo com o acréscimo autorizado pelo governo Federal e repassado pela Companhia Distribuidora, comprovado pela notas fiscais n. 5982 de 04/06/2021 e N.F. n. 6777 de 23/06/2021.

O pedido consiste na revisão de valor do preço por litro da Gasolina Comum de R\$ 5,198, fica reequilibrado para R\$ 5,26

O valor do Contrato nº 034/2021 – FMS, fica repactuado nas unidades vigentes até seu término.

Turvo/SC, SC 01 de julho de 2021.

Sandro Cirimbelli Prefeito Municipal Contratante	José Tadeu Arceno Secretario de Saúde
--	--

DECRETO Nº 041

Publicação Nº 3131648

DECRETO Nº 041/21, de 01 de julho de 2021.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SANDRO CIRIMBELLI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.413/20 (Lei Orçamentária Anual), de 17.12.2020.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 317.000,00 (trezentos e dezessete mil reais), assim classificados:

04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.182.0056.2.030 Manutenção e Funcionamento do Funrebowm

4.4.90.00.00.00.00.00 0080 (18) Aplicações Diretas R\$ 117.000,00

04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0028.2.005 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.3.90.00.00.00.00.00 0080 (10) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte de recursos 0080 por excesso de arrecadação no valor de R\$ 337.000,00 (trezentos e trinta e sete mil reais) apurado no exercício corrente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 01 de julho de 2021.

SANDRO CIRIMBELLI
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Aline Baesso dos Santos Martins – Secretária de Administração e Finanças.

EXTRATOIL68PMT

Publicação Nº 3131529

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E4CC8228B92EB70FA0925F74574D990E6686BB99

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TURVO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2021

INEXIGIBILIDADE Nº 068/2021.

OBJETO: Contratação de empresa detentora de profissional especializado com habilitação em direito e inscrito(s) nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, para prestar serviços técnicos profissionais de assessoria e consultoria jurídica, de natureza singular, na condição de advogado junto ao Setor de Licitações e Contratos Administrativos do município de Turvo/SC, obedecidas as condições, quantitativos, especificações técnicas constantes e valores constantes na proposta de preços, e fixadas no Termo de Referência e demais anexos, durante o exercício de 2021, conforme Termo de Referência.

CONTRATADO: CACIMAR DE OLIVEIRA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOGADOS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TURVO/SC

VIGÊNCIA: 01/07/2021 Á 31/12/2021.

VALOR DO OBJETO: R\$ 42.000,00.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 04.01 – 2.005 – 3.3.90.39.05.0080.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 37, inciso XXI da CRFB/88, arts. 2º, caput, 13, incisos, II, III e V, 25, inciso II, 25, § 1º todos da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 8.906/94, arts. 3-A e art. 5º do Código de Ética e Disciplina da OAB e Lei Federal nº 14.039/2020

Turvo- SC, em 01 de julho de 2021.

Sandro Cirimbelli

Prefeito Municipal

União do Oeste

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N. 4.883/2021

Publicação Nº 3130460

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 4.883, de 01 de julho de 2021.

Dispõe sobre suspensão dos efeitos da Lei Complementar Municipal N.º 121, de 22 de março de 2021.

VALMOR GOLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal, e:

Considerando, a Lei Complementar 173/2020; Decisão STF nas ADI's 6.447, 6.450 e 6.525; Processo de Consulta @CON 21/00195659 do TCE/SC; Prejulgado 2274 – TCE/SC; Nota Técnica n.º 28/2021 – Complementar (em anexo);

Considerando o período de recesso do Legislativo Municipal;

DECRETA:

Art.1º Fica suspenso os efeitos da Lei Complementar Municipal N.º 121, de 22 de março de 2021, que "Dispõe sobre a revisão geral anual dos vencimentos dos servidores ativos e inativos, do Poder Executivo e Poder Legislativo do Município União do Oeste e dá outras providências", até a aprovação pelo Legislativo Municipal do Projeto de Lei que revoga a referida Lei Complementar.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 01 de julho de 2021.

VALMOR GOLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme Lei Municipal N. 1010/2014.

Urupema

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 13/2021-PMU

Publicação N° 3130928

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPEMA
SETOR DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL N° 13/2021-PMU

A Prefeitura Municipal de Urupema, SC, torna público para conhecimento de quem interessar que fará realizar no dia 16/07/2021, às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal, à Rua: Artur Pagani, 281, pregão presencial pelo menor preço por Item, objetivando aquisição de tubos de concreto para reposição em bueiros localizados nas estradas municipais. Cópia do Edital e/ou maiores informações no endereço acima citado ou pelo fone (49) 3236-3014 ou licitacao@urupema.sc.gov.br, das 08h00min as 12h00min e 13h30min as 17h30min ou pelo site <http://urupema.sc.gov.br/licitacoes>

Urupema, 02 de Julho de 2021.

EVANDRO FRIGO PÉREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Urussanga

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 83/2021, 84/2021

Publicação Nº 3131658

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 83/2021, 84/2021

(Referente Pregão Presencial nº 30/2021/PMU e Processo de Licitação nº 39/2021/PMU)

MUNICÍPIO DE URUSSANGA, sito à Praça da Bandeira, 12, Centro, Urussanga/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o Nº 82.930.181/0001-10, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JAIR NANDI, portador do CPF nº 827.127.279-91 e Cédula de Identidade nº 3.013.534

ATA Nº 83/2021: DARCIONEI BAESSO EIRELI, CNPJ/MF nº 81.820.821/0001-76. Valor

Global da Ata: R\$ 42.997,09.

ATA Nº 84/2021: MECÂNICA SANGALETTI LTDA - ME, CNPJ/MF nº 07.160.911/0001-25. Valor

Global da Ata: R\$ 36.441,68.

Fundamento Legal: Lei Federal 10.520, de 17/07/2002 e suas alterações posteriores, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações, LC 123/2006, Lei Municipal nº 2.806/2017, Decreto Municipal GP/Nº 166 de 09 de agosto de 2018, Processo Licitatório de PREGÃO Nº 30/2021/PMU, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente edital tem por objetivo o registro de preços para a aquisição parcelada de peças e serviços para fins de manutenção mecânica e elétrica em veículos da Polícia Militar, com peças novas e de boa qualidade, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas nos termos da minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo), Planilha com especificações técnicas dos materiais (Anexo) e demais anexos que fazem parte integrante deste edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE SOLICITAÇÃO DOS SERVIÇOS E DO PRAZO DE ENTREGA

2.1. A solicitação dos serviços será emitida pelo fiscal, sendo destes a responsabilidade pela fiscalização do acompanhamento dos prazos e dos materiais entregues.

2.1.1. Recebendo a CONTRATADA a solicitação dos serviços, a mesma deverá providenciar o atendimento em até 04hs do chamado, sendo que os serviços deverão ser efetuados, no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a solicitação formal da contratante, devidamente assinada pela autoridade responsável requisitante, admitindo-se a postergação deste prazo nos casos em que a administração entenda seja inviável sua execução no prazo inicialmente previsto, limitando-se este a 15 (quinze) dias.

2.1.1.1. A solicitação será feita para o endereço de 01 (um) e-mail a ser informado pela CONTRATADA no momento da celebração da Ata de Registro de Preços.

2.1.1.2. Os e-mails trocados entre CONTRATANTE e CONTRATADA farão parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, podendo ser usados como prova pelo município de Urussanga em caso de descumprimento de qualquer prazo ou determinação descrito no(s) mesmo(s), pela CONTRATANTE.

2.1.1.3. O não atendimento ao chamado caracterizará recusa em executar o contrato firmado e recairá sobre a CONTRATADA as penalidades previstas conforme definido na minuta contratual.

2.1.2. O prazo de entrega e o local deverão ser rigorosamente cumpridos.

2.1.3. O prazo de entrega estabelecido é fixo e improrrogável, salvo motivo considerado de "força maior", previsto em lei, comunicado pela CONTRATADA, por escrito, antes do vencimento do mesmo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOCORRO

3.2. Os serviços deverão ser prestados nas dependências do contratado, sendo por sua conta e risco o transporte do veículo até o local da prestação dos serviços e a sua devolução ao local de origem.

3.3. Poderão, ainda, serem prestados os serviços nas dependências da contratante, em caso de urgência.

3.4. Em caso de socorro, a manutenção deverá ser prestada no local da ocorrência, sendo que o deslocamento do veículo, caso seja necessário, será por conta e risco da contratada.

3.5. A maior distância a ser percorrido dentro do município de Urussanga é de 27km, contados a partir da sede desta municipalidade.

CLÁUSULA QUARTA - DOS CUSTOS DE TRANSPORTE, DA SEGURANÇA DO BEM PÚBLICO E DA DEVOLUÇÃO DOS MATERIAIS TROCADOS DURANTE A MANUTENÇÃO

4.1. Todos os custos com o transporte do veículo até o local da prestação dos serviços e vice-versa, serão por conta e risco da contratada, quando esta manutenção ocorrer em distância superior a 3km da sede da garagem municipal desta municipalidade.

4.2. A segurança do(s) veículo(s) durante o transporte a que se refere o subitem anterior e enquanto este permanecerem nas dependências da contratada será por conta e risco da mesma, devendo esta ressarcir à Prefeitura Municipal de Urussanga, o valor do mesmo com relação a danos ou roubo.

4.3. Por se tratar de materiais pagos com recursos públicos desta municipalidade, todos aqueles que forem substituídos nos veículos, máquinas e equipamentos de que trata este edital, deverão ser devolvidos às Secretarias no momento da entrega do documento fiscal, sob pena do não recebimento do documento sem que se comprove realmente se houve a substituição ou não.

4.3.1. O horário para a referida entrega deverá ocorrer dentro do expediente da Polícia Militar.

CLÁUSULA QUINTA – DA ACEITAÇÃO E DO CONTROLE DE QUALIDADE

5.1. A Contratada mesmo não sendo a fabricante de seus produtos, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto desta Ata de Registro de Preços em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação, transporte, armazenamento ou do material empregado constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por conta da Contratada.

5.2. Os produtos e os serviços somente serão aceitos depois de constatado, no local da entrega, se a quantidade e qualidade entregue estão

de acordo com a solicitada.

5.3. Os serviços somente serão devidamente recebidos se cumpridos no prazo e nas condições determinadas no edital de licitação e neste termo contratual e vistoriados e aprovados pelo fiscal deste termo.

5.4. Caso venha a ser verificado defeito no veículo após a manutenção do mesmo, caberá ao fiscal deste termo contratual estabelecer um prazo para a reparação, sem ônus adicional à CONTRATANTE. Caso não seja possível ou não seja feita a reparação, a CONTRATANTE nada deverá à CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pelos servidores abaixo relacionados:

Secretaria/Diretoria	Fiscal	Telefone
Cap. Polícia Militar	Sr. Tiago Lemos	(48) 3403-1640

6.2. A fiscalização será exercida no interesse da PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

6.3. Estando os produtos e/ou serviços e/ou serviços em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização da Ata de Registro de Preços e enviados ao Departamento Financeiro, para o devido empenho e posterior pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A contratada deverá obedecer a rotina estabelecida pelo órgão contratante para a execução dos serviços, seja esta:

7.1.1. A Contratada deverá fazer orçamento prévio referente à manutenção necessária ao veículo e encaminhá-lo à fiscalização desta municipalidade, que fará a verificação do mesmo e se os valores escritos estão de acordo com o contratado.

7.1.2. Após verificação, estando o(s) fiscal(s) de acordo com os itens e o orçamento apresentado, será expedida a autorização de fornecimento para a contratada.

7.1.2.1 Nos casos em que o orçamento da contratada não for aprovado pela fiscalização ou os valores não estiverem de acordo com o contratado, a fiscalização devolverá o mesmo à contratada, para que promova as correções necessárias.

7.1.3. Toda comunicação entre contratante e contratada deverá ser feita de maneira formal, através de e-mail registrado no cadastro oficial desta municipalidade ou entregue pessoalmente.

7.1.4. Todo orçamento apresentado deverá obedecer ao disposto na cláusula oitava deste termo.

CLÁUSULA OITAVA – DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado em até 30 dias após recebimento e aceite da nota fiscal, obedecendo-se a ordem cronológica por fonte de recurso.

8.1.1. Os depósitos serão feitos através de depósito bancário em nome da empresa contratada.

8.1.2. A aprovação da Nota fiscal/fatura se dará mediante o "CERTIFICADO" pelos responsáveis por cada recebimento, autorizados para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferida a quantidade e valor.

8.1.3. O prazo de pagamento previsto no item 1, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Urussanga/SC, postergando-se em caso negativo, para o primeiro dia útil.

8.2. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

8.3. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a entregas com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes desta Ata de Registro de Preços.

8.4. Mediante o pagamento do valor total dos produtos e/ou serviços e/ou serviços, a CONTRATADA, dará total, geral e irrevogável quitação ao CONTRATANTE, nada devendo a qualquer título.

8.5. O contratante somente fará o pagamento por transferência bancária on line, em nome do fornecedor pessoa jurídica ou física, de acordo com o documento fiscal apresentado. Para isso, o mesmo deverá apresentar os dados conta bancária no momento da contratação e manter o seu cadastro em dia junto ao setor de compras.

8.6. Fica vedada a negociação de faturas ou títulos de crédito com instituições financeiras, não sendo aceitos boletos bancários ou duplicatas.

8.7. É obrigatória a apresentação da conta bancária em nome do fornecedor.

8.8. Nenhum pagamento será feito à contratada caso o produto entregue apresentar defeitos e esta não o solucionar dentro do prazo dado para pagamento descrito nesta cláusula.

CLÁUSULA NONA - DA PRIORIDADE À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E DOS PRAZOS

9.1. Por se tratar de veículo destinado à promoção da segurança, obriga-se a CONTRATADA a dar prioridade no atendimento desta manutenção em seu estabelecimento, sendo que será de sua responsabilidade e ônus o atraso não justificado no atendimento da solicitação.

9.2. Somente deverão ser executados os serviços descritos na solicitação recebida, não cabendo a CONTRATADA modificar, alterar ou incluir outros, sem prévia concordância do fiscal responsável pelo encaminhamento.

9.3. O prazo de entrega estabelecido é fixo e improrrogável, salvo motivo considerado de "força maior", previsto em lei, comunicado pela CONTRATADA, por escrito, ao fiscal da presente Ata de Registro de Preços, antes do vencimento do prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA - ATRIBUIÇÕES DA CONTRATADA ALÉM DAS JÁ DETERMINADAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS

10.1 Além das obrigações constantes do edital e em outras cláusulas deste termo, do disposto na Lei n.º 8.666/1993 são ainda obrigações da CONTRATADA:

a) Manter inalterados os preços e condições propostas;

b) A CONTRATADA está obrigada a executar o objeto desta ata através de pessoas idôneas com capacidade profissional comprovado e qualificado, assumindo a total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, prepostos ou mandatários, no desempenho de suas funções causem à CONTRATANTE, podendo a mesma solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente, ou cuja capacidade técnica seja insuficiente;

c) A CONTRATADA está obrigada a assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em decorrência da espécie forem vítimas, seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridas em dependência do CONTRATANTE;

- d) A CONTRATADA está obrigada a assumir e arcar com os encargos trabalhistas previdenciários, fiscais e comerciais, bem como, os tributos resultantes do cumprimento desse termo respectivo;
- e) A CONTRATADA está obrigada a cumprir e fazer cumprir, seus prepostos ou convenientes; as leis, regulamentos e posturas, bem como, qualquer determinação emanada das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto desse termo, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes;
- f) A CONTRATADA está obrigada a comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do objeto deste termo;
- g) A CONTRATADA está obrigada a manter um representante para tratar com a CONTRATANTE;
- h) A CONTRATADA está obrigada a se responsabilizar com despesas como, profissional técnico, transporte, combustível, mão de obra para carga, descarga, seguros, diárias de alimentação, dentre outras despesas advindas da execução deste termo respectivo;
- i) Providenciar a imediata reparação, correção ou substituição, total ou parcial, às suas expensas, diante de qualquer defeito nos produtos entregues, este deverá ser substituído em até 24 (vinte e quatro) horas do ocorrido.
- j) Entregar os produtos e serviços de acordo com o determinado neste termo de Ata de Registro de Preços.
- k) Cumprir o disposto no inciso V do art. 27, da Lei Federal nº 8.666/93.
- l) São Expressamente vedadas à CONTRATADA:
- 1) A veiculação de publicidade acerca desta ata, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE.
 - 2) A subcontratação para a execução do objeto desta ata, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
 - 3) A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, durante a vigência desta ata.
- m) Fornecer a mão-de-obra, equipamentos e combustível e outros necessários à execução de objeto desta ata.
- n) Responsabilizar-se, às suas custas, pelo cumprimento das normas regulamentadoras e legislações Federais, Estaduais e Municipais de Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho.
- o) A contratada deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto contratado, para servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo da esfera Federal, Estadual e Municipal.
- p) A contratada deverá assumir como sua responsabilidade o fornecimento de todos os necessários equipamentos (Equipamento de Proteção Individual e Equipamento de Proteção Coletiva) em atendimento ao estabelecido nas respectivas normas de segurança do trabalho, sem ônus adicional à CONTRATANTE.
- q) Manter os salários dos seus empregados que prestem serviços relativos a esta ata rigorosamente em dia.
- r) Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da contratação de pessoal, tais como: salários, acidentes em que sejam vítimas seus empregados quando em serviço e por tudo quanto as Leis Trabalhistas lhe assegurem inclusive férias, aviso prévio, indenizações, etc.
- s) Na hipótese de qualquer reclamação trabalhista, intentada contra o CONTRATANTE por empregados da CONTRATADA, esta deve comparecer espontaneamente em Juízo, reconhecendo sua verdadeira condição de empregador e substituir o CONTRATANTE no processo, até o final do julgamento, respondendo pelos ônus diretos e indiretos de eventual condenação. Esta responsabilidade não cessa com o término ou rescisão desta ata.
- t) Caso a Justiça Trabalhista condene financeiramente o CONTRATANTE, este descontará os valores correspondentes das faturas a serem pagas, mesmo que não se refiram aos serviços abrangidos por este Instrumento Contratual.
- u) Cumprir o disposto na Lei Municipal nº 2.806/2017 quanto a seus artigos, os quais seguem transcritos:
- “ (...)
- Art. 2º. As obras e serviços contratados com Município de Urussanga, por pessoa jurídica ou física, em decorrência de adjudicação face à realização certame licitatório ou não, devem ser executados exclusivamente pelo contratante, vedada a delegação a terceiros mediante subempreitada, ainda que parcial.
- § 1º. O contrato firmado terá, obrigatoriamente, uma cláusula alusiva à vedação contida no caput deste artigo.
- § 2º. Comprovada a delegação o contrato respectivo será rescindido unilateralmente pelo Município que procederá à nova licitação na modalidade compatível com o valor remanescente da obra ou serviço.
- Art. 3º. Deverá constar nos editais de licitação, cujo o objeto seja a contratação de obra ou serviços que envolvam o fornecimento de mão-de-obra, bem como nos correspondentes contratos administrativos, cláusulas com exigência de capacitação em saúde e segurança do trabalho de todos os trabalhadores envolvidos.
- § 1º. A capacitação em segurança do trabalho será exigida junto com os demais documentos necessários ao pagamento da obra ou serviço, e não poderá onerar o contrato.
- § 2º. A fiscalização do contrato deverá denunciar, por escrito, a exigência de qualquer trabalhador sem a mencionada capacitação, ou com a capacitação com o prazo de validade vencido, para o fim de suspender o respectivo pagamento da obra ou serviço, até a regularização.”
- v) PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA:
- v1) Executar revisões preventivas e manutenções corretivas, incluindo elétrica geral, reparo no sistema elétrico e de ar condicionado, substituição de peças e acessórios, lanternagem/pintura e capotaria, inclusive, indicando o tempo, em homem/hora trabalhada, a ser despendido na realização dos serviços (de acordo com o lote vencido no certame, pela CONTRATADA);
- v2) Prestar os serviços sob sua inteira responsabilidade, executando-os em estabelecimento próprio, cabendo o fornecimento e administração de recursos humanos treinados e capacitados tecnicamente, infra-estrutura adequada, equipamentos, ferramentais e demais materiais indispensáveis à execução dos serviços;
- v3) Responsabilizar-se pelos serviços prestados, os quais deverão ser executados no tempo acordado e conforme norma técnica do fabricante da marca do veículo. Antes da execução de cada serviço proposto, deverá ser previamente apresentado a CONTRATANTE o orçamento em papel timbrado, datado e assinado, constando minuciosamente os serviços a serem executados, peças a serem substituídas, materiais a serem empregados, tempo de execução do serviço com respectiva hora/homem a ser trabalhada. Após recebimento e aprovação pelo setor de frotas do orçamento dos serviços a serem executados a CONTRATANTE, autorizará a CONTRATADA formalmente a executar o serviço.
- v4) Oferecer garantia de mercado para cada serviço executado, que será no mínimo de 90 (noventa) dias. Caso o veículo apresente defeito em decorrência do serviço efetuado, dentro do prazo de garantia, o problema deverá ser solucionado no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas;
- v5) Responsabilizar-se por qualquer veículo da frota que for entregue para a obtenção de orçamento ou execução do serviço, devolvendo-o em perfeito estado;
- v6) Entregar a CONTRATANTE todas as peças/acessórios/demais materiais porventura substituídos;

- v7) Indenizar a CONTRATANTE por qualquer dano ou desaparecimento de itens/acessórios constantes nos veículos, em decorrência de ação ou omissão do técnico e/ou funcionário da empresa contratada. A aferição de tais itens/acessórios será realizada quando da entrega/recebimento do veículo;
- v9) Encaminhar para a Secretaria de Infraestrutura, a nota fiscal de serviços efetuados, acompanhada dos documentos fiscais/legais pertinentes;
- v10) Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, compatibilidade com as obrigações assumidas durante a fase de habilitação e qualificação exigida na licitação que der origem a Ata de Registro de Preços.
- x) Dispor de um conjunto operacional capaz de ofertar simultaneamente os serviços a que se dispor em sua oferta, com profissionais habilitados para execução dos serviços objeto da contratação.
- y) A contratada deverá dispor de instalações e equipamentos compatíveis com o objeto desta contratação, com as seguintes especificações mínimas:
- I. Galpão coberto;
 - II. Pátio fechado com sistema de monitoramento por câmeras e alarme;
 - III. Rampa.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA CONTRATANTE

11.1 Além das obrigações resultantes da observância do disposto na Lei n.º 8.666/1993 são obrigações da CONTRATANTE:

- a) A CONTRATANTE está obrigada a efetuar os pagamentos devidos;
- b) A CONTRATANTE está obrigada a proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar os compromissos assumidos;
- c) A CONTRATANTE exigirá o cumprimento de todas as obrigações assumidas de acordo com as cláusulas contratuais;
- d) A CONTRATANTE exercerá o acompanhamento, execução e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, por fiscal especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando o dia, mês e ano, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- e) A CONTRATANTE está obrigada a notificar a contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do uso do objeto no período da garantia fixando prazo para providências cabíveis;
- f) A CONTRATANTE está obrigada a rejeitar, no todo ou em parte, os produtos e/ou serviços e/ou serviços em desacordo com a Ata de Registro de Preços;
- g) A CONTRATANTE está obrigada a comunicar, em tempo hábil, à CONTRATADA, as entregas dos produtos e/ou serviços e/ou serviços a serem entregues tais como: os horários, os locais e a quantidade a ser entregue.
- h) Rejeitar o fornecimento efetivado em desacordo com o previsto na autorização de fornecimento recebida, de acordo com a Ata de Registro de Preços.
- i) Assegurar, respeitadas as normas internas, o acesso dos funcionários da empresa contratada ao local de entrega dos produtos e/ou serviços e/ou serviços.
- j) Prestar as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela empresa contratada, e que digam respeito à natureza do objeto deste Termo.
- k) Notificar o licitante vencedor, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.
- l) Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação exigidas na licitação.
- m) Proceder à conferência da Nota fiscal/fatura, atestando no corpo da mesma, pelo fornecimento dos produtos e/ou serviços e/ou serviços.
- n) Convocar o contratado para que o mesmo encaminhe em até 24 horas da convocação um técnico ou responsável legal que tenha conhecimento dos produtos e/ou serviços e/ou serviços entregues, quando um dos produtos e/ou serviços entregues estiver com defeito, para que o mesmo acompanhe a abertura das demais embalagens para fins de verificação do fato, exigindo sempre, em até 24 horas a contar da convocação feita pelo fiscal desta municipalidade.
- o) Verificar o cumprimento da Lei Municipal nº 2.806/2017 quanto a seus artigos os quais seguem transcritos:

" (...)

Art. 2º. As obras e serviços contratados com Município de Urussanga, por pessoa jurídica ou física, em decorrência de adjudicação face à realização certame licitatório ou não, devem ser executados exclusivamente pelo contratante, vedada a delegação a terceiros mediante subempreitada, ainda que parcial.

§ 1º. O contrato firmado terá, obrigatoriamente, uma cláusula alusiva à vedação contida no caput deste artigo.

§ 2º. Comprovada a delegação o contrato respectivo será rescindido unilateralmente pelo Município que procederá à nova licitação na modalidade compatível com o valor remanescente da obra ou serviço.

Art. 3º. Deverá constar nos editais de licitação, cujo o objeto seja a contratação de obra ou serviços que envolvam o fornecimento de mão-de-obra, bem como nos correspondentes contratos administrativos, cláusulas com exigência de capacitação em saúde e segurança do trabalho de todos os trabalhadores envolvidos.

§ 1º. A capacitação em segurança do trabalho será exigida junto com os demais documentos necessários ao pagamento da obra ou serviço, e não poderá onerar o contrato.

§ 2º. A fiscalização do contrato deverá denunciar, por escrito, a exigência de qualquer trabalhador sem a mencionada capacitação, ou com a capacitação com o prazo de validade vencido, para o fim de suspender o respectivo pagamento da obra ou serviço, até a regularização."

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ESTIMATIVA DE GASTOS

12.1. A estimativa de gastos para um período de 12 meses com serviços de manutenção em veículos automotores, incluindo a aquisição de peças.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:

13.1. O recebimento dos serviços dar-se-á conforme o disposto no artigo 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93, e conforme abaixo:

- a) A simples assinatura de servidor em canhoto de fatura implica apenas recebimento provisório.
- b) O recebimento definitivo dar-se-á com o ateste da fatura, após a verificação da conformidade com a especificação constante do Edital e seus anexos.
- c) Caso insatisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recusa, consignando as desconformidades com as especificações,

obrigando-se a contratada a corrigir a situação geradora da recusa no prazo de até 03 (três) dias, quando se realizarão novamente as verificações constantes do item 'b'.

d) Caso a substituição não ocorra no prazo estipulado ou haja nova recusa, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeitando-se a aplicação das penalidades cabíveis.

e) Os custos da substituição dos itens rejeitados correrão exclusivamente à conta da contratada.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. É vedada a CONTRATADA subcontratar o total dos serviços contratados, entretanto é permitido fazê-la parcialmente e no caso de prévia e comprovada necessidade, mediante autorização do órgão responsável do CONTRATANTE.

14.2. Em caso de subcontratação, a CONTRATADA permanecerá solidariamente responsável, tanto em relação ao CONTRATANTE, como perante terceiros, pelo perfeito cumprimento de todas as cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços.

14.3. A CONTRATADA deverá comunicar os serviços optados pela subcontratação à fiscalização da Secretaria de Infraestrutura do CONTRATANTE, apresentando a relação dos serviços a serem subcontratados.

14.4. Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita sem autorização escrita do CONTRATANTE, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUBEMPREITADA

15.1. Este Termo de Ata de Registro de Preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2. O objeto da presente Ata de Registro de Preços deverá ser executado exclusivamente pela Contratada, vedada a delegação a terceiros mediante subempreitada, ainda que parcial (redação dada pela Lei Municipal de nº 2.806 de 21 de junho de 2017).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXECUÇÃO

16.1. Este Termo de Ata de Registro de Preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES

17.1. De conformidade com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei Federal Nº 8.666/93 e alterações subsequentes, a CONTRATADA que descumprir as condições desta ata, poderá o órgão competente do CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

17.1.1. No caso de atraso ou negligência na entrega do (s) produto (s) no local e prazo determinados, será aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) calculado sobre o valor global desta ata, até o limite de 5% (cinco por cento), independente da possibilidade de rescisão contratual, com as consequências previstas em lei, reconhecido os direitos do CONTRATANTE estabelecidos no art. 77 da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes;

17.1.2. Multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor desta ata, em caso de rescisão motivada pela CONTRATADA ou por iniciativa da mesma (sem justo motivo).

17.2. Pela inexecução parcial ou total desta ata, o órgão competente do CONTRATANTE poderá, garantindo-se o direito do contraditório e da ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar as seguintes sanções, com base em processo administrativo:

17.2.1. Advertência verbal ou escrita, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula desta ata e/ou nas faltas leves não acarretarem prejuízos de monta a execução desta ata, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

17.2.2. Multa na ordem de 5% (cinco por cento) sobre o valor total desta ata pela inexecução parcial e na ordem 10% (dez por cento) sobre o valor desta ata pela inexecução total;

17.2.3. Suspensão por até 2 (dois) anos, de participação em licitações do Município de Urussanga-SC, no caso de inexecução parcial ou total desta ata, sendo aplicada segundo a gravidade e se a inexecução decorrer de violação culposa da CONTRATADA;

17.2.4. Declaração de inidoneidade para participar de licitação e contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais e Municipais, quando a inexecução decorrer de violação dolosa da CONTRATADA, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação na forma da legislação em vigor.

17.2.5. Rescisão unilateral desta ata.

17.3. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei.

17.4. A aplicação das penalidades estabelecidas nesta ata é de competência exclusiva do Senhor Prefeito Municipal.

17.5. Não serão aplicadas as multas decorrentes de "casos fortuitos" ou "força maior", devidamente comprovados.

17.6. Sem prejuízo da aplicação ao inadimplemento das sanções que lhe couberem, o órgão competente do CONTRATANTE, recorrerá às garantias constituídas, se houverem, a fim de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha acarretado a CONTRATADA, podendo ainda reter créditos decorrentes desta ata e promover a cobrança judicial, por perdas e danos.

17.7. Da aplicação das multas, a CONTRATADA terá o direito ao prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a partir da notificação, para recolhimento dos valores junto à tesouraria da Secretaria da Fazenda do Município.

17.8. Nenhum pagamento será feito a CONTRATADA, que tenha sido multada, antes de paga ou relevada a multa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

18.1. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, a autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

CLÁUSULA DÉCIMA NOVA – DA VALIDADE DA ATA

19.1. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

20.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

20.1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

20.1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

20.1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

20.2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

20.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

20.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

20.5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PRIORIDADE À MANUTENÇÃO AOS VEÍCULOS, DOS PRAZOS E DA DISPONIBILIZAÇÃO DE VEÍCULO QUANDO DO NÃO ATENDIMENTO AOS PRAZOS DETERMINADOS PELO FISCAL

21.1. Por se tratar de veículos da Polícia Militar serviços os quais não podem ser paralisados, obriga-se a CONTRATADA a dar prioridade no atendimento destes em seu estabelecimento, sendo que será de sua responsabilidade e ônus o atraso não justificado no atendimento da solicitação, devendo arcar com os gastos que esta municipalidade vier a contrair pela locação de outro veículo em substituição àquele que se encontrar nas dependências da CONTRATADA ou a aguardando socorro, já expirado o prazo máximo para a retirada, manutenção e entrega do mesmo.

21.2. Somente deverão ser executados os serviços descritos na solicitação recebida, não cabendo a CONTRATADA modificar, alterar ou incluir outros, sem prévia concordância do fiscal responsável pelo encaminhamento.

21.3. Em caso de não cumprimento dos prazos determinados pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, a CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE, veículo com mesmas características ou superior à este, segurado, até que o mesmo retorne as suas atividades após a manutenção.

21.3.1. O fato de que trata o item anterior não dará direito à CONTRATADA de ressarcimento pelo CONTRATANTE, dos custos que tal substituição acarretaria à mesma.

21.4. O prazo de entrega estabelecido é fixo e improrrogável, salvo motivo considerado de "força maior", previsto em lei, comunicado pela CONTRATADA, por escrito, ao fiscal da presente Ata de Registro de Preços, antes do vencimento do prazo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – PARTES INTEGRANTES

22.1. Fazem parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, a Proposta da CONTRATADA e todos os elementos apresentados que tenham servido de base para julgamento do Edital de Pregão nº 27/2021/PMU, bem como as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, se houver, independentemente de transcrição.

22.2. Ficam, também fazendo parte desta ata, as Normas vigentes, Instruções, Ordens de Serviço e mediante Termo de Aditamento, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO

23.1. As dúvidas e/ou divergências deste termo, desde que não previstas expressamente na respectiva ata e que não extrapolem os limites da Lei, poderão ser solucionados amigavelmente.

23.2. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Urussanga, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas desta ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Urussanga/SC, 01 de julho de 2021.

MUNICÍPIO DE URUSSANGA
JAIR NANDI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 100/2020

Publicação Nº 3127564

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 68/2020 Pregão Presencial 44/2020 - Ata de Registro de Preços nº 100/2020, visando registrar preço para aquisição parcelada de serviços de caminhão pipa, por km, de boa qualidade, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas em termo contratual, no edital e demais anexos, para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 3279 de 02/10/2020, Pág. nº 1415, 1416, 1417, 1418, 1419 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 01/10/2021
4ª Publicação

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 99/2020

Publicação Nº 3127557

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 67/2020 Pregão Presencial 43/2020 - Ata de Registro de Preços nº 99/2020, visando registrar preço para aquisição parcelada de computadores, novos e boa qualidade, conforme especificações mínimas constante no edital e seus anexo, para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 3279 de 02/10/2020, Pág. nº 1419, 1420, 1421, 1422, 1423 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 01/10/2021
4ª Publicação

PORTARIA GP/Nº 230/2021

Publicação Nº 3131013

PORTARIA GP/Nº 230, DE 20 DE MAIO DE 2021.

Contratar ELIETE JÚLIO TEIXEIRA DA ROCHA para atuar como Agente de Serviços Gerais – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis nºs 2.777/2016 e 2.680/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar temporariamente a servidora abaixo relacionada, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais – ACT, na Secretaria de Educação, em virtude da necessidade imperiosa de compor o quadro funcional de professores, conforme quadro abaixo:

Titular da Vaga	Motivo do afastamento	Carga Horária	Profissional Substituto	Unidade Escolar	Classificação	Período
Gisele Aparecida Prudêncio Farias	Tratamento de saúde	40	ELIETE JÚLIO TEIXEIRA DA ROCHA	EM Rosalino Damiani	-	20/05/2021 até enquanto perdurar o afastamento da titular

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 20 de maio de 2021.

JAIR NANDI
Prefeito Municipal

JANEIA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte dias do mês de maio de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 231/2021

Publicação Nº 3131016

PORTARIA GP/Nº 231, DE 20 DE MAIO DE 2021.

Exonera, por dispensa sem justa causa, o servidor VANIO PEDROSO, ocupante da vaga de Motorista – ACT, da Secretaria de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais, com base na Portaria GP/Nº 8, de 8 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, por dispensa sem justa causa, o servidor VANIO PEDROSO, ocupante da vaga de Motorista – ACT, da Secretaria de Saúde, a partir de 24 de maio de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 24 de maio de 2021.

JAIR NANDI
Prefeito Municipal

INGRID ZANELATO
Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e quatro dias do mês de maio de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 232/2021

Publicação Nº 3131011

PORTARIA GP/Nº 232, DE 24 DE MAIO DE 2021.

Altera a carga horária da servidora LAURA CITTADIN, ocupante da vaga de Professor – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com a Portaria GP/Nº 55, de 8 de fevereiro de 2021,

RESOLVE:

Art.1º Alterar a carga horária da servidora LAURA CITTADIN, ocupante da vaga de Professor – ACT, de 20hs/semanais para 30hs/semanais, em substituição a Aline Ribeiro Mendes Arent que está afastada para tratamento de saúde, na Secretaria de Educação, a partir de 24 de maio de 2021 até o retorno da titular.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 24 de maio de 2021.

JAIR NANDI
Prefeito Municipal

JANEA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e quatro dias do mês de maio de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 233/2021

Publicação Nº 3131009

PORTARIA GP/Nº 233, DE 25 DE MAIO DE 2021.

Concede afastamento para tratamento de saúde ao servidor NEI ALAN MARTINS, ocupante da vaga de Assistente Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições no uso de suas atribuições, de acordo com o §1º do art. 2º da Lei 2.776, de 27 de setembro de 2016 c/c o art. 71 e ss. Do Decreto Federal nº 3.048, de 6 de maio de 1999,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento para tratamento de saúde ao servidor NEI ALAN MARTINS, ocupante da vaga de Assistente Social, na Secretaria de Assistência Social, a partir de 25 de maio de 2021.

Art. 2º Ao retorno do servidor as suas atividades, cessam os efeitos da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 25 de maio de 2021.

JAIR NANDI
Prefeito Municipal

JANEA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal Interina de Assistência Social

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e cinco dias do mês de maio de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 234/2021

Publicação Nº 3131017

PORTARIA GP/Nº 234, DE 25 DE MAIO DE 2021.

Altera a carga horária da servidora ANA PAULA DA SILVA RICARDO, ocupante da vaga de Agente de Conservação Urbana e Predial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com a Portaria GP/Nº 131, de 22 de março de 2021,

RESOLVE:

Art.1º Alterar a carga horária da servidora ANA PAULA DA SILVA RICARDO, ocupante da vaga de Agente de Conservação Urbana e Predial, de 40hs/semanais para 20hs/semanais, na Diretoria de Cultura, a partir de 1º de junho de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 25 de maio de 2021.

JAIR NANDI
Prefeito Municipal

NEVTON VICENTE RECH BORTOLOTTTO
Diretor Municipal de Cultura

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e cinco dias do mês de maio de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 235/2021

Publicação Nº 3131008

PORTARIA GP/Nº 235, DE 25 DE MAIO DE 2021.

Determina as datas de fruição da licença prêmio concedida a servidora RITA DE CASSIA PADOIN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o § 1º, inciso VII, do art. 65, da Lei Complementar nº 7, de 24 de novembro de 2004 e o art. 123 da Lei Complementar nº 14, de 27 de setembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinado o período para fruição da licença prêmio concedida a servidora RITA DE CASSIA PADOIN:

I – referente ao período aquisitivo de 15/06/2004 a 14/06/2009, sendo ele:

a) 2 de junho de 2021 à 1º de setembro de 2021;

II – referente ao período aquisitivo de 15/06/2009 a 14/06/2014, sendo ele:

a) 2 de setembro de 2021 à 1º de dezembro de 2021;

III – referente ao período aquisitivo de 15/06/2014 a 14/06/2019, sendo ele:

a) 2 de dezembro de 2021 à 1º de fevereiro de 2022;

Art. 2º Fica alterado o inciso I do artigo 1º da Portaria GP/Nº 136, de 22 de março de 2021, passando a ter a seguinte redação:

“I – referente ao período aquisitivo de 15/06/1999 a 14/06/2004, sendo ele:”

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 25 de maio de 2021.

JAIR NANDI
Prefeito Municipal

JANEA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal Interina de Assistência Social

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e cinco dias do mês de maio de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 236/2021

Publicação Nº 3131007

PORTARIA GP/Nº 236, DE 25 DE MAIO DE 2021.

Exonera, por término de contrato antecipado pelo contratado, a servidora CRISTIANE CRUZ FERREIRA MUTTINI, ocupante da vaga de Monitor Escolar – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Portaria GP/Nº 58, de 10 de fevereiro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera, por término de contrato antecipado pelo contratado, a servidora CRISTIANE CRUZ FERREIRA MUTTINI, ocupante da vaga de Monitor Escolar – ACT, vinculada a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 25 de maio de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 25 de maio de 2021.

JAIR NANDI
Prefeito Municipal

JANEIA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e cinco dias do mês de maio de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 237/2021

Publicação Nº 3131015

PORTARIA GP/Nº 237, DE 28 DE MAIO DE 2021.

Exonera, por término de contrato antecipado pelo contratado, a servidora LARISSA HOFFMANN, ocupante da vaga de Enfermeiro – ACT, da Secretaria de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais, com base na Portaria GP/Nº 284, de 16 de dezembro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato antecipado pelo contratado, a servidora LARISSA HOFFMANN, ocupante da vaga de Enfermeiro – ACT, da Secretaria de Saúde, a partir de 18 de maio de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 28 de maio de 2021.

JAIR NANDI
Prefeito Municipal

INGRID ZANELATO
Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e oito dias do mês de maio de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 238/2021

Publicação Nº 3131014

PORTARIA GP/Nº 238, DE 28 DE MAIO DE 2021.

Concede afastamento para tratamento de saúde a servidora MARIA APARECIDA MAGALHÃES, ocupante da vaga de Agente de Serviços Gerais - ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 6º da Lei 2.680, de 12 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento para tratamento de saúde a servidora MARIA APARECIDA MAGALHÃES, ocupante da vaga de Agente de

Serviços Gerais - ACT, na Secretaria de Saúde, a partir de 28 de maio de 2021.

Art. 2º Ao retorno do servidor as suas atividades, cessam os efeitos da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 28 de maio de 2021.

JAIR NANDI
Prefeito Municipal

INGRID ZANALLETO
Secretária Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e oito dias do mês de maio de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 029/2021

Publicação Nº 3130988

EXTRATO DE CONTRATO Nº 029/2021

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: NB ODONTOLOGIA LTDA

CNPJ: 41.506.990/0001-11

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de mão de obra na modalidade de Odontologia em Clínica Geral, para atender junto ao programa Sorriso Legal e Odontomóvel, fornecendo os seguintes serviços, procedimento em caráter preventivo, orientações, restaurações, tratamento em caráter emergencial, exodontia e demais procedimentos de Clínica Geral com carga horária de 20hs semanais, para atendimento no Veículo Odontomóvel e demais locais e horários a serem definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Valor: R\$ 24.850,00 (vinte e quatro mil, oitocentos e cinquenta reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93 e suas alterações, Contrato nº 029/2021.

Vargeão - SC, 04 de junho de 2021.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 07/2021

Publicação Nº 3132352

Extrato de EDITAL de Tomada de Preço nº 07/2021

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 65F66E994CFD6923CB629249D04174DD6B198EEB

O Município de Vargeão, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que no dia 21 de julho de 2021, até às 08h45min, a Comissão Permanente de Licitações de Bens e Avaliações, estará recebendo as propostas dos interessados nesta licitação, tendo como objetivo a seleção de empresa para a execução de obra pública do projeto de um Portal, a ser edificado sobre as fundações em concreto armado, necessárias para apoio e engatamento da estrutura já executado no local, os quais sustentavam o pórtico anterior, no acesso Governador Esperidião Amim, da Rodovia BR 282, no município de Vargeão/SC, com aproveitamento de parte da estrutura anterior, que não sofreu danos, com elaboração e fornecimento do projeto (dimensionamento e detalhamento das peças, cantoneiras, perfis, bem como detalhamento e especificações da solda e demais especificidades de um projeto de estrutura metálica), além do fornecimento e montagem da estrutura metálica, com fornecimento da ART de Projeto e Execução. Com execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário. Informações complementares serão prestadas através do e-mail compras@vargeao.sc.gov.br, fone fax (0**49) 3434-0148, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site da Prefeitura Municipal de Vargeão no link https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-043/con_licitacoes.faces

Gabinete do Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina,
em 01 de julho de 2021.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

65F66E994CFD6923CB629249D04174DD6B198EEB

EXTRATO DO DECIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 001/2018

Publicação Nº 3130992

EXTRATO DO DECIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 001/2018

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

DECIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ Nº 61.198.164/0001-60

OBJETO: Acréscimo do item "MERCEDES BENZ SPRINTER" placa RKY2D15. Fica acrescido ao contrato o valor de R\$ 4.320,79 (Quatro mil, trezentos e vinte reais e setenta e nove reais).

VALOR: R\$ 4.320,79 (Quatro mil, trezentos e vinte reais e setenta e nove reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 001/2018.

Vargeão SC, 30 de junho de 2021.
Volmir Felipe
Prefeito Municipal

EXTRATOS DE CONTRATOS Nº 034/2021 E Nº 035/2021

Publicação Nº 3130996

EXTRATOS DE CONTRATOS nº 034/2021 E nº 035/2021

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: Sidenir Waess Me

CNPJ: 24.569.928/0001-50

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a aquisição parcelada de óleo diesel S10 , com entrega programada, para todas as Secretarias Municipais, conforme quantidades, especificações e entrega programadas contidas no Anexo I, parte integrante do respectivo edital e deste contrato.

Valor: R\$ 628.600,00 (seiscentos e vinte e oito mil e seiscentos reais)

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93 e suas alterações, Processo Licitatório nº 51/2021 e Pregão Eletrônico nº 33/2021 e contrato nº 034/2021.

Vargeão, SC, 01 de julho de 2021.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: Auto Posto Vargeão Ltda

CNPJ: 82.831.264/0001-51

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a aquisição parcelada de Gasolina Comum, com entrega programada, para todas as Secretarias Municipais, conforme quantidades, especificações e entrega programadas contidas no Anexo I, parte integrante do respectivo edital e deste contrato.

Valor: R\$ 134.250,00 (cento e trinta e quatro mil, duzentos e cinquenta reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93 e suas alterações, Processo Licitatório nº 51/2021 e Pregão Eletrônico nº 33/2021 e contrato nº 035/2021.

Vargeão, SC, 01 de julho de 2021.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

Vargem

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N° 1.163/2021, DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação N° 3131059

DECRETO MUNICIPAL N° 1.163/2021, DE 1º DE JULHO DE 2021

Estabelece horário de expediente na
Secretaria Municipal de Agricultura.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM/SC, EXMA SRA. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município...

DECRETA:

Art. 1º A partir do dia 05 de julho de 2021, o expediente na Secretaria Municipal de Agricultura, passará a ser das 12h00min às 18h00min.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 1º de julho de 2021.

Milena Andersen Lopes Becher,
Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente Decreto
no átrio da Prefeitura Municipal na data supra

Danielly Cavalli,
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

PROCESSO LICITATÓRIO N° 24/2021 - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 14/2021

Publicação N° 3131049

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE VARGEM

Processo Licitatório n° 24/2021 - Edital de Pregão Presencial n° 14/2021

Objeto: Recuperação de máquina – Retroescavadeira JCB.

Data e horário: O recebimento dos envelopes n° 01 "documentos" e n° 02 "proposta" será até às 14h00min do dia 14/07/2021, sendo que a abertura e julgamento da licitação será no mesmo dia e no mesmo horário.

Local: Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Vargem, Rua Benjamin Margotti, 214, Centro, Vargem/SC, CEP 89638-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3549-0068 ou no endereço citado.

Vargem/SC, 30 de junho de 2021

Milena Andersen Lopes Becher - Prefeita Municipal.

Vargem Bonita

PREFEITURA

053/2021

Publicação Nº 3130766



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA DE VARGEM BONITA

DECRETO Nº 053 DE 01 DE JULHO DE 2021.

NOMEIA E DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS PARA USO PÚBLICO.

Art. 1º - Fica designada Comissão Especial para avaliação da viabilidade de aquisição e/ou locação de bens imóveis para uso do município de Vargem Bonita, nos termos do Inciso X do Art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 2º - Para compor a Comissão que trata o art. 1º, ficam nomeados os seguintes membros.

Janaine Antunes de Oliveira, inscrita no CPF sob nº 040.197.329-81;

Deisi Tonial Salvador, inscrita no CPF sob nº 072.156.589-10;

Robson Saggin, inscrito no CPF sob nº 072.815.629-69;

Fernanda Caetano Anzolin, inscrita no CPF sob nº 072.252.579-60.

Art. 3º - A Comissão, no seu ato de avaliação, terá o objetivo de emitir parecer fundamentado sobre a viabilidade de locação dos bens imóveis potenciais para fins de uso públicos, sob aspectos econômicos, ambientais e sociais e demais dimensões relacionadas e afins e atribuir valor a ser pago pela locação se esta vier a se concretizar.

Art. 4º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita - SC, 01 de julho de 2021.

ROSAMARCIA HETKOWSKI ROMAN

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 02/07/2021, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Vidal Ramos**PREFEITURA****DECRETO Nº 3.545/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021**

Publicação Nº 3131997

DECRETO Nº 3.545/2021, DE 01 DE JULHO DE 2021

SUSPENDE A CONCESSÃO DA REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam suspensos os efeitos do DECRETO Nº 3.509/2021, DE 26 de abril de 2021 que concedeu revisão geral anual aos servidores públicos municipais, no percentual de 6,10% (seis vírgula dez por cento), até o dia 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º – Os efeitos produzidos por esta lei têm eficácia a partir do dia 1º de julho de 2021.

Art. 3º – Os valores percebidos de boa-fé pelos servidores, até o dia 30 de junho de 2021, por força do DECRETO Nº 3.509/2021, DE 26 de abril de 2021, são considerados plenamente válidos.

Vidal Ramos, 01 de julho de 2021.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 3.544/2021, DE 30 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3131996

DECRETO Nº. 3.544/2021, DE 30 DE JUNHO DE 2021

CRIA CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DE VIDAL RAMOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade a Lei Municipal nº. 2.041/2020, de 10 de dezembro de 2020 (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Artigo 1º - Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$. 99.000,00 com a seguinte classificação no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos:

0500 – EDUCAÇÃO E CULTURA

27.812.1502-2026 – Apoio ao Esporte Amador

33.90.00.00.00.01.64.0891 – Aplicações Diretas R\$. 99.000,00

Art. 2º. – Para cobertura dos Créditos Suplementares acima, utilizar-se-á recursos do provável Excesso de Arrecadação verificado na Fonte de Recurso 01.64.0891 – Demais Convênios com o Estado, na importância de R\$. 99.000,00.

Artigo 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vidal Ramos, 30 de junho de 2021.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

JOÃO SCHMITZ
Técnico em Contabilidade
CRC/SC nº. 16.129

PORTARIA N. 260/2021, DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3130846

PORTARIA n. 260/2021, de 1º de julho de 2021.
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Art. 06º, I, combinado com o Art.11 da Lei Complementar Municipal n.036/2010, de 01 de Dezembro de 2010 e o Resultado do Concurso Público n.01/2021.

Considerando a vacância do cargo;

RESOLVE:

Art. 01º - Nomear o(a) candidato(a) Jeovan Alves Batista, inscrito(a) no CPF n.402.885.952-20, para provimento de cargo efetivo na carreira de Atendente Geral.

Art. 02º. – O(A) nomeado(a) na presente portaria receberá a posse em até 30 (trinta) dias a contar da publicação desta, podendo a requerimento do(a) interessado(a), ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único – Empossado(a) em seu respectivo cargo, o(a) servidor(a) terá o prazo de 30 (trinta) dias para começar a desempenhar as atribuições da função na Administração Pública.

Art. 03º - Será tornado sem efeito o presente ato de nomeação se não ocorrer a posse ou o exercício no cargo, nos prazos legais acima estipulados.

Art. 04º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 05º - Registra-se e Publica-se.

Vidal Ramos, 1º de julho de 2021.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

JAISON BOING
Coordenador Geral

Registrada e publicada a presente Portaria no Mural Público em 1º de julho de 2021.

PORTARIA N.261/2021, DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3130848

PORTARIA n. 261/2021, de 1º de julho de 2021.
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Art. 06º, I, combinado com o Art.11 da Lei Complementar Municipal n.036/2010, de 01 de Dezembro de 2010 e o Resultado do Concurso Público n.01/2021.

Considerando a vacância do cargo;

RESOLVE:

Art. 01º - Nomear o(a) candidato(a) Glaucon Juliano de Andrade, inscrito(a) no CPF n.042.934.679-47, para provimento de cargo efetivo na carreira de Operador de Equipamento.

Art. 02º. – O(A) nomeado(a) na presente portaria receberá a posse em até 30 (trinta) dias a contar da publicação desta, podendo a requerimento do(a) interessado(a), ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único – Empossado(a) em seu respectivo cargo, o(a) servidor(a) terá o prazo de 30 (trinta) dias para começar a desempenhar as atribuições da função na Administração Pública.

Art. 03º - Será tornado sem efeito o presente ato de nomeação se não ocorrer a posse ou o exercício no cargo, nos prazos legais acima estipulados.

Art. 04º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 05º - Registra-se e Publica-se.

Vidal Ramos, 1º de julho de 2021.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

JAISON BOING
Coordenador Geral

Registrada e publicada a presente Portaria no Mural Público em 1º de julho de 2021.

PORTARIA N.262/2021, DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3130849

PORTARIA n. 262/2021, de 1º de julho de 2021.
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Art. 06º, I, combinado com o Art.11 da Lei Complementar Municipal n.036/2010, de 01 de Dezembro de 2010 e o Resultado do Concurso Público n.01/2021.

Considerando a vacância do cargo;

RESOLVE:

Art. 01º - Nomear o(a) candidato(a) Samira Dorner, inscrito(a) no CPF n.142.951.689-55, para provimento de cargo efetivo na carreira de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 02º. – O(A) nomeado(a) na presente portaria receberá a posse em até 30 (trinta) dias a contar da publicação desta, podendo a requerimento do(a) interessado(a), ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único – Empossado(a) em seu respectivo cargo, o(a) servidor(a) terá o prazo de 30 (trinta) dias para começar a desempenhar as atribuições da função na Administração Publica.

Art. 03º - Será tornado sem efeito o presente ato de nomeação se não ocorrer a posse ou o exercício no cargo, nos prazos legais acima estipulados.

Art. 04º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 05º - Registra-se e Publica-se.

Vidal Ramos, 1º de julho de 2021.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

JAISON BOING
Coordenador Geral

Registrada e publicada a presente Portaria no Mural Público em 1º de julho de 2021.

PORTARIA N.263/2021, DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3130850

PORTARIA n. 263/2021, de 1º de julho de 2021.
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Art. 06º, I, combinado com o Art.11 da Lei Complementar Municipal n.036/2010, de 01 de Dezembro de 2010 e o Resultado do Concurso Público n.01/2021.

Considerando a vacância do cargo;

RESOLVE:

Art. 01º - Nomear o(a) candidato(a) Ana Claudia André, inscrito(a) no CPF n.101.841.339-12, para provimento de cargo efetivo na carreira de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 02º. – O(A) nomeado(a) na presente portaria receberá a posse em até 30 (trinta) dias a contar da publicação desta, podendo a requerimento do(a) interessado(a), ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único – Empossado(a) em seu respectivo cargo, o(a) servidor(a) terá o prazo de 30 (trinta) dias para começar a desempenhar as atribuições da função na Administração Pública.

Art. 03º - Será tornado sem efeito o presente ato de nomeação se não ocorrer a posse ou o exercício no cargo, nos prazos legais acima estipulados.

Art. 04º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 05º - Registra-se e Publica-se.

Vidal Ramos, 1º de julho de 2021.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

JAISON BOING
Coordenador Geral

Registrada e publicada a presente Portaria no Mural Público em 1º de julho de 2021.

PORTARIA N.264/2021, DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3130853

PORTARIA n. 264/2021, de 1º de julho de 2021.
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Art. 06º, I, combinado com o Art.11 da Lei Complementar Municipal n.036/2010, de 01 de Dezembro de 2010 e o Resultado do Concurso Público n.01/2021.

Considerando a vacância do cargo;

RESOLVE:

Art. 01º - Nomear o(a) candidato(a) Carla Ester Antunes, inscrito(a) no CPF n.027.258.719-21, para provimento de cargo efetivo na carreira de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 02º. – O(A) nomeado(a) na presente portaria receberá a posse em até 30 (trinta) dias a contar da publicação desta, podendo a requerimento do(a) interessado(a), ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único – Empossado(a) em seu respectivo cargo, o(a) servidor(a) terá o prazo de 30 (trinta) dias para começar a desempenhar as atribuições da função na Administração Pública.

Art. 03º - Será tornado sem efeito o presente ato de nomeação se não ocorrer a posse ou o exercício no cargo, nos prazos legais acima estipulados.

Art. 04º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 05º - Registra-se e Publica-se.

Vidal Ramos, 1º de julho de 2021.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

JAISON BOING
Coordenador Geral

Registrada e publicada a presente Portaria no Mural Público em 1º de julho de 2021.

PORTARIA N.265/2021, DE 1º DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3130855

PORTARIA n. 265/2021, de 1º de julho de 2021.
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Art. 06º, I, combinado com o Art.11 da Lei Complementar Municipal n.036/2010, de 01 de Dezembro de 2010 e o Resultado do Concurso Público n.01/2021.

Considerando a vacância do cargo;

RESOLVE:

Art. 01º - Nomear o(a) candidato(a) Cristiane Ribeiro Martins, inscrito(a) no CPF n.058.219.959-06, para provimento de cargo efetivo na carreira de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 02º. – O(A) nomeado(a) na presente portaria receberá a posse em até 30 (trinta) dias a contar da publicação desta, podendo a requerimento do(a) interessado(a), ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único – Empossado(a) em seu respectivo cargo, o(a) servidor(a) terá o prazo de 30 (trinta) dias para começar a desempenhar as atribuições da função na Administração Pública.

Art. 03º - Será tornado sem efeito o presente ato de nomeação se não ocorrer a posse ou o exercício no cargo, nos prazos legais acima estipulados.

Art. 04º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 05º - Registra-se e Publica-se.

Vidal Ramos, 1º de julho de 2021.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

JAISON BOING
Coordenador Geral

Registrada e publicada a presente Portaria no Mural Público em 1º de julho de 2021.

PREGÃO PRESENCIAL 07/2021 - FMS

Publicação Nº 3132305

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 51A448AB6AA3677C199B5FF7280A9B85734F8C68

Prefeitura de Vidal Ramos
Fundo Municipal da Saúde de Vidal Ramos
PROCESSO LICITATÓRIO 16/2021 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2021 - FMS

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a Aquisição de um Veículo automotor novo, 0 km, fabricação ano e modelo mínimo 2021/2021, motor mínimo 1.0, potência mínima 73 cv, movido à gasolina, etanol ou bicomustível, quatro portas, ar condicionado, Direção hidráulica, de acordo com as quantidades e especificações contidas no Anexo II - Termo de Referência.

REGIMENTO: O Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos, inscrito no CNPJ sob o nº 14.164.340/0001-62, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, através de seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 005/2019 de 08 de janeiro de 2019, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 07/2021, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até o dia 15 de julho de 2021, às 09:00 hrs.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES, ABERTURA DAS PROPOSTAS, SESSÃO DE LANCES: Às 09:00 do dia 15 de julho de 2021, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 07:30 às 11:30

e das 13:00 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2318, e-mail: compras@vidalramos.sc.gov.br ou licitacao@vidalramos.sc.gov.br
Vidal Ramos (SC), 01 de julho de 2021

NELSON BACK
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0191/2021

Publicação Nº 3131298

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 191/2021
PROCESSO SELETIVO Nº 003/2021

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocadas as candidatas abaixo relacionadas para comparecerem no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 003/2021:

CONVOCADOS	CARGO
1.JULIANA CRISTINA PETRY	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
2.THAÍS DE FATIMA ALVES	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
3.SUELEN DE ALMEIDA DA SILVA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
4.ADRIANA APARECIDA GOMES	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
5.ADRIANA APARECIDA MACHADO DOS SANTOS	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
6.MARCIA PIROLA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
7.DAIANE BOLZANI	TÉCNICO DE ENFERMAGEM

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 16 de junho de 2021.

EURO VIECELI
Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0192/2021

Publicação Nº 3131303

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 192/2021
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2020 – PMV

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionado para comparecerem no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo nº 001/2020 - PMV:

CONVOCADOS	CARGO
1.SCHEILA TELLES DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
2.CAROLINE KOZLOW	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
3.ELISETTE LUSIA DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
4.ALESSANDRA COSTA DA VEIGA	AUXILIAR EDUCACIONAL
5.VERA LUCIA CAREGNATO THOMAZZI	AUXILIAR EDUCACIONAL

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 16 de junho de 2021.

EURO VIECELI

Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0200/2021

Publicação Nº 3132025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 200/2021

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no INPREVID, à Rua Fiorindo Pires, nº 15, sala 01, Térreo, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foi nomeado, em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 001/2018 - INPREVID:

CONVOCADA	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1.ALUIZIO DA ROSA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO	18.184/21, DE 23/06/2021

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;

- i) Ex. Quant. Urina;
- j) EPF;
- k) Avaliação Audiométrica;
- l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- m) Exame Anti-HBS.
- n) Exame toxicológico – de acordo com as exigências da Portaria nº 945/2017, do Ministério do Trabalho. (Para os cargos de Motorista e Operadores de Máquinas)

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 30 de junho de 2021.

EURO VIECELI
Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0201/2021

Publicação Nº 3132026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 201/2021
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2020 – PMV

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionado para comparecerem no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo nº 001/2020 - PMV:

CONVOCADOS	CARGO
1.ADELAIDE VERANA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
2.GABRIELA LINS PIROLI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
3. DAIANA ANTUNES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
4.LETICIA MARTINAZZO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
5.CELIA DA FONSECA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 01 de julho de 2021.

EURO VIECELI
Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0202/2021

Publicação Nº 3132028

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 202/2021
PROCESSO SELETIVO Nº 003/2021

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocadas as candidatas abaixo relacionadas para comparecerem no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 003/2021:

CONVOCADOS	CARGO
1.LORECI APARECIDA MUNARI	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
2.JESSICA MARIA CERON	TÉCNICO DE ENFERMAGEM

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 01 de julho de 2021.

EURO VIECELI
Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0203/2021

Publicação Nº 3132031

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 203/2021
PROCESSO SELETIVO Nº 004/2021 – PMV

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionado para comparecerem no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2021 - PMV:

CONVOCADOS	CARGO
1.MARCIA VALERIA GOULART WEGHER	ENFERMEIRO
2.ALINE FACHIN OLIVO	MÉDICO
3.ISABELA CRISTINA FRANCO JACÓ	PROFESSOR ÁREA DE ATUAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS LINGUA PORTUGUESA.

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;

- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 01 de julho de 2021.

EURO VIECELI
Secretário Municipal de Administração

EDITAL PRÉVIO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 010/2021

Publicação Nº 3130397

EDITAL PRÉVIO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 010/2021

DORIVAL CARLOS BORGA, PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao que dispõe a Constituição Federal, Art. 145, inciso III, Código Tributário Nacional, art. 81 e 82, Decreto Lei 195/67, Código Tributário Municipal, instituído pela Lei Complementar nº 69/85, artigos 69 a 78-A, divulga os elementos relativos à obra pública de PAVIMENTAÇÃO COM BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADOS E DRENAGEM PLUVIAL NA RUA LINHA SCUSSIATO, de conformidade com os itens a seguir relacionados:

1. DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

- 1.1 - O memorial descreve normas para a execução dos serviços de Pavimentação com pedras irregulares e drenagem na Rua Linha Scussiato.
- 1.2 - A contratação desta obra proceder-se-á através de procedimento licitatório, nos termos da Lei n. 8.666/93.
- 1.3 - O projeto de pavimentação com blocos de concreto intertravados e drenagem da Rua Linha Scussiato, será executado conforme projeto e especificações do memorial descritivo.
- 1.4 - Caberá a empresa contratada proceder à instalação da obra dentro das normas gerais de construção, além de manter atualizado no canteiro de obra: alvará, certidões e licenças, diário e obra, evitando interrupções.
- 1.5 - Todo e qualquer material a ser fornecido e empregado, como os serviços a serem executados nesta obra deverão ser de primeira qualidade obedecendo às normas e especificações da ABNT.
- 1.6 - A íntegra do memorial descritivo e a descrição individual dos serviços constam no Anexo 01 deste Edital.

2. DESCRIÇÃO GERAL DA OBRA

- 2.1 - A obra a ser executada compõe-se de pavimentação com blocos de concreto intertravados e drenagem da Rua Linha Scussiato conforme projeto básico.
- 2.2 - A obra será executada de acordo com os projetos fornecidos pela Prefeitura Municipal de Videira-SC, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos.

3. LOCAÇÃO DA OBRA

- 3.1 - A locação da obra consiste na locação do eixo do traçado, seu nivelamento e seccionamento transversal, a marcação e nivelamento dos "offsets", bem como alocação de todos os demais serviços previstos para a execução da obra. Os controles geométricos que serão realizados visando aferir os resultados obtidos pela contratada e que pressupõem a utilização de tais serviços serão conduzidos em conformidade com os termos e condições estabelecidos.
- 3.2 - O preparo do leito da rua com terraplanagem para nivelamento (escavação/aterro/corte/transporte), incluindo todos os serviços com máquinas e transportes necessários, serão de responsabilidade da Empresa.

4. TERRAPLENAGEM

- 4.1 - Trata-se da regularização do terreno conforme perfil longitudinal de projeto, devendo executar as compensações de corte e aterros necessários para a execução das obras.
- 4.2 - Para a realização de aterros haverá rigorosa e adequada preparação do terreno especialmente a retirada de eventual vegetação e/ou restos de demolições existentes.
- 4.3 - Os aterros devem ser executados com solos de boa qualidade, isentos de material orgânico e entulhos. O aterro deverá ser executado em camadas de, no máximo, 20cm, sendo a espessura de cada camada controlada por meio de pontaletes de madeira.
- 4.4 - A umidade do solo será mantida próxima de 3% da ótima dentro da curva Proctor. As camadas devem manter homogeneidade tanto no que se referem à umidade quanto ao material empregado. A compactação deverá atingir um grau de compactação de, no mínimo 95%

com referência ao ensaio de compactação normal de solos, especificado na NBR 7182/2016.

5. DRENAGEM

5.1 - O projeto de drenagem visa ao estabelecimento dos dispositivos necessários para a captação, interceptação e condução das águas superficiais, objetivando conduzi-las a local de deságue seguro, sem comprometer o pavimento, residências e terrenos que margeiam o corpo estradal. Dessa maneira foram projetados alguns dispositivos para a condução dessas águas para locais de deságue seguro, minimizando efeitos erosivos e sem comprometimento da estabilidade do maciço.

5.2 - As bocas de lobo serão locadas ao longo das ruas e as tubulações serão assentadas conforme as indicações constantes em planta de drenagem.

5.3 - Deverá ser executado abertura de vala observando a inclinação mínima de 2%, sendo que a largura deverá ser igual ao diâmetro do tubo acrescidas de 40,00cm e profundidade de cota mínima de 200% do diâmetro do tubo para diâmetros de até 40 cm e 150% para diâmetros superiores a 40 cm.

5.4 - O material escavado que for apropriado para utilização no aterro/reaterro, será depositado ao lado da vala, poços ou cavas, a uma distância equivalente à profundidade de escavação. Caso contrário, o material escavado será transportado para o "bota fora" de responsabilidade da Empresa, bem como será de responsabilidade todo o dano ambiental causado pelo "bota-fora".

5.5 - Os tubos serão de concreto, nos diâmetros indicados em planta, e deverão ser assentados preferencialmente nas declividades das ruas observando-se uma declividade mínima de 2%.

5.6 - Para o escoamento seguro e satisfatório o dimensionamento hidráulico deverá considerar o desempenho do bueiro com velocidade de escoamento adequada, cuidando ainda, evitar a ocorrência de velocidades erosivas, tanto no corpo estradal, como na própria tubulação e dispositivos acessórios.

6. PAVIMENTAÇÃO

6.1 - A pavimentação da rua será com bloco do tipo 16 faces, com espessura de 8cm e resistência de 35 Mpa.

6.2 - Deverá ser realizada uma base para o assentamento dos blocos em areia, com espessura mínima de 5cm.

A pavimentação será executada com bloco de concreto intertravado, prensado, paver, de resistência mínima de 35 Mpa, assentada sobre berço de areia com espessura de 5 cm. A areia deverá ser limpa e isenta de matéria orgânica. A junta entre o paver não deverá ser superior a 0,2 mm. Após o assentamento será colocada uma camada de areia para o fechamento das juntas com espessura de 2,5 cm. Ao termino do assentamento da pavimentação ela deverá ser compactada por meio de rolo compactador.

6.3 - Efetuar o rejuntamento com areia/pó de pedra/pedrisco. Durante a compactação, a rolagem deverá progredir dos bordos para o centro, paralelamente ao eixo da pista, de modo uniforme, cada passada atingindo a metade da outra faixa de rolamento, até quando não se observar mais nenhuma movimentação pela passagem do equipamento.

7. LIMPEZA FINAL

7.1 - Os materiais e equipamentos a serem utilizados na limpeza de obras atenderão às recomendações das práticas de construção. Os materiais serão cuidadosamente armazenados em local seco e adequado. Ao final de cada dia será procedida à limpeza geral da obra de modo a evitar o acúmulo de entulhos e materiais que possam prejudicar o bom andamento dos serviços.

8. CUSTO DA OBRA

8.1 – O custo total orçado da obra é de R\$ 871.220,80 (oitocentos e setenta e um mil duzentos e vinte reais e oitenta centavos), conforme planilhas orçamentárias constantes no Anexo 02. Sendo:

· Rua Linha Scussiato: R\$ 871.220,80

8.2 – A parcela do custo da obra a ser recuperada pela Contribuição de Melhoria será o percentual a ser auferido pela valorização imobiliária dos imóveis delimitados das áreas de influência, limitado a totalidade do custo da obra.

9. DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA

9.1. Rua Linha Scussiato – Bairro São Francisco - acesso à Mano 's.

9.2 – O total da área a ser pavimentada da Rua Linha Scussiato, é de 6.003,05 m² (seis mil e três metros e cinco decímetros quadrados):

· Pavimentação Rua Linha Scussiato:

Área Pavimentação: 6.003,05 m²

Extensão a ser pavimentada: 621,00m

10. PRAZO PARA CONCLUSÃO DA OBRA

10.1 - O prazo para conclusão total de todos os serviços relativos à obra (Rua Linha Scussiato) é de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço pelo órgão competente da Administração Pública Municipal, segundo a Tomada de Preço nº 08/2019, Contrato de Prestação de Serviço 51/2019.

11. CRITÉRIO DE LANÇAMENTO DO TRIBUTO

11.1 – O critério de lançamento do tributo, se dará pelo critério da valorização individual imobiliária, decorrente da realização da obra pública, em função dos respectivos fatores individuais de valorização, limitado ao total das despesas realizada.

11.2 – A avaliação do imóvel, anterior a feitura da obra para fins de aferimento do critério de valorização individual imobiliária, encontra-se descrito no laudo técnico elaborado por comissão especial de avaliação, descrito no Anexo 04.

11.3 - Lei Complementar nº 69/1985, com redação dada pela Lei Complementar n. 124/2012)

“Art. 75 – A base de cálculo da Contribuição de Melhoria, a ser exigida pelo Município para fazer face ao custo das obras públicas, é a valorização do imóvel beneficiado, limitado ao total da despesa realizada.”

§ 1º - A Contribuição de Melhoria relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra, pelos imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização, limitada a despesa total realizada”.

12. RELAÇÃO DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS PELA OBRA

12.1 – A relação nominal dos contribuintes, que terão seus imóveis valorizados em decorrência da obra pública, contendo: nome do contribuinte, área do imóvel, número da inscrição imobiliária, quadra, lote, logradouro e testada, seguem no croqui constante no Anexo 03.

12.2 – Nos termos do Artigo 155, § 3º do Código Tributário Municipal, poderá o Município valer-se de notificação pessoal, se achar necessário, não interferindo na validade do descrito no parágrafo anterior.

13. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1 – O lançamento será feito de ofício, após a conclusão da obra ou etapa, para cada imóvel beneficiado.

13.2 – O pagamento da Contribuição de Melhoria será efetuado conforme o Artigo 78 do Código Tributário Municipal.

13.3 – O contribuinte que optar pela cota única será concedido desconto de 10% (dez por cento).

14. DA IMPUGNAÇÃO

14.1 - Os contribuintes terão prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação deste edital, para impugnação de quaisquer dos elementos constantes desde edital.

14.2 - Fica disponível no Paço Municipal, com acesso incondicional a todos os interessados, os anexos referendados neste edital.

14.3 - A íntegra de toda documentação (memorial descritivo e projetos) faz parte do processo licitatório do Edital de Tomada de Preços nº 08/2019 - PMV.

14.4 - Demais informações poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de Videira.

Videira, 29 de junho de 2021.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

NOTIFICAÇÃO PESSOAL DE CONFRONTANTE

Publicação Nº 3130581

NOTIFICAÇÃO PESSOAL DE CONFRONTANTE conforme Lei Federal nº 13.465/2017, Art. 20.

O Município de Videira, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 83.039.842/0001-84, com sede na Av. Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, na forma do artigo 31, § 1º, da Lei Federal nº 13.465/17, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos, neste ato representada pelo seu titular senhor Franck Mayer Brandalise, vem notificar o confrontante: FUNDAÇÃO DE SAÚDE PARTICIPATIVA DA REGIÃO DE VIDEIRA – FUSPARVI, CNPJ nº 01.506.681/0001-27, titular de domínio atingido pelo processo de regularização citado referente à matrícula nº 17.813 para, querendo, apresente impugnação no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da publicação deste edital, referente ao processo administrativo de Regularização Fundiária Urbana do Núcleo Urbano Primavera na modalidade REURB-S, localizado na Rua Constantino Crestani, Bairro Cidade Alta. Todos os documentos cartográficos e memorial descritivos do processo de regularização encontram-se disponíveis para consulta na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos.

PORTARIA Nº 0561/2021

Publicação Nº 3131882

PORTARIA nº 0561/2021
Autoriza o Uso de Espaço Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 15836/2021,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do Largo da Estação Ferroviária, pela Cooperativa Agropecuária Videirense, no dia 3 de julho de 2021, das 9h00min às 13h00min, para a celebrar o Dia Internacional do Cooperativismo.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc.), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Proibição de comercialização de alimentos e bebidas no local;
- d. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva do requerente, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- g. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- h. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- i. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- j. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- k. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente, através de servidores devidamente qualificados, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições do bem municipal, quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando o requerente inteiramente responsável pelo mesmo.

§4º O requerente deve responsabilizar-se pela sinalização adequada no local das atividades, a fim de alertar os condutores e pedestres que estejam transitando nas proximidades do evento para garantir a segurança dos participantes.

§5º Fica proibida a obstrução da passagem de pedestres, em razão da utilização das calçadas e passeios quando da realização do evento.

§6º A realização do evento fica condicionada a observação das regras de prevenção a disseminação do coronavírus (COVID-19), com distanciamento social, uso de máscara e álcool em gel.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 1º de julho de 2021.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de julho de 2021.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 73/2021 - PMV

Publicação Nº 3130945

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 061F61F290D5CBA37EBA3876B9783B3C024E06E1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 73/2021 – PMV

O Secretário Municipal de Gabinete torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico nº 73/2021 – PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS AQUECEDORES E DESUMIDIFICADORES PARA AS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. Recebimento das propostas: do dia 02/07/2021 a partir das 08:00h até o dia 15/07/2021 às 08:59h. Abertura das propostas e início da sessão de disputa de lances: dia 15/07/2021 às 09:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9053.

Videira/SC, 01 de julho de 2021.

FABIANO LUIZ MARAFON

Secretário Municipal de Gabinete

Código do TCE/SC: 061F61F290D5CBA37EBA3876B9783B3C024E06E1

Vitor Meireles**PREFEITURA****1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2021 FAS**

Publicação Nº 3131164

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**Nº 01/2021 FAS**

Pregão Nº 01/2021

Validade: 23/04/2022

Aos 25 de setembro de 2021, o MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES por meio do(a) MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES, pessoa jurídica de direito público, situado na RUA SANTA CATARINA, Nº 2266, CENTRO, cidade de Vitor Meireles - SC, inscrito no CNPJ Nº. 79.372.520/0001-85, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2021, RESOLVE registrar o 1º Termo Aditivo aos valores oferecidos para **AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICA E KIT HIGIENE PARA A SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. O presente Termo aditivo tem por objeto o reequilíbrio econômico financeiro dos itens, repassado pelos fornecedores conforme documentação apresentada, passando a vigorar conforme tabela abaixo:

Fornecedor: 34266 - SUPERMERCADO FOSSA LTDA					
Lote 3: LEITE INTEGRAL					
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
01	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA CAIXA C/ 12 UND	CAIXA	TERRA VIVA	500	44,17

CLÁUSULA II – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo Aditivo é celebrado de acordo com o disposto no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993, com as alterações que lhe foram supervenientes, conforme justificativa explanando os fatos e motivos que levam a promover a o reequilíbrio econômico-financeiro dos itens da tabela acima, da presente ata de registro de preços na forma da Lei.

As demais cláusulas a Ata de Registro de Preços permanecem inalteradas.

E por estarem às partes de pleno acordo com cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir os efeitos jurídicos e legais.



Vitor Meireles, em 25 de junho de 2021.

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO – Pregoeiro

CAROLINE APARECIDA MAZOTI WACHHOLZ – Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING – Equipe de Apoio

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

SUPERMERCADO FOSSA LTDA
Empresa

PORTARIA Nº 145/2021

Publicação Nº 3131112

PORTARIANº 145/2021

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve NOMEAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 069/2011, de 29 de dezembro de 2011.

Nome: TEILOR PETERSEN
Cargo: DIRETOR DE SAÚDE

Do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 01 de julho de 2021.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de julho de 2021, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 01 DE JULHO DE 2021.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/_____
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 146/2021

Publicação Nº 3131155

PORTARIANº 146/2021

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve EXONERAR:

de acordo com a Lei Orgânica, Lei Municipal Complementar n.º 049, de 23/12/2009 e suas alterações,

Nome: TEILOR PETERSEN
Cargo: MOTORISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, a Função de Confiança FC, para exercer a Responsabilidade pelo Setor de Transporte, dentro da Secretaria de Saúde, a partir de 01 de julho de 2021.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de julho de 2021, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 012/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 01 DE JULHO DE 2021.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/_____
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 147/2021

Publicação Nº 3131217

PORTARIANº 147/2021

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve DESIGNAR:

Nome: EDENIR BRANGER FRANÇA
Cargo: PEDAGOGO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, nomeada pela Portaria nº 028/04, na Secretaria de Educação, para desempenhar a função de Coordenadora Municipal do Programa Bolsa Família na Educação.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de julho de 2021, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 01 DE JULHO DE 2021.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/_____
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

PORTARIA Nº 148/2021

Publicação Nº 3131401

PORTARIANº 148/2021

Nomeia a equipe local para elaboração democrática e participativa do Plano de Ações Articuladas – PAR – Ciclo 4 – no Sistema de Monitoramento e Controle do Ministério da Educação – SIMEC, do Município de Vitor Meireles.
O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com a Lei Orgânica do município, RESOLVE:
Art. 1º. Nomear a equipe local para elaboração democrática e participativa do Plano de Ações Articuladas – PAR – Ciclo 4 – no Sistema de Monitoramento e Controle do Ministério da Educação – SIMEC, do Município de Vitor Meireles/SC.
Art. 2º. Fica constituída a equipe local encarregada de representar os diferentes segmentos sociais representativos da comunidade escolar,

no processo de elaborar democraticamente o Plano de Ações Articuladas – PAR.

Art. 3º. Ficam nomeados para compor a Equipe Local do PAR 2021/2024, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, os seguintes membros:

I- Representante da Secretaria Municipal de Educação – Edenir Branger França

II- Representante dos Diretores de Escola – Elacir Eickenberg Prange

III- Representante dos Professores da Zona Urbana – Patrícia Tillmann Leffer

IV- Representante dos Professores da Zona Rural – Cirlei Fausto

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 01 DE JULHO DE 2021.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

PORTARIA Nº 149/2021

Publicação Nº 3131911

PORTARIANº 149/2021

Dispõe sobre a criação e nomeação da Equipe Técnica do PAR – Plano De Ações Articuladas 2021/2024 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe confere a Lei resolve:

Art. 1º. Nomear a engenheira TAINÁ SILVA SÁ BRITTO como responsável para acompanhamento do módulo de execução de obras do Plano de Ações Articuladas – PAR – Ciclo 4 – no Sistema de Monitoramento e Controle do Ministério da Educação – SIMEC, do Município de Vitor Meireles, comunicando ao Gestor Municipal da Educação a tempestividade do monitoramento efetivado.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 01 DE JULHO DE 2021.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Witmarsum

PREFEITURA

EXTRATO 35/2021 - LTCAT, PCMSO E PPRA

Publicação Nº 3131226

MUNICÍPIO DE WITMARSUM-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2021

O Prefeito Municipal de Witmarsum/SC, torna público, que fará realizar Processo Licitatório modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO, no dia 09/07/2021, às 08:15 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de Witmarsum, sito a Rua 7 de setembro, nº1520, Centro, para: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA ELABORAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO(LTCAT), PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS(PPRA) E PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO E SAÚDE OCUPACIONAL(PCMSO), DOS ANOS DE 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 E 2021. Demais informações diariamente, das 08:00 às 12:00 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima, no site www.witmarsum.sc.gov.br ou pelo fone/fax (47) 3358-1304.

Witmarsum/SC, em 07 de julho de 2021.

CESAR PANINI

Prefeito Municipal

EXTRATO 36 - ENGENHARIA

Publicação Nº 3131468

MUNICÍPIO DE WITMARSUM-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2021

O Prefeito Municipal de Witmarsum/SC, torna público, que fará realizar Processo Licitatório modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO, no dia 09/07/2021, às 08:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de Witmarsum, sito a Rua 7 de setembro, nº1520, Centro, para : CONTRATAÇÃO DE PROGRAMAS DE ENGENHARIA, PARA USO NECESSÁRIO E EXCLUSIVO DE ENGENHEIRO DO MUNICÍPIO DE WITMARSUM. Demais informações diariamente, das 08:00 às 12:00 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima, no site www.witmarsum.sc.gov.br ou pelo fone/fax (47) 3358-1304.

Witmarsum/SC, em 01 de julho de 2021.

CESAR PANINI

Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO SELETIVO 03/2020 - 2º CHAMADA

Publicação Nº 3131030

TESTE SELETIVO Nº 03/2020 CONVOCAÇÃO

O Município de Xanxerê, vem por meio deste, realizar a convocação para o cargo em caráter temporário, na ordem de chamada dos candidatos classificados nos termos do Edital 03/2020.

Local: Prefeitura Municipal de Xanxerê/SC, Departamento de Recursos Humanos, situada na Rua José de Miranda Ramos, nº 455, Centro, Xanxerê/SC.

Convocados: Candidatos aprovados no Teste Seletivo 03/2020 e solicitaram final de lista conforme item 9.4 do referido edital.

Classificação	ÁREA	NOME	CPF
32º	MÉDICO – 40 H	Breno Vailos P. de Brito	858.365.745.96

O candidato deverá comparecer na Prefeitura Municipal no Departamento de Recursos Humanos para apresentar a documentação no prazo de 10 (dez) dias corridos, e agendar a consulta admissional.

Após análise de documentação e aprovação no referido exame pré-admissional, o candidato será nomeado e tomará posse no exercício do cargo.

Xanxerê, 01 de julho de 2021.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

EXTRATO ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO Nº 0043/2021

Publicação Nº 3131804

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0063/2021

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: GHM ELÉTRICA AUTOMOTIVA EIRELI ME

Objeto: Registro de Preços para contratações futuras e parceladas de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva, incluindo o fornecimento de peças e mão de obra, para os veículos da frota do Município de Xanxerê, frota da 16ª Delegacia de Polícia, frota do Batalhão de Polícia Militar de Xanxerê e Equipamentos pertencentes ao 14º Batalhão de Bombeiros Militar de Xanxerê, conforme especificações e quantidades constantes no Edital e seus anexos.

Valor: 193.725,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 28 de junho de 2021. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0064/2021

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: MAXI ACESSÓRIOS LTDA ME

Objeto: Registro de Preços para contratações futuras e parceladas de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva, incluindo o fornecimento de peças e mão de obra, para os veículos da frota do Município de Xanxerê, frota da 16ª Delegacia de Polícia, frota do Batalhão de Polícia Militar de Xanxerê e Equipamentos pertencentes ao 14º Batalhão de Bombeiros Militar de Xanxerê, conforme especificações e quantidades constantes no Edital e seus anexos.

Valor: 258.430,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 28 de junho de 2021. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0065/2021

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: JONES FRANCISCO SANTIN ME

Objeto: Registro de Preços para contratações futuras e parceladas de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva, incluindo o fornecimento de peças e mão de obra, para os veículos da frota do Município de Xanxerê, frota da 16ª Delegacia de Polícia, frota do Batalhão de Polícia Militar de Xanxerê e Equipamentos pertencentes ao 14º Batalhão de Bombeiros Militar de Xanxerê, conforme especificações e quantidades constantes no Edital e seus anexos.

Valor: 276.220,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 28 de junho de 2021. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0066/2021

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: DUCATO AUTO MECÂNICA LTDA ME

Objeto: Registro de Preços para contratações futuras e parceladas de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva, incluindo o fornecimento de peças e mão de obra, para os veículos da frota do Município de Xanxerê, frota da 16ª Delegacia de Polícia, frota do Batalhão de Polícia Militar de Xanxerê e Equipamentos pertencentes ao 14º Batalhão de Bombeiros Militar de Xanxerê, conforme especificações e quantidades constantes no Edital e seus anexos.

Valor: 374.413,33

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 28 de junho de 2021. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0067/2021

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: SANDI AUTO AR E MECÂNICA LTDA ME

Objeto: Registro de Preços para contratações futuras e parceladas de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva, incluindo o fornecimento de peças e mão de obra, para os veículos da frota do Município de Xanxerê, frota da 16ª Delegacia de Polícia, frota do Batalhão de Polícia Militar de Xanxerê e Equipamentos pertencentes ao 14º Batalhão de Bombeiros Militar de Xanxerê, conforme especificações e quantidades constantes no Edital e seus anexos.

Valor: 123.250,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 28 de junho de 2021. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0105/2020

Publicação Nº 3130641

Extrato 4º Aditivo ao Contrato nº 0105/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratado: TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA.

Objeto: Execução de Obras de Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial e Sinalização Viária na Interseção da Rua 27 Fevereiro X Rua Constante Stolaski, Bairro Nossa Senhora de Lurdes, Xanxerê-SC. O presente termo aditivo tem embasamento legal no Processo Licitatório nº 0110/2020 – Tomada de Preços nº 0007/2020 e pelo Art. 57, Inciso II, Parágrafo 1º da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Originário por mais 60 (sessenta dias), a contar de 29 de junho de 2021 e vigorando até 27 de agosto de 2021, conforme solicitação da contratada, Ofício do Setor de Engenharia e Parecer Jurídico anexos ao presente termo.

Xanxerê-SC, 28 de junho de 2021.. Oscar Martarello - Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0095/2021

Publicação Nº 3130673

Extrato de Contrato nº 0095/2021

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: IGGY MARKETING E INOVAÇÃO LTDA ME

Objeto: Têm por objeto este contrato Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de Licenciamento mensal de sistemas de gestão esportiva, com usuários limitados, manutenção corretiva, legal e tecnológica, implantação, migração de dados, treinamento e aperfeiçoamento e suporte técnico, conforme as necessidades da Secretaria de Municipal de Esportes, Cultura e Lazer de Xanxerê, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Valor Total: R\$ 8.220,00

Prazo: 12 meses.

Xanxerê-SC, 28 de junho de 2021. Oscar Martarello - Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 520/2021

Publicação Nº 3130477

PORTARIA Nº 520/2021

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 10 (dez) dias a partir de 30.06.2021 a 09.07.2021, ao Servidor Público Municipal Sr. THÁSSIO JULIANO AUGUSTO FAGUNDES DE NEGRI, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - SC, portador da CI nº 3.426.938 e CPF nº 005.433.179-00, nomeado conforme Decreto Municipal Nº AM 123/03, no cargo de PROFESSOR MODALIDADE ESPORTIVA NÍVEL FUNDAMENTAL MÉDIO, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:
09.06.2009 a 08.06.2012 = 10 dias

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0002584/2021, datado de 30.06.2021.
Esta Portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 30.06.2021. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 30 de Junho de 2021.
OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 521/2021

Publicação Nº 3130870

PORTARIA Nº 521 /2021
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER, a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 15 (quinze) dias a partir de 01.07.2021 a 15.07.2021, a Servidora Pública Municipal Sra. SANTINA FERNANDES, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 3.232.847 e CPF nº 893.222.409-97, nomeada pelo Decreto Municipal nº AM 153/07, para o cargo de SERVENTE DE LIMPEZA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:
09.06.2012 a 08.06.2015 = 15 dias

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0002598/2021, datado de 30.06.2021.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 30 de Junho de 2021.
OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 522/2021

Publicação Nº 3130993

PORTARIA Nº 522/2021
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 05.07.2021 a 24.07.2021, 20 (vinte) dias, a Servidora Pública Municipal Sra. PATRICIA PEREGO RAMOS, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 1.781.509-6 e CPF nº 670.688.479-00, nomeada pelo Decreto Municipal Nº AM 079/2017, no cargo de PSICÓLOGA, com 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Assistência Social.

As férias referem-se ao período aquisitivo de 08.03.2020 a 07.03.2021.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 30 de Junho de 2021.
OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 523/2021

Publicação Nº 3131086

PORTARIA Nº 523/2021
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

OSCAR MARTARELLLO

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, a pedido a partir de 26.07.2021 a 02.08.2021, 08 (oito) dias de férias a Servidora Pública Municipal Sra. ROSANE TEREZINHA ZAREMBSKI, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 1.784.187 e CPF nº 657.574.169-04, nomeada pelo Decreto Municipal AM 237/2002 para o cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com 40 (quarenta) horas semanais, e designada conforme Decreto Municipal Nº 214/2019 no Cargo de Coordenadora de Apoio Operacional da Secretaria de Assistência Social vinculada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

As férias referem-se ao período aquisitivo de: 09.09.2019 a 08.09.2020= 08 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 30 de Junho de 2021.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 05 - CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO 856

Publicação Nº 3131010

TERMO ADITIVO Nº 05 AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 856

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede administrativa a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC, representado pela Secretária Municipal de Administração e Finanças Sra. ANDREZA GALLAS, ora denominado EMPREGADOR e MARÍLIA BORGIA PRESTES, brasileiro (a), casado (a), Técnico de Enfermagem, inscrito no COREN/SC 000.366.958, portador (a) da identidade nº 4.244.485, e CPF nº 041.617.169-90, residente a Rua Independência, 219 Centro – Xanxerê - SC, ora denominado EMPREGADO, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO Nº 05 ao contrato de trabalho por prazo determinado nº 856, com permissivo legal no art. 37, IX da Constituição Federal e na Lei Municipal nº 3.402/2011, no Decreto Estadual Nº 1.344/2021 e Decreto Municipal Nº 129/2021, alterado pelo Decreto Municipal Nº 134/2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica prorrogado o contrato por prazo determinado nº 856 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde decorrente do novo coronavírus (COVID-19), conforme Processo Seletivo 010/2020, vigorando no período de 01/07/2021 a 23/08/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas previstas no contrato por prazo determinado nº 856 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde decorrente do novo coronavírus (COVID-19).

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 30 de junho de 2021.

Município de Xanxerê
ANDREZA GALLAS

Marília Borgia Prestes
CPF: 041.617.169-90

Testemunhas:

Marisangela Paula Basso Gava
CPF: 004.965.519-14

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25519-14

TERMO ADITIVO 06 - CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO 852

Publicação Nº 3130772

TERMO ADITIVO Nº 06 AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 852

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede administrativa a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC, representado pela Secretária Municipal de Administração e Finanças Sra. ANDREZA GALLAS, ora denominado EMPREGADOR e LIDIA DE ARRUDA ANKLER, brasileiro (a), solteiro (a), Técnico de Enfermagem, inscrito no COREN/SC 000.849.106, portador (a) da identidade nº 3.232.713, e CPF nº 014.915.179-99, residente a Rua Armando Marinho, 1370 Bloco G Apto 202 B. São Jorge – Xanxerê - SC, ora denominado EMPREGADO, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO Nº 06 ao contrato de trabalho por prazo determinado nº 852, com permissivo legal no art. 37, IX da Constituição Federal, na Lei Municipal nº 3.402/2011, no Decreto Estadual Nº 1.344/2021 e Decreto Municipal Nº 129/2021, alterado pelo Decreto Municipal Nº 134/2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica prorrogado o contrato por prazo determinado nº 852 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde decorrente do novo coronavírus (COVID-19), conforme Processo Seletivo 010/2020, vigorando no período de 01/07/2021 a 23/08/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas previstas no contrato por prazo determinado nº 852 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde decorrente do novo coronavírus (COVID-19).

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 30 de junho de 2021.

Município de Xanxerê
ANDREZA GALLAS

Lidia de Arruda Ankler
CPF: 014.915.179-99

Testemunhas:

Marisangela Paula Basso Gava
CPF: 004.965.519-14

Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 705.381.409-25

Xavantina

PREFEITURA

CONTRATO Nº025/2021 PMXV

Publicação Nº 3130694

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº.: Contrato nº 025/2021 PMXV.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA.

Contratada.: LUAN HOCHWART MEI.

Vigência : Início: 24/06/2021 Término: 31/12/2021.

Valor : R\$ 2.245,00(dois mil duzentos e quarenta e cinco reais) mensais.

Objeto : Prestação de serviço para a realização de oficina de, conforme especificações abaixo: Contratação de empresa para prestação de serviço especializado em ministrar aulas e formação de orquestra nos mais diversos instrumentos musicais. 08 horas semanais/32 horas mensais. Processo Licitatório nº 027/2021 PMXV, Pregão Presencial nº 016/2021 PMXV.

Xavantina, 24 de junho de 2021.

EXTRATO - 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2016 PMXV

Publicação Nº 3131727

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Contrato nº.: 9º Termo Aditivo ao Contrato nº 038/2016 PMXV.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA.

Contratada.: SUL BRITAS LTDA ME

Vigência : Início: 01/07/2021 Término: 31/12/2021.

Licitação : Tomada de Preços nº 002/2016 PMXV.

Objeto : Prorrogação do prazo de vigência. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços destinados ao melhoramento de estradas rurais do município de xavantina - SC.

Xavantina, 30 de junho de 2021.

PORTARIA N. 153, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3130930

PORTARIA N. 153, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Concede férias a servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e com fundamento no artigo 134 e seguintes da Lei Complementar Municipal n. 002/2000,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor público municipal NEIMAR JOSE MARAFON, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina, referente ao período aquisitivo de 18/02/2020 à 17/02/2021, com período de gozo de 05/07/2021 à 03/08/2021.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor nesta data.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 01 de julho de 2021.

ARI PARISOTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M. (Diário Oficial dos Municípios)

PORTARIA N. 154, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3130933

PORTARIA N. 154, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Concede férias a servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e com fundamento no artigo 134 e seguintes da Lei Complementar Municipal n. 002/2000,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor público municipal MARCELO RAZERA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo(a), do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina, referente ao período aquisitivo de 01/07/2020 à 30/06/2021, com período de gozo de 05/07/2021 à 03/08/2021.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor nesta data.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 01 de julho de 2021.

ARI PARISOTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M. (Diário Oficial dos Municípios)

PORTARIA N. 155, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3130935

PORTARIA N. 155, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Concede férias a servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e com fundamento no artigo 134 e seguintes da Lei Complementar Municipal n. 002/2000,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor público municipal ROBERTO CARLOS GARGHETTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, do Quadro de Pessoal do Município de Xavantina, referente ao período aquisitivo de 02/01/2019 à 01/01/2020, com período de gozo de 05/07/2021 à 03/08/2021.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor nesta data.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 01 de julho de 2021.

ARI PARISOTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M. (Diário Oficial dos Municípios)

PORTARIA N. 156, DE 01 DE JULHO DE 2021

Publicação Nº 3130938

PORTARIA N. 156, DE 01 DE JULHO DE 2021.

Concede licença à servidora pública municipal gestante e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, conforme permissivo constante no artigo 23, §2º, inciso X, do mesmo diploma legal, e artigos 103, inciso II, e 111 da Lei Complementar Municipal n. 02/2000;

Considerando atestado médico apresentado,

RESOLVE :

Art. 1º Conceder 120 (cento e vinte) dias consecutivos de licença à servidora pública municipal gestante FRANCIELI CLEIDI ZANELLA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Odontólogo(a), sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor nesta data, com efeitos retroativos a 18 de junho de 2021.

Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 01 de julho de 2021.

ARI PARISOTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M. (Diário Oficial dos Municípios)

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº021/2021 PMXV

Publicação Nº 3130523

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Contrato n.º.: ATA Nº021-2021 PMXV
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada...: ALGOR METALURGICA LTDA EPP
Valor.....: R\$68.000,00(sessenta e oito mil reais)
Vigência.....: Início: 04/06/2021 Término: 04/06/2022
Objeto.....: Registro de preços para possível aquisição de Equipamentos Agrícolas
novos para o município de Xavantina/SC, conforme especificações constantes no
Anexo "E" deste Edital.. PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 015/2021 PMXV Processo de
Licitação nº025/2021 PMXV.

Xavantina, 04 de junho de 2021

ARI PARISOTTO
MUNICÍPIO DE XAVANTINA
Prefeito

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº022/2021 PMXV

Publicação Nº 3131436

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Contrato n.º.: ATA Nº022-2021 PMXV
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
Contratada.: DUCATO AUTO MECANICA LTDA
Valor.....: R\$68.400,00(sessenta e oito mil e quatrocentos reais)
Vigência.....: Início: 01/07/2021 Término: 01/07/2022
Objeto.....: Registro de preços possível prestação de serviços e o fornecimento de
peças/acessórios descritos, nos termos previstos no Anexo "C" do Edital. PREGÃO
PRESENCIAL SRP N° 018/2021 PMXV Processo de Licitação nº030/2021 PMXV.

Xavantina, 01 de julho de 2021

ARI PARISOTTO
MUNICÍPIO DE XAVANTINA
Prefeito

CONTRATO Nº026/2021 PMXV

Publicação Nº 3130709

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato nº...: Contrato nº 025/2021 PMXV.
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA.
Contratada...: JULVANE ZANCO BIANCHIN MEI.
Vigência.....: Início: 16/06/2021 Término: 31/12/2021.
Valor.....: R\$ 2.400,00(dois mil e quatrocentos reais) mensais.
Objeto.....: Prestação de serviço especializado em ministrar aulas de dança nas categorias mirim, juvenil, infantil e infante juvenil. 08 horas semanais/32 horas mensais. Processo Licitatório nº 027/2021 PMXV, Pregão Presencial nº 016/2021 PMXV.

Xavantina, 16 de junho de 2021.

CONTRATO Nº027/2021 PMXV

Publicação Nº 3130713

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato nº.: Contrato nº 025/2021 PMXV.
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA.
Contratada...: NORBERTO CAVASIN MEI.
Vigência.....: Início: 16/06/2021 Término: 31/12/2021.
Valor.....: R\$ 2.500,00(dois mil e quinhentos reais) mensais.
Objeto.....: Prestação de serviço especializado em ministrar aulas de desenho, para desenvolver técnicas de proporção, sombreamento e volume, aperfeiçoamento em expressões, anatomia humana, cenários, animais, natureza morta, caricatura, entre outros. 04 horas semanais/16 horas mensais. Processo Licitatório nº 027/2021 PMXV, Pregão Presencial nº 016/2021 PMXV.

Xavantina, 16 de junho de 2021.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 028-2021 PMXV

Publicação Nº 3130556

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA
EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato nº...: Contrato nº 028/2021 PMXV.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA.

Contratada...: RONESTRAN LTDA.

Vigência.....: Início: 01/07/2021 Término: 31/12/2021.

Valor.....: R\$ 27.154,78(vinte e sete mil, cento e cinquenta e quatro reais e setenta e oito centavos) mensais.

Objeto.....: Prestação de serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e recicláveis urbanos no Município de Xavantina/SC, conforme Memorial Técnico constante no Anexo "E" do Processo Licitatório nº 029/2021 PMXV, Tomada de Preços nº 006/2021 PMXV...

Xavantina, 30 de junho de 2021.

Xaxim

PREFEITURA

DECRETO 279

Publicação Nº 3130751

DECRETO Nº. 279/2021

“Dispõe Sobre a Suplementação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providencias”.

EDILSON ANTONIO FOLLE, Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº. 4463/20 de 17 de dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), destinado a reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente:

Código	Unidade	Projeto atividade		
04.01	Secretaria de Administração	2.022 – Manutenção das Atividades Administrativas		
Despesa		Modalidade	Fonte	Valor R\$
013/2021		4.4.90.00.00	01.000	30.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar serão utilizados recursos de anulação de despesas nas seguintes programações:

Código	Unidade	Projeto atividade		
04.01	Secretaria de Administração	2.022 – Manutenção das Atividades Administrativas		
Despesa		Modalidade	Fonte	Valor R\$
07/2021		3.1.90.00.00	01.000	30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xaxim (SC), em 25 de junho de 2021.

EDILSON ANTONIO FOLLE
Prefeito Municipal

Zortéa

PREFEITURA

DECRETO Nº 000069/21 DE 18 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3130913

DECRETO Nº 000069/21 DE 18 DE JUNHO DE 2021.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

Rosane Antunes Pires Infeld, Prefeita Municipal de Zortéa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal nº 000650/20, de 30 de Novembro de 2020.
DECRETA

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Atividade: 2.040 – Manutenção da Oferta de Benefícios Eventuais
(155) Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0065 R\$ 36.758,73

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação nas fontes de recursos 0065 – Transf. do SUAS/Estado, conforme art. 43, §3º da Lei nº 4.320/64.

Art 2nd. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, Zortéa-SC, 18 de junho de 2021.

EDSON ANTONIO CALLIARI MORO
Secretário de Adm. E Finanças

ROSANE ANTUNES PIRES INFELD
Prefeita Municipal

Associações

AMAVI

CONTRATO 045/2021 - DL 02/2021

Publicação Nº 3131344

CONTRATO Nº: 045/2021

Contratante.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ALTO VALE DO ITAJAI – CIS AMAVI

Contratada.: CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Vigência : Início: 01/07/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.: 02/2021

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO AO SISTEMA DE TRAMITAÇÃO ELETRÔNICA DE PROCESSOS – E-CIGA

Rio do Sul, 01 de julho de 2021

PAULO ROBERTO TSCHUMI

DIRETOR EXECUTIVO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2021

Publicação Nº 3131321

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2021

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAI – CIS AMAVI

Contratada: CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO AO SISTEMA DE TRAMITAÇÃO ELETRÔNICA DE PROCESSOS – E-CIGA.

Fundamento legal: A presente Dispensa de Licitação é realizada com fulcro nos artigos 24, Inciso XVI da Lei Federal nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Valor: R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta) mensal, e havendo necessidade de hora técnica será pago o valor de R\$ 160,00 (cento e sessenta) a hora técnica e quando solicitado atendimento "in loco" será pago o valor de R\$ 0,80/KM (oitenta centavos) por quilômetros.

Vigência: 01/07/2021 a 31/12/2021 – podendo ser prorrogado até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

Rio do Sul/SC, 01 de julho de 2021.

Geovana Gessner

Presidente do CIM-AMAVI

PEGRÃO ELETRÔNICO 01/2021

Publicação Nº 3131522

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2021

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí - CIS-AMAVI, pessoa jurídica de direito público, representada pela sua Presidente Srª. Geovana Gessner, Prefeita Municipal de Trombudo Central (SC), torna público e faz saber, que fará realizar LICITAÇÃO COMPARTILHADA, do tipo MENOR PREÇO POR ÍTEM, visando a formalização de Registro de Preços PARA a aquisição, POR MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, de KITS DE TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO DE COVID-19, para fins de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, causador da covid-19

Acolhimento das propostas até às 08h do dia 20 de julho de 2021; da abertura e divulgação de propostas: às 09h do dia 20 de julho de 2021; início da sessão/disputa de lances: após a análise das propostas.

O Edital, em sua íntegra, poderá ser examinado e retirado, na sede do Consórcio, junto à Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI, sito à Rua XV de Novembro, 737, Bairro Centro, Município de Rio do Sul/SC, ou pelos endereços eletrônicos www.amavi.org.br/cis e www.portaldecompraspublicas.com.br

Rio do Sul, 01 de julho de 2021.

Geovana Gessner

Presidente do CIS-AMAVI

Consórcios

AGIR

ATA Nº 075 DE 29.03.2021 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REGULAÇÃO - AGIR

Publicação Nº 3132293

ATA Nº 75/2021, DE 29 DE MARÇO DE 2021 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR REALIZADA EM BLUMENAU/SC POR VIDEOCONFERÊNCIA.

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, de acordo com a convocação enviada por e-mail no dia quinze de março do corrente ano, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, Edição nº 3437, página 1851 de doze de março do mesmo ano, no site da AGIR, às 14 horas, ocorreu a reunião por videoconferência, através da plataforma Zoom, depois de verificada a presença dos conselheiros em número legal. A reunião contou com a presença dos seguintes Conselheiros: o Sr. Christian Marlon Panini de Carvalho, o Sr. Ciro Adriano da Silva, o Sr. Edson Strithorst, o Sr. Gabriel Cristofolini, o Sr. José Carlos Spengler, o Sr. José Vilson Brassiani, o Sr. Luiz Alberto de Souza, o Sr. Natanael Gutz, o Sr. Richard Buchinski, Sr. Rogério José Olinger, o Sr. Rodrigo Afonso De Bortoli, o Sr. Sérgio Pintarelli, além de demais presenças: a Sra. Maria de Fátima Martins - Assessora Jurídica da AGIR, a Sra. Luiza Sens Weise - Ouvidora da AGIR, o Sr. Heinrich Luiz Pasold - Diretor Geral da AGIR, a Sra. Thayana Seibt - Assessora de Diretoria da AGIR, e a Sra. Leticia Dazarrão – Estagiária da Ouvidoria. Os trabalhos desta reunião ordinária do Comitê de Regulação foram iniciados pelo Sr. Christian Marlon Panini de Carvalho, Presidente deste Comitê, designando a Sra. Thayana Seibt como secretária para esta reunião e logo colocou para apreciação a Ordem do Dia: (1) - Aprovação da ata nº 73; (2) - Voto do relator ao Procedimento de Ouvidoria nº 219/2020 (Recurso Administrativo interposto da decisão do Procedimento Administrativo nº 357/1907 do SAMAE de Blumenau); (3) - Voto do relator ao Procedimento de Ouvidoria nº 086/2018 (Recurso Administrativo à AGIR referente à aplicação de TOI nos autos do Processo Administrativo nº 638/1711 do SAMAE Blumenau/SC); (4) - Voto do relator ao Procedimento Punitivo nº 230/2020 (Recurso Administrativo devido ao indeferimento do Processo Administrativo nº 55/2002 do SAMAE de Blumenau); (5) - Assuntos gerais; (5.1) - Aprovação do Decreto Intermediário sobre a Resolução Normativa nº 12/2021 - Aprovação da Consulta Pública; (5.2) - Procedimento Punitivo nº 12/2019 (Apresentado pelo Sr. Rodrigo Bortoli) - (Fiscalização eventual efetuada para acompanhamento das obras do sistema de esgotamento sanitário em andamento, sob a responsabilidade BRK Ambiental Blumenau, nos trechos que contemplam a Rua General Osório e Rua Henrique Bauler, bairro Velha, Blumenau/SC). Seguindo a ordem do dia estabelecida na convocação, o Presidente do Comitê de Regulação da AGIR colocou o item 1 (Leitura e Aprovação da Ata nº 73) em apreciação, não havendo manifestações, a ata foi aprovada por unanimidade. O item 2 (Voto do relator ao Procedimento de Ouvidoria nº 219/2020 (Recurso Administrativo interposto da decisão do Procedimento Administrativo nº 357/1907 do SAMAE de Blumenau) da pauta foi apresentado pelo Sr. Sérgio Pintarelli, que proferiu toda a síntese e cronologia dos fatos de acordo com as informações originárias da reclamação, onde expôs que todos os recursos feitos pelo usuário, inclusive na Decisão nº 162/2020 emitida pelo Diretor Geral da Agência, foram rejeitados os pleitos relativos ao recálculo por excesso de consumo que implicasse no agrupamento dos excessos ocorridos nos meses de março e abril de 2019 por não atenderem o disposto do art. 116, inciso I do Decreto Municipal nº 10.809/2015. Exibiu ainda que em todo o Procedimento ficou claro que o Recorrente demonstrou através de fotos e outros documentos a efetiva ocorrência de vazamento oculto, enquadrando-se no inciso II do art. 115 do Decreto supracitado, fato devidamente reconhecido no Parecer Jurídico nº 301/2019 emitido pela Diretoria Jurídica do SAMAE de Blumenau. Depois de toda apresentação do relatório, o Conselheiro proferiu o seu voto, julgando parcialmente procedente o recurso interposto pelo Usuário R. Z., devendo ser efetuado o cálculo de volumes de esgoto com base na média dos 6 (seis) meses que antecederam o fato e faturados de acordo com os valores encontrados, nas duas faturas em questão, pois de acordo com o disposto nos §§ 3º, 4º e 6º do art. 116 e pelo atendimento ao Anexo V do Decreto Municipal nº 10.809/2015, o Usuário deve ter o benefício solicitado concedido. Retomando a palavra, o Presidente do Comitê ressaltou o que o Conselheiro explanou, que os vazamentos localizados entre o cavalete e a entrada da caixa d'água não contribuem diretamente para o sistema de esgotamento sanitário e diante disso julgou parcialmente o recurso, fato este, comprovado nos autos. Após todas as considerações feitas, os votos foram colhidos, sendo que somente o Conselheiro José Vilson Brassiani votou contra o relator, e os Conselheiros Ciro Adriano da Silva, Luiz Alberto de Souza, Edson Strithorst, Richard Buchinski, Gabriel Cristofolini, José Carlos Spengler, Rogério José Olinger, Rodrigo Afonso de Bortoli e o Natanael Gutz votaram a favor do relator. Seguindo à pauta, foi dada a palavra ao Conselheiro Luiz Alberto de Souza que apresentou o item 3 (Voto do relator ao Procedimento de Ouvidoria nº 086/2018 (Recurso Administrativo à AGIR referente à aplicação de TOI nos autos do Processo Administrativo nº 638/1711 do SAMAE Blumenau/SC) da pauta, onde expôs toda a síntese e cronologia dos fatos de acordo com as informações originárias, onde o Requerente pleiteou a exclusão da multa aplicada, afirmando que realizou a mudança do referido hidrômetro, porém, fora do prazo para o qual foi notificado, alegando que seu inquilino foi quem recebeu a notificação da Autarquia, e, portanto, demorou em comunicá-lo, mas não trouxe aos autos comprovação material dessa locação. Após apresentação do caso, proferiu seu voto, julgando improcedente o recurso interposto pelo Usuário, mantendo a Decisão prolatada pela Direção Geral da Agência de Regulação, e consequentemente manteve a multa imposta, emitida em conformidade ao estabelecido Decreto Municipal nº 1.089/2015, com base nos artigos 78, 89, 126, 127 I e IV; art. 129, I; art. 90 c/c o art. 78 do Decreto supracitado, combinando com o art. 134 da Resolução Normativa nº 001/2013 da AGIR. Não havendo manifestações, o Presidente do Comitê de Regulação colocou o voto do Relator em votação, perguntando a cada Conselheiro o seu voto, e somente o Conselheiro Rogério José Olinger votou contra, quando os outros Conselheiros votaram a favor do relator. Dando sequência a reunião, o item 4 (Voto do relator ao Procedimento Punitivo nº 230/2020 (Recurso Administrativo devido ao indeferimento do Processo Administrativo nº 55/2002 do SAMAE de Blumenau) foi apresentado pelo Conselheiro Ciro Adriano da Silva, que explanou brevemente os acontecidos de acordo com as informações originárias da reclamação, e julgou improcedente o recurso interposto pelo Usuário. Não houve manifestação após a explanação, então o Presidente deste Comitê de Regulação colocou a decisão do Relator em votação, perguntando a cada Conselheiro o seu voto, e por unanimidade foi acolhido o parecer. Continuando à pauta, o Presidente do Comitê adiantou o item 5.2 (Procedimento Punitivo nº 12/2019 (Apresentado pelo Sr. Rodrigo Bortoli) - (Fiscalização eventual efetuada para acompanhamento das obras do sistema de esgotamento sanitário em andamento, sob a responsabilidade BRK Ambiental Blumenau, nos trechos que contemplam a Rua General Osório e Rua Henrique Bauler, bairro Velha, Blumenau/SC), explicando que será refeita a apresentação do voto do Relator, pois a Concessionária BRK Ambiental não foi intimada para

sua sustentação oral, e diante disso os votos dos Conselheiros foram anulados, ficando então decidido que será reapresentado depois da intimação da Concessionária. Dando continuidade à pauta, no item 5.1 (Aprovação do Decreto Intermediário sobre a Resolução Normativa nº 12/2021 - Aprovação da Consulta Pública), foi informado que os Conselheiros receberam por e-mail uma proposta para alteração de alguns dispositivos da Resolução Normativa nº 12/2021, para então ser realizada a Consulta Pública referente a esta alteração. Além da Resolução, foi colocado em aprovação o Decreto Intermediário, que regulamenta o procedimento com o Parecer Conjunto e com a Decisão Preparatória ao Comitê, dispensando a leitura, logo colocou em apreciação, onde não houve manifestações, e assim aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente do Comitê de Regulação da AGIR deu por encerrados os trabalhos desta reunião ordinária, determinando que eu, Thayana Seibt, secretária "ad hoc", lavrasse a presente ata, e que depois de aprovada pelos Conselheiros, será assinada e publicada nos termos estatutários.

Christian Marlon Panini de Carvalho Thayana Seibt
Presidente do Comitê de Regulação Assessora de Diretoria da AGIR
e Secretária "ad hoc"

ATA Nº 076 DE 31.05.2021 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REGULAÇÃO - AGIR

Publicação Nº 3132294

ATA Nº 76/2021, DE 31 DE MAIO DE 2021 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR REALIZADA EM BLUMENAU/SC POR VIDEOCONFERÊNCIA.

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, de acordo com a convocação enviada por e-mail no dia treze de maio do corrente ano, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, Edição nº 3499, página 1883 de treze de maio do mesmo ano, no site da AGIR, às 14 horas, ocorreu a reunião por videoconferência, através da plataforma Zoom, depois de verificada a presença dos conselheiros em número legal. A reunião contou com a presença dos seguintes Conselheiros: o Sr. Christian Marlon Panini de Carvalho, o Sr. Ciro Adriano da Silva, o Sr. Edson Strithorst, o Sr. Gabriel Cristofolini, o Sr. José Carlos Spengler, o Sr. José Vilson Brassiani, o Sr. Luiz Alberto de Souza, o Sr. Natanael Gutz, o Sr. Richard Buchinski, o Sr. Rogério José Olinger, o Sr. Rodrigo Afonso De Bortoli, o Sr. Sérgio Pintarelli, além de demais presenças: o Sr. Heinrich Luiz Pasold - Diretor Geral da AGIR, a Srta. Ana Claudia Hafemann - Diretora Administrativa e Institucional da AGIR, a Srta. Thayana Seibt - Assessora de Diretoria da AGIR, e a Srta. Letícia Dazarrão - Estagiária da Ouvidoria. Os trabalhos desta reunião ordinária do Comitê de Regulação foram iniciados pelo Sr. Christian Marlon Panini de Carvalho, Presidente deste Comitê, designando a Sra. Thayana Seibt como secretária para esta reunião e logo colocou para apreciação a Ordem do Dia: (1) - Aprovação da ata nº 74; (2) - Voto do relator ao Procedimento de Ouvidoria nº 226/2020 (Recurso Administrativo devido ao indeferimento do Procedimento Administrativo nº 108/1903 do SAMAE de Blumenau/SC); (3) - Eleição do novo Conselheiro (Edital nº 005/2021); (4) - Sorteio de Relator ao Procedimento de Ouvidoria nº 097/2018 (Reclamação de revisão de faturamento em virtude de vazamento interno); (5) - Sorteio de Relator ao Procedimento de Ouvidoria nº 116/2018 (Reclamação de revisão de valores de fatura após indeferimento de Proc. Adm. do SAMAE Blumenau); (6) - Sorteio de Relator ao Procedimento de Ouvidoria nº 124/2018 (Reclamação da aplicação de TOI – Termo de Ocorrência de Irregularidade - em virtude de dificuldade de acesso ao hidrômetro para leitura e/ou manutenção); (7) - Sorteio de Relator ao Procedimento de Ouvidoria nº 231/2020 (Recurso Administrativo devido ao indeferimento do Processo Administrativo nº 142/1704 do SAMAE de Blumenau); (8) - Sorteio de Relator ao Procedimento de Ouvidoria nº 236/2020 (Reclamação sobre fatura de água e vinculação da taxa de lixo à tarifa de água); (9) - Sorteio de Relator ao Procedimento de Ouvidoria nº 240/2020 (Recurso Administrativo interposto por aplicação de multa por violação do hidrômetro); (10) - Assuntos Gerais. Seguindo a ordem do dia estabelecida na convocação, o Presidente do Comitê de Regulação da AGIR colocou o item 1 (Leitura e Aprovação da Ata nº 74) em apreciação, não havendo manifestações, a ata foi aprovada por unanimidade. O item 2 (Voto do relator ao Procedimento de Ouvidoria nº 226/2020 (Recurso Administrativo devido ao indeferimento do Procedimento Administrativo nº 108/1903 do SAMAE de Blumenau/SC) foi apresentado pelo Conselheiro Gabriel Cristofolini, que expôs toda a síntese e cronologia dos fatos de acordo com as informações originárias, destacando os argumentos trazidos pelo Recorrente, e julgou procedente o recurso interposto pelo usuário J.L.B., anulando a multa imposta pela Autarquia, salientando ainda que o Usuário já providenciou a alteração do hidrômetro. Depois de algumas manifestações, o Diretor Geral da AGIR explicou que os Usuários têm trinta dias para entrarem em contato com o SAMAE após o recebimento do TOI (Termo de Ocorrência de Irregularidades), e depois disso que corre o prazo para que seja solucionada a irregularidade. Em seguida o Presidente deste Comitê colheu os votos, e por unanimidade foi acolhida a Decisão do Relator. Dando sequência à pauta, no item 3 (Eleição do novo Conselheiro - Edital nº 005/2021) foram expostos os currículos dos dois candidatos selecionados pela Assembleia Geral, Sr. João Marcos Bosi Mendonça de Moura e Sra. Simone Gomes Traleski, onde um ocupará imediatamente a vaga e outro ficará como reserva. Após votação, o Sr. João Marcos Bosi Mendonça de Moura foi eleito. Seguindo a reunião, o Presidente enalteceu o Conselheiro Luiz Alberto de Souza pelos anos contribuídos neste Comitê de Regulação, agradecendo imensamente sua participação e em seguida o Conselheiro também agradeceu a todos pelas contribuições e debates nas reuniões. Dando sequência à pauta, o item 4 (Sorteio de Relator ao Procedimento de Ouvidoria nº 097/2018) foi sorteado para o Sr. Edson Strithorst, o item 5 (Sorteio de Relator ao Procedimento de Ouvidoria nº 116/2018) sorteado para o Sr. Richard Buchinski, o item 6 (Sorteio de Relator ao Procedimento de Ouvidoria nº 124/2018) foi sorteado para o Sr. José Carlos Spengler, o item 7 (Sorteio de Relator ao Procedimento de Ouvidoria nº 231/2020) foi sorteado para o Sr. Ciro Adriano da Silva, o item 8 (Sorteio de Relator ao Procedimento de Ouvidoria nº 236/2020) sorteado para o Sr. Rodrigo Afonso De Bortoli, e o item 9 (Sorteio de Relator ao Procedimento de Ouvidoria nº 240/2020) sorteado para o Sr. Sérgio Pintarelli. Em Assuntos Gerais, item 10 da pauta, o Sr. Heinrich Luiz Pasold solicitou que as próximas reuniões deste Comitê de Regulação fossem transmitidas ao vivo, explicando que a AMMVI (Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí) tem um canal específico para isso e que a AGIR poderia utilizar para tal, para que fosse dada maior visibilidade à sociedade sobre os trabalhos que são tratados nas reuniões. O Presidente solicitou que fosse incluída na pauta a deliberação da transmissão ao vivo das sessões do Comitê de Regulação da AGIR. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente do Comitê de Regulação da AGIR deu por encerrados os trabalhos desta reunião ordinária, determinando que eu, Thayana Seibt, secretária "ad hoc", lavrasse a presente ata, e que depois de aprovada pelos Conselheiros, será assinada e publicada nos termos estatutários.

Christian Marlon Panini de Carvalho
Presidente do Comitê de Regulação

Thayana Seibt
Assessora de Diretoria da AGIR
e Secretária "ad hoc"

ATA Nº 88 - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA AGIR

Publicação Nº 3132289

ATA Nº 88/2021, DE 1º DE ABRIL DE 2021 DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR.

Ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e vinte e um, de acordo com a convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3449, página 1745 de 24.03.2021 no site da AGIR, ocorreu a reunião por videoconferência, através da plataforma Zoom, às 9 horas em primeira convocação. A Assembleia foi iniciada sob a presidência do Sr. José Ari Vequi, Presidente da Diretoria Executiva da AGIR e Prefeito do Município de Brusque/SC. A Assembleia contou ainda com a presença do Sr. Marcelo Doutel da Silva, Prefeito do Município de Apiúna; do Sr. Arão Josino da Silva, Prefeito do Município de Ascurra; da Sra. Arrabel Antonieta Lenzi Murara, Prefeita do Município de Benedito Novo; do Sr. Mário Hildebrandt, Prefeito do Município de Blumenau; do Sr. Alcir Merizio, Prefeito do Município de Botuverá; do Sr. Hartwig Persuhn, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho; do Sr. Kleber Edson Wan-Dall, Prefeito do Município de Gaspar; do Sr. Valmir Zirke, Prefeito do Município de Guabiruba; do Sr. André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial; do Sr. Ércio Kriek, Prefeito do Município de Pomerode; do Sr. Jorge Luiz Stolf, Prefeito do Município de Rio dos Cedros; do Sr. Valcir Ferrari, Prefeito do Município de Rodeio; do Sr. Jorge Augusto Kr-ger, Prefeito do Município de Timbó, do Sr. Heinrich Luiz Pasold, Diretor Geral da AGIR; da Sra. Ana Claudia Hafemann, Diretora Administrativa e Institucional da AGIR; a Sra. Thayana Seibt, Assessora de Diretoria da AGIR; além de demais interessados. Os trabalhos desta Assembleia Geral Extraordinária da AGIR foram iniciados para a apreciação da seguinte Ordem do Dia: (1) - Aprovação das atas anteriores (nº 86 e nº 87); (2) - Suspensão do reajuste por força do Parecer Jurídico da AMMVI; (3) - Divulgação das avaliações da AGIR em relação aos regulados; (4) - Edital nº 005/2021 – Comitê de Regulação da AGIR; (5) - Apresentação dos novos servidores; (6) - Anuidade 2021 da ABAR; (7) - Assuntos Gerais. Dando início aos trabalhos, o senhor Presidente da Diretoria Executiva da AGIR colocou o item 1 (Aprovação das atas anteriores) da pauta em apreciação, onde não houve manifestações contrárias, sendo aprovadas por unanimidade. Em seguida, no item 2 (Suspensão do reajuste por força do Parecer Jurídico da AMMVI) da pauta, o Diretor Geral da AGIR tomou a palavra e informou que a revisão anual dos vencimentos dos servidores, auxílio alimentação, diárias e Jeton para o ano de 2021 que tinha sido aprovado na Assembleia anterior, foi suspenso conforme a apresentação do Parecer Jurídico do Dr. Marcos Fey Probst com base nas informações do TCE/SC, diante da Lei Complementar nº 173/2020. Dando continuidade à pauta, o Diretor Geral apresentou em tela o item 3 (Divulgação das avaliações da AGIR em relação aos regulados), exibindo a classificação e pontuação dos municípios quanto a qualidade da prestação de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, explicando ainda sobre as dimensões dos indicadores e resumiu a categoria, comportamento e pontuação. Em seguida, no item 4 (Edital nº 005/2021 – Comitê de Regulação da AGIR) o Sr. Heinrich Luiz Pasold informou que o Edital estará aberto até dia 8 de abril e pediu aos Prefeitos enviassem suas indicações. Na sequência, no item 5 (Apresentação dos novos servidores) da pauta, o Diretor Geral apresentou os currículos das senhoras Lucilene Bezerra da Silva, nova Gerente de Transportes Coletivos e Demais Serviços Públicos, da Beatriz Brito, nova Agente de Fiscalização, da Letícia Dazarrão, nova estagiária da Ouvidoria, e logo elas se apresentaram aos Prefeitos presentes. O item 6 (Anuidade 2021 da ABAR) foi colocado em apreciação e votação para o pagamento da primeira parcela da mensalidade normal, não havendo manifestações contrárias, sendo então aprovado por unanimidade. Em Assuntos Gerais, no item 7, foi exposto que os municípios consorciados na área de saneamento básico precisam formar blocos regionais diante do novo marco legal, para concessão dos serviços de saneamento. O Diretor Geral ainda informou que os blocos são um instrumento eficaz criado no marco do saneamento, trazendo ganho de escala, eficiência, gerenciamento compartilhado, além de recurso público federal. Nada mais havendo para ser tratado, o Presidente da Diretoria Executiva da AGIR, senhor José Ari Vequi, agradeceu a presença de todos encerrando esta Assembleia Geral Ordinária, determinando que eu, Thayana Seibt, secretária "ad hoc", lavrasse a presente ata e que, depois de aprovada pelo Presidente, será assinada e publicada nos termos estatutários.

JOSÉ ARI VEQUI

Presidente da Diretoria Executiva
da AGIR

THAYANA SEIBT

Secretária "ad hoc"
Assessora de Diretoria da AGIR

ATA Nº 89 - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA AGIR

Publicação Nº 3132291

ATA Nº 89/2021, DE 6 DE MAIO DE 2021 DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR.

Aos seis dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, de acordo com a convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3479, página 2121 de 23.04.2021 no site da AGIR, reuniram-se no auditório da Associação dos 12 Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, no município de Blumenau/SC às 14 horas em primeira convocação. A Assembleia foi iniciada sob a presidência do Sr. José Ari Vequi, Presidente da Diretoria Executiva da AGIR e Prefeito do Município de Brusque/SC. A Assembleia contou ainda com a presença do Sr. Marcelo Doutel da Silva, Prefeito do Município de Apiúna; do Sr. Arão Josino da Silva, Prefeito do Município de Ascurra; da Sra. Arrabel Antonieta Lenzi Murara, Prefeita do Município de Benedito Novo; do Sr. Mário Hildebrandt, Prefeito do Município de Blumenau; do Sr. Hartwig Persuhn, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho; do Sr. Kleber Edson Wan-Dall, Prefeito do Município de Gaspar; do Sr. Valmir Zirke, Prefeito do Município de Guabiruba; do Sr. André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial; do Sr. Jorge Luiz Stolf, Prefeito do Município de Rio dos Cedros; do Sr. Valcir Ferrari, Prefeito do Município de Rodeio; além de demais interessados. Os trabalhos desta Assembleia Geral Extraordinária da AGIR foram iniciados para a apreciação da seguinte Ordem do Dia: (1) - Aprovação da ata anterior (nº 88); (2) - Deliberação sobre liberação de servidor; (3) - Homologação dos nomes para o Comitê de Regulação da AGIR (Edital nº 005/2021); (4) - Assuntos Gerais. Dando início aos trabalhos, o senhor Presidente da Diretoria Executiva da AGIR colocou o item 1 (Aprovação da ata anterior) da pauta em apreciação, onde não houve manifestações contrárias, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida, no item 2 (Deliberação

sobre liberação de servidor) da pauta, o Diretor Geral da AGIR tomou a palavra e expôs o pedido da servidora Beatriz Brito, no qual esta requereu a liberação de horas para cursar o mestrado do programa de Pós-Graduação em Engenharia Têxtil da Universidade Federal de Santa Catarina, e diante disso o Diretor Geral informou que no despacho enviado aos prefeitos, recomendou que o pedido não fosse deferido pelas razões já expostas, onde o curso mencionado não tem qualquer similaridade com as atividades regulatórias, objeto deste Consórcio e que foi o motivo de maior obstáculo para o deferimento do pedido. Sendo assim, não foi deferido o item 2. Dando sequência à pauta, o Sr. Heinrich Luiz Pasold apresentou o currículo dos candidatos do item 3 (Homologação dos nomes para o Comitê de Regulação da AGIR - Edital nº 005/2021), João Marcos Bosi Mendonça de Moura e Simone Gomes Traleski, e por unanimidade os dois currículos foram homologados, sendo que um ficará para o cargo reserva. No item 4 (Assuntos Gerais), o Diretor Geral da AGIR informou que na Assembleia anterior foi homologado o pagamento das mensalidades à ABAR (Associação Brasileira de Agências de Regulação), e nessa Assembleia solicitou a homologação do pagamento do XII Congresso Brasileiro de Regulação e 6ª Expo ABAR que ocorrerá em Foz do Iguaçu nos dias 10 a 12 de novembro deste ano, não houve manifestações, sendo então aprovado por unanimidade. Finalizando a pauta da AGIR, o Diretor Geral ainda mencionou que a Agência implantará um novo sistema digital, o e-CIGA, para facilitar a gestão de documentos, agilizar a tramitação de processos administrativos, permitir o envio de informações por meio eletrônico, melhorar a comunicação dos atos processuais e facilitar a recuperação de dados. Nada mais havendo para ser tratado, o Presidente da Diretoria Executiva da AGIR, senhor José Ari Vequi, agradeceu a presença de todos encerrando esta Assembleia Geral Ordinária, determinando que eu, Thayana Seibt, secretária "ad hoc", lavrasse a presente ata e que, depois de aprovada pelo Presidente, será assinada e publicada nos termos estatutários.

JOSÉ ARI VEQUI

Presidente da Diretoria Executiva
da AGIR

THAYANA SEIBT

Secretária "ad hoc"

Assessora de Diretoria da AGIR

CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 181 / 2021 - MUNICÍPIO DE TANGARÁ

Publicação Nº 3131816

EXTRATO DE CONTRATO Nº 181/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Tangará

CONTRATANTE: Município de Tangará

CNPJ: 82.827.999/0001-01

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº 119/2021

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Sistema de Tramitação Eletrônica de Processos - e-CIGA: hospedagem, manutenção, desenvolvimento e registro das tramitações eletrônicas de processos administrativos. O e-CIGA contribui para agilizar a tramitação de processos administrativos; ampliar o acesso dos interessados; permitir o envio de informações por meio eletrônico; melhorar a comunicação dos atos processuais; facilitar a recuperação de dados. O sistema também facilita a gestão de documentos e reduz o uso de papel.

VALOR: R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 25 de junho de 2021.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 182 / 2021 - MUNICÍPIO DE LUZERNA

Publicação Nº 3131793

EXTRATO DE CONTRATO Nº 182/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Luzerna

CONTRATANTE: Município de Luzerna

CNPJ: 01.613.428/0001-72

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº 01/2021

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Sistema de Tramitação Eletrônica de Processos - e-CIGA: hospedagem, manutenção, desenvolvimento e registro das tramitações eletrônicas de processos administrativos. O e-CIGA contribui para agilizar a tramitação de processos administrativos; ampliar o acesso dos interessados; permitir o envio de informações por meio eletrônico; melhorar a comunicação dos atos processuais; facilitar a recuperação de dados. O sistema também facilita a gestão de documentos e reduz o uso de papel.

VALOR: R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 30 de junho de 2021.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 183 / 2021 - MUNICÍPIO DE BOCAINA DO SUL

Publicação N° 3131782

EXTRATO DE CONTRATO N° 183/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Bocaina do Sul

CONTRATANTE: Município de Bocaina do Sul

CNPJ: 01.606.852/0001-90

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 019/2020

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA.

VALOR: R\$ 1.113,00 (um mil e cento e treze reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 29 de junho de 2021.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO 180 TERMO DE RESCISÃO - CÂMARA MUNICIPAL AGROLÂNDIA

Publicação Nº 3131619



**TERMO DE RESCISÃO
AO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 04/2020 CÂMARA DE VEREADORES DE
AGROLÂNDIA**

**TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA,
ESTADO DE SANTA CATARINA, E O CONSÓRCIO DE
INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).**

Pelo presente instrumento, a **Câmara Municipal de Agrolândia, Estado de Santa Catarina**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.295.483/0001-48, com sede à Avenida 25 de Julho, 850, CEP 88420-000, na cidade de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por sua Presidente, Senhora Solange Esser Martins, e o **Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1.885, Centro Executivo Imperatriz, sala 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, no uso de suas atribuições legais e regimentais, têm justo e firmado entre si o presente **TERMO DE RESCISÃO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 04/2020**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

Fica pelo presente termo rescindido a partir de 10 de junho de 2021, o 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 04/2020, tendo como objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA – **CIGA DOM/SC**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA

A rescisão faz-se necessária em virtude do Município de Agrolândia ter contratado o **Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – CIGA DOM/SC**, a qual dispõe que, a partir da adesão da Prefeitura, todas as entidades da administração direta e indireta do município poderão publicar seus atos no DOM/SC sem custo.

Parágrafo Primeiro – A presente rescisão ocorre por mútuo acordo, de forma amigável, e reger-se-á nos termos do artigo 79, parágrafo 1º, da lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO

Rua Gal. Liberato Bittencourt, 1885 • Centro Executivo Imperatriz • Sl. 102 • Canto • Florianópolis, SC • 88070-800 • www.ciga.sc.gov.br



A CONTRATADA reembolsará a CONTRATANTE o valor de R\$ 892,50 (oitocentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos) referente aos meses de junho a dezembro de 2021 pagos anteriormente em parcela única.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo será publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem de acordo, os partícipes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas subscritas.

Florianópolis, 08 de junho de 2021.

SOLANGE ESSER MARTINS
**Presidente da Câmara Municipal
de Agrolândia**

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

TESTEMUNHAS:

FERNANDA ROSA SOCAL
Gestora de Contrato do CIGA

MONICA MARIA DOS SANTOS
PEREIRA
Agente Administrativo

CIMVI

LICITAÇÃO Nº 005/2021 - ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Publicação Nº 3130798



CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Pág 1 / 4

Compras e Contratos

Ata do Pregão

Sequencia - Ata de Licitação: 1 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação - Ata de
 Licitação: 11486 Ano - Minuta - Licitação - Ata de Licitação: 2021 Número - Minuta - Licitação - Ata de
 Licitação: 5 códigoCliente: 11486 anoMinuta: 2021 nroMinuta: 5 usaPregaoCoeficiente: 0

ATA Nº. 1 Do Pregão Presencial Nº 5/2021

No dia 01/07/2021, na sala de licitações, o Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pelo(a) Resolução 443/2021, reuniram-se com a finalidade de realizar a sessão de lances deste Pregão Presencial, recebendo propostas e lances, bem como, analisando e julgando as propostas das empresas participantes e a documentação dos licitantes detentores das melhores ofertas.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GEOSSINTÉTICOS PARA UTILIZAÇÃO NO ATERRO SANITÁRIO DA CENTRAL DE RESÍDUOS DO CIMVI, conforme especificações constantes no edital de Pregão Presencial Nº 5/2021

Aberta a sessão, procederam-se ao exame dos documentos oferecidos pelos interessados, visando à comprovação de existência de poderes para a formulação de propostas e prática para os demais atos pertinentes ao certame. O referido credenciamento foi realizado e se obteve o seguinte resultado:

Empresa	Representante
GEOPLUS INDUSTRIA E COMERCIO DE GEOSSINTETICOS LTDA ME	LUCIANO ANTONIO SCHMITT
GEOSUL COMERCIO DE MATERIAIS TECNICOS PARA CONSTRUCAO CIVIL LTDA	JONAS TADEU MIRANDA

Em seguida foram recebidas as Declarações dos Licitantes de que atendem plenamente os requisitos de Habilitação estabelecidas no Edital e os dois Envelopes contendo as Propostas e os Documentos de Habilitação estabelecidos no Edital, respectivamente. Verificou-se que as empresas estavam de acordo com as exigências do Edital, e ato contínuo, foram abertos o Envelope de nº 1 (Proposta) das empresas participantes e com a colaboração dos membros da Equipe de Apoio, o Pregoeiro examinou a compatibilidade do objeto, prazos e condições de fornecimento, verificando-se que:

Itens Desclassificados

Nenhum item foi desclassificado.

Obtendo assim, a seguinte classificação provisória:

Item	Produto	Fornecedor com Melhor Proposta	Qtde.	Unidade	Valor	Total
3	MANTA GEOTÊXTIL NÃO TECIDO 500G DE POLIPROPILENO COM FIBRAS VIRGENS, UNIDAS MECANICAMENTE POR PROCESSO DE AGULHAGEM, ADITIVADAS COM PROTEÇÃO UV. ESPECIFICAÇÃO: - GRAMATURA (NBR ISO 9864:2013): 500 G/M²; - ALONGAMENTO NA RUPTURA TRANSVERSAL: 50; - ALONGAMENTO NA RUPTURA LONGITUDINAL: 50; - RESISTÊNCIA AO PUNCIONAMENTO (NBR ISO 13433:2013): 700N; - RESISTÊNCIA AO PUNCIONAMENTO CBR (NBR ISO 12236:2013): 4,5KN; - ABERTURA APARENTE DE POROS (NBR ISO 12956:2013): 0,1MM; - PERMEABILIDADE (NBR ISO 11058:2013): 0,21CM/S; - PERMISSIVIDADE (NBR ISO 11058:2013): 1,0S-1; - BOBINAS LARGURA 3M E COMPRIMENTO 100M.	33146 - GEOPLUS INDUSTRIA E COMERCIO DE GEOSSINTETICOS LTDA ME	2.000	M2	R\$12,35	R\$24.700,00
4	MANTA GEOTÊXTIL NÃO TECIDO 150G DE POLIPROPILENO COM FIBRAS VIRGENS, UNIDAS MECANICAMENTE POR PROCESSO DE AGULHAGEM, ADITIVADAS COM PROTEÇÃO UV. ESPECIFICAÇÃO: - GRAMATURA (NBR ISO 9864:2013): 150 G/M²; - ALONGAMENTO NA RUPTURA TRANSVERSAL: 50; - ALONGAMENTO NA RUPTURA LONGITUDINAL: 50; - RESISTÊNCIA AO PUNCIONAMENTO (NBR ISO 13433:2013): 280N; - RESISTÊNCIA AO PUNCIONAMENTO CBR (NBR ISO 12236:2013): 1,3KN; - ABERTURA APARENTE DE POROS (NBR ISO 12956:2013): 0,1MM; - PERMEABILIDADE (NBR ISO 11058:2013): 0,3CM/S; - PERMISSIVIDADE (NBR ISO 11058:2013): 2,4S-1; - BOBINAS LARGURA 3M E COMPRIMENTO 100M.	33146 - GEOPLUS INDUSTRIA E COMERCIO DE GEOSSINTETICOS LTDA ME	2.000	M2	R\$5,68	R\$11.360,00
5	GEOTÊXTIL TECIDO EM PP (POLIPROPILENO) ESTABILIZADO ANTI UV, COM BAIXO ALONGAMENTO, ABERTURA DE FILTRAÇÃO 490, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO 25KN/M (BIDIRECIONAL) ESPECIAL PARA DRENAGEM DE PERCOLADO. ESPECIFICAÇÃO: - ESPESURA (ABNT NBR 12569): 0,40 MM; - RESISTÊNCIA À TRAÇÃO LONGITUDINAL E TRANSVERSAL (ABNT NBR 12824): 25 KN/M; - DEFORMAÇÃO LONGITUDINAL E TRANSVERSAL (ABNT NBR 12824): < 20%; - RESISTÊNCIA AO RASGO LONGITUDINAL (ASTM D	33146 - GEOPLUS INDUSTRIA E COMERCIO DE GEOSSINTETICOS LTDA ME	600	M2	R\$7,35	R\$4.410,00

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI**

Pág 2 / 4

Compras e Contratos**Ata do Pregão**

Sequencia - Ata de Licitação: 1 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação - Ata de Licitação: 11486 Ano - Minuta - Licitação - Ata de Licitação: 2021 Número - Minuta - Licitação - Ata de Licitação: 5 código Cliente: 11486 ano Minuta: 2021 nro Minuta: 5 usa Pregao Coeficiente: 0

	4533): 180 N; - RESISTÊNCIA AO RASGO TRANSVERSAL (ASTM D 4533): 220 N; - DEFORMAÇÃO LONGITUDINAL E TRANSVERSAL (ASTM D 4533): < 120 MM; - RESISTÊNCIA AO PUNCIONAMENTO (ABNT NBR 13359): 2,5 KN; - DEFORMAÇÃO (ABNT NBR 13359): 20 MM; - RESISTÊNCIA AO ESTOURO (ASTM D 3786): 1,8 MPA; - PERMISSIVIDADE (ASTM D 4491): 0,4 S-1; - ABERTURA DE FILTRAÇÃO (95) (AFNOR G 38017): 400 M; - LARGURA BOBINA: 4M.					
5	GEOTÊXTIL TECIDO EM PP (POLIPROPILENO) ESTABILIZADO ANTI UV, COM BAIXO AUMENTO DE ALONGAMENTO, ABERTURA DE FILTRAÇÃO 490 MICRÔMETROS, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO 25KN/M (BIDIRECIONAL), ESPECIAL PARA DRENAGEM DE PERCOLADO, PARA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ESPECIFICAÇÃO: - ESPESSURA (ABNT NBR 12569): 0,40 MM; - RESISTÊNCIA À TRAÇÃO LONGITUDINAL E TRANSVERSAL (ABNT NBR 12824): 25 KN/M; - DEFORMAÇÃO LONGITUDINAL E TRANSVERSAL (ABNT NBR 12824): < 20%; - RESISTÊNCIA AO RASGO LONGITUDINAL (ASTM D 4533): 180 N; - RESISTÊNCIA AO RASGO TRANSVERSAL (ASTM D 4533): 220 N; - DEFORMAÇÃO LONGITUDINAL E TRANSVERSAL (ASTM D 4533): < 120 MM; - RESISTÊNCIA AO PUNCIONAMENTO (ABNT NBR 13359): 2,5 KN; - DEFORMAÇÃO (ABNT NBR 13359): 20 MM; - RESISTÊNCIA AO ESTOURO (ASTM D 3786): 1,8 MPA; - PERMISSIVIDADE (ASTM D 4491): 0,4 S-1; - ABERTURA DE FILTRAÇÃO (95) (AFNOR G 38017): 400 M; - LARGURA BOBINA: 4M.	146331 - GEOSUL COMERCIO DE MATERIAIS TECNICOS PARA CONSTRUCAO CIVIL LTDA	600	M2	R\$9,21	R\$5.526,00
6	GEOTÊXTIL TECIDO BIAIXIAL 25/25 KN DE LAMINITE DE POLIPROPILENO DE ALTA TENACIDADE E ELEVADA RESISTÊNCIA A DEGRADAÇÃO, ESTABILIZADO ANTI UV, PARA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME ESPECIFICAÇÃO: - RESISTÊNCIA A TRAÇÃO NOMINAL (ABNT 12824): DIREÇÃO LONGITUDINAL: 25KN/M; DIREÇÃO TRANSVERSAL: 25KN/M. - DEFORMAÇÃO NA RESISTÊNCIA NOMINAL (ABNT 12824): DIREÇÃO LONGITUDINAL: 15%; DIREÇÃO TRANSVERSAL: 15%. - PERMEABILIDADE PARA CARGA DE ÁGUA DE 0,05M: 20 L/M²/S. - ABERTURA APARENTE DE POROS - O90 (ISO 12956): 0,25MM - LARGURA BOBINA: 4M.	33146 - GEOPLUS INDUSTRIA E COMERCIO DE GEOSSINTETICOS LTDA ME	2.500	M2	R\$6,58	R\$16.450,00
6	GEOTÊXTIL TECIDO BIAIXIAL 25/25 KN DE LAMINITE DE POLIPROPILENO DE ALTA TENACIDADE E ELEVADA RESISTÊNCIA A DEGRADAÇÃO, ESTABILIZADO ANTI UV, PARA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ESPECIFICAÇÃO: - RESISTÊNCIA A TRAÇÃO NOMINAL (ABNT 12824): DIREÇÃO LONGITUDINAL: 25KN/M; DIREÇÃO TRANSVERSAL: 25KN/M. - DEFORMAÇÃO NA RESISTÊNCIA NOMINAL (ABNT 12824): DIREÇÃO LONGITUDINAL: 15%; DIREÇÃO TRANSVERSAL: 15%. - PERMEABILIDADE PARA CARGA DE ÁGUA DE 0,05M: 20 L/M²/S. - ABERTURA APARENTE DE POROS - O90 (ISO 12956): 0,25MM - LARGURA BOBINA: 4M.	146331 - GEOSUL COMERCIO DE MATERIAIS TECNICOS PARA CONSTRUCAO CIVIL LTDA	2.500	M2	R\$7,93	R\$19.825,00

Em sequência, o Pregoeiro convidou os presentes a formular lances de forma sequencial, conforme mapeamento abaixo:

Item: 3 Produto: 10526 - MANTA GEOTÊXTIL NÃO TECIDO 500G DE POLIPROPILENO COM FIBRAS VIRGENS, UNIDAS MECANICAMENTE POR PROCESSO DE AGULHAGEM, ADITIVADAS COM PROTEÇÃO UV. ESPECIFICAÇÃO: - GRAMATURA (NBR ISO 9864:2013): 500 G/M²; - AUMENTO NA RUPTURA TRANSVERSAL: 50; - AUMENTO NA RUPTURA LONGITUDINAL: 50; - RESISTÊNCIA AO PUNCIONAMENTO (NBR ISO 13433:2013): 700N; - RESISTÊNCIA AO PUNCIONAMENTO CBR (NBR ISO 12236:2013): 4,5KN; - ABERTURA APARENTE DE POROS (NBR ISO 12956:2013): 0,1MM; - PERMEABILIDADE (NBR ISO 11058:2013): 0,21CM/S; - PERMISSIVIDADE (NBR ISO 11058:2013): 1,0S-1; - BOBINAS LARGURA 3M E COMPRIMENTO 100M. Unidade: METRO QUADRADO

Rodada	Fornecedor	Desconto (%)	Índice Julgamento	Valor Unitário	Situação	Valor Negociado
0	33146 - GEOPLUS INDUSTRIA E COMERCIO DE GEOSSINTETICOS LTDA ME	0	0.0000	R\$12,35	Proposta	R\$12,30

Item: 4 Produto: 10527 - MANTA GEOTÊXTIL NÃO TECIDO 150G DE POLIPROPILENO COM FIBRAS VIRGENS, UNIDAS MECANICAMENTE POR PROCESSO DE AGULHAGEM, ADITIVADAS COM PROTEÇÃO UV. ESPECIFICAÇÃO: - GRAMATURA (NBR ISO 9864:2013): 150 G/M²; - AUMENTO NA RUPTURA TRANSVERSAL: 50; - AUMENTO NA RUPTURA LONGITUDINAL: 50; - RESISTÊNCIA AO PUNCIONAMENTO (NBR ISO 13433:2013): 280N; - RESISTÊNCIA AO PUNCIONAMENTO CBR (NBR ISO 12236:2013): 1,3KN; - ABERTURA

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI**

Pág 3 / 4

Compras e Contratos**Ata do Pregão**

Sequencia - Ata de Licitação: 1 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação - Ata de Licitação: 11486 Ano - Minuta - Licitação - Ata de Licitação: 2021 Número - Minuta - Licitação - Ata de Licitação: 5 códigoCliente: 11486 anoMinuta: 2021 nroMinuta: 5 usaPregaoCoeficiente: 0

APARENTE DE POROS (NBR ISO 12956:2013): 0,1MM; - PERMEABILIDADE (NBR ISO 11058:2013): 0,3CM/S; - PERMISSIVIDADE (NBR ISO 11058:2013): 2,4S-1; - BOBINAS LARGURA 3M E COMPRIMENTO 100M. Unidade: METRO QUADRADO

Rodada	Fornecedor	Desconto (%)	Índice Julgamento	Valor Unitário	Situação	Valor Negociado
0	33146 - GEOPLUS INDUSTRIA E COMERCIO DE GEOSSINTETICOS LTDA ME	0	0.0000	R\$5,68	Proposta	R\$5,65

Item: 5 Produto: 10528 - GEOTÊXTEL TECIDO EM PP (POLIPROPILENO) ESTABILIZADO ANTI UV, COM BAIXO ALONGAMENTO, ABERTURA DE FILTRAÇÃO 490, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO 25KN/M (BIDIRECIONAL), ESPECIAL PARA DRENAGEM DE PERCOLADO. ESPECIFICAÇÃO: - ESPESSURA (ABNT NBR 12569): 0,40 MM; - RESISTÊNCIA À TRAÇÃO LONGITUDINAL E TRANSVERSAL (ABNT NBR 12824): 25 KN/M; - DEFORMAÇÃO LONGITUDINAL E TRANSVERSAL (ABNT NBR 12824): < 20%; - RESISTÊNCIA AO RASGO LONGITUDINAL (ASTM D 4533): 180 N; - RESISTÊNCIA AO RASGO TRANSVERSAL (ASTM D 4533): 220 N; - DEFORMAÇÃO LONGITUDINAL E TRANSVERSAL (ASTM D 4533): < 120 MM; - RESISTÊNCIA AO PUNCIONAMENTO (ABNT NBR 13359): 2,5 KN; - DEFORMAÇÃO (ABNT NBR 13359): 20 MM; - RESISTÊNCIA AO ESTOURO (ASTM D 3786): 1,8 MPA; - PERMISSIVIDADE (ASTM D 4491): 0,4 S-1; - ABERTURA DE FILTRAÇÃO (95) (AFNOR G 38017): 400 M; - LARGURA BOBINA: 4M. Unidade: METRO QUADRADO

Rodada	Fornecedor	Desconto (%)	Índice Julgamento	Valor Unitário	Situação	Valor Negociado
0	146331 - GEOSUL COMERCIO DE MATERIAIS TECNICOS PARA CONSTRUCAO CIVIL LTDA	0	0.0000	R\$9,21	Proposta	
0	33146 - GEOPLUS INDUSTRIA E COMERCIO DE GEOSSINTETICOS LTDA ME	0	0.0000	R\$7,35	Proposta	R\$7,30
1	146331 - GEOSUL COMERCIO DE MATERIAIS TECNICOS PARA CONSTRUCAO CIVIL LTDA	0	0.0000	R\$0,00	Declinou	

Item: 6 Produto: 10529 - GEOTEXTIL TECIDO BIAIXIAL 25/25 KN DE LAMINITE DE POLIPROPILENO DE ALTA TENACIDADE E ELEVADA RESISTÊNCIA A DEGRADAÇÃO, ESTABILIZADO ANTI UV. ESPECIFICAÇÃO: - RESISTÊNCIA A TRAÇÃO NOMINAL (ABNT 12824): DIREÇÃO LONGITUDINAL: 25KN/M; DIREÇÃO TRANSVERSAL: 25KN/M. - DEFORMAÇÃO NA RESISTÊNCIA NOMINAL (ABNT12824): DIREÇÃO LONGITUDINAL: 15%; DIREÇÃO TRANSVERSAL: 15%. - PERMEABILIDADE PARA CARGA DE ÁGUA DE 0,05M: 20 L/M²/S. - ABERTURA APARENTE DE POROS - O90 (ISO 12956): 0,25MM - LARGURA BOBINA: 4M. Unidade: METRO QUADRADO

Rodada	Fornecedor	Desconto (%)	Índice Julgamento	Valor Unitário	Situação	Valor Negociado
0	146331 - GEOSUL COMERCIO DE MATERIAIS TECNICOS PARA CONSTRUCAO CIVIL LTDA	0	0.0000	R\$7,93	Proposta	
0	33146 - GEOPLUS INDUSTRIA E COMERCIO DE GEOSSINTETICOS LTDA ME	0	0.0000	R\$6,58	Proposta	R\$6,50
1	146331 - GEOSUL COMERCIO DE MATERIAIS TECNICOS PARA CONSTRUCAO CIVIL LTDA	0	0.0000	R\$0,00	Declinou	

Em razão disso, o Pregoeiro declarou como vencedor do presente Pregão Presencial, os licitantes nos itens:

33146 - GEOPLUS INDUSTRIA E COMERCIO DE GEOSSINTETICOS LTDA ME

Item	Produto	Unidade	Índice Julgamento	Valor
3	10526 - MANTA GEOTÊXTEL NÃO TECIDO 500G DE POLIPROPILENO COM FIBRAS VIRGENS, UNIDAS MECANICAMENTE POR PROCESSO DE AGULHAGEM, ADITIVADAS COM PROTEÇÃO UV. ESPECIFICAÇÃO: - GRAMATURA (NBR ISO 9864:2013): 500 G/M²; - ALONGAMENTO NA RUPTURA TRANSVERSAL: 50; - ALONGAMENTO NA RUPTURA LONGITUDINAL: 50; - RESISTÊNCIA AO PUNCIONAMENTO (NBR ISO 13433:2013): 700N; - RESISTÊNCIA AO PUNCIONAMENTO CBR (NBR ISO 12236:2013): 4,5KN; - ABERTURA APARENTE DE POROS (NBR ISO 12956:2013): 0,1MM; - PERMEABILIDADE (NBR ISO 11058:2013): 0,21CM/S; - PERMISSIVIDADE (NBR ISO 11058:2013): 1,0S-1; - BOBINAS LARGURA 3M E COMPRIMENTO 100M.	METRO QUADRADO	0.0000	R\$12,30
4	10527 - MANTA GEOTÊXTEL NÃO TECIDO 150G DE POLIPROPILENO COM FIBRAS VIRGENS, UNIDAS MECANICAMENTE POR PROCESSO DE AGULHAGEM, ADITIVADAS COM PROTEÇÃO UV. ESPECIFICAÇÃO: - GRAMATURA (NBR ISO 9864:2013): 150 G/M²; - ALONGAMENTO NA RUPTURA TRANSVERSAL: 50; - ALONGAMENTO NA RUPTURA LONGITUDINAL: 50; - RESISTÊNCIA AO PUNCIONAMENTO (NBR ISO 13433:2013): 280N; - RESISTÊNCIA AO PUNCIONAMENTO CBR (NBR ISO 12236:2013): 1,3KN; - ABERTURA APARENTE DE POROS (NBR ISO 12956:2013): 0,1MM; - PERMEABILIDADE (NBR ISO 11058:2013): 0,3CM/S; - PERMISSIVIDADE (NBR ISO 11058:2013): 2,4S-1; - BOBINAS LARGURA 3M E COMPRIMENTO 100M.	METRO QUADRADO	0.0000	R\$5,65
5	10528 - GEOTÊXTEL TECIDO EM PP (POLIPROPILENO) ESTABILIZADO ANTI UV, COM BAIXO ALONGAMENTO, ABERTURA DE FILTRAÇÃO 490, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO 25KN/M (BIDIRECIONAL), ESPECIAL PARA DRENAGEM DE PERCOLADO. ESPECIFICAÇÃO: - ESPESSURA (ABNT NBR 12569): 0,40 MM; - RESISTÊNCIA À TRAÇÃO LONGITUDINAL E TRANSVERSAL (ABNT NBR 12824): 25 KN/M; - DEFORMAÇÃO LONGITUDINAL E TRANSVERSAL (ABNT NBR 12824): < 20%; - RESISTÊNCIA AO RASGO LONGITUDINAL (ASTM D 4533): 180 N; -	METRO QUADRADO	0.0000	R\$7,30

IPM Sistemas Ltda
Atende.Net - WCO v:2015.04

Identificador: WCO571101-011-WBZRWNOOLEDBDB-3 - Emitido por: PATRICIA BARBARESCO

01/07/2021 09:52:27 -03:00

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI**

Pág 4 / 4

Compras e Contratos**Ata do Pregão**

Sequencia - Ata de Licitação: 1 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação - Ata de Licitação: 11486 Ano - Minuta - Licitação - Ata de Licitação: 2021 Número - Minuta - Licitação - Ata de Licitação: 5 códigoCliente: 11486 anoMinuta: 2021 nroMinuta: 5 usaPregaoCoeficiente: 0

	RESISTÊNCIA AO RASGO TRANSVERSAL (ASTM D 4533): 220 N; - DEFORMAÇÃO LONGITUDINAL E TRANSVERSAL (ASTM D 4533): < 120 MM; - RESISTÊNCIA AO PUNÇONAMENTO (ABNT NBR 13359): 2,5 KN; - DEFORMAÇÃO (ABNT NBR 13359): 20 MM; - RESISTÊNCIA AO ESTOURO (ASTM D 3786): 1,8 MPA; - PERMISSIVIDADE (ASTM D 4491): 0,4 S-1; - ABERTURA DE FILTRAÇÃO (95) (AFNOR G 38017): 400 M; - LARGURA BOBINA: 4M.			
6	10529 - GEOTEXTIL TECIDO BIAIXIAL 25/25 KN DE LAMINATES DE POLIPROPILENO DE ALTA TENACIDADE E ELEVADA RESISTÊNCIA A DEGRADAÇÃO, ESTABILIZADO ANTI UV. ESPECIFICAÇÃO: - RESISTÊNCIA A TRAÇÃO NOMINAL (ABNT 12824): DIREÇÃO LONGITUDINAL: 25KN/M; DIREÇÃO TRANSVERSAL: 25KN/M. - DEFORMAÇÃO NA RESISTÊNCIA NOMINAL (ABNT12824): DIREÇÃO LONGITUDINAL: 15%; DIREÇÃO TRANSVERSAL: 15%. - PERMEABILIDADE PARA CARGA DE ÁGUA DE 0,05M: 20 L/M²/S. - ABERTURA APARENTE DE POROS - 090 (ISO 12956): 0,25MM - LARGURA BOBINA: 4M.	METRO QUADRAD O	0.0000	R\$6,50

Registre-se que os itens 1, 2 e 7 não tiveram propostas apresentadas, motivo pelo qual são declarados desertos.

Por fim, em razão de que a presente sessão é realizada por videoconferência, em atendimento às medidas para enfrentamento da pandemia de COVID-19, todos os documentos apresentados na presente sessão serão disponibilizados no site do CIMVI para vista das empresas licitantes e público em geral.

Nada mais havendo tratar, foi encerrada a sessão, cuja presente ata vai rubricada e assinada pelo Pregoeiro e pelos Membros da Equipe de Apoio.

PATRICIA BARBARESCO
Pregoeira

ANDRÉ MORO DA SILVA
Equipe de Apoio

JAMES SCHMITT
Equipe de Apoio

LICITAÇÃO Nº 005/2021 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Publicação Nº 3131892



CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Compras e Contratos

Termo de Adjudicação

Pág 1 / 2

Adj Seq - Adjudicação - Item Adjudicação: 1 Ano - Minuta - Adjudicação: 2021 Número - Minuta -
 Adjudicação: 5 Cliente - Minuta - Licitação - Participante Licitação - Cota Credenciamento: 11486
 codigoCliente: 11486 anoMinuta: 2021 numeroMinuta: 5 cotaCredenciamento: 0

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Pregão Presencial
5/2021

Processo Administrativo: 5/2021
Adjudicação: 1

Adjudico a presente licitação nos termos e autorizo a emissão das notas de empenho das adjudicações abaixo:

Recurso:44 Órgão:3 - Consorcio Intermunicipal do Medio Vale Unidade:2 - Gestão de Saneamento Ação:2008 - GESTÃO DA DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS Elemento:3449051990000000000 - Outras obras e instalações Vínculo:3000120 - Rec. Ord. 2020 - Cota de adesão Amortização Investimentos (JÓIA) - CIMVI - EA						
Fornecedor: 33146 - GEOPLUS INDUSTRIA E COMERCIO DE GEOSSINTETICOS LTDA ME						
Sem Lote						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Unitário	Valor Total
3	MANTA GEOTÊXTIL NÃO TECIDO 500G DE POLIPROPILENO COM FIBRAS VIRGENS, UNIDAS MECANICAMENTE POR PROCESSO DE AGULHAGEM, ADITIVADAS COM PROTEÇÃO UV. ESPECIFICAÇÃO: - GRAMATURA (NBR ISO 9864:2013): 500 G/M²; - ALONGAMENTO NA RUPTURA TRANSVERSAL: 50; - ALONGAMENTO NA RUPTURA LONGITUDINAL: 50; - RESISTÊNCIA AO PUNCIONAMENTO (NBR ISO 13433:2013): 700N; - RESISTÊNCIA AO PUNCIONAMENTO CBR (NBR ISO 12236:2013): 4,5KN; - ABERTURA APARENTE DE POROS (NBR ISO 12956:2013): 0,1MM; - PERMEABILIDADE (NBR ISO 11058:2013): 0,21CM/S; - PERMISSIVIDADE (NBR ISO 11058:2013): 1,0S-1; - BOBINAS LARGURA 3M E COMPRIMENTO 100M.	M2		2.000	R\$12,30	R\$24.600,00
4	MANTA GEOTÊXTIL NÃO TECIDO 150G DE POLIPROPILENO COM FIBRAS VIRGENS, UNIDAS MECANICAMENTE POR PROCESSO DE AGULHAGEM, ADITIVADAS COM PROTEÇÃO UV. ESPECIFICAÇÃO: - GRAMATURA (NBR ISO 9864:2013): 150 G/M²; - ALONGAMENTO NA RUPTURA TRANSVERSAL: 50; - ALONGAMENTO NA RUPTURA LONGITUDINAL: 50; - RESISTÊNCIA AO PUNCIONAMENTO (NBR ISO 13433:2013): 280N; - RESISTÊNCIA AO PUNCIONAMENTO CBR (NBR ISO 12236:2013): 1,3KN; - ABERTURA APARENTE DE POROS (NBR ISO 12956:2013): 0,1MM; - PERMEABILIDADE (NBR ISO 11058:2013): 0,3CM/S; - PERMISSIVIDADE (NBR ISO 11058:2013): 2,4S-1; - BOBINAS LARGURA 3M E COMPRIMENTO 100M.	M2		2.000	R\$5,65	R\$11.300,00
5	GEOTÊXTIL TECIDO EM PPM (POLIPROPILENO) ESTABILIZADO ANTI UV, COM BAIXO ALONGAMENTO, ABERTURA DE FILTRAÇÃO 490, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO 25KN/M (BIDIRECIONAL), ESPECIAL PARA DRENAGEM DE PERCOLADO.	M2		600	R\$7,30	R\$4.380,00

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI**

Compras e Contratos

Pág 2 / 2

Termo de Adjudicação

Adj Seq - Adjudicação - Item Adjudicação: 1 Ano - Minuta - Adjudicação: 2021 Número - Minuta -
 Adjudicação: 5 Cliente - Minuta - Licitação - Participante Licitação - Cota Credenciamento: 11486
 codigoCliente: 11486 anoMinuta: 2021 numeroMinuta: 5 cotaCredenciamento: 0

	ESPECIFICAÇÃO: - ESPESSURA (ABNT NBR 12569): 0,40 MM; - RESISTÊNCIA À TRAÇÃO LONGITUDINAL E TRANSVERSAL (ABNT NBR 12824): 25 KN/M; - DEFORMAÇÃO LONGITUDINAL E TRANSVERSAL (ABNT NBR 12824): < 20%; - RESISTÊNCIA AO RASGO LONGITUDINAL (ASTM D 4533): 180 N; - RESISTÊNCIA AO RASGO TRANSVERSAL (ASTM D 4533): 220 N; - DEFORMAÇÃO LONGITUDINAL E TRANSVERSAL (ASTM D 4533): < 120 MM; - RESISTÊNCIA AO PUNÇONAMENTO (ABNT NBR 13359): 2,5 KN; - DEFORMAÇÃO (ABNT NBR 13359): 20 MM; - RESISTÊNCIA AO ESTOURO (ASTM D 3786): 1,8 MPA; - PERMISSIVIDADE (ASTM D 4491): 0,4 S-1; - ABERTURA DE FILTRAÇÃO (95) (AFNOR G 38017): 400 M; - LARGURA BOBINA: 4M.				
6	GEOTEXTIL TECIDO BIAIXIAL 25/25 KN/M2 DE LAMINATES DE POLIPROPILENO DE ALTA TENACIDADE E ELEVADA RESISTÊNCIA A DEGRADAÇÃO, ESTABILIZADO ANTI UV. ESPECIFICAÇÃO: - RESISTÊNCIA A TRAÇÃO NOMINAL (ABNT 12824): DIREÇÃO LONGITUDINAL: 25KN/M; DIREÇÃO TRANSVERSAL: 25KN/M. - DEFORMAÇÃO NA RESISTÊNCIA NOMINAL (ABNT12824): DIREÇÃO LONGITUDINAL: 15%; DIREÇÃO TRANSVERSAL: 15%. - PERMEABILIDADE PARA CARGA DE ÁGUA DE 0,05M: 20 L/M²/S. - ABERTURA APARENTE DE POROS - O90 (ISO 12956): 0,25MM - LARGURA BOBINA: 4M.		2.500	R\$6,50	R\$16.250,00
			Total do Fornecedor:		R\$56.530,00
			Total do Adjudicado para o Recurso:		R\$56.530,00

Timbó, 1 de julho de 2021.

PATRICIA BARBARESCO
 Pregoeira

LICITAÇÃO Nº 005/2021 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 3131891



CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI

Compras e Contratos

Pág 1 / 2

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 11486 Ano - Minuta - Licitação: 2021 Número -
Minuta - Licitação: 5 códigoCliente: 11486 anoMinuta: 2021 cotaCredenciamento: Não

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Presencial
Para Aquisição de Bens
5/2021
Processo Administrativo: 5/2021

Ao Sr(a), tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Resolução nº 443/2021.

Homologo

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão Presencial nº. 5/2021, o(s) participante(s):

33146 - GEOPLUS INDUSTRIA E COMERCIO DE GEOSSINTETICOS LTDA ME						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
3	MANTA GEOTÊXTIL NÃO TECIDO 500G DE POLIPROPILENO COM FIBRAS VIRGENS, UNIDAS MECANICAMENTE POR PROCESSO DE AGULHAGEM, ADITIVADAS COM PROTEÇÃO UV. ESPECIFICAÇÃO: - GRAMATURA (NBR ISO 9864:2013): 500 G/M²; - ALONGAMENTO NA RUPTURA TRANSVERSAL: 50; - ALONGAMENTO NA RUPTURA LONGITUDINAL: 50; - RESISTÊNCIA AO PUNCIONAMENTO (NBR ISO 13433:2013): 700N; - RESISTÊNCIA AO PUNCIONAMENTO CBR (NBR ISO 12236:2013): 4,5KN; - ABERTURA APARENTE DE POROS (NBR ISO 12956:2013): 0,1MM; - PERMEABILIDADE (NBR ISO 11058:2013): 0,21CM/S; - PERMISSIVIDADE (NBR ISO 11058:2013): 1,0S-1; - BOBINAS LARGURA 3M E COMPRIMENTO 100M.	METRO QUADRADO		2.000	R\$12,30	R\$24.600,00
4	MANTA GEOTÊXTIL NÃO TECIDO 150G DE POLIPROPILENO COM FIBRAS VIRGENS, UNIDAS MECANICAMENTE POR PROCESSO DE AGULHAGEM, ADITIVADAS COM PROTEÇÃO UV. ESPECIFICAÇÃO: - GRAMATURA (NBR ISO 9864:2013): 150 G/M²; - ALONGAMENTO NA RUPTURA TRANSVERSAL: 50; - ALONGAMENTO NA RUPTURA LONGITUDINAL: 50; - RESISTÊNCIA AO PUNCIONAMENTO (NBR ISO 13433:2013): 280N; - RESISTÊNCIA AO PUNCIONAMENTO CBR (NBR ISO 12236:2013): 1,3KN; - ABERTURA APARENTE DE POROS (NBR ISO 12956:2013): 0,1MM; - PERMEABILIDADE (NBR ISO 11058:2013): 0,3CM/S; - PERMISSIVIDADE (NBR ISO 11058:2013): 2,4S-1; - BOBINAS LARGURA 3M E COMPRIMENTO 100M.	METRO QUADRADO		2.000	R\$5,65	R\$11.300,00
5	GEOTÊXTIL TECIDO EM PP (POLIPROPILENO) ESTABILIZADO ANTI UV, COM BAIXO ALONGAMENTO, ABERTURA DE FILTRAÇÃO 490, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO 25KN/M (BIDIRECIONAL), ESPECIAL PARA DRENAGEM DE PERCOLADO. ESPECIFICAÇÃO: - ESPESSURA (ABNT NBR 12569): 0,40 MM; - RESISTÊNCIA A TRAÇÃO LONGITUDINAL E TRANSVERSAL (ABNT NBR 12824): 25 KN/M; - DEFORMAÇÃO LONGITUDINAL E TRANSVERSAL (ABNT NBR 12824): < 20%; - RESISTÊNCIA AO RASGO LONGITUDINAL (ASTM D 4533): 180 N; - RESISTÊNCIA AO RASGO TRANSVERSAL (ASTM D 4533): 220 N; - DEFORMAÇÃO LONGITUDINAL E TRANSVERSAL (ASTM D 4533): < 120 MM; - RESISTÊNCIA AO PUNCIONAMENTO (ABNT NBR 13359): 2,5 KN; - DEFORMAÇÃO (ABNT NBR 13359): 20 MM; - RESISTÊNCIA AO ESTOURO (ASTM D 3786): 1,8 MPA; - PERMISSIVIDADE (ASTM D 4491): 0,4 S-1; - ABERTURA DE FILTRAÇÃO (95) (AFNOR G 38017): 400 M; - LARGURA BOBINA: 4M.	METRO QUADRADO		600	R\$7,30	R\$4.380,00
6	GEOTEXTIL TECIDO BIAIXIAL 25/25 KN DE LAMINITES DE POLIPROPILENO DE ALTA TENACIDADE E ELEVADA RESISTÊNCIA A DEGRADAÇÃO, ESTABILIZADO ANTI UV. ESPECIFICAÇÃO: - RESISTÊNCIA A TRAÇÃO NOMINAL (ABNT 12824):	METRO QUADRADO		2.500	R\$6,50	R\$16.250,00

**CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI**

Compras e Contratos

Pág 2 / 2

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 11486 Ano - Minuta - Licitação: 2021 Número -
Minuta - Licitação: 5 códigoCliente: 11486 anoMinuta: 2021 cotaCredenciamento: Não

DIREÇÃO LONGITUDINAL: 25KN/M; DIREÇÃO TRANSVERSAL: 25KN/M. - DEFORMAÇÃO NA RESISTÊNCIA NOMINAL (ABNT12824): DIREÇÃO LONGITUDINAL: 15%; DIREÇÃO TRANSVERSAL: 15%. - PERMEABILIDADE PARA CARGA DE ÁGUA DE 0,05M: 20 L/M²/S. - ABERTURA APARENTE DE POROS - O90 (ISO 12956): 0,25MM - LARGURA BOBINA: 4M.						
Total do Fornecedor:						R\$56.530,00

Timbó, 1 de julho de 2021.

FERNANDO TOMASELLI
Diretor Executivo do CIMVI

RESOLUÇÃO Nº 484 DE 25 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3131065

RESOLUÇÃO Nº 484, DE 1º DE JULHO DE 2021

REVOGA A RESOLUÇÃO Nº 444, DE 12 DE JANEIRO DE 2021 QUE "DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SALÁRIOS DOS EMPREGADOS DO CIMVI PARA O EXERCÍCIO DE 2021, NA FORMA DO INCISO X DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIMVI; e

Considerando a necessidade de adequação da legislação local aos posicionamentos revistos do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, frente a Lei Complementar nº 173/20, conforme Decisão nº 417/2021, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, prolatada nos autos do processo nº @CON 21/00195659, onde figuraram como interessado o Excelentíssimo Senhor Kleber Edson Wan-Dall e Unidade Gestora a Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI;

Considerando que a Decisão nº 417/2021 restou publicada no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas de Santa Catarina, edição nº 3165 de 30 de junho de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Resolução nº 444, de 12 de janeiro de 2021, que "DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SALÁRIOS DOS EMPREGADOS DO CIMVI PARA O EXERCÍCIO DE 2021, NA FORMA DO INCISO X DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" sendo cancelados seus efeitos financeiros a partir da data da publicação no Diário Oficial da Decisão nº 417/2021, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, prolatada nos autos do processo nº @CON 21/00195659, onde figuraram como interessado o Excelentíssimo Senhor Kleber Edson Wan-Dall e Unidade Gestora a Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, retornando a remuneração ao mesmo valor anteriormente vigente, exceto quando derivada de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior.

Parágrafo único - Nos termos do item 2.2 da Decisão nº 417/2021, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, os valores até então recebidos consideram-se de boa fé e não se sujeitam a devolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros na forma do previsto no art.1º.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em sentido contrário convalidados os atos até então praticados.

Timbó - SC, 01 de Julho de 2021.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Presidente do CIMVI

A presente Resolução foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 01 de Julho de 2021.

PATRICIA BARBARESCO

Assessora Jurídica

CINCATARINA

AT21CIN41673-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS-BERNIERI & CIA LTDA-PAL0002852021

Publicação Nº 3132042

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN41673

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS

FORNECEDOR: BERNIERI & CIA LTDA

PAL: 000285/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0008/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 11/06/2021 a 31/03/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENIZAÇÃO, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 11/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quinta-feira, 1 de julho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN41920-IMBUIA-J MARTINS COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA E-PAL0170602020

Publicação Nº 3129536

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN41920

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IMBUIA

FORNECEDOR: J MARTINS COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI

PAL: 017060/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0033/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 14/06/2021 a 15/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de SUPRIMENTOS PARA IMPRESSÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IMBUIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 14/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN42583-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ - SC -INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129605

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN42583

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ - SC

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ - SC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN42625-IPASC CAÇADOR-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129604

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN42625

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN43072-MUNICÍPIO DE PALMEIRA-DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI-PAL0049222020

Publicação Nº 3129526

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN43072

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PALMEIRA

FORNECEDOR: DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI

PAL: 004922/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0011/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/06/2021 a 30/06/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PALMEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN44520-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS-VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E-PAL0002852021

Publicação Nº 3132043

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN44520

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS

FORNECEDOR: VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI

PAL: 000285/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0008/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 21/06/2021 a 31/03/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENIZAÇÃO, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 21/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quinta-feira, 1 de julho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN44726-MUNICÍPIO DE CAPINZAL-JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129621

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN44726

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

FORNECEDOR: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAPINZAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN44787-MUNICÍPIO DE ITAPOÁ-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129632

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN44787

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN44788-MUNICÍPIO DE ITAPOÁ-RSUL EIRELI EPP -PAL0221532020

Publicação Nº 3129633

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN44788

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: RSUL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN44789-MUNICÍPIO DE ITAPOÁ-JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129631

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN44789

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN44790-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ - SC -INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129620

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN44790

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ - SC

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ - SC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN44812-MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129610

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN44812

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN44813-MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS-JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129612

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN44813

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS

FORNECEDOR: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN44820-MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI-JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129624

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN44820

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI

FORNECEDOR: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN44821-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITA GARIBALDI-RSUL EIRELI EPP -PAL0221532020

Publicação Nº 3129626

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN44821

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITA GARIBALDI

FORNECEDOR: RSUL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITA GARIBALDI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN44905-MUNICÍPIO DE PALMEIRA-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129649

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN44905

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PALMEIRA

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PALMEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN44906-MUNICÍPIO DE PALMEIRA-RSUL EIRELI EPP -PAL0221532020

Publicação Nº 3129616

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN44906

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PALMEIRA

FORNECEDOR: RSUL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PALMEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN44907-MUNICÍPIO DE PALMEIRA-JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129617

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN44907

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PALMEIRA

FORNECEDOR: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PALMEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN44926-IPASC CAÇADOR-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129623

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN44926

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN44927-IPASC CAÇADOR-RSUL EIRELI EPP -PAL0221532020

Publicação Nº 3129607

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN44927

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC

FORNECEDOR: RSUL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN44928-IPASC CAÇADOR-JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129608

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN44928

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC

FORNECEDOR: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45152-MUNICÍPIO DE ITAPOÁ-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129628

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45152

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45153-MUNICÍPIO DE ITAPOÁ-RSUL EIRELI EPP -PAL0221532020

Publicação Nº 3129629

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45153

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: RSUL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45154-MUNICÍPIO DE ITAPOÁ-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129630

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45154

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45155-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ - SC -INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129619

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45155

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ - SC

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ - SC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45170-MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS-RSUL EIRELI EPP -PAL0221532020

Publicação Nº 3129611

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45170

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS

FORNECEDOR: RSUL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45174-MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129627

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45174

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45175-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITA GARIBALDI-RSUL EIRELI EPP -PAL0221532020

Publicação Nº 3129625

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45175

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITA GARIBALDI

FORNECEDOR: RSUL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITA GARIBALDI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45247-MUNICÍPIO DE PALMEIRA-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129614

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45247

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PALMEIRA

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PALMEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45248-MUNICÍPIO DE PALMEIRA-RSUL EIRELI EPP -PAL0221532020

Publicação Nº 3129615

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45248

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PALMEIRA

FORNECEDOR: RSUL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PALMEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45249-MUNICÍPIO DE PALMEIRA-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129618

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45249

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PALMEIRA

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PALMEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45266-IPASC CAÇADOR-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129622

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45266

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45267-IPASC CAÇADOR-RSUL EIRELI EPP -PAL0221532020

Publicação Nº 3129609

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45267

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC

FORNECEDOR: RSUL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45268-IPASC CAÇADOR-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129606

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45268

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45342-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS-VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI-PAL0002932021

Publicação Nº 3132046

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45342

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS

FORNECEDOR: VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quinta-feira, 1 de julho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45584-MUNICÍPIO DE ITAPOÁ-LUANDA COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LT-PAL0170602020

Publicação Nº 3129540

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45584

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: LUANDA COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA EPP

PAL: 017060/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0033/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 15/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de SUPRIMENTOS PARA IMPRESSÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45585-MUNICÍPIO DE ITAPOÁ-J MARTINS COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA E-PAL0170602020

Publicação Nº 3129539

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45585

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: J MARTINS COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI

PAL: 017060/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0033/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 15/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de SUPRIMENTOS PARA IMPRESSÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45592-MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI-LUANDA COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LT-PAL0170602020

Publicação Nº 3129537

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45592

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI

FORNECEDOR: LUANDA COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA EPP

PAL: 017060/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0033/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 15/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de SUPRIMENTOS PARA IMPRESSÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45593-MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI-J MARTINS COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA E-PAL0170602020

Publicação Nº 3129538

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45593

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI

FORNECEDOR: J MARTINS COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI

PAL: 017060/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0033/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 15/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de SUPRIMENTOS PARA IMPRESSÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45667-MUNICÍPIO DE CAPINZAL-GELVAN COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI-PAL0171762020

Publicação Nº 3129549

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45667

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

FORNECEDOR: GELVAN COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAPINZAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45697-IPASC CAÇADOR-GELVAN COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI-PAL0171762020

Publicação Nº 3129550

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45697

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC

FORNECEDOR: GELVAN COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45774-MUNICÍPIO DE IRANI-SOMA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA ME -PAL0170602020

Publicação Nº 3129567

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45774

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

FORNECEDOR: SOMA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA ME

PAL: 017060/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0033/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 23/06/2021 a 15/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de SUPRIMENTOS PARA IMPRESSÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IRANI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45775-BENEDITO NOVO-LUANDA COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LT-PAL0170602020

Publicação Nº 3129542

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45775

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

FORNECEDOR: LUANDA COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA EPP

PAL: 017060/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0033/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 23/06/2021 a 15/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de SUPRIMENTOS PARA IMPRESSÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45776-BENEDITO NOVO-NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA M-PAL0170602020

Publicação Nº 3129543

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45776

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

FORNECEDOR: NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME

PAL: 017060/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0033/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 23/06/2021 a 15/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de SUPRIMENTOS PARA IMPRESSÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45803-MUNICÍPIO DE IRANI-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020

Publicação Nº 3129532

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45803

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 23/06/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IRANI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 23/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45811-NAVEGANTES-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129643

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45811

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 24/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 24/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45812-NAVEGANTES-RSUL EIRELI EPP -PAL0221532020

Publicação Nº 3129637

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45812

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

FORNECEDOR: RSUL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 24/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 24/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45813-NAVEGANTES-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129644

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45813

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 24/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 24/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45820-NAVEGANTES-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129640

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45820

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 24/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 24/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45821-NAVEGANTES-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129641

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45821

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 24/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 24/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45823-NAVEGANTES-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129642

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45823

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 24/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 24/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45891-PRESIDENTE GETÚLIO-PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI-PAL0003232021

Publicação Nº 3132055

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45891

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

FORNECEDOR: PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI

PAL: 000323/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 24/06/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 24/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quinta-feira, 1 de julho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45936-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ -ROBERTO TESSARO & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação N° 3129638

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45936

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ

FORNECEDOR: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 24/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 24/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45940-BOM JARDIM DA SERRA-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação N° 3129636

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45940

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 24/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 24/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45946-MUNICÍPIO DE CURITIBANOS-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação N° 3129639

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45946

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 24/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 24/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45953-SÃO CRISTOVÃO DO SUL-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020

Publicação Nº 3129533

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45953

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 24/06/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 24/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45958-MUNICÍPIO DE CALMON-J MARTINS COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA E-PAL0170602020

Publicação Nº 3129545

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45958

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CALMON

FORNECEDOR: J MARTINS COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI

PAL: 017060/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0033/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 24/06/2021 a 15/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de SUPRIMENTOS PARA IMPRESSÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CALMON, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 24/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45959-BENEDITO NOVO-J MARTINS COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA E-PAL0170602020

Publicação Nº 3129544

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45959

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

FORNECEDOR: J MARTINS COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI

PAL: 017060/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0033/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 24/06/2021 a 15/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de SUPRIMENTOS PARA IMPRESSÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 24/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45967-CAMBORIÚ-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDI-PAL0002002021

Publicação Nº 3132033

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45967

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A MATRIZ

PAL: 000200/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 24/06/2021 a 15/05/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 24/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quinta-feira, 1 de julho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45977-CAMBORIÚ-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0221532020

Publicação Nº 3129635

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45977

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 24/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 24/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN45978-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129634

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN45978

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 24/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 24/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46027-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS-VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI-PAL0002932021

Publicação Nº 3132047

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46027

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS

FORNECEDOR: VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 24/06/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 24/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quinta-feira, 1 de julho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46081-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO-RSUL EIRELI EPP -PAL0221532020

Publicação Nº 3129713

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46081

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: RSUL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO LUZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46083-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129721

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46083

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO LUZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46084-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129729

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46084

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO LUZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46085-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129696

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46085

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO LUZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46087-PRESIDENTE GETÚLIO-RC TEIVE COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129666

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46087

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

FORNECEDOR: RC TEIVE COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46088-PRESIDENTE GETÚLIO-ROBERTO TESSARO & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129672

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46088

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

FORNECEDOR: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46089-PRESIDENTE GETÚLIO-RSUL EIRELI EPP -PAL0221532020

Publicação Nº 3129716

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46089

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

FORNECEDOR: RSUL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46090-PRESIDENTE GETÚLIO-SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME-PAL0221532020

Publicação Nº 3129678

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46090

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

FORNECEDOR: SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46104-SÃO JOSÉ DO CERRITO-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020

Publicação Nº 3129534

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46104

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46110-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ -LUANDA COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LT-PAL0170602020

Publicação Nº 3129546

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46110

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ

FORNECEDOR: LUANDA COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA EPP

PAL: 017060/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0033/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 15/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de SUPRIMENTOS PARA IMPRESSÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46116-LAURENTINO-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129750

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46116

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAURENTINO

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAURENTINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46152-AGROLÂNDIA-R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS-PAL0139872020

Publicação Nº 3129522

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46152

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA

FORNECEDOR: R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS

PAL: 013987/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ELETRODOMÉSTICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46155-GUATAMBÚ-R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS-PAL0139872020

Publicação Nº 3129523

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46155

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ

FORNECEDOR: R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS

PAL: 013987/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ELETRODOMÉSTICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46158-MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS-R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS-PAL0139872020

Publicação Nº 3129541

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46158

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

FORNECEDOR: R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS

PAL: 013987/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ELETRODOMÉSTICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46160-MUNICÍPIO DE PERITIBA-R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS-PAL0139872020

Publicação Nº 3129527

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46160

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PERITIBA

FORNECEDOR: R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS

PAL: 013987/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ELETRODOMÉSTICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PERITIBA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46162-JAGUARUNA-R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS-PAL0139872020

Publicação Nº 3129525

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46162

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

FORNECEDOR: R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS

PAL: 013987/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ELETRODOMÉSTICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46164-VIDAL RAMOS-R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS-PAL0139872020

Publicação Nº 3129524

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46164

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS

FORNECEDOR: R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS

PAL: 013987/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ELETRODOMÉSTICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46174-CINCATARINA-R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS-PAL0139872020

Publicação Nº 3129552

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46174

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS

PAL: 013987/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ELETRODOMÉSTICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46182-MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA-R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS-PAL0139872020

Publicação Nº 3129519

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46182

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

FORNECEDOR: R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS

PAL: 013987/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ELETRODOMÉSTICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46183-MUNICÍPIO DE PIRATUBA-R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS-PAL0139872020

Publicação Nº 3129520

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46183

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PIRATUBA

FORNECEDOR: R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS

PAL: 013987/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ELETRODOMÉSTICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PIRATUBA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46189-MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS-PAL0139872020

Publicação Nº 3129521

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46189

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS

PAL: 013987/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ELETRODOMÉSTICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46190-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS-PAL0139872020

Publicação Nº 3129518

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46190

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS

PAL: 013987/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ELETRODOMÉSTICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46203-MUNICÍPIO DE JABORÁ-R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS-PAL0139872020

Publicação Nº 3129517

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46203

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE JABORÁ

FORNECEDOR: R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS

PAL: 013987/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ELETRODOMÉSTICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE JABORÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46216-MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129668

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46216

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46217-MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129684

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46217

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46220-MUNICÍPIO DE CAÇADOR-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129689

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46220

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAÇADOR, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46221-MUNICÍPIO DE CAÇADOR-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129674

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46221

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAÇADOR, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46223-MUNICÍPIO DE IOMERÊ-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129677

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46223

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IOMERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46224-MUNICÍPIO DE IOMERÊ-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129680

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46224

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IOMERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46225-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129686

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46225

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46226-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129683

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46226

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46229-MUNICÍPIO DE MATOS COSTA-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129735

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46229

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46230-MUNICÍPIO DE MATOS COSTA-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129740

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46230

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46231-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129747

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46231

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46232-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129744

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46232

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46235-MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129751

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46235

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46236-MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129703

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46236

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46242-CINCATARINA-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129660

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46242

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46243-CINCATARINA-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129765

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46243

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46251-MUNICÍPIO DE IRANI-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129757

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46251

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IRANI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46255-MUNICÍPIO DE CURITIBANOS-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129754

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46255

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46257-MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129753

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46257

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46258-MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129761

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46258

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46259-MUNICÍPIO DE LUZERNA-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129756

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46259

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LUZERNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46260-MUNICÍPIO DE LUZERNA-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129758

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46260

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LUZERNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46261-MUNICÍPIO DE VARGEM-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129762

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46261

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46262-MUNICÍPIO DE VARGEM-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129760

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46262

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46272-MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129745

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46272

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46273-MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129737

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46273

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46285-MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129742

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46285

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46287-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129749

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46287

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46289-MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129700

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46289

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46293-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129695

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46293

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46294-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129698

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46294

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46295-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129645

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46295

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46296-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129648

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46296

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46297-HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129650

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46297

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46302-MUNICÍPIO DE CAPINZAL-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129693

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46302

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAPINZAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46303-MUNICÍPIO DE CAPINZAL-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129720

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46303

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAPINZAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46305-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129657

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46305

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46306-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129722

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46306

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46307-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129738

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46307

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46308-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129724

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46308

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46309-MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129718

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46309

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46310-MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129702

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46310

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46311-MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129653

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46311

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46312-MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129655

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46312

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46313-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129647

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46313

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46314-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129652

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46314

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46315-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129658

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46315

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46320-MUNICÍPIO DE OURO VERDE-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129715

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46320

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OURO VERDE

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46321-MUNICÍPIO DE OURO VERDE-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129714

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46321

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OURO VERDE

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46322-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129717

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46322

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46328-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAM-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129711

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46328

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46329-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129712

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46329

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46330-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129766

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46330

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46331-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129726

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46331

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46332-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129725

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46332

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46333-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129705

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46333

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46336-MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129733

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46336

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46337-MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129723

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46337

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46338-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129727

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46338

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46352-FUNDO MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL DO MUNICÍPIO D-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129728

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46352

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46353-MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129731

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46353

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46354-MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129719

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46354

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46355-MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129732

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46355

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46356-MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129730

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46356

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46358-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129661

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46358

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46359-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129667

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46359

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46360-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129664

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46360

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46361-MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129671

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46361

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46362-MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129673

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46362

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46365-MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129679

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46365

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46366-MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129676

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46366

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46367-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129682

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46367

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46368-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129685

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46368

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46371-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO -INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129662

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46371

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46372-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO -IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129709

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46372

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46373-MUNICÍPIO DE XAVANTINA-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129670

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46373

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE XAVANTINA

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE XAVANTINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46374-MUNICÍPIO DE XAVANTINA-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129663

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46374

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE XAVANTINA

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE XAVANTINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46375-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129675

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46375

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46376-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129681

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46376

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46377-SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO JOAÇABA HE-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129707

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46377

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO JOAÇABA HERVAL DOESTE E LUZERNA

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO JOAÇABA HERVAL DOESTE E LUZERNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46378-MUNICÍPIO DE IPUMIRIM-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129734

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46378

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46379-MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129665

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46379

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46391-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129669

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46391

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46393-MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129736

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46393

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46394-MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129739

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46394

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46395-FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129741

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46395

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46396-LONTRAS-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129687

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46396

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LONTRAS

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LONTRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46397-LONTRAS-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129691

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46397

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LONTRAS

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LONTRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46398-FUNDOMUNICIPALDESAÚDEDELONTRAS-INFOTRIZCOMERCIALEIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129706

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46398

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46399-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129701

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46399

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46402-FUNDOMUNICIPALDESAÚDEDEORLEANS-INFOTRIZCOMERCIALEIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129651

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46402

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46403-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129743

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46403

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46404-DONA EMMA-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129654

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46404

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE DONA EMMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46406-ASCURRA-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129755

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46406

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ASCURRA

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ASCURRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46409-GUATAMBÚ-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129656

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46409

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46410-GUATAMBÚ-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129688

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46410

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46414-LAGES-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129692

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46414

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAGES

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAGES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46415-LAGES-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129690

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46415

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAGES

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAGES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46425-LEOBERTO LEAL-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129746

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46425

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46426-LEOBERTO LEAL-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129763

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46426

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46428-BRAÇO DO TROMBUDO-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129697

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46428

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46429-BRAÇO DO TROMBUDO-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129694

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46429

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46430-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRAÇO DO TROMBUDO-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129699

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46430

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRAÇO DO TROMBUDO

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRAÇO DO TROMBUDO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46431-LAURENTINO-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129748

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46431

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAURENTINO

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAURENTINO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46432-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE OURO VERD-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129710

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46432

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE OURO VERDE

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46433-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE OURO VERDE-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129708

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46433

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE OURO VERDE

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46435-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUI-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129659

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46435

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUI

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46436-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUI-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129752

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46436

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUI

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46441-JAGUARUNA-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129764

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46441

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46442-JAGUARUNA-IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA-PAL0221532020

Publicação Nº 3129759

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46442

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

FORNECEDOR: IVETE REGINA ODORIZZI & CIA LTDA

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46447-MIRIM DOCE-INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP-PAL0221532020

Publicação Nº 3129646

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46447

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 022153/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0057/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 31/12/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46449-HOSPITAL FREI ROGÉRIO-JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0171762020

Publicação Nº 3129560

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46449

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46450-MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129554

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46450

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46451-MUNICÍPIO DE CAÇADOR-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129562

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46451

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAÇADOR, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46452-MUNICÍPIO DE IBIAM-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129576

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46452

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBIAM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46453-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129564

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46453

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46454-MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129565

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46454

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46455-MUNICÍPIO DE TANGARÁ-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129593

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46455

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TANGARÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46456-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129553

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46456

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46457-CINCATARINA-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129575

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46457

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46458-HOSPITAL FREI ROGÉRIO-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129556

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46458

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46460-MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129588

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46460

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46461-MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129574

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46461

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46462-MUNICÍPIO DE CURITIBANOS-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129566

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46462

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46463-MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129594

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46463

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46464-MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129580

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46464

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46465-MUNICÍPIO DE XAXIM-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129551

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46465

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE XAXIM

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE XAXIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46466-MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129558

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46466

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46467-HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129573

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46467

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46468-MUNICÍPIO DE VARGEÃO-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129578

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46468

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEÃO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46469-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129590

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46469

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46470-MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129569

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46470

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46471-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129559

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46471

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46472-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129577

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46472

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46473-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129704

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46473

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO LUZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46474-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129561

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46474

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46475-MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129585

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46475

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46476-MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129595

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46476

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46477-MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129596

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46477

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46478-MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129555

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46478

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46479-MUNICÍPIO DE URUBICI-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129597

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46479

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE URUBICI

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE URUBICI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46480-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129613

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46480

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46481-MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129563

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46481

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46482-MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129557

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46482

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46484-COCAL DO SUL-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação N° 3129572

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46484

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46485-MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação N° 3129568

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46485

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46486-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação N° 3129570

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46486

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46487-DONA EMMA-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129583

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46487

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE DONA EMMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46488-ASCURRA-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129592

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46488

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ASCURRA

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ASCURRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46489-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129586

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46489

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46490-GUATAMBÚ-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129591

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46490

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46491-MUNICÍPIO DE SALETE-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129584

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46491

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SALETE

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SALETE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46492-LAGES-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129581

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46492

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAGES

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAGES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46493-MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129579

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46493

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46494-URUPEMA-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129587

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46494

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE URUPEMA

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE URUPEMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46495-OTACÍLIO COSTA-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129589

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46495

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN46496-CERRO NEGRO-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-
PAL0171762020**

Publicação Nº 3129571

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46496

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CERRO NEGRO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN46497-CORREIA PINTO-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-
PAL0171762020**

Publicação Nº 3129582

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46497

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 25/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 25/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT21CIN46613-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ-SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-
PAL0002002021**

Publicação Nº 3132038

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46613

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ

FORNECEDOR: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 000200/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 28/06/2021 a 15/05/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 28/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quinta-feira, 1 de julho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46614-CAMBORIÚ-JETHAMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0002002021

Publicação Nº 3132036

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46614

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

FORNECEDOR: JETHAMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 000200/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 28/06/2021 a 15/05/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 28/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quinta-feira, 1 de julho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46615-CAMBORIÚ-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDI-PAL0002002021

Publicação Nº 3132040

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46615

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A MATRIZ

PAL: 000200/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 28/06/2021 a 15/05/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 28/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quinta-feira, 1 de julho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46616-CAMBORIÚ-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0002002021

Publicação Nº 3132035

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46616

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

FORNECEDOR: S&R DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 000200/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 28/06/2021 a 15/05/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 28/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quinta-feira, 1 de julho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46619-CAMBORIÚ-JETHAMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0002002021

Publicação Nº 3132037

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46619

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

FORNECEDOR: JETHAMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 000200/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 28/06/2021 a 15/05/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 28/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quinta-feira, 1 de julho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46625-CAMBORIÚ-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0002002021

Publicação Nº 3132034

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46625

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 000200/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 28/06/2021 a 15/05/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 28/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quinta-feira, 1 de julho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46626-CAMBORIÚ-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0002002021

Publicação Nº 3132039

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46626

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 000200/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 28/06/2021 a 15/05/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 28/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quinta-feira, 1 de julho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46631-ASCURRA-R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS-PAL0139872020

Publicação Nº 3129529

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46631

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ASCURRA

FORNECEDOR: R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS

PAL: 013987/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 28/06/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ELETRODOMÉSTICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ASCURRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 28/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46632-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ -R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS-PAL0139872020

Publicação Nº 3129530

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46632

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ

FORNECEDOR: R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS

PAL: 013987/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 28/06/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ELETRODOMÉSTICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 28/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46633-MUNICÍPIO DE CURITIBANOS-R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS-PAL0139872020

Publicação Nº 3129528

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46633

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS

FORNECEDOR: R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS

PAL: 013987/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 28/06/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ELETRODOMÉSTICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 28/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46669-MAREMA-GELVAN COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI-PAL0171762020

Publicação Nº 3129602

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46669

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MAREMA

FORNECEDOR: GELVAN COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 28/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MAREMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 28/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46670-MAREMA-IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENT-PAL0171762020

Publicação Nº 3129603

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46670

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MAREMA

FORNECEDOR: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 28/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MAREMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 28/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46671-MAREMA-JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI-PAL0171762020

Publicação Nº 3129598

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46671

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MAREMA

FORNECEDOR: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 28/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MAREMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 28/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46672-MAREMA-JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0171762020

Publicação Nº 3129601

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46672

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MAREMA

FORNECEDOR: JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 28/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MAREMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 28/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46673-MAREMA-NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA-PAL0171762020

Publicação Nº 3129599

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46673

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MAREMA

FORNECEDOR: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 28/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MAREMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 28/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46674-MAREMA-PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES DE ALIMENTOS LTDA-PAL0171762020

Publicação Nº 3129600

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46674

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MAREMA

FORNECEDOR: PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES DE ALIMENTOS LTDA

PAL: 017176/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0050/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 28/06/2021 a 30/09/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MAREMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 28/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46682-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRAÇO DO TROMBUDO-PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0002002021

Publicação Nº 3132048

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46682

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRAÇO DO TROMBUDO

FORNECEDOR: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 000200/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 28/06/2021 a 15/05/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRAÇO DO TROMBUDO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 28/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quinta-feira, 1 de julho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46684-OTACÍLIO COSTA-J MARTINS COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA E-PAL0170602020

Publicação Nº 3129547

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46684

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

FORNECEDOR: J MARTINS COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI

PAL: 017060/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0033/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 28/06/2021 a 15/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de SUPRIMENTOS PARA IMPRESSÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 28/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46717-MUNICÍPIO DE IOMERÊ-PRÓ CIRÚRGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3132050

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46717

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ

FORNECEDOR: PRÓ CIRÚRGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IOMERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quinta-feira, 1 de julho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46718-MUNICÍPIO DE IOMERÊ-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3132049

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46718

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IOMERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quinta-feira, 1 de julho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46723-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI-PAL0002932021

Publicação Nº 3132051

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46723

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quinta-feira, 1 de julho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46773-SANTO AMARO DA IMPERATRIZ-DENTAL GUIDA COMERCIO DE MATERIAIS ODONTOLOGICOS E-PAL0003232021

Publicação Nº 3132057

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46773

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

FORNECEDOR: DENTAL GUIDA COMERCIO DE MATERIAIS ODONTOLOGICOS E FARMACEUTICOS LTDA ME

PAL: 000323/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quinta-feira, 1 de julho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46776-SANTO AMARO DA IMPERATRIZ-DENTAL PRIME-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSPIT-PAL0003232021

Publicação Nº 3132058

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46776

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

FORNECEDOR: DENTAL PRIME-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI

PAL: 000323/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quinta-feira, 1 de julho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46781-SANTO AMARO DA IMPERATRIZ-IMP EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA-PAL0003232021

Publicação Nº 3132061

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46781

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

FORNECEDOR: IMP EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA

PAL: 000323/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quinta-feira, 1 de julho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46783-SANTO AMARO DA IMPERATRIZ-ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES-PAL0003232021

Publicação Nº 3132060

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46783

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

FORNECEDOR: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP

PAL: 000323/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0012/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quinta-feira, 1 de julho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46791-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3132052

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46791

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quinta-feira, 1 de julho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46792-MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS-SOMA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA ME -PAL0170602020

Publicação Nº 3129548

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46792

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS

FORNECEDOR: SOMA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA ME

PAL: 017060/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0033/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2021 a 15/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de SUPRIMENTOS PARA IMPRESSÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46794-MUNICÍPIO DE XAXIM-R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS-PAL0139872020

Publicação Nº 3129531

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46794

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE XAXIM

FORNECEDOR: R.S COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS

PAL: 013987/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0030/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ELETRODOMÉSTICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE XAXIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN46795-GUARAMIRIM-GRATTOS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E SERRALHER-PAL0139952020

Publicação Nº 3129535

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN46795

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM

FORNECEDOR: GRATTOS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E SERRALHERIA LTDA

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 29/06/2021 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 29/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quarta-feira, 30 de junho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN47093-MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO-VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E-PAL0002852021

Publicação Nº 3132044

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN47093

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: VOA COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI

PAL: 000285/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0008/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/06/2021 a 31/03/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENIZAÇÃO, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quinta-feira, 1 de julho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN47094-FMS GUARAMIRIM-I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP-PAL0002852021

Publicação Nº 3132045

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN47094

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM

FORNECEDOR: I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP

PAL: 000285/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0008/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/06/2021 a 31/03/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS SANEANTES, HIGIENIZAÇÃO, LIMPEZA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quinta-feira, 1 de julho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN47097-BOM JARDIM DA SERRA-NOELI VIEIRA DISTRIBUIDORA DE SOROS E EQUIPAMENTOS-PAL0002932021

Publicação Nº 3132053

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN47097

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA

FORNECEDOR: NOELI VIEIRA DISTRIBUIDORA DE SOROS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/06/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quinta-feira, 1 de julho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN47110-OTACÍLIO COSTA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0002002021

Publicação Nº 3132041

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN47110

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 000200/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/06/2021 a 15/05/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quinta-feira, 1 de julho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN47166-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3132054

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN47166

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/06/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/06/2021 00:00:00

Florianópolis (SC), quinta-feira, 1 de julho de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 1538/2021-E

Publicação Nº 3131273

Processo Administrativo Eletrônico:	1538/2021-e
Interessado:	GELOPAR REFRIGERAÇÃO PARANAENSE LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato.
Referencia:	PAL 13987/2020, PE 0030/2020

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa GELOPAR REFRIGERAÇÃO PARANAENSE LTDA, referente às Autorizações de Fornecimento nº 63013/2020, 63014/2020 e 63015/2020.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuassem a execução total das Autorizações de Fornecimento supracitadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual.

A empresa, em suas manifestações, justificou o inadimplemento das obrigações. Entretanto, a Autorização de Fornecimento continua em aberto no sistema, sendo que o atraso supera os 81 dias (AF 63013/2020), 82 dias (AF 63014/2020) e 82 dias (AF 63015/2020), gerando grandes transtornos.

Em suma é o Relatório. Passo à análise.

II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa GELOPAR REFRIGERAÇÃO PARANAENSE LTDA, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega do item nº 36.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles:

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos. (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis: Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

É a fundamentação. Passo à análise.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

1. O cancelamento do Registro de Preço da empresa GELOPAR REFRIGERAÇÃO PARANAENSE LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 13987/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0030/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 36;
 2. Pela rescisão total das Autorizações de Fornecimento nº 63013/2020, 63014/2020 e 63015/2020;
 3. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 307,04 (Trezentos e sete reais e quatro centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento 63013/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item nº 36, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 2.046,99 (Dois mil e quarenta e seis reais e noventa e nove centavos), encaminhando-se o presente processo ao Município de Arroio Trinta para emissão do boleto de cobrança;
 4. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 307,04 (Trezentos e sete reais e quatro centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento 63014/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item nº 36, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 2.046,99 (Dois mil e quarenta e seis reais e noventa e nove centavos), encaminhando-se o presente processo ao Município de Arroio Trinta para emissão do boleto de cobrança;
 5. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 307,04 (Trezentos e sete reais e quatro centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento 63015/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item nº 36, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 2.046,99 (Dois mil e quarenta e seis reais e noventa e nove centavos), encaminhando-se o presente processo ao Município de Joaçaba para emissão do boleto de cobrança;
 6. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.
- É o Parecer.

Florianópolis (SC), 24 de março de 2021.

Dagmar José Belotto

Analista Técnico IV - Advogado

OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	1538/2021-e
Interessado:	GELOPAR REFRIGERAÇÃO PARANAENSE LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referencia:	PAL 13987/2020, PE 0030/2020

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente das Autorizações de Fornecimento nº 63013/2020, 63014/2020 e 63015/2020, do PAL nº 13987/2020, PE 0030/2020, em face da empresa GELOPAR REFRIGERAÇÃO PARANAENSE LTDA.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa. Entretanto, o atraso já supera os 81 dias (AF 63013/2020), 82 dias (AF 63014/2020) e 82 dias (AF 63015/2020), gerando inúmeros transtornos, principalmente porque se trata medicamentos.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pelo cancelamento do registro de preço do fornecedor em relação ao item nº 36, rescisão das Autorizações de Fornecimento não atendidas, aplicação de multa e convocação das empresas que compõem cadastro de reserva, obedecendo a ordem de classificação, para fornecimento do item, nos termos da legislação em vigor. Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 00030/2020, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. O cancelamento do Registro de Preço da empresa GELOPAR REFRIGERAÇÃO PARANAENSE LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 13987/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0030/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 36;
2. Pela rescisão total das Autorizações de Fornecimento nº 63013/2020, 63014/2020 e 63015/2020;
3. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 307,04 (Trezentos e sete reais e quatro centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento 63013/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item nº 36, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 2.046,99 (Dois mil e quarenta e seis reais e noventa e nove centavos), encaminhando-se o presente processo ao Município de Arroio Trinta para emissão do boleto de cobrança;
4. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 307,04 (Trezentos e sete reais e quatro centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento)

por inexecução da Autorização de Fornecimento 63014/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item nº 36, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 2.046,99 (Dois mil e quarenta e seis reais e noventa e nove centavos), encaminhando-se o presente processo ao Município de Arroio Trinta para emissão do boleto de cobrança;

5. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 307,04 (Trezentos e sete reais e quatro centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento 63015/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item nº 36, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 2.046,99 (Dois mil e quarenta e seis reais e noventa e nove centavos), encaminhando-se o presente processo ao Município de Joaçaba para emissão do boleto de cobrança;

6. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 24 de março de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 1740/2021-E

Publicação Nº 3131212

Processo Administrativo Eletrônico:	1740/2021-e
Interessado:	ILG COMERCIAL LTDA ME
Assunto:	Inexecução de Contrato.
Referencia:	PAL 1036/2020, PE 0005/2020

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa ILG COMERCIAL LTDA ME, referente à Autorização de Fornecimento nº 306/2021.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuassem a execução total da Autorização de Fornecimento acima elencada ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual.

A empresa, em suas manifestações, justificou o inadimplemento das obrigações. Entretanto, a Autorização de Fornecimento continua em aberto no sistema, sendo que o atraso supera os 61 dias, gerando grandes transtornos.

Em suma é o Relatório. Passo a análise

II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa ILG COMERCIAL LTDA ME, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega do item nº 128.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles:

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data

de entrega dos mesmos. (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis: Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATERINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

É a fundamentação. Passo à análise.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

1. O cancelamento do Registro de Preço da empresa ILG COMERCIAL LTDA ME, no Processo Administrativo Licitatório nº 1036/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0005/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 128;

2. Pela rescisão total da Autorização de Fornecimento nº 306/2021;

3. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 52,27 (Cinquenta e dois reais e vinte e sete centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento 306/2021, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item nº 128, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 348,47 (Trezentos e quarenta e oito reais e quarenta e sete centavos);

4. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Abelardo Luz para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;

5. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 24 de março de 2021.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	1740/2021-e
Interessado:	ILG COMERCIAL LTDA ME
Assunto:	Inexecução de Contrato

Referencia:

PAL 1036/2020, PE 0005/2020

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente da Autorização de Fornecimento nº 306/2021, do PAL nº 1036/2020, PE 0005/2020, em face da empresa ILG COMERCIAL LTDA ME.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa. Entretanto, o atraso já supera os 61 dias, gerando inúmeros transtornos aos municípios e a toda a população assistida.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pelo cancelamento do registro de preço do fornecedor em relação ao item nº 128, rescisão da Autorização de Fornecimento não atendida, aplicação de multa e convocação das empresas que compõem cadastro de reserva, obedecendo a ordem de classificação, para fornecimento do item, nos termos da legislação em vigor. Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0005/2020, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. O cancelamento do Registro de Preço da empresa ILG COMERCIAL LTDA ME, no Processo Administrativo Licitatório nº 1036/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0005/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 128;

2. Pela rescisão total da Autorização de Fornecimento nº 306/2021;

3. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 52,27 (Cinquenta e dois reais e vinte e sete centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento 306/2021, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item nº 128, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 348,47 (Trezentos e quarenta e oito reais e quarenta e sete centavos);

4. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Abelardo Luz para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;

5. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe. Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, identifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 24 de março de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 29441/2020-E

Publicação Nº 3131151

Processo Administrativo Eletrônico:	29441/2020-e
Interessado:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Assunto:	Inexecução Contratual
Referencia:	PAL 1036/2020, PE 0005/2020, PAL 4078/2020. PE 0012/2020, PAL 11550/2020, PE 0021/2020, PAL 12590/2020, PE 0034/2020

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, referente às Autorizações de Fornecimento nº 52611/2020, 52688/2020 e 52767/2020.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuassem a execução total das Autorizações de Fornecimento supracitadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual.

A empresa, em sua manifestação, justificou o atraso na entrega dos itens e formulou pedido de prorrogação do prazo de entrega. A previsão de regularização era para a primeira quinzena de janeiro de 2021. Todavia até presente data não houve adimplemento.

Considerando a recidiva do fornecedor que apresenta um total de 31 (Trinta e uma) Autorizações de Fornecimento com mais de 30 dias de atraso, todas as seguintes Autorizações de Fornecimento serão tratadas no presente processo, visando a economia e celeridade

processual, a saber: 52611/2020, 52688/2020, 52767/2020, 53099/2020, 53714/2020, 54014/2020, 54354/2020, 54526/2020, 55618/2020, 56210/2020, 58898/2020, 58996/2020, 59784/2020, 59788/2020, 59818/2020, 59861/2020, 60331/2020, 60522/2020, 60610/2020, 60712/2020, 61372/2020, 61456/2020, 61516/2020, 61773/2020, 61814/2020, 62598/2020, 62651/2020, 62730/2020, 62840/2020, 63273/2020, 63298/2020, referente aos itens 62, 118, 134, 138, 199, 248, 263, 346, 353, 467, 528, 536, 554, 557, 558, 724, 917 e 1169, dos PAL 1036/2020, PE 0005/2020, PAL 4078/2020, PE 0012/2020, PAL 11550/2020, PE 0021/2020 e 12590/2020, PE 0034/2020.

Em apenso Processo Administrativo nº 27716/2020, 29468/2020, 803/2021, 838/2021 e 846/2021.

Esclareça-se que todas as AF's citadas já foram notificadas ao Fornecedor que apresentou resposta, garantido assim o contraditório. Em síntese, o fornecedor alega problemas na entrega em decorrência da falta de insumo e formulou pedido de prorrogação do prazo de entrega, apresentando diversas datas para tal. Todavia, muitas das autorizações mencionadas já estão vencidas e o prazo ofertado pelo próprio fornecedor já está vencido.

Em suma é o Relatório. Passo a análise.

II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega dos itens 47, 62, 118, 134, 138, 199, 248, 263, 346, 353, 467, 528, 536, 554, 557, 558, 724, 917 e 1169, dos PAL 1036/2020, PE 0005/2020, PAL 4078/2020, PE 0012/2020, PAL 11550/2020, PE 0021/2020 e 12590/2020, PE 0034/2020.

Torna-se oportuno observar que a empresa, em sua manifestação, informou que a indústria está com problemas técnicos na sua produção, notadamente em decorrência do novo Coronavírus – COVID19. Formulou pedidos de prorrogação do prazo de entrega, porém não cumpriu nenhum.

Nesse sentido, importante esclarecer que todas as autorizações de fornecimento acima elencadas estão a pelo menos de 30 dias vencidas, sendo que algumas alcançam o prazo de 69 dias de atraso.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles: CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos. (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis: Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro

de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

Quanto às Autorizações de Fornecimento nº 62651/2020, 63273/2020 e 63298/2020, há pedido de prorrogação do prazo de entrega até dia 15 de fevereiro de 2021, que, em razão da proximidade da data e em consonância com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, poderia ser deferido, de modo a atender o interesse público (entrega dos materiais) de forma mais célere.

Quanto às Autorizações de Fornecimento em atraso em que o fornecedor formulou pedido de prorrogação para o mês de abril, não há razoabilidade no pedido, pois extrapola em muito o prazo para efetiva entrega do item.

É a fundamentação jurídica. Passo à conclusão.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, OPINO:

1. Que a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, fique ADVERTIDA para que realize o adimplemento de sua obrigação, no que tange a entrega dos itens nº 536, 965, 199, 263 e 353, referente às Autorizações de Fornecimento nº 62730/2020, 63273/2020 e 63298/2020, IMPRETERIVELMENTE ATÉ O DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2021;

2. A aceitação do recebimento dos itens acima indicados, pelo órgão Gerenciador, não se configura como novo prazo;

3. A empresa está incorrendo em infração pela inexecução contratual, no entanto, foi oportunizado, de modo alternativo, o adimplemento de sua obrigação, ou seja, a entrega em atraso das Autorizações de Fornecimento nº 62730/2020, 63273/2020 e 63298/2020;

4. Caso a empresa não observe a data limite estabelecida nos itens anteriores, ficarão aplicadas de imediato as penalidades e sanções administrativas previstas no Edital, sendo elas:

3.1 O cancelamento do Registro de Preço da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 1036/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0005/2020, referente aos itens 536 e 965; Processo Administrativo Licitatório nº 4078/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0012/2020, Registro de Preço, referente aos itens nº 199, 263 e 353, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;

3.2 A rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 62730/2020, 63273/2020 e 63298/2020;

3.3 A aplicação da penalidade de MULTA no valor de R\$ 168,01 (Cento e sessenta e oito reais e um centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 62651/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 1.120,05 (Mil cento e vinte reais e cinco centavos);

3.4 Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao município de NOVA TRENTO, para emissão do boleto de cobrança referente à multa pecuniária fixada no inciso anterior;

3.5 A aplicação da penalidade de MULTA no valor de R\$ 11,24 (Onze reais e vinte e um centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 63298/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega dos itens, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 74,90 (setenta e quatro reais e noventa centavos), convertida em ADVERTÊNCIA, em razão do valor inferior a R\$ 20,00 (vinte reais);

3.6 A aplicação da penalidade de MULTA no valor de R\$ 77,75 (Sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 63298/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 518,33 (quinhentos e dezoito reais e trinta e três centavos);

3.7 Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao município de ÁGUA DOCE, para emissão do boleto de cobrança referente à multa pecuniária fixada no inciso anterior;

5. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 12590/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0034/2020, Registro de Preço, referente aos itens nº 62, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;

6. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 52611/2020, 52688/2020, 52767/2020, 53099/2020, 53714/2020, 54014/2020, 54354/2020, 54526/2020, 55618/2020, 56210/2020, 60331/2020, 61372/2020, 61814/2020 no que tange aos quantitativos dos itens nº 62;

7. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 128,24 (Cento e vinte e oito reais e vinte e quatro centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 52611/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 854,90 (Oitocentos e cinquenta e quatro reais e noventa centavos);

8. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Iomerê para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;

9. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 512,94 (Quinhentos e doze reais e noventa e quatro centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 52688/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega dos itens, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 3.419,60 (Três mil quatrocentos e dezenove reais e sessenta centavos);

10. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Rancho Queimado para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;

11. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 641,18 (Seiscentos e quarenta e um reais e dezoito centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 52767/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega dos itens, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 4.274,50 (Quatro mil duzentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos);

12. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Santa Cecília para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;

13. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 256,47 (Duzentos e cinquenta e seis reais e quarenta e sete centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 53099/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 1.709,80 (Um mil setecentos e nove reais e oitenta centavos);

14. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Ascurra para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;
15. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 384,71 (Trezentos e oitenta e quatro reais e setenta e um centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 53714/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega dos item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 2.564,70 (Dois mil quinhentos e sessenta e quatro reais e setenta centavos);
16. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Água Doce para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;
17. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 256,47 (Duzentos e cinquenta e seis reais e quarenta e sete centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 54014/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 1.709,80 (Um mil setecentos e nove reais e oitenta centavos);
18. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Rio das Antas para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;
19. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 641,18 (Seiscentos e quarenta e um reais e dezoito centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 54354/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega dos item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 4.274,50 (Quatro mil duzentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos);
20. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Santa Cecília para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;
21. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 128,24 (Cento e vinte e oito reais e vinte e quatro centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 545226/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 854,90 (Oitocentos e cinquenta e quatro reais e noventa centavos);
22. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Timbó Grande para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;
23. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 641,18 (Seiscentos e quarenta e um reais e dezoito centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 55618/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega dos item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 4.274,50 (Quatro mil duzentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos);
24. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Curitiba para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;
25. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 769,41 (setecentos e sessenta e nove reais e quarenta e um centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 56210/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 5.129,60 (Cinco mil cento e vinte e nove reais e sessenta centavos);
26. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Fraiburgo para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;
27. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 256,47 (Duzentos e cinquenta e seis reais e quarenta e sete centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 60331/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 1.709,80 (Um mil setecentos e nove reais e oitenta centavos);
28. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Lebon Régis para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;
29. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 641,18 (Seiscentos e quarenta e um reais e dezoito centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 61372/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 4.274,50 (Quatro mil duzentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos);
30. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Três Barras para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;
31. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 2.180,00 (Dois mil cento e oitenta reais), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 61814/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 14.533,30 (Quatorze mil quinhentos e trinta e três reais e trinta centavos);
32. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Campos Novos para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;
33. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 1036/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0005/2020, Registro de Preço, referente aos itens nº 536, 724, 917 e 1169, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
34. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 58898/2020, 58996/2020, 59784/2020, 59818/2020, 60522/2020, 60712/2020, 61456/2020, 61516/2020, 61773/2020, 62598/2020 e 62730/2020, no que tange aos quantitativos dos itens nº 536, 724, 917 e 1169;
35. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 9,83 (Nove reais e oitenta e três centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 58898/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 65,50 (sessenta e cinco reais e cinquenta centavos), convertida em ADVERTÊNCIA, em razão do valor inferior a R\$ 20,00 (vinte reais);
36. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 190,99 (cento e noventa reais e noventa e nove centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 58996/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 1.273,27 (Um mil duzentose e setenta e três reais e vinte e sete centavos);

37. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Curitiba para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;
38. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 73,46 (Setenta e três reais e quarenta e seis centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 59784/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 489,72 (Quatrocentos e oitenta e nove reais e setenta e dois centavos);
39. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Videira para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;
40. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 28,50 (Vinte e oito reais e cinquenta centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 59818/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 190,00 (Cento e noventa reais);
41. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Nova Trento para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;
42. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 8,72 (Oito reais e setenta e dois centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 60522/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 58,10 (cinquenta e oito reais e dez centavos), convertida em ADVERTÊNCIA, em razão do valor inferior a R\$ 20,00 (vinte reais);
43. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 440,75 (quatrocentos e quarenta reais e setenta e cinco centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 60712/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 2.938,32 (Dois mil novecentos e trinta e oito reais e trinta e dois centavos);
44. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Curitiba para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;
45. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 9,83 (Nove reais e oitenta e três centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 61456/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 65,50 (Sessenta e cinco reais e cinquenta centavos), convertida em ADVERTÊNCIA, em razão do valor inferior a R\$ 20,00 (vinte reais);
46. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 14,69 (Quatorze reais e sessenta e nove centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 61516/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 97,94 (Noventa e sete reais e noventa e quatro centavos), convertida em ADVERTÊNCIA, em razão do valor inferior a R\$ 20,00 (vinte reais);
47. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 28,16 (Vinte e oito reais e dezesseis centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 61773/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 187,73 (Cento e oitenta e sete reais e setenta e três centavos);
48. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Irineópolis para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;
49. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 9,83 (Nove reais e oitenta e três centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 62598/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 65,50 (Sessenta e cinco reais e cinquenta centavos), convertida em ADVERTÊNCIA, em razão do valor inferior a R\$ 20,00 (vinte reais);
50. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 29,38 (Vinte e nove reais e trinta e oito centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 62730/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 195,89 (Cento e noventa e cinco reais e oitenta e nove centavos);
51. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Santa Cecília para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;
52. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 11550/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0021/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 118, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
53. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 59788/2020, no que tange aos quantitativos do item nº 118;
54. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 155,70 (Cento e cinquenta e cinco reais setenta centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 59788/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 1.038,00 (Mil e trinta e oito reais);
55. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Nova Trento para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;
56. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 4078/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0012/2020, Registro de Preço, referente aos itens nº 134 e 346, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
57. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 59861/2020 e 60610/2020, no que tange aos quantitativos dos itens nº 134 e 346;
58. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 4,02 (Quatro reais e dois centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 59861/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 26,80 (Vinte e seis reais e oitenta centavos), convertida em ADVERTÊNCIA, em razão do valor inferior a R\$ 20,00 (vinte reais);
59. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 1,17 (Um real e dezessete centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 60610/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 7,78 (Sete reais e setenta e oito centavos), convertida em ADVERTÊNCIA, em razão do valor inferior a R\$ 20,00 (vinte reais);
60. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, no Processo Administrativo

Licitatório nº 17320/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0038/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 138, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;

61. Pela rescisão da Autorização de Fornecimento nº 62840/2020, no que tange aos quantitativos dos itens nº 138;

62. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 78,92 (Setenta e oito reais e noventa e dois centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 62840/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 526,10 (Quinhentos e vinte e seis reais e dez centavos);

63. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Lages para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;

64. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

65. Remeta-se cópia da presente aos processos administrativos nº 27716/2020, 29468/2020, 803/2021, 838/2021 e 846/2021.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 04 de fevereiro de 2021.

[Assinado Eletronicamente]

Dagmar José Belotto

Analista Técnico IV - Advogado

OAB/SC 36.491

Processo Administrativo Eletrônico:	29441/2020-e
Interessado:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Assunto:	Inexecução Contratual
Referencia:	PAL 1036/2020, PE 0005/2020, PAL 4078/2020. PE 0012/2020, PAL 11550/2020, PE 0021/2020, PAL 12590/2020, PE 0034/2020

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto inicial a verificação da inexecução contratual decorrente das Autorizações de Fornecimento nº 52611/2020, 52688/2020 e 52767/2020, em face da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa.

A Diretoria Jurídica, com objetivo de melhor atender o interesse público, se manifestou de modo favorável ao pedido formulado pelo fornecedor em relação às Autorizações de Fornecimento nº 62730/2020, 63273/2020 e 63298/2020, entretanto, caso não haja o cumprimento da obrigação no prazo estabelecido, opinou pelo cancelamento do registro de preço do fornecedor em relação aos itens nº 536, 965, 199, 263 e 353 (salvo se já cancelado em processo administrativo anterior), rescisão das Autorizações de Fornecimento, aplicação de multa e convocação das empresas que compõem cadastro de reserva, obedecendo a ordem de classificação, para fornecimento do item, nos termos da legislação em vigor.

Entretanto, opinou pela rescisão imediata das Autorizações de Fornecimento nº 52611/2020, 52688/2020, 52767/2020, 53099/2020, 53714/2020, 54014/2020, 54354/2020, 54526/2020, 55618/2020, 56210/2020, 58898/2020, 58996/2020, 59784/2020, 59788/2020, 59818/2020, 59861/2020, 60331/2020, 60522/2020, 60610/2020, 60712/2020, 61372/2020, 61456/2020, 61516/2020, 61773/2020, 61814/2020, 62598/2020, 62651/2020, 62840/2020, pelo cancelamento do registro de preço em relação aos itens nº 62, 118, 134, 346, 536, 724, 917 e 1169 (salvo se já cancelado em processo administrativo anterior), aplicação de multa e convocação das empresas que compõem cadastro de reserva, obedecendo a ordem de classificação, para fornecimento do item, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0005/2020, 0012/2020, 0021/2020 e 0034/2020, todos na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. Que a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, fique ADVERTIDA para que realize o adimplemento de sua obrigação, no que tange a entrega dos itens nº 536, 965, 199, 263 e 353, referente às Autorizações de Fornecimento nº 62730/2020, 63273/2020 e 63298/2020, IMPRETERIVELMENTE ATÉ O DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2021;

2. A aceitação do recebimento dos itens acima indicados, pelo órgão Gerenciador, não se configura como novo prazo;

3. A empresa está incorrendo em infração pela inexecução contratual, no entanto, foi oportunizado, de modo alternativo, o adimplemento de sua obrigação, ou seja, a entrega em atraso das Autorizações de Fornecimento nº 62730/2020, 63273/2020 e 63298/2020;

4. Caso a empresa não observe a data limite estabelecida nos itens anteriores, ficarão aplicadas de imediato as penalidades e sanções administrativas previstas no Edital, sendo elas:

5. O cancelamento do Registro de Preço da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 1036/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0005/2020, referente aos itens 536 e 965; Processo Administrativo Licitatório nº 4078/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0012/2020, Registro de Preço, referente aos itens nº 199, 263 e 353, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;

6. A rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 62730/2020, 63273/2020 e 63298/2020;

7. A aplicação da penalidade de MULTA no valor de R\$ 168,01 (Cento e sessenta e oito reais e um centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 62651/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 1.120,05 (Mil cento e vinte reais e cinco centavos);

8. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao município de NOVA TRENTO, para emissão do boleto de cobrança referente à multa pecuniária fixada no inciso anterior;

9. A aplicação da penalidade de MULTA no valor de R\$ 11,24 (Onze reais e vinte e um centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 63298/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega dos itens, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 74,90 (setenta e quatro reais e noventa

centavos), convertida em ADVERTÊNCIA, em razão do valor inferior a R\$ 20,00 (vinte reais);

10. A aplicação da penalidade de MULTA no valor de R\$ 77,75 (Sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 63298/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 518,33 (quinhentos e dezoito reais e trinta e três centavos);

11. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao município de ÁGUA DOCE, para emissão do boleto de cobrança referente à multa pecuniária fixada no inciso anterior;

12. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 12590/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0034/2020, Registro de Preço, referente aos itens nº 62, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;

13. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 52611/2020, 52688/2020, 52767/2020, 53099/2020, 53714/2020, 54014/2020, 54354/2020, 54526/2020, 55618/2020, 56210/2020, 60331/2020, 61372/2020, 61814/2020 no que tange aos quantitativos dos item nº 62;

14. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 128,24 (Cento e vinte e oito reais e vinte e quatro centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 52611/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 854,90 (Oitocentos e cinquenta e quatro reais e noventa centavos);

15. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Iomerê para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;

16. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 512,94 (Quinhentos e doze reais e noventa e quatro centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 52688/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega dos item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 3.419,60 (Três mil quatrocentos e dezenove reais e sessenta centavos);

17. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Rancho Queimado para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;

18. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 641,18 (Seiscentos e quarenta e um reais e dezoito centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 52767/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega dos item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 4.274,50 (Quatro mil duzentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos);

19. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Santa Cecília para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;

20. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 256,47 (Duzentos e cinquenta e seis reais e quarenta e sete centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 53099/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 1.709,80 (Um mil setecentos e nove reais e oitenta centavos);

21. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Ascurra para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;

22. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 384,71 (Trezentos e oitenta e quatro reais e setenta e um centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 53714/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega dos item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 2.564,70 (Dois mil quinhentos e sessenta e quatro reais e setenta centavos);

23. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Água Doce para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;

24. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 256,47 (Duzentos e cinquenta e seis reais e quarenta e sete centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 54014/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 1.709,80 (Um mil setecentos e nove reais e oitenta centavos);

25. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Rio das Antas para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;

26. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 641,18 (Seiscentos e quarenta e um reais e dezoito centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 54354/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega dos item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 4.274,50 (Quatro mil duzentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos);

27. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Santa Cecília para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;

28. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 128,24 (Cento e vinte e oito reais e vinte e quatro centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 545226/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 854,90 (Oitocentos e cinquenta e quatro reais e noventa centavos);

29. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Timbó Grande para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;

30. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 641,18 (Seiscentos e quarenta e um reais e dezoito centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 55618/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega dos item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 4.274,50 (Quatro mil duzentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos);

31. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Curitiba para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;

32. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 769,41 (setecentos e sessenta e nove reais e quarenta e um centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 56210/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 5.129,60 (Cinco mil cento e

vinte e nove reais e sessenta centavos);

33. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Fraiburgo para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;

34. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 256,47 (Duzentos e cinquenta e seis reais e quarenta e sete centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 60331/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 1.709,80 (Um mil setecentos e nove reais e oitenta centavos);

35. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Lebon Régis para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;

36. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 641,18 (Seiscentos e quarenta e um reais e dezoito centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 61372/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 4.274,50 (Quatro mil duzentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos);

37. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Três Barras para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;

38. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 2.180,00 (Dois mil cento e oitenta reais), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 61814/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 14.533,30 (Quatorze mil quinhentos e trinta e três reais e trinta centavos);

39. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Campos Novos para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;

40. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 1036/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0005/2020, Registro de Preço, referente aos itens nº 536, 724, 917 e 1169, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;

41. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 58898/2020, 58996/2020, 59784/2020, 59818/2020, 60522/2020, 60712/2020, 61456/2020, 61516/2020, 61773/2020, 62598/2020 e 62730/2020, no que tange aos quantitativos dos itens nº 536, 724, 917 e 1169;

42. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 9,83 (Nove reais e oitenta e três centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 58898/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 65,50 (sessenta e cinco reais e cinquenta centavos), convertida em ADVERTÊNCIA, em razão do valor inferior a R\$ 20,00 (vinte reais);

43. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 190,99 (cento e noventa reais e noventa e nove centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 58996/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 1.273,27 (Um mil duzentos e setenta e três reais e vinte e sete centavos);

44. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Curitiba para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;

45. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 73,46 (Setenta e três reais e quarenta e seis centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 59784/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 489,72 (Quatrocentos e e oitenta e nove reais e setenta e dois centavos);

46. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Videira para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;

47. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 28,50 (Vinte e oito reais e cinquenta centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 59818/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 190,00 (Cento e noventa reais);

48. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Nova Trento para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;

49. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 8,72 (Oito reais e setenta e dois centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 60522/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 58,10 (cinquenta e oito reais e dez centavos), convertida em ADVERTÊNCIA, em razão do valor inferior a R\$ 20,00 (vinte reais);

50. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 440,75 (quatrocentos e quarenta reais e setenta e cinco centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 60712/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 2.938,32 (Dois mil novecentos e trinta e oito reais e trinta e dois centavos);

51. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Curitiba para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;

52. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 9,83 (Nove reais e oitenta e três centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 61456/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 65,50 (Sessenta e cinco reais e cinquenta centavos), convertida em ADVERTÊNCIA, em razão do valor inferior a R\$ 20,00 (vinte reais);

53. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 14,69 (Quatorze reais e sessenta e nove centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 61516/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 97,94 (Noventa e sete reais e noventa e quatro centavos), convertida em ADVERTÊNCIA, em razão do valor inferior a R\$ 20,00 (vinte reais);

54. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 28,16 (Vinte e oito reais e dezesseis centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 61773/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 187,73 (Cento e oitenta e sete reais e setenta e três centavos);

55. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Irineópolis para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;
56. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 9,83 (Nove reais e oitenta e três centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 62598/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 65,50 (Sessenta e cinco reais e cinquenta centavos), convertida em ADVERTÊNCIA, em razão do valor inferior a R\$ 20,00 (vinte reais);
57. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 29,38 (Vinte e nove reais e trinta e oito centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 62730/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 195,89 (Cento e noventa e cinco reais e oitenta e nove centavos);
58. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Santa Cecília para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;
59. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 11550/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0021/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 118, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
60. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 59788/2020, no que tange aos quantitativos do item nº 118;
61. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 155,70 (Cento e cinquenta e cinco reais setenta centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 59788/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 1.038,00 (Mil e trinta e oito reais);
62. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Nova Trento para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;
63. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 4078/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0012/2020, Registro de Preço, referente aos itens nº 134 e 346, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
64. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 59861/2020 e 60610/2020, no que tange aos quantitativos dos itens nº 134 e 346;
65. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 4,02 (Quatro reais e dois centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 59861/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 26,80 (Vinte e seis reais e oitenta centavos), convertida em ADVERTÊNCIA, em razão do valor inferior a R\$ 20,00 (vinte reais);
66. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 1,17 (Um real e dezessete centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 60610/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 7,78 (Sete reais e setenta e oito centavos), convertida em ADVERTÊNCIA, em razão do valor inferior a R\$ 20,00 (vinte reais);
67. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 17320/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0038/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 138, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
68. Pela rescisão da Autorização de Fornecimento nº 62840/2020, no que tange aos quantitativos dos itens nº 138;
69. Pela Aplicação de MULTA no valor de R\$ 78,92 (Setenta e oito reais e noventa e dois centavos), relativo à multa de 15% (quinze por cento) por inexecução da Autorização de Fornecimento nº 62840/2020, visto que transcorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no contrato para efetiva entrega do item, calculada sobre o valor total inadimplido, que é de R\$ 526,10 (Quinhentos e vinte e seis reais e dez centavos);
70. Pelo encaminhamento do presente processo administrativo ao Município de Lages para a emissão do boleto referente à multa pecuniária descrita no inciso anterior;
71. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.
72. Remeta-se cópia da presente aos processos administrativos nº 27716/2020, 29468/2020, 803/2021, 838/2021 e 846/2021.
- Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data do recebimento da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.
- O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.
- Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão.
- Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 04 de fevereiro de 2021.

[assinado eletronicamente]

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 4685/2021-E

Publicação Nº 3131104

bioteProcesso Administrativo Eletrônico:	4685/2021-e
Interessado:	NURMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato.
Referencia:	PAL 17320/2020, PE 0038/2020

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa NURMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA, referente à Autorização de Fornecimento nº 8396/2021.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuasse a execução total da Autorização de Fornecimento supracitadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual.

A empresa, em suas manifestações, justificou o inadimplemento das obrigações. Entretanto, as Autorizações de Fornecimento acima elencadas continuam em aberto no sistema, sendo que os atrasos são bastante significativos, gerando grandes transtornos.

Em suma é o Relatório. Passo à análise.

II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa NURMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega do item nº 104.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles: CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos. (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis: Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada à ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação

limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

É a fundamentação. Passo à análise.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

1. O cancelamento do Registro de Preço da empresa NURMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 17320/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0038/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 104;

2. Pela rescisão da Autorização de Fornecimento nº 8396/2021;

3. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação à Autorização de Fornecimento nº 8396/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;

4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 04 de maio de 2021.

Dagmar José Belotto

Analista Técnico IV - Advogado

OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	4685/2021-e
Interessado:	NURMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referencia:	PAL 17320/2020, PE 0038/2020

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente da Autorização de Fornecimento nº 8396/2021, do PAL nº 17320/2020, PE 0038/2020, em face da empresa NURMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa. Entretanto, o atraso é muito significativo, gerando inúmeros transtornos aos municípios e à população como um todo.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pelo cancelamento do registro de preço do fornecedor em relação ao item nº 104, rescisão da Autorização de Fornecimento não atendidas, aplicação de multa/advertência e convocação das empresas que compõem cadastro de reserva, obedecendo a ordem de classificação, para fornecimento do item, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 00038/2020, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. O cancelamento do Registro de Preço da empresa NURMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 17320/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0038/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 104;

2. Pela rescisão da Autorização de Fornecimento nº 8396/2021;

3. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação à Autorização de Fornecimento nº 8396/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;

4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 04 de maio de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 5053/2021-E

Publicação Nº 3131220

bioteProcesso Administrativo Eletrônico:	5053/2021-e
Interessado:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato.
Referencia:	PAL 1036/2020, PE 0005/2020

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, referente às Autorizações de Fornecimento nº 13803/2021, 14881/2021, 15283/2021 e 15590/2021. Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuasse a execução total das Autorizações de Fornecimento supracitadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual. A empresa, em suas manifestações, justificou o inadimplemento das obrigações. Entretanto, as Autorizações de Fornecimento acima elencadas continuam em aberto no sistema, sendo que os atrasos são bastante significativos, gerando grandes transtornos. Em suma é o Relatório. Passo à análise.

II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega dos itens nº 23, 476, 659 e 1060. Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles: CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

- 3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.
- 3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.
- 3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.
- 3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.
- 3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.
- 3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.
- 3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos. (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I - por razão de interesse público; ou
II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis: Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema

L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:
CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

É a fundamentação. Passo à análise.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

1. O cancelamento do Registro de Preço da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, no Processo Administrativo Licitação nº 1036/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0005/2020, Registro de Preço, referente aos itens nº 23, 476, 659 e 1060;
 2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 13803/2021, 14881/2021, 15283/2021 e 15590/2021;
 3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 13803/2021 e 14881/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);
 4. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 15283/2021 e 15590/2021, nos termos, percentuais e valores descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;
- É o Parecer.

Florianópolis (SC), 07 de maio de 2021.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	5053/2021-e
Interessado:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referencia:	PAL 1036/2020, PE 0005/2020

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente das Autorizações de Fornecimento nº 13803/2021, 14881/2021, 15283/2021 e 15590/2021, do PAL nº 1036/2020, PE 0005/2020, em face da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa. Entretanto, o atraso é muito significativo, gerando inúmeros transtornos aos municípios e à população como um todo.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pelo cancelamento do registro de preço do fornecedor em relação aos itens nº 23, 476, 659 e 1060, rescisão das Autorizações de Fornecimento não atendidas, aplicação de multa/advertência e convocação das empresas que compõem cadastro de reserva, obedecendo a ordem de classificação, para fornecimento do item, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0005/2020, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. O cancelamento do Registro de Preço da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, no Processo Administrativo Licitação nº 1036/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0005/2020, Registro de Preço, referente aos itens nº 23, 476, 659 e 1060;
2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 13803/2021, 14881/2021, 15283/2021 e 15590/2021;
3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 13803/2021 e 14881/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);
4. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 15283/2021 e 15590/2021, nos termos, percentuais e valores descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo

administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 07 de maio de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 5096/2021-E

Publicação Nº 3131222

bioteProcesso Administrativo Eletrônico:	5096/2021-e
Interessado:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato.
Referencia:	PAL 4000/2020, PE 0014/2020

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, referente às Autorizações de Fornecimento nº 14071/2021, 14441/2021, 15337/2021, 15373/2021 e 15840/2021. Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuasse a execução total das Autorizações de Fornecimento supracitadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual.

A empresa, em suas manifestações, justificou o inadimplemento das obrigações. Entretanto, as Autorizações de Fornecimento acima elencadas continuam em aberto no sistema, sendo que os atrasos são bastante significativos, gerando grandes transtornos.

Em suma é o Relatório. Passo à análise.

II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega dos itens nº 72, 274 e 281.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles: CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos. (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis: Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada à ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

É a fundamentação. Passo à análise.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

1. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 14071/2021, 14441/2021, 15337/2021, 15373/2021 e 15840/2021;

2. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 14071/2021, 14441/2021, 15337/2021, 15373/2021 e 15840/2021, nos termos, percentuais e valores descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 07 de maio de 2021.

Dagmar José Belotto

Analista Técnico IV - Advogado

OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	5096/2021-e
Interessado:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referencia:	PAL 4000/2020, PE 0014/2020

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente das Autorizações de Fornecimento nº 14071/2021, 14441/2021, 15337/2021, 15373/2021 e 15840/2021, do PAL nº 4000/2020, PE 0014/2020, em face da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa. Entretanto, o atraso é muito significativo, gerando inúmeros transtornos aos municípios e à população como um todo.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pela rescisão das Autorizações de Fornecimento não atendidas, bem como aplicação de multa, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0014/2020, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 14071/2021, 14441/2021, 15337/2021, 15373/2021 e 15840/2021;

2. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 14071/2021, 14441/2021, 15337/2021, 15373/2021 e 15840/2021, nos termos, percentuais e valores descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se

cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;
Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 07 de maio de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 5134/2021-E

Publicação Nº 3131225

bioteProcesso Administrativo Eletrônico:	5134/2021-e
Interessado:	ILG COMERCIAL LTDA ME
Assunto:	Inexecução de Contrato.
Referencia:	PAL 1036/2020, PE 0005/2020

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa ILG COMERCIAL LTDA ME, referente às Autorizações de Fornecimento nº 14811/2021 e 14944/2021.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuassem a execução total das Autorizações de Fornecimento supracitadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual.

A empresa, em suas manifestações, justificou o inadimplemento das obrigações. Entretanto, as Autorizações de Fornecimento acima elencadas continuam em aberto no sistema, sendo que os atrasos são bastante significativos, gerando grandes transtornos.

Em suma é o Relatório. Passo à análise.

II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa ILG COMERCIAL LTDA ME, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega dos itens nº 229, 480 e 644.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles: CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos. (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis: Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada à ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

É a fundamentação. Passo à análise.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

1. O cancelamento do Registro de Preço da empresa ILG COMERCIAL LTDA ME, no Processo Administrativo Licitatório nº 1036/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0005/2020, Registro de Preço, referente aos itens nº 229, 480 e 644;

2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 14811/2021 e 14944/2021;

3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação à Autorização de Fornecimento nº 14811/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária, o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);

4. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação à Autorização de Fornecimento nº 14944/2021, nos termos, percentuais e valores descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 07 de maio de 2021.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	5134/2021-e
Interessado:	ILG COMERCIAL LTDA ME
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referencia:	PAL 1036/2020, PE 0005/2020

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente das Autorizações de Fornecimento nº 14811/2021 e 14944/2021, do PAL nº 1036/2020, PE 0005/2020, em face da empresa ILG COMERCIAL LTDA ME.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa. Entretanto, o atraso é muito significativo, gerando inúmeros transtornos aos municípios e à população como um todo.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pelo cancelamento do registro de preço do fornecedor em relação aos itens nº 229, 480 e 644, rescisão das Autorizações de Fornecimento não atendidas, bem como aplicação de multa/advertência, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0005/2020, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. O cancelamento do Registro de Preço da empresa ILG COMERCIAL LTDA ME, no Processo Administrativo Licitatório nº 1036/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0005/2020, Registro de Preço, referente aos itens nº 229, 480 e 644;
2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 14811/2021 e 14944/2021;
3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação à Autorização de Fornecimento nº 14811/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária, o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);

4. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação à Autorização de Fornecimento nº 14944/2021, nos termos, percentuais e valores descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 07 de maio de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 5169/2021-E

Publicação Nº 3131232

bioteProcesso Administrativo Eletrônico:	5169/2021-e
Interessado:	SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato.
Referencia:	PAL 1036/2020, PE 0005/2020

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, referente às Autorizações de Fornecimento nº 14629/2021, 14660/2021, 14663/2021, 14684/2021, 14895/2021 e 15285/2021.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuassem a execução total das Autorizações de Fornecimento supracitadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual.

A empresa, em suas manifestações, justificou o inadimplemento das obrigações. Entretanto, as Autorizações de Fornecimento acima elencadas continuam em aberto no sistema, sendo que os atrasos são bastante significativos, gerando grandes transtornos.

Em suma é o Relatório. Passo à análise.

II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, descumpru o prazo de 15 (quinze) dias para entrega dos itens nº 36 e 108.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles: CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos. (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis: Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATA-RINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

É a fundamentação. Passo à análise.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

1. O cancelamento do Registro de Preço da empresa SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 1036/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0005/2020, Registro de Preço, referente aos itens nº 36 e 108;

2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 14629/2021, 14660/2021, 14663/2021, 14684/2021, 14895/2021 e 15285/2021;

3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação à Autorização de Fornecimento nº 14684/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária, o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);

4. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação à Autorização de Fornecimento nº 14629/2021, 14660/2021, 14663/2021, 14895/2021 e 15285/2021, nos termos, percentuais e valores descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 07 de maio de 2021.

Dagmar José Belotto

Analista Técnico IV - Advogado

OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	5169/2021-e
Interessado:	SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato

Referencia:

PAL 1036/2020, PE 0005/2020

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente das Autorizações de Fornecimento nº 14629/2021, 14660/2021, 14663/2021, 14684/2021, 14895/2021 e 15285/2021, do PAL nº 1036/2020, PE 0005/2020, em face da empresa SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa. Entretanto, o atraso é muito significativo, gerando inúmeros transtornos aos municípios e à população como um todo.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pelo cancelamento do registro de preço do fornecedor em relação aos itens nº 36 e 108, rescisão das Autorizações de Fornecimento não atendidas, bem como aplicação de multa/advertência, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0005/2020, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. O cancelamento do Registro de Preço da empresa SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 1036/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0005/2020, Registro de Preço, referente aos itens nº 36 e 108;
2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 14629/2021, 14660/2021, 14663/2021, 14684/2021, 14895/2021 e 15285/2021;
3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação à Autorização de Fornecimento nº 14684/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária, o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);
4. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação à Autorização de Fornecimento nº 14629/2021, 14660/2021, 14663/2021, 14895/2021 e 15285/2021, nos termos, percentuais e valores descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 07 de maio de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 5339/2021-E

Publicação Nº 3130873

Processo Administrativo Eletrônico:	5339/2021-e
Interessado:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 1060
Referência	PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DO REGISTRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, que versa sobre o cancelamento do item nº 1060, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em 14 de abril de 2021, o CINCATARINA recebeu da empresa pedido de cancelamento do item. Nas razões, a empresa alegou que em decorrência da pandemia as contratações restaram prejudicadas, estando o item em falta no fabricante. Diante disso, solicitou o cancelamento do item e, nesses termos, justificou seu requerimento (e-DOC 1B741216).

Em consulta ao sistema L-CIN, verifica-se que há 05 (cinco) Autorizações de Fornecimento em aberto, a saber: 14881/2021, 20224/2021, 23626/2021, 27868/2021 e 29332/2021, sem capacidade de atendimento.

É o relatório. Passamos a análise.

II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação

de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 274 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 274. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

[...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificado o atraso da entrega por parte do fornecedor gerando, consequentemente, transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputa-se as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

É a fundamentação. Passo à conclusão.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a

obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;
- b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 1060;
 2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 14881/2021, 20224/2021, 23626/2021, 27868/2021 e 29332/2021, referente ao item nº 1060, todos do PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020;
 3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 14881/2021, 20224/2021, 23626/2021, 27868/2021 e 29332/2021, visto que não estavam vencidas no momento da solicitação ou, se vencidas, o cálculo da multa não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);
 4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe;
- É o Parecer.

Florianópolis (SC), 16 de abril de 2021.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	5339/2021-e
Interessado:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 1060
Referência	PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item nº 1060 do PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, requerido pela empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 1060;
2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 14881/2021, 20224/2021, 23626/2021, 27868/2021 e 29332/2021, referente ao item nº 1060, todos do PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020;
3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 14881/2021, 20224/2021, 23626/2021, 27868/2021 e 29332/2021, visto que não estavam vencidas no momento da solicitação ou, se vencidas, o cálculo da multa não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);
4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe;

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para recurso previsto no artigo 1274, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, que será aceito exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.2740-000.

O recurso poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão conhecidos.

Intime-se. Cumpra-se
Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 16 de abril de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 5592/2021-E

Publicação Nº 3130868

Processo Administrativo Eletrônico:	5592/2021-e
Interessado:	BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 566
Referência	PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DO REGISTRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP, que versa sobre o cancelamento do item nº 566, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em 15 de abril de 2021, o CINCATARINA recebeu da empresa pedido de cancelamento dos itens. Nas razões, a empresa alegou que conforme se depreende da carta juntada em anexo, não há previsão de quando o laboratório fornecedor irá entregar o pedido realizado. Dessa forma, a fim de evitar qualquer prejuízo à Administração Pública, bem como, precaver-se de qualquer aplicação de penalidade pela inexecução contratual, solicitou o cancelamento do item (e-DOC 98880D2A).

Em consulta ao sistema L-CIN, verifica-se que há 02 (duas) Autorizações de Fornecimento em aberto, a saber: 30867/2021 e 31226/2021, sem capacidade de atendimento, conforme se extrai da própria justificativa apresentada.

É o relatório. Passamos a análise.

II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificado o atraso da entrega por parte do fornecedor gerando, consequentemente, transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputa-se as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

É a fundamentação. Passo à conclusão.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;
- b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 566;
 2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 30867/2021 e 31226/2021, somente no que tange aos quantitativos do item nº 566, podendo, portanto, a rescisão ser apenas parcial ou total, a depender do caso;
 3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 30867/2021 e 31226/2021, visto que não vencidas no momento da solicitação de cancelamento;
 4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe;
- É o Parecer.

Florianópolis (SC), 29 de abril de 2021.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	5592/2021-e
Interessado:	BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 566
Referência	PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item nº 566 do PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, requerido pela empresa BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos. Dessa forma, passo a DECIDIR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da BASCEL SOLUÇÕES LTDA EPP, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 566;
2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 30867/2021 e 31226/2021, somente no que tange aos quantitativos do item nº 566, podendo, portanto, a rescisão ser apenas parcial ou total, a depender do caso;
3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 30867/2021 e 31226/2021, visto que não vencidas no momento da solicitação de cancelamento;

4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe;

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, que será aceito exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão conhecidos.

Intime-se. Cumpra-se

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 29 de abril de 2021.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 5606/2021-E

Publicação Nº 3131248

bioteProcesso Administrativo Eletrônico:	5606/2021-e
Interessado:	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato.
Referencia:	PAL 1036/2020, PE 0005/2020

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, referente às Autorizações de Fornecimento nº 14073/2021, 14084/2021, 15201/2021, 15288/2021, 15318/2021, 16229/2021, 16241/2021, 16932/2021, 17052/2021, 17107/2021, 17122/2021, 17222/2021, 17250/2021, 17267/2021, 17539/2021 e 17697/2021.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuassem a execução total das Autorizações de Fornecimento supracitadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual.

A empresa, em suas manifestações, justificou o inadimplemento das obrigações. Entretanto, as Autorizações de Fornecimento acima elencadas continuam em aberto no sistema, sendo que os atrasos são bastante significativos, gerando grandes transtornos.

Em suma é o Relatório. Passo à análise.

II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega dos itens nº 22, 28, 57, 102, 168, 178, 238, 282, 309, 439 e 575.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles: CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos. (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que

prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I - por razão de interesse público; ou
- II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis: Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

- IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATA-RINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

É a fundamentação. Passo à análise.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

1. O cancelamento do Registro de Preço da empresa SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, no Processo Administrativo Licitação nº 1036/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0005/2020, Registro de Preço, referente aos itens nº 22, 28, 57, 102, 168, 178, 238, 282, 309, 439 e 575;
 2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 14073/2021, 14084/2021, 15201/2021, 15288/2021, 15318/2021, 16229/2021, 16241/2021, 16932/2021, 17052/2021, 17107/2021, 17122/2021, 17222/2021, 17250/2021, 17267/2021, 17539/2021 e 17697/2021;
 3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 14073/2021, 15318/2021, 17107/2021 e 17539/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária, o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);
 4. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 14084/2021, 15201/2021, 15288/2021, 16229/2021, 16241/2021, 16932/2021, 17052/2021, 17122/2021, 17222/2021, 17250/2021, 17267/2021 e 17697/2021, nos termos, percentuais e valores descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;
 5. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe;
- É o Parecer.

Florianópolis (SC), 07 de maio de 2021.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	5606/2021-e
Interessado:	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referencia:	PAL 1036/2020, PE 0005/2020

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente das Autorizações de Fornecimento nº 14073/2021, 14084/2021, 15201/2021, 15288/2021, 15318/2021, 16229/2021, 16241/2021, 16932/2021, 17052/2021, 17107/2021, 17122/2021, 17222/2021, 17250/2021, 17267/2021, 17539/2021 e 17697/2021, do PAL nº 1036/2020, PE 0005/2020, em face da empresa SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa. Entretanto, o atraso é muito significativo, gerando inúmeros transtornos aos municípios e à população como um todo.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pelo cancelamento do registro de preço do fornecedor em relação aos itens nº 22, 28, 57, 102, 168, 178, 238, 282, 309, 439 e 575, rescisão das Autorizações de Fornecimento não atendidas, aplicação de multa/advertência e convocação das empresas que compõem cadastro de reserva, obedecendo a ordem de classificação, para fornecimento do item, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0005/2020, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. O cancelamento do Registro de Preço da empresa SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 1036/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0005/2020, Registro de Preço, referente aos itens nº 22, 28, 57, 102, 168, 178, 238, 282, 309, 439 e 575;
2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 14073/2021, 14084/2021, 15201/2021, 15288/2021, 15318/2021, 16229/2021, 16241/2021, 16932/2021, 17052/2021, 17107/2021, 17122/2021, 17222/2021, 17250/2021, 17267/2021, 17539/2021 e 17697/2021;
3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 14073/2021, 15318/2021, 17107/2021 e 17539/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária, o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);
4. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 14084/2021, 15201/2021, 15288/2021, 16229/2021, 16241/2021, 16932/2021, 17052/2021, 17122/2021, 17222/2021, 17250/2021, 17267/2021 e 17697/2021, nos termos, percentuais e valores descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;
5. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe;

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 07 de maio de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 5614/2021-E

Publicação Nº 3130899

Processo Administrativo Eletrônico:	5614/2021-e
Interessado:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 605
Referência	PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DO REGISTRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, que versa sobre o cancelamento do item nº 605, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em 19 de abril de 2021, o CINCATARINA recebeu da empresa pedido de cancelamento dos itens. Nas razões, a empresa alegou que em decorrência da pandemia as contratações restaram prejudicadas, estando o item em falta no fabricante. Diante disso, solicitou o cancelamento do item e, nesses termos, justificou seu requerimento (e-DOC 683AB1BB).

Em consulta ao sistema L-CIN, verifica-se que há 06 (seis) Autorizações de Fornecimento em aberto, a saber: 22363/2021, 25228/2021, 27483/2021, 29808/2021, 31236/2021 e 31489/2021, sem capacidade de atendimento
É o relatório. Passamos a análise.

II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

[...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificado o atraso da entrega por parte do fornecedor gerando, consequentemente, transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputa-se as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada,

portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.
É a fundamentação. Passo à conclusão.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;
- b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 605;
2. Pela RESCISÃO PARCIAL das Autorizações de Fornecimento nº 22363/2021, 25228/2021, 27483/2021, 29808/2021, 31236/2021 e 31489/2021, somente no que tange aos quantitativos do item nº 605, mantendo-se a obrigação de fornecimento quanto aos outros itens constantes nas Autorizações de Fornecimento acima elencadas;
3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 22363/2021, 25228/2021, 27483/2021, 29808/2021, 31236/2021 e 31489/2021, visto que não vencidas no momento da solicitação de cancelamento ou, se vencidas, o cálculo da multa não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 28 de abril de 2021.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	5614/2021-e
Interessado:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 605
Referência	PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item nº 605 do PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, requerido pela empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 605;
2. Pela RESCISÃO PARCIAL das Autorizações de Fornecimento nº 22363/2021, 25228/2021, 27483/2021, 29808/2021, 31236/2021 e 31489/2021, somente no que tange aos quantitativos do item nº 605, mantendo-se a obrigação de fornecimento quanto aos outros itens constantes nas Autorizações de Fornecimento acima elencadas;
3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 22363/2021, 25228/2021, 27483/2021, 29808/2021, 31236/2021 e 31489/2021, visto que não vencidas no momento da solicitação de cancelamento ou, se vencidas, o cálculo da multa não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, que será aceito exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão conhecidos.

Intime-se. Cumpra-se
Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 28 de abril de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 5711/2021-E

Publicação Nº 3130950

Processo Administrativo Eletrônico:	5711/2021-e
Interessado:	SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Itens nº 202 e 544
Referência	PAL nº 4000/2020, PE nº 0014/2020, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DO REGISTRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, que versa sobre o cancelamento dos itens nº 202 e 544, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em 20 de abril de 2021, o CINCATARINA recebeu da empresa pedido de cancelamento dos itens. Nas razões, a empresa alegou que no momento não possui previsão de recebimento dos materiais, da forma que requer o cancelamento dos itens nº 202 e 544.

Além disso, solicitou o cancelamento do saldo das Autorizações de Fornecimento nº 26573/2021, 26644/2021, 27004/2021, 27485/2021, 27507/2021, 27678/2021, 28047/2021, 29032/2021, 29501/2021, 29569/2021, 29601/2021, 29972/2021, 30584/2021, 31277/2021 e 31348/2021, diante da incapacidade de fornecimento. Nesses termos, justificou seu requerimento (e-DOC 47BB6A34).

É o relatório. Passamos a análise.

II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

[...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificado o atraso da entrega por parte do fornecedor gerando, consequentemente, transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputa-se as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

É a fundamentação. Passo à conclusão.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;
- b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 4000/2020, PE nº 0014/2020, Registro de Preço, referente aos itens nº 202 e 544;
 2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 26573/2021, 26644/2021, 27004/2021, 27485/2021, 27507/2021, 27678/2021, 28047/2021, 29032/2021, 29501/2021, 29569/2021, 29601/2021, 29972/2021, 30584/2021, 31277/2021 e 31348/2021, somente no que tange aos quantitativos dos itens nº 202 e 544, podendo, portanto, a rescisão ser apenas parcial ou total, a depender do caso;
 3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 26573/2021, 26644/2021, 27004/2021, 27485/2021, 27507/2021, 27678/2021, 28047/2021, 29032/2021, 29501/2021, 29569/2021, 29601/2021, 29972/2021, 30584/2021, 31277/2021 e 31348/2021, visto que não vencidas no momento da solicitação de cancelamento ou, se vencidas, o atraso não é superior a 05 (cinco) dias ou o cálculo da multa não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);
- É o Parecer.

Florianópolis (SC), 29 de abril de 2021.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	5711/2021-e
Interessado:	SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Itens nº 202 e 544
Referência	PAL nº 4000/2020, PE nº 0014/2020, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço dos itens nº 202 e 544 do PAL nº 4000/2020, PE nº 0014/2020, requerido pela empresa SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 4000/2020, PE nº 0014/2020, Registro de Preço, referente aos itens nº 202 e 544;
2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 26573/2021, 26644/2021, 27004/2021, 27485/2021, 27507/2021, 27678/2021, 28047/2021, 29032/2021, 29501/2021, 29569/2021, 29601/2021, 29972/2021, 30584/2021, 31277/2021 e 31348/2021, somente no que tange aos quantitativos dos itens nº 202 e 544, podendo, portanto, a rescisão ser apenas parcial ou total, a depender do caso;
3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 26573/2021, 26644/2021, 27004/2021, 27485/2021, 27507/2021, 27678/2021, 28047/2021, 29032/2021, 29501/2021, 29569/2021, 29601/2021, 29972/2021, 30584/2021,

31277/2021 e 31348/2021, visto que não vencidas no momento da solicitação de cancelamento ou, se vencidas, o atraso não é superior a 05 (cinco) dias ou o cálculo da multa não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, que será aceito exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão conhecidos.

Intime-se. Cumpra-se

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 29 de abril de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 5754/2021-E

Publicação Nº 3130953

Processo Administrativo Eletrônico:	5754/2021-e
Interessado:	SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 34
Referência	PAL nº 17320/2020, PE nº 0038/2020, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DO REGISTRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, que versa sobre o cancelamento do item nº 34, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em 22 de abril de 2021, o CINCATARINA recebeu da empresa pedido de cancelamento dos itens. Nas razões, a empresa alegou que foi informada pelo fabricante da indisponibilidade no fornecimento dos itens, visto que não dispõe do material solicitado pelo Órgão em estoque, com previsão prolongada para fabricação.

Dessa forma, solicitou o cancelamento do item nº 34 bem como de todas as Autorizações de Fornecimento pendentes e, nesses termos, justificou seu requerimento (e-DOC 948ABAC4). Em consulta ao sistema L-CIN, verifica-se a existência de 04 Autorizações de Fornecimento em aberto, a saber: 25994/2021, 28966/2021, 30111/2021 e 31450/2021.

É o relatório. Passamos a análise.

II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização

de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]
II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificado o atraso da entrega por parte do fornecedor gerando, consequentemente, transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputa-se as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

É a fundamentação. Passo à conclusão.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;
- b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 17320/2020, PE nº 0038/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 34;
 2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 25994/2021, 28966/2021, 30111/2021 e 31450/2021, somente no que tange aos quantitativos do item nº 34, podendo, portanto, a rescisão ser apenas parcial ou total, a depender do caso;
 3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 25994/2021, 28966/2021, 30111/2021 e 31450/2021, visto que não vencidas no momento da solicitação de cancelamento ou, se vencidas, o atraso não é superior a 05 (cinco) dias ou o cálculo da multa não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);
- É o Parecer.

Florianópolis (SC), 29 de abril de 2021.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº

14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	5754/2021-e
Interessado:	SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 34
Referência	PAL nº 17320/2020, PE nº 0038/2020, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item nº 34 do PAL nº 17320/2020, PE nº 0038/2020, requerido pela empresa SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 17320/2020, PE nº 0038/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 34;
2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 25994/2021, 28966/2021, 30111/2021 e 31450/2021, somente no que tange aos quantitativos do item nº 34, podendo, portanto, a rescisão ser apenas parcial ou total, a depender do caso;
3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 25994/2021, 28966/2021, 30111/2021 e 31450/2021, visto que não vencidas no momento da solicitação de cancelamento ou, se vencidas, o atraso não é superior a 05 (cinco) dias ou o cálculo da multa não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, que será aceito exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão conhecidos.

Intime-se. Cumpra-se

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 29 de abril de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 5819/2021-E

Publicação Nº 3130961

Processo Administrativo Eletrônico:	5819/2021-e
Interessado:	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 96
Referência	PAL nº 11550/2020, PE nº 0021/2020, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DO REGISTRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME, que versa sobre o cancelamento do item nº 96, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em 23 de abril de 2021, o CINCATARINA recebeu da empresa pedido de cancelamento dos itens. Nas razões, a empresa alegou que o item se encontra com a fabricação descontinuada pelo laboratório, comprometendo e prejudicando o cumprimento dos prazos de entrega dos pedidos realizados. Salientou que diligenciou em busca do medicamento em outros laboratórios, entretanto, sem êxito. Nesse sentido, solicitou o cancelamento do item e, nesses termos, justificou seu requerimento (e-DOC 59F7F8CC).

Em consulta ao sistema L-CIN, verifica-se a existência de 01 (uma) Autorização de Fornecimento em aberto, a saber: 31955/2021, sem capacidade de atendimento, conforme se extrai da própria solicitação.

É o relatório. Passamos à análise.

II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificado o atraso da entrega por parte do fornecedor gerando, conseqüentemente, transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputa-se as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

É a fundamentação. Passo à conclusão.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;
b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 11550/2020, PE nº 0021/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 96;
 2. Pela rescisão da Autorização de Fornecimento nº 31955/2021, somente no que tange aos quantitativos do item nº 96, podendo, portanto, a rescisão ser parcial ou total, a depender do caso;
 3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação à Autorização de Fornecimento nº 31955/2021, visto que não vencida no momento da solicitação de cancelamento ou, se vencida, o atraso não é superior a 05 (cinco) dias ou o cálculo da multa não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);
- É o Parecer.

Florianópolis (SC), 29 de abril de 2021.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	5819/2021-e
Interessado:	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 96
Referência	PAL nº 11550/2020, PE nº 0021/2020, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item nº 96 do PAL nº 11550/2020, PE nº 0021/2020, requerido pela empresa F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 11550/2020, PE nº 0021/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 96;
2. Pela rescisão da Autorização de Fornecimento nº 31955/2021, somente no que tange aos quantitativos do item nº 96, podendo, portanto, a rescisão ser parcial ou total, a depender do caso;
3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação à Autorização de Fornecimento nº 31955/2021, visto que não vencida no momento da solicitação de cancelamento ou, se vencida, o atraso não é superior a 05 (cinco) dias ou o cálculo da multa não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, que será aceito exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão conhecidos.

Intime-se. Cumpra-se
Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 29 de abril de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 6165/2021-E

Publicação Nº 3130964

Processo Administrativo Eletrônico:	6165/2021-e
Interessado:	DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 84
Referência	PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DO REGISTRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.**I – Relatório**

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, que versa sobre o cancelamento do item nº 84, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em 29 de abril de 2021, o CINCATARINA recebeu da empresa pedido de cancelamento dos itens. Nas razões, a empresa alegou que devido a extrema e abrupta alteração de abastecimento em decorrência da pandemia, os laboratórios fabricantes forem com problemas na produção, o que também afeta o fornecimento da empresa e, assim, as entregas aos órgãos. Nesse sentido, solicitou o cancelamento dos itens e, nesses termos, justificou seu requerimento (e-DOC 2F303A3C).

Em consulta ao sistema L-CIN, verifica-se que a existência de 17 (dezessete) Autorizações de Fornecimento em aberto, a saber: 16511/2021, 16802/2021, 16964/2021, 17158/2021, 17262/2021, 18752/2021, 20687/2021, 20981/2021, 21350/2021, 21465/2021, 28836/2021, 29081/2021, 29894/2021, 30308/2021, 31118/2021, 32506/2021 e 34905/2021, sem capacidade de atendimento.

É o relatório. Passamos à análise.

II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

[...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada à ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificado o atraso da entrega por parte do fornecedor gerando, conseqüentemente, transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputa-se as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

É a fundamentação. Passo à conclusão.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;
- b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 84;
 2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 16511/2021, 16802/2021, 16964/2021, 17158/2021, 17262/2021, 18752/2021, 20687/2021, 20981/2021, 21350/2021, 21465/2021, 28836/2021, 29081/2021, 29894/2021, 30308/2021, 31118/2021, 32506/2021 e 34905/2021, no que tange aos quantitativos do item nº 84, podendo a rescisão, portanto, ser parcial ou total, a depender da situação;
 3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação à Autorização de Fornecimento nº 28836/2021, 29081/2021, 29894/2021, 30308/2021, 31118/2021, 32506/2021 e 34905/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);
 4. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 16511/2021, 16802/2021, 16964/2021, 17158/2021, 17262/2021, 18752/2021, 20687/2021, 20981/2021, 21350/2021 e 21465/2021, nos termos, percentuais e valores descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;
- É o Parecer.

Florianópolis (SC), 06 de maio de 2021.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	6165/2021-e
Interessado:	DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 84
Referência	PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item nº 84 do PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, requerido pela empresa DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 1036/2020, PE nº 0005/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 84;
2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 16511/2021, 16802/2021, 16964/2021, 17158/2021, 17262/2021, 18752/2021, 20687/2021, 20981/2021, 21350/2021, 21465/2021, 28836/2021, 29081/2021, 29894/2021, 30308/2021, 31118/2021, 32506/2021 e 34905/2021, no que tange aos quantitativos do item nº 84, podendo a rescisão, portanto, ser parcial ou total, a depender da situação;
3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação à Autorização de Fornecimento nº 28836/2021, 29081/2021, 29894/2021, 30308/2021, 31118/2021, 32506/2021 e 34905/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);
4. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 16511/2021, 16802/2021, 16964/2021, 17158/2021, 17262/2021, 18752/2021, 20687/2021, 20981/2021, 21350/2021 e 21465/2021, nos termos, percentuais e valores descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios

respectivos para emissão do boleto de cobrança;
Intime-se. Cumpra-se
Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 06 de maio de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 6319/2021-E

Publicação Nº 3131301

bioteProcesso Administrativo Eletrônico:	6319/2021-e
Interessado:	ILG COMERCIAL LTDA ME
Assunto:	Inexecução de Contrato.
Referencia:	PAL 1036/2020, PE 0005/2020

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa ILG COMERCIAL LTDA ME, referente às Autorizações de Fornecimento nº 17686/2021, 18001/2021, 18053/2021, 18664/2021, 19961/2021, 20374/2021, 20597/2021 e 21327/2021.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuassem a execução total das Autorizações de Fornecimento supracitadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual.

A empresa, em suas manifestações, justificou o inadimplemento das obrigações. Entretanto, as Autorizações de Fornecimento acima elencadas continuam em aberto no sistema, sendo que os atrasos são bastante significativos, gerando grandes transtornos.

Em suma é o Relatório. Passo à análise.

II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa ILG COMERCIAL LTDA ME, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega dos itens nº 99, 480, 766, 1092 e 1213.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles: CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos. (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis: Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada à ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATA-RINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

É a fundamentação. Passo à análise.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

1. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 17686/2021, 18001/2021, 18053/2021, 18664/2021, 19961/2021, 20374/2021, 20597/2021 e 21327/2021.

2. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 18053/2021 e 21327/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);

3. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 17686/2021, 18001/2021, 18664/2021, 19961/2021, 20374/2021 e 20597/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 24 de maio de 2021.

Dagmar José Belotto

Analista Técnico IV - Advogado

OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	6319/2021-e
Interessado:	ILG COMERCIAL LTDA ME
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referencia:	PAL 1036/2020, PE 0005/2020

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente das Autorizações de Fornecimento nº 17686/2021, 18001/2021, 18053/2021, 18664/2021, 19961/2021, 20374/2021, 20597/2021 e 21327/2021, do PAL nº 1036/2020, PE 0005/2020, em face da empresa ILG COMERCIAL LTDA ME.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa. Entretanto, o atraso é muito significativo, gerando inúmeros transtornos aos municípios e à população como um todo.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pela rescisão das Autorizações de Fornecimento não atendidas, aplicação de multa/advertência em razão da inexecução contratual, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0005/2020, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 17686/2021, 18001/2021, 18053/2021, 18664/2021, 19961/2021, 20374/2021, 20597/2021 e 21327/2021.

2. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 18053/2021 e 21327/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);

3. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 17686/2021, 18001/2021, 18664/2021, 19961/2021, 20374/2021 e 20597/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo,

encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança; Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 24 de maio de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 6530/2021-E

Publicação Nº 3130986

Processo Administrativo Eletrônico:	6530/2021-e
Interessado:	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 39
Referência	PAL nº 9215/2020, PE nº 0018/2020, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DO REGISTRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, que versa sobre o cancelamento do item nº 39, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe. Em 04 de maio de 2021, o CINCATARINA recebeu da empresa pedido de cancelamento dos itens. Nas razões, a empresa alegou que a situação atual (pandemia originada pelo COVID-19) afetou a economia mundial, dificultando a aquisição de matéria-prima para produção dos medicamentos, atrasando processos de importação, suspendendo acordos comerciais, entre outros motivos de notório conhecimento que modificam as obrigações estabelecidas.

Nesse sentido, solicitou o cancelamento do item e, nesses termos, justificou seu requerimento (e-DOC 5E6957CC). Em consulta ao sistema L-CIN, verifica-se a existência de 07 (sete) Autorizações de Fornecimento em aberto, a saber: 15865/2021, 21691/2021, 22551/2021, 22721/2021, 22914/2021, 23026/2021 e 23379/2021.

É o relatório. Passamos à análise.

II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações

privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]
II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificado o atraso da entrega por parte do fornecedor gerando, consequentemente, transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputa-se as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

É a fundamentação. Passo à conclusão.

III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;
- b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 9215/2020, PE nº 0018/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 39;
 2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 15865/2021, 21691/2021, 22551/2021, 22721/2021, 22914/2021, 23026/2021 e 23379/2021, no que tange aos quantitativos do item nº 39, podendo a rescisão, portanto, ser parcial ou total, a depender da situação;
 3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação à Autorização de Fornecimento nº 22914/2021 e 23379/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);
 4. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 15865/2021, 21691/2021, 22551/2021, 22721/2021 e 23026/2021, nos termos, percentuais e valores descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;
 5. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe;
- É o Parecer.

Florianópolis (SC), 07 de maio de 2021.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	6530/2021-e
Interessado:	PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 39
Referência	PAL nº 9215/2020, PE nº 0018/2020, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item nº 39 do PAL nº 9215/2020, PE nº 0018/2020, requerido pela empresa PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 9215/2020, PE nº 0018/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 39;
2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 15865/2021, 21691/2021, 22551/2021, 22721/2021, 22914/2021, 23026/2021 e 23379/2021, no que tange aos quantitativos do item nº 39, podendo a rescisão, portanto, ser parcial ou total, a depender da situação;
3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação à Autorização de Fornecimento nº 22914/2021 e 23379/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);
4. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 15865/2021, 21691/2021, 22551/2021, 22721/2021 e 23026/2021, nos termos, percentuais e valores descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;
5. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe;

Intime-se. Cumpra-se

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 07 de maio de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 6637/2021-E

Publicação Nº 3131332

bioteProcesso Administrativo Eletrônico:	6637/2021-e
Interessado:	SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME
Assunto:	Inexecução de Contrato.
Referencia:	PAL 0173/2020, PE 0015/2020

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME, referente às Autorizações de Fornecimento nº 17896/2021 e 22661/2021.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuassem a execução total das Autorizações de Fornecimento supracitadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual.

A empresa, em suas manifestações, justificou o inadimplemento das obrigações. Entretanto, as Autorizações de Fornecimento acima elencadas continuam em aberto no sistema, sendo que os atrasos são bastante significativos, gerando grandes transtornos.

Em suma é o Relatório. Passo à análise.

II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega do item nº 114.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles:

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos. (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis: Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATA-RINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

É a fundamentação. Passo à análise.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

1. O cancelamento do Registro de Preço da empresa SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME, no Processo Administrativo Licitatório nº 0173/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0015/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 114;

2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 17896/2021 e 22661/2021.

3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 17896/2021 e 22661/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);

4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe;

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 24 de maio de 2021.

Dagmar José Belotto

Analista Técnico IV - Advogado

OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	6637/2021-e
Interessado:	SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referencia:	PAL 0173/2020, PE 0015/2020

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente das Autorizações de Fornecimento nº 17896/2021 e 22661/2021, do PAL nº 0173/2020, PE 0015/2020, em face da empresa SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa. Entretanto, o atraso é muito significativo, gerando inúmeros transtornos aos municípios e à população como um todo.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pelo cancelamento do registro de preço do fornecedor em relação ao item nº 114, rescisão das Autorizações de Fornecimento não atendidas, aplicação de multa/advertência e convocação das empresas que compõem cadastro de reserva, obedecendo a ordem de classificação, para fornecimento do item, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0015/2020, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. O cancelamento do Registro de Preço da empresa SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME, no Processo Administrativo Licitatório nº 0173/2020, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0015/2020, Registro de Preço, referente ao item nº 114;
2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 17896/2021 e 22661/2021.
3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 17896/2021 e 22661/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);
4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe;

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 24 de maio de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 6653/2021-E

Publicação Nº 3131342

bioteProcesso Administrativo Eletrônico:	6653/2021-e
Interessado:	EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato.
Referencia:	PAL 4078/2020, PE 0012/2020

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa EMIGE MATERIAIS

ODONTOLÓGICOS LTDA, referente às Autorizações de Fornecimento nº 18648/2021, 20582/2021 e 22019/2021.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuasse a execução total das Autorizações de Fornecimento supracitadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual.

A empresa, em suas manifestações, justificou o inadimplemento das obrigações. Entretanto, as Autorizações de Fornecimento acima elencadas continuam em aberto no sistema, sendo que os atrasos são bastante significativos, gerando grandes transtornos.

Em suma é o Relatório. Passo à análise.

II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA, descumpru o prazo de 15 (quinze) dias para entrega dos itens nº 01, 02, 133, 150, 265, 342 e 364.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles: CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos. (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis: Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

É a fundamentação. Passo à análise.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

1. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 18648/2021, 20582/2021 e 22019/2021.

2. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação à Autorização de Fornecimento nº 18648/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);

3. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 20582/2021 e 22019/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 24 de maio de 2021.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	6653/2021-e
Interessado:	EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referencia:	PAL 4078/2020, PE 0012/2020

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente das Autorizações de Fornecimento nº 18648/2021, 20582/2021 e 22019/2021, do PAL nº 4078/2020, PE 0012/2020, em face da empresa EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa. Entretanto, o atraso é muito significativo, gerando inúmeros transtornos aos municípios e à população como um todo.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pela rescisão das Autorizações de Fornecimento não atendidas, aplicação de multa/advertência em razão da inexecução contratual, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0012/2020, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 18648/2021, 20582/2021 e 22019/2021.

2. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação à Autorização de Fornecimento nº 18648/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);

3. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 20582/2021 e 22019/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 24 de maio de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 6718/2021-E

Publicação Nº 3131349

bioteProcesso Administrativo Eletrônico:	6718/2021-e
Interessado:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato.
Referencia:	PAL 1036/2020, PE 0005/2020

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, referente às Autorizações de Fornecimento nº 18376/2021, 18432/2021, 18616/2021, 19013/2021, 20224/2021, 20307/2021, 20371/2021, 21663/2021, 21986/2021, 22072/2021, 22363/2021 e 22506/2021.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuassem a execução total das Autorizações de Fornecimento supracitadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual.

A empresa, em suas manifestações, justificou o inadimplemento das obrigações. Entretanto, as Autorizações de Fornecimento acima elencadas continuam em aberto no sistema, sendo que os atrasos são bastante significativos, gerando grandes transtornos.

Em suma é o Relatório. Passo à análise.

II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega dos itens nº 19, 23, 78, 476, 549, 600, 605, 659 e 1060.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles: CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos. (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis: Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

É a fundamentação. Passo à análise.

III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

1. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 18376/2021, 18432/2021, 18616/2021, 19013/2021, 20224/2021, 20307/2021, 20371/2021, 21663/2021, 21986/2021, 22072/2021, 22363/2021 e 22506/2021.
 2. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 18376/2021, 18432/2021, 19013/2021, 20224/2021, 20307/2021, 21986/2021, 22072/2021 e 22363/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);
 3. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 18616/2021, 20371/2021, 21663/2021 e 22506/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;
- É o Parecer.
Florianópolis (SC), 24 de maio de 2021.

Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	6718/2021-e
Interessado:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referencia:	PAL 1036/2020, PE 0005/2020

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente das Autorizações de Fornecimento nº 18376/2021, 18432/2021, 18616/2021, 19013/2021, 20224/2021, 20307/2021, 20371/2021, 21663/2021, 21986/2021, 22072/2021, 22363/2021 e 22506/2021, do PAL nº 1036/2020, PE 0005/2020, em face da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa. Entretanto, o atraso é muito significativo, gerando inúmeros transtornos aos municípios e à população como um todo.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pela rescisão das Autorizações de Fornecimento não atendidas, aplicação de multa/advertência em razão da inexecução contratual, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0005/2020, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 18376/2021, 18432/2021, 18616/2021, 19013/2021, 20224/2021, 20307/2021, 20371/2021, 21663/2021, 21986/2021, 22072/2021, 22363/2021 e 22506/2021.
 2. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 18376/2021, 18432/2021, 19013/2021, 20224/2021, 20307/2021, 21986/2021, 22072/2021 e 22363/2021, visto que, não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais);
 3. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 18616/2021, 20371/2021, 21663/2021 e 22506/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança;
- Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.
- O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 24 de maio de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 7030/2021-E

Publicação Nº 3130755

3Processo Administrativo Eletrônico:	7030/2021-e
Interessado:	I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos itens nº 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 132, 135 e 136
Referência	PAL nº 0285/2021, PE nº 0008/2021, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS –REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO - (IN) APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP, que versa sobre o reequilíbrio econômico-financeiro dos itens nº 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 132, 135 e 136, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em sua solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, a empresa fornecedora alegou que foi cientificada por seus fornecedores de reajustes nos itens supracitados, sendo que tais reajustes já estão implementados nos produtos cujas notas fiscais probatórias acompanham o pedido.

Solicita, dessa forma, o realinhamento do preço contratado em relação aos itens nº 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 132, 135 e 136 no valor de R\$ 8,59, com fulcro no art. 65, inciso III, alínea “d” da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), a fim de reestabelecer o equilíbrio contratual pactuado inicialmente. Comprovou a variação dos valores através de notas fiscais anexas e, nesses termos, justificou seu pedido (e-DOC F5B4D4D7).

Antes de conceder o reequilíbrio econômico-financeiro solicitado e comprovado, foi realizada negociação com os fornecedores que compõem o cadastro de reserva para o item em tela, para obter contratação mais vantajosa para Administração, observada a ordem de classificação, nos termos do artigo 20, da Resolução nº 22, de 12 de março de 2020, que dispõe sobre o Regulamento do Sistema de Registro de Preços no âmbito do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA.

Consultando o interesse das demais proponentes em fornecer os itens por valor menor ao obtido caso concedido o reequilíbrio, constatou-se o seguinte:

- a) A empresa HILEON exarou manifestação aceitando fornecer o item nº 01 por novo valor proposto, que é de R\$ 1,65;
- b) A empresa BERNIERI exarou manifestação aceitando fornecer o item nº 05 pelo valor registrado do licitante vencedor, que é de R\$ 11,35;
- c) A empresa BERNIERI exarou manifestação aceitando fornecer o item nº 08 pelo valor registrado do licitante vencedor, que é de R\$ 1,67;
- d) A empresa BERNIERI exarou manifestação aceitando fornecer o item nº 09 pelo valor registrado do licitante vencedor, que é de R\$ 8,99;
- e) A empresa BERNIERI exarou manifestação aceitando fornecer o item nº 10 pelo valor da sua proposta, que é de R\$ 1,60;
- f) A empresa BERNIERI exarou manifestação aceitando fornecer o item nº 11 pelo valor registrado do licitante vencedor, que é de R\$ 13,86;

Após a realização da negociação e diante do direito de preferência da empresa fornecedora I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP, esta foi comunicada da existência de propostas mais vantajosas e questionada sobre a sua intenção em aderir aos termos destas. As propostas foram enviadas por e-mail e, em relação aos itens nº 01, 08 e 10, houve aceitação por parte da empresa.

Entretanto, no que se refere aos itens nº 05, 09 e 11, a empresa fornecedora não aceitou em aderir às propostas mais vantajosas na lista de cadastro de reserva dos fornecedores, da forma que houve recomendação pelo indeferimento do reequilíbrio econômico-financeiro, sob pena de prejuízo ao erário, já que existem propostas mais vantajosas.

Por fim, quanto aos itens nº 02, 03, 06, 132, 135 e 136, não foram encontrados valores inferiores na lista de cadastro de reserva de fornecedores, da forma que a concessão nos moldes do solicitado restou como melhor opção aos Órgãos Participantes.

É o relatório. Passamos à análise.

II – Fundamentação

Diante das argumentações e documentações juntadas aos autos, passamos a análise jurídica do pedido. Preliminarmente devemos observar que uma das características do contrato público é a chamada regra da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, que se encontra preconizada na Carta Magna Brasileira segundo a dicção do art. 37, inciso XXI, in verbis:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

Este dispositivo busca dar segurança ao particular sobre riscos econômicos que possam ocorrer por conta das oscilações das bases econômicas do contrato, permitindo que o ajuste prossiga ao longo da relação, quando devidamente comprovado.

Como bem salienta Marçal Justen Filho, quanto ao tema:

A tutela ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos destina-se a beneficiar precipuamente a própria administração. Se os particulares tivessem de arcar com as consequências de todos os eventos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais onerosas. A administração arcaria com os custos correspondentes a eventos meramente possíveis – mesmo quando incorressem, o particular seria remunerado por seus efeitos meramente potenciais. É muito mais vantajoso convidar os interessados a formular a menor proposta possível: aquela que poderá ser executada se não se verificar qualquer evento prejudicial ou oneroso posterior. Concomitantemente, assegura-se ao particular que, se vier a ocorrer um infortúnio o acréscimo de encargos será arcado pela administração. Em vez de arcar sempre com o custo de eventos meramente potenciais, a administração apenas responderá por eles se e quando efetivamente ocorrerem. (grifo nosso)

Bem, por esta razão é que o mesmo autor acentua (op cit. p.522):

O direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação não deriva de cláusula contratual nem de previsão do ato convocatório. Tem raiz constitucional. Portanto, a ausência de previsão ou de autorização é irrelevante. São inconstitucionais todos os dispositivos legais e regulamentares que pretendam condicionar a concessão de reajuste de preços, recomposição de preços, correção monetária a uma previsão no ato convocatório ou no contrato.

Fica claro, portanto, que a equação financeira do contrato pela sua radicação constitucional independe para manutenção do seu equilíbrio de qualquer previsão legal ou contratual.

Outrossim, ressaltar o estabelecimento prévio de regras procedimentais para recomposição do mencionado equilíbrio, visto que tão somente o caso concreto poderá ditar os caminhos pertinentes ao realinhamento às bases originais. A afetação financeira do contrato pode se dar por uma gama variada de motivos, sendo impossível de se prever um caminho único para solucionar os incidentes de percurso que possam ocorrer. A Lei Geral de Licitações, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece em seu art. 65, as circunstâncias quando a alteração contratual, em especial ao reequilíbrio, sendo ele:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

[...]

II - por acordo das partes:

[...]

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (grifo nosso)

Com esse raciocínio atingimos facilmente a conclusão de que os chamados mecanismos revisionais não só podem, mas devem ser estabelecidos posteriormente a licitação, sob pena de se perder a perspectiva da exata compreensão da relação causa/efeito, que só poderá ser compreendida em contemporaneidade com o evento que dará margem aplicação da norma.

No entanto, a possibilidade de concessão do reequilíbrio está condicionada a comprovação por parte do fornecedor e posterior análise pela equipe técnica do CINCATARINA. No caso em comento, verificou-se que há propostas mais vantajosas para a administração pública em relação aos itens nº 01, 05, 08, 09, 10 e 11, conforme consulta realizada no cadastro de fornecedores e apresentada na manifestação técnica. Considerando o direito de preferência da empresa requerente, esta foi comunicada sobre a existência de propostas mais vantajosas e consultada sobre sua intenção em aderir aos termos delas. Em relação aos itens nº 01, 08 e 10, a empresa ACEITOU aderir às propostas mais vantajosas. Entretanto, no que tange aos itens nº 05, 09 e 11, não houve aceitação, da forma que deve ocorrer o indeferimento do pedido, sob pena de prejuízo ao erário, visto que existem preços melhores na lista de cadastro de reserva de fornecedores.

Por fim, conforme exposto no relatório, em relação aos itens nº 02, 03, 06, 132, 135 e 136, não foram encontrados valores inferiores na lista de cadastro de reserva de fornecedores, da forma que a concessão nos moldes do solicitado restou como melhor opção aos Órgãos Participantes.

Passo à conclusão.

III – Conclusão

Cabe salientar que o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento.

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Resolução nº 0022/2020, não vejo óbice quanto a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa e comprovação do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro;
- b) Parecer técnico quanto ao pedido;
- c) Consulta ao cadastro de fornecedores e valor de mercado;

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo Deferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, no que tange aos itens nº 02, 03, 06, 132, 135 e 136, a partir da solicitação, sem efeitos retroativos, revisão de 26% para o item nº 02 (novo valor de R\$ 3,92); revisão de 26% para o item nº 03 (novo valor de R\$ 8,65); revisão de 26% para o item nº 06 (novo valor de R\$ 5,10); revisão de 23% para o item nº 132 (novo valor de R\$ 56,58); revisão de 22,99% para o item nº 135 (novo valor de R\$ 15,62); e revisão de 23% para o item nº 136 (novo valor de R\$ 23,37);
2. Pelo Deferimento parcial do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, no que tange aos itens nº 01, 08 e 10, a partir da solicitação, sem efeitos retroativos, visto que foram encontradas propostas mais vantajosas na lista de cadastro de reserva de fornecedores, valores mais vantajosos aceitos por parte do requerente (direito de preferência), revisão de 3,12% para o item nº 01 (novo valor de R\$ 1,65); manutenção do preço registrado no certame em relação ao item nº 08 (R\$ 1,67); e revisão de 11,88% para o item nº 10 (novo valor de R\$ 1,60);
3. Pelo Indeferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, no que tange aos itens nº 05, 09 e 11, não concedido em virtude da obtenção de propostas mais vantajosas na lista de cadastro de reserva de fornecedores, valores mais vantajosos não aceitos por parte do requerente;
4. Em atendimento ao pleito subsidiário, pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 0285/2021, PE nº 0008/2021, Registro de Preço, referente aos itens nº 05, 09 e 11;
5. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe;

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 27 de maio de 2021.
Dagmar José Belotto
Analista Técnico IV - Advogado
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	7030/2021-e
Interessado:	I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro
Referência	PAL nº 0285/2021, PE nº 0008/2021, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto a Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro referente aos itens nº 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 132, 135 e 136 do processo administrativo licitatório acima, requerido pela empresa I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP.

Consta parecer jurídico oriundo da Diretoria Jurídica, o qual acato como razões e fundamentos para DECIDIR:

1. Pelo Deferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, no que tange aos itens nº 02, 03, 06, 132, 135 e 136, a partir da solicitação, sem efeitos retroativos, revisão de 26% para o item nº 02 (novo valor de R\$ 3,92); revisão de 26% para o item nº 03 (novo valor de R\$ 8,65); revisão de 26% para o item nº 06 (novo valor de R\$ 5,10); revisão de 23% para o item nº 132 (novo valor de R\$ 56,58); revisão de 22,99% para o item nº 135 (novo valor de R\$ 15,62); e revisão de 23% para o item nº 136 (novo valor de R\$ 23,37);
2. Pelo Deferimento parcial do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, no que tange aos itens nº 01, 08 e 10, a partir da solicitação, sem efeitos retroativos, visto que foram encontradas propostas mais vantajosas na lista de cadastro de reserva de fornecedores, valores mais vantajosos aceitos por parte do requerente (direito de preferência), revisão de 3,12% para o item nº 01 (novo valor de R\$ 1,65); manutenção do preço registrado no certame em relação ao item nº 08 (R\$ 1,67); e revisão de 11,88% para o item nº 10 (novo valor de R\$ 1,60);
3. Pelo Indeferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, no que tange aos itens nº 05, 09 e 11, não concedido em virtude da obtenção de propostas mais vantajosas na lista de cadastro de reserva de fornecedores, valores mais vantajosos não aceitos por parte do requerente;
4. Em atendimento ao pleito subsidiário, pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa I A LAZZAROTTO ATACADISTA EPP, no Processo Administrativo Licitatório PAL nº 0285/2021, PE nº 0008/2021, Registro de Preço, referente aos itens nº 05, 09 e 11;
5. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe;

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 27 de maio de 2021.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 9199/2021-E

Publicação Nº 3130710

Processo Administrativo Eletrônico:	9199/2021-e
Interessado:	MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do item nº 592
Referência	PAL nº 0293/2021, PE nº 0010/2021, Registro de Preço

PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A, que versa sobre o reequilíbrio econômico-financeiro do item nº 592, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em sua solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, a empresa fornecedora alegou que houve uma alteração do custo para aquisição

do produto, que, por consequência, alterou significativamente o preço de venda. Nesse teor, por se tratar de uma alteração superveniente e imprevisível, há necessidade de recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Solicita, dessa forma, o realinhamento do preço contratado em relação ao item nº 592, com fulcro no art. 65, inciso III, alínea "d" da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), a fim de reestabelecer o equilíbrio contratual pactuado inicialmente. Comprovou a variação dos valores através de notas fiscais anexas e, nesses termos, justificou seu pedido (e-DOC CA729497).

Antes de conceder o reequilíbrio econômico-financeiro solicitado e comprovado, foi realizada negociação com os fornecedores que compõem o cadastro de reserva para o item em tela, para obter contratação mais vantajosa para Administração, observada a ordem de classificação, nos termos do artigo 20, da Resolução nº 22, de 12 de março de 2020, que dispõe sobre o Regulamento do Sistema de Registro de Preços no âmbito do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA.

Consultando o interesse das demais proponentes em fornecer os itens por valor menor ao obtido caso concedido o reequilíbrio, constatou-se que não há valores inferiores ao requerido, sendo que a concessão nos termos solicitados restou como melhor opção aos Órgãos Participantes.

É o relatório. Passamos à análise.

II – Fundamentação

Diante das argumentações e documentações juntadas aos autos, passamos a análise jurídica do pedido. Preliminarmente devemos observar que uma das características do contrato público é a chamada regra da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, que se encontra preconizada na Carta Magna Brasileira segundo a dicção do art. 37, inciso XXI, in verbis:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

Este dispositivo busca dar segurança ao particular sobre riscos econômicos que possam ocorrer por conta das oscilações das bases econômicas do contrato, permitindo que o ajuste prossiga ao longo da relação, quando devidamente comprovado.

Como bem salienta Marçal Justen Filho, quanto ao tema:

A tutela ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos destina-se a beneficiar precipuamente a própria administração. Se os particulares tivessem de arcar com as consequências de todos os eventos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais onerosas. A administração arcaria com os custos correspondentes a eventos meramente possíveis – mesmo quando incorressem, o particular seria remunerado por seus efeitos meramente potenciais. É muito mais vantajoso convidar os interessados a formular a menor proposta possível: aquela que poderá ser executada se não se verificar qualquer evento prejudicial ou oneroso posterior. Concomitantemente, assegura-se ao particular que, se vier a ocorrer um infortúnio o acréscimo de encargos será arcado pela administração. Em vez de arcar sempre com o custo de eventos meramente potenciais, a administração apenas responderá por eles se e quando efetivamente ocorrerem. (grifo nosso)

Bem, por esta razão é que o mesmo autor acentua (op cit. p.522):

O direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação não deriva de cláusula contratual nem de previsão do ato convocatório. Tem raiz constitucional. Portanto, a ausência de previsão ou de autorização é irrelevante. São inconstitucionais todos os dispositivos legais e regulamentares que pretendam condicionar a concessão de reajuste de preços, recomposição de preços, correção monetária a uma previsão no ato convocatório ou no contrato.

Fica claro, portanto, que a equação financeira do contrato pela sua radicação constitucional independe para manutenção do seu equilíbrio de qualquer previsão legal ou contratual.

Outrossim, ressaltar o estabelecimento prévio de regras procedimentais para recomposição do mencionado equilíbrio, visto que tão somente o caso concreto poderá ditar os caminhos pertinentes ao realinhamento às bases originais. A afetação financeira do contrato pode se dar por uma gama variada de motivos, sendo impossível de se prever um caminho único para solucionar os incidentes de percurso que possam ocorrer. A Lei Geral de Licitações, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece em seu art. 65, as circunstâncias quando a alteração contratual, em especial ao reequilíbrio, sendo ele:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

[...]

II - por acordo das partes:

[...]

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (grifo nosso)

Com esse raciocínio atingimos facilmente a conclusão de que os chamados mecanismos revisionais não só podem, mas devem ser estabelecidos posteriormente a licitação, sob pena de se perder a perspectiva da exata compreensão da relação causa/efeito, que só poderá ser compreendida em contemporaneidade com o evento que dará margem aplicação da norma.

No entanto, a possibilidade de concessão do reequilíbrio está condicionada a comprovação por parte do fornecedor e posterior análise pela equipe técnica do CINCATARINA. No caso em comento, verificou-se que não há propostas mais vantajosas na lista de cadastro de reserva de fornecedores, sendo que a concessão restou como melhor opção aos Órgãos Participantes.

Passo à conclusão.

III – Conclusão

Cabe salientar que o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento.

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Resolução nº 0022/2020, não vejo óbice quanto a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa e comprovação do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro;
- b) Parecer técnico quanto ao pedido;
- c) Consulta ao cadastro de fornecedores e valor de mercado;

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo Deferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, no que tange ao item nº 592, a partir da solicitação, sem efeitos retroativos, revisão de 31,00% (novo valor de R\$ 2,89).

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 23 de junho de 2021.

Dagmar José Belotto

Analista Técnico IV - Advogado

OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	9199/2021-e
Interessado:	MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro
Referência	PAL nº 0293/2021, PE nº 0010/2021, Registro de Preço

DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto a Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro referente ao item nº 592 do processo administrativo licitatório acima, requerido pela empresa MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A.

Consta parecer jurídico oriundo da Diretoria Jurídica, o qual acato como razões e fundamentos para DECIDIR:

1. Pelo Deferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, no que tange ao item nº 592, a partir da solicitação, sem efeitos retroativos, revisão de 31,00% (novo valor de R\$ 2,89).

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 23 de junho de 2021.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

CIS/AMOSC

15/2021

Publicação Nº 3130816

RESOLUÇÃO Nº 15/2021

Dispõe sobre a Nomeação de empregado público aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2021, e dá outras providências.

GEISA MÜLLER DE OLIVEIRA, Secretária Executiva do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, no uso das atribuições que lhe confere inciso II do art. 22 do Contrato de Consórcio Público:

Considerando vacância no cargo de contador, após pedido de Demissão pelo empregado público, ocupante do cargo ocorrido em 26 de janeiro de 2021;

Considerando necessidade de preenchimento da vaga.

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada o empregado público, EROMILDES PAULO FREITAS PEREIRA, inscrita no CPF sob o nº ***.187.939-**, 1º colocado no Processo Seletivo Simplificado n. 01/2021, para exercer o emprego público de Contador, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimento constante no Anexo III do Contrato de Consórcio Público e, alterações posteriores.

Art. 2º O empregado público, ora nomeado, será submetida aos direitos e obrigações estabelecidos Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, bem como às disposições contidas no Contrato de Consórcio Público.

Art. 3º A posse do nomeado ao emprego de que trata o art. 1º, desde que declarada apta no exame médico admissional, deverá ocorrer na data de 01 de julho de 2021.

Art. 4º O presente contrato de trabalho perdurará pelo prazo de 06 (seis), contados na data de sua posse, podendo ser prorrogado por igual período mediante comprovada necessidade, nos termos do item 1.5 do Edital de Processo Seletivo 01/2021.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Resolução correrão à conta dos recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, 25 de Junho de 2021.

GEÍSA MÜLLER DE OLIVEIRA
Secretária Executiva do CIS-AMOSC

TABELA I - RESOLUÇÃO 12/2021

Publicação Nº 3130837

TABELA DE EXAMES DE ANÁLISES CLÍNICAS CREDENCIADOS PELO CIS-AMOSC 2021

Rua Adolfo Konder 33D, Jardim Itália, Chapecó - SC
Fone: (49) 3199-4900
www.cisamosc.sc.gov.br

EXAMES DE ANÁLISES CLÍNICAS

ANÁLISES CLÍNICAS	COD. SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
TAXA DE COLETA DE EXAME	00.00.00.0527-2		5,00	5,00
CLEARANCE OSMOLAR	02.02.01.0.01-5	3,51		3,51
DETERMINACAO DE CAPACIDADE DE FIXACAO DO FERRO	02.02.01.002-3	2,01	0,86	2,87
DETERMINACAO DE CROMATOGRAPHIA DE AMINOACIDOS	02.02.01.003-1	15,65		
DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA (DUAS DOSAGENS)	02.02.01.004-0	3,63	1,56	5,19
DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA C/ INDUCAO POR CORTI-SONA (CINCO DOSAGENS)	02.02.01.005-8	6,55		6,55
DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA C/ INDUCAO POR CORTI-SONA (QUATRO DOSAGENS)	02.02.01.006-6	3,68		3,68
DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA CLASSICA (CINCO DOSA-GENS)	02.02.01.007-4	10,00		10,00
DETERMINACAO DE OSMOLARIDADE	02.02.01.008-2	3,51		3,51
DOSAGEM DE 5-NUCLEOTIDASE	02.02.01.009-0	3,51		3,51
DOSAGEM DE ACETONA	02.02.01.010-4	1,85		1,85
DOSAGEM DE ACIDO ASCORBICO	02.02.01.011-2	2,01		2,01
DOSAGEM DE ACIDO URICO	02.02.01.012-0	1,85	0,79	2,64
DOSAGEM DE ACIDO VANILMANDELICO	02.02.01.013-9	9,00		9,00
DOSAGEM DE ALDOLASE	02.02.01.014-7	3,68		3,68
DOSAGEM DE ALFA-1-ANTITRIPSINA	02.02.01.015-5	3,68		3,68
DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEINA ACIDA	02.02.01.016-3	3,68	1,59	5,27
DOSAGEM DE ALFA-2-MACROGLOBULINA	02.02.01.017-1	3,68		3,68
DOSAGEM DE AMILASE	02.02.01.018-0	2,25	0,96	3,21
DOSAGEM DE AMONIA	02.02.01.019-8	3,51		3,51
DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	02.02.01.020-1	2,01	0,86	2,87
DOSAGEM DE CALCIO	02.02.01.021-0	1,85	0,79	2,64
DOSAGEM DE CALCIO IONIZAVEL	02.02.01.022-8	3,51	1,51	5,02
DOSAGEM DE CAROTENO	02.02.01.023-6	2,01		2,01
DOSAGEM DE CERULOPLASMINA	02.02.01.025-2	3,68		3,68
DOSAGEM DE CLORETO	02.02.01.026-0	1,85		1,85
DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	02.02.01.027-9	3,51	1,51	5,02
DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	02.02.01.028-7	3,51	1,51	5,02
DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	02.02.01.029-5	1,85	0,79	2,64
DOSAGEM DE COLINESTERASE	02.02.01.030-9	3,68	0,55	4,23
DOSAGEM DE CREATININA	02.02.01.031-7	1,85	0,79	2,64
DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	02.02.01.032-5	3,68	0,55	4,23
DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB	02.02.01.033-3	4,12		4,12
DOSAGEM DE DESIDROGENASE ALFA-HIDROXIBUTIRICA	02.02.01.034-1	3,51		3,51
DOSAGEM DE DESIDROGENASE GLUTAMICA	02.02.01.035-0	3,51		3,51
DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA	02.02.01.036-8	3,68	0,55	4,23

DOSAGEM DE DESIDROGENASE LÁTICA (ISOENZIMAS FRACIONADAS)	02.02.01.037-6	3,68	2,51	6,19
DOSAGEM DE FERRITINA	02.02.01.038-4	15,59		15,59
DOSAGEM DE FERRO SÉRICO	02.02.01.039-2	3,51	0,49	4,00
DOSAGEM DE FOLATO	02.02.01.040-6	15,65		15,65
DOSAGEM DE FOSFATASE ÁCIDA TOTAL	02.02.01.041-4	2,01		2,01
DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	02.02.01.042-2	2,01	0,86	2,87
DOSAGEM DE FOSFÓRICO	02.02.01.043-0	1,85	0,79	2,64
DOSAGEM DE FRACAO PROSTATICA DA FOSFATASE ACIDA	02.02.01.044-9	2,01		2,01
DOSAGEM DE GALACTOSE	02.02.01.045-7	3,51		3,51
DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	02.02.01.046-5	3,51	0,53	4,04
DOSAGEM DE GLICOSE	02.02.01.047-3	1,85	0,79	2,64
DOSAGEM DE GLICOSE-6-FOSFATO DESIDROGENASE	02.02.01.048-1	3,68		3,68
DOSAGEM DE HAPTOGLOBINA	02.02.01.049-0	3,68		3,68
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	02.02.01.050-3	7,86	0,46	8,32
DOSAGEM DE HIDROXIPROLINA	02.02.01.051-1	3,68		3,68
DOSAGEM DE ISOMERASE-FOSFOHEXOSE	02.02.01.052-0	3,51		3,51
DOSAGEM DE LACTATO	02.02.01.053-8	3,68		3,68
DOSAGEM DE LEUCINO-AMINOPEPTIDASE	02.02.01.054-6	3,51		3,51
DOSAGEM DE LIPASE	02.02.01.055-4	2,25	0,96	3,21
DOSAGEM DE MAGNÉSIO	02.02.01.056-2	2,01	0,86	2,87
DOSAGEM DE MUCO-PROTEÍNAS	02.02.01.057-0	2,01		2,01
DOSAGEM DE PIRUVATO	02.02.01.058-9	3,68		3,68
DOSAGEM DE PORFIRINAS	02.02.01.059-7	3,51		3,51
DOSAGEM DE POTÁSSIO	02.02.01.060-0	1,85	0,79	2,64
DOSAGEM DE PROTEÍNAS TOTAIS	02.02.01.061-9	1,40	0,21	1,61
DOSAGEM DE PROTEÍNAS TOTAIS E FRACOES	02.02.01.062-7	1,85	0,79	2,64
DOSAGEM DE SÓDIO	02.02.01.063-5	1,85	0,79	2,64
DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTÂMICO-ÓXALACÉTICA (TGO)	02.02.01.064-3	2,01	0,86	2,87
DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTÂMICO-PIRÚVICA (TGP)	02.02.01.065-1	2,01	0,86	2,87
DOSAGEM DE TRANSFERRINA	02.02.01.066-0	4,12	1,77	5,89
DOSAGEM DE TRIGLICÉRIDEOS	02.02.01.067-8	3,51	1,51	5,02
DOSAGEM DE TRIPTOFANO	02.02.01.068-6	3,51		3,51
DOSAGEM DE UREIA	02.02.01.069-4	1,85	0,79	2,64
DOSAGEM DE VITAMINA B12	02.02.01.070-8	15,24	1,76	17,00
ELETRÓFORESE DE LIPOPROTEÍNAS	02.02.01.071-6	3,68		3,68
ELETRÓFORESE DE PROTEÍNAS	02.02.01.072-4	4,42	1,90	6,32
GASOMETRIA (PH PCO2 PO2 BICARBONATO AS2 (EXCESSO OU DEFICIT BASE)	02.02.01.073-2	15,65		15,65
PROVA DA D-XILOSE	02.02.01.074-0	3,68		3,68
TESTE DE TOLERANCIA A INSULINA/HIPOGLICEMIANTE ORAIS	02.02.01.075-9	6,55		6,55
DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D	02.02.01.076-7	15,24	15,00	30,24
DETERMINAÇÃO DE CREMATOCRITO NO LEITE HUMANO	02.02.01.077-5	1,53	2,17	3,70
ACIDEZ TITULÁVEL NO LEITE HUMANO (DORNIC)	02.02.01.078-3	3,04	2,02	5,06
NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO - 0202020002 - EXAMES HEMATOLOGICOS E HEMOSTASIA				
CITOQUÍMICA HEMATOLOGICA	02.02.02.001-0	6,48		6,48
CONTAGEM DE PLAQUETAS	02.02.02.002-9	2,73	1,18	3,91
CONTAGEM DE RETICULOCITOS	02.02.02.003-7	2,73		2,73
DETERMINAÇÃO DE CURVA DE RESISTÊNCIA GLOBULAR	02.02.02.004-5	2,73		2,73
DETERMINAÇÃO DE ENZIMAS ERITROCITARIAS (CADA)	02.02.02.005-3	2,73		2,73
DETERMINAÇÃO DE SULFO-HEMOGLOBINA	02.02.02.006-1	2,73		2,73
DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE COAGULAÇÃO	02.02.02.007-0	2,73	1,18	3,91
DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE LISE DA EUGLOBULINA	02.02.02.008-8	2,73		2,73
DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO -DUKE	02.02.02.009-6	2,73	1,18	3,91
DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO DE IVY	02.02.02.010-0	9,00		9,00
DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SOBREVIVÊNCIA DE HEMÁCIAS	02.02.02.011-8	5,79		5,79
DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBINA	02.02.02.012-6	2,85	1,23	4,08
DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA)	02.02.02.013-4	5,77	2,17	7,94

DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	02.02.02.014-2	2,73	1,18	3,91
DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSSEDIMENTACAO (VHS)	02.02.02.015-0	2,73	1,18	3,91
DOSAGEM DE ANTICOAGULANTE CIRCULANTE	02.02.02.016-9	4,11		4,11
DOSAGEM DE ANTITROMBINA III	02.02.02.017-7	6,48	2,79	9,27
DOSAGEM DE FATOR II	02.02.02.018-5	5,31		5,31
DOSAGEM DE FATOR IX	02.02.02.019-3	7,61		7,61
DOSAGEM DE FATOR V	02.02.02.020-7	4,73		4,73
DOSAGEM DE FATOR VII	02.02.02.021-5	8,09		8,09
DOSAGEM DE FATOR VIII	02.02.02.022-3	6,63		6,63
DOSAGEM DE FATOR VIII (INIBIDOR)	02.02.02.023-1	15,00		15,00
DOSAGEM DE FATOR VON WILLEBRAND (ANTIGENO)	02.02.02.024-0	18,91		18,91
DOSAGEM DE FATOR X	02.02.02.025-8	6,66		6,66
DOSAGEM DE FATOR XI	02.02.02.026-6	9,11		9,11
DOSAGEM DE FATOR XII	02.02.02.027-4	10,51		10,51
DOSAGEM DE FATOR XIII	02.02.02.028-2	6,66		6,66
DOSAGEM DE FIBRINOGENIO	02.02.02.029-0	4,60	1,98	6,58
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	02.02.02.030-4	1,53		1,53
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA - INSTABILIDADE A 37OC	02.02.02.031-2	2,73		2,73
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA FETAL	02.02.02.032-0	2,73		2,73
DOSAGEM DE HEMOSSIDERINA	02.02.02.033-9	2,73		2,73
DOSAGEM DE PLASMINOGENIO	02.02.02.034-7	4,11		4,11
ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	02.02.02.035-5	5,41	2,32	7,73
ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITO)	02.02.02.036-3	2,73		2,73
HEMATOCRITO	02.02.02.037-1	1,53		1,53
HEMOGRAMA COMPLETO	02.02.02.038-0	4,11	1,77	5,88
LEUCOGRAMA	02.02.02.039-8	2,73	2,73	2,73
PESQUISA DE ATIVIDADE DO COFATOR DE RISTOCETINA	02.02.02.040-1	25,00		25,00
PESQUISA DE CELULAS LE	02.02.02.041-0	4,11	1,77	5,88
PESQUISA DE CORPUSCULOS DE HEINZ	02.02.02.042-8	2,73		2,73
PESQUISA DE FILARIA	02.02.02.043-6	2,73		2,73
PESQUISA DE HEMOGLOBINA S	02.02.02.044-4	2,73		2,73
PESQUISA DE TRIPANOSSOMA	02.02.02.046-0	2,73		2,73
PROVA DE CONSUMO DE PROTROMBINA	02.02.02.048-7	4,11		4,11
PROVA DE RETRACAO DO COAGULO	02.02.02.049-5	2,73		2,73
PROVA DO LACO	02.02.02.050-9	2,73		2,73
RASTREIO P/ DEFICIENCIA DE ENZIMAS ERITROCITARIAS	02.02.02.051-7	2,73		2,73
TESTE DE AGREGACAO DE PLAQUETAS	02.02.02.052-5	12,00		12,00
TESTE DE HAM (HEMOLISE ACIDA)	02.02.02.053-3	2,73		2,73
TESTE DIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TAD)	02.02.02.054-1	2,73		2,73
NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO - 0202030008 – EXAMES SOROLOGICOS E IMUNOLOGICOS				
CONTAGEM DE LINFOCITOS B	02.02.03.001-6	15,00		15,00
CONTAGEM DE LINFOCITOS CD4/CD8	02.02.03.002-4	15,00		15,00
CONTAGEM DE LINFOCITOS T TOTAIS	02.02.03.003-2	15,00		15,00
DETECCAO DE RNA DO HIV-1 (QUALITATIVO)	02.02.03.004-0	65,00		65,00
DETECCAO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C (QUALITATIVO)	02.02.03.005-9	96,00		96,00
DETERMINACAO DE COMPLEMENTO (CH50)	02.02.03.006-7	9,25	3,99	13,24
DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	02.02.03.007-5	2,83	1,21	4,04
DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA	02.02.03.008-3	9,25	1,39	10,64
DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA	02.02.03.009-1	15,06		15,06
DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	02.02.03.010-5	16,42	2,38	18,80
DOSAGEM DE BETA-2-MICROGLOBULINA	02.02.03.011-3	13,55		13,55
DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	02.02.03.012-1	17,16		17,16
DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	02.02.03.013-0	17,16		17,16
DOSAGEM DE CRIOAGLUTININA	02.02.03.014-8	2,83		2,83
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)	02.02.03.015-6	17,16	2,57	19,73
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	02.02.03.016-4	9,25	2,36	11,61
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM)	02.02.03.018-0	17,16		17,16
DOSAGEM DE INIBIDOR DE C1-ESTERASE	02.02.03.019-9	9,25		9,25
DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	02.02.03.020-2	2,83	1,17	4,00

GENOTIPAGEM DE VIRUS DA HEPATITE C	02.02.03.021-0	298,48		298,48
IMUNOELETROFORESE DE PROTEINAS	02.02.03.022-9	17,16		17,16
IMUNOFENOTIPAGEM DE HEMOPATIAS MALIGNAS (POR MARCA-DOR)	02.02.03.023-7	80,00		80,00
PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA	02.02.03.025-3	10,00		10,00
PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA	02.02.03.026-1	10,00		10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA	02.02.03.027-0	8,67		12,41
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HELICOBACTER PYLORI	02.02.03.028-8	17,16		17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 (WESTERN BLOT)	02.02.03.029-6	85,00		85,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	02.02.03.030-0	10,00	4,32	14,32
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 + HTLV-2	02.02.03.031-8	18,55		18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-RIBONUCLEOPROTEINA (RNP)	02.02.03.032-6	17,16		17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SCHISTOSOMAS	02.02.03.033-4	5,74		5,74
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM	02.02.03.034-2	17,16	3,39	20,55
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)	02.02.03.035-0	18,55	2,78	21,33
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)	02.02.03.036-9	18,55	2,78	21,33
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIADENOVIRUS	02.02.03.037-7	9,25		9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIAMEBAS	02.02.03.038-5	10,00		10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIASPERGILLUS	02.02.03.039-3	9,25		9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIBRUCELAS	02.02.03.040-7	3,70		3,70
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICISTICERCO	02.02.03.041-5	5,83		5,83
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICLAMIDIA (POR IMUNOFLUORESCENCIA)	02.02.03.042-3	10,00		10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICORTEX SUPRARENAL	02.02.03.043-1	17,16		17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIEQUINOCOS	02.02.03.044-0	9,25		9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESCLERODERMA (SCL 70)	02.02.03.045-8	10,00	4,32	14,32
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES	02.02.03.046-6	9,70		9,70
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTISTREPTOLISINA O (ASLO)	02.02.03.047-4	2,83	1,21	4,04
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIFIGADO	02.02.03.048-2	10,00		10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIGLOMERULO	02.02.03.050-4	10,00		10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIILHOTA DE LANGERHANS	02.02.03.051-2	10,00		10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIINSULINA	02.02.03.052-0	17,16		17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILEPTOSPIRAS	02.02.03.053-9	4,10		4,10
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILISTERIA	02.02.03.054-7	5,50		5,50
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSSOMAS	02.02.03.055-5	17,16		17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMITOCONDRIA	02.02.03.056-3	17,16		17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO ESTRIADO	02.02.03.057-1	17,16		17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO LISO	02.02.03.058-0	17,16		17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLEO	02.02.03.059-8	17,16	7,39	24,55
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPARIETAIS	02.02.03.060-1	17,16		17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPLASMODIOS	02.02.03.061-0	10,00		10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA	02.02.03.062-8	17,16	2,57	19,73
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	02.02.03.063-6	18,55	2,78	21,33
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBE)	02.02.03.064-4	18,55	2,78	21,33
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA HISTOPLASMA	02.02.03.065-2	7,78		7,78
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O SPOROTRIX SCHENKII	02.02.03.066-0	9,71		9,71
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	02.02.03.067-9	18,55	2,78	21,33
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE D (ANTI-HDV)	02.02.03.068-7	18,55		18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DO SARAMPO	02.02.03.069-5	9,25		9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA PARACOCCIDIOIDES BRASILIENSIS	02.02.03.070-9	4,10		4,10
PESQUISA DE ANTICORPOS E/OU ANTIGENO DO VIRUS SINICIAL RESPIRATÓRIO	02.02.03.071-7	18,55		18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS EIE ANTICLAMIDIA	02.02.03.072-5	17,16		17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS HETEROFILOS CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BAR	02.02.03.073-3	2,83		2,83
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	02.02.03.074-1	11,00	3,74	14,74
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTILEISHMANIAS	02.02.03.075-0	9,25		9,25

PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	02.02.03.076-8	16,97	2,36	19,33
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITRYPANOSOMA CRUZI	02.02.03.077-6	9,25		9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI- HBC- TOTAL)	02.02.03.078-4	18,55	2,78	21,33
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE)	02.02.03.079-2	30,00		30,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	02.02.03.080-6	18,55	2,78	21,33
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	02.02.03.081-4	17,16	2,57	19,73
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES ZOSTER	02.02.03.082-2	17,16		17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	02.02.03.083-0	17,16		17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES	02.02.03.084-9	17,16		17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	02.02.03.085-7	11,61	3,00	14,61
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTILEISHMANIAS	02.02.03.086-5	10,00		10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	02.02.03.087-3	18,55	2,78	21,33
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITRYPANOSOMA CRUZI	02.02.03.088-1	9,25		9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS	02.02.03.089-0	18,55		18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE)	02.02.03.090-3	20,00		20,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	02.02.03.091-1	18,55		18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	02.02.03.092-0	17,16	2,57	19,73
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES	02.02.03.093-8	17,16		17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	02.02.03.094-6	17,16		17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES	02.02.03.095-4	17,16		17,16
PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	02.02.03.096-2	13,35	2,00	15,35
PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (H)	02.02.03.097-0	18,55	2,78	21,33
PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	02.02.03.098-9	18,55	2,78	21,33
PESQUISA DE CLAMIDIA (POR CAPTURA HIBRIDA)	02.02.03.099-7	60,00		60,00
PESQUISA DE CRIOGLOBULINAS	02.02.03.100-4	2,83		2,83
PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (WAALER-ROSE)	02.02.03.101-2	4,10		4,10
PESQUISA DE HIV-1 POR IMUNOFLOURESCENCIA	02.02.03.102-0	10,00		10,00
PESQUISA DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) ALERGENO-ESPECIFICA	02.02.03.103-9	9,25		9,25
PESQUISA DE TRYPANOSOMA CRUZI (POR IMUNOFLOURESCENCIA)	02.02.03.104-7	10,00		10,00
PROVAS DE PRAUSNITZ-KUSTNER (PK)	02.02.03.105-5	1,77		1,77
PROVAS IMUNO-ALERGICAS BACTERIANAS	02.02.03.106-3	1,77		1,77
QUANTIFICACAO DE RNA DO HIV-1	02.02.03.107-1	18,00		18,00
QUANTIFICACAO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C	02.02.03.108-0	168,48		168,48
TESTE TREPONEMICO PARA DETECÇÃO DE SÍFILIS	02.02.03.109-8	4,10		4,10
REACAO DE MONTENEGRO ID	02.02.03.110-1	2,83		2,83
TESTE DE VDRL P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	02.02.03.111-0	2,83	1,21	4,04
TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	02.02.03.112-8	10,00	4,32	14,32
TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	02.02.03.113-6	10,00	4,32	14,32
TESTES ALERGICOS DE CONTATO	02.02.03.114-4	1,77		1,77
TESTES CUTANEOS DE LEITURA IMEDIATA	02.02.03.115-2	1,77		1,77
TESTE NÃO TREPONEMICO P/ DETECÇÃO DE SIFILIS EM GESTANTE	02.02.03.117-9	2,83		2,83
DOSAGEM DE ANTICORPOS ANTITRANSGLUTAMINASE	02.02.03.118-7	18,55		18,55
DOSAGEM DA FRAÇÃO C1Q DO COMPLEMENTO	02.02.03.119-5	17,16		17,16
DOSAGEM DE TROPONINA	02.02.03.120-9	9,00		9,00
DOSAGEM DO ANTIGENO CA 125	02.02.03.121-7	13,35		13,35
EXAME LABORATORIAL PARA DOENÇA DE GAUCHER I	02.02.03.122-5	80,00		80,00
EXAME LABORATORIAL PARA DOENÇA DE GAUCHER II	02.02.03.123-3	120,00		120,00
DETECCAO DE RNA DO HTLV-1	02.02.03.125-0	65,00		65,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1	02.02.03.126-8	85,00		85,00
DOSAGEM DE ESTERCOBILINOGENIO FECAL	02.02.04.001-1	1,65		1,65
DOSAGEM DE GORDURA FECAL	02.02.04.002-0	3,04		3,04

EXAME COPROLOGICO FUNCIONAL	02.02.04.003-8	3,04		3,04
IDENTIFICACAO DE FRAGMENTOS DE HELMINTOS	02.02.04.004-6	1,65		1,65
PESQUISA DE ENTEROBIUS VERMICULARES (OXIURUS OXIURA)	02.02.04.005-4	1,65		1,65
PESQUISA DE EOSINOFILOS	02.02.04.006-2	1,65		1,65
PESQUISA DE GORDURA FECAL	02.02.04.007-0	1,65		1,65
PESQUISA DE LARVAS NAS FEZES	02.02.04.008-9	1,65	1,35	3,00
PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES	02.02.04.009-7	1,65	1,35	3,00
PESQUISA DE LEVEDURAS NAS FEZES	02.02.04.010-0	1,65		1,65
PESQUISA DE OVOS DE SCHISTOSOMAS (EM FRAGMENTO DE MUCOSA)	02.02.04.011-9	1,65		1,65
PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	02.02.04.012-7	1,65	1,35	3,00
PESQUISA DE ROTAVIRUS NAS FEZES	02.02.04.013-5	10,25	1,53	11,78
PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	02.02.04.014-3	1,65	2,35	4,00
PESQUISA DE SUBSTANCIAS REDUTORAS NAS FEZES	02.02.04.015-1	1,65		1,65
PESQUISA DE TRIPSINA NAS FEZES	02.02.04.016-0	1,65		1,65
PESQUISA DE TROFOZOITAS NAS FEZES	02.02.04.017-8	1,65		1,65
ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	02.02.05.001-7	3,70	1,60	5,30
CLEARANCE DE CREATININA	02.02.05.002-5	3,51	1,51	5,02
CLEARANCE DE FOSFATO	02.02.05.003-3	3,51		3,51
CLEARANCE DE UREIA	02.02.05.004-1	3,51		3,51
CONTAGEM DE ADDIS	02.02.05.005-0	2,04		2,04
DETERMINACAO DE OSMOLALIDADE	02.02.05.006-8	3,70		3,70
IDENTIFICAÇÃO DE GLICIDEOS URINÁRIOS POR CROMATOGRÁFIA (CAMADA DELGADA)	02.02.05.007-6	3,70		3,70
DOSAGEM DE CITRATO	02.02.05.008-4	2,01		2,01
DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	02.02.05.009-2	8,12	3,50	11,62
DOSAGEM DE OXALATO	02.02.05.010-6	3,68		3,68
DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	02.02.05.011-4	2,04	0,96	3,00
DOSAGEM E/OU FRACIONAMENTO DE ACIDOS ORGANICOS	02.02.05.012-2	3,04		3,04
EXAME QUALITATIVO DE CALCULOS URINARIOS	02.02.05.013-0	3,70		3,70
PESQUISA / DOSAGEM DE AMINOACIDOS (POR CROMATOGRAFIA)	0.20.20.50.14-9	3,70		3,70
PESQUISA DE ALCAPTONA NA URINA	02.02.05.015-7	2,04		2,04
PESQUISA DE AMINOACIDOS NA URINA	02.02.05.016-5	3,70		3,70
PESQUISA DE BETA-MERCAPTO-LACTATO-DISSULFIDURIA	02.02.05.017-3	2,04		2,04
PESQUISA DE CADEIAS LEVES KAPPA E LAMBDA	02.02.05.018-1	2,40		2,40
PESQUISA DE CISTINA NA URINA	02.02.05.019-0	2,04		2,04
PESQUISA DE COPROPORFIRINA NA URINA	02.02.05.020-3	2,04		2,04
PESQUISA DE ERROS INATOS DO METABOLISMO NA URINA	02.02.05.021-1	3,70		3,70
PESQUISA DE FENIL-CETONA NA URINA	02.02.05.022-0	2,04		2,04
PESQUISA DE FRUTOSE NA URINA	02.02.05.023-8	2,04		2,04
PESQUISA DE GALACTOSE NA URINA	0.20.20.50.24-6	3,36		3,36
PESQUISA DE HOMOCISTINA NA URINA	02.02.05.026-2	2,04		2,04
PESQUISA DE LACTOSE NA URINA	02.02.05.027-0	2,04		2,04
PESQUISA DE MUCOPOLISSACARIDEOS NA URINA	02.02.05.028-9	3,70		3,70
PESQUISA DE PORFOBILINOGENIO NA URINA	02.02.05.029-7	2,04		2,04
PESQUISA DE PROTEINAS URINARIAS (POR ELETROFORESE)	02.02.05.030-0	4,44		4,44
PESQUISA DE TIROSINA NA URINA	02.02.05.031-9	2,04		2,04
PROVA DE DILUICAO (URINA)	02.02.05.032-7	2,04		2,04
DETERMINACAO DE INDICE DE TIROXINA LIVRE	02.02.06.001-2	12,54		12,54
DETERMINACAO DE RETENCAO DE T3	02.02.06.002-0	12,54		12,54
DETERMINACAO DE T3 REVERSO	02.02.06.003-9	14,69		14,69
DOSAGEM DE 17-ALFA-HIDROXIPROGESTERONA	02.02.06.004-7	10,20		10,20
DOSAGEM DE 17-CETOSTEROIDES TOTAIS	02.02.06.005-5	6,72		6,72
DOSAGEM DE 17-HIDROXICORTICOSTEROIDES	02.02.06.006-3	6,72		6,72
DOSAGEM DE ACIDO 5-HIDROXI-INDOL-ACETICO (SEROTONINA)	02.02.06.007-1	6,72		6,72
DOSAGEM DE ADRENOCORTICOTROFICO (ACTH)	02.02.06.008-0	14,12		14,12
DOSAGEM DE ALDOSTERONA	02.02.06.009-8	11,89		11,89
DOSAGEM DE AMP CICLICO	02.02.06.010-1	12,01		12,01
DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA	02.02.06.011-0	11,53	2,82	14,35
DOSAGEM DE CALCITONINA	02.02.06.012-8	14,38	3,51	17,89
DOSAGEM DE CORTISOL	02.02.06.013-6	9,86	2,40	12,26
DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	02.02.06.014-4	11,25	2,75	14,00

DOSAGEM DE DIHIDROTESTOTERONA (DHT)	02.02.06.015-2	11,71		11,71
DOSAGEM DE ESTRADIOL	02.02.06.016-0	10,15		10,15
DOSAGEM DE ESTRIOL	02.02.06.017-9	11,55		12,63
DOSAGEM DE ESTRONA	02.02.06.018-7	11,12		11,12
DOSAGEM DE GASTRINA	02.02.06.019-5	14,15		14,15
DOSAGEM DE GLOBULINA TRANSPORTADORA DE TIROXINA	02.02.06.020-9	15,35		15,35
DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	02.02.06.021-7	7,85	1,91	9,76
DOSAGEM DE HORMONIO DE CRESCIMENTO (HGH)	02.02.06.022-5	10,21	2,49	12,70
DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	02.02.06.023-3	7,89	1,93	9,82
DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	02.02.06.024-1	8,97	2,19	11,16
DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	02.02.06.025-0	8,96	2,19	11,15
DOSAGEM DE INSULINA	02.02.06.026-8	10,17	2,49	12,66
DOSAGEM DE PARATORMONIO	02.02.06.027-6	43,13		43,13
DOSAGEM DE PEPTIDEO C	02.02.06.028-4	15,35		15,35
DOSAGEM DE PROGESTERONA	02.02.06.029-2	10,22	2,41	12,63
DOSAGEM DE PROLACTINA	02.02.06.030-6	10,15	2,48	12,63
DOSAGEM DE RENINA	02.02.06.031-4	13,19		13,19
DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1)	02.02.06.032-2	15,35	2,75	18,10
DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS)	02.02.06.033-0	13,11	3,20	16,31
DOSAGEM DE TESTOSTERONA	02.02.06.034-9	10,43	2,55	12,98
DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	02.02.06.035-7	13,11	3,20	16,31
DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	02.02.06.036-5	15,35	2,75	18,10
DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	02.02.06.037-3	8,76	2,14	10,90
DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	02.02.06.038-1	11,60	2,00	13,60
DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	02.02.06.039-0	8,71	2,13	10,84
TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA/TSH APOS TRH	02.02.06.040-3	12,01		12,01
TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA APOS CLORPROMAZINA	02.02.06.041-1	12,01		12,01
TESTE DE COM GNRH OU COM AGONISTA GNRH	02.02.06.042-0	12,01		12,01
TESTE DE ESTIMULO DO HGH APOS GLUCAGON	02.02.06.043-8	12,01		12,01
TESTE DE SUPRESSAO DO CORTISOL APOS DEXAMETASONA	02.02.06.044-6	12,01		12,01
TESTE DE SUPRESSAO DO HGH APOS GLICOSE	02.02.06.045-4	12,01		12,01
TESTE P/ INVESTIGACAO DO DIABETES INSIPIDUS	02.02.06.046-2	8,43		8,43
PESQUISA DE MACROPROLACTINA	02.02.06.047-0	12,15		12,15
DOSAGEM DE ACIDO DELTA-AMINOLEVULINICO	02.02.07.001-8	2,06		2,06
DOSAGEM DE ACIDO HIPURICO	02.02.07.002-6	2,23		2,23
DOSAGEM DE ACIDO MANDELICO	02.02.07.003-4	3,68		3,68
DOSAGEM DE ACIDO METIL-HIPURICO	02.02.07.004-2	2,04		2,04
DOSAGEM DE ACIDO VALPROICO	02.02.07.005-0	15,65	2,35	18,00
DOSAGEM DE ALA-DESIDRATASE	02.02.07.006-9	3,51		3,51
DOSAGEM DE ALCOOL ETILICO	02.02.07.007-7	2,01		2,01
DOSAGEM DE ALUMINIO	02.02.07.008-5	27,50	0,50	28,00
DOSAGEM DE AMINOGLICOSIDEOS	02.02.07.009-3	10,00		10,00
DOSAGEM DE ANFETAMINAS	02.02.07.010-7	10,00		10,00
DOSAGEM DE ANTIDEPRESSIVOS TRICICLICOS	02.02.07.011-5	10,00		10,00
DOSAGEM DE BARBITURATOS	02.02.07.012-3	13,13		13,13
DOSAGEM DE BENZODIAZEPINICOS	02.02.07.013-1	13,48		13,48
DOSAGEM DE CADMIO	02.02.07.014-0	6,55		6,55
DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	02.02.07.015-8	17,53	2,63	20,16
DOSAGEM DE CARBOXI-HEMOGLOBINA	02.02.07.016-6	4,11		4,11
DOSAGEM DE CHUMBO	02.02.07.017-4	8,83		8,83
DOSAGEM DE CICLOSPORINA	02.02.07.018-2	58,61		58,61
DOSAGEM DE COBRE	02.02.07.019-0	3,51		3,51
DOSAGEM DE DIGITALICOS (DIGOXINA, DIGITOXINA)	02.02.07.020-4	8,97		8,97
DOSAGEM DE ETOSSUXIMIDA	02.02.07.021-2	15,65		15,65
DOSAGEM DE FENITOINA	02.02.07.022-0	35,22		35,22
DOSAGEM DE FENOL	02.02.07.023-9	2,05		2,05
DOSAGEM DE FORMALDEIDO	02.02.07.024-7	3,51		3,51
DOSAGEM DE LITIO	02.02.07.025-5	2,25	0,96	3,21
DOSAGEM DE MERCURIO	02.02.07.026-3	2,04		2,04
DOSAGEM DE META-HEMOGLOBINA	02.02.07.027-1	4,11		4,11
DOSAGEM DE METABOLITOS DA COCAINA	02.02.07.028-0	10,00		10,00

DOSAGEM DE METOTREXATO	02.02.07.029-8	10,00		10,00
DOSAGEM DE QUINIDINA	02.02.07.030-1	10,00		10,00
DOSAGEM DE SALICILATOS	02.02.07.031-0	2,01		2,01
DOSAGEM DE SULFATOS	02.02.07.032-8	3,51		3,51
DOSAGEM DE TEOFILINA	02.02.07.033-6	15,65		15,65
DOSAGEM DE TIOCIANATO	02.02.07.034-4	3,68		3,68
DOSAGEM DE ZINCO	02.02.07.035-2	15,65		15,65
ANTIBIOGRAMA	02.02.08.001-3	4,98	1,15	6,13
ANTIBIOGRAMA C/ CONCENTRACAO INIBITORIA MINIMA	02.02.08.002-1	13,33		13,33
ANTIBIOGRAMA P/ MICOBACTERIAS	02.02.08.003-0	13,33		13,33
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOSE (DIAGNÓSTICA)	02.02.08.004-8	4,20	1,81	6,01
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (HANSENIASE)	02.02.08.005-6	4,20		4,20
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOS (CONTROLE)	02.02.08.006-4	4,20		4,20
BACTEROSCOPIA (GRAM)	02.02.08.007-2	2,80	1,20	4,00
CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	02.02.08.008-0	5,62	2,42	8,04
CULTURA DO LEITE MATERNO (POS-PASTEURIZACAO)	02.02.08.009-9	5,62		5,62
CULTURA P/ HERPESVIRUS	02.02.08.010-2	4,33		4,33
CULTURA PARA BAAR	02.02.08.011-0	5,63		5,63
CULTURA PARA BACTERIAS ANAEROBICAS	02.02.08.012-9	10,25		10,25
CULTURA PARA IDENTIFICACAO DE FUNGOS	02.02.08.013-7	4,19		4,19
EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO (DIRETO)	02.02.08.014-5	2,80	1,20	4,00
HEMOCULTURA	02.02.08.015-3	11,49		11,49
IDENTIFICACAO AUTOMATIZADA DE MICROORGANISMOS	02.02.08.016-1	5,63		5,63
PESQUISA DE PNEUMOCYSTI CARINI	02.02.08.017-0	4,33		4,33
PESQUISA DE BACILO DIFTERICO	02.02.08.018-8	2,80		2,80
PESQUISA DE ESTREPTOCOCOS BETA-HEMOLITICOS DO GRUPO A	02.02.08.019-6	4,33		4,33
PESQUISA DE HAEMOPHILUS DUCREY	02.02.08.020-0	2,80		2,80
PESQUISA DE HELICOBACTER PYLORI	02.02.08.021-8	4,33		4,33
PESQUISA DE LEPTOSPIRAS	02.02.08.022-6	2,80		2,80
PESQUISA DE TREPONEMA PALLIDUM	02.02.08.023-4	5,04		5,04
PROVA CONFIRMATORIA DA DE PRESENCA DE MICROORGANIS- MOS COLIFORMES	02.02.08.024-2	5,62		5,62
ACIDO URICO LIQUIDO NO SINOVIAL E DERRAMES	02.02.09.001-9	1,89		1,89
ADENOGRAMA	02.02.09.002-7	5,79		5,79
CITOLOGIA P/ CLAMIDIA	02.02.09.003-5	4,33		4,33
CITOLOGIA P/ HERPESVIRUS	02.02.09.004-3	4,33		4,33
CONTAGEM ESPECIFICA DE CELULAS NO LIQUOR	02.02.09.005-1	1,89		1,89
CONTAGEM GLOBAL DE CELULAS NO LIQUOR	02.02.09.006-0	1,89		1,89
DETERMINACAO DE FOSFOLIPIDIOS RELACAO LECITINA – ESFIN- GOMIELINA NO LÍQUIDO AMNIÓTICO	02.02.09.007-8	6,56		6,56
DOSAGEM DE CREATININA NO LIQUIDO AMNIOTICO	02.02.09.008-6	1,89		1,89
DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA NO ESPERMA	02.02.09.009-4	2,01		2,01
DOSAGEM DE FRUTOSE	02.02.09.010-8	2,01		2,01
DOSAGEM DE FRUTOSE NO ESPERMA	02.02.09.011-6	2,01		2,01
DOSAGEM DE GLICOSE NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	02.02.09.012-4	1,89		1,89
DOSAGEM DE PROTEINAS NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	02.02.09.013-2	1,89		1,89
ELETROFORESE DE PROTEINAS C/ CONCENTRACAO NO LIQUOR	02.02.09.015-9	5,23		5,23
ESPECTROFOTOMETRIA NO LIQUIDO AMNIOTICO	02.02.09.016-7	6,56		6,56
ESPLENOGRAMA	02.02.09.017-5	5,79		5,79
EXAME DE CARACTERES FISICOS CONTAGEM GLOBAL E ESPECI- FICA DE CÉLULAS	02.02.09.018-3	1,89		1,89
MIELOGRAMA	02.02.09.019-1	5,79		5,79
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES (ELISA)	02.02.09.021-3	9,70		9,70
DOSAGEM DE FOSFATASE ÁCIDA NO ESPERMA	02.02.09.022-1	2,01		2,01
PESQUISA DE CARACTERES FISICOS NO LIQUOR	02.02.09.023-0	1,89		1,89
PESQUISA DE CELULAS ORANGIOFILAS	02.02.09.024-8	1,89		1,89
PESQUISA DE CRISTAIS C/ LUZ POLARIZADA	02.02.09.025-6	1,89		1,89
PESQUISA DE ESPERMATOZOIDES (APOS VASECTOMIA)	02.02.09.026-4	4,80		4,80
PESQUISA DE RAGOCITOS NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	02.02.09.027-2	1,89		1,89
PROVA DE PROGRESSAO ESPERMATICA (CADA)	02.02.09.028-0	9,70		9,70

PROVA DO LATEX P/ HAEMOPHILLUS INFLUENZAE, STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE, NEISSERIA MENINGITIDIS (SORO TIPOS A, B, C)	02.02.09.029-9	1,89		1,89
PROVA DO LATEX P/ PESQUISA DO FATOR REUMATOIDE	02.02.09.030-2	1,89		1,89
REACAO DE PANDY	02.02.09.031-0	1,89		1,89
REACAO DE RIVALTA NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	02.02.09.032-9	1,89		1,89
TESTE DE CLEMENTS	02.02.09.033-7	1,89		1,89
DETERMINACAO DE CARIOTIPO EM CULTURA DE LONGA DURACAO (C/ TECNICAS DE BANDAS)	02.02.10.001-4	180,00		180,00
DETERMINACAO DE CARIOTIPO EM MEDULA OSSEA E VILOSIDADES CORIONICAS (C/ TÉCNICAS DE BANDAS)	02.02.10.002-2	160,00		160,00
DETERMINACAO DE CARIOTIPO EM SANGUE PERIFERICO	02.02.10.003-0	160,00		160,00
QUANTIFICACAO/ AMPLIFICACAO DE HER-2	02.02.10.004-9	120,00		120,00
DETECCAO DE VARIANTES DA HEMOGLOBINA (DIAGNOSTICO TARDIO)	02.02.11.001-0	8,80		8,80
DETECCAO MOLECULAR DE MUTACAO EM HEMOGLOBINOPATIAS (CONFIRMATORIO)	02.02.11.002-8	66,00		66,00
DETECCAO MOLECULAR EM FIBROSE CISTICA (CONFIRMATORIO)	02.02.11.003-6	66,00		66,00
DOSAGEM DE FENILALANINA (CONTROLE / DIAGNOSTICO TARDIO)	02.02.11.004-4	5,50		5,50
DOSAGEM DE FENILALANINA E TSH OU T4	02.02.11.005-2	12,10		12,10
DOSAGEM DE FENILALANINA TSH OU T4 E DETECCAO DA VARIANTE DE HEMOGLOBINA (COMPONENTE DO TESTE DO PEZINHO)	02.02.11.006-0	20,90		20,90
DOSAGEM DE TRIPSINA IMUNORREATIVA (COMPONENTE DOTES-TE DO PEZINHO)	02.02.11.007-9	5,50		5,50
DOSAGEM DE TSH E T4 LIVRE (CONTROLE / DIAGNOSTICO TARDIO)	02.02.11.008-7	13,20		13,20
DOSAGEM DE 17 HIDROCI PROGESTERONA	02.02.11.009-5	8,00		8,00
DOSAGEM DA ATIVIDADE DA BIOTINIDASE EM AMOSTRAS DE	02.02.11.010-9	5,50		5,50
DOSAGEM QUANTITATIVA DA ATIVIDADE DA BIOTINIDASE EM	02.02.11.011-7	137,00		137,00
DETECCAO MOLECULAR DE MUTACAO EM HIPERPLASIA	02.02.11.012-5	66,00		66,00
DETECCAO MOLECULAR DE MUTACAO EM DEFICIENCIA DE	02.02.11.013-3	66,0		66,0
DOSAGEM DE CLORETO NO SUOR	02.02.11.014-1	150,00		150,00
DETERMINACAO DE ANTICORPOS ANTIPLAQUETARIOS	02.02.12.001-5	10,65		10,65
DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	02.02.12.002-3	1,37	1,59	2,96
FENOTIPAGEM DE SISTEMA RH - HR	02.02.12.003-1	10,65		10,65
IDENTIFICACAO DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES C/ PAINEL DE HEMACIAS	02.02.12.004-0	10,65		10,65
PESQUISA DE ANTICORPOS IRREGULARES PELO METODO DA ELUICAO	02.02.12.005-8	5,79		5,79
PESQUISA DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES 37 OC	02.02.12.006-6	5,79		5,79
PESQUISA DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES A FRIO	02.02.12.007-4	5,79		5,79
PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	02.02.12.008-2	1,37	1,59	2,96
TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA)	02.02.12.009-0	2,73		2,73
TITULACAO DE ANTICORPOS ANTI A E/OU ANTI B	02.02.12.010-4	5,79		5,79
GASOMETRIA ARTERIAL				90,00

CHAPECÓ, 29 DE JUNHO DE 2021

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE
PRESIDENTE DO CIS-AMOSC

TABELA II - RESOLUÇÃO 12/2021

Publicação Nº 3130840

**TABELA DE CONSULTAS EXAMES E PROCEDIMENTOS MÉDICOS
CREDENCIADOS PELO CIS-AMOSC
2021**

Rua Adolfo Konder 33D, Jardim Itália, Chapeco - SC

Fone: (49) 3199-4900

www.cisamosc.sc.gov.br

ANATOMIA PATOLOGIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
EXAME CITOPATOLÓGICO HORMONAL SERIADO (MÍNIMO TRÊS COLETAS)	02.03.01.002-7	10,65	37,66	48,31
EXAME CITOPATOLÓGICO CÉRVICO-VAGINAL/MI- CROFLORA	02.03.01.001-9	6,97	2,16	9,13
IMUNOHISTOQUÍMICA DE NEOPLASIAS MALIGNAS (POR MARCADOR/ MÁXIMO 6 POR PCTE)	02.03.02.004-9	92,00	338,99	430,99
EXAME ANATOMOPATOLÓGICO DO COLO UTERINO	02.03.02.008-1	24,00	68,00	92,00
EXAME ANATOMOPATOLÓGICO DE MAMA – BIÓPSIA	02.03.02.006-5	45,83	46,17	92,00
EXAME DE CITOPATOLOGIA – (EXCETO CERVICO VAGINAL E DE MAMAS) – PAAF (ATE 5)	02.03.01.003-5	10,65	81,35	92,00
EXAME CITOPATOLÓGICO DE MAMA – PAAF DE MAMA	02.03.01.004-3	35,34	56,66	92,00
EXAME ANATOMOPATOLÓGICO PARA CONGELA- MENTO/ PARAFINA POR PEÇA CIRÚRGICA OU BIÓPSIA (EXCETO COLO UTERINO E MAMA)	02.03..02.003-0	24,00	68,00	92,00
COLORAÇÃO ESPECIAL – POR PEÇA	90255			43,16
ATO DE COLETA DE PAAF DE ÓRGÃO OU ESTRU- TURAS SUPERFICIAIS COM DESLOCAMENTO DO PATOLOGISTA	90190		118,73	118,73
BIÓPSIAS – CÓDIGOS ATÉ 4 NÚDULOS	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
BIÓPSIA DE PROSTATA GUIADA POR ULTRASSONO- GRAFIA DE PROSTATA RETAL	4665			360,00
BIÓPSIA GUIADA POR ULTRASSONOGRAFIA DE MAMAS	4666			360,00
BIÓPSIA DE PARENQUIMA HEPÁTICO GUIADA POR ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR	4664			360,00
BIÓPSIA DE TIREÓIDE OU PARATIREÓIDE – PAAF	02.01.01.047-0	23,73	240,97	264,70
SEDAÇÃO PARA BIÓPSIA	5271			250,00

CONSULTA ESPECIALIZADA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
ANGIOLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	80,00	90,00
ALERGIA E IMUNOLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	110,00	120,00
ANESTESIOLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	80,00	90,00
CARDIOLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	80,00	90,00
CANCEROLOGISTA CIRURGICO	03.01.01.007-2	10,00	80,00	90,00
CIRURGIAO	03.01.01.007-2	10,00	80,00	90,00
DERMATOLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	80,00	90,00
ENDOCRINOLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	110,00	120,00
FISIATRIA	03.01.01.007-2	10,00	80,00	90,00
GASTROENTEROLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	80,00	90,00
GERIATRIA	03.01.01.007-2	10,00	80,00	90,00
GINECOLOGIA E OBSTETRICIA	03.01.01.007-2	10,00	80,00	90,00
HEMATOLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	80,00	90,00
INFECTOLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	80,00	90,00
MASTOLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	80,00	90,00
NEFROLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	110,00	120,00
NEUROLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	80,00	120,00
OFTALMOLOGIA (CONSULTA INCLUI: GONIOSCOPIA, FUNDOSCOPIA, CHECK-UP DE GLAUCOMA E TONOMETRIA)	03.01.01.007-2	10,00	80,00	90,00
OTORRINOLARINGOLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	80,00	90,00
ONCOLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	80,00	90,00
ORTOPEDIA	03.01.01.007-2	10,00	80,00	90,00
PEDIATRIA	03.01.01.007-2	10,00	80,00	90,00

PNEUMOLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	110,00	120,00
PROCTOLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	110,00	120,00
REUMATOLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	110,00	120,00
UROLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	80,00	90,00
VASCULAR	03.01.01.007-2	10,00	80,00	90,00

CARDIOLOGIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
ELETROCARDIOGRAMA (EEG)	02.11.02.003-6	5,15	12,65	17,80
ECOCARDIOGRAFIA TRASE-SOFAGICO	02.05.01.002-4	165,00	97,85	262,85
ECOCARDIOGRAFIA ES-TRESSE	02.05.01.001-6	165,00	92,55	257,55
ECOCARDIOGRAFIA TRANS-TORÁCICA	02.05.01.003-2	39,94	197,53	237,47
HOLTER (MONITORAMENTO PELO SISTEMA HOLTER 24 HORAS – 3 CANAIS)	02.11.02.004-4	30,00	131,47	161,47
MONITORAMENTO AMBU-LATORIAL DE PRESSAO ARTERIAL (MAPA)	02.11.02.005-2	30,00	131,47	161,47
TESTE ERGOMÉTRICO OU ESFORÇO	02.11.02.006-0	30,00	60,00	90,00
TILT TESTE	5537	-	300,00	300,00

CINTILOGRAFIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
CINTILOGRAFIA DO MIO-CÁRDIO / NECROSE (MÍNIMO 3 PROJEÇÕES)	02.08.01.004	166,47	33,29	199,76
CINTILOGRAFIA SINCRONIZADA CAMARAS CARDIACAS/ REPOUSO (MÍN. 3 PR.)	02.08.01.008	176,72	74,98	251,70
CINTILOGRAFIA PARA QUANTIFICAÇÃO DE "SHUNT" DA DIREITA PARA ESQUERDA	02.08.01.006	142,57	28,51	171,08
CINTILOGRAFIA PARA AVALIAÇÃO DE FLUXO SANGUÍNEO DAS EXTREMIDADES	02.08.01.005	114,02	22,80	136,82
CINTIL. SINCRON. CÂMARAS CARDÍACAS-ESFORÇO (MÍN. 2 PROJEÇÕES)	02.08.01.007	214,85	42,97	257,82
CINT. MIOCÁRDIO/PERFUSÃO - ESTRESSE (MÍN. 03 PROJEÇÕES)	02.08.01.002	408,52	173,32	581,84
CINT. MIOCÁRDIO/PERFUSÃO - REPOUSO (MÍN. 03 PROJEÇÕES)	02.08.01.003	383,07	162,52	545,59
CINTILOGRAFIA PARA PESQUISA DE DIVERTÍCULO DE MECKEL	02.08.02.008-0	114,86	48,73	163,59
CINTILOGRAFIA PARA AVALIAÇÃO DE ESVAZIAMENTO ESOFÁGICO (LÍQUIDOS)	02.08.02.005-5	135,38	57,43	192,81

CINTILOGRAFIA PARA AVALIAÇÃO DE ESVAZIAMENTO GÁSTRICO	02.08.02.007-1	114,22	78,59	192,81
CINTILOGRAFIA PARA PESQUISA DE REFLUXO GASTRO-ESOFÁGICO	02.08.02.011-0	135,38	57,43	192,81
CINTILOGRAFIA PARA PESQUISA DE HEMORRAGIA DIGESTIVA NÃO ATIVA	02.08.02.010-1	310,82	131,87	442,69
CINTILOGRAFIA GLÂNDULAS SALIVARES C/ OU S/ ESTÍMULO (MÍN 4 IMAGENS)	02.08.02.003-9	87,89	37,29	125,18
CINTILOGRAFIA PARA ESTUDO DE TRÂNSITO ESOFÁGICO (SEMI-SÓLIDOS)	02.08.02.006-3	135,38	57,43	192,81
CINTILOGRAFIA DO FÍGADO E BAÇO - MÍNIMO 05 IMAGENS	02.08.02.001-2	133,26	56,54	189,80
CINTILOGRAFIA DO FÍGADO E VIAS BILIARES	02.08.02.002-0	187,93	79,73	267,66
CINTILOGRAFIA PARA PESQUISA DE HEMORRAGIAS DIGESTIVAS ATIVAS	02.08.02.009-8	157,23	66,71	223,94
CINTILOGRAFIA DA TIREÓIDE COM OU SEM CAPTAÇÃO	02.08.03.002-6	77,28	32,78	110,06
CINTILOGRAFIA DA TIREÓIDE COM TESTE DE SUPRESSÃO/ ESTÍMULO	02.08.03.003-4	107,3	21,46	128,76
TESTE DO PERCLORATO COM RADIOISÓTOPO	02.08.03.005-0	107,4	21,48	128,88
CINTILOGRAFIA PARA PESQUISA DO CORPO INTEIRO (PCI)	02.08.03.004-2	338,7	143,70	482,40
CINTILOGRAFIA DE PARATIREÓIDE	02.08.03.001-8	324,54	137,69	462,23
CINTILOGRAFIA RENAL/RENÓGRAMA (QUALITATIVA E/ OU QUANTITATIVA)	02.08.04.005-6	133,03	357,37	490,40
CINTILOGRAFIA TESTICULAR E BOLSA ESCROTAL	02.08.04.003-0	108,94	21,78	130,72
CISTOCINTILOGRAFIA INDIRETA	02.08.04.007-2	144,5	61,31	205,81
CISTOCINTILOGRAFIA DIRETA	02.08.04.006-4	122,97	52,17	175,14
ESTUDO RENAL DINÂMICO COM OU SEM DIURÉTICO	02.08.04.010-2	165,24	33,04	198,28
CINT. ARTICULAÇÕES E/ OU EXTREMIDADES E/OU OSSO COM OU SEM FLUXO SANGUÍNEO	02.08.05.001-9	180,32	36,06	216,38
CINTILOGRAFIA ÓSSEA COM OU SEM FLUXO SANGUÍNEO (CORPO INTEIRO)	02.08.05.003-5	190,99	81,03	272,02
ESTUDO DO FLUXO SANGUÍNEO CEREBRAL	02.08.06.003-0	119,16	23,83	142,99
CISTERNOCINTILOGRAFIA (MÍNIMO 05 IMAGENS)	02.08.06.002-2	205,34	87,12	292,46
CINTILOGRAFIA DE PERFUSÃO CEREBRAL COM TALIO	02.08.06.001-4	438,01	185,73	623,74
LINFOCINTILOGRAFIA	02.08.08.004-0	141,33	59,96	201,29
CINTILOGRAFIA CORPO INTEIRO COM GÁLIO 67 - EXCLUSIVO P/ DOENÇA DE HODGKIN	02.08.09.001-0	906,8	181,36	1088,16
CINTILOGRAFIA DE MAMA (BILATERAL)	02.08.09.003-7	289,43	122,80	412,23

CINTILOGRAFIA PARA QUANTIFICAÇÃO DA CAPTAÇÃO PULMONAR DO GÁLIO 67	02.08.07.001-0	457,55	535,93	993,48
CINTILOGRAFIA DE CORAÇÃO COM GALIO 67	02.08.01.001-7	457,55	91,51	549,06
CINTILOGRAFIA DE RIM COM GALIO 67	02.08.04.002-1	457,55	91,51	549,06
CINTILOGRAFIA DE SEGMENTO OSSEO COM GALIO 67	02.08.05.004-3	457,55		457,55
CINTILOGRAFIA PULMONAR (INALAÇÃO) COM MÍNIMO DE 02 PROJEÇÕES	02.08.07.003-6	128,12	25,62	153,74
CINTILOGRAFIA PULMONAR PARA PESQUISA DE ASPIRAÇÃO	02.08.07.002-8	127,51	26,23	153,74
CINTILOGRAFIA PULMONAR (PERFUSÃO) - MÍNIMO DE 04 PROJEÇÕES	02.08.07.004-4	130,5	55,37	185,87
CINTILOGRAFIA SISTEMA RETÍCULO-ENDOTELIAL (MEDULA ÓSSEA)	02.08.08.001-5	112,61	47,77	160,38
DEMONSTRAÇÃO DE SEQUESTRO DE HEMÁCIAS PELO BAÇO COM RADIOISÓTOPOS	02.08.08.002-3	97,37	19,47	116,84
CINTILOGRAFIA DA GLÂNDULA LACRIMAL - DACRIO-CINTILOGRAFIA	02.08.09.002-9	66,23	28,10	94,33
IMUNO CINTILOGRAFIA (ANTICORPOS MONOCLONAL)	02.08.02.012-8	1103,26		1103,26
ESTUDO RENAL DINÂMICO C/OUS/DIRÉTICO	02.08.04.010-2			403,85
TRATAMENTO DE HIPERTIREOIDISMO (PLUMER -ATE 30MCI)	9900047			631,95
TÉCNICA TOMOGRÁFICA	9900055			104,08
TRATAMENTO DE HIPERTIREOIDISMO GRAVES	9900063			512,31

DERMATOLOGIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
BIÓPSIA DOS TECIDOS MOLES DA BOCA (LÍNGUA, LÁBIO, MUCOSA, CAVIDADE BUCAL)	02.01.01.052-6	21,56	34,51	56,07
BIÓPSIA DE PÁLPEBRA	02.01.01.035-6	18,33	9,70	28,03
BIÓPSIA PELE E PARTES MOLES (PELE, TECIDO CELULAR OU GÂNGLIOS SUBCUTÂNEOS, PAREDE ABDOMINAL)	02.01.01.037-2	25,83	74,17	100,00
BIÓPSIA DE PAVILHÃO AURICULAR	02.01.01.036-4	14,66	13,37	28,03
BIÓPSIA/ PUNÇÃO DE TUMORES SUPERFICIAIS DE PELE	02.01.01.002-0	14,10	25,14	39,24
CRIOTERAPIA (ATE 5 LESÕES)	00.00.00.470-5			100,00
CRIOCIRURGIA	00.00.00.470-6			150,00
ELETROCOAGULAÇÃO DE LESÃO CUTÂNEA – 05 LESÕES	04.01.01.004-0	11,84	128,16	140,00
EXERESE DE TUMOR DE PELE E ANEXOS / CISTO SEBÁCEO E LIPOMA	04.01.01.007-4	12,46	167,54	180,00
FOTOTERAPIA (SESSÃO – POR SEGMENTO)	03.03.08.010-8	4,00	18,42	22,42

PEQUENAS CIRURGIAS ONCOLOGICAS DE PELE E DERMATOLOGICAS	COD. SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
EXCISÃO E SUTURA DE LESÃO NA PELE C/PLÁSTICA EM Z OU ROTAÇÃO DE RETALHO	04.01.02.005-3	106,55	328,45	435,00
CAUTERIZAÇÃO QUÍMICA DE PEQUENAS LESÕES	03.03.08.001-9	1,48	433,52	435,00
FULGURAÇÃO/ CAUTERIZAÇÃO QUÍMICA DE LESÕES CUTÂNEAS	04.01.01.009-0	11,84	423,16	435,00
EXCISÃO E/OU SUTURA SIMPLES DE PEQUENAS LESÕES FERIMENTOS DE PELE/ANEXOS E MUCOSA	04.01.01.006-6			435,00
DENSITOMETRIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
DENSITOMETRIA OSSEA DUO-ENERGETICA DE COLUNA (DOIS SEGMENTOS)	02.04.06.002-8	55,10	54,12	109,22
FISIOTERAPIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
CONSULTA FISIOTERAPIA – AVALIAÇÃO	03.01.01.004-8	6,30	19,37	25,68
ATENDIMENTO FISIOTERAPICO EM PCTE NO PRE/ POS CIRURGIAS UROGINECOLOGICAS	03.02.01.001-7	6,35	8,65	15,00
ATENDIMENTO FISIOTERAPICO EM PCTE COM DISFUNÇÕES UROGINECOLOGICAS	03.02.01.002-5	4,67	10,33	15,00
ATENDIMENTO FISIOTERAPICO DE PCTE COM CUIDADOS PALIATIVOS	03.02.02.001-2	6,35	8,65	15,00
ATENDIMENTO FISIOTERAPICO EM PCTE ONCOLOGICO CLINICO	03.02.02.002-0	4,67	10,33	15,00
ATENDIMENTO FISIOTERAPICO EM PCTE NO PRE E POS CIRURGIA ONCOLOGICA	03.02.02.003-9	6,35	8,65	15,00
ATENDIMENTO FISIOTERAPICO EM PCTE COM TRANSITORIO RESPIRATORIO COM COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS	03.02.04.001-3	6,35	8,65	15,00
ATENDIMENTO FISIOTERAPICO EM PCTE COM TRANSITORIO RESPIRATORIO SEM COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS	03.02.04.002-1	4,67	10,33	15,00
ATENDIMENTO FISIOTERAPICO EM PCTE COM TRANSTORNO CARDIOVASCULAR	03.02.04.003-0	4,67	10,33	15,00
ATENDIMENTO FISIOTERAPICO NAS DISFUNÇÕES VASCULARES PERIFÉRICAS	03.02.04.005-6	4,67	10,33	15,00
ATENDIMENTO FISIOTERAPICO EM PCTES NO PRE E POS OPERATORIO NAS DISFUNÇÕES MUSCULO ESQUELÉTICAS	03.02.05.001-9	6,35	8,65	15,00

ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NAS ALTERAÇÕES MOTORAS	03.02.05.002-7	4,67	10,33	15,00
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PCTE COM DISTÚRBIOS NEURO-CINETICO FUNCIONAIS SEM COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS	03.02.06.001-4	4,67	10,33	15,00
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PCTE COM DISTÚRBIOS NEURO-CINETICO FUNCIONAIS COM COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS	03.02.06.002-2	6,35	8,65	15,00
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PCTE COM COMPROMETIMENTO COGNITIVO	03.02.06.004-9	6,35	8,65	15,00
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PCTES NO PRÉ/ PÓS OPERATÓRIO DE NEUROCIRURGIA	03.02.06.005-7	6,35	8,65	15,00
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PCTE MEDIO QUEIMADO	03.02.07.001-0	4,67	10,33	15,00
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PCTE COM SEQUELAS POR QUEIMADURA (MÉDIA E GRANDE QUEIMADOS)	03.02.07.003-6	4,67	10,33	15,00
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO DOMICILIAR	4662			31,76
EQUOTERAPIA	4663			25,00

FONOAUDIOLOGIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
TERAPIA EM FONOAUDIOLOGIA INDIVIDUAL	03.01.07.011-3	10,90	14,78	25,68
CONSULTA EM FONOAUDIOLOGIA – AVALIAÇÃO	03.01.01.004-8	6,30	19,38	25,68
AUDIOMETRIA TONAL LIMAR (VIA AÉREA/ ÓSSEA)	02.11.07.004-1	21,00	3,92	24,92
EMIÇÃO EVOCADA P/ TRIAGEM AUDITIVA – TESTE ORELHINHA	02.11.07.014-9	13,51	2,53	16,04
EXAME DE VECTOELETRONISTAGMOGRAFIA	5538			130,00
TERAPIA DE REABILITAÇÃO VESTIBULAR	5539			100,00
POTENCIAL EVOCADO AUDITIVO	02.11.05.011-3	4,06	11,98	16,04
POTENCIAL EVOCADO AUDITIVO P/ TRIAGEM AUDITIVA - TESTE ORELHINHA	02.11.07.027-0	13,51	2,53	16,04
GUSTOMETRIA	02.11.07.019-0	1,92	15,88	17,80
IMITANCIOMETRIA	02.11.07.020-3	23,00	4,30	27,30
LOGOAUDEMIA (LDV/ IRF/LRF)	02.11.07.021-1	26,25	5,80	32,05
AVALIAÇÃO AUDITIVA COMPORTAMENTAL	02.11.07.005-0	18,00		18,00
AUDIOMETRIA DE REFORÇO VISUAL	02.11.07.002-5	21,00		21,00
AUDIOMETRIA EM CAMPO LIVRE	02.11.07.003-3	20,13		20,13
PESQUISA DE PARES CRANIANOS	02.11.07.025-4	1,37	16,43	17,80

PROCESSAMENTO AUDITIVO CENTRAL	02.11.07.034-3	9,36	182,98	192,34
Potencial Evocado auditivo de curta média e longa latência (BERA)	02.11.07.026-2	46,88	145,46	192,34
GASTROENTEROLOGIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
BIOPSIA DE ANUS E CANAL ANAL	02.01.01.004-6	18,46	17,16	35,62
COLONOSCOPIA (COLOSCÓPIA)	02.09.01.002-9	112,66	279,34	392,00
ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA (EDA) COM TESTE DE UREASE - ESOFAGOGASTRODUODENOSCOPIA	02.09.01.003-7	48,16	173,84	222,00
RETIRADA DE POLIPO DO TUBO DIGESTIVO POR ENDOSCOPIA	04.07.01.025-4	29,84	160,13	189,97
RETIRADA DE CORPO ESTRANHO/ POLIPOS DO RETO / COLO SIGMÓIDE (ATÉ 3 PÓLIPOS)	04.07.02.039-0	13,63	176,34	189,97
RETOSSIGMOIDOSCOPIA	02.09.01.005-3	23,13	131,22	154,35
GINECOLOGIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
BIOPSIA DE COLO DO ÚTERO	02.01.01.066-6	18,33	11,34	29,67
COLPOSCOPIA	02.11.04.002-9	3,38	96,62	100,00
CRIOCAUTERIZACAO / ELETROCOAGULACAO DE COLO DE UTERO – LESÕES BENIGNAS	03.09.03.004-8	11,26	138,74	150,00
LITOTRIPSIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
LITOTRIPSIA EXTRACORPOREA (ONDA DE CHOQUE PARCIAL/ COMPLETA EM 1 REGIÃO RENAL)	03.09.03.012-9	172,00	796,00	968,00
LITOTRIPSIA EXTRACORPOREA (ONDA DE CHOQUE – TRATAMENTO SUBSEQUENTE EM 1 REGIAO RENAL)	03.09.03.010-2	172,00	361,00	533,00
MEDICINA HIPERBARICA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
SESSAO DE OXIGENOTERAPIA HIPERBARICA	90158			280,00
NEUROLOGIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
ELETOENCEFALOGRAFIA EM VIGÍLIA COM OU SEM FOTO ESTÍMULO	02.11.05.002-4	11,34	74,24	85,58
ELETOENCEFALOGRAFIA SONO INDUZIDO COM OU SEM MEDICAMENTO	02.11.05.003-2	25,00	79,47	104,47
POTENCIAL SOSMATO SENSITIVO (PESS)	02.11.05.013-0	4,06	84,44	88,50

ELETRONEUROMIOGRAFIA DE FACE	90034			350,00
ELETRONEUROMIOGRAFIA DE MEMBROS INFERIORES - MI	90042			415,00
ELETRONEUROMIOGRAFIA DE MEMBROS SUPERIORES - MS	90050			415,00
ELETRONEUROMIOGRAFIA DE MEMBROS INFERIORES E SUPERIORES - MI/MS	90069			552,00
TESTE DE ESTIMULAÇÃO RE-PETITIVA (2 SEGMENTOS)	4661			350,00

NUTRICIONISTA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
CONSULTA EM NUTRIÇÃO	03.01.01.004-8	6,30	18,70	25,68

OTORRINOLARINGOLOGIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
BIÓPSIA DE PIRÂMIDE NASAL	02.01.01.039-9	18,33	17,36	35,69
BIÓPSIA DE SEIOS PARA-NASAIS	02.01.01.044-5	18,33	41,04	59,37
BIÓPSIA DE FARINGE	02.01.01.019-4	19,06	16,56	35,62
INCISÃO E DRENAGEM DE ABSCESSO	04.01.01.010-4	11,84	23,78	35,62
DUCHA DE POLITZER (UNI/BILATERAL)	04.04.01.009-1	11,28	24,34	35,62
INFILTRAÇÃO MEDICAMENTOSA EM CORNETO INFERIOR	04.04.01.015-6	11,28	36,21	47,49
ELETROGUSTOMETRIA	02.11.07.013-0	1,37	28,31	29,68
LARINGOSCOPIA	02.09.04.002-5	47,14	71,59	118,73
VIDEOLARINGOSCOPIA	02.09.04.004-1	45,50	73,23	118,73
NASOFIBROSCOPIA - VIDEO-ENDOSCOPIA NASAL	5540	0	118,73	118,73

OFTALMOLOGIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
BIOMETRIA ULTRASSONICA (MONOCULAR)	02.11.06.001-1	24,24	26,81	51,05
BIÓPSIA DE CONJUNTIVA (MONOCULAR)	02.01.01.009-7	31,10	19,95	51,05
BIÓPSIA DE CÓRNEA (MONOCULAR)	02.01.01.011-9	68,62	43,58	112,20
BIÓPSIA DE ESCLERA (MONOCULAR)	02.01.01.018-6	68,62	43,58	112,20
BIÓPSIA DE IRIS E CORPO CILIAR, RETINA CORÓIDE, VÍTREO E TUMOR (MONOCULAR)	02.01.01.024-0	199,21	121,36	320,57
CAMPIMETRIA COMPUTADORIZADA OU MANUAL COM GRÁFICO (MONOCULAR)	02.11.06.003-8	40,00	88,23	128,23
CAPSULOTOMIA A YAG LASER	04.05.05.002-0	78,75	344,77	423,52
CAUTERIZAÇÃO DA CÓRNEA (MONOCULAR)	04.05.05.003-8	19,14	20,96	40,10

CERATOMETRIA (MONOCULAR)	02.11.06.005-4	3,37	47,68	51,05
CICLOCRIOCOAGULAÇÃO/DIATERMIA (MONOCULAR)	04.05.05.004-6	587,51	34,54	622,05
CICLODIÁLISE (MONOCULAR)	04.05.05.005-4	453,41	72,34	525,75
CORREÇÃO CIRÚRGICA DE ASTIGMATISMO SECUNDÁRIO (MONOCULAR)	04.05.05.006-2	19,14	31,91	51,05
CORREÇÃO CIRÚRGICA DE ENTRÓPIO E ECTRÓPIO (MONOCULAR)	04.05.01.001-0	203,74	52,72	256,46
CORREÇÃO CIRÚRGICA DE EPICANTO E TELECANTO (MONOCULAR)	04.05.01.002-8	278,90	16,40	295,30
CORREÇÃO CIRÚRGICA DE HÉRNIA DE IRIS (MONOCULAR)	04.05.05.007-0	259,20	266,55	525,75
CORREÇÃO CIRÚRGICA DE LAGOFTALMO (MONOCULAR)	04.05.04.001-6	282,08	16,59	298,67
CURVA DIÁRIA DE PRESSÃO OCULAR CDPO (MÍNIMO TRÊS MEDIDAS) (MONOCULAR)	02.11.06.006-2	10,11	7,52	17,63
ELETRO-OCULOGRAFIA (BINOCULAR)	02.11.06.007-0	24,24	25,45	49,69
ELETRORETINOGRAMA (BINOCULAR)	02.11.06.008-9	24,24	25,45	49,69
EPILAÇÃO DE CÍLIOS (MONOCULAR)	04.05.01.006-0	22,93	17,13	40,06
EXERESE DE CALAZIO E OUTRAS PEQUENAS LESÕES DE PÁLPEBRA E SUPERCÍLIOS (UNILATERAL)	04.05.01.007-9	78,75	4,63	83,38
EXERESE DE TUMOR DE CONJUNTIVA (MONOCULAR)	04.05.05.008-9	82,28	1,72	84,00
FACECTOMIA COM LENTE INTRA-OCULAR (LENTE INCLUÍDA NO VALOR) (MONOCULAR)	04.05.05.009-7	531,60	258,62	790,22
FACECTOMIA SEM IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR (INCLUI VITRECTOMIA ANTERIOR QUANDO NECESSÁRIO) (MONOCULAR)	04.05.05.010-0	483,60	162,31	645,91
FACOEMULSIFICAÇÃO COM IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR (LENTE INCLUÍDA NO VALOR) (MONOCULAR)	04.05.05.011-9	651,60	38,31	689,91
FACOEMULSIFICAÇÃO COM IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR DOBRÁVEL (MONOCULAR)	04.05.05.037-5	771,70	45,38	817,08
FOTOCOAGULAÇÃO A LASER	04.05.03.004-5	75,15	242,49	317,64
INJEÇÃO RETROBULAR/PERIBULBAR (MONOCULAR)	04.05.04.013-0	22,93	17,13	40,06

IRIDECTOMIA CIRÚRGICA (MONOCULAR)	04.05.05.017-8	297,46	348,45	645,91
IRIDOTOMIA A LASER	04.05.05.019-4	45,00	105,00	150,00
MAPEAMENTO DE RETINA (MONOCULAR)	02.11.06.012-7	24,24	25,45	49,69
MICROSCOPIA ESPECULAR DE CÔRNEA (MONOCULAR)	02.11.06.014-3	24,24	25,45	49,69
OCCLUSÃO DE PONTO LACRIMAL (MONOCULAR)	04.05.01.010-9	19,14	20,92	40,06
PAQUIMETRIA ULTRASSONICA (MONOCULAR)	02.05.02.002-0	14,81	10,83	25,64
PARACENTESE DE CÂMARA ANTERIOR (MONOCULAR)	04.05.05.020-8	82,28	84,42	166,70
POTENCIAL VISUAL EVOCA-DO (MONOCULAR)	02.11.06.016-0	24,24	15,82	40,06
RADIAÇÃO PARA CROSS-LINKING CORNEANO	04.05.05.040-2	372,72	877,28	1.250,00
RETINOGRAFIA FLUORESCENTE (BINOCULAR)	02.11.06.018-6	64,00	144,37	208,37
RETINOGRAFIA COLORIDA (BINOCULAR)	02.11.06.017-8	24,68	25,32	50,00
SIMBLEFAROPLASTIA (MONOCULAR)	04.05.01.014-1	116,42	130,42	246,84
SONDAGEM DE VIAS LACRIMAIS (BINOCULAR)	04.05.01.016-8	22,93	81,07	104,00
SONDAGEM DE CANAL LACRIMAL COM SEDAÇÃO (BINOCULAR)	04.05.01.015-0	116,42	130,42	246,84
TESTE DE PROVOCAÇÃO DE GLAUCOMA (MONOCULAR)	02.11.06.020-8	6,74	7,68	14,42
TESTE PARA ADAPTAÇÃO DE LENTE DE CONTATO (MONOCULAR)	02.11.06.024-0	12,34	13,30	25,64
TESTE ORTÓPTICO (BINOCULAR)	02.11.06.023-2	12,34	13,30	25,64
TOMOGRAFIA DE COERÊNCIA ÓPTICA- OCT (BINOCULAR)	02.11.06.028-3	48,00	110,82	158,82
TOPOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CÔRNEA – CERATOSCOPIA (BINOCULAR)	02.11.06.026-7	24,24	35,76	60,00
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE BLEFAROCALASE (BINOCULAR)	04.05.01.018-4	95,42	204,58	300,00
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE DEISCÊNCIA DE SUTURA DE ESCLERA (MONOCULAR)	04.05.03.010-0	159,37	97,09	256,46
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE XANTELASMA (MONOCULAR)	04.05.04.019-9	116,42	130,42	246,84
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PTERÍGIO (MONOCULAR)	04.05.05.036-4	139,70	358,97	498,67

TRATAMENTO CIRÚRGICO DE TRIQUIASE COM OU SEM ENXERTO (MONOCULAR)	04.05.01.019-2	278,90	16,40	295,30
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE MIIASE PALPEBRAL (MONOCULAR)	04.05.03.011-8	22,93	17,13	40,06
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE NEOPLASIA DE ESCLERA (MONOCULAR)	04.05.03.012-6	259,20	269,75	528,95
TRATAMENTO DE PTOSE PALPEBRAL (INCLUI TRATAMENTO DE BLEFAROCALASE) E COLOBOMA DE PÁLPEBRA (MONOCULAR)	04.05.04.020-2	323,34	205,61	528,95
TRABECULECTOMIA (INCLUI A IRIDECTOMIA) (BINOCULAR)	04.05.05.032-1	898,35	52,82	951,17
VITRECTOMIA POSTERIOR (MONOCULAR)	04.05.03.014-2	1.862,63	637,37	2.500,00
VITRECTOMIA ANTERIOR (MONOCULAR)	04.05.03.013-4	381,08	274,15	655,23
ULTRASSONOGRAFIA DE GLOBO OCULAR/ ORBITA (MONOCULAR)	02.05.02.008-9	24,20	17,34	41,54
PENTACAM (PTK)	5245			330,00
IMPLANTE INTRA-ESTROMAL	04.05.05.014-3	353,24	1.911,76	2.265,00

ORTOPEDIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
ATENDIMENTO ORTOPÉDICO COM IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA	03.01.06.010-0	13,00	2,43	15,43
AMPUTAÇÃO DE DEDO – POR DEDO	04.08.06.004-2	338,03	19,87	357,90
BIÓPSIA DE MEDULA ÓSSEA	02.01.01.027-5	200,00	11,76	211,76
BIÓPSIA DE OSSO/ CARTILAGEM DA CINTURA ESCAPULAR (POR AGULHA/ CÉU ABERTO)	02.01.01.030-5	182,75	175,15	357,90
BIÓPSIA DE OSSO DO CRÂNIO E DA FACE	02.01.01.034-8	23,99	18,75	42,74
BIÓPSIA DE OSSO/ CARTILAGEM DE MEMBRO INFERIOR (POR AGULHA/ CÉU ABERTO)	02.01.01.032-1	188,78	35,62	224,40
BIÓPSIA DE OSSO/CARTILAGEM DE MEMBRO SUPERIOR (POR AGULHA/CÉU ABERTO)	02.01.01.033-0	188,26	35,62	224,40
BIÓPSIA DE OSSO/CARTILAGEM DE CINTURA PÉLVICA (POR AGULHA/CÉU ABERTO)	02.01.01.031-3	183,39	35,07	218,46
BIÓPSIA DE LESÃO DE PARTES MOLES (POR AGULHA/ CÉU ABERTO)	02.01.01.026-7	114,36	22,18	136,54
BIÓPSIA DE MÚSCULO	02.01.01.028-3	18,33	4,22	22,55

DENERVACAO FACETARIA	PROPRIO		1.000,00	1.000,00
INFILTRAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS EM CAVIDADE SINOVAL (ARTICULAÇÃO, BAINHA TENDINOSA)	03.03.09.003-0	5,63	44,37	50,00
TENOMIORRAFIA	04.08.06.045-0	205,91	12,11	218,02
PUNÇÃO PARA ESVAZIAMENTO	02.01.01.064-0	13,25	3,36	16,61
RESSECÇÃO DE EXOSTOSE	04.08.06.022-0	28,42	14,32	42,74
REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA E FRATURA-LUXAÇÃO AO NÍVEL DA CINTURA ESCAPULAR	04.08.01.012-6	44,28	16,27	60,55
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE POLIDACTILIA NÃO ARTICULADO	04.08.06.065-4	28,42	14,32	42,74
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE RUTURA DO APARELHO EXTENSOR DO DEDO	04.08.06.068-9	28,42	14,32	42,74
REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA/LESÃO FISÁRIA NO PUNHO	04.08.02.017-2	107,24	6,30	113,54
TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA NA CINTURA ESCAPULAR (COM IMOBILIZAÇÃO)	03.03.09.012-0	36,59	7,34	43,93
VIDEOARTROSCOPIA	04.08.06.071-9	300,00	50,00	350,00

PNEUMOLOGIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
PLETISMOGRAFIA CORPO INTEIRO	02.11.01.004-9	1,31	248,69	250,00
PROVA FUNÇÃO PULMONAR SIMPLES (ESPIROMETRIA)	02.11.08.006-3	4,28	49,22	53,50
PROVA FUNÇÃO PULMONAR COMPLETA (FARMOCODINÂMICA)	02.11.08.005-5	6,36	76,39	82,75
ESPIROMETRIA OU PROVA DE FUNÇÃO PULMONAR COMPLETA COM BRONCODILATADOR	02.11.08.005-5	6,36	123,64	130,00
ESPIROGRAFIA COM DETERMINAÇÃO DO VOLUME RESIDUAL	02.11.08.001-2	2,78	68,75	71,23
BRONCOFIBROSCOPIA FLEXÍVEL COM BIÓPSIA	02.09.04.001-7	36,02	500,00	536,02
GASOMETRIA	02.11.08.002-0	2,78	49,22	52,00
PROVA VENTILATORIA COMPLETA	5541	-	127,35	127,35
OXIMETRIA NÃO INVASIVA	5542	-	30,85	30,85
RESISTENCIA DAS VIAS AEREAS	5543	-	-	92,50
TESTE ALERGICO PARA ANTIGENO SE ACAROS, FUNGOS E EPITELIOS	5544	-	-	91,85
TESTE DE BRONCOPROVOCAÇÃO	5545	-	-	187,60

POLISSONOGRRAFIA DOMICILIAR	5546	-	-	480,05
POLISSONOGRRAFIA DOMICILIAR COM CPAP	5547	-	-	480,05
TESTE DE CAMINHADA DE 6 MINUTOS	02.11.08.008-0	2,78	50,67	53,45
POLISSONOGRRAFIA PRESENCIAL	02.11.05.010-5	170,00	312,85	482,85
TORACOCENTESE OU PUNCTIAO PLEURAL	04.12.05.017-0	54,97	346,53	401,50
PSICOLOGIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
ATENDIMENTO INDIVIDUAL EM PSICOTERAPIA	03.01.08.017-8	2,55	23,13	25,68
PSIQUIATRIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
CONSULTA MEDICA INCLUIDO TERAPIA INDIVIDUAL	90115			120,00
PROCTOLOGIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
COLONOSCOPIA (COLOSCOPIA)	02.09.01.002-9	112,66	279,34	392,00
RETIRADA DE CORPO ESTRANHO/ POLIPOS DO RETO / COLO SIGMOIDE POLIPECTOMIA (ATE 3 POLIPOS)	04.07.02.039-0	13,63	176,34	189,97
RETOSIGMOIDOSCOPIA	02.09.01.005-3	23,13	131,22	154,35
BIOPSIA DE ANUS E CANAL ANAL	02.01.01.004-6	18,46	17,15	35,61
RADIOLOGICO	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
MAMOGRAFIA UNILATERAL	02.04.03.003-0	22,50	13,94	36,44
MAMOGRAFIA BILATERAL PARA RASTREAMENTO	02.04.03.018-8	45,00	15,00	60,00
RADIOGRAFIA ABDÔMEN AGUDO (MÍNIMO DE 3 INCIDÊNCIAS)	02.04.05.012-0	15,30	14,70	30,00
RADIOGRAFIA CAVUM (LATERAL +HIRTZ)	02.04.01.006-3	6,88	23,12	30,00
RADIOGRAFIA DE ABDÔMEN (AP+LATERAL/LOCALIZADA)	02.04.05.011-1	10,73	19,27	30,00
RADIOGRAFIA DE ABDÔMEN SIMPLES (AP)	02.04.05.013-8	10,73	19,27	30,00
RADIOGRAFIA DE ANTE-BRAÇO	02.04.04.001-9	6,42	23,58	30,00
RADIOGRAFIA ARCADEA ZIGOMÁTICA MALAR (AP+OBLIQUAS)	02.04.01.004-7	6,96	23,04	30,00
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO COXO-FEMORAL	02.04.06.006-0	7,77	22,23	30,00

RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ESCÁPULO-UMERAL	02.04.04.003-5	7,40	22,60	30,00
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ESTERNO CLAVICULAR	02.04.04.004-3	7,40	22,60	30,00
RADIOGRAFIA DE CORAÇÃO E VASOS DA BASE (PA+LATERAL+OBLÍQUA)	02.04.03.005-6	14,32	15,68	30,00
RADIOGRAFIA DE COSTELAS (POR HEMITÓRAX)	02.04.03.007-2	8,37	21,63	30,00
RADIOGRAFIA DE COTOVELO	02.04.04.007-8	5,90	24,10	30,00
RADIOGRAFIA DE COXA	02.04.06.011-7	8,94	21,06	30,00
RADIOGRAFIA DE CRÂNIO (PA+LATERAL+OBLÍQUA/BRETTON+HIRTZ)	02.04.01.007-1	9,15	20,85	30,00
RADIOGRAFIA DE CRÂNIO (PA+LATERAL)	02.04.01.008-0	7,52	22,48	30,00
RADIOGRAFIA DE ESÔFAGO	02.04.03.008-0	19,24	10,76	30,00
ESCANOMETRIA	02.04.06.003-6	7,77	22,23	30,00
DUODENOGRAMA HIPOTÔNICA	02.04.05.004-9	34,52	31,48	66,00
RADIOGRAFIA DO ESTERNO	02.04.03.009-9	7,98	22,02	30,00
RADIOGRAFIA DE ESTÔMAGO E DUODENO	02.04.05.014-6	35,22	24,78	60,00
RADIOGRAFIA DE JOELHO (AP+ LATERAL)	02.04.06.012-5	6,78	23,22	30,00
RADIOGRAFIA DE JOELHO OU PATELA (AP+LATERAL+AXIAL)	02.04.06.013-3	7,16	22,84	30,00
RADIOGRAFIA DE LARINGE	02.04.01.009-8	5,74	24,26	30,00
RADIOGRAFIA DE REGIÃO ORBITÁRIA (LOCALIZAÇÃO DE CORPO ESTRANHO)	02.04.01.013-6	7,98	22,02	30,00
RADIOGRAFIA DE MÃO	02.04.04.009-4	6,30	23,70	30,00
RADIOGRAFIA DE MÃO E PUNHO (P/DETERMINAÇÃO DE IDADE ÓSSEA)	02.04.04.010-8	6,00	26,00	30,00
RADIOGRAFIA DE MASTÓIDE/ROCHEDOS (BILATERAL)	02.04.01.010-1	9,03	20,97	30,00
RADIOGRAFIA DE MAXILAR (PA + OBLÍQUA)	02.04.01.011-0	7,20	22,80	30,00
RADIOGRAFIA DE MADIÁSTINO (PA+PERFIL)	02.04.03.010-2	8,73	21,27	30,00
RADIOGRAFIA DE ESCAPULA/OMBRO (3 POSIÇÕES)	02.04.04.011-6	7,98	22,02	30,00

RADIOGRAFIA BILATERAL DE ÓRBITAS (PA+OBLÍQUAS+HIRTZ)	02.04.01.003-9	8,38	21,64	30,00
RADIOGRAFIA DE OSSOS DA FACE (MN+LATERAL+HIRTZ)	02.04.01.012-8	8,38	21,64	30,00
RADIOGRAFIA DE PÉ/DEDO DO PÉ	02.04.06.015-0	6,78	23,22	30,00
RADIOGRAFIA DE PERNA	02.04.06.016-8	8,94	21,06	30,00
RADIOGRAFIA DE PUNHO (AP+LATERAL+OBLÍQUA)	02.04.04.012-4	6,91	23,09	30,00
RADIOGRAFIA DE DEDOS DA MÃO	02.04.04.008-6	5,62	24,38	30,00
RADIOGRAFIA DE REGIÃO SACRO-COCCIGEA	02.04.02.012-3	7,80	22,20	30,00
RADIOGRAFIA DE SEIOS DA FACE (FN+MN+LATERAL+HIRTZ)	02.04.01.014-4	7,32	22,68	30,00
RADIOGRAFIA DE SELA TÚRSICA (PA+LATERAL+BRETTON)	02.04.01.015-2	7,20	22,80	30,00
RADIOGRAFIA DE TÓRAX (PA+INSPIRAÇÃO+EXPIRAÇÃO+LATERAL)	02.04.03.013-7	14,32	15,68	30,00
RADIOGRAFIA DE TÓRAX (PA+LATERAL+OBLÍQUA)	02.04.03.014-5	12,02	17,98	30,00
RADIOGRAFIA DE TÓRAX ÁPICO-LORDÓTICA	02.04.03.012-9	5,56	24,44	30,00
RADIOGRAFIA DE TÓRAX (PA)	02.04.03.017-0	6,88	23,12	30,00
RADIOGRAFIA DE COLUNA TÓRACO-LOMBAR	02.04.02.010-7	9,73	20,27	30,00
RADIOGRAFIA DE INTESTINO DELGADO (TRÂNSITO)	02.04.05.015-4	47,59	24,41	72,00
RADIOGRAFIA DE TÓRAX (PA E PERFIL)	02.04.03.015-3	9,50	20,50	30,00
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ESTERNO CLAVICULAR	02.04.04.004-3	7,40	22,60	30,00
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO SACRO-ILÍACA	02.04.06.007-9	7,77	22,23	30,00
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO TÍBIO-TÁRSICA	02.04.06.008-7	6,50	23,50	30,00
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO TEMPORO-MANDIBULAR BILATERAL	02.04.01.005-5	8,38	21,62	30,00
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ACRÔMIO CLAVICULAR	02.04.04.002-7	7,40	22,60	30,00
RADIOGRAFIA DE BACIA	02.04.06.009-5	7,77	22,23	30,00
RADIOGRAFIA DE BRAÇO	02.04.04.005-1	7,77	22,23	30,00

RADIOGRAFIA DE CALCÂNEO	02.04.06.010-9	6,50	23,50	30,00
RADIOGRAFIA DE CLAVÍCULA	02.04.04.006-0	7,40	22,60	30,00
CLISTER OPACO COM DUPLO CONTRASTE	02.04.05.001-4	47,76	27,24	75,00
COLANGIOGRAFIA PÓS-OPERATÓRIA	02.04.05.003-0	32,61	29,39	62,00
RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO SACRA	02.04.02.006-9	10,96	19,04	30,00
RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO SACA (C/ OBLIQUAS)	02.04.02.007-7	14,90	20,10	35,00
RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP+LATERAL+-TO/FLEXÃO)	02.04.02.004-2	8,19	21,81	30,00
RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP+LATERAL+-TO+OBLÍQUAS)	02.04.02.003-4	8,33	21,67	30,00
RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL FUNCIONAL/DINÂMICA	02.04.02.005-0	10,29	19,71	30,00
RADIOGRAFIA DE COLUNA TORÁCICA (AP+LATERAL)	02.04.02.009-3	9,16	20,84	30,00
RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR DINÂMICA	02.04.02.011-5	15,58	19,42	35,00
UROGRAFIA VENOSA (EX-CRETORA)	02.04.05.018-9	57,40	42,60	100,00
RESSONANCIA MAGNETICA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
ANGIORESSONANCIA CEREBRAL	02.07.01.001-3	268,75		268,75
ANGIORESSONANCIA DE CRANIO/PESCOÇO – ARTERIAL OU VENOSA	4667			420,00
ANGIORESSONANCIA DE TORAX – ARTERIAL OU VENOSA	4668			420,00
ANGIORESSONANCIA DE ABDOMEN/PELVE – ARTERIAL OU VENOSA	4669			420,00
CONTRASTE PARA ANGIORESSONANCIA	4678			100,00
RM MEMBROS SUPERIORES (UNILATERAL)	02.07.02.002-7	268,75	0,00	268,75
RM MEMBROS INFERIORES (UNILATERAL)	02.07.03.003-0	268,75	0,00	268,75
RM COLUNA LOMBO SACRA	02.07.01.004-8	268,75	0,00	268,75
RM DE COLUNA TORÁCICA	02.07.01.005-6	268,75	0,00	268,75

RM DE COLUNA CERVICAL/ PESCOÇO	02.07.01.003-0	268,75	0,00	268,75
RM DE ARTICULAÇÃO TEMPORO-MANDIBULAR (BILATERAL)	02.07.01.002-1	268,75	0,00	268,75
RM DE BACIA/PELVE/ABDO- MEN INFERIOR	02.07.03.002-2	268,75	0,00	268,75
RM DE SELA TÚRCICA	02.07.01.007-2	268,75	0,00	268,75
RM CRÂNIO (boca/face/orbi- tas/ouvidos)	02.07.01.006-4	268,75	0,00	268,75
RM VIAS BILIARES/COLAN- GIORRESSONANCIA	02.07.03.004-9	268,75	0,00	268,75
RM DE ABDÔMEN SUPERIOR	02.07.03.001-4	268,75	0,00	268,75
RM DE TÓRAX	02.07.02.003-5	268,75	0,00	268,75
CONTRASTE PARA RESSO- NÂNCIA	90085	0,00	100,00	100,00
SEDAÇÃO PARA RESSONÂ- NCIA	90182	0,00	250,00	250,00

TERAPIA OCUPACIONAL	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
CONSULTA TERAPIA OCUPA- CIONAL - AVALIAÇÃO	03.01.01.004-8	6,30	18,70	25,68
TERAPIA INDIVIDUAL DE TERAPEUTA OCUPACIONAL	03.01 04.004-4	2,81	22,87	25,68

TOMOGRAFIAS	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
TC DE CRÂNIO (INCLUI REGIÃO MASTEOIDEA)	02.06.01.007-9	97,44	42,56	140,00
TC DE SELA TURCICA	02.06.01.006-0	97,44	42,56	140,00
TC DE COLUNA TORÁCICA	02.06.01.003-6	86,76	53,24	140,00
TC DE COLUNA LOMBO SACRA	02.06.01.002-8	101,10	38,90	140,00
TC DE COLUNA CERVICAL	02.06.01.001-0	86,76	53,24	140,00
TC DE ARTICULAÇÃO DE MEMBRO SUPERIOR (ESTER- NO CLAVICULAR/OMBRO/ COTOVELO E PUNHO)	02.06.02.001-5	86,75	53,25	140,00
TC DE ARTICULAÇÃO DE MEMBROS INFERIORES	02.06.03.002-9	86,75	53,25	140,00
TC DE FACE/SEIOS DA FACE/ ARTICULAÇÕES TÊMPORO MANDIBULARES	02.06.01.004-4	86,75	53,25	140,00
TC DE ABDÔMEN SUPERIOR	02.06.03.001-0	138,63	1,37	140,00

TC DE ABDÔMEN TOTAL	90018			280,00
TC DE TÓRAX	02.06.02.003-1	136,41	53,59	190,00
TC DE PESCOÇO	02.06.01.005-2	86,75	53,25	140,00
TC DE Pelve/BACIA/ABDOMEN INFERIOR	02.06.03.003-7	138,63	1,37	140,00
TC DE SEGMENTOS APENDICULARES (BRAÇO, ANTEBRAÇO, MÃO, COXA, PERNA, PÉ)	02.06.02.002-3	86,75	53,25	140,00
ANGIOTOMOGRAFIA CRANIO E VERTEBRAIS	00.00.00.467-4			420,00
ANGIOTOMOGRAFIA CAROTIDAS	00.00.00.467-5			420,00
ANGIOTOMOGRAFIA AORTA TORACICA	5548			420,00
ANGIOTOMOGRAFIA AORTA ABDOMINAL	5549			420,00
ANGIOTOMOGRAFIA ARTERIAS ILICAS	5550			420,00
ANGIOTOMOGRAFIA MEMBROS INFERIORES	00.00.00.467-6			420,00
UROTOMOGRAFIA	00.00.00.467-7			348,00
CONTRASTE PARA ANGIOTOMOGRAFIA	00.00.00.467-9			100,00
CONTRASTE PARA TC	90379			100,00

ULTRASSONOGRAFIAS	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
ULTRASSONOGRAFIA DE ABDÔMEN SUPERIOR (FÍGADO, VESÍCULA, VIAS BILIARES)	02.05.02.003-8	24,20	33,26	57,46
ULTRASSONOGRAFIA DE ABDÔMEN TOTAL	02.05.02.004-6	37,95	51,55	89,50
ULTRASSONOGRAFIA DE APARELHO URINÁRIO	02.05.02.005-4	24,20	33,26	57,46
ULTRASSONOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO	02.05.02.006-2	24,20	33,26	57,46
ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	02.05.02.007-0	24,20	33,26	57,46
ULTRASSONOGRAFIA DE GLOBO OCULAR/ORBITA (MONOCULAR)	02.05.02.008-9	24,20	15,04	39,24
ULTRASSONOGRAFIA DE MAMÁRIA BILATERAL	02.05.02.009-7	24,20	24,85	49,05
ULTRASSONOGRAFIA DE PRÓSTATA POR VIA ABDOMINAL	02.05.02.010-0	24,20	33,26	57,46

ULTRASSONOGRAFIA DE PRÓSTATA VIA TRANSRETAL	02.05.02.011-9	24,20	31,87	56,07
ULTRASSONOGRAFIA DE TIREÓIDE	02.05.02.012-7	24,20	24,85	49,05
ULTRASSONOGRAFIA DE OBSTÉTRICA	02.05.02.014-3	24,20	33,26	57,46
ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA C/DOPPLER COLORIDO E PULSADO	02.05.02.015-1	39,60	72,54	112,14
ULTRASSONOGRAFIA PÉLVICA (GINECOLÓGICA)	02.05.02.016-0	24,20	24,85	49,05
ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA MORFOLÓGICA	90026	0,00	112,14	112,14
ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA COM TRANSLUCENCIA NUCAL	00.00.00.470-7			112,14
ULTRASSONOGRAFIA TRANSFONTANELA	02.05.02.017-8	24,20	87,94	112,14
ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL	02.05.02.018-6	24,20	33,26	57,46
ULTRASSONOGRAFIA DE PARTES MOLES	90123			95,31
ULTRASSONOGRAFIA DE PAREDE ABDOMINAL	5254			90,00
ULTRASSONOGRAFIA DE REGIÃO INGUINAL	5255			90,00
ECODOPPLER ORGAOS OU ESTRUTURAS SUPERFICIAIS	90302			180,00
ECODOPPLER DE TIREOIDE	4700			180,00
ECODOPPLER DE BOLSA ESCROTAL	4701			180,00
ECODOPPLER TRANSVAGINAL	4702			180,00
DOPPLER DE VASOS CERVICAIS ARTERIAIS BILATERAL (CAROTIDAS)	5246			180,00
DOPPLER VASOS CERVICAIS VENOSO BILATERAL	5247			150,00
DOPPLER COLORIDO ARTERIAL DE MEMBRO INFERIOR/ UNILATERAL	5248			150,00
DOPPLER COLORIDO VENOSO DE MEMBRO INFERIOR/ UNILATERAL	5249			150,00
DOPPLER ARTERIAL RENAL	5250			150,00
DOPPLER AORTA E ILIACA	5251			150,00
DOPPLER COLORIDO ARTERIAL DE MEMBRO SUPERIOR/ UNILATERAL	5252			150,00

DOPPLER COLORIDO VENOSO DE MEMBRO SUPERIOR/ UNILATERAL	5253			150,00
UROLOGIA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
AVALIAÇÃO URODINAMICA COMPLETA	02.11.09.001-8	7,62	388,38	396,00
CISTOMETRIA SIMPLES (CISTOSCOPIA)	02.11.09.004-2	8,82	331,18	340,00
BIÓPSIA DE PRÓSTATA	02.01.01.041-0	92,38	204,62	297,00
VASCULAR	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
TRATAMENTO ESCLEROSANTE NÃO ESTETICO DE VARIZES DOS MEMBROS INFERIORES – UNILATERAL	03.09.07.001-5	300,78	299,22	600,00
TRATAMENTO ESCLEROSANTE NÃO ESTETICO DE VARIZES DOS MEMBROS INFERIORES – BILATERAL	03.09.07.002-3	392,72	807,28	1.200,00
INTERNACAO PSIQUIATRICA	COD.SIA/SUS	VALOR SUS R\$	VALOR COMPLEMENTO R\$	VALOR CIS R\$
TRATAMENTO EM PSIQUIATRIA POR DIA	03.03.17.020-4	26,91	93,09	120,00

CHAPECÓ, 29 DE JUNHO DE 2021

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE
PRESIDENTE DO CIS-AMOSC

CIS/AMURES

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 25/2021

Publicação Nº 3131294

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 998AE2BBDF0F64141ECAD74B9F918968278C0545

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 25/2021

Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISAMURES e a empresa GRAPHEL GRÁFICA E EDITORA LAGES EIRELI.

Ao primeiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e vinte e um, presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMURES – CISAMURES, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 07.383.800/0001-88, com sede na Rua Nossa Senhora dos Prazeres, nº 62, Centro, no Município de Lages, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Diretora Executiva, Sra. BEATRIZ BLEYER RODRIGUES MONTEMEZZO no uso de suas atribuições designada pela portaria nº 10/2020, inscrita no RG nº 3.048.291 e CPF nº 019.764.929-71, doravante denominado CONTRATANTE, e GRAPHEL GRÁFICA E EDITORA LAGES EIRELI pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Duque de Caxias nº 188, na cidade de Lages/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.484.195/0001-43, neste ato representada pelo Sr. GEISER NETO inscrito no CPF nº 828.902.429-00 e RG nº 2.703.167-5, doravante denominado CONTRATADO, tem entre si, justos e contratados a prestação do serviço descrito no objeto, sujeitando-se as partes às determinações na Lei nº 10.520/2002, decreto nº 10.024/2019, no que couber a lei nº 8.666/39 e disposições previstas no Edital do Pregão Eletrônico de nº 04/2021-CISAMURES e seus Anexos, nas seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada para confecção e instalação de toldo para adaptação do local destinado a acomodação de pacientes usuários dos serviços prestados pelo CISAMURES em sua sede.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

- 2.1 O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, para confecção e instalação da estrutura e do toldo, conforme definido no Termo de Referência – Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 04/2021-CISAMURES o valor de R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais) de acordo com a proposta comercial homologada;
- 2.2 O valor será dividido em 03 (três) parcelas de R\$ 7.166,66 (sete mil cento e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos)
- 2.3 No valor dos serviços já estão incluídos todos os custos e despesas com encargos fiscais, sociais e trabalhistas, inclusive transporte, deslocamentos que sejam necessários, taxas, impostos, seguros, licenças, suporte técnico e outros custos relacionados ao serviço.
- 2.4 A primeira parcela será paga após a conclusão da instalação do toldo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

- 3.1 A confecção/instalação deverá ser iniciada após a assinatura deste contrato e o prazo para instalação do toldo será até o dia 31 de Julho de 2021.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

- 4.1 O pagamento do objeto do presente contrato, será feito pelo CONTRATANTE em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou através de boleto bancário após a conclusão da instalação da estrutura e do toldo.
- 4.2 Ressalva-se que deverá ser encaminhada a Nota Fiscal referente ao serviço prestado através de sistema eletrônico disponibilizado pelo CISAMURES, acompanhada do arquivo XML, caso haja, bem como todos os documentos comprobatórios da regularidade fiscal da CONTRATADA, conforme art. 29 da Lei nº 8.666/93, pelo menos 10 (dez) dias antes do vencimento, os quais deverão estar válidos na data do pagamento.
- 4.3 O não encaminhamento dos documentos mencionados ou a existência de quaisquer irregularidades fiscais obsta o pagamento a ser realizado, até que a pendência seja regularizada.
- 4.4 No caso da retenção de pagamentos pelo não envio dos documentos mencionados no item 4.5 ou, ainda, em razão da constatação de irregularidade fiscal da CONTRATADA, uma vez regularizada a situação, o pagamento será realizado dentro de até 15 (quinze) dias do envio dos documentos válidos, sem quaisquer acréscimos ou atualizações.
- 4.5 Vencendo qualquer dos pagamentos em dia em que não haja expediente no CONTRATANTE, o pagamento será prorrogado para o primeiro dia útil subseq-ente ao do vencimento.
- 4.6 Ocorrendo erro na apresentação das faturas, as mesmas serão devolvidas à CONTRATADA para retificação, ficando estabelecido que o pagamento será efetuado após a apresentação da nova fatura devidamente retificada, dentro de até 15 (quinze) dias do envio do documento retificado.
- 4.7 É expressamente vedado ao fornecedor realizar a cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros.
- 4.8 O pagamento do objeto será realizado em 03 (três) parcelas.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

- 5.1 Os valores ora ajustados não serão passíveis de reajustes durante os primeiros 12 (doze) meses da vigência contratual, ressalvando-se o direito à revisão para manter o equilíbrio econômico-financeiro, mediante requerimento fundamentado e comprovado, conforme previsão do art. 65, alínea d da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**6.1 Compete ao CONTRATANTE:**

- cumprir e fazer cumprir as disposições deste contrato e editais.
- determinar, quando cabível, as modificações consideradas necessárias à perfeita execução do contrato e a preservação do interesse público;
- prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido na Cláusula Quarta
- fiscalizar a prestação dos serviços contratados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**7.1 – É responsabilidade da CONTRATADA:**

- assinar o contrato, ou instrumento semelhante, no prazo de 10 (dez) dias contados da convocação para realização do ato, sob pena de aplicação do art. 81 da Lei nº 8.666/93;
- prestar com diligência, profissionalismo e segurança os serviços objeto certame, responsabilizando-se única, integral e exclusivamente pelas conseq-ências e implicações dele decorrentes;
- responsabilizar-se pela idoneidade e comportamento de seus colaboradores/prepostos, bem como pelos direitos trabalhistas deste, respondendo por qualquer prejuízo que venha a ser causado por estes em razão da execução do contrato a ser celebrado;
- facilitar a fiscalização do contrato a ser celebrado, fornecendo os esclarecimentos e documentos solicitados, sem criar qualquer tipo de embaraço;
- manter, até a assinatura do contrato e durante todo o período da vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para prestação do objeto;
- cumprir seus deveres de sigilo e de ética profissional, fazendo as recomendações oportunas e desenvolvendo todos os demais atos e funções necessárias ou convenientes ao bom cumprimento das atribuições contratadas;
- manter a proposta que lhe classificou como vencedora;
- fornecer o objeto, conforme prazo de entrega estabelecido;
- ler todas as condições da contratação, não podendo, posteriormente, alegar seu desconhecimento;
- responsabilizar-se por todas as despesas oriundas da entrega do objeto;
- acompanhar as publicações referentes ao presente certame, as quais serão veiculadas através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, no site <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/>;
- Cumprir com todas as diretrizes impostas pelo CISAMURES no decorrer da execução do objeto.
- Confeccionar e instalar o toldo juntamente com sua estrutura no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de assinatura

do contrato.

- Manter durante a entrega e instalação, estrutura adequada às necessidades de segurança do trabalho, área de trabalho sempre limpa, arcando com as despesas para tanto necessárias.
- Fornecer a seus funcionários Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva (EPI's), observando e cumprindo as normas relacionadas com segurança e higiene do trabalho.
- Responsabilizar-se pelo depósito dos materiais, ferramentas, instrumentos e equipamentos alocados para execução do serviço, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer responsabilidade por perdas.
- Reparar e corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem imperfeições ou incorreções resultantes da execução dos serviços, por exigência do gestor do contrato.
- Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega dos produtos, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações/demandas decorrentes de danos/vícios seja por sua culpa ou de qualquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do presente objeto.
- Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, transporte e outros resultantes da execução do objeto contratual.
- Arcar com todos os custos de alimentação, transporte, carga, descarga, estadia, impostos e quaisquer outras taxas decorrentes da entrega.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o CONTRATANTE aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures – CISAMURES, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, diante do ressarcimento pelos prejuízos causados ao CONTRATANTE e após decorrido o prazo da penalidade aplicada conforme a alínea b;
- d) por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeita a multa compensatória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor do contrato, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- e) em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa sancionatória de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato, sem prejuízo da multa prevista na alínea d;
- f) transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, caso não opte o CONTRATANTE por aplicar a multa prevista na alínea d, mantendo-se o contrato, será considerado rescindido o contrato, aplicando-se a multa sancionatória de 15% (quinze por cento) pela inexecução, calculada sobre o valor total da contratação, sem prejuízo da multa prevista na alínea d;

8.2 A aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c poderão ser cumuladas com a penalidade de multa.

8.3 Antes da aplicação de qualquer penalidade, a CONTRATADA será notificada extrajudicialmente, através de carta com aviso de Recebimento, enviada ao endereço que consta no seu cartão do CNPJ, facultando-lhe defesa administrativa, no prazo de 5 (cinco) dias.

8.4 Será considerado o valor global do Contrato, levando em conta a vigência estabelecida à Cláusula Décima Terceira, para cálculo das multas previstas nas alíneas d, e e f do item 8.1.

8.5 A escolha dentre as penalidades possíveis será realizada considerando a razoabilidade, proporcionalidade entre a conduta e os resultados negativos advindos e, ainda, a reincidência da CONTRATADA.

8.6 Se o descumprimento do Contrato gerar conseqüências gravosas ao CONTRATANTE, poderá este rescindi-lo de imediato, aplicando as penalidades pertinentes, resguardando-se o direito à indenização pelas perdas e danos.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 A rescisão do presente poderá ser:

- determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- amigável, por acordo entre as partes, formalizada por escrito, desde que haja conveniência para a Administração;
- judicial, nos termos da legislação;
- em decorrência da prática de infração contratual, considerando-se os mesmos critérios definidos no item 8.4 e, ainda, facultando à CONTRATADA a apresentação de defesa administrativa, nos termos do item 8.3;

9.2 Constituem motivos para rescisão do presente, aqueles previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93;

9.3 No caso da alínea a do item 9.1, aplicar-se-á o art. 80 da Lei nº 8.666/93;

9.4 Resguardam-se os direitos do CONTRATANTE, no caso de rescisão administrativa, nos termos do inciso IX do art. 55 da Lei nº 8.666/93.

9.5 Havendo rescisão contratual, independentemente do motivo, a CONTRATADA fica obrigada a não dificultar o procedimento da migração da base de dados mantida pelo CONTRATANTE, ressaltando-se que os procedimentos licitatórios eventualmente em curso, a critério do CONTRATANTE, deverão ser concluídos antes do encerramento da vigência contratual, garantida a contraprestação proporcional ao tempo de utilização dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

10.1 O contrato poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

10.2 O CONTRATANTE tem a prerrogativa de modificar unilateralmente o contrato, para melhor adequação à finalidades de interesse público, ressaltados os direitos da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 A rubrica orçamentária a ser utilizada é a de nº 3.3.90.39.16.00.00.00.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

12.1 O presente contrato está vinculado ao Processo Administrativo nº 307/2021-CISAMURES, Pregão Eletrônico nº 04/2021 - CISAMURES, realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures - CISAMURES.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

13.1 O presente contrato tem vigência de 30 (trinta) dias contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério do CISAMURES, por até 48 (quarenta e oito) meses, conforme inciso IV do art. 57 da lei nº 8.666/93, mediante a celebração de Aditivo Contratual para este fim.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 A CONTRATADA declara estar ciente das suas obrigações para com o CONTRATANTE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante do presente ajuste e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.2 Durante a prestação dos serviços, a CONTRATADA prestará toda a orientação necessária à melhor consecução do objeto deste Contrato.

14.3 O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência do objeto contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.4 O presente Contrato não gera, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício entre as partes.

14.5 A prestação do serviço não poderá ser subcontratada, seja total ou parcialmente.

14.6 Durante a vigência contratual, a CONTRATADA se obriga a manter a qualificação exigida para a prestação do serviço, bem como sua regularidade fiscal.

14.7 Aplica-se subsidiariamente ao presente contrato as disposições da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da legislação civil, penal, tributária, trabalhista e consumerista.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 – É competente o foro da Comarca de Lages, SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Lages (SC), 01 de Julho de 2021.

Beatriz Bleyer Rodrigues Montemezzo
Diretora Executiva CISAMURES

Geiser Neto
Graphel Gráfica e Editora Lages Eireli

Testemunhas:

1ª – _____

2ª – _____

EXTRATO DE COMPRA Nº 33/2021 - CISAMURES

Publicação Nº 3130736

EXTRATO DE COMPRA Nº 33/2021.

Extrato de Compra Via Licitação nº 33/2021. Processo Administrativo de Compra 1.044/2021. Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures. Contratado: FLYMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 25.034.906/0001-58. Objeto: Aquisição de Material Hospitalar para atender as necessidades do CISAMURES. Adquirido através de Pregão Eletrônico 03/2020, Ata de Registro de Preço nº 29/2020. Data: 21/06/2021. Valor: R\$ 159,00 (Cento e cinquenta e nove reais). Fund. Legal: Lei 8666/93 e Decreto Federal nº 9.412/2018. Cumpridas as formalidades, Publique-se o presente extrato para que surta seu jurídico e legal efeito. MARIZA COSTA, Presidente CIS/AMURES.

Lages, SC, 01 de Julho de 2021.

BEATRIZ MONTEMEZZO
Diretora Executiva CIS/AMURES

RELATÓRIO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 04/2021

Publicação N° 3131286



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA

REGIÃO DA AMURES - SC

ATA SESSÃO -

HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO: **N°04/2021**TIPO: **MP**AUTORIDADE: **Beatriz Bleyer Rodrigues Montemezzo**OBJETO: **Confecção e instalação de toldo para a sede CISAMURES**

TOTAL DO PROCESSO:

21.500,00

LOTE 001 - ADJUDICADO

FORNECEDOR **Graphel Gráfica e Editora**CNPJ/CPF: **04484195000143**

ME:

Sim**LOTE 001**Itens do lote: **1**Valor Inicial: **21.500,00**Valor final: **21.500,00**

Valor total:

21.500,00Item: **1** Unidade: **Serviço**

Marca:

Própria

Modelo:

Próprio**Instalação e Confecção de Toldo**Quantidade: **1**

DECLARO HOMOLOGADA A

LICITAÇÃO PE N° 04/2021

BEATRIZ BLEYER RODRIGUES

MONTEMEZZO

RESOLUÇÃO N° 15/2021 - CISAMURES

Publicação N° 3131426

RESOLUÇÃO N° 15/2021 CISAMURES

Nomeia membros da comissão de transparência e acesso a informação do CISAMURES, e dá outras providências.

A Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures - CISAMURES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, e com base na Lei 8.666/93, e suas posteriores alterações:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros da comissão de transparência e acesso a informação, no âmbito do CISAMURES, conforme relação abaixo:

- I – Neiva Glauca Fernandes Ribeiro – Membro
- II - Camila Coriander de Souza Alves – Membro
- III – Thais Muniz dos Santos – Membro
- IV – Denise Regina Alves – Suplente
- VII – Cristina de Oliveira – Suplente

Art. 2º - A comissão não receberá gratificação.

Art. 3º - A investidura dos membros da presente comissão vigorará pelo prazo de um ano.

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Lages, 30 de Junho de 2021.

MARIZA COSTA
Presidente CISAMURES

RESOLUÇÃO Nº 16/2021 - CIS/AMURES

Publicação Nº 3131428

RESOLUÇÃO Nº 16/2021 CISAMURES

Nomeia membros da comissão de avaliação da prova de conceito do pregão eletrônico nº 02/2021 do CISAMURES, e dá outras providências.

A Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures - CISAMURES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, e com base na Lei 8.666/93, e suas posteriores alterações:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros da comissão de avaliação de conceito do pregão eletrônico nº 02/2021, no âmbito do CISAMURES, conforme relação abaixo:

- I - Guilherme Rangel Bianchini – Membro
- II - João Marcos Gonsalves da Silva – Membro
- III - Alexandre de Sousa – Membro
- IV - Camila Coriander de Souza Alves – Suplente
- VII – Cristina de Oliveira – Suplente

Art. 2º - A comissão não receberá gratificação.

Art. 3º - A investidura dos membros da presente comissão vigorará pelo prazo de um ano.

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Lages, 30 de Junho de 2021.

MARIZA COSTA
Presidente CISAMURES

RESOLUÇÃO Nº 17/2021 - CISAMURES

Publicação Nº 3131429

RESOLUÇÃO Nº 17/2021 CISAMURES

Suspende os efeitos da resolução 01/2021 até 31/12/2021 do CISAMURES e dá outras providências.

A Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures - CISAMURES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, e com base na Lei 8.666/93, e suas posteriores alterações:

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam suspensos os efeitos da resolução 01/2021, até 31/12/2021, restabelecendo-se estes a partir de 01/01/2022.

Art. 2º - A presente resolução, atende determinação específica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC.

Art. 3º - Os valores percebidos pelos servidores do CISAMURES, até a data desta resolução, não necessitam de devolução.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 01 de Julho de 2021.

MARIZA COSTA
Presidente CISAMURES

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2021 – CISAMURES

Publicação Nº 3131404

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2021 – CISAMURES

OBJETO: O presente pregão tem por objeto o registro de preço para eventual aquisição de material de consumo, material de expediente, material de informática, material ambulatorial e material de limpeza, listados no ANEXO I do edital para o uso do CISAMURES.

REQUERENTE: Olimed Material Hospitalar Ltda

Em 30 de Junho de 2021, a empresa Olimed Material Hospitalar Ltda, se manifestou, apresentando peça impugnativa nos seguintes termos via sistema eletrônico do ComprasBR (íntegra disponível no sistema):

“Retificação dos descritivos dos itens 62, 63 e 64 do ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, para que passe a constar a seguinte descrição:

62 - Luvas de látex descartáveis. 100%

Látex natural. Com pó
bioabsorvível. Ambidestra. Para
procedimentos da área da saúde.
Caixa com 100 unidades.

Tamanho G. APRESENTAÇÃO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) NO MINISTÉRIO DO TRABALHO PARA AGENTES BIOLÓGICOS VÁLIDO E REGISTRO DO PRODUTO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE (ANVISA) VÁLIDO, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS.

63 - Luvas de látex descartáveis. 100%

Látex natural. Com pó
bioabsorvível. Ambidestra. Para
procedimentos da área da saúde.
Caixa com 100 unidades.

Tamanho M. APRESENTAÇÃO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) NO MINISTÉRIO DO TRABALHO PARA AGENTES BIOLÓGICOS VÁLIDO E REGISTRO DO PRODUTO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE (ANVISA) VÁLIDO, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS.

64 - Luvas de látex descartáveis. 100%

Látex natural. Com pó
bioabsorvível. Ambidestra. Para
procedimentos da área da saúde.
Caixa com 100 unidades.

Tamanho P. APRESENTAÇÃO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) NO MINISTÉRIO DO TRABALHO PARA AGENTES BIOLÓGICOS VÁLIDO E REGISTRO DO PRODUTO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE (ANVISA) VÁLIDO, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS.”

Passo a analisar a presente peça,

Recebo tempestivamente a presente impugnação, haja vista que o prazo legal foi observado.

Não obstante, e com o intuito orientativo único e exclusivo, quanto ao prazo de resposta da impugnação, cabe ressaltar que o Decreto nº 3.555 foi revogado pelo atual Decreto nº 10.024/19, resultando no prazo de resposta de 02 (dois) dias úteis da referida impugnação.

Analisando as razões e fundamentos apresentados, é possível observar a coerência da requerente ao expor a situação, e sempre norteado pelos princípios do direito administrativo, mais precisamente o princípio da legalidade, é notório que a Administração poderá, eventualmente, ser responsabilizada pela não adequação dos fatos aqui relatados.

Nada onera a esta Administração, a alteração editalícia, pelo contrário, isto trará mais segurança ao Órgão, no tocante a suas aquisições futuras dos itens que constam supostas irregularidades.

Sendo assim, a posição deste pregoeiro é que faz sentido a adequação solicitada considerando as situações aqui relatadas.

DECIDO,

DEFERIR a impugnação recebida e encaminho a Autoridade Competente para que realize as adequações necessárias, no sentido de regularizar as questões legais apontadas na presente peça.

Na sequência, considerando a necessidade de alteração de Edital, suspendo os prazos do processo, até que a referida alteração esteja concluída, sendo necessário a republicação no mesmo prazo e locais em que este processo foi publicado.

Lages, 01 de Julho de 2021.

Guilherme Rangel Bianchini
Pregoeiro CISAMURES

CISAM**HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 07.2021 - CISAM MO**

Publicação Nº 3130629

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE CNPJ: 08.484.353/0001-16 ACESSO CIDADE ALTA C.E.P.: 89665-000 - Capinzal - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 7/2021 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 7/2021 Data do Processo: 08/06/2021
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Ordenador De Despesas, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 7/2021
b) Licitação Nr.: 7/2021-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 24/06/2021
e) Objeto da Licitação Registro de Preços para futura e eventual aquisição de tubos e conexões por parte dos consorciados do CISAM MO, com entrega na sede dos respectivos prestadores.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	Qtde de Itens	Média Descto (%)	(em Reais R\$) Total dos Itens
- 000265 - ACCAETANO COMERCIO E CONSTRUÇOES LTDA	52	0,0000	1.429.615,88
- 000322 - ANGOLINI E ANGOLINI LTDA	97	0,0000	1.539.823,60
- 000318 - COMERCIAL ATD LTDA EPP	2	0,0000	130.580,00
- 000315 - FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	22	0,0000	352.332,68
- 000321 - FGS BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	82	0,0000	9.368.674,15
- 000259 - G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME	199	0,0000	1.969.661,01
- 000314 - GUIMARAES COMERCIAL EIRELI ME	4	0,0000	20.674,00
- 000317 - HIDROLUX INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS	70	0,0000	253.947,10
- 000157 - N.B. FALCE E CIA LTDA	1	0,0000	54.936,30
- 000316 - N.S.A. COMERCIO DE MATERIAIS DE SANEAMENTO	194	0,0000	978.623,65
- 000255 - POLYVIN PLÁSTICOS E DERIVADOS LTDA	2	0,0000	523.714,64
- 000320 - SANEAMENTO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE	14	0,0000	40.106,80
- 000258 - SANEFOUR ALMEIDA HIDRÁULICA LTDA	10	0,0000	42.665,00
- 000319 - TAF INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA	1	0,0000	93.200,00
- 000267 - TIGRE MATERIAIS E SOLUÇÕES PARA CONSTRUÇÃO	71	0,0000	4.502.110,43
	821		21.300.665,24

Capinzal, 24 de Junho de 2021.

ELISABET M. Z. SARTORI

CITMAR

ATA DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS PP 01-2021

Publicação Nº 3131819

ESTADO DE SANTA CATARINA CONSORCIO INTERM.DE TURISMO COSTA VERDE E MAR		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 1/2021 - PR	
CNPJ:	09.267.291/0001-53	Processo Administrativo:	6/2021
Rua	Luiz Lopes Gonzaga 1655 - Sala 02	Processo de Licitação:	12/2021
C.E.P.:	88309-421 - Itajaí - SC	Data do Processo:	11/06/2021
			Folha: 1/3

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa especializada na criação, edição e finalização de vídeos e imagens institucionais turísticas dos municípios pertencentes ao Consórcio Intermunicipal de Turismo da Costa Verde e Mar - CITMAR.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 1/2021 (Sequência: 1)

Ao(s) 30 de Junho de 2021, às 10:03 horas, na sede da(o) CONSORCIO INTERM.DE TURISMO COSTA VERDE E MAR, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 2/2020, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 12/2021, Licitação nº 1/2021 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão:

O participante DS FILMES AUDIOVISUAL LTDA vencedor do Item foi inabilitado pela documentação item 8.1 do edital e o novo vencedor é Setcom - Set de Comunicação Ltda. O participante Setcom - Set de Comunicação Ltda vencedor do Item foi inabilitado pela documentação não cumpriu o item 11.3, 11.4 e o novo vencedor é FORM PRODUCAO DE CONTEUDO LTDA. A Empresa DS Filmes Audio Visual manifesta interpor recurso referente a entrega do envelope de habilitação. A Empresa Setcom - Set de Comunicação Ltda manifesta interpor recurso conforme documento anexo ao processo.(manuscrito).

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSORCIO INTERM.DE TURISMO COSTA VERDE E MAR

CNPJ: 09.267.291/0001-53
Rua Luiz Lopes Gonzaga 1655 - Sala 02
C.E.P.: 88309-421 - Itajaí - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 1/2021 - PR

Processo Administrativo: 6/2021
Processo de Licitação: 12/2021
Data do Processo: 11/06/2021

Folha: 2/3

Participante: 411 - FORM PRODUCAO DE CONTEUDO LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
------	---------------	---------	-------------	-------	----------	----------------	-------------

1	Abrangência: todos os municípios do CITMAR.	UN	1,00		0,0000	81.000,00	81.000,00
---	---	----	------	--	--------	-----------	-----------

Tipos de imagens: aéreas, terrestres, aquáticas, subaquáticas.

Quantidade: 6 (seis) mini-vídeos
 Tempo: mínimo de 15" (quinze segundos) e máximo de 30" (trinta segundos) para cada mini-vídeo.

Legenda/áudio: preferencialmente sem áudio, apenas trilha, sons. Se for necessária a apresentação de textos e palavras, deverão ser apresentadas as versões de legenda em português, inglês e espanhol, para cada uma delas em separado.

Especificações da captação de imagens: exigência mínima de câmera linha cinema 4K, Drone DJI 4K, iluminação HMI. ção e finalização em sistema B-Roll.

Deverá incluir trilha sonora composta e sound design.
 Segmentação dos 6 (seis) mini vídeos: ecoturismo (mostrando: observação de aves, trilhas, mirantes naturais); cicloturismo (mostrando o circuito com cicloturistas em duplas e sozinhos); náutico (mostrando esportes náuticos, estrutura náutica, marinas); aventura (mostrando voo, escalada, rapel, skate, mergulho); cultura (mostrando pesca artesanal, tainha, oficinas de cerâmica, museus, gastronomia típica); infraestrutura (mostrando acessos, como chegar, gastronomia temática e variada, segurança pública, protocolos, saúde).
 Entrega dos mini-vídeos: nos formatos para stories e feed das redes sociais (youtube, instagram e facebook) e em .mpeg 4 ou similar em alta e média resolução.
 Constitui objeto da segunda etapa a criação de Vídeo Turístico Institucional da Costa Verde & Mar incluindo a criação do roteiro, a criação de arte, gravação, edição e finalização de 1 (um) vídeo, conforme especificações do TR.
 Constitui o terceiro produto desse certame é a contratação de banco de imagens profissionais (fotografias) terrestres, aéreas, aquáticas e subaquáticas e em alta resolução dos atrativos da Costa Verde & Mar, conforme especificações indicadas a seguir.

Abrangência: todos os municípios do CITMAR.

Quantidade: mínimo de 10 atrativos por município perfazendo um total de no mínimo 90 blocos de imagens. Conforme TR.

Total do Participante -----> 81.000,00

Total Geral -----> 81.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSORCIO INTERM.DE TURISMO COSTA VERDE E MAR

CNPJ: 09.267.291/0001-53
 Rua Luiz Lopes Gonzaga 1655 - Sala 02
 C.E.P.: 88309-421 - Itajaí - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 1/2021 - PR

Processo Administrativo: 6/2021
 Processo de Licitação: 12/2021
 Data do Processo: 11/06/2021

Folha: 3/3

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Itajaí, 30 de Junho de 2021

COMISSÃO:

JEAN CARLOS COELHO - - Membro
 Ariane Simionatto Schizzi - - Membro
 Jacqueline Mirtes Alves Zatera - Membro -

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

FELIPE TEIXEIRA - - Representante
 NILSON PANIZZA VILLAS BOAS - - Representante
 DIEGO GONZAGA DA SILVA - - Representante

QUIRIRI**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 01/2021-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI**

Publicação N° 3132308

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 01/2021**

O Consórcio Intermunicipal Quiriri torna público a homologação do EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 01/2021, tendo como objeto: **Aquisição de 01 (um) automóvel 0 (zero) km, modelo utilitário, Tipo SUV, tração 4 x 4, Ano/Modelo 2021/2021 ou 2021/2022, quatro portas (ou mais), na cor branca, para o Consórcio Intermunicipal Quiriri, para atendimento aos serviços de fiscalização e licenciamento ambiental, de acordo com as condições e especificações constantes do Termo de Referência**, para a empresa: VERITÁ VEÍCULOS LTDA, totalizando R\$ 152.900.00, vencedora do item 1. Para mais informações, acesse: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

São Bento do Sul, 01 de julho de 2021

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Presidente do Consórcio Intermunicipal Quiriri